

ISBN: 978-85-61702-97-7



# Ciência e Arte do Encontro: o Rio de Braços Abertos

## Organizadores:

Jaqueline Gomes de Jesus  
Alexandre Silva Bortolini de Castro

Bruna Andrade Irineu

Céu Silva Cavalcanti

Dodi Tavares Borges Leal

Fátima Lima

Ivanildo Amaro de Araujo

Joyce Alves da Silva

Leonardo Morjan Britto Peçanha

Marco José de Oliveira Duarte

Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva

Rodrigo Borba

Sara Wagner York/Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior

Thiago Ranniery

Thiago Barcelos Soliva

Realização



Organização



Apoio





XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO

## **Ciência e Arte do Encontro: o Rio de Braços Abertos**

### **Organizadores**

Jaqueline Gomes de Jesus

Alexandre Silva Bortolini de Castro

Bruna Andrade Irineu

Céu Silva Cavalcanti

Dodi Tavares Borges Leal

Fátima Lima

Ivanildo Amaro de Araujo

Joyce Alves da Silva

Leonardo Morjan Britto Peçanha

Marco José de Oliveira Duarte

Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva

Rodrigo Borba

Sara Wagner York/Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior

Thiago Ranniery

Thiago Barcelos Soliva



**realizeventos**  
Científicos & Editora



XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO

## Ciência e Arte do Encontro: o Rio de Braços Abertos

Projeto “Fomento da empregabilidade LGBT no Município de Rio de Janeiro” - Termo de Fomento: 936776/2022, executado por meio de convênio com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e financiado através de Emenda Parlamentar do Deputado David Miranda.

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

C569	Ciência e Arte do encontro: o Rio de braços abertos / organizadores, Jaqueline Gomes de Jesus... [et al]. - Campina Grande: Realize eventos, 2024. 2154 p. : il, color.  ISBN 978-85-61702-97-7 Textos de trabalhos apresentados no 11º Congresso Internacional de Diversidade sexual, etnicorracial e de gênero.  1. Diversidade sexual. 2. Diversidade etnicorracial. 3. Diversidade de gênero. 4. Interseccionalidade. I. Título.  21. ed. CDD 305.3
------	---

Elaborada por Giulianne Monteiro P. Marques

CRB 15/714

**REALIZE EVENTOS CIENTÍFICOS & EDITORA LTDA.**

Rua: Aristίδes Lobo, 331 - São José - Campina Grande-PB | CEP: 58400-384

E-mail: [contato@portalrealize.com.br](mailto:contato@portalrealize.com.br) | Telefone: (83) 3322-3222

## COMITÊ EDITORIAL

Jaqueline Gomes de Jesus	<i>Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)</i>
Rodrigo Borba	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>
Leonardo Morjan Britto Peçanha	<i>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)</i>
Thiago Ranniery	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>
Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior	<i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)</i>
Bruna Andrade Irineu	<i>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>
Marco José Duarte	<i>Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</i>
Fátima Lima	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>
Alexandre Bortolini	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>
Mariah Rafaela Silva	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>
Dodi Tavares Borges Leal	<i>Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)</i>
Joyce Alves da Silva	<i>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)</i>
Thiago Soliva	<i>Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)</i>
Ivan Amaro	<i>Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBEF)/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)</i>
Céu Silva Cavalcanti	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>
Berenice Bento	<i>Universidade de Brasília (UnB)</i>
Luma Nogueira Andrade	<i>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)</i>
Guilherme Almeida	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>
Moisés Lopes	<i>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>
Larissa Pelúcio	<i>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</i>
Suely Messeder	<i>Universidade do Estado da Bahia (UNEB)</i>
Benjamim Braga	<i>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>
Monica Malta	<i>University of Toronto</i>
Horácio Costa	<i>Universidade de São Paulo (USP)</i>
Megg Rayara Oliveira	<i>Universidade Federal do Paraná (UFPR)</i>
Silvia Aguião	<i>Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)</i>
José Damião Rocha	<i>Universidade Federal do Tocantins (UFT)</i>
Angélica Baptista Silva	<i>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)</i>

Pablo Cardozo Rocon	<i>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>
Marcos Aurélio Silva	<i>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>
Leandro Colling	<i>Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>
Guilherme Passamani	<i>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)</i>
Anderson Ferrari	<i>Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</i>
Renan Quinalha	<i>Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)</i>
Anahí Guedes	<i>ANIS/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</i>
Márcio Caetano	<i>Universidade Federal do Rio Grande (FURG)</i>
Simone Brandão Souza	<i>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)</i>
Luan Cassal	<i>The University of Manchester</i>
José Baptista de Mello Neto	<i>Universidade Federal da Paraíba (UFPB)</i>
Roberta Cassiano	<i>Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)</i>
Jorge Caê Rodrigues	<i>Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)</i>
Renan Quinalha	<i>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</i>
Alexsandro Rodrigues	<i>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</i>
Vércio Gonçalves Conceição	<i>Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)</i>
Valdenízia Peixoto	<i>Universidade de Brasília (UnB)</i>
Amélia Maraux	<i>Universidade do Estado da Bahia (UNEB)</i>
Cláudia Pons Cardoso	<i>Universidade do Estado da Bahia (UNEB)</i>
Janja Araújo	<i>Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>
Eleta de Carvalho Freire	<i>Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</i>
Geny Ferreira Guimarães	<i>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)</i>
Denilson Lopes	<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO - A ARTE DO ENCONTRO COMO RESISTÊNCIA INTELLECTUAL.....</b>	<b>54</b>
---	-----------

*Jaqueline Gomes de Jesus*

### ST 01 - A RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS DIVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

<b>MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL EM ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS.....</b>	<b>63</b>
---	-----------

*Thayron Rodrigues Rangel*

*Lucia Maria Velloso de Oliveira*

<b>DISCURSOS DISCRIMINATÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA SUBALTERNIDADE: UM ESTUDO DE CASO BASEADO EM ELEMENTOS DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS.....</b>	<b>64</b>
---	-----------

*Marcela Teixeira Godoy*

<b>MARGINALIZAÇÃO DE CORPOS COMO POLÍTICA DE ESTADO: A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>65</b>
--	-----------

*Joice de Souza Soares*

<b>DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE FATORES DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADES, RAÇA E ETNIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL.....</b>	<b>66</b>
--	-----------

*Fernanda Deborah Barbosa Lima*

*Debora de Carvalho Figueiredo*

<b>A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DE EQUIPES EFETIVAS.....</b>	<b>68</b>
---	-----------

*Fernando Luz de Castro*

*Ludimila Silva Salles de Sá*

*Ruth Espinola Soriano de Mello*

*Nina Renata da Cunha Pedrosa*

**ESG EM PAUTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO NO  
MUNDO CORPORATIVO ..... 84**

*Maria Julia Reis*

**QUESTÕES RACIAIS E ACERVO PARA CRIANÇAS NEGRAS EM  
BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ..... 85**

*Milena Costa Mendes*

*Thayron Rodrigues Rangel*

*Maria de Fatima S. O. Barbosa*

**ST 02 - DIÁLOGOS E DISPUTAS LGBTI+ NA POLÍTICA INSTITUCIONAL**

**O INDISFARÇÁVEL ÓDIO LGBTFÓBICO NOS PROJETOS DE LEI QUE CRIAM  
O “DIA DO ORGULHO HETEROSSEXUAL” ..... 100**

*Cristiano Lucas Ferreira*

*Erlando da Silva Rêses*

**SÁÍMOS DAS RUAS E ADENTRAMOS OS PARLAMENTOS:  
POTENCIALIDADES DE PESSOAS LGBT+ NO CENÁRIO DA POLÍTICA  
BRASILEIRA ..... 101**

*Wisney Batista dos Santos*

*Akira Borba Colen França*

*Leandra Sobral Oliveira*

*Luddy Searom Carias de Moraes*

**BENNY BRIOLLY: UMA PARLAMENTAR TRAVESTI NA LUTA CONTRA A  
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO ..... 103**

*Gladston Oliveira dos Passos*

**A GUERRA HÍBRIDA ENTRE DEPUTADOS FUNDAMENTALISTAS E  
MULHERES TRANS ATLETAS NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO ..... 104**

*Danielle Nunes Rosa de Oliveira*

*Flávia Pinheiro Meirelles*

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: A HOMOFOBIA INTRÍNSECA DE UMA ESCOLA  
PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ..... 105**

*Matheus Borges dos Santos*

*Nilton Abranche Júnior*

**RETRATOS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+ NO  
BRASIL ..... 106**

*Cleyton Feitosa*

**OS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA  
ACADÊMICA DOS ALUNOS LGBTQIA+ ATUALMENTE MATRICULADOS NA  
UFF DE RIO DAS OSTRAS (RJ) ..... 121**

*Filipi Corrêa da Silva*

*Gabrielle Gomes Ferreira*

*Paula Martins Sirelli*

**A LUTA DO MOVIMENTO LGBTI+ NAS TRINCHEIRAS DO (CIS)TEMA:  
IMPASSES CONCRETOS DA ATUAÇÃO DO STF NA AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO Nº 26 E NO MANDADO DE  
INJUNÇÃO Nº 4.733 ..... 123**

*Ubiratan Sardinha Junior*

*Ariel Carvalho de Lima*

**LEVANTAMENTO DAS CANDIDATURAS ELEITAS NAS POLÍTICAS DE  
ARACAJU E NO ESTADO DE SERGIPE: CONJUNTURA DE GÊNEROS E  
SEXUALIDADES ..... 124**

*Matheus Andrade de Moraes*

**DE CIMA DA PLATAFORMA DIGITAL QUEER: REPENSANDO A ESFERA  
PÚBLICA A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DAS DISSIDÊNCIAS DE  
GÊNERO E SEXUALIDADE EM PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS ..... 133**

*Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira*

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR  
DO HUPE/UERJ - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA EM  
SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE ..... 147**

*Lucas da Costa Brandão*

*Márcia Cristina Brasil Santos*



## ST 03 - DISSIDÊNCIAS DAS SEXUALIDADES E DE GÊNERO E INIQUIDADES EM SAÚDE: VIOLÊNCIAS E SAÚDE MENTAL DE LGBTQIAPN+

### **SANATÓRIO BOTAFOGO: TRAVESTILIDADES, AMIZADE, SUBJETIVIDADES E LOUCURA .....156**

*Paulo Vitor Guedes de Souza*

### **PERFIL E SABERES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA REGIÃO DOS CAETÉS SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO ..... 157**

*Pedro Renan Nascimento Barbosa*

*Pedro Israel Mota Pinto*

*Barbara Caroline Martins Oliveira*

*Jéssica da Silva Santana*

*Cibele Nazaré Câmara Rodrigues*

### **MANUAL DE RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TRANS-INCLUSIVO NO ÂMBITO DAS PESQUISAS CLÍNICAS .....159**

*Helena França Alcaraz Ferreira*

*Andreza Salvo Lemos*

### **PARA ALÉM DO BINÁRIO: SAÚDE E EXPERIÊNCIAS TRANS EM ITAPERUNA (RJ) .....161**

*Alec de Oliveira Silva*

*Jaqueline de Melo Barros*

### **INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS BIOPSISSOCIAIS NA ANODISPAREUNIA EM HOMENS CIS, GAYS, ANORECEPTIVOS .....162**

*Danilo Mamede da Silva Santos*

### **TRANSEXPERIÊNCIAS NO CRAIST: DE USUÁRIO A OBSERVADOR PARTICIPANTE EM UM SERVIÇO DE SAÚDE TRANSESPECÍFICO .....163**

*Raul Aluim Capistrano*

### **GÊNEROS E SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA .....164**

*Maria Ludmila Kawane de Sousa Soares*

*Ana Luiza de Oliveira Carvalho*

**PSICODRAMA ENQUANTO POSSIBILIDADE DE CUIDADO PARA  
POPULAÇÕES LGBTQIAPN+.....165**

*Kimberly Inaiara Veiga Freitas dos Anjos*

*Le Azevedo Damasceno*

*Luize Abreu Rosa*

*Sarah Cardoso Melo*

*Beatriz Adura Martins*

**ENCONTROS RISE: UMA EXPERIÊNCIA ODARA EM PESQUISA  
PARTICIPATIVA DE BASE COMUNITÁRIA .....167**

*Elaiô Vauío Januario Verly*

*Alexsander de Abreu Lepletier*

*Erikah Pinto de Souza*

*Angélica Baptista Silva*

**SERVIÇO SOCIAL E DISSIDÊNCIAS EM SEXUALIDADE E GÊNERO: O  
ESTADO DA ARTE NA LITERATURA PROFISSIONAL.....169**

*Marco José de Oliveira Duarte*

*Marina Paschoalim Amorim*

**SAÚDE MENTAL E DISSIDÊNCIAS EM SEXUALIDADE E GÊNERO: UM  
ESTUDO .....182**

*Marco José de Oliveira Duarte*

**LOUCURA E GÊNERO: O QUE TEM A VER?.....193**

*Amanda Bortoluzo*

*Azure Flora*

*Amana Rocha Matto*

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO, TRANSIÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES  
FAMILIARES: PENSANDO CUIDADOS EM SAÚDE INTEGRAL PARA A  
POPULAÇÃO DISSIDENTE DA NORMA.....202**

*Brune Coelho Brandão*

*Juliana Perucchi*

**EU NÃO CONSIGO RESPIRAR. UMA EXISTÊNCIA SOB A ESPREITA DA MORTE..215**

*Guilherme Moraes da Costa*

*Marco José de Oliveira Duarte*

**POR QUE NOS ODIAMOS TANTO? DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO ENTRE OS/AS/ES LGBTQIA+ ..... 225**

*Guilherme Moraes da Costa*

*Marco José de Oliveira Duarte*

**ASPECTOS DA CONVERSÃO SEXUAL NA PSICOLOGIA: SUBJETIVAÇÃO E RESISTÊNCIAS - VIVÊNCIA, LITERATURA E FILOSOFIA FENOMÊNICA COMO TRIPÉ COMBATIVO ..... 234**

*Camila Veloso Sanches*

*Fernando de Almeida Silveira*

**ENFRENTANDO A REPRODUÇÃO DAS INIQUIDADES EM SAÚDE NO SUS: PARA UMA GRAMÁTICA DA POLÍTICA DE SAÚDE LGBT ..... 243**

*Renato Giacomini Neto*

*Marco José de Oliveira Duarte*

**VIOLÊNCIA LGBTIFÓBICA, INIQUIDADES EM SAÚDE E CIDADANIA LGBTI+: UMA REVISÃO NA LITERATURA BRASILEIRA ..... 256**

*Samuel Lacerda Chaves*

*Marco José de Oliveira Duarte*

**POPULAÇÃO LGBTI+, SAÚDE MENTAL E ACESSO À SAÚDE: UM RECORTE DE IDENTIDADE RACIAL E RENDA ..... 270**

*Leandra Sobral Oliveira*

*Akira Borba*

*Luddy Searom Carias de Moraes*

*Wisney Batista dos Santos*

**SAÚDE ALÉM DAS FRONTEIRAS: ABORDANDO DESAFIOS NO ACESSO E ENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO ..... 281**

*Milton Luis Barreto Vieira*

*Davi Augusto dos Santos Soares*

*Jamille Maria de Araujo Figueiredo*

**MULHERIDADES DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO ACESSO À SAÚDE: QUANDO O LAÇO QUE NOS UNE É A VIOLÊNCIA ..... 294**

*Letícia Barcellos Castelar Vieira*

**REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL COM  
PESSOAS TRANS ..... 301**

*Rafi Nobrega Andrade*

*Natalia Rezende de Araújo*

*Nicolas Pustilnick Pires de Carvalho e Albuquerque*

**HIV E PLATAFORMAS DIGITAIS: ARENAS DISCURSIVAS DE PRODUÇÃO DE  
SUJEITOS ..... 313**

*Carlos Edmilson Avila de Lima*

*Sirlete Maria Bitencourt Frighetto*

*Leonardo dos Santos da Silva*

*Lidiane Londero Perlin*

*Joacir Marques da Costa*

**REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM BANHEIRO MULTIGÊNERO  
NA GARANTIA A SAÚDE DE PESSOAS TRANS ..... 325**

*Karina Costa da Silva*

*Jade Tavares Tartaruga*

*Larissa Simião Bastos de Quadros*

*Lêda Glicério Mendonça*

*Michelle Guiot Mesquita*

**GRAVIDEZ TRANSEXUAL: FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL  
DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE  
INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE  
PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO CONTEXTO GINECOLÓGICO E OBSTÉTRICO  
NA AMAZÔNIA ..... 337**

*Pedro Renan Nascimento Barbosa*

*Pedro Israel Mota Pinto*

*Barbara Caroline Martins Oliveira*

*Jéssica da Silva Santana*

*Davi Haydee Almeida Lopes*

**BISSEXUALIDADES NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA ..... 342**

*Beatriz Rodrigues Nascimento*

*Aline Stefany Queiroz Leite*

## ST 04 - DIVERSIDADE SEXUAL, ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO EM ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UM DEBATE SOBRE EPISTEMICÍDIO ACADÊMICO

### **MAPEANDO INICIATIVAS DE DISSIDÊNCIA SEXUAL, ETNICORRACIAL E DE GÊNERO EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO: VOZES E MOVIMENTOS CUIR EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ ..... 350**

*Lucas Vieira da Silva*

*Fabio Alves Gomes de Oliveira*

### **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MARANHÃO ..... 351**

*Rosangela de Sousa Veras*

### **OFICINA SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES: RELATO DE EXPERIÊNCIA ..... 352**

*Maria Ludmila Kawane de Sousa Soares*

### **E A BICHA (TAMBÉM) NÃO É POLÍTICA? ..... 353**

*Humberto Soares da Silva Lima*

### **CLÍNICA LGBTQIAP+ COMO INTERVENÇÃO: PROJETO VOZES E CORES E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA EM QUESTÃO ..... 354**

*Anna Clara da Rocha Luz*

*Angie de Lima Santos Barbosa*

*Lori Delarue dos Santos*

*Raphael Alves Cardoso*

### **“ACOLHER AS DIVERSIDADES É AMPLIAR O CONHECIMENTO” - PRÉ-VESTIBULARES PARA PESSOAS TRANS\*, UNIVERSIDADE E PLURALIDADE EPISTÊMICA ..... 364**

*Jeferson Reis Santos*

*Lucas Lima de Andrade*

*Anna Paula Vencato*

### **PESSOAS LGBTQIA+ NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM MAPEAMENTO DAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DE GÊNEROS E SEXUALIDADES ..... 374**

*John Jamerson da Silva Brito*

*Witembergue Gomes Zaparoli*

**A DIDÁTICA FEMINISTA: UM ESTUDO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS  
PEDAGÓGICOS EM PROL DA EQUIDADE DE GÊNERO..... 387**

*Andrea Moruzzi*

*Denise Gomes*

*Gabriella Pizzolante da Silva*

*Gabriela Costa Araujo*

*Laura Rodrigues Paim Pamplona*

**EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE..... 401**

*Vitória Batista Calmon de Passos*

*Renata Meira Veras*

**DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA PARA OS  
HOMENS TRANS PARTICIPANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 413**

*Letícia Carolina Boffi*

*Manoel Antônio dos Santos*

**A QUEM INTERESSA A QUESTÃO RACIAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
ACADÊMICA DO COLÓQUIO DISCENTE (PPGCOM/UFMG) A PARTIR DO  
CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE ..... 420**

*Rafaela Cristina de Souza*

*Rannyson Mykael da Silva Moura*

**O PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE E FORMAÇÃO LGBTQIA+-UFPA  
E A FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO POR AQUELES QUE O  
VIVENCIAM ..... 435**

*Verena Holanda de Mendonça Alves*

*Jonadson Silva Souza*

**RELATO DE CASO SOBRE HORMONIZAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DE  
ULTRAPASSAR A BARREIRA DO CISCENTRISMO..... 443**

*Isabela Ferreira de Castro*

*Daniel Luis Schueftan Gilban*

**TAMUCANDA: NO QUILOMBO CAFUNDÓ EM SABERES E MEMÓRIAS DE VÓ  
IFIGÊNIA ..... 451**

*Vanessa Soares dos Santos*

*Viviane Melo de Mendonça*

**O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE  
BISSEXUALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO - UMA CRÍTICA À  
INVISI(BI)LIDADE ..... 464**

*Bruna Gabriela de Oliveira Gomes*

*Bruna Andrade Irineu*

**ST 05 - EDUCAÇÃO SEXUAL E PARA RELAÇÕES DE GÊNERO,  
IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS:  
PAUTANDO INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES DE  
IDENTIDADES DISCIDENTES NO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO EM  
DIREITOS**

**SEXUALIDADE: FORMAÇÃO SEM TABUS, PROFISSIONAIS MAIS  
CONSCIENTES ..... 479**

*Pedro Paulo Sammarco Antunes*

*Waagner Valentim de Alão*

**OFICINAS DE SEXUALIDADE, GÊNERO E CUIDADO DE SI E DO/A  
OUTRO/A COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE  
DOCENTES ..... 480**

*Izaura Santiago da Cruz*

*Paulo César de Lima*

*Andressa Oliveira conceição Sacramento*

**MASCULINIDADES E ATIVISMO POLÍTICO ESTUDANTIL: O COLÉGIO  
PEDRO II EM DEBATE ..... 481**

*Leandro Teofilo de Brito*

**CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO DE PORNOGRAFIA ENTRE JOVENS E  
ADOLESCENTES ..... 482**

*Guilherme Soares Campos*

*Marcela dos Santos Ferreira*

**UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE SEXUALIDADES  
NO CONTEXTO ESCOLAR.....483**

*Poliana Silva de Oliveira*

*Aline Câmara dos Santos*

*Luiza Nogueira Morello*

*Daniela Sobrino Dieguez*

**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO CURSO DE PEDAGOGIA: PERCURSOS  
NA COMPREENSÃO DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA.....490**

*Isabella Tymburibá Elían*

**LITERATURAS INFANTIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO DA  
CRUZADA ANTIGÊNERO .....491**

*Priscila Lacerda*

*Daniela Finco*

**OFICINAS DE SEXUALIDADE E GÊNERO - PONTES ENTRE O QUE NÓS  
PASSAMOS E O QUE PODEMOS OFERECER PARA OS/AS ESTUDANTES:  
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA AS SEXUALIDADES.....492**

*Ana Paula Gomes*

*Júlia Moreira de Carvalho*

*Izaura Santiago da Cruz*

**AFASTAMENTO OU INSPIRAÇÃO: A SEXUALIDADE NO ENSINO DO POLE  
DANCE.....493**

*Mariana Ghignatti Fagundes*

*André Luiz dos Santos Silva*

**RESSONÂNCIAS DO POLE DANCE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:  
NARRATIVAS DE ESTUDANTES DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
DA ESCOLA ESTADUAL ABYA YALA.....506**

*Karoline Hachler Ricardo*

*Mariana Ghignatti Fagundes*

**COMPREHENSIVE SEXUALITY EDUCATION: POSSIBILIDADES DE UMA  
ABORDAGEM E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO 519**

*Davi Augusto dos Santos Soares*

*Leonardo Lemos de Souza*



**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS: UMA  
ANÁLISE CRÍTICA DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS DO DISTRITO FEDERAL ... 529**

*João Gomes Doffine*

*João Paulo Cunha de Menezes*

**DESCONSTRUINDO UNA: ABUSO INFANTIL, MEMÓRIA TRAUMÁTICA E O  
POTENCIAL DOS QUADRINHOS PARA DISCUTIR A CULTURA DO ESTUPRO..... 540**

*Leiliane Germano*

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DA OFICINA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  
COMBATIVAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO DENTRO DA SALA DE AULA..... 554**

*Azure Flora*

*Amanda Bortoluzo*

**PRA MELHORAR - RODA DE CONVERSA: “RECONHECENDO A  
DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA”..... 565**

*Autor: Fábio Costa Melo*

*Orientador do Trabalho: Leonardo da Cunha Mesquita*

**EDUCAÇÃO SEXUAL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO: EXPERIÊNCIA  
PRÁTICA EM ESCOLA PÚBLICA ..... 573**

*Davi Augusto dos Santos Soares*

*Milton Luis Barreto Vieira*

*Jamille Maria de Araujo Figueiredo*

**NA FRONTEIRA DA DIFERENÇA: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE  
PSICOLOGIA COMO EXTENSIONISTAS NA EDUCAÇÃO SOBRE GÊNERO E  
SEXUALIDADE ..... 579**

*Anita Fernandes Scaff*

*Breno Henrique Oliveira Santos*

*Thiago Ranniery Moreira de Oliveira*

**ST 06 - EMPREGABILIDADE LGBTQIA+: O DIREITO HUMANO AO  
TRABALHO E A RENDA**

**POR UMA RECONSTRUÇÃO DA IDEIA DE EMPREGABILIDADE EM FACE  
DAS SUBALTERNIDADES ..... 586**

*João Daniel Daibes Resque*

**DESAFIOS PARA EXISTIR: A QUESTÃO DO TRABALHO FORMAL PARA  
PESSOAS TRANS ..... 587**

*Gabriel Vicente Silva Pontes*

**O FAZER DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE  
A INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NO MERCADO FORMAL ..... 588**

*Raquel Mota*

*Daniele Spada*

*Victor Terra*

*Joana Motta*

*Simone Vieira*

*Jackeline Mattos*

*Reivani Chisté Zanotelli Buscacio*

**BALLROOM PARÁ: UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA ARTE  
DANÇADA ..... 590**

*Jothan Pereira*

**ESCOVAR A HISTÓRIA A CONTRAPELO: O MÉTODO CARTOGRÁFICO  
APLICADO AOS DADOS DO CENSO TRANS PARÁ COMO CONTRIBUIÇÃO AO  
CONCEITO DE HISTÓRIA ..... 591**

*Gabriela Gonçalves Cabral*

*Saulo Monteiro Martinho de Matos*

**AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ ..... 593**

*Wanilza Trindade Gama*

*Bruna Santos Aguiar*

*Jonadson Silva Souza*

**DISPUTAS NA DISTRIBUIÇÃO DO PODER DE NOMEAÇÃO NO MERCADO  
DE TRABALHO: PODE E SUBALTERNE FALAR DE SI MESME? ..... 594**

*Marcos Vinicius Monteiro Barbalho*

**A FALTA DE TRABALHO E RENDA COMO EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA  
DO ESTADO: OS DANOS SOCIAIS PRESENTES NA VIDA DE TRAVESTIS E  
TRANSEXUAIS ..... 595**

*Davi Haydee Almeida Lopes*

*Luanna Tomaz de Souza*

**A LEITURA DA EMPREGABILIDADE TRANS PELA PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (2012-2023) ..... 608**

*Paulo Henrique Araújo da Silva*

*Saulo Monteiro Martinho de Matos*

**A EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS A PARTIR DAS INICIATIVAS LEGISLATIVAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PA ..... 618**

*Paulo Henrique Araújo da Silva*

*Luanna Tomaz de Souza*

**COMO E ONDE MIGRANTES VENEZUELANOS LGBTQIAP+ TRABALHAM? UM PERCURSO ANALÍTICO BIBLIOMÉTRICO ..... 628**

*Alessandro Mateus Felipe*

*Cristóvão Domingos de Almeida*

**EMPREGABILIDADE TRANS E TRAVESTI NA AGENDA 21/2030 DAS MULHERES DA AMAZÔNIA ..... 639**

*Wanilza Trindade Gama*

*Bruna Santos Aguiar*

*Jonadson Silva Souza*

**O DESENVOLVIMENTO DO CENSO TRANS PARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DOIS ALUNES BOLSISTAS DO PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE LGBTQI+ UFPA ..... 654**

*Gabriela Gonçalves Cabral*

*Hermes Breno da Silva Santos*

*Saulo Monteiro Martinho de Matos*

**ST 07 - ENCRUZAS NEGRAS, INDÍGENAS, AFROINDÍGENAS E AFROAMAZÔNIDAS: RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE EM AMÉRICAS LADINA/ABY AYALA/PINDORAMA**

**NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: CISHETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA, COLONIZAÇÃO E COLONIALIDADE ..... 661**

*Thiago da Silva Gabry*

*Fabio A G Oliveira*

**EPISTEMOLOGIAS AMAZÔNIDAS – A FUTURIDADE PRESENTE DE UMA  
AMAZÔNIA RACIALIZADA E UMA DISPUTA PELA NÃO SEPARABILIDADE DO  
CORPO COM A TERRA ..... 663**

*Andrey Rodrigues Chagas*

**MC CAROL: CORPOS INFINITUS QUE ECOAM EM CANTOS DE FUGA? ..... 664**

*Beatriz Pimentel*

*Fátima Lima*

**A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA: NARRATIVAS ANCESTRAIS DE  
MULHERES NEGRAS TRANSCISTAS NA DIÁSPORA AFRICANA ..... 673**

*Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira*

*Amana Rocha Mattos*

**“44, VIDA”: UMA ANÁLISE DAS MÚSICAS DE MC LUANNA, PELA ÓTICA DAS  
ORALITURAS ..... 686**

*Maria Fernanda de Oliveira Ruas*

*Abraão Filipe Marques de Oliveira*

*Danilo Alves Ribeiro*

**ST 08 - EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS, INTERSECCIONALIDADE  
E TRANSFEMINISMOS: RAÇA, GÊNERO, CLASSE, TERRITÓRIO E  
MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA**

**EMARANHAMENTOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS - UM FAZER PESQUISA NA  
INTRA-ATIVIDADE E NA CONFLUÊNCIA ..... 698**

*Will Paranhos*

**DE INVISÍVEIS A SÍMBOLO: MULHERES NEGRAS A PARTIR DO IMAGINÁRIO  
FUTEBOLÍSTICO BRASILEIRO ..... 699**

*Yordanna Lara Pereira Rego*

**PORNOSSEXUALIGRAFIA: UM CONVITE A UMA RUPTURA  
EPISTEMOLÓGICA E ARTÍSTICA ..... 700**

*Christian Gustavo de Sousa*

*Mônica Zielinsky*

*Leandro Colling*

**“TRANSMASCULINIDADES NEGRAS NA ARTE”:** INTERSECCIONALIDADE,  
MEMÓRIA E ESCRIVÊNCIA..... **702**

*Tomás Gabriel de Almeida Araújo*

**BRANQUITUDE E GÊNERO EM “TARA” DE CASSANDRA RIOS** ..... **703**

*Shelle Paula Rodrigues*

**O SISTEMA DE JUSTIÇA E O PACTO HETEROCISNORMATIVO EM  
RELAÇÃO ÀS MULHERES TRANS/TRAVESTIS A PARTIR DE ESTUDO DE  
CASO OCORRIDO NO MUNICÍPIO DE MANGA/MG**..... **704**

*Gabriela Rocha Ribeiro*

*Marcelo Brito*

**O “LUGAR E NÃO LUGAR” DA MULHER MÃE UNIVERSITÁRIA - O  
COLETIVO DE MÃES (UFRJ) E A PRÁTICA DE SUJEITOS QUE PENSAM ESSE  
ESPAÇO**..... **705**

*Karina Siciliano Oliva Saraiva*

**MÍDIA, CIÊNCIA E BRANQUITUDE BRASILEIRA – UMA DISCUSSÃO A  
PARTIR DO CASO DA PROFESSORA DOUTORA JOANA D’ARC FÉLIX DE  
SOUSA** ..... **706**

*Susan Caroline Camargo*

**“CIDADE E LAZER PARA QUEM?” - UM PERCURSO ENTRE A ABJEÇÃO E  
INVISIBILIDADE DAS MULHERIDADES QUE SE DROGAM**..... **707**

*Isabella Tymburibá Elian*

*Paula Lúcia de Moura Pinto*

**REDE POLICIAL DE ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA: DESIGUALDADES TERRITORIAIS E DESAFIOS À EFETIVAÇÃO  
DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO** ..... **708**

*Joice de Souza Soares*

**O COTIDIANO E A PRÁTICA: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE INTERCCIONAL  
NO ESPAÇO ESCOLAR** ..... **709**

*Carolina da Silva Santos*

**O CORPO DOS GARIS DA COMLURB: UMA ANÁLISE SOBRE RAÇA, GÊNERO  
E CLASSE NO TRABALHO COM O LIXO URBANO ..... 710**

*Elissa Paiva Alexandre F. de Lucas*

**O ATLÂNTICO É NEGRO: A EXPANSÃO DO MERCADO COLONIAL  
DIRECIONADO PARA O NORDESTE BAIANO ..... 713**

*Erica Paula Vasconcelos*

**EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS EM DIÁLOGOS COM A  
EDUCAÇÃO ..... 723**

*Andrea Moruzzi*

*Denise Leppos*

*Mayra Silva dos Santos*

*Gabriella Pizzolante da Silva*

**“NÓS TEM É QUE FAZER ARTE”: UMA INTERSECÇÃO ENTRE FUNK  
CARIOCA E MASCULINIDADES JUVENIS NEGRAS NO COMPLEXO DE  
FAVELAS DA MARÉ ..... 736**

*Fernanda da Silva Braga Passos*

*Amana Rocha Mattos*

**REPRESENTATIVIDADE ENTRE OS SUPER-HERÓIS: ESTEREOTIPIA E  
DIVERSIDADE EM UMA MÍDIA PROFUNDAMENTE GENERIFICAD(OR)A ..... 749**

*Leandro de Moura Mesquita*

*Jaqueline Gomes de Jesus*

**PUREZA DE SANGUE E A AMÉRICA ESPANHOLA ..... 762**

*Jaqueline Gomes de Jesus*

*Nilton Luis Portilho de Avellar*

## ST 09 - ESTRANHAS/ES/OS NO NINHO

**DESEJOS CARNAIS E O FASCÍNIO DOS CORPOS MUTILADOS EM CRIMES  
DO FUTURO ..... 777**

*David Amorim*

**CORPOS NÃO-BINÁRIES OU COMO FABULAR O ININTELIGÍVEL ..... 779**

*Dri Azevedo*

**CONVERSAS SAPA(GIN)TÔNICAS: (RE)CONFIGURAÇÕES DO BAR SAPATÃO  
NO CINEMA BRASILEIRO ..... 780**

*Alessandra Brandão*

*Carolina Alves Pacheco*

*Ramayana Lira de Sousa*

**DIREITO À CIDADE: POPULAÇÃO NEGRA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS EM  
PERSPECTIVA ..... 781**

*David da Silva Anjos*

*Jannay Roslayne Mendes*

*Sirlândia Schappo*

**UM ESTRANHO NO ZIMBÁBUE: A REPRESENTAÇÃO DA  
HOMOSSEXUALIDADE NO ROMANCE “THE HAIRDRESSER OF HARARE” ..... 782**

*Tiago Elídio*

**ESTRANHOS NO NINHO: AS PERFORMANCES DA FUTURIDADE DO  
MOVIMENTO LGBTI+ NUMA CIDADE HISTÓRICA DE MINAS GERAIS ..... 783**

*Carlos Henrique Bem Gonçalves*

**DANÇANDO COM FANTASMAS: ARQUIVOS QUEER E A FESTA NO CINEMA  
QUEER LATINO-AMERICANO CONTEMPORÂNEO ..... 784**

*Henrique Rodrigues Marques*

*Karla Adriana Martins Bessa*

**O QUE ESCAPA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VÍNCULOS FAMILIARES PARA  
PESSOAS LGBT+ NÃO NORMATIVAS ..... 785**

*Gabriel Vicente Silva Pontes*

**BICHAS DANÇANTES PELO CAMINHO: A ALEGRIA COMO CHAVE DE  
LEITURA QUEER ..... 786**

*Luiz Fernando Wlian*

**TEMPORALIDADES QUEER E ESPAÇOS LIMINARES NO CONJUNTO  
“WALKER”, DE TSAI MING-LIANG ..... 798**

*Renato Trevizano dos Santos*

*Cecília Antakly de Mello*

**AUTORIA FEMININA NO SÉCULO XIX: AFETIVIDADE ENTRE MULHERES NA  
POESIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS..... 807**

*Giovanna Marchetti*

**ESTRANHXS E INGOVERNÁVEIS ..... 811**

*Flávia Lucchesi*

**TECENDO SABERES QUEER: FICÇÕES PARA SE PENSAR ALTERNATIVAS  
SOBRE VIVÊNCIAS ..... 819**

*Pol Iryo*

*Alberto E. F. Canseco*

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: GRUPO DE ESTUDOS “DIREITO À CIDADE:  
CIDADE PARA 1% FLORIANÓPOLIS EM PERSPECTIVA” ..... 830**

*Jannay Roslayne Mendes*

*David da Silva Anjos*

*Sirlândia Schappo*

**A ESTRANHEZA DOS SONHOS NARRADA POR CORPOS DISSIDENTES ..... 835**

*Larissa Alves do Rêgo*

*Mário Francis Petry Londero*

**ST 10 - INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E GÊNEROS EM CONTEXTO  
LGBTQIA+**

**A CONFORMAÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DE FORMULÁRIOS DE  
ENTRADA EM APPS DE RELACIONAMENTO ..... 843**

*Amanda Nogueira de Oliveira*

*André Luiz Martins Lemos*

**EUDRAG ..... 845**

*Allyster Fagundes*

*Orlando Maneschy*

**TORNAR A EDUCAÇÃO UMA OFICINA: CERÂMICA, FEMININO E TÉCNICAS  
DE SI ..... 859**

*Rivana Zaché Bylaardt*

*Alexandre Luiz Polizel*



**CORPO E MASCULINIDADES NA CINEMATOGRAFIA BRASILEIRA  
CONTEMPORÂNEA ..... 860**

*Jorge Felipe Freitas*

*Leandro Teofilo de Brito*

**POR UMA FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A  
CONTRIBUIÇÃO DA CIBERCULTURA PARA O AVANÇO DAS NARRATIVAS  
DE GÊNERO COM ÊNFASE EM PESSOAS TRANSGÊNERAS NO ENSINO DE  
PROFESSORES ..... 861**

*Azure Flora*

*Amanda Bortoluzo*

*Luciana Velloso*

**O REGIME DAS ÁGUAS DA CENSURA AO CUIR: CULTURA POP, DIY E  
COMUNIDADE ONLINE EM RESISTÊNCIA AOS RESQUÍCIOS DA DITADURA  
MILITAR BRASILEIRA ..... 874**

*Vannie Pawelski da Gama*

*Rafael de Brito Dias*

**MULHER CONSERVADORA BRASILEIRA: O CIBERESPAÇO COMO O PALCO  
DAS MULHERES COM BOLSONARO ..... 892**

*Victoria Vicente Rodrigues Lopes*

*Nilton Abranches Júnior*

**ST 11 - FABULAÇÕES CURRICULARES DE GÊNEROS, SEXUALIDADES  
E RAÇA**

**COISIFICAÇÃO CURRICULAR: RASTROS ONTOEPISTEMOLÓGICOS DO  
CONHECIMENTO COMO CAUSA E EFEITO ..... 903**

*Victor Pereira de Sousa*

**FIÇÕES ENDEMONIADAS, IMAGINAÇÕES PEDAGÓGICAS E  
PROVOCAÇÕES DE UMA TESE-ABJETA ..... 904**

*Késia dos Anjos Rocha*

*Alfrancio Ferreira Dias*

**O QUE É UMA ESCOLA RACIALMENTE JUSTA? ..... 905**

*Jorge Felipe Marçal Gomes*

*Thiago Ranniery*

**PROCURADA (2019): O VÍRUS COMO FIGURA DE PODER.....906**

*Juliana Ferreira Silva*

*Thiago Ranniery*

**CURRÍCULO MATERNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL? ESPECULAÇÕES SOBRE  
CUIDADO, GÊNERO, RAÇA E MATERNIDADE NA DOCÊNCIA COM BEBÊS E  
CRIANÇAS PEQUENAS.....907**

*Lorraine Andrade Gonçalves*

*Thiago Ranniery*

**UM PUNHADO DE BALAS: TEMPORALIDADES QUEER E INTIMIDADE A  
PARTIR DO VÍRUS .....908**

*Sol Coutinho Huerta*

*Thiago Ranniery*

**UM PUNHADO DE BALAS: TEMPORALIDADES QUEER E INTIMIDADE A  
PARTIR DO VÍRUS .....909**

*Sol Coutinho Huerta*

*Thiago Ranniery*

**MASCULINIDADE, CINEMA E CURRÍCULO: INVESTIGANDO FILMES  
BRASILEIROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.....910**

*Luca Romano Moura*

*Thiago Ranniery*

**FABULAR A SI E AS FEMINILIDADES EM TUDO SOBRE MINHA MÃE:  
ENCONTROS, NORMOSE E BIOTÉCNICAS .....911**

*Rivana Zaché Bylaardt*

*Alexandre Luiz Polizel*

**A CRIANÇA NO FIM DO MUNDO: REPRODUTIVISMO FUTURISTA NO  
ANTROPOCENO .....912**

*Ádamo B. E. da Veiga*

**EXISTÊNCIAS INFINITAS NASCIDAS DE TERRENOS MUTILADOS E  
FANTÁSTICOS .....913**

*Juliana de Castro Figueira Galdino da Silva*

*Thiago Ranniery*

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DOS DIREITOS LGBTQIAPN+ ..... 914**

*Jaqueline de Melo Barros*

*Nilza Rogéria de Andrade Nunes*

**UTOPIAS E DISTOPIAS EM SÉRIES ANIMADAS: UMA EXPLORAÇÃO PRELIMINAR..... 915**

*Dandara Sol Campello*

*Thiago Ranniery*

**FORMAÇÃO EM GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO FUNDÃO BIOLOGIA NA FRONTEIRA DA DIFERENÇA..... 928**

*Nayara Falcão de Aguiar*

*Thiago Ranniery*

**PROBLEMAS DAS REPRESENTAÇÕES DOS HOMENS NEGROS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA..... 940**

*Daniele Araujo Balbino*

*Jaqueline Gomes de Jesus*

**NARRATIVAS IMAGÉTICAS DE PROFESSORAS NA PRODUÇÃO DE OUTRAS EXISTÊNCIAS NEGRAS/RACIALIZADAS POSSÍVEIS..... 955**

*Maíra Mello*

*Maria da Conceição Silva Soares*

**RACHANDO O CURRÍCULO, VAZANDO POTÊNCIAS E CRIANDO OUTROS MUNDOS..... 965**

*Will Paranhos*

**“APRENDI QUE A COR DA MINHA PELE ME BENEFICIA E ME DÁ PRIVILÉGIOS”: OS SENTIDOS SUBJETIVOS PRODUZIDOS POR ESTUDANTES DE PSICOLOGIA ATRAVÉS DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES RACIAIS..... 972**

*Victor Hugo Brandão Meireles*

*Pedro Braga Carneiro*

*Norma da Luz Ferrarini*

**EDUCAÇÃO PELOS PARES: INVESTIGANDO O PREP NA ERA DA GAYCIDADE... 979**

*Vinicius Augusto Fernandes Pereira*

*Thiago Ranniery*

**ST 12 - FAZENDO (O) DIREITO: A SUBVERSÃO E RESSIGNIFICAÇÃO  
DAS NORMAS JURÍDICO-POSITIVAS E DO DIREITO EM PROL DE  
UMA CIDADANIA IGUALITÁRIA**

**QUE DEMOCRACIA E QUAIS HUMANOS DE DIREITOS? EDUCAÇÃO EM  
DIREITOS E IDENTIDADES MARGINALIZADAS ..... 987**

*Iuli do Carmo Melo*

**“A GENTE NUNCA CHEGA LÁ”:** PRÁTICAS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE  
MULHERES DOCENTES EM ESCOLA DE DIREITO NO SUL DO BRASIL..... **988**

*Grazielly Alessandra Baggenstoss*

*Maria Juracy Filgueiras Toneli*

*João Manuel Calhau de Oliveira*

**DECISÕES JUDICIAIS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PESSOAS  
TRANS: REFLEXÕES A PARTIR DO SISTEMA JUDICIÁRIO NO BRASIL ENTRE  
2010 E 2021 ..... 989**

*Leonardo Alves dos Santos Correia*

*Jayme Benvenuto Lima Junior*

**“É SÓ UMA GOTA DE SANGUE EM FORMA VERBAL”:** UMA ANÁLISE  
JURÍDICA ACERCA DAS RESTRIÇÕES DE DOAÇÃO DE SANGUE POR  
PESSOAS LGBTI+ NO BRASIL E COLÔMBIA ..... **990**

*Leonardo Alves dos Santos Correia*

**HOMOTRANSFOBIA E RACISMO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS 991**

*Laura Rodrigues Paim Pamplona*

*Luciene Reis Silva*

*Andrea Braga Moruzzi*

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E MULHERES TRANS: OS DESAFIOS FRENTE À  
LACUNA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL..... 1003**

*Ana Paula Bustamante*

*Nivia Valença Barros*

## ST 13 - GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO: INSURGÊNCIAS EM TEMPOS DE (RE)ESPERANÇAR

### **BANCADA EVANGÉLICA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DO GÊNESIS AO APOCALIPSE. .... 1018**

*Cristiano Lucas Ferreira*

*Erlando da Silva Rêses*

### **A MULHER NOS CURSOS DE LICENCIATURA: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO CENSO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ..... 1019**

*Karen Elaine de Freitas Laurindo*

*Alisson Lessa Sene Mariano*

*Sirlândia Schappo*

### **HOJE TEM COLETIVA: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL EM DEBATE NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA ..... 1020**

*Leonardo da Cunha Mesquita Café*

### **AFIRMAR A PRÓPRIA DISSIDÊNCIA (NEGRA/INDÍGENA/TRANS/COM DEFICIÊNCIA): ENTRE O DESBOTAMENTO E O EMPODERAMENTO DA IDENTIDADE DISSIDENTE NO ESPAÇO ACADÊMICO ..... 1021**

*Lucas Silva Dantas*

### **“VOCÊ FISICAMENTE NEM É HOMEM NEM É MULHER”: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS DA TRANSMASCULINIDADE DE UM PROFESSOR DE MACEIÓ-AL ..... 1022**

*Humberto Soares da Silva Lima*

*Rita de Cássia Souto Maior*

### **DESOBEDIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DECOLONIAL E SUAS ENCRUZILHADAS: OS ESTUDOS DE GÊNERO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO ..... 1024**

*Reginaldo Moreira*

### **CORPOS QUE SANGRAM: UMA DISCUSSÃO SOBRE MENSTRUAÇÃO E ESCOLA A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS DAS EDUCAÇÃOES ..... 1025**

*Ana Carolina Hyrycena*

**O APAGAMENTO DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS MENORES DE IDADE  
DAS POLÍTICAS ESCOLARES DE NOME SOCIAL: VÍTIMAS DE EVASÃO  
INVOLUNTÁRIA OU EXPULSÃO MASCARADA? ..... 1026**

*Kaleo Mendes de Melo da Rocha*

**REFLEXÕES INTERSECCIONAIS NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIA DE UMA  
MULHER NEGRA NO ENSINO SUPERIOR ..... 1027**

*Sônia Maria Ramos Gonçalves*

*Megg Rayara Gomes de Oliveira*

**QUESTÕES DE GÊNERO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA ..... 1029**

*Ilana Musacchio*

*Nilton Abranches*

**GÊNERO E EDUCAÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOCENTES DO IFRO  
- CAMPUS ARIQUEMES ..... 1030**

*Bruna Angélica Borges*

**IR À EXPERIÊNCIA TRANSMASCULINA NA ESCOLA PARA SE (RE)PENSAR  
A ESCOLA ..... 1031**

*Raul Aluim Capistrano*

*Anna Paula Vencato*

**SOB DISCURSIVIDADES BIOLÓGICAS E O 'GRUPO DE RISCO':  
MAQUINARIAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS ..... 1032**

*Alexandre Luiz Polizel*

*Rivana Zaché Bylaardt*

**JUVENTUDES QUEER: NARRATIVAS E CURRÍCULOS EM UMA FORMAÇÃO  
TECNOLÓGICA EM MECÂNICA ..... 1033**

*Alexandre Luiz Polizel*

*Rivana Zaché Bylaardt*

**GRUPO CONFLUÊNCIAS: UM ESPAÇO DE TROCA, APRENDIZADO E  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA LGBTI+ ..... 1034**

*Telma Amaral Gonçalves*

**INCLUSÃO DE TEMÁTICAS LGBTQIAP+ NA GRADE CURRICULAR: UMA  
NUTRIÇÃO DE POTÊNCIAS ..... 1035**

*Gabs Andrade Cruz Queiroz*

*Michel Carlos Mocellin*

**LUAU DA DIVERSIDADE: TRANSGREDINDO POR MEIO DA ARTE ..... 1036**

*Mariana Lucas Mendes*

*Joyce Alves da Silva*

**PRODUTO EDUCACIONAL DIGITAL SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO  
ENSINO DE HISTÓRIA ..... 1037**

*Ricardo Diógenes Dias Silveira*

*Priscila Nascimento Marcelino*

**ESTUDOS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DE UMA AGENDA CIENTÍFICA.... 1038**

*Edilaine Cesar*

*Douglas Paulino Barreiros*

*Daniela Finco*

**LGBTI+FOBIA E FORMAÇÃO DOCENTE: O QUE FOI PRODUZIDO NOS  
ENCONTROS NACIONAIS DA ANPED ENTRE 2017 E 2021? ..... 1053**

*Yago Marinho Aquino do Nascimento*

*Giovanna Marafon*

**SAPATOS QUE NOS CABEM: DIVERSIDADE SEXUAL E LITERATURA  
JUVENIL NA ESCOLA ..... 1066**

*Samira dos Santos Ramos*

*Helder Thiago Cordeiro Maia*

**QUEM É O PROFESSOR DA CRIANÇA QUEER? ..... 1078**

*Danielle Ferreira Bastos*

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS: PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E  
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ..... 1092**

*Everaldo de Toledo*

*Marco José de Oliveira Duarte*

**GÊNERO (S), SEXUALIDADE(S) E EDUCAÇÃO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO  
INICIAL DE PROFESSORES/AS ..... 1104**

*Ana Paula da Silva Santos*

**DA GENERIFICAÇÃO À CONTRASSEXUALIDADE: PERCEPÇÕES SOBRE A  
POTÊNCIA DO LUGAR~CORPO INFANTIL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ..... 1112**

*Thais Adriane Vieira de Matos*

*Cláudia Madruga Cunha*

**EXPERIÊNCIA DA PESQUISA COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO  
SOCIAL NA UNIVERSIDADE: PRIMEIRAS IMPRESSÕES E DESAFIOS ..... 1121**

*Nayara Alexandra Rodrigues da Silva*

*Magna Suzana Alexandre Moreira*

**ESPERANÇAR NOVOS TEMPOS NO CAMPO DA CIÊNCIA:  
PROBLEMATIZANDO INCENTIVOS PARA MENINAS E MULHERES NAS  
ÁREAS STEM A PARTIR DE VÍDEOS DO YOUTUBE ..... 1128**

*Yasmin Teixeira Mello*

*Joanalira Corpes Magalhães*

**UM RELATO SOBRE O PROJETO “CORPOS QUE TRANSITAM NO ESPAÇO  
ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO” ..... 1142**

*Tainá dos Reis Garcia*

*Paula Regina Costa Ribeiro*

**EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA E NÃO-DESCRIMINATÓRIA NOS CURRÍCULOS  
E NA PRÁTICA DE EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL 1 ..... 1153**

*Karina Siciliano*

**REDES SOCIAIS COMO UMA PROPAGAÇÃO LGBTFÓBICA: UMA ANÁLISE  
POSSÍVEL A PARTIR DE UM CASO NA ESCOLA ..... 1166**

*Letícia da Silva Paz*

*Glauber Carvalho da Silva*

*Anderson José de Paula*

**GÊNERO/SEXO E DRAMATURGIA CONTEMPORÂNEA: ABORDAGENS  
POSSÍVEIS NA PEDAGOGIA TEATRAL ..... 1180**

*Jerônimo Vieira de Lima Silva*



**PROFESSORAS/ES NOS/DOS/COM OS COTIDIANOS: GÊNEROS,  
SEXUALIDADES E FORMAÇÃO INICIAL INSUFICIENTE.....1191**

*Luiz Otavio Ferreira da Luz*

*Joyce Alves da Silva*

**STELA DO PATROCÍNIO: CAMINHOS PARA UMA COMUNIDADE DE  
APRENDIZAGEM EM ARTE.....1206**

*Érica Dias Gomes*

*Bettina Heerd*

**DA SOLIDÃO DO ARMÁRIO À SOLIDARIEDADE: TECENDO FIOS DE UMA  
EDUCAÇÃO SEXUAL TRANSGRESSORA E PROBLEMATIZADORA.....1218**

*Thiago Aparecido Miranda*

*Fabiana Rodrigues de Sousa*

**A ESCOLA NO RITMO DO FUNK: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NAS  
INTERFACES DOS SABERES DE GÊNERO.....1232**

*Thatiane Oliveira do Nascimento*

*Robéria Nádia Araújo Nascimento*

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: GRUPO DE ESTUDOS VIVÊNCIAS TRANS NA  
UNIVERSIDADE.....1246**

*Iris Gomes Bonato Lopes de Assis*

*Paola Gagnolati Fernandes*

*Sirlândia Schappo*

**“NOSSA, A ESCOLA ESTÁ AMIGA DOS GAYS!”: A CONSTRUÇÃO DE UM  
PROJETO EM DIVERSIDADE NO COLÉGIO XINGU.....1255**

*Camila Veloso Sanches*

*Viviane Gonçales Passarini*

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: DESAFIOS EM TEMPOS  
MODERADORES.....1264**

*Mariane Surriel de Almeida Pereira*

*Jéssica da Silva de Oliveira*

*Rita Cristine Basso Soares Severo*

**A REGULAÇÃO DAS INFÂNCIAS PELO GÊNERO E A IMPORTÂNCIA DAS  
PEDAGOGIA (S) FEMINISTAS NA EDUCAÇÃO.....1271**

*Jéssica da Silva de Oliveira*

**EXPERIÊNCIA DOCENTE SOBRE TRANSGENERIDADE E SAÚDE NO CURSO  
DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA.....1278**

*Isabela Ferreira de Castro*

*Maria Carmen Aires Gomes*

*Jaqueline Gomes de Jesus*

**OCUPAR PARA EDUCAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PREPARA NEM  
UERJ 2023.....1288**

*Bruno Nascimento de Souza*

*Angie de Lima Santos Barbosa*

*Mariana Coêlho dos Santos*

*Nilton Abranches Junior*

**ESCREVIVÊNCIAS SOBRE UMA LIGA ACADÊMICA DA AMAZÔNIA  
PARAENSE COMO ESPAÇO PARA A TROCA-CONSTRUÇÃO DE AFETOS NA  
COMUNIDADE LGBTQIAPN+.....1295**

*Rafael Moraes da Silva*

**A SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL DE PROFESSORES E PROFESSORAS  
IMPLICADAS(OS) EM UMA DISCIPLINA DE SEXUALIDADE E GÊNERO DE  
UM CURSO DE PSICOLOGIA.....1302**

*Victor Hugo Brandão Meireles*

*Caroline Bevilacqua*

*Pedro Braga Carneiro*

*Norma Ferreira da Luz Ferrarini*

**GARANTIA DA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL  
ENTRE ALUNOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFF RIO DAS  
OSTRAS: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA PEDAGÓGICA A PARTIR DE  
DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA CATEGORIA PROFISSIONAL.....1309**

*P. M. Sirelli*

*G. G. Ferreira*

**PROMOVENDO A EQUIDADE DE GÊNERO E O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL: EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDS) NO IFRJ/PINHEIRAL ..... 1316**

*Arthur dos Reis Castelini*

*Leyza Buarque Lucas*

*Amanda Veloso Garcia*

**PENSAR UMA EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE, COMUNIDADE E PENSAMENTO CRÍTICO A PARTIR DAS PRODUÇÕES DE BELL HOOKS: A EXPERIENCIA DA CAPACITAÇÃO LACIGS+ ..... 1323**

*Rodrigo Cleber Leão de Oliveira*

**HOMEM VITRUVIANO E SUAS MEDIDAS MACHO CENTRADAS: UMA ANÁLISE DE EMENTAS DE ERGONOMIA ..... 1328**

*Felipe Grassine de Oliveira*

*André Luiz Carvalho Cardoso*

**EDUCAÇÃO TECNOLOGIAS E REPRESENTAÇÕES LGBTI+: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ..... 1338**

*Alberto Rodarte Ribeiro*

*Júlio César dos Santos*

**ST 14 - GÊNERO, SEXO E RAÇA: ENTRE A DISCURSIVIDADE E A MATERIALIDADE**

**“MAS É SEXO?” SEXUALIDADE DE MULHERES LÉSBICAS E BISEXUAIS NO CAMPO DA SAÚDE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI ..... 1351**

*Fernanda Farias dos Santos*

*Cristiane da Silva Cabral*

**ESCRITA ACADÊMICA E IDENTIDADES NÃO-NORMATIVAS: MATERIALIDADES DISCURSIVAS QUE DESAFIAM O GÊNERO (ACADÊMICO) ... 1366**

*Leandro da Silva Gomes Cristóvão*

**ENTRE LAÇOS E LASSOS: “ESTRANHA FORMA DE VIDA” E A MASCULINIDADE GAY NO CINEMA DE PEDRO ALMODÓVAR ..... 1367**

*Thiago Pereira Machado*

*Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira*

**ATAQUE ÀS ESCOLAS: VIOLÊNCIA DIRECIONADA ÀS MULHERES E SUA  
RELAÇÃO COM AS MASCULINIDADES .....1369**

*Thiago Pereira Machado*

*Marina Francisqueto Bernabé*

**ENTRE A PARECENÇA, A CONFIANÇA E O EMBRANQUECIMENTO:  
CRITÉRIOS DE ESCOLHA NA SELEÇÃO DE DOADORES DE SÊMEN POR  
CASAS LÉSBICAS .....1371**

*Hugo Henrique Pascoal*

*Anna Paula Uziel*

**BICHA AMAZÔNIDA RACIALIZADA – NOTAS PARA RETORNOS,  
DESCOLONIALIDADE AO ESPIRALAR O TEMPO .....1372**

*Andrey Rodrigues Chagas*

**“VÃO QUEBRAR A UNHA”: ATRAVESSAMENTOS SOCIAIS DE UM HOMEM  
HOMOSSEXUAL PRETO EM UM TIME DE FUTEBOL GAY .....1373**

*Juan Kal Rosa Romero*

*Mariana Ghignatti Fagundes*

*André Luiz dos Santos Silva*

**A CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE SEXO,  
CLASSE E RAÇA NA VIDA E OBRA DE DONA IVONE LARA .....1387**

*Thallyta Beatriz Bezerra dos Santos Nagel*

**O ABORTO E O GOVERNO DOS CORPOS FEMININOS: INTERLOCUÇÕES  
ENTRE SEXO, GÊNERO E RAÇA .....1400**

*Taina Guerra Chimieski*

*Thais Geraldo de Oliveira Aguiar*

*Raquel Pereira Quadrado*

**FORTALECENDO A AUTOESTIMA AFROFEMININA: EXPERIÊNCIA DE  
INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM MULHERES NEGRAS .....1408**

*Milton Luis Barreto Vieira*

*Davi Augusto dos Santos Soares*

*Jamille Maria de Araujo Figueiredo*

## **PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: GÊNERO E RAÇA EM FOCO. 1415**

*Marceli Matoso*

## **ST 15 - GERAÇÃO: INFÂNCIAS, JUVENTUDES E VELHICES LGBTQIAPN+**

### **“AIIIN, MONA!”: QUANDO A FOFOCA BRINCA COM A VERDADE, INTERROGA AS AMIZADES E ATRAVESSA SEXUALIDADES ..... 1430**

*Rayane Ribas Martuchi*

*Amana Rocha Mattos*

### **DIÁLOGOS SOBRE GERAÇÃO, MEMÓRIAS E PROCESSOS DE RACIALIZAÇÃO DE HOMENS GAYS NEGROS ..... 1431**

*Rômulo Lopes da Silva*

*Leonardo Lemos de Souza*

### **“CRIANÇAS TRANS EXISTEM?”: UM DEBATE SOBRE A CISGENERIDADE E OS SABERES PSIS ..... 1432**

*Júlia Muniz de Alvaenga*

*Giovanna Marafon*

### **CABRA MACHO NÃO SENHOR: NOTAS DE UM CORPO EM FÚRIA ..... 1445**

*David Amorim*

### **ADOLESCÊNCIAS TRANS: ESCUTA CLÍNICA EM UM AMBULATÓRIO DE TRANSDIVERSIDADE ..... 1446**

*Heloene Ferreira da Silva*

*Daniel Luis Schueftan Gilban*

*Carolina Bastos da Cunha*

*Clarice Borschiver de Medeiros*

*Michelle de Moura Balarini*

## **ST 16 - HOMOSSEXUALIDADE E IGREJA**

### **GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO PARA A GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES ..... 1449**

*Rita Cristiana Barbosa*

**COMO ERA NO PRINCÍPIO, AGORA E SEMPRE. AMÉM?..... 1450**

*Edson Ferreira Alexandrino Junior*

**“EU NÃO QUERO VIVER NA PROMISCUIDADE: REFORÇO E SUBVERSÃO  
DE NORMATIVIDADES EM IGREJAS INCLUSIVAS..... 1451**

*Maressa Fernanda Almeida da Silva*

**TECLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTUDOS EM GRUPO DE PESQUISA ..... 1452**

*Rita Cristiana Barbosa*

**ST 17 - INTERSECCIONALIDADES EM BRASIL(IS) E ÁFRICA(S) NA  
DECOLONIALIDADE DOS CORPOS, ESPORTES E EDUCAÇÃO FÍSICA:  
GÊNERO, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES E +**

**INTERSECCIONALIDADES EM BRASIL E ÁFRICA (PALOP) NA  
DECOLONIALIDADE DOS CORPOS: GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADES E  
ESPORTE ..... 1454**

*Ineildes Calheiro*

**GÊNERO CAPOEIRA ANGOLA: ABORDAGENS ENTRE SI ..... 1466**

*Camila Reis Tomaz*

*Nilton Abranches Junior*

**ST 18 - LESBIANIDADES E RESISTÊNCIAS SAPATÔNICAS**

**RETRATOS PROIBIDOS: IMAGENS DE LESBIANIDADE NA NOITE  
PAULISTANA DE 1970 A 1980 ..... 1468**

*Natalia Rosa Epaminondas*

*Maria Claudia Bonadio*

**O MOSSOROENSE: REPRESENTAÇÕES DA LESBIANIDADE E OS PAPÉIS DE  
GÊNERO (1980-1994)..... 1469**

*Kyara Maria de Almeida Vieira*

**“UM INTERESSANTE CASO DE HOMOSSEXUALIDADE FEMININA”: A  
INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E SEXUALIDADE NO CASO E.R. .... 1470**

*Lissa dos Passos e Silva*

**UM DIÁLOGO DIFERENTE, UM DIÁLOGO ENTRE NÓS: REVISTA ORGANA E  
A EMERGÊNCIA DA IMPRENSA LÉSBICA PORTUGUESA.....1471**

*Letícia Emília Batista*

**POR UMA HISTORIOGRAFIA DISSIDENTE: HISTÓRIA LÉSBICA NO BRASIL E  
OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO .....1472**

*Augusta da Silveira de Oliveira*

**UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: O “SAIR DO ARMÁRIO” PARA A MULHER  
NEGRA LÉSBICA NO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARÁ.....1473**

*Jéssica da Silva Santana*

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CICLO VISIBILIDADE LÉSBICA: A GENTE SE  
RECONHECE NA NOSSA HISTÓRIA!.....1474**

*Marcela Salles Souto*

*Vitória Beatriz Peterle Cebalho*

*Sophia Melhorança Moreira Añez*

*Ana Luisa Alves Cordeiro*

**CLARA E HELENA: CLAUSTRO DA HISTERIA E LESBIANIDADES NA  
TELENOVELA “VAI NA FÉ”.....1476**

*Raabe Bastos*

*Gabriela Santos Alves*

**A MATERNIDADE A PARTIR DA LESBIANIDADE: REFLEXÕES SOBRE A  
DUPLA MATERNIDADE EM SÃO LUÍS, MARANHÃO .....1489**

*Juciana de Oliveira Sampaio*

**“MAS É SEXO?” SEXUALIDADE DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS NO  
CAMPO DA SAÚDE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....1504**

*Fernanda Farias dos Santos*

*Cristiane da Silva Cabral*

## ST 19 - LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA EM DEBATE

### **LINGUAGEM INCLUSIVA BINÁRIA E LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO-BINÁRIA ..... 1520**

*Iran Ferreira de Melo*

### **AUTORIA E REPRESENTAÇÃO NÃO-BINÁRIA NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA ..... 1521**

*Autore Cristina Judar*

*Helder Thiago Cordeiro Maia*

### **TRADUÇÃO QUEER E LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA NA SÉRIE SEX EDUCATION ..... 1522**

*Jorge Matheus Santos da Silva*

*Rodrigo Borba*

### **HORIZONTES E CAMINHOS PARA A DEFESA DA LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO ..... 1523**

*Ariane Érika de Souza Rafael Detoni*

*Fabio Alves Gomes de Oliveira*

### **PELA TRILHA DA LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO ..... 1524**

*Iran Ferreira de Melo*

### **(DES) CONSTRUINDO AS PERSPECTIVAS DA LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA ..... 1525**

*Gustavo José B. Paraiso*

*Iran Ferreira de Melo*

### **ATÉ QUE PONTO VAI A NÃO-BINARIEDADE? UMA REFLEXÃO SOBRE RAFA DA SÉRIE “TODXS NÓS” ..... 1533**

*Giulian Pereira de Sales*

## ST 20 - LITERATURA TRANSMASCULINA BRASILEIRA E OS ESTUDOS TRANS

### **A MÚSICA COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA TRANSMASCULINA ..... 1549**

*Klaus Macena Fontenelle*

*Kyara Maria de Almeida Vieira*



**PRÁTICAS VISUAIS ENQUANTO JOGOS URBANOS IDENTITÁRIOS DAS  
MASCULINIDADES EMBUCETADAS..... 1558**

*Taliboy*

*Denise Espírito Santo*

**ST 21 - O PACTO NARCÍSICO DA CISGENERIDADE: REFLEXÕES  
SOBRE A OUTRIDADE E A OFENSA DA NOMEAÇÃO**

**O “OUTRO DO OUTRO”: IMAGENS E IMAGINÁRIOS TRAVESTI NAS  
BRECHAS DE SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO E VISIBILIDADE ..... 1568**

*Brume Dezembro Iazzetti*

**SOBRE O PACTO NARCÍSICO DA CISGENERIDADE E A OFENSA DE  
DESNATURALIZAR A DIFERENÇA ..... 1569**

*Bruno Latini Pfeil*

*Cello Latini Pfeil*

**ENTRE SUJEITO E OBJETO DE PESQUISA: REFLEXÕES PARCIAIS DE UM  
CIENTISTA TRANSMASCULINO NAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS..... 1583**

*Murillo Medeiros Carvalho*

*Jaqueline Gomes de Jesus*

*Charbel Niño El-Hani*

**CISGENERIDADE E BRANQUITUDE COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE  
DECOLONIAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL..... 1592**

*Leonora Maniglia Macedo*

*Taina Vieira Donzeli*

*Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen*

**SISTEMA DE SAÚDE E O CONTEXTO ATUAL DOS AMBULATÓRIOS DE  
ESPECIALIDADE EM SAÚDE TRANSEXUAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 1605**

*Thenessi Freitas Matta*

*Cristiane Maria Amorim Costa*

## ST 22 - PLURALIDADES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CORPORALIDADES VIBRÁTEIS

**O PROCESSO DE QUEERIZAÇÃO DA PERSONAGEM PAUL GRAPPE EM  
DEGENERADO, DE CHLOÉ CRUCHAUDET ..... 1621**

*Fabrício Batista de Sousa*

*Ildney Cavalcante*

## ST 23 - QUE CORPOS PODEM OCUPAR AS CIÊNCIAS DITAS EXATAS?

**TRAZENDO EQUAÇÕES DE INCLUSÃO: O PAPEL DAS PROFESSORAS  
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA  
DOS DIREITOS HUMANOS ..... 1636**

*Jonathan Machado Domingues*

*Matheus Reuter Sena*

**“NÃO ACREDITO QUE VOCÊ É PROFESSORA DE MATEMÁTICA”:  
TRAJETÓRIA DE UMA DOCENTE TRANS NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA ..... 1637**

*Erikah Pinto Souza*

*Washington Santos dos Reis*

**INSEGURANÇA DE MENINAS COM MATEMÁTICA: ANÁLISE DE COMO  
ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO INFLUENCIAM A RELAÇÃO DE ALUNAS COM A  
DISCIPLINA ..... 1638**

*Aline Nicolau Jaccoud Campelo*

*Débora Azevedo de Castro Borba*

*Agnaldo da Conceição Esquinhalha*

**DISCUSSÕES MOBILIZADAS EM UM MINICURSO SOBRE RAÇA, GÊNERO  
E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA ..... 1639**

*Washington Santos dos Reis*

**O QUE DIZEM AS NARRATIVAS DE PROFESSORES LGBTQIAPN+ EM  
FORMAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS EXATAS DA UESB? ..... 1640**

*Luan Trindade de Brito*

*Gerson dos Santos Farias*

**DECOLONIZANDO O ENSINO DE MATEMÁTICA: VOZES DE LICENCIANDAS  
EM MATEMÁTICA EM CORPOS DISSIDENTES ..... 1642**

*Jéssica Luna*

**“COMO VOCÊ DESCREVERIA UM(A) PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA?”:  
CONCEPÇÕES DE DOCENTES LGBTI+ QUE ENSINAM MATEMÁTICA ..... 1643**

*Hygor Batista Guse*

**UMA PROPOSTA SOBRE COMO DISCUTIR SOBRE MINORIAS EM  
QUESTÕES DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA ..... 1644**

*Geisa Abreu Lira Corrêa dos Santos*

*Carolina Salviano Bezerra*

**NEGRÉGORA: PARA ALÉM DA DIFUSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA  
COMPUTAÇÃO ..... 1645**

*Eciivaldo de Souza Matos*

**A QUÍMICA DA PURPURINA: PROPOSTA E APLICAÇÃO DE SEQUÊNCIA  
DIDÁTICA COMO CAMINHO PARA A DISCUSSÃO SOBRE OS CORPOS  
DISSIDENTES ..... 1646**

*Caio Gentil Nascimento da Silva*

*Marcos André Ferreira de Araujo Santos*

*Joaquim Fernando Mendes da Silva*

**ALGUMAS INICIATIVAS PARA VISIBILIZAR PESSOAS LGBT+ NA  
MATEMÁTICA ..... 1647**

*Marina Cunha Monteiro*

*Agnaldo da Conceição Esquincalha*

**DE VIADINHO À SAPATÃO: PRESSUPOSTOS DE RECONHECIMENTO DE  
CORPOS LGBT+ NAS AULAS DE MATEMÁTICA ..... 1649**

*Luciano Araujo Lemos Junior*

*Glauber Carvalho da Silva*

*Agnaldo da Conceição Esquincalha*

**INTERROGANDO A NEUTRALIDADE NA MATEMÁTICA: REFLEXÕES A  
PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA ..... 1650**

*Glauber Carvalho da Silva*

*Laura Moutinho*

**DE VIADINHO À SAPATÃO: PRESSUPOSTOS DE RECONHECIMENTO DE  
CORPOS LGBT+ NAS AULAS DE MATEMÁTICA ..... 1664**

*Luciano Araujo Lemos Junior*

*Glauber Carvalho da Silva*

*Agnaldo da Conceição Esquincalha*

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO UNIVERSO  
PREDOMINANTEMENTE MASCULINO ..... 1665**

*Camila Gonçalves Guimarães*

**“COM QUEM VOCÊ DEIXA SEUS FILHOS?”: TRAMAS DO CUIDADO NA  
CARREIRA DE MULHERES MÃES NA MATEMÁTICA ..... 1678**

*Glauber Carvalho da Silva*

*Milena Mateuzi Carmo*

**HISTÓRIAS OUTRAS NA MATEMÁTICA E NAS CIÊNCIAS ..... 1691**

*Renato de Carvalho Alves*

*Geisa Abreu Lira Corrêa dos Santos*

**“(POR QUE ACREDITA-SE QUE) A MATEMÁTICA É COISA  
(EXCLUSIVAMENTE) DE HOMEM (CISNORMATIVO EUROPEIZADO?)”:  
OBSERVAÇÕES ACERCA DE PRESENÇA DE DIVERSIDADE NUM CURSO DE  
MATEMÁTICA ..... 1692**

*Leonardo Maciel dos Santos*

*Eduardo dos Santos de Oliveira Braga*

**ST 24 - RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:  
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS**

**EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: IMPACTOS  
PARA MULHERES DO INTERIOR DE MINAS GERAIS ..... 1700**

*Thatiane Santos Ruas*

*Thais Alfred Iasbik de Aquino*

**FEMINISMOS PLURAIS: AMPLIANDO OLHARES EM TORNO DE  
MOVIMENTOS DE MULHERIDADES E FEMINILIDADES ..... 1701**

*Thatiane Santos Ruas*

**MULHER JOVEM E REFUGIADA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO MIDIÁTICA DE  
UMA INFLUENCER DO TIKTOK NA GUERRA DA UCRÂNIA.....1702**

*Mariana Marcela de Fátima Moraes*

*Cristóvão Domingos de Almeida*

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA NA  
PERSPECTIVA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, DOS DOCENTES DE  
UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE BELO HORIZONTE .....1704**

*Antonia Pinheiro*

*Raquel Quirino*

**DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....1705**

*Lívia Machado Oliveira*

*Joyce Alves da Silva*

**PROTAGONISMO DE MULHERES NAS LUTAS POR INCLUSÃO E  
DIVERSIDADE NO SETOR AUDIOVISUAL DO BRASIL.....1706**

*Fernanda Deborah Barbosa Lima*

*Debora de Carvalho Figueiredo*

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO TURISMO: DA ESCOLHA DE  
CARREIRA À MOTIVAÇÃO PARA PERMANÊNCIA NO TURISMO.....1707**

*Thiago Eduardo Freitas Bicalho*

*Raquel Quirino*

**GÊNERO E ADVOCACIA: ROMPENDO O TETO DE VIDRO DAS SOCIEDADES  
DE ADVOGADOS .....1728**

*Mariana de Souza Azevedo*

*Felícia Silva Picanço*

**MÃE, TRABALHADORA E ESTUDANTE: REVISÃO DE LITERATURA.....1742**

*Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva*

*Raquel Quirino*

**A INSERÇÃO DA MULHER NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA: AVANÇOS E DESAFIOS .....1754**

*Camila Gonçalves Guimarães*

**MULHERES NO COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DO SISTEMA  
PRISIONAL DE MINAS GERAIS.....1767**

*Juliana de Ávila Ferreira*

*Raquel Quirino*

*Roberto de Deus Lopes*

**JUVENTUDES, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETOS DE VIDA: UMA  
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....1780**

*Tamyris Bianchi Grilo*

*Raquel Quirino*

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO MARXISMO  
QUEER.....1794**

*Kayê A'nu Vasconcellos Ozorio*

**NÃO É BRINCADEIRA: RELATOS DE VIOLÊNCIAS VELADAS E MANIFESTAS  
SOFRIDAS POR PROFESSORAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO  
SUPERIOR.....1802**

*Alexia Fagundes de Lara*

*Marcela Teixeira Godoy*

**A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DA  
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....1816**

*Carmen Lúcia de Cássia Pongelupe Assis*

*Raquel Quirino*

**PROJETO JUVENTUDES: PROJETO DE FUTURO E EVASÃO NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....1826**

*Raquel Quirino*

*Fábio da Silveira Soares*

*Luciana Aparecida Cunha Soares*

*Raquel Quirino*

**A MULHER NEGRA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: ENTRE A  
DESIGUALDADE E A SUPEREXPLORAÇÃO.....1837**

*Emily Santos Mota*

**OS ATRAVESSAMENTOS PESSOAIS DE POLICIAIS CIVIS NOS  
ATENDIMENTOS EM DEAMS ..... 1850**

*Kellen Raissa dos Santos*

*Tatiana Machiavelli Carmo Souza*

**MULHERES NO COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DO SISTEMA  
PRISIONAL DE MINAS GERAIS ..... 1864**

*Juliana de Ávila Ferreira*

*Raquel Quirino*

*Roberto de Deus Lopes*

**ST 25 - RESISTÊNCIAS LGBTQIAPN+, INTERSECCIONALIDADE,  
DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**VOZES INVISÍVEIS, FUTUROS BRILHANTES: AS CRIANÇAS TRANS E A  
REVOLUÇÃO NA RESISTÊNCIA LGBTQIAPN+ ..... 1879**

*Jonathan Machado Domingues*

**PROCESSOS SUBJETIVOS DE PERTENCIMENTO E ALIANÇAS DE  
LGBTQIA+S NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SUAS  
RELAÇÕES COM AÇÕES E POLÍTICAS AFIRMATIVAS ..... 1880**

*Marcus Vinicius Mazini dos Santos*

*Leonardo Lemos de Souza*

**RESISTÊNCIAS GORDAS LGBTQIAPN+: ACESSO A DIREITOS E POLÍTICAS  
PÚBLICAS? ..... 1882**

*Maria Luisa Jimenez Jimenez*

*Rafaela Lima Pereira*

**PROCESSOS DE ALIANÇA E PERTENCIMENTO DE SUJEITOS LGBTQIA+S  
EM UNIVERSIDADES DA ESPANHA ..... 1883**

*Marcus Vinicius Mazini dos Santos*

*Leonardo Lemos de Souza*

**O ESTADO CONTRA A CONTRACONDUTA: VIOLÊNCIA POLICIAL FRENTE A  
RESISTÊNCIA TRANSREVOLUCIONÁRIA DE UMA CASA DE ACOLHIMENTO  
LGBTQIAPN+ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ..... 1885**

*José Arnaldo Moreira de Carvalho Júnior*

*Andréa Costa da Silva*

**O FUTEBOL É DE TODOS? UMA ANÁLISE DAS CAMPANHAS DE TIMES DE  
FUTEBOL SOBRE O DIA DO ORGULHO LGBTQIA+ ..... 1887**

*Rafaela Cristina de Souza*

**CORPOS QUE TRANSITAM: AS TRAJETÓRIAS DESAFIADORAS DE DOIS  
HOMENS ..... 1888**

*Eli do Socorro Gonçalves Pinheiro*

*Cristina Donza Cancela*

**HABITAR O INABITÁVEL: UM OLHAR PARA SOFRIMENTO, VIOLÊNCIA E  
AGÊNCIA NA EXPERIÊNCIA DE PESSOAS LGBTI+ ..... 1901**

*Autores: Marcelo Tavares Natividade*

*Leandro de Oliveira*

**COMO O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO É VIVENCIADO PELAS  
MÃES DE PESSOAS TRANS? ..... 1902**

*Juliana Maria da Cruz*

*Raquel de Barros Pinto Miguel e Jaqueline Gomes de Jesus*

**DESEJOS PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA: RELATO SOBRE A ARTICULAÇÃO  
DA APAE QUATIS COM O CENTRO DE CIDADANIA LGBTI - REGIÃO AGULHAS  
NEGRAS ..... 1903**

*Iris Cristina da Silva Gonçalves de Souza*

*Karla Verri da Silva*

**ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR  
DO SUS: CONTRIBUIÇÕES NA LUTA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS  
EM SAÚDE DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS NO AMBULATÓRIO DE  
TRANSDIVERSIDADE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ..... 1908**

*Gabs Andrade Cruz Queiroz*

*Carolina Bastos da Cunha*

*Michelle de Moura Ballarini*

*Ursula Viana Bagni*

**O ARTEVISMO COMO FORMA DE LUTA POLÍTICA DE CORPOS  
MARGINALIZADOS NO ACESSO A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO II (RE)  
EXISTIR EM BELÉM-PA. .... 1910**

*Aline Stefany Queiroz Leite*

*Rodrigo Cleber Leão de Oliveira*



**DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E INTERSECCIONALIDADES NA  
COMUNIDADE LGBTI+: ACHADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA  
DA POPULAÇÃO LGBTI+ ..... 1911**

*Akira Borba Colen França*

*Leandra Sobral Oliveira*

*Luddy Searom Carias de Moraes*

*Wisney Batista dos Santos*

**REQUALIFICAÇÃO CIVIL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE PESSOAS  
TRANS E TRAVESTIS NA REGIÃO AGULHAS NEGRAS ..... 1925**

*Elisany Damázia da Cunha*

*Hiara Peixoto de Souza Silva*

**REDE DE SERVIÇOS: GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS À PESSOAS TRANS  
NO MUNICÍPIO DE BELÉM ..... 1926**

*Barbara Caroline Martins Oliveira*

*Laura Michele Serrão Lima Gomes*

*Adriana de Azevedo Mathis*

**REPRESENTAÇÕES LGBTQIA+ NA PUBLICIDADE BRASILEIRA ..... 1938**

*Fernando José Martins*

*Débora de Carvalho Figueiredo*

**TENDÊNCIAS DE ABERTURA SOBRE A IDENTIDADE LGBTI+ NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA PESQUISA NACIONAL DE 2019 ..... 1952**

*Luddy Searom Carias de Moraes*

*Akira Borba*

*Leandra Sobral Oliveira*

*Wisney Batista dos Santos*

**CONVERGÊNCIA DE INCLUSÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTQ+ E  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA ..... 1961**

*Chiara Rodrigues Macedo Santos*

*Clarice Rodrigues Macedo Santos*

**PSICOLOGIA, TRANSGENERIDADES E PROCESSO TRANSEXUALIZADOR  
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: POSICIONAMENTOS CRÍTICOS ..... 1969**

*Letícia Carolina Boffi*

*Manoel Antônio dos Santos*

**O PALÁCIO DAS PRINCESAS E A DISRUPÇÃO DA QUARTA PAREDE..... 1983**

*Fabio Redkowiez Rodrigues Gomes*

**NECROBIOPOLÍTICA DE GÊNERO: ANÁLISE DO DOSSIÊ DE ASSASSINATOS  
E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2022 ..1996**

*Thais Geraldo Oliveira de Aguiar*

*Taina Guerra Chimieski*

*Raquel Pereira Quadrado*

**A LEI ROSA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA (MG) ..... 2004**

*Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira*

*Ana Cecília Pereira*

**DEMANDAS DA POPULAÇÃO LGBTIQAPN+ PARA AS POLÍTICAS  
PÚBLICAS: DEBATES CONSUBSTANCIAIS..... 2014**

*Matheus Andrade de Moraes*

*Silmere Alves Santos*

**CORPOS INSURGENTES: ANÁLISE INTERSECCIONAL DO AUDIOVISUAL  
COMO UMA FERRAMENTA POLÍTICA DA POPULAÇÃO NEGRA E LGBTIQAPN+ 2027**

*Irlanna Dias Ramos*

**INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO  
LGBTI+: REFLEXÕES SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO ..... 2038**

*Aline Stefany Queiroz Leite*

*Beatriz Rodrigues Nascimento*

**ATIVISMOS E NOVOS DISCURSOS SOBRE SEXUALIDADE DE PESSOAS  
COM DIVERSIDADE FUNCIONAL: UM OLHAR SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES  
QUEER-CRIP ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA YES, WE FUCK! ..... 2050**

*Louise Lima Storni Rocha*

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO  
TLGBQIAPN+ NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE O TEMA..... 2064**

*Becca da Silva Carnavale*

*João Boscô Hora Gois*

**A BIXA PRETA E AS MASCULINIDADES: IMAGENS DE CONTROLE E  
REVERBERAÇÕES POSSÍVEIS .....2076**

*Rodrigo Cleber Leão de Oliveira*

**AÇÕES EXTENSIONISTAS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E  
SEXUALIDADES PARA ADOLESCENTES E JOVENS .....2090**

*Viviane de Queiroz*

*Ana Luísa da Silva Côco*

*Blandine Rachel Carvalho Brandão*

**ATENÇÃO EM SAÚDE TRANSESPECÍFICA À CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
NO CONTEXTO DE OFENSIVA ANTITRANS .....2097**

*Liliane de Oliveira Caetano*

*Terezinha de Fátima Rodrigues*

**A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FAMÍLIAS E PESSOAS  
LGBTQIA+ NA PERSPECTIVA DE ATENÇÃO À MATRICIALIDADE FAMILIAR .....2108**

*Silvia Galhardo*

**ST 26 - SENTIDOS DO TRABALHO E POLÍTICAS DE  
EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS LGBTQIAPN+**

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE  
INICIATIVAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA .....2116**

*Ana Paula Speck Feijó*

*Paula Regina Costa Ribeiro*

**DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO LABORAL: A EXPERIÊNCIA DO  
PROJETO #EMPREGALGBTI+ MATO GROSSO .....2117**

*Bruna Andrade Irineu*

*Josiley Carrijo Rafael*

*Eloísa Castro de Oliveira*

*Maíne Ferreira Maia de Oliveira*

## ST 27 - TEORIAS, TEOLOGIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

**A OVELHA ROSA: ANÁLISE DO TRÂNSITO RELIGIOSO NA AUTOBIOGRAFIA  
O PROFETA GAY, DO REVERENDO FRANCISCO FERREIRA JÚNIOR ..... 2128**

*Maylton Marques Lourenço*

*Rita Cristiana Barbosa*

**O CORPO BISSEXUAL COMO POSSIBILIDADE TEOLÓGICA ..... 2129**

*Michel Eriton Quintas*

**HETERONORMATIVIDADE E MASCULINIDADES NO TERREIRO DE  
UMBANDA: EM DEBATE AS RELAÇÕES DE GÊNERO, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO 2130**

*Paula dos Reis Moita*

*Joyce Alves*

## ST 28 - TRANSFEMINISMOS: TEORIAS E PRÁTICAS PARA ALÉM DAS FEMINILIDADES

**TRANSFEMINISMO: TEORIAS E PRÁTICAS - MIRADA DOS DEZ ANOS DE  
UMA LITERATURA DE FRONTEIRA..... 2144**

*Jaqueline Gomes de Jesus*

*Liliana Graciete Fonseca Rodrigues*

**REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DE PATRÍCIO MANUEL E SAÚDE  
TRANSMASCULINA: PERSPECTIVAS ESPORTIVAS E INVISIBILIZAÇÕES  
SOCIAIS ..... 2145**

*Leonardo Morjan Britto Peçanha*

**A PEDAGOGIA DA DESOBEDIÊNCIA E SEUS MÉTODOS TRAVESTILIZADOS 2146**

*Thiffany Odara Lima da Silva*

**PAIS QUE GESTAM: O (DES)AMPARO E A INVISIBILIZAÇÃO NA GRAVIDEZ  
TRANSMASCULINA ..... 2147**

*Carolina Alves Ferreira*

*Leonardo Morjan Britto Peçanha*

**A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER SOBRE SAÚDE TRANSMASCULINA PARA  
A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ..... 2148**

*Leonardo Morjan Britto Peçanha*

*Roxana Macedo Brasil*

**NARRATIVAS DE DOR: REFLEXÕES QUE PARTEM DA ABJEÇÃO DO CORPO  
E SE TRANSFORMAM EM POTÊNCIA ..... 2150**

*Felipe Grassine de Oliveira*

*André Luiz Carvalho Cardoso*

## PREFÁCIO

### A ARTE DO ENCONTRO COMO RESISTÊNCIA INTELCTUAL

*Jaqueline Gomes de Jesus<sup>1</sup>*

*“A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”.  
Samba da benção, de Vinícius de Moraes.*

*“ - Natural é as pessoas se encontrarem e se perderem.  
- Natural é encontrar. Natural é perder.  
- Linhas paralelas se encontram no infinito.  
- O infinito não acaba. O infinito é nunca.  
- Ou sempre”.*

*O dia que Júpiter encontrou Saturno, de Caio Fernando Abreu.  
“Os bons amigos sempre se encontram”.  
O Bebê de Tarlatana Rosa, de João do Rio.*

João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, cujo nome social era João do Rio, cronista da vida urbana no Rio de Janeiro do começo do século XX, jornalista e escritor popular e reconhecido pela crítica, membro mais jovem a ter sido eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1910, aos 28 anos, um homem negro e gordo, era particularmente perseguido por uma parcela da elite intelectual de sua época por também ser homossexual (CASTRO, 2019).

Tentou ser diplomata, porém seu ingresso no Itamaraty foi barrado pelo Barão do Rio Branco, em 1902, sob o “argumento” de que a diplomacia brasileira

---

<sup>1</sup> Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROFHISTÓRIA/UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz (PPGBIOS/FIOCRUZ). Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq/IFRJ). Foi Presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - ABETH (gestão 2021-2023). Premiada em 2024 como Pesquisadora Destaque pela Brazil Conference at Harvard & MIT. E-mail: [jaqueline.jesus@ifrj.edu.br](mailto:jaqueline.jesus@ifrj.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0121194567584126>.

não poderia ser representada por um homem “gordo, amulatado e homossexual” (CAIXETA, 2021).

Certamente surpreenderá a um número significativo de leitores dos nossos tempos (especialmente os acostumados a aplicarem termos como “comunidade” a qualquer conjunto de pessoas oriundas do mesmo grupo social historicamente discriminado, e esperarem identificação imediata entre esses indivíduos) descobrir que ele era atacado sistematicamente, com o uso de termos extremamente virulentos, até mesmo por autores gordos, como Emílio de Menezes, que após a eleição daquele para a Academia, espalhou pelo Rio este poema:

Na previsão dos próximos calores  
A Academia, que idolatra o frio  
Não podendo comprar ventiladores  
Abriu as portas para o João do Rio

E Antônio Torres, para quem João do Rio tinha “beijorra etiópica”, era “homem-torpeza que trouxe para o mundo todas as ancestralidades fétidas dos excrementos falsificados”, “invertido” e “pederasta passivo”. Torres tentou espalhar pela cidade um apelido para João do Rio: “Madame Bicicleta”, porque “todo mundo montava nele”.

Autores negros, como o próprio Torres, e Lima Barreto, igualmente, não se isentaram de atacar João do Rio, em função do que atualmente conseguimos reconhecer como homofobia. Barreto afirmou que se “recusava a dizer-se literato — porque João do Rio o é” e criou o personagem Raul de Gusmão, em Recordações do Escrivão Isaías Caminha, como um homossexual inspirado em João do Rio, a quem se referiu como “misto de suíno e símio”.

Décadas depois, uma pesquisa de amostragem nacional (Instituto Paulista de Pesquisas de Mercado, 1983), cuja coleta de dados ocorreu em 1980, envolvendo 3.054 respondentes em capitais e grandes cidades, identificou que 57,1% dos entrevistados da cidade do Rio de Janeiro rejeitavam o que então se denominava de “problema do homossexualismo” (SIC), ao passo que apenas 8,7% consideravam normal ser homossexual. Era praticamente inexpressivo o número de respondentes que expressaram o desejo de ter um relacionamento sexual com pessoas negras, e a quase totalidade criticava a troca de casais, prática que, entretanto, era conhecida por 60% dos entrevistados.

De forma alguma a vida intelectual está dissociada da cultura que lhe possibilitou existir. Desse modo, a academia, por mais que busque observar a sociedade, tem nela raízes profundas, tanto naquilo que há de mais progressivo quanto de

retrógrado. Cabe-nos ter consciência disso para não reproduzirmos formas alienadas de produção das Ciências.

As ideias não são estáticas no tempo – como as pessoas e povos, têm uma história –, formam memórias coletivas tanto para o seu grupo de referência quanto para a sociedade em geral, “em uma relação de seleção e reconstrução contínua” (JESUS, 2014, P. 6), e confluem, como uma maré, com seus altos e baixos, até o Brasil contemporâneo.

Em 2021, quando a nossa gestão foi eleita, por meio de uma assembleia geral ordinária virtual, devido ao isolamento físico decorrente da pandemia da COVID-19, decidimos que realizar o XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial - CINABETH e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - ABETH presencialmente seria uma resposta ativa, e uma forma de resistência necessariamente ousada (senão abusada mesmo), tanto ao isolamento social vivido cotidianamente por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e outras pessoas discriminadas em função de preconceito contra a sua orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e/ou conformação corporal (LGBTI+), quanto ao fundamentalismo político-religioso, ofensivas anti-gênero e anti-LGBTI+ promovidas pelo então Governo Bolsonaro.

Por óbvio, os percalços institucionais da ABETH começaram muito antes do governo federal supracitado, remontando à oposição intelectual, cínica ou explícita, à agremiação dos outrora apontados como pecadores, criminosos ou doentes, simplesmente por expressarem suas orientações sexuais, vivenciarem suas identidades de gênero e expressões de gênero, e/ou nascerem com uma conformação corporal tidas como não hegemônicas.

Porém, não estarei errando muito ao acrescentar que sofremos mais impasses, particularmente, desde 2017, quando a gestão da primeira travesti, a professora Luma Nogueira de Andrade, iniciou-se no contexto do impeachment sem comprovação de crimes, um golpe branco contra a presidenta Dilma Rousseff (ANDRADE, 2021), passando pela gestão da primeira lésbica, a professora Bruna Andrade Irineu, eleita em 2018, que teve de lidar com os momentos mais críticos da pandemia de COVID-19 e do Governo Bolsonaro, obrigando que seu mandato fosse estendido, o que ocorreu também com o meu.

Note: foram três gestões femininas seguidas, contando com a minha, que frente a revezes políticos e sanitários resistiram e foram bem-sucedidas em cumprir a missão da ABETH de formar redes e ampliar saberes. A de Luma foi pioneira ao inserir os temas da interseccionalidade e das relações étnico-raciais, além de criar o prêmio ABETH de dissertações e teses, e a REBEH, revista acadêmica da associação, que devido ao trabalho incessante de Bruna, que expandiu vertiginosamente



nosso impacto acadêmico e político, e possibilitou a REBEH alcançar a avaliação A2 da CAPES em minha gestão. A gestão de Bruna encontrou nos recursos de comunicação a distância uma alternativa para o isolamento, a qual possibilitou que no congresso de 2021 pudéssemos afirmar, sem nos expormos à COVID-19 e inclusive analisando os impactos dela sobre a população LGBTI+ (ANDRADE IRI-NEU & GOMES DE JESUS, 2023), que temas como vida e família não são exclusivos da extrema direita, mas também pautas e objetos de estudo urgentes para nós que questionamos a heteronormatividade e a cisnormatividade e vivenciamos dissidências sexuais e de gênero.

Ainda durante a eleição da minha diretoria havia dúvidas e medos, os quais eram explicitados, quanto à possibilidade de podermos nos encontrar no mundo físico em 2023. Compreendemos que teríamos mais ganhos do que perdas ao reduzir o controle panóptico digital (HAN, 2021), mesmo que isso significasse que os congressistas não poderiam acompanhar as discussões só virtualmente.

É claro que uma associação é criada com vistas à visibilidade mais ampla possível, entretanto não nos interessa, enquanto pessoas pesquisadoras LGBTI+ e aliadas, sermos apenas vistas, mas sobretudo nos vemos. Não nos interessa termos atribuídas a nós identificações estereotipadas, como ocorre tradicionalmente, quando somos objetificadas, mas nos construímos coletivamente como intelectuais, dentro e fora da academia, inclusive nas ruas. Não há unidirecionalidade nesse fluxo, mas dialética: a sociedade civil mobiliza os estudos científicos, os quais – nem sempre em sintonia – impactam o movimento social (COLLING, 2018), e disso irrompem outras teorias e práticas.

A escolha do tema “Ciência e Arte do Encontro: o Rio de Braços Abertos” foi uma consequência “natural” da concepção presencial do Congresso, aliada à sua realização na cidade do Rio de Janeiro. O encontro precisava ser cara a cara, com a possibilidade de vermos e/ou tocarmos nossos corpos inteiros, não apenas do tronco para cima e dentro do retângulo de uma tela. Aproveitar a referência ao Cristo Redentor, um símbolo nacional, foi ao mesmo tempo um reconhecimento de nossa brasilidade quanto uma forma de apontar para nossos detratores que se os braços estão abertos para todos, não cabe sermos apartados deles. Nossa âncora estava, portanto, lançada na Baía de Guanabara.

Não foi fácil a navegação. As questões conjunturais e organizacionais trouxeram enormes dificuldades para o nosso mandato, porém vencemos os desafios, entre eles o de finalmente transicionar a própria associação, após 22 anos de sua fundação, enfrentando muita burocracia, custos financeiros, físicos e psicológicos, formando grupos de trabalho, construindo coletivamente e votando em assembleias extraordinárias, sob a presidência de uma mulher trans/travesti (esta que

vos escreve), primeira pessoa negra a ocupar tal cargo na maior associação acadêmica do tipo em toda a América Latina, que abrange quase todas as áreas do conhecimento científico e artístico.

Este livro é uma culminância de toda essa trajetória de desencontros e encontros, de opressão e resistência, e do esforço monumental em organizar um evento internacional envolvendo milhares de pessoas, com pouquíssimos recursos, a partir de uma generosa emenda do saudoso deputado David Miranda (homenageado *in memoriam* na Cerimônia de Abertura, com a apresentação do solo “O homem no Congresso Nacional”, trecho da peça de teatro “3 Maneiras de Tocar no Assunto”, escrita e protagonizada pelo ator Leonardo Netto, e a honrosa presença do viúvo Glenn Greenwald e seus filhos), gerida inicialmente pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Bolsonaro, e sendo recepcionada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Governo Lula, cujo apoio agradecemos. Com esse recurso, aprovado na forma do Termo de Fomento 936776/2022, pudemos realizar, na forma de uma política afirmativa, a formação presencial dos monitores em organização e monitoria de eventos, certificada pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ Campus Belford Roxo, e com auxílio financeiro e isenção de taxa destes no CINABETH.

As centenas de resumos e textos completos de alto nível aqui publicados, entre produções teóricas, pesquisas empíricas, relatos de experiência e práticas profissionais, decorrem de 28 Simpósios Temáticos, número recorde de todas as edições do congresso, a saber:

- ST 01 - A RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS DIVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;
- ST 02 - DIÁLOGOS E DISPUTAS LGBTI+ NA POLÍTICA INSTITUCIONAL;
- ST 03 - DISSIDÊNCIAS DAS SEXUALIDADES E DE GÊNERO E INIQUIDADES EM SAÚDE: VIOLÊNCIAS E SAÚDE MENTAL DE LGBTQIAPN+;
- ST 04 - DIVERSIDADE SEXUAL, ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO EM ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UM DEBATE SOBRE EPISTEMICÍDIO ACADÊMICO;
- ST 05 - EDUCAÇÃO SEXUAL E PARA RELAÇÕES DE GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS: PAUTANDO INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES DE IDENTIDADES DISCIDENTES NO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS;
- ST 06 - EMPREGABILIDADE LGBTQIA+: O DIREITO HUMANO AO TRABALHO E A RENDA;

- ST 07 - ENCRUZAS NEGRAS, INDÍGENAS, AFROINDÍGENAS E AFROAMAZÔNIDAS: RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE EM AMÉRICA LADINA/ABY AYALA/PINDORAMA;
- ST 08 - EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS, INTERSECCIONALIDADE E TRANSFEMINISMOS: RAÇA, GÊNERO, CLASSE, TERRITÓRIO E MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA;
- ST 09 - ESTRANHAS/ES/OS NO NINHO;
- ST10 - INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E GÊNEROS EM CONTEXTO LGBTQIA+;
- ST 11 - FABULAÇÕES CURRICULARES DE GÊNEROS, SEXUALIDADES E RAÇA;
- ST 12 - FAZENDO (O) DIREITO: A SUBVERSÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICO-POSITIVAS E DO DIREITO EM PROL DE UMA CIDADANIA IGUALITÁRIA;
- ST 13 - GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO: INSURGÊNCIAS EM TEMPOS DE (RE)ESPERANÇAR;
- ST 14 - GÊNERO, SEXO E RAÇA: ENTRE A DISCURSIVIDADE E A MATERIALIDADE;
- ST 15 - GERAÇÃO: INFÂNCIAS, JUVENTUDES E VELHICES LGBTQIAPN+;
- ST 16 - HOMOSSEXUALIDADE E IGREJA;
- ST 17 - INTERSECCIONALIDADES EM BRASIL(IS) E ÁFRICA(S) NA DECOLONIALIDADE DOS CORPOS, ESPORTES E EDUCAÇÃO FÍSICA: GÊNERO, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES E +;
- ST 18 - LESBIANIDADES E RESISTÊNCIAS SAPATÔNICAS;
- ST 19 - LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA EM DEBATE;
- ST 20 - LITERATURA TRANSMASCULINA BRASILEIRA E OS ESTUDOS TRANS;
- ST 21 - O PACTO NARCÍSICO DA CISGENERIDADE: REFLEXÕES SOBRE A OUTRIDADE E A OFENSA DA NOMEAÇÃO;
- ST 22 - PLURALIDADES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CORPORALIDADES VIBRÁTEIS;
- ST 23 - QUE CORPOS PODEM OCUPAR AS CIÊNCIAS DITAS EXATAS?;
- ST 24 - RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS;
- ST 25 - RESISTÊNCIAS LGBTQIAPN+, INTERSECCIONALIDADE, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS;
- ST 26 - SENTIDOS DO TRABALHO E POLÍTICAS DE EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS LGBTQIAPN+;
- ST 27 - TEORIAS, TEOLOGIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS; e

- ST 28 - TRANSFEMINISMOS: TEORIAS E PRÁTICAS PARA ALÉM DAS FEMINILIDADES

Em nome de toda a Comissão Organizadora e da Comissão Científica afirmo-lhe que esta será uma leitura aprazível e proveitosa, por meio da qual você, mesmo não tendo podido estar conosco no Rio de Janeiro em 21 de novembro de 2023, na atividade pré-congresso, o Esquenta CINABETH, e nem de 22 a 25 de novembro de 2023, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (a cujos gestores, trabalhadores e parceiros agradecemos a acolhida, mesmo que com percalços), poderá se encontrar conosco, com nossas ideias, afetos, conhecimentos e experiências no campo acadêmico, artístico e político. Torço para que você não apenas guarde nossas ideias contigo, mas que as multiplique, espalhe, para que a nossa coletividade seja, sobretudo, uma comunidade de destino, que abraça. Quiçá alcançaremos novos mares, navegando pelas antigas marés.

Muito obrigada. Axé e Até.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luma Nogueira. A gestão da ABEH entre o golpe e a “facada”. In: IRI-NEU, Bruna Andrade e cols. (Orgs.), *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes* (pp. 67-85). Salvador: Devires, 2021.

ANDRADE IRINEU, Bruna; GOMES DE JESUS, Jaqueline. Covid-19 e população LGBTI+ no Brasil. *REBEH*, v. 5, n. 17, p. 4–6, 2023. Disponível em: <https://periodic.coscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14807>

CAIXETA, Izabella. João do Rio: conheça o cronista negro que revolucionou o jornalismo. *Estado de Minas*, 1 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/10/01/noticia-diversidade,1310304/joao-do-rio-conheca-o-cronista-negro-que-revolucionou-o-jornalismo.shtml#:~:text=Teve%20seu%20primeiro%20texto%20publicado,para%20um%20diplomata%20na%20C3%A9poca>

CASTRO, Ruy. *Metrópole a beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

COLLING, Leandro. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.), História do movimento LGBT do Brasil (pp. 515-531). São Paulo: Alameda, 2018.

HAN, Byung-Chul. Capitalismo e impulso de morte. Petrópolis:Vozes, 2021.

INSTITUTO PAULISTA DE PESQUISAS DE MERCADO. Pesquisa acerca dos hábitos e atitudes sexuais dos brasileiros. São Paulo: Cultrix, 1983.

JESUS, Jaqueline Gomes. Oliveira Silveira na UnB: Memória coletiva e políticas de inclusão racial. Revista da ABPN, v. 7, n. 15, 2015, p. 4-24, 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/112/109>

ISBN: 978-85-61702-97-7



# **ST 01 - A RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS DIVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



# MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL EM ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS

*Thayron Rodrigues Rangel<sup>1</sup>*  
*Lucia Maria Velloso de Oliveira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Nas últimas duas décadas, em cumprimento de uma agenda mundial, acompanhou-se uma expansão das políticas públicas sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, a qual, conjuntamente com as orientações internacionais, resultou no desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas da acessibilidade e inclusão social. Em consonância com esta agenda internacional, a presente pesquisa está inserida no debate sobre a relevância desses temas no âmbito da Arquivologia Brasileira. Nesse contexto, essa pesquisa objetiva mapear a existência de políticas de acessibilidade nas instituições arquivísticas brasileiras, a fim de demonstrar as ações impetradas pelos governos federal e estaduais, no âmbito da temática. Parte da hipótese da inexistência de políticas de acessibilidade e inclusão nos arquivos públicos.. Aborda o problema da acessibilidade no universo dos arquivos por meio de análises quali-quantitativas que se operacionalizam mediante procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e método empírico. Os resultados mostraram que há lacunas na elaboração de ações inclusivas nos arquivos pesquisados, principalmente relacionadas com a acessibilidade e o atendimento de pessoas com deficiências no âmbito das instituições arquivísticas públicas. Dessa forma, demonstra a necessidade de se empreender e difundir informações sobre Responsabilidade Social, Acessibilidade e Inclusão Social nos ambientes arquivísticos, buscando a conscientização social de arquivistas e profissionais que atuam em ambientes informacionais.

**Palavras-chave:** Acessibilidade, Inclusão social, Pessoas com deficiência, Acesso à informação, Arquivos Públicos.

1 Doutor em Ciência da Informação. Docente do curso de Biblioteconomia e gestão de Unidades da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - CBG/UFRJ, thayron.rangel@gmail.com;

2 Doutora em Ciência da Informação. Docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense - GCI/UFF, luciemarie@gmail.com.

# DISCURSOS DISCRIMINATÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA SUBALTERNIDADE: UM ESTUDO DE CASO BASEADO EM ELEMENTOS DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS

Marcela Teixeira Godoy<sup>1</sup>

## RESUMO

A discriminação baseia-se na distinção individual ou de grupos devido à características que lhes são peculiares como gênero, sexo, raça, orientação sexual, de origem nacional, de características físicas, mentais, etnia, que possam causar constrangimento, sofrimento, acarretando em exclusão e ataques aos direitos humanos e liberdades fundamentais, seja na vida pública ou privada. A partir dos estudos de Spivak (2021), investigamos alguns discursos presentes nas falas de docentes e estudantes de um curso universitário, onde ocorram casos de racismo, misoginia, LGBTQUIAP+fobia e apologia ao nazismo, por meio da propagação de “figurinhas” em grupos de *whatsapp*. O trabalho de escuta qualificada dos estudantes e docentes do curso, foi conduzido pela Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da universidade, por meio da apropriação de alguns elementos dos círculos restaurativos. Foram realizados 08 encontros, com duração média de 4 horas cada. A metodologia foi baseada na teoria de Suporte por Pares e Especialista por Experiência (*Peer Support and Expert by Experience*), onde pessoas das comunidades atingidas tem voz ativa durante todo o processo. Os resultados apontam para a necessidade urgente de responsabilização para a não reprodução de condutas discriminatórias e criminosas. Os discursos que emergiram, orbitaram em torno de conceitos distorcidos acerca do racismo enquanto fenômeno não individual; responsabilização e privilégio social e epistêmico; silêncio enquanto cúmplice da violência; racismo internalizado, naturalizado, explícito e velado; e ainda sobre oportunidade, capacidade e meritocracia.

**Palavras-chave:** Discriminação, *Experts* por Experiência, Racismo, Subalternidade.

1 Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e do PPGE UEPG; Diretora de Ações Afirmativas e Diversidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis [mtgogoy@uepg.br](mailto:mtgogoy@uepg.br);



# MARGINALIZAÇÃO DE CORPOS COMO POLÍTICA DE ESTADO: A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO RIO DE JANEIRO

*Joice de Souza Soares<sup>1</sup>*

## RESUMO

O Brasil é um país marcado por inúmeras desigualdades. A concentração de renda, segunda maior do planeta conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano publicado pelo PNUD em 2019, é uma das evidências claras sobre as dificuldades enfrentadas pelas populações mais vulneráveis. Elementos estruturais, como o racismo e a misoginia, agravam sobremaneira as condições de vida das mulheres no país. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, publicado em 2021, estabeleceu que, apesar dos avanços legais dos últimos anos – especificamente, pode-se mencionar as leis n. 11.340/2006 e 13.104/2015 –, a violência contra mulheres na sociedade brasileira ainda apresenta altos índices e se destaca em relação aos demais países da América Latina. Na cidade do Rio de Janeiro, tais aspectos podem ser constatados ao observar-se a distribuição territorial das ocorrências policiais de crimes contra mulheres. É possível constatar que há territórios mais perigosos para mulheres do que outros – esses, em geral, possuem indicadores de desenvolvimento humano abaixo dos encontrados nos territórios cujos casos de violência se apresentam em menor quantidade. Pretende-se demonstrar a relação intrínseca entre violência contra mulheres, vulnerabilidade socioeconômica e território. Considera-se fundamental que o Estado, a partir de suas instituições, atente-se para a interseção entre tais dimensões na formulação de políticas públicas – ou seja, a territorialização da violência contra mulheres –, já que medidas universalistas não têm sido capazes de garantir a segurança de mulheres – sobretudo quando negras, pobres e moradoras de partes da cidade desfavorecidas social e economicamente.

**Palavras-chave:** Violência contra mulheres; vulnerabilidade social; políticas públicas; marginalização; território.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) - RJ, [joicesoares@icloud.com](mailto:joicesoares@icloud.com).

# DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE FATORES DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADES, RAÇA E ETNIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUDIOVISUAL

*Fernanda Deborah Barbosa Lima<sup>1</sup>*  
*Debora de Carvalho Figueiredo<sup>2</sup>*

## RESUMO

Esta comunicação oral irá apresentar uma análise preliminar da presença e ausência de fatores diferenciais para a inclusão e diversidade de raça, gênero, sexualidades e indígenas em algumas políticas públicas de fomento ao setor audiovisual de âmbito municipal, estadual ou federal. Essa exposição utiliza como ferramentas metodológicas, o revisão bibliográfica, a análise crítica de discurso e o recurso etnográfico por meio de participação em eventos presenciais e online dedicados a temática. Para esse diagnóstico preliminar serão considerados os mecanismos de fomento que incluem em seus textos oficiais, tais como editais e/ou chamadas públicas, algum fator de diferenciação de qualificação/ pontuação de proponentes e/ou equipe no que tange aos marcadores de gênero, raça, sexualidades e grupos étnicos. É importante observar que há um debate em curso, impulsionado pela atuação de movimentos sociais como o negro, os feminismos e as sexualidades dissidentes, que apontam e vem descortinando as desigualdades estruturais existentes também na indústria audiovisual, na frente e por trás das câmeras. Frente a essa realidade urge a implementação de ações afirmativas que possibilitem o acesso a recursos e oportunidades para pessoas negras, mulheres, transgêneros e indígenas nas produções, equipes e obras audiovisuais. A breve análise demonstra um cenário incipiente de políticas com esse enfoque. Entre os principais desafios estão a continuidade e a estabilidade dessas iniciativas, assim como a demanda por conscientização de parte dos agentes de mercado e de entidades e instituições

1 Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Mestre em Antropologia, UFF. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, PUC-Rio. Professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, [fernanda.barbosa@ifrj.edu.br](mailto:fernanda.barbosa@ifrj.edu.br).

2 Professora orientadora: Débora de Carvalho Figueiredo, Doutora, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH - UFSC, [debora.figueiredo@ufsc.br](mailto:debora.figueiredo@ufsc.br).

do audiovisual. Ainda que haja a reificação pública de um discurso favorável a inclusão e diversidade, historicamente as iniciativas de promoção de políticas públicas com perspectiva de ação afirmativa sofrem embargos e resistência por diferentes agentes do setor.

**Palavras-chave:** políticas públicas para o audiovisual, ações afirmativas, diversidades e inclusão, mulheres e sexualidades dissidentes, grupos étnicos e raciais.

## A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DE EQUIPES EFETIVAS

*Fernando Luz de Castro<sup>1</sup>*  
*Ludimila Silva Salles de Sã<sup>2</sup>*  
*Ruth Espinola Soriano de Mello<sup>3</sup>*  
*Nina Renata da Cunha Pedrosa<sup>4</sup>*

### RESUMO

A perspectiva interseccional considera as relações de poder e opressão, sobrepostas entre as diversas experiências das pessoas, a partir de uma abordagem que integra as múltiplas variáveis sociais incidentes sobre cada indivíduo. Entende-se que esta abordagem irá contribuir para que organizações saibam conformar equipes efetivas, mais diversas e inclusivas, que podem trazer benefícios para a produtividade operacional e ao desenvolvimento de capacidades dos seus colaboradores, além de promover o bem-estar social. Partindo de revisão bibliográfica, o artigo propõe um algoritmo, baseado em duas abordagens. A primeira foi desenvolvida por Douglas Wilde, referência estadunidense no estudo de composição de equipes (*Teamology*) e a segunda, a interseccional, foi por nós desenvolvida. O algoritmo divide-se em duas partes: a primeira visa categorizar as pessoas considerando suas características cognitivas, conforme os tipos psicológicos de Jung. A segunda trata da avaliação sociológica da equipe escolhida, utilizando-se um modelo de representação algébrica das interseccionalidades. Para tal, as categorias trabalhadas serão: classe social, autodeclaração gênero e étnico-racial. A conformação de equipes sob a lógica da diversidade apoia os esforços de aprimoramento de

1 Graduado em Ciências Biológicas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - RS, mestre em Microbiologia Agrícola e do Ambiente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS e doutor em Genética na Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ. Pesquisador do IDOR e professor da Faculdade IDOR e da UFRJ; [fernando.luzc@idor.org](mailto:fernando.luzc@idor.org)

2 Graduada em Ciências Matemáticas e da Terra na UFRJ e mestranda em Engenharia Nuclear na COPPE/UFRJ; [ludimilasalles.md@coppe.ufrj.br](mailto:ludimilasalles.md@coppe.ufrj.br)

3 Graduada em Ciências Econômicas no IE/UFRJ, mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Estado do RJ (UFRRJ), doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora da PUC-Rio; [ruth@puc-rio.br](mailto:ruth@puc-rio.br)

4 Graduada em Ciências Econômicas no IE/UFRJ, mestra em Engenharia de Produção no Departamento de Engenharia Industrial (DEI) da PUC-Rio; [pacped@yahoo.com](mailto:pacped@yahoo.com)

responsabilidade social corporativa na construção de uma visão mais abrangente das realidades sociais de diferentes territórios. A modelagem criada acolherá hipóteses a serem testadas em estudos futuros, para visibilizar e desvelar níveis de opressão entre os profissionais dos times de tal modo que haja redução de atrito/conflito. Deste modo, o algoritmo busca promover um espaço de trabalho onde as pessoas e suas equipes estejam mais bem representadas, sentindo-se, portanto, mais efetivamente compreendidas, pertencentes e interconectadas.

**Palavras-Chave:** diversidade, interseccionalidade, *teamology*, Carl Jung, efetividade.

## I INTRODUÇÃO

A interseccionalidade visa trazer compreensão sobre como distintos marcadores sociais, tais como raça/etnia, gênero, orientação sexual, classe social, religião, deficiência etc., se combinam para produzir desigualdades e opressões no seio da sociedade. Assim, o termo em tela “sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2012, p. 2)

O contexto em que a interseccionalidade surgiu, e tem sido assimilada, é abordado por Bruna Pereira (2021). Diz ela que a partir dos anos 1970 surgiram questionamentos ao feminismo, às análises marxistas de classes e de discriminação de raça considerando, respectivamente, capitalismo, patriarcado e racismo como elementos mútualemente independentes na produção de desigualdades, de exploração, de dominação e de opressão nas sociedades modernas. As críticas portavam enfoques que examinassem sistematicamente a combinação de dois ou mais destes elementos.

Pereira (2021) segue afirmando que o termo interseccionalidade foi cunhado em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, que criticava o feminismo negro por abordar “raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas de experiência e análise” (Crenshaw, 1989, p. 139). Acolheu assim o “pensamento e a *práxis* de mulheres não-brancas”, surgindo o termo interseccionalidade agregando tanto os desígnios teóricos como os desígnios políticos (Nash, 2008).

O estudo quantitativo da interseccionalidade é importante para a análise das correlações entre as categorias interseccionais. Pioneira é a contribuição do governo canadense, consolidada em um texto da Agência de Saúde Pública do Canadá (*Public Health Agency of Canada* - PHAC, 2022), no qual se fornece orientação de como aplicar no campo da saúde pública uma análise interseccional quantitativa pautada na iniquidade, captando-se dados acerca das desigualdades, consistentemente observadas entre grupos populacionais minorizados.

Destacamos ainda outra publicação do campo da saúde (Pereira *et al.*, 2022). Intitulado “Etapas iniciais da adaptação transcultural do Intersectional Discrimination Index para o português do Brasil” esse artigo vai ao encontro dos objetivos motivacionais deste estudo, contribuindo sobremaneira para a avaliação das experiências discriminatórias em diferentes contextos. As etapas iniciais do processo de adaptação transcultural do *Intersectional Discrimination Index* (Índice de Discriminação Interseccional) ao contexto brasileiro nos levaram a crer que o InDI é um instrumento promissor para avaliar experiências com discriminação interseccional no Brasil.

Neste contexto, a diversidade já está de certa maneira inclusa na metodologia criada por Douglass J. Wilde (2009) em *Teamology*. Nesse livro se aborda a construção e organização de equipes eficazes baseada na observação que, as equipes mais aptas a resolver problemas, são as compostas por indivíduos com Modos Cognitivos diversos, conforme Carl Jung. Usou o MBTI - Indicador de Tipo Myers-Briggs (1987) para dar conta da complexidade do instrumento psicológico *junguiano* para construir e organizar equipes eficazes. Wilde (2009) propôs a quantificação dos resultados do MBTI para poder maximizar a diversidade cognitiva das equipes e não deixa de apontar, inclusive, a necessidade de se considerar a questão sociológica, não apenas referente a gênero mas também a pessoas de outras etnias (*newcomers*).

Assim, aqui propomos uma metodologia capaz de incorporar a perspectiva interseccional de cada indivíduo no processo de seleção dos membros de equipes, buscando-se valorizar as diferentes perspectivas e saberes criados pelas diversas formas de vivenciar o mundo e a sociedade (trajetórias). Nosso algoritmo pretende reconhecer os sistemas de opressão existentes, buscando diminuir seus efeitos na dinâmica dos diferentes grupos.

## II METODOLOGIA

O método de desenvolvimento do estudo se baseou na prospecção dos artigos científicos em base de dados internacional cujo filtro foi aplicado com estas palavras-chave na língua inglesa: *organizations, productivity, teamology, team building, social diversity*. A partir do universo de publicações resultantes para os últimos 10 anos (2013 até 30 de junho 2023), priorizou-se revistas indexadas analisadas por pares-especialistas em processo *blind review* e produções nacionais ou latinoamericanas, se destacando a publicação acerca da política de saúde canadense supracitada (PHAC, 2022) e Pereira *et al.* (2022).

À leitura destes artigos acrescentou-se estudo de referências-chave que dizem respeito aos marcos teóricos deixados por Jung (Myers & Briggs, 1987) e por Wilde (2009) acerca das tipologias cognitivas e dos esforços na formação de equipes. Wilde (2009), aplicando uma “transformada sobre numerais” (*scores*), esses obtidos pela ferramenta psicológica MBTI, consegue acessar diretamente os oito Modos Cognitivos de Jung. Sua ideia é que cada equipe deve ter, entre seus membros, “todo o espectro de abordagens disponíveis à humanidade” (Wilde, 2009, p. vii). Para tal, Wilde simplifica o questionário padrão da ferramenta MBTI para obter os *scores*.

Na teoria de Jung as ATITUDES são os Modos Cognitivos Inconscientes que denotam o ‘direcionamento da energia’ (libido) do indivíduo, podendo ela ser alternadamente dirigida para dentro de si (introvertido [i]) ou para o mundo externo (extrovertido [e]).

O primeiro “está basicamente sempre preocupado em retirar a libido do objeto como a prevenir-se contra um superpoder. O extrovertido, ao contrário, comporta-se de modo positivo diante do objeto. Afirma a importância dele na medida em que orienta constantemente sua atitude subjetiva pelo objeto e a ele se reporta. No fundo, o objeto nunca tem valor suficiente para ele e, por isso, é necessário aumentar sua importância.” (Jung, 2012, p. 344).

A seguir Jung explica as FUNÇÕES MENTAIS COGNITIVAS da seguinte forma:

a **Sensação** constata o que realmente está presente. O **Pensamento** nos permite conhecer o que significa este presente; o **Sentimento**, qual o seu valor; a **Intuição**, finalmente, aponta as possibilidades do ‘de onde’ e do ‘para onde’ que estão contidas neste presente (Jung, 2013, p. 545, *destaque nosso*).

Wilde (2009) comenta que as funções *jungianas* “modelam a parte consciente da personalidade humana, cada uma ocorrendo em diferente nível de consciência em uma dada pessoa.” Logo, Jung propõe a existência de função RACIONAL (*judging*) e função IRRACIONAL (*perceiving*). A primeira relativa ao pensamento (*thinking*) e ao sentimento (*feeling*) e, a segunda, relativa à sensação (*sensing*) e à intuição (*intuition*). Deste modo, as atitudes e as funções se combinam formando os oito Modos Cognitivos (Figura 1).

**Figura 1** - 8 Modos de Jung e as denominações dadas por Wilde

ES Extrovertido Sensação <b>EXPERIMENTAÇÃO</b>	EN Extrovertido Intuitivo (EN) <b>IDEAÇÃO</b>	-	ET Extrovertido Pensamento <b>ORGANIZAÇÃO</b>	EF Extrovertido Sentimento (F) <b>COESÃO</b>
↖ ↗ ↙ ↘			↖ ↗ ↙ ↘	
IS Introvertido Sensível <b>CONHECIMENTO</b>	IN Introvertido Intuitivo <b>IMAGINAÇÃO</b>	-	IT Introvertido Pensamento <b>ANÁLISE</b>	IF Introvertido Sentimento (F) <b>AVALIAÇÃO</b>
Modos de Coleta de Dados			Modos de Tomada de Decisão	

**Fonte:** (Wilde, 2009, p. 06, *tradução livre nossa*).



Para a formação das equipes diversas seguimos a metodologia de Wilde (2009) porém incluindo uma métrica interseccional. A chamamos de Razão Interseccional do indivíduo - R(int). Nosso método de formação das equipes se faz em duas etapas: a primeira visa categorizar as pessoas considerando seu(s) Modo(s) Cognitivo(s), e a segunda introduz a avaliação sociológica da equipe, utilizando nossa ferramenta interseccional.

Wilde (2009) propõe a formação do núcleo da equipe (*core*) começando pela escolha dos primeiros componentes, aqueles que possuem maior quantidade de Modos Cognitivos diferentes. São os “cabeças de chave”. Na sequência se escolhe cada membro de cada equipe de acordo com os Modos faltantes na equipe em formação, para nela se ter a maior diversidade cognitiva possível. Importante ressaltar que Wilde (2009) não permite que se dupliquem Modos, na mesma equipe, até que seja estritamente necessário (regra da não duplicidade).

A inovação de nosso método consiste em adicionar uma variável interseccional, a R(int), para garantir equipes diversas, não só cognitivamente eficazes mas também interseccionalmente balanceadas. Importante observar que, ao definirmos a R(int) como uma ‘razão’ (divisão), evitamos a ‘ortogonalidade’ (independência entre planos perpendiculares) criticada por Elle Lett (2022):

Um princípio central da interseccionalidade é que são os sistemas sócio-estruturais de opressão e de vantagens, que modelam as experiências de indivíduos em múltiplas identidades marginalizadas, são mutuamente constituídos (compostos uns sobre os outros), e inter-relacionados. No entanto, matematicamente, unir identidades em ângulo reto implica em ortogonalidade, ou [seja, une] fontes de estigma não perfeitamente relacionadas (Lett, 2022, p. 983, *tradução livre nossa*).

Formulamos o R(int) como sendo o quociente entre o valor da percepção do indivíduo acerca da(s) opressão(ões) por ele vivenciada(s) - Vp, e o valor referenciado às três categorias de nosso estudo - raça, gênero e classe social - obtido através da sua autodeclaração - Va.

$$R(int) = Vp / Va$$

O valor de Vp, métrica da interseccionalidade percebida, é calculado utilizando-se o questionário apresentado por Pereira *et al.* (2022), no qual existem 31 questões em três blocos. A partir de tais questões indicativas das opressões foram selecionadas 23 pela aderência ao contexto organizacional em que o presente estudo baseia seus objetivos investigativos (Anexo I):

- Índice de Discriminação Antecipatória (inDI-A), 6 questões das 9;
- Índice de Discriminação Cotidiana (inDI-C), todas as 9 questões;
- Índice de Discriminação Maior (inDI-M), 8 questões das 13.

No questionário em tela, as respostas são dadas nas seguintes escalas:

- Indi-A: ‘discordo totalmente’, *score* 0; até ‘concordo totalmente’, *score* 4.
- Indi-C: ‘nunca’, *score* 0; ‘até sim, muitas vezes no passado’, *score* 3.
- Indi-M: ‘não’, *score* 0; ‘sim, em um lugar’, *score* 1; e ‘sim, em mais de um lugar’, *score* 2.

Deste modo,  $V_p$  é o somatório dos *scores* obtidos nas respostas das questões dos três blocos. Ressalta-se que a soma dos *scores* é diretamente proporcional à opressão percebida pelo indivíduo.

A  $V_a$ , por sua vez, é a área de um triângulo construído conforme a autodeclaração do indivíduo, esse dentro de outro triângulo isósceles em cujos vértices estão alocadas as 3 categorias estudadas em seu grau de maior privilégio. Como se pode ver no triângulo isósceles (Figura 2), em cada um dos três vértices há uma mediana que passa pelo centro do triângulo. Sobre as medianas se localizam pontos que representam, decrescentemente à distância do vértice, o grau de privilégio de cada uma das categorias:

- Classe social - A (no vértice), B, C, D ou E (mais próximo do centro);
- Gênero - homem cis (no vértice), mulher cis, homem trans, mulher trans (mais próximo do centro);
- Etnia-raça - branco (no vértice), amarelo, preto, indígena (mais próximo do centro).

Portanto, pode-se concluir que sendo o:

- $V_p$  alto no numerador e  $V_a$  baixo no denominador: teremos como resultado um  $R(\text{int})$  de valor elevado, ou seja, a maior opressão inferida;
- $V_p$  baixo no numerador e  $V_a$  alto no denominador: teremos como resultado um  $R(\text{int})$  de valor baixo, ou seja, a menor opressão inferida.

Podemos agora apresentar a forma com que selecionamos os membros das equipes - considerando os mais cognitivamente eficazes ao mesmo tempo que se

obtenha, em cada equipe, a maior diversidade interseccional possível. Portanto cada indivíduo será considerado pelo(s):

- *Scores* de seus Modos Cognitivos, conforme Wilde (2009);
- Valor da sua Razão Interseccional -  $R(int)$ .

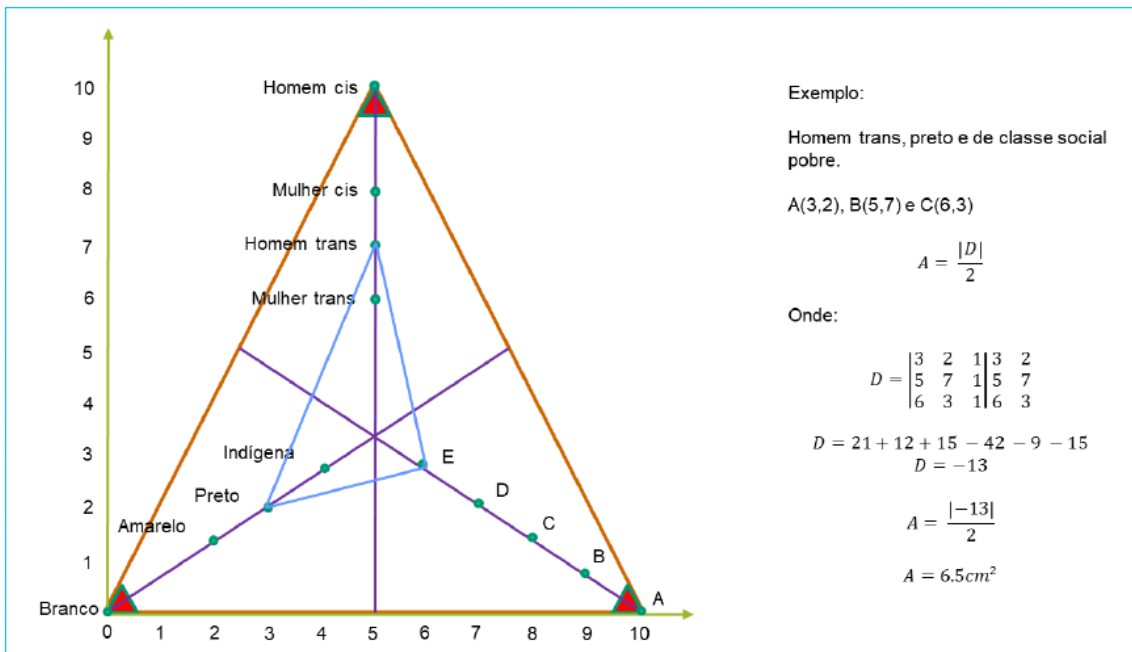
São as seguintes as regras de ‘encaixe’ dos membros na montagem das equipes:

1. A primeira escolha de cada equipe é quem tem a maior quantidade de Modos Cognitivos entre aqueles ainda não escolhidos. Os “cabeça de chave” são os indivíduos que apresentam maior número de Modos, da mesma forma utilizada por Wilde (2009);
2. A segunda escolha segue-se selecionando quais indivíduos têm maior número de Modos. Entretanto, considera-se para a inserção nas equipes, a ordem decrescente do valor de  $R(int)$ , quebrando, se necessário, a ‘regra da não duplicidade’ de Wilde (2009). Ou seja, a diferença do  $R(int)$  do indivíduo a ser inserido, em relação ao  $R(int)$  do “cabeça de chave”, deve ser a maior possível;
3. A partir da terceira escolha se estuda o encaixe de cada pessoa conforme a segunda regra. Entretanto, cada membro deve ser alocado na equipe que resulte no melhor balanceamento dos somatórios de  $R(int)$ s das diferentes equipes, quando ele é encaixado.

### III RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado de nosso método, exemplificamos abaixo o cálculo de  $R(int)$  para um indivíduo que se autodeclara homem trans, da raça preta e de classe social E. Na sequência, poderá se observar como ocorre o seu “encaixe”, em uma das duas equipes a serem formadas, pela nossa metodologia, considerando para isto mais outras cinco pessoas. Para calcular um  $R(int)$ , um cálculo algébrico, é necessário que o indivíduo tenha respondido o questionário InDI e tenha feito a autodeclaração de suas categorias interseccionais. O cálculo do valor do  $V_a$  deste sujeito (um homem trans, preto e de classe social E), conforme descrito na seção de metodologia, cada uma das suas características interseccionais corresponde a um conjunto de coordenadas de plano cartesiano. Este valor corresponde ao denominador da  $R(int)$ .

**Figura 2** - Exemplo de cálculo de Va de um homem trans, da raça preta e de classe social E. Seu Va será a área do triângulo menor que está dentro do triângulo isósceles



**Fonte:** própria.

Uma vez obtendo-se o numerador e o denominador (lembrando que o primeiro valor corresponde ao *score* obtido no questionário InDI adaptado), pode-se calcular R(int) para cada um dos indivíduos. Para o exemplo do indivíduo escolhido na Figura 2:

- O *score* do indivíduo no questionário InDI somou 51 pontos ( $V_p = 51$ ).
- Sabemos que seu Va é igual a 6,50.
- Logo, seu InDI será calculado em 7,84 ( $V_p/V_a$ ).

Para exemplificar a metodologia de escolha de grupos descrita, foi elaborada a Tabela 1. Nela temos a alocação de seis pessoas (numeradas de P1 a P6) em duas Equipes (1 e 2) de acordo com seus respectivos Modos Cognitivos e valores de R(int). Podemos compreender, por exemplo, que o indivíduo exemplificado acima encontra-se nomeado como P3. De acordo com a primeira regra descrita, P1 e P5 devem ser os “cabeças de chave” das duas equipes, por apresentarem a maior quantidade de Modos (3). Na escolha dos segundos membros de cada uma das equipes, deve-se encontrar uma forma de alocar P2 e P6, pois correspondem aos indivíduos com dois Modos. Contudo, observa-se que P6 foi alocado na Equipe 2 mesmo que o Modo Cognitivo ET já seja encontrado nessa Equipe. Isto é uma

quebra da “regra da não duplicidade”, de Wilde (2009), e é justificada pelos valores dos  $R(int)$ : o de P6 (0) é igual ao de P1 (também 0). Em resumo, uma vez que a diferença entre os valores de  $R(int)$  de P5 - P6 ( $1 - 0 = 1$ ) é maior que a diferença entre P1 e P6 ( $0 - 0 = 0$ ), P6 encontra seu lugar na Equipe 2. Quanto à alocação de P3 e P4, os indivíduos com menor número de Modos, deve-se observar que os somatórios dos valores de  $R(int)$ , das duas equipes, agora são idênticos (1,0), portanto, seus encaixes se darão novamente observando a repetição dos Modos. Dessa forma, encaixa-se P3 na equipe 1 e P4 na equipe 2, dado que os seus Modos contribuem significativamente à diversidade cognitiva das equipes.

**Tabela 1** - Exemplo de classificação de 6 indivíduos (P1, ..., P6) conforme normas da metodologia adotada com a observância da escolha de P6 que quebrou a regra da não-duplicidade.

Pessoa	Modos Cognitivos	P3 $R(int)$	Equipe (1 ou 2)
P1 <sup>1</sup>	ES, IN, IF	0,00	1
P2 <sup>2</sup>	IT, EF	1,00	1
P3 <sup>3</sup>	IS	7,84	1
P4 <sup>3</sup>	IN	2,74	2
P5 <sup>1</sup>	ET, ES, IF	1,00	2
P6 <sup>2</sup>	ET, IS	0,00	2

<sup>1</sup>Cabeças de chave, <sup>2</sup>Segundas escolhas, <sup>3</sup>Terceiras escolhas. Fonte: própria.

## IV DISCUSSÃO

Em sua perspectiva social, a interseccionalidade é importante para se compreender as experiências das pessoas que vivem múltiplas formas de opressão. Por sua vez, na perspectiva política, a interseccionalidade é relevante para se entender como as políticas públicas e as instituições sociais podem reproduzir ou mesmo perpetuar desigualdades.

Neste campo, faz-se *mister* apontar o paralelismo das contribuições de Amartya Sen (2000), que enfatiza a importância da diversidade e da inclusão no desenvolvimento humano, e o conceito de interseccionalidade. Argumenta que as pessoas têm diferentes necessidades, preferências e objetivos, portanto, é fundamental adotar uma abordagem multidimensional que represente essa diversidade. Esse atributo se reflete na categoria *seniana* chamada capacidade. Fruto de uma abordagem multidimensional a capacidade procura não apenas avaliar e valorar o conjunto de realizações do indivíduo, mas também a combinação de funcionamentos alternativos que ele pode escolher. Sen ultrapassa o arcabouço neoliberal do capital humano, formulados por Gary Becker, (1964) e Theodore Schultz (1962):

É claro que o capital humano amplia o poder das pessoas de aumentarem as suas possibilidades de escolha na área produtiva. Mas, do ponto de vista da abordagem das capacidades humanas, isso é apenas um dos inúmeros aspectos nos quais as pessoas podem exercer a sua condição de agente para levarem a vida que valorizam e que têm razões para valorizarem” (SEN *apud* IPEA, p. 26, 2012).

Enquanto a abordagem interseccional qualitativa é bem desenvolvida, as abordagens quantitativas são menos. Isso se deve aos desafios para capturar e analisar as intersecções da opressão social, e seus efeitos casuais nos desfechos, para se obter fontes de dados discretas e categóricas, conforme Greta Bauer *et al.* (2021). Olhar por uma abordagem quantitativa, portanto, dará uma melhor ideia do resultado das intersecções opressivas sob o indivíduo, assim expressando melhor a realidade vivencial do indivíduo.

Wilde (2009) chegou a considerar, na divisão das suas equipes, o sexo biológico dos indivíduos. Andrejczuk (2019), seguindo a mesma linha da sexualidade bipolar, se propõe o desafio de compor times diversos em termos de competências, sexo e personalidade *junginiana*, aos quais chamou de “times sinérgicos”. Acreditamos que as equipes formadas pelo nosso método podem se constituir “diversas e efetivas”, tendo sinergia positiva maior do que se elas fossem somente cognitivamente selecionadas. E pensamos, para se considerar outras categorias além das nossas (raça, gênero e classe social), por exemplo - idade ou capacidade física ou mental - de um triângulo poderíamos trabalhar com um poliedro cuja quantidade de vértices seja igual ao número de categorias a serem interseccionadas.

Outras perguntas levantamos acerca da alocação dos indivíduos nas equipes:

- *É possível a covariância/influência entre os questionários MBTI e InDI?*
- *E, caso exista, esta funcionaria em um sentido só?*
- *A interseccionalidade (como medida de opressão) influencia o resultado do MBTI?*

Supomos, deste modo, que o nosso modelo é capaz de mitigar o ‘atrito grupal’ e, desta forma, maximizar o uso dos seus Modos Cognitivos pelos membros nas suas equipes. Entendemos nosso modelo como um “quarto” método a ser agregado ao marco teórico *wildiano*, pois a ele acrescenta marcadores de diversidade interseccional na composição de equipes.

## IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo adveio dos estudos de uma equipe diversa em vários aspectos (geracional, grau de escolaridade, ocupação laboral, gênero, orientação sexual, raça) que não nos definem por completo, tampouco expressam a motivação que esta produção coletiva nos trouxe por buscar contribuir com temática tão cara à sociedade e ao seu bem-viver. A imparcialidade metodológica está pautada, mas não a neutralidade frente aos efeitos nocivos do preconceito e da discriminação de pessoas subalterizadas por sua cor, raça, idade, gênero, orientação sexual, religião, deficiência, ou qualquer outra característica que a coloque em situação de vulnerabilidade e a prive de direitos e oportunidades.

Nossa proposta, que é de um modelo ‘cognitivo-interseccional’ para selecionar equipes, ainda necessita de refinamento e validação. Tem-se como perspectivas deste trabalho desenvolver a metodologia proposta incluindo outras interseccionalidades (outros gêneros, pessoas atípicas etc.); criar um simulador matemático para validar a metodologia proposta e; principalmente, validar experimentalmente o método através da verificação da efetividade das equipes formadas.

Esse estudo tem como premissa/hipótese o argumento de que um grupo heterogêneo pode ser um recurso valioso para organizações que buscam aprimorar sua produtividade e seu desempenho. Ao incorporar a perspectiva interseccional na seleção de grupos de trabalho, as organizações podem criar equipes eficazes, efetivas na resolução de problemas complexos, analíticas e inovadoras, contribuindo assim para uma sociedade mais equitativa em favor do progresso com bem-estar social.

## V REFERÊNCIAS

ANDREJCZUK, Ewa; Bistaffa, F; BLUM, C.; RODRIGUEZ-AGUILAR, J. A.; SIERRA, Synergistic team composition: A computational approach to foster diversity in teams. **Knowledge-Based Systems**, v. 182, p. 104799, 2019.

BAUER, Greta R.; Churchill S. M.; Mahendran M.; Walwyn C.; Lizotte D.; Villa-Rueda A. A. Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods. **SSM Popul Health**. 2021 Apr 16;14:100798. doi: 10.1016/j.ssmph.2021.100798. PMID: 33997247; PMCID: PMC8095182.

BECKER, Gary S. T. Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special

Reference to Education, New York: **Columbia University Press**, 1964.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero, 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em outubro de 2023.

\_\_\_\_\_. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989, Article 8, 1989. Disponível em <<https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>, acesso em novembro de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), 2012 Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: IPEA. ISSN 1415-4765. Disponível em <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/989>>, acesso em novembro de 2023.

JUNG, Carl. Tipos psicológicos. 7a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LETT, Elle. Crossing lines does not equal intersectionality. **J. Behav. Med.** 2022 Dec;45(6):983-984. doi: 10.1007/s10865-022-00375-6. Epub 2022 Nov 10. PMID: 36355228.

PEREIRA, Bruna. C. J. (2021). Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. Civitas: **Revista de Ciências Sociais**, 21(3), 445-454. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>

PEREIRA, Natália P.; BASTOS João L.; LISBOA, Carolina S. M.. Etapas iniciais da adaptação transcultural do Intersectional Discrimination Index para o português do Brasil. **Rev. Bras. Epidemiol.** 2022; 25:e220028. <https://doi.org/10.1590/1980-549720220028.2>

*PUBLIC HEALTH AGENCY OF CANADA (PHAC)*. How to integrate intersectionality theory in quantitative health equity analysis? A rapid review and checklist of



promising practices. Ottawa, ON: PHAC; 2022.SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human beings, **Journal of Political Economy**, v. 70, 1962.

MYERS, Isabel; BRIGGS, Katherine. Myers-Briggs type indicator form G. Palo Alto/California: **Consulting Psychologist Press**, 1987.

NASH, Jennifer. Re-thinking intersectionality. **Feminist Review** 89 (1): 1-15, 2008.

WILDE, Douglass J. Diversified Teams. **Teamology: The Construction and Organization of Effective Teams**, p. 1-8, 2009.

## ANEXO I

### Questionário com as 23 questões selecionadas do inDI – Intersectional Discrimination Index e sua composição

#### **InDI-A – Índice de Discriminação Antecipatória**

**Teorias de estresse social de minorias:** assumem que a repetida exposição à discriminação faz com que os indivíduos fiquem vigilantes e antecipem essas experiências

Respostas avaliadas em escala de concordância de 5 pontos onde:

- 0 = discordo totalmente e 4 = concordo totalmente.
- 1. Por ser quem eu sou, talvez eu tenha dificuldades para conseguir ou manter um emprego
- 2. Eu me preocupo em ser tratado/a de forma injusta por professores, supervisores ou chefes.
- 3. Eu me preocupo em ser mal tratado/a ou parado/a pela polícia ou por seguranças.
- 4. Por ser quem eu sou, as pessoas podem tentar me atacar fisicamente
- 5. Eu já espero ser apontado/a, xingado/a ou assediado/a quando estou em público.
- 6. Tenho medo de ter dificuldade em fazer amigos ou ter um relacionamento íntimo por ser quem eu sou.

#### **InDI-C – índice de Discriminação Cotidiana**

Respostas numa escala de frequência de 4 pontos, variando de:

- “nunca”, “sim, mas não no ano passado”, “sim, uma vez no ano passado” e “sim, muitas vezes no ano passado.”
- 7. Ouviu, viu, ou leu, outras pessoas fazendo piadas ou rindo de você (ou de pessoas como você).
- 8. Foi tratado/a como se fosse uma pessoa agressiva, inútil ou rude.
- 9. Foi xingado/a ou ouviu/viu sua identidade ser usada para ofender alguém.
- 10. Foi tratado/a como se os outros sentissem medo de você.
- 11. Foi encarado/a ou apontado/a em público.
- 12. Ouviu que deveria pensar, agir ou se parecer mais com os outros.
- 13. Ouviu que você ou pessoas como você não pertencem ou não se encaixam em um grupo ou lugar.

14. Perguntas inapropriadas, ofensivas ou excessivamente pessoais foram feitas.
15. Foi tratado/a como se você fosse menos inteligente ou capaz do que os outros.

### **InDI-M – Índice de Discriminação Maior**

Referem-se a situações extremas, como negação de serviço, danos a propriedade e violência

É avaliado se as experiências com discriminação ocorreram nos últimos 12 meses. Respostas numa escala de frequência de 3 pontos, variando de:

- “não”, “sim, em um lugar” e “sim, em mais de um lugar”
16. Por ser quem você é, você já foi demitido/a ou dispensado/a de um emprego, ou foi recusado/a para um emprego para o qual foi entrevistado/a?
  17. Por ser quem você é, você já foi injustamente parado/a e questionado/a, revistado/a ou preso/a pela polícia ou segurança?
  18. Por ser quem você é, você já foi injustamente expulso/a ou suspenso/a da escolar?
  19. Por ser quem você é, você já perdeu alguma relação próxima (por exemplo, com um membro da família, amigos, parceiro ou parceira)?
  20. Por ser quem você é, você foi maltratado/a de forma repetida no trabalho ou na escola, onde você mora, ou ao utilizar algum tipo de serviço?
  21. Por ser quem você é, você já foi ameaçado/a de ataque físico ou sexual?
  22. Por ser quem você é, você já foi atacado/a fisicamente (por exemplo, cuspidos, objetos foram atirados em você, lhe bateram, deram socos, empurrões, puxões ou surras)?
  23. Por ser quem você é, você já passou por alguma situação na qual alguém pegou, danificou ou vandalizou algo de sua propriedade?

## ESG EM PAUTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO NO MUNDO CORPORATIVO

*Maria Julia Reis<sup>1</sup>*

### RESUMO

O conceito ASG/ESG vem ganhando espaço de discussões entre as principais empresas de todo o mundo. Este conceito surgiu da provocação da necessidade de integrar fatores sociais e ambientais na governança corporativa e isso envolve diversas nuances que orientam as relações de trabalho e (re)definem nossa construção de sociedade. Este artigo apresenta reflexões sobre os aspectos ASG/ESG na Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE, uma empresa de economia mista, que sofreu grandes transformações nos últimos anos devido ao processo de privatização. Os aspectos ASG/ESG resgatados para este artigo fazem referência a proposta do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) que diz respeito à igualdade de gênero. Desse modo, o artigo objetiva elucidar a implementação do programa “CEDAE por elas” destacando sua importância institucional para as 553 mulheres que trabalham na companhia, a partir da experiência de trabalho no Manancial -CEDAE, em especial, no programa “CEDAE por elas”. O programa é uma estratégia de enfrentamento a desigualdades de gênero no espaço institucional, considerando não só a realidade da empresa, mas entendendo o compromisso social da companhia em todo estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** ASG/ESG, Gênero, Cedae.

---

<sup>1</sup> Assistente Social contratada pela CEDAE Saúde. Doutoranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Graduando/a/e do Curso de XXXXX da Universidade Federal - UF, [autorprincipal@email.com](mailto:autorprincipal@email.com);

# QUESTÕES RACIAIS E ACERVO PARA CRIANÇAS NEGRAS EM BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Milena Costa Mendes<sup>1</sup>*  
*Thayron Rodrigues Rangel<sup>2</sup>*  
*Maria de Fatima S. O. Barbosa<sup>3</sup>*

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é destacar os efeitos que a biblioteca pode ter no incentivo à leitura com destaque para a questão étnico-racial, ressaltando a importância de se discutir essas questões nas bibliotecas, visto que a cidade do Rio de Janeiro é a segunda cidade com maior população de negros e negras do Brasil. A pesquisa também analisa a responsabilidade social da biblioteca, tendo em vista os propósitos da Agenda 2030, que garantem o compromisso com a justiça racial e igualdade. No referencial teórico são abordadas questões étnico-raciais, formação e desenvolvimento de coleções, formação do leitor e formação do bibliotecário. No referencial metodológico, além da pesquisa bibliográfica, foi realizada análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia nas universidades do estado do Rio de Janeiro e levantamento quantitativo do acervo dedicado à temática étnico-racial para o público infanto-juvenil nas bibliotecas municipais da cidade, tendo em vista que o papel dessas instituições é ser inclusivo para todos. Na pesquisa dos currículos de Biblioteconomia foi possível perceber a temática em algumas disciplinas, entretanto, constata-se que não são todas as instituições que as oferecem. Após a análise dos acervos, percebeu-se a necessidade de ações nas bibliotecas voltadas para discussões étnico-raciais direcionadas ao público infanto-juvenil. Com respeito à formação de profissionais bibliotecários, são poucas as universidades que oferecem disciplinas com essa temática em seus currículos, ou seja, percebe-se

1 Graduada do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [milenacostamendes98@gmail.com](mailto:milenacostamendes98@gmail.com);

2 Doutor pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [thayron.rangel@gmail.com](mailto:thayron.rangel@gmail.com);

3 Doutora pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [fatima.barbosa@facc.ufrj.br](mailto:fatima.barbosa@facc.ufrj.br).

a ausência de discussões empíricas de modo a preparar esses profissionais para essas demandas.

**Palavras-chave:** Acervo étnico-racial, Literatura Negra, Crianças Negras, Biblioteca Municipal, Desenvolvimento de Coleções.

## 1 INTRODUÇÃO

**E**ste artigo se propõe a trazer reflexões acerca dos acervos oferecidos nas bibliotecas públicas da cidade do Rio de Janeiro direcionados ao público de crianças e adolescentes negros e negras dos arredores onde estas bibliotecas estão localizadas. A ideia parte do seguinte questionamento: “as bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro possuem recursos informacionais para atender ao público negro?”

O pressuposto deste trabalho é de que há uma ausência de recursos informacionais com a temática étnico-racial nas coleções das bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro, ocasionado, talvez, pela própria formação dos bibliotecários. Se essa questão for comprovada, pode-se inferir que a consequência impactará na formação e desenvolvimento de coleções. O objetivo geral deste trabalho é, então, identificar a presença ou ausência de coleções, com a temática racial, nas bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro a fim de contribuir para a ampliação e/ou desenvolvimento de acervos inclusivos para o público-alvo deste trabalho. Para alcançar este objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos que irão contribuir para os resultados do trabalho:

- mapeamento da literatura das temáticas discutidas neste trabalho;
- levantamento das disciplinas que abordam a temática étnico-racial nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro;
- identificação da existência da temática étnico-racial nos acervos e coleções nas bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro.

Para estruturação deste trabalho optou-se pela divisão em oito seções, sendo esta a primeira seção do trabalho. A segunda seção desta pesquisa é dedicada à apresentação da metodologia utilizada. A terceira seção discorre sobre as bibliotecas como espaço de conhecimento e utilizou-se como referencial teórico os autores: Valentim (2016) e Lux (2008). Na quarta seção será desenvolvido o assunto de formação e desenvolvimento de coleções e é fundamentada com base nos autores: Weitzel (2018) e Figueiredo (1979). A quinta seção irá tratar da leitura, formação do leitor e do bibliotecário, segundo os autores: Freire (1989) e Zilberman (1999). Na sexta seção serão apresentados os aspectos étnico-raciais de acordo com os autores: Ribeiro (2019). A sétima seção dispõe das análises dos resultados obtidos nas pesquisas em relação à temática étnico-racial nos currículos de Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, UFF, UFRJ e UNIVERSO) e sobre a identificação da temática étnico-racial na literatura

infanto-juvenil nas coleções das bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro. A oitava e última seção foi destinada para as considerações finais deste trabalho.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo exploratório que utiliza pesquisa configurada bibliográfica, documental e de campo, com abordagem majoritariamente qualitativa, entretanto, apresentando alguns dados quantitativos. A partir da hipótese levantada, buscou-se responder ao problema desenhando um quadro hipotético-dedutivo. Foi realizada a pesquisa bibliográfica relativa às questões étnico-raciais, formação e desenvolvimento de coleções, formação do leitor e formação do bibliotecário, que deram embasamento às discussões que sustentam a justificativa do trabalho. Utilizou-se como fonte de informação: a bibliografia da disciplina de estudos étnico-raciais do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG-UFRJ), a biblioteca do Selo Nyota e a BRAPCI na área da Ciência da Informação no Brasil.

Para o atendimento do segundo objetivo específico utilizou-se a pesquisa documental como procedimento para a análise das matrizes curriculares das Escolas de Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro. Neste levantamento das disciplinas buscou-se mapear a temática étnico-racial nos currículos de Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, UFF, UFRJ e UNIVERSO). Para isto, recorreu-se aos sítios institucionais para o acesso aos Projetos-Políticos Pedagógicos e matrizes curriculares.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa exploratória no site da secretaria municipal de cultura, que pertence à prefeitura do Rio de Janeiro, com o objetivo de fazer um levantamento das bibliotecas existentes no município do Rio de Janeiro de modo a buscar endereços e contatos. O universo empírico desta pesquisa compreende nove bibliotecas públicas municipais. Após este levantamento foram enviadas mensagens para o/as contato/as cujos endereços de emails estavam disponíveis no site da Secretaria. Estas mensagens, solicitavam a visita à biblioteca do/a referido/a gestor/a. Após um tempo de espera, apenas quatro responderam ao email. Desta forma, a amostra desta pesquisa é de quatro bibliotecas.

Posteriormente foi realizada a análise das coleções das bibliotecas que compõem a amostra dessa pesquisa. Como procedimento metodológico utilizou-se o questionário para levantamento quantitativo do acervo dedicado à temática étnico-racial para o público infanto-juvenil. Após a finalização dessa etapa procedeu-se com a tabulação e a análise dos dados.



### 3. AS BIBLIOTECAS COMO ESPAÇOS DE CONHECIMENTO

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a *The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO, 1994) afirmam que os valores fundamentais de uma sociedade só poderão ser atingidos se os cidadãos tiverem acesso à informação a fim de exercer os direitos democráticos. Porém, essa ação depende diretamente de uma educação de qualidade, do acesso livre ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. Nessa perspectiva, a biblioteca pública, considerada “porta de acesso local ao conhecimento” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1) poderá fornecer as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente, de modo a contribuir para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. (IFLA/UNESCO, 1994). Valentim (2016) corrobora ao afirmar que a biblioteca pública é essencial para fomentar essa importância, visto que é de sua responsabilidade ser totalmente social. Para isso, Valentim (2016, p.39) propõe que “os espaços da biblioteca contemporânea devem ser customizados, de modo a atender diferentes públicos da melhor maneira possível. Além disso, propiciar espaços de interação entre o usuário e a informação”. É necessário também uma nova maneira de pensar, principalmente em relação aos gestores, que deverão assumir um novo papel junto à sociedade, pois, de acordo com Lux (2008, p. 14), “quanto maior for o nível profissional do bibliotecário, melhor pode ser o seu trabalho representativo”.

### 4. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES E ESTUDO DA COMUNIDADE

A formação e o desenvolvimento de coleções em bibliotecas é um processo totalmente ligado ao planejamento, o qual deve ser feito dentro de uma unidade de informação e é imprescindível que faça parte do planejamento estratégico da instituição. Weitzel (2018) explica que

Na prática, formar e desenvolver coleções envolve planejamento, métodos e atividades relacionadas com os seguintes processos operacionais ou etapas, os quais seguem uma certa ordem: estudo ou análise da comunidade, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. (Weitzel, 2018, p. 19)

Todo o processo é feito pensando no melhor aproveitamento da biblioteca, portanto, fazer um estudo da comunidade é imprescindível para o sucesso no planejamento.

O estudo de comunidade “é uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos inter-relacionados, de um grupo selecionado” (Figueiredo, 1979, p. 16). Weitzel (2018, p.36) dirá que o estudo de comunidade tem por objetivo responder uma pergunta: para quem estamos desenvolvendo coleções ou para quem a biblioteca deve servir?

É necessário que o bibliotecário conheça o seu acervo e a comunidade que está ao seu redor para atender as demandas sociais desses usuários.

## 5. LEITURA, FORMAÇÃO DO LEITOR E DO BIBLIOTECÁRIO

A leitura só é digna quando existe um significado para o leitor, deve-lhe acrescentar novas experiências e reformular ideias já existentes, é necessário que faça parte do seu universo e que lhe permita aprender.

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (Freire, 1989, p.1)

Zilberman (1999) dirá que “a leitura consolida-se como prática quando se torna um produto da escola”, a partir de então passa a ser critério para ingresso e participação do indivíduo dentro da sociedade, surgiu então a ideia de distinguir o homem alfabetizado, por culto e do analfabeto por ignorante. Acentuando as diferenças sociais, o ato de ler se tornou um ideal a perseguir caso o indivíduo desejasse ascender ao mundo civilizado e capitalista

Por essa análise, as bibliotecas assumem um papel fundamental sendo aliada no acesso à leitura, não só através do seu acervo, mas também no seu espaço que deve ser democrático, para Freire (1989) a biblioteca deve ser como uma organização popular e centro cultural e não apenas um depósito silencioso de livros. É neste sentido, que a formação acadêmica devia preparar bibliotecários que tenham consciência de que podem promover na sociedade elementos de fortalecimento da cidadania, através, principalmente, de seus cursos de graduação, visando uma ressignificação da profissão, para uma atuação mais consciente e democrática.

Cabe aos bibliotecários fazer uma reflexão sobre a natureza da democratização, será que todas camadas populares estão inseridas na sociedade da informação? Ou a camada beneficiada pelos avanços tecnológicos continua sendo uma minoria e privilegiada por sua cor? É fato que a sociedade da informação apresenta-se para a população negra como mais um tipo de exclusão, uma vez que o acesso à informação através de bibliotecas e aparelhos culturais é de grave escassez.

## 6. ASPECTOS ÉTNICO-RACIAIS

Djamila Ribeiro (2019), filósofa, feminista negra e escritora, diz que será o racismo estrutural que levará a população negra a ter

[...] menos condições de acesso a uma educação de qualidade. Geralmente, quem passa em vestibulares concorridos para os principais cursos nas melhores universidades públicas são pessoas que estudaram em escolas particulares de elite, falam outros idiomas e fizeram intercâmbio. E é justamente o racismo estrutural que facilita o acesso desse grupo. (Ribeiro, 2019, p.18)

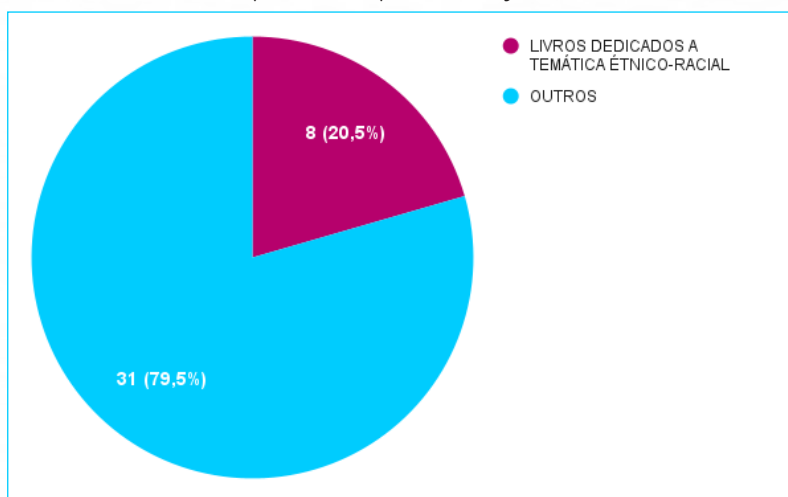
Para Ribeiro (2019), esse processo de banimento social causado pela exclusão das oportunidades educacionais será o principal ativo para a mobilidade social no país, uma vez que, “o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual.” (Ribeiro, 2019, p.27).

Sendo a educação a base de uma sociedade, é inadmissível que uma parcela da população não tenha acesso a ela, esses obstáculos interferem diretamente na formação desses indivíduos como cidadãos, sobre o entendimento de seus direitos e deveres e no desenvolvimento de suas percepções do mundo. Outro ponto de afastamento do povo negro é por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do povo africano ao patrimônio cultural brasileiro e mundial, isso ocorre pela imposição de um padrão cultural europeu, tal adversidades geram um distanciamento da condição de sujeitos de conhecimento, provocando um rebaixamento da autoestima nos negros.

Atualmente existem diferentes iniciativas de intelectuais negras/os brasileiras/os na produção e difusão de conhecimento. Nesta onda, percebe-se uma movimentação em torno da produção do conhecimento escrito por bibliotecárias negras e bibliotecários negros sobre as questões raciais na área, temática que era escassa até uns anos atrás. Uma dessas iniciativas emergiu com a criação do Selo Nyota,

que tem por objetivo disseminar e visibilizar conhecimentos e pesquisas produzidas por mulheres, negros/as, indígenas e população LGBTQIA+ que possuem como interesse principal divulgar suas pesquisas, descobertas científicas e experiências profissionais para a comunidade em geral. A primeira publicação do Selo é do ano de 2018 e hoje possui um total de trinta e nove (39) livros publicados, dos quais oito (8) destes são livros dedicados à temática étnico-racial.

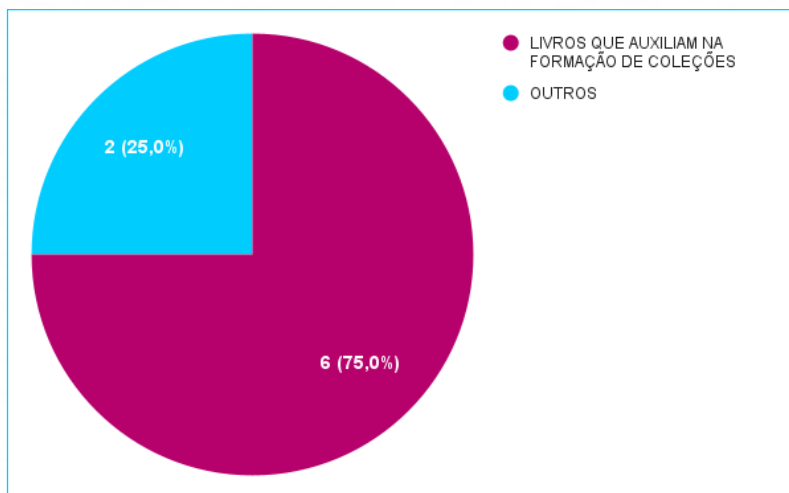
**Figura 1** - Gráfico da proporção das obras gerais e das que são dedicadas à temática étnico racial, publicadas pelo Selo Nyota



**Fonte:** Selo Nyota

Dos oito (8) livros dedicados à temática étnico-racial, seis (6) podem auxiliar na atividade de formação de coleções. Os autores dos artigos publicados nesses seis (6) livros do Selo são bibliotecárias e bibliotecários negros. Foi possível identificar a presença de pesquisas que abordam a inserção dos estudos da temática étnico-racial na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, tais obras podem contribuir para o auxílio na formação de coleções. O intuito é formar bibliotecários capacitados para lidar com a questão étnico-racial e ser um ativo na luta antirracista.

**Figura 2** - Gráfico da proporção das obras dedicadas à temática étnico racial e das que podem auxiliar na atividade de formação de coleções, publicadas pelo Selo Nyota



**Fonte:** Selo Nyota

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro objetivo em específico buscou mapear a temática étnico-racial nos currículos de Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, UFF, UFRJ e UNIVERSO). Para isto, recorreu-se aos sítios institucionais para o acesso aos Projetos-Políticos Pedagógicos e matrizes curriculares. O resultado da pesquisa apontou nove (9) disciplinas ofertadas no curso de Biblioteconomia no Rio de Janeiro entre: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no nível de bacharelado; e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no nível de bacharelado e de Licenciatura. Não foi encontrada nenhuma disciplina relacionada à questão étnico racial na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na UNIVERSO. O levantamento foi realizado em três etapas, sendo elas: disciplina, ementa e requisito curricular.

Na UFRJ o curso é a nível de bacharelado, são ofertadas as disciplinas “Informação Étnico-racial” e “Cultura e Informação”, as duas (2) são oferecidas de forma obrigatória, ou seja, todo graduado irá obter o mínimo de conhecimento em relação às questões étnico-raciais. O curso oferece de forma optativa uma (1) disciplina, “Biblioteconomia Social”. A UNIRIO oferta as disciplinas “Antropologia Cultural” e “História da África”, em nível de bacharelado. No nível de licenciatura, além dessas duas (2) disciplinas, são ofertadas outras quatro (4) disciplinas, “Antropologia Cultural no Brasil”, “Biblioteconomia, Educação e Diversidade”, “Culturas Afro-Brasileiras em Salas de Aula”, “Ideologia Racial Brasileira na Educação Escolar”,

todas são oferecidas de forma optativa, caso seja de interesse do graduando ele poderá ter acesso a esses conhecimentos.

Após análise dos resultados, foi possível perceber que a UFRJ é a única universidade a oferecer em seu currículo disciplinas que abordam a temática étnico-racial, de forma obrigatória, tratando o assunto como essencial para a formação do bibliotecário. A UNIRIO possui algumas opções de disciplinas, mostrando que existe uma preocupação, mas ainda não a trata como imprescindível. Já a UFF e UNIVERSO, como não possuem nenhuma disciplina referente à temática étnico-racial, indicam um descompasso com as demandas sociais contemporâneas, notadamente nas questões étnico-raciais.

Para dar cumprimento ao segundo objetivo específico deste trabalho, que propôs a identificação da temática étnico-racial na literatura infanto-juvenil nas coleções das bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro, foi realizada uma pesquisa exploratória no site da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), que pertence à prefeitura do Rio de Janeiro.

As bibliotecas municipais da SMC propõem que o usuário tenha a oportunidade de conhecer e participar das inúmeras atividades culturais de incentivo à leitura e ações relacionadas à convivência comunitária. Após a apuração das informações solicitadas [contidas no quadro 2] será possível analisar se essa proposta da SME está sendo colocada em prática.

Com os resultados coletados no site, foi feito um levantamento do total de bibliotecas, seus endereços e se está em funcionamento, essas informações constam no quadro 1.

**Quadro 1:** Bibliotecas municipais da cidade do rio de janeiro, seus endereços e seu status de funcionamento.

BIBLIOTECA	ENDEREÇO	STATUS DE FUNCIONAMENTO
Biblioteca José Bonifácio.	Gamboa, zona central	Fechada
Biblioteca Cecília Meireles	Jacarepaguá, zona oeste	Fechada
Biblioteca José de Alencar	Santa Teresa, zona sul	Fechada
Biblioteca Annita Porto Martins	Rio Comprido, zona central	Aberta
Biblioteca Marques Rebelo	Tijuca, zona norte	Fechada
Biblioteca João do Rio	Irajá, zona norte	Aberta
Biblioteca Euclides da Cunha	Ilha do Governador, zona norte	Aberta
Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga	Campo Grande, zona oeste	Aberta
Biblioteca Machado de Assis	Botafogo, zona sul	Fechada

**Fonte:** Secretaria Municipal de Cultura SMC

Posterior a etapa do levantamento, foram encaminhadas mensagens para o/as contato/as cujos endereços de emails estavam disponíveis no site da Secretaria. O conteúdo da mensagem apresentava a pesquisa, solicitava a participação da biblioteca e estava em anexo um formulário com as perguntas. Após um tempo de espera, se obteve a resposta de apenas quatro (4) bibliotecas: Biblioteca Cecília Meireles, Biblioteca João do Rio, Biblioteca José de Alencar, Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga. O resultado das questões solicitadas e as respostas estão representadas no quadro 2.

**Quadro 2:** Dados informativos, retirados dos formulários que foram respondidos pelas Bibliotecas Públicas Municipais, relacionados à: quantidade de acervo total, questão étnico racial e questão étnico racial dedicadas ao público infanto-juvenil.

NOME DA BIBLIOTECA:	QUAL O TOTAL DE OBRAS DO ACERVO?	DESTAS OBRAS, QUANTAS SÃO DEDICADAS AO PÚBLICO ÉTNICO-RACIAL?	DENTRE OS MATERIAIS DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL, QUANTAS SÃO DEDICADAS AO PÚBLICO INFANTO JUVENIL. PODERIA CITÁ-LAS?
Biblioteca Cecília Meireles	2.000	150	100
Biblioteca João do Rio	12.000	100	6
Biblioteca José de Alencar	6.000	130	50
Biblioteca Manuel Ignacio da Silva Alvarenga	12.000	2.400	144

**Fonte:** Autoral.

Os dados coletados mostram que as bibliotecas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro não estão aptas a receber a demanda de crianças e adolescentes negras. O abandono corrobora com o afastamento dessa parcela da população em relação à biblioteca, escancarando a falta de atenção que o estado tem com a comunidade negra.

Esse resultado repercute na preocupação deste trabalho: é preciso que os espaços de aprendizagem e conhecimento sejam espaços que possam contribuir para diminuir as mazelas negativas enfrentadas por essa população.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi discutido neste trabalho, para dar conta das exigências da contemporaneidade, a biblioteca pública deve assumir a configuração de um espaço do conhecimento, com o papel de levar a informação de forma democrática para toda população, analisando as características da demanda local. Por isso, tal como foi

apontado na seção referente à formação do leitor e do bibliotecário, é necessário que o profissional seja capacitado para atuar com a diversidade, mas, como foi ressaltado, essa bagagem deve ser adquirida ainda na graduação. Entretanto, ainda são poucos os cursos de biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro que contemplam formação que abranja discussões nesse tema.

Uma leitura inclusiva pode servir de estímulo para aqueles que se sentem injustiçados pelo poder público, uma vez que a ideia da representatividade pode trazer identidade para a realidade daquele indivíduo. Para isso, é preciso que o bibliotecário participe como um agente social, comprometendo-se com a construção de uma sociedade mais justa para todos. Pelo que foi apresentado neste artigo, existe um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito às discussões das questões étnico-raciais nos cursos de biblioteconomia, mas é possível perceber que iniciativas de grupos e indivíduos que discutem as questões raciais têm crescido exponencialmente nos últimos anos.

Essa parcela da sociedade tem crescido, portanto, é necessário que haja difusão desse conhecimento para que atinja de fato a biblioteca, o seu acervo e a população que utiliza o espaço. No que diz respeito às crianças negras, é de suma importância a luta pela inclusão de acervos que representem essa população para que posteriormente estas crianças estejam inseridas num contexto mais favorável e inclusivo de sua etnia. Finalmente, é importante ressaltar que olhar essas questões e discuti-las à luz dos problemas que a população negra tem enfrentado, é de suma importância para um país cujo percentual de pessoas negras e pardas é de 54%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para dar visibilidade e incentivo à criação, desenvolvimento e divulgação de acervos voltados para crianças negras no âmbito das bibliotecas públicas, tanto da cidade e estado do Rio de Janeiro, quanto de outros estados do Brasil.

## REFERÊNCIAS

VALENTIM, M. L. P. . O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro e Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira. (Org.). Biblioteca do Século XXI: desafios e tendências. 1 ed. Brasília: IPEA, 2016, v. 353p., p. 19-42. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/livros/livros/170105\\_biblioteca\\_do\\_seculo\\_21\\_cap01.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21_cap01.pdf). Acesso em: 29 maio 2023.



LUX, C.. Bibliotecas Na Agenda: Um A Questão Importante Para A Sociedade Contemporânea. Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação, 14–33. 2008. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/78>. Acesso em: 29 maio 2023.

WEITZEL, Simone da Rocha. Formação e desenvolvimento de coleções / Simone da Rocha Weitzel ; [leitor] Claudio Marcondes de Castro Filho. – Brasília, DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.

FIGUEIREDO, N. M. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 7, n. 1, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75729>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo. Ed. Autores Associados: Cortez, 1989.

ZILBERMAN, R. . A leitura no Brasil: história e instituições. In: Vilson J. Leffa; Aracy E. Pereira. (Org.). O ensino da leitura e produção textual. 1ed. Pelotas: EDICAT, 1999, v. 1. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/75/o/hist\\_ria\\_da\\_leitura.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/75/o/hist_ria_da_leitura.pdf). Acessado em: 2 jun. 2023.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELO NYOTA. 2023. Disponível em: [www.nyota.com.br/](http://www.nyota.com.br/). Acesso em: 26 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em biblioteconomia. 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Projeto-Pedagogico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Quadro dos componentes curriculares do curso de graduação - bacharelado em biblioteconomia (2010/2). 2010. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Ementario.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto Pedagógico de Curso Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. 2020. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Projeto-Pedagogico-de-Curso-Biblioteconomia-e-Gestao-de-Unidades-de-Informacao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

[depbiblio.facc.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/12/PPC2020.pdf](http://depbiblio.facc.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/12/PPC2020.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Quadro de Horários. 2023. Disponível em: [https://app.uff.br/graduacao/quadrodehorarios/?utf8=%E2%9C%93&q%5Bdisciplina\\_nome\\_or\\_disciplina\\_codigo\\_cont%5D=&q%5Banosemestre\\_eq%5D=20231&q%5Bdisciplina\\_cod\\_departamento\\_eq%5D=&button=&q%5Bidturno\\_eq%5D=&q%5Bidlocalidade\\_eq%5D=&q%5Bvagas\\_turma\\_curso\\_idcurso\\_eq%5D=1&q%5Bdisciplina\\_disciplinas\\_curriculos\\_idcurriculo\\_eq%5D=&q%5Bcurso\\_ferias\\_eq%5D=&q%5Bidturmamodalidade\\_eq%5D=](https://app.uff.br/graduacao/quadrodehorarios/?utf8=%E2%9C%93&q%5Bdisciplina_nome_or_disciplina_codigo_cont%5D=&q%5Banosemestre_eq%5D=20231&q%5Bdisciplina_cod_departamento_eq%5D=&button=&q%5Bidturno_eq%5D=&q%5Bidlocalidade_eq%5D=&q%5Bvagas_turma_curso_idcurso_eq%5D=1&q%5Bdisciplina_disciplinas_curriculos_idcurriculo_eq%5D=&q%5Bcurso_ferias_eq%5D=&q%5Bidturmamodalidade_eq%5D=). Acesso em: 27 jun. 2023.

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA. Fluxograma Curso: Biblioteconomia. Fluxograma Curso: Biblioteconomia. Disponível em: [https://universo.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/209AN-Grade\\_Biblioteconomia.pdf](https://universo.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/209AN-Grade_Biblioteconomia.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Bibliotecas Municipais. 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?article-id=106774>. Acesso em: 5 maio 2023.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. / Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. {S.L}, 1994. Disponível em: < <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 16 maio, 2023.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 02 - DIÁLOGOS E DISPUTAS LGBTI+ NA POLÍTICA INSTITUCIONAL



# O INDISFARÇÁVEL ÓDIO LGBTFÓBICO NOS PROJETOS DE LEI QUE CRIAM O “DIA DO ORGULHO HETEROSSEXUAL”

*Cristiano Lucas Ferreira<sup>1</sup>*

*Erlando da Silva Rêses<sup>2</sup>*

## RESUMO

As celebrações e homenagens à heterossexualidade fazem parte da ofensiva conservadora contrária à promoção da visibilidade política de pessoas LGBTQIA+. No Brasil, há quase duas décadas, parlamentares ligados às igrejas evangélicas têm apresentado Projetos de Lei (PL) com o propósito de criar o “Dia do Orgulho Heterossexual”. Este estudo examina 17 PLs apresentados em diversas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, utilizando a Análise de Conteúdo, na perspectiva de Krippendorff, como metodologia para interpretar as justificativas utilizadas pelos parlamentares e a masculinidade em crise como categoria analítica. Como resultados, identificamos nessas justificativas críticas ao Estado e à sociedade, pois acreditam que políticas destinadas às pessoas LGBTQIA+ e os direitos que reivindicam resultam em vantagens e privilégios em relação ao restante da população. Como estratégia de desqualificação e difamação, associam a luta política e a visibilidade social das pessoas LGBTQIA+ à promoção e estímulo à homossexualidade, acusando-as de praticarem violência e discriminação contra aqueles que se opõem à igualdade de direitos por razões morais e religiosas. Constatando que a heterossexualidade está sob ataque (da mídia, do “politicamente correto” e da “ideologia gay”), colocam-se na posição de vítimas que necessitam da proteção do Estado. Concluímos que essas iniciativas distorcem a ideia de orgulho, uma vez que pessoas heterossexuais não têm suas vidas invisibilizadas pelo preconceito ou discriminação e não sofrem qualquer tipo de violência devido à sua orientação sexual. Isso demonstra como as questões de gênero têm sido reinterpretadas e ressignificadas por grupos conservadores, restando-nos a opção de estarmos em constante vigilância, pois, invariavelmente, as ações políticas desses grupos representam retrocessos em nossos direitos.

**Palavras-chave:** Orgulho Heterossexual. Parlamentares Evangélicos. Ofensiva Conservadora

1 Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, [profcrisianoeape@gmail.com](mailto:profcrisianoeape@gmail.com);

2 Professor Dr Erlando da Silva Rêses, Faculdade de Educação da UNB, [erlando@unb.br](mailto:erlando@unb.br);

# SAÍMOS DAS RUAS E ADENTRAMOS OS PARLAMENTOS: POTENCIALIDADES DE PESSOAS LGBT+ NO CENÁRIO DA POLÍTICA BRASILEIRA

*Wisney Batista dos Santos<sup>1</sup>*

*Akira Borba Colen França<sup>2</sup>*

*Leandra Sobral Oliveira<sup>3</sup>*

*Luddy Searom Carias de Moraes<sup>4</sup>*

## RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com 6 parlamentares LGBTI+ que atuam no Brasil, e tem como objetivo examinar as vivências de pessoas LGBTI+ eleitas para cargos legislativos. Para a coleta de dados, foram conduzidas entrevistas com as pessoas parlamentares LGBTI+ no exercício de seus mandatos. Ao selecionar as pessoas participantes, foram aplicados critérios de diversidade, abrangendo diferentes regiões do país, identidades étnico-raciais, gêneros, orientações sexuais e filiações partidárias. No entanto, a maioria das pessoas entrevistadas ainda provém das regiões sudeste e nordeste. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise temática, subdividindo-se em quatro categorias principais: (i) relação e memórias em relação à política, (ii) desafios e obstáculos enfrentados durante a candidatura e o mandato, (iii) conquistas e transformações decorrentes do exercício do cargo e (iv) perspectivas futuras. A partir dessas categorias de análise, percebemos que os mandatos parlamentares conseguiram fazer encaminhar pautas importantes para a causa LGBTI+ e os desafios que mais encontraram foi a falta de investimento dentro do próprio partido; o elitismo e a violência política perversa no cotidiano das campanhas e dos mandatos. Este trabalho resulta de uma pesquisa conduzida pela

1 Especialista em Psicologia Social (Faculdade Futura), Bacharel em Psicologia (UFAC), analista de pesquisa qualitativo na ONG TODXS Brasil, [wisney.berig@todxs.org](mailto:wisney.berig@todxs.org);

2 Mestra em Educação (UFRGS), Doutoranda em Informática da Educação (UFRGS), Líder da equipe de Pesquisa da ONG TODXS, [akira.borba@todxs.org](mailto:akira.borba@todxs.org);

3 Doutora em Psicologia Social (UERJ), Especialista em gênero e sexualidade (UERJ), Graduada em Psicologia (UERJ), analista de pesquisa na ONG TODXS Brasil, [leandra.oliveira@todxs.org](mailto:leandra.oliveira@todxs.org);

4 Bacharel em Ciências Biológicas (2021), analista de pesquisa quantitativa na ONG TODXS, contato [luddy.searom@todxs.org](mailto:luddy.searom@todxs.org);

equipe de pesquisa da organização TODXS no ano de 2022 durante os processos de pleitos políticos que ocorriam no país no momento.

**Palavras-chave:** Participação política; candidaturas LGBTI+; produções dissidentes na política.

## BENNY BRIOLLY: UMA PARLAMENTAR TRAVESTI NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

*Gladston Oliveira dos Passos<sup>1</sup>*

### RESUMO

Desde o início de sua militância política a vereadora Benny Briolly tem sido alvo de ameaças e atos de violência. As mulheres trans e travestis sempre lutaram para serem visibilizadas, porém a marginalização de seus corpos e suas vivências ainda existe em diversos espaços, inclusive no político. Dessa forma, o presente artigo traz a seguinte problemática: como enfrentar a violência política de gênero sofrida pelas parlamentares trans e travestis. Com tal propósito, traça-se como objetivo geral analisar de que maneira essa violência se manifesta. Nesse sentido, buscou-se de início apresentar o conceito de violência política de gênero e de que forma ela afeta a possibilidade de exercício de Direitos Políticos de mulheres transexuais e travestis, em especial, da vereadora Benny Briolly. Posteriormente, será abordado como a questão racial se entrelaça nesse tipo de violência. Por fim, serão apresentados os mecanismos necessários de prevenção e enfrentamento dessa violência. A produção desse trabalho se torna relevante pela escassez de pesquisas nesta temática e por apresentar questões pertinentes tanto para os estudos de gênero e sexualidade, quanto para do Direito. O percurso metodológico desse artigo envolveu levantamento bibliográfico e trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. A partir desta análise, percebe-se que a violência política de gênero é um dos principais motivos que contribui para afastar as mulheres da vida pública, sejam elas cis ou trans. E uma das formas para solucionar esse problema foi a criação da Lei nº 14.192/21.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos, Parlamentar, Raça, Representatividade, Violência.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Antropologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, [gladstonpassos92@gmail.com](mailto:gladstonpassos92@gmail.com);

# A GUERRA HÍBRIDA ENTRE DEPUTADOS FUNDAMENTALISTAS E MULHERES TRANS ATLETAS NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

*Danielle Nunes Rosa de Oliveira<sup>1</sup>*  
*Flávia Pinheiro Meirelles<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho consiste em relacionar os ataques sofridos por mulheres trans atletas no Congresso Nacional com o conceito de Guerra Híbrida. A pauta antitrans é usada como cortina de fumaça e palanque midiático em redes sociais por parlamentares fundamentalistas que flertam com o fascismo e com o terrorismo. Suas narrativas e justificativas em formato de “Pós-Verdade” destilam negacionismos causando Pânico Moral e fermentando o pensamento popular de “Ideologia de Gênero”. Faz-se necessário e urgente trazer elementos não visíveis já que a ciência, por meio de estudos que duram há mais de 10 anos organizados pelo COI (Comitê Olímpico Internacional), para eles e para a sociedade civil é insuficiente. Tiffany Abreu, foi a que mais ficou em evidência, porém Maria Joaquina hoje Campeã Mundial de Patinação no Gelo aos 15 anos pode ser a próxima vítima novamente, já que foi vítima de fake news aos 12. O ódio, como toda a estrutura pesa mais quando o corpo é negro. Explicar os conceitos de Guerra Híbrida, Pós-verdade, Ideologia de Gênero e até de Política poderá combater o “terraplanismo” transfóbico causado racionalmente pelos usurpadores do poder. Será utilizado referências bibliográficas e projetos de leis sobre atletas trans protocolados na Câmara dos Deputados.

**Palavras-chave:** Atletas Trans, Guerra Híbrida, Congresso Nacional, Mulheres Trans, Esporte.

1 Mestranda do Curso de Relações Étnico-Raciais CEFET/RJ - RJ, [daniellenunes.rj@hotmail.com](mailto:daniellenunes.rj@hotmail.com);

2 Professora orientadora: Docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ, Docente de Artes/Dança COART - DEMET e Coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) do CEFET-RJ. RJ, [flavia.meireles@cefet-rj.br](mailto:flavia.meireles@cefet-rj.br).



# RELATO DE EXPERIÊNCIA: A HOMOFOBIA INTRÍNSECA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Matheus Borges dos Santos<sup>1</sup>*

*Nilton Abranches Júnior<sup>2</sup>*

## RESUMO

Os espaços de forma geral são pensados e organizados para atender um corpo padrão. Este corpo é compreendido neste trabalho enquanto um corpo hegemônico, representativo de um discurso específico que privilegia características de gênero e sexualidade. Como qualquer espaço a escola se apresenta como representante desse discurso. Leva-se em consideração a onda neoconservadora, já em curso na América Latina, que se consolida no Brasil após o Golpe de 2016. Movimento este que aproxima o Estado brasileiro da religião, e provoca uma mistura entre eles, que compreendemos como a perda de laicidade do Estado. Neste movimento percebemos dispositivos biopolíticos de controle, que tendem a disciplinar os corpos das e dos estudantes nas escolas. Nossas impressões partem das observações feitas nos últimos dois anos, oriundas da experiência de aluno estagiário em uma escola pública localizada na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Nosso objetivo principal é o discutir como esse discurso atua de forma opressora, e está apoiado na materialidade simbólica espalhada no espaço físico da escola.

**Palavras-chave:** Experiência, Homofobia, Neoconservadorismo, Escola, Laicidade.

---

1 Graduando/a/e do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, [Matheus-2011borges@gmail.com](mailto:Matheus-2011borges@gmail.com);

2 Professor/a/e orientador/a/e: Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, [Niltonabran-ches07@yahoo.com.br](mailto:Niltonabran-ches07@yahoo.com.br).

# RETRATOS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+ NO BRASIL

*Cleyton Feitosa<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho objetiva lançar luz sobre a violência política contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, entre outros (LGBTI+) no Brasil contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa nova e inicial, voluntária e sem financiamento ou vínculos institucionais, desenvolvida após a conclusão da minha tese de doutoramento que versou sobre a interação entre Movimento LGBTI+ e partidos políticos no Brasil. Durante a tese, vimos que a violência política foi uma das barreiras à institucionalização dos valores e interesses da militância LGBTI+ nos partidos e apontamos esse fenômeno como agenda de pesquisa, posto que subteorizado. À princípio, estabelecemos três objetivos específicos para essa nova pesquisa: (i) identificar episódios de violência política contra LGBTI+ no Brasil; (ii) analisar padrões e consequências da violência política contra LGBTI+ no Brasil e, (iii) verificar medidas de combate à violência política contra LGBTI+ no Brasil. Por razões de espaço, nessa proposta pretendemos desenvolver o primeiro objetivo específico, identificando episódios ocorridos no país. Para tanto, lançamos mão de pesquisa bibliográfica e documental, vez que levantamos reportagens e matérias jornalísticas, além de outros documentos e postagens na internet e em redes sociais, que relatassem episódios de violência política contra LGBTI+. O referencial teórico-metodológico está fundamentado em trabalhos de Biroli e Miguel (2015), Borrilo (2010), Facchini (2020), Feitosa (2022) e Green (2018; 2019). Os resultados parciais identificaram casos de violência política LGBTIfóbica contra Harvey Milk,

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - Campus Agreste (UFPE/CAA). É autor do livro “Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil” (Appris, 2017). Tese premiada na Categoria Finalista no Concurso Brasileiro ANPOCS de Teses e Dissertações Universitárias em Ciências Sociais - 2023. Recebeu Menção Honrosa pela Dissertação de Mestrado no Prêmio ABETH de Dissertações e Teses Universitárias em Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (2018). É membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie - IPOL/UnB) e Núcleo de Pesquisa Flora Tristán (IPOL/UnB), sócio efetivo da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). Endereço eletrônico: [cleyton\\_feitosa@hotmail.com](mailto:cleyton_feitosa@hotmail.com);

Herbert Daniel, Renildo José dos Santos, Têko, Edgar Souza, Eduardo Leite, Jean Wyllys, Marielle Franco e diversas mulheres trans eleitas após 2020.

**Palavras-chave:** Violência, Política, LGBTI+, Democracia, Participação.

## INTRODUÇÃO

A temática da pesquisa que ora pretendemos desenvolver é o da violência política contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, entre outras identidades não cis-heterossexuais (LGBTI+) no Brasil contemporâneo como expressão dos desafios à participação política desse grupo e, por conseguinte, das barreiras ao funcionamento da democracia brasileira e da vigência dos direitos humanos.

A pesquisa se justifica porque está interessada em conhecer as dinâmicas de participação de grupos socialmente minoritários. Contudo, há relativa escassez de estudos sobre segmentos estigmatizados como é o caso da população LGBTI+.

O estudo também interessa à sociedade em geral, pois a manutenção de desigualdades prejudica o funcionamento da democracia, da justiça social e colabora para a reprodução de violências. Por fim, é relevante para a comunidade estudada, pois ela é a principal afetada pela vulnerabilidade social que dificulta o acesso às instâncias políticas e, portanto, à representação política.

Nesse sentido, temos como problema de pesquisa a seguinte questão: como a violência política contra a população LGBTI+ se manifesta no Brasil contemporâneo?

Temos como objetivo geral analisar como a violência política contra a população LGBTI+ se expressa no Brasil contemporâneo e como objetivos específicos (i) identificar episódios de violência política contra LGBTI+ ocorridos no Brasil, (ii) analisar diferentes modalidades de violência política contra LGBTI+ e, por fim, (iii) apresentar uma definição do conceito de violência política contra a população LGBTI+.

A metodologia foi baseada em pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2002). Levantamos e analisamos casos de violência política LGBTIfóbica registrados em suportes acadêmicos, jornalísticos e nas redes sociais. A relação de trabalhos acadêmicos utilizados consta nas referências bibliográficas, já o conjunto de fontes jornalísticas e materiais disponíveis na internet utilizados consta na seção metodológica.

Assim, o artigo está dividido entre as seguintes seções: introdução, metodologia, breve referencial teórico, resultados e discussão, considerações finais e as referências bibliográficas.

## METODOLOGIA

A abordagem dessa pesquisa é eminentemente qualitativa, pois almejou estudar um fenômeno social que não é possível ser quantificado. Não existe no Brasil registros oficiais sobre casos de violência política contra a população LGBTI+ no Brasil, nem é nosso objetivo levantar amostras expressivas que representem um universo exato ou preciso. Na verdade, o estudo possui caráter exploratório a partir de uma amostragem pequena. Além disso, buscaremos aprofundar questões subjetivas do fenômeno (GIL, 2002).

Em relação à técnica de obtenção de dados, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida a partir de materiais já publicados, como livros, artigos, periódicos e outros, e documental, uma vez que buscamos reportagens e matérias jornalísticas, além de outros documentos e postagens disponíveis na internet e em redes sociais, que versem ou relatem episódios de violência política contra LGBTI+ no Brasil de modo a formar um corpus para posterior análise e escrita do artigo (GIL, 2002).

**Quadro 1** - Relação de fontes jornalísticas e materiais da internet utilizados na pesquisa.

Portal	Título da Matéria	Data da Publicação
1. Aventuras na História	Há 44 anos, Harvey Milk era assassinado nos EUA	31/01/2021
2. O Globo	O vereador torturado e decapitado por se declarar gay, em Alagoas	16/03/2023
3. Congresso em Foco	“Sofri homofobia e humilhação”, diz prefeito gay	31/12/2016
4. Portal Geledés	Este prefeito enfrentou a homofobia e se casou com seu companheiro após 13 anos juntos	06/03/2017
5. UOL	“Eu sou gay. Não tenho nada a esconder”, diz governador Eduardo Leite	01/07/2021
6. G1	João Doria desiste da pré-candidatura à presidência; veja a íntegra do discurso	23/05/2023
7. Instituto Marielle Franco	Quem é Marielle Franco?	Sem data
8. BBC News Brasil	Rejeição da família, pedido de casamento e luto: a história de amor interrompida de Marielle e Mônica	30/03/2018
9. ANTRA	Candidaturas trans foram eleitas em 2020	Sem data
10. Carta Capital	Número de vereadoras trans mais que triplicou em 2020, mas preconceito ainda limita atuação	10/07/2021
11. G1	Vereadora do PT da Câmara de Niterói acusa colega do PSOL de lesbofobia ao dizer: “Vou te tratar como homem”	08/07/2021

Portal	Título da Matéria	Data da Publicação
12. G1	Vereadora é abraçada e beijada à força por parlamentar em sessão da Câmara de Florianópolis	08/12/2022
13. Bee40tona YouTube	JEAN WYLLYS - DE VOLTA AO BRASIL: BBB, mandatos, exílio e arte #epi32	07/09/2023
14. Facebook Filipa Brunelli	Postagem sobre ameaça de morte sofrida por atuar na causa LGBTI+	06/08/2021

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de cada site.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Qualquer interpretação aprofundada do mundo social precisa incorporar simultaneamente os eixos de gênero, raça e classe nas análises (BIROLI; MIGUEL, 2015). De acordo com os autores, determinantes sociais, como a sexualidade, entre outros, importam “na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29). Significa dizer que determinadas condições e características posicionam os sujeitos em lugares de privilégio ou de subalternidade em sociedades marcadas pelas desigualdades.

O foco na interseccionalidade proposto por Biroli e Miguel (2015) nos ajuda a entender o porquê de “homossexuais” passamos a tratar de uma multiplicidade de sujeitos representada pela sigla LGBTI+ ou LGBTQIA+. Regina Facchini explica que na atualidade vivenciamos “a passagem de uma ênfase nas identidades, baseada no essencialismo estratégico, para uma ênfase na “experiência”, com inspirações em teorias queer, decoloniais e/ou no feminismo negro” (FACCHINI, 2020, p. 59-60). Assim, se antes a homossexualidade era concebida como identidade política, atualmente há múltiplas formas de vivermos experiências não convencionais de gênero e sexualidade.

Independente das polêmicas teóricas ou políticas em torno da existência de identidades fixas ou experiências no que diz respeito a grupos de diversidade sexual e de gênero, o Brasil amarga índices alarmantes de violência contra essa população segundo fontes oficiais do governo brasileiro (BRASIL, 2013). Esse cenário marcado por inúmeras violações de direitos humanos, popularmente conhecido como homofobia ou LGBTIfobia (BORRILLO, 2010), pressionou os próprios atores que compõem este segmento social a se organizarem politicamente e fundarem o que se convencionou chamar de Movimento LGBTI+ (GREEN, 2019).

O Movimento LGBTI+, como típico movimento social, desenvolve diversos repertórios de ação coletiva que visam chamar atenção da sociedade para um problema social com a finalidade de lutar por direitos e por igualdade (GREEN, 2019). É por esse motivo que ativistas criaram as chamadas Paradas do Orgulho LGBTI+. Almejando atrair atenção da grande mídia e da sociedade, o Movimento LGBTI+ desfila em grandes avenidas das cidades brasileiras em busca de igualdade de direitos e respeito.

Outro repertório de ação desses atores para conquistar direitos é participar diretamente da política institucional. Segundo Facchini, “o processo de cidadanização também influenciou na participação de candidatos LGBT em disputas eleitorais” (2020, p. 43). No entanto, a aproximação desses sujeitos às instâncias políticas formais tem resultado em violência política de caráter LGBTIfóbico. O historiador James Green relata em sua obra o assassinato de Renildo José dos Santos, vereador do município de Coqueiro Seco/Alagoas. O vereador foi sequestrado e esquartejado após assumir em um programa de rádio que era bissexual no ano de 1993 (GREEN, 2019).

A intensa violência contra a população LGBTI+ somada ao regime ditatorial brasileiro produziram a exclusão sistemática desse segmento das instituições políticas, como partidos políticos, prefeituras, governos estaduais, câmaras municipais, assembleias estaduais e o Congresso Nacional. Com o processo de redemocratização e a própria organização política, esta população começa a acessar instituições políticas, mas sofre a reprodução da violência LGBTIfóbica agora no campo político. Em face desse acesso ser ainda bastante restrito, a violência política contra LGBTI+ é um problema social subteorizado que requer maior sistematização e compreensão.

## **VIOLÊNCIA POLÍTICA LGBTI+: VÍTIMAS, MODALIDADES E CONCEITO**

A presente seção tem como objetivo identificar episódios de violência política contra LGBTI+ ocorridos no Brasil, analisar as diferentes modalidades em que este fenômeno se expressa e apresentar uma proposta de definição conceitual. É importante dizer que não se trata de um levantamento exaustivo e completo dos casos. O critério de escolha deles se baseou no conhecimento prévio do autor sobre os episódios relatados e em achados decorrentes de pesquisas na internet.

Antes de adentrar especificamente no Brasil, é necessário recuperar a trajetória do político estadunidense Harvey Milk em face do seu pioneirismo. Milk foi o primeiro homem assumidamente gay a ser eleito a um cargo público no estado da Califórnia, atuando como supervisor (equivalente aos vereadores brasileiros) da

cidade de São Francisco. De acordo com o portal Aventuras na História, o político patrocinou um projeto de lei que proibiu atitudes discriminatórias realizadas com base na orientação sexual em empresas, condomínios e locais públicos. Em 27 de novembro de 1978 o ativista gay foi assassinado por outro supervisor californiano, Dan White, que atirou em Milk e no prefeito de São Francisco, George Moscone.

Trazendo para o Brasil em época semelhante, no começo dos anos 70, não era possível falar em um ativismo homossexual dado que o país vivia sob regime autoritário. As primeiras iniciativas para formação desse movimento social ocorrem somente em 1978 com a fundação do Somos - Grupo de Afirmação Homossexual a partir do abrandamento da ditadura militar que se encerraria nos anos posteriores (MACRAE, 2018 [1990]). Um dos fatores para a derrocada do regime autoritário foi a resistência de setores da classe média progressista que militava em grupos clandestinos, uma vez que os partidos de esquerda haviam sido extintos pelos militares. Em determinado momento da ditadura, uma parte da esquerda entendeu que a resistência só lograria êxito se fosse armada (GREEN, 2018).

É aqui que chegamos ao caso de Herbert Daniel. Daniel era estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quando abriu mão da sua carreira promissora para colaborar nas lutas coletivas pela democracia brasileira. Sua brilhante biografia escrita por James Green (2018) relata que Herbert Daniel viveu intensos conflitos internos para conciliar sua homossexualidade e a militância de esquerda nos grupos em que participou, tendo pouco acolhimento por parte de seus companheiros. Uma exceção foi sua colega Dilma Rousseff que lhe deu escuta em um momento de sofrimento em face de um amor platônico por um companheiro de militância heterossexual. Seu biógrafo argumenta que Herbert Daniel vivera um duplo exílio: um primeiro decorrente da ditadura militar que fez com que ele precisasse viver em países da Europa e um segundo exílio resultante da homofobia generalizada na sociedade brasileira, inclusive na esquerda revolucionária (GREEN, 2018).

Como mencionado no referencial teórico, houve o episódio de violência política contra Renildo José dos Santos. O historiador James Green relata em sua obra *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX* o assassinato de Renildo José dos Santos, vereador do município de Coqueiro Seco, no estado de Alagoas, Nordeste brasileiro. O vereador foi sequestrado e esquartejado após assumir em um programa de rádio que era bissexual no ano de 1993 (GREEN, 2019). Em matéria do O Globo, é explicado que antes do seu assassinato propriamente dito, Renildo foi alvo de três tiros em um atentado, razão pelo qual ele denunciou tal perseguição à Comissão de Direitos Humanos da ONU e pediu proteção policial ao governo estadual de Alagoas, sem sucesso.



Embora raros, o Brasil contabiliza alguns casos de ocupantes LGBTI+ em cargos no Executivo, como prefeitos e governadores. Estes parecem estar ainda mais vulneráveis à violência política LGBTIfóbica, na medida em que a disputa majoritária tende a ser ainda mais acirrada em face da fórmula eleitoral (50% dos votos + 1) e da quantidade de cargos públicos em disputa. No ano de 2016, o portal de notícias Congresso em Foco destacou o caso do prefeito Têko (PHS) de Itapecerica, município de Minas Gerais. A matéria diz: “homossexual assumido, ele foi alvo de ataques e ofensas por causa da sua orientação sexual durante a campanha eleitoral” (CONGRESSO EM FOCO, 2016, p. 1).

Ao longo da campanha, a casa onde ele e sua mãe moram foi pichada com palavras ofensivas e preconceituosas. Fotos dele fantasiado foram espalhadas pela internet. “Sofri muitas humilhações, meu nome foi achincalhado nas redes sociais. Minha voz foi motivo de chacota entre meus adversários. Sofri homofobia e recebi todos os nomes que um ser humano pode ganhar, todas as humilhações”, relatou. O caso ainda é investigado pela polícia, que busca os autores dos ataques (CONGRESSO EM FOCO, 2016, p. 1).

Outro prefeito gay que sofreu violência política LGBTIfóbica foi Edgar Souza (PSDB), do município de Lins, estado de São Paulo. De acordo com reportagem do HuffPost Brasil republicada pelo Portal Geledés, na primeira campanha que concorreu à prefeitura de Lins, Edgar Souza teve cartazes com fotos dele e do seu companheiro espalhados pela cidade com mensagens depreciativas. Uma das mensagens dizia: “se votar 45 sua cidade vai ser governada por esta família”, em nítida campanha difamatória por parte de adversários políticos. Talvez por essa razão, Souza passou a conciliar a militância partidária com o ativismo LGBTI+, tornando-se posteriormente Presidente Nacional da Diversidade Tucana, Secretariado LGBTI+ do PSDB, durante o segundo Encontro Nacional da instância, na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, em 2019 (FEITOSA, 2022).

No ligar dos motores para a disputa presidencial de 2022, em julho de 2021, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), revelou publicamente que é homossexual em entrevista ao programa de televisão Conversa com Bial, da TV Globo. De maneira atabalhoada, Leite anunciou

Eu sou gay, eu sou gay e sou um governador gay. Não sou um gay governador, tanto quanto Obama nos EUA não foi um negro presidente. Foi um presidente negro. E tenho orgulho disso. Não trouxe esse assunto, mas nunca neguei ser quem eu sou. Nunca criei um personagem (UOL, 2021, p. 1).

Aquela altura, Eduardo Leite já era alvo de especulações a respeito da sua (homo)sexualidade no meio político e talvez estivesse cansado dos rumores que se espalhavam cada vez mais, mas acreditamos que sua saída pública do “armário” anunciada em programa de grande audiência televisiva tenha sido parte de uma estratégia política. As evidências disso são o contexto político daquele momento: às vésperas da disputa presidencial, Eduardo Leite disputaria prévias com João Dória Jr. para ser o candidato do PSDB à Presidência da República (tendo perdido o pleito em um processo interno conturbado para seu concorrente) e apostava em ser o contraponto ao Presidente da República vigente, Jair Bolsonaro, e seus discursos e ideias homofóbicas. A contradição, alvo de críticas a Leite, é que ele havia declarado apoio ao próprio Bolsonaro nas eleições de 2018.

Após o anúncio da desistência de João Dória Jr. concorrer ao governo federal, Eduardo Leite se voltou para a disputa eleitoral no estado do Rio Grande do Sul. Seu concorrente agora era o representante do campo bolsonarista, Onyx Lorenzoni (PL). Eduardo Leite foi vítima de violência política LGBTIfóbica durante a campanha tanto da direita quanto da esquerda. O programa de rádio de Onyx Lorenzoni declarou que os gaúchos teriam um governador e uma primeira-dama de verdade. Também foram espalhados cartazes com os dizeres “RS é alérgico a carne de viado e lactose”. No campo da esquerda, um perfil do instagram atribuído ao PSOL do município de Navegantes postou uma imagem com tanques cor de rosa, criticando não somente as ações do governador, mas sua identidade gay, sinalizando que a LGBTIfobia, como fenômeno estrutural, está presente em todos os espectros ideológicos. Apesar dos ataques, Eduardo Leite foi reeleito governador do Rio Grande do Sul com 57,12% dos votos um ano após ter se assumido homossexual e com apoio da esquerda.

Outra vítima da violência política contra LGBTI+ foi o ex-deputado federal Jean Wyllys (ex-PSOL, atual PT). Durante seus dois mandatos, entre 2011 a 2018, Wyllys foi vítima de toda sorte de ataques e perseguições nas redes sociais, nas ruas e nas dependências do Congresso Nacional. O cenário de crise política decorrente do golpe de 2016 (MIGUEL, 2019) somado ao crescimento da direita e da extrema-direita causariam diversos desgastes, ataques e violências contra ele, fenômeno que passaria a ser cada vez mais presente entre representantes políticos LGBTI+ eleitos a partir de 2020. O fortalecimento do neoconservadorismo no país (BIROLI, MACHADO, VAGGIONE, 2020) fez com que Jean Wyllys sofresse ameaças a sua integridade física e a de seus familiares, forçando-o a renunciar ao seu terceiro mandato de deputado federal e se exilar do país em 2019, retornando somente em julho de 2023 em um contexto político em que Jair Bolsonaro havia sido considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral em virtude de abuso

de poder político. Em entrevista recente para Marcio Rolim, do canal Bee40tona<sup>2</sup>, Jean relatou o processo de violência política sofrido durante o seu mandato:

Passei a sofrer, a partir de 2016, frequentes ameaças que foram se agravando. À medida que essas ameaças apareciam, elas vinham por telefone do gabinete, ela vinham por meio das mídias sociais, elas vinham pelo meu telefone pessoal. Eu fui denunciando à Polícia Federal, eu fiz 17 denúncias à Polícia Federal. A Polícia Federal não moveu um milímetro pra identificar quem eram essas pessoas, quem estava me ameaçando e por quê. Diante disso, eu fiz uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que é a Organização dos Estados Americanos. A OEA analisou todas as provas que eu apresentei. Os comissionados vieram ao Brasil, fizeram uma visita, checaram todos os fatos e disseram: “você corre risco de morte sério. Não só porque as organizações criminosas podem lhe matar, mas porque você pode ser morto por um lobo solitário”. E, além do mais, eu poderia ser morto de uma maneira que a minha morte acabasse por me difamar que era fingir um assassinato passionnal. Tipo, um amante me matou. E eles são capazes disso (em seguida, exemplifica com o caso de Zuzu Angel). A CIDH pediu uma medida cautelar ao Governo Temer. O Governo Temer, que nasceu do Golpe. O Temer negou a medida cautelar de proteção. Então, não tinha outro caminho, Márcio. Não existe autoexílio. Foi exílio (BEE-40TONA, 2023).

Além de Jean Wyllys, outra correligionária de seu antigo partido, o PSOL, foi vítima de violência política. Só que dessa vez uma violência letal. Trata-se de Marielle Franco, socióloga pela PUC-Rio com mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), eleita vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com 46.502 votos. De acordo com o Instituto Marielle Franco, iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. No dia 14 de março de 2018, Marielle foi assassinada em um atentado com 13 tiros disparados contra o carro em que estava, matando também seu motorista, Anderson Pedro Gomes. Ela tinha um relacionamento estável com sua companheira Mônica Benício.

Quando o bolsonarismo e a pandemia de coronavírus estavam no auge, o número de vereadoras trans eleitas triplicou nas eleições municipais de 2020 em relação ao pleito de 2016. Se, por um lado, isso significou uma contradição

<sup>2</sup> Entrevista na íntegra pode ser vista em: <https://www.youtube.com/watch?v=C0kCGEyBMH8&t=4853s>. Acesso em: 11 Set. 2023.

ao contexto político autoritário, para nós representou uma resposta dos setores progressistas a toda perseguição LGBTIfóbica promovida pela extrema-direita nos últimos anos. De acordo com levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), foram eleitas 30 candidaturas de pessoas trans naquele ano. Dentre as pessoas eleitas para as câmaras municipais, estão Linda Brasil (PSOL), Duda Salabert (PDT), Maria Regina (PT), Lins Roballo (PT), Benny Briolly (PSOL), Erika Hilton (PSOL), Thammy Miranda (PL), Filipa Brunelli (PT), entre outras.

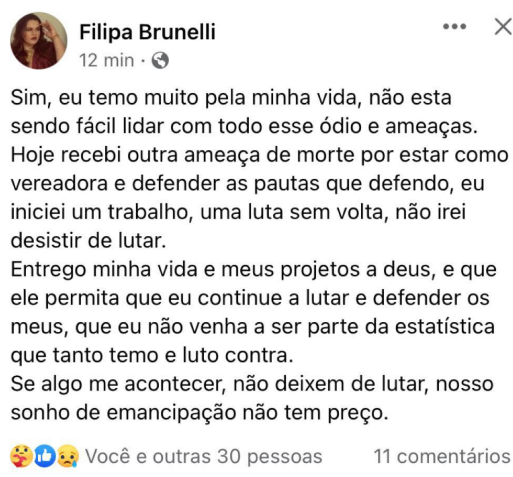
Um fenômeno eleitoral como esse dificilmente passaria despercebido pelos setores conservadores da sociedade e da política brasileiras. Após a posse das eleitas, inúmeros casos de violência política LGBTI+ pipocaram no país. Uma reportagem de Carta Capital trouxe muitos dos desafios vivenciados por essas mulheres trans eleitas em 2020. Lins Robalo (PT), vereadora de São Borja, declarou o seguinte: “Ainda não consegui aprovar projeto algum. Somos minoria como oposição e eu, trans, negra, periférica e obesa, sou a única que difere naquele ambiente branco, machista e conservador” (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1). Duda Salabert (PDT), vereadora por Belo Horizonte “sofreu ameaças de morte em duas ocasiões. Segundo ela, o grupo responsável pelos ataques a uma escola em Suzano, na Grande São Paulo, em 2019, encaminhou e-mails ao seu endereço pessoal e da escola onde trabalhava com promessas de matá-la” (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1). Duda ainda disse que a maioria dos colegas na Câmara mantém um respeito protocolar, mas nas alas bolsonaristas o desrespeito é explícito.

Já o caso de Benny Briolly (PSOL), vereadora mais votada da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, chama atenção. Ela teve de deixar o país temporariamente para não ser morta depois que ameaças e agressões se intensificaram. Em suas palavras, “Para nós, a violência política não é fato isolado. Tem sido recorrente contra parlamentares negras e travestis (...) Saí devido à omissão do Estado diante das ameaças” (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1). Linda Brasil (PSOL), vereadora de Aracaju/Sergipe, também sofre com a violência política LGBTIfóbica. Segundo a reportagem, Linda teme sair às ruas, uma vez que foi vítima de ataques de fundamentalistas religiosos, além de sofrer perseguição na Câmara Municipal.

Ela cita, como exemplo, a rejeição de um projeto comemorativo, a “Semana da Visibilidade Trans”, sem qualquer discussão ou justificativa. Quando questionou a forma como a proposta acabou descartada, recebeu ameaças de ser enquadrada pelo Conselho de Ética e até mesmo ter o mandato cassado. “O argumento utilizado pelos meus colegas é que eu não aceitava a derrota, e isso era uma ameaça à democracia da Casa (CARTA CAPITAL, 2021, p. 1).

Em alguns casos, lideranças políticas LGBTI+ desabafam e denunciam ameaças e perseguições que estão sofrendo no exercício da atuação parlamentar em seus perfis pessoais nas redes sociais. Foi o caso da vereadora de Araraquara/SP, Filipa Brunelli (PT), que disse temer pela sua vida em virtude de suas atividades políticas na sua página pessoal no Facebook.

**Figura 1** - Postagem da vereadora Filipa Brunelli



**Fonte:** Banco de dados do autor, extraído do Facebook da vereadora.

Outro caso, dessa vez ocorrido na Câmara de Niterói/RJ, ocorreu contra a vereadora negra e lésbica Verônica Lima (PT). Seu colega do PSOL, Paulo Eduardo Gomes, atacou sua orientação sexual dizendo “quer ser homem? Então vou te tratar como homem”. Verônica afirmou que o agressor ainda precisou ser contido por colegas da Casa de Leis para não agredi-la. Em resposta ao G1, o vereador disse em sua defesa: “Não há como negar que pratiquei um ato machista e lesbofóbico do qual me arrependo profundamente. Mas racionalmente digo que não desejei constrangê-la, foi a resposta que dei em meio a uma discussão acalorada entre nós”.

Violências políticas contra LGBTI+ também podem ocorrer sob a forma de assédio sexual. Foi o que ocorreu com a vereadora Carla Ayres, ativista lésbica do município de Florianópolis/Santa Catarina. Durante a sessão do dia 07 de dezembro de 2022, o vereador Marquinhos da Silva (PSC) a abraçou e a beijou à força. Carla Ayres publicou as imagens em suas redes sociais e disse que faria um Boletim de Ocorrência por importunação sexual e violência política de gênero. Nesse caso, a fronteira entre violência política LGBTI+ e violência política contra mulheres (BIROLI; MARQUES, 2022) é bastante difusa, uma vez que trata-se de uma

mulher lésbica assediada por um parlamentar homem. No entanto, acreditamos que o caráter LGBTIfóbico esteja presente na medida em que a defesa da causa lésbica é uma das principais bandeiras de atuação da vereadora.

Portanto, e diante da multiplicidade de casos levantados, definimos a violência política contra LGBTI+ como uma modalidade de violência motivada pela orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no exercício da participação social e política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos da pesquisa, quanto ao primeiro objetivo específico - identificar episódios de violência política contra LGBTI+ ocorridos no Brasil - identificamos diversos casos ocorridos no país. Além do assassinato do supervisor estadunidense Harvey Milk, localizamos ocorrências de violência política contra Herbert Daniel, Renildo José dos Santos, Têko, Edgar Souza, Eduardo Leite, Jean Wyllys, Marielle Franco, Verônica Lima, Carla Ayres e diversas mulheres trans eleitas a partir de 2020, como Linda Brasil, Duda Salabert, Lins Roballo, Benny Briolly, Erika Hilton e Filipa Brunelli. A recorrência é uma evidência de que não são casos isolados, mas trata-se de um fenômeno social que requer atenção.

Em relação ao segundo objetivo específico - analisar diferentes modalidades de violência política contra LGBTI+ - verificamos que ela se expressa de diferentes maneiras. Tanto Harvey Milk quanto Renildo José dos Santos e Marielle Franco foram vítimas de crimes letais, que resultaram na perda de suas vidas. Têko, Edgar Souza e Eduardo Leite sofreram difamações durante campanhas eleitorais. Jean Wyllys, Verônica Lima e diversas mulheres trans foram alvo de ameaças e violências psicológicas. Carla Ayres sofreu assédio sexual. Assim, a violência política LGBTIfóbica se manifesta de modo plural e multifacetado, carecendo maior sistematização.

Referente ao terceiro objetivo específico - apresentar uma definição do conceito de violência política contra a população LGBTI+ - concluímos que trata-se de uma modalidade de violência motivada pela orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no exercício da participação social e política.

A violência política LGBTI+ difere da simples violência política na medida em que o objeto e o alvo da agressão são a orientação sexual e a identidade de gênero das vítimas, portanto, a condição identitária e humana dos sujeitos. A violência política LGBTI+ também não pode ser confundida como mera divergência ideológica ou a respeito de costumes e valores já que o que está em jogo são as vidas dos

atores presentes na política institucional, que requerem acolhimento, inclusão, tratamento igualitário e proteção.

A pesquisa demonstrou que tal fenômeno demanda maiores investigações teóricas e empíricas e, principalmente, maiores intervenções públicas a fim de assegurar a participação democrática de todos e todas. Os resultados apontaram para significativa impunidade e baixa repercussão social. A omissão coletiva e institucional à questão torna a política um terreno ainda mais hostil para pessoas LGBTI+, contribuindo tão somente para o afastamento de parcelas expressivas da população das instituições representativas e para o fortalecimento das desigualdades da democracia.

## REFERÊNCIAS

BEE40TONA. **JEAN WYLLYS - DE VOLTA AO BRASIL: BBB, mandatos, exílio e arte #epi32.** YouTube, 7 de setembro de 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/live/COkCGEyBMH8?si=cJ1KKA2\\_YyhzhfkQr](https://www.youtube.com/live/COkCGEyBMH8?si=cJ1KKA2_YyhzhfkQr).

BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** Ed. Boitempo: São Paulo/SP, 2020.

BIROLI, F.; MARQUES, D. “Mulheres e política: violência contra as mulheres e de gênero na política”. In: PERISSINOTTO, R. et al. (Org.). **Política Comparada: teoria e método.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2022, p. 645-678.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez., 2015.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

FACCHINI, R. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Org.) **Direitos em disputa:**

LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 126-138.

FEITOSA, C. **Movimento LGBTI+ e partidos políticos:** a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil. 2022. 415 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, J. N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2019.

GREEN, J. N. **Revolucionário e gay:** a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MACRAE, E. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018 [1990].

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil:** da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.



# OS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA ACADÊMICA DOS ALUNOS LGBTQIA+ ATUALMENTE MATRICULADOS NA UFF DE RIO DAS OSTRAS (RJ)

*Filipi Corrêa da Silva<sup>1</sup>*  
*Gabrielle Gomes Ferreira<sup>2</sup>*  
*Paula Martins Sirelli<sup>3</sup>*

## RESUMO

As mudanças ocorridas na forma de acesso ao ensino universitário, indicam um maior acesso a grupos historicamente excluídos deste espaço, este fato nos revela uma maior entrada de pessoas LGBTQIA+, sujeitos que historicamente subvertem o padrão da cisheteronormatividade naturalizado pela sociedade. O machismo, a LGBTQIA+fobia e a violência de gênero se potencializam no ambiente acadêmico, fruto de disputadas entre a manutenção de posturas conservadoras e construção de novos paradigmas em prol da diversidade. No sentido de trazer à tona a forma pela qual os aspectos socioculturais influenciam, positiva ou negativamente, na permanência acadêmica desse público na UFF – campus de Rio das Ostras/ RJ, realizamos uma pesquisa como trabalho final da disciplina Oficina de Conhecimento do curso de serviço social. Por meio de formulário digital elaborado no Google Docs realizamos perguntas sobre diversidade sexual e de gênero, experiências de preconceito e violência, relação familiar e saúde mental relacionadas ao ambiente acadêmico, obtendo 54 respostas. Organizamos os resultados em gráficos, evidenciando que episódios de discriminação e preconceito ocorrem ocasionalmente na universidade - 80% nunca sofreram preconceito e 70% se sentem seguros sempre ou na maioria das vezes. Apontamos também a ausência apoio de institucional a temática e que 76% dos participantes enfrentam dificuldade em relação a saúde

1 Graduando pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF, [filipicorrea@id.uff.br](mailto:filipicorrea@id.uff.br);

2 Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense - UFF, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [asgabrielieferreira@gmail.com](mailto:asgabrielieferreira@gmail.com);

3 Professor/a/e orientador/a/e: Doutora pelo Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [paulasirelli@id.uff.br](mailto:paulasirelli@id.uff.br);

mental durante a permanência acadêmica. A pesquisa aponta a necessidade de pensar a Universidade como um espaço de formação de sujeitos e profissionais aptos a trabalhar com a diversidade, e nos dá ferramentas para pensarmos ações concretas de enfrentamento às violências e preconceitos neste espaço.

**Palavras-chave:** Permanência acadêmica, LGBTQIA+, Universitário, Diversidade.

# A LUTA DO MOVIMENTO LGBTI+ NAS TRINCHEIRAS DO (CIS)TEMA: IMPASSES CONCRETOS DA ATUAÇÃO DO STF NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO Nº 26 E NO MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 4.733

*Ubiratan Sardinha Junior<sup>1</sup>*  
*Ariel Carvalho de Lima<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho intenta apontar como a mobilização do movimento LGBTI+ pela criminalização da homotransfobia e da injúria homotransfóbica vêm angariando cada vez mais força em face da atuação do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO26/DF) e no Mandado de Injunção (MI 4733/DF). Nesse sentido, busca-se analisar os votos e argumentos dos ministros, sobretudo, em relação à noção de “racismo social”, enquanto grande baliza para compreensão ampla do racismo como opressão a grupos minoritários. Partindo dos votos do relator e da prejudicada aplicabilidade das decisões, será possível notar problemáticas persistentes, como a ausência de nomeação efetiva das violências nos tipos penais (próprio da limitação da via judiciária), sobretudo no que tange aos crimes violentos, bem como a perigosa diluição da noção de identidade de gênero e orientação sexual em categorias distintas, além da ausência de medidas que enfrentem a cultura colonial do binarismo de gênero. Tais limitações, portanto, revelam horizontes de lutas a se trilhar para além das sendas do sistema penal que, no entanto, são obstaculizados pela permanência de uma pseudo-laicidade estatal, fruto da agenda conservadora atuante no Congresso Nacional. Por fim, a abordagem de pesquisa adotada será essencialmente qualitativa, buscando compreender os julgados e seus impasses, a partir de levantamento bibliográfico e documental.

**Palavras-chave:** Criminalização, Supremo Tribunal Federal, Movimento LGBTI+, Racismo social, Limitações.

1 Graduando do Curso de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Graduando do Curso de Letras- Língua Portuguesa (UNAMA), [ubisardinha@gmail.com](mailto:ubisardinha@gmail.com);

2 Pós-Graduanda em Direito Público: Bacharel, Centro Universitário do Pará - CESUPA, [arielcarlim@gmail.com](mailto:arielcarlim@gmail.com).

## LEVANTAMENTO DAS CANDIDATURAS ELEITAS NAS POLÍTICAS DE ARACAJU E NO ESTADO DE SERGIPE: CONJUNTURA DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

*Matheus Andrade de Moraes<sup>1</sup>*

### RESUMO

Essa pesquisa surgiu como uma inquietação na finalização do estágio curricular do curso de Serviço Social executado na Coordenadoria de Políticas para Mulheres da Prefeitura Municipal de Aracaju. O objetivo deste trabalho foi de apresentar o levantamento das candidaturas eleitas na política do município de Aracaju e no âmbito do estado de Sergipe envolvendo questões de gêneros e sexualidades entre os anos de 2002 à 2022. A metodologia parte sob o olhar do materialismo histórico dialético, envolvendo uma pesquisa bibliográfica quanto questões de gêneros e sexualidades, bem como documental a partir de fontes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os resultados são quanti-qualitativos apresentados de forma descritiva, além de uma análise sobre como os fenômenos do cisheterossexismo na política institucional continuam assolando as conjunturas de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Ao se observar sobre a política nos poderes legislativo e executivo no município de Aracaju e no estado de Sergipe se notou um reflexo patriarcal e LGBTQIAPNfóbico da formação sócio-histórica brasileira no sentido de uma massiva dominação masculina, cisheterossexual e branca. Os resultados também apontam que a maior parte das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ eleitas encontram-se nas assembleias legislativas, porém, nunca existiram prefeitas nem governadoras que fazem parte de algum desses dois grupos de recorte. As conjunturas apontam uma necessidade de articulação entre partidos políticos e sujeitas (os, es) eleitoras (es) com ênfase nas candidaturas de mulheres e LGBTQIAPN+.

**Palavras-chave:** Política, Sergipe, Gênero, Sexualidade.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS, [mmoraes12@gmail.com](mailto:mmoraes12@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A luta política de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ não surgiu com as suas primeiras representações eleitas no Brasil, mas é decorrente de um campo de disputa de direitos, humanidades e representação nos espaços de tomadas de decisão. Ao defrontar-se com eleições políticas no campo democrático a realidade brasileira apresenta uma maior parcela de pessoas eleitas que possuem classe, raça, gênero e sexualidade nítidas, em sua grande maioria, historicamente, burgueses, brancos, homens cisgêneros e heterossexuais são aqueles que comandam o curso das decisões políticas. Sendo assim, a construção do Estado não poderia ser distante de uma realidade de pessoas com poderes hegemônicos que fazem parte de uma classe dominante.

Pensar em uma conjuntura com políticas voltadas para essas populações vulnerabilizadas pelo sistema é pensar em uma necessidade de guinada do que se é apresentado na contemporaneidade, porém, além de representatividade é necessário que o poder esteja nas mãos dessas populações, bem como voltada para essas populações com pensamento revolucionário e progressista.

A pesquisa foi voltada para observar numericamente as relações entre candidaturas de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, principalmente, aquelas que foram eleitas entre os anos de 2002 à 2022. Foi uma pesquisa que descreveu sobre o cenário de gênero e sexualidade seja à nível municipal, em Aracaju, além das eleições estaduais no que se refere à Sergipe.

Sobre justificativa informa-se a sociedade brasileira é em sua maioria formada por mulheres e/ou pessoas LGBTQIAPN+, essa parcela populacional deveria ser representada na estrutura política por essa maioria, o que não acontece. Enquanto formação profissional é importante que profissionais também estejam atentos (as, es) sobre quem elegem, uma vez que isso se refletirá no campo das políticas públicas. Outra questão é que essa pesquisa surgiu a partir de uma atividade sobre mulheres na política de Sergipe e que ficou como inquietação na finalização desse campo de estágio, sendo realizada em janeiro de 2023 ao passar as eleições de 2022.

O objetivo deste trabalho é de apresentar o levantamento das candidaturas eleitas na política do município de Aracaju e no âmbito do estado de Sergipe envolvendo questões de gêneros e sexualidades entre os anos de 2002 à 2022.

Metodologicamente a observação foi realizada sob a luz do materialismo histórico-dialético, se caracterizou como uma pesquisa descritiva, sendo uma abordagem quali-quantitativa. Quanto as técnicas utilizadas foram as pesquisas bibliográfica e documental colhendo seus resultados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os resultados apontaram para uma escassa quantidade de mulheres e LGB-TQIAPN+ eleitas tanto em Aracaju como em Sergipe. Esse dado foi um sinal de alarme sobre quem ocupou/a os cargos na Câmara Municipal de Aracaju (CMA), na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE), na Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) e no Palácio do Governo do Estado de Sergipe.

As conclusões ressaltam que as lutas políticas no estado de Sergipe e na sua capital (Aracaju) são demasiadamente masculinizadas, além de apresentarem características de outras formas de exploração-dominação-opressão (como classe social e raça). O trabalho não encerrou e requer análises mais aprofundadas e analíticas no decorrer do seu percurso histórico, uma vez que deve acompanhar e revolucionar a realidade social.

## METODOLOGIA

A metodologia abarcou o olhar do materialismo histórico-dialético que tem como um dos seus pilares a historicidade, nesse âmbito se observou sobre as candidaturas no movimento do passado, do presente mais próximo e citou o futuro em uma teia de complexidade histórica. A proximidade com a totalidade também se fez presente ao pensar sobre as políticas da capital e do estado de Sergipe, além de fazer uma síntese de compreensão com criticidade política.

A pesquisa foi de cunho descritiva, mas que apresentou breve análise de seus resultados uma vez que apenas dados não é realizar diálogo com a teoria em um movimento prático e contínuo. A abordagem em questão foi quantitativa ao passo que apresentou resultados em formatos numéricos, incluindo gráficos e quadros com as informações dos resultados, e qualitativa ao realizar reflexões entre a teoria e a prática.

As técnicas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica ao estudar sobre as pesquisas realizadas anteriormente sobre as questões de gênero e sexualidade na política e a documental ao se desdobrar sobre os dados estatísticos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que realiza dados sobre perfil das candidaturas e das pessoas eleitas. Nesse sentido a temporalidade escolhida foi de 20 anos (2002-2022) que passou por 5 eleições municipais mais 6 estaduais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que a categoria gênero aqui é entendida de maneira ampla entre o masculino, o feminino e outras formas de existência representativas. Para tanto se apoia na clássica fonte de Beauvoir (1967) na qual ela citou que não se define a

forma fêmea do humano, nem econômico, nem biológico, muito menos psíquico, porém, a sua sociabilidade enquanto um conjunto civilizatório.

Além disso, a participação de mulheres e pessoas LGBTQIAP+ na política pode auxiliar o sentido revolucionário no campo democrático enquanto representação para propagar ideais em prol de cidadania de pessoas que historicamente sempre foram silenciadas e/ou apagadas do campo da vida material: Já a representação simbólica diz respeito a como a presença das mulheres eleitas molda as crenças e atitudes do público. As cotas eleitorais afetam diretamente (Souza, 2020, p. 33).

Se analisarmos comparativamente o número populacional e o número de mulheres envolvidas diretamente com a carreira política, poderíamos constatar que a política é predominantemente masculina. Fato esse que se expressa como um reflexo de sociedades que se estruturaram com base em relações de gênero desiguais, como é o caso do Brasil. (Costacurta, 2016, p. 31)

Essa afirmação acima constata o quão a política ainda pertence ao poderio do masculino e isso reflete não somente nas políticas públicas (sejam pelas vias do orçamento, planejamento, execução), como também no imaginário social de que mulheres e/ou LGBTQIAPN+ não possuem capacidade par conduzir as frentes do Estado. Logo, o presente estudo apresentou um olhar sobre o cenário político na particularidade de Aracaju e em Sergipe a fim de contribuir com novas condições progressistas para a política.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este levantamento surgiu visto a necessidade de observar as candidaturas eleitas para eleições municipais de Aracaju que compreendeu de 2004 à 2020 e as eleições à nível estadual de Sergipe entre 2002 e 2022. Os dados abaixo iniciam com a conjuntura municipal da capital, foram analisados dados estatísticos das vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas eleitas nas últimas 05 eleições municipais. Ressalta-se que o TSE não dá espaço para observar perfil quanto à sexualidade, apenas para nome social, portanto os resultados sofreram interferência, para tal questão foi levada em consideração pessoas LGBTQIAN+ que se posicionaram nas suas campanhas.

**Quadro 1** - Mulheres e LGBTQIAPN+ candidatas (os, es) para cargo de vereadoras (es) (2004 - 2020)

ANO	MULHERES VERADORAS CANDIDATAS	MULHERES VEREADORAS ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2004	79	02	00

ANO	MULHERES VERADORAS CANDIDATAS	MULHERES VERADORAS ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2008	58	04	00
2012	137	02	00
2016	141	02	00
2020	231	04	01

**Fonte:** Resultados de eleições do Tribunal Superior Eleitoral

O quadro acima demonstra uma estabilidade quanto ao número de mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Aracaju. Importante salientar que os anos de 2004 e 2008 o quantitativo total de vereadoras (es) foram de 19 cadeiras, nestes casos o número de mulheres eleitas foram 02 (11%) em 2004 e 04 (21%) no ano de 2008.

A partir de 2012 o quantitativo total foi representado por 24 vagas para ser eleita (o, e) como vereador/a em Aracaju. No ano de 2012, ainda que com mais vagas, a quantidade total de mulheres eleitas diminuiu para 02 (8%) e em 2016 o número permaneceu o mesmo, uma baixa expressiva em número percentual. Em 2020 as mulheres eleitas voltaram a subir para o quantitativo de 04 (17%), porém, ainda assim não foi o percentual mais expressivo das últimas 05 eleições municipais.

Um dado que ganhou destaque na pesquisa feita foi que no ano de 2020 Aracaju elegeu a primeira mulher trans como vereadora, sendo ela a mais votada entre todas (os, es) as (os, es) candidatas (os, es), representando um avanço nas escolhas das (os, es) aracajuanas (os, es) por representações mais progressistas.

Sobre as candidaturas de vice-prefeitas (os, es) mulheres e/ou LGBTQIAPN+ foi revelado que no ano de 2004 as mulheres candidatas foram 1 (17%) de um total de 6 candidatos/as. Em 2008 não existiu quantitativo, ou seja, dentre as 05 candidaturas todas eram do gênero masculino. Em 2012 o percentual de 1 candidatura foi de 20% do total de 05. Em 2016 a única candidata representou 15% dos/as 07 candidatos/as.

Em 2004, 2012 e 2016 apenas uma mulher a cada ano se candidatou a vaga de vice-prefeita da capital sergipana, porém, apenas em 2016 foi que a vaga foi preenchida. No ano de 2008 nenhuma mulher se candidatou a vaga de vice-prefeita, o que revela um longínquo caminho para as mulheres acenderem o poder executivo em Aracaju.

No ano de 2020 foi o ano que registrou maior índice de mulheres candidatas ao cargo sendo 05 (46%) de um total de 11 candidaturas, destas a vice-prefeita eleita foi uma mulher, até o instante nenhuma candidatura LGBTQIAPN+.



No ano de 2004 as eleições para prefeita (o, e) tiveram 06 candidaturas no total, sendo 02 de mulheres (34%). Em 2008 foi apenas 01 candidatas do gênero feminino totalizando o percentual de 20% em relação ao total de 05 pessoas candidatas, esta mesma análise é válida para a eleição posterior de 2012.

Em 2016 foram 07 candidatos/as sendo 02 mulheres (29%) da representatividade foi feminina. Em 2020 das 11 candidaturas ao cargo principal da prefeitura de Aracaju 03 (28%) foram de mulheres.

Notou-se que em 2004 existiu o maior número percentual de mulheres concorrendo ao poder executivo enquanto prefeito/a da capital de Sergipe. Porém, diferente da categoria anterior (vice-prefeito/a), nenhuma mulher foi eleita como prefeita do município, bem desde o início da Prefeitura de Aracaju, há 131 anos, todos os prefeitos foram homens, o que se configura um caminho a ser percorrido para representação da mulher na política. O TSE também registrou que nenhuma candidatura LGBTQIAPN+ estava presente.

Ao observar a política estadual de Sergipe se apresenta os fatos a seguir.

**Quadro 2** - Mulheres e LGBTQIAPN+ candidatas (os, es) para cargo de deputadas (os, es) estaduais (2002 - 2022)

ANO	MULHERES CANDIDATAS DEPUTADAS ESTADUAIS	MULHERES DEPUTADAS ESTADUAIS ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2002	43	06	00
2006	26	06	00
2010	22	06	00
2014	62	04	00
2018	111 (01 mulher com nome social)	06	00
2022	117	05	01

**Fonte:** Resultados de eleições do Tribunal Superior Eleitoral

O quantitativo total de cadeiras disponíveis para deputadas (os, es) estaduais em Sergipe de 24, a partir disto foi possível retirar informações estatísticas por meio da utilização percentual. Nos anos de 2002, 2010 e 2018 o total de deputadas eleitas foram 6 (25%), sendo está a composição mais alta de mulheres no cargo.

De 2002 para 2006 o número de eleitas caiu para 5 (21%) retornando ao seu quantitativo na eleição posterior de 2010. Já para o ano de 2014 a representatividade feminina reduziu para 4 (17%) o menor índice dentre as últimas cinco eleições.

Quanto a proporção de 2022 se comenta que não passou de 2% o comparativo de mulheres candidatas e as eleitas. Aqui existem dois fatos importantes, a candidatura de 01 homem trans com registro de nome social pelo TSE e a eleição de que uma dessas mulheres é uma pessoa trans, sendo esse último um fato histórico.

Dos 8 representantes às vagas de deputadas (os, es) federais entre 2002 - 2018 foram completamente ocupadas por homens, em nenhum registro histórico aconteceu de uma mulher nem pessoa LGBTQIAPN+ assumir este cargo. Esta demonstração é uma parcela da realidade brasileira de mulheres no Congresso Nacional. Apenas no ano de 2022, duas (02) mulheres cisgêneras foram eleitas para ocupar os cargos, até o instante, nenhuma pessoa LGBTQIAPN+ sem candidatura nem vitória nas urnas para esse cargo.

**Quadro 3** - Mulheres e LGBTQIAPN+ candidatas (os, es) para cargo de senadoras (es) (2002 - 2022)

ANO	TOTAL DE CANDIDATAS (OS, ES)	MULHERES CANDIDATAS	MULHERES ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2002	14	01	00	00
2006	05	01	01	00
2010	14	01	00	00
2014	05	01	01	00
2018	14	01	00	00
2022	07	01	00	00

**Fonte:** Resultados de eleições do Tribunal Superior Eleitoral

Em 2002 o quantitativo de candidatas (os, es) ao senado federal pelo estado de Sergipe foi de 13 pessoas, sendo 01 (8%) mulher. No ano de 2006 o quantitativo total foi 05 candidatas (os, es) sendo 01 (20%) mulher e esta foi eleita garantindo a representatividade feminina.

No ano de 2010 a estatística foi igual ao ano de 2002, com 8% das (os, es) deputadas (os, es) candidatas (os, es) sendo 01 (uma) mulher sem vitória na eleição. Em 2014 repetiu-se o feito de 2006 com a garantia da presença feminina no Senado. Por fim, em 2018, foram 12 candidaturas sendo 01 (9%) mulher, sem nenhuma eleita e em 2022 apenas uma mulher candidata sem nenhuma eleita. Para a população LGBTQIAPN+ não existiu até o instante nenhuma candidatura tão pouco uma vitória.

De acordo com os dados estatísticos sobre vice-governadoras (es) o ano de 2002 ficou registrado como 7 candidatas (os, es) ao cargo de vice-prefeita (o, e) de

Sergipe, sendo deste 04 (57%) compostas por mulheres candidatas e uma delas foi eleita a vice-governadora naquele ano. Uma das melhores performances em questão de percentual desta pesquisa, com alta taxa de candidatura feminina.

Nos anos de 2006 e 2014 dos 06 candidatos todos eram homens, em 2010 o quantitativo foram de 07 candidatos homens, anos que foram diferentes de 2002. Em 2018 foram 10 candidatas (os, es), sendo 07 (40%) de mulheres e a vice-governadora eleita foi uma mulher, em 2022 foram 02 (duas) mulheres candidatas sem vitória, ao mesmo tempo que não houveram registros para a população LGBTQIAPN+.

Em 2002 foram 07 candidatos ao governo do estado de Sergipe, porém todos foram homens, candidaturas diferenciadas do mesmo ano para o cargo para vice governo. Em 2006, dos 06 candidatos também foram homens, o que se configura que as chapas elegíveis a concorrer a eleição foram compostas por homens.

Em 2010 das (os, es) 07 candidatas (os, es) 02 (29%) foram mulheres, no ano de 2014 das (os, es) 06 candidatas (os, es) 01 (17%) foram mulheres. Já em 2018 10 candidatos eram homens sendo apenas 01 (10%) eram mulheres, uma baixa representação feminina ao principal cargo do poder executivo de Sergipe. Em 2022 apenas 01 (uma) candidatura foi de mulher sem vitória, mas até o instante nenhuma pessoa LGBTQIAPN+.

O governo de Sergipe, bem como a prefeitura de Aracaju nunca foram comandados por mulheres nos cargos de governadora nem prefeita, respectivamente, o que seria primordial para um poder feminino no poder executivo da política.

Uma pesquisa de doutorado apontou que:

A visibilidade, ponto dos mais importantes para a população LGBT, ganha materialidade quando o movimento é chamado a ocupar espaços participativos dentro da estrutura institucional da sociedade política. Uma vez que tal estrutura é criada pelos governos em questão, as falas apontam para o papel de Lula, e com menor destaque Dilma, como determinantes na obtenção da visibilidade [...] (ALVES, 2016, p. 168).

Logo, existe uma urgência para representatividades LGBTQIAPN+, bem como mulheres que estejam ou não nessa população. O campo democrático só é feito a partir de visibilidade de um recorte populacional que historicamente é dominado e apagado, os dados anteriores demonstram isso.

Para Souza (2020) a ambição política é algo com mais percalços de eleições para mulheres uma vez a exclusão desses corpos (as) dos espaços. Aqui acrescenta-se a mesma validade de exclusão dos espaços de poder do Estado para as pessoas LGBTQIAPN+ que em Sergipe a única candidatura e vencedora tanto para

vereadora, quanto posteriormente, para deputada estadual foi de uma mulher trans de um partido tradicionalmente de esquerda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que essa pesquisa é incipiente e requer maior aprofundamento teórico junto a esses dados apresentados. Por outro lado, a pesquisa apresentou dados que podem ser importantes para o território sergipano a fim de reformular novas estratégias da prática política com representatividade, mais do que isso, tomadas de decisões nas mãos de mulheres e/ou pessoas LGBTQIAPN+.

Movimento revolucionário necessita de olhares de uma dimensão contra hegemônica, unida também ao movimento contra o sistema classista e racista. Mudar essas estruturas de dominação é lutar contra um sistema socio-culturalmente construído para exterminar LGBTQIAPN+, além de dominar mulheres, tais questões são possíveis de serem combatidas através do movimento social, dos conselhos de direitos, mas principalmente com mais candidaturas e mais pessoas, desses recortes sociais, eleitas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. **Movimento LGBT, participação política e hegemonia**. Tese (Doutorado em Ciências Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Difusão Europeia do Livro, Paris, 1967.

COSTACURTA, M. S. **Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SOUZA, F. T. **Representação Feminina no poder legislativo: cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

## DE CIMA DA PLATAFORMA DIGITAL QUEER: REPENSANDO A ESFERA PÚBLICA A PARTIR DA REPRESENTATIVIDADE DAS DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS

*Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este artigo propõe uma revisão teórica abrangente que explora a interseção entre representatividade política e questões de sexualidade, examinando como as plataformas de redes sociais desempenham um papel significativo nessa dinâmica. A representatividade política é um princípio fundamental em democracias que busca garantir que grupos minoritários e suas preocupações sejam devidamente refletidos no processo político. Por outro lado, as questões de sexualidade têm historicamente sido marginalizadas na política, o que levanta questões sobre inclusão e igualdade. O trabalho promove uma análise da interação entre representatividade política, questões de sexualidade e plataformas de redes sociais, com foco nas implicações desses elementos no contexto contemporâneo. Abordando contribuições de teorias políticas como Nancy Fraser, Hanna Pitkin e Iris Young e debates sobre a representatividade de grupos minoritários, a partir de Zeynep Tufekci sobre ação conectiva e mídia digital, o estudo explora como as redes sociais reconfiguram a paisagem da representatividade política.

**Palavras-chave:** Representatividade política, Plataformas de Redes sociais, Identidade de gênero, Campanha eleitoral.

---

1 Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades na Universidade Federal do Espírito Santo, com bolsa financiada pela Capes. E-mail: [sergiorodrigosf@gmail.com](mailto:sergiorodrigosf@gmail.com).

Este é um artigo de reflexões preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento. No Brasil, o poder político estatal é oficialmente exercido por meio de uma democracia indireta, a representativa. A democracia representativa surge na Europa no final do século XVIII com os movimentos políticos da burguesia pela tomada do poder do Estado. O direito burguês condicionava modos de articulação da viabilidade do Estado por meio de declarações de direitos e constituições escritas.

Hanna Fenichel Pitkin (2006) faz uma notável revisão conceitual do uso do termo “representar” na definição política que temos hoje. Ela afirma que até “o século XVI não se encontra um exemplo de ‘representar’ com o significado de ‘tomar ou ocupar o lugar de outra pessoa, substituir’” (p. 20). É entre os séculos XVI e XVII que em livros e no debate político sobre/no Parlamento inglês que “representa” (*represent*, em inglês) e suas variações vão sendo politizados. Inicialmente referindo-se ao Parlamento como um todo, e posteriormente aos Comuns como grupo, o significado transita entre “pôr-se em lugar de outros”, pela via da substituição, para algo como ‘atuar para outros’” (p.27).

O regime representativo “designa o sistema constitucional no qual o povo se governa por intermédio dos seus eleitos” (FELIX; PEREIRA; BEZERRA, 2004). Nele a participação popular é exercida pelo direito eleitoral, pelo voto, no qual alguns sujeitos exercendo mandato temporário atenderiam as expectativas dos eleitores. Juridicamente, o regime representativo é aquele que parte da presunção legal de que “as manifestações da vontade de certos indivíduos ou grupos de indivíduos têm a mesma força e produzem os mesmos efeitos como se emanassem diretamente da nação, em quem reside a soberania” (FELIX; PEREIRA; BEZERRA, 2004, online).

Diferentes e conflitantes interesses de cunho econômico, político e social de classes e grupos da população, fragmenta a representação a partir desses grupos sociais de identificação. Nessa perspectiva, são os grupos sociais que reivindicam seus interesses e buscam visibilidade. Entretanto, o grande problema da lógica da identidade é supor que governados e governantes sejam e pensem de modo idêntico. Os críticos dessa perspectiva vão argumentar que mesmo dentro de grupos sociais racializados e gendrados existe uma diversidade de pensamentos, interesses e necessidades que não tornaria possível condensá-los em um único plano de representatividade.

É nesse sentido que Iris Marion Young (2006) vai criticar a perspectiva identitária e construir uma lógica de representação baseada em marcas de diferença que, no entanto, não conceba a identidade de governantes e governados como unívoca e essencialista. Quando falamos em marcas de diferença desses grupos

estamos nos referindo a raça, idade, gênero, orientação sexual, religião, classe social, etnia, língua, nacionalidade, capacidade e outras.

A democracia descentralizada das grandes sociedades massivas – com grande quantidade de contingente populacional e de diversidade de condições de vida –, problemas e vieses de representação mostram-se fluidos, sobrepostos e divergentes e em constante mudança ao considerarmos distintos contextos territoriais e históricos. As normas de representação têm evidenciado seu caráter excludente a certos grupos sociais que não são devidamente representados nos espaços de tomada de decisão. Há, portanto, a defesa de criação de mecanismos para a maior representação de grupos que são sub-representados, especialmente minorias e aqueles que estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006).

Tal fato mostra que em algumas democracias do mundo foram necessárias criar legislações e normativas que garantissem minimamente a presença de representação desses sujeitos, incluindo maior presença feminina e de minorias raciais e étnicas nos órgãos legislativos. No Brasil, um exemplo importante é a Lei nº 9.504/1997, que no artigo 10, parágrafo terceiro, legisla que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (REPÚBLICA, 2009) que visa reverter a baixa participação feminina no Congresso Nacional.

Porém, uma das críticas feitas a essas políticas de representação é que elas congelariam relações fluídas a uma identidade una e essencialista que desconsideraria a complexidade dos sujeitos em suas marcas de diferença e seus aspectos interseccionais. Desse modo, uma pessoa não teria a capacidade de representar interesses, opiniões e perspectivas de um grupo social.

Young (2006) vai construir seu relato em defesa das representações de grupos minoritários, afirmando que o representante não exerce o papel de substituição de um grupo em sua ausência nem de identificação plena – como se estivessem *presentes por* seus eleitores e agissem como eles agiriam se estivessem lá –, para ela a representação é “um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142, grifo da autora).

Parte do argumento central de Young (2006) é que representação e participação não se contrapõem, pelo contrário, uma requer à outra em uma relação política que se denomina como democrática. É preciso conceber representação política (discussão e deliberação) como *processos mediados*, territorializados e historicizados, baseados nas relações dos eleitores entre si e com o representante.

A autora se apropria do conceito de *différance* de Jacques Derrida, especialmente por ele manter a noção de pluralidade sem requerer uma ideia de identidade

única comum, entendendo que se pode ser similar sem ser idêntico e que diferença não quer dizer contrariedade. Ao considerar a *différance*, a ênfase da relação e do processo de representação não está na substância, mas em estados em distintos períodos de tempos e espaço, nos quais “cada qual carrega vestígios da história dos relacionamentos que os produziram, ao passo que suas tendências atuais antecipam relacionamentos futuros” (p. 148). Essa relação de representação é fluída, pode facilmente se romper e é mantida com dificuldade.

Ao pensar reivindicações por justiça social considerando a política baseada em questões identitárias, Nancy Fraser (2006) enumera dois tipos: as *reivindicações redistributivas*, baseadas na distribuição mais justa dos recursos e da riqueza, e as *políticas de reconhecimento*, fundamentado na aceitação da diferença e na integração ou assimilação da perspectivas características das minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Além das disparidades sociais, econômicas e culturais, há também a política. Entre os obstáculos à paridade participativa estariam os procedimentos de decisão que marginalizam de forma sistemática certas pessoas, inclusive na ausência de uma má distribuição e um reconhecimento errôneo. Um exemplo são “as normas eleitorais dos distritos uninominais<sup>2</sup> de ‘tudo para o ganhador’, que negam a voz às minorias quase permanentemente. A injustiça seria a “marginalização política” ou a “exclusão”, e o remédio correspondente, a “democratização” (FRASER, 2006, p. 68, tradução nossa).

Em uma perspectiva teórica distinta, Judith Butler (2018) também vai questionar se uma política marcada pela lógica da identidade é capaz de fornecer condições para criar lógicas de associação na que seria possível viver juntos. Ela escolhe uma outra categoria, uma condição comum, que é a da precariedade que presumiria “um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade” (BUTLER, 2018, p. 24). A autora ainda destaca que a precariedade é

a rubrica que une as mulheres, os *queers*, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros) (BUTLER, 2018, p. 41).

Do ponto de vista da participação política a partir de marcas de diferença que produzem condições comuns sociais e econômicas, como gênero, raça e sexualidade, é importante destacar os aspectos que distinguem essa participação nos

---

2 Aqueles que elegem apenas um representante.



processos de representação democráticas institucionalizados e nos movimentos sociais. Céli Regina Jardim Pinto (1994) vai apontar que a principal diferença está nos modos como os discursos se constituem, sendo que o discurso político partidário tende a uma pretensão de hegemonia e o movimento social possui uma tendência corporativista.

Desse modo, os sujeitos políticos partidários se articulam por uma busca de articular interesses mais gerais da sociedade, vista em sua totalidade – visando à hegemonia – e o corporativismo dos movimentos sociais está nos modos como defendem princípios inarredáveis ao seu grupo social. Na prática, essas diferenças de articulação discursiva inferem na participação quando o campo da política partidária equipara a representação a capacidade de grupos e seus interesse de se fazerem representados, enquanto o movimento social a associa a ação direta (PINTO, 1994).

Apesar de discutir a questão da representatividade de minorias em um aspecto institucionalmente mais amplo, não só em funções de Estado e participação em atividades político-partidárias, mas também em outros espaços de poder e prestígio social, Silvio Luiz de Almeida (2019) defende que ela é importante para o combate a discriminação e possibilitar abertura para reivindicações dessas minorias, especialmente como um projeto político coletivo. O autor destaca especialmente o desmantelamento da narrativa que mantém essas minorias em locais de subalternidade.

Questões estruturais de exclusão como o racismo – mas poderíamos acrescentar a misoginia e a lgbtfobia também – não se resumem, entretanto, a problemas unicamente de representativa, mas é também questão do que Almeida chama de uma questão de poder real. O fato de uma pessoa pertencente a uma minoria social ocupar um cargo de liderança não automaticamente a coloca em um lugar de poder, nem alça sua minoria a esse lugar. Isso porque a “*representatividade é sempre institucional e não estrutural*, de tal sorte que quando exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 69, grifo do autor).

Uma pessoa pertencente a uma minoria alçada a um lugar de destaque pode não ser um representante tanto no sentido de não evocar as demandas de seu grupo social de pertencimento, quanto ser impossibilitada de agir a favor pelas estruturas políticas e econômicas que reproduzem as desigualdades como racismo e sexismo (ALMEIDA, 2019).

Do ponto de vista da participação no legislativo, a proporção de pessoas negras no parlamento federal brasileiro nunca ultrapassou a marca dos 9%. Há uma extensa literatura que aponta o fato de que a política brasileira é tomada

majoritariamente por pessoas brancas. Entre as motivações estão os modos de recrutamento partidário, distintos capitais educacionais de candidatos brancos e negros, e a distribuição desigual dos recursos eleitorais nos partidos e o próprio racismo do eleitor (CAMPOS; MACHADO, 2015).

Já na perspectiva do Gênero, Daniela Leandro Rezende e Brenda Rodrigues Barreto Silva (2018) apontam que mulheres não chegam a metade dos filiados em partidos políticos no Brasil e suas participações nos comitês executivos nacionais não chegam a 20% (estando o Brasil abaixo da média na América Latina). A literatura de representação das mulheres em espaços de poder demonstram que a participação delas nos partidos políticos garante incremento e fomento para participação na atividade política (REZENDE; SILVA, 2018).

Os partidos funcionam como *gatekeepers*, um filtro para a participação das mulheres – e podemos aqui incluir de outras identidades de gênero e raça –, pois são eles que definem a lista de candidatos que concorrerão e a distribuição de recursos dos fundos partidários para campanhas. O fato é que, segundo Rezende e Silva (2018), as mulheres ainda são minoria na elite partidária brasileira, o que diminui seu acesso a posições em que podem influenciar meios para conquistas eleitorais. De fato, partidos com maior percentual de mulheres na comissão executiva nacional elegeram maior percentual de mulheres no Brasil nas eleições de 2010 e 2014 (REZENDE; SILVA, 2018).

O fato de mulheres terem chegado no máximo na metade das cotas de gênero a que legalmente as mulheres têm direito – em 2018, 15% dos parlamentares federais eleitos eram mulheres, sendo que a cota é de 30% – justifica-se, segundo Teresa Sacchet (2020), entre outras coisas, ao baixo número de candidaturas femininas que os partidos apresentam e a desigualdade de distribuição do financiamento partidário entre homens e mulheres.

Na pesquisa de Sacchet (2020) a respeito do papel dos partidos na operação de promoção e constrangimento de mulheres em posições eletivas, apenas 3 dos 22 partidos nas eleições federais de 2018 apresentaram alto nível de comprometimento em promover mulheres nos processos eleitorais. Esses partidos elegeram em média 40,5% dessas mulheres em suas bancadas. Na mesma pesquisa, a investigadora constatou que os partidos com espectro ideológico mais à esquerda estavam mais propensos a investir na promoção de candidatas femininas. Os partidos menos responsivos a questão das mulheres foram os partidos de direita e centro-direita (SACCHET, 2020).

A autora, entretanto, destaca o caso do PSDB que mudou muito significativamente seu quadro em relação à eleição anterior apresentando o mais alto índice de responsividade em relação a candidatas mulheres. Sacchet atribui o aumento à

atuação do Secretariado Nacional da Mulher do PSDB (PSDM Mulher) que exigiu o repasse percentual previsto em lei para todas as candidatas em todos os estados. Esse caso especificamente reforça a centralidade da distribuição dos recursos financeiros do partido para um bom desempenho eleitoral e a necessidade da efetiva mobilização das mulheres nos partidos para consegui-lo (SACCHET, 2020).

A luta por representantes LGBTQIA+ nos partidos e nas funções eletivas do Estado é antiga e complexa. Até os anos de 2010 era comum não haver a inclusão da agenda LGBT pelos programas partidários (MARQUES; D'ÁVILA, 2010). A primeira travesti eleita no Brasil foi Kátia Tapety na cidade de Colônia do Piauí (PI), em 1996. Excetuando ela, apesar de muitas ações de movimentos organizados, candidatos assumidamente LGBT não conseguiam êxito em suas candidaturas até aquele período (SANTOS, 2016).

Ainda que a literatura brasileira a respeito da intersecção do movimento LGBTQIA+ nos partidos políticos brasileiros seja escassa (PEREIRA, 2017), alguns motivos para a dificuldade de inserção nos partidos podem ser delineados. Gustavo Gomes da Costa Santos (2016) salienta que sempre houve um grande receio de “instrumentalização” do movimento social LGBT para fins político-eleitorais alheios a causa, evidenciado pelas denúncias de “personalização” de alguns sujeitos que não incorporavam as agendas do movimento social. Outra razão é a heterogeneidade do ponto de vista econômica, social e política da população LGBTQIA+ que resultam em conflitos de articulação e impossibilidade de consenso, fragmentando o voto potencial dessa população (SANTOS, 2016).

Quando se trata da militância e representação política LGBTQIA+ tratamos de pessoas que constroem suas identidades a partir de suas trajetórias individuais para se afirmarem em suas orientações sexuais e identidades de gênero. Diferentemente do sexo e da raça que de modo geral são mais pré-discursivos, isso é, os sujeitos são identificados pelo Outro para além de sua auto-declaração, muitas vezes a sexualidade e identidade de gênero precisa ser verbalizada, assumida, para tornar-se uma questão.

Uma característica importante nesses casos é que muitos candidatos LGBTQIA+ ainda que se autoidentifiquem como pertencentes a uma identidade dissidente as normas de gênero e sexualidade, nem sempre eles assumem as lutas para promover equidade de gênero, romper com a cis-heteronormatividade dominante, reconhecer a diversidade sexual, enfim, de politizar a própria sexualidade e o gênero para fins de produção de políticas inclusivas à seu grupo social (PEREIRA, 2017).

Tanto as eleições a governador e deputado federal em 2022 quanto às a prefeitos e vereadores em 2020 foram pautadas, em parte, pela definitiva inclusão

das questões de gênero, raça, e sexualidade, o que foi denominado em certas esferas do debate público como “pautas identitárias”. São emblemáticas das últimas eleições tanto o caso do candidato ACM Neto na Bahia que sofreu duro golpe que ajudou na sua derrota ao se declarar pardo e a referência da homossexualidade do candidato Eduardo Leite no Rio Grande do Sul nos debates eleitorais.

Analistas políticos na mídia avaliaram que o resultado nas eleições municipais 2020 um dos vitoriosos foram os candidatos pertencentes e defensores das pautas de grupos minoritários. Atribui-se a isso uma reação a políticas de extrema-direita e a articulação ativa dos movimentos sociais dessas minorias no sentido de sensibilizar o eleitorado para suas causas.

Um dos resultados efetivos dessas ações foi que pelo menos 89 pessoas abertamente LGBTs foram eleitas em 69 cidades do país (sendo que foram 32 em 2016). Erika Hilton (PSOL), negra, foi a primeira vereadora trans eleita na cidade de São Paulo, com 50.508 votos, foi a mulher mais votada do país (ANÍBAL, 2020). Em Aracaju, de todos os candidatos, a mais votada foi a mulher trans Linda Brasil (PSOL). Em Belo Horizonte, Duda Salabert (PDT), também trans, recebeu a maior quantidade de votos da cidade. Em 2020, Curitiba elegeu sua primeira vereadora negra e Porto Alegre mais que dobrou seus candidatos negros. 44% dos vereadores eleitos nas capitais foram negros e negras e 18% mulheres. Por outro lado, em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra foi eleita para cargos nas Câmaras Municipais (GÊNERO E NÚMERO, 2020).

No Brasil, as mulheres vereadores foram de 13,5% do pleito anterior para 16% em 2020. Mulheres eleitas para prefeitas foram 12,2%, contra 11,6% do pleito anterior. Proporcionalmente, aumentou o número de mulheres negras candidatas, de 16,3% em 2020 para 14,7% do total em 2016. O fundo eleitoral sofreu mudanças no pleito de 2020, pela primeira vez foi distribuído igualmente pelo número proporcional de mulheres e negros dentro dos partidos (DW, 2020).

Nos últimos anos no Brasil, tem aumentado a preocupação com a veracidade de notícias, especialmente pela proliferação de notícias falsas (também conhecida pelo termo em inglês *'fake news'*) ou intencionalmente imprecisas e sua influência nas relações de poder e nos rumos institucionais do país. O Brasil lidera por três anos o ranking de países preocupados com o que é real e falso na Internet quando se trata de notícias; em 2020, 84% dos entrevistados brasileiros afirmaram preocupação com a veracidade das informações na Internet (NEWMAN, 2020). Além disso, mais de três em cada quatro pessoas no Brasil acham que notícias falsas são disseminadas com frequência (PRING; VRUSHI, 2019).

Na América Latina e Caribe, de um modo geral, 56% dos cidadãos acham que notícias falsas são geralmente disseminadas em períodos próximos às eleições, e

no Brasil quatro de cada cinco, acreditam que *fake news* foram disseminadas para influenciar os resultados da eleição presidencial de 2018 (PRING; VRUSHI, 2019). Assim como em 2018, as eleições municipais de 2020 foram marcadas por denúncias de campanhas de difamação de candidatos por meio da divulgação de notícias falsas. É marcante ressaltar que uma fatia significativa dessas notícias tem enfoque em questões de gênero e sexualidade de viés moralista e conservador.

O que podemos constatar em muitos casos é o forte teor das estratégias calcadas em temas atravessados por questões de gênero e sexualidade em viés moralmente conservador. É importante destacar que em 2019 mais de 11% das histórias falsas distribuídas no Brasil tratavam de gênero e sexualidade (VILELA LELO; CAMINHAS, 2020). Thales Vilela Lelo e Lorena Caminhas (2020) vão constatar um predomínio nas narrativas mais elaboradas dessas notícias falsas temas que são considerados sensíveis a população brasileira, como “perversões sexuais” e “subversão das identidades normativas de gênero” (p. 20). Essas estratégias de desinformação são associadas à movimentos políticos com um discurso de conservadorismo moral, onde é marcante uma tensão entre liberalismo e autoritarismo (GENTILE, 2018) impulsionados por princípios religiosos pentecostais e neopentecostais focados numa radical recusa moral aos avanços nos direitos de gênero e sexualidade (DE ALMEIDA, 2017).

Parte do imaginário que compõe o debate político sobre questões de gênero e sexualidade está baseado na criação e estímulo de um pânico moral, em que se teme “uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família ou o casamento” (MISKOLCI, 2007, p. 112). Destaca-se a centralidade em que ocupa tais questões não só no Brasil, mas em toda América Latina, onde há severas manifestações contrárias às discussões a respeito sobre as dissidências sexuais e de gênero.

A popularização do uso das plataformas digitais como Google, Facebook e Twitter, com suas funções de hospedagem, distribuição e monetização dos conteúdos, que agregam e disseminam notícias e informações pessoais, tem conformado também os conteúdos jornalísticos. Os modos como esses sites elencam e dão visibilidade à informação, associado à sua crescente influência no acesso às notícias, têm tido impactos significativos no consumo e na produção de notícias (BELL; OWEN, 2017).

O uso econômico da coleta dos usuários e o acirramento de práticas de vigilância e modulação comportamental enfatizam como questões técnicas, legais e éticas estão tão enlaçadas, que não é possível desconsiderá-las quando a maleabilidade técnica e a opacidade das plataformas que operam algoritmos de seleção

e hierarquização de conteúdos são capturadas para finalidades que fogem ao usuário.

A lógica mercadológica dos algoritmos de seleção dessas plataformas, bem como os contextos colapsados de distintos assuntos e públicos, tem contribuído significativamente para o fenômeno das “notícias falsas”, marcadamente pela necessidade de apelo a crenças e emoções (BELL; OWEN, 2017). A categoria “notícia falsa” ainda é tema bastante em disputa enquanto nomenclatura e delimitação conceitual (SEIBT, 2019), mas de certo modo um dos traços mais pactuados como característico a ela é a intencionalidade de produzir informação comprovadamente falsa com finalidade de produzir desinformação sobre algo ou alguém.

A socióloga Zeynep Tufekci (2017) aponta para o fato de que os movimentos de protesto online no século XXI apresentam diferenças substanciais em relação aos movimentos passados e frequentemente seguem uma lógica peculiar. Muitos desses avanços têm suas raízes em aspectos culturais e políticos anteriores à era da internet, e possuem vantagens e desvantagens que se entrelaçam de maneiras distintas, não se alinhando perfeitamente com nossa compreensão dos movimentos de protesto antes do surgimento das tecnologias digitais, o que gera problemas para compreendê-los dentro dessas chaves de leitura.

Por exemplo, a habilidade de utilizar ferramentas digitais para rapidamente unir um grande número de manifestantes em prol de um objetivo comum fortalece os movimentos. No entanto, uma vez formado esse amplo grupo, surgem dificuldades devido à ausência de algumas das responsabilidades organizacionais tradicionais. Além disso, o árduo trabalho da organização convencional contribui para a capacidade de tomada de decisões coletivas, por vezes por meio de estruturas de liderança formais e informais, e constrói habilidades coletivas entre os participantes do movimento, provenientes de experiências e desafios compartilhados. O estilo expressivo e muitas vezes humorístico dos protestos online atrai uma grande quantidade de participantes, evoluindo tanto no ambiente online quanto offline, mas esses movimentos têm dificuldade em se manter a longo prazo, a menos que desenvolvam a habilidade de enfrentar os desafios inevitáveis.

Esses movimentos dependem significativamente de plataformas online e ferramentas digitais para organização e divulgação, embora afirmem não ter líderes, o que, na prática, costuma ser mais ambíguo. A ampla participação permitida pelas redes sociais nem sempre garante uma participação igualitária e, certamente, não assegura um processo tranquilo (TUFEKCI, 2017).

Apesar da mídia online ser mais aberta e participativa, com o tempo, algumas poucas pessoas acabam se tornando consistentemente porta-vozes informais, porém persistentes, com uma grande quantidade de seguidores nas redes sociais.

Estas pessoas frequentemente exercem grande influência, embora lhes falte a legitimidade formal que um processo aberto e reconhecido de seleção de líderes proporcionaria. O resultado é frequentemente uma luta prolongada e conflituosa entre aqueles que lideram (ou são tratados como líderes de fato) e outros membros do movimento, que agora também têm voz online. Esses indivíduos podem desafiar os porta-vozes dominantes, mas os movimentos têm poucos meios de resolver tais conflitos ou tomar decisões. De certa forma, as tecnologias digitais intensificam a tensão sempre presente entre a vontade coletiva e a expressão individual dentro dos movimentos, bem como entre os momentos expressivos de rebelião e as estratégias de longo prazo necessárias para mudanças instrumentais e táticas (TUFEKCI, 2017).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. *E-book*.

ANÍBAL, Felipe. **Arco-íris na urna**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-na-urna/>.

BELL, Emily; OWEN, Taylor. **The Platform Press: How Silicon Valley reengineered journalism**. Nova York: [s. n.], 2017. Disponível em: [https://www.cjr.org/tow\\_center\\_reports/platform-press-how-silicon-valley-reengineered-journalism.php](https://www.cjr.org/tow_center_reports/platform-press-how-silicon-valley-reengineered-journalism.php). Acesso em: 1 dez. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. *E-book*.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 16, p. 121-151, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>. Acesso em: 11 fev. 2021.

DE ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - Evangélicos e conservadorismo. **CADERNOS PAGU**, [S. l.], v. 2017, n. 50, p. 175001, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Acesso em: 1 dez. 2020.

DW. **O avanço da diversidade na eleição municipal de 2020.** [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-avanço-da-diversidade-na-eleição-municipal-de-2020/a-55641506>.

FELIX, Renan Paes; PEREIRA, Lucas Clemente de Brito; BEZERRA, Pedro Ivo Soares. O regime representativo e sua crise. **Revista Jus Navigandi**, [S. l.], v. 9, n. 212, 2004.

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel (org.). **¿Redistribución o Reconocimiento?: un debate político-filosófico.** Madrid: Pandeia Galiza-Morata, 2006. *E-book*.

GENTILE, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 92-110, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2018.149017>. Acesso em: 1 dez. 2020.

MARQUES, Vera Lucia; D'ÁVILA, Paulo. O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 3, p. 1-34, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29084>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-83332007000100006>. Acesso em: 4 dez. 2020.

NEWMAN, Nic. **Executive Summary and Key Findings of the 2020 Report Digital News Report 2020.** [S. l.:s. n.]. Disponível em: <https://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/overview-key-findings-2020/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

NÚMERO, Gênero e. **Eleições 2020.** [s. l.], 2020. Disponível em: <http://generonumero.media/eleicoes2020/>.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma Agenda de Pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 121-132, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/23799/15432>



PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 256–270, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16109>

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, [S. l.], n. 67, p. 15–47, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-64452006000200003>

PRING, Coralie; VRUSHI, Jon. **Barômetro global da corrupção América Latina e Caribe 2019: opiniões e experiências dos cidadãos relacionadas à corrupção**. [S. l.]: Transparência Internacional, 2019. *E-book*. Disponível em: [www.transparency.org](http://www.transparency.org). Acesso em: 30 nov. 2020.

REPÚBLICA, Presidência da. **Lei no 12.034, de 29 de setembro de 2009**. [S. l.], 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3).

REZENDE, Daniela Leandro; SILVA, Brenda Rodrigues Barreto. Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres. *In*: 2018, Curitiba. **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Curitiba: ABCP, 2018. p. 1–19. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5951>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SACCHET, Teresa. A Culpa é dos Partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. *In*: BIROLI, Flavia *et al.* (org.). **Mulheres, Poder e Ciência Política: Debates e Trajetórias**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 376. *E-book*.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S. l.], n. 23, p. 58–96, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. 2019. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/>

handle/10183/193359/001092320.pdf? sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 dez. 2020.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest**. New Haven; London: Yale University Press, 2017. *E-book*.

VILELA LELO, Thales; CAMINHAS, Lorena. Notícias falsas sobre gênero e sexualidade no Brasil: um campo de disputas morais . *In*: 2020, Campo Grande. **XXIX Encontro Anual da Compós**. Campo Grande: Compós, 2020. p. 1-22. Disponível em: [www.compos.org.brwww.compos.org.br/anais\\_encontros.php](http://www.compos.org.brwww.compos.org.br/anais_encontros.php). Acesso em: 30 nov. 2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [S. l.], n. 67, p. 139-190, 2006.

# A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO HUPE/UERJ - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE<sup>1</sup>

*Lucas da Costa Brandão<sup>2</sup>*  
*Márcia Cristina Brasil Santos<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

A população transgênera<sup>4</sup>, ao longo de sua vida, se depara com uma série de barreiras para acessar seu direito ao cuidado à saúde e outros direitos humanos mínimos (CARVALHO, 2022). O SUS, apesar de ser uma política pública que possui princípios como a universalidade, integralidade e equidade, ainda está longe de viabilizar o acesso ao cuidado à saúde dessa população. O Processo Transsexualizador é considerado um avanço no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde de afirmação de gênero para pessoas trans. Entretanto, a ausência de recursos, de regulamentação, interesse político, etc, faz com que o programa não dê respostas concretas às demandas da população usuária.

O Processo Transsexualizador configura-se como um programa do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro que oferta “procedimentos de diferentes graus de complexidade e ampla diversidade técnica, como parte da assistência em saúde destinada a pessoas transgêneras”, sendo o procedimento mais debatido nesse programa a “cirurgia de transgenitalização” (ALMEIDA; SANTOS, 2014, p. 203).

1 Este trabalho teve como financiamento a bolsa de residência da UERJ.

2 Mestrando em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/FIOCRUZ. Assistente Social do Ambulatório de Transdiversidade Identidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - HUPE/UERJ, brandao\_lcs@hotmail.com;

3 Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Coordenadora Ambulatorial do Processo Transsexualizador e assistente social do HUPE/UERJ, mcristinabrasil@hotmail.com.

4 Pessoas transgêneras, de acordo com o CRESS-SP, são “pessoas que cruzam o estabelecimento hegemônico de genitália/gênero, tendo sua identidade de gênero em contraposição ao sexo designado baseado na fisiologia do corpo. Assim, a transgeneridade é um conceito que abrange as pessoas trans das diversas formas de identificação, como mulheres transexuais, homens transexuais, travestis, queers e não binaries”. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CZUU30WtRjY/?utm\\_medium=-copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CZUU30WtRjY/?utm_medium=-copy_link). Acesso: 01 de nov. de 2023.

Esse programa foi institucionalizado enquanto política do SUS em 2008, a partir da Portaria Nº 1.707<sup>5</sup> e Nº 457<sup>6</sup> do Ministério da Saúde, e reformulado em 2013, a partir da Portaria Nº 2.803 do Ministério da Saúde, mas já existia em 4 hospitais universitários que ofertavam esses serviços antes de ser institucionalizado, como o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) (SANTOS, 2020).

Antes de se estabelecer como parte do processo transexualizador no âmbito do SUS, as cirurgias de transgenitalização e “procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários” ocorria a partir do primeiro marco regulatório do Conselho Federal de Medicina que definia de forma experimental pela Resolução nº 1.482 de 1997 *da entidade, desde que as cirurgias fossem realizadas em hospitais universitários ou públicos adequados à pesquisas, e que o usuário/a seja diagnosticado/a como portador de “transexualismo”; que seja maior de 21 anos, entre outros critérios (CFM, 1997)*. Dessa forma o processo transexualizador surge sob uma lógica patologizadora, medicalizante, psiquiatrizante (RONCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016; ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2008; SANTOS, 2020).

O HUPE/UERJ começa a realizar cirurgias do Processo Transexualizador (PT) em fevereiro de 2003 por um “médico urologista especializado em reconstrução urológica genital”, devido ao recebimento de uma determinação judicial para realização da cirurgia em uma mulher transexual que exigia procedimentos de remoção da genitália masculina e procedimentos relativos à construção da genitália feminina (ALMEIDA; SANTOS, 2014, p. 211). Apesar de inovador, o cirurgião afirmou que se sentia capacitado para a realização do procedimento, “em função da sua experiência prévia com reconstrução genital de crianças com genitália ambígua (conhecidas por hermafroditas), que teriam a mesma complexidade técnica das cirurgias de transgenitalização em transexuais”, e a realização dessa cirurgia abriu portas para realização de outras (ALMEIDA; SANTOS, 2014, p. 212).

O PT do HUPE historicamente gira em torno da cirurgia de transgenitalização. A partir de 17 de maio de 2022 inicia-se o atendimento inédito no programa pelo serviço de endocrinologia do HUPE através da inauguração do Ambulatório Identidade, que inclui não somente o atendimento por endocrinologistas, mas por uma equipe diversa: serviço social, psicologia, ginecologista, urologista, fonoaudiologia, psiquiatria, enfermagem e posteriormente incluiu-se nutrição também.

---

5 Portaria estabelece diretrizes para o processo transexualizador no âmbito do SUS, e vai ser revogada pela Portaria Nº 2.803 de 2013, que redefine e amplia o programa (BRASIL, 2018<sup>a</sup>; BRASIL, 2013).

6 Regulamenta o processo transexualizador no âmbito do SUS (BRASIL, 2008b).

7 Que vai ser revogada pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.652/2002, que depois será revogada pela Resolução nº 1955/2010 da mesma entidade (RONCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016).

O serviço buscou criar um fluxo regular do serviço, e pactuou a inserção das vagas junto com a regulação estadual de saúde.

Todavia, apesar da necessária iniciativa, a grande maioria dos profissionais trabalham de forma voluntária, sem nenhuma compensação, com exceção de pouquíssimos servidores na instituição envolvidos no processo. Além disso, a iniciativa da endocrinologia não foi bem recebida pelo setor da urologia do HUPE, de modo que não existe um fluxo de atendimento ou mesmo um diálogo entre os dois setores do PT. Cabe destacar que para a realização do procedimento cirúrgico faz-se necessário o acompanhamento durante dois anos pela equipe multiprofissional a nível ambulatorial do PT, inclusive pela endocrinologia (BRASIL, 2013).

O trabalho do Serviço Social no Processo Transexualizador está presente desde o início do programa, e é marcado por diversos desafios que perpassam questões estruturais da sociedade capitalista: como o binarismo de gênero, a transfobia, a mercantilização da saúde e subfinanciamento do SUS, a violência de gênero, a hierarquia no campo da saúde, a negação de direitos às minorias sociais e políticas, enfim, que por elementos que perpassam a realidade da sociedade em que vivemos: conservadora, desigual, binária e que coloca o lucro de poucos acima da vida de muitos. Esse trabalho busca compreender os desafios e estratégias que permeiam a atuação de assistentes sociais no referido programa do HUPE/UERJ.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Este trabalho consiste em um relato de experiência baseado no processo de formação do curso de especialização em Serviço Social e Saúde na modalidade residência vivenciado no programa do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no período de 2021 a 2023. Busca-se refletir sobre a atuação profissional das/os assistentes sociais envolvidas/os no Processo Transexualizador do HUPE/ UERJ, considerando seus desafios e estratégias que permeiam esse processo de trabalho frente a realidade do programa na instituição. O texto possui um formato de relato de experiência, no qual é embasado por documentos, legislações e textos que contribuem para o alcance do objetivo da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A inserção do Serviço Social no PT ocorre a convite da Urologia durante a criação do serviço na instituição, ocorrendo inicialmente com a atuação de uma assistente social na enfermaria da urologia e outra no ambulatório central, a

partir de ações pontuais sob demanda (SANTOS, 2020). Com a aposentadoria de ambas, a assistente social atual - Márcia Brasil, assume a frente do programa integrando atenção ambulatorial e hospitalar, com apoio de residentes e estagiários em Serviço Social (SANTOS, 2020). A partir de 2014, a assistente social responsável se torna coordenadora ambulatorial do programa, a partir da reivindicação dos usuários do programa que se mobilizam para reivindicar melhorias no serviço.

A atuação intersetorial do Serviço Social parece ser uma importante forma de enfrentamento aos desafios do trabalho no PT e na contribuição para o enfrentamento da realidade da população trans usuária do programa. Tal como considera Almeida e Santos (2014, p. 223) “a complexidade do processo transexualizador reside no fato de que é uma ação governamental que se constitui no fulcro de tensões entre relações sociais de classe, de gênero, raciais, étnicas e sexuais”, portanto, por melhor que seja os serviços oferecidos pelo programa, o PT sozinho não é capaz de garantir o direito à saúde dessa população. Nesse sentido, a intersetorialidade faz-se necessária, compreendendo-a como a “interface entre setores e instituições governamentais (e não governamentais), visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassem a alcançada de um só setor de governo ou área de política pública” (MONNERAT; SOUZA, 2011, *apud*, ALMEIDA; SANTOS, 2014, p. 220).

Dentre as demandas apresentadas pelos usuários/as de forma recorrente ao Serviço Social, podemos citar:

[...] demora do procedimento cirúrgico; em conflitos familiares causados pela rejeição; nas restrições da rede assistencial em saúde e de outras políticas sociais; na fragilidade em termos de cobertura previdenciária; na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho; no difícil acesso aos medicamentos; nos entraves colocados ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD); nos estigmas e na discriminação que envolve questões importantes e delicadas com o nome civil e o nome de registro, na inserção no espaço escolar, de moradia e demais espaços sociais [...] (ALMEIDA; SANTOS, 2014, p. 221).

Podemos destacar ainda: a transfobia institucional, que aparece inclusive em relatos de recusa de atendimento e/ou comentários de que a/o usuária/o deveria deixar o serviço de determinada política social para “quem realmente precisa”, o que leva esse grupo social deixar de buscar serviços essenciais para o cuidado da sua saúde; a dificuldade de acesso a equipe médica do programa, ou a outros serviços do hospital, uma vez que existe uma autonomia limitada de profissionais de saúde não médicos na instituição; a procura de parecer social para a realização de procedimentos cirúrgicos por planos de saúde, que - apesar de serem

relativamente acessíveis para quem pode pagar - não ofertam atendimento de assistentes sociais e por ser requisito da legislação que regulamenta o serviço, buscam o SUS para acesso ao documento; entre outras demandas que surgem no nosso cotidiano profissional.

A realidade da população transgênera usuária do programa também é permeada por elementos, como:

[...] experiências de discriminação, de dificuldade de inserção ou permanência nos ambientes de trabalho, de acesso à renda e à proteção social face à possibilidade de adoecimento e de acidentes, o pouco acesso à escolarização em condições dignas, a frequente migração para fugir do estigma e/ou acessar os próprios recursos de saúde, as dificuldades de relacionamento intrafamiliar (que, em alguns casos, podem significar experiências de violência, expulsão domiciliar, entre outras), as frequentes experiências de habitação nas ruas e/ou abrigos públicos quando crianças e/ou adultos, a exclusão e/ou o não acesso a projetos de transferência de renda por não serem vistos como unidades familiares, a excludente generificação do acesso à qualificação profissional, o baixo acesso à Justiça (seja para reparar danos sofridos, seja para retificação do nome e sexo), os conflitos de vizinhança (seja na unidade habitacional, comunidade ou bairro), os obstáculos a transações comerciais, ao deslocamento em transportes públicos, entre outras (ALMEIDA; SANTOS, 2014, p. 2022).

A partir da complexidade das demandas que aparecem para a equipe de assistentes sociais do programa levam a busca de ações de extrapolam a assistência pontual na instituição, sendo possível identificar a intersetorialidade como uma das principais estratégia da equipe para contribuir para a garantia do direito à saúde da população usuária do programa. Algumas ações do Serviço Social em uma perspectiva intersetorial são sistematizadas por Almeida e Santos (2014, p. 223), como podemos ver abaixo:

[...] atividades cotidianas de constituição de redes assistenciais através de contatos e visitas interinstitucionais; articulações sobretudo com os Centros de Referência LGBT ligados à política de assistência sociais e direitos humanos, bem como com os CRAS e CREAS; participação e promoção de discussões sobre os trabalhos desenvolvidos em outros âmbitos da política de saúde e outras políticas sociais; bem como de atividades integradas com escolas e universidades (ALMEIDA; SANTOS, 2014, p. 223).

É possível dividir as ações intersetoriais desenvolvidas pelo Serviço Social em três tipos: 1) articulação com as unidades dentro do próprio HUPE; 2) articulação

com a rede de saúde, assistência social, jurídica, universidades, etc, de fora do HUPE; 3) articulação com a sociedade civil, seja a partir de conselhos, movimentos sociais, entidades de classe e entidades não governamentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das exposições e reflexões realizadas ao longo do trabalho, é possível realizar algumas considerações:

A população trans não consegue acessar políticas sociais básicas como o restante da população, de qualquer nível de complexidade, devido às expressões da transfobia presente nas políticas sociais, como: recusa dos profissionais em realizar o atendimento, a realização de um atendimento inadequado ou por um receio do/a próprio/a usuário/a de sofrer violência institucional. A rede socioassistencial e de saúde especializada no atendimento da população LGBTI+ é escassa (e em muitas regiões do país é inexistente), fragmentada e em grande medida existe por iniciativas pontuais de movimentos sociais, ONGs e projetos universitários.

O Processo Transexualizador, apesar de institucionalizado enquanto política do SUS e se somar a Política Nacional de Saúde LGBTI+, não avançou no sentido criar fluxos de atendimento das necessidades de saúde da população pelo país. Não existiu ainda vontade política dos gestores estaduais e regionais para descentralização e ampliação dos serviços para essa população e nem uma iniciativa que busque o enfrentamento da transfobia institucional.

Desse modo, a garantia da integralidade da atenção à saúde da população transgênero. Nesse sentido, a criação de uma rede de profissionais envolvidos com serviços de atenção de saúde LGBTI+ ou profissionais de outros serviços estratégicos que estão dispostos a contribuir para a garantia de direitos dessa população, através da articulação intersetorial, é essencial para a objetivação do trabalho do Serviço Social no Processo Transexualizador.

**Palavras-chave:** Residência em Saúde, Processo Transexualizador, Saúde LGBTI+, Serviço Social, Intersetorialidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme; SANTOS, Márcia Cristina Brasil. **Intersetorialidade na efetivação do processo transexualizador do SUS: uma indispensável utopia.** In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. T.; SOUZA, R. G. (Orgs). A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas, SP: Papel Social, 2014.



ARÁN, Márcia; MURTA, Daniel; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2009, v. 14, n. 4, pp. 1141-1149. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>>. Acesso: 01 set 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html). Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008**. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html). Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf), Acesso: 31 ago. 2023.

CARVALHO, Henrique Rabello de. **Políticas públicas em direitos humanos LGBTI+: subrepresentatividade e judicialização no Brasil pós-redemocratização**. In: MAIO, Eliene Rose *et al.* (Org.) *Diversidade sexual e identidade de gênero: direitos e disputas*. Curitiba (PR): CRV, 2022. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Portaria nº 1.482, de 10 de setembro de 1997.

**Resolução CFM Nº 1.482/97**. Brasília, DF, Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/pplgbt-133.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

COSTA, Maria Dalva Horácio. **O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais.** Serviço Social e Sociedade, no. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

RONCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro. **Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública.** Revista Katálysis [online]. 2016, v. 19, n. 02 , pp. 260-269. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00200011>>. Acesso: 1 Setembro 2023.

Rocon, Pablo Cardozo et al. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2016, v. 21, n. 8 , pp. 2517-2526. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>>. Acesso: 2 Set. 2023.

Rocon, Pablo Cardozo et al. **Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2019, v. 23, e180633. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180633>>. Acesso: 2 set. 2023.

SANTOS, Márcia Cristina Brasil. **Aos trancos e barrancos: uma análise do processo de implementação e capitalização do processo transexualizador no Brasil.** Tese de Doutorado (Faculdade de Serviço Social). Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

SANTOS, Márcia Cristina Brasil. **Protoformas do Processo Transexualizador no Brasil: apontamentos sobre a tortuosa institucionalização da assistência à saúde de pessoas trans no SUS entre 1997 e 2008.** Revista Latino americana - Sexualidade, Salud y Sociedad [online]. 2022, n. 38, pp. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/4XQ7zFTfCrKgm3JFsnFnrdh/>. Acesso: 02 nov. 2023.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# **ST 03 - DISSIDÊNCIAS DAS SEXUALIDADES E DE GÊNERO E INIQUIDADES EM SAÚDE: VIOLÊNCIAS E SAÚDE MENTAL DE LGBTQIAPN+**



## SANATÓRIO BOTAFOGO: TRAVESTILIDADES, AMIZADE, SUBJETIVIDADES E LOUCURA

*Paulo Vitor Guedes de Souza<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre processos de subjetivação e constituição de subjetividades travestis na cidade do Rio de Janeiro durante as décadas de 1950 e 1960. Serão analisadas as históricas experiências de duas personagens moradoras na cidade em determinado recorte temporal, essas, conhecidas e nomeadas por Brigitte de Búzios e Marquesa. Ambas possuem trajetórias cruzadas, porém, grandes diferenças na forma de perceber e constituir suas subjetividades. Logo, o principal espaço a ser analisado será o Sanatório Botafogo, essa, uma clínica psiquiátrica especializada em tratamento de doenças nervosas onde Brigitte e Marquesa foram internadas com o intuito de tratar seu comportamento “anormal”. Assim, a reflexão a ser destacada no decorrer do trabalho serão noções de autopercepção, autoconstituição, autoinvestimento dos sonhos e de suas relações de si para consigo. Tanto Brigitte quanto Marquesa investiram em ideias e sonhos, muitas vezes não foi uma caminhada fácil, contudo, existiram risos, desejos, confrontos, lutas, choros, alegrias, tristezas e amizades. Para a análise, será trabalhado com arquivos encontrados na imprensa da época e alguns depoimentos orais retirado de arquivos áudio visuais, entre esses, destaco o documentário Divinas Divas (2016).

**Palavras-chave:** Travestilidades; Amizade; Subjetividades.

---

1 Doutorando em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz – RJ, [pvguedesdesouza@gmail.com](mailto:pvguedesdesouza@gmail.com);

# PERFIL E SABERES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA REGIÃO DOS CAETÉS SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO

*Pedro Renan Nascimento Barbosa<sup>1</sup>*

*Pedro Israel Mota Pinto<sup>2</sup>*

*Barbara Caroline Martins Oliveira<sup>3</sup>*

*Jéssica da Silva Santana<sup>4</sup>*

*Cibele Nazaré Câmara Rodrigues<sup>5</sup>*

## RESUMO

**Introdução:** A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT+) objetiva a eliminação do preconceito institucional nos serviços de saúde, com ênfase na formação e capacitação de profissionais para auxiliar no atendimento desta população, no entanto, para transexuais e travestis, este acesso continua negligenciado. **Objetivo:** Verificar o perfil, a formação acadêmico-profissional em saúde e seus saberes acerca das especificidades da Identidade de Gênero. **Materiais e Métodos:** É uma pesquisa quantitativa observacional de cunho transversal, realizada com profissionais da saúde atuantes da Região dos Caetés (Amazônia Oriental – Pará), foram coletados dados em um questionário semi-estruturado de forma *online* pelo *Google Forms*, Março a Agosto de 2021. **Resultados:** A amostra composta de 73 participantes, sendo 82,19% do

1 Pós-Graduando do Curso de Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia e Mestrando em Ciências do Movimento Humano na Universidade Federal do Pará - UFPA; [pedro.barbosa@ics.ufpa.br](mailto:pedro.barbosa@ics.ufpa.br);

2 Pós-Graduando do Curso de Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia (UFPA) e Mestrando em Geografia na Universidade do Estado do Pará - UEPa, [pedromota777@gmail.com](mailto:pedromota777@gmail.com);

3 Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará - UFPA; Residente do Programa de Empregabilidade e Formação LGBT na Clínica de Atenção à Violência (CAV); Gerente da Diversidade Sexual e Gênero da Secretária de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Estado do Pará (SEIRDH), [barbaramartinsoliveira18@gmail.com](mailto:barbaramartinsoliveira18@gmail.com);

4 Advogada. Graduada em Direito pela UFPA. Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPA). Pós-Graduanda em Direitos Humanos (PPGD/UFPA). Membro do grupo de estudos e pesquisas “Direito Penal e Democracia”. [jessicasilvas.direito@gmail.com](mailto:jessicasilvas.direito@gmail.com);

5 Docente e Orientadora: Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento - Universidade Federal do Pará - UFPA, [cibele.camara@hotmail.com](mailto:cibele.camara@hotmail.com).

sexo feminino, 100% cisgênero, com idade média de  $32,37 \pm 7,80$  anos, declarados católicos (65,75%); maioria de profissionais de saúde da Enfermagem (34,24%), atuantes na Atenção Terciária (50,68%), de tempo médio de atuação de  $6,24 \pm 6,30$  anos. Os voluntários relatam não compreender a diferença entre pessoas Cisgênero e Transgênero (57,53%) e não possuir formações sobre Identidade de Gênero ou Atendimento à Pessoas LGBTQ+ (79,45%), entretanto 87,67% compreendem a importância de formações sobre a temática no atendimento desta população. **Conclusão:** A formação acadêmica e permanente dos profissionais da saúde ainda carece de ensinamentos sobre a temática estudada, ponto fundamental no cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) dos cursos da Saúde, da Política Nacional de Educação Permanente e principalmente da PNSILGBT+.

**Palavras-chaves:** Identidade de Gênero, Transgêneros, Minorias Sexuais e de Gênero, Formação Profissional, Educação Permanente.

# MANUAL DE RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TRANS-INCLUSIVO NO ÂMBITO DAS PESQUISAS CLÍNICAS

*Helena França Alcaraz Ferreira<sup>1</sup>*

*Andreza Saluio Lemos<sup>2</sup>*

## RESUMO

O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é um documento utilizado em pesquisas clínicas que envolvem seres humanos a fim de coletar dados e elucidar os participantes ou seus responsáveis legais a respeito dos procedimentos bem como a relevância dos mesmos ao qual eles estão consentindo em participar. Devido a amplitude das possíveis análises nas pesquisas clínicas não existe um modelo de TCLE universalmente aplicável a todas as situações. A demanda por uma linguagem mais inclusiva e acessível para garantir o maior conforto dos pacientes que optam por se submeter a pesquisa tem sido um dos problemas enfrentados perante esse empecilho, principalmente quando se trata de populações lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e pessoas intersexuais (LGBTI+). Todavia, apesar de o TCLE variar de acordo com a pergunta a ser respondida pela pesquisa, existem formas de elaborá-los de maneira a não causar desconforto ou constrangimento ao participante. Visto que a população transgênero é uma das mais afetadas pelas violências institucionais e pela falta de instrução dos profissionais de saúde, esse trabalho visa a elaboração de um manual redigido em língua portuguesa de como formular e aplicar as principais perguntas a fim de respeitar a identidade de gênero, bem como não instigar aflições evitáveis aos participantes. Espera-se que com essa proposta o conforto dos participantes seja atingido

1 Mestrando/a/e: Curso Clínica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [helena.faf33@gmail.com](mailto:helena.faf33@gmail.com);

2 Doutora orientadora: MSc, PhD em Biologia Parasitária (FIOCRUZ- RJ), Pós-doutorado em Neurociências (UNIRIO), [andrezaslemos@gmail.com](mailto:andrezaslemos@gmail.com).

e a adesão dos mesmos a pesquisas clínicas aumente proporcionando uma maior amplitude de dados a serem analisados pelos pesquisadores que de outra forma não seriam considerados.

**Palavras-chave:** Transgênero, diversidade, Termo de consentimento livre e esclarecido, pesquisa clínica, manual.



## PARA ALÉM DO BINÁRIO: SAÚDE E EXPERIÊNCIAS TRANS EM ITAPERUNA (RJ)

*Alec de Oliveira Silva<sup>1</sup>*  
*Jaqueline de Melo Barros<sup>2</sup>*

### RESUMO

Esse trabalho possui como objeto de estudo as dificuldades de acesso a saúde da população transexual do município de Itaperuna (RJ). O objetivo geral consiste em analisar os limites de acesso a saúde vivenciado por pessoas transexuais. Os objetivos específicos são: identificar como a população trans tem acesso a atenção primária de saúde no município, a partir do olhar dos usuários; problematizar os paradigmas estereotipados que essa população acessa a porta de entrada da saúde. Para atingir os objetivos foi realizada uma revisão de literatura e uma pesquisa descritiva por meio da coleta de dados da entrevista feita em campo com a aplicação de um questionário a sete pessoas trans residentes do município. Dentre alguns limites enfrentados destacamos o desrespeito ao nome social e pronome. A reflexão é sobre o questionamento: a incorporação da discussão LGBTQI+ no âmbito da saúde contribui para o acesso humanizado da população transexual na atenção básica de saúde?

**Palavras-chave:** Transexualidade, Saúde, Atenção Básica.

---

1 Pós-graduando do Curso de Educação em Direitos Humanos pelo Instituto Federal Fluminense Campus Itaperuna – IFF Itaperuna, [alec56oliveira@gmail.com](mailto:alec56oliveira@gmail.com);

2 Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio, [jaqmelo@yahoo.com.br](mailto:jaqmelo@yahoo.com.br);

# INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS BIOPSISSOCIAIS NA ANODISPAREUNIA EM HOMENS CIS, GAYS, ANORECEPTIVOS

*Danilo Mamede da Silva Santos<sup>1</sup>*

## RESUMO

Anodispareunia é uma disfunção sexual caracterizada pela dor intensa e frequente durante a prática de sexo anal receptiva. São escassas as pesquisas sobre anodispareunia em homens gays anoreceptivos. Assim, este trabalho objetiva discutir os conhecimentos em relação aos aspectos biopsicossociais envolvidos no intercurso anal receptivo (IAR) associado a anodispareunia em homens gays anoreceptivos. O método utilizado nesta pesquisa assume o caráter qualitativo de revisão de literatura. Foram pesquisados artigos publicados e disponíveis nos bancos de dados eletrônicos: Scielo; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Pubmed; Web of Science, sem restrições de idiomas ou ano de publicação. Os aspectos biopsicossociais são, em sua totalidade, elencados na literatura como unicamente e/ou isoladamente aspectos psicológicos, biológicos ou situacionais; possivelmente, a naturalização de pilares estruturais de opressão social como o machismo, racismo, classismo, homofobia, dentre outros, podem incidir sobre a subjetividade dos sujeitos. Homens com anodispareunia sentem dor física durante o intercurso anal, sendo os fatores psicológicos a principal causa da contribuição da dor. A construção de estereótipos sobre os aspectos do IAR associado ao corpo masculino são, muitas vezes, empecilhos masculinistas do machismo que impera na sociedade. É necessário estimular a autoestima dos sujeitos com anodispareunia para minimizar as dificuldades sexuais durante o IAR. Os aspectos biopsicossociais podem ser mascarados como, exclusivamente, aspectos psicológicos, biológicos ou situacionais devido a reflexos biopsicossociais mediados pelos (cis)temas naturalizados e perpetuados nas sociedades.

**Palavras-chave:** dor, homossexual, sexo anal.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, *Campus* VIII. Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, dmamede@uneb.br.

# TRANSEXPERIÊNCIAS NO CRAIST: DE USUÁRIO A OBSERVADOR PARTICIPANTE EM UM SERVIÇO DE SAÚDE TRANSESPECÍFICO

*Raul Alvim Capistrano<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente relato exterioriza o olhar, surpresas e inquietações que surgiram ao longo da minha jornada como usuário e pesquisador trans no Centro de Referência no Atendimento Integral à Saúde Transespecífica (CRAIST) do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, mais conhecido como o ambulatório trans de Uberlândia. Pretendo compartilhar minha experiência nesse serviço como um usuário transmasculino e também minha participação regular nos bastidores dos atendimentos durante o período em que o ambulatório foi parte integrante da minha pesquisa de mestrado. Mais especificamente, trago as aflições e expectativas que me levaram a ser usuário do CRAIST, as reviravoltas que me conduziram a realizar uma pesquisa que, em partes, ocorreu no ambulatório. Também abordo as minhas interações com os profissionais da equipe multidisciplinar, minhas observações nos acolhimentos e atendimentos da equipe e as experiências de estar “do outro lado da mesa” em relação aos outros usuários. Além disso, compartilho as sensações, surpresas e inquietações que essa dupla experiência trans no serviço de saúde me proporcionou.

**Palavras-chave:** Experiência trans, ambulatório trans, saúde.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-UFG, [raulalvimcapistrano@gmail.com](mailto:raulalvimcapistrano@gmail.com);

## GÊNEROS E SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Maria Ludmila Kawane de Sousa Soares<sup>1</sup>*

*Ana Luiza de Oliveira Carvalho<sup>2</sup>*

### RESUMO

O conceito de gênero foi socialmente construído para se referir aos papéis, funções ou comportamentos esperados com base no idealismo de feminilidade e masculinidade, determinados social-histórico e cientificamente, a partir do sexo biológico de alguém. Entretanto, esse conceito é um produto do sistema patriarcal, que além de condicionar o gênero a binariedade, apaga qualquer outra possibilidade de existência e nos leva a experimentar uma sociedade extremamente transfóbica. Pensando em flexionar esse conceito e fazer com que os alunos de enfermagem comecem a ter pensamento crítico, foi a proposta da aula intitulada “Gêneros e saúde”. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é relatar a experiência de construção e condução da aula ministrada para uma turma de graduação em enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), vinculada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizada no dia 23 de maio de 2023. O processo de construção da aula foi pensada a partir de numa perspectiva construtivista e materialista histórico dialético, e foram produzidas 24 laudas, as quais serviram como norteadoras durante o decorrer da aula, na qual fora apresentado uma nova possibilidade de compreensão de gênero sob uma ótica plural. Englobado todas as formas de existências e explicando o processo de desigualdade, iniquidades e discriminações, a partir da matriz heterossexual. Com o feedback e até mesmo a interação entre os alunos foi possível destacar a importância dessa nova perspectiva para atualizar o linguajar e possibilitar a desconstrução da generificação da assistência e produção de políticas públicas em saúde.

**Palavras-chave:** Enfermagem, Saúde, Diversidade, Equidade, Inclusão.

1 Mestrando/a/e do Curso de Pós-graduação Stricto Sensu da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, [mestre.ludmilasoares@gmail.com](mailto:mestre.ludmilasoares@gmail.com);

2 Doutor/a/e pelo Curso de Ciências da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - SP, [alocenf@yahoo.com.br](mailto:alocenf@yahoo.com.br).

# PSICODRAMA ENQUANTO POSSIBILIDADE DE CUIDADO PARA POPULAÇÕES LGBTQIAPN+

*Kimberly Inaiara Veiga Freitas dos Anjos<sup>1</sup>*

*Le Azevedo Damasceno<sup>2</sup>*

*Luíze Abreu Rosa<sup>3</sup>*

*Sarah Cardoso Melo<sup>4</sup>*

*Beatriz Adura Martins<sup>5</sup>*

## RESUMO

Este relato visa trazer a experiência dos autores trabalhando com grupos de vivências LGBTQIAPN+ nos territórios de Niterói e São Gonçalo. Para apoiar nossos estudos em gênero e sexualidade, discutimos livros e textos de Jota Mombaça e Judith Butler, indo além também nas discussões sobre como a sociedade enxerga e lida com determinados corpos. René Lourau media nossas discussões com sua análise institucional, juntamente dos importantes apontamentos de Cecília Coimbra. Nos atendimentos permeados pela ótica do Psicodrama de J. L. Moreno, com considerações de Marisa Greeb e Alfredo Naffah Neto, é defendida uma Psicologia e um modo de cuidado não individual e individualizante, atento às questões sociais e coletivas. Assim, nos grupos de vivências, a vida é o maior mobilizador, para além de sofrimentos e “traumas”. Em 2 anos de trabalho, 4 grupos foram se consolidando e se transformando em importante espaço de coletivização de trocas e afetos, com uma aposta na grupalidade enquanto instrumento de fortalecimento para esses corpos historicamente reprimidos. Cada grupo de vivências é constituído por até 10 participantes e possuem frequência que varia entre semanal ou quinzenal, com diferentes horários compatíveis com períodos de trabalho diversos. Toda a equipe responsável é composta por corpos dissidentes atuando junto e promovendo cuidado justamente a partir do corpo, em vista de viabilizar

1 Graduada no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [kimberlyveigaf@gmail.com](mailto:kimberlyveigaf@gmail.com);

2 Graduada no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [leazevedo.psicologia@gmail.com](mailto:leazevedo.psicologia@gmail.com);

3 Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [sarahmello@id.uff.br](mailto:sarahmello@id.uff.br);

4 Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [luizeabreu@id.uff.br](mailto:luizeabreu@id.uff.br);

5 Professora orientadora: Doutora, Professora Adjunta do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [beatrizadura@id.uff.br](mailto:beatrizadura@id.uff.br).

a experiência da espontaneidade tão negada à população LGBTQIAPN+. Em suma, defendendo uma psicologia contra hegemônica, este trabalho busca dialogar com aqueles que também apostam na corporalidade como instrumento político, de estudo e de intervenção.

**Palavras-chave:** Psicodrama, Gênero e Sexualidade, Corporalidade..

# ENCONTROS RISE: UMA EXPERIÊNCIA ODARA EM PESQUISA PARTICIPATIVA DE BASE COMUNITÁRIA

*Elaiô Vavó Januario Verly<sup>1</sup>*  
*Alexsander de Abreu Lepletier<sup>2</sup>*  
*Erikah Pinto de Souza<sup>3</sup>*  
*Angélica Baptista Silva<sup>4</sup>*

## RESUMO

O projeto Resistir Intervir Socorrer e Emponderar (RISE) tem sido implementado junto ao aplicativo Dandarah, que foi criado no âmbito do projeto de pesquisa Resistência Arco-íris da Fiocruz. O RISE tem como objetivo qualificar o acesso e direcionamento em relação aos cuidados em saúde, pensando na saúde mental e coletiva de mulheres transgênero e travestis. As evidências mostram que essa população sofre por estar em constante exposição a violências, negligências e abusos de todas as esferas da sociedade, além de ter o acesso à informação, estudo e permanência em espaços comuns negados. Essas situações também denominadas microviolências afetam diretamente a forma em que essas pessoas constroem suas vidas, subjetividades e saúde. O projeto tem dado ouvida a essas pessoas para geração de dados de pesquisa, visando contribuir para suas vidas. A iniciativa oferece um ressarcimento simbólico pelas participações no estudo e a informação sobre equipamentos sociais tais como: serviços de saúde e de defesa de direitos e assistência social. Tendo como base a metodologia de pesquisa participativa de base comunitária, o projeto almeja fazer ciência junto de quem necessita e não as usando apenas como objeto de estudo. Assim, sistematizaremos as demandas advindas das participantes da pesquisa a partir da análise do questionário aplicado

1 Graduada pelo Curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense - UFF, [elaiovavio@email.com](mailto:elaiovavio@email.com);

2 Graduada pelo Curso de Biologia da Universidade Estácio de Sá - UES, [fortuneteller\\_21@hotmail.com](mailto:fortuneteller_21@hotmail.com);

3 Doutoranda pelo Curso de Ensino da Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, [souzaerikahp@gmail.com](mailto:souzaerikahp@gmail.com);

4 Professora orientadora: Doutora em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz - RJ, [angelica.baptista@fiocruz.br](mailto:angelica.baptista@fiocruz.br).

diretamente junto a cada pessoa a fim de subsidiar políticas públicas para mulheres transgênero e travestis.

**Palavras-chave:** Pessoas Transgênero, Saúde Mental, Telessaúde, Direitos Humanos, Políticas Públicas Antidiscriminatórias.



# SERVIÇO SOCIAL E DISSIDÊNCIAS EM SEXUALIDADE E GÊNERO: O ESTADO DA ARTE NA LITERATURA PROFISSIONAL<sup>1</sup>

*Marco José de Oliveira Duarte<sup>2</sup>*  
*Marina Paschoalim Amorim<sup>3</sup>*

## RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar as produções científicas sobre as dissidências em sexualidade e gênero na área do Serviço Social. Toma-se o levantamento bibliográfico, a partir do banco de dados dos 21 periódicos da área. Elege-se como questão norteadora, o que o Serviço Social tem publicado em seus periódicos sobre as dissidências em sexualidade e gênero. Dos 100 artigos levantados, de 2010 a 2023, restou-nos, para a análise, com os critérios de inclusão e exclusão, o total de 59 artigos. Deduz-se que, nesse estado da arte, apesar dos dados coletados serem significativos, ainda há uma lacuna e lentidão das pesquisas e produções científicas sobre o tema, com a frequência de em média 3 artigos por ano. A problematização teórica sobre a questão é invisibilizada e secundarizada no campo acadêmico, apesar do debate amadurecido e do seu acervo que se faz presente. Isso ainda acontece porque a temática ainda pouco se pauta nos espaços de formação, como pelas pesquisas e dos poucos grupos de pesquisas. A partir da análise de conteúdo, identifica duas tendências, uma se apresenta pelas produções mais amplas sobre o campo da diversidade sexual e de gênero, identificado como políticas públicas e direitos humanos de LGBTQIAPN+ e uma outra quando os artigos privilegiam determinadas temáticas, como o trabalho profissional; saúde LGBT e processo transexualizador; casamento e família homoafetivas; o espaço da escola

1 Artigo resultado de projeto de pesquisa, com bolsas financiadas pelo CNPq.

2 Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-Doutorando em Psicologia Social na UERJ. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. Bolsista Produtividade/Pesquisador do CNPq, marco.duarte@ufjf.br

3 Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Bolsista PIBIC/CNPq e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. marina.paschoalim@estudante.ufjf.br

e as violências LGBTQIAPNfóbicas. Conclui-se que esse campo de estudos no Serviço Social precisa se afirmar nos espaços acadêmicos e publicitar seus debates e produções.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Dissidências, Sexualidade, Gênero, Revisão integrativa.

## INTRODUÇÃO

O Serviço Social ao lidar, tanto na formação como no trabalho profissional, com a diversidade ontológica da classe trabalhadora precisa ampliar o seu acervo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, criando espaços e alianças no cotidiano do trabalho acadêmico e institucional, ao se situar como área de conhecimento e profissão, para atender e contemplar as demandas e bandeiras de sujeitos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexo, assexuais e mais (LGBTQIA+). Assim, entende-se a população LGBTQIA+ como um dos sujeitos coletivos desta diversidade humana e que está presente em todos os espaços sócio-ocupacional de trabalho de assistentes sociais. É neste sentido, portanto, que se coloca, no centro da análise, a importância das produções da área de conhecimento da categoria profissional do Serviço Social, particularmente, ao abordar sobre as existências e demandas dos sujeitos das dissidências em sexualidade e gênero.

Destaca-se que o fundamento ético-político da categoria profissional de assistentes sociais baseando-se no Código de Ética da/o Assistente Social, de 1993 (BRASIL, 2012), reconhece a existência da população LGBTQIA+. Portanto, por conta deste fundamento legal, um conjunto de Resoluções deliberadas do conjunto CFESS/CRESS (Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social), como as de números 489/2006, 594/2011, 615/2011, 785/2016 e 845/2018 (COSTA; DUARTE, 2023) foram estabelecidas para orientar o exercício profissional da categoria quanto a questão da diversidade sexual e de gênero.

Contudo, mesmo com o Código afirmar sobre a importância e a realidade desta população usuária, o tema da diversidade sexual é pouco debatido na categoria profissional, fazendo com que assistentes sociais não sintam preparados/as para lidar com as demandas desta população e, conseqüentemente, para a garantia de seus direitos, principalmente, no contexto neoliberal desta fase do capitalismo, particularmente, no Brasil, em que diversas políticas públicas voltadas para esse público foram dizimadas.

Cabe registrar que no âmbito da formação e da pesquisa, emerge, em dezembro de 2010, no âmbito do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Rio de Janeiro-RJ, o Grupo Temático de Pesquisa (GTP), Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que aglutina uma rede de pesquisadores/as sobre estes temas, a partir de suas

ênfases específicas, como o registro da obrigatoriedade de uma disciplina que contemple o referido debate.

É neste sentido que o estudo realizado tem por objetivos, a) buscar mapear as produções científicas do Serviço Social que tematizam sobre a diversidade sexual com foco nos sujeitos LGBTI+; b) Analisar as compreensões teóricas e conceituais presentes nas narrativas e gramáticas científicas sobre o tema da diversidade sexual na área de Serviço Social; e c) Compreender as percepções epistemológicas com relação às identidades e expressões de gênero e sexualidades dissidentes nas produções científicas do Serviço Social.

## METODOLOGIA

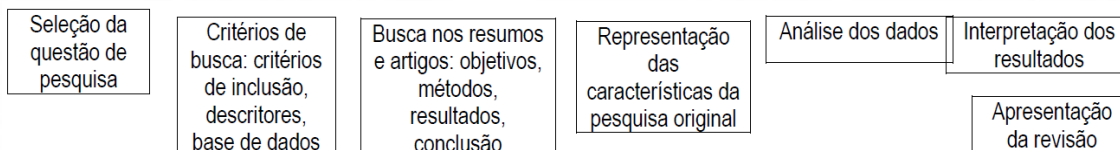
A pesquisa analisou artigos publicados em periódicos da área de Serviço Social, entre 2020 a 2023, a respeito do tema da diversidade sexual e de gênero e das políticas públicas voltadas a população LGBTQIA+. Metodologicamente, tomou-se o mapeamento e o levantamento bibliográficos a partir do banco de dados das 22 (vinte e dois) revistas da área, sendo elas: Argumentum; Em Pauta; Katálysis; Libertas; O Social em Questão; Oikos; Praia Vermelha; Revista Direitos, Trabalhos e Política Social; Emancipação; Gênero; Ser Social; Serviço Social e Sociedade; Serviço Social em Debate; Serviço Social em Perspectiva; Serviço Social em Revista. Sociedade em Debate; Textos e Contextos; Revista de Políticas Públicas, Temporalis; Serviço Social e Saúde; e Moitará.

Devido às adversidades ocorridas no meio desta pesquisa, que teve seu início oficial no segundo semestre de 2022, demos continuidade a pesquisa anterior que tomou as produções entre 2010 e 2020 (DUARTE; FERNANDES, 2023), atualizando a avaliação do Qualis periódicos da CAPES para o quadriênio 2017-2020, que só foi publicado no final de 2022 pela Plataforma Sucupira da CAPES. De qualquer modo, manteve-se os mesmos critérios de inclusão de artigos, utilizando de autoras/es brasileiras/os que possuem alguma vinculação acadêmica com o Serviço Social, tendo em vista que os periódicos publicam artigos independentes da área de formação em Serviço Social das/os autoras/es. Utilizamos artigos publicados até o ano de 2022, uma vez que nem todas as revistas publicaram no período da pesquisa, que se encerrou no primeiro semestre de 2023, como incorporamos artigos de 2020 que não foram contemplados pela pesquisa anterior a essa, pelo mesmo motivo acima.

Manteve-se, portanto, a técnica da revisão integrativa de literatura (JACKSON, 1980; SOUZA et al., 2010) e a pergunta norteadora, que consiste no que o Serviço Social tem publicado em seus periódicos sobre diversidade sexual,

tomando como foco as políticas públicas e direitos humanos de LGBTQI+. Para melhor compreensão da metodologia, reproduzimos, abaixo a Figura 1, sobre as etapas desta investigação.

**Figura 1** – Etapas da Revisão Integrativa



**Fonte:** Sistematização dos autores

Quanto a análise, tratamento e interpretação dos dados e apresentação dos resultados desta revisão propriamente dita, mantivemos o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2013), usando como recurso o *software Atlas.ti*, com o objetivo de organizar o material e propiciar a análise temática dos artigos, tomando algumas categorias de discussão.

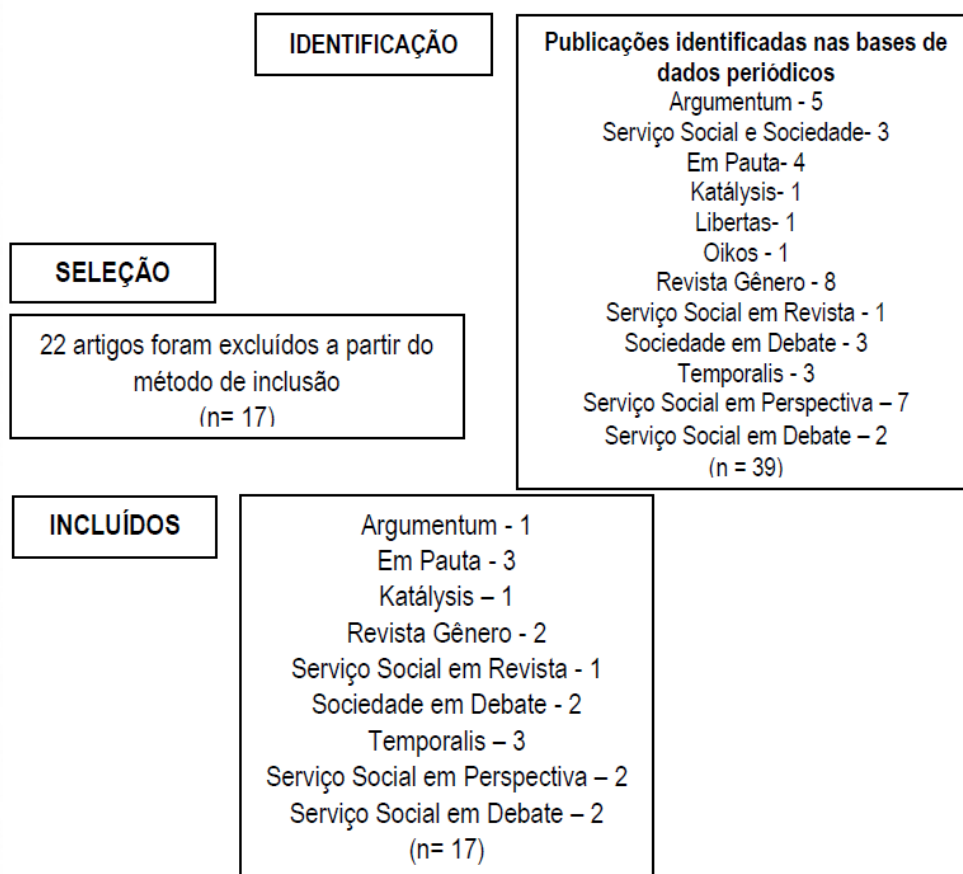
Nosso ponto de partida, contudo, baseia-se em Duarte (2014), como paradigma histórico e analítico, para se pensar o debate sobre a diversidade sexual no Serviço Social brasileiro. Apesar da gênese emergir nos anos 1980, este início é marcado com os primeiros artigos sobre sexualidade, porém apenas focando em HIV e Aids, tendo em vista que nessa época a pandemia do vírus do HIV se espalhou entre a população LGBT, na qual faleceram milhares de pessoas. A referência, contudo, é marcada pelo ano de 1986, no Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS), que surge as primeiras discussões sobre o assunto. Porém, apenas nos anos 2000 é que os debates a respeito de direitos de LGBT passaram a se ver mais presentes na sociedade civil, com movimentos sociais ganhando espaço na reivindicação e nas ações por políticas públicas.

O Serviço Social, assim, toma este debate inicial, marcado por um lado, pelo movimento social, seja estudantil ou mesmo homossexual, em um contexto de final da Ditadura Militar e por outro, por esta área de conhecimento e profissão se encontrar em fase de renovação, no amadurecimento do movimento de reconceitualização, se desvencilhando das características conservadoras na qual a profissão apresentava desde sua gênese. Assim, via-se necessário abrir e impulsionar o debate para que o trabalho e a formação profissional abrangessem o movimento de resistência das dissidências em sexualidade, uma vez que o preconceito e a violência sofridas por esses sujeitos são expressões estruturais da sociedade capitalista e cisheteronormativa.

Desta forma, a/o assistente social ao lidar com diferentes usuárias/os, que são determinados econômica e socialmente, pelo modo de exploração do capital, estes sujeitos apresentam marcadores sociais de diferença na opressão e dominação, como gênero, sexualidade, raça/etnia e território. Assim, o que se opera é uma devolução às análises de classe na dimensão do sujeito, em suas particularidades e singularidades, afirmando, por um lado, a importância de politizar o espaço privado na esfera pública e, por outro, de afirmar a democracia como valor universal (DUARTE, 2014), na perspectiva de garantir direitos de cidadania para sujeitos considerados abjetos pela lógica da moral burguesa e cristã que moldura a formação social brasileira.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Figura 2** – Procedimentos Metodológicos



Dos 39 artigos achados nos 21 periódicos da área, restou-nos 17, pelos critérios de inclusão, sendo que 4 artigos são de 2020, 10 artigos de 2021 e 3 artigos de 2022.

A área de Serviço Social tem, avaliadas pela CAPES, no último quadriênio (2017-2020), as 21 revistas já citadas neste trabalho e todas atualmente encontram-se classificadas no estrato A, sendo 7 como A1, 8 como A2, 3 como A3 e 3 como A4. Há outras revistas que não foram avaliadas por estarem fora dos critérios da CAPES, como a Serviço Social & Realidade; Resistência Litoral e a Goitacá. Destaque que 14 revistas estão vinculadas academicamente aos seus respectivos programas de pós-graduação da área de Serviço Social (com mestrado e doutorado), dos 36 existentes.

Dentre os periódicos que apresentam artigos que tratam da diversidade sexual e de gênero, encontramos, no período de 2020 a 2022, assim distribuídos: 1 na Argumentum (A1), 3 na Em Pauta (A1), 1 na Katálysis (A1), 2 na Revista Gênero (A2), 1 na Serviço Social em Revista (A2), 2 na Sociedade em Debate (A2), 3 na Temporalis (A2), 2 na Serviço Social em Perspectiva (A3), 2 na Serviço Social em Debate (A4). Sendo assim, dos 21 periódicos do Serviço Social, 9 abrangeram o tema.

**Tabela 1:** Quadro sinóptico de caracterização dos artigos analisados sobre diversidade sexual (2020-2022)

Nº	TÍTULO	TEMA	AUTORES	PERIÓDICO	ANO
1	LGBTQI+*, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena	LGBTQI+	DUARTE, Marco OLIVEIRA, Dandara	Em Pauta	2021
2	Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans	Transexualidade	LACERDA, Milena ALMEIDA, Guilherme	Em Pauta	2021
3	Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação	Transexualidade	MARINHO, Silvana	Em Pauta	2021
4	Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas	Transexualidade	MARINHO, Silvana	Argumentum	2020
5	Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico	Trans-Travestis	VERONEZE, Renato	Katálysis	2022
6	Violência e Transfobia: vivências de travestis que exercem a prostituição - Campina Grande-PB	Travestis	SANTIAGO, Idalina; BRAZ, Ednaldo NASCIMENTO, Josilene	Revista Gênero	2021
7	A intervenção pedagógica do Serviço Social e os estudos em gênero e sexualidade	Sexualidade e Gênero	SOUZA, Luiz Henrique	Revista Gênero	2022

Nº	TÍTULO	TEMA	AUTORES	PERIÓDICO	ANO
8	“Hoje Eu Quero Voltar Sozinho”: A Homossexualidade na Adoles- cência em Cena.	Homossexuali- dade	JÚNIOR, Paulo	Serviço Social em Debate	2020
9	Agenda antigênero e a mobiliza- ção de políticas para infância na era bolsonarista	Gênero	OLIVEIRA, Mariana	Serviço Social em Debate	2022
10	A Ética do Serviço Social e o preconceito contra a diversidade sexual em contexto neoliberal e neoconservador	Sexualidade	SANTOS, Marco	Serviço Social em Perspectiva	2020
11	A atuação do Serviço Social no processo de trabalho na saúde e o processo transexualizador no SUS	Transexualidade	RICARDO, Kellyane	Serviço Social em Perspectiva	2020
12	A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória	LGBT	IRINEU, Bruna	Serviço Social em Revista	2021
13	Religiosidades e diversidade sexual no Serviço Social	Sexualidade	LOURENÇO, João Paulo SILVA, Claudia	Sociedade em Debate	2021
14	Corpo, Gênero e Cidade: desloca- mentos micropolíticos	Gênero	RIBEIRO, Cristine; MORAES, Camila; ARAÚJO, Carla BAR- BOSA, Pablo	Sociedade em Debate	2021
15	Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades	Sexualidade e Gênero	EURICO, Márcia; ALMEIDA, Janaiky; DINIZ, Maria; DUARTE, Marco; SILVA, Ana; MACHADO, Loiva; PASSOS, Rachel; SILVA, Roberta MARTINS, Tereza	Temporalis	2021
16	Atuação do Serviço Social com população LGBT em contexto ultraconservador e pandêmico	LGBT	DANTAS, Michel; SOUZA, Luana PINHEIRO, Samya	Temporalis	2021
17	Divisão sexual do trabalho: para além do gênero e do patriarcado	Gênero	JULIÃO, Helena DUTRA, Nayara	Temporalis	2021

**Fonte:** Sistematização dos autores

Dentre os artigos incluídos, destacamos as 5 (cinco) revistas que organiza-ram dossiês temáticos<sup>4</sup>, como Em Pauta, Argumentum, Katálysis, Temporalis e Serviço Social em Perspectiva.

<sup>4</sup> Registra-se que em 2023, ano que não foi contemplado na pesquisa, as revistas Serviço Social & Sociedade (v. 146, n. 2, com temática sobre “Ética, direitos humanos e diversidade” e o v. 146, n. 1, sobre “Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial”) e



**Tabela 2:** Quadro dos dossiês temáticos dos periódicos

TÍTULO	REVISTA	EDIÇÃO	ANO
Movimento de mulheres, feminismos e estudos de gênero	Em Pauta	n. 47	2021
Crise, pandemia, trabalho e política pública	Em Pauta	n. 48	2021
Questão social, violência e segurança pública: desafios e dilemas do tempo presente?	Argumentum	v. 12 n.3	2020
Serviço Social, racismo e classes sociais	Katálysis	v. 25 n. 2	2022
Crise capitalista, questão social no Brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS	Temporalis	v. 21 n. 42	2021
Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social	Temporalis	v.21 n.41	2021
As diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social	Temporalis	v.21 n. 40	2021
Serviço Social, ética e direitos humanos	Serviço Social em Perspectiva	v. 2 n.3	2020
Serviço Social e capitalismo: relações de poder e opressão	Serviço Social em Perspectiva	v. 3 n. 1	2020

**Fonte:** Sistematização dos autores

Adicionando esses novos artigos, incluídos com a pesquisa que abordou 2010 até o primeiro semestre de 2020, que teve 42 artigos, tem-se um total de 59 artigos do ano de 2010 até 2022, nos periódicos do Serviço Social, a respeito da diversidade sexual. Ademais, soma-se um outro artigo que a última pesquisa não contemplou, pelo motivo de publicação de uma das 21 revistas se dar ao final do processo de coleta de dados. Sendo assim, temos um total de 60 artigos das duas pesquisas juntas. Portanto, ao tomarmos a atualização do Qualis periódicos da CAPES e o tema da diversidade sexual, tem-se 6 revistas que tratam do tema das 7 no estrato A1, 6 das 8 revistas na A2, 1 das 3 na A3 e 1 das 3 na A4.

Nota-se, também, o aumento de artigos escritos em 3 anos, no qual de 2020 a 2022 têm-se 17 artigos (considerando que não estamos utilizando todos os achados de 2020, uma vez que estavam presentes na pesquisa anterior), enquanto na pesquisa anterior o maior número de artigos utilizados num espaço de 3 anos foram 16 artigos e, mesmo não utilizando dos artigos de 2023, já foram encontrados 6 artigos sobre o tema. Em comparação, a primeira pesquisa apresentou no

---

Argumentum (v. 15, n. 1, com temática sobre “Sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos em tempos de avanço conservador”), apesar das temáticas de seus dossiês, só houveram dois artigos com foco na dissidência sexual, na primeira revista, justamente onde o tema da sexualidade ou da diversidade é ausente, mas foi a primeira vez que o aborto, na segunda revista, foi tratado como temática no campo dos estudos da sexualidade.

ano de 2018 o maior número de artigos publicados e na segunda, o ano de 2021 foi o com o maior número de publicações, sendo encontrados 8 em 2018 e 10 em 2021.

Em relação aos temas específicos, achados nos artigos, o mais discutido foi a respeito das relações de trabalho que se precarizaram, principalmente, para as pessoas LGBTQI+, no contexto da pandemia e da ofensiva neoliberal no país, alegando em como o Serviço Social pode atuar em políticas públicas para que a diversidade sexual e de gênero seja respeitada. Destaque que houveram temas que trataram sobre a homossexualidade e transexualidade na adolescência e no ambiente acadêmico, além de discussões sobre religiosidade entre os estudantes LGBTQI+ no ensino superior público.

A pesquisa apontou que os temas dos artigos, em grande parte, tratam especificamente de questões que envolvem a classe trabalhadora, como o contexto pandêmico, da crítica aos governos anteriores, Temer e Bolsonaro e o ultraneoliberalismo. Desta forma, os artigos que trataram do neoliberalismo e de como a população LGBT perdeu os poucos direitos que tinha conquistado nos últimos anos, o ano de 2021 foi identificado como o que mais artigos teve, dentre os analisados. Destaca-se também que foram os artigos do referido ano que, em sua maioria, apresentaram temas a respeito do Serviço Social, variando entre intervenções e análises sobre o ambiente acadêmico do curso em relação à estudantes LGBTs e religião.

Ressalta-se que neste mesmo ano, o mundo encontrava-se em um contexto duro da pandemia da COVID-19, completado seu primeiro ano, e, conseqüentemente, tínhamos um certo acervo sobre determinados dados e análises das vulnerabilidades apresentadas pelas pessoas LGBTQIA+ (DUARTE, 2020), seja no trabalho, ou mesmo em casa, quando tiveram que ficar em quarentena com familiares, submetendo aos vários tipos de violência, como física e psicológica (NASCIMENTO; DUARTE, 2022), além do contexto de precarização das vidas pelos desmandos do governo Bolsonaro (DUARTE; OLIVEIRA, 2021).

É nesse sentido que a pandemia da Covid-19, para as vidas LGBTQI+, vem aprofundar os enquadramentos, inclusive os identitários, no sentido do controle social, e não do reconhecimento ontológico da diferença, para que o Estado possa exercer o poder de quem deve viver e quem deve morrer (DUARTE; OLIVEIRA, 2021, p. 159).

As relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, com as características coloniais do Brasil, foi outro tema tratado pelos artigos analisados, particularmente, com destaque para as pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho,

mas, mais especificamente, para as mulheres que não seguem o padrão heterossexual e cisnormativo da sociedade e que sofrem, como se diz popularmente, dos efeitos do “caça às bruxas”, como as travestis e mulheres transexuais.

Com isso, foi evidenciado que com o avanço ultraneoliberal desses anos as expressões da questão social se agravaram, em que a agenda anti-LGBTQIA+ e antigênero foram postas com a intenção de apagamento dos direitos humanos e das políticas públicas voltadas para essa população, precarizando as vidas e propagando a necropolítica (DUARTE, 2023). E, como o Brasil possui uma grande representação conservadora que aumentou ainda mais na pandemia, além de haver um descaso com a saúde pública, os que mais sofreram com isso foi a classe trabalhadora, porém não uma classe trabalhadora sem raça, gênero ou sexualidade, e sim a classe trabalhadora negra, LGBTQIA+.

Outros temas analisados foram os da religião e dos direitos da criança e do adolescente que também são destaques, tendo em vista que, no governo Bolsonaro, agentes religiosos participaram ativamente ao lado do presidente com o discurso da proteção à “família”, na perspectiva do modelo de família cis-heteronormativa. Dessa forma, esse discurso se articula à visão do ultraneoliberalismo numa falsa proteção à criança e ao adolescente e legitimar e continuar a necropolítica, sem o apoio familiar e a falta de políticas públicas. Pessoas LGBT, principalmente, travestis e mulheres transexuais, sofrem com os diversos tipos de violência, são excluídas da escola, da família e muitas se sujeitam a prostituição de forma compulsória, tendo uma expectativa de vida de 35 anos, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (BENEVIDES, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua maioria, os artigos encontrados e analisados expressam a realidade nua e dura de LGBTQIA+ no contexto do governo Bolsonaro, ao compararmos com os governos do partido dos trabalhadores (PT), nos quais tiveram avanços significativos de direitos, porém, após o golpe e o avanço ultraneoliberal no país, esses direitos foram se perdendo gradualmente, apesar da maioria destes seja concedido pelo poder jurídico do Estado brasileiro.

Para Gramsci, em sua análise do Estado ampliado, a sociedade civil expressa a cultura, a ideologia e a política, sendo assim, um espaço de conflito, que nessas disputas entre projetos de sociedade, o Estado pode ser tencionado ou não por movimentos sociais, dependendo da conjuntura e das relações de poder. Portanto, nota-se que os meios democráticos da sociedade civil, como as diferentes mídias ou os espaços políticos, propagam a ideologia capitalista para que ocorra

um consenso entre a classe trabalhadora, no sentido de que a exploração permaneça. Nesta perspectiva, existem os preconceitos e as violências que são postos todos os dias na vida dos sujeitos, para que estes mesmos propaguem sem o respeito às subjetividades.

No campo da formação e do trabalho profissional do Serviço Social, torna-se extremamente necessário o estudo, a elaboração e a análise de políticas públicas e dos direitos humanos à população LGBTQIA+, ainda mais após esse período de retirada de direitos e de sucateamento das políticas.

Assim, tendo em vista a luta das/dos trabalhadoras, o projeto ético-político da categoria de assistentes sociais tem operado nas expressões estruturais da questão social e, como já dito anteriormente, as demandas de LGBTQIA+ não só poderá aparecer como poderá ser garantido, seja em qualquer área e espaço institucional que o/a profissional estiver inserido/a.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2013.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COSTA, G. M.; DUARTE, M. J. O. Diversidade sexual e Serviço Social: questões para o trabalho e a formação profissional. *In*: DUARTE, M. J. O.; ALMEIDA, C. C. L. (org.). **Raça, gênero & sexualidade**: perspectivas contemporâneas no Serviço Social. Curitiba: CRV, 2023.

DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e diversidade sexual: o estado da arte. *In*: DUARTE, M. J. O. et al. (org.). **Sexualidades & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023.

DUARTE, M. J. O. Dissidências sexuais e de gênero e a luta contra a LGBTIfobia: (in)visibilidades e resistências. ALMEIDA, M. da S.; FÉRRIZ, A. F. P. (org.) **Trabalho, questão social e diversidade humana**: temas contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2023.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 48, v. 19, p. 153-168, jul./dez., 2021.

DUARTE, M. J. O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. *In:* OLIVEIRA, A. D. de. (org.). **População LGBTQI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19.** Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social, 2020.

JACKSON, G. B. Methods for integrative reviews. **Review of educational research fall**, v. 50, n. 3, p. 438-460, 1980.

NASCIMENTO, M. A. N.; DUARTE, M. J. O. Covid-19 e população LGBTQI+: os impactos da necropolítica aos corpos dissidentes. **REBEH** – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Cuiabá, v. 5 n. 17, p. 68-83, jul./dez., 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einsten**, v. 1, n. 8, p. 102-106, 2010.

# SAÚDE MENTAL E DISSIDÊNCIAS EM SEXUALIDADE E GÊNERO: UM ESTUDO<sup>1</sup>

*Marco José de Oliveira Duarte<sup>2</sup>*

## RESUMO

O objetivo desta comunicação é problematizar, no campo da saúde mental, de como sujeitos das dissidências em sexualidade e gênero, identificados como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo e mais (LGBTI+) foram tratados pela ordem médico-psiquiátrica, em uma perspectiva histórica e como as questões contemporâneas para se pensar o sofrimento psicossocial e de saúde mental hoje destes sujeitos, levando em consideração a LGBTIfobia estrutural no contexto atual da bionecropolítica ultraneoliberal e racista, bem como os discursos de ódio levado à cabo pelas ofensivas conservadora, antigênero e anti-LGBTI+. A pesquisa em curso trata destes processos históricos em que as pessoas dissidentes em sexualidade e gênero foram submetidas, socialmente, pelos poderes no transcurso da humanidade, com suas vidas sendo rotuladas, marginalizadas e discriminadas como pecadoras, criminosas, abjetas, degeneradas e loucas. Como, no processo político e social contemporâneo, situa, apesar dos tímidos avanços, como que tais sujeitos enfrentam as precárias políticas públicas específicas e direitos de cidadania. Observa-se que a maioria da população LGBTI+ apresenta vulnerabilidades frente as suas necessidades de saúde e saúde mental. É público e notório a ausência de políticas públicas de Estado para a população LGBTI+, precisamente, de saúde mental. Este é um processo histórico que tais sujeitos sempre se encontraram, com suas existências e resistências, frente à patologização, invisibilização, silenciamento e aniquilamento de como o Estado percebe esta população usuária dos serviços de saúde. É mister uma atitude ético-política e interseccional em defesa da vida, dos corpos e das subjetividades das dissidências

**Palavras-chave:** Saúde mental, Dissidências, Sexualidade, Gênero, Estado da arte.

1 Artigo resultado de projeto de pesquisa, com bolsa financiada pelo CNPq.

2 Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-Doutorando em Psicologia Social na UERJ. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. Bolsista Produtividade/Pesquisador do CNPq, marco.duarte@ufjf.br

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tratar de alguns elementos que contextualizam os antecedentes históricos de como os sujeitos das dissidências sexuais e de gênero, identificados como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo e mais (LGBTI+) foram tratados pela ordem médica-psiquiátrica.

Neste sentido, problematiza-se questões presentes sobre o sofrimento psicossocial e de saúde mental destes sujeitos, no campo da saúde mental contemporânea, levando em consideração a crítica à LGBTIfobia estrutural e o contexto da pandemia da Covid-19, situando a precariedade da vida, impulsionada pela bionecropolítica neoliberal e racista, ao colocar na cena da análise os discursos de ódio levado à cabo pelas ofensivas conservadora, antigênero e anti-LGBTI+ na sociedade brasileira.

## METODOLOGIA

Tendo como referência a pesquisa teórico-bibliográfica, tratou-se dos fenômenos e processos sociais e históricos em que os sujeitos das dissidências em sexualidades e gêneros foram submetidos institucional e estruturalmente pelos saberes e poderes médico-psiquiátricos, no transcurso da humanidade, com suas vidas e corpos sendo rotulados, marginalizados e discriminados como pecadores, criminosos, abjetos, degenerados e loucos.

No processo político e social contemporâneo, particularmente, advindo da emergência da Reforma Psiquiátrica brasileira e dos movimentos sociais organizados, seja da luta antimanicomial, como de LGBTI+ é que se situa, apesar dos tímidos avanços, como que tais sujeitos enfrentam as precárias políticas públicas voltadas para si, como a construção histórica de direitos de cidadania.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em *História da Loucura*, Michel Foucault (1978) nos diz sobre as técnicas de punição jurídico-penal, da estratégia de disciplinamento dos corpos das pessoas dissidentes em sexualidades e gêneros, como internamento, confinamento e isolamento, para fins de correção das práticas sexuais degeneradas.

A 24 de março de 1726, o tenente de polícia Hérault, assistido pelos “senhores que constituem o conselho de direção de Châtelet de Paris”, torna público um julgamento ao final do qual “Etienne

Benjamin Deschauffours é declarado devidamente culpado de ter cometido os crimes de sodomia mencionados no processo. Como reparação, e outros casos, [o mesmo] é condenado a ser queimado vivo na Place de Greve, suas cinzas jogadas ao vento, seus bens confiscados pelo Rei” (...) Foi, na França, uma das últimas condenações à pena máxima por sodomia. (...) Na maioria dos casos, quando a sanção não é o exílio em alguma província, *é o internamento no hospital, ou numa casa de detenção* (FOUCAULT, 1978, p. 88, grifos nossos).

Ressalta que em toda Europa e no mundo, a sodomia, a relação sexual entre pessoas de mesmo gênero, era punida, com morte e confiscadas as propriedades e bens dos culpados. Mas é neste contexto, que emerge o internamento e/ou enclausuramento como práticas de retirar, extinguir e castigar socialmente esses sujeitos, para ser corrigido e/ou curado, pelo tratamento moral pineliano, para todos os loucos e degenerados, encerrados nos manicômios.

Desde sua invenção médico-legal, a homossexualidade representou uma suposta ameaça à ordem. A prática sexual estigmatizada, a sodomia, passou a ser encarada como o cerne de um desvio da normalidade e o recém-criado homossexual, o degenerado sexual. Essas razões levaram a psiquiatria e o judiciário a colocarem o homossexual no grupo dos desviantes, ao lado da prostituta, do criminoso e do louco, reforçando o triplo estigma: criminoso, desviado/degenerado e louco.

É sabido que em toda a Europa os estabelecimentos médicos não só recebiam os ditos loucos, mas “todos aqueles que, em relação à ordem da razão, da moral e da sociedade, dão mostras de ‘alteração’” (FOUCAULT, 1975, p. 78). Neste sentido, a ordem psiquiátrica, respaldada na teoria da degenerescência e na lógica eugenista, molda e controla os sujeitos abjetos. Assim, para atingir a “normalidade das funções mentais”, seria necessária uma reeducação da moral, essencialmente repressiva, que restabelecesse a norma da razão, produzindo sujeitos dóceis e disciplinados para o novo mundo moderno, enquadrado pelo patriarcado, sexismo e racismo.

Assim, o corpo homossexual foi cercado, definido, aprisionado e materializado pela ordem médica e a moral sexual burguesa, tendo a sua identidade sociossexual domesticada, julgada, criminalizada, patologizada e medicalizada. Entendimento reforçado, mais tarde, pela força ideopolíticas da direita radical e totalitária, o nazi-fascismo. Os ditos sujeitos abjetos foram perseguidos, identificados com seus respectivos triângulos, confinados e mortos nos campos de concentração.

É esta matriz ideológica fascista, racista, nacionalista, anti-comunista, anti-capitalista, liberal, eugênica, higienista, intolerante, anti-homossexual e



anti-feminista que estamos vendo ressurgir, atualmente, em várias partes do mundo, associado ao fundamentalismo religioso, com suas ofensivas anti-gênero e anti-LGBTI+. Apesar que ainda no campo da esquerda, de véis stalinista, a população LGBTI+ seja resultado da decadência e desintegração moral das sociedades capitalistas e burguesas, identificado como um desvio pequeno burguês.

Segundo Foucault (1988), foi com Freud que se rompe com o triplo do estigma do sujeito homossexual: perversão-hereditariedade-degenerescência, anteriormente estabelecida pela ordem médica-psiquiátrica, mas que persistirão ainda mais tarde, com as suas práticas bárbaras de lobotomias, como forma de silenciar a dita imoralidade destes sujeitos como de qualquer doente mental.

Somente na década de 1960, demarcada pela mobilização social e política em vários lugares do mundo, com forte conteúdo libertário e por direitos civis, que se apresentam diversos acontecimentos históricos, a partir da sociedade civil organizada, como os movimentos feministas, negros e LGBT.

### Os velhos e novos enfrentamentos na saúde mental

As dissidências sexuais e de gênero tem tanto o marco histórico da revolta de *Stonewall Inn*, nos Estados Unidos da América, e as diversas organizações e paradas do orgulho pelo mundo, quando, em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA), removeu a homossexualidade como doença mental (DUARTE, 2014), pioneira reformulação no campo médico-psiquiátrico do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Isto depois que muitos sujeitos se submeterem ao tratamento para reversão, internados em manicômios e violentados com eletrochoques e lobotomias (DUARTE, 2015). A Organização Mundial da Saúde (OMS), segue a APA, em 1990, com a nova edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10).

Ao relacionar LGBTI+ e saúde mental, não se pode analisar o presente sem considerar o passado sombrio com que estes sujeitos tiveram que submeter para afirmarem suas identidades contrárias a cisgeneridade e ao heterossexismo compulsório. A OMS, em 2022, com a CID-11, despatologizou as identidades trans, mas faz uso da *incongruência de gênero*, no campo da saúde sexual, como o DSM-5 da APA, com a *disforia de gênero*.

O que vem à tona é a discriminação e o preconceito, que social e culturalmente os sujeitos LGBTI+ são vistos e tratados, e, conseqüentemente, o sofrimento-existência destes em reagirem a homotransfobia. Assim, a questão da saúde mental e drogas, muitas vezes, é mais um elemento de agravo e risco à saúde e à integridade deste segmento (DUARTE, 2020a), acentuado pela moral e

conservadorismo, que se persiste em acreditar como “desvio de conduta” frente a cisheteronormatividade.

É necessário afirmar que a diversidade sexual e de gênero está na ordem da cultura, da política, não são fenômenos biológicos nem mesmo problemas mentais. As sexualidades e os gêneros, portanto, podem ser usados como elementos de desigualdade e opressão, particularmente, quando operam de forma interseccional com outros marcadores como classe social, raça/etnia, território etc. produzindo sistemas de hierarquia e dominação.

Assim, se é no campo social que se acentua ou se reduz as desigualdades por orientação sexual e identidade de gênero, balizados pela homotransfobia, é nos serviços e políticas sociais, e, particularmente, na saúde, que se localiza esta discriminação, como agravamento ao sofrimento no âmbito da sociedade.

Isto se observa quando do acesso à saúde, considerando a orientação sexual e a identidade de gênero como determinação social da saúde e as desfavoráveis condições de saúde de LGBTI+, visando à eliminação das iniquidades e desigualdades em saúde e o enfrentamento de outros condicionantes sociais para esta população (DUARTE, 2011). Essas barreiras são observadas no não acesso aos serviços de saúde, na exclusão do diferente da norma, na reprodução da violência LGBTfóbica institucional, que é a aversão e ódio à presença de LGBTI+, produzindo estigmatização e discriminação, aumentando a carga de sofrimento destes sujeitos.

No entanto, mesmo que o Estado reconheça a necessidade de eliminar a discriminação da população LGBTI+, com proteção e respeito ao direito à sexualidade, a orientação sexual e as expressões da identidade de gênero no âmbito da saúde/saúde mental, há a imperiosa necessidade de que esta pauta se concretize em uma agenda política imediata para se concretizar, nos serviços de saúde/saúde mental, a garantia da livre expressão das sexualidades, dos gêneros, dos corpos, dos desejos e das subjetividades. Lembrando que bem pouco tempo atrás, a aparição destes sujeitos, no campo da saúde, estava relacionada com o diagnóstico de doença mental e mais recentemente, em decorrência da epidemia do HIV/AIDS, como “grupo de risco”, por serem portadores da “peste/câncer gay”. Ainda hoje são alvo de discriminação, particularmente, os homens que fazem sexo com outros homens (HSH), haja visto a propagação das autoridades internacionais de saúde em identificá-los como vetores da varíola dos macacos (*monkeypox*), apesar de ser uma doença que pode atingir qualquer um, que não se transmite por relações sexuais e não se morre por conta dela.

Ressalta-se que historicamente a população LGBTI+ sofre e vem sofrendo preconceito e discriminação, que se manifestam de diversas formas: Ora pela

LGBTIfobia que se concretiza nas violências, seja física, psicológica ou moral, mas sempre limitadora na garantia e no exercício da cidadania.

Os indicadores do Sistema Único de Saúde [brasileiro] também revelam que as principais formas de violência são agressões verbais ou ameaças de agressões (55%), seguidas pelas agressões físicas (15%), chantagem ou extorsões (11%), violência sexual (6%) e o golpe conhecido pela expressão *boa-noite, Cinderela* (3%) (CARDOSO; FERRO, 2012, p. 555).

Há uma negação do reconhecimento à diversidade sexual e de gênero, além de restrita a uma compreensão binária e naturalizada de gênero e sexualidade, desmerecendo sua construção social, apartando, assim, todos os sujeitos que vivenciam outras sexualidades e gêneros dissidentes das normas dominante e hegemônica da moral sexual burguesa.

Assim, há um desconforto por parte de LGBTI+ que não se sentem à vontade nos atendimentos de saúde ofertados, considerando que essa dimensão é marcada por preconceitos, reproduzido por agentes públicos, caracterizando as instituições como espaços de exclusão, violência, discriminação e preconceito. Isto é observado quando do silenciamento, invisibilidade ou ocultamento das diferenças, levando a formas radicais de apagamento. Ora por um entendimento muitas vezes estereotipado ou equivocado do outro que lhe é diferente.

Assim, a livre expressão da sexualidade tem sido negada como um direito humano e a LGBTIfobia tem-se revelado como uma das formas de violação de direitos reproduzida no cotidiano, seja no interior da família ou nas instituições sociais, colocando-se como obstáculo no exercício de cidadania por LGBTI+

O bullying, a violência, a discriminação e a falta de suporte familiar são alguns dos responsáveis pelo sofrimento mental de grande parte desta população que carrega uma grande propensão ao suicídio (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012), particularmente, entre adolescentes e jovens. De acordo com diferentes estudos, LGBTI+ são mais vulneráveis (ARD; MAKADON, 2012) quanto a saúde mental, com quadros de depressão, ansiedade, transtornos alimentares, autolesão não suicida, ideação suicida e suicídio (CONRON et. al., 2010), além do uso prejudicial de fumo, álcool e outras drogas e limitações de atividades em decorrência de questões físicas, mentais e emocionais, causando sobrepeso e problemas de saúde daí decorrentes.

A literatura internacional, baseada no modelo biomédico, tem apontado para a teoria de *estresse de minoria*, ao defender que tais minorias vivenciam estressores específicos e cotidianos, individuais e do meio, que funcionam como indicadores de saúde mental. São diversos os fatores de risco vividos cotidianamente por tais

minorias, como constrangimentos sociais, estigmas e violências, ou fatores protetivos, como resiliência, aceitação e suporte social, relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero (BROOKS, 2018) expondo tais sujeitos à condição de vulnerabilidade social e conseqüentemente à saúde mental de LGBTI+.

Estes mesmos estudos revelam que pessoas trans, principalmente, apresentam mais experiências negativas no decorrer da infância e da adolescência, como violência e exclusão do núcleo familiar e social, da escola, negligência e abuso sexual e emocional, instabilidade econômica pela falta de emprego e renda, diversos tipos de violências que reverberam com grande impacto em suas vidas adultas e, particularmente, quando somado à ausência de políticas públicas específicas de proteção social.

Todas estas questões podem ser exacerbadas pelo desconhecimento ou ignorância, ou mesmo preconceito, pelos profissionais de saúde a respeito das identidades sexuais e de gênero, marcando a violência LGBTIfóbica institucional dos serviços de saúde. Por isto a importância de sinalizar que o cuidado integral à saúde envolve a formação permanente da equipe de saúde para uso de uma linguagem apropriada, a familiaridade básica com as questões de saúde/saúde mental mais frequentes dessa população, como os impactos da LGBTIfobia, discriminação, abuso, violência, depressão, risco de suicídio, uso prejudicial de álcool e outras drogas, prática sexual não-segura e a falta de cuidados com as IST, Hiv/Aids, a não garantia do nome social e a falta de sigilo no atendimento.

Para uma abordagem acolhedora no campo da saúde mental, deve-se dar atenção aos usuários, em suas singularidades, sobre os seguintes aspectos: auto-percepção, autoestima, autodepreciação, rede de apoio, relação intrafamiliar, relação com parceria íntima, relação com o corpo e imagem corporal, hábitos alimentares e relação com a comida, como também perguntar sobre autolesão e suicídio, uso de álcool, tabaco e outras drogas.

### **Precariedade da vida, bionecropolítica neoliberal e LGBTIfobia**

Na pandemia da Covid-19 evidenciou-se uma tensão quanto a uma posição ético-política em defesa das vidas, corpos, subjetividades, gêneros e sexualidades dissidentes frente ao modelo dominante cis-hétero-patriarcal-sexista-terrorista-racista e conservador, que se impôs nas esferas públicas e privadas, pela ordem política do ultraneoliberalismo na sociabilidade capitalística contemporânea (DUARTE, 2020b).

Isto foi observado no aumento de agravos na população LGBTI+ dos indicadores de precariedades e vulnerabilidades. Principalmente, no primeiro ano da

pandemia, com a imposição do lockdown e do distanciamento social, com as ineficácias das políticas e governos, as perdas em diversas dimensões da vida social e que trouxeram implicações reais para a população LGBTI+ em sua precariedade da vida.

É nesse contexto que se toma o conceito de vidas precárias, tendo em vista que a mesma definição vincula-se à forma como são identificados os que exercem suas sexualidades e gêneros dissidentes, vistos ainda como abjetos que, “designa[m] aqui precisamente aquelas zonas ‘inabitáveis’ da vida social que, no entanto, estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos” (BUTLER, 2019a, p. 20), marginais, não humanos, não reconhecidos em seus direitos em sua vida nua. Assim, como nos afirma Butler (2015) nem tudo que está vivo é uma vida, discorrendo sobre a precariedade do que chamamos de vida e seus enquadramentos. A autora nos chama a atenção que a precariedade implica de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Não somente àquele que se conhece, conforme Butler (2015), mas ao que não se conhece, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente.

Desta forma, segundo Butler (2015, p. 53), “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’ e ‘não passíveis de luto’”. Portanto, há vidas reconhecidas como tal. As vidas que importam e que são passíveis de luto, mas há, precisamente, as vidas precárias que não importam, aquelas que não serão choradas, aquelas que são menos vida, ainda que estejam contidas em um ser vivo, portanto, não humano, abjeto. Como nos afirma Butler (2019b, p. 36), “nem tudo que está incluído sob a rubrica ‘vida precária’ é, desse modo, a priori, digno de proteção contra a destruição”.

Assim, é a política de morte, enquanto política de racismo do Estado, induzida em direção a determinados grupos populacionais descartáveis e invisíveis em seus corpos, vidas e subjetividades, que tem sido imposta pela ordem social do capital, como, no nosso caso, de LGBTI+. Com “a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2014, p. 17), reside as vidas precárias e lixadas (DUARTE, 2020b). Ao tematizar o conceito de necropolítica, Mbembe (2018) foca nas formas de controle sobre a vida humana na sociedade contemporânea. Segundo o autor, “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018, p. 5).

Desta forma, a morte ou a aniquilação do outro não se limita ao corpo, mas a impossibilidade de viver uma vida com dignidade, com garantia de direitos e com políticas públicas, na condição da dignidade humana e seu processo civilizatório. Portanto, é nisso que reside a precarização da vida na sua expressão estrutural para as condições de vida, trabalho, emprego, renda, saúde, moradia etc., mas também pelas expressões de gênero, sexualidade, raça e classe. A bionecropolítica, assim também se relaciona ao não reconhecimento dos sujeitos LGBTI+ como sujeitos de direitos, pois o que esses demandam ao Estado é a proteção à vida. Contudo, é esse Estado que deveria garantir esta proteção, cumprindo às normativas constitucionais, mas ao contrário, reforça a ausência de políticas públicas LGBTI+, ainda mais no momento presente, no contexto ultraneoliberal, reforçando, estruturalmente, a política de morte que caracteriza a biopolítica contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve um esforço, por parte da militância LGBTI+, de produzir dados para se pensar os efeitos da pandemia da Covid-19 para a população LGBTI+. Do conjunto de relatórios de pesquisa publicados, nacional e internacionalmente, as análises levaram a problematizar as ameaças que sofreram estes sujeitos, tais como as altas taxas de violência doméstica, não acesso a medicamentos, falta de emprego e renda, insegurança alimentar e ausência de moradia. Esse quadro de precariedade da vida de LGBTI+ revela a desproteção social e diversos tipos de violência, produtos das desigualdades sociais, além do requinte de crueldade com que seus corpos são assassinados, quando se leva em consideração os marcadores sociais de diferença de forma interseccional.

A população LGBTI+, sem dúvida, sofreu em razão do vírus, mas, provavelmente, sofreu mais ainda pelo impacto da pandemia em suas existências sociais, econômica, política e sanitária. É nesse contexto, portanto, que as pesquisas apontam para o quadro de sofrimento psicossocial na existência subjetiva destes sujeitos. Quando frente a esta fragilidade, os mais jovens, tiveram de ser confinados com familiares LGBTIfóbicos em um lar sem coração, tendo piora na precária saúde mental, com episódios de violências e com ausência de rede de apoio e solidariedade.

Como podemos observar, são vários os desafios enfrentados pela população LGBTI+, no mundo, frente às suas vulnerabilidades e às precariedades de suas condições de vida, mas, em particular, na ausência de garantia de políticas e direitos dessa população, principalmente como revelado no contexto pandêmico

e que ainda se sentem os reflexos políticos, econômicos, sociais e emocionais. Esse quadro foi agravado pelas crises econômicas, sociais e políticas que atingiu radicalmente o conjunto da classe trabalhadora, e nesta, os segmentos mais vulneráveis, como de LGBTI+, com foco nas pessoas trans, negras, periféricas e pobres, visivelmente mais precarizadas. Este estado de aumento do índice de vulnerabilidade, se já era pior antes, agora se mantém e muito mais radicalizado no pós-pandemia, em particular, quando das estratégias de sobrevivência e resistência adotados por estes sujeitos contra as violações e violências, mas, principalmente, ao ter que lidar com sofrimentos psicossociais em decorrência da LGBTIfobia estrutural, institucional e pessoal.

## REFERÊNCIAS

ARD, K. L.; MAKADON, H. J. (2012). **Improving the health care of lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) people**: Understanding and eliminating health disparities. Boston, MA: The Fenway Institute.

BROOKS, H. et al. (2018). Sexual orientation disclosure in health care: a systematic review. **Br J Gen Practice**, 68(668):e187-e196.

BUTLER, J. (2019a). **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1; Crocodilo.

BUTLER, J; (2019b). **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

BUTLER, J. (2015). **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32(3):552-63.

CONRON, K. J. et. al. (2010). A population-based study of sexual orientation identity and gender differences in adult health. **Am J Public Health**, 100(10):1953-60.

DUARTE, M. J. O. (2020a). Diversidade sexual e drogas: questões para a saúde LGBT. In: SANTOS, C. V. M. dos; ROCHA, G. M. A. (Org.). **Perspectivas interdisciplinares em promoção da saúde e diversidade**. Palmas: Editora UFT.

DUARTE, M. J. O. (2020b). Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A, D. (Org.). **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social.

DUARTE, M. J. O. (2015). Cuidado de si e diversidade sexual: capturas, rupturas e resistências na produção de políticas e direitos LGBT no campo da saúde. In: RODRIGUES, A. et al. (ed.). **Transposições: Lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: Editora UFES.

DUARTE, M. J. O. (2014). Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, ano 14 (27): 77-98.

DUARTE, M. J. O. (2011). Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, 28 (9): 83-101.

FOUCAULT, M. (1988). **História da sexualidade**. Vol. 1: a vontade de saber. 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. (1978). **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva.

FOUCAULT, M. (1975). **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.

MBEMBE, A. (2018). **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1 editora.

MBEMBE, A. (2014). **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. (2012). Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde e Sociedade**, 21(3):651-67.



## LOUCURA E GÊNERO: O QUE TEM A VER?

*Amanda Bortoluzo<sup>1</sup>*

*Azure Flora<sup>2</sup>*

*Amana Rocha Matto<sup>3</sup>*

### RESUMO

Este estudo analisa a construção social da noção de “loucura” em mulheres (cis e trans) e nãoobinárias, corpos dissidentes da cisheteronorma, destacando como as práticas colonizadoras e estruturas sociais contribuíram para essa construção subalterna. O objetivo principal é explorar como a patologização da “loucura feminina” está enraizada em sistemas de poder cisheteropatriarcais e racistas – os mesmos que colonizaram o território da América Latina de Lélia Gonzales. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa e documental, com referências bibliográficas de autoras como Carla Akotirene, Maria Aparecida Silva Bento e Maria Clementina Pereira Cunha, que abordam temas relacionados a feminismo, branquitude e desconstrução de estigmas ligados a corpos femininos e construção da loucura em corpos específicos. Os resultados apontam para a importância de considerar a interseccionalidade ao analisar a “loucura feminina”, reconhecendo que vários marcadores como raça, classe, gênero e orientação sexual, se sobrepõem e impactam as experiências de exclusão e estigmatização em relação à loucura. A pesquisa destaca que a marginalização de mulheres negras, migrantes, pobres e LGBTQIAPN+ persiste na sociedade, tanto historicamente quanto nos dias atuais. Além disso, o estudo enfatiza a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender as diversas manifestações de opressão e como elas estão relacionadas ao sofrimento psicológico e à saúde mental das pessoas. Isso inclui questionar as estruturas de poder que perpetuam a “loucura feminina” e reconhecer a importância de ouvir as vozes das pessoas oprimidas ao buscar uma compreensão mais profunda desse fenômeno.

**Palavras-chave:** Loucura, Feminino, Gênero, Despatologização, Cisheteronorma.

1 Mestranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, [@mandabcar@gmail.com](mailto:@mandabcar@gmail.com)

2 Mestrando do Curso de Educação Comunicação e Cultura em Periferias da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, [floraif@hotmail.com](mailto:floraif@hotmail.com)

3 Amana Mattos, Doutora em Psicologia, da Universidade Estado do Rio de Janeiro - RJ

## INTRODUÇÃO

Diversas minorias recorrentemente foram delimitadas e construídas à sua forma em cada sociedade, apesar de carregarem em si ideais transpassados por gerações do que era preciso para ser excluído de seu meio social. Analisando através desta perspectiva excludente, a história das mulheres pelo mundo, bem como pela América Latina, é uma área científica que suscita o interesse daqueles que investigam as temáticas de direitos de gênero e, mais adentro nesse viés, podemos analisar a “loucura” feminina como uma construção social e importante fator de exclusão. A “loucura”, ou seja, os comportamentos atípicos femininos ditos como perturbações mentais, nada mais é do que um indicador de conturbação da ordem social e por consequência, motivo de exclusão e reclusão de certos corpos do espaço dito público, algo que é amplamente legitimado pela classe médica (CUNHA, 1989). A ideia é de analisar os efeitos contemporâneos dessa opressão, relacionando-a ao fato de ter-se estabelecido o masculino como norma positiva. Como corpos lidos “não-loucos”, é importante que olhemos o passado em paralelo com o agora para entender qual é essa “loucura” feminina e de onde ela vem, para além do olhar medicalocêntrico (CUNHA, 1989).

Informações coletadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na década de 2000 indicam que nos transtornos mentais comuns, caracterizados por sintomas de depressão e ansiedade, tanto em nações desenvolvidas quanto em países em desenvolvimento, as mulheres têm uma probabilidade quase duas vezes maior de desenvolver depressão em comparação aos homens. E o porquê disso? Tradicionalmente, em diferentes povos, as mulheres foram frequentemente estigmatizadas e patologizadas por comportamentos que não se alinhavam com as normas sociais de gênero em sua época, levando a diagnósticos de “histeria” e outras categorias que muitas vezes refletiam preconceitos de gênero e poder. Pesquisas nessa área frequentemente exploram como as construções sociais de gênero influenciam a percepção da saúde mental e da “loucura” em mulheres. Isso inclui análises sobre de que modo os sintomas são interpretados, como os diagnósticos são formulados e de que maneira as mulheres são tratadas em contextos psiquiátricos do momento passado – e o que vivemos hoje, no Brasil. Mais do que consequência de um corpo desregulado, o sofrimento psíquico seria compreendido enquanto resultado de condições e papéis sociais de relações de gênero e da pressão disso sobre o sujeito. Não se é louca por ser mulher, mas por toda exigência preestabelecida do que a construção sobre o corpo feminino deveria representar. E isso se estende não só para os corpos cis. A construção do que é,

e o que se pode ser, sendo mulher, é o que estrutura a construção da loucura nos corpos femininos.

Marcinik e Mattos (2016) nos convocam a pensar a partir do conceito da interseccionalidade, ou seja, a desconstrução de uma perspectiva universalizante da(s) mulher(es) e das características que são produzidas por concepções dominantes. Deve-se ampliar e compreender a racialização do gênero por meio da interseccionalidade das diferenças e compreender o impacto das diversas violências e exclusões sociais que as questões étnico-raciais produzem. No contexto da saúde mental, deve-se ampliar o debate das questões de gênero, raça e classe, que são pouco problematizadas e reproduzem formas de opressões, que reforçam a invisibilidade que essas mulheres vivenciam pelo estigma que carregam enquanto “loucas”.

## METODOLOGIA

O presente projeto é uma pesquisa documental de natureza qualitativa, utilizando-se de referencial bibliográfico com base em estudos de Carla Akotirene, Maria Aparecida Silva Bento, que falam sobre feminismos, branquitude e interseccionalidade; Maria Clementina Pereira Cunha e outras autoras falam sobre a desconstrução dos estigmas colocados em corpos femininos, por isso estarão na pesquisa também; Assim como artigos escritos acerca das relações entre a condição feminina, loucura e a psiquiatria. Em uma primeira fase serão consultadas obras disponíveis nas bases de dados de revistas científicas (SciELO, BIREME, MedLine, e outras), além de livros, tendo como palavras chaves: feminino, loucura, doença. Para ajudar a explicar o significado que as próprias mulheres atribuem à sua própria saúde mental e a várias formas de sofrimento psicológico, os resultados da pesquisa qualitativa serão empregados para aumentar os da segunda parte da pesquisa, onde serão feitas algumas entrevistas.

A atenção dada pela psicologia às temáticas de gênero e sexualidade nos estudos dos indivíduos e de seus processos é constantemente atravessada por uma perspectiva cisheteronormativa, ou seja, uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas. Essa perspectiva cisheteronormativa da psicologia produz descrições universalizantes dos processos tidos como naturais e a patologização

da diferença, ao tratá-la como casos desviantes da norma (MATTOS, CIDADE, 2016, p.134). Este projeto tem como finalidade, portanto, o de tecer uma análise para que construamos juntas um novo olhar sobre a tal “loucura feminina” e a problemática adjunta dessa patologização, por um outro caminho. Assim, observa-se uma lógica fluida e evolutiva, que não é estática nem predeterminada, mas sim dinâmica e em constante mudança. Um olhar mais crítico para o que são determinantes sociais que afetam a saúde mental das pessoas, como violência, discriminação, pobreza, exclusão, isolamento, insegurança no trabalho ou desemprego, falta de acesso à moradia, redes de segurança social e serviços de saúde. Segmentos simples da saúde que são muitas vezes esquecidos, pouco valorizados ou excluídos. Torna-se imperativo considerar as características individuais e a formação das identidades dos sujeitos, ao mesmo tempo em que analisamos a criação dos fatores que geram exclusão e invisibilidade nesses contextos (MATTOS; XAVIER, 2016).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui nós estendemos para: E OS CORPOS FEMINILIZADOS NA AMÉRICA LATINA, COMO ENTRAM EM INSTITUIÇÕES ASILARES E MANICOMIAIS AINDA HOJE? E a resposta é simples: contra sua vontade e sem aviso prévio. Bem como as mulheres europeias no séc XX. Aqui está o que aconteceu: de repente, inesperadamente, uma mulher perfeitamente sã pode ser presa por um xerife; removida de sua cama ao amanhecer, ou “sequestrada legalmente” nas ruas, em plena luz do dia. Por que isso aconteceu, e segue acontecendo? Por conta do patriarcado (CHESLER, 1972, pg 91-94). Não à toa, as mulheres internadas psiquiatricamente temiam, corretamente, que pudessem enlouquecer pela brutalidade do próprio asilo e pela falta de direitos legais como prisioneiras e, principalmente, como mulheres.

Ao longo de séculos a educação e a cultura da mulher fora formatada para ser submissa e obediente à figura masculina. Esse é um valor civilizacional e colonizado que se foi perpetuando ao longo de milênios marginalizando a personalidade das mulheres conforme o tempo passava. A tradição e o conservadorismo, segundo Chesler, ensinaram à mulher a acatar passivamente e sem questionamentos ou rebeldia as regras do patriarcado. Anulou-se assim uma existência enquanto ser humano, delegando ao homem a autoridade mór para que este decidisse a vida por si mesmo.

Para analisar a relação construída entre loucura, psiquiatria e o feminino na Amefricanidade Latina, a obra *Women and Madness* (algo como “A Mulher e a

Loucura”, em tradução livre - não há ainda tradução em português) da psicóloga, escritora e professora emérita de psicologia Phyllis Chesler, nos traz certas constatações. Neste livro, trabalhando sobre a loucura desde muito cedo colocada nos corpos feminilizados, a autora aborda a biografia de quatro mulheres que foram internadas no início do século XX, analisando as relações entre a loucura, psiquiatria e o feminino, articulando também com outras referências bibliográficas sobre a construção social das mulheres que paira no imaginário coletivo como exageradas, excessivas, histéricas, desvairadas, desviadas, alucinadas e enfim: loucas! Entende-se aqui que componentes como marcador de raça ou classe facilitam a marginalização e a institucionalização precoce, resultando na manicomialização. A mulher pobre e negra carrega o sofrimento e a estigmatização desde o passado colonial até os dias atuais. As inúmeras discriminações de gênero, raça e classe se refletem diretamente nas representações em relação ao “ser mulher negra”, seja em relação ao seu corpo enquanto objeto sexual, ou ao trabalho doméstico como seu destino natural, o que favorece a institucionalização precoce desde a infância, o que inclui a manicomialização.

Para Santos (2009), ser mulher e negra no Brasil significa estar inserida em um ciclo de marginalização e de discriminação social. “Em 1º de janeiro de 2016, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - adotados pelos líderes mundiais em setembro de 2015 em uma histórica Cúpula da ONU - entraram oficialmente em vigor. Nos próximos quinze anos, com esses novos Objetivos que se apliquem universalmente a todos, os países mobilizarão esforços para acabar com todas as formas de pobreza, combater as desigualdades e enfrentar as mudanças climáticas, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Os ODS, também conhecidos como Objetivos Globais, baseiam-se no sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e visam ir além para acabar com todas as formas de pobreza. Os novos Objetivos são únicos porque exigem ação de todos os países, pobres, ricos e de renda média, para promover a prosperidade e, ao mesmo tempo, proteger o planeta. Eles reconhecem que acabar com a pobreza deve andar de mãos dadas com estratégias que construam o crescimento econômico e atendam a uma série de necessidades sociais, incluindo educação, saúde, proteção social e oportunidades de emprego, ao mesmo tempo em que combatem as mudanças climáticas e a proteção ambiental.

Embora os ODS não sejam juridicamente vinculativos, espera-se que os governos se apropriem e estabeleçam estruturas nacionais para o alcance dos 17 Objetivos. Os países têm a responsabilidade primária pelo acompanhamento e revisão do progresso feito na implementação dos Objetivos, o que exigirá coleta de

dados de qualidade, acessível e oportuna. O acompanhamento e revisão regional serão baseados em análises de nível nacional e contribuirão para o acompanhamento e revisão em nível global.”

Thamy Ayouch é um acadêmico(e) cujos trabalhos se destacam na interseção das áreas de hibridismo de identidade de gênero e psicologia social, muitas vezes inspirado(e) pelas ideias do filósofo Gilles Deleuze.

Em seus estudos, Ayouch explora a complexidade da identidade de gênero, rejeitando abordagens binárias tradicionais. Argumentando que as identidades de gênero são fluidas e moldadas por múltiplos fatores, incluindo experiências pessoais, sociais e culturais – pense a realidade de cada povo. Inspirado pelo pensamento de Deleuze, ele examina como os conceitos de multiplicidade e diferenciação podem ser aplicados ao entendimento das identidades de gênero.

Ayouch também aborda a noção de hibridização identitária, explorando como as pessoas podem incorporar elementos de múltiplas identidades de gênero em suas próprias experiências. Desafia a visão estritamente binária da identidade de gênero e argumenta que as identidades de gênero podem ser intercaladas e sobrepostas.

Na área da psicologia social, Ayouch utiliza as ideias de Deleuze para analisar como as normas sociais e os discursos de poder afetam a construção das identidades de gênero, ao examinar como as instituições sociais, como a família, a escola e os meios de comunicação, moldam as percepções e expectativas de gênero. De forma a desafiar as fronteiras tradicionais da identidade de gênero, explorando conceitos de hibridização e multiplicidade. Seus estudos intercalam ideias de como as identidades de gênero são construídas e influenciadas pela psicologia social. Seu trabalho contribui para um entendimento mais aberto e inclusivo das experiências de gênero na sociedade contemporânea. Pensando através dele e a femmefobia, a rejeição às características femininas, é um fenômeno que já foi abordado em artigos acadêmicos, com relevância na área da psicologia social. Um exemplo disso é um estudo publicado no *Journal of Homosexuality* que argumenta que “homens gays femininos são alvo de crenças discriminatórias...”

A femmefobia é um tópico relevante para a psicologia social, pois examina as atitudes e preconceitos em relação a pessoas que expressam características tradicionalmente associadas ao feminino. É importante reconhecer e entender esse fenômeno, pois ele desafia normas de gênero e tem implicações significativas para a saúde mental e o bem-estar das pessoas afetadas.

Judith Butler defende que as identidades são construídas discursivamente através da dimensão performativa da linguagem. Ela enfatiza a importância de considerar as interseções entre gênero, raça e classe. Butler busca desnaturalizar

e desconstruir o conceito de gênero, combatendo visões essencialistas, e propõe a noção de performatividade de gênero, onde as normas que regulam o gênero podem ser questionadas, transformadas e subvertidas. A identidade, segundo ela, não deve ser essencial ou fixa, mas sim mantida em constante abertura, como um espaço de debate político. Isso implica uma desconstrução do conceito de identidade, mas não significa a desconstrução da política.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além de servir como meio para destacar as discrepâncias nas razões impostas pela Europa, a psicanálise pode ser uma ferramenta valiosa para lembrar a história dessas disparidades e da violenta imposição do domínio europeu. É fundamental compreender que a colonialidade é uma narrativa histórica e, portanto, não deve ser abordada de maneira desvinculada da história, nem esquecida ou simplificada, como frequentemente acontece na psicologia convencional.

Em vez disso, a abordagem adequada para tratar questões coloniais requer uma perspectiva semelhante à da psicanálise: uma abordagem profundamente enraizada na história, que busca resgatar a memória das violências que moldaram nossa identidade. Conforme enfatizado por Ignacio Martín-Baró, “precisamos da memória, uma memória histórica perspicaz, para compreender todas as barreiras, opressões e repressões que nosso povo enfrentou”. Cultivar essa memória da colonialidade é essencial em qualquer esforço de resistência anticolonial, e a psicanálise pode ser uma ferramenta eficaz para esse propósito.

Como corpos lidos “não-loucos”, é importante que olhemos o passado em paralelo com o agora. Ainda temos muito a se construir. Ouvir as corpos oprimidas, para que assim se repense sobre essa nossa posição na hierarquia de saberes e que quebreemos, juntas, esse estigma imposto do que é ou não um corpo normativo. Do que é ou não, ser mulher. Carla Akotirene em suas pesquisas sobre Interseccionalidade tece um pouco sobre o tema. Diversas são as corpos e muitos seus lugares de existência. Para Butler, 2003: “Não podemos questionar seriamente qualquer sistema de poder ou dominação - incluindo aquele que organiza o conhecimento - sem também questionar a produção de gênero, pois o gênero é uma maneira fundamental pela qual o poder se manifesta.”. Dentro deste debate outros marcadores como o de raça e o de classe acabam por se interortar quando trabalhamos sobre a loucura e corpos femininos. Pensando na branquitude, por exemplo, ela acaba por se colocar como um tema muito importante para pensarmos sobre a loucura. A priori, quais eram os corpos ditos loucos em nossa sociedade? Quais corpos eram encarcerados em hospícios? E pensando hoje, quais corpos seguem

hospitalizados para além de seus muros, também? Os corpos às margens: em sua maioria mulheres, negras (os), migradas(os) e pobres, assim como corpos LGBTQIAPN+. Assim concluiu-se que a interseccionalidade como caminho de implosão dentro da pesquisa permite a problematização de categorias naturalizadas e a discussão de privilégios e silenciamentos que também estão presentes nas práticas feministas, acadêmicas e ativistas. Além disso, buscou-se aqui contextualizar os debates sobre liberdade considerando o contexto sócio-histórico brasileiro, seu recente passado escravocrata, a naturalização do racismo e as profundas desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade. Que construamos juntas um novo olhar sobre a tal “loucura feminina”, compreendendo que a busca pelo avanço da saúde mental deve ocorrer dentro de uma abordagem abrangente e interseccional, que considere as diversas manifestações de opressão presentes e como elas se interligam com o sofrimento psicológico e suas consequências.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

CHESLER, P. **Women and madness**. Garden City, NY: Doubleday, 1972.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9 n18, p.121-144, ago.89/set.89.

DERRIDA, Jacques, Géopsychanalyse and the rest of the world (1981), em *Psyché. Invention de l'autre* (1987), París, Galilée, 1998, p. 328, Géopsychanalyse and the rest of the world (1981), em *Psyché. Invention de l'autre* (1987), París, Galilée, 1998, p. 328

GONZALEZ, Lélia. 1988a. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. Brasileiro (Rio de Janeiro), n. 92/93: 69-82.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. “Para pensar a Cisheteronormatividade na Psicologia”. *Periódicus*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 132-153, maio/out.



2016. Disponível em Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revista-periodicus/article/viewFile/17181/11338> Acesso em 25/02/2022.

MATTOS, Amana; XAVIER, Giovana. "Activist research and the production of non-hegemonic knowledges: Challenges for intersectional feminism". *Feminist Theory*, New York, v. 17, n. 2, p. 239-245, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1464700116645880> Acesso em 07/03/2022.

# PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO, TRANSIÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES FAMILIARES: PENSANDO CUIDADOS EM SAÚDE INTEGRAL PARA A POPULAÇÃO DISSIDENTE DA NORMA

*Brune Coelho Brandão<sup>1</sup>*  
*Juliana Perucchi<sup>2</sup>*

## RESUMO

As identidades trans, travestis e de identidade não-binária sofreram, ao longo da história, um processo persistente de psicopatologização, que reiteram processos cisnormativos de dominação sob seus processos de cuidado em saúde. Isso impacta na forma como os sujeitos se constituem no mundo, a partir das redescrições que os protocolos e relações sociais constringem seus processos de subjetivação. Assim, a partir de uma pesquisa ação-participativa que compõe o escopo da tese de doutorado da referida autora, busca-se compreender como os corpos não-cisgêneros se tornam sujeitos a partir de seu processo de transição de gênero. Nesse sentido, a autora investiga a atuação do mecanismo da cisnormatividade sob os processos de subjetivação das pessoas dissidentes da cisnorma e reflete sob a constituição da identidade de pessoas trans a partir de uma estratégia de pesquisa-ação e como isso opera nos processos de subjetivação – de abjeção ou de agência – de tais sujeitos. Realizou-se a transcrição dos encontros do grupo de apoio e militância, intitulado Visitrans e dados de diário de campo, analisados sob a perspectiva da Análise do Discurso em Foucault. Como resultados, destaca-se que a psicopatologização se torna um eixo condutor da produção de subjetividades não-cisgêneras, contribuindo para seu processo de adoecimento mental. A família passa a ser processo constitutivo das angústias de gênero da cisgeneridade e seu tensionamento se torna necessário para se pensar em cuidados integrais em saúde para a população trans, travesti e de identidade não binária.

**Palavras-chave:** Transidentidades, Processos de Subjetivação, Saúde Mental, Família.

1 Doutora em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [brunecbrandao@gmail.com](mailto:brunecbrandao@gmail.com);

2 Professora orientadora: Doutora em Psicologia (UFSC), Departamento de Psicologia - UFJF, [jperucchi@gmail.com](mailto:jperucchi@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho pauta-se pelo modelo de pesquisa feminista, em que a objetividade da ciência não se encontra na pretensa neutralidade científica, mas na localização de quem é o sujeito que produz o conhecimento acessado e reproduzido por profissionais e demais pesquisadores/as (Haraway, 1995). Nesse processo, é essencial considerar os marcadores sociais que atravessam o sujeito que pesquisa, visto que denotam a sua perspectiva e orientam seu olhar diante das pessoas pesquisadas. A ciência tem orientação definida e o pressuposto de enxergá-la como uma ação puramente lógica e ahistoricizada mascara os jogos discursivos e as relações de poder no jogo social científico de fabricação de verdades (Haraway, 1995). O “lugar vazio” do cientista foi, e ainda é, no mundo contemporâneo ocidental, ocupado pelo sujeito europeu. Além disso, esse sujeito é branco e masculino (Spivak, 2010). Cornejo (2011) ainda adiciona a identidade heterossexual a esse “sujeito neutro da pesquisa”. E Vergueiro (2015a; 2014) traz à tona o lugar cisgênero do cientista nas produções científicas. Mais que isso, as epistemologias pajubás e travestis revelam essas lógicas de produção colonizada (Favero, 2020; York, Oliveira e Benevides, 2020).

Desse modo, trabalha-se com uma concepção de cisgeneridade problematizada como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva legitimada como natural, como essencial, como padrão (Jesus, 2012; Ramirez, 2014). Ela faz operar uma lógica de reprodução de um alinhamento compulsório entre os eixos de configuração corporal, socialmente construída a partir de uma coerência e uma produção de corpos masculinos e femininos na sociedade, excludentes entre si, e as possíveis identidades e performances de gênero a partir desse pretensão essencialismo biológico. Desse modo, a norma regulatória de produção de inteligibilidade dos corpos (Butler, 2000), no sentido de reprodução da normativa de que pênis deve ser coerente com identidade masculina e vagina com identidade feminina atravessa todos os processos científicos históricos de manutenção da naturalização biológica da cisgeneridade enquanto única via possível e saudável de expressão da constituição do sujeito no mundo. A normatividade cisgênera opera, assim, por dispositivos situados em simultaneidade a outros marcadores sociais dos sujeitos de forma a anormalizar, inferiorizar e exterminar diversidades corporais e de gênero (Vergueiro, 2015a), tendo como efeito processos colonizatórios de identidades e corpos destoantes de suas normas (Camillo, Amaral, Toneli, & Amaral de Queiroz, 2015; Jesus, 2013; Jesus, 2018; Jesus, 2021; Vergueiro, 2015b; Vasquez, 2019).

Os estudos *queer* (Butler, 2000; Butler, 2003; Butler, 2015; Preciado, 2011; Rubin, 2003), o feminismo da diferença (Jesus, 2018; Lorde, 2009; Rich, 2010) e, mais recentemente, o transfeminismo (Jesus, 2015; Jesus, 2018; v Jesus, 2021; Vergueiro, 2015a; Vergueiro, 2015b) questionam justamente o uso do termo gênero como dispositivo que universaliza experiências de mulheres e corpos, desconsiderando as especificidades e demais marcadores sociais do sujeito que atravessam a experiência assumir um gênero feminino no mundo. Assim, entender o sujeito generificado e seu processo de subjetivação perpassa questões mais complexas de “ser mulher (binária) no mundo” e a produção dessa identidade a partir da negativa e como antagonismo do homem, retirando a matriz binária e hierárquica de gênero. Pensar sobre isso nos faz se deparar com uma normativa binária que enquadra a vida e a matéria em processos de subjetivação exclusivamente duais, fatídicos e forjados como excludentes entre si. Tal processo tem como impacto a produção de uma lógica de subordinação dos processos constitutivos dos sujeitos às pasteurizações culturais, sociais e históricas de constituição do sujeito – perpassado por normativas de gênero que invadem esse “eu” que reivindicamos em nossa existência no mundo.

Pensar nesses processos de subjetivação a partir da norma – a saber, a norma cisgênera, nesse trabalho – nos desloca a definir, mesmo que seja parcialmente, nossas concepções de sujeito trabalhadas. Partindo de um referencial pós-estruturalista, considera-se que o sujeito (Foucault, 1995, s/n): “está ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autorreconhecimento”. Tais dinâmicas revelam relações de poder em que as pessoas vão ocupando posições, a partir de contingências históricas, sociais, culturais e políticas, tendo seus processos constringidos. Assim, o objetivo de Foucault (1995, s/n), ao trazer suas problematizações acerca desse conceito “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Nessa seara, segue-se nesse processo de reflexão sobre os processos de se tornar sujeito no mundo para além de sua materialidade, nesse trabalho a partir da cisheteronormatividade.

Considerando a potência dessas ferramentas analíticas para se compreender a constituição dos sujeitos, processo esse perpassado por relações de saber-poder ancoradas historicamente e produtivas de modos de subjetivação, configurados a partir de exercícios do biopoder em uma dinâmica de tensão entre poder e resistência (Passos, 2013). Esse primeiro, à guisa de uma definição no nosso trabalho, pode ser compreendido como jogos de forças dispersas, variáveis e instáveis que configuram, em determinados períodos da história, as práticas e os

discursos legítimos e ilegítimos, aceitáveis ou condenáveis. Ou seja, não há modos de subjetivação que escape ao poder, mas, onde há poder, há também resistência.

A partir desse processo, essa concepção de individualização dos corpos e fabricações de identidades foi marcada por uma fixidez, de modo que temos duas possibilidades de subjetivação: tonar-se sujeito sujeitado ou sujeito de resistência (Butler, 2017). Na presente tese, fazendo operar esse arcabouço teórico de Butler, considera-se que a cisheteronormatividade opera enquanto efeito discursivo de poder, materializado nos discursos científicos do séc XX, de produção do sujeito trans enquanto sujeito de sujeição em seu processo de transição de gênero. A retomada do dispositivo da transexualidade atravessa todas as vivências não-cisgêneras no sentido de pasteurizar suas vivências e universalizá-las sob a égide de certas normativas dentro do próprio desvio. Todas essas questões foram materializadas nos protocolos diagnósticos e na perspectiva psicopatologizante das identidades trans e travestis em escala global. Como resultado, tem-se uma série de critérios e protocolos que vão diagnosticar o gênero de pessoas não-cis, trazendo uma produção de verdade e legitimidade para suas existências: deixam de ser corpos “do pecado” ou “promíscuos”, trazendo uma matriz religiosa de produção de verdade, para uma ciência que busca, através da incessante vontade de saber, controlar corpos e suas produções de identidade no mundo (Foucault, 2005). Isso se mostra essencial para que a cisheteronormatividade se mantenha enquanto *status* de verdade.

Apesar dessa dimensão, percebe-se estratégias micropolíticas de resistência e no que concerne à estética da existência e ao cuidado de si encontram nos processos de deslocamento às margens ou, dito de outro modo, na descentralização e na fluidez das identidades sociais, uma poderosa forma de (re)organização do reconhecimento individual, em contraponto ou em consonância às identidades tidas como pré-determinadas. E, a partir dessa concepção de sujeito de resistência, busca-se refletir as possibilidades de deslocamento dessas posições de sujeito com experiências de construção de identidade de gênero dissidentes das normas.

## METODOLOGIA

A execução do projeto de extensão, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e operacionalizado no Centro de Psicologia Aplicada (CPA/UFJF), sob a perspectiva da pesquisa ação-participativa (Fine, 1994; Fine et al, 2004; Fine et al, 2007; Pryor & Vickroy, 2019) teve duração de janeiro de 2014 a janeiro de 2018. Assim, conheci todas as pessoas que percorreram pela intervenção extensionista, vi seus rostos, ouvi suas histórias. Foram, desse modo, aproximadamente

cem pessoas que passaram pelo grupo durante seu período de vigência. Vale ressaltar que a pesquisa de doutorado teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição de origem a partir de CAEE 39182120.5.0000.5147, número do parecer 4.568.119.

A ferramenta metodológica para a intervenção grupal escolhida foi o formato de rodas de conversa (Sampaio, Santos, Agostini & Salvador, 2014). Essa estratégia se mostrou primordial para os objetivos propostos, haja vista que possibilitou ouvir atentamente as pessoas participantes, suas narrativas de si e os atravessamentos que as colocavam em uma posição de sujeito subalterno nos acontecimentos do dia-a-dia. As rodas de conversa realizadas no grupo aproximaram o tom de diálogo às conversas do cotidiano, possibilitando que a distância entre pesquisadora/psicóloga e pessoas participantes diminuísse, de modo que o vínculo fosse fortalecido nessa interação. As conversas abertas ocorridas ao longo dos quatro anos de trabalho foram focadas nas experiências de vida das pessoas trans e a troca de informações (Batista, Bernardes & Menegon, 2014), possibilitando que compreendêssemos o que de fato os sujeitos que participavam do grupo necessitavam em seu cotidiano de vida, abrindo espaço para que protagonizassem a elaboração da demanda a ser trabalhada coletivamente em cada reunião grupal.

A operacionalização e condensação dos dados ocorreram através da gravação de cerca de 40 encontros grupais, tendo como material para análise totalizando aproximadamente 50 horas de material audiovisual. Todo esse material trouxe a possibilidade de fabricação de mosaico de narrativas de si em que alguns elementos em comum se inter cruzam, de modo que as especificidades também puderam ser contempladas a partir do complexo matiz de experiências compartilhadas em grupo. Realizou-se a transcrição dos encontros do grupo de apoio e militância, intitulado *Visitrans* e dados de diário de campo, analisados sob a perspectiva da Análise do Discurso em Foucault (1995, 2012). Desse modo, a pesquisa de doutorado focou em compreender as posições de sujeito ocupadas a partir de seus encontros com o grupo, seja durante ou após seu processo de transição de gênero, problematizando suas histórias de vida sob a égide das novas trocas possibilitadas através do protagonismo dos sujeitos na pesquisa-ação participativa (Perucchi, Brandão, Zampiêr, Matozzo & Carvalho, 2018).

A psicologia social comunitária, a sua concepção de vulnerabilidade e a interseccionalidade transfeministas se mostram ferramentas analíticas importantes para se trabalhar com o campo empírico, tendo, desse modo, espaço nas nossas problematizações. Por fim, cabe contextualizar a formação grupal produtora do material analítico trabalhado na tese e o vínculo que se estabeleceu com

a pesquisadora, como formas de se pensar estratégias metodológicas de desenvolvimento da referida pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estratégia de intervenção em psicologia possibilitou a emergência de novos modos de subjetivação entre as pessoas participantes do grupo. Pude acompanhar, durante esse período, as transições de gênero e os deslocamentos de identidades apresentadas por diversas pessoas que, para além de um auto reconhecimento binário, enquanto homem ou mulher transexual e mulher travesti, se constituíam em possibilidades outras, mais fluidas, menos engessadas, como pessoas que se auto reconheciam em espectros identitários não-binários, um leque muito mais amplo e plural que atravessava a vivência de pessoas em não-conformidade com a cisnorma. Cabe aqui refletir, como direcionador de nosso olhar, como se processam essas relações entre estratégias de subjetivação de pessoas trans e as possibilidades de mediação da psicologia, com base em nossa própria experiência com o campo e reiterando o caráter de transformação social da pesquisa-ação-participativa. Pela dimensão regional que o projeto tomou, considera-se essa intervenção como uma estratégia que fomenta importantes discussões para, primeiramente, entender os vetores que atravessam as formas de subjetivação daquelas pessoas que se auto identificam fora do espectro da cisgeneridade; e, além disso, entender quais as possíveis contribuições da psicologia, enquanto ciência socialmente engajada, nesse processo. Sem, contudo, negligenciar o caráter de cooptação que, muitas vezes a própria psicologia se deixa atravessar.

Ao construírem suas feminilidades e masculinidades, jovens travestis e transexuais participantes dos grupos se deparavam com elementos particulares aos seus marcadores geracionais e de gênero, mas também, às demandas e angústias comuns, compartilhadas por eles e elas durante os encontros. O recorte geracional faz pensar sobre como novas posições identitárias são reivindicadas ao longo dos percursos históricos. No nosso microcontexto, houve o aparecimento de muitos homens trans, desde adolescentes de 15 anos até homens na faixa de 30 anos em início da transição; pessoas de identidade não binária, entre 15 e 22 anos, e mulheres trans e travestis adolescentes. Essas novas dinâmicas mudaram alguns focos de discussão, ao mesmo tempo que mantiveram outros. Ao construírem suas feminilidades e masculinidades, jovens travestis e transexuais participantes dos grupos se deparavam com elementos particulares aos seus marcadores geracionais e de gênero, mas também, às demandas e angústias comuns, compartilhadas por eles e elas durante os encontros. Os processos de subjetivação

estavam marcados por dinâmicas familiares que, por um lado, apresentavam redes de apoio e solidariedade, como por exemplo a participação em grupos como o *Mães pela Diversidade*, mas também, por enfrentamentos e tensões, em diálogos nem sempre tranquilos com membros da família adversos às suas transições de gênero. É neste sentido que “diferentes enunciações podem ser repetições de um enunciado idêntico” (Dreyfus, e Rabinow, 2010, p. 58) e no que concerne às experiências da juventude os enunciados em torno das questões familiares visibilizaram diferentes ordens do discurso; em alguns casos, de apoio e convergência, em outros, de rechaço e discordância. Como os encontros eram abertos, a mãe de um dos jovens trans trouxe suas angústias frente ao processo de transição do filho, trazendo os medos e receios frente aos procedimentos cirúrgicos e fisiológicos experienciados por quem atravessa a fronteira da cisgeneridade:

Dora (mãe de homem trans): A questão da transexualidade, eu acho que a questão da cirurgia pega pra gente, a gente tem medo né Tarso (homem trans): Eu acho que pra família aceitar o homossexual tá tudo mais fácil agora, agora quando se fala que é trans que tem que passar por uma cirurgia, tomar hormônio e mudar tudo é bem mais complicado a família aceitar

Noêmia (mãe de homem trans em processo de transição): Porque existe a preocupação mesmo, existe uma preocupação da questão da saúde

O discurso de preocupação com a saúde emerge como ponto importante para tentar entender o que foge da norma, buscando no lugar de poder-saber da medicina um aparato de conforto ontológico de que as intervenções serão seguras. Nesse sentido, a família apoia, mas com a anuência expressa da medicina. Foram mais relatos não só de família, mas de pessoas trans e travestis, acerca do medo de procedimentos darem errados ou se colocarem em risco. Por um lado, essa perspectiva traz uma necessidade por procedimentos cirúrgicos, contudo seu excesso pode desencadear um novo processo de subjetivação tutelado pelos saberes médicos, que ancoram as angústias da família cisgênera em transição. Pensar em estratégias que lidem com essas questões e que coloquem as pessoas trans e travestis em diálogo aberto e horizontalizado com os dispositivos médicos pode promover um novo processo de subjetivação, de resistência frente a essas questões.

De qualquer forma, constata-se que a instituição familiar e as relações que ali emergem, não são mero detalhe nos processos de subjetivação. É neste sentido que, também no que concerne à família, “a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos” e não raro é a família a grande aliada da medicina, enquanto “ciência



acima de tudo do normal e do patológico” (Foucault, 2011, p. 395). Não raro também é a proximidade da instituição familiar com a própria psicologia, no âmbito das relações com adolescentes e jovens travestis e transexuais. A Psicologia é também um campo de saber da norma, cujo poder consiste em fazer ver e fazer falar a verdade sobre os sujeitos, é comum familiares recorrerem ao psicólogo para eles digam quem são e como lidar com jovens, cabe a ela o lugar de suposto saber acerca da subjetividade, ou dito de outro modo, “a psicologia sempre nos enuncia como sujeitos da norma, remetidos a ela, comparativamente a outros sujeitos como nós, marcando e nomeando os desvios em termos de médias, curvas, condutas adequadas ou não, sancionadas ou não, quando não patologizadas” (Filho e Trisotto, 2007, p. 12). Nesse sentido, cabe repensar a própria postura que a psicologia tem ocupado nesses espaços de cuidado a partir de um questionamento mais aprofundado dos impactos da cisheteronormatividade nas práticas psi cotidianas. Além disso, reiterando a perspectiva transfeminista *queer* proposta nessa pesquisa, que atua com um dos eixos que direcionam nosso trabalho, um ponto importante a se analisar são os marcadores sociais que atravessam quem de fato executa a psicologia, seja na teoria ou na prática: são majoritariamente pessoas com uma identidade cisgênera que não problematizam, muitas vezes, o seu lugar na relação profissional e na construção de vínculo, reiterando uma pretensa postura de neutralidade científica que pouco avança no debate proposto. Por isso, é necessário, a partir da análise do material de campo dessa pesquisa, entender como o protagonismo de pessoas travestis e trans, de identidade não binária, produzem resistência coletiva e individual frente ao saber biomédico e psi, que historicamente ainda impacta na produção de sujeitos não cis na sociedade. Falas cotidianas de médicos e psicólogos cis brancos são como “pais” ou “que salvaram” as pessoas trans, muito utilizadas pela grande maioria das pessoas do grupo, ressaltam que a cisgeneridade se coloca em um lugar de salvadora das demandas que ela mesmo cria, no sentido de condicionar a aceitação das identidades dissidentes à patologização e normatização dos múltiplos processos das multidões *queer*.

Sobre marcadores sociais, percebe-se que os acessos interseccionais de classe e raça no acesso ao local do grupo desenvolvido por nosso trabalho em psicologia social, bem como a permanência nos encontros foram limitadores do trabalho, haja vista que tivemos contato com poucas pessoas negras, que se autodenominavam travestis e de classe sociocultural e econômica oriundas de camadas populares ou da periferia. Esses apontamentos levam à reflexão acerca, não apenas, da classe social e da raça, mas também, da territorialidade, de quem pode circular pelos espaços institucionais da universidade e de quem ainda se sente desconfortável/excluído/a desses lugares, visto que o CPA, no período em

que essa pesquisa-ação-participativa foi realizada, encontrava-se em um bairro de classe média alta, constituído por residentes e transeuntes majoritariamente brancos e próximo a construções voltadas para esse público, por exemplo, colégio e faculdade particulares com destaque na cidade, prédios novos e com infraestrutura mais requintada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de destacar nossas dificuldades e limitações, as possibilidades de trocas coletivas nos encontros possibilitaram a produção de sentidos variados e ressignificados para seus modos de subjetivação. As narrativas nos indicam que houve a ressignificação do próprio processo de construção da identidade generificada ao perceber as nuances de deslocamentos discursivos nas formas como se colocavam. Desse modo, as análises conduzem a uma reflexão analítica ao campo para entender esse processo complexo de subjetivação de pessoas não-cisgêneras, processo que se refere à “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (Foucault, 2010, p. 236).

Assumindo que as categorias sociais existentes, muitas delas pautadas pela cisheteronorma enquanto estrutura de constituição do sujeito (Vergueiro, 2015a; Jesus, 2021) vão garantir uma existência social reconhecível e duradoura, de modo a levar os sujeitos a aceitá-las, mesmo que seja através da sujeição (Butler, 2017), ao invés de não experienciar alguma existência social. Existir se mostra, inerentemente, atravessada pela possibilidade criada pela discurso médico: por isso as falas, em um primeiro momento do grupo, se agarravam a essas possibilidades de existência social legítima. A patologização trouxe um autorreconhecimento diferente do socialmente dito como “pecado”, “sem-vergonhice” ou puramente “escolha perversa”. Tal consciência de si permitiu sobreviver nas fissuras da cisheteronormatividade durante o período histórico retratado, em nosso micro-contexto. Esse discurso ainda é incorporado pela família ao instituir seu lugar de correção das dissidências sexuais, no sentido de manter a coerência fabricada entre configuração corporal e identidade de gênero. Nessa perspectiva, a família passa a ser processo constitutivo das angústias de gênero da cisgeneridade e seu tensionamento se torna necessário para se pensar em cuidados integrais em saúde para a população trans, travesti e de identidade não binária.

Assim, ao longo dos anos de grupo desenvolvidos, percebe-se que as pessoas participantes foram questionando e tensionando como a mídia e sociedade em geral representava suas identidades, no sentido de não serem mais produzidas/

os/es por essas verdades, mas de exigir uma representação mais condizente com suas experiências. E traziam para o encontro, além de relatos pessoais, aquelas notícias e produções audiovisuais consideradas potentes para ensinar a sociedade a questionar a norma e trazer novas inteligibilidades para seus corpos e identidades, de modo a garantir uma existência mais digna e que não precisasse reproduzir e se sujeitar à cisnormatividade.

## REFERÊNCIAS

Butler, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 236 p.

Butler, J. (2015). Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Camillo, B. C., Amaral, M.S., Toneli, M. J. F., & Amaral de Queiroz, M. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 83-98

Cornejo, G. (2011). La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”. *Conos: Revista de Ciencias Sociales*, 39, p. 79-95.

Dreyfus, Hubert e Rabinow, Paul. (2010) Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Fine, M. (1994). Working the hyphens: Reinventing the self and other in qualitative research. In N. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 70-82). California: Sage.

Fine, M., Torre, M. E., Boudin, K., Bowen, I., Clark, J., Hylton, D., Martinez, M., Rivera, M. M., Roberts, R. A., Smart, P. & Upegui, D. (2004). Participatory action research: From within and beyond prison bars. In L. Weis & M. Fine, *Working method: Research and social justice* (pp. 95-119). New York: Routledge.

Fine, M.; Torre, M. E.; Burns, A. & Payne, Y. A. (2007). Youth Research/Participatory Methods for Reform. In D. Thiessen & A. Cook-Sather, *International Handbook*

of Student Experience in Elementary and Secondary School (pp.805-828). Dordrecht, The Netherlands: Springer.

Foucault, M (1995). Sujeito e Poder. In Dreyfus, H & Rabinow, P (Orgs). Michel Foucault:

Foucault, M. (1996). A ordem do Discurso. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2005). História da Sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Graal.

Foucault, M. (2012). Arqueologia do Saber (8ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 5, 07-41.

Jesus, J. G. (2012). Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador.

Jesus, J. G. (2013). Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 1-9.

Jesus, J. G. (2015). Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: Jesus, J. G. Transfeminismo: teorias e práticas. Metanoia, pp. 3-18.

Jesus, J. G. (2018). Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma Contextualização a partir do Pensamento Transfeminista. Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, 1, p. 5-24.

Jesus, J. G. (2021). O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental. Capítulo 01 - A Saúde Mental da População Trans e Travesti Importa. Editora Dandara. São Paulo-SP.

Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. Cadernos de Pesquisa, 112, 137-153.

- Nogueira, C. (2019). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Editora Devires.
- Passos, I. C. F. (2013). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Perucchi, J., Brandão, B.C., Mattozo, B.G., Zampiêr, L.S. & Carvalho, H.S.B. (2018). A utilização de metodologia grupal em pesquisa-ação participativa com travestis e transexuais. *Psicologia em Pesquisa*, 12(2), p. 1-11.
- Preciado, P. (2011). *Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”*. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Pryor, R. E. & Vickroy, W. (2019). “In a Perfect World, You Wouldn’t Have to Work the System to Get the Things You Need to Survive”: A Pilot Study About Trans Health Care Possibilities. *Transgender Health*, 4(1).
- Ramírez, B. (2014). Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, 3, pp. 15 - 21. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-vivianevergueiro>
- Rich, A. (2012). *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas Estudos gays: gêneros e sexualidades, vol 4, n 05.
- Rubin, G. (2003). *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu UNICAMP, 21.
- Sampaio J, Santos I. C., Agostini M., Salvador A. S. (2014). Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(2), 1299-1312.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (Almeida, S. R. G.; Feitosa M. & Feitosa, A. Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Obra original publicada em 1985).
- uma trajetória filosófica (p. 231-239). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Vásquez, C. L. L. (2019). Humanizando, acolhendo, transformando: produção de sentidos em torno da assistência transespecífica em saúde. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Vergueiro, V. (2014). Pela descolonização das identidades trans. VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero- ABEH, 1-15.

Vergueiro, V. (2015a). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Vergueiro, V. (2015b). É a natureza quem decide? Reflexões trans\* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: Jesus, J. G. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia. pp. 19-41.

# EU NÃO CONSIGO RESPIRAR. UMA EXISTÊNCIA SOB A ESPREITA DA MORTE

*Guilherme Moraes da Costa<sup>1</sup>*  
*Marco José de Oliveira Duarte<sup>2</sup>*

## RESUMO

O artigo 5º da CF 1988 diz que somos todos iguais perante a lei, em oportunidades e direitos. Tal como muitas leis no Brasil, essa não pegou. O texto constitucional fala de uma igualdade formal, legal. Levado a este foro, por vezes esse discurso se confirma. Por outras tantas vezes não. É nesse ponto que os marcadores sociais da diferença revelam sua pujança sem o menor pejo. Gênero, raça/etnia, condição física, sexualidade e identidade de gênero confluem para demarcar que uns são mais humanos que outros. Quando abrimos os portais de notícias algumas notícias são recorrentes: “Brasil é o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo”, “Ação da polícia na periferia de uma cidade brasileira deixa X mortos. Polícia fala em legítima defesa”. A questão é que essas notícias não parecem sensibilizar ninguém, elas continuam se repetindo e empilhando corpos de gente pobre e preta. Assim, para um homem negro e gay, é quase como se convivesse com a morte a cada esquina, que pode vir por meio de uma abordagem policial, da ação de uma pessoa individual, da falta de acessos, do encarceramento ou ainda nas oportunidades que são obstaculizadas ao longo do caminho. Por vezes o sofrimento em razão disso é tão brutal que muitas pessoas nessa situação preferem abreviar suas existências. Diante desse cenário, pretendemos lançar mão de pesquisa bibliográfica, documentais, bem como de dados sobre mortes de pessoas negras e LGBTQIAP+ para retratar essa conjuntura e pensar em alternativas de superação dessa conjuntura.

**Palavras-chave:** Racismo; LGBTI+fobia; Interseccionalidade; necropolítica;

1 Doutorando do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; [guilhermeea\\_moraesdacosta@gmail.com](mailto:guilhermeea_moraesdacosta@gmail.com)

2 Professor orientador: Pós-doutor em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. [majodu@gmail.com](mailto:majodu@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

**E**ra uma manhã de domingo ensolarado e quente de setembro do presente ano em Campinas, maior cidade do interior do Brasil. Um homem fazia caminhada próximo a uma marginal e se depara com uma pedra ensanguentada jogada a esmo no chão. A situação chama-lhe à atenção e ele decide investigar. Alguns passos adiante, parcialmente encoberto pela vegetação, ele se depara com o corpo de um jovem, já sem vida. A polícia é chamada e após análise prévia, verificou-se que aquele jovem foi morto a pedradas, especialmente na cabeça, ou seja, podemos depreender que não foi uma morte acidental, tampouco rápida. Foi executado de forma a causar dor, a prolongar o sofrimento. Informações publicadas na imprensa local dão conta de que a polícia reluta em classificar o fato como crime de ódio, homofobia, mas sim como homicídio comum, sem o agravante da dissidência sexual e de gênero da vítima. Informações da imprensa local dão conta de que o suposto autor já foi identificado e está preso.

Aquele jovem tinha 31 anos, era um homem negro, historiador formado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tinha a vida toda pela frente, sonhos e conquistas, era o filho de uma mãe e um pai, era amigo, era irmão e sua trajetória foi abreviada da maneira vil, cruel e sorradeira. Morreu por decidir levar a vida a partir de sua verdade, sendo homem negro e gay, recusando-se a encaixar-se nos padrões a ele impostos pela heterossexualidade compulsória.

À primeira vista, esse episódio pode parecer singular, todavia, tem sido cada vez mais comum na vida de pessoas na encruzilhada da pele negra com a sexualidade dissonante da norma heterossexual. Quando aquele jovem se vai dessa forma, leva junto um pouco de todos nós LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais e mais)<sup>3</sup>. Sua morte é mais do que um assassinato, mas acende um alerta de que nossa existência pouco ou nada vale.

Já virou jargão dizer que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Por outro lado, enquanto tal clichê persistir, será necessário repetir essa informação até que essa realidade seja uma marca do passado. Mas tal qual ocorre com os feminicídios, o encarceramento e a chacina de pessoas pretas pelas polícias, não são notícias que sensibilizam a maior parte da sociedade, que nada faz para parar essa matança. Morremos assassinados, morremos um pouco toda vez que vamos procurar um emprego e nossa orientação sexual e/ou expressão

3 Optamos por utilizar essa configuração da sigla a partir do parâmetro estabelecido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para nomear a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+.



de gênero são os fatores determinantes para a negativa. Morremos um pouco toda vez que um de nós é posto para fora de casa. Morremos um pouco toda vez que negam nossa identidade, que insistem em nos curar de algo que não é doença. Morremos todos aos poucos todos os dias e em alguns deles a morte é definitiva.

Então, quando nossa orientação sexual, expressão de gênero e/ou identidade de gênero dissonante se soma ao marcador social da raça, o questionamento que fica é qual dessas opressões vem primeiro ou qual que pesa mais sob esses corpos?

Este texto tem por objetivo incitar a reflexão sobre como as pessoas LGBTQIA+ negras vivem sob o jugo da morte dupla e cotidianamente. Centraremos nossa análise a partir da orientação sexual dissonante, no caso a homossexualidade masculina conjugada com a raça, tendo como prisma de análise a realidade de homens negros gays, tendo no horizonte um olhar racializado sobre as dissidências sexuais e de gênero.

## **METODOLOGIA**

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, de início utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre essas temáticas a partir de livros, artigos científicos, documentos e publicações que tratam dessa temática.

Em seguida, procedemos com a coleta e análise de dados oficiais sobre mortes de pessoas LGBTQIA+, sob os quais nos detemos sobre o percentual de pessoas negras assassinadas neste contexto e de pessoas negras sem o recorte de sexualidade.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico da pesquisa buscou abordar por uma perspectiva racializada, ancorada nas contribuições da interseccionalidade, tendo como objeto de estudo os homens negros gays, portanto, visando investigar os efeitos do racismo somados à diversas assimetrias de poder, a partir de marcadores sociais da diferença como raça, gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Há muito tempo os corpos negros são desumanizados e vistos como mercadoria. Esse processo teve início com o sequestro e escravização de pessoas negras trazidas à força de África. Já no navio, povos de etnias e línguas diferentes eram

separados dos seus e misturados a outros para que não pudessem se comunicar traçar estratégias de fuga e/ou resistência. Em solo americano, foram sujeitados a todo tipo de trabalho forçado, gerando lucro para seus “donos”. Eram tidos como “peças” e, portanto, se eram “peças” e não eram humanos, podiam ser tratados de qualquer maneira. O tráfico e a escravidão de pessoas negras atendiam aos interesses da colônia ao serem utilizados como mão de obra barata e foram determinantes para o crescimento econômico do país nas mais determinadas áreas.

O fato de serem tidos como propriedade fazia com que seus “senhores/donos” dispusessem de suas existências da forma que achavam melhor. A partir da compra, ao proprietário era incubido um poder quase divino, pois tinha o controle absoluto daquelas vidas, podendo deliberar sobre quem ia viver e quem ia morrer a qualquer tempo. Assim, os escravizados dormiam em senzalas, eram mal alimentados, alvo de castigos físicos, utilizados como escravos sexuais e reprodutores de crianças negras que depois perpetuariam a escravidão, além de serem negociados em praça pública, avaliados e vendidos como animais, momento em que muitas famílias eram separadas. A abolição da escravatura se deu formalmente em 1888, concedendo-lhes a liberdade, mas sem a devida previsão de inserção dessas pessoas na sociedade, assim como deixou como herança o racismo em suas diversas formas e manifestações.

Como efeito desse contexto, uma das formas de desumanização sofrida por pessoas negras diz respeito a tentativa de apagamento de suas raízes, pois, ao aniquilar a cultura ancestral, ao massacrar suas subjetividades, isso faz com que estejam mais vulneráveis e com efeito, passíveis de serem subalternizados com mais efetividade. Esse processo está em curso, tendo em mente o constante ataque físico – destruição de templos – e simbólico – no púlpito das igrejas neopentecostais – das religiões de matriz africana, cujas práticas e saberes religiosos são associadas ao mito cristão de Lúcifer por pastores.

Quando há a intersecção da raça não branca em conjunto com a sexualidade dissidente, geralmente acarreta em uma profusão de opressões. Consignados, criam um vórtice de desigualdade que atua para obstaculizar o acesso e/ou a permanência em posições de poder, de prestígio social, bem como interferem nas relações sociais entre os sujeitos.

Em acordo com as proposições de Lorde (2019), compreendemos que evidentemente não existem hierarquias entre as diversas opressões. Ocorre que não obstante, partindo de uma determinada opressão, a depender de como aquele corpo é visto e localizado nas relações sociais, há incidências de outros determinantes sociais da diferença nesse cenário. Por exemplo, homens negros gays trans são confrontados com outras dinâmicas das quais um homem negro gay *cis* passa

incólume, a exemplo da luta pelo respeito ao uso do nome social, a necessidade – ou não – de cirurgias de readaptação e a hormonização, ter de ir ao ginecologista para tratar de questões fisiológicas etc.

Somado a isso, sobretudo homens negros gays têm encravada em sua trajetória a luta pelo direito de viver, uma vez que o Estado age, especialmente pelo braço das forças de segurança como um algoz dessa população. Mais uma vez o fator raça atua como um idulto para a desumanização dessas pessoas, de modo que suas vidas são abreviadas das mais diversas formas. A letalidade policial a este grupo é seletiva e estruturalmente institucionalizada, o que nos faz afirmar que o Estado é omissivo quanto a garantia de direitos humanos dessas pessoas, concretizado nos piores índices de acesso à saúde, educação, qualificação profissional e mercado de trabalho, dentre outros indicadores. É a pele negra que é considerada suspeita, a mais abordada e morta pela polícia.

Situações como essa deixam nítido que no país, as práticas racistas fazem parte da espinha dorsal da sociedade, estando intrinsecamente ligado às práticas de subalternização de uma parcela de sua população que não é branca, perpetuando a desigualdade de acessos e permanências em espaços de decisão e poder. Por mais que nos primeiros anos do século XXI tenham surgido diversas ações afirmativas, como reservas de vagas em vestibulares de universidades públicas e reserva de vaga em concursos públicos, essas ações têm se demonstrado insuficientes para equiparar a distância de oportunidades que uma pessoa branca tem diante de uma pessoa negra.

A inoperância do Estado na promoção e garantia dos direitos humanos das populações negra e homossexual se mostra do mesmo modo quando da não produção de dados públicos sobre as mortes de homens negros gays e outros segmentos da sigla, independente do marcador da raça. Hoje quem tem desempenhado esse papel, com o recorte de raça e sexualidade, é a sociedade civil, a partir de entidades representativas do segmento LGBTQIA+.

Como descendentes de africanos escravizados nascidos no pós-abolição, e ainda que não tenham vivido os horrores da escravidão do modo como nossos ancestrais viveram, trazemos em nossa memória corporal as marcas desse período. Além disso, estamos inseridos num país que implementou e que perpetua com múltiplos dispositivos uma política de enbranquecimento da população. Política esta que se inaugura com a abertura do país para a entrada de imigrantes europeus no final do século XIX e que se desdobra até os dias de hoje, em que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. (VEIGA, p. 79, 2019).

Em síntese, um homem negro e gay teme por sua vida, seja ocasionando pela cor de sua pele, seja pela orientação sexual e/ou identidade de gênero dissonantes da norma heterossexual que performa e/ou se identifica.

Tanto a morte física do corpo, quanto a morte simbólica provocada pelas mais diversas formas de violência. A violência física na forma de maus tratos, as tentativas de homicídio, agressões que resultam em lesão corporal e na autoagressão infligida. Há também a violência psicológica, que se utiliza de humilhações, perseguições, calúnia, injúria e difamação, além de chantagem, ameaça e hostilização.

Neste escopo de constrangimentos pode vir associada também pela violência sexual por meio do abuso sexual, do estupro e da exploração sexual. Além disso, a violência patrimonial, na retenção de documentos, o furto de dinheiro e outros bens de valor, caracterizando abuso financeiro e econômico.

Tais violências são praticadas no âmbito individual, de um indivíduo para o outro, mas não são restritas à existência sigular de cada um, mas também estão institucionalizadas e se repetem nas escolas, nos hospitais, delegacias de polícia, nos locais de trabalho, igrejas, na rua e especialmente dentro de casa, quando há o complicador de essas violências serem efetuadas por pessoas de confiança, estima e afeto, visto o laço familiar ali presente.

Há uma série de fatores agravantes que influenciar na situação, podendo ser decorrentes, por exemplo, da etapa da vida em que se homem se encontra. Haverá mais ou menos prejuízo se esse homem deixa pública a sua orientação sexual ou se a mantém em seu íntimo, correndo o risco de ser exposto a todo tempo. Assim como, se é um adolescente que ainda depende dos pais ou um adulto com inserção precária ao mercado de trabalho, ou ainda um idoso que vive institucionalizado, que pode ser posto pra fora de casa a qualquer tempo.

Outro fator que impacta na experiências de homens negros gays é a construção de sua masculinidade. Masculinidades no plural e não no singular, tendo em vista que não existe uma única maneira de performar e ser reconhecido como homem, bem como, não é um acaso da natureza na forma de uma genitália que vai definir o masculino.

A instituição masculinidade diz respeito a algo simbólico, porém, validado na sociedade, em virtude de seu protagonismo como normatizador do comportamento dos homens, intrinsecamente ligado à heteronormatividade e a cisgneridade, cujo portador deve ostentar diversos signos para ser reconhecido e validado como apto a entrar no Clube do Bolinha.

Recorrendo ao imaginário popular, o que se espera de um homem? Precisa ter força, coragem, ostentar a fala firme. Precede de encafiar as emoções, especialmente as que são associadas à fragilidade, como a dúvida, o choro, pelo

contrário, tem de estar sempre no controle, aguentar o tranco, não cometer erros e não desistir. Por conseguinte, ser heterossexual é outra prerrogativa, bem como ser dominante perante a todos, provedor das necessidades financeiras, sexualmente disposto e experiente, bem como competitivo e bem-sucedido. Esses são alguns dos predicados constitutivos do cânone da virilidade e definem o que é ser homem e por extensão, a chamada masculinidade hegemônica.

A masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse.

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013, pg. 245)

Em termos estéticos e concretos, essa masculinidade hegemônica ganha um corpo muito bem delineado e é retratada na figura de um homem branco, cisgênero, heterossexual, detentor dos meios de produção, com físico atlético e sem deficiências. É o mocinho da novela, o herói do cinema, o modelo que estampa a capa ou as propagandas das revistas, a pessoa que recebe mais curtidas nas diferentes redes sociais. O homem negro não está nesses lugares, não está na Presidência da República, nos cargos de chefia em empresas, assim como não está no Supremo Tribunal Federal, composto, neste tempo histórico, por nove homens e uma mulher, todos brancos. Tal fato não se dá por incompetência, mas sim por um racismo estrutural que adiciona uma série de barreiras invisíveis e atitudinais que obstaculizam o acesso e a permanência nestes locais.

Lamentavelmente, a verdade de fato, que é um tabu quando verbalizada, é que a esta é uma cultura que não ama os homens negros; eles não são amados homens brancos, nem por mulheres brancas ou mulheres negras, nem por meninas e meninos. Sobretudo, a maioria dos homens negros não se ama. Como eles poderiam amar a si mesmos e uns aos outros, como poderia se esperar que eles amassem cercados de tanta inveja e tanto ódio? Homens negros na cultura do patriarcado supremacista branco capitalista imperialista são temidos, não amados. (HOOKS, pg. 32, 2022).

bell hooks está falando a partir da realidade estadunidense, da qual fez parte. Mas é possível traçar um paralelo, considerando todas as diferenças do racismo aqui e lá, com a situação dos negros brasileiros, especialmente no tocante a *“Homens negros na cultura do patriarcado supremacista branco capitalista imperialista são temidos, não amados”*.

É natural para a sociedade brasileira que uma pessoa negra esteja na base da pirâmide, é normalizado que essas pessoas são mais suscetíveis a cometer crimes, por isso, as prisões, apesar de muitas contradições, via de regra têm uma cor predominante: a cor do negro. Não sensibiliza ninguém que todos os dias ocorram chacinas, enganos ou imperícia na atuação policial, ou ainda que essas pessoas tenham seu acesso ao mercado de trabalho atravancado por vieses racistas presentes no imaginário da sociedade. É difícil se amar e não temer pela vida neste contexto.

Tendo em vista isso, concebemos a homossexualidade masculina negra como uma categoria política e compreendemos que não é um lugar que todos os gays negros se reconhecem, reivindicam ou mesmo querem estar. A partir disso, ser gay e negro pressupõe dois enfrentamentos distintos, um tendo como demarcador a sua cor e outro tendo como demarcador a sua sexualidade dissidente. Recordemos que apesar da masculinidade negra estar a reboque da masculinidade hegemônica branca, há códigos e signos que definem o que é ser um homem negro, como a fama de pegador, a centralidade de atração sexual a partir de um suposto falo avantajado. No caso de gays negros, acrescenta-se a necessidade de performar a penetração. Essas pessoas são percebidas pela ótica do fetiche, ocupam um não lugar nas relações amorosas, indignos de amar e estabelecer vínculos, hipersexualizados e bons para o sexo, além de terem desconsideradas sua beleza, uma vez que não atendem ao padrão branco caucasiano. Com base nesse receituário, são categorizados como cafuçus, uma descrição que engloba homens rústicos, que desempenham funções braçais e pouco escolarizadas no mercado de trabalho, como pintores, pedreiros, mas com o diferencial da “pegada”. Chega a ser incômodo escrever sobre essa categoria, tão quanto imaginar que pessoas não negras não tenham e/ou não se importem com o quanto é ofensivo classificar os gays negros dessa forma.

Muito se descarta e pouco se sabe sobre as experiências gays fora das lentes normativas utilizadas para ler a raça, a sexualidade, o gênero e a identidade de gênero. Experiências como o brau e race fucker (PINHO, 200; PINHO, 2012), o moleque e o malandro (SIMÕES; FRANÇA; MACEDO, 2010), o down-low/sigiloso (SNORTON, 2014), o reprodutor/breeder (ROBERTS, 1999), a bicha preta, o cafuçu, a bicha poc, dentre outras, eminentemente organizadas como

experiências racializadas da sexualidade ancoradas na negritude e na classe, ganham facilmente significações jocosas e socialmente reprováveis. (SOUZA, 2022, p. 61)

É provável que isso se deva pela questão de que se afirmar como um homem preto que ama outro homem vem carregado de estereótipos negativos que são transformados mecanismos de controle, insulto, ridicularização, invisibilização e ódio contra corpos de gays negros, conforme relatado acima. Ainda de acordo com Souza (2022), as categorias hegemônicas de masculinidade e sexualidade são insuficientes para refletir sobre a masculinidade negra gay, uma vez que essas categorias foram pensadas e espelhadas na branquitude, de modo que não é possível simplesmente transpor de uma para outra. E nessa contradição de tentar performar esses signos que foram talhados a partir de referenciais excludentes que não te consideram como humano, reside o sofrimento na experiência homossexual masculina negra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há saúde mental que resista ao desamparo, à fome, ao constante desrespeito de sua existência e ao desprezo daqueles que ama. Podemos afirmar que os efeitos do racismo e da homofobia agem sob os corpos de homens negros dissidentes no campo da orientação sexual e/ou da identidade de gênero, tendo em vista que ambos os sistemas de dominação incidem no cotidiano desse segmento determinando o lugar social que essas pessoas vão ocupar, assim como nos espaços que lhes são negados.

Combinando raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e classe social são determinantes para dizer quem é que dará as cartas. O sujeito tido como ideal é homem, branco, heterossexual, cisgênero e detentor dos meios de produção.

Nesse bingo dos privilégios, gays negros não completam todas as casas. Sob seus corpos confluem a raça não branca, a orientação sexual não heterossexual e por vezes, a identidade de gênero não normativa. Isso por si só já coloca essas pessoas num limbo que entre os negros são vistos como uma vergonha e entre os brancos é reduzida a um fetiche. Essa configuração é resultado de anos de escravização forçada, do apagamento de sua cultura, de políticas eugenistas, de extermínio e encarceramento em massa, fenômenos distintos que tem em sua raiz o racismo contra pessoas negras. E mesmo que a condição econômica não seja uma questão, o corpo negro é o primeiro a adentrar no recinto e não o dinheiro, o estudo ou os títulos. É por isso que muitas pessoas são perseguidas, mesmo que

discretamente, dentro de lojas e mercados por seguranças, ou que jogadores de futebol talentosos, famosos e ricos não se reconhecem e/ou se recusam a declarar-se como negros, ou mesmo marcarem posição frente a episódios de racismo. Nessa equação há mais Ronaldos Fenômenos do que Vinis Juniors. Assim como, declarar-se abertamente como um homem gay sendo um homem negro, exige o pagamento de um alto preço.

## REFERÊNCIAS

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2023.

HOOKS, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo, Elefante, 2022.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de

(org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.

SOUSA, Diogo. Constrangendo pela raça: homens negros gays nas tramas do genocídio e das masculinidades. In: SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; CAMILO, Vandelir (org.). **Masculinidades negras**: novos debates ganhando formas. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2022. p. 55-76.

VEIGA, Lucas. Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo de (org.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidade**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 77-96.



## POR QUE NOS ODIAMOS TANTO? DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO ENTRE OS/AS/ES LGBTQIA+

*Guilherme Moraes da Costa<sup>1</sup>*  
*Marco José de Oliveira Duarte<sup>2</sup>*

### RESUMO

Esta reflexão vai tratar de uma questão inerente à comunidade LGBTQIA+, o auto ódio. Essa situação se faz perceptível por meio de práticas de preconceito e discriminação manifestadas nas relações sociais, tanto interpessoais, quanto contra um segmento como um todo, a exemplo da misoginia contra as lésbicas e a transfobia contra pessoas trans e travestis. Neste texto o enfoque será sobre a particularidade da letra “G”. Alicerçados em parâmetros estabelecidos pela masculinidade hegemônica, homens gays se colocam à sombra da norma heterossexual muito desejada, mas impossível de ser alcançada. Com base nisso, criam hierarquias entre os gays, especialmente no tocante à masculinidade hegemônica, fazendo com que quanto mais afeminada a pessoa, menos estimada e mais marginalizada ela é. Ao final, pretendemos demonstrar como essa cultura de auto ódio é uma estratégia danosa para a comunidade, impactando na luta contra o preconceito.

**Palavras-chave:** Homofobia internalizada; Preconceito; Discriminação;

---

1 Doutorando do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; [guilhermeea@moraeasdacosta@gmail.com](mailto:guilhermeea@moraeasdacosta@gmail.com)

2 Professor orientador: Pós-doutor em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. [majodu@gmail.com](mailto:majodu@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

**A**s pessoas que dão materialidade à sigla LGBTQIA+, acrônimo que reúne por ordem, mulheres Lésbicas, homens Gays, pessoas Bissexuais, mulheres Travestis, homens e mulheres Transexuais, pessoas queer, pessoas Intesexo, pessoas Assexuais e demais expressões da diversidade sexual, estão coligadas no mesmo acrônimo por uma questão política. Em tese, esse coletivo diverso e multifacetado se encontraria em dois pontos, na orientação sexual dissonante da norma heterossexual e/ou da identidade de gênero distinta da cisgêneridade compulsória. Essa junção tem o potencial de gerar convergência na busca pela transformação e mudança social que ocasionem na livre expressão sexual, sem as amarras do receituário *cisheteronormativo*.

A partir disso, era esperado que apesar de suas particularidades, essas pessoas conseguissem superar essas diferenças e convergissem para a luta pelo fim da opressão motivada por sua sexualidade. Entretanto, como pretendemos demonstrar ao longo desse texto, essa convivência não é harmônica, se dando por dinâmicas que se utilizam de assimetrias de poder e preconceito de uns contra os outros. Para isso, recorreremos a alguns autores e descrevemos exemplos de embates entre gays e lésbicas, gays e gays, pessoas cisgêneros contra travestis e transexuais.

## METODOLOGIA

Tendo em vista compreender como as diferenças entre as pessoas LGBTQIA+ podem resvalar em auto-ódio e funcionar como um fator de desmobilização no segmento, o referencial teórico deste texto levou em consideração as premissas apontadas pelas interseccionalidade como método de análise da realidade, por permitir ao mesmo tempo experimentar e identificar as diferentes formas de opressão, fornece ferramentas para mapear estratégias de resistência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vida em sociedade tal como conhecemos é dotada de princípios, regras e valores que ditam o seu funcionamento. Não é sempre que esses regramentos funcionam, ou mesmo foram elaborados tendo como fim a justiça social, pelo contrário, algumas dessas normas perpetuam desigualdades e garantem privilégio de alguns grupos sobre outros. Esse conjunto de normas influi em todos os aspectos da vida, incluindo as dimensões de gênero e sexualidade, foco de análise

deste texto. Por conta disso, mesmo antes da concepção há uma série de expectativas socialmente estabelecidas que são incutidas no ser que vai nascer e que demarcam toda a sua existência, desde as roupas que poderá vestir, os comportamentos que pode manifestar e os lugares sociais que poderá ocupar, sejam eles de prestígio ou de subalternidade.

Nessa lógica o sexo biológico é atribuído ao nascer, de acordo com a genital que se apresenta, ou na ausência e/ou ambiguidade dela – no caso das pessoas intersexo –, no geral e de forma violenta, busca-se adequar aquele bebê a uma característica assentada no que se considera fêmea ou macho. Essa é uma direção que reforça a concepção de que há somente dois caminhos, não admitindo outras formas de vivenciar e expressar a sexualidade.

Ocorre que o sexo biológico não determina a forma como as pessoas vão relacionar-se afetivo-sexualmente (orientação sexual) e a qual gênero se sentem pertencentes (identidade de gênero), porque essa construção é social, se dá no âmbito das relações sociais e conjuga muito mais características do que somente a ditada pela genitália. Há pessoas que correspondem ao padrão de gênero de acordo com o sexo atribuído ao nascer com a relação afetivo-sexual por uma pessoa do sexo oposto, que vão ser categorizados como pessoas heterossexuais e cisgêneras que se encontram no espectro da norma. No caso do segmento LGBTQIA+ há o rompimento com essa lógica, seja pela via da orientação sexual (homossexualidade/bissexualidade, etc) seja por intermédio da identidade de gênero dissontante da norma heterossexual.

Ao trilharem caminhos distintos do que lhe foi estabelecido, a população LGBTQIA+ tem de lidar com preconceito e discriminação em todas as dimensões da vida. É importante ressaltar que a LGBTQIA+fobia não atinge a todos da mesma forma, pode ser mais grave de acordo com o quão longe da norma a pessoa está. Conjugadas, orientação sexual mais identidade de gênero podem acarretar em uma baixa expectativa de vida, como no caso das pessoas travestis e transexuais.

A LGBTIfobia, consiste no preconceito ou discriminação e demais violências daí decorrentes contra pessoas em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero afirmada ou presumida, expressada através de sentimentos hostis, muitas vezes agressivos, àqueles que possuem ou aparentam ter desejo por pessoas do mesmo gênero, se comportam como membros do gênero oposto ao que foram designados ao nascimento ou se relacionam com pessoas com estas características. Podendo ser dirigida a qualquer pessoa, LGBTQIA+ ou não, de qualquer idade, esta reação aversiva e/ou de ódio pode se manifestar de forma violenta ou sutil através de agressões físicas, violência psicológica (ameaças, constrangimentos,

insultos, bullying, coação), tortura, maus tratos e, ainda, através de violência cometida em âmbitos institucionais, inclusive por órgãos ou agentes públicos, através de ato discriminatório ou por negligência. (Murta, 2022, pg. 84).

Conforme a autora detalha acima, a LGBTQIA+fobia vem de fora é a resposta que a sociedade oferta para as pessoas não heterossexuais e/ou não cisgêneras. Esse fator é o elo que une essa população numa luta em comum que se materializa no movimento social. Contudo, temos observado nos últimos anos que o Movimento LGBTQIA+ continua existindo, porém, alguns segmentos têm buscado um protagonismo a partir de suas particularidades. Provavelmente tem sido dessa forma por conta de diferenças históricas, internas e externas no coletivo organizado que geram essa necessidade, conforme descreveremos mais adiante.

Um traço dessa conjuntura seria o protagonismo da letra G, frente às demais, fato histórico cujas consequências provocaram rupturas no movimento social desde seu surgimento no país. É consenso dentro dos estudos de gênero e sexualidade que o ponto inicial da luta coletiva organizada pelo segmento se deu com a fundação do Grupo SOMOS, na cidade de São Paulo, no ano de 1979, ainda em plena ditadura civil-militar<sup>3</sup>. Inicialmente era um grupo de homens gays. Após as primeiras reuniões foram convidadas a participar um grupo de oito mulheres lésbicas, que logo enfrentaram resistências dentro do coletivo. Fernandes (2018), vai apontar que uma das questões da época era o fato de tanto gays como lésbicas eram identificados como “bichas”. Entretanto, as mulheres que compunham esse coletivo se recusavam a serem tratadas dessa maneira e queriam ser chamadas como se afirmavam: lésbicas. Ainda no campo das nomenclaturas, outro aspecto apontado pela autora é o fato de os gays de forma misógina reduziam as lésbicas ao seu órgão genital, tratando-as por “racha” ou “rachada”. Esse comportamento ainda persiste no tempo presente, entre os homens gays, especialmente os cisgêneros, manifestado por discursos de desvalorização e repulsa da vagina, quando de alguma forma esse assunto vem à tona numa conversa, as reações comumente são expressões de nojo, tanto verbais, quanto físicas a exemplo de simular ânsia de vômito.

Por consequência disso e de outros acontecimentos como o silenciamento e a ridicularização dessas mulheres nas discussões que eram travadas, a saída foi se organizarem em um coletivo paralelo dentro do SOMOS, o Grupo Lésbico Feminista, o que segundo a autora, não foi bem recebido pelos outros membros

3 Quinalha (2021), aponta que de início o movimento social era conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), sigla que foi se modificando até o presente, passando a incorporar mais letras para expressar a pluralidade desse ser coletivo.

do grupo: “foram hostilizadas e chamadas de *“histéricas”* e *“divisionistas”* dentro do grupo pioneiro do movimento LGBT”.

O caso de a letra “L” abrir a sigla, principalmente quando recorremos à história do Movimento LGBTI+, as mulheres tanto no passado quanto no presente queixam-se de o movimento social de ter um direcionamento predominantemente voltado para o “G” e suas demandas. O “L” à frente é uma forma de colocar as lésbicas no protagonismo perante o movimento e a própria comunidade.

A primeira menção ao machismo e à misoginia dos gays pelas lésbicas ocorreu em 1979, sendo novamente reiterada na década de 1990. Em meados de 2008, assinou-se a alteração das siglas da Conferência Nacional, de GLBTT para LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), visando contemplar uma antiga reivindicação do segmento de lésbicas. Esta demanda lésbica vem justificada pelo desejo de serem mais visibilizadas, entre outros participantes (GBTT) e perante a sociedade. (Pinafi, 2010, pg. 341).

Trata-se de exemplos pontuais de mediados pelo machismo e poderia haver outros mais, tendo em vista que gays não estão ilesos de reproduzir essa opressão. É importante ressaltar, mas não justificar, que homens gays também não costumam ser generosos consigo mesmos e muitas vezes, são seus principais algozes, utilizando-se da homofobia internalizada, Borillo (2010), para reforçar em suas relações a heteronormatividade compulsória. Embora homens gays sejam alvo da homofobia, por serem homens, a depender da maneira como se colocam na sociedade - leia-se portarem o mais próximo possível da masculinidade hegemônica -, podem gozar de privilégios que são destinados ao macho.

Dentro deste escopo, há uma série de regras e códigos não escritos que hierarquizam a forma de vivenciar essa experiência. Gays tidos como “padrão” performam a masculinidade dominante, disciplinada pela virilidade, que exibe um corpo esculpido na academia de ginástica, ostenta uma voz grossa, que pouco ou nada gesticula, é *“discreto e fora do meio”*, o *“gay que não parece gay”*, têm a preferência sobre os demais, assim como representa um ideal a ser alcançado. Em contraponto a este, há o sujeito que performa uma masculinidade afeminada, atrelada a um conjunto de trejeitos, gestos, empostação da voz, peças de vestuário que são associadas ao feminino, entre outros. Esse sujeito é considerado um acinte à masculinidade dos gays que são chamados de padrão, frequentemente são ridicularizados por performarem sua feminilidade e desafiarem as normas de gênero, tanto dentro da comunidade quanto fora dela pela população em geral.

Neste ponto entra em cena um jogo sexual que envolve os atos de penetrar e ser penetrado. O indivíduo que penetra na relação sexual anal é popularmente

conhecido como “*ativo*”, enquanto o sujeito que é penetrado é tido por “*passivo*”. No senso comum, é presumido que homens que se encaixam no padrão serão sempre os que performarão como ativos, inclusive, são mais valorados por isso, sendo considerado mais homem. A partir do senso comum e do binarismo de gênero, o ativo é o macho da relação, enquanto o passivo é a fêmea. Todavia, esse é um olhar simplista sobre essa questão. Os papéis de ativo e passivo não são intrínsecos ao padrão e ao afeminado, eles transitam por essas posições, apesar de os gays afeminados serem questionados quando se colocam nesse lugar, como se ali não pudessem estar por conta de não ostentar a masculinidade performada pelo gay padrão.

A heteronormatividade impulsionou também as demandas recentes pelo casamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero, a luta pelo reconhecimento das relações homossexuais como um modelo familiar e a adoção de crianças por casais homossexuais. Essas práticas refletem um modo de vida heterossexual. Todas essas demandas, analisadas em conjunto, refletem um novo tempo histórico, marcado mais fortemente pela heteronormatividade do que pela heterossexualidade compulsória. (Nonato, 2020, pg. 79).

Essas tensões geram estranhamentos que mostram que nem mesmo os homens gays são um grupo em uníssono, pelo contrário, há divergências que impactam significativamente na construção de laços, afetos e lutas. Além de outras especificidades que complexificam essas relações. Uma delas é a centralidade do falo, que é muito valorizado, quanto maior melhor e quanto menor mais desvalorizado. Se fizermos a interface com o determinante étnico-racial, a centralidade do pênis na homossexualidade masculina atua como fator de desumanização, uma vez que reduz esses homens à sua genitália, no caso de homens gays negros é esperado que possuam um pênis avantajado e no caso de homens gays de origem asiática é pressuposto que tenham um pênis pequeno. Já quando isso se correlaciona com a homens trans ou pessoas transmasculinas, a ausência da genitália também é um fator de depreciação.

Outro entrave enfrentado pelas pessoas trans é a respeito da negação da sua identidade, fortemente alicerçada no dualismo feminino/masculino, utilizado como norma e base do binarismo de gênero. Está em campo uma batalha por parte de feministas radicais nas redes sociais, no espaço público e na academia em rechaçar a ideia de travestis e mulheres trans como mulheres, servindo-se do argumento de que elas terem nascido como homem, independente de sua identidade de gênero. Há outros embates na recusa do uso de expressões como “pessoas que gestam/menstruam”, que são utilizados para incluir homens trans.

Para algumas mulheres, de alguma forma, isso representa o apagamento de sua identidade.

Por muito tempo, o pensamento e a política feministas se mostraram desconfiados das pessoas trans, suspeitando que elas reforçavam a binariedade sexual (homem ou mulher), em vez de contestá-la ou revertê-la: isso levou à conclusão de que as mulheres trans, por exemplo, não podem ser feministas por terem nascido homens. A fim de legitimar essa relação de desconfiança, algumas feministas têm mobilizado com frequência definições mais ou menos naturalistas do sujeito político do feminismo (“Nós, mulheres” = nós, as mulheres “nascidas mulheres” ou “biológicas”), mesmo ao se engajarem em um processo de desnaturalização do sexo por meio do conceito crítico de gênero”. (Dorlin, 2021, págs. 141 e 142);

Soma-se a isso a realidade de homens trans, que uma vez que queriam se relacionar com gays cisgêneros, enfrentam a rejeição por conta da ausência do falo. Outra questão importante se deve ao fato de que pessoas cis podem, se quiserem, mascarar os traços que denunciam sua orientação sexual e identidade de gênero dissonantes da norma *cisheterossexual*, já as pessoas trans, até adquirirem a chamada passabilidade, tornam-se alvos mais fáceis de serem reconhecidos e terem sua dignidade atacada.

Instado a se manifestar sobre a leniência do Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e o Mandado de Injução (MI) 4733, equiparando a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Entretanto, em alguns estados e municípios estão em curso projetos de lei que visam coibir o que a direita chama de “ideologia de gênero”, que tem atacado especialmente a flexibilização da língua na forma do gênero neutro e direitos das pessoas trans. Há uma falsa impressão de que os direitos dos “LGB” da sigla já estão garantidos, visto decisões do STF sobre a união homoafetiva, doação de sangue e resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre adoção. Essa conjuntura tem mostrado que os outros segmentos da sigla que não a letra “T” pouco ou nada tem se mobilizado para impedir o avanço do conservadorismo neste campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O auto-ódio que a comunidade trans parece revelar-se como uma armadilha que precisa ser superada para que possamos ter uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecemos que não é tarefa fácil resistir ao patriarcado e ao machismo

remodelados pela ideologia neoliberal que faz com que além do espírito de competição exacerbado, naturaliza essas questões como se fossem próprias da vida social e não o são.

Ao longo do texto procuramos exemplificar que apesar de estarem juntos numa mesma sigla por uma questão política, as particularidades inerentes aos diferentes segmentos que se confluem na sigla LGBTQIA+, acabam se sobressaindo, tensionando e pautando as relações sociais entre eles, apoiando-se em estigmas e preconceitos, como no machismo dos homens gays para com as mulheres lésbicas, ou mesmo a assimetria entre homens gays que permormam a masculinidade vigente e homens gays afeminados. Ou ainda, nos diversos enfrentamentos que as pessoas travestis e transexuais têm de fazer cotidianamente. Isso mostra como diferenças alicerçadas na *cisheteronormatividade* se sobressaem sobre o que poderia uni-los, fragilizando a luta pela livre expressão sexual.

Por fim, ao invés de nos deflagarmos em nossas particularidades, é preciso ter o olhar para as diversas opressões impostas ao segmento LGBTQIA+ como estruturas do corpo social, tendo em vista desnaturalizar essas mazelas na busca por uma sociedade mais igualitária, sem discriminação e preconceito em razão de orientação sexual e/ou identidade de gênero dissonantes da *cisheteronormatividade*.

## REFERÊNCIAS

BORILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 141 p.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 287 p.

DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades** – Introdução à teoria feminista. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 160 p.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James *et al* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

MURTA, Daniela. Cis-heteronormatividade e LGBTIFobia: desafios para a garantia do direito à saúde pela população LGBTQIA+ no Brasil. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ROCON, Pablo Cardozo (org.). **Dez anos da política nacional de saúde integral LGBT**: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde. Salvador: Devires, 2022. p. 79-88.



NONATO, Murilo. **Vivências afeminadas**: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. Salvador: Editora Devires, 2020. 152 p.

PINAFI, Tania. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. In: COSTA, Horácio *et al* (org.). **Retratos do Brasil Homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. p. 333-342.

QUINALHA, Renan, **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 380 p.

# ASPECTOS DA CONVERSÃO SEXUAL NA PSICOLOGIA: SUBJETIVAÇÃO E RESISTÊNCIAS - VIVÊNCIA, LITERATURA E FILOSOFIA FENOMÊNICA COMO TRIPÉ COMBATIVO

*Camila Veloso Sanches<sup>1</sup>*  
*Fernando de Almeida Silveira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho se estabelece como um instrumental crítico e reflexivo perante a luta contra a prática, enquadrada como ilegal e antiética, das Terapias de Conversão Sexual, com âmbito especial no campo psi, levando-se em conta a crescente nas investidas com o objetivo de retorno dessa prática dentro da saúde. Tem como principal objetivo a construção dessa crítica e, para tal, usará de três eixos argumentativos: o eixo da vivência, o eixo da literatura e o eixo da filosofia humanista. O trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica com a leitura e respectivos fichamentos das obras indicadas sobre a temática em questão para decorrente análise crítica dos conteúdos estudados. Parte-se da hipótese de que, embora haja uma dimensão originária dos sentidos, as consciências perceptivas são enunciadas chaves na construção de relação de poder, podendo ser apropriadas no sentido da aceitação ou da submissão a valores estereotipados, ortodoxos, nesse caso os que encaminham o sujeito a “cura gay”, lesando suas existências através dos atos violentos. São apresentadas, então, as construções de sentido frente às subjetividades presentes na literatura, correlacionadas à teoria fenomenológica e corporal de Merleau-Ponty e aos danos em sua saúde mental.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Terapia de Conversão Sexual; Psicologia; Subjetividades; Fenomenologia.

1 Educadora graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo - SP, [sanches21@unifesp.br](mailto:sanches21@unifesp.br);

2 Professor associado IV de Psicologia Humanista e Trabalho em Saúde UNIFESP-BS. Graduado pelo Curso de Direito e Psicologia da Universidade Estadual de São Paulo- SP, Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de São Paulo- SP. Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual de São Paulo- SP. Pós-doutor em Filosofia pela UFANAR, [fernando.silveira@unifesp.br](mailto:fernando.silveira@unifesp.br).

## INTRODUÇÃO

O campo das terapias de conversão sexual será, nesse trabalho, encarado como bastante amplo quando compreendidas as práticas que o formam. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), podemos definir esse campo como “procedimentos e programas de tentativas de mudança de orientação sexual e identidade/expressões de gênero, realizadas por diferentes setores do campo psicológico, médico/psiquiátrico, religioso, entre outros.” (p. 14).

Nesse sentido é de extrema importância que lembremos, ao começar a tratar dessa temática dentro dos saberes psi, as funções da psicologia. Ainda segundo o CFP (2019), enquanto ciência e profissão, a psicologia se encontra completamente comprometida ética e politicamente com a dignidade de vida de qualquer pessoa, sendo necessário se posicionar de forma contrária e denunciar qualquer tipo de prática que fira esse princípio, assim ferindo as subjetividades. No caso do presente trabalho, a denúncia feita será direcionada e esse tipo de prática (as terapias de conversão), servindo este como pilar central de toda e qualquer justificativa que a pesquisa possa vir a apresentar.

O histórico que temos em relação à temática apresentada é bastante complexo e controverso, sempre rodeado de inúmeras polêmicas, disputas, ataques além de, claro, luta e resistência. Dentro da saúde não seria diferente, sendo esse um histórico longo e cheio de mudanças e permanências.

Segundo Aragusuku e Lara (2019) se nos voltarmos ao campo de normativas da psicologia no Brasil, entendemos a normativa 001/1999, aquela que diz respeito à normas de atuação para os psicólogos frente à questão da Orientação Sexual (CFP, 1999), como a mais atacada da história do CFP ao longo dos anos, assim como a resolução que mais mobilizou grupos e movimentos em sua defesa.

Temos, dentro do Conselho Federal de Psicologia, a Resolução 001/1999 como marco zero, inicial na discussão, dentro dos sistemas conselho, das ações e políticas sobre a diversidade sexual e de gênero, provocando diversas mudanças dentro desse sistema (ARAGUSUKU; LARA, 2019). Para que possamos entender a importância que essa resolução carrega, Gonçalves (2019) nos aponta que a resolução chegou a receber, até premiações referentes a defesa dos direitos humanos, sendo traduzida para diversas línguas para divulgação. Tal questão reforça a potência, importância e reconhecimento que a normativa recebe, assim como reforça o quão essencial é que tal autarquia, código de ética profissional e suas resoluções sejam totalmente voltadas à defesa dos direitos humanos.

Como forma de resistência e embasamento científico contrário a esse tipo de prática que vem engajando cada vez mais investidas em direção ao seu

restabelecimento, o objetivo desse trabalho se estabelece, mobilizando três categorias como pilares de uma visão crítica as Terapias de Conversão Sexual: vivência, literatura e a filosofia. Para o pilar filosófico foi escolhida a filosofia humanista. Nela, trabalharei em direção a fenomenologia e, ainda mais especificamente, a fenomenologia corporal, da percepção de Maurice Merleau-Ponty.

Segundo AmatuZZi (2009), fenomenologia é uma forma de fazer filosofia com fim de ir além da ciência convencional, resgatando a experiência comum, um pensamento filosófico caracterizado pela consideração da experiência enquanto realidade vivida subjetivamente, além do encontro das subjetividades envolvidas com e no mundo. Em sua contextualização a respeito do modo fenomenológico de pensar, traz um pensamento de Merleau-Ponty (1951/1973) que reforça o dito até aqui, já que diz que “a ciência faz muitas afirmações sobre a realidade, mas ela não sabe o que é essa realidade” (AMATUZZI, 2009, p. 94).

Em direção a sexualidade humana e suas interpretações dentro da fenomenologia, me aproximo de Merleau-Ponty em meio a sua filosofia da percepção corporal e nas implicações que a mesma traz. Warmling (2017) traz que, para Merleau-Ponty, ser corpo é estar amarrado a um mundo, ou seja, em sua teoria, o autor irá explorar muito daquilo que surge no mundo, assim como a interação dos corpos dentro do mesmo, dando sempre grande importância a todos esses elementos.

Assim, Merleau-Ponty caminhará para uma nova visão da sexualidade. Warmling (2017) nos explica que para o teórico a mesma é vista como um dos modos intencionais em que o sujeito toma posse do meio em que habita, é um poder que o corpo tem de se prender a diversos ambientes e experiências. Além disso, um ponto muito interessante na análise merleau-pontyana é a ideia de que a sexualidade é coextensiva à vida, ou seja, determinada e também é determinada pela vida.

Ainda nesse sentido apresentado da promoção da escuta e respeito às vivências, um último tópico de justificativa dessa pesquisa se coloca: o direito à dignidade humana, direito constitucional e fortemente ferido em meio às práticas de tentativa de conversão sexual. Segundo Bolwerk e de Almeida (2018), a dignidade humana se apresenta como princípio basilar do Estado Democrático de Direito, devendo ser protegida e promovida em todo contexto. Quando coloca em luz as práticas de “cura” gay aqui citadas, prática essa entendida como um reforço de estigmas sociais que ferem diversas subjetividades, os autores nos dizem que: “Manter esse estigma social é manter vigente a deliberada violação da dignidade humana, por parte do Estado e por outros indivíduos, contrariando frontalmente a Constituição da República” (p. 35), questão essa colocada, nesse trabalho, como justificativa máxima de sua realização e da luta contrária.

O objetivo da pesquisa é o de construção de problematização baseada em diversas ferramentas frente a prática antiética que representa a Terapia de Conversão Sexual dentro da prática psi. Assim, usará da experiência, da literatura e da filosofia fenomenológica. A pesquisa também se embasa em pressupostos normativos e históricos da psicologia.

## METODOLOGIA

O trabalho baseia-se em uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Segundo Souza, Oliveira e Alves (2021), em meio a realização deste tipo de pesquisa científica, o pesquisador deve “ler, refletir e escrever sobre o que estudou” (p. 66), assim se dedicando ativamente à ampliação e aprimoramento dos fundamentos teóricos. Ainda segundos os autores, as etapas da pesquisa bibliográfica consistem em: Escolha do tema; Levantamento Bibliográfico Preliminar; Definição do problema de pesquisa; Aprofundamento e ampliação do levantamento bibliográfico; Seleção e localização das fontes; Produção e fichamentos; Análise e Interpretação e estruturação lógica do trabalho científico.

Recorrendo ao artigo de Gomes, Caetano e Pinel (2020), elucidado as etapas que apresentaram como parte de sua pesquisa fenomênica e que, de forma contundente, também serão usadas no presente trabalho. São três: descrição, em que transcrevem as cenas do filme analisado, como forma de suspensão dos fenômenos e busca pela vivência literal daquilo que está sendo mostrado; leitura dos registros, em que se destacou as vivências que os pesquisadores gostariam de analisar, que iam mais de encontro com a temática escolhida e versão do sentido, momento em que foram produzidas as reflexões a respeito do material escolhido. De forma geral, isso foi feito na análise dos referidos livros, buscando as essências das cenas escolhidas.

Para o eixo analítico da vivência, a bibliografia utilizada será “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019). Para o eixo literário, a bibliografia será a escrita de Garrard Conley em “Boy Erased: Uma Verdade Anulada” (2019). Já para o eixo da filosofia, a teoria humanista de Merleau Ponty através do capítulo V, “O corpo como ser sexuado”, do livro Fenomenologia da Percepção, de Maurice Merleau-Ponty; Livro Fenomenologia, de David R. Cerbone; Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, de Antônio Balbino Marçal Lima; introdução e o capítulo 12 (Maurice Merleau-Ponty: the phenomenology of perception) do livro Introduction to Phenomenology, de Dermot.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O atual trabalho reúne diversos argumentos no sentido de reforçar as consequências maléficas que a terapia de conversão sexual pode trazer para as subjetividades LGBTQIAPN+. Está esquematizado nos seguintes eixos analíticos:

### Discutindo conceitos: o fenômeno “ideologia de gênero”

Nesse tópico são discutidos alguns conceitos, os contextualizando em sua dimensão temporal, sendo colocado frente aos jogos de poder, seus significantes e significados. Também é definido enquanto momento introdutório a apresentação dos resultados.

### O processo de sedução - apropriação do discurso de poder

São discutidos os significantes que tornam a “cura” da homossexualidade atraente para subjetividades atacadas e submetida a um conjunto de valores ortodoxos em prol de aceitação e pertencimento coletivo.

Esse tópico também se configura enquanto momento introdutório/contextualizador.

### A desconstrução, contraponto e processos de resistência

No terceiro tópico serão utilizados os diversos argumentos que foram selecionados no eixo da vivência e da literatura como forma de desconstrução do discurso apresentado no tópico anterior. Também são levantadas as consequências que tal ato pode gerar nas subjetividades, mostrando casos de resistência e como são essências em meio a esse processo antiético e ilegal.

Em meio a este tópico, estabelece-se e fortalece-se os argumentos normativos frente à atuação psicológica baseado em dois documentos: O código de ética profissional (CFP, 2005) e a resolução CFP N° 001/99 (CFP, 1999). Um exemplo normativo importante se encontra no seguinte artigo:

*Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:*

- a) *Praticar ou ser **conivente** com quaisquer atos que caracterizem **negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;***

- b) **Induzir** a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, **religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito**, quando do exercício de suas funções profissionais;
- c) Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como **instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência**;
- d) Acumpliciar-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o **exercício ilegal** da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional;
- e) **Ser conivente** com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais (CFP, 2005, p. 9) (grifos nossos)

Os tópicos apresentados como argumentos presentes nas experiências subjetivas analisadas nas bibliografias são os sentimentos de: Culpa; Vergonha; Sofrimento e Solidão; Dor e, como contraponto de resistência, a Força.

## O olhar fenomenológico

Este último eixo analítico foi reservado exclusivamente para os argumentos e análises fenomenológicas sobre tal ato, sendo colocado como forte pilar de argumentação, também.

Sendo a fenomenologia adepta ao encontro direto com a experiência, com o fenômeno e sendo a mesma, também, o ramo da filosofia que enxerga o ser humano em seu caráter ativo ao mesmo tempo em que questiona as ciências naturais, entendemos esta como muito importante para a discussão a respeito de temas contemporâneos. Além disso, segue sendo a escola filosófica que tem como princípio a superação da “camisa de força” das tradições, fato que vai de encontro direto com o objetivo defendido neste trabalho.

Quando vamos em direção ao trabalho de Merleau Ponty, pontuamos pontos importantes para a defesa pretendida. O primeiro diz respeito a discussão que o filósofo faz a respeito da maneira como a liberdade é historicamente construída, além de não poder existir fora do contato com o mundo. Nessa direção, também entendemos um conceito de liberdade sexual (ou a falta da mesma) enquanto resultado sócio histórico.

Na discussão dos elementos presentes no capítulo “O corpo como ser sexuado”, apresenta-se alguns pontos na discussão: sexualidade não vista como ciclo autônomo; expressão recíproca da vida corpórea e psíquica; exposição e dominação dos corpos, da mesma forma que ocorre com o desejo sexual.

A partir da junção teórica de todos os eixos e decorrentes análises, foi contruída uma forte crítica e contra-ataque as atuais investidas que tentam, através de diferentes ferramentas, reavivar uma prática completamente antiética, ilegal e contrária aos Direitos Humanos, direitos esses protegidos pela nossa Constituição Federal de 1988, além do Código de Ética e Condutada da Psicóloga, como apontado ao longo de todo este trabalho.

Conclui-se com o exuberante trecho de Merleau-Ponty a respeito da dramaticidade da sexualidade para que possa ser reforçado, justamente, o peso que a mesmo tem dentro de nossa maneira de enxergar, experienciar e compreender a subjetividade e o mundo:

A sexualidade, diz-se, é dramática porque engajamos nela toda a nossa vida pessoal. Mas justamente por que nós o fazemos? Porque nosso corpo é para nós o espelho de nosso ser, senão porque ele é um eu natural, uma corrente de existência dada, de forma que nunca sabemos se as forças que nos dirigem são as suas ou as nossas - ou antes elas nunca são inteiramente nem suas nem nossas. Não existe ultrapassamento da sexualidade, assim como não há sexualidade fechada sobre si mesma. Ninguém está a salvo e ninguém está inteiramente perdido (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 236)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal hipótese defendida é a de que de que, embora haja uma dimensão originária dos sentidos, as consciências perceptivas são enunciadas chaves na construção de relação de poder, podendo ser apropriadas no sentido da aceitação pessoal ou na submissão a valores estereotipados, ortodoxos, nesse caso os que encaminham o sujeito a “cura gay”, lesando suas existências. Os sentidos de submissão foram estudados por meio da análise de conceitos “sedutores” em meio ao processo de entendimento do sujeito LGBT em sua comunidade. Já a aceitação colocada diz respeito ao entendimento da subjetividade como livre das “prisões” perceptivas e relacionais.

Nesse sentido, foi analisada a forma como é construído o sentido do sujeito LGBTQIAPN+, e como suas experiências podem, ou não, ser apropriadas como objeto de poder. Entende-se tal processo de pesquisa como importante ferramenta para análise geral dos processos de conversão sexual, assim como dispositivo potente na luta contrária à volta e fortalecimento conservador da mesma.

Falar sobre sexualidade é falar sobre vida.

Falar sobre vida é falar sobre subjetividade.



Falar sobre subjetividade é falar sobre identidade.

Falar sobre identidade é falar sobre mundo.

Acionar categorias tão grandiosas e importantes para a vivência plena daquilo que se é e que se pode vir a ser só reforça a certeza de que não há como reduzir a construção sexual a mera regra, essência normativa, não há como apoiar-mos uma rota que, ao invés de libertar, homogenize.

## REFERÊNCIAS

AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 93-100, mar. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2009000100010>.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo e LARA, Maria Fernanda Aguilar Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2019, v. 39, n. spe3 [Acessado 29 Outubro 2021], e228652. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>>. Epub 8 Maio 2020. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>.

BOLWERK, Aloísio Alencar; ALMEIDA, Lucas Andrade de. CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS SOBRE A TERAPIA DE REORIENTAÇÃO SEXUAL: uma análise à luz do princípio da dignidade humana. **Revista Vertentes do Direito**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 22-38, 5 jun. 2018. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2359-0106.2018.v5n1.p22-38>.

CERBONE, David R.. **Fenomenologia**. Petrópolis: Vozes, 2012. 314 p.

CONLEY, Garrard. **Boy Erased** / Garrard Conley ; tradução Carolina Selvatici - 1. ed - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 001/1999**

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

GOMES, Vitor; CAETANO, Andressa Mafezoni; PINEL, Hiran. “A fenomenologia dos corpos que não devem produzir desejo”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e54438, 2020.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião & Sociedade [online]**. 2019, v. 39, n. 02 [Acessado 25 Outubro 2021], pp. 175-199. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07>>. Epub 14 Out 2019. ISSN 1984-0438. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07>.

LIMA, Antonio Balbino Marçal (org.). **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Ilhéus: Scielo - Editus, 2014. 106 p. MERLEAU-PONTY, Maurice; MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 662 p.

MORAN, Dermot. **Introduction to Phenomenology**. New York: Routledge, 1999. 592 p.

PRADO, Rafael Auler de Almeida; CALDAS, Marcus Tulio; QUEIROZ, Edilene Freire de. O corpo em uma perspectiva fenomenológico-existencial: aproximações entre heidegger e merleau-ponty. **Psicologi3603a: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 32, n. 4, p. 776-791, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932012000400002>.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. **Cadernos da Fucamp**, Unicamp, v. 20, n. 43, p. 64-83, mar. 2021.

WARMLING, Diego Luiz. A sexualidade entre a psicanálise freudiana e a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty. **Perspectivas**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 77-93, 14 jun. 2017. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/rpv2n1-21>.

# ENFRENTANDO A REPRODUÇÃO DAS INIQUIDADES EM SAÚDE NO SUS: PARA UMA GRAMÁTICA DA POLÍTICA DE SAÚDE LGBT<sup>1</sup>

*Renato Giacomini Neto<sup>2</sup>*  
*Marco José de Oliveira Duarte<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este trabalho é uma revisão integrativa, de base qualitativa, que busca compreender a gramática política que estrutura a Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) a partir das dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas na plataforma da CAPES no período entre 2012 e 2022. Os trabalhos selecionados para investigação foram analisados a partir da análise de conteúdo de Bardin e codificação de Saldaña, com a aplicação do computer-assisted qualitative data analysis software (CAQDAS) ATLAS TI, e sintetizados a fim de identificar as iniquidades de acesso em saúde no Sistema Único de Saúde pela população LGBT+, através das dificuldades de operacionalização e implementação da PNSI-LGBT, da reprodução de violências LGBTfóbicas e das necessidades da população LGBT+ endereçadas ao SUS. Pelo resultado da revisão, é possível delimitar a gramática política da PNSI-LGBT a partir de seus avanços, obstáculos, lacunas e propostas de operacionalização, das circunstâncias históricas e políticas que impactam nos debates da gestão da saúde pública e da presença dos movimentos sociais como agente imprescindível de implementação da Política de Saúde LGBT.

**Palavras-chave:** Saúde LGBT, PNSI-LGBT, Equidade em Saúde, Gênero, Sexualidade.

1 Artigo resultado de projeto de pesquisa, com bolsas financiadas pelo CNPq.

2 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Bolsista PIBIC/CNPq e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. [renatogiacominin@gmail.com](mailto:renatogiacominin@gmail.com);

3 Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-Doutorando em Psicologia Social na UERJ. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. Bolsista Produtividade/Pesquisador do CNPq, [marco.duarte@ufjf.br](mailto:marco.duarte@ufjf.br).

## INTRODUÇÃO

A pesquisa se dispõe a analisar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) como uma política de promoção da equidade em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), tomando as produções científicas publicadas no período entre 2012 e 2022. Para esse propósito, empreendeu-se a revisão de literatura de base integrativa, por ser capaz de reunir e condensar estudos de diferentes abordagens metodológicas, particularidade dos objetos aqui investigados, para discorrer sobre a gramática da saúde LGBT.

A pesquisa teve os seguintes objetivos: a) mapear as produções científicas que tematizam sobre a saúde LGBT, priorizando a PNSI-LGBT; b) analisar as compreensões teóricas e conceituais presentes nas gramáticas científicas sobre a tal política de promoção de equidade em saúde e as iniquidades em saúde sobre os sujeitos LGBT; e c) compreender as percepções políticas e epistemológicas nas produções científicas com relação ao enfrentamento e a reprodução das iniquidades em saúde no SUS voltadas à população LGBT.

Desta forma, os resultados aqui sistematizados tentam problematizar as ditas iniquidades em saúde no SUS, produzidas pela homofobia institucional e outras violências LGBTfóbicas. Borrillo (2010) é um dos pioneiros autores que trata do conceito de homofobia como hostilidade, inferiorização e hierarquização das orientações sexuais não hegemônicas presente nas dissidências em sexualidade e de gênero. Permite-se aqui a sua extensão às outras orientações afetivo-sexuais e expressões e identidades de gênero, identificada aqui de LGBTfobia. A LGBTfobia pode se manifestar de variadas formas, inclusive em morte. Nesse espectro da violência, é possível identificar as presentes no SUS, que produzem iniquidades no acesso à saúde.

Em 2011, o Estado brasileiro instituiu a PNSI-LGBT (BRASIL, 2011), com o objetivo de reduzir as desigualdades no acesso à saúde por esta população, garantindo os princípios norteadores do SUS: a universalidade, a integralidade e a igualdade no atendimento dos usuários e operacionalizar, pelo princípio da descentralização, as funções de planejamento, monitoramento e execução entre o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e a sociedade civil. Essa política de equidade em saúde estabelece-se como marco legal na trajetória das lutas de LGBT no país e na mudança de paradigma no cuidado à saúde desta população, que se aproximou da saúde, no anos de 1980, em razão da epidemia de HIV/AIDS (DUARTE, 2015).

A PNSI-LGBT se dispõe em quatro eixos de ação: 1) Acesso da população LGBT à Atenção Integral à Saúde; 2) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde para a população LGBT; 3) Educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT; e 4) Monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população LGBT, reforçando os postulados da Constituição Federal de 1988 e da Carta dos Usuários do SUS no que concerne à dignidade humana e respeito aos direitos sociais.

A questão das políticas públicas e direitos humanos de LGBT, assim como o enfrentamento da LGBTfobia se colocam, atualmente, como os principais dilemas e desafios tanto para a sociedade e o Estado brasileiro, particularmente, no campo da saúde (DUARTE, 2021), tendo em vista que já se reconhece a necessidade de uma política pública que age na intermediação entre o usuário e o Sistema Único de Saúde, porque, frequentemente, as dificuldades ao acesso e suas barreiras se colocam como iniquidades reproduzidos no próprio serviço público. Assim, volta-se atenção para essas questões, em que pese as táticas e estratégias profissionais do trabalho institucional para o enfrentamento de preconceitos e discriminações na perspectiva da garantia desses direitos dos usuários do SUS, seja pela Carta dos direitos dos usuários da saúde (BRASIL, 2007), ou mesmo pela Portaria GM/MS Nº 1.820 (BRASIL, 2009) que trata os direitos e deveres dos usuários da saúde.

## METODOLOGIA

O presente estudo propõe uma revisão integrativa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008), de dissertações e teses publicadas no banco da CAPES, cujo tema principal é a construção e implantação da Política Nacional de Saúde LGBT entre os anos de 2012 e 2022. Dessa forma, buscou-se entre as publicações, aquelas que, sobretudo, descrevem a construção histórica e política da PNSI-LGBT, sua implementação, seus entraves e operacionalização.

Utilizou-se do descritor “saúde LGBT” na busca do catálogo de teses e dissertações da CAPES, excluindo as publicações oriundas de programas de mestrado profissional e aquelas dos textos indisponíveis integralmente. Localizou-se 171.764 obras-resultados, dos quais somente as primeiras 14 páginas da plataforma disponibilizavam a consulta. Com base na leitura do título e dos resumos acessíveis, foram selecionados os estudos que relacionam LGBT e saúde. Esta seleção elegeu 32 trabalhos para primeira análise, dos quais 29 são dissertações e 3 são teses, tabulados por título, temas, autor, ano de publicação, grande área, instituição de ensino vinculada e local de publicação.

Posteriormente, realizou-se uma leitura mais detalhada das obras a fim de verificar se o cerne de sua investigação é a PNSI-LGBT, portanto, excluiu-se aquelas que outras relações e narrativas entre LGBT e saúde são desenvolvidas que não a política em si. Além deste método, determinou-se a contagem numérica de citações que designavam o objeto em questão, sendo estas, como sinônimos: “Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais”, “Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT”, “Política Nacional de Saúde LGBT”, “Política de Saúde LGBT”, “PNSI-LGBT”, para determinar quais publicações seriam exploradas com profundidade. Ao final, foram escolhidas 5 dissertações que atendiam aos critérios de inclusão, conforme tabela abaixo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Tabela 1:** Quadro sinóptico geral de caracterização das dissertações selecionadas (2012-2022)

Nº	Título	Nº de vezes que aparece a PNSILGBT	AUTOR	ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO
1	BARREIRAS ESTRUTURAIRES E INTERDIÇÕES DOS CORPOS: DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT NA BAHIA	140	MARCOS VINICIUS DA ROCHA	2019	SAÚDE COLETIVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE CAMPUS ANÍSIO TEIXEIRA
2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT: DA CRIAÇÃO DO SUS À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT	108	ARNALDO CEZAR NOGUEIRA LAURENTINO	2015	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
3	O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR	60	DILERMANDO APARECIDO BORGES MARTINS	2019	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA / SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
4	A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UM ESTUDO DE REVISÃO PRELIMINAR	109	ESTHER GUEDES DA SILVA OLIVEIRA	2021	SERVIÇO SOCIAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Nº	Título	Nº de vezes que aparece a PNSILGBT	AUTOR	ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO
5	A INSERÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT PELA LUTA À GARANTIA DE DIREITOS	84	LUCIANA FER-RARI GOUVEA	2020	PSICOLOGIA E SOCIEDADE	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA / FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

**Fonte:** Sistematização dos autores

Seguindo os passos metodológicos da análise de conteúdo de Bardin, conclui-se a primeira fase. Para a segunda fase (SOUSA; SANTOS, 2020), a de codificação, tomou-se o critério semântico de categorização. As palavras para a etapa de codificação, descrita por Saldaña (2013) foram determinados a partir das leituras dos resumos das dissertações, cujos pontos principais se transformaram em temas recorrentes nas obras e comparáveis entre si (Tabela 2) e, adiante, inseridos no software ATLAS T.I. Este programa tem a capacidade de demonstrar estatisticamente a frequência de palavras e códigos, exportá-los em tabelas e construir um modelo visual de conceitos.

Para responder aos objetivos desta pesquisa e compreender a gramática política da PNSI-LGBT, os textos monográficos foram submetidos a ferramenta de análise de frequência conceitual do software ATLAS TI. Identificadas 656 citações nas obras, designadas pelas seguintes temáticas: metodologia e desenho de pesquisa (35), referencial teórico-conceitual (56), especificidades territoriais (44), marcos histórico-políticos (150), movimento social (51), operacionalização e implementação (37), SUS (28), avanços (32), desafios (110), formação e atuação profissionais (24), demandas sobre saúde LGBT (32) e violências LGBTfóbicas (57).

**Tabela 2** – Configurações temáticas da gramática textual das obras

TEMAS	OBS SOBRE O AGRUPAMENTO
Metodologia e desenho da pesquisa	Qual metodologia, instrumento de análise, abordagens e público alvo foram escolhidos pelo autor
Referencial conceito-teórico	A partir de quais conceitos da literatura o autor analisou a PNSI, sua operacionalização e suas barreiras
Especificidades territoriais	Características singulares de territórios (estado, município) analisados
Marco histórico-políticos	Marcos históricos e políticos, o desenvolvimento de dispositivos legais e normativos fomentados pelo debate sobre saúde da população LGBT
Movimento Social	Presença do movimento social como militância organizada ou ativismos da sociedade civil na articulação sobre a saúde da população LGBT

TEMAS	OBS SOBRE O AGRUPAMENTO
Operacionalização e implementação	Articulação das esferas do governo, construção de diretrizes e ações para a efetivação da PNSILGBT
SUS	A construção do SUS e seus princípios como legitimadores de uma política de equidade em saúde para a população LGBT
Avanços	Melhoras no cenário da saúde LGBT, principalmente e após a publicação da PNSILGBT
Desafios	Barreiras, carências, lacunas e necessidade de melhoria em relação a PSNILGBT
Formação e Atuação Profissional	Considerações a respeito da formação e atuação profissional de trabalhadores e gestores do SUS
Demandas na saúde LGBT	Reinvidicações no que concerne a saúde da população LGBT
Violências LGBTfóbicas	Práticas violentas, estigmatizantes e perpetradoras de precariedade

**Fonte:** Sistematização dos autores

A PNSI-LGBT é a materialização de um processo de enfrentamento e luta pelo direito ao acesso a saúde integral, universal e equânime de pessoas historicamente marginalizadas. Os autores das obras aqui investigadas, que pesquisam a construção dessa política, debruçaram-se extensivamente sobre eventos dados que constroem a gramática da PNSILGBT a partir de diferentes referenciais teóricos, mas mantendo-se próximos na relevância que atribuem a entender a construção do Sistema Único de Saúde, o protagonismo do movimento social na implementação dessa política e dos desafios ainda a serem superados.

A construção do mapa das produções científicas se inicia pela identificação das escolhas metodológicas e estratégias de análise dos autores. Os autores fazem uso da análise qualitativa, principalmente, a partir da perspectiva de Minayo, para as revisões documentais, exploratórias e bibliográficas. Os pressupostos teóricos mais abordados aproximam-se quanto aos conceitos de estigma (GOFFMAN, 2013) e vulnerabilidade como norteadores para a compreensão da precariedade no atendimento da população LGBT na saúde. Ainda, o referencial de observação a partir do ciclo de políticas públicas evidencia a descontinuidade da implementação da PNSI-LGBT e suas lacunas que a impede de ser efetiva. O ciclo de políticas públicas, de acordo com Araujo e Rodrigues (2017), apresenta quatro fases bem delimitadas a começar pela identificação de um problema e sua inserção na agenda política, seguido pela elaboração de medidas, implementação e avaliação. Pelos dados analisados, infere-se que a PNSI-LGBT, parcialmente, atende às duas primeiras etapas. Entretanto, sua execução e avaliação, designadas às Secretarias Estaduais e Municipais não se sucedem, principalmente pela descontinuidade dos seus dois Planos Operativos e pela falta de financiamento.



Três dos cinco trabalhos analisados dedicam um capítulo a uma análise territorial específica para identificar os processos de implementação da PNSI-LGBT. Os territórios escolhidos foram a cidade de Ponta Grossa, no Paraná; o estado da Bahia e municípios no interior de São Paulo. As três abordagens foram feitas por meio de entrevistas semiestruturadas e os entrevistados foram gestores e servidores do SUS e algumas representantes de movimentos sociais locais, selecionados por seu alto capital social. Os resultados das entrevistas evidenciam: o desconhecimento parcial ou total dos servidores da saúde sobre a PNSI-LGBT, a necessidade da formação continuada, a falta de financiamento das políticas de proteção social e o papel fundamental que os ativismos locais e a sociedade civil, principalmente através das ONGs, exercem na operacionalização e implementação da referida política. Destaque que a atuação do movimento social é essencial para promover a abertura política da discussão da saúde LGBT através articulação com o Governo, principalmente quando se analisa um território estadual ou municipal.

Os autores se valem de uma análise crítica dos últimos 45 anos da política brasileira para se compreender a PNSI-LGBT como uma política de equidade em saúde e na identificação de iniquidades nesse contexto. Reiteradamente, o período de redemocratização, materializado na Constituição Federal de 1988 e o ativismos neste momento são abordados como primordiais para ilustrar a aproximação entre luta por direitos, saúde pública e população LGBT. Desde o Movimento Homossexual Brasileiro, em 1978, demarcando, para uma parcela, um novo tipo de movimento de esquerda, do qual se reivindica uma identidade social pautada na sexualidade, na liberdade da sexualidade, na despatologização das práticas homossexuais e não mais demarcado somente pela luta de classes. A pandemia do HIV/AIDS tem uma importância notória nos dados presentes como determinante para a reorientação do movimento social no combate à doença e ao estigma quanto a reivindicação por parte do poder público por assistência à saúde dessa população. É nesta mesma época, que o paradigma sobre saúde começa a mudar pela força do Movimento da Reforma Sanitária e pelas crises financeiras do modelo de seguro da Previdência Social.

No âmbito da saúde pública, a população LGBT ganha espaço nas pautas da 12ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), em 2003. Em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) oficializa o debate sobre saúde LGBT dentro da esfera federal. Este tem por objetivo “promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (IRINEU, 2014). O Programa foi citado 21 vezes como um importante marco governamental, assim

como outros desdobramentos, e é neste mesmo ano que se cria o Comitê Técnico Nacional de Saúde LGBT. Em 2006 é publicada a Carta dos Direitos do Usuários do SUS, onde, em seu terceiro princípio, artigo I, há a garantia do respeito ao nome social autodeclarado de usuários (BRASIL, 2006).

A 13ª CNS, em 2007, incluiu a orientação sexual e identidade de gênero como determinantes sociais de saúde. Em 2008, o Ministério da Saúde, regularizou o processo transexualizador no SUS (PT-SUS) e é neste ano que ocorre a I Conferência Nacional GLBT. No ano seguinte, fruto da referida conferência, é publicado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Por fim, emerge a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) para fortalecer o BSH. Todavia, essas medidas não fortaleceram o arcabouço jurídico por portarias ou decretos para manutenção e implementação de políticas sociais para a população LGBT além de não contarem nos planos orçamentários para receberem devido financiamento.

É neste contexto que emerge a PNSI-LGBT, através da Portaria GM/MS nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011.

A permeabilidade das pautas LGBT no Ministério da Saúde não ocorreu sem a pressão exercida pelos movimentos sociais, por isso, a compreensão da atuação desses sujeitos é fundamental para conhecer a construção da referida política e suas possibilidades de implementação. Todos os autores analisados nesta revisão dedicam, ao menos, uma seção de seu trabalho a discorrer sobre o impacto dos movimentos sociais no cenário nacional da saúde.

Os grupos organizados politicamente a serem destacados são os que lutavam pelo fim do regime militar, defendiam um modelo de saúde universal e a democracia sexual. O movimento social deu visibilidade a questões importantes para a comunidade LGBT muitas vezes ignoradas pelo poder público e sua presença cria uma via consistente de participação e controle social pela sociedade civil. No estudo “O processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Município de Ponta Grossa – PR” de Dilermando Aparecido Borges Martins, a ONG Renascer atende demandas em saúde de pessoas LGBTs da cidade, atuação não identificada por parte do município. A prefeitura financia as ações da ONG. Já no estudo “A inserção da Política Nacional de Saúde Integral LGBT pela luta à garantia de direitos”, de Luciana Ferrari Gouvêa, os entrevistados do interior de São Paulo manifestaram preocupação com a falta de atuação dos movimentos sociais na região, fato que tem causado esvaziamentos dos comitês e dos conselhos e, assim, a gestão dos municípios têm dificuldade de estabelecer ações sem conhecerem as demandas da população. O movimento social se coloca

como imprescindível para a operacionalização e implementação da Política Nacional de Saúde da População LGBT, devido às dificuldades inerentes deste processo.

A operacionalização e implementação da PNSI-LGBT ainda é um processo em lento amadurecimento. A descontinuidade da política, as resistências em discutí-la em comissões e as práticas cisheteronormativas na gestão e equipamentos de saúde impedem o cumprimento do objetivo da política, de reduzir as iniquidades em saúde e atender ao usuário integralmente. As falas transcritas dos gestores e representantes de ativismos nas entrevistas trazem detalhes e percepções sobre esse processo, destaque para o reconhecimento de que o procedimento é vagaroso e burocrático e a pouca efetividade das ações. Nas obras, observa-se que o PT-SUS, tanto considerando os atendimentos ambulatoriais quanto hospitalares, fortaleceu-se notoriamente após a referida política. Voltado para um dos grupos de maior vulnerabilizado do SUS, por isto terem legislações específicas, mais ainda precisam de melhorar sua estruturação ao se complementarem no âmbito da PNSI-LGBT. As mulheres cisgênero lésbicas e bissexuais continuam invisíveis à assistência no planejamento familiar e programas de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis. Não por acaso, as estratégias para os programas de prevenção de ISTs são voltadas, também pelo estigma, aos homens cisgênero gays e mulheres trans e travestis.

Todas as obras revisadas buscam no SUS, nas suas diretrizes e princípios, a legitimação da PNSI-LGBT e de suas proposições: da redução da discriminação e do preconceito nos atendimentos em saúde, na redução do estigma das práticas profissionais e da integralidade no cuidado da saúde. Os principais conceitos abordados pelos autores para analisarem a relação do SUS com LGBT são o de equidade e integralidade. Embora a PNSI-LGBT do SUS, em teoria, seja o alicerce de um atendimento em saúde mais humanizado, na prática, os gestores, trabalhadores e pesquisadores aqui descritos o percebem de forma complexa, identificando seus avanços, suas fragilidades e seus espaços perpetradores de violências LGBTfóbicas.

Algum avanço é evidente. A PNSI-LGBT é um marco legal que questiona as práticas cisheteronormativas e binárias para com as identidades de gênero e tem ocupado um lugar persistente no Ministério da Saúde e nas Secretarias de Saúde. Uma das obras destaca que a PNSILGBT reverberou não só na saúde, mas na educação e na segurança pública também. De fato, em 2015, foi lançado um curso EaD na Plataforma UnA-SUS da UERJ, sobre a PNSI-LGBT, demonstrando a preocupação desta ação com a educação continuada dos profissionais da saúde. Na segurança pública, Duarte (2019), sinaliza a atualização da:

Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada” do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a partir da versão 5.0 do SINAN, em outubro de 2014, onde foram incluídos os seguintes campos nessa ficha: nome social; orientação sexual; identidade de gênero da pessoa que foi agredida, bem como também foi incorporado um campo para identificação da violência por motivação, no caso, homo/lesbo/transfóbica (DUARTE, 2019, s./n.)

Para além deste exemplo concreto, outros avanços explorados na pesquisa confundem-se com as intenções da política; os problemas de operacionalização e implementação prejudicam a possibilidade de avaliação formal dos reais impactos no cenário da saúde.

A PNSI-LGBT, como política, sofreu as deformidades do neoliberalismo, desqualificando-a de sua necessidade e estigmatizando suas estratégias -e seu público alvo- como onerosos ao Estado. A LGBTfobia e a política de austeridade são, prevalentemente, o prelúdio dos desafios enfrentados para a implementação exitosa dessa política, de acordo com os dados levantados, como barreiras simbólicas, políticas, econômicas e sociais. A saber, são:

a) a ausência de arcabouço jurídico que assegure sua existência como política de Estado, livres das incertezas decorrentes das mudanças de governos; b) os desafios para compor um modelo de gestão que promova a ação conjunta, transversal e intersetorial de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, dialogando com a sociedade civil; c) a carência de financiamento específico, com previsão orçamentária no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e d) o reduzido número de servidores públicos permanentes e qualificados, responsáveis pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas (BEZERRA, 2019, p. 21).

Ainda, dissertam os autores sobre as barreiras para pleno acesso a direitos por LGBT, a pouca produção científica sobre o tema, a ausência de dados oficiais fornecidos pelo Estado, a moral religiosa, a instabilidade entre políticas de governo e políticas de Estado e a educação dos trabalhadores da saúde e da gestão no modelo biomédico, binário e heteronormativo. Consonantemente, escrutinaram, entre as fragilidades da PNSI-LGBT, a inadequação da formação e atuação dos profissionais da saúde e apostam na capacitação universal - gestores, rede de saúde e movimento social - para que se diminua a sistematização de violências produzidas nos espaços de atuação.

A violência contra a população LGBT+ e violação de direitos são fenômenos já naturalizados na cultura e atravessam todas as esferas sociais desses sujeitos. A

violência LGBTfóbica está presente nos equipamentos de saúde e são identificadas nas atitudes de desrespeito ao uso do nome social, na omissão ao acolhimento, à sexualidade e à identidade de gênero, nas práticas em saúde baseadas no estigma e em estereótipos de gênero e sexualidade, e na estrutura do SUS, no qual, ao criar mecanismos de atendimento especializado - como os ambulatórios trans - e não promover cuidado integral à saúde, estigmatiza o usuário ao atendimento apenas àquele equipamento, não considerando outras formas de adoecimento que não estão relacionadas diretamente com seu gênero e sua sexualidade. Essas práticas discriminatórias causam o afastamento e absenteísmo de LGBTQ+ do SUS, os marginaliza das arenas do saber técnico-científico e os obriga a buscar assistência em outras arenas de conhecimento, como o popular e o clandestino. Esse fenômeno pode ser identificado nos usos sem acompanhamento médico de hormônios e no uso de silicone industrial para mudanças corporais dentre outros fenômenos institucionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar as dissertações selecionadas, tomando as informações e percepções com as quais tratam da construção histórica, das relações sociais, dos atores principais, do progresso e, principalmente, das iniquidades em saúde que a população LGBTQ vivencia frente as barreiras na implementação da PNSI-LGBT.

A LGBTQfobia, em toda sua amplitude de expressão, mostra-se como um dos principais obstáculos na implementação de políticas de equidade em saúde. Para exercê-la, aposta-se na capacitação dos trabalhadores do SUS, em todos os níveis, no sentido de compreender o usuário do SUS de forma integral, humanizada e sem discurso de ódio.

A PNSI-LGBT é de grande impacto no arcabouço jurídico e nas práticas em saúde em um processo de construção coletiva, desde o início da década de 1980, para que LGBTQ exerçam deste direito. Além disso, a política depende em muito de variáveis locais, como a equação movimento social, poder público e academia.

Outros desafios enfrentados pela PNSI-LGBT vem de seu caráter de política social e como estas estratégias são compreendidas dentro do neoliberalismo. O Governo Federal ainda não foi capaz de produzir dados sobre a população LGBTQ e depende dos movimentos sociais organizados para tal. Assim, apesar de sua singularidade, cada recorte da população LGBTQIAPN+ divide a necessidade de ser melhor acolhida nos atendimentos em saúde, de ter sua identidade e sexualidade compreendida como um determinante social da saúde, para que não se abra

espaço para negligências, estereótipos, omissão e violências, nem estigmatização a ponto de não reconhecer sua humanidade antes do gênero e da sexualidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 83, p. 11-35, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2010.

BEZERRA, M. V. da R. **Barreiras estruturais e interdições dos corpos**: desafios para implantação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT na Bahia. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto Multidisciplinar em Saúde, Universidade Federal da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+**: relatório da pesquisa. Brasília: CNJ, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 de dez. 2011, Seção 1, n. 231, p. 37.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT**. Brasília: PR/SEDH, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006

DUARTE, M. J. O. A política de saúde LGBT no SUS: contribuições para o Serviço Social. In: MORAES, C. A. de S. (org.). **Serviço social e trabalho profissional na área da saúde**. Uberlândia: Navegando, 2021.

DUARTE, M. J. O. Diversidade sexual e políticas públicas: a política de saúde LGBT no Brasil. In: Encontro Internacional de Política Social, 3; Encontro Nacional de

Política Social, 10., 2015, Vitória. **Anais eletrônicos** [...] Vitória: UFES, 2015.

DUARTE, M. J. O. Sexualidades dissidentes e violência: questões para a saúde LGBT. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16., 2019, Brasília. **Anais eletrônicos** [...] Brasília: CFESS, 2019.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade manipulada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IRINEU, B. A. 10 anos do Programa Brasil sem Homofobia: notas críticas. **Temporais**, Brasília, DF, ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez., 2014.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, n. 17, v. 4, p. 758-764, out./dez., 2008.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. 2. ed. London: SAGE Publications Ltd, 2013.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez., 2020.

# **VIOLÊNCIA LGBTIFÓBICA, INIQUIDADES EM SAÚDE E CIDADANIA LGBTI+: UMA REVISÃO NA LITERATURA BRASILEIRA<sup>1</sup>**

*Samuel Lacerda Chaves<sup>2</sup>*  
*Marco José de Oliveira Duarte<sup>3</sup>*

## **RESUMO**

O presente texto trata-se de um estudo de revisão de literatura, sobre violência LGBTIfóbica, iniquidades em saúde e cidadania LGBTI+, a partir de artigos acadêmicos publicados em periódicos entre 2016 e 2022. O estudo tem por propósito investigar as várias formas de violência dirigidas à população LGBTI+, suas implicações sociais e subjetivas, bem como o papel das políticas públicas na coibição destas práticas. Utilizando do método da revisão integrativa de literatura, esta pesquisa seguiu seis etapas, incluindo a busca em bases de dados eletrônicas como LILACS, CAPES e SCIELO, com descritores como “Violência” e “LGBT”. A partir dessa filtragem foram aplicados critérios de inclusão e exclusão, resultando na seleção de 5 artigos para análise completa. Assim, na análise temática de conteúdo, foram comparados, relacionados e problematizados temas que conversavam entre os artigos, destaque para, dentre esses, as diferentes violências, as consequências sociais e psicológicas das violências, a institucionalização da violência LGBTIfóbica e as políticas públicas e a LGBTIfobia. A revisão buscou aprofundar a compreensão das manifestações da violência LGBTIfóbica no contexto brasileiro e a necessidade de políticas eficazes para proteger os direitos da população LGBTI+.

**Palavras-chave:** Violência LGBTIfóbica, Cidadania LGBTI+, Sexualidade, Gênero, Revisão Integrativa.

1 Artigo resultado de projeto de pesquisa, com bolsas financiadas pelo CNPq.

2 Graduando em Rádio, TV e Internet na Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Bolsista PIBIC/CNPq-AF e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. samuellacerda12@gmail.com

3 Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-Doutorando em Psicologia Social na UERJ. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. Bolsista Produtividade/Pesquisador do CNPq, marco.duarte@ufjf.br



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo investigar, a partir de um estudo de revisão, os artigos publicados em periódicos acadêmicos, no período compreendido entre 2016 e 2022, com foco nos temas da violência LGBTIfóbica, iniquidades em saúde e cidadania LGBTI+. A escolha desses temas é motivada pela necessidade de compreender as diferentes manifestações da violência direcionadas a população de LGBTI e suas consequências, no sentido de contribuir para as políticas públicas voltadas para esta população, no sentido de sua mitigação desse fenômeno na realidade brasileira.

A revisão integrativa de literatura é a abordagem metodológica adotada, permitindo uma compreensão abrangente e mais aprofundada do tema. Assim, neste estudo, serão abordadas as diferentes formas de violência LGBTIfóbica, suas manifestações em diferentes contextos sociais e as consequências para LGBTI+. Neste âmbito, propõe-se a tratar deste processo de institucionalização da violência, permeando diversos setores da sociedade, desde o familiar até o público, incluindo escolas, serviços de saúde e sistemas de justiça. Desta forma, propõe-se a contribuir com as políticas públicas de enfrentamento à LGBTIfobia, destacando a importância de uma abordagem integrada para combater esse problema endêmico.

## METODOLOGIA

O revisão integrativa faz uma síntese dos estudos publicados sobre o assunto, possibilitando uma visão mais aprofundada e conclusiva acerca do tema (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), esta metodologia dispõe de seis etapas, sendo elas: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos / amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados / categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Com o objetivo de pesquisar as publicações que constituíram a revisão integrativa deste estudo, foi realizado um levantamento online entre os meses de Maio e Junho de 2023, tomando as seguintes bases de dados eletrônicas: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), o portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Tomou-se, para seleção dos artigos, os seguintes

descritores: “Violência” e “LGBT”, como também foram utilizadas variantes da sigla como: “LGBTI”, “LGBTQIA+”, entre outras, mas que não obtivemos resultados. Para a seleção, ambos os descritores deveriam estar presentes no título do artigo e foram consideradas apenas publicações entre os anos de 2016 e 2022.

O ano de 2023 foi desconsiderado por ainda estarem sendo publicados periódicos referentes a esse ano durante a realização da pesquisa, assim como o ano de 2015, já que uma questão crucial para o estudo foi de investigar quais mudanças e impactos na literatura foram causados pela alteração da “Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada” do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Salientando que, a partir de 2014, o SINAN incorporou novos campos em seus registros, tais como, nome social, orientação sexual, identidade de gênero e motivação da violência LGBTIfóbica. Essas alterações ampliaram a visibilidade da violência sofrida pela população LGBTI+ e qualificaram a notificação de casos relacionados à LGBTIfobia, incorporando as violências por motivação LGBTIfóbica no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) para dar visibilidade à violência sofrida pela população LGBTI+.

Durante as etapas iniciais de filtragem dos artigos, foram definidos, também, os critérios que iriam definir se o artigo era útil ou não para a pesquisa. Assim, no que tange aos critérios de inclusão, são eles: Artigos publicados no período de 2016 a 2022; Abordem diretamente a temática da violência LGBTIfóbica; que sejam disponíveis online e gratuitamente e em português publicados no Brasil. Já os critérios de exclusão escolhidos foram: artigos fora do período de publicação; que não abordem a temática da violência LGBTIfóbica; que estejam fora das áreas científicas da pesquisa, Serviço Social e/ou Saúde Coletiva; Idioma que não seja o português do Brasil; Restrito às publicações de periódicos acadêmicos e de acesso online.

A priori, 32 publicações foram selecionadas por se enquadrar no universo da pesquisa, no entanto, após leitura de resumo, introdução e conclusão e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 5 publicações que foram lidas na íntegra e tomadas para o estudo de revisão.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos primeiros esforços de filtragem e organização dos dados e com intuito de analisá-los com aprofundamento do estudo, foi criada a tabela abaixo, com os 32 artigos incluídos no processo da investigação, contendo as principais informações, tais como: autoria, área de formação, o periódico, a área da revista, sua avaliação no Qualis periódicos da CAPES, a base de dados online de onde foi

coletada, título e ano de publicação. Isto foi feito concomitante a leitura dinâmica do artigo, como resumo, introdução e conclusão.

**Tabela 1:** Quadro sinóptico geral de caracterização dos artigos selecionados entre 2016-2022

N	Autoria	Formação	Periódico	Área da Revista	Qualis	Base de Dados	Título do Artigo	Ano
1	Hugo Fernandes	Enfermagem	Acta Paulista de Enfermagem	Ciências da Saúde	A4	Lilacs	Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros	2022
2	Paloma Pegolo de Albuquerque; Daniel Alberto	Psicologia	Revista de Psicologia	Ciências Humanas	A4	Lilacs	Relembrando os tempos de escola: A homofobia na perspectiva de estudantes universitários	2022
3	João Antonio Smania Gomes; Zeno Carlos Tesser Junior	Medicina Odontologia.	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Ciências da Saúde	B2	Lilacs	Experiências de médicos de família e comunidade no cuidado com a saúde de pacientes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	2022
4	Maria Amanda Pereira Leite et al.	Enfermagem	Revista de Pesquisa Cuidado é fundamental	Ciências da Saúde	B2	Lilacs	Aspectos dos cuidados de enfermagem frente às minorias sexuais e de gênero: revisão da literatura	2022
5	Martha Helena Teixeira de Souza et al.	Enfermagem.	Caderno de Saúde Pública	Ciências da Saúde	A1	Lilacs	Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.	2021
6	Rafael Lima Fernandes; Telma Low Silva Junqueira	Enfermagem Psicologia	Fractal	Ciências Humanas	A2	Lilacs	Homens, gênero e violência contra as mulheres: reflexões sobre sentidos atribuídos às masculinidades	2021

N	Autoria	Formação	Periódico	Área da Revista	Qualis	Base de Dados	Título do Artigo	Ano
7	Nayara Mendes Cruz	Enfermagem	Revista Baiana de Saúde Pública	Ciências da Saúde	B2	Lilacs	Trajetórias atuais da gestão do SUS no enfrentamento à violência de gênero: uma revisão narrativa	2021
8	Benedito Medrado	Psicologia	Ciência & Saúde Coletiva	Ciências da Saúde	A1	Lilacs	Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia	2021
9	Nizar Amin Shihadeh et al.	Serviço Social	Barbarói	Ciências Humanas	B1	Lilacs	A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBT- QIA+	2021
10	Wallace Góes Mendes et al.	Saúde Pública	Ciência & Saúde Coletiva	Ciências da Saúde	A1	SciELO	Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT	2021
11	Isabella Vitral Pinto et al.	Saúde Pública	Revista Brasil. Epidemiol.	Ciências da Saúde	A3	Lilacs	Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017	2020
12	Nathalia Fattah; Milenne Souza de Lima	Psicologia	SMAD	Ciências da Saúde	B1	Lilacs	Perfil epidemiológico das notificações de violência auto-provocada de 2010 a 2019 em um estado do sul do Brasil	2020

N	Autoria	Formação	Periódico	Área da Revista	Qualis	Base de Dados	Título do Artigo	Ano
13	Erik Asley Ferreira Abade	Enfermagem	Physis	Ciências da Saúde	A3	Lilacs	Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente	2020
14	Wallace Góes Mendes et. al.	Saúde Pública	Ciência & Saúde Coletiva.	Ciências da Saúde	A1	Lilacs	Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial	2020
15	Mériti Souza; Marcelo de Oliveira Prado	Psicologia	Polis e Psique	Ciências Humanas	B1	Lilacs	Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações	2019
16	Bruno Souza Leal; Carlos Camargos Mendonça	Comunicação	RECIIS	Ciências da Saúde	A3	Lilacs	Dilemas da visualidade jornalística das violências contra pessoas LGBTQ+ e contra mulheres heterossexuais no Brasil	2019
17	Sérgio Gomes da Silva; Alexandre Nabor França	Fisioterapia Psicologia	Psicologia: Ciência & Profissão	Ciências Humanas	A2	Lilacs	Vidas precárias: a performatividade na constituição das violências fóbicas em gêneros e sexualidades	2019
18	Pedro Afonso Cortez	Psicologia	Physis	Ciências da Saúde	A3	Lilacs	Sexismo, misoginia e LGBT- Qfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil	2019

N	Autoria	Formação	Periódico	Área da Revista	Qualis	Base de Dados	Título do Artigo	Ano
19	Cleyton Feitosa	Ciência Política.	Physis	Ciências da Saúde	B2	Lilacs	Políticas públicas LGBT no Bra- sil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homo- fobia de Pernambuco	2019
20	Luan Carpes Barros Cassal	Psicologia	Psicologia: Ciência e Profissão	Ciências Humanas	A2	Lilacs	Enfrentamento à LGBTIfobia, afirmação ético-política e regu- lamentação profissional: 20 anos da Resolu- ção CFP nº 01/1999	2020
21	Jaime Alonso Cara- vaca Moreira; Maria Itayra Padilha	Enfermagem	Texto & Contexto - Enfermagem	Ciências da Saúde	A2	Lilacs	Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na con- temporaneir dade	2018
22	Marcos Vinicius do Amaral Apostolo	Psicologia	Psicologia USP	Ciências Humanas	A2	Lilacs	Discursos e posis- cionamentos em um encontro de diálogo so- bre violência a LGBTs	2017
23	Manoel Rufino David de Oliveira; Joyce Leonardo Pon- tes	Direito	Diálogo	Ciências Sociais Aplicadas	B2	Capes	“Minha própria vivência é minha militância”: aná- lise da violência sofrida por mili- tantes LGBT em Belém do Pará	2021
24	Rodrigo Otávio Mo- retti-Pires; Marcelo Vieira; Mirelle Finkler	Saúde Coletiva Engenharia Odontologia	Saúde e Sociedade	Ciências da Saúde	A3	Capes	Violência simbólica na experi- ência de estudantes uni- versitá- rios LGBT	2022
25	Ozéas da Silva Lopes Júnior	Psicologia	Horizonte	Ciências Humanas	A1	Capes	Violência e construção da cida- dania da comunidade LGBT no Brasil: aspectos históricos e re- ligiosos	2017

N	Autoria	Formação	Periódico	Área da Revista	Qualis	Base de Dados	Título do Artigo	Ano
26	Mônica De Melo Me-deiros; Francisco dos Santos Neto	Serviço Social	Cadernos de Gênero e Diversidade	Interdisciplinar de Gênero e Sexualidade	A3	Capes	Serviço Social e Movimento LGBT: promoção à cidadania de crianças e adolescentes no combate à violência de gênero nas escolas	2017
27	Valdenízia Bento Peixoto	Serviço Social	Periódicos	Interdisciplinar de Gênero e Sexualidade	A3	Capes	Violência contra LGBTs no Brasil: premissas históricas da violência no Brasil	2018
28	Claudio Oliveira de Carvalho; Gilson Santiago Macedo Júnior	Direito	Revista de Direitos e Garantias Fundamentais	Ciências Sociais Aplicadas	A1	Capes	'Ainda vão me matar numa rua': direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário	2019
29	Vitor Grunvald	Antropologia	Ponto Urbe	Ciências Humanas	A2	Capes	Juventude periférica, gênero, sexualidade e violência de Estado: notas a partir de uma família LGBT na cidade de São Paulo	2021
30	Ana Márcia Ruas de Aquino; Hugo Mari	Letras	Fólio	Linguística, Letras e Artes	B3	Capes	O corpo LGBT patologizado: fraturas e degradações do lugar do ser em um cenário de violências	2018
31	Márcio de Oliveira et al.	Educação	Educação	Ciências Humanas	A2	Capes	"Gritos, tiros, sangue e muito medo" - violência contra as pessoas LGBTQIA e o processo educativo	2021
32	Isadora Lins França	Antropologia	Cadernos Pagu	Interdisciplinar de Gênero e Sexualidade	A1	Capes	"Refugiados LGBTI+": direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência	2017

**Fonte:** Elaboração dos autores

De uma forma geral, observa-se que há uma concentração de artigos publicados no ano de 2022. Quanto às áreas dos periódicos, há uma tendência de maior concentração para o campo da Saúde Coletiva e das Ciências Humanas, como também se registra que em sua maioria está no estrato A da última avaliação do Qualis Periódicos da CAPES (2017-2020). Assim, tomando a tabela acima, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão sobre os 32 artigos selecionados, restando 5 artigos que foram lidos na íntegra tomando anotações sobre as temáticas de intersecção entre os artigos, nos quais respondiam alguns dos problemas de pesquisa.

**Tabela 2:** Quadro sinóptico dos artigos analisados entre 2016-2022

N	Autoria	Formação	Periódico	Área da Revista	Qualis	Base de Dados	Título do Artigo	Ano
1	Isabella Vitral Pinto et. al.	Saúde Pública	Revista Brasil. Epidemiol.	Ciências da Saúde	A3	Lilacs	Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bis-ssexuais, transvestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017	2020
2	Wallace Góes Mendes et. al.	Saúde Pública	Ciência & Saúde Coletiva.	Ciências da Saúde	A1	Lilacs	Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial	2020
3	Martha Helena Teixeira de Souza et. al.	Enfermagem.	Caderno de Saúde Pública	Ciências da Saúde	A1	Lilacs	Violência pós-morte contra transvestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil	2021
4	Wallace Góes Mendes et. al.	Saúde Pública	Ciência & Saúde Coletiva	Ciências da Saúde	A1	SciELO	Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT	2021
5	Rodrigo Otávio Moretti-Pires et. al.	Saúde Coletiva	Saúde e Sociedade	Ciências da Saúde	A3	Capes	Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT	2022

**Fonte:** Elaboração dos autores



Dos cinco artigos selecionados para análise, em sua totalidade pertence à área das Ciências da Saúde, em particular, ao campo da Saúde Coletiva, sendo, em sua maioria, da base de dados Lilacs, exceto dois, respectivamente, um do Portal de Periódicos da Capes e o outro da Scielo. Três dos artigos pertencem ao estrato A1 da avaliação da CA-PES e dois ao estrato A3. Em se tratando de ano de publicação, neste aspecto não há uniformidade, dois são de 2020, dois em 2021 e um em 2022. Contudo, continuamos com o período das publicações em um contexto de acirramento das violências LGBTIfóbicas no território nacional.

### Tematizando sobre as violências LGBTIfóbicas e suas consequências

Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil “é o país com a maior quantidade de registros de crimes letais contra LGBT do mundo, seguido pelo México e Estados Unidos” (GGB, 2018, apud MENDES; SILVA, 2020, p. 1710). Mas, para além da letalidade, a violência contra LGBTI+ acomete a sociedade brasileira de inúmeras ou-tras maneiras. A leitura social da violência é adversa assim como sua decorrência, podendo esse fenômeno se manifestar de diferentes formas de acordo com o contexto em que se insere. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (OMS, 2002, n/p.). Podendo manifestar-se através da violência física, psicológica, moral, sexual, financeira dentre outros.

Assim, nos artigos analisados, as maneiras com que a violência LGBTIfóbica se expressa é diferente de acordo com a realidade social no qual o sujeito está inserido. Em relação às violências que afetam a subjetividade (morais e psicológicas) Moretti-Pires et al. (2022, p. 8) afirmam o lócus de homofobia é representado, sobretudo, pela família, que é também quem coloca LGBTI+ em dilema “frente ao desejo de se assumirem e de manter relações com os familiares que os excluem”. Analogamente, é também dentro do contexto familiar onde se agravam as violências físicas

Segundo Pinto (2020, p. 8) “os familiares foram os autores mais frequentes de violências notificadas em adolescentes de 10 a 14 anos (29,4%) e em idosos (38,5%). Entre adolescentes de 15 a 19 anos, destacam-se os agressores de relação intrafamiliar (29,8%, considerando-se familiares e parceiros íntimos) e desconhecidos (19,5%). Nos adultos, foram mais frequentes as violências perpetradas por parceiros íntimos (32,5%)”.

Dentro e fora da família existe uma constância na violência psicológico/moral praticada contra pessoas LGBTI+, já que essa também acomete LGBTI+ nas relações amorosas, no trabalho, na rua, e em qualquer ambiente de convívio social que essa população se insira. Moretti-Pires et al. (2022) ressaltam a repetição constante da subestimação das identidades LGBT, como brincadeiras contínuas, palavras depreciativas e um conjunto de restrições e situações embaraçosas.

Em se tratando, mais especificamente, das populações trans e travestis, suas trajetórias são permeadas por violências que se iniciam em casa, ainda quando jovens, na medida em que os familiares não aceitam a transição como as transformações corporais. A violência continua nas escolas, por não se conformarem aos preceitos dicotômicos de gênero, e persistem nos serviços de saúde, no mercado formal de trabalho e assim por diante (SOUZA et al. 2021). Registra-se que estes sujeitos tem seus corpos e gêneros desrespeitados pela família e poder público mesmo depois de morrerem (SOUZA et al., 2018).

Em poucas coisas o Brasil é tão plural e democrático quanto aos perfis de violência contra LGBTI+, tomando todas as idades, cores e classes sociais acometidas, afetando desde as fases iniciais, ainda quando a criança está na escola se descobrindo, até no pós morte como já foi citado no caso das travestis. Segundo Pinto et al. (2020, p. 5), “do total de notificações de violência contra pessoas LGBT analisadas, 69,1% das pessoas atendidas eram adultos e 24,4% adolescentes. Predominou a raça/cor negra em todas as faixas etárias, chegando a 57% entre adolescentes de 10 a 14 anos. A presença de deficiência ou transtorno foi maior entre os idosos (13,7%)”.

Quanto ao perfil da LGBTIfobia assassina, destacam Mendes e Silva (2020) e Mendes et al (2021), que em sua maioria se dá em vias públicas e na residências das vítimas. As armas brancas são as mais usadas entre gays e as de fogo com travestis. Res-salta-se também registros de espancamentos, asfixia e outros tipos de crueldades. Segundo os autores, nos dois estudos, o gênero masculino é predominante, a juventude negra é o público-alvo desta ação. Cabe reforçar, segundo Pinto et al. (2020), que a residência é o local privilegiado das ações de violências, seguido das vias públicas. “No caso dos adolescentes de 10 a 14 anos, destaca-se a escola como terceiro local mais importante (6,1%)” (PINTO et al. 2020, p. .5).

Como toda ação gera uma reação, os efeitos causados pela violência permeiam e transpassam a vida de LGBTI+ ao longo da vida. Impondo mecanismos que naturalizam representações ou ideias dominantes, como a “aceitação” de regras e sanções para trans-gressões, e que dificultam a análise das práticas linguísticas, das regras jurídicas ou morais (MORETTI-PIRES et. al. 2022, p. 5). Os resultados das violências tanto físicas quanto verbais atravessam a vida de

LGBTI+ de maneira a circundar sua existência não apenas através da dor (física e/ou psíquica), mas também através do trauma que afeta toda suas relações interpessoais e sua relação consigo mesmo. Contudo, quando essa violência está atrelada ao âmbito familiar, os resultados das dores podem ser ainda maiores, visto que existe uma confusão entre o laço de afeto que deveria ser estabelecido pela família de maneira a criar um ambiente seguro, mas que na verdade é o local onde a individualidade é violada. Nesse sentido, a fuga do contexto familiar aparece como saída comum para a manutenção da saúde mental e física das pessoas LGBT (PINTO et al. 2020). Por isso, independente da região afetada por atos violentos, considera-se o corpo como a marca do indivíduo, a fronteira e o limite que o distingue dos outros. O corpo pode ser visto como o território primeiro do sujeito, a partir do qual ele constrói suas relações com o mundo, assim, urge a necessidade e o apelo de respeito ao corpo físico e contra danos mentais causados pelas violências LGBTIfóbicas.

Uma questão que se coloca em comum entre os artigos é a maneira com que as violências LGBTIfóbicas são naturalizadas e cristalizadas nas relações coletivas do tecido social brasileiro. Assim sendo, fica claro em diversas passagens a maneira com que esse fenômeno se instaura e se institucionaliza não apenas nas famílias e nas instituições sociais, mas também através do poder público e em todos os seus ramos e contextos.

A cada ano o quantitativo de homicídios tem crescido no país pela ausência de políticas públicas de combate a esta violência. O Supremo Tribunal Federal (STF) equi-parou a homotransfobia ao crime de racismo, devido à sua complexidade. Contudo, “só está ação não resolverá esse problema de saúde pública, mas constitui um passo importante no sentido de dar visibilidade à questão da homofobia” (MENDES; SILVA, 2020, p. 1719)

Moretti-Pires et al. (2022) ressaltam, ainda, como em instituições de socialização secundária, as instituições de educação reproduzem a violência LGBTIfóbica institucional, gerando mal-estar em LGBTI+, particularmente, pela imposição da heteronormatividade nas relações socioinstitucionais. Segundo os autores, há um pacto de silêncio em relação à diversidade sexual no ambiente universitário (e ou de trabalho) que foi interpretado como uma manifestação de violência simbólica.

A escola, segundo Pinto et al. (2020), que deveria ser o espaço de segurança e acolhimento, vem se mostrando como cenário de violência para LGBTI+, com práticas discriminatórias e de bullying, reforçando a exclusão social de estudantes. Dessa maneira, o contato com as violências LGBTIfóbicas, perpassam toda a vida de sujeitos LGBTI+, da infância ao pós-morte. De fato, a LGBTIfobia é um

problema endêmico e sistêmico, pois está na família, na escola, na universidade, nas relações de trabalho, na rua e em qualquer outro espaço de convivência social de LGBTI+. Mendes e Silva (2020) e Men-des et al (2021) tratam de como estas violências extrapolam ao seu grau máximo (homi-cídios), independentemente de haver homotransfobia ou não, ela passa a se tratar de um problema de saúde pública e de violação sistemática dos direitos humanos.

A institucionalização da violência atinge, ainda, setores como justiça, segurança pública e saúde, desde os atendimentos não adequados até a truculência e maus tratos por autoridades (SOUZA et al. 2021). Emerge, assim, o fenômeno da revitimização, de um lado, expressão da institucionalização da violência LGBTI-fóbica, modus operandi do racismo de Estado, caracterizada pela negação das identidades das vítimas, investigações inadequadas dos crimes e impunidade dos agressores. Como pela subnotificação, por outro lado. Além de que tudo isto é agravado pela ausência de políticas públicas que assegurem os direitos de LGBTI+, mas, principalmente, de pessoas trans e travestis, incluindo acesso à saúde, educação, trabalho e emprego.

De fato, outro elemento comum entre os artigos, é a necessidade de uma maior atenção do poder público e de políticas públicas para, se não sanar, amenizar o problema da violência LGBTIfóbica. No entanto, a falta de estudos e pesquisas, como de dados oficiais sobre essa população, é um enorme problema que causa problemas em cadeia. As consequências da omissão do Estado são desastrosas, nos últimos anos tem havido um crescimento vertiginoso do número de homicídios no país pela ausência de políticas públicas no sentido de combater essa violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade e a gravidade da violência LGBTI+ delineada acima ressalta a urgente necessidade de um compromisso mais amplo e abrangente com a pesquisa e as políticas públicas. A violência dirigida a LGBTI+ é uma triste realidade que persiste, exigindo ação imediata e eficaz.

A condução de pesquisas aprofundadas é crucial não apenas para entender as raízes e os impactos dessa violência, mas também para informar a criação de políticas públicas bem fundamentadas. A formulação e implementação de políticas específicas e bem dirigidas e direcionadas são passos essenciais para oferecer proteção, cidadania e recursos adequados à população LGBTI+, garantindo seus direitos, como segurança.

Além disso, é vital incorporar a diversidade e o respeito à população LGBTI+ também nos outros espaços, como educação, saúde, assistência social, trabalho

etc. Portanto, o Estado tem a responsabilidade de construir políticas públicas para população LGBTI+, visando não apenas reduzir a violência, mas também proporcionar oportunidades com equidade. A implementação eficaz requer financiamento e monitoramento, com a intenção de criar um cenário onde LGBTI+ tenham seus direitos de cidadania garantidos em um Estado Democrático de Direito, em confronto com sua política de morte.

## REFERÊNCIAS

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020.

MENDES, W. G. et al. Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 5615-5628, 2021.

MORETTI-PIRES, R. O. et al. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PINTO, I. V. et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, supl. n. 1, p. e200006, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einsten**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 102-106, 2010.

SOUZA, M. H. T. et al. Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. e00141320, 2021.

# POPULAÇÃO LGBTI+, SAÚDE MENTAL E ACESSO À SAÚDE: UM RECORTE DE IDENTIDADE RACIAL E RENDA

*Leandra Sobral Oliveira<sup>1</sup>*

*Akira Borba<sup>2</sup>*

*Luddy Searom Carias de Moraes<sup>3</sup>*

*Wisney Batista dos Santos<sup>4</sup>*

## RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama da saúde mental das pessoas LGBTI+ no Brasil a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem da População LGBTI+ 2019, realizada pela ONG TODXS. Os dados foram obtidos por questionário *online*, construído conforme DATASUS. A coleta durou 3 meses e obteve 15326 respostas de pessoas maiores de 18 anos, das 27 capitais do Brasil. São 03 as questões em saúde mental investigadas: prevalência de transtornos mentais; busca por auxílio psicológico por ser LGBTI+ e acesso a plano de saúde privado. Identidade racial e empregabilidade/renda foram os principais marcadores utilizados para análise. Dos respondentes, 29,86% reportou ter transtorno mental, sendo a depressão (39,46%) e a ansiedade (32,33%) os mais prevalentes. Entre pessoas empregadas e desempregadas, há maior prevalência de transtornos entre desempregadas (35%) frente às empregadas (26,7%). Cabe ressaltar que a amostra com renda até 2000 reais é composta majoritariamente por pessoas que relatam transtornos mentais. Quanto à busca por auxílio psicológico por ser LGBTI+, as pessoas indígenas (71,4%) são as que menos recorrem a esses serviços, seguidos por pessoas pardas (66,5%), pretas (65,3%) e brancas (59,6%). Quanto ao acesso a plano de saúde privado, mais da metade das pessoas indígenas (53,7%), pardas (52,1%) e pretas (56%) respondentes não possuem o serviço, enquanto apenas (37,7%) das

1 Doutora em Psicologia Social (UERJ), Especialista em gênero e sexualidade (UERJ), Graduada em Psicologia (UERJ), analista de pesquisa na ONG TODXS Brasil, [leandra.oliveira@todxs.org](mailto:leandra.oliveira@todxs.org);

2 Mestre em Educação (UFRGS), Doutoranda em Informática da Educação (UFRGS), Líder da equipe de Pesquisa da ONG TODXS, contato [akira.borba@todxs.org](mailto:akira.borba@todxs.org);

3 Bacharel em Ciências Biológicas (2021), analista de pesquisa quantitativa na ONG TODXS, contato [luddy.searom@todxs.org](mailto:luddy.searom@todxs.org);

4 Especialista em Psicologia Social (2023), Bacharel em Psicologia (2021), analista de pesquisa qualitativo na ONG TODXS, contato [wisney.beriq@todxs.org](mailto:wisney.beriq@todxs.org);

peças brancas não possuem. Mesmo a pesquisa tendo caráter amostral, o perfil dessas experiências apontadas podem contribuir para a ampliação do debate em políticas públicas.

**Palavras-chave:** LGBTI+, transtornos mentais, identidade racial, empregabilidade, renda.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da pesquisa nacional por amostra da população LGBTI+ no Brasil realizada pela ONG TODXS. O levantamento foi dividido em cinco blocos temáticos: identidade e perfil sociodemográfico, mercado de trabalho e renda, saúde, participação e compreensão política, e discriminação. Em cada bloco, são apresentados dados e análises sobre as condições de vida da população LGBTI+ no país. Este artigo é um recorte sobre o bloco temático de saúde, mais especificamente, saúde mental, pensando nas vulnerabilidades específicas e nas desigualdades de acesso à saúde enfrentadas por esta comunidade.

Compreende-se que o direito ao exercício livre da sexualidade e à auto-determinação de gênero são componentes básicos e fundamentais para nossa saúde mental (CFP, 2023). Dessa maneira pessoas LGBTI+ têm sua saúde mental afetada em função da discriminação e preconceito que sofrem por afirmarem outras formas e modos de existência para além da heterossexualidade e da cis-generidade. Nesse sentido, estudos apontam que, principalmente no que tange à saúde mental, a população LGBTI+ tem apresentado significativos processos de adoecimento em decorrência das dinâmicas de discriminação e exclusão (HATZENBUEHLER et al., 2010).

Vale lembrar alguns marcos importantes quando pensamos em gênero, sexualidade e população LGBTI+ no século XX e XXI: em 1973, a APA (Associação Norte Americana de Psiquiatria) deixou de classificar a homossexualidade como transtorno mental; no Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual; e o processo culminante é datado de 17 de maio de 1990, quando a Assembleia Geral da OMS (Organização Mundial de Saúde) retirou o termo e o conceito de *homossexualismo* de sua lista de doenças mentais, declarando que “a homossexualidade não constitui doença nem transtorno nem perversão” (Carrara, 2015, p.51), o que resulta na consequente revisão do CID-10 (Código Internacional de Doenças) com impactos diretos na produção científica de conhecimento seguinte. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, através da resolução 01/99, afirma a despatologização das homossexualidades e em 2018, através da resolução 01/2018 afirma a despatologização das identidades trans e travestis. Para finalizar esta brevíssima retrospectiva, em maio de 2019, a OMS retira a transexualidade da categoria de transtornos mentais.

Retornando ao debate dos pontos da pesquisa, somando outros marcadores sociais, para além do gênero e da sexualidade, há evidências que sugerem que a questão racial, a baixa renda familiar, o baixo nível de escolaridade, o desemprego, as condições de trabalho estão associados com a incidência de transtornos



mentais na população LGBTI+. Como nos aponta (ALLEN et al., 2014), os fatores de risco social para muitos transtornos mentais comuns, como ansiedade e depressão, estão fortemente associados às questões raciais, desemprego, baixa escolaridade, baixa renda, etc. Além disso, o impacto destes determinantes sociais na saúde mental pode ser acumulativo, aumentando a gravidade e incidência dos transtornos (PAHO, 2018).

Pensar sobre os impactos impostos pela heterocisnormatividade e relevante, pois esse sistema precariza a forma de existir dessas pessoas, tornando-as mais vulneráveis e restringindo-as a um exercício de cidadania desigual e, principalmente, silencioso. Butler (2018, p.218-219), a esse respeito, pergunta:

Como posso me esforçar para levar uma boa vida se não tenho uma vida sobre a qual falar, ou quando a vida que busco levar é considerada dispensável ou, na verdade, já foi efetivamente abandonada? Quando a vida que levo não é possível de ser vivida, um paradoxo excruciante se coloca, pois a questão ‘como eu vivo uma boa vida?’

Os estigmas, a discriminação e a exclusão social reverberam em informações, dados e conhecimentos ainda insuficientes para atender a saúde de pessoas LGBTI+ em sua integralidade, portanto espera-se que a pesquisa estimule e dê subsídios para demais pessoas pesquisadoras realizarem outras investigações.

## METODOLOGIA

A pesquisa por amostragem foi estruturada em uma plataforma online que permitisse a realização das 115 perguntas, incluindo condicionais, e acesso à base de dados para análise posterior. Dessa forma, selecionou-se a plataforma online SurveyMonkey (<https://pt.surveymonkey.com>). Tendo em vista que 71% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet (NIC.BR, 2020), a aplicação online, auxiliada por ampla divulgação, seria a opção viável de coleta a nível nacional.

É importante ressaltar que a Pesquisa: (i) utilizou um método que possui amostras representativas da população universal; (ii) nasceu devido à ausência de pesquisas confiáveis sobre a população LGBTI+ de municípios de médio e pequeno porte. Por isso, foi necessário mapear municípios comparáveis em suas características em cada uma de suas regiões; e (iii) seriam necessários mais recursos financeiros para a realização de uma pesquisa que levasse em consideração os municípios de médio e pequeno porte - algo que a organização não possuía no momento.

A pesquisa coletou informações de pessoas LGBTI+ das 27 capitais das Unidades da Federação. Com duração de aproximadamente três meses, o período de

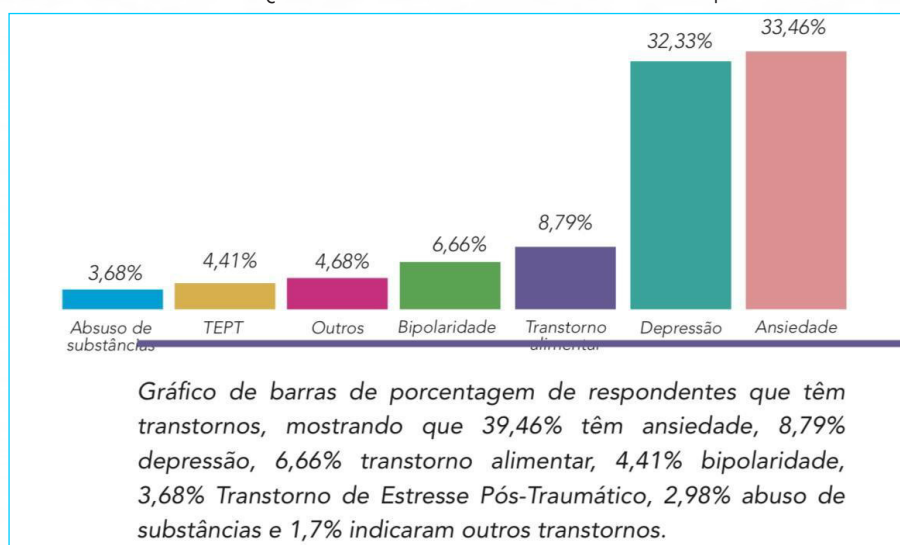
coleta e divulgação foi iniciado em 04 de abril e encerrado no dia 03 de julho de 2019 e obteve 15326 respostas de pessoas maiores de 18 anos.

O bloco temático sobre saúde mental, que é o objeto deste trabalho, foi construído conforme DATASUS e buscou construir as variáveis e análises tendo como base as pesquisas do Censo Demográfico IBGE 2010 e da Pesquisa Nacional de Saúde IBGE 2019. As perguntas do questionário versavam sobre a autoavaliação da saúde - captando a percepção subjetiva de cada pessoa, conforme características físicas, emocionais e psicológicas que a pessoa atribuiu relevância -, o acesso e uso de serviços de saúde - frequência de consultas e exames, causas para não procurar ajuda e confiança em profissionais de saúde -, a saúde mental - compreendendo os efeitos da discriminação, da violência e das condições precárias de vida entre populações não brancas, pessoas mais pobres, LGBTI+ e outras populações marginalizadas. Neste artigo iremos expor os resultados de 3 questões presentes na seção de saúde mental - prevalência de transtornos mentais; busca por auxílio psicológico ou médico por ser LGBTI+ e acesso a plano de saúde privado.

## REFERENCIAL TEÓRICO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção iremos apresentar os gráficos, a descrição e as análises dos resultados obtidos por nossa pesquisa.

**Gráfico 01.** Quais transtornos de saúde mental você possui?

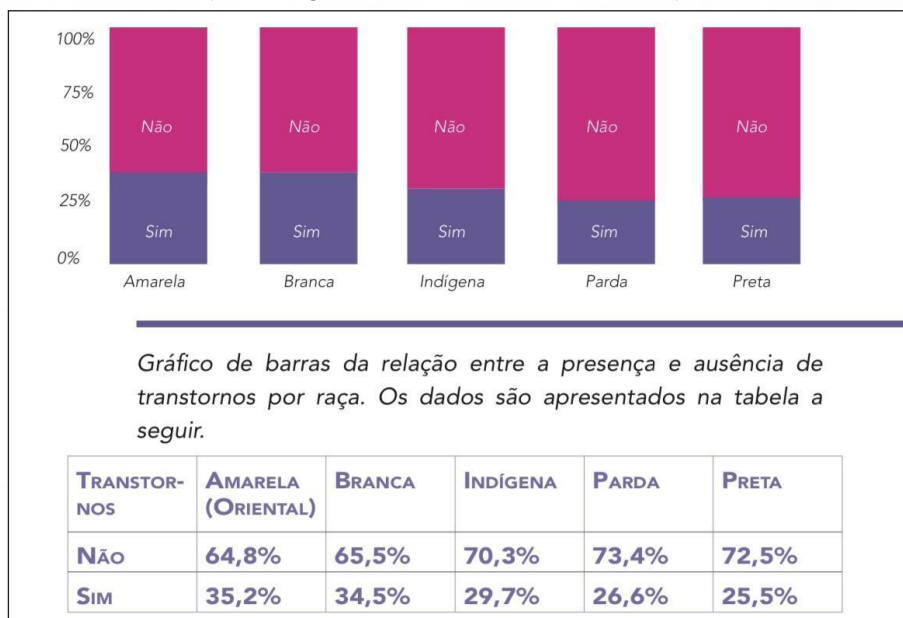


A pesquisa mostrou que 29,86% da população LGBTI+ reportou ter algum tipo de transtorno de saúde mental. Vale ressaltar que esta indicação feita pelos

respondentes pode ser baseada em diagnóstico recebido por algum especialista consultado por eles ou pela autopercepção dos mesmos.

Entre as pessoas participantes da amostra que responderam ter algum tipo de transtorno de saúde mental, os transtornos mais prevalentes foram depressão (39,46%) e ansiedade (32,33%), ocorrendo isoladamente ou ao mesmo tempo em vários indivíduos. Outros transtornos menos frequentes foram transtornos alimentares (8,79%), bipolaridade (6,66%), Transtorno de Estresse Pós-Traumático (4,41%) e abuso de substâncias (3,68%). Além disso, há prevalência de transtornos de saúde mental na amostra da população LGBTI+ em comparação com a população geral. Segundo um estudo da OMS (WHO, 2017), o Brasil foi o país que apresentou os maiores índices de depressão (5,8%) e ansiedade (9,3%) no mundo. Portanto, a prevalência de transtornos de saúde mental na população LGBTI+ é significativamente maior do que na população geral.

**Gráfico 02.** Você possui algum transtorno mental? Análise por identidade racial.

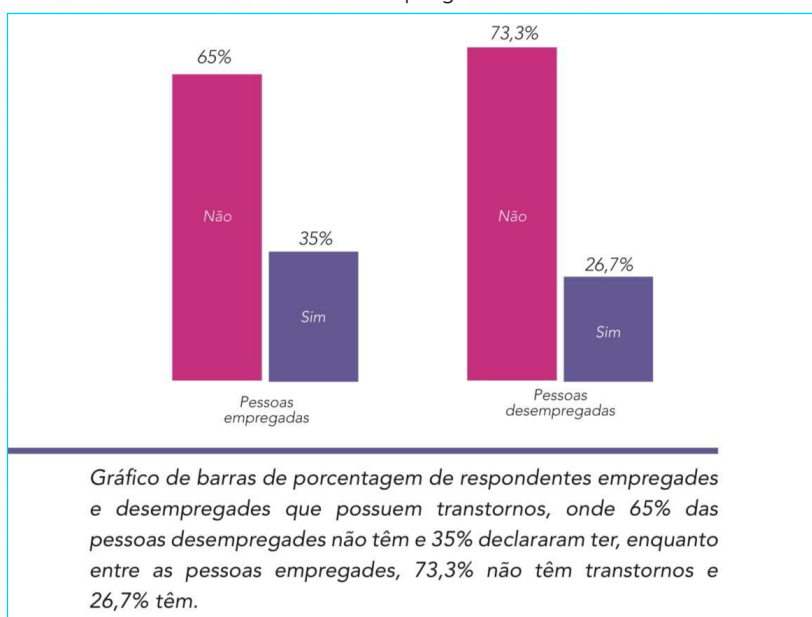


Ao dividir a amostra por raça, nota-se que a maior parte das pessoas que afirmam ter algum transtorno mental são brancas, existem alguns fatores modulando este padrão: i) o número de pessoas que responderam à pesquisa não é igual, ou comparável, para todas as raças/etnias, pois temos mais de 7600 respondentes brancas e 6980 respondentes pardas ou negras, mas apenas 181 amarelas e 153 indígenas; ii) as pessoas que mais frequentemente buscam auxílio são brancas, em comparação com pardas e negras, o que pode aumentar a incidência do reconhecimento de alguns transtornos, bem como seu diagnóstico por um profissional

especializado; iii) as pessoas que mais reportaram buscar auxílio médico ou psicológico por serem LGBTI+ são as que possuem maior nível educacional e, estas, são mais frequentemente brancas.

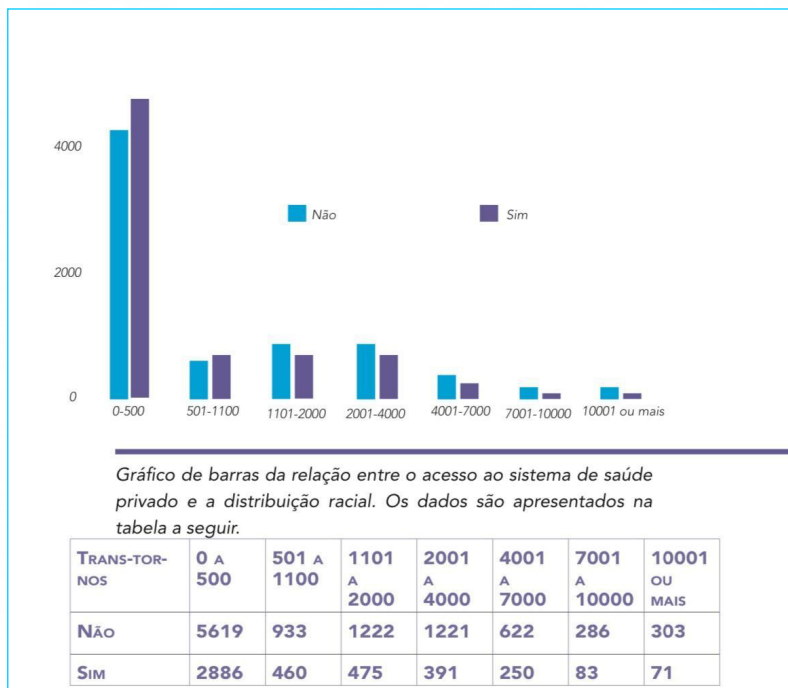
A análise por identidade racial e transtorno mental mostra que a maior porcentagem de pessoas que afirmam ter algum transtorno mental são brancas (35,5%), seguidas por pardas (31,5%), pretas (24,5%), amarelas (5,5%) e indígenas (3%). Portanto, a análise sobre transtorno mental e identidade racial indica que a maior parte das pessoas que afirmam ter algum transtorno mental são brancas, e que as diferenças entre a prevalência de transtornos entre os grupos raciais são estatisticamente significativas.

**Gráfico 03.** Você possui algum transtorno mental? Análise por população empregada e desempregada.



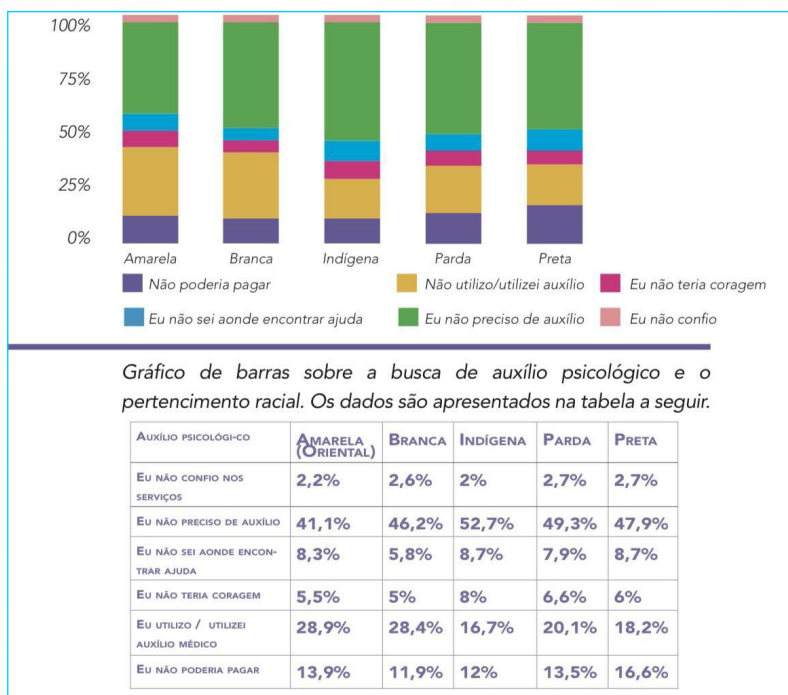
O gráfico de barras de porcentagem de respondentes empregados e desempregados que possuem transtornos mostra que 65% das pessoas desempregadas não têm transtornos mentais, enquanto 35% declararam ter. Já entre as pessoas empregadas, 73,3% não têm transtornos mentais e 26,7% têm. Além disso, a análise por faixa de renda mostra que a maior parte das pessoas que afirmam ter algum transtorno mental tem renda até 2000 reais.

**Gráfico 04.** Você possui algum transtorno mental? Análise por faixa de renda.



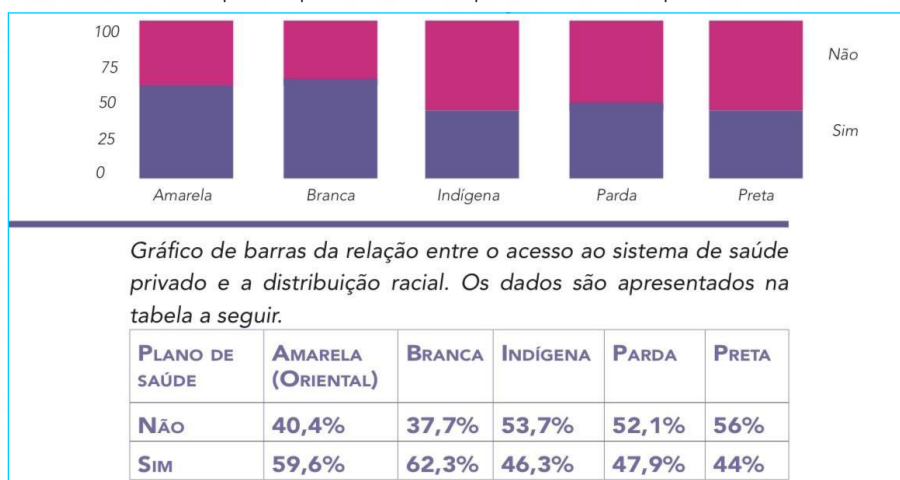
A amostra de pessoas com renda até 2000 reais é composta majoritariamente por pessoas que relatam transtornos mentais, enquanto os níveis de renda superiores são compostos majoritariamente por pessoas que não relatam transtornos mentais. Portanto, a análise por faixa de renda e transtorno mental indica que a baixa renda familiar está associada com a incidência de transtornos mentais na população LGBTI+.

**Gráfico 05.** Você já buscou auxílio médico ou psicológico por ser LGBTI+? Análise por identidade racial.



Há importantes diferenças raciais quanto à busca por esse auxílio médico ou psicológico. As pessoas autodeclaradas indígenas, pardas e pretas são as que menos se utilizam desses serviços, e as que mais relatam que “não teriam coragem”. Ao compararmos esta informação com a também desigual distribuição do acesso à rede privada de saúde (gráfico 06), torna-se preocupante que a população que mais depende do SUS é também aquela com maior grau de insegurança para buscar auxílio médico e psicológico por serem LGBTI+.

**Gráfico 06.** Você possui plano de saúde privado? Análise por identidade racial.



A população branca e amarela possui mais acesso a planos de saúde, sendo a população branca a com maior proporção e maior número bruto de pessoas com plano de saúde privado. Já a população preta é a que possui tanto menor proporção quanto menor número bruto de pessoas LGBTI+ com acesso a planos de saúde da rede privada. Portanto, a categoria racial afeta o acesso da população LGBTI+ aos planos de saúde privados, com a população preta sendo a mais afetada pela desigualdade de acesso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos ainda que os estigmas, a discriminação e a exclusão social reverberam em informações, dados e conhecimentos ainda insuficientes para atender a saúde de pessoas LGBTI+ em sua integralidade, portanto espera-se que a pesquisa estimule e dê subsídios para demais pessoas pesquisadoras realizarem outras investigações. Como, por exemplo, estudos de caso em hospitais e clínicas locais, com profissionais da saúde de áreas diversas, em contextos públicos e privados, com pessoas que usam esses serviços, buscando levantar experiências concretas negativas e positivas, conduzindo ações de intervenção, através de documentos tais quais protocolos de atendimento, se fazendo de métodos e técnicas qualitativas, quantitativas e mistas. Vale pontuar que, ao longo do relatório, buscou-se assumir uma perspectiva analítica interseccional. A adoção da abordagem influenciou diretamente a compreensão das respostas. Sempre que possível, foi feito o cruzamento de marcadores sociais de modo a qualificar a análise, tentando fazer uma aproximação das realidades vividas pelas pessoas, por meio do entendimento de que tais realidades são constituídas por múltiplas camadas de significados e sentidos.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, J.; BALFOUR, R.; BELL, R.; MARMOT, M. Social determinants of mental health. *International Review of Psychiatry*. v. 26, n. 4, p. 392-407, 2014.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro; 1 edição; Civilização Brasileira, 2018.

CARRARA, S. et al. Material didático. Curso de especialização em gênero e sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, D.F.: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2015.

CFP. Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+ [recurso eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — Brasília : 2023.

HATZENBUEHLER, Mark L. et al. The Impact of Institutional Discrimination on Psychiatric Disorders in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: A Prospective Study. *American Journal of Public Health*, [s. l.], v. 100, n. 3, p. 452–459, 2010.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR [NIC.br]. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: pesquisa TIC Domicílios, ano 2019: Tabelas. Maio 2020.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). Health in the Americas: Social Determinants of Health in the Americas. [Internet], 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Depression and other common mental disorders: Global Health Estimates. [Internet], 2017.



# SAÚDE ALÉM DAS FRONTEIRAS: ABORDANDO DESAFIOS NO ACESSO E ENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

*Milton Luis Barreto Vieira<sup>1</sup>*  
*Davi Augusto dos Santos Soares<sup>2</sup>*  
*Jamille Maria de Araujo Figueiredo<sup>3</sup>*

## RESUMO

A realidade da população transgênero é marcada por violências que vão além da agressão física: abuso psicológico, deslegitimação da identidade entre outros. Inclusive, sendo presente até mesmo em serviços de saúde, públicos e privados. Este trabalho constitui um segmento de pesquisa dentro de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma revisão sistemática da literatura feita a partir das bases de dados SciELO, LILACS e PEPsic, com um período entre os anos de 2017 a 2022. O tópico abordado é o acesso à saúde pela população T, bem como o papel desempenhado pela psicologia em relação a essa questão. Apresento os resultados e implicações de uma das categorias temáticas desenvolvidas, intitulada “As barreiras de acesso à saúde enfrentadas pela população T”. Os principais resultados obtidos destacam uma falta de capacitação por parte dos profissionais de saúde para lidar adequadamente com a população transgênero. Isso inclui não só a falta de entendimento das necessidades específicas dessas pessoas, mas também a dificuldade em fornecer cuidados sensíveis à identidade de gênero, o que, por sua vez, desencoraja muitos indivíduos a procurarem ou continuarem os serviços de saúde disponíveis. Além disso, a pesquisa identificou outras barreiras que impactam o acesso à saúde pública para a população transgênero. Isso inclui burocracia significativa para acessar processos de transição de gênero, ausência de serviços especializados em áreas geográficas onde essa população está localizada e a

1 Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, miltonluis11@gmail.com;

2 Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, daviAugusto\_soares@hotmail.com;

3 Professora e orientadora: Doutoranda, Universidade Federal de Sergipe - UFS, jamille\_maria@unit.br;

experiência frequente de discriminação. Diante dessas realidades, também abordamos o papel fundamental que os profissionais de psicologia podem desempenhar.

**Palavras-chave:** Acesso à saúde, População transgênero, Psicologia, Barreiras de acesso, Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

**P**essoas trans e travestis se encontram na ponta da lança das discriminações praticadas no Brasil contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer/Questionado, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais (LGBTQIAP+). Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no ano de 2018, foram registrados mais de 170 assassinatos de membros dessa população, o que indica um aumento significativo da violência, no contexto brasileiro, para com ela (BRASIL, 2018).

Dessa forma, a realidade da população Trans e Travesti (população T) é marcada por muito preconceito e violências que vão muito além da agressão física: abuso psicológico, deslegitimação da identidade, ferimento da dignidade entre outros. Inclusive, sendo presente até mesmo em serviços de saúde, públicos e privados. No que se refere aos serviços públicos, contraditoriamente essa realidade acontece em um país que através do seu Sistema Único de Saúde (SUS) e suas diretrizes, prevê em lei o respeito ao atendimento, sobretudo equitativo e humanizado (BAIROS, 2020).

Ademais, o conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), traz uma perspectiva ampla acerca desse processo, incluindo dimensões como bem-estar físico, mental e social e, portanto, inatingível para essa população tão vulnerável socialmente. Diante desse contexto, mesmo sendo um direito, observa-se a presença de barreiras de acesso aos serviços de saúde pública para as pessoas trans e travestis (CRUZ et al., 2021).

Essas barreiras representam um afastamento do usuário do serviço de saúde, isso acontece em grande parte porque o contexto em que a população T está envolvida não é compreendido, de forma que muitos profissionais não compreendem do que se trata a transidentidade. Antes mesmo de entender do que se trata essa, é preciso falar sobre gênero, diversidade e sexualidades, compreendendo alguns conceitos que envolvem essas temáticas. O primeiro deles é sexo biológico, ou seja, geralmente um médico, atribui aquele sujeito que nasceu um sexo, masculino ou feminino através de sua genitália (STONA, 2018).

O segundo conceito é o de identidade de gênero, que diz respeito a como o indivíduo se identifica em relação à ideia de feminino, masculino, ou além destes, o que ocorre independente de características anatômicas e fisiológicas. Dentro das inúmeras possibilidades da identidade de gênero, existe a cisgeneridade que condiz com um reconhecimento do sujeito com o sexo que lhe foi designado ou a transgeneridade que condiz com o não reconhecimento do sujeito com o sexo que lhe foi atribuído. O terceiro conceito diz respeito à orientação sexual, sendo

essa a forma afetiva sexual para quem o sujeito possui desejo. O quarto conceito é expressão de gênero, que se resume à forma como o sujeito apresenta seu gênero para a sociedade, que pode ocorrer de inúmeros jeitos e formas. Por último, existem as práticas sexuais, sendo maneiras de o sujeito colocar em ação seus desejos e fantasias sexuais (STONA, 2018).

Na lógica da identidade de gênero é possível perceber a exclusão social de outras formas de vida que não se identificam dentro do pensamento biológico e binário que funda a identidade de gênero homem-mulher. Os corpos trans e intersex estão localizados nesse outro lado, o marginalizado e excluído. Para contradizer as normas, surgem as discussões em torno do sujeito pós-moderno, que não possui identidade fixa e imutável, mas identidades que vão sendo definidas historicamente, deixando de lado o lado biológico, se formando a partir das relações do sujeito com os sistemas culturais. Sendo assim, invés de falar sobre identidade dos indivíduos, falar sobre os processos de identificação do sujeito (GRUBBA, 2020).

A lei, de acordo com o art.196 da Constituição Federal de 1988, afirma que a saúde é direito de todos e dever do estado, um direito que deveria garantir um acesso igualitário, universal aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas na prática não é o que ocorre para a população T. Por conta das especificidades, singularidades e demandas específicas da população T, os serviços de saúde nem sempre conseguem reparar os determinantes sociais que interferem o processo saúde-doença (ROCON et al., 2020).

Existe um marco para o acesso aos serviços de saúde dessa população, conhecida como Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais criada pelo o SUS, e também o Processo Transexualizador do SUS em 2008, sendo ampliado em 2013, passando a incorporar homens trans e travestis como usuários do processo transexualizador. Ademais, em 2009 foi publicada a portaria n. 1820, nomeada Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, que preza pelo atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação, garantindo o direito à autoidentificação e ao uso do nome social (MONTEIRO; BRIDGEIRO; BARBOSA, 2019).

O acesso igualitário, garantido por lei, muitas vezes não ocorre por que essa população evita procurar os serviços de saúde pelo histórico de discriminação e preconceito, também por que os serviços que eles precisam não são ofertados da maneira correta. Os profissionais da saúde não estão preparados para atender essas pessoas e acabam invalidando sua existência, o que deixa mais complexa a noção de vulnerabilidades as quais a população T é exposta (PORCINO; COELHO; OLIVEIRA; 2018).

As pesquisas nacionais indicam que há hostilidade nos atendimentos, é apontada também ausência de exames físicos, dificuldade de compreensão de orientações médicas, e de maneira gritante o não respeito do nome social. Essa realidade corresponde não somente aos direitos que são garantidos por lei e não são respeitados na prática, mas também aponta a falta de preparo da equipe de saúde para lidar com a população T e suas demandas. As necessidades de saúde dessa população são invisibilizadas, em parte por falta de informação, mas muitas vezes por ignorância e relutância em não modificar suas visões normativas (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA 2019).

A realidade dessa população faz com que muitas pessoas travestis e trans não utilizam os serviços disponibilizados na atenção primária, de caráter preventivo, culminando em um acesso aos serviços apenas quando as condições já se tornaram mais complexas e casos de urgência, indo para hospitais. Isso prejudica a população T como um todo e também o sistema de saúde, pois vários problemas poderiam ser resolvidos de maneira preventiva na própria unidade básica de saúde, se fosse ofertado um serviço humanizado para essa comunidade (PORCINO; COELHO; OLIVEIRA, 2019).

A discriminação que a população T sofre normalmente está associada à exclusão social, a baixa escolaridade e dificuldades de entrada no mercado de trabalho, o que acaba sendo um dos motivos que leva uma pessoa trans e travesti a entrar no mercado sexual. Para um indivíduo dessa comunidade, ter a oportunidade de sair desse local em que está exposto a diversas vulnerabilidades é extremamente difícil, é lutar contra uma sociedade que tenta te anular, não te oferece chances de crescer e não te permite ser quem você é (JESUS; PHILIPP, 2019).

Pessoas trans e travestis apresentam índices elevados de HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (IST) quando comparadas com o resto da população. Além disso, elas podem estar expostas a uma combinação de fatores de riscos como condições socioeconômicas adversas, transformações corporais sem assistência médica, relações sexuais de risco, além do estigma e da violência (transfobia) (COSTA, 2018).

Considerando as nuances que envolvem a identidade de gênero e os estigmas presentes na sociedade acerca da população T, é necessário que os profissionais da saúde compreendam as especificidades e demandas dessa comunidade, assim como o contexto em que eles estão inseridos. Não é comum os cursos de saúde abordarem em seus currículos, matérias ou módulos referentes à saúde da população LGBTQIAP+, no entanto seria extremamente útil para que os profissionais entendam a realidade dessa comunidade e que tipo de auxílio eles necessitam (ROSA et al., 2019).

A psicologia, enquanto área da saúde mental, trabalha com o indivíduo e suas demandas, procurando considerar sua subjetividade e individualidade, sendo assim os profissionais dessa área são essenciais no cuidado para com a população T. Para que psicólogos possam auxiliar nesse cuidado amplo e integral eles precisam lutar contra a patologização da transidentidade, isso que é defendido pelo Conselho Federal de Psicologia que em 2013 explicita que a assistência psicológica não deve se orientar em modelos patologizantes. Em 2018, também foi lançada a resolução n.01/2018 28 que orienta o trabalho desses profissionais em relação a pessoas trans e travestis (PEREIRA; CHAZAN, 2019).

A área da psicologia foi formada historicamente para explicar, classificar e analisar aqueles considerados “desviantes”, a partir de uma sociedade pautada na branquitude e na cisheteronormatividade. Ao construir teorias a partir de um sujeito universal, este que está dentro desses moldes, ou seja, cisgênero, branco e heterossexuais, a psicologia estaria considerando outras vivências e identidades como “anormais”, invisibilizando tanto em campo teórico quanto na prática. A psicologia hoje, tem o papel de auxiliar os indivíduos trans e as travestis nas suas vivências, existências e resistências, tanto como uma forma de reparação histórica, mas também com a noção que seu papel está focado no auxílio ao sujeito de viver plenamente sua subjetividade e individualidade (PREU; BRITO, 2018).

As necessidades de saúde das pessoas trans vão além do processo transexualizador, de hormônios e exames de rotina. Viver dignamente, serem respeitados diante de sua transidentidade e acolhidos diante de suas vivências e relações também são tão importantes quanto. Nos campos psi (Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise) a despatologização trans é uma pauta em disputa, porém segue sendo desconsiderados todos os fatores sócio-históricos e os pequenos avanços que nossa geração já pode vivenciar, devido às lutas intensas de várias gerações trans. A luta continua sempre buscando alcançar a vida plena, reconhecimento e acesso aos direitos básicos (VIEIRA et al., 2019).

O objetivo geral deste estudo foi investigar as barreiras de acesso aos serviços de saúde pública enfrentadas pela população trans e travesti, bem como as possibilidades de atuação do psicólogo no processo de garantia da acessibilidade no contexto da assistência à saúde. Os objetivos específicos foram: a) Apresentar uma síntese da literatura científica brasileira emergente nas principais bases de dados acerca do acesso à assistência à saúde da população T; b) Descrever quais as especificidades da população T no que se refere à assistência à saúde; c) Compreender como se configuram as barreiras de acesso à assistência à saúde para a população T; d) Discorrer acerca do papel do Psicólogo, quanto ao acesso à assistência à saúde da população T.

## METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura acerca das questões que permeiam o acesso a saúde e as especificidades de saúde das pessoas trans e travestis no território brasileiro bem como o papel do Psicólogo frente esta demanda. Esse tipo de revisão é uma metodologia que possibilita potencializar o poder de uma busca, mapeando o maior número possível de resultados de forma ordenada. Passando por uma série de etapas, seu produto final não é um simples trabalho científico cronológico e descritivo e sim um trabalho que abarca questões reflexivas e críticas em relação ao tema analisado (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014). Assim, a presente revisão foi realizada mediante a seguinte pergunta norteadora: *Como a literatura científica brasileira aborda o acesso à saúde da população T, bem como o papel do Psicólogo frente a esta demanda?*

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os resultados bibliométricos da amostra do presente estudo foi possível constatar informações que são de extrema importância sobre a produção de ciência do tema em questão. Em relação a metodologia evidencia-se a ausência de estudos com a metodologia quantitativa tendo um foco apenas na metodologia qualitativa. Enquanto a metodologia qualitativa foca na análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados a quantitativa tem o objetivo de testar a hipótese podendo ser replicada posteriormente em outras regiões. Ambas metodologias são fundamentais e possuem objetivos diferentes, em tema tão importante e vasto como o acesso à saúde da população T é preciso ter estudos empíricos qualitativos e quantitativos para o tema avance em termos científicos. Dessa forma podemos verificar que pela falta dos estudos quantitativos ele apresenta uma evidência científica frágil (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014).

Ainda sobre os resultados bibliométricos da amostra do presente estudo, foi possível verificar que em todas as regiões houve produções de artigos científicos no tema. Em um período de 5 anos, a região sudeste teve a maior produção de estudos científicos com 10 artigos, enquanto a região norte teve a menor produção com 1 artigo. A partir disso, podemos perceber que há uma lacuna na diversidade científica do acesso a saúde de pessoas trans e travestis relacionada as diferentes regiões do Brasil. É necessário ressaltar que mesmo pertencendo ao mesmo País, cada região brasileira possui questões geográficas específicas que podem interferir no acesso a saúde dessa população de forma singular. Essa condição pode

acarretar em um atraso de criações de soluções efetivas, que são desenvolvidas através de estudos científicos, destinadas a erradicar barreiras de saúde e principalmente as geográficas, que a população T de uma determinada região pode enfrentar (CORTES et al., 2021; RODRIGUES; LEMOS; FIGUEIREDO, 2020)

Acerca dos resultados encontrados, é possível afirmar que existe uma invisibilidade da transexualidade, mesmo com avanços de movimentos sociais, e leis de garantia de acesso dessa população aos serviços de saúde. Essa que ocorre em níveis acadêmicos, no cuidado à saúde e em nível social. As universidades, por exemplo, não disponibilizam nos currículos ou em práticas integrativas questões relacionadas à saúde cuidado e especificidades da população T, o que leva os profissionais a se formarem sem informações básicas a respeito dessas pessoas, fazendo eles acreditarem que podem tratar trans e travestis como pessoas cis. Essa conjuntura gera discriminação nos serviços de saúde, onde o nome social não é respeitado, e as demandas específicas da população T não são compreendidas criando a sensação de barreiras de acesso para essa população em específico (SILVA et al., 2020).

Um aspecto abordado nos artigos é que, esse espaço dos serviços de saúde, que deveria ter uma simbologia de recuperação, acolhimento e cuidado, se transformam em um local constrangedor, violento e desrespeitoso. As consequências surgem, colocando em risco à saúde dessa população, que evita ou deixa de procurar os serviços de saúde em todos os níveis, passa a recorrer à automedicação, procedimentos clandestinos, evasão de seus tratamentos, o que se torna um perigo considerando os altos níveis de vulnerabilidade social em que a na população T se encontra no território brasileiro construindo para um adoecimento físico e mental (RODRIGUES; LEMOS; FIGUEIREDO, 2020).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 196, afirma que saúde é direito de todos e dever do estado, mas no Brasil o que se observa é a negligência na oferta de serviços específicos como também no atendimento para as pessoas trans e travestis. É apontado nos resultados a dificuldade que a população T tem na procura aos serviços que necessitam, isso ocorre em nível geográfico, pela falta de oferta ou ausência de profissionais, assim como pela falta de insumos necessários para que essas pessoas possam se cuidar. Por mais que o processo transexualizador seja garantido pelo SUS, o que ocorre na prática é o excesso de burocracia para acessá-lo e a falta de cuidado integral e humanizado para essa comunidade, pois não é o processo transexualizador o único foco de sua procura aos serviços de saúde (ALÓS, 2021; THOMAZI; AVILA; TEIXEIRA, 2022).

A existência e as vivências das pessoas trans e travestis são deslegitimadas, até por aqueles que deveriam cumprir seu dever de cuidar de sua saúde



e bem-estar. Em uma pesquisa empírica com a população T, quando questionados sobre o auxílio do profissional da psicologia, alguns relatam que o contato com eles só piorou a situação, o que os afastou do processo transexualizador (CAZEIRO et al., 2022). Apesar de ter sido encontrado um relato sobre o auxílio do Psicólogo com a população T no âmbito de serviços de saúde pública em um estudo da amostra, não foi possível criar uma categoria destinada ao tema devido à ausência de produção científica de estudos empíricos brasileiros acerca do papel da psicologia diante ao acesso à saúde da população T de uma maneira integral.

Levando em consideração o exposto, pode-se apontar a importância para o desenvolvimento de estudos empíricos relacionados a atuação do psicólogo frente a demanda da população T no acesso a saúde. Com conteúdos científicos como esses, é possível ter modelos baseados em evidencia científica que servem de base para orientações profissionais e formação acadêmica de novos psicólogos fazendo com que os mesmos desenvolvam habilidades de articular e produzir saberes que potencializam e que reconhecem outros modos de existir valorizando a diversidade contribuindo para práticas profissionais despatologizantes destinadas aos corpos trans e travestis existentes na sociedade (SOUZA; BERNARDES, 2020; VIEIRA et al., 2019)

A presença de um psicólogo, que prima e reconhece aquilo que é individual do ser humano, nas diversas instituições de saúde pública pode mudar a forma como aquele segmento acolhe a população T. O mesmo desenvolve seu trabalho colocando as especificidades da presente população dentro dos debates de acessibilidade a saúde fazendo com os demais profissionais tomem conhecimento delas (PAULINO; MACHIN; VALERO, 2020; SOUZA; BERNARDES, 2020). Além disso, diante da realidade vulnerabilidade social da população T, o psicólogo pode auxiliar de outras maneiras como na compreensão de vivências transexuais por meio de reflexões psicológicas, auxílio na manifestação de gênero e da individualidade nos contextos em que cada um pode estar inserido contribuindo assim para a qualidade de vida e bem estar dessa população (SOUZA; IRIART, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere às potencialidades deste estudo, houve a possibilidade de reunir dados importantes sobre necessidades da população T que precisam ser urgentemente atendidas em serviços ou estabelecimentos que respeitem sua integralidade como indivíduo e a ausência da abordagem desse tema em formações acadêmicas dos cursos de saúde. Dessa forma, pode-se evidenciar que o investimento financeiro em construções de instituições de saúde pública que

sejam especializados nas demandas sociais e de saúde de uma determinada população como Ambulatório Trans é um fator que pode contribuir para a diminuição das barreiras de acesso que essa população enfrenta nos dias atuais. Destaca-se ainda a importância da revisão dos currículos acadêmicos dos cursos de graduação da área da saúde com intuito de abranger a pluralidade de corpos existentes na sociedade.

Em relação às limitações do presente estudo, nota-se que as publicações brasileiras relacionadas ao tema do presente estudo apresentam uma ausência de estudos quantitativos, o que mostra que o território brasileiro necessita de um processo de amadurecimento científico sobre o debate do acesso à saúde da população T para superar a fragilidade de evidência científica. Assim, não foi possível trazer evidência científica a partir dos testes de hipóteses, assim como estudos longitudinais. Além disso, pode ser evidenciada a inexistência de resultados empíricos sobre o papel da psicologia perante o tema em questão já que não foi possível encontrar estudos empíricos brasileiros para realizar uma análise temática sobre.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessária a continuidade de estudos sobre esse enfoque nas diversas regiões brasileiras para que seja possível viabilizar as possíveis realidades de acesso à saúde que pessoas trans e travestis podem experimentar neste país facilitando assim a elaboração de soluções sociais para os possíveis problemas. Sugere-se que estudos posteriores realizem pesquisas com enfoque do papel da psicologia perante o acesso à saúde da população T para contribuir com a orientação de profissionais da área quanto ações que podem ser feitas para garantir um acesso digno à saúde para pessoas trans e travestis.

## REFERÊNCIAS

ALÓS, A. P. Transitoriedades, transgeneridades, transidentidades: representação e autoria trans na narrativa brasileira. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 23, n. 44, p. 9-23, set.-dez., 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbl-c/a/yyGmYQyR7JqBhxrszyX5DrC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em abr. 2022.

BAIROS, C. A. Saúde pública e transexualidade. **Anuário Pesquisa e Extensão Unesco São Miguel do Oeste**. v. 5. n.7. pg.92-117. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/24363>. Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. ANTRA. Mapa dos Assassinatos, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/> . Acesso em: abr. 2022.

CAZEIRO, F.; GALINDO, D.; SOUZA, L. L.; GUIMARAES, R. S. Processo transexualizador no SUS: questões para a psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização. *Psicologia em estudo*. V. 27. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pe/a/d7GVRkqtBxmDd7PvywDBhpc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

CORTES, H. M.; CARNEVALLI, L. M.; ARAUJO, L. M. P; PINHO, P. H. O (des) acesso de pessoas transgêneras aos serviços de saúde no recôncavo Baiano. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 6, n. 4, p. 159–180, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/36104>. Acesso em: 4 jun. 2022.

COSTA, A. B. Necessidades e barreiras para o acesso aos cuidadores relativos ao HIV de pessoas trans no Brasil: Dimensões sociais e políticas da prevenção. Rio Grande do Sul. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. 2018.

CRUZ, L. C.; ABREU, D. D.; VIRGENS, G. S.; VALE, J. S. Diálogos Contemporâneos: Gênero e Sexualidade na Pandemia: Vulnerabilidade da população trans no acesso à atenção à saúde: contexto pandêmico. Editora Expressão Feminista: São Luís, Maranhão. 2021.

FERREIRA, B. O.; NASCIMENTO, E. F.; PEDROSA, J. I. S.; MONTE, L. M. I. Vivências de travestis no acesso ao SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Pg. 1023-1038. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n4/1023-1038/pt/>>. Acesso em: abr. 2022.

GOMES, D. F.; TEIXEIRA, E. R.; SAUTHIER, M.; PAES, G. O. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. *Escola Anna Nery*. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ean/a/99rf9ytfQXxmXY-WLF8JQx4k/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

GRUBBA, L. S. Corpos trans, identidade e performatividade de gênero: uma análise discursiva sobre a naturalidade da identidade... *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*. v. 16, n. 2, p. 18-32. 2020. Disponível em: < <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/6380>>. Acesso em: abr. 2022.

HANAUER, O. F. D.; HEMMI, A. P. A. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro. V. 43. N. Especial 8, p. 91-106. Dez 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43nspe8/91-106/>>. Acesso em: abr. 2022.

HERNANDEZ, J. G.; JUNIOR, A. L. S.; CARRARA, S.; BALDANZI, A. C. O.; UZIEL, A. P. Saúde de travestis e pessoas trans no Rio de Janeiro e Região Metropolitana: estratégias e condições de acesso. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. N. 38. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/JYPZ67FjdPvLyCVYXCCcjpg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

JANINI, J. P.; SANTOS, R. S.; VARGENS, O. M. C.; ARAUJO, L. M. A medicalização e patologização na perspectiva das mulheres transexuais: acessibilidade ou exclusão social. *Revista de Enfermagem UFRJ*. V. 25. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/29009>>. Acesso em: abr. 2022.

JESUS, N. N.; PHILIPP, R. M. R. As dificuldades do acesso a promoção de saúde sexual no sus pelas mulheres trans e travestis. 4ª Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Pernambuco. 2019.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de produção científica**. 1. Ed. São Paulo: Penso. 2014, 188 pg.

LOVISON, R.; ASCARI, T. M.; ZOCHE, D. A. A.; DURAND, M. K.; ASCARI, R. A. Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. *Emf. Foco*. V. 10. N. 5. 2019. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2370>>. Acesso em: abr. 2022.

MATTOS, M. H.; ZAMBENEDETTI, G. Itinerários terapêuticos de homens trans em transição de gênero. *Psicologia & Sociedade*. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/m7mmzqNwBNZthWqtt3wLmDd/>>. Acesso em: abr. 2022.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiência de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 16, n. 6, p. 21-42 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/7Smzr-3QL4tfvwZvqyKtysgt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. *Cadernos de Saúde Pública*. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/4zwYRtVyMvVkhTKBhWbnTKz/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

MORAES, A. N. D.; SILVA, G. S. N. Travestis e o cuidado humanizado em saúde. *Rev. abordagem gestalt.*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 175-187, ago. 2020. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672020000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000200006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em: jun. 2022. <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26n2.5>

MOTA, M.; SANTANA, A. D. S.; SILVA, L. R.; MELO, L. P. “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. *Interface- Comunicação, Saúde e Educação*. 2022. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/icse/2022.v26/e210017/pt/>>. Acesso em: abr. 2022.

NOGUEIRA, F. J. S.; LEITÃO, E. S. F.; SILVA, E. C. S. Interseccionalidades na experiência de pessoas trans nos serviços de saúde. *Revista Psicologia e Saúde*. V. 13. N.3. Campo Grande. Jul/set. 2021. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2021000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2021000300004)>. Acesso em: abr. 2022.

OLIVEIRA, G. S. et al. O vivido de mulheres trans ou travestis no acesso aos serviços públicos de saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/nTprMxSFmkwk4CsxJYSH3jr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

# MULHERIDADES DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO ACESSO À SAÚDE: QUANDO O LAÇO QUE NOS UNE É A VIOLÊNCIA

*Letícia Barcellos Castelar Vieira<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

O direito humano à saúde é reconhecido por meio de grandes tratados internacionais como a Declaração Internacional de Direitos Humanos, promulgada no final dos anos 40. No Brasil, o reconhecimento deste deu-se através da mais recente Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a qual entende a saúde não só como ausência de doenças, mas como um completo estado de bem-estar, e para tal o acesso à serviços de saúde não deve ter barreiras de qualquer natureza.

A relação entre saúde e estigma ocorre em cenários distintos, no entanto, aqui discutiremos sobre as pessoas que são estigmatizadas por conta de características sexuais, físicas, comportamentais e afins. Por conta do estigma existente, as pessoas que integram a população LGBTQIA+ podem afastar-se dos serviços de saúde por medo de um tratamento ruim ou degradante ou até mesmo da rejeição, contrariando o princípio constitucional de um acesso universal e igualitário.

Ao falar de preconceito e discriminação, estamos tratando de temas amplos e complexos, mas que possuem dinâmicas psicológicas próprias. Sob a luz da Psicologia Social, entendemos preconceito como uma atitude negativa adotada frente a um grupo social como um todo ou dirigida a um indivíduo, em função de seu pertencimento a tal grupo social (ALLPORT, 1971). Assim, preconceitos são atitudes, ou seja, se caracterizam por julgamentos prévios com componentes afetivos, disposicionais e cognitivos como crenças e estereótipos. Tal processo psicossocial está na base da discriminação, e essa última pode ser definida como um conjunto de ações e comportamentos contra um grupo social ou indivíduos pertencentes a ele.

A literatura atual aponta para uma série de estigmas, preconceitos e discriminações sofridos pela população LGBTQIA+ no Brasil, às quais tem suas origens

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Psicologia do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [lbarcellosc@ufrj.br](mailto:lbarcellosc@ufrj.br).

desde o período da colonização europeia no país, e passam pela produção de categorias de patologias pela Medicina, Psiquiatria e Psicologia. Nas legislações vigentes, considera-se que esta população vive em situação de vulnerabilidade e este cenário social também aparece nos dispositivos de saúde para a população LGBTQIA+.

Este fato se coloca como uma barreira para o acesso à dispositivos que ofereçam cuidados em saúde, por mais que existam uma série de legislações que vislumbram assegurar a efetivação do direito à saúde no Brasil. E para solucionar esse problema de saúde pública, na última década foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a qual afirma que “a garantia ao atendimento à saúde é uma prerrogativa de todo cidadão e cidadã brasileiros, respeitando-se suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais” (BRASIL, 2013 p. 6).

Assim, durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, foram feitas uma série de entrevistas com estudantes LGBTQIA+ universitários a fim de conhecer o efeito das políticas de saúde voltadas para esta população sob a ótica deles mesmos, analisar as formas de acesso à dispositivos de saúde e compreender, através de entrevistas, a visão de pessoas da comunidade LGBTQIA+ universitária sobre suas experiências de acesso à saúde em seu território e a qualidade destas.

Ao longo da realização dessa pesquisa, para fins de análise de dados, houve a separação dos participantes entre homens, mulheres e pessoas não binárias. Dessa forma, a população de mulheres ganhou destaque por ter sido o grupo que mais compartilhou relatos de violências e/ou negligências em seus atendimentos de saúde.

## METODOLOGIA

A realização deste trabalho deu-se através de pesquisa bibliográfica sobre a construção do direito social à saúde no Brasil, os processos de estigma, preconceito e discriminação em saúde. A pesquisa de campo contou com 15 participantes estudantes de graduação da UFRJ, destaca-se aqui o conjunto das mulheres: 4 mulheres cisgênero lésbicas, 2 mulheres cisgênero bissexuais e 1 mulher transgênero heterossexual. As idades variam entre 21 e 25 anos, dentre elas 4 cursam Psicologia, 1 cursa Ciências Sociais, 1 cursa História e 1 cursa Direito.

Os procedimentos usados nas entrevistas estão de acordo com os Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos segundo a Resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Esta resolução garante o sigilo daqueles que

concordaram em participar das entrevistas, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, numeração CAEE 69330223.0.0000.5282.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e utilizou-se da estratégia bola de neve para compor sua amostragem. Esta estratégia é caracterizada por apropriar-se de uma cadeia de referência para encontrar seus participantes. Esta forma de amostra é muito comum quando a pesquisa está relacionada a questões problemáticas ou sensíveis aos entrevistados (VINUTO, 2014). Na presente pesquisa, as participantes são estudantes LBT da UFRRJ, as quais foram localizadas a partir de vínculos e contatos da própria pesquisadora e, a partir disso, as primeiras entrevistadas também ajudaram a localizar outros possíveis entrevistadas.

As entrevistas foram semi estruturadas e aconteceram de maneira remota e também presencial, de acordo com a disponibilidade e conforto dos entrevistados. A partir disso, elas foram transcritas e analisadas por meio do método cartográfico, o qual ambiciona alcançar a pluralidade de vozes na experiência através da fala, colocando-se como um dispositivo privilegiado para uma intervenção compartilhada (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Assim, a escolha da entrevista como instrumento para viabilizar esse trabalho mostrou-se muito potente para promover reflexões e analisar a experiência do acesso à saúde do usuário LGBTQIA+.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre as mulheres cisgênero, com exceção de uma entrevistada bissexual, todas elas relatam ter medo de sofrer alguma discriminação ou violência no atendimento em ginecologistas por razão de sua orientação sexual ou de sua performance de gênero. Os relatos analisados mostram que estas mulheres afastam-se de serviços de saúde ou escondem sua orientação sexual por medo.

Este medo não deveria existir, uma vez que o acesso à serviços de saúde deveria ser universal, o que está garantido em lei há mais de 30 anos. No entanto, elas demonstram que o medo de expor sua sexualidade dissidente passa por: medo de passar por alguma discriminação ou constrangimento, e medo de ter algum exame negado.

Existem experiências compartilhadas apenas por mulheres lésbicas que não performam feminilidade, as quais dizem respeito a uma dúvida dos profissionais de saúde quanto à sua cisgeneridade, mesmo que elas tenham afirmado-se como tal. Uma das entrevistadas relata acreditar que a sua performance de gênero faz com que os profissionais de saúde não ofereçam cuidado da mesma forma que oferecem a mulheres com uma performance mais feminina que a sua.



No que diz respeito aos atendimentos psicoterapêuticos, a única mulher trans entrevistada afirmou nunca ter frequentado psicoterapia porque nunca encontrou uma recomendação de um profissional em quem confiasse falar sobre seu gênero. Duas mulheres bissexuais e uma lésbica relatam sentirem certo receio em compartilhar questões relacionadas à sua orientação sexual, seja por experiências anteriores, relatos de amigos ou tabu.

Em entrevista, uma das mulheres lésbicas compartilhou que sua antiga psicóloga a acusou de relacionar-se com mulheres apenas para contrariar sua família, um movimento que a fez se afastar da psicoterapia por anos. Uma das mulheres bissexuais relata que ao ser atendida em um dispositivo de saúde do seu município, ouviu que ela estava apenas passando por uma fase de sua juventude, e que não era uma informação médica relevante.

Uma das entrevistadas bissexuais e uma entrevistada trans compartilharam experiências em que consideram ter recebido um bom atendimento dos profissionais de saúde, mas que estes não trouxeram respostas que elas considerassem satisfatória às suas demandas, uma vez que esses profissionais demonstraram desconhecimento de suas especificidades em saúde. O desconhecimento de suas especificidades levou a encaminhamentos equivocados ou até mesmo negligentes no que diz respeito à saúde sexual.

No que diz respeito a exames solicitados por profissionais de saúde, uma delas conta ter sido impedida de realizar mamografia e exame preventivo em razão de sua orientação sexual. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2013) já indicava para dados de 2002 que apontam para situações semelhantes a vivenciadas por ela recentemente.

Uma das entrevistadas lésbicas relatou uma situação diferente das demais entrevistadas, na qual o desconforto vivenciado por ela não veio por parte de nenhum profissional de saúde, mas de outros usuários daquele dispositivo de saúde na sala de espera. A percepção dessa usuária traz a ela a sensação de que não deveria estar naquele lugar, uma vez que sentiu-se discriminada pelos demais usuários.

Ser uma entrevistadora lésbica teve um impacto profundo ao realizar essas entrevistas. Para as pessoas entrevistadas, estar diante de outra pessoa da comunidade LGBTQIA+ proporcionou um ambiente mais seguro para compartilhar as experiências vividas. Pessoalmente, ouvir tantos relatos de violações de direitos trouxeram lembranças de experiências muito similares às que foram ouvidas, o que causou profunda angústia. Estar diante de histórias tão similares às vivências pessoais trouxe um sentimento de impotência, por estar diante de uma realidade compartilhada por muitas pessoas.

Apesar de ser o foco da pesquisa, o cenário encontrado nas entrevistas está longe de ser um cenário desejado. No entanto, mesmo diante do sentimento de impotência exposto, e outrora experimentado, realizar esta pesquisa e entrevistas trouxe também a sensação potente de dar ouvidos às histórias que precisam ter voz, e que precisam ecoar para além da escrita deste trabalho, de forma que mudem a realidade apresentada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Barreiras formais ou simbólicas que impedem o acesso à saúde configuram-se como violações a um direito humano, e também a um direito social garantido constitucionalmente. As políticas específicas em saúde para a população LGBTQIA+ constituem-se como uma ferramenta para alcançar o princípio do SUS da universalidade, pois estas contribuem para enfrentar e superar as desigualdades no acesso aos cuidados em saúde.

Além disso, tais políticas públicas também têm a proposta de promoção de equidade em saúde, uma vez que reconhecem os processos de estigmatização, discriminação e patologização voltados à orientações sexuais e identidade de gêneros dissidentes da cisheteronormatividade. É importante lembrar que tais políticas de saúde são fruto de luta e pressão dos movimentos sociais LGBTQIA+ e da sua aliança com as esferas de gestão nacionais, estaduais e municipais.

As entrevistas realizadas revelaram que, apesar da PNSI tratar da população LGBTQIA+ como um todo, este grupo populacional apresenta demandas distintas entre si, e existem lacunas maiores e menores de uma letra da sigla para outra. As mulheres cisgênero ainda são vistas sob uma ótica materno-infantil na saúde, o que faz com que as mulheres cis que relacionam-se mulheres cis fiquem no lugar da abjeção, do lugar desconhecido e desvalorizado. Entre as transgeneridades, seus maiores aliados parecem ser a própria comunidade, mais do que os serviços formais de saúde.

As mulheres trans ou cisgênero compartilham de um grande desconhecimento e despreparo profissional para lidar com as suas questões específicas principalmente no que tange a saúde sexual. Para mulheres trans, o preconceito institucional parece ser o mais hostil, pois não há investimentos suficientes para suprir as suas demandas, o que vai além de um preparo médico para lidar com suas questões em saúde. Para as bissexuais, além de compartilharem com as lésbicas esse não saber sobre suas questões de saúde, há também o enfrentamento a estereótipos que invisibilizam a suas vivências, o que também as afasta dos serviços de saúde.

É inegável que a evolução de políticas públicas, legislações, resoluções e afins trouxeram uma grande mudança no cenário nacional, uma vez que reconhecem direitos historicamente negados à população LGBTQIA+, o que oferece um respaldo legal para cobranças de sua efetivação. As políticas existentes trazem a possibilidade de um cuidado digno a este grupo populacional, por mais que muitos dos entrevistados tenham encontrado profissionais ou equipamentos de saúde que não praticassem tais políticas, também podemos observar que alguns deles encontram profissionais e equipamentos que respeitam e acolhem suas demandas, como prevê a política vigente.

Dessa forma, conclui-se que essa série de políticas e marcos históricos em relação à saúde para a população LGBTQIA+ trazidos neste trabalho não terão o efeito esperado e necessário, enquanto não houver uma mudança estrutural nos currículos acadêmicos dos profissionais de saúde. Os objetivos das políticas de equidade para a população LGBTQIA+ e de outras minorias sociais devem estar no currículo básico de formação dos profissionais de saúde e não deve depender da busca pessoal por formação continuada. Além disso, a educação permanente em saúde, como prevista em diversas políticas públicas elencadas aqui, deve estar no cotidiano dos dispositivos de saúde em qualquer território, uma vez que estes precisam rever suas práticas e rotinas.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+, Saúde; Acesso à Saúde; Mulheres; Violência.

## REFERÊNCIAS

ALLPORT, G. W. La naturaleza del prejuicio. 4º ed. Buenos Aires: Eudeba Universitaria, 1971.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, p. 299-322, 2013.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

# REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL COM PESSOAS TRANS

*Rafi Nobrega Andrade<sup>1</sup>*

*Natalia Rezende de Araújo<sup>2</sup>*

*Nicolas Pustilnick Pires de Carvalho e Albuquerque<sup>3</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho mobiliza reflexões sobre o exercício clínico no campo psi e os direitos de pessoas trans ao acesso à saúde. Seu objetivo principal parte da necessidade de analisar o contexto atual brasileiro no atendimento psicológico à população trans. Para isso, foram utilizados referenciais éticos, técnicos e científicos, que partiram da epistemologia esquizoanalítica, método cartográfico e de documentos institucionais, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Foi realizada uma revisão de literatura que permitiu compreender a complexidade das experiências trans e os desafios enfrentados ao procurar atendimento psicológico, constatando uma série de violências de gênero. Sendo o eixo principal de análise a não responsabilização de pessoas cis no atendimento ético às dissidências, são levantados questionamentos que abordam os desafios e potências dessa questão. Como nos encontramos com as diferenças? Por que pessoas trans são convocadas a ocupar um lugar de cuidado com seus semelhantes? Como a clínica pode promover cuidado em meio à dores e adoecimentos da cisheteronormatividade para pessoas trans? Ao pontuar a importância do espaço clínico ser um meio de legitimação de narrativas e afirmação da vida digna, os resultados preliminares indicam a necessidade de pensar a capacitação de qualquer profissional da Psicologia para fornecer um atendimento ético, sensível e adequado às demandas da comunidade trans. Portanto, a possibilidade de atendimento às suas especificidades não configura uma especialização, mas sim uma demanda necessária para toda a categoria

1 Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [rafिनobrega@gmail.com](mailto:rafिनobrega@gmail.com);

2 Mestrando pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [nataliarezendearaujo@gmail.com](mailto:nataliarezendearaujo@gmail.com);

3 Especializando pelo Curso de Atendimento das Diversidades Sexuais e de Gênero do Instituto IPPERG em parceria com Faculdade Unida de São Paulo - FAUSP, [nicopustilnick@gmail.com](mailto:nicopustilnick@gmail.com);

se partimos de uma ética que reivindica uma escuta promotora de saúde mental e bem-estar.

**Palavras-chave:** Transexualidade, Saúde mental, Atendimento psicológico, Capacitação profissional.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, há que admitir ser recorrente a quantidade de casos clínicos que chegam criteriosamente endereçados a profissionais específicos, a partir de representações identitárias. Nesse movimento, pessoas trans muitas vezes buscam atendimento psicológico com pessoas trans ou, então, profissionais trans são convocados a assumir o lugar de cuidado com seus, supostos, semelhantes. Tal demanda endereçada se fundamenta, na maioria das vezes, no medo dos pacientes em terem sua identidade desrespeitada, seja de maneira sutil e/ou expressiva. O receio vem da dúvida quanto à ética e competência do acolhimento do profissional cis perante um corpo que não se enquadra nos moldes hegemônicos de expressões de existência. E, de fato, esse medo tem fundamento. As autoras Perucchi e Brandão (2019) apontam essa face da Psicologia, que serve como mecanismo de dominação social e cerceamento das possibilidades de subjetividades de gêneros e sexualidades localizadas fora do campo cisheteronormativo. A partir disso, colocam a importância da posição de autocrítica que deve acompanhar o profissional da Psicologia em toda a sua trajetória, justamente no sentido do combate às violências normativantes. É nesse sentido, que o atual texto entende a importância em refletir sobre a compulsividade com que a lógica de atendimento baseado na representação identitária acontece.

O objetivo do trabalho se ancora na necessidade em analisar o contexto atual brasileiro no que tange ao atendimento clínico psicológico à população trans, sendo o eixo principal de análise a não responsabilização de pessoas cis no atendimento ético às dissidências de gênero. São levantados questionamentos que abordam os desafios e potenciais dessa questão: como nos encontramos com as diferenças? Como a clínica pode promover cuidado em saúde para pessoas trans, considerando os efeitos que a cisheteronorma provoca nesses mesmos corpos?

Os princípios que fundamentam o Código de Ética Profissional do Psicólogo convocam a responsabilidade social, análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural imprescindível na atuação de todo e qualquer profissional da Psicologia. Também, ratificam o dever dos profissionais da área de promover saúde, qualidade de vida, respeito, liberdade, igualdade e integridade dos seres humanos e coletividades. Em suma, contribuir para o fim de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse sentido, o presente escrito mobiliza reflexões a respeito do exercício clínico no campo psi e os direitos de pessoas trans ao acesso à assistência em saúde.

Em 2022, o Conselho Federal de Psicologia publicou um censo intitulado *Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro a*

fim de mapear a categoria profissional: questões sociais, educacionais, territoriais, relacionadas ao trabalho, às transformações da profissão que estão em curso e outros. Entre outubro de 2021 e março de 2022, foram consultados 20.207 profissionais da psicologia de todo o Brasil. Para este trabalho, o dado que interessa pegar do censo, é o da autoidentificação dos profissionais. Segundo a pesquisa, a Psicologia é predominada por pessoas que se identificam no gênero feminino (79%), seguido pelo gênero masculino (20%), depois pessoas que se identificam como não-binários (0,7) e, por último, pessoas transgênero (0,3). Logicamente, esses dados podem ser questionados. Ainda mais, tendo em vista como a pergunta foi colocada, já que pessoas trans podem se identificar ao mesmo tempo como feminina, masculino e/ou não binária. No entanto, não entraremos nesse debate aqui. O objetivo do uso desses dados é a constatação da discrepância entre profissionais cis e profissionais trans, na área da psicologia.

Considerando que apenas 1% da amostra do censo se identificou enquanto pessoa não binária ou trans, parece óbvia a compreensão de que psicólogas/os cis também são responsáveis pelo atendimento às transidentidades. Infelizmente, essa noção ainda é muito frágil se comparada à força da epistemologia cisheteronormativa que ancora muitas teorias e práticas psicológicas até hoje. Embora já estejam disponíveis em diversos espaços a Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans (2013), a Resolução 01/2018 e, mais recentemente, as Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogas, Psicólogos E Psicólogues Em Políticas Públicas Para População Lgbtqi+ (2023), ainda é muito parco o conhecimento geral das/os psicólogas/os sobre questões de gênero e sexualidade. Dessa maneira, o acesso de pessoas trans a uma assistência ética, sensível e adequada em saúde mental torna-se mais escasso, já que se produz uma falsa ideia de que apenas pessoas trans têm condições (e dever) de realizar atendimentos com pessoas trans.

Por isso, a importância deste trabalho. O objetivo é colocar em evidência que as epistemologias cisheteronormativas que embasam os discursos e práticas psicológicas produzem violência, exclusão e patologização não apenas de pacientes, mas, também, de profissionais trans na medida em que a lógica da demanda, baseada em representações identitárias, opera.

## **METODOLOGIA**

Para realização do trabalho, foi utilizado do método cartográfico e da revisão de literatura de alguns documentos institucionais, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a Resolução 01/18 do CFP, além de notas e referências



técnicas produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Rolnik (2016) aponta que na cartografia devemos estar atentos às estratégias do desejo. Buscamos então, com nossas vivências e experiências clínicas, cartografar os territórios existenciais e nos atentar para os nossos fluxos desejantes nesta pesquisa. Compreendemos a cartografia, com base nos trabalhos de Rolnik (2016), como processo de produção de conhecimento que não está dado a priori, mas que se realiza no encontro com o outro. Uma cartografia dos movimentos desejantes desobedientes do gênero imposto ao nascimento: pessoas trans. Uma cartografia das práticas de cuidado em saúde mental com pessoas trans. A cartografia nos convoca para uma postura de abertura que foge de uma rigidez instituída. Rolnik (2016) apresenta uma proposta de realização de cartografias sentimentais objetivando traçar diagramas do afetar e ser afetado. Os processos de subjetivação dos corpos trans que desejamos cartografar acontecem em coletividade e no contato com a multiplicidade dos modos de existência. Aqui, desejamos enfrentar o desconforto que é não saber; desorganizar estruturas, desconhecer pressupostos e ficar com a incerteza dos processos. Nesse sentido, como psicólogos ao invés de ocuparmos a posição de quem revela sentidos de mundos que estão se fazendo, nos posicionamos como suporte dos movimentos de expansão e expressão (ROLNIK, 2016). “O Cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar” (ROLNIK, 2016, p.65), pois a antropofagia se faz de experimentação e improvisação na criação de novos territórios (ROLNIK, 2016). A revisão de literatura caracteriza-se pelo uso e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, teses, dissertações, sensores, resoluções e artigos científicos; sem recorrer diretamente aos fatos empíricos. Isso nos permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação. A revisão de literatura permite uma análise minuciosa dos trabalhos publicados num determinado período, facilitando a sistematização do tema. A intenção foi, então, construir um referencial teórico que pudesse subsidiar a análise sobre a dimensão das práticas de cuidado em saúde mental com pessoas trans. Foram analisados documentos em âmbito nacional de 2005 até 2023.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Foucault (1966) aponta que o estabelecimento da modernidade, por volta do século XIX, ocorre de forma concomitante ao nascimento das ciências humanas na Europa. Na visão do autor, o que permitiu o surgimento de disciplinas como a Psicologia foi o fato de que a episteme que organizou os saberes dessa época se constituiu enquanto fator historicidade, fazendo com que o sujeito deixasse de ser

atemporal e se tornasse histórico, determinado e passível de se tornar objeto de estudo. Posto isto, pode-se afirmar que a Psicologia surge a partir de um arranjo de conhecimento específico e é produto de um segmento histórico ocidental europeu marcado pelo sistema moderno/colonial (BERNARDINO-COSTA; GROS-FOGUEL, 2016).

Desde o contexto histórico da colonização, as formas de experienciar e significar os corpos em sua relação com o mundo foram cristalizadas e referenciadas em torno de um modelo universal de um Eu humano, branco, cisgênero, heterossexual, endossexo, sem deficiência, neurotípico e demais categorias associadas a subjetividade dos corpos entendidos como paradigmas da existência, em conjunto com processos que submetem os entes do mundo à um ideal de desenvolvimento sócio-técnico capitalista.

Nesse cenário, entendendo a colonialidade enquanto fundante da sociedade moderna, os corpos que desviam desses padrões existenciais seguem marginalizados e submetidos a condições precárias nos mais diversos campos que perpassam suas vivências ao longo dos séculos. Dentro dos dispositivos modernos que regem a vida social, as relações de poder foram articuladas de forma a invisibilizar e perpetuar estruturas que violentam e excluem corpos dissidentes do paradigma de desenvolvimento da modernidade colonial. Nesse sentido, os saberes que emergem nesse contexto atuam para sistematizar a norma, ao passo que as estruturas institucionais validam a posição privilegiada de verdade desses discursos.

Desde o seu surgimento, o campo da Psicologia e Psiquiatria fomentaram uma estrutura colonizatória para conceber as subjetividades, partindo de teorias, práticas e diagnósticos que sustentam uma noção de ciência universal, neutra, homogênea e individualizante (HARAWAY, 1995). Historicamente, os corpos cisheterossexuais brancos vem ocupando um lugar hegemônico no conhecimento, produzindo relações de poder onde os corpos que diferem das normativas cisheterossexistas se tornam objeto de estudo, sujeitos a normatização e marginalização.

Assim, a produção teórica-política da Psicologia influencia tanto o domínio do simbólico cultural como o domínio material das práticas institucionais, apresentando uma grande relevância na construção do imaginário social e da forma como se estruturam as relações. Quando falamos em ética dentro do campo psi, estamos nos referindo a não só seu arcabouço teórico-prático, mas também a como a produção desse campo está diretamente ligada a todo o escopo do tecido social.

Mesmo com o avanço dos movimentos sociais e a insurgência da teoria queer no século XX (PRECIADO, 2011), que promovem uma progressiva insurgência das narrativas dissidentes, a formação e atuação de profissionais psi segue sendo

marcada de forma hegemônica por uma deslegitimação dos modos de existência singulares (LAPOUJADE, 2017) de pessoas trans. Portanto, dentro do campo da saúde coletiva e do cuidado, precisamos urgentemente olhar para as demandas desses corpos, que deixam de acessar seus direitos por conta de sistemáticas violências dentro do sistema de saúde (LEMOS, 2020).

Em um sistema histórico-político que sucessivamente orquestrou o adoecimento de copos trans dentro de espaços que não reconhecem sua existência enquanto digna, nós caminhamos em direção a uma apropriação subversiva da prática clínica. Como imaginar novas perspectivas clínicas que cuidem da singularidade plural dos corpos? É que nos cansamos do discurso hegemônico de cuidado nas ciências psi que se pauta na marcação da diferença em um lugar de outridade. O cuidado, nesse sentido, perpassa por uma dinâmica de controle, na medida em que se propõe a rapidamente capturar o discurso a partir da diferença.

Os processos de patologização das transgeneridades dentro do campo psi, que inclusive têm sua grande influência no movimento de nos afastar do espaço clínico enquanto analistas, estão intimamente ligados com o processo de sexualização das corporalidades enquanto dado biológico e imutável. Portanto, toda teoria, principalmente a psicanálise hegemônica, que parte do dimorfismo sexual enquanto molde existencial, é responsável por tirar de pessoas trans a dignidade de reivindicar sua existência no mundo.

Como as narrativas trans tensionam estruturas psicológicas engessadas e produzem incômodos nas verdades científicas? Suas histórias denunciam a construção de uma imagem monstruosa (PRECIADO, 2022) de suas experiências, pautadas na deslegitimação, patologização e desconhecimento sobre suas especificidades (PFEIL; PFEIL, 2021). Assim, a proposta do presente trabalho é mapear o campo do cuidado em saúde mental direcionado à corpos trans, de forma a ampliar os horizontes da formação e prática clínica. A questão das vidas trans é de ordem coletiva e exige a dedicação e capacitação de qualquer profissional que deseja oferecer um serviço em saúde mental.

Não se podem subestimar, contudo, os significados políticos dos debates provocados pela simples existência de pessoas trans, os quais implicam rediscussão de rotinas e protocolos institucionais consolidados, como os de atendimento, conduta profissional, sigilo, privacidade etc. Elas geram deslocamentos: pessoas que jamais inscreveram as relações de gênero e a sexualidade em seu horizonte reflexivo passam, ao menos temporariamente, a considerá-las e a discutir condutas discriminatórias que reconhecem em si e nos demais, e nos extremos dessa abertura ao diálogo, o modelo de sociedade ambicionado. (ALMEIDA, 2012, p.519)

Nesse sentido, quando um Código de Ética Profissional estabelece padrões esperados para as práticas da categoria, tem em vista fomentar a autoreflexão dos indivíduos acerca de suas *práxis*, de modo que se responsabilize, pessoal e coletivamente, pelas ações e consequências do exercício profissional (CFP, 2005). Isso já aponta para um dever da Psicologia, enquanto disciplina que se propõe comprometida com a saúde física e mental dos sujeitos, a repensar de forma crítica uma série de violências (re)produzidas em um contexto marcado por assimetrias socioculturais naturalizadas que hierarquizam a forma de experienciar o corpo e a subjetividade.

Além de, na média, não saberem sequer como se dirigir a esse público, os profissionais de saúde, não somente os da área médica, tendem a generalizar tratamentos para pessoas trans, desconsiderando suas particularidades, ou considerando, iniquamente, que todas as suas demandas de saúde se restringem ao processo transgenitalizador. (DE JESUS, 2016, p.198)

Por mais que o objetivo principal não seja de normatização da atuação e sim de apontar reflexões sobre valores relevantes para o campo no nosso contexto sócio-histórico específico, entendemos que o Código se baseia em alguns pilares que devem se fazer presentes em qualquer prática psicológica independente da linha seguida, como a afirmação e defesa da vida em sua pluralidade irreduzível e seus direitos fundamentais dentro de uma sociedade democrática.

Em consonância com o argumento anterior, afirma-se que a psicóloga/o deve trabalhar com vista a “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005). Portanto, o desenvolvimento desse campo científico deve estar comprometido com a garantia de direitos e respeito à vida.

A partir de nossas vivências enquanto psicólogos/os transmasculinos/os, nos questionamos porque chegam para nós tantos encaminhamentos de casos de outras pessoas trans. Ou, ao contrário, porque chegam a nós majoritariamente pessoas trans que estão buscando espaços de acolhimento dentro do campo da saúde mental. Será que apenas nós, enquanto comunidade, podemos ofertar um cuidado ético e responsável com outras pessoas trans? Em sua maioria marginalizadas, muitas dessas pessoas não podem arcar com os custos altos da clínica individual. Por que pessoas cis atendem majoritariamente outras pessoas cis que podem arcar com os custos da clínica? Certamente os dados não são coincidência.

Além disso, as narrativas de violência dentro do consultório são inúmeras quando falamos de um profissional cis atendendo uma pessoa trans. Não existem

espaços seguros - o que existe é a necessidade de uma formação e capacitação ampliada para que todos os profissionais da Psicologia possam oferecer um cuidado e uma escuta ética com outro corpo trans. Criar a ideia de um espaço seguro, onde uma pessoa trans deveria atender outra pessoa trans, apenas perpetua a desresponsabilização de pessoas cis com a marginalização das transgeneridades. Os profissionais cisgêneros, de acordo com o próprio código de ética que rege nossa profissão, devem ser igualmente instruídos e sensíveis para atender qualquer diversidade. Isso não significa que seja preciso dar conta de todas as questões, mas ter a sensibilidade de escutar um corpo que pode muitas vezes questionar o seu lugar de analista.

É poder arcar com os custos, financeiros, materiais e psicológicos, de entrar em contato com uma violência cruel e que, muitas vezes, tem como representação máxima aquele corpo que escuta. Porque apenas pessoas trans devem lidar com a violência e precarização dirigida a elas próprias?

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando consideramos o atendimento psicológico e clínico como um dispositivo que legitima as narrativas e afirmação de existências, deveria ser instântaneo o entendimento de que pessoas trans devem ter acesso a estes espaços. Por acesso, falamos de acolhimento ético, sensível, adequado às demandas do sujeito e que possa servir como ferramenta de apoio para a compreensão da autenticidade de sua existência (CFP, 2013). Só que, quando nos confrontamos com a epistemologia cisnormativa que baseia muitas teorias e práticas psicológicas, percebemos que a Psicologia diversas vezes psicologiza, violenta e/ou exclui pessoas trans

Dessa forma, os resultados do trabalho apontam para a urgência em ampliar o número de profissionais em Psicologia capacitados para atender demandas que atravessam pessoas trans.

Por psicólogas/os capacitadas/os para este atendimento nos referimos à compreensão e legitimação, por parte dos profissionais de psicologia, da autodeclaração das transidentidades e do combate às práticas de terapias de conversão. Falamos de profissionais que tenham em vista que processo de hormonização, retificação do registro civil e cirurgias não configuram os únicos temas que atravessam essas existências. Pessoas trans são sujeitos ativos que se afetam, que amam, que sentem raiva, que habitam determinado território, possuem uma rotina, assim como qualquer outra pessoa. Ainda que seja importante considerar que todas as suas vivências partem do marcador social que carrega consigo.

Outro aspecto importante é a possibilidade de nomear, localizar e questionar as identidades ditas naturais e refletir sobre a lógica cisheteronormativa. Se perguntar como ela opera, como se sustenta e quais violências ela provoca sobre corpos não cis. Um exemplo de prática opressora cotidiana advinda dessa lógica, que principalmente psicólogas/os cis têm adotado, são os encaminhamentos compulsórios para profissionais trans, de casos de pessoas trans que só podem pagar um valor social pelo atendimento. Será que isso mostra como profissionais cis não se sentem responsáveis e/ou preparadas para atender esses casos? Mas, seria uma pessoa trans qualificada a atender outra pessoa trans só por se identificarem como não-cis? Decerto essa postura evidencia como no imaginário social o profissional trans pode receber menos por seu trabalho em nome da empatia. Infelizmente, essa situação apenas retroalimenta a precarização do trabalho e assistência em saúde de pessoas trans.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a maioria dos profissionais formados em Psicologia se identificam como pessoas cis, marcamos a importância dessas pessoas repensarem sua prática de cuidado com a população trans, de modo a não reproduzir tais violências e seguir no caminho de novas possibilidades de subjetividades.

Um caminho indicado pelo CFP no sentido de superação dessa ideologia cisheteronormativa, além da escuta de pessoas trans, é o aprofundamento de psicólogas/os em pesquisas e estudos no campo de gênero e sexualidade. Assim, acreditamos ser possível compreender, com embasamento teórico, a ideologia cisheteronormativa que atravessa o campo da Psicologia e caminhar no sentido de contruir novos arcabouços teóricos e práticos para superá-la.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 513-523, 2012.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. Brasília: Revista Sociedade e Estado, v.12, n. 1, jan./abril. 2016. p. 15-24.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans.** Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população lgbtqia+,** Brasília: CFP, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 01/18,** Brasília: CFP, 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Medicina: uma ciência maligna? Debate psicopolítico sobre estereótipos e fatos. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 195-204, 2016.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** 1966.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Côrrea. São Paulo: cadernos pagu, 1995, p. 7-41.

LAPOUJADE, David. **Existências mínimas.** São Paulo: n-1, 2017.

LEMOS, Kaio Souza. O corpo transmasculino como um campo de batalha: espaços de narrativas e construções tecno-semióticas. *Revista Estudos Transviades*, v.1, n.1, p. 119-127, 2020.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho. A formação em Psicologia e a emergência da Psicologia Crítica no atual contexto brasileiro: desafios na atuação frente à diversidade sexual e de gênero. In: FERRÃO, Dalcira; DE CARVALHO, Lucas Henrique; COACCI, Thiago (orgs.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo.** Belo Horizonte, MG: CRP 04, p. 36-59, 2019.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Reflexões sobre transmasculinidades e preservação da vida: os impactos da deslocalização. **Revista Estudos Transviades**, v.2, n.3, p. 50-59, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.



## HIV E PLATAFORMAS DIGITAIS: ARENAS DISCURSIVAS DE PRODUÇÃO DE SUJEITOS

*Carlos Edmilson Avila de Lima<sup>1</sup>*  
*Sirlete Maria Bitencourt Frighetto<sup>2</sup>*  
*Leonardo dos Santos da Silva<sup>3</sup>*  
*Lidiane Londero Perlin<sup>4</sup>*  
*Joacir Marques da Costa<sup>5</sup>*

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar representações midiáticas e coletivas produzidas em torno da epidemia do vírus HIV/AIDS. Assim sendo, nesta pesquisa é construída uma estrutura argumentativa de que a epidemia do HIV/AIDS apresenta-se como um fenômeno sociocultural, que infecta e contagia subjetividades do ponto de vista da produção de preconceitos, às vezes por um moralismo e às vezes por ignorância acerca dos avanços científicos. Ainda, discute-se com elementos simbólicos, materiais e midiáticos, os quais disputam as narrativas sobre a história do HIV/AIDS, e que nem sempre são respaldados por descobertas científicas. Utiliza-se uma metodologia cartografia para re/construir os desenhos desse mapa discursivo, compreendendo o método cartográfico como um processo inventivo, que não possui pretensões de elaborar discursos universais ou neutros, mas como um rascunho de uma visão de sociedade, em que o pesquisador empresta sentidos no objetivo de construir um diálogo entre os conceitos e objeto de pesquisa. Ao fim, destacam-se as influências que esses discursos midiáticos possuem na produção de subjetividades, e como o ativismo social nas mídias têm contribuído para

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, [carlosufsm58@gmail.com](mailto:carlosufsm58@gmail.com); bolsista da CAPES

2 Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, [sirletemaria04@gmail.com](mailto:sirletemaria04@gmail.com)

3 Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, [ssantosleonardo90@gmail.com](mailto:ssantosleonardo90@gmail.com); bolsista da CAPES

4 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, [lidiane.londero@hotmail.com](mailto:lidiane.londero@hotmail.com); bolsista da CAPES

5 Professor, Doutor e orientador no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, [costa.joacir@ufsm.br](mailto:costa.joacir@ufsm.br).

socializar as descobertas científicas e produção de novos sentidos que reverberam na mudança de comportamento social.

**Palavras-chave:** Plataformas Digitais, Subjetividade, HIV/AIDS, Saúde, Educação.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga, a partir da perspectiva dos estudos culturais, uma leitura das manifestações culturais de grupos que são socialmente marginalizados, ou seja, uma cultura posta na fronteira social. Assim sendo, com Tomaz Tadeu da Silva (2022), entendemos que em uma concepção pós crítica “às análises feitas nos Estudos Culturais não pretendem nunca ser neutras ou imparciais. Na crítica que fazem das relações de poder numa situação cultural ou social determinada, os Estudos Culturais tomam claramente o partido dos grupos em desvantagem nessas relações. Os Estudos Culturais pretendem que suas análises funcionem como uma intervenção na vida política e social” (SILVA, 2020, p. 132 ).

Desse modo, podemos argumentar que existe uma batalha discursiva acerca da pauta hiv/aids sendo disputada, a qual denominamos “epidemia discursiva midiática do hiv”. Em outras palavras, entendemos esse currículo como “um espaço que corporifica relações sociais, formas de conhecimento, de saber-poder e como território de composições e experimentações; território em que jogamos parte significativa dos jogos de nossas vidas” (PARAÍSO, 2006, p. 1). Uma arena de disputa de práticas e enunciados discursivos, “espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno de diferentes significados sobre o mundo social e sobre o político” (SILVA, 2006, p. 99).

Desse modo, desenhamos um rascunho de mapa ou mosaico das representações midiáticas acerca desse fenômeno sociocultural que denominamos “epidemia discursiva do hiv/aids”<sup>6</sup> o qual a partir da filosofia de Michel Foucault (2019), destacamos como um dispositivo de poder e saber que influencia na produção de subjetividades individuais e coletivas, demarcadas, territorializadas, desterritorializadas a partir de diversos outros dispositivos, agenciamentos e fenômenos culturais presentes em um determinado contexto histórico. Assim sendo, argumentamos que a temática do hiv/aids ultrapassa as fronteiras das páginas de boletins, bulas e relatórios epidemiológicos, e ganha espaço nas mais variadas plataformas (físicas e digitais), nas instituições de educacionais, de saúde e religiosas, as quais desenvolvem uma legítimas disputas acerca dos sentidos e significados materiais e simbólicos da epidemia do hiv/aids, promovendo uma “nova cruzada ideológica” sobre o tema em questão. Sobretudo, destacamos que

---

6 Normalmente as siglas são escritas com letras maiúsculas, nessa pesquisa estamos usando as siglas hiv/aids com letra minúsculas para sinalizar que a centralidade desta pesquisa não é o vírus ou a doença, mas sim a epidemia discursiva, ademais também nos inspiramos em outros pesquisadores que utilizam as siglas em minúsculo em respeito às pessoas que morreram em decorrência do vírus, seja pela falta de medicamento ou por negligência do Estado, em construir ações de educativas, de prevenção ou de acolhimento.

antes mesmo do vírus do hiv chegar a todos os continentes, a epidemia discursiva midiática já tinha sido amplamente massificada e viralizando com seu “vírus ideológico” (DANIEL; PARKER, 2018, p.14) todos os continentes, por meio dos jornais e demais mídias sociais.

Ademais, com as pesquisas de Bessa (2002, 2007), compreende-se que o fenômeno social hiv/aids não é apenas um vírus/doença que atinge o corpo fisiológico e restrito às fronteiras do campo da saúde. “A aids não é apenas uma questão de saúde, mas também discursiva, sobretudo pela construção da doença pelos discursos biomédicos e midiáticos frente à urgente necessidade de torná-la inteligível para, então, lidar com ela” (PROCÓPIO, DOS SANTOS, 2023, p.2). Desse modo, nesta pesquisa, argumenta-se que há inúmeros elementos discursivos, materiais, lúdicos, didáticos, econômicos, sociais e psicológicos que disputam e interferem no modo como as diferentes populações mundiais, em diferentes períodos históricos, lidam com a epidemia do vírus hiv/aids. Ou seja, por ser um vírus-doença de proporção mundial, cada país/região desenvolveu uma forma distinta de responder aos desafios apresentados pela epidemia.

Para tanto, no desenvolvimento da pesquisa flertamos com uma metodologia de pesquisa cartográfica, em que não se tem a concepção de descobrir algo velado, mas que na grande maioria dos casos o que existe é uma produção e criação de novos dados, condicionando os contextos. Dito isso, mapeamos alguns materiais como filmes, reportagens, publicações em redes sociais e nos inspiramos em algumas pesquisas, de modo a elaborar movimentos argumentativos e análise de materialidades. Ademais, não buscamos produzir metanarrativas sobre o tema em questão, aliás, buscamos a partir das microrrelações e micropolíticas, emprestar sentidos e significados para tais fenômenos, ou seja, enquanto pesquisadores assumimos o compromisso de produzir um trabalho alicerçados nas descobertas e avanços científicos, com o objetivo de contribuir para a mediação e possível soluções dos problemas e demandas que afetam nossa sociedade.

Seguindo esta dinâmica, a cartografia permite então problematizar os nossos modos de ser e agir, nos ajudando a reconhecer como reproduzimos ou não a subjetividade dominante, como a disputa de forças sociais nos compõem na vida, e no caso, na pesquisa. Assim, a análise cartográfica se orienta por uma dinâmica que percorre “os pontos, as linhas e a rede do rizoma, aplicando estratégias rizomáticas de análise e ação, percorrendo e desenhando trajetórias geopolíticas. (CINTRA, 2017, p.46)

Assim sendo, o pesquisador (cartógrafo) “deve mostrar os desdobramentos que foram realizados na pesquisa, passos, dados, episódios, e ter em mente que é

o ambiente que explica os caminhos escolhidos durante o processo de construção da cartografia (VICENTE; SANTOS; SILVA, 2017, p. 5). Desse modo, nesta pesquisa assume-se uma postura pós crítica, “não como abandono da história, mas como pressuposto de que a produção da história e dos sujeitos se dá no âmbito da linguagem, nas micro relações de saber-poder e de disputas/alianças discursivas que governam e fabricam os/as sujeitos/as” (COSTA; LIMA; SILVA, 2023, p. 474).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Desse modo, como referencial teórico desta pesquisa utilizamos algumas pesquisas que nos ajudam a entender como tem sido construída essa disputa discursiva a respeito do hiv/aids. Uma das primeiras analogias do hiv/aids como um fenômeno de embates ideológicos foi apresentado por Sontag (1984), o texto foi escrito em um contexto que sequer tínhamos uma esperança no tratamento do vírus, a epidemia já tinha se espalhado por todos os países e passado para um processo de interiorização, chegando às cidades localizadas longes das cidades grandes e das regiões metropolitanas. Assim sendo, o que havia sido vendido (anunciando) como “câncer gay” se tornou um enorme problema e desafio humanitário da nossa geração. No seu trabalho a autora reflete sobre as diversas metáforas e analogias envolvidas no processo de adoecimento individual e coletivo e como o pânico moral e o terrorismo biológico, sobretudo com os sujeitos que tinham práticas homoafetivas, dissidentes e que estavam distantes da norma da família patriarcal, ou seja, muitos preconceitos e estigmas haviam se instalado ao lado da primeira doença que passou por um forte processo de moralização e punitivismo social.

O que tenciono descrever não é uma emigração real para o reino dos doentes e o que seja lá viver, mas as fantasias punitivas ou sentimentais forjadas em torno dessa situação; não a verdadeira geografia, mas os estereótipos do caráter nacional. Não pretendo abordar a doença física em si, mas o uso da doença como um símbolo ou metáfora. Meu ponto de vista é que a doença não é uma metáfora e que a maneira mais honesta de encará-la - e a mais saudável de ficar doente - é aquela que esteja mais depurada de pensamentos metafóricos, que seja mais resistente a tais pensamentos. Por ora, é muito difícil fixar residência no país dos doentes e permanecer imune aos preconceitos decorrentes das sinistras metáforas com que é descrita a sua paisagem. (SONTAG, 1984, p.5)

Ademais, os ativas Daniel e Parker (2018) utilizam a expressão “terceira epidemia” ao fazer uma análise sobre os três fenômenos socioculturais promovidos

pelo hiv, autores argumentam existem três tipos de epidemia: a primeira epidemia foi o surgimento do vírus a infecção propriamente dita, a segunda seria o processo em que o vírus se espalhou pelos diversos grupos sociais, e atualmente vivemos a terceira epidemias, em que mesmo com todos os avanços e descobertas da ciência, ainda somos assombrados por fantasmas epistêmicos que nos perseguem e nos assombram, produzindo um pânico moral e preconceitos acerca da temática hiv/aids. Ao concluírem sua argumentação enfatizam o surgimento, presença e proliferação de um “vírus ideológico” que infecta e influencia a produção de subjetividades.

Além disso, na primeira coletânea de versos e poemas organizada por Ramos Lemos (2018), intitulada “Tente entender o que quis dizer”, o autor argumenta que a “a linguagem é o verdadeiro vírus”. Lemos organiza 101 poemas e versos de 95 poetas, que utilizam suas linhas e versos para compartilhar suas angústias, inseguranças, medos e descobertas que os ajudam a refletir sobre a vivência. Os poemas registram um período desde o início da epidemia do hiv quando não tinha remédios, e que quem recebia o diagnóstico de hiv positivo só tinha os versos e poemas como fuga para um outro tipo de cura, que só os poemas poderiam oferecer, já que a ciência caminhava em passos lentos para a descoberta de um tratamento efetivo e eficaz para a doença.

Outro conceito que nos ajuda a compreender essa epidemia discursiva é “Aids-NOTÍCIA” elaborada pelos pesquisadores Spink et al. (2001) que nos apresentam um estudo em que foram pesquisado durante a década de 1980/1990, mais especificamente entre os anos 1987 e 1996, em que o jornal Folha de São Paulo publicou 7.074 reportagens que tinha como pauta principal as temática e as questões que envolvia hiv/aids.

As funções da mídia como elemento imprescindível da produção de sentidos na sociedade contemporânea, frente a eventos que se configuram como novos e/ou ameaçadores. A mídia, nessa perspectiva, cumpre dois papéis importantes: por um lado, a imprensa anunciou o aparecimento de um novo fenômeno no campo da patologia; e, por outro, desenhou progressivamente seus contornos e, sobretudo, operou a passagem das informações sobre a doença do domínio médico e científico para o registro social (BIANCARELLI, 2001, p. 852).

Ademais, podemos observar a presença dessa temática em diversas plataforma digitais, midiáticas e físicas, como por exemplo nas músicas, nos poemas, nas telenovelas, nos jornais, nas redes sociais (instagram, Facebook, Tiktok,

Twitter), desse modo podemos argumentar que essa temática tem se manifestado como um dispositivo que regula e disciplina a vida de sujeitos e coletividades.

Por esse termo (dispositivo) tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (...) Entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante [ênfases adicionadas]. (FOUCAULT, 2019, p. 364- 365)

A partir desses elementos observamos que durante esses últimos quarenta anos a pauta do hiv esteve presente em diversas mídias sociais as quais disputavam, produziam e reproduziam sentidos para a temática em questão. Logo, quando a pauta é o hiv, argumentamos que existe uma encruzilhada de dispositivos que disputam as subjetividades.

A luta contra a aids tornou-se a luta contra os dispositivos geopolíticos e culturais de produção da aids – o que inclui modelos biomédicos, campanhas publicitárias, organizações governamentais e não governamentais de saúde, programas de sequência de genoma, indústrias farmacológicas, propriedade intelectual, bioparceiros, marcas, definições de grupo de risco, ensaios e protocolos clínicos... (PRECIADO, p. 355-356).

Nesse sentido, é válido ressaltar que existem disputas em diversos setores da sociedade que buscam produzir sentidos e significados acerca do fenômeno social que foi promovido a partir do vírus do hiv. Ou seja, existem tanto o papel da medicina que busca encaixar esse fenômeno a partir de seus diagnósticos, bulas e relatórios, que buscam em certo sentido promover uma gestão da saúde-doença, vida e morte, como também existe o fenômeno de preconceito e estigmatização promovidos por discursos e setores da sociedade conservador-criminosos. Nesse contexto, destacamos a forte presença de diversos movimentos sociais e a sociedade civil que também estão nesse processo de disputa, combatendo não apenas o preconceito e o estigma, em especial, também estão lutando pela qualidade de vida e dignidade humana das pessoas que vivem com hiv.

Ademais, nas últimas décadas a partir da revolução tecnológica diversas outras formas de socializar e compartilhar o conhecimento foram sendo

promovidas a partir das redes sociais e plataformas digitais, como facebook, instagram, tiktok. Esses territórios digitais nos quais diversos sujeitos que vivem com hiv tem utilizado seus perfis para compartilharem e socializarem suas angústias, alegrias e experiências acerca da vivência com hiv. Assim sendo, podemos argumentar que as plataformas digitais têm potencializado uma “quarta epidemia”<sup>7</sup> do hiv, em que viraliza outras visões sobre a temática do hiv, e sobretudo, é nas redes sociais onde, atualmente, os sujeitos que vivem com hiv encontram maior espaços para produzirem outros sentidos sobre a temática em questão.

Ou seja, por meio das redes sociais estes sujeitos rompem com a dicotomia do espaço geográfico privado/público, ao compartilharmos questões que até então eram escondidas nos armários (DUQUE; SEFFNER, 2022) do silêncio do preconceito e do estigma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do aprofundamento proporcionado pelas pesquisas de Bessa (2002, 2007), compreendemos que o fenômeno social do hiv/aids transcende a mera manifestação de um vírus ou enfermidade que afeta o corpo fisiológico, situando-se para além das fronteiras tradicionais do campo da saúde. Segundo Procópio e Dos Santos (2023, p.2), a temática do hiv/aids não se restringe unicamente ao âmbito da saúde, sendo também uma questão discursiva, particularmente na construção da compreensão da doença pelos discursos biomédicos e midiáticos. Essa construção discursiva se torna imperativa diante da urgência em tornar a AIDS compreensível para lidar eficazmente com seus desafios.

Esta pesquisa ao sustentar a argumentação de que inúmeros elementos discursivos, simbólicos, reais, materiais, lúdicos, didáticos, econômicos, sociais e psicológicos concorrem e interferem na maneira como diferentes populações globais enfrentam a epidemia do vírus hiv/aids ao longo de diferentes períodos históricos. A globalidade do vírus-doença propicia o desenvolvimento de respostas distintas por parte de cada país ou região diante dos desafios apresentados pela epidemia.

Assim, enfrentar a epidemia de hiv/aids torna-se um desafio social substancial quando grupos ou países adotam abordagens baseadas em crenças e práticas que se distanciam das descobertas científicas (Helman, 2009; Gonçalves, 2010). Este cenário propicia a perpetuação de uma “epidemia discursiva marcada por

---

<sup>7</sup> utilizamos essa expressão para dialogar com livro *AIDS: a terceira epidemia: ensaios e tentativas*, texto já citado no corpo deste trabalho.



visões estigmatizantes, monopolizadoras e autoritárias” (Procópio, Dos Santos, 2023, p.2), sustentada por conjecturas, dogmas, inverdades e fantasmas epistêmicos do século passado, que carecem de fundamentação nas descobertas e avanços científicos.

Nesse contexto, inúmeras trilhas são delineadas na busca por compreender e abordar os fantasmas epistêmicos que permeiam o imaginário coletivo e perpetuam discursos arcaicos e anticientíficos sobre a temática do hiv/aids. A definição do ponto de partida para esse mapeamento torna-se crucial, podendo explorar trilhas que conduzem aos debates sobre os conceitos de currículo, delimitar as fronteiras conceituais de uma cartografia da subjetividade, ou investigar as trilhas que revelam a falta de informação e a precariedade educativa relacionada às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Ademais, reconhecemos a centralidade da linguagem e do discurso, influenciando a construção de elementos discursivos que estruturam a materialidade de uma outra epidemia — a do preconceito —, a qual se apresenta como mais perigosa do que a própria pandemia do hiv/aids. Esta pandemia do preconceito territorializa subjetividades em todos os cantos do planeta, propagada por vetores como a falta de informação e o moralismo, presentes em todas as culturas da sociedade globalizada.

Seguindo a análise de Foucault (2016, p.12) sobre a relação entre discursos verdadeiros e a formação da experiência do sujeito, o texto destaca a importância de compreender como os discursos sobre o hiv/aids moldam nossa experiência de nós mesmos. Desse modo, argumentamos, então, que nem todos se tornaram “portadores do vírus hiv” no corpo, mas, infelizmente, todos foram infectados pelo vírus do preconceito, configurando uma terceira epidemia social, explosiva em suas repercussões.

Daniel e Parker (2018) enfatizam que os meios de comunicação, como principais vetores, propagaram esse vírus do preconceito. Diante desse contexto, a pesquisa defende que, frente ao preconceito e ao medo, a informação e a solidariedade emergem como respostas eficientes ao avanço da AIDS. Nos últimos anos, foram desenvolvidos mecanismos, ferramentas e tecnologias, tanto biomédicas quanto sociais, para enfrentar as crises instauradas pelo vírus do hiv/aids.

É digno de nota que cientistas, médicos, educadores, políticos, religiosos, em suas diversas esferas de atuação, uniram esforços para enfrentar a epidemia do hiv/aids. Após quatro décadas, compreendemos que os desafios não se limitam mais à busca da cura, dada a evolução biomédica. O cerne da problemática reside nos estigmas e preconceitos que permeiam os discursos sobre o hiv/aids, influenciando prevenção, tratamento e políticas públicas e educacionais. Estudos indicam

que o preconceito em torno do hiv ainda impede muitas pessoas de realizar testes rápidos e iniciar tratamentos após o diagnóstico (Louw, 2022), transformando o preconceito em uma causa significativa de morte e deterioração da qualidade de vida.

Ao abordar os avanços conquistados durante as quatro décadas da pandemia do hiv/aids, destaco que a resposta à AIDS impulsionou progressos em áreas como direito à saúde, igualdade de gênero, sistemas de informação em saúde, plataformas de serviços, acesso a produtos básicos e segurança social. Contudo, ressaltamos, que a luta atual vai além do aspecto biomédico, envolvendo dimensões biológicas, socioeconômicas e políticas.

Concluimos ressaltando que, apesar dos avanços conquistados, a batalha contra o hiv/aids transcende as fronteiras da biomedicina, exigindo uma abordagem interdisciplinar e uma compreensão profunda das complexas dinâmicas sociais que perpetuam o preconceito e a estigmatização. Diante desse fenômeno reconhecemos que as novas plataformas digitais (tiktok, facebook, twitter e instagram) podem contribuir no sentido de compartilharmos e socializamos novas interpretações e narrativas para esse epidemia discursiva do hiv/aids, sobretudo, por possibilitar que os sujeitos que vivem com hiv possam compartilhar as suas vivências enquanto sujeitos que vivem com hiv.

## REFERÊNCIAS

BESSA, Marcelo Secron. **Os perigosos: autobiografias & AIDS**. Aeroplano, 2002.

BESSA, Marcelo Secron. **Histórias positivas: a literatura (des)construindo a AIDS**. Record, 1997.

BIANCARELLI, Aureliano. DOENÇA EM FOCO: AS REPORTAGENS SOBRE AIDS PUBLICADAS PELA FOLHA DE S. PAULO. **Revista USP**, n. 33, p. 136-147, 1997.

COSTA, Joacir Marques da; LIMA, Carlos Edmilson avila de; SILVA, Rafael Lesses. da. INSURGÊNCIAS DO MOVIMENTO LGBT+: RELAÇÃO DO ESTADO COM OS SUJEITOS DE DIREITOS. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 472-487, 2023. DOI: 10.5216/ia.v48i2.74665. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74665>. Acesso em: 22 set. 2023.

DANIEL, Herbert; PARKER, R. A terceira epidemia: o exercício da solidariedade. In: DANIEL, H; PARKER, R. AIDS: a terceira epidemia. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

CINTRA, Amanda Mendes Silva et al. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, p. 45-53, 2017.

COSTA, Joacir Marques da; LIMA, Carlos Edmilson avila de; SILVA, Rafael Lesses. da. INSURGÊNCIAS DO MOVIMENTO LGBT+: RELAÇÃO DO ESTADO COM OS SUJEITOS DE DIREITOS. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 472-487, 2023. DOI: 10.5216/ia.v48i2.74665. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74665>. Acesso em: 22 set. 2023.

DUQUE, Tiago; SEFFNER, Fernando. A EPISTEMOLOGIA DO SEGUNDO ARMÁRIO: CANAIS DE GAYS HIV+ NO YOUTUBE COMO ARTEFATOS PEDAGÓGICOS. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 60, 2022.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder (R. Machado, Trad. e Org., 10 ed.). Paz & Terra, 2019.

MELLO, Ramon Nunes (Org.). **Tente entender o que tento dizer: poesia + hiv/aids**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, v. 1, 2009.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, p. 283-303, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200002>

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo-mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo. 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Caxambu, 2004a.

PARAÍSO, Marlucy Alvez. Currículo e aprendizagem: relações de gênero e raça na escola. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

PARAISO, M. A.; MEYER, D. E.. Metodologias de pesquisas pós-críticas em 9-178, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642843>. Acesso em: 23 jan. 2023.

PRECIADO, P. B. Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. n-1 edições, 2018.

SPINK, Mary Jane P. et al. A construção da AIDS-notícia. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 4, n. 17, p.851-862, jul. 2001.

# REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM BANHEIRO MULTIGÊNERO NA GARANTIA A SAÚDE DE PESSOAS TRANS

*Karina Costa da Silva*<sup>1</sup>

*Jade Tavares Tartaruga*<sup>2</sup>

*Larissa Simião Bastos de Quadros*<sup>3</sup>

*Lêda Glicério Mendonça*<sup>4</sup>

*Michelle Guiot Mesquita*<sup>5</sup>

## RESUMO

O banheiro multigênero é um banheiro público inclusivo pensado para a comunidade LGBTQIAPN+. Seu uso é livre para qualquer indivíduo, independente da identidade de gênero. Este debate tem ganhado espaço, e no Brasil, a Resolução nº 12 de 2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT garante o acesso de pessoas *trans* aos banheiros das instituições de ensino conforme sua identidade de gênero. No IFRJ Campus Realengo a discussão foi disparada pelo NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) em novembro de 2022 a partir de um questionário fechado formulado na plataforma *Google forms* e distribuído por e-mail e *Whatsapp* aos participantes da comunidade

- 1 Graduando/a/e do Curso de Fisioterapia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), [karinacids@gmail.com](mailto:karinacids@gmail.com);
- 2 Graduando/a/e do Curso de Farmácia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, [jtartaruga15@gmail.com](mailto:jtartaruga15@gmail.com);
- 3 Graduando/a/e do Curso de Fisioterapia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), [lquadros17@gmail.com](mailto:lquadros17@gmail.com);
- 4 Professora orientadora do Curso de Farmácia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ: Doutora pelo IOC/FIOCRUZ- RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), [leda.mendonca@ifrj.edu.br](mailto:leda.mendonca@ifrj.edu.br);
- 5 Professora orientadora do Curso de Fisioterapia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ: Doutora pela ENSP/FIOCRUZ - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), [michelle.guiot@ifrj.edu.br](mailto:michelle.guiot@ifrj.edu.br).

acadêmica. Os resultados apurados foram: 94% dos participantes já ouviram falar sobre banheiro multigênero; 84% concordam com a implantação dele, porém somente 53% sabem que a população *trans* pode adoecer pela falta de acesso a um banheiro seguro. Por isso, o foco deste trabalho será apresentar os principais agravos à saúde física e mental desta população pela privação deste direito. O dado é alarmante tendo em vista que essa IES oferece cursos da área da Saúde, sinalizando que a saúde da população LGBTQIAPN+ não é abordada em seus currículos adequadamente. A revisão servirá de base para uma ação de sensibilização da comunidade acadêmica sobre o tema. É importante deixar claro que devemos alimentar debates acerca do banheiro multigênero tanto para implementação e inclusão dos usuários invisibilizados, quanto para tornar os espaços educacionais mais inclusivos e acolhedores.

**Palavras-chave:** saúde LGBTQIAPN+, banheiro multigênero, nudeds, direitos LGBTQIAPN+

## INTRODUÇÃO

A Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015 (Brasil, 2015), garante a sociedade o acesso ao banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, contudo, apesar disso, percebe-se que não há projetos que de fato concedam as pessoas transgêneros e travestis o acesso ao banheiro público de acordo com a sua identidade gênero, garantindo segurança e conforto a esta população e diminuindo o risco de assédio, constrangimento, discriminação e violência cometidas com o uso do banheiro feminino ou masculino pode gerar (Rodrigues *et al.*, 2022).

No cotidiano acadêmico, o uso livre e sem discriminação dos banheiros pela população *trans* é uma pauta crucial para o melhor aproveitamento dos espaços sociais por parte desses indivíduos e os desafios vão desde o respeito pelos pronomes e nome social, até o relacionamento com as pessoas dentro das instituições. Nestes espaços de ambiente escolar e universitário, observa-se grande discriminação, estigma e desconhecimento e por conseguinte, os direitos de todas as pessoas não são preservados da forma como deveriam (Cruz, 2011).

Deste modo, o presente trabalho surge de um levantamento feito sobre a temática da implementação de um banheiro multigênero, ou simplesmente denominado “banheiro individual” realizado pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) com o intuito de introduzir essa discussão no âmbito do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Realengo (CReal). Este núcleo tem como uma das principais missões garantir o direito da população pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Polí, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+) de trabalhar e estudar em um ambiente que os acolham sem que exista qualquer tipo de discriminação, de forma a tornar os espaços acadêmicos ambientes de acolhimento e crescimento pessoal e profissional. Os resultados apurados demonstraram que a maior parte dos respondentes informaram saber o que seria um banheiro multigênero, consideraram importante existir na Instituição de Ensino Superior (IES), porém, a metade desconhece os problemas de saúde físicos e mentais que podem ser gerados a partir da privação de banheiro adequado e seguro.

Este último dado é alarmante e o que nos traz preocupação nestes resultados é o fato desta pesquisa ter sido realizada num *campus* dedicado à formação em Saúde, e é corroborado por Bagagli; Chaves e Zoppi (2021) e Lerner (2021) que afirmam que os problemas de saúde originários da dificuldade de acesso aos sanitários seguros não são conhecidos por todos, mas apenas pelos envolvidos de alguma forma, sendo LGBTQIAPN+ ou próximo a estes. Os mesmos autores argumentam ainda que o acesso seguro a banheiros públicos é uma necessidade

essencial para a participação social de todas as pessoas, mas que esse é um privilégio para as pessoas cisgênero. Cervi *et al*, (2020) explicam que o uso de banheiros públicos masculinos ou femininos é evitado por esta população por gerar constrangimento, discriminação e violências muitas vezes, sendo, portanto, uma discussão urgente na interface gênero e saúde, necessitando de atenção ao contexto social e histórico que o engloba.

O banheiro multigênero é um banheiro público inclusivo pensado para a comunidade LGBTQIAPN+, e seu uso é livre para qualquer indivíduo, independente da identidade de gênero e que pode ser implementado como um banheiro de uso individual para o uso privativo. Também pode ser adotado como banheiro de uso coletivo, em que se equipa o lugar com cabines individuais, com um espaço de circulação comum, onde normalmente as pessoas lavam as mãos. De acordo com Gattupalli (2022), em ambientes públicos, o formato coletivo ainda enfrenta resistências, de modo que o formato individual tem mostrado uma melhor aceitação. Em relação à nomenclatura, ainda não há consenso em como se referir, sendo nomeado como “banheiro agênero”, “banheiro neutro”, “banheiro unissex”, “banheiro inclusivo”, ou apenas banheiro individual.

### **Sobre banheiros, gênero, direitos e Saúde**

O banheiro público em um determinado espaço vai caracterizar e definir quem entra nele, promovendo aceitação ou exclusão das pessoas LGBTQIAPN+, já que a conformidade destes espaços pode também ser um instrumento de regulação da heteronormatividade. A heteronormatividade, de acordo com Carvalho; Andrade e Junqueira, (2009, p.20), é caracterizada por valores, normas, dispositivos e mecanismos na perspectiva da heterossexualidade, como a legítima e natural forma de expressão identitária e sexual e deste modo, faz com que a homossexualidade, a transgeneridade e as práticas sexuais não reprodutivas sejam vistas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. Neste contexto, Cervi *et al*, (2020) afirma que para pessoas LGBTQIAPN+, em especial pessoas trans e travestis, muitas vezes, a saída é não usar o banheiro devido a todo constrangimento e insegurança produzida. Estas inseguranças são descritas por Bagagli; Chaves e Zoppi (2021) como resultado de comportamentos transfóbicos que produzem experiências de discriminação como assédio verbal ou agressão física e deste modo, ao evitar o uso dos banheiros, pode acarretar infecção no trato urinário, condições relacionadas ao estresse e aumento de ideação suicida. A negação do acesso a esse espaço, dá sequência à violação de vários



direitos. É preciso lutar contra qualquer forma de exclusão e tornar legítimo o reconhecimento da diversidade.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa que tem uma particular relevância quando se pretende estudar as relações sociais advindas da pluralização das esferas da vida (FLICK, 2009).

Os dados foram coletados por meio de um questionário semiestruturado de três perguntas, formulado na plataforma *google forms* e enviado eletronicamente no mês de novembro de 2022, por e-mail e por grupos de *WhatsApp*. Os endereços eletrônicos de e-mails utilizados foram extraídos do sistema acadêmico de servidores e estudantes da instituição, devidamente autorizados pela Direção Geral do Campus. Os grupos de *WhatsApp* foram utilizados como ferramentas para otimizar esse preenchimento.

O questionário buscou captar a opinião da comunidade acadêmica do IFRJ CReal em relação a implantação de um banheiro inclusivo para a população LGBTQIAPN+. As perguntas realizadas no questionário foram: (1) “Já ouviu falar sobre banheiro multigênero ou neutro?”; (2) “Você sabia que pessoas transgênero desenvolvem doenças do trato urinário por não se sentirem seguras a usar banheiro em espaço público?” e (3) “Você concordaria em tentarmos viabilizar ao menos um banheiro multigênero no IFRJ CReal?”.

O Universo da pesquisa foi composto pela maior parte da comunidade acadêmica do IFRJ *Campus* Realengo. Ao todo, a amostra foi constituída de 695 estudantes de graduação ativos, 86 docentes e 49 técnicos administrativos, completando, ao todo, 830 indivíduos.

Foram excluídos da pesquisa colaboradores terceirizados do *Campus*, docentes convidados, estudantes com matrículas trancadas ou em abandono.

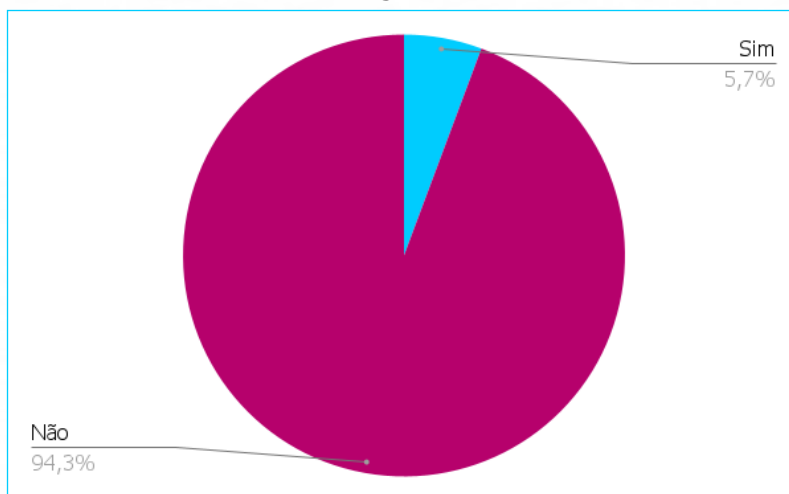
Para a análise dos dados do curso utilizamos o software Microsoft Office Excel, versão 2013, por meio de estatística descritiva. A estatística descritiva tem o objetivo básico de sintetizar valores de mesma natureza, assim, permite uma visão global da variação desses valores, organizando e descrevendo os dados (FLICK, 2009). A presente pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética por se tratar de uma pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, que conforme o Art. 1, Parágrafo único, da Resolução Nº 510/2016, não necessitam ser registradas nem avaliadas pelo Sistema CEP/CONEP.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi constituída de 106 indivíduos, totalizando 12,8% do total do Universo da pesquisa, em que 12,8% eram docentes (n.11), (4,9%) técnicos administrativos (n. 2) e 13,4% de estudantes (n.93). O baixo índice de respostas é característico de pesquisas de internet, conforme apontam Evan e Mathur (2005, 2018), contudo os autores afirmam que este percentual deve ser considerado abaixo do adequado, para pesquisas desenvolvidas *on-line*. Dessa forma, o resultado pode também apontar para processos que denotam o pouco interesse em se discutir, haja visto a resistência na implantação dos banheiros multigênero pela retomada do conservadorismo no Brasil apontada por diversos autores (Haje, 2020; Metrôpoles, 2021; Farias, 2023).

No que se refere a primeira pergunta foi: “Já ouviu falar sobre banheiro multigênero ou neutro?”, 94,3% participantes disseram que sim (n.100) e 5,7% disseram que não (n.6) (Figura 1). Mesmo que boa parte dos participantes tenham respondido que já ouviram falar, consideramos que esse dado não nos revela fator positivo, pois esse tema foi largamente conhecido e divulgado nos últimos anos por meio de *fake news* sobre o assunto (Farias, 2023).

Figura 1

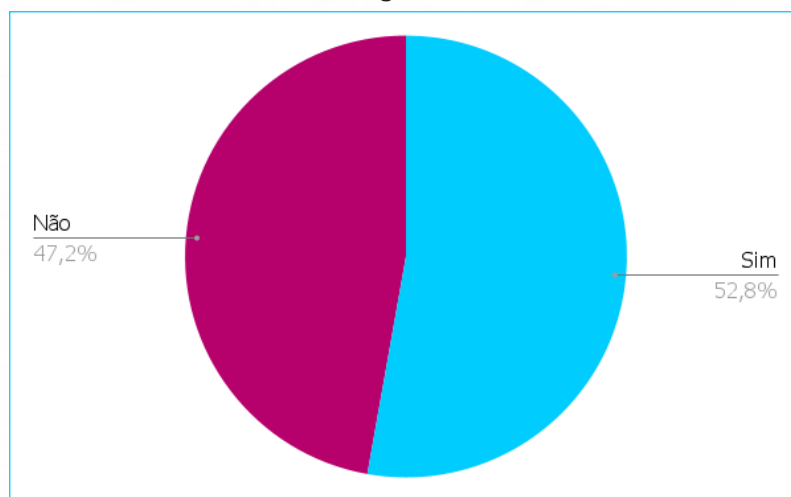


**Fonte:** autores, 2023

Em relação à segunda pergunta: “Você sabia que pessoas transgênero desenvolvem doenças do trato urinário por não se sentirem seguras ao usar banheiro em espaço público?”, 52,8% participantes disseram que sim (n.56) e 47,2 % disseram que não (n.50) (Figura 2). Tendo em vista que não há registros no IFRJ CReal

sobre a quantidade de pessoas transgênero, pois na matrícula se assume o nome social documentado conforme prevê a lei, deduzimos, por observação empírica, que essa ainda é uma parcela pequena do todo. Essa invisibilidade faz com que os problemas de saúde originários da dificuldade de acesso aos sanitários seguros não sejam conhecidos por todos (Bagagli; Chaves; Zoppi, 2021; Lerner, 2021), mas apenas pelos envolvidos de alguma forma, sendo LGBTQIAPN+ ou próximo a estes, mesmo sendo o IFRJ CReal dedicado à formação em Saúde.

**Figura 2**



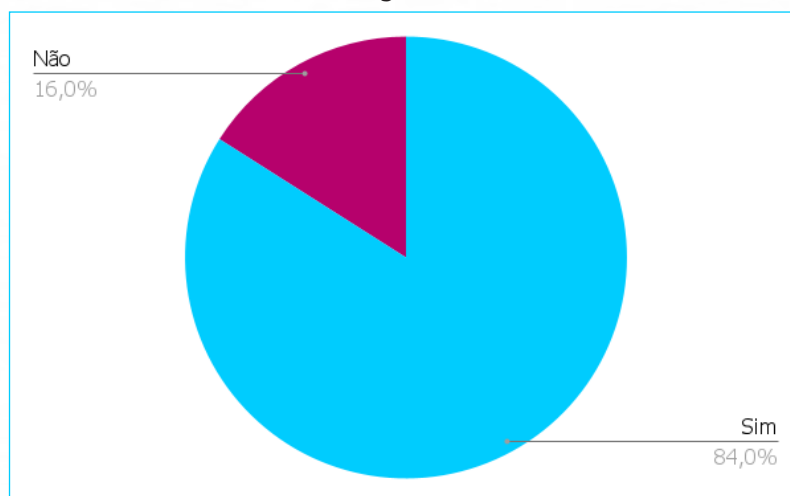
**Fonte:** autores, 2023

A última pergunta “Você concordaria em tentarmos viabilizar ao menos um banheiro multigênero no IFRJ CReal?” obteve um resultado em que dos 106 respondentes, 84% responderam que sim (n.89) e 16% disseram que não (n.17) (Figura 3). A resposta denota que a maior parte dos respondentes, mesmo que não conheçam a legislação específica, concorda com a inclusão. É importante compreender que a regulamentação que concede tal direito, a Resolução 12 de 2015 (Brasil, 2015) não é mandatória, mas sim de orientação (G1 São Paulo, 2015). Apesar da garantia estabelecida por lei, percebe-se que não há projetos que de fato concedam aos transexuais o acesso ao banheiro público de acordo com a sua identidade gênero, sendo este, uma necessidade para que se sintam bem-vindos e não passem por desconforto ou risco de assédio (Rodrigues *et al.*, 2022).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo projeto TransVida, do Grupo pela Vidda (Lisboa, 2022), cerca de 20,4% das pessoas trans que responderam ao questionário referiram que, no ambiente de ensino, já foram proibidas de utilizarem o banheiro conforme a sua identidade de gênero. Já no ambiente de trabalho,

recinto marcado pela dificuldade/ausência de inserção da população trans, 6% das pessoas responderam que já foram impedidos de usar o banheiro correto. Percebe-se que a experiência de frequentar banheiros públicos para aqueles que se enquadram no estereótipo imposto pela sociedade é habitual, mas para aqueles que fogem deste padrão é angustiante.

**Figura 3**



**Fonte:** autores, 2023

No que se refere aos agravos físicos causados pela privação de banheiro, os dados do Relatório da Pesquisa de Transgêneros dos EUA de 2015 demonstraram que 90% das pessoas trans que evitavam ir ao banheiro tinham que “segurar” quando precisavam ir, 52% evitavam comer ou beber, 12% desenvolveram infecção do trato urinário e quase 3% tiveram problemas renais. No geral, mais de 6 a cada 10 pessoas trans procuram não utilizar banheiros em ambientes públicos. A privação, além de gerar constrangimento, contribui para questões relacionadas ao trato urinário, pois, deixar de utilizar o banheiro quando há a necessidade é um dos fatores de risco para a infecção urinária, podendo afetar também, bexiga, uretra e rins. Embora a literatura ainda seja escassa sobre esta temática, é de conhecimento que existe uma relação entre “segurar” a vontade de urinar por certo tempo e a infecção do trato urinário (Bagagli; Chaves; Zoppi, 2021; Lerner, 2021).

Além disso, as pessoas trans também podem experimentar condições relacionadas ao estresse devido a esse cenário. Todos esses dados e a falta de estudos aprofundados expõem uma realidade alarmante, pois estas pessoas estão sendo privadas de um direito básico e há necessidade de evidenciar isso. O não acesso a

banheiros públicos pode causar diversos tipos de problemas na saúde mental e física de pessoas *trans*.

No que se refere aos agravos mentais causados pela privação de banheiro, inúmeros fatores levam às pessoas *trans* a evitarem o uso do banheiro público, como, ser percebido como transgênero, ser considerado suspeito ou violento, ter experiências de discriminação como assédio verbal ou ser agredido fisicamente; ou ser questionado sobre estar no banheiro errado.

Toda essa evitação, repercute negativamente na saúde mental e física da população *trans*, ter que “segurar” leva-os a terem infecção do trato urinário, infecção renal, condições relacionadas ao estresse e aumento dos níveis de pensamento e comportamentos suicidas (Bagagli; Chaves; Zoppi, 2021; Lerner, 2021). A problemática de utilizar o banheiro faz com que prefiram passar pela privação a vivenciar uma situação vexatória, violenta, humilhante e preconceituosa nesses espaços.

Conforme ressaltado por Cervi *et al.* (2020), as designações binárias nos banheiros servem como uma fiscalização do sexo biológico, onde genital e gênero são um só, de maneira que os que não se enquadram não tem seus espaços garantidos. O não reconhecimento dessas diferenças estão geralmente ligados à falta de políticas públicas e seguridade de direitos para com as populações transgênero, não tendo sua existência vista como legítima e, portanto, acesso ao básico, como o uso de banheiros para suas necessidades seja algo não garantido (Bonassi *et al.*, 2015).

Assim, há a abertura para diversas violências em um espaço de direitos sanitários associadas à invalidação dessas existências, como o risco de agressões e humilhações por não se enquadrar àquele ambiente aos olhos da sociedade além da possibilidade de serem impedidos de entrar ou retirados à força, o que acarreta medo, insegurança e ansiedade (Cruz, 2011; Cervi *et al.*, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de frequentar espaços públicos, que para muitos é habitual, para outros é algo angustiante. Em um contexto em que há necessidade de inclusão da população LGBTQIAPN+, há de se questionar o caráter binarista da organização dos banheiros públicos. Surge, então, uma terceira via que difere do binarismo, o banheiro multigênero, ou simplesmente o banheiro individual nos espaços públicos. O Estado brasileiro assegura que todas as pessoas devem receber tratamento igual, independentemente da raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero, e atualmente existem iniciativas de parlamentares

progressistas no sentido de garantir direito a todos, indiscriminadamente. Os dados coletados evidenciam que há boa aceitação na proposta de implantação de banheiro multigênero no IFRJ CReal, embora boa parte dos respondentes não tenham o conhecimento dos agravos à saúde que a privação do direito básico de se usar um banheiro adequado e seguro possa causar às pessoas transgênero e travestis. Concluimos que é premente o debate a respeito deste tema tanto para implementação e inclusão dos usuários invisibilizados, quanto para tornar o espaço públicos mais inclusivo e acolhedor e esperamos que este estudo contribua para novas pesquisas, discussões e potenciais desdobramentos em prol da saúde e dignidade da população LGBTQIAPN+.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os pesquisadores e membros do NUGEDS Somos IFRJ Realengo e do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ) que colaboraram com todas as discussões e debates acerca do tema e dos resultados obtidos no estudo.

## REFERÊNCIAS

BAGAGLI, B. P.; CHAVES, T. V.; ZOPPI, M. G. Trans Women and Public Restrooms: The Legal Discourse and Its Violence. **Frontiers in sociology**, v. 6, 2021.

BRASIL. **Resolução nº12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de Abril de 2016. dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em 16/11/2023.

BONASSI, B. C., et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Cadernos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015.

CERVI, T. A. N., et al. O banheiro público como dispositivo de gênero. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2020.

CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 21, p. 73-90, 2011.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e Diversidade Sexual: Um glossário**. 2009. Biblioteca Digital de Materiais Educativos em Gênero, Corpo e Sexualidade (Projeto Iguais Porque Diferentes) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, 2009.

EVANS, J. R. MATHUR, A. The value of online surveys. **Internet Research**, Vol. 15 No. 2, 2005 pp. 195-219.

EVANS, J. R. MATHUR, A. The value of online surveys: a look back and a look ahead. **Internet Research**, Vol. 28 No. 4, 2018 pp. 854-887.

FARIAS, Gabriely. **Banheiro unissex causa pôlemica em estabelecimentos no país**. Jornal Cobaia, 2023. Disponível em: <<https://jornalcobaia.com.br/banheiro-unissex-causa-polemica-em-estabelecimentos-no-pais/>>. Acesso em: 4 set. 2023.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

G1 São Paulo. **Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar**: Resolução de órgão da Secretaria de Direitos Humanos não tem força de lei. Recomendação inclui uso do nome social nas provas e boletins escolares. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/aluno-transgenero-podera-escolher-o-banheiro-e-o-tipo-de-uniforme-escolar.html>. Acesso em: 17 nov 2023.

GATTUPALLI, Ankitha. **Projetando a partir do debate: banheiros de gênero neutro**. ArchDaily, 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/984375/projetando-a-partir-do-debate-banheiros-de-genero-neutro>. Acesso em: 9 nov. 2023.

HAJE, Lara. **Projeto proíbe discriminação ao uso de banheiros públicos de acordo com a identidade de gênero**. Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/703034-projeto-proibe-discriminacao-ao-uso-de-banheiros-publicos-de-acordo-com-a-identidade-de-genero/>. Acesso em: 3 set. 2023.

LERNER, J. E. Having to “Hold It”: Factors That Influence the Avoidance of Using Public Bathrooms among Transgender People. **Health & Social Work**, v. 46, ed. 4, p. 260-267, 2021.

LISBOA, Vinícius. **Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego**. Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>. Acesso em 5 nov. 2023.

METRÓPOLES. **Aliado de Bolsonaro gera polêmica com banheiro multigênero em McDonald's**. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/aliado-de-bolsonaro-gera-polemica-com-banheiro-multigenero-em-mc-donalds>. Acesso em: 3 set. 2023.

RODRIGUES, P. L. R., et al. Corpos em Disputa: Experiências de Travestis e Mulheres Trans no Acesso aos Banheiros Públicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, p. 1458-1478, 2022.



# GRAVIDEZ TRANSEXUAL: FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO CONTEXTO GINECOLÓGICO E OBSTÉTRICO NA AMAZÔNIA

*Pedro Renan Nascimento Barbosa*

*Pedro Israel Mota Pinto*

*Barbara Caroline Martins Oliveira*

*Jéssica da Silva Santana*

*Davi Haydee Almeida Lopes*

## 1 TÍTULO

**G**ravidez Transexual: Fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIAP+ (PNSI LGBT+) na Formação Continuada de Profissionais da Saúde no contexto ginecológico e obstétrico na Amazônia.

## 2 TEMA E PROBLEMA:

A parentalidade não hegemônica<sup>1</sup> tem sido discutida a anos no mundo e no Brasil não diferente, principalmente no que se refere a casais homoafetivos e o processo de adoção, entretanto este assunto é de grande dimensão quando se atrela a composição familiar transparental, sendo pessoas transexuais um grupo da população LGBTQIAP+ mais marginalizado e com grande dificuldades para adentrar o sistema de adoção. Além desse contexto, há a possibilidade de pessoas transexuais que optam ou ainda não realizaram cirurgias de redesignação sexual engravidarem.

<sup>1</sup> Composições familiares homoparentais, transparentais, ou que não seguem o modelo familiar cisheteronormativo

A gravidez de pessoas transexuais ainda é muito ignorada pela sociedade, contudo torna-se necessário uma análise sobre a efetividade dos direitos sexuais e reprodutivos desta minoria social ao adentrar neste contexto. Levando-se em consideração que pessoas transexuais masculinas podem necessitar de assistência à saúde no planejamento familiar e/ou processo gravídico (planejado ou não), cabe às equipes de saúde estarem devidamente capacitadas a acolher, prestar assistência e atender estes usuários de forma integral e equitativa como preconiza os princípios do Sistema Único de Saúde.

Dado esse panorama e a análise histórica do Brasil quanto aos índices de transfobia contra esta população, é preocupante o impacto que o ambiente de saúde deve se adaptar para não repetir este padrão, pois além da reprodução de processos criminosos, afasta esta população dos cuidados de saúde devido ao medo da repressão e do preconceito. Assim, torna-se necessário a fiscalização da efetividade das políticas públicas de atenção à saúde a esta população, a capacitação profissional da equipe de saúde, além de ações para abordagem dessas temáticas para estes profissionais que terão contato e devem acolher a demanda deste grupo social sem a reprodução de atitudes LGBTfóbicas e com humanização no cuidado.

### 3 OBJETIVOS DA PESQUISA

#### 3.1 Objetivo Geral:

- Capacitar profissionais da saúde sobre cuidados ginecológicos e obstétricos à população transexual no planejamento e durante o processo gravídico através de uma cartilha de orientações, ações de divulgação e educação em saúde.

#### 3.2 Objetivos Específicos:

- Averiguar relatos e queixas da atenção à saúde de pessoas transexuais durante o processo gravídico;
- Formular, por meio dos relatos e queixas da população, uma cartilha de orientação de cuidados e assistência durante a gravidez transexual;
- Distribuir e divulgar o material produzido a gestores e suas equipes de saúde;

- Realizar ações de educação em saúde para auxiliar o processo de aprendizagem sobre a temática e favorecer a retirada de dúvidas com profissionais especialistas na área e a população transexual.

#### 4 REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIVO

De acordo com o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 (BENEVIDES, 2023), publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas transexuais e travestis do mundo, pelo 14º ano consecutivo, dado este assustador em todas as esferas sociais, com impactos negativos na inclusão dessas pessoas em ambientes educacionais, assistenciais e em serviços de saúde devido o medo do preconceito e da violência.

Com isso, as políticas públicas de atenção à população LGBTQIAPN+ são cada vez mais necessárias para prevenir a discriminação contra essa população e permitir o acesso de cada um ao seus direitos fundamentais. A exemplo, a PNSI LGBT+ (Política Nacional de Saúde Integral a População LGBTQIAPN+) é de grande incentivo ao serviço público de saúde na atenção integral a esta população tão vulnerabilizada, e nesta proposta, com atenção ao grupo de pessoas transexuais, reforçando e assegurar a assistência em contextos ginecológico e obstétrico, por exemplo.

Partindo desse contexto, o serviço ginecológico e obstétrico pode ser um dos diversos ambientes a propagação de discriminação e violência contra estes usuários devido a ignorância e/ou a má compreensão sobre identidade de gênero, principalmente pelo despreparo e falta de experiência da equipe no cuidado a pessoas transexuais, tendo em vista que são espaços ocupados e utilizados geralmente por mulheres cisgênero. Assim, torna-se necessário a efetivação da PNSI LGBT+ neste espaço que cada vez mais é ocupado por pessoas transexuais como os casos de Roberto Bete e Lourenzo Gabriel, homens transexuais que engravidaram e tiveram seus partos assistidos pelo Sistema Único de Saúde, infelizmente com relatos de preconceito institucional.

Vale ressaltar que ainda é pouco discutido temáticas como a saúde de pessoas transexuais em ambiente acadêmica, assim como diversas outras formações. Assim, é de suma importância a manutenção do processo formativo após a conclusão de seus cursos e durante a vida profissional, a partir disso foi criada em 2004 a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) que fortalece o processo educativo e formativo dos profissionais em seus ambientes

de trabalho, para discussão de casos e manter a aprendizagem sobre temas não abordados durante a formação acadêmica.

Com isso, através da PNSI LGBTQ+ e da PNEPS, é necessário educar contextos importantes sobre identidade de gênero, favorecer a compreensão sobre os cuidados a população transexual, desde o uso do nome social a desconstrução do cuidado ginecológico e obstétrico a homens transexuais, além de estimular um ambiente harmonioso e acolhedor através do respeito a pessoas transexuais durante os cuidados de saúde necessário a esta população.

## 5 METODOLOGIA

Trata-se de uma intervenção em 3 etapas para a criação de uma cartilha sobre o cuidado ginecológico e obstétrico ao homem transexual para o processo de educação em saúde a profissionais de tais serviços na Região Metropolitana de Belém, .

### 5.1 Mapeamento de informações

Inicialmente será realizado um mapeamento com homens transexuais na literatura científica e autorrelatadas sobre sua relação com estes serviços de saúde e questões que acreditam ser necessárias abordagem melhores e evitar a continuação de padrões de preconceito e violência. Após isso, será averiguado nos serviços de saúde sobre dificuldades na compreensão e manuseio do cuidado à pessoa transexual. As informações auxiliarão o processo de confecção do material idealizado.

### 5.2 Confecção da Cartilha

Para a confecção, o apoio da equipe multiprofissional e interdisciplinar será de suma importância, como outros profissionais da saúde especializados no assunto, além de profissionais da publicidade, serviço social, direito e outros. A cartilha tem como objetivo descrever as questões pertinentes a saúde sobre sexo e identidade de gênero, direitos da população transexual, assistência, abordagens e cuidado a saúde ginecológica e obstétrica de homens transexuais, além de reforçar a ética profissional.

### 5.3 Distribuição teste e final

Serão realizadas distribuições para pessoas transexuais e equipes de saúde, para averiguar a opinião do público-alvo sobre o material e possíveis adaptações culturais para facilitar sua compreensão por cada indivíduo, após as adaptações e a avaliação da equipe criadora, a intervenção educacional oficial será iniciada a busca de recursos para financiamento de impressão e distribuição, divulgação e ações em saúde.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pereira DMR, Araújo EC de, Cardoso Santos Gomes da Silva AT, Abreu PD de, Calazans JCC, Silva LLSB da. SCIENTIFIC EVIDENCE ON EXPERIENCES OF PREGNANT TRANSSEXUAL MEN. Texto contexto - enferm [Internet]. 2022;31(Texto contexto - enferm., 2022 31):e20210347. Available from: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0347en>

Angonese M, Lago MC de S. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. Saude soc [Internet]. 2017 Jan;26(Saude soc., 2017 26(1)):256-70. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712>

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). - Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144f. ISBN: 978-65-992959-7-3

Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. ISBN: 978-85-906774-8-2

# BISSEXUALIDADES NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Beatriz Rodrigues Nascimento<sup>1</sup>*

*Aline Stefany Queiroz Leite<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de um relato de experiência acerca do “1º Encontro Visi(Bi)lidades: bissexualidades na Amazônia Paraense” realizado pela Liga de Cuidados Integrals à Diversidade Sexual e de Gênero (LACIGS+), em Belém-PA. A Liga é composta integralmente por pessoas da comunidade LGBTI+ e propõe-se a desenvolver trabalhos a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão, como também a construir um espaço de acolhimento, de empoderamento e de apoio mútuo entre os integrantes.

O evento constrói-se a partir das inquietações de mulheres bissexuais da LACIGS+, tanto pelas particularidades de suas vivências enquanto identidades monodissidentes, quanto pelo não-reconhecimento das bissexualidades nos eventos sobre a comunidade LGBTI+. Desse modo, realizado no Dia da Visibilidade Bissexual, o evento propôs promover reflexões e ecoar a pluralidade das vivências bissexuais dialogando sobre monossexismo, não-binariedade e moda, corporalidades negras, afeto(s) e construção do ser bissexual ao longo da história. Também se compartilharam histórias a respeito de violências que atravessam nossas identidades e, por fim, construindo uma bandeira coletiva com nossos desejos para o presente-futuro enquanto comunidade.

Nesta perspectiva, o trabalho tem como objetivo abordar as principais temáticas percebidas (pelas autoras) e discutidas durante todo o encontro vivencial. Ressaltando como o monossexismo sustenta o apagamento sistemático das identidades não-monossexuais, em especial às bissexualidades, gerando processos

1 Bacharela no curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA); Pós-graduanda da Especialização em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia pelo PPGDDA da Universidade Federal - PA, psi-beatrizrodrigues@hotmail.com;

2 Bacharela no curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA); Pós-graduanda da Especialização em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia pelo PPGDDA da Universidade Federal - PA, alinestefany.1515@gmail.com.

de deslegitimação e de invisibilização, não-pertencimento, hipersexualização, afetando diretamente nossa saúde mental, subjetividades e relações, sendo elas de amizades, familiares, entre sujeitos da comunidade LGBTI+ e sociedade geral.

Ademais, entende-se ser imprescindível a produção e a expansão dos saberes construídos acerca das bissexualidades, também produzidos por pessoas bissexuais, visibilizando as particularidades, desafios e potencialidades das identidades monodissidentes. Assim como, evidenciar o projeto sistêmico do apagamento bissexual tencionando o lugar marginalizado que as bissexualidades têm ocupado frente ao binário heterossexual/homossexual, buscando construir coletivamente estratégias de enfrentamento. Dessa maneira, o trabalho se constrói metodologicamente por meio do relato de experiência, este que possibilita o registro das experiências vivenciadas sob perspectiva crítica-reflexiva, amparado nos estudos teóricos sobre monossexismo e bissexualidades.

Percebe-se a importância em ofertar e construir em comunidade um espaço seguro para compartilhamentos de histórias, estas atravessadas por diversas violências como também por possibilidades. As principais temáticas percebidas nas falas dos participantes foram sobre: deslegitimação da sua bissexualidade por familiares e amigos lgbti+; imposições e cobranças por performances do “bom” bissexual e de como “seria” ser um; não-reconhecimento no mercado de trabalho; vigilâncias/mensurações referentes aos afetos amorosos-sexuais; o evento enquanto espaço para o reconhecimento, reafirmação e legitimidade entre os seus; e, a LACIGS+ como lugar de apoio, acolhimento e afeto.

Para isto, o referencial teórico deste estudo baseia-se na compreensão da bissexualidade como sexualidade e identidade política de pessoas para as quais o gênero, não é um fator determinante da atração sexual ou afetiva e/ou que se relacionam sexual ou afetivamente com mais de um gênero (Frente Bissexual Brasileira, 2021). Assim, enquanto identidade política, torna-se uma das possibilidades de desestabilização e de enfraquecimento das categorias rígidas e binárias normativas de gênero e sexualidade ao desafiar os dogmatismos identitários.

Nesta perspectiva, a identidade bissexual é considerada ilegítima dentro de uma estrutura cisheteronormativa, monogâmica e binária, na qual corpos e corpos fora da lógica hegemônica são marginalizadas e invisibilizadas. Assim, Jaeger (2018) aponta que ativistas bissexuais e pesquisadoras tem utilizado o termo monossexismo, isto é, a crença social que presume a monossexualidade a todas as pessoas, ou seja, todos os indivíduos sentem atração por um - e apenas um - gênero, como as heterossexualidades e as homossexualidades.

Dessa maneira, as autoras Núñez, Oliveira e Lago (2021) compreendem a monossexualidade enquanto monocultura da sexualidade (Núñez; Oliveira; Lago,

2021), pois, parte dos pressupostos a não concomitância e reivindicação da exclusividade, isto é, afirma a bissexualidade como apenas fase e/ou indecisão e se coloca como “única”, “legítima”, respectivamente. Logo, Lewis (2012) enfatiza que sujeitos bissexuais “tendem a experimentar problemas duplos de discriminação, preconceitos, hostilidade e estigmatização” (p. 70) por parte de pessoas monossexuais, às especificidades dessas discriminações denomina-se bifobia, assim, este fenômeno refere-se ao processo de invisibilização, de marginalização e de deslegitimação das vivências bissexuais também para descrever as reações ofensivas dirigidas às bissexualidades.

Portanto, a construção de espaços para compartilhamentos, (re)conhecimentos, tecendo redes de apoio e de afeto tornam-se importantíssimos para os enfrentamentos a bifobia e promoção de (re)significações coletivas acerca das bissexualidades.

## **METODOLOGIA**

O relato de experiência consiste em uma redação acadêmico-científica que visa contribuir para o aperfeiçoamento da compreensão, da qualificação da construção e da discussão do conhecimento, assim, parte de ações crítica-reflexivas da experiência, juntamente com um levantamento bibliográfico, tem como característica principal a descrição da intervenção (Mussi; Flores; Almeida, 2021). Neste sentido, o evento foi realizado no dia 23 de setembro de 2023, em Belém-Pa, nos turnos da manhã e da tarde, no primeiro realizaram-se mesas redondas que abordaram as temáticas: monossexismo; não-binariedade e moda; atravessamentos nas corporalidades negras bissexuais; o lugar do afeto(s) nas bissexualidades; e, a construção do ser bissexual ao longo da história, e no segundo promoveu-se uma roda vivencial com objetivo elementar do compartilhamento de vivências, de memórias e de sentimentos atravessadas por suas bissexualidades.

O foco desse trabalho diz respeito as impressões e as percepções das autoras a partir dos compartilhamentos dos participantes na roda vivencial. A dinâmica do diálogo se deu a partir dos seguintes convites: 1. Convido vocês a compartilharem vivências atravessadas pela hiperssexualização, não pertencimento e invisibilização; 2. Convido vocês a produção coletiva sobre resistências, transformações, possibilidades, perspectivas para o nosso presente-futuro. Dessa maneira, anotamos com sensibilidade e respeito palavras-chaves e pequenas frases a respeito do que percebíamos através das falas e escolhemos aquelas que percebíamos em comum como também aquelas compartilhadas com mais frequência.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Quem é o “bom” e o “mau” bissexual: sobre vigilâncias e performances

As construções identitárias das pessoas bissexuais se dão de formas plúrais, nesta perspectiva, Lewis (2012) em sua pesquisa propõe-se a compreender o processo de construção das identidades de ativistas que se identificam como bissexuais, observou a partir das narrativas das agentes do seu estudo “o uso frequente da autorização e da autenticação” (p. 144), a fim de demarcar que a bissexualidade não é só uma fase antes da declaração em ser homossexual ou heterossexual ou frente aos outros estereótipos como promiscuidade, indecisão, entre outros, criam-se discursos de como devem ser essas identidades. Para tanto, a autora também ressalta as consequências dessa estratégia, como por exemplo a deslegitimação de outras performances identitárias, a formação de uma ideia de sexualidades fixas, rígidas e excludentes.

A respeito dos estereótipos, Eisner (2013 *apud* Monaco 2021) afirma que eles “implicam uma demanda por normalidade porque representam a bissexualidade como um desvio da norma e, portanto, como inerentemente perversa” (p. 6), geralmente, as refutações aos estereótipos criam “uma imagem espelhada dessa bissexualidade anormal, desviante e suja: cria uma bissexualidade que é estável, inofensiva, normal” (p. 6), assim, é imaginada normativa e sexualmente adequada. A partir disso, são produzidas linhas imaginárias entre as boas e as más bissexuais.

Percebemos nas falas de alguns participantes como eram colocados como bons, ao performarem expectativas normativas, isto é, se relacionavam monogamicamente há anos, correspondiam às expressões de feminilidades ou masculinidades, e maus quando se relacionavam com múltiplas pessoas ou preferencialmente se relacionavam “mais com um gênero”. A partir desse último especificamente, critica-se estrategicamente dentro do movimento bissexual sobre a “carteirinha bissexual”, em que não se pode ficar muito tempo sem se relacionar com pessoas de variados gêneros, pois correria o risco de ter sua carteirinha “cancelada”, ou seja, parte-se da vigilância de que você bissexual precisa autenticar sua identidade pela mensuração de quantas pessoas se relacionou.

### Relações de afeto e o não apoio: a família, os amigos e a comunidade LGBTI+

As redes de afeto e de apoio são uma das principais estratégias de saúde pautadas dentro dos movimentos sociais, em relação ao movimento LGBTI+ parte também da possibilidade de existência. Contudo, Monaco (2020) aponta que

“muitas autoras e autores identificam o apagamento da bissexualidade em vários espaços, inclusive nos movimentos e teorias gays, lésbicos, queer e feministas” (p. 46), logo, entende-se que relações de afeto não garantem apoio. Neste aspecto, alguns participantes relataram que sofreram bifobia nos mais variados relacionamentos, em relação as amizades cobranças como “foca só numa pessoa” “amigo, tu estás confuso, eu também passei por isso” demonstraram violências sofridas nas relações afetivas.

Nas relações familiares, uma das narrativas centrais se voltaram a não-aceitação desses afetos, um dos participantes compartilhou como sua mãe era pró-movimento e se relacionava com várias pessoas LGBTI+, no entanto, quando comunicou a ela sua identidade sexual a mesma não o aceitou, outro participante relatou que ao contar para sua mãe que era bissexual a mesma disse que era “muito confuso de entender”, ser homossexual ou heterossexual era fácil, mas, bissexual não, posto a crença na monossexualidade.

Ademais, os relatos também permearam as relações com outras pessoas sexo-gênero dissidentes, uma participante compartilhou que sofreu bifobia no próprio estabelecimento de trabalho com sua equipe (composta por lésbicas, gays, transsexuais e travestis) que não a reconheceu como alguém legítima para ser entrevistada sobre visibilidade no mês do orgulho LGBTI+, assim, para Yoshino (2000) o processo de invisibilização e apagamento sistemático das bissexualidades acontece por meio de um “contrato epistêmico” entre heterossexuais e homossexuais que utilizam as mesmas estratégias para o apagamento da bissexualidade, como dinâmicas de deslegitimação e negação da existência, por exemplo.

### **(Re)conhecer o pertencimento: espaços de acolhimentos**

Espaços de socialização, de apoio e de cuidado são importantíssimos tanto na construção das identidades bissexuais quanto nas saúdes emocionais e psicológicas, Monaco (2020) pontua que diversos teóricos assinalam como a coletividade entre pessoas bissexuais produzem bem-estar. Consoante a isto, as e os participantes compartilharam como o evento de bissexualidades oportunizava um lugar para o reconhecimento, a reafirmação e a legitimidade das suas identidades, ao estar com outros bissexuais sentimentos de segurança e acolhimento emanavam.

Da mesma maneira, os participantes que integravam a LACIGS+ ressaltaram que a Liga também se localizava nesse lugar de apoio, acolhimento e afeto, assim como, construía-se na possibilidade de reconstrução das suas redes de afeto e de apoio. Alguns participantes também compartilharam a importância

das discussões propostas pela mesa redonda no turno da manhã, como tiveram o primeiro contato com a história aprofundada do movimento bissexual, com perspectivas interseccionais que pautavam além do marcador de gênero e de sexualidade, também com termos acadêmicos-políticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho consistiu em abordar as principais temáticas percebidas (pelas autoras) discutidas durante o encontro vivencial e articular com teorias críticas no que tange os estudos de gênero e de sexualidades. Dessa maneira, compreendemos a importância na expansão dos conhecimentos sobre as bissexualidades, ressaltando que produzimos saberes também nas academias, além do mais, poder oportunizar o acesso a conceitos e novas perspectivas, enfatizando nossas pluralidades. Outrossim, a construção de espaços que promovam (re)significações coletivas acerca das bissexualidades e que coletivamente nos organizemos ao enfrentamento do monossexismo, da bifobia e demais opressões. Por fim, como posto no Manifesto Bissexual Brasileiro, nós bissexualizamos, pois, “não buscamos a “normalidade”, queremos expor as hierarquias que definem quem são corpos desviantes e tentam exterminar a fluidez e a mudança” (Frente Bissexual Brasileira, 2021), e assim, nós “lutamos por nossas vidas e continuaremos vencendo”.

**Palavras-chave:** Bissexualidades, Monossexismo, Saúde Mental, Relacionamentos afetivos, Subjetividades.

## REFERÊNCIAS

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. Manifesto Bissexual Brasileiro, 2021.

JAEGER, Melissa Bittencourt. **Experiência de minas bissexuais:** políticas identitárias e processos de marginalização. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Não é uma fase”:** Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 267 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

LONGHINI, Geni Nuñez; OLIVEIRA, João Manuel de; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Periódicus**: Revista de Estudos Indisciplinados em Gêneros e Sexualidades, Salvador, v. 2, n. 11, p. 1-13, mai/out 2019.

MONACO, Helena Motta. **“A gente existe!”**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

MONACO, Helena Motta. “As pessoas precisam saber o que é bi”: visibilidade e movimentos bissexuais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2021.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Rev. Praxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

NÚÑEZ, Geni; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3 (2021): Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas, p. 76-88.

YOSHINO, Kenji. The Epistemic Contract of Bisexual Erasure. Yale Law School Legal Scholarship Repository, **New Haven**, v. 1, n. 1, p. 353-461, 2000.

ISBN: 978-85-61702-97-7



**ST 04 - DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO  
EM ESPAÇOS DE PRODUÇÃO  
DE CONHECIMENTO: UM  
DEBATE SOBRE EPISTEMICÍDIO  
ACADÊMICO**



# MAPEANDO INICIATIVAS DE DISSIDÊNCIA SEXUAL, ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO: VOZES E MOVIMENTOS CUIR EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ

*Lucas Vieira da Silva<sup>1</sup>*  
*Fabio Alves Gomes de Oliveira<sup>2</sup>*

## RESUMO

O trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal Fluminense, campus de Santo Antônio de Pádua-RJ e pretende focar em ações de amparo à população LGBTI+ no interior do Estado do Rio de Janeiro, especificamente na região do Noroeste Fluminense. Dessa forma, o foco é o de realizar um levantamento quantitativo e análise dos resultados de iniciativas em prol da população cisheterodissidente em Pádua e municípios vizinhos, com o intuito de dar visibilidade aos movimentos e vozes cuir do interior. As formas de acolhimento e medidas de sobrevivência que são implementadas pelos ativistas da região, como dissertações de mestrado defendidas no único Programa de Pós-Graduação de uma Instituição de Ensino Pública de toda a região, Projeto de Pesquisa e Extensão (Cinema em Cores: Diversidade na Tela; Geografia do Afeto; e Oficina AFETAR); Ações Comunitárias e Artísticas (Mural Feminista LGBTQIA+ de Pádua); bem como a criação histórica do Centro de Cidadania LGBT Bia Tancredi, na cidade de Miracema, serão expostas neste trabalho para demonstrar como a população cuir do noroeste fluminense tem se organizado e articulado suas ações de resistência no interior do estado.

**Palavras-chave:** Dissidência, mapeamento, sexual, Interior, gênero.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn) da Universidade Federal Fluminense – UFF / Santo Antônio de Pádua-RJ, lucas.vieirasilva@id.uff.br;

2 Professor Orientador, Doutor em Filosofia, Professor de Filosofia da Educação no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES/UFF). Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn), fagoliveira@id.uff.br .

# EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

*Rosangela de Sousa Veras<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este resumo sintetiza os resultados da experiência de incluir a produção intelectual de autoras negras brasileira, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Maria Firmina dos Reis para uma educação antirracista no Instituto Federal do Maranhão, durante a realização do projeto integrador “Sábado com Humanas”. O objetivo de trabalhar categorias como racismo e sexismo; quilombo, território e corpo; e o exemplo de Maria Firmina dos Reis, primeira romancista, mulher e negra com a sua literatura denunciadora dos maus tratos da escravização no país; foi apresentar outras perspectivas descolonizadoras e desconstruir representações essencialistas sobre pessoas e principalmente mulheres negras. Apresentar aos educandos e educandas outros olhares e experiências de mulheres negras, como produtoras de conhecimento, ajuda a desconstruir estereótipos em torno dessas pessoas que acabam por influenciar na limitação de seus lugares na sociedade. A apresentação de mulheres produtoras de conhecimento contribui com a educação antirracista e a promover uma educação transformadora, tendo a equidade e a inclusão como estratégias para reduzir as desigualdades de gênero e de raça/etnia.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras, Pensamento da Mulher Negra, Educação Antirracista, Desessencializar.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNESP/FCLAr, professora de Sociologia do IFMA São Luís/Montecastelo, prof.rosangelaveras@acad.edu.br.

## OFICINA SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Maria Ludmila Kawane de Sousa Soares<sup>1</sup>*

### RESUMO

Infelizmente, no Brasil falar sobre gêneros e sexualidades ainda é um tabu, tendo em vista todo o processo de enraizamento e cobrança acerca de um padrão de moral e bons costumes. Indo contra essa vertente o Grupo de Pesquisa de Saúde Sexual e Reprodutiva dos Grupos Humanos (GSSRGH - EEAN/UFRJ) vem trabalhando desde sua criação em 2006, num processo de atualização dos seus projetos e de seus integrantes, tendo em vista, adotar uma linguagem que abarque todas as formas de experiências, tanto sexuais, quanto de gêneros. Desta forma, este trabalho visa relatar a experiência de condução da oficina sobre gêneros e sexualidades para os integrantes, extensionistas e voluntários, realizada no dia 29 de junho de 2023. Todo o conteúdo da aula foi pensado para explanar as dúvidas sobre conceitos rotineiramente utilizados quando falamos sobre diversidade, tais como: interseccionalidades, identidades de gêneros, identidades sexuais, binarismo de gênero, heterossexualidade compulsória e mononormatividade. As exposições dessas temáticas possibilitaram um diálogo mais amplo entre os integrantes, que gerou um processo de aprofundamento nos materiais utilizados nos projetos de extensão e também nas postagens informativas do Instagram realizadas pelo grupo de pesquisa.

**Palavras-chave:** Enfermagem, Educação em Saúde, Gênero, Sexualidade.

---

<sup>1</sup> Mestrando/a/e do Curso de Pós-graduação Stricto Sensu da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, mestre.ludmilasoares@gmail.com;



## E A BICHA (TAMBÉM) NÃO É POLÍTICA?

*Humberto Soares da Silva Lima<sup>1</sup>*

### RESUMO

Problematicado pelas discussões empreendidas no campo da Linguística Aplicada Implicada / LAI (Souto Maior, 2022; 2023) e da Linguística Aplicada Transviada / LAT (Bezerra, 2023), este trabalho tem como objetivo discorrer sobre as impressões socio-identitárias que suscitam da bicha/pesquisador, ser político, à luz das suas inúmeras “constituições identitárias” (Silva Lima e Souto Maior, 2020; Silva Lima, 2021a; 2021b). Assim, a fim de questionar os espaços e lugares que atua, de acordo com o entendimento da academia e da teia social, metodologicamente este estudo encontra-se no campo da pesquisa qualitativa, de cunho “autoetnográfico” (Santos, 2017), entendido como um conjunto de subjetividades que são constituídas por impressões e interações no mundo, promovendo relações de conhecimento e, conseqüentemente, implicações nos contextos sociais e políticos. Além disso, a concepção de linguagem adotada para este trabalho, tanto na LAI quanto na LAT, está centrada na orientação sexual da bicha/pesquisador a partir de “práticas, desejos, medos, fetiches, e diversos outros aspectos que figuram os modos sexuais” (Miskolci, 2017), assim como a linguagem é compreendida como “movimento que se constitui em sociedade” (Souto Maior e Luz, 2019). Desse modo, as constituições identitárias são (trans)formadas não somente nas relações de interação do sujeito, mas principalmente na compreensão que se constrói de si para o mundo, oportunizando diversas dinâmicas que se somam ao olhar do ser político frente à estrutura social, possibilitando a bicha/pesquisador como uma política em (des)construção.

**Palavras-chave:** Constituições identitárias; LAI; LAT; Bicha; Ser político.

---

1 Doutorando e Mestre em Linguística, na linha da Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Integrante-pesquisador do Grupo de Estudos Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/CNPq) e Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) campus Piranhas (alto sertão alagoano): humberto.lima@ifal.edu.br / humberto.lima@fale.ufal.br;

# CLÍNICA LGBTQIAP+ COMO INTERVENÇÃO: PROJETO VOZES E CORES E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA EM QUESTÃO

*Anna Clara da Rocha Luz<sup>1</sup>*  
*Angie de Lima Santos Barbosa<sup>2</sup>*  
*Lori Delarue dos Santos<sup>3</sup>*  
*Raphael Alves Cardoso<sup>4</sup>*

## RESUMO

O Projeto Vozes e Cores, criado em 2020 pelo Prof. Dr. Mario Carvalho, consiste em um Grupo Terapêutico de abordagem Psicanalítica voltado para o atendimento de pessoas LGBTQIAP+ que buscam por um espaço no qual possam receber atendimento em grupo e/ou individual. Ao longo do projeto, foram observados múltiplos relatos de violências sofridas, em diferentes intensidades, pelos participantes em experiências prévias com a psicoterapia individual. Refletindo sobre o papel de um projeto voltado a essa população que relata a importância da existência de um espaço dentro da psicologia onde as suas demandas são vistas e ouvidas, ês autores propõem uma pesquisa quantitativa acerca do currículo de graduação no campo onde estão inseridos. Pretende-se analisar, a partir de uma perspectiva teórica-metodológica interseccional, decolonial e contra-hegemônica acerca dos estudos de gênero, sexualidade e raça, de que forma a formação em psicologia está sendo conduzida atualmente na instituição. Os resultados da pesquisa apontam que, de 393 textos analisados, apenas 6 apresentavam a temática de gênero e sexualidade explicitada, porém não abordadas de maneira interseccional ou focadas na experiência LGBTQ+. Entendendo que os relatos de violência na clínica refletem sobre uma ética de trabalho na psicologia que é catalisadora no sofrimento psíquico da

1 Graduada do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, anna.rocha1703@gmail.com

2 Graduada do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, bibliotrava@gmail.com;

3 Graduando do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, lori.delarue@gmail.com;

4 Graduando pelo Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, rpalvescardoso@gmail.com;

população LGBTQIAP+ e reproduzem uma escuta patologizante amparada na cis-norma, é necessário refletir propositivamente sobre transformações curriculares, institucionais e estruturais que possibilitem um combate efetivo contra a LGBTfobia na formação psicológica e que, por consequência, confronte as estruturas da clínica que se amparam no diagnóstico em detrimento das subjetividades.

**Palavras-chave:** Formação em Psicologia, LGBTQIAP+, Epistemicídio acadêmico, Psicologia Social

## INTRODUÇÃO

Criado em 2020 e tendo funcionado ativamente até 2023, O Projeto Vozes e Cores<sup>5</sup> consiste em um Grupo Terapêutico de abordagem majoritariamente Psicanalítica, com influências focais esquizoanalíticas. O projeto visava, inicialmente, apenas o atendimento em grupo de pessoas LGBTQIAP+, especialmente as que não conseguem ou têm dificuldades de acessar gratuitamente serviços de saúde mental. Porém, conforme foi vista a necessidade recorrente de um atendimento clínico individual complementar ao grupo, expandiu-se também a área de atuação do projeto para a clínica individual orientada pela psicanálise. O Projeto se originou da pesquisa de pós-doutorado do Prof. Mario Felipe Carvalho de Lima intitulada “Afetos e Sofrimentos de Pessoas LGBTI no Cenário Brasileiro Contemporâneo” e estabeleceu-se também como um estágio curricular supervisionado dentro da graduação em psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ao longo do trabalho com o grupo, foram acolhidos múltiplos relatos de violências de caráter LGBTfóbico sofridas por participantes em experiências prévias com a psicoterapia individual, em diferentes intensidades e de diferentes formas. Cabe pontuar também que essas experiências de violência na clínica psicológica atravessam também a vivência individual de alguns de nós estagiários do Projeto, também pertencentes à comunidade LGBTQIAP+. Fez-se necessário então, para nós, psicólogos em formação inseridos dentro da prática do estágio, refletir sobre o papel de um projeto voltado para essa população que, tanto nos atendimentos clínicos individuais conduzidos pelos estagiários como nos atendimentos de grupo, relata a importância através da ausência de um espaço dentro da lógica do cuidado para com a saúde mental onde suas demandas são propriamente vistas, escutadas, respeitadas e cuidadas de maneira ética.

Após muitos debates e reflexões sobre o assunto durante as supervisões do estágio e conversas entre nós estagiários que tentávamos encontrar explicações para tal cenário de distanciamento da população LGBTQIAP+ dos dispositivos de cuidado em saúde mental, acabou-se inevitavelmente sendo feita uma análise crítica sobre nossas próprias formações, uma vez que acreditávamos como hipótese inicial que tal distanciamento era reflexo de um despreparo desses profissionais formados, logo, uma falha na formação para capacitar profissionais que exercitam uma clínica política que saiba ouvir e acolher as demandas da população LGBTQIAP+. Dessa forma, decidimos analisar o currículo de graduação em

---

5 O projeto foi desenvolvido através do financiamento da FAPERJ.

psicologia da UERJ, onde se inserem ês autores deste trabalho, pautando uma questão base: quais são as (im)possibilidades para que pessoas LGBTQIAP+ participem da construção dessas formações e tenham um contato transformador com comunidades acadêmicas que produzem determinadas posturas profissionais e humanas frente à diferença?

Para Foucault (1988), o desenvolvimento do conceito de sexualidade como um dispositivo envolve a criação de normas fundamentadas em códigos morais. Nesse contexto, a homossexualidade, assim como a ampla categoria LGBTQIAP+, ao divergir do padrão heteronormativo estabelecido, passou a ser socialmente considerada anormal. Conseqüentemente, essas identidades foram alvo de condenação e punição não apenas por meio de leis judiciais, mas também através de discursos intolerantes e atitudes excludentes. Essa conformidade às normas contribuiu para a construção sócio-histórico-política dos sistemas de opressão e subordinação, impostos pelas ferramentas violentas da heteronormatividade.

A princípio, tomando como analisador uma das leituras possíveis do que é violência na sociedade, podemos dizer que esta é “uma forma de comunicação e um exercício de poder. Um corpo agredido é um corpo marcado por uma mensagem” (Carvalho; Menezes, 2021, p. 34). A presença da violência nas relações de opressão em níveis micro e macroestruturais evidencia-se na negação do reconhecimento da humanidade das vítimas, que são desumanizadas e privadas de seu status humano. Judith Butler (2008, citada por Carvalho; Menezes, 2021) explica esse fenômeno de desumanização na população LGBTQIAP+ por meio do conceito de matriz heterossexual. Essa matriz consiste na relação estabelecida entre o sexo atribuído ao nascimento, a performance de gênero, os desejos e práticas sexuais, todos organizados para reforçar a norma de coerência pela heterossexualidade e pela binariedade de gênero, e assim ditar uma hierarquia de validação de sujeitos a partir de seu pertencimento ao considerável “normal” em uma cultura cisheteronormativa, colonial e branca.

Rubin (1984) também irá trabalhar a exclusão social de pessoas dissidentes ao falar sobre uma estratificação sexual e o bom e o mau sexo. Dentro dessa categoria do “bom sexo” existem os casais heterossexuais, casados, monogâmicos, de valores cristãos e que enxergam o sexo enquanto ato com intuito único de reprodução e não o prazer. Partindo de um essencialismo sexual, julga-se quase todas as práticas sexuais segundo suas piores possibilidades de expressão, tomando o ato por si só culpado até que provem sua inocência, ou seja, que a sua prática seja validada dentro de uma justificativa moral e religiosa. Cria-se uma pirâmide de hierarquia erótica acerca das posições possíveis que as expressões de sexualidade podem ocupar, e quanto mais próximo do topo da pirâmide se localiza o seu desejo

e prática, mais se é recompensado socialmente. No topo da pirâmide, encontra-se o casal heterossexual reprodutivo, casado e monogâmico; em sua base encontra-se os desviantes do “mau sexo”.

Mantendo em perspectiva que a produção dos saberes foi e ainda é construída a partir do homem, branco, europeu (Grosfoguel, 2016) como também a partir de um lugar de cisgeneridade e heteronormatividade, “as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento” (Grosfoguel, 2016, p. 30). Entrando no área da psicologia e no nosso campo de atuação da profissão que é o Brasil, é preciso lembrar as origens normatizadoras de biopoder dos corpos da psicologia no período do regime militar, onde se deu o seu crescimento enquanto curso de ensino superior no território brasileiro, seguido do fortalecimento do ensino particular (Coimbra, 1995). Seu legado histórico segue ecoando nas paredes das instituições acadêmicas, mesmo após o fim da ditadura militar, perpetuando práticas e práxis normatizadoras e patologizantes, que geram assim possíveis violências dentro da prática psi. A pesquisa-intervenção feita através da prática de estágio pretende romper a visão fragmentada do indivíduo que objetiva a sua adaptabilidade ao contexto social dominante, reforçando o pesquisar enquanto ato político a contribuir para emancipação social através da construção coletiva e recusa de sustentar a postura de pesquisador e estudante de “psicologizar” as pessoas e fenômenos encontrados. A psicologia enquanto ciência exige de nós, estudantes e profissionais da área, uma vigilância respaldada na sua história.

Pretendemos analisar, a partir de uma de uma perspectiva teórico-metodológica interseccional, decolonial e contra-hegemônica acerca dos estudos de gênero, sexualidade e raça, de que maneira a formação em psicologia têm sido conduzida dentro da instituição e as suas reverberações para os campos de atuação da profissão, como a clínica, a pesquisa e o trabalho em institucional. Foram levados em conta também os atravessamentos ético-políticos na produção de subjetividades e cuidado com a saúde mental da população às margens de uma sociedade cisheteronormativa e branca.

## **METODOLOGIA**

Para discutir a formação em psicologia e responder esse problema de pesquisa, fez-se o levantamento e análise de ementas das disciplinas que compõem o ciclo básico da formação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na qual o projeto está inserido – tais disciplinas têm caráter obrigatórios e são realizadas do 1º ao 4º período da graduação. A escolha por delimitar

a análise das disciplinas de caráter obrigatório do ciclo básico se deu por ser esta a etapa percorrida por todos os estudantes em formação, precedendo qualquer escolha de ênfase. O caráter do ciclo básico é o de fomentar bases pelas quais o curso em psicologia considera imprescindíveis para qualquer psicóloga independente de sua abordagem, logo, podemos dizer que os temas abordados nas matérias desses períodos contêm aquilo que é visto pela instituição como de maior relevância para a formação básica. As ementas consultadas estão disponíveis no site do Departamento de Orientação e Supervisão

Pedagógica da UERJ. Ao todo, foram analisadas 32 ementas, em três pontos cruciais: objetivos, tema e bibliografia. Acerca das bibliografias de cada disciplina, foram levantadas as seguintes questões:

1. A temática de gênero e sexualidade é explicitada na bibliografia da ementa?
2. É tratada a partir de qual perspectiva epistemológica?
3. Qual o peso dessas temáticas na bibliografia?
4. A temática de gênero e sexualidade consta como bibliografia obrigatória ou complementar?
5. Quanto da bibliografia recomendada sobre gênero e sexualidade é produzida por pessoas LGBTQIAP+, especialmente pessoas trans?
6. Quanto da bibliografia recomendada sobre gênero e sexualidade é produzida por pessoas negras ou indígenas?
7. A bibliografia recomendada sobre gênero e sexualidade aborda os temas de maneira interseccional?

O objetivo das perguntas é identificar quais saberes estão sendo ministrados em sala de aula e quais perspectivas epistemológicas estão sendo adotadas: se são as contra hegemônicas e decoloniais ou as epistemologias ocidentais, coloniais e cisheteronormativas — especialmente, se as perspectivas adotadas partem das reflexões e posições ontoepistêmicas de sujeitos LGBTQIAP+ interseccionalmente marcados ou se, mesmo que adotando perspectivas teóricas decoloniais, *queer*, transfeministas, etc; seguem partindo de posições de sujeitos brancos e cisheterossexuais. É importante também ressaltar que o corpo docente responsável têm autonomia para propor textos e discussões que não constam na ementa disciplinar, contanto que considerem necessário e pertinente ao tema e objetivo explicitados na matéria.

Para conduzir esta análise de forma interseccional, também lançamos mão da transversalização como metodologia de intervenção cartográfica para

a pesquisa. Entende-se por transversalização, conceito elaborado por Felix Guattari, o direcionamento da análise ao coletivo como o plano de máxima comunicação, ao invés de entender o coletivo enquanto agrupamento de indivíduos, e “operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica” (Passos, Barros, 2009, p. 27), não se limitando aos eixos hegemônicos de organização hierárquica do lócus social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas 32 ementas analisadas haviam 393 textos, dos quais apenas 6 constavam com a discussão sobre gênero e sexualidade, destes: 2 dos textos constavam enquanto bibliografia obrigatória, 3 textos como bibliografia complementar e 1 texto de caráter não-especificado, que se encontrava dentro de um livro indicado como leitura obrigatória mas sem especificações de capítulos utilizados. As discussões dos textos não eram abordadas de maneira interseccional ou focadas na experiência LGBTQIAP+, com o perfil racial e de gênero dos autores sendo: 1 mulher cisgênera branca, 3 homens cisgêneros brancos e 1 homem cisgênero negro. Aqui, é preciso novamente reiterar acerca da autonomia do corpo docente acerca da literatura e condução das disciplinas, pois, ao mesmo tempo em que a abertura é uma forma possível de enfrentamento do apagamento de epistemologias *queer*, trans e travestis e racializadas podendo ser trabalhada à margem, seu não-lugar também cria uma dificuldade na garantia e reivindicação da permanência a longo prazo dentro da formação.

É importante notar que foi analisada uma versão do currículo básico que já foi revista e está sob mudança, embora seja ainda vigente. O novo currículo, previsto a ser gradualmente implantado a partir de 2025, contará com uma disciplina obrigatória de gênero e sexualidade, que atualmente é oferecida como eletiva. Na disciplina, foram analisadas as autorias dos textos da bibliografia da disciplina, que contavam com 71 autores, entre os quais havia apenas 7 pessoas trans. Desse mesmo 71 autores, apenas 20 eram pessoas negras, indígenas ou amarelas. Devemos considerar que a ausência de autores negros e trans é representativa da ausência desses grupos dentro da própria universidade; de maneira que esses pesquisadores frequentemente são “isolados” em suas identidades como temas únicos de pesquisa.

Embora muitas discussões na bibliografia da nova disciplina de gênero e sexualidade tenham sido realizadas de maneira interseccional, abordando amplos temas associados ao gênero como raça, classe, sexualidade, deficiência, etc; compreendemos que a interseccionalidade não pode ser uma práxis filosófico-política



crítica associada apenas aos estudos de gênero. Em uma parte significativa das disciplinas do ciclo básico analisadas, consideramos que haveriam muitas discussões relativas a gênero, sexualidade e especialmente transidentidade que deveriam se fazer presentes, inclusive interpelando os pressupostos de campos como a psicologia do desenvolvimento, a teoria psicanalítica, a saúde mental, a psicopatologia, a história da psicologia, a psicologia social, entre outros. No entanto, notamos que as contribuições de pessoas trans e travestis ainda parecem ser lidas como apenas restritas ao campo do gênero e da sexualidade, ou pior, como apenas restritas à transidentidade como um assunto especializado e isolado do resto da psicologia — ou seja — a posição travesti-trans não chega a ser lida como uma posição propriamente epistêmica a partir da qual se pode interrogar o saber psicológico de maneira ampla e transversal.

Dessa forma, compreendemos que as contribuições interseccionais de pessoas trans e travestis deveriam ser lidas nos diferentes campos da psicologia, como disparadores para novas discussões e desenvolvimentos, e de maneira prevista curricularmente, para que se tenha segurança de que tais discussões serão feitas. A exigência pela abordagem de epistemologias *queer* não deve mais vir apenas de estudantes LGBTQIAP+ através de sugestões e questionamentos em sala de aula ou de um pequeno grupo de professores que ofertam eventualmente eletivas voltadas ao tema — e que geralmente são frequentadas majoritariamente por estudantes *queer*. A exigência deve vir da instituição, comprometida com uma formação em psicologia ampla e que reconheça e se implique com as realidades dissidentes da cis-heteronormatividade, e deve alcançar principalmente estudantes cis e/ou heterossexuais que provavelmente não despertariam sozinhos o interesse de buscar tais leituras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que os relatos de violência na clínica, que nos levam até a pesquisa feita neste trabalho, refletem sobre uma ética de trabalho na psicologia que é catalisadora de sofrimento psíquico na população LGBTQIAP+ e reproduzem uma escuta patologizante amparada na cishnorma, é necessário refletir propositivamente sobre transformações curriculares, institucionais e estruturais que possibilitem um combate efetivo contra a LGBTfobia na formação psicológica e que, por consequência, confronte as estruturas da clínica que se amparam no diagnóstico em detrimento das subjetividades.

Sofia Favero (2020, p. 14), ao falar sobre a clínica enquanto ciência guiada pelo pensamento cisgênero, propõe na necessidade imediata de se pensar uma

outra ética para a clínica centralizada na despatologização da escuta, feita a partir do estudo de autores e teorias não-brancas e não-cisgêneras pois isso implica reconhecer a diversidade das experiências trans, travestis e LGBTQIAP+ como um todo, sem sustentar uma escuta em que a identidade fale e chegue antes do sujeito e fale por ele, ou seja, a literatura também age como uma forma de agenciamento questionando assim o pensamento nosológico patologizante que existe na clínica. No âmbito da formação, é importante reforçar que o enfrentamento às estruturas cisnormativas e brancas também vem de um reconhecimento da ausência desses corpos em posições de autoridade e poder dentro da instituição, e que aumentar as brechas e fazer espaço para narrativas outras enquanto impulso metodológico impulsiona um deslocamento dentro das estruturas de manutenção de poder (FAVERO, 2020, p. 16). Uma universidade sem corpos dissidentes reflete diretamente em uma formação em que a clínica irá se manter na escuta patologizante, partindo de uma universalidade dos corpos e experiências brancas cis-heterossexuais, em que pessoas LGBTQIAP+ aparecem apenas no lugar de paciente, e cabe à nós enquanto pessoas inseridas no ambiente acadêmico lutar e reivindicar pela existência e permanência *queer* e transvestigênera para transicionar uma psicologia enrigidamente cis.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. F. L.; MENEZES, M. S. Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2021.

COIMBRA, C. Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

FAVERO, S. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 13, p. 403-418, 2020.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI\*. Traduzido por Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael

Maieiro. Revisão: Joaze Bernardino-Costa. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

# “ACOLHER AS DIVERSIDADES É AMPLIAR O CONHECIMENTO” – PRÉ-VESTIBULARES PARA PESSOAS TRANS\*, UNIVERSIDADE E PLURALIDADE EPISTÊMICA

*Jeferson Reis Santos<sup>1</sup>*  
*Lucas Lima de Andrade<sup>2</sup>*  
*Anna Paula Vencato<sup>3</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho, em diálogo com o transfeminismo e a sociologia do conhecimento, pretende examinar a disputa pela pluralidade epistêmica como elemento central para compreender as lutas em torno do acesso e da permanência da população trans\* e travesti no Brasil às universidades. Para isso, apresentamos um estudo de caso a partir da trajetória de um homem trans, ativista e pesquisador em educação. Em diálogo com as discussões teóricas apontadas, trazemos os relatos do nosso interlocutor - que estudou em um desses cursos e, ao ingressar na universidade, atuou nele como monitor, professor e coordenador -, para argumentar que as políticas públicas e as ações coletivas para a ampliação presença da população trans na universidade não devem ser vistos somente como meios para promover a ascensão social ou o acesso a diferentes profissões, ainda que ambas constituam dimensões importantes, nem este grupo deve ser visto como mero “beneficiário de ações”. Nossas conclusões apontam que as análises sobre esses temas precisam compreender a busca pela transformação das instituições e do conhecimento como elementos centrais nessas lutas.

**Palavras-chave:** Conhecimento, Pré-vestibular, Trans\*, Pluralidade epistêmica, Universidade.

1 Doutorando do Curso de Educação da Universidade de São Paulo - USP, jreissantos@usp.br;

2 Mestrando do Curso de Educação da Universidade de São Paulo - USP, andradelucas@usp.br;

3 Professora orientadora: Doutora, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas GeraisU-FMG, apvencato@email.com.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, notamos um aumento na demanda dirigida ao Estado e às instituições de ensino superior para a aplicação de políticas públicas. Isso inclui, principalmente, a reserva de vagas em programas de graduação e pós-graduação, com o objetivo de assegurar o acesso e a permanência de pessoas trans\* e travestis nas universidades públicas brasileiras. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Neste texto, apresentamos os resultados parciais de uma investigação de mestrado sobre os pré-vestibulares para pessoas trans\*. Optamos aqui por analisar as narrativas de um dos entrevistados da pesquisa, destacando a relação entre pluralidade epistêmica e acesso da população trans\* ao ensino superior.

Há uma série de pesquisas acadêmicas que analisam as trajetórias escolares da população trans\* e travesti (ANDRADE 2012; CARVALHO 2022; ZANZOTTI 2015; LIMA 2020; NUNES 2016). Essas produções dão conta da complexa relação entre esses atores e o Estado, e da “introdução do gênero nas políticas públicas de educação, com especial visibilidade para as demandas em torno da diversidade sexual” (VIANNA, 2012, p. 134) sendo também uma das demandas fundantes no movimento de travestis no país.

Luma Nogueira de Andrade (2012), busca evidenciar os assujeitamentos e resistências das jovens travestis na escola, elucidando as formas de disputar esse espaço para o acesso e permanência, e como as estudantes se movem na ordem normativa da escola, a partir de suas diferenças, submetendo-se, muitas vezes, a situações de violências para que consigam permanecer. Nesse sentido, as pesquisas têm feito esforços para expor que a exclusão escolar de pessoas trans e travestis, não é algo voluntário, como se dissemina, mas um processo de expulsão, motivado por diversos fatores, como a intolerância contra corpos dissidentes, violência verbal e física, a negação do nome social, a proibição do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, etc.

No entanto, a pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE, 2019): “Nome Social, a Ponta do Iceberg” apresenta um estudo sobre a importância da Portaria do Nome Social publicada pelo MEC em 2018 (Portaria n.33), e aponta para a inclusão de pessoas trans no processo de escolarização, e um aumento expressivo no registro de matrículas utilizando o nome social desde o Ensino Fundamental I com a anuência e requerimento dos pais ou responsáveis, até a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O nome social, serviu também de pontapé para os estudos sobre o acesso e permanência de pessoas trans e travestis no ensino superior no Brasil, além de tentar facilitar o mapeamento dessas pessoas nas instituições de ensino superior. Iazzetti (2022), em sua tese de mestrado, intitulada: “Existe universidade em pajubá? transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\*” realizou um diagnóstico inédito no Brasil sobre o acesso e a permanência de estudantes trans\* no ensino superior, além de investigar minuciosamente as instituições de ensino superior que adotaram a reserva de vagas para pessoas transexuais, travestis e transgêneros em seus cursos de graduação e pós-graduação em todo o território nacional.

Até a conclusão de sua pesquisa, em 2021, segundo a autora, 28 universidades públicas contavam com a reserva de vagas para pessoas trans\* em cursos de pós-graduação, e até o momento, apenas cinco Universidades públicas possuíam políticas de acesso, inclusão e permanência para pessoas trans, travestis e não binárias nos cursos de graduação, estando quatro delas localizadas no estado da Bahia, são elas, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e a Universidade do Estado do Amapá (UEAP), no Norte do país.

Recentemente a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) se juntou como mais uma das universidades baianas a criar vagas em todos os cursos de graduação como um medida de tentar reparar a exclusão dessa população à educação pública (UESB, 2023), e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aprovou a reserva de vagas que abrange políticas desde o ensino básico até a pós-graduação e estabelece cotas de 2% das vagas em cursos de graduação, pós-graduação e concursos públicos, além de um amplo programa de assistência estudantil. Vale destacar que, em 2019 a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) teve seu vestibular específico para pessoas trans, com vagas ociosas, cancelado pelo então presidente da República Jair Bolsonaro, através do Ministério da Educação (MEC) ferindo diretamente a política de autonomia universitária. Atualmente, e através da mobilização estudantil, a Unilab, também conta com a reserva de vagas para pessoas trans\* na graduação. Ou seja, até o momento, oito IES contam com políticas de acesso para pessoas trans\* na graduação.

Nesse cenário de intensas disputas e contradições, e em um país de dimensões continentais como o Brasil, torna-se complexo mapear com exatidão essas políticas, mas é fato que elas estão acontecendo, se expandindo e se tornando uma pauta cada vez mais presente de fora para dentro das Universidades, como

aponta Maria Clara Araújo dos Passos (2022), que documenta a história do movimento Travesti no Brasil, desde a produção de saberes na rua, nos anos oitenta, para o acesso à cidadania, até a sua entrada na academia, incidindo diretamente na produção de conhecimento nesse espaço.

Em junho de 2023, por meio da proposição do Projeto de Lei n.3109/2023, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), apresentou a proposta que em sua ementa estabelece reserva de no mínimo 5% das vagas para pessoas trans e travestis nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior no Brasil e dá outras providências.

A deputada recorre aos dados produzidos pela ANTRA, que revelam que 13 anos é a idade média em que pessoas trans\* e travestis são expulsas de casa pelos pais, e que cerca de 90% delas, estão envolvidas com a prostituição, e tem esse, como um meio de sobrevivência e um destino quase que único e compulsório. Ainda em sua justificativa, embasada na Lei de cotas n. 12.711/2012, e na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o PL historiciza o processo de exclusão e marginalização da comunidade LGBTQIA+, baseando-se nos documentos da Associação Nacional de Travestis e pessoa Trans (ANTRA), evidenciando as políticas públicas já construídas e a necessidade de outras no âmbito da educação como um direito constitucional.

A partir da primeira década dos anos 2000, foram marcantes as mobilizações sociais e institucionais voltadas para começar a garantir o direito de grupos subalternizados à educação superior no Brasil, nos processos seletivos, adotou-se cotas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com deficiência e/ou de baixa renda oriundos de escolas públicas e, há pouco tempo e ainda em baixa escala, medidas de acessibilidade em favor de pessoas com deficiência (para além das cotas) que visam garantir a permanência (JUNQUEIRA E SENKEVICS, 2022, p. 177).

No ano 2000 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), já havia implementado políticas afirmativas para negros, seguida da UnB, UFT, UFBA, UFG com implementações em 2004. “A implementação nacional, que só ocorreu em 2012, garantiu que três vezes mais pessoas negras, quilombolas e indígenas pudessem ingressar nas universidades e institutos federais.” (YORK, 2020, p. 88)

Nesse sentido, as políticas afirmativas para reserva de vagas para pessoas trans\* e travestis nas universidades e institutos federais vem trilhando um caminho semelhante. Com a implementação de ações internas, a exemplo das universidades baianas que têm sido pioneiras nesse processo, como é o caso já citado da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), que tem a reserva desde o ano de 2018, sendo a primeira no Brasil, influenciando para que essa se torne

uma política nacional para inclusão desses corpos. IAZZETTI (2022) afirma que o modelo adotado pela UFSB, nos cursos de graduação influenciou diretamente a mesma medida implantada pela UFABC, em São Paulo.

A UFSB nasce no ano de 2013, sendo uma das mais jovens universidades públicas do país, a instituição tem origem num intenso momento de debates sobre inclusão social promovido pelo ação do REUNI e da Lei de cotas aprovada no ano anterior, tendo essa como uma de seus princípios fundantes, promover a inclusão, igualdade e justiça social. Em setembro de 2017, por meio da mobilização estudantil e de alguns professores, a UFSB publicou a resolução nº 07/2017 que estabelecia em seu Art. 4º que a universidade criaria uma vaga supranumerária, em cada um dos seus cursos de 2º ciclo, para estudantes transexuais e travestis.

Em 2018 a Comissão de Políticas Afirmativas da UFSB (CPAf), com o objetivo de ampliar o alcance da política a todos os cursos de graduação, revogou e substituiu a antiga Resolução em seus efeitos pela Resolução Consuni nº. 10/2018, com ampla divulgação nas redes sociais e colégios de ensino médio da região sul da Bahia.

Desde o início da década dos anos 2000, também, travestis e transexuais já demandavam do Estado o direito do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que só foi efetivado na edição do ano de 2015, permitindo que só então houvesse uma primeira noção de como estava se dando a participação dessa parcela da população no Exame, que desde 2009 passou a ser o principal meio de seleção para o ensino superior no Brasil. (JUNQUEIRA e SENKEVICS, 2022).

Por meio de uma nota técnica emitida em 2021 pela UFSB, com o objetivo de avaliar o programa, é possível analisar e relacionar o processo de exclusão de pessoas trans\* e travestis dos meios educacionais. Em seu primeiro edital publicado em 2018, a instituição apresenta que não houve nenhuma/um estudante aprovado para as vagas reservadas a pessoas trans\* e travestis. Já no ano seguinte com a revisão da Resolução, um resultado estimulante: 11 estudantes aprovadas/os/es, em sua maioria de origem da região sul da Bahia, mas também de outros estados como São Paulo e Piauí. a universidade então se mobiliza para efetivar essas matrículas, tentando entrar em contato com as/os aprovados/as/es. No entanto, segundo a UFSB, apenas uma pessoa formalizou a matrícula. Tem-se a primeira pessoa a se matricular em um curso de graduação por meio das cotas específicas para pessoas trans\* e travestis no Brasil. A homologação da matrícula é bastante simbólica, a instituição afirma que apesar do baixo número de inscrições ainda no começo, é um resultado sintomático de como a universidade deve



desenvolver políticas mais efetivas de enfrentamento a essa exclusão, e que a política de ingresso apenas é insuficiente, era preciso criar condições de permanência, materiais, como bolsas de iniciação científica e auxílios financeiros para custear a moradia, alimentação, transporte, e imateriais, com a assistência estudantil e social para evitar a evasão, apresentando a universidade, os processos burocráticos e a tentativa de criar, em alguma medida, redes de apoio emocional.

É possível identificar um interessante exemplo disso na UFSB. Mesmo em meio aos cortes orçamentários e ataques a educação executados nos últimos governos, de Michel Temer e Bolsonaro, as universidades passavam por essa crise que afetava diretamente o seu funcionamento e a permanência de todos/os/es, no entanto, a partir da movimentação e diálogo com as estudantes trans, a universidade criou em 2021 a política de permanência exclusiva para estudantes trans e travestis. Com o nome de “Vivências Trans” o Edital era voltado a concessão de bolsas de iniciação à pesquisa e extensão para estudantes trans e travestis da UFSB, atualmente esse política faz parte do auxílio permanência para pessoas trans. Para além disso, a universidade é chamada a se movimentar quanto a outras questões de gênero e de combate a transfobia, cumprindo a Portaria da Reitoria nº447/2018, sobre o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero com a qual você se identifica, e com o lançamento no dia internacional da visibilidade trans, da Cartilha Nacional de Serviços Públicos de Saúde para a Pessoa Trans – Rede de serviços Ambulatoriais e Hospitalares Especializados, com o objetivo de apresentar o atendimento regional dos serviços públicos disponíveis.

Outra importante medida visando a permanência de estudantes trans e travestis na UFSB, é a valorização de seus saberes, incentivando a incorporação dos estudos de gênero e sexualidade no seu cotidiano e em todas as áreas do conhecimento

No presente trabalho, além de concordar com a literatura que aponta a importância de ações afirmativas e políticas públicas que garantam a entrada e permanência da população trans\* na universidade com o objetivo de garantir o seu direito à educação e ampliar as possibilidades no mercado de trabalho, argumentamos que a sua presença também busca incidir em questões de ordem epistemológica e impactar na produção do conhecimento desenvolvido nas instituições universitárias.

## **METODOLOGIA**

O debate apresentado neste texto originou-se de uma pesquisa de mestrado na qual procuramos examinar as práticas pedagógicas e perspectivas

educacionais de indivíduos envolvidos em pré-vestibulares destinados a pessoas trans. Optamos por uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas conduzidas entre 2020 e 2021. É importante ressaltar que, devido ao contexto da pandemia de Covid-19, todo o processo foi realizado por meio de videoconferências, sendo as entrevistas gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas.

No recorte que aqui fizemos, apresentaremos as narrativas de um dos nossos entrevistado, Raul Capistrano. Raul Capistrano, integrante da inaugural turma do Transenem BH, é um homem negro, transgênero e heterossexual que concluiu sua graduação em filosofia e obteve o título de mestre em educação. Com 39 anos, a entrevista com Raul abordou sua experiência de estudar em um pré-vestibular voltado para pessoas trans\* e, após ingressar na universidade, sua continuidade no projeto desempenhando papéis como monitor, professor e coordenador.

Cabe destacar que, conforme aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG no projeto de número CAAE 335510620.2.000.5149, no nosso Termo de Consentimento Livre e Esclarecido as pessoas convidadas declaravam explicitamente se preferiam ser identificadas ou não-identificadas na dissertação e nos trabalhos dela resultantes. Por escolha livre e expressa feita por Raul Capistrano, ele é apresentado nesse texto com o seu nome.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Em primeiro lugar, destacamos aqui a importância dos conceitos produzidos pelo transfeminismo para o nosso estudo. Essa perspectiva estabelece um diálogo profundo com correntes feministas que criticaram a ideia de “mulher universal”, como, por exemplo, o feminismo negro e o feminismo lésbico. De acordo com Letícia Nascimento (2021), as concepções biologizantes presentes no pensamento feminista criavam uma barreira à participação de mulheres trans e travestis no movimento, categorizando-as como homens.

Outra discussão que baseou nossa proposta foi a do realismo perspectivista. Julian Go (2023; 2020) destaca três vias para a inovação na produção do conhecimento: a emergência de novos dados ou a identificação de novos fenômenos; a criação de novos conceitos, categorias e teorias relacionadas a fenômenos previamente estudados; e, especialmente relevante para nós, a mudança de perspectiva. Essa proposta busca oferecer uma alternativa à visão que separa totalmente a produção científica dos/das pesquisadores/pesquisadoras e àquela que reconhece que todo o conhecimento é construído discursivamente por eles/elas. Portanto, a presença de indivíduos de diferentes grupos sociais, especialmente aqueles que

são alvo de processos de exclusão dos espaços de produção de conhecimento socialmente valorizado, traz o potencial de desenvolver o próprio conhecimento.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato de Raul Capistrano é especialmente relevante para refletirmos sobre as expectativas dos voluntários/voluntárias dos pré-vestibulares sociais diante da inclusão de pessoas trans\* nas universidades. Devido à norma cisheterossexual predominante no ambiente escolar, Raul interrompeu prematuramente seu processo de escolarização. No ano de 2015, contudo, duas “novidades” foram cruciais para seu retorno: a possibilidade de utilizar o nome social no ENEM, implementada desde o ano anterior, e a disponibilidade de aulas preparatórias para pessoas trans\* no Transenem BH.

A atuação de Raul no movimento trans\* precede significativamente sua entrada na universidade. Conforme ele relata, a principal motivação para seu engajamento militante é “que as crianças trans na escola possam vivenciar a escola sem ter que fazer uma leitura de si mesmas e pensar que elas são erradas no mundo, que o mundo está certo e elas estão erradas”. Embora a universidade tenha sido, por muito tempo, percebida por Raul como um espaço distante e pouco atrativo, as conversas com pessoas que faziam parte de sua rede de apoio transformaram sua percepção, fazendo-o enxergar o ambiente universitário como potencialmente interessante para ampliar o alcance de seu trabalho. Ao contemplar a entrada das pessoas trans\* na universidade, Raul Capistrano destaca a centralidade da pluralidade epistêmica nesse processo.

Olha, primeiro, a primeira importância é básica, é porque elas têm direito de estudar lá, independente se elas são pessoas trans, a importância é entender o direito delas de estudar lá, mas a importância pra universidade... tem a ver com a universidade passar a entender e aceitar que esses saberes plurais e diversos e que não são de base científica são importantes para as criações, pra manutenção, pra criação, pra produção do conhecimento com base científica, entende? É necessário, então, assim, acolher a comunidade, acolher as diversidades é ampliar o conhecimento, é aquilo ali que a gente quer, a gente quer ampliar o conhecimento de modo a converter a sociedade em um lugar melhor, então, assim, como a gente faz isso? A gente não pode abrir mão de nada! Então ali... quando eu faço defesa da existência de pessoas trans na universidade eu não faço defesa de “nossa, coitada dessas pessoas”, não, não tem nada de coitada, elas têm o direito de estar lá, ponto, a outra parte é que nós não estamos ali porque nós somos... nós gostamos, nós queremos

lidar, nós queremos conviver com o conhecimento e quem gosta de conhecimento de modo a sempre querer mais. Então... porque a gente vai selecionar? “esse a gente não quer, esse a gente quer”, não, eu quero tudo, eu tenho fome e quero todo o conhecimento possível, e ali tem vários, saca? Então não tem a ver com um certo romantismo ou “olha, vamos atender...”, não, não tem a ver caridade não, tem a ver com sermos espertos, sermos inteligentes, a gente quer produzir, a gente quer conhecimento, a gente quer ter arcabouço, a gente quer ter estrutura pra poder mudar e a gente não pode abrir mão de nada. Então aqueles conhecimentos ali são importantes, são outras perspectivas, são outras visões de mundo e que a gente quer abraçar todos. (Raul Capistrano)

Dessa forma, encontramos com Raul um exemplo daquilo que Miguel Arroyo (2010) defende ao insistir para que a produção científica não compreenda os grupos alvos de desigualdade como meros receptores de políticas públicas, mas que busque se aproximar também da maneira como eles se pensam e dos projetos de sociedade que constroem coletivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos voluntários/voluntárias dos pré-vestibulares sociais, abordada aqui, não pode ser plenamente compreendida apenas pelos potenciais danos causados às pessoas trans\* devido aos processos que levam à sua exclusão nos ambientes educacionais, especialmente no ensino superior. Além dessas considerações, acrescenta-se a expectativa de promover mudanças na própria universidade e no conhecimento por ela gerado.

Os pré-vestibulares e as políticas públicas abordados neste contexto desempenham um papel crucial em ampliar a representatividade nas universidades para um grupo amplamente excluído. Em concordância com Julian Go (2023; 2020), argumentamos que as ramificações desse cenário proporcionam perspectivas distintas que, ao participarem ativamente do processo de produção de conhecimento, contribuem para seu aprimoramento.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. N. de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 1381-1416, 2010.

CARVALHO, M. A.. TRAJETÓRIA ESCOLAR DE TRAVESTIS E MULHERES TRANS: escolarização, família, trabalho e perspectiva de futuro profissional. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

GO, J. Theoretical innovation and perspectival realism. *Distinktion: Journal of Social Theory*, p. 1-20, 2023.

GO, J. Race, empire, and epistemic exclusion: Or the structures of sociological thought. *Sociological Theory*, v. 38, n. 2, p. 79-100, 2020.

IAZZETTI, B. D.. Existe ‘universidade’ em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

IBTE. INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO. As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil. 2019.

JUNQUEIRA, R. D.; SENKEVICS, A. S. O nome social no Enem, um direito fundamental. In: PRADO, M. A. M.; FREITAS, R. V.. (Org.). *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, v. , p. 177-210.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 70-87, 2020.

NUNES, V. de S. C. et al. Antropologia, diversidade sexual e educação: uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia. 2016.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogias das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 128 p.

ZANZOTTI, M. I. Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

# PESSOAS LGBTIA+ NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM MAPEAMENTO DAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

*John Jamerson da Silva Brito<sup>1</sup>  
Witembergue Gomes Zaparoli<sup>2</sup>*

## RESUMO

As pesquisas sobre as questões de gêneros e sexualidades, especialmente no contexto da educação, durante muito tempo limitaram-se unicamente a ter pessoas LGBTIA+ como sujeitos, mas não como autoras. No entanto, a partir de um movimento de inclusão e acesso nos espaços acadêmicos, essas pessoas começaram a participar também do processo de produção e escrita, compartilhando suas experiências. Portanto, este trabalho tem como objetivo estabelecer um diálogo sobre as produções acadêmicas de pessoas LGBTIA+ que abordam questões de gêneros e sexualidades no âmbito da educação. Utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica e a busca em bancos de dissertações e teses para a construção de um estado da arte. Ao final do trabalho, compreende-se que os escritos das pessoas LGBTIA+ apresentam semelhanças em relação às perspectivas teóricas e metodológicas, que emergem a partir de suas vivências singulares.

**Palavras-chave:** Gêneros, Sexualidades, Estado da Arte, Currículo, Práticas Pedagógicas.

---

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [jamersonbritobr@gmail.com](mailto:jamersonbritobr@gmail.com).

2 Doutor em Letras pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas – PPGFOPRED da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, [wg.zaparoli@ufma.br](mailto:wg.zaparoli@ufma.br).

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

**P**roblematizar as questões de gêneros e sexualidades na educação são importantes para compreender como os discursos (FOUCAULT, 1979) sobre pessoas LGBTQIA+<sup>3</sup> são produzidos nos espaços escolares, e na realidade como esses discursos são perpetuados a partir de uma ordem de gênero binária homem/mulher (LOURO, 2018), e como essa classificação vem subalternizando e excluindo determinadas pessoas na sociedade.

Nesse sentido, esse trabalho objetiva-se realizar um diálogo das produções acadêmicas de pessoas LGBTQIA+ sobre questões de gêneros e sexualidades que estejam envoltas na educação a partir de um estado da arte, através de pesquisas realizadas no âmbito de mestrados e doutorados pelo Brasil.

A importância de se construir esse estado da arte, é a de investigar as produções que nos últimos anos vem permeando e adentrando neste caminho que estou percorrendo, sendo assim possível comparar e possibilitar reflexões acerca do que outras pessoas já produziram nesse campo de estudos, e como essas produções podem contribuir ou dialogar com o campo das pesquisas em gêneros e sexualidades na/em educação.

O presente trabalho organiza-se com essa primeira seção introdutória, a vindoura aborda sobre o conceito de Estado da Arte e como as produções (dissertações e teses) foram escolhidas para esse trabalho, além de trazer os apontamentos metodológicos, e na penúltima seção é realizado o diálogo entre essas referidas pesquisas, tendo por fim as considerações (in)conclusivas desse trabalho.

## O QUE É E COMO FAZER UM ESTADO DA ARTE?

As pesquisas selecionadas aqui, foram indicadas por colegas docentes que pesquisam na área de gêneros e sexualidades, pois entendemos que não haveria como selecionar os textos escritos apenas por pessoas LGBTQIA+ através da leitura dos resumos em bancos de produções, sendo necessário esse suporte. Os critérios que utilizamos para fechar nas referidas pesquisas foram: Produções de pessoas LGBTQIA+ e Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que tratem da temática de gêneros e sexualidades ligadas a educação;

---

3 Existem diversas formas de se escrever e referir a essa sigla, entretanto optamos por essa ao entender que a mesma supri nossas necessidades de diálogo e pesquisa a partir de nossos aportes teóricos. Sendo o significado Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneras, Travestis, Intersexuais, Asséxuais e demais denominações.

O principal objetivo de se produzir um estado da arte é “mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento” (FERREIRA, 2002, p. 258), sendo então importante para conhecer diferentes produções e abordagens sobre determinada temática ou temáticas em uma área de estudo.

Sendo assim, o estado da arte possibilita a realização de uma espécie de inventário sobre as produções acadêmicas relacionadas a temática que desejamos escrever e pesquisar, entretanto, não é de uma forma meramente descritiva, mas trazendo e analisando a partir de categorias que possam proporcionar a compreensão dessas produções de forma mais analítica, compreendendo determinados fenômenos que são pesquisados nessas produções (FERREIRA, 2002).

A construção desse tipo de produção permite que nós enquanto pesquisadores/as possamos conhecer quais os principais caminhos que estão sendo adotados na nossa área de pesquisa, e para além disso, quais análises já foram feitas, compreendidas e quais lacunas ainda existem, e que como nós podemos contribuir de forma inovadora com nossas pesquisas (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Assim, no campo educacional, o estado da arte traz importantes contribuições ao proporcionar a descoberta de experiências exitosas, ou então de problemáticas e diálogos a partir de perspectivas que talvez não teríamos pensado pelas limitações acadêmicas que existem, ou então como gosto de dizer, pelas “bolhas” que vivemos ao lermos e estudarmos apenas aquilo que está muito próximo de nosso objeto, no que tange as questões teóricas e metodológicas.

## **AS PRODUÇÕES DE PESSOAS LGBTIA+: INTERFACES NA EDUCAÇÃO**

As produções selecionadas partem de temáticas plurais, perspectivas teóricas e metodológicas, mas possuem aproximações no que tange as motivações para suas escritas, além de em sua maioria dialogarem com sujeitos/as que são LGBTIA+, e algumas delas terem até diálogos teóricos/metodológicos semelhantes.

Elaboramos um quadro com algumas informações para melhor identificar as obras aqui selecionadas, a partir de uma ideia de valorização das regionalidades, identidades e temáticas trabalhadas.



**Quadro 01:** Dissertações e Teses escritas por pessoas LGBTQIA+ em ordem crescente por ano (2010 - 2019)

TÍTULO	AUTOR/A	ANO	TIPO	REGIÃO	IDENTIFICAÇÃO LGBTQIA+
<b>Rompendo a mordaza:</b> representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade	Joyce Alves da Silva <sup>4</sup>	2010	Tese	Sul	Mulher Trans
<b>Travestis na escola:</b> assujeitamento e resistência à ordem normativa	Luma Nogueira De Andrade	2012	Tese	Nordeste	Travesti
<b>Experiência e constituição de sujeitos docentes:</b> relações de gênero, sexualidades e formação em pedagogia	Roney Polato De Castro	2014	Tese	Sudeste	Homem Gay
<b>Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de Gênero inconformes:</b> uma análise autoetnográfica da Cisgeneridade como normatividade	Viviane Vergueiro Simakawa	2015	Dissertação	Nordeste	Mulher Trans
<b>O diabo em forma de gente:</b> (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação	Megg Rayara Gomes De Oliveira	2017	Tese	Sudeste	Travesti
<b>Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo :</b> a invenção de Modos de vida transviados	João Paulo De Lorena Silva	2018	Dissertação	Sudeste	Homem Gay

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2022.

A primeira obra por ordem crescente dos anos, é da professora Joyce Alves da Silva, com o título *“Rompendo a mordaza: representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade”* (2010), a partir desse título já podemos perceber o movimento de resistência da autora, ao utilizar uma analogia sobre “romper mordazas” que nos calam diante de práticas dentro do âmbito escolar, ou seja, formas de silenciamento da população LGBTQIA+ e temáticas que nos envolvam.

Nesta tese, Silva (2010) pesquisa a partir das representações que professores e professoras do ensino médio têm sobre a homossexualidade, a partir de uma pesquisa de campo feito em duas escolas com um questionário com perguntas semi estruturadas. A autora apresenta ao longo de seu texto uma contextualização do

4 Joyce é uma mulher trans que realizou sua transição entre os anos de 2022/2023, sendo assim a sua pesquisa de doutorado apresenta ainda seu nome morto (nome dado ao nascer, mas ao qual não se identifica atualmente), e como forma de valorização nessa pesquisa, já iremos referenciar com seu nome novo.

que é sexo, sexualidade, gênero a partir de diferentes enfoques como forma de situar o/a leitor/a.

Ainda, a autora apresenta o papel da Educação Sexual como biologizante, por meio da reprodução dos estereótipos e das desigualdades de gêneros que são marcantes em nossa sociedade. Nesse movimento ela apresenta como a homossexualidade foi construída a partir de uma perspectiva sócio-histórico-cultural por meio da marginalização e exclusão de pessoas que fogem aos padrões estabelecidos como normais e naturais.

Sendo assim, a autora utiliza-se e respalda-se nos Estudos Culturais por meio dos processos de classificações sociais, controle e estigmatização daqueles/as considerados subalternos. Além disso, “bebe” bastante na fonte da Teoria Queer, por meio dos estudos de Michel Foucault, Judith Butler e Guacira Lopes Louro, para compreender sobre as construções da heterossexualidade como natural e dada, além de utilizar da Teoria da Representação Social por meio da Psicologia Social para a compreensão das representações que as pessoas produzem de si e de “outrem”.

Nesse sentido, a obra de Silva (2010) vai de encontro aos teóricos/as que pesquisam acerca das perspectivas de professores/as sobre a homossexualidade dentro dos espaços escolares, e para além disso, por meio da Teoria Queer, proporciona uma compreensão e um movimento de desconstrução das construções binárias.

Conforme Miskolci (2017) a teoria Queer surge como uma perspectiva de questionar as normativas de gêneros e sexualidades estabelecidas socialmente, através das demandas dos movimentos sociais que buscam outras formas de existência. Nesse sentido, reflete-se sobre as normas sociais que impõe uma sexualidade inerente ao ser humano, e imutável, compulsória.

A segunda obra é *“Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa”* (2012) de Luma Nogueira De Andrade, visa apresentar como ocorre a inserção e qual o impacto da presença de travestis na escola. Para isso, a autora aplicou um questionário em três escolas da rede estadual ao qual reside, descobriu-se 25 travestis matriculadas. E sendo assim, através das perguntas deste questionário ela buscou desvendar e entender se as pessoas transgêneras desses lócus específicos conseguem transgredir as normativas de gêneros que são impostas nos espaços escolares ou não, e como ocorrem esses movimentos ou assujeitamentos.

A produção de Andrade (2012) é muito potente ao pensarmos o espaço e as sujeitas de sua pesquisa, ao passo que historicamente o local e o lócus que as travestis foram e são vistas estão ligadas a prostituição, como a própria autora

aborda em seu texto, entretanto ao fugir desse padrão, ela nos desvela determinadas situações e violências que essas sujeitas enfrentam nos espaços escolares.

Sendo assim, para suporte nesta pesquisa, ela utiliza-se e parte de uma perspectiva feminista, pautada no pós-estruturalismo e na teoria Queer para compreensão das identidades de gêneros e das construções normativas que ocorrem entorno das sexualidades e dos gêneros.

A pesquisa de Andrade (2012) demonstrou o espaço escolar como um local violento, que não valoriza e na verdade segrega e exclui a presença das sujeitas travestis. Violências que são citadas nas entrevistas delas: o não respeito ao nome social na hora da frequência, a proibição do uso dos banheiros femininos, ausência do debate sobre diversidade sexual no currículo, falta de formação escolar para tratamento, a religião fortemente presente como justificativa e respaldo para a não aceitação e a violência, dentre tantas outras.

Pensando então no que Bento (2011, p. 522) no diz “a sexualidade normal e natural é a heterossexualidade”, e o espaço escolar reproduz essa ideia provocando violências e assujeitamentos de pessoas que transgridem a essas normativas tidas como naturais. A educação por vezes acaba se distanciando, e no caso excluindo essas pessoas por não saber lidar ou conseguir trabalhar sejam as temáticas, ou simplesmente lidar com a presença dessas pessoas no espaço escolar (LOURO, 2001).

A terceira obra é *“Experiência e constituição de sujeitosdocentes: relações de gênero, sexualidades e formação em pedagogia”* (2014) do Roney Polato de Castro, na qual o mesmo discorre sobre a experiência de ministrar uma disciplina na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF sobre gêneros e sexualidades, e como os/as *sujeitosdocentes*<sup>5</sup> formam-se através da experiência formativa dessa disciplina.

Castro (2014) utiliza-se também dos estudos pós-estruturalistas, aliados aos estudos foucaultianos, e baseia-se no conceito de experiência e nos escritos de Jorge Larrosa. A pesquisa foi construída a partir da análise dos processos de formação docente nas universidades por meio de documentos das Licenciaturas em Pedagogia sobre gêneros e sexualidades, e através de diários de bordos escritos pelos/as estudantes na disciplina.

Por meio da análise dos diários de bordos, e das discussões e experiências vividas na disciplina, emergiram temáticas que Castro (2014) em sua tese dialoga como importantes para a formação docente: as homossexualidades<sup>6</sup> através-

5 Esse é um termo cunhado pelo autor, para saber mais sobre o mesmo, acessar sua tese de doutorado referenciada ao final desse trabalho.

6 Entendida não apenas como uma forma de expressar homossexualidade, mas como várias e distintas cada qual atravessada pelas suas interseccionalidades (CASTRO, 2014).

sadas pela heteronormatividade<sup>7</sup> e pela homofobia; o discurso religioso como instância de assujeitamento; as relações de gênero e o machismo e as violências contra as mulheres.

O autor parte de uma *pesquisaexperiência*<sup>8</sup>, de uma análise dos currículos, de narrativas docentes, através de uma valorização dessas experiências. Nesse sentido a pesquisa de Castro (2014) é uma das escolhidas deste estado da arte que mais aproxima-se com minha pesquisa de Mestrado, e, portanto, contribui para compreender como os processos metodológicos e a perspectiva pós-estruturalista e queer contribuem para pesquisas que visam problematizar sobre experiências docentes e trajetórias formativas de pessoas LGBTIA+.

A pesquisa de Castro (2014) é um verdadeiro mar de sentimentos e experiências formativas que nos permitem compreender como licenciandos/as em Pedagogia formam-se dentro de uma disciplina que possui um caráter não obrigatório, mas tão necessário e ao mesmo tempo tão subalternizado e excluído, sendo essa disciplina vista como não necessária. Dessa forma, a partir de sua pesquisa entendemos como é necessário que essas temáticas sejam abordadas na graduação, na formação dos/as docentes para que o impacto seja sentido e seu reflexo seja visto nas práticas pedagógicas da educação básica.

Franco (2015) então nos permite compreender que as práticas docentes só se tornam pedagógicas a partir do momento que há uma intencionalidade, em que a/o docente tem um determinado propósito para aquilo que está sendo abordado em sala de aula.

A quarta obra é *“Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de Gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da Cisgeneridade como normatividade”* (2015) de Viviane Vergueiro, ao qual a autora traça uma autoetnografia de sua trajetória realizando um processo de reflexão por meio da teoria Queer e da decolonialidade, permitindo problematizações sobre os processos de cishnormatividades<sup>9</sup> que ocorrem sobre as vidas e corpos que fogem aos padrões normativos estabelecidos socialmente.

Enquanto uma mulher trans, Vergueiro (2015) traz uma escrita completamente livre e resistente ao sistema de normatização dos gêneros, ao qual a autora vai discorrendo sobre a realização da autobiografia e autoetnografia

7 A heteronormatividade refere-se ao padrão normativo que controla os gêneros e sexualidades a partir da ideia de que a heterossexualidade é única e natural (MISKOLCI, 2017).

8 Esse é um termo cunhado pelo autor, para saber mais sobre o mesmo, acessar sua tese de doutorado referenciada ao final desse trabalho.

9 A cishnormatividade refere-se as normas sociais que impõe os gêneros cis como privilegiados e únicos dentro da sociedade, de forma a nomeá-los como principais e os demais como incorretos e monstruosos (VERGUEIRO, 2015).

respaldando-se teoricamente, além de abordar sobre as interseccionalidades que atravessam as constituições de cada sujeita e sujeito, e de si própria.

Ao longo de seu trabalho, ela aborda sobre o conceito central da cisgeneridade e como esse conceito deve ser utilizado e refletido para a desconstrução e descolonização dos corpos e gêneros. Além disto, a autora trabalha o conceito dos corpos e gêneros inconformes, ou seja, aqueles/as que fogem aos padrões tidos como naturais e dados, propondo reflexões sobre as transgressões que os mesmos provocam nas normatividades.

O trabalho de Vergueiro (2015) parte da sua trajetória, portanto, ela reúne suas experiências e vai dialogando com as teorias ao longo de toda sua dissertação, como uma forma de propor reflexões sobre os processos cisnormativos que ela enfrentou em sua trajetória de vida.

Nesse movimento, Lugones (2014) pode nos ajudar a compreender como o gênero foi construído a partir de uma lógica colonial (LUGONES, 2014), que busca enquadrar e normatizar os corpos a partir da colonialidade<sup>10</sup> (QUIJANO, 2010) como forma de repressão e de controle, por meio de uma ideia dicotômica da existência de apenas dois gêneros, sendo estes como normais e aceitáveis, e qualquer outro que fuja a esse padrão deverá ser excluído.

A quinta obra traz o título *“O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação”* (2017) de autoria de Megg Rayara Gomes de Oliveira, ao qual a autora trabalha por meio da análise das experiências de bichas pretas, viados e gays afeminados que fogem aos padrões cisheteronormativos, e como a escola por meio da reprodução dessas normativas impacta nas suas vidas e nos assujeitamentos deles.

Oliveira (2017) utiliza-se da metodologia das autobiografias para a construção de seu trabalho, por meio da análise a partir do conceito da interseccionalidade. Os protagonistas de sua pesquisa, foram quatro professores negros dos estados do Paraná e Rio de Janeiro que fogem as normativas padrões da heteronormatividade.

Por meio de sua pesquisa, a autora compreendeu que “preto/a”, “gay afeminado”, “viado” e “bicha” tornaram-se categorias, ao estarem presentes nas histórias de vida de seus interlocutores. Ao longo de seu trabalho, ela apresenta em determinados momentos uma relação mais formal com os/as autores/as, e em outros de forma mais livre ela escancara os preconceitos e normatividades

---

<sup>10</sup> Segundo Quijano (2010), a colonialidade é uma forma de poder angular que se utiliza de classificações étnicas raciais para dominação e controle social, por meio de hierarquizações que possibilitam uma reprodução de conceitos, planos e dimensões e diversas esferas desses padrões a partir da ideia branca.

impostas enfrentadas tanto por seus sujeitos, quanto por ela própria enquanto estudante e docente em sua trajetória de vida.

A autora utilizou a técnica de entrevistas semiestruturadas para conseguir identificar nas trajetórias de vidas, pontos normativos, mas ao mesmo tempo como ela coloca ao longo do texto, é perceptível que essas vidas são envoltas em processos de resistência, por meio de transgressões que são produzidas por seus sujeitos, não apenas a partir de estratégias intencionais, mas de própria existência em dados espaços.

Então Oliveira (2017) ao trazer suas considerações aponta os processos de racismo e homofobia como interseccionais, que provocaram diversas violências nas trajetórias das bichas pretas, não apenas essas sujeitas de sua pesquisa, mas de todas que em algum momento enfrentaram violências, especialmente no contexto escolar.

A última obra é *“Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo: a invenção de Modos de vida transviados”* (2018) de João Paulo de Lorena Silva. Nessa dissertação ele busca trazer o que o currículo faz com crianças que fogem aos padrões normativos, aquelas crianças que são consideradas anormais, monstruosas por apresentarem comportamentos fora das normativas cis. Sendo assim, ele realiza uma análise do currículo enquanto dispositivo regulador.

A pesquisa foi realizada em uma escola na cidade de Belo Horizonte com crianças dos anos iniciais de algumas turmas, por meio da presença do autor utilizando-se da cartografia como metodologia de pesquisa, e em seguida da análise por meio das perspectivas queer. Silva (2018) ao longo de trabalho faz um traçado por meio da cartografia, apresentando as crianças e como seu encontro com elas impacta e produz formas outras de se pensar as infâncias e os currículos, a partir de diálogos por meio das diferenças e das construções dos conceitos de gêneros e sexualidades dentro das perspectivas Queer.

Em seu texto fica evidente que o currículo e a escola buscam normatizar as crianças e na realidade produzir corpos heterossexuais, para que elas “mudem” e tornem-se outras pessoas que não aquelas que fogem aos padrões tidos como normais e únicos. Sendo assim, essas crianças fogem, elas bagunçam as noções de gêneros que se têm por meio de suas vidas, por meio das suas simples existências.

Nesse sentido, Silva (2018) aponta que essas crianças produzem uma terceira via, um *entrelugar*<sup>11</sup> ao qual elas resistem, elas provocam inquietações, e por meio dessas inquietações vão produzindo outras infâncias e outras formas de se

---

11 Esse é um termo cunhado pelo autor, para saber mais sobre o mesmo, acessar sua dissertação de mestrado, referenciada ao final desse trabalho.

pensar os gêneros, o seu texto é uma carta-manifesto a todas as crianças que em suas infâncias foram podadas apenas por serem quem são, é um ato de resistência ao currículo enquanto opressor e normatizador daquelas que fogem ao que é tido como normal e natural.

As produções escolhidas apresentam similaridades teóricas e metodológicas, porém mais que isso, elas apresentam os/as sujeitos/as como pessoas que resistem em seus espaços, a partir de uma fuga, transgressão ou até enfrentamento aos padrões estabelecidos, de forma que elas não somente existam nesses lócus, mas possibilitem o “florescer” de novas perspectivas. Pesquisas em/na educação sobre pessoas LGBTQIA+ que visam proporcionar reflexões sobre suas vivências e suas experiências são extremamente necessárias, para compreender os dispositivos e instrumentos normatizantes utilizados pela sociedade, mas ao mesmo tempo conhecer e perceber as possibilidades incríveis que são postas, ao superarem e transgredirem diversas formas de controle e de repressão e exclusão dentro dos espaços educativos também se faz necessário, através das resistências que por vezes se dá de maneira mais direta, e outrora indireta.

## CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Percebe-se que todas/os as/os autoras/es trazem motivações pessoais a partir de suas vivências para pesquisar e escrever sobre o que falam em suas obras, mas para além, seus textos são encarnados, trazem consigo marcas de vida, cicatrizes que não podem ser esquecidas, mas que são parte de suas vivências, e que compartilho com elas/eles também de algumas dessas cicatrizes.

Existe um respeito muito grande por parte das/os pesquisadoras/os sobre suas/seus sujeitas/os, ao passo que são trilhadas e traçadas suas histórias de (re) existência de forma cuidadosa, empática e única, nos proporcionando um deleitar sobre as escritas, que além de forma muito potente dialogam majoritariamente com a perspectiva queer e com estudos decoloniais, trazem uma linguagem mais livre, mais próxima a nós leitoras/es.

Então ao final dessa produção, compreendo que é necessário visibilizarmos esses trabalhos, que por muitas vezes são excluídos e não considerados, por trazerem temáticas, histórias e escritas transgressoras que não são aceitas por grande parte da comunidade acadêmica que ainda fortemente apresenta rejeição as sexualidades e gêneros inconformes e dissidentes.

Não quero traçar notas conclusivas aqui, mas notas (in)conclusivas, pois acredito que este estado da arte não conseguiu chegar nem perto de mensurar a potência, ou então reunir muitos dos trabalhos belíssimos produzidos por pessoas

LGBTIA+, entretanto é um início para que esse percurso seja traçado por outras pessoas que pretendam reunir e trabalhar a partir da riqueza que produzimos.

Buscamos nosso espaço dentro de um universo tão heteronormativo e machista, e aos poucos estamos vencendo pequenas batalhas que nos permitem adentrar nos *entrelugares*, nos permitem transgredir e valorizar as corpos e corpos tão subalternizados, inconsistentes e dissidentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kauan Santos. **“Por que eu sou é homem?”**: o entre-lugar das bichas pretas na escola. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/SkODpv>. Acesso em: 06 abri. 2022.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 06 abri. 2022.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas [online]. 2011, v. 19, n. 2. pp. 549-559. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 06 abri. 2022.

CASTRO, Roney Polato de. **Experiência e constituição de sujeitos docentes**: relações de gênero e sexualidades e formação em Pedagogia. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1334>. Acesso em: 06 abri. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 06 abri. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.  
FRANCO, Maria Amélia Rosário Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa [online]**. 2015, v. 41,



n. 3, 601-614. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201507140384>. Acesso em: 13 dez. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e a teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Cadernos da Diversidade nº 6, 3 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em: 06 abri. 2022.

PASSEGGI, Maria da Conceição. REFLEXIVIDADE NARRATIVA E PODERAUTO(-TRANS)FORMADOR. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 44, p. 93-113, 2021. DOI:10.22481/praxisedu.v17i44.8018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8018>. Acesso em: 23 dez. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 72 – 117, 2010.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/download/24176/22872>. Acesso em: 06 abri. 2022.

SILVA, João Paulo de Lorena. **Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo**: a invenção de modos de vida transviados. 2018. Dissertação (Mestrado)

– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B5THZ5/1/disserta\\_\\_o\\_de\\_mestrado\\_joao\\_paulo\\_de\\_lorena\\_silva.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B5THZ5/1/disserta__o_de_mestrado_joao_paulo_de_lorena_silva.pdf). Acesso em: 06\_abri. 2022.

SILVA, Joyce Alves da. **Rompendo a mordação**: representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27012011-144716/pt-br.php>. Acesso em: 06\_abri. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 06\_abri. 2022.

# A DIDÁTICA FEMINISTA: UM ESTUDO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS EM PROL DA EQUIDADE DE GÊNERO

*Andrea Moruzzi<sup>1</sup>*

*Denise Gomes<sup>2</sup>*

*Gabriella Pizzolante da Silva<sup>3</sup>*

*Gabriela Costa Araujo<sup>4</sup>*

*Laura Rodrigues Paim Pamplona<sup>5</sup>*

## RESUMO

O grupo de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Infância e Feminismos (InFemis), tem em seu escopo de ações a identificação e análise de materiais didáticos e educacionais como manuais, editais, cartilhas e orientações produzidas por instituições de ensino públicas e privadas, de educação básica, técnica, profissionalizante e de nível superior, para a promoção da equidade e diversidade sexual e de gênero. O mapeamento destes materiais tem nos possibilitado compreender como as instituições públicas e privadas têm criado estratégias para a formação e produção do conhecimento em uma perspectiva emancipatória e/ou feminista. Busca-se analisar quais documentos foram e estão sendo produzidos para a oferta de ações que combatam as diferentes formas de violências sexuais e de gênero, bem como, de orientações e pressupostos didáticos para uma educação em prol da equidade de gênero, dentro dos referidos espaços e em suas comunidades. Para isso, utilizaremos como referencial teórico-metodológico Mainardes, 2017; Rezende, 2002; bem como, os estudos de gênero e feministas, abarcando diferentes autoras/es e teorias. Como resultado prévio da pesquisa em

1 Docente no Programa de Pós-graduação da UFSCar. Líder do grupo InFemis (Infância e Feminismos). [andreamoruzzi@ufscar.br](mailto:andreamoruzzi@ufscar.br)

2 Mestre em Educação pela UFSCar. [dedags2016@gmail.com](mailto:dedags2016@gmail.com)

3 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora EBTT na Unidade de Atendimento à Criança da UFSCar. Contato: [gabi.pizzolante@ufscar.br](mailto:gabi.pizzolante@ufscar.br)

4 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do ensino técnico e profissionalizante do Senac SP. Contato: [gabrielacostaaraujo@gmail.com](mailto:gabrielacostaaraujo@gmail.com)

5 Doutoranda de Educação, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) [laura.pamplona@estudante.ufscar.br](mailto:laura.pamplona@estudante.ufscar.br)

andamento, realizou-se uma investigação em fontes primárias, como editais, resoluções e legislações no âmbito de duas instituições em que as integrantes do grupo atuam, a saber, o IFSULDEMINAS e a UFSCar. Encontrou-se a regulamentação de núcleos de estudos e pesquisas, cartilhas e orientações para o combate à vulnerabilidade de mulheres e pessoas LGBTQA+. Assim, as instituições têm articulado diferentes práticas de resistência e estratégias pedagógicas não-normativas frente às ofensivas antigênero e o movimento neoconservador no país.

**Palavras-chave:** Didática, Gênero, Feminismos.

## INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa Infância e Feminismos (InFemis) vem realizando nos últimos meses um mapeamento de materiais que estimulem a promoção da equidade e diversidade sexual e de gênero em diferentes instituições brasileiras. Objetiva-se com este levantamento o conhecimento das ações, produção de materiais didáticos, cartilhas, formações para público interno e externo das universidades[1] envolvidas, políticas voltadas para a temática, e sua análise. Dentro das pesquisas do InFemis, um dos seus eixos diz respeito às políticas públicas sobre gênero e sexualidade em suas interseccionalidades, sendo a investigação de materiais e ações nas instituições de educação no país, um dos seus segmentos.

Tal mapeamento se faz importante haja vista o esforço de algumas universidades, institutos e escolas frente às políticas reacionárias do último governo. Embora nos últimos anos, gênero e sexualidade tenham tido menos espaço na agenda política e educacional voltados, sobretudo, para uma perspectiva emancipatória, tais temáticas não deixaram de produzir saberes, como veremos adiante.

A educação foi, ao longo desse processo, um dos campos que recebeu atenção prioritária na obstrução de propostas antidiscriminatórias e com um olhar para a diferença (Junqueira, 2018). Sob o lema da “criança a ser protegida”, anunciada por diferentes atores sociais de direita e extrema-direita, diversas propostas emergiram para impedir o debate e a produção do conhecimento e práticas não cis-heteronormativas no espaço educacional. Lembremos o que Paul B. Preciado (2020, p. 69) anunciara em um breve texto da primeira metade dos anos 2010: “Os defensores da infância e da família invocam a figura política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normalizado” Essa criança é o que ele nomeia de um dispositivo pedagógico, o testemunho silenciado, o álibi que justifica toda e qualquer intervenção, “[...] um artefato biopolítico que permite normalizar o adulto.” (Preciado, 2020, p. 71).

Em vista da força que esses movimentos antigênero adquiriram nos últimos anos e que ainda reflete em diferentes instâncias da nossa sociedade (escolas, câmaras municipais, organizações não governamentais etc.), considera-se importante dar visibilidade ao movimento contrário, que busca refletir sobre gênero e sexualidade, trazer caminhos para superação das desigualdades e produzir conhecimento sobre esse campo.

Com esse propósito, a pesquisa apresentada neste trabalho resulta de um levantamento, mapeamento e análise da temática de gênero e sexualidade com um recorte nos documentos encontrados nos sítios de duas instituições de ensino

públicas em que as pesquisadoras do grupo atuam profissionalmente: o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), que atende ensino médio, técnico, profissionalizante e superior e, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nelas, as referidas temáticas foram e são desenvolvidas em orientações, editais, resoluções, normativas e documentos orientadores, alguns de caráter didático. Tais materiais constituem o que estamos caracterizando por uma “Didática Feminista”, na medida em que possuem uma perspectiva teórica orientadora alinhadas aos diferentes movimentos feministas e outros movimentos sociais, como LGBTQ+ e negro, ao mesmo tempo, possuem uma linguagem, conteúdos e um escopo didático que busca tornar tais preceitos acessíveis ao público em geral e, de certo modo, uma função pedagógica.

## METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um levantamento de materiais, manuais e cartilhas para a promoção da equidade de gênero e de diversidade sexual, no site de busca *Google*. Optou-se por buscas gerais que servissem de ilustração dos materiais que diversas instituições, sejam elas educacionais ou não, construíram. Entendemos que se tratam de importantes instrumentos pedagógicos e de resistência, que poderão servir de inspiração, inclusive para as ações do InFemis.

Uma busca foi realizada no mês de julho de 2023, chamou-nos a atenção as cartilhas desenvolvidas por prefeituras, como o “Guia de boas práticas de equidade de gênero na gestão pública<sup>6</sup>”, desenvolvida pela Polícia Militar de Niterói, e o “Guia da Equidade de Gênero” da Prefeitura Municipal de Porto Alegre<sup>7</sup>. Encontramos ainda materiais organizados e produzidos por outras instituições, especificamente de ensino, como: o guia “Boas práticas para a promoção da equidade de gênero da Unicamp<sup>8</sup>” e o “Manual para garantir inclusão e equidade na educação<sup>9</sup>”, produzido pela Universidade de São Paulo (USP) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esses são alguns documentos que se destacaram em um levantamento prévio e mais amplo.

6 Disponível em: <https://www.fazenda.niteroi.rj.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/04/GUIA-DE-BOAS-PRATICAS-DE-EQUIDADE-DE-GeNERO-NA-GESTAO-PUBLICA.pdf> Acesso em: 08 nov. 2023

7 Disponível em: [https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu\\_doc/cartadeservicos/Guia\\_da\\_Equidade\\_de\\_Genero\\_da\\_PMPA.pdf](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/cartadeservicos/Guia_da_Equidade_de_Genero_da_PMPA.pdf) Acesso em: 08 nov. 2023.

8 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.unicamp.br/wp-content/uploads/2021/03/BOAS-PRATICAS-PARA-A-PROMOCAO-DA-EQUIDADE-DE-GENERO-NA-UNICAMP-com-links-1.pdf> Acesso em 08 nov. 2023

9 Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2019-Manual-para-garantir-a-inclusao-e-equidade-na-educacao.pdf> Acesso em: 08 nov. 2023

Na sequência, elencamos duas instituições educacionais federais para que uma análise mais aprofundada fosse realizada. Assim, por questões pragmáticas<sup>10</sup>, foram selecionadas para este trabalho a UFSCar e o IFSULDEMINAS.

Com relação aos materiais da UFSCar, uma busca inicial foi realizada no *site* da instituição, que possui em sua estrutura organizacional a Coordenadoria de Gênero e Diversidade, vinculada à Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE).

Do mesmo modo, o levantamento dos materiais desenvolvidos pelo IFSULDEMINAS teve como banco de dados o *site* institucional<sup>11</sup>. Apesar de constar em sua estrutura a Coordenadoria de Ações Inclusivas, que engloba ações promovidas pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade (NEGES), tal coordenação não possui página própria. Assim, foi feita uma busca nas resoluções do IFSULDEMINAS, bem como editais e páginas de eventos.

Os materiais encontrados até o momento foram divididos em conjuntos: a) eventos, projetos e campanhas; b) guias, manuais, cartilhas e orientações e, c) editais e normativas internas.

No primeiro conjunto **“a) eventos, projetos e campanhas”**, da UFSCar: encontram-se a “Políticas para promoção, prevenção e cuidados em saúde mental”; a 1ª Feira da Visibilidade Trans e Travesti da UFSCar; o Projeto Futebol e Diversidade; a Campanha “Discriminação não cabe na UFSCar. Aprenda, ensine: Violência é crime”; o Projeto/ Campanha “Transformação”, a página do Instagram: “Chega de assédio já!”. Do IFSULDEMINAS: o projeto “IFSULDEMINAS e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)”; a live no IFSULDEMINAS com tema “Mulheres exaustas” e o evento “1 Semana da Mulher<sup>12</sup>”.

No segundo conjunto **“b) guias, manuais, cartilhas e orientações”**, da UFSCar: a cartilha “Comunicação não violenta - uma abordagem trans inclusiva”; e a cartilha “Guia informativo para profissionais da saúde para o cuidado à população LGBTQIA+”.

<sup>10</sup> As membras do Grupo de Pesquisa InFemis e autoras deste artigo trabalham nas instituições selecionadas.

<sup>11</sup> Cabe destacar que os institutos federais possuem autonomia administrativa em seus campus, ou seja, há *sites* para cada um dos campus do IFSULDEMINAS, bem como ações isoladas neles. Porém, para fins deste trabalho, o levantamento realizado, entre os meses de outubro e novembro de 2023, foi exclusivamente no site institucional fixado na reitoria e não nos sites dos demais campus.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/dgp/noticias-da-progep/5699-i-semana-da-mulher> Acesso em: 05 nov. 2023

Já no terceiro conjunto, “**c) editais e normativas internas**”, na UFSCar: tem-se os editais para processo seletivo destinado à contratação de estudantes de nível superior, para realizar estágio presencial não obrigatório na UFSCar e também para provimento de cargo de Professor/a da Carreira de Magistério Superior para o Quadro Permanente da Universidade; a Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência; a Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (2016); a Resolução CG/SAADE n. 01/2016, que Institui Comissões Assessoras junto à Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CoRE), a Coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos (CoIDH) e a Coordenadoria de Diversidade e Gênero (CoDG) da SAADE; Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência; do IFSULDEMINAS: a Resolução: 13/2015, que regulamenta a Inclusão de Nome Social de travestis, Transexuais e Transgêneros, no âmbito do IFSULDEMINAS e a Resolução 117/2021, que cria do Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade Por fim, as análises foram feitas seguindo as contribuições feministas como campo teórico, buscando compreender como as instituições se movem e ofertam materiais e instrumentos pedagógicos pró equidade de gênero e diversidade sexual.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Aos 15 de janeiro de 2015, o Governo Federal sancionou a Resolução 12, que estabeleceu parâmetros de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Posterior a ela, e ainda que não diretamente vinculado às instituições de ensino, o Governo Federal, por meio do Decreto Nº 9.586/2018, instituiu o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Desdobrou-se destes dois decretos a intenção de promoção de ações e políticas que visassem combater as desigualdades de gênero e discriminação em razão da diversidade sexual.

Identificar e compreender quais ações as instituições educacionais supracitadas estão promovendo, é entender que as políticas públicas são relevantes para a mitigação ou mesmo a liquidação de violências e desigualdades. De acordo com Luana Alves Soares (2022, p. 34) com relação às políticas públicas “[...] tudo é uma opção política, e uma disputa de poder para alcançar os objetivos que a própria legislação propõe. Há opção política até na renúncia e no desmonte [...].”

Com base nisso, é necessário refletir não apenas sobre as propostas de equidade, mas também para os apagamentos e as políticas de ódio e destruição. Observamos isso no Plano Nacional de Educação 2014-2024, destacando o apagamento do termo gênero do texto final e a disputa nas conferências antes da



sua aprovação. Sua permanência se deu apenas nos dados estatísticos dos cursos de formação continuada de docentes. O mesmo aconteceu com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que retirou gênero, homofobia e orientação sexual na terceira versão do documento, e em suas páginas não há qualquer contemplação de políticas para a equidade de gênero. O que percebemos é que nos últimos anos pudemos observar ataques constantes à promoção da equidade, forjada por concepções neoconservadoras em movimentos como a chamada “Escola sem Partido” e demais movimentos anti gênero. A universidade, suas pesquisas e grupos não ficaram alheios a isso, entretanto, é possível observar seus movimentos e suas resistências que se manifestam, entre outras maneiras, na construção de políticas, programas e ações internas de combate às diferentes formas de violência.

Partimos da perspectiva de que o feminismo é um movimento amplo de caracter político, teórico e pragmático que se configura como um campo de resistência em nossas sociedades (Moruzzi, 2022, p. 8). Ademais, o feminismo não é apenas um movimento social, é também uma epistemologia, capaz de produzir outras realidades e relações. Alguns dos materiais recolhidos na investigação também traziam outros recortes, como o de raça e etnia. Racismo e sexismo se entrecruzam na formação do Brasil (Gonzales, 1984).

Recorremo-nos ainda a Jefferson Mainardes (2006) que, ao tratar sobre a abordagem do ciclo de políticas proposta por Stephen Ball e Richard Bowe enquanto referencial teórico-metodológico, nos auxiliou na identificação e compreensão das políticas públicas para equidade de gênero implementadas nessas instituições, sendo o IF com fortes características de educação profissional e agrícola e a UFSCar voltada para o ensino superior.

Stephen Ball e Richard Bowe (Ball, 2011) elaboraram um ciclo contínuo constituído por cinco contextos para a análise de políticas, assim divididos: contexto de influência; contexto da produção de texto; contexto da prática; contexto dos resultados/efeitos; e contexto de estratégia política. Para efeitos deste trabalho utilizaremos o contexto da prática, onde a política é aplicada na vida cotidiana, nas organizações e instituições, e está sujeita a interpretações, transformações e recriações. Estas relações e práticas provocam mudanças no texto original, sendo ressignificadas. Frisamos que todos os contextos estão inter-relacionados e em cada um há arenas de disputas e interesses, expressos, dentre outros, em conflitos discursivos e ideológicos (Ball, 2011).

Tal abordagem se justifica, pois a implementação destas políticas diz respeito ao contexto da prática. Ademais, este levantamento sinaliza o grau de acolhimento e adesão às políticas por parte dos gestores e funcionários, uma vez que a implementação destas podem ser realizadas de acordo com seu contexto

local e perspectivas dos gestores, conforme sinalizam Paul Sabatier e David Mazmanian (1996).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mapear as ações para o desenvolvimento de práticas de enfrentamento e combate à discriminação de gênero e em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero, e também investigar e compreender as práticas em prol da equidade de gênero e promoção das mulheres, foi importante para que pudéssemos compreender como duas instituições de ensino, a Universidade Federal de São Carlos e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, têm em seu escopo de condutas a implementação de políticas públicas, programas e ações dessa natureza. Para fins de ilustração neste trabalho, valeria a pena expandirmos estas localizações para outras instituições. Entretanto, não nos debruçamos profundamente sobre elas, objetivamos fazê-lo em outro trabalho. Como resultado prévio da pesquisa em andamento, observamos que as referidas instituições têm articulado diferentes práticas de resistência e estratégias pedagógicas não-normativas frente às ofensivas antigênero e o movimento neoconservador no país.

Destacamos que com a publicação dos editais e normativas das duas instituições, observamos ações que buscam implementar demandas de políticas públicas que atendam aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, como a garantia do uso do nome social. Ressaltamos ainda a importância das iniciativas já realizadas para maior visibilidade e protagonismo das mulheres e das pessoas LGBTQIA+, através da promoção de espaços para a participação de estudantes, pessoas servidoras e da comunidade, como nos eventos e campanhas e na elaboração e produção de instrumentos, como os guias e as cartilhas.

Ao analisarmos os materiais sob perspectivas feministas compreendemos que estes são importantes instrumentos pedagógicos que ajudam a compor um “[...] campo de resistência e de luta pela igualdade, pode se constituir como Pedagogia [...] a partir de diretrizes claramente antissexistas, antirracistas e que aqui, ousa-se dizer, possa vir a ser uma educação em prol da cidadania. (Moruzzi, 2022, p. 23)

Neste sentido, observamos que as iniciativas da UFSCar indicam esforços para trazer uma abordagem interseccional. Por exemplo, notamos isso na existência da SAADE; na Campanha “Discriminação não cabe na UFSCar. Aprenda, ensine: Violência é crime”, que se propõe a combater o racismo, machismo, sexismo, misoginia, LGBTfobia, capacitismo, xenofobia, etarismo, intolerância religiosa,

assédios morais e sexuais no espaço universitário; e na Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência da UFSCar, em que esses fatores também aparecem de maneira relacionada (gênero, raça, etnicidade, classe, idade, orientação sexual).

Na instituição das Comissões Assessoras da UFSCar isso também pode ser observado, em que em uma só resolução se prevê a participação de assessores e assessoras indicados e indicadas entre servidores e servidoras técnico-administrativos, docentes e estudantes, enfatizado-se a importância da participação de negros, negras, indígenas, refugiados/as, quilombolas, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autista, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e de outras identidades de gênero.

Por sua vez no IFSULDEMINAS, identificamos o NEGES, regulamentado em setembro de 2021 (IFSULDEMINAS, Resolução 117/2021). Trata-se de um núcleo com natureza propositiva e consultiva formado em cada campus, para a promoção e proposta de ações para Ensino, Pesquisa e Extensão com a temática. Considerando a incipiência deste núcleo, não foi desenvolvida nenhuma cartilha e/ou manual, apenas a promoção de eventos e intervenções em reuniões pedagógicas, não obstante a criação do núcleo nos indica mudança de olhar e compromisso com a pauta da diversidade de gênero e sexual.

Outra prática desenvolvida pelo IFSULDEMINAS é o projeto IF Mulheres. Trata-se de editais para a oferta de cursos de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade, fomentando bolsas de auxílio para elas, visando a diminuição das diferenças e promovendo a equidade de gênero. Tais editais<sup>13</sup> vêm sendo publicados desde 2017, portanto, anterior Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018, nos sinalizando que as ações pró equidade de gênero estão no escopo de práticas institucionais. Tais editais, trazem como seu objetivo:

- a. Fomentar a execução de ações para mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões onde o IFSULDEMINAS atua buscando a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias.
- b. Fomentar bolsas de auxílio para as mulheres que estejam, comprovadamente, em situação de vulnerabilidade econômica e que fizerem os cursos de formação inicial ou continuada vinculados aos projetos aprovados neste edital.
- c. Contribuir para as políticas de gênero, de equidade, de inclusão e de ações afirmativas, em favor da diminuição dos problemas sociais e da erradicação da pobreza. (Ifsuldeminas, 2020)

<sup>13</sup> Importante destacar que se tratam de editais destinados à contratação ou oferta de cursos exclusivos para mulheres, com fomento institucional, ou seja, não há recursos financeiros específicos do governo federal para este fim, e sim a escolha dos gestores em destinar parte dos recursos para estes programas.

No entanto, observa-se que apesar de ser uma instituição com mais de 10 anos, ela somente realizou a “Semana da Mulher”, institucionalmente, este ano. Ao analisarmos os materiais produzidos pelo IFSULDEMINAS, observamos apenas o uso de linguagem acadêmica, mesmo as reportagens sobre os editais e eventos permanecem sendo utilizadas de formalidade. No que confere ao gênero utilizado nas reportagens, editais e resoluções, observa-se o uso do gênero masculino e feminino, conforme podemos observar no item 4.1 do Edital 09/2020 “4.1 Condições para ser proponente neste edital: a) ser servidor(a) efetivo(a) ou docente substituto(a) do IFSULDEMINAS; b) estar cadastrado(a) na Plataforma Lattes/CNPq; [...]” (IFSULDEMINAS, 2020, item 4.1)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos esta pesquisa como importante instrumento para identificar e analisar materiais didáticos e legislativos na promoção da equidade de gênero. Após o mapeamento das ações instituições no IFSULDEMINAS e UFSCar compreendemos que ainda há muito a avançar nas ações e produções pedagógicas em prol da promoção da equidade de gênero nas instituições pesquisadas.

Na UFSCar percebe-se uma mobilização maior a fim de um debate interseccional em sua coordenadoria, campanhas e comissões, visando o combate às violências relacionadas ao gênero, classe, etnicidade, idade e orientação sexual. No que compete ao IFSULDEMINAS, as ações permanecem em sua maioria restritas às esferas administrativas e jurídicas, e restringindo apenas às datas comemorativas, como o dia das mulheres.

Entendemos ainda que todas estas ações são necessárias, pois mesmo focando no aspecto jurídico, elas atuam como didáticas a longo prazo. Porém, há ainda uma ausência de produção de material com linguagem mais inclusiva, adequada a diversidade e pluralidade do público atendido pela instituição, sejam os/as servidores/as, estudantes e/ou comunidade externa.

A análise dos materiais pesquisados nos possibilitou realizar um mapeamento histórico das publicações dos editais e campanhas e refletir de que forma eles convergem com a concepção do governo federal em vigência. Compreendemos a importância da análise destes materiais para pensar e produzir novas propostas intersetoriais que visam a equidade de gênero e sexual e combate às violências.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Portaria Nº 1.612, de 18 de novembro de 2011**. Assegura uso de nome social de transexuais e travestis em órgãos do MEC. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/portaria-assegura-uso-de-nome-social-de-transexuais-e-travestis-em-orgaos-do-mec/2933591> Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Dispõe sobre o conselho nacional de combate à discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais – CNCD/LGBT. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012#:~:text=Estabelece%20par%C3%A2metros%20para%20a%20garantia,quanto%20ao%20reconhecimento%20institucional%20da> Acesso em: 28. ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Secretários de Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Bases Nacionais Comum Curriculares: Educação é a base**. Brasília: MEC; CONSED; UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/-BNCC\\_EI-EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/-BNCC_EI-EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 28. ago. 2023.

BRASIL. **Decreto no 9.586, de 27 de novembro de 2018**. Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9586.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9586.htm) Acesso em 28. ago. 2023

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

IFSULDEMINAS. **Resolução 13 de 28 de abril de 2015**. Regulamenta a Inclusão de Nome Social de Travestis, Transexuais e Transgêneros, no âmbito do IFSULDEMINAS e dá outras providências.. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu>.

[br/images/PDFs/Conselho\\_Superior\\_/resolucoes/2015/resolucao13de23dea1bril2015.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2015/resolucao13de23dea1bril2015.pdf) Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 89 de 19 de dezembro de 2017.** Fomentar cursos de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões onde o IFSULDEMINAS atua buscando a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias. Disponível em: [https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais-proex2017/edital\\_89\\_-\\_ifsmulher/Edital\\_Cursos\\_para\\_Mulheres.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais-proex2017/edital_89_-_ifsmulher/Edital_Cursos_para_Mulheres.pdf) Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 160 de 21 de dezembro de 2018.** Chamada para seleção de Projetos nas áreas descritas no item 6 deste edital para integrarem o Programa Institucional de Capacitação de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social - IFMulher. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-extensao/editais-proex/171-bolsas-de-extensao/2569-edital-160-2018-programa-institucional-de-capacitacao-de-mulheres-if-mulher> Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 09 de 09 de janeiro de 2020.** Fomentar cursos de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões onde o IFSULDEMINAS atua buscando a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias. Disponível em: [https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais-proex\\_2020/edital\\_09/edital\\_9.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais-proex_2020/edital_09/edital_9.pdf) Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 10 de 28 de fevereiro de 2020.** Destinado à contratação, por tempo determinado, de bolsistas para ocupar a função de Instrutores para os cursos BOLSA-FORMAÇÃO 2020. Disponível em: [https://rezendeoffice.adm.br/fadema/wp-content/uploads/Edital-Instrutores\\_Final-2.pdf](https://rezendeoffice.adm.br/fadema/wp-content/uploads/Edital-Instrutores_Final-2.pdf) Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 163 de 03 de setembro de 2021.** Inscrições para alunas em cursos de Formação Inicial e Continuada a distância. Disponível em: [https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais\\_proex\\_2021/Edital\\_163/Edital\\_163\\_FI\\_C\\_Mulheres.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais_proex_2021/Edital_163/Edital_163_FI_C_Mulheres.pdf) Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Resolução 117 de 15 de setembro de 2021.** Dispõe sobre a criação do Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade no âmbito do IFSULDEMINAS Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/>

[Conselho\\_Superior\\_/resolucoes/2021/117.2021\\_com\\_anexo.pdf](#) Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 30, de 09 de fevereiro de 2023.** Objetiva objetivo de selecionar projetos de extensão voltados ao apoio de mulheres em situações de vulnerabilidades, no âmbito do IFSULDEMINAS. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/attachments/article/5652/Edital%2030.2023%20IF%20Mulher.pdf> Acesso em 08 nov. 2023

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política.** São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 05 nov. 2023.

LIMA, M.; RIOS, F; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, M. M. et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf) Acesso em: 10 out. 2023

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma construção para a análise de políticas educacionais. **Educ Soc** [Internet]. 2006. Jan;27(94):47-69. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxytCQHHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 jul. 2023.

MORUZZI, A. O Feminismo como Pedagogia e Inflexões sobre a Ideia de Cidadania. **Revista Interações,** 18(61), 4-28. 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/26955> Acesso em: 10 nov. 2023

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer?. In: **Um Apartamento em Urano.** 2020. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta mais 10.** 2006. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/pfdc/midiатеca/outras-publicacoes-de-direitos-humanos/pdfs/principios-de-yogyakarta-mais-10-2017-1> Acesso em: 23 de out. 2023

SABATIER, P. A.; MAZMANIAN, D. A. La implementación de la política pública: un marco de análisis. In: AGUILAR VILLANUEVA, L. F. **La implementación de las Políticas Antologías de Política Pública**. Editorial Porrúa: México, 1996.

SOARES, L. A. Alguns caminhos para quem quer pesquisa políticas públicas educacionais. In: JEFFREY, Debora Cristina. (org). **A política educacional: uma introdução teórico-metodológica**. Curitiba: CRV, 2022.



# EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE<sup>1</sup>

*Vitória Batista Calmon de Passos<sup>2</sup>*  
*Renata Meira Veras<sup>3</sup>*

## RESUMO

Em 2003, foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, através da Lei 10.639. Posteriormente, através da lei 11.645/2008, essas normativas foram atualizadas para incluir também o estudo da história e cultura indígena. Através dessas legislações, foi instituída a obrigatoriedade do ensino desses conteúdos na educação básica e, conseqüentemente, na formação de professores, o que pode se considerar um importante marco na história da educação brasileira. Nessa seara, levando em conta a necessidade de se repensar a formação de professores a partir de uma perspectiva decolonial, se demonstra algo de extrema importância buscar compreender como essas diretrizes estão sendo aplicadas. A partir disso, durante esta investigação, desenvolveu-se a análise curricular dos cursos de licenciatura de 19 universidades federais do Nordeste, com o objetivo de identificar a presença de conteúdos inerentes à educação para as relações étnico-raciais na formação docente dessas instituições. A partir disso, foi realizado o levantamento de projetos político-pedagógicos e ementas de cursos de licenciatura das instituições em pauta, a partir dos sites oficiais e contato com os colegiados por e-mail. Nesse contexto, foram identificados 269 cursos de licenciatura, dos quais foram analisadas 8.913 ementas de componentes curriculares. Nesta análise, foram encontradas 842 ementas com conteúdo relacionado às DCN de forma direta ou indireta. Tais números apontaram que de modo geral a

1 Este artigo é resultado do projeto de Pesquisa “A agenda étnico-racial na formação acadêmica nas Universidades Federais do Nordeste” com financiamento do Cnpq.

2 Graduanda do Curso de Farmácia e Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, [vitoria.calmon@ufba.br](mailto:vitoria.calmon@ufba.br);

3 Doutora em Psicologia e Professora Associada do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia - UFBA, [renata.veras@ufba.br](mailto:renata.veras@ufba.br);

proporção de ementas com conteúdos inerentes à educação para as relações étnico-raciais é insuficiente e incompatível com o previsto nas DCN.

**Palavras-chave:** Universidade, Formação docente, Diretrizes Curriculares Nacionais, Relações étnico-raciais.

## INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo o conceito de raça assumiu muitos sentidos diante dos diferentes contextos em que foi utilizado. Almeida (2019, p. 24) explica que se trata de um conceito “relacional e histórico”. Isto porque está diretamente atrelado às circunstâncias históricas do século XVI, mais precisamente à expansão mercantilista e o Renascimento, que contribuíram para a difusão da ideia de civilização tal qual o modelo europeu, bem como do homem europeu como “homem universal”. E dessa maneira, moldou as relações sociais da Europa com os povos dos demais continentes – africano, americano, asiático e oceânico – que ao diferir dos ideais e modos de vida europeus eram vistos como primitivos e, portanto, deveriam ser colonizados para conhecerem “os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado” (Almeida, 2019, p. 27). E sob a égide dessa desculpa, o colonialismo se constituiu como um processo de “destruição e morte, de espoliação e aviltamento” (Almeida, 2019, p. 27).

Neste contexto as bases do racismo foram constituídas. A estratificação e hierarquização das pessoas como primitivas e civilizadas, de raça superior ou inferior, moldou a constituição das sociedades nas colônias e os reflexos de tal violência perduram até hoje. Segundo Almeida (2019, p. 21) “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência”, que estão expressas no cotidiano de forma individual, institucional e estrutural.

Diante disso, é evidente que dada a hegemonia dos colonizadores, os currículos atuais estejam ainda repletos de reflexos e referências da colonialidade. Assim, compreendendo o currículo como algo mutável e ausente de neutralidade e universalidade, sabe-se que esta ferramenta é um reflexo dos valores, práticas e significados da sociedade em que foi constituído a partir de seus contextos político, cultural e histórico (Sacristán, 2013). Silva (1995) acrescenta ainda a potência que as narrativas presentes nos currículos possuem ao ditar a legitimidade, a validade e a moralidade de certos conhecimentos em detrimento de outros.

Partindo da premissa de que os currículos têm um impacto significativo na formação das identidades docentes, é de fundamental importância que estes reflitam acerca do reconhecimento e da valorização da alteridade. Um caminho para isso é a perspectiva multiculturalista de formação docente que se propõe a ir além do desenvolvimento de competências técnicas inerentes às áreas de estudo e contribuir de forma relevante para a discussão sobre as relações étnico-raciais e perspectivas curriculares antirracistas (Ivenicki, 2020).

Considerando este cenário, e como resultado da atuação político-pedagógica dos Movimento Negro e Movimento Indígena (Sousa et. al., 2022; Ferreira, Almeida, 2018), a Lei 10.639 foi promulgada em 2003 no intuito de alterar a Lei 9.394 de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tal alteração visou incluir no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003). A partir disso, foram criadas e estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Posteriormente, em 2008, a Lei 11.645 acrescentou a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Indígena” (Brasil, 2008).

A obrigatoriedade da inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na educação básica foi um avanço muito importante no combate ao racismo. No entanto, esses esforços encontram uma importante limitação quando essa obrigatoriedade não se estende aos currículos de formação docente. Afinal, sob que bases os professores vão inserir e abordar tais conteúdos se não estão sendo preparados para tal feito? Dessa maneira, esta investigação surgiu a partir deste questionamento e o presente trabalho teve como objetivo identificar a presença de conteúdos inerentes a ERER nos currículos dos cursos de licenciatura de 19 universidades federais do Nordeste.

## METODOLOGIA

O presente trabalho descreve os resultados de um estudo misto, com abordagem quali-quantitativa, no qual objetivou-se analisar a presença de conteúdos inerentes à educação para as relações étnico-raciais nos currículos das licenciaturas das Universidades Federais da região Nordeste. Para tanto, no intuito de se analisar os textos das ementas de todas as disciplinas obrigatórias de tais cursos, desenvolveu-se *a priori* um levantamento de seus projetos político-pedagógicos nos respectivos sites oficiais de cada instituição. Para os cursos que dispunham de mais de um PPP disponível, assumiu-se como representante do curso aquele que fosse mais recente. Além disso, nos casos de indisponibilidade do documento do PPP completo nos sites, buscou-se contato com os colegiados dos cursos via e-mail para obter esse acesso e ainda, em caso de ausência de resposta, utilizou-se como fonte secundária as ementas disponíveis do SIGAA. Os cursos que não se obteve acesso ao currículo por nenhum desses meios foram excluídos da investigação.

Num segundo momento, procedeu-se a análise documental do material obtido. A análise preliminar incluiu a leitura integral de todas as ementas e a

identificação dos conteúdos de interesse de forma direta ou indireta. Para realizar tal identificação, tomou-se como referência os elementos indicados nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promulgadas em 2004, incluindo a atualização com a Lei 11.645/08 que incluiu também a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena.

Em seu desenvolvimento a pesquisa documental utiliza documentos que não sofreram qualquer tratamento analítico, com o objetivo de investigá-los, examiná-los, analisá-los e após a organização dos dados obtidos com esses processos, desenvolver sínteses sobre o que foi elucidado dos mesmos (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009). Diante disso, optou-se por esta metodologia como coerente com o intuito desta análise.

Os dados coletados foram categorizados por universidade, por curso, pelo total de disciplinas com conteúdo étnico-racial e pela presença de conteúdos de abordagem direta e indireta. Esse número foram sintetizados e descritos nos resultados a seguir. Além disso, as disciplinas identificadas com presença de conteúdo étnico-racial tiveram suas ementas reunidas num corpus textual único e foram submetidas ao software Iramuteq pra tratamento dos dados e geração de uma nuvem de palavras no intuito de representar as termos mais representativos dos textos analisados.

O software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) foi desenvolvido no intuito de viabilizar diferentes tipos de análises de dados textuais. Sua gama de possibilidades inclui desde análises lexicais mais simples, até análises multivariadas, que podem ser representadas graficamente de maneira simples e visualmente clara. Dentre os tipos de análises disponíveis, a nuvem de palavras é considerada a mais simples. No entanto, permite uma representação gráfica do corpus textual com o tamanho das palavras em função da sua frequência, o que fornece um quadro geral das palavras mais representativas do conteúdo analisado. (Camargo; Justo, 2021)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram incluídos no estudo os currículos dos cursos de licenciatura de 19 universidades federais do Nordeste. Na Tabela 1 a seguir, é possível observar que foram analisados 234 cursos e 8.913 ementas correspondentes a eles. O total de cursos analisados é inferior ao total de cursos das instituições porque para alguns deles não houve disponibilidade de acesso as ementas, conforme descrito anteriormente no percurso metodológico.

A partir da coleta e análise das ementas, foram identificadas como com conteúdos relativos a EREER 1.048 delas. Isso equivale a 11,75% do total analisado. Tal percentual demonstra que, de modo geral, nos currículos de formação de professores destas universidades a proporção de disciplinas com discussão étnico-racial ainda é pequena, salvo algumas exceções, como duas Licenciaturas Interculturais Indígenas presentes na Universidade Federal do Ceará (UFC) e uma Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, presente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que apresentaram conteúdos da EREER em mais de 50% de suas ementas. E ainda as licenciaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que apresentou essa discussão em todos os seus cursos, em mais de um componente curricular.

**Tabela 1** – Total de cursos analisados por universidade

Universidades	Total de cursos	Total de cursos analisados	Total de ementas analisadas	Total de ementas classificadas	Ementas com conteúdo direto	Ementas com conteúdo indireto
UFAL	22	20	709	127	63	64
UFOB	7	7	358	21	20	1
UFRB	16	13	471	33	29	3
UFSB	5	5	195	42	16	26
UFC	19	19	506	70	65	5
UFCA	9	8	399	16	12	4
UNILAB	11	9	470	68	52	16
UFMA	37	26	975	183	96	87
UFCG	16	14	421	42	27	15
UFPB	24	21	871	181	119	62
UFAPE	2	2	88	6	3	3
UFPE	20	20	741	35	15	20
UFRPE	9	4	268	13	9	4
UNIVASF	6	5	223	9	5	4
UFDPAR	3	3	133	6	5	1
UFPI	13	13	569	87	58	29
UFRN	21	17	555	17	9	8
UFERSA	5	4	175	61	30	31
UFS	24	24	786	31	14	17
<b>TOTAL</b>	<b>269</b>	<b>234</b>	<b>8.913</b>	<b>1.048</b>	<b>647</b>	<b>400</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Essa majoritária carência da EREER nos currículos docentes reflete a dificuldade de concretização de uma política educacional de tamanha importância numa sociedade estruturalmente racista. A lei que deu origem às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais já completou 20 anos, mas enquanto sua determinação não se manifestar de forma expressiva na formação de professores, ainda não é possível dizer que seu objetivo foi alcançado.

Ferreira e Almeida (2018) refletem que essa atualização da LDB é muitas vezes tratada de forma “descompromissada” por muitos educadores, seja por desconhecimento, seja por uma arbitrária atitude institucional de não aplicá-la. Qualquer que seja a justificativa, ela não é admissível no contexto social que a escola brasileira está inserida. A história de abuso e exploração a que as populações de origem africana e indígena foram submetidas pelos colonizadores deixou uma herança de desrespeito, preconceito e racismo que perdura até os dias atuais e demanda um esforço coletivo e verdadeiramente efetivo pra combatê-la, em todos os âmbitos, sobretudo o educacional.

Neste ponto cabe refletir acerca de como este cenário se configura como um tipo de epistemicídio, que consiste na forma como os conhecimentos e sabedorias oriundos de fora do eixo das potências do Norte capitalista hegemônico, são marginalizados e desvalorizados (Silva, 2014). Como consequência disso, Santos (2007) posiciona tal violência como uma injustiça cognitiva e outra face do genocídio contra as populações indígenas e africanas (Silva, 2014).

Na presente investigação, observou-se ainda que entre as áreas do conhecimento, assumidas aqui como Linguagens e Artes, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Biológicas, a presença da EREER nos currículos se deu de forma mais expressiva nos cursos de Ciências Humanas. Na sequência, os cursos de Linguagens e Artes e por fim Ciências da Natureza e Biológicas.

A seguir, na Figura 1, é possível visualizar a nuvem de palavras produzida com o software Iramuteq para ilustrar os termos mais frequentes no corpus textual das ementas de disciplinas analisadas. Nota-se que de modo central e destacado estão quatro palavras: relação, social, história e cultural. Esse conjunto de palavras permite inferir que seja coerente a proporção maior de discussões da EREER nos currículos de cursos de humanidades e linguagens e artes. Isto porque nas DCN destacam-se essas áreas na abordagem de tais conteúdos:

Art. 26 - A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a





A EREER pressupõe uma educação antirracista. Nesse sentido, é importante salientar que corroborando com Sousa et. al. (2022), compreende-se aqui uma educação antirracista como uma prática social, na qual existe “um compromisso real de estabelecer ações políticas de mobilização e de conscientização das práticas antirracistas no contexto escolar” (p. 3). E a abordagem multicultural na formação docente é um caminho de grandes possibilidades para esse desenvolvimento. Isto porque, através dela é possível promover não só o reconhecimento das diversidades, mas também problematizar criticamente as desigualdades que encontram legitimidade e reprodução nos espaços educativos (Ivenicki, 2020).

Dessa maneira, acreditamos que a partir dessa visão geral da EREER nos currículos estudados, sua abordagem tem sido desenvolvida de forma coerente com as DCN. No entanto, conforme o artigo 26 da LDB, apresentado anteriormente, os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar (BRASIL, 2008) e proporção de disciplinas com temáticas da EREER identificada neste estudo revela que o cenário atual não condiz com tal determinação. Porque para que isso se concretize de modo satisfatório na educação básica, é fundamental que este eixo temático seja transversal a todo o currículo, de todos os cursos de licenciatura. Abrindo espaço para discussões de temáticas étnico-raciais e para novas referências de conhecimento e práticas pedagógicas numa perspectiva decolonial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo observou-se que de maneira geral a inserção de conteúdos inerentes à educação para as relações étnico-raciais é insuficiente nos currículos analisados. Dentre as áreas do conhecimento, identificou-se ainda que cursos de Ciências Humanas tem maior presença desses conteúdos, seguidos pelos cursos de Linguagens e Artes e Ciências da Natureza, respectivamente.

Ressalta-se aqui que este trabalho sumariza os resultados quantitativos da análise documental e apresenta um quadro geral, pouco específico dos achados qualitativos. No entanto, em estudos futuros esperamos apresentar detalhadamente os achados referentes as especificidades desta investigação.

Ademais, é importante reforçar a urgência de mudar este cenário, tendo em vista não só a obrigatoriedade da inclusão da Educação para as relações étnico-raciais na educação básica, como também a obrigação ética e moral que as instituições educacionais tem de contribuir para a formação de sujeitos conscientes do contexto social em que estão inseridos e da importância de se conviver

e respeitar os demais indivíduos em sua diversidade étnica, racial, cultural, de gênero e de classe.

## AGRADECIMENTOS

Ao Cnpq pelo financiamento da pesquisa, pela bolsa de iniciação científica da primeira autora e pela bolsa de produtividade em pesquisa da segunda autora.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, [2004a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 4 out. 2023.

BRASIL. **Parecer Nº 003, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, [2004b]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso em: 4 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura

Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

IVENICKI, A. Perspectivas multiculturais para o currículo de formação docente antirracista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. 32, p. 30-45, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/890>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FERREIRA, Helder Sarmiento; DA SILVA ALMEIDA, Viviane. Formação docente para a educação das relações étnico-raciais: o indígena e o negro no Brasil. **REPECULT-Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura (<http://doi.org/10.29327/211303>) Qualis B1.**, v. 3, n. 4, p. 16-29, 2018.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-15, 2009.

SACRISTÀN, J. G. O que significa o currículo? In: SACRISTÀN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 15-35.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado; MENESES, Maria Paula. Opening up the Canon of knowledge and recognition of difference. In: SANTOS, Boaventura de Souza (ed.). **Another knowledge is possible: beyond Northern epistemologies**. London: Verso, 2007. p. XIX - LXII. (Reinventing Social Emancipation: Toward New Manifestos, v. 3).

SILVA, Denise Almeida. De epistemicídio, (in) visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros. **Ilha do desterro**, p. 51-62, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo e identidade social. In: \_\_\_\_\_. **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUSA, Fausto Ricardo Silva et al. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa , v. 17, e19366, 2022. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43092022000100434&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092022000100434&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 fev. 2024. Epub 24-Maio-2022. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.19366.039>.

# DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA PARA OS HOMENS TRANS PARTICIPANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Letícia Carolina Boffi<sup>1</sup>*  
*Manoel Antônio dos Santos<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

As normas para pesquisa envolvendo seres humanos tiveram sua última atualização em 2012, por meio da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012). A norma jurídica esclarece e propõe diretrizes para a elaboração e desenvolvimento de pesquisa científica com seres humanos, considerando principalmente o “respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas” (BRASIL, 2012, p. 1).

No artigo III.2 letra n, a Resolução assegura aos participantes da pesquisa “os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa” (BRASIL, 2012, p. 4). Portanto, a devolução dos resultados das pesquisas científicas é um compromisso ético e de respeito aos participantes, especialmente quando se tratam de pessoas socialmente vulnerabilizadas, como é o caso dos homens trans, sujeitos que tem suas existências e o acesso a direitos básicos reiteradamente negados (SANTOS et al., 2019).

A identidade transmasculina no Brasil emerge no âmbito dos estudos acadêmicos a partir da década de 2010, com a inclusão nos movimentos sociais, a constituição de associações regionais e nacionais e a inclusão dos homens trans no Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde em 2013 (ÁVILA, 2014). Com a popularização não só da existência das identidades transmasculinas, como também de suas demandas e reivindicações em diversos contextos, homens trans

1 Doutoranda em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil. [leticiaoffi@gmail.com](mailto:leticiaoffi@gmail.com); [Leticiaboffi@usp.br](mailto:Leticiaboffi@usp.br);

2 Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil. [masantos@ffclrp.usp.br](mailto:masantos@ffclrp.usp.br).

e pessoas transmasculinas tem participado de pesquisas científicas em diversos temas.

Contudo, nota-se escassez de estudos ou relatos de pesquisas acerca do processo ético de devolutiva dos resultados das pesquisas, destacando-se ainda a carência de referências metodológicas para operacionalizar esse processo, o que evidencia que a devolutiva das pesquisas com tais participantes não tem sido considerada prioridade nos estudos acadêmicos.

Ao observar tal lacuna, este relato de experiência pretende descrever as práticas adotadas em um processo de devolução de resultados de uma investigação de abordagem qualitativa, realizada junto a um Programa de Mestrado em Psicologia, cujos participantes foram homens trans (BOFFI, 2022). O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e aprovado sob o parecer 3.926.604 e CAAE 25897819.8.0000.5407.

## METODOLOGIA

### A pesquisa e os participantes

A pesquisa teve como objetivo analisar os processos de construção de masculinidades em indivíduos que atravessam a experiência de transição para a identidade transmasculina. Ao serem convidados para a participação na pesquisa, os participantes foram informados sobre os objetivos e, após o aceite, receberam de forma virtual o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o assinaram digitalmente, autorizando a gravação da entrevista e o uso dos dados. Os participantes foram informados que, após iniciada a pesquisa, poderiam interrompê-la caso se sentissem incomodados com o tema ou as perguntas formuladas, ou desconfortáveis com as experiências revividas durante a entrevista.

Para alcance do objetivo proposto, a pesquisa contou com a participação de 15 homens trans, entre 21 e 41 anos, oriundos de quatro estados brasileiros. Todos os participantes haviam realizado a hormonização, três haviam se submetido à mamoplastia masculinizadora<sup>3</sup> e nenhum havia passado por cirurgias de redesignação sexual genital.<sup>4</sup>

3 Mamoplastia masculinizadora ou mastectomia consiste na retirada da glândula mamária com o objetivo de transformação em um tórax compreendido como masculino.

4 Redesignação sexual genital é o procedimento cirúrgico pelo qual os genitais de nascença de um indivíduo são modificadas para uma genitália socialmente associada ao gênero no qual ele se reconhece.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre fevereiro e agosto de 2020 na modalidade online, com duração entre 55 e 210 minutos. Foram áudio-gravadas e posteriormente transcritas integralmente, totalizando 317 páginas dispostas em formato A4 em documento Word, fonte Times New Roman tamanho 12, com espaçamento 1,5.

## Preparação da devolutiva: o convite

Alguns meses após a defesa da respectiva dissertação, em março de 2023, a pesquisadora entrou em contato com todos os participantes da pesquisa por meio, de pelo menos, dois modos de comunicação: contato telefônico via WhatsApp e/ou e-mail fornecido na data da entrevista e/ou Instagram. O contato teve o objetivo de convidá-los a um encontro na modalidade online a fim de discutirem os resultados da pesquisa. Entre os 15 contatos realizados, cinco participantes responderam ao convite demonstrando interesse na devolutiva, porém dois confirmaram agendamento. Durante as tentativas de agendar horário, três participantes não mais retornaram os contatos e dois agendamentos foram realizados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um novo contato foi realizado com os participantes que estavam agendados a fim de lembrar e confirmar o encontro virtual. As devolutivas ocorreram de modo remoto, em horário pré-estabelecido, com duração média de 90 minutos. Essa nova etapa foi gravada com autorização dos participantes e transcritas integralmente.

Na dinâmica do encontro online da devolutiva, a pesquisadora preparou uma apresentação no programa Power Point a fim de facilitar a visualização das informações abordadas. Inicialmente, a pesquisadora apresentou-se novamente e rememorou, brevemente, sua trajetória acadêmica até a pesquisa realizada.

Como introdução ao tema, os participantes foram questionados acerca do que acreditavam ser uma devolutiva de pesquisa, ao que Hugo e Humberto<sup>5</sup> responderam, respectivamente: “Eu meio que vou saber mais ou menos como que andou a sua pesquisa, ao fim”; “Basicamente, saber se mudou alguma coisa do que eu respondi da primeira vez”. Observar-se que os dois participantes compreendiam

---

5 Nomes fictícios escolhidos pelos próprios participantes, tanto na pesquisa original quanto no presente relato.

de modo divergente o propósito do processo de devolutiva sobre o qual estavam se dispondo a participar.

Após esse momento inicial, foi lembrado o título e objetivos da pesquisa de mestrado, bem como explicitaram-se os critérios de inclusão e exclusão dos participantes. Foram apresentadas também as informações sociodemográficas de todos os participantes da pesquisa. Uma reflexão compartilhada por Humberto nesse momento focalizou a orientação sexual dos participantes:

Eu fiquei pensando nessa questão da sexualidade, que deve ter mudado de algumas pessoas [...], porque os outros homens transexuais que eu sigo [nas redes sociais] começaram hétero e mudou no meio do percurso pra bi, gay. Não sei se tem a ver com o hormônio e a libido, ou se a pessoa se sente também mais confortável para explorar esse outro lado.

Humberto esclarece que este não é o seu caso, mas aponta que é algo que a pesquisadora deveria questionar nesse processo de reencontro com os participantes. Esse apontamento foi importante para compreender que algumas concepções utilizadas nas análises não são estanques, em especial a orientação sexual. A sexualidade pode apresentar-se de modo fluido ao longo da vida e, portanto, as considerações analíticas também podem ser reanalisadas ao longo do tempo pelos mesmos participantes.

Para Hugo, o que chamou a atenção foram as ocupações dos participantes, destacando a vulnerabilização das pessoas trans no âmbito do trabalho e na questão da empregabilidade:

É que eu estou olhando aqui nas profissões, né? É bem variado mesmo. É bem diversificado. Pra gente ser efetivado, hoje, graças a Deus, eu consigo ser. Provavelmente por conta da mudança da documentação. É bem complicado. Geralmente, o nosso trabalho é mais *freelance*.

Na sequência, o material apresentado sintetizou os resultados da pesquisa, expondo o título, objetivo, *status* da submissão ou periódico científico no qual foi publicado cada artigo produzido, bem como as análises e principais resultados. Durante a exposição, a pesquisadora questionava os participantes acerca do sentido dos resultados em confluência com suas experiências e percepções. Durante a interação, os participantes puderam refletir sobre as análises e hipóteses apontadas, levantando exemplos de suas próprias vidas, atualizando informações e complementando os resultados.



Humberto refletiu sobre sua autoestima e satisfação com seu corpo na transição de gênero, em específico após a realização da mamoplastia masculinizadora, quando observou a experiência de outro participante:

O que ele [outro participante] fala dos seios... enquanto eu não tirei e não consegui... demorou, viu? Depois da entrevista que eu fui percebendo que realmente eu tinha uma disforia e muito problema com a autoestima. Foi melhorando com o tempo mesmo, em um processo bem longo.

Ainda nessa conversa, foi possível observar que não só a entrevista *per se* pode ser momento de reflexão, mas também o espaço e o tempo da devolutiva. Do mesmo modo, o espaço da devolutiva pode ser ampliado além do roteiro pré-estabelecido anteriormente, transformando-se em oportunidade de amplificação das experiências e dos assuntos abordados, como fez Humberto ao apontar novas tendências identitárias na comunidade transmasculina:

Não sei se na época da sua pesquisa o pessoal já estava usando o termo transmasculino ao invés de homem trans? Você viu que estão usando bastante agora, porque eles não querem ser identificados... acham que o termo 'homem' é muito violento e se identificam mais como transmasculinos... [pesquisadora] E é o teu caso? [Humberto] Não, não... [risos], é muito do que vejo no Instagram [...] muita gente que eu acompanhava no começo começou a se identificar como não-binário transmasculino. E que eu acho que é muito também da violência que sofrem: "ah, se o problema é eu me identificar como homem, então não me identifico", acredito que seja muito isso.

O processo de devolutiva mostrou-se relevante para a validação dos resultados, contribuindo inclusive para a produção de novos sentidos e reflexões acerca do tema investigado, corroborando resultados apresentados por Pessanha, Silva e Rotenberg (2013), ao afirmarem como o diálogo estabelecido durante a devolução dos resultados contribui para o compartilhamento e troca de saberes, ampliação do conhecimento, compromisso ético do pesquisador, convivência, parceria e reconhecimento pela ajuda e pelo tempo despendido. Esse aspecto apareceu tanto na fala de Humberto como de Hugo, respectivamente:

[Pesquisadora] Como foi pra você rever tudo isso? [Humberto] Foi muito bom, quando eu recebi sua mensagem eu falei: "meu Deus do céu, eu acho que não vou concordar com nada do que eu respondi naquela pesquisa", porque a gente muda muito, né, mas pelo menos o que você colocou aí eu concordo [...] mas é engraçado porque

quando você se assume, de certa forma, você quer bater de frente com o mundo e enfrentar tudo, mas com o tempo a única coisa que você quer pra sua vida é paz [risos] (Humberto).

Eu gostei, foi muito bom. Mas eu gostei bastante porque você conseguiu trazer uma variedade de vivências, né? Você conseguiu pegar classes sociais diferentes, vivências diferentes e a pluralidade, né? (Hugo).

Para os participantes que realizaram o processo da devolutiva, percebe-se também que um dos benefícios indiretos da pesquisa foi a possibilidade de refletir sobre si mesmos e suas vivências da transexualidade e da transmasculinidade. Assim, este estudo ratifica que a prática da devolutiva em pesquisa científica não se restringe apenas a um momento, mas é, antes, “um exercício transversal que move e produz as direções do pesquisar” (ALMEIDA et al., 2018, pp. 204-205).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a prática da devolução de resultados de pesquisa em psicologia pode fortalecer os vínculos com os participantes, reafirmar ou reformular hipóteses acerca dos resultados obtidos e motivar a colaboração em futuras investigações, além de ser um ato de legitimação e respeito pelos direitos das pessoas trans a terem acesso ao produto de seu trabalho colaborativo. Portanto, denota-se a necessidade de a comunidade acadêmica de se comprometer em devolver os resultados aos participantes das pesquisas, uma vez que esta prática irá beneficiá-los, assim como contribuir para ampliar a amplitude dos achados, favorecendo o planejamento de ações direcionadas à população-alvo do estudo.

**Palavras-chave:** Homens trans, devolutiva, divulgação científica, ética em pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) - CAPES pela bolsa de doutorado concedida à primeira autora (Demanda Social N. 88887.820864/2023-00) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa, categoria 1A, concedida ao segundo autor.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ueberson Ribeiro et al. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, p. 204-213, 2018.

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa, p. 243. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em 09 out. 2023.

PESSANHA, Joseane; SILVA, Claudia Osorio da; ROTENBERG, Lúcia. Uma experiência de restituição de resultados em saúde do trabalhador. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 3, n. 1, p. 32-44, 2013.

SANTOS, Manoel Antônio et al. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 3-19, 2019.

# A QUEM INTERESSA A QUESTÃO RACIAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO COLÓQUIO DISCENTE (PPGCOM/UFMG) A PARTIR DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

*Rafaela Cristina de Souza<sup>1</sup>*  
*Rannyson Mykael da Silva Moura<sup>2</sup>*

## RESUMO

Considerando o cenário de aprovação de políticas afirmativas étnico-raciais para a pós-graduação, este estudo tem como objetivo analisar possíveis mudanças na produção acadêmica em Comunicação observando a questão racial, mas sem dissociá-la das avenidas identitárias e interseccionalidades. Para isso, analisamos 53 artigos publicados a partir das apresentações do Colóquio Discente de 2019 e de 2020, organizado e composto por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Recorremos a Lélia González para pensar a formação da sociedade brasileira e o racismo como algo indissociável sobre corpos subalternizados e que se estende às Universidades, um espaço no qual o poder e saber também estão concentrados nas mãos de grupos privilegiados, o que faz com que determinados indivíduos, que supostamente não deveriam estar ali, sejam violentados. Utilizamos a metodologia da Roleta Interseccional para entender quais atravessamentos identitários são acionados pelas pesquisas e pesquisadores, observando como eles interagem entre si. Os resultados iniciais mostram que o ingresso de estudantes negros varia ano após ano, ao mesmo tempo em que alguns estudos acionam o viés étnico-racial. Em termos quantitativos, o número de pesquisas com esta temática é muito menor em relação ao número de ingressantes do PPGCOM/UFMG. Em uma análise qualitativa, a partir dos conceitos de representatividade e da nomeação da raça, inclusive de pessoas brancas, percebemos que produzir trabalhos no Campo da Comunicação, desconsiderando o fator racial, pode revelar

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, [souzacrafaela@gmail.com](mailto:souzacrafaela@gmail.com);

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, [rannyson.m@gmail.com](mailto:rannyson.m@gmail.com).

um desconhecimento ou falta de interesse pelo tema, relegando os debates, principalmente, às pessoas negras.

**Palavras-chave:** Racialidade, Interseccionalidade, Comunicação, Racismo Acadêmico, Educação.

## INTRODUÇÃO

O Colóquio Discente é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG) que acontece desde 2017 com o intuito de integrar atuais estudantes e egressos a partir do compartilhamento de suas pesquisas. Temáticas semelhantes são reunidas em Grupos de Pesquisa para que o debate contribua com o aprimoramento de cada estudo apresentado — e assim se dá o evento que costuma acontecer anualmente.

Como alunos e parte do PPGCOM/UFMG, nos interessa verificar se, entre os trabalhos apresentados, as questões interseccionais, que perpassam raça, gênero, sexualidade e classe, entre outros, estão sendo debatidas junto ao Campo da Comunicação e, se sim, de que forma essa aproximação está sendo feita.

Tomamos como ponto de partida a afirmação de que a comunicação é construída por meio da interação entre indivíduos, conforme estabelecido pelo modelo praxiológico da comunicação (França e Simões, 2018). Dessa forma, consideramos relevante que as questões interseccionais estejam presentes como forma de aprofundar o debate e fundamentar pesquisas futuras. Assim, quando diferentes situações forem analisadas, as avenidas identitárias poderão ser acionadas sem que os atravessamentos dos indivíduos envolvidos sejam erroneamente considerados como irrelevantes. Propomos, então, complexificar a comunicação, sem que seja necessário focar unicamente nos canais midiáticos ou formas de circulação de uma notícia, por exemplo, observando também quem são os agentes envolvidos e de que lugar eles falam, quando for possível coletar tais informações, estendendo o olhar para uma consideração das consequências de tais atravessamentos nos recortes observados.

Em termos práticos, utilizamos como recorte temporal de análise os anos de 2019 e 2021<sup>3</sup>, nos quais aconteceram, respectivamente, as edições III e IV do Colóquio Discente. Justificamos essa escolha por dois motivos principais: pela acessibilidade, já que os trabalhos de ambas as edições foram compactados em e-books publicados em 2020 e em 2022; e por ser um período posterior à implementação da política de cotas raciais nos programas de pós-graduação do UFMG<sup>4</sup>,

3 A edição de 2020 do Colóquio Discente foi suspensa em razão da pandemia do coronavírus.

4 A Resolução 2/2017 aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG está em vigor desde 2018 e prevê que entre 20% e 50% das vagas sejam reservadas a candidatos negros em cada curso de mestrado e doutorado da Universidade. Disponível em: [https://ufmg.br/storage/2/4/e/d/24e-da98ac95c3382512a3381022c7a85\\_16597234011598\\_68404853.pdf](https://ufmg.br/storage/2/4/e/d/24e-da98ac95c3382512a3381022c7a85_16597234011598_68404853.pdf). Acesso em: 04 nov. 2023.

o que pode contribuir — ou não — com um fomento à presença da interseccionalidade nas pesquisas entre mestrandos, doutorandos e egressos do PPGCOM/UFMG.

Para alcançar o objetivo descrito anteriormente, usamos os princípios da bibliometria como principal percurso metodológico. Dessa forma, dados quantitativos serão levantados como forma de organizar os principais padrões encontrados nos textos e, após essa coleta, analisaremos, qualitativamente, se os recortes interseccionais são abordados e, se sim, de que forma eles são retratados nos dois anos citados. Para tanto, analisaremos três instâncias de cada trabalho, sendo elas: título, introdução e referências. Com esta última categoria, temos o intuito de observar quais autores são utilizados nas pesquisas em comunicação da UFMG e, igualmente, de qual lugar eles falam. Para tanto, conciliamos a bibliometria com o método da Roleta Interseccional, desenvolvido por Fernanda Carrera (2021), para observar quais avenidas identitárias atravessam tais autores utilizados pelos estudantes e egressos do PPGCOM. Acreditamos que realizar esse levantamento é importante para entender quem tem guiado as nossas pesquisas e cumprir, se for o caso, com a busca por justiça social, como a própria Carrera (2021) cita em relação ao seu método, caso o cenário das referências bibliográficas reflita a sociedade na qual vivemos: patriarcal, branca e cisheteronormativa.

## METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos alguns passos metodológicos guiados pelas principais perguntas e questionamentos apresentados anteriormente. Nesse sentido, fizemos uma exploração inicial dos dados do Colóquio Discente disponíveis no site do evento<sup>5</sup>, a fim de compreender quais recursos estavam disponíveis para a nossa análise. Como nos interessa investigar se houve impactos no número de trabalhos que dialogam com uma perspectiva interseccional, nossa primeira escolha metodológica foi analisar apenas os eventos realizados após a implementação da política de cotas para pessoas negras na pós-graduação da UFMG. A partir dessa escolha, eliminamos a primeira edição do Colóquio, realizada em 2017 e selecionamos os eventos de 2018, 2019, 2021 e 2022. No entanto, não foi possível encontrar dados completos sobre os eventos de 2018 e de 2022 até a realização deste trabalho — identificamos apenas os nomes das mesas temáticas e dos títulos dos trabalhos apresentados, o que não nos ajudaria a analisar questões como autores citados, por exemplo.

5 <https://coloquiodiscenteppgcom.wordpress.com/>.

Diante disso, realizamos um segundo recorte para a análise, selecionando apenas os eventos que tiveram os trabalhos completos publicados em e-books pelo Selo PPGCOM/UFMG, ou seja, as edições de 2019 e 2021. Ressaltamos que nem todos os trabalhos apresentados no Colóquio são publicados no e-book, já que é necessário enviar o trabalho completo para a comissão científica do Colóquio. Em 2021, por exemplo, 76 resumos foram inscritos para as apresentações no IV Colóquio Discente, mas apenas 32 trabalhos foram publicados no e-book. Apesar disso, consideramos que, mesmo sem os dados de todos os trabalhos apresentados, o quantitativo total de 53 artigos publicados nos e-books das edições de 2019 e 2021 podem nos ajudar a compreender os objetivos do trabalho.

Nesse sentido, realizamos dois movimentos de análise. No primeiro, fizemos uma exploração inicial de todos os artigos, através da análise dos títulos, introdução e referências utilizadas, a fim de identificar quais trabalhos acionam algum tipo de discussão ligada a uma perspectiva interseccional ou a questões de raça, gênero e sexualidade de forma separada. Depois disso, realizamos a segunda etapa do percurso metodológico, a partir de uma análise qualitativa dos artigos que selecionamos na etapa anterior, a partir dos trabalhos que acionam um viés interseccional ou trazem questões de raça, gênero e sexualidade sem utilizar esse viés. Na análise, fizemos uma segunda leitura desses 31 textos, a fim de identificar as principais temáticas e os principais autores acionados nas discussões. Para isso, utilizamos a roleta interseccional (Carrera, 2021) como quadro metodológico para identificar como as matrizes de opressão atuam nos processos comunicacionais dos sujeitos e compreender “as marcas, os rastros destas avenidas de opressão que se revelam nas interações cotidianas, na comunicação midiática e nas representações discursivas” (Carrera, 2021, p. 9). No caso desta análise, nos interessa saber como essas matrizes de opressão continuam operando na produção de conhecimento acadêmico, tendo em vista que a Universidade também é um espaço no qual o poder e o saber estão concentrados nas mãos de grupos privilegiados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das discussões teórico-metodológicas explicitadas anteriormente, apresentamos os principais resultados encontrados. De modo geral, a maioria dos trabalhos publicados nos dois e-books não perpassam reflexões sobre raça, gênero e sexualidade. Em 2019, apenas 4 dos 21 trabalhos acionam alguma perspectiva relacionada à raça e 7 têm alguma reflexão sobre gênero e sexualidade, o que representa 19% e 33% do total, respectivamente. Já em 2021, encontramos



um cenário um pouco diferente, com 50% do total de trabalhos acionando perspectivas de gênero e raça. No entanto, quando olhamos apenas para raça, apenas 13 dos 32 trabalhos fazem alguma reflexão sobre essa temática (40%).

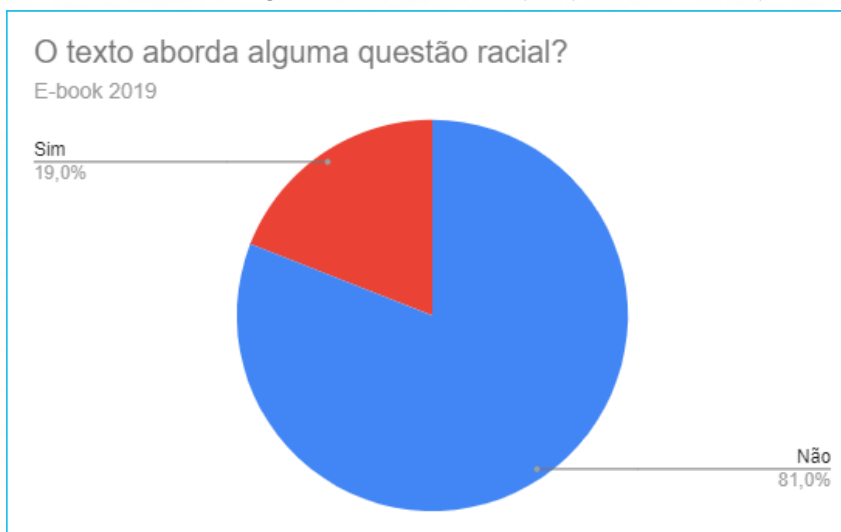
Esses dados nos chamam a atenção principalmente porque a Comunicação para nós e para as linhas de pesquisa do PPGCOM da UFMG é entendida como uma prática humana, marcada pela reflexividade e pela ação do indivíduo no mundo (França, 2016). Essa perspectiva é ainda mais importante quando refletimos sobre as principais temáticas abordadas nos trabalhos publicados nos dois e-books, que trazem um olhar comunicacional sobre o cinema, o entretenimento, a música e a política, por exemplo, ou seja, objetos que estão diretamente ligados por esse viés relacional da ação humana. Assim, nos impressiona a falta de pesquisas que utilizem um viés interseccional se os objetos analisados perpassam experiências, interações e atos comunicativos de sujeitos diversos, marcados por diferentes tipos de eixos de opressão e eixos de privilégios (Carrera, 2021).

### **Comunicar, insurgir: engajamentos metodológicos na pesquisa em Comunicação**

Os trabalhos apresentados no III Colóquio Discente foram compilados em um e-book publicado em 2020, com o título “Comunicar, insurgir: engajamentos metodológicos na pesquisa em Comunicação”. Os 21 trabalhos foram divididos em sete partes, com títulos que se relacionam com as temáticas dos trabalhos, como “Sociabilidade, gênero e raça”, “Produção de sentidos no audiovisual” e “Plataformas digitais e produção de sentido”.

Após o primeiro movimento de análise dos trabalhos, a partir dos títulos, introdução e referências, encontramos quatro trabalhos que apresentam alguma reflexão sobre raça e sete trabalhos que mencionam gênero e/ou sexualidade, conforme apresentamos na Figura 1:

**Figura 1:** Análise da abordagem étnico-racial das pesquisas do III Colóquio Discente



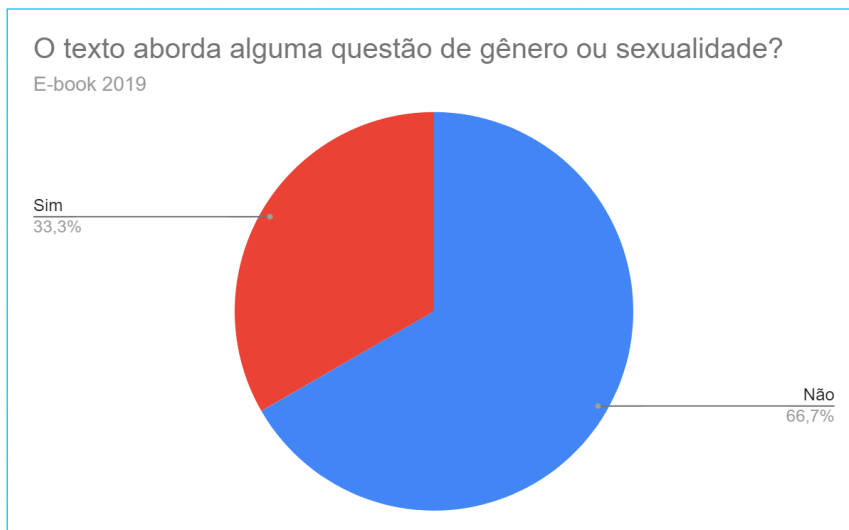
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

De modo geral, destacamos que os quatro trabalhos que acionam alguma perspectiva relacionada a questões étnico-raciais não fazem essa reflexão de forma isolada. Na verdade, identificamos a presença de uma perspectiva interseccional que aciona mais de um marcador, explicitando eixos de opressão que perpassam gênero, raça e classe, por exemplo. Para isso, os textos se apoiam em autoras como Grada Kilomba, Kimberlé Crenshaw, Laura Guimarães Corrêa, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins e Sueli Carneiro. Aqui, também identificamos um movimento afirmação de algumas das autoras desses textos, ou seja, elas se colocam como mulheres negras, em um processo definido por Collins como “autodefinição”, que envolve “desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana” (Collins, 2016, p. 102). Segundo a autora, esse movimento de se autodefinir, em conjunto com a autoavaliação e de compreender a natureza interligada da opressão é o que fundamenta o potencial do pensamento feminista negro enquanto ferramenta de emancipação de mulheres negras. Isso fica ainda mais evidente quando observamos como pensadoras negras são mais citadas por mulheres negras. No geral, as referências utilizadas nos trabalhos analisados permanecem com perspectivas advindas de homens brancos, cis e heterossexuais do norte global.

Já em relação às pesquisas que utilizam como base teórica perspectivas sobre gênero e sexualidade, identificamos que sete dos 21 trabalhos abordam essas temáticas, conforme apresentamos na Figura 2. No entanto, os sete textos

não utilizam uma perspectiva interseccional e, em relação ao referencial utilizado, observamos a predominância de autoras como Judith Butler e Connell.

**Figura 2** Análise da abordagem sobre gênero e sexualidade das pesquisas do III Colóquio Discente



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Como aponta Carrera (2021), pesquisas que utilizam uma abordagem interseccional contribuem para que o da pessoa pesquisadora não se limite a apenas uma opressão, mas tenha uma visão mais complexa a respeito “dos sujeitos, dos objetos, dos espaços e das materialidades comunicacionais” (Carrera, 2021, p. 15). Assim, não se trata de ignorar a importância das autoras citadas nos trabalhos para os estudos sobre gênero e sexualidade, mas de compreender como um viés interseccional pode nos ajudar a entender as múltiplas dinâmicas de poder que perpassam os objetos da pesquisa em Comunicação.

Por fim, destacamos a ausência de marcadores em pesquisas que olham para o que é “hegemônico”. Segundo Jota Mombaça (2021), é necessário nomear a norma como forma de questionar as posições privilegiadas que alguns sujeitos ocupam na sociedade. Se as nossas pesquisas em Comunicação perpassam interações diversas que são realizadas através da TV, do rádio, da publicidade, etc., os sujeitos que participam dessas interações também precisam ser nomeados. Carrera aponta que a roleta interseccional também pode ser pensada como análise dos privilégios, mas sem se desvincular do seu objetivo fundamental, que é expor injustiças (Carrera, 2021, p. 12). Mas é só a partir da nomeação do que é visto como norma que podemos compreender como esses privilégios perpassam os objetos das pesquisas analisadas. Isso fica mais evidente quando observamos

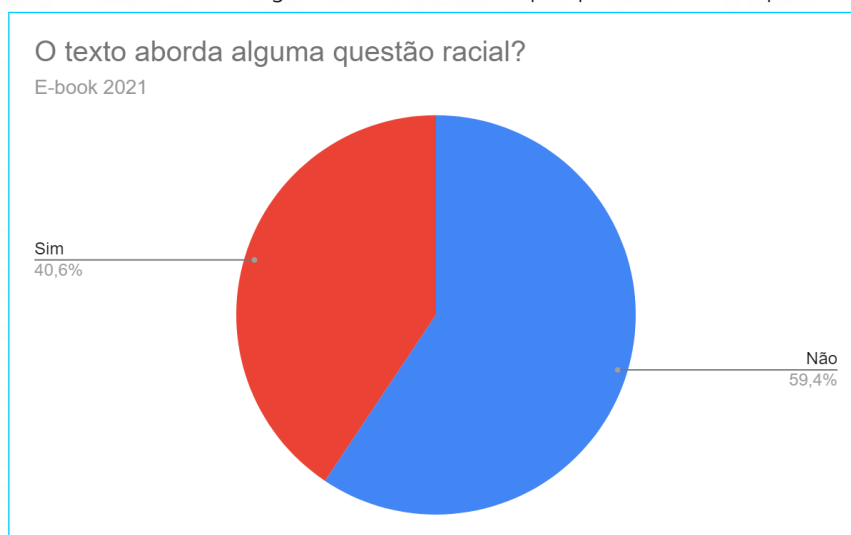
a quantidade total de trabalhos do e-book que não acionam nenhum marcador apenas porque o objeto citado é a norma.

## Ainda Assim nos Levantamos

Em seguida, analisamos os trabalhos apresentados no IV Colóquio Discente que também foram compilados em um e-book, publicado pelo Selo PPGCOM da UFMG, com o título “Ainda Assim nos Levantamos”. A obra é composta por 32 trabalhos organizados de acordo com a aproximação entre as temáticas debatidas, como “Comunicação e Política”, “Comunicação, Gênero e Sexualidade” e “Corpo, Corporeidades e Afetos”, por exemplo.

Conforme mencionado em nossa metodologia, fizemos uma leitura prévia dos trabalhos, atentando às seções do título, introdução e referências como forma de analisar se a interseccionalidade se mostrava como relevante para o trabalho e, se sim, de que forma o conceito era trabalhado.

**Figura 3:** Análise da abordagem étnico-racial das pesquisas do IV Colóquio Discente



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Como mostra a Figura 3, é possível perceber que há uma aproximação maior entre os dados apresentados, ao contrário do alto contraste relatado em 2019, como já discutido. Apesar de não ser o objetivo primordial desta pesquisa, o comparativo nos faz refletir sobre os movimentos que podem ter levado a esse aumento considerável da abordagem étnico-racial nos trabalhos apresentados no Colóquio Discente do PPGCOM/UFMG. Entre elas, destacamos a política de cotas que, apesar de ter entrado em vigência em 2018, é um processo que requer

tempo até ser possível vislumbrar os efeitos na prática, especialmente quando consideramos que a academia foi — e ainda é — violenta ao corpo negro (Kilomba, 2019), desde a entrada à sua permanência, principalmente quando falamos da pós-graduação (Martins; Novaes; Gama, 2021), ambiente elitizado e que impede, com frequência, o acesso ao conhecimento a corpos marginalizados. Além disso, também consideramos como relevante a efervescência do debate centrado em raça que foi potencializado pelos atos em protesto ao assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, reverberando também no Brasil. O caso trouxe à tona as desigualdades raciais nos países (BBC, 2020), assim como evidenciou o genocídio do povo negro que acontece diariamente, como visto e sentido pelas mortes de João Pedro Mattos (14 anos), Miguel Otávio Santana da Silva (5 anos) e João Alberto Silveira Freitas (40 anos) no mesmo ano. É válido considerar que 2020 também foi o primeiro ano de maior incidência da pandemia do coronavírus, o que resulta em mais tempo em casa, para uma parte da população, assim como mais contato com redes sociais digitais e acesso às notícias (Ribeiro; Silva, 2021). Estes são espaços em que a questão racial tomou grandes proporções, levando a uma alta busca, inclusive, por livros que fossem centrados no tema (Pequeno Manual Antirracista, de Djamila Ribeiro; Racismo Estrutural, de Silvio Almeida; Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior), levando-os às listas de mais vendidos do respectivo ano (Fernandes; Moura, 2023).

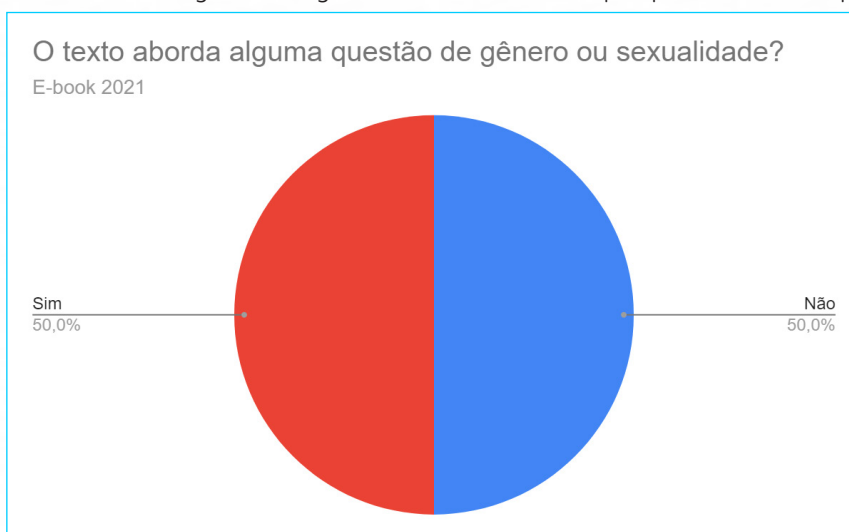
Tudo isso é válido para pensar a produção acadêmica que foi realizada em tal contexto. Em uma análise qualitativa dos trabalhos apresentados nessa edição do Colóquio Discente, é possível perceber que o acionamento da raça está fortemente associado à questão da imagem e performance, como em videocliques, telenovelas, cinema, telejornal e até mesmo perfis no Instagram. Para tanto, como fundamentação teórica, vemos com certa frequência a presença de bell hooks e seu pensamento sobre o olhar negro (2019) em tais trabalhos, sendo a pensadora mais citada quanto à questão racial, aparecendo oito vezes ao longo dos 32 trabalhos analisados. Apesar de ser uma teoria relevante para o Campo da Comunicação, acreditamos que este dado possa gerar algumas reflexões a partir da percepção de que ele é usado, com frequência, de forma breve, enquanto o foco de uma parte considerável dos textos recai sobre elementos tecnicistas, como se fosse possível fazer tal separação, quando na verdade os dois aspectos estão interligados. Apesar disso, destacamos o interesse dos pesquisadores em usar como objeto de pesquisa produções protagonizadas por pessoas negras e com viés decolonial, o que representa um movimento interessante.

Ainda tendo como base analítica as referências utilizadas nos trabalhos que fazem acionamento da raça, percebemos que pensadoras mulheres, como bell

hooks, Audre Lorde, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, por exemplo, são citadas como fundamentação de um pensamento interseccional, principalmente quando se trata do cruzamento entre raça e gênero, falando da perspectiva de mulheres negras. No entanto, quando trata-se de homens negros, o foco é unicamente na raça, como é o caso de Muniz Sodré, Achille Mbembe, Stuart Hall e Abdias Nascimento. O dado é interessante ao revelar como o debate da masculinidade, quando se fala de gênero, ainda é muito ausente na área da comunicação, como podemos observar a partir dos dados do Colóquio Discente. Temos ciência de que diversos pesquisadores têm adentrado o tema (Milton Ribeiro, 2020; Alan Ribeiro e Deivison Faustino, 2017; Pablo Viana, 2020), mas o movimento ainda tem pouco reflexo nas pesquisas apresentadas, principalmente quando pensamos em uma perspectiva interseccional.

Quanto à perspectiva de gênero e sexualidade, optamos por fazer, novamente, uma análise própria, considerando a abrangência das temáticas. Metodologicamente, observamos que um olhar específico sobre tais debates poderia trazer dados interessantes, assim como foi o caso da análise racial. Nesse sentido, trazemos a seguir o quantitativo de trabalhos que abordam alguma questão de gênero e sexualidade:

**Figura 4:** Análise da abordagem sobre gênero e sexualidade das pesquisas do IV Colóquio Discente



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Aqui, reafirmamos o nosso interesse e vínculo à abordagem da pesquisa em comunicação a partir de um viés interseccional. No entanto, em uma análise prévia dos trabalhos publicados, percebemos uma forte ausência de pesquisas que se aproximassem da perspectiva. Em grande parte dos casos, os marcadores

sociais são acionados de forma individual, sem considerar os atravessamentos entre si, o que também resulta em um dado válido para pensar o caminho trilhado atualmente. Quando olhamos sobre eles a partir da perspectiva de gênero e sexualidade, percebemos que há, quantitativamente, mais trabalhos que acionam tais vivências, se comparado aos números anteriores. As pesquisas publicadas são altamente voltadas para vivências femininas, fazendo uso de conceitos como sororidade e transfeminismo, além de tecer articulações entre mulheres e espaços comunicacionais ocupados, como videocliques, cinema, telenovelas e peças publicitárias, alguns dos quais já foram mencionados anteriormente. Aqui, novamente, vemos repetir a perspectiva de escolhas, como se os marcadores sociais fossem vistos separadamente: a articulação entre gênero e sexualidade é quase nula, optando-se por analisar apenas uma das vivências – a primeira, em grande maioria, além de ser feita uma separação das questões étnico-raciais.

Ainda no sentido de pensar as ausências, uma das hipóteses que tínhamos em nosso trabalho era encontrar uma maior incidência de trabalhos com viés social, dando voz a corpos marginalizados, em seções que falassem sobre performance e afetos, por exemplo, mas os resultados contrariam tal expectativa. Gênero e sexualidade aparecem com mais frequência, mas a raça é acionada em poucos casos e, mesmo quando aparece, tem um desenvolvimento superficial, deixando evidente que não é um fator de grande relevância para o estudo. O mesmo acontece quando o foco do trabalho é a cidade de Belo Horizonte, onde é sediado o Colóquio Discente da UFMG. Foca-se no produto, sejam jornais ou peças publicitárias, por exemplo, enquanto as pessoas envolvidas no processo, desde aquelas que criam até as que são representadas em tais obras e impactadas pela circulação, não aparecem como um fator relevante. A partir disso, é possível perceber ainda uma tendência aos modelos mais tradicionais da comunicação em que todo o processo é desmembrado e escolhe-se focar em apenas um eixo, como emissão ou recepção, quando, na verdade, eles estão diretamente relacionados e em contínua afetação, em uma relação contínua entre mídia e sociedade (Vimieiro; Eugenio; Pilar, no prelo).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo compreender se e como a questão racial e suas interseccionalidades tem sido abordada na produção acadêmica sobre Comunicação, tendo como recorte o Colóquio Discente organizado pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Diante disso, identificamos que, mesmo com o aumento do ingresso de pessoas

negras na pós-graduação, a partir das políticas de cotas, e também do aumento de discussões sobre temáticas raciais, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19 (Fernandes; Moura, 2023), apesar dos objetos utilizados na produção acadêmica analisada perpassarem sujeitos diversos, poucos trabalham trazem um viés interseccional. Além disso, muitas vezes as referências utilizadas nos textos dos dois e-books analisados são escritas por homens cis brancos, enquanto mulheres negras são acionadas poucas vezes, especialmente quando o texto é escrito por autoras negras.

Assim, acreditamos que os temas abordados na pesquisas também sejam reflexo daquilo que faz parte da circulação midiática, como bem sabemos, majoritariamente masculino, branco, hétero e cis. Dessa forma, dar visibilidade a vivências interseccionais requer certo esforço – assim como desejo – da parte dos pesquisadores. É um movimento que envolve diversas instâncias, incluindo a atenção à sociedade e as ausências, interesse em fazer parte de um processo de contranarrativa verdadeiro e apoio de instituições sociais que permitam que tais vozes sejam ouvidas, neste caso, o PPGCOM/UFMG, por exemplo, mas que também deve se estender a outros órgãos acadêmicos.

Segundo Carrera, a roleta interseccional não tem como objetivo compreender as vivências isoladas de cada pessoa, mas “identificar aquelas que são mobilizadas, pelo sujeito, seus interlocutores, audiência ou aqueles que o acionam na construção dos enunciados e que deixam marcas no discurso” (Carrera, 2021, p. 12). Nesse sentido, retomando a perspectiva interacional da Comunicação, destacamos não só a potência do conceito de interseccionalidade, mas a produção de intelectuais negras como Collins, Crenshaw, Gonzalez, hooks, Kilomba e Ribeiro (Côrrea et al, 2018) para as pesquisas em Comunicação, que são marcadas por experiências individuais e coletivas em diferentes esferas, como no âmbito midiático, político e social. É através de um olhar atento à margem (Côrrea, 2022), às interseções dos sujeitos que participam das dinâmicas interacionais, não só como objetos de pesquisa, mas como produção de conhecimento que podemos compreender os sistemas de opressão que atuam na sociedade, e contribuir com a mudança social.

## REFERÊNCIAS

BBC. *Protestos por George Floyd: em seis áreas, a desigualdade racial para negros no Brasil e nos EUA*. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/25/protestos-por-george-floyd-em-seis-areas-a-desigualdade-racial-para-negros-no-brasil-e-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2023.



CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. *E-Compós*, [S. l.], v. 24, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3KGaak7>. Acesso em: 19 dez. 2023.

COLLINS, P. H. Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, nº 1, Florianópolis, jan/abril, 2016.

CORRÊA, L. G.; GUIMARÃES-SILVA, P.; BERNARDES, M.; FURTADO, L. Entre o inter-racional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. *Revista Eco-Pós*, v. 21, n. 3, 2018.

CORRÊA, L. G. Interseccionalidade: um desafio para os estudos culturais na década de 2020. In: SANTOS, L. H. S. dos; KARNOPP, L. B.; WORTMANN, M. L. C. (Org.). *O que são estudos culturais hoje?* Diferentes praticantes retomam a pergunta do International Journal of Cultural Studies. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 123-141.

FERNANDES, P. M.; MOURA, R. S. Mercado editorial e interseccionalidade: Um olhar sobre as listas de livros mais vendidos entre 2020-2022. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 7, n. 13, 2023.

FRANÇA, V. R. V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C. P. de; LOPES, M. I. V. de (Org.). *Pesquisa em Comunicação (Metodologias e Práticas Acadêmicas)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FRANÇA, V. R. V.; SIMÕES, P. G. (Org.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 89-117.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, E.; NOVAES, L. C.; GAMA, E. D. da. O acesso de estudantes negros à pós-graduação: um estudo sobre inclusão étnico-racial na universidade pública. *Educere et Educare*, [S. l.], v. 16, n. 39, p. 120-148, 2021. DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educere-et-educare/article/view/23476>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

RIBEIRO, R.; SILVA, T. *Isolamento social potencializa dependência tecnológica*. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/revista-do-correio/2021/02/4905199-isolamento-social-potencializa-dependencia-tecnologica.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VIMIEIRO, A. C.; EUGENIO, F. R.; PILAR, O. A produção acadêmica sobre mídia, gênero e esporte no Brasil (2000-2020): Reflexões a partir da Comunicação. *Revista ECO-PÓS* (ONLINE), no prelo.

# O PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE E FORMAÇÃO LGBTQIA+-UFPA E A FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO POR AQUELES QUE O VIVENCIAM

*Verena Holanda de Mendonça Alves<sup>1</sup>*  
*Jonadson Silva Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

O trabalho parte da premissa que a produção acadêmica nacional foi produzida, em sua maioria, por pesquisadores homens, que se autodeclaravam heterossexuais e, normalmente, da cor branca. Com isso, diversas falas e experiências foram caladas e destinadas ao esquecimento pelo esvaziamento de fontes que permitissem um debate com embasamento teórico e empírico. Na tentativa que remar contra esta maré de produção intelectual, o Programa de Empregabilidade e Formação LGBTQIA+ da Universidade Federal do Pará em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho, lançou editais selecionando apenas pessoas que se autodeclararam integrantes da comunidade LGBTQIA+ para integrar as vertentes que compõe o projeto, quais sejam: a Residência Jurídica e a Pesquisa CensoTrans. Estes, lançaram editais vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, disponibilizando vagas específicas nos cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Dessa forma, aqueles que produzem o conhecimento serão os mesmos que experimentam a vivência que se busca estudar. Utilizando essa experiência considerada como bem-sucedida, o presente trabalho busca compreender o processo de invisibilização e ocultação das compreensões sociais não integralizadas no ‘saber’ ocidental. Analisa-se a

- 1 Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Especialista em Direito Penal e Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Direito pelo Centro Universitário da Pará - CESUPA. Professora da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Direito Penal e Democracia. Coordenadora do grupo Segurança Pública e Direito. Membro do grupo de pesquisa Mulher, Sociedade e Direitos Humanos. Advogada.
- 2 Advogado. Mestrando em Direitos Humanos pelo PPGD/UFPA; Especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), membro da Comissão de Diversidade Sexual e Combate a Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA). E-mail: onadson78@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0109-9922>.

importância de as partes falarem por si, narrando suas vivências e não sendo caladas por terceiros que se encontram fora do sentimento de pertencer.

**Palavras-chave:** Gênero, produção intelectual, mercado de trabalho, programa de empregabilidade.

## INTRODUÇÃO

**A**o observar os corredores dos programas de pós-graduação das universidades públicas do país, pode-se ter a falsa imagem de que as mulheres e a população LGBTQIA+ são a maioria das ocupantes destes espaços. Contudo, tal premissa não corresponde a realidade da pesquisa nacional, pois apesar de cerca de 54% de pós-graduados se declararem do gênero feminino, contudo ao analisar quem detém as bolsas de pesquisa do Brasil, é possível perceber que a presença feminina e LGBTQIA+ cai conforme os níveis desses auxílios aumentam. A elite científica do Brasil é masculina e heterossexual<sup>3</sup>. Poucos são os doutores e professores de magistério superior transexuais, assim como poucas são as pesquisas específicas sobre o tema.

O presente trabalho parte da premissa de que, por mais imparcial que se considere um pesquisador, existe uma parte de si que é deixada em cada pesquisa produzida. Sejam os anos disponibilizados para tanto, ou as experiências pessoais e frustrações que se encontra pelo caminho. Sempre há uma lente específica e padronizada pela individualização humana que é deixada na produção que se faz. Considerando tal pressuposto, não é possível que um trabalho feito por homens heterossexuais, contemple os pontos de vista específicos de quem não se encaixa em tais padrões.

O presente artigo busca apresentar o Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ como um caminho de resistência, analisando a sua constituição, seus diversos braços formadores e os pesquisadores que os integram. Esclarece-se que este iniciou em 2022 e ainda está em curso, logo as informações fornecidas narram a realidade apresentada atualmente, mas muito ainda se tem para estudar e colher frutos nos meses que o programa ainda está previsto para existir. Após, utiliza-se essa experiência (considerada como bem-sucedida até o momento) para compreender a necessidade de a diversidade não ser apenas uma palavra que ocupa os títulos e palavras-chave dos trabalhos acadêmicos, mas que seja símbolo de quem está por trás da produção destas linhas.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.elsevier.com/\\_data/assets/pdf\\_file/0003/1083945/Elsevier-gender-report-2017.pdf](https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0003/1083945/Elsevier-gender-report-2017.pdf). Acessado em: 26/10/2023.

## O PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE LGBTQIA+ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E DO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ é resultado de uma parceria firmada entre o Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará e o Ministério Público do Trabalho. Coordenado pelas professoras Doutor Luanna Tomaz (Coordenadora) e Valena Jacob (Vice-Cordenadora), que se apresenta o intuito “desenvolver o aperfeiçoamento profissional da população LGBTI+; ampliar o debate público sobre sexualidade, direitos LGBTI+ e acesso ao emprego e educação; desenvolver planos de intervenção e produtos para a garantia da empregabilidade e da formação LGBTI+; fomentar a produção científico-profissional da população LGBTI+”<sup>4</sup>.

Para alcançar tais objetivos, o programa se divide em três vertentes de atuação: a Residência Jurídica (coordenada pela Professora Doutora que ora subscreve Verena Holanda de Mendonça Alves); a Pesquisa (Coordenada pelos Professores Doutores Saulo Monteiro Martinho de Matos e Breno Baía Magalhães); e a vinculação dos Programas de Pós Graduação em Direito - PPGD e em Direito e Desenvolvimento na Amazônia - PPGDDA.

Importante destacar que todas as vertentes do programa dividem uma característica em comum: são formadas por pessoas que se autodeclararam como LGBTQIA+ das mais diversas áreas de conhecimento. Tal condições estava prevista em todos os editais publicados para selecionar os integrantes do programa (nas três vertentes citadas). Isso se justifica pela premissa de que aqueles que experimentaram a vivência central do projeto (com todos os seus prós e contras) seriam mais capazes de produzir dados com maior honestidade, pautados na realidade e na busca pela alteração (para melhor) da sociedade que ocupam.

Dito isso, o primeiro braço do projeto é a Residência Jurídica. Esta oferece oportunidades remuneradas para que cinco pessoas graduadas e dois integrantes graduandos tenham a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos teóricos e práticos através das ações planejadas e realizadas pelo programa. Apesar do nome poder induzir o leitor a acreditar que versa apenas sobre um conhecimento da área jurídica, tal compreensão não está correta. A residência é composta por uma equipe multidisciplinar, havendo integrantes das seguintes áreas: direito, psicologia, serviço social, ciência da computação e arquitetura. Estes desenvolvem ações afirmativas voltadas ao público-alvo.

<sup>4</sup> Disponível em: <[https://www.icj.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=793](https://www.icj.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=793)>. Acessado em? 22/03/2023, às 13:15.

O segundo local onde o programa se desenvolve é a área da pesquisa. Seus integrantes verificaram que não existiam dados sobre a população Trans e seu acesso ao mercado de trabalho na região norte do país. Frente tal lacuna significativa, se propuseram a suprir tal ausência. Para tanto, confeccionaram um questionário intitulado “CensoTrans” que compila informações necessárias e importantes de se tornarem públicas, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto empírico.

Por fim, a vinculação dos Programas de Pós Graduação em Direito - PPGD e em Direito e Desenvolvimento na Amazônia - PPGDDA ao programa em análise possibilitou a criação de diversas oportunidades acadêmicas para a população LGBTQIA+, quais sejam: a criação e disponibilização de 10 das 25 vagas da Especialização “Promoção de Políticas Públicas sobre Gênero e Sexualidade na Amazônia” (cinco vagas foram direcionadas especificamente para pessoas Transgênero e cinco vagas para LGBQIA+); a possibilidade de competir por duas vagas no mestrado em Direito, sendo uma para pessoa transgênero (travesti, transexual ou não-binária) e uma para LGBQIA+ em situação de vulnerabilidade econômica; uma vaga no Doutorado em Direito para pessoa transgênero; uma vaga para estudante transgênero visitante para estágio pós-doutoral vinculado ao programa de pós-graduação em Direito; uma vaga para docente visitante que se autodeclare como pessoa transgênero no curso de Direito da UFPA.

Todas as vagas citadas foram preenchidas. Destaca-se que tais ingressantes se propuseram a estudar, nas mais diversas áreas de conhecimento, a população LGBTQIA+ como objetivo central, desenvolvendo pesquisas inovadoras (nunca realizadas no país). Contudo, além do tecnicismo acadêmico, é motivo de orgulho para o Instituto que pensou o projeto, o fato de que tais conteúdos estão sendo pensados por aqueles que mais podem narrar as vicissitudes de ocupar tais corpos, havendo, então, uma possibilidade maior de que as pesquisas realizadas sejam mais honestas e vinculadas ao desejo de alteração e melhora da sociedade em que se vive.

Por se tratar de um programa novo em idade, suas vertentes estão em pleno desenvolvimento. Portanto, os resultados numéricos de tais oportunidades só poderão ser percebidos em alguns anos. Contudo, no presente momento, já é possível inferir que a semente plantada pelo programa já gera frutos positivos para aqueles que o integram e aqueles atingidos pelas ações desenvolvidas (mais de cem pessoas integrantes da população LGBTQIA+) pensando na efetivação de Direitos furtados ao longo da história.

## AS VOZES DO PROGRAMA: O SUBALTERNO FALANDO

É essencial que a população LGBTQIA+ tenha voz através de si própria e dos seus integrantes. Não parece correto, para as bases diretivas do projeto em análise, que outros indivíduos deslocados de tal realidade, se apoderem de falas e experiências que não lhes pertencem, opinando ou avaliando estas.

Dessa forma, pensar nas violações de direitos fundamentais da comunidade LGBTI+, é antes de tudo, um exercício de memórias históricas, que vem desde fatos como por exemplo o assassinato do indígena Tibira e a normatização forçada do corpo de Xica Manicongo, até a morte brutal de Dandara dos Santos em Fortaleza, Ceará. A história nos remonta a um passado presente, que desde sempre alija, silencia e extermina os corpos marcado como dissidentes pela cisheternormatividade. (ANTRA, 2020-2021). Tal exclusão se apresenta nas ações sociais, como inserção no mercado de trabalho, disparidade salarial, violação de direitos até fatos sociais como o convívio familiar. O presente artigo busca apresentar, sobretudo, a exclusão da produção acadêmica e dos espaços que esta, normalmente, se dá.

Uma cisnormatividade dominante tem implicações práticas em todos os âmbitos da sociedade, incluindo as Universidades e, conseqüentemente há ingerência desse modelo de controle corpóreo sobre o público que é legitimado e autorizado a frequentar esses espaços, considerando que é um espaço de poder e produção de conhecimento, e o cis-tema não permite que corpos abjetos se apropriem de modos de poder. (PEREIRA, 2017).

Nesse contexto, rompendo com a lógica de exclusão imposta no seio da sociedade, há junto ao programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ corpos outrificados, que pensam e criam estratégias contra a exclusão sistêmica que acomete gays, bissexuais, transexuais e travetis e as demais siglas da comunidade. A fala dessas pessoas é essencial para a compreensão das violências as/os acometem e para que pensemos soluções, além dos olhos de pessoas não LGBTI+.

Em um dos eventos realizados pelo programa de empregabilidade, em setembro de 2022, intitulado “Democracia, gênero e inclusão: Um debate sobre diversidade na política” uma das palestrantes, Bárbara Pastana, travesti e militante em movimentos sociais de luta pelos direitos das pessoas LGBTI+, em sua fala ressaltou “[...] não se pode fazer política para mim, sem mim [...]”, a frase nos leva a uma profunda reflexão sobre a necessidade do deslocamento epistêmico do local de fala e de entendermos a lógica de opressor e subalterno que impera na sociedade como um todo. (Spivak, 2021).



Uma ação como o programa de empregabilidade em análise, pensado para receber pessoas LGBTI+, oportuniza que a academia se aproxime empiricamente das vivências e existências desse grupo vulnerabilizado, validando os conhecimentos práticos destes e suas histórias de vida, que, por sua vez, são importantíssimos para a compreensão da violência, da falta de oportunidades acadêmicas e profissionais que são constância na vida da comunidade LGBTI+. (Spivak, 2021). Sendo assim, mostra-se como um passo essencial para uma sociedade que intente melhorar e desenvolver políticas públicas mais igualitárias e conscientes das mazelas e vitórias do espaço que se pretende atingir.

O programa, tem construído um diálogo plural com a sociedade buscando entender de que forma pode contribuir para que a Universidade Federal do Pará rompa com qualquer forma de discriminação, sejam elas de cunho racial, de orientação sexual e de gênero, contra a população LGBTQIA+ e as pessoas de baixa renda.

## CONCLUSÃO

É entristecedor pensar que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no ano de 2023 (dois mil e vinte e três), mais triste é saber que essa morte não se dá apenas com o fim da vida corpórea. Percebe-se que esta se dá pelas perdas de oportunidades, pela ausência de estudos, pela falta de oportunidades de trabalho, pela impossibilidade de usar o banheiro de acordo com gênero que se identifica, pelo não uso do nome que faz jus, enfim, a morte é a certeza diária e ausência de voz para gritar neste percurso acaba sendo uma realidade sufocante.

Pensando essa estrutura LGBTfóbica, o programa de empregabilidade da Universidade Federal do Pará e do Ministério Público do Trabalho tem construído uma base forte com promoção de ações e propostas que tem causado discussões tanto ambientes acadêmicos, como na sociedade civil, sobre a importância de promover, respeitar os direitos das pessoas LGBTI+. Destaca-se que estas ações são sempre feitas de maneira organizada e planejada por membros da comunidade LGBTQIA+, o que garante maior eficiência e impacto social dos projetos desenvolvidos.

É necessário mencionar que o programa ainda está em andamento e já colhendo bons frutos, o que denota uma leve, porém satisfatória mudança de pensamento estrutural. Muitas instituições e pessoas físicas buscando aprender mais através das ações afirmativas desenvolvidas. No âmbito acadêmico, trabalhos (como este que aqui se desenvolve) nos mais diversos níveis (especialização,

mestrado, doutorado e pós doutorado) foram e estão sendo desenvolvidos, fornecendo voz e espaço para os integrantes selecionados dentro da parcela LGBTQIA+ da sociedade.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

PEREIRA, Feitosa, Cleyton. Barreiras à ambição e à representação política da população lgbt no Brasil. Revistas Artemis. Brasília. Vol XXIV. n.p.120-131. Jun-dez. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/gwao.12481>>. Acesso em: mar de 2023

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 5ª. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

TOMAZ, Kleber. Mais da metade de alunos trans da USP denunciam preconceito; Defensoria recomenda ações contra transfobia na universidade. g1, 08 jul. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/08/mais-da-metade-de-alunos-trans-da-usp-denunciam-preconceito-defensoria-recomenda-acoes-contratransfobia-na-universidade.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

# RELATO DE CASO SOBRE HORMONIZAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DE ULTRAPASSAR A BARREIRA DO CISCENTRISMO

*Isabela Ferreira de Castro<sup>1</sup>*  
*Daniel Luis Schueftan Gilban<sup>2</sup>*

## RESUMO

No Brasil, o SUS oferece o processo transexualizador para pessoas acima de 18 anos desde 2008. Em relação às crianças e adolescentes, só em 2019 o CFM passou a autorizar o bloqueio puberal a nível experimental em centros de pesquisa e hormonização a partir de 16 anos. Em 2022, o Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ), inaugurou seu ambulatório Identidade para oferecer atendimento ambulatorial para crianças, adolescentes e adultos trans. O presente relato de experiência tem como objetivo abordar o caso de uma paciente e discuti-lo a partir de referenciais teóricos como conceito de gênero, heterocentrismo, ciscentrismo, autonomia do paciente, despatologização das identidades trans. Maria, 17 anos, identidade de gênero mulher trans. Encaminhada para o Identidade pelo serviço de endocrinologia pediátrica oncológica. Paciente precisou retirar um tumor cerebral e uma das consequências da retirada deste tumor é a não produção dos hormônios pela glândula hipófise, entre eles o LH e FSH que são fundamentais para a produção de hormônios sexuais como testosterona e estrogênio. Recebeu inicialmente testosterona, mas durante o curso suspendeu medicação por incômodo com mudanças corporais e foi então encaminhada para a Identidade por se identificar como mulher trans e aí fazer a terapia hormonal de acordo com gênero que se identifica. Como resultado podemos fazer a problematização do caso onde identificamos atendimento ainda voltado para o heterocentrismo e ciscentrismo e a necessidade de ampliar o debate, estudos para atendimento mais diverso e inclusivo.

**Palavras-chave:** Transgênero, hormonização, ciscentrismo.

1 Pós-Graduanda do Curso de doutorado do Curso de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/FIOCRUZ) da Fundação Oswaldo Cruz - RJ, [isabelaf.castro@ufv.br](mailto:isabelaf.castro@ufv.br);

2 Mestre em endocrinologia pela UFRJ, Médico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. [danielgilban@gmail.com](mailto:danielgilban@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A necessidade de reposição hormonal pode acontecer em determinadas condições clínicas, entre elas reposição hormonal nos casos que a pessoa naturalmente não consegue produzir estes hormônios como por exemplo quem tem hipotireoidismo (deficiência de hormônio da tireoide), diabetes tipo 1 (deficiência na produção de insulina), em pessoas transgêneros que desejam mudanças corporais entre outros casos. Craniofaringiomas são tumores primários da região selar, sua natureza quase sempre é benigna, são mais frequentes em crianças e adolescentes. Por causa do seu crescimento, que pode levar a comprometimento de estruturas cerebrais importantes, sua retirada por cirurgia é frequente e estes pacientes podem acabar evoluindo com comprometimento da função da glândula hipófise, o que pode levar a um quadro de hipopituitarismo, ou seja, deficiência de um ou mais hormônios produzidos neste local. A hipófise é responsável pela produção dos hormônios LH e FSH (gonadotrofinas) e estes são os responsáveis por estimular a produção de estrogênio em mulheres cis e testosterona em homens cis. Em 25% dos pacientes que tratam o craniofaringioma a produção de LH e FSH estará comprometida sendo necessário assim fazer a reposição de hormônios sexuais. (BORDALLO et al., 2011).

Pacientes com craniofaringioma devem ser então acompanhados e avaliados por endocrinologistas para reposição hormonal quando evidenciado a deficiência de um ou mais hormônios. Quando se trata da reposição de hormônios sexuais os protocolos tratam a hormonização de acordo com o sexo, como exemplo a diretriz de prática clínica da Endocrine Society sobre reposição hormonal no hipopituitarismo em adultos, orienta o tratamento com reposição de testosterona para homens adultos com hipogonadismo (Fleuseriu et al., 2016). A diretriz não menciona, não discute, não dá orientação para que questões relacionadas a gênero sejam abordadas. A medicina há anos trata questões relacionadas a sexo e gênero levando em consideração o heterocentrismo, ciscentrismo e desconsiderando a diversidade na existencia das pessoas.(GASPODINI et al., 2020)

Questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero ainda hoje acabam, portanto, tendo que ser atendidas em ambulatórios especializados. No caso de pessoas transgêneros o SUS oferece o processo transexualizador para pessoas acima de 18 anos desde 2008. (MS, 2017a) Em relação às crianças e adolescentes, só em 2019 o CFM passou a autorizar o bloqueio puberal a nível experimental em centros de pesquisa e hormonização a partir de 16 anos (CFM, 2019). Em 2022 o Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ) inaugurou seu ambulatório

Identidade para oferecer atendimento ambulatorial para crianças, adolescentes e adultos trans.

O presente relato de experiência tem como objetivo abordar o caso de uma paciente atendida pelo ambulatório Identidade e discuti-lo a partir de referenciais teóricos como conceito de gênero, heterocentrismo, ciscentrismo, autonomia do paciente e despatologização das identidades trans.

## **METODOLOGIA**

As informações contidas neste trabalho foram obtidas por meio de revisão de prontuário e revisão bibliográfica para construção do referencial teórico a fim de problematizar e discutir o relato de caso. Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo que, segundo Minayo (2004, p. 11), mais do que qualquer outra privilegia a análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais e grupais e, ao possibilitar um exame intensivo dos dados, se caracteriza pela contestação no momento da análise. O método qualitativo contempla qualquer investigação social.

## **RELATO DE CASO**

Maria<sup>3</sup>, 17 anos, identidade de gênero mulher trans. Encaminhada para o Identidade por um de serviço de endocrinologia pediátrica oncológica. Paciente precisou retirar um tumor cerebral (craniofaringioma) e uma das consequências deste procedimento foi a não produção dos hormônios pela glândula hipófise, entre eles o LH e FSH que são fundamentais para a produção de hormônios sexuais como testosterona e estrogênio. No momento que precisou induzir sua puberdade por indicação clínica recebeu inicialmente testosterona. Até este momento Maria não havia se apresentado à equipe como uma mulher trans. Durante o curso, suspendeu medicação por conta própria por incômodo com mudanças corporais. Maria sempre comparecia às consultas com a mãe, mas em uma consulta foi acompanhada da irmã mais velha quando informou que tinha suspenso o uso da testosterona e que sua identidade de gênero era de uma mulher trans. Relatou ainda que desde criança tem mais identificação com questões do gênero feminino que do masculino. A partir deste momento foi então encaminhada para a Identidade por se identificar como mulher trans para fazer a hormonização de acordo com gênero que se identifica.

---

3 Para preservar a identidade da paciente optamos por usar um nome fictício, Maria.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Os debates sobre gênero remontam a pesquisadores como Simone de Beauvoir que no final dos anos 50, em sua frase mais célebre, disse: “Ninguém nasce mulher: torna-se”. A perspectiva de Beauvoir, centrava-se em uma construção social para mulheres cis. Como mulher dentro de seu tempo, a autora não levou em consideração outras possíveis identidades do feminino. Tal questão não deslegitima sua importância para os estudos posteriores sobre a temática. Um bom exemplo disso foram os estudos elaborados pela filósofa e socióloga, Judith Butler. Seus escritos representam o feminismo pós moderno, e foram responsáveis, também como um desdobramento das reflexões e debates anteriores, por levarem a teoria feminista a novas discussões (BUTLER, 2018).

Tanto Beauvoir quanto Butler afirmam que gênero é um processo que não tem origem nem fim. É algo que “fazemos” e não que “somos”. Butler diz que gênero é não “natural”, que não há uma relação obrigatória entre o corpo de alguém e seu gênero. Ela afirma que: “escolher um gênero significa interpretar as normas existentes de gênero, organizando-as de uma nova maneira”.(BUTLER, 2018, p.48). A partir desta constatação, Butler apresenta nas suas discussões a diversidade, a dissociação do sexo, gênero, prática e desejo sexual quebrando assim paradigmas do heterocentrismo e ciscentrismo.

Neste sentido, Jaqueline Gomes de Jesus e Ícaro Gasparino (2013, p. 40) apresentam o conceito de heterocentrismo e ciscentrismo, sendo heterocentrismo “um conjunto de crenças sobre a orientação sexual, cuja visão de mundo centra a heterossexualidade como superior às outras orientações sexuais”, e ciscentrismo um “conjunto de crenças de superioridade do gênero cisgênero (ou da cisgeneridade) e do sexo cissexual (ou da cissexualidade)”.

Por isso, identificamos que pessoas transgêneros ao procurarem os serviços de saúde enfrentam vários desafios, entre eles: a falta de preparo dos profissionais de saúde para seu atendimento. (DE CASTRO et al., 2021). Desse modo, faz-se necessário entender os conceitos de gênero, heterocentrismo, ciscentrismo para que a existência dessas pessoas possa ser respeitada. E enfatizar e reconhecer que uma vez que, ao procurar atendimento em saúde, as pessoas têm direito de participar da tomada de decisão, deve-se garantir e resguardar o seu direito à autonomia. Neste sentido, a autonomia refere-se à agência e liberdade para se tomar decisões de forma independente, podendo a pessoa se auto-governar. Para garantir que a autonomia seja respeitada, o uso do consentimento esclarecido e da tomada de decisão em conjunto podem ser utilizados. (DAHLEN, 2020).

Ademais, há um movimento internacional com a campanha para despatologização das identidades trans. Tal articulação enfatiza a transfobia que existe nas classificações médico - nosológicas ao tratarem as pessoas trans como doentes. É bem verdade que na última atualização do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) o termo transtorno de gênero foi substituído por disforia de gênero. No entanto, esta mudança ainda continua patologizando a existência trans ao considerar que o sofrimento vivido por estas pessoas está relacionado ao seu gênero e não que este sofrimento acontece por causa da reação agressiva e despersonalização da sociedade com estas pessoas. No Brasil quando o SUS usa o DSM como modelo no atendimento de pessoas trans, mantém essas pessoas no modelo patologizante por considerar sua existência um transtorno no passado e agora uma disforia. (DE JESUS, 2016)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso relatado temos uma adolescente que após intervenção cirúrgica para retirada de um tumor benigno evoluiu com a deficiência na produção de alguns hormônios, entre eles o LH e FSH, que são necessários para produção de estrogênio em meninas cis e testosterona em meninos cis no momento que a puberdade inicia. Nestes casos a reposição hormonal se faz necessária, independente da existência de questões relativas à identidade de gênero no paciente. Os protocolos clínicos, inclusive, orientam que a reposição seja feita de acordo com o sexo, não apresentam uma orientação para que se converse sobre gênero, identidade de gênero. Assim foi feito com Maria, no momento que ela precisou receber hormônios sexuais ela recebeu testosterona. Exemplo de ato que demonstra a importância da medicina começar a discutir tais protocolos no intuito de vencer a barreira do ciscentrismo e resguardar o direito à autonomia de cada paciente.

Quando consideramos que ciscentrismo é “conjunto de crenças de superioridade do gênero cisgênero (ou da cisgeneridade) e do sexo cissexual (ou da cissexualidade)” (Gasparino e Jesus, 2013, p. 40) fica evidente, portanto, que os protocolos médicos de reposição hormonal para indução de puberdade em casos como de Maria ainda mostram o domínio do ciscentrismo nas práticas médicas ao considerar o sexo do paciente para escolha do hormônio a ser repostado e por não oferecerem a oportunidade de um diálogo que envolva gênero, identidade de gênero e a possibilidade de usar hormônios de acordo com gênero que a pessoa se identifica. Não estaríamos assim ferindo a autonomia destes pacientes, já que autonomia é a agência e liberdade para se tomar decisões de forma independente, podendo a pessoa se auto-governar.(DAHLEN,2020). Podemos garantir

a autonomia utilizando a tomada de decisão em conjunto e aqui a identidade de gênero poderia ser abordada e discutida entre paciente e médico. Além disso seriam esclarecidos riscos e benefícios da reposição hormonal e assim o termo de consentimento poderia ser assinado com segurança pelo paciente e ele teria participado da decisão.

Maria, recebeu testosterona por um determinado tempo e conforme foi aparecendo as modificações corporais ela se sentiu incomodada até que por conta própria suspendeu o uso do hormônio, Quando foi ao atendimento médico na companhia de uma irmã mais velha, e não da mãe como sempre acontecia, informou que parou a testosterona por não estar satisfeita com as modificações e que desde criança se identificava com o gênero feminino. A equipe então decide referenciar Maria para serviço especializado em hormonização de pessoas trans. Castro et al (2020) traz que pessoas trans relatam a falta de preparo dos profissionais de saúde para lidar com suas necessidades. Como discutimos neste texto, os protocolos que orientam a prática de endocrinologistas nos casos que necessitam de reposição de hormônios sexuais não levam em consideração uma discussão sobre gênero, identidade de gênero. Falta na formação médica uma abordagem além do ciscentrismo e podemos identificar isso no caso da Maria, quando ao se identificar como mulher trans ela precisou ser encaminhada para serviço especializado no atendimento trans.

Esta falta de preparo dos profissionais de saúde para lidar com as pessoas trans acaba contribuindo para a patologização dessas identidades. Ao deparar com a identidade de gênero mulher trans um serviço especializado em hormonização, com endocrinologistas, não se sente apto para continuar o tratamento desejado pela paciente como vimos no presente caso. Raimondi et. al (2020) ao analisar projetos pedagógicos curriculares nas escolas médicas federais do Brasil identificaram que há uma quantidade relevante de projetos pedagógicos curriculares que têm uma perspectiva além da abordagem exclusivamente biológica mas mesmo assim há uma dificuldade para estabelecer um cuidado integral em saúde. Acredita-se que isso pode estar relacionado a uma visibilidade seletiva à patologia e aos aspectos técnicos da prática médica e a uma dificuldade de efetivamente promover um diálogo interdisciplinar entre as ciências biológicas, exatas e humanas, o que é proposto pelas diretrizes curriculares nacionais. (RAIMONDI, et al., 2020).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos e discutirmos o presente caso e considerando o conceito de gênero, ciscentrismo, a importância da autonomia do paciente, da despatologização das identidades trans percebemos a necessidade de que a formação nas escolas médicas consiga pôr em prática a proposta das diretrizes curriculares nacionais no que se refere a formação do médico, melhorando o diálogo entre todas as áreas. Para este caso em específico é necessário melhor diálogo entre as ciências biológicas e humanas para que pessoas trans sejam compreendidas e atendidas além do ciscentrismo, promovendo assim um atendimento diverso e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

BORDALLO, M. A. N.; FERREIRA, R. M.; BULZICO, D. A.. Atualização terapêutica no tratamento dos craniofaringiomas. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, v. 55, n. 8, p. 520-527, nov. 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018.

CFM. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 08 outubro. 2023 DAHLEN, Sara. De-sexing the medical record? An examination of sex versus gender identity in the General Medical Council's trans healthcare ethical advice. *The new bioethics*, v. 26, n. 1, p. 38-52, 2020.

DE CASTRO, Isabela Ferreira et al. Os entraves à população transgênero no acesso à saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 1, p. e5289-e5289, 2021.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 3, p. 537-556, 2016.

FLESERIU, Maria et al. Hormonal replacement in hypopituitarism in adults: an endocrine society clinical practice guideline. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 101, n. 11, p. 3888-3921, 2016.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; DE JESUS, Jaqueline Gomes. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*, v. 1, n. 2, p. 33-51, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2004

MS. Ministério da Saúde. Processo Transexualizador no SUS. 2017a. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processotransexualizador-no-sus>. Acesso em: 08 outubro. 2023 RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. Gênero e sexualidade nas escolas médicas federais do Brasil: uma análise de projetos pedagógicos curriculares. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, 2020.

## TAMUCANDA: NO QUILOMBO CAFUNDÓ EM SABERES E MEMÓRIAS DE VÓ IFIGÊNIA

*Vanessa Soares dos Santos<sup>1</sup>*

*Viviane Melo de Mendonça<sup>2</sup>*

### RESUMO

Neste artigo, tratamos do território étnico quilombola na região de Sorocaba, interior de São Paulo, no município de Salto de Pirapora, o Quilombo Cafundó. Onde há, em toda a sua constituição a preocupação com a manutenção do seu modo de vida material e simbólico. Pretende-se compreender os modos de constituição da noção de comunidade e território a partir da memória de Vó Ifigênia, figura de grande importância, uma das fundadoras do quilombo junto com sua família, e de como a memória torna-se base educadora de um modo de vida coadunado com valores civilizatórios de matriz africana. Em diálogo com Nêgo Bispo, queremos refletir sobre a necessidade de reconhecermos e firmamos espaços de saberes não hegemônicos e contra-colonial. Reflexões acerca da necessária proteção de saberes ancestrais fora do sistema mercadológico da academia ao mesmo tempo que a presença destes saberes torna-se também necessária para ampliar as perspectivas dentro destes espaços, em um movimento de contra força ao epistemicídio acadêmico.

**Palavras-chave:** Saberes Ancestrais, Quilombo, Memória, Epistemicídio.

1 Doutoranda pelo Programa de Educação da Universidade Federal de São Carlos - SP, [soaress.van@gmail.com](mailto:soaress.van@gmail.com).

2 Professora orientadora: Doutora, Faculdade Federal de São Carlos - SP, [viviane@ufscar.br](mailto:viviane@ufscar.br).

*Eu vim da mãe África, eu vim do quilombo  
Já fizeram tanto pra eu tombar, mas eu não tombo.*  
(Jack Severina e Maíra da Rosa)

**E**ste trabalho trata do Quilombo Cafundó, uma comunidade quilombola no interior de São Paulo, na região de Sorocaba, no município de Salto de Pirapora. O quilombo Cafundó teve sua origem por volta de 1876, quando o proprietário de uma fazenda, Joaquim Manoel de Oliveira, libertou cerca de quinze negros escravizados e dividiu as terras entre os alforriados. Um deles era o João do Congo, sua esposa Ricarda e suas filhas, Antônia e Ifigênia. E foi nessas terras, que o Cafundó se inicia.

As duas filhas de Ricarda e Joaquim Congo, Ifigênia e Antônia, que ficaram morando com eles no Cafundó, deram origem às linhagens Almeida Caetano e Pires Pedroso. Antônia casou-se com Joaquim Pires Pedroso, descendente de escravizado e Ifigênia casou-se com Caetano Manoel de Oliveira, originário do Caxambu, localizado do outro lado do rio Sarapuí. Nesse contexto, duas filhas de Ifigênia e Caetano casaram-se com dois irmãos do Caxambu (Silva, 2022, p. 117).

Durante o tempo que se seguiu, surgiam as dificuldades de produzir na grande extensão de terra. Eram necessários muitos trabalhadores, assim, parte delas acabaram sendo arrendadas. Por falta de conhecimento escriturado, muitos documentos foram fraldados e, no decorrer do tempo essa terra foi reduzida, pois de 218 hectares, passou a ser sete alqueires e meio. Instaurada uma disputa continuada e violenta dos fazendeiros e grileiros com a comunidade do Quilombo Cafundó.

Vivem no Quilombo Cafundó cerca de 36 famílias e 104 pessoas. Nos últimos anos, o Quilombo vem vivendo uma boa fase, desde a reintegração de posse. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, decreta oficialmente no dia 20 de novembro de 2009, o reconhecimento da comunidade Quilombo Cafundó como área de interesse social (Silva, 2022). Acreditamos que a reintegração de posse traz um novo sentido para a comunidade. Tornar-se dono do que é seu, reaviva a noção de pertencimento. Não somente na questão territorial geográfica, mas no território simbólico que significa uma comunidade quilombola. É através da memória de Vó Ifigênia que a organicidade da comunidade vai se reconstituindo, trazendo para a prática atual os ensinamentos aprendidos pela matriarca. Tudo o que sabemos de Vó Ifigênia hoje, é decorrente das histórias contadas pelos **griôs**, como são conhecidos os mais velhos na comunidade. Mais velhos que são netos de D. Ifigênia.

**Figura 1:** Sentados, os Griôs do Quilombo Cafundó



**Fonte:** Foto de Rafael Benitez. Acervo pessoal.

Através da memória convocada dos mais velhos, a figura da avó vai sendo firmada na história da comunidade, como um movimento contínuo e constante de não permitir que ela caia no esquecimento, uma vez que a constituição e manutenção do quilombo se deu e se dá às suas forças. A memória de Vó Ifigênia se imbrica à memória do próprio Quilombo.

Quando os pais morrem, Vó Ifigênia se torna organicamente a líder da comunidade. É uma figura de grande importância e relevância para as relações da comunidade, como vimos, ainda nos dias de hoje, com um histórico de muita luta, sabedoria e cuidados. A comunidade revela ser a Vó Ifigênia a base de toda a dinâmica instaurada, construída, e por vezes recuperada que mantém as forças de resistência e re-existência das pessoas na comunidade. O re-existir como um exercício de construir uma nova vida a partir da vida que não deixa de existir. Na relação com o meio natural, buscam elementos em seus saberes ancestrais, firmando a noção de um território existencial a partir da memória de Vó Ifigênia, pois, “existem razões para continuarmos afirmando os nossos modos de ser e sentir, diversas são as existências de pessoas que, mesmo não estando neste plano físico, continuam vivas em nossos Quilombos” (Mumbuca, 2022).

No Quilombo Cafundó, se constituiu um grupo que se perpetuou e construiu uma identidade frente à população regional, identidade étnica baseada em valores e aspectos culturais que trazem junto a ancestralidade africana.

Ancestralidade que não define ou constrói características físicas de uma determinada pessoa, conjunto ou objeto, mas que traduz e revela modos de vida. Vó Ifigênia ensina sobre modos de vida, um modo de vida orgânico (Bispo dos Santos, 2023), coadunado com valores civilizatórios africanos. Valores que não só são diferentes, mas divergentes do que está posto no sistema vigente. Enquanto o capitalismo, o modo de vida sintético (Bispo dos Santos, 2023) produz uma sociedade com falta de pertencimento, competitividade, rivalidade, violências, ganância, adoecimento e preconceitos, o modo de vida orgânico, propõe uma comunidade, com senso de identidade, conexão com a terra, circularidade, ludicidade, espiritualidade, respeito ao outro e ao meio em que se vive.

No Quilombo, a memória de Vó Ifigênia como estrutura educadora, pois constitui, ainda hoje, noção de território e comunidade. É fundante. Hoje, o Quilombo Cafundó é um dos maiores produtores e distribuidores rurais de orgânico na região de Sorocaba. Uma vez que houve a reintegração de posse, na comunidade tornou-se possível vislumbrar futuros melhores. “O viver quilombo persiste nos diversos fatores, ressaltando-se a capacidade de viver o tempo presente recebendo forças da ancestralidade e, assim, vislumbrar o futuro” (Mumbuca, 2022). A agricultura que era localizada e pontual de algumas famílias, desde o surgimento do Quilombo, hoje, é a maior fonte de subsistência, seja da comunidade, pela nutrição através dos alimentos, bem como da moeda que circula a economia do quilombo. A moeda também gira no quilombo, além da agricultura, através da arte, criatividade e feitiçaria.

Os artesanatos feitos pelas mulheres de materiais dispostos na natureza, como a embira da banana, estamparia botânica com as plantas e flores ou a feitura de artefatos que trazem simbologias que contam a história da comunidade. A feitiçaria vem dos saberes das ervas, herança também de Vó Ifigênia, que tinha conhecimento profundo dos remédios naturais através das plantas e ervas. Sempre houve uma produção de remédios para a comunidade, quando necessário curar ou tratar alguma doença, mas também há os remédios que cuidam do corpo, e estes são compartilhados, como chás, incensos e cosméticos naturais. A moeda não é mercantilizada, pois não são produtos vendidos, são compartilhamentos com quem tem interesse em aprender ou aderir na vida determinados saberes. Cada feitura é um ritual, é um intento, é uma lida. A colheita das ervas determina a função e o resultado do remédio. Parece não ser à toa. É necessário conhecimento, do que pode e não pode, o que deve e o que não deve. É necessário tempo, respiro e ciência em preparar um feitiço.

O acordar na madrugada e ir para o campo cuidar da plantação, o planejar, cumprir e respeitar os tempos da terra e do céu. Pois se planta, cuida, espera e

colhe. Essa espera é determinada pelos fatores externos, o quanto essa terra está adubada, o quanto de atenção e cuidado ela recebe, o tanto de sol e chuva recebidos naquele processo até que se chegue o tempo de colher. E então, é alegria! A fartura é trabalhosa, mas não é penosa quando se pode habitar de modo implicado a terra que é sua. Não é produto, é vida orgânica, é vida acontecendo no cotidiano em plenitude. A moeda gira, porque o modo de vida é orgânico, não é acumulativa. Não é venda, é compartilhamento (Bispo dos Santos, 2023).

Junto da conquista territorial e de manutenção da vida física, como a subsistência garantida com a agricultura, por exemplo, vem a nutrição do que é invisível aos olhos, o coração, a espiritualidade, a história. Vem então, o festar e o brincar, que neste modo de vida, concebemos como uma lida sagrada.

A Festa da Santa Cruz, é uma festa tradicional da comunidade, realizada desde os tempos de Vó Ifigênia, e mantida até os dias de hoje em todo mês de maio. Uma procissão que acontece nos arredores, até chegar à capela tradicional do quilombo. É uma festa que sempre tem em seu bojo de feitura a homenagem à Vó Ifigênia e todos os antepassados do Quilombo, mas não só, também aos quilombolas que lutaram e lutam décadas a fio para que suas terras fossem e sejam devolvidas para a sua comunidade. A procissão é dedicada ao São Benedito, considerado o santo dos pretos em solo brasileiro e a Nossa Senhora Aparecida. Logo após, é feita a troca do mastro, símbolo importante dentro do imaginário afro-diaspórico brasileiro, onde são depositados e enterrados, os agradecimentos e pedidos dos fiéis até o próximo ano.

**Figura 2:** Firmamento da Cruz à frente da Capela



**Fonte:** Foto de Rafael Benitez. Acervo pessoal.

**Figura 3:** Capela tradicional do Quilombo Cafundó.



**Fonte:** Foto de Rafael Benitez. Acervo pessoal.

O Jongo, hoje, é a maior brincadeira do Quilombo, já houve capoeira, já houve candomblé e outras práticas musicais e festivas, mas o Jongo que ficou para a atualidade. Chamamos aqui de brincadeira, as manifestações tradicionais afro-brasileiras que envolvem elementos simbólicos, estéticos, culturais e espirituais de matriz africana, que envolvem principalmente a dança e a música como propulsores daquele fazer. O jongo do Cafundó esteve por muitos anos adormecido. Seja pela insuficiência de força para mantê-lo, pois quem vive uma vida muito precarizada no que é substancial, pode não ter força para brincar, ou seja pela segregação geracional vivida por tempos no Quilombo, com os mais novos desencantados com a comunidade e buscando na cidade sustento e nova vida. Uma vez desperto, o Jongo se levantou com força, beleza e intento. Num movimento comunitário, coletivo, tiraram a brincadeira do quartinho escuro do esquecimento, acenderam as fogueiras da esperança, botaram as saias do desejo e a roda foi firmada. Cada ponto cantado, em Cupópia, língua tradicional da comunidade, é o firmamento daquela terra, daquele povo. Jongo **Turi Vimba**, em Cupópia, “terra de negro”. É a exaltação da história através dos saberes mais legítimos e genuínos daquele povo. Saberes que giram, correm, atravessam o atlântico e na força daquela comunidade de re-existir, propõe ocupação. A ocupação da terra e do seu lugar no mundo.



**Figura 4:** Roda de Jongô no dia 20 de novembro de 2022 no Cafundó.



**Fonte:** Foto de Rafael Benitez, acervo pessoal.

O jongo é escola. Torna-se um recorte do funcionamento e dinâmicas da comunidade. E neste contexto específico é o maior compartilhamento dos saberes da língua tradicional da comunidade, a Cupópia. Língua vinda do quimbundo, do tronco linguístico do banto, proveniente de Angola, em confluência com o português, formou-se a Cupópia. Através dos pontos de jongo em Cupópia, vão se compartilhando a língua. Não há processo colonialista de escola escriturada para aprender, como na cidade (Bispo dos Santos, 2023), mas sim, a palavra falada que comanda a toada e ensina sobre a vida. Se aprende ouvindo e compartilhando. De modo orgânico, a comunidade vai aprendendo a língua, num movimento resistente em não permitir que ela seja esquecida e sepultada. Pois, uma vez que os mais velhos vão se encantando para o invisível, se não aproveitarmos seus saberes, como necessários, parte da comunidade vai morrendo junto com eles. Haver uma comunidade quilombola no ano de 2023 que tem sua própria língua, falada e cantada é subversivo, portanto, contracolonial.

No âmbito da discussão em torno da decolonialidade e descolonização, Antônio Bispo dos Santos (2023) faz uma crítica a esses conceitos, e então, semeia a palavra *contracolonial*. O modo de vida orgânico das comunidades quilombolas, é a prática que Bispo dos Santos critica faltar nas discussões acadêmicas. Pois, o modo de vida orgânico das comunidades conflui com o contracolonialismo, pois é vivida, em sua mais íntima concepção a dissociação do colonialismo. Enquanto na

academia, muito tempo é dedicado às discussões e escritas que não estão em prática, confluindo para a efetiva transgressão, a efetiva contracolonialidade. Fora dos territórios quilombolas e indígenas, estamos ainda, constantemente colonizados e colonizando, corpos, subjetividades, territórios e saberes. Dentro destes espaços colonizados, os territórios contracoloniais são constantemente atacados, pois não tem seus direitos garantidos, a exemplo, da ineficiência de políticas públicas ao garantir a posse dessas comunidades, ainda hoje, na sociedade em geral, onde vivemos continuamente os impactos diretos e indiretos do racismo estrutural e nas academias, onde seus saberes não são reconhecidos e seus indivíduos respeitados enquanto sujeitos produtores de conhecimento, de modo legítimo.

O grande debate hoje é o debate decolonial, que só consigo compreender como a depressão do colonialismo, como a sua deterioração. Compreendo o sufixo “de” como isso: depressão, deterioração, decomposição (Bispo dos Santos, 2023).

O *envolvimento* (Bispo dos Santos, 2023) deste trabalho, não tem intenção de aprofundamento sobre o tema, mas nos implica algumas reflexões. Como reconhecer e proteger legitimamente em campo macro esses territórios de produção de conhecimento não hegemônico, portanto contracolonial? Como podemos proteger esses territórios e saberes da mercantilização ao mesmo tempo que ele se torna estratégia de contraforça ao epistemicídio acadêmico? Como nos tornar contracolonialistas, efetivamente, no exercício de produção de conhecimento acerca dos saberes tradicionais afrodiaspóricos?

Antônio Bispo dos Santos (2022) nos dá algumas pistas de como podemos caminhar para confluir, nossos saberes sintéticos da academia, com o modo de vida orgânico destes territórios. Há o movimento de citarmos intelectuais negros para a discussão, pois é necessário que se nomeie nossos pensadores e autores negros dentro destes espaços coloniais. No entanto, Bispo dos Santos, nos traz o ponto de atenção para além da personificação destas referências afrocentradas.

Mas é isso, nesse momento o que eu te diria é que citar Abdias do Nascimento é importante, é bom sempre citar essas pessoas, mas sempre citar relacionando também com as lutas coletivas. Citar Abdias do Nascimento, mas sempre citar os quilombos, citar Palmares, citar Canudos, Caldeirões.

Eu não fico citando Zumbi, eu sempre cito Palmares, eu não cito Zumbi como o mais importante. [...] ...que Palmares existiu antes de Zumbi. Zumbi não inventou Palmares, Zumbi é tão importante quanto os outros quilombolas. Palmares

teria existido sem Zumbi, mas Zumbi não teria existido sem Palmares (Bispo dos Santos, 2022, p. 32).

Temos conhecimento de grandes marcos e nomes de movimentos políticos importantes na história, produzidos e endossados pelo colonialismo. O que Bispo (2022) nos traz, que é importante para essa discussão, é justamente o fato de, inclusive a esquerda ser colonialista no aspecto da produção de saberes, nos perdermos nos referenciais teóricos colonialistas, sem darmos chances de analisar os nossos próprios referenciais históricos com profundidade.

Quando se fala de Comuna de Paris, por exemplo, aqui nós temos Palmares, Canudos, Caldeirão do Deserto, Pau de Colher, Contestado, Balaiada, nós temos muita coisa, mais muita coisa, e a gente acaba não se dando conta. Às vezes a gente faz isso, cita Abdias do Nascimento, que é importante citar. A gente cita Beatriz do Nascimento, Conceição Evaristo, mas a gente não cita as experiências coletivas, a gente cita as pessoas, a gente não cita os quilombos. Mão cita as grandes caminhadas (Bispo dos Santos, 2023, p. 28).

Sem respostas de como fazer, mas com encruzilhadas defronte a esses questionamentos, nos fica a provocação do que fazer. Esta escrita, surge da inspiração do Quilombo Cafundó e Vó Ifigênia, em como o seu modo de vida orgânico, constrói universos, que para nós, aqui da cidade, nos parece utópicos.

E é este modo Quilombo de existir que, indiscutivelmente, nos coloca na condição de ameaça para o mundo colonialista da lógica do capital. Contrariamos a lógica individualista. Nenhuma opressão colonialista ou tentativa de extermínio nos levará ao fim. Prova disso: estamos vivos desde o século XVI em terras estranhas e com diversas opressões, isso prova que já que ganhamos dos colonizadores. Sabemos transformar as vísceras de animais em um saboroso alimento. Somos aqueles que transformamos os rincões em nossas moradas (Mumbuca, 2022, p. 82).

Ainda que, enquanto pessoas negras dentro dos espaços coloniais, como a academia, estamos em constante movimento de luta contra o racismo epistêmico, há que reconhecermos, que nosso corpo e mente colonizados, necessita, urgentemente se amparar, inspirar e aprender com os nossos intelectuais, artistas, cientistas primeiros, os quilombolas.

Embora permanentemente sob ataques colonialistas, a lógica e a cultura dos povos africanos são perceptíveis, desde a lida no território aos modos da lida com a natureza, presentes em como extraímos os elementos, o modo de caça, domínio do fogo, criação de animais

moldes à solta, a prática da agricultura, o fazer artesanal, o brincar, os cantos e as espiritualidades.

Os Quilombos do Brasil afora estão cumprindo a responsabilidade da obtenção e compartilhamento dos legados, ampliando-os, reeditando-os, readaptando-os. E, assim, construindo liberdades (Mumbuca, 2022, p. 84).

Ana Mumbuca (2022), nos convoca para um momento de decisão sobre nossas escolhas. No grande desequilíbrio ambiental em que nos encontramos, destruição produzida pelos humanos coloniais, é necessário que se repense a postura defronte a isso. A natureza é maior que tudo e todos, ao invés de salvá-la, deveríamos não a destruir. E é por isso, que os Quilombos se apresentam como modelos inspiradores a partir de uma perspectiva cosmológica politeísta e compartilhamento ancestral, “a composição de defesas das vidas”. Ana Mumbuca e Antônio Bispo (2022), propõem fortemente um convite para a ação. Dentro da concepção contracolonial, em confluências, é necessária atitude em movimento, prática efetiva, de rompimento e fortalecimento das ancestralidades. “Nos espetáculos das vidas humanas, estamos em nossos redutos observando as cenas de um enredo construído a partir das realidades mortíferas. É o exato momento de tomar para si o comprometimento em tecer um viver no mundo inspirado nos povos das circularidades” (Mumbuca, 2022).

Na potência da oralidade, um dia Vó Ifigênia cantou,

**“Tamucanda ê, Tamucanda.  
Tamucanda ê no injó de jambi, Tamucanda”**

**“Tamucanda”!** Estava escrito! Estava escrito que as terras que o branco roubou, voltariam para o negro trabalhar. E Vovó sabia. Os griôs contam, que ela era sabida das coisas. Aquela sabença que teoria nenhuma dá conta de ensinar, de te fazer ter. Porque não há livro nenhum que dê conta da vida. A gente reconhece que o que Vovó sabia, era a própria vida. Na angústia do viver, era na mata que encontrava refúgio, era na mata que a energia se renovava. Vó Ifigênia ensinou a buscar o sustento na natureza, compartilhando os fundamentos da mata e a relação com os animais.

Vó Ifigênia habita toda a terra do Cafundó. Em cada canto, em cada pedra, em cada planta que vive lá, é também, Vó Ifigênia. Hoje, Vó Ifigênia acompanha o Alex na agricultura, responsável de toda a produção da roça. Na Capela do Quilombo, tem ela. Na lida das ervas com a Cíntia e de D. Regina. Na sabença do seu

Marcos e seu Juvenil. Nas rodas de Jongo em Cupópia. Em cada casa, em cada família, em cada passo, em canto gesto e intento, ela está lá, firmada.

Desta maneira, se tem uma coisa que ela sabia é que estava escrito. **“Tamucanda no injó de jambi”**. Estava escrito nos pés de deus. Que a história não morreria, que as terras seriam recuperadas e que muito o Quilombo resistiria, re-existiria e transformaria. “Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (Bispo dos Santos, 2022). Vó Ifigênia sabia que ela não morreria, porque estava escrito que ela seria eterna na luta permanente pela liberdade daquele lugar. Atravessando fronteiras, ocupando imaginários e hoje, como uma mestra, chegando na academia, nos fazendo questionar a colonialidade e contribuindo na luta contra o epistemicídio, nos inspirando na produção de conhecimento e nos convocando à utopias coletivas. Vó Ifigênia vive, porque o Quilombo vive.

Fogo!...Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.  
Fogo!...Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.  
Fogo!...Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.  
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades  
que os vão cansar se continuarem queimando.  
Porque mesmo que queimem a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo,  
Não queimarão a ancestralidade.  
(Nêgo Bispo)

Durante a tessitura deste trabalho, lidamos todos, com a triste notícia de que Nêgo Bispo se encantou para ancestralidade. Dói, sempre que um mestre se encanta. Triste, pois nós aqui, colonizados, sofremos com a perda e temos dificuldade de compreender a finitude da matéria e a impermanência da vida. Mas o senhor já está germinado na terra, mestre. Em palavras, saberes e agora memória. Nosso ancestral. No rasgo da terra, o desejo de colher frutos transformadores e que um dia consigamos caminhar na circularidade da vida.

O senhor, ainda forte, potente e grande mobilizador de forças para a luta. Para o respiro. Para os inícios depois dos meios vividos. Fica aqui o agradecimento pela vida, mestre! Que o senhor moveu céus e terras para nos ensinar sobre o que vale nessa vida, busca por liberdade. Tão mergulhada estive em tua obra, te ouvindo, te lendo na produção desta reflexão, em teus pensamentos, saberes, ginga e gaiatice. Tentando aprender... que meu peito dói por não ter tido a oportunidade de me chegar e poder te ouvir de perto. De sentir de perto a exuberância da sua existência.

Dançante do pensamento, mandingueiro das palavras, lavrador de ideias, tradutor do pensamento ancestral, filósofo telúrico, vadiante das estratégias, poeta do semiárido, Nêgo Bispo, como era conhecido, mobilizou em torno de si não apenas uma série de ideias, mas também de afetos e vontades de fazer de uma infinidade-revoada de pessoas que tiveram contato com ele (Nascimento, Luiz, 2023, p. 324).

Quem pesquisa, sabe, o quanto nos embrenhamos com nossos autores e mestres, que no nosso imaginário nos tornamos íntimos, amigos, família. Admiração que vira afeto. Parece fora do comum, mas por vezes, esses autores, alguns deles mestres, são as únicas pessoas com quem verdadeiramente conversamos por dias a fio. Diálogo através da leitura, escrita, reflexões e reverberações que ficam nos pairando enquanto a vida acontece no seu cotidiano.

Obrigada por ter sido meu parceirão nesses últimos tempos, me dando a mão para me ajudar a sair do abismo da descrença em mim e no mundo. Me fazendo olhar para trás, para respirar e recuperar fôlego.

Fazer ciência não é fácil, principalmente quando a gente está tão fora da toada. Obrigada por cantar tão bonito, para que eu consiga voltar a dançar, seguindo o som dos nossos. Em luta e poesia. “A poesia, talvez fosse a maneira bonita, furiosa, galante e feiticeira dele se apresentar, sendo fiel as sabenças de sua gente, avivando a máxima entoada por mãe Joana: *a cumbuca de dar é a mesma de receber*” (Nascimento, Luiz, 2023). Em confluência com a própria vida.

lê, viva meu mestre!

lê, viva meu mestre, camará!

## REFERÊNCIAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu editora, 2023.

\_\_\_\_\_. Início. Meio. Início. In: BISPO DOS SANTOS, Antônio, *et al.* (org.). **Quatro cantos: Volume 1**. São Paulo: n-1 edições + roça de quilombo, 2022. p. 19-45.

MUMBUCA, Ana. Ser quilombo. *In*: BISPO DOS SANTOS, Antônio, *et al.* (org.). **Quatro cantos: Volume 1**. São Paulo: n-1 edições + roça de quilombo, 2022. p. 81-92.

NASCIMENTO, Wanderson Flor, RUFINO Luiz. **“O fundamento é a roça”** - Antônio Bispo dos Santos (1959-2023). *Anãnsi: Revista de Filosofia*. ANÃNSI: REVISTA DE FILOSOFIA. Expediente (v. 4, n. 2). **Anãnsi: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 323 - 328, 2024. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/19502>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SILVA, Lucas Bento da. **Terra, água, subsolo: os efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohidronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamo/Colômbia**. 2022. 358 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2022.

# O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE BISSEXUALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO - UMA CRÍTICA À INVISI(BI)LIDADE<sup>1</sup>

*Bruna Gabriela de Oliveira Gomes<sup>2</sup>*  
*Bruna Andrade Irineu<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este trabalho apresenta o levantamento do estado da arte da produção sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro, dessa forma a coleta de dados foi feita em sete (7) revistas na área do Serviço Social e das Políticas Sociais, sendo elas: *Temporalis*, *Serviço Social & Sociedade*, *Revista Katálysis*, *Revista Textos & Contextos*, *Revista Argumentum*, *Revista Em Pauta* e *Revista de Políticas Públicas (RPP)*; e nos anais de duas edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no 15ª CBAS, realizado em 2016, e no 16ª CBAS, realizado em 2019. Durante o levantamento de dados foram utilizados os seguintes descritores: “bi”; “bissexual”; “bissexuais”; “bifobia”; e “bissexualidade”. O estudo se caracteriza enquanto uma pesquisa quali-quantitativa, que se utilizou da pesquisa bibliográfica. A pesquisa identificou a ausência e a incipiência do debate sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro, seja por não existir nenhuma publicação sobre o assunto ou, em publicações sobre diversidade sexual a bissexualidade é tratada apenas por menção. Deste modo, cabe-nos questionar: quais os significados do “vácuo científico” acerca da bissexualidade no Serviço Social brasileiro?

**Palavras-chave:** Bissexualidade, Bifobia, Serviço Social, Estado da Arte.

1 Este artigo é resultado da monografia intitulada “O debate sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro: uma crítica à invisí(bi)lidade nas produções acadêmicas” a qual foi submetida ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);

2 Mestranda em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), [bruna.gomes@sou.ufmt.br](mailto:bruna.gomes@sou.ufmt.br);

3 Pesquisadora Produtividade PQ-2 do CNPq. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunto IV da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, [bruna.irineu@ufmt.br](mailto:bruna.irineu@ufmt.br).



## INTRODUÇÃO

A atual ordem capitalista também alimenta-se, igualmente, da reprodução e naturalização das desigualdades sociais. Como resultado, a diversidade humana é posta a cheque diariamente, seja por meio de discriminação, opressão ou do ostracismo social, uma vez que a multiplicidade de corpos e vivências não se alinha ao *ethos* burguês. Essa estrutura social é personificada numa imagem que tende a exercer poder: homem, branco, cisgênero, heterossexual, europeu, cristão-judaico, liberal (Pinheiro, 2022). Isso representa uma tentativa de homogeneização dos corpos e da subjetividade por meio da alienação do trabalho, que incluem a objetificação de sujeitos, o culto ao trabalho, a cultura do consumo, ao biologismo, da meritocracia e do individualismo exacerbado.

Nesse cenário, a existência de sujeitos que não aderem ao padrão cisheteronormativos, sendo a população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-Binários e outras orientações sexuais e identidades de gênero), é um afronte a estrutura dos valores e princípios da família burguesa, logo, por serem o mais alto escalão de poder, terão indeterminadas tentativas de exterminá-las<sup>4</sup>. Todavia, as relações de poder não apenas adentram na dualidade da família burguesa x LGBTQIAPN+, mas também afloram dentro da própria comunidade *queer*<sup>5</sup>. A estrutura cisheteronormativa monossexista permeia profundamente a experiência de todos os sujeitos, independentemente de classe social, gênero, identidade ou orientação sexual. Nesse sentido, não estamos imunes às relações de poder que essa estrutura sustenta. Por conseguinte, é possível que dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+ surjam dinâmicas hierárquicas de poder<sup>6</sup>. A categoria de poder que destacamos é a combinação da heteronormatividade e o monossexismo: a bifobia. E por conta

4 A partir de dados do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, em 2022, o Brasil foi pelo quarto ano consecutivo o país que mais matou pessoas LGBTQIAPN+. Foram totalizadas 273 mortes LGBTI+ de forma violenta (Dossiê, 2023).

5 O termo *queer* é uma palavra da língua inglesa para “estranho” e peculiar”, e passou a ser usada como um insulto para descrever pessoas LGBTQIAPN+ ou para comportamentos que não se conformam às normas heteronormativas. Assim, o termo foi adotado e ressignificado para uma identidade política e social para aqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade.

6 Para aprofundar-se nas relações de discriminação e exclusão dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, recomenda-se a leitura do trabalho de Calmon (2023). Sua pesquisa aborda as narrativas preconceituosas relacionadas às pessoas bissexuais no contexto de serem vetores de doenças sexualmente transmissíveis. Outra fonte relevante é o documentário “A Morte e a Vida de Marsha P. Johnson” (2017), já que o documentário mostrou uma cena do caso de Sylvia Rivera, uma mulher trans e *drag queen*, sendo hostilizada pelo público com vaias e xingamentos no palco, durante o evento do Dia da Libertação de Christopher *Street*, atualmente conhecido como Parada do Orgulho. Evidenciando a transfobia dentro da comunidade *queer*.

disso, a bissexualidade se torna a maior minoria sexual (Shaw, 2023) e reflete em uma bifobia interna, relacional, sexual, institucional e por fim, e cerne de nossos estudos, da produção acadêmica.

A formação profissional em Serviço Social, fundamentada no Código de Ética dos/das Assistentes Sociais (2012) e nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tem como objetivo capacitar assistentes sociais dentro de um projeto ético-político comprometido com a classe trabalhadora e da superação da ordem capitalista. Portanto, as assistentes sociais em formação necessitarão construir um arcabouço intelectual sobre as dimensões da produção e reprodução capitalista, engajando-se em um debate sobre a diversidade humana, o que inclui, conseqüentemente, a diversidade sexual. Isso implica considerar a multiplicidade de sujeitos pertencentes à classe trabalhadora e reconhecer as potencialidades das lutas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero.

O Serviço Social tem emergido como um espaço significativo nas ciências sociais, estabelecendo-se como uma área de conhecimento. Contudo, as reflexões e debates referentes à diversidade sexual e de gênero ainda estão em fase de consolidação. Essa constatação é evidenciada pelo fato que o Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS dedicado a esse tema, “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, foi criado recentemente, em 2010. Nesse sentido, o delineamento da bissexualidade, foco da presente pesquisa, emerge como um dispositivo instigante e provocador para esta categoria profissional. Tal relevância se justifica pelo fato que o sistema de poder da bifobia encontra-se intrinsecamente vinculado à heteronormatividade e monossexismo<sup>7</sup>, ou seja, dimensões da reprodução social.

Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar o estado da arte das produções sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro. O estado da arte é uma metodologia que visa mapear e analisar o estado da produção em uma determinada área do conhecimento. Portanto, o mapeando selecionou periódicos de vinculação com a área Serviço Social e os anais do maior evento da categoria profissional, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A partir de um refinamento de critérios, propomos desvelar os caminhos do debate sobre diversidade sexual e logo, os sentidos da invisibilidade bissexual. O presente estudo também conta com a discussão da ontologia do ser social para a ordem capitalista da reprodução do cisheteropatriarcado monodissidente. E, assim, identificamos

---

7 No decorrer do texto, estaremos nos aprofundando no conceito de monossexismo, principalmente na parte do Referencial Teórico.

que a ausência e a insipiência do debate sobre bissexualidade no Serviço Social, seja por não existir nenhuma publicação sobre o assunto ou, em publicações sobre diversidade sexual, a bissexualidade é tratada apenas por menção. Logo, a bifobia do cotidiano, o apagamento, a inviabilização e as discriminações moralistas, também têm reflexo direto no mundo científico.

## METODOLOGIA

Neste trabalho, recorreremos à metodologia do estado da arte, a qual se refere a proporcionar um panorama das pesquisas, teorias, metodologias e descobertas em um determinado campo de estudo. No presente caso, nosso objetivo é fornecer uma visão geral das pesquisas relacionadas à bissexualidade na área do Serviço Social. Romanowski e Ens (2006) destacam que essa metodologia está se tornando progressivamente imprevisível como uma ferramenta para proporcionar visibilidade e compreensão do arcabouço de pesquisas já existentes. Tanto o levantamento e o estudo bibliográfico, foi feito a partir de análise de referências correlacionadas às categorias centrais para esta pesquisa, dentre as quais: artigos, livros, dissertações, teses e outros. Segundo Minayo (2012, p. 36) tem-se “[...] um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhido [...], [de modo a] dar conta do ‘estado’ atual do conhecimento sobre o problema [...]”.

Dessa forma, as fontes de coleta de dados para o presente estado da arte consistiram em sete (7) periódicos da área de Serviço Social, sendo estas: *Temporais*, *Argumentum*, *Serviço Social & Sociedade*, *Revista Katálysis*, *Revista Textos & Contextos*, *Revista Em Pauta*, e *Revista de Políticas Públicas (RPP)*. Tais revistas possuem relevância tanto acadêmica quanto profissional, sendo reconhecidas como espaços significativos para a divulgação da produção do conhecimento no campo do Serviço Social.

Ademais, foram elencados os trabalhos apresentados e publicados em anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). O evento possui uma significância de organização política da categoria profissional e na divulgação do conhecimento científico do Serviço Social em âmbito nacional. Um evento que representa uma troca de vivência e ciências entre as assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e simpatizantes da área. Para isso, o critério para a seleção das edições do evento baseou-se na disponibilidade das publicações dos anais *online*, possibilitando, assim, facilidade ao acesso do seu conteúdo, sendo a edição 15ª e 16ª CBAS.

Um dos processos inerentes a essa metodologia, segundo Romanowski e Ens (2006), envolve a definição de descritores para orientar as buscas durante o mapeamento. Inicialmente, na fase inicial da pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “bi”, “bissexual”, “bissexuais”, “bifobia” e “bissexualidade”. Diante da ausência de produções sobre a bissexualidade no âmbito do Serviço Social, a abordagem foi expandida para incluir os descritores “diversidade sexual”, “sexualidade”, “LGBT” e “LGBTQIA+”, com o objetivo de ampliar o escopo da pesquisa e incorporar a diversidade sexual, porque poderia ser o ponto para se compreender a invisibilidade bi no Serviço Social.

Nessa categoria de descritores entendia-se que as seleções das produções sobre diversidade sexual deveriam ser debates de abordagens gerais sobre a comunidade LGBTQIAPN+ e as produções que tratavam de forma específica, como as homossexualidades e lesbianidades, não cabiam mapeá-los. Entretanto, aqui parte-se a terceira parte do mapeamento, onde ocorre um novo refinamento dos critérios, passando a considerar os descritores: “homossexual”; “homossexualidade”; “homoafetiva”; “gay”; “homofobia”; “lesbinidades”; “lésbicas”; e “lesbofobia”. Reconhecendo que historicamente a bissexualidade esteve muitas vezes nos bastidores dessas categorias, como por exemplo, o uso da “homofobia” enquanto termo guarda-chuva, abarcando todas as opressões da diversidade sexual. No caso da bissexualidade, mesmo que a simplifique enquanto uma prática homoafetiva, ainda mencionam as(os) bissexuais.

A tabulação das produções levantadas foram organizadas em planilhas Excel separadas por revistas e por evento, com seguinte eixos: Edição/Evento; Ano; Autor/a/es; Formação; Título; Local; Instituição; Palavras-chave; Resumo; Produção Individual ou Coletiva; Eixo Temático e; Resenha Interpretativa. Os dois últimos eixos são definidos a partir da interpretação pessoal do conteúdo, na Resenha Interpretativa inclui-se a direção sobre bissexualidade que as autoras aderem ou não sobre a temática.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Na tradição marxista, que é a direção teórico-metodológica adotada pelo Serviço Social, é possível desenvolver uma ponte com a questão de gênero e sexualidades, especialmente ao considerar a construção da subjetividade a partir da categoria trabalho. Entendendo que o sistema capitalista não se sustenta exclusivamente na esfera da produção, mas também no campo ideológico. Dessa forma, o trabalho é a essência da formação do ser social (Marx; Engels, 2009)

e permite tecer análises profundas sobre questões humano-sociais (Netto; Braz, 2012).

O trabalho não se resume simplesmente à interferência do sujeito na natureza, como a utilização de folhas e madeira para construir um abrigo, ou a transformação da madeira, pedra e cipó em martelo, mas representa também uma transformação do próprio ser humano durante esse processo, como destacado por Marx (1996), sob a criação de signos e significados para a ação e ao novo objeto criado. Por meio do movimento histórico-social, o trabalho transforma a sua estrutura de realização, organização e troca, não obstante, também configura as relações entre o sujeito e o objeto, e o sujeito com o outro. De acordo com Netto e Braz (2012), esse desenvolvimento do ser social, através do trabalho, repercute nas esferas da construção da subjetividade, objetivação, ciência, filosofia, arte, etc.

Nesse sentido, a sexualidade seria uma construção da subjetividade ligada diretamente com o espaço social, portanto, construído com o outro e para si. Ela está relacionada com o ser orgânico à ser social, pela corporeidade à cultura. A sexualidade é considerada uma invenção histórica que se baseia nas possibilidades do “corpo”, conforme Weeks (1999). Da mesma forma, conforme abordado por Butler (2014), o gênero é um processo de repetição de atos performativos, isto é, gênero não é algo que uma pessoa “tem”, mas sim algo que “faz” ou “realiza” através de seus comportamentos, expressões e identificações. Essas ações performativas são socialmente construídas que variam ao longo do tempo histórico (Butler, 2014).

Nesse contexto, encontramos-nos diante de corpos que estão inseridos na história e atravessados pelos interesses da ordem estabelecida. Pois os ideais dominantes (reprodução) são propagados pela classe que detém os meios de produção material, isto é, a classe dominante, burguesia, não somente gozam dos recursos materiais, mas como também da produção espiritual (Marx; Engels, 2009). Seja pela “captura” da subjetividade (Alves, 2008) ou na “decadência ideológica” (Lukács, 2018), a padronização burguesa tende a naturalizar e ocultar a realidade por meio de imediatistas, individualizantes e a-históricos. Assim, a sexualidade e o gênero, juntamente com outros aspectos sociais, são moldados para garantir a manutenção da exploração e reprodução da ordem capitalista. A instituição da família monogâmica desempenhou um papel crucial para a consolidação e reprodução do cisheteropatriarcado monodissidente.

No pensamento marxiano, segundo Fortes (2018), a opressão das mulheres advém da passagem da família sindiásmica para a família monogâmica, acompanhando o surgimento da propriedade privada. A família monogâmica foi força

motriz para a proteção dos bens e propriedade pela transferência pela linhagem sanguínea, tal como, para a inferiorização da condição feminina (Fortes, 2018). Nesse modelo de família, não apenas os papéis de gênero são rigidamente impostos, mas também as orientações afetivo-sexuais, com a norma de que os indivíduos devem se atrair e se relacionar exclusivamente com pessoas do gênero oposto. Isso estabelece a heterossexualidade compulsória como um padrão no sistema de gênero (Butler, 2003), tornando o casamento na família burguesa não apenas monogâmico, mas também heterossexual.

Além da heteronormatividade, defrontamos com o monossexismo, um dos pilares para legitimar a bifobia, que de acordo Ross, Dobinson & Eady (2010 *apud* Jaeger *et al*, 2019) é a crença social de que as monossexualidades (heterossexualidade, homossexualidades e lesbianidades) são superiores e mais legítimas do que as não monossexualidades (bissexualidades, pansexualidades, polisssexualidades e sexualidades fluídas). Para Lewis (2012), a bifobia opera sua discriminação e preconceito dirigidos a pessoas bissexuais em duplo viés, a violência e discriminação é praticada por pessoas que se identificam como heterossexuais, como também por parte de pessoas que se identificam como homossexuais. Portanto, a bifobia representa a intersecção do monossexismo e da heteronormatividade, manifestando-se por meio de diversas formas de violência, discriminação, preconceito, aversão, apagamento e deslegitimação das pessoas que se reconhecem como bissexuais.

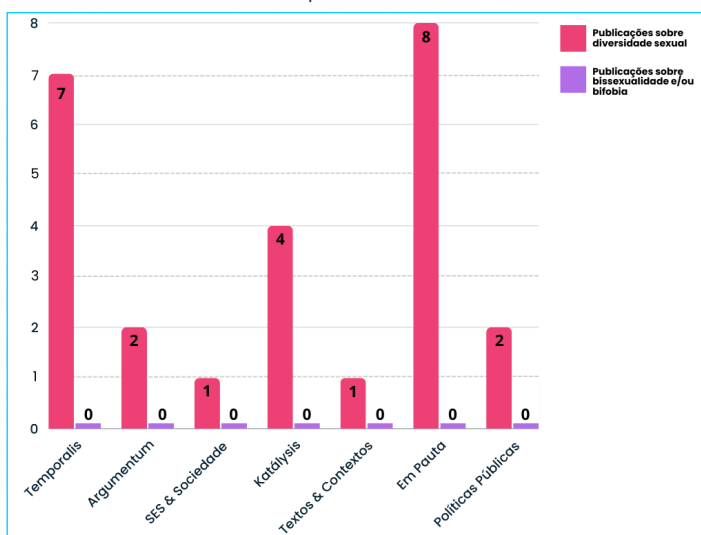
Desse modo, a bissexualidade é incômoda porque ela movimentava estruturas dominantes: monogamia, heteronormatividade e monodissidências. Moschkovich (2022) convida a pensar a revolução para desmontar o sistema de gênero, assim como já foram pensadas teorias para a superação do capitalismo, e para autora, os sujeitos que possuem potencial para desequilibrar e desmontar o sistema de gênero são: pessoas não binárias, travestis e bissexuais. “São experiências que negam esse sistema como um todo por se basearem na simultaneidade que recusa os termos do jogo que as produziu” (Moschkovich, 2022, p. 56).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas um total de sessenta e sete (77) trabalhos sobre diversidade sexual, nas revistas e no evento do Serviço Social. Sendo vinte e cinco (25) nos periódicos selecionados, distribuídas da seguinte forma: sete (7) na Revista *Temporalis*, duas (2) na Revista *Argumentum*, uma (1) na Revista *Serviço Social & Sociedade*, quatro (4) na Revista *Katálysis*, uma (1) na Revista *Textos & Contextos*, oito (8) na Revista *Em Pauta* e duas (2) na Revista de Políticas Públicas.

Já as revistas Serviço Social & Sociedade e a Revista Textos & Contextos tiveram apenas uma (1) publicação cada.

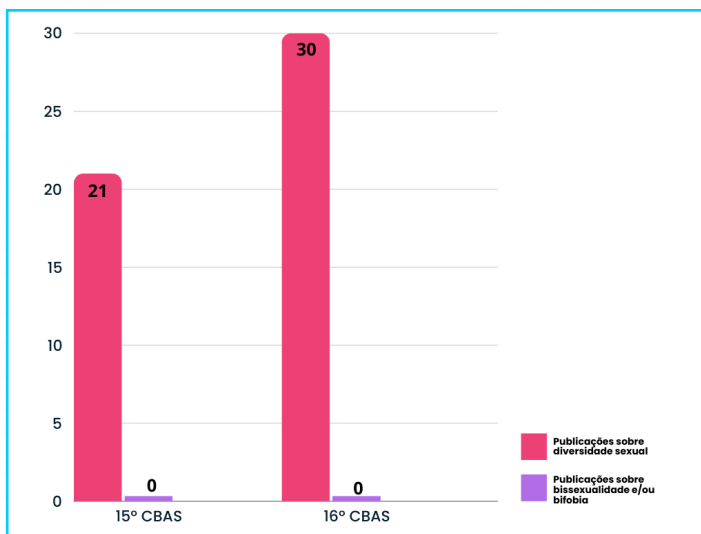
**Figura 1** - Gráfico de distribuição quantitativa de publicações sobre diversidade sexual em cada periódico



**Fonte:** Elaboração própria a partir de Gomes (2022).

Os dois congressos totalizaram cinquenta e cinco (55) trabalhos sobre diversidade sexual. No 15<sup>a</sup> Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) foram identificados vinte e um (21) trabalhos, o congresso marcou o número expressivo de total de 1.427 trabalhos apresentados em formato de pôsteres, porém, em contraponto, isso significa dizer que a temática sobre diversidade sexual no Serviço Social representou apenas 1,5% no evento. Já com um acréscimo de nove trabalhos a mais, o 16<sup>a</sup> CBAS totalizou trinta (30) trabalhos sobre diversidade sexual, isto é, representou 1,7% de estudos sobre diversidade sexual em montante de 1.714 de todos trabalhos apresentados no evento.

**Figura 2** - Gráfico de distribuição quantitativa de publicações sobre diversidade sexual e bissexualidade no 15ª CBAS e 16ª CBAS



**Fonte:** Elaboração própria a partir de Gomes (2022).

A análise dos dados revela que a produção científica acerca da diversidade sexual no Serviço Social encontra-se em processo de transição de um uma produção tímida para uma futura consolidação já que não apresenta um número expressivo de produções sobre o tema em periódicos e no CBAS. Esse debate, em sua fase embrionária, é constantemente tensionado, seja pelo fortalecimento da cultura do conservadorismo na vida cotidiana e nas instituições (Barroco, 2012) ou por vertentes do marxismo que tendem a relegar as pautas identitárias, interpretando-as como uma individualização e quebra da totalidade da luta de classes.

Entretanto, nessa arena de disputas, existe um lado significativo de esforços para legitimar as questões de identidade de gênero e sexualidade no Serviço Social, seja nos estudos aqui mapeados, nas reivindicações do movimento estudantil do Serviço Social (MESS), ou pelas ações das entidades representativas<sup>8</sup>.

Tanto nos periódicos quanto nos anais dos eventos, não foi identificado nenhum estudo sobre bissexualidade e/ou bifobia no contexto do Serviço Social brasileiro. Este cenário revelou um duplo movimento em relação à bissexualidade: sua incipiência e sua menção universalizante. A ausência ensurdecidora da temática expressa uma manifestação da bifobia. Fenômeno este, operando pela heteronormatividade e o monossexismo, em suma, uma hostiliza e a outra deslegitima, e nesse combo a bissexualidade não tem espaço para existir. A produção

<sup>8</sup> Para se aprofundar nas ações do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de combate à discriminação, ver: Almeida (2013, p. 144).



do conhecimento está ligada diretamente às interfaces do cotidiano, logo, se no real concreto a bissexualidade não é levada em consideração enquanto uma sexualidade, por consequência, não terá legitimidade para ganhar o espaço para o fazer científico. A partir disso, a ciência não se dedica para aquilo que é taxado de “promiscuidade”, “porta de doenças” e/ou “fingimento”. Além disso, é claro, a bifobia pode afetar a autoestima e autopercepção de pessoas bissexuais, os desmotivando a produzir conhecimentos sobre a temática.

Já que no que se tange sua menção universalizante, o “B” na “sopa de letri-nhas” parece ser incluído apenas como um adereço harmonioso na sigla, isto é, é mencionado de maneira que universaliza a experiência como homo, ou pela regra de ter que citá-la. Nos estudos sobre diversidade sexual, a bissexualidade chegava a ser referida, ainda que não fosse o principal objeto de estudo das autoras, alguns trabalhos dedicaram um espaço a definir a bissexualidade.

Destacamos, neste contexto, a definição apresentada em dois trabalhos: 1) a autora em seu referencial teórico estabelece a existência de apenas três tipos de sexualidade: heterossexual, homossexual e bissexual. Sendo a bissexualidade uma junção da heterossexualidade e homossexualidade; 2) as autoras tecem argumentações sobre a existência da diversidade sexual desde os primórdios da humanidade, entretanto, pecam ao mencionar a bissexualidade se referindo pelo o termo “bissexualismo”. Não tenho a intenção de individualizar as mediações sobre a bissexualidade das referidas estudiosas, mas sim de revelar que a construção da hetero-monossexista pode reproduzir entendimentos equivocados também dentre as pesquisadoras da área da diversidade sexual. Um fator que pode ter uma ligação direta na incipiência do debate de gênero e sexualidade nos projetos pedagógicos do Serviço Social, seja em disciplinas obrigatórias específicas sobre o tema ou como tema transversal que deveria constar em todas as disciplinas..

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o estado da arte da produção teórica sobre a bissexualidade no Serviço Social brasileiro se demonstrou irrisória, considerando que adentramos em duas esferas essenciais para a publicização do conhecimento científico da categoria profissional e acadêmica: revistas do Serviço Social e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A ausência desse debate representa uma expressão da estrutura cisheteropatriarcal monossexista, manifestada pela bifobia, visto que as violências enfrentadas por bissexuais - como o apagamento, a inviabilização e as discriminações moralistas - têm reflexo direto no mundo científico, conforme Gomes (2022).

A partir da análise das produções sobre diversidade sexual no Serviço Social, observamos que elas estão em processo de consolidação. Isso se deve ao fato de que a temática de gênero e sexualidade não ocupa uma posição de destaque na divulgação da produção de conhecimento da área, tampouco circula como prioridade nos espaços - embora deveria ser, como por exemplo a temática de gênero, considerando que o Serviço Social tem um recorte de divisão sexual do trabalho latente, pois é uma profissão composta majoritariamente por mulheres (CFESS, 2022), assim como o perfil das usuárias atendidas pelas políticas sociais. Outro fator relevante é que as pesquisadoras da temática estão reproduzindo noções binárias e simplificadas de gênero em seus estudos. Isso se manifesta, por exemplo, na pesquisa que discorreu sobre a existência de apenas três sexualidades<sup>9</sup> ou na outra, que se equivocou ao utilizar o termo 'bissexualismo'<sup>10</sup>, o que revela uma possível limitação na formação profissional do Serviço Social.

Além disso, a invisibilidade da bissexualidade nas produções científicas têm impacto em outro aspecto crucial para o Serviço Social: as políticas sociais. Antes da formulação de políticas públicas, é necessário articular as dimensões interventiva-investigativa para conhecer o público-alvo e suas demandas, a fim de garantir que as políticas existentes atendam efetivamente às suas necessidades. Dessa maneira, considerando as políticas sociais, matéria do trabalho e exercício profissional do Serviço Social, cabe indagar: quais políticas sociais consideram as particularidades das pessoas bissexuais? Como a atuação do profissional de Serviço Social pode contribuir no combate ao monossexismo cotidiano?

Nesse sentido, apontamos o potencial teórico e político da bissexualidade para a apreensão da totalidade, ratificando a sexualidade como produto da vida social, interesse premente do Serviço Social. Compreender a bifobia enquanto uma expressão da questão social, buscando promover os direitos sexuais enquanto direito humano, assim como os direitos sociais das(os) usuárias(os) e das próprias assistentes sociais bissexuais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código**

9 Em Silva (2019, p. 3).

10 Em Costa e Januário (2016, p. 6).

de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013 (p. 136 - 148).

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília, 2008.

AMORTE EVIDA DE MARSHA P. JOHNSON [Filme]. Direção: David France. Produção: David France, L.A. Teodosio. Estados Unidos: Netflix, 2017. 1h 45min. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80189623>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do(a) Assistente Social comentado**. CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. Campinas, SP: **Cadernos Pagu**, p. 249-274, 2014.

CALMON, Diego. Bissexualidade e ambiguidade: relações metafóricas e processos metonímicos em produções discursivas sobre a bissexualidade. Campinas, SP: **Cadernos Pagu**. 2023.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Org. Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes e al. Brasília (DF): CFESS, 2022.

COSTA, Robson N. C.; JANUÁRIO, Sonilde S. **Amor x preconceito**: uma análise sobre a negação de direitos e o impacto da Política de Assistência Social contra homofobia. In: Anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

DOSSIÊ 2022. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. Florianópolis, SC: **Revista Katályis**, v. 21, n. 3, p. 441-451, set./dez., 2018.

GOMES, Bruna Gabriela de O. **O Debate sobre Bissexualidade no Serviço Social Brasileiro**: uma crítica à invisibi(l)idade nas produções acadêmicas. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2022.

JAEGER, Melissa B; LONGUINI, G. D. V.; OLIVEIRA, J. M.C.; TONELI, M. J. F. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. Salvador, BA: **Periódicus**, n.11, v. 2, mai-out. 2019.

LEWIS, Elizabeth S. **“Não é uma fase”**: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital, V.I. Tomo I**. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). DESLANES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCHKOVICH, Marília. **Ebisteme**: bissexualidade como epistemologia. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Paulo W. M. **Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem**: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

ROMANOWSKI, Joana P.; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SILVA, Tharles da. **Avanços e Desafios da Política de Igualdade de Gênero para a População LGBTQI na Sociedade Brasileira após os anos 2000**. In: Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.

SHAW, Julia. **InvisiBllidade**: cultura, ciência e a história secreta da bissexualidade. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2023.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ISBN: 978-85-61702-97-7



**ST 05 - EDUCAÇÃO SEXUAL E  
PARA RELAÇÕES DE GÊNERO,  
IDENTIDADE DE GÊNERO E  
SEXUALIDADES NAS ESCOLAS:  
PAUTANDO INFÂNCIAS,  
ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES  
DE IDENTIDADES DISCIDENTES  
NO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO EM  
DIREITOS**



## SEXUALIDADE: FORMAÇÃO SEM TABUS, PROFISSIONAIS MAIS CONSCIENTES

*Pedro Paulo Sammarco Antunes<sup>1</sup>*  
*Wagner Valentim de Alão<sup>2</sup>*

### RESUMO

**Introdução:** A sexualidade é um tema que dentro da academia encontra um vazio na sua abordagem durante a graduação e esse trabalho vem apresentar essa perspectiva que falta. **Objetivo:** O mote do trabalho é sensibilizar a população acadêmica (docente e discente) e profissional para a importância de se trabalhar essa temática, salientando a lacuna presente entre a formação e a prática profissional, além de incentivar um processo de análise da formação e apresentando recursos como a psicologia/terapia afirmativa. Além disso, este trabalho pretende demonstrar que o LGBTQIAPN+ precisa lidar com suas fobias internas e externas. **Método:** Por intermédio de um levantamento documental em instituições de ensino superior e do órgão de classe norteado pela percepção da ausência de disciplinas de formação profissional desenvolver um relato crítico apontando tal silenciamento. Foram também realizadas entrevistas e revisão de literatura. **Resultados:** O levantamento traz à atenção que a formação acadêmica ainda não tem abordado a temática sendo nas universidades públicas e/ou privadas. **Conclusão ou Considerações Finais:** Este trabalho permitiu perceber que uma atualização das ementas e matrizes curriculares precisa contemplar a sexualidade em todo o seu espectro de possibilidades para que os novos profissionais e os já atuantes da psicologia possam acolher e atender o público de forma mais atenta. **Implicações para Prática:** Lidar com a resistência estrutural e sistêmica da academia e dos indivíduos em formação e já formados no que tange à sexualidade devido aos preceitos judaico-cristãos da sociedade.

**Palavras-Chave:** Sexualidade Saudável. Educação em Sexualidade. Formação Atualizada

1 Graduado pelo Curso de psicologia da Universidade Mackenzie, SP, pedrosammarco@hotmail.com;

2 Graduado/a/e pelo Curso de psicologia da Universidade Salgado de Oliveira - RJ, wagner.valentim@gmail.com;

# OFICINAS DE SEXUALIDADE, GÊNERO E CUIDADO DE SI E DO/A OUTRO/A COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE DOCENTES

*Izaura Santiago da Cruz<sup>1</sup>*

*Paulo César de Lima<sup>2</sup>*

*Andressa Oliveira conceição Sacramento<sup>3</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho é fruto de um diálogo reflexivo entre dois docentes do ensino superior uma professora da educação básica e uma estudante de pedagogia acerca dos processos formativos de estudantes de graduação (licenciaturas) a partir do Projeto de extensão “Oficinas de sexualidade, gênero e cuidado de si e do/a outro/a em escola de educação básica”. A discussão apresentada, busca analisar o impacto das atividades na formação das licenciandas que desenvolveram as oficinas, assim como as reflexões derivadas da interação universidade e escola básica na qual a docente da escola básica atua como co-formadora das futuras professoras ao mesmo tempo em que ela também passa por um processo de formação continuada. Além disso, os docentes do ensino superior também articulam seus processos formativos em uma ação colaborativa pautada nos princípios da Pesquisa-Ação e comprometida com a defesa dos Direitos Humanos, a promoção de cidadania e o combate às violências de gênero e sexual no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Formação docente, Sexualidades, Gênero, Direitos Humanos

1 Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Professora da Faculdade de Educação da UFBA, líder do Grupo de Pesquisa CIGE-NEIM/UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura e Sexualidade – NuCuS/UFBA. [izaura@ufba.br](mailto:izaura@ufba.br);

2 Mestre em Educação. Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, líder do Grupo de pesquisa LACOR. [cezarlima98@yahoo.com.br](mailto:cezarlima98@yahoo.com.br);

3 Graduada em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-AF/UFBA) [andressaocsacramento@gmail.com](mailto:andressaocsacramento@gmail.com).



## MASCULINIDADES E ATIVISMO POLÍTICO ESTUDANTIL: O COLÉGIO PEDRO II EM DEBATE

*Leandro Teofilo de Brito<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este trabalho, fruto de uma pesquisa de Pós-doutorado em Educação, buscou discutir a participação política de jovens estudantes que se identificavam com o gênero masculino nos grêmios e coletivos do Colégio Pedro II - instituição de educação pública federal, localizada no estado do Rio de Janeiro e reconhecida por favorecer uma formação política de destaque na educação básica. Para problematizar as questões das masculinidades no ativismo estudantil, bem como a intersecção das categorias masculinidade e juventude, busco fundamentação numa perspectiva teórico-política pós-estruturalista por autores como Jacques Derrida, Judith Butler, Sirma Bilge e Ernesto Laclau. Foram produzidas narrativas, por meio de entrevistas coletivas, com jovens estudantes-ativistas de 2 campi do Colégio Pedro II - Niterói (ensino médio), São Cristóvão 2 e 3 (segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio, respectivamente) - entre os meses de setembro e dezembro de 2019. As narrativas foram produzidas pelos princípios de Leonor Arfuch. Entre os resultados, constatou-se que, hegemonizações parciais e contingentes das masculinidades entre os jovens estudantes-ativistas do Colégio Pedro II podem trabalhar para a ressignificação de modos outros de ser homem, como um horizonte porvir nas lutas à favor da equidade de gênero, favorecida por essa abertura à participação política na escola.

**Palavras-chave:** Masculinidade, Juventude, Escola, Ativismo Estudantil, Narrativas.

---

1 Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, teofilo.leandro@gmail.com

# CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO DE PORNOGRAFIA ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES

*Guilherme Soares Campos<sup>1</sup>*  
*Marcela dos Santos Ferreira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Introdução: De acordo com a Organização Mundial da Saúde a sexualidade engloba aspectos como “sexo, identidade, papéis de gênero, orientação sexual, erotismo”. O estudo da pornografia e como se dá seu consumo está ligado, de modo geral, a sexualidade. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa que obteve a participação de 102 pessoas, com idades entre 15 e 24 anos, que responderam 18 perguntas através de um formulário, com questões objetivas e abertas. Resultados: Em relação ao consumo de pornografia, 42% dos respondentes admitiram consumir, 40,2% relataram já ter consumido, mas não consomem mais, e 17,6% determinaram que nunca consumiram pornografia. Ao fazer relação entre o consumo de pornografia e gênero, 100% das pessoas que afirmaram ser do gênero masculino declararam ter consumido ou ainda consumir pornografia, ao passo que 17,64% das pessoas que afirmaram ser do gênero feminino nunca consumiram esse tipo de conteúdo. Os dados coletados vão ao encontro da dualidade imposta sobre os gêneros, a qual também permeia o ambiente relacionado aos temas gerais que envolvem o sexo, como o consumo pornográfico. Segundo dados obtidos o somatório dos que consomem/consumiram pornografia é 88,4%, destes 55,88%, começaram a assistir a pornografia acima de 14 anos. Nessa questão, verifica-se que as pessoas do gênero masculino sofrem uma pressão da sociedade, através do machismo, para serem fortes e viris; e pessoas do gênero feminino, para que sejam recatadas, já que as mulheres são sempre desmotivadas ou proibidas a buscar o prazer próprio.

**Palavras-chave:** pornografia, consumo, jovem.

1 Graduando do Curso de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ [guilhermes.camkpos@gmail.com](mailto:guilhermes.camkpos@gmail.com);

2 Graduada pelo Curso de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense - UFF, [cceccella@gmail.com](mailto:cceccella@gmail.com),

# UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR

*Poliana Silva de Oliveira<sup>1</sup>*

*Aline Câmara dos Santos<sup>2</sup>*

*Luiza Nogueira Morello<sup>3</sup>*

*Daniela Sobrino Dieguez<sup>4</sup>*

## INTRODUÇÃO

O Espaço Livre de Orientação em Sexualidade e Saúde (ELOSS) e o Programa de Orientação em Sexualidade, Prevenção de IST/AIDS e Distribuição de Preservativos (PROSS) fazem parte do Programa de Sexualidade da Atenção Primária do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), criado para atender adolescentes e profissionais da saúde e da educação que tenham interesse em aprofundar seus conhecimentos, esclarecer dúvidas ou realizar trabalhos voltados para a saúde do adolescente.

O ELOSS conta com uma equipe multidisciplinar que promove debates e troca de experiências, produzindo, emprestando e orientando na escolha e utilização dos materiais educativos para o desenvolvimento de trabalhos com jovens. Em concomitância, o PROSS tem como objetivo assegurar o acesso de adolescentes e jovens às informações e orientações sobre saúde e sexualidade, ampliar ações de prevenção das IST/AIDS e distribuição de preservativos internos e externos. Assim

1 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, bolsista do Espaço Livre de Orientação em Sexualidade e Saúde (ELOSS), poliginase@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Biologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, bolsista do Espaço Livre de Orientação em Sexualidade e Saúde (ELOSS), alinecamara786@gmail.com;

3 Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, bolsista do Programa de Orientação em Sexualidade, Prevenção de IST/AIDS e Distribuição de Preservativos (PROSS), lunmorello2@hotmail.com;

4 Graduada em Fisioterapia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, Especialista em fisioterapia neurofuncional pela UNESA, coordenadora do Projeto Espaço Livre de Orientação em Sexualidade e Saúde (ELOSS) e co-coordenadora do Programa de Orientação em Sexualidade, Prevenção de IST/AIDS e Distribuição de Preservativos (PROSS), nanisobrino@gmail.com .

como capacitar jovens do ensino médio e superior, e profissionais da rede interseccional, especialmente, saúde e educação.

O objetivo das atividades consistiu em desenvolver uma abordagem abrangente, visando a promoção da saúde sexual, à prevenção de IST/AIDS entre jovens e adolescentes e a construção do aprendizado através de estratégias pedagógicas que priorizam o individual que alcança o coletivo.

A adolescência envolve um processo complexo de crescimento e mudança, abrangendo transformações biopsicossociais. Nesse sentido, os projetos ELOSS e PROSS buscam estabelecer um ambiente inclusivo para aprendizado e diálogo, proporcionando aos jovens o acesso a informações confiáveis e debate qualificado.

A condução das oficinas envolveu uma abordagem dinâmica, com debate entre os participantes. No primeiro dia, foi realizado um levantamento do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade e saúde. No segundo dia, as vivências compartilhadas pelos participantes foram utilizadas para elucidar dúvidas, incluindo uma demonstração prática do uso de preservativos. Além disso, trechos de obras audiovisuais foram exibidos, mobilizando emoções e reflexões individuais e promovendo aprendizado coletivo.

## METODOLOGIA

Esta atividade surgiu através de uma parceria com um projeto desenvolvido na escola para formação de normalistas, da rede pública do estado do Rio de Janeiro. Após algumas reuniões da equipe dos projetos, junto aos professores responsáveis pela atividade no colégio. As estratégias pedagógicas utilizadas foram: compartilhamento de objetivos de aprendizagem, feedback com a ferramenta nuvem de palavras; aprendizagem mediada por filmes; construção colaborativa; análise qualitativa do processo de trabalho; tempestade de ideias, problematização; dinâmica grupal; roda de conversa e exposição dialogada. Além disso, sugestões para temas a serem trabalhados com os estudantes também foram discutidas em grupo.

O planejamento da atividade foi desenvolvido respeitando a opinião de cada componente do grupo, além de ser dividido em dois dias, correspondente a cada atividade. A partir destas ideias, a equipe se organizou nas tarefas de pesquisas de material digital, impressos, filmes e documentários que estivessem de acordo com os temas sugeridos. Com intuito de envolver uma abordagem dinâmica, a equipe realizou um levantamento do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade e saúde, após a exposição de demandas pelos professores responsáveis.

Para o primeiro dia de oficina foram utilizados os equipamentos de multimídia com a apresentação de slides como apoio. Inicialmente, a equipe fez uma breve apresentação dos componentes do grupo em seguida uma apresentação dos objetivos daquele dia e da atividade que seria repassada. A atividade principal, denominada de “O que você sabe sobre?”, consistiu em apresentar sete temas: Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), sexo seguro, identidade de gênero, orientação sexual, higiene da região íntima, LGBTfobia, direitos sexuais e reprodutivos para a pessoa com deficiência, voltados para saúde, sexualidade e gênero aos estudantes.

Em duplas ou trios, deveriam escolher um dos sete temas e escrever em um papel o que sabiam sobre aquela temática, o que não sabiam, curiosidades e dúvidas. Após essas anotações, deveriam compartilhar com o grupo o que haviam anotado. A partir daí, iniciou-se o debate. Posteriormente, foi solicitado aos estudantes que, em uma folha de papel, fizessem uma escala de relevância dos sete temas sugeridos pela equipe. Nessa escala, os estudantes deveriam numerar de 01 (um) a 07 (sete) os temas que foram disponibilizados onde, o número 01 indicaria o tema com maior interesse e o 07 com menor interesse.

Para o segundo dia de oficina, com base na escala de relevância dos sete temas sugeridos feita pelos estudantes durante o primeiro dia de oficina, foram construídas as atividades para o segundo dia e incluídas algumas temáticas pertinentes que auxiliam na elucidação das dúvidas apresentadas, como a demonstração prática do uso de preservativos.

Novamente foram apresentados os objetivos do dia, elucidando os tópicos das atividades propostas para o dia. Posteriormente foram utilizados trechos de obras audiovisuais para trabalhar o tema LGBTfobia, mobilizando emoções e reflexões individuais e promovendo um aprendizado coletivo, conforme solicitado pelos alunos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Desde que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o direito à saúde e enfatizando os adolescentes como sujeitos de direitos, as parcerias entre universidades e o SUS, tornaram-se fundamentais e a atuação intersetorial tornou-se urgente no atendimento a esse grupo.

Promover o acesso à saúde, aos recursos materiais, à informação de qualidade e aos preservativos através da metodologia participativa de “jovens para jovens” por meio da educação em saúde, permite aos estudantes universitários

experimentar e analisar criticamente os modelos tradicionais de cuidados de saúde.

Faz parte dos objetivos específicos das Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde: “promover e fortalecer a articulação com outras políticas setoriais que potencializam estratégias integradas de atenção à saúde de adolescentes e jovens” (Ministério da Saúde, 2010, p.71).

Norteados por essas diretrizes, o ELOSS e o PROSS assumem o compromisso de iniciar pesquisas e criar uma área para compartilhar informações e examinar propostas de intervenção. Além disso, por meio de conversas e palestras centradas na adolescência, juventude e sexualidade, amplia-se a compreensão desses temas para e pelos jovens.

A abordagem envolve a participação e o diálogo para diminuir a resistência ao interagir com materiais educacionais. A saúde sexual e reprodutiva abrange uma ampla gama de questões relacionadas ao bem-estar físico, mental e emocional dos indivíduos. Isso inclui questões como contracepção, IST, fertilidade, gravidez, entre outros temas.

No geral, a saúde sexual e reprodutiva é um aspecto crucial da saúde e do bem-estar geral de indivíduos de todos os gêneros. Embora existam discrepâncias em relação aos limites de idade, o período da juventude, é comumente reconhecido por indivíduos que se envolvem no processo de construção das suas próprias identidades.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro dia de oficina, o debate foi iniciado após uma participante de uma das duplas alertar sobre a questão dos direitos das pessoas com deficiência não serem respeitados. A dupla escolheu o tema de número sete: direitos sexuais e reprodutivos para pessoa com deficiência (PCD). Após os apontamentos da estudante serem feitos, a coordenadora do projeto PROSS iniciou a fala com suas percepções e conhecimentos sobre o assunto referente ao marco legal sobre os direitos sociais das PCD. Buscamos exemplificar com várias situações que demonstram como a falta de acesso a informação produz preconceito e discriminação no acesso ao direito a vivência plena da sexualidade e o direito sexuais e reprodutivos garantidos pela Lei Brasileira da Inclusão (2015). Ao final, foi trabalhado de forma breve o conceito de “capacitismo” e como ele vem repercutindo nos dias de hoje.

O único trio da atividade foi designado para abrir outro tema de discussão. Foi escolhido o tema LGBTfobia. Um dos integrantes do trio em questão começou sua fala sinalizando que possuía bastante interesse em entender melhor como funcionam os direitos para pessoas LGBT. Uma participante do projeto ELOSS discorreu sobre o assunto e explicou que muitas leis só existem no papel e que, na prática, o oposto delas é vivenciado. Também alertou sobre os casos de racismo que são praticados no Brasil.

O outro integrante do trio questionou sobre como o acolhimento com uma pessoa LGBT que passou por alguma situação de violência deve ser feito. Uma aluna do projeto PROSS comenta que o acolhimento deve ser feito partindo do afeto. O trio em questão trouxe para a roda de conversa também o tema de orientação sexual. A dúvida pautou o preconceito vindo da família de uma pessoa LGBT quando se assume. Ainda falou sobre relações e indagou como os adolescentes hoje em dia sentem que têm a necessidade de terem relações sexuais o mais rápido possível. Ele explica que, entre amigos, se sente cobrado a fazer sexo e que isso o deixa constrangido, mas que ainda consegue impor que isso deve ocorrer no seu tempo.

O terceiro estudante do trio apontou sobre como a religião também é um fator importante quando se fala de LGBTfobia. Ele dialogou sobre como se sentia com relação ao ensino religioso que era dado na escola. Relata que, em um episódio da escola, um professor de biologia, durante a aula, o acusou de ter feito alguma “macumba” para a sua colega que passava mal, por ser de uma religião de matriz africana, e debatemos sobre as formas do racismo religioso e institucional.

Sobre a temática de higiene íntima, a turma comentou sobre a importância da discussão sobre o assunto, haja visto a falta de acesso a essa informação. Dando continuidade à atividade, os próximos estudantes foram direcionadas/os/es a colocar na roda da discussão o que haviam anotado.

A dupla escolheu os temas de números três e quatro (identidade de gênero; orientação sexual). Uma das integrantes questionou o significado das siglas da comunidade LGBTQIAPN+ e expôs sua dificuldade na distinção de algumas siglas. A equipe realizou a distinção dos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero e explicou sobre cada letra da sigla LGBTQIAPN+, elucidando algumas dúvidas da jovem.

Para o segundo dia de atividade, a equipe organizou dinâmicas com base no que foi colhido no primeiro dia de atividade com o mesmo grupo de adolescentes. Desta coleta, os temas levados para discussão neste dia foram: uso correto de preservativos; sexo entre pessoas com vulva; LGBTfobia. Foi sugerido ainda o tema de “prevenção para pessoas com vulva” para também ser levado pela equipe.

A equipe fez uso de materiais como modelo peniano e modelo de vagina, para demonstrar como faz a aplicação e retirada dos preservativos com segurança. Nesse momento, a turma demonstrou bastante interesse e dois estudantes foram selecionados para participar ativamente junto a demonstração e trazer suas dúvidas.

Em um segundo momento, foi distribuído o material produzido pela equipe para orientação sobre a prevenção sexual entre pessoas com vulva, intitulado “Guia entre vulvas” para pessoas com vagina. Com o material informativo em mãos, iniciamos uma nova discussão sobre o assunto e apresentamos vídeos com trechos de documentários e séries que dialogam com a atividade proposta de LGBTfobia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez desenvolvido um modelo de ação participativa, é altamente provável que o modelo seja replicado pelas equipes de saúde no âmbito do SUS. O projeto colabora principalmente na área de ensino, planejamento e execução de oficinas para formação de jovens promotores e multiplicadores de saúde.

A equipe, em conjunto, discute os métodos participativos utilizados e o uso de recursos educacionais. Conforme mencionado anteriormente, o projeto estabelece parcerias externas com diversas instituições e grupos para a promoção da saúde integral para adolescentes e jovens em diferentes realidades sociais.

Com base na experiência do projeto, se apresentam algumas recomendações que poderão ser implementadas no SUS. Temas como sexualidade, IST/Aids, gravidez não planejada, direitos sexuais e direitos reprodutivos, tipos de violências, precisam ser discutidos de forma ampla por profissionais que se sintam confortáveis em trabalhar com adolescentes e que desenvolvam um curso de ação na comunidade. É fundamental construir parcerias intersetoriais, buscar o diálogo permanente, principalmente com as escolas, criar espaços nas unidades do SUS para profissionais de saúde e educação.

Enfatizando a importância da formação contínua de profissionais e jovens promotores, os projetos PROSS e ELOSS visam questionar o modelo tradicional de saúde e enfatizar relações horizontais com construção de conhecimento, acesso à informação de qualidade. É necessário destacar os jovens como atores, trocando informações e partilhando experiências em diferentes realidades. Portanto, promover o acesso dos adolescentes à informação e aos recursos para salvaguardar os seus direitos sexuais e reprodutivos torna-se um resultado fundamental, ao



mesmo tempo que promove a diversidade e a inclusão. Palavras-chave: Saúde; Sexualidade; Educação; Adolescentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, Brasília, 2010.

NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Sociologia Especial: ciência e vida*, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007.

# EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO CURSO DE PEDAGOGIA: PERCURSOS NA COMPREENSÃO DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA

*Isabella Tymburibá Elian<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este Relato de Experiência parte de meu cotidiano docente no curso de Licenciatura em Pedagogia em centros universitários de Belo Horizonte e Região Metropolitana (Minas Gerais). A abordagem da Educação em Sexualidade nos componentes curriculares voltados para o ensino de ciências naturais se torna necessária pela urgência e importância da formação docente neste campo, mas encontra barreiras ligadas ao desconhecimento da temática, além de fatores sociais e religiosos. A partir de minha formação e pesquisas pautadas na teoria queer, apresento minha abordagem didática e metodológica que vêm sendo utilizada e aprimorada desde 2018, com o objetivo de preparar futuras educadoras para atuarem na Educação em Sexualidade de maneira embasada, respeitosa e que proponha uma educação crítica, interseccional e transformadora.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Ensino de Ciências, Licenciatura.

---

1 Mestre em Educação - Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, isabellaelian@gmail.com.

# LITERATURAS INFANTIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO DA CRUZADA ANTIGÊNERO

*Priscila Lacerda<sup>1</sup>*

*Daniela Finco<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho aborda a questão da “Ideologia de Gênero”, as ameaças e as ofensivas conservadoras na educação das crianças pequenas. A proposta nasce de episódios polêmicos envolvendo alguns livros de literatura infantil no contexto de uma rede municipal de educação da região metropolitana de São Paulo. Os conflitos envolvendo as literaturas infantis relacionadas à questões de gênero, trazem afirmações que tais livros teriam conteúdos que feriam valores da família tradicional e que temas que envolvessem a “ideologias de gênero”, e que desta forma não deveriam ser discutidos na esfera pública, em instituições educativas. Os casos representam o momento político e social que estamos vivenciando nos últimos anos. O trabalho tem como referencial teórico as pesquisas sobre a literatura infantil e diversidade de gênero, que apontam para os estereótipos de gênero presentes em livros infantis no contexto educativo para crianças, analisando e problematizando as mensagens que são voltadas para as normatizações de gênero e apresenta reflexões sobre a presença das ameaças antigênero na Educação Infantil, abordando as denúncias de escolas, como uma possibilidade de debater e tirar da invisibilidade tal problemática.

**Palavras-chave:** Literatura infantil; Educação Infantil; Diversidade de gênero; “ideologia de gênero

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de São Paulo - Unifesp - Guarulhos- SP, priblacerda@gmail.com;

2 Professora orientadora, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp - Guarulhos -SP; dfinco@unifesp.br

# OFICINAS DE SEXUALIDADE E GÊNERO - PONTES ENTRE O QUE NÓS PASSAMOS E O QUE PODEMOS OFERECER PARA OS/AS ESTUDANTES: IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA AS SEXUALIDADES

Ana Paula Gomes<sup>1</sup>  
Júlia Moreira de Carvalho<sup>2</sup>  
Izaura Santiago da Cruz<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho trata das reflexões de duas estudantes de licenciatura acerca de suas experiências no projeto de extensão “Oficinas de sexualidade, gênero e cuidado de si e do/a outro/a em escola de educação básica” e os impactos dessa vivência na sua formação como futuras docentes. O trabalho mostra como as atividades desenvolvidas com os adolescentes fizeram-as visitar lugares que elas mesmas já vivenciaram com as questões que foram tratadas, se enxergando no lugar daqueles adolescentes, o que fez elas refletirem sobre a importância de se trabalhar sexualidade com adolescentes. O artigo discorre sobre os impactos que projetos como esses podem atribuir para a construção de uma sociedade melhor, tratando como suas experiências poderiam ser diferentes se tivessem o contato com projetos semelhantes, traumas que talvez nunca existissem se sexualidade sempre fosse discutida e não excluída.

**Palavras-chave:** Formação docente, Gênero, Sexualidades, adolescentes e sexualidade, projeto nas escolas.

1 Graduada do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal da Bahia, anapaulagomes2509@gmail.com ;

2 Graduada em Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, juliacarvalhomoreirade@gmail.com;

3 Professora orientadora, Doutora em Ensino, filosofia e história das Ciências, FAGED/UFBA, izaura@ufba.br.

## AFASTAMENTO OU INSPIRAÇÃO: A SEXUALIDADE NO ENSINO DO POLE DANCE

Mariana Ghignatti Fagundes<sup>1</sup>

André Luiz dos Santos Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O Pole Dance chega de forma marcante para os brasileiros em 2007, com a interpretação de uma *stripper* em uma novela de rede nacional. A modalidade carrega um estigma sociocultural, sendo associada de maneira intrínseca à sexualidade e sensualidade. A prática consiste em utilizar uma barra de metal na vertical para realizar acrobacias e danças, utilizando de forças contrárias. Mesmo possuindo uma base, caracteriza-se a partir de três vertentes: Pole Exotic, Pole Art e Pole Sport. Dessa forma, é marcado por conflitos que buscam delimitar o que explora a sexualidade daquilo que é tido como esportivo. Assim, há professoras que a partir de suas falas, metodologias e até mesmo roupas exploram ambos mundos, da sexualidade e do esporte, porém outras preferem estar relacionadas apenas com o esporte. Neste sentido, o objetivo do trabalho é compreender como mulheres professoras de Pole Dance narram a sensualidade/sexualidade em suas práticas pedagógicas. Para os processos teórico-metodológicos, utilizou-se da construção de um diário de campo a partir de cursos de capacitação sobre Pole e de cinco entrevistas semi-estruturadas com professoras que ministram aulas para crianças e adultos, tendo a sexualidade como norteadora. Como resultado, foi compreendido que, para as professoras, há diferenças marcantes entre Pole Exotic e Pole Sport, dançarinas e atletas. Assim, a sexualidade passa a ser entendida como uma escolha da praticante. Possuindo duas visões, negativa ao relacionar-se a vulgaridade ou sendo celebrada em momentos específicos, ligados ao espaço privado, como uma forma de “surpreender” seu companheiro dentro de um relacionamento heteronormativo.

**Palavras-chave:** Pole Dance, Sexualidade, Sensualidade.

1 Mestranda do Curso de Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, [profenanafagundes@gmail.com](mailto:profenanafagundes@gmail.com);

2 Orientador: pós-doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, [andrels@ufrgs.br](mailto:andrels@ufrgs.br);

## INTRODUÇÃO

**D**ança. Sensualidade. Pouca roupa. Boate noturna. *Stripper*. Noite. Sexo. Essas são palavras que remetem, de forma quase que intrínseca, ao falar de Pole Dance. Em 2007, centenas de brasileiros e brasileiras sentavam para assistir na Rede Globo, a atriz Flávia Alessandra interpretando uma *stripper* na novela *Duas Caras*, sendo o marco temporal da modalidade no Brasil (LEAL, 2013). Não há como negar a relação entre a prática com as representações socioculturais. Porém, há um processo de reivindicar o “espaço único” de clube noturno para o Pole Dance, explorando novas formas e lugares.

A prática do Pole Dance consiste em utilizar uma barra de metal na vertical para realizar acrobacias, que podem ser combinadas com movimentos de danças. Essa barra pode ser estática ou pode estar girando em torno do seu próprio eixo. Além de possuir uma lógica base de movimentos que demandam forças contrárias e aderência da pele com o metal.

Ainda que haja uma base de movimentos, o Pole difere-se das demais modalidades esportivas porque possui múltiplas maneiras de praticar. Cury (2018) caracteriza em três vertentes principais: Pole Exotic, Pole Art e Pole Sport. O Pole Exotic é a forma mais conhecida culturalmente, porque busca explorar a sensualidade e a sexualidade, usando até mesmo roupas, acessórios e o *floorwork* (dança que utiliza o plano baixo, o chão, para os movimentos). Já o Pole Art, utiliza de outras danças como ballet, contemporâneo focando em uma expressividade e movimentos fluidos. Em contrapartida, o Pole Sport usufrui dos signos de uma modalidade esportiva, possuindo códigos rígidos e operando em uma lógica similar à ginástica artística.

Por existir uma gama de possibilidades de praticar, há uma divisão gerada por causa de conflitos entre as próprias pessoas praticantes, metodologias e estúdios, de acordo com Narciso (2022). Se de um lado temos pleaser [salto alto específico para a prática, medindo 17 cm no mínimo], roupas curtas, tapa-sexo e músicas sensuais, do outro temos roupas com medidas milimétricas para cobrir os glúteos e seios, apresentações com músicas instrumentais e código de movimentos obrigatórios.

Ainda, esses dois pólos de sensualidade e esporte explicitam mais uma discordância essencial para o estudo: a origem. Historicamente, o primeiro registro mundial da performance teria sido em 1968, com a apresentação de Belle Jangles no clube de striptease *Mugwump*, nos Estados Unidos (CINTI et al., 2022). Já o primeiro estúdio, visando ensinar para fora das boates, foi inaugurado na década de 90, no Canadá, fundado por uma *ex-stripper*, a Fawnia Dietrich (CURY, 2018). Além

de *stripper*, Fawnia estava inserida no mundo esportivo a partir do Fisiculturismo, no qual possui inúmeras premiações. Assim, compreende que o Pole pode estar nesses dois lugares, de sensualidade e esportividade (OFFICIALLY FAWNIA, 2020).

Porém, há quem faça uma relação com as práticas tradicionais milenares, como o *Mallakhamb* e o Mastro Chines. O Mastro Chinês, utiliza uma barra de borracha, enquanto o *Mallakhamb* realiza acrobacias em um poste de madeira, práticas tradicionais ditas masculinas e feitas por homens (NARCISO, 2022). Esse processo de afastar-se daquilo que é visto nos clubes noturnos é uma forma de tentar limpar a prática procurando torná-la digna. A autora materializa essas histórias construindo uma linha do tempo no meio acadêmico: tendo início em 1135 d.C, com a primeira menção ao *Mallakhamb*, depois no século XII sobre o Mastro Chines, de 1920 a 1950 artistas burlescas, em 1968 a primeira performance, para finalmente a popularização das casas de striptease em 1980 e finalizando com o ensino do Pole Dance por Fawnia na década de 90.

No Brasil, a professora Alessandra Valença preparou e ensinou a atriz Flávia para a novela, que durou de outubro de 2007 a maio de 2008. Antes desse marco, em 2005, Alessandra iniciou seus estudos com uma *stripper* tcheca em 2005 (NARCISO, 2022). Após as aparições na maior rede de TV aberta, conquistou fama divulgando a “dança no poste” e seus benefícios para a saúde das mulheres (AFTIMUS, 2006). De acordo com Kynae Narciso (2022), a partir dessa popularização em 2008, Grazy Brugner e Ligya Britto fazem sua formação na Argentina e inauguram seus estúdios sendo pioneiras no Brasil. Grazy torna-se referência para as profissionais que vieram depois no sul do país, já que seu estúdio localiza-se no Paraná.

Ao alcançar novos públicos, a prática passa por um processo de sistematização, com a criação de entidades que vão regularizar o Pole Dance. Sendo fundada em 2009, a Federação Brasileira de Pole Dance (FBPOLE) foi pioneira no campeonato brasileiro, o Brasil Pole Dance Fitness, e na criação de um código de pontuação. Além disso, a presidente até hoje é a Grazy Brugner (GRAZZY BRUGNER, 2023). Ainda, criando caminhos para a fundação da Confederação Brasileira de Pole Dance, em 2010. Com intenção de suprir as necessidades específicas da modalidade esportiva foram criadas a Confederação Brasileira de Aéreos e Pole Sport, em 2019 e a Liga Brasileira de de Aéreos e Pole Sport, em 2021.

A partir dos conflitos que marcam o Pole Dance, torna-se perceptível que há um processo de apropriação de uma ou mais versões que fazem sentido para a construção do espaço para a prática. Neste sentido, signos vão sendo constituídos e decodificados, por exemplo a *pleaser* como marca do Pole Exotic ou as roupas esportivas para o Pole Sport.

Desse modo, as expressões das maneiras de praticar o Pole Dance constituem desde o ambiente, metodologia, roupas, decorações e até mesmo a postura de quem está ministrando a aula. Criando um ambiente que condiz com os signos que fazem sentido serem transmitidos para quem está ali, ajudando a reforçar esses significados. Conseqüentemente, há professoras que exploram a herança das strippers e aquelas que buscam aproximar-se de uma lógica esportiva. Sendo assim, o objetivo do estudo é compreender como mulheres professoras de Pole Dance narram a sensualidade/sexualidade em suas práticas pedagógicas.

## METODOLOGIA

Os processos metodológicos tiveram início em uma aproximação com um Centro de Treinamento (CT) específico para crianças e adolescentes, que trabalha Pole Sport e Art, localizado no interior de Santa Catarina, norteou a produção e construção dos dados. Cabe aqui ressaltar que a pesquisadora principal do estudo pratica Pole Dance desde 2020, possuindo um maior acesso a esses espaços e, naquele momento, visava estudar para profissionalizar-se como professora da modalidade.

Duas observações participantes ocorreram, uma durante a visita ao CT, em maio de 2022, outra em um estúdio no interior do Rio Grande do Sul em junho do mesmo ano. Ambas aulas ocorriam apenas para crianças, de idades diversificadas. Além disso, duas capacitações na área foram realizadas. Dessa forma, o diário de campo foi acionado como um instrumento essencial para descrever de forma densa as conversas, debates e metodologias encontradas nesses ambientes. Mais tarde, o diário possibilitou a criação de um roteiro de perguntas para as entrevistas.

A partir da proprietária e treinadora do CT, foi possível a inserção em um grupo de conversas no *Whatsapp*. Para participar desse grupo, era necessário ter interesse ou já ter capacitação em algum dos cursos ministrados pela metodologia criada por ela. Assim, possibilitando acesso a uma rede de professoras espalhadas pelo sul do Brasil. Cinco delas posteriormente tornaram-se interlocutoras da pesquisa.

Essas cinco professoras ministram aulas tanto para crianças quanto para adultos e possuem seus próprios espaços, também sendo empresárias. Por estarem todas espalhadas em cidades do sul do país, a estratégia utilizada para acontecer as entrevistas foi através de vídeos chamadas pelo *Whatsapp*. Com o consentimento prévio das colaboradoras, as ligações foram gravadas a fim de serem transcritas, para então analisadas.



Com propósito de proteger as identidades, todos os nomes foram trocados por fictícios. Além disso, todas as professoras concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Informado (TCLI). O material empírico produzido foi analisado apoiado nas proposições de Robert Yin (2016) o qual divide procedimentos de análise de dados qualitativos em cinco momentos: decompor, tendo os dados em fragmentos menores, podendo ter novos ‘rótulos’ ou códigos; recompor, a nova organização dos dados a partir da decomposição; interpretar, usando o material decomposto para criar novas narrativas; concluir, a partir das interpretações geradas dos materiais produzidos.

A sexualidade foi compreendida como um eixo norteador da pesquisa, desenhando os processos metodológicos. Portanto, a sexualidade é compreendida como algo social e político, ocorrendo um processo de aprendizagem sem fim, durando ao longo da vida e de diferentes modos (LOURO, 2000). As identidades sexuais, assim como as de gênero, são plurais e fluidas. Neste sentido, de acordo com a autora, as possibilidades são estabelecidas e codificadas socialmente, tanto as identidades de gênero quanto as sexuais são compostas e definidas pelas relações sociais, moldadas pelas redes de poder.

Ainda, o corpo é o produto a partir de um conjunto de identidades, marcas sociais e culturais, produzido através de signos. De acordo com Louro (2000), somos treinados para perceber e decodificar essas marcas, classificando sujeitos a partir de seus comportamentos, gestos, reconhecendo o “outro” fundamentado pelo lugar social que ocupamos. Desse modo, Weeks (1996) indica que a linguagem da sexualidade é avassaladoramente masculina. Compreendendo as representações sociais de norma empreendidas em corpos masculinos, brancos, de elite e heterossexuais, o corpo necessita de disciplina, principalmente, o corpo de quem foge da norma, nesse caso, mulheres. Há uma preocupação em disciplinar esses corpos, limitando suas manifestações, curiosidade e interesses de prazer são remetidos ao momento privado, em segredo, de acordo com Louro (2001).

Compreendendo como base esses entendimentos citados anteriormente, os dados analisados possuem um “jogo de cintura” interessantíssimo. Por meio das observações descritas em diário de campo e das conversas, torna-se possível interpretar que há uma motivação para a separação entre aquilo que é sensual daquilo que é esportivo. Nesse sentido, empenhadas em produzir outros sentidos para o Pole, até para as crianças também fazerem parte dessa modalidade, as entrevistadas investem em propostas que há momentos e maneiras em que a sexualidade e o Pole Dance podem coexistir.

## “O [pole] sensual é muito bonito, acho lindo, mas eu prefiro a parte do pole esporte”: modos de enxergar e caracterizar a prática do Pole Dance

Analisando o material construído, tanto a partir da descrição densa do diário de campo quanto das entrevistas com as professoras, compreende-se que há dois mundos paralelos, um que aproxima-se com outras vertentes e outro que busca se afastar o máximo possível. Porém, todas as professoras concordam que o Pole Dance tem origem a partir das *strippers* na década de 90, inspirando-se em outras práticas corporais que também trabalhavam a expressão artística na época, como o burlesco. Uma das entrevistadas afirma esse passado, porém questiona que não há necessidade de esquecer da história, mas, hoje, pode-se trabalhar mais os movimentos acrobáticos.

É interessante perceber que, mesmo tendo similaridade nas modalidades em que ensinam, há uma diferença em como a prática foi concebida e é compreendida nas suas vidas e, conseqüentemente, passada em suas aulas. Assim, materializa-se que o Pole é uma prática fluída, plural e concebida de maneira singular, a partir das vivências e trajetórias de cada indivíduo. Ao serem questionadas sobre o que é o Pole Dance, uma resposta complementou a outra trazendo ideias de “transformação”, “superação” e “estilo de vida”.

Em mais um momento em que as interlocutoras construíram argumentos complementares, mesmo estando em entrevistas individuais, relacionou-se ao estigma social associado ao Pole Dance, principalmente, ao preconceito envolvido com a prática. As cinco mulheres narraram sobre situações desconfortáveis que precisaram refutar e argumentar sobre o que realmente é a prática e como funciona, na visão de cada uma delas. Contextos que envolviam pessoas de fora da bolha do Pole, citados os profissionais de saúde, familiares, amigos e pessoas próximas. Uma das professoras relaciona o Pole à persistência, explicando que muitas pessoas vão tentar desvalorizar a caminhada ao ver que está propondo algo diferente.

Envolver-se em uma prática carregada de estigmas e representações sociais requisita uma demanda de força de vontade, argumentação e, ainda, paciência para que essas barreiras sejam quebradas ou, pelo menos, abaladas, como visto no depoimento acima. Nesta mesma ideia, a trajetória de uma outra interlocutora representa e alinha como os signos atravessam a modalidade e quem pratica. Gisele, relata que conheceu a prática “na noite” vendendo o corpo na barra e, que para ela, hoje estar entre as melhores, sendo reconhecida no meio, faz parte da essência dela, como professora, dançarina e pessoa. Ainda, narra sobre os momentos de dificuldade que passou quando estava trabalhando na boate e “quem virou

as costas” falavam sobre as suas apresentações, eram as pessoas conhecidas, que um dia já foram sua rede de apoio.

Socialmente, a sexualidade das mulheres ainda é entendida como um tabu, fadada a estar apenas em contextos específicos para ser entendida com ‘bons olhos’. Aquelas que reivindicam para si as suas escolhas relacionadas à sexualidade enfrentam obstáculos, nesses casos, sendo associadas às casas noturnas, strippers e prostituição. No Brasil, o sexo e a sensualidade das mulheres são celebradas por fazerem parte da “natureza” do brasileiro. Porém, quase 60% das mulheres desaprova a exposição deste corpo, seja por roupas curtas ou na mídia (CHAMCHAM; MAIA, 2004).

Além disso, o nome dado à barra de Pole torna-se mais uma preocupação com o intuito de afastar-se daquilo que remete às boates noturnas. Umas chamam de barra, barra vertical, até mesmo mastro. Uma das professoras exemplifica como ocorre na aula dela, “aqui não tem poste, pau, é nada disso. Temos barra e mastro chinês. Tento corrigir, mas às vezes não tem muito o que fazer quando o preconceito está enraizado na pessoa”. O preconceito é visto de uma forma intrínseca na cultura, sendo necessário contrapor de maneira incessante. Joana explica que, muitas vezes, o preconceito vem de dentro de casa, dos próprios familiares, não querendo enxergar a diferença que esse esporte pode fazer para a vida das pessoas.

Por esses fatores citados, há um processo de tentar dividir o universo do Pole Dance em duas caixas diferentes: sexualidade X esporte. Empenhando-se para transformar as “dançarinas” de Pole Exotic em “atletas” de Pole Sport. Dessa forma, cria-se um empenho para distinguir as práticas. As professoras concordam que são diferentes e explicaram quais são as características próprias de cada vertente. Assim, caracterizando o Sport como “melhora o condicionamento físico, postura, flexibilidade e força” enquanto o Exotic “foca na sensualidade, leveza, poder e expressão artística”. Entretanto, para executar qualquer tipo de movimento utilizando a barra, torna-se necessário algumas capacidades e habilidades motoras, entre elas a força, flexibilidade e coordenação motora.

Neste sentido, uma das interlocutoras descreve que durante a sua trajetória, buscou deixar nítida a diferença entre as vertentes, por causa dos preconceitos e para obter aceitação da cidade em que abriu o estúdio. Todavia, depois de anos investindo no discurso de “Pole é um exercício físico”, Monique compreendeu que não fazia mais sentido para ela tentar separar a prática. Hoje em dia, ela explora a modalidade explicando para as pessoas que o Pole pode ser tudo aquilo que quiser que seja. Outra professora, conta que, como seu maior público são as crianças e adolescentes, ela não trabalha a sensualidade, por entender que não é o

momento de vida para falar sobre e muito menos explorar. Porém, não vê problema na prática sensual.

Sendo assim, o Pole passa por um processo de uma tentativa de divisão como forma de reivindicar o estigma social sobre a sensualidade e sexualidade. As professoras buscam estratégias para tornar palpável e material seus discursos e metodologias, espalhados em paredes, nomes de movimentos, conversas e roupas. Como forma de refutar os preconceitos envolvidos com a modalidade.

### **“Não sendo aquela coisa de vulgaridade”: de quais formas a sexualidade é vista e compreendida**

Algumas das interlocutoras exploram outras vertentes do Pole, inclusive o Exotic, seja nas suas aulas, falas, metodologias ou até mesmo no ambiente. Já as demais, procuram focar na modalidade esportiva, em campeonatos, treinamentos específicos e código de movimentos. Nesse momento torna-se extremamente importante a divisão entre aquelas que também ministram aulas de Pole Exotic, o sensual, daquelas que só trabalham com a vertente esportiva, o Pole Sport. Das cinco entrevistadas, duas trabalham apenas com o esporte e as outras três também utilizam da sensualidade em determinados momentos.

As professoras que ministram aulas de mais de uma vertente explicam que há diferença na forma de praticar, pois para cada uma há um foco específico, como citado anteriormente. Assim, uma delas caracteriza que não há necessidade em colocar a *pleaser*, apagar as luzes “ficar toda empoderada, maquiada e com o cabelo maravilhoso” para treinar um combo de movimentos acrobáticos que vai cair no chão de cansaço. Ainda, enfatiza que é super possível fazer os movimentos característicos de cada vertente juntos, mas, para quem está recém começando, explicita que o aprendizado é separado e fragmentado.

Além disso, o empoderamento é associado ao Pole Dance junto de outros atributos como autoestima e autoconfiança, assim chamando atenção de pessoas de diferentes idades e corpos (GONÇALVES, 2021). Complementando essa ideia, Mattes (2018) em seu estudo que investigou quais os motivos que levam a pessoa a praticar, compreendeu que além dos benefícios motores, é extremamente comum ver propagandas chamando atenção para os benefícios psicológicos e sociais, como a autoestima, a autoimagem e o empoderamento feminino.

A autora Gonçalves (2017) reflete que, o momento pré-aula, no qual as alunas tiram suas roupas “comuns” e colocam as roupas específicas da prática, top, short, hot pants, maiôs, de diferentes tamanhos e formatos, estão em um processo de despir-se além da roupa em si, estão se despidendo de uma lógica, de uma

posição social o que permitirá a criação de um novo corpo. Sendo assim, cria-se um novo espaço que possibilita que praticantes descubram sobre si mesmos, suas capacidades, forças e, até mesmo, sintam-se confortáveis para explorarem o proibido, nesse caso, a sexualidade.

Nesta ideia, há uma necessidade em disciplinar os corpos e sexualidade dos sujeitos, a partir de uma preocupação social com a vida dos seus membros, criando normas e regras para esse fim (LOURO, 2001). Assim, a autora ainda pontua que há uma renovação da vigilância sobre a sexualidade, com objetivo de limitar as suas manifestações, curiosidade, interesse e, conseqüentemente, as experimentações do prazer são associadas ao segredo e aos locais privados.

Quando citada a sexualidade envolvida na prática, ainda mais quando mencionado o Pole Exotic, as três entrevistas relacionam-se como um poder de escolha individual da praticante, dependendo das suas vontades e gostos. Neste sentido, uma das professoras conta que, na metodologia que criou, o Pole baseia-se nas apresentações de casa noturna, explorando um lado *freestyle*. Gisele, ainda cita que, como essas performances, em clubes noturnos, são ricas e que para ela “o pole veio totalmente disso pra minha vida”, porém, levanta a questão que há mais formas de trabalhar além daquilo que é visto no palco.

Outra interlocutora sinaliza que divide as vertentes em duas maneiras: a artista e a treinadora. Ou seja, a artista explora o Pole Exotic da sua forma mais “*Old School*”, inspirada e realizada nas boates de *striptease*, apresentando-se em casas noturnas, de salto alto e com performances que remetem ou que são nesses espaços. Já a treinadora, prefere trabalhar a modalidade esportiva, o repertório motor e focado no desenvolvimento de atletas. Realçando que as duas vertentes têm suas demandas e suas importâncias, precisando levar em conta aquilo que faz bem para quem pratica.

Entretanto, para as duas professoras que somente se associam ao Pole Sport, o discurso adquire outros atravessamentos. A interlocutora Luiza relata que, no início da sua trajetória, conheceu a prática que explora a sensualidade e como é professora de educação física, viu uma oportunidade. Ela possuía um entendimento que “não sou sensual, eu não sou da dança”, tinha dificuldades em ensinar o Pole Dance e, assim, questionou-se de trazer a modalidade para suas aulas, com metodologias pedagógicas, para mais idades e de formas diversas.

Hoje, seu público é infanto-juvenil, ela não trabalha sobre sensualidade e sexualidade porque não faz parte da fase infantil. Mas, não vê problema na modalidade sensual. Ela utiliza-se desse afastamento como forma de argumentação e aproximação aos familiares sobre o que as crianças treinam e dançam dentro do ambiente supervisionado. Complementando esses questionamentos sobre o Pole

Dance, a outra professora narrou o dia em que uma mãe perguntou se não haveria nada vulgar para a sua filha. Ou seja, a vulgaridade, a sensualidade e a sexualidade são preocupações relevantes para o ambiente.

Os ambientes para a prática do Pole Dance aparentam necessitar estar de acordo com o universo criado naquele momento para a prática. Neste sentido, a vulgaridade, sensualidade e sexualidade até podem existir, desde que haja uma justificativa e um momento propício. A professora Giovanna elucida que a oposição não é sobre a sensualidade em si, desde que seja feita de maneira “bem feito, não assim uma coisa vulgar é lindo de ver, [...]”, só que o povo generaliza e não pesquisa onde vão as outras vertentes, entendeu”. O que para ela, é uma barreira imensa, já que prefere trabalhar com Pole Sport e o Pole Art que se encaixa nas regras e condutas da modalidade esportiva.

Entendendo como uma questão importante a ser delimitada e afastada, a sexualidade, para Giovanna, é entendida como reduzir a prática como algo só: boate noturna. Além do mais, explica que há uma diferença entre as suas alunas mulheres que só gostam de dançar daquelas que possuem um companheiro homem. Para as solteiras, apenas explica e, às vezes, demonstra como um combo de movimentos podem ser encaixados em uma dança, mas salienta que é “só com música, nada de sensual”. Porém, para as que estão em um relacionamento heteronormativo ela relata de outra forma:

“E aí pras alunas mulheres casadas, com namorado eu digo que elas podem ir mais pro sensual caso queiram fazer uma surpresa. Dou umas dicas do tipo “é só empinar um pouco mais o bumbum, vai de ladinho, trazendo a performance”. Os movimentos são os mesmos”.  
Entrevista com Giovanna, 22/07/2022

Culturalmente, compreendemos as nuances da sexualidade pelos olhos dos homens, já que a linguagem é avassaladoramente masculina (WEEKS, 1996). Como efeito, expectativas sexuais são construídas, com intuito de reprimir e controlar os corpos masculinos e femininos de formas divergentes. Entendendo a sexualidade como algo privado e censurado, relacionar o Pole Dance com as dançarinas de boates, as *strippers*, torna a prática inapropriada para ser evidente socialmente, necessitando, assim, de disciplina. São inúmeras estratégias disciplinares para que seja possível aprender com a vergonha e a culpa, experimentando a censura e o controle, acreditando que questões que envolvem a sexualidade sejam temas privados (LOURO, 2001). Principalmente, quando estamos falando de pessoas que fogem da norma de homem, branco, cisgênero, heterossexual e de elite.

No caso deste estudo, as mulheres, estando no centro dessa sexualização dos seus corpos. Uma das interlocutoras ressalta que aparenta que os estúdios, professoras “estão buscando cada vez mais focar em uma ‘abertura’ com apenas um tapa sexo”, auxiliando para que haja um desmerecimento da prática. Dessa forma, regras são sendo impostas para esses corpos femininos para que sejam dignos de respeito, como nos campeonatos de Pole Sport e Pole Art, que os figurinos precisam cobrir os seios e os glúteos, não podendo fazer alusão a nudez (APS, 2021).

Além disso, Cury (2018) pontua que performances tidas como sensuais e sexuais no Pole Dance costumam explorar a feminilidade, independente do seu gênero. A autora também pontua que, a dicotomia público/privado divide homens e mulheres em lugares específicos, a mulher tendo o seu lugar naquilo que é associado ao lar, maternidade, no caso privado e ao homem o local político e público. Da mesma forma, Kynae Narciso (2022), apresenta que a mulher, que desnuda ocupa o espaço público, está fadada a uma atração, objetificação do seu corpo e sua própria desvalorização. O erótico de uma mulher cisgênero é pensado em uma inibição que, quando ultrapassado, é plausível de reprovação. Ademais, a autora pontua que por causa da noção do trabalho que envolve a sexualidade, a mulher que dança é associada a uma pessoa vulgar que desmerece credibilidade.

Neste sentido, entende-se que a mulher praticante de Pole Exotic, explorando a sua sensualidade, seja por querer e gostar ou por estar trabalhando sua autoestima, autoconfiança e empoderamento, precisa se sujeitar a estar apenas em determinados espaços, como os estúdios, campeonatos/apresentações de Pole Exotic ou nas boates. Trabalhar a sexualidade de maneira exposta, pública, faz com que haja questionamentos associados ao caráter, trabalho e até mesmo condições de ocupar locais coletivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pole Dance, sendo uma prática carregada de estigmas e representações sociais, tende a dividir praticantes em universos que aparentam serem opostos, o esporte, no Pole Sport, e a sensualidade, do Pole Exotic. Assim, as vertentes são caracterizadas por tensões que tentam delimitar o espaço das diferentes maneiras de praticar, seja por uma tentativa de esportivização ou de excitação as *strippers*.

Neste sentido, a partir das conversas com professoras que ministram aulas para crianças e adultos, é possível perceber que há uma linha tênue do limite da sexualidade e a sensualidade vista como algo positivo e admirável. Nas suas

práticas pedagógicas, algumas interlocutoras entendem que esse momento é de escolha do sujeito praticante da modalidade, no qual se sente confortável e faz sentido. Já para outras, está fadado ao momento privado, seja para um companheiro ou dentro de uma boate específica para a exploração. Incentivando para aquelas que possuem um relacionamento sério e estável.

Desse modo, seja nas aulas que objetivam o esportivo ou nas aulas que possuem a sensualidade como foco, a sexualidade sempre estará associada à prática. Seja por meio de uma exploração ou de um afastamento. As práticas pedagógicas vão estar atreladas aos discursos de cada professora.

## REFERÊNCIAS

AERIAL AND POLE SPORTS WORLD LEAGUE. **Regras de Competição Internacional, Regulamentos e Sistema de Pontuação**, 2021. Disponível em: [https://www.libaps.org/web/images/uploads/regulation/apswl\\_code\\_of\\_points\\_portugues.pdf](https://www.libaps.org/web/images/uploads/regulation/apswl_code_of_points_portugues.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

AFTIMUS, P. Sexy e... sarada!. *Viva Mais*, [S. l.], n. 433, 18 jan. 2006. beleza, p. 20-21.

CINTI, D. T. *et al.* **Revisão sistemática sobre o Pole Dance**. UFB, Research, Society and Development, v. 11, n. 3, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26470>. Disponível em: [https://www.academia.edu/80697177/Revis%C3%A3o\\_sistem%C3%A1tica\\_sobre\\_o\\_Pole\\_Dance](https://www.academia.edu/80697177/Revis%C3%A3o_sistem%C3%A1tica_sobre_o_Pole_Dance). Acesso em: 8 jun. 2022.

CURY, C. N. **Pole dance**: Considerações Sobre a Prática e sua Multiplicidade. Lume UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso, 2018. DOI: <http://hdl.handle.net/10183/217421>. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217421>. Acesso em: 8 jun. 2022.

GRAZZY BRUGNER. **Sobre o autor**. Disponível em <https://grazybrugner.com.br/>. Acesso em 14 de ago. 2023.

LEAL, I. **Somos ou não somos um esporte?** Uma abordagem antropológica do pole dance. *Jornal do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA)/ Universidade Federal Fluminense(UFF)*; 2013. Disponível em: <https://jornadappga2013.files.wordpress.com/2013/06/leal-isis.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2022.



LOURO, G. L. Sexualidade: Lições da escola. *In: O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Mediação, 2003. p. 93-101. ISBN 9788577060825.

NARCISO, K. P. **Artigo definido indicativo do feminino singular:** a Pole Dance. Lume UFRGS, 2022. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/241100>>. Acesso em: 12 set. 2022.

OFFICIALLY FAWNIA. **About Me.** Disponível em: <<https://www.officiallyfawnia.com/about-me#in-the-community>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. *In: O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Mediação, 2003. p. 35-82. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/540943448/WEEKS-Jeffrey-O-corpo-e-a-sexualidade>. Acesso em: 8 jun. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. London: Sage, 1984.

# RESSONÂNCIAS DO POLE DANCE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: NARRATIVAS DE ESTUDANTES DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL ABYA YALA

*Karoline Hachler Ricardo<sup>1</sup>*  
*Mariana Ghignatti Fagundes<sup>2</sup>*

## RESUMO

O pensamento e a proposta de uma Educação Física sustentada por uma pedagogia decolonial e intercultural, possibilitou a discussão de uma prática historicamente carregada de estigmas sociais, vinculada às *strippers* e boates noturnas, o Pole Dance. O Pole Dance consiste em uma prática que envolve realizar acrobacias e danças com uma barra de metal na vertical. Desdobrado em diferentes vertentes, uma delas, o Pole Sport, possibilita a inserção de crianças e adolescentes na modalidade, a partir de uma sistematização e uma esportivização. Assim, estudantes de ensino fundamental, que participam de uma pesquisa-ação de um projeto de mestrado, foram convidados/as a questionar, pensar e refletir, junto das ressonâncias envolvendo a modalidade. O objetivo do trabalho é analisar e compreender como uma vivência de Pole Dance ressoa nos/as estudantes do sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala, em Porto Alegre/RS. Partilhando da noção de ressonâncias como implicações sutis, particulares e subjetivas e, com a intenção de compreender como elas são significadas pelos/as estudantes, optamos pela pesquisa narrativa como caminho teórico-metodológico. A vivência de Pole Dance produziu ressonâncias heterogêneas nos/as estudantes, sendo gênero, sexualidade e sensualidade as temáticas que mais dividiram opiniões sobre a prática do Pole Dance na escola. Desse modo, a oferta, o convite, o encontro e o diálogo se apresentam como instrumentos importantes para refletir gênero, sexualidade, sensualidade, educação sexual na escola.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar, Decolonialidade, Interculturalidade, Dança, Pole Dance.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, [karolinehachler@gmail.com](mailto:karolinehachler@gmail.com);

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, [profenanafagundes@gmail.com](mailto:profenanafagundes@gmail.com).

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo sobre as ressonâncias de uma vivência de Pole Dance nos/nas estudantes do sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala<sup>3</sup>, em Porto Alegre/RS, está inserido no contexto de uma pesquisa-ação participante (LANETTE, 2022) que está sendo realizada no trabalho de mestrado<sup>4</sup> da primeira autora<sup>5</sup> (Karol), e que intenciona desenvolver uma Educação Física sustentada por uma proposta pedagógica decolonial e intercultural (WALSH, 2019), compreendendo as afetações decorrentes dessa experiência. Também, está inserido no contexto da pesquisa de mestrado da segunda autora<sup>6</sup> (Nana), que estuda os processos de (re)significação, (re)construção e identificação de mulheres plurais por meio das diversas práticas de Pole Dance.

Partilhamos do entendimento de BINS *et al* (2021), sobre uma educação inspirada na interculturalidade significar o “pensar o ensino e os seus ensinamentos a partir de outros paradigmas, de outros saberes” (p. 190), assim como dar visibilidade e reconhecer outros tipos e origens de conhecimento, outras formas de aprender e de ensinar, outros princípios que questionem as bases monolíticas, as práticas e os referenciais eurocêntricos que constituíram e constituem o campo educacional na modernidade no contexto brasileiro de modo hierarquizante para definir o que conta como conhecimento válido, viável e possível (WALSH, 2019). Significa problematizar o racismo como estruturante dos sistemas educativos promovidos pelo Estado e organizador das práticas e dos conteúdos naturalizados no contexto escolar.

Nessa perspectiva, a preocupação com a agenda de uma proposta pedagógico-política decolonial e intercultural nas aulas de Educação Física com o sexto ano do ensino fundamental da Escola Abya Yala, possibilitou que estudantes e professora atravessassem, dentro do conteúdo de danças, uma prática historicamente

3 Nome fictício para preservar a identidade da Escola. Escolhemos “Abya Yala” por ser um dos nomes que o povo indígena Kuna, que vivia na parte do mundo que ficou conhecida como América Latina, atribuía a esse território. A expressão “Abya Yala”, que na língua do povo Kuna da Colômbia, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento, vem sendo utilizado pelos movimentos dos povos originários do continente como uma autodesignação em contraposição a América, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento (WALSH, 2015).

4 A entrada em campo se deu no início do ano letivo da Escola Abya Yala (23/02/2023), e tem previsão de saída de campo no final deste mesmo ano letivo (na metade do mês de dezembro de 2023).

5 Mulher, branca, bissexual, professora de Educação Física com formação em Yoga e Yoga para crianças, adolescente, yoga na educação, vegetariana, artista e capoeira.

6 Mulher, preta, bissexual, professora de Educação Física com formação em Pole Kids e Pole Acrobático, vegetariana e Pole Dancer.

carregada de estigmas sociais, vinculada às *strippers* e boates noturnas, o Pole Dance (NARCISO, 2022).

O Pole Dance pode ser compreendido como uma prática que se utiliza de uma barra de metal na vertical para realizar acrobacias, sejam essas figuras ou giros, e, ainda, pode ser combinado com movimentos de dança. Como desdobramento da prática, três vertentes são sustentadas para diferenciar as formas de praticar, sendo o Pole Exotic, explorando a sensualidade e sexualidade, o Pole Artístico, contemplando outras danças como o Contemporâneo e o Jazz e, o Pole Sport, no viés mais esportivo (CURY, 2018). A partir da prática artística e esportiva, as crianças também passam a fazer parte do universo do Pole Dance, por meio do Pole Kids.

Suleados/as pela compreensão de que um projeto intercultural necessita de práticas educativas pautadas no “encontro”, que permita ao sujeito se compreender no mundo, entendendo sua diversidade e complexidade, bem como superando atitudes de preconceito e a reprodução de estereótipos<sup>7</sup> (FLEURI, 2003); a turma, junto com Karol vivenciaram uma aula de Pole Dance com Nana, que produziu ressonâncias heterogêneas nos/as estudantes, sendo o gênero, a sexualidade e a sensualidade as temáticas que mais dividiram opiniões sobre a prática do Pole Dance na escola, um espaço-tempo marcado pelos processos de colonialidade.

Partilhando da noção de ressonâncias como implicações sutis, particulares e subjetivas e, com a intenção de compreender como elas são significadas pelos/as estudantes (TAVARES, 2021), o objetivo deste estudo é analisar e compreender como uma vivência de Pole Dance ressoa nos/as estudantes do sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala, em Porto Alegre/RS. Para tanto, optamos pela pesquisa narrativa como caminho teórico-metodológico, em que as manifestações orais (falas) e gestuais (expressões e manifestações corporais) dos/as estudantes nos mostraram que a vivência de Pole Dance possibilitou a compreensão de que os/as alunos/as experienciam de distintas formas e atribuem diferentes significados ao que vivem nas suas trajetórias.

---

7 Neste estudo, partilhamos da noção de estereótipo de Saraiva (1999), como um conjunto de atribuições/características que passam a definir papéis para sujeitos e grupos, resultando na internalização por parte destes, das características que passam a diferenciar os papéis que cada um dos sexos deveria desempenhar e realizar na sociedade. Destacamos nossa compreensão de gênero e sexo para além da binariedade, com a necessidade de pensarmos nas formas plurais de existência que entendemos não caber na lógica binária. Também, na urgência de racializar essas noções, uma vez que compreendemos que a raça interfere inteiramente na existência das pessoas. Ou seja, uma mulher negra e uma mulher branca vivem e experimentam de formas diferentes uma mesma situação.

## CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este estudo trata de uma pesquisa narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2011), que opera no entrecruzamento das histórias de vida, formação e a escola, enquanto espaços de (re)construção dos saberes e conhecimentos, implicados e atravessados pela/na experiência do componente curricular de Educação Física escolar.

Sobre a narrativa enquanto método de produção de informações, Bauer e Gaskell (2002) comunicam a noção de que contar histórias parece ser uma forma elementar de comunicação humana. A ideia de que as pessoas se constituem enquanto sujeitos/as que, individual e coletivamente, vivem vidas relatadas (BAUER; GASKELL, 2002).

Partilhando dessa noção de pesquisa narrativa, a qual nos permite o tempo todo a construção da nossa realidade mediada pela linguagem, não só a falada, mas a vivida nas suas diferentes manifestações, compreendemos a narrativa como um estudo da experiência como história, que pode, tanto ser desenvolvida pelo contar, como pelo vivenciar, no entrecruzamento com a formação e a escola enquanto espaços e tempos de (re)construção dos saberes e conhecimentos (TAVARES, 2021). Para tanto, utilizamos como fontes das narrativas os comentários, falas e expressões dos/as estudantes durante a vivência de Pole Dance, que foram observados e registrados em Notas de Campo (NC) pelas autoras deste trabalho.

A vivência de Pole Dance foi realizada no dia 24 de agosto de 2023, no período de Educação Física da turma, que tem duração de 50 minutos e é no primeiro período da manhã. Composto, assim, o conjunto de 5 aulas<sup>8</sup> da prática corporal que foi conteúdo das aulas de danças que integraram a pesquisa-ação participante<sup>9</sup>.

Destacamos, nessa perspectiva, que a turma já estava trabalhando o conteúdo de Pole Dance antes da vivência, momento em que os/as estudantes relataram nunca terem praticado nenhum dos desdobramentos da prática

8 Na primeira aula, turma e Karol fizeram uma roda de conversa para dialogar sobre o Pole Dance enquanto atividade-arte (RIZO, et al, 2019; ABDON, 2020) e que existe de diversas formas – modalidade esportiva, artística, sensual e outras –; diálogo que foi realizado a partir das dúvidas, “certezas”, inquietações dos/as alunos/as com relação à prática corporal, especialmente à presença dela no espaço-tempo escolar. Na segunda e terceira aula, os/as alunos/as foram convidados/as a experimentarem o Pole Dance a partir de brincadeiras envolvendo movimentos ginásticos. Na quarta aula foi realizada a vivência de Pole Dance com Nana. E, na quinta aula, os/as estudantes foram convidados/as a refletirem sobre o conjunto de aulas de Pole Dance, especialmente sobre como se sentiram durante a vivência, o que ela significou para cada um/a, e o que acharam da experiência.

9 Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Científica, CAAE nº 69602123.2.0000.5347.

corporal. Durante a discussão, já anunciaram marcadores e estigmas vinculados ao Pole Dance, vistos ao relacionarem a prática corporal ao “cabaré”, “dança estritamente sensual”, “erotização” e “putaria”. Assim como apresentando bastante resistência para o início da prática nas aulas. Especialmente por parte da maioria dos meninos que manifestaram entender e perceber o Pole Dance como uma “dança de mulher”, sugerindo que homens que a praticam seriam “gays”, “viados”, “travestis”, tratando a homossexualidade como algo pejorativo, não aceitável e que, portanto, deveria ser “combatida”.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No dia da vivência nem todas as questões que apareceram nas primeiras aulas de Pole Dance foram manifestadas: pouco se falou em “putaria” e “erotização” e, diferente das aulas anteriores, as resistências foram maiores por parte das meninas (não de todas, mas da maioria). Ao acionarem a sensualidade como uma barreira para a experimentação da prática, manifestaram certo ‘medo’/receio de terem que realizar a aula apenas com as roupas íntimas. Estes que foram sendo dissipados ao perceberem que isso não aconteceria, tampouco seria uma hipótese naquele dia.

A professora Nana, convidada para guiar a vivência de Pole Dance, convidou mais três pessoas para o auxílio naquele momento, visto que estava se recuperando de uma lesão e estava com o tornozelo imobilizado. Dessas três pessoas, duas são praticantes de Pole Dance, um homem preto cisgênero e uma mulher nordestina cisgênero, e seu conjugue, encarregado dos registros mídiáticos.

Para a vivência, uma barra móvel de Pole Dance, conhecida como “Palco”, foi montada em uma parte do pátio. Esse espaço era coberto, visto que estava nublado e frio no dia, ficando em frente à cozinha e refeitório da escola, além de ser próximo a entrada dos/as estudantes. Como o período de Educação Física do sexto ano é o primeiro da manhã, quando o portão da escola abriu e o sinal tocou, as crianças e alguns dos/as seus/suas familiares, que as acompanham na entrada, visualizaram o palco de Pole Dance: algumas pessoas com expressões que pareciam manifestar pavor, outras alegria, outras desgosto; mas o clima, de forma geral, era de curiosidade. Escutamos algumas falas e cochichos como: “o que vai ter na escola hoje?”, “o que é isso?”, “sério que a sora trouxe o Pole Dance mesmo?” (NC, 24/08/2023).

Após a agitação inicial na entrada da escola, e quando todas as turmas foram para as suas respectivas salas de aula, Nana iniciou a vivência formando um círculo, com todos/as alunos/as da turma presentes, ao redor do palco de

Pole Dance; apresentou-se para turma e abriu espaço para o seu e a sua colega apresentarem-se. Então, perguntou: “o que vocês conhecem, sabem sobre o Pole Dance?” (NC, 24/08/2023). O que mais apareceu nas falas dos/as estudantes foi: dança, esporte, ginástica, acrobacia e dança sensual. Nana também questionou a turma se conheciam outras formas da prática, surgindo o “Pole Sport” – “sim, o Pole esportivo é aquele que a sora falou pra gente, que são os atletas que competem” (NC, 24/08/2023).

Após a conversa inicial, os/as colegas de Nana apresentaram-se com uma sequência rápida de acrobacias. Quando o convidado fez a sua apresentação, escutamos várias falas como: “eu disse que homem também podia praticar”, “nossa, como ele é forte”, “viu como não tem nada a vê com ser gay?”, “eu sabia que pole dance não era só uma dança de mulheres, eu que tava certa” (NC, 24/08/2023). Percebemos que um homem performando a prática apresentou outra possibilidade para os/as alunos/as. Levantando problematizações de discursos, como o da fragilidade feminina e o da inaptidão física (ALMEIDA, 2013) que limitavam (e ainda seguem limitando) práticas corporais e comportamentos que deveriam ser exclusivos de homem e de mulher, compreendendo as mulheres a partir das crenças sustentadas pelo mito do sexo frágil (MOURÃO, 2003). Discursos esses que foram cenário para a restrição de mulheres em determinadas práticas corporais e que ainda seguem surtindo efeito e tendo agência em muitos espaços, tempos, pessoas.

Apesar dos/das alunos/as, naquele momento, estarem em um processo de desassociar a dança como uma prática exclusiva de mulheres e de homens homossexuais, sequer foi levantada a hipótese do convidado fazer parte da comunidade LGBTQI+. De acordo com Goellner (2018), o corpo é um produto da cultura e da história, sendo construído pela linguagem, possuindo marcas que possibilitam uma certa identificação. Assim, talvez por essas marcas corporais não se apresentarem e/ou estarem evidentes, ou por qualquer outro motivo não conhecido e/ou acessado por nós naquele momento, aquele sujeito homem preto cisgênero realizando figuras de força e complexas na barra não foi lido como uma pessoa LGBTQIA+.

Todas essas associações foram nos permitindo tomar a compreensão de ‘gênero’ como um conceito plural em construção. Uma constituição social do sexo que está em constante movimento, possibilitando a compreensão das formas heterogêneas que os corpos aparecem e/ou podem aparecer (GOELLNER, 2013), bem como a transitoriedade dos conceitos de masculinidades e feminilidades, que se transformam ao longo do tempo, afastando-nos de ideias que pressupõem papéis e funções estritamente de homens e de mulheres (ALMEIDA, 2013).

Após as duas performances, os/as alunos/as foram convidados/as a vivenciar alguns movimentos e técnicas do Pole Dance na barra. A maioria dos meninos estavam bastante animados, e já queriam tentar subir na barra, fazer giros mais complexos, parada de cabeça; então, logo já se posicionaram na fila para serem os primeiros a experimentar. Diferente deles, a maioria das meninas manifestaram não querer nem tentar experimentar. Ao tentarmos acessar o que poderia estar afastando-as de uma prática que elas mesmas tinham solicitado para Karol, entre as sugestões apresentadas no dia das combinações com relação às aulas de dança do componente curricular; uma das meninas disse: “é que a gente tem vergonha na frente dos guris” (NC, 24/08/2023). Karol, em uma tentativa de incentivar a participação das meninas e de movimentar os seus desejos em direção a vontade de experimentar o Pole Dance, falou:

Gurias, a gente tá numa prática que vocês queriam e agora estão preferindo não experimentar por causa dos meninos? Tudo bem, eu entendo, mas assim, eu, se fosse vocês, deixaria eles de lado. Vocês entendem que vocês estão deixando de fazer uma coisa que vocês querem por causa deles? Como se eles tivessem um poder sobre vocês, não acham? (NC, 24/08/2023).

Essas falas e manifestações nos possibilitaram compreender, compartilhando do entendimento de Scott (1995) sobre o aspecto relacional assumido na perspectiva dos estudos contemporâneos de gênero, que não se trata de assumir a clássica oposição binária entre homens e mulheres, mas de considerar que as feminilidades e as masculinidades precisam umas das outras para serem compreendidas (SCOTT, 1995). Ou seja, nesse caso do desconforto das meninas em experimentar o Pole Dance junto com os meninos, percebemos que a relação feminilidades e masculinidades estão marcadas por uma supremacia destas sobre aquelas (ALMEIDA, 2013); manifestado no diálogo entre estudante e Karol, enquanto conversavam sobre uma provável “dominância” masculina, mesmo em uma prática corporal que inicialmente tinha sido solicitada pelas meninas, e que estava, portanto, próxima dos seus desejos e interesses.

Nesse sentido, destacamos que ‘relações de gênero e poder’, neste estudo, é compreendida como os processos pelos quais a diferença biológica é acionada para explicar os desequilíbrios – que são transitórios – entre homens e mulheres (corpos masculinos e corpos femininos), gestando, assim, formas de inclusão e de exclusão de pessoas e grupos (GOELLNER, 2013). Destacando ‘poder’ como algo que não se localiza em instituições (dando ideia de fixidez), mas sim algo que possui mobilidade, que transita e circula porque se exerce em rede, possibilitando resistências (FOUCAULT, 2002).



Nana organizou a experimentação na barra em quatro momentos: o primeiro movimento era o de caminhar ao redor da barra, com uma mão de apoio na barra; o segundo, era um giro básico, que consistia em caminhar ao redor da barra e, na sequência, colocar a perna de fora na barra, com a trava na virilha, indo até o chão; o terceiro movimento era como se fosse uma “escalada na barra” - o/a estudante escalava com a força dos braços, podendo dar um impulso com um salto, e depois realizavam uma queda básica; e, o quarto movimento, consistia em fazer uma cambalhota no colchonete e depois fazer uma parada de antebraço<sup>10</sup> com as mãos na base da barra, costas e pés como apoio para equilibrar o corpo nas figuras, com auxílio de Nana.

Durante a vivência, observamos diferentes performatividades corporais em cada um dos momentos. Alguns meninos iniciaram a experimentação, no primeiro movimento, caminhando de um jeito que não era o mesmo que caminhavam no dia-dia: foram rebolando e forçando um caminhar que eles mesmos verbalizaram ser “afeminado” - “lá vai ele, todo mulherzinha, rebolando, bem afeminada para desfilas no Pole Dance” (NC, 24/08/2023) -, sugerindo e indicando, com o corpo, e não só em palavras, que o Pole Dance seria uma prática de e para mulheres. Performance essa que as meninas manifestaram não gostar, quando uma delas procurou Karol e disse: “viu sora, por isso que a gente não gosta de fazer as coisas com eles, que ridículo, como se a gente andasse assim. Tudo eles deboçam” (NC, 24/08/2023).

Segundo Saraiva e Kleinubing (2013), situações como essa relatada refletem atribuições socialmente designadas, “referendando o imaginário social de quem dança e como se dança” (p. 122), ao mesmo tempo que, ao longo da aprendizagem, também podem forjar outras formas de viver, de ser e de estar em diferentes espaços e tempos, neste caso, especialmente o escolar. Para as autoras, “nos dias atuais ainda é possível identificar o imaginário social ligado à dança e de quem é permitido dançar, bem como quais movimentos podem (devem) ser realizados no universo da dança (SARAIVA; KLEINUBING, 2013) pelas pessoas heterogêneas.

O terceiro movimento foi o que mais teve engajamento e participação da turma. Fazendo o uso do questionamento de Saraiva e Kleinubing (2013) - “quais movimentos de/na dança podem ser realizados por meninos e meninas, a fim de não perderem as suas identidades sexuais?” - percebemos que a questão da força exigida para a realização da “escalada” aproximou tanto os meninos quanto as meninas de querer/desejar realizá-lo. As meninas, apontando para uma “ausência

---

10 É o ato de apoiar o corpo em uma posição vertical invertida estável equilibrando-se com a cabeça, antebraço e as mãos no chão. Conhecida como figura/postura do “elefantinho”.

de sensualização” e, e os meninos, para uma “descaracterização do movimento como uma dança”.

Quando Nana explicou e pediu para sua colega demonstrar o terceiro movimento de “escalada” na barra com a força dos braços (podendo impulsionar com um salto para auxiliar), e depois deslizando na queda até alcançar o chão novamente - uma aluna disse: “tá, esse eu vou tentar, já que não tem que sensualizar” (NC, 24/08/2023); dando a entender que os movimentos anteriores pareciam ter/apresentar e/ou exigir sensualidade, e que o movimento de “escalada”, por exigir força, distanciava-se de algo sensual.

Percebemos que a sensualidade, mesmo que em nenhum momento sugerido, tampouco incentivado pelas professoras, estava no imaginário dos/das estudantes, sendo uma barreira para o envolvimento, principalmente delas, em algumas situações da vivência. Passamos a compreender que a vergonha, inicialmente manifestada pelas alunas, pudesse estar relacionada à sensualidade, especialmente em relação à exposição dos corpos e, de acordo com Saraiva e Kleinubing (2013), “consequentemente, às noções subjacentes à pertença de sexo e à sexualidade” (p. 137).

A questão da força, evidentemente exigida pelo movimento de “escalada”, também aproximou os meninos da prática em razão de ser um movimento que aparentemente era de força e não de dança, como um deles sugeriu: “a, esse é tri sora, de escalar, a gente é bom, melhor que dançar” (NC, 24/08/2023).

Saraiva-Kunz (2003), ao trazer o aspecto da polarização das ações e dos comportamentos como uma construção histórica, cultural e social, centrada nas relações de polaridade entre razão e sensibilidade, associadas, respectivamente ao masculino e ao feminino; compreende a disponibilidade à expressão como característica dos corpos que se aproximam dos estereótipos do que é ser feminino, ao passo que a disponibilidade ao domínio e à impermeabilidade, como características dos corpos que se identificam com os estereótipos do masculino, como é o caso da força para os homens, especialmente cis heteronormativos.

Ao final da vivência foi realizada uma roda partilhada, momento que os/as alunos/as manifestaram terem gostado e divertido-se na aula: “nossa, melhor aula”, “até que pole é legal”, “bem que a sora de pole podia vim de novo né?” (NC, 24/08/2023).

Teve uma menina que manifestou não ter gostado, porque achava que não era certo Pole Dance na escola. E, outros/as, que não falaram nada, nem que gostaram, nem que não gostaram, nem outro comentário qualquer. Posteriormente, Karol conversou com a aluna que manifestou discordar de Pole Dance na escola, na tentativa de compreender a resistência. Dialogando, a menina disse que não

achava certo danças sensuais na escola, porque pensava que escola não era espaço para sensualidade.

Suleadas por Britzmann (2000), entendemos essa resistência sustentada na sensualidade enquanto uma questão problemática, em razão das temáticas da sexualidade e educação sexual, quando trabalhadas nas escolas, serem abordadas ainda de forma convencional, bastante metodológica e muitas vezes de modos autoritários, ou seja, sem a escuta dos/as estudantes e com apagamento dos seus interesses pelo assunto.

## CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Este trabalho, numa perspectiva de pesquisa narrativa, procurou compreender como uma vivência de Pole Dance ressoa nos/nas alunos/as do sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala. Neste movimento, percebemos que a vivência de Pole Dance produziu ressonâncias heterogêneas nos/nas estudantes, sendo o gênero, a sexualidade e a sensualidade as temáticas que mais dividiram opiniões sobre a prática do Pole Dance na escola. Desse modo, entendemos que a oferta, o convite, o encontro e o diálogo se apresentam como instrumentos importantes para refletir gênero, sexualidade, sensualidade e educação sexual na escola.

Encontramos, em algumas situações da vivência, resistências por parte dos/das alunos/as, como a vergonha manifestada pelas meninas de realizar movimentos na frente dos meninos. Também, algumas expressões, gestualidades e falas ofensivas dos meninos, ao debocharem e reproduzirem estigmas do que “deveria ser o jeito de quem dança Pole Dance” que, conforme suas representações, era o “jeito afeminado”.

Nessa perspectiva, compreendemos que experienciar cada conteúdo da Educação Física de forma contextualizada, bem como o debate sobre sexualidade e educação sexual considerando os interesses e desejos dos/das alunos/as sobre a temática, é bastante importante para a formação dos/das alunos/as como pessoas críticas e posicionadas, especialmente para combater (ou pelo menos minimizar) comportamentos sexistas, machistas, homofóbicos como esses, e qualquer outro que desrespeite formas de existir, viver, ser e estar das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ABDON, J. R. D. **Desmistificando o pole dance:** uma narrativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Brasília/DF, 2020.

ALMEIDA, T. R. de. Mulheres no esporte: feminilidades em jogo. In: DORNELLES, P. G., *et al.* **Educação Física e gênero:** desafios educacionais. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2013. p. 241-265.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BINS, G. N.; DORNELLES, P. G.; TAVARES, N. S.; CANON-BUITRAGO, E. A. Proposições Epistêmico-políticas decoloniais para a Educação Física. In: FONSECA, D. G *et al.* (orgs.) **Trabalho Docente em educação física:** questões contemporâneas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021, 216p.

BRITZMANN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 83-111.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa:** experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CURY, C. N. **Pole dance:** considerações sobre a prática e sua multiplicidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo. N. 23, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2022.

GOELLNER, S. V. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In: DORNELLES, P. G., *et al.* **Educação Física e gênero: desafios educacionais.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2013. p. 23-44.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L., *et al.* **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis, RJ: Vorazes, 2018. p. 30-42.

LANETTE, C. **Participatory Action Research as a decolonial method.** Refugee Hosts, Jun/2022.

MOURÃO, L. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas. In: SIMÕES, A. C. (Org.). **Mulher e esporte: mitos e verdades.** São Paulo: Manole, 2003. p. 123-153.

NARCISO, K. P. **Artigo definido indicativo do feminino singular: a Pole Dance.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Dança) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

RIZO, D. T. S., *et al.* O Ensino do Pole Dance na Escola: Desafios e Possibilidades. **Rev. FSA,** Teresina, v. 16, n. 6, art. 6, p. 121-139, nov./dez. 2019.

SARAIVA, M. C. **Co-educação física e esportes: quando a diferença é mito.** Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

SARAIVA-KUNZ, M. C. **Dança e gênero na escola: formas de ser e viver mediadas pela educação estética.** Tese (Doutorado em Motricidade Humana) - Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

SARAIVA, M. C; KLEINUBING, N. D. Estereótipos de movimento e gênero na dança no ensino médio. In: DORNELLES, P. G., *et al.* **Educação Física e gênero: desafios educacionais.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2013. p. 121-147.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

TAVARES, N. S. **Construção curricular, Interculturalidade e Educação Física:** possíveis ressonâncias. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021, 215p.

WALSH, Catherine. Decolonial pedagogies walking and asking. Notes to Paulo Freire from AbyaYala. **International Journal of Lifelong Education**, Volume 34, 2015 - Issue 1: Education and other modes of thinking in Latin America.

WALSH, C. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: um Pensamento e Posicionamento “Outro” A Partir Da Diferença Colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. V. 05, N. 1, Jan.-Jul., 2019.

## COMPREHENSIVE SEXUALITY EDUCATION: POSSIBILIDADES DE UMA ABORDAGEM E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

*Davi Augusto dos Santos Soares<sup>1</sup>*

*Leonardo Lemos de Souza<sup>2</sup>*

### RESUMO

A atual abordagem educacional sobre sexualidade no Brasil está aquém das necessidades dos jovens, focando predominantemente em aspectos biológicos e deixando de lado dimensões cruciais como gênero, identidade, orientação sexual, consentimento, prevenção da violência e outras. Essa lacuna é preocupante, especialmente considerando os riscos sociais enfrentados pela juventude brasileira, como violência, abuso sexual, intolerância e discriminação. Diante dessa situação insuficiente para atender às demandas e necessidades dos jovens brasileiros, o presente estudo dialoga sobre a abordagem da *Comprehensive Sexuality Education* como referência internacional para promover a inovação em educação na área de educação em sexualidade no Brasil. A presente abordagem emerge como uma ferramenta de educação holística, cuja eficácia é corroborada por evidências que demonstram impactos positivos no desenvolvimento dos jovens em curto, médio e longo prazo principalmente em aspectos para além do biológico como questões culturais, sociais e psicológicas. Seu tipo de abordagem abrangente a torna relevante para a situação atual do Brasil e mostra compatibilidade com o que as legislações educacionais brasileiras vigentes preconizam em relação à educação em sexualidade no ambiente educacional brasileiro. Por fim, sendo desenvolvida internacionalmente no Norte Global ressalta-se a necessidade de um processo de adaptação à realidade pós colonial brasileira através da crítica à colonialidade do saber e o uso de perspectivas interseccionais pois a adoção acrítica de conhecimentos produzidos em sociedades metropolitanas do Norte Global pode resultar no apagamento das epistemologias do Sul Global ou na inadequação

1 Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, [daviaugusto\\_soares@hotmail.com](mailto:daviaugusto_soares@hotmail.com);

2 Professor e orientador: Doutor, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, [leonardo.lemos@unesp.br](mailto:leonardo.lemos@unesp.br).

dessas epistemologias para corresponder às realidades pós-colonial do contexto em questão.

**Palavras-chave:** Colonialidade do Saber, Comprehensive Sexuality Education, Desenvolvimento Psicossocial, Direitos Humanos, Educação Sexual.



## INTRODUÇÃO

**D**urante a transição da infância para a adolescência, a sexualidade se torna uma questão fortemente impactada pela exposição dos fatores de risco mencionados. Nesse momento de descobertas e incertezas, a necessidade de informações e apoio emocional relacionados à diversidade sexual, saúde sexual, relacionamentos saudáveis, consentimento, autonomia e empoderamento se torna ainda mais evidente. A exposição a esses riscos aumenta significativamente o surgimento dessas demandas relacionadas à sexualidade dos jovens, tornando crucial proporcionar um ambiente seguro e inclusivo, onde eles possam acessar informações, receber orientações e ter suas necessidades atendidas de forma adequada (COSTA; MORAES; TAQUETTE; MARQUES, 2022).

A sexualidade faz parte do processo de construção de identidade humana, de maneira que é quase impossível para o indivíduo apresentar-se a sociedade estando alheio das condições sexuais que a vida nesta exige. Antes mesmo de estar inserido em um contexto afetivo e relacional há o contato com a sexualidade, pois ela revela-se como uma matriz de compreensão dos conceitos de prazer, gozo, sofrimento e felicidade. Compreendendo essa noção, é possível afirmar que a sexualidade é algo inerente ao ser humano, não se limitando apenas à atividade sexual, tendo influência e influenciando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021).

A sexualidade, sendo uma dimensão inerente ao ser humano, demanda uma abordagem nas escolas a fim de oferecer orientação adequada. A educação sexual se apresenta como uma ferramenta essencial para fornecer orientação aos jovens, permitindo que eles aprendem sobre os aspectos cognitivos, emocionais, sociais, interativos e físicos da sexualidade. Ela deve ser iniciada desde a infância e evoluir continuamente até a adolescência e a idade adulta, sendo um processo gradual em que a juventude é capacitada com informações, habilidades e valores positivos para que possam entender e apreciar sua sexualidade, construir relacionamentos saudáveis e assumir a responsabilidade e autonomia pela própria saúde sexual. Além disso, a educação sexual auxilia na compreensão da identidade pessoal sendo relevante para um desenvolvimento psicossocial saudável contribuindo para o bem-estar dos jovens (CARVALHO; ZANIN; FLORIO, 2020; BZgA; UNFPA; WHO, 2016).

Em 2015, 194 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram o documento Agenda 2030, comprometendo-se a implementar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. A educação sexual desempenha um papel crucial nesse

contexto, pois aborda questões de cidadania e direitos humanos, estabelecendo uma conexão relevante entre a Agenda 2030 e essa prática educacional. Essa agenda define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para guiar ações em direção a um futuro próspero e equitativo para a humanidade. Nota-se a importância da educação sexual, pois é mencionada em metas de cinco ODS distintos: ODS 3, que trata da saúde e bem-estar; ODS 4, relacionado à educação de qualidade; ODS 5, referente à igualdade de gênero; ODS 10, sobre a redução das desigualdades; e ODS 16, que busca promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas (UNITED NATIONS, 2015).

A partir disso, a educação sexual emerge como um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, conforme definido pela ONU. Sua notável relevância reflete o reconhecimento de que a educação sexual desempenha um papel essencial na construção de um mundo mais justo, saudável e sustentável, onde os direitos e a dignidade de cada indivíduo são valorizados e protegidos. Promover uma educação sexual abrangente e inclusiva torna-se imperativo para capacitar os indivíduos, especialmente crianças e jovens, permitindo que eles tomem decisões informadas sobre sua saúde, bem-estar e relacionamentos (BORTOLOZZI et al., 2021; UNITED NATIONS, 2015).

No Brasil, a educação sexual teve início nos anos 1930, com médicos abordando questões sobre sexo e sexualidade. O Círculo Brasileiro de Educação Sexual, fundado em 1933, contribuiu para disseminar essa educação. Nas décadas de 1960 e 1980, movimentos como a revolução sexual e a pílula anticoncepcional impulsionaram a discussão, mas o regime militar trouxe desafios. Apenas nos anos 80, a discussão ressurgiu, fortalecendo o conhecimento sexual no Brasil por meio da sexologia, estabelecendo bases em universidades e grupos de pesquisa. Entre as décadas de 1990 e 2015, a sociedade passou por mudanças culturais relacionadas à sexualidade, com estudos de gênero enfatizando a diversidade e o combate à homofobia (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019; SOUZA, 2012; BUENO; RIBEIRO, 2018).

A partir de 2015, os avanços na educação sexual começaram a ser ofuscados por um discurso anti-sexual, impulsionado por um crescente conservadorismo e fundamentalismo cristão. Temas como igualdade de gênero, diversidade sexual e liberdade de expressão foram associados ao comunismo e à esquerda, gerando rejeição por setores da sociedade que se opunham ao governo. Em 2018, um governo de extrema-direita associado ao fundamentalismo cristão foi eleito, adotando, de 2019 a 2022, políticas baseadas em princípios religiosos. Essa influência ideológica trouxe desafios para a promoção de uma educação sexual inclusiva e abrangente, dificultando o avanço de discussões relevantes sobre sexualidade e direitos humanos (CASSIAVILLANI; ALBRECHT, 2023). A influência política no tema

da sexualidade é notória, com o conservadorismo cristão foi fortalecida a visão restrita da educação sexual apenas como questões de sexo e sexualização dos jovens no Brasil.

Ainda considerando sexualidade no âmbito educacional brasileiro, em 1997 foi lançado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com objetivo de orientar as escolas quanto a reformulação de propostas pedagógicas, dentre os dez cadernos publicados, há um referente a orientação sexual, que visa abordar a questão da sexualidade no ambiente escolar. Entendo que a orientação em sexualidade tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dos alunos, o caderno preconiza que seja trabalhado de maneira transversal, passando por todas as disciplinas, seguindo a visão ampla de sexualidade, ou seja, seu caráter cultural, social e histórico. Após seu lançamento outros documentos educacionais foram lançados reconhecendo também a importância de abordar as questões da diversidade sexual no ambiente escolar, seja através de diretrizes específicas ou princípios, são eles: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Plano Nacional de Educação (PNE), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Plano Nacional de educação em Direitos Humanos (PNEDH) (NETO; NOZU; ROCHA, 2019; MATTA; TAQUETTE; SOUZA; MORAES, 2021).

Esses documentos reconhecem a escola como espaço fundamental para desenvolvimento e formação dos indivíduos, abordando gênero e sexualidade em conjunto com família e docentes, permitindo a manifestação das dúvidas e necessidades dos estudantes. Apesar do PCN ter lançado as bases para a implementação da educação sexual, o Brasil enfrenta desafios na efetivação dessas diretrizes. Infelizmente, não houve investimento adequado dos órgãos governamentais na formação dos professores ou em programas educacionais voltados para a temática. Após aproximadamente vinte anos da implementação do PCN, ainda não foram encontradas ações/programas de educação sexual que sigam as orientações propostas. Isso demonstra que o país carece de programas padronizados e amplamente adotados nessa área, ficando restrito a documentos e diretrizes de apoio à causa. Embora existam programas de saúde e educação, como o Programa Saúde na Escola (PSE), que abordam a sexualidade, as ações acabam sendo breves e limitadas (FULARNETTO,; LAUERMANN; COSTA; MARIN, 2018; BRASIL, 2011).

As ações existentes no país que abordam a sexualidade, como o Programa Saúde na Escola (PSE), possuem lacunas em suas práticas devido ao fato de serem atividades pontuais, sem frequência ou continuidade estabelecidas. Muitas dessas ações têm um enfoque limitado apenas no aspecto biológico, reprodutivo e

prevenção de riscos, deixando de abranger os aspectos psicológicos, sociais e culturais. Essa abordagem insuficiente se mostra inadequada, pois a realidade dos jovens na atualidade indica uma necessidade de acolhimento para além de questões biológicas. A juventude enfrenta desafios complexos de riscos sociais como também em relação à sua sexualidade, como lidar com as emoções, as relações interpessoais e a construção de identidade. Portanto, é crucial que as abordagens educacionais considerem a integralidade dessa temática para oferecer um suporte adequado e inclusivo aos jovens (BRONDANI; KOSTULSKI; MISSIO; SCHMITT; ARPINI, 2021; BRASIL, 2011).

No cenário internacional, eventos históricos importantes, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1990 e a Declaração de Pequim e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, impulsionaram a discussão sobre a educação sexual no mundo (CUMPER; ADAMS; ONYEJEKWE; O´REILLY, 2023). No entanto, um dos principais marcos nesse campo foi o lançamento do *International Technical Guidance on Sexuality Education* pela UNESCO em 2009. Esse documento não apenas estabeleceu uma base sólida para a implementação de programas de educação sexual abrangentes, com foco em direitos humanos, inclusão e respeito à diversidade, mas também enfatizou a relevância da *Comprehensive Sexuality Education (CSE)* como abordagem essencial para ações em educação sexual. A CSE tem como característica central sua abrangência, indo além de aspectos meramente biológicos, para abordar questões de gênero, identidade, orientação sexual, relacionamentos, consentimento, prevenção de violência e promoção de respeito mútuo (MICHELSEN; IVANOVA, 2022; UNESCO, 2019 ).

É necessário evidenciar que a CSE possui evidências comprovadas de impactos positivos no desenvolvimento de jovens a curto, médio e longo prazo para além de questões biológicas, como saúde sexual, prevenção de gravidez precoce e afins. Além desses aspectos, a mesma tem a capacidade de trazer resultados significativos no aspecto emocional, social e psicológico dos jovens. Ao abordar temas como relacionamentos saudáveis, consentimento, respeito à diversidade e prevenção de abusos, a CSE contribui para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, empatia e autoestima, proporcionando aos jovens uma melhor compreensão de si mesmos e dos outros (MICHELSEN; IVANOVA, 2022; UNFPA; WHO; BZgA, 2020).

## METODOLOGIA

Os dados encontrados foram revisados de acordo com o método da revisão bibliográfica do tipo narrativa, que consiste em utilizar materiais já elaborados revisando-os de forma exploratória para que haja o aprimoramento das ideias, descobertas de novas perspectivas e familiarização com o tema abordado. Essa metodologia foi escolhida como método para desenvolver o presente material devido a sua capacidade de favorecer reflexões sobre o atual contexto pandêmico e saúde mental que se caracteriza como uma problemática emergente demandando respostas rápidas e efetivas (BOTELHO,2021).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao refletirmos sobre os 33 anos desde a criação do ECA, que reconhece os jovens como “sujeitos de direitos” e destaca seu caráter emancipatório e de participação na construção desses direitos, não podemos deixar de questionar por que, na prática, os direitos relacionados à sexualidade ainda não se concretizam para os jovens brasileiros, diante dos desafios como violência, abuso sexual, intolerância e gravidez precoce que enfrentam (CASTRO; MACEDO, 2019; BRASIL,1990). Infelizmente, essa questão se torna ainda mais complexa quando percebemos a divergência entre o que está previsto nas leis educacionais brasileiras (BNCC; PCN; PNE; DCNEB; PNEDH) e a realidade vivenciada por muitos jovens, tornando o alcance desses direitos uma verdadeira utopia (CASSIAVILLANI; ALBRECHT, 2023; TRISTÃO,2022).

Percebe-se que as demandas da juventude, que poderiam ser atendidas por meio de uma educação sexual abrangente, são invisibilizadas ou não atendidas devido à falta de práticas que vão além de aspectos biológicos no país (MIRANDA, 2022; FIORINI, 2020). Nesse contexto, a psicologia pode desempenhar um papel fundamental, trazendo seus estudos de desenvolvimento humano e psicossocial para ocupar um espaço significativo. Através da psicoeducação, a psicologia pode oferecer ferramentas para serem utilizadas no contexto escolar, buscando estratégias de ensino-aprendizagem para as demandas dos alunos. Com o incentivo à reflexão crítica e o diálogo aberto, torna-se possível discutir e intervir diante da perspectiva da educação sexual, promovendo novas ações educacionais efetivas (FIGUEIRÓ, 2020)

Considerando essa conjuntura, o conceito de inovação em educação, como abordado por Michael Fullan (2007) torna-se relevante. Essa abordagem engloba a criação de novas práticas, estratégias e abordagens para melhorar os resultados

de aprendizagem dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Diante da lacuna existente entre a legislação e a prática da educação sexual no Brasil, mencionada anteriormente, o conceito de inovação pode ser uma ferramenta transformadora. Além disso, o autor ressalta a importância de aprender com experiências e referências internacionais na área da educação, enfatizando a necessidade de olhar para além das fronteiras nacionais em busca de insights e inspirações em práticas educacionais de outros países.

Convergindo a isso, Furlanetto (2018) discute que o Brasil, diante da sua realidade, necessita de novas análises e práticas de educação sexual a nível internacional a fim de identificar estratégias e abordagens significativas, destacando a CSE, por exemplo. A abordagem difundida pela UNESCO em 2009 se torna relevante para o Brasil devido ao fato de considerar aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais da sexualidade, promove a educação sexual de forma mais completa, capacitando os jovens com informações precisas e relevantes para suas vidas. Além disso, ressalta-se que é possível aplicar a abordagem da CSE no ambiente educacional brasileiro, pois seus princípios e diretrizes estão alinhados com as legislações educacionais vigentes. Dentre os documentos que abordam essas questões, podemos citar: BNCC, PCN, PNE, DCNEB e PNEDH, além do ECA (UNESCO, 2018; BRASIL, 2018; BRASIL, 1997; BRASIL, 2014; BRASIL, 2013; BRASIL, 2007; BRASIL, 1990)

Paulo Freire (1996) destaca a importância de adaptar e contextualizar as experiências educacionais autênticas de acordo com as particularidades, desafios e necessidades de cada comunidade. Nessa perspectiva, é crucial abordar o conceito da colonialidade do saber, preconizado por Quijano (2000), que aponta como o colonialismo não apenas impôs dominação política e econômica, mas também influenciou a produção, validação e disseminação do conhecimento, mantendo uma visão eurocêntrica e ocidental como hegemônica, desvinculada da realidade da América Latina. Logo, a adoção acrítica de conhecimentos produzidos em sociedades do Norte Global pode ser inadequada para corresponder à realidade do contexto brasileiro. Assim, ao considerarmos a CSE como uma abordagem relevante para o presente projeto, é fundamental sua adequação à realidade do território brasileiro (ALMEIDA, 2015).

A discussão trazida por Santos (2019) sobre a consagração de direitos humanos no Norte Global e Sul Global reforça a necessidade de adaptar a CSE ao contexto dos jovens brasileiros atuais. Sendo originado por colônias, o Sul Global enfrentou sistemas de opressão do capitalismo, patriarcado e machismo de forma mais intensa, resultando em comunidades que resistem e estão expostas a níveis elevados de fatores de risco presentes na sociedade, como violência e

intolerância. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a adaptação da CSE ao contexto dos jovens brasileiros requer uma abordagem sensível as particularidades e desafios da realidade pós-colonial enfrentados pelas comunidades locais.

Ainda tratando da adequação da CSE para as demandas dos jovens brasileiros, é fundamental destacar a importância da interseccionalidade como aliada do conceito de colonialidade do saber para uma adequação efetiva. Conforme ressaltado por Louro (2019), a interseção entre nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade tem influência significativa em como experimentamos e vivenciamos nossa sexualidade. Em um país marcado por profundas desigualdades e diversidades como o Brasil, é crucial reconhecer como essas questões interseccionais moldam as experiências e demandas dos jovens em relação à sexualidade, tornando-se um fator essencial para garantir uma educação sexual sensível e relevante à realidade brasileira (AKOTIRENE, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o presente estudo busca utilizar a abordagem da CSE como referência internacional para promover a inovação em educação, desenvolvendo coletivamente uma nova proposta educacional em educação sexual para alunos de escolas públicas do estado de São Paulo. Para alcançar esse objetivo, faremos uma adequação cuidadosa através dos conceitos de colonialidade do saber de Quijano (2000) e da interseccionalidade de Akotirene (2019), possibilitando uma perspectiva não hegemônica e reflexiva das realidades das sociedades não metropolitanas, afastando-se dos universalismos. A integração desses conceitos nos auxiliará a refletir sobre como podemos utilizar e adaptar o conhecimento internacional de maneira ética, respeitosa e alinhada com a realidade e necessidades dos participantes de nossa pesquisa. Dessa forma, pretendemos contribuir com a transformação do cenário da educação sexual do nosso país.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Pólen Livros, 2019.

ALMEIDA, E.A.; SILVA, J.F. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. *Interritórios: Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco Caruaru*, v. 1, n. 1, 2015.

ALVES, H.V.S.; MOREIRA, M.M.L.M.; SILVA, M.G.S.N. Negligência infantil, violências, relacionamentos destrutivos e encarceramento feminino: uma análise de gênero. Revista da ANPEGE. v. 17. n. 32, p. 386 - 408, 2021.

ANGROSINO, M.V. Etnografia e observação participante. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

ATAÍDES, F.B.; OLIVEIRA, G.S.; SILVA, A.A.F. A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 48, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601>>. Acesso em: ago 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BEHRENS, P.A.C. et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma violação de direitos humanos. Research, Society and Development, v. 11, n. 10, 2022.

BELLETTINE, G. Educação Infantil: os desafios dos professores mediante aos casos de violência sexual. 2021. 48.p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade Municipal de Palhoça, Santa Catarina. 2021.

BORGES, L.P.C. O futuro da escola: uma Etnografia sobre a relação dos jovens com o conhecimento escolar. 2018. 151 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BORGES, L.P.; CASTRO, P.A. A etnografia da escola: entrelaçando vozes, sujeitos, conhecimentos e culturas. Periferia, v. 11, n. 2, p. 404-423, 2019.

BORTOLOZZI, A.C. et al. Questões sobre sexualidade e educação sexual: novos paradigmas e horizontes. Bauru, SP: Gradus Editora, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466/2012, de 12 de dezembro de 2012. Brasília., 2012. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.



# EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS DO DISTRITO FEDERAL

*João Gomes Doffine<sup>1</sup>*  
*João Paulo Cunha de Menezes<sup>2</sup>*

## RESUMO

Dentro do cenário educacional contemporâneo, a Educação Sexual emerge como um tema de profunda importância e intrincada complexidade, necessitando de um tratamento minucioso e fundamentado em diretrizes oficiais de educação. Este estudo buscou investigar a representatividade da Educação Sexual em documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Caderno Série Saúde e o Currículo em Movimento do Distrito Federal, voltados ao ensino fundamental nos anos finais. Empregando uma abordagem qualitativa de análise documental, conforme estabelecido por Cellard, e uma avaliação de conteúdo guiada pela metodologia de Bardin. Os resultados destacaram a necessidade da Educação Sexual transcender uma perspectiva estritamente biológica, abordando também conteúdos sobre contracepção e prevenção das ISTs, gênero e sexualidade, contexto social e cultural e também violência sexual e de gênero. É imperativo que professores tenham uma formação mais robusta, tanto inicial quanto continuada. A integração de outros profissionais ao projeto pedagógico de Educação Sexual é fundamental, e a família desempenha um papel crucial no ensino dessa temática. Ainda, é essencial resistir a discursos conservadores que possam interferir na elaboração dos documentos oficiais, como aconteceu observado na trajetória da BNCC.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Ensino Fundamental, Documentos oficiais.

1 Graduado do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado da Universidade de Brasília - UnB, jaodoffine@gmail.com;

2 Professor Adjunto, Núcleo de Educação Científica, Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília, DF, joapauloc@unb.br.

## INTRODUÇÃO

A Educação Sexual (ES) possui diversas definições e nomenclaturas de acordo com o contexto em que é inserida. Ainda que exista um debate sobre sua melhor definição, a ênfase reside no conteúdo discutido e na maneira como é apresentado. Dentro da sala de aula, surge a oportunidade de questionar comportamentos e piadas perpetuadas pela família e sociedade, apresentando ao aluno novas formas de pensar, agir e se comportar (FURTADO; MORAES; BRÊTAS, 2020; SOUSA, 2021; SOUSA; DUARTE, 2021).

É essencial, ao discutir a relevância da Educação Sexual nas escolas, entender sua trajetória histórica no Brasil e as variadas perspectivas que a circundam, incluindo a urgência de desbiologizar a ES. Bueno e Ribeiro (2018) dividem essa trajetória em seis momentos distintos. Primeiro, entre os séculos XVI e XIX, a ênfase estava na reprodução com o intuito de povoar o território. Posteriormente, a medicina higienista liderou o debate, propondo uma visão clínica sobre os comportamentos.

Sob a influência desta perspectiva clínica, entre 1920 e 1960 - o terceiro momento - diversos autores de diferentes áreas contribuíram para o debate da ES. No entanto, este movimento foi abruptamente interrompido pelo golpe militar, instaurando o quarto momento, um período de silêncio nas discussões. Com a retomada democrática, durante o quinto momento, as conversas sobre ES ressurgiram, impulsionadas por iniciativas governamentais e lideranças destacadas. Por fim, o sexto e mais recente momento se deu com a adoção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforçada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BUENO; RIBEIRO, 2018).

A consolidação das políticas de Educação Sexual no Brasil foi destacada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Porém, para entender completamente este marco, é imperativo revisitar sua evolução histórica e os desdobramentos pós-PCNs. A educação brasileira é guiada por um conjunto de leis, diretrizes e planos que estabelecem desde sua estrutura básica até competências e habilidades almejadas. Dada a inter-relação desses documentos, uma omissão pode gerar consequências em sua sequência. Neste cenário, o propósito deste estudo é investigar a representação da Educação Sexual em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular, o Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais, e o Currículo em Movimento do Distrito Federal para Ciências Naturais no Ensino Fundamental Anos Finais, com o intuito de elucidar a abordagem desse tema e comparar seus conteúdos.

## METODOLOGIA

Este estudo utiliza a metodologia qualitativa, que se concentra na interpretação de dados não quantificáveis, valorizando significados associados a motivos, aspirações e valores. Reconhecendo a influência mútua entre o pesquisador e a pesquisa, o trabalho emprega uma análise documental. A análise documental, uma ferramenta qualitativa, permite examinar uma variedade de documentos ainda não analisados cientificamente, como relatórios e revistas. Seguindo os procedimentos de Cellard (2008), analisamos preliminarmente os seguintes documentos: i) a Base Nacional Comum Curricular, ii) Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e iii) o Currículo em Movimento do Distrito Federal.

Utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2016) nos documentos destacados, foram estabelecidas categorias como “Conhecimentos sobre anatomia e fisiologia do sistema reprodutor”, “Conhecimentos sobre concepção e prevenção de ISTs”, “Conhecimentos sobre gênero e sexualidade”, “Conhecimentos sobre contexto social e cultural” e “Conhecimentos sobre violência de gênero e sexualidade”. Estas categorias auxiliaram na interpretação e avaliação da adequação e atualização da abordagem da Educação Sexual nos documentos analisados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na categoria “Anatomia e Fisiologia Reprodutiva”, a BNCC (BRASIL, 2018) destaca a habilidade “(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade, levando em conta a influência dos hormônios sexuais e do sistema nervoso” para o 8º ano do EF Anos Finais. Contudo, o Caderno Série Saúde não aborda objetos de conhecimento nesta categoria. Por outro lado, o Currículo em Movimento do DF (DISTRITO FEDERAL, 2018) estabelece para o 6º ano o objetivo de “Relatar as transformações físicas e psíquicas que ocorrem na puberdade”, e para o 8º ano, enfatiza a atuação de hormônios sexuais, glândulas e o papel do sistema nervoso nas transformações da puberdade.

A BNCC foca apenas nos hormônios sexuais e omite temas cruciais como ciclo menstrual, ejaculação e concepção, gerando uma lacuna, visto que os currículos e livros didáticos são baseados na BNCC. O Currículo em Movimento, embora mais abrangente, também omite tais temas.

Barbosa et al. (2020) discutem a falta de informação sobre anatomia e fisiologia, destacando que essa ausência de informações gera medo nos estudantes. Esses autores também ressaltam que a escola é um espaço privilegiado para

abordar a ES. Além disso, eles apontam que a família muitas vezes não consegue superar os tabus associados ao tema e indicam um entendimento equivocado da sexualidade, limitando-a ao ato sexual em si. Franco, Marinho e Silva (2020) adicionam a esta discussão a visão biológica predominante na abordagem do corpo dentro do contexto escolar. Segundo essa perspectiva, o corpo é considerado padrão, ignorando as variações anatômicas na genitais que vão além de sua forma e tamanho, incluindo as possibilidades intersexos. Os autores ainda relatam as dúvidas dos estudantes em relação à atuação dos hormônios em corpos transgêneros e travestis, bem como a importância de utilizar a nomenclatura sistema genital em vez de sistema reprodutor.

Dentro da categoria “Contracepção e Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis”, destacam-se os seguintes resultados: a BNCC enfatiza a habilidade

EF08CI09: Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção (BRASIL, 2018).

Por outro lado, o Caderno Série Saúde destaca o tema “Prevenção à DSTs/ AIDS e da gravidez na adolescência” (BRASIL, 2020). O Currículo em Movimento do DF, para o 6º ano, lista objetivos como conhecer e comparar métodos contraceptivos, entender a importância da atitude informada na escolha destes métodos, e pesquisar sobre gravidez na adolescência (DISTRITO FEDERAL, 2018). Para o 8º ano, seus objetivos incluem conhecimento sobre métodos contraceptivos, a compreensão de ISTs, seus agentes causadores e métodos de prevenção, enfatizando a orientação médica e a educação na prevenção (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Ao analisar esses resultados, percebe-se que o Currículo em Movimento do DF tem uma abordagem mais abrangente que a BNCC e o Caderno Série Saúde, distribuindo seus objetivos em dois anos letivos. O Caderno Série Saúde, por sua vez, situa-se como um tema transversal, permitindo abordagens variadas em diferentes disciplinas.

Estudos como os de Chaves et al. (2014) e Carneiro et al. (2015), indicam que muitos adolescentes iniciam a vida sexual precocemente. Embora tenham acesso a informações, isso não necessariamente leva a uma mudança de comportamento. Surpreendentemente, muitos jovens usam as mídias sociais como

fontes de informação, embora estas nem sempre ofereçam dados corretos ou completos (BARBOSA et al., 2020). Nesse contexto, uma abordagem educacional eficaz poderia envolver o uso dessas informações das mídias sociais para esclarecimento e correção.

O estudo de Chaves et al (2014) demonstrou que adolescentes, principalmente entre 13 e 19 anos, em escolas públicas do Ceará, evitavam o uso de preservativos por mitos relacionados ao tema. Isso pode levar a comportamentos de risco. Furtado, Moraes e Brêtas (2020) realizaram uma intervenção com adolescentes de 10 e 11 anos, constatando conhecimento insuficiente sobre HIV-AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). A literatura sobre adolescentes, especialmente relacionada ao início da atividade sexual, seus hábitos e suscetibilidades a ISTs, ainda é escassa (CARNEIRO et al., 2015). Mesmo assim, é evidente que abordar temas como ISTs e métodos contraceptivos é vital, conforme evidenciado pelos autores citados. A questão não é apenas incluir o debate sobre ISTs no currículo, mas garantir uma educação sexual ampla e holística.

A categoria sobre “Gênero e Sexualidade” aparece na BNCC no 8º ano com a habilidade “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).” O Caderno Série Saúde não aborda nenhum objeto de conhecimento relacionado a gênero e sexualidade. O Currículo em Movimento apresenta o objetivo no 6º ano do EF “Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais.” (DISTRITO FEDERAL, 2018). Além disso, aparece também no 8º ano

“Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnicorraciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais. Discutir sobre a responsabilidade e o respeito que cada indivíduo deve ter com o seu próprio corpo e com o dos outros.” (DISTRITO FEDERAL, 2018)

A BNCC reconhece a multidimensionalidade da sexualidade, abordando aspectos como o corpo (biológico), as normas sociais (sociocultural), a expressão dos afetos (afetiva) e o consentimento e respeito (ética). No entanto, é válido observar que a identidade de gênero não é explicitamente mencionada, embora seja igualmente importante e necessária. O Caderno Série Saúde, por sua vez, perde outra oportunidade de deixar claro a necessidade de trabalhar questões de gênero e sexualidade por professores de diversas disciplinas, uma vez que essas são construções sociais. No Currículo em Movimento do DF, há uma repetição

quase idêntica em dois anos diferentes sobre a importância de os alunos entenderem que os pais devem respeitar suas identidades de gênero e sexualidades. No entanto, essa abordagem é misturada a outros aspectos que são importantes. Além disso, o Currículo em Movimento destaca que os estudantes precisam respeitar seus próprios corpos e os corpos de outras pessoas.

É correto afirmar que as sexualidades e identidades de gênero, que são construídas históricas e culturais no Brasil, são aprendidas e transmitidas pela família, escola, mídias sociais. No entanto, é dentro da escola que ocorre a oportunidade de transformação por meio do questionamento do cotidiano (FRANCO; MARINHO; SILVA 2020; QUEIROZ, ALMEIDA, 2017; SOUSA; DUARTE, 2022).

Os autores Franco, Marinho e Silva (2020) destacam que é um equívoco vincular os marcadores biológicos às feminilidades e masculinidades. A biologia por si só não é capaz de explicar as identidades de gênero e sexualidades, e essa associação excluiria corpos dissidentes, uma vez que a genitália não define o gênero. Com base na pesquisa de Queiroz e Almeida (2018), fica evidente que a adolescência é uma fase em que surge a preocupação com o próprio corpo e com os comportamentos sociais e sexuais que estão em conformidade com os estereótipos de gênero. Maia e Ribeiro (2011) enfatizam a importância da escola nesse contexto, pois ela desafia esses estereótipos, ajuda na construção de valores pessoais e promove uma visão positiva da sexualidade.

Além disso, a escola desempenha um papel fundamental ao esclarecer os mecanismos de repressão e abordar aspectos importantes para que a ES seja libertária. Filha (2017) traz à tona a discussão sobre as diferentes nomenclaturas utilizadas na ES, como por exemplo, Orientação Sexual. Essa discussão reflete um local de disputa, uma vez que é por meio da linguagem que atribuímos valor às coisas, definimos o que é certo ou errado e criamos conceitos e nomes. E, talvez por isso, a linguagem neutra gera muitos conflitos e confusão, pois ela coloca em evidência as normas sociais e construções culturais sobre o que é considerado masculino/feminino, assim como a exclusão de corpos que não se enquadram exclusivamente nos dois gêneros.

A categoria sobre “Contexto Cultural e Social” não possui habilidades específicas na BNCC. O Caderno Série Saúde também não aborda objetos de conhecimento relacionados a essa categoria. No entanto, o Currículo em Movimento apresenta o objetivo no 6º ano do EF Anos Finais “Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais.” (DISTRITO FEDERAL, 2018). Da mesma forma, no 8º ano do EF, o objetivo é “Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em

relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais” (DISTRITO FEDERAL, 2018). Esses objetivos parecem visar a compreensão e o respeito pelas diversas diferenças presentes na sociedade, incluindo aspectos culturais, étnicos, de gênero e orientação sexual.

Embora a BNCC não apresente de forma explícita os conteúdos relacionados ao contexto cultural e social, é importante reconhecer a importância desses temas para a formação integral dos estudantes. As mídias sociais frequentemente abordam questões relacionadas à tolerância, preconceito, normas sociais e violência, que fazem parte do cotidiano dos alunos dentro e fora da escola.

Autores como Maia e Ribeiro (2011), Sousa (2021), Sousa e Duarte (2022), Rodrigues, Brandão e Modesto (2022) destacam a importância de abordar essas questões na educação, pois elas refletem a realidade vivida pelos alunos e contribuem para a construção de uma sociedade emancipatória, inclusiva. Portanto, trazer e questionar o cotidiano na educação uma forma efetiva de trabalhar o contexto social e cultural da ES, permitindo que os alunos compreendam e analisem as relações de poder presentes na sociedade.

Sousa (2021) apresenta uma análise do pensamento freiriano e das contribuições da feminista *bell hooks*, enfatizando a importância de problematizar a realidade como um meio de construir um mundo democrático, antirracista e anti heteronormativo. Nessa perspectiva, são evidenciadas as opressões vivenciadas e a necessidade de mudança de comportamentos para promover uma educação libertária. Além disso, Sousa e Duarte (2022) apresentaram os resultados de uma pesquisa realizada com mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais, refletindo sobre a função social da escola em assumir a problematização do gênero e das sexualidades. Para as autoras, a escola deve ser um espaço de apoio e libertação, dando voz aos sujeitos dissidentes nos espaços escolares e contribuindo para a construção de projetos educacionais inclusivos.

Franco, Marinho e Silva (2020) destacam a importância de uma abordagem dialógica por parte dos professores para a construção do conhecimento dos alunos no contexto da ES. Reconhece-se que a ES é um tema cheio de nuances, por isso é fundamental escutar ativamente os alunos. A adoção de uma metodologia dialógica e participativa contribui para uma atuação efetiva no processo de ensino e aprendizagem (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017). Durante a fase do adolescer, os jovens passam por mudanças emocionais e comportamentais. É importante ressaltar que, sem a escuta atenta, é improvável que os adolescentes se sintam à vontade para compartilhar suas experiências, angústias e dúvidas. A escuta empática e sensível do professor é importante para os alunos tirarem suas dúvidas.

Outro aspecto que pode ser explorado é o tema de conflitos familiares com um aspecto relevante no contexto social e cultural da ES. De acordo com Carneiro et al. (2015), é sugerido uma abordagem que envolva uma mudança de perspectiva dos estudantes em relação aos seus pais. Além disso, Queiroz e Almeida (2017) identificam que os conflitos familiares são uma questão demandada pelos alunos, ou seja, eles expressam a necessidade de discutir essa questão.

Os adolescentes, em seus diversos espaços de convívio, frequentemente enfrentam conflitos oriundos das normas sociais que necessitam ser revisitadas. Com acesso a uma vasta quantidade de informação, muitas vezes ausente das salas de aula, essa realidade evidencia a urgência de preparação adequada dos educadores e destaca a relevância de uma abordagem transversal na Educação Sexual (ES) (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017; FILHA, 2017; SOUSA; DUARTE, 2022).

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não trate especificamente da categoria “Violência Sexual e de Gênero”, o Caderno Série Saúde introduz um objeto de conhecimento focado na “Prevenção à Sexualização Precoce” (BRASIL, 2020). O Currículo em Movimento do DF, por sua vez, estabelece no 6º e no 8º ano do Ensino Fundamental diretrizes que enfatizam a responsabilidade e o respeito às diversidades (DISTRITO FEDERAL, 2018). No entanto, a falta de ênfase na temática da violência é notável. Salientar o respeito é vital, mas não é sinônimo de abordar diretamente a violência. Dada a crescente prevalência de feminicídios, racismo e a alarmante estatística do Brasil em relação à violência contra pessoas trans/travestis, a necessidade de incluir tais discussões nas escolas é imperativa.

É crucial reconhecer que a integração e atualização de temas da ES em documentos oficiais, como a BNCC e o Currículo em Movimento do DF, podem enfrentar resistências. Os desafios estruturais da educação, como as condições salariais e instabilidades da carreira docente, são evidências claras da necessidade de uma reestruturação ampla para assegurar educação de qualidade em todas as frentes, incluindo a ES.

Ao comparar esses documentos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nota-se uma redução no escopo da ES. Os PCNs posicionavam a ES como um tema transversal, abrangendo diversas dimensões (BRASIL, 1997). A articulação de temas como sexualidade, contexto social, violências e preconceitos é essencial para uma abordagem holística da ES. A colaboração interdisciplinar é crucial, reforçando que o educador não deve ser o único responsável, mas sim um facilitador do diálogo (MAIA; RIBEIRO, 2011; BARBOSA et al., 2020).

Incorporar a família no ambiente escolar pode ser uma estratégia valiosa para compartilhar responsabilidades, respeitando valores familiares e expondo diferentes perspectivas (FURTADO; MORAES; BRÊTAS, 2020; MAIA; RIBEIRO,



2011). A história brasileira é permeada por narrativas conservadoras que, por vezes, restringem a evolução da ES. Um exemplo é o movimento “Escola Sem Partido”, que reflete um conservadorismo histórico e tende a deslegitimar identidades e experiências não heteronormativas (SOUZA; DUARTE, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas, fica evidente que os documentos oficiais relacionados à Educação Sexual apresentam lacunas significativas em suas abordagens. A categoria “anatomia e fisiologia reprodutiva” foi simplificada, focando principalmente em hormônios sexuais. Embora a categoria “Contracepção e Prevenção de ISTs” seja mais detalhada, sua conexão com os demais aspectos da Educação Sexual é limitada. A abordagem sobre “Gênero e Sexualidade” é rasa e os objetivos nas categorias “Contexto Cultural e Social” e “Violência Sexual e de Gênero” parecem distantes das necessidades contemporâneas.

O Caderno Série Saúde, ao ser mais explorado, poderia permitir uma abordagem interdisciplinar, envolvendo mais educadores no processo e maximizando o potencial pedagógico do ambiente escolar. É fundamental que os documentos oficiais passem por uma revisão e atualização, refletindo as demandas atuais da Educação Sexual. Sugere-se a realização de pesquisas que busquem entender as necessidades e perspectivas tanto dos estudantes quanto dos educadores no contexto da educação básica.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luciana Uchôa et al. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 4, p. e2921-e2921, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016, 277 p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: [http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos\\_tematicos/caderno\\_saude\\_consolidado\\_20102022.pdf](http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_saude_consolidado_20102022.pdf). Acesso em: 26 jan. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno saúde, educação alimentar e nutricional / Ministério da educação; curadoria Maria Luciana da Silva Nóbrega. - Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série temas contemporâneos transversais).

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

CARNEIRO, Rithianne Frota et al. EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: UMA ABORDAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR. SANARE - **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAVES, Ana Clara Patriota et al. Conhecimentos e atitudes de adolescentes de uma escola pública sobre a transmissão sexual do HIV. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, p. 48-53, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais - Anos Finais. 2. ed. Brasília, 2018.

FILHA, Constantina Xavier. Educação para a (s) sexualidade (s): carregar água na peneira?. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017.

FRANCO, Ronan Moura; MARINHO, Julio Cesar Bresolin; SILVA, Fabiane Ferreira da. Relato de uma experiência de estágio supervisionado em ciências desenvolvida a partir da perspectiva da educação para a sexualidade. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 3, n. 1, p. 340-356, 2020.

FURTADO, Beatriz Moreira; MORAES, Silvia Piedade de; BRÊTAS, José Roberto da Silva. As Infecções Sexualmente Transmissíveis na perspectiva de adolescentes na pré-puberdade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 31, n. 1, 2020.

QUEIROZ, Vanessa dos Reis; ALMEIDA, Janie Maria de. Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 209-214, 2018.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

RODRIGUES, Lorena Gonçalves; BRANDÃO, Fernanda Dias; MODESTO, João Gabriel. Identificação política e sua relação com as atitudes diante da educação sexual. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 33, p. 1062, 2022.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Praxis educativa**, v. 16, p. 1-18, 2021.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de; DUARTE, Denise Alves. Problematizar sexualidades dissidentes na escola? O que dizem mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 59, p. 30-42, 2021.

# DESCONSTRUINDO UNA: ABUSO INFANTIL, MEMÓRIA TRAUMÁTICA E O POTENCIAL DOS QUADRINHOS PARA DISCUTIR A CULTURA DO ESTUPRO

*Leiliane Germano<sup>1</sup>*

## RESUMO

Narrar uma situação traumática nem sempre é um processo fácil. Muitas memórias dolorosas são deixadas no esquecimento por medo ou vergonha. Dessa forma, experiências envolvendo abusos sexuais na infância ou adolescência ficam por muitas vezes no silêncio, o que impede inclusive que a denúncia seja feita. É exatamente essa situação vivida por Una, na graphic novel autobiográfica *Desconstruindo Una*. Na obra, a personagem passa por abusos sexuais na infância e vive um processo de trauma causado pela culpabilização da vítima, o que a impede por anos de contar o que aconteceu. O presente artigo analisou como a memória traumática da personagem foi representada na HQ e como essa narrativa possibilitou que ela falasse sobre essa violência, apresentando o potencial dos quadrinhos para criar uma ponte de diálogo sobre o tema “cultura do estupro” e o público infanto-juvenil. Foi possível identificar, como as representações gráficas e a reconstrução das fases vividas pela personagem foram capazes de auxiliar nesse debate acerca do abuso infantil e dos impactos que o silenciamento das vítimas pode causar inclusive na saúde mental delas. As HQ's possuem um potencial imagético que conseguem alcançar diversas faixas etárias e níveis de conhecimento, o que as tornam potenciais ferramentas para introduzir discussões sobre temas como assédio, estupro e violência contra mulheres.

**Palavras-chave:** Cultura do estupro, Histórias em quadrinhos, Abuso infantil, Memória traumática, Narrativa.

---

<sup>1</sup> Mestra em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [leili.germano@gmail.com](mailto:leili.germano@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

As imagens sempre fascinaram a humanidade. Desde os tempos das cavernas elas estão presentes nos momentos de registro de fatos que ficaram na memória. Seja através das pinturas, desenhos feitos à mão ou as histórias em quadrinhos, a partir de traços, formas e linguagem não verbal, o universo visual é capaz de nos remeter a fatos representados, memórias e relatos autobiográficos.

Segundo Miorando (2019, p. 1), os mesmos mecanismos que estão presentes na memória autobiográfica também estão presentes nos quadrinhos. Para o autor, ambos são formados por fragmentos, caso contrário não poderiam ser interpretados. Em uma história autobiográfica em quadrinhos, o autor transfere todo o processo vivido e as referências presentes na realidade para o universo gráfico. Essa mediação feita pela memória se dá em reflexos de lembranças do passado.

Os espaços entre os quadros, as cenas selecionadas e o que será enfatizado ou não, nada mais é do que uma seleção da memória. Dessa forma, em autobiografias em quadrinhos, a subjetividade também está presente na narrativa. Além disso, a narrativa autobiográfica construída de forma visual, também se torna um potente mecanismo para o resgate de situações difíceis de se narrar de forma oral ou apenas escrita. Um exemplo de situação do tipo é a violência sexual contra mulher, em que muitas vezes a vítima recorre ao medo e ao silêncio para se resguardar. Silenciamento que pode gerar até mesmo o medo de denunciar tal crime.

Encontramos uma situação semelhante na *graphic novel* *Desconstruindo Una*. A obra foi lançada originalmente em 2015 e em 2017 foi vencedora do Prêmio Grampo de Bronze. A autobiografia mescla jornalismo e histórias em quadrinhos e levanta temas como violência contra mulheres, estupro de vulnerável, desigualdade de gênero, culpa e responsabilidade social. A autora britânica, que usa o pseudônimo de Una, narra sua infância em uma Inglaterra extremamente conservadora no fim dos anos 1970 e traz para os quadrinhos sua experiência como sobrevivente de violência sexual.

Em uma entrevista dada a jornalista Carolina de Assis e publicada no portal Vitralizando em 2019, Una conta porque escolheu os quadrinhos pra narrar sua história de trauma e violência. A autora, sofreu dois abusos sexuais, sendo um na infância e outro na adolescência. Ao resgatar suas memórias e ilustrá-las, Una explica como o recurso visual se tornou uma ferramenta para expressar tal narrativa. Por isso, o presente artigo visa analisar como a memória traumática da personagem Una foi representada na autobiografia em quadrinhos.

## MEMÓRIA E AUTOBIOGRAFIAS: A RECONSTRUÇÃO DE UM FATO VIVIDO

De acordo com Souza (2013, p. 17), dar um testemunho ou relatar algo vivido implica em reconstruir parte de uma história, ou seja reviver mentalmente e recriá-la conforme a percepção do narrador. Aquele que decide narrar tal evento, está necessariamente inserido no contexto de sua narrativa, conseqüentemente dará uma angulação conforme suas lembranças e ponto de vista.

Não é possível testemunhar “de fora”: “o testemunho é, via de regra, fruto de uma contemplação: a testemunha é sempre testemunha ocular”. No ato de testemunhar, o narrador não mobiliza exclusivamente sua memória visual e fotográfica para reconstruir o cenário do evento: a ênfase que dará em alguns pontos em detrimento de outros; os elementos que escolhe, ainda que inconscientemente, trazer ou não para sua narrativa; a forma como ordena esses elementos; tudo isso é fruto de um processo de resgate da memória muito mais complexo do que se pode supor à primeira vista (SOUZA, 2013, p. 17)

Pinheiro, Chavez e Ferraz (2009, p. 3) ressaltam que ainda assim essa exposição do passado, “(re)construído pelo testemunho” a partir do olhar do presente, abre espaço para uma possível generalização de um novo significado para esse mesmo acontecimento passado. Segundos os autores, essa generalização pode ocorrer por não ser um ato isolado, mas por corresponder a várias experiências acumuladas e vividas.

Segundo Nora (1993, p. 9), a memória é um fenômeno sempre atual a partir do momento que sempre traz ao presente lembranças do passado. Ela está inclusive suscetível a transformações, já que não se acomoda em apenas detalhes, mas também vive de lembranças vagas e representações simbólicas que podem ir e vir na mente dependendo dos gatilhos que a estimulem.

Ao se reunir memórias é importância levar em consideração tais recortes e generalizações. Segundo Pollak (1989, p. 7-8), o enquadramento da memória, alimenta-se do material fornecido pela história e da interpretação feita a partir de diversas referências associadas com esse passado.

Por isso, Locke (1999, p. 52) chama a memória de “armazém de ideias” presente dentro da mente humana. E é nesse armazém que são resgatadas recordações que a partir da interpretação se conecta a fatos que aconteceram no passado. Esse ato de trazer a lembrança à tona é visto como passivo, mas ganha representações internas quando passa a ter o discurso autobiográfico.

Ao começar a definir autobiografia Curi (2013, p. 35) parte do conceito de intenção. Para o autor, quando alguém “conta a sua história ou parte de sua história, estamos diante de uma autobiografia. O leitor é avisado disso e está ciente de que lê fatos que aconteceram com este autor” (CURI, 2013, p. 35). Porém é possível refutar a veracidade dos fatos narrados, uma vez que “aquilo que está escrito nada mais é do que uma interpretação e, portanto, apresenta elementos ficcionais editados ou, até, inventados” (CURI, 2013, p. 35).

Como a autobiografia é “um espaço de reflexão do eu sobre sua própria constituição”, conforme detalharemos mais para frente, o sujeito seria apto, de acordo com essa abordagem, de perceber sua imagem da maneira que considera mais adequada e, assim, caracterizar sua identidade atribuindo sentido à sua experiência (CURI, 2013, p. 35).

A interpretação dos fatos ao revivê-los na narrativa autobiográfica traz consigo uma formatação própria do narrador. Barbosa (2019, p. 17-18) explica que o passado só existe em nossas representações mentais. Ou seja, em uma autobiografia a narrativa é construída pelo olhar de quem descortina tais lembranças. A autora também destaca que o passado não é algo fixo, mas sim “é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos. O passado é o vínculo memorável estabelecido a partir do presente” (BARBOSA, 2019, p. 18). Dessa forma, a memória torna-se um conector que alimenta o passado e o liga ao presente.

Ao discorrer sobre esse tema, Lejeune (2008, p. 34), que é referência nos estudos autobiográficos, aborda o pacto existente entre autor e leitor. Para o leitor que busca uma autobiografia está bem claro que o autor narra fatos e passagens de sua própria vida, mesmo que sejam adaptados, repletos de metáforas ou criações pessoais. Dessa forma, autobiografia é uma narrativa elástica que parte do presente em relação ao passado e não precisa ser completamente fiel a realidade. Segundo o autor, o objetivo de uma obra assim “não é a simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro. Não o ‘efeito do real’, mas a imagem do real” (2008, p. 36). Curi (2013, p. 39) explica que quando o leitor aceita como “verdadeira” a história contada pelo narrador o pacto está firmado.

Por isso, Barbosa (2019, p. 21) ressalta que falar de memória é também discorrer sobre três dimensões fundamentais: “ela é sempre posicionada, é do presente e se estabelece na dialética entre lembrança e esquecimento” (BARBOSA, 2019, p. 21).

Nesse artigo, chamamos a atenção para o processo de memória de vítimas de violência sexual. No caso de mulheres violentadas, o ato de testemunhar seu

trauma, revivê-lo na memória é também lembrar do que se pretendia esquecer. Como ressalta Ricœur (2007, p. 455), não é possível lembrar de tudo igualmente, principalmente por causa dessa tentativa de esquecimento. A narrativa de um trauma se torna seletiva, ou seja, não inclui apenas a experiência de quem viveu essa experiência, mas também a experiência alheia, de quem de alguma forma participou do momento.

Segundo Pinheiro, Chavez e Ferraz (2009, p. 10) não é possível anular a própria história, por isso somente tais mulheres que passaram por essa experiência de violência, “cada uma delas em particular, em unicidade no tempo e espaço históricos, podem dar a exata percepção do que tal agressão” (PINHEIRO, CHAVEZ E FERRAZ, 2009, p. 10).

## **TRAUMA, QUADRINHOS E MEMÓRIA: A HQ DESCONSTRUINDO UNA**

Segundo Maldonado e Cardoso (2009, p. 46), o termo trauma significa “lesão ocasionada por um agente externo” (MALDONADO, CARDOSO, 2009, p. 46). Ao complementar a explicação sobre o termo, Seligman (2000, p. 84) ainda destaca que o trauma é um dano emocional que se torna uma ferida na memória. Além disso, Maldonado e Cardoso (2009, p. 46) lembram que desde os primeiros estudos sobre o tema, vários autores reafirmaram que a experiência traumática pode ser em diversos casos algo indizível, ou seja algo que vai além da capacidade de representação. Mas então como representar o indizível?

Quando se narra um trauma se quebra uma bolha e se expõe algo às vezes que a própria mente tentou esquecer. Para Seligman (2008, p. 66) “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar esse sentido primário do desejo de renascer” (SELIGMANN, 2008, p. 66). Entretanto, se para muitas pessoas é tão difícil representar tais traumas em palavras ou expressão oral, uma forma que pode colaborar na reconstrução dessas memórias é o processo artístico e visual, representado aqui nesse artigo pelas histórias em quadrinhos.

Segundo Eisner (1989, p. 104), a partir dos elementos visuais presentes nos quadrinhos, é possível representar emoções e sentimentos. Para ao autor, gestos, cenários e até mesmo roupas quando bem escolhidos pelo ilustrador conseguem passar a mensagem até mesmo quando não existem falas.

Xavier (2018, p. 11) também destaca que as HQ's possuem uma linguagem mais autônoma, utilizando assim seus próprios mecanismos para representar os elementos narrativos. Conforme a autora, “a fala e o pensamento das personagens geralmente aparecem em balões, que simulam o discurso direto e a língua



oral”. Dessa forma, a representação de traumas ou situações difíceis de se reviver encontram nos quadrinhos uma forma mais fácil de serem expostas e narradas.

## **DESCONSTRUINDO UNA E A NARRATIVA DO TRAUMA EM QUADRINHOS**

Ao aproximar quadrinhos e o conceito de memória, Miorando (2019, p. 19) afirma que ambos são muito parecidos já que são formados por fragmentos, e para que sejam interpretados é preciso que “a pessoa que os utiliza empreste uma forma e um sentido para eles” (MIORANDO, 2019, p. 19). Do contrário, como mesmo enfatiza o autor, sua leitura não seria possível.

A história em quadrinhos só é uma comunicação eficiente porque os autores usam a narrativa como uma transferência de forma que esta medie o mundo e o leitor. Essa mediação é efetuada pela memória, seja através do inconsciente coletivo, da bagagem cultural ou dos comportamentos e associações que o leitor pode depreender. O autor de quadrinhos reconfigura o mundo para o leitor de uma forma a dar ordem a ele, fazendo uma “superdeterminação”, dentro de um mecanismo de transferência e projeção (MIORANDO, 2019, p. 19).

Os quadrinhos também são seleção de fatos, passagens, símbolos e sequências que serão ilustradas. Uma das funções do quadrinista é selecionar quais cenas são mais importantes e quais podem ficar de lado sem interferir na construção daquela narrativa. Segundo, Miorando (2019, p. 38) a seleção de quadros “encapsulados de tempo e de espaço, arranjados deliberadamente pelos autores, se interconectam com os demais quadros da página para que” o próprio leitor complete tais sequências em seu imaginário.

Essa compilação se dá através da memória pregressa de situações vivida nos cotidiano e que propiciam o mecanismo que Scott McCloud (2005) batizou de fechamento. O fechamento é a condição narrativa que o leitor assume quando completa as lacunas dada pela sarjeta - o espaço em branco entre um quadro e outro - no layout de uma página de história em quadrinhos. As histórias em quadrinhos, assim como a memória, não são mais do que a soma entre a paisagem mental e o tempo fracionado (MIORANDO, 2019, p. 38).

Esse é o caso da *graphic novel autobiográfica Desconstruindo Una* (2016) que a partir de suas memórias narra os diferentes processos de abuso sexual vivido por Una, personagem e pseudônimo da autora. A narrativa tem início no ano de 1977, quando Una foi vítima de abuso sexual aos 10 anos, por um homem chamado

Damian. Aos 12, ela sofreu novamente abusos, dessa vez por um garoto chamado Terry. Mais tarde, o agressor foi o seu namorado. Diante de tais crimes, a personagem recebe o diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático e anos mais tarde consegue reconstruir sua vida aos poucos.

Durante a HQ *Desconstruindo Una*, acompanhamos vários fragmentos de suas memórias sobre como aconteceram os abusos sexuais sofridos pela autora. De acordo com Miorando, (2019, p. 38-39), ao utilizar o conceito de memória para compreender uma narrativa em quadrinhos, precisamos levar em consideração a paisagem mental com o tempo fracionado compreendido nessas lembranças.

Em *Desconstruindo Una* a personagem discorre sobre o medo e vergonha sentidos após o abuso sexual e principalmente como ela se culpa pelo crime sofrido. É possível notar em diferentes passagens da narrativa o peso dessa responsabilização imposta à vítima, tentando atribuir a todo momento uma relação entre o seu comportamento e o crime.

**Figura 1** – Una carregando um peso nas costas



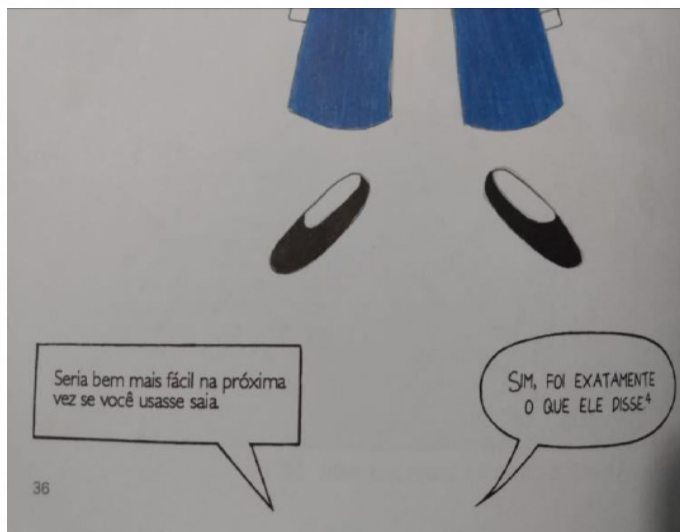
**Fonte:** Desconstruindo Una, 2015.

De acordo com Curi (2013, p. 45), quando discutirmos experiências traumáticas dentro de autobiografias, não podemos nos prender apenas ao factual, pois é preciso lembrar que o que está sendo descrito, e nesse caso ilustrado, também é fruto de uma lembrança com reflexos emocionais sobre um acontecimento incomum. Por isso, tais sentimentos “se modificam, são revividos, reinterpretados de maneiras absolutamente pessoais, impossíveis de serem experimentados de uma forma equivalente por outro indivíduo. Isso os torna irrepresentáveis” (CURI, 2013, p. 45).

Ao falar sobre tais fragmentos e reflexos de memória, Nora (1993, p. 12-13) lembra que “os lugares de memória, são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12). Dessa forma, os momentos traumáticos são narrados a partir de fragmentos, detalhes que ao se juntarem reconstroem o acontecimento vivido.

Kolk e Hart (1995, p. 163) consideram a memória traumática como uma atividade solitária, pois ela não é endereçada a terceiros, mas sim uma representação mental relacionada a algo vivido. Dessa forma, “memórias traumáticas são fragmentos de experiências avassaladoras que não foram assimiladas e que precisam ser integradas a esquemas mentais e transformadas em linguagem narrativa” (KOLK e HART, 1995, p. 176). Nota-se que na passagem em que Una conta como foi o segundo abuso cometido por um homem chamado Terry, ela usa de uma lembrança relacionada à roupa em que estava para criar uma ponte e ligar fragmentos para reconstruir a cena vivida na infância. Ao lembrar que a calça jeans de boca de sino era um modelo muito usado na década de 1970, ela menciona que Terry a disse que “seria bem mais fácil na próxima vez” se ela usasse saia (UNA, 2015, p. 36).

**Figura 2-** Lembranças do trauma



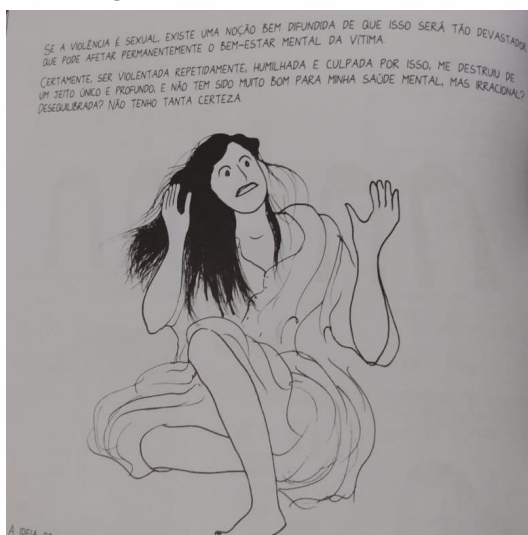
**Fonte:** Desconstruindo Una, 2015.

Quando o ato de narrar um fato real se refere a um acontecimento traumático, que expõe o indivíduo à dor e ao sofrimento físicos e psicológicos, esse resgate da memória pode ser ainda mais complexo. Retirar tais memórias do passado é o mesmo que retirar o trauma e colocá-lo novamente à frente do narrador. Souza (2013, p. 22-23) destaca que narrar um trauma não significa inclusive esquecê-lo ou normalizar o passado.

Nessa situação, os movimentos de memórias são inseparáveis dos movimentos de esquecimento, em ambos os casos promovidos muitas vezes por ações involuntárias, que nos levam a esquecer de partes do que ocorreu e lembrar-se de coisas que não aconteceram (SOUZA, 2013, p. 22 e 23).

Narrar um trauma é, dessa forma, voltar a ele sem garantias de que se irá superá-lo. Ainda que narrar um testemunho possa significar “uma forma de esquecer, de normalizar o passado”, “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”, que acompanha sempre sua vítima e causa inclusive danos à saúde mental (SOUZA, 2013, p. 22-23). Vemos isso acontecer na obra quando Una fala sobre os anos após os abusos e como todo o processo traumático da violência somado à cultura de responsabilização da vítima fez com que a sua saúde mental fosse prejudicada.

**Figura 3-** Trauma mental de Una



**Fonte:** Descosntruindo Una, 2015.

É importante ressaltar que não apenas o estupro, mas também a banalização de crimes assim e a culpabilização da vítima geram graves traumas. De acordo com Brownmiller, (1975, p. 13), a existência de uma cultura que se apoia e banaliza o estupro parte do pressuposto de que a sexualidade masculina é naturalmente agressiva, enquanto a feminina é vista como passiva. Dessa forma, exige-se socialmente das mulheres o comportamento de polidez, delicadeza e de não confronto. Dessa forma, o crime de estupro passa a ser banalizado a tal ponto que a culturalmente acredita-se que “elas sempre querem” mesmo que digam não para o agressor.

E é nesse contexto que naturaliza o comportamento do estupro e exige da mulher tais receios para não ser violentada, que surge o conceito de culpabilização da vítima. De acordo com Magalhães (2014, p. 3), ao encontrar meios para justificar o crime, a sociedade patriarcal torna o estupro algo aceitável, naturalizando-o e apontando fatores da vítima que justifiquem a violência como roupa usada, estado de embriaguez, proximidade com o agressor, etc.

Dessa forma, para as vítimas de um trauma extremamente intenso somada à responsabilização da vítima a consequência gerada pela situação frequentemente é “a destruição do consciente e da capacidade de discernimento entre o real e o irreal” (SOUZA, 2013, p.24). Souza explica que a potência do acontecimento traumático e a “incapacidade de recepção de um evento que vai além dos ‘limites’ da nossa percepção” acabam por produzir um efeito perverso na realidade da vítima (SOUZA, 2013, p. 25). Em *Desconstruindo Una*, essa destruição da realidade se dá quando a adolescente passa a se sentir perseguida na rua ou até mesmo vigiada em diferentes momentos de sua rotina.

**Figura 4-** Una passa a viver com medo



**Fonte:** Desconstruindo Una, 2015.

Diante de tais consequências geradas pelo trauma, muitas mulheres não conseguem expressar e contar sobre suas histórias, guardando as memórias em subconsciente. Souza (2013, p. 25) ressalta que essa dificuldade de expressar o trauma e até mesmo a dificuldade de compressão de quem acompanha o fato “pelo lado de fora” dificultam ainda mais o compartilhamento dos fatos através de uma narrativa.

O desejo por compartilhar o sofrimento vivido opõe-se num dilema à consciência que a vítima tem da incomunicabilidade do trauma. Os “outros”, aqueles que não participaram do evento trágico, por mais que ouçam repetidas vezes o testemunho dos sobreviventes, dificilmente conseguirão atingir a real compreensão do que lhes é narrado (SOUZA, 2013, p. 25).

Como já mencionado nesse artigo, em muitos casos se expressar de forma escrita e até mesmo oral tornam-se meios difíceis para narrar tais acontecimentos. Dessa forma, as histórias em quadrinhos com seu potencial imagético e principalmente oferecendo a possibilidade de total preservação da identidade da vítima, torna-se uma potencial ferramenta para a construção de narrativas autobiográficas de situações traumáticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso corpo também é um lugar de memória. É o local onde se reúnem marcas, lembranças e histórias. Esses registros se tornam ainda mais fortes em vítimas de violências e traumas. É comum que mulheres vítimas de violência lembrem-se com clareza das dores, dos hematomas ou da voz do agressor. Ainda que o restante das cenas apareçam na memória como fragmentos ou reflexos de imagens. No caso em que vítimas ainda passam pelo processo de culpabilização, essas dores permeiam o corpo físico e o campo mental.

Ao abordar o trauma relatado através da obra *Desconstruindo Una*, pode-se perceber como o universo dos quadrinhos foi importante na reconstrução das cenas vividas pela autora na infância. Esse espaço visual permite inclusive que trechos das lembranças sejam representados sem necessariamente estarem fiéis ao momento vivido no passado. Por isso, Curi (2013, p. 203) ressalta que o “espaço autobiográfico é o que melhor representa, se podemos dizer assim, o espaço da memória” (CURI, 2013, p. 203).

Além disso, os quadrinhos também não estabelecem distinção clara entre o real e o ficcional, nesse caso Una pode permanecer sem revelar em momento algum a sua identificação, usando apenas o pseudônimo. Em casos de violência sexual ou até mesmo outras agressões, muitas mulheres acabam lidando com o sentimento de culpa e vergonha. Dessa forma, a HQ autobiográfica e o pseudônimo puderam manter a identidade da autora em sigilo.

A representação em quadrinhos autobiográficos se aproxima muito mais de uma narrativa realista a partir do momento em que representação é conduzida pelo próprio personagem que viveu tais histórias. Além disso, a HQ apresenta uma

agilidade textual e uma despreocupação com formalidades textuais que também aproxima o leitor do fato narrado. Dessa forma, cria uma ponte lúdica entre o público infanto-juvenil e o tema, abrindo espaços para debates importantes que devem ser feitos desde cedo acerca de assuntos como abuso sexual, educação sexual, machismo e respeito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Carolina. **Papo com Una, autora de Desconstruindo Una:** “Sem o feminismo, minhas experiências não faziam sentido”. Disponível em:< <https://vitralizado.com/hq/papo-com-una-autora-de-desconstruindo-una-sem-o-feminismo-minhas-experiencias-nao-faziam-sentido/>>. Acesso em: 5 out, 2020.

BARBOSA, Marialva. **Comunicação, história e memória:** diálogos possíveis. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/matrizas/article/view/157646>>. Acesso em: 10 ago, 2020.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will:** men, women and rape. New York: First Ballantine Books Edition, 1975.

CURI, Fabiano. **Desenhos da memória:** autobiografia e trauma nas histórias em quadrinhos. Disponível em:< <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269965>>. Acesso em: 5 ago, 2020.

KOLK, B. e HART, O. **“The Intrusive Past:** The Flexibility of Memory and the Engraving of Trauma”. In. \_\_\_\_\_ C. CARUTH, Trauma: Explorations in Memory (pp 158-182). Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano.** São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

MIORANDO, Guilherme. **Histórias em quadrinhos e memória:** algumas aproximações. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/338354368\\_Historias\\_em\\_quadrinhos\\_e\\_memoria\\_algumas\\_aproximacoes](https://www.researchgate.net/publication/338354368_Historias_em_quadrinhos_e_memoria_algumas_aproximacoes)>. Acesso em: 18 ago, 2020.

MAGALHÃES, Livia. **A culpabilização da mulher vítima de estupro.** Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/27429/a-culpabilizacao-da-mulher-vitima-dem-estupro-pela-conduta-do-seu-agressor>>. Acesso em: 2 out, 2020.

MALDONADO, Gabriela; CARDOSO, Marta Rezende. **O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias.** *Psicanálise Clínica*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.45- 57, 2009 .

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história:** a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História, v.10. São Paulo, PUC, 1993.

PINHEIRO, Douglas. CHAVEZ, Isivone. FERRAZ, João. **Narrativa e superação do trauma:** a memória de mulheres vítimas de violência doméstica. Disponível em:< <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/gt7/gt07p04.pdf>>. Acesso em: 10 ago, 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Catástrofe e representação.** São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

\_\_\_\_\_. **Narrar o trauma:** a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *PSIC. CLIN.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 65 - 82, 2008.

SOUZA, Vivian. **A memória traumática da tortura:** contribuições do debate acadêmico para as possibilidades de reabilitação e esquecimento. Disponível em:<<https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/historiacom/article/view/113>>. Acesso em: 20 ago, 2020.

UNA. **Desconstruindo Una.** São Paulo: Nemo, 2015.



XAVIER, Glayce. **Histórias em quadrinhos**: panorama histórico, características e verbo-visualidade. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28128>>. Acesso em: 1 set, 2020.

# RELATO DE EXPERIÊNCIA DA OFICINA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMBATIVAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO DENTRO DA SALA DE AULA

*Azure Flora<sup>1</sup>*  
*Amanda Bortoluzo<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este Relato de Experiência traz uma reflexão crítica sobre o projeto de formação ministrado na II Jornada de Educação Popular intitulado “Práticas Pedagógicas Combativas à Violência de Gênero dentro da Sala de Aula”, realizado no ano de 2019 na cidade de São Paulo, com o intuito de estreitar os saberes compartilhados por diferentes segmentos da Educação, como cursinhos populares e alternativos de São Paulo e seu interior. A oficina foi dividida em dois módulos, onde na primeira etapa foram explanadas as referências acerca da construção da história da sexualidade (FOUCAULT, 2001) e os desdobramentos para dentro de sala de aula. Após isso foram dadas questões acerca de possíveis situações que poderiam ocorrer em âmbito escolar. A oficina buscava não estabelecer resultados diretos, mas possibilitar uma melhor análise sobre as causas e a preparação didática dos mesmos. Em função disso, este trabalho é de cunho qualitativo, baseado em informações extraídas da oficina e revisão de literatura sobre o tema. A oficina se baseou na concepção dialética de se construir o conhecimento, fazendo um recorte histórico que introduzisse os educadores a temática, tornando-a assim de fácil compreensão e acesso. A ideologia determina as bases e os caminhos. O objetivo foi capacitar professores que encontram desafios ao instituir práticas pedagógicas contra violência de gênero dentro de instituições escolares, gerando debates sobre a diversidade sexual e de gênero, se pautando na importância deste discurso dentro do cotidiano escolar. É a legitimidade da discussão acerca da sexualidade que está em questão. A possibilidade de ampliar o efeito das ações é pautado numa educação permanente sobre estratégias de combate à discriminação e às lgbtqi+ fobias.

**Palavras-chave:** Pedagogia Combativa, Formação Docente, Violência de Gênero, Diversidade Sexual.

1 Mestrando do Curso de Educação Comunicação e Cultura em Periferias da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, [floraif@hotmail.com](mailto:floraif@hotmail.com)

2 Mestranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, [@mandabcar@gmail.com](mailto:@mandabcar@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

**P**odemos considerar que ainda é embrionário o processo da escola se tornar palco de discussões sobre gênero e sexualidade. Apesar de ser necessário o avanço dessa narrativa, devemos considerar o desencadeamento histórico-socioespacial que resultou em algumas afirmativas conservadoras a respeito deste tema e que expressam a manutenção dos dispositivos de poder (FOUCAULT, 1979) instaurados dentro da instituição escolar.

Sempre que nos indagados acerca do porquê da necessária utilização do ensino de gênero e sexualidade nas escolas, uma parte dos educadores progressistas se apegam à justificativa de que a aprendizagem possibilitará a redução de casos de abusos sexuais infantis dentro e fora dos espaços educacionais, sendo esta umas das consequências positivas do engajamento nessas discussões. Entretanto, apesar de ser de extrema relevância diminuir as taxas exorbitantes de abuso infantil - pois no Brasil são mais de 180 mil crianças vítimas de abuso sexual anualmente e 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa (TEMER, 2022) - para além dessa possível diminuição é necessário ambicionar outros horizontes que não legitimem a ordem, mas sim, possam subvertê-la, discutindo a materialidade concreta e os porquês de mazelas como esta afetarem tanto nosso país.

Dentro das escolas, não é de hoje que se observa a existência de projetos de homogeneização dos sujeitos que de alguma forma rompiam com a normativa social, estrutural e estética (ARENDR, 2012).

Pessoas PCDS (Pessoa com Deficiência), pretas, indígenas, amarelas, gordas, lésbicas, gays, bissexuais, crianças transviadas, não binárias de alguma forma não se sentiam pertencentes ao todo, como se não se encaixassem no espaço que foram designadas a ficar (FOUCAULT, 1979). A partir do entrelugar, ou seja, de um arranjo espacial que se caracteriza como fronteira, que não separa, mas aproxima, existe uma busca por representatividade em outras redes (LEAL, 2017). E, no que tange à elaboração de uma inteligência coletiva, se observa o atravessamento que a cibercultura passou a ter neste processo, principalmente a partir dos anos de 1990 (LEMONS, 2002, LÉVY, 2001). Seu território não era mais uma limitação a partir deste contato, mas sim uma potência de não ser mais refém de sua localidade, sendo assim, a imagem dominante da rede de Castells (1999) se apresenta como uma nova figura do poder, algo que se disseminou na América Latina, como ilustra o trecho a seguir:

A rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus

membros; pela horizontalidade das relações entre seus elementos. [...] a rede opera por meio de um processo de radical desconcentração de poder. (CASTELLS, 2003).

É justamente essa descentralização do poder que possibilitou o avanço dessa corrente identitária que acabou por negar as produções antissistêmicas feministas produzidas desde os anos de 1960, que tinham como intenção o não empoderamento da família, mas sim, o fim da mesma (LEAL, 2017), visto a sua influência na construção social de todas as opressões que serão pontuadas neste artigo.

O feminismo foi sendo extremamente retraído ao eixo externo da instituição familiar, ou seja, tanto as relações radicalizadas, LGBTQIANP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais, Pansexuais e demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero) e no tocante à prostituição não foram alvo do debate até o resgate das epistemologias decoloniais (PEREIRA, 2012).

Vislumbrar o fim da organização familiar não quer dizer romper com as vinculações de autocuidado e de afeto, mas produzir uma nova estratégia política decolonial exige entender que nosso processo político econômico internacional é de reorganização da divisão do trabalho, onde o Brasil ocupa cada vez mais o lugar de produtor agropecuário para exportação, possibilitando uma retomada intensa das relações coloniais e intensificando também a racialização. O que se atrela ao que vem sendo demonstrado ainda de maneira mais cruel nos últimos anos, nos quais as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no Brasil, fruto do histórico colonial escravagista: elas representam mais 67% dos casos notificados em 2020, dos quais 61% são de mulheres pardas e 6% pretas, como mostram dados levantados (TEMER, 2022).

Tal argumentação só pode ser compreendida a partir do entendimento lógico da sistematização da categoria gênero diante a força de trabalho que cada sujeito desempenha, o qual diretamente produz a masculinidade tóxica. Masculinidade criminosa e capitalista, que agride, violenta e tira a potência de vida de diversas pessoas. Esta mesma que começa a ser construída na primeira infância, tendo a escola papel fundamental no sentido de ressignificar tais reproduções de violência identitária.

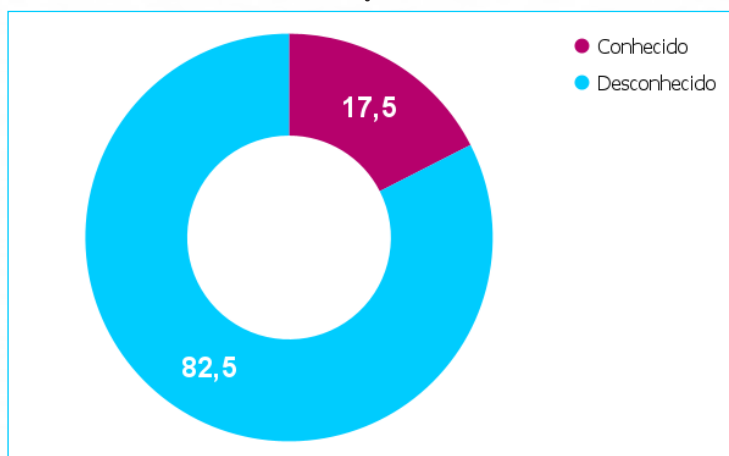
Compreender a função estruturante da família e este sentido concretamente violento nos faz enxergar que quem está neste polo externo a esta instituição irá ter essa violência se expressando em suas necessidades sociais. Para melhor percepção, foram justamente as lutas nos EUA de mulheres negras pelo direito à maternidade, com a intenção de que o Estado pudesse pagar pelo seu trabalho

reprodutivo, que inauguraram a narrativa de que ele se caracteriza enquanto ofício, a partir de uma perspectiva política que apontava para epílogo da família (DAVIS, 2016).

Apesar de ser indispensável o acesso às redes, a fuga por outras perspectivas para além da escola minimizou os desdobramentos das estratégias políticas, esvaziando a pauta, focando apenas em uma ação paliativa para superação dessas violências.

Um exemplo prático foi a inserção de banheiros sem gênero nas escolas. Como resolver essa problemática sem pensar no fator temporalidade? Como superar 4000 anos de exploração misógina e patriarcal de subjugação do corpo feminino em algumas décadas? De que jeito superar o abuso infantil sendo que na maioria dos casos a vítima conhece seu agressor?

**Gráfico 1** - Relação vítima e autor



**Fonte:** Anuário de Segurança Pública 2020

A compreensão da homofobia e a necessidade real em combatê-la é algo recente em nosso território brasileiro. O debate em torno de políticas para a educação que incluam os temas do reconhecimento da diversidade sexual e do respeito a ela vem ganhando espaço aos poucos, nas discussões internacionais também. Porém, mesmo sendo uma discussão recente, pode-se afirmar que existe um movimento importante em sociedades ocidentais - pelo menos naquelas fundadas em uma matriz laica\* e democrática - de debate e implantação de projetos e programas de educação sexual que respeitem a diversidade. Podemos colocar de forma sintética que as condições contemporâneas para a emergência da inclusão de um debate em torno da diversidade sexual na educação (no contexto brasileiro) estão associadas à ação dos movimentos sociais LGBTQIA+\*\* (lésbico,

gay, bissexual, transexual, transgênero/travesti, queer, intersexual, assexual e outros), que se fortaleceram no Brasil na virada dos anos 1980/1990 em relação direta ou indireta com a epidemia da aids e com a redemocratização do país.

No desenrolar dos encontros para elaborar o projeto de formação ministrado na II Jornada de Educação Popular intitulado “Práticas Pedagógicas Combativas à Violência de Gênero dentro da Sala de Aula”, realizado no ano de 2019 na cidade de São Paulo, diversos materiais foram trazidos para debate em conjunto, debate este que estruturou a apresentação da Oficina depois. Com o intuito de estreitar os saberes compartilhados por diferentes segmentos da Educação, como cursinhos populares e alternativos de São Paulo e seu interior, o encontro aconteceu durante um fim de semana e foi deveras proveitoso. Os grupos de reflexão com as/os professoras/es evidenciaram a dificuldade de mudança do código moral exercido durante toda a nossa construção, onde se questionava sobre as “verdades” relacionadas à sexualidade e ao gênero era construído como “proibido” - como um dos participantes da oficina relatou. Refletir acerca do que está circunscrito como objeto e/ou repreensível em um contexto heteronormativo remete para o “outro”, como sempre, o “diferente”. Assim se pensando, há uma grande dificuldade dos corpos em incluírem-se na diversidade existente. Se o “outro” é diferente e ruim, porque o serei? A força do dispositivo normativo constrói os corpos e endurece as possibilidades de constituir-se para além daquilo que a norma permite. Tomamos como verdade e cremos ser nossa “identidade sexual e de gênero”, assumida como própria, autêntica, totalmente natural e individual, sem tocarmos ao longo da vida neste assunto.

Quando a norma tem dificuldade de ser reiterada nas performances de gênero e da sexualidade, a necessidade de reflexão parece emergir. Várias/os professoras/es procuraram a formação nessa oficina porque se confrontaram com situações do cotidiano escolar dos cursinhos com as quais não se sentiam habilitadas/os para lidar. Encontramos durante o dia de encontro preocupações éticas, posições políticas, histórias familiares e pessoais que produziram experiências bem elaboradas que, por fim, puderam se somar durante a Oficina.

## METODOLOGIA

Pensando na quebra de estigmas sobre o tema sexualidade e gênero nas escolas, elegeu-se como base teórica as reflexões da filósofa Judith Butler. Bem como ela, escolhemos dentre os textos trazidos em conjunto a professora e escritora bell hooks, em especial sua categoria crítica e sua interface com uma educação transgressora/radical como prática da liberdade.

Em função disso, este trabalho é de cunho qualitativo, baseado em informações extraídas da oficina ministrada na II Jornada de Educação Popular intitulado “Práticas Pedagógicas Combativas à Violência de Gênero dentro da Sala de Aula” e revisão de literatura sobre o tema. Assim, contará, sobretudo, com a ajuda de alguns estudiosos da área.

O que se almeja aqui é fomentar a reflexão crítica sobre as diferentes perspectivas pelas quais podemos criar alternativas de enfrentamento e superação do cenário homofóbico que encontramos por entre os muros dos cursinhos e da instituição Escola.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As teorias educacionais e as inúmeras disciplinas que constituem os cursos de formação docente pouco ou nada dizem sobre as corpos e os prazeres das/os estudantes (HOOKS, 2013). Há uma separação entre professor e aluno. Este último ainda é visto como inferior e passivo, o que em nada poderia contribuir para a aprendizagem em sala de aula. É preciso aprender a transgredir com o modelo de educação bancária (FREIRE, 2018) de forma radical, a fim de avançar em algumas esferas da vida estudantil, sem pré-conceitos. Para que isso aconteça é fundamental romper com certos paradigmas homofóbicos e discriminatórios.

A heterogeneidade e a complexidade das políticas públicas de educação podem ser exemplificadas pela análise de James Sears (2005), onde ele sintetiza que mesmo em contextos diferentes, a base argumentativa de implementação de ações combativas dentro das escolas utiliza enunciados que vem na verdade do campo ao qual pertence a psicologia. Por esta razão, acreditamos que seja importante pensar a articulação destes saberes no interior das políticas públicas também! Nas áreas educacionais, de licenciatura, e, quem sabe, repensar o papel da escola no interior do dispositivo da sexualidade.

A educação escolar pode ser definida como integrante do dispositivo da sexualidade e como agenciadora do biopoder, do controle e da normalização heteronormativa. Onde se constrói a ideia social do “normal” e o “outro não normal” (BUTLER, 2002). Do mesmo modo, a escola pode ser pensada como uma forma fundamental de acesso à igualdade de direitos. Judith Butler sugere que a construção no espaço público da legitimidade de um saber que integre verdadeiramente a diversidade sexual e de gênero em nossas culturas pode nos ajudar a ultrapassar o modo de assujeitamento de incorporação da homossexualidade. Ela afirma que:

Quando certos tipos de perdas são estrangulados por um conjunto de interditos culturalmente prevalentes, nós podemos esperar a emergência de uma forma de melancolia culturalmente prevalente que marca a interiorização do luto ausente e a impossível ligação homossexual. E lá, onde não existe nem reconhecimento, nem público suscetível de nomear e portar tal luto, a melancolia produz graves consequências culturais (BUTLER, 2002).

Se os adolescentes LGBTQIA+ se sentem vulneráveis no seio da escola, é também porque eles o são dentro de suas famílias. Assim sendo, considerando a escola como essencial ao desenvolvimento das crianças, que ali passam uma parte não negligenciável de suas vidas, e que ali devem poder se sentir em segurança e se realizar, qualquer cidadão tem o direito de exigir que o sistema educativo leve em consideração os adolescentes LGBTQIA+, que se encontram hoje sem referências, reconhecimento e/ou em sofrimento (TANHIA, 2004:132).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educadoras/es salientaram, ao longo dos encontros, que percebiam um diferencial desta formação em relação a outras oferecidas anteriormente, pois a inclusão da discussão das sexualidades não hegemônicas, com a abordagem das travestilidades, transexualidades e bissexualidades, não havia sido feita até então dentro das escolas. Manifestaram seu agrado em relação à discussão jurídica destes temas e a abordagem dos direitos sexuais como direitos humanos. Para muitos/as, estas questões não eram percebidas como uma questão de direitos, mas do âmbito íntimo e individual.

A necessidade do tema foi trazida para o debate, e algumas/uns professoras/es construíram iniciativas de trabalho dentro de suas salas de aula. Acreditamos que as transformações neste campo são lentas, que elas necessitam de apoio oficial mas, mesmo sem ele, as iniciativas pontuais aqui e ali produzem modificações importantes no cotidiano. A escola que passa a respeitar a professora travesti e assume seu nome social mostra que modificações pouco prováveis há dez anos no contexto escolar são possíveis no Brasil atual. A escola sozinha não vai modificar a sociedade, mas o conjunto de ações - no embate político, na mídia, na produção de saberes voltados para este campo, na escola e nos cursinhos - produz a força necessária para construirmos um mundo no qual os direitos não sejam definidos pela hierarquia da moral sexual.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando toda a discussão e a dura abertura de brechas neste cotidiano enrijecido e naturalizado pela imposição das normas de conduta e de moral, relativas ao gênero e à sexualidade, ouvimos a queixa que permeiam o relato das/os professoras/es: estão sobrecarregadas/os, têm de dar conta de muita coisa, são muito cobradas/os e responsabilizadas/os. O que favorece a falta da procura docente ao tema do combate à violência de gênero nos espaços educacionais.

Acreditamos que a conjugação de estratégias de formação permanente com o trabalho com grupos nas escolas seja uma proposta potente. Não deixar de falar sobre as corpos dentro da sala de aula e seus anseios de vida. Acreditamos que o processo com maior possibilidade de ampliar o efeito das ações de formação passa pela criação de centros de suporte e acompanhamento nas secretarias de Educação para as iniciativas das/os educadoras/es trabalharem sobre pedagogias combativas à violência de gênero dentro da sala de aula.

Existe também a necessidade de que o Ministério da Educação assuma a produção de material “didático” (sejam livros, filmes, sites e afins) que possibilitem às/aos professoras/es ampliar a legitimidade de suas propostas no jogo político interno às escolas.

Projetos como os que construímos estão se propondo a intervir no campo do gênero sem o viés da prevenção da aids ou da gravidez na adolescência. A originalidade destas ações pode indicar o início do reconhecimento moral/social da população jovem não heterossexual construindo assim um lugar para a escola que possibilite o incremento da liberdade e das possibilidades de viver em toda a sua potência, sem os estigmas pré-construídos sobre o assunto e com a possibilidade de construção de saber em comunhão com os alunos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. BRASIL. CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**: principais resultados. 2019.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Revista Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CARVALHO, L. G. G. C. de. **Direito à informação e liberdade de expressão.** São Paulo: Editoras. Com, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONGRESSO GALEGO-PORTUGUÊS DE GEOGRAFIA. **Por uma nova Geografia.** Portugal, p.179, 2001.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo, edº3, p.27, 2015.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço.** Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, p.103, 2000.

EXAME. Temos mais dados do que nunca. Como usá-los a nosso favor? São Paulo, ed. Redação, 2021. Disponível em: <https://exame.com/carreira/dados-uso-favor/> Acesso em: 22 de março de 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 58. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.245.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade? Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HEBDIGE, Dick. **Subcultura: El significado del estilo.** Tradução: Carles Roche. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A. 2004.

HODGES, C. (et al). **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning.** Educause Review, 2020.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical:** Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

LEAL, Wellthon. **A construção das identidades dos Homossexuais Masculinos a partir do Consumo das Divas Pop.** Dissertação, UFPE, Recife, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 2020.

NUNES, Cláudia. **Avaliação da aprendizagem no ensino online: Em busca de novas práticas.** São Paulo: Edições Loyola, fevereiro de 2006, p. 1-201.

MACEDO, R. M. **Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado.** Tese (doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MACEDO, R. M. **Políticas educacionais e a questão do acesso ao ensino superior: notas sobre a deseducação.** Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 28, n. 2, p. 26-31, 2019.

MATTOS, Amana R. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia.** Revista Periódicos. Rio de Janeiro, 2020.

MOREIRA, M. A. Mapas conceituais e aprendizagem significativa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.  
PEREIRA, Severino; AYROSA, Eduardo. **Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. Organ. Soc.** Salvador, v.19, n.61, p.67, junho de 2012.

PARREIRAS, Carolina, MACEDO, Renata. **Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas: Cientistas sociais e o coronavírus.** Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 485-500, março, 2020.

SANTOS, Livia Pessanha Boeschstein. **Eu nasci assim: Uma análise subcultural da cultura de fãs de Lady Gaga e Beyoncé no Rio de Janeiro.** Dissertação defendida no Programa de Pós- Graduação em Comunicação da PUC-Rio, 2017.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura.** Petrópolis, Vozes, 1974.

VELLOSO, Luciana; THIAGO, Ana; SILVA, Karoline. **Práticas Docentes na Cibercultura e o Esperançar de Professoras na Pandemia; Possibilidades Educativas Para Tornar o Inédito Viável.** *Revista Docência e Cibercultura* Rio de Janeiro. v.5, n. 3, p. 152-174, dezembro, 2021.

TEMER, Luciana. Violência Sexual infantil, os dados estão aqui para quem quiser ver. **Anuário de Segurança Pública**, p. 4-11, junho, 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Culture is Ordinary in Resources of Hope: Culture, Democracy and Socialism.** Londres, 1968.

## PRA MELHORAR - RODA DE CONVERSA: “RECONHECENDO A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA”

*Autor: Fábio Costa Melo<sup>1</sup>*

*Orientador do Trabalho: Leonardo da Cunha Mesquita<sup>2</sup>*

### INTRODUÇÃO

**D**iante as demandas sobre as questões de gênero e sexualidade observadas na realidade escolar, cujo fato mais preocupante foi o caso de estudantes trans sofrendo transfobia de colegas, discussões sobre gênero e sexualidade foram levantadas na sala de coordenação para que o assunto fosse debatido entre as/es/os profissionais da educação do Centro de Ensino Fundamental 102 Norte de Brasília. Assim, foi identificada a necessidade de uma abordagem mais direcionada às/aos estudantes, com ações voltadas ao combate à LGBTIfobia. A partir dessas inquietações, desenvolvemos uma ação interventiva, configurada de modo a promover o debate e a reflexão sobre hábitos e atitudes positivas, bem como estimular o protagonismo em ações anti-LGBTIfóbicas. Essa ação foi muito bem aceita e avaliada pelas/es/os estudantes; porém, mesmo com as ações desenvolvidas, percebemos que atitudes LGBTIfóbicas por parte de algumas/es/ns estudantes continuavam arraigadas e atravessadas pela minimização ou negação da problemática.

Nesse sentido, é importante entender que

(...) heterossexuais garantem seus privilégios opondo-se às pessoas LGBTQIA+, homens opondo-se às mulheres, brancos aos negros. É necessário questionar a lógica binarista para que possamos questionar a legitimidade dada a apenas algumas determinadas identidades no contexto escolar, especialmente, visto que os discursos que circulam na escola tendem a normalizar um padrão heterossexual e

1 Mestrando do Curso de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília - DF, [costamelofabio@gmail.com](mailto:costamelofabio@gmail.com);

2 Professor orientador: doutorando, Programa de Pós-graduação em Linguística - UnB, [leocafe77@gmail.com](mailto:leocafe77@gmail.com).

cisgênero, mesmo diante de uma diversidade sexual e identitária materializada nos corpos de seus/suas estudantes<sup>3</sup>

A ação foi desenvolvida dentro do projeto “Pra Melhorar” do Serviço de Orientação Educacional, o SOE, da unidade escolar pública aqui já citada, visando estimular o interesse e a criatividade, mas também trazer ações práticas para melhorar a vida das/es/os estudantes dentro e fora da escola. Propõe-se, então, um espaço de escuta e acolhimento sobre questões emocionais, visando promover ações de saúde e experiências culturais através dos objetivos da orientação educacional para fomentar o convívio social e o desenvolvimento integral da/e/o estudante<sup>4</sup>. “Pra melhorar” teve como inspiração a música da cantora e compositora Marisa Monte e, assim como sugere a letra, busca ver a beleza da vida apesar das suas dificuldades.

Ao atender estudantes que sofriam LGBTfobia na escola, eu revisitava minha própria história. Caía ali na dualidade de querer ser um agente transformador e, às vezes, ficar paralisado. Realizava os atendimentos na sala do SOE, tentando dar o maior apoio possível utilizando também minha experiência de vida, por ser um homem gay e ter sofrido com a homofobia enquanto estudante na Educação Básica. Contudo, sentia que o acolhimento não bastava; eu precisava fazer mais, queria fazer mais. Era preciso extrapolar os atendimentos e levar a discussão não só para a sala de coordenação, mas também para as salas de aula.

Como apoio, procurei o projeto ‘EAPE vai à Escola’<sup>5</sup> para auxílio na formação com as/es/os professoras/es na sala de coordenação. Iniciar com uma ação de formação continuada era fundamental para provocar algumas reflexões necessárias nas/es/os docentes, pois é

(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática.<sup>6</sup>

3 CAFÉ, 2020, p.41.

4 O(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. OP da Orientação Educacional na SEEDF, 2019.

5 EAPE - Sigla para Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. O projeto “EAPE vai Escola” é uma iniciativa da Diretoria de Organização do Trabalho Pedagógico e Pesquisa (DIOP) e está de acordo com a Portaria nº 55, de 24 de janeiro de 2022. <https://www.eape.se.df.gov.br/eape-vai-a-escola/>

6 FREIRE, 2021, p.40

O tema da formação escolhida foi “Gênero, Diversidade Sexual e Educação”, conduzida pelo professor formador Leonardo Café. O resultado foi uma participação provocadora e esclarecedora sobre a diferença de identidade de gênero e orientação afetivo-sexual, sobre o uso de nome social para estudantes que se identificam como transsexuais, estratégias para utilização de banheiro, além da discussão de conceitos como cisheteronormatividade e interseccionalidade. Após essa formação com as/es/os professores, decidi me aprofundar, fazendo o curso de formação continuada “Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola”<sup>7</sup>, na EAPE, também com o professor Leonardo Café.

O percurso formativo do curso me proporcionou várias reflexões e debates sobre gênero, sexualidade, machismo, LGBTfobia, racismo, sexismo, misoginia e sobre como esses comportamentos se manifestavam nas relações tecidas entre as diversas pessoas da comunidade escolar. Mais do que a reflexão, as aulas - apoiadas nas normativas e legislações - estimulavam a importância de entender os tipos de violências enfrentadas por corpos específicos e propor ações de conscientização e enfrentamento.

Como uma das atividades avaliativas desse curso era propor uma ação pedagógica na escola, surgiu a ideia de promover a ação interventiva “Roda de Conversa Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola”, que se integrava tanto como atividade da formação continuada a qual estava engajado, quanto como projeto macro da Orientação Educacional, mais especificamente na etapa “Conversar Pra Melhorar”.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A escola pública, em suas diversas realidades e condições, segue no desafio de superação para ofertar um ensino de qualidade. O fato do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans e travestis<sup>8</sup> nos faz refletir sobre o papel importante da escola na formação dos direitos humanos. Não apenas simplesmente do direito à educação, mas uma educação que permita a vivência dos corpos dissidentes.

7 O percurso “Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola” faz parte de um ciclo de formação chamado “Repensando Gênero e Diversidade Sexual na Escola”, cuja carga horária se compõe de 120 horas no total. Dentro do eixo de Diversidades e Inclusão, esse percurso tem como objetivos principais reconhecer a existência de uma diversidade sexual de corpos que vai para além da cisheteronormatividade e proporcionar um debate crítico acerca de questões importantes como a percepção das violências estruturais resultantes da LGBTfobia. Plano de trabalho- 2/2022 - Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola - RDSE.

8 O número de assassinatos no Brasil é três vezes maior que o segundo colocado no mundo, México com média de 50 mortes. <https://antrabrazil.org/>

O caminho para a superação das desigualdades sociais consiste principalmente em considerar as necessidades das pessoas que estão na base da problemática, ou seja, aquelas/es que são menos favorecidas/es/os nas relações socioculturais. Assim, considerar suas necessidades vai além de entender suas demandas básicas; é buscar caminhos nas diversas esferas organizacionais e políticas para a validação das lutas pela emancipação. Nessa perspectiva,

(...) são as ações sociais “de baixo” as que podem nos situar no caminho para a emancipação em relação aos valores e aos processos de divisão do fazer humano hegemônico. O direito não vai surgir, nem funcionar, por si só. As normas jurídicas poderão cumprir uma função mais em concordância com o “que ocorre em nossas realidades” se as colocarmos em funcionamento - a partir de cima, mas sobretudo a partir de baixo -, assumindo desde o princípio uma perspectiva contextual e crítica, quer dizer, emancipadora.<sup>9</sup>

A escola, como uma representação do Estado e com potencial para buscar a transformação social visando superar as desigualdades, precisa cumprir seu papel ao educar para a vida, compreendendo as necessidades a partir da perspectiva da/e/o estudante. A sala de coordenação, nos seus processos pedagógicos, deve-se voltar para o enfrentamento do fracasso escolar e para a promoção de uma cultura de paz. Logo, precisa legitimar as necessidades das/es/os educandas/es/os.

No que se refere ao reconhecimento da diversidade sexual na escola, é necessário promover ações anti-LGBTQIAfóbicas e não mascarar a problemática, apagando as contradições típicas do espaço escolar ao dizer que a escola não aceita o bullying de forma generalizada. As violências precisam ser identificadas, nomeadas e classificadas para que as ações sejam direcionadas de forma contínua e sustentável.

Para ser verdadeiramente democrática, a escola precisa combater de forma ostensiva qualquer tipo de discriminação, e isso não ocorre por meio de um projeto pontual; deve ser permanente. A escola deve ser um espaço no qual se lute pelos direitos humanos, pois, como Freire (2021) defende, “faz parte igualmente do pensamento correto a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, classe e gênero ofende a essência do ser humano e nega radicalmente a democracia.”<sup>10</sup>

Ainda nessa discussão, Herrera Flores (2008) destaca que

9 HERRERA FLORES, 2008, P.18.

10 FREIRE, 2021, p.37.



(...) a ideia que inunda todo o discurso tradicional reside na seguinte fórmula: o conteúdo básico dos direitos é o “direito a ter direitos”. Quantos direitos! E os bens que tais direitos devem garantir? E as condições materiais para exigi-los ou colocá-los em prática? E as lutas sociais que devem ser colocadas em prática para poder garantir um acesso mais justo e uma vida digna?<sup>11</sup>

É a mesma ideia generalista para a educação: que todas as pessoas têm a mesma capacidade, que depende do esforço de cada um, desconsiderando assim as condições para a aprendizagem. Os discursos LGBTIQIAfóbicos se sustentam na ideia de que tais assuntos não podem ser discutidos na escola, que as crianças e adolescentes não estão na faixa etária para falar sobre diversidade afetiva-sexual e de identidade de gênero. Se toda criança e adolescente tem direito à educação, então ela precisa de ferramentas para frequentar a escola. Uma dessas ferramentas é o respeito à sua orientação afetiva-sexual e identidade de gênero.

## METODOLOGIA

A primeira etapa do processo foi o desenvolvimento do material (slides) e da seleção de vídeos adequados para a faixa etária das/es/os estudantes pelas/es/os mediadoras/es. Com o material finalizado, foi definido um cronograma de desenvolvimento das rodas de conversa nas turmas.

No dia das rodas, o primeiro passo foi a preparação da sala de aula com os pufes em formato de “U” e a sala com a luz mais baixa para criar um ambiente confortável e acolhedor. A primeira atividade da roda é uma dinâmica para introduzir o assunto. Algumas perguntas pontuais foram utilizadas para fomentar o debate, sem explicar as temáticas da roda de conversa. Assim como no curso, a atividade se configurou de modo a refletir sobre os padrões excludentes da sociedade, para depois refletir nas violências dentro da escola e, por fim, se adentrar no tema “Orientação Afetiva/Sexual e Identidade de gênero”.

Foram utilizadas várias imagens e vídeos pelas/es/os mediadores como apoio na explicação sobre Orientação Afetiva/Sexual e Identidade de gênero de forma que as discussões pudessem ser menos abstratas e mais reais. Nesse sentido, a diversidade de corpos nessas imagens e também a polifonia nos vídeos foram critérios importantes para a percepção de uma maior representatividade que muitas vezes não se materializa nos livros didáticos e demais atividades pedagógicas às quais as/es/os estudantes têm acesso normalmente.

<sup>11</sup> HERRERA FLORES, 2008, p.27.

Após a roda as/es/os mediadoras/es divulgaram a intenção de produzir um vídeo com as/es/os estudantes e fizeram uma lista das/es/os voluntárias/es/os interessadas/es/os em participar dessa atividade posteriormente.

No final, as/es/os estudantes receberam post-its coloridos para escreverem mensagens de apoio, de combate à violência ou mesmo de conscientização para a produção de um mural acerca da temática que seria visto por toda a escola, já que foi montado em espaço público no pátio da unidade escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito geral, precisamos dialogar sobre como fazer cumprir o currículo nas esferas dos direitos humanos e da diversidade nas escolas, de como essas ações possam acompanhar todo o ano letivo, permitindo as reflexões sobre o respeito às diferenças. Essa reflexão sobre termos direitos, acessos e condições iguais na sociedade é uma discussão prioritária na Educação Básica.

Uma vez que se forma para a vida e para as relações, a Educação Básica é o local para se entender e discutir coletividade, luta por direitos e validação das diferenças.

Ao nos depararmos com algumas resistências e ações LGBTIfóbicas, até mesmo durante as rodas de conversas, entendemos que a ação por si só não é sustentável, ou seja, precisa de uma continuidade de ações e avaliações durante todo o ano letivo com toda a comunidade escolar. Apesar disso, a ação foi bem avaliada pela maioria dos estudantes, tanto pela temática, quanto pela forma de condução e conseguimos mensurar o efeito positivo a partir das mensagens que eles escreveram para os colegas a partir das provocações.

Nós, profissionais da educação, precisamos ter evidente quem é o nosso público e quais são os objetivos da formação que propomos. Logo, a formação continuada é fundamental, pois faz com que atualizemos - de forma crítica e assentada na realidade escolar os processos e objetivos de ensino-aprendizagem cujo foco é a/e/o estudante em sua totalidade, pensando suas intersecções. Esse processo precisa focar nas necessidades de emancipação das/es/os estudantes. É como questiona Freire, “em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?”<sup>12</sup>

---

12 FREIRE, 2021, p.75

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em como configurar uma ação pedagógica intencional com as/es/os estudantes de uma forma mais elaborada, a partir da teoria crítica sobre direitos humanos e cidadania, é tentar levar de maneira prática a formação cidadã crítica e analítica para dentro da sala de aula. É pensar num exercício contínuo, gradual de ações refletidas e sugeridas pelas/es/os próprias/es/os estudantes.

Dessa forma, para fugir da pedagogia de eventos e festividades que evoca processos muitas vezes dolorosos de maneira aligeirada, é preciso apoiar-se nas linguagens artísticas, poéticas e nos interesses estéticos e culturais discentes. É preciso também que se esteja em consonância com as normativas e legislações vigentes, as quais nos respaldam e provocam a agir. Propor ações pedagógicas que estimulem a originalidade e a criatividade, em um processo reflexivo de temas tão complexos, é possível. No entanto, essas ações podem e devem ser prazerosas, estimulantes, plenas de interações e emancipatórias, mas sobretudo precisam ser envolventes.

**Palavras-chave:** Ensino-Aprendizagem, Inclusão, LGBTIfobia, Protagonismo, Orientação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, Samuel Carneiro, por ser não apenas meu companheiro de vida, mas também meu parceiro na jornada da vida e das lutas. Compartilhamos vivências e amor, reforçando que nossa família existe e merece respeito.

Expresso minha profunda gratidão ao meu amigo, professor e orientador, Léo Café, que é uma fonte constante de inspiração e motivação ao longo deste percurso. Sua orientação e apoio têm sido inestimáveis.

À professora Delmair, uma referência em Orientação Educacional e uma incentivadora da formação continuada, minha mais sincera gratidão.

Não posso deixar de agradecer ao PPGDH/UnB pela assistência financeira que tornou possível a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço à SEEDF por me conceder o afastamento para estudos, permitindo-me dedicar-me plenamente a esta jornada acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>

CAFÉ, Leonardo da Cunha Mesquita. “A gente só é, e pronto!”: uma análise linguístico-discursiva sobre os impactos da LGBTIFOBIA na escola. - 1.ed. - Curitiba: Appris, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressuposto Teóricos. Brasília, 2014b.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GRISPUN, Mírian P. S. Z. Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 3ª Ed. Ampl. - São Paulo, Ed. Palas Athena, 2006.

HERRERA Flores, Joaquín. La reinvenición de los derechos humanos. Andaluzia: Atrapasueños, 2008. Versão em português: A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Autores Associados, Campinas, 2008.

SEEDF. Orientação Pedagógica-OP da Orientação Educacional na SEEDF, 2019.

# EDUCAÇÃO SEXUAL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO: EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM ESCOLA PÚBLICA

*Davi Augusto dos Santos Soares<sup>1</sup>*  
*Milton Luis Barreto Vieira<sup>2</sup>*  
*Jamille Maria de Araujo Figueiredo<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

A sexualidade faz parte do processo de construção da identidade humana, de maneira que é quase impossível para o indivíduo apresentar-se a sociedade estando alheio das condições sexuais que a vida nesta exige. Antes mesmo de estar inserido em um contexto afetivo e relacional há o contato com a sexualidade, pois ela revela-se como uma matriz de compreensão dos conceitos de prazer, gozo, sofrimento e felicidade. Compreendendo essa noção, é possível afirmar que a sexualidade é algo inerente ao ser humano, não se limitando apenas à atividade sexual, tendo influência e influenciando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais (Gonçalves; Gonçalves, 2021).

Antes de Freud e seus estudos sobre a sexualidade, acreditava-se que somente durante a puberdade começava a experiência do indivíduo com a sexualidade propriamente dita. A partir de suas obras, a importância da sexualidade infantil passou a ser discutida, reforçando a ideia de bases pré-existentes da sexologia nascente. A sexualidade com seu caráter multifatorial encontra-se aberto para diversas reflexões e conceituações, no entanto questões dessa natureza ainda permanecem como tabu. Mesmo diante disso, é preciso introduzir essa temática, pois apresenta impacto significativo na vida do sujeito, podendo auxiliar no seu desenvolvimento pessoal, autoconsciência e bem-estar emocional (Freud, 1905; Reis, 2020).

1 Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, [daviaugusto\\_soares@hotmail.com](mailto:daviaugusto_soares@hotmail.com);

2 Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, [miltonluis11@gmail.com](mailto:miltonluis11@gmail.com);

3 Professora e orientadora: Doutoranda, Universidade Federal de Sergipe - UFS, [jamille\\_maria@unit.br](mailto:jamille_maria@unit.br);

A sexualidade, sendo uma dimensão inerente ao ser humano, demanda uma abordagem nas escolas a fim de oferecer orientação adequada. A educação sexual se apresenta como uma ferramenta essencial para fornecer orientação aos jovens, permitindo que eles aprendam sobre os aspectos cognitivos, emocionais, sociais, interativos e físicos da sexualidade. Ela deve ser iniciada desde a infância e evoluir continuamente até a adolescência e a idade adulta, sendo um processo gradual em que a juventude é capacitada com informações, habilidades e valores positivos para que possam entender e apreciar sua sexualidade, construir relacionamentos saudáveis e assumir a responsabilidade e autonomia pela própria saúde sexual. Além disso, a educação sexual auxilia na compreensão da identidade pessoal sendo relevante para um desenvolvimento psicossocial saudável contribuindo para o bem-estar dos jovens (BZGA; UNFPA; WHO, 2016; Carvalho; Zanin; Florio, 2020).

No Brasil, a educação sexual teve início nos anos 1930, com médicos abordando questões sobre sexo e sexualidade. O Círculo Brasileiro de Educação Sexual, fundado em 1933, contribuiu para disseminar essa educação. Nas décadas de 1960 e 1980, movimentos como a revolução sexual e a pílula anticoncepcional impulsionaram a discussão, mas o regime militar trouxe desafios. Apenas nos anos 80, a discussão ressurgiu, fortalecendo o conhecimento sexual no Brasil por meio da sexologia, estabelecendo bases em universidades e grupos de pesquisa. Entre as décadas de 1990 e 2015, a sociedade passou por mudanças culturais relacionadas à sexualidade, com estudos de gênero enfatizando a diversidade e o início do combate à LGBTQIAPN+fobia através da luta contra a homofobia (Bueno; Ribeiro, 2018; Ribeiro; Monteiro, 2019; Souza, 2012).

A partir de 2015, os avanços na educação sexual começaram a ser ofuscados por um discurso anti-sexual, impulsionado por um crescente conservadorismo e fundamentalismo cristão. Temas como igualdade de gênero, diversidade sexual e liberdade de expressão foram associados ao comunismo e à esquerda, gerando rejeição por setores da sociedade que se opunham ao governo. Em 2018, um governo de extrema-direita associado ao fundamentalismo cristão foi eleito, adotando, de 2019 a 2022, políticas baseadas em princípios religiosos. Essa influência ideológica trouxe desafios para a promoção de uma educação sexual inclusiva e abrangente, dificultando o avanço de discussões relevantes sobre sexualidade e direitos humanos (Cassiavillani; Albrecht, 2023). A influência política no tema da sexualidade é notória, com o conservadorismo cristão foi fortalecida a visão restrita da educação sexual apenas como questões de sexo e sexualização dos jovens no Brasil.

Diante disso, o presente relato de experiência teve como objetivo central a expor a promoção e implementação do projeto “Educação Sexual Para Todos!” na comunidade da Cidade de Aracaju. De forma que as intervenções foram propostas visando levar aspectos sociais, culturais e históricos da educação sexual, indo assim além dos aspectos biológicos.

## **METODOLOGIA**

O projeto “Educação Sexual Para Todos!” foi desenvolvido durante o programa internacional “Study of the U.S. Institutes for Student Leaders (SUSI) on Social Entrepreneurship”, em parceria com o Institute for Training and Development (ITD) com sede em Amherst.

A metodologia adotada para esse projeto é dividida em duas etapas distintas. Na primeira fase, são realizadas sessões pedagógicas que utilizam a psicoeducação de maneira lúdica para apresentar conteúdos sobre diversidade sexual, cultura e história. O objetivo é estimular discussões em sala de aula, abordando temas cruciais como identidade, valores, sociedade, cidadania e tomada de decisões.

Já na segunda etapa, o foco está na educação continuada, oferecendo ferramentas de reforço didáticas, como dinâmicas, cartilhas informativas e recursos similares. Essas atividades visam aprofundar os temas discutidos na fase anterior. Além disso, é cultivado um espaço de comunicação para promover a interação entre os jovens participantes, permitindo que compartilhem coletivamente o conhecimento adquirido sobre o assunto.

Respeitando essa sequência, a abordagem busca transmitir o conteúdo aos estudantes, estimulando o pensamento crítico e promovendo um aprendizado holístico sobre questões de sexualidade. Essa estratégia visa estabelecer as bases necessárias para a compreensão de eventos sensíveis, como violência e abuso sexual. O impacto desejado será alcançado quando esses conhecimentos se consolidarem por meio das diversas percepções compartilhadas no espaço de comunicação, promovendo uma compreensão profunda e duradoura sobre o tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A execução do projeto “Educação Sexual Para Todos!” teve lugar no ano de 2022, na escola pública “Centro De Excelência José Carlos de Souza”, situada na cidade de Aracaju. A implementação foi estrategicamente dividida em dois dias,

atendendo à solicitação da equipe pedagógica do colégio, de modo a não interferir no calendário escolar e nas atividades em andamento.

No dia 13 de outubro, realizou-se a primeira etapa do projeto. Inicialmente, uma dinâmica psicológica foi empregada para destacar a importância do conhecimento, proporcionando uma atmosfera envolvente para os alunos antes da manhã informativa. Concentrando-se na comunicação vocal, a abordagem teórica esclareceu aos alunos o verdadeiro significado da diversidade sexual, explorando aspectos como sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero e gênero finalizando assim o primeiro dia de implementação do projeto.

No dia 20 de novembro, concretizou-se a segunda etapa do projeto, focada na aplicação prática do conhecimento adquirido. Nessa fase, foram realizadas dinâmicas, distribuição de cartilhas informativas e kits de higiene pessoal. A ênfase prática visou consolidar os conceitos aprendidos na etapa anterior.

Durante as dinâmicas, promovemos um vídeo debate sobre estereótipos presentes na sociedade, seguido por um jogo de cartas. Este último desafiou os alunos a aplicarem os conhecimentos adquiridos sobre como o gênero é formado socialmente, por meio da elaboração de um fluxograma. Essa abordagem interativa proporcionou uma oportunidade valiosa para os estudantes colocarem em prática os conceitos discutidos, fortalecendo ainda mais o entendimento sobre diversidade sexual e identidade de gênero. Ao oferecer cartilhas informativas e kits de higiene pessoal, buscamos não apenas fornecer informações essenciais, mas também apoiar o bem-estar dos alunos, reconhecendo a importância integral do aprendizado.

Além disso, no final, foi possível criar um espaço de comunicação enriquecedor e inclusivo, proporcionando aos participantes a oportunidade de expressar suas experiências e pensamentos de maneira aberta e respeitosa. Esse espaço foi concebido como um ambiente seguro e acolhedor, onde os estudantes puderam compartilhar suas reflexões sobre os temas abordados durante as sessões do projeto “Educação Sexual Para Todos!”.

Durante a implementação do projeto “Educação Sexual Para Todos!”, observou-se uma participação ativa e engajada por parte dos estudantes nas sessões pedagógicas. As discussões em sala de aula revelaram uma ampla compreensão dos temas abordados, indicando que a metodologia lúdica e a psicoeducação foram eficazes na transmissão dos conteúdos sobre diversidade sexual, cultura e história.

Na segunda etapa, os resultados das atividades de reforço, como dinâmicas e cartilhas informativas, demonstraram uma consolidação significativa do



conhecimento adquirido. Os participantes mostraram-se capazes de aprofundar suas compreensões sobre identidade, valores e sociedade, indicando a eficácia dessas ferramentas educativas. O espaço de comunicação cultivado proporcionou uma troca valiosa de experiências entre os jovens participantes. As percepções compartilhadas evidenciaram não apenas a assimilação do conhecimento, mas também a promoção de um ambiente seguro para discutir questões sensíveis relacionadas à sexualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação bem-sucedida do projeto evidenciou não apenas a receptividade dos alunos às discussões sobre diversidade sexual, mas também a eficácia da metodologia adotada. As duas etapas, divididas estrategicamente, permitiram uma absorção profunda dos conteúdos, enquanto as atividades práticas consolidaram o aprendizado de maneira tangível.

A criação do espaço de comunicação revelou-se crucial, proporcionando um ambiente onde os estudantes puderam compartilhar experiências, expressar opiniões e construir uma compreensão coletiva sobre questões sensíveis. Esse aspecto social do projeto contribuiu não apenas para a assimilação do conhecimento, mas também para a formação de uma comunidade mais empática e consciente.

A abordagem inclusiva e interativa não apenas capacitou os alunos a compreenderem melhor temas complexos relacionados à sexualidade, mas também os incentivou a se tornarem agentes de mudança em sua própria comunidade. O impacto desejado foi alcançado não apenas através da transmissão de informações, mas também pela promoção de uma educação sexual holística que visa à formação de cidadãos críticos e conscientes.

Diante dos resultados obtidos, é possível afirmar que o projeto não apenas cumpriu seus objetivos educacionais, mas também deixou um legado duradouro na comunidade escolar. O comprometimento dos alunos, aliado à metodologia inovadora, reforça a importância de abordagens inclusivas na educação sexual. O projeto não apenas transmitiu conhecimento, mas também plantou sementes para uma compreensão mais profunda e respeitosa da diversidade sexual.

Como conclusão, o projeto “Educação Sexual Para Todos!” não foi apenas uma iniciativa educacional, mas uma jornada de conscientização e transformação. O impacto positivo observado sugere a relevância de continuar investindo em abordagens inclusivas para promover uma educação sexual que seja informativa, respeitosa e significativa.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Projeto Educativo, Diversidade Sexual, Pedagogia Freireana, Integração teoria-prática.

## REFERÊNCIAS

BUENO, R.C.P.; RIBEIRO, P.R.M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56. 2018.

BZGA; UNFPA; WHO. **Sexuality education: policy brief no. 1**. Cologne. 2016. 4 p. Disponível em: <<https://healtheducationresources.unesco.org/library/documents/sexuality-education-policy-brief-no-1>>. Acesso em: mai. 2023.

CARVALHO, K.N.; ZANIN, L.; FLÓRIO, F.M. Percepção de escolares e enfermeiros quanto às práticas educativas do programa saúde na escola. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, 2020.

CASSIAVILLANI, T.P.; ALBRECHT, M.P.S. **Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos**. : Belo Horizonte, MG: Educação em Revista. 2023.

GONÇALVES, M.C.; GONÇALVES, J.P. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano**, v. 14, n. 25, 2021.

FREUD, S. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade**. 1905.

REIS, M.N. A psicopatologia da sexualidade: articulações entre uma psicanálise do presente e uma sexologia do futuro. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 9, n. 4, 2020.

RIBEIRO, P.R.M.; MONTEIRO, S.A.S. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 1254-1264, 2019.

SOUZA, L.L.; ARAUJO, U.F. Educação moral e diversidade nas escolas: problematizações sobre gênero e sexualidades. **Revista Ibero-americana de Educação**, v. 59, n. 4, 2012.

# NA FRONTEIRA DA DIFERENÇA: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA COMO EXTENSIONISTAS NA EDUCAÇÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Anita Fernandes Scaff<sup>1</sup>

Breno Henrique Oliveira Santos<sup>2</sup>

Thiago Ranniery Moreira de Oliveira<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Este presente trabalho consiste em um relato de experiência de dois estudantes de psicologia, bolsistas PROFAEX do Projeto *Fundão Biologia Na Fronteira da Diferença*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se insere nas atividades de extensão do projeto Fundão/Biologia - UFRJ, o qual foi fundado em 1983. As ações de extensão e formação promovidas pelo projeto são oficinas sobre gênero, sexualidade e raça voltadas para professores e estudantes de escolas públicas e de graduação do Rio de Janeiro, tendo os estudos queer como referencial teórico para sua organização e produção. As escolas parceiras convidam o projeto de acordo com demandas específicas, e nossa função é pensar as estratégias pedagógicas que possam inserir o ensino das questões da diferença diante das realidades nos apresentadas. Sob orientação do Thiago Ranniery, os participantes do projeto são alunos da pós-graduação, que são professores da educação básica, e alunos da graduação, como extensionistas. Nossa função inclui auxiliar a formulação das oficinas, dar suporte ao professor orientador nas oficinas que ele ministra e, em alguns casos, conduzir nossas próprias oficinas, com contato direto com os alunos e professores das escolas parceiras.

Este relato busca, assim, a partir do nosso desempenho no papel de extensionistas, descrever e refletir como nos permitimos sermos afetados pelo que

1 Graduando/a/e do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [scaffanita@gmail.com](mailto:scaffanita@gmail.com);

2 Graduando/a/e pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [brenohenriquecom7@gmail.com](mailto:brenohenriquecom7@gmail.com);

3 Professor orientador: doutor, Faculdade de Educação - UFRJ, [t.ranniery@gmail.com](mailto:t.ranniery@gmail.com).

nos deparamos nessas oficinas; seja os professores confusos com terminologias que lhes são novidade, alunos que estão experimentando processos de identificação e contam com nossa ajuda para essa navegação, e até mesmo as violências de gênero e de sexualidade e os relatos de abuso sexual por parte desses alunos. Uma vez que manejar a abertura e desenvolvimento desse diálogo é justamente o objetivo de trabalho nas escolas, para que os participantes possam se abrir a novas possibilidades de reflexão e ação no mundo intra e interpessoal, nós também nos abrimos para novas possibilidades que nos impactam como sujeitos e como profissionais da Psicologia, na medida em que estamos na esfera educacional e construímos em grupo um espaço de diálogo horizontal, de maneira em que podemos ter um outro olhar para a realidade social do sistema público de ensino e para a juventude da geração atual.

Portanto, este relato de experiência visa abordar e expor como a experiência do projeto em questão tem contribuído de maneira relevante para a nossa formação, enquanto alunos de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

## METODOLOGIA

A metodologia do projeto consiste em práticas dialógicas com a pretensão de tornar horizontal o diálogo e a produção de saberes sobre os temas trabalhados. Nesse sentido, as ferramentas que utilizamos consistem na realização e construção de oficinas pedagógicas sobre educação, diferença, gênero e sexualidade para estudantes e/ou professores da educação básica da rede pública do Rio de Janeiro e na produção de materiais didáticos sobre as temáticas; assim como, a promoção de encontros com diversos formatos que promovam a interlocução entre universidade e a sociedade.

Inicialmente são utilizados alguns disparadores para engatar o diálogo, como por exemplo, uma *caixa secreta* em que são dispostos papéis que constam com perguntas anônimas dos sujeitos sobre suas respectivas dúvidas. Outro exemplo de disparador é a oficina de imagens, onde os sujeitos são, inicialmente, sensibilizados pela dinâmica de imagens e posteriormente são levados a realizar debates sobre os temas de gênero, sexualidade, onde podem ser tocados pela realização da atividade pedagógica. Durante a oficina, após aparecerem as dúvidas, conversamos sobre elas e abrimos espaço para que os próprios sujeitos possam ter voz e contribuam com seus pontos de vista sobre o debate estimulado e se coloquem em cena. A partir do momento em que inicia-se a oficina, são deixados de

lado quaisquer juízos de valor moralizantes e coercitivos, a fim de proporcionar um ambiente seguro.

Portanto, a metodologia utilizada parte do pressuposto de que não se produz conhecimento sobre as pessoas sem elas, o que revela que a metodologia conta com uma abordagem que compreende a importância de seguir a via da educação emancipadora e libertadora.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aqui utilizado são os estudos queer, tendo como principal nome no Brasil a Guacira Lopes Louro. Para além de uma análise categórica das identidades dissidentes de gênero e sexualidade, nos cabe aqui pensar como a heteronormatividade opera organizando tais vivências na subalternidade. O interesse nosso, portanto, está na *diferença*, em detrimento ao *diferente*, como é objetado pela pedagogia hegemônica.

Seguindo isso, em nosso projeto, partimos dessa implicação teórico-metodológica, trabalhando na direção da desnaturalização radical das ideias de gênero e sexualidade. O conceito de performatividade de Judith Butler nos é precioso pois complexifica a ideia de “construção social”, apontando a uma repetição sutil e delicada dessa performatividade, não a ver com uma ideia de imposição, mas que ocorre constantemente de maneiras imperceptíveis e engendra as ideias da diferença de gênero e sexualidade. Portanto, as categorias não se tratam de campos nos quais o poder se reproduz, mas em que o poder se exercita, se fazendo e refazendo (LOURO, 2007).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, evidentemente, em diferentes oficinas, lidando com diferentes públicos, essa desnaturalização por nós proposta se dá de maneiras distintas. Eu, Anita, enquanto futura profissional da psicologia, acredito que seja possível pensar sobre os impactos das oficinas na minha formação sob diversas perspectivas. Aqui trago um dos meus textos preferidos, que carrego comigo por todo o meu percurso da graduação, chama-se “O encontro é uma ferida”, de Fernanda Eugênio e João Fiadeiro (2012). O que faz um encontro é sua singularidade e sua capacidade catastrófica de ser uma ferida. De alargamento da realidade, emergência de um solo comum para a criação de mundos. Sendo assim, como eu falei, as oficinas são adaptadas de acordo com a demanda de cada escola. São vivas, feitas e refeitas a cada encontro e pensadas a partir do lugar da intervenção.

Então, para exemplificar e aterrar um pouco isso, irei trazer exemplos de oficinas que eu participei em que pude notar a relevância da realização deste trabalho. Em uma das oficinas elaboradas pelo orientador do projeto, Thiago Ranniry, distribuimos folhas de sulfite e pedimos que os alunos fizessem 3 colunas: uma escrito sexo biológico, outra identidade de gênero, e orientação sexual. Quando estão preparados, é apresentada uma apresentação com slides, onde, a cada slide, há fotos de pessoas diferentes e eles tem que adivinhar sobre as 3 categorias em relação às pessoas mostradas. Ao final, quem está liderando conta a “história real” de cada um das imagens, revelando seu sexo, identidade de gênero e orientação sexual, muitas diferentes do que aquilo que os alunos estavam imaginando. Durante a discussão, muitos pontos são levantados, e questionamos junto com eles as próprias categorias que sugerimos. Do que realmente se trata essa categoria de sexo biológico? Seguindo as ideias supracitadas, é uma ideia a ser radicalizada: trata-se de uma escolha arbitrária da medicina, historicamente determinada.

Relacionando isso à temática do encontro, temos como isso pode ser diferente em diferentes públicos. Quando demos essa oficina para os alunos do ensino médio de uma escola em Campo Grande, todas as etapas foram difíceis: a bagunça para os alunos escreverem as colunas, a confusão quando cada foto era mostrada e o choque quando as identidades eram reveladas. Era possível ver como o assunto afetava diferentemente os meninos e as meninas, por exemplo, causando um desconforto maior nos primeiros. Na ocasião, um grupo de meninos chegou atrasado, não quis fazer a atividade, levantou, saiu, voltou a pedido da professora, ficaram de pé, sentaram, saíram, voltaram novamente. Quando ficavam na sala, respondiam às questões com frases como “esse é viado, bicha”. Era claro como o assunto os incomodava e, mesmo que eles não tenham feito a atividade da forma proposta, foram muito tocados.

A mesma atividade foi dada para alunos da graduação de pedagogia da UFRJ. Pode-se imaginar de cara que seria diferente, as noções do que significava cada coluna já era construída naqueles estudantes, que, mesmo surpresos com os resultados, não tiveram a mesma reação de euforia dos adolescentes. A partir daí, o debate pôde ser mais refinado, desconstruindo o as noções cristalizadas de um binarismo de sexo e gênero, argumentando como as transformações trazidas por esses campos, podem ultrapassar o terreno dos gêneros e da sexualidade e nos levar a renovar o modo como pensamos a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e de estar no mundo (Louro, 2004), aplicando isso no fazer pedagógico deles.

Tem muitos jeitos diferentes de pensar as oficinas, afinal elas são muito diferentes e com públicos diferentes, eu trouxe esse recorte mas queria poder falar de todos. De toda forma, o que fica para nossa formação é a análise dos limites e das possibilidades da atuação na desconstrução de certos ideais e a atuação nas escolas da rede municipal nos permite isso de forma intensa. Entender que, para falar sobre a diferença, é preciso não colocá-la no lugar de um outro a ser absorvido pela normatividade, mas uma via de mão dupla de afecção.

Eu, Breno, fui inserido no projeto em Novembro de 2022 e já em minha primeira experiência na realização de uma oficina na Escola Municipal Chile, em Olaria, com duas turmas do 9º ano, pude ter contato com diversas questões que me afetaram profundamente. Uma delas é o fato de que em meio a realização dessa oficina, os alunos iniciaram a discussão em torno do tema abuso e violência sexual, onde duas meninas tiveram espaço e voz e sentiram confortáveis para denunciar experiências de violência que tinham passado, a partir da atividade educativa da oficina. Essa afetação foi de encontro a minha formação enquanto psicólogo, na medida em que as práticas dos psicólogos consistem, em sua grande maioria, na realização de intervenções de escuta e cuidado com sujeitos que chegam até esse profissional em situações de vulnerabilidade social, afetiva, emocional, socioeconômica e etc.

Dessa maneira, para além desse exemplo, posso dizer que o projeto Fundação Biologia na Fronteira da Diferença realmente cumpre o papel social, para além dos muros da universidade, a que ele se propõe, de modo que ele chega a ambientes educacionais que, de fato, carecem de uma intervenção acerca de questões que trabalhamos - pautadas no saber científico. A experiência do espaço da escola, da sala de aula, onde nós bolsistas somos inseridos é uma bagagem imensa de formação prática, a qual iremos carregar durante e após a conclusão da nossa formação em psicologia e que tem um imenso peso positivo. Sendo que, aprendemos quando auxiliamos na realização da oficina do professor Thiago Ranniery, assim como quando somos nós a realizá-la tendo que desenvolver nossas habilidades pessoais e interpessoais ao falar para um grupo grande de pessoas, de maneira responsável, sobre temas e assuntos que podem ser delicados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (BRENO)

À guisa de encerramento, apontamos que o projeto é de um extremo valor tanto para a formação dos extensionistas e estudantes de pós graduação, quanto para os alunos e professores a quem direcionamos nossas práticas e intervenções. É um projeto revolucionário que resistiu mesmo em meio a contextos políticos

conservadores, que forma pessoas e estimula novos afetos desde o ensino fundamental ao superior e que nos possibilita experiências únicas de aprendizado acadêmico e de humanidade.

**Palavras-chave:** Extensão, Escolas Públicas, Oficinas, Gênero, Sexualidade.

## REFERÊNCIAS

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educ. Rev.* [online]. 2007, n.46, pp.201-218. ISSN 0102-4698.

EUGENIO, F.; FIADEIRO, J. O encontro é uma ferida. Excerto da conferência-performance *Secalharidade* de Fernanda Eugenio e João Fiadeiro. Lisboa: Culturgest, jun. 2012. Não paginado.



ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 06 - EMPREGABILIDADE LGBTQIA+: O DIREITO HUMANO AO TRABALHO E A RENDA



## POR UMA RECONSTRUÇÃO DA IDEIA DE EMPREGABILIDADE EM FACE DAS SUBALTERNIDADES

*João Daniel Daibes Resque*

### RESUMO

Nas últimas três décadas, a palavra empregabilidade vem sendo difundida em uma série de documentos, como textos acadêmicos, livros e manuais de formação profissional, no ambiente corporativo empresarial, inclusive, em textos oficiais que instituem e implementam políticas públicas de acesso ao mercado de trabalho. Tendo em conta este contexto polissêmico, este artigo busca apresentar algumas reflexões críticas acerca da ideia de empregabilidade, tomando como pressuposto sua formulação clássica, tal como fora concebida por administradores, e a necessidade de se colocá-la em perspectiva com certas realidades socioeconômicas e culturais, fundadas em marcadores sociais da diferença, e que podem constituir posições de subalternidade para certos grupos socialmente vulnerabilizados. A posição hegemônica de que a ideia de empregabilidade se basearia na capacidade de sujeitos em criar e desenvolver habilidades e condições de se inserir no mercado de trabalho, acaba por reforçar a consciência de que os mecanismos de exclusão não se constituem enquanto fatores externos e socialmente construídos, mas sim que devam ser assimilados e internalizados como reflexo de uma má-formação, ou ausência de qualificação por partes de pessoas pertencentes a grupos historicamente discriminados. Além disso, a noção disseminada de empregabilidade retira do setor econômico a responsabilidade pela situação social em que estes grupos se encontram, colocando-o em posição de neutralidade. Ao fim, este artigo pretende expandir a ideia de empregabilidade, como uma noção mais ampla e que deva ser articulada em conjunto por distintos atores, estatais e privados, ressignificando sua concepção neoliberal.

## DESAFIOS PARA EXISTIR: A QUESTÃO DO TRABALHO FORMAL PARA PESSOAS TRANS

*Gabriel Vicente Silva Pontes<sup>1</sup>*

### RESUMO

No mundo contemporâneo, a visibilidade da transgeneridade/transsexualidade faz ecoar debates sobre artes, saúde, leis, família, etc. No presente artigo, o “trabalho formal” na trajetória de pessoas trans foi objeto de reflexão, pois é possível perceber a precariedade dos vínculos empregatícios para estas pessoas quando narram desafios, deslocamentos, dificuldades e violências em tais relações. O presente artigo foi elaborado a partir de reflexões parciais do meu trabalho de tese em andamento sobre o tema. Metodologicamente, reuni relatos pessoais da experiência profissional no atendimento à população trans nos últimos anos, três entrevistas realizadas, e a revisão de literatura teórica em categorias como gênero, transgeneridade, trabalho, diversidade e precariedade (de Judith Butler). Ainda que parciais, as considerações conclusivas apontam que refletir sobre o trabalho formal é necessário para compreender o ponto nodal da violência contra as pessoas trans, se apresentando como entrave no acesso a outros direitos sociais, em que a falta de renda e ocupação de trabalho dificulta ou mesmo impede que este segmento partilhe do mundo social com dignidade. Além disso, pensar sobre essa questão também contribui em evidenciar demandas urgentes de pessoas trans que precisam de maior atenção do poder público e da sociedade.

**Palavras-chave:** Transgeneridade, Gênero, Trabalho Formal, Diversidade, Precariedade.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, gvp.vicente@gmail.com;

## O FAZER DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NO MERCADO FORMAL

*Raquel Mota*

*Daniele Spada*

*Victor Terra*

*Joana Motta*

*Simone Vieira*

*Jackeline Mattos*

*Reivani Chisté Zanotelli Buscacio*

### RESUMO

A psicologia organizacional tem um papel fundamental no desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas nas organizações, com o objetivo de garantir que todos os indivíduos sejam tratados de forma justa e equitativa no ambiente de trabalho. Este trabalho científico tem como objetivo conscientizar sobre a inclusão de pessoas trans no mercado formal de trabalho no Rio de Janeiro. A presente pesquisa qualitativa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica da literatura. Como critério de inclusão, teremos o uso de livros, artigos, monografias, dissertações e teses publicadas nos últimos 10 anos, escritos por pelo menos um profissional da psicologia, presentes nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Os desafios enfrentados por pessoas trans incluem os preconceitos sofridos pelas pessoas trans nas escolas e a discriminação nos processos de seleção profissional, quando características físicas, nomes e comportamentos pessoais prevalecem em detrimento das capacidades técnicas, éticas e profissionais do indivíduo. Ao promover a conscientização das empresas, identificar barreiras e desafios, desenvolver estratégias de inclusão e oferecer acompanhamento psicológico, a proposta de intervenção apresentada neste projeto é um esforço de estudantes de psicologia de contribuir para a inclusão de pessoas trans no mercado formal de trabalho. Com propostas de intervenção psicológicas e socioculturais espera-se construir uma sociedade mais empática e consciente da defasagem e da gravidade do quadro brasileiro, fazendo com que estejamos mais motivados e prontos para cobrar

das autoridades e do Estado medidas legais de inclusão, diversidade e contra a transfobia.

**Palavras-chave:** psicologia organizacional, inclusão, diversidade, transgeneridade

# BALLROOM PARÁ: UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA ARTE DANÇADA

*Jothan Pereira<sup>1</sup>*

## RESUMO

A Ballroom é um movimento contracultura criado por mulheres trans pretas norte-americanas nos anos 70, que ao decorrer do tempo passa por um processo de Transnacionalização (Santos, Henrique Cintra, 1994-), assim chegando em Belém do Pará no ano de 2016. Em 2019, ano em que eu sou aprovado na licenciatura em Dança pela UFPA, fico sabendo do projeto chamado “Belém is Burning” o qual oferecia gratuitamente aulas de voguing, uma dança que faz parte do movimento Ballroom. A partir do meu 1º contato com a vertente, começo a estudar de forma aprofundada desde sua teoria até as suas práticas, sendo assim ganhando espaço no mercado do entretenimento artístico paraense ganhando prêmios, ministrando aulas, sendo convidado a compor mesas em seminários e até tendo repercussão nacional através de canais de comunicação, tornando-se assim minha maior renda financeira. Esse processo todo é muito importante para mim como processo de resistência, uma vez que sou uma pessoa preta trans não-binária que se autossustenta na cidade de Belém.

**Palavras-chave:** Ballroom, Transnacionalização, Belém, Dança, Resistência.

---

1 Graduando/a/e Jothan Pereira do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Pará - UF, [jonasprimeironeto@gmail.com](mailto:jonasprimeironeto@gmail.com);

# ESCOVAR A HISTÓRIA A CONTRAPELO: O MÉTODO CARTOGRÁFICO APLICADO AOS DADOS DO CENSO TRANS PARÁ COMO CONTRIBUIÇÃO AO CONCEITO DE HISTÓRIA

*Gabriela Gonçalves Cabral<sup>1</sup>*  
*Saulo Monteiro Martinho de Matos<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem como referencial teórico a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, especificamente a partir do diálogo com Walter Benjamin, tomando como ponto de partida as teses do autor sobre o conceito da História. Em “Sobre o conceito da História”, Benjamin escreve dezoito teses, criticando o papel exercido pelo historiador vinculado ao historicismo que é responsável por dar continuidade a uma narrativa universal que nasce da empatia com a parcela dos vencedores, detentores do poder e responsáveis por criar um conjunto de perdedores anônimos cujas histórias não conhecemos. As teses são reflexões acerca de um conjunto de ideias como historicismo, fascismo, progresso, positivismo e a social-democracia, e um convite a redefinir o que se entende normalmente como História e quem pode ou deve contá-la. Nesse sentido, o presente trabalho busca aceitar esse convite, a partir da aplicação do método cartográfico sobre os dados coletados no âmbito do Censo Trans Pará. Experimentar o método cartográfico significa investigar a maneira que os desejos se constituem socialmente e são capazes de estruturar a realidade social, ou seja, de algum modo contar a história que passou e aquela

1 Bacharel em Direito, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará - UFPA, cabral.gabriela.adv@gmail.com;

2 Professor de Teoria do Direito e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-graduação em Direito e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará. Coordenador da Especialização em Direitos Humanos da UFPA. Doutor pelo Departamento de Filosofia do Direito e Filosofia Social da Georg-August-Universität Göttingen (Alemanha). Mestre em Direito pela Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg (Alemanha). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Ex-bolsista da Fundação Konrad Adenauer (2017; 2009-2013). Professor Visitante/Convidado da Universidade da Califórnia em Los Angeles (Estados Unidos da América) (2013); da Universidade de Göttingen (Alemanha) (2017) e da Universidade Federal de Minas Gerais (2020/21). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Teorias Normativas do Direito” ([www.teoriasnormativas.com](http://www.teoriasnormativas.com)), saulodematos@ufpa.br

que está em construção. Em alguma medida este trabalho satisfaz o objetivo de Benjamin de criar um outro conceito da História que possa dar conta do fato de que os oprimidos vivem em regra em “estado de exceção”, mas ao mesmo tempo é um passo além ou diferente daquele discutido por ele, ao ampliar os termos do seu debate a partir de outras perspectivas.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica, História, Método Cartográfico, Walter Benjamin, Censo Trans Pará.



# AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

*Wanilza Trindade Gama<sup>1</sup>*

*Bruna Santos Aguiar<sup>2</sup>*

*Jonadson Silva Souza<sup>3</sup>*

## RESUMO

As universidades públicas devem ser espaços de acolhimento da diversidade e fortalecimento das minorias que são silenciadas cotidianamente. Infelizmente nossa sociedade é sustentada pelo paradigma da heterocisnormatividade, que fomenta as atitudes de preconceito contra a população LGBTQIAPN+ nos mais variados locais, incluindo as escolas e universidades. Diante deste cenário, o presente artigo visa apresentar as ações afirmativas desenvolvidas na Universidade Federal do Pará (UFPA) para a população LGBTQIAPN+. A metodologia a ser utilizada é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental em relatórios, cartilhas, manuais e editais disponíveis no site da instituição e subunidades. A UFPA é uma das maiores instituições públicas do Brasil, com papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico da região amazônica. É de grande relevância compreender como as universidades estão atuando como mecanismos propulsores das mudanças sociais, contribuindo para o desenvolvimento social e intelectual dos estudantes LGBTQIAPN+ de graduação, mestrado e doutorado.

**Palavras-chave:** Universidade Federal, Ação Afirmativa, LGBTQIAPN+.

- 1 Mestranda do Curso do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos na Universidade Federal do Pará. Especialista em Gestão Pública e Direito Público: Constitucional, Administrativo e Tributário. Bacharela em Odontologia pela UFPA, com período sanduíche na Universidade de Coimbra. Secretária Executiva do Instituto de Ciências Jurídicas - ICJ/UFPA e também atua como secretária do Programa Empregabilidade e Formação LGBTI+ no ICJ UFPA. E-mail: wani.trindade@gmail.com.
- 2 Mestranda pelo Programa de Pós- Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia - PPGDDA/UFPA. Economista pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Pesquisadora no projeto “Trabalho, emprego e renda trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará” do Instituto de Ciências Jurídicas - ICJ/UFPA e integrante do grupo de pesquisa CNPQ “Novas formas de trabalho, velhas práticas escravistas”, brusdeaguiar@gmail.com.
- 3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos na Universidade Federal do Pará. Residente no programa de renda e formação LGBTI no ICJ, membro do grupo Teorias Normativas do Direito, Especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), advogado e membro da Comissão de Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA). E-mail: jonadson78@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0109-9922>.

# DISPUTAS NA DISTRIBUIÇÃO DO PODER DE NOMEAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: PODE E SUBALTERNE FALAR DE SI MESME?

*Marcos Vinicius Monteiro Barbalho<sup>1</sup>*

## RESUMO

A nomeação dos corpos a partir de classificações de gênero é um direito em disputa pelos diversos discursos científicos, legitimados pela colonialidade, tais como a Medicina, a Biologia, a Psicologia, o Direito, dentre outros. Atualmente, a partir de organizações coletivas, sujeitos subalternizados pela ciscolonialidade, atravessados por marcadores sociais de gênero, raça e classe social, passam a entrar na disputa e a reclamar pelo direito à nomeação de suas próprias experiências e corpos. Este trabalho tem como proposta analisar perspectivas de diferentes autores sobre a temática do controle discursivo sobre os corpos, passando por Michel Foucault, Berenice Bento, Paul Preciado, Letícia Carolina Nascimento e Jota Mombaça, dentre outros, para, então, alcançar o objetivo de discutir a respeito do acesso de pessoas trans\* ao acesso ao trabalho e à renda. A partir desta discussão, utilizo da metodologia autoetnográfica para retomar a experiência do meu próprio corpo como fonte de uma narrativa que é coletiva. No momento em que me anuncio publicamente enquanto psicóloga trans não-binária, aposto nas rupturas enquanto local de produção de subjetividade e de possibilidade de encontros no fazer clínica, tanto com outros sujeitos fora do binarismo de gênero, como com pessoas cisgênero. Aponto, portanto, a importância da articulação política e coletiva de sujeitas trans\*, no qual o direito à autodeterminação é primordial para disputar o acesso ao poder de nomeação, aos Direitos Humanos e à Dignidade Humana. Para citar e ampliar a citação de Gayatri Spivak, pode o subalterno falar de si mesmo?

**Palavras-chave:** Gênero; Trabalho; Não-binariedade; Psicologia.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará- UFPA, vini-montr@gmail.com;

# A FALTA DE TRABALHO E RENDA COMO EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA DO ESTADO: OS DANOS SOCIAIS PRESENTES NA VIDA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

*Davi Haydee Almeida Lopes<sup>1</sup>*

*Luanna Tomaz de Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir como a falta de trabalho e renda para pessoas travestis e transexuais se configuram como danos sociais e reproduzem uma violência de Estado. Entende-se por dano social os abalos físicos, econômicos, psicológicos, relativos à segurança cultural que afetam uma população e que, mesmo quando não tipificados em lei, produzem resultados que marcam subjetivamente essas vivências. Esses danos produzidos podem ser imputados ao Estado sob a forma de crimes de Estado, pois através de condutas institucionais de ação ou omissão produzem violência contínua contra essa população. Há um evidente dano social relativo à população transgênera, quando todo um coletivo de pessoas é sistemicamente violado e lhe é retirado as possibilidades de formação e crescimento, como, por exemplo: na evasão escolar, nos empecilhos colocados para alcançar o mercado de trabalho, na pobreza que assola a maioria dessa população, nos trabalhos mal remunerados e em condições degradantes como é o caso da prostituição. Trata-se de pesquisa teórica que articula as noções de dano social, violência de estado e gênero como forma de trazer novas dimensões para o debate acerca da falta de acesso de trabalho e renda para pessoas trans.

**Palavras-chave:** Violência de Estado, Dano Social, Travestis e Transexuais, Trabalho, Renda.

1 Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, Mestre em Direito (PPGD/UFPA). Bolsista do Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ/UFPA). Professor de Direito Penal e Advogado, [davih.almeida21@gmail.com](mailto:davih.almeida21@gmail.com)

2 Pós-Doutora em Direito na PUC-Rio. Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI pela Universidade de Coimbra - Portugal, Mestre em Direito (PPGD/UFPA). Coordenadora do Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ/UFPA). Diretora Adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA e Professora, [luannatomaz@gmail.com](mailto:luannatomaz@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil em 2022 registrou 273 mortes violentas de LGBTI no Brasil. 83,52% dessas mortes foram causadas por assassinato e a vítima principal: pessoas transexuais e travestis (Observatório, 2023). O Dossiê: assassinatos e violências contra pessoas Trans em 2022 (Antra, 2023) revela que em 2022 tivemos 130 mulheres trans e travestis assassinadas e 1 um registro de assassinato de homem trans/pessoa transmasculina. Em média tivemos 11 pessoas assassinadas por mês no Brasil. Entre os dados mais recentes, a Rede Trans apresentou o Registro Nacional de Assassinatos de Pessoas Trans no primeiro semestre de 2023 no Brasil: chegamos aos 58 casos (Rede Trans, 2023).

O perfil dos assassinatos permaneceu inalterado nos últimos cinco anos: travestis, negras, pobres, periféricas, profissionais do sexo que trabalham nas ruas são as vítimas preferenciais.

Em geral, quando nos referimos a violência contra pessoas transexuais e travestis no Brasil, os dados acima servem como principal fonte. Entendemos a violência pelo sentido exposto pela Organização Mundial da Saúde (1996): “uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. A violência direta, a crueldade nas mortes, a espetacularização do sofrimento dessa população tem sido cada vez mais visibilizado.

Contudo, não se pode reduzir a compreensão da violência somente a dimensão direta e, conseqüentemente, tipificada em lei. A violência estrutural promovida pelo gênero é capaz de produzir uma série de danos na vida de pessoas transgênero para além dessa dimensão. Por essa razão, o presente artigo se propõe a analisar: como a falta de trabalho e renda para pessoas travestis e transexuais se configura como danos sociais e reproduzem uma violência de Estado?

Através de um método de abordagem dedutivo e uma técnica de pesquisa exploratória tem-se o objetivo de iniciar uma discussão sobre a temática através do levantamento bibliográfico e a discussão dos conceitos por meio dos dados sobre as violações sofridas em diferentes âmbitos da vida social pela população travesti e transsexual.

Em um primeiro momento, apresenta-se a relação entre cultura, a construção binária de gênero e as violências experienciadas na vida de pessoas travestis e transexuais. Em seguida, o conceito de dano social e a responsabilização do Estado são discutidos sob a ótica criminológica. Por fim, a falta de trabalho e

renda da população transexual e travesti constitui-se em dano social, ferindo a perspectivas econômicas e culturais de desenvolvimento do sujeito.

## **GÊNERO, CULTURA E VIOLÊNCIA: A PRODUÇÃO DAS VIDAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS**

A origem etimológica do termo cultura advém de “lavoura”, “cultivo agrícola” (Eagleton, 2006). Cultura seria, portanto, uma atividade, uma ação de cultivar algo, ainda diretamente relacionada a natureza e a materialidade das coisas. Tanto que no fim do século XIII, ela aparece na literatura francesa referindo-se ao cuidado dispensado com o campo e o gado (Cucho, 1999).

A partir do século XVIII, a compreensão de cultura se amplia para além dos assuntos agrícolas e alcança a esfera humana. Em suma, cultura constitui o conjunto de caracteres, de hábitos, comportamentos, costumes de uma determinada comunidade e essas características conferem uma unidade aquele grupo. É essa cultura que permite que os sujeitos se adaptem, aprendam, sobrevivam ao meio que estão inseridos.

A cultura, portanto, “predica, enseña, advierte, incita, y hasta embota nuestras mentes para hacernos ver la explotación y/o la represión como algo normal y natural, o posibilita la alienación para vivir aparentando que no se sienten sus consecuencias” (Galtung, 2016, p. 155).

Neste ponto, busca-se entender como o gênero influencia a relação entre a violência cultural, estrutural e direta. A cultura revela a insuficiência das explicações exclusivamente biológicas do comportamento humano. Por mais que tenhamos formações fisiológicas semelhantes é a cultura que irá definir como nos comportamos diante dessas diferenças:

“nada é puramente natural no homem. Mesmo as funções humanas que correspondem as necessidades fisiológicas como a fome, o sono, o desejo sexual, etc...são informados pela cultura (...) a divisão sexual dos papéis e das tarefas nas sociedades resulta fundamentalmente da cultura e por isso varia de uma sociedade para outra” (Cucho, 1999, p.11).

Sobre essa interpretação da diferença sexual pela cultura, Arriaga Arizmendi (2013) revela que a cultura se encarregou de construir na sociedade a concepção genérica de que há uma superioridade masculina em relação a mulher. Essa percepção é aprendida e transmitida entre gerações de forma quase inconsciente, sob a capa de ser uma condição natural e imutável. Essa interpretação sobre gênero e cultura corresponde a mesma concebida por Butler

(2015) de que o gênero é um conjunto de ações performáticas, um fazer. No qual, os sujeitos assimilam as características sobre o que ser homem e o que é ser mulher, repassando-os e buscando moldar-se a estes. Gênero em si seria a interpretação que é construída sobre a diferença sexual e isso deriva diretamente da cultura.

A construção de que o homem é representado por pênis-testículos-masculino e a mulher é seu oposto complementar com vagina-útero-feminina é uma concepção estanque de gênero. A forma como essa criação é imposta aos indivíduos antes mesmo de seu nascimento, devendo ser obedecida religiosamente configura uma forma de violência cultural. De maneira especial, presente na religião, na ciência formal (binária) e na linguagem.

Partindo da análise de Galtung, Arriaga Arizmendi (2013) reflete sobre como a construção cultural do que é o gênero, transforma-se em violência cultural e vai fundamentar a violência de gênero:

La violencia de género implica ese desprecio y, por tanto, sometimiento y/o fricción mediante el uso de la fuerza física, psíquica, moral o estructural encaminada a causar daño tanto físico y psicológico a una colectividad de seres humanos determinados por su género, en este caso el femenino, en oposición al masculino, otorgándoles (la sociedad) roles o funciones, en el caso de la mujer, desde su nacimiento, el desempeño de las labores domésticas y el cuidado o crianza de los niños. (Arriaga Arizmendi, 2013, p. 84)

Sobre a violência de gênero, Galtung (2009) explica como se aplica o triângulo da violência: a violência cultural se manifesta através dos essencialismos de gênero – a construção binária de homem e mulher – que entende a mulher como inferior ao homem. Fundamentando a violência estrutural, que se revela na discriminação contra essas mulheres. E de forma mais aparente se traduz pela violência direta nos atos de violência sexual, nos espancamentos, nos abortos seletivos, no feminicídio.

No entanto, tanto Galtung (2009) quanto Arriaga Arizmendi (2013) concentram sua análise na vítima mulher, como sendo, a mulher cisgênero. Acrescentando a essa discussão, passa-se a interpretar como essa construção é aplicada as travestis e pessoas transexuais.

O ponto de partida segue sendo o vértice da violência cultural. A construção binária de gênero determina que só serão concebidas como vidas inteligíveis aquelas que reproduzirem esse padrão. No que se refere as pessoas transexuais e travestis, estas sujeitas encontram-se fora do enquadramento de vidas vivíveis.

Resistem oprimidas sobre o manto das normas de gênero e sexualidade (Lopes, 2020).

A própria forma como os sujeitos ainda na infância são cooptados e coagidos a se comportar de uma determinada forma em decorrência de seus genitais é por si só uma violência cultural, que apaga a subjetividade dos indivíduos. Sendo manifestada através da religião, da linguagem e das ciências biológicas que reforçam essa binaridade excludente.

A partir dessa violência cultural, a estrutura da sociedade é concebida com base nas normas de gênero. É neste ponto que Scott (2006) aduz que o gênero é um sistema de poder dentro da sociedade, tal qual a raça e a classe. Pois este se infiltra na estrutura do Estado, o qual pode ser representado como um dispositivo composto por discursos e instituições (Foucault, 2015) dirigido por uma estratégia.

De todas as formas, a estrutura desse Estado dirigido gênero conduz a eliminação da população transgênera através do empobrecimento, do impedimento de acesso a segurança alimentar e sanitária, da redução drástica de sua expectativa de vida, da negativa de direitos sociais em geral. Bem como, essa exploração estrutural conduz também a uma aniquilação da consciência de classe, do reconhecimento pessoal e social.

A violência estrutural no Brasil é notada nitidamente pelos altos índices de evasão escolar por parte da população transgênera, pelo número ínfimo de travestis e transexuais nas universidades, pela presença massiva de mulheres travestis e transexuais nas ruas como profissionais do sexo, na completa falta de dados sobre a cidadania das pessoas trans. Essas violações frequentes e constantes são assimiladas como consequências da própria existência dessa população, elas são responsáveis por seu infortúnio (Lopes, 2020), não sendo atribuição do Estado reconhecer e garantir seus direitos.

Enfim, chegamos à violência direta. Representada nos números que expusimos na introdução desse trabalho. As agressões, a repressão, o tratamento discriminatório, a morte são evidências da violência sofrida por travestis e transexuais durante toda sua vida.

O gênero, como um sistema de poder que hierarquiza formas de vida, não atinge somente as mulheres cisgêneras através do patriarcado, como também se impõe contra a população trans. Frutos de uma mesma árvore que é a cultura heteronormativa e a binaridade do gênero, geram diferentes consequências.

E a partir dessa compreensão de como a violência se infiltra na estrutura do Estado e é promovida por este, passamos a estudar sobre a responsabilização do Estado enquanto agente promotor de dano.

## OS CRIMES DE ESTADO: OS DANOS SOCIAIS DECORRENTES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

A cultura dentro da sociedade não é cultivada de forma coletiva muitas vezes. As elites e os grupos sociais dominantes impõe suas características e marcadores sociais como normas gerais, regras de comportamento a serem seguidas pelos demais. Como visto acima, é nesse processo que a violência cultural forma a violência estrutural.

O Estado, enquanto campo de articulação dos poderes, desenvolverá formas de controle social e manutenção dessa violência estrutural. Uma das principais formas de controle social é o Sistema Penal. Esse sistema é construído para legitimar as ações do Estado, o uso da violência e garantir a imunidade das classes dominantes (Baratta, 1993).

Em especial, o sistema penal se concentra nas ações individuais de violência direta, excluindo quase que totalmente as ações de violência estrutural, sobretudo quando essa é praticada pelo próprio Estado (Baratta, 1993).

Em 1980, a violência praticada pelo Estado começou a ser estudada sob a definição de *State Organized Crime* por autores como William Chambliss, que entendia esses crimes como atos que seriam tipificados formalmente, mas que ainda assim eram praticados por agentes do Estado e, justamente por isso, tornavam-se legais e aceitáveis (Colognese e Budó, 2018). Novamente remetendo a forma como a violência cultural controla o que consideramos ou não uma conduta aceitável.

Chambliss, Michalowski e Kramer (2014) descrevem de forma estruturada os crimes que são cometidos pelo Estado na teoria do “Bolo de Casamento do Crime de Estado”: no topo do bolo temos os crimes de *high profile* os crimes de genocídio, de guerra, o terrorismo; na segunda camada do bolo temos a *semi-tolerated policy violence* que se referem as mortes de civis durante uma guerra ou causadas pelos embargos econômicos; e, por fim, temos a base do nosso modelo que é a própria violência estrutural que se refere principalmente a pobreza e os sistemas de estratificação criados e sua manutenção. Colognese e Budó (2018) incluem nessa base: o sexismo, o racismo, a exclusão de grupos étnicos que gerem danos preveníveis ou facilitados pelas ações do próprio Estado.

Os crimes de estado, portanto, se fundam em uma concepção para além da definição legal de crime. Ao falar do Estado enquanto um agente criminoso muda-se o foco para a violência estrutural em si, que se refere a supressão das necessidades reais, que mediante formalização, serão chamadas de direitos humanos (Baratta, 1993). Pode-se dizer então que o Estado em seus atos institucionais



é capaz de produzir violência, reprimindo direitos humanos e causando danos sociais.

Esses danos sociais que podem ser entendidos como danos físicos, danos econômicos, danos psicológicos ou danos relativos à segurança cultural (Hillyard e Tombs, 2013). Essas condutas apesar de não estarem tipificadas, não terem um único sujeito ativo ou uma pessoa física como autora, não poderem ser pontuados no espaço-temporal, ainda assim podem ser entendidas como crime pela concepção de Baratta (1993) e Galtung (2006): são atos que geram danos sociais graves, que prejudicam coletivos de pessoas, populações inteiras e, principalmente, que poderiam ter sido evitados se o Estado tivesse agido de forma diferente (Colognese e Budó, 2018).

## **A FALTA DE TRABALHO E RENDA COMO EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA DE ESTADO**

Hillyard e Tombs (2013) descrevem as quatro dimensões possíveis de dano social. Uma destas é o dano financeiro ou econômico. Nesta dimensão temos a pobreza e o desemprego como principais, já que o modelo capitalista é um grande produtor de dano social. O dano financeiro também engloba a alta inflação que aumenta o preço dos bens de consumo essenciais, o cartel e a fixação de preços, a apropriação de fundos de poupança dos particulares por parte do governo e a imposição de tributos em benefícios dos mais ricos sobre a forma de impostos regressivos.

Este dano social econômico mantém e promove o empobrecimento em massa das populações marginalizadas. Tal pobreza que ultrapassa a esfera econômica e se converte em dano físico sob a forma da fome e da morte, na gritante insegurança alimentar vivenciada por diversas populações. A pobreza econômica se constitui em um verdadeiro impedimento de acesso às condições mínimas de sobrevivência.

Amartya Sen (1999) entende que o desenvolvimento de uma sociedade deve ser avaliado pelo grau de liberdade de seus membros, ou seja, a capacidade que estes têm de usufruir dos recursos que lhe são dispostos. Sen (1999) apresenta cinco liberdades instrumentais, incluindo as facilidades econômicas – que seriam esse acesso a renda – e as oportunidades sociais – que seriam os direitos sociais e culturais. Demonstrando que ambos os aspectos são importantes e necessários para o desenvolvimento da sociedade, não há luta política se as pessoas estão morrendo, sem acesso aos bens básicos para sua sobrevivência.

Os ensinamentos de Sen (1999) nos levam a concluir que as condições de vida impostas à população transexual e travesti através do empobrecimento, decorrente da falta de emprego e formação, tem implicações na liberdade dessa comunidade. Logo que não são capazes de exercer suas capacidades, sejam políticas, culturais e sociais, enquanto são desprovidas de recursos mínimos para a sobrevivência.

Pedra (2019) ao analisar os dados sobre mulheres travestis e transexuais trabalhadoras sexuais discute sobre a pobreza multidimensional. Neste caso, a condição de pobreza se espalha e se infiltra pela segurança, saúde, escolaridade, acesso à bens e na livre circulação por espaços públicos.

Essa violência estrutural – que pode ser denominada como Transfobia Estrutural (Pedra, 2019) ou LGBTfobia estrutural (Pedra, 2018) – que submete a população transexual e travesti a uma série incontável de intempéries em caráter durável e permanente, dando forma as violências diretas que serão percebidas pelas pessoas em seu cotidiano. Além de gerar danos físicos e financeiros, promove danos culturais (Hillyard e Tombs, 2013).

A Seguridade cultural aqui se refere à capacidade dos sujeitos e sujeitas dentro de uma sociedade de manifestar sua autonomia, podendo desenvolver-se e crescer individual e coletivamente, tendo acesso a recursos culturais, intelectuais e de informação que estão disponíveis em uma sociedade verdadeiramente democrática (Hillyard e Tombs, 2013). É a possibilidade de todo ser humano ser o melhor que puder e realizar seus objetivos, tal qual o que se entende por bem-estar como finalidade de uma sociedade.

A própria falta de expectativa e a negação completa de acessar o mercado de trabalho formal, de exercer uma profissão reconhecida socialmente é em si um dano social. Pereira e Costa Gomes (2017) demonstram como o trabalho enquanto significativo é muito mais do que um modo de sustento financeiro. Trabalhar é também uma forma de satisfação e realização pessoal do indivíduo.

Souza (2012, p.38) reforça que o trabalho possui lugar de destaque na sociedade contemporânea, “interfere diretamente na forma como a pessoa se reconhecerá e se posicionará perante a sociedade, além de influenciar diretamente na maneira como serão organizadas as demais esferas de sua existência”. Sendo assim, o trabalho é um significativo positivo socialmente.

Rondas e Machado (2016) ao retratar os sonhos e aspirações profissionais mencionados pelas travestis citam ter a casa própria, retomar os estudos, a qualificação profissional e a liberdade para empreender e ter seu próprio negócio.

As oito travestis restantes desejariam tomar rumos profissionais diferentes dos atuais. Para seis, as aspirações estavam associadas à realização ou retomadas de estudos. As áreas de conhecimentos

citadas foram: Informática, Letras, Inglês, Direito, Gestão Ambiental, Jornalismo e Design de Joias. Das oito que estavam querendo mudar de atividade, três mencionaram o desejo de ter o próprio negócio, duas se referiram a estabelecimentos de beleza e a terceira, à área do design de joias. Três gostariam de desempenhar atividades assalariadas de serviços. Foram citadas as áreas de telemarketing, administrativa e de jornalismo. Uma disse sonhar em prestar concurso público para a função de fiscalização sanitária (Rondas e Machado, 2016, p.199)

O acesso ao mercado de trabalho, a uma renda assalariada, não se relaciona somente com a dimensão econômica, como também com a seguridade cultural. A falta de ações positivas do Estado na promoção de políticas públicas de formação e inserção de pessoas transexuais e travestis se converte em crime de estado, na medida, em que produz danos sociais a essa população. Impedindo-a de exercer, plenamente, suas capacidades em vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abre um espaço para discutir como o gênero – enquanto regime de poder que fundamenta a violência cultural – produz crimes de estado contra a vida de travestis e pessoas transexuais, na medida em que danos sociais diversos – evitáveis – são percebidos no decorrer de suas vidas. Em especial, a forma como a falta de renda e emprego se convertem não somente em violações, mas em danos sociais, que podem ser imputados ao Estado sob a forma de crimes.

Para compreender essa dimensão, primeiramente, é necessário retirar a cultura de uma suposta neutralidade coletiva, entendida como uma produção universal para todos os membros de uma sociedade. Como vimos no primeiro tópico, a forma como a diferença sexual será interpretada dentro de cada sociedade depende da cultura, e esta está atrelada aos grupos sociais dominantes dentro de uma coletividade.

Nesse caso, constrói-se uma concepção coercitiva e binária de gênero que irá promover uma violência cultural não somente contra as mulheres cisgêneras, mas contra todos os indivíduos que não se enquadrem nas normas de gênero.

Essa violência cultura absorvida pelo Estado se apresenta na forma de violência estrutural: a violação sistêmica das necessidades reais de toda vida humana. No segundo momento, analisou-se como a violência estrutural dará origem ao que se pode chamar de crimes de Estado. Os atos produzidos pelo ente estatal enquanto sujeito ativo de danos sociais.

E apesar de não haver ainda uma discussão consistente sobre os crimes de estado e os danos sociais percebidos pelas pessoas transexuais e travestis é possível identificar esses danos através dos dados e discursos dos movimentos sociais e estudos sobre essa população.

Na experiência transexual e travesti esses danos são percebidos além da esfera física da morte e das agressões. Há um evidente dano social financeiro, tendo em vista a pobreza que assola a maioria dessa população transexual e travesti, os trabalhos mal remunerados e em condições degradantes como é o caso da prostituição. O dano emocional pode ser elencado, tendo em vista as violências psíquicas percebidas por travestis e pessoas trans. Afetando a saúde mental e bem-estar dos sujeitos, por vezes conduzindo ao suicídio. Condição levantada pelo próprio movimento social que elenca os suicídios como mortes violentas de LGBTs provocadas pelo Estado (Observatório, 2023).

Bem como, os danos relativos à segurança cultural dessa população, quando todo um coletivo de pessoas é sistemicamente violado e lhe é retirado as possibilidades de formação e crescimento. Danos que impedem que estas travestis e pessoas trans possam desenvolver-se enquanto sujeitos e sujeitas, manifestando sua autonomia, tendo possibilidades reais de conquistas suas aspirações pessoais e financeiras. A falta de renda e trabalho dignos é uma forma de dano social presente na vida dessa população, que ainda é escamoteada pelo discurso criminológico.

O que confere o caráter de crime de Estado para essas condutas além do grande dano social provocado, é o fato de que essas condições poderiam ser evitadas pelo Estado. No entanto, são tratadas como naturais, necessárias para garantir a ordem social do gênero e até mesmo são imputadas como responsabilidade das próprias travestis e transexuais.

Observar o dano social imposto sobre as travestis e pessoas transexuais promovido pelo Estado para além do encarceramento e da morte nos permite avançar o debate criminológico e na compreensão da falta de trabalho e renda de pessoas transgênero para além de uma violação, mas sim, como um crime de estado. Fortalecendo a busca por alternativas de inserção social e de garantia à direitos humanos básicos. É preciso apontar os autores dos crimes cometidos contra nós e exigir sua responsabilização para além dos limites do Sistema Penal.

## REFERÊNCIAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê: assassinatos e violências contra pessoas Trans em 2022**. Org: BENEVIDES, Bruna ANTRA

(Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

ARRIAGA ARIZMENDI, Nallely. **La ética en la transformación de conflictos a partir de la propuesta de johan galtung: el caso de violencia de género.** 2013. Dissertação de Mestrado. Universidad Autónoma del Estado de México.

BARATTA, Alessandro. “Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal”. **Fascículos de Ciências Penais**, n. 2. Porto Alegre: Fabris, 1993, p. 44-61

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHAMBLISS, William; MICHALOWSKI, Raymond; KRAMER, Ronald (Ed.). **State crime in the global age.** New York: Ed. Routledge, 2014

COLOGNESE, M. M. F., & BUDÓ, Marília. de N. (2018). Limites e possibilidades da criminologia crítica nos estudos dos crimes dos Estados e dos mercados. **Revista De Direitos E Garantias Fundamentais**, 19(1), 55-90.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: Ed. EDUSC, 1999

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** Unesp, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALTUNG, Johan. La violencia: cultural, estructural y directa. **Cuadernos de estratégia.** Colômbia, Nº183, p.147-168, 2016

HILLYARD, Paddy; TOMBS, Steve. ¿Más allá de la criminología? **Revista Crítica Penal y Poder.** nº04. Universad de Barcelona. 2013

LOPES, Davi Haydee Almeida. **Morreu? Não vai dar em nada, melhor nem ter o trabalho: uma análise dos assassinatos de travestis em Belém.** Orientadora: Luanna Tomaz de Souza. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13264>.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL. **Dossiê 2022**. 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>

PEDRA, Caio Benevides et al. **Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural na arena jurídica**. 2018.

Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BAMK3R/1/disserta\\_\\_o\\_caio\\_pedra\\_vers\\_o\\_final.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BAMK3R/1/disserta__o_caio_pedra_vers_o_final.pdf)

PEDRA, Caio Benevides. A prostituição de travestis e mulheres trans em belo horizonte a partir da ótica da pobreza multidimensional. **Sexualidade & Política-Revista Brasileira de Políticas Públicas LGBTI+**, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/50903/2/A%20prostitui%c3%a7%c3%a3o%20de%20travestis%20e%20mulheres%20trans%20em%20Belo%20Horizonte%20a%20partir%20da%20%c3%b3tica%20da%20pobreza%20multidimensional.pdf>

PEREIRA, Fábio Queiroz. COSTA GOMES, Jordhana Maria. Pobreza e gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 210–224, 2017. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v22i2800.

REDE TRANS. **Página do instagram postada em 21 de Julho de 2023**. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CuwplzEOVEW/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CuwplzEOVEW/?img_index=1)

RONDAS, L. de O.; MACHADO, L. R. de S. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão<sup>1</sup>. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 191–204, 2016. Disponível em: [http://seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/Rondas%2C%20Machado](http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/Rondas%2C%20Machado). Acesso em: 12 fev. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.17-71.

SOUZA, Heloisa Aparecida. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós Graduação em

Psicologia. Campinas, 2012. Disponível em: [https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15935/ccv\\_ppgpsico\\_me\\_Heloisa\\_AS.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15935/ccv_ppgpsico_me_Heloisa_AS.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global consultation on violence and health. **Violence: a public health priority**. Geneva: WHO; 1996

# A LEITURA DA EMPREGABILIDADE TRANS PELA PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (2012-2023)

*Paulo Henrique Araújo da Silva<sup>1</sup>*  
*Saulo Monteiro Martinho de Matos<sup>2</sup>*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é diagnosticar como a produção acadêmica no âmbito dos Programas de Pós-Graduação brasileiros analisa a multiplicidade e a complexidade das relações das pessoas transgêneras com o mercado de trabalho. A sistematização dos trabalhos apresentados nos PPG's do Brasil é feita pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o que justifica a sua escolha como a plataforma de pesquisa neste artigo. Ao todo, foram selecionados 14 trabalhos que articulam diretamente com o tema da empregabilidade (trabalho, emprego e renda) de pessoas transgêneras, excluídos todos aqueles que apenas tangenciassem a questão. A análise documental desses trabalhos, norteadas pelo método indutivo, foi feita a partir da criação de marcadores que buscam extrair desses trabalhos: a) a metodologia empregada; b) a natureza da pesquisa (teórica ou empírica; qualitativa ou quantitativa); c) a abrangência geográfica da pesquisa (se é nacional ou focada em alguma cidade, estado ou região brasileira); d) a abrangência populacional da pesquisa (se fala das pessoas transgêneras no geral ou em algum dos seus subgrupos); e) qual a realidade da empregabilidade trans apontada pelo texto; f) se o trabalho elenca alguma estratégia de enfrentamento à questão da empregabilidade trans.

**Palavras-chave:** Pessoas transgêneras; empregabilidade; revisão bibliográfica.

1 Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Especialista em Direitos Humanos e Movimentos Sociais pelo Centro Universitário Internacional. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Projeto de Pesquisa “Censo Trans Pará”. [paulo.silva@icj.ufpa.br](mailto:paulo.silva@icj.ufpa.br)

2 Professor da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará. Doutor pelo Departamento de Filosofia Social e Filosofia do Direito da Universidade de Göttingen. Coordenador do Projeto de Pesquisa “Censo Trans Pará”. [saulomdematos@gmail.com](mailto:saulomdematos@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

**E**ste artigo é um resultado parcial do primeiro de três anos de investigação do projeto de pesquisa “Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudos sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará”, que tem como objetivo realizar um levantamento de informações sobre a inclusão da comunidade trans paraense nas esferas do trabalho e da seguridade social, identificando precisamente quais as violações e as consequências da vulnerabilidade a qual esse grupo social está submetido (Matos; et al, 2022, p. 25).

Em um primeiro momento, fez-se necessário quantificar e analisar os trabalhos acadêmicos existentes sobre travestilidade, transexualidade e não-binaridade centrados nas questões relacionadas ao trabalho, ao emprego e à renda, selecionando os artigos e outras produções acadêmicas necessários e adequados à construção da argumentação teórica fundamental de todo o projeto.

Assim, a partir de uma revisão sistemática, intenta-se realizar um mapeamento da bibliografia brasileira acerca de trabalho, emprego e renda de travestis, transexuais e não-binários, como forma de construir um estado da arte consolidado e necessário à execução das demais etapas do projeto. Serão selecionados artigos, dissertações e teses sobre o tema, que serão submetidos a um processo quali-quantitativo de categorização.

Especificamente no recorte feito por este artigo, busca-se diagnosticar como a produção acadêmica no âmbito dos Programas de Pós-Graduação brasileiros analisa a multiplicidade e a complexidade das relações das pessoas transgêneras com o mercado de trabalho, trabalhos esses que são encontrados junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para tanto, a pesquisa realiza a coleta e o tratamento das informações coletadas a partir do método indutivo, definido como um processo em que uma generalização é inferida a partir de dados particulares que, quando relacionados, revelam aspectos mais amplos sobre determinado objeto de estudo (Marconi; Lakatos, 2022, p. 82-83).

## METODOLOGIA

Considerando a natureza exploratória do projeto de pesquisa, ou seja, que é um estudo acadêmico realizado em um tema com dados ainda incipientes, revela-se como particularmente útil a realização de um estudo bibliográfico sistematizado, que consiste em quantificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre determinado tema e, simultaneamente, avaliar quais são as principais tendências dessas investigações, promovendo a gestão da

informação e do conhecimento científico sobre determinado assunto (Treinta, et al, 2014, p. 509).

Além do metodismo necessário a uma pesquisa acadêmica relevante, a vantagem de uma revisão sistemática da literatura está na sua reprodução metodológica, de modo que, ao identificar os percursos de problemas e métodos em determinado tema, são possibilitados novos rumos de investigações (Inoue, 2015, p. 4), vantagens particularmente interessantes a uma revisão bibliográfica de projeto de pesquisa multidisciplinar, possibilitando a consolidação de um estado da arte sobre o tema.

Dessa forma, o procedimento metodológico de coleta de dados consistiu em converter a pergunta-problema em conceitos que serão inseridos nas plataformas de pesquisa. Nesse ponto, a estratégia do uso dos conectores é particularmente importante, como forma de delimitar se a ação de pesquisa é restritiva (conector “e”) ou aberta (conector “ou”) (Treinta, et al, 2014, p. 511). No caso da presente pesquisa, limitada às produções científicas brasileiras, dois grupos de palavras são formados: a) “trabalho”, “emprego”, “renda” e “empregabilidade”; b) “travesti”, “transgênero”, “transexual” e “não-binário”. Enquanto cada grupo de palavras relaciona-se entre si de modo aberto, a interação entre os dois grupos de vocábulos é inserida de forma restritiva nas plataformas.

Isso significa dizer, em outras palavras, que as buscas realizadas nas plataformas digitais foram realizadas a partir das seguintes 20 combinações de palavras-chaves: trabalho trans, trabalho travesti, trabalho transgênero, trabalho transexual, trabalho não-binário, emprego trans, emprego travesti, emprego transgênero, emprego transexual, emprego não-binário, renda trans, renda travesti, renda transgênero, renda transexual, renda não-binário, empregabilidade trans, empregabilidade travesti, empregabilidade transgênero, empregabilidade transexual, empregabilidade não-binário.

Durante a filtragem dos resultados encontrados, os seguintes critérios de inclusão foram empregados para selecionar os artigos a serem utilizados para o desenvolvimento do projeto de pesquisa: a) trabalhos publicados e disponíveis integralmente na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); b) trabalhos que discutam especificamente a questão relativa à empregabilidade (trabalho, emprego e renda) de pessoas transgêneras em âmbito nacional, ainda que em recortes regionais. Além disso, foram utilizados os seguintes critérios de exclusão: a) trabalhos que não estejam disponíveis integralmente na BDTD; b) artigos que discutam o tema de forma tangente, o que significa i) a questão relativa à empregabilidade (trabalho, emprego e renda); ii) que abordem a empregabilidade, mas voltada ao público LGBTQIA+ no geral; iii) que discorram sobre a

realidade de pessoas transgêneras no Brasil, mas sem abordar especificamente a questão da empregabilidade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa parte da premissa de que os efeitos das novas formas de trabalho contemporâneo são intensificados nos corpos transgêneros, oportunidade em que essas pessoas são expostas à precarização, à informalização e à degradação, com a peculiaridade de que essas violações de direitos e outras ofensas são decorrentes de sua identidade de gênero não normativa, fenômeno que obstaculiza a contratação e a permanência de pessoas trans no mercado de trabalho e as coloca em posições em que a sua exposição passiva a trabalhos precários é uma condicionante de um mínimo de reconhecimento, uma possibilidade de escapar parcialmente da marginalização que combina a tradição patriarcal com a divisão social do trabalho típica do sistema capitalista (Marinho; Almeida, 2019, p. 130-131) que coloca a informalidade como uma grande zona racializada, feminina e marcada pelos corpos dissidentes da heteronormatividade e da binaridade (Rodrigues, 2022, p. 63).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da inserção da combinação das palavras-chave na plataforma, foram obtidos 20 trabalhos. Os critérios de exclusão eliminaram do espaço amostral 6 trabalhos, restando 14 a serem analisados, apresentados na tabela a seguir:

**Tabela 1** - Trabalhos acadêmicos sobre o tema da empregabilidade de pessoas transgêneras encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Ano	Autor/a/es	Título
2012	Souza	Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais
2016	Oliveira	“Meu corpo, um campo de batalha”: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital
2017	Hartmann	Transições e resistências: empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis
2018	Santos	Mercado de trabalho do transexual: proibição da discriminação, o trabalho decente e as ações afirmativas como forma de inclusão
2019	Jesus	Preconceito e discriminação social: a realidade de travestis e transexuais no acesso e permanência no trabalho
2019	Oliveira	“E travesti trabalha?”: divisão transexual do trabalho e messianismo patronal

Ano	Autor/a/es	Título
2020	Bonotto	A construção da empregabilidade para uma mulher transexual
2020	Fleury	Os sentidos do Direito, do sindicato e da vida em disputa: resistências trabalhadoras e sindicais à transfobia e ao cissexismo no telemarketing
2020	Gutierrez	Trabalho e empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias: desafios e perspectivas de ação
2020	Silva	Carreira e integração profissional de travestis e transexuais
2020	Lopez	Entre sentidos e desafios: trajetórias laborais de transexuais da cidade de Fortaleza, Ceará
2021	Gotardi e Pereira	Inclusão da população trans na cidade de São Paulo e o Programa TransCidadania como política pública de apoio à empregabilidade
2021	Paniza	As travestis e mulheres transexuais no mundo do trabalho: um estudo a partir da experiência das trabalhadoras trans e de aliadas e aliados na área de consultoria e gestão da diversidade
2022	Souza	Trabalho na experiência de travestis e mulheres trans

**Fonte:** Elaboração própria (2023).

Considerando que a coleta de dados não delimitou um marco temporal, os trabalhos selecionados indicam um plano geral de quando as discussões referentes à empregabilidade trans foram levadas aos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Nesse sentido, os trabalhos coletados foram produzidos entre os anos de 2012 e 2022, com destaque para dois pontos: a) ainda que o trabalho mais antigo tenha sido apresentado em 2012, o segundo mais antigo foi produzido quatro anos depois, em 2016; b) 10 dos 14 trabalhos foram produzidos nos últimos 5 anos (entre 2019 e 2023). Somado a isso, chama a atenção também os tipos dos trabalhos coletados: das 14 pesquisas selecionadas, 13 consistem em dissertações de mestrado e apenas o trabalho de Paniza (2021) é uma tese de doutorado.

O primeiro critério de análise dos trabalhos foi o da área da pesquisa. Nesse âmbito: a) os trabalhos de Bonotto (2020), Lopez (2020), Souza (2012), Gutierrez (2020) e Souza (2022) advêm da Psicologia, totalizando 5 trabalhos; b) os trabalhos de Paniza (2021), Silva (2020) e Gotardi e Pereira (2020) advêm da Administração, totalizando 3 trabalhos; c) os trabalhos de Oliveira (2019), Santos (2018) e Fleury (2020) advêm do Direito, totalizando 3 trabalhos; d) a pesquisa de Oliveira (2016) é oriunda do Serviço Social; e) a pesquisa de Jesus (2019) é oriunda da Medicina; f) a pesquisa de Hartmann (2017) é oriunda da Sociologia.

O segundo critério consiste na metodologia empregada: a) utilizaram-se de entrevistas semiestruturadas os trabalhos de Bonotto (2020), Paniza (2021), Silva (2020), Lopez (2020), Oliveira (2016), Souza (2012), Fleury (2020), Jesus (2019),

Souza (2022) e Hartmann (2017), totalizando 10 trabalhos; b) utilizaram-se de pesquisas bibliográficas os trabalhos de Oliveira (2019), Santos (2018) e Gutierrez (2020), totalizando 3 trabalhos; c) a pesquisa de Gotardi e Pereira (2020) utilizou-se de pesquisa documental.

O terceiro critério empregado foi o da natureza da pesquisa: a) os trabalhos de Bonotto (2020), Paniza (2021), Silva (2020), Lopez (2020), Oliveira (2016), Souza (2012), Fleury (2020), Jesus (2019), Souza (2022) e Hartmann (2017) consistiram em pesquisas empíricas e qualitativas, enquanto que os trabalhos de Oliveira (2019), Santos (2018), Gutierrez (2020) e Gotardi e Pereira (2020) são pesquisas de natureza teórica e qualitativa.

O quarto critério consiste na abrangência geográfica da pesquisa: a) são de abrangência nacional os trabalhos de Paniza (2021), Silva (2020), Oliveira (2019), Santos (2018), Gutierrez (2020) e Souza (2022), totalizando 6 pesquisas; b) apenas o trabalho de Fleury (2020), que analisou o Estado de São Paulo, é de abrangência estadual; c) das 7 pesquisas que analisam municípios específicos, os trabalhos de Bonotto (2020) e Gotardi e Pereira (2020) estudam a cidade de São Paulo, o trabalho de Lopez (2020) analisa Fortaleza, o trabalho de Oliveira (2016) analisa Natal, o trabalho de Souza (2012) analisa Campinas, o trabalho de Jesus (2019) analisa Belo Horizonte e, por fim, o trabalho de Hartmann (2017) analisa Florianópolis.

O quinto critério analisa a abrangência populacional da pesquisa: a) 7 trabalhos analisam as pessoas trans e travestis, sem mencionar as pessoas não-binárias, que são as pesquisas de Silva (2020), Oliveira (2019), Gotardi e Pereira (2020), Santos (2018), Souza (2012), Jesus (2019) e Souza (2022); b) a pesquisa de Gutierrez (2020) analisa as pessoas transgêneras no geral, considerando as pessoas trans, travestis e não-binárias; c) 6 trabalhos analisam as mulheres trans e travestis, que são as pesquisas de Bonotto (2020), Paniza (2021), Lopez (2020), Oliveira (2016), Fleury (2020) e Hartmann (2017).

O sexto critério consiste em perceber como as pesquisas da BDTD, em linhas gerais, percebem a realidade da empregabilidade de pessoas transgêneras. Em um primeiro plano, todas as pesquisas aferem que dificuldades, preconceitos e violências marcam o acesso ao mercado de trabalho por pessoas trans, além de que os trabalhos são unânimes em destacar o trabalho como um eixo central de sociabilidade e de construção identitária. Entretanto, há uma divergência no modo como os trabalhos analisam a dinâmica da discriminação vivida pelas pessoas transgêneras: a) os trabalhos de Bonotto (2020), Santos (2018), Oliveira (2016), Fleury (2020), Gutierrez (2020) e Hartmann (2017) analisam a discriminação de forma restrita ao ambiente de trabalho em si, totalizando 6 trabalhos

que utilizam-se do conceito de transfobia institucionalizada para compreender as dinâmicas administrativo-jurídicas de opressão explícita e implícita; b) as pesquisas de Paniza (2021), Silva (2020), Oliveira (2019), Lopez (2020), Gotardi e Pereira (2020), Souza (2012), Jesus (2019) e Souza (2022) consideram que as dinâmicas de opressão estão para além de questões institucionais, argumentando que a desigualdade no ambiente de trabalho é resultado de desigualdades estruturais da sociedade.

Por fim, o último critério visa identificar se esses trabalhos desenvolvem algum tipo de estratégia de enfrentamento aos problemas que envolvem o acesso e a permanência de pessoas transgêneras no mercado de trabalho. Apenas 7 das 14 pesquisas desenvolvem alguma proposta nesse sentido, de modo que: a) as pesquisas de Paniza (2021) e Santos (2018) consideram que deve haver o fortalecimento, pelo Estado, de organizações, governamentais ou não, que assistem e auxiliam as pessoas transgêneras; b) as pesquisas de Oliveira (2016) e Fleury (2020) defendem que avanços na questão da empregabilidade trans dependem do fortalecimento da organização coletiva das pessoas transgêneras; c) as pesquisas de Gotardi e Pereira (2020) e Jesus (2019) apontam que um passo inicial está em uma maior produção de dados sobre o tema da empregabilidade trans; d) o trabalho de Bonotto (2020) aponta que os futuros trabalhos acadêmicos sobre o tema não devem ser voltados apenas às mazelas que atravessam a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, de modo que os casos de sucesso de pessoas trans no trabalho devem ser apresentados como uma forma de evitar a reprodução de um discurso único de sofrimento e insucesso em torno da transgeneridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados, a empregabilidade trans revela-se um tema relativamente novo no âmbito dos Programas de Pós-Graduação brasileiros e que obteve maior destaque nos cinco últimos anos. Entretanto, esse fator afeta a continuidade de pesquisas no tema, o que é percebido por dissertações de mestrado que, em grande parte, não são continuadas em investigações de teses de doutorado.

Metodologicamente, considerando um plano geral de escassez de dados sobre a população trans, as pesquisas utilizam-se de entrevistas semiestruturadas como um recurso que, além de dar voz a um público que ainda não ocupa de forma igualitária o espaço da pós-graduação, permite evidenciar questões que podem escapar dos estudos teóricos já realizados sobre o tema. Além disso, constatou-se a ausência de trabalhos de natureza quantitativa, o que compromete

que a pesquisa acadêmica seja um meio pelo qual dados sobre a empregabilidade trans sejam produzidos e tratar para, dentre outros fins, a elaboração de políticas públicas.

No âmbito geográfico, a maioria dos trabalhos atuaram especificamente em municípios, ainda que limitados apenas a três das cinco regiões do Brasil e com estudos predominantemente feitos em capitais brasileiras. No geral, aponta-se a ausência de trabalhos com foco específico nas regiões Norte e Centro-Oeste, seja em abrangência regional, estadual ou municipal.

Por fim, com exceção de um trabalho, os estudos que se propuseram a analisar as pessoas transgêneras de modo geral, em verdade, consideraram apenas as pessoas trans e travestis, sem mencionar a não-binariedade como parcela integrante da transgeneridade. Além disso, ainda que todos os trabalhos reconhecessem a discriminação de caráter transfóbico no ambiente de trabalho, há uma diferença na forma como essas pesquisas analisam esse fenômeno, de forma que alguns trabalhos analisam estritamente a dinâmica de trabalho por meio do conceito de transfobia institucional, enquanto outros compreendem como fatores sociais estruturais são reproduzidos no ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BONOTTO, Natália Rissinger. **A construção da empregabilidade para uma mulher transexual.** 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020

FLEURY, Flávio Malta. **Os sentidos do Direito, do sindicato e da vida em disputa:** resistências trabalhadoras e sindicais à transfobia e ao cissexismo no telemarketing. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020

GOTARDI, Felipe Mandieta; PEREIRA, Michaelle Alessandra Maranhão dos Santos Bastos. **Inclusão da população trans na cidade de São Paulo e o Programa TransCidadania como política pública de apoio à empregabilidade.** 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021

GUTIERRES, Stephanie Moreira. **Trabalho e empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias:** desafios e perspectivas de ação. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2020

HARTMANN, Jennifer Morel. **Transições e resistências:** empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)

INOUE, Célia Regina (Org.) **Tipos de Revisão de Literatura.** Botucatu: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônomicas, Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Matos, 2015

JESUS, Hudson André de. **Preconceito e discriminação social:** a realidade de travestis e transexuais no acesso e permanência no trabalho. 2019. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência), Programa de Pós-Graduação em Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019

LOPEZ, Valéria Yanela Pablo. **Entre sentidos e desafios:** trajetórias laborais de transexuais da cidade de Fortaleza, Ceará. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022

MARINHO, Silvana; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, pp. 114-134, Jan./Jul. 2019

OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de. **“E travesti trabalha?”:** divisão transexual do trabalho e messianismo patronal. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito, História, Poder e Liberdade) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019



OLIVEIRA, Tibério Lima. **“Meu corpo, um campo de batalha”**: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital. 2016. Dissertação (Mestrado em Gênero, Cultura e Diversidade) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues. **As travestis e mulheres transexuais no mundo do trabalho**: um estudo a partir da experiência das trabalhadoras trans e de aliadas e aliados na área de consultoria e gestão da diversidade. 2021. Tese (Doutorado em Administração de Empresas e Estudos Organizacionais) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021

RODRIGUES, Maria Eduarda Ferraz Firmo. A formação do estigma das travestis no Brasil: mercado informal, precariedade e trabalho sexual. **Laborare**, Salvador, v. 5, n. 8, pp. 51-68, Jan./Jun. 2022

SANTOS, Nathalia Carolini Mendes dos Santos. **Mercado de trabalho do transexual**: proibição da discriminação, o trabalho decente e as ações afirmativas como forma de inclusão. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018

SILVA, Bruno Henrique Pais. **Carreira e integração profissional de travestis e transexuais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Organizações, Mercado e Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020

SOUZA, Gabriela da Rocha. **Trabalho na experiência de travestis e mulheres trans**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comportamento Social e Processos Cognitivos) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022

SOUZA, Heloísa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Profissão e Ciência) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2012

TREINTA, Fernanda Tavares, et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 508-520, Jul./Set. 2014

# A EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS A PARTIR DAS INICIATIVAS LEGISLATIVAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PA

*Paulo Henrique Araújo da Silva<sup>1</sup>*  
*Luanna Tomaz de Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, entre os anos de 2009 e 2023, de que maneira o Poder Legislativo do Município de Belém normatizou questões referentes à empregabilidade das pessoas transgêneras. Para tanto, utilizou-se o método indutivo aplicado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento de dados nos sítios eletrônicos municipais oficiais encontrou, em um primeiro momento, dez leis sancionadas pelo Poder Executivo, duas Resoluções aprovadas pela Câmara Municipal de Belém e vinte e quatro projetos de lei em tramitação no mesmo Parlamento. A Partir disso, foram selecionados apenas os normativos que tratassem, em algum nível, de diretivas de trabalho, emprego e renda da população T. Coletados tais dados, a pesquisa busca discorrer sobre dois importantes pontos: a) como o Poder Legislativo, em especial a esfera municipal, pode atuar na garantia da empregabilidade à população trans; b) qual o escopo normativo oferecido pela via legislativa em Belém à empregabilidade desta parcela da sociedade.

**Palavras-chave:** Pessoas transgêneras; Belém/PA; Empregabilidade; Poder Legislativo; Políticas Públicas.

1 Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Especialista em Direitos Humanos e Movimentos Sociais pelo Centro Universitário Internacional. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Eixo de Pesquisa do Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ da Universidade Federal do Pará. [paulo.silva@ici.ufpa.br](mailto:paulo.silva@ici.ufpa.br);

2 Professora e Diretora Adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará. Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra. Pós-Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ da Universidade Federal do Pará. [luannatomaz@gmail.com](mailto:luannatomaz@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca identificar de que maneira o Poder Legislativo do Município de Belém normatizou as questões referentes à empregabilidade das pessoas transgêneras. Para tanto, a pesquisa realiza a coleta e o tratamento das informações coletadas a partir do método indutivo, definido como um processo em que uma generalização é inferida a partir de dados particulares que, quando relacionados, revelam aspectos mais amplos sobre determinado objeto de estudo (Marconi; Lakatos, 2022, p. 82-83). Neste trabalho, procedeu-se à análise das iniciativas legislativas do Município de Belém destinadas às pessoas transgêneras como forma de identificar, em termos gerais, a perspectiva da produção legislativa municipal sobre a garantia do direito ao trabalho deste grupo social para que, a partir de então, essas normas pudessem ser agrupadas e analisadas a partir de critérios específicos.

## METODOLOGIA

Para a coleta dos dados pretendida por esta pesquisa, o trabalho teve como escopo as leis e os projetos de lei do Município de Belém que mencionam e/ou têm como público-alvo as pessoas transgêneras e/ou questões relativas à identidade de gênero, disponibilizados ao público pelo Banco Legislativo da Câmara dos Vereadores de Belém e pela Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município<sup>3</sup>, com a perspectiva de que é necessário realizar o devido tratamento analítico dessas iniciativas legislativas.

Nas abas de pesquisa de ambos os domínios eletrônicos municipais<sup>4</sup>, buscou-se por iniciativas normativas que contivessem, na ementa ou no corpo do texto do

3 No caso do Município de Belém, as leis já promulgadas estão disponibilizadas na Biblioteca Virtual da Procuradoria-Geral do Município. Por outro lado, os Projetos de Lei e as Resoluções são encontrados no Banco Legislativo da Câmara Municipal de Belém.

4 A título de contraprova, foi solicitado via e-mail tanto ao Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Município quanto à Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Belém uma lista de iniciativas normativas com base nas mesmas palavras-chave. No primeiro, a lista enviada continha apenas as leis que faziam menção expressa à comunidade LGBTI+ ou às pessoas transgêneras nas suas ementas, o que identificaria apenas 8 (oito) das 10 (dez) leis encontradas por esta. Por outro lado, enquanto a pesquisa direta ao sítio da Câmara Municipal mapearia apenas 20 (vinte) projetos de lei, a resposta enviada pela Diretoria Legislativa fez com que 2 (duas) resoluções e mais 4 (quatro) projetos de lei fossem incluídas na contagem.

dispositivo, pelo menos uma das seguintes palavras-chave<sup>5</sup>: “LGBT”<sup>6</sup>, “transgêneras”, “transgêneros”, “travestis”, “não-binárias”, “não-binários”, “não-binários”<sup>7</sup>, “identidade de gênero”, “transfobia”<sup>8</sup>, e “ideologia de gênero”<sup>9</sup>.

Nesta pesquisa, por objetivar uma compreensão mais ampla da questão analisada, optou-se por não filtrar apenas as normas que tinham como foco principal as pessoas transgêneras e/ou que as mencionavam de forma expressa, pois busca-se captar também se as demandas da população transgênera eram trazidas na condição de integrantes da comunidade LGBTI+ ou mesmo enquanto alvos de políticas públicas com propostas mais amplas do que as questões de diversidade sexual e de gênero.

Ressalta-se que o lapso temporal abarcado por esta pesquisa compreende o período entre 16 de março de 2009, data do normativo mais antigo do Município de Belém que menciona a população transgênera, ainda que dentro da sigla LGBT, e 13 de dezembro de 2023, data de fechamento da coleta de dados feita por este trabalho. Dentro deste período, a coleta de dados encontrou, ao todo, 36 (trinta e seis) iniciativas normativas municipais, sendo 10 (dez) Leis já sancionadas pelo Poder Executivo, 2 (duas) Resoluções aprovadas pelo Legislativo Municipal e 24 (vinte e quatro) Projetos de Lei que se encontram em tramitação<sup>10</sup> na Câmara.

---

5 Assim, as palavras-chave são inseridas nas plataformas de pesquisa e interligadas pelo conector “ou”. Neste ponto, a estratégia de uso dos conectores é particularmente importante, como forma de delimitar se a ação de pesquisa é restritiva (conector “e”) ou aberta (conector “ou”) (Treinta; et al, 2014, p. 511).

6 A partir do termo LGBT, em um localizador de palavras, podem ser encontradas também as formas mais atuais de utilização dessa expressão, tais como LGBTQ+, LGBTI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+, entre outros.

7 Como forma de mapear se houve o uso de linguagem neutra. Nos debates sobre sociedades e culturas cisnormativas, que limitam as formas de identidades e corpos, é importante destacar a centralidade da linguagem flexionada de gênero e da linguagem neutra ou inclusiva, ambas utilizadas para evitar o domínio da linguagem no masculino, que anula do discurso as mulheres e todas as pessoas que não se sentem confortáveis em se associar a gêneros binários (Bortolini; Brunetto; Froemming, 2023, p. 15). Por força desse mesmo movimento, esta pesquisa adota a expressão “pessoa transgênera” seguidas vezes no decorrer do trabalho, ainda que a palavra “transgênero”, nos termos da norma culta da língua portuguesa, admita apenas a flexão em número, não em gênero.

8 Como forma de mapear as proposições que tratassem apenas da questão da violência discriminatória.

9 Com a escolha de um termo estigmatizante e recorrente no discurso conversador brasileiro, o objetivo foi mapear as propostas que possuem conteúdo atentatório às questões de identidade de gênero, ou seja, que tendem a colocar a transgeneridade como algo diferente de uma representação de normalidade e que, por isso, deve ser afastado das discussões públicas por meio do Direito, utilizado nessa estratégia como uma ferramenta para destituir socialmente um grupo minoritário de sua subjetividade e de suas particularidades (Alves; Jesus, 2022, p. 755).

10 A categoria “em tramitação”, segundo a Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Belém, abarca todos os Projetos de Lei que já foram protocolados pelos agentes políticos que não foram aprovados pelo Parlamento Municipal, sem diferenciar, por exemplo, se já foram apreciados por alguma das Comissões Parlamentares, se já foram colocados em discussão nas Sessões Legislativas ou mesmo se foram rejeitados pela Casa. Quando questionada diretamente sobre a fase de tramitação dos Projetos

## REFERENCIAL TEÓRICO

De abordagem multidisciplinar, a tese da centralidade do trabalho considera que o trabalho figura como um elemento central na forma pela qual os trabalhadores constituem a sua própria identidade, o seu desenvolvimento moral e a sua sustentabilidade emocional. Como consequência direta, as experiências e vínculos existentes no trabalho são determinantes na organização social e política fora dele, o que significa também que seus efeitos danosos, como o sofrimento e a violência no ambiente de trabalho e uma divisão sexual do trabalho baseada na dominação masculina sobre a feminina são reproduzidos em outras esferas da sociedade (Deranty, 2015, p. 112-114).

Assim, o trabalho passa a ser concebido como um dinamismo que transforma quem o executa em um processo de cooperação e reconhecimento recíproco que ultrapassa o âmbito da empresa e determina como os indivíduos se percebem enquanto atores sociais (Dejours; Deranty, 2010, p. 170).

A partir da década de 1990, o Brasil insere-se em uma reestruturação produtiva neoliberal, que altera a morfologia do trabalho corroendo o trabalho regulamentado e substituindo-o pelas várias formas de acumulação que giram em torno de um trabalho flexível pautado na degradação, na informalização e na precarização dos vínculos trabalhistas (Harvey, 1992, p. 178-180). No Brasil, isso foi implementado por um modelo de Estado contrarreformador que, além de flexibilizar os empregos, privatizou os seus serviços sociais e encolheu a sua intervenção social, estabelecendo assim uma nova relação entre Estado, mercado e sociedade civil em prol dos interesses neoliberais do capital internacional (Antunes, 2011, p. 74-75).

Os efeitos dessa reformulação neoliberal do trabalho são sentidos pelos segmentos mais oprimidos e explorados da sociedade brasileira, grupos atravessados por questões de renda, de sexualidade, de raça e de gênero, demonstrando a fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora contemporânea que tenta ser controlada, minimizada e aproveitada pelas dinâmicas de capital e mesmo por aqueles que tentam insurgir contra ela, em uma perspectiva de que a luta de classe seria mais importante do que as pautas identitárias e pensar o oposto seria uma forma de desarticular formas de resistência ao neoliberalismo.

---

de Lei analisados pela presente pesquisa, a Diretoria Legislativa retornou o contato realizando a diferenciação desses Projetos em 5 (cinco) categorias: a) projetos retirados pelos seus respectivos autores; b) projetos arquivados por duplicidade; c) projetos que aguardam manifestação das suas respectivas Comissões Legislativas; d) projetos que possuíram pareceres contrários em suas respectivas Comissões Legislativas e que foram, por conta disso, arquivados; e) projetos em pauta, o que implica já terem recebido pareceres favoráveis das suas respectivas Comissões Legislativas.

Analiticamente, é possível centralizar os resultados das pesquisas etnográficas sobre a inserção das pessoas transgêneras no mercado de trabalho em quatro grandes conceitos, os dois primeiros que afetam a comunidade trans como um todo e os dois últimos que já começam a definir alguns recortes nesse grupo:

- a) **Produtividade:** os sujeitos não sejam mais vistos como detentores de voz ativa, mas sim como meros operadores de performance. Os processos de socialização e de individualização dão lugar a um sujeito produtivo e instrumentalizado, que participa do mundo incorporando a empresa e o modelo concorrencial como ditames morais (Safatle, 2020, p. 24-26);
- b) **Informalização:** um trabalho desprovido de regulamentação, com redução ou eliminação de direitos que foram conquistados por meio de longas lutas sociais (Antunes, 2011, p. 45);
- c) **Precarização:** conceito que marca os setores de limpeza e telemarketing ocupados majoritariamente por mulheres trans pretas, considera que a massa de pessoas desempregadas desesperadas para entrar no mercado de trabalho é composta por indivíduos incompatíveis com o gênero e a raça aceitos pela sociedade, situação que os coloca como vidas abjetas, pessoas marcadas pela exclusão e que, por isso, estão propensas a aceitarem trabalhos informais sub-remunerados, parciais, terceirizados e temporários (Rodrigues, 2022, p. 56; Butler, 2019, p. 56-57);
- d) **Degradação:** conceito que marca os setores de alimentos e de educação pública majoritariamente ocupados por homens trans brancos, considera que as ocupações informais e alguns postos formais ocupados por pessoas trans podem ser ocupados em equidade salarial às pessoas cis, mas ainda assim são atravessados por um processo de desumanização que destitui o ser de sua identidade (poder de agência) e de sua comunidade (respeito mútuo), o que coloca um indivíduo em uma posição em que a exclusão social é feita sem inibição moral (Marinho; Almeida, 2019, p. 123-124; Oliver, 2011, p. 86-88).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre todos os normativos do Município de Belém, foram selecionados para o presente estudo todos aqueles que abarcam, em alguma medida, a temática do Direito do Trabalho relacionado às pessoas transgêneras, ainda que a menção a esse público fosse feita dentro da sigla LGBTI+. Com isso, a análise passa a abarcar 1 (uma) Lei sancionada e 5 (cinco) Projetos de Lei, apresentados na tabela abaixo:

**Tabela 1** – Normativos do município de Belém voltados às pessoas transgêneras que versam sobre Direito do Trabalho

Identificação	Propositor/a	Ementa
Projeto de Lei nº 1.548, de 18/09/2013	Vereadora Marinor Brito (PSOL)	Institui a Lei Babete, que cria diretrizes para a Política Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e Enfretamento da Homofobia, e dá outras providências.
Lei nº 9.069, de 03/11/2014	Prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB)	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2015, e dá outras providências.
PL nº 2.336, de 13/10/2015	Vereador Fernando Carneiro (PSOL)	Institui incentivo fiscal para a empresa que contratar profissionais travestis, transexuais ou transgêneros, e dá outras providências.
PL nº 147, de 08/02/2017	Vereador Fernando Carneiro (PSOL)	Institui incentivo fiscal para a empresa que contratar profissionais travestis, transexuais ou transgêneros, e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 522, de 30/03/2021	Vereadora Beatriz Caminha (PT)	Institui a Política Municipal de promoção da Cidadania LGBT e enfrentamento da LGBTfobia, e dá outras providências.
Projeto de Lei nº 2.610, de 06/12/2021	Vereadora Lívia Duarte (PSOL)	Institui a Política Municipal de Emprego e Renda para a População Trans - EmpregaTrans, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social no Município Belém, e dá outras providências.

**Fonte:** Elaboração própria (2023).

Inicialmente, destaca-se que o único dispositivo já sancionado pelo Município de Belém relativo ao tema do Direito do Trabalho ainda é bastante genérico: a Lei nº 9.069/2014, em seu art. 2º, inciso IV, determina que uma das metas da Administração Pública para o ano de 2015 seria o de fomentar a geração de trabalho, emprego e renda para vários grupos sociais e, dentre eles, a população LGBTI+. Além da generalidade da proposta, destaca-se também que essa foi uma diretriz passageira, ou seja, uma meta que não foi incorporada no âmbito municipal nos exercícios orçamentários seguintes.

A primeira categoria de análise das propostas considera os seus propositores. Os seis normativos foram apresentados por cinco políticos diferentes: 1 do Partido da Social-Democracia Brasileira (Zenaldo Coutinho), 1 do Partido dos Trabalhadores (Beatriz Caminha) e 3 do Partido Socialismo e Liberdade (Fernando Carneiro, Lívia Duarte e Marinor Brito). Isso permite identificar, de antemão, que a pauta de direitos trabalhistas para as pessoas transgêneras é algo que é apresentando legislativamente pelos políticos vinculados às ideologias de esquerda e centro-esquerda.

A segunda categoria de análise discute quais foram as soluções apresentadas pelos normativos para o acesso ao trabalho de pessoas trans. Aqui, quatro resultados distintos foram encontrados: a) meta de fomento ao emprego LGBT (Lei nº

9.069/2014); b) políticas de conscientização sobre empregabilidade LGBT e vedação da discriminação no ambiente de trabalho (PLs nº 1548/2013 e 522/2021); c) políticas de incentivo fiscal às empresas que contratem pessoas trans (PLs nº 2336/2015 e 147/2017); d) política de reserva de vagas na Administração Pública direta e indireta para as pessoas trans (PL nº 2610/2021).

A terceira categoria considera a situação de tramitação dos normativos. Além do dispositivo que já está sancionado (Lei nº 9.069/2014), 3 Projetos de Lei ainda estão em tramitação na Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis (PLs nº 2336/2015, 147/2017 e 2610/2021), enquanto 2 Projetos de Lei foram arquivados após parecer contrário da referida comissão (PLs nº 1548/2013 e 522/2021). No caso dessas duas últimas propostas, antes mesmo da apreciação de sua materialidade, ambas receberam parecer contrário da referida Comissão por vício formal, uma vez que não foram propostos pelo Poder Executivo, o que fez com que fossem imediatamente arquivados, nos termos do art. 21, §2º, inciso II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém.

Isso ocorre pois, apesar do art. 72 da Lei Orgânica do Município de Belém indicar que a iniciativa de leis ordinárias cabe a qualquer um dos Vereadores, ao Prefeito e aos próprios cidadãos, o art. 75 do mesmo dispositivo determina que são de iniciativa privativa do Poder Executivo as proposições de leis que disponham sobre: a) criação, alteração e extinção de cargos e funções públicas; b) o regime jurídico dos servidores públicos municipais; c) a estrutura dos órgãos, autarquias e fundações da Administração Pública Municipal; d) quaisquer das leis orçamentárias municipais; e) matéria tributária, abertura de crédito e aumento das despesas públicas (CMB, 1990). Na prática, as proposições legislativas de autoria dos Vereadores ou da própria população que versem sobre esses temas, ainda que materialmente relevantes, são formalmente inconstitucionais. O reconhecimento dos vícios constitucionais de proposições normativas, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, compete à Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis, nos termos do art. 42, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém (CMB, 1992).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, são duas as principais conclusões obtidas em uma análise sobre o tratamento legislativo dado ao direito ao trabalho de pessoas transgêneras. A primeira delas é a de que o trabalho, junto com a educação e a saúde, consiste em um eixo central dos programas de cidadania propostos pelo Município



de Belém, o que aponta que a perspectiva de inclusão social, ainda que apenas em um plano legislativo, passa pela garantia desses direitos.

Somado a isso, a configuração feita pela Lei Orgânica do Município de Belém que, dentre outros fatores, coloca o chefe do Poder Executivo Municipal como o único agente capaz de propor normativos que envolvam matéria tributária, abertura de crédito e aumento das despesas públicas faz com que as políticas públicas de inserção de pessoas trans no mercado de trabalho dependam, essencialmente, de sua apresentação pelo Prefeito, o que o coloca como um agente central na busca por políticas mais complexas no tema dos direitos trabalhistas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Felipe Laurêncio de Freitas; JESUS, Thiago Allisson Cardoso de. Linguagem (não) estigmatizante em julgados do Judiciário Brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 752-780, 2022

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011

BELÉM. Lei nº 9.069, de 03 de novembro de 2014. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2015, e dá outras providências. Belém: **Diário Oficial do Município**, nº 12.683, 03 nov. 2014. Disponível em: [https://sistemas.belem.pa.gov.br/leise decretos/#/visualizacao/2936](https://sistemas.belem.pa.gov.br/leise%20decretos/#/visualizacao/2936). Acesso em: 05 jun. 2023

BORTOLINI, Alexandre; BRUNETTO, Dayana; FROEMMING, Cecília Nunes. **Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2023

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Lei Orgânica do Município de Belém**. 30 mar. 1990. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>. Acesso em: 12 dez. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Resolução nº 15, de 16 de dezembro de 1992, e suas alterações**. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém. 16 dez. 1992. Disponível em: [https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Regimento-InternoCMB .pdf](https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Regimento-InternoCMB.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Projeto de Lei nº 1548/2013.** Institui a Lei Babete, que cria diretrizes para a Política Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e Enfretamento da Homofobia, e dá outras providências. 18 set. 2013. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Proc.-1548-2013-MB.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Projeto de Lei nº 2336/2015.** Institui incentivo fiscal para a empresa que contratar profissionais travestis, transexuais ou transgêneros, e dá outras providências. 13 out. 2015. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Projeto-de-Lei-Proc.-no2336-2015.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Projeto de Lei nº 147/2017.** Institui incentivo fiscal para a empresa que contratar profissionais travestis, transexuais ou transgêneros, e dá outras providências. 08 fev. 2017a. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/PROJETO-DE-LEI-147-17.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Projeto de Lei nº 522/2021.** Institui a Política Municipal de promoção da Cidadania LGBT e enfrentamento da LGBTfobia, e dá outras providências. 30 mar. 2021b. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Proc.-522-2021-Bia.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. **Projeto de Lei nº 2.610/2021.** Institui a Política Municipal de Emprego e Renda para a População Trans – EmpregaTrans, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social no Município Belém, e dá outras providências. 06 dez. 2021j. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Projeto-de-decreto-2610-2021-Livia.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023

DERANTY, Jean-Philippe. Historical objections to the centrality of work. **Constellations**, New York, v. 22, n. 1, pp. 105-121, 2015

DEJOURS, Christophe; DERANTY, Jean-Philippe. The centrality of work. **Critical Horizons**, London, v. 11, n. 2, pp. 167-180, 2010

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022

MARINHO, Silvana; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, pp. 114-134, jan./jun. 2019

OLIVER, Sophie. Dehumanization: Perceiving the Body as (In)Human. In: KAUFMANN, Paulus, et al. (Orgs.) **Humiliation, Degradation, Dehumanization: Human Dignity Violated**. New York: Springer, 2011, p. 85-97

SAFATLE, Vladimir. **O círculo dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

TREINTA, Fernanda Tavares; et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 508-520, jul./set. 2014

# COMO E ONDE MIGRANTES VENEZUELANOS LGBTQIAP+ TRABALHAM? UM PERCURSO ANALÍTICO BIBLIOMÉTRICO

*Alessandro Mateus Felipe<sup>1</sup>*  
*Cristóvão Domingos de Almeida<sup>2</sup>*

## RESUMO

A manutenção da (não) precarização da vida é feita por meio de políticas públicas, pelo Estado e pelo neoliberalismo no tecido social e cultural, sobretudo acerca de corpos de migrantes venezuelanos LGBTQIAP+. Nesse sentido, ocupar um posto de trabalho é compreendido como uma possibilidade cidadã no território brasileiro. Para tanto, o texto busca compreender onde e como migrantes venezuelanos LGBTQIAP+ trabalham no Brasil; a investigação possui abordagem qualitativa e objetivos exploratórios e descritivos acerca do fenômeno do fluxo migratório. De forma específica, a análise bibliométrica é feita por meio das palavras-chave “*migrants AND venezuelan AND NOT immigrants AND venezuelan AND NOT lgbt AND NOT work*” na plataforma SCOPUS nos últimos 20 anos (2003-2024) com dados na língua portuguesa, espanhola e inglesa; a coleta de dados será feita pelo Studio R e a análise preliminar dos dados é realizada pela plataforma aberta Bibliometrix. Os dados encontrados são categorizados criticamente à luz do conceito de neoliberalismo como meio de compreender a singularidade da triangulação entre a tendência global de migração, em especial a migração venezuelana para o território brasileiro, as especificidades LGBTQIAP+ e a categoria trabalho. Os resultados, por meio de uma postura empírica diante do campo, indicam desafios aos corpos de migrantes venezuelanos LGBTQIAP+ em ocupar postos de trabalho no Brasil, principalmente durante e após a crise sanitária de COVID-19 (2020-2023).

**Palavras-chave:** Migrantes Venezuelanos, LGBTQIAP+, Neoliberalismo.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, [allessandro.fpp@gmail.com](mailto:allessandro.fpp@gmail.com);

2 Professor orientador; docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), no PPG em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO) e no curso de Publicidade e Propaganda da UFMT, [cristovaoalmeida@gmail.com](mailto:cristovaoalmeida@gmail.com);

## INTRODUÇÃO - OU DE ONDE PARTIMOS?

*“Seja qual for a liberdade pela qual lutamos, deve ser  
uma liberdade baseada na igualdade”*

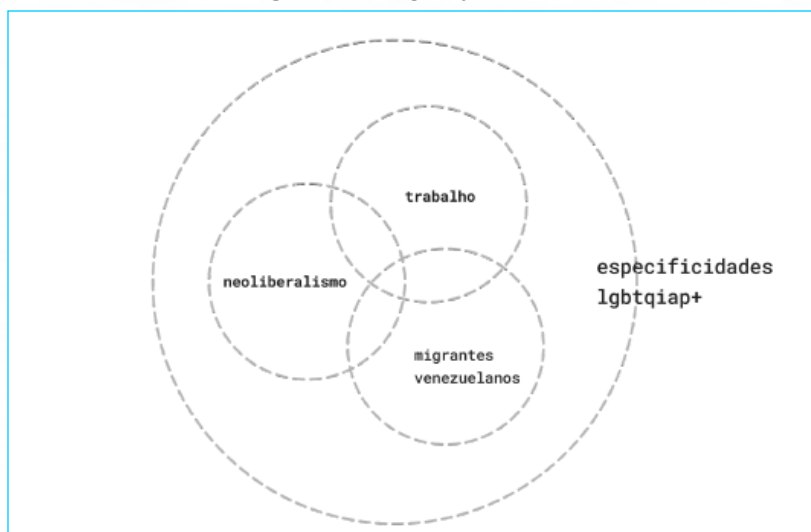
*J. Butler*

O presente trabalho descreve, analisa e reflete sobre a pesquisa bibliométrica na plataforma SCOPUS tendo a seguinte bússola investigativa: como e onde trabalham migrantes venezuelanos LGBTQIAP+, sobretudo no território brasileiro. Nossa justificativa parte da relevância social em colocarmos uma lupa nas especificidades de corpos LGBTQIAP+, considerando as características do Brasil frente às condições de possibilidade de existir e resistir do Brasil. O desenho da pesquisa se organiza, para além de introdução, conclusão e referências bibliográficas utilizadas, na revisão teórica do conceito de neoliberalismo, metodologia empregada, decisões de filtragem dos dados coletados na plataforma SCOPUS e análise do *corpus* de investigação composto pelo conjunto de 16 artigos.

## REFERENCIAL TEÓRICO - OU QUAIS SÃO NOSSAS FERRAMENTAS TEÓRICAS?

Deleuze (2006, p. 267) afirma que “uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas.[...] é preciso que funcione” buscando delimitar a função da teia de teorias articuladas para observar determinado fenômeno. Safatle, Júnior e Dunker (2021, p. 11) versam sobre a importância de acompanharmos as produções internacionais acerca da temática dos liberalismos e suas respectivas racionalidades, mas compreendendo as especificidades do território nacional de forma interdisciplinar. Os autores contornam o neoliberalismo como “uma forma de vida definida por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento”, resultando em formas de subjetivação de sujeitos no/para o neoliberalismo catalisado por plataformas digitais de comunicação e publicidade. Nesse sentido, a figura abaixo apresenta uma síntese visual da triangulação proposto em termos teóricos para observarmos o fenômeno das migrações.

**Figura 1:** Triangulação teórica



**Fonte:** os autores (2023).

Ao relacionarmos o neoliberalismo com o trabalho, entendermos que existe uma “hipertrofia da ação individual” (Safatle; Júnior; Dunker, 2021, p. 48) por meio da narrativa comunicacional do capitalismo *cool* (Mcguigan, 2013) em busca da realização individual, da disciplina e da liberdade a ser conquistada por sujeitos nomeados como empresários de si mesmos (Han, 2021b, p. 14). O que está em jogo é a atualização do Outro<sup>3</sup> social neoliberal que conduz a formação da subjetividade individual pautada na exploração e maximização extrema do corpo privado, na intensa individualização da responsabilidade em conquistar sucesso mensurável (codificado em forma de vasta quantidade de seguidores em redes sociais digitais, empreendedorismo escalonável no formato de startups e uma positividade delirante) e a meta compartilhada pela estrutura social em manter uma atualização constante de agoras.

Conforme Han (2021b, p. 16), “no lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes”. Entretanto, a partir da transformação de uma sociedade negativa e punitivista, entram na arena social palavras de ordem sintetizadas no slogan global estadunidense “*Yes, we can*”, agregando uma forma plural à sua positividade em conquistar tudo o que desejar. Logo, enquanto a sociedade disciplinar descrita por Foucault pune, a sociedade do

3 “Aqui podemos compreender a diferença laciana entre ‘outro’ e ‘Outro’. Os ‘outros’ são fundamentalmente outros empíricos, que vejo diante de mim em todo o processo de interação social. Já o ‘Outro’ é o sistema estrutural de leis que organizam previamente a maneira como o ‘outro’ pode aparecer para mim. O primeiro diz respeito aos fenômenos, o segundo à estrutura” conforme Safatle (2009, p. 44).

desempenho exige sempre mais dos seus sujeitos, produzindo sujeitos exaustos, depressivos e fracassados por meio de um ideal de gozo ilimitado de alta performance que direciona o sujeito à própria destruição por meio do [im]pulso de morte (Han, 2021a).

De forma complementar, Neckel e Neto (2022, p. 02) descrevem que o pacto social neoliberal, entendido como uma fase tardia do sistema capitalista, foi planejado desde 1940 e não é apenas uma forma econômica, mas um modo de vida estruturado por meio de uma psicologia positiva, organizando “sujeitos que vivem como microempresas de si mesmos, buscando enfrentar a concorrência e atingir o sucesso e a visibilidade, produzindo a atenção que cada vez mais, com a entrada em cena das redes”, colocando em pauta, de maneira interpelativa, as sedutoras narrativas meritocráticas na esfera social, cultural e econômica.

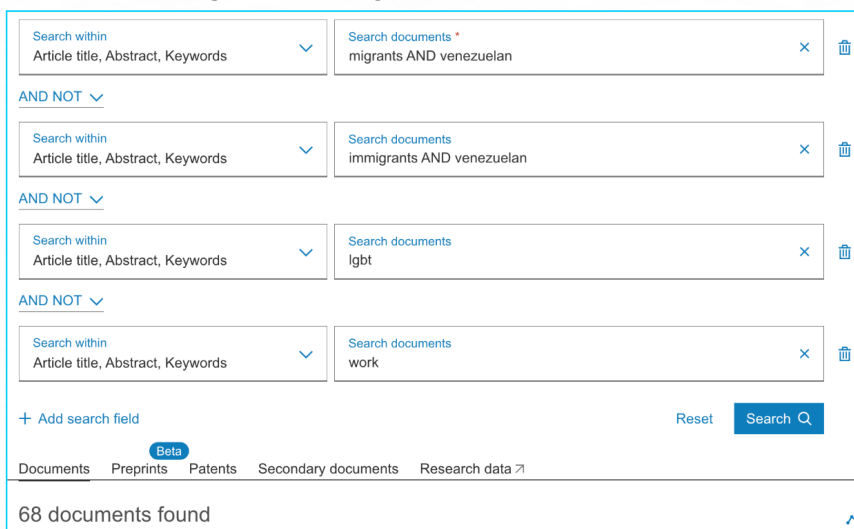
## **METODOLOGIA - OU COMO FAZEMOS?**

Foi realizada uma busca na plataforma SCOPUS conforme indicações de Aria e Cuccurullo (2017), com as palavras-chave qualificadas a partir de alinhamentos prévios refletidos no grupo de pesquisa Morada<sup>4</sup> (Edital FAPEMAT 008/2022). Foram encontrados 68 arquivos com os seguintes filtros aplicados: período selecionado entre 2003-2024<sup>5</sup>; áreas de concentração do conhecimento: *social sciences, arts and humanities, psychology*; documentos nas línguas portuguesa, inglesa, espanhola; data coleta realizada em 20/11/2023; dentre os documentos, optou-se pela filtragem apenas de artigos com acesso aberto. A sintaxe estruturada para busca inicial na plataforma SCOPUS é a seguinte: *migrants AND venezuelan AND NOT immigrants AND venezuelan AND NOT lgbt AND NOT work*. Importante destacar as variações do termo migrantes e imigrantes em função da literatura pertinente.

4 Mais informações disponíveis em: <https://www.instagram.com/moradagp/>. Acesso: 20 nov. 2023.

5 O filtro do período foi aplicado até janeiro de 2024, mês da elaboração final do presente texto.

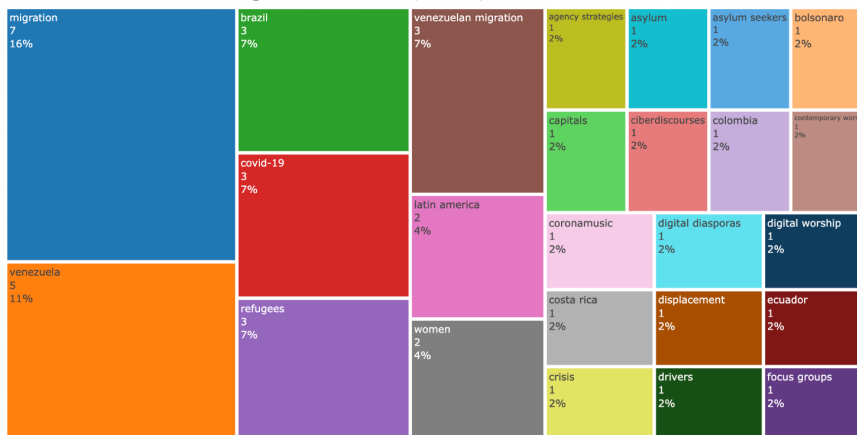
**Figura 2:** 68 artigos encontrados na SCOPUS



**Fonte:** os autores (2023).

Figura 3 apresenta as palavras-chave que foram selecionadas por meio do recurso de visualização de dados denominado *treemap*, considerando o critério de convergência com a problemática do texto.

**Figura 3:** Treemap das palavras-chave



**Fonte:** os autores (2023).

Após a seleção dos filtros, verificou-se a ocorrência de 68 artigos encontrados; após análise manual (por meio da leitura do título, palavras-chave e resumo), selecionou-se 16 artigos para análise qualitativa no tópico resultados e discussões. Os artigos selecionados e análise se encontram no próximo tópico.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO - QUAL É A NOSSA ANÁLISE?

A Tabela 1 apresenta os artigos selecionados na etapa manual (considerando título, palavras-chave e resumo), correspondendo ao *corpus* de 16 artigos<sup>6</sup> publicados entre 2024 e 2020 no formato de referência bibliográfica conforme ABNT e organizados em ordem cronológica.

**Tabela 1:** Artigos selecionados por meio de seleção manual

Nº	Referência bibliográfica
1	McMANUS, S.; IRAZÁBAL, C. Migration and integration of middle-class Venezuelans in Costa Rica: Drivers, capitals, and livelihoods. <b>Wellbeing, Space and Society</b> , v. 5, p. 100151, 2023.
2	LOVÓN, M., CABEL GARCÍA, A. Ciberdiscursos en Twitter sobre el delivery realizado por migrantes venezolanos en tiempos de la covid-19. <b>Política y Sociedad</b> , v. 60, n. 2, e83354, 2023. DOI: 10.5209/POSO.83354.
3	CORREA-SALAZAR, C., PAGE, K., & MARTÍNEZ-DONATE, A. The Migration Risk Environment: Challenges to Human Security for Venezuelan Migrant and Refugee Women and Girls Pre- and Post-Migration to Colombia. <b>Journal on Migration and Human Security</b> , v. 11, n. 2, p. 175-193, 2023.
4	ZENTENO TORRES, E.; CONTRERAS HERNÁNDEZ, P.; TRUJILLO CRISTOFFANINI, M. Estrategias habitacionales de mujeres venezolanas en Chile. Obstáculos, desafíos y resistencias. <b>Arbor</b> , v. 199, n. 807, p. S697, 2023. DOI: 10.3989/ARBOR.2022.807011.
5	ACOSTA, D.; FREIER, L. F. Expanding the Reflexive Turn in Migration Studies: Refugee Protection, Regularization, and Naturalization in Latin America, <b>Journal of Immigrant &amp; Refugee Studies</b> , 21:4, 597-610, 2023. DOI: 10.1080/15562948.2022.2146246.
6	PIROVINO, S.; PAPYRAKIS, E. Understanding the global patterns of Venezuelan migration: determinants of an expanding diaspora. <b>Development Studies Research</b> , v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.1080/21665095.2022.2147561.
7	BRUMAT, L.; GEDDES, A. Refugee recognition in Brazil under Bolsonaro: the domestic impact of international norms and standards. <b>Third World Quarterly</b> , v. 44, n. 3, p. 478-495, 2023. DOI: 10.1080/01436597.2022.2153664.
8	CRUZ-GONZÁLEZ, M. C.; CÁRDENAS RUIZ, J. D. La migración venezolana y su construcción en la agenda pública en las conversaciones de Twitter en Suramérica 2014-2019. <b>Colombia Internacional</b> , n. 112, p. 51-79, 2022. DOI: 10.7440/COLOMBIAINT112.2022.03.
9	MORA, F. A.; GARCÍA MARTÍNEZ, E. Venezuelan Evangelical Digital Diaspora, Pandemics, and the Connective Power of Contemporary Worship Music. <b>Religions</b> , v. 13, p. 212, 2022. DOI: 10.3390/REL13030212.
10	BALYK, L.; G. La Solidaridad o la Soledad? Cooperation and Tensions in the Regional State Response to the Venezuelan Migration Crisis. <b>Studies in Social Justice</b> , v. 16, n. 3, p. 612-627, 2022.
11	PACIFICO, A. P.; DA COSTA SANTOS, J.; SILVA, S. F.L. Venezuelan forced migrants and refugees in Brazil and Ecuador: Security issues and social provision during the COVID-19 pandemic. Vestnik RUDN. <b>International Relations</b> , v. 22, n. 3, p. 554-570, 2022. DOI: 10.22363/2313-0660-2022-22-3-554-570.

<sup>6</sup> Os artigos selecionados estão organizados no Anexo A disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/19hk98ERgblsRXksqgPvOX07dnSMc37P?usp=sharing>. Acesso: 10 jan. 2024.

Nº	Referência bibliográfica
12	ANTONUCCI, N. Mover-se ou não mover-se? As múltiplas pandemias a partir de trânsitos e narrativas de uma solicitante de refúgio lésbica ao Sul Global. REMHU, <b>Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.</b> v. 29, n. 61, jan-apr, 2021. DOI: <a href="https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006109">https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006109</a> .
13	VASCONCELOS, I. S.; MACHADO, I. J. R. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR. <b>REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana</b> , v. 29, n. 63, 2021. DOI: <a href="https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006307">https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006307</a> .
14	MAKUCHA, M. Y., OSIS, M. J. D., BRASIL, C., DE AMORIM, H. S. F.; BAHAMONDES, L. Reproductive health among Venezuelan migrant women at the northwestern border of Brazil: A qualitative study. <b>Journal of Migration and Health</b> , v. 4, p. 100060, 2021.
15	XAVIER, F. C. C. A interiorização como um direito social universalizável. <b>Revista Direito GV</b> , v. 17, n. 1, 2021.
16	OLIVEIRA, W. A. A imigração dos venezuelanos para o Brasil e a atuação da Polícia Federal na fronteira: uma análise sobre as solicitações de refúgio e residência temporária. <b>Revista Brasileira de Ciências Policiais</b> , v. 11, n. 3, p. 231-263, set./dez. 2020.

**Fonte:** os autores (2023).

Em termos de temática, por meio da observação de título, palavras-chave e leitura de resumos, constatou-se como temáticas principais: (1) dinâmica de migração venezuelana de classe alta e média estabelecida nos subúrbios de San José na Costa Rica; (2) discursos sobre o serviço de entrega realizado pelos migrantes venezuelanos durante a pandemia e a nova normalidade da COVID-19 em Lima-Perú; (3) fatores de risco e de proteção transfronteiriços sobre iniciativas de saúde transfronteiriças, políticas de migração e ações de direitos humanos para comunidades de mulheres migrantes venezuelanas para Colômbia; (4) compreensão do processo de busca residencial e assentamento de mulheres venezuelanas no Chile; (5) resgate da literatura de 2008-2023 evidenciou proteção de refugiados, regularização de migrantes e naturalização, com ênfase em venezuelanos.

Na sequência: (6) fatores que determinam a escolha do país de destino dos migrantes venezuelanos no período pré e pós 2015; (7) reconhecimento institucional brasileiro de refugiados venezuelanos durante o governo Bolsonaro (2018-2022); (8); relação entre a conversa que tem ocorrido na rede social Twitter sobre a migração venezuelana e sua influência na agenda pública dos países sul-americanos; (9) o caso do coletivo de adoração digital Adorando em Casa (AeC) com ênfase na participação de músicos e cantores venezuelanos; (10) solidariedades e tensões dentro das respostas de países próximos (Colômbia, Equador, Peru, Chile e Brasil) em relação aos migrantes venezuelanos;

Também: (11) impacto das leis de imigração e da política de asilo do Brasil e do Equador na proteção dos migrantes forçados e refugiados venezuelanos que entraram no Brasil e no Equador antes e durante a pandemia da COVID-19; (12)

tensões, discursos e silêncios em torno dos fluxos de migrantes e refugiados venezuelanos na Colômbia e no Brasil no contexto pandêmico a partir de uma narrativa de uma mulher lésbica; (13) Operação Acolhida e gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelano enquanto estratégia coletiva; (14) perspectivas e pontos de vista das mulheres migrantes venezuelanas acolhidas nos abrigos na fronteira noroeste do Brasil; (15) direito brasileiro passa a reconhecer a internalização como um direito de mobilidade como meio de enfrentar a crise migratória venezuelana no Estado de Roraima; (16) fatores que têm estimulado a migração de venezuelanos para o Brasil.

Abaixo apresentamos as afiliações (universidades, centros e órgãos de pesquisa) das autoras e autores dos 16 trabalhos selecionados com destaque para o Centro de Saúde Reprodutiva de Campinas, a Universidade do Estado da Paraíba, o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, o Grupo Interdisciplinar Sobre Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, a Universidade Federal de Roraima, a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de Campinas, todas instituições de pesquisa brasileiras.

**Figura 4:** Afiliações das autoras e autores

HEALTH SECRETARY
UNIVERSITY OF MARYLAND
CENTRE FOR REPRODUCTIVE HEALTH IN CAMPINAS (CEMICAMP)
DEPARTMENT OF COLLECTIVE HEALTH
DREXEL UNIVERSITY
ERASMUS UNIVERSITY ROTTERDAM
EURAC RESEARCH AND UNITED NATIONS UNIVERSITY-INSTITUTE FOR COMPARATIVE REGIONAL INTEGRATION STUDIES
EUROPEAN UNIVERSITY INSTITUTE
GRUPO INTERDISCIPLINAR SOBRE FRONTEIRAS DA UFRR- GEIFRON
INSTITUTE OF LATIN AMERICA
INSTITUTO INSIKIRAN DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
JOHNS HOPKINS UNIVERSITY
OBSERVATORY OF INTERNATIONAL MIGRATION (OBMIGRA)
PARAIBA STATE UNIVERSITY
PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE
SIMÓN BOLÍVAR UNIVERSITY
UNIVERSIDAD CATÓLICA LUIS AMIGÓ
UNIVERSIDAD DE LA SABANA
UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA
UNIVERSIDAD DE TARAPACÁ
UNIVERSIDAD DEL PACIFICO
UNIVERSIDAD NACIONAL MAYOR DE SAN MARCOS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (IMS/UERJ)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
UNIVERSITY OF BRISTOL
UNIVERSITY OF CAMPINAS (UNICAMP)
UNIVERSITY OF WATERLOO

**Fonte:** os autores (2023).

Dos 16 trabalhos analisados, apenas quatro (artigos 3, 4, 12 e 14, respectivamente) apresentam especificidades em relação aos [i]migrantes investigados. Dentre estes, apenas o artigo 12 com o título *Mover-se ou não mover-se? As múltiplas pandemias a partir de trânsitos e narrativas de uma solicitante de refúgio lésbica ao Sul Global* se vincula a temática LGBTQIAP+ por meio da sigla L de pessoas lésbicas. Nesse sentido, o que se constata, por meio das escolhas metodológicas deste estudo inicial, é a existência de um número reduzido de pesquisas sobre o trabalho de [i]migrantes venezuelanos LGBTQIAP+ no Brasil presentes na plataforma SCOPUS.

Apesar do Grupo Morada ter realizado pesquisas recentes sobre onde e como trabalham os migrantes venezuelanos no Brasil sem o recorte de sujeitos LGBTQIAP+ (Almeida; Felipe; Ramos, 2022) em periódico internacional, a investigação não localizou o texto. Por meio de reflexões coletivas no evento da CINABETH 2023<sup>7</sup> no Grupo de Trabalho Empregabilidade LGBTQIAP+, observamos que há periódicos não vinculados à plataforma SCOPUS, sendo percebido como um fator limitante para a circulação e midiaticização de pesquisas com essa temática. Por isso, verificamos, por meio da metodologia empregada e as discussões coletivas realizadas durante o evento, uma lacuna de investigação sobre o trabalho de [i] migrantes venezuelanos LGBTQIAP+ em outras plataformas de pesquisa, tais como revistas com este escopo, banco de teses e dissertações da Capes e repositórios de grupos de pesquisa que tenham o atravessamento das migrações.

Também, observamos número significativo de pesquisa sobre as condições de ser sujeito [i]migrante em países como Costa Rica, Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil, mas sem foco específico na categoria trabalho enquanto um operador analítico de possibilidade de exercer a cidadania em países estrangeiros, conforme reflexões de Almeida, Felipe e Ramos (2022). Ainda em relação aos artigos descartados por meio da análise manual que não convergem com a problemática proposta, verificou-se vasta pesquisa sobre os sentidos atribuídos por colombianos em relação à migração de venezuelanos para o país Colômbia, além de pesquisas com a temática das condições de saúde e direito reprodutivo e violência em relação à mulheres migrantes venezuelanas em países como Colômbia e Perú.

Outro aspecto relevante verificado neste primeiro movimento de análise das pesquisas é que nenhuma delas apresenta o neoliberalismo como uma força motriz que interfere, direta ou indiretamente, nas condições de possibilidade de ser um sujeito [i]migrante na América Latina. Contudo, como sustentado em

7 Site do evento disponível em: <https://cinabeth.com.br>. Acesso: 10 jan. 2024.

termos teóricos, o neoliberalismo está presente nos processos de subjetivação do corpo social, não necessariamente de forma consciente (Safatle, Júnior; Dunker, 2021; Safatle, 2009), já que opera em relação às estruturas que o Outro social neoliberal demanda de corpos de sujeitos; estruturas estas que individualizam questões que devem ser refletidas em termos coletivos, como o fracasso ou o sucesso em termos financeiros atualmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - OU AONDE CHEGAMOS?

À guisa de considerações, compreendemos que alcançamos o objetivo proposto inicialmente, configurado em compreender onde e como migrantes venezuelanos LGBTQIAP+ trabalham no Brasil por meio de um percurso bibliométrico na plataforma SCOPUS, considerando filtros específicos para elaboração do *corpus* de pesquisa composto por 16 artigos sobre a temática. O texto estrutura-se na revisão teórica do conceito de neoliberalismo como um atravessador das relações socioculturais, sobretudo em corpos de trabalhadores LGBTQIAP+ [i] migrantes venezuelanos, além do desenho metodológico e posterior descrição e análise dos dados encontrados.

As pistas que dão contorno à análise qualitativa são: a) há diversas temáticas sobre vivências de [i]migrantes venezuelanos em países da América Latina, considerando aspectos relacionados aos processos de violência, adaptação e resistência após travessias migratórias; b) há um baixo número de investigações sobre trabalhadores LGBTQIAP+ venezuelanos no Brasil na plataforma SCOPUS, o que possibilita pensarmos estratégias de enfrentamento frente a essa lacuna de pesquisa por meio de direcionamento de submissões futuras para periódicos que estejam indexados junto à plataforma SCOPUS; c) a gestão presidencial do governo brasileiro de Jair Bolsonaro (2018-2022) e a pandemia de COVID-19 foram catalisadores da precarização do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, o que aponta para a organização coletiva do Estado Nacional em estruturar políticas públicas em direção à vida (Butler, 2021; 2015), considerando as diretrizes apresentadas pelos Direitos Fundamentais<sup>8</sup> promulgadas desde 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>8</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/direitos-humanos-o-que-sao-e-porque-precisamos-falar-sobre-isso/>. Acesso: 10 jan. 2024.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES e a FAPEMAT pelo financiamento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. D. ; FELIPPE, A. M. ; RAMOS, E. M. . Communication, borders and migration process: Venezuelans in Cuiaba/Brazil. **Trayectorias Humanas Transcontinentales**, v. 1, p. 134-150, 2022.

ARIA, M; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of informetrics**, 11(4), 959-975, 2017.

BUTLER, J. **Discurso de ódio**. São Paulo: UNESP, 2021.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DELEUZE, G. **A Ilha Deserta**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2006.

HAN, B. C. **Capitalismo e impulso de morte**: ensaios e entrevistas / Byung-Chul Han; tradução Gabriel Salvi Philipson. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2021.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petropolis, RJ: Vozes, 2021.

McGUIGAN, J. Do populismo cultural ao capitalismo legal. **Revista Contracampo**, v. 28, n. 3, dez.-mar. Niterói, p. 5-25, 2013.

NECKEL, A. J.; NETO, J. D. da S. Capitalismo comunicacional: convocações dos sujeitos em midiaticização. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/23734>. Acesso em: 20 out. 2023.

SAFATLE, V. **Lacan**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. DA S.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

## EMPREGABILIDADE TRANS E TRAVESTI NA AGENDA 21/2030 DAS MULHERES DA AMAZÔNIA

*Wanilza Trindade Gama<sup>1</sup>*  
*Bruna Santos Aguiar<sup>2</sup>*  
*Jonadson Silva Souza<sup>3</sup>*

### RESUMO

Em 2022, sob a influência das medidas adotadas pela Organização das Nações Unidas com a Agenda 2030, o Instituto Mulheres da Amazônia - IMA elaborou a Agenda 21/2030, pontuando critérios protetivos dos Direitos humanos das mulheres a serem observado até 2030, além de pensar formas para a efetividade dos direitos fundamentais voltado às mulheres pertencentes à região amazônica. Neste aspecto, questiona-se, que medida, os critérios do eixo 8 (oito) da Agenda 21/2030 das mulheres da Amazônia estão lidando com a questão da empregabilidade trans e travesti? Os dados demonstram que 90% das pessoas como transexuais ou travestis estão realizando trabalhos sexuais. Relatório produzido em 2022, aponta que 38,11% de seus usuários (pessoas LGBTQIAPN+) têm qualificação necessária, mas estão fora do mercado formal de trabalho. Quanto a metodologia, empregar-se-á, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental em relatórios, tratados e convenções sobre direitos humanos das mulheres, bem como pesquisa jurisprudencial na corte interamericana de direitos Humanos. Segundo essas premissas,

- 1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Pará. Especialista em Gestão Pública e Direito Público: Constitucional, Administrativo e Tributário. Bacharela em Odontologia pela UFPA, com período sanduíche na Universidade de Coimbra. Secretária Executiva do Instituto de Ciências Jurídicas - ICJ/UFPA e também atua como secretária do Programa Empregabilidade e Formação LGBTI+ no ICJ UFPA. E-mail: wani.trindade@gmail.com.
- 2 Mestranda pelo Programa de Pós- Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia - PPGDDA/UFPA. Economista pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Pesquisadora no projeto “Trabalho, emprego e renda trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará” do Instituto de Ciências Jurídicas - ICJ/UFPA e integrante do grupo de pesquisa CNPQ “Novas formas de trabalho, velhas práticas escravistas”, brusdeaguiar@gmail.com;
- 3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos na Universidade Federal do Pará. Residente no programa de renda e formação LGBTI no ICJ, membro do grupo Teorias Normativas do Direito, Especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), advogado e membro da Comissão de Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA). E-mail: jonadson78@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0109-9922>.

é possível afirmar que o Direito ao trabalho não é alcançado por todas as formas de mulheridade, especialmente, as mulheres transexuais e travestis. Essas sofrem com a vulneração causada pela falta de políticas públicas que fomentem a inclusão destas no mercado de trabalho. Portanto, é necessário analisar essas violências a partir de visões subalternas, que considerem o direito antidiscriminatório, feminista, decolonial e nas perspectivas das pessoas transexuais e travestis, para que se construam formas de ruptura com as violências que resulta na falta de empregabilidade para essas mulheres.

**Palavras-chave:** Agenda 21/2030, Transexuais, Empregabilidade.



## INTRODUÇÃO

A busca por um trabalho formal é tarefa árdua para as mulheres e mais ainda para as mulheres trans e travestis, que lutam diariamente por igualdade e inclusão (Saraiva; Irigaray, 2009). Essas mulheres enfrentam preconceito, discriminação e exclusão, em um momento em que todos os olhos estão voltados para a Amazônia, que receberá em 2025 a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30).

Então nesse contexto em que os debates sobre o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão em evidência, surge a “Agenda 21/2030 das Mulheres da Amazônia”, produzida pelo Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) em conjunto com o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA).

O Instituto Mulheres da Amazônia (IMA), segundo descrição constante em seu site institucional é:

uma pessoa jurídica de direito privado, [...] de finalidade não lucrativa, apartidário, com respeito a todas as vertentes religiosas, à pluralidade e diversidade de gênero, comprometido com a garantia da cidadania e da dignidade humana independentemente de raça, cor, etnia, faixa etária, orientação sexual, promovendo o desenvolvimento humano e ambiental sustentável assim como o desenvolvimento econômico, social, intelectual, garantindo a autonomia e o fortalecimento cultural, bem como contribuindo para sustentabilidade e a saúde dos povos originários, das populações tradicionais com foco, em especial, nas mulheres e crianças da Amazônia (IMA, 2023).

Em 2022, o IMA conjuntamente com o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) publicou a “Agenda 21/2030 das Mulheres da Amazônia” com o objetivo de fomentar a construção de políticas públicas e o pleno gozo dos direitos das mulheres da região Amazônica, a partir da construção de uma agenda que contou com a participação de 20 organizações sociais dos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira.

Segundo notícia veiculada no site das Nações Unidas Brasil, a Agenda das Mulheres da Amazônia teve sua primeira versão publicada em 1998 e está em sua terceira versão, com ampliação dos eixos que abordam os direitos sexuais e reprodutivos, e o enfrentamento à violência de gênero.

A Agenda 21/2030 das Mulheres da Amazônia surge em um momento que os países estão buscando se adequar a “Agenda 2030” elaborada pela Organizações das Nações Unidas (ONU) em 2015, que traçou “17 objetivos de desenvolvimento

sustentável, chamados de ODS, que buscam melhorias em diversas áreas, desde diversidade de gênero, erradicação da pobreza, da fome, da violência; promoção da inclusão; do meio ambiente, etc” (Cardoso, 2022).

A Agenda das Mulheres da Amazônia é dividida em 8 eixos, intitulados por ordem:

1. Desenvolvimento agroecológico, humano e sustentável: agricultura tradicionais familiares, extrativismo e meio ambiente; 2. Política de combate às crises dos sistemas alimentares; 3. Direito à terra com igualdade para as mulheres campo e floresta; 4. Saúde e cuidado; direitos sexuais e direitos reprodutivos; 5. Enfrentamento à violência contra a mulher; o tráfico sexual de meninas e mulheres na Amazônia, como uma violação persistente dos direitos e da dignidade das mulheres; violência específica, resultante da interação de condições específicas como indígenas, negros, quilombolas, migrantes, pobres e moradores de comunidades rurais; 6. Educação, cultura, mídia igualitária e democrática, inclusiva pela igualdade e diversidade; 7. A auto-organização das mulheres como base para a transformação do poder; disputa por espaços de representação; 8. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social (Manchineri.; Nascimento; Paes, 2022, p. 6).

A discussão do artigo centrará sua análise no eixo 8 da agenda, essencialmente. No entanto, é importante frisar que a agenda apresenta uma lista de propostas que visam a implementação de cada eixo temático. As propostas do eixo 8 “Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social” são as seguintes:

Capacitar mulheres trabalhadoras rurais e agroextrativistas para a realização de circuitos de feiras agroecológicas, de sementes crioulas e/ou bancos de sementes, como espaços de valorização, visibilidade e valorização do trabalho produtivo feminino; Propor incentivos para empreendimentos de mulheres de baixa renda, em tempos de pandemia, com redução de impostos e linhas de crédito; Implementar cursos de qualificação profissional para mulheres, com apoio financeiro e acompanhamento da gestão empresarial, com bolsa de estudos; Realizar consultas por meio de instâncias de formação para profissionalização da mulher e acesso a incentivos financeiros articulados pela Organização de Políticas para as Mulheres; Priorizar a inserção das mulheres, especialmente as mães de família chefes de família, em programas sociais de transferência de renda, qualificação profissional, emprego e renda; Estimular medidas que garantam o acesso de crianças de 0 a 06 anos à creche ou pré-escola da rede pública municipal, favorecendo o acesso

e permanência de mulheres da cidade e do campo/populações tradicionais, no mercado de trabalho; Garantir informação e acesso a políticas voltadas para mulheres quilombolas, ribeirinhas e pescadoras para que possam desenvolver trabalhos artesanais com subsídio financeiro em suas atividades; Garantir o acesso a linhas especiais de crédito, notadamente ao PRONAF Mulher, visando à autonomia econômica da mulher trabalhadora rurais e urbanas; Incentivar a criação de grupos de mulheres para o Empreendedorismo, por meio de cooperativas e associações, garantindo acesso a financiamento e apoio técnico para produção e comercialização, por meio de bancos populares para fomentar projetos e estimular a criação de fundos para empreendimentos; Garantir a oferta de vagas para mulheres em programas de treinamento e qualificação profissional, definindo percentuais, visando à inserção no mercado de trabalho, com enfoque em gênero, raça/etnia, situação de deficiência e orientação sexual; Fortalecer as políticas de apoio às organizações produtivas das mulheres do campo, da floresta e das águas Manchineri.; Nascimento; Paes, 2022, p. 40-41).

A agenda 21/2023 é inovadora na medida que elenca formas distintas da mulheridade hegemônica, despreza o sexo biológico e a cisnorma enquanto atributo compulsório do ser ideal de mulher, trazendo a constituição da igualdade por meio das políticas públicas para as mulheres transexuais e travesti enquanto destinatárias dos direitos humanos das mulheres.

Dados da ANTRA (2022) demonstram que mulheres transexuais e travestis são um grupo extremamente vulnerabilizado no Brasil, de modo geral. Esse processo de vulneração é histórico e tem bases na imposição eurocentrica de cultura, fruto da colonização e do modelo patriarcal de sociedade. Menciona-se, ainda, o impacto da instituição política cristã nesse processo de exclusão e marginalização das pessoas LGBTI+. Tais premissas ajudam na compreensão dos impedimentos estruturais do pleno gozo dos direitos das pessoas LGBTI+ (Lugones, 2008; Curiel, 2013).

Ao mencionar as mulheres transexuais e travestis, devemos trazer à discussão dados da ANTRA (2022) que alertam o fato de que 90% dessas mulheres estão na prostituição, em razão das convenções de gênero e da cisnormatividade como instituição total. Quando afirmamos a cisnormatividade enquanto instituição total, nos referimos ao processo de reificação, docilização corpórea, normatização que a cisgeneridade produz, ao passo que a genitália é lida como fator determinante no usufruto dos privilégios sociais. Nesse sentido, “a noção de que pode haver uma “verdade” do sexo [...] é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (Butler, 2003).

O Trabalho sexual é o que resta a essas mulheres, uma vez que são expulsas de casa, da escola, do mercado de trabalho e sociedade. Neves (1994) pontua que quando os direitos não são gozados pelas pessoas de forma ampla e igualitárias, damos azo a criação de sub-cidadãs, pessoas que, em tese, são pessoas, mas não gozam dessa qualidade, pois o Estado obsta a existência e a fruição de direitos dessa população.

Após a contextualização sobre o que seria a Agenda das Mulheres da Amazônia, nos surge o seguinte questionamento “Quem são as mulheres da Amazônia?”. Faz-se necessário uma conceituação das mulheres amazônidas fora da perspectiva cisheteronormativa e aparentemente a Agenda se propõe a isso, pois na sua parte introdutória faz a seguinte descrição:

A construção de estratégias para fortalecer as políticas públicas para as mulheres na Amazônia exige a participação incondicional das mulheres na elaboração de propostas que possibilitem avançar na garantia e ampliação de direitos. Além de olhar os territórios a partir de uma perspectiva interseccional e integradora de múltiplas realidades, influenciando mudanças na agenda pública que melhorem a qualidade de vida de jovens, idosos, negros, indígenas, quilombolas, afro-indígenas, mulheres com deficiência, mulheres trans, mulheres bi, nas suas mais variadas categorias como pescadoras, trabalhadoras rurais, parteiras, quebradeiras de coco, domésticas, ribeirinhas, extrativistas, enfim, mulheres das águas, florestas, campos e cidades da Amazônia brasileira (Manchineri ; Nascimento; Paes, 2022, p. 3-4).

Para Simone de Beauvoir (1949),

[...] ninguém nasce mulher, mas se torna mulher. Nenhum destino biológico, psicológico ou econômico determina a figura que a fêmea humana apresenta na sociedade: é a civilização como um todo que produz essa criatura, intermediária entre macho e eunuco, descrita como feminina (Beauvoir, 1949, p.15).

No presente artigo, compartilhamos da ideia de Beauvoir, que a definição de “mulher”, como normalmente aprendemos, é fruto de uma construção social, longe de ser um grupo homogêneo. E conforme Wittig (1980), assim como raça, o gênero foi uma construção mítica, surgindo da interpretação de atributos físicos por um sistema social.

E também segundo Wittig (1980), o correto seria sempre usarmos o plural “mulheres”, para sinalizar a construção social de uma classe, um grupo

heterogêneo com suas individualidades, com a necessidade de construir sua própria história.

No entanto, também é necessário conceituar o que seria gênero para Judith Butler (2015),

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2015, p.20).

Para Butler (2015), o gênero é inacabado, estando sempre em construção, não sendo estável, sendo “uma repetição estilizada de atos”, que nos leva a questionar que talvez definir quem seriam as mulheres da amazônia seja uma tentativa utópica, pois a feminilidade não se restringe na dicotomia homem/mulher, vai muito além.

Conforme Arruda (2013), o termo “mulheridade” abarcaria melhor a multiplicidade de existências sociais, sendo um termo mais abrangente do que “feminilidade”. Para a autora, temos uma necessidade de reconceituação do que é o “sujeito do feminismo”, pois existem vários feminismos, que além do gênero, abrigam raça, classe, lesbiandade, transexualidade e etc.

Para fomentar o debate, precisamos também analisar o contexto das mulheres amazônidas sob a ótica dos Direitos Humanos, tanto em nível nacional como internacional.

A CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) em 2019, no informe 112/19 evidencia o Brasil como destaque no índice de mortes e violações pela simples reivindicação da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Os dados da CIDH 2019 versam que pessoas transexuais possuem 17% mais chances de serem assassinadas do que homens gays por exemplo.

Diante disso, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos orienta que os Estados criem mecanismos institucionais de combate a violência contra pessoas travestis e transexuais, considerando que a identidade de gênero perpassa pela percepção e expressão individual de cada indivíduo, não havendo a possibilidade de descolamento da sua existência, sendo um direito humano indissociável.

Nesse liame, a Convenção Americana de Direitos Humanos discorre no art. 13, § 5º a garantia de que os indivíduos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo os direitos humanos universais. Nessa sistemática, a identidade de gênero e a orientação sexual fundamentam subsídios indispensáveis para dignidade e

humanização de cada indivíduo, assim, torna-se inadmissível qualquer possibilidade discriminatória.

Os Princípios de Yogyakarta (2007) explicam que a imposição sistemática ocorre por meio de práticas culturais, leis e atos violentos, exercendo controle sobre a forma como pessoas LGBTQIA+ vivenciam suas relações pessoais e se identificam. Em relação a essa discussão, Celso de Mello afirmou na ADO 26/DF de 2019 que “o policiamento da sexualidade continua a ser poderosa força subjacente à persistente violência de gênero, bem como a desigualdade de gênero”. (BRASIL, p. 11)

Celso de Mello, posicionou-se como relator da ADO 26/DF, julgada em 13 de junho de 2019:

Ninguém, sob a égide de uma ordem democrática justa, pode ser privado de seus direitos (entre os quais o direito à busca da felicidade e o direito à igualdade de tratamento que a Constituição e as leis da República dispensam às pessoas em geral) ou sofrer qualquer restrição em sua esfera jurídica em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero! Garantir aos integrantes do grupo LGBTI+ a posse da cidadania plena e o integral respeito tanto à sua condição quanto às suas escolhas pessoais pode significar, nestes tempos em que as liberdades fundamentais das pessoas sofrem ataques por parte de mentes sombrias e retrógradas, a diferença essencial entre civilização e barbárie. (BRASIL, 2019, p. 5)

No contexto do sistema jurídico brasileiro, é importante destacar que nos últimos anos o Supremo Tribunal Federal (STF) tem adotado abordagens progressistas em relação à proteção dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ em suas decisões proferidas nas Turmas, no Plenário e em decisões individuais. Um exemplo notável é o julgamento da ADI 4.277/DF, realizado em 2011, que abordou questões legais relacionadas às uniões homoafetivas e a possibilidade de aplicar o instituto da união estável.

Além disso, a ADPF 132/RJ, julgada no mesmo ano, esclareceu a questão das uniões homoafetivas como entidades familiares, afirmando que a sexualidade e o gênero são expressões naturais do ser humano, e que cada indivíduo na sociedade tem o direito de buscar a felicidade em relacionamentos com quem escolher, independentemente de seu sexo ou gênero. O tema da equiparação do regime sucessório e sua aplicação em uniões homoafetivas também foi discutido no RE 477.554/MG, julgado no mesmo ano.

A decisão da ADPF 600/PR, em 2019, aprofundou a discussão ao considerar os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual ao abordar o crescente número

de municípios no país que tentavam restringir o ensino de questões de gênero e orientação sexual nas escolas. O

STF reiterou que a competência para legislar sobre educação é da União e que os municípios não podem interferir nessa competência para limitar os direitos. O Tribunal enfatizou a importância de usar a educação como uma ferramenta de mudança cultural e proteção da dignidade humana, destacando que a escola deve ser um ambiente inclusivo e livre de preconceitos.

Essas decisões demonstram o compromisso progressivo do STF em efetivar os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, que às vezes são negados de forma sumária. Além disso, o STF desempenha um papel fundamental na aplicação dos princípios de igualdade e não discriminação, promovendo os direitos humanos, que estão expressamente e implicitamente consagrados na Constituição.

É importante observar que a Constituição de 1988 estabelece a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político como fundamentos (art. 1º), e lista como um de seus objetivos fundamentais a erradicação da discriminação e a promoção do bem-estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação (art. 3º).

Dentro desse contexto, é fundamental lembrar que o Brasil é signatário do Pacto de San José da Costa Rica, o que implica um dever institucional e internacional de proteger os direitos de todos os cidadãos. O pacto proíbe a discriminação com base em sexo, raça, orientação política e outras formas de distinção. Além disso, ressalta a importância da participação ativa dos cidadãos na democracia, seja por meio do voto ou pelo exercício de seus direitos e liberdades.

O controle de convencionalidade é uma ferramenta que permite verificar se a legislação interna do Estado está de acordo com os tratados de direitos humanos ratificados pelo país. Assim, esse controle avalia se os tratados internacionais de direitos humanos têm status de norma constitucional, conforme previsto no art. 5º, §2º, da Constituição de 1988, ou se são equivalentes a emendas constitucionais, de acordo com o art. 5º, §3º da mesma Constituição.

Esse sistema de controle assegura que todas as normas produzidas internamente estejam em conformidade com os tratados de direitos humanos, garantindo a proteção dos direitos humanos de todos os cidadãos. Além disso, reforça a importância do princípio da igualdade, que implica tratar de maneira igual aqueles que são iguais e de maneira diferente aqueles que são diferentes, a fim de garantir igualdade de oportunidades para todos, como estabelecido no art. 5º, I, da Constituição de 1988.

Além disso, essa proteção estatal abrange também os direitos trabalhistas, conforme preconizado na ODS 8, que trata do trabalho “decente,” e os objetivos constitucionais do art. 6º e seguintes da Constituição Federal de 1988. Isso inclui normas de direito do trabalho estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho e no Código Civil, em especial o art. 186 deste documento.

Por último é importante, é pertinente adentrarmos nos aspectos sobre o mercado de trabalho dessas mulheres, com foco na empregabilidade das mulheres trans.

No campo das delimitações conceituais preliminares nos deparamos com diversas definições para o termo empregabilidade, a origem é atribuída aos anglo-saxônicos que, durante o século XX, utilizavam o termo para dividir a população entre empregável e não empregável.

Para Machado (1998), a empregabilidade pode ser definida como as condições do sujeito de negociar sua capacidade de trabalho, considerando que a competência é definida pelos empregadores. Para Lavinhas (2001), tem a ver com as características individuais para manter ou conseguir um emprego, ou simplesmente como define Minarelli (1995) consiste na habilidade para conseguir emprego.

Em todas as conceituações identificamos que a empregabilidade está intimamente atrelada à performance de adaptação do trabalhador às novas dinâmicas do mercado de trabalho, contribuindo sistematicamente com o discurso neoliberal que transfere qualquer responsabilidade de ascensão, estagnação ou decadência laboral ao trabalhador, fundamentando a perspectiva meritocrática. Compreendendo a realidade da travestilidade e a transexualidade, identificamos que as condições de avanço não estão postas proporcionalmente e que essas definições reforçam os estereótipos marginais.

Dito isso, podemos conceituar a empregabilidade a partir do que diz Paiva (2000), sendo uma construção social complexa, que se descola das instituições formais e da experiência adquirida, incorporando aspectos pessoais e disposições subjetivas, enfatizando não apenas aspectos técnicos, mas à socialização. A partir disso, o conceito passa a adquirir aspectos relevantes e fundamentados na realidade, sobretudo dos eixos populacionais que vivem a rabeira da sociedade, sem acesso a respeitabilidade e segurança objetiva material.

Desde a década de 1980, a população trans enfrenta grande dificuldade para sua inserção no mercado de trabalho, devido a estigmas como o de que a comunidade LGBTI+ era responsável pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, particularmente a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).



Então vemos que se trata de uma população extremamente vulnerabilizada, que não tem acesso à educação e formação profissional (Vida e Paixão, 2016).

Conforme dado já citado anteriormente, mas que vale ser lembrado é de que 90% da população trans já precisou recorrer a prostituição como fonte de renda, além de que somente 0,02% das pessoas trans chegam ao ensino superior (ANTRA, 2022).

Diante do exposto, o presente trabalho pretende debater como a Agenda 21/2030 das mulheres da Amazônia está fomentando o debate sobre a questão da empregabilidade trans e travesti, objetivando uma mudança no atual cenário na Região Amazônica.

## DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA EMPREGADA

Iniciamos a abordagem do trabalho pelo levantamento bibliográfico (artigos, dissertações e teses), a fim de conhecer e aprofundar a *expertise* acerca do tema proposto nesse artigo, aliado a pesquisa documental (relatórios, pareceres) que sejam produzidos por associações, ongs e órgãos do poder público, em especial, a agenda 21/2023 do Instituto das mulheres da Amazônia.

Em um segundo momento, foi feita a análise documental, de cunho exploratório, a partir da seleção de artigos, dissertações, teses, relatórios, tratados e convenções sobre direitos humanos das mulheres, pesquisa jurisprudencial na corte interamericana de direitos Humanos, bem como através de consulta em sites específicos.

A pesquisa exploratória objetiva a construção de uma familiaridade com o problema, sendo que a maior parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas e documentais (Gil, 2008).

Por último foi feita a análise dos resultados e a discussão sobre a questão problema, objetivando fomentar a pesquisa sobre a questão da população na Região Amazônica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Instituto Mulheres da Amazônia tem sede no Acre e atualmente é presidido pela Sr<sup>a</sup> Concita Maia Manchineri, que conforme dados do site da instituição é “é pedagoga como formação acadêmica. Trabalha com a população indígena desde a década de 70. Atuante nas causas feministas, foi secretária de políticas para as mulheres no Estado do Acre e recebeu a menção ao prêmio nobel da paz” (IMA, 2023).

No site do Instituto Mulheres da Amazônia não foi possível encontrar documentos que mostrassem de forma objetiva se existiam projetos para as mulheres trans e travestis da Amazônia. A única sessão que mostrou um pouco de relação com o que estávamos procurando foi a intitulada “Advocacy em Gênero, Raça e Etnia”, que apresenta um vídeo explicativo sobre advocacy e faz referência a um ebook, que no entanto não encontrava-se disponível no momento da consulta.

Conforme Bludeni (2013), a palavra “*advocacy*” remete a possibilidade de grupos da sociedade civil, como associações, fundações e organizações sociais influenciem na construção da agenda de políticas sociais, como uma das vertentes da democracia participativa.

Diante do que foi relatado, depreende-se que o IMA atua como porta-voz de demandas que envolvam a temática de Gênero, Raça e Etnia. Fato que é corroborado através da análise das redes sociais do instituto, em que é possível verificar postagens em defesa dos povos originários, trabalhadores rurais, camponeses, negros e LGBTI+.

Fomos informados pelo que já foram elaborados dois projetos com a ATTRAC - Associação das Travestis e Transexuais do Acre, mas infelizmente não foram executados, pois a ATTRAC precisaria despender uma grande quantidade de verba para regularizar a associação perante os órgãos responsáveis.

Tal relato nos faz refletir sobre como a ATTRAC, sendo uma associação que representa a população trans no Acre, enfrenta dificuldades financeiras para desempenhar suas funções, demonstrando a falta de apoio governamental para que os grupos vulnerabilizados tenham suas vozes ouvidas.

Também foi explicitado que é de conhecimento que as mulheres trans sofrem uma violência mais acentuada: “[...] é uma violência muito mais perversa, muito mais cruel com as mulheres, no caso, especialmente com as mulheres trans”<sup>4</sup>.

Ou seja, a mulher já enfrenta muitas barreiras devido a desigualdade de gênero que impera em nossa sociedade e tais barreiras são ainda mais acentuadas para mulheres trans, que precisam primeiramente lutar para serem reconhecidas e depois para ocupar seu local de cidadã, como sujeito de direitos.

A Sr<sup>a</sup> Concita Maia enfatizou que no estado do Acre, onde fica localizada a sede do IMA, não consegue vislumbrar políticas públicas para as mulheres trans: “Não vejo, não constato na realidade, enfim, políticas que promovam, que possam promover a equidade, nem a igualdade, enfim, a dignidade e a cidadania das mulheres trans. Então não vejo nenhuma política aqui no Estado”<sup>5</sup>. Corroborando

4 Informação fornecida por Concita Maia Manchineri, presidente do IMA, em entrevista.

5 Informação fornecida por Concita Maia Manchineri, presidente do IMA, em entrevista.

para o que já relatamos mais acima, de que o estado deveria promover políticas institucionais para a inclusão de grupos vulnerabilizados, mas infelizmente não as faz.

Diante do que foi relatado, constatamos que infelizmente não existem de fato projetos desenvolvidos pelo IMA que contemplem as mulheres trans e travestis da Amazônia, devido a falta de investimentos por parte de outras entidades, já que o IMA sobrevive de doações e recursos de aprovação de projetos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mulheres trans e travestis ainda tem muito para avançar no espaço amazônico, principalmente em relação a ocupação de empregos formais. É inadmissível que um grupo vulnerável tenha a maior parte de seus integrantes necessitando recorrer à prostituição para que possam sobreviver.

Encaramos o trabalho sexual como mais uma forma de trabalho dentre tantas outras, mas ele deve ser uma opção e não uma imposição social, como se fosse só o que “sobrasse” para as mulheres trans e travestis.

A pesquisa evidencia que o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) tem importância no fortalecimento do espaço da mulher na região, principalmente no Acre, local de sua sede, mas em relação às mulheres trans e travestis ainda não tem uma política forte, tendo seu foco mais nas mulheres indígenas e quilombolas.

No âmbito dos Direitos Humanos já tivemos muitos avanços, com a solidificação de uma vasta jurisprudência que delimita muitos direitos para a população trans e travesti, no entanto os normativos precisam ser postos em prática, precisam serem concretizados na sociedade e não somente dentro dos tribunais.

Concluimos que a empregabilidade das mulheres trans e travesti deve ser prioridade para os estados da Região Amazônica, através da criação de políticas públicas e fomento de organizações não governamentais, como é o caso do IMA, para que tenhamos de fato mudanças concretas e perenes, que reflitam dados mais benéficos para uma população que só quer ter o direito de existir de forma digna e ocupar todos os espaços.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, L.A. **Estratégias desconstrutivas: a crítica feminista da representação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria, Ensino e Aprendizagem) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.27.2013.tde-07022014-162537. Acesso em 01/10/2023.

BENEVIDES, B(Org.). **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão n.º 26/DF. Requerente: Partido Popular Socialista. Relator: Min. Celso de Mello. Diário de Justiça Eletrônico, 06 out. 2020.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade n.º 4.277/DF. Requerente: Procuradora-Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. Diário de Justiça Eletrônico, 13 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 132/RJ. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. Diário da Justiça Eletrônico, 13 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 600/PR. Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Relator: Min. Roberto Barroso. Diário da Justiça Eletrônico, 17 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n.º 845.779/SC. Agravo: André dos Santos Fialho. Relator: Min. Roberto Barroso. Diário da Justiça Eletrônico, 10 mar. 2015.

BLUDENI, L. M. **Entrevista dada para a comissão da OAB de Direito do terceiro setor**. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/artigos/advocacy-2013-dra.-lucia-maria-bludeni>. Acesso em: 01 out. 2023.

BUTLER, J. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2015.

CARDOSO, J.C. Agenda 2030: ODS-5 - Brasil, mostra a sua cara!. In: **IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 01 out. 2023.

GIL, A.C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMA.[Site institucional]. Disponível em: <https://imabr.org/estrutura/>. Acesso em 01/10/2023.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil**: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro: Ipea, set. 2001. p.1-24.

MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho & Educação** – Revista do Nete/UFMG, Belo Horizonte, n.3, p.15-31, jan./jul. 1998.

MANCHINERI, C.M.; NASCIMENTO, B.; PAES, J. Agenda das Mulheres da Amazônia: 2021 – 2030. 1ª ed. Acre: **Instituto Mulheres da Amazônia**, 2022.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. São Paulo: Gente, 1995.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 1.ed. Buenos Aires: Clacso, 2000. p.49-64.

SARAIVA, L. A. S.; IRIGARAY, H. A. dos R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, p. 337-348, 2009.

VIDAL, J. S.; DA PAIXÃO, O. V. B. Travestilidade, Prostituição e Encarceramento: Negação de Direitos e “Gestão de Illegalismos”. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 22, n. 2, 2016.

WITTIG, M. “La pensée straight”. **Questions Féministes**, Paris: Tierce, n. 7, févr. 1980.

## O DESENVOLVIMENTO DO CENSO TRANS PARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DOIS ALUNES BOLSISTAS DO PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE LGBTQI+ UFPA

*Gabriela Gonçalves Cabral<sup>1</sup>*  
*Hermes Breno da Silva Santos<sup>2</sup>*  
*Saulo Monteiro Martinho de Matos<sup>3</sup>*

### RESUMO

Gabriela e Hermes são bolsistas que participaram desde o início do desenvolvimento do programa de Empregabilidade LGBTQI+ UFPA, e estão especificamente vinculados ao projeto de pesquisa do Censo Trans Pará, o qual é um estudo que busca caracterizar a situação de acesso ao mercado de trabalho pelas pessoas transgêneras, para a obtenção desse dado, a fim de produzir políticas públicas a essa população, visto que essa pesquisa foi solicitada pelo Ministério Público de Trabalho do Pará. Ambos participaram da construção do questionário e o aplicaram à população trans. Entretanto, Gabriela também ficou responsável pela realização da pesquisa bibliográfica e Hermes ficou responsável pela realização de entrevistas, bem como por fazer um levantamento dos locais onde ocorrem festas em que o público alvo é LGBTQI+ e o questionário poderia ser realizado. Perceberam desde o início do desenvolvimento do projeto que uma das maiores dificuldades seria realizar a pergunta sobre a prática

- 1 Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Direito pela Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, [cabral.gabriela.adv@gmail.com](mailto:cabral.gabriela.adv@gmail.com);
- 2 Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Pós-graduanda do Curso de Especialização em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade da Universidade Federal do Pará, Integrante do grupo de pesquisa e estudos Confluências: Corpos, Gêneros e Sexualidades na Amazônia/ IFCH - UFPA, [hermesbreno90@gmail.com](mailto:hermesbreno90@gmail.com)
- 3 Professor de Teoria do Direito e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-graduação em Direito e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará. Coordenador da Especialização em Direitos Humanos da UFPA. Doutor pelo Departamento de Filosofia do Direito e Filosofia Social da Georg-August-Universität Göttingen (Alemanha). Mestre em Direito pela Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg (Alemanha). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Ex-bolsista da Fundação Konrad Adenauer (2017; 2009-2013). Professor Visitante/Convidado da Universidade da Califórnia em Los Angeles (Estados Unidos da América) (2013); da Universidade de Göttingen (Alemanha) (2017) e da Universidade Federal de Minas Gerais (2020/21). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Teorias Normativas do Direito” ([www.teoriasnormativas.com](http://www.teoriasnormativas.com)), [saulodematos@ufpa.br](mailto:saulodematos@ufpa.br)

da atividade sexual remunerada, pois no pré-teste, algumas pessoas entrevistadas não concordaram com o modo como a pergunta estava escrita. Isso fez com que a pergunta fosse reformulada e durante a aplicação do questionário, verificou-se um fenômeno interessante, quando essa pergunta é realizada ao público trans mais velho da capital ela é recepcionada de uma maneira mais tranquila do que pelo público trans mais jovem da cidade que se sente constrangido. Além disso, em relação à pesquisa bibliográfica, Gabriela chegou à conclusão de que o tema é pouco pesquisado em regiões do norte e nordeste do Brasil.

**Palavras-chave:** emprego, trabalho, renda, transexuais, programa de Empregabilidade LGBTQI+ UFPA.

## THE DEVELOPMENT OF THE TRANS PARÁ SURVEY: AN EXPERIENCE REPORT BY TWO SCHOLARSHIP STUDENTS FROM UFPA'S LGBTQI+ EMPLOYABILITY PROGRAM

### ABSTRACT

Gabriela and Hermes are scholarship students who have participated in the development of the LGBTQI+ UFPA Employability program since the beginning, and are specifically linked to the Trans Pará Census research project, which is a study that seeks to characterize the situation of access to the job market by transgender people, in order to obtain this data to produce public policies for this population, since this research was requested by the Pará Public Prosecutor's Office. Both took part in constructing the questionnaire and applying it to the trans population. However, Gabriela was also responsible for carrying out the bibliographical research and Hermes was responsible for carrying out the interviews, as well as surveying the venues where LGBTQI+ parties take place and the questionnaire could be carried out. From the start of the project, they realized that one of the biggest difficulties would be the question about the practice of paid sexual activity, because in the pre-test, some of the people interviewed didn't agree with the way the question was written. This led to the question being reworded and during the application of the questionnaire, an interesting phenomenon was observed: when this question is put to the older trans public in the capital, it is received more calmly than by the younger trans public in the city, who feel embarrassed. In addition, in relation to the bibliographical research, Gabriela came to the conclusion that the subject is little researched in the north and northeast of Brazil.

**Keywords:** employment, work, income, transsexuals, LGBTQI+ Employability Program UFPA.

## EL DESARROLLO DEL CENSO TRANS PARÁ: RELATO DE LA EXPERIENCIA DE DOS BECARIOS DEL PROGRAMA DE EMPLEABILIDAD LGBTQI+ DE LA UFPA

### RESUMEN

Gabriela y Hermes son becarios que han participado en el desarrollo del programa de Empleabilidad LGBTQI+ de la UFPA desde el inicio, y están específicamente vinculados al proyecto de investigación Censo Trans Pará, que es un estudio que busca caracterizar la situación de acceso al mercado de trabajo de las personas trans, con el fin de obtener estos datos para producir políticas públicas para esta población, dado que esta investigación fue solicitada por el Ministerio Público de Pará. Ambas participaron en la construcción del cuestionario y en su aplicación a la población trans. Sin embargo, Gabriela también fue responsable de realizar la investigación bibliográfica y Hermes fue responsable de realizar las entrevistas, además de relevar los lugares donde se realizan fiestas LGBTQI+ y se podía realizar el cuestionario. Desde el principio del proyecto se dieron cuenta de que una de las mayores dificultades sería la pregunta sobre la práctica de la actividad sexual remunerada, ya que en la prueba previa, algunas de las personas entrevistadas no estaban de acuerdo con la forma en que estaba redactada la pregunta. Esto llevó a que la pregunta fuera reformulada y, durante la aplicación del cuestionario, se observó un fenómeno interesante: cuando esta pregunta es formulada al público trans de mayor edad de la capital, es recibida con más tranquilidad que por el público trans más joven de la ciudad, que se siente avergonzado. Además, en relación con la investigación bibliográfica, Gabriela llegó a la conclusión de que el tema está poco investigado en el norte y nordeste de Brasil.

**Palabras clave:** empleo, trabajo, ingresos, transexuales, Programa de Empleabilidad LGBTQI+ UFPA.



## INTRODUÇÃO

O Censo Trans Pará surge em 2022, a partir da parceria do Ministério Público do Trabalho do Pará com o Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará. Essa parceria gerou o Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+, dentro desse programa existem várias ações, dentre as quais está o Censo Trans Pará

O projeto do Censo objetiva coletar informações da população trans, travesti e não-binária do estado do Pará acerca de suas condições de acesso, permanência e desenvolvimento no mercado de trabalho. Essa coleta de dados é multimetodológica, porque conta com aplicação de *survey* e entrevistas semiestruturadas. Busca-se saber diversas informações como: tipo de vínculo de trabalho, as aspirações profissionais, se vivenciou violências no trabalho, etc.

A necessidade de escrever tal relato está correlacionada com uma das fases da pesquisa, as viagens para as mesorregiões paraense, visto que nesses lugares percebeu-se especificidades quanto a população trans e a sua (des)mobilização nos seus movimentos sociais, em especial quanto ao alinhamento ao movimento “LGB”. Ademais, esse relato se origina como um pontífice para outras pesquisas acerca da temática nos demais estados que estejam ou queiram iniciar suas pesquisas sobre trabalho, emprego e renda da população Trans, Travesti e Não-binária.

O objetivo deste trabalho consiste em relatar o desenvolvimento da pesquisa, apresentando as etapas a partir das quais a pesquisa se desenvolve; Apontar as impressões mais marcantes até aqui observadas; Apresentar possíveis contribuições para o debate a nível nacional acerca das condições de empregabilidade da população trans no Brasil, a partir da experiência local no estado do Pará;

O presente relato de experiência se justifica em razão de, passado um ano da existência e construção do projeto, tem-se impressões que podem ser pontapés de discussões acerca do trabalho, emprego e a renda da população trans não só do Estado do Pará, mas também pode servir de modelo para outros estados realizarem suas pesquisas sobre o cenário dessa população quanto ao presente tema.

## METODOLOGIA

A metodologia de realização do projeto se deu primeiramente, a partir da realização das reuniões no Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, e o registro dessas em atas. Em segundo, na aplicação dos questionários e realização de entrevistas semi dirigidas com a população foco da pesquisa. Os questionários e entrevistas foram aplicados na capital do Estado, Belém, e também em outros 7

municípios que representam as mesorregiões do Estado. A exemplo das viagens realizadas, além da aplicação dos questionários e realização das entrevistas, são realizados balcões de direitos, assim como a oferta de um curso de formação e preparo da população LGBTQIAPN para o mercado de trabalho. A oferta desse curso oferece um contato mais próximo com essa população dada a participação direta dos interlocutores e emissores nos cursos, o que enriquece a vivência de pesquisa e dá uma contribuição a curto prazo para a população.

Uma importante fase que antecede a realização do curso e do balcão de direitos, é a mobilização com os movimentos sociais para levar a população LGBTQIAPN para essas atividades. Dessa forma se faz contato com os meios de mídia local, na medida do possível, com as lideranças dos movimentos sociais locais e demais personalidades que podem ajudar na divulgação das atividades do projeto.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Na esteira do que propõe Renan Quinalha (2022, p. 18), quanto a tarefa arqueológica de “fazer emergir rastros e fragmentos que ficaram marginalizados”, o trabalho embora seja de iniciativa institucional, pretende-se ser vinculado a esse movimento de resgate da história LGBTI+, especialmente quanto a história da população trans e travesti do Norte do Brasil

No paralelo da realização da pesquisa a fim de se produzir uma política pública para a população trans, tem-se a discussão do conceito em Celina Souza (2002, p.4) “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”, tentando assim ressaltar a importância de uma política para favorecer, ainda que minimamente a população Trans para que acessem vagas no mercado de trabalho formal.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebeu-se o déficit de pesquisas sobre a população trans e travesti das regiões norte e nordeste durante a fase da pesquisa bibliográfica; Assim como, diferenciações geracionais dentro da comunidade trans acerca: da maneira de compreender o que é identidade de gênero, se a identidade trans inclui a identidade não-binária ou não; do grau de conscientização política e histórica acerca da população trans e travesti, e LGBTI+ em geral; da sensibilidade para responder questões sobre trabalho sexual, situações de violência de maneira ampla e questões mais biográficas. Diferenciações geográficas entre a capital e regiões

interioranas em relação ao grau de organização política, de liberdade para romper com os padrões estéticos e sociais cisgêneros e de acessar livremente a cidade assumindo essa identidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da população LGBTI+ e ainda mais a população trans e travesti, sofre de um problema crônico de invisibilização seja por parte de pessoas cisheteronormativa, seja no interior da própria comunidade que privilegia as histórias LGBTI+ de países desenvolvidos e do Sul e Sudeste no caso do Brasil. Nesse sentido, é importante a produção de trabalhos que produzam dados estatísticos de regiões periféricas àquelas, mas não somente isso, é necessário fomentar trabalhos que contribuam para a construção de uma história plural, que se contraponha a ideia da história homogênea ou única dessa população a partir da perspectiva apenas de sujeitos de países desenvolvidos ou das regiões mais desenvolvidas mesmo em um país periférico como o Brasil

Na construção dessa história é importante investigar situações de violência vivenciadas pela população trans, mas também o processo de construção de suas subjetividades que de maneira alguma são homogêneas, mas bastante diversa considerando diversos atravessamentos como geração, pertencimento ou localização geográfica, entre outros.

## REFERÊNCIAS

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. São Paulo, 2002.

ISBN: 978-85-61702-97-7



**ST 07 - ENCRUZAS NEGRAS,  
INDÍGENAS, AFROINDÍGENAS  
E AFROAMAZÔNIDAS: RAÇA,  
GÊNERO E SEXUALIDADE EM  
AMÉFRICA LADINA/ABY AYALA/  
PINDORAMA**



# NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: CISHETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA, COLONIZAÇÃO E COLONIALIDADE

*Thiago da Silva Gabry<sup>1</sup>*  
*Fabio A G Oliveira<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a íntima relação entre colonialidade e cisheterossexualização compulsória, bem como identificar traços que ainda instituem a cisheterossexualização como fundamento colonial nos dias atuais. Esta pesquisa busca na literatura argumentos que apresentam como a América Latina e Caribe atraíam os interesses exploratórios de riqueza e de dominação de reinos europeus, além da atenção da Igreja contra o “pecado” associado aos “desvios” da ordem de gênero e sexualidade padronizada pela normatização europeia. Segundo Fernandes (2016) e Gontijo (2021), essa compreensão e imposição se deu a partir da hegemonia do dimorfismo sexual e do binarismo de gênero moldados pela moral cristã em íntima associação com os biopoderes científico-jurídicos. Para compreender esse enquadramento dos gêneros e sexualidades enquanto fundamento colonial, recorreremos a Fernandes (2016) que, ao adotar a terminologia “colonização das sexualidades indígenas”, se refere, dentre outras coisas, à “heterossexualização indígena” como parte constitutiva do processo de colonização. Seria possível afirmar que a colonização também se sustentaria na cisheteronormatização dos povos indígenas? Gontijo (2021) ressalta a importância de nos voltarmos para as histórias, saberes e ações dos povos indígenas brasileiros a fim de que possamos aprender e apreender proposituras e agenciamentos que se ponham a favor da decolonialidade e, também, do anticolonialismo. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo central analisar os fantasmas coloniais que ainda assombram

1 Licenciado em Pedagogia pelo Instituto do Noroeste Fluminense de Ensino Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES-UFF). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn) na mesma Instituição, [thiagogabry@id.uff.br](mailto:thiagogabry@id.uff.br);

2 Professor Orientador, Doutor em Filosofia, Professor de Filosofia da Educação no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES/UFF). Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn), [faoliveira@id.uff.br](mailto:faoliveira@id.uff.br).

as ideias de pecado, desvio e doença frequentemente acionados para se referir aos corpos e desejos da dissidência sexual e de gênero no contexto latino-americano e caribenho dos dias atuais.

**Palavras-chave:** Cisheterossexualidade compulsória, Povos indígenas, Colonização, Colonialidade, Decolonialidade.

# EPISTEMOLOGIAS AMAZÔNIDAS – A FUTURIDADE PRESENTE DE UMA AMAZÔNIA RACIALIZADA E UMA DISPUTA PELA NÃO SEPARABILIDADE DO CORPO COM A TERRA

*Andrey Rodrigues Chagas<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho é uma disputa. Uma disputa epistemológica feita no território e cultura, em contraponto as inúmeras investidas que tendem a silenciar e soterrar as influências raciais no território Amazônico, tendo como recorte o território Paraense, e as inúmeras manifestações/rituais que tiveram origem no encontro negro e indígena na região. O apagamento proposital da raça no debate sobre Amazônia é uma estratégia colonial, desde sua invenção, que alimenta e contribui para a exclusão dos inúmeros corpos racializados que cotidianamente ajudam a manter de pé a Amazônia, da qual tanto se disputa. Neide Goldin, Patrícia Melo Sampaio, Vicente Salles são alguns pensadores que se dedicaram a estudar a importância do corpo negro na região, como os mestres de carimbó, a exemplo de mestre Verequete que tocou seu som como forma de aterrizar no negro na formação do carimbó juntamente com o indígena. Mas não somente os pensadores da região tem a contar, os trabalhos de Beatriz Nascimento e Antônio Bispo dos Santos sobre o quilombo tem um infinitude de contribuição e possibilidades narrativas sobre a região, afinal, ao pensarmos sobre Amazônia e sua formação territorial, não há como negar o quilombo como força tecnológica de manejo, tanto da vida, como do território. Logo, a disputa é uma tentativa de construir uma epistemologia que dê contam das vidas que compõe a região e não, novamente, um olhar colonizado sobre a região enquanto apenas floresta. A cultura afro-indígena é um igarapé, que corre nos interiores da mata.

**Palavras-chave:** Amazônia racializada, Amazônida, epistemologia, afro-indígena, cultura.

---

1 Doutorande do Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, andreyrchagas@gmail.com;

## MC CAROL: CORPOS INFINITUS QUE ECOAM EM CANTOS DE FUGA?

*Beatriz Pimentel<sup>1</sup>*

*Fátima Lima<sup>2</sup>*

### RESUMO

Considerando o percurso histórico do racismo patriarcal cisheteronormativo, a Mc Carol de Niterói pertence ao grupo ao qual tal sociedade deseja e espera se manter na subalternidade e no silêncio: as mulheres negras. Por isso temos como principal objetivo trazer a discussão da letra “Levanta Mina”, onde a funkeira transpassa estas barreiras. A proposta tem como fundamentação metodológica a invenção da fuga – como outro tipo de rota de vida, rebeldia e a ideia de corpus infinitus que se localiza dentro de um espaço-tempo. Entendemos que o corpo negro tem suas inúmeras formas de ser e existir neste mundo, por isso acreditamos que Mc Carol para além de um corpo negro no funk é um também um corpo que narra e fala através de suas performances.

**Palavras-chave:** Mc Carol, Fuga, Funk Carioca, Mulheres Negras

- 1 Beatriz Carvalho Pimentel: Mestranda no Programa de Relações Étnico-Raciais (PPRER) - (2022) no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob orientação da Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Lima Santos. É pesquisadora bolsista pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior). Bacharela em Comunicação-Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR) - (2017) e Especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus São Gonçalo (IFRJ-RJ) - (2019). Desenvolve estudos sobre raça, gênero e sexualidade no grupo de Pesquisa Ori/CNPq, uma parceria do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - UFRJ. E-mail: [beatrizcpimentel07@gmail.com](mailto:beatrizcpimentel07@gmail.com) - <http://lattes.cnpq.br/9142564002110931>
- 2 Maria de Fátima Lima dos Santos: Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IMS/UERJ. Pós Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS do Museu Nacional/UFRJ. Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Campus Macaé. Professora do Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada-(PIPGLA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico - Raciais/ CEFET/RJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia e Ecologia Humana - EICOS - Instituto de Psicologia da UFRJ. Fundadora do grupo de Pesquisa Ori/CNPq, uma parceria do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - UFRJ. E-mail: [fatimalima4@gmail.com](mailto:fatimalima4@gmail.com) - <http://lattes.cnpq.br/173759455744940>.



## INTRODUÇÃO

O ato de falar implica em várias resultantes, é sobre o que e como transmitimos nossas mensagens; mensagens estas que podem se tornar chaves para reflexões, pensamentos e até mesmo gerar críticas sobre algum assunto pertinente à sociedade brasileira e construção de

imaginários. No mundo artístico-musical não é diferente, as mulheres sempre desempenharam um papel relevante na construção de sentido a partir de suas composições e cantos, uma vez que o campo artístico é estruturado pelas engrenagens do colonialismo e do racismo patriarcal cis-heteronormativo. O processo de composição para cada artista no gênero musical Funk Carioca é diferente, existe um propósito e uma estética para cada letra, podendo alcançar muitas pessoas, como jovens e adolescentes. São nessas narrativas que encontramos boa parte da trajetória histórica, social e política do Brasil.

Um dos principais fatores que nos chama atenção é o lugar em que os corpos de mulheres negras ocupam frente à sociedade brasileira. Não somente tratando-se de uma vida, mas de corpos que carregam marcas, desejos e virtudes. Aqui incluímos desde a sua libertação sexual, bem como as desigualdades sociais que lhes incomodam. Um corpo que é antes de mais nada - sujeito, narrativo, político e racializado. Pensar nesta voz é também dialogar com a massa de população negra que reivindica direitos através da música, ou seja, através do Funk.

Acompanhando um cenário desviante do padrão heteronormativo buscamos compreender de que forma a voz de mulheres negras possam vir a se tornar um elemento para a construção de novos pensamentos críticos raciais. Entendendo que o mercado fonográfico pouco tem a oferecer, dentre outros gêneros musicais periféricos, bem como para artistas como Mc Carol. A partir desse motim, levantamos alguns questionamentos que nos auxiliará na construção deste pesquisa. Pode-se interpretar o ato criativo como resultante das vivências socioculturais, já que a criação é a imagem de uma subjetividade do artista enquanto um ser social? Em que aspectos essa pesquisa pode apontar novos horizontes para a construção crítica e política sobre práticas disruptivas de mulheres negras no campo da música? Mc Carol pode ser uma voz que ecoa num Corpus Infinitus? Quais são as rotas/cantos de fuga pelas quais essa artista se movimenta? Vale ressaltar que este trabalho está sendo desenvolvido de forma completa na dissertação de Mestrado, cuja aluna ainda está em fase de escrita.

Colocar esta figura artística, MC Carol de Niterói como chave de leitura para pensarmos as práticas dissidentes de mulheres negras na música se faz caminho preponderante de uma voz que não só tem ocupado eventos mundiais, mas que

têm sido referência para discussões a respeito da pauta sobre a autonomia das mulheres negras numa perspectiva sociorracial encabeçada por uma educação ant. É também uma opção de análise justamente para criarmos pontes entre Corpus Infitutus, Raça e Performances Negras.

## METODOLOGIA

A proposta metodológica configura-se em um estudo qualitativo de caráter bibliográfico. O enfoque dado será a partir da composição “Levanta Mina” (2021) por Mc Carol através de seu trabalho artístico-musical. Enfoque na contextualização teórica sobre fuga, performance, Corpus Infitutus e participação de mulheres no funk. Essa etapa consistirá em tecer reflexões sobre a performance numa perspectiva feminista e contra-colonial das relações étnico-raciais presentes nas letras e poéticas bem como outras temáticas que se projetam na obra da Mc Carol.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A funkeira expressa em suas poéticas, performances e poesias, relatos de violências às quais as mulheres negras estão sistematicamente submetidas. Ela aponta o próprio corpo da mulher negra como o Espaço-Tempo para revisitar as memórias das marcas da violência total da ordem colonial e patriarcal. Denise Ferreira da Silva enfatiza: “A Poética Negra Feminista vem-a-ser, existe aqui, num Mundo Implicado cuja imagem é a Poética sem fim: isto é, como Corpus Infitutus, a existência para o além do Espaço-Tempo, onde A Coisa resiste dissolvendo qualquer tentativa de reduzir o que existe e acontece aos registros do objeto, do outro ou da mercadoria”. (FERREIRA da SILVA, 2019, p. 108/109).

Ao advogar por uma figuração da performance da mulher negras sem o Espaço-Tempo, Denise cria ponto de conexão com a proposta da Performance do Tempo Espiral de Leda Maria Martins (professora, dramaturga e poeta especialista nas artes negras cênicas), pois, se vivemos num tempo presente grávido do passado e o futuro, “A Poética Negra Feminista vem-a-ser, existe aqui, num Mundo Implicado”.

A artista e ativista se posiciona dentro do campo musical de modo a não se deixar capturar pelos moldes capitalistas que regulam, reduzem e dinamizam o cenário da indústria artístico-cultural. Suas performances expressam caráter desviante. Esses aspectos podem estar relacionados com o que Harney e Moten

afirmam: “a pretitude opera como modalidade de constante escape da vida e toma a forma, o padrão sustentado e errante, de fuga.” (HARNEY, MOTEN, 2019, p. 115).

A dramaturga Leda Martins também dialoga com Fred Moten no sentido de agenciamento e autonomia de um corpo que é performático e que carrega consigo uma oralitura construída por uma artista que carrega sentimentos e desejos. Em “Performance do Tempo Espiral - poéticas do corpo tela 2021”, ela define oralitura como um “ciclo de expressão e poder” (MARTINS, p.93, 2021) que se traduz na palavra não só grafada, mas em uma voz que acredita no que diz e do que seja possível criar. E assim ela nos permite confabular com o que Stefano Harney e Fred Moten chamam de “A Irredutível Sonoridade das Vozes Negras”.

Destarte, podemos linkar a irredutibilidade das vozes negras pelo estraçalhar da máscara de Anastácia e ao erguer das vozes das pessoas negras para o romper do silêncio. O ato de falar se reverbera para além da máscara de flandres (constituída também na obra-viral “Anastácia Livre” (2019) do artista visual Yhuri Cruz que influenciou as produções de intelectuais renomadas como Conceição Evaristo e Grada Kilomba) e ecoa num Corpus Infinitus fora do Espaço-Tempo. A imagem de Anastácia sem a máscara e os cantos da MC Carol podem ser posicionados como chaves de leituras para refletirmos sobre o que as Mc’s mulheres no universo funk carioca, têm se proposto a escrever, mas também a falar e relatar em suas composições.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A composição *Levanta Mina*<sup>3</sup> foi produzida com a Dj Thai, cujo lançamento foi em 15 de janeiro de 2021, há dois anos atrás - nas plataformas digitais como Youtube, Deezer e Spotify. Esta música possui um videoclipe com a direção Executiva de Ana Paula Paulino e Isaura Paulino (Ubuntu Produções) que acompanha a letra. O intuito não é dar enfoque a uma análise frente as imagens apresentadas em videoclipe. Nossa preocupação é com a performance por trás das letras e quais assuntos levantadas por elas. Nas próximas, esta mesma situação se repetirá. As imagens utilizadas aqui farão uma alusão ao videoclipe que poderá ser visualizado em outro momento pois quaisquer pessoas.

---

3 *Levanta Mina* está disponível neste link: <<https://www.youtube.com/watch?v=5EUBHEh5Ue8>>. Acesso em: de outubro de 2023.

Imagem do Videoclipe Levanta Mina



**Créditos:** Carol Meirelles e Afroafeto

A música *Levanta Mina* foi lançada separadamente, mas faz parte do Álbum *Borogodó*, de 22 de julho de 2021 contendo 12 músicas gravadas em estúdio. A funkeira contou com apoio do Fundo Vozes Negras uma proposta internacional do Youtube que incentivou 35 brasileiros em 2021 para expansão de narrativas inovadoras que pudessem compartilhar suas histórias e suas música. Esta música se destaca por assuntos que muitas das vezes são complexos, como a busca do amor próprio, o debate a gordofobia, a falta de representação de mulheres negras em programas televisivos, as pautas LGBTQIAPN+, o padrão ideal de corpo e a autoestima.<sup>4</sup>

Logo na primeira estrofe da música Mc Carol conta que *ser negra e gorda é virtude*, porém não podemos deixar de pontuar as questões que permeiam a funcionalidade do corpo. O corpo carrega marcas sociais e histórias que podem ou não ser julgadas pela sociedade. Trazendo para a realidade brasileira, o corpo feminino negro ultrapassou estas marcas, servindo aos senhores de engenho e até mesmo a saciação sexual. Segundo Nogueira (1999) “o negro não era persona. Não era um cidadão nascido livre, como pessoa jurídica; na condição de escravo, não era pessoa”. Portanto, o mesmo valia para as mulheres negras que:

Não podiam, pela condição de mercadoria, se vincularem afetivamente, apenas funcionavam como máquinas reprodutoras. Seus filhos não lhes pertenciam, quase sempre eram vendidos, o que era determinado pelo interesse do senhor. Tinham como possibilidade de exercer sua “função materna”, quase sempre enquanto amas de leite do filho do senhor. Isto é, a mulher negra é historicamente

4 A sigla faz referência a população de: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual e Não-binárias e mais. Ela faz referência a identidade de gênero de pessoas que não pertencem a binariedade entre masculino e feminino.

desinvestida de qualquer possibilidade que a permitisse exercer sua feminilidade. (NOGUEIRA, 1999, pg. 44)

Imagem da Letra no Videoclipe Levanta Mina



**Créditos:** Youtube / Carol Meirelles

O segundo aspecto que a funkeira faz referência é que a todo momento estamos nos comparando com as produções alheias, por isso precisamos dar valor para o que fazemos também. Entender que nossas conquistas, pequenas ou grandes sejam comemoradas. A funkeira ainda reforça que é importante estarmos atentos para nossos olhares, nossos caminhos e o que pensamos, pois é a partir disso que a virtude do autoconhecimento se transforma em um levantar.

Pensar neste corpo que foi quebrado é também imaginar outros cenários para que não os de aniquilação e exclusão. A corpa é também uma linguagem que se comunica em suas mais infinitudes. Nossos cinco sentidos fazem parte de uma tecnologia comunicativa: o tato, a visão, a audição, olfato e o paladar são uma das formas de expressão humana, ou seja a Corpa também fala. A Corpa de Mc Carol é um “corpo-tela” – um corpus cultural que, em sua variada abrangência, aderências e múltiplos perfis, torna-se locus e ambiente privilegiado de inúmeras poéticas entrelaçadas no fazer estético. (MARTINS, 2021, pg. 80).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delimitamos os Cantos de fuga como plano artístico-libertário. Aqui esta terminologia é interpretada como a criação de um novo espaço onde Mc Carol consegue alicerçar suas incógnitas, revoltas, desejos, anseios neste mundo ordenado. Mundo este que a todo momento precisa de ordenação, mas que não consegue resolver as problemáticas que perpassam a violência racial. Não estamos levando

em consideração o processo de resistência que pode nos levar a morte, mas sim, possibilidades de se existir/ser/criar em uma sociedade racista. A fuga também é outra ferramenta metodológica.

Estamos a todo momento fugindo de algo, de alguém, de alguma situação. Por muitas das vezes larguei, deixei o texto solto, criei inúmeras tarefas para não precisar escrever. Para não me sabotar, para insegurança não me afetar. Não faço das escritas de Guattari Derridá já sinalizadas em linhas de fuga. Não pontuo e nem aloco esta funkeira como fugitiva, porque ela não é e também não sou, esta proposta é dinâmica, atemporal.

De tanto ser mutável, Cantos de Fuga também é sobre rebeldia teorizada por Saidiya Hartmann, não se acostumar com aquilo que é dado, com as desigualdades, abusos, fofocas, mesquinhas. É sobre entrega, escuta, grito, sentimento, desabafo, teimosia. “É quando há pouco espaço para respirar, quando você se vê condenada a uma vida de servidão, quando o lar da servidão assoma em qualquer sentido que você vá. É a infatigável prática de tentar viver quando você nunca foi destinada a sobreviver”.

O protagonismo da Corpa Preta se complementa com aquilo que Flávia Meireles, nomeia como Corpes Dissidentes, ou seja, corpos/corpas/corpes situam-se fora de uma norma esperada de ocupação de espaços de poder, questionando (ou enunciando essa possibilidade de questionar) diversos aspectos dela, sem serem percebidos como marginais ou subordinados.

Do reality ao cinema, Carol é uma corpa dissidente, desobediente, altiva porque não se preocupa em cumprir com requisitos, muito menos a agradar ao cenário da indústria fonográfica. É uma voz que incomoda, polemiza e traz o que poucas pessoas teriam coragem de dizer: a revolta da funkeira em seu complexo sentir e ser.

Pego emprestado as palavras de Lélia Gonzalez em Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, texto de 1984. “O lixo vai falar, e numa boa” fazendo uma referência a língua e o porquê de mulheres negras serem silenciadas durante décadas. Portanto, querida Lélia, o lixo não só vai falar, mas vai cantar também. Esta escritora tão importante e cara para nós, mulheres negras que duramente tentamos produzir conhecimento científico em nosso país. O pretuguês solidificado no funk.

Também trago um fragmento das palavras de minha orientadora que tece um breve comentário sobre a importância de termos um olhar amplo sobre as nossas propostas acadêmicas. Não temos como refletir e discutir sobre a performance preta nos brasis sem considerar a maquinaria da colonialidade, sem entender que ela é um analisador necessário para que possamos redesenhar as relações socioraciais que nos marcam e redefinem os diagramas de poder instituídos através

das possibilidades de conspirações e outras fabulações. A performance preta me permite entender que Mc Carol denuncia, expõe e critica a realidade de vidas faveladas através do funk. Portanto, cantos de fuga é um ato de coragem.

Inúmeras vezes cantei, Levanta Mina, Levanta Bia para me fazer acreditar no que estava produzindo. Este é uma pequena parte do que tenho tentando escrever na dissertação. Enxergo as inúmeras questões envolvidas: sexualidades, estereótipos, estudos queers, etarismo, representatividade, ou seja uma reivindicação coletiva de corpes que almejam viver, com qualidade e garantias de políticas públicas que possibilitem a equidade, acesso, respeito, voz e vez. Mc Carol continua polemizando em suas letras misturando pop, trap e funk. Algumas pessoas vão continuar dizendo que isso não é música e que nada tem a ver com cultura. E por aqui, continuarei contrariando as estatísticas, escrevendo sobre ela porque já não entendo este cerne de pesquisa de forma individual, mas sobre inúmeras mulheres que ainda não descobriram o seu lado audacioso.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata: aos encantados, entidades, orixás e todos os seres de luz por terem me guiado para que eu conseguisse chegar até aqui.

Sou grata: A CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que atua no aperfeiçoamento e financiamento de estudantes negras, que assim como eu, que sonham com um futuro melhor.

Sou grata: A todas as pessoas que um dia riram ou descreditaram deste trabalho e até mesmo do meu potencial, pois foi desta energia que tomei fôlego, coragem e foco.

Sou grata: Fátima Lima por confiar e acreditar em minhas ideias e principalmente por me incentivar na escrita, me fazendo acreditar que posso alcançar tudo o que eu quiser, desde com os pés no chão e com humildade.

Sou grata: Antonilde Rosa Pires – por me fazer entender sobre lealdade, perdão, confiança, dororidade e términos, coisas que só a faculdade da vida ensina.

Sou grata: Aos meus familiares, principalmente a Minha Mãe (*in memorium*) que sempre apoiou os meus estudos, dizendo que ninguém poderia me tirar o conhecimento.

Sou grata: A Flávia Meireles por ser tão carinhosa e afetuosa neste processo complexo e cheio de reviravoltas.

Sou grata: A Carolina Rocha (Dandara Suburbana) que me fez viver novamente e entender que ‘*o afeto é o maior feitiço*’.

Sou grata: A todas as minhas ancestrais que já partiram deste plano.

Sou grata: A Jade Alcântara Lobo por segurar a minha mão – quando poucas pessoas seguraram.

Sou grata: A minha psicoterapeuta – Flavi, por cuidar de mim e desta cabeça geniosa.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA da SILVA, D. “II. Para uma Poética Negra Feminista: A questão da Negritude para o (fim do) mundo”. In A dívida impagável. São Paulo: Casa do povo, 2019, p. 121-148 /149-188.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223 - 244.

HARTMAN, S. Vidas Rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais; tradução Floresta. – São Paulo: Fósforo, 2022

MOTEN, F; HARNEY, S. “Negritud y Gobernanza”. In Los Abajocomunes. Planear Fugitivo y Studio Negro. México: Rancho Electrónico, 2018. p. 71-90.

MARTINS, L. Perfomances do tempo espiralar. Poéticas do corpo-tela. 1ª impressão – 2021 – Cobogó –

MEIRELES, F. Corpos/Corpas/Corpes Dissidentes e a Cena Artística: Políticas da diferença. In: Moringa – artes do espetáculo. Volume 11, número 1, 2020. p.33-47

NOGUEIRA, I. O corpo da mulher negra. Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, nº 135, 40-45. Encontro Sul-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise em São Paulo, 1999.



# A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA: NARRATIVAS ANCESTRAIS DE MULHERES NEGRAS TRANCISTAS NA DIÁSPORA AFRICANA

*Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira<sup>1</sup>*  
*Amana Rocha Mattos<sup>2</sup>*

## RESUMO

Reconhecer uma narrativa pressupõe, antes de tudo, que aquele que narra possa se expressar. Em um contexto repressivo, o colonialismo e o racismo, têm impedido e negado o ato de falar a pessoas negras através das relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira. Com isso, seus saberes e fazeres tem sido deslegitimado, apropriado, entre outras coisas. Apesar do silenciamento sistemático, da invisibilização e, do epistemicídio, o trabalho feito por mulheres negras transcistas carregam, para além da memória histórica cultural do povo negro na diáspora africana, diferentes saberes que tem mantido a população negra viva diante da necropolítica vigente. No tocante a estes saberes, os salões de belezas onde as tranças são confeccionadas, se estruturam como quilombos, espaços seguros que possibilitam a superação e o enfrentamento ao racismo cotidiano. A fim de reconhecer e compreender a respeito de tais narrativas, para além de negar as imagens de controle que aprisionam mulheres negras transcistas, como por exemplo, afirmar que transcista não é cabelereira, é preciso dar foco a sua intelectualidade suprimida pela teia de opressões sociais que as acometem. Dessa forma, como uma trança do projeto de tese em andamento, este trabalho propõe unir os fios do relato de experiência prévia como transcista por meio da Escrivivência de Conceição Evaristo ao arcabouço teórico do feminismo negro interseccional e da psicologia, para analisar os conhecimentos desenvolvidos e preservados ao longo dos séculos por transcistas na diáspora africana, como um conjunto de conhecimentos válidos que compõe a epistemologia feminista negra.

**Palavras-chave:** Feminismo negro, Interseccionalidade, Tranças, Transcistas, Racismo.

1 Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [carolareias@yahoo.com.br](mailto:carolareias@yahoo.com.br); Bolsista Capes.

2 Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [amanamattos@gmail.com](mailto:amanamattos@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

*Quando reconheço o meu valor, reconheço o seu.*

*Audre Lorde, 2021*

**D**esenvolver uma pesquisa sobre o trabalho das mulheres negras transcistas revela, entre outras coisas, as condições em que este trabalho acontece mediante aos efeitos provocados pelas relações estruturais de poder na sociedade brasileira. Por esse motivo, para construir um recorte que dê ênfase a narrativa das transcistas, precisamos reconhecer que o exercício laboral das mulheres negras na diáspora africana, se modulou ao longo do tempo a partir das condições em que a população negra foi sendo submetida diante do racismo estrutural (ALMEIDA, 2021), caracterizando as condições de vida das mulheres negras no Brasil um “matriarcado da miséria” (CARNEIRO, 2011, p.130). Dessa forma, a fim de refletir sobre os saberes e fazeres das transcistas precisamos considerar que, para as mulheres negras, sempre existiu um “trabalho remunerado e um não remunerado” que vem sendo desenvolvido pelas mesmas com o passar dos anos (COLLINS, 2019, p.101), e compreender essa questão pode nos oferecer um novo ângulo de visão para as reais contribuições das mulheres negras para o bem-estar de suas famílias e sua comunidade, aqui neste trabalho, sob a perspectiva das transcistas.

No contexto brasileiro, o trabalho da mulher negra historicamente teve seu início na exploração da mão-de-obra como elemento estruturante da sociedade escravagista. A História tradicional que tem sido contada no Brasil, posiciona as mulheres negras como meras figurantes, onde sua participação se restringia a sujeição a diversos tipos de trabalhos, desde escravas domésticas no período da escravidão, ao trabalho doméstico como meio de sobrevivência após a abolição (TEIXEIRA, 2021).

Partindo das análises produzidas pelo feminismo negro, repositonamos as mulheres negras na História em seu protagonismo. Esse reposicionamento nos permite observar a ambígua relação que emerge entre trabalho remunerado, trabalho não remunerado, exploração física, econômica, intelectual e emocional, articulado ao potencial criativo e empoderador de tais mulheres, tornando este mesmo trabalho uma grande fonte para uma das dimensões epistemológicas fundamentais do pensamento feminista negro: a experiência vivida como conhecimento válido (COLLINS, 2019).

Por muito tempo, pessoas como eu, mulher, negra, transcista, periférica, não podiam falar por si mesmas. Com intuito de dar voz àquelas que estão as margens, pessoas bem-intencionadas, nos tornavam objetos de seus trabalhos,

construindo suas obras e teorias a partir das análises do que viram, ouviram, e sentiram, através do exercício da ideia de neutralidade científica, tornando-se autoridades, especialistas daquilo que contávamos à elas.

Embora, sejamos gratas por todas as produções ao nosso respeito, construídas por pessoas que desejavam trazer visibilidade aos nossos saberes. Nós podemos falar, e temos falado de diferentes formas, apesar da política de dominação “supremacista branca” (HOOKS, [1952] 2019, p.233) impedir que sejamos ouvidas. É uma questão de privilégio concedido, e que precisa ser reconhecido por pessoas que, assim como eu, doutoranda, pesquisadora, falam a partir dos seus lugares na academia.

A trança já foi feita! Os fios dos saberes adquiridos através da experiência vivida e através da academia estão em diálogo nesse texto. Trançados, estes diferentes lugares (RIBEIRO, 2020) se cruzam, hora se sobrepõem articulando-se com diferentes fios em uma única direção, contracolonizar (SANTOS, 2023).

Como afirma a intelectual negra estadunidense, bell hooks ([1952] 2019, p.100), “toda luta libertadora iniciada por grupos de pessoas que têm sido vistos como objetos começa com um processo revolucionário no qual afirmam que são sujeitos”. Como sujeitos, temos o direito daquilo que nos é negado enquanto ocupamos o lugar de objeto, o direito de definir nossa realidade, de estabelecer nossa identidade, de nomear nossas histórias sem que o outro crie, defina, ou nomeie por nós. Pois, apesar das opressões que nos acomete, é como sujeitos que temos resistido.

Nós resistimos quando o uso das tranças, que é uma técnica corporal que acompanha a história do negro desde a África, é mantida viva por séculos até os dias de hoje como uma forte marca do negro em diáspora.

Nós resistimos quando tais penteados, parte da memória que resistiu ao apagamento histórico proposital (NASCIMENTO, [1914/2011] 2016), continuam sendo guardadas e transmitidas de geração a geração (GOMES, 2020), de mãe para suas filhas, de irmãs para irmãs trançadeiras, e ressignificadas pelas trancistas.

Nós resistimos quando, as tranças continuam tendo um papel fundamental no processo de construção da identidade negra, se iniciando durante a infância, perpassando todas as fases do nosso desenvolvimento de alguma maneira. Primeiro dentro do seio familiar, de forma direta ou indireta, confeccionadas pelas mães, tias, irmãs ou avós em suas crianças, e umas nas outras. E depois, resistimos através do processo de aprendizagem, que acontece principalmente a partir da observação, que vai passando de geração em geração, como uma tarefa de cuidado majoritariamente feminina que mantém e ressignifica o uso das tranças por todos esses séculos (CLEMENTE, 2010).

De acordo com Patrícia Hill Collins (2019), o feminismo negro como movimento social e teoria crítica, a tempos tem criado e fornecido estratégias de enfrentamento, resistência e superação para as consequências subjetivas e objetivas do racismo e outras violências para a população negras e diferentes minorias. Contudo, como afirma Grada Kilomba (2019), as narrativas de mulheres negras são sistematicamente percebidas como menos válida em espaços intelectuais e de produção de conhecimento, mostrando o quanto a ideologia colonial tem sustentado a ideia de que grupos subalternizados, ou seja, aqueles que não estão no centro, mas nas margens, nas periferias, tem tido suas falas silenciadas através de afirmações que “veem os colonizados como incapazes de falar” (KILOMBA, 2019, p.48) em seus próprios nomes.

Entretanto, como aponta Xavier (2019, p.82), “a solução do problema passa por produzir novas epistemologias baseadas na localização dos sujeitos produtores de conhecimento”. Neste sentido, a escrita deste trabalho tem como proposta partir da escrevivência teorizada por Conceição Evaristo, para articular as experiências vivenciadas no campo como transista, ao arcabouço teórico do feminismo negro, tendo como principal referência a obra *Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment* da intelectual negra estadunidense, Patrícia Hill Collins, publicada pela primeira vez em 1990, a fim de reafirmar a intelectualidade de mulheres negras transistas na composição da epistemologia feminista negra.

Cabe enfatizar que, este trabalho compõe a pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ), e parte de algumas análises feitas a partir dos meus 18 anos de experiência atuando como transista, em diálogo com as reflexões produzidas com o DEGENERÁ - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros, ao qual sou integrante no PPGPS, desenvolvido sob a orientação da professora doutora Amana Mattos.

## METODOLOGIA

Este trabalho se organiza como um estudo empírico de cunho qualitativo, que visa articular os conhecimentos desenvolvidos e preservados ao longo dos séculos por transistas na diáspora africana, como um conjunto de conhecimentos válidos que compõe a epistemologia feminista negra.

A pesquisa qualitativa nos permite acessar a singularidade dos sujeitos, construir conhecimento através do que fora enunciado de/em suas histórias (MINAYO, 2009), e dessa forma, as análises que serão feitas a seguir, adota a escrevivência

como ferramenta metodológica, onde propomos “contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte” (SOARES; MACHADO, 2017, p.206) compartilhado entre nós. Tendo como sustentação teórica, o arcabouço trazido pelo feminismo negro interseccional e as teorias críticas em psicologia.

Os dados analisados foram organizados a partir da narrativa em primeira pessoa tendo como âncora memórias de cenas vivenciadas como transgênero, em diálogo com os materiais produzidos e publicados em diferentes plataformas de comunicação por outras intelectuais do campo do transgênero, do feminismo negro interseccional, e da psicologia que serão referenciadas ao longo do texto.

## INTELECTUAIS NEGRAS TRANSGÊNERO

*“Quem você pensa que é, hein?” Quem eu mais tenho medo de (nunca) encontrar. Audre Lorde, 2021*

É inquestionável o fato, de que só reconhecemos a intelectualidade de alguém que não está em condições de isolamento e obscuridade. Quantas pessoas incrivelmente talentosas cujas ideias nunca foram conhecidas, existiram, mas não foram sequer citadas em uma história por alguém?

Nós, mulheres negras transgênero sempre estivemos às margens, cultivando nossas ideias e desenvolvendo mecanismos poderosos para nossa sobrevivência, para a sobrevivência dos nossos, nas sombras, onde nunca fomos vistas.

As tranças que confeccionamos, recebem a luz da visibilidade sem a menção dos nossos nomes e rostos. Permanecemos invisíveis, anônimas, inexistentes.

Algumas de nós, como forasteiras, conseguimos receber alguma visibilidade estabelecendo acordos possíveis<sup>3</sup> com a supremacia branca existente. Estamos lá, ou aqui, poucas de nós, subvertendo o sistema. Com um número expressivo de seguidores nas redes sociais, fazendo publicidade e propaganda para grandes marcas, palestrando para grandes empresas em datas comemorativas, escrevendo uma tese de doutorado...

Contudo, ocupar um lugar de destaque, negar as “imagens de controle” (COLLINS,

3 Em muitos momentos, ao longo da nossa carreira profissional como transgênero, precisamos nos autodeclarar como pertencentes a outras categorias profissionais instituídas, para que possamos trabalhar de forma legalizada. Assim, muitas transgênero precisam informar que são artesãs, artistas ou cabeleireiras para exercer dignamente suas profissões. Isso acontece por que a categoria profissional transgênero ainda não foi instituída nos documentos que formaliza as profissões no país.

2019; BUENO, 2020) que nos aprisionam, não garante o reconhecimento intelectual daquilo que temos produzido, não nos garante direitos, e não nos protege das inúmeras violências que temos sofrido.

Collins (2019) afirma, que existe uma complexa tradição intelectual de mulheres negras, que firmaram bases analíticas cruciais para uma visão diferente do eu, da comunidade e da sociedade, mas que vive a sombra, e isso não é acidental. A autora questiona, “por que não somos conhecidas? Por que não acreditam em nós?” (COLLINS, 2019, p. 32), e conclui que, “suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização” (COLLINS, 2019, p.32). A compreensão da relação dialética entre opressão e o nosso ativismo intelectual é crucial para reivindicarmos o direito de existência e da importância da epistemologia feminista negra de mulheres transistas.

Como afirma Collins (2019, p.42) as teorias sociais produzidas por mulheres negras não surgem do nada. Mas, como uma pérola em uma ostra, evidenciam os nossos esforços para lidar com as experiências vividas, “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão dos saberes subjugados” e nos faz sobreviver a necropolítica (MBEMBE, 2018). Neste sentido, recuperar as tradições intelectuais de transistas implica em rastrear tais saberes subjugados, reinterpretá-los em muitos aspectos, e analisá-los a fim de que tenham o reconhecimento condizente as suas contribuições para a humanidade.

Dessa forma, assim como ninguém se torna intelectual automaticamente, e como nem todo acadêmico é necessariamente considerado intelectual, uma transista não se torna uma intelectual por se tornar transista. De acordo com o pensamento feminista negro, ser considerado intelectual “requer um processo de luta autoconsciente em favor das mulheres negras, independente do lugar social concreto em que este trabalho ocorra” (COLLINS, 2019, p.52), que pode ser observado pelo modo como este trabalho intelectual se dedica a contribuir com a produção de saberes de resistência em meio as opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, território, etnia, nação, geração, religião, e outros marcadores sociais.

Ao trazer tais afirmações, Collins (2019) nos atenta para as diferentes formas pelas quais a epistemologia feminista negra se mantém desconhecida, e portanto, desacreditada. Collins afirma, que uma dessas formas se estrutura através das normas que atribuem condições para a produção acadêmica, e os perigos em

não questionar concepções que continuam ligadas a inferioridade intelectual de negros e mulheres.

Assim, conferir centralidade a análise das tradições intelectuais de trancistas, é possibilitar um novo ângulo de visão que permite que sejamos percebidas como sujeitos sobre a nossa filosofia, nossos interesses enquanto mulheres negras e trancistas, que não significa excluir outras lutas sociais.

## A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA E O TRABALHO DAS TRANCISTAS

*Rogo a cada uma de nós aqui que mergulhe naquele lugar profundo de conhecimento que há dentro de si e chegue até o terror e a aversão a qualquer diferença que ali habite. Veja que rosto têm. Só aí o pessoal como algo político pode começar a iluminar todas as nossas escolhas.*

Audre Lorde, 2021

Refletir sobre as trancistas a partir do feminismo negro é estar em uma encruzilhada que pode nos levar a inúmeros caminhos, e qualquer um que escolhermos caminhar certamente nos trará questões que serão impossíveis de se esgotar aqui. Dessa forma, construo essa escrita preliminar, priorizando o trabalho intelectual mantido e desenvolvido pelas mulheres negras trancistas, buscando dar foco as experiências vividas.

Collins (2019) explica que existe um padrão de averiguação da verdade amplamente aceito entre as mulheres negras que é constituído pelo que ela chama de material experiencial. São “experiências que, quando compartilhadas e transmitidas, tornam-se sabedoria coletiva de um ponto de vista de mulheres negras, [...] quem compartilha essas experiências pode acessar uma série de princípios para avaliar reivindicações de conhecimento” (COLLINS, 2019, p.410), nos mostrando assim, que existe uma epistemologia, ou seja, um conhecimento inerente as mulheres negras e validado por elas.

A respeito da existência dessa epistemologia, Collins nos deixa as seguintes perguntas: “quais são seus contornos? [...] Quais são suas contribuições reais e potenciais para o pensamento feminista negro?” (COLLINS, 2019, p.410).

A fim de compreender como o trabalho das mulheres negras trancistas constituem a epistemologia feminista negra, emergem as seguintes perguntas: qual é o trabalho das trancistas? Quais são os seus contornos? Quais são as suas contribuições reais e potenciais para o pensamento feminista negro?

Tomando os meus 18 anos de experiência como trancista como ponto de partida dessa escrita, compreendo que o trabalho das trancistas é principalmente

confeccionar, desenvolver e preservar a história e as técnicas ancestrais do trançismo, trazido para o Brasil por diferentes populações africanas no período da escravização de pessoas negras, por meio do compromisso ético em ofertar ações de cuidado, prevenção e reparação aos danos psicossociais do racismo e outras opressões sociais a população brasileira de diferentes formas.

A trança é um saber ancestral. As mulheres negras trançadeiras, adquiriram este conhecimento umas com as outras, e continuam fazendo as tranças como forma de cuidado e proteção, sem necessariamente serem remuneradas por isso, “são Griôs, guardiãs das memórias africanas, na palma das suas mãos” (CLEMENTE, 2010, p.14).

As trancistas, são pessoas que são remuneradas pelo exercício de suas atividades profissionais, ainda que este ofício não seja reconhecido institucionalmente como uma categoria profissional, até o presente momento no Brasil. Diferente da atuação das/os/es cabelereiras/os/es, as trancistas ofertam um serviço pautado em uma ética própria de cuidado por meio da confecção das tranças africanas, combatendo os efeitos psicossociais produzido pelo racismo estrutural na sociedade brasileira. Este saber/fazer, em muitos casos se organiza como a principal fonte de renda para diversas famílias, e é sobre ele que construiremos as análises deste trabalho.

Apesar do apagamento sistemático, da invisibilidade, e das imagens de controle atribuídas às mulheres negras trancistas, suas ações se espalham e crescem profundas como raízes. Partindo de suas experiências cotidianas, as trancistas compartilham seus conhecimentos com diferentes pessoas através de ações que promovem uma luta por justiça social e potencializa transformações institucionais, desenvolvendo meios de enfrentamento a desigualdade social e racial presente no contexto brasileiro.

Considerando que tais aspectos se estruturam como eixos principais do ativismo feminista negro, as mulheres negras trancistas enfrentam cotidianamente, por meio das tranças, os efeitos do racismo que incide sobre seus corpos de diferentes maneiras. Seja como for, em seus salões de beleza<sup>4</sup>, na sala ou em um pequeno cômodo de suas casas, na rua, na praia, ou virtualmente, as trancistas constroem “quilombos”, como teoriza Beatriz Nascimento ([1942/1995] 2021, p. 166), que possibilitam a restauração daquilo que tem sido quebrado em nós, pessoas negras, através do racismo.

---

4 A recusa em usar o termo afro, étnico, afro-brasileiro, entre outros, após o termo salão de beleza, significa para mim, um modo de reivindicar que a beleza também é nossa. Portanto, acredito que quando nos referimos os espaços de trabalho de pessoas trancistas como afro e étnico, estamos reforçando estereótipos acerca da estética de pessoas negras.



Como a “mãe preta”, que segundo Lélia González (GONZÁLEZ, 2020, p.88), introduziu o pretuguês<sup>5</sup>, as trançadeiras e as trancistas tem mantido vivo este saber ancestral, gingando contra a necropolítica que busca aniquilar a população negra no país. Temos criado ao longo do tempo, espaços de fala e escuta, temos gerado renda, promovemos demandas ao mercado consumidor, construímos redes políticas, desenvolvemos ações e projetos sociais, estabelecemos uma linguagem própria, instituímos uma ética de cuidado que se amplia e ultrapassa o nosso núcleo familiar, se estendendo para a nossa comunidade, e para outras comunidades, rompendo fronteiras.

Como mulheres negras brasileiras, apesar dos desafios comuns que enfrentamos pelo impacto das opressões sociais em nossas vidas, por sermos um grupo diverso, as nossas respostas são plurais. Através das tranças, as trancistas resistem se reinventando, transformando pessoas, ensinando, criando obras de artes, acessórios, empreendendo, pesquisando, teorizando e escrevendo.

Lutando coletivamente para sermos profissionalmente reconhecidas, como tem feito a trancista Michele Reis<sup>6</sup> (BA); dando amparo a Mães do Cárcere<sup>7</sup>, como faz a trancista Andreia MF (SP); descortinando a matemática presente nas tranças, como fez a trançadeira Luane Bento Santos<sup>8</sup> (RJ) (SANTOS, 2013); contando a história das tranças e ajudando a mulheres a alcançarem sua independência financeira, como tem feito a trancista Rafaela Xavier<sup>9</sup> (BH); criando um mapa de trancistas, como está fazendo a trancista Layla Maryzandra<sup>10</sup> (DF); trazendo reflexões sobre as notícias por meio de conteúdos digitais, como tem feito a Trancista Sara Mara<sup>11</sup> (SP); ampliando a concepção de moda, como faz a trancista Maia Boitrago<sup>12</sup> (RJ); Descolonizando o Ori<sup>13</sup>, como tem feito através de seus projetos a trancista Maria Jardim (GO); fazendo as tranças em uma das maiores emissoras

5 De acordo com a feminista negra brasileira Lélia González (2020, p.90), o pretuguês é a “marca linguística de um idioma africano” presente no português brasileiro, e na linguagem em seu aspecto ampliado, signo, significante e significado.

6 <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/280968-camara-de-salvador-institui-6-de-junho-como-dia-da-pessoa-trancista>

7 <https://www.facebook.com/watch/?v=628553894676973>

8 [https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-)

9 [https://www.youtube.com/watch?v=yXRNZMVYy\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=yXRNZMVYy_0)

10 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/04/30/trancas-no-mapa-projeto-faz-mapeamento-de-trancistas-do-df-e-entorno.ghtml>

11 <https://revistamarieclaire.globo.com/EuLeitora/noticia/2020/10/viajei-2-mil-km-para-fazer-trancas-em-uma-menina-que-foi-humilhada-na-internet.html>

12 <https://blog.riachuelo.com.br/riachuelo-now/riachuelo-entrevista-maia-boitrago/>

13 <https://lpeqi.quimica.ufg.br/n/130522-descolonizar-ori-estetica-negra-cabelos-crespos-e-oja?atr=-fr&locale=fr>

do país, como faz a Trancista Quênia<sup>14</sup>; desenvolvendo projetos sociais de empoderamento feminino, como faz a trancista Gabriela Azevedo<sup>15</sup> (RJ); compondo músicas e fazendo rap, como faz a trancista Ebony<sup>16</sup> (RJ); buscando fortalecer o movimento de trançadeiras e trancistas, como tem feito o Coletivo Trançadeiras do Pará<sup>17</sup> (PA); desenvolvendo métodos de cuidados para a saúde física das trancistas, como faz a trancistas Jéssica Rosa<sup>18</sup> (RJ); gerando impacto social através de projetos, como faz o coletivo Frente de Trancistas<sup>19</sup> (RJ); se autodefinindo como fez lalodê<sup>20</sup> ao afirmar que trancista não é cabelereira (SANTOS, 2022); e reafirmando a intelectualidade de mulheres negras trancistas, através do reconhecimento dos seus saberes e fazeres como prática de cuidado, enfrentamento e superação ao trauma racial, como me proponho a fazer por meio dessa pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse texto embrionário foi provocar uma reflexão a respeito da produção intelectual de mulheres negras trancistas, como componente da epistemologia feminista negra, conceito amplamente discutido pela feminista negra

14 <https://www.instagram.com/p/COXiom7ptfP/>

15 <https://oglobo.globo.com/ela/beleza/no-brasil-de-hoje-tranca-um-simbolo-de-resistencia-23591096>

16 <https://rollingstone.uol.com.br/musica/conheca-ebony-que-faz-rap-sobre-absurdos-para-voce-ter-um-lugar-livre-de-julgamentos-entrevista/>

17 <https://www.instagram.com/coletivotrancadeiraspara/>

18 [https://www.instagram.com/p/Cv-2\\_R4u-JS/](https://www.instagram.com/p/Cv-2_R4u-JS/)

19 <https://www.instagram.com/p/CxMf5oTrZOS/>

20 lalodê, foi o nome fictício escolhido por Santos (2022) para preservar a minha privacidade enquanto colaboradora entrevistada de sua pesquisa. Durante a defesa de sua tese, que tem como título a frase “Trancista não é cabelereira” afirmação feita pela trancista lalodê, Santos diz: “sobre os nomes fictícios, alguns nomes eu autoatribuí. lalodê, pra quem não sabe é um título de Oxum, e aí eu até brinquei com a minha colaboradora, falei: olha, ela é evangélica, mas eu provoqueei e falei assim, eu acho que você é filha de Oxum, e seu nome fictício vai ser lalodê. Aí ela ficou rindo e falou assim, “aí todo mundo diz que eu tenho jeito de Oxum”. Eu falei, “pois você tem maior jeito de Oxum”, brincando assim... minha mãe de santo deve estar ouvindo e deve estar falando, “fomo e esse jeito dela” (risos). Mas eu autoatribuí em alguns casos nomes africanos, em outros casos a própria pessoa trouxe, ou era o nome do salão, uma parte do salão ali. Enfim... Uma eu autoatribuí mesmo, falei “áh não, vou botar aqui lalodê, porque como eu trouxe no capítulo três, Oxum tem uma relação com as tranças né?! Só que não era uma questão que estava em livros, eram algumas coisas que eu lia na internet, e outras questões que não se falam...Então eu falei, “não, uma vai ter o nome de Oxum”. Então, lalodê porque queria marcar também né, essa presença desse feminino-iorubano-ancestral porque é o título de Oxum, lalodê, e aí eu coloquei lalodê”. Sendo assim, como já disse a autora, reafirmo aqui, me sinto completamente honrada por sua decisão, por saber o quanto esta nomeação também parte de uma luta antirracista e de autoafirmação acerca do seu lugar de fala. E, por esse motivo, escolho manter a nomeação dada por Santos ao abordar as experiências que vivi como trancista em minhas escrituras. A defesa da tese completa da Luane Bento Santos pode ser assistida por meio do link a seguir: [https://www.youtube.com/watch?v=vrqBqO\\_fnz8](https://www.youtube.com/watch?v=vrqBqO_fnz8)

interseccional estadunidense, Patrícia Hill Collins em suas obras. Collins, em diferentes escritos explicita o grande desafio que se apresenta às mulheres negras que ocupam a academia, e desenvolver uma pesquisa interseccional implica em estarmos atentas aos modos como as relações de poder se organizam, hierarquizam saberes e, reforçam esteriótipos e imagens de controles das quais temos sido mantidas prisioneiras.

Construir este trabalho é também, provocar um deslocamento disruptivo as lógicas pré-estabelecidas a respeito daquelas pessoas que tem sido consideradas intelectuais, e conseqüentemente, a respeito daquilo que tem sido considerado conhecimento, que através das relações de poder, tem sido validado como verdade somente por meio da academia.

Assim concluo este trabalho, afirmando que ainda não há conclusões definitivas, há perguntas que surgem em meio a memória de cenas vividas, há pistas que procuro seguir, há muitos fios a serem trançados, e também muitas tranças a serem desfeitas ou refeitas ao longo do tempo. Importa que nossas escrituras nos livre dos perigos da história única (ADICHIE, 2019). Somos muitas, e todas nós temos algo a dizer. Porque uma tranquista, nunca deixa de ser trançadeira, não importa a profissão que um dia venha exercer, e trançadeiras são Griôt's, continuam sendo guardiãs de muitas histórias.

## AGRADECIMENTOS

Certamente, não conseguirei citar e agradecer a todas as pessoas e coisas que me impulsionam a escrever. Mas, rega o meu espírito aceitar todas as oportunidades que tenho para agradecer. Por isso, quero agradecer a Deus que me confiou tamanha responsabilidade, e desde então tem cuidado de mim. A minha família, meu porto seguro, por todo amor, parceria e apoio. Ao Coisa D'Negro e a Escola de Trancistas, projetos que desenvolvi, por todas as experiências que me proporcionou como tranquista. A todas as pessoas trançadeiras e tranquistas, as que vieram antes e que com lágrimas e suor construíram o caminho para que eu chegasse até aqui. A todas as pessoas que eu trançei, e que me ensinaram sobre saúde mental antes mesmo da psicologia entrar na minha vida. A minha orientadora Amana Mattos, ao Degenera e ao PPGPS/UERJ, pelo acolhimento e por todo nutriente que tem dado a mim e as raízes da minha pesquisa. A Capes por me conceder o auxílio financeiro necessário para que eu pudesse me dedicar a pesquisa. Ao CINABETH por ter cedido esse espaço para que possamos amplificar nossas vozes através da ciência. Muito obrigada!

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. 1. ed. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: **Editora Jandaíra**, 2021.

BUENO, W. Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre, RS: **Zouk**, 2020.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: **Selo Negro**, 2011.

CLEMENTE, Aline Ferraz. **Trança Afro: A Cultura do Cabelo Subalterno**. In: Curso de especialização em gestão de projetos culturais e organização de eventos da Escola de Comunicações e Artes – ECA, 2010, São Paulo. *Centro de Estudos Latino Americano sobre Cultura e Comunicação (CELACC)*. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/247-754-1-SM.pdf>>. Acesso em: 12 de Ago. 2021.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2019. Tradução: Jamile Pinheiro Dias.

GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2020.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2020. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima.

HOOKS, B. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: **Elefante**, [1952] 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo no cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: **Cobogó**, 2019. Tradução: Jess oliveira

LORDE, A. Irmã outsider. 1. ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2021. Tradução: Stephanie Borges. MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: **n-1 edições**, 2018. Tradução: Renata Santini.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2009.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: **Perspectivas**, 2016.

NASCIMENTO, B. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2021. Organização: Alex Ratts.

RIBEIRO, D. Lugar de Fala. São Paulo: **Editora Jandaíra**. 2020.

SANTOS, A. B. A terra dá, a terra quer. São Paulo: **Ubu Editora**, 2023.

SANTOS, L. B. Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros. - 2013. Disponível em: [https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/8\\_Luane%20Bento%20dos%20Santos.pdf](https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/8_Luane%20Bento%20dos%20Santos.pdf).

SANTOS, L. B. “Trancista não é cabeleireira!”: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/60705/60705.PDF>.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**. São

Paulo. v. 17, n.39, p.203-219, Mai./Ago. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002) Acesso em: 29 de Set. 2021.

TEIXEIRA, J. C. Trabalho Doméstico. São Paulo: **Jandaíra**, 2021.

XAVIER, G. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história. Rio de Janeiro: **Malê**, 2019.

## “44, VIDA”: UMA ANÁLISE DAS MÚSICAS DE MC LUANNA, PELA ÓTICA DAS ORALITURAS

*Maria Fernanda de Oliveira Ruas<sup>1</sup>*  
*Abraão Filipe Marques de Oliveira<sup>2</sup>*  
*Danilo Alves Ribeiro<sup>3</sup>*

### RESUMO

Este trabalho busca evidenciar como as músicas da rapper MC Luanna são potentes matrizes de produção de conhecimento, que materializam o avanço das movimentações feministas negras. Assim, teoricamente, discutimos o racismo enquanto uma violência estrutural (Almeida, 2020), que atua como dispositivo capaz de (re)organizar disposições urbanas (Carneiro, 2023), bem como, moldar subjetividades (Fanon, 2008). Depois, pensamos como a resistência à discriminação racial pode ser lida como uma aliança, que ganha expressão em produções artísticas, como o rap (Muller; Costa, 2022; Postali, 2011). Apesar desse cenário ser constituído, majoritariamente, por homens (Santos; Santos, 2012; Rose, 2021), mulheres negras tematizam questões pautadas pelo feminismo negro (Carneiro, 2019), que só podem ser alcançadas por meio das vivências dessas sujeitas. Metodologicamente, acionamos o conceito de “oralituras” (Martins, 2021), a fim de compreender a performance musical da artista enquanto um saber oralizado, que emerge a partir da grafia da sua própria experiência corporal e que diz de saberes estéticos históricos, sofisticados e complexos. Nosso corpus de análise são as músicas “Derrota e Vitória” e “Larga Essa Vida”. Como conclusões, entendemos que, nas canções, são mobilizadas experiências compartilhadas por mulheres negras, principalmente no que toca os âmbitos afetivos e financeiros – o abandono, a negligência e

1 Graduada pelo Curso de Comunicação Social/Jornalismo, da Universidade Federal de Viçosa - UFV; Mestranda do Curso de Comunicação, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; [amaferuas@gmail.com](mailto:amaferuas@gmail.com)

2 Graduado pelo Curso de Comunicação Social/Jornalismo, da Universidade Federal de Viçosa - UFV; Mestrando do Curso de Comunicação, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; [abfilipe@gmail.com](mailto:abfilipe@gmail.com)

3 Graduado pelo Curso Administração, da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Mestrando do Curso de Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; [ribeiro.daniloalves@gmail.com](mailto:ribeiro.daniloalves@gmail.com)

a necessidade de independência. Ainda, em ambos os casos, o término/superação aparece como resposta às violências apresentadas pela cantora, que mostra que, em uma sociedade em que mulheres negras são orientadas para serem guiadas pelo que as faltam, se escolher é um ato revolucionário.

**Palavras-chave:** Feminismo negro, Oralituras, Mulheres negras, RAP.

## INTRODUÇÃO

A cultura hip hop aparece como um campo de expressão artística e cultural da comunidade negra e periférica, que possui quatro elementos fundantes: o Break, o Mestre de Cerimônia (MC), o Disc Jockey (DJ) e o Grafite, conforme nos conta Rose (2021). Tendo como berço o bairro do Bronx, situado na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, tais manifestações ganharam espaço ao redor do mundo, ganhando novos olhares e características.

Conforme afirma Fochi (2007), em meados da década de 1970, o eixo cultural emergiu como uma resposta aos conflitos entre gangues de áreas urbanas periféricas. Ainda, o pesquisador descreve que a base nuclear do hip hop foi constituída por jovens engajados na organização de eventos comunitários. Em seu pensamento, Fochi (2007) explica que esses sujeitos introduziram competições de break como estratégia para prevenir confrontos nas ruas. Desse modo, em vez de se envolverem em brigas, os moradores da região estavam imersos nesses duelos, que promoviam a dança como uma alternativa a práticas de violência. Ainda, o uso do Grafite era incentivado como uma outra forma de expressão artística, em contraposição ao seu uso para demarcação de territórios, que era uma prática comum (Fochi, 2007).

Nessa perspectiva, Fochi (2007) nos explica que os grupos alinhados à criminalidade, gradualmente, se transformaram em grupos dedicados à dança e à grafiteagem, resultando na redução das rivalidades entre eles. Dessa forma, a cultura hip hop se revelou como uma ferramenta eficaz para canalizar a energia e a criatividade dos jovens negros de periferia, oferecendo uma saída construtiva e um respiro para as tensões sociais e territoriais que, anteriormente, resultavam em conflitos violentos (Fochi, 2007).

No que se refere especificamente ao rap, conforme destacado por Rose (2021), o gênero musical tem atuado, desde sua origem, como uma expressão das dores e prazeres desses protagonistas, sendo caracterizado como uma “forma de narrativa rimada acompanhada por música altamente rítmica e com base eletrônica” (Rose, 2021, p. 21). Rose explica que, durante suas performances, os rappers incorporam experiências individuais, trazendo à tona perspectivas que são observadas, vividas e/ou narradas pelos próprios artistas. Essas produções, segundo a autora, desempenham um papel importante como expressões da cultura negra, dando visibilidade a atores que foram colocados às margens da cidade (Rose, 2021).

No Brasil, a disseminação do movimento hip hop tem início na década de 1980, associado aos bailes e às manifestações de rua (Giongo; Marques, 2022).



Conforme conta Postali (2011), esse primeiro contato com o país ocorreu na cidade de São Paulo. Nesse contexto, tais expressões aparecem com um viés crítico, reflexões sobre pautas como “desigualdade e o preconceito racial, a violência policial, a exclusão social e o cotidiano da periferia” (Muller; Costa, 2022, p. 610). Ainda, para Postali (2011), essas ações carregam um cunho político que se transforma, de acordo com a localidade em que ele é instaurado. No contexto brasileiro, ela conta que o movimento começou com o encontro de jovens, em sua maioria afro-brasileiros, na Rua 24 de Maio, na capital paulista, que se reuniam para praticar o break, fazendo da dança o primeiro elemento a ser praticado no Brasil (Postali, 2011).

No entanto, à medida que a globalização avançava, o aumento das representações midiáticas sobre o hip-hop e o crescimento de oportunidades e espaços para que grupos marginalizados expressassem resistência, deu-se início ao processo de assimilação do hip-hop no Brasil, incluindo outros aspectos da cultura (Postali, 2011). Nesse cenário, surgem artistas e grupos de rap notáveis, como o MV Bill e os Racionais MC's.

Nesse espaço, a presença da mulher negra emerge no rap, inicialmente, em segundo plano, se apresentando como um mecanismo de resistência e de construção de saberes (Giongo; Marques, 2022). De acordo com Rose (2021), no seu contexto de fundante, as rappers, muitas vezes, compartilham narrativas que exploram a perspectiva de uma jovem cética em relação às declarações de amor masculinas ou de alguém envolvida com um traficante, lutando para se desvincular de um estilo de vida perigoso. Ainda para a intelectual, certas músicas tematizam as falhas de homens negros, em proporcionar segurança para elas e questionam aspectos vulneráveis de sua masculinidade, especialmente questões financeiras. Algumas histórias apresentam aconselhamento entre mulheres, encorajando uma amiga a se libertar de um relacionamento abusivo (Rose, 2021).

A partir dessa discussão, objetivamos, aqui, no âmbito deste trabalho, evidenciar como as músicas da rapper MC Luanna se apresentam como fontes de conhecimento, que materializam e caminham com as teorias feministas negras.

Luana Santos Oliveira, ou MC Luanna, é uma mulher negra, de 28 anos e que é natural de Ubaitaba, Bahia. Ela se mudou para São Paulo ainda na infância e se tornou uma rapper e MC, se destacando na cena do rap/funk paulista. A artista tem cerca de 3 anos de carreira, cantando sobre as vivências de uma mulher preta e favelada.

Compreendendo mais sobre a artista e pensando no que Postali (2011) conta, ao nos convidar a pensar o rap e suas possíveis transformações que ocorrem de acordo com o território em que ele se instala e a sua atuação no Brasil,

cabe a nós pensar a estruturalidade do racismo (Almeida, 2020; Oliveira, 2021) e sua capacidade de naturalizar comportamentos (Almeida, 2020; Oliveira, 2021) manifestados em âmbitos individuais e institucionais.

Considerando a influência dessa violência na formação de sujeitos, Almeida (2020) destaca que, ao operar enquanto ideologia, o racismo molda o inconsciente de indivíduos. Mesmo não agindo de forma intencional, os inseridos em contextos que carregam tais práticas como herança do fazer colonial são condicionados a orientar suas preferências e afetos com base em distinções raciais (Almeida, 2020).

De modo complementar, o filósofo argumenta que a ideologia racista não reflete simplesmente a realidade, mas revela como lidamos com ela. No mesmo caminho, Oliveira (2021) chama a atenção para a sofisticação desse sistema, que estrutura um palco no qual uma trama é traçada, ao apontar para o desconhecimento acerca do sequestro e apagamento da nossa história como resultado de um aspecto individualizado de sujeitos, que surge, não coincidentemente, por conta da falta de acesso e/ou desinteresse sobre o assunto. Para o professor, esse movimento não apenas produz racismo, mas deriva de lógicas de violência racial que permeiam a estrutura em que estamos imersos. Considerando a matriz colonial que move a nossa estrutura, Oliveira (2021) enfatiza que, subliminarmente, há um trabalho para ocultar pensamentos e pensadores/as que desafiam esse pacto acordado.

Ao propor uma leitura crítica apurada sobre a obra de Foucault, pensando a racialidade e entendendo o racismo como um dispositivo capaz de organizar relações e disposições sociais, culturais, territoriais, entre outras, Carneiro (2023), em sua obra, explica que, as disposições postas pelo dispositivo podem ser lidas de modo paradigmático no Brasil, pela imagem popular de Casa-Grande e Senzala. Para a intelectual, essa representação tem sido historicamente recriada em outros contextos, “como arranha-céus & favelas, mansões & cortiços, palafitas, quilombos, malocas etc... Um binômio que também já se autonomizou de sua estrutura empírica para designar no plano simbólico as assimetrias raciais é o expresso na diferenciação do elevador de serviço & elevador social” (p. 54).

Ainda para a intelectual, ao refletir sobre a racialidade como um dispositivo, faz-se necessário pontuar o período lido enquanto “descobrimto das Américas”, com as expedições marítimas dos séculos XV e XVI, como um momento em que a tríade do poder, saber e subjetividade é renovada, tomando como base parâmetros de raça. Com a instituição do “Eu”, enquanto o europeu, branco e colonizador, tem-se, automaticamente, o estabelecimento do “Outro”, que seria o primitivo, o nativo e o não-branco (Carneiro, 2023).

Com os olhos voltados para o contexto brasileiro, parece interessante pensarmos no impacto de mais de 400 anos de escravidão (de pessoas africanas e indígenas), na percepção desses sujeitos acerca de si mesmos. Na esteira do nosso percurso teórico, Fanon (2008) discute que a autoimagem das pessoas negras está intrinsecamente ligada à percepção do outro – corroborando com a ideia do processo dialético que abrange tanto o “Eu”, quanto o “Corpo no Mundo”, acionado por Carneiro (2023). Desse modo, é relevante ponderar como as pessoas negras se percebem e até que ponto são tomadas pela forma que são direcionadas a se ver (Fanon, 2008), moldando sua subjetividade.

Ao direcionarmos nossas lentes para as realidades de mulheres negras no Brasil, Carneiro (2019) enfatiza que, apesar da potencialidade e reconhecimento que o movimento de mulheres do país possui, demandas específicas surgiram a partir de mulheres negras e indígenas, frente às suas experiências no mundo. Assim, de acordo com a filósofa paulistana, o feminismo negro aparece com reivindicações que incluem o enfrentamento ao racismo; das condições precárias de permanência dessas sujeitas no mercado de trabalho; os modos nos quais a violência afetiva, sexual e doméstica paira sobre corpos dessas mulheres; a atuação do racismo institucional (Almeida, 2020), por parte do Estado em serviços de saúde, como na maternidade e na esterelização forçada; e nos meios de comunicação – que, por muitos anos, perpetuou o estereótipo de mulheres negras apenas como mulheres com baixo poder aquisitivo, em trabalhos lidos socialmente como baixa remuneração, condições de escravidão e hipersexualizadas (Carneiro, 2019).

Frente ao que discutimos até aqui e considerando as vivências dessas sujeitas, retomamos o que nos conta Rose (2021) ao postular que o rap aparece um espaço para expressão de prazeres e desabafos de violências, conforme mencionado anteriormente. Apesar desse cenário ser constituído, majoritariamente, por homens (Santos; Santos, 2012), mulheres negras tematizam questões pautadas pelo feminismo negro (Carneiro, 2019), que só podem ser alcançadas por meio das vivências dessas sujeitas. Assim, no próximo tópico, iremos dissertar acerca da nossa metodologia.

## **METODOLOGIA**

Nesta pesquisa, tomamos como inspiração metodológica a proposta da poeta, dramaturga e intelectual Leda Maria Martins (2021), ao elaborar a noção de “oralituras”, a partir de suas pesquisas e vivências como rainha de Nossa Senhora das Mercês, no reinado de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, em Belo Horizonte-MG. Segundo ela:

oralitura designa a complexa textura das performances orais e corporais, seu fundamento, os processos, procedimentos, meios e sistemas de inscrição dos saberes fundados e fundantes das epistemes corporais, destacando neles o trânsito da memória, da história, das cosmovisões que pelas corporeidades se processam (Martins, 2021, p. 36-37).

Além disso, oralitura aponta também para a “grafia desses saberes, como inscrições performáticas e rasura da dicotomia entre a oralidade e a escrita” (Martins, 2021, p. 37); assim, buscando demonstrar que o fazer alfabetizado não está em posição de supremacia em relação à palavra oralizada, tal como o conjunto filosófico do projeto colonizador europeu tentou impor, ao invadir territórios – inferiorizando as formas de conhecimento africanas e indígenas para desumanizar tais populações (Almeida, 2020). Ou seja: pelos caminhos da oralitura, o corpo em performance vocaliza saberes, “valores de várias ordens e magnitudes, o logos e as gnoses afroinspirados, assim como diversas possibilidades de rasura dos protocolos e sistemas de fixação excludentes e discricionários” (Martins, 2021, p. 37).

Dessa forma, buscamos operacionalizar seu conceito de forma analítico-metodológica, a fim de identificar o rap de MC Luanna como uma manifestação artística que se materializa enquanto uma potente matriz de conhecimento que emerge de seu próprio corpo. São as oralituras (Martins, 2021), portanto, que nos permitem acessar a obra dela como uma produção epistêmica, que está representada no conjunto de saberes partilhados, em diálogo com o feminismo negro brasileiro (Carneiro, 2019), a partir da vivência de mulheres pretas e periféricas.

Como corpus de análise, para fins de recorte, tomamos as músicas “Derrota e Vitória” (de 2021) e “Larga Essa Vida” (de 2023). Nas canções, são mobilizadas experiências compartilhadas por essas sujeitas de conhecimento, principalmente no que toca os âmbitos afetivos e financeiros. A partir de nossas análises, então, foi possível identificar cinco pontos, os quais organizamos e apresentaremos no tópico a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao lado de nossa base teórica e do desenho metodológico anteriormente elucidados, compartilhamos, agora, os cinco elementos que sintetizamos, a partir de nosso corpus, sobre o saber oraliturizado projetado por MC Luanna, em suas canções.

O primeiro ponto está ligado ao abandono e à negligência por parte do parceiro. Percebe-se a expectativa de um corpo dócil, submisso (que apenas cuida)

– aspectos que podem ser lidos como uma consequência da inscrição da violência da colonialidade (Fanon, 2008) sobre as relações, no que tange às experiências amorosas e/ou românticas (hooks,

2021), bem como à estruturação das dinâmicas de raça, gênero e classe, na organização social (Carneiro, 2019; 2023). Esses fatores dizem de uma falta de cuidado afetivo, quando ela canta, por exemplo, “Cê quer que eu me encaixe nas droga e bebida / Cê vive pra cima e pra baixo, não avisa / E ainda me pede pra ter paciência” (MC Luanna, 2023).

Já um segundo elemento aponta para a violência psicológica e as sutilezas atreladas à solidão e ao abandono. Não há uma queixa acerca de ele a manter dependente financeiramente, mas, sim, dela não poder contar com ele nesse sentido (Carneiro, 2019): “Eu quero ver prova de / vezes que cê me ajudou com a minha casa ou minha vida / Se eu não saísse, ia ficar perdida” (MC Luanna, 2023); “Na sua derrota eu que tava do lado / na sua vitória cê brinda com outra” (MC Luanna, 2021). Ou seja, se estruturalmente ela está exposta a condições sociais desumanas de trabalho e remuneração, dentro de casa ela não pode contar com o apoio, atenção e vínculo colaborativo do seu companheiro.

Um terceiro aspecto está relacionado ao silenciamento, à acusação de que ela está louca – um impacto do racismo e do sexismo que, combinados (Carneiro, 2019), informam a visão que é feita de seu próprio corpo pelos outros (Fanon, 2008) e, conseqüentemente, atravessado pela percepção dela mesma. Quando canta “Afetou minha crise, revira meu mundo e saiu por aí me chamando de louca” (MC Luanna, 2021) ou “Disseram que quem tá calado que vence / Mas ficar na minha me deixou mais louca, irmão” (MC Luanna, 2023), a artista está disposta a romper esse ciclo com o intuito de projetar sua própria voz.

Assim, o quarto ponto demonstra a necessidade de independência. Tal sentimento é apresentado através de falas que demonstram como essa necessidade foi moldada (Carneiro, 2019; 2023; Fanon, 2008), com o intuito de não se tornar refém, de ela mesma se ter, se pertencer (hooks, 2021): “Meu nome, minha casa, minha fama / Minha roupa, meu corre, meu homem, minha transa / Meu jeito; defeito, é o efeito do medo / Que atinge a mente de quem é suspeito / Produto Du Gueto, kit pra preto / Desço a viela, sou o próprio deboche” (MC Luanna, 2021). Dessa forma, ela vai construindo um lugar para si, no mundo: “Deixa que eu falo, já que eu faço / Chamo a resposta, sou o contrário / Do que disseram, do que pensaram / Já deduziram, já cogitaram” (MC Luanna, 2021).

Por fim, é possível identificar, como quinto e último elemento, o rompimento do vínculo. O término/superação aparece, então, como uma resposta às violências apresentadas pela cantora, mostrando que, em uma sociedade em que mulheres

negras são orientadas para serem guiadas pelo que as faltam, se escolher é um ato revolucionário (hooks, 2021). Ao escutar “eu quero a vitória dos nossos” (MC Luanna, 2021) e “E eu quero que isso jamais se repita / Nem comigo, nem com outra amiga” (MC Luanna, 2023), é possível perceber um movimento que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo, como aponta Sueli Carneiro (2023): “[...] é da força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletivas que se extrai a seiva da resistência. A saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação” (p. 13).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tivemos como objetivo evidenciar como as músicas da rapper MC Luanna são potentes matrizes de produção de conhecimento, que materializam o avanço das movimentações feministas negras. A intenção era compreender a performance da artista enquanto uma expressão cultural que emerge a partir da grafia da sua própria experiência corporal e que, portanto, diz de um conhecimento oralitizado, uma “corpo-grafia”, ancorada em conjunto de saberes estéticos históricos, sofisticados e complexos (Martins, 2021).

Diante disso, concluímos que, nas canções, são mobilizadas experiências compartilhadas por outras mulheres negras e periféricas, principalmente no que toca os âmbitos afetivos e financeiros – o abandono, a negligência, a solidão e a necessidade de independência. Ainda, em ambos os casos, o término/superação aparece como resposta às violências apresentadas pela cantora, conforme ficou explicitado. Vale mencionar que os cinco pontos que sintetizamos (apresentados e discutidos nos Resultados) não pretendem generalizar as experiências, nem esgotar as possibilidades de análise do material.

Consideramos que a resistência à discriminação racial e o confrontar da realidade cotidiana do machismo/sexismo podem ser lidos como um lugar de encontro coletivo (Carneiro, 2023), que ganha expressão em produções artísticas, como o rap (Rose, 2021; Muller; Costa, 2022; Postali, 2011), produzindo uma narrativa de (re)invenção e re-existência. Poeticamente, MC Luanna constrói conhecimento, vocalizando tais saberes.

Além disso, nesse aspecto, precisamos mencionar a potencialidade dessas produções de conhecimento enquanto teorias capazes de materializar o que discutimos na Academia e avançar além nas discussões acerca dos estudos de gênero e étnico-raciais. Esta talvez seja a “vitória” cantada e anunciada por MC Luanna.

É o constatar dos avanços do feminsimo negro que abriu portas pra ela e segue abrindo passagem pra outras, por múltiplos caminhos.

Por fim, um aspecto muito presente na obra da artista e que pode ser explorado em trabalhos posteriores é sua relação com o território, em seus atravessamentos interseccionais. Os vínculos criados, as táticas forjadas cotidianamente para resistir à violência policial, a construção de um re-existir ao habitar a periferia de São Paulo, bem como a forma como ela enxerga aquela região posicionada em contexto de marginalização pelo Estado, são elementos que, no escopo de nossa pesquisa, infelizmente, não couberam ser aprofundados, mas podem render interessantes estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandira, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento: contribuições do feminismo negro. *In*:

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-289.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EdUfba, 2008.

FOCHI, Marcos Alexandre Bazeia. Hip hop brasileiro: tribo urbana ou movimento social?. **FACOM - Revista de Comunicação da FAAP**, v. 17, p. 61-69, 2007.

GIONGO, Flávia Nascimento; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Se o Hip Hop fosse uma pessoa ele diria exatamente o que eu vou dizer: discursos de cantoras negras de rap de São Paulo/SP. **Interfaces da Educação**, v. 13, n. 38, 2022.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MC LUANNA. Derrota e Vitória. 2021. Disponível em: <[https://open.spotify.com/intl-pt/album/7GdQzZGEGUTDcvqDu3LDR8?si=fBf7XVCYRJicf\\_Esca57ArA](https://open.spotify.com/intl-pt/album/7GdQzZGEGUTDcvqDu3LDR8?si=fBf7XVCYRJicf_Esca57ArA)>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MC LUANNA. Larga Essa Vida. 2023. Disponível em: <[https://open.spotify.com/intl-pt/album/4fraCYAYq2B7H3AsennyRp?si=e8lmoHltR2qKElds\\_CKDJEa](https://open.spotify.com/intl-pt/album/4fraCYAYq2B7H3AsennyRp?si=e8lmoHltR2qKElds_CKDJEa)>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MÜLLER, Henrique da Rosa; COSTA, Lucas Lazzarotto Vasconcelos. “Combinaram de nos matar, combinamos de ficar vivos”: racismo e resistência negra no rap brasileiro contemporâneo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 65, p. 607-647, 2022.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

POSTALI, Thifani. O hip-hop estadunidense e a tradução cultural brasileira. **Revista Cultura Crítica**, São Paulo, n. 14, p. 7-15, 2011.

ROSE, Tricia. **Barulho de Preto**: Rap e Cultura Negra nos Estados Unidos Contemporâneos. Tradução: Daniela Vieira; Jaqueline Lima Santos. São Paulo: Perspectiva, 2021.

SANTOS, Sandra Mara Pereira dos; SANTOS, Jaqueline Lima. Relação de gênero no cenário do rap no Brasil: mulheres negras e brancas. In: **Anais do primeiro Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América**: encontros e desencontros. São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cjaba/n1/32.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2023.



ISBN: 978-85-61702-97-7



**ST 08 - EPISTEMOLOGIAS  
DECOLONIAIS,  
INTERSECCIONALIDADE E  
TRANSFEMINISMOS: RAÇA,  
GÊNERO, CLASSE, TERRITÓRIO  
E MARCADORES SOCIAIS DA  
DIFERENÇA**



# EMARANHAMENTOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS - UM FAZER PESQUISA NA INTRA-ATIVIDADE E NA CONFLUÊNCIA

*Will Paranhos<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar parte da discussão de uma pesquisa em andamento em acerca das afetopolíticas (Gracia Trujillo, 2023) de localização cuir e das perspectivas neomaterialistas. Parte-se, primeiramente, de um reencontro com o cuir, já torcido (Sayak Valencia, 2015) e “abrasileirado”, que distancia-se do queer americanizado, tornado sinônimo de gêneros e sexualidades, e que prevê nas políticas de localização (Pedro Pereira, 2015) seu maior fulcro. Posteriormente, nota-se que tais afetopolíticas cuir produzem - e são produzidas - por uma retomada da matéria, não por um viés materialista ou essencialista, mas na constituição discursivo-material. Deste modo, busca-se amparo no realismo agencial (Karen Barad, 2007) e na sua defesa em torno de um neomaterialismo, onde humanos, mais que humanos e não humanos (co)constituem-se em intra-ação, perspectiva esta que se aproxima, sobremaneira, do envolvimento e da confluência propostos por Antonio Bispo (2015). Percebe-se que nesta proposta de ontoepistemologia somos levades a um repensar em torno de nossas práticas de pesquisa, rechaçando os universalismos científicos e reforçando o estabelecimento das diferenças, abrindo-se à outras - talvez inimagináveis - formas de alteridade.

**Palavras-chave:** Emaranhamentos, Ontoepistemologia, Afetopolíticas Cuir, Intra-ação, Confluência.

---

1 Pessoa não-binária, pessoa com deficiência e Pai da Maya. Doutorande no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista CAPES. [williamrosindoparanhos@gmail.com](mailto:williamrosindoparanhos@gmail.com)

## DE INVISÍVEIS A SÍMBOLO: MULHERES NEGRAS A PARTIR DO IMAGINÁRIO FUTEBOLÍSTICO BRASILEIRO

*Yordanna Lara Pereira Rego*

### RESUMO

A proposta consiste em refletir antropológicamente se a categoria Representatividade é uma possível via de compreensão da construção das identidades étnico-raciais e de gênero em Goiânia, capital de Goiás. Tendo como pano de fundo a História das Mulheres em Goiás, História e a Antropologia do Esporte no Brasil (com destaque para o Futebol). Por via do aparato teórico/metodológico da interseccionalidade, proposto pela teoria feminista negra. Em diálogo direto com a produção pioneira da antropóloga Simoni Lahud Guedes. Partirei da análise representação da figura da torcedora símbolo do Vila Nova Futebol Clube, Nega Brechó. Nega Brechó é uma dessas mulheres *anônimas* nas páginas da história, que desde a década de 70, se vincula a um time de futebol e que reflete, em larga medida, as dinâmicas de socialização da coletividade em que ela se insere e que ela representa. Perspectiva em acordo com o que propôs Guedes ao afirmar que “nestas redes de sociabilidade joga-se e negocia-se, para além do futebol, valores, ideias, informações sobre o mercado de trabalho e sobre locais de moradia”. Pois, apesar da exacerbação dos atributos “masculinos de potência e virilidade” reivindicados por torcidas nos campos de futebol brasileiros ao longo de décadas, paradoxalmente o ato de torcer nasceu de gestualidades dos corpos femininos do séc. XX, que mobilizaram os cronistas esportivos da época a inventarem um nome para aquelas que torciam seus lenços durante uma partida de futebol: torcedoras.

# PORNOSSEXUALIGRAFIA: UM CONVITE A UMA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA E ARTÍSTICA

*Christian Gustavo de Sousa*<sup>1</sup>

*Mônica Zielinsky*<sup>2</sup>

*Leandro Colling*<sup>3</sup>

## RESUMO

O artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado finalizado em 2022 e intitulada *Retratos Pornossexualigráficos: as histórias contadas pelas sujeitas de [r]e[s] [x]istências no romper anti-higiênico com o CIS-tema de arte*<sup>4</sup>. Esta é uma dissertação-manifesto da minha jornada-mestrado, pela qual vou me conectando a tantas pessoas e ideias para traçar uma análise crítica do CIS-tema de arte a partir de diversos marcadores sociais como raça, gênero, sexualidade, religião, classe entre outros para pensar as artes das sexualidades. Neste intuito, estabeleço relações com conceitos como de CIS-tema (Viviane Vergueiro, 2015; Maria Amélia Bulhões, 2014); Pornografia e Pornocultura (Walter Kendrich, 1995; Lynn Hunt, 1999; Claudia Attimoneli, 2017); Pós-Pornografia (Bruna Kury, 2021; Laura Milano, 2014); Representação (Louis Marin, 2001); Contrassexualidade (Paul B. Preciado, 2017); os estudos do professor doutor Afonso Medeiros (2008, 2010, 2016) sobre as categorizações de trabalhos artísticos que transitam pela sexualidade entre artes erótica e pornográfica e vou estabelecendo relações com as minhas putarias artísticas, analisando-os criticamente em relação à construção do próprio CIS-tema de arte e dos apagamentos, silenciamentos e violências provocadas por este sistema. Buscando a partir de outras epistemologias – imagéticas e da palavra – pensar

1 1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGARTES/UERJ). Mestre em Artes Visuais (2022, PPGAV/UFRGS). Especialista em Artes Visuais (2011, SENAC/DF). Bacharel em Relações Internacionais (2002, UnB), [christian@christiansousa.com.br](mailto:christian@christiansousa.com.br).

2 Orientadora. Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAV/UFRGS), [monicazielinsky@gmail.com](mailto:monicazielinsky@gmail.com).

3 Coorientador. Professor Doutor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Pós-Cultura/UFBA), [leandro.colling@gmail.com](mailto:leandro.colling@gmail.com).

4 Disponível em <http://theredstudio.com.br/index.php/portfolio/livros/662-retratos-pornossexualigraficos-as-historias-contadas-pelas-sujeitas-de-r-e-s-x-istencias-no-romper-anti-higienico-com-o-cis-tema-de-arte-dissertacao-mestrado>.

caminhos para a construção de Dispositivos de Arte (Bruno Novadvorski, 2021) que reflitam sobre as interseccionalidades entre aqueles marcadores sociais e as artes visuais contemporâneas num processo de rompimento anti-higiênico com este CIS-tema. Partindo destas relações, proponho, ao final, o conceito de Pornossexualigrafia (2022) que é um convite a ruptura, à construção de devires epistemológicos – imagéticos e conceituais.

**Palavras-chave:** CIS-tema, Arte, Sexualidade, Marcadores Sociais, Pornossexualigrafia.

## “TRANSMASCULINIDADES NEGRAS NA ARTE”: INTERSECCIONALIDADE, MEMÓRIA E ESCRIVÊNCIA

*Tomás Gabriel de Almeida Araújo*

### RESUMO

A proposta de trabalho aqui apresentada vem de discussões a partir da construção do meu trabalho monográfico resultando de uma pesquisa imagética que tem como objetivo, estabelecer um debate de gênero partindo das transmasculinidades negras, entendendo seus atravessamentos interseccionais dentro das categorias sociais. O foco da pesquisa é analisar as produções de obras de arte dos artistas transmasculinos negros como produção de memória, escriturabilidade e também ferramenta política, social que entrecruzam as dinâmicas de suas experiências e identidades. As imagens são utilizadas como ferramenta principal para analisar, as produções artísticas de transmasculinos negros como forma de conhecimento que são produzidas a partir de suas vivências e narrativas de resistência de seus processos subjetivos e intersubjetivos.

**Palavras-chave:** transmasculinidades negras, arte, escriturabilidade, memória e interseccionalidade.

## BRANQUITUDE E GÊNERO EM “TARA” DE CASSANDRA RIOS

*Shelle Paula Rodrigues<sup>1</sup>*

### RESUMO

Tara é um livro de 1961 da autora Cassandra Rios. A trama conta a história de Tarí, uma viúva branca, rica e bissexual que seduzia outras mulheres por diversão. A história se passa em uma ilha onde a maior parte das pessoas são negras e pobres. Nessa obra, a escritora racializa as personagens usando o termo “raça branca” para falar de delicadeza e beleza. Cassandra Rios foi a única escritora que sobreviveu apenas de venda de livros no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 ao lado de nomes como Jorge Amado e José Mauro Vasconcelos. Contudo, também foi uma das mais censuradas. Ao passo que ela batia o recorde de 1.000.000 de livros vendidos, na década de 1970, 36 de suas obras foram tiradas de circulação pela censura, fazendo a escritora perder seus direitos autorais. O objetivo desse trabalho é analisar como Cassandra representa a “raça branca” para retratar desigualdades raciais e de gênero no Brasil, situando a autora em seu lugar de mulher lésbica branca.

**Palavras-chave:** Cassandra Rios, Identidade branca, Representação lésbica, Relações de gênero.

---

<sup>1</sup> Mestrando/a/e do Curso de História da Universidade Federal do Ceará- UFC, amandashelle30@gmail.com;

# O SISTEMA DE JUSTIÇA E O PACTO HETEROCISNORMATIVO EM RELAÇÃO ÀS MULHERES TRANS/TRAVESTIS A PARTIR DE ESTUDO DE CASO OCORRIDO NO MUNICÍPIO DE MANGA/MG

*Gabriela Rocha Ribeiro<sup>1</sup>*  
*Marcelo Brito<sup>2</sup>*

## RESUMO

Construído a partir do epistemicídio e genocídio dos povos originários e escravizados, o Direito ocidental possui marcas de origem, privilegiando corpos de homens cis/héteros, brancos e proprietários, com construção de uma subjetividade jurídica voltada para o impedimento de outros modos de existência. Assim, só esses indivíduos são considerados sujeitos e, em muitos casos, seres humanos, passíveis da proteção ofertada pelo ordenamento jurídico, sendo os marcadores sociais utilizados pelo Direito para classificação, organização e disposição dos corpos. O foco deste trabalho é a demonstração de uma subjetividade jurídica construída e pautada sob o pacto heterocisnormativo, que constitui o Cistema de justiça, inapto a conceber existências de mulheres trans e travestis como sujeitas de direitos. Para isso, trabalha-se com estudo de caso ocorrido no ano de 2021, no Município de Manga, situado no Norte de Minas Gerais (MG), em que uma mulher trans/travesti negra foi brutalmente açoitada pelo dono do bar/estabelecimento que já havia negado o seu atendimento. Verifica-se uma série de violações perpetradas pelo Cistema de justiça em desfavor desta mulher, em uma interseção entre racismo e transfobia que impede que ela seja vista como a vítima. Dentre as violações, estão: desrespeito à identidade de gênero e ao nome social; abordagem violenta e omissa da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); demora na realização do exame de corpo de delito; inexistência de investigação sobre a motivação do crime, sendo tipificado como lesão corporal leve; extinção da punibilidade do autor do delito por meio do benefício da transação penal.

**Palavras-chave:** Pacto heterocisnormativo; Cistema de justiça; subjetividade jurídica

1 Graduanda do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, [gabrielaroch@gmail.com](mailto:gabrielaroch@gmail.com);

2 Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, [professormarcelob@gmail.com](mailto:professormarcelob@gmail.com);



## O “LUGAR E NÃO LUGAR” DA MULHER MÃE UNIVERSITÁRIA - O COLETIVO DE MÃES (UFRJ) E A PRÁTICA DE SUJEITOS QUE PENSAM ESSE ESPAÇO.

*Karina Siciliano Oliva Saraiva<sup>1</sup>*

### RESUMO

O acesso da mulher ao espaço acadêmico no território brasileiro só ocorreu no ano de 1879, por meio do Decreto Lei nº 7.247/1879, que apesar de assegurar juntamente com a Constituição Federal (1988) a educação em todos os níveis como um direito de todos os cidadãos, nem sempre é o que observamos. Inserido dentro do escopo da pesquisa-ação e embasada na metodologia História Oral com ênfase nas “Escritas de si e aventura de contar-se” (RAGO,2013) temos o objetivo de analisar as narrativas (auto)biográficas das mulheres participantes do coletivo de mãe da UFRJ. Embasamentos teóricos e metodológicos de processos sócio-históricos associados ao feminismo liberal (FEDERICI,2018) e aos estudos decoloniais (GONZALES,2020; COLLINS,2020) possibilitará analisar o cotidiano das mães acadêmicas possivelmente atravessadas pelas “colonialidade do ser, do saber e do poder” (QUIJANO,1989) e da “colonialidade de gênero” (LUGONES,2008). Um atravessamento que ocorre por meio dos chamados dispositivos de controle, que acabam por afastar essas mulheres de muitos espaços sociais além da universidade. Portanto, a partir dos estudos acerca dos poderes disciplinares e do biopoder, (FOUCAULT,1996) podemos pensar hoje, por meio dos pressupostos da interseccionalidade como os dispositivos de gênero, amoroso e de maternidade (ZANELLO,2017), e o dispositivo da racialidade (CARNEIRO, 2003) incidem sobre a vida das mulheres mães acadêmicas com muita frequência. No entanto, reconhecer as ações e influências desses “mecanismos de expulsão” pode levá-las ao não afastamento, mas a aproximação ainda maior de espaços como a universidade, e muitos outros, que são delas por direito.

**Palavras-chave:** Universidade, Mães, Dispositivos de Controle, Coletivo de Mães

1 Historiadora e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ. [karinassaraiva@gmail.com](mailto:karinassaraiva@gmail.com);

# MÍDIA, CIÊNCIA E BRANQUITUDE BRASILEIRA – UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO CASO DA PROFESSORA DOUTORA JOANA D’ARC FÉLIX DE SOUSA

*Susan Caroline Camargo<sup>1</sup>*

## RESUMO

É preciso abandonar a ideia de que as questões raciais no Brasil são um problema exclusivamente do negro, afinal, o problema está na relação entre negros e brancos (BENTO, 2022). Uma forma de problematizar e tirar esses problemas da individualidade, trazendo-o para o coletivo, é operacionalizar o conceito de branquitude para explicar as tensões raciais existentes em nosso país. Esse conceito, que se relaciona diretamente com a manutenção de privilégios da população branca, nos permite fugir das análises clássicas com foco no negro, e desloca nossas lentes para examinar o branco e seus traços identitários. Adeptos à perspectiva dos Estudos Culturais, guiamos nossas análises nos valendo da proposta metodológica da Análise de Discurso Crítica de modalidade sociolinguística. Por fim, propomos em nossas análises um olhar atento para a imprensa brasileira e seu *modus operandi*, alinhado à branquitude, ao lidar com pessoas não-brancas. Para isso, nos debruçamos a investigar o caso da professora doutora Joana D’Arc Félix de Sousa, que teve sua imagem explorada pela mídia no ano de 2019, após supostamente relatar uma formação acadêmica que não possuía. Também problematizamos o modo como a ciência foi utilizada pela mídia para balizar as violências raciais (ainda que ‘sutis’) que atravessaram esse caso.

**Palavras-chave:** Branquitude, Análise de Mídias, Análise de Discurso Crítica, Estudos Culturais, Ciência.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do curso de pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina – UEL, susan.c.camargo@uel.br;

## “CIDADE E LAZER PARA QUEM?” - UM PERCURSO ENTRE A ABJEÇÃO E INVISIBILIDADE DAS MULHERIDADES QUE SE DROGAM

*Isabella Tymburibá Elian<sup>1</sup>*  
*Paula Lúcia de Moura Pinto<sup>2</sup>*

### RESUMO

Essa pesquisa buscou compreender a relação das mulheridades (trans e travestis) em uso problemático de álcool e outras drogas de Belo Horizonte e a relação destas nos espaços de lazer da cidade. A escrita se pautou na teoria queer, para a compreensão da produção social das corpos e percorreu ainda, sob a perspectiva do conceito de abjeção, a inserção de tais mulheridades na cidade, bem como todas as implicações que se dão neste contexto de muita violência vulnerabilidade e ausência de direitos. Para tal, utilizou-se o método relato de experiência a partir da história de uma mulher trans usuária de um dispositivo de saúde mental, álcool e outras drogas do município de Belo Horizonte. A partir das escrituras, conceito criado por Conceição Evaristo, foi possível apreender que a discussão acerca do acesso ao lazer, está marcada por atravessamentos anteriores como outros recortes interseccionais, violações de direitos básicos como alimentação, escolaridade, trabalho e renda, suporte familiar e/ou social. Tais rupturas e violações, limitam a perspectiva de circulação pela cidade, bem como de lazer, limitando tais ocupações apenas aos espaços destinados ao acompanhamento das mulheridades que se drogam. Por tanto, a partir do relato de experiência, verificou-se a necessidade ampliar pesquisas e publicações em torno do tema, a fim de promover a criação de políticas públicas com ênfase no cuidado destinado a esse público específico.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Transfeminismo. Violência.

1 Mestre em Estudos da Ocupação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, [paulaluciamto@gmail.com](mailto:paulaluciamto@gmail.com).

2 Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, [isabellaelian@gmail.com](mailto:isabellaelian@gmail.com);

# REDE POLICIAL DE ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: DESIGUALDADES TERRITORIAIS E DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO

*Joice de Souza Soares<sup>1</sup>*

## RESUMO

As legislações aprovadas em 2006 e 2015 – leis Maria da Penha e do feminicídio – representaram um importante passo para o enfrentamento à violência de gênero no país. De forma frequente, as primeiras medidas protetivas concedidas a mulheres em situação de violência ocorrem a partir das denúncias realizadas pelas vítimas a autoridades policiais. Nesse sentido, a existência de uma rede especializada de atendimento às vítimas é fundamental para a garantia da segurança e dos direitos das mulheres no país. Neste trabalho, pretende-se analisar a distribuição territorial das unidades policiais especializadas no Rio de Janeiro, articulando-a à incidência dos crimes cometidos contra mulheres. Os dados dos registros de ocorrência, fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, subsidiarão as análises. Ademais, serão apresentadas características sociodemográficas das vítimas, vinculadas às variáveis cor/raça, idade e ocupação. Busca-se, desse modo, lançar luz sobre as interseccionalidades existentes e responsáveis por tornar algumas mulheres ainda mais vulneráveis às ações de violência. Os aspectos territoriais constituem-se, destarte, em elementos-chave, na medida em que evidenciam a fragilidade experimentada por determinadas populações quando se trata do acesso a políticas públicas e da efetivação de direitos humanos e garantias constitucionais.

**Palavras-chave:** Violência contra mulheres; polícia; políticas públicas; território.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) - RJ, joicesoares@icloud.com.

## O COTIDIANO E A PRÁTICA: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE INTERCCIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR

*Carolina da Silva Santos<sup>1</sup>*

### RESUMO

O debate interccional, demonstra-se, como expõe Davis (2016), essencial para pensar sobre a produção do espaço. Para refletir mais essa temática, traçamos uma proposta de diálogo e reflexão no espaço escolar. A partir de aulas ministradas na disciplina de geografia, do Ensino Fundamental II, em uma Escola Municipal de Rio Bonito – RJ. Elaborou-se proposições e reflexões de possibilidades em se trabalhar temáticas tal caras esses grupos, tais como: Racismo, Violência contra mulher, homofobia, entre outros. Com reflexões que dialogam a vivência espacial e as marcas que esses corpos carregam. Este foi trabalhado em dois momentos, primeiro em aulas regulares com os/as estudantes, traçando diálogos dos conteúdos propostos em aula, o segundo a partir de uma oficina, que trouxe esses em contato com notícias de jornais que expõem esses temas, para debates mais direcionados. Como resultado, notou-se que essas temáticas estimularam a participação seja pela forma de relatos ou debates.

**Palavras-chave:** Intercional; Escola; Práticas de ensino.

---

1 Doutoranda em Geografia Programa de Pós graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação - Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018). Professora de Geografia da Prefeitura de Rio Bonito – RJ. [carolinasantos90@gmail.com](mailto:carolinasantos90@gmail.com)

# O CORPO DOS GARIS DA COMLURB: UMA ANÁLISE SOBRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO TRABALHO COM O LIXO URBANO

*Elissa Paiva Alexandre F. de Lucas<sup>1</sup>*

## 1 INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho contempla uma análise sobre a atuação dos garis da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) da cidade do Rio de Janeiro, a partir de seus esforços físicos e das funções atribuídas ao serviço dos garis. Busco através deste campo, entender como estes trabalhadores criam resistência física e mental para trabalhar com o lixo, as separações de gênero presentes no trabalho para gari na Comlurb e como o trabalho para gari é visto pela população fluminense. Há, no entanto, diversos marcadores para que este ofício não seja almejado em termos de carreira. O trabalho com o lixo na cidade do Rio de Janeiro apresenta diversos desafios, dentre eles o impasse da associação destes trabalhadores com o lixo; um campo que passa pela análise de raça, gênero e classe.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada, durante aproximadamente um mês, uma etnografia no ano de 2019 na sede da Comlurb do bairro do Méier, na cidade do Rio de Janeiro. Com o método de entrevistas com cinco trabalhadores da sede, pude entender algumas questões de pesquisa envolvendo as separações de funções entre homens e mulheres no trabalho com o lixo urbano com base em regras institucionais, discriminação por parte da população fluminense em relação ao gari e como estes assumem uma profissão essencial para a saúde coletiva e pouco almejada.

---

<sup>1</sup> (Graduada em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Email: [elissapaiva@id.uff.br](mailto:elissapaiva@id.uff.br)

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas com os trabalhadores, os mesmos relataram que a adaptação física e mental em relação ao cheiro e contato com o lixo é gradual e difícil. Neste campo, o lixo pode ser entendido como um material universal pela presença do antropoceno, e como um tabu (LÉVI-STRAUSS, 1982), já que evita-se o toque ao lixo pelo medo da contaminação. Sendo assim, quais corpos estão dispostos a lidar com estes dejetos? A partir disto, dada a grande presença de trabalhadores negros e negras na Comlurb, são estigmatizados(as) em suas funções pelos marcadores de classe, raça e gênero; já que se apresenta como um trabalho manual, visto como pouco intelectualizado (BOLTANSKI, 2004) e relativo ao perigo e à sujeira (DOUGLAS, 1976).

Contudo, neste campo do corpo e dos sentidos ser gari constitui uma profissão arriscada, dados os diversos relatos de morte de trabalhadores durante o ofício; causas essas que partiram da intenção cruel de outrem contra seus corpos nas ruas. Ainda buscando reunir dados sobre o percentual de pessoas negras assumindo o cargo de gari no Rio de Janeiro, a nova inserção neste campo no ano de 2023 para uma futura dissertação, buscará relacionar com o conceito de biopoder sob a perspectiva de Sueli Carneiro (2005), entendendo a construção de uma corporalidade para um trabalho subjulgado e ameaçado sob concepções de raça. Também, buscarei entender uma questão importante deste campo: por quais motivos, dados os parâmetros institucionais, as mulheres no ofício de gari são impedidas de exercer as mesmas tarefas que os homens? Neste sentido, como relatado na sede, o “trabalho mais pesado” é deixado para os homens, sobretudo nas coletas do caminhão.

### 4 CONCLUSÃO

Sem dúvidas, este campo traz uma pergunta principal: como se torna um gari? Um corpo que é provado diariamente nas ruas, para além do teste físico dos editais. Certamente, dada a primeira inserção em 2019, este campo me trouxe mais reflexões que buscarei entender sobre a formação, permanência, luta por melhores condições de trabalho, discriminação e importância da atuação dos garis no meio urbano.

## 5 REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc. "O uso do corpo". In: **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo. "Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu"**. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.o 39), s.d. Traduzido por Sônia Pereira da Silva, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.



# O ATLÂNTICO É NEGRO: A EXPANSÃO DO MERCADO COLONIAL DIRECIONADO PARA O NORDESTE BAIANO

Erica Paula Vasconcelos<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

*Os homens brancos voltaram outra vez ainda. Trouxeram-nos negros, cana-de-açúcar, facas, enxadas, amendoim e tabaco. Desde então e até os nossos dias, os brancos nada nos trouxeram senão guerras e misé-rias... (Charles Boxer, “O império marítimo português”, 1969, p. 110, grifo nosso)*

No título deste *paper*, trago a ideia do oceano Atlântico ser negro, não me referindo a cor da água ou que o oceano tenha ou que ele tenha uma epiderme com pigmentação escura, mas, pelo contexto histórico que ele fez parte. Nesse contexto, humanos eram mercadorias de outros humanos, além do fluxo de importação e exportação de alimentos e pedras preciosas, que tinha como principal rota os caminhos pelo Atlântico. Por isso, trazemos o trecho que está destacado no início desta introdução, pois, o autor faz uma crítica à colonização destacando que os ‘brancos trouxeram’, remetendo tanto as viagens mercantes pelo Atlântico. Já as ‘guerras’, remetendo aos conflitos que ocorreram neste espaço e que tiveram inúmeras mortes de negros escravizados, além dos conflitos em terra que ocorriam para captura e ocupação de terras dos brancos contra os negros e as ‘misérias’, se referindo a todas as ações negativas praticadas pelos brancos neste período, como a escravidão, doenças, genocídios e exploração violenta da fauna e flora. (BOXER, 1969)

Conseqüentemente, o Atlântico representou uma rota marítima que possibilitou o desenvolvimento da economia colonial e se tornou também em um espaço geopolítico do sistema internacional. De um lado, o atlântico fornecia muita

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal da Integração Latino-America, bolsista PROBIU (PPGRI-UNILA). Graduada em Relações Internacionais e no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: [vasconcelos.ericapaula@gmail.com](mailto:vasconcelos.ericapaula@gmail.com), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1698626449272110>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>

riqueza e fontes inesgotáveis de alimentos para a Europa, do outro, como na a África e as Américas, o que chegava através do atlântico eram guerras, escravidão, genocídio do corpo, da cultura e ancestralidade e a violência extrema contra os recursos naturais. Esses acontecimentos envolvem a relação de dois elementos, que são: o primeiro é a relação do capitalismo racial com a escravidão.

Partindo desses pressupostos, o presente artigo objetiva denotar o papel do *Nordeste baiano* na economia do sistema internacional, tendo como pano de fundo as viagens mercantes no oceano Atlântico.

Partindo destes pressupostos, o presente *paper* tem por objetivo geral compreender e delinear o papel do Nordeste baiano na formação do sistema internacional face ao antigo contexto econômico colonial concentrado na cidade de Salvador. Tendo por objetivos específicos: (I) Problematizar a estrutura histórica da política internacional a partir do contexto racializados e a estrutura do capitalismo racial; (II) Discutir sobre a estrutura organizada pelos países europeus para o desenvolvimento do mercado colonial, destacando o comércio do açúcar nesse processo; (III) Analisar o protagonismo da cidade de Salvador na economia internacional para a formação do Brasil.

Para o desenvolvimento, na perspectiva aqui trabalhada, será utilizado a **metodologia** da *escrevivência*, que é um método criado pela autora Conceição Evaristo. A *escrevivência* é uma ferramenta que podemos utilizar para retomar as memórias que constituem nossas vivências corporificadas através das nossas lembranças pessoais e coletivas. Pois, ela se torna em um exercício de retomada, que contribui para a formulação do entendimento trazida pelos diferentes contextos em que estamos inseridos. Para a partir deste, conceber a materialidade da linguagem como tecido da memória é considerá-la instável, móvel, re-organizável (EVARISTO, 2018). Para que este possa remodelar-se a cada acontecimento, que perfura e desloca esse tecido em novos espaços, para produzir efeitos de sentido que percorrem e permeiam diferentes formações, discursivas para interpelar novas posições do sujeito.

Dessa forma, a coleta de dados será nos museus: Afro-Brasil em São Paulo e a Casa do Benin em Salvador-BA. No primeiro museu, os materiais que serão analisados são as esculturas, pinturas e publicações dos jornais que trazem informações visuais sobre a administração da mão de obra e dos escravizados na sociedade, os principais instrumentos utilizados no campo, além do comércio destes para outros países. No segundo museu serão analisadas as fotografias, peças etnológicas do inventário históricos que informam sobre a escravidão em Salvador através da chegada dos africanos e a relação econômica que se deu a

partir desse contato, salientando operacionalização das indústrias artesanais da cana-de-açúcar e a expansão da escravidão ao nível nacional.

A escolha destes museus em geografias diferentes se dá por estarem em países que exerceram uma grande centralidade no comércio escravista e que utilizou aparatos tecnológicos e políticos para expansão da colonização. O que justifica também as normativas para a criação desses museus com um grande arcabouço histórico sobre este tema, o que possibilita a coleta de dados de materiais inéditos com maior gama de detalhes registrado através ao exercício de escrever e viver para a criação de novos discursos e de uma nova linguagem, compartilhadas vivências dos corpos negros, que exprimem conceitos, política, cultura e diversas performances. (EVARISTO, 2018)

## DEBATE TEÓRICO

### A relação entre escravidão e capitalismo racial no comércio escravista no Oceano Atlântico

Antes de dialogarmos sobre comércio internacional transatlântico, partiremos sobre a importância que a diferenciação racial tinha enquanto elemento principal de hierarquia e disputas entre a comunidade internacional. Na obra *“Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”* (2004), Kabelele Munanga, afirma que a ideia de raça no sentido de superioridade começou a ser utilizada nos séculos XVI-XVII, onde efetivamente foi elemento de hierarquização atuante nas relações entre classes sociais na França. (MUNANGA, 2004)

Sendo utilizada como mecanismo de autoafirmação dos povos Francos, tidos como nobreza e de origem germânica, se consideravam uma raça distinta e dotados de sangue “puro” e eram da nobreza no país (MUNANGA, 2004). Essa hierarquização entre povos foi tomando uma grande magnitude a ponto de se tornar um elemento político que desencadeou o racismo, defendido pela religião e pela ciências biológicas operacionalizados na escravidão, tanto na própria Europa, quanto na África e na América Latina. (MUNANGA, 2004)

Dessa ideia de raça superior e inferior se fundou uma incompreensibilidade entre o Europeu e Outro, não europeu, tornou a escravidão enquanto instituição que reforçava a hierarquia racial, entre o binarismo de cristãos e não cristãos, dos civilizados e não civilizados (BARDER, 2021). Como também a “ascensão do sistema mundial baseada na formação do” capitalismo racial”, que emergiu de um continente europeu já racialmente estriado” (BARDER, 2021, p. 117, tradução nossa). Ou seja, os próprios “outros” internos da Europa” já estavam sujeitos a

formas de expropriação racializada, colonialismo interno e servidão contratada que é a escravidão, para o fornecimento da expansão europeia, apropriação de terras e escravização de povos ao longo dos séculos, sendo este sistema fator fundamental para a ordem global. (BARDER, 2021)

Como exemplo de representação do capitalismo racial foram os chamados zoológico humano, com a fachada '*Senhoras e Senhores, aproximem-se! Bem-vindos ao maior espetáculo da Terra!*'. Estes eram organizados pelos colonos após invadir territórios para exploração, capturavam os povos nativos (pessoas oriundas de povos africanos, asiáticos e indígenas), e exibiam-nos como conquistas, justificando tal ato como uma missão de levar civilização aos que não tinham (KOUTSOUKOS, 2020). Estas práticas de exposições desencadearam tanto o desenvolvimento do imperialismo, quanto a dominação do fluxo de capital entre os europeus que administravam e empregavam pessoas pela Europa para movimentar estes circos (KOUTSOUKOS, 2020). Além da circulação grande de capital das propagandas e da invenção da fotografia com a crescente viabilidade financeira, além da impressão em papel (na década de 1850), e das publicações de cartões de visita, cartazes e souvenirs para os visitantes. (KOUTSOUKOS, 2020)

Nesse sentido, escravidão que além de ter sido um “sistema econômico fundado no comércio internacional com investimento de capital em escravos como mercadorias para superexploração do trabalho com lucros globais que estimularam a revolução industrial” (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015, p. 75, tradução nossa). Foi fundamental para o funcionamento do capitalismo racial, este surge através das forças do racismo e do nacionalismo dentro da estrutura de organização de produção e troca, como foi o caso da sociedade feudal (ROBINSON, 2018). Ou seja, as viagens mercantes e a colonização foram práticas para extensão do comércio ao sul e ao oeste da península europeia e a expansão das estruturas burocráticas do Estado, por isso elas se tornaram principal meio de transmissão da expansão do capitalismo (ROBINSON, 2018). Sendo o oceano atlântico se tornou um espaço geopolítico econômico no sistema internacional, que facilitava tanto as viagens para os países colonizados, quanto o retorno destes para a Europa com os produtos exatos para produção de capital. (GILROY, 2001, p. 22)

Inicialmente, este sistema funcionava como comércio marítimo em formato triangular, operacionalizado da seguinte forma: “a Inglaterra com os produtos de exportação, a África com a mercadoria humana e a França forneciam os navios e manufaturados” (WILLIAMS, 2012). Este sistema formava um triângulo, no oceano atlântico, em que os produtos saíam da metrópole (centro urbanos) com uma carga de artigos das fazendas e matérias-primas coloniais, nos navios negreiros

na costa da África (WILLIAMS, 2012). Esse empreendimento colonial tomou maior volume e rendeu muita riqueza com a descoberta das Américas, tendo amplitude entre regiões, raças e linhagens étnicas. Com a descoberta e a ocupação de um novo continente pelos europeus na virada do século XV para o XVI, movendo uma organização volumosa, sistemática e prolongada como o tráfico negreiro para o Novo Mundo (América Latina) (GOMES, 2019).

O comércio marítimo triangular no atlântico, desencadeou três elementos centrais no sistema internacional, que foram: (I) o conflito entre o Reino Unido e as duas repúblicas bôers (bôer eram os fazendeiros que ocupavam o Estado Livre de Orange e a República Sul-Africana), disputando principalmente pelos britânicos, que objetivavam expandir a colonização para da região sul do continente africano, para continuar a venda, exploração e exportação da mão de obra negra nas atividades mercantil e a exploração do ouro na região de Pretória. (BOSEN-BROEK, 2012; GOMES, 2019).

(II) a criação da '*RAC britânica*' em 1660 que dominava a costa da África com serviços militarizados, passando a comandar também as ilhas de Cabo Verde e o litoral de Gana, que até então, depois, cruzou o Atlântico entrando em conflito com os holandeses, vencendo tornou a Ilha de Nova Amsterdã, com o mercado do turismo norte-americano com faturamento de fornecimento de cativos para as colônias inglesas no Caribe e na América do Norte. Além da alta comercialização com navios abastecidos de mercadorias comercializadas no mercado triangular tendo por principal produto os escravos e o açúcar (BOSEN-BROEK, 2012; GOMES, 2019). (III) e última, a organização Rec britânica enquanto uma empresa formada pelos maiores traficantes de escravos, sendo regida por um parlamento inglês que privatizou e dominou o sistema comercial escravista, registrando os traficantes enquanto empresa privada e cobrando a liberação da comercialização uma taxa de 10% dos seus resultados para a RAC. (GOMES, 2019)

Conseqüentemente, a movimentação do capital era composta pelos juros que mais tarde desencadeou a criação das companhias estatais para fornecer escravos e estimular a produção de açúcar, algodão e outros cultivos no Nordeste brasileiro (GOMES, 2019). Sendo estas: A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, o que tornou o tráfico negreiro um investimento inteiramente privado. Ambas companhias se desenvolverem por outras regiões do nordeste com a continuação da escravidão negra nos canaviais de açúcar, como maior concentração em *Salvador-Ba*, que será apontada na próxima sessão.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Nordeste, base para o desenvolvimento e expansão da colonização

A captura dos negros na África até o desembarque dos navios negreiros no Nordeste, a priori, se deu na cidade de Pernambuco (estado de Alagoas), onde foram criadas as primeiras indústrias artesanais para a produção do açúcar que depois era exportado para a Europa (GOMES, 2019). Tratando especificamente sobre Salvador, o tráfico negreiro e do açúcar, que ao chegar nas encostas marítimas da cidade desembarcou não só o escravizados e os produtos para comercialização, como também uma estrutura regida pela humilhação, exploração e subalternização contra os indígenas (GOMES, 2019). Partindo do pressuposto, marcamos a revoltas, ocorridas em Salvador, dentro da conjuntura do comércio escravista para o sistema internacional.

Esta foi bem descrita no livro *“Em Costas Negras”*, de Manolo Florentino (1997), o autor explica que o surgimento da cidade, que é atualmente chamada de Salvador, “era uma pequena região, considerada um complexo açucareiro que vivia do comércio do açúcar e das atividades dos próprios Goytacazes, como o abastecimento, pecuária, e do desembarque da população de negros escravizados” (FLORENTINO, 1997, p. 105). Na obra *“Planícies Goytacazes, séculos XVIII a XIX: da escravidão africana atlântica ao campesinato no imediato pós-abolição”*, do autor Flávio Gomes, salienta que nesta grande planície açucareira (região de Salvador), era uma franca expansão, dos *mocambos e quilombos*<sup>2</sup> da planície Goytacazes, que possuíam concentração principalmente nas áreas de terras devolutas e fronteiras abertas (GOMES, 2019). Como também nos “sertões”, estavam nas margens de fazendas, currais e engenhos. Suas maiores concentrações eram nas regiões coloniais do Rio de Janeiro, no Campos de Goytacazes, Cabo Frio, Saquarema e o recôncavo da Guanabara. (GOMES, 2019, p. 30-32)

Nestas planícies açucareiras também existiam as comunidades de negros, considerados fugitivos, que se refugiavam nos quilombos. Estas comunidades eram consideradas um grande risco para o comércio do açúcar, que apesar de ser de grande valia para a estrutura colonial internacional só acontecia se houvesse inúmeros escravos. Tanto para produção e venda desse açúcar quanto para outros

---

2 Tanto os Quilombos como os Mocambos eram organizações compostas pelos povos mocambeiros e quilombola, que funcionavam como uma extensa rede socioeconômica, articulada e administrada por fazendeiros, grupos indígenas, roceiros, garimpeiros e outros envolvido com setores rurais. Houve uma concentração maior no Nordeste açucareiro da Bahia e de Pernambuco, ambas sendo uma das mais importantes regiões agroexportadoras, com plantações de arroz e algodão. (GOMES, 2015)

serviços como serviços domésticos, mineração de ouro e diamantes, etc (GOMES, 2015). Neste caso, Salvador foi uma das maiores cidades de desembarque de navios negreiros, contabilizando oitenta e cinco por cento de todas as viagens de navios negreiros dos portugueses que invadiu o Brasil e se aglomerou em Salvador, representando 5,8 milhões de cativos desembarcados originários de Benim, Nigéria e Angola para serem escravizados nos canaviais de açúcar e depois serem transportados para outros lugares. (GOMES, 2015; GOMES, 2019)

Dessa forma, aconteceram as revoltas dos escravizados contra os colonos em Salvador por vários fatores, entre estes a expansão da economia a partir do final do século XVIII, com o aumento do número de engenhos para a produção de açúcar que necessitava de uma grande demanda de exportação e importação de escravos da África (REIS, 1992). Desenvolvendo assim outros tipos de tráficos, como o do fumo, em Cachoeira, que era tão valioso que na África era moeda de troca por negros escravizados. Além do crescimento da agricultura de exportação que demandava a intensificação do trabalho escravo para produção de alimentos, onde o escravo trabalhava mais e comia menos. (REIS, 1992)

Entre estas revoltas a que teve mais destaque foi a “Revolta dos Malês”, sendo um movimento regidos por escravos haussás e pelos nagôs, que eram africanos falantes do iorubá, entre os quais se incluíam os malês, ou seja, nagôs islamizados, ambos capturados no litoral do golfo do Benim” (REIS, 2014, p. 69). Essa revolta foi promovida por estes cativos, em especial haussás e nagôs, que se concentravam em grandes colônias étnicas na região, chamadas de “nações”, ou, *nación, nation, natie* etc. (REIS, 2021). Segundo o autor, estas colônias tinham vínculo com as no Caribe, e foram enconrajadas a se revoltarem tendo como exemplo a Revolução Haitiana (1791-1804), em que os escravizados pretendiam tomar o poder de destruir a escravidão e também a agricultura açucareira. (REIS, 1992; REIS, 2021)

Porém, com a como resultado da Revolução Haitiana, houve a remoção do mercado mundial o maior fornecedor do açúcar brasileiro, sendo a França. Consequentemente, o “número de engenhos baianos cresceu de 221, em 1790, para 260, e 315, em 1818, ou seja, a exportação do açúcar baiano subiu de 500 mil arrobas em 1789 para mais de 1 milhão em meados da década de 1790, e aí estacionou”. (REIS, 2014, p. 76). Dessa forma, a economia escravista que se alimentava através das produções nos engenhos aumentou o consumo de mão de obra, intensificou o tráfico transatlântico, além do aumento dos conflitos na Costa da Mina pela corrida do ouro. (REIS, 2014)

Nesse processo todo, o Nordeste baiano, continuou recebendo escravos africanos no litoral e os que eram exportados da Costa da Mina, em condições

desumanas, sob torturas, maus tratos, excesso de fome, de exploração, aumento de doenças por condições insalubres e diversas outras coisas que seria impossível relatar em apenas um parágrafo (REIS, 2021). Ou seja, a Revolta dos Malês, não aconteceu porque um grupo de ‘trabalhadores canavieiros’ buscavam direitos trabalhistas, ou, porque eram escravos fugidos e rebeldes, a revolta aconteceu pela necessidade de humanização e paz para aqueles que eram considerados mercadorias humanas. (REIS, 2014)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, podemos considerar que a relação entre escravidão e o capitalismo racial desencadearam as viagens mercantes, a colonização, extensão do comércio ao sul e ao oeste da península europeia e a expansão das estruturas burocráticas do Estado, a expansão do capitalismo racial. Sendo que esta estrutura utilizou como rota o oceano atlântico, que se tornou em um espaço geopolítico econômico no sistema internacional, que facilitava tanto as viagens para os países colonizados, quanto o retorno destes para a Europa com os produtos exatos para produção de capital. Foi através deste espaço que os países europeus conseguiram expandir seu imperialismo como também tornou a escravidão de pessoas e a comercialização de produtos em um empreendimento colonial. Por isso, o oceano atlântico também se tornou espaço de guerras e conflitos entre estes países, por um lado os estados europeus procuravam se aliar para liderar o comércio escravista, por outro, mantinha-se em guerras para dominar outras colônias, por isso aconteceu a Guerra dos Bôers, por exemplo.

Conseqüentemente, o Nordeste baiano, foi um grande complexo de produção e exportação açucareira, com utilização da mão de obra dos negros capturados em África e dos indígenas, o que desencadeou revoltas, tanto por parte dos indígenas quanto dos negros. Uma foi organizada nos mocambos dos Goitacás, sendo a Revolta dos Goytacazes, que utilizou como resistência estratégica e sobrevivência, a antropofagia contra os colonos, acampamentos, feitores, desta forma conseguiram eliminar muitas colônias portuguesas da região. Apesar desta revolta serem ações contra aquelas impostas contra a colonização e seu modus operandi com utilização da violência extrema, não conseguiram uma amplitude de visibilidade ou ações políticas imediatas, mas, causaram algumas instabilidades nos dois maiores sistemas comerciais do mundo, a escravidão negra e a produção açucareira.



## AGRADECIMENTOS

*A mainha Elizabete Vasconcelos  
Meu noivo Jeanderson Ferreira*

## REFERÊNCIAS

ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. *‘Confrontando a linha global de cores: uma introdução’*. In. ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. (Org.). **Race and racism in international relations: confronting the global colour line**. Routledge. Nova York: Third Avenue, 2015.

BARDER, Alexander D. **Global Race War: international politics and racial hierarchy**. New York, NY: Oxford University Press, 2021.

BOSSENBROEK, Martin. **De Boeren Oorlog**. Amsterdam: Athenaeum Polak & Van Genneep. 2012

BOXER, C.R. **O império colonial português (1415-1825)**. In. Inês Duarte (tradutora). São Paulo: Martins fontes, 1969.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

FLORENTINO, Manolo, GÓES, José R. **A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Flávio S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GOMES, Laurentino. **Escravidão:** Do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. Volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **Zoológicos humanos:** gente em exibição na era do imperialismo. São Paulo: Editora Unicamp, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. *'Introdução: Um guia para a revolta escrava.'* In. REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. (Org). **Revoltas escravas no Brasil.** São Paulo : Companhia das Letras. 2021.

REIS, João José. *'A revolta haussá de 1809 na Bahia'*. In. REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. (Org). **Revoltas escravas no Brasil.** São Paulo : Companhia das Letras. 2021.

REIS, João José. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia.** Rio de Janeiro: Topoi, v. 15, n. 28, p. 68-115. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/CCkcVFtgRYrPLfKYSmyrGDQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 4 jul. 2023.

REIS, João José. **Recôncavo rebelde:** revoltas escravas nos engenhos baianos. Salvador: Afro-Ásia, n. 15, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20837> .Acesso em: 4 jul. 2023.

ROBINSON, Cedric. J. **Capitalismo racial:** el carácter no objetivo del desarrollo capitalista. Tabula Rasa, (28), 23-56, 2018.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão:** tradução Denise Bottmann: 1. ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

# EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS EM DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO

*Andrea Moruzzi<sup>1</sup>*

*Denise Leppos<sup>2</sup>*

*Mayra Silva dos Santos<sup>3</sup>*

*Gabriella Pizzolante da Silva<sup>4</sup>*

## RESUMO

O trabalho visa apresentar o mapeamento e a análise produzida no interior do grupo de pesquisa InFemis - Infância e Feminismos da Universidade Federal de São Carlos, a respeito das preposições metodológicas e procedimentais que abarcam pesquisas feministas, refletindo sobre o efeito dessas preposições quando dialogadas com as pesquisas em Educação. Como critério para localização dessas pesquisas, utilizou-se as palavras-chave - feminismo, feministas, pesquisas feministas e metodologias de pesquisas feministas. O repertório encontrado foi estudado e analisado pelo grupo, sendo possível indicar algumas premissas iniciais, a destacar: abordagens ligadas às temáticas de gênero e que trazem a problematização da desigualdade; referentes à construção de estratégias para a promoção da equidade; pesquisas e metodologias propositivas, isto é, que procuram trazer uma dimensão pragmática para a transformação social, a qual em si é o grande propósito dessas perspectivas; abordagens que se preocupam com a linguagem, com a ética e com a visibilidade de pessoas que são normalmente escanteadas, como mulheres, mulheres negras, pessoas trans entre outras. Para todas essas premissas, há direcionamentos e orientações que podem ser incorporadas nas pesquisas em Educação, sobretudo, naquelas que se preocupam com a equidade e a justiça

1 Docente no Programa de Pós-graduação da UFSCar. Líder do grupo InFemis - Infância e Feminismos. [andreamoruzzi@ufscar.br](mailto:andreamoruzzi@ufscar.br)

2 Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. Professora efetiva da rede municipal de São Carlos. [de\\_depaula21@hotmail.com](mailto:de_depaula21@hotmail.com)

3 Mestra em Formação Docente em Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação -PPGE/UFSCar. E-mail: [mayra.silva@estudante.ufscar.br](mailto:mayra.silva@estudante.ufscar.br).

4 Mestra em Educação Escolar pela UNESP. Doutoranda em Educação - UFSCar. Professora da Unidade de Atendimento à Criança da UFSCar. Contato: [gabi.pizzolante@ufscar.br](mailto:gabi.pizzolante@ufscar.br)

social, tal como as abordagens feministas. Pretende-se, desse modo, trazer de forma sistematizada essas discussões no intuito de expandir e alargar esses pressupostos para outros campos e ações.

**Palavras-chave:** Feminismos, Metodologias, Equidade, Gênero.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso compreender que o feminismo é um movimento amplo e plural, com diferentes frentes de atuação, que se manifestam em movimentos políticos, nos ativismos feministas, nos feminismos acadêmicos e teóricos, nos movimentos sociais, etc. Dentro dessa ampla e diversa rede viva que é o feminismo, este trabalho está focado na discussão de como e quais perspectivas teóricas têm se desenhado no feminismo institucional acadêmico. É preciso dizer, ainda, que mesmo sendo acadêmico, este feminismo é propositivo, por mobilizar reflexões, orientações e mudanças efetivas na vida cotidiana de grupos minoritários e subalternizados.

O feminismo vem se constituindo como epistemologia a partir dessas diferentes frentes e conceitos. Na atmosfera acadêmica, encontramos reflexões e pautas de maneira mais sistematizada, que nos ajudam a perceber e a construir mudanças sociais. Alguns dos questionamentos que procuramos refletir ao mobilizar essa discussão pautam-se sobre o sujeito defendido pelo feminismo, identificando e exaltando suas pautas, quais pontos devem ser levantados e discutidos para que uma pesquisa seja constituída como feminista, a partir de quais elementos metodológicos se desenvolve uma investigação feminista, quais procedimentos são considerados adequados em uma pesquisa feminista, etc.

Além desses aspectos, percebemos que tais orientações metodológicas, epistemológicas e procedimentais contribuem para uma articulação com os diferentes campos de saber, principalmente com a Educação, de maneira a almejar, por essa relação, compor e consolidar uma pedagogia de base feminista ou fazer do feminismo uma pedagogia em si. Isso porque a educação possui função social no que é relacionada a igualdade de oportunidades e nas formas de tratamento, principalmente no que concerne ao debate de gênero.

Para se pensar uma educação não sexista é preciso desenvolver a ideia que nos espaços educativos mulheres e homens devem ser considerados e validados de forma igualitária. Conforme explicita Andrea Moruzzi (2022, p. 25), é a partir dos feminismos em sua multiplicidade que é possível promover esse movimento de igualdade e justiça social, levando em consideração a premissa de que todos têm os mesmos direitos, “seria possível ler, analisar e agir sobre os problemas apontados, tanto no âmbito das pesquisas quanto no âmbito dos estabelecimentos escolares, que revelam ainda os problemas do sexismo e suas conseqüentes desigualdades sociais”.

Cabe ressaltar que recentemente a preocupação com o uso da linguagem inclusiva nos possibilita mobilizar um olhar sustentado pelos feminismos. No

tocante a essa questão da linguagem temos Grada Kilomba e André Fischer, que promovem, cada qual em seu lugar de fala, uma discussão sobre a importância da linguagem inclusiva como forma de viabilizar espaços subalternos ao mesmo tempo que visibiliza as mulheres brancas e não brancas, pessoas trans entre outras.

Além disso, os questionamentos acerca de quem são os produtores de conhecimentos que historicamente consolidaram a pedagogia, viabiliza-nos constatar o androcentrismo que sustenta o pensamento pedagógico. Outro dado importante a ser ressaltado e questionado é o por quê mulheres são tão pouco mencionadas e referenciadas quando se trata de olhar a matriz do pensamento educacional? Quando procura-se dar destaque às narrativas de mulheres, sejam elas brancas ou não brancas, estamos de alguma forma procurando produzir o conhecimento a partir desses lugares de falas, infletindo sobre o androcentrismo mencionado anteriormente. Estas são algumas das questões que trazemos quando procuramos entender em que consistem as epistemologias e as metodologias de pesquisas feministas.

Assim, neste trabalho, apresentaremos algumas dessas dimensões expostas a partir de alguns recortes, a saber: o levantamento realizado a partir das palavras-chave - feminismo, feministas, pesquisas feministas e metodologias de pesquisas feministas. O repertório encontrado foi estudado e analisado pelo grupo, sendo possível indicar algumas premissas iniciais, a destacar: abordagens ligadas às temáticas de gênero e que trazem a problematização da desigualdade; referentes a construção de estratégias para a promoção da equidade; pesquisas e metodologias propositivas, isto é, que procuram trazer uma dimensão pragmática para a transformação social, a qual em si é o grande propósito dessas perspectivas; abordagens que se preocupam com a linguagem, com a ética e com a visibilidade de pessoas que são normalmente escanteadas, como mulheres, mulheres negras, pessoas trans, entre outras. Para todas essas premissas, há direcionamentos e orientações que podem ser incorporadas nas pesquisas em educação, sobretudo, naquelas que se preocupam com a equidade e a justiça social, tal como as abordagens feministas.

Conduz-se uma discussão a partir de teóricas/os feministas que trazem aportes teóricos para a compreensão dos fundamentos que perpassam as epistemologias e metodologias feministas, como Restrepo (2016); Patricia Castañeda Salgado (2022), e Koller e Narvaz (2006) que contribuem na problematização sobre a construção dos sujeitos invisibilizados, em especial mulheres em uma perspectiva de entender os feminismos dentro de uma proposta epistemológica e metodológica. Indicamos também Grada Kilomba (2019) que debate sobre como

o racismo opera na subjetividade. Para isso dá destaque nas violências coloniais e em como operam até os dias de hoje, com ênfase nos saberes, principalmente no âmbito da linguagem. André Fischer (2020) nos ajuda a visibilizar as pautas e demandas no que concerne aos padrões normativos da língua portuguesa que destacam o sexismo, principalmente no fator predominante do uso do gênero masculino, à medida que destaca a significância da utilização do gênero neutro. Essas e outras dimensões serão destacados nesse trabalho no intuito de produzir um repertório teórico que visibilize o debate feminismo no âmbito da pesquisa.

## **EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS NA EDUCAÇÃO**

Em sua multiplicidade, o feminismo tem se caracterizado como dispositivo de resistência e de transformação social que transcende obstáculos acadêmicos, territoriais e ativistas. Nesta ótica, tem perpassado a vida de sujeitos subalternizados e minoritários problematizando e trazendo orientações no combate às discriminações de gênero e sexualidade. Apesar de sua diversidade, de modo geral, compreende-se que suas finalidades estão alinhadas na busca pela justiça e igualdade social nas condições de vida, nas oportunidades e nas formas de tratamento.

Com o surgimento de uma gama de frentes e perspectivas feministas, a preocupação com a exploração sexista e opressão a partir das diferenciações biológicas entre os sexos, perpetuou uma “conscientização” feminista revolucionária que instigou a importância de aprender e lutar contra o patriarcado como sistema de dominação e opressão construído historicamente (bell hooks, 2023). A produção de uma literatura feminista perpassada a partir de uma demanda de recuperação da história das mulheres é uma das demandas mais bem sucedidas do feminismo contemporâneo (bell hooks, 2023).

As epistemologias e metodologias feministas, como já foi dito, são plurais em suas vertentes, pressupostos e alternativas metodológicas. No campo da educação, o feminismo tem se apresentado como movimento político e projeto epistemológico capaz de transformar o campo científico, trazendo à tona a luta pela igualdade e novas possibilidades para o estudo das dinâmicas sociais. As epistemologias e metodologias feministas, assim como o pensamento feminista, traduzem novas formas de se produzir conhecimento a partir de uma postura reflexiva, compreendendo que mulheres e homens possuem e constroem narrativas de maneiras diferentes (Koller; Narvaz, 2006).

Para Silvia Koller e Martha Narvaz (2006), as chamadas epistemologias feministas defendem a pluralidade metodológica e a abertura de um campo

multidisciplinar. Ou seja, “a ciência, na perspectiva das epistemologias feministas, têm gênero, havendo diferentes maneiras de produzir conhecimento” (Koller; Narvaz, 2006, p. 651). Por esse motivo, a epistemologia feminista pode ser considerada um campo instável, uma vez que, ela “é espaço de contestação do que é considerado conhecimento, quem define e como é colocado para o sujeito” (Koller; Narvaz, 2006, p. 651).

Se atentando para o uso da genealogia em uma perspectiva Foucaultiana, considera-se a problematização das condições de emergência de determinados fatos. Em outros termos, é uma metodologia de constituição histórica que busca reconhecer as condições que permearam as perspectivas para então problematizá-las, cuja intenção é evidenciar as relações de força que existem entre determinadas manifestações. Trazendo para o entendimento de uma genealogia feminista concebe-se as causas e as justificativas para sua estruturação e consolidação. Nesse sentido, há um conjunto de condições que tornaram possível a emergência do feminismo como conceito, pressuposto e dispositivo de resistência.

A antropóloga feminista Patricia Castañeda Salgado contribui para pensarmos sobre os procedimentos e metodologias da investigação acadêmica feminista. Ela afirma que há particularidades e características próprias desta maneira de fazer pesquisa e gerar conhecimentos, as quais ela destaca: focar a experiência das mulheres, em suas histórias de vida, atravessadas pelo patriarcado; questionar e refletir sobre a suposta neutralidade das metodologias científicas hegemônicas e; trazer apoio das teorias feministas, rompendo com autores que tenham uma perspectiva nitidamente androcêntrica, misógina e sexista.

Nesse sentido, tal como aponta Patricia Castañeda Salgado (2022), são pesquisas que pretendem gerar conhecimentos políticos, sem pretensão de neutralidade e comprometidos com os problemas sociais, de maneira a mudar noções, princípios e práticas que alterem as condições de desigualdades e opressões existentes, e que também se afastem do capitalismo. Essas pesquisas feministas, portanto, implica romper com a ideia de que há distinção entre sujeita-objeto, propondo justamente o contrário: uma intersubjetividade, ou seja, que quem investigue esteja profundamente envolvida com os temas da sua investigação.

É assim que para Patricia Castañeda Salgado (2022), a pesquisa feminista é um exercício político e acadêmico que possibilita outras formas de pensar e viver contemporaneamente, apresentando caminhos emancipatórios. No entanto, é preciso compreender esta emancipação não somente enquanto exercício individual, mas também como compromisso político coletivo. Portanto, a importância de aproximar feministas que atuam em diferentes campos sociais, principalmente fortalecendo as relações entre os feminismos acadêmicos e os ativismos.



Assim como cita bell hooks (2023) os feminismos devem pensar em uma educação com base feminista para a efetivação de condições iguais e justiça social, pois não criamos espaços educativos com princípios feministas que contribuam para o bem estar de nossas comunidades e da sociedade. Segundo a autora, ao falhar na construção de um movimento educacional que permita ensinar sobre a persistente desigualdade entre homens e mulheres e grupos sociais minoritários e marginalizados, produz-se um sistema estrutural que permite a condução de práticas sexistas, violentas e racistas na nossa sociedade.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro dos feminismos, o restabelecimento de vínculos genealógicos é uma estratégia política que tem permitido a recuperação de um legado subalternizado, a visibilização dos aportes teóricos, epistemológicos e geracionais e a identificação de uma opressão feminina em uma perspectiva histórica permitindo revisitar a ação política feminina. Esse método genealógico discutido por Alejandra Restrepo (2016) é uma opção metodológica de investigação feminista que nos permite superar uma história-relato para optar por uma história-problema dentro de um projeto coletivo de transformação social. Restrepo (2016, p. 24), traz-nos o seguinte questionamento: “Mas o que realmente significa produzir uma pesquisa feminista a partir do método genealógico?”<sup>5</sup>

Para responder a tal indagação, Restrepo (2016) recorre à Rosa María Rodríguez Magda (2004) que propõe a discussão de que a genealogia em uma perspectiva feminista pode ser entendida por meio da desconstrução do saber/poder a partir das concepções teóricas trazidas por Foucault e do rompimento de uma genealogia patriarcal que, por sua vez, nega a feminina. Ou seja, a desconstrução do saber/poder que propõe a discussão das relações e das diferenciações das genealogias femininas e feministas que ora divergem ora se complementam.

Pode-se afirmar que a genealogia feminista, assim como Restrepo (2016, p. 28) evidencia,

[...] permite el análisis de las condiciones de producción de discursos y las prácticas de la vida social para entender cómo se constituyen los sujetos inmersos en relaciones de poder. No se trata de la narración secuencial de los hechos, genealogizar exige situar la emergencia de las concepciones e ideas en disputa, en su contexto histórico, social,

5 ¿Pero qué significa realmente hacer del método genealógico una opción metodológica de investigación feminista?” (Restrepo, 2016, p. 24).

político y cultural y encontrar el sentido de esas construcciones en la relación de poder en que están inmersos los actores concretos<sup>6</sup>.

Entretanto, a perspectiva da genealogia feminista não se restringe simplesmente ao uso feminista de uma genealogia foucaultina, mas a reconstrução de inflexões das formas de poder em uma construção sociocultural dos gêneros. A crítica, nessa perspectiva, surge da problematização do lugar histórico ocupado pelas mulheres e pela denúncia da invisibilidade que historiadores e teóricos têm estabelecido em relação ao estudo da trajetória de experiência e mobilização política das feministas nos mais distintos contextos.

Mas, por sua influência a partir do pensamento de Nietzsche e Foucault, a genealogia feminista conduz um debate que toma por base a compreensão do presente por meio das discontinuidades, das permanências e das emergências do processo de construção da história, do conhecimento e dos debates entorno das narrativas. A genealogia feminista permite, nesse sentido, a análise das condições de produção dos discursos e das práticas de vida social de modo a compreender a constituição dos sujeitos nas relações de poder. Não apenas conduzir um debate sobre a sequência de fatos, mas situar e problematizar a emergência da (des)construção de novas concepções e ideais em disputas no contexto histórico, político, educacional e social das mulheres.

Foucault (1969) em *Arqueologia do Saber* destaca como ocorre a produção dos saberes científicos e dos discursos que justificam esses saberes. Sua ideia denota como os saberes científicos se apresentam como válidos, destacando as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas. Pensando nisso, destaca-se a produção da linguagem como dispositivo que nos atravessa, constrói normas e subjetividades. A linguagem inclusiva também é perpassada dentro do feminismo ao nos referirmos ao gênero masculino como referência neutra na língua portuguesa. Isso porque o que predomina em muitas palavras do nosso idioma é o uso do gênero masculino para referenciar grupos de pessoas formados tanto por mulheres, pessoas trans etc. quanto por homens.

A utilização gramatical faz parte de uma norma considerada e tida como padrão. Contudo, a disposição do gênero masculino como referencial universal em algumas palavras para generificação denota a manifestação do sexismo e do machismo que invisibiliza a presença de mulheres e outras pessoas e que

---

6 “[...] permite a análise das condições de produção de discursos e das práticas da vida social para entender como se constituem os sujeitos imersos em relações de poder. Não se trata da narração sequencial dos acontecimentos, genealogizar exige situar a emergência das concepções e das ideias em disputa no seu contexto histórico, social, político e cultural e encontrar o sentido dessas construções na relação de poder em que estão imersos os agentes sociais”.

marginalizam ou violentam pessoas negras, LGBTQIA+, com deficiência e outras populações vulneráveis nas mais diversas instâncias. André Fischer (2020) discute um movimento para criação de uma linguagem que seja inclusiva, uma vez que, o domínio da palavra, a compreensão global de um texto, por exemplo, são questões de cidadania e de direito de todas as pessoas.

A proposta de Fischer (2020, p. 6) sobre a linguagem inclusiva “não é um mimimi” e algo trivial, ao contrário, por se tratar de cidadania, direito e justiça social que esse tipo de levantamento deve ser uma preocupação não apenas da esfera acadêmica, mas de toda sociedade. Em seu “Manual Prático de Linguagem Inclusiva”, Fischer nos apresenta diversos exemplos em que o uso de palavras que estão no masculino produzem efeitos positivos em detrimento do mesmo vocábulo quando se está no feminino, vejamos algumas amostras:

[...] Governante - que ou aquele que governa.

Governanta - mulher que administra uma casa alheia.

Mundano - o indivíduo que aprecia os bens e prazeres deste mundo.

Mundana - prostituta, meretriz (Fischer, 2020, p. 6).

A citação acima mostra como a linguagem pode perenizar e reforçar os estereótipos e a opressão contra as mulheres (brancas e não brancas), pessoas trans, com deficiência, imigrantes e emigrantes, indígenas, crianças, idosas, LGBTQIA+ etc. A linguagem é instrumento de saber e de poder, pois com ela podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, “mudar também a nossa mentalidade e das pessoas com quem nos comunicamos” (Fischer, 2020, p. 5).

A produção de uma linguagem neutra e nem o seu uso não significa dizer que o machismo patriarcal da qual somos frutos seja excluído do nosso cotidiano ou da nossa cultura. Todavia, pequenas mudanças podem promover a inclusão de pessoas invisibilizadas e/ou rechaçadas, a fim de construir uma sociedade menos machista e sexista. A linguagem enquanto signo ideológico que atravessa o sujeito vai, como já exposto, perpetuar “estereótipos do que um dia foram considerados ‘papéis adequados’ para mulheres e homens na sociedade” (Fischer, 2020, p. 5), papéis estes que foram descritos e caracterizados por homens, os quais hostilizam e menosprezam as mulheres (brancas e não brancas); trans; crianças; indígenas, deficientes entre outras camadas estigmatizadas.

Deste modo, é importante fomentar e impulsionar o uso de uma linguagem que minimize a marcação do gênero masculino, como forma de mudar tal realidade, considerando a substituição de certas palavras e expressões por outras formas de manifestação da linguagem que não estejam focadas nos marcadores

de gênero e que não possuam características agressivas com outros grupos vulneráveis.

Neste sentido, podemos traçar uma relação entre os estudos de Fischer (2020) com a psicóloga e artista plástica Grada Kilomba, que traz à tona um debate interdisciplinar sobre como o racismo opera na subjetividade, destacando como as violências coloniais operam até os dias atuais, inclusive, por meio da linguagem. Segundo Kilomba (2019) os processos de subjetivação perpassados por gênero, raça e classe são permeados de eventos discursivos violentos, reiterados por um padrão de abuso racial construído historicamente.

Pensar isso no campo educativo é evidenciar formas de desconstrução de modelos tidos como universais, conduzindo um debate para a construção de novas narrativas com bases igualitárias e justas, de modo a significar e validar conhecimentos invisibilizados historicamente a partir de uma ótica colonialista. Isso porque dentro da educação, a falta de representação de povos historicamente marginalizados ainda é um caminho que justifica a inferiorização, violência e exclusão.

Linguagem e educação, por exemplo, denota como essa questão ainda é pertinente. A linguagem, sendo dispositivo de poder, também funciona como um ordenador hierárquico que define pertencas e distanciamento entre grupos e sujeitos. É no exercício de pensar a escola como ambiente transformador, que se evidencia a necessidade de ver a linguagem como esse lugar de disputa e desencadeador de violências e estigmas.

Kilomba (2019) mostra como a língua é utilizada para reproduzir palavras e terminologias perpassadas no período colonial, que promovem a exclusão e a perenização do racismo, que também é estrutural assim como o sexismo. O racismo é cruel e perverso ao passo que em seu processo ele desumaniza as pessoas, afetando de vários modos os sujeitos. A mulher negra é construída a partir do olhar do homem branco, que a invisibiliza e a coloca no lugar de subalterna. Em “Memórias da plantação”, Kilomba (2019, p.123) fala sobre a invasão dos corpos negros assim como sua domesticação e docilização, identificando aquilo que está dentro ou não dessa sociedade branca e hegemônica.

Kilomba (2019) traz, em seu livro, o retrato de uma mulher negra escravizada com uma mordaca na boca, pois a

boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem - e precisam - controlar e, conseqüentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (Kilomba, 2019, p. 33-34).

A boca é o meio pelo qual a linguagem ganha vida e, por conseguinte, também se torna um perigo para parcela da sociedade. A mulher escravizada da imagem em questão vem identificada como “Escrava Anastácia”, observa-se o uso do termo “escreva” para defini-la enquanto sujeito social. Ao dizer escrava, tem-se a mediocrização dos fatos na qual ela foi inserida, ou seja, coloca-a como sujeita que naturalmente é assim. Diferentemente, ao dizermos que essa mulher em questão foi escravizada, ela deixa de ser o objeto e não há a exclusão daquele que produz essa violência, isto é, o sujeito que produz a ação de escravizar é identificado e, assim, pode ser punido por tais atos.

A questão de como a língua é afetada pela raça e etnia, mostra-nos como ela é poderosa ao passo que conforma lugares de fala e de existência, como por exemplo, os africanos e os indígenas que tiveram que utilizar o português como “sua primeira língua” em detrimento da linguagem originária ou materna. Por isso, destaca-se como esse processo de invisibilidade por meio da língua/linguagem validou o conhecimento europeu, configurando relações de poder por meio de uma supremacia branca.

Pensar a linguagem vai além da simples comunicação, a língua é um instrumento vivo capaz de promover a evolução da sociedade. Ou seja, “falar e escrever tomando cuidado ao escolher palavras que demonstrem respeito a todas as pessoas, sem privilegiar umas em detrimento de outras. Esse é o objetivo de quem usa a linguagem inclusiva” (Fischer, 2020, p. 5).

Dentro do pensamento feminista negro como epistemologia, podemos destacar Patrícia Hill Collins (2019). A autora destaca o pensamento feminista negro estadunidense como forma especializada de pensamento que reflete a experiência das afro-americanas. Temas centrais como trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político são enfatizados como forma de destacar a importância de compreender as opressões interseccionais de mulheres negras, principalmente no contexto estadunidense. A partir dessa narrativa, a autora evidencia o conhecimento subjugado de grupos subordinados - principalmente de mulheres negras- determinando como as relações de poder determinam o que é válido e verdadeiro.

O processo de validação e legitimação do conhecimento é representado de forma a proteger os interesses de homens brancos e poderosos (Collins, 2019). O pensamento feminista negro como epistemologia trata em específico de abarcar práticas e conhecimentos centrais que situam mulheres negras em situações de injustiça. Cabe dizer que sua teoria social crítica está imbricada no compromisso com justiça para a próprio grupo e para outros grupos subordinados - homens

negros, mulheres africanas, membros de outros grupos raciais/étnicos favorecendo para um processo de justiça social em geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar sobre as epistemologias e metodologias de investigação feminista, há de se reconhecer as particularidades e características que as constituem, principalmente no que concerne a experiência das mulheres e dos sujeitos invisibilizados, suas histórias de vida e suas especificidades dentro do sistema violento e patriarcal a partir de uma história-problema.

As epistemologias e metodologias feministas, contribuem no debate e na problematização das descontinuidades e permanências históricas que conduzem as narrativas, discursos e comportamentos que colocam grupos à margem, subalternizando suas formas de comportamento, vida, linguagem e manifestação. O sistema colonial e patriarcal possibilitou a construção de narrativas sobre o que é conhecimento, arte, sexualidade e gênero, criando padrões e hierarquizando corpos em detrimento de outros.

A partir daí foi estabelecido certas categorias que normalizam palavras, imagens e comportamentos que podem representar a condição humana. Contudo, a partir do que foi abordado é imprescindível reconhecer que esse sistema faz parte de uma estrutura sexista e misógina que invisibiliza determinados grupos. Isso é o caso da língua e da linguagem, por exemplo, que transporta marginalização contra mulheres, LGBTQIA +, pessoas com deficiência e outros grupos. Conduzir um debate que desconstrua esse sistema e o problematize é uma nova configuração para alcançarmos justiça e igualdade social tais grupos e sujeitos, principalmente dentro da educação. Considera-se que os feminismos e suas vertentes têm possibilitado essas reflexões.

## REFERÊNCIAS

CEIICH UNAM. Investigación Feminista/Patricia Castañeda Salgado. YouTube, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dX2JoLUjtNE>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FISCHER, André. **Manual Prático de Linguagem Inclusiva**. São Paulo: 2020. Disponível em: [https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/manualplinguageminclusiva\\_neo.pdf](https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/manualplinguageminclusiva_neo.pdf). Acesso em: 04 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod\\_resource/content/1/FOUCAULT.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf). Acesso em: 24 out. 2023.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 21 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LESA ENES MORELIA.CASTAÑEDA, M. P. S. **Entramas Feministas**: Conversaciones epistémicos-sintientes/Dra. Martha Patricia Castañeda Salgado., YouTube, 7 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DwYGC-G0I8i4&t=1176s>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006b, p. 647-654.

RESTREPO, Alejandra. La genealogía como método de investigación feminista. In: BLAZQUEZ GRAF, Norma; CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia (coord.). **Lecturas críticas en investigación feminista**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

## “NÓS TEM É QUE FAZER ARTE”: UMA INTERSECÇÃO ENTRE FUNK CARIOCA E MASCULINIDADES JUVENIS NEGRAS NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ

*Fernanda da Silva Braga Passos<sup>1</sup>*  
*Amana Rocha Mattos<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este trabalho investiga as relações entre jovens negros do complexo de favelas da Maré, na zona norte do município do Rio de Janeiro, com o Funk Carioca. A produção desta cultura forja-se como uma forma de enfrentamento à Violência de Estado vigente no Brasil. O Funk Carioca é produzido majoritariamente por jovens negros e periféricos, entre 15 e 29 anos. São os jovens negros que majoritariamente morrem em decorrência de ações policiais no Brasil, sendo quatro de cada cinco vítimas. Neste trabalho, entendemos que a produção artística produzida por esses rapazes negros narra suas experiências, via criação musical, além de construir uma disputa no tecido social, tensionando o projeto colonial e produzindo outras masculinidades negras. Assim, realizamos um mapeamento e seleção de DJ's, dançarinos e/ou Mc's de Funk Carioca, entre 15 e 29 anos, residentes nas favelas da Maré, para conhecer melhor esses jovens e seu território. Analisamos entrevistas semi-estruturadas realizadas com três jovens funkeiros acerca de suas experiências criativas, percursos e inserções no território. O material foi trabalhado tomando-se como referencial a Análise do Discurso Crítica e a metodologia interseccional, pensando as articulações de marcadores de idade, gênero, raça, classe e território, a fim de se compreender as múltiplas existências que produzem o Funk Carioca nas favelas da Maré. A análise levou em consideração, ainda, revisão bibliográfica acerca da literatura existente a respeito do Funk Carioca e da juventude negra, e seus atravessamentos como Cultura Popular, Violência de Estado, Racismo Estrutural e Necropolítica.

**Palavras-chave:** Funk Carioca; Juventude Negra; Violência de Estado; Cultura Popular; Favelas da Maré.

1 Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. [fernandapassos@id.uff.br](mailto:fernandapassos@id.uff.br).

2 Professora Associada do Instituto de Psicologia, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, coordenadora do DEGENEREA - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros. Procientista FAPERJ/Uerj, bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ. [amanamattos@gmail.com](mailto:amanamattos@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho que tem como objetivo investigar intersecções entre Funk Carioca e Masculinidades Juvenis Negras no Complexo de Favelas da Maré é um recorte do trabalho de campo que está sendo realizado na fase inicial do projeto de dissertação intitulado “Nós tem é que fazer arte: O Funk Carioca como forma de enfrentamento à Violência de Estado no Complexo de Favelas da Maré”, dando foco às masculinidades juvenis negras em intersecção ao Funk Carioca no Complexo de Favelas da Maré, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, trazemos recortes de achados iniciais do campo realizado a partir da realização de três entrevistas semiestruturadas, com um homem negro cisgênero héterossexual, uma mulher negra transgênero héterossexual e uma mulher cisgênero héterossexual que não se localizou racialmente, utilizando-se a Metodologia Interseccional como forma de se compreender as múltiplas existências que produzem o Funk Carioca nas favelas da Maré. Consideramos que não apenas os marcadores de gênero e sexualidade, mas também a cisheteronormatividade aparecem de forma explícita ao longo das entrevistas. Interessa-nos abriremos discussões sobre as Masculinidades Negras, mas também sobre a Interseccionalidade, trazendo os marcadores de gênero, raça, classe e território para a discussão. Consideramos que poder falar sobre si, narrar suas experiências, atuais e potenciais, através do gesto criativo, via criação musical, tem oferecido ao jovem preto periférico uma brecha na qual é possível escapar de imagens estereotipadas na direção da construção de uma noção de subjetividade produzida no entremeio das relações sociais onde este é ator ativo nesse processo, construindo uma disputa no tecido social que tensiona o projeto colonial e produz outras masculinidades negras.

## METODOLOGIA

Foi realizado um mapeamento e seleção de DJ'S, dançarinos e/ou MC's de Funk Carioca, entre 15 e 29 anos, residentes, frequentadores e/ou trabalhadores das favelas da Maré. O mapeamento e a seleção do público-alvo se deu através de indicações e também procura em redes sociais como Instagram de jovens que em seus perfis pessoais ou profissionais, em suas autodescrições, se atrelassem à prática do Funk na Maré e também através de divulgações em perfis públicos de três bailes funks que acontecem em três favelas distintas na comunidade, também na mesma rede social. Foram contatados, no total, 12 jovens, sendo destes, 3 mulheres e 9 homens. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas,

contando com a participação de um homem negro cisgênero héterossexual ex residente das favelas da Maré, de 28 anos, DJ e produtor musical; uma mulher negra transgênero héterossexual residente da Maré, de 27 anos e trabalha em diversas frentes culturais porém não especificamente com o Funk Carioca e uma mulher cisgênero héterossexual trabalhadora de um dos bailes funk da Maré e moradora da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, de 32 anos, que demonstrou certa dúvida em como se autodeclarar racialmente. Aqui eles recebem o nome fictício de Cria, Amiga e Princesa, respectivamente, de forma a garantir o sigilo dos participantes. Duas das entrevistas foram executadas presencialmente em locais definidos a priori por esses sujeitos e uma realizada no formato Online através da plataforma Google Meet, acerca de suas experiências e inserções no território, de forma que os entrevistados pudessem discorrer livremente sobre o tema proposto a partir das perguntas disparadoras. O roteiro das entrevistas se baseava em três quatro eixos: análise sociodemográfica dos participantes, suas relações com o Funk Carioca e com o Funk na Maré, suas relações com o território da Maré e como enxergam a violência na Maré, sendo realizadas as seguintes perguntas: (1) Como pra você é ser morador ou trabalhador da Maré?, (2) O que é o Funk para você? Como começou sua relação com ele? Como é trabalhar com funk na Maré?, (3) Qual sua percepção sobre violência na Maré?. Para a análise das entrevistas, foi utilizada a Metodologia Interseccional com articulação dos marcadores de gênero, raça, classe e território. Além de revisão bibliográfica acerca da literatura existente a respeito do Funk Carioca e Masculinidades Juvenis Negras, e seus atravessamentos como Cultura Popular, Violência de Estado, Racismo Estrutural e Necropolítica.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O Complexo de Favelas da Maré, conhecido como o maior complexo de favelas da cidade do Rio de Janeiro, habitado por dezesseis favelas, na Zona Norte do município, conta com cerca de cento e trinta mil habitantes, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010. Benevento (2019, p.35), aponta que as favelas da Maré são loteadas por facções rivais de traficantes e milicianos, além do 22º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro, sendo constantes os confrontos entre a polícia e o narcotráfico, além da escassez de diversos serviços públicos em vários pontos das comunidades, faltando assistência às necessidades básicas da população como água encanada, saneamento básico, coleta de lixo e iluminação pública. “Essa realidade deixa os moradores mais vulneráveis à diversas formas de violência e desrespeito ao princípio da dignidade humana,

sofrendo uma série de representações negativas, estereótipos e preconceitos” (BENEVENTO, 2019, p.35). De acordo com Benevento (2019, p.38/39), a maior parte da população residente nas comunidades da Maré são crianças, adolescentes e jovens.

Conforme exposto por Lopes (2011) e Bragança (2020), pode-se afirmar que o Funk Carioca é produzido majoritariamente por jovens negros e periféricos. O Funk Carioca também é um movimento cultural muito associado à territorialidade. Bragança (2020) expõe que, por mais que o movimento seja chamado de Carioca por ser associado ao município do Rio de Janeiro, onde teve sua origem, ele não é restrito à cidade do Rio de Janeiro, alcançando outros municípios, principalmente os que compõem a região metropolitana do Estado.

A autora Renata Souza (2020), jornalista e deputada estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2018, em seu livro intitulado *Cria da Favela: Resistência à Militarização da Vida* define Cultura Popular como experiência e produção, afirmando que é o que ocorre com os bailes funks que acontecem nas ruas das favelas da Maré e de outras favelas do Rio de Janeiro. Souza (2020) caracteriza o Funk como uma cultura e linguagem. E essa forma de expressão da cultura popular se articula em seu nível máximo na favela e, aqui, trata-se, mais especificamente, da Maré. A Maré, que foi ocupada pelas forças militares em 2014, por conta da política de reforço de segurança pública para a realização da Copa do Mundo no Rio de Janeiro, recebeu como uma espécie de castigo o cerceamento de uma das principais expressões culturais das favelas: o Funk. Ao realizar tal ato, o Estado demonstra desconhecer as dinâmicas comunitárias e, cerceando o Funk, estabelece uma série de normas para regular a cultura favelada.

Para Souza (2020), a resistência do Funk Carioca é cultural, mas também é econômica, já que de acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Opinião<sup>3</sup>), publicada em 2008, os principais segmentos envolvidos na produção dos bailes Funks eram MC, DJ, equipes de som e camelôs. Também, de acordo com o estudo, os bailes funks apresentam uma renda de 120 milhões de reais por ano, o que corresponde a 10 milhões de reais por mês. E por mais que possa se dar de forma momentânea, o Funk se configura como um meio de subsistência e sobrevivência para a juventude envolvida.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), no documento intitulado “As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em

3 FGV, Configurações do Mercado Funk no Rio de Janeiro, 2008. disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/fgvopiniao/Configura%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es%20do%20mercado%20do%20funk%20no%20Rio%20de%20Janeiro%20-%20FGV%20Opini%C3%83%C2%A3o.pdf>>.

2020”, o Brasil atingiu o maior número de mortes em decorrência de ações policiais, sendo a letalidade gerada pela polícia responsável por 12,8% de mortes intencionais. De acordo com o documento, o comparativo das taxas de letalidade entre negros e brancos apresenta que a taxa de letalidade policial entre negro é 2,8 vezes maior que a taxa entre brancos. E são os meninos negros as maiores vítimas dentre todas as faixas etárias, sendo os que mais morrem em decorrência às ações da polícia. Principalmente quando se trata das idades entre 15 e 19 anos, correspondendo à estatística de quatro a cada cinco vítimas.

Como aponta Silvio Almeida (2020), o Racismo é estrutural em nossa sociedade, o que significa dizer que se a estrutura é racista, a sociedade como um todo (indivíduos e instituições) é racista. O Racismo, de acordo como autor, é uma forma sistemática de discriminação que tem como base a raça dos indivíduos para diferentes formas de tratamento e privilégios, e também relaciona-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial das diferentes raças em locais característicos como bairros e periferias, além de instituições públicas e privadas. É importante sinalizar que os altos índices do genocídio da população negra, em especial o de que a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil (Mapa da Violência, 2016), relacionam-se ao racismo que estrutura a nossa sociedade.

Para Mbembe (2018), a expressão máxima da soberania dos Estados reside no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Assim, as colônias operam como fronteiras sendo, em suma, zonas em que os controles e as garantias da ordem judicial podem ser suspensas. Assim, nas colônias o soberano pode matar a qualquer um e de qualquer maneira, sem normas legais e institucionais. De acordo com Lima (2018), o genocídio da população negra constitui hoje um dos grandes traços de uma necropolítica à brasileira que se encontram na formação histórica de como nos constituímos enquanto Nação.

Nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos *apartheids* urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra em que sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos dos justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das grandes defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares. (Lima, 2018, p. 28)

bell hooks, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense (2019) inicia o capítulo intitulado “Reconstruindo a masculinidade negra” em seu livro *Olhares negros, raça e representação* abordando o quanto a masculinidade de seu irmão sempre foi negada pelo seu pai biológico por não

corresponder a certos ideias do que seria considerado um homem negro conforme ditado pelo sistema patriarcal<sup>4</sup> supremacista branco capitalista De acordo com a autora, diversos livros, ao retratar as masculinidades negras, majoritariamente escritos por pessoas brancas e poucos por pessoas negras, difundem a mensagem de que a masculinidade negra é homogênea, construindo a noção dos homens como “fracassados”, “fodidos psicologicamente”, “perigosos”, “violentos”, “maníacos sexuais” e que são influenciados pela sua inabilidade de realizar o destino masculino falocêntrico<sup>5</sup>.

Deve-se citar que a Branquitude - estrutura social onde a norma é branca - “brinca” com a masculinidade negra conforme a convém, por vezes a idolatrando, por vezes a vilanizando. hooks (2022) no livro *A gente é da hora: homens negros e masculinidade* aponta o imaginário do homem negro bandido, agressivo, presentes em músicas, vídeos, filmes e principalmente no rap e hip hop estadunidenses, sendo aplaudidos e vendidos e, numa mesma tomada, rechaçados pelo machismo que apresentam. Assim, as imagens das masculinidades negras vendidas por essas obras são evocadas quando supremacistas brancos buscam apoio para o ataque genocida aos homens negros, especialmente os jovens.

Os homens negros influenciam muito pouco nesse estereótipo e, de acordo com a autora, “raros são os homens negros que recusam tal categorização.” (hooks, 2022, p.34) Assim, deve-se citar que muitas pessoas negras acabam por perpetuar essas representações, agindo em conformidade com o status quo, principalmente homens negros que reproduzem diversas violências acreditando que, dessa forma, podem alcançar o ideal masculino falocêntrico do que é ser homem. Muitos comportamentos destrutivos dos homens negros são adotados em nome da virilidade e reforçados pelo falocentrismo, afirmando suas capacidades de serem durões, perpetuando violência contra os próprios negros, em especial as mulheres, enfraquecendo as relações familiares e sendo influenciados pela falta de cuidados preventivos com a saúde e até mesmo o uso abusivo de drogas.

Porém, deve-se citar, ainda de acordo com a autora que quando a atenção é direcionada àqueles homens negros que se opõem ao machismo dominante, que são desleais ao sistema patriarcal, mesmo que sejam considerados exceção, a possibilidade de mudanças e resistências às estruturas em que estamos inseridos, é afirmada. hooks (2022) ainda acrescenta que qualquer crítica ao considerado

---

4 Sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especificamente contra as mulheres, e reforçado pela religião e família nuclear que impõem performances de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, influenciados pela noção de homem e mulher biológicos. (Akotirene, 2019)

5 De acordo com hooks (2019, p.139) “onde o que um homem faz com seu pênis se torna o caminho maior e mais acessível para garantir o status masculino”.

“macho negro”, ao machismo negro, que não lancem olhar às ações dos homens negros que subvertem e desafiam o status quo não pode ser considerada uma intervenção e os relatos que dão a entender que todos os homens negros são machistas fazem parecer que não há possibilidade de modificação, que não há mais alternativas frente a estrutura dominante.

De acordo com Soares, Quadros e Mattos (2022) no artigo *O pranto nas masculinidades negras: das águas de AmarElo que (de)moram nos olhos* ao deixar-se os ideais masculinistas ecoarem ralo abaixo, é que se pode banhar em outras representações, múltiplas, do que é ser homem e do que é ser homem negro.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a realização da primeira entrevista, o Cria, antes mesmo de ser questionado sobre a sua percepção de violência na Maré, ainda enquanto estávamos na primeira parte do roteiro, prontamente trouxe que era cria da Maré, ou seja, nascido e criado, mas que não morava mais no Complexo da Maré por conta das operações policiais que ele classifica como abusivas.

Apontou, também, que parou de trabalhar como DJ em bailes na sua favela de origem devido ao mesmo motivo, apontando que, por mais que os moradores de favela saibam, ou não, dos seus direitos enquanto cidadãos são violentados de diversas maneiras durante as operações policiais, desde levar um tapa na cara, ter seu aparelho celular revistado e/ou até mesmo correndo o risco de morte.

O Cria, em suas falas, relacionava muito o fato de ser uma pessoa negra moradora de favela e o tratamento aos quais recebem com a Lei da Vadiagem<sup>6</sup>, apontando que o Estado ainda os enxerga dessa forma, trazendo: “Como disse: o samba foi perseguido, a capoeira foi perseguida, nós que somos negros fomos perseguidos pela Lei da Vadiagem, tá ligado?” e completa “Tem trabalho, não? Bora. Tu é bandido”. Dessa forma, por mais que ainda esteja na Maré com uma certa frequência, realizou o movimento de saída desse território tanto enquanto morador como DJ de baile Funk por lá, apontando que “Eu sendo um corpo preto é complicado morar na favela, vendo todo esse cenário aí de guerra, esse looping repetitivo de mortes e ninguém faz nada. É só um arquivo arquivado e ninguém faz nada.”. Aqui relaciona-se ao que Souza (2020) traz quando problematiza a criminalização

6 Delito que existe no direito penal brasileiro desde os tempos do Império e enquadra os indivíduos que não têm trabalho e se dedicam à ociosidade. A punição está atualmente prevista na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688), assinada pelo presidente Getúlio Vargas em 1941, na ditadura do Estado Novo. A ociosidade pode custar aos vadios até três meses de prisão. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/delito-de-vadiagem-e-sinal-de-racismo-dizem-especialistas>>.

do Funk, afirmando que ele deve ser tratado como cultura e não como caso de polícia, apontando que o Estado tem servido como o principal censor da realização de bailes funks, principalmente e exclusivamente em territórios favelados e de periferias, principalmente quando falamos de um país marcado pela Necropolítica e são os jovens negros que mais morrem em decorrência a ações policiais no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

O rapaz comentou que foi começando a perceber essas formas de tratamento e também a se questionar a respeito das operações policiais ainda em sua adolescência, conforme foi ficando mais velho, e traz também que até as vestimentas, certas marcas de roupas e modos de se vestir de pessoas moradoras de favela começaram a ser vistas como o estigma de ser favelado e serem discriminados por conta disso, onde traz: “Depois de algum tempo, né... A gente vai vendo. Quando você chega com uns 15 anos, que você começa a ser abordado, tá aqui, as pessoas começam a te olhar torto, o que você está vestindo, se você tá de Nike<sup>7</sup>, se você não tá, se você tá de Kenner<sup>8</sup>, né. E separaram muito isso, né? Até as roupas, assim, eles tentaram separar. Esse cara é da favela, ele tá com essa roupa aí de Nike e Adidas<sup>9</sup>, estão a gente não pode, né. Hoje... hoje, a Kenner é... é referência, né? Antigamente foi muito... antigamente marca de favelado. Nike, marca de favelado, né? E a gente começa a ser abordado de outra forma pela polícia. A gente não entende porquê. Eu não entendia porque eu tava sendo abordado daquela forma...”. O rapaz também traz, até mesmo antes do início da entrevista, sobre uma certa impossibilidade de se circular de uma favela da Maré a outra, muito por conta de uma certa “linha imaginária”, trazida por ele, onde moradores que são de favelas distintas, comandadas por facções distintas ou pela milícia, não podem circular de um território a outro.

Isso chamou bastante atenção - apontando que até mesmo o quanto os Funks por si só em suas composições são territoriais e que para se gerar uma maior “união” entre toda a Maré, ele e outros amigos tentam produzir composições que tragam em suas letras a Maré mencionada de uma maneira geral e não apenas referências à favelas específicas, - principalmente em relação à entrevista com a Amiga que afirmou que realiza uma grande circularidade por diferentes regiões da Maré, por mais que considere que esse movimento não se dá da mesma maneira para todas mulheres transgênero e travestis, e quando questionada se enxergava uma diferença nessa circularidade entre corpos femininos, masculinos

7 Empresa estadunidense de calçados, roupas e acessórios fundada em 1972.

8 Linha de sandálias lançada no Rio de Janeiro em 1988.

9 Empresa de calçados, roupas esportivas e equipamentos esportivos fundada na Alemanha em 1922.

e dissidentes de gênero pelos territórios da Maré, ela aponta que acredita numa diferença conceitual, epistemológica e geográfica entre os termos “lugar” e “território”, apontando que o termo território envolve relações de interesse, poder e conflito e que, para um lugar ser territorializado e ser lido como território, envolve o conceito do que é territorial e assim relações de conflitos de poder, de poderes paralelos e disputas de narrativas já que a Maré é composta por 16 favelas, com suas suas particularidades e construções em décadas diferentes, tendo a presença de duas facções rivais e a milícia, então, aí sim enxerga a Maré como um lugar territorial. A amiga traz o seguinte apontamento “Onde se você tá numa favela comandada por uma facção X, né, se você for homem, negro, retinto, hétero e com uma estética, do que... para os olhos das pessoas, enfim, construídas pela ignorância da elite, entende como parece ser um bandido, isso é um risco. Conheço muitos amigos homens que pra atravessar de uma região à outra na Maré são parados, né, são questionados. Tem até um certo medo, um receio... Aí atravessa pela Avenida Brasil. E aí corpos femininos, no geral, não passa tanto por isso, né? Então, essa territorialidade vai ser um marcador de gênero, um marcador estético e vai ser um marcador também do quanto você é ou não uma pessoa anônima dentro da sua própria favela.”

Acreditamos que todos esses apontamentos, tanto do Cria quanto da Amiga, trazem resquícios de uma certa masculinidade negra e de como ela é vista em territórios de favela e periferias, já que há no imaginário social, como aponta com hooks (2019, p.148), “na cultura popular, as representações da masculinidade negra se igualam ao falocentrismo bruto, ao ódio pelas mulheres, a uma sexualidade combativa “estupradora” e a um claro desprezo pelos direitos individuais.” E, segundo hooks (2022), sendo vitimizados por estigmatizações que foram articulados no século XIX, quando se une raça e classe, e ainda ao patriarcado, perpetua-se na mente e no imaginário social, até os dias atuais, as imposições de uma identidade patriarcal masculina de gênero sobre os homens negros, sendo estes vistos como animais, brutos, estupradores por natureza e assassinos, com essas imagens se sobrepondo às identidades que os homens negros possam criar por si mesmos.

Porém, a fim de não realizarmos essencializações a priori, enxergamos que a Interseccionalidade, nesse momento, ressalta-se de forma mais expressiva e deve ser convocada para compor essa discussão. De acordo com Carla Akoti-rene, escritora e ativista política, no livro *Interseccionalidade* (2019), o conceito de Interseccionalidade é um recurso analítico pensando pioneiramente por feministas negras a partir de suas experiências e reivindicações intelectuais que eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, principalmente dando foco em homens negros. A Interseccionalidade foca na



inseparabilidade do Racismo, do Capitalismo e do Cisheteropatriarcado, dando luz a como mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe. Assim, afasta-se o desvio analítico para apenas um eixo de opressão.

Como apontam Díaz-Benitez e Mattos (2019), o gênero, no pensamento feminista negro, coloca-se como a produção de uma diferença que não existe de forma separada a outras diferenças. A Interseccionalidade interdita aforismos matemáticos, ou comparativos e afasta a perspectiva de hierarquização de sofrimentos. No lugar de se somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam os corpos, sendo experiências modeladas por e durante as estruturas estabilizadas pelas matrizes de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a categoria identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações e características, mesmo que nem todas sejam explícitas.

[...] Seguindo essa crítica, por exemplo, seria errado partir da ideia de que um homem gay, pobre e negro é três vezes oprimido de modo por se, sem dar atenção a outras especificidades da vida social desse sujeito, a suas redes de relação ou a seu contexto de vida. É possível, por exemplo, que em um contexto de favela ou de extremo policiamento, um jovem gay seja menos cotado pela vigilância policial, isto é, menos identificado como “traficante” justamente porque não responde à masculinidade que se imagina para esse sujeito, ou é possível que esse mesmo jovem seja evangélico e que nesse contexto seja sua religião o marcador que assumiria maior peso nas suas interações sociais mais imediatas. (Díaz-Benitez e Mattos, 2019, p.77)

Piscitelli (2008) aponta para a necessidade de perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos a depender do contexto, do momento histórico e das especificidades econômicas, sociais e culturais de determinado contexto. Assim, a diferença não pode ser pensada como desigualdade de maneira antecipada, já que ela pode remeter a diversidade, igualitarismo ou agências favoráveis aos sujeitos.

Devemos convocar a Interseccionalidade também, pois a Princesa, até o presente momento do campo, foi uma das poucas mulheres a serem encontradas, tanto nos flyers de divulgação dos bailes, quanto em indicações e em redes sociais, na produção de bailes da Maré. Além disso, aparece não apenas a dificuldade de se encontrar mulheres, cisgênero ou transgênero, mas também corpos LGBTQIAPN+ na produção de Funks na Maré, para além da presença em bailes e em festas. Deve-se ressaltar que é um primeiro achado num primeiro momento do campo, dentre as 16 favelas. Começamos a questionar onde estão essas pessoas então, já

que a própria Princesa, e também o Cria, apontam em suas entrevistas, os bailes como um ambiente majoritariamente masculino “e de homens”, de acordo com a Princesa, com ela já tendo sido retirada de palcos dos bailes a força por homens que não aceitavam o seu trabalho e que, atualmente, isso já não acontece mais, mas abrindo a discussão para as violências de gênero que homens negros perpetuam em suas práticas, como hooks (2022) sinaliza. Chama atenção, também, o fato da Princesa não ser oriunda do Complexo de Favelas da Maré, nem moradora de uma das favelas, sendo acolhida e reconhecida como residente e representante de um dos bailes da Maré.

Segundo hooks (2022), as mulheres negras não podem falar pelos homens negros, mas nós podemos falar **com** eles. E também, como apontam Jorge e Poets (2021) no livro *Maré de Dentro: arte, cultura e política no Rio de Janeiro*, devemos também provocar fissuras no arquétipo homem cristalizado em contextos de favela, a fim de contradizer a lógica dominante das masculinidades, em que a ideia de agressividade está atrelada, principalmente às masculinidades negras. Devemos convocar o conceito de Interseccionalidade a fim de pensarmos possibilidades de abertura e torções de estereótipos. Corroborando com os questionamentos de Soares, Quadros e Mattos (2022), nos instiga investigar se o deslocamento provocado pela arte e cultura, aqui especialmente se tratando da música, nos ajuda a tensionar o projeto colonial e produzir **outras** masculinidades negras, principalmente quando se trata de pessoas negras identificadas pelo gênero masculino performando suas experiências e construindo uma disputa no tecido social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessa-nos, nesse momento inicial de dissertação de Mestrado, com os achados iniciais do campo a partir das entrevistas realizadas, não estabelecer um fechamento desta discussão, mas justamente abri-la convocando diferentes atores sociais pois, corroborando com Soares, Quadros e Mattos (2022), estabelecer a pluralidade das masculinidades negras é ouvir mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, homens que não performam a cisheteronormatividade<sup>10</sup>, sem os quais as dores oriundas das violências sexistas permanecem inscritas dentro dessa lógica racista dominante. Devemos convocar o conceito de Interseccionalidade principalmente como Metodologia de pesquisa a fim de pensarmos possibilidades de abertura e torções de estereótipos sobre homens negros e hooks (2022) ainda acrescenta que qualquer crítica ao considerado “macho negro”, ao machismo negro, que não

---

<sup>10</sup> Norma social que dita a cisgenderidade e a heterossexualidade como padrões hegemônicos.

lancem olhar às ações dos homens negros que subvertem e desafiam o status quo não pode ser considerada uma intervenção e os relatos que dão a entender que todos os homens negros são machistas fazem parecer que não há possibilidade de modificação, que não há mais alternativas frente a estrutura dominante. Durante as entrevistas, nesse primeiro momento do campo, ressalta-se a intersecção não apenas entre gênero e sexualidade, mas também com a cisheteronormatividade e como fragmentos de um ideal de masculinidade hegemônica dominante ainda aparecem nas falas dos entrevistados e na prática Funk realizada em alguns bailes do Complexo de Favelas da Maré.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra. 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

BENEVENTO, Claudia Toffano. Cultura Funk e cultura popular no Rio de Janeiro: contribuições ao estudo da consciência política da mulher trabalhadora no Complexo de favelas da Maré. 2019.

BRAGANÇA, J. S. **Preso na gaiola**: A criminalização do funk carioca nas páginas dos jornais do Brasil (1990-1999). Curitiba: Editora Appris, 2020.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**, v. 2, p. 67-94, 2019.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante. 2019.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em 31 de Out. de 2023.

JORGE, A; POETS, D. O poder artístico da exibição Maré de Dentro. In: BARNES, N;

POETS, D; STEPHESON, M. **Maré de Dentro: Arte, Cultura e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2021.

LIMA, Fátima. (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 70 (no.sp.): 20-33.

LOPES, Adriana Carvalho. **Funk-se quem quiser no batidão negro da cidade carioca**. Campinas, SP, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Genero: a historia de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa;

SZWAKO, Jose (eds.). Diferencas, Igualdade. Sao Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

\_\_\_\_\_. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, 11(2), p.263-274, jul.-dez. 2008

RAMOS, Lázaro et al. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. Editora Elefante, 2022.

SOARES, D; QUADROS, L; MATTOS, A. O pranto nas masculinidades negras: Das águas de AmarElo que (de)moram nos olhos. **REBEH: Revista brasileira de estudos da homocultura**. Cuiabá, Mato Grosso. V. 5. N. 16. 2022. P. 146-170.

SOUZA, Renata. **Cria da favela**: resistência à militarização da vida. Boitempo Editorial, 2020.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2016: homicídios por arma de fogo no Brasil.

FLACSO Brasil. Disponível em: [https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016\\_armas\\_web-1.pdf](https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf). Acesso em: 08 de Nov. de 2023.

## REPRESENTATIVIDADE ENTRE OS SUPER-HERÓIS: ESTEREOTIPIA E DIVERSIDADE EM UMA MÍDIA PROFUNDAMENTE GENERIFICAD(OR)A

*Leandro de Moura Mesquita<sup>1</sup>*  
*Jaqueline Gomes de Jesus<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho analisa como a mídia dos super-heróis se relaciona com a questão de gênero, sobretudo no que se refere à convencional construção da imagem de “humanos ideais” através da generificação, racialização e etnocentrização de seus personagens mais tradicionais e como isso se dá frente às demandas atuais por uma maior e melhor representação de grupos minorizados como negros, indígenas e homossexuais. Partindo dos conceitos de representação e estereótipo pensados por Stuart Hall (2016) buscou-se demonstrar como essa mídia se utiliza de determinados padrões que separam os personagens representados em binaridades que colocam de um lado os heróis como símbolos incorporadores das raças/etnias, sexualidades e papéis de gênero considerados ideais e, de outro, personagens secundários ou até vilanescos como a face do outro diferente/exótico/inadequado/marginalizado. E a partir da noção de tecnologia de gênero desenvolvido por Teresa de Lauretis (1994) discutimos até que ponto esse tipo de representação pode ser pensada como uma (re)produtora de identidades e como ela se coloca em relação a perspectiva de representatividade tão debatida na atualidade.

**Palavras-chave:** Super-heróis, Tecnologia de Gênero, Estereótipos, Minoria, Representatividade.

1 Mestrando do Curso de Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, leandromm-professor@gmail.com;

2 Professora Orientadora: Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília - UNB, jaqueline.jesus@ifrj.edu.br.

## INTRODUÇÃO

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta frase extremamente famosa de Simone de Beauvoir que gera as mais acaloradas polêmicas na atualidade nos atenta para uma questão talvez não tão óbvia, mas que está no cerne da nossa existência como “animais políticos”, que é a de que as noções de gênero ao contrário do que prescreve o senso comum não são realidades imutáveis dadas naturalmente, mas sim parte de uma série de ferramentas discursivas elaboradas socialmente.

Ser mulher, ser homem, ser gay, ser trans, etc. são rótulos produzidos por diferentes sociedades com o objetivo não só de descrever uma realidade como também de produzir tal realidade através da normatização e essencialização de determinadas características que em tese fazem parte de uma determinada identidade. E como não só de sexualidade vive o homem, podemos ampliar a discussão para outras formas de se enquadrar os sujeitos dentro de determinadas “caixinhas” de identidade como a raça, a classe social, a nacionalidade, a forma física, entre outras. Desse modo, podemos falar em uma discursividade que molda os sujeitos a partir da produção de essências identitárias que não existem *a priori*, mesmo que tais discursos busquem exatamente gerar tal impressão: impressão de que não estão construindo algo, mas apenas revelando, demonstrando um suposto dado natural.

Essa impressão é que chamamos de uma essencialização do ser, ou seja, uma pretensão de que existem certas características imutáveis e universais para determinados gêneros de indivíduos que fazem deles, por exemplo, um homem ou uma mulher ou um negro ou um ocidental e todas as suas variações e interseções. Em seguida a esse processo de essencialização e como resultado dele vem o de normatização, afinal, se existem essências de ser é possível falar que alguns se “encaixam” nelas e outros não ou mesmo que determinadas essências são as mais corretas e aceitáveis ou evoluídas ou superiores e outras que são o contrário disso e, por isso mesmo, falhas, erradas e até inferiores.

Os meios através dos quais a discursividade moldadora de sujeitos atua são dos mais diversos porque o processo de normatizar e essencializar comportamentos e modos de ser está profundamente enraizado nas vivências através da linguagem, da legislação, da arte, do entretenimento, etc. acompanhando as pessoas do parto ao túmulo. Para este trabalho escolhemos aquilo que poderíamos chamar de mídia super-heróica que se origina nos chamados *comic-books* ou revistas em quadrinhos estadunidenses publicadas com histórias específicas de super-heróis a partir dos anos de 1940.

Ao longo das décadas seguintes os super-heróis se popularizaram e as editoras DC Comics e Marvel Comics se tornaram as principais produtoras desse tipo de história acabando por ditar as suas características básicas e convenções de gênero em termos de estrutura narrativa, caracterização física de personagens, temas comuns nas tramas, tópos como identidades secretas, super-poderes, super equipes, etc. Essa popularização produziu uma expansão da mídia super-heróica porque tais personagens saíram das histórias em quadrinhos e alcançaram novos tipos de arte como animações, livros, videogames, séries de televisão e filmes para cinema livros, bem como, produtos de consumo dos mais diversos como lancheiras, cadernos, fantasias, camisas, etc.

Vale destacar inclusive, que como aponta Liam Burke a última década tem sido a “Era de Ouro dos Filmes de Quadrinhos” em um movimento ocasionado por: 1) a celebração do heroísmo pós 11 de Setembro; 2) avanços tecnológicos no cinema; 3) paradigmas contemporâneos de filmagem que favorecem um conteúdo pré-existente e predisposto à formação de franquias; e 4) uma “mudança da guarda”, isto é, uma mudança de postura por parte dos profissionais da indústria, o quais se apresentam mais receptivos a materiais oriundos dos quadrinhos, muitas vezes em razão de um afeto pessoal por estes materiais (BURKE, 2015, p. 74-77).

O fato é que ao longo de seus quase 90 anos de existência esse gênero embora tenha também seus períodos de declínio advindo de questões como censura e desinteresse do público, de forma geral ainda permanece como um dos principais meios de transmissão de ideias (e ideologias), perspectivas de mundo, valores e modos de comportamento típicos, sobretudo, da sociedade estadunidense/ocidental. Aqui pensaremos essa situação a partir da ótica de que como uma mídia voltada principalmente para crianças e adolescentes, as histórias de super-heróis acabam por possuir certa função “didática” contribuindo para a construção da identidade dos indivíduos através de uma projeção que estes fazem de si (e dos outros) nos personagens que eles acompanham.

Em outras palavras - dentro dos devidos limites - partimos do pressuposto de que o ato de ler histórias em quadrinhos, assistir a uma série de filmes ou jogar videogames de super-heróis crianças e adolescentes (e não só eles, mas principalmente eles devido ao fato de que é nessas fases que se dá a construção da personalidade) acabam por assimilar valores que em algum nível moldam sua visão de mundo. Isso se torna ainda mais sintomático quando pensamos que na atualidade há uma tendência de se vender as narrativas ficcionais como um estilo de vida que passa do consumo das histórias ao consumo de produtos relacionados

a elas que servem como um meio do indivíduo expressar seus valores, ideais e preferências:

[...] hoje, um filme é feito para o cinema, prevendo-se que, depois de algumas semanas, quando cumpriu o seu circuito de arrecadação pelas salas de cinema, continue a faturar como vídeo, devendo ser apresentado também na televisão comercial enquanto programa especial. [...]

Espraiando-se isso por sua vez para outros setores, o que se vê é uma enxurrada de revistas em quadrinhos, anéis, cintos camisetas com figuras e dizeres: os consumidores da ficção se põe literalmente a vivê-la, como se esta se tornasse a realidade. É uma tentativa de dar poesia à prosa do cotidiano. O dia-a-dia se enche da aura do transcendental, que já parece famoso apenas por ter aparecido em massa.

É como se houvesse um rei, que se torna rei apenas por ter nascido, Cada mortal sonha ser um rei, um rei de ficção. Identificando-se com o seu rei - ou a sua rainha-, cada um como que conquista um pedaço de realeza para si. (KOTHE, 1994, p.246)

Assim, não seria exagero dizer que os personagens de ficção se tornam símbolos que inspiram comportamentos e “ferramentas de inteligibilidade” que utilizam para pensar a sua realidade e lidar com ela, das mais variadas formas. Um exemplo disso, é o personagem Justiceiro da Marvel Comics conhecido por matar vilões, cujo símbolo - uma caveira - foi apropriado por policiais e militares nos EUA e no Brasil<sup>3</sup>. E quando consideramos o fato de que toda narrativa por mais ficcional que seja guarda profundas relações com o contexto em que é produzida, indo das histórias, preferências e vivências dos autores às preocupações comerciais das empresas que estão por trás de sua produção como sujeição ou não às convenções de gênero, demandas do público-alvo, etc., torna-se evidente que as histórias de super-herói assim como outras ficções em vários níveis são expressões de determinadas ideologias.

Nesse sentido, este trabalho tem como principal objetivo analisar como a mídia super-heróica está envolvida com a (re)produção de ideias generificadoras, através da representação que faz de homens e mulheres especialmente no que se refere a forma como define esses papéis o que faz dela aquilo que Teresa de Lauretis (1994) definiu como uma tecnologia de gênero. Haja vista que as noções de gênero não estão dissociadas de outras questões sociais, como objetivo

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/justiceiro/punisher-reprime-policiais>>. Acesso em: 23 de set. de 2023.



secundário buscamos pensar também como as histórias de super-heróis lidam com as questões de raça e nacionalidade através da representação de negros, orientais e outros povos não-americanos.

A partir de uma análise mais geral dos lugares-comuns das histórias de super-heróis manifestas sobretudo na sua imagética estereotipada, podemos verificar que a mídia super-heróica em suas convenções, preferências autorais, necessidades mercadológicas e contextos de produção se alimenta é alimentada pelas questões de gênero, raça e nacionalidade. Isso se dá tanto com suas origens conservadoras nos anos 40 e 50 quando havia uma preocupação de que elas exprimissem os valores “tradicionais americanos” como o patriotismo que beirava a xenofobia, a hegemonia da branquitude e o respeito a moral cristã, quanto nos tempos mais recentes em que muito disso permanece, mas que também tem de lidar com as cada vez mais presentes reivindicações de grupos minoritários por representatividade.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho teve como metodologias principais as pesquisas de cunho bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica teve o objetivo de fornecer base teórica para discussão dos temas propostos e fazer uma contextualização dos mesmos frente aos desafios da atualidade do qual fazem parte. Já a pesquisa documental concentrou-se, sobretudo, na análise da imagética de algumas Histórias em Quadrinhos, Filmes e Séries de super-heróis com o objetivo de verificar os topos, mudanças e permanências nas representações dos personagens ao longo de várias décadas.

O fato de que super-heróis existem há no mínimo 80 anos e que muitos dos personagens mais famosos como Super-Homem, Batman, Mulher-Maravilha, Hulk e Homem-Aranha possuem histórias contínuas que avançam por mais de sete décadas tornou necessária uma análise mais superficial, inclusive porque pretendemos refletir sobre lugares-comuns do gênero que se mantém mesmo quando consideramos personagens de editoras diferentes em épocas diferentes.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O nosso trabalho teve como norteador teórico principal, o conceito de tecnologia de gênero elaborado pela autora italiana Teresa de Lauretis. Em seu artigo “A Tecnologia de Gênero”, ela descreve em quatro proposições esta concepção de que o gênero enquanto diferença sexual é uma representação e que

essa representação é resultado de uma construção social realizada através, por exemplo, das formas como o masculino e o feminino são representados no cinema ou em outras mídias:

- (1) Gênero é (uma) representação - o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário.
- (2) A representação do gênero é a sua construção - e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.
- (3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça - na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental - em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos do Estado”. [...].
- (4) Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação. (LAURETIS, 1994, p. 209)

E a partir do momento que as pessoas são sujeitadas a estes discursos acabam por “absorvê-los” transformando-os em representações pessoais que se tornam parte de sua subjetividade, na medida em que esta se constrói através das diferentes interações do indivíduo com seu meio social. Pensar o gênero desta forma significa, portanto, compreender que ele não é um dado natural que existe *a priori* inato aos seres, mas sim um efeito produzido pela discursividade sobre os corpos das pessoas (LAURETIS, 1994, p.208). No dia-a-dia podemos verificar essa produção através dos diferentes papéis e características que são atribuídos a cada gênero em diferentes formas de discurso que vão desde as falas cotidianas do tipo “menina não sinta desse jeito” até aparatos mais elaborados como livros, reportagens de jornais, filmes, propagandas, etc. cujas representações da masculinidade e da feminilidade contribuem para a construção do que significa ser homem e do ser mulher.

Partindo para o campo artístico em específico, outro conceito teórico importante relacionado é o de representação discutido por Stuart Hall (2016) que nos permite pensar essa relação entre como os personagens da mídia super-heróica são representados e as influências que tais representações podem ter sobre a

mentalidade do público que consome as narrativas de super-heróis. Conforme o autor, a representação é um meio fundamental de lidarmos com o mundo a nossa volta construindo e compartilhando significados:

“Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas.”  
[...] Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. (HALL, 2016, p. 31)

A produção e compartilhamento de significados gerados através da representação nos permite produzir sentidos e estes sentidos nos definem culturalmente construindo nossa identidade e consequentemente a dos outros, inclusive através da normatização de condutas e comportamentos. A questão principal apontada aqui, e que se relaciona com as ideias de Lauretis, é que a representação enquanto forma de discurso configura-se como um exercício de poder, pois ao se representar algo ou alguém acaba-se por defini-lo discursivamente, dizer quem e/ou o que ele é e não é, uma atividade constantemente utilizada por grupos hegemônicos para exercer e manter sua hegemonia sobre aqueles que dominam:

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira - dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do poder simbólico através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica. (HALL, 2016, p.193)

Como afirma o autor, se é natural que o pensamento humano faça uma leitura do mundo a partir do encaixamento dos entes em tipos (homem, mulher, objeto, mesa, etc.) que classificam a realidade tornando-a inteligível, a produção e o uso de estereótipos vai além disso, porque se trata da criação de tipos que limitam o que está sendo representado à sua representação:

Assim, qual é o diferencial de um estereótipo? Estes se apossam das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados. [...] Então, o primeiro ponto é que a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”.

Em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável.

Em seguida, exclui ou expelle tudo o que não cabe, o que é diferente.  
(HALL, 2016, p.191)

Essa limitação é uma forma do representador demonstrar e exercer seu poder sobre o outro, um poder de controle porque em última instância molda a percepção que os diferentes atores sociais têm de si e desses que são tidos como outros. Para nosso trabalho pensaremos então como o gênero super-herói faz parte dessa construção estereotipada dos modelos ideais de ser e daqueles que não fazem parte desse modelo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira manifestação da generificação nas histórias de super-heróis que salta aos olhos é aquela relacionada à representação gráfica que se faz dos corpos humanoides em sua dicotomia de sexo-gênero. Imagetivamente os *comic-books* americanos criaram certas convenções que orientam meticulosamente a construção de personagens sob tal dicotomia: os homens super-heróis são representados como personagens hiper musculosos com enormes bíceps e abdomens bem definidos numa clara expressão da ideia de masculinidade como sinônimo de força, enquanto as mulheres super-heroínas ou super-vilãs têm traços específicos do corpo feminino - como seios e nádegas - ressaltados, criando figuras hipersexualizadas. Heroísmo, vilania, poder e fraqueza no gênero super-heróico são manifestações corporais: “O corpo do super-herói, por tradição, herda dos gregos a kháris. Pela graça concedida pelos deuses, aos heróis e aos atletas, a beleza escultural é a manifestação do próprio poder reluzente.” (VARGAS, 2018, p. 69)

Conforme bem lembra o autor, em adição a isso os trajes que os super-heróis vestem servem para ressaltar tais traços, constituindo-se na maioria das vezes de collants que permitem a visualização dos corpos dos personagens como se nada usassem (VARGAS, 2018, p. 69). No caso das personagens femininas isso se torna ainda mais significativo com a profusão de trajes não só colados ao corpo como também de cobertura muito reduzida com a profusão de, por exemplo, designs que se aproximam de biquínis e maiôs para mostrar partes como pernas e barrigas e amplos decotes que contribuem para a sexualização dos seios.

É notável que não só não há muitas fugas a esses padrões como também muitas vezes as fugas a eles são tratadas justamente como exceções que caracterizam determinado personagem como tal. A quase inexistência de fugas é o que Hall aborda como a característica da estereotipia de simplificar ao extremo as coisas para tornar sua inteligibilidade fácil e memorável (HALL, 2016, p. 191): reconhecemos facilmente uma história de super-heróis só de olhar suas imagens

porque já temos “implantados” em nossa mente como um super-herói e seu oposto, o super-vilão, devem se parecer.

Por exemplo, super-heróis magros ou gordos são muito raros e sua condição física geralmente é tratada como uma expressão, no primeiro caso de fraqueza como um Super-Homem da história de um mundo alternativo “Ponto de Ignição” que é magro porque foi mantido preso pelo governo longe da luz solar como forma de anular seus poderes, ou no segundo caso de vício e comicidade, exemplo do super-herói da DC Comics conhecido como Saltador, que possui um corpo acima do peso e só ganhou poderes porque confundiu uma fórmula superplástica com refrigerante. Da mesma forma, mulheres com traços físicos pensados como masculinos, a exemplo de corpos muito musculosos, geralmente ou são vilãs ou super-heroínas cujos poderes significam uma aproximação com o monstruoso ou o alienígena - este último um traço compartilhado com super-heróis representados como magros. A estereotipia corporal aqui manifesta sua característica de marcadora da diferença e criadora da diferença simbólica (HALL, 2016, p. 192): o “normal” no mundo super-heróico é o homem forte e a mulher sensual, o que sai disso é expressão do mal vilanesco, do outro estranho, imperfeito, exótico e alheio a um mundo idealizado.

A Mulher-Maravilha da DC Comics sendo super-heroína, é uma mulher com o corpo feminino idealizado a partir do que convencionamos como tal na sociedade que a produziu e usa trajes mínimos que permitem ao público contemplar isso. Enquanto muitas de suas vilãs são opostas: a Doutora Veneno nas primeiras histórias aparecia como uma pessoa corpulenta sendo até confundida com um homem e posteriormente com um rosto deformado e em ambos os casos com um traje que cobre todo o seu corpo; a Giganta muitas vezes foi representada como musculosa e com roupas que lembram uma “mulher das cavernas”; e a Mulher-Leopardo oscila entre a femelle fatale e a mulher-monstro cuja aparência se confunde com o animal que a nomeia. Podemos aqui lembrar das palavras de Lauretis (1994, p. 212) de que o sistema sexo-gênero é “um sistema de representação que atribui significado”: não seriam essas oposições entre uma “feminilidade ideal” da Mulher-Maravilha versus uma “feminilidade distorcida” (monstruosa/fatal) ou ausente de suas inimigas uma forma de usar concepções de gênero para dizer o que é o bem/correto e o seu oposto mal/errado dentro daquela sociedade?

Essa estereotipia do feminino também aparecerá nas tramas dos personagens que não raramente manifestam visões bem específicas acerca do ser homem e ser mulher nos papéis que atribuem a cada gênero. Inicialmente nos anos 40, as mulheres na maioria das histórias do gênero ocupavam um papel secundário geralmente dentro do espaço de pares românticos dos super-heróis masculinos

(Lois Lane para o Super-Homem, Carol Ferris para o Lanterna Verde, Iris West para o Flash, etc.) e muitas vezes ficavam numa posição de “moças indefesas” que eram salvas por eles além de terem “profissões-padrão” como jornalistas, secretárias e enfermeiras. Nessa época a exceção era a Mulher-Maravilha da DC Comics que se consolidou como a primeira grande super-heroína, muito embora o fizesse em uma revista solo pouco aparecendo nas histórias da super-equipe Liga da Justiça onde era a única mulher do grupo e aparecia como secretária não participando diretamente das suas aventuras.

Vale destacar que as duas principais equipes de super-heróis - Liga da Justiça na DC e Vingadores na Marvel - possuem entre seus membros fundadores e principais sempre no máximo duas mulheres em comparação com cinco ou mais homens. Parte disso é explicada através da concepção do senso comum de que o gênero super-heróico é destinado principalmente ao público masculino, o que podemos considerar como um grande exemplo de como essas personagens tanto atuam como uma tecnologia de gênero quanto são vítimas dessa construção: dizer que super-heróis é coisa de menino e construir histórias sob essa ótica (lembrando que a imensa maioria de profissionais envolvidos na elaboração dessas histórias são homens) acaba por muitas vezes afastar o público de meninas que não se veem representadas ali o que retroalimenta essa realidade fazendo-a parecer inevitável e imutável.

Se dos anos 70 para cá o número de super-heroínas certamente aumentou, ainda assim persistem certos lugares-comum na construção dessas personagens que acabam se tornando espécies de estereótipos. Além da questão da aparência já discutida podemos elencar: 1. a “femme fatale” que usa sua sexualidade para seduzir, enganar e até tentar matar os super-heróis, a exemplo da Mulher-Gato e Hera Venenosa na DC Comics (ambas vilãs do Batman) e da Viúva-Negra na Marvel Comics; 2. a mulher que é forte e poderosa por uma “masculinização” de suas características sejam físicas ao ter corpos menos esguios e mais musculosos sejam sociais ao não ter, por exemplo, uma função de mãe ou esposa como se ter poder/força não condizesse com tais papéis; 3. a mulher-vítima que é usada como mote para o super-herói ser forte, iniciar sua carreira heróica ou simplesmente ter um trauma ao ser morta, agredida, sequestrada, etc. como, por exemplo, a esposa do herói Homem-Elástico que foi violentada por um vilão ou a namorada do personagem Lanterna Verde Kyle Rayner que foi assassinada por outro vilão, ambos da DC Comics; 4. a mulher-poderosa-louca, que são personagens femininas com imensos poderes, mas que não conseguem controlá-los tornando-se perigosas como a Feiticeira Escarlata e Jean Grey na Marvel Comics.

Dado que de acordo com o que afirma Lauretis as tecnologias de gênero não constroem apenas o que significa ser mulher, mas também o que significa ser homem, os personagens masculinos também acabam por também serem “vítimas” dessas construções estereotipadas sendo geralmente colocados como seres durões e poderosos, cujas falhas são sempre perigosas e quase inaceitáveis projetando a imagem do homem como líder e protetor que deve salvar o mundo a qualquer custo, muitas vezes em oposição às mulheres emotivas e “desequilibradas”. Nesse sentido, há muito pouco ou nenhum espaço para a representação de outros “tipos de homem”, especialmente quando se trata da sexualidade, haja visto que entre os heróis principais de ambas as editoras nenhum foi criado inicialmente como gay ou bissexual e quando na atualidade se tenta reescrever suas histórias dando-lhes uma orientação sexual não-hétero, a recepção do público em geral tende a ser muito avessa obrigando as editoras a desfazerem as mudanças ou ignorá-las.

Por fim, paralela e interseccionada a questão sexo-gênero, está a da raça/etnia já que é muito perceptível que durante muitas décadas personagens não-brancos ou foram inexistentes ou construídos de uma forma muito estereotipada nas histórias dos super-heróis. A Marvel Comics só foi colocar um personagem negro entre seus membros principais dos Vingadores - o Golias - em 1966, três anos após a origem da equipe, um atraso que é até leve em relação a Liga da Justiça da DC Comics que só teve um membro fundador negro - o Cyborg - em 2011, quase 70 anos depois da estreia da equipe.

Ter super-heróis negros nas Histórias em Quadrinhos só se tornou uma preocupação das editoras entre o final dos anos 60 e início dos anos 70, muito pela questão do Movimento dos Direitos Civis e não representou uma total integração dos negros. Muitos desses personagens apreciam (e ainda aparecem) como coadjuvantes ou versões alternativas dos heróis brancos com pouca identidade que vá além de ser o “personagem negro” e muitas vezes cercados por estereótipos como estarem relacionados a uma ancestralidade mágica de uma África genérica (Vixen na DC tem poderes ligados à animais e o Cyborg uma tecnologia que beira à magia, Tempestade da Marvel pertence à uma linhagem de deusas-feitiçeras, etc.) ou serem violentos (Luke Cage da Marvel é constantemente envolvido com brigas de rua e criminalidade) e falarem de um jeito errado/exótico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos aqui citados são uma pequena gota em um oceano de construções narrativas que duram mais de oito décadas e dificilmente seriam exauridos

por qualquer pesquisa acadêmica, especialmente se tratando de um breve artigo como esse. Contudo, são apontamentos importantes para direcionar reflexões extremamente necessárias em um contexto como o nosso no qual grupos minorizados têm por um lado conquistado mais espaço na sociedade e, por outro, como consequência disso sofrido ataques cada vez mais ferozes às suas lutas que muitas vezes são rotuladas como “mimimi” ou “desejo de privilégios”.

Quando analisamos a mídia super-heróica para além do mero entretenimento, podemos verificar nela a manifestação de uma série de visões e ideologias acerca de questões sociopolíticas como gênero, raça, sexualidade e nacionalidade que rondam tanto os produtores de conteúdo de suas mídias quanto os consumidores dela. Essa desnaturalização do que ali se representa é parte fundamental de uma luta por maior igualdade e liberdade em nossa sociedade ao trazer à tona a consciência de que nada que se constrói socialmente é neutro ou apolítico como muitos opositores da ideia de representatividade querem fazer parecer.

Pensar a mídia super-heróica enquanto tecnologia de gênero significa antes de tudo ter em mente que a questão da construção de gênero perpassa as mais diferentes esferas da nossa sociedade estando presente inclusive no entretenimento. Como pudemos perceber em nossa pesquisa, as histórias de super-heróis foram construídas a partir de determinadas convenções que acabam por se tornar estereótipos de como um homem e uma mulher devem agir e quais suas funções, lugares e propósitos no mundo. Estereótipos estes que por sua longa tradição de uso nesta mídia não se limitam às décadas passadas, estando ainda presentes em muitas dessas histórias inclusive sem que autores e público tenham consciência disso.

Refletir sobre isso não se trata apenas de produzir retratismo, porque afinal as histórias de super-herói seja por sua ligação com as construções fantásticas acerca do mundo que o público infantil/adolescente produzem seja pela potência de símbolo que esses personagens trazem consigo em uma cultura de consumo de significados como a nossa acabam por ter grande influência sobre nossas mentalidades. Torna-se assim cada vez mais urgente a produção de pesquisas acerca da importância da tão falada representatividade no campo cultural, como parte de uma “descolonização” do entretenimento que coloca o homem-heterossexual-branco-ocidental no centro de tudo enquanto secundariza, invisibiliza, exclui e até destrói tudo aquilo que não se encaixe nesses padrões. É necessário que nos perguntemos sempre: quais os impactos dessa (des)construção em nós como seres humanos?



## REFERÊNCIAS

BURKE, Liam. **The Comic Book Film Adaptation: Exploring Modern Hollywood's Leading Genre**. Jackson: University Press of Mississippi, 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-241). Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Disponível em: [http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033218/mod\\_resource/content/1/LAURETIS%2C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Genero.pdf](http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033218/mod_resource/content/1/LAURETIS%2C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Genero.pdf).

LEPORE, Jill. **A história secreta da Mulher-Maravilha**. 1. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. **O que é História em Quadrinhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Fernanda Pereira da. Super-heróis negros e negras: referências para a educação das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

VARGAS, Alexandre Linck. O corpo do super-herói e a vida mutante. In: **Para além dos X-Men: embates e representações do universo mutante**. Organização de: Michel Silva. São Paulo: Todas as Musas, 2018, p. 67-81.

## PUREZA DE SANGUE E A AMÉRICA ESPANHOLA

*Jaqueline Gomes de Jesus<sup>1</sup>*  
*Nilton Luis Portilho de Avellar<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este trabalho visa a estudar a pureza de sangue na Espanha, que se formava no início da denominada Idade Moderna europeia, incluindo nesse contexto o surgimento desse assunto no que, em princípio, pode ser compreendido como medievalismo espanhol. A construção e afirmação da pureza de sangue, durante a Espanha moderna, apresenta peculiares ligações para a garantia e continuidade de uma ordem social hierarquizada, bastante caracterizada por privilégios da nobreza, dentro da vida societária espanhola. Por outro lado, a colonização efetivada pela Espanha na América, em termos reais, não veio a ser mera aplicação da ordem social estabelecida naquele reino europeu. A pureza de sangue ganha então, durante os séculos da imposta vigência colonial, edificação própria no ambiente americano. Metrópole e colônias tendo que mesclar pureza de sangue e ordem social nos domínios do Reino da Espanha.

**Palavras-chave:** pureza- sangue-ordem-sociedade-Igreja.

---

1 Professora

2 Aluno do Profhistória UFRJ 2022.

## I INTRODUÇÃO

O trabalho, a ser escrito e realizado, terá como atenção a concretização e aplicação da doutrina de pureza de sangue na metrópole espanhola e também na América espanhola, colônias do reino hispânico.

O estudo envolverá a preparação e a edificação da chamada pureza de sangue na transição do final da Idade Média europeia para a Idade Moderna, indo até o século XVII. Assim, envolverá a contextualização da doutrina da pureza na Espanha, destacando-se o tempo da governança de Fernando II e Isabel I, muito importantes para a afirmação da monarquia espanhola. Destaque-se também a força da Igreja na construção da pureza de sangue.

No ambiente colonial, faz-se necessário observar e analisar a pureza de sangue e sua aplicação diferenciada no novo mundo. O trabalho envolve objetivamente os séculos XVI e XVII, praticamente os dois primeiros séculos da conquista imposta aos povos nativos da América. Desse modo, será desenvolvido o presente trabalho sobre pureza de sangue.

## II JUDEUS E A SUA RECUSA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Dentro da Idade Média europeia (476-1453), houve um período de tempo em que os judeus viveram sob uma paz considerável na Espanha muçulmana. Isso, em realidade, aconteceu em Al-Andalus, quando tal governança pertencia ao emirado e califado de Córdoba. Tal domínio governamental, contudo, terminou em 1031.

A denominada invasão muçulmana iniciou-se em 711, indo até o ano de 1492, quando houve a expulsão dos islamitas de Granada, na Espanha. Era a invasão da Península Ibérica, que compreende sobretudo Portugal e Espanha na contemporaneidade,

O período de relativa paz para os judeus terminou com a substituição da governança tolerante de Córdoba. Assim, durante dois séculos, esses judeus, situados no sul da península, tiveram que enfrentar governos muçulmanos que primavam pela intransigência. Eram dinastias muçulmanas, oriundas de Marrocos: almorávidas e almôadas. Tal intransigência se mostrou difícil de suportar em determinado momento, quando foi decretada a obrigatoriedade da conversão dos designados infiéis pelos almôadas. No caso, judeus e cristãos, subjugados à dominação islamita.

Nesse quadro, aconteceu a imigração de judeus. Deixaram a área sulista de domínio muçulmano e foram para os reinos cristãos, que estavam em processo

de expansão rumo ao sul. Os reinos cristãos estavam em processo de retomada de espaços tomados pelos islamitas. Desse modo, principalmente por motivação religiosa, em que se mesclava intolerância, radicalidade e a conversão imposta, o grupo judaico migrou do sul, nos tempos da dominação dos almôadas.

Tomando outro exemplo sobre movimentação e estabelecimento de judeus, deve ser destacada a disposição destes nos reinos cristãos do norte da península. Se no sul de posse dos muçulmanos, após 1031, havia intolerância, no norte ibérico ocorria uma aceitável acomodação. Houve a suspensão de leis, ainda de origem visigótica do século VII, as quais limitavam ou proibiam a presença judaica em terras espanholas. Mas não somente isso, foram estabelecidos decretos que professavam a tolerância para com os judeus. Essas decisões visavam à participação desse povo, tradicionalmente afetados pela intolerância, no processo da Reconquista, feita em oposição aos nomeados invasores presentes na Ibéria.

Havia serventia na aceitação e utilização de judeus na Reconquista. Os reinos de Castela e de Aragão permitiam a atuação deles, por exemplo, como agentes de cobrança de impostos e administradores, por exemplo. Era a funcionalidade de certos judeus para participarem da retomada das terras hispânicas. Existiam, para financiar campanhas ligadas ao processo da Reconquista, existiam os financistas judeus. Estes, possuidores de sua funcionalidade, podiam receber terras ou ter direitos de receber taxações, porque tinham investido na retomada cristã da península.

Nesse caso, ocorre a associação de judeus com os reis ibéricos nos séculos XI e XII. Entretanto, no que diz respeito a esses judeus ligados à corte real, sobretudo quanto aos financistas, eles representavam uma parcela diminuta da comunidade judaica. É necessário também ressaltar que a tradição em terras hispânicas era a intolerância com os judeus. Ela ocorria desde o fim do período imperial romano, que teve seu término, em sua abrangência ocidental, em 476.

A migração judaica traz consigo o antijudaísmo, mesmo no período que compreende os séculos citados no parágrafo imediatamente anterior, em que houve a citada tolerância. Nos terrenos dominados pelos espanhóis, existiam as transmissões de conteúdo antijudaico, como as feitas por elementos pertencentes ao Cristianismo ocidental (monges e peregrinos em direção a Santiago de Compostela) ou por cavaleiros em movimento, lutando no âmbito da Reconquista.

Em relação a mitos antijudaicos edificados nas batalhas pela retomada das terras hispânicas, cabe destacar o medo de um possível contágio à religiosidade e sua cultura. A fé poderia ser contaminada pelo bom relacionamento entre cristãos, judeus e muçulmanos. Tendo em conta o mundo europeu ocidental de forma ampla, neste não acontecia a funcionalidade pactuada entre os reis de Castela e

de Aragão para com judeus que fossem proveitosos para a Reconquista. Exemplificando, judeus eram perseguidos no império germânico e nos reinos de Inglaterra e França. Entretanto, no que se refere a perseguir ou tolerar judeus, é preciso mencionar o papa Gregório I (de 590 a 604, o seu pontificado), que se mostrou contrário ao ataque a sinagogas. Deve ser citado também Carlos Magno, dentre outras designações, rei dos Francos de 768 a 814. Carlos Magno, que fez parte do Império Carolíngio, esteve bem afastado da ação antijudaica.

O Império Carolíngio (800-880), foi um período em que essa dinastia (carolíngia) governava os francos. Após o fim desse Império, a política antijudaica tornou-se parte integrante e essencial da Igreja cristã do Ocidente. Naquele tempo, a grande dominação religiosa ocidental era da Igreja Católica.

Em tal contexto, após o fim do Império Carolíngio, pode ser citado o assunto sobre os albigenses: “A heresia dualista albigense que grassa no ocidente medieval nos séculos XII e XIII passa a ser entendida como um subproduto da presença de judeus no ocidente.” (FELDMAN, 2014, p. 5).

O catarismo, ou heresia dualista albigense, anunciava que o mundo material era essencialmente mau, pertencendo a um deus, igualmente mau, que era satã. Por outro lado, o mundo espiritual era sagrado e pertencente a Deus. Cátaros ou albigenses eram os seus adeptos.

O termo “albigenses” se refere à cidade de Albi, que era um dos principais centros dessa heresia na França medieval. Os seguidores dessa heresia medieval condenavam o casamento e a procriação, não aceitavam a Santíssima Trindade (conceito que afirma que Deus, Cristo e o Espírito Santo são o mesmo ser) e afirmavam que Cristo era um anjo enviado por Deus com a missão de salvar a humanidade. Acreditavam em reencarnação e questionavam o poder da Igreja Católica.

Sendo, portanto, considerada uma heresia e mostrando-se contrária à tradicional ordem católica, viria a ser associada ao judaísmo satanizado. Configuração que se espalhava pela Europa ocidental. Reforçava-se, por meio do combate à heresia, o quadro de grupos demonizados, tomados como inimigos da fé cristã.

Neste ponto, é possível perceber que a paz obtida pelos judeus na Península Ibérica possuía dentro dela a tensão e a oposição à tranquila aceitação da maneira de ser judia. Os judeus vêm a ser o outro diante dos muçulmanos e dos cristãos, no contexto que envolve a presença islamita – então o inimigo maior e absoluto – e a retomada espanhola. Ainda que eles tenham sido aceitos pela governança de Córdoba, até 1031, e pelos reis de Castela e de Aragão, nos séculos XI e XII, em oposição aos judeus havia elementos ligados à religiosidade que se mostravam extremamente contrários à presença de pessoas que professavam o judaísmo.

Neste texto, foi anteriormente mencionado o repúdio de elementos ligados à cristandade e à cavalaria, contrários à tolerância para com os judeus.

No desenrolar da Idade Média, em época mais adiante, no que diz respeito à presença do papado católico em Avignon, no sul da França, em certo instante de crise: “De 1309 até o início do último quarto do século XIV, o papado está em Avignon. Por cerca de três décadas e meia haverá simultaneamente dois papas e até três num breve período. Acusações esvoaçavam entre papas e antipapas...” (FELDMAN, 2014, p. 7).

Nesse período de crise e hesitações, em relação ao papado, os países se alternam entre apoiar o papa ou os antipapas. Com a fé caindo num vazio hierárquico, o diabo é responsabilizado pela situação adversa. Mas a presença do diabo, além de representar o mal, está associada a muçulmanos, bruxas, leprosos e judeus, entre outros. Estigmatização e atribuição do que era visto como maldade e que podia ser afastado da fé católica. A Igreja (a influente Igreja Católica, em terras hispânicas, obviamente atribuía características negativas a determinados grupos étnicos, os quais igualmente mostravam-se afastados dos ditames católicos.

Cabe citar, para reforçar a ideia de incerteza e temor existencial no mundo europeu, a ocorrência da peste Negra no século XIV (1348-1351). Ela se refletiu por várias décadas em diferentes lugares da Europa, apesar de não ter persistir com o mesmo ímpeto a força arrasadora dos aproximadamente três anos de sua duração. Deve ser ressaltado que o acontecimento da peste negra, em terras hispânicas, serviu para aumentar o que se afirmava, com viés negativo, algo próprio de ser antijudaico.

Na Espanha, esse ar sombrio reforçava a satanização dos judeus. Assim, “Os judeus foram, desde então, considerados responsáveis por terremotos, culpados por envenenamento de cristãos, acusados de ajudar a resistência a resistência moura, na Península Ibérica,...” (SOUZA, 2008, p. 84).

A percepção e classificação do outro, do que se diferencia, é perceptível. A teologia descreve e explicita essa maneira de classificar e apontar para o perfil judaico. Nas artes, num tempo de amplo analfabetismo dentro da população em geral, imagens eram divulgadas publicamente, através de afrescos e altos relevos das igrejas. Judeus e hereges eram postos na alteridade, através dessa efetivação imagética. Quando houvesse uma crise em terras hispânicas, por que não satanizar o outro, por que não intensificar o uso de mitos antijudaicos?

Os camponeses chegavam a se manifestar, lutando por direitos e melhores condições. A nobreza pressionava os reis ibéricos para reprimir esses movimentos. Em momentos assim, por que não reforçar a ideia de outro, de seres satanizados,

imposta sobre os judeus? Por que não culpar os seres satanizados pela crise da vida real?

No final da Idade Média, sobretudo na Espanha, a construção do judeu e do islamita como seres satanizados estava bem estruturada. Isso pesou mais sobre os judeus, pois na segunda metade do século XV, os muçulmanos já estavam saindo, em sua maioria, da Península Ibérica. Havia então a força política da realeza, mormente dos reinos de Castela e Aragão. Entretanto não era a única força política de destaque.

A Igreja Católica era igualmente uma força de destaque, influenciando decisivamente na questão da limpeza de sangue. Desse modo, especialmente tendo em conta a tradição antijudaica existente nos reinos ibéricos medievais, a atuação dogmática cristã foi determinante para estabelecer a doutrina da pureza de sangue.

A doutrina ibérica da *limpeza de sangre* era algo *sui generis* na Europa no fim da Idade Média; trata-se do sistema normativo legal e simbólico que possibilitou o combate a crimes contra a cristandade (os principais sendo o judaísmo e o islamismo), introduzido na Península no alvorecer da modernidade. A pureza de sangue era entendida como a qualidade de não ter como ancestral um mouro, um judeu, um herético ou um penitenciado (condenado pela Inquisição). (STOLKE, 2006, p.21).

Sobre pureza de sangue, é mister registrar algumas menções. A pureza se refere a uma distinção proveniente da ancestralidade e transmitida por herança para determinada pessoa. Complementando, pela lógica da pureza de sangue, a pessoa recebe do seu ascendente as qualidades físicas e morais.

Não é possível estabelecer provas materiais e racionais para comprovar a pureza. Desse modo, o órgão ou instituição que tem o poder de classificar a pessoa, como pura ou impura, vai, na realidade, indicar as marcas ou sinais para a avaliação.

Tendo como referência os fisiologistas da época, havia quatro humores no corpo. “Desses quatro humores, o sangue era o mais perfeito. Antes da descoberta de sua circulação no corpo, acreditava-se que ele se esgotava após atingir todos os membros. Era, pois, necessário regenerá-lo permanentemente mediante a ingestão de alimentos.” (JOUANNA, 2010, p. 24).

Independentemente das divergências existentes entre os fisiologistas daquele período, havia a concordância que o sangue era o humor mais refinado. Ele se encontrava na fronteira entre o corporal e o espiritual, daí a sua grande valorização e, pelos padrões da era, sua essencialidade.

A época medieval serviu como preparação para a afirmação de uma cruel e excludente alteridade. Essa alteridade veio a ser normalizada pela lei canônica. Existiam pureza e impureza que podiam ser classificadas e referenciadas pelas qualidades morais. Nesse sentido, “O sangue impuro era entendido como aquele que carregava a mancha indelével da descendência dos judeus, que mataram Jesus Cristo, e dos muçulmanos, que se recusaram a reconhecê-lo como filho de Deus.” (STOLKE, 2006, p.21).

De acordo com o que foi externado anteriormente neste trabalho, havia de forma crescente hostilidade em relação a judeus na Espanha medieval. “Já em 1348 as leis espanholas *Las Siete Partidas* haviam declarado os judeus como uma nação “estrangeira”. A esse estigma seguiram-se várias leis que revelavam a crescente animosidade aos judeus, como em toda a Europa.” (STOLKE, 2006, p.22).

Apesar de existirem as leis de 1348, faz-se necessário mencionar que, até o fim do século XIV, judeus e muçulmanos viviam com bastante tranquilidade na Península Ibérica, inclusive tendo convivência com a nobreza e a Corte real. A partir do século XV, particularmente em relação aos judeus, a situação alterou-se: “Mas então uma onda de ataques às juderias (bairros judeus) e de massacres sangrentos de judeus começou a se espalhar por Castela, Aragão, Catalunha, Valência e Sevilha, em meio a novas tensões políticas entre nobres e membros da corte.” (STOLKE, 2006, p.22). Temerosos, em relação a atos de violência como esses, judeus se convertiam ao Catolicismo ou fugiam para Portugal. Nesse quadro de agitação, surgiu o primeiro estatuto de pureza. Isso aconteceu em 1449 (perto do final oficial da Idade Média, que foi em 1453), o estatuto relacionava-se ao Concílio de Toledo.

O estatuto, no viés do controle social, veio a ocorrer sobretudo devido a uma revolta popular. Esta revolta se voltou contra cristãos-novos (judeus convertidos) endinheirados, que tiveram suas propriedades confiscadas. Cabe ainda mencionar que a revolta veio à tona porque a Coroa resolveu cobrar pesado imposto. Tentando livrar-se da responsabilidade quanto ao imposto estabelecido, a realeza atribuiu a efetivação da cobrança a um mercador, cristão-novo, muito influente.

Assim, torna-se claro que a pureza de sangue espanhola firmava-se então como importante fator a contribuir para a ordem social, mas também no que diz respeito ao controle do povo. Acrescente-se que, no interior da construção da pureza de sangue, existiam aspectos garantidores de sua permanência e continuidade, como a utilização da figura do mercador influente e ambicioso.

No final do século XV, foi criada a Inquisição espanhola (ou Santo Ofício da Inquisição). Através de “uma bula papal promulgada pelo papa Sisto IV em 1478, autorizando os monarcas católicos a nomear padres para investigar e punir os



heréticos, especialmente os convertidos suspeitos de prática clandestina do judaísmo.” (STOLKE, 2006, p.22).

Dessa forma, a partir de 1478, os reis católicos Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela - cujo casamento, acontecido na segunda metade do século XV, foi essencial para formar o reino da Espanha, com as Coroas de Aragão e de Castela finalmente unidas - , por meio da Inquisição, queriam manter a ortodoxia proveniente do Catolicismo. A alteridade, que tinha sua direção e sentido apontados principalmente contra heréticos e judeus, fazia parte dessa manipulação para controlar a população.

Feldman discute e complementa o que veio a ser trabalhado por Stolke, tendo sido exteriorizado anteriormente: “A unidade e a uniformidade devem ser consolidadas. Não há espaço para a diversidade religiosa e étnica.”(FELDMAN, 2014, p. 198). Em 1492, terminando o processo histórico da Reconquista, os reis católicos Fernando II e Isabel I expulsam os muçulmanos da Península Ibérica. Mas também, nesse ano de expulsões, os reis provocam a saída forçada de judeus da Espanha.

Nesse jogo de controle social, alteridade e mesmo de expulsões do reino espanhol, destaca-se a figura do cristão-novo. O cristão-novo vinha a ser um filho ou neto de judeus que tinha feito a conversão para o cristianismo. Na realidade, convertidos ao Catolicismo, que era plenamente dominante em Espanha e Portugal. “A Inquisição espanhola...fazia a mediação entre os teóricos da exclusão e o povo, popularizando a ideia de que todos os convertidos eram suspeitos.” (STOLKE, 2006, p.22). Além de serem obrigados a seguir o caminho da conversão, os cristãos-novos, recém convertidos, são aceitos sob o crivo de persistentes desconfianças. Uma desconfiança a ser dita era a que os convertidos podiam ser publicamente católicos e na vida privada continuavam a ser judeus.

Para comprovar a pureza, havia as chamadas provas de sangue: “...exigidas, de modo que qualquer cargo civil, eclesiástico ou militar com alguma distinção social ficava restrito a “cristãos velhos”. Alianças via matrimônio entre cristãos velhos e cristãos novos eram um meio para os últimos adquirem status social disfarçando suas origens” (STOLKE, 2006, p.22).

As nomeadas provas de sangue chegavam até o casamento de cristãos. Que dividiam comprovar a pureza de sangue para que houvesse a concretização do matrimônio. A Inquisição podia impedir o casamento, desde que a pureza não pudesse ser comprovada.

Ganhava importância a ancestralidade dos cristãos e, particularmente, a questão da pureza da mulher. Dentro da necessidade da pureza feminina, sua conduta sexual tinha que ligar-se à pureza de sangue, sobretudo quanto à castidade

antes do casamento. Um filho gerado fora do matrimônio vinha a ser claro sinal de impureza.

Deve ser ressaltado que a imposição severa da Inquisição espanhola enfrentava, em diferentes ocasiões, a presença complexa da realidade, no que concerne aos matrimônios. Pessoas comuns e da camada social da nobreza costumavam contrair casamentos com judeus e muçulmanos. Por conseguinte, os cristãos-velhos, de acordo com o que desejava a pureza de sangue, eram raros.

Nesse quadro, entre os rígidos ideais vindos da Inquisição e a edificação do mundo real, tensões políticas e sociais despontavam. Em diferentes ocasiões, convertidos retiravam-se da Espanha, diante das tensões e da falta de confiança em torno da conversão ao Catolicismo.

Quem se mostrava contrário à rigidez externada pela Inquisição, fosse em termos civis, canônicos e, mais especificamente, em relação à doutrina vinda da Bíblia (cristã), tentava obter alguma flexibilização da pureza de sangue para com a vida social. A contestação maneira de agir da Inquisição por pensadores da época aconteceu, em termos efetivos, no século XVII. Esta oposição intelectual, todavia, não foi suficiente para alterar a questão de pureza de sangue. A realeza e a Igreja estavam unidas em garantir unicidade religiosa, étnica e nacional para garantir a continuidade do reino da Espanha.

A movimentação interna da Inquisição, para com a pureza de sangue, voltava-se para, diante da ocorrência de desordem social, escolher um bode expiatório. A preferência pela expiação já foi citada neste trabalho, quando uma medida política (imposto pesado) provocou a revolta do povo. Os judeus foram então o bode expiatório escolhido, o que era costumeiro. A Inquisição espanhola, inclusive por enfrentar sem sequelas alguma oposição intelectual, estava em seu momento maior no século XVII.

No reino da Espanha, que também pode ser chamada de metrópole (com capital em Madrid), a pureza de sangue mostrou-se muito ligada à questão da alteridade. Era uma forma de classificar o outro, que podia ser usado como bode expiatório, em tempos de crise. Obviamente, havia normalmente o distanciamento, por exemplo, entre nobreza e as pessoas ditas comuns. Contudo, diante do assunto da pureza de sangue e a classificação das pessoas conforme tal padrão, nobreza e povo ficavam em segundo plano diante do sangue puro e do sangue impuro.

No próximo item, será analisada a pureza e seu emprego nas colônias espanholas na América. A pureza de sangue, compreendida com sua forte influência e imposição sobre a sociedade – seja a metropolitana ou a colonial –, será analisada conforme sua aplicação numa sociedade que se mostrava mais complexa, quando

também presente, como influência, a pureza existente na sociedade espanhola metropolitana.

### III - PUREZA DE SANGUE NA AMÉRICA ESPANHOLA

A construção da pureza de sangue no reino da Espanha (metrópole espanhola) ligava-se à ordem social estabelecida a partir da formação da monarquia hispânica, pelos reis Fernando II e Isabel I. Juntamente com a poderosa e ortodoxa Igreja Católica, a realeza impôs um ordenamento rígido, mantendo um controle severo para garantir a unidade e continuidade do reino da Espanha.

Com a colonização da América hispânica, a Inquisição espanhola, de alguma forma, precisará adaptar, diante do modo utilizado para explorar as terras descobertas, o seu assunto de classificar, justificar e fundamentar pureza de sangue e alteridade num ambiente além-mar. A priori, faz-se necessário exteriorizar que não isso significava uma automática e tranquila adaptação da imposição feita no ambiente metropolitano para o território colonial.

Nos primeiros tempos coloniais, principalmente a partir da primeira metade do século XVI, transparece a questão imediata e primeira da colonização na América: “O principal objetivo da empresa colonial era sem dúvida lucro pessoal e riqueza nacional. Mas num tempo em que a religião era inseparável da política, a Igreja Católica teve um papel tão importante quanto o da Coroa na formação da política colonial...” (STOLKE, 2006, p.18).

Por outro lado, nos anos iniciais de conquista e colonização, igualmente:

...colonos ibéricos, oficiais da Coroa e até o clero se apropriaram de terras indígenas, submeteram a população local a trabalhos forçados nas minas e a serviços pessoais de vários tipos, empenharam-se em colonizar suas mentes e sujeitaram mulheres indígenas a todas as maneiras de abuso sexual, o que teve um enorme custo humano e social.” . (STOLKE, 2006, p.18).

Todos esses aspectos elencados por Verena Stolke explicam o grande declínio da população nativa (indígena). Fome e doenças trazidas pelos espanhóis também abalaram essa população.. Desse modo, a organização social indígena foi afetada de maneira irreversível.

Neste ponto, cabe mencionar que, sobretudo pela exploração sexual das mulheres nativas, ocorreu a mestiçagem. Ainda exemplificando, em relação à exploração das mulheres ligadas às camadas sociais menos privilegiadas: no século XVII, havia um número crescente de *mestizos* (filhos de elementos hispânicos com

mulheres indígenas) e mulatos (filhos de hispânicos com africanas escravizadas). “A sociedade colonial espanhola logo se tornou um confuso mosaico humano formado por desigualdades sócio-econômicas e legais e por diferenças étnicas perceptíveis.” (STOLKE, 2006, p.19). Cabe observar que, em seu texto, Verena Stolke utiliza, para identificar os seres humanos presentes no novo mundo colonial conquistado pela Espanha, termos como mestizos, mulatos, índios e crioulos (descendentes de espanhóis nascidos na América).

A pureza de sangue no reino da Espanha priorizava ancestralidade e herança para, por meio de sinais, confirmar a nomeada pureza. Completando o quadro, existia a alteridade como maneira de enfrentar e controlar o outro, os seres humanos que se afastassem de sua classificação quanto à pureza.

Como fazer a tipificação da pureza de sangue no mundo colonial? É mister ter em conta a afirmação anterior, que indica o mosaico étnico e as condições socioeconômicas diferenciadas que se firmaram na América espanhola.

“Idéias ibéricas e ideais de posicionamento social eram... quase imediatamente desafiados no Novo Mundo...nas colônias americanas o jogo entre metafísica do sangue e as funções sócio-econômicas promoveram uma gradação de posições sociais...” (STOLKE, 2006, p.26). Os indígenas, com seus povos, não eram facilmente classificados dentro da pureza de sangue vigente na Espanha nos séculos XVI e XVII. Da mesma forma, não se encaixavam na pureza da Espanha os filhos misturados dos colonos hispânicos.

Exemplificando com o que acontecia no Vice-reino do México, nos dois primeiros séculos após a conquista: “...a oposição pré-nupcial dos pais ocorria predominantemente entre grupos hispânicos e crioulos sócio-economicamente próximos, por motivos de saúde.” (STOLKE, 2006, p.25). Então há alteração da doutrina espanhola de pureza de sangue para com o que era estabelecido na América. Já sobre os indígenas, em que Coroa espanhola e Igreja proibiram a sua escravização, cabe exteriorizar que isso veio a ser “...uma nova categoria inventada pelos colonizadores. Sendo ignorantes em relação às escrituras sagradas, eles eram vistos como menores dependentes, mais ou menos como as mulheres que dependiam da proteção e da orientação... de seus homens.” (STOLKE, 2006, p.27).

A pureza de sangue não era esquecida na América hispânica. Contudo, diante do mosaico étnico, a pureza e sua classificação se apresentavam de maneira diferenciada. Os mestiços, no século XVI, foram progressivamente tendo seus direitos reduzidos. Não estavam aptos para o sacerdócio e para o serviço público caracterizado por honraria. Na segunda metade do mesmo século XVI, perderam seus direitos políticos.

Quanto aos escravos africanos, a questão da pureza de sangue era imposta de maneira severa. A escravização era vista como legítima, porque os escravizados africanos, e seus descendentes, tinham sangue impuro. O sangue impuro e considerado infectado, pois distante da pureza do sangue espanhol. “Uma fisionomia negra ou mulata era o sinal visível dessa herança genealógica bárbara em termos culturais e morais.” (STOLKE, 2006, p.28).

No mosaico étnico que existia na América espanhola, escravos negros e seus descendentes ficavam numa situação de plena separação das outras camadas sociais. A pureza de sangue os colocava separados do restante da população. Considerando esse mosaico, posicionamento social e pureza de sangue não eram itens estanques quanto a classificar as pessoas dentro da sociedade colonial. Assim, aspectos culturais e morais serão importantíssimos para situar os diferentes indivíduos diante da pureza de sangue.

Nos séculos XVI e XVII, por exemplo, o casamento era feito geralmente entre pessoas do mesmo status social. Procurava-se dar peso à origem genealógica das pessoas, enfatizando o seu entendimento sobre a pureza de sangue. Tendo em conta o casamento, as mulheres dependiam muito da virgindade e castidade para realizar o casamento endogâmico, seguindo os procedimentos propostos pelo ideal de sangue puro.

Pureza social é um termo adequado ao se prestigiar posicionamento social e a pureza de sangue, principalmente este último termo, vindo da metrópole espanhola. No ambiente colonial, especialmente no que diz respeito às elites, a valorização da mulher e sua condição feminina estavam presas às decisões masculinas. “...era claro numa ideologia de gênero que atribuía aos homens o direito e a responsabilidade de controlar os corpos e a sexualidade de suas mulheres.” (STOLKE, 2006, p.30).

A presença da pureza de sangue na colonização da América espanhola, nos primeiros dois séculos de conquista, não representou uma simples transposição da metrópole para as colônias. Foi mister fazer diferenciados enquadramentos sociais tendo em conta personagens do mundo real como indígenas, escravos africanos, mestiços, mulatos, crioulos e espanhóis. Conforme desenvolve e analisa Verena Stolke, não se pode se caracterizar esse época meramente como um tempo de aplicação da doutrina da pureza somando-se diretamente aos aspectos de raça e então aplicando a exclusão social e racial.

O estatuto da pureza, especialmente o metropolitano, possuía extrema rigidez e severidade ao aplicar sua doutrina e ditames. Na América espanhola, nos séculos XVI e XVII, o estatuto teve que se adaptar à sociedade colonial. Isso foi

feito para administrar a colonização e garantir os interesses da Igreja e da Coroa espanhola.

## IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pureza de sangue, tendo em conta a sua edificação na Espanha medieval e sua aplicação nos dois primeiros séculos de conquista de terras na América pelo reino espanhol, foi uma doutrina muito influente no ordenamento social da metrópole e de suas colônias no chamado novo mundo.

Monarquia espanhola e Igreja Católica, principalmente no limiar da Idade Moderna, mostravam-se unidas na aplicação da religiosidade cristã e sua imposição sobre a sociedade. Neste caso, sobretudo na sociedade metropolitana espanhola, a utilização da pureza de sangue era poderosa, influente e decisiva na configuração da ordem social e, da mesma forma, no que diz respeito a lidar com as pessoas que fugiam dos padrões étnicos, morais e religiosos prestigiados pela Coroa e pela Igreja.

Desde a valorização do sangue, que une o espiritual e o que se liga à fisiologia, e, por conseguinte, essa valorização prestigiar metafisicamente possíveis qualidades que passam dos ascendentes para seus descendentes, através do líquido corporal vermelho. Além disso, por essa doutrina ser tão rígida, para que não seguisse o viés do enfraquecimento e obsolescência, havia a presença da alteridade. Essa alteridade (o outro), pela formalização de um bode expiatório, particularmente em momentos extremamente tensos ou críticos. A expiação era uma maneira de operar e manter o poder reinol e eclesiástico no caminho da unicidade e da ortodoxia.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, a pureza de sangue passou a ser um elemento importantíssimo para a manutenção e continuidade da monarquia espanhola, com forte centralização do poder real e marcante religiosidade (Catholicismo). Com a conquista da América espanhola, fazia-se necessária, visando ao controle social, a aplicação da pureza de sangue na sociedade colonial.

O objetivo primeiro da Espanha, ao conquistar e iniciar a colonização de seu largo território na América, era explorar economicamente os seus domínios, dos quais tomou posse. Índios, mulatos, crioulos, espanhóis (tais termos são encontrados no texto de Verena Stolke), mais a condição da mulher, submissa e condicionada aos interesses masculinos e os escravos vindos da África, com seus descendentes, todos esses seres humanos estavam presentes na América espanhola. A pureza de sangue, nos primeiros dois séculos de colonização, tinha que administrar os interesses da metrópole com os diferentes personagens da

sociedade colonial. A pureza de sangue nas colônias precisou utilizar diferentes pesos para usar na constituição da hierarquia social colonial.

## BIBLIOGRAFIA

JOUANNA, Arlette. *O imaginário do sangue e de sua pureza na antiga França*. In: *Revista Tempo*, Niterói, vol. 15, nº 30, pp. 21-40, janeiro-junho, 2011.

FELDMAN, Sergio Alberto. *Memória, identidade e resistência cultural: os judeus entre a Espada e a cruz na Espanha Medieval (séculos XIV e XV)*. In: *Dimensões*, vol. 33, pp. 180--205, 2014.

STOLCKE, Verena. *O ENIGMA DAS INTERSEÇÕES: CLASSE, "RAÇA", SEXO, SEXUALIDADE*. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, pp. 15-42, 2006.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *UMA TRAJETÓRIA RACISTA: O IDEAL DE PUREZA DE SANGUE NA SOCIEDADE IBÉRICA E NA AMÉRICA PORTUGUESA*. In: <https://periodicos2.uesb.br>, pp.83-103.

ISBN: 978-85-61702-97-7



## ST 09 - ESTRANHAS/ES/OS NO NINHO





## DESEJOS CARNAIS E O FASCÍNIO DOS CORPOS MUTILADOS EM CRIMES DO FUTURO

*David Amorim<sup>1</sup>*

### RESUMO

Desde muito tempo o corpo tem sido objeto de estudo e análise nas várias áreas de conhecimento; indo da estética contemporânea ao convívio social o corpo tem passado por muitas modificações, e isso não seria diferente no cinema. Portanto, a ideia inicial da presente comunicação é entender e questionar alguns pontos presentes no filme Crimes do Futuro, de David Cronenberg. Partindo da ideia de que o pós-humano e os corpos ciborgues constroem novas narrativas sociais, tecnológicas e tecno pornográficas (Susca e Attimonelli, 2017), questionando também a realidade e a carne. Logo, ao vermos a ideia de futuro apresentada no filme é possível conectar inicialmente com o que a Haraway vai falar sobre ciborgue, principalmente no ponto em que diz que chegaríamos a um ponto que seria impossível distinguir o corpo humano do corpo máquina, e a partir dessa linha me parece interessante pensar também o abjeto (Kristeva, 1980) e os fluidos que estes produzem, pois se pelo lado da abjeção estes fluidos devem ser escondidos, descartados e evitados, no filme eles passam a ser desejados, e espetacularizados em performances artísticas. Hora, se o abjeto aqui é ressignificado, podemos afirmar que os prazeres e a dor também são, pois em um mundo onde a dor não existe mais e as práticas sexuais são agora feitas ao público, passamos a produzir novas narrativas de ser e estar em determinados espaços sociais. Logo, Cronenberg trás aqui ao meu ver dois pontos distintos, mas que se conectam. Se por um lado, a dor não é mais presente fazendo com que o sexo seja intimamente conectando a ela, o humano passaria a não existir mais pois o que ainda nos conecta como humanos são as possibilidades de sentir dor talvez, portanto essa dor inexistente e a cirurgia como novo sexo é aqui pontos que o diretor trás como reflexões ambivalentes do tempo presente. Por fim, é interessante pensar e refletir em como a produção do Cronenberg e o gênero body horror é extremamente fértil para os estudos do corpo, principalmente no que

---

<sup>1</sup> Mestrando do curso de Imagem e Som (PPGIS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: david.amorim@estudante.ufscar.br

toca os desejos, sexualidade, pornografia, como também pós humanismo, dentre outros. Mas estes ainda são de certa forma estudados com timidez, ao que mostra como as pesquisas sobre horror e corpo como algo que ainda não se firmou bem no país, principalmente nos campos da comunicação, audiovisual e antropologia.

**Palavras-chave:** David Cronenberg; pós-humanismo; Body horror; Pornografia.

## CORPOS NÃO-BINÁRIES OU COMO FABULAR O ININTELIGÍVEL

*Dri Azevedo<sup>1</sup>*

### RESUMO

Esta comunicação oral pretende construir uma reflexão sobre corpos trans não-binários e suas imagens, aparições, desaparecimentos. Ser não-binário é residir em um território inimaginável dentro do olhar ocidental. É preciso, portanto, produzir chão, tecer histórias, construir locais para que as existências trans não-binárias se tornem possíveis. Seja através da língua, da arte, das imagens, dos textos, da revolta. Como fabular o ininteligível? Como lidar com uma ofensiva política contra as nossas vidas? Sugiro nesta fala, a afirmação da estranheza, do desencantamento cishetero, de uma nova possibilidade de conceber o gênero. A não-binariedade como potência teórica, intelectual, subjetiva e, sobretudo, queer.

**Palavras-chave:** não-binariedade, queer, linguagem neutra, arte, audiovisual.

---

1 Dri Azevedo é uma pessoa trans não-binária e doutora em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio (2016). Foi prof. substituta de teoria literária na UFRJ e atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no departamento de Ciência da Literatura e faz parte do Laboratório de Teorias e Práticas Feministas do PACC-UFRJ. É autora do livro “Reconstruções queers: por uma utopia do lar” (2022). Produz textos de teoria e crítica cultural com enfoque em questões do feminismo contemporâneo, teoria queer e questões de gênero. Produz conteúdo sobre não-binariedade e questões de gênero e cultura no instagram @dri\_azevedo.

## CONVERSAS SAPA(GIN)TÔNICAS: (RE)CONFIGURAÇÕES DO BAR SAPATÃO NO CINEMA BRASILEIRO

*Alessandra Brandão  
Carolina Alves Pacheco  
Ramayana Lira de Sousa*

### RESUMO

A partir de uma estratégia metodológica indisciplinada (Mombaça) e assumidamente queer (Halberstam), propomos uma conversa em torno de filmes brasileiros que figuram a presença sapatão em bares ou que simulam ou reproduzem a experiência sapatão em outros espaços de convivência e coexistência em festa. Um espaço de imaginação sapatão, o bar nos ajuda a (re)construir um arquivo de pertencimento ao mesmo tempo em que nos instiga a pensar em um contra-arquivo, pautado por nossas próprias experiências, inventários e inventariações. De um lugar na paisagem da cidade, o bar se (re)configura também em movimento no cinema contemporâneo brasileiro. Estende-se nas ruas, no trânsito entre cidades e tempos da memória (Uma paciência selvagem me trouxe até aqui), chega ao mar, quintal ou terreiro, em filmes como Quebramar, Uma paciência, Tremor iê, entre outros, e coloca-se em movimento com as personagens, como na utopia do ônibus sapatão em Mato seco em chamas. De invenções coletivas sobre cenas que (re)produzem situações de bares, como karaokês (Sifonia da necróploe) a danças e pegações (Peixe), nosso diálogo também se coloca no gesto de cartografar as formas que as sapatões se agrupam, se alinham e ocupam e sapatonizam em festa.

# DIREITO À CIDADE: POPULAÇÃO NEGRA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS EM PERSPECTIVA

*David da Silva Anjos<sup>1</sup>*  
*Jannay Roslayne Mendes<sup>2</sup>*  
*Sirlândia Schappo<sup>3</sup>*

## RESUMO

O trabalho apresenta uma análise sobre a segregação socioespacial da população negra na Grande Florianópolis e suas implicações nas dinâmicas sociais. Por meio de um levantamento bibliográfico e de dados sobre direito à cidade, gentrificação e exclusão social, o texto tem por objetivo discutir onde se localiza a população preta e parda desta macro região de Santa Catarina, a divisão do trabalho, a precarização, a marginalização e o racismo intrínseco nas estruturas sociais. As análises e problemáticas destacadas expressam a importância de se refletir sobre as interconexões entre raça e território. As discussões evidenciam que o acesso da população negra à cidade está atravessado por uma série de limitações impostas pela organização social, ideológica, política e econômica.

**Palavras-chave:** Direito à cidade, População negra, Florianópolis, Segregação socioespacial.

- 1 Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, Militante do Coletivo Negro Minervino de Oliveira, do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida e do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, dave.ufsc@gmail.com;
- 2 Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, Militante do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida, do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social Região VI e Discente Suplente de Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) da Região Sul I (Gestão 2023-2024), roslaynej@gmail.com;
- 3 Orientadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Tutora do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, sschappo@gmail.com;

## UM ESTRANHO NO ZIMBÁBUE: A REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO ROMANCE “THE HAIRDRESSER OF HARARE”

Tiago Elídio<sup>1</sup>

### RESUMO

Publicado em 2010, 30 anos após a independência do país, *The Hairdresser of Harare* (“O cabeleireiro de Harare”, sem tradução para o português), de Tendai Huchu, ao mesmo tempo em que traz um panorama do Zimbábue contemporâneo, retratando uma sociedade que ainda lida com as consequências do passado colonial e com as dificuldades impostas por um partido que se perpetua no poder há décadas, aborda também a questão da homossexualidade no país. No livro, acompanhamos Vimbai, uma cabeleireira da capital que narra em primeira pessoa a sua história a partir do momento em que Dumisani, também cabeleireiro, entra em sua vida, quando ele começa a trabalhar no mesmo salão. A narradora vai então apresentando aos poucos as estranhezas do rapaz e trazendo alguns indícios da sexualidade dele. O presente trabalho pretende, portanto, analisar como se dá a representação da homossexualidade neste romance zimbabuano, em um país onde as relações entre pessoas do mesmo sexo ainda são criminalizadas pelo Estado. Como referencial teórico, utilizaremos os Estudos Pós-Coloniais, a Teoria Queer e a Teoria do Testemunho.

**Palavras-chave:** Homossexualidade, Zimbábue, Literatura Africana, Queer.

---

1 Doutorando em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, tiagoelidio@gmail.com;

# ESTRANHOS NO NINHO: AS PERFORMANCES DA FUTURIDADE DO MOVIMENTO LGBTI+ NUMA CIDADE HISTÓRICA DE MINAS GERAIS

*Carlos Henrique Bem Gonçalves<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este trabalho é um ensaio que tem por objetivo traçar reflexões introdutórias sobre as performances do movimento LGBTI+, no contexto de uma cidade histórica de Minas Gerais, como futuridade alternativa. Nos apropriamos das reflexões teóricas sobre populismo de esquerda e memória social para apontar que performances podem tanto atuar para manutenção de uma memória heteronormativa quanto para (re) imaginação destas memórias. Como metodologia nos ancoramos numa perspectiva pós-estruturalista e adotamos a performance como ato de fala e categoria analítica. Nas análises foi possível identificar que as performances do movimento LGBTI+ no contexto de uma cidade de mais de 300 anos apostam na insubmissão e na desobediência, privilegiando a fricção com as normatividades de raça, gênero e sexualidade. Numa cidade acostumada com a interferência da Igreja nas decisões do Estado, as performances do movimento LGBTI+ convocam a sociedade a trilhar caminhos para uma futuridade alternativa que apenas será possível com mais inclusão e cidadania.

**Palavras-chave:** Performance; LGBTI+; Populismo de esquerda; Memória social.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Curso de Doutorado no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIPGLA/UFRJ/CNPq), carlosbem@letras.ufrj.br

# DANÇANDO COM FANTASMAS: ARQUIVOS QUEER E A FESTA NO CINEMA QUEER LATINO-AMERICANO CONTEMPORÂNEO

*Henrique Rodrigues Marques<sup>1</sup>*

*Karla Adriana Martins Bessa<sup>2</sup>*

## RESUMO

Através da análise dos filmes *Afetadas* (JEAN, Brasil, 2021), *Playback. Ensayo de una despedida* (Agustina Comedi, 2019, Argentina) e *Anhell69* (Theo Montoya, 2023, Colômbia), este trabalho pretende investigar como uma nova geração do cinema queer latino-americano tem se apropriado de imagens de arquivos, do VHS ao digital, para especular futuros, presentes e passados possíveis para corpos estranhos no Sul Global. Estabelecendo um diálogo com jovens pesquisadores como André Antônio Barbosa (2020) e seu conceito fantasmagórico da fotogenia e Luis Fernando Moura (2021) e seu léxico das aparições, gostaríamos de propor que, nesses filmes, a festa é utilizada como uma maneira de invocar fantasmas e localizar as existências queer em um movimento contínuo (SEDGWICK, 1993).

**Palavras-chave:** Cinema Queer, Cinema Latino-Americano, Arquivo, Festa, Ficção Especulativa.

---

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Multimeios da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, henrique.rodriguesm@hotmail.com;

2 Professora orientadora dos Programas de Pós-Graduação em Multimeios (Instituto de Artes) e do Doutorado em Ciências Sociais (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.



## O QUE ESCAPA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VÍNCULOS FAMILIARES PARA PESSOAS LGBTQ+ NÃO NORMATIVAS

*Gabriel Vicente Silva Pontes<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente relato de experiência adveio do trabalho que realizo como assistente social no Centro Estadual de Referência LGBTQ+ Thina Rodrigues, no Ceará, desde 2021 até o presente, onde escuto diariamente trajetórias de vidas de pessoas LGBTQ+, e muitas questões me chamam atenção para além das demandas objetivas, sendo uma delas o vínculo familiar. Essas relações frequentemente são tensionadas e permeadas por dilemas, tendo em vista que as identidades e experiências não normativas de pessoas LGBTQ+ parecem não “caber” nas configurações familiares existentes. Os relatos são marcados por rompimentos, negociações, retornos e saídas “do armário”, novos vínculos, retomada de relações fragilizadas, etc. O corpo estranho monta e desmonta os vínculos familiares-nucleares no mundo social, e não sem sofrimento. Na metodologia empregada, utilizei relatos de experiência profissional e revisão de literatura teórica no campo dos estudos de gênero, queer e família. Nesse sentido, através das reflexões presentes neste artigo foi possível considerar que a questão dos vínculos familiares para pessoas não-normativas evidencia processos de exclusão e violência contra corpos e vidas que escapam.

**Palavras-chave:** Gênero, Queer, Família, Atendimento a População LGBTQ+.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, [gvp.vicente@gmail.com](mailto:gvp.vicente@gmail.com);

## BICHAS DANÇANTES PELO CAMINHO: A ALEGRIA COMO CHAVE DE LEITURA *QUEER*

*Luiz Fernando Wlian*<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo, de cunho reflexivo e teórico, ao tomar por base um *corpus* de filmes brasileiros contemporâneos com poéticas e estéticas dissidentes, busca colocar em cotejo elementos das teorias *queer* com leituras filosóficas a respeito da ideia de “alegria”. Seria a “alegria” um caminho possível para pensarmos a arte *queer*? Questionamo-nos sobre em que espectros podem estar situadas sensibilidades dissidentes contemporâneas, e em que medida o vocábulo “alegria” pode nos informar e contribuir para a concepção de uma chave de leitura estética, em especial do audiovisual brasileiro recente. Para pensar uma possível “alegria *queer*”, valemo-nos sobretudo da “alegria trágica” em Nietzsche e Clément Rosset e na “regência da alegria” em Muniz Sodré. Ao enunciarmos uma chave de leitura estética, buscamos expandir e complexificar modos pelos quais podemos compreender o fazer artístico dissidente nos dias de hoje, bem como somar às chaves de leitura já ofertadas e debatidas nos estudos *queer* contemporâneos.

**Palavras-chave:** Alegria, Alegria trágica, Regência da alegria, Cinema *queer* contemporâneo, Estética *queer*.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação na FAAC/UNESP – SP, [luizwlian@gmail.com](mailto:luizwlian@gmail.com).

“Bicha, eu nunca vi nada parecido com aquilo. Uma mona se contorcendo, se debatendo para lá e para cá, com o rosto todo deformado, sufocando que nem louca, enquanto uma cobrona pesada saía da sua boca. Eu nunca tinha visto tanto nojo e horror num rosto.

– Mona do céu, faz alguma coisa!

E a coisa fállica entrava e saía da boca, se prendia na garganta, impedia a voz de passar. Na hora o que eu fiz foi pegar na cabeça da cobrona e tentar puxar. Minha mão puxou e puxou. Em vão! Então de dentro de mim veio o maior grito que eu já dei:

– Morde mona! Corta fora! Morde!

E esse grito saiu forte. Meu horror, meu ódio, meu nojo, tudo de bom e ruim de dentro de mim.

Quem é essa mona, com a garganta sufocada? Quem é essa pessoa? Quem é esse corpo, em cuja garganta se mete adentro tudo que tem de mais pesado?

É aí que vem a dentada da mona que ouviu meu grito. Ela morde. Morde afiada, mordida boa. Cospe longe a coisa molenga e se levanta num pulo.

Não mais apenas uma mona. Não um homem, não uma mulher, ou qualquer coisa que eu possa descrever para vocês. Um corpo transformado, transfigurado, que ria. Ria, ria e ria. Jamais, na terra, viado algum riu como ela ria!

É, minhas lindezas. Escutei um riso que não era riso de gente. E agora me devora uma sede, um fogo no rabo que não sossega.

Como posso agora viver? Como suportaria agora morrer?”

Esse pequeno conto acima não é totalmente de minha autoria. Na verdade, ele é uma releitura tresloucada de um trecho de *Assim Falou Zaratustra*, de Friedrich Nietzsche. Mais especificamente, no capítulo “Da visão e o enigma”, em que a figura da serpente e do pastor sufocado metaforizam o peso dos valores morais que se impõem compulsiva e compulsoriamente sobre nossos corpos e vidas. De modo tal e qual a cultura fállica, heterossexual e hegemônica que, ontem e hoje, leva bocas a engasgar e a ficar sem voz. Essa serpente, essa “cobrona”, que nos fazer negar nossa própria existência. Porém, eu me engajo do riso da mona. A mona que encarna uma força demoníaca, que morde e cospe fora, e que ao fazê-lo lança para o mundo um riso alto, doido, extraordinário. Um riso alegre. Este trabalho pretende, acima de tudo, se engajar com aqueles que riem, com aqueles que fazem rir, e com aqueles cuja alegria está, precisamente, em morder a cobra.

Nesse sentido, eu trago a alegria, e busco pensar alegria como algo que tem a nos dizer sobre sensibilidades dissidentes.

Me debruçando sobre a ideia de “alegria”, como ela é pensada filosoficamente, esteticamente, como afeto e sensibilidade, eu tento pensar o que há de *queer* nessa alegria, e em que medida a gente pode mesmo enunciar uma alegria *queer*.

Defender “alegria”, no contexto contemporâneo, é algo que tem seus riscos, principalmente quando a gente pensa nas possíveis relações semânticas que ela pode ter com a ideia de Felicidade (uma ideia bastante problematizável e já bem problematizada teoricamente). Especialmente quando abordamos fenômenos do capitalismo contemporâneo, falar em felicidade é quase que falar de capitalismo, já que esse capitalismo se vale de forma tão imperativa da ideia de felicidade, como constata muitos autores.

A contemporaneidade, intrinsecamente tomada por novas dinâmicas do sistema capitalista, assiste a uma instrumentalização do sensível que leva autores a considerarem nossos tempos uma “época estética” (Sodré, 2006). A economia hegemônica nunca se valeu tanto de operações de natureza estética para se reproduzir, o que acarreta uma crescente centralidade do corpo e sua sensibilidade, como nos contam Muniz Sodré (2006), Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015), entre outros. No bojo dessa centralidade do sensível, autores como Edgar Cabanas e Eva Illouz (2022) nos dizem como o neoliberalismo, em seus múltiplos mecanismos, trabalha para modular um “sujeito feliz”, um sujeito de corpo hiperestimulado “positivamente” por e para os ditames do próprio sistema. Tais imperativos do capital, como argumentam todos esses autores, operam de modo a forjar um modo específico de sensibilidade, um modo de ser que condiga com as demandas hegemônicas de nossos tempos.

Diante desse cenário de caráter homogeneizador, em que os mais diversos tipos de sujeito social estão inseridos, de que modo podemos pensar em dissidências? Nesse ínterim, tomamos um recorte específico para pensar a produção artística contemporânea, e suas possíveis disputas estéticas. Ao nos defrontarmos com a multivalência de produções artísticas – especialmente audiovisuais – empreendidas por sujeitos LGBTQIA+, com recorrentes recortes de raça, classe, etc., e mobilizadas por poéticas e estéticas notoriamente dissidentes, podemos questionar em que espectros estão situadas essas sensibilidades nos dias atuais, e pensar, sobretudo, em inferências de como essas sensibilidades promovem coisas outras.

Ao nos depararmos com o audiovisual *queer* contemporâneo brasileiro, representado por coletivos como Surto e Deslumbramento, Anarca Filmes, por cineastas como o pernambucano Sosha, por artistas como Leona Vingativa, entre outros, podemos dizer que esse trabalho artístico se destaca não apenas por

narrativas LGBTQIA+, mas pela mobilização de um modo dissidente de ser. Compreendemos *dissidência* em, pelo menos, três instâncias: primeira, a presença de corpos com gêneros e sexualidades não-conformes, cuja materialidade e gestualidade são marcadas pela diferença em relação a expectativas heteronormativas; segunda, a mobilização de uma *forma* específica, que põe em cena coisas “incômodas”, “ruidosas” ou “abjetas”, em construções estéticas que desviam tanto de um cinema comercial “*mainstream*” quanto de um cinema político “tradicional” com intenções revolucionárias. Filmes que não temem o hedonismo, a estranheza, “o prazer sem culpa das cores, texturas e composições” (Barbosa, 2017, p. 8), e tampouco temem a precariedade das imagens e o ruído que elas podem causar. É um trabalho artístico que assume seu caráter estilizado, que flerta com o frívolo (Barbosa, 2017), com o dândi (Lopes *et. al*, 2019), com as imagens pobres (Steyerl, 2009), entre outras categorias possíveis que podem ser englobadas pelo termo *dissidente* à medida de seu estatuto desviante e negativado frente a padrões hegemônicos. Por fim, também é dissidente a maneira como, justamente por meio dessas construções formais e estéticas, esse audiovisual tem potencial para se desviar de estratégias do capitalismo contemporâneo.

Este texto, de caráter reflexivo e teórico, dialoga com conceitos da Filosofia e das teorias *queer* para pensar objetos estéticos, a serem analisados em trabalhos futuros. Especialmente, parte da produção cinematográfica *queer* contemporânea no Brasil. Por ora, buscamos comentar sobre contrastes e problemáticas entre ideias relevantes como *fracasso* (HALBERSTAM, 2011), *promessa da felicidade* (AHMED, 2010), entre outras contribuições de teóricos *queer* para pensar um estatuto das experiências estéticas dissidentes contemporâneas. Ao problematizarmos certas dicotomias – como “positividade” e “negatividade”, etc. – buscamos enunciar uma possível chave de leitura para pensar uma sensibilidade *queer* baseada na ideia de *alegria*. Cremos encontrar nos afetos em Spinoza (2009), no trágico em Nietzsche (1992) e na alegria africana em Muniz Sodré (2006) as pistas mais relevantes.

Para que compreendamos a ideia de alegria a ser aqui tratada, precisamos opô-la a ideia de felicidade mobilizada pelo capitalismo contemporâneo. Num contexto em que a sensibilidade – e, por extensão, seu aparato sensível, o corpo – são grande alvo de interesses utilitários e congruentes com lógicas mercadológicas num capitalismo global, neoliberal e cada vez mais tecnológico, ideias como as de “felicidade” são larga e notadamente “vendidas”. “Felicidade”, nas lógicas neoliberais contemporâneas, não é apenas um afeto, mas se torna um “produto”, uma *commodity* imperativamente incentivada (CABANAS, ILLOUZ, 2022) que parece dar pouco espaço para afetos negativos. No capitalismo contemporâneo,

“felicidade” é palavra de ordem; não pelo fato de a sociedade estar, materialmente, bem, mas sim pelo fato dela buscar a felicidade. E essa “busca” é feita para ser interminável, uma vez que seus meios – o trabalho, a produtividade, a construção do “sucesso” – geram o que o sistema capitalista tem por seu fim. Os próprios trabalho, produtividade, consumo e, importante dizer, adequação às tecnologias e demandas neoliberais contemporâneas são o cerne desse incentivo perene à felicidade nos dias de hoje. A felicidade é medida como “felicidade” conforme é modulada e mediada por esses fatores, que retroalimentam o sistema capitalista em si. Nesse sentido, se afetos negativos são um imbróglio para a “*happycracia*” (CABANAS, ILLOUZ, 2022), os fabricados afetos positivos da felicidade – enquanto ideia, projeto, algo a (jamais) ser alcançado – são o combustível que, na contemporaneidade, abastecem o capitalismo de algum caráter “mágico”, “simbólico”, de uma espécie de “nobreza moral” para além da máquina de produzir e consumir. Não é arbitrário que a autoajuda e o “pensamento positivo”, com seus psiquismos e científicidades diluídas, sejam tão populares em nosso tempo, como comentam Cabanas e Illouz (2022), entre outros autores.

Quando nos debruçamos na Filosofia, percebemos que, mesmo bem antes do capitalismo contemporâneo, “felicidade” e “alegria” são termos que estão em certo descompasso. Enquanto a felicidade é constantemente associada a projetos maiores, ao futuro e, principalmente, ao aprimoramento do ser, a alegria é tida como afeto primordial, mundano, ligado ao prazer e ao hedonismo. A felicidade é, inclusive, interpretada como a “moralização da alegria”, como uma versão mais virtuosa e nobre a ser alcançada pelo ser humano. Daí podemos depreender a valorização da felicidade e sua apropriação pelas lógicas neoliberais contemporâneas, para as quais cai como uma luva a busca incessante da felicidade via consumo e acumulação de bens. Portanto, pensar “alegria” em contraponto à “felicidade” se trata de pensar maneiras não só de se estar bem no presente, mas principalmente de pensar como corpos dissidentes podem aproveitar em júbilo sua existência a despeito das muitas opressões que lhes são impingidas.

O que dizer de termos como progresso, sucesso e felicidade quando partimos de um ponto de vista dissidente? Nos debruçemos brevemente sobre os teóricos *queer* Heather Love (2007) e, mais importante, Jack Halberstam (2011) e Sara Ahmed (2010).

Ao abordar a ideia de “progresso”, Love argumenta sobre como a “narrativa do progresso gay” pós-Stonewall se configura como uma “narrativa positivada”, na qual as marcas dissidentes deveriam ser deixadas para trás. Como se “o discurso da liberação gay fosse um antídoto para todos os sentimentos de dor, para todas as feridas do passado” (LOVE, 2007, p. 17). Para fazer parte desta narrativa,

seria necessário se assimilar a (hetero)normativização da sociedade, caminhar para tornar uma débil “criança protogay do passado” um saudável “adulto gay contemporâneo”; tornar um “corpo negativo” num “corpo positivo”. Nesse ínterim, a regra é clara: passar por cima das marcas que podem “reverter a positividade” – a história de dor, opressão, violência – e seguir em frente, uma linha reta rumo ao sucesso. A crescente “liberação gay” e inclusão de sujeitos LGBTQIA+ na vida cívica traz um marco no qual muitos desses sujeitos, ao se assimilarem e emularem modos de vida hegemônicos, vislumbram um “futuro melhor”. Como diz Sara Ahmed (2010, p. 115): “as pessoas *queer* são recompensadas com a felicidade em troca de se aproximarem dos signos da heterossexualidade”. Nessa conjuntura, traçada a especificidade de sujeitos LGBTQIA+ e sua longa história de dissidência, a “positividade” de nossos tempos ganha outra camada: a emulação e reprodução de modos de vida heteronormativos, para além do encaixe às demandas de produção e consumo das lógicas neoliberais contemporâneas.

Ao teorizar sobre “fracasso”, Jack Halberstam o conceitua ao lado de seu oposto, o “sucesso”, este que seria igualado à justaposição entre casamento heterossexual e acúmulo de bens em uma sociedade capitalista. Ter sucesso é caminhar na direção de uma carreira estável e bem remunerada, de uma vida produtiva com crescente recompensa financeira, consumir produtos, gerar renda e fazer parte da máquina capitalista, e, não menos importante, realizar a união heterossexual reprodutora que garanta filhos e a continuidade do sistema (ou, no limite, uma união heteronormativa que siga os moldes do modelo heterossexual reprodutor). Não seguir esse caminho, ou não cumprir esses ditames, seria “fracassar”. Assim, o “fracasso” é lido como a incapacidade de cumprir esses imperativos, incapacidade esta que seria maciçamente performada por sujeitos dissidentes em nosso mundo. Como o próprio autor coloca, fracassar é algo que pessoas *queer* sabem fazer muito bem. Para Halberstam, o que constitui o ser *queer* está no ato de “não chegar a ser” algo; está na impossibilidade, na perda. Entretanto, o autor aponta que tal ato de “não chegar a ser” pode garantir novas formas de ser e estar no mundo, “novas formas de otimismo”, formas surpreendentes e com outros tipos de recompensa. É nessas possíveis formas e recompensas outras que aqui nos apegamos.

Para Sara Ahmed (2010), a felicidade para sujeitos *queer* seria uma recompensa pela emulação dessa trajetória rumo ao sucesso. Ou, ao menos, uma ideia de recompensa, que motivaria esses sujeitos a buscarem adequação, assimilação e, enfim, a se colocar voluntariamente a performar essa trajetória. Para a autora, a felicidade estaria vinculada a realizações como matrimônio heterossexual, maternidade e vida doméstica. Além disso, resultaria da força de uma coerção

social, de um imperativo de “não ser infeliz”, imperativo este produzido e alimentado, segundo ela, pela matriz heterossexual hegemônica. Nesse sentido, Ahmed argumenta contra essa “promessa de felicidade” vendida a sujeitos dissidentes, valendo-se da própria dissidência desses sujeitos como um contraponto. Segundo ela, o “impeditivo” à coerção da felicidade seria, justamente, a própria existência *queer* em si, essa que, em sua dissidência, estaria do lado de fora de uma economia da felicidade reguladora de modos de vida hegemônicos. Se a existência *queer* é uma existência historicamente infeliz, é porque o mundo ao redor sempre a leu e a produziu – e, de algum modo, ainda produz – de tal forma. Assim, insistir em narrativas *queer* felizes seria como “alugar” um embuste, uma felicidade mistificadora que invisibilizaria as agruras inerentes às dissidências. Aceitar tal felicidade seria como assinar um contrato para participar da economia de felicidade hegemônica e reiterar a norma heteronormativa, reiterar um modo de vida heteronormativo que nega o passado, a história, as especificidades desses sujeitos. Desse modo, aceitar e emular essa narrativa de progresso gay (LOVE, 2007) rumo ao sucesso (HALBERSTAM, 2011) pela promessa da felicidade (AHMED, 2010), seria mais uma forma de neutralizar e tornar homogêneas subjetividades e sensibilidades em prol dos ditames e demandas do capitalismo contemporâneo. Uma política *queer* deveria insistir, portanto, numa recusa da felicidade, segundo Ahmed, e na defesa de uma existência *queer* que carrega suas dores, suas sombras, seus maus sentimentos. Em suma, sua negatividade.

Tal teorização tem caráter crítico afiado e observa bem os fenômenos contemporâneos ligados ao capitalismo, às demandas neoliberais e sua insistência no “pensamento positivo” e na felicidade. Contudo, ela em si não nos dá muitas pistas sobre como ser *queer* na sociedade contemporânea, com toda a sua carga negativa, e ainda assim estar bem. Como ser dissidente, desviante em relação aos imperativos do capitalismo de hoje e dos ditames de felicidade, e mesmo assim se sentir bem, ter prazer, ter o corpo e a vida permeados por afetos mobilizadores.

Por esse caminho, nos fica a pergunta: É possível estar bem no presente? Talvez uma aposta na alegria nos seja uma possibilidade.

Em grande exemplar artístico *queer* contemporâneo, sobretudo no Brasil, identificamos possibilidades sensíveis e afetivas que nos estimulam a pensar sobre que tipos estéticas têm sido animadas nessa produção, e em que medida tais estéticas deslocam aspectos como dor, opressão, tristeza etc. de seus efeitos imediatos em benefício de uma potência afetiva vibrante que se diverte, que aproveita a vida, que tem prazer e regozijo, que coloca as mazelas para cantar, para dançar, para dar risada, para performar algo intenso e gostoso que se dá no aqui e agora. Trabalhos em videoclipe como os de Leona Vingativa, e de curtas-metragens



de coletivos Surto e Deslumbramento, Anarca Filmes – exemplos supracitados – entre outros, são bons exemplos, que buscaremos contemplar em textos futuros.

Parece-nos, assim, que a produção audiovisual *queer* no Brasil, realizada por uma gama extensa de sujeitos LGBTQIA+, inscritos em distintas e variadas formas de subjetividade e sensibilidade, mostra-nos características potentes que impingem novos modos de pensar sobre experiência estética dissidente. Modos esses que nos levam a problematizar um pouco os binômios de “negatividade” e “positividade”, observar a condição dissidente em si como propulsora para uma forma de estar bem que não presta tributo à felicidade hegemônica vendida em nossos tempos. Trata-se de uma coisa outra. Possivelmente, alegria.

Alegria não se trata da “promessa de felicidade” apoiada em matriz heterossexual e hegemônica, como descreve Sara Ahmed (2010). Não se trata de felicidade como recompensa pela emulação da hetenormatividade. Se trata de prazer enquanto expressão de um aqui e agora enérgico e inventivo, de uma regência criativa e animada por corpos que performam e mobilizam sua pujança e capacidade de agir. Diferentemente da felicidade dada como promessa ou projeto de futuro, entendemos que a alegria se dá como evento. Como evento afetivo-performativo (DEL RÍO, 2008). Não pode ser pensada ou planejada. Sua própria racionalização, inclusive, a economiza. E, sendo evento, situa-se na realidade e no presente. Para pensar tal alegria, apropriamo-nos do conceito de *afeto*, aqui interpretado como forças corpóreas pré-individuais capazes de aumentar ou diminuir as potências do corpo, definição essa largamente partilhada por teóricos que vêm na esteira do pensamento espinosano (SPINOZA, 2009; DELEUZE, 2002). Por entender alegria em forma de afeto, a lemos conceitualmente por contribuições filosóficas de Nietzsche (1992), especialmente interpretadas por teóricos como Clément Rosset (2000), e pela ideia de alegria africana em Muniz Sodré (2006).

A alegria é inerentemente trágica, nos passos do que nos ensina Nietzsche; uma alegria que compreende a vida como ela é e que, mesmo assim, acolhe-a e a esgota. Trágica no sentido da experiência poética do sacrifício que conduz o indivíduo – e o corpo – a ser ele mesmo e regozijar-se de si, mesmo diante do próprio aniquilamento. “Uma alegria trágica não exclui o destino e dá-se, para além da consciência, num transbordamento de forças, sem dependências de passado nem futuro, no aqui e agora de uma situação existencialmente excessiva” (SODRÉ, 2006, p. 199-200). Desse modo, ela existe não somente apesar dos males do mundo, mas também através e por sobre os males do mundo. Ela não é um afeto que nega a existência e seus problemas, suas dores. Pelo contrário: plenamente consciente das dores e das mazelas, ela as coloca para cantar e dançar. É uma “vertigem”, um “júbilo louco”, um “prazer sem motivo”, que faz com a alegria

flerte com o indiscernível, com o não racional, de modo que fica difícil responder à pergunta: como é possível estar bem quando se está tão mal? Em termos mais específicos: como é possível sujeitos dissidentes serem alegres mesmo com as dores de sua realidade concreta? Pois é, e apenas é. Como nos conta Rosset (2000), amparado em Nietzsche, a alegria é um paradoxo. Um regozijo profundo e uma afirmação jubilosa do real, com todas as características deste (mesmo as mais dolorosas). Em oposição à negação da vida, a um niilismo passivo imbuído de tristeza, melancolia e pessimismo, a alegria seria uma espécie de “niilismo ativo”, a aprovação do real e da vida que carrega um aspecto épico, muito ligado à tragédia: afirmar a eternidade do instante vivido, aproveitar o instante presente como se ele fosse retornar eternamente, com amor à realidade que ele encena. Algo que, grosso modo, seria traduzido pelas ideias de *eterno retorno* e *amor fati* em Nietzsche. Essa alegria prescinde de razões concretas, e sequer consegue explicar a si mesma. “Perdida entre o demais e o pouco demais a dizer, a aprovação da vida permanece para sempre indizível. Toda tentativa visando exprimi-la dissolve-se, necessariamente, em um balbúcio mais ou menos inaudível e ininteligível” (ROSSET, 2000, p. 9).

Para além das avaliações racionais e atribuições de valor de “bom” ou “ruim” sobre o mundo dado no presente, esse mundo se faz de cenário para que a potência de vida se dê, apenas por sua própria existência no espaço e no tempo. Se esse é um cenário em que corpos dissidentes são considerados inadequados ou abjetos, é por sobre a inadequação mesma que os corpos promoverão seus desvios e prazeres. A alegria, em seu caráter trágico, não se dá como “fuga” dos problemas da realidade, mas é animada em seus entremeios. A alegria não nega a existência na realidade presente em prol de ideais ou visões de mundo futuras imaginadas, “promessas de felicidade”, mas sim acolhe o real como ele é e o aproveita. Sendo esse real um cenário opressor e violento a corpos dissidentes, é por sobre esse real mesmo que esses corpos vão exibir sua pujança e capacidade de agir sobre o mundo, uma vez que é apenas esse real, com toda sua complexidade, que lhes é tangível.

Ao compor sua *regência da alegria*, Muniz Sodré coloca em termos bastante específicos seu entendimento do vocábulo “alegria”, que notadamente se inspira em cosmologias e saberes não-ocidentais (sobretudo africanos e afrodiáspóricos). Lida como um dos movimentos mais vivos da sensibilidade, a alegria é uma regência. Ela rege e dá vazão a experiências.

A compreensão do mundo tal qual ele se apresenta a nós implica em posição ativa sobre ele, posição que se faz atenta às condições imediatas do presente para então se desapegar das convenções e ditames sociais e “dançar por sobre” eles.

Por conseguinte, tal posição se valida essencialmente no aqui e agora. Por mais que se mobilizem signos de “passado” e vislumbres de “futuro”, é no presente que acontece o fluxo afetivo; é o presente que incorpora a potência dos corpos e seu estatuto enérgico no mundo, como nos ensina o afeto espinosano. Não é, portanto, a virtualidade de tempos anteriores ou posteriores. Pensar a alegria é, desse modo, pensar nas potencialidades do presente, no que está acontecendo em forma de evento.

Assim, o que podemos entender, brevemente, por uma alegria *queer*? Como um primeiro movimento, compreendemos alegria como afeto positivo nos passos de Spinoza (2009), um afeto que favoreça e aumente as potências do corpo, sua capacidade de agir. No que tange a especificidade dissidente, falamos de afetos positivos que nascem da experiência de ser um corpo *queer* no mundo, do “prazer de burlar as regras”, na pista das “novas formas de otimismo” comentadas por Halberstam (2011). Afetos positivos que podem nascer da experiência de fracasso. O corpo dissidente é marcado no mundo por sua diferença, sofre opressão e violência, mas ao mesmo tempo libera a si mesmo das limitantes amarras da trajetória rumo ao progresso e ao sucesso hegemônico. Essa liberação é o *locus* no qual esse corpo pode agir sobre o mundo e a realidade a seu redor, e é por meio dessa agência que se dá um modo de vida que existe, resiste e se faz presente na realidade mesmo diante de suas mazelas, ou por sobre as próprias mazelas. Como um segundo movimento, portanto, é fulcral compreender a alegria *queer* de modo similar à própria existência *queer* em si: um afeto positivo diante do que não faz sentido, do ininteligível, do não racional, do paradoxo, do que não pode ser explicado. Uma alegria inerentemente trágica, que acolhe em prazer e júbilo a realidade como ela é, uma vez que essa é a única realidade possível no presente.

Talvez seja para esse afeto que parte do trabalho artístico e audiovisual *queer* busca apontar. Afinal, o trágico em Nietzsche é sempre enunciado como ficção, como poesia. Ideias como *eterno retorno*, *amor fati*, não tem peso conceitual, mas se colocam como um desafio épico a ser performado. Afirmar o presente, aprovar o real e a existência nele, é um exercício, uma tarefa, algo que flerta com a vertigem e com o indiscernível. Portanto, para além de um afeto, a alegria *queer* pode ser lida na produção artística contemporânea como uma pedagogia, um ensinamento de caráter estético e ético. Uma performance que evoca ao prazer, que convida a um posicionamento jubiloso diante da vida, que celebra seu modo dissidente de ser e não apaga sua pujança diante das mazelas, essas que, nunca negadas, são provocadas e postas para dançar conforme a música dos corpos dissidentes. Em suma, uma performance que intenta evocar a alegria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo capitalista que aposta na felicidade como uma ideia programada e vendável, a alegria, sobretudo de um ponto de vista dissidente e *queer*, pode oferecer novas possibilidades, novas rotas que contrariem as demandas hegemônicas da sociedade contemporânea. Essa é, potencialmente, mais uma tarefa que a alegria pode vir a cumprir. Pensar alegria *queer* enquanto conceito, ou chave de leitura para a produção artística LGBTQIA+ e dissidente contemporânea, é um desafio que não cabe aos intentos do presente texto, mas que pretende se estender a trabalhos futuros, especialmente para defrontar analiticamente obras audiovisuais como as dos artistas e coletivos citados. Todavia, enunciar esse modo de alegria como uma possível pedagogia estética e ética, que convida sujeitos dissidentes ao prazer e a afetos positivos em nosso mundo, é o caminho que pretendemos assinalar e aprofundar com a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **The promise of happiness**. Duke University Press, 2010.

BARBOSA, André A. **Constelações da frivolidade no cinema brasileiro contemporâneo**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia: Fabricando cidadãos felizes**. São Paulo: Ubu, 2022.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DEL RÍO, Elena. **Deleuze and the cinemas of performance: powers of affection**. Edinburg: Edinburg University Press, 2008.

EDELMAN, Lee. **No future: queer theory and the death drive**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

HALBERSTAM, J. **The queer art of failure**. Durham and London: Duke University Press, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOPES, Denilson; BARBOSA, André; NEVES, Pedr; DUARTE FILHO, Ricardo. **Inúteis, frívolos e distantes: em busca dos dândis**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

LOVE, Heather. **Feeling backward: loss and the politics of queer history**. Cambridge & London: Harvard University Press, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich W. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROSSET, Clément. **Alegria: a força maior**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

STEYERL, Hito. **In defense of the poor image**. E-Flux: Journal 10. 2009.

## TEMPORALIDADES QUEER E ESPAÇOS LIMINARES NO CONJUNTO “WALKER”, DE TSAI MING-LIANG

Renato Trevizano dos Santos<sup>1</sup>

Cecília Antakly de Mello<sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho analisa o conjunto *Walker*, de Tsai Ming-liang, composto por uma série de curtas, médias e longas-metragens, pensados como videoinstalações para circularem em espaços de museus e galerias de arte. A liminaridade de tais espaços, isto é, sua característica transitória, como locus de passagem, configura uma instabilidade explorada internamente nas obras de Tsai, com implicações identitárias. Nos filmes do conjunto, o monge interpretado por Lee Kang-sheng, ator de quase todos os filmes do diretor, move-se de maneira extremamente lenta, como um corpo estranho, por espaços liminares — ruas abarrotadas, escadas, corredores, praias, galerias vazias etc. —, estabelecendo temporalidades queer, com sobreposição de ritmos e estratos de tempo. Como aporte bibliográfico, recorreremos a Jean Ma para pensar a temporalidade queer, a partir da coletânea do *Realismo fantasmagórico* (org. Cecília Mello, 2015); sobre aspectos gerais da obra de Tsai, há livros e artigos diversos, de pesquisadores como Fran Martin, Nicholas de Villiers, Song Hwee Lim, Tiago De Luca, Elena Tyushova etc.; por fim, para refletir sobre os espaços liminares, reportamo-nos a autores de distintos campos, da filosofia à arquitetura, passando pela arte contemporânea e pela psicologia, sem perder de vista a experiência particular do cinema, que se complexifica com o gesto queer — borrador das fronteiras entre as artes e seus circuitos exibidores — operado por Tsai Ming-liang.

**Palavras-chave:** Cinema queer contemporâneo, Cinema taiwanês, Espaço liminar, Temporalidade queer, Tsai Ming-liang.

1 Mestre e Doutorando pelo PPGMPA-ECA-USP. renato.trevizano.santos@usp.br.

2 Professora orientadora livre-docente da Universidade de São Paulo. cicamello@yahoo.co.br.

## INTRODUÇÃO

Tsai Ming-liang (1957-) é um cineasta malaio radicado em Taiwan, país de onde provém quase a totalidade de sua produção cinematográfica – com algumas incursões no exterior, como na França (em *Que horas são aí?* [2001]; *Face* [2009]; *Journey to the West* [2014]), ou mesmo de retorno à terra natal, filmando na capital da Malásia, Kuala Lumpur, *Eu não quero dormir sozinho* (2006) e *Madame Butterfly* (2009). O caráter itinerante de sua obra<sup>3</sup>, que trafega por países distintos ou mesmo dentro de uma mesma cidade, mormente Taipei, capital de Taiwan, é bastante notável, repercutindo no corpo dos espectadores. Seus personagens efetivamente perambulam pelas ruas da cidade, vagam por longos corredores vazios ou buscam debalde uma passarela desaparecida, em meio ao trânsito estonteante da metrópole. Configuram-se espaços liminares, isto é, de passagem, transitórios, ligações de um ponto a outro. Em geral abarrotados de transeuntes, geram o sentimento de inquietude quando desocupados, levando-nos ao “infamiliar” (*Unheimliche*), de Freud (2021).

O impulso itinerante de Tsai se faz sensível ainda mais radicalmente no conjunto *Walker*, sobre o qual vamos nos deter neste texto. Composto por uma série de curtas, médias e longas-metragens, concebidos para a circulação em museus e galerias de arte, o conjunto inclui os seguintes filmes: *No Form* (2012), *Walker* (2012), *Diamond Sutra* (2012), *Sleepwalk* (2012), *Walking on Water* (2013), *Journey to the West* (2014), *No No Sleep* (2015), *Sand* (2018), *Wandering* (2021) e *Where* (2022), por ora. Trata-se de uma composição ainda em processo, e, como são muitos filmes, vamos nos focar apenas em alguns deles, representativos do conjunto e relevantes à construção de nossa argumentação, sem uma ambição totalizante ou definitiva.

*Walker* nos apresenta o percurso de um monge, trajado com um comprido manto vermelho, por espaços vários – ruas apinhadas, corredores vazios, longas escadas, a beira-mar... Não haveria nada de tão especial em sua caminhada, não fosse o ritmo em que se dá: ele se move de maneira extremamente lenta; cada passo leva segundos; suas mãos em gesto meditativo sugerem o transe do outro tempo. O monge (será o próprio Xiao-kang, protagonista de praticamente todos

3 Para emprestarmos um termo de Cecília Mello (2022), tomaremos a ideia de “impulso itinerante”, aplicada a Jia Zhang-ke, para o cinema de Tsai. Ambos podem ser aproximados da tradição da poesia milenar chinesa, composta em geral na estrada por poetas-andarilhos, bem como da pintura de paisagens em rolo e da arquitetura de jardins, todas artes relacionadas com o movimento físico do espectador/fruidor da obra pelo espaço, constituindo uma experiência corpórea em sua integralidade. Os elementos básicos da pintura de paisagem (água e montanha, *yin/yang*) interagem de forma não binária, isto é, coexistem, transmutam-se, não se opõem.

os filmes de Tsai, interpretado também aqui por Lee Kang-sheng? Ou ele já se lançou para além dessa antiga identidade?).

São trajetórias, diremos, *anti-identitárias* os do monge/Xiao-kang pelos múltiplos espaços urbanos ou naturais nos filmes. Pertencendo a outro tempo, ele não compactua com a movimentação das definições ao seu redor; está fluindo como as ondas do mar em *Sand*, que parecem seguir sua temporalidade em câmera-lenta, envolvendo o espectador no transe mesmo do personagem. O mar, efetivamente, não é ralentado, mas em combinação com a lentidão do monge nos ilude, por vezes, com um estranho ritmo.

## METODOLOGIA

A partir do revisionamento repetido dos filmes do conjunto, realizamos a decupagem plano-a-plano de algumas sequências principais, seguindo o método de análise fílmica proposto por Jacques Aumont e Michel Marie em *A análise do filme* (2019). De forma integrada, deu-se a revisão bibliográfica em torno de Tsai Ming-liang e das questões relacionadas aos filmes (como os conceitos de temporalidade queer e de espaço liminar).

Como método de análise comparativa, valemo-nos da noção de *coleção*, proposta por Walter Benjamin (1987; 2021) e defendida por Mariana Souto (2019) como uma prática metodológica útil à comparação de filmes. A ideia de coleção envolve os objetos analisados em uma aura afetiva, partindo necessariamente da subjetividade do colecionador; além disso, cada objeto da coleção se afeta mutuamente — sua posição em uma estante imaginária, as contiguidades e distâncias que estabelecem, as familiaridades que daí nascem... Dessa sub-coleção (o conjunto *Walker*), dentro de outra sub-coleção (a filmografia de Tsai Ming-liang), partimos para uma coleção maior, a que abordamos na pesquisa de modo geral — não detalhada neste artigo, entretanto —, em torno de corpos queer e figuras míticas em distintas geografias, de cineastas como Apichatpong Weerasethakul (Tailândia), João Pedro Rodrigues (Portugal), Bruce LaBruce (Canadá), entre outros, relacionados ao cinema queer contemporâneo.

Pensamos, ainda mais amplamente, em antecessores e herdeiros dessa sub-coleção (contemporânea), expandindo-a para o antes e o depois, com Chantal Akerman, Pier Paolo Pasolini, Derek Jarman, Ulrike Ottinger, Jean Cocteau, Yukio Mishima, Kenneth Anger, Jean Genet, Andy Warhol, Paul Morrissey, Rainer Werner Fassbinder, Pedro Almodóvar, Albertina Carri, Agustí Villaronga, Gregg Araki, Gus Van Sant, Christophe Honoré, Gustavo Vinagre, Ventura Profana, Jup do Bairro,



Linn da Quebrada, Alice Guél, Bixarte, Getúlio Abelha... e tantas mais, monstras, fantasmas, santas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, para refletirmos sobre a obra de Tsai Ming-liang, recorreremos a bibliografia específica sobre o diretor, com autores como Nicholas de Villiers, Fran Martin, Cecília Mello, Elena Tyushova e Jean Ma, os quais nos auxiliam a refletir, em um primeiro momento, sobre a complexificação de binários operada pela obra de Tsai. Martin (2007) se refere à implosão de polos como local/global, interior/exterior, íntimo/público, de tal modo que o autor constrói o paradoxo “mundos íntimos públicos”; em Mello (2013a; 2013b), de forma semelhante, vemos o polo permanência/desaparecimento se manifestando em Taipei, onde estase e velocidade se sobrepõem, convivendo tradições milenares com aceleradas transformações urbanas; para Tyushova (2014), a relação se situa entre a utopia e a distopia — mais precisamente, a utopia *na* distopia; e Ma (2011) observa as implicações de gêneros nas relações entre as personagens, complexificando masculino e feminino. Todos esses autores nos conduzem a uma abordagem não binária (queer) da obra de Tsai, expressa no conjunto *Walker* com a sobreposição de temporalidades e ritmos. A lentidão do monge se combina com a aceleração urbana ao redor (em *Walker* e *Journey to the West*, por exemplo), ou mesmo com os movimentos do mar (em *Sand*), estabelecendo não a lentidão *versus* a velocidade, mas a um só tempo a lentidão *mais* a velocidade.

Desse modo, ao recorrermos a autores alinhados ao *slow cinema* na abordagem do cinema de Tsai, como Tiago De Luca e Nuno Barradas Jorge (2016), Song Hwee Lim (2014), Emir Çağlayan (2018), Ira Jaffe (2014), entre outros, gostaríamos de nuançar a noção de lentidão, em direção à sobreposição de temporalidades ou “estratos do tempo” (KOSELLECK, 2014), com a emergência de temporalidades queer. Segundo Jean Ma (2015), entre o ralentamento não produtivo, anticapitalista, e a ultra-aceleração inconcebível, também improdutivo, poderia se situar a sobreposição queer, sua fragmentação e multiplicidade. Os filmes do conjunto *Walker* não se encerram na vagareza pura, mas se localizam justamente nesta fenda: entre a extrema lentidão do monge e os imparáveis movimentos de seu manto, os seus movimentos internos certos, os derredores com veículos, passantes, a praia, o vento e a areia...

Esses espaços de trânsito e impermanência, liminares, têm diversas implicações sobre a psicologia humana, com o efeito de estranhamento ou infamiliaridade (FREUD, 2021) quando se encontram vazios. No ambiente virtual, por exemplo,

são cada vez mais comuns as *threads* de *liminal spaces*, incluindo fotos e vídeos de construções desertas, longos corredores vazios, shopping centers abandonados, cidades fantasmas, florestas sob a neve, piscinas profundas, entre outros espaços que geram a inquietude da solidão, a imaginação de um mundo sem qualquer companhia ou testemunha — o imaginário distópico de ser o último humano sobre a Terra. Tal disseminação na internet encontra seu apelo também na arte produzida na era virtual, com tendências estéticas como *vaporwave* e seus subgêneros, tais quais *late night lo-fi*, *utopian virtual*, *mallsoft*, *futurevisions*, etc., presentes especialmente na música e nas artes visuais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Walker* se inicia com um plano estático que enquadra vários degraus e o monge descendo os últimos deles, prestes a lançar-se à rua, emoldurado pela porta, instaurando-se de pronto o efeito de *mise-en-abyme*, isto é, do quadro dentro do quadro, posteriormente retomado diversas vezes ao longo dos filmes do conjunto. Além disso, o enquadramento simultâneo dos degraus e do monge sugerem a passagem do tempo, a descida de todos os degraus, que não vemos, mas intuímos — sobretudo, *sentimos* esse tempo com nossos corpos. Essa é uma característica muito comentada do *slow cinema* (DE LUCA, 2015), a capacidade de ressaltar no espectador a própria percepção do ato de ver. Esse destacamento da presença física pelo prolongamento do plano, pelo silêncio e pela imobilidade resulta em uma tendência recorrente no cinema contemporâneo, como bem mapeado por Erly Vieira Jr. (2022) a partir de diversas filmografias ao redor do mundo, incluindo Tsai, Apichatpong, Naomi Kawase, Claire Denis, Lucrecia Martel, Gus Van Sant, Jia Zhang-ke, Hou Hsiao-hsien, Pedro Costa e Karim Ainouz, alguns dos quais também abordamos na pesquisa.

O destacamento da presença física e do gesto de olhar se torna ainda mais evidente em um dos últimos filmes do conjunto até o momento: *Wandering*, em que uma personagem feminina percorre os corredores de uma galeria de arte contemplando as projeções dos filmes anteriores do conjunto; há até mesmo um momento em que o próprio Tsai aparece contemplando um plano de *No No Sleep*. Seu direcionamento à galeria e ao museu, não apenas formal ou criativo, é também prático, material (cf. BORDELEAU, 2013; ROSA, 2023). Nessa mirada metalinguística e novamente de *colocação em abismo*, Tsai nos envolve no transe da superposição temporal uma vez mais. Vemos a mulher que vê o que já vimos. Vemos que revemos, ou que essencialmente vemos, e sentimos a persistência durar em nossos corpos, e já se transformar em outra coisa, e sumir, pois lampejo.

Além dos espaços liminares mostrados nos filmes, que já mencionamos, os próprios espaços de exibição e circulação das galerias de arte e museus são liminares: as pessoas não permanecem neles por muito tempo, cruzam-nos, contemplam-nos breve ou demoradamente, mas se vão. O gesto de abandonar o quadro e deixá-lo restar vazio é comum na filmografia de Tsai, em que se prolonga a paisagem, o objeto, a “natureza morta”<sup>4</sup>. No plano final de *Sand*, o movimento de estar em quadro, sumir, reaparecer e tornar a sumir se dá em uma nova complexidade, pois o monge some do quadro ainda estando dentro dele, simplesmente por ocultar-se atrás de uma longa pilastra. Nesse espaço abstrato, formado por um pé-direito alto e com o chão coberto por terra escura e duas longas pilastras, a liminaridade do desaparecimento do monge se estabelece com prontidão: ele está e logo não está mais; o espaço ocupado se torna vazio. É curiosa a ambiguidade do seu ato de, a um só tempo, estar e não estar lá, não ser visto mas intuído, sabido, sentido. A inquietude de sua desapareição e reaparecimento e redesaparecimento gera, em um filme de temporalidades complexas derivadas da lentidão, um calafrio de adrenalina que beira os efeitos de um blockbuster hollywoodiano de ação — mantidas as devidas proporções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A operação não binária desenvolvida por Tsai no conjunto *Walker* se confirma, como vimos, em uma série de complexificações, entre a lentidão e a velocidade, o vazio e o abarrotado, o etéreo e o corpóreo... A movimentação ralentada do monge/Xiao-kang remete tanto a exercícios de meditação budista quanto a práticas teatrais (de Bob Wilson, por exemplo), de modo que Tsai opera, com um único gesto, a performance ritual – religiosa e artística. A existência simultânea dessas dimensões em um só corpo espelha outras simultaneidades e sobreposições que o conjunto dá a ver, que já comentamos, talvez a ecoar a primeira e última, maior e menor delas: morte e vida, com tanto nos entremeios.

---

4 Poderíamos tecer mais uma aproximação, a partir de Mello (2022), entre Tsai Ming-liang e Jia Zhang-ke, fundados na tradição milenar chinesa da pintura de paisagem em rolo, que, muito diferentemente da tradição ocidental – caracterizada pelo “*horror vacui*”, isto é, o horror ao espaço vazio, de modo que toda a pintura deve ser preenchida com conteúdo –, explora criativamente o espaço vazio, com nuvens, brumas, vastidões entre montanhas, e diminutas figurações humanas, apenas eventuais.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família — minha mãe, Rogéria, a vó Babi, a prima Rafaela (Lelé, com quem compartilho o estranho fascínio por *liminal spaces*), a tia Rose (Kiki), o tio Telbin (Di), todos os ancestrais queridos: meu vô Zé, a Mainha, o tio Zezé, a Lulu, o Beré... —, e aos meus amigos, amigas, amigues e amores.

Agradeço com muito carinho por todo o apoio à minha orientadora Cecília Mello, sempre presente como uma figura amorosa e inspiradora.

Agradeço também aos professores e colegas presentes na Tenda Cuir da SOCINE, que compareceram em peso ao CINABETH, criando uma comunidade acolhedora e estimulante: Ramayana Lira, Alessandra Brandão, Diego Paleólogo, Vinícios Ribeiro, e também aos professores e colegas dos grupos de estudos do LAICA — Laboratório de Investigação e Crítica Audiovisual (ECA-USP), especialmente na figura da professora Esther Hamburger, e do NEX — Núcleo de Estudos do Excesso (PPGCINE-UFF), nas figuras da professora Mariana Baltar e do professor Erly Vieira Jr.

Por fim, sou grato a Tsai Ming-liang pela constante fonte de prazer e amor.

## REFERÊNCIAS

AUMONT, J.; MARIE, M. **A análise do filme**. Lisboa: Texto & Grafia, 2019.

BENJAMIN, W. O colecionador. \_\_\_\_\_ **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [2006] 2021. 3ª reimpressão.

\_\_\_\_\_. Desempacotando minha biblioteca. \_\_\_\_\_ **Rua de mão única** (Obras escolhidas, volume 2). Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BORDELEAU, E. Soulful sedentarity — Tsai Ming-liang at home at the museum. **Studies in European Cinema**. v. 10, n. 2-3, 2013.

ÇAĞLAYAN, E. **Poetics of Slow Cinema**: Nostalgia, Absurdism, Boredom. 2018.

DE LUCA, T. Realismo dos sentidos: uma tendência no cinema mundial contemporâneo. MELLO, C. (org.). **Realismo fantasmagórico**. São Paulo: CINUSP/ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_. Sensory everyday: Space, materiality and the body in the films of Tsai Ming-liang.

\_\_\_\_\_; JORGE, N. B. (orgs.). **Slow Cinema**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

FREUD, S. **O infamiliar e outros escritos** – seguido de O homem da areia, de E.T.A. Hoffmann. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

JAFFE, I. **Slow Movies**: Countering the Cinema of Action. 2014.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LIM, S. H. **Tsai Ming-liang and a Cinema of Slowness**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2014.

\_\_\_\_\_. Temporal aesthetics of drifting: Tsai Ming-Liang and a cinema of slowness. DE LUCA, T.; JORGE, N. B. (orgs.). **Slow Cinema**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. p. 87-98.

MA, J. O cinema assombrado. MELLO, C. (org.). **Realismo fantasmagórico**. São Paulo: CINUSP/ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_. Delayed voices: Intertextuality, music and gender in The Hole. **Journal of Chinese Cinemas**. 5:2, 2011. p. 123-139. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1386/jcc.5.2.123\\_1](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1386/jcc.5.2.123_1). Acesso em: 9 jan. 2024.

MARTIN, F. Introduction: Tsai Ming-liang's intimate public worlds. **Journal of Chinese Cinemas**. 2007.

MELLO, C. (org.). **Realismo fantasmagórico**. São Paulo: CINUSP/ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Tsai Ming-liang. **Rebeca**: Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual. v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <https://rebeca.socine.org.br/1/article/view/298>. Acesso em: 9 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Permanência e desaparecimento: a cidade e o cinema de Tsai Ming-liang. **Rebeca**: Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual. v. 2, n. 1, 2013a. Disponível em: <https://rebeca.socine.org.br/1/article/view/297>. Acesso em: 9 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **The Cinema of Jia Zhang-ke**: Realism and Memory in Chinese Film. London/ New York/ Dublin: Bloomsbury, [2019] 2022.

ROSA, J. P. Tsai Ming-Liang: “Estou cansado de trabalhar na indústria de cinema tradicional”. **C7nema**. 6 ago. 2023. Disponível em: <https://c7nema.net/entrevistas/item/121607-tsai-ming-liang-estou-cansado-de-trabalhar-na-industria-de-cinema-tradicional-locarno.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SOUTO, M. **Infiltrados e invasores**: uma perspectiva comparada sobre relações de classe no cinema brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2019.

TYUSHOVA, E. The Hole by Tsai Ming-liang or Crystallizing Utopia in Dystopia. **Ekphrasis**. 1/2014. p. 206-216.

VIEIRA JR., E. Por uma exploração sensória e afetiva do real: esboços sobre a dimensão háptica do cinema contemporâneo. MELLO, C. (org.). **Realismo fantasmagórico**. São Paulo: CINUSP/ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_. **Realismo sensório no cinema contemporâneo**. Vitória: EDUFES Editora, 2022.

VILLIERS, N. **Cruisy, Sleepy, Melancholy**: Sexual Disorientation in the Films of Tsai Ming-liang. Minneapolis/ London: University of Minnesota Press, 2022.

# AUTORIA FEMININA NO SÉCULO XIX: AFETIVIDADE ENTRE MULHERES NA POESIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

*Giovanna Marchetti*<sup>1</sup>

## OBJETIVOS

- Analisar a trajetória da escrita de autoria feminina no século XIX.
- Investigar as estratégias utilizadas pelas escritoras para conseguir publicar e alcançar o reconhecimento da crítica.
- Ler a poesia das escritoras considerando o contexto, as escolas literárias e os recursos usados por elas para estarem presentes no meio literário e seus desdobramentos.
- Pensar na presença de questões referentes à sexualidade que os textos trazem.
- Apresentar a discussão sobre fracasso trazida por Jack Halberstam no livro “A arte queer do fracasso”.

## CAMINHOS DA PESQUISA

- Abordagem da obra poética de Maria Firmina dos Reis
- Análise limitada da crítica que enfatiza características românticas e temáticas locais
- Exploração do tema do homoerotismo na poesia de Maria Firmina
- Referência ao artigo “CANTOS À BEIRA-MAR: O HOMOEROTISMO FEMININO NOS POEMAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS”

## ESTRATÉGIAS PARA PUBLICAÇÃO

- Busca por apoio em afirmações dos críticos literários.

---

<sup>1</sup> Mestranda no PPG de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FFLCH). Contatos: giovanna.marchetti@usp.br

- O “endosso literário” masculino (FREITAS, 2021)
- Uso de pseudônimos como forma de buscar “validação” de sua escrita.
- Assinatura de Maria Firmina dos Reis em suas primeiras obras.

## MOMENTO DA PESQUISA

- Foco da pesquisa no momento é a obra de Maria Firmina e a busca por análises da poesia da autora.
- Busca pela recepção crítica da poesia da autora em periódicos da época.
- Há também pouca análise e crítica contemporânea sobre sua poesia.
- Homoerotismo na obra poética de Maria Firmina dos Reis.
- Eu-lírico masculino e ambiguidades.

## POEMA

### “A uma amiga”

Eu a vi – gentil mimosa,  
Os lábios da cor da rosa,  
A voz um hino de amor!  
Eu a vi, lânguida, e bela:  
E ele a rever-se nela:  
Ele colibri – ela flor.

Tinha a face reclinada  
Sobre a débil mão nevada:  
Era a flor à beira-rio.  
A voz meiga, a voz fluente,  
Era um arrulo cadente,  
Era um vago murmúrio.

No langor dos olhos dela  
Havia expressão tão bela,  
Tão maga, tão sedutora,  
Que eu mesmo julguei-a anjo,  
Eloá, fada, ou arcanjo,  
Ou nuvem nuncia d'aurora.

Eu vi – o seio lhe arfava:  
E ela... ela cismava,  
Cismava no que lhe ouvia;  
Não sei que frase era aquela:  
Só ele falava a ela,  
Só ela a frase entendia.

Eu tive tantos ciúmes!...  
Teria dos próprios numes,  
Se lhe falassem de amor.  
Porque, querê-la - só eu.  
Mas ela! – a outra ela deu  
meigo riso encantador...  
Ela esqueceu-se de mim  
Por ele... por ele, enfim.

## USO DO EU LÍRICO MASCULINO

- Passagem da antologia Escritoras Brasileiras do Século XIX (1999), organizada por Zahidé Muzart

É muito estranho, na poesia de mulheres do século XIX, a incorporação do masculino pelo eu lírico. Não ousando falar sobre os encantos



do amor pelo outro sexo, elas tecem loas à beleza das mulheres e fazem verdadeiros cantos homossexuais. Como não poderiam, à época, cantar seus verdadeiros desejos eróticos, o que sobrou foi um ingênuo e pobre cantar, um travestimento lírico. Daí, talvez, e é uma hipótese de trabalho, decorra a pobreza dessas poesias e seu esquecimento! (MUZART, 1999, p. 271; destaques meus.)

## QUESTIONAMENTOS SOBRE FRACASSO E AUTORIA FEMININA

- Jack Halberstam e “A arte queer do fracasso”
- A poesia de Maria Firmina e de tantas outras mulheres fracassou?
- O “endosso literário”, o uso do eu-lírico másculo podem ser considerados uma forma criativa para uma mulher dizer dos seus desejos mais íntimos naquele momento?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Jaqueline Ferreira. A literatura de autoria feminina no Brasil: um estudo sobre a trajetória de Francisca Júlia. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan.-mar. 2020.

FREITAS, Naiana Pereira de. Anotações sobre a Trajetória da Escrita de Autoria Feminina. *Inventário*. n. 27, Salvador, fev. 2021.

MAIA, Helder Thiago; BRAGA-PINTO, César. (Org.) . *Dissidências de Gênero e Sexualidade na Literatura Brasileira: uma antologia (1842-1930)* . Volume I: Desejos. 1. ed. Lisboa: Index, 2021. v. 2. 400p

MIRANDA, Fernanda Rodrigues De. Maria Firmina dos Reis: a fundadora negra de outra tradição literária brasileira. *Cadernos de Literatura Comparada*, v. 12, p. 61, 2021.

REIS, Maria Firmina dos. A uma amiga. In: *Cantos à beira-mar e Gupeva*. São Luis: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

SANTOS, C. G.; INACIO, E. C. . A Bruta Flor Do Querer: Amor, Performance E Heteronormatividade Na Afetividade Lésbica. In: *13.º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11*, 2017, Florianópolis. *Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-13.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). História das mulheres no Brasil. 2 ed. São Paulo: contexto, 2008.

TROINA, Rosane Jaehn. Cantos À Beira-Mar: O Homoerotismo Feminino Nos Poemas De Maria Firmina Dos Reis. Revista Cacto: Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online V. 1 N. 1 2021.

## ESTRANHXS E INGOVERNÁVEIS

*Flávia Lucchesi<sup>1</sup>*

### RESUMO

Dentre os resultados da pesquisa de doutorado “Queer ingovernável: da conservadora assimilação ao fogo anarquista”, na qual procurei fazer uma genealogia do queer em meio aos anarquismos, sobressai o significado de queer enquanto força estranha, anômala, perturbadora (tradução quase literal de *to queer*). Sentidos também manifestos pela anarquia e, igualmente, historicamente atribuído aos anarquistas. A associação entre anarquismos e queer, quando propiciadora de perturbações à ordem, afirma a luta antiassimilação, indissociável da atitude de revolta. Trata-se da anarquia e do queer como práticas, verbos que estão em movimento. Anarquizar e queerizar, reciprocamente, convidam à demolição de fronteiras, não apenas das pátrias e Estados, dos binarismos sexo-gênero e das definições identitárias. Mas, também, aquelas erguidas entre humanos e os outros bichos e seres considerados inumanos ou ainda não humanos.

**Palavras-chave:** Queer, Anarquismos, Antiassimilação, Animalizar.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisadora no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária). Contato: flalucchesi@gmail.com

A apresentação que se segue parte da tese queer ingovernável: da conservadora assimilação ao fogo anarquista em conversa com cenas do filme *Um estranho no ninho*, seguindo a sugestão proposta pelo ST “Estranhas/es/os no ninho”.

**cena 1:** “Are you trying to say that i’m queer?” diz Harding frente aos protestos de Taber que se queixava de sua fala, por ele tida como “imbecilidade”. Harding, negando o que havia percebido como uma insinuação sobre sua sexualidade, acrescentou que Taber e os demais loucos o faziam sentir-se “muito peculiar”.

No *Dictionary of the English Language*, publicado em 1827, a palavra queer era definida como sinonímia dos adjetivos “esquisito; estranho; original; inadequado” e de advérbios como “particularmente; estranhamente”. Aqui, o sentido de peculiar, como aquilo que é próprio de alguém, caberia igualmente.

Um dos primeiros registros notórios do uso da palavra queer enquanto um insulto à chamada homossexualidade – à qual estaria agravada por uma estranheza implicada em identificada feminilidade – remete ao Marquês de Queensbury e a década de 1890. Proveio dele a acusação contra o escritor libertário Oscar Wilde, que fora amante de seu filho, e a qual culminaria na condenação a dois anos de prisão e trabalho forçado por “indecência grave” e “sodomia”. Em pleno tribunal, durante seu julgamento, ao ser inquirido sobre o estilo “incomum” de seus escritos, Wilde respondeu: “Não sou, felizmente, penso eu, um ser comum”<sup>2</sup>.

A prisão de Wilde repercutiu em diversos cantos do planeta e encontrou intenso apoio entre anarquistas. Desde os Estados Unidos, Alexander Berkman, John William Lloyd, Benjamin Tucker e, principalmente, Emma Goldman, posicionaram-se publicamente contra a detenção de Wilde e se insurgiram contra as tentativas de regulamentação das relações amorosas e sexuais por parte do Estado. Pesquisadores como Terence Kissack (2008) consideram a luta destas figuras ácratas, impulsionada pela condenação de Oscar Wilde, como a articulação pioneira nas Américas em torno da questão da homossexualidade.

Em 1923, em uma carta destinada ao médico e militante Magnus Hirschfeld, Emma Goldman contou: “como anarquista meu lugar sempre foi com os perseguidos. Eu vi refletidas na perseguição e na acusação de Oscar Wilde a cruel injustiça e a hipocrisia da sociedade que o enviou para sua ruína” (2022, p. 179).

<sup>2</sup> “O julgamento”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/21/mais!/35.html> (acesso em 18 de setembro de 2023).

**cena 2:** McMurphy deixa claro sua decisão de simular loucura para sair da prisão, onde era submetido ao trabalho forçado, e cumprir a pena no manicômio. No decurso do filme, evidencia-se, tanto para quem assiste como para o próprio personagem, que o período de uma pena no hospital manicomial não era o mesmo da sentença prisional.

Em 1927, no Brasil, um homem preto de 32 anos foi detido sob a acusação de “estupro” e “assassinato” de um “menor”. Com fama de feiticeiro e insubordinado, ele era conhecido como Febrônio Índio do Brasil. Seu advogado, no intuito de que seu cliente não fosse encarcerado e cumprisse a longa pena, angariou sua transferência para o Manicômio Judiciário, sob a acusação de ser um “louco moral”. O corpo de Febrônio somente saiu deste cárcere após 57 anos, já sem vida.

“Monstro satânico”, “negro delirante”, “louco furioso”, Febrônio foi até tema de canção carnavalesca nos anos 1920. Nesta época, nos programas de auditório das rádios, era comum que gritassem “Febrônio!”, causando um misto de chacota e terror na plateia. Na década de 1930, segundo mostram Peter Fry (1982) e João Silvério Trevisan (2018) o nome “Febrônio” passou a ser uma gíria carioca para designar “homossexual”.

Chama atenção uma possível correlação com o uso da palavra queer em uma história tantas vezes reduzida a um “caso criminal isolado” que explicita o racismo, preconceitos com a chamada homossexualidade e religiosidades não-monoteístas e consideradas pagãs. É o nome

próprio de um gay, preto, feiticeiro, indigente, que passa a adjetivar, como uma gíria ofensiva, o que circunscreve uma homossexualidade mais do que estranha, “monstruosa”. Se no hemisfério norte do planeta a gíria queer se propagou junto ao célebre julgamento e condenação do renomado escritor Oscar Wilde; aqui ao sul, no Brasil, uma condenação pela mesma afronta moral – acrescida das acusações de “homicídio” –, ficou esquecida, abandonada como o próprio Febrônio. E tantas outras pessoas, que tiveram e têm suas vidas sequestradas por essas instituições.

**cena 3:** depois da fuga de McMurphy, com apoio de Chefe, para levar alguns dos loucos pescar em alto mar, no manicômio, autoridades discutem o caso da personagem. A questão se faz sobre sua simulada ou real loucura. Todavia, não há consenso quanto a este ponto, mas todos concordam: ele é perigoso.

Perigoso: desobediente, insubordinado, revoltoso. Perigoso, como fora classificado Febrônio e, também, Oscar Wilde. Como incontáveis anarquistas

e pessoas cujas relações amorosas e com o próprio corpo, o sexo e os prazeres foram e são tidas como perigosas. Emma Goldman foi perseguida como “a mulher mais perigosa da América”.

Aqui, sobressai uma aproximação entre anarquia e queer. Queer em seu sentido estranho, perturbador. Ambos podem propiciar possibilidades outras, infinitas; abrindo-se a partir de transformações radicais de si e nas relações, por meio da revolta como impulso de vida. Revolta que se expande por meio das relações entre diferentes que não tentam apaziguar os estranhamentos, mas se lançam a eles, perturbadores e capazes de atizar transformações; perigosos.

É o queer em sua forma verbal aportuguesada, queerizar, sinônimo de perturbar. Assim como também o é anarquizar. É preciso o estranhamento, o estranho que não pode ser identificado, que é inclassificável e ingovernável. Queer e anarquia se potencializam ao andar junto e misturar suas diferenças.

Como as relações entre os loucos no filme, embora não fossem anarquistas nem queers. Mas as diferenças encontravam ecos entre eles. O que talvez tenha sido mais evidenciado na amizade entre McMurphy e Chefe, o interno indígena que se recusava a comunicar, sendo tido como surdo-mudo por todos no manicômio.

**cena 4:** os olhos mareados de Chefe, atrás das cercas, quando ajudou McMurphy a fugir para raptar os outros loucos e levá-los ao mar. Cena que se desdobra, no final do filme, na fuga de Chefe, forte como uma montanha, após matar McMurphy, destruído por uma lobotomia. Chefe matou o mortificado; afirmou a recusa à mortificação.

Uma das procedências do uso afirmativo e combativo da palavra queer, revidando o sentido ofensivo voltado à homossexualidade agravada por uma estranheza, remete à literatura menor estadunidense da segunda metade do século XX. No final dos anos 1980, marca-se a circulação dos livros *Borderlands la frontera* da chicana Gloria Anzaldúa (1987) e *Queer* (2017), escrito por William Burroughs na década de 1950, mas apenas publicado em 1987. Cada qual a sua maneira, Anzaldúa e Burroughs anunciavam queer como uma recusa às identificações como homossexual, gay e lésbica. Por questões diferentes, prevalecendo em Burroughs um certo culto à virilidade e à macheza, ambos afirmavam a estranheza implícita em queer. Anzaldúa, ao situar uma vida fronteiriça como um atravessar, o estar em constante mutabilidade e multiplicidade, foi explícita: “los atravesados vivem aqui: o vesgo, o perverso, o queer, o incômodo, o híbrido, o mulato, o mestiço, o quase morto; em suma, aqueles que atravessam, transitam ou vão além dos confins do ‘normal’” (ANZALDÚA, 1987, p. 03).

O enfrentamento às fronteiras, normalizações e normatizações, por meio do uso da palavra queer, ganharia outros contornos ainda neste período. Em meio aos fanzines punks, entre Canadá e Estados Unidos, a palavra queer associava-se à anarquia e à luta antiassimilação. Nas páginas do segundo número do zine *Homo-core*, inscreveu-se: “assimilação=aniquilação” (1988, p. 01). Esta luta também irrompeu no interior do próprio movimento. Os embates antiassimilação-assimilação despontaram poucos anos após a revolta de Stonewall e a articulação do Gay Liberation Front, mas tomaram proporções mais explícitas frente aos efeitos devastadores da Aids. Evidenciou-se um ativismo que se firmava como uma política democrática, inclusiva e identitária.

Diferente da luta antiassimilação radicalizada por um modo de vida libertário, como se evidencia em ações diretas de agrupamentos anarco-queers como Baedan (2012), Bash Back! (2020) e Manada de Lobxs (2014), por exemplo. Manifesta o embate ácrata contra essa ordem, a propriedade, estatal ou não; a sociabilidade autoritária, suas normatizações e governo imiscuídos nas condutas de cada um e sobre cada um; a moral, religiosa ou dita secular; a política; o capitalismo e suas impreteríveis misérias; o governo dos corpos pelas utilidades de cada gênero, pelo saber médico-*psi* e pelas assimilações rentáveis da pluralidade identitária.

Fica explícito que ao lado da inclusão colorida e bem-sucedida, continua-se a derramar muito sangue, a torturar, prender, violentar, carbonizar, mutilar, esfaquear, afogar, espancar corpos classificados como abjetos. A matar e a *mortificar*.

Considerando as análises de Michel Foucault sobre a *mortificação* no curso *Malfazer, dizer verdadeiro* (2018) de 1981, podemos considerar que a luta antiassimilação faz-se, também, como um combate à mortificação.

**cena 5:** McMurphy, recém-chegado ao manicômio, observa o alambrado e os arames farpados, procurando uma rota de fuga. Chefe mira ao longe, além dos buracos que enredam a quadra de basquete ou área de lazer. Um esquilo anda, leve e lépido, por entre as concertinas.

A relação entre queer e anarquismos, quando transformadora ao anarquizar-se e queerizar-se reciprocamente, leva à destruição das fronteiras. Desde o queer, com destaque para a produção de saberes do que ficou conhecido como a teoria queer, foram derrubadas as fronteiras do binarismo sexo-gênero, verdade constitutiva da cultura ocidental judaico-cristã, chancelada pela razão científica e alicerce fundante da reprodução desta ordem social. Desde os anarquismos, em

embates travados ao longo dos séculos XX e final de do XIX até o presente, foram demolidas as pátrias e fronteiras. Os anarquismos são a única força social a recusar e enfrentar as fronteiras, as forças de segurança e as guerras. Pois nenhum Estado, seja ele qual for, pode sobreviver sem essas arbitrárias e violentas instituições.

Juntos, queer e anarquismos podem propiciar também a ruptura com as fronteiras que procuram delimitar o que é o humano, ao colocarem em xeque a própria noção de humano e humanidade como a medida de todas as coisas. Gloria Anzaldúa mostrou que ao romper com o pensamento que se estrutura por fronteiras é possível que “cada passo adiante seja uma travessia” (ANZALDÚA, 1987, p. 48).

Atravessar junto com a criança, com o bicho que coexiste conosco ou com o qual nos cruzamos brevemente, seja em um percurso pela mata, durante um mergulho, ou quando recebemos visitas aladas na janela de nossas casas. Acompanhar as plantas e os fungos, que encontramos exuberantes por um caminho qualquer, que cultivamos e que nos alimentam e nos brindam com o brotar das flores, dos frutos e “viagens” sem itinerários e das quais não voltamos incólumes. Andar com o céu, não enquanto qualquer representação religiosa, mas em sua metamorfose incessante, pelas pinturas únicas de cada dia, a cada instante. Kathy Acker (2022) diria “psilocibina gratuita para todo mundo”. Perspectivas outras para encontrar outras constelações, outros modos de vida. Anárquicos, anarquizantes, estranhos, inclassificáveis e ingovernáveis, queers – enquanto essa palavra ainda não é só mais uma morta-viva.

**Cena final:** o título original do filme, *One Flew Over the Cuckoo's Nest*, seria traduzido literalmente como: alguém voou sobre o ninho do cuco. Cucos, além de nomearem o antigo e quase fantástico relógio de parede, são os pássaros da *ordem Cuculiformes* e da *família Cuculidae*, popularmente conhecidos por cucos pelo som de seu canto. Eles não constroem os próprios ninhos, depositam os ovos nos ninhos já construídos, de outras aves. São considerados uma espécie parasitária. É assim que os humanos, com sua razão e crença em sua superioridade, classificam as outras existências que lhes são estranhas. Parasitários são os Estados, os capitalistas, as polícias e demais forças de segurança e todos que reproduzem essas condutas em suas relações cotidianas. As diferenças que podemos observar nos e junto com os outros seres vivos podem nos ensinar, nos levar a sermos menos o que somos, a atravessar, nos animalizarmos ou nos *bichizarmos*, experienciando modos outros de existir, em suas infinitas formas, livres e liberadas.



## REFERÊNCIAS

ACKER, Kathy. **A vida infantil da tarântula negra por tarântula Negra**. Tradução de Livia L.O.S Drummond. São Paulo: crocodilo edições, 2022.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

BAEDAN. “The Anti-social Turn” in **Baedan – journal of queer nihilism**, issue one, 2012. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/baedan-baedan>

BAROQUE, Fray; EANELLI, Tegan. *Bash Back! Ultra violência queer*. Tradução de Pontes Outras. São Paulo: crocodilo edições; n-1 edições, 2020.

BURROUGHS, William S. **Queer**. Tradução de Christian Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Malfazer, dizer verdadeiro**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FRY, Peter. “Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei” In **EULÁLIO, Alexandre et al. Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 65- 80.

GOLDMAN, Emma. “Louise Michel. Carta a Magnus Hirschfeld” in **revista verve**, n.42. Tradução de Eliane Carvalho. São Paulo: Nu-Sol, 2022, pp. 176-204.

KISSACK, Terence. **Free Comrades: Anarchism and Homosexuality in the United States, 1985-1917**. Oakland, Edinburgh, West Virginia: AK Press, 2008.

LUCCHESI, Flávia. **Queer ingovernável: da conservadora assimilação ao fogo anarquista**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUCSP, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39972>

MANADA DE LOBXS. **Foucault para encapuchadas**. Buenos Aires: Milena Caserola, 2014.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia atualidade**. 4a edição revisada, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

## ZINES E JORNAIS

**Homocore** #2, 1988.

**Folha de S. Paulo**. “O julgamento”, 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/21/mais!/35.html>

## AUDIOVISUAIS

**Um estranho no ninho**. Direção de Milos Forman, 1976.

# TECENDO SABERES QUEER: FICÇÕES PARA SE PENSAR ALTERNATIVAS SOBRE VIVÊNCIAS

Pol Iryo<sup>1</sup>

Alberto E. F. Canseco<sup>2</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o lugar da ficção na produção de conhecimento na teoria feminista queer. Para tal, analiso os usos que Donna Haraway faz da ficção científica em sua obra “Manifesto ciborgue” (1985/2009), para em seguida adentrar na proposta de Jack Halberstam a respeito dos potenciais presentes nas animações infantis em sua obra *A Arte queer do fracasso* (2011/2020). Os dois autores demonstram como as ficções são potenciais fontes de saberes para se imaginar novos mundos, e diferentes possibilidades de produzir existência. A partir de uma compreensão das estratégias utilizadas por estes dois autores para desafiar a matriz heterossexual que limita as possibilidades de performatividade de gênero e afetividade mediante seu disciplinamento, me inscrevo na tarefa queer de buscar uma saída para a realidade colonizadora que oprime a população dissidente do sistema cis-heterossexual. A mistura entre diferentes campos dos saberes, no caso, as práticas artísticas e reflexões teóricas, geram frutos promissores e incertos, conhecimentos que fogem do tradicional cânone acadêmico e possibilitam atingir uma maior quantidade de pessoas para além dos muros da universidade. Proponho que ambos os autores encontram um terreno fértil nestas mídias alternativas que conseguem condensar teorias abstratas em linguagens mais acessíveis, ou como sugere Halberstam, operam com uma “baixa teoria”, fornecendo ferramentas para uma produção de conhecimento que foge da tradicional formatação textual, com normas restritivas e palavras rebuscadas, a chamada “alta teoria”. Analisarei sucintamente o livro de Ursula Le Guin, *A mão esquerda da escuridão*, e o filme *Vida de Inseto*.

**Palavras-chave:** Teoria Queer, Animação Infantil, Ficção Científica Feminista, Jack Halberstam, Donna Haraway.

1 Graduando do Curso de Bacharelado em Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC - UFABC, [p.iryoy@aluno.ufabc.edu.br](mailto:p.iryoy@aluno.ufabc.edu.br);

2 Orientador: Doutor em Estudos de Gênero pela Universidad de Córdoba. Docente visitante no Centro de Ciências Naturais e Humanas - UFABC, [alberto.canseco@ufabc.edu.br](mailto:alberto.canseco@ufabc.edu.br).

## INTRODUÇÃO

É possível produzir conhecimento a partir de livros de ficção científica? ou filmes de animação infantil?

Estas são algumas das perguntas norteadoras da presente pesquisa que tem como ponto central o lugar da ficção na teoria feminista queer<sup>3</sup>, a qual parece prometer novas possibilidades para viver os gêneros e sexualidades além da matriz heterossexual que naturaliza os corpos mediante seu disciplinamento (BUTLER, 2003). A fim de investigar esse lugar, a pesquisa almeja fazer uma hermenêutica crítica do ensaio Manifesto Ciborgue de Donna Haraway publicado em 1985 (2009), e da obra *Arte Queer do Fracasso* de Jack Halberstam publicada em 2011 (2020), ambos nos Estados Unidos. As duas obras enxergam nas ficções potenciais fontes de saberes para se imaginar novos mundos, respectivamente, esmiúçam a fertilidade oriunda dos livros de ficção científica e das animações infantis para se imaginar outros modos de produzir existência. Vale ressaltar que mesmo que estejam inseridas no mesmo debate, em constante diálogo principalmente com o movimento feminista e marxista, ambas as obras estão separadas por quase 3 décadas, momento em que o neoliberalismo e as tecnologias tiveram um gigantesco avanço, em que nossas perspectivas estão cada vez mais pessimistas em relação a existencia de um futuro para a humanidade, por conta da desilusão e desesperança que o capitalismo produziu, resultando na capturação da nossa imaginação (FISCHER, 2020). Por isso a riqueza epistêmica do pensamento de Halberstam e Haraway, que mesmo em meio a tanto pessimismo, encontram vida nos lugares mais inusitados. A partir desta pesquisa, me inscrevo na tarefa queer de buscar uma saída para a realidade colonizadora que oprime a população dissidente do sistema cis-heterossexual, ao compreender quais foram as estratégias que os autores e autoras tem utilizado para desafiar a matriz cis-heterossexual.

## METODOLOGIA

A metodologia consiste basicamente em uma hermenêutica crítica dos textos Manifesto ciborgue (1985/2009) de Donna Haraway e *Arte queer do fracasso* (2011/2020) de Jack Halberstam. Para isso foi necessário a revisão dos pressupostos teóricos de ambos textos assim como a visita dos filmes e textos de ficção com os quais Haraway e Halberstam trabalham. Com um recorte na análise de

3 Para maiores informações sobre o que vem a ser a teoria queer ver o verbete BRETAS, Aléxia. QUEER. Edição eletrônica URL: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/queer/> ISSN: 2526-6187 Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas, V. 7, N. 2, 2021, p. 01-15.

porquê optaram pelas ficções científicas e animações infantis, assim como, as convergências e divergências que as respectivas linguagens nos proporcionam.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Quanto ao campo teórico, este estudo busca entender como a arte da ficção pode ser um campo fértil para construção de conhecimento para teoria queer feminista. Me detive principalmente nos estudos de Donna Haraway e Jack Halberstam, que através de outros saberes, no caso, os filmes de animação infantil e os livros de ficção científica, nos apresentaram as diversas possibilidades criadas a partir destas linguagens para se pensar novos mundos. A mistura entre as práticas artísticas e reflexões teóricas geram frutos incertos conhecimentos que fogem do tradicional cânone acadêmico, na medida em que não seguem regras rígidas para sua criação, ao mesmo tempo que atingem uma maior quantidade de pessoas para além dos muros da universidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, analisamos a proposta da feminista, filósofa e bióloga norte-americana, Donna Haraway, em sua obra *Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. Trata-se de um ensaio que pretende construir um mito político crítico ao feminismo identitário que vinha sendo produzido na época. Através da figura do ciborgue como centro de sua ontologia, a autora reflete sobre a influência da ciência e novas tecnologias do século XX sobre as relações sociais. O ciborgue, este ser tão controverso e complexo, sintetiza o que o ser humano se tornou a partir do desenvolvimento das tecnologias da guerra. A filósofa analisa de modo poético e irônico como as tecnologias, em especial a ascensão da cibernética na metade do século, impactaram as fronteiras entre natural/artificial. Com grande influência marxista, mas também de autores como Foucault e feministas, Haraway redigiu seu manifesto, tendo como norte principal o posicionamento que tomaríamos em relação ao mundo em que vivemos, um contexto em que as relações sociais estavam cada vez mais sendo mediadas por máquinas.

Na tentativa de definir com maior precisão o que vem a ser a figura do ciborgue, e porquê a escolha dele, ela entende que se trata não de uma mera guerra de fronteiras entre organismo e máquina, mas uma luta pela produção, reprodução e imaginação. Uma disputa política sobre o imaginário está em voga, por isso, Haraway conclui seu manifesto “com um mito sobre identidades e sobre fronteiras,

o qual pode inspirar as imaginações políticas do final do século XX” (HARAWAY, 2009, p.83). Para tanto, a autora reconhece e agradece algumas autoras fundamentais para a potencialidade de seu mito político, enfatizando dois grupos, as mulheres de cor<sup>4</sup> e os livros de ficção científica feministas. O que nos interessa nesse artigo é principalmente o segundo grupo, os livros de ficção científica, que através da linguagem nos faz imaginar outros mundos. Para Haraway, as feministas devem utilizar esse gênero textual a seu favor, e não deixar cair nas mãos do capitalismo, pois ele pode se transformar em apenas mais uma forma de controle, se convertendo em uma tecno-biopolítica<sup>5</sup> apropriada pelo sistema cis-heterossexual. Podemos perceber esse fenômeno quando a maioria das narrativas, ou pelo menos as que ganham maior notoriedade, são baseadas em violência e destruição, o sonho masculinista da guerra nas estrelas, contra isso a autora quer lutar.

A fim de melhor exemplificar os aparentes anseios de Haraway no manifesto, abordarei uma das ficções citadas nesta parte final do Manifesto Ciborgue, *A Mão Esquerda da Escuridão* de Ursula Le Guin, uma das mulheres pioneiras na história da ficção científica, que sempre foi uma área muito masculina. Em suma, a narrativa se passa em uma realidade alternativa, em que um planeta super desenvolvido tecnologicamente decide colonizar os milhares de planetas presentes na galáxia, incluindo a Terra. Mas uma reviravolta acontece quando um terráqueo chamado Genly Ai é convocado para viajar pela galáxia e tem como missão fazer uma aliança com o rei do planeta Getchen, o qual ainda não estava em conexão com as demais civilizações na chamada confederação Ekrumen. Muitas foram as dificuldades do personagem principal em se entender com os habitantes gethenianos, mas uma das mais notáveis foi a diferença cultural em relação à diferença sexual, no contexto deles não há diferença sexual ou de gênero, todos são hermafroditas, ou seja, a ideia de natural ou natureza não faz sentido para esse povo. A lógica da binariedade sexual é escancarada, mostrando-se nada mais do que uma construção social, a exemplo de uma frase retirada do segundo capítulo em um diálogo entre o rei Argaven e o terráqueo, “Não sei que diabo é você, sr. Ai, uma aberração sexual, um monstro artificial ou um visitante dos Domínios do Vácuo” (LE GUIN, 2019, p.45).

---

4 Optei por manter o termo traduzido do inglês, mulheres de cor, mesmo reconhecendo o tom pejorativo que há no Brasil, na intenção de manter a historicidade e geografia do contexto que a autora escreve.

5 Uma brincadeira de resignificação com o termo biopolítica cunhado por Michel Foucault. Haraway entende que é mais do que um controle dos corpos a partir do adestramento comportamental, vai além da esfera macro e se introduz no nosso microorganismo; ver a entrevista *When We Have Never Been Human, What Is to Be Done?*

Os habitantes do planeta Getchen são todos ciborgues hermafroditas, seres que são híbridos e contraditórios, mas o mais interessante é que eles abalam a visão binária de Genly, não apenas no sentido de surpreendê-lo quanto ao seu corpo, mas também por incitar reflexões sobre como esse sistema afeta profundamente a forma que vemos e organizamos nosso mundo, afinal, uma mesma pessoa poderia engravidar e engravidar outro alguém, ser pai e mãe em uma mesma vida. Apenas um exemplo de utopia que nos move e dá forças para a luta feminista, povoando nosso imaginário com narrativas onde a desigualdade de gênero e sexualidade não fazem sentido.

Por outro lado, Jack Halberstam, professor trans de estudos de gênero e de literatura, investiga com uma abordagem cômica a presença do fracasso como característica importante da arte queer. Seu livro se arrisca ao colocar em prática a Baixa Teoria a fim de alcançar um público maior, construindo uma teoria que atinja tanto aqueles que já têm familiaridade com a linguagem acadêmica quanto aqueles mais leigos mas interessados em teorias contra-hegemônicas. Ao se aliar à cultura popular, no caso as animações infantis, encontra um frutífero debate sobre aquilo comumente considerado fútil, parte então desse arquivo “bobo” para analisar as alternativas às normas. Na introdução de sua obra *Arte queer do fracasso*, o autor propõe-se a olhar com outros olhos para a animação infantil, encontrando nela uma potência de romper com a normatividade, com nosso ideal de família, gênero e sexualidade.

Logo no capítulo introdutório o autor discorre brevemente sobre algumas categorias, como a da baixa teoria, estupidez e sucesso, importantes para entendermos o porquê pela escolha do gênero de animação infantil, assim como o recorte que pretende dar em sua análise. Seu livro está longe de ser um sistema fechado em lógicas rigorosas que objetiva explicar tudo, mas abre caminhos e rotas para questões que não se resolvem, por isso as temáticas abordadas nele são várias, entre elas as animações infantis. Dado o recorte, me atentarei principalmente ao conceito de baixa teoria abordado pelo autor no início do livro e melhor elaborado ao longo dele. Para tanto, se faz necessário também analisar a categoria de fracasso e sucesso na sociedade neo-liberal do século XX, bem como as tecnologias de animação recém criadas, para compreender como o autor articula a animação para se pensar alternativas à lógica cis-heterossexual capitalista.

Halberstam propõe o termo baixa teoria inspirado em Stuart Hall, Gramsci, Walter Benjamin e Foucault. Um modo alternativo de saber teórico, contra-hegemônico, que busca mais envolver do que explicar, que atua em vários níveis de uma só vez e tem sua riqueza epistêmica justamente nessas variabilidades de interpretações, que permite uma acessibilidade mais abrangente. Ao partir de

exemplos cotidianos, sem um vocabulário muito rebuscado, ele recusa a corroborar com as hierarquias dos saberes, ao mesmo tempo que consegue não perder a densidade filosófica e teórica. Alia essa metodologia com as categorias de fracasso e sucesso, que para o autor estão intrinsecamente conectadas às normas de sexualidade e o sistema econômico. É impossível desvencilhar a heteronormatividade do capitalismo, a maturidade reprodutiva do acúmulo de riquezas, e por conseguinte, o colapso do mercado financeiro com as altas taxas de divórcio. Halberstam pretende dismantelar essa lógica dos padrões de aprovação, tanto no campo econômico quanto das normas de gênero e sexualidade, encontrando um lugar fecundo, em algumas circunstâncias, no terreno do fracassar, que pode germinar em outras formas de lidar com o mundo. Aponta como pessoas queers sempre fracassaram muito bem, o que liberta-as de seguir determinadas normas, portanto, oferece liberdade para seguir outras lógicas. Assim, ao escapar às normas punitivas que disciplinam o comportamento, o fracasso pode nos levar de volta a indisciplina da infância que é perdida na vida adulta, a preservação da anarquia da infância pode ser recuperada no fracasso.

O fracasso aparece como lugar de potência, mas não se trata de um elogio ao fracasso, muito menos uma tentativa de abolir as categorias de sucesso e fracasso, senão de experimentá-lo, reconhecendo nele a possibilidade de transformação e desvio das normas sociais que nos são impostas. Não devemos abraçar o fracasso como um ideal estético. Mas a experiência dissidente do fracasso pode deformar a experiência normativa, para que dali emergem coisas novas. Trata-se de olhar para essas experiências descartáveis, como os filmes de animação infantil, um campo em que não se cria muitas expectativas e frequentemente é associado ao estúpido, e portanto, rejeitado. O autor, então, perpassa por várias animações infantis ao longo do livro para argumentar a favor de sua tese da riqueza epistemológica presente nesses filmes da cultura popular.

Halberstam traz o pensamento do filósofo esloveno, Slavoj Žižek, o qual defende que com o capitalismo novas formas de autoritarismo estão surgindo, entre eles, condena os filmes de animação infantil que ao se passarem por simples entretenimento escondem a sua propaganda ideológica hegemônica. É como se a cultura popular servisse como um veículo de enganação que produz uma espécie de lavagem cerebral na população, afastando-as da sabedoria e virtuosidade intelectual, o fracasso não passa de uma pausa no trajeto para o sucesso (ŽIŽEK, 2011). Halberstam crítica Žižek tanto sobre sua visão sobre as animações infantis quanto a percepção estritamente negativa sobre o fracasso, afinal, essa categoria na verdade foi imposta pelos vencedores contra os perdedores e a falta de investimentos no futuro não se dá porque a sociedade está sofrendo lavagem cerebral



pela cultura popular, mas porque as alternativas para a prolongação da vida são pouco rentáveis.

Halberstam defende que o cinema de animação não é um simples veículo de propaganda, mas um campo tecnológico rico para se repensar o modo que estamos vivendo com o mundo. Para defender sua tese, faz um breve panorama de como o cinema de animação, enfatizando a tecnologia que para ele revolucionou a área, a tecnologia CGI (*Computer Graphic Imagery*). Antes do surgimento dessa nova ferramenta cinematográfica, os desenhos animados se restringiam a bidimensionalidade, que frequentemente produz formas individuais em sequências lineares, que tornavam possíveis narrativas como a de *Tom e Jerry*, em que um gato persegue um rato, ou *Pica a Pau*, em que um passarinho está sempre se metendo em encrencas e fugindo de algum outro personagem. Mas com a tecnologia CGI muita coisa mudou, novas possibilidades surgiram, novas narrativas dominaram o mundo da animação, a multidão se tornou comum. O aumento de filmes de insetos sociais, como abelhas, formigas, pinguins, foi notório.

Realmente as animações são poderosas como vimos anteriormente, Halberstam reconhece o potencial de fácil transmissão de ideologias densas, mas é injusta a redução delas a totalmente forma ou simplificação das narrativas em puro conteúdo, é impossível dissociar a imagem da mensagem nas animações pois elas compõem uma obra completa. Ignorar esse fato é ignorar a complexidade do surrealismo mágico que mistura ciência, matemática, biologia, artes, e no caso do stop-motion, alquimia, engenharia e teatro de fantoches. É ignorar a combinação de texto e imagem que permite a identificação do espectador com os avatares de animação, que não são humanos, mas que nos afetam.

Estas animações que surgiram com a tecnologia CGI são denominadas pelo autor como *pixarvolt* – e.g. *Toy Story*<sup>6</sup>. Este gênero pode conectar animais a novos modos de ser, oferecendo alternativas de pensar sobre relacionamentos, reproduções, ideologias e subjetividades. A identificação do público não é feita por recursos visuais, mas com tom de voz, expressões, ações, subvertendo a lógica de identificação que temos no cotidiano. Além destas características fortemente queers, uma relação humano/monstro é criada na animação *Monstros S.A.*<sup>7</sup>, provocando uma reorganização da noção de família e interrompendo laços românticos

6 *Toy Story*. Direção: John Lasseter. Produção: Ralph Guggenheim e Bonnie Arnold. Estados Unidos: Walt Disney Pictures e Pixar Animation Studios, 1995.

7 *Monstrons S.A.*. Direção: Pete Docter, David Silverman, Lee Unkrich. Produção: Darla K. Anderson e Kori Rae. Estados Unidos: Walt Disney Pictures e Pixar Animation Studios, 2001.

mais convencionais, assim como na animação *Robôs*<sup>8</sup>, em que a criança é criada a partir de peças novas e antigas, ou seja, de forma compartilhada, improvisada e não-natural. Em *Procurando o Nemo*<sup>9</sup>, uma subversão dos afetos é criada quando Martin, Dory e Nemo constroem uma relação queer, em que não há uma família nuclear (pai-mãe-filho) ou romântica (Dory não surge como a “nova mãe” de Nemo), uma relação de coletividade e cooperatividade é criada, Dory ajuda Marlin sem visar receber nada em troca, Dory subverte totalmente o sistema capitalista hetero-cis-normativo.

Mas afinal, “o que possibilita que alguns mundos da animação sejam transformadores enquanto outros retornam à repetição inconsciente do mesmo?” (HALBERSTAM, 2020, p.176). O autor, então, analisa o surgimento da tecnologia CGI e encontra sua gênese nos estudos da biologia que tinham como objetivo registrar vida e morte celular visualmente. E neste processo de combinação entre animação e imagens inteligentes, as imagens começam a pensar por si mesmas. A tecnologia L-system utilizada na biologia como um autômato na simulação de desenvolvimento celular foi utilizada em uma cena de *O Clube da Luta* para simular neurônios em um cérebro, toda a cena é construída através da tecnologia, é como se a imagem ganhasse vida própria, uma lógica e complexidade interna que vai para além de colocar uma imagem em movimento. A junção entre o modelo matemático mais os sistemas biológicos de crescimento cultivava uma imagem, um encontro que resulta em uma outra forma de vida. Esta foi a pesquisa que possibilitou a criação da arte animada do final do século XX. Isso indica que mais do que uma possível mudança da realidade, essas tecnologias criam verdadeiros cosmos, como sintetiza o autor no seguinte trecho:

“Os mundos animados, eles parecem sugerir, são mais do que uma visão realçada da realidade ou até mesmo uma alternativa imaginada do real; são, na verdade, sistemas vivos com sua própria lógica interna, com matéria viva em crescimento” (HALBERSTAM, 2020, p.177).

Não há garantias que a animação traga narrativas que destoem da norma cis-heterossexual, mas de fato, como analisamos a operação das tecnologias de computação gráfica possibilita a elaboração de outros mundos. É inadequado apenas analisar a narrativa e entender como ela absorveu determinada mensagem,

8 *Robôs*. Direção: Chris Wedge. Produção: Jerry Davis, William Joyce e John C. Donkin. Estados Unidos: Blue Sky Studios e 20th Century Fox Animation, 2005.

9 *Procurando Nemo*. Direção: Andrew Stanton e Lee Unkrich. Produção: Graham Walters e Jinko Gotoh. Estados Unidos: Pixar Animation Studios, 2003.

ignorando completamente a formatação dessa linguagem. O que traz força para a crítica de Halberstam à Zizek, além do pressuposto que parte da arrogância em acreditar que os jovens espectadores são meros receptáculos, tábulas rasas, que assistem aos filmes e apenas absorvem as informações que os alienam

Gostaria de concluir a tese de Halberstam sobre os *pixarvolts* com uma breve análise de uma das animações citadas, *Vida de Inseto*<sup>10</sup>, que nos permitirá analisar não apenas como o conteúdo foge a lógica hegemônica, mas sua forma também. Sem a tecnologia de computação gráfica, um filme como esse, que tem sua essência constituída na coletividade dos insetos, não poderia ter sido feito. Aliás, ele é conhecido por seus avanços no uso da ferramenta, pois a multidão criada não usou a metodologia da replicação da unidade para construir uma coletividade, mas de um longo estudo sobre o “comportamento de massas, movimento, ondas de atividade e reações individuais dentro da multidão para criar um ‘estado de multidão’” (HALBERSTAM, 2020, p.175). Uma representação mais verossímil da realidade, mais do que uma mera representação plástica. Apenas uma formiga não faz um formigueiro, então mais do que uma narrativa de cooperação inter-espécie, sua forma já traz consigo a coletividade, também, porque um filme de animação depende do trabalho de uma equipe cinematográfica grande. Portanto, mais do que uma narrativa alternativa, os filmes de animação se mostram como cosmos com sua própria lógica de cultivo de vida, aí está um dos seus potenciais mais latentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será que os interesses apresentados no Manifesto Ciborgue em relação às ficções científicas não dialogam com o interesse perante as animações infantis na *Arte Queer do Fracasso*? Será que Halberstam não conseguiu dilatar ainda mais essa possível busca por um conhecimento que bebe das fontes da baixa teoria que encontrava-se ainda incipiente em Haraway?

Ao longo desse artigo, propus uma aproximação da proposta de Haraway e Halberstam com as ficções o que me levou a algumas conclusões sobre as diferentes metodologias. É nítida a riqueza epistêmica das ficções científicas, elas proporcionam uma nova construção de imaginário para a luta feminista, especialmente ao que tange na diversidade sexual e de gênero. Através de uma leitura fácil e acessível, uma obra de ficção é capaz de condensar todo um argumento

---

10 *Vida de Inseto*. Direção: Andrew Stanton e John Lasseter. Produção: Darla K. Anderson e Kevin Reher. Estados Unidos: Walt Disney Pictures e Pixar Animation Studios, 1998.

teórico complexo acadêmico em uma narrativa voltada ao público geral, o que enquadra ela em uma espécie de *Baixa Teoria*. Mas acredito que o tensionamento mais interessante entre os livros de ficção científica e os filmes de animação infantil é o uso da tecnologia, enquanto a escrita de um livro de ficção depende de uma pessoa para sua elaboração, a inteligência artificial que traz vida às animações consegue animar as imagens a partir de suas próprias lógicas internas codificadas. Uma diferença na metodologia de produção desses produtos possibilitam diferentes linguagens que as singulariza e potencializa. Outro diferencial que acho importante ressaltar é o fato do cinema depender de uma coletividade que não está sempre presente na experiência literária que muitas vezes pode ser bem solitária. Seria como Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994) já afirmou décadas antes, o cinema a arte mais democrática, portanto, mais revolucionária? Claro que não negligenciando o potencial dos livros de ficção, e também reconhecendo as dificuldades que implicam fazer um filme, mas seria a linguagem cinematográfica mais viva que a linguagem escrita?

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas vol. I:** Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994

BETAS, Aléxia. **QUEER**. Edição eletrônica URL: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/queer/> ISSN: 2526-6187 Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 7, N. 2, 2021, p. 01-15. Acessado em: 28/09/2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

FISCHER, Mark. **Realismo Capitalista:** é Mais Fácil Imaginar o fim do Mundo do que o fim do Capitalismo?. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

HARAWAY, Donna. **“Manifesto Ciborgue**. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. Em: TADEU, Tomaz (org.). Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2009, pp. 34-118.

HARAWAY, Donna. **When We Have Never Been Human, What Is to Be Done?**  
Entrevista por Nicholas Gane. *Theory, Culture & Society* 23(7-8). 2006. DOI:  
10.1177/0263276406069228135-158 06922

LE GUIN, Ursula K. **A mão esquerda da escuridão**. São Paulo: Editora Aleph, 2019.

ZIZEK, Slavov. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo Editorial,  
2015

# RELATO DE EXPERIÊNCIA: GRUPO DE ESTUDOS “DIREITO À CIDADE: CIDADE PARA 1% FLORIANÓPOLIS EM PERSPECTIVA”

*Jannay Roslayne Mendes<sup>1</sup>*

*David da Silva Anjos<sup>2</sup>*

*Sirlândia Schappo<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Presente relato de experiência propõe a socialização dos debates levantados pelo grupo de estudos “Direito à Cidade: Cidade para 1% Florianópolis em Perspectiva” realizado em 2022 pelo Programa de Educação Tutorial em Serviço Social - PET/SSO da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC em conjunto com o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP/UFSC e o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida.

Os estudos e discussões sobre o Direito à Cidade em Florianópolis, que resultaram neste relato de experiência, tem uma trajetória que se inicia em 2022, com a entrada dos/as graduandos em serviço social, Jannay Mendes e Dave Anjos, no Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da UFSC. Iniciado com uma roda de conversa em julho de 2022 intitulado “PET Debate: Ocupações Urbanas e o Direito à Cidade: Uma Expressão da Questão Social”, posteriormente em setembro de 2022 o grupo de estudos “Direito à Cidade: Cidade para 1% Florianópolis

- 1 Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, Militante do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida, do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social Região VI e Discente Suplente de Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) da Região Sul I (Gestão 2023-2024), [roslaynej@gmail.com](mailto:roslaynej@gmail.com);
- 2 Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, Militante do Coletivo Negro Minervino de Oliveira, do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida e do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social Região VI, [dave.ufsc@gmail.com](mailto:dave.ufsc@gmail.com);
- 3 Orientadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Tutora do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, [sschappo@gmail.com](mailto:sschappo@gmail.com);

em Perspectiva”, em setembro de 2023 o grupo de estudos intitulado “Racismo Ambiental: O Lugar do Negro” e pôr fim, dando continuidade às pesquisas sobre essa temática, este relato de experiência.

O grupo de estudos “Direito à Cidade: Cidade para 1% Florianópolis em Perspectiva”, reuniu discussões pertinentes a partir das problemáticas sobre exclusão sócio-espacial, concentração de recursos, racismo e classes sociais na cidade de Florianópolis, como a precarização do trabalho, transporte, acesso, moradia e território – a partir da realidade presente nesta região, porém não exclusiva dela, possibilitando assim relações mais amplas em uma perspectiva de totalidade.

A importância dos grupos de estudos e deste relato de experiência se evidencia quando analisamos a realidade de uma cidade que é vendida como ilha da magia, mas que apresenta a segregação sócio-espacial tendo como base o racismo.

A partir dos referenciais teóricos, o grupo de estudos se reuniu em 5 encontros quinzenais, que se dividiram entre outubro e dezembro de 2022, sendo todos eles presenciais na Universidade Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis, e obteve discussões relevantes para a análise da ocupação do território da grande Florianópolis, voltando-se para a exposição das ideias centrais dos textos, sua problematização, debate e síntese.

Os referenciais teóricos foram selecionados a partir de autores que se debruçam sobre o direito à cidade, a população negra, a população em situação de rua, o racismo e a exclusão sócio-espacial, a partir disto às discussões tiveram ênfase em alguns pontos centrais, deixando diversos questionamentos para o grupo.

Durante os encontros do grupo de estudos, com discussões sobre os textos norteadores onde foram realizados os debates em torno do direito à cidade, iniciaram-se às discussões com ênfase no entendimento de que o direito à cidade não se refere apenas ao direito à habitação, mas sim sobre a democratização da cidade e sua forma de ser construída e acessada, o acesso à educação, lazer, cultura, esporte, saúde, habitação, saneamento, entre outros, como direitos universais são bases fundamentais no direito à cidade.

O expressivo avanço da conjuntura neoliberal tem feito com que uma parcela da população não consiga viver com dignidade e qualidade de vida. A região da Grande Florianópolis, em especial a capital Florianópolis, é uma expressão desse avanço conservador do capitalismo, tendo em vista que é uma região que ataca às condições de viver, majoritariamente da população negra e da classe trabalhadora, que vive nesta região, sendo espetacularizada para se tornar a ilha da magia nas temporadas de verão para abrilhantar o modo de viver dos turistas, em sua maioria brancos.

Dentre essas problemáticas apresentadas, o grupo levantou debates sobre o alto custo de vida na capital. Apontou-se também para como alguns lugares não são para todos, visto que a população não se sente pertencente, relacionando-se com o centro da cidade e os ditos bairros de luxo, onde a classe trabalhadora produz toda a riqueza e não tem acesso a ela. Tais reflexões se entrelaçam com a realidade de uma cidade racializada onde o racismo estrutura as dinâmicas de acesso a cidade.

O deslocamento precarizado da Grande Florianópolis também foi tema de debate no grupo de estudos relacionado com o Programa Minha Casa Minha Vida e a localização desses conjuntos habitacionais. Dentro da perspectiva de acesso aos direitos o Programa é essencial, mas também se faz necessário analisar sua gênese problemática. O programa atende às necessidades do capital ao mesmo tempo que responde às demandas e necessidades da classe trabalhadora. Na região da Grande Florianópolis a pergunta que se faz é, onde estão localizadas as moradias do Programa Minha Casa Minha Vida? E a resposta é simples, afastados dos centros turísticos. A mobilidade para essas pessoas é feita somente para o indivíduo ir para o centro trabalhar e não para ter direito e acesso a cidade.

Reflexo dessa segregação sócio-espacial, exclusão da classe trabalhadora e população negra da cidade é o surgimento das ocupações urbanas na Grande Florianópolis, como também os movimentos das pessoas em situação de rua. Esses e outros movimentos de resistência são respostas à precarização das condições de vida das pessoas que moram, vivem e sobrevivem na cidade.

Ilha da magia para quem? Os investimentos do governo são focados no turismo e no aumento do mercado de consumo na cidade, se afirmando assim o aumento dos problemas sociais, aumento da conglomeração na região, na segregação sócio-espacial, tendo o Estado como indutor dessas expressões de desigualdades.

## **METODOLOGIA**

Para construir a metodologia do grupo de estudos, os organizadores integrantes do PET, NESSOP e Coletivo Negro Magali se reuniram em diversos momentos para realizar às dinâmicas de organização do grupo de estudos e para o referencial teórico foram levantados temas relevantes e pertinentes para serem pesquisados e debatidos sobre o direito à cidade, os temas apresentados foram: direito à cidade, déficit habitacional, território, população negra, povos indígenas, comunidades quilombolas, ocupações urbanas, políticas públicas, plano diretor, territórios periféricos/favelas/comunidades. Após construir uma linha de



interesses de estudos para o grupo foi definido temas que se conversaram com mais clareza; Sendo assim, às temáticas: direito à cidade, população em situação de rua, população negra, políticas públicas e território foram os temas selecionados para orientar as discussões do grupo. Posteriormente a organização do grupo como data dos encontros, quantidade de participantes, local, horário foram definidas e em coletivo junto ao grupo de estudos e seus integrantes os mediadores das discussões e expositores dos textos foram definidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os debates levantados foram importantes para fomentar a discussão no curso de Serviço Social da UFSC, promovendo outros projetos sobre o tema ligados diretamente ao Grupo de Estudos Direito à Cidade, como o PET Debate: Ocupações Urbanas e Direito à cidade e também o Grupo de Estudos: Racismo Ambiental - O Lugar do Negro realizado em parceria com o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida e o Grupo Terra Trabalho e Resistência. Foram nesses espaços em que a crítica à regulação das dinâmicas do espaço urbano controlada pelos grandes capitalistas encontrou robustez a partir dos acúmulos dos estudantes que participaram dos debates e, principalmente, do referencial teórico que guiou os encontros.

Também se destacou a relação intrínseca entre acesso à cidade e a questão racial e foi destrinchada como essa relação se manifesta na prática, principalmente através da marginalização das populações racializadas, da segregação racial e da gentrificação nos centros das cidades. Essa perspectiva, dada na materialidade como fato evidenciado, gerou uma ampla discussão e originou sozinho um novo grupo de estudos, mencionado no parágrafo anterior, em que pudemos nos debruçar com maior atenção neste assunto.

Problematizamos os projetos de habitação urbana promovidos pelos programas governamentais, passando por conceitos como “cidade-dormitório” e a construção do entendimento de “perto” e “longe”, e sobrevoamos a questão das ocupações urbanas e a luta por moradia, movimento que tem crescido na Grande Florianópolis nos últimos anos em resposta ao déficit habitacional do estado de Santa Catarina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os debates levantados no grupo de estudos tiveram Florianópolis e região como foco central, porém é perceptível que os problemas encontrados em

nossa cidade correspondem a inúmeras outras em todo o país, em acordo com a dinâmica econômica, política e social à que nos encontramos submetidos. Encontrar essas similaridades reforça a impossibilidade de pensar no direito à cidade de forma desconectada ou paralela à questão de classe, raça e gênero no modelo de produção capitalista, vigente em território nacional.

O direito à cidade é uma discussão extensa na mesma medida em que é necessária para pensar a superação da segregação sócio-espacial e do próprio capitalismo como sua origem, sendo uma importante aliada das lutas sociais que rumam à ruptura com este sistema, uma vez que o território como pilar central de sustentação do nosso modelo de produção atravessa todas as áreas da vida social.

**Palavras-chave:** Grupo de estudos, Direito à cidade, Exclusão sócio-espacial, Racismo Florianópolis.

## REFERÊNCIAS

HARVEY, David. (Trad. Jair Pinheiro) **O direito à cidade**. In: Lutas Sociais. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis**. Cadernos MetrÓpole., [S.l.], v. 20, n. 41, p. 75-98, abr. 2018. ISSN 2236-9996.

CANELLA, Francisco. **O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014)**. In: Revista de Ciências Humanas, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez; 2016.

CIDADE AMEAÇADA? **Panfletos catarinenses para tirar pobres da vista**. Carta Capital.

PANTA, Mariana. **População negra e o direito à cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 79-100, jan./abr. 2020

BONFIM, Cibele Moreira Nobre. **Direito à cidade e negritude**. XV ENECULT - Encontros Multidisciplinares em Cultura. Salvador, ago. 2019

LANFRANCHI, C. T. N. (2021). **O Direito à Moradia e a Situação de Rua**. Ponto-E-Vírgula, (27), 59-71.

# A ESTRANHEZA DOS SONHOS NARRADA POR CORPOS DISSIDENTES

*Larissa Alves do Rêgo<sup>1</sup>*  
*Mário Francis Petry Londero<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho relata a experiência de um grupo de narrativas oníricas com pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, realizado no ano de 2022 no Serviço Escola de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SEPA/UFRN) na cidade de Natal/RN. O grupo foi ofertado em contexto de estágio por duas estagiárias da graduação em Psicologia.

O SEPA é uma clínica escola que oferece atendimento psicológico individual e em grupo, psicopedagógico e neuropsicológico para a população interna e externa à UFRN. No ano de 2022 foi observada uma demanda significativa de busca de atendimento por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, algumas impossibilitadas de serem absorvidas pelo serviço devido à alta demanda característica deste serviço escola. Assim, compreendendo a necessidade colocada neste contexto, se delineou a oferta de um espaço de cuidado para esta população a partir de outras experiências grupais realizadas no próprio SEPA. Desse modo, o grupo teve como objetivo proporcionar a construção coletiva de escuta e cuidado através das narrativas dos sonhos de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade.

A proposta do grupo foi de tomar os sonhos como imagens e narrativas que dizem do laço social em seu potencial de criação e transgressão das dinâmicas coletivas, ao invés de reduzi-los aos conflitos interiores de quem sonha. Assim, a narrativa onírica não é alvo de interpretação, mas de uma construção coletiva de narratividades a partir do que se conhece como a matriz social dos sonhos. A matriz social dos sonhos “é o sistema que está presente em todo o relacionamento social, mas que geralmente não é observado nem conhecido” (LAWRENCE, 2010, p. 25), e implica em produzir análises criadoras e emancipadoras de seus

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, [larissalvsr@gmail.com](mailto:larissalvsr@gmail.com);

2 Professor orientador: doutor, Departamento de Psicologia – UFRN, [mariustry@gmail.com](mailto:mariustry@gmail.com).

participantes a partir do que os sonhos têm de repetição e problematização. Da mesma forma, a partir de pesquisadores da psicanálise brasileira, este grupo foi olhado a partir da ideia de que o sonho é uma expressão do que se opera no laço social, na cultura e política de uma época, o que denominaram como oniropolítica (DUNKER; PERRONE; IANNINI; ROSA; GURSKI, 2021). A oniropolítica auxilia a pensar os sonhos individuais como enunciados coletivos que retratam o que se vive na cultura e em seu lastro político.

As narrativas oníricas, ainda, nos convidam a suportar sua estranheza, seu não-sentido, sua não-direção, sua simplicidade e multiplicidade (SANTOS, 2019). Há algo nos sonhos que esvazia o excesso de sentidos e é neste esvaziamento que habita a força criadora do sonho. A cena onírica nos aproxima do desconhecido e convoca a suportar sua existência. Santos (2019) resgata da cosmovisão do povo Walpiri a concepção de que o sonho contém a potência de criação e transformação de tudo que existe. Assim, o que não se pode perder de vista é olhar para o onírico a fim de escutar o sem-sentido, criar uma nova imagem e expressar o inacabado que ele movimenta a partir das suas cenas. É na aposta disso e no desfazer dos sentidos pré-estabelecidos que a multiplicidade pode comparecer. É preciso deixar-se espantar e encantar pelos elementos oníricos antes mesmo deles tomarem algum significado. Portanto, é com o desconhecido que os caminhos se abrem para o que pode vir, de modo que ele necessariamente convida a inventar uma narrativa que dê contorno às suas imagens. Narrar os sonhos é, também, traçar um caminho a partir do estranho que nos habita. A travessia, como coloca Preciado (2020), é o lugar da incerteza, da não evidência e do estranho.

A experiência dissidente de gênero e sexualidade é sobrecodificada de violência e sofrimento através de uma discursividade científica que reforça a representação patológica destas dissidências (BAÉRE, 2019). A recorrência de metodologias quantitativas que compõem o campo de pesquisas da saúde mental de pessoas dissidentes contribuiu para a proliferação de um discurso em que se afirma que pessoas LGBTQIAPN+ tendem ao adoecimento psíquico e a tentativa de suicídio (BAÉRE, 2019). Diante deste cenário, abrir brechas de emergência de outras narrativas sobre a dissidência é também possibilitar a emergência de vida.

Assim, escutar e narrar os sonhos é o que Ribeiro (2022) resgata com Eliane Brum: “escutar a demanda da vida”. Nessa aposta, o estranho que habita o onírico comporta uma espécie de vida que pode fluir em uma outra narrativa, justamente no convite que o estranho instaura à narrativa e ao movimento. Se nos processos de subjetivação normativos a experiência dissidente é aniquilada em tudo aquilo que desviar e for estranho à norma (LIMA, 2023), impõe-se aqui

o resgate do desvio no registro da estranheza da dissidência como uma potência de vida. Este é um imperativo ético que se propôs no grupo aqui narrado: acompanhar os movimentos de vida que residem na estranheza das narrativas oníricas das pessoas dissidentes.

## METODOLOGIA

Para dar início ao grupo, divulgamos um *folder* no *Instagram* do SEPA com a proposta de um grupo de narrativa de sonhos para pessoas LGBTQIAPN+, horário e local de realização do grupo e link para um formulário de inscrição. Buscamos uma estratégia de divulgação para alcançar tanto pessoas que ficaram sem atendimento devido à alta demanda do serviço quanto pessoas que ainda estavam buscando atendimento ou que apenas se interessassem pela proposta.

Realizamos uma entrevista inicial com cada pessoa inscrita para conhecê-las, escutá-las sobre o interesse no grupo e conversar sobre a proposta. Delimitamos um número de 12 participantes, sendo estes os doze primeiros que confirmaram a possibilidade de participação depois das entrevistas iniciais. O número reduzido foi pensado em busca de produzir uma proximidade entre as pessoas participantes, visando a construção coletiva da escuta e do cuidado. Foram realizados encontros semanais ao longo de 8 semanas, com 2 horas de duração cada. O grupo foi composto por pessoas jovens adultas de diferentes posições de dissidência: pessoas trans, travesti, não-binárias, bissexuais, assexuais, lésbicas e gays.

O grupo foi operado ético-metodologicamente a partir da horizontalidade entre as pessoas inscritas e as estagiárias que ofertaram o grupo, visando dissolver uma suposta posição de saber-poder das mediadoras. Isto significa que as estagiárias também participaram do grupo a partir de suas narrativas enquanto pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Assim, ao produzir mediadores-participantes e participantes-mediadores, seria possível experimentar uma posição fluida de participação e mediação. Aliado a isso, a mediação do grupo visava a emergência e a afetação das narrativas entre os participantes e não a interpretação dos conteúdos oníricos compartilhados.

O primeiro encontro foi destinado a uma aproximação inicial entre as pessoas participantes e à produção manual de um diário de sonhos, chamado *sonhário*. O *sonhário* foi pensado para manter um registro pessoal dos sonhos e afetações que acompanhariam cada participante ao longo do grupo. Os encontros seguintes foram destinados às narrativas oníricas utilizando diferentes metodologias. No segundo e terceiro encontro foram realizadas colagens com revistas para mediar as narrativas dos sonhos. No quarto e quinto encontro utilizamos,

sobre o texto escrito dos sonhos, uma técnica de escrita chamada *blackout*, que consiste em apagar algumas palavras de um texto riscando-as, produzindo uma outra narrativa com as palavras que sobram. No sexto e sétimo deslocamos as narrativas para experimentação de montagens de cenas com o corpo: a palavra é distanciada e passamos a narrar com a corporeidade que manifestamos. Por fim, o oitavo – e último – encontro foi destinado a uma reflexão sobre a experiência ocorrida com o suporte dos sonhários.

Através das colagens, narramos os nossos sonhos mais antigos e, no terceiro, sonhos que remetesse à experiência dissidente. Com o *blackout*, a temática de escolha dos sonhos foi livre. No primeiro trabalho corporal, a consigna foi o primeiro sonho que nos ocorresse enquanto estivéssemos em movimento. No segundo, um sonho que nos apresentasse a alguém, dissesse de nós. Esta sequência de metodologias e temáticas foi construída coletivamente, visto que a cada encontro decidia-se como as narrativas oníricas seriam mediadas e qual ou se haveria uma temática para os sonhos no encontro seguinte.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dissidência que atravessava os corpos ali presentes fez emergir uma espécie de intimidade compartilhada entre as pessoas participantes. Junto a isso, a horizontalidade proposta metodologicamente permitiu a emergência de identificações nas escutas e partilhas de narrativas. Ao nos escutarmos, a cena que se delineava no grupo era ora de compreensão ou identificação, ora de risadas e comentários descontraídos – fatores que impulsionaram a construção coletiva dos encontros.

As diferentes maneiras escolhidas para mediar a narrativa dos sonhos permitiu a construção de processos criativos como um outro modo de relacionar-se com o conteúdo onírico. O deslocamento da fala descritiva sobre o conteúdo do sonho para processos criativos de narrativas fez dos sonhos uma estranheza poético-artística. Assim, foi possível construir um distanciamento da racionalização exacerbada e desprendimento dos sentidos pré-estabelecidos a partir da experimentação do não-sentido.

Se inicialmente trabalhamos com palavras e imagens na tentativa de representar os sonhos através das colagens, o *blackout* intensificou o não-sentido do sonho, a surpresa, o inesperado e a possibilidade de encantamento diante da narrativa. A experiência corporal, por sua vez, nos convidou a uma aproximação radical com o sentir, ao permitir que os sonhos atravessassem nossos corpos e movimentos. Em todas estas experiências, contudo, ressaltamos a construção

coletiva das narrativas, como mencionado pelas pessoas participantes no último encontro: escutar/vivenciar as narrativas oníricas, afetações e experiências de cada pessoa produzia desvios nos sentidos estabelecidos anteriormente às experiências oníricas. Ressalta-se, portanto, não somente a construção coletiva dos encontros, mas também das narrativas.

No último encontro do grupo, dedicado a uma conversa e reflexão sobre a experiência construída, as pessoas participantes relataram a importância do grupo para elas, seja pelo acolhimento e fortalecimento sentidos, seja pela abertura pela qual passaram a se relacionar com a estranheza dos sonhos. Uma participante brincou ao dizer “eu tinha medo de chegar aqui e vocês pedirem para a gente contar 3 traumas nossos”, destacando gostar do grupo justamente por, ao reunir pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, ser possível tematizar e experienciar outros sentimentos além das dores e violências que atravessam a dissidência.

Escutar e produzir visibilidade para outros processos além da vulnerabilização e sofrimento dos corpos dissidentes é criar furos na discursividade que patologiza esta experiência. O contato com a dupla estranheza desta experiência, isto é, a dos sonhos e a da experiência dissidente, permite a emergência de movimentos que impulsionam e reacendem a vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência aqui relatada revela a construção de uma narrativa outra sobre a dissidência, não focada nos processos de adoecimento, mas nas experiências compartilhadas a partir da sustentação coletiva da estranheza. Portanto, uma vez que a experiência dissidente é sobrecodificada de violência, processos de vulnerabilização e sofrimento, o grupo permitiu a abertura da potencialidade da estranheza dissidente na sustentação coletiva do não-sentido através sonhos.

O vínculo criado entre as pessoas participantes serviu como impulsionador dos processos grupais, refletindo a naturalidade da construção coletiva das narrativas oníricas, mas também do grupo em si. A posição de não interpretação sustentada permitiu o encontro das afetações das pessoas participantes na dinâmica de escuta e narrativa.

Contudo, ressaltamos o desafio de produzir um modo de acompanhar os processos grupais coletivamente. O sonhário, ferramenta fabricada e utilizada para registro de sonhos e de afetações, teve adesão de poucas pessoas participantes. Portanto, ele foi aproveitado por pessoas que já tinham a escrita (dos sonhos ou

não) como um hábito pessoal. Ainda que com pouca adesão, os sonhos que foram utilizados auxiliaram na construção e reflexão sobre esta experiência.

Diante das considerações realizadas, entende-se que a produção de cuidado se deu pelo espaço dado à emergência dos processos de vida, uma vez que escutar os sonhos comporta a possibilidade de fazer a vida encontrar caminhos de manifestação. Fazer emergir o não-sentido significa produzir aberturas nos sentidos pré-estabelecidos, seja sobre o onírico, seja sobre a experiência dissidente compartilhada no grupo experienciado. Isto é, criar novas narrativas para que outros mundos possam comparecer.

**Palavras-chave:** Oniropolítica; Dissidência; Estranheza.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

BAÉRE, F. A Mortífera Normatividade: o silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.L.], v. 2, n. 5, p. 128-140, 12 dez. 2019. Pimenta Cultural. <http://dx.doi.org/10.31560/2595-3206.2019.5.9935>.

DUNKER, C.; PERRONE, C.; IANNINI, G.; ROSA, M. D.; GURSKI, R. (org.). **Sonhos confitados**: o que sonham os brasileiros em tempos de pandemia. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LAWRENCE, W. G. **O sentido Social dos Sonhos**: a técnica da matriz. São Paulo: Summus, 2010. Tradução Moysés Campos de Aguiar Neto. Revisão técnica Gloria Hazan.

LIMA, V. M.; BEDÊ, H. M.; ROCHA, G. M. Butler e a Psicanálise: Do Fracasso das Normas à Estranheza do Gozo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e248976, 2023.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



RIBEIRO, S. Sonhar o futuro da vida. In: RIBEIRO, S. **Sonho Manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 89-104.

SANTOS, A. O. A tecnologia de gestão coletiva dos sonhos. **Fractal**: Revista de Psicologia, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 27-34, 22 fev. 2019. Pró-reitora de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v31i1/5570>.

ISBN: 978-85-61702-97-7



XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO

## **ST 10 - INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E GÊNEROS EM CONTEXTO LGBTQIA+**



# A CONFORMAÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DE FORMULÁRIOS DE ENTRADA EM APPS DE RELACIONAMENTO

*Amanda Nogueira de Oliveira<sup>1</sup>*  
*André Luiz Martins Lemos<sup>2</sup>*

## RESUMO

Para criar um perfil em um aplicativo de relacionamento, a pessoa usuária deve inserir nome, idade e informar sua autoidentificação de gênero e orientação sexual. Dados esses que podem ser anonimizados nas informações do perfil e que figuram como recursos mandatórios para a construção da identidade algorítmica do usuário. Entretanto, esses formulários, usados como porta de entrada desses aplicativos, nem sempre estiveram lá. Criados inicialmente como alternativas para encontros majoritariamente heterossexuais, aplicativos de relacionamento foram constantemente ajustados a fim de que se transformassem em ambientes propícios para a participação do público LGBTQIA+, já que especialmente pessoas trans\* eram frequentemente sinalizadas e banidas pelas plataformas. Em resposta a questionamentos sobre esses banimentos, ora as empresas admitiam que os aplicativos realmente não estavam preparados, ora afirmavam que estavam trabalhando para sanar quaisquer equívocos envolvendo pessoas transgênero. No âmbito das plataformas, pessoas trans\* continuam sendo potencial alvo da combinação entre misoginia e transfobia, vítimas também da aplicação injusta ou descontextualizada de regras, termos de serviços e códigos de conduta. Este resumo é orientado por uma pesquisa de doutorado em andamento que parte da compreensão de que a materialidade de determinadas plataformas digitais incide não somente na exclusão de pessoas trans\* mas na conformação performativa de gênero. Para isso, guiamo-nos pelo formulário de entrada de um dos aplicativos de relacionamento analisados na pesquisa, o Tinder. Expomos algumas das provocações que

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), amanda.nogueira@ufba.br;

2 Professor Titular da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), almlemos@gmail.com.

desencadearam a sua formatação e elaboramos algumas reflexões já orientadas a partir das análises iniciais.

**Palavras-chave:** Plataformas, Gênero, Materialidade, Formulários, Dados.

## EUDRAG

*Allyster Fagundes*<sup>1</sup>  
*Orlando Maneschy*<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo lança o olhar sobre a arte *drag* a partir de um viés autobiográfico onde o autor partindo de suas vivências enquanto artista *drag*, cria o conceito *EuDrag*, para explicar as complexidades e particularidades que constituem tal arte performática. Como um processo intransponível e único que cada artista estabelece baseado em suas referências, influências e visão de mundo. A pesquisa busca entender a *Drag* a partir dos estudos dos arquétipos e do conceito de persona presente na psicologia analítica junguiana para falar sobre gênero, sexualidade e autoaceitação.

**Palavras-chave:** Arte, performance, *EuDrag*, persona.

---

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Pará - UFPA, [allyster.fagundes@gmail.com](mailto:allyster.fagundes@gmail.com);

2 Orientador. Professor do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Pará - UFPA, [orlando.maneschy@gmail.com](mailto:orlando.maneschy@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão sobre o conceito *EuDrag* a partir da pesquisa de mestrado do artista Allyster Fagundes, onde se propõe um mapeamento artístico que busca entender o que é ser *drag* mediante um processo criativo autobiográfico. Que busca materializar o conceito em obras de arte. Em um processo experimental e performático que sinalizou descobertas particulares que tem dimensão coletiva ao debater questões que atravessam um corpo queer na Amazônia Paraense. Ao encontrar na arte o processo de autoconhecimento e autocura.

Em resumo, a pesquisa é sobre um artista queer que cria uma série de obras a partir de suas obsessões. A arte drag e o secular mito da sereia, são pontos de partida para o processo experimental, onde o artista dá dimensão performativa para conteúdos mitológicos. Em um trabalho marcado pela hibridação de linguagens, suportes, meios e materiais.

Pretende-se aqui registrar as reflexões de um pesquisador, acumulador e artista, que durante suas experimentações, encontrou em si próprio o *EuDrag*, ao passo que se permitiu desconstruir a própria autoimagem. Este trabalho evidencia o que é ser *drag* de forma autobiográfica, atrelando teorias ao tema abordado. Onde o autor articula a partir da singularidade e forma, que o artista *drag* expressa seus questionamentos políticos, por meio da *montação*<sup>3</sup>.

Ser ou estar *drag*, e se perceber desta maneira, é um processo subjetivo e intransponível, nasce de uma vontade pessoal e reflete na exposição dessa essência ao social, mediante uma necessidade artística e/ou a uma construção estético política e performática que busca questionar determinados valores impostos pela sociedade. Ao longo desse processo, o indivíduo cria características únicas ao revelar facetas que se constroem a partir de suas referências, influencias, particularidades e visão de mundo.

“O desejo detém papel de destaque na constituição do sujeito. Ele está imbricado nos processos de subjetivação, que tanto se articulam nos agenciamentos coletivos quanto individuais e que vai sendo permeado, bem como atravessa camadas da cultura. [...] Neste fluxo, pot, ncias extremamente férteis se desenvolvem através de estratégias que, ora aqui e ali, conseguem burlar os sistemas estabelecidos e referendados pela norma, passando a articular pelas bordas da cultura dominante.” (MANESCHY, 2004, p. 328).

3 Conjunto de elementos (peruca, maquiagem, figurino...) que ressignificam a autoimagem do performer e ajudam a externar o *EuDrag* (persona *drag*).

Ponto aqui, que busco neste artigo utilizar o termo *drag* sem o acompanhamento da palavra “queen”, por se entender que a *drag* é uma construção que vai além do “queen”, tal fato pode ser evidenciado pela necessidade de criação de outros termos que acompanham o *drag* como *drag king*, *drag queer* e a própria *Drag Themônha*, termo criado na região amazônica.

A própria etimologia da palavra *drag* é norteadada por versões que a justificam, entre elas a mais conhecida é a de que o termo teria sido criado ainda no período Elisabetano (1558 - 1603), “em que mulheres eram proibidas de atuar em palcos públicos e por tal motivo os homens que representavam seus papéis eram designados no roteiro como D.R.A.G (dressed as a girl – vestido de menina). A história é diretamente associada a Shakespeare, um dos principais encenadores da época”.

## A ARTE DRAG NA AMAZÔNIA

Segundo a pesquisa intitulada Ekoaooverá (2019) de Juliano Bentes, baseado nos estudos de Santos (1994), a história da “drag” se inicia nesse período e ganha mais força entre o meio do séc XVII até o séc XIX, com a especialização de atores neste determinado tipo de papel de “homens que representam mulheres”. O reconhecimento do público com esses artistas, fez que eles tivessem mais visibilidade e passassem a ter espetáculos solos.

Esse artigo propões uma reflexão teórica e subjetiva de como se dá a existência do *EuDrag*, as similaridades diante dos conceitos de identidade de gênero e funcionalidade de gênero apresentados por Jaqueline Gomes de Jesus, e o fazer artístico *drag*. A discussão teórica envolve a formação da personalidade *drag* correlacionando com a psicologia analítica de Jung e busca compreender o fenômeno da arte *drag* a partir do conceito de “persona”.

É relevante para a compreensão do processo de criação desse estudo, que a partir das vivências elaboradas pelo autor ao longo da pesquisa e de sua vida artística dentro da arte drag, tal fato irá facilitar o entendimento sobre o tema.

Sua primeira *montação* foi realizada para defender seu TCC em 2016, anteriormente a isso suas experiências artísticas em relação a construção estética de um outro “eu”, vinham das vivências de personagens, ainda no teatro, ao qual iniciou em 2011 no projeto de extensão da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará, chamado Grupo Teatral Universitário – GTU.

Ao longo da pesquisa, foi fácil perceber uma tendência inevitável de tentar entender a *drag* como um personagem, isso se deve as vivências tidas no teatro e a própria característica de particularidades na construção da *persona drag*. Uma percepção que de fato não é entendido somente por mim, mas por uma gama de

outras pessoas que pude ouvir em relatos sobre a criação de um personagem ao iniciar a sua construção do *EuDrag*.

Eleonora Fabião define esse processo performativo com precisão ao afirmar que as performances nada são senão uma composição de atos que enfatizam a politicidade do corpo mediante seu mundo e suas relações, e que “o próprio corpo performático não para de performar em cena e não cena, é justamente na vibração paradoxal que se cria e se fortalece “ (FABIÃO, 2013)

E assim com descrito acima, já tendo o entendimento de ator e hoje fazendo *drag*, o autor consegue perceber que essas duas vertentes artísticas o tocam e ecoam através do seu corpo de maneiras particulares, principalmente por entender que esse fazer artístico não está ligada diretamente ao teatro, pois, mesmo o ator dispendo de mecanismos como a memória emotiva, que é trazer à tona sentimentos verdadeiros ou orgânicos para a atuação, tais sentimentos e como expressa-lo serão direcionados pela dramaturgia ou pelo diretor de modo a moldar o sujeito. O processo experienciado na prática *drag*, envolve as questões mais performáticas mediante a construção de uma existência da *drag* enquanto sujeito.

A exemplo, ser ou estar *drag* é compreendido pelo autor como uma de suas máscaras sociais, que segundo a psicologia analítica de Carl Gustav Jung é definido pelo conceito de persona, arquétipo que conjuntamente com outros formam a nossa personalidade, e estão ligadas à nossa existência psíquica, mas especificamente ao nosso inconsciente coletivo, assim expõe:

“Uma existência psíquica só pode ser reconhecida pela presença de conteúdos capazes de serem conscientizados. Só podemos falar, portanto, de um inconsciente na medida em que comprovamos os seus conteúdos. Os conteúdos do inconsciente pessoal são principalmente os *complexos de tonalidade emocional*, que constituem a intimidade pessoal da vida anímica. Os conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado, são chamados *arquétipos*.” (JUNG, 2000, p. 16)

Sua primeira montagem tem uma conotação crucial para compreender amplamente o papel subjetivo de como essa arte se coloca. Ao perceber que sempre esteve condicionado socialmente a esconder ou reprimir sua feminilidade, e tal ato passou a ser uma forma de se colocar no mundo sem restrições e pressões sociais. Ser *drag* atualmente é entendido pelo autor como um processo de autoconhecimento e entendimento sobre si mesmo.

Jung (2000) ao longo dos seus estudos fundamentou o arquétipo da sombra como um espaço onde características que fazem parte da personalidade do indivíduo e não são bem aceitas pela sociedade acabam sendo retraídas ou escondidas,



para um lugar de fundamental importância que o permite existir; a persona *drag* ou o *EuDrag* tomou esse espaço. O que era reprimido acabou se tornando uma força que hoje o motiva e reverbera.

De forma simples a persona *drag* ou o *EuDrag* pode ser definir como um eu alterado em um espaço extravagante ao qual pode ser explorado a própria feminilidade do corpo. Assim como um *clow*<sup>4</sup> que se permite vivenciar o eu alterado em um espaço ridículo.

“O encontro consigo mesmo significa, antes de mais nada, o encontro com a própria sombra. A sombra é, no entanto, um desfiladeiro, um portal estreito cuja dolorosa exigüidade não poupa quem quer que desça ao poço profundo. Mas para sabermos quem somos, temos de conhecer-nos a nós mesmos, porque o que se segue à morte é de uma amplitude ilimitada, cheia de incertezas inauditas, aparentemente sem dentro nem fora, sem em cima, nem embaixo, sem um aqui ou um lá, sem meu nem teu, sem bem, nem mal.” (JUNG, 2000, p. 31 - 32).

A *drag* é um fazer artístico estigmatizado socialmente. E por falta de entendimento a *drag* acaba sendo confundida com pessoas trans, travestis ou garotas de programa.

Na cartilha Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos, desenvolvida pela estudiosa Jaqueline Gomes de Jesus (2012), é uma forma prática de entendermos primeiramente alguns termos que irão facilitar a compreensão do texto e entender melhor a existência do *EuDrag*. Ela apresenta dois conceitos: identidade de gênero e funcionalidade de gênero, segundo tal estudo, a *identidade* de gênero diz respeito ao gênero que o indivíduo se identifica na sociedade, a exemplo disso podemos citar as pessoas transgêneras, já a *funcionalidade* de gênero diz respeito ao gênero que é performatizado, nestes se enquadram *drag queen*, *drag king*, *drag queer* e transformista.

A *drag queen* é a performatização do gênero feminino, *drag king* a performatização do gênero masculino, *drag queer* a performatização de uma ausência de gênero e a transformista é uma nomenclatura que se equivale a *drag queen*, no entanto era muito usada quando o termo *drag queen*, que deriva do inglês, não era reconhecido (usado) no Brasil.

“Artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações são conhecidos como drag queens (sendo mulheres fantasiadas como homens, são drag kings). O termo mais

---

4 Palhaço

antigo, usado no Brasil para tratá-los, é o de artistas transformistas. Drag queens/king são transformistas vivenciam a inversão do gênero como espetáculo, não como identidade. Aproximam-se dos crossdressers pela funcionalidade do que fazem, e não das travestis e transexuais pela identidade.” (Jesus, 2012. p. 10).

Para além das classificações feitas pela cartilha de Jesus (2012) se torna importante pontuar que na região amazônica, mais especificamente na capital paraense, existe a *Drag Themônha*, termo mutável com diversos significados que vão da desconstrução e despadronização de uma autoimagem do *drag*, até o sentimento de pertencimento a determinado grupo ou meio que se identificam desta maneira.

“Ironizamos o termo Demônio, resignificando a definição reducionista para a Themonia que se expande, multiplica e ao exaltar também as nossas condições invisibilizadas, geramos profundo estranhamento nas pessoas.” (Sarita, 2020. p9)

Segundo Bentes (2020), mestre em artes, em seu projeto de pesquisa aborda com coesão a *drag themônia* e localiza o surgimento do termo em decorrência ao movimento Noite Suja, “que alimentou a cena *drag* local e criou uma grande comunidade que se autodenomina *drag Themonia*”. Tal movimento iniciou em 2013 por Maruzo Costa e Matheus Aguiar com a proposta de criar uma noite de festa feita de *drags* onde a *montação* seria livre de arquétipos, Bentes (2020).

“Themonia escrita com “th” é um estranhamento a palavra demônio que tenta resumir tudo aquilo que é ruim e que deve ser proibido pela moral judaico-cristã, e com isso, o sentido da themonização que para nós é sinônimo de qualidade, como resposta a demonização da nossa existência, cultura e ancestralidade.” (SARITA, 2020. p. 9)

São corpos políticos que através da linguagem performática se expressam e reivindicam seu direito a cidade. Corpos endemonizados que transgredem as normas e extrapolam o convencional do que é ser uma *drag*. Corpos que através de artifícios, artefatos e artimanhas se lançam para além das margens da sociedade e ao mesmo tempo, questionam padrões estéticos.

“O que chamamos aqui de dispositivo CORPO THEMÔNIO é um conjunto de agenciamentos por dentro dos quais estão em disputa e negociação normas, hierarquias, imaginários e desejos de um grupo de pessoas que atuam na cena drag de Belém do Pará. O CORPO THEMÔNIO refere-se não apenas ao modo de se montar das Themônias,

mas a todo o processo pelo qual elas se constituem como themônias, incluindo-se as instâncias normativas. Tratasse não de um objeto corpo, mas de uma relação, uma disputa por espaços, modos de estar, afetividades.” (LATIF, 2020. p. 58).

Se trata de um grupo de artistas que inicialmente se denominavam em sua maioria como *drag* queens, com o passar do tempo essa rede de afeto entre pessoas que se reconhecem como iguais, começou a questionar práticas e padrões tidos como fundamentais e legitimadores da arte *drag* queen. Tais questionamentos foram o motivo pelo qual houve a necessidade de criar um termo específico que contemplasse as singularidades e características dos artistas performáticos dessa região.

Entender a *drag* como parte de mim, tem um peso no meu processo artístico ao ponto de não me sentir representado por outro nome, mesmo quando me proponho a existir enquanto *drag*, percebo que ainda é o Allyster, com os mesmos anseios, com os mesmos questionamentos e levantando as mesmas pautas. Mesmo alterado em um espaço extravagante.

## ARTEFATO E ARTIFÍCIO

Flusser em suas palestras durante a 18ª Bienal de S. Paulo, se dedica a discorrer sobre os termos artifícios, artefatos e artimanha. Ao qual definiu “artifício” como “fazer deliberado”, “artefato” como “feito deliberado”. E artimanha sinônimo de “dolo, ardil, fraudulento”, porém, toma a sério o sufixo “manha” e define “artimanha como “artifício manhoso”, ou “fazer deliberadamente manhoso”.

Ao discorrer sobre essa terminologia, posso fazer um paralelo a construção da própria *drag*, que se utiliza de diversos artifícios como perucas, maquiagens, enchimentos, entre outros, para dar forma a criação estética imaginada pelo indivíduo.

Com o objetivo de ilustrar melhor o conceito, deixo a seguir tal pensamento discorrido pelo autor como forma de citação:

“Artifício” é o jeito pelo qual homens fazem. É isso que distingue o homem de provavelmente todos os demais bichos. Por exemplo da aranha. Ao tecer sua teia, a aranha segue método que não se modificou no decorrer dos últimos milhões de anos. Segue ela método geneticamente determinado. Quanto a nós, nossos métodos mudam. São técnicas. Fazer no nosso caso, é agir sobre o mundo objetivo para alterá-lo. Ir contra o mundo, ser sujeito dos objetos. Pois os objetos resistem. Obrigam-nos a procurar sempre novos caminhos, (meta-odós= seguir caminho), mundo adentro. A nossa

técnica não é determinada geneticamente, mas o é pela resistência que o mundo objetivo nos oferece. Somos bichos artifices, homines fabri. Bichos a mudar de técnica, a fazer artifícios.” (FLUSSER, 2000, p. 1)

Artefato é um importante conceito apresentado por Flusser, aqui se busca identificar e classificar o mesmo como toda construção artística que está em construção no ciberespaço. Esse termo é apresentado pelo autor da seguinte forma:

“Artefato” não mais significa “obra”, e passa a significar “estratégia de jogo”. “A vida enquanto artefato” não significa, pois, “objetos animados artificiais”, mas significa “vida deliberadamente jogata”. (FLUSSER, 2000)

No que tange a “Artimanha”, segundo o autor, é justamente uma estratégia humana, não necessariamente um caminho “fraudulento” para se chegar a um lugar ou conseguir algo. Utilizo esse termo aqui afim de melhor explicar a existência do *EuDrag* no ciberespaço, sendo utilizada como uma forma para ampliar meu alcance a outras pessoas no espaço virtual, além do território amazônico, o qual existo enquanto *drag*.

Ainda segundo Flusser, o homem sempre busca artifícios para se modificar e dar sentido a sua vida, seja pela arte ou qualquer outro meio, como ele mesmo relata em sua palestra O Homem Enquanto Artificio: “Ser homem, (artífice), é alterar os objetos com técnicas sempre outras, afim de alterar-se a si próprio”.

Assim como acontece no decorrer da relação que se constrói enquanto indivíduo com a arte *drag*. Isto é, a utilização de técnicas para alterar minha autoimagem contribui para um processo que acaba por alterar a mim próprio, e me faz ver sentido na vida. Relação essa bem mais presente no ciberespaço, visto que utilizo cada vez mais artimanhas ou estratégias importantes para se chegar a um lugar ou conseguir algo, e por entender que tal existência é um registro de toda uma construção artística que está sendo instaurada nesse novo momento, além de contribuir para romper as fronteiras do próprio lugar de pertencimento e dialogar com outras pessoas de outros lugares que se permitem existir em um espaço virtual. O mundo evolui e a arte se adapta aos novos meios e a novas formas de existir.

Podemos identificar o processo de ampliação (que promove a arte *drag*) no ciberespaço como uma ferramenta eficiente de democratização do fazer artístico que tanto foi rechaçado socialmente. Assim, possibilitamos uma nova maneira de se colocar no mundo por meio do fazer artístico, como também uma nova forma

de promover debates e discussões sobre gênero, machismo, racismo, homofobia e a própria marginalização e desvalorização da *drag* enquanto arte. Flusser expõe:

“as três palestras tratam, cada qual de um ponto de vista diferente, da emergência lenta e poderosa de tal consciência nova. A primeira teve por tema os novos artifícios como o são os robôs e as inteligências artificiais, e a conseqüente artificialização do pensar e do agir humano. A segunda teve por tema os artefatos animados, o conseqüentemente a artificialização da vida, do amor e da morte. Esta terceira teve por tema a transformação das estratégias e das artimanhas, empregadas na produção, na transmissão e no armazenamento de informações, e a conseqüente síntese de todas as atividades culturais para um nível novo. Mas, no fundo todas as três palestras tratam de um único tema: Da arte do futuro iminente.” (FLUSSER, 2000).

O existir *drag* no ciberespaço e todos os seus mecanismos, ferramentas e métodos, é um importante passo para poder-se projetar e alcançar outras pessoas de forma eficiente, além de onde se existe enquanto artista performático.

Tal mecanismo, além de um importante meio de divulgação, é também uma forma de registrar toda construção de um processo criativo que se permite existir não apenas na objetividade do momento em que se performatiza o gênero. Ser *drag* no século XXI é romper as fronteiras do seu próprio lugar de pertencimento e dialogar com outras pessoas de outros lugares que se permitem existir em um espaço virtual. O mundo evolui e a arte se adapta aos novos meios e a novas formas de existir.

Além disso, pode ser usado como uma importante plataforma política para se levantar pautas sociais relevantes para as “minorias”. De todo modo, o Ciberespaço igualmente pode ser usada para fins hegemônicos, a exemplo disso a eleição presidencial dos EUA de 2016, que ganhou projeção devido escândalo envolvendo a empresa de consultoria política Cambridge Analytica, por usar dados de 50 milhões de usuários do facebook para manipular a opinião pública e ajudar eleger Donald Trump.<sup>5</sup>

Segundo a Cambridge Analytica, os dados eram obtidos através de um aplicativo que acessava as informações dos usuários e de sua rede de amigos no facebook. A empresa de consultoria política fazia uso do teste de personalidade “Big Five” para avaliar traços da personalidade dos indivíduos, e assim, o algoritmo disseminava informações conforme os perfis psicológicos dos usuários, com o intuito de manipular o eleitor.

5 <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43705839>

No entanto, a arte utilizada de maneira eficiente no espaço virtual é um ponto de reflexão que possibilita diversos questionamentos e causa impactos sobre a vida dos indivíduos que entram em contato com a mesma.

## PERSONA E A PRIMEIRA MONTAÇÃO

A arte *drag*, assim como qualquer tipo de manifestação ou expressão artística, é influenciada pelos aspectos pessoais do indivíduo que a produz, e também pelas características culturais do meio em que a mesma está sendo produzida. Minha primeira montagem foi um momento marcante no percurso traçado enquanto *drag*, talvez por ter sido um dia antes do meu aniversário (16/12/2016), durante a apresentação do meu TCC. A ideia inicial era homenagear meu objeto de estudo e levar uma nova experiência para banca avaliadora do meu projeto, porém algo não esperado de modo consciente aconteceu.

Durante toda pesquisa nenhuma experiência havia me tocado tão profundamente como o instante que vi diante do espelho montado pela primeira vez, aquele momento me fez acionar um lugar desconhecido dentro de mim, que com o passar do tempo passei a chamar de *EuDrag*, ou minha *persona drag*.

O termo “persona” apresentado por Carl Gustav Jung, passou a ser adotado na pesquisa para identificar ou mesmo explicar (definir) o *EuDrag*, justamente por entender que a *drag* dentro do meu processo pessoal não é concebida como um personagem teatral, onde se busca um distanciamento do eu, para dar vida a uma identidade fictícia que está presa a uma dramaturgia, e normalmente tem um início, meio e fim. O *EuDrag* rompe esse espaço limitado pela dramaturgia, não se prende a um início meio e fim. Além de (ser moldada / acionar) trabalhar diretamente com as pessoalidades, medos, desejos e anseios.

“A narrativa sobre si incide, sobretudo, na noção de pessoa construída culturalmente: uma pessoa culturalmente constituída é ela mesma objeto, também, de modelos convencionados pela cultura de se ter acesso a estas narrativas sobre si que veiculam os acontecimentos a uma história sociocultural” (GONÇALVES, 2012. p. 21)

Vejo esse primeiro contato com o meu *EuDrag* como um momento de reflexão, não apenas sobre o percurso que tracei durante a pesquisa, mas também por me fazer pensar sobre determinadas posturas e valores tidos e reafirmados diariamente na sociedade que acabam oprimindo ou invisibilizando pessoas LGBTQIA+ como eu.

Me entender como um artista LGBTQIA+, que sente necessidade de pautar em meus processos artístico questões ligadas aos meus “iguais”, me fez entender que minha produção artística está ligada ao campo de estranhamento e complexidade que é a arte queer. Ainda assim, julgo relevante a reflexão de Matheus dos Santos sobre o tema “Pensar em uma Arte *Queer* no contexto brasileiro exige um esforço de deslocamento do termo e o questionamento das reais potências de tal categorização”(SANTOS, 2016)

“Seria talvez, para muitos, um paradoxo afirmar que exista uma arte queer em si mesma justamente pelas dificuldades e fluidez que a própria categoria queer sugere, escapando de fáceis definições estritas, sinalizando a recusa em cristalizar certas identidades sexuais e de gênero em termos binários”. (FERREIRA, 2016. p 217)

Mais do que isso, entender como meu fazer artístico realizado no contexto periférico da Amazônia paraense reflete sobre binarismo de gênero, performatividade de gênero e outras questões ligadas ao meio LGBTQIA+, ao mesmo tempo que questiono os processos de legitimação da própria arte. Ler um artista como queer é complexo justamente por que o queer não se limita a um conjunto de obras ou artistas. Como afirma Matheus dos Santos:

“O *queer* surge nas fraturas nos sistemas e nos gestos que atentam contra o normal. A adesão a linhagens canônicas seria um erro na medida em que produziríamos outra vez hierarquias e graus de importância, criando novamente um centro legítimo e suas margens não-autorizadas. Pensar as artes brasileiras através de uma perspectiva *queer* não significa, portanto, o mesmo que pensar em uma Arte *Queer* Nacional, pois isso conduziria à produção de nichos que serviriam apenas ao mercado e às transações financeiras no campo das artes.” (SANTOS, 2016. p 1)

Minha expressão artística surgiu da necessidade de me colocar socialmente como um corpo político e performático por meio da linguagem *drag*. Os conceitos que crio, mesmo ligados a uma construção estética, me ajudam a entender e solidificar meu processo criativo e minha autoimagem em termos conceituais.

Tais construções são como pontos de partidas e novas possibilidades de expressar sonhos, desejos e angústias, através da arte. Não apenas isso, mas também refletir, teorizar e registrar processos artísticos na academia.

Entender minhas individualidades na montagem é o sinalizador das particularidades do meu *EuDrag*, e a forma como ressignifico simbolicamente a feminilidade

do meu corpo por meio da arte. Através de acessórios, maquiagem, perucas e roupas usadas que garimpo em brechós.

Penso se tratar de um despertar que só foi possível graças ao entendimento deste processo, como também pela capacidade de atribuir significado as características particulares que inevitavelmente acabaram reverberando o trabalho artístico.

O conceito visual criado, ou mesmo identificado como estilo de vestir o meu *EuDrag* (Mermaid Vintage Queen), foi utilizado como ponto de partida para compor e definir a estética usada na direção de arte dos vídeos performances desta pesquisa.

O entendimento sobre o *EuDrag* é uma contribuição ao pensamento queer na Amazônia, por pautar assuntos pessoais a partir de uma construção autobiográfica, que não se desprende da dimensão coletiva ao usar os arquétipos e a psicologia analítica de Carl Gustav Jung como base da reflexão. Partindo da arte *drag* como um conceito aberto que abarca inúmeras definições e possibilidades, se iniciou o mapeamento e entendimento do processo pessoal do artista *drag* como algo intransponível e único na definição do conceito *EuDrag*, que entende cada processo como um universo particular provido de suas próprias influências, referências, potências, dificuldades e formas de expressão.

O texto propõe uma reflexão sobre a arte *drag* a partir do estudo de Carl Gustav Jung, e nos leva ao entendimento de tal construção artística próxima da definição de persona, arquétipo presente na estrutura psíquica proposta pelo autor. A obra reflete sobre a *drag* como a alteração do próprio *Eu*, e faz um paralelo ao que Jung define de máscara social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as diversas definições arquetípicas presentes no inconsciente coletivo, esse trabalho foca em dois arquétipos específicos, a persona e a sombra. Ambos podem ser entendidos como opostos complementares. Enquanto a persona é aquilo que mostramos para o outro, a sombra é justamente os aspectos da personalidade que escondemos. O trabalho sinaliza a possibilidade futura de aprofundamento no estudo dos arquétipos como forma de entender outros aspectos no mapeamento sobre o *EuDrag* e, conseqüentemente, os atravessamentos que perpassam um corpo *queer*.

Esse texto se propõe a refletir sobre a arte *drag* a partir de dois arquétipos. A persona é a sombra. Porém a psicologia analítica é um campo vasto que nos possibilita diversas percepções do *Eu*, a partir dos estudos da mente humana,



tanto no aspecto consciente quanto inconsciente. Por isso este trabalho é o início de um estudo ainda mais complexo que alia a psicologia analítica aos processos artísticos. Assim, o trabalho é uma importante contribuição ao pensamento queer na Amazônia, por pautar assuntos pessoais a partir de uma construção autobiográfica, que não se desprende da dimensão coletiva ao falar sobre questões diretamente ligadas a vivência LGBTQIAPN+.

## REFERÊNCIAS

COLLING, Leandro. **Teoria Queer**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B2a3UynNKV2CNjFwOE1td3VENUU/edit>> Acesso em 28 de junho de 2019.

FABIÃO, Eleonora. **Programa performativo: O corpo-em-experiência. Revista do Lume, 2013.**

Ferreira, G. B. (2016). **Arte Queer' no Brasil? Relações raciais e não-binarismos de gênero e sexualidades em expressões artísticas em contextos sociais brasileiros.** *Urdimento - Revista De Estudos Em Artes Cênicas*, 2(27), 206-227. <https://doi.org/10.5965/1414573102272016206>

FLUSSER, Vilém. **18º Bienal de São Paulo. Artificio, artefato, artimanha.** (Documento datilografado). Disponível em: [http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/wp-content/uploads/2016/11/flusser-artif%23U00edcio-artefato-artimanha\\_new.pdf](http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/wp-content/uploads/2016/11/flusser-artif%23U00edcio-artefato-artimanha_new.pdf). Acesso em: 18 de julho de 2019.

GONÇALVES, Marco Antonio. **Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens.** Etnobiografia: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro 2012. Disponível em: > [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5644184/mod\\_resource/content/1/M%20A%20Gonc%CC%A7alves%20Etnobiografia\\_subjetivacao\\_e\\_etnografia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5644184/mod_resource/content/1/M%20A%20Gonc%CC%A7alves%20Etnobiografia_subjetivacao_e_etnografia.pdf) Acesso em: 18 de janeiro de 2021

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** Brasília, 2012. Disponível em: <[https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta\\_\\_es\\_popula\\_\\_o\\_trans](https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans)> acesso em 16 de julho, 2019.

JUNG, Carl Gustav. **Os Arquétipos e o Inconsciente coletivo.** [tradução Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva]. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000.

LATIF, Larissa. **Poéticas insurgentes e micropolítica na Amazônia brasileira: a cena aberrante das Drags Themônias.** Performatividades de gênero na democracia ameaçada. Disponível em: < [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/29823/3/VII\\_CIEC\\_2020\\_pt.pdf](https://ria.ua.pt/bitstream/10773/29823/3/VII_CIEC_2020_pt.pdf) > acessado em 13 de janeiro, 2021.

MANESCHY, Orlando. Imagens incorporadas – identidade, corpo e imagem. In: LOPES, Denilson [et al.]. **Imagem e Diversidade Sexual – Estudos da Homocultura.** São Paulo: Nojosa edições, 2004

SARITA, **Desconstrução Permanente.** Revista THEMONIA, 1ª edição, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1xLq19HLR2ZQeDebBCCS7a2sIB2H-OZAMw/view>>

## TORNAR A EDUCAÇÃO UMA OFICINA: CERÂMICA, FEMININO E TÉCNICAS DE SI

*Rivana Zaché Bylaardt<sup>1</sup>*

*Alexandre Luiz Polizel<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre elementos curriculares emergentes a partir de narrativas de uma ceramista, buscando traçar articulações entre técnicas-tecnologias, gêneros e subjetividades. Para tal, a presente investigação vale-se de um olhar heteroautobiográfico, ancorado em Margareth Rago, bem como de um pensar as narrativas enquanto produtoras-instauradoras de curricularidades e seus rastros. Para tal, buscou-se a escuta de uma mulher, ceramista, buscando outros modos referenciais sobre as tecnologias e suas interações na produção dos femininos, de si e das educações. Tal escuta foi catalisada por um roteiro de 14 questões norteadoras, sendo audiogravadas, transcritas e analisadas por análise de discurso de inspiração foucaultiana. Deste movimento analítico evidenciaram-se três eixos: i) A cerâmica enquanto referencial técnico outro, para pensar as produções em relação às formas, resistências e modelagens, da multiplicidade fatorial e da composição de artefatos; ii) O feminino enquanto princípio e força, tratado como energética, performatividade e substrato; e, iii) A oficina enquanto metáfora do espaço formativo para elaboração de si, sendo espaço de encontros, técnicas, trocas e com-formações.

**Palavras-chave:** Educação, Currículo, Saberes localizados, Identidade e Diferença.

1 Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (*Kultur*) rivana.zache@ifes.edu.br;

2 Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (*Kultur*), alexandre.polizel@ifes.edu.br;

# CORPO E MASCULINIDADES NA CINEMATOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

*Jorge Felipe Freitas<sup>1</sup>*  
*Leandro Teofilo de Brito<sup>2</sup>*

## RESUMO

O cinema é uma linguagem que pode ser significada não apenas como arte, mas como uma pedagogia cultural que atua para mobilizar e desestabilizar certezas, uma vez que coloca sob suspeita nossas formas de olhar e entender o que chamamos de realidade. Nesse sentido, um dos efeitos do cinema como pedagogia cultural é sua articulação com corpo, gênero e sexualidade e, desse modo, esta pesquisa em andamento busca discutir sentidos relacionados ao corpo e às masculinidades na cinematografia brasileira contemporânea. Por meio de teorizações pós-estruturalistas e pós-coloniais em textos de Guacira Louro, Judith Butler, Kimberlé Crenshaw e Sirma Bilge, mobiliza-se as noções de performatividade de gênero e interseccionalidade na articulação entre cinema, corpo e masculinidades. Entre seus objetivos, destaca-se: Discutir como o cinema brasileiro contemporâneo significou corpo e masculinidade na sua produção mais recente; Problematizar diferentes modos de ser homem na cinematografia brasileira contemporânea; Interpretar a intersecção entre as masculinidades e diversos outros marcadores da diferença presentes nos filmes. Como metodologia será operacionalizada uma Etnografia de Tela para interpretação e problematização dos filmes brasileiros *Madame Satã*; *Besouro*; *Tatuagem*; *Praia do Futuro*; *Hoje eu quero voltar sozinho*; *Beira-Mar*; *Carlinhos e Carlão*; e *Mariguella*. Entre os resultados preliminares, identificamos que o corpo masculino vem se mostrando diverso no cinema brasileiro, pois é reflexo da multiplicidade de identificações das masculinidades que circulam na sociedade contemporânea. Assim, os estudos sobre corpo, gênero e sexualidade, ao focalizarem o cinema como artefato cultural, terão um escopo potente de problematização em suas pesquisas na interpretação das masculinidades.

**Palavras-chave:** Corpo, Masculinidades, Cinema, Performatividade, Interseccionalidade.

1 Graduando do Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [jorge.freitas@goldeletra.org.br](mailto:jorge.freitas@goldeletra.org.br)

2 Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [teofilo.leandro@gmail.com](mailto:teofilo.leandro@gmail.com)

# POR UMA FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA CIBERCULTURA PARA O AVANÇO DAS NARRATIVAS DE GÊNERO COM ÊNFASE EM PESSOAS TRANSGÊNERAS NO ENSINO DE PROFESSORES

*Azure Flora*<sup>1</sup>  
*Amanda Bortoluzo*<sup>2</sup>  
*Luciana Velloso*<sup>3</sup>

## RESUMO

Na última década houve uma crescente de produções da narrativa de gênero dentro dos currículos escolares. Com ênfase na narrativa de pessoas transgêneras urge-se a necessidade de propor práticas de ensino que minimizem as violências contra esses corpos dentro das instituições educacionais. Essa proposição estruturada enquanto dissertação, tem como objetivo investigar os aspectos que limitam o acesso de professores em formação ao pensamento crítico as identidades transgêneras e qual a influência do ocultamento dessas resistências em um contexto cibercultural (Lévy, 1999; Silva 2003; Santos, 2019; Santaella, 2013; Lemos, 2020). Compreendendo o transativismo e os tentáculos da transfobia dos algoritmos, de uma forma não reducionista será inclinado a reflexão dos Cotidianos dessas existências (Certeau, 2013; Alves, 2008). O trabalho também contará com o auxílio da produção de dados que será realizada a partir de questionários e entrevistas aplicadas a produtores de conteúdo digital acerca de suas ações discursivas com relação ao assunto e suas vivências do período escolar. Em fase embrionária o produto dessa análise também contará com um trabalho de campo feito com educadores em formação para enegrecer os aspectos que resultaram na construção do imaginário sobre identidades queers.

**Palavras-chave:** Escola; gênero; redes digitais; currículo; LGBTQIANP+.

1 Mestrando do Curso de Educação Comunicação e Cultura em Periferias da Universidade Estado do Rio de Janeiro - RJ, [floraif@hotmail.com](mailto:floraif@hotmail.com)

2 Mestranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro - RJ, [@mandabcargmail.com](mailto:@mandabcargmail.com);

3 Luciana da Silva Seixas Velloso Doutora em Educação pela Universidade Estado do Rio de Janeiro - RJ, [@lucianavss@gmail.com](mailto:@lucianavss@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

*“Eu determino que termine aqui e agora,  
Eu determino que termine em mim, mas  
não acabe comigo,  
Determino que termine em nós e desate,  
E que amanhã possa ser diferente para  
elus,  
Que tenham outros problemas,  
que precisem de novas soluções,  
E que eu possa viver nelas, através delas,  
E, em suas memórias (Linn da Quebrada, 2020)”.*

**É** sabido que mais de 80% das pessoas trans e travestis não terminam o ensino básico (Observatório de Ensino), pesquisa realizada pelo presidente da comissão de diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dr. João Paulo Carvalho Dias. Este dado, nos faz enegrecer esses marcadores de gênero e sexualidade dentro das instituições educacionais, o que materializa e quantifica o resultado da reprodução da Pedagogia da Violência, conceito utilizado por Luma Nogueira de Andrade, primeira de sua classe a concluir o doutorado na rede pública de ensino.

Apesar de ser debatida a inserção do discurso de gênero dentro dos currículos oficiais, esta é uma medida pouco adotada no que tange a existências dessa parcela da diversidade. O termo “transfobia” é utilizado para nomear o preconceito, a discriminação, o medo e/ou o ódio sofrido por pessoas transgêneros. Entende-se como transgênero o indivíduo que de alguma forma não se identifica com o seu sexo biológico de nascimento; identifica-se com ambos os sexos ou com nenhum deles. O termo transgênero é um “conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”. (JESUS, 2012, p. 25).

Tal prática, velada ou não, atua na rotina diária de pessoas trans e travestis dentro dos ambientes educacionais, ceifando a potência dentro do processo de ensino e aprendizagem. Compreendendo que o aprender deveria ser um direito de todos como consta no Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício

da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

Demonstra-se um desafio para educadores que se vêem comprometidos com a prática de “*aprenderensinar*”, de ir para além do currículo, visto o boicote estrutural a essas resistências. Uma das formas a partir do currículo oculto é a utilização das redes virtuais como aceleradoras dos processos de conscientização social.

A pandemia do novo coronavírus acabou por acelerar os processos sociais que já estavam em curso, como consta na obra *Armas, Germes e Aço* (Diamond, 1997), o que demonstra a total familiaridade com a rapidez já disponível dentro das tecnologias digitais. O vírus que levaria pelo menos uma década no século passado para ser superado, demorou menos de 3 anos para ser contido.

De acordo com ex-CEO da Google, Eric Schmidt (Exame, 2021): “a cada dois dias, geramos um volume de dados equivalente ao que criamos do início da civilização até 2003”. Isso significa que os educadores terão de lidar com o dilema da atualização constante das contribuições científicas a respeito da diversidade e demais temas, questionando intrinsecamente suas próprias posturas violentas, pois novos horizontes estão sendo iluminados e precisam da nossa apreensão.

Em suma, este projeto, contará com os seguintes questionamentos: Se pessoas trans e travestis não estão dentro dos currículos formativos de professores da educação básica, quais os outros caminhos de subversão dessa realidade? Qual o papel das mídias sociais na visibilidade da pauta trans? Quais as estratégias do transativismo para o combate a transfobia dos algoritmos? Como isso impacta no imaginário de professores ainda em formação?

Paralelamente a este cenário, emerge uma sociedade que exige novas competências e habilidades pautadas nestes desafios. Ao passo que o debate educacional, tem se concentrado em pensar o desenvolvimento de práticas educativas implicadas no contexto atual da Cibercultura (Lévy, 1999; Silva 2003; Santos, 2019; Santaella, 2013; Lemos, 2020), que exige, crescentemente, práticas personalizadas, interativas, colaborativas e críticas acerca do assunto. Assim sendo, discutir os desafios atuais da Cibercultura e suas implicações para a educação a diversidade é um dos objetivos da proposição desta dissertação.

O trabalho se aprofundará na narrativa de pessoas transgênero, com ênfase na transfobia dos algoritmos, isto posto a pesquisa tratará por analisar o impacto da invisibilidade e boicote de suas existências dentro das redes virtuais e mídias digitais no contexto educacional a partir das possibilidades do currículo oculto, e quais as consequências na construção do imaginário social em específico dos educadores em formação que terão futuramente que lidar com todas essas questões.

## METODOLOGIA

A partir de epistemologias que consideram os desencadeamentos culturais, sociais e políticos de cada sujeito, esse projeto contará com um Outro modelo de se tecer a pesquisa, considerando propor novos horizontes para além daquilo que a ciência moderna determina enquanto verdade absoluta, compreendendo uma nova forma que ultrapasse a objetividade científica.

Rompendo uma postura hierárquica e reducionista (Morin, 2003) e contemplando os saberes constituídos por Freire (1996), esta dissertação se propõe a dispensar uma neutralidade inexistente e realiza uma crítica ao ensino bancário que tanto nos mantém dóceis em nossa própria realidade minando sua complexidade (Freire, 1996).

Compreendo a ambiguidade que será provavelmente encontrada no campo, a reflexão da mesma não poderia ser feita de uma forma inflexível, isto posto, a partir da contribuição de diversos autores, o trabalho também se desafiará em trabalhar com a perspectivas dos Cotidianos (Certeau, 2013; Alves, 2008), entendendo que:

Macedo (2020) afirma que o ato de pesquisar constitui um desafio, na medida em que nos obriga a enfrentar as incertezas próprias de um método que se faz no caminhar, num processo de aventura pensada, na vivência da experiência e da criatividade na pesquisa com os cotidianos. Nessa perspectiva, exige do pesquisador certa organização que o possibilite ir ao encontro de seu objeto de pesquisa, o que implica considerar o papel formativo que a experiência acontecimental da pesquisa, em si, produz (Brasil, 2023)..

Visto isso, agregando os saberes já pré-estabelecidos o projeto se estruturou a partir de referencial bibliográfico, com uma perspectiva qualitativa que permite explorar e descrever a complexidade do tema e das problemáticas a respeito da investigação, “permitindo aos pesquisadores analisar, compreender e classificar gerando contribuições para os indivíduos e objetos de pesquisa envolvidos” (Schneider, 2016, p. 27). Desse modo, a metodologia do estudo desenvolvido tem enfoque qualitativo por meio da análise bibliográfica de artigos científicos e descrição empírica de práticas realizadas no trabalho de campo feito com uma das turmas da graduação do curso de Pedagogia do campus Uerj/Maracanã.

Na busca por sentidos e significações as contradições tendem a se multiplicar, dando início a novas contradições que passam a exigir soluções. Integrada à pesquisa qualitativa, tratou-se de um método de interpretação dinâmico e não



totalizante da realidade, pois considerará que os fatos não podem ser tratados fora de seu contexto social, político e econômico.

As questões da pesquisa compreendem-se na análise dos danos da invisibilidade trans dentro das redes virtuais e o impacto no imaginário educacional na formação de professores com relação a existência dessa diversidade em sala de aula.

Para além de pesquisadora (e), o produtor dessa pesquisa também é (e) educadora (e), em função disso o projeto não é metodologicamente tradicional e rígido, mas sim atravessado pelo “espaçotempos” da trajetória de inúmeros sujeitos com múltiplos e complexos conhecimentos, usando os princípios da multirreferencialidade (Ardoino 1998; Macedo, Barbosa, Borba, 2012).

Assim sendo, devemos metamorfosear a forma que lidamos com nossos “objetos” de pesquisa, visto: que lidamos com pessoas, que interagem, estão em constante movimento e, como seres pensantes (Velloso, Thiago, Silva, 2021), trazem os questionamentos de suas práticas (Ribeiro, Santos, 2016), por conseguinte o projeto é de acordo com Ribeiro e Santos de que tais tendências são “uma opção política de condução a processos formativos emancipatórios” (p. 303).

Para além da análise bibliográfica dos autores que produzem na área como: Santos (2020), Freire (1985; 1992; 1996; 2015), Caldas (2019), Lévy (1999), Lemos (2020), Silva (2010), Macedo (2018), Couto (2020), Preciado (2018), Ayouch (2019), Pocahy (2022), Mattos (2021), Passos (2022), Travesti (2023).

Após o trabalho de campo que produzirá dados acerca dos conhecimentos e impressões dos educadores em formação com relação ao tema, em sua maioria pessoas cisgêneras, nesta etapa do trabalho será feito uma medição do acesso que os professores têm a essas narrativas e quais são os melhoramentos possíveis para que alcancemos uma dignidade educacional para esses sujeitos potentes durante seu processo de ensino e aprendizagem.

Para compreender a repercussão da violência escolar contra as existências transgêneras será realizado também uma entrevista com produtores de conteúdo engajados na causa, enegrecendo como o transativismo tem marcado presença dentro das redes sociais e resistido a todas as tentativas de boicote.

O projeto não se limitará as condições binárias de análise contando também com produtores de conteúdo trans-não-binários, a fim de desestigmatizar, reafirmando que os mesmos também são pessoas trans e necessitam de humanização, o oposto que vêm acontecendo em todos esses anos com o aumento dos ataques a linguagem neutra.

Os produtores compartilharão o processo de desenvolvimento das atividades durante os últimos 8 anos através de uma entrevista, que atravessará a

escrita de boa parte dos capítulos, fazendo assim uma junção dos conhecimentos e experiências encontradas no cotidiano dos praticantes.

A partir das unidades de registro retiradas das entrevistas, os produtores poderão narrar um pouco sobre esses três eixos emblemáticos durante esse período: Violência escolar, a Transfobia dos algoritmos e o transativismo em uma entrevista dialogal via Google Meet que contará com cinco questões, duas acerca das trajetórias dos “*influencers*” selecionados e três sobre a relação direta da narrativa tratada na realidade vivida durante o período escolar.

A intenção é justamente estimular o “*fazerpensar*” durante todo o processo de escrita, bricolando diversas referências que vão desde do momento empírico do campo, as multirreferenciais utilizadas para materializar de forma democrática e acessível a todos que lêem, agregando outras formas de linguagens durante o texto, como: música, poesia, contos, vídeos, documentários entre outras.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Durante a última década a falácia da ideologia de gênero dentro do projeto da Escola Sem partido (Passos, Pinheiros, 2020) tem tido destaque dentro das instituições educacionais, desencadeando uma torrente de produções nos últimos anos sobre o tema. A partir de uma perspectiva biologizante, pautando-se na narrativa de uma educação neutra (Miranda, 2018), ações discursivas conservadoras tomaram frente apesar da constante violência contra diversas identidades resistentes no país. A tentativa de homogeneização dessas existências dissidentes da cis-heteronormatividade produz um ambiente hostil dentro das escolas impossibilitando ou dificultando o desenvolvimento desses “sujeitos potentes” durante sua trajetória no processo de ensino e aprendizagem (Mattos, 2021). Invisibilizados, silenciados e desumanizados, a comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais) tem sido alvo de diversos ataques simbólicos e materiais desde o período da colonização (Ribeiro, 2021) contudo a partir do avanço das mídias sociais e a possibilidade de interação para além de seus limites geográficos a comunidade pôde ter acesso a outras representatividades possibilitando suas práticas de empoderamento, cooptação de sujeitos e sua presença em diversos espaços.

Pessoas PCDS (Pessoa com Deficiência), pretas, indígenas, amarelas, gordas, lésbicas, gays, bissexuais, crianças transviadas, não binárias, sujeitos *queers* em montante não sentem pertencentes ao todo (Pocahy, 2018), como se não se encaixassem no espaço que foram designadas a ficar (FOUCAULT, 2001). A partir

do entrelugar, ou seja, de um arranjo espacial que se caracteriza como fronteira, que não separa, mas aproxima, existe uma busca por representatividade em outras redes (Leal, 2017). E, no que tange à elaboração de uma inteligência coletiva, se observa o atravessamento que a cibercultura passou a ter neste processo, principalmente a partir dos anos de 1990 (Lemos, 2002, Lévy 2001).

Após 30 anos, em uma geração de “influencers” e produtores de conteúdo para internet, dentro das escolas essas redes também se ampliam (Santos, 2022). Desde promoção de valores a intenções de consumo, o capitalismo se apropria de mais uma nova forma de exploração.

São mais de 10,5 milhões neste mercado de trabalho (Idem, 2021), colaborando com a vasta produção de informação. Os corpos que foram expulsos das escolas encontraram nas mídias digitais uma forma de materializar seu manifesto (Ribeiro, 2021).

O transativismo além de falar sobre as existências ceifadas, demarca um espaço de resistência, resignificando o pensamento de que pessoas trans não são apenas resultado da violência política e estrutural, fruto da vulnerabilidade, da prostituição e do empobrecimento (Pocahy, 2018), mas sim, poesia em forma de gente, a beleza de resistir e viver o depois, apesar do Estado dizer o contrário (Passos, 2021).

Embora todas essas constantes, existem diversos fatores que impossibilitam que esses produtores de conteúdo cheguem à massa popular e modifiquem esse pensamento estrangeiro a nossas próprias raízes (Ribeiro, 2020). Os educadores não se abstém desse imaginário perverso, em uma sociedade técnico-científica informacional todos acabam por ser influenciados em níveis diversos (Castells, 1999).

Estudos na área apontam a transfobia dos algoritmos como um dos dispositivos responsáveis por esse apagamento da comunidade trans em diversos nichos sociais (Lemos, 2022). Como alcançar uma determinada conscientização sobre a desumanização dessas pessoas? Sendo que das 10 horas que é a média do brasileiro no uso de internet por dia (Ribeiro 2022), nem ao menos 3 minutos o algoritmo dedica a escuta sincera de outra realidade não-normativa?

Inúmeros trabalhos demonstram o aumento da discussão de gênero dentro dos currículos escolares, com destaque para a comunidade trans e na forma de minimizar os impactos da transfobia estruturante e a cibercultura muito tem a contribuir para esse processo (Couto, 2021).

A partir da demanda das informações para melhorar sua integração com o alunado é imprescindível a produção de trabalhos científicos que abarquem a temática para que os resultados possam auxiliar na construção de políticas

públicas educacionais afirmativas que diminuam as implicações dessas desigualdades (Idem, 2020).

É necessário que a escola cumpra seu papel de atuar com uma ferramenta que possa propiciar o desenvolvimento da cidadania (Velloso, Thiago, Silva, 2021). Mediar esse aprendizado não é uma tarefa fácil, no entanto não cabe sermos somente técnicos, nem tão somente afetivos. Para Freire (1996), ensinar é uma tarefa que exige mediarmos o conhecimento levando em conta os aspectos sociais, emocionais e intelectuais de cada aluno, trabalhando de forma significativa para a construção ao mesmo tempo do caráter e do conhecimento, onde se tratam de aspectos tanto do ambiente escolar quanto fora dele.

Os professores têm cada vez mais a necessidade de pesquisar e desenvolver métodos de ensino mais inovadores que percebam a realidade do tecido social. “O que está no mundo hoje não deve ser interpretado como eterno ou imutável” (Macedo, 2020, p.19) Mas, para que isso se torne realidade, é preciso que educadores entrem nessa problemática, integrando suas propostas de ensino o discurso crítico sobre o tema, uma vez que professores e alunos são sujeitos do processo de criação do conhecimento (Idem, 2020).

A educação problematizadora dessa relação dialógica se utiliza da dialética como sendo um método para o diálogo, podendo assim haver contraposição e também contradição de ideias, que possa levar a novas ideias, entre educador e educando, podendo aprender juntos, gerando uma construção do saber, no qual educador e educando em parceria, se educam (Carneiro,, 2003). Faundez revela que os pensadores estão acostumados a trabalhar com ideias-modelo, o que nos leva à relação entre natureza e aparência, de modo que podemos ver que a aparência será algo relacionado à sensibilidade, enquanto a natureza também pode revelar a verdade (Carneiro, 2003). Desse ponto de vista, os autores argumentam que o mundo em que vivemos é de fato aprendido pelos humanos por meio da aparência, mas isso não significa deixar de lado o contexto. Uma vez que tenhamos apreendido a aparência, poderemos usá-la como suporte para ideias de novos modelos de ensino e aprendizagem (Carneiro, 2003).

Faundez defende que o intelectual deve partir da nossa realidade, ou seja, da realidade humana, para que possa refletir sobre ela e compreendê-la. Isso ajudará a recuar das ideias-modelo, e abrir um espaço para que as ideias sejam geradas na prática e, assim, acreditar na eliminação de qualquer absolutismo dos modelos conceituais (Carneiro, 2003).

Tal visão se deve ao método de Freire, que nunca pode ser modelo, pois o método freireano é um conjunto de princípios que devem ser reproduzidos continuamente e, portanto, causam ansiedade nos pensadores e na realidade que eles

reproduzem (Freire, Faudez, 1985). Segundo Freire, a verdade deve ser buscada por meio do diálogo onde os professores aprendem enquanto ensinam, quando revisam seus próprios conhecimentos na busca de ensinar aos alunos, e possivelmente por meio do diálogo entre professores e alunos:

A curiosidade do estudante às vezes pode abalar a certeza do professor. Por isso é que ao limitar a curiosidade do aluno, a sua expressividade, o professor autoritário limita a sua também. Muitas vezes, por outro lado, a pergunta que o aluno, livre para fazê-la, faz sobre um tema, pode colocar ao professor um ângulo diferente, do qual lhe será possível aprofundar mais tarde uma reflexão mais crítica. (Freire, Faudez, 1985, 1985, p. 23).

Dessa forma, quando o professor se sentir tocado pela curiosidade do aluno, sobre suas crenças, ele tem que encontrar formas de apoiar seu ensino, para que seja mais profundo (Freire, Faudez, 1985). Se a curiosidade dos alunos for pequena, também diminui a receptividade do professor, pois se o professor não for questionado, não haverá dúvidas e, quando questionado, haverá maior chance de descobrir o alcance do aprendizado (Freire, Faudez, 1985). Essa proposta cria uma nova perspectiva para o professor, desafia-o para uma situação mais crítica e também o obriga a buscar mais informações sobre alguns dos assuntos que irá revelar (Idem, 1985).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No livro “Quem precisa de identidade?”, redigido por Stuart Hall (2008), sociólogo britânico-jamaicano, identificamos a seguinte percepção:

Na linguagem do senso comum a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem em comum, ou de características que são compartilhadas, com outros grupos e pessoas, mas ainda partem de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (HALL, 2000, p.107).

Porém esse processo de identificação se tornou turvo devido a todas as influências citadas aqui dentro e fora das redes digitais. Na prática, entendemos que é justamente a instantaneidade dessas redes que podem propiciar uma vantagem no processo de superação dessas e demais questões de gênero.

A pandemia do novo coronavírus acabou por acelerar os processos sociais que já estavam em curso, como consta na obra *Armas, Germes e Aço* (DIAMOND, 1997), que demonstra a total familiaridade com a rapidez já disponível dentro das

tecnologias digitais. O vírus que levaria pelo menos uma década no século passado para ser superado, demorou menos de 3 anos para ser contido.

De acordo com ex-CEO da Google, Eric Schmidt (EXAME, 2021): “a cada dois dias, geramos um volume de dados equivalente ao que criamos do início da civilização até 2003”. Isso significa que os educadores terão de lidar com o dilema da atualização constante das contribuições científicas a respeito da diversidade e demais temas, questionando intrinsecamente suas próprias posturas violentas, pois novos horizontes estão sendo iluminados e precisam da nossa apreensão.

É percebida então uma enorme potência que, se não utilizada de maneira vertical, agregará com outras referências de relações parentais se encaminhando para o dia que não caiba apenas a escola educar, mas sim todos os responsáveis pelo desenvolvimento deste indivíduo. Se nem a escola e nem o arranjo familiar educarem, as reproduções continuarão e essa educação será advinda de outros espaços.

A partir da demanda das informações para melhorar sua integração com o alunado é imprescindível a produção de trabalhos científicos que abarquem a temática para que os resultados possam auxiliar na construção de políticas públicas educacionais afirmativas que minimizem os impactos dessas desigualdades (Idem, 2020).

É necessário que a escola cumpra seu papel de atuar com uma ferramenta que possa propiciar o desenvolvimento da cidadania (VELLOSO, THIAGO, SILVA, 2021). Mediar esse aprendizado não é uma tarefa fácil, no entanto não cabe sermos somente técnicos, nem tão somente afetivos. Para Freire (1996), ensinar é uma tarefa que exige mediarmos o conhecimento levando em conta os aspectos sociais, emocionais e intelectuais de cada aluno, trabalhando de forma significativa para a construção ao mesmo tempo do caráter e do conhecimento, onde se tratam de aspectos tanto do ambiente escolar quanto fora dele.

Os professores têm cada vez mais a necessidade de pesquisar e desenvolver métodos de ensino mais inovadores. “O que está no mundo hoje não deve ser interpretado como eterno ou imutável” (MACEDO, 2020, p.19) Mas, para que isso se torne realidade, é preciso que educadores entrem nessa problemática, integrando suas propostas de ensino, uma vez que professores e alunos são sujeitos do processo de criação do conhecimento (Idem, 2020). Afinal, podemos observar, através desta obra, que Paulo Freire provou que é possível educar para responder aos desafios da sociedade, sendo a educação desta forma um instrumento de transformação global do homem e da sociedade, tendo como essência a dialogicidade (PARREIRAS, MACEDO, 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos a importância da criação de um clima de respeito mútuo e disciplina saudável entre a autoridade do professor e a liberdade dos alunos, “despertando a alegria, o desejo e a esperança de estar no mundo, não para se adaptar, mas para promover a mudança” (FREIRE, 1992, p.35).

A dificuldade desta tarefa é inegável, além da dificuldade, exige paciência e sobretudo a prontidão, compreensão, compatibilidade, segurança e habilidade de quem vai dar a explicação (FREIRE, 1992). Pois nos deparamos com o seguinte: se de um lado, não podemos aceitar o senso comum, de outro lado, não podemos chegar como donos da verdade e simplesmente cuspir arrogantemente o nosso saber como o único caminho a ser seguido, até mesmo porque a atitude de algumas pessoas é resistente (FREIRE, 1992).

De acordo com essa linha de pensamento, para que a qualidade da educação no Brasil melhore, é importante que tenhamos alunos ativos, criativos, insaciáveis e com vontade de aprender, pois isso faz com que os professores desistam do conservadorismo e passem a adotar uma visão de futuro ou atitude crítica em sua abordagem (MACEDO, 2019).

Isto posto, nos faz refletir que a abundância de informação não é formação e para que consigamos seguir para a ponte da transformação é necessário aos educadores olharem com profundidade tais demandas, exercitando sempre seu olhar de justiça social e as próximas estratégias que precisam ser colocadas em prática.

As redes devem fazer parte desse processo propiciando a aceleração dessas discussões dentro dos ambientes escolares, mas sempre sendo filtradas a partir do conhecimento crítico, fazendo a interseccionalidade das narrativas de classe, raça e gênero extraídas das realidades de seus próprios estudantes. Colaborando para o feitiço de pontes que nos impulsionam a buscar novos caminhos, que nos encaminhem para superação de tais problemáticas, ou minimizem as mesmas.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Alianças queer e política anti-guerra**. Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidades. V. 11, n. 16, p. 29-49, 2017.

\_\_\_\_\_. **Critically queer.** GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies. V. 1, n. 1, nov, p. 17-32, 1993.

\_\_\_\_\_. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 153-172, 2001.

\_\_\_\_\_. **Regulações de gênero.** Cadernos Pagu. Campinas, n. 42, jan-jun, p. 249-274, 2014.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. **Gênero, sexualidade e a teoria queer na educação: colocando em questão a heteronormatividade.** Atos de Pesquisa em Educação. Blumenau, v. 11, n. 1, jan-abr, p. 250-270, 2016.

\_\_\_\_\_. **Marcas da abjeção expressas em conversas sobre heteronormatividade com jovens no Facebook: em defesa de uma pedagogia queer.** 2017. 290 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COUTO JUNIOR, Dilton; OSWALD, Maria. POCAHY, Fernando. **Gênero, sexualidade e juventude(s): problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar.** Civitas. Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan-abr, p. 124-137, 2018. CONNELL, Raewyn. **Masculinities.** Cambridge: Polity, 1995.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer.** Salvador: EDUFBA, 2015.

CARRILLO, Jesús. **Entrevista com Beatriz Preciado.** Revista Poiésis. Niterói, v. 11, n. 15, jul, p. 47-71, 2010,.

COLLING, Leandro; SOUSA, Alexandre. SENA, Francisco. **Enviadescer para produzir interseccionalidades.** In: OLIVEIRA, João Manuel; AMÂNCIO, Lúcia (Orgs.). Gêneros e sexualidades: interseções e tangentes. Lisboa: Maiadouro, p. 193-215, 2017.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. **Gênero, sexualidade e a teoria queer na educação: colocando em questão a heteronormatividade.** Atos de Pesquisa em Educação. Blumenau, v. 11, n. 1, jan-abr, p. 250-270, 2016.



CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10,  
2009, Braga. Actas. Braga: Universidade do Minho, p. 5.658-5.671, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 58. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

# O REGIME DAS ÁGUAS DA CENSURA AO CUIR: CULTURA POP, DIY E COMUNIDADE ONLINE EM RESISTÊNCIA AOS RESQUÍCIOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA<sup>1</sup>

*Vannie Pawelski da Gama<sup>2</sup>*  
*Rafael de Brito Dias<sup>3</sup>*

## RESUMO

A maré das censuras contra as sexualidades não-normativas e suas expressões artísticas já tentava arrastar às profundezas do inalcançável ao público livros, peças de teatro e músicas durante a ditadura militar brasileira, fenômeno histórico endereçado por autores como Deonísio da Silva e Ronaldo Costa Couto. Por entre a pós-pandemia da COVID-19, vivemos um agitado mar de prenúncios da censura às expressões de diversidade sexual e de gênero agressivo pela violência no país. Entretanto, encontramos na comunidade online, do DIY, e na cultura pop entre 2013-2023, resistência com assistência das tecnologias computacionais e de informação à diversidade cultural da comunidade LGBTQ+ no Brasil – uma poderosa aliada contra as mudanças climáticas políticas neoliberais e conservadoras segundo Wendy Brown e Paul Preciado. O presente texto procura traçar por interdisciplinaridades teóricas e estudos de caso a importância das tecnologias midiáticas – era da informação por Gere, Bentley e Dalla Costa – para a resistência LGBTQ+ no Brasil seguindo panorama histórico da ditadura militar brasileira, com foco entre 1964-1985, e o presente pré e pós-pandêmico, período de abertura à diversidade brasileira para a mídia popular e contracultura online entre de 2019 e 2023, em meio aos atuais ataques a democracia e a identidade cuir no país.

**Palavras-chave:** Cultura Digital, Tecnologias, Ditadura Militar, Teoria Cuir, Arte Cuir.

1 Artigo oriundo da dissertação “Tecnologias em cocriação enquanto ferramenta auxiliar de acessibilidade à diversa arte visual contemporânea brasileira”, realizada na UNICAMP, FCA - ICHSA, com bolsa CAPES.

2 Mestrante do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual – UNICAMP e Artista visual interdisciplinar, [vanniegama.vyslab@gmail.com](mailto:vanniegama.vyslab@gmail.com).

3 Professor orientador doutor na Faculdade Ciências Aplicadas e no Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unidades Estadual de Campinas - UNICAMP, [rbdias@unicamp.br](mailto:rbdias@unicamp.br).

## INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta um fragmento da história cultural contemporânea queer em diálogo com a representação política LGBTQ+ e seus direitos expressos sensivelmente pela cultura pop digital, em face da crise democrática acentuada nos últimos dez anos no Brasil. Para tal, se busca retomar a importância das expressões artísticas *queer* ou *cuir*, que integram a paisagem cultural, política e ecossistêmica diversa numa sociedade brasileira que convive com amargos contrastes; da violência e das conquistas; do exercício do Estado de Direito e a falta de acesso à informação; da expressão artística experimental das sociotécnicas em compartilhamento ao crescimento de movimentos antedemocráticos, colhidos do perpetuar de uma história de autoritarismo e disputas de poder pautadas em segregação, exploração e coerção social ancorando a elite do país através dos tempos.

Nos estudos culturais, nas ciências sociais e na história da arte, o *cuir* cria, nas confluências e divergências da teoria *queer*, múltiplos objetos materiais e imateriais culturais, como na enfática presença no cinema. Se faz ligeiramente ausente a atenção à cultura digital *cuir* em âmbito de pesquisa; talvez devida sua juventude de manifestação, talvez pelos entraves teóricos com a comunicação, com a história da arte ocidental, aos estudos das mídias que ela evoca. Independentemente destas hipóteses, a escassez destes estudos culminam em mais uma das ausências de dados e informação sobre a comunidade LGBTQ+. Tais ausências extraem componentes essenciais à luta contra a violência - como verificável pelos crescentes dados de homicídios à pessoas LGBTQ+ no Brasil nos últimos vinte anos pelo dossiê de 2022 de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil - e ao conhecimento, preservação, comunicação e sensibilização da cidadania e história *cuir*, independentemente de sua durabilidade conceitual.

Como veremos a seguir, a luta pelos direitos LGBTQ+ e contra a LGBTQfobia sobrepõe a violência crua e monodisciplinar; falamos de representatividade na política e fora dela, e assim, observar os atentados democráticos é perceber o entrelaçamento entre intolerâncias e invisibilizações de ordem da legitimação existencial pela desigualdade social. A opressão e deslegitimação das técnicas da comunidade, o silenciamento cultural pela rotulação de falsa homogeneidade alienante é um campo de crítica a serem expostos através da abordagem de uma arte social do reconhecimento das técnicas, tecnologias, relações e complexidades entre ambientes culturais. São diálogos entre sociedade, cultura, e por que não natureza, quando percebemos os movimentos das censuras e dos ataques democráticos com a agressividade da modernidade capitalista é exploratória

dos recursos, dos direitos humanos, como regimes de águas de represamento em contraposição aos alagamentos pantaneiros que não impossibilitam o desenvolvimento da flora e fauna em seus leitos.

Para este fragmento de trajetória analisaremos conteúdos da cultura pop digital pautados no DIY (*Do it yourself*, faça você mesmo) em coletividade, ao exemplo do reality show online “Corrida das Blogueiras”, dirigido por pessoas da comunidade LGBTQ+ de forma explícita na criação de conteúdo no YouTube, dos canais Diva Depressão e Dia Estúdio, ao recorte dos participantes diversos em expressão artística, gênero, raça e etnia, sexualidade, e Estado de residência, e na presença da deputada Erika Hilton, primeira deputada travesti do

Brasil, no quadro de maquiagem *DellaMake*, da Drag Queen Bianca Della-Fancy também no YouTube. Conjunto a tais conteúdos analisaremos o impacto dos conteúdos digitais na democracia brasileira pelo relatório do Ato antidemocrático de 8 de Janeiro de 2023, de Eliziane Gama, aprovado e disponível a público em 17 de Outubro de 2023, e como os discursos violentos neoliberais têm colaborado para a manutenção da LGBTfobia através de índices de violência dispostos no dossiê de 2022 do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQI+ no Brasil. Esta proposta de análise de dados integra métodos quantitativos e qualitativos, com abordagem interdisciplinar em referencial teórico. O objetivo deste trabalho é colaborar para a história cultura cuir, para a constante luta de direitos através das políticas públicas e da cidadania estimulada pela cultura pop digital que é certamente, um exercício democrático para a comunidade LGBTQI+ e consequentemente, para a sociedade brasileira em sua sociodiversidade.

## REGIME DAS ÁGUAS

Em 17 de Outubro de 2023, é publicado o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023, pela relatora senadora Eliziane Gama. A senadora ressalta a crise da democracia e a importância que a dimensão digital obteve enquanto dimensão aglutinadora e pulverizadora dos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro por uma estimulação contraditória e servidão voluntária. Os resquícios das motivações da ditadura militar tais como a defesa da economia, da família e dos bons costumes circundados a propagação do mito da insuficiência de competência dos presidentes e de um sentimento de desconfiança da democracia brasileira, inflado aos interesses de golpistas, é presente na atmosfera da contemporaneidade da política brasileira, como extensamente visto pelo relatório e por todo o caso do 8 de Janeiro deste ano. Tal como um movimento forçoso de represamento que insiste em seu formato devastador,

sob o véu de um heroísmo, vemos mais uma tentativa dum regime das águas que não calcula a vastidão do lado negativo das suas atividades, dum afogar da sociodiversidade.

Diferentemente do complexo bioma do Pantanal, onde as matas ciliares pantaneiras abrigam pássaros e possibilitam a expansão da biodiversidade local, que compõe um ecossistema rico em fauna também aquática, sistemas de represamento são comumente confundidos como uma solução inquestionável ao problema energético – enquanto uma das possíveis soluções à queima de combustíveis fósseis de um capitalismo carbonífero. “O ciclo anual da subida das águas, fenômeno que registra na época das chuvas, é vital para os seres vivos” (Neiman, 1989, p.64) e faz parte da vastidão de corpos hídricos, sejam resultantes dos alagamentos sazonais oriundos das chuvas que enriquecem de nutrientes as regiões do Pantanal, ou dos lentos rios que desenham o paraíso das águas, como o Rio Negro e o Rio Taquari, que abrigam territórios tradicionais e populações ribeirinhas e indígenas. No caso do Pantanal, o equilíbrio entre as águas, a flora e a fauna pantaneira, numa vegetação que reúne elementos de outros biomas brasileiros como os do cerrado e caatingas (Neiman, 1989), nos lembra da impossibilidade de ecossistemas feitos de apenas uma comunidade de seres vivos, que representem aquele espaço em uma totalidade originária, endêmico.

Em Zhouri e Oliveira (2007) a distribuição desigual de renda no globo e a realocação impacto do capital em território, seja deslocando ambiente ou sociedade da região a ser explorada é uma das realidades comumente ignoradas quando da longa história brasileira da implantação de hidrelétricas no país. As políticas energéticas das hidrelétricas e a crença do Brasil sustentável, ainda que as barragens até o ano de 2007 já haviam inundado 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no Brasil (Zhouri e Oliveira, 2007) remetem a uma realidade incômoda, tal qual do regime das águas da ditadura militar e dos ataques democráticos: Ainda não chegamos a uma solução energética, tão pouco a um suficiente alerta e medidas protetivas à democracia brasileira.

As CPMIs do 8º de Janeiro foram essenciais para demonstrar a seriedade de nosso Estado de Direito, porém, o que vem agora? Assim como as hidrelétricas, que são e foram implantações e medidas explícitas da mensagem das alternativas energéticas à queima de combustíveis fósseis, embora este ainda seja queimado, isto é, convivendo com uma estratégia parcial, é pouco questionada em sua violência social. Nossa abertura democrática não estabeleceu uma cisão aos autores de uma ditadura, assim como não questionar as novas matrizes energéticas não é romper com as antigas, ainda mais quando convivem em um mesmo sistema que

conserva prioritariamente um modelo de modernidade posta em terra de exploração econômica, despida de toda sua biodiversidade, e sociodiversidade, dada as prioridades brutais de uma indústria capitalista.

A implantação das paisagens industriais como as hidrelétricas viola os direitos humanos e ambientais sob a proteção de sustentabilidades insustentáveis – as que negligenciam a viabilidade socioambiental das modificações que se fazem em territórios quando de projetos de impacto exploratório direto, mas também do impacto indireto, como dos resíduos e degradações que ocorrem de projetos exploratórios e industriais, decorrentes da lógica econômica instrumental (Zhourí e Oliveira, 2007). Compreendendo o dinamismo das águas e as diferenças de regimes pantaneiros, nomeadamente, biomas e não intervenções industriais modernas, e a completa dizimação de biodiversidade e sociodiversidade, imaginam-se relações como das políticas censórias das vozes daqueles que não serão úteis ao desenvolvimento do ideal econômico; sob interesses inclinados aos discursos neoliberais que são parte dos regimes das águas que afirmam desenvolvimento econômico pela estagnação das dinâmicas ambientais e sociais (ou mesmo sua interrupção), ou da ausência da vivência de seu potencial. Pelo mal que é atribuída a mera presença de culturas e naturezas, da existência do meio ambiente deslegitimado quando não utilizado para fins exploratórios, territórios e populações igualmente deslegitimadas como as diversas populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, e dinâmicas de agricultura familiar que são afetadas diretamente no caso das hidrelétricas sem planejamento socioambiental.

Ao caso dos ecossistemas digitais e às censuras infotelecomunicacionais da expressão da diversidade, essa deslegitimação da existência compartilha além da via econômica, uma censura a diversidade local. Seguimos pela defesa da democracia, do princípio do Estado Democrático de Direito, que estrutura a Constituição Federal. A democracia moderna para Eliziane Gama (2023) deve contemplar os requisitos de representatividade cidadão-eleito, num Estado de Direito com alternância de poder e promoção dos direitos fundamentais, e a separação em contrapesos da separação dos três poderes, apenas possível pela participação política da sociedade civil e do Estado (composto de representantes da mesma), num exercício de pluralismo político de ideias e exercício da cidadania ativa. Esta não inclui Poder Moderador, como pela relatora Eliziane Gama, tão pouco possibilita ascensão militar enquanto poder equiparável aos três poderes constitucionais (O legislativo, o Executivo, e o Judiciário), como tanto se confundiu nos períodos de ausência de democracia e instauração de ditadura no Brasil (e suas tensões prévias). A erosão democrática de Eliziane Gama que cita Mounk (2019) e Zilinsky e Ziblat (2019), se dá como um processo acentuado na década

de 2010 com as primaveras árabes e as frustrações das expectativas dos louros comuns da globalização. São medidas sutis e simbólicas com discursos que intensificam narrativas neoliberais através de porta-vozes, como a deslegitimação do próprio sistema democrático, tanto em agentes, poderes, quanto em processo sociotécnico como o voto e sua captação, documentação, análise, e apresentação (como do questionamento da legitimidade do voto).

A relatora cita a censura e a repressão aos meios de imprensa como instrumentos de preferência dos governos antidemocráticos, independentemente do alinhamento ideológico. A jovem democracia brasileira, jovem como uma árvore em seu primeiro século de vida. Eliziane e a manipulação das massas, citando as obras de Hannah Arendt (2012) neste processo, onde a adesão da população aos ideias totalitários fossem frutos de uma alienação pela propaganda, numa guerra híbrida das narrativas. Mas, também podemos reagir com a comunidade online em uma cultura pop de resistência cuir, num contexto onde as guerras híbridas são ainda mais densas em fluxo e volume com a era da informação? Essa reação não é para qualquer doutrina. Trata-se do exercício democrático do Estado de Direito, dos direitos humanos e cidadãos de nossa comunidade de maneira plural na esfera pública e digital.

Como chama a atenção a relatora e senadora Eliziane Gama, as conspirações das guerras culturais são característica comum à difusão da desinformação e *Fake News* que inflam as bolhas informacionais dos imaginários das criptocracias para seguidores antidemocráticos - das quais mesmo os direitos humanos é por vezes tratado não como direito, mas como orquestra conspiratória cultural. As plataformas digitais foram importante veículo dessa informação e da formação de grupos coesos pela política de agregação pela segregação sustentada pela retórica do ódio, conceito destacado do trabalho de Rocha (2021) no relatório de Gama - direcionado ao "Marxismo Cultural" que num delírio inclui também a demonização da comunidade LGBT+.

Em Couto (1998) a história da ditadura militar e sua abertura política é constantemente transpassada pelas mídias da televisão, dos rádios e dos jornais - Mídias do contexto da pesquisa de Couto - também pela censura artística, assim como pela resistência social, ora noticiada, ora abafada, mas consciente, ao longo do processo da década de 1980, do impacto que a organização social tem, pela expressão artística e coletiva que seja, de mostrar-se irreverente a continuidade dos abusos do poder militar e da censura. Ainda que a censura, por vezes munida dos valores conservadores normativo cristãos duma política dos bons costumes, se estendem até o final dos anos de 1980, como revivido por Deonísio da Silva (1989), da qual literatura política assim como literatura *queer* e homoafetiva

eram vetadas de circulação. Ainda que estes atos não impedissem as manifestações artísticas destes tempos, apenas os dificultassem, numa afronta aos direitos da arte, de artistas e da representação, ora de oposição ao pensamento militar, ora de oposição a cisnorma cultivada nas décadas mais severas da repressão da ditadura brasileira, mantinham-se compartilhados por microambientes culturais, mais ou menos obscuros a vigilância política da época.

Com relação a participação da mídia da televisão e comunicação em massa, fundamentais aspectos da cultura em seus diferentes fenômenos e eventos entre décadas, tanto em abordagem histórica quanto teórica ao contexto brasileiro, José Marques de Melo (2004) apresenta a importância das dinâmicas nacionais e confluências internacionais, bem como da relação entre tradição e modernidade que compõe e compuseram os movimentos midiáticos do século XX e XXI na América Latina e no Brasil. De maneira complementar e com enfoque na teoria da comunicação, Costa (2006) também menciona o impacto da industrialização e da internacionalização no processo de solidificação das dinâmicas comunicacionais midiáticas no Brasil e na América Latina, inclusive por se diferenciar dos panoramas europeus, da Escola de Frankfurt, pela cultura de massa não representar uma alienação, mas um dos aspectos de expressão da diversidade cultural brasileira, muito se apropriando do espaço televisivo para desenhar identidades regionais, locais, em convivência aos momentos cosmopolitas e intensamente influenciados pelos Estados Unidos, fato que é visível inclusive na cultura pop *queer* das *drag-queens* no Brasil, ainda que ressignificadas e transmutadas as multiplicidades das identidades brasileiras.

Segundo o relatório de Eliziane Gama, o papel das *Big Techs* é enorme, sendo que das redes sociais, a mais utilizada é o Youtube (96,4%) dos usuários brasileiros na primeira metade da década de 2010. Um espaço que contribuiu na promoção de Fake News diversas, políticas e de saúde, sem ações deliberadas das *Big Techs* responsáveis pelas plataformas, incluindo anúncios golpistas financeiros que atingiam milhares de famílias, conteúdo verificado pela NetLab da UFRJ<sup>4</sup> e que acarretou processos legais entre Ministério da Justiça e a Meta. Os debates nas estruturações dos ecossistemas digitais são parte da história recente de nossa política, tecnologia, comunicação e cultura brasileira contemporânea, sem romantismos ou determinismos tecnológicos, e sem demonizações tecnológicas.

Vejamos como o ecossistema digital também possui suas resiliências, como no caso da comunidade LGBTI+, comumente atacada, seja na sociedade civil ou na

4 <https://netlab.eco.ufrj.br/blog/golpe-financeiro-atraves-de-anuncios-no-meta-ads> e <https://netlab.eco.ufrj.br/post/minist%C3%A9rio-da-justi%C3%A7a-multa-meta-em-ao-menos-r-9-milh%C3%B5es-por-an%C3%B0s-falsos-sobre-desenrola-brasil>



dinâmica política da tomada de decisão (e suas implantações, propostas, dissoluções e capilaridades), pela parcela fundamentalista e neoliberal da sociedade brasileira, por meio tanto da representação política quanto da cultura política pelas relações entre tecnologias, cultura pop e do DIY como importante ambiente receptivo a cidadania, a cooperação e a comunicação democrática diante da vivência crítica entre digitalidade e esfera pública material, concreta.

Como contexto de políticas públicas e direito, no trabalho de Pedra (2020) dos direitos LGBTI+ no Brasil, vê-se os insistentes entraves, paralizações e ações contrárias aos direitos da comunidade nas políticas públicas brasileiras. São apenas nos últimos 20 anos que direitos básicos nos são atribuídos pelo Estado, como a união civil, ainda que sob constante ataque de deputados conservadores e fundamentalistas, em especial neste ano de 2023, bem como a criminalização da LGBTfobia, do direito a retificação de documentos sem laudos médicos que nos veja como doentes. Uma história de direitos conquistados recentemente, e que ainda luta contra um sistema público de saúde discriminatório, para que integre a diversidade em suas necessidades médicas que não cabem em um sistema, bem como nossa constante luta contra as violências tanto sociais quanto institucionais das mais diversas expressões em espaços públicos ainda em normalidade e manutenção pelo Estado e sociedade civil intolerante. O problema de ausência de informação sejam em dados coletados sobre a comunidade LGBT+, sejam as informações chegarem à sociedade civil sobre seus direitos.

No ambiente do “ espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (Corrêa, 1985, p.9), um espaço urbano capitalista, também digital, com paisagens culturais de segregação social enquanto processo dinâmico e em diálogo com o próprio capitalismo, remontando às cidades capitalistas em Corrêa (1985). Para uma história LGBTQIA+, apontamentos teóricos de Rocha (2023), história conjunta ao urbano, à construção da vida social, seja por vias essencialistas ou construcionistas é composta de pontos de conflito, ora retida em um contexto histórico de impermanência das identidades e sua aparente iminente descontinuidade, ora retida a uma tentativa de cronologia pelo estabelecimento de acontecimentos enfáticos e brilhantes na história queer. E não seria justamente na demanda indisciplina de uma história de LGBTQIA+ que abre-se a possibilidade do rompimento ao pensamento da cis-heteronormatividade? questiona Rocha (2023).

Em “Ninguém Solta a mão de ninguém, manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades” organizado por Tainã Bispo (2019) “Crises econômicas criam grandes espaços para manobras políticas e são o elemento incendiário em situações de instabilidade social, marca perene de nossa história, contada como

pacífica” (Vera Laconelli in Bispo, 2019, p. 29). Para Laconelli (2019), pensar solidariamente no Brasil tem sido um dos gestos mais subversivos no tecido da vivência social – pois é aí que experienciamos os direitos compartilhados e em equidade aos cidadãos e agentes da esfera pública, cultural, artística, e ambiental.

## CULTURA POP, DIY E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Obras do início do século XXI como as de Moraes (2001) já enxergavam o potencial democrático e resiliente, bem como criativo, da internet, das mídias sociais digitais, embora pouco se considerasse o impacto das *Big Techs* e das *Fake News* no ambiente digital dentro da própria difusão cultural, uma transferência de indústria cultural tradicional para indústria cultural digital – Infotelecomunicações tecnológicas vivem os extremos dos monopólios do capital em rede enquanto há o desenvolvimento da participação política e social intenso, com compartilhamento de conhecimentos de grupos segregados do ambiente do espaço público físico, permitindo a comunicação de informação e integração de membros distantes geograficamente pelos ecossistemas digitais.

Gere (2002), assim como em Moraes (2001), dedica-se a atenção a integração das tecnologias infotelecomunicacionais, mas com enfoque na cultura digital e nos anúncios que as vanguardas artísticas do século XX propunham com a experimentação das novas técnicas digitais, como nos anos 60 com John Cage, e Nam June Paik com as videoartes a partir dos anos 70; Gere também integra a história da computação a história da arte digital, e seus movimentos subversivos e contraculturais como da cultura *hacker*. Assim como na dimensão material, o virtual têm complexas teias sociais, não podendo ser sujeito a romantismos ou fatalismos deterministas ou neoliberais de suas dinâmicas incalculáveis. Levin e Mamlok (2021) amadurecem os estudos em tecnologia conjunta aos estudos culturais digitais pela simbiose e mutação dinâmica na autoimagem do ser pela sua relação, apresentação e representação no espaço digital das redes sociais, mediadas pelas tecnologias da informação, numa interação profunda com a esfera e ecossistema online por entre a intersecção dos elementos interdisciplinares da sociedade, cultura e tecnologia.

Das relações simbióticas entre tecnologia e cultura, o giro tecnológico mencionado por Leopoldo (2020) no trabalho teórico queer de Paul Beatriz Preciado (2019) se dá também na esfera digital, pelo ambiente digital carregar um lugar de manifestação tecnológica do gênero. Preciado (2019) mistura textos das técnicas das artes com as técnicas de gênero em meio ao contexto do antropoceno contemporâneo, da nomeação a mudança fisiológica pelos processos tecnológicos

aplicáveis ao corpo. Como em Levin e Mamlok (2021), a tecnologia interage com a autoimagem e com a imagem refletida, das quais o ambiente digital torna ainda mais moldável por meio de filtros nas redes sociais que constroem efêmeras realidades do ser, estas, se diferem das técnicas de DIY, pois no DIY a manufatura sobre o corpo, a tecnologia que prevalece, embora mutável, conserva a característica do artefato, como a própria obra de arte.

A legitimação e deslegitimação das técnicas de arte por suas origens e territórios expressas na história da arte hegemônica é questionada por Zolberg e Cherbo (1997), e motivam a construção da história cultural e história da arte em perspectiva crítica, que amplie a miríade das obras de arte pela motivação decolonial, de uma contemporaneidade aberta as novas técnicas enquanto compreende as técnicas modernas e anteriores oprimidas e mesmo desconsideradas da equidade do valor artístico de determinadas expressões. Nesta perspectiva, a arte das técnicas de maquiagem, vestuário e performance, característicos do DIY online de um público queer, é um exemplo de arte contemporânea pouco considerada em nossa nova história cultural e assim, um conjunto de elementos a termos a atenção da sensibilidade e legitimação em processo, criação e teoria.

O DIY, para Dias (2022) é uma das possibilidades técnicas cooperativas, comunitárias online, que efetivam a inclusão social e a sustentabilidade ambiental como o reuso, conserto, aprimoramento e ressignificação de artefatos. “Essas experiências podem ser compreendidas como ensaios que exploram as possibilidades e os limites de um padrão tecnológico e produtivo alternativo, apoiado em um conjunto de valores distintos daquele que sustenta o atual modelo” (Dias, 2022, p. 309). Ao passo que atravessa produtividades e percorre a significação cultural da prática e criação artística, território que compartilha da suscitação coletiva experimental, de aproveitamento e ressignificação técnica e tecnológica – de diversas tecnologias, como do próprio gênero à cultura queer em condução à arte, bem como dos lugares ambientalmente conscientes dos processos de reaproveitamento criados pelos artefatos de DIY, materiais e imateriais, apresentados ao meio digital enquanto existentes no meio físico (como peças de roupas, maquiagens, performances gravadas ou *live*). Ambas as maneiras do DIY, seja do movimento *maker* estudado por Dias (2022) quanto a cultura queer são efetividades na articulação de transformações sociais pelas tecnologias, “É não apenas possível, mas desejável, desenvolver padrões tecnológicos que favoreçam as relações humanas, apoiados na convivialidade, no cuidado e no afeto” (Dias, 2022, p.331), ambos condutores das sociedades conviviais e suas tecnologias, propostas por Illich (1973).

A falta de respaldo popular nas novas formas de família, multiplicidade de gêneros e paridades dos direitos entre os mesmos em Laconelli (in Bispo, 2019). Grande enfoque político da obra, seja nas denúncias dos ataques aos direitos humanos e da democracia brasileira considerando sua história, com constante memória à ditadura militar brasileira e massacres contra populações indígenas. “Democracia, povo na rua, mas também demagogia, desinformação. (...) A cultura do medo e a cultura violência cresceram tanto que chegaram ao centro. Tomaram corpo, espaço, dividiram o país em dois lados. Incomunicáveis entre si” (Junião in Bispo, 2019, p. 112). O poder da cultura e da resistência afetuosa, de trocas, de cidadania em suas diversas linguagens, considerando a história do Brasil colônia, assim como das questões contemporâneas; as divisões são borradas.

Em contraste as tensões democráticas e violências contra pessoas LGBT+ como veremos a frente, ações afirmativas são criadas, como a Frente Parlamentar mista por cidadania e direitos LGBTI+, na Câmara dos Deputados, assinado pela presidente da frente, Deputada Erika Hilton (2023), Estatuto vigente no período de 2023-2017, que agrega naturezas políticas

plurais conjuntos aos representantes da sociedade civil, tanto ativistas independentes e quanto grupos e movimentos civis que se envolvam com as questões de cidadania e direitos LGBTI+. Focada em cidadania e direitos humanos da população LGBTI+ no exercício de proposições legislativas, ações de mobilização social e digital, programas, projetos, e segui-los em votações em comissões que correspondam as demandas da comunidade, bem como da monitoria e acompanhamento das políticas já existentes. Também se opondo a iniciativas contrárias ao direitos da população LGBTI+. Embora política, Hilton convive com a cultura digital online, e é citada recorrentemente nos conteúdos de cultura pop contemporânea, como parte de sua personalidade, performance individual, assim como a performance do corpo político.

Em *Cartografia do pensamento queer* de Leopoldo (2020), a performatividade na teoria queer e, de interesse ao presente texto, da performatividade da própria arte no corpo queer pelo DIY. O trabalho de Leopoldo (2020) não se reduz ao academicismo e tradicionais referências reducionistas da teoria *queer*<sup>5</sup> ao trabalho de

---

5 O termo *queer* da língua inglesa é ressignificado, do entendimento como abjeto e “falha representacional” iniciado em violência da linguagem, da designação do ser estigmatizado pelo contexto da década de 1980 e 1990 com a epidemia que se segue de HIV/Aids no ocidente, para resistência política e normalização, de integração ao social (Leopoldo, 2020). O *queer* enquanto contínuo questionamento das identidades e seus processos de mutação, em legitimidade pela naturalização e normalização, diferenciáveis, ainda que não excludentes; pertencentes ao comum lugar do dinamismo entre fronteiras do gênero, da sexualidade e de sua realidade pública, refletora e compositora de um conjunto de aspectos democráticos da sociedade brasileira assim como enfática visualidade dos efeitos nocivos das relações

Judith Butler (ainda que essencial ao giro performático da teoria queer) – é referencial de quatro correntes simultâneas do pensamento queer, a do pensamento lésbico, do pensamento homoerótico gay, do feminismo negro e do ativismo transfeminista, o pensar as masculinidades fazem parte dos atuais territórios de diálogo do queer; integra geografias do espaço e da filosofia, entrelaçadas à referências da cultura pop em sua composição, ao tecimento teórico da cartografia do pensamento queer.

Sobre a performatividade e a arte, como as Drag Queens, uma forma de arte correlacionada a multimídia e a mídia do corpo, “Na efervescência cultural dos anos 60 houve uma fase em que a cultura de massa tocou a arte tradicional e a arte tradicional tocou a cultura de massa” (Leopoldo, 2020, p. 221). Em diferentes linguagens, como o cinema, a música, a dança com os ballrooms estado-unidenses das décadas seguintes e com as tecnologias infotelecomunicacionais interativas da atualidade, como dos DIY que movem e comovem a comunidade LGBTQ+ online. “O ator *drag queen* com suas cores, com seu riso, com o seu salto alto, com toda a sua montagem vai refletir uma nova forma de estética e envolvimento político que não será desprezada nem no campo acadêmico nem nas micropolíticas transversais, nas micropolíticas do pensamento queer” (Leopoldo, 2020, p. 223). As drag queens são artistas presentes nas mídias digitais e passam seus ensinamentos por técnicas de maquiagem, de costura, de performance musical e teatral, compartilhando suas histórias de vida. Uma personificação do giro tecnológico de Donna Haraway, como ciborgues continuado por Paul Beatriz Preciado, parte duma tecnocultura que envolve arte, gênero, e um espaço amplo de diálogo e criatividade diversa. A teoria queer, o ciborgue e a imaginação política compartilham de um pedaço das realidades contemporâneas. Erika Hilton é a primeira deputada travesti do Brasil, e se propõe e as integração entre classes, simultaneamente na cultura pop digital, um espaço de acesso à informação privilegiado, e na política das ruas, das LGBTQ+ marginalizadas, desprovidas do acesso. Mais uma vez, cultura, política e a história da política e de uma democracia instável atrelada a desigualdade social é exposta, sob um passado recente da lógica da modernidade e dum capitalismo entremeado aos problemas socioculturais, em Souza (2022): O “capital cultural” é

constituído por ambas as coisas: tanto as precondições afetivas e psíquicas para o aprendizado, quanto pelo aprendizado em si do conhecimento julgado útil. No caso da “ralé”, a carência e o abandono são tamanhos que a questão principal é a da ausência – em

---

entre patriarcado, racismo, capitalismo e fascismos, quando das leituras contemporâneas políticas de Leopoldo (2020).

maior ou menor medida — dos próprios pressupostos indispensáveis ao aprendizado do papel social de “produtor útil” no contexto da economia competitiva. (Souza, 2022, p. 166)

Em Sant’anna e Miranda (2017) vemos tanto o capital cultural elitista da arte quanto a resistência contracultural das manifestações artísticas deslegitimadas, ou, ao menos, subjugadas pelo capital cultural. Por vezes, criando tensões e aproximações entre si, de quimeras e provações visíveis a sutileza das abnegações diletantes das técnicas da arte nas diferentes geografias da cidade. Essas dinâmicas acompanham as décadas de 2010 e 2020, como citado por Sant’anna e Miranda (2017) no meio da esfera pública, mas também percebemos seus diálogos com os ecossistemas digitais pela relação entre criadores de conteúdo, artistas e coletivos envolvidos com o DIY ainda inseridos em um sistema publicitário que são plataformas online como o Youtube, ora interagindo com as relações capitais do lucro pela propaganda ainda que conservando o teor da técnica criativa e compartilhada, ora deixando-as em segundo plano, apenas como elemento ambiental de lucro automático como das propagandas, as *ads*, sobrepostas ao conteúdo online – ao caso do Youtube.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Irineu (2014) levanta a importância da cidadania LGBT, bem como da importância dos estudos em teoria queer em confluências às interdisciplinaridades geográficas, tecnológicas e culturais ressaltadas em Leopoldo (2020). Em tempos críticos, “é necessário ressaltar a resistência à exploração e à dominação, enquanto face politizada da “questão social”, que se expressa no processo de organização das lutas sociais” (Irineu, p. 157. 2014). Uma abordagem histórica da democracia brasileira conjunta aos direitos humanos recobram as demandas sociais em movimentação que atuam, em sístoles e diástoles, o impulsionamento da conquistas dos direitos humanos, sociais e políticos dos segmentos sociais vulneráveis, reconhecendo a especificidade dos contextos de violência em cada território, sem desistências, pois ainda que haja uma realidade crítica, há em contraste e convivência, uma multiplicidade artística e cultural interativa ímpares na história da arte brasileira e *queer* que suscitam participação política no desenvolvimento de propostas e na manutenção de uma comunicação sociodiversa pela multimídia.

Relacionar estudos das políticas públicas à teoria queer, à cultura e a tecnologia é uma continuidade história de amplo campo de análise, assim como “a reabertura política e o processo de redemocratização do Brasil foram fundamentais

para expansão da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade' (Iri-  
neu, 2014, p. 166). Uma cidadania social atrelada a seriedade do acompanhando  
da efetividade das políticas públicas ao invés de apenas nos sujeitarmos a boas  
declarações. Como as efetivas propostas e criação da Frente Parlamentar de  
Direitos LGBTQ+ criado por Erika Hilton em 2023.

Os estudos *queer* já têm grande presença nos estudos culturais do cinema,  
como em Barros (2016), onde as narrativas cinematográficas veiculam e cons-  
troem relações que se transladam entre obra e público, atribuindo representações  
sociais nas dinâmicas da comunidade *queer*. Esse cinema *queer* é constituindo  
de mais do que apenas corpos LGBTQ+, mas da postura e performance crítica de  
valores sexistas e ao sistema a qual é constantemente oprimido, estimulando a  
composição de um imaginário de diversidade de gênero e sexualidade – ainda que  
nem todo cinema *queer* desconstrua binaridade sexuais, heterossexualidade com-  
pulsória ou mesmo modelos heteronormativos em suas narrativas (Barros, 2016).  
E de mesmo modo, outras técnicas artísticas menos estudadas também detém o  
potencial da expansão as representações sociais, das cidadanias e das criativida-  
des conviviais.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Sullivan. C. **O cinema queer brasileiro: o pensamento queer no Bra-  
sil a partir dos filmes Madame Satã e Elvis & Madona**. Textos e Debates, Boa  
Vista, n. 29, p. 51 -69, jan./jun. 2016.

BISPO, Tainã, et al. **Ninguém Solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de  
resistência pelas liberdades**. São Paulo: Claraboia, São Paulo. 2019.

CAETANO, Jessica N. BEZZI, Meri L. **Reflexões na geografia cultural: A materia-  
lidade e a Imaterialidade da Cultura**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, ano 23  
n.3, 453-466, set/dez. 2011.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

COSTA, Rosa M. C. D; MACHADO, Rafael C; SIQUEIRA, Daniele. **Teoria da comunica-  
ção na América Latina: da herança cultural à construção de uma identidade  
própria**. Paraná: Editora UFPR, 2006.

COUTO, R. C. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura Brasil: 1964-1985**. Brasília, 1999.

DIAS, R. B. **Tecnologias inclusivas e tecnologias engajadas: o que nos ensina o movimento maker?**. Engenharias e outras práticas, técnicas engajadas. Volume 3: Diálogos interdisciplinares e decoloniais. Organizados: Kleba, J. B.; Cruz, C.C.; Alvear, C. A. S. Eduepb Editora da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022. P. 309-338.

GERE, Charlie. **Digital Culture**. London: Reaktion Books. 2002.

ILLICH, Ivan. **Tools for Conviviality**. New York: Harper & Row, 1973.

IRINEU, Bruna A. **Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro \_ 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 155 - 178.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Editora Devires: Bahia, 2020.

LEVIN, I.; MAMLOK, D. **Culture and Society in the Digital Age**. Information 2021, 12, 68.

MELO, José Marques de. **A Esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil : da constituição ao golpe de 2016**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MOLES, Abraham A. **Sociodynamique de la culture**. France : Mouton Paris, 1971.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual: Mídia, cultura e tecnologia**. PD&A Ed.: Rio de Janeiro, 2001.

NEIMAN, Zysman. **Era Verde? Ecossistemas brasileiros ameaçados**. 12ª Edição. São Paulo: Atual, 1989.



PEDRA, Caio B. **Direitos LGBT: A LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro.** Curitiba, Paraná: Editora Appris, 2020.

PRECIADO, Paul. **An apartment on Uranus: Chronicles of the Crossing.** POBOX 629, South Pasadena, United States of America.

SAN'ANNA, S. M. P.; MARCONDES, G.; MIRANDA, A. C. F. A. **Arte e Política: A consolidação da arte como agente na esfera pública.** sociol. antropol. Rio de Janeiro, v.07.03: 825 – 849, dezembro, 2017.

SOUZA, Jessé. **O Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

ROCHA, Cássio Bruno de A. **Apontamentos teóricos para uma história LGB-TQIA+: Uma saída queer para a polêmica essencialismo/construcionismo.** Rev. Hist. (São Paulo), n. 182, a00723, 2023.

UNDA, H. M. Z. **Desigualdad y dominación: el juego del arte en el espacio social.** Revista de investigaciones artísticas, Faculdade de Artes Universidad de Cuenca, nº 13. Dez. 2022.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Desenvolvimento, Conflitos sociais e a violência no Brasil Rural: O caso das usinas hidrelétricas.** Ambiente & Sociedade, Campinas. V. 10, n. 2, p. 119 – 135, jul.- dez. 2007.

ZOLBERG, Vera; CHERBO, Joni M. **Outsider art: contesting boundaries in contemporary culture.** Cambridge: Cambridge University Press: 1997.

SILVA, D. da; **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64.** Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Bianca DellaFancy. **Erika Hilton como você nunca viu, DellaMake.** Youtube, 29 de Setembro de 2023. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=lcf0pb2taD0> > . Acesso em: 27 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Bianca DellaFancy. **Marcia Pantera como você nunca viu, DellaMake.** Youtube, 27 de Outubro 2023. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Y1a3WLbbmbM> > . Acesso em: 23 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 2: A batalha das Blogueiras.** Youtube, 15 de Outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bfOztTPw5AE>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 3: Editorial de Maquiagem Bafo.** Youtube, 19 de Outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n6yYJnlc-S4&t=2s>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 4: Fashion Film é Trend! com @ArlindoGrundOficial.** Youtube, 08 de Novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mgmVkvKje44&t=3529s>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 5: Combo de Verão das Blogueiras com @Blogueirinha.** Youtube, 07 de Novembro de 2023. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-\\_hCTBt4aY](https://www.youtube.com/watch?v=-_hCTBt4aY)>. Acesso em: 28 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Dia Estúdio. **Erika Hilton é deputada e vem falar sobre sua trajetória, política e representatividade.** Youtube, 06 de Dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hl25MbVVPl0>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. Edição de Janeiro de 2023 do Jornal da Diva. **Jornal da Diva: Tretas por ingressos do RBD, estreia e caos no BBB23, Polêmicas na Paris Fashion Week.** Youtube, 06 de Outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pMXjOqD-z4Q>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. Edição de Setembro de 2023 do Jornal da Diva. **Jornal da Diva: Caos na Fazenda 15, Términos dos Famosos, Alienígena no México.** Youtube, 06 de Outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7wdKI9jomvk>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal da Câmara dos Deputados. Íntegra da Reunião da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Lei Dandara - **Enfrentamento à LGBTIFOBIA (PL 7292/17) - 17/05/2023.** Youtube, 17 de Maio de 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68015>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal da Câmara dos Deputados. Deputada Federal Erika Hilton – PSOL/SP, Presidente da Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+. **Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+**. Brasília, 17 de Maio de 2023. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2282599&filename=Tramitacao-REQ%201842/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2282599&filename=Tramitacao-REQ%201842/2023)>. Acesso em: 21 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal do Senado Federal. CPMI - 8 de Janeiro - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. **Composição da Comissão Paramentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <[https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao\\_comissao?codcol=2606](https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=2606)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal do Senado Federal. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (Instituída pelo Requerimento nº 1, de 2023) Senadora Eliziane Gama. **Relatório Final Aprovado**. Brasília, 17 de Outubro de 2023. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/264ac824-5d02-4463-b446-25eb22f4c96b>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).** – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2023).

\_\_\_\_\_. TV Senado. **Ao vivo: leitura do relatório final da CPMI do 8 de Janeiro - 17/10/23**. Youtube, 17 de Outubro 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EQfvRipkSoU>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

# MULHER CONSERVADORA BRASILEIRA: O CIBERESPAÇO COMO O PALCO DAS MULHERES COM BOLSONARO<sup>1</sup>

*Victoria Vicente Rodrigues Lopes<sup>2</sup>*

*Nilton Abranches Júnior<sup>3</sup>*

## RESUMO

O ciberespaço, entendido por nós como uma dimensão da realidade concreta, é inaugurado a partir do desenvolvimento técnico-científico-informacional observado a partir das últimas décadas do século XX. Este trabalho tem em vista construir uma discussão teórica a luz da Geografia sobre o ciberespaço, uma vez que o consideramos como um local privilegiado para favorecer e desenvolver a manifestação de ideias e crenças. Desta maneira, enxergamos este espaço nas redes como um espaço potencial para a disseminação de discursos fundamentalista religioso e de atuação politizada de mulheres conservadoras. Tendo em vista isto, apresentaremos neste trabalho o movimento “Mulheres com Bolsonaro – MCB”, que surge como grupo na plataforma do Facebook no ano de 2018, atuando em oposição ao grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro – MUCB” que teve bastante visibilidade através da viralização da hashtag #EleNão nas redes sociais. Em contrapartida, o MCB revisita a discussão da existência de mulheres que compactuam e apoiam pautas conservadoras, principalmente em defesa da família dita tradicional e em relação a um discurso de desmoralização da mulher consequente do feminismo. Desta maneira, teremos em vista analisar as publicações do grupo “Mulheres com Bolsonaro” nas redes sociais, a fim de compreender como essas mulheres atuam no ciberespaço, suas principais pautas de discussões e preocupações.

**Palavras-chave:** Ciberespaço, Fundamentalismo Religioso, Conservadorismo, Gênero.

1 Pesquisa de Doutorado em andamento financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior - CAPES

2 Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [lopesvvr@gmail.com](mailto:lopesvvr@gmail.com);

3 Professor orientador: Doutor em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [niltonabranches07@yahoo.com.br](mailto:niltonabranches07@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

Com o advento da Modernidade, significativas mudanças globais podem ser observadas a partir das últimas décadas do século XX. É nesse contexto que surgiram as bases materiais e imateriais daquilo que o Filósofo francês Gilles Lipovetsky denomina de Hipermodernidade. A Hipermodernidade é considerada como a fase mais avançada da modernidade. Nela, as características da Modernidade são intensificadas e aceleradas, caracterizando-se por: busca e valorização pelo/do novo e diferente; consumismo acentuado; valorização do tempo presente; intensificação da individualização e da satisfação dos desejos individuais e, sentimento de urgência/tempo acelerado associado a mudanças tecnológicas e comunicação instantânea mediante uma rede global de internet (Lipovetsky, 2004).

A globalização neoliberal e a revolução informática dos anos 1980 e, especialmente, dos anos 1990 desempenharam um papel fundamental na ampliação da lógica de absolutização do presente imediato por meio da compressão espaço-tempo. Resultando em uma percepção simultânea e imediata na troca de informações, bem como em um rápido crescimento do mercado e do capitalismo financeiro ao nível mundial (Lipovetsky, 2004). Desta maneira, as sociedades, vivenciando as modificações propiciadas pelos avanços tecnológicos e científicos, resignificaram e resignificam as noções de tempo e espaço. Os obstáculos espaciais, que anteriormente seriam de difícil transposição, hoje podem ser instantaneamente ultrapassados por meio das redes de comunicação e pela internet a qualquer hora do dia e a qualquer distância.

Manuel Castells (2002), em *A Sociedade em Rede*, explica que a expansão das tecnologias de informação, especialmente de 1970 a 1990, destaca-se como um traço marcante de uma revolução tecnológica que se incorpora ao seu próprio avanço, visando a interconexão global. A evolução dos equipamentos eletrônicos, juntamente com o progresso das tecnologias de telecomunicação, como a tecnologia de “nós” e as tecnologias de transmissão, culminou na invenção da Internet. Esse novo sistema de comunicação, universalmente interligado por redes interativas de computadores, teria a capacidade de gerar uma série de comunidades virtuais, considerando que os usuários da internet agrupam-se tendo em vista interesses e valores em comum. Desta maneira, o mundo virtual não se faz sem o mundo real, uma vez que sujeitos tendem a se agrupar por afinidades, ideologias, pensamentos, tribos, seja no mundo real ou nas redes sociais virtuais.

Este trabalho tem em vista construir uma discussão teórica a luz da Geografia sobre o ciberespaço, uma vez que o consideramos como um local privilegiado

para favorecer e desenvolver a manifestação de ideias e crenças. Entendendo este espaço nas redes como um espaço potencial para a disseminação de discursos fundamentalistas religiosos, até mesmo aqueles que são aparentemente contraditórios ou conflitantes entre si. Isso é evidenciado pelo movimento “Mulheres com Bolsonaro”, onde, apesar das declarações fundamentalistas de Bolsonaro, inclusive em relação às mulheres, ele foi eleito presidente no segundo turno, com o apoio significativo de mulheres conservadoras.

Desta maneira, este trabalho está organizado em duas partes: 1 – Ciberespaço e as plataformas de redes sociais e, 2 – Mulheres com Bolsonaro e sua atuação politizada no Facebook. Na primeira parte, visamos construir uma discussão do conceito de ciberespaço, para isto realizamos uma revisão bibliográfica de autores importantes que discutem a temática como o Filósofo Pierre Levy (1999) que trabalha o ciberespaço e cibercultura; o geógrafo Guilherme Silva (2013a) que trabalha o ciberespaço como uma categoria geográfica e, o Sociólogo Luiz Valério Trindade (2022) que trata sobre o potencial das redes sociais em disseminar discurso de ódio. A segunda parte trataremos apresentar brevemente o movimento Mulheres Com Bolsonaro e como elas atuam no ciberespaço, para isto foi necessário construir um perfil falso a fim de conseguir acesso ao grupo privado. Após a construção do perfil, fizemos uma análise das regras de funcionamento do grupo e das principais pautas de debates das mulheres bolsonaristas.

## 1. O CIBERESPAÇO E AS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS

O termo ciberespaço é lançado por William Gibson (1984) a partir de sua obra de ficção científica *Neuromancer*, considerada como uma importante obra o desenvolvimento de uma cultura Cyberpunk e cibernética na literatura e na sociedade. Nesta obra, o ciberespaço de Gibson é um espaço distinto do mundo real, sendo descrito como um retrato, isto é, uma paisagem virtual da sociedade, no qual a informação emana por meio de uma consciência coletiva. Nele, o controle e o acesso à informação são competidos pelas grandes empresas e corporações e as leis da física que regem o mundo real não funciona no ciberespaço, sendo possível manipular códigos e informações por meio da mente humana, criar e destruir identidades virtuais.

O ciberespaço, conforme o Filósofo Francês Pierre Lévy (1999), teve a sua origem a partir da interconexão da rede global de computadores e representou um novo meio de comunicação que permite relações que independem do tempo e de um espaço concreto. Define ciberespaço como o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e da memória dos computadores”

(Lévy, 1999, p.92), composto por uma infraestrutura material, ele abrange também os usuários das redes, as informações e dados por estes compartilhados. Segundo o autor, as características técnicas do ciberespaço possibilitam que os integrantes de um grupo se organizem, colaborem, contribuam e acessem uma memória compartilhada, quase em tempo real, independentemente da localização geográfica e das diferenças de fuso horário.

Sob a perspectiva da Geografia, adotamos a definição de ciberespaço de Guilherme Silva (2013a), que o considera como uma dimensão da complexa realidade construída pela sociedade em sua interação com a natureza, no qual diversos territórios são estabelecidos, com cada grupo ou indivíduo buscando expandir continuamente suas áreas de influência. “Essa geografia é dinâmica, feita de fluxos informacionais que permitem a fluidez entre os nós da rede, transmitindo informações, valores (monetários ou morais), culturas, ideias, ideologias” (Silva, 2013a, p.15).

Silva (2013a) formula sua concepção de ciberespaço baseando-se nas formulações do Geógrafo Milton Santos (2002) entendendo que as técnicas representam um conjunto de ferramentas instrumentais e sociais que o ser humano utiliza para conduzir sua vida, produzir e simultaneamente criar espaço, isto é, isto é, “estudar o ciberespaço é estudar a questão das técnicas, enquanto elemento cultural de intervenção no espaço e ponte entre o humano e o natural” (Silva, 2013a, p.46). Desta maneira, torna-se necessário entender que o ciberespaço constitui uma dimensão da realidade, “ele não inaugura uma nova realidade, ele amplia o espaço da realidade que é única, potencializando o humano que o constitui” (Silva, 2013a, p.47).

A circulação da informação digital tem hoje um alcance gigantesco com a disseminação de plataformas de redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *X (antigo Twitter)*, *Telegram* e *WhatsApp*. A popularização do acesso *Internet* a partir dos anos 1990, se intensificando nas décadas posteriores dos anos 2000 com o desenvolvimento de aparelhos *smarts* e a possibilidade da conexão na palma da mão, permitiu a criação de espaços virtuais e de recursos infinitos para a divulgação e produção de notícias, textos e conteúdos multimídias diversificados.

Luiz Valério Trindade (2022) em *Discurso de ódio nas redes sociais*, aponta para a capacidade poderosa das redes sociais virtuais atuarem como um instrumento que propaga ideologias, “Essa tecnologia digital lhes proporcionou a capacidade não apenas de construir discurso de ódio, mas também de disseminá-los para um público muito amplo e de forma instantânea” (Trindade, 2022, p. 77). As redes sociais, portanto, exacerbam e tornam mais complexas várias questões sociais.

Isso é ilustrado pela rivalidade política e a agitação nas redes sociais durante a campanha presidencial no Brasil em 2018.

Sob uma imagem de um governo guiado pelos valores cristãos, que pode ser percebido no slogan do próprio governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e, em defesa da família tradicional, o governo Bolsonaro salvaria o Brasil da corrupção petista e dos males do comunismo, tendo como marca também, a desestabilização e oposição aos movimentos sociais através da propagação de desinformação nas redes sociais. Trindade (2022) sugere que tanto a sociedade quanto o sistema jurídico brasileiro não estavam prontos para enfrentar as consequências do vasto fluxo de desinformação propagado através das plataformas de comunicação online. Embora a rivalidade política entre a direita e a esquerda não seja um fenômeno recente, ela ganha uma dimensão maior nas redes sociais. Isso ocorre porque a informação, mesmo quando filtrada e controlada, circula em um volume muito maior do que em qualquer outra época da história. Assim, a explosão de uma guerra virtual entre grupos com ideologias opostas resultou na ruptura de laços familiares e amizades, não apenas virtualmente, mas também no mundo real.

Segundo Lima (2017), a religião se adapta às novas formas sociais e culturais, podendo usar diversas mídias para facilitar o contato com o sagrado. Assim, em vez de perder relevância com os avanços sociais da Modernidade, a religião e suas tradições se adaptam às condições da Hipermodernidade. Ao abraçar as oportunidades oferecidas pelas redes sociais, a religião passa a exercer domínio e controle sobre os fiéis no ambiente virtual. O ciberespaço, de acordo com Silveira (2014), tem se desenvolvido de maneira crescente e complexa, tornando-se um ambiente onde as religiões e os fenômenos religiosos manifestam afiliações, crenças religiosas e políticas. Trataremos a seguir como este fenômeno se manifesta no ambiente virtual do Facebook, a partir do Grupo “Mulheres Com Bolsonaro (Oficial)”.

## **2. MULHERES COM BOLSONARO E SUA ATUAÇÃO POLITIZADA NO FACEBOOK**

Em 2018, o movimento “Mulheres com Bolsonaro” (MCB) surgiu como uma resposta ao movimento “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” (MUCB), que ficou conhecido pela frase “Ele não”. O grupo do MUCB no Facebook foi criado em 11 de setembro de 2018 e, em menos de uma semana, já contava com 2 milhões de membros. No entanto, no terceiro dia, o grupo foi alvo de um ataque cibernético que mudou o nome do grupo para “Mulheres Unidas com Bolsonaro”, resultando



em ameaças às administradoras do grupo e na exposição de seus dados pessoais (Evangelista, 2020).

O MCB congrega apoiadoras do governo e da figura de Jair Messias Bolsonaro. Este movimento tem vários grupos no Facebook com o mesmo nome, sendo o “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)” o mais proeminente, com mais de 1 milhão de mulheres. Existem também perfis no Instagram que apoiam a causa, bem como hashtags, perfis, grupos e canais no Twitter, WhatsApp e Telegram. As postagens e posições das apoiadoras do governo podem ser acessadas ao se juntar a comunidades privadas nas redes sociais, seguindo páginas de conteúdo ou pesquisando a hashtag #MulheresComBolsonaro. O grupo bolsonarista no Facebook é privado, permitindo apenas a entrada de mulheres que estejam alinhadas com o projeto e as pautas do governo.

Considerando isso, foi necessário criar um perfil falso para acessar o espaço virtual de discussão desse movimento. O MCB é visto como um movimento que apoia causas contraditórias ao seu gênero, pois é composto por mulheres que apoiam ideias que limitam seus próprios direitos, se identificando e levantando bandeiras antifeministas. No entanto, também entendemos que as pautas antifeministas são permeadas e fundamentadas pelo discurso fundamentalista religioso que atua suavizando o corpo feminino e atribuindo-lhes papéis de gênero que foram histórica e culturalmente enraizados pelo patriarcado.

Em nossa investigação nas redes sociais das administradoras e moderadoras do grupo MCB, constatamos que a maioria são mulheres brancas, de aproximadamente 38 anos, evangélicas, mães e residentes em grandes metrópoles brasileiras, com uma presença marcante na região sudeste. Essas mulheres demonstram um alto nível de engajamento tanto no grupo quanto em seus perfis pessoais, além de participarem ativamente de eventos e mobilizações nas ruas. Elas veiculam discursos de ódio contra minorias em suas redes, o que levou à remoção de postagens e bloqueios pela plataforma. Além disso, elas propagam discursos antidemocráticos e expressam uma nostalgia pela ditadura militar.

O Grupo ainda possui regras para o seu funcionamento, essas regras destacam a formação do grupo MCB como um ciberespaço definido pelo poder das administradoras e moderadoras que determinam quem pode entrar no grupo (apenas aquelas que se encaixam no perfil de mulher conservadora cristã), as publicações que serão postadas (que devem primeiro passar pela avaliação das moderadoras de conteúdo) e o tipo dessas postagens (que devem gerar

engajamento e interesse das membros). Elas controlam a maneira de interagir no grupo, deixando claro que não é um espaço para discussão de ideias, mas apenas um espaço de apoio e divulgação, não um espaço crítico da universidade.

As questões centrais do grupo estão ligadas ao antifeminismo e à luta contra as “ideologias de gênero”. Segundo as Bolsonaristas, o feminismo contribui para a distorção da imagem da mulher, pois o esforço das feministas em busca da libertação sexual e de seus corpos tem prejudicado moralmente a imagem da mulher, levando a um plano de destruição da família, negligenciando a vida ao apoiar a descriminalização do aborto e se libertando do papel sagrado de esposa e mãe. Assim, a busca por direitos das mulheres e a luta contra o patriarcado foram transformados em sinônimos de ódio aos homens e à família, alimentando o debate antifeminista e a aversão à palavra feminismo.

De acordo com Eliane Silva (2006), os fundamentalistas acreditam que o dever das mulheres cristãs é combater esses males, além de trazer seus maridos de volta ao centro dos eventos e proteger os filhos, a família e a sociedade. Para isso, a família e a reafirmação dos papéis tradicionais de gênero adquirem um status de espiritualidade, fé e ativismo. Concordando com a visão fundamentalista, essas mulheres conservadoras aceitam o papel que lhes é atribuído dentro desse sistema religioso e perpetuam os princípios do patriarcado, que Joseli Silva (2009) define como um sistema de relações hierárquicas, onde a supremacia masculina prevalece sobre a feminina em vários aspectos da vida social.

Aguiar e Pereira (2019) analisaram declarações polêmicas nos primeiros nove meses do Governo Bolsonaro, percebendo que existia um reforço de uma ideologia patriarcal que fomentava práticas e discursos políticos para limitar a compreensão da sociedade em relação ao gênero. Desta maneira, “o antifeminismo é característica do governo Bolsonaro, e a busca pela retomada de pautas tradicionais e pró-família, se dão por meio da institucionalização de uma narrativa que nega os movimentos emancipadores da epistemologia e do ativismo feminista (Ibidem, 2019, p.30). Os autores ainda concluem que esses discursos criam uma hierarquia entre mulheres, determinado que alguns merecem ter acesso a direitos e outros não.

Da mesma forma que o feminismo, as mulheres bolsonaristas acreditam que a “ideologia de gênero” é uma força colaboradora no projeto de dismantlar a família. O discurso cristão e bolsonarista sobre a “ideologia de gênero” é entendido como uma crítica à separação do sexo biológico da noção de gênero, rejeitando a ideia de que o indivíduo constrói sua identidade de gênero social e culturalmente. Com base em um discurso bíblico, as bolsonaristas veem como uma abominação o que foi estabelecido por Deus em Gênesis 1:27 “Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou”. Assim, a ideia de gênero como uma construção social questiona e aponta falhas nas obras de Deus e lidera um projeto de desmoralização no Brasil, liderado pelos comunistas petistas. Elas

fazem referência bíblica de que querem transformar o Brasil em uma Sodoma e Gomorra, cidades destruídas por Deus com fogo e enxofre do céu, devido à depravação de seus habitantes e à maneira como violaram a Lei de Deus, presentes nos textos bíblicos de Judas 1:7 e Romanos 1:27.

Segundo Cunha (2020), os grupos conservadores se baseiam na Bíblia para defender suas posições, mostrando-se contrários às teorias científicas e defendendo uma moral bíblica que só aceita a família tradicional e a submissão da mulher ao homem. Eles consideram o discurso religioso como a própria palavra de Deus, que não pode ser mudada. Isso pode ser visto na passagem bíblica de Mateus 24:35: “Passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras jamais passarão”. Assim, eles entendem que as palavras e mandamentos de Deus são eternos e imutáveis. Gustavo Silva (2013b) afirma que essa visão cristalizada do discurso atribui valores e significados aos seus seguidores, que incorporam esses valores e significados em suas atitudes no cotidiano. Além disso, o autor argumenta que a base religiosa que emerge desses discursos também abre espaço para a produção e reprodução da violência de gênero, dando ao homem a legitimação para dominar a mulher. De acordo com Cunha (2020), isso também inclui a censura e estigmatização de todas as expressões e identidades LGBTQIAPN+ que não se enquadram no padrão de homem e mulher.

O grupo conhecido como “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)” mudou recentemente seu nome para “Receitas de Bolo Brasil Original”. Essa mudança foi feita visando ocultar a tendência antidemocrática evidente em muitas de suas postagens. Atualmente, o grupo está arquivado no Facebook, o que significa que não é possível adicionar novos membros ou fazer novas publicações. No entanto, todas as postagens anteriores permanecem disponíveis no espaço virtual. As administradoras do grupo tomaram essa decisão em 08 janeiro 2023, temendo retaliações e investigações policiais decorrentes de atos terroristas e golpistas realizados por apoiadores de Bolsonaro contra os edifícios do Governo Federal em Brasília.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na trajetória teórica estabelecida neste estudo, podemos concluir que o ciberespaço se torna um ambiente propício para o florescimento e desenvolvimento de ideias e crenças, além de permitir a participação política de mulheres conservadoras. Em nossa perspectiva, o grupo MCB espelha o ambiente real habitado por essas mulheres, ou seja, espaços conservadores onde o debate e o questionamento de suas regras e normas de funcionamento, especialmente aquelas impostas às mulheres, não são permitidos. As mulheres têm sido silenciadas

há muito tempo, internalizando a ideia de que não podem expressar suas insatisfações, e devem sempre ser submissas, educadas e gentis. Mesmo em um grupo, que deveria promover o debate e a diversidade de pontos de vista, não é permitido criticar, somente obedecer.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**: Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 1 v.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**: fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020. p. Disponível em: <https://kn.org.br/noticias/fundamentalismo-crise-na-democracia-e-ameaca-aos-direitos-humanos-na-america-do-sul-e-tema-de-pesquisa-publicada-por-koinonia/7837>. Acesso em: 29 set. 2022.

EVANGELISTA, Raquel Lobão. Mulheres Unidas Contra Bolsonaro: reflexões teóricas sobre a participação civil feminina na eleição presidencial de 2018. In: RIBEIRO, Alexandro Teixeira (org.). **Comunicação, Política e atores coletivos**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p. 26-39. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/mulheres-unidas-contra-bolsonaro-reflexoes-teoricas-sobre-a-participacao-civil-feminina-na-eleicao-presidencial-de-2018>. Acesso em: 11 mar. 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p.

LIMA, Paulo Afonso de Dias. Religião e Mídias Sociais: (des)territorialização no ciberespaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 44-61, 2017. Semestral. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/46722>. Acesso em: 30 set. 2022.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004. 127 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Eliane Moura da. Fundamentalismo evangélico e questões de gênero: em busca de perguntas. In: SOUZA, Sandra Duarte de. **Gênero e Religião no Brasil: ensaios feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 11-27.

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013a.

SILVA, Gustavo Vilella. A Violência de Gênero no Brasil e o Gemido das Mulheres Evangélicas. **Discernindo**: Revista Teológica Discente da Metodista, [s. l], v. 1, n. 1, p. 131-142, 31 dez. 2013b. <http://dx.doi.org/10.15603/2357-7649/discernindo.v1n1p131-142>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/discernindo/article/view/4773/4058>. Acesso em: 30 set. 2022.

SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009. 313 p.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Tradicionalismo católico no ciberespaço: juventude, política e espiritualidade. **Ciências da Religião**: História e Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 20-42, 29 out. 2014. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7479>. Acesso em: 30 set. 2022.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. 176 p. (Feminismos Plurais).

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 11 - FABULAÇÕES CURRICULARES DE GÊNEROS, SEXUALIDADES E RAÇA



# COISIFICAÇÃO CURRICULAR: RASTROS ONTOEPISTEMOLÓGICOS DO CONHECIMENTO COMO CAUSA E EFEITO

*Victor Pereira de Sousa*

## RESUMO

A centralidade do conceito de conhecimento nas teorias de currículo expressa uma problemática em que os desafios epistemológicos fazem do conhecimento uma resposta curricular na qual a ontologia é entendida como dada. Ao obliterar a relação ontoepistemológica nas discussões em torno do conhecimento, as teorias de currículo, frequentemente, acabam concebendo o currículo como coisa, que facilmente desliza para o entendimento do currículo como conhecimento ou algo a ser ensinado. Ao assumir a teorização como método, o presente trabalho tem como objetivo aproximar o pensamento de Denise Ferreira da Silva, no que tange aos pilares ontoepistemológicos que sustentam o texto moderno – a separabilidade, a determinabilidade e a sequencialidade – das teorizações curriculares para expor como essa centralidade no conhecimento depende desses pilares para funcionar. Isso porque, ao expor o funcionamento da separabilidade, da determinabilidade e da sequencialidade é possível a compreensão de como a noção de causa e efeito se repete em diferentes matrizes das teorias de currículo sobre a questão do conhecimento, onde espaço e tempo são tidos como descritores do mundo. Nesse movimento, a diferença é obliterada, já que para funcionar, o texto moderno precisa de um outro do lado de fora. Isso se torna um problema porque o modo como o conhecimento é discutido nas teorias de currículo pressupõe discussões sobre o espaço e o tempo e essa discussão está assentada no texto moderno.

**Palavras-chave:** teorias de currículo; espaço; tempo; conhecimento; ontoepistemologia.

# FIÇÕES ENDEMONIADAS, IMAGINAÇÕES PEDAGÓGICAS E PROVOCAÇÕES DE UMA TESE-ABJETA

*Késia dos Anjos Rocha*<sup>1</sup>  
*Alfrancio Ferreira Dias*<sup>2</sup>

## RESUMO

*ManiFesta por um Educação sem juízo*. Este é o título de minha tese de doutorado defendida no início de 2023. *ManiFesta*: uma pesquisa-instalação, escrita-abjeta. No percurso da pesquisa, quatro cenas/produções que abordam as dissidências sexuais, raciais e de gêneros ganham relevo: o lançamento do livro infantojuvenil *A princesa e a costureira* (2015), da escritora Janaína Leslão; a peça de teatro *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu* (2016), protagonizada pela atriz Renata Carvalho; a performance *La Bête* (2017) do artista Wagner Schwartz e a obras de arte *Travesti da lambada e deusa das águas* e *Adriano bafônica e Luiz França She-rá* do artista Bento Ben Leite (2013), expostas na *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira* (2017). Embalada por um gesto teórico-metodológico-poético cuir/queer, faço um movimento de *cuiradoria* – nesse exercício, as manifestações artísticas, as fontes documentais, as memórias, as experiências, os sentimentos, produzem ficções endemoniadas. As *ficções endemoniadas* propõem a desmontagem dos binarismos, sugerem uma ruptura radical com o erotismo colonial que esvazia corpos-crianças e corpos-educadoris de suas sexualidades e desejos. Inspirada na pensadora val flores e na aposta de que podemos criar *interrupções/interruções* na ordem hegemônica, as cenas são entendidas como *Ficções Endemoniadas* frente às imposições do sistema binário cisheteropatriarcal e colonial. A ideia de provocar *interrupções* na ordem hegemônica, de pensar a arte e a educação como possibilidades de rupturas críticas nas programações binárias de gêneros e sexualidades e na ordem colonial ainda vigentes, inspiram a feitura de uma educação sem juízo.

**Palavras-chave:** Dissidências Sexuais, Raciais e de Gêneros, Artivismos, Pesquisar Queer/Cuir, Cuiradoria.

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, [kesiaanhos@email.com](mailto:kesiaanhos@email.com).

2 Professor orientador: Doutor em Sociologia (UFS), Universidade Federal de Sergipe - UFS, [diasalfrancio@academico.ufs.br](mailto:diasalfrancio@academico.ufs.br).



## O QUE É UMA ESCOLA RACIALMENTE JUSTA?

*Jorge Felipe Marçal Gomes  
Thiago Ranniery*

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a possibilidade de uma escola justa. Em diálogo com um dos textos de Dubet sobre uma escola justa, pretendo, informado pelas teorizações no campo curricular de Iris Verena de Oliveira, Thiago Ranniery e Elizabeth Macedo, modificar sua questão, inquirindo sobre a possibilidade de uma escola racialmente justa. Reivindico tal movimento com o campo curricular como um modo de entrada na discussão, de maneira que a própria noção de justiça não possa ser tomada como óbvia, mas como exercício especulativo de teorização curricular. Argumento no texto que a questão-título não pode ser respondida sem figurar sua dívida com o arsenal da racialidade, conceito de Ferreira da Silva. A racialidade, que é o modo de ordenamento ontológico do mundo colonial, organiza as reivindicações de justiça quanto à escola como demandas referentes a injustiças localizadas espacial ou temporalmente. Lida a contrapelo, a questão da justiça racial não é a de uma desigualdade sociológica como efeito das injustiças, mas a exposição da justiça enquanto violência ética. Cruzo, para isso, as leituras de Ferreira da Silva à carta da justiça no tarô de Waite, a itans de Ogum e de Xangô e à obra “Força de Lei” de Derrida. Assim, concluo o texto afirmando que a escola racialmente justa é impossível, porém, na mesma medida, inadiável.

**Palavras-chave:** racialidade; educação; currículo; justiça

## PROCURADA (2019): O VÍRUS COMO FIGURA DE PODER

*Juliana Ferreira Silva*  
*Thiago Ranniery*

### RESUMO

Não há quem não tenha assistido a filmes sobre o fim do mundo, repleto de cenas sangrentas, despedidas e mortes. Dentre as diversas possibilidades imaginadas nessas obras para o fim da humanidade, uma ameaça que se destaca é a das criaturas não humanas, como pandemias e epidemias causadas por vírus, que são frequentemente apresentadas como a causa da extinção humana. Diante do interesse pelo modo como a figura do vírus e humano são dispostas nessas obras, o presente trabalho tem como intuito explorar os resultados iniciais de uma pesquisa que busca cartografar o vírus como uma figura de poder, conceito proposto pela antropóloga Elizabeth Povinelli. Considerando que os filmes não são apenas representações, mas sim formas de produção e regulação que moldam relações de poder e constituem humanos e não humanos, mobilizo o filme *Procurada* (2019), dirigido por Takashi Doscher e produzido nos Estados Unidos, para percorrer a íntima relação entre seres humanos e vírus. Ao contar a história de um mundo devastado por um vírus fatal que afeta exclusivamente mulheres, entendo que essa produção abarca questões de gênero, diretamente associadas à contaminação humana. Para além de questões de moralidade e intencionalidade, a partir da replicação e evolução desses vírus, esse trabalho busca explorar a dificuldade de nos percebermos apenas como meio de reprodução para outros e as questões generificadas que surgem nesse filme, quando nos deparamos com outros não humanos.

# CURRÍCULO MATERNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL? ESPECULAÇÕES SOBRE CUIDADO, GÊNERO, RAÇA E MATERNIDADE NA DOCÊNCIA COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS

*Lorraine Andrade Gonçalves<sup>1</sup>*  
*Thiago Ranniery<sup>2</sup>*

## RESUMO

O currículo da Educação Infantil é composto pelas ações de educar e cuidar que orientam, organizam e fundamentam as interações entre adultos e crianças, entre educadores e entre famílias e escolas. A ênfase nas ações de cuidado na rotina do segmento tem raízes na percepção generificada de que amor e afeto são atributos naturalmente femininos e maternos, perpetuando a ideia de que as mulheres são educadoras natas, além disso, reifica na história colonial brasileira, em que mulheres negras escravizadas desempenhavam papéis de cuidadoras de crianças. Olhando para este contexto proponho que há de um “currículo materno” racialmente informado, em que as mulheres aprendem como cuidar de bebês, como serem mães, produzindo a ideia de que toda mulher pode cuidar e educar profissionalmente qualquer criança pequena. Mobilizando trechos de relatos de professoras que vivenciam diariamente a relação entre o ensino de crianças pequenas e a maternidade; o pensamento feminista e do feminismo negro; as discussões sobre currículo e as atuais reflexões sobre maternidade e cuidado, estabelecerei conexões possíveis para dialogar com a seguinte pergunta: Como o “currículo materno” informa o currículo da Educação Infantil, produzindo de maneira subjetiva e material as educadoras desse segmento?

**Palavras-chave:** Currículo, Cuidado, Gênero, Raça, Maternidade.

1 Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [lorraine.cap.ufrj@gmail.com](mailto:lorraine.cap.ufrj@gmail.com);

2 Professor e orientador: Doutor, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [t.ranniery@gmail.com](mailto:t.ranniery@gmail.com).

# UM PUNHADO DE BALAS: TEMPORALIDADES QUEER E INTIMIDADE A PARTIR DO VÍRUS

*Sol Coutinho Huerta<sup>1</sup>*  
*Thiago Ranniery<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho é parte de uma iniciação científica com enfoque na educação no antropoceno e ecologias queers. Apresento meu recorte individual de pesquisa experimental desenvolvida durante o projeto e, em caráter ensaístico-teórico, centro-me na figura do vírus a partir de um olhar queer, enxergando nela a potencialidade de movimentar discussões de sexualidade, política e temporalidades em meio e a partir do campo de estudos queer. Baseando-me nas noções de como as distinções de vida e não vida são dependentes do dispositivo da sexualidade, e na intercessão de práticas artísticas de Felix Gonzalez-Torrez e Leonilson, marcadas pela intimidade e pela experiência com o HIV, busco entender as relações de emaranhados que se constroem entre humanos e não-humanos, e de que forma estes padrões complexos estruturam temporalidades opostas à uma lógica heterocisnormativa. Desta forma, exploro que não apenas o vírus, mas também as experiências entrelaçadas com e por ele são capazes de se emaranharem com o processo da construção de intimidades, tecendo temporalidades queer próprias.

**Palavras-chave:** Vírus, HIV, Estudos Queer, Temporalidades Queer.

---

1 Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [sol.c.huerta@gmail.com](mailto:sol.c.huerta@gmail.com);

2 Professor orientador: Doutor em Educação pela Faculdade Estadual do Rio de Janeiro, professor adjunto da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [tranniery@gmail.com](mailto:tranniery@gmail.com).

# UM PUNHADO DE BALAS: TEMPORALIDADES QUEER E INTIMIDADE A PARTIR DO VÍRUS

*Sol Coutinho Huerta<sup>1</sup>*  
*Thiago Ranniery<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho é parte de uma iniciação científica com enfoque na educação no antropoceno e ecologias queers. Apresento meu recorte individual de pesquisa experimental desenvolvida durante o projeto e, em caráter ensaístico-teórico, centro-me na figura do vírus a partir de um olhar queer, enxergando nela a potencialidade de movimentar discussões de sexualidade, política e temporalidades em meio e a partir do campo de estudos queer. Baseando-me nas noções de como as distinções de vida e não vida são dependentes do dispositivo da sexualidade, e na intercessão de práticas artísticas de Felix Gonzalez-Torrez e Leonilson, marcadas pela intimidade e pela experiência com o HIV, busco entender as relações de emaranhados que se constroem entre humanos e não-humanos, e de que forma estes padrões complexos estruturam temporalidades opostas à uma lógica heterocisnormativa. Desta forma, exploro que não apenas o vírus, mas também as experiências entrelaçadas com e por ele são capazes de se emaranharem com o processo da construção de intimidades, tecendo temporalidades queer próprias.

**Palavras-chave:** Vírus, HIV, Estudos Queer, Temporalidades Queer.

---

1 Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [sol.c.huerta@gmail.com](mailto:sol.c.huerta@gmail.com);

2 Professor orientador: Doutor em Educação pela Faculdade Estadual do Rio de Janeiro, professor adjunto da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [tranniery@gmail.com](mailto:tranniery@gmail.com).

# MASCULINIDADE, CINEMA E CURRÍCULO: INVESTIGANDO FILMES BRASILEIROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

*Luca Romano Moura<sup>1</sup>*

*Thiago Ranniery<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho deriva da dissertação de mestrado, Masculinidade, Cinema e Currículo: investigando filmes brasileiros nos livros didáticos de História, consiste em uma investigação da produção da masculinidade a partir de cinco filmes brasileiros presentes em dois livros didáticos de História: Rio 40º (1955), O Pagador de Promessas (1962), Eles Não Usam Black-Tie (1981), Central do Brasil (1998) e O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias (2006). Partindo dos estudos da masculinidade, os conceitos de política da masculinidade e masculinidade hegemônica de Raywen Connell são centrais, assim como contribuições, no campo da educação, de Fernando Seffner e Cristina D'Ávila Reis. Seguindo com Sandra Corazza, compreendo os filmes como currículo, portanto, como uma espécie de ser falante que deseja determinadas formas de masculinidade. Enquanto o cinema é entendido como uma tecnologia de gênero a partir do trabalho de Teresa de Lauretis. Deste modo, pergunta-se: como os filmes brasileiros presentes nos livros didáticos de História articulam a política de masculinidade? Como são construídas as masculinidades desejadas pelos filmes? Inspirado pela Elizabeth Ellsworth, percebo como a produção da masculinidade a partir dos filmes ocorre por meio da necessidade deles endereçarem seu texto ao espectador, num processo que envolve um atravessamento de afetos. Apesar de uma presença frequente de características da masculinidade hegemônica, foram encontrados deslocamentos, inclusive em concomitância a reiteraões. A política da masculinidade ocorre nesses filmes num jogo em que a ambiguidade opera em conjunto com opressões, violências, intimidades, carinhos e vulnerabilidades dos modos de ser e tornar-se homem.

**Palavras-chave:** Masculinidade, Currículo, Cinema, Livro didático de História.

1 Mestre do Curso de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, lucamouraromano@gmail.com;

2 Thiago Ranniery Moreira de Oliveira: Professor Doutor, Faculdade de Educação - UFRJ, t.ranniery@gmail.com.

## FABULAR A SI E AS FEMINILIDADES EM *TUDO SOBRE MINHA MÃE*: ENCONTROS, NORMOSE E BIOTÉCNICAS

Rivana Zaché Bylaardt<sup>1</sup>

Alexandre Luiz Polizel<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar elementos do fabular a si e as feminilidades a partir do artefato cultural *Tudo sobre minha mãe*, de Almodóvar. Para tal, a presente investigação vale-se de um olhar hermenêutico de inspiração em Michel Foucault, Paul Preciado e Paul Ricoeur. Neste, buscou-se os caminhos e cartografias do fabular a si e do Outro no artefato cultural *Tudo sobre minha mãe*, de Almodóvar. Buscou-se acompanhar, a partir da narrativa fílmica e das discursividades emergentes, os pontos de rastros sedimentares, em termos de Deleuze e Guattari, que permitiam taxonomizar as feminilidades e suas emergências narrativas. Em tal movimento, evidenciamos que as feminilidades na obra cinematográfica remetiam a ao menos três linhas de força: i) As feminilidades enquanto representação de encontros e alianças, sendo estes produtores e produtores de movimento pelas práticas de cuidado e/ou pela demanda do Outro; ii) O feminino enquanto normose, ao passo que as demandas do Outro instauram espaços de adoecimento pela demanda de repetição, adequação a norma e/ou de fuga sem escape normativo; e iii) As feminilidades enquanto produções de autenticidades, sendo elaboradas pelos usos de biotécnicas-biotecnologias e agenciamentos farmacotécnicos de investimento em si (sob o risco de normatização estética e normose, mas sobre a potencialidade de produzir outros modos de ser na materialidade moldável) e da narrativa enquanto espaço de afirmar o autêntico e o trajeto (sob a escuta e o olhar do Outro, e o localizar a si).

**Palavras-chave:** Educação, Artefatos Culturais, Técnicas de Si, Identidade e Diferença.

1 Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (*Kultur*) [rivana.zache@ifes.edu.br](mailto:rivana.zache@ifes.edu.br)

2 Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (*Kultur*), [alexandre.polizel@ifes.edu.br](mailto:alexandre.polizel@ifes.edu.br);

## A CRIANÇA NO FIM DO MUNDO: REPRODUTIVISMO FUTURISTA NO ANTROPOCENO

*Ádamo B. E. da Veiga<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo visa desenvolver a partir da negatividade/nilismo queer de Lee Edelman uma hipótese de ficção política: diante da mudança climática, enquanto intromissão do Real na acumulação capitalista neoliberal, pode decorrer um movimento de recrudescimento de identidades normativas em um horizonte palingenético. A crise do reprodutivismo futurista, entendido como uma orientação a um futuro de plena realização comunitária, aportada pelo Novo Regime Climático pode ter, como resposta, um retorno ao passado em sua figuração normativa e identitária. A fim de desenvolver essa hipótese, junto do pensamento de Edelman, trazemos, igualmente, o pensamento de Latour, Fisher e a ficção especulativa de Margaret Atwood.

**Palavras-chave:** Negatividade queer; nilismo queer; Antropoceno; Teoria Queer; Lee Edelman.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela PUC-Rio; Pesquisador de Pós Doutorado (UFRJ/ FAPERJ) - adamodaveiga@gmail.com



# EXISTÊNCIAS INFINITAS NASCIDAS DE TERRENOS MUTILADOS E FANTÁSTICOS

*Juliana de Castro Figueira Galdino da Silva*  
*Thiago Ranniery*

## RESUMO

Este resumo pretende comunicar o resultado da pesquisa construída com base no mapeamento, síntese e análise dos dez primeiros episódios de algumas séries de animação contemporâneas. Para este primeiro recorte, foram escolhidas as séries *BoJack Horseman*, *The Midnight Gospel* e *Hora de Aventura*. A partir de uma perspectiva fundamentada em conceitos como Antropoceno e Relações de Parentesco, de Donna Haraway, Ecologia *Queer* de Catriona Mortimer-Sandilands e a teorização de Thiago Ranniery acerca da necessidade de instrumentos inusitados para lidar com a devastação planetária e o complexo emaranhado de relações entre humanos e não-humanos, esta pesquisa busca apontar para como a lógica antropocêntrica sob a qual operamos enquanto sociedade faz com que a natureza caminhe gradativamente para um estado de caos e destruição de paisagens e espécies. Em meio aos cenários pós-apocalípticos, narrativas mirabolantes e personagens monstruosos, surreais e carismáticos, as séries de animação carregam consigo um enorme potencial para que consigamos torcer, borrar e subverter a lógica de superioridade com a qual nos relacionamos com a engenhoca da natureza tornando possível o vislumbrar de novos emaranhados fantásticos de alianças multiespécies e o semear do nascimento de formas de existências infinitas em meio a um planeta em ruínas, assumindo enquanto iguais a responsabilidade de transformá-lo.

**Palavras-chave:** Estudos Queers, Animação, Natureza, Arte, Relações.

# A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DOS DIREITOS LGBTQIAPN+

*Jaqueline de Melo Barros<sup>1</sup>*  
*Nilza Rogéria de Andrade Nunes<sup>2</sup>*

## RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo compreender como o debate sobre diversidade sexual vem sendo abordada nos cursos de Serviço Social, buscando identificar como se dá a aproximação com o tema ao longo da formação. No âmbito profissional a discussão ganha folego com a campanha “O Amor fala todas as línguas” seguido da Resolução 489/2006, a qual veda quaisquer condutas discriminatórias e/ou preconceituosas por orientação sexual no exercício profissional, o que se constitui como uma ferramenta de luta contra a LGBTQIAPNfobia. Trata-se de um estudo exploratório de cunho qualitativo foi realizado junto aos discentes concluintes do curso de Serviço Social em uma universidade privada localizada na região do centro-sul fluminense no ano de 2022. A amostragem intencional composta por aqueles/as que cursaram uma carga horária superior a 80% do curso, tendo como critério de inclusão o cumprimento das disciplinas obrigatórias ofertadas no 4º período, “A questão de gênero do Brasil” e “Expressões da questão social regional”. Empregou-se como instrumento para coleta de dados a aplicação de um questionário estruturado na modalidade online. Pretende-se com este estudo contribuir para que esta temática seja incorporada na formação profissional com a densidade requerida, uma vez que o/a assistente social é um/a profissional que tem uma atuação orientada pela defesa incondicional dos direitos humanos

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual, Formação Profissional, Direitos, Serviço Social

1 Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, [jaqmelo@yahoo.com.br](mailto:jaqmelo@yahoo.com.br)

2 Pós doutora em Saúde Coletiva pela UNB, professora do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [nr.nunes@puc-rio.br](mailto:nr.nunes@puc-rio.br)

# UTOPIAS E DISTOPIAS EM SÉRIES ANIMADAS: UMA EXPLORAÇÃO PRELIMINAR<sup>1</sup>

*Dandara Sol Campello<sup>2</sup>*  
*Thiago Ranniery<sup>3</sup>*

## RESUMO

O presente resumo busca sintetizar os resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica, na qual foi realizado um levantamento primário de desenhos animados em que narrativas apontam utopias ou distopias. Foram selecionadas onze séries animadas para serem assistidas e analisadas, cujos enredos são permeados de significados que levam ao público algumas questões filosóficas nas entrelinhas. Televisados ou disponibilizados via plataformas de *streaming* e direcionados a todas as faixas etárias, as séries animadas utilizam a fantasia e o humor para simbolizar a complexidade das teias de vidas diversas, além de demonstrarem o potencial imaginativo do ser humano em relação a estas temáticas. A partir da perspectiva dos estudos *queers* e dos estudos culturais em educação, é possível apontar para como os currículos das séries de animações abrem novas perspectivas de futuros em que, diante de fins de mundos, choques de multiversos e até mesmo catástrofes metafóricas ou literais, a humanidade passa a dividir espaço com existências monstruosas e inexplicáveis, estabelecendo complexas relações de convivência entre os seres e os ambientes.

**Palavras-chave:** Séries de animação, currículo cultural, estudos *queers*, fim de mundo.

1 Este trabalho é resultado de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPERJ.

2 Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [dannda42@gmail.com](mailto:dannda42@gmail.com);

3 Graduado pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Sergipe - UFS, [t.ranniery@gmail.com](mailto:t.ranniery@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A criação de animações envolve uma gama de profissionais diferentes e pode contar com técnicas variadas para sua elaboração. Historicamente, as animações foram utilizadas para atender a diversos tipos de serviços como propagandas, jogos ou narração de histórias – é o que conhecemos popularmente como desenho animado. Entre longa-metragem ou curta-metragem, preto e branco ou cores vibrantes, artistas de todo canto criaram universos animados singulares em que operam leis físicas próprias, se formam sociedades caricatas e se conectam de alguma forma com as realidades fora da tela.

A experiência de assistir desenhos animados é compartilhada entre gerações; é muito presumível que pessoas de diferentes idades se lembrem de algum episódio marcante de desenho que tenha causado riso, choro ou reflexão. A princípio difundidos nas televisões e presentes em grades de canais de transmissão, é possível dizer que até hoje os desenhos marcam épocas ao redor do mundo. O desenvolvimento de diversos estúdios especializados na produção de animações e a agitação causada no mercado audiovisual a partir dos lançamentos de grandes sucessos animados fez com que os desenhos se popularizassem entre todas as faixas etárias. Esse sucesso na missão de cativar o público fez com que os desenhos animados impulsionassem até mesmo outros ramos de mercado, impactando na produção de brinquedos, roupas personalizadas, itens colecionáveis e até mesmo produtos alimentícios.

O ato de acompanhar uma série animada carrega a consequência de ir de encontro com signos que transmitem mensagens, promovem reflexões e até mesmo ensinam determinados valores. Estilos de representação de personagens, tipos de piadas e modos de desdobramento da jornada do herói são aspectos minimamente calculados para impactar de alguma forma o ideal de quem entra em contato com esses trabalhos. É fato que as produções audiovisuais possuem caráter formativo, uma vez que seu conteúdo pretende formar um tipo de sujeito-espectador a partir das escolhas feitas no processo de concepção dessas obras. Matos, Lima e Giesbrecht (2011, p. 440) afirmam que recursos audiovisuais “vêm sendo utilizados no processo de ensino-aprendizagem, pois podem facilitar a construção de um *link* entre construtos teóricos e realidade prática”. A dimensão pedagógica inscrita nos produtos de animação é um dos objetos de análise desta pesquisa.

Ainda em exibição nos canais abertos ou de assinatura e disponíveis em catálogos de plataformas de *streaming* famosas como a Netflix e HBO Max, as séries animadas continuam a conquistar sucesso com histórias que carregam algumas

características do momento histórico de suas produções. Os enredos fantásticos se desenrolam em meio a cenários policromáticos ao mesmo tempo em que seres extravagantes e carismáticos se enfrentam ou se unem para desvelar as trajetórias caóticas de cada episódio. Entre a fantasia, a comédia e a aventura, as animações cristalizam o exercício criativo do ser humano acerca de suas experiências de vida no mundo. Mundo este que, graças aos avanços do sistema capitalista, se situa em uma era geológica que caminha para a autodestruição sem muitas chances de reverter o quadro – Antropoceno, o período caracterizado pelo impacto humano.

Considerando o potencial imaginativo do ser humano diante das situações que a realidade lhe apresenta, é possível dizer que a arte e a ficção são poderosas aliadas na tarefa de se pensar novos modos de existência em meio a mundos que, assim como o nosso, estão em direção ao colapso. Essa é uma pesquisa que toma forma a partir de minha introdução como bolsista de iniciação científica no LEQUE - Laboratório de Estudos Queers em Educação e meu interesse pessoal em analisar uma amostra de desenhos animados exibidos entre 2001 e 2020 levando em consideração seus aspectos distópicos e utópicos. Trata-se de um recorte do movimento proposto pelo laboratório de se pensar a contribuição dos estudos *queers* para o enfrentamento à crise ambiental e ecológica que estamos vivendo, com foco em animações direcionadas ao público infanto-juvenil. Tomando como referencial teórico os autores do campo dos estudos *queers*, fui convidada a tensionar as estruturas que sustentam o que chamamos de realidade. A perspectiva queer apresenta teorizações diversas na tentativa de explicar – ou complicar, filosoficamente – a persistência do que é considerado “desviante” da “norma”. O que as experiências *queers* demonstram é que nada permanece estático, tudo está sempre em conjunto e em movimento: identidades, espécies, culturas, eras geológicas. Tudo o que conhecemos é, na verdade, resultado dessas dinâmicas *queers* de existência.

Ainda em desenvolvimento, meu trabalho busca compreender de que maneiras as narrativas fictícias sobre realidades deslumbrantes – com sociedades ideais ou à beira do caos – se relacionam com o mundo real e os problemas expostos pelo Antropoceno. É uma tentativa de observar as maneiras criativas que as animações encontram para demonstrar o que é possível ser feito diante de futuros incertos. Futuros em que, diante de fins de mundos, choques de multiversos e até mesmo catástrofes metafóricas ou literais, a humanidade passa a dividir espaço com existências monstruosas e inexplicáveis, estabelecendo complexas relações de convivência entre os seres e os ambientes. Os conteúdos dessas histórias se relacionam com a urgência de se pensar o elo colaborativo entre o humano e o não humano no estabelecimento de refúgios “para tornar possível uma parcial

e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-política-tecnológica” (HARAWAY, 2016, p. 141).

## METODOLOGIA

É possível descrever os caminhos metodológicos da pesquisa a partir de dois momentos principais. A princípio iniciou-se um mapeamento de arte queer online. Foram definidas as seguintes categorias: clipes musicais, performances, desenhos animados, séries de TV, filmes e artistas visuais. Os primeiros resultados foram registrados em uma extensa e detalhada planilha, apareceram a partir do que primeiro vinha à memória: O clipe provocativo de *Justify My Love* (1990) da Madonna, a performance barulhenta no SXSW Festival (2014) da música Swine (2013) de Lady Gaga, o famoso e cativante desenho *Hora de Aventura* (2010), o excêntrico e antigo seriado *The Twilight Zone* (1959), o filme arrepiante *Garota Infernal* (2009) e o compilado dos inúmeros trabalhos de arte produzidos pela célebre cartunista Laerte Coutinho. O que começou como um pequeno número de obras presentes em meu imaginário aumentou para uma extensa coleção. A partir de pesquisas pela vastidão da internet percorri por alguns sites da crítica especializada (IMDb e AdoroCinema, por exemplo), listas e sugestões feitas por usuários de redes sociais e indicações do algoritmo de plataformas online como YouTube e Netflix.

Sites e comunidades voltadas ao público LGBTQIA+ também foram consultados, como o QueerIST e o MUTHA Brasil. O QueerIST se define como um núcleo queer de estudantes do Instituto Superior Técnico, localizado em Lisboa, que tem como objetivo discutir e divulgar a temática queer em sua comunidade acadêmica e na sociedade. Este núcleo possui site, blog e redes sociais, onde é possível acessar indicações de literatura, música e arte queer de modo geral. O MUTHA Brasil (Museu Transgênero de História e Arte) está disponível no Instagram, e foi utilizado como acervo na construção da pesquisa. No site do MUTHA, o museu se define como:

“(...) o único museu trans do Brasil e um dos únicos do mundo. O museu foi desenhado como uma obra artística e como um conjunto de tecnologias transformacionais, ou seja, continuamente em transformação, para pesquisa, fruição e produção de acervos e arquivos para memória, produção de dados e empregabilidade cultural da população, corpo e gênero variante brasileira, no país que mais a extermina.” (HABIB, 2021).

Ao total, foram mapeadas 69 materiais para apreciação: 21 clipes musicais, 4 performances, 11 desenhos animados, 24 séries de TV e 9 artistas visuais. Todas

essas categorias estão detalhadas com ano de lançamento, autores, sinopses, descrição e *links* para acesso. A partir da consolidação de todos esses dados, o orientador determinou que fizéssemos um recorte para o tipo específico de arte a ser analisado. Assim, a segunda parte da pesquisa foi iniciada: os desenhos animados foram selecionados.

Apegada às memórias afetivas acumuladas ao longo da vida, me entusiasmei com a possibilidade de investigar os desenhos animados a fundo e por um olhar científico. Essa fase da pesquisa contou com um momento inicial de maior dedicação ao estudo de produções bibliográficas acerca dos estudos *queers*. Três novos objetivos passaram a guiar o trabalho: estabelecer uma base teórica, através da leitura e discussões, sobre estudos *queers* e ecologia; mapear animações cujos enredos relacionem os dois campos de estudo e; compreender como as recentes produções animadas respondem aos problemas propostos pelo período Antropoceno.

Após discussões sobre algumas animações criadas ao longo dos anos 2000 e buscas online sobre alguns títulos a lista foi montada. Os títulos são: *Os Padrinhos Mágicos* (2001); *Samurai Jack* (2002); *Avatar: A lenda de Aang* (2005); *Hora de Aventura* (2010); *O Incrível Mundo de Gumball* (2011); *Avatar: A lenda de Korra* (2012); *Steven Universo* (2013); *Clarêncio, o Otimista* (2014); *Bojack Horseman* (2014); *Big Mouth* (2017) e *The Midnight Gospel* (2020). Para observar o conteúdo dessas animações foi necessário delimitar uma quantidade mínima de episódios a serem assistidos e, posteriormente, resumidos em planilha contendo informações sobre os autores, ano de lançamento, gênero e sinopse. O recorte feito foi de 10 episódios da primeira temporada de cada uma das séries, menos a animação *The Midnight Gospel* (2020) que conta com apenas oito episódios em sua primeira e única temporada. Atualmente a pesquisa está focada em assistir e finalizar os registros escritos sobre cada animação selecionada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até agora 52,7% dos episódios estão resumidos na planilha. Isso equivale a 814 minutos de desenhos assistidos com variações de duração entre cada um. Cinco desenhos já foram completamente assistidos e sintetizados, enquanto dois estão em processo de apreciação e registro e quatro ainda não foram iniciados. Nas sessões que se seguem irei descrever as animações em ordem de lançamento, destacando aspectos gerais e alguns tópicos interessantes para a pesquisa a partir de tudo que foi registrado dos dez episódios introdutórios de cada uma. Além

disso, pretendo tecer uma discussão ampla, porém breve, sobre os achados da pesquisa até o momento.

Começando por *Os Padrinhos Mágicos* (2001) da autoria de Butch Hartman, essa é uma animação que transita entre a comédia e a fantasia para desenvolver sua narrativa. O protagonista Timmy é um garoto bom, mas, assim como é dito na abertura do desenho em português, precisa aturar diversos problemas em sua vida: pais irresponsáveis, uma babá terrível e problemas escolares. Nesse cenário desesperançoso, o menino é presenteado pelo universo com padrinhos mágicos, fadas que realizam alguns de seus desejos na tentativa de ajudá-lo a superar os obstáculos. Seus padrinhos mágicos são um casal simpático e oposto formado por Wanda, uma fada racional e Cosmo, uma fada inconsequente. Os episódios introdutórios do desenho demonstram certo esforço do roteiro em explicitar as diferenças entre humanos e fadas. No episódio *TransParents* (2001) os padrinhos mágicos se transformam em humanos para simular os pais de Timmy em uma reunião escolar; após se viciarem em café, cumprimentarem os outros com golpes de luta e entregarem peixes fora de contexto, alegam que “ser um humano é muito engraçado.”. Os seres mágicos não demonstram muitas preocupações em relação ao tempo, à fragilidade da vida ou mesmo ao perigo iminente da destruição do mundo – ao contrário dos seres humanos, tanto os adultos como as crianças. Todas essas problemáticas se desenvolvem a partir dos pedidos de Timmy, que a cada episódio faz desejos mobilizado principalmente por sua posição de impotência na família e na escola, seu desejo por novas aventuras e seu afeto com séries ficcionais dos quadrinhos e cinema. No episódio piloto, *The Big Problem* (2001), Timmy pede para se tornar um adulto para resolver os próprios problemas, mas acaba se tornando um homem baixinho e calvo muito diferente da imagem de adulto forte e bonito que tinha; além disso, quase perde seus padrinhos mágicos por conta da maioria. Os dramas de criança desajustada fazem com que Timmy, em seus efêmeros momentos de poder, procure desvendar o que aflora sua curiosidade através de pedidos que subvertam algum fato de sua realidade ao mesmo tempo em que aprende sobre as consequências de tudo que pede.

*Samurai Jack* (2001) foi uma animação desenvolvida por Genndy Tartakovsky e sua equipe. Conta a história de um samurai do Japão Feudal que, após a libertação da criatura das trevas Aku, é amaldiçoado e enviado para um futuro caótico e devastado por Aku. Através da ação, aventura e ficção científica a trama intensa decorre. Jack, batizado assim por criaturas do futuro distópico em que desembarca, é um homem criado para travar e vencer uma batalha contra Aku. O episódio piloto, *I: The Beginning* (2001), é marcado pela trajetória biográfica narrada por seu pai, um imperador samurai lendário que aprisionou Aku e seu exército com a ajuda



de uma espada ancestral. Durante um eclipse, Aku se liberta e devasta o vilarejo do imperador, forçando o pequeno Jack a se refugiar. O filho do imperador é levado por sua avó até um barco, em que o menino fica por um tempo aprendendo sobre astronomia e navegação. Depois aprende a cavalgar com indianos, aprende a lutar com africanos e gregos, aprende a ler com egípcios, tiro ao alvo com Robin Hood, navegação com vikings e outras diversas habilidades ao redor do mundo. O guerreiro se constitui a partir do contato com as outras culturas e suas técnicas de luta e sobrevivência ao longo da série remetem a esse fato. Já adulto, após uma luta contra Aku, Jack é empurrado em um portal que o transporta para um futuro de trevas: exércitos tecnológicos, violência, natureza devastada e criaturas lutando para sobreviver. Os episódios decorrentes mostram a inconformidade de Jack com essa nova realidade e sua responsabilidade com a restauração da ordem na Terra arrasada. O protagonista se envolve em constantes batalhas em seu novo cotidiano devido ao seu forte senso de justiça e empatia com os oprimidos pelo sofrimento imposto por Aku. A cada episódio um grupo diferente de criaturas aberrantes pede ajuda ao samurai e essa ajuda pode tomar diversas formas: a restauração de um ecossistema de criaturas anfíbias no episódio *IX: Jack Under The Sea* (2001), a luta pelo território de cachorros arqueólogos em *III: The First Night* (2001) ou mesmo o fim da escravidão de uma espécie por outra em *IV: Jack, the Woolies and the Chritchellites* (2001). Em todos os episódios, o samurai raramente descansa ou tem momentos de paz e a jornada do herói parece eterna diante dos desafios impostos por Aku nessa distopia, mas nada consegue parar o guerreiro em seu objetivo de superação. Ora doce, ora atroz, Jack é um homem que se entrega de corpo e alma a suas missões e apela para a violência extrema em alguns casos, muitas vezes se assustando com o próprio comportamento e passando por crises de identidade – porém seguindo o que acredita ser justo.

O terceiro desenho da lista é *Hora de Aventura* (2010) criado por Pendleton Ward. O título da série revela um de seus principais gêneros narrativos: a aventura, que se une à comédia e à ficção científica para dar forma aos acontecimentos fantásticos dessa animação. Finn é um pré-adolescente humano que vive em uma casa na árvore com seu melhor amigo Jake, um cão amarelo com o superpoder de esticar exageradamente seu corpo. Os dois possuem um cotidiano agitado e permeado por problemas que envolvem os habitantes de Ooo, uma espécie de planeta Terra pós-apocalíptica. Esse lugar é diverso e é dividido em reinos de diversos elementos com criaturas específicas de cada um: no Reino Doce existem pessoas feitas de doce, no Reino do Gelo existe o Rei Gelado e seus pinguins, no Reino do Carço existem os seres “encaroçados”. Apesar das hierarquias envolvendo os líderes de cada reino, Finn e Jake são os heróis do desenho, sempre convocados

para darem um jeito em qualquer situação. O senso de heroísmo dos protagonistas é reforçado o tempo inteiro durante os episódios: ambos gostam de lutar e resolver problemas através de batalhas. Nessa realidade em que todo tipo de existência se esbarra o tempo inteiro, questões envolvendo o respeito às diferenças aparecem bastante – até mesmo a maneira como os personagens se relacionam com os ambientes demonstra respeito e cuidado: no episódio *The Jiggler* (2010), Finn e Jake encontram e levam para casa um pequeno ser que gostava de dançar, mas a criatura não se adapta ao lar dos protagonistas; os dois, então, percebem que não se pode afastar determinadas formas de vida de seus espaços e devolvem o pequeno ser para seu local de origem e sua família. Finn é admirado por todos na terra de Ooo por sua coragem e determinação, além de ser muito gentil com todo mundo. Suas atitudes heróicas refletem suas emoções – é um jovem que se deixa afetar por cada detalhe em suas aventuras: desde a explosão de raiva com uma amiga no episódio *Tree Trunks* (2010), passando pela tristeza e frustração durante os testes na busca do manual do herói em *The Enchiridion!* (2010) até o ciúme intenso da amizade entre Princesa Jujuba e Ricardio no episódio *Ricardio The Heart Guy* (2010). No último episódio de análise, *Memories of Boom Boom Mountain* (2010), Finn demonstra grande empatia ao se disponibilizar para resolver os múltiplos problemas enfrentados por duas montanhas vivas, um vilarejo de lutadores, dragões, cactos, sapos, peixes e moscas; em seguida, pela primeira vez, o espectador é levado a conhecer o passado do garoto que foi ajudado e adotado pelos pais de Jake enquanto estava em uma floresta. A característica mais marcante do enredo de *Hora de Aventura*, além das aventuras divertidas, é a relação de coexistência entre tipos diferentes de seres e ambientes.

*O Incrível Mundo de Gumball* (2011) é uma animação criada e produzida por Ben Bocquelet. A série narra o cotidiano dos Watterson, uma família estadunidense que reside na cidade fictícia de Elmore. A partir de sátiras do dia-a-dia norte-americano, cenários que beiram o surrealismo, as histórias se desenvolvem através da comédia, aventura e fantasia. Gumball e Darwin, um gato e um peixe respectivamente, são os irmãos protagonistas que possuem grande facilidade para envolvimento em confusões. A família também é composta por Nicole, o estereótipo da mãe raivosa e calculista; Ricardo, o pai irresponsável e divertido; e, por último, Anaís, a criança prodígio. Em grande parte dos episódios o aspecto que mais salta aos olhos de quem assiste são as diferenças etárias entre os personagens. Gumball, Darwin e Anaís estão sempre preocupados com situações envolvendo a escola, o crescimento e pequenos obstáculos na vida social; enquanto os adultos, de modo geral, se preocupam com seus empregos, dívidas e as consequências dos problemas das crianças. O único episódio em que as duas

gerações possuem a mesma preocupação é *The End* (2011), em que Gumball e Darwin interpretam sinais de que o fim do mundo está próximo e decidem fazer seus últimos momentos valerem a pena, enquanto Ricardo se preocupa em abrigar a família em um banheiro químico com TV. Além da questão geracional, todos os moradores de Elmore são muito diferentes entre si: a cidade possui famílias de robôs, dinossauros, mamíferos diversos, fantasmas, bananas, balões e mais uma infinidade de outros seres inexplicáveis que interagem diariamente. Alguns marcadores de gênero também são frequentes ao longo dos episódios, sendo a razão, a inteligência e a destreza normalmente atribuídas às personagens femininas ao mesmo tempo em que a inocência, a diversão e a estupidez são as marcas registradas de personagens masculinos. Um claro exemplo disso é o episódio *The Spoon* (2011), quando Gumball e Darwin saem para comprar um presente de aniversário para a matriarca da família Watterson, porém são cooptados por um assaltante que disse estar pegando dinheiro e itens valiosos para dar a uma instituição de “pessoas carecas” – situação que não foi resolvida nem pelo policial local e nem pelo pai dos meninos, mas por Nicole: a típica mãe ríspida e preocupada com suas crias. Muitas vezes a maneira ácida e bem-humorada de explorar as imperfeições cotidianas de uma localidade hipotética dos Estados Unidos faz com que *O Incrível Mundo de Gumball* (2011) produza críticas à sociedade estadunidense, tanto no âmbito familiar como no escolar.

A última série a ser assistida foi *Steven Universo* (2013). Criado por Rebecca Sugar, esse desenho narra a vida heróica de Steven, uma adorável criança híbrida: meio humano e meio “gem”. “Gem” é o termo referente a uma espécie de guerreiras alienígenas com formas humanóides de pedras preciosas. Aventura, comédia e fantasia são os gêneros dessa história contada entre muitas cenas coloridas e músicas chicletes. Aqui as criaturas cósmicas e terrestres vivem uma relação ancestral de parceria: as *Crystal Gems*, grupo de heroínas que Steven faz parte, protegem o planeta Terra de possíveis ameaças extraterrestres. Rose, mãe de Steven, liderou o grupo até o nascimento de Steven, quando precisou abrir mão de sua forma física para dar à luz. Greg, o pai humano de Steven, é um funcionário de lava-jato e prefere não interferir nos assuntos mágicos. As integrantes remanescentes das *Crystal Gems* são Garnet, Pérola e Ametista, cada uma com uma personalidade única e táticas de luta diferentes. Esse agrupamento complexo de seres – dá para chamar de família? – acompanha o crescimento do pequeno Steven, que sempre tenta se relacionar da melhor maneira possível com todo mundo à sua volta. O emocional dos personagens é bastante explorado nas tramas e todos parecem amadurecer junto ao protagonista, sejam humanos ou gems. Essas espécies distintas, na ocupação de um território comum, acabam interagindo e aprendendo

uns sobre os outros ao mesmo tempo em que respeitam os diferentes modos de ser. As *Crystal Gems* se recusam a abandonar o mundo em que agora vivem e, consequentemente, seus vínculos com Steven. Em *Light Laser Canon* (2013), segundo episódio da série, um objeto misterioso surge no horizonte, se aproxima aos poucos da Terra e causa instabilidade no planeta; as gems poderiam se teletransportar para qualquer outro lugar do universo, mas tentam incansavelmente reverter a situação – até mesmo quando parece não haver escapatória. Mesmo possuindo superpoderes para encarar todo tipo de ameaça, muitas vezes o que realmente interessa para elas são os seres humanos e suas estranhas maneiras de sociabilidade. No episódio *Tiger Millionaire* (2013), Ametista desenvolve gosto por lutar entre os humanos em um galpão de *Beach City* e acaba sendo descoberta por Steven, que pede para lutar ao lado dela: agora os dois são uma dupla secreta de luta. Os humanos, sempre curiosos, admiram as *Crystal Gems* com distanciamento e ao mesmo tempo confiança no trabalho desempenhado por elas. Por fim, *Steven Universo* (2013) é um desenho sobre as relações entre seres terrestres e alienígenas que encontram em Steven, o híbrido gentil e querido por todos, a possibilidade de estabelecer convivência em uma cidade litorânea de um planeta diversas vezes ameaçado por forças externas.

Lançando um olhar sensível aos aspectos mencionados, é possível perceber o quanto essas animações dependem da diversidade de seres e ambientes para o desenvolvimento de seus enredos. A identidade do ser humano é muitas vezes tensionada e descentralizada nos roteiros a partir do contato com entidades fantásticas, animais e monstruosas que modificam os cenários com suas maneiras bizarras de viver. Não importa se o personagem protagonista é um herói corajoso ou apenas um jovem estudante: o encontro com outros tipos de criaturas é o que ensina lições valiosas, ajuda no progresso de sua jornada e propõe reflexões. Tais encontros nem sempre acontecem da maneira mais pacífica possível, na maior parte do tempo os incômodos e desentendimentos predominam – mas é nessa insistência que se constroem novos sentidos e modos de existência. Esses fatores remetem aos escritos de Thiago Ranniery (2020) que, em plena pandemia de COVID-19, rompe com a visão de autocracia humanista. Ao tecer problematizações curriculares sobre a inevitável presença dos vírus na natureza e entre a humanidade, Ranniery (2020, p. 731) põe em xeque as perspectivas combativas contra essas formas microscópicas de existência. A ideia de que há uma cisão entre humanos e não-humanos é indefensável na materialidade, pois o sujeito humano é uma consequência das confluências entre seres e solos.

Sendo assim, é possível afirmar que essas realidades inéditas, frutos da experimentação artística em diferentes estilos de animação e roteirização, contidas

em episódios curtos de 11 a 25 minutos e normalmente estruturadas em três atos emolduram ecologias *queers*. Catriona Mortimmer-Sandilands (2011) trabalha o conceito de ecologia *queer* a partir de uma análise sobre a natureza enquanto resultado das teias diversas de vidas. A ideia de que a natureza segue e determina padrões racionais de comportamentos ou sexualidades se mostra equivocada na medida em que os arranjos *queers* prevalecem nos mais variados ecossistemas. Donna Haraway (2016), ao refletir sobre a era geológica atual, expõe todos os problemas ambientais que enfrentamos atualmente no Antropoceno – mudanças climáticas, grande carga de produtos químicos tóxicos, mineração – e como essas mudanças implicam em destruição de refúgios. Sendo assim, é tempo de reconstruir esses refúgios. Todas as animações analisadas são atravessadas em algum momento por apocalipses mundiais e/ou pessoais que afetam a vida e o entorno dos protagonistas, que precisam buscar soluções com seus aliados e às vezes com seus adversários. Essas tramas fictícias podem ser interpretadas enquanto metáforas para as propostas de Donna Haraway para o Antropoceno, tendo em vista que o caminho para a construção de novos refúgios depende das relações de parentesco. Haraway (2016, p.142) afirma que

Parentesco é uma palavra que traz em si um arranjo. Todos os seres compartilham de uma “carne” comum, paralelamente, semioticamente e genealogicamente. Os antepassados mostram-se estranhos muito interessantes; parentes são não familiares (fora do que pensávamos ser a família ou os genes), estranhos, assombrosos, ativos.

Não se trata, portanto, de dar continuidade à vida humana na Terra através da reprodução ou constituição de uma família tradicional. É imprescindível compreender que o ser humano, para continuar existindo, deve se reconhecer como integrante de uma teia labiríntica entre as demais espécies – do mesmo jeito que Steven é parte das *Crystal Gems*, o Samurai Jack é mais uma das aberrações que habitam a Terra distópica e Timmy Turner é um elo entre a magia e realidade. Torna-se urgente o movimento de refletir sobre a irmandade entre um garoto humano e um cachorro mágico ou um gato e um peixe. Fora da tela de TV, a chance de sobrevivência em meio aos cataclismas desoladores está na ciência de que qualquer espécie, assim como a humanidade, não é sozinha neste planeta – e a partir disso, assumir novos parentescos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desenhos animados podem ser considerados exercícios de fabulação com elementos interessantes para repensar a realidade. Através das perguntas extraordinárias abarcadas em histórias visualmente coloridas, a ficção encontra respostas criativas aos problemas enfrentados além dos roteiros. A interdependência multiespécies observada em diversos ecossistemas marca presença em toda fração de animações assistidas até o momento. Entre amizades e conflitos, desentendimentos saudáveis e disputas violentas, seres humanos e mais-que-humanos constroem, destroem e reconstróem possibilidades de existências em meio ao caos que insiste em ressurgir a cada episódio – seja por meio da coragem de um samurai, do apadrinhamento por fadas ou da alegria das crianças heróicas. A fonte de ideias para contornar os fins de mundos se mostra inesgotável para o audiovisual. A presente exploração preliminar dedicou sua atenção apenas a uma pequena amostra dentre as inúmeras séries de animação que existem. Este nostálgico material se mostra um campo fértil para a realização de mais estudos e merece dedicação especial de futuros pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

HABIB, Ian Guimarães. *Corpos Transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2021.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantacionoceno, Chthuluceno: gerando relações de parentesco. **Revista Latinoamericana de estudios críticos animales**, v. 3, n. 1, p. 15-26, 2016.

HORA de Aventura: 1ª Temporada. Direção: Larry Leichliter. Roteiro: Pendleton Ward, Merriwether Williams, Timothy McKeon. Estados Unidos: Cartoon Network Studios, 2010.

MATOS, F. R. N., LIMA, A. C., & GIESBRECHT, C. M. (2011). Estudo observacional das relações de poder no filme *O Óleo de Lorenzo*. **Cadernos Ebape**.BR, 9(2), 438-449. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000200012>.

MORTIMER-SANDILANDS, Catriona. Paixões desnaturadas? Notas para uma ecologia queer. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 175-195, 2011. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/57C8xvPpYQ8jZ37wqZZHjtJ/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

O Incrível Mundo de Gumball: 1ª Temporada. Direção: Mic Graves. Roteiro: Ben Bocquelet. Estados Unidos: Cartoon Network Development Studio Europe, 2011.

OS Padrinhos Mágicos: 1ª Temporada. Direção: Butch Hartman. Roteiro: Butch Hartman. Estados Unidos: Frederator Studios, 2001.

QUEERIST. QueerIST. Disponível em: <<https://queerist.tecnico.ulisboa.pt/>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

RANNIERY, Thiago. VIVENDO NO MUNDO DELES: currículo a partir de um apelo geontológico. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 3, p. 729-754, 2020.

SAMURAI Jack: 1ª Temporada. Direção: Genndy Tartakovsky. Roteiro: Genndy Tartakovsky, Paul Rudish. Estados Unidos: Cartoon Network Studios, 2001.

STEVEN Universo: 1ª Temporada. Direção: Ian Jones-Quartey. Roteiro: Rebecca Sugar, Joseph D. Johnston, Jeff Liu. Estados Unidos: Cartoon Network Studios, 2013.

# FORMAÇÃO EM GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO FUNDÃO BIOLOGIA NA FRONTEIRA DA DIFERENÇA

*Nayara Falcão de Aguiar<sup>1</sup>*  
*Thiago Ranniery<sup>2</sup>*

## RESUMO

Esta comunicação pretende apresentar ações acompanhadas através do “Projeto Fundão Biologia na fronteira da diferença”, durante o período como bolsista de 2022 e 2023. Partindo delas, propõe-se refletir sobre como os encontros de formação em gênero, raça e sexualidade impactam seus participantes e contribuem para a formação profissional em psicologia, a partir da extensão universitária. As atividades consistem em palestras, disciplinas e oficinas pedagógicas, ministradas e acompanhadas de forma articulada pelo professor coordenador, por estudantes de pós-graduação, professores da educação básica integrantes do projeto e extensionistas. Para tais, parte-se do gênero como uma categoria de análise, articulado a outros marcadores da diferença, e de referenciais teóricos baseados nos estudos queers. O projeto visa promover um intercâmbio entre universidade e escola, ao se voltar para professores e estudantes da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, além de criar estratégias pedagógicas para abordar as questões da diferença, de forma horizontal e coletiva, a partir do contexto vivenciado nesses ambientes. Neste relato, busco abordar os impactos da experiência em dois eixos: (1) nos discentes e na reflexão sobre as práticas dentro da sala de aula, trazendo luz a outras possibilidades, que permitem a criação de uma agência crítica, indo de encontro às normas que constituem a sociedade patriarcal, racista e heterocisnormativa; (2) na formação em psicologia, tomando o projeto como um espaço singular de atuação, para além da clínica, que nos permite o aprendizado de práticas outras e o contato com uma pluralidade de vivências de jovens.

**Palavras-chave:** Formação docente; Formação discente; Educação; Gênero; Interseccionalidade.

1 Graduada do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [nfaguair97@gmail.com](mailto:nfaguair97@gmail.com);

2 Professor orientador: Doutor, Faculdade de Educação - UERJ, [t.ranniery@gmail.com](mailto:t.ranniery@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

Essa comunicação se configura em um relato de experiência, que surge a partir das atividades acompanhadas, das experiências vividas e dos trabalhos realizados ao longo do período como bolsista do Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão (PROFAEX) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nos anos de 2022 e 2023, dentro do projeto de extensão intitulado “Projeto Fundação Biologia na fronteira da diferença”. Aqui, eu abordarei o projeto, suas atividades e os impactos da extensão na formação docente e discente. De maneira mais específica, neste trabalho eu abordarei (1) as atividades acompanhadas ao longo do período como extensionista, bem como os impactos mais imediatos observados nos discentes e docentes que participaram das mesmas; e (2) reflexões sobre a minha experiência enquanto extensionista e a influência da extensão em minha formação, enquanto graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O “Projeto Fundação Biologia na fronteira da diferença” é um projeto de extensão vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele se insere nas atividades de extensão do “Projeto Fundação Biologia UFRJ”, pioneiro na universidade, que atua desde 1983 na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. Tal braço deste projeto articulador foi criado e iniciou suas atividades no ano de 2017 e tem como objetivo geral desenvolver e criar estratégias didáticas e pedagógicas para abordar e desdobrar as questões da diferença – principalmente envolvendo as temáticas de gênero, raça e sexualidade – a partir do contexto e dos dilemas vivenciados em diferentes instituições públicas da Educação Básica e do Ensino Superior do Rio de Janeiro.

Atualmente, nós trabalhamos em parceria com aproximadamente 48 escolas e instituições fixas, além das escolas que nos chamam para encontros pontuais ao longo do ano. Nossa atuação nesses espaços se dá por meio de oficinas pedagógicas, encontros formativos e produção de materiais didáticos, os quais envolvem diferentes linguagens, plataformas e modos políticos de atuar. Buscamos, por meio delas, compor redes epistemológicas e ontológicas que incorporem nos conhecimentos científico-escolares uma problematização quanto ao lugar da diferença e às práticas coloniais do saber. Desse modo, o projeto tem como foco a formação inicial e continuada de professores e estudantes para o reconhecimento da diferença, buscando consolidar redes de interlocução entre estes diferentes saberes e epistemologias (feministas, queers, étnico-raciais) e os saberes escolares.

Partimos do conceito de gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1988), a fim de compreendermos não apenas as questões homem-mulher, mas

todo um sistema de símbolos envolvidos em uma complexa rede de significações, hierarquias e relações de poder que constroem significados sobre masculino e feminino.

Estes símbolos muitas vezes não têm nada a ver com os corpos sexuados, nem com a reprodução. São, por exemplo: cores (rosa e azul), astros celestes (sol e lua), espaços sociais (público e privado), características humanas (ser racional ou intuitivo), ou ocupações (motorista de caminhão e emprego doméstico), apenas para citar alguns (CARVALHO, 2012).

Cabe ressaltar que não pensamos o gênero como um conceito universal, mas como uma construção histórica, social e cultural, articulada a outros marcadores sociais como raça, classe, sexualidade, idade, território, cultura, entre outros (CRENSHAW, 2002; OYĚWŪMÍ, 2021). Abordamos as questões étnico-raciais a partir de uma perspectiva decolonial e pós-estruturalista, com base no pensamento de autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, entre outros. Por fim, pensamos a sexualidade a partir de uma perspectiva pós-estruturalista e a partir dos estudos queer, em diálogo com autoras como Guacira Lopes Louro e Michel Foucault.

As ações do projeto de extensão são planejadas e desenvolvidas coletivamente pelos diferentes integrantes e parceiros envolvidos: pelo professor orientador do projeto, professores de escolas básicas parceiras, membros da equipe e estudantes da graduação, na posição de extensionistas. Enquanto extensionistas, nós acompanhamos e participamos ativamente dos encontros promovidos pelo projeto – mesmo daqueles em que não estamos à frente – auxiliando sua produção e dando o suporte necessário. Também, entramos em contato direto com seus participantes, o que nos possibilita uma rica troca de experiência e saberes.

Além disso, os encontros têm como finalidade não apenas o reconhecimento da diferença no ambiente escolar, mas também o estabelecimento de processos de formação de professores, a partir do encontro dos professores em formação inicial com os professores que já atuam profissionalmente em escolas parceiras. Tal articulação visa favorecer uma formação interdisciplinar, por meio da criação de relações redes e alianças e do contato com outras vozes, histórias e corpos que habitam o território escolar. Sendo assim, podemos refletir coletivamente sobre as diferentes narrativas apagadas ou negligenciadas durante a formação de professores, a partir do diálogo com saberes étnico-raciais, feministas e os estudos queers.

Por fim, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, as ações de extensão são parte integrante fundamental da formação de estudantes da graduação e da pós-graduação, sendo indissociável do ensino e da pesquisa. Nesse sentido, a fim de integrar esses três pilares da universidade (ensino – pesquisa – extensão), o projeto se insere nas atividades do LEQUE – Laboratório de Estudos Queers em Educação e se encontra em diálogo com os estudos do Grupo de Pesquisa “BAFO! – Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, ética e diferença” do “Nec – Laboratório do Núcleo de Estudos Curriculares da Faculdade de Educação da UFRJ”.

## METODOLOGIA

O “Projeto Fundação Biologia na fronteira da diferença” se desdobra em três principais atividades articuladas: oficinas pedagógicas, encontros formativos (palestras, rodas de conversa e disciplinas eletivas) e produção de materiais didáticos. Essas ações têm como foco a formação para o reconhecimento da diferença – em especial questões de gênero, sexualidade e raça – a partir do contexto e dos dilemas vivenciados em diferentes instituições da Educação Básica e do Ensino Superior públicas do Rio de Janeiro. Tais atividades buscam promover um intercâmbio entre universidade, escola, movimentos sociais e ativismo dos grupos minoritários.

Em sua construção, estão envolvidos diferentes integrantes do projeto. São eles: o professor orientador do projeto, Thiago Ranniery; estudantes do Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado profissional) da Faculdade de Educação da UFRJ, os quais também são professores da educação básica de escolas parceiras do projeto; e estudantes da graduação, enquanto extensionistas. Seu principal público-alvo consiste em: (a) professores de escolas públicas da Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro, em especial, mas não apenas, aqueles já vinculados ao projeto e suas ações; (b) estudantes universitários de pedagogia, cursos de licenciatura ou mesmo outras graduações que tenham interesse em pensar gênero, sexualidade e raça vinculadas às práticas e saberes científicos-escolares; e (c) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, integrantes das escolas parceiras ou nas quais atuam professores parceiros do projeto. O projeto também se propõe a produzir e promover atividades sobre as intersecções de gênero, raça e sexualidade, voltadas para gestores e demais integrantes do corpo escolar, bem como pais ou responsáveis de estudantes.

Essas atividades têm sua produção baseada nas diferentes demandas que as instituições parceiras apresentam para o projeto. Apesar de atualmente o projeto possuir oficinas consolidadas, que foram sendo desenvolvidas ao longo dos

anos a partir do contato com as escolas, nossas atividades têm como pressuposto mapear as demandas trazidas pelas instituições e por professores parceiros, podendo, assim, ser permanentemente reconfiguradas. Desse modo, as atividades configuram um processo contínuo de discussão e debate coletivo, que são planejadas e realizadas levando em consideração temas que sejam de interesse das escolas e que se alinhem com suas demandas, abordando com outros olhares as experiências vividas no seu cotidiano e seu território, e que perpassam a subjetividade dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais.

As ações do projeto junto aos professores e as instituições escolares, se dão, então, a partir dos seguintes passos: (i) contato inicial para levantamento dos aspectos referentes às solicitações dos professores ou das escolas; (ii) planejamento das ações; (iii) implementação das atividades planejadas; (iv) avaliação do processo como um todo a partir de protocolos criados durante o planejamento de cada ação; e (v) apresentação de trabalhos em jornadas, seminários e congressos de extensão, ensino e pesquisa.

Por fim, a utilização de oficinas como estratégia metodológica tem como intuito demonstrar que é possível a criação de espaços formativos que se propõem a analisar e problematizar a realidade escolar, buscando construir conhecimento de forma coletiva com o corpo escolar ali presente. Para tal, nós buscamos criar estratégias de intervenções junto às escolas (e não apenas nas escolas), articulando seus contextos, cotidianos e práticas escolares, as quais são perpassadas pelas questões da diferença.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como dito anteriormente, as atividades do projeto são produzidas em diálogo com as demandas apresentadas por professores e/ou escolas parceiras do projeto. Dessa forma, inicialmente, a produção dos encontros se dá a partir da análise e do mapeamento dessas demandas iniciais e somente após um primeiro contato com o território e o corpo escolar é possível perceber outras questões pertinentes. Ao analisarmos essas demandas que chegam para o projeto, perceberemos que, na maioria das vezes, somos chamados para as escolas com o intuito de trabalhar questões voltadas para o que se considera “diferente”, a partir de práticas e corpos percebidos muitas vezes como dissidentes. Geralmente, somos chamados quando há algo relacionado às experiências sexuais de estudantes dentro do espaço escolar, à gravidez de estudantes ou relacionadas a experiências LGBTQIAPN+ na escola.

Uma vez que nossas atividades têm como um de seus objetivos a valorização e o reconhecimento da diferença, nós buscamos deslocar essa centralidade de determinados sujeitos e experiências para o universo de práticas discursivas, didáticas, pedagógicas e curriculares presentes no ambiente escolar. Sendo assim, nossos encontros são construídos de modo que não sejam meros espaços expositivos, onde apresentamos passo a passo o que deve ser feito ou seguido para que se encontre soluções para um problema, mas sim espaços que discutam como gênero, sexualidade, raça e diferença perpassam o cotidiano e as práticas escolares, muitas vezes, de forma tão sutil que acabam não sendo percebidas. Nós buscamos, então, construir espaços educativos que visam analisar e problematizar a realidade daquele território, além de construir conhecimento de forma horizontal e coletiva com o corpo escolar.

Para este trabalho, eu escolhi selecionar cinco oficinas realizadas durante meu período como extensionista bolsista, que traduzem, de alguma forma, o que foi discutido neste artigo até o presente momento. São elas: “Introdução aos estudos de gênero”, “Problemas de gênero”, “Políticas de reconhecimento de pessoas LGBTIA+” e “Diversidade Sexual e de Gênero”, “Gênero, desempenho escolar e avaliação”.

A primeira, “Políticas de reconhecimento de pessoas LGBTIA+”, consiste em uma roda de conversa com professores de escolas parceiras. Desde minha entrada no projeto de extensão, na maioria das vezes em que fomos chamados e realizamos este encontro, as demandas trazidas envolviam alguma questão relacionada a estudantes se entendendo como pessoas trans ou estudantes pertencentes a outros grupos ou variações de sexualidade presentes dentro da sigla.

No primeiro caso, professores traziam para nós casos de estudantes que estavam começando a entender que suas identidades de gênero não estavam em conformidade com o que lhes foi designado ao nascimento. O rompimento dessa fronteira de gênero, muitas vezes, levantava interrogações, incômodos e preocupações nos professores como, por exemplo, “por qual nome/pronome devo chamar a pessoa?”, “qual nome/pronome devo utilizar nos documentos da escola?”. A partir dessa oficina, nós podemos pensar como cada situação é única, visto que, para responder o que era colocado para nós, é preciso pensar na pessoa envolvida, em sua família, no corpo discente, no próprio corpo docente, etc. Como está sendo o processo de transição dessa pessoa? Sua família está ciente? Se os pais estão de acordo com o processo, a mudança de documentos para a inclusão do nome social se torna uma possibilidade. Os demais estudantes se mostram abertos à mudança ou há casos de preconceito? Não há apenas uma maneira de ser trans, assim como não há apenas uma maneira de performar a cisgeneridade. Não existe um modelo

universal para se seguir ao passar pela transição – e aqui digo transição, não como sinônimo de intervenções médicas, dado que nem toda pessoa trans tem interesse em tais procedimentos ou possui disforia de gênero, mas sim o processo que leva a pessoa a se identificar com outro gênero que não aquele designado ao seu nascimento ou até mesmo se identificar com gênero algum.

É importante elencar que, apesar dos professores, nesses encontros, trazerem apenas algumas experiências, estas não serão as únicas com as quais eles irão se deparar ao longo de suas carreiras. Nesse sentido, a ideia do encontro é que, a partir da escuta, da horizontalidade e do pensamento coletivo, sejam traçadas possibilidades outras de pensamento, tendo como finalidade a construção de ferramentas que possibilitem a autonomia desses profissionais.

Pensando essa intervenção com as escolas, também ministramos a oficina intitulada “Problemas de gênero”. Nela, apresentamos possíveis demandas (como as que chegam para o projeto) e situações com as quais licenciandos e licenciados podem se deparar exercendo a profissão e pedimos para que eles criem estratégias de intervenção. Ao longo do encontro, trabalhamos como tais intervenções também são pautadas pelo gênero. Isso tem menos a ver com uma espécie de padrão instituído e mais com o conjunto de mecanismos e normas de gênero que são cotidianamente repetidas e (re)atualizadas, tanto dentro quanto fora dos ambientes educacionais, e que, por muitas vezes, acabam passando despercebidas até mesmo por aqueles que buscam desconstruí-las, como os professores.

Já na terceira oficina, intitulada “Diversidade Sexual e de Gênero”, nós debatemos gênero e sexualidade nas escolas a partir de três principais categorias: identidade de gênero, sexualidade e sexo biológico. A partir do significado que os participantes atribuem a cada uma delas e de seus estereótipos atrelados, nós buscamos, de maneira introdutória, não apenas contextualizar esses conceitos e seus surgimentos, mas também abordar e problematizar uma gama de questões que são atravessadas por eles. Colocamos em pauta, aqui, tópicos como a cisgeneridade, transgeneridade, travestilidade e a multiplicidade de existências, vivências e performances de gênero que esses termos abarcam, a diferença entre as diversas práticas e expressões da sexualidade humana, o que é a arte drag e sua relação com essas categorias, o conceito de heteronormatividade, entre outras coisas. Inicialmente, essa oficina possuía oito horas, dividida de dois a quatro encontros. Contudo, a partir das demandas e do tempo disponibilizado pelos parceiros do projeto, ela precisou ser adaptada para um encontro de duas a quatro horas de duração.

O que eu considero mais interessante nessa oficina é o estabelecimento de um espaço seguro para o erro, para dúvidas referentes a informações que podem

ser entendidas como já dadas, algo que todos já sabem o que significa ou, então, para falas que, em qualquer outro contexto, seriam consideradas absurdas ou até mesmo preconceituosas – e que de fato podem ser. Nesse encontro, a participação é importante justamente para levantar questionamentos através dessas informações problemáticas ou desinformações, buscando o aprendizado em conjunto e o compartilhamento de vivências, sejam sobre a vida pessoal ou em sala de aula. Uma fala que ilustra bem esse espaço de acolhimento, e que me marcou muito, surgiu de uma professora em um dos nossos encontros. Ao final da dinâmica, ela contou que havia se surpreendido com a oficina, porque, devido ao nome e a proposta, ela estava esperando que algumas pessoas chegassem ali e praticassem algo como uma “ideologia de gênero” – o que quer que isso signifique para ela – e que no lugar encontrou um espaço aberto ao debate e as dúvidas, que foi conduzido de uma maneira leve e, mais importante, sem julgamento.

A quarta, “Introdução aos estudos de gênero”, é uma oficina mais teórica, na qual discutimos os estudos de gênero a partir do Movimento Sufragista e a considerada 1ª onda do Movimento Feminista. Ao longo do encontro apresentamos uma linha do tempo passando pelas demais ondas e as discussões realizadas por autoras como Joan Scott, Judith Butler e Donna Haraway. Pensamos também autoras como Lélia Gonzales, Oyèrónké Oyèwùmí, Audre Lorde, Silvia Federici e outras, a fim de problematizar o conceito de gênero a partir de uma perspectiva de raça, classe, cultura, território e contexto sócio-histórico. Buscamos abordar epistemologias feministas decoloniais, de origens africanas e oriundas dos povos originários, a fim de retirar o gênero desse lugar hierárquico e universalizador, entendendo-o como uma construção social. Considerar gênero como uma construção social permite que indaguemos o lugar de onde partem essas narrativas.

Por fim, na oficina de “Gênero, desempenho escolar e avaliação” é realizada uma dinâmica na qual pedimos para que os participantes caracterizem o que seria considerado, por eles ou pelo senso comum, um “bom aluno” e um “mau aluno”. Os adjetivos e ações elencados em cada categoria podem, então, serem analisados pelo marcador de gênero. O que se percebe é que a maioria das características atribuídas ao campo do “bom aluno” são características que socialmente nós atribuímos ao campo do feminino (comunicativo, cuidadoso, tranquilo, participativo, respeitoso, comportado), enquanto a maioria das características atribuídas ao campo do “mau aluno” são características socialmente atribuídas ao campo do masculino (desinteressado, agressivo, que fala demais, desorganizado, desrespeitoso).

A partir do marcador de sexualidade, debatemos na oficina como a ideia de “bom aluno” acaba se materializando nos estudantes caracterizados como

“meninos gays” (RANNIERY, 2017). A categoria “gay”, aqui, aparece como uma forma de dar sentido à corporalidade feminina que aparece nos corpos designados de meninos, mesmo nos casos em que não há o desejo por pessoas do mesmo gênero ou até mesmo o início das práticas afetivo-sexuais.

É notável uma insistência de vários profissionais da educação de descrever os diversos femininos materializados em corpos designados de “meninos” como “gays”. Seus corpos aparecem, então, indiscriminados dentro dos limites seguros desta categoria dupla: “meninos gays” [...] O uso desta categoria cruza, neste sentido, gênero e sexualidade para inscrever e efetivamente produzir experiências, que, se não têm dúvidas quanto a não se sentirem exclusivamente pertencentes a uma linha coerente que conecta sexo-gênero-desejo, têm muitas inquietações quanto àquilo que imaginam que podem ser no interior de uma matriz de inteligibilidade, que mesmo cheia de fissuras, trabalha para encerrar possibilidades [...] chamar-se ou ser chamado de gay, pode revelar como determinados jogos corporais generificados se tornam inteligíveis dentro do enquadramento de certas formas de sexualidade reconhecíveis e como essas formas de sexualidade passam a exigir uma performance de gênero que lhe seria correspondente (RANNIERY, 2017, p. 11-12).

De acordo o autor, quando “meninos gays” participam de atividades como festas, feiras ou outras atividades que envolvem alguma habilidade entendida como “feminina”, eles são reconhecidos como protagonistas. Enquanto nas meninas essas características são entendidas como da ordem de reprodução de funções naturais, nos meninos essas características entendidas como femininas aparecem como um “plus” conferido, que os torna inteligentes, brilhantes e, por consequência, bons alunos. Dessa forma, a produção do que é considerado “bom aluno”, acaba não se restringindo às exigências e regulamentações escolares oficiais, mas também aos discursos de gênero e sexualidade que atravessam os diferentes corpos existentes nesse ambiente (RANNIERY, 2017).

Nesse encontro, trazemos também dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo da Educação Básica, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para analisar como, no Brasil, a evasão escolar é um problema de gênero, raça e classe. Quando nos debruçamos sobre a questão a partir desses marcadores, percebemos que há uma certa produção de masculinidade racializada que é mutuamente exclusiva do que se é produzido como “bom aluno”, mesmo em cenários em que, de certa forma, as fronteiras de gênero e sexualidade estão tensionadas. Nossas



conversas com esses estudantes em outros encontros mostram que acaba sendo custoso, a partir do ponto de vista da formação subjetiva, para esses jovens ser um bom aluno e um menino ao mesmo tempo. Esses meninos precisam validar e reafirmar sua masculinidade e heterossexualidade o tempo todo, respondendo às normas e demandas generificadas, que, não necessariamente, como colocado anteriormente, serão correspondentes ao que é ser um bom aluno. Tais análises acabam sendo reafirmadas nas conversas e nos discursos dos professores participantes da oficina, quando relatam suas experiências em sala de aula.

Trabalhar tal questão dentro do projeto, seja pela perspectiva dos professores ou pela perspectiva dos estudantes, me gerou um incômodo. Os dados mais recentes que nós temos analisados mostram a persistência da evasão escolar de meninos negros. Saldaña (2019) apresenta que um terço dos brasileiros entre 19 e 24 anos não havia conseguido concluir o ensino médio, em 2018. Contudo, quando olhamos para a trajetória escolar dos meninos negros, esse problema se intensifica: os dados, recortados pelos marcadores de gênero e raça, apontam que apenas 80,5% dos jovens negros matriculados no ensino fundamental concluíram essa etapa, ficando atrás 13,6 pontos percentuais do grupo que mais se formou (o de meninas brancas). Já no ensino médio, essa discrepância aumenta, visto que 44,2% (quase metade) de homens negros na faixa etária informada acima não concluiu essa etapa. Além disso, a pesquisa realizada a partir da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tendo como base o Censo Escolar de 2018, mostra que negros têm uma probabilidade 67% maior do que brancos de estarem em distorção idade-série. O que começou a me chamar atenção nesse terreno é como essa questão é pouco visibilizada, tanto no campo da educação, quanto na área em que venho me formando, a psicologia.

Pensando nas reflexões sobre a minha experiência como extensionista e o impacto da extensão em minha formação, posso dizer que essa questão me gerou uma inquietação e despertou meu interesse na questão para além do projeto. Agora, me encontro desdobrando a temática no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), buscando aprofundar tal questão para além da ótica da educação. Contudo, participar do projeto tem sido importante não apenas por isso, visto que, através dele, eu tenho entrado em contato com uma multiplicidade de realidades, sujeitos, territórios, contextos, histórias e experiências profissionais e pessoais. Tais interações enriquecem imensamente minha formação acadêmica-profissional, uma vez que o estar em campo exige o trabalho de articular teoria e prática, exige um pensamento transdisciplinar, deixando de lado a universalização dos saberes.

Como pontuei anteriormente, nem sempre o que funciona em um território, em determinada situação e com um certo grupo de pessoas vai funcionar caso essa configuração mude. Dessa forma, atuar no projeto é um constante exercício de aprimoramento dos saberes adquiridos ao longo de minha formação, de uma consciência crítica e até mesmo da escuta psicológica. A psicologia carrega consigo o estereótipo do *setting* clínico, a ideia de que só se pode fazer clínica dentro de um consultório. Entretanto, o fazer clínico pode ser realizado em diversos lugares: dentro da saúde pública, do sistema jurídico, articulado à pesquisa e dentro das escolas. Estar presente nesses diferentes territórios, através do projeto, enquanto uma graduanda de psicologia, é pensar também o papel da psicologia dentro desses lugares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto pode ser considerado uma importante ferramenta que contribui para a formação interseccional em gênero, raça e classe, ao buscar problematizar e escapar de uma abordagem desses temas centrada exclusivamente em sujeitos tomados por “diferentes”. A criação de estratégias de intervenção e de atividades formativas voltadas para as questões da diferença, a partir da realidade de um determinado território e em conjunto do seu corpo formativo, possibilitam a criação de um local em que docentes e estudantes não apenas se formam, mas também se constituem como sujeitos. Dessa forma, as atividades do projeto acabam sendo também práticas políticas, uma vez que não apenas formam coletivamente sujeitos, mas também ajudam a construir subjetividades. Tais atividades incentivam a construção de uma cultura de reconhecimento da diferença.

Acredito que, enquanto profissionais e sujeitos críticos, somos capazes de lutar e transformar nossas profissões. Pensando a psicologia e seu compromisso social, acredito que somos capazes de torná-la cada vez mais acessível, menos elitizada, e condizente com a realidade em que vivemos. Para mim, isso só é possível quando nós olhamos ao nosso redor e somos capazes de entender quais são as questões que são colocadas para nós enquanto profissionais. O Projeto Fundação Biologia na fronteira da diferença, assim como diversos outros dentro da Universidade, surge, então, como uma ferramenta de formação acadêmica que traz consigo experiências únicas e enriquecedoras de uma maneira que apenas ele pode ser, possibilitando uma troca que não conseguiríamos em nenhum outro lugar senão ali.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula. **Rev. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 401-412, mai/ago 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan 2002.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**. 1 e. d. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RANNIERY, T. Currículo, Normatividade e Políticas de Reconhecimento a Partir Trajetórias Escolares de “Meninos Gays”. **Currículo, normatividade e políticas de reconhecimento**, v. 25, n. 51, p. 1-32, mai 2017.

SALDAÑA, Paulo. 4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S Corpo. 2ª ed, fev. 1995. 19 p.

UNICEF. **Reprovação, distorção idade-série e abandono escolar**. Iniciativa Trajetórias de Sucesso Escolar. 2019. Disponível em: <https://trajetoriaescolar.org.br/download-dos-materiais/trajetorias-de-sucesso-escolar-reprovacao-distorcao-idade-serie-e-abandono-escolar/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

# PROBLEMAS DAS REPRESENTAÇÕES DOS HOMENS NEGROS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

*Daniele Araujo Balbino<sup>1</sup>*  
*Jaqueline Gomes de Jesus<sup>2</sup>*

## RESUMO

Homens negros são apagados ao longo da história e assim são construídos como corpos históricos subalternos. O texto tem como objetivo mapear os problemas das representações e as ausências dos homens negros no livro didático de história do ensino fundamental II, através das seções regulares do exemplar “Vontade de Saber História – 9º ano” dos autores Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini. Considerando que a identidade é produto da história, de marcas da cultura de povos, o livro didático é importante ferramenta para discutir gênero e raça, visto que afetam a subjetividade do ser, do se ver e do ver o outro. A análise aponta para a necessidade de contar a história de homens negros ressignificando seus corpos, criando novas possibilidades e experiências, eixos fundamentais para superar a desumanização.

**Palavras-chave:** homens negros, livro didático, identidade, ensino de história.

---

1 Mestranda do Curso Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [danieleabalbino@gmail.com](mailto:danieleabalbino@gmail.com);

2 Coautora e professora orientadora: Psicóloga, Mestra em Psicologia e Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), [jaqueline.jesus@ifrrj.edu.br](mailto:jaqueline.jesus@ifrrj.edu.br)

## INTRODUÇÃO

**D**iscutir sobre a imagem do homem negro na sociedade brasileira a partir do material didático de maior acesso aos alunos de escolas públicas é de extrema relevância na busca da superação do genocídio de meninos pretos brasileiros. Segundo o relatório *Violência Armada e Racismo* (2022), estudo do Instituto Sou da Paz, os homens negros representaram 75% das vítimas de agressão com arma de fogo no Brasil, contra 19% de homens não negros. O mesmo relatório enfatiza em suas recomendações, a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial para superar um cenário que se repete ao longo dos anos.

Neste movimento de promoção de uma igualdade racial tem se tornado cada vez mais comum assistirmos a reivindicações de representatividade negra em produtos midiáticos, como as telenovelas, por exemplo, e podemos assistir a um singelo aumento da presença deste grupo nas telinhas e telonas. O movimento de reivindicar e ocupar espaços através da imagem está acompanhado do movimento de reivindicar representações das mais diversas posições sociais possíveis para um ser humano nos dias de hoje já que, predominantemente, a tele-dramaturgia brasileira, ainda que apresente negros em seu elenco, lhes reserva papéis subalternos, fortalecendo um estereótipo e alimentando as estruturas do racismo.

Acompanhando as reivindicações por espaços de representatividade em diferentes posições sociais, o mapeamento sobre a imagem do homem negro brasileiro neste trabalho parte do livro didático, material amplamente utilizado e importante dentro do processo educacional de nossa população. O objetivo é analisar as representações e ausências de homens negros brasileiros, observando a estereotipagem criada. Para o sociólogo Stuart Hall (2016 p.192) a estereotipagem é parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertenceu é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (insiders) e “forasteiros” (outsiders), entre nós e eles.

Assim, manter dentro do livro didático uma redução ou simplificação deste grupo - homens negros brasileiros - é uma prática de violência simbólica e contribui para o status quo de uma sociedade que mata jovens negros diariamente, sob a ótica de que são violentos, perigosos e intelectualmente incapazes, de que são corpos feitos para servir. É a colaboração para a manutenção de uma escola que prepara corpos negros desde a infância para serem violentados.

A identidade é produto da história, de marcas da cultura de povos e as representações, as quais fazem parte do nosso cotidiano, possuem papel fundamental nesta formação.

As crianças, inconscientemente, internalizam os códigos que as permitem expressar certos conceitos e ideias por meio de seus sistemas de representação — escrita, fala, gestos, visualização e assim por diante —, bem como interpretar ideias que são comunicadas a elas usando os mesmos sistemas. (HALL, 2016, p. 43)

O livro didático está presente no dia a dia e nele estão contidos os códigos que expressam certos conceitos, e assim, expressam nossa identidade e/ ou nossas diferenças enquanto sujeitos históricos e, portanto, se apresenta como importante ferramenta para discutir raça e gênero.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Raça e Gênero no livro didático

Atualmente o livro didático é objeto de diferentes e diversos estudos que tentam comprovar ou não sua importância na formação escolar dos indivíduos. Há quem se posicione de contrariamente, atribuindo ao livro parte da responsabilidade pela precarização dos estudos, mas, por outro lado, há também quem o enxergue de forma positiva, reconhecendo o auxílio prestado, vendo por numa perspectiva de que nele estaria em suma o conhecimento científico disponível e confiável. Importante perceber que o livro se faz presente como material de apoio aos estudos mesmo numa era tecnológica, onde com um simples comando de voz se pode obter respostas às perguntas. Mas, o interessante para nós, neste trabalho, é marcá-lo aqui como uma mercadoria.

O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor. (Bittencourt, 202, pág. 71)

Muitos são as personas envolvidas na produção de um livro didático que, em muitas situações é o principal material de apoio para professores montarem suas aulas. Muitos são os olhares, as mãos e as interferências até que o produto final chegue aos usuários.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e que vem sendo implementada a partir de 2018, foi discutida e definida por grupos de empresários de diversas áreas e não por acadêmicos e profissionais da educação, deixando mais um vez exposto que o currículo escolar é local de disputa de poder e que o livro didático, que deve o currículo acompanhar, segue sendo um produto que atende aos ideais de um grupo, atende e às lógicas do mercado, podendo se tornar instrumento de propagação de ideologias e dos de saberes oficiais de determinados grupos.

Nos últimos anos assistimos em nosso país uma crescente e acalorada discussão sobre gênero e raça, temas sensíveis que por estarem na sociedade adentram os portões da escola. Discuti-los é absolutamente necessário, pois fazem parte de uma construção cultural e individual e fazê-la a partir do livro didático é ter a possibilidade de enxergar como estamos perpetuando os discursos de uma sociedade colonialista, patriarcal, machista e racista.

Faz-se necessário neste ponto, delimitar a compreensão teórica conceitual sobre gênero e raça. De acordo com Teresa de Lauretis:

“(1) Gênero é (uma) representação — o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário. (2) A representação do gênero é a sua construção — e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. (3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça — na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental — em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos do Estado”. A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo. (4) Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não

contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação.”  
(Lauretis,1994, pág 209)

Desta maneira, gênero se apresenta como uma tecnologia e assim sendo está sempre se atualizando de acordo com o tempo e espaço. É produto da cultura, das representações e ausências, ao passo que e a escola, local de socialização e construção de novos saberes, é espaço fundamental para o processo de construção e desconstrução.

Neste trabalho o recorte é também proposto dentro da categoria raça. De acordo com Munanga:

Podemos observa que o conceito de raça tal como o empregamos hoje , nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2004, pág.4)

Desta maneira, ao mapear e analisar o homem negro brasileiro no livro didático de história poderemos observar as lógicas criadas através dos estereótipos, das representações e das ausências que contribuem para a formação identitária deste grupo e do como este mesmo grupo é visto socialmente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fonte utilizada para o estudo é o livro didático de história do 9º ano do Ensino Fundamental, parte da coleção “Vontade de Saber História”, dos autores Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini, produzido pela editora Quinteto no ano de 2018. A coleção integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e passou por avaliação criteriosa do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Como destaque



da coleção a editora defende que a obra apresenta temas geradores de debates e favorece a construção da cidadania, incentivando o respeito à diversidade e contribuindo para o combate às mais diversas formas de preconceito.

A escolha pelo ano de escolaridade está ligada ao interesse de observar o homem negro pós abolição da escravidão, em um contexto em que constitucionalmente é considerado cidadão brasileiro e, portanto, sujeito dotado de direitos e deveres.

A obra se apresenta em formato que mede 27,5 cm na vertical e 22 cm na horizontal, contendo 320 páginas que em sua maioria contam com diferentes imagens ilustrativas. O exemplar examinado integra o Manual do Professor e contém, além do conteúdo proposto pela BNCC, instruções e sugestões para o trabalho docente. As aberturas de todos os capítulos se dão em duas páginas, com ampla ilustração e que tem como objetivo explorar o conhecimento prévio sobre o assunto, além de despertar o interesse. Os títulos apresentam hierarquia clara, os conteúdos são acompanhados de imagens, boxes auxiliares e glossário.

Foram escolhidas para análise duas seções: “Sujeitos na história” e “Exploração do tema”. A escolha foi pautada a partir do cruzamento dos objetivos propostos nesta análise com os destas seções.

De acordo com a explicitação feita na aba “A estrutura da Obra” do manual do Professor, a seção “Sujeitos na história” tem o objetivo de mostrar aos alunos que, além dos agentes coletivos, existem pessoas que participaram ativamente do processo histórico por meio de suas ações individuais. A seção “Explorando o tema,” presente em todos os capítulos, aborda temas contemporâneos apresentados pela BNCC, traz diversos textos, fotografias, ilustrações, obras de arte e outros recursos iconográficos, além de questionamentos que auxiliam no aprofundamento da temática discutida.

Desta forma, para apresentar de maneira organizada as seções acima citadas, apresenta-se dois quadros temáticos que dão visibilidade aos conteúdos:

**Quadro 1** - Síntese das abordagens da seção “SUJEITOS NA HISTÓRIA”

Unidade de Conteúdo	Sujeito histórico apresentado	Apresenta homens negros		Enfoque
		Sim	Não	
Capítulo 1 <b>Fazendo História</b>	-	-	-	-
Capítulo 2 <b>O início da República no Brasil</b>	-	-	-	-

Unidade de Conteúdo	Sujeito histórico apresentado	Apresenta homens negros		Enfoque
		Sim	Não	
Capítulo 3 <b>A primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa</b>				
Capítulo 4 <b>O mundo depois da Primeira Guerra Mundial</b>	Rosa Luxemburgo		X	
Capítulo 5 <b>A Era Vargas</b>	Bertha Lutz		X	
Capítulo 6 <b>A Segunda Guerra Mundial</b>	Leni Riefenstahl		X	
Capítulo 7 <b>O mundo durante a Guerra Fria</b>	Valentina Tereshkova Angela Davis		X	
Capítulo 8 <b>As ditaduras na América Latina</b>	Victor Jara		X	
Capítulo 9 <b>As independências na África</b>	Fela Kuti	X		Fotografia preto e branco de Fela batendo palmas.
	Nelson Mandela	X		Fotografia colorida de Nelson Mandela em 1990, sorrindo e erguendo o punho direito.
Capítulo 10 <b>O pós guerra no Brasil: democracia e populismo</b>	Samuel Wainer		X	
Capítulo 11 <b>A ditadura civil-militar no Brasil</b>	Tarso de Castro		X	
	Manoel Fiel Filho		X	
	Leonel Brizola		X	
Capítulo 12 <b>O mundo contemporâneo</b>	Ângelo Kretã		X	

**Fonte:** DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. Vontade de Saber: História. 9º ano. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

Como se pode observar no Quadro 1 “Sujeitos da História”, a seção está presente do quarto ao décimo segundo capítulo, trazendo aos leitores doze sujeitos ativos nos processos históricos, quatro mulheres e oito homens. Dos oito homens apresentados somente dois se encaixam, em parte, no objeto de estudo proposto, Nelson Mandela e Fela Kuti. Dois homens negros africanos.

A seção “Sujeitos da História” não apresenta homens negros brasileiros, demonstrando o apagamento de sujeitos que participaram ativamente da construção do que entendemos como nação.

**Quadro 2** - Síntese das abordagens da seção “EXPLORANDO O TEMA”

Unidade de Conteúdo	Descrição da Abordagem	Apresenta homens negros		Enfoque
		Sim	Não	
Capítulo 1 <b>Fazendo História</b>	Os avanços e transformações do séc. XX	X		Fotografia colorida de um homem preto com roupas sujas, deitado do chão sugerindo ser um morador de rua. Foi utilizado para falar das desigualdades sociais.
Capítulo 2 <b>O início da República no Brasil</b>	O cotidiano dos afro-brasileiros seguido	X		Fotografia colorida de homens e crianças quilombolas, todos negros, parte jogando capoeira e outra parte assistindo no quilombo de Sobara em Araruama.
Capítulo 3 <b>A primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa</b>	As mulheres na primeira Guerra Mundial.		X	
Capítulo 4 <b>O mundo depois da Primeira Guerra Mundial</b>	Os Estados Unidos na década de 1920	X		Em um pequeno box sobre o Jazz, está além do texto a fotografia em preto e branco do trompetista Louis Armstrong (1953). Ele usa paletó e gravata borboleta e está tocando trompete.
Capítulo 5 <b>A Era Vargas</b>	A era do rádio		X	
Capítulo 6 <b>A Segunda Guerra Mundial</b>	A Organização das Nações Unidas		X	
Capítulo 7 <b>O mundo durante a Guerra Fria</b>	Música e contracultura	X		Fotografia do músico Chuck Berry, astro do rock, tocando sua guitarra - 1972; Fotografia colorida de Jimi Hendrix se apresentando no Festival Woodstock, em 1969 vestido de bata azul e faixa vermelha no cabelo. Ele está cantando e tocando uma guitarra.

Unidade de Conteúdo	Descrição da Abordagem	Apresenta homens negros		Enfoque
		Sim	Não	
Capítulo 8 <b>As ditaduras na América Latina</b>	Mães da praça de Maio		X	
Capítulo 9 <b>As independências na África</b>	Arte africana pós independência	X		Fotografia colorida de homem produzindo uma pintura em estilo tingatinga na Tanzânia.
Capítulo 10 <b>O pós guerra no Brasil: democracia e populismo</b>	Os povos indígenas durante a República		X	
Capítulo 11 <b>A ditadura civil-militar no Brasil</b>	A memória do caso Herzog		X	
Capítulo 12 <b>O mundo contemporâneo</b>	Pensando no futuro		X	

**Fonte:** DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. Vontade de Saber: História. 9º ano. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

O mapeamento da seção ‘Explorando o Tema’, presente nos doze capítulos do livro, apresenta homens negros somente em cinco deles. Emblemático que dos seis homens negros representados, somente três são identificados pelos nomes e, mais uma vez, não são brasileiros. São eles: Chuck Berry, Louis Armstrong e Jimi Handrix, músicos norte-americanos do séc. XX, com reconhecimento internacional.

Nas outras três representações desta seção as pessoas retratadas não são identificadas pelo nome. Na primeira imagem de um homem negro apresentado nesta seção, já no primeiro capítulo, de um homem em situação de rua, em um contexto que fala de desigualdades sociais, já a segunda é de um grupo de pessoas negras quilombolas jogando capoeira e a terceira de um artista plástico não identificado. Ressalta-se que a única imagem indicada pela legenda dentro do contexto atual brasileiro é a de pessoas jogando capoeira em um quilombo.

A partir do mapeamento das duas seções apresentadas é possível perceber que o homem negro no livro didático está a aprisionado numa certa posição subalterna, ocupando espaços controlados e que o homem negro brasileiro não tem relevância histórica. As imagens trazidas contam uma única história sobre o homem negro e o representam dentro de um único espaço social. São imagens que simplificam a existência, que fomentam o estereótipo existente.

Cabe agora verificar o que nos traz o documento normativo do currículo brasileiro, a BNCC, sobre os objetos de conhecimento a serem ofertados ao ano de escolaridade sobre o povo negro brasileiro.

No texto da Base, ao apresentar o currículo de história para o ensino fundamental II ressaltando os procedimentos básicos, podemos destacar o trecho que faz referência às leis nº 10.639/2003<sup>3</sup> e nº 11.645/2008<sup>4</sup>, valiosos instrumentos de luta contra o racismo dentro do ambiente escolar.

A valorização da história da África e CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA ENSINO FUNDAMENTAL 417 das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/2003<sup>49</sup> e Lei nº 11.645/2008<sup>50</sup>) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração. Ao mesmo tempo, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX. (Brasil, 2018, pág. 417)

Assim, a base dividida em eixos temáticos por ano de escolaridade, apresenta para cada eixo objetos de conhecimentos e habilidades. Apresenta-se no quadro abaixo os eixos da disciplina história do 9º ano do ensino fundamental que tratam da história brasileira:

- 3 BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 25 set. 2023.
- 4 Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008, Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) Acesso em: 25 set. 2023

**Quadro 3** - Síntese dos objetos de conhecimento e habilidades para o aprendizado da disciplina história no nono ano do Ensino Fundamental

EIXO TEMÁTICO	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX	Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos	(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil. (EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.
	A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações	(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.
	Primeira República e suas características Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930	(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.
	O período varguista e suas contradições A emergência da vida urbana e a segregação espacial O trabalhismo e seu protagonismo político	(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).
	A questão indígena durante a República (até 1964)	(EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.
	Anarquismo e protagonismo feminino	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

EIXO TEMÁTICO	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946	O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação	(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. (EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.
	Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência As questões indígena e negra e a ditadura	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.
	O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização	(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. (EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.
	Os conflitos do século XXI e a questão do terrorismo Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional	(EF09HI35) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas. (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Fica evidente no documento normativo do currículo de história do nono ano do ensino fundamental, que a história da população negra brasileira deve ser contada no contexto republicano como parte atuante da construção desta nação.

O documento não utiliza os termos raça e gênero, mas o identificamos em pautas, como dinâmicas da vida cultural brasileira e pluralidades e diversidades identitárias, dentre os objetos de conhecimento. Assim, ao falar da população brasileira entende-se que todos os sujeitos deverão ser contemplados de forma representativa em plurais e diversas categorias.

Observa-se, ao mapear as seções “Sujeitos da história” e “Explorando o tema” que há uma dificuldade para atender ao requisito de representatividade negra masculina brasileira. Há nessas seções um claro silenciamento de sujeitos históricos que participaram ativamente na construção desta nação.

[...] a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. No que se refere à questão racial, há que se perguntar: por que não se fala? Em que paradigmas curriculares a escola brasileira se pauta a ponto de “não poder falar” sobre a questão racial? (GOMES, 2012.p. 105).

Esta invisibilização social é reproduzida no livro didático através das imagens escolhidas para representar o homem negro e se torna ainda mais evidente através da ausência de personagens históricos brasileiros. Afinal, será mesmo que nenhum homem negro brasileiro foi sujeito da história? Nenhum homem negro foi protagonista no que se entende como história política e cultural deste país?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com este mapeamento que há o apagamento do homem negro brasileiro dentro do livro didático, contribuindo para a propagação de uma história única criada para o grupo.

O silêncio acerca da construção da identidade do homem negro brasileiro e do papel da escola de ensino fundamental na construção e/ou reprodução desta identidade colabora para a manutenção de uma escola que prepara corpos negros desde a infância para serem violentados. É na ausência de histórias dos povos



negros da África e Afro-brasileiro, de seus costumes, filosofias de vida e posição no mundo que se continua negando sua humanidade e a de seus descendentes.

O processo de escolarização é um importante condutor do acesso às oportunidades na vida adulta, é fator importante na conquista de um rendimento no mercado de trabalho e, além disso, pode possibilitar mobilidade social.

Educar é uma ação sociopolítica, portanto revolucionária, e por isso a educação é um campo natural de disputas ideológicas envolvendo os diversos segmentos sociais. Alunos e professores estão num local de grande importância para a transformação social.

A história é filha da memória e esta retém e esconde o que lhe convém, intencionalmente ou não. A história opera na descontinuidade selecionando memórias para explicar o que passou. Se retornarmos ao início da construção desta disciplina no Brasil encontraremos essas memórias baseadas em estruturas, uma delas é o racismo.

Há necessidade de se questionar o que temos de textos e documentos. Há necessidade de se problematizar nossas fontes com o olhar de hoje, pois as memórias também constroem e reconstroem na escola.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. “Livros didáticos entre textos e imagens”. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) O saber histórico na sala de aula. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. Vontade de Saber: História. 9º ano. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

HALL, Stuart .Cultura e representação; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. — Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio : Apicuri, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

# NARRATIVAS IMAGÉTICAS DE PROFESSORAS NA PRODUÇÃO DE OUTRAS EXISTÊNCIAS NEGRAS/ RACIALIZADAS POSSÍVEIS

*Maíra Mello<sup>1</sup>*

*Maria da Conceição Silva Soares<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente resumo é resultado de minha pesquisa de mestrado em que reflito com cinco professoras negras questões envolvendo racismo de gênero, docência e imagem, além das implicações de seus corpos racializados nos *espaçostempos* das escolas e as implicações desses *espaçostempos* sobre seus corpos. Para isso, utilizei como aparato metodológico-epistemológico as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em Educação, em que as narrativas orais e imagéticas são ferramentas importantes para suscitar percepções sobre as práticas docentes nas múltiplas redes educativas, em constante invenção e reinvenção da própria existência. A pesquisa contou com os usos da fotografia como dispositivo disparador das discussões a partir das imagens que produzimos nos ensaios fotográficos em estúdio, fabulando outras imagens possíveis e conversando sobre as questões de gênero, raça e docência. Dessa forma, discutimos juntas acerca da maneira como elas se veem, como são vistas, como se dão a ver e como gostariam de ser vistas enquanto mulheres-negras-professoras, num processo formativo e subjetivo constante.

**Palavras-chave:** Imagens, Narrativas imagéticas, Racismo de gênero, Formação de Professoras.

1 Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, PROPED-UERJ, [mmello05@gmail.com](mailto:mmello05@gmail.com);

2 Professora e orientadora. Doutora, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PROPED-UERJ, [ceicavix@gmail.com](mailto:ceicavix@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de minha pesquisa de mestrado em que reflito sobre uma imagem professora a partir da interseccionalidade entre as categorias de gênero, raça e docência. Ele faz parte da pesquisa guarda-chuva de minha orientadora, prof.<sup>ª</sup> dr.<sup>ª</sup> Maria da Conceição Silva Soares, intitulada “Professoras em devir: fabulações imagéticas de si, problematizações do feminino e implicações para a docência”, que dá continuidade às pesquisas que o Grupo CNPq Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença – CUNADI –, orientado por ela e do qual faço parte, têm desenvolvido desde 2005, na interface entre narrativas audiovisuais, currículos, formação docente e diferença. O objetivo principal da sua pesquisa era problematizar questões que envolvem a imagem padronizada e estereotipada do que é ser uma professora, pela sua condição de mulher e docente, e as implicações na própria docência e além dela, por meio de ensaios fotográficos e videográficos em estúdio, como *espaçotempo* de fabulações.

Das 15 professoras que participaram da pesquisa guarda-chuva, cinco foram interlocutoras de minha pesquisa especificamente: Cátia Cilene – pedagoga e historiadora, professora do Ensino Fundamental I; Cristiane Marcelino – matemática, mestre em Educação, professora de Informática Educativa; Mariana dos Reis – pedagoga, doutora em Educação, professora de uma instituição de ensino para crianças com deficiência visual; Viviane dos Santos – licenciada em Letras/Espanhol, professora de Espanhol no Ensino Médio; e Paloma Monteiro – pedagoga, professora de produção textual no Ensino Fundamental I. Quatro delas autodeclaradas negras e uma, a Paloma, entendendo-se racializada, mas não negra, ainda em processo subjetivo racial.

A tessitura dos conhecimentos e significados atribuídos ao corpo negro é um resultado histórico e cultural, assim como a produção discursiva que reforçou e manteve esse saber-poder até os dias atuais, afetando a construção identitária de cada uma dessas professoras e, também, a maneira como elas entendem a questão racial em suas subjetividades. Juntas, pensamos sobre nossos processos subjetivos raciais e identitário e percebemos em nossas narrativas que nosso processo formativo, tomando a racialidade como principal viés analítico, se iniciou na família, por meio da rejeição/aceitação (GOMES, 2019) e da negação da racialidade de cada uma por nossos familiares, de acordo com os relatos de algumas. Outras tiveram diferentes redes, como os locais de trabalho e as relações sociais.

Além dessas redes, outras também contribuíram para formação subjetiva racial das professoras. Mariana e Viviane apresentaram em suas narrativas como os *saberesfazer*s de estudantes racializadas teceram uma rede de outros saberes

acerca das questões raciais, potencializando seus corpos no mundo e contribuindo diretamente com a construção da identidade negra de cada uma, gerando implicações na formação e autoformação docente com o currículo praticado na escola. Já para Paloma, seu próprio corpo na escola é motivo de tensionamento e problematizações, levando a prática de novos currículos. Ao chegarmos à Cristiane e Cátia, o fato de seus corpos com tons de pele mais escuros retornarem aos *espaçostempos* das escolas em outra posição, como docentes, contribui tanto para a autoformação, quanto para a representatividade, segundo elas. Seus diferentes corpos passam por questões diferentes e particulares no dentro-fora das escolas a partir das nuances de tons de pele e outros fenótipos. Entendo ainda que a relação estabelecida entre mim e as professoras durante a pesquisa, também é *espaçotempo* de problematização, formação, autoformação e formação continuada, como forma de potencializar os diferentes *currículos praticados*, principalmente no exercício docente (OLIVEIRA, 2003; 2007), ampliando nossas redes de conhecimento sobre gênero, raça, racialização e racismo.

Dessa forma, as docentes desta pesquisa mostraram em suas narrativas que estão em um processo ininterrupto de entendimento sobre o que são seus corpos racializados e de que forma eles são vistos, como devem estar, viver e experimentar o mundo a partir das violências simbólicas cometidas contra eles: o racismo. No caso de professoras, um constante processo subjetivo enquanto mulheres, docentes e racializadas.

## METODOLOGIA

Em nosso grupo de pesquisa, fazemos uso das audiovisualidades como dispositivo de pesquisa-intervenção, entendendo-as como práticas de criação, fabulação e invenção de si (KASTRUP, 2007). Criação, não no sentido de criatividade, mas como espaço de problematização e para pensarmos as implicações e, conseqüentemente, soluções, como processo de aprendizagem para além do já sabido. Assim, usei a fotografia como dispositivo de pesquisa-intervenção para apresentar, discutir e problematizar junto com as professoras como esses corpos femininos negros/racializados se constituem, são constituídos, marcados, vigiados, controlados dentro-fora das escolas, problematizando as interseccionalidades envolvendo raça, gênero e docência.

Utilizei como aparato teórico-metodológico-epistemológico as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em Educação, em que as narrativas orais e imagéticas são ferramentas importantes para suscitar percepções sobre as práticas docentes a partir das representações dessa docência, possibilitando refletir sobre os

processos de constituição dos sujeitos em suas práticas nas múltiplas redes educativas, *dentrofora* das escolas, em constante invenção e reinvenção da própria existência. Fiz uso das imagens nesta pesquisa como disparadoras de problematizações, compondo e impulsionando outras linguagens.

Tanto a narrativa verbal quanto a imagética funcionam não como representação do real, mas sim como criação ou fabulação sobre o real. São interpretações da realidade. Da mesma forma que ao narrar, o mais importante não é o fato, mas o que é dito sobre o fato (CERTEAU, 2014), a fotografia, dispositivo de pesquisa que utilizei, funciona nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos como possibilidade das diversas interpretações possíveis da imagem criada daquele momento. Soares (2010), em diálogo com Certeau (2014), nos aponta a importância dos usos da fotografia nas pesquisas “como potência para a produção de *teoriaspráticas* que visem à compreensão e a invenção do vivido” (SOARES, 2010, p. 70).

Em um estúdio fotográfico, criamos um *espaçotempo* de representações, autoapresentações e fabulações de si, questionando, por meio das imagens produzidas durante os ensaios fotográficos, o que é discutido como relativo ao feminino com e para além da docência e produzindo novas/outras imagens. Lembrando sempre que corpo é imagem. Assim, solicitei a cada uma que levasse para o ensaio objetos pessoais, roupas e acessórios que quisesse, a partir do que passam e sentem: como elas se veem, como gostariam de ser vistas, como as pessoas as veem, como também elas se autoapresentam e se autorrepresentam a partir (e apesar) de e com as situações que vivenciam e/ou inventam<sup>3</sup>.

## REFERENCIAL TEÓRICO

É entendendo o contexto complexo e difícil na luta contra o racismo que pensamos uma imagem-professora a partir de questões mais específicas de mulheres negras/racializadas: um perfil docente foi engendrado e, a partir dele, produzido uma referência de aparência, comportamento, caráter, qualificação, enfim, um rosto (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Não há como pensarmos nesse rosto sem levarmos em conta outros atravessamentos. É a partir do imaginário sobre essa professora, interseccionando com as questões e a imagem produzidas da mulher negra/racializada, que discuti junto com as docentes: Quais imagens engendradas sobre a mulher docente e quais/quantas outras possíveis poderíamos agenciar?

Para isso, refleti sobre meu caminhar cotidiano na vida - com minhas próprias experiências com o racismo e as questões raciais - e na pesquisa. Com Nilda

---

3 Inventam no sentido que criam, produzem, contam.

Alves (2019), fui além do já sabido e tezi conhecimentos outros, em outras redes dentro e fora da universidade. Utilizei as pesquisas nos/dos/com os cotidianos como aparato metodológico que orientou toda a pesquisa em conversas com Certeau (2014), Alves (2006; 2019) e Oliveira (2003; 2007); e, tendo como dispositivo disparador para a problematização a fotografia, entendendo que as audiovisuais nos auxiliam em outras maneiras de produzir ciência (SOARES, 2010; 2016).

Dessa forma, pensamos sobre nossos processos subjetivos raciais, em como nos sabemos racializadas a partir de falas e ações sobre o nosso corpo em conversa com Hordge-Freeman (2019), Schucman (2019) e Souza (2019). Contextualizei a produção histórica, cultural e discursiva sobre o corpo com Nogueira (1998), Rodrigues (1983), Foucault (2002; 1979) e Carneiro (2005), ao mesmo tempo em que levantei questionamentos sobre a produção da identidade com Munanga (2019), Bhabha (2011) e Certeau (2012), pensando os mestiços enquanto sujeitos pertencentes a um ‘grupo/não grupo’, a partir das questões problematizadas junto às docentes sobre identidade negra.

Discuti ainda como os corpos negros/racializados das docentes transitam nos *espaçotempos* das escolas e da universidade, as práticas docentes e as implicações de seus corpos marcados nos currículos praticados. Para essa discussão conversei com as *práticas políticas* de Oliveira (2003; 2013); o entendimento de que a formação docente é uma formação, assim como uma produção de subjetividade, e acontece nas múltiplas redes de conhecimento de acordo com Alves (2006); e a importância de uma educação antirracista com Gomes (2008; 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade formada à base de discriminação, racismo, sexismo, misoginia, classismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, todas as formas de intolerância e de violência - prática e simbólica - contra quem é considerado diferente, que destoa, que desvirtua do metro-padrão, do modelo desejável e socialmente reconhecido como merecedor de todos os privilégios. No caso da população negra, a situação toma outros meandros, marginalizando-a, empurrando-a para as periferias das cidades para não se misturar às “pessoas de bem”, sendo enquadradas como violenta. Ver mulheres negras/racializadas na Educação é extremamente significativo e representativo.

Durante as conversas que tive com as professoras percebi que todas, sem exceção, entendiam a importância de ocuparem o lugar que ocupam. Cátia, por exemplo, é a única com nível superior na família. Os pais são semianalfabetos. A conquista dela já interfere na forma como uma sobrinha vê as possibilidades

para uma mulher negra no mercado de trabalho. Cristiane é filha de empregada doméstica que, ainda hoje, quando tem acesso a algum prédio, se direciona automaticamente para o elevador de serviço. Cristiane é mãe de dois meninos e tudo na casa dela envolve a valorização da negritude. Elas e todas as outras tentam, a todo o momento, mudar a imagem e as ações que as colocam em um lugar subalterno.

A minha subjetivação racial e dessas professoras é um processo que se mantém contínuo, seja ainda na tentativa de se descobrir ou tornar-se negra ou na reafirmação dessa identidade. Independente de como cada uma se vê ou passou pelo processo, percebemos que esse aconteceu a partir do olhar do outro sobre elas, fato que se mantém a todo o momento em nossas vidas. A partir disso, elas nos mostraram que o rosto professora é de uma mulher branca e de uma classe social mais elevada, em contra partida às que têm, principalmente, o tom de pele retinto e/ou que o lugar de moradia seja pobre. Porque a interccionalidade entre raça, gênero, territorialidade, geração e classe se acentua para esses corpos. Apesar disso, ao confrontarmos as imagens, as rostidades produzidas pela sociedade sobre elas, e as imagens que construímos juntas, a partir da desconstrução desse rosto, por meio das fotografias, fabulando sobre essa rostidade professora, pudemos apresentar subjetividades outras e singularidades em potência, que implicam diretamente no currículo praticado por elas nas escolas.

Fabulamos outras imagens possíveis sobre suas existências nas fotografias, mas elas fabulam essas mesmas imagens todos os dias na prática docente, praticando outros currículos a partir da questão racial. As implicações nos currículos praticados por elas gera possibilidade de trabalhar o tema com os estudantes sem muita resistência. Apenas no caso da Mariana, a partir de um evento organizado por ela sobre racismo estrutural, outros/as professores/as se mostraram racistas, associando a imagem dos/as estudantes da instituição a possíveis criminosos/as. Fora esse fato, ela, Viviane e Paloma mostraram trabalhar o tema a partir dos questionamentos sobre seus corpos racializados direto com os/as estudantes, seja sobre a autoidentificação negra, seja sobre consentimento em relação ao outro toque no nosso corpo, entre outros.

Poderíamos pensar que uma mulher negra/racializada que é ensinada desde criança que seu lugar na sociedade já está delimitado por conta de sua racialidade e, portanto, ou ela tenta se adequar ou será marginalizada, seria uma mulher triste. Entendemos que sim, esse é o resultado para muitas mulheres negras/racializadas, o que leva a inúmeras discussões sobre solidão e saúde mental delas. Mas o que vemos nesta pesquisa são mulheres que, mesmo com todas as tentativas de interdição sobre suas existências, se mostram felizes. Longe de romantizar a luta ou *glamourizar* a „volta por cima“, como uma tentativa de final feliz como nos



contos de fada, entendo que a maioria tenta existir e resistir na prática cotidiana de uma luta antirracista nos diversos *espaçostempos*, seja na família, nas escolas, nas universidades e/ou no convívio social. E se manter sã no meio disso tudo, é um ato de coragem, exercitado diariamente.

**Figura 1:** Cátia Cilene



**Fotos:** Maíra Mello

**Figura 3:** Mariana dos Reis



**Fotos:** Maíra Mello

**Figura 2:** Cristiane Marcelino



**Fotos:** Maíra Mello

**Figura 4:** Paloma Monteiro



**Fotos:** Maíra Mello

**Figura 5:** Viviane dos Santos



**Fotos:** Maíra Mello

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nivea; CALDAS, Alessandra Nunes; ALVES, Nilda. Os movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos – após muitas „conversas“ acerca deles. *In:* OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PEIXOTO, Leonardo Ferreira; SÜSSEKING, Maria Luiza. (Orgs.). **Estudos do cotidiano, currículo e formação docente:** questões metodológicas, políticas e epistemológicas. Curitiba, CRV, 2019.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. A construção do conhecimento e o currículo dos cursos de formação de professores na vivência do processo. *In:* ALVES, Nilda. (Org.). **Formação de professores:** pensar e fazer. São Paulo, Cortez, 2006. Coleção Questões da Nossa Época, v.1.

BHABBA, Homi K. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses.** Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

\_\_\_\_\_ **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** Capitalismo e esquizofrenia 2. v. 3. São Paulo: Editora 34. 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_ **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/2003. In: Moreira, A. F.; Candau, V. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 67-89.

\_\_\_\_\_ **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_ **Sem perder a raiz:** corpo negro e cabelo como símbolos da identidade negra. Autêntica, 2019. Edição Kindle.

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. **A Cor do Amor:** características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras. 2019.

KASTRUP, Virgínia. **A Invenção de si e do mundo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro.** 1998. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – USP, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Currículos praticados:** entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_ **Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo.** Educ. Soc. , Campinas, vol. 28, n. 98, p. 47-72, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Currículo e processos de aprendizagemensino: políticaspráticas Educa-  
cionais Cotidianas. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez.  
2013.

RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. Edição  
Kindle.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais**: tensões entre cor e amor. EDU-  
FBA, 2018.

SOARES, Conceição. As imagens da escola e as redes de comunicações, conhe-  
cimentos e sentidos. In: BERINO, Aristóteles; SOARES, Maria da Conceição Silva.  
(Org.). **Educação e imagem**: instituições escolares, mídias e contemporaneidade.  
Petrópolis, RJ: De Petrus; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

\_\_\_\_\_. O audiovisual como dispositivo de pesquisa nos/com os cotidianos da  
escola. Dossiê: **Encontros com Imagens, Pesquisa e Educação**, v. 14 n. 1, 2016.

## RACHANDO O CURRÍCULO, VAZANDO POTÊNCIAS E CRIANDO OUTROS MUNDOS

*Will Paranhos<sup>1</sup>*

### RESUMO

O mundo está posto, os “sistemas” hegemônicos existem e não há como escapar das constantes capturas normativas. Por mais que este possa ser - e é - um cenário caótico, persistir na constante - e ininterrupta - resistência acaba por criar um cenário onde lutamos, incansavelmente, contra um “algo” que não podemos perceber de maneira concreta - por mais que sintamos seus reflexos -, mantendo-nos constantemente ocupados nesta tarefa. Há uma boa vida fora desta luta? O que fazemos com aquilo que temos de melhor? O convite feito por Donna Haraway (2016) e Marlene Wayar (2021) é justamente para mudarmos a retórica, revermos nossas práticas e nos atermos àquilo que, de fato, nos possibilita o viver e morrer bem. O presente trabalho relata as etapas de concepção, realização e desdobramentos do minicurso *Rachando as estruturas: a escrita como possibilidade de vazamentos*, realizado durante o *III Seminário Internacional de História e Educação*, ocorrido, em formato remoto, no dia 13 de junho de 2023. O minicurso usou como argumento a tese de Gayatri Spivak (2010), acerca da subalternização epistemológica, e, como forma de escapar de tal lógica, apresentou os quase-conceitos de ficção especulativa, desenvolvidos tanto por Donna Haraway (2011) quanto por Jota Mombaça (2021), e a escrevivência, de Conceição Evaristo (2007), como possibilidades (con)fabulação e insubmissão. Instigados pelo debate, os participantes foram convidados a produzirem fábulas que, posteriormente, foram compartilhadas entre si. Como resultado, os participantes, profissionais da educação, perceberam na escrita uma maneira para criar outros discursos em torno da alteridade, impulsionados pela lógica da fabulação.

**Palavras-chave:** Fabulação, Ficção especulativa, Escrevivência, Currículo.

---

1 Pessoa não-binária, pessoa com deficiência, macumbeira e Pai da Maya. Doutorande no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista CAPES. [wiliamrosindoparanhos@gmail.com](mailto:wiliamrosindoparanhos@gmail.com)

## PERCEBENDO AS RACHADURAS

**P**reliminarmente digitei “criando rachaduras”, a fim de intitular a presente seção. Em sendo as normatizações uma série de estruturas rígidas, que tentam impedir qualquer tipo de maleabilidade, as rachaduras surgem por si só. Logicamente, por meio de uma prática desconstrutiva, podemos incitar a criação de novas fissuras, num movimento de “descolonização interior”, conforme cita Silvia Cusicanqui (2015), levando à insubmissão no interior das subjetividades. No entanto, creio ser muito mais produtivo, partindo da lógica defendida pela indígena boliviana, percebermos as rachaduras que já se estabeleceram, haja vista o movimento agenciado por nosso senti-pensar-estarmos-sendo (Will Paranhos, 2023), que provoca constantes tensões entre nosso desejo e aquilo que nos é permitido fazer/pensar/ser. E quando a rachadura existe, o que pode ocorrer?

**Imagem 1** - Cano vazando



**Fonte:** <https://www.istockphoto.com/br/foto/detalhe-do-cano-quebrado-qm1074493878-287653433?phrase=vazamento&searchscope=image%2Cfilm>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Tenho operado bastante com a ideia de vazamento para pensar um pouco nessa incongruência existente em torno das normas, que não dão conta de normatizar tudo efetivamente, tanto que devem ser constantemente reiteradas, e as potencialidades que existem, mas que, em virtude das normas, acabam sendo

desconsideradas. As normas seriam, numa analogia, um grande cano que tende a segurar e regular a água que por dentro dele passa, levando-a de um lugar a outro. Contudo, a água, a qual penso como se tratando de nossas vidas, ao encontrar uma pequena rachadura tende a vazar com força, criando um movimento que revela nossa potência, conforme tento ilustrar com a Imagem 1.

Partindo daí, tenho me questionado até que ponto temos vazado, temos nos permitido vazar, temos mantido nossas rachaduras e fissuras abertas e expostas, a fim de que, vez ou outra, a pressão possa encontrar caminho para fluir por outros meios, inquietações estas que me aproximam daquilo que Byung-Chul Han (2015; 2023) vem tentando trabalhar em seus escritos a respeito de como introjetamos a lógica neoliberal em nossos cotidianos e experiências, sendo impossível criar momentos onde não estejamos imersas nas capturas que nos impedem de gozar ou ter prazer (Raúl Ferrera-Balanquet, 2015).

Afetade e deslocade por Donna Haraway (2016) e Marlene Wayar (2021), que nos convidam a modificarmos nossa maneira de estar e de expressar-se no mundo, criando meios que tornem possível um bem viver e bem morrer, é que constituí o minicurso *Rachando as estruturas: a escrita como possibilidade de vazamentos*, ministrado no dia 13 de junho de 2023 durante o III Seminário Internacional de História e Educação, em formato remoto, contando com 16 participantes.

O minicurso objetivou abrir caminhos, construir possibilidades e rachar as estruturas rígidas do campo da pesquisa, criando um espaço de discussão e possibilidades em torno da prática da escrita como ferramenta contraproducente que provoque rachaduras no cânone acadêmico-científico. Apesar de ater-se aos aspectos do exercício epistemológico, levando-nos a difratar em torno do modo como temos constituído saberes científicos, acreditei - e ainda acredito - que a atividade poderia facilmente ser tensionada, levando-nos a pensar, também, em outros contextos de nossas vidas.

Em que pese seu referencial teórico, partimos, preliminarmente, da tese de Gayatri Spivak (2010), a qual apresenta uma historiografia das violências epistemológicas que tornaram-nos - e ainda nos tornam - subalternizadas. Posteriormente, abrigamo-nos na “escrivivência” de Conceição Evaristo (2007), como prática que nos leva, primeiramente, a perceber nossos privilégios, o contexto em que nos inserimos, nossas relações com e outre e os vieses que originam-se nesta relação, possibilitando, então, criarmos meios para usar das escritas de vida, fabuladas ou não, como estratégia de insubmissão. Por conta da potência das fabulações, emaranhamo-nos com a ficção especulativa de Donna Haraway (2011) e Jota Mombaça (2021), es quais percebem no “o convite a especular” um meio para “imaginar, sentir, construir algo melhor. Essa é a ideia de mundo na

ficção científica que sempre me atraiu. É uma construção real de mundo” (Donna Haraway, 2011, p. 58).

Deste modo, após a etapa teórica, onde o referencial é apresentado de maneira sintética, es participanties são convidades a reunirem-se em quatro grupos, com quatro integrantes cada, e, naquele momento, dialogarem sobre experiências de violência que teriam vivenciado dentro do contexto escolar, independente se como protagonistas ou espectadories. E facilitadorie percorreu as salas virtuais, a fim de acompanhar as discussões e, ao final do tempo estabelecido, fez o convite: “Imaginem que vocês têm a possibilidade de mudar as experiências que vivenciaram, de transformar completamente o contexto escolar que, por vezes, é tomado por atos de violência. Vocês têm o poder de mudar tudo como em um passe de mágica, criando um currículo e um cotidiano escolar que poderia ser chamado de ‘perfeito’. O que vocês fariam?” (*sic*).

A partir deste momento, es participanties devem, por meio da escrita especulativa, da fabulação, do exercício da imaginação, criar uma história onde outros enredos sejam possíveis, enredos estes que devem ser constituídos com base em seus desejos mais genuínos, não raro aqueles que são abandonados logo no princípio, quando metafisicamente bradamos em nome da realidade, onde sonhos são impossíveis. Quatro fábulas foram criadas e apresentadas, ao final, para o grande grupo, mas, para fins deste relato, atenho-me somente a uma delas.

O conto *Akin: em busca de uma história* foi escrito por um grupo formado por quatro integrantes, duas delas estudantes de pedagogia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) - Campus Angicos (RN), uma doutoranda em educação na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) (RS) e uma professora de escola básica. Akin é, segundo as autoras, um nome de origem lorubá que significa valente, guerreiro, herói, motivo pelo qual foi escolhido para ser título da história e nomear a personagem principal.

Morando na cidade de Imaginação, Akin era uma criança que adorava estudar. Certo dia, durante uma atividade, a criança viu-se frente a seguinte questão: qual seu livro favorito? Akin, que já havia lido vários livros, percebeu-se diante de um “beco sem saída”, afinal ele não tinha um livro favorito. Sua professora, ao perceber a ansiedade em que se encontrava, se aproximou para tentar entender o que acontecia. Akin contou a ela que não sabia o que responder, pois não tinha um livro de que mais gostava.

Apesar de seu apreço pela leitura, Akin contou que nunca sentiu-se realmente feliz ao finalizar uma obra, pois não percebia-se representado nela. Para ele, era muito difícil imaginar o “mundo do faz de conta”, pois as personagens não se pareciam com sua imagem. Akin era uma criança negra, pobre e órfã, que vivia



em uma casa de acolhimento para crianças e jovens em situação próxima a dele. Além disso, por conta de uma doença que acometeu sua mãe durante a gestação, Akin nasceu com deficiência auditiva e, por tal razão, comunicava-se por Libras.

A professora pediu que, então, Akin permanecesse na sala, mesmo após as outras crianças irem embora. Como combinado, ele ficou. A professora então o chamou até sua mesa e, sobre ela, colocou um pano que parecia cobrir alguma coisa. Ao desembulhar, Akin se deparou com um lápis que, aos seus olhos, parecia-se como qualquer outro. No entanto, a professora disse que aquele era um lápis mágico e que, quando fosse utilizado, as histórias por ele escritas tornariam-se realidade.

Em posse do lápis, Akin começa a escrever histórias, onde as personagens representam um pouco dele mesmo. Dentre estas, a mais marcante era a do dia em que a criança começava a frequentar uma nova escola onde todas as pessoas sabiam falar por língua de sinais. Naquele dia, ocorria uma festa com várias apresentações culturais e Akin seria a grande estrela, pois seria o ator principal de uma peça de teatro. Ao final do espetáculo, ele é aplaudido de pé pela plateia e recebe uma chuva de flores.

Apesar de ser uma história que, aparentemente, volta-se ao público infantil, o movimento produzido por Akin nos possibilita borrar as fronteiras entre imaginário e realidade, num espaço onde tudo é possível. Nela, não existe a limitação na formação em Libras ou mesmo uma prática de inclusão que não ocorra em sua totalidade. Ademais, a possibilidade de escrever histórias remonta à escrivência de Conceição Evaristo (2007), onde a personagem, mesmo que ficcionalmente, assume protagonismo e distancia-se das marcas do racismo, do adultocentrismo e do capacitismo.

Em que pese o contexto do currículo e da escola, a fábula de Akin permitiu-nos militar por uma “reconstrução especulativa do mundo e assim para mundos possíveis, materiais, afetivos, práticos na situação detalhada e concreta do *aqui*” (Donna Haraway, 2011, p. 59), o que é possível no instante em que não somos tolhidos pelo peso da realidade que dilacera qualquer possibilidade de imaginação. Ademais, quando nos colocamos a resolver algum problema, é a realidade que nos impede de imaginar soluções, justamente por as avaliarmos pela régua da possibilidade. O impossível, porém, nos permite criar meios que não se preocupam com o concreto e, neste exercício, surgem vários caminhos que podem ser adaptados e utilizados em nossas experiências de vida, conforme defende Jota Mombaça (2021).

A grande maioria de nós já sonhou com algo que hoje é tido como impossível. Porém, por qual razão não pensar nessas possibilidades, não distanciar-se da

máquina de colonizar sentimentos e pensamentos e abrir-se ao irreal? Apesar de não ser meu foco de pesquisa, gosto muito de voltar-me à infância para pensar nas potencialidades que, ao longo da vida, foram sendo esquecidas, as rachaduras que foram sendo coladas, remendos que foram feitos a fim de garantir que a água siga seu fluxo “correto”.

O exercício de fabular permite-nos “construir memórias de futuro em nosso presente” (Fernando Gonçalves, 2023, p. 311), criando quebras na linearidade incutida pelo pensamento ocidental, constituindo rearranjos que afetem-nos em nossas experiências e tornem possível pensar em outros modos de senti-pensar-estarmos-sendo (Will Paranhos, 2023) no mundo, por meio de um constante vazar-se.

## REFERÊNCIAS

CUSICANQUI, Silvia Riveira. **Sociología de la imagen**: ensayos. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

EVARISTO, Conceição. Da grafiadesenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

FERRERA-BALANQUET, Raúl M. Navegar rutas erótica decoloniales rumbo a relatos ancestrales karibeños. In: FERRERA-BALANQUET, Raúl M. et al. **Andar erótico decolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015.

GONÇALVES, Fernando. Corpo, memória e fabulação anticolonial nas colagens visuais de Gê Viana. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 293-313, 2023. DOI: 10.29146/eco-ps.v26i2.28069.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2015, 136p.

HAN, Byung-Chul. **Vita contemplativa ou sobre a inatividade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2023.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. **Horizontes antropológicos**, v. 17, p. 27-64, 2011.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021, 144p.

PARANHOS, Will. “EMARANHAMENTOS CUIR”: Teorizar a partir de uma ontoepistemologia das localizações. In: **VI Seminário Internacional Desfazendo o Gênero**. Vitória da Conquista, BA, 2023.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WAYAR, Marlene. **Travesti**: una teoría lo suficientemente buena. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Muchas Nuances, 2021.

# “APRENDI QUE A COR DA MINHA PELE ME BENEFICIA E ME DÁ PRIVILÉGIOS”: OS SENTIDOS SUBJETIVOS PRODUZIDOS POR ESTUDANTES DE PSICOLOGIA ATRAVÉS DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES RACIAIS

*Victor Hugo Brandão Meireles<sup>1</sup>*

*Pedro Braga Carneiro<sup>2</sup>*

*Norma da Luz Ferrarini<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

**É** sabido que há uma hierarquia no processo de ensinar, naquilo que se pode transmitir como conteúdo necessário para uma determinada disciplina e área de conhecimento. Há implicações da identidade da pessoa que a escreve. Não é mais sobre o conteúdo, o conhecimento ou a pesquisa, é sobre quem a escreve. Escrever aqui pode ser no sentido de planejar a disciplina, escolher autores(as) e textos, vieses das abordagens dos temas e conteúdo, ações didáticas e avaliativas. O que bell hooks nos diz é que a historicidade de uma educação científica produzida nos moldes do ensino superior é perpassada pelas diferenças. É uma educação que reproduz as necessidades contraditórias da sociedade? Essa hierarquia é o que bell hooks (2013) chama de classes intelectuais, “[...] nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar público.” (bell hooks, 2013, p. 90).

Como isso implicaria questionar como (re)educar um corpo docente de um curso de Psicologia, partindo da constatação do predomínio de docentes e de autores (as) pertencentes a uma hierarquia de classe intelectual branca, patriarcal e cisheteronormativa presente nesse espaço e nesse fazer profissional? Como exemplo, bell hooks (2013, p. 90):

1 Doutorando em Psicologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, [meireles0001@gmail.com](mailto:meireles0001@gmail.com)

2 Doutorando em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, [pedrobcarneiro@gmail.com](mailto:pedrobcarneiro@gmail.com);

3 Pós-doutorado em Psicologia. Professora Titular da Universidade Federal do Paraná, [normadaluz@gmail.com](mailto:normadaluz@gmail.com).

Imagine a mudança que aconteceu dentro dos movimentos feministas quando as estudantes, mulheres em sua maioria, entraram nas aulas de Estudos da Mulher e leram o que lhes diziam ser teoria feminista, mas descobriram que aquilo que liam não tinha sentido, não podia ser entendido, não tinha ligação nenhuma com as realidades “vivas” fora da sala de aula.

Provoca-se pensar que as diferenças são produzidas e reproduzidas pelos espaços de realidades que, objetivamente e subjetivamente, se constroem nas relações sociais que são marcadas por raça, classe e sexo/gênero. Não tem como falar de teoria se não olhar para a realidade que contempla não somente pessoas brancas que fazem teorias para pessoas brancas, mas pessoas pretas e pardas que fazem teorias para pessoas pretas e pardas, para pessoas LGBTQ+, para pessoas com deficiência e assim por diante. E como fica a Psicologia diante desta problemática na formação de discentes e futuros profissionais?

A subjetividade é um sistema simbólico-emocional ligado à cultura, configurado por sentidos subjetivos desenvolvidos em vivências e experiências da pessoa em diferentes espaços sociais atravessados por marcadores sociais de raça, de classe e sexo-gênero que permeiam a subjetividade de docentes e discentes no curso de suas diferentes ações e interações (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

E como forma de apreender essa dialética entre papéis sociais produzidos, reproduzidos e expressos em um contexto social de ensino superior, a consubstancialidade permite explicá-los em uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica, cuja sua ‘unidade de substância’ aponta para leitura da realidade social na sua dinâmica e complexidade das relações sociais que se entrelaçam de maneira recíproca, expressando subjetividades que se constituem na trama social através das categorias de raça, classe e sexo/gênero (KERGOAT, 2010).

Esta pesquisa, em andamento, trata-se de um relato de experiência docente que expressa contribuições da disciplina de Psicologia e Relações Raciais na formação de estudantes de um curso de graduação em Psicologia de uma instituição privada em Curitiba. Seu objetivo foi analisar os sentidos subjetivos expressos por estudantes e seus impactos em suas configurações subjetivas sobre o marcador social “raça”. Foram utilizados os instrumentos de redação e da ‘caixa de sentimentos’ disponibilizada ao final de três aulas consecutivas ministradas sobre temáticas da “historicidade do processo da escravidão no Brasil”, a “historicidade dos censos raciais e identidade nacional” e trabalho em sala de aula sobre “quais as relações do branqueamento com as aulas anteriores da disciplina” para duas turmas dos períodos matutino e noturno, onde estudantes escreviam como se sentiram durante a aula. Essa produção foi anônima e voluntária. Todavia, por

se tratar de um resumo expandido, será apresentado um recorte dessa pesquisa, focando somente nas redações.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi a construtivo-interpretativa de Fernando González Rey que se apoia na Epistemologia Qualitativa e na Teoria da Subjetividade do mesmo autor. Permitiu buscar a legitimidade do conhecimento produzido pelo professor durante o percurso da disciplina e a sua relevância e especificidade como uma produção teórica na sua relevância social e científica (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

A disciplina de Psicologia e Relações Raciais é ministrada pelo autor principal desta pesquisa, o qual se autodeclara enquanto homem, negro, cisgênero e gay. Ela foi ofertada pela primeira vez no segundo semestre de 2023. Na grade curricular, ela é obrigatória e acontece no início do curso, para calouras(os/es) do primeiro período em conjunto com segundo e terceiro períodos. Portanto, é uma disciplina que contempla mais de uma turma ao mesmo tempo. Estavam matriculados(as) 47 alunas(os/es) no período matutino, sendo 21 calouras(os/es), 19 do segundo semestre e 7 do terceiro. Já no noturno temos 68 no total, sendo 21 do primeiro semestre, 25 do segundo e 22 do terceiro, totalizando 115 alunas(os/es) matriculados(os/es) nessa disciplina. Para a turma da manhã ela é ofertada todas as quintas-feiras das 8h às 11h30min e para turma da noite às sextas-feiras das 19h às 22h30min, com seu início dia 17 e 18 de agosto e término 7 e 8 de dezembro de 2023.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na segunda aula que ocorreu no dia 25/08 com a turma da noite cujo tema previsto era sobre processo da escravatura no Brasil, ocorreram diversos acontecimentos de racismo em sala de aula. Alguns discentes autodeclarados brancos e brancas trouxeram questões emocionais que os atravessam naquele momento, como incômodo quando as pessoas negras alertam os mesmos sobre palavras racistas e a solicitação para a não utilização delas, porém sem indicarem o caminho onde devem pesquisar e aprender mais a respeito. Nesse contexto, após muitas tentativas, o professor pediu que trouxessem para a aula seguinte, 1º de setembro, a seguinte questão respondida por escrito e de forma anônima: “Por que uma disciplina de relações raciais é importante para um curso de Psicologia?”. Diante de várias objeções e embates, foi proposto de que a redação fosse voluntária.

Na aula do dia 01/09 somente três estudantes trouxeram a redação escrita à mão e bastante diferentes uma da outra. Todavia, compartilharemos apenas duas redações que são mais apropriadas ao objetivo do texto. A primeira redação é de uma pessoa autodeclarada do sexo/gênero feminino, branca e cisgênera do primeiro período, a qual leva o título deste resumo. Sua redação tem uma característica diferente das outras duas, pois se aprofunda mais em sua perspectiva pessoal sobre assunto. É um texto que narra seu salto qualitativo sobre seu próprio processo de construção de sua identidade racial branca formulada pelos privilégios da branquitude.

O início demarca sua expectativa sobre a disciplina e o que esperava aprender com ela, assim como sua percepção de raça: “Há três semanas, eu esperava aprender mais sobre a cultura das pessoas negras e sua história. [...] Esperava aprender mais sobre empatia.” (PARTICIPANTE 1, 2023). Em seguida discorre sobre o atual momento, a mudança:

Hoje, tenho outras percepções e observei equívocos. Aprendi que não tenho que achar<sup>4</sup> ou esperar<sup>5</sup>. Aprendi que o ‘problema racial’ não é das pessoas negras. Aprendi que faço/sou parte dessa trama hostil. Aprendi que a cor da minha pele me beneficia e dá privilégios em nossa sociedade, mesmo que eu não esteja ciente ou me negue a perceber. Aprendi que o receio acaba utilizando uma palavra errada ou que a vontade de ser uma pessoa empática, não anula o racismo arraigado em meu ser. Aprendi que ser contra a segregação racial não basta, não me torna nobre, não é suficiente para proporcionar alguma mudança. Aprendi que meu dever é buscar ferramentas que me fornecerão autonomia para me posicionar contra o racismo e encontrar soluções, pois o aprender é necessário, mas o fazer é transformador. Aprendi que ainda tenho muito o que aprender. Contudo, em poucas semanas, já não sou mais a mesma. Sou grata pelas aulas que o professor tem nos permitido vivenciar e permaneço na inquietação por viver as demais.

A segunda redação foi escrita por uma pessoa autodeclarada sexo/gênero masculino, branco e cisgênero e que teve falas racistas na segunda aula:

A psicologia e relações raciais, aborda questões relacionadas à discriminação, preconceitos, estereótipos, desigualdades raciais, e o branqueamento como método de ser inserido em um sistema de branquitude. Trazer o conceito de algo ou palavra, se diz muito sobre essa palavra. Quando a psicologia traz o conceito de raça, no sentido

4 Sublinhado no próprio texto escrito à mão.

5 Sublinhado no próprio texto escrito à mão.

de origem, aponta a importância da abordagem. Para alguns, são poucos, o processo da escravidão no Brasil, já não deveria ser lembrado, no intuito de realmente esquecer este processo, no entanto trazer a memória faz necessário para que as pessoas entendam que ainda que a escravidão na prática, já não exista mais, a diferenciação que levou a esta prática ainda existe. Uma fala disfarçada, um olhar e atitudes, são práticas de um resquício deste processo. O comportamento humano e as interações sociais são afetadas pelas percepções, preconceitos e discriminação racial. O acadêmico em psicologia, através desta matéria aprenderá não somente a atuar com pessoas racializadas, mas também promover a igualdade racial e sensibilização para questões raciais na prática clínica.

A primeira redação expressa o processo da construção de novos sentidos subjetivos oriundos da experiência da disciplina sobre pensar reflexivamente a sua posição na formação de uma identidade racial. Desta forma, permitiu-se produzir um novo caminho para compreensão de sua configuração subjetiva sobre raça por antes não se colocar conscientemente como parte da construção das relações raciais, isto é, não via sua identidade racial branca como raça.

Isso vai de encontro com a segunda redação, no qual ao final dela ao ser dito “[...] O comportamento humano e as interações sociais são afetadas pelas percepções, preconceitos e discriminação racial. O acadêmico em psicologia, através desta matéria aprenderá não somente a atuar com pessoas racializadas. [...]” compreende-se a confusão entre haver um comportamento humano que carregue na subjetividade as tramas sociais e a atuação da psicologia com pessoas racializadas, que se subentende sejam pessoas negras. Há mais uma forma de compreender os sentidos subjetivos desse estudante, como não se colocar como parte do problema e isolar a análise a respeito.

A branquitude se estrutura sistematicamente enquanto uma identidade racial através da materialidade simbólica gerada inicialmente com o colonismo e imperialismo (SCHUCMAN, 2014), isto é, historicamente construída para que simbolicamente produza posições sociais de privilégio a um grupo em detrimento de outros. Consequentemente, é uma identidade baseada na relação de dominação-exploração com outros fenômenos sistematicamente estruturados na sociedade, como patriarcado e o capitalismo.

Desta forma, os sentidos subjetivos produzidos no vivenciar sua identidade racial pode expressar a contradição do não se enxergar pertencente a uma identidade por a mesma ter sido colocada como invisível, por ser naturalizada, como explicam os estudos sobre pensamento psicológico racial no Brasil, em que a



medicina utiliza-se do determinismo biológico para explicar somente as pessoas negras (DOS SANTOS; SCHUCMAN e MARTINS, 2012).

As configurações subjetivas de raça dos dois estudantes expressaram o seu valor subjetivo singular sobre a mesma experiência, constituindo as articulações de sentidos subjetivos pertencentes a sua história de vida. Evidencia que um teve maior articulação com a produção de novos sentidos subjetivos ao perceber fazer parte das relações raciais com sua identidade racial branca; já o outro distancia-se da compreensão de pertencer a uma raça, a branca. Por isso, os sentidos subjetivos expressam a história de vida de cada sujeito e que nesse caso ambos são atravessados, em diferentes níveis e contextos, sobre o racismo sistematicamente estruturado, dando espaço para que suas configurações subjetivas sobre raça permaneçam estáveis ou promovem mudanças com uma disciplina sobre relações raciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se a importância para uma formação antirracista no curso de Psicologia, a implicação de estudantes no processo de transformação social não somente da posição em aprender, mas de refletir criticamente sobre a realidade marcada pelas diferenças. Isso, considerando o pacto narcísico da branquitude, o epistemicídio de autorias negras nos currículos escolares e universitários, e a sub-representação de pessoas negras nos espaços docentes e gestores dos processos educacionais. Não é de se admirar que a proposta de estudos sobre relações raciais, que tanto revelam sobre nossa história, cause estranhamentos, desconfortos, e uma série de afetos e mobilizações. “Aprender ‘dói’, tanto do ponto de vista psíquico, no sentido de se apropriar do novo e de reestruturar seu pensamento a partir deste, quanto do ponto de vista social”, aponta Pinheiro (2023, p. 80).

Deste modo, reforça-se o papel transformador da educação, preconizado por bell hooks como um ambiente (apesar das crises e dificuldades) capaz de promover o pensamento crítico, questionando as desigualdades e injustiças de um sistema de dominações, e possibilitando sua transformação (bell hooks, 2020). Além disso, na formação de novos sentidos subjetivos e configuração subjetivas racializadas que coloquem as pessoas brancas – enquanto futuros(as/es) psicólogos(as/es) – parte da sistemática estrutura em que as privilegiam em posições que tornam um pacto não falado, com suas contribuições simbólicas perpassadas pelo preconceito e a discriminação, isto é, não existe uma psicologia antirracista sem que as pessoas brancas também falem das suas posições de privilégios.

**Palavras-chave:** Relações Raciais, Sentidos Subjetivos, Psicologia, Formação Antirracista.

## REFERÊNCIAS

bell hooks. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013. 283p.

bell hooks. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.** São Paulo: elefante, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações Raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os).** Brasília, CFP, 2017.

SANTOS, A. DE O. DOS.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012.

GONZÁLEZ REY, F.; MARTÍNEZ, M. A. **Subjetividade, teoria, epistemologia e método.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

# EDUCAÇÃO PELOS PARES: INVESTIGANDO O PREP NA ERA DA GAYCIDADE

*Vinicius Augusto Fernandes Pereira*<sup>1</sup>  
*Thiago Ranniery*<sup>2</sup>

## RESUMO

Dentre as características contemporâneas de produção de sexo, as “novas tecnologias do corpo” difundiram-se, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, inaugurando uma nova forma de viver, pensar e disciplinar os corpos. Neste contexto, inspirado em Paul B. Preciado, esta investigação procura debruçar-se nas diretrizes curriculares da formação dos educadores de pares, esses que fazem a ponte entre a política pública da Profilaxia Pré Exposição (PrEP) e os indivíduos com frequentes situações de exposição ao HIV e com diferentes formas de práticas sexuais, para tentar entender o processo de desidentificação da homossexualidade em detrimento à produção vigente da “gaycidade” em questão. Com a necessidade de habitar a “categoria gay”, o estilo de vida farmacopornográfico surge como uma possibilidade atraente de inteligibilidade. Da mesma forma que, na segunda década do Século XXI a Profilaxia Pré Exposição (PrEP) emerge em um contexto científico de saúde, como meio de prevenção ao vírus do HIV/AIDS, ao mesmo tempo, define um novo regime de gestão e controle do vivente, a fim de disciplinar os corpos e não mais de permitir que esses corpos permaneçam nos espaços disciplinadores, conforme alinha o conceito preciadiano.

**Palavras-chave:** farmarcopornografia, educadores de pares, PrEP, sexualidade, vírus.

1 Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrante do Laboratório de Estudos Queers em Educação (LEQUE/FE/UFRJ), [vinicius.augustofp@gmail.com](mailto:vinicius.augustofp@gmail.com);

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos Queers em Educação (LEQUE/FE/UFRJ), [t.ranniery@gmail.com](mailto:t.ranniery@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) é uma das novas biotecnologias de prevenção ao HIV/Aids<sup>3</sup>, que consiste no uso de antirretrovirais<sup>4</sup> (ARV) antes de alguma exposição sexual desprotegida. Já foram atestadas a segurança e eficácia da PrEP entre homens que fazem sexo com outros homens (HSH) nas diferentes vias de administração, uso diário, sob demanda<sup>5</sup> e injetável. A PrEP começou a ser distribuída pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Janeiro de 2018, prioritariamente destinada às populações mais vulneráveis à infecção pelo HIV, gays, homens que fazem sexo com homens (HSH)<sup>6</sup>, pessoas trans (TG) e trabalhadoras(es) do sexo, com objetivo de reduzir a transmissão do vírus do HIV, todavia, para que haja eficácia nesta estratégia de prevenção, faz-se necessária a ampliação do acesso dessas populações, acolhendo-as na sua integralidade e garantindo seus direitos à saúde de qualidade. No Brasil, na última década, com fulcro nos dados oficiais do Governo Federal a população de pretos e pardos, os jovens com mais escolaridade e os HSH, fazem parte do grupo que lideram as notificações da infecção. O somatório dos casos de AIDS notificados ao SINAN<sup>7</sup> de 2013 a Junho/2023 em pessoas pretas e pardas é de 120.027, já os casos em pessoas brancas perfazem 84.968, revelando uma diferença de 17,10% entre as duas populações. Dados oficiais de 2023, de Novembro/2023 a 31/10/2023 mostram que 72.865 pessoas iniciaram o uso da PrEP, destes a maioria das pessoas

3 HIV é um retrovírus, classificado na subfamília dos Lentiviridae e é uma Infecção Sexualmente Transmissível. A aids é a doença causada pela infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV é a sigla em inglês). Esse vírus ataca o sistema imunológico, que é o responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. O vírus é capaz de alterar o DNA dessa célula e fazer cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção.

4 Os medicamentos antirretrovirais (ARV) surgiram na década de 1980 para impedir a multiplicação do HIV no organismo. Esses medicamentos ajudam a evitar o enfraquecimento do sistema imunológico. Por isso, o uso regular dos ARV é fundamental para aumentar o tempo e a qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV e reduzir o número de internações e infecções por doenças oportunistas.

5 O esquema se inicia com i) 02 (dois) comprimidos que devem ser tomados de 2 a 24 horas antes da exposição sexual, seguidos de + ii) 1 (um) comprimido após 24 horas do ato e + iii) 1 (um) comprimido depois de 48 horas.

6 Sigla referente a homens que mantêm freqüentemente ou esporadicamente relações sexuais com outros homens, independente de terem identidade sexual homossexual. É um termo bastante utilizado no campo da saúde pública, principalmente em relação à AIDS porque o mesmo se refere à prática sexual e não à identidade sexual. Da mesma forma, em relação a mulheres nessa situação, cujo termo correto a ser utilizado é “mulheres que fazem sexo com mulheres”- MSM.

7 O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017)

eram não negras (56%), de 30 a 39 anos de idade (41,7%) e com  $\geq 12$  anos de escolaridade (71%). Revela-se, destarte, que há evidente disparidade entre quem consegue alcançar o acesso a PreEP, de quem de fato está em maior situação de vulnerabilidade ao HIV/AIDS.

Neste contexto, para o cumprimento desse desafio de ampliação, surge os educadores de pares. Como o próprio nome já sugere, educação entre pares é um processo de ensino e aprendizagem em que pessoas atuam como facilitadoras de ações e atividades com e para outras pessoas, ou seja, os pares. Esse termo, veio do inglês *peer educator*<sup>8</sup> e é utilizado quando uma pessoa fica responsável por desenvolver ações educativas voltadas para o grupo do qual faz parte.

Quando se propõe um modelo de aprendizagem como esse, a idéia, a priori, é que sejam as próprias pessoas que se responsabilizem, tanto pela troca de informações quanto pela coordenação de atividades de discussão e debate junto a seus pares, que são pessoas das populações HSH e TG, no intuito de promover ações de mobilização e educação comunitária, fazendo a imprescindível ponte entre a política pública e quem necessita dela, ou seja, trazer a população que detém maior risco de exposição do HIV e concomitantemente o menor acesso aos serviços de saúde.

## METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Para tentar entender o processo de desidentificação da homossexualidade, onde “as escolhas sexuais, devem ser ao mesmo tempo criadoras de modo de vida, na quais, essas escolhas se difundem através da vida toda e também é determinanda à rejeitar os modos de vida propostos” (FOUCAULT, 2013, p. 112), em detrimento à produção vigente da “gaycidade”, onde as práticas homossexuais dissidentes de outrora, se esvaírem, como dispara:

[...] Esta gaycidade se constitui em um conjunto de fonteiras que são rastreáveis através da função aglutinante e purgativa da injúria iumpulsonada não apenas por heteros, mas também por gays normativos, gays convocados a sustentar certos arranjos normativos. (THEUMER, CARRILLO, 2022, p. 147)

Este trabalho irá se debruçar na análise dos discursos dos i) documentos de formação dos educadores de pares, que foi promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em parceria com ONG's LGBT's; no ii) procedimento operacional

8 Traduzido pelo Dicionário Inglês-Português “Linguee” – “educador de pares”

padrão (POP), que é uma descrição detalhada de todas as ferramentas para a realização de determinada tarefa, criada igualmente em conjunto, e iii) também, possivelmente, nos materiais de divulgação e publicidade da PrEP.

As discussões permearão pelas contemporâneas produções de sexo, sobretudo, com as novas tecnologias do corpo, que inauguram uma nova forma de viver, pensar e disciplinar os corpos. Com a necessidade de habitar a “categoria gay”, o estilo de vida farmacopornográfico surge como uma possibilidade atraente de inteligibilidade, concomitantemente com o regime de gestão e controle do vivente, a fim de disciplinar os corpos e não mais de permitir que esses corpos permaneçam nos espaços disciplinadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em fase preabular, este trabalho é movido pela indagação que me inquieta: como a formação dos educadores de pares da PrEP no Rio de Janeiro, participa da atualização do dispositivo biopolítico da sexualidade?

O antropólogo, poeta e anarquista argentino, Néstor Perlongher preludia sobre a forma de controle dos corpos a partir do SIDA, síndrome da imunodeficiência humana, no seu ensaio *El Fantasma del SIDA*, entalha que, por consequência da revolução sexual difundida nos anos 70, a medicalização do corpo homossexual tem como produto direto a higienização e a sanitização das práticas sexuais. Sobre esse emaranhado:

Na medida que ia sendo “tolerada”, a homossexualidade estava sendo “modelada”. Uma vez que ela, tão maldita, acedia aos saquões dos gozos tolerados, é como se tivesse que se mostrar capaz de integrar-se disciplinadamente nas grades de uma normalidade ampliada. Isso implica, por um lado, a ruptura das marginais como as quais, nos tenebrosos corredores do submundo, se mistura alegremente. Por outro lado, essa cisão também ocorrerá em relação a outros gêneros mais “clássicos” (bixas, travestis e todo o folclore “ativo/passivo”). Ruptura com as “homossexualidades populares”; instalação em ghettos dourados de gays plásticos e bem educados, tal é o preço da luz (PERLONGHER, 1988, p.76)

Trago para discussão o poeta, fazendo uma alusão baseada no SIDA para refletirmos que no meio do percurso da política pública, no hiato da formação desses educadores de pares emergi o dispositivo de desidentificação da homossexualidade que, afaga e faz parte do âmago da PrEP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda pensando sobre o nascedouro das minhas indagações, questionamentos, partindo da premissa que no Brasil, a PrEP é uma política pública, gratuita e de acesso plural, reflito sobre os desafios e enfrentamentos em escoar para as margens o alcance da política pública. Logo, com a deficiência da circulação deste contraceptivo, justamente nas camadas que mais deveriam acessá-la, e com a disponibilidade irrestrita a grupos privilegiados, e também investigando os formatos da formação desses Educadores de Pares, significa dizer que podemos mapear as características inerentes aos usuários da profilaxia, e inquirir: Como uma perspectiva biopolítica pode iluminar o *Sujeito Preper* e como, neste desdobramento social, emerge o

elemento farmacopornográfico? Proponho uma pedagogia da obstinação, que margeia a PrEP na busca infrutífera do ensino-aprendizagem neste ambiente não escolar. Onde as fabulações da formação desses educadores de pares também não está contida nas ciências humanas, muito menos nas ciências ditas “sociais” e que a cada dia, gradativamente, vem sendo expurgada das ciências da saúde. Não devemos desconsiderar tais currículos, pois têm “uma grande capacidade de sedução, de fazer desejar coisas, de mudar percepções e modelar condutas” (Paraíso, 2010a, p. 35) a brilhante ruptura epistemológica proposta pela autora me inquieta, ainda mais considerando que tais aprendizados “não podem ser desconhecidos pela educação” (Paraíso, 2004, p.60).

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento é sempre algo mais intrínseco, pensar que seria impossível chegar em qualquer parte de uma trajetória sozinho.

Pensar na possibilidade de ser grato ao Sr. Sérgio e a Dona Iracema (pai e mãe) e ao meu irmão, Victor Augusto, pela minha ausência, em detrimento da dedicação atribuída; pelas ligações; pelo apoio moral; pela formação; pelas risadas, pelos almoços, pelos feijões cozidos, pela dedicação e sobre tudo pelas oportunidades que eles renunciaram para que eu pudesse seguir. Amo vocês!

Ao meu parceiro, namorado, amigo e aliado de pegações, Victor Meira, sem ombro e sua escuta sempre foram cruciais para minha trajetória. Bom saber que tenho vc ao meu lado, na mesma expectativa, com todo nosso alinhamento que acaba sendo desalinhado. Te Amo!

A minha amiga dessa e de todas as outras vidas que posso ter, Sara Raimundo, que saiu desse plano de forma repentina, mas que deixou seu legado não só para

mim, mas por todos que passaram por ela. Obrigado amiga, vc me inspira e me dá força pra seguir. Sinto sua falta! Amo você!

Ao meu orientador, Thiago Ranniery, que compartilha da mesma velhice social que eu, agradece-lo em especial por ter me dado atenção, quando eu precisava dela, por ter feito parte, como um dos atores principais, de toda essa odisséia acadêmica que inventei. Obrigado, você mora no meu coração meu amigo!

Ao Bafo/LaNEC/UFRJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Ética e Diferença, pela acolida, risos, discussões e pela incitação para despertar o que sempre almejei. Obrigado a cada um de vocês! A UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, esta que, pra mim era uma utopia adolescente, hoje tornando-se realidade.

Por último, mas não menos importante, agradecer aa ABETH - Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura e todos que me atencederam e alicerçaram as vigas da minha edificação.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **HISTÓRIA da Sexualidade 1: A vontade de saber:** tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4<sup>o</sup>. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. cap. V, p. 145-174. ISBN 978-85-7753-294-0.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade:** tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (Brasil). Secretaria de Saúde. Glossário – LGBT. [S. l.], 29 nov. 2023. Disponível em: [rb.gy/w8xj6w](http://rb.gy/w8xj6w). Acesso em: 29 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). UNESCO. Centro de Saúde e Educação. In: **Metodologia de educação entre pares.** [S. l.], 29 nov. 2023. Disponível em: <https://healtheducationresources.unesco.org/library/documents/metodologia-de-educacao-entre-pares>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). SINAN. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação.** [S. l.], 7 mar. 2016. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/o-sinan>. Acesso em: 29 nov. 2023.



MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Indicadores e Dados Básicos do HIV/AIDS nos Municípios Brasileiros.** [S. l.], 29 nov. 2023. Disponível em: <http://indicadores.aids.gov.br/index.php>. Acesso em: 29 nov. 2023.

PARAÍSO, M. A. (2004). **Contribuições dos estudos culturais para a educação. Presença Pedagógica**, 10(55), 53-61

PARAÍSO, M. A. (2010a). Apresentação. In M. A. Paraíso (Org.), **Pesquisas sobre currículos e culturas** (pp. 11-14). Editora CRV.

PERLONGHER, Néstor. **O que é AIDS.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, Paul B. A era farmacopornográfica. In: **TESTO Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica:** traduzido por Maria Paulo Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2018. cap. 2, p. 25-57. ISBN 978-85-66943-53-5.

THEUMER, Emmanuel; CARRILLO, Marco Chivalán. Bixas em um cenário pós-gay. In: RUCOVSKY, Martin de Mauro; AXT, Bryan (org.). **Metafísicas sexuais:** canibalismo e devoração de Paul B. Preciado na América Latina. 1. ed. Salvador, BA: Devires, 2022. cap. 9, p. 147-161. ISBN 978-65-86481-66-2.

ISBN: 978-85-61702-97-7



**ST 12 - FAZENDO (O)  
DIREITO: A SUBVERSÃO E  
RESSIGNIFICAÇÃO DAS NORMAS  
JURÍDICO-POSITIVAS E DO  
DIREITO EM PROL DE UMA  
CIDADANIA IGUALITÁRIA**



# QUE DEMOCRACIA E QUAIS HUMANOS DE DIREITOS? EDUCAÇÃO EM DIREITOS E IDENTIDADES MARGINALIZADAS

*Iuli do Carmo Melo<sup>1</sup>*

## RESUMO

Como efetivar uma educação em direitos que considere as identidades marginalizadas? Essa é a pergunta que orienta essa escrita centrada em pautar a reivindicação de humanidade, pessoas historicamente compreendidas como sub-humanidade em processos de aniquilamento social. Diante das ameaças contemporâneas à democracia e do surgimento de direitas radicais, é essencial repensar nossa abordagem à educação em direitos, garantindo a inclusão na sua integralidade. Recorrendo a uma perspectiva decolonial, proponho uma revisão crítica do legado colonial presente em currículos e práticas pedagógicas. A integração de histórias e contribuições de grupos subalternos, promovendo interculturalidade e compreensão crítica do colonialismo. A universalidade dos Direitos Humanos, ao invés de excluir, deve ser empregada como ferramenta de inclusão, dignidade e reparação histórica. Inspirando-se em trabalhos como os de Maria Ferrão Candau, Susana Beatriz Sacavino (2013), trago a abordagem da “Educação para o Nunca Mais” que ressalta a necessidade de confrontar injustiças históricas, incentivando a reinterpretação crítica da história. Para concretizar essa visão, a formação docente deve ser aprimorada, com ênfase em direitos humanos, diversidade e inclusão. A participação comunitária, sobretudo de comunidades marginalizadas, é vital para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos, Democracia, Justiça Social, Identidades marginalizadas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. [Iulimelo22@gmail.com](mailto:Iulimelo22@gmail.com) (<http://lattes.cnpq.br/6043331901563774>)

# “A GENTE NUNCA CHEGA LÁ”: PRÁTICAS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE MULHERES DOCENTES EM ESCOLA DE DIREITO NO SUL DO BRASIL

*Grazielly Alessandra Baggenstoss<sup>1</sup>*

*Maria Juracy Filgueiras Toneli<sup>2</sup>*

*João Manuel Calhau de Oliveira<sup>3</sup>*

## RESUMO

Entender os processos de subjetivação em determinados campos educacionais e formacionais é extremamente relevante para a compreensão da visão de mundo que determinadas profissões reproduzem e quais os seus efeitos nos corpos políticos. Com essa ideia, considera-se de urgência a reflexão sobre as práticas produzidas em cursos jurídicos, em que se operam as tecnologias coloniais de Estado. Nesse cenário, a proposta deste trabalho é buscar cartografar as práticas orientadas por normas de gênero na subjetivação de docentes de Curso de Graduação em Direito de uma universidade pública no Sul do Brasil. Para tanto, realizaram-se entrevistas com professoras lotadas na unidade de ensino no período compreendido entre 2019-2021. Como pesquisa de campo, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, o trabalho apoia-se em revisão bibliográfica direcionada pelo pós-estruturalismo e em análise de práticas discursivas. São exibidos, como padrões enunciativos principais, a função materna da docência e a ideia de alteridade, revelando, no meio pesquisado, normas pautadas pela branquitude e pela cisheteronormatividade.

**Palavras-chave:** Ensino do Direito; Normas de Gênero, Cis-heteronormatividade; Branquitude; Colonialidade.

1 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Doutora Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; [grazyab@gmail.com](mailto:grazyab@gmail.com);

2 Professora Orientadora; Doutora em Psicologia - UFSC; [juracy.toneli@gmail.com](mailto:juracy.toneli@gmail.com);

3 Professor Orientador, Doutora em Psicologia Social; Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; [joao.m.oliveira@gmail.com](mailto:joao.m.oliveira@gmail.com);

# DECISÕES JUDICIAIS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PESSOAS TRANS: REFLEXÕES A PARTIR DO SISTEMA JUDICIÁRIO NO BRASIL ENTRE 2010 E 2021

*Leonardo Alves dos Santos Correia<sup>1</sup>  
Jayme Benvenuto Lima Junior<sup>2</sup>*

## RESUMO

A comunidade trans tem, ao longo dos últimos anos, reivindicado reconhecimento social especialmente através da luta por direitos. Entretanto, o que se observa é uma persistência contínua de privações de garantias, ocasionadas, dentre outros motivos, a partir da omissão legislativa que invisibiliza a existência desses corpos. Assim, a presente investigação tem como objetivo analisar como o Judiciário Federal brasileiro tem argumentado e decidido ao se deparar com pleitos previdenciários de pessoas trans no Brasil, durante os anos de 2010 a 2021. Se trata, portanto, de pesquisa qualitativa, de caráter empírico, realizada a partir de revisão bibliográfica, pautada a partir do transfeminismo, bem como pesquisa documental. A perspectiva analítica de produção de conhecido se dá a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), refletindo sobre as possíveis dificuldades e problemáticas que podem ser levantadas ao se pensar o acesso dessas pessoas a diversas espécies de benefícios existentes no país e problematizando o próprio campo jurídico e sua composição enquanto palco da luta por direitos. As reflexões são norteadas pela percepção da necessidade de o Estado em proteger e repensar a realidade desses corpos e suas construções enquanto sujeitos de direitos.

**Palavras-chave:** Pessoas trans. Identidade de Gênero. Judiciário.

1 Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), [leonardo.alvesc@ufpe.br](mailto:leonardo.alvesc@ufpe.br);

2 Doutor em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Direito pela mesma universidade. Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), [jayme.benvenuto@ufpe.br](mailto:jayme.benvenuto@ufpe.br).

# “É SÓ UMA GOTA DE SANGUE EM FORMA VERBAL”: UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DAS RESTRIÇÕES DE DOAÇÃO DE SANGUE POR PESSOAS LGBTI+ NO BRASIL E COLÔMBIA

*Leonardo Alves dos Santos Correia<sup>1</sup>*

## RESUMO

O ato de doar sangue se constitui como uma prática humanitária solidária, comum em todo mundo. Nesse viés, indispensáveis são os centros de hemoterapia, cuja finalidade é a coleta, armazenamento, processamento, transfusão e distribuição de sangue, a partir de uma série de protocolos e recomendações estabelecidas. Dentre os protocolos estabelecidos em diversos países, vislumbra-se a proibição de doação de sangue por parte da comunidade LGBTI+. A referida restrição normativa sempre esteve pautada no contexto histórico da epidemia da AIDS, que desde os anos de 1980, vem rotulando, especialmente os homens homossexuais, como vetores disseminadores do vírus. Neste cenário, a pesquisa pretende analisar, mediante revisão de literatura e pesquisa documental, os marcos regulatórios que previam as restrições de doação de sangue por LGBTI+ no Brasil e na Colômbia e as recentes decisões proferidas pelos Tribunais Superiores Constitucionais dos referidos países, permitindo que seja feita uma análise das tendências e elementos importantes apresentados nestes países, mediante a análise de dados e elementos condicionadores dessas proibições.

**Palavras-chave:** LGBTI+; hemoterapia; doação de sangue; discriminação;

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), [leonardo.alvesc@ufpe.br](mailto:leonardo.alvesc@ufpe.br).

# HOMOTRANSFOBIA E RACISMO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS

*Laura Rodrigues Paim Pamplona<sup>1</sup>*

*Luciene Reis Silva<sup>2</sup>*

*Andrea Braga Moruzzi<sup>3</sup>*

## RESUMO

Recentemente o Supremo Tribunal Federal equiparou ofensas proferidas às pessoas LGBTQIAPN+ com crime de injúria racial. Em decorrência disso, crimes de homotransfobia passam a ser tipificados como crimes de racismo, portanto, imprescritíveis. Depreende desta decisão alguns sinalizadores, como a omissão do Congresso frente às demandas sociais, e a aproximação conceitual de homotransfobia ao racismo, conforme Munanga (2003) que tende a hierarquizar e classificar grupos pela intrínseca relação entre físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Não obstante, entendemos a necessidade da compreensão conceitual de termos como racismo, preconceito, injúria racial, humanidade, homotransfobia, e como estes afetam as comunidades negra e LGBTQIAPN+, e quais os possíveis impactos sociais e políticos a partir desta equiparação no âmbito legislativo. Assim, o presente trabalho busca, pela metodologia da revisão bibliográfica, nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e no Scielo, analisar racismo e homotransfobia, relacionando conceitos e teorias, com base no Estatuto da Igualdade Racial e Princípios de Yogyakarta. Como resultado observou-se uma expansão nas publicações destas temáticas, concluindo para a necessidade de debates para o combate às diversas formas de inferiorização e retirada da humanidade dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Injúria racial, racismo, homotransfobia, humanidades.

1 Doutoranda de Educação, pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - SP, [laura.pamplona@estudante.ufscar.br](mailto:laura.pamplona@estudante.ufscar.br)

2 Doutoranda de Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - SP, [agenteanalista@gmail.com](mailto:agenteanalista@gmail.com)

3 Professora Dra. Andréa Braga Moruzzi. Pós-doutora em Educação. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - SP, [andrea.moruzzi@ufscar.br](mailto:andrea.moruzzi@ufscar.br)

## INTRODUÇÃO

Entre os dias 06 e 09 de novembro de 2006, o Brasil se tornou signatário dos Princípios de Yogyakarta, concordando, dentre outros, com o princípio 5 que traz que:

Os Estados deverão:

- a. Tomar todas as medidas policiais e outras medidas necessárias para prevenir e proteger as pessoas de todas as formas de violência e assédio relacionados à orientação sexual e identidade de gênero;
  - b. Tomar todas as medidas legislativas necessárias para impor penalidades criminais adequadas à violência, incitação e assédio associado, por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero de qualquer pessoa ou grupo de pessoas em todas as esferas da vida, inclusive a familiar;
  - c. Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para garantir que a orientação sexual ou identidade de gênero da vítima não possa ser utilizada para justificar, desculpar ou atenuar essa violência;
  - d. Garantir que a perpetração dessas violências seja rigorosamente investigada e, quando provas adequadas forem encontradas, as pessoas responsáveis sejam processadas, julgadas e devidamente punidas, e que as vítimas tenham acesso a recursos jurídicos e medidas corretivas adequadas, incluindo indenização;
- (...) (Yogyakarta, 2006, p. 15 e 16)

Não obstante, apesar de reconhecer, compartilhar e comprometer-se com tais princípios, o Brasil pouco fez quanto à criminalização da homotransfobia, levando a diversas associações como: Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT a entrarem com Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO 026<sup>4</sup> em 13 de junho de 2016, uma vez que não houve por parte do Estado, ação que garantisse a proteção legal à atos de discriminação praticados em decorrência da orientação sexual ou identidade de gênero.

Por orientação sexual, o documento final sobre os Princípios de Yogyakarta traz que se refere à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.” (2006, p. 7). Acrescenta ainda, “compreendemos identidade de gênero a

4 Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/AD026ementaassinada.pdf> Acesso em: 07 nov. 2023



profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o sendo pessoal do corpo e outras expressões de gênero.” (Yogyakarta, 2006, p. 7).

Neste tocante, o Supremo Tribunal Federal - STF, por 8 votos a 3, decidiu pela criminalização da homofobia e transfobia, em 13 de junho de 2019, e posteriormente, em 22 de agosto de 2023, equiparou os crimes de homofobia e transfobia à injúria racial. Desta forma, não se trata mais de contravenções, mas crimes. Tal equiparação nos leva a refletir sobre relações de preconceito, discriminação, racismo e homotransfobia, ponderando inclusive sobre como o outro se torna uma categoria inferior, quando se compara à padrões androcêntricos, heterossexuais, cisgênero e branco.

Apreender portanto as aproximações e os distanciamentos conceituais se faz necessário, para que possamos compreender a decisão do STF. Para tanto, uma revisão bibliográfica foi necessária tendo como referenciais teóricos autores como Kabengele Munanga, Sílvio de Almeida, Roger Raupp Rios e Nilson Dinis. Isso porque racismo, homofobia, sexismo, preconceito, discriminação, são termos que embora distintos, possuem correlações e têm aparecido cada vez mais nos noticiários e redes sociais. Seja porque as estruturas acadêmicas e jurídicas têm se debruçado cada vez mais, seja porque ainda vivemos sob um momento sócio-político que demanda cuidado, resistência e denúncia.

Compreendemos e apoiamos a legitimidade da decisão do STF de criminalizar condutas homotransfóbicas, entendendo que tais ações configuram agressões à humanidade, para tanto, retornamos a tratados internacionais assinados e legislação nacional: como Conferência de Durban (2001), os Princípios de Yogyakarta (2006) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010). Na mesma medida, buscando alcançar os objetivos deste artigo foi realizada também busca em banco de dados como Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Scielo. Por fim, foi feita uma análise dos discursos proferidos no julgamento da ADO 026.

## METODOLOGIA

Para o presente artigo buscamos compreender conceitualmente e juridicamente conceitos como Racismo, Homotransfobia e Homofobia, analisando aproximações e distanciamentos conceituais, de modo a apreender destas aproximações o movimento feito pelo STF brasileiro. Assim, como metodologia de pesquisa foi necessário uma revisão bibliográfica, nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e no Scielo, analisando racismo e homotransfobia,

relacionando conceitos e teorias, com base no Estatuto da Igualdade Racial e Princípios de Yogyakarta.

Na mesma medida, foi realizada uma análise sobre as legislações que versam sobre tais questões, bem como dos votos dos ministros, analisando as relações estabelecidas pela corte, bem como as contraposições para os votos contrários para a equiparação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Michel Foucault (1979) explica que a linguagem, valores e comportamentos, através dos discursos da verdade, são formas de estabelecer e manter relações de poder. Segundo ele:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (Foucault, 1979, p.12)

Neste sentido, podemos afirmar que a manutenção do poder está diretamente vinculado aos conceitos, discursos, estudos e políticas estabelecidos.

É no âmbito da homofobia que Nilson Dinis argumenta que este é um dos preconceitos mais tolerados, atualmente, já que “dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina”. (Dinis, 2011, p. 41).

Roger Raupp Rios (2007) argumenta que referente à homofobia que há menos estudos e políticas públicas, sendo um lugar de ausência. O autor argumenta que “homofobia é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais” (Rios, 2007, p. 31) Nilson Dinis acrescenta que se trata de um termo masculinizante que, acabou também a se referir a outras formas de discriminação contra a diversidade sexual (contra mulheres lésbicas, homens e mulheres bissexuais, travestis e transexuais), o que nos sinaliza a limitação linguística e os preconceitos implícitos. (Dinis, 2011, p. 40). Rios difere ainda que a homofobia da discriminação homofóbica, ao apresentar que esta é um sintoma psicológico que se cria para evitar uma suposta situação de perigo (Rios, 2007, p. 32)

Buscamos em Silvio de Almeida contribuições para distinguir discriminação de preconceito. Porém, considerando que o autor as difere com base no conceito racial, retornamos à Kabengele Munanga (2003) que explica que raça, em

humanos, não é uma realidade biológica, ou seja, cientificamente não existem raças humanas, mas um conceito para explicar a diversidade humana, mas uma estrutura social que determina, imateticamente, as relações de poder. O autor acrescenta, por sua vez, que racismo é a crença da existência de distintas raças hierarquizadas pelo estabelecimento de relações intrínsecas entre o físico, o intelecto, o moral e o cultural. (Munanga, 2003, sp). Assim, para Munanga (2003), o racismo é a tendência em classificar as características intelectuais e morais de um grupo, sendo que essas são consequências diretas de seus predicativos físicos e biológicos. Sílvia de Almeida difere discriminação racial de preconceito racial, sendo que “ (...) o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca do indivíduo que pertençam a um determinado grupo racializado” (Almeida, 2020, p. 32), por sua vez, por discriminação racial “(...) é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupo racialmente identificados.” (Almeida, 2020, p. 32).

Utilizamos o referido autor, atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Sílvia de Almeida, para nos auxiliarmos a transpormos os significados destes conceitos também para preconceito e discriminação às pessoas não heteronormativas. Isso porque, compreendemos que ambos são baseados em hierarquizações sociais baseadas em estereótipos e que inferiorizam tudo aquilo que difere do padrão homem, branco, heteronormativo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em onze de janeiro deste ano, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, altera a Lei Nº 7.716, de 1989 que, tipifica os crimes em decorrência de preconceito de cor, raça e etnia, caracterizando a injúria racial também como crime de racismo. A diferença entre ambos está no alvo, enquanto que o primeiro é visto como uma ofensa a alguém, o último é compreendido como um sistema que destrói culturas e corpos para domesticação de culturas e corpos (Almeida, 2020). A maior conquista está no fato de que racismo é considerado crime imprescritível, mas injúria racial não era, porém com tal tipificação ambos passam a ser vistos como imprescritíveis, a possibilidade de punição é, portanto, maior.

Neste tocante, até janeiro de 2023, racismo era considerado crime, enquanto injúria racial era uma contravenção. Ao sancionar a Lei Nº 14.532/23, o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nos sinaliza que as demandas do movimento negro serão parte de sua agenda, e que crimes ocasionados por preconceito de cor não serão mais tolerados juridicamente, deixando-os de serem vistos como contravenções, mas como infrações graves, portanto, crimes.

Entretanto, apesar da conquista acima mencionada, o Estado brasileiro permanece inerte quanto às ações para a criminalização da homofobia e transfobia, mas agindo para a retirada de direitos conquistados. Em virtude disso, diversas instituições entraram com ação no Supremo Tribunal Federal - STF para cientificar o Congresso Nacional por sua morosidade inconstitucional e para o enquadramento imediato das práticas de homofobia e transfobia. No relatório, emitido em 13 de junho de 2019, pelo relator Ministro Celso de Mello, solicita-se que as práticas de homofobia e transfobia sejam tipificadas, ainda que não confundidas, por analogia aos crimes de racismo em sua dimensão social, conforme:

Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, **por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social**, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe. (Brasil, 2019, p. 3, grifo nosso).

Aprovada por 8 votos a 3, esta correlação não foi novidade quando apareceu no relatório do ministro Celso de Mello, isso porque já no documento final, conhecido como Declaração de Durban (2001) trouxe que a **intolerância correlata, (quando equivalente) a racismo e discriminação racial, constituem portanto graves violações de todos os direitos humanos** e obstáculos ao pleno gozo destes direitos, negando a verdade de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos (p.7, grifo nosso). Tal declaração foi o resultado da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na cidade de Durban, África do Sul, em setembro de 2001. Dias antes do atentado de 11 de setembro, o documento insta os Estados signatários (inclusive o Brasil) a “Colocarem um fim à impunidade e a ajuizarem os responsáveis pelos crimes contra a humanidade e pelos crimes de guerra, **incluindo os crimes relacionados à violência sexual [...]**”. (Durban, 2001, p. 51, grifo nosso). Na mesma medida, os Princípios de Yogyakarta (2006), que tratam da normatização para os direitos humanos e sua aplicabilidade às questões de orientação sexual e identidade de gênero, da qual o Brasil é signatário, argumenta que os Estados devem legislar para proibir tais discriminações e garantir a proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação (Yogyakarta, 2006, p.

12). Portanto, podemos afirmar que Celso de Mello ao correlacionar homofobia, transfobia e racismo, foi ao encontro do já argumentado em outras conferências, como a ocorrida em Durban - África do Sul, 2001 e Yogyakarta - Indonésia, 2006.

Além disso, em seu relatório, o Ministro justificou seu voto ao defender que:

O conceito de racismo, compreendido em sua **dimensão social**, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois **resulta, enquanto manifestação de poder**, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por **integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detêm posição de hegemonia** em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito. (Brasil, 2019, p. 6, grifos nossos).

Danler Garcia Silva, em sua dissertação de mestrado, defendida em 2020, argumenta sobre a importância desta equiparação: crimes de homotransfobia a crimes de racismo pelo STF, por serem os “onze ministros do Supremo Tribunal Federal [...] sujeitos detentores de evidente capital simbólico e de discursos com categóricos vínculos de saber-poder normatizador [...]” (Garcia, 2020, p. 112). Ou seja, tal votação já é por si só um importante instrumento de poder discursivo, ao colocar em evidência tais demandas. O ministro Gilmar Mendes, que foi a favor do relator Celso de Mello, por sua vez argumentou que já a apreciação desta ADO já tirou o Congresso da inércia<sup>5</sup>, prova disso são os novos ataques às pessoas com orientação sexual homoafetivas, levando inclusive à votação do Projeto de Lei 580/07<sup>6</sup> que proíbe a união homoafetiva, em outubro de 2023.

Não obstante, faz-se importante ressaltar que tal equiparação não foi unânime, tendo 3, dos 11 votos, divergente, alguns ministros compreenderam que há omissão do Congresso, mas que não seria competência do Supremo Tribunal

5 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-13/stf-reconhece-criminalizacao-homofobia-lei-racismo/> Acesso em 28 nov. 2023.

6 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/999217-projeto-inclui-no-codigo-civil-proibicao-de-uniao-homoafetiva> Acesso em 28 nov. 2023.

Federal legislar, conforme argumentou Ricardo Lewandowski. “Não é no Supremo. A atuação do Judiciário é vinculada ao direito aprovado pelo Congresso Nacional”<sup>7</sup>.

Necessário destacar que, ao realizarmos uma busca na BDTD, somente 1 dissertação sobre a relação homotransfobia e racismo foi encontrada. Isso nos deixa implícito a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto, que assim como no campo científico é incipiente, é também em nossas legislações. Compreendemos ainda que tais ausências são posicionamentos, ou seja, nos sinalizam a posição do Congresso, Câmara e do campo científico. Tais ausências fortalecem a importante conquista desta equiparação, afinal se o racismo é um sistema que, enquanto manifestação de poder, destina-se ao controle e dominação, a homotransfobia é uma manifestação de assujeitamento e negação dos direitos humanos, também. Neste sentido, não se trata da atuação do STF enquanto instância legisladora, mas uma atuação para a garantia do 5º artigo da Constituição Federativa do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor compreensão acerca da reflexão presente neste texto referente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), retornamos ao conceito de raça e racismo. De forma breve e pontual. Iniciamos destacando que o conceito de raça pode ser entendido em contextos distintos, dentre os quais destacamos: raça como classificação, raça como significante, raça como sinônimo e na lógica da racialização. Da mesma forma, o conceito de racismo, também, pode ser compreendido em três contextos distintos: o primeiro está relacionado a doutrina, dogma e ideologia; o segundo insere-se no contexto da complexidade e o terceiro, está localizado no contexto da expansão do capitalismo via mão-de-obra de pessoas escravizadas.

Segundo Cashmore (2000), o primeiro contexto trata e compreende o termo raça como classificação, ou seja, caminho possível para a classificação de grupo ou categoria de pessoas da mesma origem, nesta perspectiva, Cashmore (2000, p. 447), destaca que “[...] Desde o início do século XIX, a palavra foi usada em vários sentidos [...]”. Convém observar que a mudança de significados diz respeito à compreensão popular sobre as causas da diversidade física e cultural da sociedade. Referente ao segundo contexto, usamos a raça como significante enfoque dado pela análise do discurso, isto é, os significados de raça só podem ser viabilizados via aplicação das regras e códigos nos parâmetros da análise do discurso.

7 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-13/stf-reconhece-criminalizacao-homofobia-lei-racismo/> Acesso em 28 nov. 2023.

Quanto ao terceiro contexto, nele, encontramos raça como sinônimo que se aplica à organismos vivos da natureza, significando uma variedade de espécies que desenvolveram características distintas em ambiente isolado, mas que ainda são capazes de produzir híbridos férteis. Esta perspectiva é mais comum no campo da biologia, (atualmente optaram pelo termo subespécie). Relacionado ao quarto contexto em que podemos utilizar o conceito de raça, trazemos o mecanismo de racialização que se refere a um processo político ideológico utilizado na década de 1970, comprovando que “raça” não é um fato biológico, mas uma construção social [...]”. (Cashmore, 2000, p. 456).

As definições e contextualizações acima, nos encaminha para a necessária compreensão do conceito de racismo, que, para Cashmore (2000) pode existir em três contextos. O primeiro diz respeito à forma como era utilizada na década de 1960, neste período, os significados eram relacionados a doutrina, dogma e ideologia. O segundo significado localiza o racismo em um contexto de complexidade de fatores que geram discriminação racial, produtora incontestável de desvantagens raciais. A terceira e última definição, trata do contexto advindo do período de expansão do capitalismo a partir da exploração da mão-de-obra de africanos escravizados, para tanto, com o objetivo de justificar a desumanidade imersa no processo de escravização, historicamente, houve a necessidade de incutir a ideia de inferioridade da população negra, fato que só pode ser compreendido como racismo. Portanto, “Não há razão para a palavra racismo não ser usada em diferentes sentidos para diferentes propósitos [...]”. (Cashmore, 2000, p. 459).

Nestes termos, este artigo se insere em um campo complexo e dinâmico, pois nos propõe novos problemas sociais, políticos e jurídico, ou seja, está localizado em um espaço inacessível para a maior parte da população, considerando que temos princípios comportamentais androcêntrico, heteronormativo e racista. Todos estes comportamentos são refletidos no meio político, principalmente com as mudanças (saídas) presidenciais: governo José Sarney (1985-1990); governo Fernando Collor (1990-1992), o curto período é por ter sofrido impeachment e ser substituído por Itamar Franco (1992-1995); governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002 – reeleito); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010 – reeleição); Dilma Vana Rousseff (2011-2016 - a presidenta foi reeleita, mas foi vítima de um processo de impeachment); governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022 – retrocesso).

Cada governo que vivenciamos como sociedade nos impõe novas formas de relações sociais, quando pensamos nas reeleições, impeachment, projetos e planos de governo, tudo é desafio. É importante lembrar para entendermos que a história política e democrática do Brasil é jovem, complexa e cheia de contradições, avanços e retrocessos. Resistimos a uma ditadura militar que durou 21 anos

(1964-1985), a Constituição brasileira, sinônimo de democracia nasce em 1988, apenas.

Todo esse recuo é para destacar que os governos do PT, representados por Lula e Dilma tiveram presença marcante nas políticas de inclusão social - ampliação e recomposição econômica, considerando salário-mínimo, aposentadorias, pensões, concursos, estruturação de carreiras públicas e estatais entre outros que ajudam a reparar as desigualdades sociais e as injustiças cometidas pelo estado brasileiro.

As mudanças são necessárias, entretanto, sempre vêm acompanhadas de desconforto e constrangimento das populações mais vulneráveis, mulheres, indígenas, pessoas negras e LGBTQIAP+, neste contexto, precisamos da atuação do legislativo e do judiciário, o que vem acontecendo.

No campo legislativo podemos pensar às leis e normativas nacional e internacional que primam pela igualdade de direitos e equidade social, sendo estas Constituição federal de 1988, artigo 3º, inciso 4º que visa - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 6º que destaca - todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o direito do uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e travestis. Princípios de Yogyakarta, no princípio 2 é destacado que, a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero é agravada devido circunstâncias de gênero, raça, idade, religião e status econômicos, marcadores sociais. Todo esse arcabouço legal é necessário para garantir direitos, inclusive a existência da pessoa LGBTQIAP+.

Portanto, compactuamos com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de criminalizar condutas homofóbicas e transfóbicas, provendo sua repreensão penal quando equiparada ao crime de racismo. Decisão legítima, no sentido de compreender que tais atos agridem a dignidade humana evocada na legislação supracitada, bem como não desconsidera o fato de que a sociedade brasileira está ancorada, histórica e socialmente, numa lógica androcêntrica, homofóbica, racista e desigual e nessa configuração o status de condição humana não é um direito de todos, mas um privilégio, principalmente referente aos acessos a espaços de poder que, majoritariamente, são ocupados por homens, brancos e héteros.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm) Acesso em 16 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta por Inconstitucionalidade por Omissão nº 26**. Relator Ministro Celso de Mello, public. 01 jul. 2019. Distrito Federal. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/AD026ementaassinada.pdf> Acesso em: 27 out. 2023

BRASIL. **Lei 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm) Acesso em 16 nov. 2023.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vPn3QsCqr7HXykj5TbzL6tr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 out. 2023

DURBAN. **Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata**. 2001. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao\\_durban.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf). Acesso em: 09 set. 2021

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** (Palestra). 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, Rio de Janeiro, 05 nov. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raça-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. POCAHY, Fernando (org). **Rompendo o silêncio:** homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

SILVA, Danler Garcia. **Discurso judicial e criminalização da homotransfobia no Brasil:** ponderações desde uma teoria e criminologia queer. Dissertação de Mestrado: UFU. Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29269/7/DiscursoJudicialCriminalizacao.pdf> Acesso em: 07 nov. 2023

YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta mais 10.** 2006. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/pfdc/midiатеca/outras-publicacoes-de-direitos-humanos/pdfs/principios-de-yogyakarta-mais-10-2017-1> Acesso em: 23 de out. 2023

# DIREITOS FUNDAMENTAIS E MULHERES TRANS: OS DESAFIOS FRENTE À LACUNA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

*Ana Paula Bustamante<sup>1</sup>*  
*Nivia Valença Barros<sup>2</sup>*

## RESUMO

A pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo refletir sobre os direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988 e a implementação de políticas públicas pelo governo brasileiro para proteção social das mulheres transexuais. Considerando a concepção cissexista da sociedade brasileira, a identidade das mulheres trans é uma afronta que transgride a cisgenderidade e toda a moralidade que a envolve e que coloca o Brasil liderando a ranking do país mais violento para a população trans, sendo o que mais assassina transexuais no mundo, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Tendo por base as inúmeras exclusões e invisibilidades que esse grupo sofre e a insuficiente atuação do Estado, busca-se analisar as políticas públicas, num panorama geral, tendo como perspectiva aspectos sociais, históricos e jurídicos e para tanto, será utilizado o método dedutivo, mediante a pesquisa bibliográfica doutrinária, com levantamento de dados teóricos e documentais, de forma a analisar e avaliar as políticas públicas implementadas nacionalmente após a promulgação da Carta Magna, verificando se estas estão sendo efetivas na promoção e proteção social desse grupo vulnerável.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Invisibilidades, Mulheres trans.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social -UFF. Bolsista produtividade da CAPES. E-mail: [anapaula.bustamante@gmail.com](mailto:anapaula.bustamante@gmail.com)

2 Professora e orientadora: Doutora em Psicologia, professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense - RJ (PPGPS/UFF), [barros.nivia@gmail.com](mailto:barros.nivia@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, marco fundamental na história do Brasil, consagrou os direitos fundamentais como pilares do Estado Democrático de Direito, materializando as exigências de liberdade, igualdade e dignidade para todos os indivíduos, protegendo os indivíduos da discriminação e do preconceito.

No entanto, na prática, verifica-se que essa igualdade propagada pela Constituição Federal não existe, que diversos grupos sofrem discriminação e preconceito, não tendo seus direitos fundamentais protegidos e por isso, considerados mais vulneráveis, como por exemplo a população LGBTQIAPN+<sup>3</sup>, termo este que abrange diversas comunidades e dentre estas a dos transexuais e travestis. O presente trabalho irá se ater ao estudo das mulheres trans<sup>4</sup>, de todo modo, ao longo do texto será utilizada a sigla LGBTQIAPN+ para identificar temas/pautas que venham a atingir toda essa população de forma geral.

Para a sociedade cissexista que vivemos, a identidade das mulheres trans é uma afronta que transgride a cisgeneridade e toda a moralidade que a envolve, devendo a transexualidade “ser reconhecida no âmbito dos direitos de cidadania e de proteção social. Transexualidade é identidade, diversidade, cidadania, política, é cultura, é direito” (Silva, 2022, p. 50).

Na análise da situação das mulheres trans, é necessário considerar as especificidades e heterogeneidade que recaem sobre elas, principalmente quando se examina os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) que aponta o Brasil como o país mais violento para a população trans, estando nesta posição há 14 anos, sendo o espaço público o local mais perigoso e com o maior número de violências perpetradas às mulheres trans (Benevides, 2023).

A invisibilidade dessas mulheres pelo Estado, faz com que elas enfrentem obstáculos no acesso a seus direitos fundamentais básicos e a violência que sofrem por conta do preconceito, da marginalização e da perseguição fazem com que, juntamente com a população travesti, tenham uma expectativa de vida bem inferior à média nacional. Segundo Benevides (2023), a expectativa de vida da população trans e travesti é de 35 (trinta e cinco) anos, o que corresponde a menos da metade da média nacional que é de 75 (setenta e cinco) anos.

3 A sigla LGBTQIAPN+ representa a reunião de diversas identidades de gênero e orientações sexuais, historicamente marginalizadas, que se unem para viabilizar a inclusão e a igualdade de direitos.

4 Mulher trans é aquela que nasceu com o sexo biológico masculino, mas se autoidentifica como mulher, pertencente ao gênero feminino e inserida dentro do binarismo homem/mulher.

Nesse contexto, as políticas públicas surgem como instrumentos essenciais para combater a discriminação, garantir a igualdade de direitos e consequentemente a cidadania para essa parcela da população. Portanto, instigada pelo interesse em compreender as lacunas, omissões e negligências do Estado frente às mulheres trans, serão exploradas as políticas públicas implementadas pelo governo federal para elas após a Constituição Federal de 1988.

## METODOLOGIA

A elaboração do presente artigo utilizou o método dedutivo, mediante a pesquisa bibliográfica doutrinária, com levantamento de dados teóricos e documentais, analisando as políticas públicas, num panorama geral, tendo como perspectiva aspectos sociais, históricos e atuais e jurídicos.

Para tanto, a pesquisa se encontra dividida em dois tópicos principais, delimitados pela sua natureza de abrangência. Inicialmente se procederá uma discussão sobre os direitos fundamentais (sociais), assegurados pela Constituição Federal de 1988 e a falta de concretude destes frente às mulheres trans. Depois será abordado as lacunas, possíveis avanços e retrocessos, nas políticas públicas implementadas para essa população, principalmente por conta da agenda conservadora que assolou o país nos últimos anos.

## DIREITOS FUNDAMENTAIS GARANTIDOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA APLICABILIDADE ÀS MULHERES TRANS

Apesar da Constituição Federal de 1988 (conhecida como a “Constituição Cidadã”) trazer como fundamento a dignidade da pessoa humana, reconhecendo os direitos fundamentais<sup>5</sup> e estabelecendo que todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção, é necessário um olhar sobre esses direitos fundamentais estruturantes do Estado Democrático de Direito, em especial os direitos sociais, uma vez que deveria atingir a todos os indivíduos indiscriminadamente.

Analisando a garantia dos direitos, civis, sociais e políticos previstos na Carta Maior, fica claro o compromisso com a justiça social, com a promoção de uma sociedade fraterna e sem preconceitos, reforçada pelos princípios fundamentais. Destaca-se entre os princípios fundamentais expressos na constituição, o

5 Os direitos fundamentais referem-se aos direitos individuais e coletivos (art. 5º da CRFB), os direitos sociais (arts. 6º ao 11 da CRFB), direitos da nacionalidade (arts. 12 e 13 da CRFB) e direitos políticos (arts. 14 a 17 da CRFB). Exemplificando são os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, ao lazer, à assistência aos desamparados, ao transporte, ao voto e etc.

da dignidade da pessoa humana, positivada como fundamento do próprio Estado Democrático de Direito.

A proteção dada ao princípio da dignidade, permite que os indivíduos sejam respeitados pela sua essência e existência, sem que sofram qualquer preconceito por conta de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Entretanto, em que pese toda a proteção garantida pela Constituição ao indivíduo, e de forma igualitária, ainda assim, existem grupos minoritários que são cerceados em seus direitos intrínsecos à sua pessoa, estando, portanto, em “situação de maior vulnerabilidade social, como por exemplo a população LGBTQIAPN+, e como já afirmado, as mulheres trans, segmento da população historicamente marginalizada e vítima de estigmatização, patologização e omissão legislativa” (Meleu *et. al*, 2022, p. 16).

De forma elucidativa, cabe trazer brevemente os conceitos de sexo, gênero e identidade de gênero, que se faz importante para a análise do contexto em que esse grupo se encontra na sociedade brasileira.

Assim, sexo está ligado às características biológicas e anatômicas que irão diferenciar homens e mulheres, é determinado pelas genitálias. Já o gênero, é uma construção social concedida a cada sexo e aprendidos por meio da socialização.

O gênero é uma categoria de análise das ciências sociais que questiona as diferenças entre os sexos, considerando que as características de cada um deles são produtos de uma situação histórico-cultural e política, recusando, portanto, qualquer tipo de explicação que tenha como base a questão biológica como fundamento para as desigualdades existentes.

A identidade de gênero diz respeito ao gênero com o qual uma pessoa se identifica e não está necessariamente relacionada com o sexo (características biológicas do seu nascimento), refere-se a identificação de uma pessoa com o gênero masculino ou feminino. Portanto, existem pessoas que se identificam com um gênero igual ao seu sexo biológico e são chamadas de cisgêneras e outras que se identificam com um gênero diferente daquele do seu nascimento, que são as pessoas transgêneras, transexuais ou trans.

No ocidente, o gênero está ligado ao poder (Scott, 1989), e desta forma, acaba por gerar as desigualdades que desencadeiam as situações de violência sofridas pelas mulheres pelo simples fato de serem mulheres.

Nossa sociedade ainda é pautada pelo machismo e o patriarcado o que acaba favorecendo as desigualdades, tanto no espaço público quanto privado, o que faz com que as relações de gêneros operem de forma hierarquizada em que o homem heterossexual cisgênero permaneça em um lugar de poder em relação aos outros

gêneros, o que é ainda mais acentuado nas relações que envolvem as mulheres transexuais (Moraes; Osterne, 2017).

A mulher trans, além de romper com as normas de gênero, afronta o patriarcado pois rejeita o papel da dominação-exploração masculina o qual lhe é concedido ao nascer (com o sexo biológico masculino) e, conseqüentemente, também é vítima da ordem patriarcal, agora não mais por conta da subversão do padrão de gênero e sim por querer e estar associada ao feminino, o que é considerado inferior na cultura patriarcal (Marinho, 2018). Logo, verifica-se que a mulher trans sofre pela desigualdade do gênero por ser mulher, e é estigmatizada e marginalizada por conta da sua condição de transexual.

As discriminações, constrangimentos, negações e violências que as mulheres trans sofrem, acarretam inúmeros cerceamento de direitos, o que constitui uma verdadeira violação dos direitos fundamentais mais básicos, como a vida, segurança, educação, igualdade e liberdade, por exemplo, que acabam por afetar a cidadania da população LGBTQIAPN+.

Silva e de Almeida Faria (2022, p.4), citando Hannah Arendt (1949, p.36), afirmam que o direito mais importante é o de ser cidadão e isso significa “ter direito de não ser excluído dos direitos garantidos por sua comunidade”, assim para Arendt, cidadania significa o direito a ter direitos.

Desta forma, analisando a vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+, questiona-se a existência de cidadania, dada a violação de inúmeros direitos, principalmente o direito à igualdade, à vida e à segurança. Afinal, é completamente perceptível o preconceito e a discriminação que sofrem constantemente e ainda assim, não conseguem a devida proteção do Estado.

Numa breve abordagem sobre os direitos sociais básicos<sup>6</sup> previstos no art. 6<sup>o</sup> da Constituição<sup>7</sup> (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados), é importante registrar que estes também são guiados pelo princípio da dignidade da pessoa humana e possuem uma eficácia irradiante, impondo ao Estado o dever de permanente realização do direitos sociais (ação), bem como o de assumir o dever de proteção, com uma atuação preventiva (proteção/prevenção) (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2012). Esses direitos servem para assegurar que

6 que também são direitos fundamentais.

7 O elenco dos direitos sociais não se exaure no que estão expressos no art. 6<sup>o</sup> da Constituição, abrangendo também direitos e garantias de caráter implícito, direitos positivados em outras partes do texto constitucional e ainda direitos previstos em tratados internacionais (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2012, p. 549).

as desigualdades existentes não irão comprometer o pleno exercício dos direitos civis e políticos.

O ponto crucial é que não adianta ter direitos expressos e garantidos na Constituição, o que se precisa é efetivá-los, principalmente quando se analisa a situação dos grupos mais vulneráveis, uma vez que o traço mais distintivo da ordem social brasileira é a desigualdade.

E essa inclusão para eliminação das desigualdades é realizada através de políticas públicas, mas é fato que a invisibilidade da população trans e a falta de dados, acabam por dificultar a estruturação e implementação dessas políticas.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM? O PAPEL DO ESTADO VIOLADOR NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO LGBTQI+**

A realização dos direitos sociais pelo Estado, ocorre através das políticas públicas e para Pereira (2008), embora não tenhamos uma unanimidade na definição de política pública, esta é um gênero que engloba que a espécie política social e não representa sinônimo de política estatal, uma vez que política pública não tem identificação exclusiva com o estado, exigindo para sua existência, uma ação que abranja também uma participação da sociedade de modo ativo e decisivo.

Assim, para Pereira (2008), as principais funções da política pública são a concretização dos direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis e também a de alocar e distribuir bens e serviços públicos, materializando, portanto, os direitos de cidadania.

Sob essa ótica, deve a sociedade exigir atitudes positivas e ativas do Estado para atender às demandas sociais, colocando, não só o Estado em ação na promoção do bem-estar social, mas também a sociedade, envolvendo, portanto, diversos atores governamentais e não-governamentais (Pereira, 2008).

Ao analisar a situação da população LGBTQIAPN+ na sociedade, verifica-se que a violação dos direitos é ampla, abrangendo os direitos civis e sociais (direitos fundamentais), sendo certo, que essas inúmeras violações acabam por retirar por completo a dignidade que é garantida pela Constituição à todos os indivíduos, o que conseqüentemente acaba refletindo na cidadania dessa população.

Para que se promovam políticas públicas coesas, efetivas e inclusivas, é importante e necessário conhecer a população a quem se destina a norma ou ação governamental e nesse ponto, é alarmante e preocupante a insuficiência de dados para análise das demandas desse grupo. Tal situação afeta sobremaneira o atendimento das necessidades protetivas e específicas (Pires; Laurentino; Silva, 2021).



O poder público, dentro da sua dificuldade em “reconhecer” a dimensão das homossexualidades e dos gêneros dissidentes (transexuais e travestis), se vale do mecanismo de apagamento das diferenças e não pelo reconhecimento da diferença (Bento, 2017, p. 56) o que acaba por favorecendo as exclusões sociais e a invisibilidade de dados.

Com base no levantamento de dados realizados nesta pesquisa, verifica-se que a primeira política pública voltada para a população LGBTQIAPN+ ocorreu na década de 1980 por conta da epidemia de HIV/AIDS (Pires; Laurentino; Silva, 2021). Em 2001 com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), que era vinculado ao Ministério da Justiça, os grupos ativistas LGBTQIAPN+ iniciaram ações reivindicando políticas públicas direcionadas à promoção de cidadania e direitos humanos, de forma a serem enxergados além da prevenção da epidemia HIV/AIDS (Mello, Avelar; Maroja, 2012).

Em 2002 foi criado, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2), entretanto, as obrigações assumidas no programa não foram realizadas por nenhum órgão de governo. Mello, Brito e Maroja (2012, p.407) analisando esse momento político, afirmam que neste período, embora já “fossem visíveis as resistências às demandas relativas a direitos sexuais e reprodutivos, especialmente em função da atuação de parlamentares vinculadas a grupos religiosos”, a principal frente do movimento LGBT estava no Poder Legislativo.

Mas, somente em 2004, no primeiro Governo Lula, é que outros direitos passaram a ser assegurados à população LGBTQIAPN+, e segundo (Mello; Brito; Maroja, 2012, p. 408-409) o conjunto destas principais iniciativas foram:

“\*criação do *Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual*, em 2004; \*realização da *I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, em 2008;

\*lançamento do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDGDH-LGBT*, 2009; \*publicação do decreto que cria o *Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3*, 2009;

\*criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010; e

\*implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.”

As políticas públicas do governo federal exemplificadas acima demonstram a relevância dada pelo governo com a população LGBTQIAPN+, o que ainda permaneceu no governo seguinte da Presidente Dilma Rousseff, refletindo um olhar mais atento para esse grupo tão vulnerável. Mas, é fato também, que essas políticas embora tenham representado um avanço, elas foram muito insuficientes para produzir os efeitos consistentes na qualidade de vida deste grupo.

Em 2015, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, tivemos a inclusão das questões relativas à orientação sexual e identidade de gênero no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) com o objetivo de registrar a violência no atendimento à população LGBTQIAPN+ na rede de saúde. E, em 2011, foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que representou um marco histórico no país (Ferreira; Nascimento, 2022)

Alves *et al* (2021, p. 2-3), afirmam que o Estado brasileiro, no início dos anos 2000, formulou e implementou diversas políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, na educação, saúde e assistência social, de forma a proteger, defender e restituir direitos humanos. Esse atuar foi fruto da articulação dos movimentos sociais feministas, LGBTQIAPN+ e academia, portanto, afirmam que os direitos desse grupo foram conquistados nos últimos 20 anos através do ativismo político.

Seguem os autores afirmando que a população trans teve uma maior visibilidade na primeira década do século XXI, quando puderam apresentar e discutir as reivindicações mais específicas para o grupo, como por exemplo, o direito à mudança no nome próprio e no registro civil e conseqüentemente estar portando documentos coerentes com a sua identidade de gênero. Também destaca o direito ao uso do nome social, por meio exclusivo da autodeclaração, conforme dispõe o Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que possibilita a alteração do nome e do gênero/sexo nos registros de nascimento de pessoas trans.

Ainda como fruto dessas conquistas, Gomes *et al* (2022, p. 1104) apresentam outros direitos que a população LGBTQIAPN+ adquiriu, como:

“acesso ao SUS com o nome social; a criação do processo transexualizador, o nome social no ENEM e nos órgãos da administração pública; ações no STF, como a retificação registral e a criminalização da LGBTIfobia; assim como o aumento da participação de pessoas trans nas eleições e na política institucional.”

Entretanto, em que pese o caminhar de aparente consolidação dos direitos previstos na Constituição de 1988, com o impeachment da presidente Dilma “ocorreu a ruptura e quebra do aprimoramento democrático que o país vinha

passando” (Cruz, 2008. p. 62) e no governo do Presidente Michel Temer (2016-2018), iniciou-se o desmonte do aparelho social que foi construído nos governos anteriores, já demonstrando o olhar do governo para uma política conservadora e de direita.

Avritzer (2018) analisando a democracia brasileira a partir de movimentos pendulares, afirma que no período de 1994 a 2014 houve uma expansão democrática sobre as políticas públicas e que em 2014, começou a surgir no cenário político brasileiro, atores que inauguraram questionamentos sobre essa relação. Para o autor, desde o início do governo Temer começou-se a desmontar o vínculo entre programa eleito e política pública, negando assim, qualquer “relação entre o novo governo e uma pauta de direitos sociais e de diversidade cultural, sexual ou de qualquer outro tipo que continuasse a tradição de ampliação de direitos instituída pela Constituição de 1988” (Avritzer, 2018, p. 285-286).

Todavia, o grande marco para as mudanças nas políticas sociais brasileiras, ocorreu com a vitória eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro em 2018, um político de extrema direita e com uma agenda conservadora que ao longo do seu governo, com um conteúdo de desrepublicanização e desdemocratização buscou “abalar a relação entre os poderes, deslegitimar o serviço público e as políticas sociais, assim como assediar institucionalmente o Estado e seu aparato, particularmente o protetivo de direitos constitucionalmente assegurados (Cruz, 2008, p. 57).

Como afirmado por Cruz (2008, p. 64), o Brasil presenciou a “destruição e negação de todo o aparato social”, que alterou “significativamente conceitos já consolidados no âmbito das medidas protetivas”, o autor ainda afirma, que “a destruição da rede protetiva e dos direitos fundamentais significa a quebra do pacto (contrato) social e de solidariedade entre as pessoas” (Cruz, 2008, p. 65), o que acaba gerando a ruptura do ciclo da cidadania que vinha em expansão, após a Constituição de 1988.

Registre-se que somente em 2019, a legislação brasileira<sup>8</sup>, respondendo tardiamente, à luta da população LGBTQIAPN+, criminalizou a homotransfobia, equiparando-a aos crimes de racismo, em que pese não haver lei específica na esfera penal.

Os grupos socialmente vulneráveis vivenciaram inúmeras perdas durante o governo Bolsonaro, em especial a população LGBTQIAPN+, uma vez que o governo ignorando completamente este grupo, omitiu-se propositalmente, deixando de implementar políticas públicas necessárias e desmontando as que já existiam,

8 A criminalização da homofobia e da homotransfobia ocorreu em decisão do STF durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26.

como por exemplo, a diluição das pastas relacionadas à comunidade e o esvaziamento do Conselho Nacional.

O desmantelamento das políticas públicas para esse grupo tão vulnerável, foi comprovado pela auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (Brasil, 2023), que atendendo pedido do Congresso Nacional, concluiu pelo desmonte dos programas e ações federais para proteção e promoção da população LGBTQIAPN+ no período de 2018 a 2021.

Atualmente, com a vitória do Presidente Lula na eleição de 2022, espera-se a retomada dos programas sociais que foram bem sucedidos no passado (2003 - 2016), mas que foram abandonados ou sofreram forte redução orçamentária nos últimos anos e que, assim, sejam restabelecidos e protegidos os direitos fundamentais da população LGBTQIAPN+, no caso específico das mulheres trans.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre as políticas públicas e os direitos da população LGBTQIAPN+, no país que é identificado como o mais violento para a população trans, é recente e ainda precisa constantemente ser reforçado.

A questão da perspectiva de gênero precisa ser dissociada do sexo biológico, pois enquanto forem tratadas como termos sinônimos ainda estaremos vivendo numa sociedade desigual, mantendo o preconceito e as discriminações que as pessoas transexuais sofrem, principalmente as mulheres trans, eis que transitam do corpo masculino (dominante) para o feminino (dominado).

Observou-se a vulnerabilidade dessa população e a necessidade de legislações específicas para resguardar seus direitos, de uma melhor articulação entre o Estado e a sociedade civil. Acrescenta-se ainda, a questão da insuficiência orçamentária para implementação de políticas públicas e a insuficiente representatividade política no meio LGBTQIAPN+.

As violações de direitos fundamentais acabam por incentivar a violência, que somado à invisibilidade de dados sobre essa população, impactam diretamente nas políticas públicas a serem propostas e efetivadas pelo Estado. Diante disso, verifica-se os entraves jurídicos e assistenciais, e a necessidade de investigar e demonstrar as dificuldades estruturais encontradas por essa população frente a todos os atravessamentos que sofrem por conta das interseccionalidades de raça, classe e gênero como agravante da vulnerabilidade na obtenção de seus direitos.

Nesse sentido, faz-se necessário que as intervenções para a promoção e proteção social da população LGBTQIAPN+, viabilize uma maior interlocução entre esse grupo e o desenvolvimento de programas, projetos e serviços sociais,

de modo que os direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 sejam garantidos em toda sua plenitude e eficácia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa; JAYME, Juliana Gonzaga. O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e228122, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NLxLfBppzTV8By7bzGNnqYy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2023.

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê. assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022/Bruna G. **Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)–Brasília, DF: Distrito Drag**, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 jul 2023.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. EdUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017-EDUFBA.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1998)].Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 54.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Governo federal não teve políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAP+ entre 2018 e 2021**: TCU atendeu pedido do Congresso Nacional para avaliar planos, programas e ações federais destinados à defesa e promoção da população LGBTQIAP+. Brasília: TCU, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/governo-federal-nao-teve-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao-lgbtiqiap-entre-2018-e->

2021.htm#:~:text=Auditoria%20do%20TCU%20analisou%20programas,p%-C3%BAblico%20entre%202018%20e%202021. Acesso em: 25 jul. 2023.

CRUZ, D.U. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In ZIMMERMANN, C. & CRUZ, D.U. (Ed.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro**: entre descasos, retrocessos e desmontes. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2022/04/ZIMMERMANN-UZEDA.-As-politicas-sociais-do-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GOMES, Mário Soares Caymmi; YORK, Sara Wagner; COLLING, Leandro. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 1097-1135, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DtJ8FkCWYRGTwVBRCWXQCtmc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 602-610, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DkGR4J9yWnXpBRwjpBpMd6r/>. Acesso em: 11 jul 2023.

FERREIRA, Breno de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3825-3834, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kKYtxMMmQnCrCSvfbrMnkDc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MELEU, Marcelino *et al.* A concretização dos direitos dos direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+ pela aplicação da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 14-32, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/53626>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, p. 403-429, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/YQWsXdYVRgFg-WsW9c5w8mnw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 jul. 2023.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJÁ, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 289-312, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xZP7MNQxfysrJXw53QTdcXsD/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MORAES, Lucas; OSTERNE, Maria do Socorro. Transgressões de Gênero: A aplicabilidade da Lei Maria da Penha e as demandas de mulheres travestis e transexuais. **Revista Ambivalências**, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/6419>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SCOTT. Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. [online]. Trad.

Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

SILVA, Anabella Pavão da. Notas sobre o feminismo, o transfeminismo e a política brasileira. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, n. 2, v. 1, jan 2022, p.24-67. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/CORLGBTI/article/view/518>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, Juvêncio Borges; DE ALMEIDA FARIA, Lucas Melchior. O conceito de liberdade substantiva de Amartya Sen como condição de possibilidade de concreção da cidadania. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 01-18, 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadsp/article/view/9102>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: [http://www.ser.puc-rio.br/3\\_PEREIRA.pdf](http://www.ser.puc-rio.br/3_PEREIRA.pdf). Acesso em: 18 jul. 2023.

PIRES, Barbara Gomes; LAURENTINO, Arnaldo Cezar; SILVA, Cláudio Nascimento (org.). **ALIANÇA NACIONAL LGBTI+ Relatório Final da Pesquisa de Mapeamento do Projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Estado do**

**Rio de Janeiro**/Aliança Nacional LGBTI+ & Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, 2021.  
192p. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Ebook-Relatorio-Pesquisa-Observatorio.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.



ISBN: 978-85-61702-97-7



# **ST 13 - GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO: INSURGÊNCIAS EM TEMPOS DE (RE)ESPERANÇAR**



# BANCADA EVANGÉLICA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DO GÊNESIS AO APOCALIPSE.

*Cristiano Lucas Ferreira<sup>1</sup>*

*Erlando da Silva Rêses<sup>2</sup>*

## RESUMO

Fundamentado na Teologia da Prosperidade, na Teologia da Batalha Espiritual e na Teologia do Domínio, para o projeto de poder evangélico, as políticas educacionais são fundamentais para sua materialização. Por essa razão, a pesquisa em andamento, examina a atuação da bancada evangélica no campo das políticas educacionais. Utilizando uma abordagem documental qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético e na Análise de Discurso Crítica, o estudo selecionou 154 proposições de projetos de lei, apresentadas durante a 55ª e 56ª legislaturas. Os dados preliminares apontam que os interesses da bancada evangélica, entrecruzam-se com as linhas de força moral, econômica, securitária e socialmente intolerante, concentrando-se no enfrentamento à violência escolar, na defesa do homeschooling, no questionamento à liberdade de cátedra, na inclusão de disciplinas morais e de cunho nacionalista, no combate à suposta “doutrinação marxista” e à “ideologia de gênero”. O estudo também revela que as propostas da bancada evangélica, se aprovadas, têm potencial para impactar a inclusão e democratização da educação e fornece insights valiosos sobre como as crenças religiosas podem influenciar a formulação de políticas educacionais, destacando a interseção entre religião, política e educação no contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** Projeto de Poder Evangélico, Políticas Educacionais, Parlamentares Evangélicos

1 Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília. profcristianoeape@gmail.com

2 Professor Dr Erlando da Silva Rêses, Faculdade de Educação da UNB erlando@unb.br

# A MULHER NOS CURSOS DE LICENCIATURA: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO CENSO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

*Karen Elaine de Freitas Laurindo<sup>1</sup>*  
*Alisson Lessa Sene Mariano<sup>2</sup>*  
*Sirlândia Schappo<sup>3</sup>*

## RESUMO

O trabalho apresenta a temática da trajetória acadêmica da mulher nos cursos de licenciatura no Brasil. O objetivo é o de analisar as diferenças de gênero evidenciadas em diferentes trajetórias acadêmicas entre homens e mulheres nesses cursos, buscando-se evidenciar alguns dos limites e possibilidades na formação profissional de educadoras. O texto é construído a partir de um levantamento bibliográfico e de dados do Censo da Educação Superior de 2021 e 2019. As discussões se centram nas questões de gênero, na distribuição de cursos e na permanência dos matriculados, apresentando uma análise crítica desses resultados. O trabalho quantitativo, através do Censo, apresentou em 2019 o estudante típico dos cursos de licenciatura, era do sexo feminino (72,2%) e frequentava universidade privada (64,0) que oferecem modalidade de ensino à distância (73,5). Em 2021 os dois primeiros dados revelam-se da seguinte forma: 72,5% e 64,4%. Já o ensino à distância teve um aumento de 10,8% considerando o contexto de pandemia Covid-19. Em relação à trajetória acadêmica, o Censo mostra que as mulheres se formam mais e desistem menos comparado aos homens. Nesse sentido, a taxa de conclusão acumulada também é maior, cerca de 43% em relação aos homens, que são 35%, a taxa de conclusão acumulada para as mulheres tem se mantido estável desde 2019. Neste sentido, afere-se que os cursos de licenciatura no Brasil apresentam um perfil eminentemente feminino.

**Palavras-chave:** Censo Ensino Superior, permanência, licenciatura, estudantes, mulheres.

1 Graduanda do Curso de Serviço Social da UFSC e Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, karenlaurindoo@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Serviço Social da UFSC e Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, alissonsene@gmail.com;

3 Orientadora, Doutora em Sociologia pela Unicamp, Docente do Departamento de Serviço Social da UFSC e Tutora do Programa de Educação Tutorial PET Serviço Social da UFSC, ssshappo@gmail.com.

## HOJE TEM COLETIVA: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL EM DEBATE NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

*Leonardo da Cunha Mesquita Café*

### RESUMO

A coordenação pedagógica é um espaço fundamental para a formação continuada das/es/os profissionais da educação. Na educação pública, ela representa a possibilidade de discutir coletivamente aspectos importantes para escola, promovendo questionamentos, reflexões e reconstituição de práticas. Entretanto, é também espaço de disputa e luta pelo poder. Nesse sentido, esse trabalho visa compreender como uma ação de formação continuada chamada “Gênero, Diversidade Sexual e Educação”, vivenciada por várias unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, pode provocar processos de reflexividade crítica fundamentais para que práticas pedagógicas antimachistas e antiLGBTIfóbicas sejam promovidas na escola. O presente estudo, assim como a ação de formação aqui apresentada, é orientado teórico-metodologicamente pelos Estudos Críticos do Discurso e pelos Estudos de Gênero para investigar como que o discurso, presente nas práticas sociais, pode ser rearticulado a partir da problematização da materialidade discursiva do documento orientador das práticas pedagógicas das/es/os servidoras/es públicos da Educação Básica nessa unidade federativa: o Currículo em Movimento. Para tanto, analiso os recursos utilizados durante a ação formativa, fragmentos do currículo que garantem a discussão sobre diversidades, bem como alguns fragmentos textuais produzidos pelas/es/os profissionais que participaram dessa atividade. Como resultado, é possível perceber um fortalecimento do grupo que já tratava da temática, uma provocação reflexiva àquelas/us/es que muitas vezes se engajam a discursos e representações estereotipadas inconscientemente, além de um arrefecimento dos grupos mais conservadores e resistentes à temática pela percepção da legalidade que essa discussão tem no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** coordenação pedagógica, diversidade sexual, educação, gênero, reflexividade crítica.

# AFIRMAR A PRÓPRIA DISSIDÊNCIA (NEGRA/ INDÍGENA/TRANS/COM DEFICIÊNCIA): ENTRE O DESBOTAMENTO E O EMPODERAMENTO DA IDENTIDADE DISSIDENTE NO ESPAÇO ACADÊMICO

*Lucas Silva Dantas<sup>1</sup>*

## RESUMO

Qual é a linha que conecta a vivência e a resistência de pesquisadoras negras, trans, indígenas e pessoas com deficiência na educação? Este trabalho apresenta um dos resultados da dissertação “Dissidência, resistência e transgressão no espaço escolar: vozes trans, negras, indígenas e de pessoas com deficiência na encruzilhada epistêmica”, defendida em 2021, com enfoque em apresentar como as autoras dissidentes analisadas pela pesquisa narram sua trajetória de vida e suas vivências em meio as opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e capacitismo dentro dos seus trabalhos acadêmicos. Como corpos dissidentes, suas vivências extrapolam o campo individual, denunciando opressões estruturais e violências que atingem uma multiplicidade de corpos de formas distintas, mas que estão sempre conectados por suas dissidências. A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo, capacitismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para perceber a complexidade da matriz de opressão. As experiências de transfobia, racismo e capacitismo experienciado pelas autoras dentro e fora da educação não dizem respeito somente a elas mesmas, mas uma sociedade estruturada que revive e repete esse mesmo preconceito e aplica essa mesma opressão em todos os corpos dissidentes atravessados pela subalternidade das questões de gênero, sexualidade, raça e deficiência. Quando as autoras narram suas trajetórias pessoais dentro dos seus próprios trabalhos elas estão denunciando uma estrutura inteira, principalmente o racismo, o machismo, o capacitismo e a LGBTIfobia que assola a educação.

**Palavras-chave:** corpos dissidentes; LGBTIfobia; capacitismo; racismo; educação.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação: História, Política, Sociedade na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, [lucaseducadore@gmail.com](mailto:lucaseducadore@gmail.com)

# “VOCÊ FISICAMENTE NEM É HOMEM NEM É MULHER”: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS DA TRANSMASCULINIDADE DE UM PROFESSOR DE MACEIÓ-AL

*Humberto Soares da Silva Lima<sup>1</sup>*  
*Rita de Cássia Souto Maior<sup>2</sup>*

## RESUMO

A partir do campo de estudo que se insere a Linguística Aplicada Implicada / LAI (Souto Maior, 2022; 2023), dentro das pesquisas da Linguística Aplicada Transviada / LAT (Bezerra, 2023), o objetivo deste trabalho é problematizar as “constituições identitárias” (Silva Lima e Souto Maior, 2020; Silva Lima, 2021) de um professor transmasculino da rede pública de ensino de Maceió-AL em relação aos dispositivos da identidade de gênero que ele o atribui. Dessa forma, por meio de uma entrevista semiestruturada, assumindo o caráter da pesquisa qualitativa, relacionada às dinâmicas sociais e políticas que implicam a interação do sujeito na teia social, os processos identitários que são identificados/manifestados pelo professor podem ser analisados discursivamente com vista às categorias “gênero”, “sexualidade” e “poder” (Louro, 2014), na ordem da “construção das transmasculinidades” (Peçanha, Jesus e Monteiro, 2023). Oportunizando/analizando, portanto, os discursos do professor no contexto contemporâneo em que as pesquisas da LAI e da LAT se imbricam teórico-metodologicamente em relação às interações que permeiam as identidades inacabadas e em construção, compreendemos que os processos identitários em relação às transmasculinidades, assim como as manifestações sociais das identidades de gênero encontram-se em construção e entendimento por parte

- 1 Doutorando e Mestre em Linguística, na linha da Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Integrante-pesquisador do Grupo de Estudos Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/CNPq) e Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) campus Piranhas (alto sertão alagoano): humberto.lima@ifal.edu.br / humberto.lima@fale.ufal.br;
- 2 Professora doutora em Linguística, na linha da Linguística Aplicada, da Faculdade de Letras (FALE) e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da UFAL e Líder-pesquisadora do Grupo de Estudos Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/CNPq): ritasoutomaior@gmail.com / rita.soutomaior@fale.ufal.br.

dos/as sujeitos/as, levando em consideração as questões político-ideológicas que o Brasil enfrentou nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Constituições identitárias; LAI; LAT; Transmasculinidade; Professor.

# DESOBEDIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DECOLONIAL E SUAS ENCRUZILHADAS: OS ESTUDOS DE GÊNERO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

*Reginaldo Moreira<sup>1</sup>*

## RESUMO

A ementa sobre os estudos de gênero no programa de pós-graduação em Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina/PR, considerou aspectos decoloniais e suas encruzilhadas, a partir da proposta metodológica da Cartografia Sentimental (Rolnik, 2017), com o intuito de construção coletivas de saberes, a partir do pressuposto que todes, professor e estudantes, são especialistas em gênero, uma vez que nossas corpos são generificadas. A insurgência do “especialista” em gênero, geralmente delegada ao docente, aqui tomou outros contornos, numa proposta indisciplinar, em que não lemos as obras, us autores, mas que elus nos leram, por meio de conceitos que tentam expressar nossas vivências. O termo aula foi substituído por encontro. Ao invés de conteúdos esquematizados, uma roda de falatórios transversalizados da vida dos estudantes, que experienciam o conceito. A resposta foi imediata e entramos em processos cartográficos sentimentais, a partir do que as leituras nos afetaram. As trocas nos levaram a questionamentos fundamentais, tanto dos conceitos, quanto de nossas vivências. A metodologia de ensino objetivou a horizontalidade das relações entre docente e discentes. Desde a estética da sala, sempre organizada em roda, até nos modos de condução do conteúdo de cada encontro. O objetivo foi desobedecer e desaprender antigas regras pedagógicas, conceitos e teorias. As novas fabulações em ato, a partir de como as obras nos leram, criaram possibilidade de nomear sentimentos, sofrimentos e projetar outros futuros, criando fabulações de novas possibilidades de outros mundos, em que todas as vidas sejam valoradas, consideradas e caibam em sua plenitude e diversidade.

**Palavras-chave:** Desobediência, Decolonialidade, Encruzilhadas, Gênero, Cartografia Sentimental.

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, [regismoreira@uel.br](mailto:regismoreira@uel.br)



# CORPOS QUE SANGRAM: UMA DISCUSSÃO SOBRE MENSTRUÇÃO E ESCOLA A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS DAS EDUCAÇÃO

*Ana Carolina Hyrcena<sup>1</sup>*

## RESUMO

Os corpos que menstruam são, constantemente, alvo de regulamentações e interdições que os direcionam a manter a menstruação em segredo e a autovigiarem seus comportamentos a fim de escondê-la. Assim, segundo estudos recentes realizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), é recorrente faltarem a escola por motivos relacionados a menstruação. A vista disso, o presente estudo buscou investigar a articulação da escola na construção das práticas discursivas (ou não) que constituem o significado menstruação. Nos pautando nas perspectivas feministas e dos Estudos Culturais, assumimos uma abordagem qualitativa que envolveu 69 participantes (61 mulheres e 8 homens) na faixa etária de 18 a 64 anos que responderam a um questionário eletrônico divulgado nas redes sociais, e o processo analítico partiu de teorizações foucaultianas sobre a análise do discurso. Diante das múltiplas experiências relatadas, concluímos que na escola circulam discursos que interdita e controlam os corpos que menstruam, mas que ela também pode se constituir enquanto um ponto de resistência diante dessas relações de poder, posto que as participantes apresentaram relatos sobre a falta de informações sobre o ciclo menstrual e censura, tanto por parte da escola quanto da família, o que ocasionou desespero, dúvidas e solidão para muitas meninas, mas, mesmo diante da ausência de diálogos sobre o tema por parte do corpo docente, a escola ainda pôde ser um espaço de acolhimento e resistência às interdições ao possibilitar o encontro de pessoas da mesma faixa etária e com experiências menstruais parecidas.

**Palavras-chave:** Menstruação, escola, educação sexual, poder, resistência.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ana.carolina.hyrcena@uel.br.

# O APAGAMENTO DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS MENORES DE IDADE DAS POLÍTICAS ESCOLARES DE NOME SOCIAL: VÍTIMAS DE EVASÃO INVOLUNTÁRIA OU EXPULSÃO MASCARADA?

*Kaleo Mendes de Melo da Rocha<sup>1</sup>*

## RESUMO

O trabalho em questão aborda o uso do nome social por pessoas trans e travestis em ambientes educacionais no Brasil, com destaque para a invisibilização de menores de idade. O referencial teórico-metodológico se baseia em levantamento bibliográfico de políticas educacionais e análise de dados, revelando que, apesar da regulamentação do nome social desde 2008 no Pará e desde 2018 no Brasil, a efetiva garantia desse direito enfrenta desafios devido às violências, mais ou menos explícitas, presentes no (cis)tema escolar. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem de formulação e execução das políticas mais sensíveis às realidades de pessoas menores de idade, trans e travestis que, normalmente, não podem contar com seus responsáveis legais para exigir o direito de uso do seu nome social. Além disso, o estudo destaca que esse período de vida é especialmente propenso à evasão escolar involuntária motivada por intolerância, levantando questionamentos sobre se essa evasão deveria ser repensada e reformulada como uma proposital “expulsão mascarada”, que responsabilizaria, de fato, o Estado e as Instituições educacionais pela omissão diante das violências desumanizantes direcionadas à crianças e adolescentes trans e travestis.

**Palavras-chave:** Educação, Travestis menores de idade, Transgêneros menores de idade, Transexuais menores de idade, Nome social.

<sup>1</sup> Especializando do Curso de Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia da Universidade Federal do Pará - UFPA, kaleomendesm@gmail.com;

# REFLEXÕES INTERSECCIONAIS NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA NO ENSINO SUPERIOR

*Sônia Maria Ramos Gonçalves<sup>1</sup>*  
*Megg Rayara Gomes de Oliveira<sup>2</sup>*

## RESUMO

A presente proposta de comunicação oral consiste nas minhas experiências adversas como uma mulher negra africana em espaços de educação formal, pois tive contato com duas realidades geográfica e culturalmente distintas e transversais, mas que compartilham muitos pontos em comum com base em pressuposto de que o colonialismo, atualizado pela colonialidade, é o denominador comum das múltiplas opressões e abandonos vivenciados por mulheres cisgêneras, especialmente negras, em ambos os contextos. Sou cabo-verdiana, minha experiência como mulher negra de classe social baixa, cruza-se com as categorias de classe, raça e gênero que me constituem. Essas experiências identitárias propiciaram a mim uma perspectiva singular sobre o campo da educação e suas experiências nele. A proposta, portanto, busca discutir a representação da mulher negra na produção de conhecimento que questiona os paradigmas científicos modernos marcados pela herança branca patriarcal colonial, apoiando-se no conceito de interseccionalidade como uma ferramenta teórica política assente na perspectiva da pesquisadora negra cisgênera estadunidense Kimberlé Crenshaw. O conceito e a importância dessa ferramenta para abordar os desafios e a resistência de grupos raciais no contexto da educação formal, e para entender como a modernidade organiza o mundo ontologicamente e o não lugar das mulheres que não enquadram no molde predominante. A troca será, portanto, baseada na experiência empírica e na pesquisa de campo sobre gênero, maternidade e configurações familiares no contexto cabo-verdiano de uma miragem epistemológica africana. A metodologia

1 Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: soniamada91@hotmail.com

2 Professora adjunta no setor de educação e professora no Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: meggrayaragomes@gmail.com.

incluiu uma revisão de literatura com foco nos estudos sobre interseccionalidade e pesquisas decoloniais.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Educação, Mulher Negra, Epistemologia africana.

# QUESTÕES DE GÊNERO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*Ilana Musacchio  
Nilton Abranches*

## RESUMO

Democracia, liberdade de expressão e direitos humanos, deram a tônica das discussões nos últimos anos no Brasil. A onda neoconservadora atingiu a América Latina, e se espalha pelo Brasil de forma eficaz. Este trabalho se preocupa em entender a dimensão dessa ação no sistema educacional brasileiro, mas precisamente no ensino de Geografia. Portanto exploramos as interseções entre o espaço escolar, as discussões de gênero e o ensino da Geografia. Partimos do pressuposto de que a Geografia tem um papel preponderante na construção de um raciocínio espacial, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, capazes de se posicionar e se reconhecer no mundo. Tal fato nos leva a prestar especial atenção nos movimentos sociais e nas disputas territoriais. Desta forma a escola se apresenta enquanto um campo de disputas ideológicas. Neste trabalho nos preocupamos em entender como o projeto de lei “Escola sem Partido” teve um impacto nos currículos de Geografia da educação básica. Para tal nos debruçamos sobre o projeto de Lei e suas discussões, e os documentos oficiais da educação básica, especialmente a BNCC, principalmente no que tange aos Temas Contemporâneos Transversais.

**Palavras-chave:** “Escola sem Partido”, gênero, Educação.

## GÊNERO E EDUCAÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOCENTES DO IFRO – CAMPUS ARIQUEMES

*Bruna Angélica Borges<sup>1</sup>*

### RESUMO

A presente pesquisa investiga as representações sociais construídas acerca dos estudos de gênero entre docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) - Campus Ariquemes. A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de grupo focal, com a participação de sete docentes dos cursos técnicos integrados em Agropecuária, Alimentos e Informática. Para a organização e sistematização dos dados obtidos foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados evidenciaram a dificuldade que educadores tem em lidar com a temática, seja pela ausência de conhecimentos específicos, pela dificuldade em lidar com a própria sexualidade, por questões religiosas e de valores morais. Assim, a formação docente deficitária em relação às temáticas de sexualidade, gênero e diversidade sexual reflete no silenciamento da escola frente às situações de homofobia, preconceito e discriminação. Sendo assim, é necessária e urgente a inclusão de temáticas de gênero e sexualidade no currículo dos cursos de licenciaturas em todas as áreas de conhecimento, pois a omissão e o não reconhecimento dessas múltiplas identidades sexuais e de gênero levam um processo de invisibilização da diversidade sexual no ambiente escolar, permitindo a manifestação da LGBTQIA+fobia, que dentre outras graves consequências, levam aqueles que não se enquadram no modelo heteronormativo, abandonarem os estudos.

**Palavras-chave:** Representações sociais, Gênero, Educação.

---

1 Mestra em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutoranda em Educação pela Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Atua como Psicóloga Escolar e Educacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) - Campus de Ariquemes. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Gênero e Educação (GEPDGE), [bruna.borges@ifro.edu.br](mailto:bruna.borges@ifro.edu.br)

## IR À EXPERIÊNCIA TRANSMASCULINA NA ESCOLA PARA SE (RE)PENSAR A ESCOLA

*Raul Alvim Capistrano<sup>1</sup>*

*Anna Paula Vencato<sup>2</sup>*

### RESUMO

A pesquisa buscou compreender como a experiência de um adolescente transmasculino, em uma escola de educação básica, desafi(n)a as convenções de gênero, abalam as naturalidades vigentes na instituição e, assim, produzem espaços para se (re)pensar a escola. O adolescente fratura ao apresentar uma performance masculina então associada aos meninos cisgêneros, sob outra inflexão de gênero que, por sua vez, é dada como dissonante das prescrições binárias das normas do sistema sexo-gênero. Pretendeu-se levantar as noções sobre gênero e sexualidade que nortearam os discursos das e dos profissionais da instituição, bem como as desordens provocadas pelas demandas do adolescente. Por fim, procurou-se identificar as estratégias acionadas pelo adolescente na busca pela invenção de um cotidiano possível na escola. Para tanto, lançamos como recurso metodológico a etnografia no exercício da observação participante, no intuito de acompanhar o cotidiano escolar do adolescente, e entrevistas semi-estruturada para captar os relatos de sua família e dos profissionais da instituição escolar.

**Palavras-chave:** Gênero, Transmasculinidades, Escola.

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, raulalvimcapistrano@gmail.com;

2 Professor/a/e orientador/a/e: doutora, Faculdade de Educação - UFMG, apvencato@gmail.com.

# SOB DISCURSIVIDADES BIOLÓGICAS E O ‘GRUPO DE RISCO’: MAQUINARIAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS

*Alexandre Luiz Polizel<sup>1</sup>*  
*Rivana Zaché Bylaardt<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo catalisar discussões sob formato ensaístico-hermenêutico dos usos classificatórios sob discursividades biológicas de modos de ser enquanto “grupos de risco”. Para tal o presente manuscrito vale-se de articulações entre Michel Foucault, Paul Ricoeur e Sigmund Freud, buscando compor uma ensaística-hermenêutica para análise da classificação de modos de ser enquanto “grupos de risco”. Para tal, neste, coloca-se a analítica de quatro casos: HIV-Aids, Monkey-pox, doações de sangue e o sintagma da ‘ideologia de gênero’. Mobilizamos e estruturamos nossas discussões, neste sentido, a partir de três eixos: i) A classificação do Outro enquanto um risco pelo viés da patologização; ii) O Outro na qualidade de um risco como espécime e a metáfora do sangue como herança-filiação; e, iii) O Outro sendo um risco na mesma proporção que indica uma eminente insurgência.

**Palavras-chave:** Educação, Discursividades bio-lógicas, Classificação, Grupo de risco.

1 Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (Kultur), alexandre.polizel@ifes.edu.br;

2 Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (Kultur) rivana.zache@ifes.edu.br;



# JUVENTUDES QUEER: NARRATIVAS E CURRÍCULOS EM UMA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA EM MECÂNICA

*Alexandre Luiz Polizel<sup>1</sup>*

*Rivana Zaché Bylaardt<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre elementos curriculares emergentes a partir de narrativas das juventudes em um curso técnico em mecânica integrado ao ensino médio, por um estudante que se autoidentifica enquanto queer. Para tal, a presente investigação vale-se de um olhar heteroautobiográfico, ancorado em Margareth Rago, bem como de um pensar as narrativas enquanto produtoras-instauradoras de curricularidades e seus rastros. Para tal, buscou-se a escuta de um jovem estudante de um curso técnico em mecânica integrado ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Tal escuta foi catalisada por um roteiro de 14 questões norteadoras, sendo audiogravadas, transcritas e analisadas por análise de discurso de inspiração foucaultiana. Deste movimento analítico evidenciaram-se três eixos: i) O sujeito em sua prática identificatória pela baliza de processos de reflexão, imaginação e composição; ii) O sujeito em sua prática formativa nos movimentos de negação e afirmação; e, iii) A identificação no seus atravessamento entre elementos culturais, amizades e formação.

**Palavras-chave:** Educação, Currículo, Teoria Queer, Identidade e Diferença.

---

1 Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (Kultur), alexandre.polizel@ifes.edu.br;

2 Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus São Mateus. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades (Kultur), rivana.zache@ifes.edu.br

## GRUPO CONFLUÊNCIAS: UM ESPAÇO DE TROCA, APRENDIZADO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA LGBTI+

*Telma Amaral Gonçalves<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este relato de experiência diz respeito ao grupo Confluências da Universidade Federal do Pará que é um grupo de estudos e pesquisas voltado para o debate em torno dos eixos, gênero(s), corpo(s) e sexualidade(s), em sua articulação com a temática LGBTI+. O grupo em sua atual configuração existe desde maio de 2022 e é composto por estudantes de graduação e pósgraduação, em sua maioria, mas não exclusivamente, das Ciências Sociais, que se reúnem quinzenalmente, de forma presencial, para discutir textos previamente definidos que são o mote para o debate e aprofundamento crítico de temas diversos. Busca-se nessa experiência um processo de coletivização que envolve a participação mais efetiva das pessoas participantes no processo de tomada de decisão de todos os encaminhamentos pertinentes ao grupo. O Confluências passou a aglutinar pessoas que são atravessadas por vivências LGBTI+ que emergem nos debates e dão densidade a eles, o que resulta no estabelecimento de laços e criação de redes de relações que fazem do grupo um espaço de encontro, troca e compartilhamento que subverte as rígidas normas que regulam os espaços acadêmicos, ainda muito seletivos e pautados em hierarquias subalternizantes.

**Palavras-chave:** Grupo Confluências, LGBTI+, Gênero(s), Corpo(s) e sexualidade(s).

---

1 Doutora em Ciências Sociais, professora da Faculdade Ciências Sociais – UFPA, telmaral@ufpa.br

# INCLUSÃO DE TEMÁTICAS LGBTQIAP+ NA GRADE CURRICULAR: UMA NUTRIÇÃO DE POTÊNCIAS

*Gabs Andrade Cruz Queiroz<sup>1</sup>*

*Michel Carlos Mocellin<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a relatar a experiência em ministrar o minicurso com temáticas de nutrição relevantes à população LGBTQIAP+ no evento de aniversário dos 80 anos da Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), enquanto graduando integrante da população transgênera e travesti. A resolução CNS nº 704/2022, que apresenta a proposta de uma nova Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, estabelece que a formação dos graduados deve ser pautada, dentre inúmeros princípios, no respeito à interculturalidade, às diversidades socioculturais, étnico-raciais, religiosas, de gênero e outras. Entendendo o status de minoria social da população LGBTQIAP+, a abordagem de temas que tangenciam as particularidades e demandas desta é compromisso não apenas da Escola de Nutrição, como também da Universidade. É imperativo destacar que o SUS é a porta de entrada aos serviços de saúde para boa parte deste grupo social, inclusive, fornecendo assistência para a transição de gênero, e que o profissional de saúde deve estar formado para atender a comunidade LGBTQIAP+ reconhecendo suas particularidades, em respeito ao princípio da equidade. Foi realizada uma pesquisa descritiva, qualitativa, do tipo relato de experiência baseada no minicurso “Temáticas LGBTQIAP+ na Grade Curricular: Uma Nutrição de Potências” planejada a partir de uma revisão do estado da arte da temática na literatura. O minicurso contou com a participação de professores e discentes. Além de mostrar-se produtivo, sobretudo em trazer a discussão acerca do atual estado da matriz curricular.

**Palavras-chave:** Minorias Sexuais e de Gênero, Nutrição, Educação em Saúde.

1 Graduando/a/e do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, gabriela.queiroz@edu.unirio.br;

2 Docente do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, michel.mocellin@unirio.br

# LUAU DA DIVERSIDADE: TRANSGREDINDO POR MEIO DA ARTE

*Mariana Lucas Mendes<sup>1</sup>*

*Joyce Alves da Silva<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho consiste num relato de experiência no qual descrevemos três eventos realizados no Instituto Federal Goiano: o Sarau Virtual realizado em 2021, durante a Conferência de Diversidade Sexual e de Gênero (ConSigo!) e o Luau da Diversidade, realizado de modo presencial no campus Urutaí - GO, nos anos de 2022 e 2023. Tendo em vista que a instituição em questão vem de um longo histórico de educação agrária, fortemente marcada pela dominação masculina e pelo machismo, o objetivo principal ao relatar essas experiências consiste em demonstrar como a arte, em suas diversas formas, é capaz de transgredir as barreiras do preconceito. Os três eventos proporcionaram um momento inédito na instituição, que foi a presença da arte Drag Queen no IF Goiano, além de criar um ambiente seguro para que alunes do Ensino Médio e Superior, pudessem se expressar por meio da música, poesia, dança e outras formas de arte. O Luau da Diversidade conseguiu atrair não só alunes LGBTQIAPN+ mas, toda a comunidade discente. A partir das leituras e reflexões dos textos de bell hooks, entendemos que ações semelhantes ao Sarau e ao Luau da Diversidade, transgridem o espaço da sala de aula e proporcionam uma educação integral e cidadã.

**Palavras-chave:** Arte, Luau, LGBTQIAPN+, Educação, EPT.

1 Doutoranda do Programa Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC - UFRRJ), Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) / Tradutora e Intérprete de Libras (IF Goiano - Campus Urutaí), mariana\_mendes@ufrj.br;

2 Doutora e pós-doutora em Educação (USP) / Professora do Departamento de Educação e Sociedade (DES) e do Programa Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC - UFRRJ), joyce.alves@ufrj.br;

# PRODUTO EDUCACIONAL DIGITAL SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA

*Ricardo Diógenes Dias Silveira<sup>1</sup>*

*Priscila Nascimento Marcelino<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho resulta de uma pesquisa conduzida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, com o propósito de investigar o potencial do YouTube como uma ferramenta de ensino de História relacionada às questões de gênero e sexualidade. A análise da plataforma revelou a presença de vídeos que abordam essas temáticas no contexto do ensino de História, embora não sejam diretamente apropriados para aulas de Ensino Médio, mas sim como recursos complementares para o planejamento das aulas e a formação contínua dos professores. O estudo destaca a relevância de incluir discussões sobre gênero e sexualidade no ensino de História, não apenas para a formação dos estudantes, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, ressaltando a ausência desses temas nos documentos curriculares brasileiros, em especial na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, o trabalho envolveu entrevistas com docentes do Ensino Médio da rede pública de Pires do Rio, Goiás, cujas percepções foram analisadas com base na metodologia de Análise de Conteúdo. A partir dessas entrevistas, foi desenvolvido um produto educacional composto por vídeos e um guia didático, destinado a auxiliar os professores na abordagem das questões de gênero e sexualidade nas aulas de História. Em suma, a inserção desses temas no currículo escolar é crucial para promover o respeito à diversidade, ao mesmo tempo que permite aos estudantes compreenderem a complexidade das relações sociais e se tornarem cidadãos mais críticos e conscientes.

**Palavras-chave:** Educação Básica, Ferramentas Digitais, Educação para a Cidadania.

1 Doutor em Biologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, ricardo.silveira@ifgoiano.edu.br;

2 Mestra em Ensino para Educação Básica pelo Instituto Federal Goiano – IFGoiano, marcelinopriscila825@gmail.com;

# ESTUDOS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DE UMA AGENDA CIENTÍFICA

*Edilaine Cesar<sup>1</sup>*

*Douglas Paulino Barreiros<sup>2</sup>*

*Daniela Finco<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este trabalho apresenta a análise das pesquisas acadêmicas envolvendo gênero, sexualidade e Educação Infantil, produzida entre os anos 2010 e 2020, resultado de uma pesquisa de doutorado e uma pesquisa de pós-doutoramento em andamento. Destaca o contexto de intensificação de ataques ideológicos no que se refere aos estudos de sexualidade e gênero, com tentativa de distorcer o conceito de gênero, baseadas na ideologia que visa confundir crianças em seus processos de formação identitária, que poderia colocar em risco a família, a inocência infantil, estimulando nas crianças a homossexualidade e a transgeneralidade. Tem como referencial teórico-metodológico o Estudo da arte e do conhecimento, realizado a partir do levantamento nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e do Catálogo de Teses e Dissertações Capes, produzidas no Brasil. O levantamento e as análises quanti-qualitativa das dissertações e teses foram realizadas a partir título, resumo, palavras-chaves e a partir de lista de os descritores dos campos de Estudos de gênero, Sexualidade e Educação Infantil. Os resultados revelam dados quantitativos da produção ao longo dos anos e uma análise sobre as problemáticas investigadas, trazem as regiões do Brasil nas quais estes estudos foram realizados. O trabalho pretende contribuir para sistematização e socialização do conhecimento na área e fomentar o campo da pesquisa acadêmica como

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - SP, [ecesar09@unifesp.com](mailto:ecesar09@unifesp.com).

2 Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - SP, [douglas.paulino@unifesp.br](mailto:douglas.paulino@unifesp.br).

3 Professora orientadora, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - SP; [dfinco@unifesp.br](mailto:dfinco@unifesp.br).

forma de resistência diante das desigualdades e preconceitos de gênero na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Estado da arte, Gênero, Sexualidade, Educação infantil, Direitos Humanos.

## INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho apresenta uma análise das pesquisas acadêmicas produzidas no período de 2010 a 2020 sobre gênero e sexualidade na Educação Infantil. Resulta da articulação entre uma pesquisa de doutorado e uma de pós-doutorado, ambas em andamento, orientadas pela metodologia do estado da arte e do conhecimento, trazendo o mapeamento das produções acadêmicas dos bancos de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e Catálogo de Teses e Dissertações CAPES.

Esse recorte temporal está marcado pelos reflexos do processo de expansão do ensino superior nos governos de Lula, 2003 a 2011, e de Dilma, 2011 a 2016<sup>4</sup>. Esse cenário, somando-se ao avanço das agendas de políticas públicas no campo de gênero e diversidade sexual, gerou reações e investidas conservadoras, causando prejuízos aos Direitos Humanos, principalmente no que se refere aos direitos da promoção da diversidade no campo da educação. Tais prejuízos podem ser evidenciados com a proibição do *kit* anti-homofobia, em 2011, na interrupção da construção das Diretrizes Curriculares nacionais de educação, gênero e diversidade sexual, em 2013, e na exclusão do termo gênero do Plano Nacional de Educação, em 2014. Um período marcado por disputas ideológicas que evidenciam o avanço de pautas conservadoras gerando corte ou limitação da agenda de gênero e LGBTI+<sup>5</sup>. Na escola a inserção desses itens submetem a abordagem de temas relacionados a gênero e sexualidade à concordância das famílias (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

As investidas conservadoras em diferentes esferas sociais culminaram na eleição de Bolsonaro em 2018. No projeto político desse governo, o Ensino Superior e as Secretarias de Promoção da Diversidade e Direitos Humanos, foram as primeiras áreas a passar por reformas. Os sucessivos ministros que estiveram à frente do Ministério da Educação aplicaram, em meio a polêmicas públicas, sucessivos cortes nas verbas para o setor, comprometendo a produção de conhecimento. As justificativas para os cortes financeiros se embasaram em discursos que buscavam minar a credibilidade nas universidades descrevendo-as como

4 Nessas administrações, certas iniciativas de fomento à educação superior ganharam maior projeção, como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI, 2005), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tais programas mudaram, inclusive, o perfil dos estudantes que ingressaram nas universidades, destacando-se o “estudante-trabalhador” e de periferia, gerando desconforto por parte de alguns docentes e jovens de classe média que até então ocupavam esses espaços com exclusividade (SOARES, 2020).

5 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais, Mais.



espaços de disseminação de vícios morais, sexuais, na promoção da “ideologia de gênero” alicerçados na “doutrinação comunista” (NETO; TEÓFILO; BASTOS, 2022).

Os reflexos dessa agenda conservadora não foram diferentes no campo da Educação Infantil. As manifestações reacionárias anti “ideologia de gênero” se baseiam no discurso de proteção à família e às crianças, promovendo um entendimento de que gênero desvirtuaria as crianças, sensualizando-as e estimulando nelas a sexualidade precoce, a homossexualidade e a destruição da família (LEITE, 2019). Considerando a expansão das investidas reacionárias sobre gênero e sexualidade no campo da educação, apresentando-o como uma ideologia nociva, é fundamental empreender reflexões a partir das pesquisas sobre gênero, sexualidade e infância, promovendo o compromisso social e político da Educação Infantil com a construção de processos educativos democráticos, inclusivos e laicos.

Assim, as análises construídas neste trabalho se colocam diante dos desafios impostos pelo contexto cultural, político e econômico, instaurados por meio do movimento ultraconservador que tenta excluir as questões de gênero e sexualidade do campo educacional. O trabalho foi desenvolvido dentro do contexto do Grupo de Pesquisas Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, com o propósito do aprimoramento das discussões de gênero, sexualidade e da promoção dos Direitos Humanos, incluindo neles os direitos das crianças.

A primeira parte do trabalho aborda como os movimentos antigênero, com suas ofensivas conservadoras, ocupam espaços no campo da Educação suscitando pânico moral nas famílias e confusão em relação às questões de gênero e sexualidade na infância por meio do discurso da “ideologia de gênero”, a partir do diálogo com pesquisas recentes que tratam da temática da “ideologia de gênero” e sua influência na Educação das crianças. A segunda parte apresenta o mapeamento e análises das pesquisas acadêmicas, traz os dados quantitativos e as transformações em relação às temáticas de estudos, dados sobre as produções de pesquisas de acordo com as regiões brasileiras. Por fim, propõe reflexões acerca da produção do campo de pesquisa de gênero e sexualidade na Educação Infantil, afirmando como importantes conceitos científicos e relacionais contrapostos à retórica reacionária anti-gênero.

## **METODOLOGIA**

As pesquisas denominadas de Estado da Arte e do Conhecimento contribuem para o entendimento sobre o modo como os debates nas produções acadêmicas estão acontecendo, o que permite modificar e avançar com as abordagens

temáticas nas pesquisas acadêmicas. Para a ciência, esse tipo de pesquisa se faz pertinente e necessária pois serve como bússola que indica os caminhos que seguem determinada área de pesquisa, identifica os avanços e transformações considerando o recorte de tempo e espaço das produções acadêmicas (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Desse modo, a pesquisa Estado da Arte é considerada como metodologia de natureza inventiva, descritiva da produção acadêmica acerca da temática que busca apurar, “à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (FERREIRA, 2002, p. 258). Estas pesquisas exigem uma busca afinada sobre determinada temática e exige o uso de descritores ou palavras-chave para fazê-lo, assim, a definição dos descritores compreende em palavras que retratam a área que se quer mapear. Nesse caso, os descritores utilizados no mapeamento das produções acadêmicas são correspondentes à área de Educação Infantil e gênero.

A Educação Infantil é um campo de estudo que revela desafios para os espaços das creches e centros de educação infantil, espaços estes, que ainda continuam sendo fortemente marcados pela cultura da desigualdade de gênero. Os debates sobre relação de gênero na educação infantil tornam-se de suma importância, no sentido de esclarecer e ampliar o entendimento sobre este tema, ao mesmo tempo, se apresenta como disparador de uma luta de afirmação e compreensão do sentido concreto de gênero. A identificação das produções acadêmicas que tratam de gênero e sexualidade na educação infantil requer a utilização de descritores que por sua vez, sejam entendidos como um conjunto de palavras que buscam por meio do cruzamento desses dois campos apontar para a contribuição dos estudos de gênero e sexualidade realizados na área da Educação Infantil.

Para a lista de descritores, acerca dos estudos de gênero, foi utilizado o TEG (Tesouro para Estudos de Gênero e sobre mulheres)<sup>6</sup> por se tratar da principal referência para a busca de indicadores de gênero no país. Sobre sexualidade e orientação sexual foi consultado o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero<sup>7</sup>. Na área da educação, foi consultado o BRASED (Thesaurus brasileiro da Educação)<sup>8</sup> por agregar a educação brasileira no contexto global para definição temática levando em consideração as mais diversas áreas que se relacionam com a educação. A configuração de grupos de descritores para a realização do mapeamento das produções acadêmicas de determinada área ou campo de estudo é

6 <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/tesouro/arquivos/TPEDGESHM.pdf>

7 <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/21832/?lang=en>

8 <https://vocabularyserver.com/brased/>

parte da metodologia do estado da arte e do conhecimento e assim, ter acesso e identificar as produções. Nesse sentido, foi preciso compor uma lista de descritores que pudessem dar conta da inflexão da pesquisa. À medida em que foram feitos os levantamentos, a lista de descritores foi ampliada tendo em vista as palavras-chave recorrentes nos trabalhos encontrados. Desse modo foi possível elaborar uma lista de descritores, apresentada na Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1** - Lista de descritores

Descritores		
Descritores para Gênero	Descritores para Sexualidade	Descritores para Educação Infantil
Gênero	Sexualidade	Educação Infantil
Identidade de Gênero	Sexo	Creche(s)
Diversidade de Gênero	Papéis Sexuais	Pré-escola(s)
Representações de Gênero	Diversidade Sexual	Infância(s)
Estereótipos de Gênero	Diferença Sexual	Criança(s)
Expressão de Gênero	Discriminação Sexual	Criança(s) pequena(s)
Performatividade de Gênero	Orientação Sexual	Bebê(s)
Ideologia de Gênero	Violência Sexual	Brinquedo(s)
Estudos de Gênero	Corpo/corporeidade	Brincadeira(s)
Questões de Gênero	Queer	Cotidiano
Diferenças de Gênero	Sexismo	Espaço Físico
Equidade de Gênero	Expressão da Sexualidade	Pedagogias Infantis
Binarismo de Gênero	Manifestação das Sexualidade	Pedagogias da Infância
Discriminação	Educação Sexual	Educação e Cuidado
Feminilidade(s)	Homoafetividade	Professora Mulher
Masculinidade(s)	Homossexualidade	Professor Homem
Menina(s)	Homofobia	Currículo
Menino(s)	Intersexualidade	Culturas Infantis
Co-educação	Bissexualidade	Culturas lúdicas
Estudos sobre mulheres	Heterossexualidade	Políticas Públicas
Estudos sobre homens	Heteronormatividade	Práticas Pedagógicas
Estudos feministas	Violência contra as mulheres	Formação Docente
Feminismo(s)	Transexualidade	Magistério
	Gay	DCNEI
	Lésbica	BNCC

**Fonte:** elaborado pelo(as) autor(as)

As fontes de busca selecionadas para dissertações e teses foram a Base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. As plataformas foram escolhidas por indexar grande número de trabalhos e acesso gratuito. Utilizou-se o recurso (filtro) *buscar - assunto*, em seguida, acrescentou de modo entrecruzado os descritores

já supracitados dos três campos de interesse dessa pesquisa, para melhor identificar as teses de doutorado e dissertação de mestrado. O levantamento das dissertações e teses foi realizado a partir do título, resumo, palavras-chaves e a partir de lista de os descritores dos campos de Estudos de gênero, Sexualidade e Educação Infantil. As análises quantitativas da produção buscaram quais foram as problemáticas mais investigadas ao longo dos anos, assim como as mudanças e tendências com as temáticas investigadas mais recentemente. Também analisaram a produção de pesquisas por regiões do Brasil.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos as investidas que buscam descaracterizar gênero como um campo da ciência têm sido marcadas por um intenso movimento que afirma se tratar de uma ideologia. “Essas controvérsias se articulam em um cenário de fortalecimento de conservadorismos e têm como pontos de interseção o confronto de moralidades em relação ao gênero e à sexualidade e a mobilização do discurso de defesa das crianças e dos adolescentes.” (LEITE, 2019, p. 119). Na Educação Infantil, a “ideologia de gênero” deturpa o conceito de gênero apresentando-o como algo nefasto para educação das crianças, suscitando um pânico moral em relação ao fim da família e da suposta implementação da confusão identitária. (MISKOLCI, 2018). Junqueira (2022) faz notar que em essência os movimentos antigênero buscam desqualificar os estudos de gênero posicionando-os como mera especulação.

Além disso, empenham-se em atribuir a “ideologia de gênero” na Educação a suposta hipersexualização da criança dado que ela propiciaria o interesse pueril por uma profusão de experiências sexuais para a construção do “gênero”. Alegam, ainda, a imaginada abertura para a validação da pedofilia, dado que a “sexualidade fluida” seria também um “tipo de gênero”. Nessa seara, afirmam que a “ideologia de gênero” promoveria a banalização da sexualidade humana alicerçando e validando experiências homossexuais e de travestilidade. Por fim, pais e mães teriam usurpado suas autoridades educacionais, sobretudo acerca da moral e da sexualidade de seus filhos, uma vez que todas as crianças ficariam subjugadas à ingerência dessa “ideologia de gênero” (BULGARELLI, 2018).

Por outro lado, os movimentos pró-gênero seguem afirmando-se, pois alicerçados no reconhecimento do gênero e da sexualidade como aspectos pertinentes ao convívio social, lançam o olhar para a questão do gênero como um desafio político e intelectual articulados com a luta por direitos, justiça e equidade (BULGARELLI; ALEGRIA, 2019). Neste vasto campo, Junqueira (2022) afirma que

os estudos de gênero contemplam diferentes conhecimentos, matrizes teóricas e políticas, nas quais é disputado um conceito com múltiplas implicações críticas e políticas.

As justificativas atribuídas ao gênero a partir das matrizes da ciência biológica determinam de modo fixo os papéis sociais de meninos e meninas e têm se fortalecido com os discursos reacionários e ultraconservadores na busca de resguardar a configuração familiar. Uma ideologia, promove uma distorção de sentido no meio social e gera um pânico moral. Esse discurso pode ser exemplificado, ainda, quando analisados os debates que precederam a aprovação do Plano Nacional da Educação em 2014 e resultaram na retirada dos termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” do documento sancionado. Os discursos dos deputados favoráveis pela retirada desses termos são, em sua maioria, embasados no essencialismo biológico e em fundamentalismos religiosos (MENDES; MAHEIRIE; GESSER, 2020).

Os retrocessos nos direitos sociais adquiridos ao longo de décadas em relação aos direitos humanos e à justiça social, também são reflexos de uma crise de reconhecimento dos direitos sociais impostas por uma agenda neoliberal quanto pela redução e atenção aos recursos necessários para apoiar as pesquisas no campo de gênero dentro das universidades. Os bloqueios de financiamento para as universidades, inclusive para a sua manutenção, somando a deslegitimação da produção científica, atinge de forma especial as Humanidades, com a ideia de que existe uma ideologização das universidades públicas e das Ciências Sociais (BIROLI, 2019).

Em contrapartida, este trabalho que envolve um Estado da Arte, revela que existe uma ação proativa que busca localizar gênero e sexualidade como conceitos potenciais para o fortalecimento do campo de pesquisa dedicado à compreensão das relações humanas e sociais. Desse modo, conhecer como gênero, sexualidade e Educação Infantil se inserem na produção acadêmica permite identificar avanços e lacunas nas pesquisas, assim como os desafios a serem enfrentados. Pensar o contexto da Educação Infantil apresenta-se como um grande desafio que inclui a construção de ferramentas de contra-poder que precisam ir contra práticas normativas, que procuram silenciar temáticas que atravessam os corpos e as vidas infantis, como o gênero, construindo pedagogias feministas a fim de garantir os direitos e a dignidade das crianças desde pequenas. Não tratar as questões de gênero e sexualidade na educação das crianças, para Bonfanti e Gomes (2018) protege aqueles, que negociam com as violências, isto é, os agressores. Desse modo, gênero e sexualidade são assuntos fundamentais para a infância, temas

que não podem ser silenciados, pois beneficiam o rompimento de um pacto de silêncio de abusos e violência contra as crianças.

Diante do exposto, este trabalho apresenta os dados e análises do levantamento das produções acadêmicas no campo de Gênero, Sexualidade e Educação Infantil entre os anos de 2010 a 2020. Pensar na Educação Infantil como parte essencial na construção e reconstrução de uma cultura sobre gênero é um passo de transformação sobre as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca das teses de doutorado e dissertações de mestrado no período 2010 a 2020, a partir do cruzamento dos descritores nos filtros de busca, apontou para um total inicial de 478 pesquisas realizadas, sendo estas 369 dissertações e 109 teses. A partir da análise dos títulos, das palavras-chave, dos resumos e em alguns casos dos sumários, foram aplicados os critérios de exclusão sendo: pesquisas com crianças pequenas, porém fora do campo de Educação infantil; estudos com crianças do Ensino Fundamental; textos indisponíveis para leitura em meio digital; por exemplo. A partir desse procedimento, foram identificadas 104 pesquisas envolvendo gênero, sexualidade e Educação Infantil, sendo 90 dissertações e 14 teses. A tabela 2 a seguir sintetiza os resultados numéricos da busca.

**Tabela 2.** Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado (2010-2020)

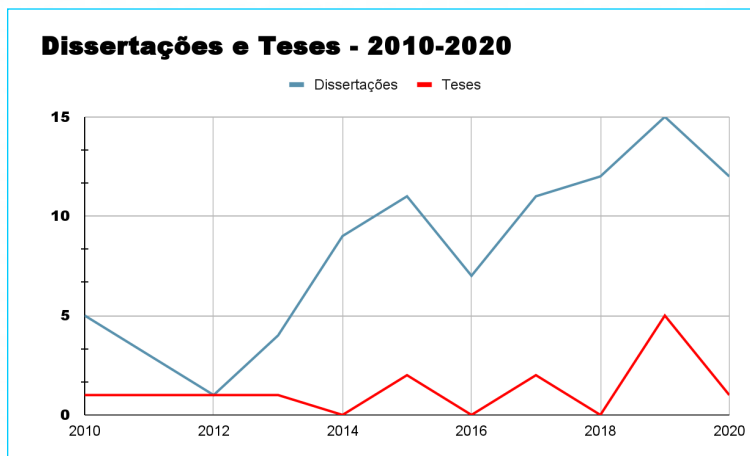
Dissertações	Teses
Total geral encontradas - 369	Total geral encontradas - 109
Total geral excluídas - 279	Total geral excluídas - 95
Total geral incluídas - 90	Total geral incluídas - 14

**Fonte:** elaborada pelas/os autoras/es

O gráfico 1 abaixo permite ter uma visão quantitativa de produções de teses de doutorado e dissertações de mestrado ao longo desses dez anos. Com as produções selecionadas, iniciamos as análises considerando o ano de produção, a região, assim como analisamos as temáticas das pesquisas ao longo dos anos. Assim, a primeira análise ocorreu em olhar para a quantidade de produções em teses de doutorado e dissertações de mestrado organizadas por ano. O gráfico 1 exhibe as variáveis quantitativas distribuindo-as na linha do tempo possibilitando

a representação das oscilações das produções acadêmicas acerca de gênero, sexualidade e Educação Infantil.

**Gráfico 1** - Dissertações e Teses produzidas entre 2010 a 2020



**Fonte:** Elaborada pelas/os autoras/es.

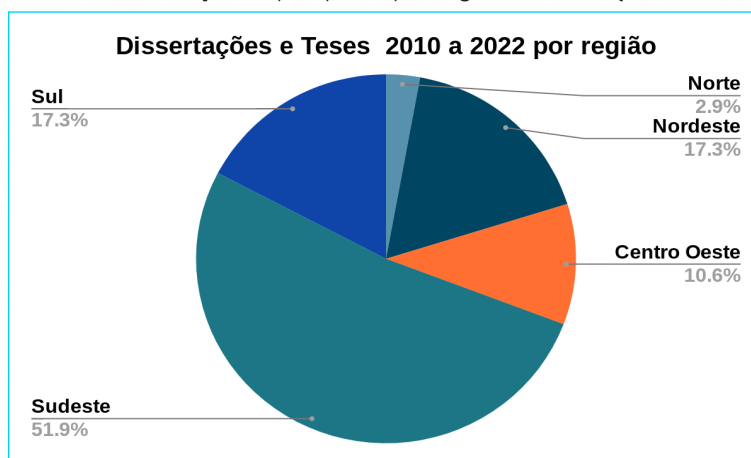
Observando-se o gráfico 1, que trata dos estudos por ano de publicação, nota-se um aumento na produção a partir de 2014. Uma hipótese para esse aumento pode ser o contexto político marcado pelas discussões acaloradas em torno das questões de gênero e sexualidade na educação. Nesse ano de 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) com a exclusão do termo “gênero” em todo o documento. Analisando o gráfico 1 é possível identificar pontos altos na produção acadêmica sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil no ano de 2019, o segundo ano do governo de extrema direita no Brasil cuja eleição teve como uma de suas bandeiras o combate à “ideologia de gênero”, podendo assim significar uma resposta e problematização do campo acadêmico para essa questão.

**Tabela 3.** Teses e dissertações produzidas por região brasileira

REGIÃO	DISSERTAÇÕES	TESES
Norte	3	0
Nordeste	15	3
Centro Oeste	10	1
Sudeste	46	8
Sul	16	2
<b>Total geral</b>	<b>90</b>	<b>14</b>

No tocante às produções acadêmicas, apresentadas pela tabela 3, demonstra que a região com maior concentração de estudos é a Sudeste, com mais de 50% da produção de pesquisas. Região Sul e Nordeste aparecem em segundo lugar com aproximadamente 17% da produção de pesquisas. As pesquisas na região norte representam 3% da produção nacional.

**Gráfico 2.** Produção de pesquisas por região do Brasil (2010-2020)



Por fim, as pesquisas foram agrupadas em 10 categorias de acordo com as temáticas de seus objetivos de estudos, observada na Tabela 4, sendo elas: 1. Lúdico, brincadeira, brincar; 2. Políticas públicas / Currículo; 3. Sexualidades/ manifestações da sexualidade das crianças; 4. Corpo, corporeidades, expressão corporal; 5. Docência professoras mulheres/ identidade docente feminina; 6. Docência professores homens/ identidade docente masculina; 7. Famílias e relações com a instituição de Educação Infantil; 8. Formação docente; 9. Práticas pedagógicas e 10 Outros temas emergentes (Religião, Violência, Relações Sociais).

**Tabela 4.** Teses e Dissertações agrupadas por categorias temáticas

CATEGORIAS TEMÁTICAS	TESE	DISSERTAÇÃO	TOTAL
Lúdico, Brincar, Brincadeira	1	16	17
Políticas Públicas e Currículo	2	6	8
Sexualidades, manifestações da sexualidade	5	18	23
Corpo, corporeidades, expressão corporal	0	7	7
Docência, professoras mulheres/identidade docente feminina	0	1	1
Docência, professores homens/identidade e docente masculina	1	24	25



CATEGORIAS TEMÁTICAS	TESE	DISSERTAÇÃO	TOTAL
Famílias e relações com a instituição de Educação Infantil	2	1	3
Formação Docente	0	1	1
Práticas Pedagógicas	3	9	12
Outros temas emergentes (Religião, Violência, Relações Sociais)	0	7	7
<b>Total geral</b>	<b>14</b>	<b>90</b>	<b>104</b>

Para as análises da produção das pesquisas, as dissertações e teses foram agrupadas em categorias, com o propósito de identificar de dados quantitativos envolvendo as diferentes temáticas de pesquisa, além de permitir analisar a ampliação e transformação nas temáticas envolvidas nas pesquisas ao longo destes 10 anos. As produções analisadas foram agrupadas com base nos grupos temáticos específicos, levando em consideração os descritores relacionados ao gênero. A identificação das produções acadêmicas nos respectivos grupos temáticos se deu mediante a avaliação dos descritores associados às discussões sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil. Como podemos perceber na análise das pesquisas que tem como temática a questão do “professor homem/identidade masculina”, a questão da “sexualidade, manifestação da sexualidade e práticas pedagógicas” e do “lúdico, brincar e brincadeiras”. Foi possível identificar também no agrupamento “outros” a questão de temas emergentes, nas pesquisas dos últimos anos, a partir de 2019, envolvendo questões como a “ideologia de gênero”, religião e escola laica, violências de gênero e Direitos Humanos, por exemplo, revelando uma nova tendência nos estudos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual contexto em que vivemos exige que o debate sobre as questões de gênero deixe de ser silenciado e passe a ser tratado de forma mais aberta e dialógica, uma vez que as desigualdades e as violências de gênero se evidenciam a todo momento. O desenvolvimento de pesquisas no campo da Educação Infantil assume esse compromisso, problematizando as desigualdades de gênero e seus reflexos na vida das crianças, de suas famílias e das creches e pré-escola, na direção da garantia dos direitos de meninas e meninos (FINCO, 2010). O mapeamento feito dos últimos dez anos das teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre gênero e Educação Infantil apresenta um panorama significativo de pesquisas. Na contramão dos discursos reacionários e das investidas anti gênero, o crescimento das pesquisas realizadas, têm mostrado a força e a consolidação deste campo de

pesquisa. Mesmo diante de um cenário político desafiador em que a pauta sempre é referida pelos ultraconservadores como um discurso perigoso e que precisa ser combatido (VIANNA e UNBEHAUM, 2016), gênero resiste ao se estabelecer como ciência. Podemos compreender que as pesquisas que analisam as questões sociais de gênero são poderosas armas para apontar as desigualdades, pois nos ajudam a entender porque, apesar dos direitos conquistados nas últimas décadas, estamos retrocedendo no campo dos direitos. Cada vez mais se faz necessário espaço para debater gênero e sexualidade na sociedade sendo a escola o elo social enriquecedor que possibilita que tais discussões aconteçam, seja pelas políticas públicas seja como ação que integra as questões sociais. Finalizamos destacando como a produção científica se torna uma forma de resistência no Brasil, pesquisar e publicar sobre gênero hoje é resistir.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Ciências Sociais em xeque no Brasil de Bolsonaro. **CLACSO**, 2 de agosto de 2019.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? **Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 105-121, mai-out, 2018.

BULGARELLI, Lucas; ALEGRIA, Paula. **Gênero, Sexualidade e movimentos sociais**: Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI. São Paulo: EDUSP, 2019.

BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: GAL-LEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32 - ago. 2019, pp.119-142.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira; MAHEIRIE, Kátia; GESSER, Marivete. A retirada dos termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” do Plano Nacional de Educação - PNE 2024-2024. **Diversidade e Educação**. Florianópolis. v. 8, n. 2, p. 128-151, jul/dez, 2020

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, (53), 2018.

NETO, Almir Megali; TEÓFILO, João; BASTOS, Sophia Pires. Desmonte da Educação: o anti-intelectualismo no governo Bolsonaro. In:\_\_\_\_\_. **Um inventário sobre pandemia e democracia no Brasil**, Belo Horizonte: UFMG Editora, p. 64-72, 2022.

SOARES, Raí Vieira. Expansão da Educação Superior no governo Lula: tendências e contradições. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 6, p. 81-90, mar. 2020.

VIANNA, Cláudia P. Entrevista. DAL’IGNA, Maria Cláudia e SCHERER, Renata Porcher. Entrevista. Gênero: conceito capaz de apreender a construção social e histórica das relações sociais. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 7-24, Jan./Jun. 2020.

VIANNA, Cláudia P. e UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da Produção Acadêmica sobre Gênero nas Políticas Públicas elementos para repensar a agenda. In: DENISE CARREIRA, et al., **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**, São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

VIANNA, Cláudia P. e BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, V.46.

# LGBTI+FOBIA E FORMAÇÃO DOCENTE: O QUE FOI PRODUZIDO NOS ENCONTROS NACIONAIS DA ANPED ENTRE 2017 E 2021?

*Yago Marinho Aquino do Nascimento<sup>1</sup>*  
*Giovanna Marafon<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho consiste em um levantamento bibliográfico realizado na dissertação, intitulada: “‘Não vou parar’: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF)”. Tem por objetivo apresentar e discutir a produção acadêmica das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), de 2017, 2019 e 2021, relativamente à LGBTI+fobia - opressão e violência contra pessoas fora das normas heterocisgêneras. Com as análises, foi possível perceber que ainda são escassas as pesquisas que abordam gênero e sexualidade, mais especificamente a LGBTI+fobia na formação docente. Verificou-se uma escassez de trabalhos que discutissem a formação docente alinhada às categorias aqui apresentadas, o que é um possível indício de dificuldade ou falta de interesse em se aliar a perspectiva formativa com o combate à LGBTI+fobia nos últimos anos.

**Palavras-chave:** LGBTI+Fobia, Formação docente, Levantamento bibliográfico, ANPEd.

1 Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, yagomarinho.aquino@hotmail.com;

2 Doutora em Psicologia, Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, giovannamarafon@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir uma parte da dissertação de mestrado intitulada: “‘Não vou parar’: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF), defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/ UERJ).

Neste trabalho, trata-se de um levantamento bibliográfico desta produção com o intuito de compreender o que vem sendo pesquisado com relação à LGBTI+fobia e à formação docente na área educacional no Brasil.

A pesquisa teórica foi inspirada pelo levantamento realizado na tese de Daniel Vieira Silva (2022) e buscou trabalhos feitos no campo interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade através do acesso às bases científicas da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além de pesquisa também no site institucional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), mais especificamente os trabalhos contidos no Grupo de Trabalho (GT) 23 “Gênero, Sexualidade e Educação” e no Grupo de Trabalho (GT) 08 “Formação de Professores. A escolha pela ANPEd se deu pelo impacto, com relação a visibilidade e referência, que essa associação apresenta dentro da Educação, sendo um espaço valorizado de apresentações dos trabalhos desenvolvidos no campo da formação docente.

Além do levantamento das comunicações realizadas na ANPEd, vale apontar que a pesquisa também teve um campo empírico, no diálogo com licenciandas/licenciandos em Química do Instituto Federal do Rio de Janeiro *campus* Duque de Caxias (IFRJ – CDuC), sujeitas/sujeitos que contribuíram com seus relatos a respeito da experiência em uma disciplina de gênero e sexualidade. Foi observada a presença do atravessamento das questões étnicorraciais, em especial a sua opressão correlata, o racismo, que apareceu de forma latente em meio às discussões sobre gênero e sexualidade. Por isso, foi necessário mobilizar a contribuição da perspectiva interseccional para entender como a LGBTI+fobia e o racismo contribuem na desumanização de determinados corpos não-normativos. Conforme Mara Viveros Vigoya (2023), a interseccionalidade é uma ferramenta utilizada para compreender as relações de poder que estão imbricadas nas opressões e nos privilégios. Assim, a busca dos trabalhos incorporou também os descritores branquitude e racismo.

## METODOLOGIA

Os trabalhos aqui analisados foram todos produzidos em português, realizados no Brasil e classificados como artigos ou artigos de revisão produzidos entre

os anos de 2016 (ano em que o autor da dissertação foi aluno da disciplina de gênero e sexualidade, além de ser o ano do golpe que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder, o que pode ter mudado algum paradigma na perspectiva da formação docente no Brasil) e 2021 (ano em que o autor chegou ao Mestrado do PPFH/UERJ).

Para chegar nessas produções, foram buscadas as seguintes palavras-chaves na plataforma SciELO: “LGBTI+fobia nas licenciaturas”, “LGBTI+fobia e branquitude” e “LGBTI+fobia e racismo”. Já nos sites dos encontros nacionais da ANPEd, a pesquisa se deu através da leitura de todos os resumos contidos tanto no GT 23 quanto no GT 08 entre 2016-2021, selecionando aqueles que poderiam indicar uma certa afinidade com o escopo principal da pesquisa realizada na dissertação.

Através da busca na plataforma SciELO pelas palavras-chaves mencionadas, não houve retorno algum sobre trabalhos que utilizassem esses conjuntos de palavras dentro do período selecionado (2016 a 2021). Entretanto, ao buscar apenas por LGBTI+fobia no site da SciELO, houve o retorno de um trabalho classificado como “Relato de Caso” e que discutia em seu

resumo uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre gênero e sexualidade com foco nas problematizações acerca da educação médica e como esse assunto é invisibilizado, contribuindo para a LGBTI+fobia institucional. Devido a ser da educação médica e não das licenciaturas, o levantamento bibliográfico se concentrou exclusivamente nos trabalhos da ANPEd.

Dentro do período definido para as buscas, com relação ao site da ANPEd, foi constatado que se encaixavam três encontros nacionais – realizados a cada dois anos – a saber: 38ª, 39ª e 40ª Reuniões Nacionais da ANPEd que se referem respectivamente aos anos 2017, 2019 e 2021. As análises se centraram, em um primeiro momento, nas leituras dos resumos desses trabalhos e, em alguns casos, foi utilizada a ferramenta de busca do programa Adobe Acrobat Online para auxiliar na busca de termos, como: LGBTI+fobia, homofobia, gênero, sexualidade, racismo, e docentes, por exemplo, para identificar afinidade com os campos e as abordagens levantadas na presente pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando pela 38ª Reunião Nacional da ANPEd, no GT 08 (Formação de Professores) foram contabilizados 23 trabalhos, sendo que somente um não estava disponível para visualização. Dentre eles, nenhum trabalho explorava a temática LGBTI+fobia na formação docente ou nas licenciaturas. Nesse mesmo encontro, ao investigar o GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação), foram contabilizados um

total de 21 trabalhos aprovados, dos quais oito (8) foram selecionados por indicar uma possível proximidade com os campos desta pesquisa.

Quando analisada a 39ª Reunião Nacional da ANPEd, foi verificado que no GT 08 foram apresentados 23 trabalhos, mas dois desses trabalhos não estavam disponíveis para acesso, ou seja, apenas 21 trabalhos puderam ser analisados. Somente um (1) trabalho foi selecionado, pois apresentou diálogo com a proposta apresentada na dissertação. Já no GT 23 foram apresentados um total de 23 trabalhos, porém, estavam disponíveis apenas 13, pois 10 não puderam ser acessados. Desses 13 trabalhos, foram selecionados apenas três (3).

A última Reunião Nacional da qual foram analisados os trabalhos nos dois GTs foi a 40ª. No Grupo de Trabalho 08, foram apresentados um total de 38 trabalhos, sendo somente um (1) selecionado, pois indicava abordar uma perspectiva antirracista e antissexista na formação docente, o que em partes dialogava com a pesquisa realizada durante a escrita da dissertação. O GT 23 apresentou 27 trabalhos publicados e, desses, três (3) foram selecionados. Os trabalhos selecionados encontram-se organizados no Quadro 1.

**Quadro 1** - Trabalhos selecionados no site da ANPEd, de acordo com os critérios apresentados

Grupos de Trabalho	Reuniões Nacionais da ANPEd		
	38ª Reunião Nacional da ANPEd (2017)	39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)	40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)
<b>08 - Formação de Professores</b>	-	“Histórias de vida e experiências pedagógicas com o PIBID: uma abordagem da diversidade na formação docente”	“A formação docente antirracista e anti- sexista”



Grupos de Trabalho	Reuniões Nacionais da ANPEd		
	38ª Reunião Nacional da ANPEd (2017)	39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)	40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)
<b>23 - Gênero, Sexualidade e Formação</b>	<p>“O ataque à discussão de gênero na escola, construção identitária e a importância da liberdade docente”;</p> <p>“Pedagogias religiosas no combate à ‘Ideologia de Gênero’: efeitos de saber- poder-verdade”;</p> <p>“As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o Estado laico”;</p> <p>“Docências trans*: entre a decência e a abjeção”;</p> <p>“‘Coisas de meninos e coisas de meninas’: a produção do curso gênero e diversidade na escola sobre Educação Infantil”;</p> <p>“Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças”;</p> <p>“As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia”;</p> <p>“Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola”.</p>	<p>“A violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos”;</p> <p>“Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia”;</p> <p>“Gênero na formação de pedagogas: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares”.</p>	<p>“Vocês são livres, mas eu lhes anuncio que Deus condena’: pertencimento religioso e questões de gênero e sexualidade na escola”;</p> <p>“Masculinidades negras: o que dizem as pesquisas apresentadas nos encontros da ANPEd (2012 – 2019)”;</p> <p>“Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará”.</p>

**Fonte:** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)

Chama a atenção nesse primeiro levantamento, feito a partir da leitura dos resumos dessas produções, apresentados nos sites das reuniões nacionais da ANPEd, a presença de poucos trabalhos produzidos que discutissem o combate à LGBTI+fobia na formação docente.

Além disso, é perceptível que há um número reduzido de trabalhos no GT 08, voltado a discutir a formação docente, que dialogassem com o campo Gênero e Sexualidade, principalmente quando se pensa na LGBTI+fobia. Diferentemente da realidade percebida no GT 23, que trata exatamente de pesquisas desse campo.

Outro fato interessante de mencionar é que, passando para um segundo momento de análise, ao reler os resumos, foi possível perceber que apenas dois deles (“As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia” e “Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará”) apresentam o termo “homofobia” em seus títulos. Isso pode nos mostrar que tal opressão vem sendo pouco analisada nos trabalhos da ANPEd e que em trabalhos onde há essa discussão ela está colocada como violências e opressões relacionadas ao gênero e sexualidade ou violências contra pessoas homossexuais, como no trabalho “A violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos”.

Em todos os trabalhos selecionados no Quadro 1, não há menção ao termo LGBTI+fobia. Essa ausência pode nos indicar um enfoque maior dessas produções voltado às pessoas homossexuais (incluindo as lésbicas, que possuem um termo próprio para a homossexualidade feminina, e sua opressão, a lesbofobia, que não é apresentado explicitamente) em detrimento de outras orientações sexuais e identidades de gênero que estão mais amplamente contempladas na sigla LGBTI+fobia. O termo homofobia é apresentado como uma opressão que ocorre também nos espaços escolares e, muitas vezes, corroborada por ações e falas de professoras/professores.

A temática religiosa também apareceu nos títulos e/ou resumos nos seguintes trabalhos: “Pedagogias religiosas no combate à ‘Ideologia de Gênero’: efeitos de saber-poder-verdade”, “As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o Estado laico”, “Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças” e “Vocês são livres, mas eu lhes anuncio que Deus condena’: pertencimento religioso e questões de gênero e sexualidade na escola”. Nesses trabalhos há discussões que apontam o papel fundamentalista que algumas religiões (ou grupos dentro de algumas denominações religiosas), principalmente as cristãs, operam nas escolas ou até mesmo em políticas públicas relacionadas à formação docente, buscando evitar que haja a menção sobre questões que perpassam as diversidades de gêneros e sexualidades na formação.

O resumo do trabalho “Histórias de vida e experiências pedagógicas com o PIBID: uma abordagem da diversidade na formação docente” traz a menção de questões presentes no ambiente escolar, dentre elas a liberdade religiosa e as diversidades étnico-racial, de gênero e sexualidade a partir de experiências

formativas de professoras/professores supervisoras/supervisores do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O trabalho “O ataque à discussão de gênero na escola, construção identitária e a importância da liberdade docente” aborda as restrições de liberdade impostas a docentes com relação às questões de gênero, interculturalidade e construção identitária dentro do espaço escolar, as discussões sobre o papel do currículo e o impedimento da demonstração das diferenças existentes entre as pessoas, o que leva a não permissão do empoderamento de estudantes para que possam ser o que quiserem ser.

Já no trabalho “Gênero na formação de pedagogas: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares”, há a busca por entender como as discussões de gênero têm sido trabalhadas em dois cursos de pedagogia de instituições distintas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Universidade Federal Fluminense - UFF, ambas instituições localizadas no Estado do Rio de Janeiro), através de entrevistas com docentes para compreender as estratégias para inserir essas discussões em suas aulas, dentro do próprio currículo, e o enfrentamento às resistências de parte das/dos estudantes que não querem que essas questões sejam trabalhadas.

Dois trabalhos foram responsáveis por abordar as experiências trans e suas contribuições para a Educação, seja na formação docente, nas disciplinas ou nas vivências da docência dentro de escolas são, eles: “Docências trans\*: entre a docência e a abjeção” e “Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia”.

Por fim, os seguintes trabalhos trazem em seus títulos e/ou resumos a questão da interseccionalidade ou a discussão sobre masculinidades negras: “Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola”, “A formação docente antirracista e anti-sexista” e “Masculinidades negras: o que dizem as pesquisas apresentadas nos encontros da ANPEd (2012 - 2019)”.

Em um segundo momento, entre os trabalhos apresentados no Quadro 1, foram selecionados aqueles que realmente apresentassem discussões em que estivesse no seu cerne: gênero e sexualidade (podendo apresentar intersecções ou não) na perspectiva da formação de professoras/es e/ou homofobia/LGBTI+fobia e formação docente ou LGBTI+fobia/homofobia no contexto educacional. Portanto, após uma última seleção, os trabalhos que foram analisados na íntegra são:

**Quadro 2** – Trabalhos que foram selecionados na segunda etapa da pesquisa

Grupos de Trabalho	Reuniões Nacionais da ANPEd		
	38ª Reunião Nacional da ANPEd (2017)	39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)	40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)
<b>08 – Formação de Professores</b>	-	-	8) “A formação docente antirracista e anti-sexista”
<b>23 – Gênero, Sexualidade e Formação</b>	<p>1) “Docências trans*: entre a docência e a abjeção”;</p> <p>2) “‘Coisas de meninos e coisas de meninas’: a produção do curso gênero e diversidade na escola sobre Educação Infantil”;</p> <p>3) “Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças”;</p> <p>4) “As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia”;</p> <p>5) “Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola”.</p>	<p>6) “A violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos”;</p> <p>7) “Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia”;</p>	<p>9) “Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará”.</p>

**Fonte:** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)

No Quadro 2, os títulos de cada trabalho ganharam uma numeração para facilitar a compreensão sobre qual dos textos está sendo analisado. Em relação à 38ª Reunião Nacional da ANPEd, cinco (5) trabalhos tiveram seus textos lidos na íntegra e estão apresentadas suas ideias em linhas gerais:

1. A identidade transexual como a possível para ser professora em detrimento da identidade travesti; a construção da docência feminina no Ocidente como uma tarefa ligada ao cuidado materno e, portanto, uma construção subjetiva do que é ser uma professora; a docência feminina tomada como uma docência-decente; professoras trans e travestis questionando esse status da docência-decente; a fabricação da docência trans e travesti relacionada à fabricação de seus corpos e subjetividades;

atitudes docentes trans e travestis e seus modos de se posicionar (estratégias de resistências) são múltiplos e singulares.

2. Resultados das produções em trabalhos de conclusão de curso da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola; docentes das redes municipais e estaduais foram o público-alvo e a relação teoria e prática sobre os temas que envolvem gênero e sexualidade; a importância da discussão e reflexão sobre o gênero na educação infantil se apresenta, pois uma prática docente que diferencia meninos e meninas pode contribuir para uma futura defasagem no processo ensino-aprendizagem; como a organização espacial interfere no processo de desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, podendo demarcar onde meninos e meninas podem se posicionar; as características gendradas e gendradas para meninos e meninas e como se apresentam nas práticas docentes, nos discursos sexistas e machistas, na definição de brincadeiras de meninas e brincadeiras de meninos; **para superar tais práticas é necessário que as discussões de gênero estejam apresentadas de forma transversal nos cursos de formação inicial e continuada de docentes;** a questão norteadora das pesquisas foi sobre o que as docentes entendiam sobre gênero e como intervinham nas situações onde ele se apresentava; foi possível perceber uma reprodução de sentidos do que “é de menino” e o que “é de menina”, mostrando que ainda se perpetua essa diferenciação de gênero nas escolas pelas/pelos docentes, através de suas práticas, falas e olhares.
3. Analisar o lugar que as questões de gênero e sexualidade estavam presentes nas trajetórias pessoais, profissionais e nas práticas de docentes que realizaram o curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola; os enigmas de ser homem, mulher, além da perspectiva meramente biológica, e os enigmas envolvendo as questões da sexualidade existentes até hoje, muitas vezes indecifráveis para algumas pessoas; **qual é o papel desse curso de especialização no combate de preconceitos relacionados ao gênero e a sexualidade?;** será que as/os docentes que o cursaram conseguem perceber essas questões colocadas em suas práticas?; o uso da história oral de vida para ampliar as questões apresentadas pelas/pelos entrevistadas/entrevistados possibilitando a compreensão de fenômenos sociais para além das palavras ditas, não ditas e interditas; o uso do termo “homossexualismo” no lugar de homossexualidade foi usado por uma participante do curso, o medo

- do uso das palavras relacionadas a sexo ou sexualidade (entendendo tais questões como tabu).
4. O ambiente escolar apresenta em seu cotidiano diversos preconceitos, discriminações e violências, produzidos pelo estabelecimento de desigualdades entre indivíduos e suas identidades; o convívio com a diversidade sexual pode contribuir para evitar atos preconceituosos ou discriminatórios, mudando a visão que se tem do “outro”; análise de como o distanciamento social influencia na percepção da homofobia escolar e se as distâncias sociais podem estar relacionadas a outras características como gênero, **raça/etnia** e religião; a homossexualidade se apresenta como uma questão de pouco interesse para os sujeitos na escola, o que pode contribuir para o preconceito e discriminação contra indivíduos homossexuais, além de silenciá-los; não foi possível detectar grandes diferenças nas distâncias sociais entre pessoas brancas e não brancas em relação aos homossexuais.
  5. Não foi possível realizar leitura do texto na íntegra, pois no site do encontro nacional há apenas o arquivo contendo título, autora e autor, resumo e palavras-chave.

Já na 39ª Reunião Nacional da ANPEd, foi possível extrair as seguintes informações dos textos selecionados:

6. Cotidianamente as violências implícitas são tomadas como algo menor, sem importância dentro da dinâmica social; variadas formas de violência presentes no ambiente escolar; foco deste trabalho foi sobre a violência sofrida pelas/pelos professoras/professores, principalmente, aquelas/aqueles que divergem da heteronormatividade e apresentam outras sexualidades que fogem do padrão; a ressonância da homofobia na sociedade refletida contra professoras/professores homossexuais (apenas é citada a população LGBTI+ quando se apresentam dados sobre mortes e violências sofridas por essa população, porém, predomina a categoria homossexual/homossexuais no texto) dentro da instituição escolar; a contribuição da instituição escolar na perpetuação da homofobia (não há menção sobre LGBTI+fobia) ao tentar padronizar todos os indivíduos, não permitindo que possam ser exatamente como são; ações discriminatórias partiam das/dos alunas/alunos, dos pais e de colegas de trabalho; os participantes da pesquisa afirmaram que a sociedade apresenta dificuldade de entender que a sua orientação sexual não dita o profissional

que ela/ele é; muitas das vezes a tática para resistir às violências é o isolamento.

7. Agenciamentos envolvidos no encontro Experiência de pessoas trans – Ensino de Biologia; impactos que as vivências trans podem ter na desconstrução do modo de enxergar a Biologia de forma dura, estanque; produção de outras epistemologias a partir das vivências trans; deslocamento de corpos, gêneros e sexualidades; a pluralidade da educação em Biologia; sujeitos da pesquisa foram professoras/professores (cis e trans), alunas/alunos (cis e trans) tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior; a contribuição das experiências trans para romper com esse status “duro” das Ciências Biológicas e problematizando essa perspectiva de um conhecimento não válido.

Por fim, os conteúdos discutidos nos textos selecionados da 40ª Reunião Nacional da ANPEd foram:

8. Análise do que as diretrizes para a formação docente trazem como contribuição para o debate educacional sobre práticas antirracistas e antissexistas; a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos (Lei nº 9394/1996) e seu aprimoramento com a inclusão do ensino das culturas dos povos indígenas (Lei nº 11645/2008); perspectiva interseccional para cobrir lacunas na formação de professores a partir de uma pedagogia antirracista e antissexista; a importância do reconhecimento e pertencimento racial das/dos docentes e discentes; a dimensão racial e de gênero costumam atuar juntas nas instâncias sociais e escolares quando tendem a reforçar atitudes sexistas.
9. Como professores que tornam pública sua orientação sexual (homossexual) vivenciam o cotidiano escolar que é permeado pela heteronormatividade; articulação entre homossexualidade, homofobia e educação; o neoconservadorismo do governo de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro que capitaneou uma caça aos direitos da população LGBTQI produzindo ecos nas discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular e o medo à qualquer menção da palavra “sexualidade” e, principalmente, “gênero”; as/os sujeitas/sujeitos das pesquisas foram três homens e três mulheres, todas/todos cis e homossexuais, que são professoras/professores da rede municipal de ensino em uma cidade do Pará.

Infelizmente, o trabalho “Autorrepresentações e subalternidades: famílias, racialidades e masculinidades na escola”, do GT 23 da 38ª Reunião, não pode ter o seu conteúdo analisado, pois não havia o trabalho completo, somente o resumo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico, foi possível perceber uma escassez de pesquisas relacionadas à formação docente inicial, que se preocupem em trazer as vivências e experiências discentes para suas análises. Além disso, há um número pequeno de trabalhos que se proponham a discutir a LGBTI+fobia nesses cursos de formação inicial, o que pode indicar uma possível falta de interesse ou dificuldades de se aliar a discussão formativa com o combate à LGBTI+fobia.

Outro ponto que chama a atenção é a ausência de discussões sobre disciplinas ou conteúdos que abordem gênero e sexualidade na formação inicial. Em alguns deles, foram apresentadas pesquisas que ocorreram no campo da pós-graduação (especialização).

Além disso, há uma falta de pesquisas com abordagem interseccional que possam discutir LGBTI+fobia e racismo, mas também relacionadas a outros marcadores sociais como: religião, território, classe social, capacitismo etc, o que acaba por impedir o levantamento da análise de outras questões que se aliam à LGBTI+fobia no processo de desumanização de certas pessoas.

No geral, há um número diminuto de trabalhos sobre LGBTI+fobia e formação docente, o que pode nos indicar uma ausência na produção de conhecimentos relacionados a esses campos em intersecção – indicando uma possível falta de interesse ou dificuldades de se aliar a discussão formativa com o combate à LGBTI+fobia nos últimos anos.

Com relação à LGBTI+fobia, não há menção e/ou aprofundamento sobre o termo, quando este apareceu foi para citar dados sobre violências e mortes. Em quase todos os trabalhos analisados na íntegra, a categoria que mais apareceu foi a da homofobia e, na maioria dos textos, as discussões ficaram centradas em pessoas cis e homossexuais (tanto para homem quanto para mulher, sendo que em alguns casos não se usou o termo “lésbica” e, sim, homossexuais também para pessoas do gênero feminino). Isso chama a atenção, pois mesmo sendo trabalhos produzidos há poucos anos, há o perigo de estarem contribuindo para um apagamento (intencional ou não) de uma comunidade plural, tanto em identidades de gêneros quanto em sexualidades.

Por fim, é importante mencionar a necessidade de termos nas formações iniciais de professoras/professores a discussão sobre gênero e sexualidade,



interseccionada por outros marcadores sociais, como idade, território, classe social, religião e deficiência, para que futuras/futuros docentes possam intervir ativamente no combate à LGBTI+fobia presente também nos seus espaços de atuação, transformando-os em locais seguros para todas as pessoas, principalmente para as que escapam à cisheteronormatividade vigente.

## REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Y. M. A. **“Não vou parar”**: (r)existências contra a LGBTI+fobia na formação docente em um Instituto Federal (IF). 2023. 143 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, D. S. Envelhecimento, gênero e sexualidade: modos de pesquisar, modos de subjetivar. In: \_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e envelhecimento**: (dês) articulações na educação e(m) saúde. 2022. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

VIGOYA, M. V. Genealogías, institucionalización y la cuestión del sujeto de la interseccionalidad. In: \_\_\_\_\_. **Interseccionalidad**: giro decolonial y comunitário. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 37 – 54.

## SAPATOS QUE NOS CABEM: DIVERSIDADE SEXUAL E LITERATURA JUVENIL NA ESCOLA

*Samira dos Santos Ramos<sup>1</sup>*  
*Helder Thiago Cordeiro Maia<sup>2</sup>*

### RESUMO

Desde o Decreto 9.099/2017, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi unificado com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) através da modalidade PNLD-Literário. Com diretrizes que versam sobre pluralismo de ideias, diversidade social, apreço à tolerância, o programa encontra na aquisição de obras literárias um interstício para romper as interdições e proporcionar o encontro da juventude com temas profundamente ligados às suas vivências, mas censurados pelos discursos conservadores. Entre esses temas, o gênero e a diversidade sexual estão presentes. Este trabalho tem como objetivo analisar como a literatura promove acesso aos discursos contrários à lgbtfobia a partir da obra Sapato de Salto, de Lygia Bojunga (2018), integrante do PNLD Literário Ensino Médio 2018. Considera os estudos de Lajolo e Zilberman (2017) sobre as políticas públicas e a interferência da escola na literatura, assim como as análises de Grossi (2004), Connell (1995; 1997; 2016) e Lugarinho (2013) acerca do gênero e da diversidade sexual na sociedade, na adolescência e na literatura. Concluimos a priori que a expressividade do uso da linguagem, a estética da obra e as representações de códigos de comportamento e de valores tornam possível a promoção do diálogo respeitoso sobre a homoafetividade na escola.

**Palavras-chave:** PNLD Literário, Literatura juvenil, Sapato de Salto, Diversidade sexual.

1 Doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), [samiramos@alumni.usp.br](mailto:samiramos@alumni.usp.br);

2 Professor orientador. Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), [helderthiagomaia@usp.br](mailto:helderthiagomaia@usp.br)

## INTRODUÇÃO

*Eu calço é trinta e sete  
Meu pai me dá trinta e seis  
Dói, mas no dia seguinte,  
Aperto meu pé outra vez.*

Raul Seixas e Claudio Roberto

A leitura literária e o ensino têm uma relação antiga e profunda. Dos preceptores às escolas públicas, as obras literárias sempre tiveram um lugar importante na formação cultural ocidental. Contudo, sua persistência na tradição escolar esteve menos relacionada à educação literária do que a outros interesses, como o ensino da língua e o ensino de valores sociais e morais (Colomer, 2007). Por séculos, obras clássicas destinadas inicialmente aos adultos foram ofertadas, adaptadas ou não, à leitura dos jovens e, com isso, temas fundamentais à condição humana, os modos de vida e os valores sociais foram apresentados através de efabulações que envolviam o amor, a traição, morte, a guerra, a fome, a loucura, o vício, entre outros temas fraturantes, encontrados em obras como Dom Quixote, A odisseia, os contos de fadas, a Bíblia...

No entanto, o surgimento da literatura para crianças e jovens e a sua vinculação com o ambiente escolar terminaram por criar uma cadeia de censores, aplicando pressão moral para definir o que deve ou não ser incorporado nos livros que chegam às escolas. No Brasil não é diferente. Em 2019, um vereador da cidade de Limeira, em São Paulo, questionou a leitura da obra “A bolsa amarela”, escrito por Lygia Bojunga em 1976, por promover a ideologia de gênero. Não é um caso isolado, mas ilustra o argumento, pois, no discurso reacionário do vereador “O governo vira as costas para a vontade da população e investe contra nossas crianças e contra a família’, declarou, apontando que ele foi procurado por mães de alunos se disseram ‘perdas e pedem ajuda contra essa afronta a sua moral” (LIVRO, 2019).

Esta pressão moral parte de um entendimento da literatura juvenil que prioriza o pedagógico e o utilitário, mas, principalmente, que acredita, como afirma Hunt (2010, p. 207) que “estamos todos do lado do bem” e que as “ambições de escritores, críticos, pais e do restante de nós são ideologicamente neutras”. As afirmações de Hunt são direcionadas ao livro infantil, mas podemos generalizá-las para a literatura juvenil, pois a mesma sanha por neutralidade também esconde as ideologias cisheteronormativas, liberais, racistas, patriarcais, judaico-cristãs presentes em obras amplamente aceitas como clássicas.

Logo, em um terreno tão movediço, a escolha da obra literária para ser lida na escola é um processo tenso, principalmente quando tratamos de livros que promovem a diversidade ou colocam em suspeição os modelos normativos que determinam as expressões de identidade, desejo e afeto como destino biológico. E, justamente por esta tensão, consideramos a inclusão de “Sapato de Salto”, de Lygia Bojunga, nos acervos literários escolares do Ensino Médio, por intermédio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2018 – Literário (PNLD2018-Literário), como um importante aliado no diálogo respeitoso sobre diversidade sexual na escola<sup>3</sup>.

Assim, este artigo, a partir do comparatismo literário, tem como objetivo analisar como a literatura promove acesso aos discursos contrários à lgbtfobia a partir da obra Sapato de Salto, de Lygia Bojunga (2018), integrante do PNLD2018 - Literário. Para isso, analisa os documentos primários, como o Guia Digital PNLD e outros dispositivos legais, bem como discute as políticas públicas e a interferência da escola na literatura. Em seguida, propõe-se a discutir gênero e diversidade sexual na obra Sapato de Salto, de Lygia Bojunga, sob a ótica dos Estudos de Gênero.

## METODOLOGIA

A leitura da obra Sapatos de Salto (2018) neste artigo tem como fundamento metodológico o comparatismo literário. Esta escolha justifica-se por ser uma área que tem apresentado abertura para um viés interdiscursivo, no qual é possível explorar a interface com outras áreas do conhecimento (Inácio, 2019), como os Estudos de Gênero, além de que:

Como bem se pode observar, essas três tendências parecem aduzir para a possibilidade de ter/ser a Literatura Comparada um território fronteiriço que tangencia às línguas, às práticas discursivas e culturais, bem como os discursos estéticos que pertençam quer a um ou mais sistemas literários ou simbólicos, nacionalidades, gêneros. Ressalte-se por esta visada, ainda, o potencial histórico, político e ideológico atinente às práticas literárias (INÁCIO, 2019, p. 18).

---

3 Este entendimento foi construído a partir de uma experiência docente no ano de 2019, quando ministrava a disciplina de Língua Portuguesa uma instituição de ensino federal, no estado de Mato Grosso, em uma cidade considerada conservadora, quando tive a oportunidade de mediar a leitura de Sapato de Salto com duas turmas de segundo ano do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico. Este artigo não se trata de um relato de experiência, mas justifico que foi a leitura ávida e emocionada dos estudantes e as discussões cheias de silêncios significativos e questionamentos profundos que me provocaram a escrever este trabalho.

As perspectivas atuais do comparatismo literário criam novas intersecções a partir do contato entre a literatura e outros sistemas semióticos e entre a literatura e as ciências humanas, como a Educação, com o objetivo de compreender fenômenos que perpassam a matéria literária – e são perpassados por esta. Ou seja, as tendências atuais do comparatismo literário têm problematizado o texto literário a partir de sua interação com outros textos, passando de uma abordagem inter-literária para uma abordagem inter-textos, sendo estes literários ou não-literários.

Em outra análise, a tendência multidisciplinar, alicerçada em correntes de pensamento contemporâneas como a Desconstrução e os Estudos Culturais, assume que a ideia de identidade, antes fortemente ligada à ideia de nação, dissolve-se e torna-se múltipla e fragmentada. O estudo dessas novas identidades, em leituras fundamentadas em interseccionalidades de raça, gênero, classe, para além da nacionalidade, tornou possível também as comparações transtemporais e supranacionais (Buesco, 2009) dos produtos culturais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido de 1997 a 2017, foi reformulado através do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 (Brasil, 2017), e unificado ao Programa Nacional do Livro Didático, que passou a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O programa avalia e disponibiliza obras didáticas para as escolas públicas e conveniadas, entre elas, as obras literárias através do PNLD-Literário.

Entre as obras aprovadas no Edital de Convocação 02/2018 – CGPLI (MEC, 2018), está o romance Sapato de Salto, de Lygia Bojunga (2018). A obra, aprovada na categoria Ensino Médio – Língua Portuguesa, foi apresentada aos professores como um texto que trazia como temas “a vulnerabilidade dos jovens, diálogos com a sociologia e a antropologia, inquietações das juventudes, o jovem no mundo do trabalho, protagonismo juvenil” (Guia, 2018). No entanto, a contracapa do livro apresenta uma descrição bem mais pertinente “São histórias [Aula de Inglês e Sapato de Salto] que lidam com os permanentes conflitos sexuais, amorosos e familiares que dificultam e/ou iluminam a trajetória de adolescentes e adultos” (Bojunga, 2018).

A temática da obra no site coaduna com o Edital, que definia o que deveria ser contemplado pelas obras indicadas para estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Médio:

- 4.10.6. Temas da Categoria 6 (1º ao 3º ano do Ensino Médio):
- Projetos de vida;

- b) Inquietações das Juventudes;
- c) O jovem no mundo do trabalho;
- d) A vulnerabilidade dos jovens;
- e) Cultura digital no cotidiano do jovem;
- f) Bullying e respeito à diferença;
- g) Protagonismo juvenil;
- h) Cidadania;
- i) Diálogos com a sociologia e a antropologia;
- j) Ficção, mistério e fantasia;
- k) Outros temas. (MEC, 2018, p. 4-5)

Ao analisarmos a lista, é observável que qualquer dimensão relacionada ao gênero, que era expressamente presente desde que orientação sexual se tornou um tema transversal nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs) em 1996, foi pulverizada. Estariam as questões de diversidade sexual inclusas nas Inquietações da Juventude – pois não inquietam as outras fases da vida? Tal raciocínio acompanha a pulverização do tema orientação/diversidade sexual nos genéricos Temas Contemporâneos Transversais da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)<sup>4</sup>, possivelmente mais pela quantidade de discursos reacionários mobilizados contra qualquer abordagem dessas temáticas nas escolas, do que pela superação das questões de gênero/sexualidade que a tornassem pouco *contemporâneas* para os novos temas transversais.

Logo, tal escamoteação da temática deve ter efeito futuro nas obras literárias para jovens, dado a vinculação entre a produção literária juvenil e a aquisição de livros pelo Estado. Porém, é fundamental afirmar que a necessidade de responder às demandas de editais de aquisição de livros, porém, não se iniciou com o PNLD-Literário. Para Lajolo e Zilberman (2017), o papel dos órgãos estatais em gerenciar os livros para crianças e jovens ocorre desde o final do século XIX e tem impactado a cadeia de livros e também os avaliadores técnicos das compras governamentais, colocando em risco a qualidade vanguardista das obras literárias brasileiras. Sobre alguns pareceres que priorizam recortes pedagógicos, as autoras apontam:

Talvez seja desnecessário apontar que discursos desse teor podem espalhar a produção literária, patrulhando de forma impiedosa

4 De acordo com a BNCC, os Temas Contemporâneos Transversais são 15: Educação Ambiental; Educação para o Consumo, Trabalho, Educação Financeira; Educação Fiscal; Saúde; Educação Alimentar e Nutricional; Vida Familiar e Social; Educação para o Trânsito; Educação em Direitos Humanos; Direitos da Criança e do Adolescente; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Diversidade Cultural; Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; e Ciência e Tecnologia. (Brasil, 2019).

enredos, peripécias, personagens, com risco grande de pasteurização do produto. Tais gestos, se fortalecidos e generalizados, denegam ao livro infantil o perfil de vanguarda se se entender – como pré-requisito da vanguarda – ruptura, ao invés de satisfação das expectativas do público. (LAJOLO e ZILBERMAN, 2017, p. 71).

Por outro lado, também é excessivo dizer que os dispositivos legais impedem a diversidade ou ignoram a preocupação estética com as obras literárias. No Decreto nº 90.099 (Brasil, 2017), o Artigo 10º determina que a avaliação pedagógica tenha como um dos critérios a qualidade do texto e a adequação temática. Além disso, o Artigo 3º apresenta as diretrizes do PNLD, a saber:

- I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;
- IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; (BRASIL, 2017)

Assim, apesar das temáticas serem restritas, exigindo dos responsáveis pelos direitos autorais das obras alguma criatividade no enquadramento das temáticas, com diretrizes que versam sobre pluralismo de ideias, diversidade social, apreço à tolerância, o programa encontra na aquisição de obras literárias um interstício para romper as interdições e proporcionar o encontro da juventude com temas profundamente ligados às suas vivências, mas censurados pelos discursos conservadores.

Entre esses temas, está a diversidade sexual, que não é nenhuma novidade na Literatura Juvenil. Nos últimos trinta anos, a partir da redemocratização do país e das novas políticas educacionais, as temáticas voltadas ao gênero e à sexualidade permeiam a literatura juvenil (Gregorin Filho, 2011), fazendo coro à necessidade de se suspender o tabu sobre uma parte importante da vida dos jovens: a descoberta do próprio corpo, da afetividade e do sexo, como ocorre com Andrea Doria em Sapatos de Salto, de Lygia Bojunga.

Portanto, no contexto atual em que as políticas educacionais retroagem, retirando de seus temas transversais e dos editais as temáticas relacionadas ao gênero e à diversidade sexual, ameaçadas pela pressão moral e pelos discursos reacionários de grupos conservadores, a permanência da obra de Bojunga (2018) entre as obras aprovadas deve ser compreendida como uma pequena vitória, pois além da qualidade estética, marcada pelo uso expressivo da linguagem por Bojunga, a efabulação abre espaço para diálogos importantes sobre violência de gênero, masculinidades, homoafetividade, entre outros temas fraturantes, de forma sensível.

Neste artigo, aludiremos às questões de masculinidades, homossexualização, homoafetividade e homossexualidade presentes na obra, tomando-a como uma aliada contra a homofobia na escola, não por reconhecer a função utilitária da obra, mas porque sua dimensão artística possibilita a imersão na diegese narrada, aproximando os leitores dos conflitos vividos pelas personagens de forma empática, suscitando questões que mobilizam a reflexão de quem lê.

No romance, Andrea Doria é um adolescente de 13 anos que deseja aprender a dançar com Inês, tia de Sabrina. Andrea vive o conflito de se envolver física e afetivamente com um rapaz mais velho, Joel, em um complicado sistema de poder. E, ao mesmo tempo, o rapaz lida com a violência verbal e física de seu pai, Rodolfo, que busca reprimir seus gostos e comportamentos, impondo-lhe que siga condutas e sentimentos “mais apropriados aos homens”. Leonardo, tio de Andrea, contrapõe-se ao universo de Rodolfo.

Para Connell (1995) a consciência histórica sobre masculinidade já constitui um conceito estabelecido mesmo entre os conservadores. E há também uma compreensão geral de que o paradigma identitário do homem moderno alterou-se da lógica bélica para a lógica capitalista (Lugarinho, 2013). Mas, para além das mudanças no tempo, há “diferentes configurações de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (Connell, 1995, p. 188), o que faz com que sejam produzidas masculinidades diferentes em um mesmo contexto.

Rodolfo é a personagem que quer “apertar os sapatos” de Andrea. A masculinidade não hegemônica do filho o incomoda e se opõe veementemente que o rapaz dance, pois para ele essa atividade não está ligada à sua concepção de homem, como expressado na discussão com Paloma, a mãe do rapaz, quando afirma que o relacionamento amoroso do filho com Joel é consequência de seu interesse pela dança, pois um menino “tem mais é que jogar futebol! Tem mais é que chutar bola para aprender a ser homem!” (Bojunga, 2018, p. 73). A fala de Rodolfo ressoa uma política de masculinidade entende o esporte como atividade central na constituição da masculinidade (Grossi, 2004, p. 8).

A oposição do pai às vivências afetivas do filho gera a falta de diálogo, representada na obra pelo solilóquio do rapaz, que prediz como seria a interação com seu genitor:

Pai, é o seguinte, você vai ter que aceitar, essa minha coisa é muito forte: eu tenho que dançar, eu quero dançar! Eu sei que ainda é cedo pra eu sair daqui da cidade e ir pr´um centro grande, pr´um lugar que tenha curso, que tenha tudo para a gente aprender a dançar; e eu sei também muito bem nenhum curso de dança nem... Peraí, pai, peraí, deixa eu acabar de falar, não começa já a ficar nervoso, eu só tô tentando explicar que eu não posso mudar, cada um é o que é, e se eu



resolvi que a dança é o que quero... calma aí, pai! Me dá uma chance de... Ah, mas que saco! Assim não dá pra conversar com você, mal eu começo a contar um troço e você já vem com esse negócio de que eu tenho mais é que jogar futebol; quantas vezes eu preciso te dizer que eu não gosto de me esfalhar atrás d´uma bola, eu gosto é de dançar! Mas eu não quero mais ficar dançando sozinho, pô! Eu preciso treinar com alguém que saque movimento corporal melhor do que eu!... Não tô gritando, não tô gritando, só tô falando explicado, eu preciso de uma parceira, ou de um parceiro, só que... Parceiro de dança pai, parceiro de dança... Ah, esquece. Não adianta querer conversar com você. (Bojunga, 2018, p. 61-62).

O excerto acima, no qual as reações de Rodolfo são sugeridas, estimula a leitura ativa e a inferência do leitor sobre como a relação entre pai e filho está desgastada por relações de poder familiar autoritárias. Como os sapatos cantados na música de Raul, Andrea tem que reprimir-se para caber na masculinidade mais estreita que seu pai lhe oferece, mesmo que doa.

Essa situação, no entanto, não impede o rapaz de experienciar uma masculinidade divergente, porém aumenta os seus conflitos internos. Ao discutir sobre sentimentos com seu tio, Leonardo, o jovem afirma:

às vezes fico pensando que podia ter calhado com uma mulher, e aí? Eu quero dizer assim: se uma mulher mais velha [...] tivesse me pegado [...] pra gente... transar... aí como ficava? Eu não era mais gay? [...] tem umas coisas que ele faz comigo que eu gosto sim, mas sei lá! Se uma mulher fizesse, vai ver eu também ia gostar..." (Bojunga, 2018, p. 194).

Ou seja, Andrea não adere a uma identidade gay, pois ainda está em busca de compreender a sua própria sexualidade. Além disso, sua fala sugere que sua experiência sexual com Joel é compreendida como ativa, já que uma mulher poderia fazer o que o outro rapaz faz com ele. De acordo com Grossi (2004) "Ser ativo, no senso comum a respeito de gênero, significa ser ativo sexualmente, o que para muitos significa penetrar o corpo da/o outra/o".

Os conflitos de Andrea e suas tentativas de conciliar seus afetos com a inquietação de não pertencer à masculinidade hegemônica e heterossexual, expressadas na dúvida sobre sua capacidade de sentir desejo/afeto também por uma mulher, remetem ao aspecto de formação/descoberta da sexualidade atribuído à juventude, reforçado pelo diálogo entre Paloma e Leonardo sobre uma paixão de infância que os dois tiveram pela mesma menina, Astrid. (Bojunga, 2018, p. 74-75). Logo, a obra nos suscita questões importantes sobre o *tabu* que há sobre essas experiências, o quanto elas são determinantes para a orientação

sexual ou para a identidade de gênero, e que mesmo se a masculinidade exige uma sexualidade sem conflitos.

Isto porque a sexualidade é vista como uma chave para a civilização moderna:

Asexualidade foi sequestrada ou privatizada como parte dos processos em que a maternidade foi inventada e tornou-se um componente básico do mundo feminino. O sequestro da sexualidade ocorreu, em grande parte, mais como resultado da repressão social do que da repressão psicológica, e estava acima de tudo relacionado a dois fatores: o confinamento, ou a negação da resposta sexual feminina, e a aceitação generalizada da sexualidade masculina como não problemática. (GIDDENS, 1993, p. 196).

É possível afirmar então que o próprio conflito a que Andrea se entrega é um marcador de sua dissidência aos estereótipos de gênero. Ao declarar-se confuso sobre sua sexualidade para outro homem, Leonardo, o adolescente materializa entre os dois uma prática geralmente considerada feminina: tratar dos sentimentos amorosos.

Contudo, as vivências de Andrea não se resumem a questionar sua orientação sexual e sofrer violência de gênero por parte de seu pai. O rapaz também é promotor dessa violência, reproduzindo a homofobia na relação conturbada que desenvolve com Joel, como podemos ver no excerto a seguir:

Porque era sábado, não tinha aula. E na sexta-feira de tardinha, sem ter marcado encontro nem nada, o Joel e o Andrea Doria se cruzaram no Largo da Sé. Pararam para bater papo. mas não demorou muito pro papo virar discussão, pra discussão esquentar e pro Joel dar as costas dizendo que não sabia se ia perdoar o que o Andrea Doria tinha dito pra ele. E quando o Andrea Doria, já arrependido do que tinha dito, correu atrás dele, o Joel se limitou a dizer que não queria ouvir mais nada, e que se por acaso resolvesse perdoar o André a Dória, na manhã seguinte estaria lá na beira do rio para pescaria que no começo da semana os dois tinham combinado. Andrea Doria ficou perturbado demais. (Bojunga, 2018, p. 157-158).

No romance, há um desequilíbrio na relação de Joel e Andrea Doria fundado na idade, na reafirmação intelectual de Joel – muitas vezes rude – e na própria insegurança de Andrea quanto à sua sexualidade. Estes desequilíbrios terminam por forjar uma relação violenta, no qual Andrea Dória se percebe dominado por Joel. Descobrimos depois que Andrea chamou Joel de “fresco” e “inútil”. O ataque com estes termos nos mostra que, apesar da busca por uma masculinidade diversa da caracterizada por Rodolfo, o que Andrea usa como ofensa, a homossexualidade e

a falta de atividade econômica de Joel, são representativas de uma posição conservadora sobre a ordem de gênero. Sob tensão, materializa-se a relutância em abrir mão do espólio patriarcal. Ao usar os termos “fresco” e “inútil”, diferencia-se de Joel e exige o reconhecimento da subordinação da identidade gay à sua masculinidade, que apesar das práticas não heteronormativas também não se consolidou como homossexual.

Portanto, a obra aborda questões de homossocialização, entre Andrea Doria e Rodolfo, Leonardo e Joel, além de discutir a homoafetividade e homossexualidade de forma complexa, profunda, possibilitando leituras que ultrapassam a utilidade pedagógica no tratamento sobre gênero para possibilitar diálogos profundos, empáticos, respeitosos sobre o tema. O combate à homofobia nestes termos ocorre através do acolhimento e da discussão mediada por uma obra de arte sensível e provocadora em igual medida, que propõe valores e vivências que podem levar os jovens a questionar suas próprias percepções sobre gênero na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cantar “Sapato 36”, o artista baiano Raul Seixas nos apresentou uma metáfora persistente: a dos sapatos como nossa própria identidade. Andar em sapatos que não nos cabem é um incômodo que chega a impedir a própria jornada. E se a literatura juvenil tem sentido seus pés apertarem pelas políticas de aquisição de livros pelo governo, andar com sapatos apertados tudo o que as discussões sobre diversidade sexual sabem fazer na escola.

Este artigo, nomeado como “Sapatos que nos cabem: diversidade sexual e literatura juvenil na escola”, buscou, a partir da literatura, encontrar na literatura sapatos mais confortáveis através da contribuição da obra Sapato de Salto, de Lygia Bojunga (2018), para promover a discussão sobre diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros temas fraturantes, na escola.

Por fim, apresentamos brevemente algumas convergências e divergências entre a obra Sapato de Salto e os discursos e teorias sobre gênero. Através do comparatismo literário multidisciplinar com a sociologia e documentos primários, foi estabelecido que, apesar das pressões morais e dos dispositivos legais que gerenciam a literatura juvenil brasileira, é possível a aprovação de obras pelo PNLD-Literário que promovam discursos respeitosos e empáticos sobre homossexualidade na escola, combatendo a homofobia através da arte.

## REFERÊNCIAS

BOJUNGA, Lygia. **Sapato de Salto**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 90.099**, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm) . Acesso em 22 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: literário**. Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: 2018. Disponível em: [https://www.fnnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro\\_Didatico\\_PNLD/Guias/Guias\\_PNLD\\_2018/Guia\\_PNLD\\_Literario\\_2018.pdf](https://www.fnnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/Guias_PNLD_2018/Guia_PNLD_Literario_2018.pdf) . Acesso em 05 set. 2023.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC** – Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: MEC/SEB, 2019b. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf) Acesso em 10 set. 2023.

BUESCU, Helena. “Literatura comparada” In: CEIA, Carlos. **E-dicionário de termos literários**, 2009. Disponível em <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/literatura-comparada> . Acesso em 19 out. 2023.

CONNELL, R. W. “Políticas da Masculinidade”. In: **Educação & Realidade**, 20 (2), 1995: 185–206.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura juvenil: adolescência, cultura e formação de leitores**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. In: **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós Graduação em Antropologia

Social, 2004. Disponível em: <https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf> Acesso em 10 set. 2023.

GUIA digital do PNLD2018 – Literário [Ensino Médio]. Disponível em [https://pnld.nees.ufal.br/pnld\\_2018\\_literario/etapa-ensino/2018-literario\\_ensino\\_medio](https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2018_literario/etapa-ensino/2018-literario_ensino_medio) . Acesso em 14 set. 2023.

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. Tradução Cid Knipel. São Paulo: CosacNaify, 2010.

INÁCIO, E. da C. Novas perspectivas para o Comparatismo Literário de Língua Portuguesa: as séries afrodescendentes. **Revista Crioula**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 12-34, 2019. DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2019.160606. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/160606>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: uma nova outra história**. Curitiba: PUCPress, 2017.

LIVRO distribuído na rede municipal é alvo de polêmica. Gazeta de Limeira [on-line], Limeira-SP, 08 ago. 2019. Disponível em: <https://gazetadelimeira.com.br/local/2147490928> . Acesso em 10 jan. 2024.

LUGARINHO, Mário César. “Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo” (subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa)”. **Abril** (Niterói), v. 10, p. 15-38, 2013.

MEC. **Edital de Convocação 02/2018 – CGPLI**. Dispõe sobre o Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD Literário. Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. 02 abr de 2018. Disponível em [https://www.fnnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro\\_Didatico\\_PNLD/Editais/PNLD\\_LIT/EDITAL%20PNLD%202018%20LIT%20-%203%20RETIFIC.%20-%2004.06.2018.pdf](https://www.fnnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Editais/PNLD_LIT/EDITAL%20PNLD%202018%20LIT%20-%203%20RETIFIC.%20-%2004.06.2018.pdf) Acesso em 10 jan. 2024.

## QUEM É O PROFESSOR DA CRIANÇA QUEER?

*Danielle Ferreira Bastos<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente estudo se constrói a partir dos pressupostos da teoria *queer* e das contribuições da psicanálise para a educação a fim de discutir como a professora e o professor da educação infantil deixam-se afetar pelas normatizações oriundas das intencionalidades da “ideologia de gênero”, “escola sem partido”, “*kit gay*” e outras noções resultantes de um campo de discursos conservadores, que influenciam os professores a limitar de forma consciente e inconsciente a criança na expressão fluida da sexualidade. Autores como Freud, Foucault, Butler e Louro, foram visitados e contribuíram com a reflexão acerca da necessidade de pensar uma formação de professores que se apresentem desconstruídos *queer*. A discussão é apresentada no texto por meio das “vinhetas escolares”, que são narrativas dos encontros entre os professores e a criança *queer*. No contexto ainda incerto de busca de novas pedagogias, considera-se que os professores são atravessados por questionamentos e conflitos produzidos por um sistema normativo e sob uma forte carga emotiva são desafiados a subverter a educação conservadora e repensar as práticas desenvolvidas com a criança que não se rende ao que a norma escolar espera dela.

**Palavras-chave:** Teoria *queer*, Criança *queer*, Psicanálise e Educação, Sexualidade infantil.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal Fluminense UFF - RJ, [daniellefbastos@hotmail.com](mailto:daniellefbastos@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A atividade era de colagem. O tema trabalhado na aula era território e a proposta era reproduzir as casas da comunidade no papel. Variados pedaços de papel com diversas formas e cores foram dispostos na mesa. A criança só escolheu os quadrados, retângulos e triângulos na cor rosa. E assim o cenário se fez: casas rosas por todo o cenário imaginado. Para a surpresa da criança logo veio a intervenção da professora que se mostrou preocupada pelo fato de que “ele era um menino” e sua mãe já havia sinalizado que não queria que seu filho brincasse na companhia de meninas ou com “brinquedos de meninas” e escolhesse utilizar nas atividades pedagógicas de arte a cor rosa, segundo a mãe, “a cor das meninas.” A professora argumentou que ao interferir na criação da criança, a salvou do ato de fúria da mãe que quando visualizasse as casas rosas na atividade pedagógica do filho iria demonstrar toda sua insatisfação. “O menino” é uma criança *queer*. A mãe já percebeu, mas não quer conversar sobre isso. Ela somente quis proibir as escolhas e comportamento de seu filho, atravessada por questões pessoais e religiosas. A professora no que entendeu ser um ato de proteção, acreditou que se evitasse a realização da colagem com a utilização de papéis na cor rosa, a criança não seria penalizada por sua mãe. A mãe foi atendida no seu desejo, a professora foi protegida da fúria da mãe e a criança foi anulada no seu fazer. Nem a professora, nem a família da criança a priorizaram enquanto protagonista do seu querer na execução de uma tarefa escolar.

A “vinheta escolar”<sup>2</sup> apresentada acima, escancara o fato de que a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto (PRECIADO, 2013). Em que momento a professora se sentiu autorizada a anular a criação da criança em detrimento do anseio de um outro adulto?

Toda criança tem em si a potência de rompimento com as normas e de subvertê-las. Isso é *queer*. Quando a professora deixou de ser *queer* também? O termo *queer* no texto deste artigo não é afirmado apenas enquanto voltado às categorias de gêneros e sexualidade. É também apresentado como forma política em um movimento de pensar criticamente. Para além de um pensamento teórico ou

---

2 As “vinhetas escolares” têm a característica de serem construídas por memórias e impressões daquilo que foi vivido, portanto, portam um caráter ficcional inerente aos processos mnemônicos. Essa metodologia de pesquisa, pensada no seio de uma práxis psicanalítica, vem sendo desenvolvida por pesquisadores do Grupo Alteridade Psicanálise Educação - GAP(E)/CNPq-UFF, de que faço parte e tem como líder a professora Marília Etienne Arreguy, orientadora da minha pesquisa de mestrado e doutorado. No sentido de respeitar a vertente ética da pesquisa, no texto foi preservado o anonimato da instituição escolar e os nomes da criança, de seu responsável e da professora apresentados na vinheta escolar.

acadêmico, o *queer* faz uso da estratégia de confronto e desafio, não estabelecendo vínculo com qualquer pretensão normatizadora.

Em que momento a professora, o professor ou o professore que atua na educação infantil perdeu sua criança interior e se deixou levar por normatizações expondo a criança que atende hoje nas escolas a também viver suas experiências dentro das normatizações?

Quanto de uma criança *queer* ainda conseguimos sustentar em nós mesmos?

Para falar da criança que fomos um dia e do infantil que ainda temos em nós, não há como deixar de mencionar os estudos históricos e sociológicos de Ariès (1973/1981) em *História social da criança e da família*. Tais estudos nos mostram que a noção de infância, como etapa do desenvolvimento com suas especificidades é uma construção histórica e culturalmente determinada. Em sua obra Ariès (1973/1981), demonstra como a infância enquanto idade da vida é caracterizada por conter uma série de antecipações da vida adulta. Uma infância que se constitui em tempo histórico e social nos faz pensar o infantil e como lhe damos bordas que permitem diferenciá-lo da infância, tornando o infantil como uma experiência fora do tempo.

A infância também faz parte da história da psicanálise como uma de suas marcas e o modo como Freud (1905/2006) compreendeu a importância da infância na constituição psíquica é fundamental para o entendimento do adulto que somos hoje.

Na psicanálise é possível buscar o conceito de infantil que diferenciando-se da infância, está remetido a estruturas conceituais diversas. Enquanto a infância refere-se a um tempo da realidade histórica, o infantil é atemporal e está remetido a conceitos como pulsão, recalque e inconsciente.

Nos primórdios da investigação psicanalítica até os anos 1920, o infantil se identificava com o registro da sexualidade, ou seja, com o campo do desejo e com o que era regulado pelo “princípio do prazer” que regido pelos processos inconscientes, busca por prazer ao mesmo tempo em que evita o desprazer. Após os anos 1920, o infantil passou a ser apresentado como o que não pode ser erotizado e como o que é regulado por um além do “princípio do prazer”, se voltando ao “princípio da realidade”, que busca a satisfação a partir do real ainda que sob o domínio da fantasia e do desejo (BIRMAN, 1997).

Reverendo os escritos freudianos, é possível perceber como o teórico apresentou os conceitos de infância e infantil para explicitar a importância dos primeiros anos de vida na constituição psíquica do sujeito. Pensar o infantil como um conceito psicanalítico passa pela compreensão de uma infância que desliza da cronologia e das experiências à realidade psíquica. A realidade psíquica confere ao infantil um



estatuto que se estende para além daquilo que foi visto, ouvido ou vivido na infância. O infantil não se dá a ver, mas se faz presente no discurso e no modo como cada sujeito se apresenta na vida adulta.

Em sua obra *“A interpretação dos sonhos”* (1900/1980), Freud consolida a sua compreensão sobre o lugar da infância na constituição do psiquismo, começando pelos acontecimentos e sua importância na constituição de cada fato ocorrido na infância que é perseguido na busca da experiência cuja lembrança ficou recalçada. É no resgate de nossas experiências que se dá o reflexo que consiste na busca de lembranças esquecidas. Busca-se o resgate mnêmico o mais próximo possível da experiência vivida. Embora, apareça uma suposição de que existe uma infância a ser resgatada, não é possível deixar de considerar que o interesse pelo recalçado já aponta para a busca não apenas do fato vivido, mas também do fato não lembrado que segue guardado no inconsciente, como nos diz (FREUD, 1900/1980).

Em *Os três ensaios sobre a sexualidade* (1905/1980), Freud fala do esquecimento do infantil nos seus primeiros anos. Tratando da amnésia do infantil, o teórico reafirma o paradoxo de que o infantil remete a um período que, ao mesmo tempo que é esquecido, é determinante. São as impressões esquecidas que deixam os mais profundos traços em nossas mentes e que são tomados como traumáticos, constituindo efeitos determinantes na vida. O infantil como trauma revelaria a posição de desamparo do sujeito frente ao que existe de imposição no impacto da força pulsional, que lança o sujeito no campo da angústia (BIRMAN, 1997).

Freud (1893/1988) aponta o quanto o “esquecimento” pode não ser efetivamente tão esquecido, o quanto aquilo que muitas vezes supomos ter esquecido, de alguma forma comparece em nossa consciência e têm efeitos presentes na vida adulta, trazendo o passado com efeitos significativos de forma positiva ou negativa sobre o presente.

Como o presente se transformou? Em que nos tornamos? Pensar como a psicanálise leva em consideração a necessidade de dispor de novos instrumentos face às formas de subjetivação que possam conduzir respostas aos diversos questionamentos que se fazem no cotidiano e nos deslocamentos na escola hoje, leva-nos a possibilidade de atrelar suas teorias à outras, como a *queer*.

As epistemologias *queer*, ora permeiam um diálogo possível com a psicanálise, ora se expõem à necessidade de se repensar e inaugurar uma psicanálise atravessada pelas teorizações *queer* a partir das contundentes críticas aos discursos e práticas psicanalistas (PRECIADO, 2022). Se faz importante discutir não apenas sobre as convergências, mas também sobre as divergências entre as teorias *queer* e psicanalíticas na busca de atravessamentos que produzam fissuras e subversões no que é difundido pela possibilidade de criação de teorias

outras que evidenciem os processos invisíveis que se atribuem às perspectivas de normalidade.

Uma criança como a *queer* da qual sabemos pouco, idealizamos muito e nos esforçamos por supostamente controlar, diariamente é rememorada em nossa história e permitir que a criança *queer* se revele é possibilitar que o novo e as diferenças se façam presentes. A infância nessa ótica apontaria para o desconhecido diante do qual pode-se extrair novos sentidos, no lugar de soterrá-la em uma suposta completude do adulto (SARMENTO, 2005).

A rememoração do passado do professor terá que levar em conta a infância que um dia sonhada, hoje a ela respondemos ou não. Tornar a estranheza do nosso infantil mais familiar é refazer os fios da história para, ao tecê-la, tornar a falar e permitir que a criança *queer* também fale.

Para responder à questão de quando se dá o momento em que o professor perde sua criança *queer* e se deixa levar pelas normatizações, este texto objetiva exemplificar como as normatizações influenciam o fazer pedagógico do professor da educação infantil que ao perder a capacidade de se posicionar de forma desconstruída *queer* não permite que a criança na escola vivencie ações fora da norma. A análise da intervenção do infantil nos fazeres dos professores da educação infantil, os sentidos a partir das falas e narrativas da criança *queer* e dos professores sobre as suas vivências e traumas e a busca por uma escuta sensível do que a criança e o professor têm a dizer, pode trazer respostas e caminhos para uma relação de troca e criação de ações permeadas por uma pedagogia *queer* (LOURO, 2004). Não se pode falar de uma só infância e uma só criança, como sendo de um único tipo, e não de outro. Não se pode falar apenas de um modo do professor exercer seu fazer pedagógico sem mencionar que se tornou um dos seus maiores desafios compreender como “(...) o movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode se articular com a educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento?” (LOURO, 2008, p. 47). Eis o desafio do professor da criança *queer*.

## METODOLOGIA

Seria a teoria *queer* uma reflexão sobre o que significa ser *queer* ou a reflexão *queer* muda os modos nos quais teorizamos? (RANNIERY, 2017).

A pesquisa em metodologia *queer* segue sendo uma pergunta ainda em aberto. Rannier (2017) defende que a metodologia *queer* é aquela que utiliza diferentes métodos para coletar e produzir informações que rejeitam a exigência acadêmica de uma coerência entre as disciplinas. Os estudos *queer* não se

constituem em uma matriz metodológica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações metodológicas distintas no esforço de rejeitar a adoção acrítica de qualquer instrumento metodológico, como também de renunciar a adotá-los de forma crítica (RANNIERY, 2017).

Para Gamson (2006) a metodologia *queer* reascende o caráter produtor e de criação da pesquisa. Nesse investimento que essa metodologia atinge a vida fora do lugar e do tempo e promove a abertura de sentidos para a pesquisa. Assim, a metodologia *queer* compõe uma prática de investigação que privilegia as conexões e as transformações dos sistemas de conhecimento e as maneiras de ver e dizer sobre a prática (RANNIERY, 2016), apontando para o exercício de uma pesquisa que assume a impossibilidade de dar conta das vidas dos sujeitos com as quais a pesquisa se relaciona, bem como falar em nome delas ou por elas.

Inspirada na metodologia *queer*, a investigação junto aos professores da criança *queer* das unidades de educação infantil, se deu a partir de conversas diárias com os professores, ampliada a partir dos espaços de observação e escuta para além da criança *queer*. Algumas narrativas acompanhadas na pesquisa, foram engendradas a partir de pressupostos teóricos fundamentados na teoria *queer* e na escuta inspirada pela psicanálise o que me levou à transcrição das vivências das crianças *queer* e dos seus professores por meio das “vinhetas escolares”, inspiradas nas vinhetas clínicas, como ocorrem na construção da clínica psicanalítica.

Ter “receio de teorias que não dançam” é ter uma visão de produção de conhecimento de uma relação profunda entre a investigação e a vivificação do “pensamento dos rios e fluxo (...) Os conceitos dançam e vibram na medida em que se rompe com o binarismo (...)” (DODI LEAL, 2021).

A cada transcrição a partir do que foi visto e ouvido, o tom, a escuta, o encontro e a alteridade, possibilitou a criação de relações com os movimentos necessários para a pesquisa. A perspectiva de que antes de iniciar uma escrita todos os caminhos precisam estar definidos é uma perspectiva de um modelo hegemônico que o *queer* luta contra. Foi preciso estar em diálogo no campo e na escrita do texto.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Sigmund Freud, Michel Foucault, Judith Butler e Guacira Lopes Louro tem me ajudado a olhar o humano para além do que ele é hoje e, conseqüentemente, a olhar e vislumbrar a possibilidade de uma educação voltada a acolher as diversidades e se mostrar menos normatizadora, pelo menos nas relações professor-estudante. Freud trouxe a contribuição do conceito de infância e infantil, diferenciando-os. A infância cronológica não pode ser confundida com o infantil

que é reconstruído no nosso discurso cotidianamente, pois mesmo que ele não se possa ver, está no modo de ser e agir, mesmo que de forma inconsciente em cada sujeito na idade adulta (Freud, 1900/1980; 1905/2006). Por isso, a psicanálise sustenta a existência permanente da criança no adulto de qualquer idade e em qualquer tempo, pois nela nos remetemos ao infantil que escapa à racionalidade e é a fonte das experiências permanentes de subjetivação; Butler, que por meio de sua obra *“Problemas de Gênero”* (1990/2019) descreve os processos pelos quais a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso e como as instituições, tais como a escola no seu discurso e nas suas práticas, ao determinar sexo, sexualidades e gêneros cria e/ou remarca concepções que orientam as relações subjetivas vida afora; Foucault (1975/2007), no que tange o arcabouço da Filosofia da Diferença, por ser uma referência clássica no estudo da sexualidade, analisando como a sociedade faz uso abusivo do poder através das instituições, uma delas, a escola; e Louro (2004; 2008), teórica que toma como base as questões de gêneros e sexualidades, apresentando contribuições relevantes acerca dos estudos *queer* voltados ao campo da educação, entendendo haver diálogo entre a teoria *queer* e a educação por pedagogias e currículos para além dos binarismos. Conversar, dialogar e ouvir, para que a criança possa se mostrar diversa e o professor possa recebê-la tal como ela é, também é responsabilidade da escola.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a relevância que a observação e a escuta têm no âmbito escolar, espero com este trabalho contribuir para a reflexão quanto à utilização de recursos em contextos de pesquisa que envolvam as relações professor-estudante nos primórdios da constituição subjetiva da criança que ainda se encontra em formação na educação infantil. Desse modo, como dispositivos, tanto a observação quanto a escuta, se complementaram.

Contudo, a dúvida ainda permanece se voltando ao passado: o que os acontecimentos ocorridos na infância de um professor produzem no pensamento dele hoje? Resposta: traumas. Freud (1916-17/2014) diz que “o termo ‘traumático’ não tem outro sentido que o de economia da energia. Chamamos assim a uma experiência vivida que leva à vida da alma (...) o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético” (p. 275). Sob esse prisma, o traumático surge como figura de uma história de problemas, em que a relação entre pensamento e acontecimento precipita no discurso às diferenças. A construção dessa noção aparece como resposta a problemas surgidos e colocados pelos acontecimentos da vida a partir da linguagem e do que se cria através

dela e das noções de normatizações sob as quais não somente na infância, mas na vida adulta são apresentadas no cotidiano do professor.

“Ideologia de gênero<sup>3</sup>”, “Movimento Escola sem Partido<sup>4</sup>”, Base Nacional Comum Curricular- BNCC<sup>5</sup> e “*Kit gay*”<sup>6</sup> são exemplos de intencionalidades que permeadas por discursos normatizadores, atravessam professores no seus fazeres diários. Em um contexto conservador diante das perspectivas de ideias postas para o controle do outro, o professor é levado a reproduzir mesmo que de forma inconsciente, ações que vivenciou na própria infância. Cobranças que são remetidas a ele no campo educacional, voltam-se aos estudantes com os quais mantém sua relação a partir das normatizações oriundas de ideologias, movimentos e documentos norteadores das ações educativas.

Aliando os pressupostos dos estudos *queer* com as contribuições da psicanálise para a educação é possível pensar no diálogo entre as teorias *queer* e psicanalíticas em atravessamentos e implicações entre uma e outra na tentativa de elucidar como se dão as relações professor/estudante que permeadas pelas infâncias se apresentam através da criança *queer* e do infantil representado pelos professores. Tais questões necessitam ser postas para alargar as inspirações das próprias práticas e relações com a criança *queer* que leva dentro de si um modo subversivo de ser e agir sem se preocupar em corresponder às expectativas dos adultos ao seu redor.

3 Trata-se de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento “Pró-vida e Pró-família” que no Brasil está centralizado em um *site* chamado “Observatório Interamericano de Biopolítica.” (FURLANI, 2016). **“Existe Ideologia de Gênero?”** Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-degenero/>.

4 O Movimento Escola sem Partido (MESP) foi criado em 2004 com o objetivo de dar visibilidade à instrumentalização do ensino para fins ideológicos e partidários, utilizando-se de um *site* como principal suporte que funciona como um meio de divulgação de denúncias e de disseminação de práticas de vigilância para apontar ações dos professores entendidas como doutrinação (FRIGOTTO, 2017).

5 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada no dia 22 de dezembro de 2017, por meio da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação que institui e orienta sua implantação, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Apesar do texto se apresentar como conquista prevista em Lei, movimentos e associações do setor educacional se opuseram à sua aprovação (ALBINI; SILVA, 2019).

6 No ano de 2011 ocorreu na cena da política nacional o que foi denominado “*kit gay*” que dizia respeito a um conjunto de materiais que seria distribuído nas escolas com o objetivo de combater a homofobia. O *kit* composto por um caderno, boletins, audiovisuais, cartaz e carta de apresentação para os gestores das unidades de educação era parte do Projeto “Escola sem Homofobia”, proposto pelo Ministério da Educação, à época gerido por Fernando Haddad e por ONG’s Nacionais e Internacionais em parceria com a UNESCO. Pressões realizadas por parlamentares conservadores culminaram no veto do material pela Presidenta da República daquele ano, Dilma Rousseff. **“Kit Gay”: o que é mito e o que é verdade - Gazeta do Povo.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/kit-gay-o-que-e-e-mito-e-o-que-e-verdade-b60i8lo4osb19tsf2du8bmr54/>.

A essência da criança é a insubordinação. Como então, compreender o professor que um dia foi uma criança insubordinada e que no seu caminhar, “esqueceu-se” de permanecer no cotidiano escolar como um profissional subversivo por estar imerso em um ambiente conservador como a escola?

Das profissões do impossível, Freud (1937/2006) destaca o professor por sua carga que o limita nos seus fazeres diários. Assim é a normatização que como “caixa” prende o professor em seu interior, impedindo que ele se permita e permita que a criança que atende se expresse sem o controle do modo de ser, agir e até mesmo pensar.

Nesse contexto ainda incerto de busca de novas pedagogias, o papel do professor da educação infantil e de sua formação precisa ser repensado. Segundo Gadotti (1998), é necessário que o professor se assuma enquanto um profissional do humano, social e político, tomando partido e não sendo omissos. Posicionando-se não mais como neutro como na vinheta escolar relatada na introdução do texto, o professor pode ascender através de uma consciência crítica que supere o senso comum de rejeitar, silenciar e ignorar uma criança que apenas se mostra como verdadeiramente é, superando seus medos e não mais desconsiderando as diferenças.

Esse impulso que resiste de modo a produzir e apresentar forças que se encontram em ação no seu corpo, a criança *queer* utiliza para driblar o poder dos adultos e criar modos de vida forjados como resistência às formas dos adultos de governar os que são considerados fora da norma (ASPIS; GALLO, 2010).

Para falar sobre a mudança das práticas dos professores, é necessário falar da sintonia entre a teoria e a prática e do discurso e da ação dos envolvidos no combate às normatizações oriundas do que se entende por “Ideologia de gênero”, que carrega um sentido pejorativo para um grupo conservador que tenta a todo custo responsabilizar os professores por controvérsias estabelecidas por um grupo que nega a importância de debater temas como educação sexual nas escolas; do “Escola sem Partido”, que muitos professores temem pelas ameaças postas a partir de uma sociedade conservadora que se mostra vigilante das ações exercidas nas escolas; dos documentos norteadores como a conservadora BNCC, que trata-se hoje, de um documento que censura as singularidades de cada sujeito, impondo um padrão único a ser seguido em um país diverso como o Brasil; e do suposto “*Kit gay*”, criado como um inimigo em um levante para criminalizar pessoas LGBTIAP+.

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional e

pedagógica (...) o processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade (...) (BRASIL, 2007, p. 31-32).

O encontro que se dá diariamente nas escolas entre a criança *queer* e seus professores têm a potência de gerar novos caminhos de compromisso com a produção de novos modos de existência para uma educação promotora das diversidades.

“(...) Um modelo de aluno que corresponde à norma social: um menino ou uma menina com as características de gênero, heterossexualidade e estrutura familiar compatíveis com o que é esperado pela sociedade” (FRANÇA; CALSA, 2011, p. 111), não é mais possível na escola que se pretende um espaço de desenvolvimento, aprendizagens e diversidades.

Quando a escola abandonar seu sistema cheio de regras e normas, dicotomizado sobre as questões de gêneros e sexualidades será possível uma educação diversa.

É nesse universo de dúvidas e inseguranças em que se encontra a criança *queer* e seus professores na espera de uma diretriz para o enfrentamento dos desafios de uma educação para todas, todos e todes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa ao propor a escrita deste texto, foi de colocar em diálogo os pressupostos dos estudos *queer* e das contribuições da psicanálise para a educação, como busca de um caminho que se revele acolhedor dos professores às diferenças das crianças. O tema surgiu como uma possibilidade de aproximação entre os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de mestrado e o tema proposto em minha pesquisa de doutorado, se alinhando aos estudos de gêneros e sexualidades na infância com a intenção de compartilhar a importância desta temática em especial, dentro das escolas de educação infantil.

Por meio da teoria *queer*, do conceito de sexualidade infantil fundamentado na psicanálise e da divulgação da necessidade de se repensar de forma urgente na *queerização* da formação de professores, propõe-se uma reflexão sobre os pilares da democratização das diferenças na educação infantil, do rompimento com a invisibilidade da criança *queer* e da angústia do professor no desafio de lidar com as diversidades, voltando-se ao combate das normatizações.

Ainda há muito o que se pensar sobre as premissas para uma educação que acolha a vivência da criança *queer* na escola sem ser destacada sua atuação fora da norma. Ela tem muito a viver pela frente e suas ações podem ser pensadas a partir da compreensão de que sua identidade é transitória.

Não é possível já na educação infantil definir os próximos passos de uma criança, porém é possível e necessário acolhê-la com uma visão de mundo que ali está quem deseja ser exatamente quem é e como é, desidentificada dos padrões de gêneros e sexualidades instituídos.

A criança que Freud um dia descortinou sente tristeza, solidão, raiva, desejos destrutivos, vive conflitos e contradições, é portadora de sexualidade e escapa ao controle do professor. É uma concepção de criança peculiar, ou seja, “(...) não a criança policiada, educada, disciplinada, e sim a criança visada pelo gozo, gozo que deixa seus traços no adulto, em seus sucessos e seus fracassos, suas perversões ou suas sublimações” (MILLER, 1991, p.138).

Para o professor, pensar nessa criança implica necessariamente pensar também nas suas ações de intolerância em relação à sua própria infância. Construir um ideal para a criança que tanto o indigna, implica construir um ideal para o adulto que ele se tornou.

Por isso, a criança *queer* tanto desafia o professor. Ela não necessita de autorização para realizar seus desejos, ainda que pudesse se mostrar mais feliz se de seus professores recebesse acolhimento, implicada em uma relação de confiança.

Acredito na relevância de amplificar a necessidade de voltar o olhar da academia para as escolas de educação infantil, investigando as relações que se dão entre professores acuados pelas normatizações que demonstram dificuldades em lidar com as diversidades que de forma clara são expressas pela criança *queer*.

Portanto, se faz necessário falar da criança que implica trazer problemas reais para o cotidiano escolar já que desde a sua chegada nas unidades de ensino ela demonstra uma valentia que esbarra nas falas e comportamentos de seus professores, como uma renovação do próprio desejo que não retrocede ante a realidade: a criança *queer* existe e a criança *queer* dentro de cada professor, professora ou professore um dia existiu.

## REFERÊNCIAS

ARIËS, P. (1981). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: **LTC**. (Trabalho original publicado em 1973).



ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvia. Ensino de Filosofia e Cidadania nas “sociedades de controle”: resistência e linhas de fuga. **Revista Pro-Posições**. Campinas. v. 21, n. 1. p. 89-105. jan./abr. 2010.

BIRMAN, J. Além daquele beijo!? Sobre o infantil e o originário em psicanálise. In: Santa Roza, Elisa. Da análise da infância ao infantil na análise. Rio de Janeiro: **Contracapa**, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>. Acesso em: 29 maio 2021.

BUTLER, J. (2019) Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**. (Trabalho originalmente publicado em 1990).

DELEUZE, Gilles. Nietzsche e a Filosofia. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

FOUCAULT, Michel. (2007) Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: **Vozes**. (Trabalho originalmente publicado em 1975).

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Gêneros e Sexualidades na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, n 2, v. 24, p. 111-120, 2011.

FREUD, S. (1988) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação Preliminar. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume II*. Rio de Janeiro: **Imago**. (Trabalho originalmente publicado em 1893).

FREUD, S. (1980) A Interpretação dos Sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: **Imago**. (Trabalho originalmente publicado em 1900).

FREUD, S. (2006) Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume IV*. Rio de Janeiro: **Imago**. (Trabalho originalmente publicado em 1905).

FREUD, S. (2014) Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. São Paulo: **Companhia das Letras**. (Trabalho originalmente publicado em 1916/1917).

FREUD, S. (2006). Análise terminável e interminável. Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXIII* Rio de Janeiro: **Imago**. (Trabalho originalmente publicado em 1937).

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. São Paulo: **Cortez**, 1998.

GAMSON, J. As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagem*. Porto Alegre: **Artmed**, 2006.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: **Editora Autêntica**, 2004.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MILLER, J. A criança no discurso analítico. Rio de Janeiro: **Editores Jorge Zahar**, 1991.

PRECIADO, P. B. Quem defende a criança queer? **Jangada-crítica, literatura, artes**, Viçosa, p. 96-99, 2013.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala: relatórios para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2022.

RANNIERY, T. No balanço da teoria *queer* em educação: silêncios, tensões e desafios. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 19-48, 2017.

RANNIERY, T. No meio do mundo, *aquendar* a metodologia: notas para *queerizar* a pesquisa em currículo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, n 2, vol. 11, p. 332-356, 2016.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

TENHO receio de teorias que não dançam. **Dodi Leal**. Direção de Gau Saraiva. Santo André e Guaiú, 2021. (4min. e 4). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tdbfqmwjlou>> Acesso em: 16 dez. 2023.

# CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS: PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

*Everaldo de Toledo<sup>1</sup>*  
*Marco José de Oliveira Duarte<sup>2</sup>*

## RESUMO

O propósito deste estudo é explorar a temática da transgeneridade na infância e adolescência no âmbito escolar por meio de uma abordagem interdisciplinar que engloba os campos do Serviço Social e da educação. Seu intuito é fomentar a inclusão social desses atores-chave por meio de pesquisas que enriqueçam a compreensão sobre o assunto e, assim, desafiar a homofobia e a marginalização. O foco central reside na importância de salvaguardar os direitos sociais, civis e educacionais desses sujeitos, proporcionando-lhes um espaço de escuta e reconhecimento. O método adotado compreende uma revisão sistemática da literatura existente sobre a transgeneridade na infância na adolescência, complementada pela coleta de dados por meio de entrevistas com mães de crianças e adolescentes trans. Experiências relatadas por essas mães serão utilizadas para ilustrar as questões discutidas. Dentre os resultados preliminares, emerge a urgência de garantir direitos fundamentais, notadamente à educação e à inclusão social, para esses sujeitos. Reforça-se, ainda, a importância da colaboração entre diferentes setores, por meio da interseção e do diálogo, para fornecer um suporte integral. Nesse contexto, torna-se essencial garantir o acesso dessas crianças e adolescentes trans ao ambiente educacional, promovendo sua permanência e participação.

**Palavras-chave:** Transgeneridade, Inclusão social, Educação, Direitos de Crianças e Adolescentes Trans.

1 Mestrando do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio; contato: [evetoller@gmail.com](mailto:evetoller@gmail.com)

2 Professor/Doutor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Contato: [majodu@gmail.com](mailto:majodu@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O tema da transgeneridade na infância e adolescência ainda é pouco debatido, o que destaca sua relevância no meio acadêmico. A falta de enfoque torna importante buscar uma compreensão sobre a existência dessas crianças e adolescentes trans, que têm pais, irmãos e famílias. Infelizmente, muitas pessoas ainda se posicionam contrariamente aos direitos desses sujeitos, desafiando as leis conquistadas com luta e resistência. O anúncio da chegada de uma criança em uma família, independentemente do tipo de família existente nos dias de hoje, geralmente é motivo de alegria e comemoração. Contudo, é comum observar a presença de preconceitos e rejeições enfrentados desde cedo por crianças e adolescentes trans.

As experiências escolares de crianças e adolescentes trans têm sido marcadas por desafios significativos desde a infância. Esses sujeitos frequentemente enfrentam a falta de compreensão e apoio por parte de colegas, professores e da instituição, resultando em marginalização, discriminação e bullying que podem afetar seu bem-estar e processo de aprendizagem (ANDRADE, 2019; GUIMARÃES, 2017; LEITE, 2014).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender e enfrentar esses desafios vivenciados por crianças e adolescentes trans no ambiente escolar, durante esse percurso de suas vidas escolares, esses sujeitos deparam-se com obstáculos que incluem a luta para permanecer na escola e o temor de abandoná-la, impactando-os de maneira violenta. Superar preconceitos e a escassez de oportunidades torna-se essencial enquanto parte da sociedade progride em direção à aceitação da diversidade de identidade de gênero.

Os estigmas baseados em preconceitos enraizados na sociedade resultam em consequências adversas emocionais, psicológicas e acadêmicas para os/as alunos/as trans. A pesquisa de OLIVEIRA & DUARTE (2022) destaca o sofrimento e adoecimento mental enfrentados pela comunidade LGBTI+, incluindo riscos de suicídio e assassinatos devido à falta de implementação efetiva da Política Nacional de Saúde Integral LGBTI (PNSI-LGBT).

Conforme ANDRADE (2019), a vida de jovens transgêneros é modificada desde a infância, com ameaças constantes por serem quem são ou por assumirem sua identidade fora da norma binária. A autora destaca a incoerência entre o discurso legal de educação inclusiva e a prática conservadora e restritiva nas escolas:

Primeiro, nós temos uma incoerência muito forte: o que é dito na área da educação não é o que é praticado. Escutamos os discursos

presentes na legislação, principalmente no artigo 205º da Constituição Federal, que apresenta a educação como um direito de todos. A escola é dita como uma instituição para todos e também inclusiva. Esse discurso é muito forte quando se trata de educação. Na referida Constituição, a educação se apresenta como um direito fundamental sem qualquer distinção. Na prática, essa educação oferecida pelo Estado vai impossibilitar a existência ou, pelo menos, restringir a existência de pessoas que não estão em acordo com as normas e os padrões hegemônicos para a existência do ser humano. Então, é muito contraditório quando ao mesmo tempo se dá o direito, mas na prática, há os artifícios e as artimanhas do como fazer essa educação formal e conservadora (ANDRADE, 2019, p. 336).

Dito de outra forma, a autora aborda a contradição entre o discurso e a prática na área da educação. Embora haja uma forte retórica de que a educação é um direito para todos/as e que as escolas devem ser inclusivas, na realidade, o sistema educacional governamental acaba excluindo ou limitando a presença daqueles/as que não encaixam-se nas normas e padrões dominantes. A autora enfatiza a incoerência entre o direito garantido teoricamente e a abordagem conservadora e restritiva da educação na prática (ANDRADE, 2019).

Segundo a pesquisa inédita realizada pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho<sup>3</sup>, (FMB/UNESP) em 2021, 1,9% da população adulta brasileira, aproximadamente 4 milhões de pessoas, identificam-se como transgêneros. O Brasil lidera as estatísticas mundiais em assassinatos de pessoas transgênero, conforme o Grupo Gay da Bahia (GGB), com registros de 256 casos de mortes e suicídios em 2022, segundo o Jornal O Globo<sup>4</sup> (2023).

Dados alarmantes do projeto Garupa em parceria com a Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual (CEDS) da Prefeitura do Rio de Janeiro<sup>5</sup> revelam que 83% das pessoas transgêneras foram vítimas de violência e discriminação na escola. Dentre essas vítimas, 44% relataram agressões na infância e adolescência, enquanto 22% sofreram agressões apenas na adolescência. A pesquisa também evidencia obstáculos na trajetória educacional, com 14% impedidos de

3 A pesquisa está disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/11/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais/> Acesso em: 15/04/2023.

4 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violencias-de-lgbt-em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml> . Acesso em: jan./2023.

5 Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2022-04-06/trans-e-travestis-sofreram-transfobia-violencias-rio-de-janeiro-pesquisa.html> Acesso em: jan./2024.

estudar por falta de oportunidade e 29% deixando de frequentar a escola devido ao preconceito e discriminação.

A pesquisa realizada em 2023 pelo Grupo Trans-Vida, com o apoio do Ministério da Mulher no Rio de Janeiro<sup>6</sup>, revelou que amigos, professores e familiares são os principais agressores ao longo da formação escolar. Os resultados indicam que 44% dos entrevistados relataram sofrer agressões por transfobia, 36,7% por desrespeito ao nome social, 27,9% por tortura psicológica, 20,4% por proibição do uso do banheiro adequado ao gênero, 15,6% por assédio sexual ou estupro. Surpreendentemente, apenas 15% das vítimas denunciaram as agressões sofridas à escola ou às autoridades, enquanto 29% permaneceram em silêncio. Além disso, 10,2% abandonaram a escola após sofrerem essas violências, enquanto 49% concluíram o ensino médio e 21,1% concluíram uma graduação.

Pela primeira vez em 2024, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) irá estimar qual o tamanho da população trans, travesti e não binária do Brasil. Isso será possível porque a nova Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, que começou a coleta de dados recentemente, estima-se perguntar aos entrevistados qual a sua identidade de gênero, oferecendo seis respostas: mulher, mulher trans, homem, homem trans, travesti e não binário, além de um campo “outros” e um espaço para observações. A pessoa também poderá optar por não responder.

Diante desse cenário alarmante, a urgência de abordar a temática das crianças e adolescentes trans no ambiente escolar torna-se evidente. Estamos lidando com um tipo de preconceito velado, refletido em situações como discriminação, rejeição e agressão, que contribuem para dificultar o acesso e a permanência das crianças e adolescentes trans na escola e em outros espaços. No contexto dos direitos, é fundamental reconhecer que todos/as, independentemente de raça, cor, religião, posição geográfica ou preferências, têm direito a eles. O acesso à educação não é um mérito ou privilégio, mas um direito constitucional que deveria ser estendido a todos/as, sem distinção. Instituições públicas e privadas devem buscar estabelecer a função social de igualdade nas relações sociais.

Os pais desempenham um papel-chave nesse processo, garantindo que o acesso à educação, embora não garanta igualdade social, seja uma condição de igualdade de oportunidades para todos. Isso cria valores e facilita o crescimento e aprendizado, promovendo propostas equitativas para diferentes identidades de gênero, orientação sexual e diversidades. É importante que as crianças e

6 Disponível em: <https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/pesquisa-descreve-barreiras-para-abcesso-de-pessoas-trans-ao-emprego-227089> Acesso em: jan./2024.

adolescentes trans, assim como suas famílias e pessoas próximas, recebam apoio da sociedade e do Estado.

Os objetivos centrais incluem a análise dos processos de exclusão e desigualdade no ambiente educacional, considerando referenciais normativos brasileiros para a proteção da criança e do adolescente trans. Além disso, busca-se explorar temas como participação, inclusão, permanência e promoção da educação para a diversidade, visando contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva. Um objetivo específico é analisar o papel dos profissionais qualificados no atendimento a crianças e adolescentes trans, destacando sua contribuição para o suporte emocional e a construção de ambientes inclusivos. A pesquisa busca compreender como esses profissionais facilitam o processo de autoafirmação e oferecem suporte eficaz durante o desenvolvimento identitário desses jovens.

Por fim, este trabalho explora a participação, inclusão e educação para a diversidade, destacando o papel-chave do Assistente Social no atendimento a crianças e adolescentes trans no campo educacional, embasado em relatos de mães e cuidadores desses sujeitos.

## METODOLOGIA

No presente trabalho, desenvolvemos um roteiro de entrevista composto por cinco perguntas semiestruturadas. Nosso principal objetivo foi coletar dados sobre as famílias de crianças e adolescentes trans, enfocando sua participação e inclusão no ambiente escolar. Além disso, buscamos explorar a perspectiva de educação para a diversidade ao longo de suas vidas. O processo de entrevistas revelou-se enriquecedor, proporcionando um diálogo aberto sobre questões relevantes ao tema, como transgeneridade, gênero, bem como percepções quanto a exclusão e desigualdades na educação. A diversidade de sentimentos expressos pelas famílias durante as entrevistas foi notável (TOLEDO, 2021).

A participação ativa, especialmente por parte das mães, foi significativa para este trabalho. Entramos em contato com aproximadamente 30 famílias, das quais mencionamos sete, compreendendo cinco mães e dois pais, todos referenciados por codinomes flor. As interações ocorreram principalmente por telefone e WhatsApp devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19<sup>7</sup>. As mensagens trocadas nesse curto período foram extremamente relevantes. Nosso

---

7 A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, identificado pela primeira vez em 2019 na China. Os sintomas incluem febre, tosse e falta de ar. A doença provocou uma pandemia global, resultando em medidas de distanciamento social, uso de máscaras e desenvolvimento de vacinas para conter sua propagação.



estudo concentra-se na análise do processo de inclusão de crianças e adolescentes transgêneros na esfera educacional. Utilizamos uma abordagem descritiva, qualitativa e exploratória, apoiada na análise de obras relacionadas ao tema.

As pesquisas descritivas buscam caracterizar populações ou fenômenos e identificar relações entre variáveis. Optamos por entrevistas individuais e em profundidade com mães, pais ou responsáveis, como método qualitativo para obter interpretações mais abrangentes dos fenômenos sociais (GIL, 2012; MINAYO, 2017). Destacamos a compatibilidade da técnica da História Oral (PORTELLI, 1997 & LOZANO, 2020) com nossa proposta de pesquisa em campo, valorizando os significados presentes nos discursos e ressaltando a importância da memória, oralidade e narrativa.

Elaboramos um questionário que permitiu a livre expressão dos participantes, abordando experiências desde o início da vida escolar até interações com colegas e educadores. Percebemos que discriminação, estereótipos e violência são situações frequentes no ambiente escolar. Exploramos também o momento da consciência da identidade de gênero, as reações do círculo social e a busca por orientação profissional relacionada à transgeneridade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da análise dos relatórios sobre violência transfóbica publicados pelo Grupo Gay da Bahia (2023), a comunidade trans emerge como vítima de exclusão e marginalização, frequentemente resultando em situações de prostituição e risco de vida. Este trabalho parte da hipótese de que essa conjuntura começa a se delinear nos espaços escolares durante a adolescência.

Os autores OLIVEIRA & DUARTE (2022) indicam que pessoas LGBTI+ enfrentam sofrimento mental e adoecimento devido a violências simbólicas ou verbais, podendo levar ao suicídio. Além disso, são vítimas de assassinatos, resultantes do não cumprimento efetivo da PNSI-LGBT em âmbito nacional, incluindo municípios e estados (OLIVEIRA & DUARTE, 2022).

O projeto de pesquisa do Centro Internacional de Estudo e Pesquisa sobre a Infância (CIESPI)<sup>8</sup>, “Primeira Infância Participativa e Inclusiva: ampliando oportunidades de educação para crianças em situação de vulnerabilidade”, visa contribuir para debates, políticas e ações relacionados ao tema (RIZZINI, 2011), buscando ampliar as oportunidades de educação.

---

8 Mais informações sobre o projeto podem ser acessadas em: [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)

Coordenado no Brasil pela Professora Irene Rizzini, através do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, em parceria com o CIESPI/PUC-Rio, o projeto aborda a inclusão, participação, educação e reconhecimento de direitos e o papel do/a Assistente Social nesse contexto.

A educação é um direito humano fundamental, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948). O estudo destaca a importância da equidade, igualdade de oportunidades e valores na construção social. O Sistema de Proteção Universal dos Direitos Humanos, incluindo a ONU, esforça-se para garantir a dignidade de todos, independentemente de diferenças. A participação de crianças, adolescentes e jovens trans nos espaços públicos é respaldada por documentos internacionais e leis brasileiras, como a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA<sup>9</sup>) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA<sup>10</sup>) do Rio de Janeiro desempenham papel significativo na formulação de políticas públicas para a população transgênero jovem, promovendo uma sociedade democrática com participação social efetiva.

A Convenção dos Direitos da Criança (CDC), aprovada em 1989 pela ONU, destaca a participação de crianças e adolescentes em espaços públicos. O ECA, baseado na CDC, reconhece o direito à educação e destaca a importância de tornar o ensino acessível a todos os níveis.

Os estudos e pesquisas acerca da transgeneridade podem fomentar luta pelos direitos e inclusão social de pessoas transgêneros e demanda uma amplificação das redes de apoio para acolher, valorizar e respeitar suas identidades, considerando as diversas dimensões de suas vivências frequentemente alvos de preconceito e discriminação. A luta pela dignidade e não violência implica reconhecer falhas profundamente estigmatizadas e buscar práticas inclusivas e respeitadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atualidade, a concepção de currículo escolar deve contemplar a diversidade de corpos e identidades de gênero, incluindo a atenção às demandas específicas de crianças e adolescentes trans. Nesse contexto, a escola enfrenta

9 Conselho Nacional dos Direitos Da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/conanda.php>. Acesso em 08/02/2023.

10 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/> Acesso em 08/02/2023.

o desafio de conciliar tais demandas com discursos conservadores que por vezes desconsideram as diferenças que necessitam de equilíbrio nesse ambiente.

É fundamental compreender que a transformação do mundo não é uma tarefa exclusiva da educação, mas, conforme afirmado por Paulo Freire, a educação tem o poder de transformar pessoas, e são as pessoas que podem transformar o mundo (FREIRE, 1979). Portanto, a educação é um processo que se estende para além dos muros da escola, embora esta seja um espaço privilegiado para sua concretização. A promoção da cidadania e dos direitos humanos não pode ser abordada de forma parcial ou precária. A escola desempenha um papel central nesse processo, sendo um ambiente propício para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao considerar os corpos masculinos, femininos e as diversas identidades de gênero, é imprescindível desenvolver um currículo que atenda a todas essas demandas, incluindo aquelas relacionadas aos adolescentes e jovens transgêneros. Dessa forma, a escola se torna um agente fundamental na formação de cidadãos conscientes da diversidade e capazes de contribuir positivamente para o mundo. Portanto, a prática da cidadania e dos direitos humanos deve ser plena, buscando um tratamento igualitário e respeitoso para todos.

Nesse sentido, a escola não pode se eximir desse debate, devendo desempenhar um papel fundamental na promoção de uma educação que respeite a diversidade de corpos, gêneros e identidades, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e capazes de impactar positivamente o mundo. Essa abordagem inovadora e ética está alinhada com as diretrizes de pesquisa científica do país, as quais enfatizam a importância de uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade de gênero e corpos, conforme evidenciado por diversos estudos e documentos curriculares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das complexidades discutidas sobre a inclusão de adolescentes e jovens trans no ambiente escolar, as considerações finais desta pesquisa destacam a necessidade urgente de repensar o currículo educacional. A escola, ao confrontar um discurso conservador que muitas vezes ignora as diferenças, deve se tornar um espaço inclusivo e equitativo para todos (ESH, 2009).

Segundo Guilherme Almeida, professor, pesquisador das diversidades de gênero e sexual, primeiro doutor trans do país, iniciativas no âmbito da universidade são muito importantes para transformar esses espaços em ambientes cada vez mais democráticos nos quais pessoas cis e trans convivam em pé de igualdade.

Muitas vezes, as pessoas trans são levadas a deixar a família muito cedo. Quando um jovem, um adolescente ou uma criança deixa a família muito cedo, às vezes para morar nas ruas, essa pessoa vai ter um comprometimento da sua escolaridade, da sua inserção no mercado de trabalho. Quanto maior o suporte familiar que uma pessoa tem, mais facilmente ela vai conseguir chegar a uma carreira, a uma possibilidade de inserção (ALMEIDA, 2016).

As universidades têm que se abrir para facilitar ao máximo esse ingresso. No entanto, o que está se discutindo aqui é a possibilidade de reconhecer que essas pessoas vivem desvantagens que não estão colocadas para a maioria. De alguma forma, precisam existir políticas que reparem essa desvantagem, que permitam que essa pessoa tenha algum suporte para compensar essas desvantagens e poder de fato competir em pé de igualdade com as outras pessoas que estão ali. Não é um privilégio nesse sentido, é uma reparação<sup>11</sup>.

Considerando o papel-chave desempenhado pelo Assistente Social e pela Psicologia, é importante ressaltar que ambos são peças fundamentais na busca pela inclusão efetiva de adolescentes e jovens trans no ambiente escolar. O/a assistente social, com sua expertise em lidar com questões sociais e de direitos, desempenha um papel central na promoção de políticas e práticas inclusivas. Sua atuação pode ser direcionada para a criação de estratégias que garantam o acolhimento e a equidade, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais justo.

Por sua vez, a Psicologia desempenha um papel essencial na compreensão e apoio às necessidades emocionais e psicológicas das crianças, adolescentes e jovens transgêneros. A promoção de um ambiente emocionalmente seguro e saudável é fundamental para o desenvolvimento integral desses indivíduos, contribuindo para sua participação efetiva na comunidade escolar.

A colaboração entre Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores pode resultar em estratégias mais eficazes para enfrentar os desafios enfrentados pelos adolescentes e jovens transgêneros, promovendo um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e respeitoso com a diversidade. Essa abordagem integrada reflete o compromisso de criar um ambiente escolar que não apenas reconhece, mas celebra a diversidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

---

<sup>11</sup> A entrevista está disponível na íntegra em: <https://www2.ufff.br/noticias/2019/06/12/experienciasw-trans-promovem-reflexao-sobre-nossa-propria-liberdade/> Acesso em: nov./2023.

## AGRADECIMENTOS

Expresso meu profundo agradecimento ao XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - ABETH, cujo período de 22 anos foi marcado pela consolidação exemplar desta distinta associação, notabilizando-se através de seus Congressos Internacionais e da conceituada revista científica REBEH. Tais eventos desempenharam um papel crucial na promoção de campos robustos de pesquisa e educação voltados à comunidade LGBTI+, desempenhando um papel significativo na formação de uma geração de pesquisadores comprometidos com a diversidade sexual, étnico-racial e de gênero.

A participação presencial neste congresso na cidade do Rio de Janeiro representou uma notável conquista, obtida mediante esforços incansáveis e enfrentamento de desafios consideráveis. Conforme destacado pela Presidenta, Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, em meio a um contexto político-religioso fundamentalista e ataques anti-gênero e anti-LGBTI+, somados aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, enfrentamos adversidades ao longo dos anos, as quais impactaram negativamente o desempenho ideal de nossas atividades.

Manifesto minha sincera gratidão a todos que contribuíram para o êxito deste evento. Expresso também meu reconhecimento a figuras notáveis que têm desempenhado um papel crucial na continuidade de iniciativas como esta, como o Prof. Dr. Alexandre Bortolini, Prof. Bruno Ganem, Prof. Dr. Ivan Amaro, Prof.ª Dra. Meg Rayara Gomes e, especialmente, aos meus orientadores Prof.ª Dra. Irene Rizzini (PUC-Rio), Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte (UFJF) e Prof.ª Dra. Tânia Horsth Noronha Jardim (PUC-Rio); são verdadeiramente meus maiores incentivadores. Agradeço à ABTH pela oportunidade de contribuir para o sucesso deste evento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. **Assistente Social no combate ao preconceito**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Transfobia, Brasília (DF), caderno n. 4, p. 7-15, 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. **Revista Eletrônica de Comunicação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 13,

n. 2, p. 330-339, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/133987> Acesso em: apr./2023.

DUARTE, Marco José de Oliveira; OLIVEIRA, Esther Guedes da Silva. **A Política Nacional de Saúde Integral LGBT e seus desafios atuais**. In: Dez da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde. Devires, Salvador, BA, 2022.

CADERNO: **Escola Sem Homofobia**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjSzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> Acesso em: mai./2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 28.ed. São Paulo: Paz e Terra. 1979. 96p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 1.ed. São Paulo: Atlas. 2010. 248p.

GUIMARÃES, Camila de Carvalho Ouro. **Inclusão e Integração Social da Criança e do Adolescente Transgênero no Ambiente Escolar: um exercício de direito, saúde pública e cidadania**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação, em regime de associação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

LEITE, Vanessa Jorge. **Impróprio para menores? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. Rio de Janeiro, 2014. 364f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). Usos & abusos da história oral. 10ª reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 15-26, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: mar./2023.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. São Paulo: Projeto História, v. [S. l.], n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233> Acesso em: jun./2023.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 200p.

TOLEDO, Everaldo. **Crianças e Adolescentes Trans: participação, inclusão e educação para a diversidade**. Rio de Janeiro, 2021. 70 f. Monografia (Curso de Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2021.

## GÊNERO (S), SEXUALIDADE(S) E EDUCAÇÃO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS

*Ana Paula da Silva Santos<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente estudo buscou analisar a influência de uma disciplina curricular denominada *Educação, sexualidade e gênero* no âmbito do curso de Pedagogia de uma universidade privada situada na região da baixada fluminense, periferia do estado do Rio de Janeiro. Mesmo que o debate em torno das questões relacionadas à gênero e sexualidade vem, cada vez mais, sendo impactado por um cenário educacional, político, social e cultural não apresente uma atmosfera propícia para tais discussões. Como fundamentação teórica, a pesquisa está baseada nos estudos de Guacira Lopes Louro, Joan Scott, Roney Polato de Castro, entre outros/as. Dentro de uma abordagem qualitativa, onde através da aplicação de questionários e anotações no diário de campo, constatou-se que a disciplina contribuiu para ampliar a visão dos/as alunos/as acerca do debate sobre sexualidade e gênero na escola. Os dados produzidos mostraram a necessidade da problematização de tais questões na formação inicial de professores/as e a construção de práticas pedagógicas imbuídas pelo olhar sensível às diferenças. Defendemos que questionar, desnaturalizar e desestabilizar as construções de sexualidade e gênero na sociedade constituem um passo fundamental para relações mais democráticas, justas e igualitárias.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidades; Formação docente; Práticas pedagógicas.

---

1 Professora da UNESA, UFRJ e SME Duque de Caxias. Doutora em Educação pela PUC-Rio – [apss.sol@gmail.com](mailto:apss.sol@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

A discussão sobre as questões de gênero e sexualidade na escola e na formação de professores/as tem se tornado cada vez mais urgente e necessária, uma vez que percebemos o aumento de discursos de ódio que, segundo Miskolci (2018), se justificam por uma certa “proteção à família brasileira” desencadeando a produção de preconceitos e discriminações ligados às questões de gênero, sexualidade, raça, religião entre outras.

Neste estudo, partimos da conceituação de gênero que segundo Scott (1995, p.72) é definido como “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Deste modo, comportamentos, atitudes ou traços da personalidade são construídos em uma dada cultura e em um determinado momento histórico.

Nessa perspectiva, reconhecemos que apesar dos avanços em relação às políticas educacionais preocupadas com a diversidade de gênero e sexualidade no âmbito educacional (BORTOLINI, 2015), atualmente, contamos com um crescimento de grupos políticos religiosos que se utilizam da dimensão do currículo escolar como uma alternativa para multiplicar suas ideologias ultraconservadoras criminalizando o debate em relação às questões de gênero e sexualidade. Como exemplo, podemos destacar a retirada de qualquer menção à palavra gênero tanto do Plano Nacional de Educação (PNE) quanto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

É importante ressaltar que a eliminação dos termos gênero e orientação sexual do PNE e da BNCC não impedem as possibilidades de abordagem destas temáticas por professores/as pois, dentre outras questões, tais termos ainda constam nos parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que, apesar de não serem documentos recentes, ainda continuam em vigor (SOARES E MONTEIRO, 2019).

Com relação à formação docente, Castro (2015) afirma que o debate sobre as questões de gênero e sexualidades são instigantes e necessárias no âmbito da universidade, na medida em que leva em consideração a multiplicidade e ampliação de formas de viver os gêneros e as sexualidades, mesmo levando em conta todas as incertezas, instabilidades e tensões provocadas pela problematização do tema.

Assim, este estudo buscou problematizar as práticas desenvolvidas em uma disciplina curricular denominada *Educação, sexualidade e gênero* no âmbito do curso de Pedagogia de uma universidade privada situada na região da baixada fluminense, periferia do estado do Rio de Janeiro, destacando as percepções de

professoras em formação acerca das questões de gênero e sexualidade a partir de experiências pedagógicas vivenciadas ao longo de um semestre letivo.

Em relação à metodologia adotada, partimos de uma abordagem qualitativa, onde através da aplicação de questionários e anotações no diário de campo buscamos perceber as diferentes visões iniciais das estudantes acerca das questões de gênero e sexualidades e em que medida, ao longo do semestre, tais visões foram interrogadas, ampliadas, ressignificadas, escrutinadas ou até mesmo ratificadas.

Diante do exposto, este estudo se organiza da seguinte forma: inicialmente problematiza o conceito de gênero e as relações com a escola, em seguida discute a importância da formação inicial de professores/as em uma perspectiva que se alinhe com as questões de gênero e sexualidade, analisando alguns dados produzidos a partir da experiência de uma disciplina intitulada *Gênero, sexualidade e Educação* em uma Universidade privada, situada na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Por fim, tece as considerações finais.

## **GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR**

Diversos estudos vem indicando como as questões de gênero e sexualidade ainda não são discutidas e incorporadas por muitas escolas como campo de conhecimento e, além disso, como parte da construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

É importante destacar que depois de um período de muita valorização da temática de gênero e sexualidade nas escolas e na formação de professores/as vivemos, nos últimos anos, um certo “pânico moral” envolvendo tal debate, impulsionado pela ação de grupos políticos e religiosos conservadores que ao divulgarem uma oposição ao ensino de uma suposta ideologia de gênero, propagaram ideias equivocadas que criminalizaram o debate no âmbito educacional (BORTOLINE, 2015).

Neste contexto, a urgência e necessidade do debate se torna cada vez maior, uma vez que, ao impedir intervenções pedagógicas na perspectiva de gênero e sexualidade, reforça-se preconceitos, discriminações e diferenciações que tem como consequência as desigualdades entre as pessoas.

Para seguirmos em direção a uma retomada e reforço destas questões é imprescindível adotarmos uma postura política, mas também epistemológica tanto nas escolas, quanto na formação inicial e continuada de professores/as.

Assim, consideramos que em um primeiro momento é importante entender o conceito de gênero e porque se faz tão necessária a sua problematização na

escola, lugar este que precisa reconhecer a pluralidade e diversidade de sujeitos e culturas que o adentram e, além disso, possibilitar um diálogo intercultural que seja orientado na afirmação e valorização das diferenças.

O termo “gênero” é utilizado para indicar as construções culturais que envolvem as relações entre homens e mulheres, ou seja, a criação eminentemente social das ideias que estabelecem papéis sociais para homens e mulheres em uma determinada cultura e tempo histórico (SCOTT, 1995).

Para Louro (1997) o conceito de gênero é fundamental para a compreensão do lugar e das relações entre homens e mulheres numa determinada sociedade e, para além disso, que importa observar tudo o que socialmente se construiu com base no sexo. Para a autora, é necessário entender que não são especificamente as características sexuais que vão constituir o masculino ou o feminino, mas a forma como essas características são valorizadas ou representadas, pensadas ou ditas em uma determinada sociedade e em um certo momento histórico.

Neste sentido, reconhecemos gênero como uma ferramenta política e analítica fundamental para compreender as desigualdades e distinções na medida em que é no “âmbito das relações que se constroem os gêneros” (LOURO, 1997, p.22). Deste modo as justificativas para as desigualdades precisam estar pautadas nos arranjos sociais, nas representações nos diversos espaços, ao longo da história e não nas características biológicas de homens e mulheres.

Louro (1997) ainda afirma que ao entender gênero como caráter social do masculino e feminino, implica em considerar que essas construções são plurais e pertinentes às distintas sociedades e momentos históricos, afastando, por exemplo, noções essencialistas sobre os gêneros, ou seja, os gêneros se constroem em meio às relações sociais. É um processo e não algo pré-existente. A autora pontua que “as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou nos momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23).

Para Meyer (2003) o conceito de gênero enfatiza a pluralidade e os conflitos que atravessam os processos pelos quais as culturas constroem e distinguem os corpos e sujeitos femininos e masculinos, ou seja, diversas formas de viver as feminilidades e masculinidades que, muitas vezes, quando confrontadas com formas padronizadas e engessadas de ser mulher e ser homem em nossa sociedade, podem gerar desconforto e desconfiança em relação a esses sujeitos “desviantes”.

Dentre as instituições sociais, a escola tem uma função importante em relação à construção das identidades de gêneros de seus/suas estudantes: conformar as masculinidades e feminilidades segundo um padrão que distingue de forma

explícita papéis socialmente e culturalmente determinado para homens e mulheres e, além disso, reproduzir e produzir cotidianamente preconceitos relacionados ao gênero e sexualidade: sexismo, machismo, misoginia, LGBTQIA+fobia entre outros.

Para Louro (1997) a escola produz as diferenças entre os sujeitos na dimensão do gênero e sexualidade através das mais diversas estratégias: “Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero. Sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores” (LOURO, 1997, p. 64).

Segundo a autora citada, todas essas dimensões precisam ser colocadas em xeque, não só focalizando o que ensinamos, mas como ensinamos e que sentidos os/as estudantes atribuem ao que aprendem. Caso contrário, perpetuamos cada vez mais estereótipos relacionados a gênero e sexualidade delimitando espaços, comportamentos, atitudes, práticas e discursos próprios conforme a normatização de uma sociedade marcada pelo machismo, misoginia e LGBTQIA+fobia.

Mesmo compreendendo a existência de variadas formas de se viver os gêneros e a sexualidade, a escola vem, muitas vezes de forma sutil e silenciada, orientando suas práticas a partir de um único modelo “adequado” de masculinidade e feminilidade e uma única forma “saudável” de viver a sexualidade (heterossexualidade), como se essas questões garantissem e legitimassem a educação dos corpos ali presentes.

Nesse sentido, a escola precisa ser um espaço de problematização e questionamento das normatizações de gênero de modo a construir formas “outras” de pensar os gêneros e as sexualidades, garantindo que todas as identidades sejam reconhecidas, respeitadas e valorizadas independente da forma como são constituídas em relação à gênero, sexualidade, raça, classe etc.

Concordamos com Louro (2003, p. 51) quando afirma que “precisamos, enfim, nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições”

## **A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS: AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM FOCO**

Em um estudo sobre formação docente, gênero e sexualidade, Castro (2015) reconhece que os currículos de formação inicial docente são marcados por uma tensão. Desde discussões potentes até silenciamentos e invisibilidades, vem

produzindo e veiculando discursos que, de alguma maneira, formam docentes que atuarão nas escolas brasileiras.

Estes sujeitos produzem e compartilham os significados construídos em torno das experiências de gênero e sexualidade. Assim, há a necessidade da formação docente se ocupa destas discussões, no sentido de pensarmos em práticas pedagógicas que problematizem as questões de gênero e sexualidade, tanto na universidade, quanto no âmbito escolar.

Ao longo do primeiro semestre de 2019 vivenciamos 15 aulas. Destas, 10 aulas ocorreram em formato de oficinas, rodas de conversas e debates, 2 aulas para aplicação de questionários e 3 aulas foram dedicadas às provas com datas pré-definidas pela instituição. Além da aplicação de dois questionários, um realizado no primeiro encontro e outro realizado no último encontro, recorreremos também às anotações no diário de campo.

A turma, constituída por 27 estudantes, sendo 26 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 50 anos, tinha como característica marcadores identitários de gênero, orientação sexual, raça, classe, geração e religião que, de alguma forma, impactavam as experiências vivenciadas ao longo do período.

Inicialmente, ao perguntarmos sobre os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, percebemos algumas dificuldades no entendimento e distinção de cada termo: Para a aluna A o conceito de sexo tinha a ver com a questão da “gramática do masculino e feminino”, gênero se relacionava com “Homem e mulher” e orientação sexual “compete a família esta função de orientar ou ensinar”. Já a aluna B destacou a sua dificuldade com os termos: “acho bem parecido com gênero. Confesso que não consigo distinguir”. A mesma aluna entendia gênero como “uma classificação pré-definida pela sociedade” e orientação sexual “vem do que a pessoa deseja com a relação sexual (héteros e LGBT)”.

Analisando estas respostas, podemos identificar a proximidade como são tratados os conceitos “sexo” e “gênero”, a essencialização das categorias com predomínio de uma visão biologicista e valores morais subjacentes a percepção do conceito de orientação sexual. Para Jesus (2012, p. 7) “crescemos sendo ensinados que ‘homens são assim e mulheres são assados’, porque é da ‘natureza’, e costumamos realmente observar isso na natureza”. A autora destaca que as diferenças percebidas entre homens e mulheres são construídas socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a adotarem comportamentos e atitudes “adequados” para cada gênero.

Ao longo da disciplina pudemos problematizar e refletir sobre essas e outras questões a partir de rodas de conversas, oficinas e debates resignificando

alguns conceitos e ampliando nossas visões acerca das questões de gênero e sexualidades.

Ao final do período o segundo questionário foi respondido, onde percebemos deslocamentos em relação aos conceitos de sexo, gênero e orientação sexual que, em certa medida, subverteram visões biologizantes e pautadas em um discurso religioso e moral.

Em relação às contribuições da disciplina para a formação inicial, as alunas A e B puderam destacar suas percepções:

“Contribuiu para eu estudar o assunto e pesquisar com afinco. O tema vem de encontro com os problemas de discriminações e violência que muitas pessoas sofrem, como exemplo a homofobia” (aluna A).

“Refletiu em minha prática. Me tornei uma docente mais comprometida nas questões de gênero e compreendi a importância do olhar sensível para que os alunos possam ser agentes críticos e reflexivos e não reprodutores das desigualdades de gênero” (aluna B).

Neste sentido, verificamos a importância e o impacto da disciplina na formação docente, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidades.

Os dados produzidos mostraram a necessidade da problematização de tais questões na formação inicial de professores/as e a construção de práticas pedagógicas imbuídas pelo olhar sensível às diferenças.

Mesmo diante de um cenário difícil e desafiador, reconhecemos a urgência da valorização do debate e reflexão sobre a construção dos gêneros e sexualidades e o modo como operam em uma sociedade marcada pelo preconceito e discriminação destas e de outras tantas diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou perceber as diferentes visões iniciais das estudantes acerca das questões de gênero e sexualidades e em que medida, ao longo do semestre, tais visões foram transformadas. Deste modo, reconhecemos alguns deslocamentos em relação ao conceito de gênero e sexualidade, bem como outras questões que atravessam o debate.

Sem ter a pretensão que os/as professores/as em formação em sua totalidade iriam transformar suas concepções em relação à compreensão sobre a pluralidade de gêneros e sexualidades, entendemos que a discussão deve permeiar toda a formação inicial impregnando currículos, conhecimentos, saberes e práticas no sentido de sensibilizar os/as futuros/as professores/as a lidarem

positivamente com as diferentes possibilidades de masculinidades e feminilidades, desconstruindo e desnaturalizando preconceitos e discriminações.

Ao longo do semestre e a partir da aplicação de questionários e anotações no diário de campo, constatou-se que a disciplina contribuiu para ampliar a visão dos/as alunos/as acerca do debate sobre sexualidade e gênero na escola.

Por fim, defendemos que questionar, desnaturalizar e desestabilizar as construções de sexualidade e gênero na sociedade constituem um passo fundamental para relações mais democráticas, justas e igualitárias.

## REFERÊNCIAS

BORTOLINI, Alexandre. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas. **Cadernos Pagu**, n. 45, julho-dezembro de 2015, p.479-501.

CASTRO, Roney Polato de. **Formação docente para as relações de gênero e sexualidades: problematizando a heteronormatividade no Ensino Superior. Revista Periódicus**, 2ª edição, novembro 2014 - abril 2015, p.1-14.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L; NECKEL, J. F; GOELLNER, S.V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade – Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b, cap. 3, p. 41-52.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L; NECKEL, J. F; GOELLNER, S.V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade – Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, cap. 1, p. 9-27.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018, p. 01-14.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, janeiro – fevereiro de 2019, p. 287-305.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, julho-dezembro de 1995, p. 71-99.

# DA GENERIFICAÇÃO À CONTRASSEXUALIDADE: PERCEPÇÕES SOBRE A POTÊNCIA DO LUGAR~CORPO INFANTIL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

*Thais Adriane Vieira de Matos<sup>1</sup>*  
*Cláudia Madruga Cunha<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este ensaio recorta parte de uma pesquisa de doutorado que investiga as potências do lugar~corpo infantil, corpo dobrado aos planos sociopolíticos da escolarização e pelos arranjos biopolíticos de controle das corporeidades LGBTI+, mas que se apresenta como objeto de estudo e plataforma de resistência nas aulas de Educação Física. As potências do lugar~corpo infantil dizem de um corpo múltiplo, multifacetado, problematizado diante de algumas questões expostas nas obras de um conjunto de autoras/es: de Michel Foucault trazemos as noções de biopoder e estética da existência, de Gilles Deleuze e Félix Guattari desdobramos o conceito de Corpo sem Órgãos e dos Estudos de Gênero pós-críticos e pós-identitários de Judith Butler abordamos a performatividade de gênero, assim como de Paul B. Preciado tomamos a teoria do corpo pautada na contrassexualidade. Esta seleção de percepções múltiplas, debates e conceitos, tem por objetivo pensar outras possibilidades de subjetivação de si, nas quais o gênero e a sexualidade ganham matéria e se apresentam como tecnologias para além da discursividade/performatividade. Objetiva anunciar o corpo em sua potência subversiva, capaz de produzir saberes próprios, por meio de linhas de fuga e experimentações de si, cria outros modos de sentir e de existir. O que nos exige pensar outros espaços e tempos de aprendizagem, com a intenção de adotar uma ética do que faz sentido, mais assentada numa ideia de gênero como epistemologia, do que em um processo de generificação binário. Nossa intenção é deslocar concepções e ações na estrutura escolar que constituam corporeidades idealmente escolarizadas.

**Palavras-chave:** Corpo. Corpo sem Órgãos. Contrassexualidade. Epistemologia de gênero. Educação Física escolar.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, na linha de Linguagem, Corpo e Estética na Educação, [thaisadrianematos@gmail.com](mailto:thaisadrianematos@gmail.com).

2 Professora orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, na linha de Linguagem, Corpo e Estética na Educação, [cmadrugacunha@gmail.com](mailto:cmadrugacunha@gmail.com).



## INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse ensaio encontra-se uma tese em andamento<sup>3</sup>, que se coloca noutra direção em relação às pesquisas sobre Educação Física escolar e os Estudos de Gênero pós-críticos, pois ainda que se utilize da perspectiva foucaultiana, fala de um terceiro momento da obra desse filósofo e quer dar a saber mais dos processos que subvertem os arranjos biopolíticos e binários de subjetivação e de generificação, do que explorar os processos compulsórios e de controle individual que a corporificação das normas de conduta heterocentradas provocam nos corpos infantis escolarizados, especificamente quando tratamos do ensino da Educação Física nesse território<sup>4</sup>. Para isso, recupera a teoria do corpo expressada por Paul B. Preciado em seu *Manifesto contrassexual*, pois:

Compreender o sexo e o gênero como tecnologias permite remover a falsa contradição entre essencialismo e construtivismo. Não é possível isolar corpos (como materiais passivos ou resistentes) das forças sociais de construção da diferença sexual. Se prestarmos atenção às práticas contemporâneas da tecnociência, veremos que seu trabalho ignora as diferenças entre o orgânico e o mecânico, intervindo diretamente sobre a modificação e a fixação de determinadas estruturas do ser vivo. (PRECIADO, 2017, p. 157).

O que o autor chama de sexo e gênero como tecnologia, chamo de *gênero como epistemologia* remontando a argumentação de trabalhos anteriores (MATOS, 2021), além de buscar inspiração nas diversas professoras~autoras~feministas que contribuíram para consolidar as epistemologias de gênero, feministas e *queer* na pesquisa em Educação no Brasil<sup>5</sup>, entendendo que toda teoria é também uma prática e que nesse caso não se trata de *epistemes* colonizadoras e universais, mas de *epistemes desviantes*.

Se a racionalidade cartesiana esteve a serviço da manutenção de conceitos e privilégios que dizem respeito aos universais, como a figura masculina e branca, tais *epistemologias desviantes* fogem da tradição na centralização do poder, buscando alcançar as multiplicidades de existência num viés resistente e em devir, que se coloca, por vezes, até mesmo contra a exclusão produzida pela própria

3 Tal pesquisa é financiada pelo PROEX – Programa de Excelência Acadêmica da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

4 Para mais informações ver o artigo *Los cuerpos de Foucault: una genealogía de los estudios foucaultianos en el campo académico de la Educación Física en Brasil y en la Argentina*, escrito por Santiago Pich e Norma Beatriz Rodrigues.

5 Desde a precursora Guacira Lopes Louro, até Margareth Rago e Maria Rita de Assis César, entre tantas outras.

identidade, numa perspectiva moralizante e salvacionista expressada nos discursos progressistas e inclusivos. Judith Butler anuncia tal tarefa de desconfiança dos pressupostos modernos de inclusão:

A tarefa, ao que parece, consiste em compelir os termos da modernidade de modo que abracem aqueles tradicionalmente excluídos, de modo que tal acolhimento não funcione para domesticar ou neutralizar o termo recentemente proferido; tais termos devem permanecer problemáticos para a noção vigente de política, devem expor os limites de sua reivindicação à universalidade e exigir uma reconsideração radical de seus parâmetros. Para que um termo faça parte de uma política convencionalmente excluída, ele deve emergir como ameaça à coerência da política; a política, por sua vez, deve sobreviver a essa ameaça sem aniquilar o termo. (BUTLER, 2022, p. 302).

Assim, especialmente neste trabalho, voltamos nossa atenção não só para as técnicas de exercício do poder, mas principalmente para as possibilidades de resistência que se abrem quando o gênero não é mais tomado como “tema transversal” nos limites binários do debate que opõe natureza e cultura ou essencialismo e construtivismo, sendo considerado como um campo teórico vasto e em disputa, e tomando partido não dos dualismos, mas das técnicas híbridas e subversivas de *produção de si* (FOUCAULT, 2018) contra o *biopoder* (FOUCAULT, 2015). De que modo? Numa cartografia que empresta o gesto genealógico foucaultiano e que pensa a potência do *lugar~corpo infantil* nas aulas de Educação Física escolar pela perspectiva da Filosofia da Diferença, frente aos discursos normativos sobre a chamada diversidade de gênero e sexual e as diretrizes oficiais desse componente curricular.

## METODOLOGIA

De forma breve, existem três linhas de análise para serem cartografadas, que se entrecruzam e se sobrepõe, mas a fim de organizar a apresentação textual e colocar as referências específicas para conversação optou-se por dividi-las da seguinte maneira: *corpus teórico* sobre a noção conceitual de corpo em Deleuze e Guattari; *corpus documental* acerca das biopolíticas de inclusão da diversidade de gênero e sexual e, por fim, *corpus narrativo* no que tange as metodologias de ensino da Educação Física escolar nas memórias de discentes em formação inicial. Suely Rolnik, em *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, afirma que quanto ao ato de cartografar:

É claro que esse tipo de avaliação nada tem a ver com cálculos matemáticos, padrões ou medidas, mas com aquilo que o corpo vibrátil capta no ar: uma espécie de *feeling* que varia inteiramente em função da singularidade de cada situação, inclusive do limite de tolerância do corpo vibrátil que está avaliando, em relação à situação que está sendo avaliada. (ROLNIK, 1989, p. 71).

Pesquisadora e território pesquisado vão ganhando corpo, se corporificando nessa relação que varia de intensidade conforme a realidade se diferencia a todo instante, sendo o objeto de análise: *a potência do corpo infantil escolarizado*. Tal investigação se desenvolve com base na revisão do *corpus* teórico da Filosofia da Diferença de Foucault~Deleuze~Guattari junto com os Estudos de Gênero pós-estruturalistas e a teoria *queer* em Judith Butler e Paul B. Preciado. Mas também articula nesse campo de conceituação – num plano intensivo, ao que advém dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, para o ensino da Educação Física e da recente Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

No recorte de um componente específico buscaremos, por fim, contar com o apoio empírico das narrativas de memórias de estudantes em formação nessa área que já estão atuando em espaços de residência pedagógica e/ou estágio obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Não buscamos observar e/ou produzir dados sobre o corpo infantil de maneira direta, mas antes disso pretende-se questionar os saberes e poderes que atravessam a construção subjetiva das corporeidades infantis que acessam a escola.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados preliminares podemos mencionar que, conforme posto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC que entrou em vigor em 2019 a Educação Física escolar como componente curricular se ocupa da linguagem, assim não é possível dissociar as narrativas das performatividades, que só podem se dar corporalmente. Interessa-nos a composição do *lugar~corpo infantil* (MATOS; CUNHA, 2023), justamente nesse sentido, investigando até que ponto as narrativas são arbitrárias nas subjetivações do gênero e da sexualidade, mas também questionando em que medida tais corpos em fase de recepção dessas narrativas poderiam escapar delas, em outras palavras investigando a sua potência, pois:

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por um lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas

e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2016, p. 235).

A fim de analisar conceitualmente a construção de subjetividade dos corpos, sendo esses processos mais rígidos e normativos ou não, ao indicar que essa subjetivação é coletiva e que passa pela linguagem, inclusive, a corporal. É também nesse meio que as proposições filosóficas~metodológicas abordadas por Foucault são significativas para a elaboração dessa proposta de pesquisa rizoma, pois o gesto genealógico é anterior e fundante da própria operação cartográfica, pois demanda ligar pontos históricos relevantes ao objeto de estudo.

Deleuze (2005) se refere ao Foucault como o primeiro cartógrafo, já que ao localizar determinados discursos e tecer suas relações com as culturas em seus modos diferentes de existência, o filósofo nos faz desconfiar de premissas colonizadoras e essencialistas ao nos ocupar em questionar o tempo presente, ainda que retomemos certos vestígios do passado que forjaram as condições de possibilidade para o que nos constitui contemporaneamente. O delineamento em uma cartografia das relações entre narrativas de políticas educacionais sobre a “inclusão” da diversidade de gênero e sexual, junto às narrativas metodológicas, formativas e pessoais na Educação Física escolar frente ao corpo escolarizado, não seria possível sem tal operação investigativa de viés genealógico.

Ao tomar a Educação Física como *área produtora do conhecimento escolar* e questionando as noções de corpo escolarizado, além do lugar de agir e/ou intervir na formação inicial em Licenciatura nessa área, na tentativa de ampliar seus horizontes criando pontes diretas com a educação básica e com os anos iniciais de formação, nos guiamos sobre essa parcela da educação formal, de onde será extraído o *corpus* documental nos registros oficiais que norteiam seu ensino, já o *corpus* narrativo da presente pesquisa advém de memórias de graduandas/os que estão em contato com essa docência em particular que é parte obrigatória dos currículos do ensino fundamental, atingindo assim a escolarização das infâncias.

Em *História da sexualidade 2: uso dos prazeres* Michel Foucault anuncia fortemente a saída ou a linha de fuga aberta pelo *cuidado de si*. “Existem diferenças possíveis nas formas de *elaboração* do *trabalho ético* que se efetua sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a uma regra dada”, (FOUCAULT, 2018, p.34), mas significa também posicionar-se estratégica e sensivelmente segundo regras de autodeterminação imprevisíveis, por vir, mas não de autocontrole, mesmo nos estoicos o corpo já possuía humores, sensações, psique para além do “físicismo” ele é psíquico.

A arte entra nesse jogo do corpo para além do físico, assim até mesmo a recorrente crítica da prática pela prática colocada pela corrente superadora das

metodologias de ensino da Educação Física, com noções postas, sobretudo, na obra conhecida como *Coletivo de autores* publicado em 1992, cujo título é *Metodologia do ensino da Educação Física*. Nesse sentido, uma prática está a produzir saber e conhecimento tanto quanto noutra momento de elaboração, só que passa pelos sentidos, os quais devem ser o foco dos objetivos em encaminhamentos metodológicos diversos de qualquer componente curricular, principalmente nas infâncias, que sentem e expressão com mais intensidade suas *corporeidades vibráteis*, como diria Rolnik (1989). Quando Deleuze 2017 nos fala de uma ética espinosista, ele está nos dizendo de uma teoria corporificada:

O corpo existe e dura na medida em que possui atualmente partes extensivas. Mas ele tem uma essência que é como uma parte intensiva interna (grau de potência). A própria alma tem partes extensivas, enquanto exprime a existência do corpo na duração. Mas ela também tem uma parte intensiva eterna, que é como a ideia da essência do corpo. A ideia que exprime a essência do corpo constitui uma parte intensiva ou a essência da alma, necessariamente eterna. Sob esse aspecto, a alma possui uma faculdade, isto é, uma potência que se explica pela sua própria essência: potência ativa de compreender, e de compreender as coisas pelo terceiro gênero sob a espécie da eternidade. Enquanto exprime a existência atual do corpo, a alma tem potência de conceber os outros corpos na duração; enquanto exprime a essência do corpo, a alma tem a potência de conceber os outros corpos sob a espécie da eternidade. (DELEUZE, 2017, p. 350).

Esse terceiro gênero de conhecer só se faz ao demandar o corpo em devir, em acontecimento, em atravessamento, que se dá na relação, portanto extensiva, mas também intensiva colocando a essência do corpo, o que para Espinosa seria Deus na própria materialidade do estado das coisas, das afecções, das paixões tristes ou alegres que o corpo experimente, seja aumentando ou diminuindo sua potência, quando a essência desse corpo se exprime espontaneamente e não sofre sanções pela normatividade heterocentrada, por exemplo, ele está em movimento intensivo que amplia sua capacidade de ler o mundo percebendo-o pelos sentidos e relações que estabelece com os outros corpos escolarizados. Essa essência não tem que ver com o essencialismo binário que ainda circunscreve tanto a perspectiva biológica quanto a construcionista e crítica sobre o conceito de gênero, que no fim diz respeito à *performatividade* eurocentrada de um gênero binário (BUTLER, 2016). Diferentemente, a autora Oyèrónké Oyěwùmí escreve sua tese de doutorado a partir de uma perspectiva afrocentrada, em que, por exemplo:

A ausência de gênero iorubá não deve ser lida como androginia ou ambiguidade de gênero. Não é uma ausência de gênero em termos de presença de atributos masculinos e femininos. Em vez disso, é isenta de gênero porque os atributos humanos não são em si, generificados. As diferenças bianatômicas não são uma fonte de distinção nem de identidade na lorubalândia. O *orí*, a cabeça metafísica e a fonte do destino e da identidade individuais, não tem sexo. As diferenças anassexuais são *incidentais* e não definem muito. (p. 255).

Ditanciando-a da obrigação ocidental de fazer prevalecer à metafísica, em outras palavras, a identidade em conformidade com a performatividade. Trata-se, ao menos nas infâncias, de modos ainda não tão capturados, engessados, sobre-codificados de se expressar sem estabelecer desvios perceptíveis de expectativas sociais de “gênero” que esse conceito de tão arraigado não se diferencia em nada de “sexo”, por exemplo, já que só conhece o discurso médico dicotômico, que produz incisivamente corpos sexuados conforme critérios muito questionáveis, e ainda incita pânico moral quando crianças e adolescentes anunciam seus processos de transgeneridade que em muitos casos não são incisivos, não demandam quadros cirúrgicos, operam no nível das linguagens, corporais, visuais, pronominais, mas que certamente passam pelo corpo e pela performatividade, ainda que se queira *queerizada*, fluída, não identificável, não escapa a codificação binária que martela sobre a educação do corpo desde o ventre, nas sociedades ocidentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cartografar de um território é filosofar na prática como na obra deleuzeana *Espinosa. Filosofia prática*, pois não se trata de tomar um rumo premeditado, retilíneo ou circular, plano e constante. Encontram-se erosões e declives que se fazem sentir no corpo, no corpo~docente~pesquisadora~mãe~solo, nunca só obviamente, também acompanhada de sua orientadora, que vai redirecionando-se a partir de muitas vozes que decide acessar ou que lhe chegam ao longo do caminho. Por vezes, tais inconsistências de rota lhe obrigam a refazer-se inteiramente, refazendo assim o percurso. – Mas, como isso na prática? – Te digo, em dado momento pretendia investigar um trecho específico feito da relação docência~discência que eu estava, ao mesmo tempo, construindo, me precavi, tomei meu diário de campo – caderneta rosa com estampa de guarda-chuva feita em EVA por uma colega docente que me presenteou no início do ano letivo, onde fui traçando linhas ainda vagas e soltas, visando conquistar permissão para trabalhar com esse material avaliativo, o que não ocorreu.

Força maior, externa, ventos incontroláveis, dizendo – Leve seu interesse de pesquisar para outro canto, assim como já solicitaram levar a aula para outro canto, no sol, mas ficamos ali na sombra, resistindo. Essa realidade ali não se podia transcrever. Respira, resguarda e percebe o horizonte maior de interesse, refaz a rota, assim cartografar extrapola o método e se insere no movimento ético que é viver a escola.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço toda a comunidade local do município de Matinhos em que professei ao longo do doutoramento, que ainda me cumprimenta com – Oi profel! Isso me enche de alegria assim como foram alegres nossas vivências e descobertas, nossas danças, gingas, pés descalços, cantos em coro, palmas encontrando ritmo de três passos em comum: U-bun-tu! Sou porque somos. Movimentos harmônicos e coletivos que ainda reverberam em nós.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10. ed. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Desfazendo gênero**. Trad. de Aléxia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Petra Bastone e Victor Gal-dino. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espinosa e o problema da expressão**. Trad. de GT Deleuze – 12. São Paulo: Editora 34, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MATOS, Thais Adriane Vieira de. **Gênero e sexualidade na escola**: o paradoxo da in/exclusão. Curitiba: Appris, 2021.

MATOS, Thais Adriane Vieira de; CUNHA, Cláudia Madruga. O que pode o corpo infantil no ambiente escolar? Potências e intensidades por vir na formação docente. **Revista Diversidade e Educação**, v. 10, n. 2, p. 160-185, 2023.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. Trad. de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.



# EXPERIÊNCIA DA PESQUISA COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA UNIVERSIDADE: PRIMEIRAS IMPRESSÕES E DESAFIOS

*Nayara Alexandra Rodrigues da Silva<sup>1</sup>*  
*Magna Suzana Alexandre Moreira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este resumo trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, onde o objetivo geral é analisar as relações de desigualdade entre os gêneros nas áreas exatas do conhecimento da Universidade Federal de Alagoas. No entanto, dentre os objetivos específicos e desdobramentos da pesquisa, está a articulação e inserção da pesquisadora no contexto acadêmico para a mobilização social em prol da divulgação e implementação de uma política, que ainda está em tramitação na universidade, que trata de ações para igualdade, equidade e diversidade de gênero na UFAL. A pesquisadora pretende ao longo da condução de sua pesquisa incrementar seu plano de trabalho com ações de mobilização social dentro na universidade, e nesse sentido já tem iniciado algumas dessas tarefas, com parcerias do movimento estudantil, pró-reitorias e projetos que lá atuam. Os desafios consistem na difusão e sensibilização do corpo discente, docente e técnico para a necessidade de discussão e ações em todas as áreas do conhecimento, de modo a enfrentar as situações de apagamentos de mulheres e identidades dissidentes dos espaços de liderança, intelecto e gestão da UFAL, bem como a construção conjunta do enfrentamento a atos de violência e opressão nesse espaço.

**Palavras-chave:** Formulação de Políticas; Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero; Instituições de Ensino Superior; Mobilização Social

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Da Saúde da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. [nayrodrigues12@gmail.com](mailto:nayrodrigues12@gmail.com)

2 Professor/a/e orientador/a/ Dr<sup>a</sup> do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde – ICBS/UFAL. [magna.suzana@propep.ufal.br](mailto:magna.suzana@propep.ufal.br)

## INTRODUÇÃO

**A**gendas de ações em torno da redução das desigualdades entre os gêneros e a análise têm sido recorrentes na sociedade contemporânea, sobretudo nos países ocidentais. De modo que, projetos e iniciativas que tem como objeto central tal temática, têm ganhado espaço, principalmente nos campos de planejamento, criação e gestão de políticas públicas de saúde e educação (Barreto, 2017)

Sendo considerada uma tendência de pesquisa e campo de atuação, pois além de responder a anseios sociais, reflete também compromissos, alianças e metas estabelecidas por organizações internacionais (principais exemplos como ONU e OMS),

Nesse sentido, já algumas décadas, países considerados mais desenvolvidos econômica e socialmente têm desenvolvido projetos de cooperação e compartilhamento de conhecimentos e serviços entre outras nações onde os indicadores são menos positivos em torno da desigualdade entre os gêneros. Posição essa, onde inclusive o Brasil se destaca, mesmo apesar do alto índice de PIB – Produto Interno Bruto - e de uma relação consolidada no mercado internacional, ainda se configura com índices negativos em marcadores sociais, no campo da saúde e educação.

Foi nesse contexto que se insere a pesquisa apresentada nesse texto: seu ponto de partida surge ainda antes do ingresso da discente no curso de Doutorado, a partir do convênio formado entre a Universidade Federal de Alagoas – UFAL com o projeto DESIRE (A co-created transformativE Solutlon to addResS womEn in science: Knowledge Transfer between the UK and Brazil) que foi criado a partir de um edital lançando pela *Fundação British Concil*, que há várias décadas desenvolve ações pelo mundo com o intuito de colaborar cultural e educativamente com os países onde se instala e difundir a língua inglesa. (<https://www.britishcouncil.org.br/sobre/nossa-historia>).

O Projeto DESIRE surge como um eixo de atuação dessa fundação com o foco em ações que promovam a redução das desigualdades e fomento da equidade entre os gêneros nos espaços institucionais de ensino sobretudo no campo das áreas das STEM (do inglês ciências, tecnologias, engenharias e matemática) onde os estudos apontam maior distanciamento de pautas em todos das questões de gênero (Oliveira, Unbehaum e Gava, 2019) No Brasil ocorreu com representações em Alagoas pela UFAL, no Rio de Janeiro pela UFRJ, no Maranhão pela UEMA e pelo Centro de Saberes Indígenas Tukan. De acordo com suas vivências e realidades ao longo do ano de 2023 as universidades apresentaram as ações que foram

desenvolvidas. A pesquisa relatada nesse texto será mais bem apresentada nos resultados a seguir.

A justificativa desse relato consiste na relevância do tema de acordo com compromissos internacionais firmados pelo Brasil, que colocam a promoção da igualdade entre os gêneros como uma das pautas centrais do desenvolvimento social, bem como da necessidade crescente que as universidades brasileiras vem apresentando em inserir-se em projetos internacionais que dão visibilidade e atraem mais fomento e conseqüentemente incrementam e qualificam suas produções científicas e as carreiras de seus pesquisadores.

Além disso, o cenário atual da UFAL apresenta um momento de transformação e ampla discussão pela implementação de uma política institucionalizada em torno da temática e que foi gerada a partir das discussões e intercâmbios entre os/as participantes do projeto em análise, e que vai ser mencionada adiante.

O objetivo desse estudo é de também divulgar a experiência exitosa de compartilhamento e apoio entre o Projeto DESIRE e o Brasil tomando como exemplo a realidade experienciada na UFAL e refletir criticamente a importância e desafios da mobilização e promoção das ações que foram e estão sendo desenvolvidas na universidade.

A pesquisa de que esse relato se destina a apresentar, terá como literaturas recorrentes autoras feministas e autores nacionais e internacionais que dialoguem sobre as diferenças e urgência da mitigação das desigualdades entre os gêneros e apontem estratégias para construção de políticas institucionais nesse sentido e como referencial teórico norteador para as análises propostas, principalmente a aplicabilidade do conceito de interseccionalidade, primeiramente difundido na academia pela jurista norte americana Kimberlé Williams Crenshaw e adaptado a vivências de mulheres brasileiras pela pesquisadora Carla Akotirene. (Crenshaw, 2014) (Akotirene, 2020)

Ambas as autoras ao apresentar a análise entre os gêneros pautada a partir da interseccionalidade, o fazem, levando em consideração os determinantes sociais que influenciam as posições que homens e mulheres ocupam na sociedade, considerando sobretudo o marcador de raça como disparador desse posicionamento. A pesquisa não irá discutir diretamente as manifestações do racismo nas relações de gênero na universidade, no entanto, é um indicador que precisa ser sempre considerado quando forem feitas as análises do estudo, por ser estrutural nas relações sociais brasileiras e por intensificar os marcadores de desigualdades já existentes.

## METODOLOGIA

Esse artigo se trata de um relato de experiência juntamente com uma análise crítica da interlocução do projeto DESIRE e a UFAL no ano de 2023, e da apresentação das impressões iniciais sobre a pesquisa do de doutorado que foi iniciada a partir desse projeto.

Como mencionado anteriormente, o estudo nasce do estímulo do projeto que buscava acompanhar as instituições conveniadas durante a construção de uma agenda em torno de pautas em prol da igualdade entre os gêneros. Destaca-se nesse sentido, a UFAL que entre as instituições participantes foi a única que construiu uma minuta para elaboração e aprovação pela comunidade acadêmica de uma Política institucional voltada para igualdade, equidade e diversidade de gênero no espaço universitário.

Para uma maior articulação dessas ações foi incluída na equipe uma pesquisadora recém aprovada no processo de Doutorado de Programas de ciências da Saúde da instituição, que desde suas pesquisa anteriores, realizada estudos que desafiavam a saúde a expandir seu olhar para além das discussões biológicas e técnicas, mas com maior proximidade e sensibilidade aos marcadores sociais e como eles também sem relacionam com o processo saúde- doença e consequente desenvolvimento dos indivíduos em sociedade;

A discente encontra-se ainda nos primeiros meses de curso, dedicando-se ao aperfeiçoamento do projeto de pesquisa, calibração dos objetivos, definição dos campos de atuação, mas já conseguiu articular algumas parcerias e desenvolver algumas ações descritas mais a frente.

Objetiva-se que a construção da tese tenham dois eixos: o primeiro que objetiva analisar entre os cursos como se constrói as relações entre os gêneros, a partir de indicadores de evasão, permanência, progressão e vivências e o segundo, que trata das ações e mobilização social e de saúde, que serão articuladas e quando possíveis executadas pela pesquisadora no sentido de fortalecer a política que deve ser implantada na universidade e ampliar a promoção em saúde com foco na determinação social de homens e mulheres na universidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado anteriormente a pesquisa encontra-se em linhas iniciais, mas já apresenta diversas possibilidades de aprofundamento, bem como desafios para sua concretização, sobretudo porque ela se dispõe a ir além da lógica convencional da academia que limita a pesquisa ao escrito, mas ela propõe

também estremecimento nas estruturas, mobilização social e acompanhamento de políticas.

Sobre os eixos descritos na metodologia, o eixo quantitativo será formalmente iniciado no ano de 2024, com o envio do projeto a plataforma Brasil e comitê de ética em pesquisa, para que seja possível a coleta de dados nos institutos da UFAL e levantamento dos dados referentes às análises entre os gêneros. Como disparador a pesquisadora já realizou um levantamento inicial dos grupos de pesquisa que desenvolvem linha de pesquisas relacionadas com questões de gênero, já conseguindo constatar que as áreas demarcadas nas STEM, no contexto da UFAL, não estão discutindo e/ou produzindo em seus grupos trabalhos ou projetos nessa temática, recaindo nas áreas do campo das Ciências Humanas e sociais maior articulação nesse sentido.

Além da coleta de dados, propriamente dita, a pesquisadora e orientadora planejam para 2024 a construção de diálogos com as STEM, com intuito de aproximar as questões em torno das desigualdades entre homens e mulheres de seus cotidianos. Nesse sentido foi firmada parceria com o Diretório acadêmico para a construção de um cronograma de visita aos institutos para a troca de ideia e rodas de conversas sobre a Minuta da Política de igualdade, equidade e diversidade de gênero que vai ser colocada em apreciação pelo Conselho Universitário no próximo. É um dos objetivos específicos do estudo fortalecer e promover a consolidação e implantação dessa política no contexto universitário.

Ainda nesse sentido, há o planejamento da institucionalização de um evento simbólico e anual que contemple a divulgação de pesquisas e pesquisadoras da universidade. Como referencial, esse ano ocorreu a edição do “Prêmio meninas e mulheres na ciência”, que premiou teses, dissertações e pesquisadoras de destaque e diversas do ano anterior, iniciativa essa que reproduz movimentos semelhantes que já acontecem em outras IES, mas que inaugura esse marco institucional como uma das ações do plano de implementação da política citada anteriormente.

No eixo que se refere a mobilização social, foram possíveis diversas ações ao longo do ano: no que se refere a ações de educação e promoção em saúde, a pesquisadora conseguiu ocupar espaços institucionais, como IFAL – Instituto Federal de Alagoas com espaços compartilhados sobre a diversidade de gênero, facilitar oficinais em IES da rede privada sobre acolhimento e enfrentamento às opressões pautadas no gênero.

Entretanto a ação mais contínua que vêm sendo realizada no eixo de mobilização social trata-se da inserção da universidade na comunidade que circunda a universidade: Hoje no terreno adjacente a UFAL, funciona uma Unidade de saúde

docente assistencial que atende as comunidades do bairro onde se encontra a universidade na modalidade Estratégia saúde da família. No entanto, por se tratar de um espaço de ensino, seu dia a dia é sempre marcado pela presença expressiva de estudantes e professores dos cursos da área de saúde.

Em paralelo aos atendimentos convencionais, a unidade oferta serviços de promoção e em saúde, por meio da estratégia de grupos, um deles, idealizado pela pesquisadora juntamente com estagiárias do curso de psicologia e uma psicóloga trabalhadora da equipe NASF (núcleo de apoio à saúde da família), tem como foco acolher a população LGBTQIAPN+ , que apesar de não responder ao eixo central da pesquisa, corrobora com as dimensões previstas na política a ser proposta na universidade.

O grupo funciona a cerca de 9 meses, e acolhe pessoas de todos os gêneros que em sua maioria são estudantes da universidade e residentes do próprio bairro, alternando em encontros de acolhimento puramente, onde não há pautas definidas, apenas o compartilhamento das vivências da semana e afins e encontros temáticos com a presença de convidado/as que apresentam suas experiência e/ou expertise em dado campo do conhecimento que dialoga com temas de interesse a essa população.

O espaço tem sido campo riquíssimo de discussões a aferições das pautas pensadas e colocadas em projeto, pois sobretudo a participação das mulheres, em sua maioria mulheres trans, reafirma a necessidade de análise pautada pela interseccionalidade, e dos desafios que a pesquisadora tem em elucidar esse universo tendo a sensibilidade de olhar cada mulher e homem dentro de seu estudo dw acordo com cada marcador que o/a atravessa e constrói sua identidade e pertencimento - ou não - ao espaço acadêmico.

O planejamento para 2024 inclui, além do eixo quantitativo da pesquisa, a ampliação do eixo de articulação social, sendo previsto a execução do I encontro de pesquisadoras da UFAL, além da articulação ações nos institutos de disseminação da política de igualdade e equidade de gênero da universidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações de finalizações na verdade se fazem muito mais como uma linha de partida, pois como mencionado, esse texto está apresentando a fase inicial de uma pesquisa que tem em si um desafio: condensar a pesquisa e suas normatividades como também espaço de e cenário de mudança e mobilização social, partindo de uma pesquisa intervencionista, mas também analítica e crítica do campo onde está sendo construída e que espera-se que consiga tensionar o

espaço universitário, promover discussões e fortalecimento de ações institucionais em prol da mitigação das opressões e das desigualdades entre os gêneros e suas interseccionalidades.

## AGRADECIMENTOS

Como agradecimento, menciono primeiramente a minha orientadora prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magna, que vem confiando e compartilhando comigo suas vivências de mãe, mulher e acadêmicas e representa em muito a realidade da pesquisa que estou tentando desenvolver;

Em seguida agradecer aos órgãos de fomento, que recentemente contemplou esse estudo com uma bolsa para sua realização e conclusão do meu curso de doutorado: à CAPES e ao CNPQ;

E por fim, a minha instituição e segunda casa, a UFAL, onde me graduei, cursei meu mestrado e agora retorno para esse novo desafio.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção feminismos plurais. Editora Jandaira. 2020

BARRETO, Mauricio Lima. **Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global**. Ciênc. saúde colet. 22 (7) • Jul 2017.

British Concil – Nossa história no Brasil. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sobre/nossa-historia>

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **On Intersectionality: Essential Writings**. 2014

MENEZES, Henrique Zeferino de Menezes (organizador). **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais**. – João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

# ESPERANÇAR NOVOS TEMPOS NO CAMPO DA CIÊNCIA: PROBLEMATIZANDO INCENTIVOS PARA MENINAS E MULHERES NAS ÁREAS STEM A PARTIR DE VÍDEOS DO YOUTUBE<sup>1</sup>

*Yasmin Teixeira Mello<sup>2</sup>*  
*Joanalira Corpes Magalhães<sup>3</sup>*

## RESUMO

As discussões sobre gênero e ciência têm ganhado destaque em diferentes pesquisas que versam sobre as questões do reconhecimento, inserção, visibilidade e permanência de mulheres na ciência. Outros espaços que têm abordado essa pauta no sentido de promover o debate são os artefatos culturais como os vídeos do YouTube que – por conta do seu fácil acesso, por alcançarem muitas pessoas e por sua ampla divulgação – têm possibilitado a ampliação dessas discussões. Desta forma, o objetivo deste trabalho é investigar os sentidos que são produzidos sobre os incentivos ofertados para que meninas e mulheres ingressem e permaneçam nas áreas STEM, a partir de vídeos e comentários presentes em canais do YouTube protagonizados por mulheres cientistas. Este estudo se fundamenta teórico e metodologicamente a partir dos Estudos Culturais e de Gênero, pós-estruturalistas. Para análise, foram selecionados 10 vídeos que debatem a questão referente aos incentivos ofertados as mulheres para reconhecimento e existência no campo da ciência, em que a análise desses vídeos e seus comentários, aconteceu através da Análise Cultural. A partir da análise dos dados, os incentivos destacados nos vídeos são: a família, a escola, políticas públicas, premiações, brinquedos, jogos, livros e os próprios vídeos do YouTube. Entendemos que tecer tais debates, busca criar possibilidades para que os debates sobre gênero e ciência sejam ampliados,

1 O artigo é resultado de projeto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, [yasmin.mello22@gmail.com](mailto:yasmin.mello22@gmail.com);

3 Professora orientadora: Doutora em Educação em Ciências, Instituto de Educação - FURG, [joanalirama-galhaes@gmail.com](mailto:joanalirama-galhaes@gmail.com).



pois esses debates precisam de fortalecimento e amplitude para que seja possível realizar mudanças da educação básica à universidade, possibilitando esperar novos tempos para meninas e mulheres nas áreas da ciência.

**Palavras-chave:** Gênero, Ciência, Mulheres, Incentivo, YouTube.

## INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a existência das mulheres foi invisibilizada e negada em diversos espaços como é o caso do campo científico. Por conta dessas décadas de desigualdade, as mulheres ainda hoje sofrem uma série de preconceitos e dificuldades quanto a inserção, reconhecimento e visibilidade no campo científico e ainda são minorias em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM).

Arelado a questão destacada acima, as discussões que tensionam as temáticas de gênero e ciência têm ganhado destaque em diversas pesquisas - de diversas áreas - que discutem o reconhecimento, inserção, visibilidade e permanência das mulheres na ciência.

Para além das pesquisas, atualmente existem também diversas instâncias como a família, escola, políticas públicas, eventos, premiações e os próprios artefatos culturais como livros, brinquedos, jogos e os vídeos do YouTube que são capazes de visibilizar o debate referente as questões relacionadas ao gênero e ciência e incentivar meninas e mulheres a ingressarem e permanecerem nos diferentes espaços do campo científico.

Os artefatos culturais, como os vídeos do YouTube, atualmente têm abordado as discussões que perpassam os incentivos para o ingresso e permanência de meninas e mulheres nas diferentes áreas da ciência no sentido de promover esse debate. Desta forma, por conta dos vídeos do YouTube possuírem um fácil acesso, alcançarem muitas pessoas e por sua ampla divulgação ele tem sido grandes aliados que tem possibilitado a ampliação dessas discussões.

Posto isto, o objetivo deste trabalho é investigar os sentidos que são produzidos sobre os incentivos ofertados para que meninas e mulheres ingressem e permaneçam nas áreas de STEM, a partir de vídeos e comentários presentes em canais do YouTube protagonizados por mulheres cientistas.

A presente pesquisa está alicerçada nos Estudos de Gênero e Ciência e os Estudos Culturais (EC) em suas perspectivas pós-estruturalistas. Assim, entendemos que as temáticas abordadas pelos Estudos de Gênero fazem referência ao papel das culturas, dos sistemas de significação e das suas relações de poder, pelo fato desses elementos sociais estarem implicados na constituição e posições dos sujeitos.

Cabe destacar que compreendemos o gênero como uma construção social, que ocorre por meio de aprendizagens e práticas que são (re)produzidas por um conjunto de instâncias sociais e culturais, com base em um processo minucioso, sutil e sempre inacabado (BUTLER, 2003). Todavia, ao longo da história foram

construídas e disseminadas verdades acerca das mulheres, com base na materialidade biológica dos seus corpos e produzidas por esses discursos científicos. Algumas dessas verdades delimitaram seus espaços de atuação em diversas áreas, sendo que uma dessas áreas, que foi fortemente afetada, foi a da ciência, como já citamos anteriormente.

Por conta de o campo científico não ser uma exceção aos discursos generalizados, as mulheres enfrentaram/enfrentam diversos embates para estarem/estar e serem/ser visibilizadas enquanto cientistas e produtoras de conhecimento científico em áreas da ciência que possuem baixa representatividade de mulheres: Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (BATTIROLA et al., 2022).

É necessário ressaltar que olhar para o presente e perceber essa baixa presença e representatividade das mulheres nessas áreas da ciência só foi possível por conta das pautas e reivindicações que o movimento feminista realizou ao longo da história. Todavia, conforme Oyèrónké Oyèwùmí (2020) temos de refletir que o início das reivindicações que o movimento feminista realizou foi a partir de mulheres brancas, euro-estadunidenses e que pertenciam a classes sociais mais altas, então a autora nos provoca a pensar sobre “quais são as condições femininas bem teorizadas pelos estudos feministas? Especificamente que grupo de mulheres é bem teorizado?” (p. 87).

A partir do surgimento e expansão de outras vertentes do movimento feminista como o feminismo negro, o indígena e o transfeminismo, foi possível (re) pensar sobre a multiplicidade de mulheres existentes e suas reivindicações que são distintas por conta dos atravessamos que cada grupo experencia.

Outro marco importante para repensar essas questões veio através da quarta onda do movimento feminista, pois esta possibilitou uma maior visibilidade para as mulheres nos mais variados espaços, pois de acordo com Fabiana Jordão Martinez (2021) “a emergência de uma nova consciência feminista ligada ao aparecimento e apropriação das mídias digitais é o principal traço da quarta onda feminista” (p. 2). Desta forma, atualmente é possível promover espaços de luta e reivindicação através de artefatos culturais - como os vídeos do YouTube - como, por exemplo, para questões como maior visibilidade, inserção, reconhecimento e incentivo para mulheres na ciência.

Quanto a questão do incentivo, em sua dissertação a autora Fabiane Figueiredo Caseira (2016) destaca a importância deste fator, e de diversas outras ações, para proporcionar uma maior igualdade entre os gêneros nas áreas de STEM.

A partir do entendimento de que os artefatos culturais são produtores de “conhecimentos e significados, nos quais transmitem ideias e conhecimentos e assim podemos dizer que produzem uma pedagogia cultural” (OLIVEIRA;

MAGALHÃES, 2017, p. 101) cada vez mais tem sido necessário (re)pensar qual a imagem de cientista que tem sido representado nesse espaço – e em outros – para que, assim, seja possível problematizar essas representações e propor soluções para minimizar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na ciência.

Apesar das representações que alguns artefatos culturais, normalmente, apresentam sobre cientistas – como homem branco, ocidental, de classe média – eles, também, podem ser espaços para resistências e para construção de outros modos de pensar a ciência e a ampliação o debate sobre a temática da inserção, visibilidade, reconhecimento e permanência de meninas e mulheres nas áreas de STEM (SILVA; RIBEIRO, 2012).

## METODOLOGIA

O presente trabalho se constitui como um recorte de uma pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências. A tese tem como objetivo geral analisar as narrativas de mulheres cientistas e *youtubers*, assim como alguns vídeos presentes em seus canais do YouTube, a fim de investigar como as discussões sobre gênero e ciência vêm sendo promovidas.

Cabe destacar que os vídeos que compõem a tese, foram selecionados a partir da busca pelos descritores “mulheres cientistas”, “pesquisadoras”, “mulheres na ciência” e “gênero e ciência”, entre os meses de agosto de 2020 a fevereiro de 2022 na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube. Todos os resultados que apareceram na busca foram acessados, sendo realizada a identificação e seleção dos canais independentes brasileiros do YouTube protagonizados exclusivamente por mulheres cientistas que pertencem as respectivas áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): ciências exatas e da terra, ciências biológicas e engenharias, e que apresentem pelo menos um vídeo que problematize as questões de gênero e ciência.

Neste trabalho, para compor o corpus de análise foram selecionados 10 dos 61 vídeos que compõem a tese de origem, tendo como critério de seleção para análise vídeos que abordassem e discutissem a temática referente aos incentivos para a presença/premência/ingresso de mulheres na ciência. A seguir realizamos uma breve apresentação dos vídeos analisados (em ordem alfabética):

- Vídeo 1: “11/02 Dia Internacional das Meninas e das Mulheres na Ciência || 3 cientistas revolucionárias” produzido pelo canal Física e afins que física Gabriela Bailas e se trata de um vídeo em homenagem ao dia das

meninas e mulheres na ciência e apresenta a trajetória de três cientistas, sendo elas Lise Meitner, Emmy Noether e Rosalyn Yalow, e possui 470 visualizações, 97 curtidas, 2 não curtidas, 13 comentários e foi publicado dia 10 de fevereiro de 2019.

- Vídeo 2: “[#CIENTISTASPORTUGUESAS] Engenharia Biomédica, BioFísica e Programação ft. Beatriz Costa Gomes” produzido pelo canal Física e afins que pertence a física Gabriela Bailas se trata de uma entrevista com a engenheira biomédica Beatriz Costa Gomes e possui 998 visualizações, 114 curtidas, 8 comentários e foi publicado no dia 13 de abril de 2019.
- Vídeo 3: “[#MULHERESFISICAS] AstroFísica ExtraGaláctica: Dr. Ana Chies - L’Oreal Para Mulheres na Ciência” produzido pelo canal Física e afins que pertence a física Gabriela Bailas se trata de uma entrevista com a física Ana Chies e possui 687 visualizações, 121 curtidas, 6 comentários e foi publicado no dia 2 de abril de 2019.
- Vídeo 4: “BATE PAPO COM MATEMÁTICA ft. Paula Veloso” produzido pelo canal A matemaniaca por Julia Jaccoud que pertence a licenciada em matemática Julia Jaccoud e se trata de uma entrevista com a matemática Paula Veloso e possui 2.878 visualizações, 496 curtidas, 10 não curtidas, 32 comentários e foi publicado no dia 14 de abril de 2019.
- Vídeo 5: “BIOLOGIA E TRANSEXUALIDADE NAS UNIVERSIDADES ft. Marcelle Bénac • #CD15” produzido pelo canal Física e afins que pertence a física Gabriela Bailas se trata de uma entrevista com a bióloga Marcelle Bénac e possui 3.804 visualizações, 522 curtidas, 31 não curtidas, 42 comentários e foi publicado no dia 20 de dezembro de 2019.
- Vídeo 6: “Conheça a Matemática Pesquisadora Carolina Araújo | Mulheres na Matemática” produzido pelo canal A matemaniaca por Julia Jaccoud que pertence a licenciada em matemática Julia Jaccoud e se trata de uma entrevista com a matemática Caroline Araújo e possui 6.242 visualizações, 906 curtidas, 2 não curtidas, 43 comentários e foi publicado no dia 12 de março de 2020.
- Vídeo 7: “MULHERES NA CIÊNCIA ft. Peixe Babel e Bit de Prosa” produzido pelo canal A matemaniaca por Julia Jaccoud que pertence a licenciada em matemática Julia Jaccoud e se trata de uma entrevista com as cientistas da computação Camila Laranjeira e Virgínea Fernandes Mota e possui 7.075 visualizações, 1.000 curtidas, 13 não curtidas, 68 comentários e foi publicado no dia 27 de maio de 2018.
- Vídeo 8: “Mulheres na Física: a minha história durante a faculdade de física” produzido pelo canal A física que pertence a física Mônica Nunes

e se trata de um relato da sua trajetória na graduação em física e possui 1.479 visualizações, 295 curtidas, 0 não curtidas, 28 comentários e foi publicado dia 11 de fevereiro de 2021.

- Vídeo 9: “MULHERES, MATEMÁTICA E MARYAM MIRZAKHANI | ICM 2018 #1” produzido pelo canal A matemaniaca por Julia Jaccoud que pertence a licenciada em matemática Julia Jaccoud e se trata de uma entrevista com a matemática June Barrow-Green e possui 6.703 visualizações, 871 curtidas, 11 não curtidas, 57 comentários e foi publicado dia 5 de agosto de 2018.
- Vídeo 10: “Toda criança nasce cientista? | OQDF-004” produzido pelo canal O que diz a física – Ale Pacini que pertence a física chamada Alessandra Pacini e se trata de um vídeo em homenagem ao dia das crianças e possui 771 visualizações, 183 curtidas, 3 não curtidas, 20 comentários e foi publicado dia 8 de outubro de 2019.

Para a análise dos vídeos utilizamos algumas ferramentas da Análise Cultural (AC), que nos possibilita compreender as relações entre a comunicação e a cultura, uma vez que esta metodologia de análise permite que possamos olhar para as práticas sociais analisando os seus padrões (ROCHA, 2011). De acordo com Maria Lúcia Castagna Wortmann (2007) a AC permite perceber que “há representações produzidas a partir de significados que circulam na cultura” (p. 75), assim possibilitando olhar para as produções culturais relacionadas aos incentivos que são oferecidos para meninas e mulheres ingressarem em diferentes áreas da ciência nos vídeos selecionados, entendendo essas produções como um importante espaço que educa as/os sujeitas/os.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos as questões referentes aos incentivos que as mulheres recebem para estarem no meio científico, nos artefatos culturais que compõem essa análise as principais discussões que emergiram decorrem em torno de aspectos como a importância: de eventos acadêmicos que discutam a temática; de políticas públicas; de premiações; da escola; a da família; brinquedos; livros; jogos; e os próprios vídeos do YouTube feito sobre está temática.

Ao nos propormos a problematizar a questão dos incentivos para uma maior inserção, reconhecimento e visibilidade das mulheres na ciência, nos vídeos 6 e 9 é tencionado a importância de eventos acadêmicos para tal questão, em que no

vídeo 6 a entrevista Caroline Araújo salienta a importância do evento World Meeting for Women in Mathematics - WM<sup>2</sup> - e destaca:

*“Ele reuniu 400 mulheres matemáticas de todo o mundo, de 51 países, para trocar ideias e para falar de matemática, apresentar palestras de matemática. E foi realmente muito potente, porque ali a sensação de pertencimento tomou todo o ambiente, ela tomou toda a atmosfera. Então foi muito bonito, assim, ver várias mulheres se reconhecendo e aí se percebendo parte”. (Caroline Araújo, 2020, minutos 12:13 - 12:49).*

A partir da narrativa acima, é possível percebermos a importância que eventos nas áreas de exatas, tecnológicas, engenharias e naturais abordem questões relacionadas a gênero e ciência, como forma de proporcionar a inserção desses debates sobre a participação e presença de mulheres nessas áreas. Em relação a essa questão a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) têm promovido ações com a finalidade de promover a equidade na ciência, principalmente, nas áreas em que as mulheres são minorias, como, por exemplo, seminários, mesas redondas, palestras, reuniões e conferências (TABAK, 2002).

Outra ação importante que foi destaca nos vídeos 1 e 3 são as políticas públicas e premiações para incentivar meninas e mulheres a ingressarem nessas áreas, em que no vídeo 3 a protagonista do canal Gabriela Bailas e a entrevistada Ana Chies discutem sobre o Prêmio L'oreal para Mulheres na Ciência e a protagonista do canal pergunta a entrevistada se esse tipo de incentivo contribui para que as jovens pesquisadoras continuem nessa área. A entrevistada menciona que com certeza, pois, além da ajuda com recursos financeiros, também contribui na visibilidade feminina na ciência principalmente na área das exatas que possuem tão poucas mulheres.

Em relação a essa questão, em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Fabiani Figueiredo Caseira (2016) apresenta uma série de políticas públicas que visam incentivar meninas e mulheres a ingressam nas áreas das ciências exatas, tecnologias e engenharias, como por exemplo, a primeira edição da premiação “Para mulheres na Ciência” que foi um marco importante quanto a essa questão, premiação que foi destacada no vídeo mencionado no parágrafo acima. Desta forma, ações como políticas públicas e premiações possibilitam que um maior número de meninas e mulheres consigam vislumbrar áreas como as das ciências exatas, tecnológicas, engenharias e naturais como uma realidade a ser vivenciada, proporcionando incentivo para que elas consigam ingressar e permanecer nessas áreas da ciência que são comumente relacionadas e “dominadas” por homens.

A questão da importância do espaço escolar para incentivar meninas e mulheres a ingressarem nessas áreas da ciência em que elas são minoria foi problematizada no vídeo 4, em que a protagonista do canal Julia Jaccoud pergunta a entrevistada Paula Veloso se a escola tem algum papel fundamental para o incentivo de mulheres na ciência e porque ela acha que as meninas não estão chegando nessas áreas. A entrevistada responde que:

*“Eu acho que o meio acadêmico, e tudo, é um reflexo da nossa sociedade em geral, não é apenas a escola, é também a maneira como os meninos e as meninas são criados, são educados pelos pais. Eu acho que a importância da escola está mais nas coisas sutis. (...) As coisas que a gente diz, a maneira que a gente se refere as profissões, a professora, o colégio, o professor de universidade, essas coisas. O uso do gênero, como por exemplo o engenheiro, supor que um engenheiro é um homem, supor que na universidade os professores são homens e na escola as professoras são mulheres”. (Paula Veloso, 2019, minutos 14:17 - 15:02).*

Com relação a essa questão a pesquisadora Nális Torres de Carvalho (2018) destaca a importância das discussões de gênero e ciência dentro do espaço escolar, tendo em vista que muitos dos preconceitos e desigualdades são reforçados dentro desse espaço, porém “muitos materiais utilizados na sala de aula ainda continuam sob o viés sexista, um exemplo disso, são os livros didáticos, um dos materiais mais utilizados na sala de aula atualmente” (CASEIRA, MAGALHÃES, 2019, p. 264).

Para além da questão das políticas públicas, premiações e o espaço escolar, os vídeos 10 e 4 destaca o papel da família quanto ao incentivo de meninas e mulheres ingressarem em carreiras das áreas das ciências exatas, tecnologias, engenharias e naturais, em que no vídeo 4 a entrevistada Paula Veloso fala que a maneira como as meninas e os meninos são criados/os e educados/os por suas/seus familiares influencia diretamente suas escolhas no presente e no futuro.

Essa questão também é abordada na tese da pesquisadora Fabiane Ferreira da Silva (2012), em que através da análise das narrativas de seis mulheres cientistas atuantes em universidades públicas e em uma instituição de pesquisa do Rio Grande do Sul, foi possível observar a importância de incentivos familiares na hora da escolha das profissões.

Entretanto, apesar de existirem diversas formas de incentivo para que ocorra uma maior inserção e participação de meninas e mulheres na ciência, os vídeos 2 e 5 destacam alguns obstáculos, como o exemplo citado no vídeo 2 em que a entrevistada Beatriz Costa Gomes aborda a questão dos jogos direcionados para os meninos que acabam por incentivar a carreira de programadores, mas ao



quando se tem jogos direcionados para meninas, precisamos pensar que os mesmos não devem ser apenas estereotipados como jogos, citando como exemplo, da Barbie e jogos de princesa, buscando também incentivar a programação como um campo de atuação possível para as meninas.

Ainda em relação aos diferentes incentivos que as mulheres recebem, o comentário realizado por um telespectador no vídeo 7, destaca:

*“Durante o fundamental I e II, os melhores alunos da sala eram todas mulheres. E isso por causa até de como mulheres amadurecem mais cedo (pq são colocadas para fazer “tarefas de adulto” muito mais cedo do que homens e tal). Só que depois, no médio, não sei pq parece que reverte e as mulheres acabam tendo muito menos estímulo. Eu tinha amigas que era alunas eximas e que no ensino médio destoaram total, que sabia muito bem matemática e depois começaram a falar coisas do tipo “isso é para gênio”, “não nasci para isso”... Não sei se é uma evidência anedótica ou se realmente isso é uma tendência. Os homens acabam levando a vantagem pelo estímulo que têm desde crianças. Infelizmente, é mais uma das consequências da rotulação de brinquedos e profissões”.*

Desta forma, a importância de oportunizar incentivos iguais a meninos e meninas no que diz respeito a brinquedos, jogos, entre outros produtos, que visam a inserção e participação destas e destes nas áreas das ciências exatas, tecnológicas, engenharias e biológicas, acontece por conta de que a/o sujeita/o é:

Produzido nos acontecimentos que experencia cotidianamente, como, por exemplo, nos processos de socialização, nas brincadeiras, nas relações familiares, na interação com artefatos culturais, entre outros. São eles que nos ensinam os significados que passamos a atribuir às “coisas” à nossa volta, às pessoas e nós mesmos. Aprendemos, por exemplo, a gostar ou não de matemática e física, a querer ser professor(a) ou cientista, a interpretar as situações cotidianas, a fazer escolhas, entre outras aprendizagens (SILVA, 2012, p. 93-94).

Em relação a essa questão, a notícia escrita por Fátima Schenini (2009) intitulada “Brinquedos podem contribuir para aprendizagem científica”, publicada no site do Ministério da Educação, apresenta a fala do professor Marcos Leodoro da UFSCar em que salienta: “por meio da brincadeira que o brinquedo ensina, mas que só é efetivada pela ação e pelo gesto da criança, a realidade, posta em suspensão, porém jamais ignorada, pode ser representada e, desse modo, problematizada” (n.p) já que o brinquedo pode ser usado como instrumento pedagógico da educação científica.

Os vídeos 8 e 10, ainda problematizam a questão dos brinquedos, em que no vídeo 10 a protagonista do canal salienta:

*“O meu apelo mesmo é pra que você pense com calma sobre o presente que você está dando para a sua criança para que você não reforce estereótipos de gênero. (...) Todas as crianças têm os mesmos interesses e as mesmas aptidões. O que acontece é que depois disso, por que os meninos acabam indo para a ciência as meninas não? Porque a gente acaba diferenciando a capacidade e a habilidades dessas crianças. Então se as meninas continuarem recebendo apenas brinquedos que estimulem elas a serem mães a trocarem uma fralda, a cuidarem da cozinha, a cozinhareem a se maquiar para ser bonitas, o que que você acha que ela vai ter aptidão pra fazer quando ela tiver 10 anos de idade?”. (Alessandra Pacini, 2019, minutos 06:00 – 06:59).*

Desta forma, ao oportunizarmos as meninas brinquedos que as incentivem e despertem sua criatividade e curiosidade teremos uma maior possibilidade para que elas conheçam diferentes profissões e possibilidade de existência além daquelas que a sociedade normalmente impõe as mulheres. Neste mesmo vídeo a protagonista do canal, Alessandra Pacini, ainda destaca a importância de livros que debatam a questão das mulheres da ciência e fala sobre o seu projeto denominado “Girls in Space”<sup>4</sup> que é voltado para meninas na física espacial, onde escreve livros que buscam atrair meninas para área da física espacial.

Compreendo a importância de tecer discussões sobre os incentivos que meninas e mulheres recebem para estarem nas diferentes áreas da ciência, as protagonistas dos canais referentes aos vídeos 1 e 8 destacaram como se utilizam de seus canais do YouTube e outras plataformas para visibilizar tais discussões, em que no vídeo 8 a protagonista do canal destaca:

*“Então eu venho aqui fazer essa divulgação científica no Youtube, no Instagram, no fisicast, pra justamente mostrar pras meninas que ‘oh eu tô aqui e sabe, vocês também conseguem. Esse é o caminho possível. você não tá no lugar errado, você não é errada’. Eu tento passar esse tipo de coisa”. (Mônica Nunes, 2021, minutos 18:52 – 19:11).*

A protagonista do vídeo 1, Gabriela Bailas, ainda destaca que ao visibilizar essas possibilidades de existência das mulheres dentro do campo científico em seus vídeos, possibilita que meninas e mulheres se sintam pertencentes e possíveis de ocupar esse espaço. Assim, ao mostrar histórias de mulheres cientistas

---

4 Link: <https://www.oquedizafisica.com/girls-inspace>.

que participaram da história da ciência, mesmo que suas trajetórias e vidas sejam marcadas por atos de violências e silenciamentos no campo da científico, os vídeos evidenciam que essas mulheres existiram, realizaram trabalhos em diversas áreas e resistiram para ocupar esse espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas foi possível observar o quanto as narrativas presentes nos vídeos a importância dos eventos acadêmicos que discutam a presença, reconhecimento e visibilidade das mulheres nas áreas de STEM, bem como a importância de instituições como a família, a escola, e ações como as políticas públicas e premiações para potencializar o incentivo meninas e mulheres a ingressarem e permanecerem nessas áreas.

No decorrer das análises, também, foi possível problematizar a importância dos artefatos culturais – citar os materiais mencionados nos vídeos – como forma de incentivo para que meninas e mulheres ingressem e permanecem na ciência, assim como também para potencializar e ampliar o debate sobre as questões referente a gênero e ciência.

Desta forma, entendemos que tecer tais debates, busca criar possibilidades para que as discussões sobre gênero e ciência sejam ampliadas, pois essas precisam de fortalecimento e amplitude para que seja possível realizar mudanças da educação básica à universidade, possibilitando esperar novos tempos para meninas e mulheres nas áreas da ciência.

## REFERÊNCIAS

BATTIROLA, Liliane Cristina; SETTI, Grazielle de Oliveira; LINARES, Diana Rodriguez; ALMEIDA, Brenda Santana de; ULIANA, Marciana Pierina; GONCALVES, Caroline da Costa Sila. Paridade de Gênero na Ciência: uma análise da participação das mulheres na Argentina, no Brasil e no Paraguai. **Revista Virtual de Química**, v. 14, n. 2, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Nális Torres de. **Educação: dialogando com Bell Hooks sobre a educação brasileira**. 2018.

CASEIRA, Fabiani Figueiredo; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Meninas e jovens nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação: raça-etnia, gênero e ciência em alguns artefatos. **Diversidade e Educação**, p. 259-275, 2019.

CASEIRA, Fabiani Figueiredo. **O mundo precisa de ciência, a ciência precisa de mulheres: Investigando a premiação para mulheres na ciência**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8804>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FREITAS, Marcel de Almeida; PEREIRA, Eduardo Godinho. A inexpressiva representação feminina nas academias científicas brasileiras e no prêmio Nobel. **ex aequo**, Lisboa, n. 36, 2017. p. 189-202.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. 1-14, 2021.

OLIVEIRA, Luciana Rodrigues de; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Esse é o show da Luna: investigando gênero, ensino de ciências e pedagogias culturais. **Domínios da Imagem**, v. 11, n. 20, p. 95-118, 2017.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 84 – 95.

ROCHA, Simone Maria. Os estudos culturais e a análise cultural da televisão: considerações teórico-metodológicas. **Revista Interamerica de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v.10, n.19, 2011. p. 1-20.

SCHENINI, Fátima. Brinquedo podem contribuir para aprendizagem científica. **Ministério da Educação**, cidade, 28 abr. 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/13269-brinquedos-podem-contribuir-para-aprendizagem-cientifica>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias**. 2012. 149f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. A inserção das mulheres na ciência: narrativas de mulheres cientistas sobre a escolha profissional. **Linhas Críticas**, v. 18, n. 35, p. 171-191, 2012.

TABAK, Fanny. **O laboratório de pandora: estudo sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Análises Culturais: um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, Maria Vorraber (Org). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 71-90.

## UM RELATO SOBRE O PROJETO “CORPOS QUE TRANSITAM NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO”

*Tainá dos Reis Garcia<sup>1</sup>*  
*Paula Regina Costa Ribeiro<sup>2</sup>*

### RESUMO

O projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e intitulado “Transitando no espaço escolar: produções discursivas de profissionais da educação com estudantes trans” tem como objetivo investigar a produção discursiva de profissionais da educação com relação aos/as/es estudantes trans nas escolas do município de Rio Grande. A importância do projeto se justifica frente a reconfiguração que tem ocorrido nas escolas, em que sujeitos trans que passam a fazer parte do grupo que escapa à norma e, portanto, precisam de estratégias de regulação que governam as vidas e os corpos, determinando posturas e escolhas; tornando-os sujeitos neste mundo contemporâneo. O referencial teórico do projeto baseia-se nos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas e a pesquisa é de abordagem qualitativa, em que se optou pela investigação narrativa como metodologia. As estratégias utilizadas para a produção dos dados foram: mapeamento das escolas públicas de ensino fundamental e médio do município de Rio Grande/RS com estudantes trans e pesquisa nos currículos das escolas e nos documentos oficiais de educação. A análise dos dados está pautada nas análises discursivas numa perspectiva foucaultiana. Esperamos que este estudo contribua com a promoção de discussões acerca dessas questões no espaço escolar, nos permitindo traçar um panorama mais completo da realidade vivenciada pelos estudantes trans em nossas escolas. Os resultados obtidos serão fundamentais para a construção de políticas públicas inclusivas e para o desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

**Palavras-chave:** Gênero, Narrativas, Estudantes trans, Profissionais da educação.

1 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, tainareisg@gmail.com;

2 Professora orientadora: Professora Titular do Instituto de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, pribeiro.furg@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A diversidade tem sido objeto de debates e transformações significativas na sociedade contemporânea. A presença de pessoas trans no espaço escolar é uma realidade cada vez mais evidente, gerando a necessidade de compreender e abordar adequadamente as questões relacionadas aos corpos trans nesse contexto. Como pesquisadora cisgênero, reconheço a importância de investigar as experiências, discursos e práticas que envolvem os corpos trans no ambiente escolar em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores trans, a fim de contribuir para a promoção de uma educação inclusiva, respeitosa e igualitária.

Nos últimos anos, temos testemunhado um crescimento da visibilidade de pessoas trans no debate público. Diversas formas de mídia, como jornais, revistas, filmes e novelas, têm dado cada vez mais destaque a essas identidades. À medida que a “diferença” trazida por essa parcela da população se torna mais evidente nas esferas sociais, surgem diversos desconfortos que antes eram silenciados, a fim de reafirmar posições problemáticas que eram amplamente aceitas, mas que agora enfrentam resistência. Isso tem levado à produção de narrativas alternativas que buscam traçar um caminho menos violento e difícil do que no passado, embora ainda permeado por violências.

De acordo com o dossiê mais recente da Antra (Associação Nacional de Travestir e Transsexuais) lançado em 27 de janeiro de 2023 referente ao ano de 2022, pelo menos “151 pessoas foram mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e vimos um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar.”

E embora haja uma leve queda em relação a 2021, o perfil das vítimas se manteve o mesmo. Chama atenção o país figurar novamente como o que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo.

Houve ainda 142 violações de direitos humanos e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque nesta edição. Ainda segundo o dossiê, “seguimos vendo a política estatal de subnotificação da violência lgbtifóbica, e os estados insistem em não levantar os dados sobre violência contra a população LGBTQIA+, em especial os assassinatos.” Mantém-se a falta de dados sobre o perfil dos suspeitos, no mesmo momento em que os nomes de registro das vítimas são expostos, sem menção aos seus nomes sociais.

Portanto, entendemos a violência contra as pessoas trans e travestis como uma realidade que precisa ser combatida urgentemente, para tanto, se fazem necessárias diversas estratégias, dentre elas, a criação de políticas públicas e ações como a CPI<sup>3</sup> da transfobia, que aconteceu em 2021, proposta e presidida pela deputada Erika Hilton<sup>4</sup>, sendo a primeira CPI a investigar a transfobia no Brasil, onde a partir da sua conclusão conseguiu se ouvir as mais diversas esferas da sociedade, no âmbito educacional, da segurança pública, no encarceramento, na saúde, enfim foi discutido a transfobia em várias ramificações, sem ficar fixa a ideia de que a transfobia é somente a violência física sofrida por pessoas trans, quando, a transfobia também se constitui institucionalmente, se dando de diversas formas, não apenas na representação da violência física.

A CPI se debruçou, portanto, a olhar a violência a física que macula pessoas trans e travestis, mas não apenas, visando também as outras particularidades das transfobias institucionais. Ao final, o relatório desta CPI foi enviado para as mais diversas esferas do poder, com recomendações ao ministério público federal, aos governos estaduais e municipais e outras entidades para que se tomassem medidas cabíveis.

Os dados alarmantes do dossiê da Antra, evidenciam que para além de uma “epidemia trans”, como muitos/as nomeiam, o que prospera é uma epidemia de transfobia, operada, de acordo com Bruna Benevides (2022 p.6) pela “neco-Trans-política.”

Ao descrever as identidades trans como uma “epidemia”, o pensamento contemporâneo demonstra sua falta de habilidade em lidar com as transformações corporais que revelam as influências históricas, políticas e culturais que moldam nossos entendimentos dos corpos. Para Pedro Ambra e Sofia Favero (2022), esse pânico de uma “epidemia de transições” se dá não porque estamos vendo mais pessoas trans, mas sim por estarmos vendo pessoas trans em lugares que não esperávamos, indicando que talvez não saibamos muito bem o que é ou o que pode um corpo.

Pensar os corpos trans, é pensar o gênero como “um artifício flutuante”, uma possibilidade de romper com a lógica binária. Assim, a proposta é questionar a produção de saberes sobre os corpos desses sujeitos, problematizando como esses corpos foram e são progressivamente “desvelados” com o objetivo de produzir

---

3 Comissão Parlamentar de Inquérito é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a própria casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente.

4 **Erika Hilton** é vereadora eleita da cidade de São Paulo. Negra e transvestigênera, foi a mulher mais bem votada em 2020 em todo o país, presidenta duas vezes da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo.



“verdades” sobre seus corpos e seus modos de ser e estar na sociedade. Bento destaca que:

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher), que dá inteligibilidade aos gêneros, encontra nas existências trans seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, depara-se com outra “revelação”: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade também se liberam para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos. (2014, p. 52).

É importante ter uma compreensão mais profunda da experiência trans para superar os preconceitos e construir uma sociedade mais inclusiva e justa. Neste sentido, este projeto de pesquisa de doutorado busca investigar os discursos e práticas a respeito dos/as estudantes trans no espaço escolar. Para isso, foram propostas as seguintes questões de pesquisa: Que discursos e práticas estão presentes na escola com relação aos sujeitos trans? A Educação Básica tem promovido discussões a respeito de estudantes trans? E Como os currículos de escolas de Educação Básica têm promovido discussões a respeito de estudantes trans?

Nesse contexto, nossas inquietações se somam, então, à necessidade de pensar como profissionais de educação das escolas têm entendido e lidado com jovens trans, a fim de contribuir com a formação daquelas/es que atuam dentro dos espaços educativos, bem como com a minha própria aprendizagem enquanto pesquisadora.

Em minha trajetória enquanto pesquisadora no Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola GESE, fiz aproximações com as temáticas relacionadas aos estudos dos corpos, além de me aproximar de diversas escolas, equipes pedagógicas e estudantes, através do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero que tem como objetivo apoiar as escolas das redes estadual e municipal da Educação Básica do Rio Grande/RS, que tenham interesse em desenvolver ações para a promoção e a reflexão acerca da igualdade e equidade dos gêneros com vistas à construção de estratégias que resultem na redução dos indicadores de desigualdades, ao mesmo tempo, em que busquem dar visibilidade ao tema.

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE, que completou 20 anos em 2022, tem se dedicado a promover discussões sobre corpos, gêneros e sexualidades, no espaço da escola, da universidade e em outros espaços educativos,

o que tem sido um movimento de luta e resistência, principalmente nos últimos anos, em que há um cerceamento/controlado dessas discussões. Além disso, o grupo tem se dedicado a estudar e pesquisar algumas questões centrais no estudo de uma educação para a sexualidade em diferentes espaços sociais, o combate ao sexismo, ao racismo, a misoginia, LGBTQIfobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação.

Sendo assim, essa pesquisa busca não só contribuir com entendimentos sobre os corpos que transitam no espaço da escola, como também contribuir para que profissionais da educação possam questionar e desestabilizar as suas compreensões pedagógicas vinculadas aos corpos, gêneros e sexualidades, sendo assim, acho pertinente buscar ampliar os entendimentos de que as marcas dos acontecimentos inscrevem-se nos corpos de estudantes que rompem com padrões, sejam estes de gênero, sexo, raça, geração, entre outros aspectos, construídos e aceitos socialmente, fazendo com que esses sujeitos passem a carregar a marca da anormalidade em seus corpos.

Entender os corpos trans como construção, possibilita perceber o quanto discursos, pedagogias, práticas sociais, saberes científicos, entre outros, produzem esses corpos e inscrevem determinadas marcas. Os significados produzidos sobre esses corpos deslizam e escapam não apenas porque são alterados, mas porque são objeto de disputas por diferentes saberes e instâncias culturais que falam deles, que afirmam o que eles são, como são e como devem ser.

Frente a essas questões, destaca-se a importância do debate dessas temáticas e a visibilidade desses sujeitos no espaço escolar a fim de desconstruirmos como esses corpos são nomeados de forma binária e discriminados conforme se ajustam, ou não, às normas estabelecidas pela sociedade.

Os discursos da normalidade sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades dos sujeitos, têm sido professados e justificados como certos, verdadeiros e legítimos. Para tanto, a escola tem colocado em operação estratégias de controle para tornar “normal” o corpo “anormal”. No entanto, o espaço escolar tem se reconfigurado com relação a essa questão, trazendo outros sujeitos para o grupo de estudantes entendidos/as como anormais. Se antes os/as considerados/as anormais nessa instituição eram os/as estudantes com dificuldade de aprendizagem, os indisciplinados, as pessoas com deficiências; hoje, percebemos que os/as hiperativos/as, os gays, as lésbicas, as travestis e os/as transexuais também passam a integrar esse grupo (RIBEIRO, 2014).

Assim, com o propósito de fazer com que os anormais não escapem a esse poder da norma, a escola tem se utilizado de discursos dos diferentes campos de saber – Psicologia, Medicina, Psiquiatria, Biologia, Educação, entre outros que

buscam olhar, analisar, estudar e que se ocupam dos sujeitos – para classificar o normal e o anormal. Esses discursos põem em funcionamento estratégias de regulação que governam as vidas e os corpos, determinando posturas e escolhas; tornando-os sujeitos neste mundo contemporâneo (FOUCAULT, 2002).

Pensando nessa reconfiguração que tem ocorrido na escola, e nos sujeitos trans que passam a fazer parte desse grupo que escapa à norma, emerge o projeto “Transitando no espaço escolar: produções discursivas de profissionais da educação com estudantes trans” tendo como objetivo investigar a produção discursiva de profissionais da educação com relação aos/as/es estudantes trans nas escolas do município de Rio Grande.

O entendimento de que as questões centrais no estudo dos corpos, dos gêneros e das sexualidades se referem ao papel das culturas, dos sistemas de significação e suas relações de poder, uma vez que esses elementos sociais se encontram implicados na constituição dos sujeitos, levou-nos a estabelecer, algumas conexões com os Estudos Culturais, nas suas vertentes pós-estruturalistas.

## **METODOLOGIA**

Buscando estratégias metodológicas que permitissem percorrer os labirintos da pesquisa pós-estruturalista em educação, refletindo os caminhos a serem utilizados e a colaboração entre as pesquisadoras, colaboradores/as da pesquisa e contexto sociocultural, nos aproximamos da pesquisa qualitativa por compreendê-la como uma análise que leva em consideração as peculiaridades e a importância de cada relato e experiência. A partir dessa concepção, as orientações da pesquisa qualitativa servem de guia para as estratégias metodológicas de produção e análise dos dados desse projeto de pesquisa que ora se apresenta, e especificamente a pesquisa narrativa, definida por Clandinin e Connelly (2015, p. 20) como “uma forma de entender a experiência”, por compreendemos a narrativa como uma prática social que constitui os sujeitos e produz sentidos às experiências, tanto para si, quanto para os/as outros/as e para os contextos em que estão inseridos/as.

Propomos então, três movimentos de pesquisa, sendo o primeiro, o mapeamento das escolas municipais e estaduais. No município de Rio Grande/RS há 57 escolas de ensino fundamental da rede municipal e 30 escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual, sendo assim, através do envio de um formulário no google forms foram solicitadas informações sobre estudantes trans, como: A escola possui alunos/as/es trans? Quantos? A escola conhece as normativas para uso do nome social de estudantes trans? O/a responsável pelo/a/e estudante

menor de idade autorizou o uso do nome social? Os/as professores/a, equipe diretiva e pedagógica e funcionários/as estão se dirigindo aos/as estudantes pelo seu nome social nas dependências da escola? Os/as professores/a, equipe diretiva e pedagógica e funcionários/as estão se dirigindo aos/as estudantes pelo seu nome social nas dependências da escola? Posteriormente será feita uma visita a escolas que informarem a presenças de alunos/as/es trans, a fim de conhecer os movimentos da escola com relação a esses/as estudantes.

O segundo movimento consistiu em pesquisas nos currículos das escolas e nos documentos oficiais de educação, a fim de averiguar como os documentos e políticas públicas tem promovido discussões sobre sujeitos trans no espaço escolar.

E finalmente, o terceiro movimento de pesquisa, onde serão feitas entrevista narrativas com professoras/es, equipe diretiva e estudantes trans a fim de investigar que discursos e práticas estão presentes na escola com relação aos sujeitos trans. As entrevistas narrativas enquadram-se num plano investigativo de caráter qualitativo, do tipo descritivo, em que se procura “interpretar e compreender histórias complexas, tendo em conta os significados, as experiências e as emoções num determinado acontecimento ou contexto social”, segundo Bárbara Martins e Virgínia Ferreira (2016, p. 620). É um método de pesquisa não estruturada e de profundidade, que conduz o/a entrevistado/a a sua memória, “recordando-se de acontecimentos, experiências pessoais que tendem a ser detalhadas em forma de sequência de acontecimentos ligados entre si”, com uma “lógica temporal específica, com princípio, meio e fim, localizando-a no tempo e no espaço, a partir de suas perspectivas e representações”. (Ibid., p. 620).

A pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da FURG, sob o número CAEE: 70045423.6.0000.5324 seguindo a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os/as participantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento das escolas municipais e estaduais, assim como as entrevistas narrativas com professoras/es e equipe diretiva estão em processo de desenvolvimento. Até o momento, o formulário enviado as escolas obteve 50 respostas. Estas respostas, entretanto, foram obtidas mediante a muita insistência, muitos e-mails, ligações e visitas as escolas, tendo uma diretora que inclusive se

recusou a responder exclusivamente pela temática da pesquisa, evidenciando a transfobia existente também por parte dos/as profissionais de educação nos espaços escolares.

A análise dos documentos oficiais de educação evidenciou a importância do parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 - Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica e pela resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares<sup>5</sup> ficou instituído a nível nacional, de acordo com o Art. 1º, que: “Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.” No Art. 2º “fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.” O Art. 3º assegura que “Alunos maiores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação”. E o Art. 4º assegura que “Alunos menores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Na cidade de Rio Grande, foco da implementação do projeto, tanto a 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE 18), quanto a Secretaria de Município da Educação (SMEd) autorizam e reconhecem o uso do nome social de estudantes trans nas escolas (Figuras 1 e 2). Essa autorização está claramente expressa nos documentos analisados, demonstrando o compromisso dessas instituições em promover a inclusão e o respeito à identidade de gênero autodeclarada.

---

5 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/61941-nome-social>

## Figuras 1 e 2

### REQUERIMENTO DE INCLUSÃO/USO DE NOME SOCIAL

O (a) aluno (a) de nome social \_\_\_\_\_,  
com nome civil \_\_\_\_\_,  
Cadastrado no sistema ISE com número de matrícula \_\_\_\_\_, portador(a) de  
Cédula de Identidade \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, data de nascimento  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, filiação \_\_\_\_\_ e  
\_\_\_\_\_, solicita a inclusão do nome social nos registros  
escolares internos e o uso no tratamento, com fundamento no DECRETO ESTADUAL RS Nº  
48.118, DE 27 DE JUNHO DE 2011, RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2018 do  
Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. |

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do aluno conforme nome social

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

Contato do responsável: ( ) \_\_\_\_\_

O estado do Rio Grande do Sul instituiu política pública de inclusão - Carteira de nome social - DECRETO No 49.122, DE 17 DE MAIO DE 2012, confeccionada através do Instituto Geral de Perícias, sendo a primeira via gratuita. Consulte mais informações no IGP e garanta o direito do cidadão em acesso a dispositivos legais de proteção da pessoa trans.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO



### AUTORIZAÇÃO DE USO DO NOME SOCIAL

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_,  
residente na \_\_\_\_\_, pai/mãe  
e/ou responsável legal pelo(a) estudante \_\_\_\_\_, da  
Escola \_\_\_\_\_, do \_\_\_\_\_  
ano \_\_\_\_\_, da turma \_\_\_\_\_, AUTORIZO, em conformidade com os dispostos dos  
artigos 205, 206 e 207 da Constituição Federal de 1988, do art. 3º, IV, da Lei 9.394, de 20  
de dezembro de 1996 (LDB), de acordo com a Resolução nº 01, de 19 de janeiro de 2018,  
do Conselho Nacional de Educação, que o(a) estudante acima seja reconhecido(a),  
identificado(a) e denominado(a) pelo nome social adotado por ele(a) no âmbito desta  
Escola, sem que haja menção ao seu nome de registro civil.

Ciente de que os dados registrados em seu Documento Oficial de Identificação não  
coincidem com o nome social adotado por ele(a), segue anexa cópia de seu Documento  
Oficial de Identificação, para que ele(a) possa ser devidamente identificado(a) e participar  
desta Instituição utilizando seu nome social:

\_\_\_\_\_

Rio Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ainda está em andamento, mas esperamos que contribua com informações importantes para a questão trans nos espaços escolares. Por se tratar de uma temática emergente, que tem aparecido cada dia mais nas escolas, entendemos que esta pesquisa é de extrema relevância, sendo a coleta e análise dos dados essencial para nos permitir traçar um panorama mais completo da realidade vivenciada pelos estudantes trans em nossas escolas. Os resultados obtidos serão fundamentais para a construção de políticas públicas inclusivas e para o desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, n. 2, nov. 2014, p. 46-66. Disponível em: <[http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf\\_25](http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25)>. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017. **Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/61941-nome-social>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018. **Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/61941-nome-social>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. rev. Tradução: GPNEP: Grupo de pesquisa narrativa e educação de professores. ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

FAVERO, Sofia; AMBRA, Pedro. A anatomia de um pânico moral. **Revista cult**, p. 14-17, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no collège de France. São Paulo: Martins Fontes. 2002

MARTINS, Bárbara; FERREIRA, Virgínia. Potencial das entrevistas narrativas no estudo de experiências traumáticas a partir das narrativas de mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**. 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/1007>. Acesso em: 18 set. 2023.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Os corpos no espaço escolar**:(re) configurações dos/as alunos/as anormais em tempos pós-modernos. FERRARI, Anderson. et al. Corpo, Gênero e Sexualidade. Lavras: UFLA, 2014.



# EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA E NÃO-DESCRIMINATÓRIA NOS CURRÍCULOS E NA PRÁTICA DE EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL 1

*Karina Siciliano<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este artigo é parte de um projeto de doutorado que visa pesquisar o “acesso e progressão” das mulheres mães na universidade. Inserido dentro do escopo da pesquisa-ação embasado na metodologia da conversa (SAMPAIO,2023), das “escritas de si” e da Parrésia. (RAGO,2013) temos por objetivo investigar as prática docentes da “educação não-sexista e não-discriminatória” no contexto da sala de aula do ensino fundamental 1 e ao acesso dos docentes aos documentos oficiais como a LEI Nº 14.164 vislumbrando a possibilidade de uma ruptura com os antigos pressupostos de “colonialidade do ser, do saber e do poder” (QUIJANO,1989) e da colonialidade de gênero (LUGONES,2020). Portanto, práticas pedagógicas associadas a temática acima descrita, permitirão que futuramente as universidades sejam verdadeiramente espaços de todos e para todos, incluindo as mães acadêmicas. Mais do que uma escola não-sexista e não-discriminatória, defendemos a construção de uma escola antissexista que reflete constantemente acerca dessa temática desde os anos iniciais, de modo a construir uma sociedade mais justa e igualitária. **Palavras-chave:** educação não-sexista, educação não-discriminatória, maternidade, séries iniciais, universidade.

---

1 Historiadora e Mestre em Educação formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; karinassa-raiva@gmail.com

## INTRODUÇÃO

*“Sem educação para igualdade de gênero, nunca teremos igualdade de gênero”<sup>2</sup>.*

O Decreto Lei nº 7.247 de 1879, definiu que as mulheres teriam direito ao acesso as universidades em todo território brasileiro. No entanto, também eram elas, as responsáveis pelo trabalho de cuidado exercido nos lares de todo país. Apesar de invisibilizado, esse trabalho é até hoje, essencial ao desenvolvimento da sociedade capitalista. O advento da Revolução Industrial, entretanto, deslocou muitas mulheres e crianças para as fábricas o que ocasionou o surgimento do movimento feminista altamente comprometido e desejoso de mudanças sociais. Sabemos o quanto a participação feminina foi fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, à medida que a submissão e o confinamento das mesmas se mostrou um forte aliado para o desenvolvimento da lógica capitalista à medida que mesmo diante de sua emancipação, nunca se tornaram livres de fato, como descreveu em uma das suas entrevistas: *“Não, não estamos emancipadas, estamos cansadas e em crise”<sup>3</sup>*, a renomada pesquisadora de gênero, Silvia Federici, busca compreender de que maneira ocorreu a inserção social das mulheres e se elas foram verdadeiramente emancipadas ou tornaram-se altamente sobrecarregadas em suas múltiplas funções. Diante disso, pensar a possibilidade de (re)ingresso dessa mulher ao ensino superior, representando mais do que a mera possibilidade de progressão de carreira mas uma nova e grande responsabilidade a ser seguida por elas, sendo que nem sempre essa nova responsabilidade é seguida de sucesso.

Refletindo sobre dados atuais, é possível encontrar uma série de pesquisas que demonstram a intensa dedicação de pesquisadores e docentes no que se refere a inserção dessas mulheres em diversos espaços, inclusive nos mais diversos setores sociais. No entanto, um dado alarmante acerca dessa temática, é descrito no novo relatório do Fórum Econômico Mundial (FEM)<sup>4</sup>: segundo ele, estima-se somente para o ano de 2154 o estabelecimento da conquista completa da chamada equidade de gênero, portanto faltariam cerca de aproximadamente cento e cinquenta anos para que essa conquista possa se estabelecer. Dessa maneira,

2 <https://www.elsevier.com/pt-br/connect/helena-nader-sem-educacao-para-igualdade-de-genero-nunca-teremos-igualdade-de-genero>

3 Entrevista da autora, na íntegra neste link: <https://elefanteeditora.com.br/silvia-federici-nao-estamos-emancipadas-estamos-cansadas-e-em-crise/> acesso em 22 de agosto de 2023.

4 [https://www.cnnbrasil.com.br/economia/diferenca-de-genero-pode-acabar-apenas-em-2154-aponta-forum-economico-mundial/Diferença de gênero pode acabar apenas em 2154, aponta Fórum Econômico Mundial | CNN Brasil](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/diferenca-de-genero-pode-acabar-apenas-em-2154-aponta-forum-economico-mundial/Diferença%20de%20gênero%20pode%20acabar%20apenas%20em%202154,aponta%20Fórum%20Econômico%20Mundial|CNN%20Brasil)

penso no potencial dos professores de educação básica e na postura aliada dos mesmos junto a construção efetiva de um novo modelo de sociedade verdadeiramente justa e equalitária. Outras pesquisas apontam dados acerca da presença das mulheres na universidade, segundo afirma Renato Pedrosa, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES), há vários anos, mulheres já são maioria do corpo docente do ensino superior, inclusive na pós-graduação, atingindo também o maior número de títulos de doutorado. No entanto, elas se apresentam como a minoria no quadro docente, afirmando que: “em uma década, a participação feminina entre os professores cresceu somente 1%, de 44,5% para 45,5%”<sup>5</sup> é o chamado “efeito tesoura”, um fato que se explica por muitas razões que não somente associado as escolhas e gostos pessoais dessas mulheres, mas associados a questão sociais vinculado a elaboração de políticas educacionais. É notória a existência das chamadas “barreiras invisíveis” impostas, por exemplo, pelo assédio e parentalidade, fatores relacionados diretamente a desigualdade de gênero. Descrevemos a seguir, dois excelentes exemplos do chamado “efeito tesoura”: Em 72 anos de existência, o CNPq nunca contou com a presença de uma mulher à frente da sua presidência bem como apenas no ano de 2022, depois de 105 anos de existência, a Academia Brasileira de Ciência elegeu a sua primeira presidente mulher - Helena Nader<sup>6</sup>. Além disso podemos descrever o chamado “teto de vidro” (glass ceiling), fenômeno social relacionado diretamente as barreiras culturais organizacionais, familiares e individuais, que acabam dificultando o acesso das mulheres a posições de liderança, principalmente no que se refere aos mais elevados graus da hierarquia organizacional.

A maternidade, reconhecida socialmente por muitos como uma “dádiva exclusivamente feminina”, é objeto de estudo de muitas autoras como Perrot (2007) e Schienbinger, (2002) que contestam a prerrogativa que define os homens como Seres mais propensos e “adequáveis” à atividade científica por não possuírem a possibilidade de engravidar. Outras autoras como Patrícia Collins (2020) e Oyèrónkẹ̀Oyěwùmí (2021) descrevem a maternidade como um lugar de cuidado coletivo bem como defendem a valorização de uma História e sociedade que deslocam o eixo da análise: do eurocentrismo para um afrocentrismo de modo defender uma educação como prática de liberdade (HOOKS, 2017) mesmo que infelizmente ainda conte com a presença de poderes disciplinares (FOUCAULT, 1996) e dispositivos de gênero (ZANELLO, 2017).

5 <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/04/11/mulheres-no-ensino-superior-ainda-sao-minoria- apenas-na-docencia>. Acesso em 05 de setembro de 2023

6 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/academia-brasileira-de-ciencias-tem-primeira-mulher-na-presidencia-em-105-anos/>. Acesso em: 05 de setembro de 2023

## METODOLOGIA

Baseada nas perspectivas dos estudos decoloniais, essa pesquisa objetiva investigar trajetória e experiências das docentes servidoras do Colégio Pedro II, partindo da análise das narrativas (auto)biográficas de cada uma delas por meio da metodologia da História oral baseada nas entrevistas semi-estruturada. No entanto mais do que uma metodologia que registra as “escritas de si”, nosso trabalho se propõe a observar a existência da Parrésia (Rago,2013). Segundo essa autora, Parrésia se mostra como um desdobramento do conceito das “escritas de si” e se apresenta como uma prática constitutiva associada a arte da existência, fundamental ao entendimento da história de vida das docentes entrevistadas, permitindo o mergulho das mesmas nas profundidades íntimas de suas experiências de modo a reinterpretá-las através do questionamento acerca de possíveis marcas deixadas em seus corpos ao longo de sua existência. Aspectos relacionados a “colonialidade do ser, do saber e do poder” (QUIJANO, 1989) e da “colonialidade de gênero” (LUGONES,2020) também serão analisados à medida que incidem sobre o corpo-território (HERNÁNDEZ,2017) dessas docentes, reconhecidas aqui como intelectuais dotadas de afetos, saberes e experiências que lhes são próprias. Ainda descrevendo os sentidos de Parrésia (Rago,2013) destacamos os escritos de Foucault acerca do que o século XIX representou, segundo ele , uma “escolha da vida como escândalo da verdade”, ao realizar uma aposta em uma vida crítica e combativa, se aproximando do que chamou de prática da militância revolucionária, com objetivo de romper com o instituído, valores e hábitos sociais e dessa maneira dialogar com a possibilidade da prática da parrésia e com o que os escritos de Foucault nos permitem refletir acerca das práticas feministas de subjetivação na atualidade. Portanto, esse conceito nos ajudar a analisar os discursos segundo o que Rago (2013) afirmou ser um possível mergulho nas profundidades íntimas de suas experiências de modo a vivenciá-las e reinterpretá-las. Um possível questionamento de marcas do poder e de violência impressas em seus corpos de modo a recusar um destino supostamente biológico. Outro caminho que optei seguir foi o escopo da pesquisa-ação baseada na conversa como metodologia da pesquisa (SAMPAIO, 2023) de modo a analisar narrativas de docente, das séries iniciais acerca dos seus sentimentos e impressões no que diz respeito ao tema da redação do ENEM 2023: *“Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”*. Procurando perceber, descrever e analisar as possíveis marcas do que Zanello (2017), denominou de dispositivos de gênero, amoroso e de maternidade. Foram realizadas conversas com as professoras de modo a compreender suas trajetórias, prática docentes, sentimentos em

relação a redação do ENEM e as possíveis possibilidades de utilização da temática na sala de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental 1.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Como já explicitado, na busca por autonomia e emancipação, muitas mulheres acabaram por assumir múltiplas tarefas nem sempre simples de serem administradas. Uma série de autores nos ajudam a compreender esse processo e contribuem para nossa pesquisa. Há cerca de trinta anos, o mundo do trabalho vem passando por constantes transformações, visando a atender as novas exigências do mercado. Segundo afirmou Antunes (2010), a classe trabalhadora se tornou “mais heterogênea, complexa e fragmentada, diferente da advinda do taylorismo e do fordismo”. O conceito de trabalho, desde os primeiros escritos de Marx, em 1840, recebeu inúmeros significados, nem sempre associados aos direitos dos trabalhadores e a salários justos. Seguindo a lógica de valorização dos trabalhadores, em especial do trabalho das mulheres, Silva Federici (2017), por meio do viés da interseccionalidade, com ênfase nas categorias de classe, raça e gênero, descreve o avanço do capitalismo, condenando a escravidão dos negros e indígenas, a exploração das colônias e a subjugação das mulheres na obra *“Calibã e a bruxa”*. Ela afirma romper com o pensamento de Marx, no entanto, percebo-a como complementar à obra desse autor, à medida que oferece destaque à participação feminina no desenvolvimento do capitalismo, visto que foram essenciais à lógica de enriquecimento e de submissão, mesmo quando confinadas em seus lares exercendo o trabalho e cuidado. Segundo a autora, sem a subjugação das mulheres, o capitalismo não se sustentaria.

Pensando no século XXI, a condição da mulher enquanto aquela que contribuiu efetivamente para o sistema, é incontestável, de modo que observamos uma sobrecarga de funções exercidas por elas podendo levá-las ao adoecimento físico e mental e ou uma impossibilidade frente a administração de todas as tarefas designadas a elas. No caso das docentes sujeitas dessa pesquisa: trabalho remunerado (docência), trabalho de cuidado (maternidade, afazeres domésticos etc...) e a progressão de carreira possivelmente conquistada frente a conquista de diplomas em cursos de pós-graduação. Cabe destacar que nessa pesquisa, docentes são reconhecidas como intelectuais dotadas de saberes (NÓVOA, 1999; TARDIF, 1995), experiência (SCOTT, 1999) e afeto (LARROSA, 2002) que pensam a realidade de modo a problematizá-la desde os primeiros anos das séries iniciais. Dessa maneira, a educação é reconhecida como uma prática social, descrita por Paulo Freire (1987) e Bell Hooks (2007) como lugar de exercício da autonomia e da

prática de liberdade, no nosso caso específico, a prática de “educação antissexista e discriminatória”, não somente por meio do “empoderamento das mulheres”, mas a partir da construção de projetos em turmas e escolas do ensino fundamental da educação básica.

Uma pauta já defendida há anos e apresentada na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), no ano de 1979, foi a Resolução 34/180<sup>7</sup> - no Brasil, transs formada no decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002; assim como a instituição do “Dia Internacional da Educação Não Sexista” - 21 de junho. Uma outra Lei, a 14.164/21, visa à existência da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, com o objetivo da promoção de atividades sobre a Lei Maria da Penha, abordagem de conteúdos relativos aos direitos humanos, prevenção de todas as formas de violências, distribuição de material didático etc. Valeska Zanello (2018) é pesquisadora da área de “gênero, violências e subjetividades” e opera através do viés histórico-cultural, aproximando-se de Butler (2012) ao descrever gênero como “repetição estilizada de performance”, mas se distancia, à medida que pensa gênero por meio de “emocionalidades” (antropologias das emoções), e ou estabelecidas por via das “tecnologias de gêneros”, (Louretis, 1984). O conceito de “dispositivo” cunhado por Zanello (2018) se assemelha aos conceitos de Foucault, caracterizando-se por um “conjunto heterogêneo de discursos, instituições, leis, enunciados científicos”, vinculado às três dimensões “saber, poder e subjetividade”, usado como forma de controle e de poder sobre as classes, como, no caso desta pesquisa, do “dispositivo materno” (Zanello, 2018). Esse é um dispositivo que pode atuar como forma de controle na vida das mulheres, agindo com a mobilização do sentimento de culpa associado à emocionalidade. A maternidade, ao possuir uma “capa afetiva”, apresenta-se, na maioria das vezes, como uma dádiva, quando, na verdade, pode tornar essas mulheres cada vez menos produtivas socialmente. A “qualificação profissional, por meio da aquisição de novos títulos”, é assunto recorrente em espaços ocupados por mães, como os projetos de lei em “Defesa dos Direitos da Mulher a apreciação dos Projetos de Lei n.º 1.622, de 2021; 1.151, de 2022; e 1.741, de 2022”<sup>8</sup>, todos a favor dos direitos das mulheres mães. Cabe salientar que apenas alguns órgãos do governo possuem planos de carreira que beneficiam o servidor. Apesar da esfera federal possuir uma Lei (nº 8.112 de 1990) que legitima um plano de carreira com aumento de níveis e salários a cada pós-graduação concluída, percebe-se, muitas vezes, uma exclusão dessas

7 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm) **acesso em 31 de agosto de 2023**

8 Disponível: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2261153](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2261153) acesso em 31 de agosto de 2003

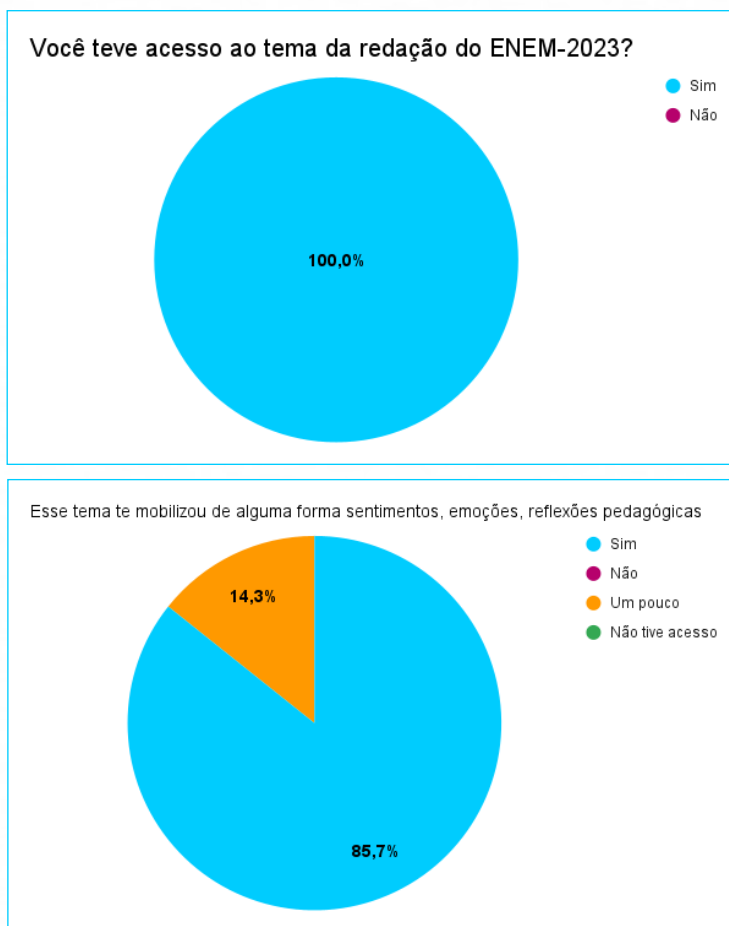
mulheres mães, no que se refere ao acesso das mesmas as progressões que lhes são de direito. Muitas vezes, essas mulheres precisam escolher entre o trabalho e os estudos, visto que a função materna, muitas vezes, não é passível de escolha. Algumas reflexões surgem medida que aprofundamos as leituras do tema: *“Seria possível que a mulher escolhesse os filhos e os estudos em detrimento do seu trabalho?!”* Talvez, caso existissem números de bolsas de estudo suficientes para todos os estudantes de pós-graduação, ou por meio da conquista de uma licença remunerada integral durante todo curso da sua pós-graduação (atualmente, as licenças concedidas, na esfera federal, ocorrem apenas durante o tempo de conclusão do curso).

Não basta ocupar as universidades, as mulheres precisam estar amparadas por políticas públicas de educação e de saúde que as permitam ocupar esses espaços de forma plena. As últimas décadas contaram com a criação de grupos sobre parentalidade, como “Parent in Science”<sup>9</sup>, e projetos de lei como o 2260/2022, que defende a prorrogação de prazos nos casos de maternidade, de paternidade e de adoção. Dito isso, pretendemos analisar os documentos oficiais à luz da teoria pós-colonial, partindo da desconstrução de conceitos relacionados à colonialidade como forma pensar a educação como prática de liberdade (HOOKS, 2017). No entanto acredito que as próximas gerações aprenderem na escola que é responsabilidade de todos a administração e gerência da casa e dos filhos etc...

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado desse trabalho será explicitado abaixo bem como algumas discussões serão iniciadas e descritas brevemente. Foi realizada uma conversa individual com 7 professoras dos anos iniciais do Colégio Pedro II. O gráfico abaixo irão refletir alguns dados importantes acerca das respostas. Como já foi explicitado, a redação do ENEM de 2023 abordou uma temática muito similar ao que nos propusemos a analisar nessa pesquisa, portanto ela serviu de motivação para iniciar a conversa com as docentes.

9 <https://www.parentinscience.com/>. Acesso em 05 de setembro de 2023.



No que se refere aos sentimentos mobilizados, percebemos que algumas professoras facilmente expõe suas experiências bem como tentam explicar de que maneira as narrativas e os relatos dos professores ilustram e contextualizam a realidade do século XXI

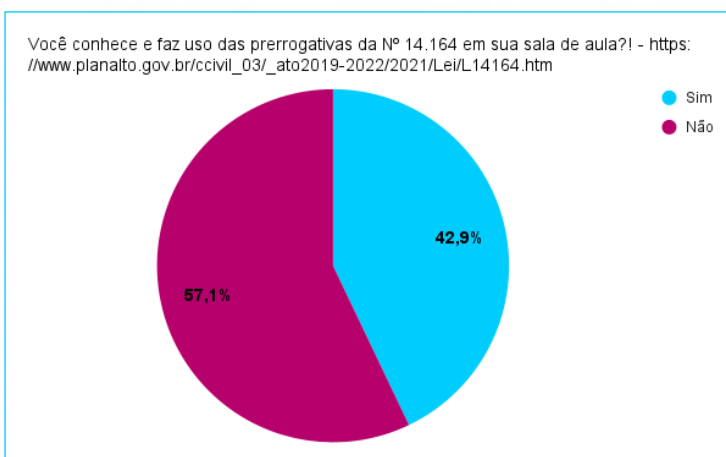
*“Sempre coloco essa invisibilidade na rotina para minha f Família! Além do trabalho, o ter que dar conta dos filhos da casa. Sempre saber o que tem ou o que não tem em casa... E acharem que é normal. Percebo que estão observando também, já mudaram bastante, mas ainda é necessário muita atenção e desconstrução. Os afazeres domésticos fazem parte da rotina de todos que moram dentro de uma casa e precisa ser reconhecido e exercido por todos.”*

Quando perguntadas a respeito das três palavras que melhor sintetizam e resumem a temática do ENEM, muitas delas se repetiram e as que mais apareceram foi: *“urgente, necessária e importante”* Uma outra pergunta direcionada as docentes, foi referente a Lei 14.164/21<sup>10</sup> e a importância da divulgação da *“Semana*

<sup>10</sup> [L14164 \(planalto.gov.br\)](http://L14164.planalto.gov.br)



*Escolar de Combate à Violência contra a Mulher*”, visando a promoção de atividades sobre a Lei Maria da Penha, abordagem de conteúdos relativos aos direitos humanos, prevenção de todas as formas de violências, distribuição de material didático etc. Quando perguntadas acerca do conhecimento e aplicabilidade dessa lei em sala de aula, tivemos as seguintes respostas:



As professoras relataram várias formas de abordagem da temática, seja para com crianças de 1º e 2º anos, quanto para alunos de 4º e 5º ano. Irei destacar abaixo algumas respostas e abaixo seguem relatos de professoras de primeiro e segundo ano:

*“Com crianças pequenas busco demonstrar que todos somos capazes de contribuir nos afazeres da casa. Que não existe coisa de menino ou de menina é que precisamos ajudar sempre. Reconhecer e valorizar as pessoas que vivem conosco além disso respeitar o direito do outro como queremos que nos respeitem. Especialmente para as meninas: elas têm voz e capacidade de se colocarem”*

Pelos relatos podemos perceber que é possível trabalhar a questão em sala de aula, independente do segmento dos alunos. Abaixo seguem dois relatos de atividades com alunos de 4<sup>o</sup> e 5<sup>o</sup> anos.

*“Nas aulas de história também debatemos o silenciamento das mulheres, mesmo com mulheres incríveis que foram fundamentais para a história do país e trazemos exemplos de biografias dessas mulheres como: Aqualtune, Dandara dos Palmares, Maria Felipa, Carolina Maria de Jesus”*

*“Sugiro que os alunos façam pesquisas sobre diferença Salarial, posições que são ocupadas por homens e mulheres, em empresas, quais as profissões mais escolhidas por mulheres e homens, heróis e heroínas... A partir daí, montar um quadro comparativo, criar tabela e um texto informativo. Seria um conteúdo facilmente trabalhado em turmas de 4<sup>o</sup> e 5<sup>o</sup> anos”.*

Sobre a definição do conceito de educação antissexista quando professores são perguntados acerca do que significa educação antissexista para eles, eles acabam por tentar defini-lo de modo a contextualizá-lo com a seu cotidiano e ou as marcas diversas advindas do processo histórico mundial.

*“Uma educação voltada para o combate das formas de discriminação baseada no sexo e no gênero. Um conjunto de práticas, vivências e reflexões que enfrentem o sexismo em todas as esferas da sociedade. Que combatam: o machismo; a diminuição e a desqualificação da mulher, dentro de casa e na sociedade; o preconceito; os abusos e violências contra as mulheres etc.”*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto ao analisar as narrativas e experiências dessas docentes através do viés da interseccionalidade pretendemos pensar políticas públicas e políticas educacionais baseadas na prática da autonomia (FREIRE,1996) e na prática da liberdade (HOOKS, 2017). Estudiosa do tema, FEDERICI (2018), em um de seus artigos<sup>11</sup> contestou a existência de uma “emancipação feminina” visto que na realidade, o que existe é uma “sobrecarga feminina”, que pode vir a ser reduzida a partir do instante que as tarefas passam a ser divididas com as demais pessoas que convivem com essas mulheres. Portanto é com debates acerca da temática da “economia do cuidado” que poderão acelerar processos como o da “equidade

<sup>11</sup> Entrevista da autora, na íntegra neste link: <https://elefanteeditora.com.br/silvia-federici-nao-estamos-emancipadas-estamos-cansadas-e-em-crise/> acesso em 22 de agosto de 2023

de gênero”. Dessa maneira, a escola e seus profissionais podem e devem construir uma escola antissexista que contribua para construção de uma sociedade mais justa e equalitária de modo a acelerar esse processo tão necessário e importante.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BADINTER, B. E. **Um Amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Lei nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade ( 4ª edição).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2012

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: A vontade de saber** (Vol. 1). São Paulo: Edições

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Tendências e impasses - O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, pp.206-242.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas.** Jan/Fev/ Mar/Abr 2002. Nº 19.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

\_\_\_\_\_. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa* [online]. 2008, n.9, pp.73-102.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, J. F., Ferreira, A. M., & Moraes, K. N. (2015). A política e a cultura de inovação na educação superior no Brasil. In A. M. Catani, & J. F. Oliveira (Ed.), **Educação superior e produção do conhecimento** (p. 127-164). Campinas, SP: Mercado de Letras.

OYĒWŪMÍ, O. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. tradução wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, A. “Colonialidad del poder y clasificación social”. **Journal of World Systems - Research.** Vol. XI, n.2, 2000, pp.342-386.

RAGO, M. **A aventura de contar-se - Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade.** São Paulo: Editora UNICAMP. 2013

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários:** elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1999. (mimeo).

SAMPAIO, S. **Conversa como metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ayvu editora, 2023.

SCOTT, J. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C.de S; RAMOS, T. R. O. (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos** - Cultura e processo de subjetivação. Curitiba: Appris editora, 2018.

# REDES SOCIAIS COMO UMA PROPAGAÇÃO LGBTFÓBICA: UMA ANÁLISE POSSÍVEL A PARTIR DE UM CASO NA ESCOLA

*Letícia da Silva Paz<sup>1</sup>*

*Glauber Carvalho da Silva<sup>2</sup>*

*Anderson José de Paula<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este artigo propõe analisar comentários realizados no Twitter e no Facebook acerca da notícia publicada pelo UOL e G1, que traz as agressões que um aluno sofreu numa escola, em Campinas, após sugerir debate com o tema LGBTQIAP+ em um grupo escolar de WhatsApp, em 2021. Para tanto, duas questões orientam essa busca: quais os tipos de comentários que emergem em redes sociais diversas sobre uma mesma matéria de temática LGBTQIAP+ publicada por diferentes tipos de jornais on-line? De que forma estes comentários em redes sociais sobre uma notícia do universo LGBTQIAP+ podem gerar gestos de resistência frente a discursos conservadores? Diante disso, foram selecionados e tabulados por eixos temáticos 111 comentários, no qual esse trabalho irá perpassar por aqueles que (1) colocam a escola como um ambiente onde não deve ser trabalhado as questões de gênero e sexualidade; (2) são diretamente homofóbicos; (3) demonstram a presença de um conservadorismo religioso contra o aluno; ou (4) acreditam que a escola tem potencial para colaborar na luta contra a LGBTfobia. Logo, o gesto interpretativo e analítico proposto problematiza como os meios digitais podem ser propagadores de estigmas e preconceitos, trazendo à baila a relevância de promover a educação sexual no ambiente escolar e apresentando-a como um gesto de resistência frente a LGBTfobia que circunscreve a escola. Sendo assim, defendemos que, a partir de

1 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, [leticia.paz@iseemear.org.br](mailto:leticia.paz@iseemear.org.br);

2 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo – USP, [glaubercarvalho90@gmail.com](mailto:glaubercarvalho90@gmail.com);

3 Doutorando do Curso PPGLetras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Mestre do Curso PROFLETRAS da mesma universidade – UFMS, [profajpletras@gmail.com](mailto:profajpletras@gmail.com).

uma Educação que trabalhe as questões de gênero e sexualidade é possível esperar uma sociedade mais justa e respeitosa para com as pessoas LGBTQIAP+.

**Palavras-chave:** LGBTfobia, Gênero, Sexualidade, Educação sexual, Resistência.

## INTRODUÇÃO

A delimitação dos poderes, que é amplamente disseminada, seria de três poderes que caracterizam a democracia (Executivo, Legislativo, Judiciário) e sutilmente a de um quarto poder que se caracterizaria pela imprensa e a forma com que ela consegue controlar os outros três e influenciá-los (João Moraes, 2019). Para além disso, a imprensa ainda possui vinculações governamentais ou com grandes corporações (Moraes, 2019) e expressam através de seus veículos informacionais informações que condizem com a sua identidade (Yulian Souza; Raquel Moreira; Hildeliza Cabral; Carlos Souza, 2018). No entanto, conforme assevera Moraes (2019), tem-se discutido a existência de um Quinto Poder, que seria a manifestação de grupos sociais no ambiente *online*, mas que consegue transfigurar-se para a realidade *offline*.

Esse autor explica que o Quinto Poder é independente do Estado e das grandes corporações e serve como uma forma de controlar os quatro poderes. Para ele, uma forma de entendermos esse poder é através dos *cyberprotest*, porque tais protestos possuem como característica o envolvimento de pessoas diferentes na busca do alcance de um objetivo em comum; são feitos no ambiente online que “(...) é concebido como mais amigável, flexível, relativamente barato, rápido, conveniente, interativo e permite uma participação igualitária entre seus usuários, uma vez que é descentralizado” (Moraes, 2019, p. 166).

Com o exposto acerca do Quinto Poder, podemos refletir sobre o impacto do uso das redes sociais, pois o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) possibilita maior facilidade de divulgação de conteúdos (Moraes, 2019). Assim, quando se apropriam delas para a divulgação de preconceitos ligados a população LGBTQIAP+ está ocorrendo, em concomitância, um movimento de obstinação do conservadorismo social com um alcance expressivo.

Souza *et al.* (2018) explicam que as redes sociais permitem uma interação entre as pessoas mais rapidamente, pois essas se concentram no enxugamento exponencial da distância entre indivíduos<sup>4</sup>. Positivamente, esses meios de interação tornaram-se viabilizadores das vozes que estavam em surdina, como das pessoas LGBTQIAP+. Em contrapartida, Thiago Caminada (2015) coloca que mesmo com as redes sociais sendo ambientes em que as pessoas se sentem com maior liberdade para se expressarem, ou seja, um espaço democrático, es

4 Neste artigo, a autora e os autores fazem a opção em utilizar a linguagem neutra, como um posicionamento em respeito a todas as identidades de gênero, quando não se necessita a demarcação específica de gênero.



comentadores estão aderindo uma alarmante posição, ao agirem negativamente e civilmente errado, como na promoção do desrespeito.

Hodiernamente, a homofobia se faz presente nas relações sociais, estando em diversas esferas da sociedade, colocando-se como um objeto do senso comum e que “pode ser discernida como o medo algoz de que a identidade “homossexual” possa a ser reconhecida e/ou socialmente valorizada” (Souza *et al.*, 2018, p. 5). Congruentemente, nesse artigo entende-se a LGBTfobia como o preconceito destinado as pessoas LGBTQIAP+, por essas vivenciarem suas identidades de gênero e orientações sexuais, que fogem da cisheteronormatividade, isso é, a ideia de que existe apenas uma forma correta e normal de ser e existir – em outras palavras, a noção de que as pessoas devem ser heterossexuais e refletirem a cisgeneridade.

Tal preconceito tem sido encontrado e fortalecido nas redes sociais, porque tem sido propagada a noção de uma liberdade de fala que independe das consequências e da veracidade da informação; tem-se a utopia de que qualquer fala é válida, mesmo que essa seja destrutiva às identidades das pessoas e, então, um crime: possibilitando o crescimento preocupante da dilatação de discursos de ódio, principalmente em sites que permitem o anonimato (Souza *et al.*, 2018). Dessarte, no que se refere ao âmbito das redes sociais

O justo não é ter liberdade irrestrita, é participar e deliberar de acordo com princípios de respeito, reciprocidade, imparcialidade e simetria, os quais contribuem para promover os direitos e deveres de todos (...) é preciso discernir que as redes sociais devem ser o espaço ideal para promover as condições ideais de harmonia social, cultural e de respeito à dignidade humana, não para a disseminação do ódio e da discriminação que só resulta na desagregação e fragmentação da sociedade que a faz (Souza *et al.* 2018, p. 4).

Sendo assim, este artigo busca entender: quais os tipos de comentários que emergem em redes sociais diversas sobre uma mesma matéria de temática LGBTQIAP+ publicada por diferentes tipos de jornais on-line? De que forma estes comentários em redes sociais sobre uma notícia do universo LGBTQIAP+ podem gerar gestos de resistência frente a discursos conservadores? Para tanto, foram analisados comentários de três notícias divulgadas em grandes veículos brasileiros de informação, a respeito de um acontecimento numa escola em Campinas, cidade do estado de São Paulo, em 2021: um garoto durante o período de isolamento social, dada a pandemia da Covid-19, no mês de junho (o qual se comemora o Mês do Orgulho LGBTQIAP+), sugeriu em grupo da turma no *WhatsApp* que fosse feito um trabalho com a temática LGBT. Esse sofreu cerceamentos e represálias

des responsáveis de alunes que estavam no grupo e da coordenadora da escola, com o argumento de que nas escolas não se deve tratar este tema.

## METODOLOGIA

A partir da notícia-mote da qual emergiram os comentários nas redes sociais (*Facebook* e *X*, o antigo *Twitter*), sutilmente supracitada, em meados de junho e julho de 2021 foram levantados e tabelados por eixos temáticos 111 comentários, que se estabelecem como o objeto de pesquisa e investigação deste artigo. Vale a ressalva de que os comentários elencados se deram a partir da delimitação dos eixos que propusemos a analisar (conforme se explora adiante na Tabela 1) e da temporalidade. Diante disso, neste artigo a autora e autores decidiram perpassar por aqueles que (1) colocam a escola como um ambiente onde não deve ser trabalhado as questões de gênero e sexualidade; (2) são diretamente homofóbicos; (3) demonstram a presença de um conservadorismo religioso contra o aluno; ou (4) acreditam que a escola tem potencial para colaborar na luta contra a LGBTfobia; constituindo então o *corpus* para a análise. Logo, quatro comentários foram especificados para investigação e serão discutidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 14 de junho de 2021, o portal de notícias UOL noticiou o caso em que um garoto de 11 anos sofreu preconceito após sugestão de trabalho com tema LGBT em grupo da escola. Nesse caso, es responsáveis de alunes e a própria coordenadora da escola achou um absurdo levar tal assunto para dentro da sala de aula, a notícia teve grande repercussão nas redes sociais e gerou comentários. Outros portais também notificaram o ocorrido.

Nesse sentido, Michel Foucault (1996, p. 09) diz: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Tal fala se faz atual, visto o que houve, onde o menino foi impedido de comentar determinado assunto e, no recorte feito, a maioria das pessoas concordaram com tal “silenciamento”.

Diante desse cenário, foram investigados comentários de três notícias, publicadas em dois portais de alto alcance e, portanto, notoriedade no Brasil: duas estão vinculadas ao G1 e a outra pelo UOL, destrinchada nesse tópico do artigo. Dessa forma, a Tabela 1 ilustra a organização dos comentários por eixos temáticos (linhas), segundo veículos de informação e rede sociais (colunas).

**Tabela 1** – Quantitativo dos comentários por eixos temáticos

	G1-X <sup>5</sup>	UOL - Facebook <sup>6</sup>	G1-X <sup>7</sup>
É a família que deve ensinar	1	1	-
O assunto não é para escola ou crianças	1	8	6
Diretamente homofóbicos	5	5	7
Reverbera estigmas	4	5	-
Favoráveis ao menino	4	31	2
Comentários que usam o lado político	2	4	-
Comentários que usam o lado religioso	-	11	-
Escola é solução	3	10	1

**Fonte:** Elaborado pela autora e autores.

A fim de problematizar como os meios digitais podem ser propagadores de estigmas e preconceitos às pessoas LGBTQIAP+, quatro comentários presentes nesse levantamento foram elencados para análise e discussão. É sabido que, ainda é comum a ideia de que o papel da escola é, unicamente, o desenvolvimento de cognições das matrizes curriculares básicas sem o envolvimento dela com as questões sociais. O comentário abaixo reforça essa noção.

*“meu filho na escola vai aprender matemática, física, etc....o respeito pelo ser humano deve ser independente de tudo Nosso país nunca terá um prêmio Nobel, estamos alienando nossas crianças.”*

Entretanto, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 promulga que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para além disso, Lurdes Tomaz e Rita Oliveira (2009) colocam que a escola é um local de transformação, que tem papel de oportunizar es jovens, que viabilizem a instauração de uma sociedade mais justa e, portanto, permita que todes gozem dos mesmos direitos; que antes de tornar-se e estudante uma cidadane é necessário que se coloque em prática a cidadania no ambiente escolar, fomentando que

5 Ver: <https://twitter.com/g1/status/1406190021464399875> - Acesso em 23/10/2023.

6 Ver: <https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/5672936229387813> - Acesso em 23/10/2023.

7 Ver: <https://twitter.com/g1/status/1407737718025572362> - Acesso em 23/10/2023.

todes lutem pela aquisição de seus direitos, pois “O papel da escola não é só propiciar o conhecimento intelectual que faz parte de sua grade curricular” (Tomaz; Oliveira, 2009, p. 09).

Perante isso, vale a reflexão: como a população LGBTQIAP+ será respeitada e poderá gozar de seus direitos na sociedade brasileira, ter a sua cidadania respeitada, se nem na escola, local em que rege a pluralidade de corpos e identidades, permite-se que os temas que atravessam suas (sobre)vivências possam ser discutidos? Professorias também participam da formação humanitária de cada uma. Infelizmente, quando impedem que as questões de gêneros e sexualidade sejam tratadas nas escolas, as crianças têm seus conhecimentos pautados nas famílias, que comumente é preconceituosa; na religião, que muitas ainda deslegitimam a existência dos corpos LGBTQIAP+; nas redes sociais, que, como concluiremos, também colaboram na promoção do desrespeito. Com isso, são perpetuados a violência e o sofrimento do grupo LGBTQIAP+ e comentários como a seguir ganham espaço, minimizando ainda mais o espaço de fala desse grupo e silenciando-o.

*“O mal venceu mais uma vez. Não se tem mais paz nesse país com essa MILÍCIA LGBT, uma minoria, se impondo à força contra uma maioria. Tem algo errado aí”*

O desejo de ser ouvido, respeitado, ter espaço dentro da sociedade brasileira, advindo do grupo LGBTQIAP+, na verdade, é um pedido de socorro, além da busca por dignidade, para conseguir sobreviver num país onde a morte de seus integrantes tem sido constante e massificada, num ambiente pelo qual a maioria se sente no direito de expor seu pensamento mesmo que seja para condenar, maltratar, agredir ou matar. Esse tipo de comentário ridiculariza a luta para que todes possam gozar dos mesmos direitos enquanto cidadãos e, claramente, expressa a homofobia que pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2019, é um crime e pode ser enquadrada conforme a Lei nº 7.716/89, a Lei do Racismo.

Contudo, falas desse tipo não são novidades e muitas vezes são sustentadas pelo fundamentalismo religioso que prega o ódio às pessoas LGBTQIAP+. Afinal, algumas religiões atuam como um mecanismo de dominação nas vidas dos indivíduos, ao tentarem colocar uma forma de comportamento, de vivência, como modelo a ser seguido intensificando a ideia de distanciamento de Deus para aqueles que fogem dos padrões expostos: a heterossexualidade é um dos padrões de vida comumente colocado por elas como cerne para a vida humana (Laionel Silva; Bruno Barbosa, 2016). A seguir se encontra um comentário que questiona argumentos fundamentados na bíblia, numa discussão sobre editá-la para que não haja mais homofobia.

*“Não tem livro mais editado que a bíblia, o que não falta é texto suprimido ou traduções sendo ‘adequadas’ a interesses escusos. Só existem os chamados ‘apócrifos’ pq estes não se adequaram a narrativa que a igreja queria manter. Pra completar, os evangélicos fizeram outras ‘adequações’ e retirada de livros e textos. (...)”*

Frequentemente, para justificar o preconceito destinado às pessoas LGBT-QIAP+ es religiosas usam dogmas da igreja e trechos bíblicos que mostram Deus abominando homossexuais, também disseminam a ideia de cura da homossexualidade (Silva; Barbosa, 2016). À exemplo dessas justificações tem-se as colocações da Damares Alves (2014), ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019-2022) e atual senadora pelo Distrito Federal, que explicitamente mostra seu repúdio ao movimento gay e desprezo ao desejo e mobilização social acerca da criminalização da homofobia, por considerar, respectivamente, tal movimento como destruidor da família brasileira e que tal pedido de direito seja a instauração de poder sobre es cristanes, como se no Brasil estivesse havendo uma “ditadura gay”.

Por consequência, Silva e Barbosa (2016) explicam que es indivíduos que fogem da heteronormatividade se veem com a necessidade de se isolarem, esconderem quem verdadeiramente são, ou seja, daí surge a ideia do armário, um local no qual elus estão seguros, mas que é perturbador por não poderem se expressar livremente e ter que serem submetidos a situações em que as pessoas do seu entorno desconhecem sua verdadeira personalidade. Esses autores acrescentam que

*As condutas religiosas dominantes contribuem para a perpetuação de um modelo que gera violências e discriminações às pessoas LGBT. Jogam fora as chaves que trancam as pessoas em seus próprios armários, transformam os corpos desses sujeitos, elegem modelos e excluem direitos. As religiões dominantes constroem discursos verbalizados e silenciosos que inscrevem na sociedade a continuação de um modelo normativo dominante (Silva; Barbosa, 2016, p. 151).*

Diante desse cenário, é preciso estimular debates acerca das questões de gêneros e sexualidades nas escolas, a fim de possibilitar que esses espaços sejam seguros à diversidade de gênero e sexual que se faz presente. Assim, as instituições de ensino contribuem para a promoção do respeito e o gozo dos direitos das pessoas LGBTQIAP+. É nesse sentido que o próximo comentário, extraído de uma discussão, se encaminha.

*“até agora não vi ninguém glamourizando... só vejo pessoas pedindo respeito, tentando levar EDUCAÇÃO sobre diversidade.*

*Afinal, ninguém respeita aquilo que não conhece, e a melhor forma de combater o preconceito é assim mesmo: educação. Enquanto a sociedade ainda tratar as pessoas LGBTQ como “diferentes”, “erradas” ou “pervertidas”, precisaremos bater na mesma tecla e educar, até que finalmente seja (como vc disse) tratado com naturalidade.”*

Nesse contexto, a pessoa que escreveu esse comentário estava se posicionando contra a ideia de que a proposta do garoto de fazer um trabalho com a temática LGBT seja glamourizar a homossexualidade, ao invés de naturalizá-la; defendendo fielmente o exercício da Educação como uma ferramenta capaz de ajudar na luta contra a LGBTfobia.

De fato, percebe-se que as instituições de ensino são fundamentais no processo de socialização, ou seja, são locais que possibilitam a compreensão das relações sociais (Juliane Bazzo; Eva Scheliga, 2020); normalmente, é o primeiro local em que os indivíduos têm contato com pessoas diferentes de seus costumes. Logo, o ambiente escolar é um dos melhores locais para praticar o respeito. Então, tratar temáticas LGBT dentro desse ambiente é uma forma de erradicar as padronizações feitas sobre as vidas dos educandos que fortalecem o padrão cisheterossexual e, conseqüentemente, os preconceitos destinados a população LGBTQIAP+: fomentando nelas a admiração pelas diferenças e, portanto, o respeito mútuo. Todavia, ao se tratar do que é responsabilidade da escola, como já explorado, muitas divergências surgem e, quando se junta escola e sexualidade, o debate se torna ainda mais intenso.

## **EDUCAÇÃO SEXUAL COMO GESTO DE RESISTÊNCIA**

Mesmo que a LGBTfobia não seja “ensinada” pela família, é comum que adultos se calem diante dos questionamentos acerca da sexualidade que as crianças fazem. Cristina Varela e Sonia Melo (2015) explicam que, isso se dá muitas vezes por considerarem que as crianças são isentas da sexualidade, haja visto que essas aprenderam a associar a sexualidade com algo sujo e negativo ao mesmo tempo que entendem as crianças como seres angelicais e puros. Em consonância, Paula Ribeiro e Juliana Rizza (2013) apontam essa noção como uma das dificuldades para a efetivação do ensino para a sexualidade nas escolas, afinal, ainda é muito comum a crença em que tratar as questões que envolvem a sexualidade irá promover a iniciação precoce da vida sexual.

Assim dizendo, obstina-se um grande preconceito por parte das famílias sobre a educação sexual, uma vez que para tais isso significaria ensinar sexo para as crianças e estimulá-las a terem relações sexuais. Dessa forma, com uma

perspectiva errônea sobre a educação sexual, muitos acreditam que a escola não é um local para que as questões de gêneros e sexualidade sejam trabalhadas e discutidas. Essa noção é vista no levantamento discutido nesse artigo, em que ao menos 17 comentários diretamente problematizam esse debate no ambiente escolar ou profere a ideia de que a temática LGBT deve ser abordada somente pela família. Com esse tipo de pensamento, é comum que professoras se sintam intimidades para trabalharem com essa temática em sala de aula e acabam voltando o ensino de sexualidade – quando ocorre – para a perpetuação do discurso relacionando-a com “família-reprodução” (Ribeiro; Rizza, 2013).

Contudo, Varela e Melo (2015) explicam que no cotidiano estamos num processo constante de educação sexual, sendo influenciadas pelas diversas linguagens que nos rodeiam, inclusive a midiática. Assim,

Refletir sobre a vivência da sexualidade infantil no seu contexto de relações passa por observar diferentes exemplos do cotidiano, pois a criança interage e aprende não somente com seus pais e familiares próximos, mas também na escola com seus colegas e professores, na rua com outros tipos de relações que se estabelecem também por meio da mídia que a cerca. Nesse interim o “não” diálogo intencional sobre a sexualidade com essa criança, sem que ocorra uma intervenção sensível de um adulto dialogando com ela sobre o que lhe está sendo comunicado por essas mídias, deixa-a completamente sozinha para testar, conhecer e aprender ou desaprender sobre sua sexualidade, frente a esses estímulos plenos de mensagens (Varela; Melo, 2015, p. 345).

Ademais, como explorado nesse artigo, as redes sociais estão repletas de conservadorismos, que se contrapõem às (sobre)vivências LGBTQIAP+ e, portanto, esses espaços ecoam o desrespeito, as violências, a discriminação, a LGBTfobia. Em nosso levantamento, 26 comentários são diretamente homofóbicos ou reverberam estigmas associados a população LGBTQIAP+. Logo, sendo conhecido que as mídias sociais estão exercendo grande poder nas tomadas de decisão e na propagação de discursos, quando e indivíduo for buscar informações acerca de assuntos que envolvem as pessoas LGBTQIAP+, essa pode ser nocauteada com os preconceitos que aproveitam tais veículos de informações para se propagarem.

Dessa maneira, para garantir que todas possam ter conhecimento verídico acerca das sexualidades e promover, com isso, uma luta contra os preconceitos destinados às pessoas LGBTQIAP+, a escola “(...) mediante suas atividades de ensino e aprendizagem, deve deixar de reproduzir padrões normativos preconceituosos excludentes, para, ao contrário, priorizar o acolhimento a todas as formas de diversidade, inclusive a sexual” (Jessica Casali, 2020, p. 25). Felizmente, no

nosso levantamento foram levantados 51 comentários favoráveis à proposta do garoto ou que apresentavam/acreditavam na escola como um espaço para que as questões de gêneros ou sexualidade sejam trabalhadas.

Sendo assim, considerando que além de “(...) *agentes culturais*, os professores são também, inevitavelmente, *agentes políticos*” capazes de possibilitar a mobilidade e ascensão social (Antônio Nóvoa, 1992, p. 17, grifo do autor), evidencia-se a necessidade de refletir sobre uma Educação que possa romper com as hierarquias, que também se fazem presentes nas salas de aulas tradicionais, que dão maior voz e espaço a homens e pessoas cisgênero e heterossexuais. Diante disso nos deparamos com a Pedagogia Feminista. Aqui

A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar (distintos) saberes. [...] Como consequência, há a expectativa de que a competição ceda lugar à cooperação, levando a uma produção de conhecimento coletiva, colaborativa, apoiada na experiência de todos/as (Guacira Louro, 2003, pp. 113 – 114).

Apesar de ser voltada destacadamente para a questão do machismo, essa pedagogia se aplica bem aos demais casos de preconceitos e silenciamentos destinado às pessoas que, sem lugar de fala respeitado nas escolas, têm de se calar. A partir de um espaço seguro que estabeleça o respeito pela diversidade e a oportunidade de fala dos diversos grupos sociais, como cita Louro (2003), podemos pensar em uma construção mais equilibrada da comunidade, uma vivência que respeite as diferenças de cada indivíduo e lhes ofereça as mesmas oportunidades. Desse modo, é estimulada a fala daqueles que estão em estado de mutismo por acreditarem que seus saberes não são relevantes; sendo uma maneira de propiciar formas/mecanismos para que a voz, não só da população LGBTQIAP+ como a de outros grupos minoritários, seja escutada e reverberada, ecoando o respeito à diversidade.

Destarte, entendendo a educação sexual como uma medida pedagógica e educativa que trabalha positivamente as questões que envolvem gêneros e a sexualidade e, portanto, estimula a vivência positiva das identidades do corpo discente; atua na prevenção de violências sexual, de gênero e de outras categorias; constrói um espaço fidedigno para sanar as curiosidades sobre essa temática; a autora e autores desse artigo acreditam que a educação sexual é um gesto de resistência frente a LGBTfobia que circunscreve a escola. Por conseguinte, a partir



dela é possível esperar uma sociedade mais justa e respeitosa para com as pessoas LGBTQIAP+.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se um grande avanço na proliferação de pensamentos pessoais na atualidade, devido às redes sociais, nas quais os comentários feitos impõem um caminho para disseminação da LGBTfobia, a sua perpetuação. À vista disso, as redes sociais passaram a ser um veículo não fidedigno, em algumas instâncias, para a busca de conhecimento sobre a população LGBTQIAP+, uma vez que essa busca pode significar o acesso à estigmas que lhes são associados.

Para mais, com o gesto analítico e interpretativo acerca de comentários levantados para esse trabalho, se responde que na sociedade brasileira ainda há a presença de discursos conservadores que prezam pela discriminação da população LGBTQIAP+, violentando-a por fugir dos padrões criados histórica e socialmente, esporadicamente sustentados pelas religiões. Da mesma forma, ainda é comum noções que colocam a escola como um local não apropriado para discutir as questões de gêneros e sexualidade: isso se confirma também com os desdobramentos na escola, a partir de uma representante/gestora, após a sugestão de um aluno em fazer um trabalho com a temática LGBT, conforme nos conta as notícias estudadas, demonstrando a presença da LGBTfobia inscrita nesse ambiente.

Ao mesmo tempo, notoriamente houve comentários favoráveis à uma Educação capaz de assegurar a permanência da diversidade de gênero e sexual no cotidiano escolar. Isso mostra a necessidade de alçar debates com a comunidade externa e interna aos muros das instituições de ensino, a fim de elucidar a substancialidade da escola na formação cidadã e, portanto, na promoção do respeito à pluralidade de corpos, identidades de gênero e orientações sexuais; romper com as falsas interpretações sobre a educação sexual; construir um espaço seguro para as vivências positivas das identidades no cotidiano escolar e social; combater a LGBTfobia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Damares. **Criminalização da homofobia - Pra. Damares Alves (Parte 4)**. Palestra apresentada pela Damares Alves, 2014 (18 min 28 seg). Publicado pelo canal Arolde de Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sLqwZMjRcio>. Acesso em 25 out. 2023.

BAZZO, Juliane; SCHELIGA, Eva. Etnografias em contextos pedagógicos: alteridades, agências e insurgências. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 11-27, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/79672>. Acesso em 22 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 25 out. 2023.

CAMINADA, Thiago Amorim. **Erro jornalístico nos comentários das redes sociais**: interações entre leitores e veículos. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157346>. Acesso em 25 out. 2023.

CASALI, Jessica Pereira. **“A escola ignora essas questões”**: o silêncio em relação à diversidade sexual e as discriminações contra a população LGBT no ambiente escolar. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá. Disponível em: <https://ppqecpan.ufms.br/files/2020/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jessica-Pereira-Casali.pdf>. Acesso em 25 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORAES, João Antonio de. **O Paradigma da complexidade e a Ética informacional**. Campinas: UNICAMP, Centro Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2019.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. *In*: NÓVOA, António (Org.). **Profissão Professor**. Lisboa: Porto Editora, 1992. p. 13-34.

**Sexualidade**: papo de criança na escola? Sim!!!. RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIZZA, Juliana Lapa (Orgs.). 2 ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6562>. Acesso em 25 out. 2023.

SILVA, Laionel Vieira da; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6309>. Acesso em 25 out. de 2023.

SOUZA, Yulian Lopes de; MOREIRA, Raquel Veggi; CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **A influência das redes sociais digitais na homofobia**. Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, v. 7, n. 1, 2018: VII Anais do Evidosol/Ciltec (Edição 2018). Disponível em: <https://ciltec.anais.nasnuv.com.br/index.php/CILTecOnline/article/view/1044>. Acesso em 25 out. 2023.

TOMAZ, Lurdes; OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo**. [2009]. Disponível em: <http://www.diaa-diaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>. Acesso em 16 de jul. de 2021.

VARELA, Cristina; MELO, Sonia Maria Martins de. Educação sexual, crianças e mídias: algumas reflexões. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, p. 341-356, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6346>. Acesso em 22 out. 2023.

# GÊNERO/SEXO E DRAMATURGIA CONTEMPORÂNEA: ABORDAGENS POSSÍVEIS NA PEDAGOGIA TEATRAL

*Jerônimo Vieira de Lima Silva<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho pretende refletir de que maneira são abordadas as questões de gênero e de sexo no contexto dramaturgico contemporâneo aplicadas à pedagogia teatral, tendo como pressupostos o heteroterrorismo, e o conceito de geografia sexual e de que maneira o teatro possibilita reflexões e problematizações sobre tais assuntos. A metodologia aplicada neste estudo se deu pelos vieses da abordagem qualitativa e sob o processo de reflexão crítica, a partir dos pressupostos da pedagogia do oprimido e do teatro do oprimido, por entender a importância da relação educador/educando em constante processo de transformação social por meio da formação política e ética de todos os seus atores. Para tanto, iniciamos com uma breve fundamentação teórica em torno do tema em foco a fim de melhor compreender as tensões entre os discursos heteronormativos e as dissidências de gênero e sexuais. Em seguida, procuramos apontar tais assuntos no contexto dramaturgico contemporâneo, sobretudo em relação ao ensino de teatro. Consideramos que a exploração dos referidos temas pode contribuir para o combate às práticas heteroterroristas por meio de intervenções estético-artísticas artivistas.

**Palavras-chave:** Dramaturgia contemporânea, Sistema sexo/gênero, Heteroterrorismo, Pedagogia Teatral.

---

1 Docente efetivo do Departamento de teatro do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Regional do Cariri - URCA, [jeronimo.vieira@urca.br](mailto:jeronimo.vieira@urca.br)

## INTRODUÇÃO

O estudo aqui pretendido procura refletir de que maneira são abordadas as questões de gênero e de sexo no contexto dramático contemporâneo aplicadas à pedagogia teatral, tendo como pressupostos o heteroterrorismo, e o conceito de geografia sexual e de que maneira o teatro possibilita reflexões e problematizações sobre tais assuntos. Para tanto, o texto se divide em subcapítulos, a partir dos quais serão tratados os assuntos relacionados aos temas pretendidos, a saber as questões de gênero e de sexo relacionados às práticas teatrais no contexto educacional. No primeiro, trataremos de gênero e sexualidade a partir de pressupostos desenvolvidos por Berenice Bento, Judith Butler, Foucault, Guacira Lopes Louro, dentre outros, a fim de melhor entender as relações entre os discursos e dispositivos heteronormativos masculinos e as subjetividades divergentes e dissidentes. Em seguida, procuraremos abordar o assunto no contexto educacional no intuito de melhor perceber as tensões entre corpo, gênero e sexo aí presentes e suas conseqüentes violências geradas dos seus embates. Trataremos em seguida do heteroterrorismo, conceito que busca melhor fundamentar a diversidade de gênero e sexo apresentados anteriormente. De posse das discussões propostas nos subcapítulos anteriores, pretendemos estabelecer uma geografia sexual, haja vista as relações dos temas apresentados com o espaço e suas territorialidades concebidas em função das relações entre corpos divergentes no contexto educacional, especialmente o escolar. E por fim, trataremos da pedagogia teatral, sobretudo nos estudos de Ingrid Koudela, Bertolt Brecht, Maria Lúcia Pupo, Augusto Boal e Denis Guénoun, em que se apresentam algumas metodologias desenvolvidas entre teatro e educação. Proporemos reflexões entre a prática do professor e da professora de teatro e as possibilidades de contemplar as questões de gênero e sexualidades no intuito de se enfrentar e combater o preconceito e a LGBTfobia.

Entendemos que a importância de tratarmos das questões de gênero e sexualidades é algo que não se pode negligenciar. A sua urgência se faz cada vez mais determinante com vistas a se combater práticas violentas contra subjetividades divergentes e corpos dissidentes aos discursos heteronormativos masculinos compulsórios. O que se constata é uma crescente onda de múltiplas violências no contexto escolar, as quais provocam a invisibilização e a expulsão dos sujeitos deste espaço. A sua geografia que envolvem espaços e territorialidades nos quais privilégios e discriminações convivem lado a lado de maneira extremamente desiguais. Nesta perspectiva, o teatro pode representar uma prática engajada

e combativa, a partir do momento que procura estabelecer reflexões e debates sobre tais situações conflitantes e heteroterroristas.

Durante o estudo, percebeu-se que a escola precisa ser esse espaço geográfico de inclusão e respeito, no qual corpos diversos possam conviver, mesmo demarcando suas especificidades e divergências. Por outro lado, aquilo que chamamos de geografia sexual, tendo em seu cerne as relações complexas de corpos dissidentes, divergentes em consonância com as questões de gênero e sexualidades, o espaço para se realizar o ato artístico-teatral, tendo como temáticas os temas propostos. Notamos ainda que, no interior da escola, diversos territórios acabam sendo criados, em que corpos estabelecem determinadas relações de afinidades e aproximações em que acordos são estabelecidos e ocorrem convivências diferenciadas entre os sujeitos pertencentes àquele espaço geográfico. Ainda observamos que outros corpos não conseguem se inserir em nenhum grupo territorializado, os quais acabam se tornando invisibilizados.

## 1. GÊNERO E SEXUALIDADES

Os discursos heteronormativos sobre gêneros e sexualidades em qualquer contexto social, inclusive inseridos na realidade escolar, procuram determinar padrões de comportamento os quais poderão ser reiterados por processos disciplinares sobre o comportamento humano. Por outro lado, forças contrárias a estas regulações compulsórias acabam por possibilitar novos entendimentos acerca das questões apresentadas. O que se evidencia nesta queda de braço é que a cisheteronormatividade patriarcal fortalece o seu discurso dominante pelas vias da repetição tornando mais eficazes os atos performativos que os sustenta. Não obstante, corpos dissidentes e divergentes parecem se contrapor aos modelos fixos de validação presentes nos discursos heteronormativos. O entrave aí presente chama a atenção para o caráter excludente da categoria “humano”, segundo Berenice Bento (2006), das pessoas que reconstróem suas posições identitárias, transitando e, portanto, negando a precedência explicativa do biológico (p.45/46). Neste sentido, todos os elementos que compõem as pessoas (atos, gestos e atuações), são performativos, como bem aponta Judith Butler (2015). Para ela, se por um lado todos estes elementos representam a nossa essência ou a nossa identidade, por outro lado, esses mesmos elementos que se revelam em nós são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos.

Diante das prerrogativas anteriores, os dispositivos da heterossexualidade compulsórios em que se dispõem como “normais” os binarismos homem/

masculino e mulher/feminino acabam por provocar certa fabricação do “anormal” a todas as outras possíveis compreensões e constituições de sujeitos nos seus aspectos de gênero e sexo, restringindo suas experiências na sociedade. Isso tem provocado intensas discriminações e cerceamentos de toda ordem aos sujeitos não normativos ou que não conseguem/podem/desejam inscrever-se na esfera da inteligibilidade social. Butler (2003) enfatiza a necessidade de rompimento com o sistema binário que corrobora a relação mimética entre gênero e sexo, ao afirmar que o primeiro está determinado pelo segundo. Para tanto, a autora instiga a construir outra forma de pensamento na qual o corpo deixe de ser um meio passivo sobre o qual se inscrevem os significados culturais e passe a ser pensado também como uma produção performativa. A autora argumenta que para operar essa produção performativa é indispensável que as normas que regulam e materializam o sexo e o gênero sejam continuamente repetidas, sempre amparadas por/em instituições e sujeitos detentores de uma autoridade reconhecida como legítima. Outra percepção relevante sobre a aparente violência que se estabelece nesta relação conflitante presente nas dissidências de gênero e sexuais, ocorre no conceito de heteroterrorismo, desenvolvido por Bento (2011).

## 2. HETEROTERRORISMO E GEOGRAFIA SEXUAL

De acordo com o seu argumento, o heteroterrorismo se refere a um conjunto de opressões estruturais. Nele, são reiteradas violências verbais e físicas contra as dissidências sexuais e de gênero com o intuito de anular, silenciar e apagar socialmente tais corpos (p. 556). Este conceito é importante para entendermos de que maneira são criadas tecnologias discursivas que irão preparar as construções identitárias dos corpos a partir dos pressupostos heteronormativos de gênero. De acordo com Bento, quando a criança nasce, encontrará uma complexa rede de desejos e expectativas para seu futuro, levando-se em consideração, para projetá-la, o fato de ser um/a menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades, que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa. (BENTO, 2011, p. 550).

A partir das considerações acima, é importante ressaltar que essa preparação preexistente em torno dos indivíduos, até mesmo antes de nascer, será reiterado no contexto escolar, pois a escola, ainda se constitui enquanto espaço que não só desenvolve como também reproduz práticas e discursos heteronormativos e, portanto, determinando hierarquias entre corpos, gêneros e sexualidades.

### 3. CONTEXTO EDUCACIONAL

No contexto educacional tem ocorrido disparidades quando o assunto se refere às dissidências sexuais e de gênero, exigindo cada vez mais políticas de enfrentamento contra a discriminação, o preconceito e a transfobia. A própria sociedade civil, através de seus organismos, tem se manifestado a favor de uma educação que leve em consideração os direitos humanos. A busca pelo fortalecimento da participação dos estudantes na conquista de seus direitos e a criação de um ambiente educacional a propiciar o respeito à pluralidade sexual e de gênero podem ser importantes aliados para a qualidade de corpos dissidentes e divergentes em tais ambientes.

Estudos apontam que a capacidade de fala e participação de estudantes na conquista de direitos e, conseqüentemente, a criação de um ambiente favorável ao acolhimento às diferenças são fundamentais para que a discriminação e o preconceito diminuam. Por isto mesmo, apostar numa educação de qualidade possibilita a reversão dos índices de violência e o estreitamento de diálogo entre comunidade e escola. Abordar temas sobre sexualidade, diversidade sexual, exploração sexual e Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, é necessário às políticas de educação, buscando contemplar o envolvimento de todas as esferas de poder do país. É importante que seja permitida a possibilidade de professoras e professores, bem como os gestores escolares e os demais atores inseridos no contexto escolar, de promoverem espaços para debates a fim de transformarem suas realidades.

A tarefa parece difícil, mas é papel da escola promover tal ambiente de diálogo e respeito às diferenças, fazer refletir sobre determinados comportamentos que geram violência e naturalização de certos comportamentos machistas, homofóbicos, transfóbicos, lesbofóbicos, dentre outros preconceitos de gênero. Por este motivo, não podemos nos esquivar da responsabilidade de proporcionar que a escola seja um lugar mais democrático e seguro. O silenciamento e conivência a todos estes tipos de violência que se dão no seio escolar dizem respeito a toda a sociedade.

As questões sobre as dissidências de gênero e sexuais precisam ser encaradas cotidianamente por todos os profissionais escolares. Não obstante, a mobilização dos movimentos sociais tem reivindicado posturas mais contundentes por parte dos órgãos públicos, com o intuito de erradicar o quadro de exclusão existente. De acordo com Bento (2008), o que tem ocorrido nas escolas é mais do que exclusão. Para ela:



[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala na escola tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão (BENTO, 2008, p.129).

Nos perguntamos por que isso ocorre. Ora, não podemos esquecer que a escola representa peça fundamental para a permanência dos discursos normatizadores dos corpos e de controle destes. Em outras palavras, a presença de corpos que escapem à normatividade, põe em xeque os discursos hegemônicos disciplinares e biopolíticos (FOUCAULT, 1993) que sedimentam as regras das escolas tradicionais. Por outro lado, a instituição escolar, mesmo diante de programas educacionais sobre sexo, diversidade sexual e combate ao preconceito, é entendida pela maior parcela da sociedade e dos órgãos a ela relacionada como mantenedora do *stablishment* e do controle sobre sexo, corpo e gênero. Em se tratando do tema especificamente das dissidências de gênero e sexuais, o que se percebe é a enorme dificuldade em lidar com eles.

A complexa rede que envolve a luta por igualdade se politiza cada vez mais e passa a se consolidar nos discursos afirmativos e na conquista dos seus direitos. Ao atuar dessa forma, questiona o tratamento dado pelo Estado à questão da diversidade e lhes cobram políticas públicas e democráticas e a construção de políticas públicas específicas. Portanto, para que ocorra verdadeiramente a inclusão das populações LGBTQIAPNb+ no contexto educacional, não se pode deixar de levar em consideração alguns aspectos fundamentais:

- É preciso o reconhecimento e a garantia ao direito à diversidade, mesmo que se continue o embate contra as desigualdades sociais; é necessário dispor de uma educação que possa valorizar a inclusão baseada na qualidade do processo educacional;
- É fundamental o respeito às diferenças e o combate ao preconceito e à discriminação. Para tanto, as práticas pedagógicas devem articular-se aos movimentos sociais, promovendo o diálogo entre estes e a comunidade.

Se por um lado as prerrogativas acima descritas possam parecer um tanto idealistas, por outro, não podemos esquecer que a escola ainda é um campo

minado no qual se projetam interesses diversos, forças contrárias que se conflituam, centro gravitacional entre uma falsa autonomia a que lhe conferem e ao mesmo tempo, um território complexo de interesses externos. De qualquer modo, a escola continua a exercer papel importante na formação e no desenvolvimento dos indivíduos, mesmo que paradoxal. Não obstante, este ambiente pode ser tanto estimulante como desestimulante. Se aqueles que frequentam a escola são discriminados e hostilizados por conta das dissidências de gênero e sexuais, ou pela falta de reconhecimento dela, esta mesma escola perde parte de sua importância na vida da população LGBTQIA+. Em decorrência dessa realidade, o lugar dos que transgridem as normas no contexto escolar acabam por se tornar inviável, o que provocará o grande índice de evasão, exclusão e expulsão.

Ao constatarmos a problemática enfrentada pela população LGBTQIAPNB+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários, dentre outros) no contexto educacional, questionamo-nos: de que maneira é possível articular a convivência entre estes corpos considerados “estranhos” e o espaço tradicional da escola e de outras instituições de ensino? Como abordar tais assuntos relativos num ambiente pautado por procedimentos eminentemente heteronormativos? Como relacionar as dissidências de gênero e sexuais às práticas educativas contemporâneas, em particular no ensino de teatro? E ainda, qual a escola que efetivamente queremos? Longe de encontrarmos respostas a todas as proposições aí suscitadas, evidenciamos a necessidade de, antes mesmo de adentrarmos as instituições educacionais, desconstruir os processos normatizadores e biopolíticos, desmontar a falácia e os simulacros presentes nos discursos da heteronormatividade por via da heterossexualidade masculina, a qual determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos, desvincular as categorizações das pessoas por suas orientações sexuais e suas determinações de gênero, tirando-as de suas “caixinhas etiquetadas”.

#### 4. TEATRO E PEDAGOGIA TEATRAL

Diante dos desafios existentes em torno das questões de gêneros e sexualidades, o ensino de teatro pode estimular o debate e a reflexão, bem como permitir a experiência estético-artística inclusiva e diversa. Neste entendimento, os procedimentos pedagógicos apresentados por Ingrid Koudela (1996), podem nos oferecer pistas que visem tais propósitos. Para ela, no ato artístico se revela um novo olhar frente às relações sociais. A partir dos jogos de aprendizagem, nome escolhido por ela no lugar de “peça didática” proposta por Bertolt Brecht (1936), são apresentados modelos de ação por meio do jogo teatral enquanto princípio

para se investigar as relações entre os sujeitos. É durante este processo de interação que ocorre entre os participantes do ato artístico um novo olhar frente às relações sociais. Sua proposta pedagógica se apoia no contexto e nas circunstâncias em que ocorre e é proposto o ato artístico. Para Koudela, não interessa o fazer teatral apoiado em técnicas, estratégias e conteúdo específicos, como ocorre no trabalho do ator, por exemplo. O que interessa é o conhecimento e o envolvimento que se quer do aluno, a fim de que este perceba a complexidade existente na arte e nas relações humanas. Já para Maria Lúcia Pupo (2006) o professor pode desenvolver suas atividades pedagógico-teatrais com vistas a alcançar níveis mais profundos de compreensão do mundo à medida em que percebe que “o caráter conceitual e lúdico presente na proposta pós-dramática vai além de simples jogos ou exercícios com função de pré-requisito para uma posterior aprendizagem pretensamente mais elevada” (p.114).

Inserida no contexto contemporâneo, é importante que se perceba que a prática pedagógica-teatral se encontra enredada em múltiplas questões que envolvem diferentes situações, vivências, circunstâncias e oportunidades no desenvolvimento de habilidades e na ampliação de conhecimentos. Para o criador do Teatro do Oprimido (TO), Augusto Boal (2002), os processos criativos podem ser considerados importantes instrumentos artístico, pedagógico e político. Neste caso, o espectador é convidado a participar, intervir e, desta maneira, ele é preparado para a ação, o que significa dizer que esta preparação por si só já é uma ação. Para que ocorra a participação efetiva do espectador, Boal desenvolve algumas metodologias, dentre as quais, o que ele chama de “teatro-fórum”. Entre eles o conflito é desencadeado, até o momento em que ocorre o fracasso do oprimido. Neste momento, o pedagogo do método responsável por aquele espetáculo, chamado de “curinga”, convida o espectador a entrar em cena para assumir o lugar do oprimido. Feita a interação, são lançadas perguntas como: O que você faria para não enfrentar os desafios deste oprimido? Ou: O que você faria para superar os problemas apresentados? Outros procedimentos foram desenvolvidos por Boal, como o Teatro Jornal, o Teatro Invisível, o teatro imagem e o Arco-íris do desejo, por exemplo, os quais permitem estabelecer entre professores/encenadores, estudantes/atores e espectadores diversas possibilidades de lidar com as opressões, sejam elas resultantes de situações externas aos indivíduos ou resultantes das suas opressões internas.

Outro pensamento expandido sobre o teatro ocorre com Denis Guénoun (2003). Para ele, o aspecto político do teatro não é o representado, mas a representação, ou seja, “sua existência, sua constituição, “física”, por assim dizer, como assembleia, reunião pública, ajuntamento” (p. 15). Dando continuidade a este

pensamento, Guénoun complementa sua reflexão dizendo que o político já se encontra presente no ato teatral antes mesmo que qualquer objeto esteja em cena, só pelo fato de a assembleia já se encontrar ali reunida e ter se aproximado de forma pública e aberta. Esse conagraçamento por si só acaba por se tornar uma questão política. Portanto, como bem aponta Renata Pimentel (2016), “o teatro é compreendido como espaço privilegiado para o movimento das camadas mais profundas da percepção e da compreensão humana”. E conclui dizendo que “algumas manifestações que valem como terreno de luta política e humana por direitos podem se realizar no terreno da arte” (p. 135).

Os discursos heteronormativos sobre gêneros e sexualidades em qualquer contexto social, inclusive inseridos na realidade escolar, procuram determinar padrões de comportamento os quais poderão ser reiterados por processos disciplinares sobre o comportamento humano. Por outro lado, forças contrárias a estas regulações compulsórias acabam por possibilitar novos entendimentos acerca das questões apresentadas. O que se evidencia nesta queda de braço é que a cisheteronormatividade patriarcal fortalece o seu discurso dominante pelas vias da repetição tornando mais eficazes os atos performativos que os sustenta. Não obstante, corpos dissidentes e divergentes parecem se contrapor aos modelos fixos de validação presentes nos discursos heteronormativos.

De acordo com o seu argumento, o heteroterrorismo se refere a um conjunto de opressões estruturais. Nele, são reiteradas violências verbais e físicas contra as dissidências sexuais e de gênero com o intuito de anular, silenciar e apagar socialmente tais corpos (p. 556). Este conceito é importante para entendermos de que maneira são criadas tecnologias discursivas que irão preparar as construções identitárias dos corpos a partir dos pressupostos heteronormativos de gênero.

No contexto educacional tem ocorrido disparidades quando o assunto se refere às dissidências sexuais e de gênero, exigindo cada vez mais políticas de enfrentamento contra a discriminação, o preconceito e a transfobia. A própria sociedade civil, através de seus organismos, tem se manifestado a favor de uma educação que leve em consideração os direitos humanos. A busca pelo fortalecimento da participação dos estudantes na conquista de seus direitos e a criação de um ambiente educacional a propiciar o respeito à pluralidade sexual e de gênero podem ser importantes aliados para a qualidade de corpos dissidentes e divergentes em tais ambientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, vimos como se dão as relações entre os discursos heteronormativos sobre gêneros e sexualidades inseridos no contexto escolar e subjetividades divergentes, as quais se contrapõem às determinações disciplinares sobre o comportamento humano. Das forças contrárias a estas regulações surgem novos entendimentos acerca das questões de gênero e sexualidades. Neste sentido, os corpos dissidentes e divergentes parecem se contrapor aos modelos fixos de validação presentes nos discursos heteronormativos.

A discussão desenvolvida procurou confrontar o conceito de heteroterrorismo, relacionando-o à determinada geografia em que espaços são marcadamente violentos e territorialidades são definidas a partir de grupos que se identificam ou a exclusão e invisibilização de outras corporalidades, gerando a sua expulsão do espaço escolar.

Foi percebido que o contexto educacional estabelece a convivência de diferenças e divergências, consubstanciando-se em espaço geográfico de múltiplos corpos gtenderificados. Ficou evidente a necessidade de se desenvolver políticas de enfrentamento contra a discriminação, o preconceito e a LGBTfobia.

Em seguida, procurou-se aproximar as práticas do professor e professora de teatro a partir das suas metodologias de ensino às questões de gêneros e sexualidades, a fim de estimular o debate e a reflexão, bem como permitir a experiência estético-artística inclusiva e diversa. Procurou-se pensar estratégias de abordagem dos temas apontados em consonância com procedimentos pedagógicos apresentados por alguns estudiosos da pedagogia teatral, demonstrando assim que é possível e urgente tratar destas questões no espaço educacional.

Concluimos que o ensino do teatro e os estudos da pedagogia teatral podem representar importantes cominhos para enfrentarmos a LGBTfobia. Diante desta prerrogativa, observamos que o espaço escolar se configura extremamente violento. Os temas relativos às sexualidades e aos gêneros não se configuram em assuntos pacíficos. Pelo contrário, são marcadamente, em sua geografia, corpos, sexos e gêneros em permanente tensão entre subjetividades divergentes e dissidentes contra os discursos preconcebidos da heteronormatividade masculina compulsória e os dispositivos disciplinares de manutenção de tais discursos e comportamentos.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice 2008. O que é Transexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008;

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e Outras Poéticas. São Paulo: Editora 34, 2019;

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2015;

\_\_\_\_\_. Cuerpos que Importan – Sobre Los Limites materiales y discursivos del “Sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002;

\_\_\_\_\_. Deshacer el Género. Barcelona: Paidós, 2006;

FOUCAULT, M. História da Sexualidade 1 – A Vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014;

GUÉNOUN, Denis. O Teatro é Necessário? São Paulo: Perspectiva, 2012;

LOURO, Guacira Lopes. O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019;

LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer. Autêntica: Belo Horizonte, 2015;

SANTOS, Nataly Trajano. VIEIRA, Neff Borba Araquan. SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. O Heteroterrorismo e as Dissidências de gênero e sexual no Espaço escolar. Cadernos de Gênero e Tecnologia Ver. Estud. Fem. Curitiba. v. 14, n. 43, p. 153-168. Jan/jun. (2021) <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/12170/0>

BENTO, Berenice. Na Escola se Aprende que a Diferença Faz a Diferença. Dossiê Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar • Rev. Estud. Fem. 19 (2) • Ago 2011. <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/abstract/?lang=pt>

VEIGA-NETO, Alfredo. De geometrias, currículo e diferenças. in: Educação & Sociedade, Campinas, SP, n.79, 2002. p.163-186. <https://www.scielo.br/j/es/a/t4HbTMmJ4tHrJMV8xNQXMvm/abstract/?lang=pt>

# PROFESSORAS/ES NOS/DOS/COM OS COTIDIANOS: GÊNEROS, SEXUALIDADES E FORMAÇÃO INICIAL INSUFICIENTE

*Luiz Otavio Ferreira da Luz<sup>1</sup>*  
*Joyce Alves da Silva<sup>2</sup>*

## RESUMO

O artigo em síntese, apresenta parte dos resultados da tese “Dúvidas, Incertezas e Inquietações de Professoras/es: Tessituras a partir de um curso de formação continuada em gênero e sexualidades na escola”. Em pesquisa qualitativa, percorri falas de 34 cursistas que frequentaram o “Curso de Extensão em Gênero e Sexualidade” no formato on-line no ano de 2021. Pela perspectiva de indícios, pistas e sinais e não verdades absolutas, busquei para leitura das discussões a metodologia nos/dos/com os cotidianos, uma vez que mergulhei nos *espaçostempos* da pesquisa, dedicando-me aos sujeitos, nas quais as ações dos cotidianos *produzidospraticados* foram observadas de forma atenta, respeitando as minhas subjetividades e das/os cursistas. Compreendi que a partir de uma formação inicial insuficiente professoras/es constituem saberes experienciais, através de situações que acontecem nos cotidianos da escola e os currículos passam a serem criados diariamente, no diálogo nos/dos/com os pares e no entrelaçamento entre as diversas redes de sujeitos e conhecimentos. Assim, percebo que deveria haver maiores investimentos em políticas públicas educacionais sobre as questões dos gêneros e sexualidades e a importância de formações continuadas que visem a constituição de práticas mais justas, sem desigualdades, preconceitos, intolerâncias e desrespeito aos diferentes modos de vida.

**Palavras-chave:** Gêneros, Sexualidades, Escola, Formação Continuada de Professoras/es.

1 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- RJ, luizotavioluz@hotmail.com

2 Professora orientadora: Doutora e Pós-doutora em Educação pela USP. Professora do Departamento de Educação e Sociedade (DES) e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- RJ, joyce.alves@ufrj.br

## INTRODUÇÃO

A diversidade e a sexualidade humana, principalmente relacionada ao espaço escolar de crianças, assim como a formação ou não formação de professoras/es<sup>3</sup> dentro dessa área de conhecimento é a temática central deste artigo. Digo “ou não” pois a experiência a partir de meus estudos de pós-graduação e relação com os colegas, me fizeram conferir tal pressuposto. Em minhas pesquisas de mestrado e doutorado, pude perceber que muitas/os professoras/es da educação básica, traziam em suas narrativas que o assunto sobre as questões dos gêneros e sexualidades<sup>4</sup> quando era tratado na sala de aula, durante sua formação inicial, fora trabalhado de maneira muito superficial. Não existia um aprofundamento na temática.

O que posso perceber é que dentro dos currículos de formação, quando as temáticas de gêneros e sexualidades estavam presentes, ou eram tratados a partir do viés biológico, em conteúdo da psicologia da educação, ou eram transmitidos preceitos do desenvolvimento humano de maneira muito superficial. Nas falas das professoras que fizeram parte da pesquisa que resultou na minha dissertação, defendida no ano de 2016, e em minha tese de doutorado defendida no ano de 2023, fica evidente que o assunto, mesmo tendo tamanha importância na prática educativa, não foi desenvolvido como deveria.

Tanto como professor quanto como pesquisador, entendo que a escola pode ser considerada como um espaço no qual as pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais Queer, Intersexo e Assexual)<sup>5</sup> sofrem mais preconceito, discriminação e outras violências.

3 No artigo, utilizarei sempre “professoras” primeiramente, marcando politicamente a posição da mulher e sua importância na educação; posteriormente, utilizarei “professores”. Desta forma, professoras/es. Para outras palavras que necessitem expressão de gênero, utilizarei “a”/“o” e ainda “as”/“os”/“es” para o plural professores. A explicação para este uso está em que a língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em português.

4 Também o leitor pode reparar que durante toda a tese utilizarei “gêneros” e “sexualidades” no plural por compreender a diversidade existente. Contudo, ao mencionar o Curso de Extensão em Gênero e Sexualidades na Escola, utilizo a palavra “Gênero” no singular, visto que equivocadamente não foi considerada essa questão na elaboração do curso

5 Durante a pesquisa de doutorado, utilizei a sigla LGBTI+, conforme indicação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT). Segui até então a indicação da ABGLT por entender que esta, a partir de seu trabalho, possibilitou a criação de uma rede nacional de representação com capacidade e legitimidade para levar as reivindicações do segmento até o Governo Federal e a sociedade como um todo, o que até então havia sido impossível. Contudo, como pesquisador da área, passo a utilizar a sigla LGBTQIA+, por entender que desta forma, estarei abrangendo mais grupos excluídos.



(..) verificamos que a questão da discriminação para com xs alunxs lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros em algumas escolas estava motivada pelas questões religiosas de algunxs professorxs e funcionárixs. Tais valores e crenças religiosas muitas vezes possibilitam que práticas lesbofóbicas, gayfóbicas, bifóbicas, transfóbicas e machistas se instalem nos cotidianos de muitas escolas públicas. (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019b, p. 92)

Em Junqueira (2009) compreendo que essas violências e preconceitos atuam de maneira a legitimar as relações de poder existentes dentro desse espaço, oprimindo crianças e jovens de forma a se entenderem como não pertencentes ou ainda numa posição inferior à do opressor. Isso pode ser verificado frequentemente na reprodução de currículos que reforçam as diferenças, como por exemplo o que é de menina e o que é de menino, sempre colocando o feminino num lugar inferior ou menos potente, e determinando sofrimento, o que vai afetando o percurso desses alunos dentro da escola, podendo provocar neles um baixo rendimento e posteriormente evasão escolar.

Ao longo do desenvolvimento da criança por meio da pluralidade de interações, a criança aprende nos jogos dos gêneros, as performatividades que ela significará como masculinos e femininos. Estas aprendizagens serão fundamentais, à medida que através dela, as crianças adquirem as ferramentas básicas para se relacionar socialmente adequada aos valores androcêntricos e heteronormativos. As lógicas androcêntricas de desqualificação do feminino não representam somente o movimento de alocar determinada performatividade masculina na centralidade cotidiana da vida. Elas se tornam prisões. Empobrecidas de criações, que aliadas a heteronormatividade buscam legitimar a violência, sempre aliadas à norma, investidas nas performatividades dissidentes. Existe uma estreita ligação entre a misoginia, o androcentrismo e a heteronormatividade que se entrecruzam para o domínio do patriarcado. a heteronormatividade, ao se conectar intrinsecamente com as lógicas androcêntricas e misóginas, busca sustentar por meio da cultura universalizada, também nos currículos, a reprodução do sistema binário. Ele é o “componente ideológico central de todos os sistemas de dominação na sociedade ocidental” (hooks, 2015, p. 68)

O resultado disso, e uma das justificativas da pesquisa, é que em muitos espaços educativos se invisibilizam as desigualdades sexuais e de gênero, desenvolvendo-se cada vez mais um forte crescimento da violência LGBTQIA+fóbica tanto física quanto simbólica, dentro e fora das escolas.

A escola, para além de ser um espaço em disputas e de muitas vozes, está inserida no debate de forças políticas. Nos últimos anos, os discursos de uma

parcela cada vez mais crescente da população vem tentando inserir seus dogmas religiosos e preceitos da família tradicional dentro da educação como forma de controle social, retrocedendo muitas conquistas e avanços na luta contra preconceitos numa pauta sobre uma educação mais inclusiva.

Os conservadores<sup>6</sup>, membros da falaciosa família tradicional brasileira, muitos deles também pertencentes à bancada religiosa cristã do Congresso Nacional, têm interferido nos debates públicos para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação a partir dos discursos sobre a Ideologia de Gênero.

As disputas na cultura atravessam todos os campos sociais e são objetos de interesse especial para a educação, uma vez que as demandas dos diferentes grupos estão encontrando respaldo no campo político, exigindo uma política educacional adequada às suas conquistas. Todavia, vivemos tempos conservadores e muitas conquistas e lutas acham-se em pleno ataque de grupos religiosos. (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019, p. 875)

É o caso da comunidade LGBTQIA+, pois essa sofre reveses dos conservadores políticos, principalmente daqueles oriundos das bancadas religiosas dentro das assembleias legislativas do Brasil. Avanços e retrocessos ainda marcam a sua história.

No doutorado, a partir de minhas inquietações surgidas no final do mestrado, desejei continuar estudando as questões voltadas a gêneros e sexualidades no espaço escolar, mas também investigar a partir de um curso de formação a produção de saberes na temática. Assim, o estudo teve por objetivo compreender as narrativas das/os cursistas, dúvidas, incertezas e inquietações sobre gêneros e sexualidades no espaço escolar e dessa forma levar essa produção de conhecimento à prática pedagógica, entendendo a importância da formação continuada para o exercício da profissão docente.

Desta forma, junto ao Laboratório de Estudos de Gêneros, Educação e Sexualidades (LEGESEX), sob coordenação da professora Joyce Alves, orientadora da tese, produzimos um curso de extensão por nome Gênero e Sexualidade na Escola. Participaram 254 cursistas, professoras/es da Educação Básica; eu fiquei

---

6 Sepulveda e Sepulveda (2019b) defendem que o conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos o conservadorismo porque frequentemente as pessoas se comportam de forma conservadora. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. Dessa forma, não é possível se pensar em conservadorismo como categoria estática, tanto sociológica quanto antropológica. Assim, entendemos o conservadorismo como uma retórica, uma narrativa de mundo em disputa no campo da cultura.

mais atento, mergulhando em uma turma para fazer a leitura de suas narrativas, num grupo de 34 professoras/es da educação pública da região metropolitana do Rio de Janeiro. As aulas foram transmitidas on-line e as discussões ocorreram em um aplicativo de conversas.

Na pesquisa que apresento, ainda muito perturbado pela perspectiva de encontrar nas escolas professoras/es que não tiveram em sua formação discussões sobre questões voltadas aos gêneros e sexualidades, proponho essa formação de forma a contribuir com o desenvolvimento de um trabalho mais humano em prol do respeito e de uma educação mais justa.

## OS PASSOS DA PESQUISA

A pesquisa aqui apresentada se desenvolveu sobre uma abordagem metodológica qualitativa, pois entendo a perspectiva da necessidade de se compreender como pensam os sujeitos que fazem parte do estudo, abrangendo os fenômenos sociais em sua volta, os cotidianos, vivências, sem com isso ter a necessidade de dimensioná-los. Minayo (2001) compreende que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, nem somente a números e a estatísticas (MINAYO, 2001, p. 21).

Conforme dito anteriormente, opto pela pesquisa qualitativa, pois o que me importa nos estudos sobre as questões de gêneros, sexualidades e diversidade humana no espaço escolar são os sujeitos que praticam os currículos e que habitam os cotidianos das escolas. Trabalhando com possibilidades, indícios, pistas e sinais (GINZBURG, 1989) e não verdades absolutas, a pesquisa seguiu os passos da metodologia nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2002 e 2008) que muito me afeta pela possibilidade do mergulho dentro dos meandros do espaço a ser pesquisado e traço, por necessidades inerentes ao momento em que foi desenvolvida, associações com a sociologia digital, da etnografia digital e cibercultura (SANTOS, 2005 e MISKOLCI, 2017)

Em seguida, na perspectiva do entrelaçamento de metodologias que colaboraram na elaboração da pesquisa, percorro os caminhos da Análise do Conteúdo (BARDIN, 2011) que como um conjunto de técnicas contribuíram para a seleção da leitura atenta que fiz das narrativas das/os cursistas nas discussões pós-aulas.

Sobre as dúvidas e incertezas de professoras/es com relação aos assuntos referentes a gêneros e sexualidades no espaço escolar, desenvolvi junto ao LEGE-SEX um curso de extensão que problematizava, através de conferências síncronas

com professores renomados na área e discussões assíncronas em grupos de WhatsApp, as questões de gêneros e sexualidades na escola. Este curso foi oferecido no formato digital, visto que vivenciávamos o período de afastamento social ocasionado pela pandemia Covid-19.

Na busca por uma metodologia que atendesse à necessidade de compreender uma formação continuada no formato digital on-line, para além da etnografia e sociologia digital, que contribuíssem em parte com a leitura das respostas que obtive durante o curso, percebo que voltar a pesquisas nos/dos/com os cotidianos Nilda Alves (2002 e 2008), poderia ser uma alternativa interessante. Visto que esta forma de pesquisar se dedica a pensar as questões sem renunciar aos sujeitos envolvidos nos contextos pesquisados. Implicando, portanto, um modo de pesquisa em que as ações dos cotidianos são observadas de forma atenta, respeitando as subjetividades dos envolvidos e a do próprio pesquisador. “(...) o que de fato interessa nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos são as pessoas, os praticantes, como as chama Certeau (1994) porque as vê em atos, o tempo todo [...]” (ALVES, 2008, p. 45-46). Contudo, como realizar esse tipo de pesquisa no formato digital?

Dito posto, compreendo que as pesquisas nos/dos/com os cotidianos se trata de um referencial teórico-epistemológico utilizado em vários espaços sociais, dentro ou fora das escolas, onde se necessita tecer investigações, que no caso da minha pesquisa está voltada para o cotidiano educativo do curso de extensão desenvolvido nas/pelas redes sociais. Sendo necessário destacar que as pesquisas nos/dos/com os cotidianos não são exclusivos das instituições escolares

As ideias de Certeau foram apropriadas e trabalhadas, inicialmente, no pensamento educacional brasileiro dentro dos grupos de pesquisa de Nilda Alves e Regina Leite Garcia. Desde então, vêm multiplicando-se os pesquisadores que se reconhecem, diversificam e expandem essa corrente fazendo-a fluir e fruir. O foco desses pesquisadores está no exame das práticas cotidianas, das operações de praticantes (Certeau, 1994) que são engendradas em meio às redes de conhecimentos e significações, ou seja, às redes educativas dentrofora das escolas, ao mesmo tempo em que as engendram, tecendo permanentemente o social, o político, o econômico, o cultural, o tecnológico, e, é claro, os processos educativos e curriculares. (SOARES, 2013, p. 733)

Dente os movimentos apontados por Nilda Alves (2002 e 2008): “sentimento de mundo”, “virar de ponta cabeça”, “beber em todas as fontes”, “narrar a vida e literaturizar a ciência” e “ecce femina”, para entender as lógicas das *praticasteorias* que circulam nas/das/com as invenções cotidianas nos currículos

*praticados pensados*, bem como as múltiplas relações que seus praticantes pensantes estabeleciam nos tantos *dentrofora* das escolas. (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2017, p.9), entendo que essa maneira de pesquisar contribuiu muito para a minha compreensão sobre os manejos e dificuldades dos cursistas, assim como a minha própria.

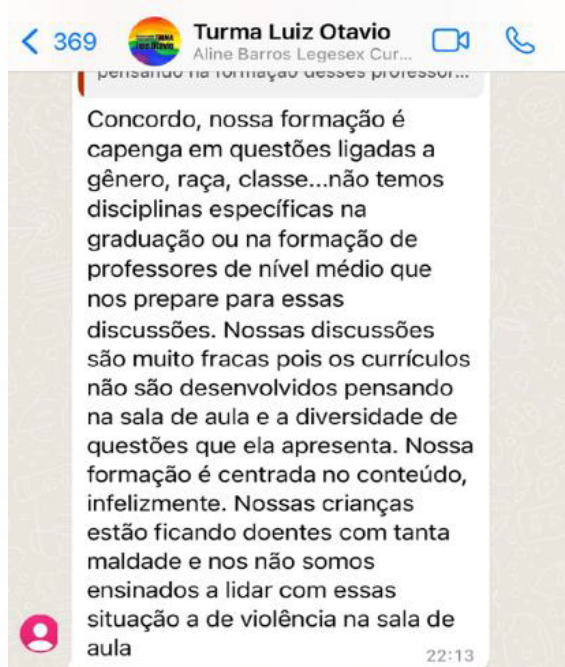
O curso “Gênero e Sexualidade na Escola” foi central para estudo na produção da pesquisa de doutorado. O curso teve duração de 6 semanas, com 5 encontros síncronos, de conferências transmitidas pelo canal do YouTube do LEGESEX, 5 encontros assíncronos, chamados de fóruns, que aconteceram após as conferências durante dois dias pelo aplicativo WhatsApp e mais uma semana para que as/os cursistas pudessem elaborar as autoavaliações. Os 254 cursistas inscritos, foram divididos em 7 turmas, na qual fui coordenador de uma delas e de forma bem próxima, acompanhei 37 cursistas.

Após acompanhar de forma atenta todas as discussões realizadas nos fóruns da turma coordenada por mim, busquei para a leitura dos dados das respostas dos participantes a metodologia da “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin, pois se adequava de maneira mais efetiva ao trabalho no formato digital. Assim, cheguei as temáticas que mais foram proferidas pelas/os cursistas: LGBTQIA+fobia e Formação Insuficiente para as questões de gêneros e sexualidades na escola, que este último é temática central deste artigo.

## NOSSA FORMAÇÃO É CAPENGA! SABERES E DO CHÃO DA ESCOLA

Na imagem ao lado, a/o cursista chama a nossa formação de capenga e utilizo sua expressão para dar nome a este capítulo de discussão. Na sua narrativa, ainda faz um alerta para a compreensão que nossas crianças estão ficando doentes, a partir das violências sofridas no espaço escolar e que a formação docente não dá conta de todas essas questões.

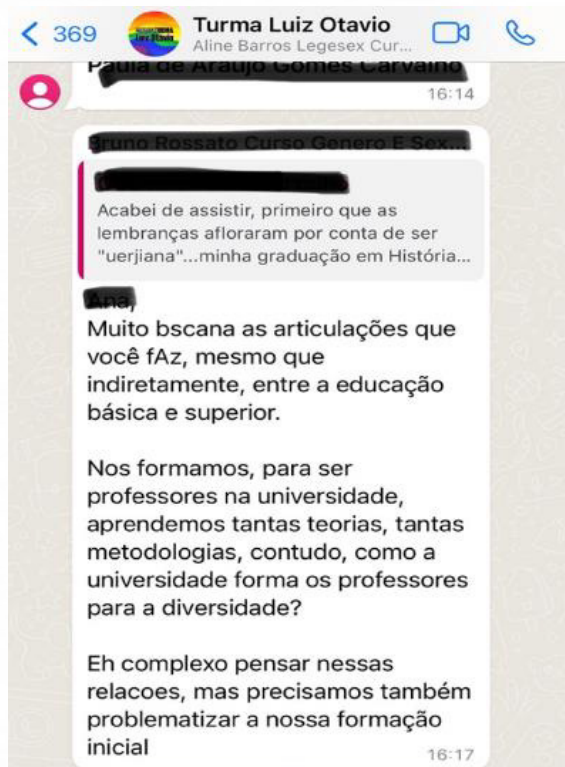
Em pesquisa anterior (LUZ, 2016) compreendi que muito do que professoras/es realizavam em sala de aula, quando os assuntos estavam voltados às questões de gêneros e sexualidades,



partiam dos interesses e dos conhecimentos obtidos pelas/os professoras/es em outros espaços que não os da formação, por isso outros currículos eram praticados (OLIVEIRA, 2003), ou seja outros currículos foram criados cotidianamente, no diálogo e no entrelaçamento entre as diversas redes de sujeitos e conhecimentos presentes nas escolas. Pois, embora exista uma cobrança para o cumprimento de conteúdos e objetivos listados nos planejamentos de ensino, que pode ser vista pelo ângulo da regulação dos currículos, professoras/es na sua prática, podem e acredito que devem desenvolver conhecimentos e questões que os estudantes trazem de suas realidades. Algumas vezes, mesmo cumprindo com o prescrito, podem articular os conhecimentos formais com as realidades dos discentes e dos espaços, assim entendo que os currículos praticados se mostram numa constante mistura entre a emancipação que podem trazer ao ensino e a regulação, dos conteúdos estabelecidos.

Desenvolver atividades que tenham em vista esse tipo de currículo, real (OLIVEIRA, 2003), essa forma de desenvolver práticas educacionais, levando em consideração as imprevisibilidades do espaço escolar e sobretudo a complexidade humana, pode ser encarado como difícil e principalmente fugir do controle cartesiano ao qual muitas/os professoras/es podem estar acostumadas/os. Contudo, disponibilizando-se a transgredir os currículos hegemônicos de conteúdos, disciplinas e livros didáticos, por exemplo, podem estimular práticas mais próximas dos estudantes, conhecimentos que circulam no cotidiano da escola, que estão além dos conhecimentos formais e dessa forma emancipatórios.

Me interrogando sobre a disponibilidade de discussões em gêneros e sexualidades na escola e a insuficiente formação inicial, compreendo que é necessário, conforme explicitam Dal'Igna, Scherer e Cruz (2017, p. 641), entender que “o currículo de formação de professores pode se compor como um espaço em que a experiência e subjetividades são constituídas e que elas não podem ser deslocadas da constituição de ser professor”. Ou seja, no espaço da sala de aula, em contato com alguma problemática no que se refere



as relações entre os sujeitos, gêneros e sexualidades, independente do currículo, a/o professora/or podem desenvolver atividades que combatam manifestações preconceituosas, mesmo que não haja possibilidade de trabalho dentro dos currículos. Os autores também apontam que as relações de gênero são naturalizadas quando ocorre por meio da visão dicotômica do currículo, o que está escrito versus o que é feito. Partindo da reflexão de Paraíso (2018), quando aponta os currículos como artefatos generificados, quando se trata das discussões de gênero e sexualidade, pois tendem a normatizar e silenciar as diferenças.

Um dado da pesquisa, coletado junto a autoavaliação do curso, é apresentado que no montante de 254 cursistas concluintes, apenas 26 informaram que tiveram discussões sobre a temática e somente 2 tiveram uma disciplina específica que abordavam o assunto. Especificamente na turma a qual fui coordenador, somente 1 cursista respondeu que durante sua formação teve em alguma disciplina discussões sobre a temática. Assim os dados corroboram a fala da/o cursista ao lado.

Na exploração realizada sobre os currículos das licenciaturas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, universidade a qual me doutorei, pude verificar que apenas o curso de licenciatura em Pedagogia possui uma disciplina com o nome de “Gênero e Educação” como obrigatória aos estudantes do curso. No restante dos outros cursos de licenciatura na referida universidade, constam nos programas no máximo uma disciplina, de caráter optativo, no qual o estudante não é obrigado a cursá-la.

A professora Helena Altmann (2013) considera que é de extrema importância as discussões das temáticas dos gêneros e das sexualidades na formação universitária, contudo, reflete que exatamente por ter maior autonomia sobre seus currículos, dá-se ao direito de não a fazer, caso considere pertinente. Este fato, na minha compreensão, justifica a não criação de disciplinas que trabalhem a temática, pois aqueles/as professoras/es que participam das formulações e reformulações curriculares, tendem a optarem por disciplinas cujos conteúdos estejam mais voltados às especialidades de cada curso, como os conhecimentos específicos de cada área. A discussão e elaboração de currículos tem uma grande relação com os espaços de poder, são eleitas as disciplinas que aqueles/as que formulam os currículos consideram as mais importantes. A autora destaca que a omissão do tema na formação inicial das/os professoras/es ocasiona futuros profissionais despreparados para lidarem com estas questões na sala de aula. Aponta também que a formação de professoras/es deve focar o combate às práticas discriminatórias e homofóbicas para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva.

Compreendo que sem formação adequada, nós professoras/es temos que recorrer a saberes que são produzidos na própria prática docente exatamente quando os assuntos sobre gêneros e sexualidade acontecem em nossa sala de aula. Dessa forma, na atuação docente, fui percebendo que a questão da formação de professoras/es é uma temática importante para o investimento de ações curriculares no que podemos compreender a respeito da formação continuada.

A maioria dos cursos de formação dxs professorxs, não trabalha com tais temáticas, estão voltadas para conteúdos cognitivos específicos de suas formações e não cogitam em lidar com os assuntos relacionados aos gêneros e sexualidades. Tomamos como exemplo dessa problemática as faculdades em que atuamos, pois nenhuma das duas possui em sua grade curricular uma disciplina obrigatória sobre gênero e sexualidade. Na atual matriz curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ não existe nem uma disciplina eletiva que discuta tal assunto. Na Universidade Federal Fluminense, no curso de Pedagogia, há uma disciplina eletiva sobre, contudo, não sendo obrigatória, nem todxs xs alunxs tem contato com essa discussão. (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018, p. 88-89)

Contudo, continuo me preocupando com as/os professoras/es que estão atuando nas escolas e não tiveram essa formação inicial. Por mais que eu entenda que a formação se dá durante a vida e principalmente com as experiências que formamos durante nossa trajetória, é muito complicado não termos na formação inicial ou posso mesmo dizer na formação oficial<sup>7</sup>, nenhuma ou muito poucas discussões sobre questões tão vivas ao espaço escolar.

A partir de Tardif (2011, p.54), “Saberes docentes e formação profissional”, compreendo que a prática docente pode ser desenvolvida através de um saber plural, formado por uma diversidade enorme de saberes que são derivados das instituições de formação, da própria formação profissional, dos currículos e sobretudo a partir da prática cotidiana.

Para o autor, existem quatro tipos diferentes de saber que são produzidos e se estabelecem na prática docente, e que são chamados de saberes da formação profissional, são eles: os da formação profissional, os disciplinares, os curriculares e os experienciais (p.33).

Os saberes da formação profissional, podem ser entendidos como o conjunto dos saberes da formação formal, os conhecimentos pedagógicos, as técnicas e os

---

7 Chamo aqui de formação oficial, a educação formal, dos cursos de licenciaturas, pedagogia e formação de professoras/es de modo geral.



métodos de ensino, o saber-fazer, que foram legitimados por estudiosos da área e transmitidos às/os professoras/es no seu processo de formação.

O segundo, saber disciplinar, é aquele que surge a partir da tradição cultural e do seu meio de relações. Corresponde aos diversos campos do conhecimento, administrados pela sociedade científica e com acesso pelas instituições educacionais. Já o terceiro conjunto de saberes, os curriculares, estão relacionados aos discursos, objetivos, conteúdo e métodos geridos pelas instituições educacionais, que devem ser aprendidos pelo professor e assim aplicado aos seus alunos. Sobre estes dois últimos saberes, podemos compreender como associados à produção de uma ordem “hierarquizado e hierarquizante”<sup>8</sup>.

O quarto saber, segundo Tardif (2011), os saberes experienciais, pode ser entendido como aquele que brota da atividade docente em sua prática são os saberes produzidos pelas professoras/es através de situações que acontecem nos cotidianos da escola. Esse saber, incorpora-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e habilidades de saber-fazer e saber-ser (p.39), e que por Oliveira, (2003), podemos entender como conhecimentos em rede, no quais nossos processos de formação ocorrem nos múltiplos *espaçostempos* em que eles próprios se dão.

Todas as atividades que desempenhamos em nossas vidas são aprendidas, mesmo que instintivamente ou mecanicamente, nos casos das atividades básicas. Isso significa que, tanto o conteúdo das nossas ações como as múltiplas formas através das quais as desenvolvemos são provisórios, dinâmicos e plurais. Se acrescentamos a compreensão de que estamos sempre em processos de mudança, imersos em redes de saberes e de fazeres que não podem ser explicadas através de relações lineares de causalidade, sendo, portanto, imprevisíveis, podemos afirmar que tanto o conteúdo quanto as formas através das quais nossas ações cotidianas são desenvolvidas têm como características a complexidade (MORIN, 1996) e a diferenciação (SANTOS, 2000), sob influência de fatores mais ou menos aleatórios. Ou seja, as lógicas que presidem o desenvolvimento das ações cotidianas são profundamente diferentes daquela com a qual nos acostumamos a pensar na modernidade. (OLIVEIRA, 2003).

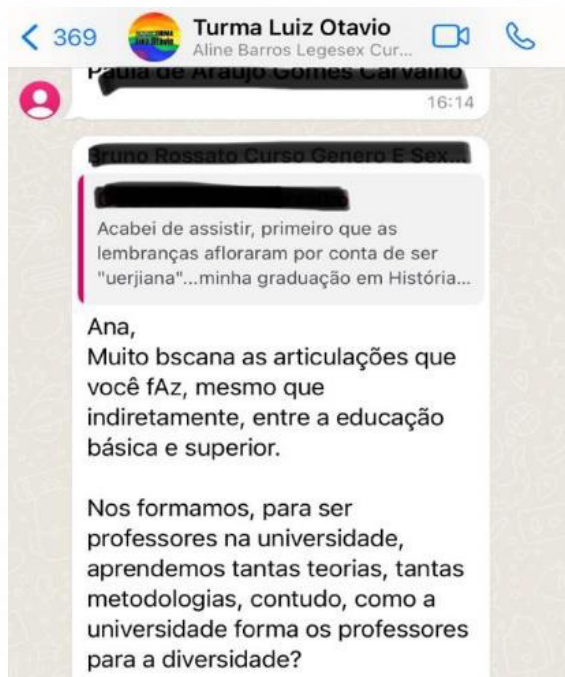
Compreendendo os diversos saberes apontados pelo autor Tardif, entendo os motivos de muitos colegas ainda se sentirem, fragilizados na perspectiva de atuar sobre as questões de gêneros e sexualidades, visto o desconhecimento que têm sobre o assunto. Assim me questiono como podemos dar suporte a esses

---

8 Aspas utilizadas pelo autor

profissionais que estão atuando e não sabem muitas vezes lidar com as situações de violência, discriminação e preconceito que surgem nos cotidianos de algumas escolas com os alunos e as alunas LGBTQIA+?

Conforme podemos visualizar na imagem ao lado, existe um clamor de nossas/os professoras/es sobre a falta de discussões sobre gêneros e sexualidades já que a formação inicial não deu conta dessas temáticas. Por essa perspectiva, percebo que muitos/as docentes buscam uma formação complementar quando se sentem fragilizados/as por questões que ocorrem dentro da sala de aula.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à formação de professoras/es, apesar de entender que existam hoje alguns avanços, na leitura dos currículos de alguns cursos de algumas universidades percebo que a grande parte dos trabalhos realizados por professoras/es pesquisadoras/es nos cursos que lecionam estão voltados às pesquisas próprias que desenvolvem e levam a suas/seus alunas/os. São poucas as universidades que possuem em seus currículos disciplinas específicas sobre a temática e obrigatórias dentro dos cursos. Na pequena exploração feita para realizar a leitura de um dado verificado nesta pesquisa, encontro na UFRRJ apenas no curso de licenciatura de pedagogia uma disciplina que aborde e discute essas questões. Em outros cursos, apenas breves citações em disciplinas estanques ou ainda o oferecimento de disciplinas não obrigatórias que nem sempre são oferecidas na grade curricular dos cursos.

Seguindo esse pensamento e voltado as reflexões adquiridas nas leituras das narrativas das/os cursistas, compreendo que sob o olhar sensível de professoras/es nos espaçostempos das escolas se constituem por saberes experienciais Tardif (2011), que brotam em suas práticas e através de situações que acontecem nos cotidianos da escola. Ou seja, quando são despertados por questões voltados à gêneros e sexualidades são desenvolvidos a partir dos interesses e dos

conhecimentos obtidos pelas professoras/es em outros espaços que não os da formação, por isso outros currículos eram praticados (OLIVEIRA, 2003). Os currículos passam a serem criados cotidianamente, no diálogo nos/dos/com os pares e no entrelaçamento entre as diversas redes de sujeitos e conhecimentos presentes nas escolas.

A pesquisa me fez compreender a importância das formações continuadas como a que desenvolvemos a partir do Curso de Extensão em Gênero e Sexualidade na Escola. Aqui se faz necessário explicitar a importância da formação continuada em prol do desenvolvimento profissional de nossas/os docentes. A oferta de cursos de extensão como o “Curso de Extensão Gênero e Sexualidades na Escola”, em formato de formação continuada, promove o contínuo processo de profissionalização docente. Tal curso possibilitou que educadoras/es dessem continuidade às suas formações e que se atualizassem tanto nas experiências de estudos quanto no cotidiano do seu trabalho. Cursos de pós-graduação, palestras, eventos de caráter pedagógico ou ainda quaisquer outros que ampliem e dialoguem na construção do conhecimento em sala de aula, atuam na formação continuada dos profissionais da Educação e podem ser oferecidos por universidades, faculdades, secretarias de Educação, ou ainda fora dos ambientes formais de educação.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docent**”. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 13, p. 69-82, abril 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr-6QPtdj/?lang=pt#Acesso em 03 ago. 2023>.

ALVES, Nilda. **A experiência da diversidade no cotidiano e suas consequências na formação de professores**. In: VICTORIO FILHO, Aldo; MONTEIRO, Solange Castellano Fernandes (Orgs.). *Cultura e conhecimento de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. **Decifrando o pergaminho: os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas**. In: OLIVEIRA, Inês; ALVES, Nilda (Orgs.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes e saberes*. Petrópolis: DP&A, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer.** Petrópolis, Vozes, 1994.

DAL'IGNA, M. C.; SCHERER, R.; CRUZ, É. **Gênero, Sexualidade e Formação de professores: uma análise a partir da Produção Acadêmica da ANPED.** Revista Inter Ação, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 632-655, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48941/26069> Acesso em 05 ago.2023.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, M. da C. Silva; ALVES, Nilda. **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil.** Pedagogía y Saberes. Universidad Pedagógica Nacional Facultad de Educación, p. 7-17. 2017. Disponível em: Acesso em 20 de ago. 2017.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOOKS, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. Brasília, p. 193-210, jan. abril de 2015.

JUNQUEIRA, Rogério D. **Homofobia nas escolas: um problema de todos.** In Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas (pp. 13-51). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009

LUZ, Luiz Otavio. **Os saberes docentes sobre gêneros e sexualidades presentes nas práticas das professoras de uma escola de educação infantil.** Dissertação de Mestrado. FFP – UERJ 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISKOLCI, Richard. **Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade.** In Revista Contemporânea, V.6, n.2, p.275-297, 2017 visualizado em: 20/10/2021 <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.014> .

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2019.

SANTOS, Edméa Oliveira dos. **Educação Online: cibercultura e pesquisa-formação na prática docente. Programa de Pós-Graduação em Educação.** 351 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SEPULVEDA, Denize & SEPULVEDA, José Antonio. **Menina que se comporta como menino, menino que se comporta como menina: o que podemos aprender com essas crianças que teimam em ser dissidentes.** In: RODRIGUES, Alessandro. Crianças em dissidências: narrativas desobedientes. Editora Devires, Salvador, BA, 2018.

\_\_\_\_\_. **Trabalhando questões de gêneros: Criando e recriando currículos para a valorização do feminino**, in: Revista Periferia, V. 11, N. 4 - Currículos e imagens e sons e cheiros e movimento. Duque de Caxias, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/42273>. Acesso 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar.** CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS , v. 19, p. 868-892, 2019b. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/sepulveda-sepulveda.pdf> acesso em 23/10/2021

SOARES, Maria da Conceição. **Pesquisas com os cotidianos: devir-filosofia e devir-arte na ciência.** Educação & Realidade, Porto Alegre, 38 (3), 731-745. 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

# STELA DO PATROCÍNIO: CAMINHOS PARA UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM EM ARTE

*Érica Dias Gomes<sup>1</sup>*

*Bettina Heerdt<sup>2</sup>*

## RESUMO

Stela do Patrocínio (1941-1992) é hoje reconhecida por sua poesia oral, embora tenha passado a maior parte de sua vida internada no hospital psiquiátrico Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. Enquanto mulher, preta, pobre, trabalhadora de residências e, posteriormente, confinada, traz na sua poesia traços de suas vivências em meio a tantos marcadores sociais. Este trabalho apresenta parte da metodologia de uma pesquisa de doutorado em andamento, e tem como objetivo pensar criticamente a abordagem da poesia da Stela do Patrocínio como possibilidade de desenvolver uma comunidade de aprendizagem em arte. A abordagem teórico-metodológica se dá na pedagogia feminista de bell hooks. Para iniciar uma comunidade de aprendizagem, corporificar-se é um ato importante para a abertura necessária para o cruzamento de fronteiras que surgem pelo encontro com a diferença. Desta forma, a arte de Stela do Patrocínio pode colaborar para a exposição de marcadores sociais da diferença no estabelecimento de uma comunidade que pretende trazer o diálogo como meio de superação do conflito, em uma proposta pedagógica em direção a uma ruptura com o sistema branco capitalista para o ensino da arte.

**Palavras-chave:** Pedagogia feminista, Ensino de Arte, Poesia oral, Formação docente, bell hooks.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Professora de música no Departamento de Arte da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, [ericagomes@unicentro.br](mailto:ericagomes@unicentro.br).

2 Professora orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da UEPG, Doutora, Professora no Departamento de Biologia da UNICENTRO, [bettinaheerdt@unicentro.br](mailto:bettinaheerdt@unicentro.br).

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento em Educação que pretende formar uma comunidade de aprendizagem em arte para dialogar sobre corpos enquanto metodologia para fazer emergir discursos acerca de sexo, gênero, desejo e sexualidade de alunas/os de Licenciatura em Arte. Tem como objetivo pensar criticamente a abordagem da poesia de Stela do Patrocínio como possibilidade de desenvolver uma comunidade de aprendizagem em arte.

Stela do Patrocínio (1941-1992) passou a ser um nome conhecido na literatura brasileira após a publicação de seu livro “Reino dos bichos e dos animais é o meu nome” (Patrocínio, 2001), organizado pela pesquisadora Viviane Mosé. Passou grande parte de sua vida internada em instituições psiquiátricas, sendo na maior parte do tempo na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, onde seu “falatório” chamou atenção de voluntários/as que desenvolviam atividades de arte na instituição com as internas. Sua voz foi, então, eternizada em gravações feitas, que possibilitaram o lançamento de seu livro (Patrocínio, 2001).

O falatório de Stela, segundo Viviane Mosé, era marcado pela perplexidade diante do corpo, da forma, da matéria humana e diante do próprio olhar, desvinculado da linearidade cotidiana (Patrocínio, 2001). Em seu texto também estão as marcas do seu corpo e da sua vivência, enquanto mulher, negra, pobre, trabalhadora de residências, interna de instituição psiquiátrica.

Assim sendo, a poeta e seu texto podem configurar uma rica possibilidade para o ensino de arte, tendo em vista que o repertório literário-artístico pode ser ponto de partida para debates na sala de aula. Pode ser utilizado no seu potencial de levantar questões de desigualdades socioculturais em direção a uma ruptura de um padrão supremacista branco capitalista na educação.

Uma pedagogia engajada feminista é comprometida, segundo bell hooks<sup>3</sup> (2021, 2020, 2013), com o estímulo de potências e com o fortalecimento de autoestimas de todas/os as/os alunas/os. Assim sendo, é necessário não só inserir conteúdos de pessoas que não correspondem ao ideal supremacista branco capitalista de sujeito, ou seja, homens brancos cis, mas também buscar abordar o que os marcadores sociais da diferença interferem naquela produção.

---

3 bell hooks estará grafado intencionalmente em letras minúsculas, inclusive no sistema de chamada de citação e nas referências, em reforço à proposta da própria autora. Gloria Jean Atkins (1952-2021) adotou o nome de sua bisavó nos seus livros, e a grafia em minúsculo por um posicionamento político, ao dizer que suas ideias são mais importantes do que a pessoa.

A autora também defende que, para todas/os terem vozes na sala de aula, é fundamental criar uma comunidade de aprendizagem, em que o diálogo seja fundamento para o desenvolvimento de uma relação amorosa, de respeito, com superação dos conflitos em direção a um comprometimento com o conhecimento. A comunidade de aprendizagem é baseada na ideia de cooperação, em contraposição ao modelo baseado no poder, na opressão, na subordinação, na dominação (hooks, 2021).

A presente pesquisa pretende criar uma comunidade de aprendizagem em arte com alunas/os de Licenciatura em Arte para dialogar sobre corpos, levantando, assim, reiterações discursivas a respeito de sexo, gênero, desejo e sexualidade. Este trabalho apresenta a concepção teórica e metodológica de um dos encontros que marcam a criação dessa comunidade.

O encontro escolhido terá como ponto de partida textos de Stela do Patrocínio, que serão utilizados em dinâmicas com objetivo de pensar o corpo presente no texto (e na autoria do texto) da autora. Apresenta-se, então, um planejamento pedagógico com embasamento na pedagogia engajada feminista de bell hooks (2021, 2020, 2013), referencial teórico-metodológico adotado para este trabalho, juntamente com Judith Butler (2023, 2022, 2016). Butler é base para se pensar a (in)inteligibilidade dos corpos, colocando o foco nos discursos excluídos pela visão de normalidade pregada pela heteronormatividade. A pesquisa se apoia também no autor da educação musical Keith Swanwick (França, Swanwick, 2002). Seu conceito sobre apreciação musical é expandido para a ideia de apreciação em arte na pesquisa.

Ao considerar que a maioria das referências teórico-artísticas no ensino de arte ainda é composta por homens cis brancos de países hegemônicos, é fundamental ampliar caminhos, buscando novas propostas. Desta forma, este trabalho apresenta a possibilidade de ouvir a poeta Stela do Patrocínio, uma voz resgatada entre tantos discursos excluídos pela sociedade.

## CONSTRUÍDO UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

Stela do Patrocínio (1941-1992) (Figura 1) foi uma poeta oral, que viveu no Rio de Janeiro e passou a maior parte de sua vida (1962-1992) internada em instituições psiquiátricas, devido a um diagnóstico de esquizofrenia (Patrocínio, 2001). Seu texto é autobiográfico, e traz seu depoimento enquanto interna, na maior do tempo, na Colônia Juliano Moreira. A poeta foi testemunha do processo de mortificação em que se baseavam o funcionamento destas instituições antes



do processo de humanização trazido nos anos 80, com a Reforma Psiquiátrica (Patrocínio, 2001).

Seus poemas só vieram à tona devido a intervenções que artistas da Escola de Artes Visuais do Parque Lage realizaram na Colônia Juliano Moreira na década de 80. Stela e seu “falatório” chamou a atenção de estagiárias e profissionais envolvidas com ações artístico-culturais para as internas do Núcleo Teixeira Brandão:

Ao contrário de outras internas, que aceitavam se relacionar com tintas e papéis, ela preferia a palavra. E parecia ter clareza desta preferência. Em sua fala desconcertante, incisiva, cada sílaba era pronunciada com gosto (Patrocínio, 2001, p. 20)

**Figura 1:** Stela do Patrocínio



**Fonte:** Museu Bispo do Rosário<sup>4</sup>

A pesquisadora Viviane Mosé, depois de pesquisa realizada em que teve contato com os áudios de Stela do Patrocínio, reuniu, selecionou e organizou textos em forma de livro (Patrocínio, 2001). Stela do Patrocínio traz em seus textos a marca de suas vivências enquanto mulher negra, pobre e interna psiquiátrica, sendo que antes trabalhou como empregada doméstica (Patrocínio, 2001). Afirma: “Eu sou Stela do Patrocínio/ Bem patrocinada/ Estou sentada numa cadeira/ Pegada numa mesa negra preta e crioula/ Eu sou uma negra preta e crioula/ Que a Ana me disse” (Patrocínio, 2001, p. 66). Sobre as restrições à que é submetida na Colônia, coloca:

<sup>4</sup> Disponível em: <https://museubispodorosario.com/stella-do-patrocinio-memorias/>. Acesso em: 29 out 23.

É dito: pelo chão você não pode ficar/ Porque lugar de cabeça é na cabeça/ Lugar de corpo é no corpo/ Pelas paredes você também não pode/ Pelas camas também você não vai poder ficar/ Pelo espaço vazio você também não vai poder ficar/ Porque lugar de cabeça é na cabeça/ Lugar de corpo é no corpo (Patrocínio, 2001, p. 52)

A artista também traz aspectos de sua solidão, e da solidão no ambiente das instituições psiquiátricas: “Olha quantos estão comigo/ Estão sozinhos/ Estão fingindo que estão sozinhos/ Pra poder estar comigo” (Patrocínio, 2001, p. 65). O tom de perplexidade perante a vida, a forma, a matéria humana, bem como sua condição de opressão pode ser observado nas suas palavras: “Eu não sei o que fazer da minha vida/ Por isso eu estou triste/ E fico vendo tudo em cima da minha cabeça/ Em cima do meu corpo/ Toda hora me procurando me procurando/ E eu já carregada de relação sexual/ Já fodida/ Botando o mundo inteiro pra gozar e sem gozo nenhum” (Patrocínio, 2001, p. 125). Pode-se dizer que Stela:

Adorava leite condensado, coca-cola, biscoito de chocolate, maço de cigarros, caixa de fósforos e óculos de sol. Participava das atividades propostas. Não perdia a lucidez. Cuspia os psicotrópicos. Só era medicada quando ameaçava se jogar pela janela. Ficava bem sem medicação (Patrocínio, 2001, p. 21)

Suas satisfações estavam em pequenos prazeres cotidianos, em meio à rotina limitada e dura da internação, e à sua vivência enquanto sobrevivente de abusos: “Minha vida é só comer beber e fumar/ Só presto pra beber comer e fumar/ Eu não sabia/ Aprendi quando fui agarrada pra relação sexual/ E quando fui fodida” (Patrocínio, 2001, p. 103). E, em meio à sua realidade, parecia espantar-se com sua própria sobrevivência, em frases como: “Eu não queria me formar/ Não queria nascer/ Não queria tomar forma humana”; “Não sou eu que gosto de nascer/ Eles é que me botam pra nascer todo dia”; “Eu sobrevivi do nada, do nada/ Eu não existia/ Não tinha uma existência/ Não tinha uma matéria”; “Eu não tinha formação/ Não tinha formatura”. E, por fim, parece emitir juízo com lucidez sobre a própria condição: “Não trabalho com a inteligência/ Nem com o pensamento/ Mas também não uso a ignorância” (Patrocínio, 2001, p. 62).

A partir desses exemplos relacionados, podemos ver que os poemas apresentam a realidade de um corpo que é marcado por condições de gênero, de classe, de raça, e de racionalidade, corpo esse que coincide com o corpo da artista, tendo em vista o caráter autobiográfico do seu falatório. Todas estas condições

são retratadas nas gravações<sup>5</sup> de Stela e, conseqüentemente, em seus textos organizados no livro.

Foi estabelecido um plano pedagógico para o encontro que partisse da apreciação de poemas de Stela do Patrocínio, com posterior debate e apresentação de uma poesia de autoria de Djankaw Kilombola (2023). Essa última foi adicionada desde os primeiros encontros, com poemas que tratam da própria identidade em meio a questões de alteridade. Desta forma, seu poema entra como uma continuidade à discussão maior temática tratada ao longo dos encontros, e reforçando o debate que questiona a diferença como ponto de partida para o conflito.

A apreciação artística foi pensada como base para os primeiros encontros, de forma a desencadear as discussões acerca de corpos. Em um posicionamento crítico que pretende questionar os padrões da heteronormatividade, é fundamental que se traga a diversidade, para além de uma visão naturalizada e universal sobre gênero. Por isso, foram selecionadas/os artistas que trouxessem em seus corpos e em seus trabalhos marcas de uma diversidade, para além do padrão de sujeito universal.

Apreciação artística é uma das principais bases do fazer artístico, ao se pensar o ensino da arte. Sobre apreciação musical, França e Swanwick (2002, p. 12) afirmam: “O ouvir permeia toda experiência musical ativa, sendo um meio essencial para o desenvolvimento musical”, sendo que o ouvir, não como meio, mas como fim em si mesmo, está ligado ao que chamamos de apreciação musical. Esse ouvir não é passivo, envolve uma atitude ativa perante o fenômeno musical, com mente e espírito mobilizados neste sentido. Pode-se dizer que é um “[...] processo ativo de organização e construção dos eventos temporais ouvidos em uma obra” (França e Swnawick, 2002, p. 12). A apreciação envolve, assim, a observação atenta da obra, da organização de seus materiais, dos aspectos estéticos e poéticos. Devido ao enfoque ser voltado para os corpos, aspectos poéticos em torno da apresentação desses corpos serão considerados relevantes para a discussão, tendo sido propostas perguntas para o debate.

Pretende-se que a apreciação das obras escolhidas permita o desmascarar dos corpos, ato fundamental no ensino, que revela o papel daquele corpo enquanto sujeito da história. Por isso, corporificar os membros da comunidade de aprendizagem, bem como os sujeitos do conhecimento:

O mascaramento do corpo nos encoraja a pesar que estamos ouvindo fatos neutros e objetivos, fatos que não dizem respeito à

---

5 Todas as gravações realizadas na década de 80 pelo grupo de voluntários estão disponíveis no Repositório Institucional da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6465>. Acesso em 16 nov 23.

pessoa que partilha a informação. Somos convidados a transmitir informações como se elas não surgissem através dos corpos. Significativamente, aqueles entre nós que estão tentando criticar os preconceitos na sala de aula foram obrigados a voltar ao corpo para falar sobre si mesmo como sujeitos da história. Todos nós somos sujeitos da história. Temos de voltar a um estado de presença no corpo para desconstruir o modo como o poder tradicionalmente se orquestrou na sala de aula, negando subjetividade a alguns grupos e facultando-a a outros. Reconhecendo a subjetividade e os limites da identidade, rompemos essa objetificação tão necessária numa cultura de dominação (hooks, 2013, p. 186)

Tendo em mente essa ênfase nos corpos, e pensando no encadeamento dos encontros da comunidade de aprendizagem, nos dois primeiros encontros da comunidade foram planejados como apresentação do grupo e da pesquisa, fato aproveitado para, desta forma, ser trabalhado o tema “Quem sou eu?”. A ideia é trazer obras artísticas que levem a pensar quem somos ou, ainda, obras autobiográficas que tragam a questão do ser mulher, principalmente. Ela tem como objetivo já trazer um questionamento sobre a categoria “mulheres”, com base em Judith Butler (2016), iniciando a discussão a partir da ideia de ser uma pessoa em busca da identidade, voltando o olhar especificamente para a mulher, e, a partir disso, pensando na realidade da mulher preta e da mulher trans. Optei por iniciar com mulheres brancas artistas, tendo em vista que este perfil é o da maioria entre alunas/os do curso de Licenciatura em Arte na universidade pública em que será realizada a pesquisa. Também optei por não inserir homens brancos cis na seleção de artistas, por entender que esse padrão já é o cânone tradicional na formação em arte. O terceiro encontro parte da temática “Quem é o outro?”, problematizando a ideia de diferença como ponto de partida para o conflito. Para começar a pensar interseccionalidades, será lido o discurso “E eu não sou uma mulher?” de Sojourner Truth<sup>6</sup>, bem como apresentadas obras de Djankaw Kilombola e Linn da Quebrada.

O quarto encontro continua a temática “Quem é o outro?”, que tem como objetivo pensar a alteridade enquanto fundamental para o pensar sobre si. Também busco levantar a ideia de conflito, que se revela no encontro com o outro, em uma discussão que leva a perceber sobre a importância dos discursos – e, portanto, do outro – na constituição da subjetividade. Para essa discussão, levanto a ideia de loucura como possível indicador de diferença em uma sociedade branca

---

6 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 24 out 23.

capitalista, para pensar a ideia da (in)inteligibilidade dos corpos de Butler (2023). Com a sequência de artistas apresentadas até o fim desse encontro, espera-se que a própria apresentação feita pelas/os alunas/os participantes já seja ressignificada, em função das suas posições específicas nas suas condições de gênero, de raça, de classe, de racionalidade, de sexualidade. A corporificação envolve a consciência e a exposição dessas posições, e permite uma ruptura com o suposto universalismo na posição do sujeito visto como padrão.

Os conteúdos elencados para o encontro são: autoestima e gênero; marcadores sociais da diferença; heteronormatividade e normalidade. Os objetivos estipulados para as/os alunas/os em arte são: compreender possíveis relações entre autoestima e identidade de gênero; compreender a importância do outro para a constituição da identidade e a implicância disso em meio à heteronormatividade; pensar criticamente em como os marcadores sociais da diferença atuam na constituição do que chamamos de identidade. E os objetivos de pesquisa a serem alcançados nessa etapa são: reconhecer discursos das/os alunas/os de Arte sobre a inteligibilidade de corpos na apreciação de produções artísticas diversas; levantar questões sobre sexo, gênero, desejo e sexualidade relacionadas aos corpos; e pensar criticamente sobre os marcadores sociais da diferença que emergem do diálogo na comunidade pedagógica construída.

O encontro terá a duração de 3 horas/aula, sendo que ele se inicia por uma continuidade do trabalho de elaboração individual de um diário (30 minutos). Todas/os as/os alunas/os terão um diário em que vão fazer anotações, colagens, desenhos, intervenções de acordo com sua criatividade, para registro dos pensamentos que surgem a partir da participação na comunidade de aprendizagem. O diário é feito com referência ao trabalho desenvolvido por hooks (2021, 2013), reforçando a ideia de que todas/os as/os alunas/os devem ter suas vozes ouvidas. Todas/os registram seus pensamentos e ideias e sensações do que experienciam na comunidade, e são convidadas/os a compartilhar, caso queiram. O diário permite um compartilhamento de narrativas confessionais – inclusive do/a professor/a - que podem ser relacionadas ao que se está estudando em aula, sendo que:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. [...] Os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva. [...] Quando os professores levam narrativas de sua própria experiência para a discussão em sala de aula, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos (hooks, 2013, p. 35)

Na sequência do compartilhamento das narrativas, alguns dos poemas supracitados (um por aluna/o) serão distribuídos, sem indicação de autoria. Estes primeiros poemas distribuídos não trarão informações diretas sobre o corpo da artista/retratado, de forma explícita. As/os alunas/os terão dez minutos para preparar uma leitura dramática. Após o compartilhamento das leituras, seguirá um debate dos poemas. Foram elencadas as seguintes perguntas: Quem são as pessoas que os poemas trazem? Quem são as/os artistas dos poemas? Como vocês imaginam esses corpos? Como vocês percebem a poética dos poemas? Como cada um procedeu para dar corpo à leitura poética?

O objetivo desta atividade é levantar as reiterações discursivas que surgem ao se imaginar determinados corpos. Supõe-se que alguns traços levantados pelos poemas indiquem, indiretamente, a realidade daquele corpo da artista que é colocado em questão na sua obra. É interessante observar se os marcadores sociais se fazem presentes ou não, mesmo sem a menção direta a eles. A atividade está prevista para durar 40 minutos. Após a discussão, serão apresentados outros poemas da Stela do Patrocínio, desta vez por meio de áudio da própria poeta. Após a escuta, será realizado debate, orientado pelas seguintes perguntas: A voz da autora revela mais discursos sobre aquele corpo que fala? Como seria o corpo da artista que fala os poemas?

Por fim, serão mostrados trechos em vídeo da poeta, com seu falatório. A artista, então, será apresentada ao grupo, para que então seja discutido: quem é a artista? Quais pontos são levantados a partir de sua poética? Como ela se localiza em meio aos discursos sobre o que é uma pessoa “normal”, “padrão”?

O objetivo da atividade é pensar a normalidade e o desvio, o universal e o que está fora do universal, a exclusão e a inclusão. Para isso, é necessário retornar ao “Quem sou eu?” e ao “Quem é o outro?”. Como nos posicionamos em estar dentro ou fora de uma “normalidade”? É possível estar sempre dentro, ou sempre fora? Até que ponto essa discussão também tem a ver com a autoestima e com a questão da saúde mental? A atividade tem previsão de duração de 30 minutos.

Após, um próximo momento, com análise do falatório da Stela do Patrocínio e ver indícios na fala sobre os marcadores de gênero, de raça e de classe. Como eles aparecem? Existem elementos que podem marcar o falatório com o de uma pessoa fora da normalidade, da racionalidade? O objetivo é verificar se existem e como funcionam. Esses elementos, representados por recursos verbais, poderiam estar presentes na forma em que se corporificam as/os alunas/os? A atividade durará cerca de 50 minutos.

Após essas atividades, será realizada a leitura do poema “Quem é você?”, da artista Djankaw Kilombola (2023):

Quem é o Outro?/ Esse ser estranho/ Não conheço/ Ou não quero conhecer/ Não quero ver/ Deixá-lo Ser/ Quem é o Outro?/ Senão o outro eu?/ Esse Ser que eu vejo/ É o outro eu/ Ou sou o outro Ele/ Quem é o Outro?/ Outro é quem?/ Senão o que é eu?/ Sou o Outro/Eu” (Kilombola, 2023, p. 82).

A obra tem um potencial para a discussão de como a ideia de reconhecimento é importante para a constituição do sujeito, e como se dão os conflitos no limite entre o eu e o outro. Como perguntas para orientar a discussão, temos: O encontro com o outro pode produzir estranhamento? Quem é o estranho? O debate durará cerca de 15 minutos.

Djankaw Kilombola (Figura 2) é filha de Orixá pertencente à Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, localizada em Guarapuava, no Paraná. É travesti negra, transfeminista, artista performática transdisciplinar, poetisa e ativista, atuando como produtora artístico-cultural no Coletivo Paiol das Artes. Também desenvolve atividades de Turismo Pedagógico Quilombola e é pesquisadora no Coletivo Bajubá LGBTQIAP+ (Kilombola, 2023).

**Figura 2:** Djankaw Kilombola



**Fonte:** Editora Urutau<sup>7</sup>

A estudante de Licenciatura em Pedagogia do Campo lançou em 2023 um livro de poemas (Kilombola, 2023). A artista é conhecida no meio acadêmico e cultural em Guarapuava-PR, por suas performances e apresentações. Foi selecionada para a pesquisa pela sua representatividade de arte local, e pelos questionamentos trazidos por seus poemas selecionados, que situam e questionam seu espaço

<sup>7</sup> Disponível em: <https://editoraurutau.com/autor/djankaw-kilombola>. Acesso em: 29 out 23.

enquanto sujeito da história. Por fim, será apresentada uma pergunta provocadora de novas reflexões, que poderão fazer parte do diário das/os alunas/os: O que há entre o eu e o outro?

O encontro fecha, assim, a primeira metade dos encontros a serem realizados na formação da comunidade de aprendizagem em arte, possibilitando às/aos alunas/os participantes que possam ir se situando em relação aos olhares apresentados nas produções artísticas trabalhadas. Essa percepção é fundamental para que se pense na valorização da diversidade cultural na comunidade de aprendizagem, tendo em vista que esse é um lugar “[...] onde as diferenças fossem reconhecidas, onde todos finalmente compreenderiam, aceitariam e afirmariam que nossas maneiras de conhecer são forjadas pela história e pelas relações de poder” (hooks, 2013, p. 46).

Assim sendo, pode-se rumar a uma pedagogia engajada feminista, com possibilidade de romper com uma ideia de conhecimento tido como universal, questionando as parcialidades estabelecidas pelos cânones convencionais (hooks, 2013). Segundo hooks (2013), em uma sala de aula diversa, o/a professor/a precisa enfrentar o modo como a política de dominação se reproduz nesse contexto. Inserir repertório artístico de pessoas que não correspondem aos cânones tradicionais também possibilita essa abertura para a diferença, e, conseqüentemente, para o diálogo que leva à superação do conflito.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Stela do Patrocínio é um exemplo entre tantos outros de criatividade no campo artístico que foi invisibilizado por suas condições socioeconômicas e culturais. O falatório de Stela do Patrocínio só chegou ao público pelas mãos das voluntárias que desenvolveram atividades na Colônia Juliano Moreira, bem como da pesquisadora Viviane Mosé. Quantas vozes são silenciadas no campo artístico por sua condição marcada na condição de gênero, de classe, de raça e de racionalidade?

Trazer o falatório de Stela para o ensino de arte abre um campo de possibilidades para além do que é trazido pelos ditos cânones artísticos, na sua predominância do padrão de homens brancos cis de países hegemônicos. Uma comunidade de aprendizagem em arte, na proposta de bell hooks, deve prezar pela inserção de nomes como o de Stela para o ensino, na sua potência para se discutir o conflito que surge pelas condições dadas por diferenças sociais.



## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam.** Os limites discursivos do “sexo”. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2023.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero.** Trad. Aléxia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Petra Bastone e Victor Galdino. Coord. Trad. Carla Rodrigues. São Paulo: Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FRANÇA, Cecília Cavalieri; SWANWICK, Keith. Composição, apreciação e performance na educação musical: teoria, pesquisa e prática. **Em Pauta.** Porto Alegre, v.13, n. 21, p. 5-41, dez 2002.

hooks, bell. **Ensinando comunidade.** Uma pedagogia da esperança. Trad Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico.** Sabedoria prática. Trad. Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBOLA, Djankaw. **Bajubás poéticas da travesti quilombola.** Coleção Pajubá. Cotia, SP: Hecatombe, 2023.

PATROCÍNIO, Stela do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome.** Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

## DA SOLIDÃO DO ARMÁRIO À SOLIDARIEDADE: TECENDO FIOS DE UMA EDUCAÇÃO SEXUAL TRANSGRESSORA E PROBLEMATIZADORA

*Thiago Aparecido Miranda<sup>1</sup>*  
*Fabiana Rodrigues de Sousa<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este artigo apresenta considerações iniciais de pesquisa de doutorado em Educação, cujo objetivo consiste em compreender o fenômeno da solidão decorrente da LGBTfobia e da estratificação sexual nas experiências vivenciadas no âmbito da escola. Para além de denunciar práticas de normatização, violência e silenciamento, interessa-nos anunciar possibilidades de solidariedade e de resistências entre sujeitos sexuais dissidentes, em seus processos de escolarização e docência. Lançando mão dos aportes teóricos da Educação Popular e dos Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação, desvelamos e analisamos algumas ideais-força do legado de Paulo Freire, tais como educação problematizadora, solidão-comunhão, proibidos de ser, inéditos-viáveis, solidariedade, sonhos possíveis e pronúncia coletiva da realidade, com intuito de fomentar práticas de educação sexual transgressora capazes de superar a visão fatalista da realidade e de desnaturalizar as diferenças. Como procedimentos metodológicos serão realizadas entrevistas e rodas de conversa com docentes e egressos/as da Educação Básica a fim de compreender suas experiências de solidão/solidariedade. Consideramos a relevância política e emancipadora de fazer frente à “pedagogia do armário” e aos discursos conservadores, entendidos como práticas de educação bancária para naturalizar a heterocisnormatividade e hierarquizar as diferenças com intenção de negar a existência e os direitos de sujeitos sexuais dissidentes.<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Educação sexual transgressora, Solidão, Pedagogia do armário, Legado freireano, Sujeitos sexuais dissidentes.

1 Mestre em Educação e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco - USF, [thiagokolbe.educacao@gmail.com](mailto:thiagokolbe.educacao@gmail.com);

2 Doutora em Educação e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco - USF, [fabiana.sante@usf.edu.br](mailto:fabiana.sante@usf.edu.br);

3 Apoio financeiro: Trabalho derivado de pesquisa de doutorado financiada com bolsa PROSUC/CAPES

## INTRODUÇÃO

**E**ste artigo apoia-se em discussões suscitadas no movimento de construção da tese de doutorado realizada junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco – Itatiba – SP e consiste em compreender o fenômeno da solidão decorrente da LGBTfobia e da estratificação sexual nas experiências vivenciadas no âmbito da escola.

No curso de Mestrado em Educação, nos debruçamos sobre a temática da solidão atrelada a figura dos/as/es docentes. Nesta etapa, compreendemos que a solidão concerne de um fenômeno polissêmico com várias admissões e interpretações, e que, atualmente, há pesquisas, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), e em todo mundo, que investigam possibilidades de psicopatologização da solidão (MIRANDA, 2019).

O professor Daniel W. Russel em 1970 apresenta uma escala para medir o nível dos sentimentos subjetivos de solidão dos sujeitos, conhecida como “Escala de Solidão da UCLA” (UCLA Loneliness Scale), publicada em 1978 pela primeira vez. No Brasil, essa escala vem sendo investigada pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, e busca evidências de validade para aplicação na população brasileira (BARROSO, 2016).

O historiador George Minois (2019) apresenta uma análise profunda e complexa sobre o tema da solidão, ele nos oferece *insights* valiosos sobre a evolução da percepção e experiência da solidão, tendo em vista que, para o autor, a solidão aparece como fenômeno inerente ao humano, e que pode ser analisada em seus diversos contextos e tempos históricos como: lugar de encontro com si; liberdade; deserto; aos crentes, intimidade com o Sagrado; aos perversos e doentes, lugar de exílio; e prisão aos rebeldes e violentos. Na contemporaneidade, torna-se sentimento a ser evitado, doença com propensão a CID e Ministério político em países desenvolvidos como França, Japão e Reino Unido.

A solidão que anunciamos, neste artigo, surge da estratificação social impulsionadora e geradora de sofrimento. Hannah Arendt (2012), em sua obra “As Origens do Totalitarismo”, propõe discutir elementos políticos que aparecem nas sociedades atuais e que se manifestam como resquícios do totalitarismo. Dentre essa discussão, aparece a solidão como uma das piores manifestações de subjetivação humana. Anuncia três possibilidades de solidão: *‘isolation’*, *‘loneliness’* e *‘solitude’*, as quais, ao serem traduzidas para o português, correspondem *‘isolamento’*, *‘solidão’* e *‘estar-só’*.

A escola, enquanto instituição social elementar, desempenha papel crucial na preparação das crianças e adolescentes para a vida em sociedade. É imperativo

que elas sejam expostas o mais cedo possível a uma abordagem plural, de valorização e respeito às diversidades.

Compreendemos que agentes que atuam no espaço escolar e fora dele estão suscetíveis a perceber a solidão como elemento produtor de sofrimento, contudo, ao abordar essa questão com pessoas de sexualidades dissidentes, destacamos a preocupação em vista do preconceito e da LGBTfobia, fatores que tendem a intensificar a experiência de solidão para essa comunidade. Nilson Dinis (2011) retrata algumas dessas questões de violência no ambiente escolar:

Na escola o bullying homofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as(os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas(os) a abandonar a escola. (DINIS, 2011, p.42-43)

Devido à ausência de um ambiente inclusivo na escola, estudantes são frequentemente excluídos/as/es pela heterocisnormatividade. Ao se encontrarem isolados/as/es, enfrentam o ônus da segregação social, resultando em sentimentos de solidão e desconforto. Propomos tecer uma abordagem mais próxima desses/as/us jovens estudantes e docentes, desvelando suas narrativas e o contexto educacional que lhes envolve.

Problematizar o fenômeno da solidão, na educação brasileira, trata-se de tema fundamental, visto que, cotidianamente, somos confrontados/as/es com notícias nas mídias de situações de violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. Partimos do entendimento que a escola se configura como espaço social privilegiado para problematizar a pluralidade, formas de ser e estar no mundo, no sentido de garantir uma educação democrática e promover o direito à educação a todas as pessoas.

## **DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO NA ESCOLA: UM CONVITE AO DIÁLOGO E A EMANCIPAÇÃO**

Participamos de uma palestra<sup>4</sup> ministrada pela pesquisadora travesti Sara Wagner York (2023) e, em dado momento, ela cita uma canção infantil, que

4 O referido encontro ocorreu em 27 de junho de 2023, no SENAC Jabaquara - São Paulo promovido pelo Comitê de Diversidade e Inclusão.

facilmente pode ser encontrada em sites de busca pela internet. A canção foi utilizada, em algumas escolas, no processo de desfraldamento de crianças: ‘chega de fraldinha, chega de fraldinha, menino usa cueca e menina usa calcinha’ (autoria desconhecida). Essa canção, no contexto da discussão de gênero, nos chama atenção pela presença precoce da heterocisnormatividade, evidenciando a sua natureza estrutural. Cerne que reside na profundidade com que essa dinâmica está enraizada, tanto no processo de socialização familiar quanto no ambiente escolar.

À medida que essas crianças amadurecem para a adolescência e enfrentam os desafios de se integrarem socialmente na família e na escola, muitas vezes, vivenciam o que é popularmente conhecido como estar “dentro do armário”. Eve Sedgwick (2007), escreve justamente sobre “A epistemologia do armário”. Essa metáfora, não se trata de uma especificidade da comunidade LGBTQIAPN+, uma vez que o termo está associado a uma espécie de publicização de singularidades ao mundo, contudo, esse armário, constructo social, assola todas as pessoas, sobretudo aquelas que são invisibilizadas, colocando-as num lugar de silenciamento e opressão.

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (SEDGWICK, p.22, 2007)

O armário é, por vezes, lugar de constante movimento e proteção. Sair do armário interinamente, trata-se de uma experiência complexa, pois, mesmo quando alguém já não se identifica mais com esse ambiente, pode encontrar-se nele.

Fabiana Sousa e Denise Duarte (2021) apresentam resultados de pesquisa dialógica com mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais. O objetivo foi analisar as potenciais contribuições da escola em assumir a função social de problematizar gênero e sexualidades, frente ao retrocesso no campo educativo brasileiro. Neste contexto, em meio aos enunciados teóricos, somos instigados a nos sintonizar com as vozes da comunidade LGBTQIAPN+, as quais emergem através de narrativas coletadas em rodas de conversa, inspiradas pelo pensamento de Paulo Freire (1921-1997). Entre essas vozes, destacamos:

Minha experiência escolar é a de que nas aulas eu nem precisava levar o corpo todo, só a cabeça e as mãos para escrever seria o ideal. Nos momentos de intervalo, aí o corpo era alvo de comparações

com outros corpos mais desejados, dentro do padrão de beleza e de moda... melhor era levar só a cabeça mesmo, se desse. Vou começar do final. A escola silencia essas questões sim. Não sei por que silencia. Se por não saber tratar, se por medo das famílias reclamarem, se por preconceito dos próprios professores, não sei. (SOUSA; DUARTE, 2021, p.36)

Esse referencial foi crucial em nosso processo de buscar epistemologias e metodologias para o desenvolvimento da tese. Encontramos no método utilizado, um caminho possível para ouvir as vozes de estudantes e professores e desenvolver uma problematização concernente em torno da solidão no processo de escolarização, em especial da comunidade LGBTQIAPN+. Na fala de uma das mulheres, percebemos uma manifestação da solidão, interpretada pelas autoras como “processo de silenciamento e disciplinarização dos corpos” (SOUSA; DUARTE, 2021, p.36).

João Góis e Thiago Soliva (2011) pesquisam diferentes formas de violência cometidas contra jovens *gays*. Após escuta de alguns, do sexo masculino, por meio de entrevista, os autores comentam que a escola é um espaço de conflito, nela ocorrem distintas formas de violência envolvendo jovens *gays* e as pessoas agressoras. Em função da orientação sexual, real ou percebida, os jovens entrevistados passaram por experiências de constrangimento que terminaram por desencadear, em alguns deles, em sérios problemas psicossomáticos.

Na escola, a adesão ao modelo que separa e hierarquiza masculino e feminino, heterossexual e homossexual, é reforçada a todo tempo através de práticas disciplinares que intervêm no corpo e no comportamento de diferentes indivíduos. Nesse sentido, a escola se apresenta como grande agenciadora de práticas que objetivam reduzir o campo da sexualidade ao binômio macho/fêmea. (GOIS; SOLIVA, 2011, p.38).

Percebemos o grau de influência da escola na perpetuação de modelos que segregam e hierarquizam diferentes identidades, tanto de gênero, quanto de orientação sexual. A referência ao binômio aponta para a simplificação excessiva excluindo e marginalizando outras identidades. Quanto mais próximo ao gênero feminino e mais sensibilidade esses jovens mostravam, maior era a probabilidade de sofrerem violências e os impactos, por algumas vezes velado, dessa segregação causadora de exclusão social e solidão. “As situações de violência homofóbica na escola contra os jovens entrevistados foram geralmente desencadeadas pela identificação de características femininas em seus comportamentos”. (GOIS, SOLIVA, 2011, p.45).

A escola, ao reforçar essas práticas heterocisnormativas, contribui para a limitação do entendimento sobre a sexualidade, o que pode resultar em um ambiente pouco acolhedor para aqueles/as/us que não se encaixam nesses moldes ditos tradicionais.

Em nosso percurso, propomos um diálogo possível com o pensamento de Paulo Freire e com a Educação Popular. Embora o autor não tenha escrito sobre os Estudos de Gênero; nos apoiaremos em alguns ideais-força de seu legado, tais como educação problematizadora, solidão-comunhão, proibidos de ser, inéditos-viáveis, solidariedade, sonhos possíveis e pronúncia coletiva da realidade, com intuito de fomentar práticas de educação sexual transgressora (Sousa, 2021) capazes de superar a visão fatalista da realidade e de desnaturalizar as diferenças.

Em sua obra seminal “Pedagogia do Oprimido” (1967-68), Freire (2022) dedica suas reflexões aos esfarrapados do mundo, estabelecendo-se como figura emblemática na educação brasileira e global. Suas ideias levaram-no ao exílio durante o período da ditadura militar. Por meio da alfabetização de jovens e adultos, o autor fez ressoar as vozes de pessoas oprimidas, trabalhando com elas para que pudessem pronunciar suas próprias palavras.

Freire tornou-se patrono da educação brasileira e referência em ideias como autonomia, emancipação e educação dialógica como prática de liberdade. Suas palavras até hoje ressoam em disparidades entre opressores e oprimidos. Em nosso país, sobretudo, no des-governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), tornou-se alvo de críticas, perseguições e insultos, este cenário reflete uma tentativa arbitrária de silenciar a comunidade escolar, ressaltando a polarização em torno das ideias e legado freireano.

Uma concepção significativa do pensamento freireano é a denúncia da negação do diálogo no ambiente escolar nomeada como educação bancária, fruto de um pensamento tradicional em que o professor é aquele quem fala, quem ensina/educa, e o aluno é aquele que escuta o que o mestre tem a dizer, assim, “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (FREIRE, 2022, p. 82).

Freire enuncia a natureza transformadora da palavra verdadeira, vinculada à práxis. Tal prerrogativa não é exclusiva de alguns, mas direito de todos/as/es. Nesse sentido, Sousa e Duarte (2021) comentam ainda que, nas obras de Freire, encontram-se temas contemporâneos no âmbito das Ciências Sociais, tais como a superação do fatalismo e a análise crítica da realidade, visando à sua transformação.

Em “À sombra desta mangueira”, Freire escolhe um capítulo para desenvolver a ideia de solidão - “Solidão-Comunhão”, do qual emerge a ideia de que

experimentar a solidão enfatiza a necessidade da comunhão. Embora o autor não tenha apresentado, em toda sua obra, uma concepção temática da solidão, nos chama atenção que ela não se instaura em condições de sofrimento, e sim de impulso para pensar o ‘estar com’. “Pelo contrário, recolhendo-me conheço melhor e reconheço minha finitude, minha indigência, que me inscrevem em permanente busca, inviável no isolamento. Preciso do mundo como o mundo precisa de mim”. (FREIRE, 2013, p.28)

O desejo pela comunhão é tamanho, que estar só se torna lugar de autor-reflexão e local impulsionador para pensar o mundo, numa perspectiva ativa em relação com os/as/us outros/as/es, pois a relação do autor com o mundo é pensada na lógica da comunhão, diálogo e ação, precisamos um do outro/a/e.

O isolamento só tem sentido quando, em lugar de negar a comunhão, a confirma como um momento seu. Neste sentido é que o isolamento negativo não é o de quem tímida ou inibidamente se recolhe ou o faz por método, mas o do individualista que, egoistamente, faz girar tudo em torno de si e de seus interesses. É a solidão de quem, não importa que se ache na presença de ou em relação com uma multidão só se vê a si, a sua classe ou grupo, afogando os direitos dos outros na sua gulodice incontida. Gente que quanto mais tem mais quer, não importam os meios usados ou de que se serve para ter mais. Gente insensível, que junta à insensibilidade arrogância e malvadez. Gente que chama as classes populares e os pobres, se está de bom humor, “essa gente” e, se, de mau humor, “gentalha”. (FREIRE, 2013, p.28)

Propondo relações com os estudos já realizados da polissemia do termo solidão, consideramos que Freire propõe: “solidão e isolamento” como sinônimos. O que ele adjetiva, neste capítulo, são categorias (positiva e negativa) de ‘isolamento/solidão negativa’ no sentido de ser um movimento egóico. Dispõe ainda de um exercício de definir-se como pessoa.

A paixão com que conheço e com que falo ou escrevo não diminuem em nada o compromisso com que denuncio ou anúncio. Eu sou uma inteireza e não uma dicotomia. Não tenho uma parte de mim esque-mática, meticulosa, racionalista, conhecendo os objetos e outra, desarticulada, imprecisa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também. (FREIRE, 2013, p.29)

Em seguida, fomenta a ideia de um “saber social”, tendo em vista que a pessoa como ser histórico que está sempre em movimento em busca pelo conhecimento, e esse movimento é condicionado pela sua história. Nesse sentido, a



solidão positiva, seria aquela que impulsiona ao que chama de ‘eu-mundo-eu’ e que me leva a pensar o ‘eu-no-mundo’ e o ‘mundo-no-eu’.

A solidão, nessa perspectiva, teria a função de impulsionar o sujeito consciente-progressista a comunhão com toda humanidade. Essa ideia de solidão-comunhão torna-se um fenômeno impulsionador de uma solidão necessária para me levar ao outro/a em dialogicidade com o mundo.

## METODOLOGIA

A pesquisa tem um enfoque qualitativo (FLICK, 2009), e seu percurso metodológico contará com duas etapas: entrevistas narrativas e roda de conversas. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco (CEP), via plataforma Brasil, e teve parecer aprovado.<sup>5</sup>

No tocante às entrevistas narrativas Bolívar (2002), pretendemos no decorrer de construção da tese entrevistar um grupo de professores/as/ies e outro de estudantes egressos/as/es da Educação Básica.

Neste artigo apresentamos o resultado de duas entrevistas já realizadas, com mulheres lésbicas que residem no ABC Paulista. O critério para inclusão dos sujeitos são: possuir idade igual ou superior a 18 anos e se autodeclarar como LGBTQIAPN+. As entrevistas foram realizadas, presencialmente, registradas por aplicativos de gravação de áudio e anotações registradas no diário de campo do pesquisador. O texto integral foi apresentado às participantes para apreciação, aprovação e retificação de partes que desejam retirar e/ou reorganizar na narrativa, etapa denominada como devolutiva aos participantes da entrevista narrativa.

Por compreender que as questões de diversidade sexual e de gênero são suscetíveis de preconceito e LGBTfobia e que dificilmente encontraríamos numa única instituição nosso quórum, optamos pela escolha de amostragem bola de neve, como aponta Vinuto (2014). Destarte, a pesquisa não será realizada junto a nenhuma instituição específica, mas sim por meio de contato direto do pesquisador com os sujeitos participantes da pesquisa.

As narrativas de ambas as participantes, que discutiremos a seguir, estão constituídas na amostragem como ‘sementes’ e, após a entrevista, já informaram ao pesquisador três novas indicações de candidatos/as/es que serão entrevistados/as/es posteriormente. Os nomes civis das entrevistadas, por questões éticas,

5 Parecer consubstanciado número 6.338.038 e CAAE número 74116323.0.0000.5514.

foram omitidos da pesquisa e o que apresentaremos neste artigo, são *nicknames* criados pelas participantes, Márcia e Suzana.

Em seu segundo movimento, a pesquisa contará com três rodas de conversa inspiradas nos círculos de cultura freireanos, com todos os sujeitos anteriormente entrevistados. Para Freire (1999), os círculos de cultura fomentavam, na educação, uma abordagem democrática, que postulava por meio de diálogos, a construção dos saberes de modo crítico e numa perspectiva horizontal. Como a pesquisa está em andamento, as rodas de conversa ainda não aconteceram.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Pretendemos a partir de duas entrevistas narrativas (EN), com uma professora e estudante egressa da educação básica, fomentar um primeiro ensaio de tecituras de educação sexual, transgressora e problematizadora. A primeira pergunta que fizemos na entrevista foi que ambas se apresentassem e contassem um pouco de sua história. Suzana, 32 anos, é professora de Língua Portuguesa e Márcia, 21 anos, estudante do curso de bacharelado de Artes Cênicas.

Em seguida, questionamos quanto ao processo de reflexão sobre a sua identidade de gênero, e orientação sexual. Quando você teve um *insight* para pensar sobre isso?

Foi muito cedo e foi na escola também. É muito comum isso acontecer, porque o nosso primeiro lugar fora da família é dentro da escola. Então, é a primeira vez que a gente tem chance de ser a gente mesmo, sem a influência dos pais e tudo mais, e conhecer outras pessoas de forma mais profunda também. (SUZANA, EN, 2023)

Eu era uma criança muito fechada, muito na minha. Eu acho que eu levei um processo para conseguir colocar isso para fora de alguma forma. E as primeiras vezes que tive que lidar com isso na escola foi com meus professores meio que eles perceberam. Eu tentava falar sobre algumas coisas. Eu lembro de um dia que era da visibilidade, tentei falar sobre isso de alguma forma, eu fui podada, porque a gente não podia falar sobre isso. E aí eu fiquei meio 'tipo': Nossa, mas eu não estou falando sobre mim, só estou querendo falar sobre isso. E não era uma questão discutível (MÁRCIA, EN, 2023)

As experiências compartilhadas ilustram o papel da escola nessa complexa reflexão sobre a sexualidade e identidade de gênero. Em ambos os casos, o *insight* ocorreu na escola, o que sabemos que não é absoluto. Contudo, esse espaço torna-se privilegiado, pois justamente torna-se o local do encontro com o plural e com a diversidade.

Entretanto, é importante notar que muitas vezes essas descobertas são confusas, especialmente quando não há acolhimento e compreensão e quando falta informação. Freire (1999) nas rodas de conversa, buscava, a partir das perguntas problematizadoras, ouvir quais os temas que realmente importavam aos estudantes e que gerariam uma educação problematizadora. Márcia relata uma necessidade de falar, de compreender, porém, nesse caso, a escola se opôs a ouvi-la.

Percebemos que algumas questões ‘ditas’ pelo senso comum como polêmicas e que geram debates e oposição, muitas vezes são colocadas para fora do que é considerado “discutível”, sobretudo, quando se trata das chamadas sexualidades dissidentes. Megg Rayara Oliveira (2017) foi a primeira travesti negra a receber o título de doutora no Brasil; ao ler sua tese, percebemos de forma implícita essa denúncia ao campo educacional: “O diabo em forma de gente: (r)existências de *gays* afeminados, viados e bichas pretas na educação”, destacamos: “Penso que a escola funciona como um grande armário e procura manter dentro dele os corpos que tentam escapar, especialmente pretos e os *gays* afeminados, viados e bichas” (OLIVEIRA, 2017, p. 144).

Quando questionamos sobre o que representa essa metáfora do armário para Suzana e Márcia, elas comentam:

O armário é uma coisa muito ruim, eu acho que não tem outro adjetivo assim, um adjetivo simples, que todo mundo que está nele, acho que pensa a mesma coisa. É uma coisa muito ruim, muito violenta, opressora. E ataca em campos que parece que não faz mal, em campos que parece que não são importantes. E só quando você encontra um outro colega LGBTQIAPN+, você consegue ser acolhido dessa forma. (SUZANA, EN, 2023)

O armário é um lugar de esconderijo. Lugar de invisibilidade. E eu acho que para mim o armário é seletivo. A gente escolhe alguns lugares, ou às vezes a gente não escolhe. Precisamos estar invisíveis em alguns lugares para a sobrevivência. Eu acho que é muito esse lugar, por exemplo, não vou conversar com algumas pessoas da minha família, pois eu não tenho saúde para lidar com os possíveis conflitos. (MÁRCIA, EN, 2023)

Ambas, ao expressarem-se sobre o “armário”, destacam a opressão e violência que estão associadas a este lugar. Ele é descrito como um lugar de invisibilidade, esconderijo, onde guarda-se a verdadeira identidade por medo de reações negativas ou conflitos. Quando Márcia propõe que a ideia do armário pode ser seletiva é intrigante, por vezes, essa seletividade é uma questão de sobrevivência, pois

enfrentar o preconceito e a discriminação pode ser emocionalmente e psicologicamente esgotante.

Ao questionar Suzana e Márcia sobre o fenômeno da solidão, obtivemos as seguintes narrativas:

Eu me lembro que eu tinha um amigo chamado F., um amigo da internet. Porque como eu não tinha muitos amigos na rua, de casa, nem na universidade, eu conversava muito com as pessoas da internet. E aí, eu desabafava muito com esse menino, o F.. E aí, um dia ele me disse..., eu estava chorando muito, sozinha em casa. Eu era muito deprimida, quando eu era mais jovem. Antes de me assumir, principalmente. E aí, ele me disse que eu deveria me assumir logo, e quando eu fizesse isso, minha vida ia melhorar um pouco. Ele era mais velho, e tal, e aí, ele sumiu. (SUZANA, EN, 2023)

Eu acho que isso também foi uma questão dentro da escola, isso se refletiu. Tem uma questão também na minha vida, porque eu não conhecia muitas pessoas que eram LGBTQs na minha infância, e na minha adolescência. Então tudo que eu entendi sobre mim, foi comigo na internet, o que é bem perigoso! Eu penso nisso como uma coisa muito perigosa. E tipo, como mencionei, no Ensino Médio eu comecei a ter contato com os amigos da minha sala, que começaram também a entender sexualidade. Então eu tinha mais pessoas para conversar, mais pessoas para dividir esse universo comigo. Mas, nossa principalmente dos 12 aos 14 foi um período muito solitário. Muito. No sentido de... com que professor iria falar sobre isso? Eu tentei falar com a minha mãe, mas não deu certo. (MÁRCIA, EN, 2023)

As experiências compartilhadas ressaltam o impacto significativo da solidão e do isolamento que muitos jovens LGBTQIAPN+ enfrentam enquanto lidam com a descoberta de sua identidade e orientação sexual. Nesses fragmentos, aludimos algo que não tínhamos previsto na pesquisa, que diz respeito ao papel que a internet assume nesse processo de autoconhecimento. Freire (2022) propõe que não podemos cair no fatalismo, e uma reação concreta/possível seriam os “inéditos viáveis”.

No momento em que estes as percebem não mais como uma “fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser”, se fazem cada vez mais críticos na sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá, sua ação. (FREIRE, 2022, p. 130)

Freire, com os inéditos viáveis, incentiva a criação de métodos e práticas educacionais que não apenas desafiem as estruturas opressivas, mas que também sejam praticáveis e eficazes na promoção da conscientização e libertação. A internet, em ambos os casos, ofereceu a Suzana e Márcia, algo que é papel da escola: o acolhimento e informação/formação. Diante a busca de superarem toda essa violência, encontraram, na internet, apoio e solidariedade. Essa situação exemplifica a importância de criar ambientes seguros e acolhedores e inclusivos nas escolas e famílias, onde jovens possam discutir sua sexualidade sem medo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao invés de propor ênfase na “solidão” temos como proposição a partir de Freire (2022) anunciar a solidariedade como uma realidade concreta e possível, um inédito viável na contramão das opressões e violências oriundas do preconceito e LGBTfobia. “Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser”. (FREIRE, 2022, p. 59)

As vozes de Suzana e Márcia enfatizam a necessidade de educadores/as/ies, mães, pais e responsáveis criarem ambientes seguros e inclusivos, para que as crianças e adolescentes possam ‘ser’ e para que possam explorar sua identidade, orientação sexual sem medo de estigmatização ou exposições indesejadas. Além disso, destaca a importância de promover uma compreensão mais aberta e respeitosa da diversidade sexual desde cedo, para que as crianças se sintam apoiadas e aceitas em sua jornada de autodescoberta.

No final da entrevista, demos espaço para que ambas, caso quisessem, pudessem falar sobre algo que não fora perguntado e que quisessem comentar:

Então, é nosso papel enquanto docente se atualizar em relação a isso, porque essas crianças sofrem muito, demais em sala de aula. E a gente tem que atuar de forma incisiva. Não só nós que fazemos parte da comunidade, mas todos os professores que escolheram atuar na docência precisam se atualizar em relação a isso para trazer um ambiente saudável para todas as crianças. (SUZANA, EN, 2023)

Eu não faço licenciatura, então provavelmente posso estar falando besteira. Não sei, mas eu acho que tem muito de um despreparo acadêmico, escolar das pessoas que estão nesse ambiente, elas precisam estar mais preparadas para lidar com essas questões, porque tipo, a gente se sente meio desamparado. Tanto de não ter pessoas para conversar com relação a isso, quanto na reação da pessoa que ela terá quando a gente conversa. Então tipo: A gente não conversa. (MÁRCIA, EN, 2023)

As citações exprimem justamente a importância de capacitar a comunidade escolar para lidar com questões relacionadas a sexualidade dos/as/es estudantes, ressaltam a necessidade de um ambiente escolar inclusivo, onde todos/as/es sintam-se aceitos/as/es e respeitados/as/es. Isso requer ação por parte das políticas educacionais, das instituições de ensino e de toda a comunidade escolar para garantir que as necessidades e experiências de estudantes LGBTQIAPN+ sejam reconhecidas e valoradas.

Ao percorrermos esta trajetória, notamos, entre os membros da comunidade LGBTQIAPN+, um anseio por “ser mais”, conforme propõe Freire (2022), e por ocupar todos os recantos do planeta. No entanto, é crucial reconhecer que os espaços historicamente ocupados por nós, estão seguindo as normas dos colonizadores, e, quando encontramos brechas, essas foram forjadas por meio de mortes, violência e resistência da nossa comunidade ancestral. Nossa sociedade clama por solidariedade, união e convivência, mas a sombra do opressor persiste em nos tornar invisíveis, silenciar-nos e, em última instância, ceifar vidas.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARROSO, S. M. et al. Evidências de validade da Escala Brasileira de Solidão UCLA. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [S. l.], v. 65, n. 1, p. 68–75, jan. 2016.

BOLÍVAR B., A. “¿De nobis ipsis silemus?”: Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación . **REDIE**. Revista Electrónica de Investigación Educativa, [S. l.], v.4, n.1, 2002.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, [S. l.], n. 39, p. 39–50, jan. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 83 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P. Solidão-Comunhão. *In*. FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.27-30.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la. In: FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed; Bookman, 2009. p. 20-38

GOIS, J. B.; SOLIVA, T. A violência contra gays em ambiente escolar. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 38-45, 1 ago. 2011

MINOIS, G. **História da solidão e dos solitários** / traduzido por Maria das Graças de Souza. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MIRANDA, T. A. **A solidão como figura do mal-estar docente**. 2021. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Ibirapuera, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCOTE, D.; GARCIA, R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020. DOI: 10.5007/2175-795X.2020.e65334.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 28, p. 19-54, jan. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>

SOUSA, R. F., DUARTE, D. A. Problematizar sexualidades dissidentes na escola? O que dizem mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v.8, n.59, p.30-42, set. 2021.

SOUSA, R. F. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 16, p. 1-18, 2021. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.16.16462.013.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977.

# A ESCOLA NO RITMO DO *FUNK*: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NAS INTERFACES DOS SABERES DE GÊNERO

*Thatiane Oliveira do Nascimento*<sup>1</sup>  
*Robéria Nádia Araújo Nascimento*<sup>2</sup>

## RESUMO

Este texto compartilha uma experiência pedagógica que integrou uma pesquisa de mestrado no âmbito da formação de professores. O propósito foi analisar a dinâmica social de gênero com crianças e adolescentes no espaço escolar, tendo o *funk* como premissa de compreensão da problemática de gênero. Em uma das sequências didáticas, as letras do *funk* subsidiam a construção de paródias. Os resultados apontam que as crianças identificaram o sexismo de algumas letras, e, nesse sentido, a ludicidade oportunizada pelo *funk* aciona a reflexão de gênero, potencializando a educação intercultural no espaço escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa produzida através da Pesquisa-Ação Thiollent (2011), cujos dados foram categorizados à luz da análise de conteúdo Bardin (2016).

**Palavras-chave:** Gênero e Educação, *Funk*, Interculturalidade, Ensino Fundamental.

1 Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE - Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, [thatiane1nascimento@gmail.com](mailto:thatiane1nascimento@gmail.com);

2 Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores - PPGFP - Campina Grande - PB, [rnadia81@gmail.com](mailto:rnadia81@gmail.com).



## PRIMEIROS ACORDES

**D**e acordo com Louro (2014), as relações de gênero perpassam a esfera social, são advindas do patriarcado e reproduzidas nas escolas. Nesses espaços, os papéis determinados para o masculino e o feminino produzem uma verdadeira vigilância sobre os corpos de meninos e meninas, preconizando comportamentos padronizados, que, por sua vez, reverberam violências simbólicas sobre o feminino (BOURDIEU, 2020). Tal fato chama atenção para a discussão da temática de gênero no espaço escolar, desde os anos iniciais da escolarização, pois *o ser* e *o estar* mulher preconizam comportamentos padronizados de violência simbólica (BOURDIEU, 2020). Esse cenário implica a necessidade de abordar a temática na perspectiva de promoção da igualdade de gênero, desde os anos iniciais de escolarização. Para tanto, o presente texto compartilha resultados de uma pesquisa em âmbito de mestrado, que teve como objetivo: analisar as relações de gênero e educação, à luz da educação intercultural, de modo a visibilizar os estigmas que afetam o feminino no contexto de sala de aula. A Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2011) ancorou o presente estudo realizado em uma Escola Municipal de João Pessoa-PB. O estudo em questão articulou atividades pedagógicas no Ensino Fundamental que envolveram desenhos, paródias e questionários abertos, cujos dados foram categorizados e tratados à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Aqui, apresentamos as análises a partir das paródias realizadas pelas crianças. Na esfera da educação intercultural, oportunizamos uma reflexão sobre a cultura do *funk*, em que algumas letras são permeadas por pensamentos sexistas, que inferiorizam a condição feminina na sociedade. Gênero e educação constituem, portanto, os pilares da problemática, que adota a cultura do *funk* na escola como instrumento de análise, estudo e debate das questões de gênero. Acreditamos que oportunizar essa aprendizagem, desde os anos iniciais, pode contribuir para gerações comprometidas com a construção da igualdade de gênero.

## ORGANIZAÇÃO DO BAILE

Recorremos aos signos linguísticos do *funk* vinculados ao gênero feminino e masculino, porque esses são mais evidentes na construção das músicas, bem como direcionam as coreografias. Nesse sentido, a proposta pedagógica com as paródias buscou avaliar se a objetificação da mulher era percebida entre os/as participantes da pesquisa. O grupo do 5º ano do Ensino Fundamental foi composto por 4 meninas e 4 meninos, com idades entre 9 e 13 anos. A atividade incluiu o estudo e a leitura da letra do *funk* AK 47 É o Porte do Homem (MC TARUGO, 2020).

Ressaltamos que a música foi escolhida a partir de um pré-teste realizado com os/as participantes da pesquisa. Através de uma ligação pelo WhatsApp, foi perguntado qual música *funk* mais gostavam, e, diante das indicações, foi selecionada a mais indicada. Em função da pandemia da Covid-19, que provocou o fechamento das instituições escolares, o material da pesquisa foi entregue no domicílio dos/as estudantes, num envelope lacrado que continha lápis grafite, borracha e caixa de lápis de pintar. Os envelopes somente seriam abertos pelas crianças, com a intencionalidade de evitar intervenção de adultos na realização das atividades pedagógicas. Durante a realização, a pesquisadora aguardava do lado externo das casas.

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que subsidiou a formulação de duas categorias, que foram construídas a partir das paródias. No primeiro momento, realizamos a separação das paródias, de acordo com o gênero dos/as pesquisados/as, para verificar se as representações do sexismo das músicas teriam olhares diferentes, considerando suas visões de meninos ou meninas. Durante a separação temática, foi considerado o referencial teórico da pesquisa, especificamente, no que tange às representações e aos estereótipos de gênero, elencando, assim, os indicadores para a discussão. Destacamos que a linguagem das crianças é transcrita na sua grafia original.

## A Educação Intercultural no compasso do Funk

Os bailes *funks*, que nasceram na zona sul do Rio de Janeiro, foram transferidos para a periferia. Para os empresários do Canecão, pareceu mais interessante tornar essa casa de show um palco da MPB. Os “bailes da pesada”, como eram conhecidos, foram redistribuídos para outras regiões do Rio de Janeiro. O ritmo sofreu criminalização, entre 1992 e 1995, e posteriormente foi compreendido como uma expressão cultural. Na data 22 setembro de 2009, foi aprovada, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Lei 5.544/09, que reconhecia o *Funk* como símbolo cultural. Assim, ficou proibido qualquer tipo de preconceito e discriminação contra o ritmo e seus adeptos, que rompeu os muros das comunidades e alcançou as diversas camadas e espaços sociais, chegando à escola através dos sujeitos que compartilham esse espaço.

Nessa perspectiva, Fleury (2002) descreve que a educação intercultural provém de manifestações sociais de sujeitos que reivindicam seus espaços, assim como prevê a valorização das identidades culturais individuais e de grupos: “Busca promover a construção de identidades sociais e o reconhecimento das diferenças culturais. Mas, ao mesmo tempo, procura sustentar a relação crítica e solidária

entre elas” (FLEURY, 2002, p. 4). O reconhecimento do outro e de suas vivências é pressuposto para a prática da educação intercultural, e essa depende, sobretudo, do diálogo entre as diferentes expressões que compõem a sociodiversidade. Esse importante debate deve ser materializado nas salas de aulas, porque a cultura escolar não prescinde das culturas plurais e suas diferenças.

Portanto, o paradigma da interculturalidade na educação é aqui mobilizado no sentido de permitir e tornar possível compreender tais entrelaçamentos temáticos. Buscamos reforço em Candau (2008, 2013, 2014, 2016) ao postular que essa teoria é caminho valorativo do corolário da pluralidade cultural existente no país, gerando saberes e diferentes diálogos que colaboram com a democracia da sociedade e que precisam permear as salas de aula desde a infância. Nessa forma de educar, não existe a possibilidade de se promover a invisibilidade das matrizes culturais dos sujeitos em nome de uma suposta homogeneização educativa.

Em face disso, a interculturalidade na educação corrobora o pensamento de Fleuri (2001, 2003), ao defender a diversidade no espaço escolar como condição de trazer visibilidade às diferentes expressões socioculturais que antes não eram ouvidas nem vistas nos ambientes de ensino-aprendizagem. Assim, os “outros”, antes silenciados no currículo da escola e nas práticas pedagógicas, passam a adentrar as salas de aulas para além dos conteúdos dos livros didáticos. Desse modo, emergem aprendizagens que expandem visões acerca das realidades que nos afetam “para viabilizar o exame das questões sociais de gênero e dos ‘diferentes’, pois não se pode conceber experiências pedagógicas desculturizadas” (CANDAU, 2013, p. 13). Os autores propõem que, se determinados sentidos são construções de mundo ou foram aprendidos socialmente, também podem ser refeitos e reinventados na escola, através de uma renovação de estratégias docentes que promovam a circulação de saberes pertencentes a diversas manifestações culturais. Por isso, os educadores têm importante papel na inserção de relações interculturais na sala de aula: “A escola, então, é chamada a abrir espaço para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas” (CANDAU, 2016, p. 16). Diante desse entendimento, a educação intercultural torna-se uma necessidade permanente para uma educação pautada na alteridade. Nessa perspectiva, ancoramos as reflexões propostas neste estudo na compreensão da interculturalidade crítica, na qual ocorre o diálogo entre as diversas culturas no espaço escolar, não favorecendo uma em detrimento de outra, contrapondo-se à hegemonia cultural.

Parte-se da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o

que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (CANDAUI, 2014, p. 28).

Pensar as relações de gênero na perspectiva da interculturalidade crítica não significa apenas conceder acesso a esses debates no espaço escolar, mas promover uma mediação pedagógica. Em relação ao feminino, as discussões possibilitam trazer a compreensão de que as mulheres sofrem uma opressão hierárquica e histórica marcada pela superioridade do masculino. Tais desigualdades aparecem em algumas letras do *funk*, tornando-as instrumentos de formação para a igualdade de gênero.

### Gênero e Educação para além da noção de sexualidade

Louro (2014) e Carvalho (2013) descrevem que o feminino e o masculino são regidos de acordo com as representações e valores atribuídos à diferença biológica, sendo o gênero compreendido de acordo com o momento histórico e social. Assim, a percepção de que tudo converge com a natureza humana é refutada, surgindo a noção de privilégio social, na qual o masculino é visto como superior ao feminino, refletindo-se nas desigualdades entre homens e mulheres.

Determinar objetos e roupas para os indivíduos também adentra na compreensão de gênero, na medida em que o sexo biológico tende a orientar o que será permitido, nos termos de “apropriados” para o feminino ou masculino. A esse respeito, Louro (2019) elucida que os corpos são marcados culturalmente, pois o ser “feminino” e o ser “masculino” constituem um tear promovido no âmbito dos sentidos de cada sociedade, sendo usados no campo das relações de poder que determinam as assimetrias. Essas relações começam a ser desenhadas após uma classificação “normativa” e são confirmadas ao longo da vida, através de comportamentos esperados e que estão arraigados no sexo biológico.

Analisando esse pensamento, (NASCIMENTO, Robéria; NASCIMENTO, Thátiane, 2021, p. 6) entendem que “a condição feminina, contrariando essa lógica, não é determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas sempre resulta das invenções sociais, pois sabemos que a sociedade é que confere sentidos às diferenças”. Assim, discursos usuais nas relações cotidianas, como: “meninas são mais calmas e sensíveis”, como se fossem adequadas a profissões de cuidadoras, estão presentes nos pretextos de desigualdades, provocando as diferenças estigmatizadas. Espaços e papéis são, assim, delimitados, referenciados nessa nomeação presumida, decorrentes de leituras e imposições culturais.

Nessa perspectiva, Scott (1995) indica que a compreensão analítica do gênero requer a necessidade de se refletir para além das abordagens existentes nos

estudos sobre as mulheres, que reverberam apenas percepções unidirecionais. O gênero é um construto que se formula através de símbolos, conceitos normativos, políticos e sociais, considerando as subjetividades dos sujeitos. Por isso, Simone de Beauvoir, com sua célebre frase: *Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*, acenou para o mundo a constatação de que a compreensão de gênero envolve a construção social. Sobre essa dimensão, Louro (2008, p. 18) argumenta: “Nada há de puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura” (LOURO, 2008, p.18). É no decorrer das vivências cotidianas, das relações sociais que são permitidas a compreensão do feminino e do masculino e que as noções de gênero e de sexualidade podem ser reinventadas. Portanto, as questões de gênero se vinculam às subjetividades, mas são condicionadas de acordo com os processos culturais vivenciados. Sobre esse contexto, Louro (2014, p. 28) acrescenta: “Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade e responder a essas expectativas.” Para Bourdieu (2020), o imaginário de sujeito ideal é aquele que atende ao que se espera e se compreende como “correto”, fundamentando a construção de preconceitos e diferenças entre o masculino e o feminino, que institui as bases da dominação masculina:

Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença, entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens, sobre as mulheres, ela mesma, inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2020, p.26).

Assim, as posições hierárquicas são construídas de forma implícita, no processo cultural, refletindo-se nas práticas sociais e sendo entendidas como verdades essenciais para a coletividade. O autor recupera as razões históricas que originam a hegemonia masculina para a compreensão do patriarcado e das concepções sexistas, que tanto influenciam algumas letras do *funk* e que, por isso, interessam-nos diretamente na reflexão de gênero para abordagem pedagógica.

## O BATIDÃO PROMOVEU REFLEXÕES

Na construção da categoria I – A representação feminina emerge em espaços divergentes das performances sexistas, a análise ocorreu por meio das paródias elaboradas pelos/as alunos/as. Foi proposto, nessa atividade, a reescrita da

música “AK 47 é porte de homem” (MC TARUGO, 2020). Com o intuito de motivar uma produção crítica, durante a orientação da paródia, havia uma informação do tipo: “Nesse momento, você é o autor/a desse *funk*, a música é sua, e o que você escrever vai ser escutado pelas pessoas. O que você quer dizer para elas? Esse é o momento. Assim como esses autores do *funk* falaram, você vai poder falar agora”. O objetivo foi fazer com que as crianças se sentissem livres, para externar suas percepções. Assim, os participantes exercitaram uma aprendizagem de gênero a partir da ludicidade musical, expondo impressões e significados por intermédio das paródias.

Os trechos das músicas reescritas são apresentados separadamente para visibilizar os sentidos atribuídos e as inferências dos/as participantes. Optamos por inserir também o percentual de falas de acordo com o gênero dos/as pesquisados/as (como mostra na Tabela 1), na intencionalidade de apontar diferenças de percepção do sexismo, considerando a condição de menino ou menina. Imaginamos que isso poderia comunicar a influência do pensamento patriarcal na construção das assimetrias de gênero. Observamos que, mesmo com a possibilidade de reconstrução dos discursos que lhes são apresentados nas músicas, os meninos, aqui identificados por termos da cultura *funk*<sup>3</sup>, tendem a reproduzir as percepções da hegemonia masculina nas atividades pedagógicas que lhes são dirigidas. Contudo, as meninas apresentam uma resistência em aceitar as representações que configuram sexismo para as mulheres.

O resultado da atividade de reescrita da Categoria I pode ser exemplificado na percepção de *Resenha*, quando reescreve que – “E chama as maravilhas para prender os bandidos”.

**Tabela 1** – Refutação ao sexismo

Categoria I – A representação feminina emerge em espaços divergentes das performances sexistas	Citações de acordo com o gênero	
	Menina	Menino
Representação feminina perpassa a beleza física e atividades do cotidiano	7	0
Representação feminina assumindo um papel social majoritariamente masculino	1	0
Quantificação das citações	8	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2021.

<sup>3</sup> Os nomes verdadeiros foram trocados pelos codinomes *Resenha*, *Parça*, *Aliada*, *Aliado*, *Passinho*, *Coringa*, *Arlequina* e *Responso*, que integram o vocabulário do *funk*.

A divisão de respostas de acordo com o gênero das crianças sugere uma espécie de resistência que permeia algumas falas femininas, pois há certa valorização da mulher, em detrimento às associações de violência, como descreve *Resenha* – “As princesa é linda mas a *glock*<sup>4</sup> não”. A linguagem, conforme explica Hall (2016), é uma construção de sentidos que depende do repertório dos interlocutores. No aspecto mencionado, há uma representação divergente da música original, na qual a figura feminina é imersa num arcabouço da violência simbólica passível da dominação masculina (BOURDIEU, 2020). As meninas enxergam novos indícios da identidade feminina para além da submissão ao desconstruir os termos pejorativos, pensando a mulher em termos divergentes da construção patriarcal. No seu ponto de vista, as mulheres têm autonomia: “As bunita trabalho, as bunita trabalho”, segundo descreve *Parça*. A rejeição do sexismo se dá na possibilidade de autonomia. O trabalho é visto como uma forma de questionar a representação pejorativa que discrimina a figura feminina. “Não tem problema, ela não vai ficar careta, leva ela no restaurante pra ela comer”, cita *Aliada*. Notamos que aspectos do cotidiano social aparecem nas paródias dos/as alunos/as, mostrando uma discordância com o sexismo estigmatizado (GOFFMAN, 2008) nas letras musicais apresentadas. Nessa perspectiva, as novas representações femininas se contrapõem ao imaginário machista que objetifica a mulher. De acordo com Louro (2014) e Scott (1995), a luta pela igualdade vislumbra a superação da subalternização do feminino, que se inicia no espaço familiar e doméstico: “É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico já foi visto como o ‘verdadeiro’ universo da mulher; no entanto, essa lógica vinha sendo gradativamente questionada e rompida por algumas mulheres” (LOURO, 2014, p. 21). A autora faz referência ao movimento feminista, apontando mudanças gradativas e despertando as mulheres para a contraposição das prerrogativas patriarcais. Ressaltamos que as meninas pesquisadas, embora imersas em uma educação de base patriarcal, questionam as representações desiguais atribuídas ao feminino. A dança permanece como lugar de pertencimento feminino nas paródias, entretanto ocorre o deslocamento dos termos que objetificam a mulher em alusão aos seus desejos e às suas escolhas no espaço social. No trecho escrito por *Resenha*, lemos: “Juliana da favela gosta de dançar”. Entretanto, precisamos considerar que essas reescritas provêm apenas de três meninas. A reescrita dos meninos será apresentada no quadro seguinte, no qual é possível visualizar resquícios de uma educação patriarcal que reforça a violência e a assimetria de gênero.

---

4 *Glock* – Pistola semiautomática.

Portanto, na Categoria II elencamos as representações que reforçam a perspectiva de inferioridade da mulher, esquematizada em perspectivas de discriminações e expressões sexistas e violentas, atreladas à conquista e à satisfação masculina, como mostra na Tabela 2. Ressaltamos que a assimetria de gênero se apresenta de forma mais acentuada e violenta nas narrativas do masculino, uma vez que a mulher permanece em um lugar de subalternização, tratada de modo estigmatizado, como descreve o aluno *Passinho* na recriação da letra: “Juliana safadinha, safada da favela”.

**Tabela 2** – Patriarcado manda lembrança

Categoria II - A representação feminina permeada pelo Patriarcado	Citações de acordo com o gênero	
	Menina	Menino
Representação feminina personificada para satisfazer o masculino	0	3
Representação da mulher erotizada sofrendo violência física	0	1
Representação feminina contrapondo adjetivos pejorativos	0	8
Representação feminina perpassa a beleza física e a performance dançante	9	3
Representação da figura feminina de forma pejorativa objetificada	0	4
Quantificação das citações	9	19
<b>Total</b>	<b>32%</b>	<b>68%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2021.

Ainda que tenha sido oportunizada a recriação das letras do *funk*, as representações permanecem no campo assimetria de gênero. Os adjetivos pejorativos para se referir ao feminino mudam em algumas letras, mas os papéis masculinos permanecem naturalmente dominantes. As palavras pejorativas sobre a mulher persistem, assim como se observa a violência contra o feminino, de forma naturalizada, também entre os meninos, para além da esfera simbólica (BOURDIEU, 2020). Na produção de *Coringa*, a mulher pode ser vítima de agressão como parte de uma cultura de dominação masculina: “Juliana safadinha, putinha da favela, vem de perna, i vem de perna i, vou te dá, vou dá na tua cara” – *Coringa*. As palavras de Hall (2016, p. 34) explicam a reprodução de estigmas no ambiente social: “Aqui é onde a *representação* aparece: ela é a produção do significado dos conceitos da nossa mente, por meio da linguagem. É a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos *referirmos* ao mundo “real” dos objetos, sujeitos ou acontecimentos [...]”. A linguagem que influencia a cultura pode ser notada na subalternidade atribuída ao feminino, manifestada através dos discursos cristalizados no mundo



social do aluno pesquisado, pois a ideia de “bater em uma mulher” flui em suas palavras, de forma naturalizada. É possível perceber ainda que o estigma gerador do sexismo é também vetor dos pensamentos e das atitudes que provocam a violência de gênero. Essas atitudes agravam as diferenças e as desigualdades, reproduzindo discriminações históricas, conforme assinala Louro (2019):

Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido “gravados” em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção (LOURO, 2019, p. 30).

O feminino, portanto, é tratado pela ótica da submissão, de objeto ou propriedade masculina, e esse discurso também reverbera na opinião das crianças, conforme analisamos na fala de *Aliado*: “Já que em mina não tem praia, faz marquinha e vai pro sítio pra homem, pra homem.” A performance feminina esperada é aquela atrelada à erotização para conquistar a admiração masculina. A mulher como objeto tem como finalidade agradar ao universo dos homens. Tal ideia atravessa a esfera cultural sendo, portanto, também naturalizada entre as crianças, que as assimilam e incorporam-nas em suas leituras de mundo. A mulher descrita na letra musical reproduz, então, um ser sem autonomia diante de si e do próprio corpo, quando pensada pelos meninos. Tal pensamento precisa ser desconstruído na escola, educando-se para o protagonismo feminino, destacando-se, na prática pedagógica, que as mulheres reivindicam mudanças na direção da igualdade de gênero. É preciso, pois, continuar avançando, refletindo sobre um imaginário social no qual a mulher necessita da aceitação masculina, em função das práticas discursivas do patriarcado, que alimentam as posturas sexistas das desigualdades. Como alerta Bourdieu (2020) sobre as inseguranças creditadas às mulheres:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis (BOURDIEU, 2020, p. 111).

Corroborando esse pensamento, Scott (1995) nos alerta acerca da relação de poder promovida mediante a construção social do conceito de gênero, na qual o escopo da esfera de dominação subjaz, diante da hierarquização das diferenças atribuídas ao gênero e definidas pelo sexo biológico. Na perspectiva da autora, as questões relacionais de gênero se imbricam, assim, no momento em

que o masculino surge com uma performance de dominação, o feminino é automaticamente compreendido como dominado. Nessa conjuntura, a inferiorização feminina, através de práticas discriminatórias travestidas de naturais, esconde as estratégias da dominação masculina, refletindo-se também em algumas letras do *funk*. Nessa direção, alguns participantes da pesquisa consideram que a mulher tem a missão de atender aos desejos masculinos, não possuindo liberdade ou vontade própria.

## ACORDES FINAIS

O contexto de geração de dados possibilitou uma imersão na subjetividade das crianças participantes, pois adotar atividades pedagógicas aliadas à ludicidade permitiu que ficassem à vontade para expressar suas representações e visões de mundo, a partir da cultura do *funk*. As atividades mostraram-se eficazes para instigá-las a pensar e traduzir suas impressões sobre o contexto das músicas. Os resultados apontam que as crianças identificaram o sexismo presente nas letras, e, nesse sentido, a reflexão de gênero potencializou a educação intercultural no espaço escolar. De tal maneira, questões socioculturais se aproximaram da realidade pedagógica, permitindo que a diversidade do *funk* ultrapassasse a esfera do entretenimento e fosse apropriada para fins de aprendizagem, pois os dados da pesquisa possibilitaram a elaboração de uma sequência didática que foi vivenciada pelas crianças. A violência simbólica vivenciada pelo feminino em algumas letras de *funk*, quando apresentada de forma explícita, com palavras de cunho pejorativo, é aceita pelos meninos, mudando em alguns momentos os termos pejorativos. Todavia, essa prática é refutada pelas meninas, quando representam o feminino em espaços e situações que contrapõem a inferiorização ao masculino.

Entretanto, uma das surpresas da pesquisa foi perceber o “conforto” daqueles que se identificam com o gênero masculino (no caso, os meninos pesquisados) ao se posicionarem diante do lugar social que ocupam nas relações de gênero. Isto é, existe uma naturalização em torno dos papéis socialmente definidos, a qual foi constatada nesta pesquisa. Tal descoberta sugere que a assimetria de gênero presente no espaço social é inculcada desde a infância, perpassa as letras e os ritmos musicais e certamente permanecerá vigente, caso não haja intervenção pedagógica que a ressignifique. Diante dessa constatação, podemos entender que as aprendizagens de gênero que se dão a conhecer em algumas músicas reproduzem visões e comportamentos aceitos como padrão para uma sociedade heteronormativa, em termos de meninas/meninos, e que são disseminadas desde a infância.

Ou seja, tais aspectos requerem discussão em sala de aula e a construção de novas aprendizagens.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, M.F. **O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico**: uma proposta de análise do universo sexual feminino. 2009. 188 p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem - Campinas-SP, 2009. Disponível em:< <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/470186>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica Tradução Maria Helena Kuhner. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANAU, V.M.F. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v.46, n.161, p.802-820, jul./set.2016. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742016000300802&lng=e&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000300802&lng=e&nrn=iso)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CANAU, V.M.F. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, abr. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwM-vGSPkGnWc67BjtC/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 07 Mar. 2021.

CANAU, V.M.F. Educação Intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANAU, Vera Maria Ferrão. (org.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014, 360 p.

CANAU, V.M.F. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANAU, Vera Maria Ferrão. (org.). **Multiculturalismo Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARVALHO, M. P. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FLEURI, R. M. Desafios à educação intercultural no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 2, n. 23, p. 01-14, jul./set. 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1490/pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 23, p. 16-35, 2003. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

FLEURY, R. M. Desafios à educação intercultural no Brasil. In: FLEURY, Reinaldo Matias (Org.). **Intercultura: Estudos emergentes**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, Apicuri, 2016, 260 p.

LOPES, A.C. **Funk-se quem quiser: No batidão negro da cidade carioca**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, FAPERJ, 2011, 224 p.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-7307200800020003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-7307200800020003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 mar. 2021.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, R.N. A; NASCIMENTO, T.O. Vozes transgressoras na escola: ecos e apologias do *funk*. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-14, jan-dez. 2021. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/download/38369/26977/180855>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

NASCIMENTO, T.O.D. **A cultura do funk no espaço escolar**: análise das apologias de gênero em sala de aula. 2021. 284 p. Dissertação. Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande - PB, 2021. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4089>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

# RELATO DE EXPERIÊNCIA: GRUPO DE ESTUDOS VIVÊNCIAS TRANS NA UNIVERSIDADE

*Iris Gomes Bonato Lopes de Assis<sup>1</sup>*

*Paola Gragnolati Fernandes<sup>2</sup>*

*Sirlândia Schappo<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

**N**a sociedade brasileira na atualidade, observa-se que pessoas transgênero ainda convivem diariamente com diversas formas de violência, sejam elas opressões como o desrespeito do pronome, a proibição de usar os banheiros públicos de acordo com seu gênero ou até casos de violência física e morte. A Universidade, embora seja um ambiente de formação e produção de conhecimento, se configura como um reflexo da sociedade, ou seja, não está isenta de qualquer tipo de opressão, muito pelo contrário, pode ser um ambiente extremamente violento e excludente para alguns grupos que a acessam. São vários os relatos e as denúncias de pessoas trans<sup>4</sup> dentro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que se localiza em um dos estados mais conservadores e violentos para as minorias sociais.

Dito isso, o grupo de estudos “Vivências Trans na Universidade”, foi construído em 2023 a partir da necessidade de debate acerca do tema, percebida por três estudantes da graduação em Serviço Social na UFSC e bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) do mesmo curso, visto que o tema ainda é pouco discutido dentro da graduação, por núcleos de pesquisa e extensão da Universidade,

1 Graduande do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC e bolsista do PET Serviço Social da UFSC, [ac.bonato.assis@gmail.com](mailto:ac.bonato.assis@gmail.com);

2 Graduanda pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e bolsista do PET Serviço Social da UFSC, [paolagfernandes2@gmail.com](mailto:paolagfernandes2@gmail.com);

3 Professora Orientadora e Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2008), Docente do Departamento de Serviço Social da UFSC e Tutora do PET Serviço Social da UFSC: [sschappo@gmail.com](mailto:sschappo@gmail.com)

4 Trans, vale ressaltar que é usado como conceito guarda-chuva para tentarmos englobar diversos tipos de existências e expressões, portanto isto inclui pessoas travestis, transmasculinas, transfemininas, não-binaries, agênero, queer, etc.

e em formações profissionais. A falta de estudo e socialização do tema leva a invisibilidade dessas pessoas dentro do ambiente acadêmico e consequentemente o aumento de violências, às quais se agravam com a negligência e burocratização por parte das instituições.

Para além da ampliação do debate e do conhecimento acerca do tema, criar um espaço seguro e de acolhimento às pessoas trans foi um dos principais objetivos do grupo, tendo em vista a falta, já citada anteriormente, desses espaços na Universidade. Portanto, o grupo foi construído em conjunto com estudantes da Rede Trans UFSC, um coletivo político estudantil de pessoas trans, composto por pessoas de diversos cursos da UFSC, coletivo esse que impulsiona e trava diversas lutas em relação ao acesso e a permanência desses estudantes. Cabe destacar as lutas que resultaram na aprovação pelo Conselho Universitário (CUUn) da UFSC em 8 de agosto de 2023 da política institucional de ações afirmativas para pessoas transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e não-binárias.

Importante ressaltar que o grupo de estudos “Vivências Trans na Universidade” priorizou a inscrição de estudantes transgênero, considerando que a identificação no espaço também é algo de extrema importância para o conforto e ampliação do debate aos estudantes que vivenciam tais realidades diariamente, principalmente, quando as pautas atravessam suas existências. Porém, não descartamos a entrada de pessoas CIS no grupo, justamente por acreditarmos que a luta antitransfobia também deve ser intersseccionalizada entre as diversidades de gênero, raça e classe, algo coletivamente discutido. No total, o grupo de estudos contou com dezessete pessoas inscritas, três convidadas da Rede Trans UFSC, os três petianos organizadores e a professora tutora do PET.

O grupo foi dividido em três encontros, onde o primeiro foi direcionado ao debate sobre Mulheres trans, travestis e não-binárias, o segundo a homens trans, trans masculinos e não-binários, e o último foi em relação à permanência qualitativa da comunidade trans na Universidade. Durante os encontros, diversos foram os relatos pessoais de transfobia dentro do ambiente acadêmico, com professores, colegas, funcionários da instituição, mas para além disso, o debate político e as reflexões a partir dos aportes teóricos foram considerados pela comissão organizadora e pelo grupo PET, dentro de suas avaliações, como algo muito qualitativo, pois gerou diversos encaminhamentos interessantes durante os dias propostos.

Entendemos que os impactos do grupo de estudos para a discussão sobre a questão e para as pessoas trans ainda foi algo incipiente mediante a complexidade da questão de gênero dentro da sociedade capitalista, porém acreditamos ter sido fundamental para qualificar os debates e direcionar questionamentos sobre a estrutura universitária que tanto é um reflexo de nossa sociedade. É real

a invisibilidade, perseguição, violência psicológica, física e até a morte da população trans no Brasil. A partir das experiências, depoimentos e debates vivenciados no grupo de estudos, pode-se aferir a relevância de debater maneiras de preservar vidas trans e garantir sua produção de saberes e seu acesso a instituições de ensino como um todo.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Para a realização do grupo de estudos e de outras atividades relacionadas à temática, primeiramente foi feita uma análise bibliográfica, recorrendo às seguintes obras de apoio: *Feminismos Plurais – Tranfeminismos*, de Letícia Nascimento e *Manifesto transfeminista*, de Emi Koyama; *Homens trans: Novos matizes na aquarela das masculinidades?*, de Guilherme Almeida; *Existe ‘universidade’ em pajubá? Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*, de Brume Dezembro Iazzetti. Após a seleção dos textos de referência, a comissão organizadora planejou a metodologia dos três dias de encontro, a fim de planejar com qualidade as intenções e direcionar melhor o tempo do encontro.

O primeiro encontro, no dia 16/05/2023, iniciou com músicas de artistas trans tanto locais quanto nacionais, com a intencionalidade de proporcionar a propagação da cultura no espaço e manter um ambiente de maior descontração e aconchego. Após o momento a comissão organizadora apresentou a proposta pensada ao grupo e iniciou com uma roda de apresentação individual, nela foi feito por todos a autodescrição de si, a fim de garantir maior acessibilidade no local e após a apresentação do nome, fase, movimentos que fazem parte, idade e cidade de origem. Também foi feita outra dinâmica de acolhimento, a qual pedimos que falassem o porquê da escolha de seu nome (qual o significado e o que ele representava). Por fim, a comissão organizadora fez uma contextualização do texto que seria debatido no dia, “*Feminismos Plurais - Transfeminismo*” de Letícia Nascimento e “*Manifesto Transfeminista*” de Emi Koyama para começar os debates sobre o assunto.

Os outros dois encontros (do dia 23/05/2023 e 30/05/2023) não foram diferentes, o que foi mais alterado foram as dinâmicas de acolhimento e os textos apresentados. No dia 23/05/2023 foi feita uma apresentação sobre o que é o gênero, onde cada pessoa presente escreveu em um post-it o que viesse em sua cabeça quando pensava na palavra “gênero” e após ocorreu um debate sobre o que foi escrito e as concepções de cada sujeito presente foram abertas ao coletivo, e o texto apresentado foi “*Homens Trans’: Novos matizes na aquarela das masculinidades?*” de Guilherme Almeida.



Já a do dia 30/05/2023 o diferencial proposto foi a intervenção que finalizaria o encontro pelo coletivo político de cultura na cidade de Florianópolis-SC Slam Cruz e Sousa, que apresentaria poesias vinculadas ao tema para o grupo, de maneira a instigar a cultura enquanto um instrumento político e expressivo, porém infelizmente o coletivo não conseguiu estar presente, mas a proposta metodológica ainda permanece ativa para futuras intervenções. Foi abordado também uma importante discussão pensada para a realização de um quarto encontro futuro, com intuito de debater sobre alguma produção de audiovisual que tratasse das vivências da população trans. Foi efetivado a partir do “Cine Debate: Vivências Trans na Universidade”, realizado no dia 19/09/2023 com o documentário “Transversais” presente na plataforma de *streaming Netflix* e o texto apresentado foi “Existe ‘universidade’ em Pajubá? Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans” de Brume Iazzetti.

O saldo dos encontros foram extremamente qualitativos, pois a metodologia e os encontros semanais nos ajudaram a ter uma maior aproximação com as pessoas presentes e um debate mais qualitativo sobre os assuntos propostos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Os pontos para debate em relação aos textos foram inúmeros, porém os principais em relação aos textos “Feminismos Plurais - Transfeminismo” de Letícia Nascimento e “Manifesto Transfeminista” de Emi Koyama girou em torno da emancipação do feminismo para as inúmeras formas de ser mulher a partir de premissas base como o direito de definir e expressar sua própria identidade, tomar decisões sobre seu corpo e debater sobre a pressão social que corpos trans sofrem dentro do sistema binário, principalmente, quando se trata do julgamento social e cultural se são ou não mulheres/homens o suficiente.

Outros pontos debatidos foram, a diferença entre violências com mulheres cis e mulheres trans, movimentos que geralmente não são televisionados e nem levados a sério, ainda mais em ambientes como o da prostituição, a qual mulheres trans e travestis se veem na necessidade financeira de sobreviver nesses trabalhos sem nenhuma segurança, e nessa situação altamente violenta, sem que haja críticas efetivas do porque estão em situações de empregos sexuais extremamente insalubres, e sem nenhuma garantia de direitos humanitários, muito menos na proteção de sua saúde física e psicológica.

Porém, nas discussões sobre esses dois textos houveram diversas críticas, por não abordarem a questão da raça que vem tão interligada com a questão de gênero principalmente quando observamos que na conjuntura brasileira são as

mulheres travestis negras as que mais tem a sua humanidade negada, por nossa estrutura capitalista altamente racista e transfóbica. Outra crítica foi ao livro “Feminismos Plurais - Transfeminismo” de Letícia Nascimento por reduzir a discussão de gênero e do transfeminismo, e não incluir também outras intersecções importantes para o debate.

Já no texto “‘Homens Trans’: Novos matizes na aquarela das masculinidades?” de Guilherme Almeida a discussão girou em torno do conceito de masculinidades e as diversas formas de expressão. O autor usa muito o exemplo de “uma caixa com caixas dentro” e o quanto a sociedade reduz o homem trans a apenas uma forma de ser, foi debatido que isso pode ser pelas faltas de discussão acerca do tema do ser masculino e o quanto falta reconhecimento e visibilidade para essas existências, ainda mais quando se fala do “ser masculino” dentro da perspectiva de raça, que é tão subjugada por lacunas de um existir agressivo e hiperssexualizado.

No debate foi pontuado a compreensão das diferenças, como a cultural, marcadores de origem, classe, geração, trajetória sexual e reprodutiva, social, raça e etnia, em relação a corpos PCD’s, entre muitas outras. Além das expectativas que são colocadas de outras pessoas a corpos trans, para que sigam determinada forma de agir e o medo que homens trans e transmasculinos tem em reproduzir a masculinidade que foi estruturalmente ensinada de como ser um homem cis. Alguns questionamentos norteadores para o debate foram: Quem produz conhecimento sobre homens trans/transmasculinos? O que é ser um homem de verdade? Quem nomeia o homem trans/transmasculino? Como discutimos masculinidades múltiplas?

Por fim, a discussão sobre o texto “Existe ‘universidade’ em Pajubá? Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans” de Brume Iazzetti foi qualitativa pela Política de Ações Afirmativas para pessoas trans, travestis e não binárias na UFSC, a qual estava em discussão, e que foi a base para discussão do material teórico separado. A dissertação utiliza de relatos de várias pessoas trans, com corpos e histórias diferentes, o que gera um diverso entendimento dos atravessamentos que tais pessoas encontram ao acessar uma instituição de ensino superior, principalmente ao se considerar a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Um dos principais pontos iniciais para a construção do debate surgiu dos inúmeros apontamentos da falta de respeito em relação ao nome social e pronomes, algo básico para a identificação e visibilidade das pessoas. Essa invisibilidade, muitas vezes aparece de maneira sutil aos olhos de pessoas cis ou da própria instituição, mas se expressa de forma extremamente violenta a quem sofre, ao ter

sua identidade negada. Além de que na UFSC, o uso do nome social não é algo de acesso somente a população trans, e a subnotificação dos dados, já que a Universidade utiliza dessa ferramenta para quantificar a existência de estudantes trans dentro do ambiente acadêmico. Desse modo, concluiu-se a importância de um sistema integrado de informações, que notifique a realidade, pois para a construção de políticas públicas efetivas, é necessária a quantificação dentro de um sistema burocrático como a Universidade.

Outro ponto que a autora do texto traz, é o “ato de encarar”, muitas vezes representando uma certa repulsa pelos corpos trans, e que coloca esses corpos em lugares de objetificação e sexualização extrema, relacionado a uma atração, algo exótico e não humano. Essa objetificação leva a uma grande pressão sobre pessoas trans para atingir as expectativas de gênero que existem na sociedade binária na qual estão inseridos, onde existe uma normativa cis e branca que define quem são as pessoas detentoras de direitos, e o que é o “diferente”.

Outra pontuação válida, foi a de que as políticas de permanência para pessoas trans vem sendo construída desde 2019, mas que são produzidas em sua grande maioria por pessoas brancas e cis, e como isso reflete em um certo tipo de objetificação do estudo em cima de pessoas trans, negras, indígenas, pcd's e outras populações marginalizadas, e o quanto isso é prejudicial tanto para a produção daquele conhecimento, quanto para a população que é colocada em um lugar de “ser estudada”. Portanto, é importante que pessoas trans se insiram cada vez mais em ambientes como projetos de pesquisa e extensão, principalmente porque esses ambientes possibilitam à pessoa um currículo acadêmico, além da valorização necessária de produções dessas pessoas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a avaliação do grupo de estudos, o coletivo apontou diversas necessidades, dentre elas estava o processo urgente e necessário de formação com docentes, técnicos e corpo universitário, devido a quantidade de relatos que apresentavam um quantitativo absurdo de violações advindas destes profissionais, ou até mesmo de estudantes. A proposta de formação também se torna importante, pois a profissão de Assistente Social trabalha diretamente com o usuário, neste caso, atendendo pessoas trans e por muitas vezes pessoas trans negras que são diariamente atravessadas pelo sistema capitalista altamente transfóbico e racista, essa falta de capacitação dificulta a atuação profissional e um atendimento visando a garantia de direitos, perde-se o movimento ético de respeitar a existência desse indivíduo altamente violado e vulnerável.

Para além disso, a política de permanência para a comunidade trans foi algo muito debatido, pois durante o grupo de estudos, a Política de Ações Afirmativas para pessoas trans, travestis e não binárias na UFSC estava em construção. Ela visa o acesso através das cotas e a permanência qualitativa destas pessoas e propõe a discussão nas diversas instâncias da UFSC, no nosso grupo não foi diferente, tivemos um debate profundo sobre como estudantes trans conseguiriam acessar a universidade através das cotas propostas na política e para além do acesso, como essas pessoas permanecem nesse ambiente tão violento e burocrático.

A minuta da política foi aprovada logo em seguida, em agosto de 2023, o que foi um avanço enorme para alunes da UFSC, mas que ainda carece de políticas de permanência realmente efetivas, pois se sabe que o número de evasão da população trans, negra, indígena, quilombola, PCD's, de estudantes cuidadores de crianças e todos os grupos estruturalmente atravessados é grande dentro dos ambientes universitários.

Outro ponto importante foi o debate acerca da “abertura dos muros” da universidade, e meios de vincular o acesso de movimentos políticos, culturais, comunitários e coletivos na produção de conhecimento da UFSC. Algo muito debatido e pensado foi em como seria possível uma parceria com esses movimentos, e que se consiga levar grupos que muitas vezes nunca estiveram na Universidade, para elencar seus saberes e vivências, a fim de produzir política e conhecimento com uma troca coletivizada. Por muitas vezes, a colocação desses grupos como objetos de estudo e o academicismo existente no ensino superior afasta os mesmos, que possuem contribuições extremamente qualitativas para diversos temas. O ambiente acadêmico ainda é elitista, cis e branco, e inferioriza produção de conhecimento por parte desses grupos.

É dever do corpo universitário o apoio a movimentos políticos, culturais e comunitários, dando apoio aos coletivos, incentivando a produção dos diversos tipos de saberes e a publicação/apresentação de estudantes trans em ambientes que ampliem a discussão, como congressos, seminários, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do grupo de estudos, a comissão organizadora elaborou a proposta de um CinePET, já citado anteriormente, atividade onde uma obra audiovisual - filme, documentário, vídeo, etc. - é apresentado, e feito um debate em cima disso. Para garantir a participação dos estudantes presentes no grupo de estudos, a proposta de vídeo a ser apresentado foi feita durante os encontros, e após votação, o documentário brasileiro “Tranversais”, disponível na Netflix,

foi escolhido para o CinePET, que ocorreu no segundo semestre deste mesmo ano. O documentário retrata a vida cotidiana de cinco pessoas de lugares e classes diferentes, atravessadas durante sua vida pela transexualidade, o que gerou inquietação nos estudantes, mesmo com uma quantidade reduzida dos que estavam presentes, e fez com que o espaço fosse qualitativo e proveitoso.

Além desta atividade, ainda há a ideia de realizar a semana anti transfobia no curso, uma semana na qual tanto o PET SSO, quanto os coletivos: Coletivo Trans De Serviço Social Demétrio Campos, Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida e o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALISS), farão atividades de formação, conscientização, integração e fomentação a cultura, devido aos diversos relatos de violência que ocorreram no semestre em questão. A partir do grupo de estudos, tendo em vista as diversas demandas que foram percebidas nos debates e com a organização destes mesmos estudantes, também foi criado o Coletivo Trans de Serviço Social Demétrio Campos, primeiro coletivo trans do Serviço Social na UFSC a se formar, um momento histórico é realmente importante para a ação acadêmica e profissional do Serviço Social em Florianópolis - SC, e que vem para reforçar a permanência dessas inúmeras vivências.

A permanência estudantil, de forma qualitativa, foi uma das principais conclusões a que o grupo chegou, visto que afeta diariamente a vida destes estudantes. É de extrema urgência e importância que políticas que visem a possível conclusão do curso sejam criadas e efetivadas na prática, para que o número de evasão por parte dessas pessoas trans se atenuem, e que a Universidade e o ambiente acadêmico sejam cada vez mais inclusivo e aberto, para que mais pessoas trans acessem, se formem, sigam nas áreas de trabalho, e produzam conhecimento, materiais acadêmicos e seus inúmeros saberes.

**Palavras-chave:** Grupo de Estudos; Trans; Vivências; Universidade; PET SSO.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente ao grupo PET de Serviço Social da UFSC, que nos possibilitou a criação deste grupo de estudos, e de outras atividades relacionadas, e também ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo financiamento do PET. Agradecemos a Júlia Vitória dos Santos Silva, ex petiana, formada em Serviço Social pela UFSC e que participou de toda a criação e organização do grupo. E por fim, agradecemos a Rede Trans UFSC, especialmente a Mariana Franco Fuckner, Mirê Sanchez Chagas e Melina Maria Martins da Silva, que participaram dos encontros de forma assertiva e que foram de extrema importância para a realização do grupo. Nossa luta continua de maneira crítica

e resistente, esperamos que essa atividade seja só o começo de tantas outras, seguiremos em coletivo para atingir o que queremos: uma universidade popular, gratuita e de qualidade a corpos que são escanteados pelas tantas discriminações institucionais que perpassam no nosso dia a dia. Vida longa às vivências trans das diversas universidades do país!

## REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Letícia. *Feminismos Plurais: Transfeminismos*. Primeira edição. São Paulo. Jandaíra, 2021.

KOYAMA, Emi. *Manifesto Tranfeminista*. The transfeminist manifesto. Eminism.org, 2001.

ALMEIDA, Guilherme. *Homens Trans: Novos matizes da aquarela das masculinidades?* Revista estudos feministas. Florianópolis, volume 20.

IAZZETTI, Brume Dezembro. *Existe 'universidade' em Pajubá? Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. 2021. Dissertação (mestrado) – Curso de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

# “NOSSA, A ESCOLA ESTÁ AMIGA DOS GAYS!”: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EM DIVERSIDADE NO COLÉGIO XINGU

*Camila Veloso Sanches<sup>1</sup>*  
*Viviane Gonçalves Passarini<sup>2</sup>*

## RESUMO

Entendendo a escola como propulsora da democracia e da cidadania, comprometida com as lutas sociais e com a construção do sujeito crítico surge, no colégio Xingu, a urgência de trazer para o dia a dia escolar as pautas voltadas a gênero e sexualidade. Assim, carregando a essência de valorização do aluno como agente transformador, crítico, dotado de sentimentos e emoções, apresenta-se, neste trabalho, o caminho percorrido pela comunidade escolar em direção a tal objetivo. Gênero é entendido como social e culturalmente construído, com marcas históricas e, portanto, variante. Passando por formação docente, pela implementação crescente das aulas de educação em sexualidade na grade escolar e pela construção de espaços democráticos de fala e acolhimento voltados a tais temáticas, espera-se que a experiência, as vitórias e as dificuldades vivenciadas pelo colégio possam ser vistas como inspiração para que cada vez mais esse seja um cenário comum dentro da educação básica brasileira.

**Palavras-chave:** Educação em Sexualidade; Diversidade; Sexualidade; Ensino básico.

---

1 Educadora graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo - SP, [sanches21@unifesp.br](mailto:sanches21@unifesp.br);

2 Educadora graduada pelo Curso de Sociologia da Fundação Santo André e Pedagogia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul- SP, [direcao@colegioxingu.com.br](mailto:direcao@colegioxingu.com.br);

## INTRODUÇÃO

A escola como palco, propulsora da democracia e da cidadania deve proporcionar às crianças e jovens espaços em que o senso crítico seja trabalhado, amparado e encorajado, formando-as como cidadãos de forma integral à medida que as dão instrumento para se pensar, assim como para pensar o mundo, estabelecendo opiniões e construindo um senso argumentativo que será base para o resto de suas vidas. Dentro desta lógica, e de acordo com Leite (2019), podemos identificar, a partir de nossa nova Constituição Federal de 1988, a possibilidade de que gênero, sexualidade e reprodução se tornassem campo de exercício do direito. Tal momento abre portas, então, para que os documentos nacionais de educação acompanhem este processo. Ainda segundo o posicionamento da autora, entender as crianças e os jovens como sujeitos de direitos (papel importantíssimo da escola) é apostar na construção de uma visão positiva a respeito do conjunto de aspectos em torno (e que formam) a existência, incluindo aí gênero e sexualidade.

No sentido dessa discussão, entende-se que tais espaços são mais eficazes, agregando mais valor e sentido à vivência escolar destes agentes, quando permeado pelas temáticas mais próximas de seus interesses e cotidianos. Quando este direcionamento é assumido coloca-se em prática, também, o claro posicionamento frente ao compromisso com a vivência dos alunos, colocando-os como protagonistas dentro de seu processo de ensino-aprendizagem. Falando sobre temáticas que estão ao seu alcance, usando de instrumentos presentes em seu dia a dia, em meio a espaços não hierarquizados, tornando a fala livre e despreocupada, passamos a valorizar a experiência das juventudes, neste sentido as valorizando também, as colocando como protagonistas dentro de seu processo escolar e íntimo, reforçando sua autoestima e praticando uma educação libertadora, movimento que acaba por os (e “nos”, como sociedade) presentear com sua própria emancipação, seguindo os ensinamentos trazidos por Paulo Freire (1970).

É neste contexto e em meio a esta missão que, hoje, o colégio Xingu constrói suas ações, inovações e renovações. Escola com 50 anos de tradição, carrega desde sua gestação a veia democrática, cuidando de maneira integral do bem-estar dos alunos e dos professores, com um aguçado e estabelecido senso comunitário.

Tendo como base toda e qualquer atividade desenvolvida dentro ou fora do chão escolar, a instituição entende como principal missão a de formar indivíduos críticos, conscientes e autônomos, características que permitem a construção de interações respeitadas e banhadas de responsabilidade no meio social. Assim, carrega como essência a valorização do aluno como agente transformador, crítico, dotado de sentimentos e emoções.



Entendendo os valores base do respeito, autonomia, conhecimento, cooperação e sustentabilidade presentes no ato de ensinar e cuidar do colégio, rumar em direção a maior presença das discussões de gênero e sexualidade parece mais do que necessário: se torna essencial enquanto posicionamento ético-político. Soma-se ao já colocado a urgência de trazer tais assuntos para a escola, entendendo que tal explanação é essencial para que, junto há outras ações e temáticas, possa ser construído um ambiente em que a diferença passe a ser vista em um aspecto positivo (KAERCHER, 2012). Nesse sentido, é importante que as práticas oferecidas no chão da escola mostrem diferenças que singularizam, mas não hierarquizam ou desvalorizam (PELÚCIO, 2014), como no caso dos meninos e das meninas.

A categoria gênero é entendida, segundo Pelúcio (2014) como social e culturalmente construída, com marcas históricas e, portanto, variante. Se relaciona com o corpo, mas isso não a torna natural. Sendo assim, é plural. Além disso, está intrinsecamente imbricado em nossas identidades que, por sua vez, também não podem se definir enquanto essenciais, imutáveis, e sim construídas. Dessa forma novamente é reafirmado seu caráter mutável, aquele que se constrói socialmente. É preciso pensar fora dos “marcos essencialistas”, o que não é uma tarefa fácil (p. 138). Ainda segundo Scott (1995), teórica muito importante dentro dos estudos de gênero, tratar sobre tal questão volta-se ao ato de entendê-la por meio de uma categoria de análise, ou seja, é preciso que gênero seja entendido como uma lente para enxergar, analisar o mundo, já que permeia tudo que é construído por ele mesmo encontrar-se como construção. Assim: “O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (p. 89) Com toda essa definição em mente, entendemos que é preciso desnaturalizar o conceito de gênero, o entendendo enquanto dimensão política, estando diretamente relacionado às relações de poder.

Entende-se a ênfase nas temáticas a respeito do gênero e da sexualidade como importante à medida que se percebe tais questões envolvidas por fortes tabus em nosso meio social. Sendo a escola um espaço entendido como, ao mesmo tempo, produtor e reproduzidor de práticas sociais, tais tabus interferem diretamente na forma como é construída a escuta frente a essas temáticas. Segundo Pelúcio (2014) a escola mostra-se como um importante lócus de construção dos gêneros através de uma silenciosa e persistente pedagogia de gênero. A autora ainda nos coloca, citando a teoria foucaultiana, que os silêncios são discursos poderosos. O que andamos calando no espaço educacional? Certamente questões de gênero e sexualidade se encontram nesta lista.

## METODOLOGIA

O presente artigo constrói-se como um relato de experiência baseado na vivência da implementação de novas ações voltadas à temática de gênero e sexualidade no período de 2020 - 2023 dentro do Colégio Xingu. Baseia-se, em especial, nos encontros do Clube da Diversidade ministrados nas tardes de Terça-Feira, das 14h30 às 16h. Foram realizados, no total, 10 encontros com jovens do Ensino Fundamental II durante o ano de 2023.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

É em meio ao contexto apresentado e da intensa ebulição de pensamentos retrógrados e conservadores no meio social que o colégio passa a assumir sua posição constante na luta contra as discriminações de gênero e sexual. Tal trajetória se inicia no final do ano de 2020 com a busca por auxílio externo da Psicóloga e Sexóloga Lara Perasso pautados nos desafios que estavam sendo encabeçados pelo corpo de alunos frente às bases existenciais dos colaboradores do colégio, principalmente frente a equipe de gestão. Assim, tal processo se inicia em meio a postura subversiva dos alunos frente às violações que, estando estes em um espaço democrático e que incita a todo momento o senso crítico, foram expostas e reivindicadas pelos alunos. Neste mesmo momento, demandas em relação a identidade de gênero e orientações sexuais surgem em meio ao mesmo tom de busca ativa por mudanças e novas adequações.

Investiu-se em formações, treinamentos da equipe, uma consultoria inicial que acabou por se desdobrar em um projeto que tende a crescer cada vez mais: o projeto de Educação em Sexualidade. Nesse sentido, desde setembro de 2022 as turmas de ensino fundamental dois recebem aulas mensais a respeito da ampla temática da sexualidade, com questões, pontuações e necessidades recolhidas diretamente com os alunos. No início de 2023 o projeto se expande para as turmas finais do ensino fundamental um.

Com tal expansão, percebe-se cada vez mais a urgência de fazer diária a luta escolhida. Baseado nestes entendimentos, então, há a proposição por parte da direção de mais um espaço institucional para tratar de tais temáticas, atitude que firma, por mais uma ação, o compromisso ético-político assumido. Assim, inicia-se a idealização do projeto intitulado “Clube da Diversidade”. Espaço pensado em meio a lógica de construção coletiva, desempenha o papel de atribuir ao processo de ensino um espaço dedicado à facilitação de debates e discussões a respeito de temas contemporâneos, em especial voltados às questões relacionadas ao

gênero e sexualidade. Foi ofertado, a princípio, de maneira mensal aos alunos da Etapa II que se interessassem, porém passou a quinzenal no segundo semestre do ano letivo.

Em meio a uma atmosfera de horizontalidade, não hierárquica e voltada a escuta e acolhimento ativo, pretendeu-se construir um momento em que jovens possam trabalhar seu senso crítico, encontrando, ao mesmo tempo, um lugar em que sua condição frente a juventude e os desafios que a mesma oferta possa ser amparadas, reforçando, em todo o processo, a maneira como o aprendizado se qualifica como uma via de mão dupla, em que educadores e educandos se implicam de maneira total em meio às trocas.

Um exemplo bastante próximo do proposto se encontra na experiência explicitada por Rodrigues e Melo (2018), dentro do intitulado “Projeto Mulheres Inspiradoras” (PMI). Por meio da apresentação de grandes mulheres da história, o projeto tem como principal objetivo a possibilidade de “volta a si” por parte dos jovens, ampliando o repertório de possibilidades de cada um dos participantes. Nesse sentido, o Clube da Diversidade tem como função a criação de um espaço em que a potência do “vir a ser” e daquilo que se é será sempre reforçada e valorizada. É importante lembrarmos, como traz a autora, que “Transgredir a escola nesses moldes é permitir à escola se reinventar; reinventar a escola é permitir à sociedade um sopro de vida que traga novos ventos a si mesma” (p. 182)

A coordenadora do projeto se propôs, desde o início da construção da presente ideia, a estudos direcionados às temáticas que julgou mais relevantes frente a tarefa de mediação em conjunto com os jovens. É importante salientar que o papel de coordenador, dentro das linhas teóricas que se acredita, exige a ideia de escutarCOM, ou seja, sentir com o outro, pensar com o outro, emocionar-se com o outro, entregando-se em meio a um processo que garante, a todo momento, um espaço livre de hierarquias (PEREIRA, SAWAIA, 2020). Nesse sentido, a prática grupal passa a ser significada como comprometida frente ao desenvolvimento dos sujeitos, provocando ruídos, inquietações, reflexões em meio a esse processo que exige a presença de sujeitos vivos, livres, reflexivos, reconhecendo o grupo como um espaço de potência, trazendo ressignificações, produções de novos afetos (PEREIRA, SAWAIA, 2020).

Ainda amparadas no pensamento das autoras citadas, entendemos que os encontros devem ser construídos pelos e para os jovens, sendo maleáveis e prontos a modificação em meio à avaliação encontro a encontro, o que sugere a falta de um roteiro fechado.

Assim, em meio ao clube proposto, se torna possível um maior acolhimento das referidas questões, as tratando com os devidos cuidados e atenção

necessários já que “é fundamental propomos práticas que permitam que os sujeitos se constituam livres e responsáveis para a vivência plena de sua sexualidade” (VARELA, RIBEIRO, 2017, p. 22), assim como a vivência plena e respeitosa em meio às relações de gênero.

De toda forma, ficou evidente, ao longo do ano letivo, a maneira como o trabalho despertou, na comunidade escolar como um todo, reações bastante complexas. Sendo assim, as iniciativas, apostas e novas escolhas feitas por parte da equipe de gestão pareceram trazer à tona feridas, travas, desconfortos e lutas, coletivas e individuais.

Um ponto extremamente relevante e que se destaca na discussão do trabalho apresentado é a observação dessas reações, reações estas regadas de questionamentos. Questionamento de familiares, de profissionais, de alunos. Tais questionamentos, por sua vez, geraram, inclusive, buscas pela instância máxima da escola: a direção.

Jovens tocados pelas aulas de educação em sexualidade, que pediam o aumento da periodicidade do Clube da Diversidade e, também, bastante contrariados e incomodados com a maneira, leve, natural e tranquila em que temáticas envolvidas de grandes tabus eram tratadas. Neste momento, entrava-se em choque culturas familiares das mais diversas, incluídas aí aquelas mais restritivas, gerando certa confusão e desamparo de alunos/as/es muito imersos nesse cotidiano.

Responsáveis preocupados, responsáveis curiosos, responsáveis sem compreender ao certo como lidar com os aspectos que transbordavam a vivência escolar e chegavam ao âmbito privado. Responsáveis que procuraram os símbolos dessa mudança, encarnados nas educadoras responsáveis pelos projetos, para, inclusive, confidenciar seus medos e receios, suas dúvidas e desejos. Houve momentos, também, em que o objetivo era evidente: combater os avanços. Em um atendimento específico com essa intenção a psicóloga e sexóloga responsável pelo projeto de Educação em Sexualidade precisou, inclusive, ser acionada.

Profissionais também buscaram expor suas angústias, mesmo que em uma menor quantidade. Chega-se a obter, inclusive, avisos frente a falta de identificação profissional com as escolhas, avisos com tom de despedida e impossibilidade de diálogo frente a situação. De toda forma, com ou sem verbalização, o clima que se estabeleceu era perceptível, já que permeava os corredores, as conversas em espaços de convivência e mesmo a postura escolhida frente encontros formativos e oportunidades de acolhimento de dúvidas: grande parte dos colabores, defendendo seus princípios conservadores, se incomodava com os “rumos” do colégio, em suas próprias palavras. É importante salientar que, sendo este um projeto

defendido pela instituição, deve tornar seu estabelecimento mais consistente através de um enraizamento de sua atuação em meio a vivência e propagação de todos os/as/es colaboradores, fato pouco visto em meio ao cenário citado.

Todos estes agentes foram acolhidos, escutados e encorajados ao fortalecimento pela direção, que em momento algum questionou as próprias escolhas de luta. Mesmo em meio ao incentivo à criação de um ambiente horizontal, acolhedor e democrático, o que mais surgiu foram posicionamentos combativos e polarizados, posicionamentos estes que não toleravam, em hipótese alguma, opiniões contrárias. Em meio a esse rechaço ao debate democrático, foi percebida a escolha, por parte dos colaboradores em geral, pela formação de certos grupos com opiniões parecidas para, dessa forma, dialogar, fato que enfraquece o importante diálogo democrático dentro da instituição.

Assim, pode-se perceber um certo padrão responsivo que parece se fortalecer e intensificar frente a vivência política que o país obteve nos últimos quatro anos, padrão este que de maneira alguma amplia um debate saudável, a partir do momento que a escuta de opiniões contrárias não é suportada ou sustentada. A onda neoconservadora que invadiu o país em meio a vivência do regime Bolsonaro, do PL (Partido Liberal) tem sua influência neste cenário. Segundo Barroco (2022) presencia-se contemporaneamente a maior presença da direita e da extrema direita na política, gerando ideologias que resgatam ideias fascistas e conservadoras. Tais grupos políticos se unem a partir de certas premissas e se baseiam, ainda segundo a autora, em uma “(...) vida cotidiana (...) marcada por uma sociabilidade cindida entre ‘nós e eles’” (BARROCO, 2022, p. 14). A autora aponta estudos e tópicos que mostram de maneira objetiva a inserção do último governo neste âmbito, em que tal separação se fortalece em termos moralizantes, como aqueles que dizem respeito à pauta anti-gênero e contrária à presença de educação em sexualidade nas escolas. Com isso em mente, a hipótese levantada de posicionamento gestado e reforçado em meio ao governo anterior se reforça.

Mesmo em meio a tais dificuldades, obteve-se o total de onze inscritos, três alunos do gênero masculino e sete alunas do gênero feminino e um alune que se identificava enquanto bigênero, todas/os/es entre a idade de 11 a 14 anos. Deles, seis, dois alunos do gênero masculinos e quatro alunas do gênero feminino, participaram do primeiro encontro do clube no dia 25 de abril de 2023, junto com a responsável e com a Orientadora Educacional do colégio. Os temas tratados ao longo dos 10 encontros ocorridos no ano letivo de 2023 foram: Fortalecimento de autoestima; Incentivo da autovisão; Conhecendo a comunidade LGBTQIAPN+; Acolhimento e vínculo grupal; Cultura do Cancelamento; Masculinidades; Sonhos.

É importante falarmos a respeito do feedback que nos foi dado pelas alunas, alunos e alunas que participaram do encontro. Percebemos que o objetivo de criar um espaço de fala livre e de escuta sensível foi atingido, à medida que os pontos fortes levantados se referem muito a esse espaço de confiança e desabafo. Também foram elogiados o acolhimento dentro do grupo, assim como a possibilidade de serem “anônimos” em meio a algumas atividades que envolviam exposição de grandes questões para eles.

Nos pontos a serem pensados para o próximo ano, a questão mais levantada é a periodicidade do clube, em que os alunos pedem pelo semanal. Também falam sobre a possibilidade de conseguir mais membros, assim como a exploração de novas temáticas. A questão do espaço físico onde ocorre o grupo é citada uma vez.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como colocado é de extrema importância que reinventemos a escola para que, assim, possamos permitir novos rumos enquanto sociedade. De toda forma, é importante salientar que tais rupturas não vem sem uma grande luta, sem as grandes resistências conservadoras e sem o auxílio constante do estudo, aprimoramento e investimento em tais temáticas.

Sendo assim, entende-se a que o projeto iniciado pelo Colégio Xingu, projeto este que encontra-se apenas no início de uma grande e frutífera caminhada, baseia-se nos ideais de construção coletiva e contínua, visando o protagonismo do jovem e seu empoderamento frente às próprias potências do ser. Espera-se que a experiência, as vitórias e as dificuldades vivenciadas pelo colégio possam ser vistas como inspiração para que cada vez mais esse seja um cenário comum dentro da educação básica brasileira.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia da S.. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 143, p.12-21, abr. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.268.>,

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970

PEREIRA, Eliane Regina; SAWAIA., Bader Burihan. **Práticas grupais: espaço de diálogo e potência**. São Carlos: Pedro & João, 2020.

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa. EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO CONCEITUAL. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2017. p. 11-24.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

PELÚCIO, Larissa. Desfazendo o gênero. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge (org.). **Diferenças na Educação e outros aprendizados**. São Carlos: Edufscar, 2014. Cap. 3. p. 97-147.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos conservadores em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), [S.L.], n. 32, p. 119-142, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>.

FERNANDES, Richard; MELO, Iran Ferreira de; NASCIMENTO, Gláucia Renata Pereira do. Um passo a mais para entendermos a leitura crítica: notícia, gênero, sexualidade e educação. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.L.], v. 3, n. 11, p. 253-279, 1 mar. 2021. Pimenta Cultural. <http://dx.doi.org/10.31560/2595-3206.2020.11.10766>.

RODRIGUES, E. H. S.; MELO, I. F. de. Por uma pedagogia que liberte todas as cores: o projeto mulheres inspiradoras e seu potencial para o enfoque em dissidências de gênero e sexuais: the project Mulheres Inspiradoras and its emancipatory potential for gender and sexual dissents. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 164-184, 2018. DOI: 10.26512/les.v19i3.17722. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/17722>. Acesso em: 3 mar. 2023.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. Racismo e educação anti-racista: Desafios Contemporâneos da escola. In: FILHA, Constantina Xavier (org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Ed Ufms, 2012. p. 89-102.

# GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: DESAFIOS EM TEMPOS MODERADORES

*Mariane Surriel de Almeida Pereira<sup>1</sup>*

*Jéssica da Silva de Oliveira<sup>2</sup>*

*Rita Cristine Basso Soares Severo<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte da dissertação de mestrado. Trata-se do produto educacional construído ao longo da pesquisa que trouxe como proposta uma ação de Extensão denominada: Gênero e sexualidade na escola: desafios em tempos moderadores<sup>4</sup> ofertado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, entre os períodos de 10/07/2023 à 31/07/2023, sob a coordenação das autoras deste texto. A ação de extensão teve como objetivo geral contribuir no desenvolvimento e formação dos/das professores e professoras, e demais pessoas que se interessaram na temática. O projeto foi desenvolvido a partir de treze (13) encontros, destes, sete (7) síncronos e seis (6) assíncronos, pautados em uma metodologia ativa, onde os sujeitos/sujeitas participantes foram os produtores de seu próprio conhecimento. Foram indicadas leituras que embasaram as temáticas discutidas nos encontros ao vivo. Desta maneira, esperou-se que o projeto proporcionasse momentos de reflexão aos participantes e evidenciou a importância da escola como um espaço de apoio. Desta maneira foi divulgado a ação de extensão através das redes sociais da moderadora do evento com a coleta dos participantes via formulário Google.

As extensões universitárias vêm possibilitar às comunidades novas produções de conhecimento e a formação continuada. Nessa premissa, buscou-se

1 Mestrando/a/e do Curso de Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - [mariane-sdapereira@educar.rs.gov.br](mailto:mariane-sdapereira@educar.rs.gov.br);

2 Mestrando/a/e do Curso de Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, [jessica-oliveira@uergs.edu.br](mailto:jessica-oliveira@uergs.edu.br);

3 Doutora, Professora Adjunta do Curso de Pedagogia - Licenciatura/ UERGS e do Curso de Mestrado Profissional em Educação/ UERGS Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, [rita-severo@uergs.edu.br](mailto:rita-severo@uergs.edu.br);

4 A ação de extensão foi objeto do produto educacional como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).



utilizar uma linguagem acessível e trazer a realidade dos educadores/educadoras em relação à temática gênero e sexualidade na escola. Os conhecimentos realizados em comunhão Universidade-educadores-sociedade compactuam com a potencialidade instaurada diante do modo transformador que as ações podem causar em todos/as/es, levando a futuros movimentos e ações para refletir sobre problemas sociais (como homolesbotransfobia, machismo).

Como relato de experiência, neste resumo, é pontuado os olhares das autoras acerca do primeiro dia da ação de extensão, onde foram discutidas as regulações de gênero e sexualidade nas infâncias. A ação de extensão foi basicamente frequentada por educadores, psicólogos e estudantes da área de pós-graduação relacionadas à temática, onde como um total de 100% (cem) dos participantes achou proveitoso e válida a ação de extensão, na visão das autoras o minicurso, assim denominada pelas mesmas, ajudou de diversas formas os participantes a refletirem sobre suas práticas pedagógicas e combaterem os preconceitos e discriminações em relação ao debate do tema na sala de aula.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Este relato de experiência, apresenta a estrutura de composição do Produto Educacional, acerca da extensão universitária do Curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Um produto educacional institui pedagogicamente, um desígnio de aprendizagem. Segundo Behar e Torrezzan (2009, p. 33-65), desígnio de aprendizagem é “qualquer material digital, como, por exemplo, textos, animações, vídeos, imagens, aplicações, páginas web, de forma isolada ou em combinação, com fins educacionais”. Produtos educacionais, conforme a CAPES (2013), podem ser definidos como processos ou produtos educativos usufruídos e utilizáveis em condições reais de ensino, como protótipo ou de cunho artesanal. Processos e produtos educacionais devem ser passíveis de replicação por outros profissionais de ensino.

A ação de extensão utilizou as redes sociais das autoras para divulgar o formulário de inscrição, que coletou os dados dos participantes via formulário Google, o mesmo ficou aberto por 1 (um) mês e teve ao total 52 inscrições, deste total de inscrições, efetivamente participaram 18 pessoas, foram utilizados como metodologias as rodas de conversa, que de acordo com Gonçalves, Rodrigues e Garcia (2018), as rodas de conversa são pontos de partida para se inspirar em outros modos possíveis de se fazer pesquisa que tenham como objetivo os estudos do cotidiano.

Os encontros, foram realizados via plataforma google meet<sup>5</sup>, com reuniões síncronas e assíncronas, onde também foram disponibilizados um grupo de conversa instantânea (whatsapp) e um drive com as obras que seriam utilizadas ao longo do minicurso, todos os participantes autorizaram o uso de sua imagem, áudio e vídeo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para as discussões realizadas ao longo do minicurso, foi indicado alguns autores e autoras que pudessem contribuir com os debates sobre gênero, sexualidade e educação, Ngozi Adichie (2017), Guacira Lopes Louro (2014), Sandra Corazza (2002), Judith Butler (2003), entre outros artigos, dissertações e teses com o intuito de refletir sobre nossas práticas docentes e a importância de iniciar desde a educação infantil os olhares acerca das temáticas abordadas.

Amparadas em Judith Butler (2022) que aborda gênero como uma invenção social, cultural e histórica, iniciamos as reflexões acerca da categorização gênero que exclui e apaga aqueles/aquelas que não se encaixam nos binarismos. “Gênero é o significado social que o sexo assume no interior de uma dada cultura [...]” (Butler, 2022, p.200). Sendo assim, entendemos que gênero não é contrário de sexo. Sexo é absorvido pelo gênero. Gênero está ligado aos significados que o sexo irá assumir. Sexo e gênero se constituem a uma só vez, como construção, como invenção, como ficção. Não há, portanto, separação, ente sexo e gênero. Para Judith Butler (2022), gênero é um ato performático, teatro incessante do corpo que precisa de reiteradas repetições para se constituir. Assim, posso ser biologicamente do sexo feminino, mas performar socialmente como gênero do sexo masculino. A autora pontua que somos regidos pelos processos regulatórios e normas sociais sobre os sexos, pautados pela hegemonia heteronormativa, que torna seres abjetos, monstruosos aqueles e aquelas que não obedecem às normas aprisionantes do gênero.

Guacira Louro (2022) pondera que a sociedade busca fixar as identidades, rotulando, dividindo, categorizando os sujeitos e as sujeitas: “As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas, definidas pelas relações sociais, moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.” (LOURO, 2022, p.12). Essas relações de poder vão legitimar discursos que, tomados como verdades, nos dizem como

---

5 Optou-se pelo ensino remoto, para que uma gama maior de sujeitos/sujeitas pudessem ter acesso aos conteúdos.

devemos nos portar, quem devemos amar, quais corpos que valem como forma inteligível de viver.

E a escola reproduz esses discursos, que estão implicados em nossa cultura. Dessa maneira, Guacira Louro (2014) vai falar da urgência de rompermos com as naturalizações, pois escola fabrica e reproduz as desigualdades e os preconceitos, mas é inerente que comecemos a nos incomodar e nos posicionarmos para que as mudanças aconteçam. Todavia, entendemos que não é uma prática simples e precisa de aliados para tal, além de disposição para interferir (LOURO, 2014). É preciso posicionamento docente contra as práticas que operam a favor de quaisquer discriminações. Sandra Corazza (2002, p. 62) destaca: “[...] as exclusões sociais e subjetivas impostas pelo currículo são aceitas como “coisa natural” por aqueles sobre os quais atua, e são por ele dominados.”

De tal modo, desde a educação de infâncias carece rompermos com as naturalizações que estabelecem os padrões de gênero e sexualidade. “Se não empregarmos a camisa de força do gênero nas crianças pequenas, daremos a elas espaço para alcançar todo o seu potencial” (ADICHIE, 2017, p. 15). Rejeitar os estereótipos desde a educação infantil para que as crianças vivam suas infâncias o mais livre e leve possível (ADICHIE, 2017).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos encontros foram abordados os temas *nome social, ideologia de gênero, a dificuldade de trabalhar gênero e sexualidade com os/as discentes no ambiente escolar, regulações nas infâncias*, e outros que foram sugeridos e surgindo ao longo das rodas de conversa. Buscou-se contemplar todas as dúvidas dos participantes, algumas perguntas já eram esperadas, como nome social, sobre as questões da ideologia de gênero, mas surgiram outras em relação às ações psicológicas com os alunos. A dificuldade de trabalhar essa temática com os estudantes e também com o corpo docente, atribuímos ao apagamento do conceito (gênero e sexualidade) ao longo dos anos, mesmo que na constituição federal de 1988, esteja indicado que se deva trabalhar com a igualdade, ela não especifica a/as qual (is) identidades e corpos estão no guarda-chuva da constituição. Além de outras legislações que amparam o estudo das temáticas na escola, essa que é um local do saber, do aprender se tornou um local do se limitar, reprimir e ocultar sua personalidade ou sexualidade. Tudo aquilo entendido como inadequado, quando deveria ser ao contrário, os estudantes e professores deveriam se sentir livres para discutir todos os assuntos, e principalmente aqueles que abordam gênero e sexualidade.

No primeiro dia, conversamos sobre as infâncias e as regulações que ocorrem desde a tenra idade. Que ao invés da infância ser etapa de experimentações, tornou-se tempo de aprender como ser menino ou menina, regidos pelas expectativas adultas e o que impera é o sexismo, homofobia. (BALISCEI, 2022). Também identificamos práticas machistas que regem nossa cultura, como a divisão dos gêneros por brinquedos, brincadeiras e cores. Que não há espaço para manifestações de outros padrões além do binário. Que aqueles sujeitos e sujeitas que transgridem são hostilizados, enclausurados e reprimidos nos nichos dos padrões sociais (LOURO, 2014). Apresentamos algumas práticas feministas realizadas em uma escola pública, em que os participantes identificaram algumas situações que também presenciaram em suas práticas. Evidenciaram a importância de debatermos as temáticas na escola e de estarmos amparados/as legalmente e teoricamente.

Em um registro final avaliativo disponível em formulário google, todos/as/es participantes falaram de forma positiva em relação ao formato do minicurso, do modelo remoto, que pode propiciar os encontros de pessoas de vários estados do Brasil. Assim como, a possibilidade de profissionais como professores, psicólogos e educadores de outras universidades compartilharem seus trabalhos que estão sendo desenvolvidos em suas universidades e escolas.

Sobre o minicurso em sua abordagem geral os participantes pontuaram que:

O evento foi um espaço de discussão, problematização e aprendizagem muito potente para repensarmos sobre gênero, sexualidade e demais assuntos afins, relacionando essas temáticas com as nossas vivências pessoais e profissionais, inclusive com o espaço da escola. Parabéns pelo excelente produto educacional!.(participante 3).(Relatório das autoras, pág. 05, 2023)

A opinião dos participantes também foi bastante positiva, como em sua maioria são educadores, alguns comentários evidenciaram a importância do minicurso ter sido ministrado por uma professora da rede pública, com conhecimento da realidade das escolas. Dessa forma, as ações ocorridas ao longo do percurso formativo ajudaram os participantes a refletirem sobre suas práticas pedagógicas e combaterem os preconceitos e discriminações em relação ao debate dos temas no espaço escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o minicurso, buscou-se uma linguagem clara e acessível, de encontro com a realidade da educação pública brasileira, o que resultou uma parceria

mútua entre participantes e ministrantes. Debates importantes aconteceram, em que se refletiu sobre os processos de subjetivação implicados aos sujeitos e sujeitas desde as infâncias, as práticas desiguais sobre aqueles/as que transgridem e a importância da educação para o combate aos preconceitos.

A intenção com a ação de extensão foi sempre proporcionar a pluriparidade dos corpos e identidades dos participantes, bem como enaltecer uma escola pública acessível e de qualidade, pois não basta apenas uma disciplina tratar sobre as temáticas gênero e sexualidade, mas um envolvimento de toda a escola a fim de torná-la um espaço de afeto, proteção e de práticas de liberdade.

Entende-se que, a temática sobre gênero e sexualidade na escola demanda uma ressignificação das práticas, um desapego das teorias arcaicas e resiliência para enfrentar o conservadorismo que cresceu consideravelmente no Brasil nos últimos anos, afetando e aprisionando os fazeres docentes.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Educação; Curso de extensão; Práticas docentes;

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto.** 1ª ed., São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

BALISCEI, João Paulo. **É de menina ou menino? Imagens de gêneros, sexualidades e educação.** 1.ed. [recurso eletrônico] / [org.] João Paulo Baliscai. – 1.ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2022.

BEHAR, Patrícia A.; TORREZZAN, Cristina A. W. **Parâmetros para a construção de materiais educacionais digitais do ponto de vista do design pedagógico.** In: BEHAR, Patrícia A. (Cols.). **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância.** v.1. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CAPES. **Documento de área 2013.** Brasília: CAPES, 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 191-219.

CORAZZA, Sandra Mara. **Para uma filosofia do inferno na educação:** Nietzsche, Deleuze e outros malditos afins. Belo horizonte: Autêntica, 2002.

FREIRE, Paulo. (1996). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários às práticas educativas**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PEREIRA, Mariane. **Relatório minicurso ação de extensão, gênero e sexualidade na escola: desafios em tempos moderadores**. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3319-5507>, 2023.

GONÇALES, Rafael Marques; RODRIGUES, Allan & GARCIA, Alexandre. **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não 1ª reimpressão**, São Paulo: Ayu Editora, 2010.

# A REGULAÇÃO DAS INFÂNCIAS PELO GÊNERO E A IMPORTÂNCIA DAS PEDAGOGIA(S) FEMINISTAS NA EDUCAÇÃO

*Jéssica da Silva de Oliveira*

## INTRODUÇÃO

A educação passou por momentos difíceis nos últimos anos, por conta do fortalecimento dos discursos conservadores. Professores/as foram hostilizados/as, desvalorizados/as e vítimas de fake news, tendo suas ações em sala de aula questionadas pela sociedade. Docentes passaram a temer certos assuntos em sala de aula, por vários motivos, além daqueles que compactuam com tais ideias absurdas e preconceituosas.

Falar sobre gênero e sexualidade na escola tornou-se motivo de crítica e inquietude. Todavia, sabemos que desde pequenas, as crianças são educadas a partir das relações de poder que insistem em silenciar e submeter às imposições da sociedade machista, patriarcal e homofóbica. Nesse sentido, embasar a prática educativa em ações que não aceitem o machismo, a homofobia, o racismo, entre outras discriminações tornou-se hoje um ato de resistência, um ato político. A educação feminista possui um papel fundamental para romper alguns desses ciclos e ampliar as discussões sobre as questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar.

De tal modo, esse estudo possui como pretensão relatar as experiências e propostas pedagógicas executadas com crianças de 4 à 5 anos de idade, em uma escola de educação infantil pública, no município de São Leopoldo, que visam resistir às relações de poder patriarcal e romper marcações de gêneros e de sexualidades que ocorrem nas infâncias. Como recorte, nesse resumo serão relatadas as percepções da docente, a partir da observação das crianças após a contação da história literária intitulada: *Coisa de menina ou coisa de menino da autora Pri Ferrari*. A escolha se dá com o intuito de quebrar alguns paradigmas, ancorada nas pedagogias feministas que incidem na luta pelas minorias, respeito, empoderamento das meninas, diversidade sexual, entre outros.

A partir das propostas que foram relatadas, se entende que é possível uma prática docente que tensionam as relações de gênero e sexualidade entre meninas e meninos, rompendo com as imposições culturais. Por mais singelas que sejam as ações no cotidiano infantil, elas promovem relações equivalentes e respeitadas. As crianças se sentem livres para expressarem suas particularidades e suas individualidades. Não são julgadas ou vigiadas. O diálogo e a escuta são constantes. As repreensões não tem espaço e o que impera é a amorosidade.

## TRAÇADOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada pela professora que aqui escreve, ancorada nas pedagogias feministas que incidem na luta pelas minorias, respeito, diversidade sexual, empoderamento das meninas. Empoderamento esse que para nós feministas: “[...] é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.” (SARDENBERG, 2006, p. 02).

Para tanto, a professora utilizou-se do livro intitulado: *A princesa que escolhia da autora Pri Ferrari*, que visa romper paradigmas e transgredir nas ideias sobre . A história foi escolhida faz parte da ampliação do repertório literário das crianças, que a professora vem buscando inserir no cotidiano escolar.

Visando o protagonismo infantil, as crianças foram ouvidas em uma roda de conversa e algumas propostas foram realizadas na premissa de romper algumas regulações que são impostas às crianças, bem como para observar como as crianças se relacionam e suas predileções.

## GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Por vezes, o primeiro contato da criança com o mundo exterior, longe de seus familiares. É um espaço rico de interações, de brincadeiras e de desenvolvimento. É nessa faixa etária que as crianças começam a demonstrar seus interesses e suas particularidades (BRASIL, 2018). Entretanto, muitas vezes neste espaço as crianças já são direcionadas para a aquisição da feminilidade ou masculinidade, e a heteronormatividade compulsória. Maria Lugones (2020) fala sobre a heterossexualidade compulsória que permeia as construções de gênero, o que viola os direitos sexuais e reprodutivos no sentido de poderem viver livremente suas sexualidades. Aponta também que não há necessidade de se organizar as relações sociais e sexuais com



base no gênero binário: os sujeitos e as sujeitas não precisam escolher apenas padrões heteronormativos e patriarcais como modos de vida.

Entretanto, as infâncias são reguladas pelo gênero, seja com a família, seja na escola. Desde o enxoval já são regidos pelas imposições culturais do que é próprio para menina ou menino. E essas regulações produzem discursos e verdades, e aos poucos vão anulando a autenticidade das crianças (LOURO, 2014). João Baliscei (2022, p.20) ressalta que: “[...] as práticas culturais não apenas descrevem corpos, mas também criam corpos; não apenas descrevem gênero, mas também criam gênero.” Brinquedos, brincadeiras, currículos escolares que separam e aprisionam as crianças nessas expectativas dúbias dos adultos. Muitas das práticas divididas por gêneros são vistas como naturais e a tarefa docente é questionar essas ditas “naturalidades”. Repensar as ações cotidianas comuns e banais, as formas de ensinar e os significados das aprendizagens para os alunos. Também, fiscalizar a linguagem adotada, que por vezes é carregada por machismo, racismo, homofobia, entre outras formas de discriminação. (LOURO, 2014).

Sabe-se que gênero é uma invenção cultural, social e histórica (BUTLER, 2022) que permeia as relações e institui poderes. Porém, a escola pode ser um espaço privilegiado para repensar essas relações estabelecidas, “[...] se colocar em suas pautas prioritárias as relações de gênero, poderá se transformar em signo de novos tempos com relações igualitárias e de respeito entre todas/os/es.” (COLLING, 2022, p. 31). De tal modo, no processo educativo é preciso resiliência e coragem para romper paradigmas e instituir uma educação para todos/as/es.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS COM AS CRIANÇAS

Para iniciar a prática com as crianças, a professora fez a contação da história *Coisa de menina ou coisa de menino da autora Pri Ferrari*. Em um tapete na sala, em roda, as crianças de 4 e 5 anos sentaram-se junto da educadora. A narrativa começa junto do encantamento pelo universo literário. Na história contada, a autora traz várias formas de ser menina ou menino, rompendo com as normativas culturais e sociais. Coloca de uma forma lúdica e criativa, a ideia de que meninas e meninos podem ser o que desejarem. Em um trecho do livro ela coloca o seguinte verso: “*Meninas estão no esporte. Elas treinam muito e batem recordes de velocidade, precisão e força*”. Aliado à ilustração de meninas praticando vários tipos de esporte, isso fez com que as crianças comecem a perceber que as meninas não são frágeis e que também podem gostar de qualquer tipo de esporte, que são fortes e capazes.

Em outro trecho, Pri Ferrari pontua que: “*As meninas são criativas. Elas desenham, inventam e amam histórias sobre sabres de luz, anéis mágicos e super heróis.*”

Uma menina também pode escolher ser uma heroína, brincar de salvar o mundo, isso não pode ser algo que apenas os meninos possam fazer. Na parte sobre os meninos, o seguinte trecho: *“Meninos sabem cuidar. Cuidado é quando fazemos nosso melhor pelos outros.”*

Após a contação de história, as crianças conversaram com a professora e contaram o que elas queriam ser. Teve meninas que queriam ser astronautas, meninos que queriam dançar e cantar. Cada criança foi ouvida e respeitada. Não houve por parte dos colegas qualquer insulto ou piada, porque eles sabem que aquele espaço é um espaço seguro e respeitoso.

Partindo desse momento, as observações cotidianas iniciaram. Certo dia, a professora percebeu que na hora do desenho livre ou direcionada, muitas vezes os meninos não aceitavam colorir com o lápis rosa, ou falavam: *“rosa é de menina”!* Para modificar essas percepções, a professora buscou dialogar com as crianças e explicar que as cores são de qualquer pessoa, não existe cor de menino ou de menina. Isso que as crianças trazem é algo demarcado pela cultura que enfatiza esses estereótipos (BALISCEI, 2022).

Certa vez, a proposta em um dia quente de verão, era dar banho nas bonecas, secar e vesti-las. Um menino foi resistente, pois segundo ele os meninos não podem brincar de boneca. A professora respeitou a vontade da criança naquele momento. No outro dia na roda de conversa, dialoga sobre o assunto enfatizando que todas as crianças podem brincar e cuidar das bonecas, que é um ato de amor e de cuidado. Sabe-se que, ainda existe no cotidiano da educação infantil imposições sutis do que é de menino ou de menina (VIANNA; FINCO, 2009), de tal modo se faz necessário romper essas ideias que são impostas às crianças.

Outro momento significativo foi na sala referência, quando duas meninas brincavam na pista de corrida. Uma menina escolheu brincar com sua princesa e a outra com um carro, ambas construíram sua história e interagiram sem preconceitos ou questionamentos. Muitas vezes supomos o que as meninas querem ou podem fazer, mas conforme Chimamanda Adichie (2017) é importante permitirmos que as meninas façam suas próprias escolhas.

Essa turma não faz fila entre meninos e meninas, as crianças se locomovem pela escola caminhando em duplas ou trios, que elas mesmo escolhem por afinidades. No momento de organizar a sala, não são as meninas responsáveis, mas todos aqueles que “bagunçaram”. Outra preocupação, são os espaços circunscritos. Nessa turma, eles são organizados e explorados por todas as crianças. Há o cantinho de cozinha, o escritório, a pista para os carros, a mesa de luz, lupas e a exploração de objetos não estruturados. O canto das fantasias, possuem roupas de personagens variados. Roupas de bailarinas, de super heróis, tiaras, enfeites,

capas, vestidos. As crianças escolhem aquilo que desejam usar. Não são reprimidas, as meninas adoram usar a capa do Batman. Meninos colocam vestidos e usam bolsas. Outro menino gosta de enfeites de cabelo. O importante é não colocarmos camisas de gêneros nas crianças, mas permitir que elas sejam felizes e autênticas (ADICHIE, 2017).

A partir das propostas que foram relatadas, se entende que é possível uma prática docente que tensionam as relações de gênero e de sexualidade entre meninas e meninos, rompendo com as imposições culturais. Por mais singelas que sejam as ações no cotidiano infantil, elas podem promover relações equivalentes e respeitadas. As crianças se sentem livres para expressarem suas particularidades e suas individualidades. Não são julgadas ou vigiadas. O diálogo e a escuta são constantes. As repreensões não tem espaço e o que impera é a amorosidade.

Compreende-se que é uma tarefa árdua, pois como Louro (2022) destaca as proposições pedagógicas que optam por romper com as imposições, enfrentam desafios e resistência por parte de várias esferas da comunidade escolar, seja da coordenação, das famílias, entre outros. O importante é não desistirmos de buscar uma educação respeitosa, acolhedora e amorosa.

## CONSIDERAÇÕES

A educação infantil é um espaço único, momento em que os sujeitos começam a formar suas personalidades, desse modo é imprescindível buscar práticas pedagógicas que ultrapassem as relações de gênero e de sexualidade impostas, que permitam que as crianças vivam suas infâncias plenamente. Que as crianças possam ser autênticas, que explorem seu imaginário, que acreditem em um futuro que todos/as/es possam ser quem desejarem. Que meninas e meninos sonhem juntos por uma sociedade que não divida, nem exclua, que respeite e aceite a diversidade.

Para isso, há de se reconhecer a potência docente para incidir nas escolas as pautas e as reflexões de tais temáticas, na busca de formar sujeitos resilientes e revolucionários. Sujeitos menos preconceituosos, machistas, racistas. Sujeitos acolhedores e questionadores. Por mais que não se consiga atingir todos/as/es, uma criança que se empodere, que veja sua potência e não se deixe silenciar, uma criança que não absorva os discursos discriminatórios e acolha a diversidade já será um grande presente para o mundo. O que não se pode é deixar de lutar e de insistir em uma educação para todos/as/es!

**Palavras-chave:** Educação infantil; Generos, Sexualidade; Infâncias; Pedagogia feminista;

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto/** Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Denise Bottmann. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BALISCEI, João Paulo. **É de menina ou menino? Imagens de gêneros, sexualidades e educação.** 1.ed. [recurso eletrônico] / [org.] João Paulo Baliscai. – 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022. Recurso digital.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Acesso em: 22 Mai. 2023.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 191-219.

COLLING, Ana Maria. A escola como lugar da diversidade: educação, gênero e sexualidades. **(Re)existir,(re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades**[Recurso Eletrônico].Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. p. 28-43.

FERRARI, Pri. **Coisa de menina.** São Paulo: Companhia das letrinhas, 2016.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.**/ Guacira Lopes Louro. 16. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. Trabalho apresentado no I **Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres.** Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, Bahia,

5-10 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder.** *Cadernos Pagu*, (33), 2009, p. 265–283. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644928>.

# EXPERIÊNCIA DOCENTE SOBRE TRANSGENERIDADE E SAÚDE NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

*Isabela Ferreira de Castro<sup>1</sup>*  
*Maria Carmen Aires Gomes<sup>2</sup>*  
*Jaqueline Gomes de Jesus<sup>3</sup>*

## RESUMO

Pessoas trans enfrentam barreiras ao acessar serviços de saúde, entre elas o despreparo de profissionais tanto para atender suas demandas de saúde básicas quanto específicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina descrevem: o(a) graduando(a) deve ser formado(a) para abordar a diversidade biológica, étnico racial, de gênero e orientação sexual. Comprometido com as diretrizes, o curso de Medicina da UFV, por meio da disciplina Saúde da Criança e do Adolescente, vem debatendo a transgeneridade. O presente relato de experiência tem como objetivo relatar como a temática trans vem sendo abordada na disciplina supramencionada desde 2017. Para atingir este objetivo, discutimos a construção da metodologia das aulas e exploramos os referenciais teóricos, como o Guia de Disforia de Gênero da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o conceito de gênero, como abordado por Butler (2015), aspectos médicos ligados ao DSM 5 e ao CID 10, e despatologização, através dos estudos de Bento (2012), considerando a situação do ensino de gênero e sexualidade nas escolas. Como método, utilizou-se o registro e a análise dos depoimentos dos alunos. Os principais resultados apontam para reações dos alunos de que se sentiram preparados, após a disciplina, para atender pessoas trans. Destaca-se que, com a oportunidade de debater no Departamento de Medicina sobre a questão, a professora passou a ser convidada para falar sobre transgeneridade e saúde em outros espaços na universidade e na

1 Pós-Graduada, doutorado do Curso de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/FIOCRUZ) da Fundação Oswaldo Cruz - RJ, isabelaf.castro@ufv.br

2 Professora Doutora do PPGL/II/UnB - DF, maria.carmen@unb.br

3 Professora Doutora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ) - RJ, jaqueline.jesus@ifrj.edu.br

cidade, promovendo aperfeiçoamento profissional tanto dos alunos quanto das professoras sobre a temática trans.

**Palavras-chave:** Saúde, Transgeneridade, educação médica.

## INTRODUÇÃO

**P**essoas trans enfrentam algumas barreiras ao acessar o serviço de saúde, entre elas o despreparo dos profissionais de saúde tanto para atender suas demandas específicas como modificação corporal e questões básicas como respeito ao nome social. Ainda enfrentam preconceito por profissionais de saúde durante seus atendimentos. (Castro et al., 2021)

A formação profissional em saúde está alicerçada a uma cultura heteronormativa e preconceituosa, o que implica uma violência institucional nos serviços de saúde e pode, conseqüentemente, justificar a redução da atenção à saúde pela população LGBTQIAPN+ (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016; PAULINO *et al.*, 2019; RAIMONDI *et al.*, 2019; JOHNSON MARTINHO *et al.*, 2020; NEGREIROS *et al.*, 2019; MOSCHETA *et al.*, 2016; GOMES *et al.*, 2018).

Nos últimos 10 anos, o currículo das escolas médicas no Brasil passou por algumas alterações, após as políticas nacionais de saúde e de educação perceberem a necessidade de mudanças na formação profissional. Evidências mostraram a relevância de uma formação profissional com ampliação da responsabilidade social. Nesse sentido, a Resolução n. 3, de 20 de junho de 2014, elabora as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e descreve, em seu artigo 5º, que o(a) graduando(a) deve ser formado(a) para abordar a diversidade biológica, étnico-racial, de gênero e orientação sexual (MEC, 2014).

Pesquisas vêm mostrando efeitos positivos na mudança curricular. No estudo *A transformação curricular e a escolha da especialidade médica*, os estudantes que participaram desta pesquisa apontam mudanças positivas após a implantação do novo currículo, que apresenta conteúdos focando em um tipo de medicina mais humanizada, mais centrada no indivíduo e na realidade destes indivíduos (COSTA et al., 2014).

Raimondi et al. (2020), ao analisarem o projeto pedagógico das escolas médicas de universidade federais, evidenciaram o debate em torno dos temas gênero e/ou sexualidade em mais de 50% dos projetos pedagógicos, sendo que a maioria dessas escolas estão na região nordeste, que tem forte movimento social comprometido com essa temática; entretanto, foi observado que ainda há uma lacuna na competência clínica para além do corpo de sujeitos heterossexual. Há ainda predomínio da temática em torno da sexualidade em detrimento do gênero, sendo a sexualidade ligada ao corpo físico e possíveis doenças que podem ser adquiridas pelas práticas sexuais. Esses resultados mostram que apesar de o assunto estar presente em metade das escolas médicas, a sua discussão além da perspectiva biológica é um desafio.



Certamente ainda é um desafio nas escolas médicas o ensino de gênero e diversidades fora do contexto exclusivamente biológico, englobando também aspectos sociológicos e culturais. Gomes e Rego (2014) resgatam os estudos de Paulo Freire como estratégia de ensino para conseguir desenvolver as competências humanísticas preconizadas pelas Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Entre as estratégias propostas, destacam-se:

estratégias fomentadoras do diálogo, participação da comunidade, valorização dos saberes populares, utilizar o modelo de inserção no ambiente de prática da atenção primária à saúde, democratização da relação docente-discente e utilização da pedagogia problematizadora em substituição à pedagogia bancária, fomentando a ação com base na reflexão; utilização de avaliação formativa, tendo o portfólio como guia para a reflexão a partir da prática e construção do conhecimento. (GOMES; REGO, 2014, p. 303).

De forma a atender tais Diretrizes, este texto relata uma experiência-intervenção sobre questões de gênero e diversidades em uma disciplina do Curso de Medicina.

## **METODOLOGIA**

Tudo se inicia quando a Profa. Maria Carmen Gomes foi convidada pela Profa. Isabela Ferreira de Castro, do Curso de Medicina da Universidade de Viçosa/MG, para, em conjunto, ministrarem, em 2017, uma aula na disciplina MED 351- Saúde da mulher, da criança e adolescente II, cujo tema era a proposta de uma abordagem humanizada sobre pacientes trans.

A aula foi planejada a partir da leitura desconstruída discursivamente do texto do Disforia de Gênero, um Guia Prático de Atualização, produzido, em junho de 2017, pelo Departamento Científico de Adolescência, da Sociedade Brasileira de Pediatria, que constrói os conhecimentos, inscritos pelas relações de poder, acerca das pessoas não cisgênero. A profa. Isabela, ao ler o texto do referido Guia, identificou que os conceitos ali descritos sobre as discussões de gêneros pareciam estar equivocados, ou mesmo, tratados de maneira reducionista e simplista, e decidiu, assim, iniciar a aula com a leitura crítica e desconstruída do texto do Guia.

A construção da aula se deu de forma que os/as estudantes compreendessem a temática ora pela perspectiva discursivo-técnica da Medicina ora por um olhar mais sociológico, filosófico acerca das performances identitárias de gênero, compreendendo que gênero “não é uma propriedade psíquica ou física do sujeito, nem uma identidade natural, mas uma relação de poder submetida a um constante

processo coletivo de sujeição – ao mesmo tempo de suporte e de controle – de subjetivação e de submissão” (Preciado, 2018).

Foram selecionadas partes do texto, Guia Disforia de Gênero, que apresentavam conceitos sobre sexo, gênero, sexualidade, transexualidade para que fosse discutido a importância do conhecimento especializado sobre tais questões.

Para contextualizar o tema da aula - pacientes trans - algumas cenas da novela “A força do querer”, da rede Globo, que estava sendo transmitida naquele ano, 2017, e que trazia na trama a personagem Ivana, que se identificava com as performances do masculino. Durante a trama, Ivana apresenta disforia de gênero, rejeita suas performances do feminino, passa pela terapia de hormonização e faz a cirurgia de mastectomia. Após assistirem algumas cenas, algumas questões foram levantadas, como por exemplo: se já tinham assistido à novela? Se já tinham ouvido algo sobre pessoas trans? Se conheciam alguma pessoa trans? Qual relação teria essa situação com a disciplina e com o curso de medicina? Por que estávamos ali apresentando e problematizando tais questões? Após essa conversa, poucos interagiram, alguns saíram da sala, mas muitos/muitas se mostraram interessados/as na aula. Alguns não entendiam os motivos pelos quais deveria estudar esse tema já que iria se especializar em cirurgia plástica, ou ortopedia, por exemplo. E foi apontado pelas professoras que pessoas trans - homens, mulheres -, seriam certamente pacientes de qualquer especialidade médica, porque são pessoas que irão precisar em algum momento da vida cotidiana de tais serviços.

A partir disso, algumas questões norteadoras foram colocadas, antes de projetarmos os slides referentes ao texto do Guia: o que é gênero? o que é sexo? Quem define o que é certo para homens e mulheres? Por que ser mulher é ser feminina, e homem é ser masculino? A profa Maria Carmen, neste momento, problematizou como a sociedade vai moldando e construindo, discursivamente, os padrões de comportamento, os modos de ser e estar no mundo; o que é considerado padrão, natural e norma. E como médicos em formação podem ajudar a mudar essas questões. Os/as estudantes acompanharam atentos/as à discussão, fazendo intervenções. Em seguida, a profa. Isabela apresentou o texto do Guia de Disforia de Gênero, apontando não só a importância de entender como crianças e adolescentes se identificam com seus gêneros, em processo de transição, mas como lidar com tais situações, considerando a faixa etária e o desenvolvimento fisiológico-cognitivo. A professora ressaltou a importância de se ter uma equipe multidisciplinar no acompanhamento de pacientes trans, e informou onde estão os principais ambulatórios do país.

As aulas seguintes, planejadas após essa primeira experiência, forma organizada atendendo à sequência didática: (i) contextualização da situação, por meio de um objeto audiovisual (já foram usados *Garota Dinamarquesa*, *Girl*, novela *a Força do querer*), com perguntas norteadoras sobre o tema da aula em articulação com o objeto audiovisual, em seguida (ii) são apresentadas questões específicas sobre gênero, sexo, sexualidade, cisheteronormatividade, transgeneridade, para enfim (iii) discutir o texto do Guia *Disforia de gênero*. Também foram convidadas pessoas trans para relatarem suas vivências e experiências principalmente quanto ao uso dos serviços médicos; recomendamos, inclusive, que isso aconteça. No ano de 2022 a aula contou com a participação da professora Jaqueline Gomes de Jesus, referência nos estudos relacionados a questões trans.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso objetivo, com a metodologia escolhida para esta aula, era propor um exercício ético de levar os/as estudantes a repensarem a epistemologia médica, que se baseia no modelo biomédico pautado na doença, para a ideia de cuidado, concordando com a discussão ensejada por Leite (2015: p.331) ao propor que este deslocamento da doença para o cuidado possibilitaria “um exercício ético do médico de se colocar como instrumento para o outro, e não de transformar o outro em instrumento, um exercício que pode ser transposto, para pensar as relações da medicina com outras possibilidades de existir.” Segundo o pesquisador, essa maneira epistemológica de se produzir os saberes médicos abre um horizonte de “possibilidades potentes de se encenar dentro do próprio aparato médico movimentações para a despatologização das experiências trans.” (LEITE, 2015, p.328)

Dessa forma, embora o Guia se proponha, na medida do possível, a tentar trazer contribuições epistemológicas importantes e atuais sobre o conceito de identidade de gênero, inclusive citando os estudos de Judith Butler, ainda assim esbarra nas terminologias que tratam das pessoas não cisgênero como doentes, ao nomear, por exemplo, a transexualidade ou transgeneridade como “transexualismo”, como se observa no excerto abaixo;

8. A 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID10) categoriza o transexualismo como uma entidade nosológica pertencente aos transtornos de identidade de gênero (codificada como F64, F64.2 quando se trata de crianças ou F64.9 quando se trata de adolescentes). Na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a Associação Americana de Psiquiatria (APA), reconhecendo as controvérsias relacionadas à sexualidade, criou uma categoria própria denominada disforia de gênero. (GUIA...p.2)

Para um/a leitor/a que ainda não compreende exatamente as problematizações sobre o gênero (ou mesmo identidade de gênero) à luz de uma perspectiva histórica e política, ao ler o item lexical “transexualismo” irá iterar o conhecimento/saber sobre pessoas não cisgênero como doentes, já que o sufixo -ismo evoca tal potencialidade significativa, e dessa forma repetirá a norma regulatória e compulsória do gênero: de que os dissidentes são abjetos e anormais (BUTLER, 2010; 2015). Essa visível confusão lexical, que também é uma confusão conceitualmente política, deve-se ao fato de que antes de ser nomeado, em 1994, como Transtorno de Identidade de Gênero, no DSM-IV, a designação patológica para pessoas não cisgênero era o termo Transexualismo (GOMES;CASTRO, 2020). Então, houve, na escrita do DSM, nos últimos anos, a mudança lexical terminológica de Transexualismo => Transtorno de Identidade de Gênero => Disforia de Gênero (GOMES;CASTRO, 2020). Embora cada mudança léxico-discursiva tenha sido ocasionada por embates discursivo-políticos e epistemológicos, ainda assim hoje há claramente a presunção patológica; por este motivo, devemos reafirmar que a transexualidade e/ou transgeneridade não é uma questão patológica, mas sim identitária (BENTO, 2016). Para Leite (2015, p.322), “é como se as relações entre medicina e as experiências de gênero se resumissem e esgotassem nos procedimentos – endocrinológicos, cirúrgicos e psiquiátricos” – que a medicina encena sobre os corpos.

Como fazer os/as pediatras, médicos pensarem nas pessoas não cisgênero de maneira mais humanizada, ética e moralmente digna se o Guia que os/as ajudaria tratam o gênero ainda de maneira confusa, politicamente perversa e violentamente patológica? Observamos estas questões no excerto abaixo:

No DSM-5, a identidade de gênero é reconhecida como um conceito fluido, que engloba sentimentos sobre o corpo, sobre os papéis sociais relacionados, identificação de gênero e sexualidade, abrindo espaço para identidades alternativas que não se restringem ao estereótipo binário homem-mulher. (GUIA...p.3)

Dessa forma, ao escolher os itens lexicais “conceito fluido”, “papéis sociais relacionados” e “identidades alternativas”, tendo como documento norteador o texto do DSM-5, o Guia itera a ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo como verdades naturalizadas e pré-discursivas, como efeitos ficcionais binários, que atendem a uma norma regulatória de que gêneros sociais inteligíveis são aqueles deterministicamente e cromossomicamente designados como macho/pênis e fêmea/vagina, e que, portanto, aqueles que fogem a esta matriz, ou dissidem, são performatizados à luz do binômio saúde/doença, atravessados ainda

por “regimes de verdades” científico/médico, jurídico e religioso-cristão que os colocam/constituem como desviantes, monstros e abjetos, vulnerabilizando-os e colocando-os em situações de violência ética, simbólica e física. É o que Leite (2015, p.329) problematiza em sua pesquisa: “se a medicina parte de um modelo de gênero calcado na cisnorma [...] como critérios diagnósticos para produzir evidências sobre os “transtornos de gênero”, é porque o próprio sistema médico – especialmente a psiquiatria – está enredado nas teias das (cis)normatividades de gênero.” É preciso então que exercícios ético-políticos sejam empreendidos, principalmente, em cursos de Medicina, de forma a repensarem as epistemologias acerca não só do modelo biomédico, mas do próprio conceito complexo de corpo.

A metodologia pedagógica aqui relatada foi bem avaliada pelos alunos durante avaliação final da disciplina. Alguns alunos quando chegarem ao internato relataram a professora Isabela que vivenciaram parto de um homem trans e que se sentiram preparados para o atendimento. Professora Isabela foi convidada para falar sobre pessoas trans na semana acadêmica de medicina por mais de uma vez, assim como em eventos de outros departamentos da universidade. Estes relatos, convites mostram a importância da abordagem deste tema assim como da metodologia pedagógica escolhida por ir além do modelo biomédico e abordar aspectos sociológico e filosófico

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso ponto de vista, as aulas, a partir desta proposta pedagógica, gera muitas contribuições para os/as médicos/as em formação, pois apresentam não só conhecimentos técnicos, sociais e filosóficos para as questões sobre gênero, sexo e diversidades, mas também recomendações e propostas de enfrentamento às violências, preconceitos e discriminações. Entender que, em primeiro lugar, os aspectos biológicos não são determinantes para a compreensão da identidade de gênero, já é um grande e necessário aprendizado, já que um dos pontos cruciais identificados na pesquisa de mestrado desenvolvida por Castro et al (2020) foi a falta de conhecimento, a negligência e/ou, mesmo, a recusa de se aceitar o uso do nome social. Experiências assim são extremamente significativas para os currículos de cursos da área da saúde já que contribuem para um tipo de educação mais transversal, humanizada e ética.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gleice Alencar et al. Access to health services by lesbian, gay, BENTO, B. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 496-536. bisexual, and transgender persons: systematic literature review. *BMC International Health and Human Rights*, v. 16, n. 2, p. 1-10, 2016. DOI 10.1186/s12914-015-0072-9.

BUTLER, J. Problemas de gênero. *Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução Rogério Bettoni. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COSTA, José Roberto Bittencourt et al. A transformação curricular e a escolha da especialidade médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 38, n. 1, p. 47- 58, 2014.

DE CASTRO, Isabela Ferreira et al. Os entraves à população transgênero no acesso à saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 1, p. e5289-e5289, 2021.

GOMES, A. P.; REGO, S. Paulo Freire: Contribuindo para Pensar Mudanças de Estratégias no Ensino de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 38, n. 3, p. 299-313; 2014.

GOMES, M.C.A; CASTRO, I. F. . Análise Discursivo-Crítica do Gênero Discursivo Situado Disforia de Gênero: Guia Prático de Atualização. In: GOMES, M.C.A; PIMENTA, P.F. (Org.). *Representações discursivas de identidades de gênero em práticas sociais brasileiras*. 1ed.Porto Alegre: FI Editora, 2020, v. 1, p. 147-170

GOMES, Romeu et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 23, n. 6, p. 1997-2006, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>.

JOHNSON MARTINHO, N.; MARTINS SANTOS, V. H.; AMORIM COSTA, C. M.; BERTOLOSSI MARTA, C.; DOS SANTOS BACANI, E.; SIQUEIRA VIANA MORAE, R.; RIBEIRO RAMOS, K. C. A. Dificuldades enfrentadas no acesso à saúde por usuários

LGBT. Saúde Coletiva (Barueri), v. 10, n. 58, p. 3841-3848, 2020. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2020v10i58p3841-3848.

LEITE, A.F. dos S. Pode a medicina (re)inventar-se ante o transfeminismo? Cadernos de gênero e diversidade. V.1.n1. 2015, p. 321-333.

MEC. Ministério da Educação. Resolução n. 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category\\_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 09 de outubro de 2023

MOSCHETA, M. S.; FÉBOLE, D. da S.; ANZOLIN, B. Visibilidade seletiva: a influência da heterossexualidade compulsória nos cuidados em saúde de homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais. *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, v.7, n.3, p.71-83, 2016.

NEGREIROS, Flávia Rachel Nogueira de et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 1, p. 23-31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>.

PAULINO, D. B.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. *Interface (Botucatu)*, v. 23, e180279, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180279>

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. *Corpos (Não) Controlados: Efeitos dos Discursos sobre Sexualidades em uma Escola Médica Brasileira*. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 3, p. 16-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n3RB20180142>.

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil: uma Análise de Projetos Pedagógicos Curriculares. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. 2, e045, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.2-20190050>.ING.

# OCUPAR PARA EDUCAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PREPARA NEM UERJ 2023

*Bruno Nascimento de Souza<sup>1</sup>*  
*Angie de Lima Santos Barbosa<sup>2</sup>*  
*Mariana Coêlho dos Santos<sup>3</sup>*  
*Nilton Abranches Junior<sup>4</sup>*

## INTRODUÇÃO

A década de 1980 se constitui como a década da redemocratização no Brasil, terminava um longo período de ditadura militar. Neste mesmo período começam a se estruturar no país cursos preparatórios populares voltados para grupos historicamente excluídos. Tal movimento tem sua base nos movimentos sociais, sobretudo na atuação do Movimento Negro, onde citamos o papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), em São João de Meriti, Rio de Janeiro, sob liderança de Frei Davi. Há ainda uma forte atuação de comunidades religiosas, sobretudo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica (VASCONCELOS, 2020, p.103). Outros cursos populares vão surgindo pelo país ao longo da história, todos constituídos com a finalidade de ensinar conteúdos que possibilitassem o acesso às universidades. Todavia, estes não se limitavam a isto, por meio de debates e atuação militante e política, estes se pretendiam como agentes críticos, emancipadores e formadores de consciência social. Se por um lado estes preparatórios, ao longo de mais de trinta anos mudaram a cara da universidade, permitindo o acesso de pessoas então marginalizadas, ainda havia uma lacuna, ou seja, um determinado grupo ainda não se via

1 Graduado do Curso de Teologia do Centro Universitário Metodista Bennett - RJ e Graduando pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, [brunoiasdig@yahoo.com.br](mailto:brunoiasdig@yahoo.com.br);

2 Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, [angie.biblioetrava@gmail.com](mailto:angie.biblioetrava@gmail.com)

3 Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, [mariana19tst@gmail.com](mailto:mariana19tst@gmail.com)

4 Professor/e orientador: Doutor, Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, [niltonabranches07@yahoo.com.br](mailto:niltonabranches07@yahoo.com.br).



contemplado, as pessoas trans e travestis. Historicamente expulsas de suas casas, da escola e empurradas ao subemprego ou a prostituição, muitas destas pessoas, se quer haviam terminado o ensino básico. A universidade para grande maioria era algo inalcançável. E é a partir desta lacuna que desponta em 2015 o Prepara Nem, um pré-vestibular popular que tem seu olhar voltado para as pessoas transexuais e travestis. Era o início da construção de um espaço seguro, acolhedor e reparador que tinha como protagonista este público, que a partir de então poderia disputar o espaço das universidades e de onde mais quisessem. Este trabalho, portanto, tem como objetivo descrever a inserção deste pré-vestibular popular na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir da relação desses corpos em dissidência de gênero com o espaço universitário. Optamos pelo relato de experiência da prática pedagógica em Sociologia. Organizamos o trabalho em três partes. A primeira onde fazemos o resgate da memória do Prepara Nem, a segunda onde focamos especificamente nas relações de aprendizagem nas aulas de Sociologia, e a terceira baseada nos tensionamentos provocados pelas trajetórias feitas, no espaço cisheteronormatizado da UERJ, por esses corpos em dissidência de gênero.

## **PREPARA NEM: DA ABI (2015) À UERJ (2023)**

Em 2015 o sonho do Prepara Nem começa a se constituir. A partir de uma chamada por meio de uma rede social, pessoas voluntárias dispostas a conhecer e compor o corpo do projeto se encontram na Associação Brasileira de Imprensa para uma primeira reunião com sua idealizadora, Indianara Siqueira, e outros parceiros. Desde seu início o curso se projetou como um espaço de participação coletiva, de auto-organização e autonomia. Nunca foi formalizado um documento orientador de princípios ou regras. Todavia, alguns axiomas se constituíam, e ainda se constituem, balizadores das ações e organização do projeto: o protagonismo das pessoas trans e travestis em todas as decisões do curso, uma epistemologia transfeminista, o voluntariado, o combate ao racismo e a toda forma de preconceito, a construção coletiva de todo o processo e a posição anticapitalista. Entendemos, assim que a saída não está pelo “centro”, ou nas práticas capitalistas e neoliberais, mas, nas margens, numa construção social de uma outra lógica, ou melhor, na retomada de práticas coletivas, pelas brechas do “Cistema”.

Com o transcorrer dos dias ficava evidente que a dinâmica que sustentaria o Prepara Nem devia estar para além de uma mera exposição de conteúdos com a finalidade de se fazer uma prova. As práticas pedagógicas de professoras e professores eram constantemente postas à prova quando discussões de diferentes temas se sobrepunham às aulas previamente elaboradas. Tínhamos, portanto,

um espaço acolhedor, de escuta e seguro para todos aqueles corpos divergentes. Importante dizer que, o Prepara Nem, naquele momento, não tinha como objetivo apenas o acesso à universidade, mas, pretendia também garantir a conclusão do ensino básico para aquelas pessoas que por motivos diversos não o puderam fazer. O ENEM naquele permitia a conclusão e certificação do ensino básico, motivo pelo qual muitas pessoas procuraram o Prepara Nem. Ainda podemos afirmar uma outra característica importante do Prepara, a ocupação de diferentes espaços pela cidade, espaços estes muitas vezes apresentados como não acessíveis àqueles corpos. Dizemos, portanto, desde as aulas que aconteciam em diferentes espaços, como Sindicato dos Jornalistas, Sindicatos dos Petroleiros, Sindicato da Justiça Federal, Faculdade de Direito da UFRJ, até a visitação de equipamentos culturais, como o Centro Cultural Banco do Brasil, Centro Cultural da Caixa, Casa França-Brasil ou Planetário da Gávea. Esta era, e ainda é, uma estratégia importante de ocupação e pertencimento.

Em 2023 o Prepara Nem completou oito anos de atividades ininterruptas. Porém, um fato importante é que cada ano que se seguiu apresentou características distintas. Não havia, portanto, a obrigatoriedade para que este seguisse uma sequência ou uma dinâmica previamente estabelecida. Como já foi dito, o curso era auto organizacional, o que lhe conferia a possibilidade de ajustes constantes. Deste modo, cada ano representou um desafio, uma lógica diferente. Eram novas pessoas, com novas expectativas, com novos interesses, o que exigia novas dinâmicas. Fato este que para muitas pessoas pode parecer que não houve “sucesso” nos anos posteriores, sobretudo entre os anos de 2016 e 2022. Porém, o Prepara Nem não obedece a uma lógica mercadológica ou de “sucesso” baseado em aprovações, pois como já foi dito, este se configura como um espaço que está para além do ENEM ou de qualquer outra prova, é lugar de acolhimento. Neste processo foram diferentes trajetórias tomadas por todas, todes e todos que passaram pelo Prepara. Algumas pessoas seguiram pela academia, enquanto outras buscaram outras formas de inserção, seja na política ou em outras áreas profissionais. Isso mostra como a dinâmica adotada é maleável, não engessada. De acordo com Souza (2019):

O Prepara NEM perturba a lógica educacional pois, desnuda as relações de poder do processo ensino-aprendizagem. A provocação constante dos estudantes sobre a ausência de corpos travestis e transexuais nas disciplinas, obriga os professores a saírem de sua zona de conforto e procurar sentidos e significados diferentes para o que está sendo ensinado. (SOUZA, 2019, p. 72)

Sendo assim, em 2023 o Prepara Nem toma um novo rumo, sem perder as características que balizaram sua construção e caminhada. A partir de um diálogo entre o Prof. Dr. Nilton Abranches, líder do grupo de Pesquisa e Extensão Geo-Corpo, do Instituto de Geografia da UERJ e o professor do Prepara Nem, Bruno Nascimento de Souza, também membro do grupo de pesquisa, surge o convite para tornar o Prepara Nem um Projeto de Extensão. A proposta é levada ao grupo do Prepara que concorda com a possibilidade e vê na proposta uma ótima oportunidade. Junta-se aos professores Nilton e Bruno, o professor Fernando, também professor no Prepara. Os três escrevem, então, o projeto que será submetido e aceito. A partir da aprovação do Projeto inicia-se o trabalho de seleção de professores e a chamada de alunes. Uma sala de aula específica para o Prepara foi solicitada e negociada junto ao Instituto de Geografia, que prontamente atendeu à solicitação. Além disso, em negociação junto à Pró-reitora foi franqueado o acesso ao bandeirão da UERJ, de forma gratuita. Foram vinte e um inscritos, mas devido ao horário de funcionamento, o período da noite, as aulas se iniciam com quatorze alunes.

Considerando o diminuto espaço, e em se tratando este de um relato de experiência, entendemos significativo trazer um exemplo da vivência em sala de aula a partir de atividades desenvolvidas na disciplina de Sociologia, pela professora Angie, que de algum modo materializa tudo aquilo até aqui descrito.

## **O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA DO PREPARANEM: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO SITUADO**

Destacamos a narrativa da construção pedagógica da disciplina de sociologia do Prepara Nem UERJ 2023 pois sua elaboração foi feita do zero e direcionada, desde o início, para uma turma de maioria travesti-trans e negra. Seguindo a proposta ético-política do Prepara, tratava-se de produzir uma formação que rejeita a demanda capitalística de assimilação à dinâmica conteudista dos vestibulares, priorizando a dimensão “terapêutica y bélica do saber prete e trans” como descrita por Abigail Campos Leal (2020). Embora a disciplina tivesse dialogado com a sociologia clássica e seus conceitos, estes não foram tomados como centrais para os encontros, algo que também encontrou respaldo nos atravessamentos políticos, epistêmicos e afetivos da turma frente às questões apresentadas. Desse modo, conceitos como “Ideologia”, “Instituições sociais”, “Socialização”, “Trabalho e divisão do trabalho”, “Modos de produção” etc; presentes no vocabulário da “sociologia de vestibular”, ganharam seu sentido na reflexão sobre as experiências travestis-trans, LGBT+ e negras, intensamente vividas no percurso. A elaboração

do currículo e execução das atividades também foram orientadas pelas articulações do currículo queer de Guacira Lopes Louro (2004) e da pedagogia engajada de bell hooks (2013).

No currículo queer de Louro, encontramos a potência de desafios como a superação dos limites convencionais atrelados à inteligibilidade cultural de experiências dissidentes sexuais e de gênero; a busca pelo aprendizado justamente nos pontos de ruptura, recusa e ignorância em relação a possibilidades de reconhecimento da multiplicidade; a “erotização” (tomada de modo abrangente) do processo ensino-aprendizagem desde a intensificação da curiosidade e da diferença. E na pedagogia engajada de hooks encontramos uma proposta “mais exigente que a pedagogia crítica ou feminista convencional” já que “Ao contrário dessas duas, ela dá ênfase ao bem-estar” (hooks, 2013, p. 28). Desse modo, a criação de um espaço de acolhimento, comprometimento político e de cuidado e de momentos de reflexão e tomada de consciência compartilhados e prazerosos foi uma prioridade.

A maior parte do currículo utilizado na disciplina partiu das perspectivas de feministas negras; tendo como os nomes mais discutidos em sala de aula bell hooks, Patricia Hill Collins e Lélia González. A dinâmica das aulas partiu, principalmente, de debates temáticos em torno de um conjunto de temas de referência, em diálogo, também, com a disciplina de geografia que acontecia no mesmo dia. Entre os debates realizados, destacamos alguns temas como “A teoria como prática libertadora”, “A importância do pensamento e da teoria crítica”, “Ideologia e imagens de controle sobre grupos marginalizados”, “Socialização de gênero e identidade”, “Capitalismo e divisão racial do trabalho”, “Trabalho, gênero e população LGBT+”, entre outros. As atividades realizadas envolveram aulas expositivas, debates de trechos selecionados de textos, e cine-debates com a exibição de documentários. Foram exibidos, ao longo do percurso, três documentários, sendo estes *Paris is Burning* (1991) de Jennie Livingston, *Terra Sem Pecado* (2019) de Marcelo Costa e *Bicha Preta* (2017), de Thiago Rocha, para a realização de cine-debates temáticos. Todos os cine-debates foram realizados em conjunto com a disciplina de geografia.

Situando e localizando a produção desses encontros e dos saberes possibilitados por eles, anotamos que a disciplina de sociologia foi mediada nesse percurso por/com uma estudante travesti, jovem, graduanda de Psicologia na UERJ, e integrante do movimento trans e travesti universitário na mesma instituição. Que se tratasse de uma graduanda em um curso diferente de Ciências Sociais é relevante pois traz à cena a horizontalidade e trans/disciplinaridade proposta pelo Prepara Nem em sua construção pedagógica, lançando mão de diferentes saberes

centrados na produção de ferramentas para experiências travestis-trans que poderiam desdobrar-se futuramente como universitárias ou não. Para comentar os atravessamentos produzidos em sala de aula, trazemos um trecho do diário de campo da “profa” e uma das autoras deste trabalho:

Com minha turma do Prepara Nem, lendo um trecho do texto “As mulheres negras espectadoras” da bell hooks para a aula de sociologia, falávamos do poder contestador dos olhares e do modo como olhar para o mundo e para os outros era uma forma de produzir consciência. De repente, me vi compartilhando com aquela roda de estudantes sobre nossas experiências de sermos olhados com afetos de ódio e nojo na rua, e refletindo coletivamente sobre o papel do olhar em nossa sujeição. Nesse momento de discussão da experiência de olharmos e sermos olhados pelo mundo cisheterossexual *e/ou/também* branco, entendi um pouco mais da “inteligência ontológica”, descrita por Abigail Campos Leal, que vem da dimensão terapêutica e bélica dos saberes pretos e trans. Ao longo das aulas, conforme incentivava os estudantes a intervirem e contestarem o espaço da aula com suas próprias experiências pessoais, fui me percebendo também participante e afetada pelos processos de tomada de consciência que têm lugar nessa prática de educação libertária. (Angie de Lima Santos Barbosa)

## UMA PRESENÇA QUE INCOMODA

A presença do Prepara Nem no espaço institucional da UERJ faz frente e incomoda todo um argumento construído de uma universidade preocupada com a diversidade, considerando desde a estrutura física, as políticas de permanência, a segurança e o modo como os currículos são construídos. A experiência anterior, embora diga de uma disciplina, a Sociologia, e diga dos atravessamentos experimentados por uma “profa”, representa, de alguma forma a vivência de boa parte dos professores e professoras. E é a partir desta e de outras narrativas que somos levados a pensar o modo como temos construído o campo da educação, sua práxis, trazendo questões centrais como a formação de professores e outros profissionais de outras áreas, como a área da saúde, já que alunes e profes são atravessados por muitas camadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, podemos concluir, se é que podemos falar de fato em conclusões, que o Prepara Nem ao longo de sua história, se tornou um poderoso

instrumental de TRANSformação educacional e social. Por isso tantas vezes os apagamentos e as tentativas de aniquilamento do conhecimento produzido a partir deste. O que se tem pretendido é a busca por outras narrativas, outras epistemologias que sejam capazes de dar conta da desnaturalização das estruturas hegemônicas. Uma epistemologia ou uma Pedagogia trans que permita uma emancipação individual e coletiva. Se para determinados corpos a única opção possível dentro do CISTema são as bordas, então é a partir das bordas que construiremos novas possibilidades a fim de chegarmos ao centro, não para reproduzir e/ou manter o que está posto, mas para solapar este modelo e criarmos uma sociedade que contemple a todas, todes e todos. Por isso insistimos em não falar em conclusão, afinal esta só será possível por meio de um outro modelo de sociedade, onde todes os corpos estejam realmente contemplados.

**Palavras-chave:** Preparatório Popular; Prepara Nem; UERJ; Trans; Travestis.

## REFERÊNCIAS

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LEAL, Abigail Campos. me curo y me armo, estudando: a dimensão terapêutica y bélica do saber prete e trans. Caderno do fim do mundo, v.1 n. 21, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Laila Queiroz de. Pré-vestibular Prepara Nem: A construção de uma história voltada para o acesso das pessoas travestis e transexuais à Universidade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 103, 2019.

VASCONCELOS, André Tinoco. Pré-vestibulares: desafios políticos ao currículo e ensino de Geografia. In. SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; FILHO Manuel Martins de Santana (org). Ensino de Geografia: a produção social do espaço e processos formativos. Livro 2. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

# ESCREVIVÊNCIAS SOBRE UMA LIGA ACADÊMICA DA AMAZÔNIA PARAENSE COMO ESPAÇO PARA A TROCA-CONSTRUÇÃO DE AFETOS NA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

*Rafael Moraes da Silva<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

O ambiente educacional escolar, como uma das principais instituições sociais responsáveis pela garantia de direitos e cidadania, habilita à convivência social, atribuindo significado à coletividade e à individualidade de cada pessoa que o compõe. Pedra (2020), em contrapartida, ao pôr luz sob à pluralidade de realidades brasileiras que se encontram dentro das escolas, expõe as desigualdades sociais que atestam o despreparo deste ambiente para receber e lidar com tamanha demanda, gerando ainda mais exclusão a grupos já estigmatizados, a exemplo de pessoas inseridas na comunidade LGBTQIAPN+.

Moretti-Pires, Vieira e Finkler (2022) sinalizam a possibilidade do ambiente universitário ser uma via de acesso a melhores oportunidades de educação formal e um agente transformador de realidades na vida das pessoas que por ele circulam, contudo, é fragilizado quando, em seu interior, são reproduzidas violências como a discriminação contra as pessoas não-brancas, a sexualidade e ao gênero, prejudicando o desempenho acadêmico delas. Afirmam a necessidade de políticas educacionais à diversidade que transformem discursos discriminatórios e incentivem ações interventivas sobre a temática, gerando aporte teórico-político para a reformulação das interações sociais e institucionais quanto às pessoas que atingem e às que são atingidas.

Encaixam-se nessa perspectiva, iniciativas como as Ligas Acadêmicas, organizações com propósitos educacionais e sem fins lucrativos, uma extensão de ensino paralela às grades curriculares já estabelecidas pelas instituições de

---

<sup>1</sup> Bacharel em Psicologia pela Universidade da Amazônia, Pós – graduando do Curso de Especialização em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia, do Programa de Pós – Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia, da Universidade Federal do Pará - UFPA, [rafael.moraes58@gmail.com](mailto:rafael.moraes58@gmail.com);

ensino superior, é constituída por estudantes e profissionais que possuem comum interesse em aprofundar academicamente os conhecimentos sobre algum campo específico de estudo (CONEPE, 2018). No Brasil, a primeira liga acadêmica foi criada na década de 1920 sob o comando da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a Liga de Combate à Sífilis, tinha como objetivo promover alterações sociais na saúde da população que enfrentava um grave contexto decorrente da epidemia da doença (YANG et al., 2019).

Neste segmento, apresenta a Liga de Cuidados Integrais à Diversidade Sexual e Gênero, a LACIGS+, uma entidade paraense ancorada no tripé universitário de Ensino, Pesquisa e Extensão com intuito de incentivar o cuidado, o diálogo e o desenvolvimento acadêmico e interpessoal tangente às temáticas sugeridas pelo próprio nome voltada para a população LGBTQIAPN+. Seus objetivos visam promover atividades que atendam e fomentem a formação em cuidados integrais à diversidade sexual e de gênero, dialogar com movimento políticos e culturais e propiciar espaços seguros de convivência e resistência para as pessoas LGBTQIAPN+ na Amazônia, sobretudo na região metropolitana da capital Belém (PA) através de reuniões de grupo de estudo, eventos e oficinas.

A justificativa deste trabalho se faz na tentativa de compreender a extensão acadêmica como um dos lugares possíveis para o fortalecimento individual e coletivo da comunidade LGBTQIAPN+ inserida no ensino superior. A metodologia deste trabalho delinea-se a partir do relato de experiência culminando numa “escrevivência”, termo cunhado por Conceição Evaristo para intitular a escrita de si mesma e as implicações críticas enquanto mulher negra na sociedade ao mesmo tempo que escreve sobre suas personagens em suas obras (EVARISTO, 2018). Nesse contínuo, emprega-se o conceito da autora para a vivência do autor autodeclarado e autoafirmado como um homem cis preto e gay, abordando sentidos enquanto participante de uma liga de cuidados integrais voltada à diversidade sexual e de gênero. Tem-se como objetivo explicar sobre o potencial de transformação e acolhimento de ligas acadêmicas, como a LACIGS+, um espaço destinado inicialmente ao desenvolvimento do desempenho acadêmico num ambiente que possibilita a troca e construção de afetos e vivências coletivas entre as pessoas que o integram, em que todes se autoafirmam LGBTQIAPN+.

Esta escrevivência sustenta-se a partir de conceitos teóricos como o de “Aprendizagem Significativa”, o “Sentimento de Pertencimento”, o “Empoderamento” e o “Lugar de Fala” ao passo em que são correlacionados à experiência vivida na LACIGS+ e no que implica e reverbera pessoalmente e socialmente seus resultados. A utilização do espaço acadêmico para abordar criticamente a pluralidade de vivências LGBTQIAPN+, contada pela mesma, incide na validação de



narrativas que favorecem o protagonismo social de quem as escreve e se identifica. Ademais, apresenta-se abaixo a Metodologia, os Resultados e a Discussão, as Considerações Finais, o Agradecimento e as Referências empregadas.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo possui caráter descritivo-exploratório desenvolvido a partir do relato de experiência, este configura-se como um registro científico derivado de uma vivência no meio acadêmica ou profissional, contribui para a compreensão e construção do conhecimento sob o viés crítico e reflexivo da experiência com suporte teórico e metodológico (MUSSI, FLORES E ALMEIDA, 2021). Foram consultadas referências presentes na literatura bibliográfica de livros e de bases científicas de dados online como o Google Acadêmico e SciElo. Aborda as percepções do autor enquanto participante das atividades promovidas pela LACIGS+, como o grupo de estudos, os eventos e os momentos de lazer coletivo, no período entre Março de 2023 e Novembro de 2023.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O espaço promovido pela LACIGS+ à ligantes oportuniza focar em questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero por via de uma abordagem interseccional, sobretudo da territorialidade quando tratamos delas na região amazônica, discutir as implicações subjetivas na individualidade e na coletividade de cada componente, bem como compreender as mútuas reverberações entre o meio social e as nossas vivências atravessadas por esses assuntos, legitimando-as a partir de um lugar de fala que considere nossas narrativas e reivindicações de necessidades através de uma lente sócio-crítica. Djamilia Ribeiro (2018) argumenta ser um local, do ponto de vista discursivo, em que indivíduos marginalizados reivindicam o direito à existência e denunciam violências estruturais oriundas da colonização. Não raro, esses lugares não costumam ser encontrados com facilidade por ligantes nas universidades como discentes e tampouco o conseguem com segurança dentro de casa, na escola ou outros ambientes que poderiam ser utilizados para dar vazão, receber validação empática e afetuosa às demandas tão plurais da individualidade de cada letra componente do grupo LGBTQIAPN+.

As discussões educacionais e sociais tangentes à sexualidade e ao gênero ainda são costumam ser temas espinhosos, não apenas por estarem no cerne da subjetivação, mas por atravessar questões morais sobre espaços sociais, corpo e relações de poder e resultam, por vezes, em um não aprofundamento destas

temáticas e conseqüentemente em um estudo vago, ou nem isso, invisibilizando as narrativas e as demandas de pessoas LGBTQIAPN+ já presente nas cadeiras universitárias e, por conseguinte, a que está externa a esse âmbito, alocando-as à margem, perpetuando o processo de aprendizagem majoritariamente mecânico e sem nenhum compromisso com uma leitura e atuação sócio-crítica sobre as nossas inúmeras realidades.

A Coletividade construída e reforçada pelas ligantes da LACIGS+ seja a cada encontro quinzenal dos grupos de estudos ou de eventos realizados como o “VisiBilidades” em alusão ao Dia da Visibilidade Bissexual e o “Negritudes LGBTQIAPN+” ao mês da Consciência Negra, favorece a troca e a construção de afetos e vínculos a partir de narrativas pessoais que se atravessam, se acolhem, se ouvem, se mobilizam e se ampliam para além da Liga, possibilitando aprendizados e compreensões abrangentes sobre as temáticas de gênero e sexualidade com um olhar, um escutar e um falar crítico e cuidadoso. Recaem ao que Carl Rogers (1969) afirma sobre Aprendizagem Significativa, num contexto constante mudanças, é necessário aprender a buscar o conhecimento e o significar como relevante num processo em que o conteúdo aprendido pode encontrar referências a partir das vivências de quem está aprendendo, de modo a compreender as suas dimensões afetivas, culturais, sociais e cognitivas (SILVA, LIMA E PONTES, 2023). Coaduna com a ambiência da LACIGS+ e nos permite atribuir significados aos desafios e às implicações da nossa existência de forma significativa, incentivando a produção de conhecimentos protagonizada por nós mesmas, nos retirando do lugar de objeto de estudo e assumindo a autoria e o protagonismo da escrita e de escrevivências.

Os benefícios pessoais e acadêmicos nas experiências de ligantes, promovidos pela vivência coletiva na LACIGS+, como a sensação de pertencimento e o sentimento de unidade, podem ser constatados através de falas, de posicionamentos, de comportamentos e da presença nos encontros e nas atividades realizadas, como os Círculos de Autocuidado, estes propiciam um momento mais amplo para partilha de narrativas que costumam surgir nas discussões dos grupos de estudos. É um espaço seguro proposto para que nós ligantes possamos acolher nossas histórias, nossas formas de se relacionar e partilhar os sentimentos de alegria, de angústia, de medo e etc., que por vezes não podem ser validados em casa, na escola, na universidade e outros.

Remete ao Empoderamento que Joice Berth (2018) compreende como um fenômeno em que uma pessoa se autoconscientiza, se transforma internamente e, conseqüentemente, transforma o meio externo, pondo-se como protagonista da própria história, esse processo de empoderamento consegue ser mais eficaz ainda quando nós nos apoiamos uns aos outros, colaborando no amparo e processo de

conscientização dos outros membros, corroborando o fortalecimento individual e coletivo tangente a um cuidado humanizado e uma atuação acadêmica e profissional que nos impulsiona a resistir humanamente e politicamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ligas Acadêmicas enquanto extensão de ensino das grades curriculares de graduação favorecem o aperfeiçoamento acadêmico específico em determinada área dos inúmeros conhecimentos científicos e conseqüentemente um espaço de desenvolvimento interpessoal, a exemplo da Liga de Cuidados Integrais à Diversidade Sexual e de Gênero, onde se legitima e discute a pluralidade de vivências LGBTQIAPN+.

Possuem um poder de transformação social a partir da pesquisa e da educação que a caracterizam como um agente político atuante, à sua forma, em pautas e demandas que estão para além de, somente, identitárias, mas que constituem subjetividades e as relações consigo, com as outras pessoas e com o mundo. Viabilizam o incentivo à escrita acadêmica numa perspectiva crítica a partir das próprias pessoas que a compõem, a exemplo de nós pessoas LGBTQIAPN+, abdicando o rótulo de objeto de estudo e reivindicando o lugar de protagonismo autoral nas produções de escrituras a respeito de suas narrativas, como o relato de experiência, fonte científica viável para o registro e produção sobre a temática em que se propõem.

Entretanto, faz-se necessário frisar que elas seguem a privilegiar as pessoas inseridas no ensino superior brasileiro, sendo necessário pensar em estratégias, em propostas de pesquisas e atividades que oportunizem a participação e busquem as opiniões da referida comunidade externa à universidade e ecoem essas vozes.

**Palavras-chave:** Amazônia, Afetividade; Coletividade; LGBTQIAPN+; Sexualidade.

## AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará. À todas as pessoas que compõem a LACIGS+, por todas as discussões, dedicação e troca-construção de afetos neste Coletivo que nos une e fortalece.

## REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. **O que é Empoderamento**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

MORETTI-PIRES, R. O.; VIEIRA, M.; FINKLER, M., Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. **Rev. Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 4, p.

e200662pt, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/PYLN3tMwZ5Yk3SYGdx59NmQL/#>>. Acesso em 09 nov 2023.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Rev. Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>>. Acesso em 08 nov 2023.

PEDRA, Caio Benevides. A escola como espaço opressor: Exclusões e Violências vivenciadas por estudantes LGBT no ambiente escolar . *In*: SAMPAIO, Fabrício de Sousa; TAUARES, Leonardo Pereira. (Org.). **Contestando as fronteiras de Gênero, Raça e Sexualidade na sociedade brasileira**. Campina Grande: Amplla, 2020. cap. 5. p. 74-92,

ISBN: 9786588332115. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/50858/2/A%20escola%20como%20espa%C3%A7o%20opressor%20exclus%C3%B5es%20e%20viol%C3%Aancias%20vivenciadas%20por%20e%20estudantes%20LGBT%20no%20ambiente%20escolar.pdf>> . Acesso em 09 nov 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de Fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ROGERS, Carl Ransom. **Freedom to learn**. Columbus: Merrill, 1969.

SILVA, M. L.; LIMA, I. B.; PONTES, E. A. S. Aprendizagem significativa e o uso de metodologias ativas na educação profissional e tecnológica. **Rev. Observatorio de La economía latinoamericana**. Curitiba, v. 21, n. 8, p. 9038-3050, 2023. Disponível em: <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/876/732>>. Acesso em 16 nov 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. **Resolução nº 7/2018, de 13 de março de 2018.** Normatiza a criação, o reconhecimento e o funcionamento de Ligas Acadêmicas na Universidade Federal de Sergipe. Sergipe: Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, 2018. Disponível em: [https://proex.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/9262/RESOLU\\_\\_0\\_7.2018\\_CONEPE.pdf](https://proex.ufs.br/uploads/page_attach/path/9262/RESOLU__0_7.2018_CONEPE.pdf). Acesso em: 09 nov 2023.

YANG, G. Y et al. Liga de Anatomia Aplicada (LAA): as Múltiplas Perspectivas sobre Participar de uma Liga Acadêmica. **Revista brasileira de educação médica.** Brasília, v. 43, n. 1, p. 80-86, jan./mar., 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20170146>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/GyyP7rwpZpCN94xLRykYpVB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2023.

# A SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL DE PROFESSORES E PROFESSORAS IMPLICADAS(OS) EM UMA DISCIPLINA DE SEXUALIDADE E GÊNERO DE UM CURSO DE PSICOLOGIA

*Victor Hugo Brandão Meireles<sup>1</sup>*

*Caroline Bevilacqua<sup>2</sup>*

*Pedro Braga Carneiro<sup>3</sup>*

*Norma Ferreira da Luz Ferrarini<sup>4</sup>*

## INTRODUÇÃO

**H**istoricamente, a Psicologia brasileira se constitui como uma ciência das e para as classes dominantes. Nesse sentido, a formação de psicólogas(es/os) traz, em seu cerne, as técnicas de avaliação e classificação dos indivíduos. Progressivamente, a realidade do Brasil e da América Latina denunciaram a necessidade de uma mudança urgente na forma de produzir e reproduzir a Psicologia como uma ciência e profissão comprometida socialmente, tendo em vista as demandas sociais, históricas, concretas da população (BOCK, 2015).

A partir dessa necessidade, cresce o número de estudos das teorias críticas e fundamentadas no materialismo histórico-dialético, sendo uma delas a Teoria da Subjetividade e Epistemologia Qualitativa de Fernando González Rey, que participou ativamente no movimento da Psicologia Social Latino-americano na década de 1980 e pela gênese da sua teoria ter permeado discussões dentro dos debates da psicologia social crítica brasileira e latino-americana.

A subjetividade, para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), é um sistema simbólico-emocional que integra dois níveis diferentes, subjetividade individual e subjetividade social. A subjetividade individual indica os processos

1 Doutorando em Psicologia na Universidade Federal do Paraná – UFPR, [meireles0001@gmail.com](mailto:meireles0001@gmail.com);

2 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, [carol53@gmail.com](mailto:carol53@gmail.com);

3 Doutorando em Tecnologia e Sociedade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, [pedrobracarneiro@gmail.com](mailto:pedrobracarneiro@gmail.com);

4 Professora orientadora. Pós-doutorado em Psicologia. Professora Titular da Universidade Federal do Paraná, [normadaluzf@gmail.com](mailto:normadaluzf@gmail.com).

simbólico-emocionais configurados historicamente pelas vivências e experiências diferenciadas dos sujeitos singulares em seu cotidiano frente às normativas culturais e sociais. A subjetividade social se expressa como a síntese do conjunto de aspectos objetivos e sentidos subjetivos simbólicos-emocionais em diferentes espaços articulados ao funcionamento macro e microssocial.

Portanto, baseada na Metodologia Construtivo-interpretativa e no referencial autoetnográfico, essa pesquisa permite compreender a subjetividade do(a) pesquisador(a) como um papel essencial no processo da de interpretação e construção da informação da própria pesquisa, como na elaboração de conceitos, indicadores e hipóteses contribuindo para a elaboração de um modelo teórico sobre seu objeto de estudo.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa exploratória, que visa uma aproximação inicial ao objeto, a qual permite o reconhecimento de novas perspectivas sobre o tema. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, em que, a partir do método da pesquisa participante, as(os) docentes pesquisadoras(es) recolhem da sua prática elementos que serão significados à luz do referencial teórico.

A pesquisa ocorreu em espaços conversacionais, como na sala de aula, em reuniões do Núcleo Estruturante Docente (NDE) e colegiado, e se constituiu pelo constante movimento do compartilhamento das experiências, opiniões e reflexões de docentes, o que permitiu a produção de sentidos subjetivos e de novas configurações subjetivas a respeito das questões que envolvem a investigação das implicações na disciplina de Sexualidade e Gênero.

Segundo González Rey e Mitjáns Martínez (2017), as produções do espaço dialógico ocorrem, ao mesmo tempo, como produções singulares dos sujeitos e como produções coletivas desse grupo de agentes que integram o espaço conversacional. Portanto, o referencial metodologia autoetnográfica se torna importante para acessar as produções singulares e coletivas dos(as) professores(as) implicados nesta pesquisa.

Deste modo, parte-se de uma discussão sobre a prática profissional para se eleger a bibliografia acerca dos processos educacionais, da formação em psicologia, e da importância dos debates sobre sexualidade e gênero na sociedade brasileira.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Por mais contradições que a prática da educação formal possa vivenciar, a sala de aula, em todos os níveis de ensino, segue sendo um espaço potente de aprendizagem, de promoção de reflexões críticas e de transformação (bell hooks, 2017). Para tanto, é fundamental o papel docente na mediação cultural dos processos educacionais, proporcionando ao corpo discente um espaço de desenvolvimento humano (PINHEIRO, 2023).

Quando se reflete sobre a formação em Psicologia no Brasil, é necessário reconhecer um histórico de uma educação conteudista e tecnicista, predominantemente marcada pela influência de teorias positivistas e idealistas, que contribuíram para a manutenção de ideais de classificação e segregação (BOCK, 2015). Desta forma, é preciso avançar para um currículo e uma prática educacional que promovam a psicologia em seu compromisso coletivo e cidadão, em favor da promoção de um projeto societário de mudança, de promoção de saúde a indivíduos e coletivos (SANTOS, 1994).

Neste sentido, percebem-se as expressões de gênero e sexualidade como elementos estruturantes das subjetividades em nosso contexto social: “a sexualidade é fruto das experiências coloniais, históricas, coletivas, relacionadas a múltiplas práticas sociais e experienciadas por cada pessoa, o que conhecemos como produção de subjetividade” (CFP, 2023, p. 33).

Contudo, se as vivências e expressões da sexualidade são, de fato, tão diversas e plurais quanto a própria subjetividade, verifica-se historicamente uma pressão social pela validação única e exclusiva de um padrão cis-hétero-normativo, reforçado em todas as instituições pelas quais passamos durante a vida. Esta lógica de patologização das sexualidades impostas como não-hegemônicas acarreta uma série de sofrimentos para pessoas LGBTI+<sup>5</sup>, ao passo que produz uma hierarquização de subjetividades e dá um caráter de “outro”, de “inferior” a pessoas não cis-heterossexuais. Portanto, “cabe também às psicólogas, psicólogos e psicólogues acolherem o sofrimento psíquico de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais entre outras formas de expressão da sexualidade e do gênero que decorre da não aceitação social de suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero” (CFP, 2023, p. 35).

---

5 Adotamos a sigla LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outros grupos sociais - por considerar a existência de múltiplas identidades de gênero e orientações que não se constituem e se reivindicam no seio da cisheteronormatividade hegemônica. O prefixo “+” sinaliza essa diversidade para que não haja a exclusão de corpos que não se identificam com as identidades tradicionais da sigla e reivindicam outras possibilidades de se identificarem e se manifestarem.



Para isso, é necessário que a formação em Psicologia dê conta de uma reflexão crítica sobre as vivências de gênero e sexualidades, que seja competente na compreensão das diversidades como expressões saudáveis da subjetividade, e consciente dos prejuízos que a discriminação causa à saúde dos indivíduos. Do contrário, intervenções no campo da psicologia que não sejam capazes de superar moralismos e preconceitos destas(es) profissionais estão fadadas a reforçar sofrimentos insuportáveis a pessoas LGBTI+ - e, tragicamente, não faltam relatos de pacientes neste sentido (CFP, 2019).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As(os) professoras(es) participantes deste relato de experiência vêm de histórias de vida e profissionais distintas e singulares, mas que convergem no momento de composição do Núcleo Docente Estruturante de um curso de Psicologia em um centro universitário privado em Curitiba, no Paraná. Em suas singularidades, identificam-se como homens e mulheres cisgêneras(os), brancos(as) e negro, gay e heterossexual, conferindo diferentes perspectivas ao tema.

Destas histórias de vida, destacam-se experiências profissionais clínicas, em contextos educacionais e no âmbito acadêmico (de pesquisa). Na psicologia clínica, ressalta-se a recorrência no atendimento a mulheres vítimas de violência, sofrimentos decorrentes da LGBTI+fobia, demandas relacionadas à orientação sexual e relacionamentos amorosos/afetivos, identidade de gênero e processo transexualizador, interseccionalidades com raça e classe. No campo da psicologia escolar, elencam-se as atuações de estigmatização e patologização de crianças e adolescentes que se apresentavam como diferentes do socialmente esperado para a performance de feminilidade e masculinidade. Na área acadêmica, ressaltam-se os estudos sobre heteronormatividade e implicações nas subjetividades de estudantes cis-gays, implicações da formação em psicologia em configurações subjetividades de estudantes negros e negras LGBT+ atravessados pelo sistema raça-classe-sexo/gênero. Ainda, registram-se vivências pessoais de assédios, abuso e violências de gênero.

Sendo assim, emerge a compreensão da necessidade de oferecer uma formação em Psicologia que de fato possibilite que os futuros profissionais desenvolvam um pensamento crítico e uma ética profissional compromissada com os direitos humanos foi determinante quando, no momento de reestruturação da matriz curricular do curso, elegeu-se como fundamental a oferta da disciplina de Sexualidade e Gênero.

Compreende-se que as subjetividades individuais se implicaram em suas práticas docentes, tornando coletivamente os compartilhamentos de experiências e vivências relacionadas a Sexualidade e Gênero no que tange o ambiente educacional. González Rey (2004, p. 141) define a subjetividade individual como:

[...] indica processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Portanto, ela delimita um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação. O processo de produção de sentidos subjetivos do sujeito individual não reproduz nenhuma lógica externa ao sistema individual no qual esses sentidos são produzidos.

O espaço de sala de aula pode ser considerados espaços de subjetivação, no qual tantos professores(as) e alunes se implicam constantemente em tensionamentos produzindo a subjetividade social desse mesmo espaço. Visto que, por mais que assuntos relativos a gênero e sexualidade permeiem diversos conteúdos e matérias tradicionais da formação em Psicologia, percebeu-se a relevância de uma disciplina específica para a temática, a fim de aprofundar os debates com as(os/es) discentes com base nos processos organizativos de subjetividade de cada docente implicado na construção dessa disciplina.

Além da já mencionada importância da formação em Psicologia para o acolhimento aos sofrimentos provocados pelas discriminações e violências afetas a gênero e sexualidade e a inscrição das temáticas nas vivências pessoais e profissionais do corpo docente, outro elemento que justificou a escolha por uma disciplina específica de Sexualidade e Gênero foi a fragilidade de compreensão do tema demonstrada por parte significativa do alunado.

Percebeu-se que, em vários momentos, em outras disciplinas e espaços extracurriculares, estudantes mesmo dos períodos mais avançados do curso evidenciaram a falta de nitidez de alguns constructos básicos, tais como as definições de identidade de gênero, orientação sexual/afetiva e papéis de gênero. Ademais, verificou-se também a presença de discursos calcados no senso comum, por vezes permeados por moralismos, e até pautados em dogmatismos religiosos.

Nessa perspectiva, evidenciamos a necessidade de aprofundar as aprendizagens na temática, iniciando o processo de inserção da disciplina pautando em uma formação de futuros(as/es) psicólogos(as/ues) compromissados criticamente com a realidade brasileira e suas pluralidades de raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores da diferença.

Portanto, só foi possível a efetivação desta disciplina com a implicação subjetiva de docentes arduamente no pensar, refletir e discutir sobre possibilidades,

desafios e mudanças para construção de uma subjetividade social de curso de psicologia atravessado pelos direitos humanos e práticas antirracistas, antilgbti-fóbicas, anticapitalistas, anticapacitistas, e assim por diante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia se consolidou no país a partir de referenciais positivistas, inscrevendo-se na sociedade brasileira como uma ciência em favor da avaliação e classificação dos indivíduos, com práticas que muitas vezes reforçaram discriminações raciais, de classe, de origem, quanto a diferenças funcionais e - como é objeto deste trabalho - gênero e sexualidade.

Para superar este paradigma e contribuir para a formação de profissionais competentes à escuta e acolhimento das expressões de sofrimento relacionadas às violências quanto ao gênero e vivências diversas da sexualidade, faz-se necessário ampliar horizontes de temáticas que tratem à luz da sociedade brasileira, suas necessidades que atravessam seus corpos.

Com o transcurso da disciplina, verificou-se a apropriação de discentes quanto aos conceitos, as reflexões críticas sobre suas implicações com as expressões de gênero e sexualidade, a compreensão dos sofrimentos causados pela estrutura social cis-hétero-normativa e pelas violências de gênero e LGBTI+fóbicas, e o entendimento sobre a importância do papel de psicólogas(es/os) no acolhimento destas questões.

Portanto, é dever dos cursos de Psicologia, através das estratégias pedagógicas como NDE e colegiado, criarem disciplinas obrigatórias de sexualidade e gênero, assim como de relações raciais e outras temáticas, em que formem futuros(as/es) psicólogos(as/ues) comprometidos com a diversidade de corpos que buscam a legitimidade ético-política na sociedade brasileira para melhores condições de vida. E é dever da psicologia participar, movimentar e transformar esses espaços para que essas condições sejam dignas.

**Palavras-chave:** Sexualidade e gênero; Formação em Psicologia; Subjetividade docente.

## REFERÊNCIAS

bell hooks. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF, 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Perspectivas para a formação em psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023.

Conselho Federal de Psicologia. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília, DF: CFP, 2019.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

GONZÁLEZ REY, F.; MARTÍNEZ, M. A. **Subjetividade, teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SANTOS, M. DE F. DE S. Formar psicólogos para quê? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 14, n. 1-3, p. 40-41, 1994.

# GARANTIA DA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL ENTRE ALUNOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFF RIO DAS OSTRAS: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA PEDAGÓGICA A PARTIR DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA CATEGORIA PROFISSIONAL

*P. M. Sirelli<sup>1</sup>*  
*G. G. Ferreira<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

O componente curricular “Família, relações de gênero e questão social” faz parte do Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso de serviço social da UFF – campus de Rio das Ostras, no 5º período da grade curricular. A ementa propõe o debate de “Família e relações de gênero na ótica de classe, etnia e geração. Perfis contemporâneos. Transformações societárias recentes e implicações nas relações familiares e de gênero. A intervenção do assistente social junto a famílias, grupos de convívio e redes sociais diante das novas manifestações da questão social e o debate contemporâneo em tomo do feminismo, patriarcado e relações instituintes entre os sexos. Principais clivagens teóricas e técnicas que orientam as práticas profissionais em tais áreas - no âmbito da proteção social.” Para alcançar os objetivos traçados no PPC do curso, a partir da ementa apresentada, as professoras que ministram a disciplina vêm trabalhando na análise das relações de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual e de gênero como elementos estruturantes da dinâmica familiar, e logo, como necessário ser problematizado na formação profissional de estudantes de serviço social

1 Doutora pelo Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, paulasirelli@id.uff.br;

2 Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense - UFF, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, asgabrielieferreira@gmail.com

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, inserido na divisão social, sexual e racial do trabalho, atua sobre a reprodução das relações sociais, trabalhando diretamente com a reprodução das famílias e os papéis de gênero que são historicamente definidos a seus membros. É neste espaço, de uma importante instituição que reproduz funções econômicas e ideológicas, de manutenção e reprodução do trabalho reprodutivo, que estruturas de exploração e violência são perpetuadas (CISNE, 2018).

A família é a primeira intuição em que papéis de gênero são apresentados, garantindo um “treinamento informal para o mercado de trabalho” e que o “ser homem” e o “ser mulher” sejam apreendidos. É o espaço do aprendizado da obediência, do controle dos corpos e da sexualidade (CISNE, 2018). Assim, formar assistentes sociais capacitados para trabalhar a diversidade de arranjos familiares pressupõe tratar de temas como conservadorismo, preconceito, LGBTQIA+fobia, muitas das vezes presentes objetiva e subjetivamente na vivência e prática de estudantes de serviço social.

Buscando a defesa da liberdade de orientação e expressão sexual, assim como o fortalecimento do projeto ético-político profissional do serviço social, no primeiro semestre de 2022, foram pensadas estratégias metodológicas capazes de provocar reflexões e possibilitar a construção de estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução de preconceitos na prática profissional de estudantes e estagiárias do curso. É esta experiência que está sistematizada aqui. Com ela, objetivamos possibilitar reflexões que questionem princípios e valores individuais que geram preconceitos e discriminação contra as formas de sexualidades que fogem aos padrões heterossexuais; formar profissionais capazes de construir respostas profissionais que garantam o respeito, a liberdade de orientação e expressão sexual; construir uma cultura de leitura, estudo e acompanhamento dos debates teórico políticos construídos pelos organismos representativos da categoria profissional; e reafirmar a necessidade de análise das relações de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual e de gênero como elementos estruturantes da dinâmica familiar.

A própria categoria, por meio de seus organismos de representação coletiva (CFESS/CRESS; ABEPSS; Rede de assistentes sociais pelo direito de decidir-RASPDD) vem construindo material teórico e político que subsidia este debate (CARLOTO, et. all 2021). Porque não usá-los então na formação e na dinâmica de uma sala de aula? Tendo isto em vista, somadas experiência de educação popular de base freiriana no debate da sexualidade de adolescentes e jovens construídas ao longo de 7 anos de extensão popular e de pesquisa ação participante, foram organizadas oficinas com os estudantes inscritos no componente curricular.

Como resultados, tivemos um amplo debate em sala de aula sobre heterossexualidade compulsória, possibilidade de manifestação de posturas moralistas e preconceituosas que puderam ser rebatidas e problematizadas pelos próprios estudantes, assim como a construção de estratégias de abordagem profissional que garantam a liberdade de orientação e expressão sexual.

Concluiu-se que a educação por pares é uma importante ferramenta de educação popular na desconstrução de preconceitos. A Universidade se reafirma como importante *lôcus* de produção de reflexões, questionamentos e práticas de abordagem profissional que garantam a liberdade de orientação e expressão sexual. O material produzido pela categoria sobre direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade, diversidade sexual e de gênero, apresenta densidade teórica e política, contribuindo para a formação e o exercício profissional direcionados à emancipação humana.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

O conjunto CFESS/ CRESS, a ABEPSS e a RAPDD têm desenvolvido material riquíssimo, que tem dado à categoria apoio teórico político para adensar os debates de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade e diversidade na formação e no trabalho profissional. Como referência bibliográfica da disciplina, constavam alguns desses materiais. Produzido pelo CFESS debatemos:

- Nota do CFESS: Família é Diversidade.
- CFESS Manifesta: Dia latino americano e caribenho pela descriminalização e legalização do aborto
- Seminário Nacional de Serviço Social e diversidade trans
- Orientação do atendimento de pessoas Trans no conjunto CFESS/ CRESS
- O que é preconceito - Série Assistente Social no Combate ao Preconceito - Caderno 1
- Transfobia - Série Assistente Social no Combate ao Preconceito - Caderno 4. Produzido pela ABEPSS, tivemos 2 notícias e uma nota técnica:
- Mês do Orgulho LGBTQIA+: expressões da diversidade e formação em Serviço Social. Notícia de 17/06/2021
- 28 de junho: representatividade e luta coletiva são fundamentais para o Orgulho LGBTQIA+ notícia de 28/06/2021
- Nota técnica “Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social”

Da RASPDD foi orientado que os alunos assistissem previamente a Conversatória da Cátedra Livre Ingrid Barboza:

- Serviço Social e Direitos reprodutivos (trabalho, formação e organização política)

Em um dia de aula, que empreende o período de 4h, o material foi debatido entre professora e alunas. Houve uma indicação de leitura anterior e uma divisão da turma, para garantir que todo o material fosse lido. Nas 2 aulas posteriores, os textos e debate giraram em torno do tema da educação popular a partir dos textos de Farage e Helfreich (2000) e Silveira e Vieira (2016).

A partir destes debates, a turma foi orientada a construir oficinas sócio educativas: cada grupo de até 6 pessoas deveria criar uma oficina e desenvolvê-la com o restante da turma. Foi oferecida orientação individual para cada grupo, e fornecido material técnico educativo. Foram feitas então 3 oficinas, e os estudantes que não estavam no grupo foram os participantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A riqueza da dinâmica deu-se por diversos motivos. Primeiro, por propiciar uma experimentação prática para as alunas. O componente curricular de “Família” é concomitante a estágio I, para garantir que os debates sobre família e gênero seja retroalimentados pela experiência pedagógica do estágio, mas que também forneça elementos para análises e intervenção das estagiárias. No período descrito nesse relato, que abarca um período ainda de vivência da pandemia do covid-19 e seus efeitos, nenhuma das alunas estava inserida em Estágio supervisionado. Logo, uma prática de experimentação metodológica orientada, foi muito rica e importante em um momento de prejuízos e incertezas na formação, trazidas pelo distanciamento social e pelo período do ensino remoto emergencial. Segundo, por permitir que as alunas colocassem nas oficinas a forma que apreenderam os debates. No processo de transformar em intervenção profissional os debates e reflexões sobre gênero, diversidade e sexualidade, dificuldades em lidar com alguns temas foram expressas, em especial em temas como o aborto e a transexualidade. A transfobia foi expressa na fala de uma aluna, mas os próprios estudantes construíram argumentos para mostrar à colega que sua fala não condizia com a prática profissional embasada no projeto ético político construído coletivamente pela categoria. Outras falas eram provenientes de desinformação ou de dificuldade de compreensão do debate político. Estas falas são mais fáceis



de serem trabalhadas e problematizadas, pois percebeu-se uma abertura e vontade dos participantes para compreender e rever os possíveis equívocos.

A educação popular em saúde nos dá pistas importantes para trabalhar situações de preconceitos. Escutar como o outro apreende a informação, como ele processa o que foi debatido a partir da sua vivência e experiência pessoal e coletiva, nos dá a direção sobre o que ainda é preciso ser problematizado, debatido, reforçado. Partindo-se da premissa que o saber não pertence ao professor, mas que é construído coletivamente, pelas experiências acumuladas, individuais e coletivas, propiciar que os próprios colegas construam argumentação para contrapor o colega, leva a uma reflexão mais profunda. É o que chamamos de educação por pares, técnica bastante utilizada no trabalho com adolescentes e jovens. Em experiência com jovens (KOPTCKE et. All., 2017) esta mostrou-se uma metodologia de trabalho eficaz no combate ao preconceito. Consiste no estabelecimento de um diálogo entre sujeitos que partilham história de vida que se articulam (estudantes universitários, colegas de classe), produzindo identificação, empatia, facilitando a abordagem e a escuta. Entende-se que as estudantes terão maior disponibilidade em ouvir outras estudantes, ainda que sejam críticas, produzindo novas possibilidades reflexivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório a necessidade de análise das relações sociais a partir da perspectiva de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e de gênero, como elementos estruturantes da dinâmica familiar. Trazer o debate das diversidades dos arranjos familiares na contemporaneidade sob esta perspectiva, bem como da família como um agente que pode interromper ou perpetuar ciclos de violência, foi fundamental para a formação dos estudantes. Preconceito e discriminação são resultados de uma forma de organização social que tenta normalizar e controlar corpos, em detrimento da acumulação de mais e mais valor. Esses valores moralista e conservadores são entrotejados no cotidiano das estudantes. Mas os organismos de representação de assistentes sociais não estão alheios a necessidade de se trabalhar sobre esses temas, como comprova a variedade, profundidade teórica e política de materiais que tem sido produzido nas últimas décadas.

Menezes e Silva já apontavam isso em 2017: “É interessante destacar a consolidação de um processo de avanço do pensamento profissional demonstrado pelas entidades representativas da categoria profissional em relação aos direitos da população LGBT e à luta pelo combate à homofobia.”. As autoras apontam que este avanço é acompanhado pela “fragilidade de alguns profissionais e estudantes

em reconhecer tais direitos, sendo que o primeiro passo para que se exista uma atuação profissional capaz de responder com êxito às demandas desta população, é conhecer e desfazer-se de princípios e valores pessoais que gerem preconceitos e discriminação contra as formas de sexualidades que fogem dos padrões heterossexuais.”. Levar esta discussão para a sala de aula é um compromisso com a formação profissional de qualidade e comprometida com valores emancipatórios. A sala de aula é inegavelmente momento privilegiado de questionar tais valores e construir outros, afinados com nosso projeto ético político profissional.

As oficinas propiciaram um amplo debate suscitado em sala de aula sobre heterossexualidade compulsória, LGBTQIA+fobia, direitos sexuais e reprodutivos, ao mesmo tempo, possibilitou a manifestação de posturas moralistas e preconceituosas que puderam ser rebatidas e problematizadas pelos próprios estudantes. Os estudantes avaliaram muito positivamente a experiência, onde foi possível não apenas desconstruir preconceitos e atitudes conservadoras, mas também construir estratégias de abordagem profissional que garantam a liberdade de orientação e expressão sexual.

**Palavras-chave:** Liberdade de orientação e expressão sexual, CFESS/ CRESS, Componente curricular, Educação popular, Serviço social.

## REFERÊNCIAS

CARLOTO, C. Et all. Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social. **Nota técnica da ABEPSS**. ABEPSS, 2021. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nt-abepss-marco-21-202103262108381181190.pdf>. Acessado em 15/07/2023.

CISNE, M. Família, divisão sexual do trabalho e reprodução social. In.: **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

FARAGE, E; HELFREICH, F. Serviço Social, Favela e Educação Popular In: **Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital**. Uberlândia, Editora Navegantes, 2000. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-servico-social>.

KOPTCKE L. S.; PADRÃO M. R. A. V ; ROCHA F. G. DA; CAIXETA I. A. E DALBOSCO. Reflexões sobre o uso de material para educação entre pares no Programa Saúde na Escola Com. **Ciências Saúde**. v. 28, n. 2, p. 178-187, 2017.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 1, p. 122–129, abr. 2017.

SILVEIRA, Darlene de Moraes e VIEIRA, Karina Melo. **Trabalho Social com Grupos**. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016. Disponível: [https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/trabalho\\_social\\_com\\_grupos](https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/trabalho_social_com_grupos). Acessado em 20/09/2022.

# PROMOVENDO A EQUIDADE DE GÊNERO E O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL: EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDS) NO IFRJ/PINHEIRAL

*Arthur dos Reis Castolini<sup>1</sup>*

*Leyza Buarque Lucas<sup>2</sup>*

*Amanda Veloso Garcia<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

**T**er como foco em instituições de ensino a temática de gênero e diversidade sexual, assim como a temática racial, se configura como um desafio. Primeiramente, porque tais temáticas são invisibilizadas, de modo que os problemas que emergem neste contexto são tratados como questões comportamentais e individuais, nos quais as vítimas são entendidas como culpadas pelas violências que sofrem, atribuindo, muitas vezes, os desdobramentos da situação de violência estrutural aos seus gestos, falas ou vestimentas. Além disso, questões de gênero e diversidade sexual sequer são vistas como problemas, haja vista que frequentemente são nomeadas como “brincadeiras” ou “mal-entendidos” comuns ao âmbito educacional. No entanto, questões de gênero, raça e classe impactam as experiências pedagógicas, por vezes impedindo o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens.

Um exemplo comum que vivenciamos no cotidiano de trabalho são os casos em que os estudantes não têm seu nome social respeitado por parte dos/as trabalhadores/as da educação, como docentes e técnicos administrativos e educacionais, e, com isso, são produzidos ambientes inadequados para o estudo e, sem dúvida, espaços de promoção das desigualdades de gênero e sexualidade. Da

1 Estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ campus Pinheiral, [castelini5432@gmail.com](mailto:castelini5432@gmail.com);

2 Professora orientadora: mestre e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ campus Pinheiral, [leyza.lucas@ifrj.edu.br](mailto:leyza.lucas@ifrj.edu.br).

3 Professora doutora do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ campus Pinheiral, [amanda.garcia@ifrj.edu.br](mailto:amanda.garcia@ifrj.edu.br);

mesma forma, observa-se como o julgamento moral, por parte de equipes educacionais e de gestão de cursos, prejudica o acesso e permanência na educação, por exemplo, de estudantes gestantes, que são constantemente punidas institucionalmente pela dificuldade de manter uma suposta excelência acadêmica, ou melhor, uma ideia de excelência constantemente sustentada por estratégias de avaliação que se ancoram numa lógica conteudista e bancária de educação e que, por sua vez, retroalimenta diferentes processos de exclusão no que tange à garantia do direito à educação. Como afirma Berenice Bento (2011, p. 554), “É como se houvesse um subtexto: ‘quem mandou se comportar assim’”. Essa taxonomia acaba (re)produzindo uma pedagogia da intolerância. A vítima é metamorfoseada em ré em um processo perverso de esvaziá-la de qualquer humanidade”. Em seus processos de pesquisa, a autora realizou entrevistas com estudantes que relataram ver a escola como um espaço de terror, em decorrência dos desrespeitos que sofrem no espaço escolar (BENTO, 2011).

Nos últimos anos, os temas gênero e diversidade sexual se tornaram alvo preferencial de uma política conservadora e fascista que se utiliza do pânico moral de famílias desinformadas para ganhar eleições, de maneira que docentes que se atentam a tais questões se tornaram alvo de vigilância e denúncias. Num cenário como este, falar sobre gênero e diversidade sexual na escola exige mais do que a vontade, é preciso organização coletiva, como forma de se proteger dos ataques e, ainda, conhecimento das leis, normas, regulamentos e o estudo da temática. Nesse sentido, entendemos que o *Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual* (NUGEDS) se configura como uma política institucional que promove tal espaço e respaldo para ações.

O NUGEDS é constituído a partir de uma política institucional de âmbito federal presente nos *Institutos Federais*. Conforme consta no Art. 1º do seu regulamento,

Os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) são núcleos de estudos de caráter propositivo e consultivo que elaboram, fomentam e promovem ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática da educação para a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual, em todos os níveis de ensino (formação inicial continuada, médio, técnico, graduação e pós-graduação), garantindo em âmbito institucional a promoção do bem de todos sem quaisquer formas de discriminação, observando o preceito constitucional da igualdade entre homens e mulheres (Art. 3º e 5º, CF/88), a lei 7716/89 (que criminaliza, além do preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero), as orientações previstas na Lei Maria da Penha (Art. 8º, Lei 11.340/2010), a Convenção

sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher promulgada pelo decreto 89460/84 (Art 10° A, B e C), a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Art 8° A e B) bem como os princípios de Yogyakarta (Princípio 16 B, C e D). (REGULAMENTO, 2019, p. 3)

Haja vista que o Brasil, infelizmente, é um país com altos índices de feminicídio e assassinatos de pessoas LGBTQIAP+, os NUGEDS visam a atuar numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero e de inclusão escolar a partir da diversidade sexual e, para isso, promovemos ações, processos formativos e capacitação profissional, assim como produzimos materiais pedagógicos de orientação educacional em diferentes frentes, tais como o assédio sexual, a violência doméstica e intrafamiliar e a LGBTfobia. Neste sentido, objetivamos atingir o público interno e externo à instituição em um movimento de acolhimento também da comunidade e das famílias para que possamos ampliar a expectativa de evitar a evasão escolar de estudantes por questões de gênero, violência e diversidade sexual. Objetivamos, ainda, reduzir o impacto que possa ter, por exemplo, nas questões de ordem pedagógica assim como em relação aos efeitos na saúde mental dos estudantes eventualmente expostos/as/es às diferentes formas de violência de gênero, acometidos por uma política educacional que não respeita e nem acolhe as diferenças. Neste sentido, trabalhamos por meio de informação, formação e respeito à diversidade sexual. Entendemos que quando a escola se apresenta como incapaz de lidar com as diferenças, “funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade” (BENTO, 2011, p. 555), já que é o espaço em que crianças e jovens passam a maior parte de seu tempo.

## **METODOLOGIA**

As atividades do Núcleo se iniciaram em 2019 e, antes mesmo de sua regulamentação oficial, já eram recebidas demandas e denúncias, principalmente assédio e importunação sexuais, oriundas de estudantes da instituição que tinham apoio no âmbito dos coletivos estudantis, se tornando um espaço de acolhimento e para a elaboração coletiva e ação educativa com viés de gênero e diversidade sexual. Nos últimos anos, o IFRJ/Pinheiral vem se deparando com algumas denúncias de assédio sexual, o que aponta para a necessidade de se pensar formas educativas de conscientizar para o problema da desigualdade e violência de gênero, bem como evidenciou a necessidade de ouvir as demandas da comunidade escolar, dentro e fora do campus, pois os relatos também se referem a situações vivenciadas

durante o transporte até à escola e em seus bairros de residência, inclusive em ambiente familiar.

O NUGEDS busca contribuir com o IFRJ/Pinheiral tendo como centralidade os problemas que envolvem a realidade vivenciada que, como afirma Lélia Gonzalez (1988, p. 72), é “muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa”. Considerando que o IFRJ Campus Pinheiral é localizado na antiga fazenda dos Pinheiros, fundada em regime escravocrata, e que pertenceu ao traficante de pessoas escravizadas José Breves, não há como pensar nenhum problema desarticulado das heranças genocidas impostas aos corpos negros e indígenas que habitaram este território. Além de antigo proprietário da fazenda em que hoje está a instituição, José Breves é homenageado pelo nome da rua em que está localizada. Uma educação responsável neste contexto tem a ver com ressignificar esta memória, de maneira que o ensino se volta para a reparação desse passado e das consequências que ele produz no presente. Considerando que os Institutos Federais atuam a partir dos princípios da educação integrada à realidade de cada contexto, neste cenário, o NUGEDS se articula a partir de uma abordagem anticolonial e interseccional.

O NUGEDS do IFRJ/Pinheiral atua em algumas frentes: acolhimento e acompanhamento de denúncias que envolvem assédio sexual e moral relacionado à gênero e identidade sexual; acompanhamento pedagógico a fim de auxiliar na redução da desigualdade de gênero no espaço escolar, inclusive acolhendo jovens mães; formação de estudantes e formação continuada a servidores/as sobre temas que envolvem gênero e diversidade sexual; parcerias com o *Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas* (NEABI) do IFRJ/Pinheiral a fim de conscientizar sobre a necessária pluralidade do debate sobre gênero e diversidade sexual; parceria com o coletivo institucional *Mães: criaturas invisíveis*, a fim de acolher demandas provenientes da realidade materna de servidoras e alunas dos campi, conduzir e propor ações, inclusive pedagógicas, para esse público; Grupo de Estudos que dialoga sobre feminismos plurais e questões LGBTQIAPN+ oferecendo espaços de diálogo para toda a comunidade; rodas de conversa, palestras e aulas interdisciplinares abertas sobre gênero e diversidade sexual; elaboração de cartilhas informativas, vídeos e materiais educativos nas redes sociais; parcerias com instituições da região que visam o combate à violência de gênero e diversidade sexual.

Diante da atuação do NUGEDS no IFRJ/Pinheiral, concluímos que para pensar soluções para a desigualdade e violência de gênero é preciso que os problemas saiam da invisibilidade e do silenciamento das instituições e dos currículos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Olhar para a sociedade a partir desta perspectiva de raça, classe e gênero, expressa em uma determinada maneira de compreender o conhecimento, é fundamental em um país como o Brasil que tem altos índices de violações dos direitos humanos em geral. Dessa forma, o NUGEDS visa a cumprir o disposto nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais determinaram que “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar”; e a Lei nº 14.164/2021 que institui a *Semana Escolar de Combate à Violência contra à Mulher* e a presença nos currículos de “Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher”.

Como explica Berenice Bento, o gênero é “resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais” (BENTO, 2011, p. 550-551), o ser homem/mulher é produzido socialmente. Por isso, “A suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar na categoria “humanidade”. [...] Quando se diz “menino/menina”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital” (BENTO, 2011, p. 550-551). Quem não se encaixa nessa normatividade pré-estabelecida socialmente, tem a vida marcada por dúvidas, conflitos, medos, dores e riscos. Tais pensamentos fazem com que a pessoa se sinta culpada pelo que é e “a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir” (BENTO, 2011, p. 551), o que, com certeza, impacta na sua vivência escolar. Concordamos com Berenice Bento que:

A produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade. A escola é uma das instituições centrais nesse projeto. [...] A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças



a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p. 554-555)

Nesses anos atuando com olhar sensível para questões de gênero e diversidade sexual, o NUGEDS pode notar algumas situações que reproduzem o sistema sexo-gênero de que fala a autora. A palavra “bullying” diversas vezes cumpre a função de invisibilizar a LGBTfobia, assim como são vistas como “piadas” ou “brincadeiras” falas sobre os corpos das alunas, a sexualidade dos/as estudantes, e até mesmo “passadas de mão” em seus corpos, o que nos direciona a pensarmos juntos a questão do consentimento, mas também da masculinidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste texto, nos conectamos com a proposta de Guacira Lopes Louro (2001), que na busca por uma política pós-identitária para a educação, aponta para as pedagogias queer não como uma discussão sobre identidades, mas como uma análise da figura hetero/homossexual como um regime de poder/saber, que continuamente molda nossas relações no que diz respeito aos desejos. Assim, o alvo das pedagogias queer é o regime de poder/saber que está assentado na oposição heterossexualidade/homossexualidade. Tal análise vai além de considerar a multiplicidade, fluidez e ambiguidades das identidades sexuais e de gênero, pois “sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2001, p. 550).

Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam. [...] Admitir que a ignorância pode ser compreendida como sendo produzida por um tipo particular de conhecimento ou produzida por um modo de conhecer. (LOURO, 2001, p. 550-551).

Assim, “A “reviravolta epistemológica” provocada pela teoria queer transborda, pois, o terreno da sexualidade. Ela provoca e perturba as formas convencionais de pensar e de conhecer” (LOURO, 2001, p. 551). A pedagogia que o NUGEDS busca construir, tal qual a pedagogia queer nos termos propostos por Louro (2001), é provocadora e, do mesmo modo como as identidades e sujeitos/as/es, é inconclusa e incompleta, busca se conectar com aquilo que pulsa no cotidiano escolar, driblando modos e sujeitos ideais que soterram a pluralidade dos modos de ser.

**Palavras-chave:** Gênero, Diversidade Sexual, Educação, Direitos Humanos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à bolsa e o auxílio financeiro concedidos pelo IFRJ para o projeto e à bolsa Jovens Talentos concedida pela FAPERJ.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Vol. 19 (2), p. 549-559, mai./ago. de, 2011.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 176 p.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

# PENSAR UMA EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE, COMUNIDADE E PENSAMENTO CRÍTICO A PARTIR DAS PRODUÇÕES DE BELL HOOKS: A EXPERIÊNCIA DA CAPACITAÇÃO LACIGS+

Rodrigo Cleber Leão de Oliveira<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**b**ell hooks é uma pesquisadora negra norte americana que entre muitas de suas teorias se debruçou em teorizar sobre a educação e o processo ensino. Guiada prioritariamente pelos ensinamentos e postulados do brasileiro Paulo Freire, hooks escreveu os livros que hoje são conhecidos dentro dos seus escritos como a trilogia da educação que consiste nos livros: *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, lançado em 1994, *Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança*, de 2003 e, por fim, *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*, o último da trilogia que foi lançado em 2010. Nos últimos anos os três livros foram relançados pela editora elefante.

Ao decorrer dessas obras a autora busca construir a possibilidade de elaboração de uma educação que valorize, não só a teoria, mas que entenda que esta, só tem valor quando aplicada a prática, mais do que isso, quando em comunidade, podemos postular novas teorias que partem das experiências vividas e das discussões tidas em coletivo. É uma via de mão dupla, enquanto a prática e a ação precisam gerar a teoria, esta teoria que é aprendida também precisa sair do lugar intelectual e ser colocada em prática a fim de gerar cura e transformação social e política nos ambientes em que se está (HOOKS, 2017).

Partindo dessa perspectiva é onde os ensinamentos de bell hooks se encontram com o percurso da LACIGS+. A Liga Acadêmica de Cuidados Integrados à Diversidade Sexual e de Gênero nasce, assim como os ensinamentos de hooks, da necessidade da valorização das nossas existências enquanto LGBTI+’s dentro das universidades. É na ausência de debates que cresce a ideia de se aquilombar enquanto

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia pela UFPA, Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP/UFPA), Coordenador da Liga Acadêmica de Cuidados Integrados à Diversidade Sexual e de Gênero (LACIGS+). Email: [rodrigo.leaoo@hotmail.com](mailto:rodrigo.leaoo@hotmail.com)

diversidade sexual e de gênero para suprir essa lacuna. Portanto se apresenta como um coletivo feito totalmente por pessoas LGBTI+, que atualmente é composta por pessoas formadas ou que estão na universidade em diversas instituições de ensino superior de Belém-PA, de diversos cursos como psicologia, direito, assistência social, enfermagem, fisioterapia, licenciatura em história, filosofia e letras, entre outras.

Diante disso, este trabalho busca entender como os ensinamentos de bell hooks sobre pedagogia podem contribuir na tentativa de construção de uma educação que gere mudanças não apenas nas pessoas, mas na sociedade através delas, para isso tomamos como exemplo a capacitação que foi realizada em 2023.

## **SOBRE A CAPACITAÇÃO LACIGS+**

A capacitação LACIGS+ é criada pela possibilidade do compartilhamento e da construção de novas possibilidades de se ver no mundo, portanto, pensando nas pessoas que já faziam parte do coletivo e suas linhas de estudos buscou-se estabelecer temas diversos para a composição das aulas. A capacitação aconteceu nos dias 06, 07, 08 e 13 de abril de 2023, sendo o primeiro dia presencial, em uma escola pública, das 8:30h até as 17:30h, com almoço colaborativo, enquanto nos dias 07, 08 e 13 as aulas foram online pela parte da noite.

Um dos objetivos principais era capacitar as pessoas do coletivo para a realização das futuras ações que estavam agendadas para aquele ano, seja a participação em mesas e congressos, seja as ações de extensão do coletivo em escolas públicas e universidades de Belém. Ao todo foram elencados 9 (nove) temas distintos que foram ministrados sendo eles: Gênero e relações de poder, educação sexual e suas possibilidades, pensamentos gerais sobre população LBT-QIAPN+ e saúde mental da população LGBTI+, que foram ministradas no primeiro dia do evento de maneira presencial, em seguida tivemos educação em saúde e IST's no dia 07, no dia seguinte tivemos os temas: Amor romântico, emoções e tipos de violência e estudos sobre o ensino de demandas. Por fim, no último dia, tivemos aulas sobre direitos humanos e diversidade sexual e de gênero e sobre raça e construção de identidade.

As aulas utilizaram de diversos artifícios para a participação das pessoas, desde a utilização de filmes e séries até a realização de jogos e artifícios lúdicos para estimular o debate e assim melhorar a experiência. Ao todo tivemos a participação de cerca de 30 pessoas no dia presencial e uma média de 20 pessoas nos dias em que as trocas foram feitas de maneira online.

No dia presencial convencionou-se que as pessoas foram postas em círculo, para que cada um pudesse ver e ser visto por todos os outros, assim como para valorizar o conhecimento em roda que é uma ferramenta de construção de conhecimento e de propagação da história do povo preto por anos no Brasil.

## **SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO A PARTIR DE BELL HOOKS**

Ao pensar a construção da capacitação, inicialmente, a ideia a ser seguida seria a de que o conteúdo das aulas ajudaria na construção futura de diversos assuntos. Entretanto, ao entrar em contato com os escritos de bell hooks pudemos constatar uma mudança na concentração dessa ação. A capacitação deixou de ser algo puramente teórico para se tornar a construção de uma teoria coletiva, visto que as pessoas que ali estavam eram em sua maioria universitário que viam suas vidas sendo silenciadas dentro de suas universidades, algumas vezes, dentro de suas famílias e trabalhos.

É na concepção de que muitas vezes assuntos como raça, gênero e sexualidade não são conversados não só dentro das universidades, mas na vida das pessoas, que se tornou muito palpável a potencia existentes nessas experiências. Poderíamos aprender uns com os outros. Ao realizar uma pedagogia voltada para o indivíduo, além de valorizar a experiência, a construção e as opiniões, estamos abordando a possibilidade desses indivíduos trazerem pra roda, sem julgamentos e amarras, suas dores, seus receios e inseguranças, para assim gerar, a partir daquele momento, cura também, para que na criação e na produção da teoria essas pessoas pudessem encontrar possibilidades de se refazer (HOOKS, 2017).

É na valorização das experiências individuais e coletivas de todos presentes que se abre as portas do conhecimento de novas oportunidades, levando em consideração que cada pessoa traz consigo uma bagagem de suas criações, dos territórios pelos quais esteve. Valorizar essas diferenças é primordial na construção de uma pedagogia como forma de liberdade (HOOKS, 2017; 2021) reconhecendo que o que está sendo discutido em coletivo não é distante da realidade de muitos ali. Falar de raça, gênero, não monogamia, saúde, é também falar das experiências diversas, para que no contato com o mundo do outro o meu mundo possa se reconstruir em algo novo.

Os espaços em que as aulas ocorreram foram pensados e organizados para disponibilizar um espaço acolhedor, ou seja, que estivesse disposto a ouvir as experiências, mas que também estivesse aberto a embates. Bell hooks no livro *Ensinando comunidade* (2021) descreve como esse ambiente deve estar aberto as

discussões, para isso é necessário que se abra mão do autoritarismo do conhecimento, ou seja, da ideia de que como professor ou palestrante, conhecimento está restrito a si, mas pensar e estar aberto ao erro, as opiniões contrárias na possibilidade de construção de uma nova teoria, valorizando a pluralidade.

Ademais, fomos objetivos na ideia de transformar esses espaços em espaços coletivos em que pudéssemos nos sentir pertencentes, que através de diálogos sinceros se gerasse uma intimidade e uma confiança, quesitos fundamentais na construção de um ideal de comunidade (HOOKS, 2021). Mais do que isso, foi buscado a criação de um amor enquanto comunidade. Bell hooks em seu livro *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (2021) afirma que, ao contrário do que nos é ensinado nos filmes e nas mídias, o amor não é somente encontrado em um parceiro amoroso, mas em comunidade, na construção de ambientes e amizades baseadas no contexto de coletividade.

Levando em consideração que as ações de ensino da LACIGS+ nos últimos anos são baseadas em 3 pilares, aos quais são: a interseccionalidade, a decolonialidade e a regionalidade, é imprescindível que nosso ensino desafie as pessoas a construir um pensamento crítico, entendendo que podem discordar de suas leituras, que podem e devem construir a partir do que ta sendo elaborado em consonância com suas realidades, pois, o que aprendem vivendo também é conhecimento, portanto desenvolver autonomia é também necessário dentro da construção do saber, podendo duvidar inclusive de si mesmos. (HOOKS, 2020).

Por fim, ao tentar realizar a construção de uma pedagogia que elencasse o que bell hooks chama de uma pedagogia como possibilidade de liberdade, comunidade e pensamento crítico foi importante que, com o término da ação reaver os passos dados, reconhecer possíveis erros para que se aprimore nas próximas edições. No caso da capacitação LACIGS+ a coordenação se reuniu posteriormente para, enquanto coletivo, pudéssemos elencar erros e possibilidades a partir das experiências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é importante que se deixe aqui registrado a necessidade de se lecionar sobre corpos subalternos a partir de questões como gênero, sexualidade e raça, principalmente dentro das universidades e nas instituições de ensino superior, entendendo que, esses indivíduos serão os futuros profissionais que estarão dentro das unidades de saúde, das empresas, entre outros, entrando em contato com indivíduos diversos e plurais, portanto, o ensino de realidades diversas se faz importante dentro do aprendizado.

Para além disso, elaborar a construção de si a partir da experiência na construção de novas formas de conhecimento abre inúmeras possibilidades não apenas para aqueles que estão abertos a aprender, mas também, aos professores e palestrantes que, ao focar nessas experiências também transformam suas formas de ministrar, de entender o que está sendo explicado e de se entender no mundo, logo, a construção de uma teoria nova, como diz bell hooks é capaz de libertar, de curar, de transformar não apenas os indivíduos, mas seus ambientes.

Por fim, na elaboração deste trabalho, e na construção da capacitação pudemos perceber que todo conhecimento é exponencial, o que foi feito e elaborado em conjunto durante os dias de capacitação extrapolou as paredes da sala de aula presencial ou online, que cada pessoa presente, que se muniu do que foi construindo coletivamente pode usar dessas teorias novas nos diversos espaços que ocupa, para se afirmar enquanto indivíduo mas para reconhecer no outros grandes potencialidades, portanto, a capacitação LACIGS+ foi apenas uma semente plantada de conhecimentos que vão se construindo coletivamente em comunidade, com amor, com autonomia, com cura e com liberdade.

**Palavras-chave:** Educação; LGBTQIAPN+, Interseccionalidade, Comunidade.

## REFERÊNCIAS

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Editora elefante. 2021.

HOOKS, B. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Editora Elefante. 2021b.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Editora Elefante. 2020.

# HOMEM VITRUVIANO E SUAS MEDIDAS MACHO CENTRADAS: UMA ANÁLISE DE EMENTAS DE ERGONOMIA

*Felipe Grassine de Oliveira<sup>1</sup>*  
*André Luiz Carvalho Cardoso<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem a intenção de apresentar o estudo levantado na dissertação, Design Abjeto: o queer eu tenho a ver com isso, apresentado e aprovado pelo Programa de Pós Graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial (PPDESDI). Foram analisadas as ementas da disciplina de ergonomia de 4 Instituições de Ensino, UFF, UFRJ, PUC-RJ e ESDI/UERJ, com a intenção de entender como as questões antropométricas estão sendo lecionadas nessas instituições do Rio de Janeiro. A análise se deu em 5 etapas: 1. Escolha das Instituições; 2. Acesso às ementas pelo site oficial; 3. Criação de tabelas, gráficos e informações retiradas das ementas; 4. Focando as bibliografias, analisou e separou os autores e literaturas mais usadas, e 5. As literaturas mais usadas nas 4 instituições participaram de uma nova análise para entender a capa, o conceito de ergonomia e a relação imagética e textual sobre questões da categoria de gênero e corporeidade. A ideia foi entender como a academia, especificamente as graduações de design no Rio de Janeiro, tem lidado com a diversidade de gêneros e corpos, se existe um reforço a cisheteronormatividade e se existe uma relação paralela com os avanços conquistados pelos movimentos sociais. O foco se dá a corpos trans, travestis e não binários.

**Palavras-chave:** Design e Educação, Antropometria, Estudos Ergonômicos, Estudos de gênero, Corporeidade.

1 Doutoranda em Design da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [grassine.co@gmail.com](mailto:grassine.co@gmail.com);

2 Professor orientador: Doutor, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [alcarvalho@esdi.uerj.br](mailto:alcarvalho@esdi.uerj.br).



## INTRODUÇÃO

A ergonomia se baseia na noção do homem vitruviano, colaborando para uma fixação no projetar que está enraizado até hoje nas teorias e práticas do design. Logo esta escrita propõe duas abordagens: realizar essa interlocução entre questões de gênero e as práticas do design, evidenciando uma política antiga de exigir que corpos sigam regras a partir de seus gêneros binários; e 2) trazer uma análise simplificada das ementas de ergonomia das instituições de ensino da graduação das universidades do Brasil, no estado do Rio de Janeiro, a fim de entender quem são os autores mais lidos e frequentes, como eles abordam a ergonomia e as questões de corporeidade e gênero.

No século 18, no ocidente predominava um sistema de “sexo único”, onde o homem era visto como o ser humano original. Acreditava-se, inclusive, que seria possível um corpo feminino transformar-se em masculino quando recebesse calor. O inverso, porém, não era possível, uma vez que também era afirmado que a natureza ia sempre em direção à perfeição (LAQUEUR, 2001). A cultura renascentista marca uma nova concepção do homem e do universo inspirada nas obras humanistas dos gregos e romanos, opondo-se à mentalidade medieval. O teocentrismo foi substituído pelo antropocentrismo, isto é, o centro das preocupações humanas deixa de ser Deus e passa a ser o próprio “homem”.

O termo “homem” era e é um termo comumente utilizado para denominar genericamente o indivíduo da espécie humana independentemente de sexo. O termo está caindo em desuso, em resposta às críticas dos movimentos feministas que apontam a relevância política da linguagem. A utilização da palavra homem como equivalente de ser humano tem diversas origens, como na Grécia Antiga, onde os homens de fato eram tratados como o sexo padrão, e mulheres vistas como um “desvio” de uma suposta grandiosidade masculina. Ou ainda, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto do iluminismo e Revolução Francesa. Ou mesmo na religião cristã, onde na Bíblia o versículo Gênesis 5:2 afirma: “Homem e mulher os criou; e os abençoou, e os chamou pelo nome de homem, no dia em que foram criados.”

A relação à criação de mitos, podemos notar que existe uma tendência de se confundir história e natureza, o que leva o senso comum a encarar a ciência biológica como algo que estava presente anteriormente na natureza, aguardando seu descobrimento, sem levar em consideração que até mesmo a nossa interpretação da natureza é histórica, social e política.

As afirmações de diferença sexual, mais comuns durante o século XIX, são ideias que para serem naturalizadas contam com mecanismos de construção

do saber como a educação formal, a religião, a mídia e também o design. Este último contribui com a caracterização dos objetos feita a partir dos estereótipos de gênero definidos e, por não basear-se tanto nas palavras, mas sim em signos visuais, oferece “sinais duradouros, visíveis e tangíveis das diferenças entre homens e mulheres tal como se acreditava que existissem” (FORTY, 2013 p. 95). Segundo Lida (2005), a ergonomia no design prevê que os produtos sejam adaptados aos usuários, e não o contrário. Porém, esses usuários precisam estar numa relação de cisgeneridade com o seu corpo, pois corpos dissidentes dessa norma, não são previstos na produção de algo.

Neufert (1976) diz que tudo que o homem cria é destinado ao seu uso pessoal. As dimensões de produção estão interligadas ao corpo (masculino), assim é frequente que utilizem expressões em relação ao corpo do homem. Neufert reforça,

Para evitar anomalias, todos os que projetam devem conhecer a razão por que se adaptam certas medidas, que parecem escolhidas ao acaso. Devem saber as relações entre os membros de um homem normal e qual o espaço que necessita para se deslocar. [...] Devem conhecer o tamanho dos objetos, utensílios que o homem usa. [...] Devem conhecer o espaço que o homem necessita. (NEUFERT, 1976, pág.35)

Neufert (1976), está consonante aos pensamentos antropométricos retomados por Leonardo da Vinci, onde o mesmo resgata os escritos do arquiteto e engenheiro militar Marco Vitruvius, o qual estabeleceu no século I antes de Cristo o princípio que relacionava a proporcionalidade da bela arquitetura com as do homem de boa formação (CHEREM, 2005). Vitruvius escreveu também um livro afirmando que um homem com as pernas e braços abertos caberia perfeitamente dentro de um quadrado e de um círculo, figuras geométricas perfeitas, e que o centro do corpo é o umbigo.

Neufert (1976), não só entende o termo “homem” como um guarda-chuva para abarcar a gama cisgênera, mas também demonstra que o corpo masculino é universal, realçando uma narrativa que outros corpos são desviados. É importante ressaltar que esse tipo de literatura corroborou muito para que mulheres cis fossem apagadas e ainda ajuda para que outros corpos continuem sendo apagados

Para Cheryl Buckley (1986), o papel da mulher em alguns setores do design, é travado pelos estereótipos criados no patriarcado, que possui respaldo nas teorias científicas de capacidade entre homens e mulheres, que foram utilizadas como justificativas para relegar determinados papéis sociais e profissionais para as mulheres. O que Buckley argumenta é que, para entender a situação das

mulheres em relação ao design – tanto como criadoras quanto como usuárias – é preciso lembrar que este foi criado no contexto patriarcal e que, portanto, “os ideais de habilidades e necessidades do design para as mulheres tem sua origem no patriarcado” (BUCKLEY, 1986 p. 4).

Percebendo todas essas questões de quem pode fazer ocupar, questiono: e as pessoas que fogem dessa binaridade? Como elas são pensadas, consideradas no design? Como medir o percentil de pessoas trans masculinas, de pessoas não binárias, de travestis? Essas reflexões construíram a narrativa para pensar como o ensino em design tem corroborado para essa discussão.

## METODOLOGIA

O objetivo da análise de ementas de ergonomia se dá para evidenciar corpos que ainda ganham centralidade, entender os avanços da ergonomia dentro do ensino/educação e como as decisões ergonômicas afetam e invisibilizam corpos dissidentes.

Começo definindo o recorte e as delimitações da análise. Decidi investigar as ementas de 4 Universidades brasileiras do Estado do Rio de Janeiro, a escolha se deu pela proximidade de diálogo com os departamentos e familiaridade. São essas:

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizada na Cidade Universitária/Ilha do Governador, curso de Desenho Industrial/Projeto de Produto, começo das atividades em 1998;
2. Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada em São Domingos-Niterói, curso Desenho Industrial, começo das atividades em 2011;
3. Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI/UERJ), Localizado na Lapa - Rio de Janeiro, curso de Design, começo das atividades em 1963;
4. Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), localizada na Gávea - Rio de Janeiro, curso de Design com habilitação em produto. começo das atividades em 1979.

Ao todo, foram 38 autores apresentados pela junção das 9 ementas de ergonomia das 4 Universidades. Dentre os 38 autores apresentados, apenas 1 autora é explicitamente uma pessoa com deficiência, a Mestre Silvana Cambiaghi, também é a única autora que segue a linha de pesquisa de ergonomia inclusiva para pessoas com deficiência, outros autores apenas pincelam sobre ergonomia e deficiência,

que será o caso das literaturas futuramente analisadas. O único autor negro, Doutor João Gomes Filho, atuou dentro da ergonomia de transportes, sendo o autor mais importante dentro dessa área, tanto em termos acadêmicos como em desenvolvimento de projetos, principalmente no Estado de São Paulo.

Mesmo já visando que a quantidade de homens e pessoas brancas fossem ser predominantes, me surpreendeu que as ementas tenham bastante autores brasileiros, mesmo entendendo que suas influências partam de uma teoria norte americana e europeia, acho fundamental ter esse processo de crescimento de autores brasileiros já que não temos nenhum estudo em nível nacional sobre a antropometria brasileira, apenas estudos antropométricos dentro de empresas, sendo assim, uma amostragem pequena a nível cidade, estado e país.

Foi preciso entender como as literaturas abordam questões de corpo e gênero, como definem a ergonomia e como, imageticamente, essas literaturas representam, ou não, muitos corpos. Para essa parte da análise escolhi os autores que estão inclusos dentro da maior quantidade de instituições. Nem todos os 38 autores aparecem nas 4 Instituições, entretanto, 5 deles aparecem em 3 Instituições, logo, decidi investigar a literatura desses autores e assim trazer um enriquecimento e exemplificação de casos para esta escrita

Vale ressaltar que nessa análise não quero abordar exclusivamente, ou apontar diretamente questões específicas dos autores, logo a estratégia é usar análises comparativas entre as literaturas para perceber um padrão de abordagens que coincidem no que tange gênero a partir de um olhar educacional. Para a análise, irei investigar as definições de ergonomia que os autores trazem, e como visualmente e discursivamente eles trazem questões de corpo e relações de gênero.

Os autores e literaturas selecionadas foram: (1) Itiro Iida, Ergonomia: projeto e produção. 2a Ed. São Paulo: Blücher, 2005; (2) Julius Panero e (3) Martin Zelnic, Dimensionamento Humano para Espaços Interiores. São Paulo: GG, 2016; (4) Bernard Weerdmeester e (5) Jan Dul. Ergonomia prática; São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Me interessa investigar as definições que os autores trazem sobre a ergonomia para entender as influências que tiveram, sobre que olhar vão traduzir os corpos.

Enquanto definição, tanto Itiro (2005), quanto Jan Dul e Bernard Weerdmeester (2012), explicam que o surgimento do conceito da ergonomia como

campo unificado, se deu após a 2ª Guerra Mundial e foi muito utilizado por diversos profissionais, dando foco na área da saúde. Entretanto, Itiro (2005, p.2) explica: “A ergonomia é o estudo da adaptação do trabalho ao homem.” Jan e Bernard (2012), colocam que a ergonomia é uma ciência aplicada ao projeto de máquinas, equipamentos, sistemas e tarefas, com o objetivo de melhorar saúde, conforto e eficiência do homem, deixando bem explícito que, “[...] a ergonomia focaliza o homem.” (DUL; WEERDMEESTER, 2012, p.14).

Aqui temos uma primeira questão, que é trazer o termo “homem” não só como um guarda-chuva que abarca outros gêneros, mas também em fortalecer a ideia de que o gênero masculino é o único capaz de realizar certas tarefas, principalmente tarefas voltadas a esforço físico, a indústrias e até mesmo em poder ocupar espaços de trabalhos. Itiro (2005) reforça,

Existem diversas definições de ergonomia. Todas procuram ressaltar o caráter interdisciplinar e o objeto de seu estudo, que é a interação entre o homem e o trabalho, no sistema homem-máquina-ambiente. Ou, mais precisamente, as interfaces desse sistema, onde ocorrem trocas de informações e energias entre o homem, máquina e ambiente, resultando na realização do trabalho. (IIDA, 2005, p.2)

Diversas associações nacionais de ergonomia apresentam as suas próprias definições. Aquela mais antiga é a da Ergonomics Society, da Inglaterra: “Ergonomia é o estudo do relacionamento entre o homem e seu trabalho, equipamento, ambiente e particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas que surgem desse relacionamento.” Como ressaltado acima, Itiro (2005), Jan e Bernard (2012), ainda se baseiam em definições ainda não atualizadas e eurocêntricas, por se basear em definições e tabelas de medidas de países europeus, e aqui, cabe expor que nas duas literaturas, ambos trazem que as definições da Associação Brasileira de Ergonomia, quanto a The International Ergonomics Association (versão atualizada em relação ao período do lançamento do livro de Itiro) usa os termos “ser humano” e “atividades humanas”, cabendo aqui a responsabilidade de ambos os autores em preferirem continuar com termos macho centrado.

Para Panero e Zelnik (2016) uma definição, seria que “a engenharia humana” (ergonomia) não seria uma simples disciplina científica, mas uma síntese que integra as ciências biológicas - psicologia, antropologia, fisiologia e medicina - com a engenharia. A antropologia aqui entra como a interação de pessoas com pessoas e ambientes, já os demais, são campos que parecem corroborar para discursos médicos e biologizantes em se tratando de questões de gênero/sexo.

Panero e Zelnik (2016) abrem a porta aqui para pensar também que corpos essa definição abrange, compatível com Pater (2020), que torna evidente como esses parâmetros foram adotados com base em estudos que consideravam apenas o biotipo de soldados militares estadunidenses (PATER, 2020), reforçando um rigoroso padrão corporal a ser utilizado no desenvolvimento de produtos, excluindo especificidades presentes em outras regiões do mundo, como o Brasil. Até porque como menciona a citação abaixo, os recursos para tal estudo advêm do governo com sua relação com o militarismo e principalmente em função da Segunda Guerra Mundial, onde o Brasil não se encaixa e talvez por isso, quase não tenhamos estudos ergonômicos a nível nacional.

A maior parte das pesquisas nessa área [dados ergonômicos e antropométricos] é relativa ao setor militar, e não aos civis da população mundial. As razões são óbvias. Antes de tudo, é exatamente dentro desses setores que existe uma necessidade mais intensa de tais dados, para equipar e vestir adequadamente os respectivos exércitos, forças aéreas e marinhas. Segundo, há uma reserva nacional e numerosa de sujeitos disponíveis. Terceiro, os fundos para implementar tais estudos são empenhados e disponibilizados pelos respectivos governos envolvidos. (PANERO; ZELNIK, 2016, p.26)

Nos voltando aos questionamento imagético, analisar graficamente as escolhas ilustrativas, acarreta num entendimento sobre as denúncias de abjeção que diversos corpos trans tem trazido e sofrido, e consoante aos dados apresentados pela ANTRA (2021, 2022), justifica o aumento das violências com a comunidade. Pode parecer bobo para a comunidade cisgênera, mas a falta de representatividade de corpos em literaturas científicas, reforçam que corpos dissidentes são anomalias e precisam ser exterminadas.

Itiro (2005) segue 3 padrões de ilustrações, o primeiro é incluir tanto figuras masculinas e femininas, quando vai tratar de conceitos mais amplos, a segunda situação é quando Itiro (2005), nos apresenta questões de posto de trabalho, esforço e a relação homem-máquina, onde majoritariamente o mesmo utiliza apenas figuras de homens e utiliza do termo homem em esquemas. Repetindo aqui uma informação que homens e mulheres cis possuem papéis dentro da indústria, dentro de casa e de função, a partir de uma pensamento patriarcal e biologizante. E, no terceiro momento quando Itiro (2005) apresenta as medidas antropométricas, duas situações me chamam atenção, uma é que ele inclui a diversidade de corpos dentro de um pensamento projetual, a segunda é que para não usar apenas um corpo em exemplos que caberia aos dois corpos binários, ele segue duas representações, uma de trazer o corpo da mulher e do homem cis, ou utiliza de

manequins ditos neutros. Um adendo, o autor recorre aos meios médicos e uma visão cisgênera para trazer questões anatômicas sobre o funcionamento do organismo, mostrando a capacidade de cada gênero pautado em seu órgão genital, além de levantar outra problemática que é um entendimento que apenas mulheres cis seriam capazes de gestar

As ilustrações que se baseiam no texto ainda em sua maioria são de corpos de homens cis. As questões de sexismo aparecem mais frequentes no final do livro onde, Itiro (2005), na seção de posturas aloca o corpo da mulher a trabalhos manuais, como artesanato e o corpo do homem na simulação de um veículo.

Panero e Zelnik (2016), seguem dois caminhos de imagem, no primeiro momento eles se utilizam de um desenho mais realista do que se entende por homem e mulher original, logo, percebe-se o uso até dos órgãos genitais para designar e não ter dúvida do gênero caracterizado. No segundo caminho, os autores usam de manequins com formas mais reduzidas, entretanto utilizando os peitos como um diferenciador de gênero. Nas tabelas antropométricas, apenas o manequim masculino é observado. Nesse caso não se usa o termo homem, mas imageticamente, a figura do homem ainda está presente como um guarda-chuva.

Por último, Jan Dul e Bernard Weerdmeester (2012), utilizam sempre o mesmo estilo de desenho que caracteriza padrões estéticos para designar o homem e a mulher, além de reforçar lugares e forças a partir do gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, a partir da análise das conceituações de ergonomia, apenas Panero e Zelnik (2016) não se utilizam do termo guarda-chuva homem, sendo uma bibliografia que sim, tem bases em Henry Dreyfuss (1993), que lida com terminologia do “homem” e questões corporais inalcançáveis, porém já existe uma revisão para a troca da terminologia para ser humano. O que não acontece nas outras duas literaturas, que mesmo já em vigência o uso do ser humano, optaram pelo o homem como guarda chuva das diversidades corporais e de gênero. Na parte imagética as 3 literaturas abordam a partir de um pensamento cisgênero, além de priorizar o corpo masculino, o que evidencia a necessidade do campo de se aproximar aos estudos de gênero, objetivando uma atualização de suas representações imagéticas e discursivas.

Percebe-se que a figura do homem ainda se faz necessário dentro desse campo do saber, ou melhor, como os autores ainda fazem que apenas a figura do homem se faça necessário. Com o avanço das discussões sobre o corpo, gênero e sexo, percebe-se que existe um avanço em certos pontos sexistas, mas vale

lembrar que no âmbito das discussões dos termos “homem” e “ser humano”, todas as literaturas estavam cientes sobre a discussão, entretanto preferiram manter seu posicionamento sobre o termos “homem”.

É preciso também ter um olhar de como os cursos de design analisados ajudam na propagação de estereótipos. Todas as literaturas abordadas possuem edições atualizadas, porém continuam estimulando o uso de bibliografias sexistas, homem centradas e conseqüentemente transfóbicas, dado que as discussões propostas sempre envolvem os corpos cisgêneros e suas capacidades “biológicas”.

Logo, a partir da análise dessas três bibliografias aportadas nesta escrita, é possível observar como o ensino do design é atravessado pela tecnologia de gênero (DE LAURETIS, 1994), a partir de muitas camadas discursivas: imagéticas, textuais, simbólicas. Repensar e queerizar abordagens, permite lançar mão de um olhar que amplia horizontes do processo de ensino-aprendizagem do campo – de maneira a expor os mecanismos discriminatórios que permeiam seu saber-fazer. E a um só tempo, propositivo no sentido de fomentar práticas mais inclusivas e que possam responder a muitos outros corpos pelo campo ainda não contemplados.

## REFERÊNCIAS

ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

ANTRA. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

BUCLEY, C. (1986). Made in Patriarchy: Toward a Feminist Analysis of Women and Design. *Design Issues*, 3(2), 3-14. <https://doi.org/10.2307/1511480>

FORTY, A. (2013) Objeto de desejo. São Paulo: Cosac Naify.

IIDA, I. (2005) Ergonomia: projeto e produto. São Paulo: Edgard Blucher.

LAQUEUR, T. (2001) Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.



LAURETIS, T. (1994) A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

NEUFERT, E. (1976) A arte de projetar em arquitetura. 5ed. São Paulo, Gustavo Gilli do Brasil.

PANERO, J; ZELNIK, M. (2016) Dimensionamento Humano para Espaços Interiores. São Paulo: GG;

PORTINARI, D. (2017). Queerizar o Design. Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Edição especial Seminário Design.Com, Outubro 2017. pp. 1-19. 10.12957/arcosdesign.2017.30937.

WEERDMEESTER, B; DUL, J. (2004) Ergonomia prática; São Paulo: Edgard Blucher.

# EDUCAÇÃO TECNOLOGIAS E REPRESENTAÇÕES LGBTI+: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

*Alberto Rodarte Ribeiro<sup>1</sup>*  
*Júlio César dos Santos<sup>2</sup>*

## RESUMO

Esta investigação tem como proposta analisar o potencial de apropriação de histórias em quadrinho (HQs) com temática LGBTI+ em um dispositivo formativo aberto voltado para professores. Será apresentada uma breve contextualização histórica das HQs, na sequência será realizado levantamento bibliográfico sobre o tema e os pressupostos da pesquisa, abordando as seguintes dimensões para a investigação: a relação entre sujeito e objeto de pesquisa; a lógica dialética; a compreensão dos fenômenos partindo do concreto-empírico, passando pelo abstrato e chegando ao concreto pensado. Por fim, buscar-se-á compreender a unidade entre teoria e prática na busca por uma ação transformadora da realidade. Essa revisão conceitual foi realizada de forma articulada aos elementos a serem observados na pesquisa.

**Palavras-chave:** Apropriação; HQs; LGBTI+; Tecnologia; Representação.

---

1 Mestrando do Programa de Mestrado em Educação (PPGE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, [betorodarte87@gmail.com](mailto:betorodarte87@gmail.com);

2 Professor Doutor Júlio César dos Santos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, [julio.santos@ifg.edu.br](mailto:julio.santos@ifg.edu.br).

## INTRODUÇÃO

Esse artigo é o recorte de uma pesquisa em desenvolvimento, cujo objeto é a formação continuada de professores voltada para a educação sexual com foco nas questões de identidade de gênero e orientação sexual. Seu principal objetivo é investigar as possibilidades pedagógicas a partir da apropriação de histórias em quadrinhos LGBTI+<sup>3</sup> como dispositivo de representação de identidade de gênero e de orientação sexual. Portanto, nessa etapa, para começar a desvelar a totalidade do objeto, será apresentado um levantamento bibliográfico acompanhado por uma revisão conceitual ancorada em dimensões marxianas a serem acionados para a investigação.

A partir de buscas nos principais bancos de artigos, dissertações e teses<sup>4</sup>, foi traçado um panorama do estado em que se encontram as pesquisas que, em seu bojo, relacionam histórias em quadrinhos, educação, identidade de gênero e orientação sexual na formação de professores em seu corpus.

Após essa demanda, verificou-se um déficit nas investigações das histórias em quadrinhos, sobretudo nas interfaces entre educação e as temáticas relacionadas à diversidade sexual e à população LGBTI+. No entanto, antes de discorrer sobre esses dados, no tópico a seguir, será apresentada a origem das HQs e como esse instrumento demonstra o seu caráter social e político no Brasil, assim como se inserem nas pesquisas em educação.

## HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs): ORIGEM, PRESENÇA NA POLÍTICA, NA PESQUISA E NA TEMÁTICA LGBTI+

A arte sequencial<sup>5</sup> se entrelaça com a história da humanidade desde a pré-história, quando a ação do homem em suas relações com a natureza e

3 A sigla utilizada para se referir às diversas orientações sexuais (por quem uma pessoa se sente atraída afetivo-sexualmente) e às identidades de gênero (gênero com o qual uma pessoa se identifica) é constantemente alterada para garantir a inclusão de todo o espectro que foge à normatividade. Nesta pesquisa, utilizo até o momento a sigla LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexo), acrescida do sinal de adição (+), embora esta seja uma questão a ser revista no decorrer do estudo, a fim de se adotar o termo mais apropriado.

4 As buscas foram feitas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), na Plataforma SciELO (<https://www.scielo.br/>) e no Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>). No decorrer da pesquisa, novas buscas serão feitas para tentar identificar mais estudos com temáticas relacionadas.

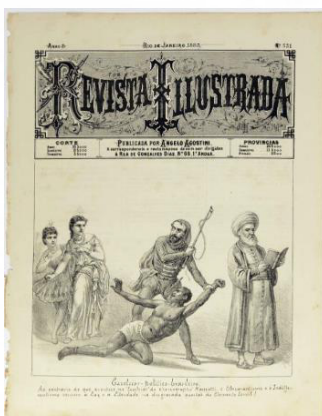
5 Termo criado por Will Eisner (2010) para se referir a imagens gráficas dispostas em sequência com a intenção de contar uma história.

inter-relações era registrada através das pinturas rupestres. Segundo Paiva (2017), existem várias outras manifestações dessa linguagem em períodos posteriores, entre elas podemos citar as pinturas egípcias e a *Coluna de Trajano*. Ainda segundo o autor, esses exemplos podem ser considerados como o prenúncio do que as histórias em quadrinhos viriam a se constituir no futuro. No entanto, foi necessário que a imprensa fosse criada e aprimorada para que as HQs se tornassem um produto de cultura de massa e chegassem ao formato que é conhecido hoje. (Freitas; Duarte, 2013)

Conforme expresso por Paiva (2017), entre os pioneiros dos quadrinhos se destacam as obras do ítalo-brasileiro Angelo Agostini, publicadas no Brasil a partir de 1869 pela revista *Vida Fluminense*. Para além de seu pioneirismo, Modenesi (2015) analisa as obras de Agostini e sua presença na educação popular brasileira na transição do segundo reinado do Império para a República. Para ele, muito antes das HQs integrarem o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE (1987), as histórias em quadrinhos do ilustrador, criadas para a *Revista Ilustrada*, possibilitaram que a população, em sua maioria iletrada, tivesse acesso a um panorama da realidade da época. Como por exemplo, sua arte pró-abolição, em forma de sátira, fazia duras críticas ao Império e à opressão imposta à população negra durante o regime escravagista.

Além de emergirem como produto cultural, e por ser uma linguagem, os quadrinhos acabam por revelar também elementos de caráter social, político e pedagógico notáveis. Tendo em vista que em um cenário com grande concentração de analfabetos, as HQs conseguiram transmitir a seu modo os processos de mudança da nova organização social brasileira. Modenesi (2015) cita que Joaquim Nabuco, figura expressiva do movimento abolicionista e parlamentar no período imperial, chegou a dizer que a *Revista Ilustrada* era a “bíblia abolicionista dos que não sabiam ler”.

**Figura 1** – Capa da *Revista Ilustrada* Nº1883. 1883



**Fonte:** <https://www.conradoleioeiro.com.br/peca.asp?ID=1160701> Acesso em: 16 maio de 2023

Nos anos 1930, início da *Era Vargas*<sup>6</sup>, na revista *O Homem do Povo*, a jornalista Patrícia Galvão, conhecida como Pagú, carregava o pioneirismo de uma mulher no universo das histórias em quadrinhos, utilizando esse espaço para o debate político, reclamando a participação das mulheres nos pleitos, denunciando a violência de gênero e a más condições de trabalho a que as mulheres eram submetidas nas fábricas (D'Oliveira, 2013).

Uma das participações políticas mais relevantes das HQs foi a presença das charges e tirinhas do jornal alternativo *O Pasquim*. Criado em 1969, o impresso se tornou uma referência ao lançar um olhar cômico e crítico sob os anos de chumbo da Ditadura Militar (1964 - 1985).

Entre os colaboradores figuravam Ziraldo, Henfil, Jaguar e Luis Fernando Verissimo (Vergueiro; Ramos, 2009).

## Pesquisadores brasileiros da relação Histórias em Quadrinhos e Educação

Entre os vários pesquisadores brasileiros, destaca-se o papel fundamental de Waldomiro Vergueiro que tem os seus estudos em HQs voltados para o campo da educação. Ele é coautor de *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* (Rama et al., 2004), em que apresenta exemplos práticos e sugestões de atividades para educadores trabalharem com HQs no ambiente escolar. Em *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática* (Vergueiro; Ramos, 2009), são apresentados percursos para professores de diferentes áreas trabalharem com HQs selecionadas pelo governo federal na lista do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Além disso, Vergueiro (2017b) traz uma abordagem dos aspectos teóricos que validam os quadrinhos como arte e ciência, recomendando estratégias metodológicas para pesquisa e abordagens críticas às HQs. Além de ilustrar a trajetória editorial dos quadrinhos no Brasil desde sua origem até meados da segunda década do século XXI (Vergueiro, 2017a) e também na pesquisa (Vergueiro et al., 2013)

Nesse campo evidenciam-se também as pesquisas de Paulo Ramos, que, investigou possibilidades de uso das HQs em sala de aula (Vergueiro; Ramos, 2009), a partir dos estudos linguísticos (Ramos, 2009). Além dele, em seu doutorado, Fábio Paiva procurou estabelecer uma relação entre a educação e as HQs de super-heróis, considerando o ponto de vista dos leitores de Batman (Paiva, 2011),

6 Período de quinze anos em que, através de um Golpe de Estado, Getúlio Vargas ficou a frente da presidência do Brasil. Desde a sua ascensão ao poder, em 1930, até o seu término, em 1945, o Brasil viveu sob autoritarismo, no entanto é a partir da decretação do Estado Novo, em 1937, com a dissolução do Congresso Nacional que a Era Vargas chancelou uma ditadura. (Naiff D; Sá; Naiff L, 2008)

dando origem a obra *Quadrinhos na educação* (Paiva, 2017), em que buscou aproximar a nona arte da sala de aula e de outras práticas educativas.

## Histórias em quadrinhos: educação, cidadania e identidade.

Para a construção deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados de dissertações, teses e artigos acadêmicos, sendo observado que, quando se tratam dos temas de identidade de gênero e orientação sexual, há poucos estudos neste campo em específico. Em um tempo, em que essas questões se mostram prementes às relações sociais e culturais, englobando e destacando o espaço escolar como locus privilegiado para estas discussões, o número reduzido de estudos demonstra a importância dessa pesquisa que poderá vir a preencher uma lacuna nas investigações das histórias em quadrinhos, sobretudo na interface entre a educação e as temáticas relacionadas à diversidade sexual e à população LGBTI+.

Identificou-se nesse levantamento que a busca pela integração teoria e prática se faz presente na pesquisa de Caruso e Silveira (2009) que leva estudantes e professores de escolas públicas do Rio de Janeiro ao contato com conceitos científicos ligados à saúde, história e sociologia, com o objetivo de articular conhecimento científico e produção artística tendo como suporte as HQs.

Em outra direção, a partir da tentativa de censura institucional de uma obra em quadrinhos LGBTI+, Gonzatti (2022) investigou a guerra cultural na cultura pop<sup>7</sup> como um reflexo das relações de poder manifestadas nos cibereventos. Outrossim, enquanto o estudo de Carneiro (2021) investiga a transexualidade nas tirinhas de Laerte, no campo da comunicação, D'oliveira (2009) faz uma análise do processo de construção e reconstrução de identidades tendo como aporte as HQs.

A partir desse mapeamento, observa-se que a relação entre quadrinhos com temática LGBTI+ e educação, além de recente, ainda é pouco explorada. Diante disso, esta pesquisa busca somar-se aos esforços de investigar as potencialidades dessa relação, como se apresenta a seguir.

## QUESTÃO ORIENTADORA E PROPOSTA DE CAMPO EMPÍRICO

Esta pesquisa está sendo desenvolvida a partir da seguinte questão orientadora: “A partir da unidade teoria/prática, quais estratégias pedagógicas podem

---

7 Gonzatti (2021) sintetiza o conceito de cultura pop como os produtos constituídos da relação histórica entre mídia e cultura, especialmente a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, articulados pela pop art, indústria cultural e sociedade do consumo diversificada.

ser adotadas em um curso de formação continuada de professores para transformar a realidade do ensino da educação sexual no IF Goiano?”

Por extensão, a partir dessa questão, tem-se por objetivo compreender como a apropriação das histórias em quadrinhos LGBTI+ apresentadas como recurso didático em um dispositivo formativo aberto para professores, é capaz de fornecer subsídios para uma práxis docente mais crítica e consciente, que leve em consideração a diversidade e a complexidade dos estudantes em relação à identidade de gênero e orientação sexual.

Peixoto (2008) explica que um dispositivo de formação se constitui de um conjunto de atores (aprendizes, tutores, responsáveis pela formação) e de ferramentas técnicas organizadas no espaço e no tempo, de acordo com uma meta de aprendizagem; nos estudos culturais, Santos (2014, p. 42) parte da construção identitária para, a princípio, trazer a concepção de dispositivo como

[...] uma determinada disposição de mecanismos, elementos e estratégias diversas ampliando o sentido de dispositivo técnico, de aparelho ou artefato tecnológico para o dispositivo de identidade, ou seja, esta mesma ideia de disposição em que os elementos são as condições, situações e circunstâncias abertas, inacabadas, dinâmicas, processuais, materiais e psíquicas que configuram, mesmo que provisoriamente, um certo estado de consciência, ou ainda, uma certa posição de sujeito.

A definição do campo empírico representado pelo dispositivo citado prevê a realização de um curso de formação continuada para professores/gestores do Instituto Federal Goiano, no e através do qual se possa vislumbrar o potencial de apropriação das HQs LGBTI+ no trabalho docente. Os dados a serem analisados surgirão a partir de entrevistas semi-estruturadas (Manzini, 2004), observações, questionários (Lakatos; Marconi, 2003) e re-entrevistas (Oliveira; Santos, 2020). A análise se valerá do arcabouço teórico-metodológico ancorado ao materialismo histórico dialético, cujos principais fundamentos e categorias serão detalhados na próxima seção.

## Teoria e prática em busca de uma ação transformadora da realidade

Essa pesquisa orienta-se por pressupostos do pensamento marxiano para a compreensão de um fenômeno/atividade social. Partindo dessa corrente, considera-se que, assim como o objeto da pesquisa tem uma existência objetiva e concreta, o sujeito-pesquisador também o constitui como parte ativa de si e para si, ou seja, ao buscar compreender o fenômeno, estrutura e dinâmica desse

objeto, busca também compreender-se enquanto consciência e sujeito dessa realidade da qual se constitui. Essa é uma dimensão fundamental dessa pesquisa: o pesquisador se insere no movimento como um sujeito do gênero masculino, cisgênero<sup>8</sup>, homossexual, membro da comunidade acadêmica, investigando um objeto atravessado por questões ligadas à formação docente e também à sua própria subjetividade e posição de sujeito no mundo, neste caso por meio de obras e temáticas específicas: histórias em quadrinhos LGBTI+.

Para tanto, além dessas dimensões, compreendidas como múltiplas determinações, serão consideradas a intersecção entre a lógica formal e a lógica dialética. Saviani (1996) considera que a lógica formal é uma lógica abstrata, por ser o processo de construção da forma de pensamento. Em contrapartida, a lógica dialética é uma lógica concreta, já que é o processo de construção do concreto de (pelo) pensamento. O autor, de forma esquemática, demonstra o processo de formação do pensamento, apontando: “[...] parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto” (Saviani, 1996, p. 11).

Como apresentado na seção anterior, o campo empírico desta pesquisa será constituído por um curso de formação continuada para docentes, preferencialmente em exercício da função, que contará com a participação de autores e autoras de HQs<sup>9</sup> com temática LGBTI+. O objetivo precípua é analisar como esses sujeitos participantes, também na condição de leitores, recebem os instrumentos e signos a serem apropriados (Vigotski, 2007), a partir das HQs. Considere-se que esse dispositivo de formação pretende dar continuidade aos processos relativos à dinâmica de constituição das práxis educativas desses profissionais de modo, buscando produzir ou trazer à tona outros sentidos às práticas pedagógicas relativas às questões de identidade de gênero (Buttler, 2003) e orientação sexual (Foucault, 2009, 2010, 2001).

Embora a compreensão conceitual seja fundamental para esta pesquisa, é indispensável destacar que esta investigação não se restringe a seus aspectos teóricos. Partindo da situação concreta da formação docente se buscará articular abstração e objetivação de tais conceitos e práticas tomando como base os

---

8 O termo *cisgênero* designa pessoas cuja identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Em oposição, o termo *transgênero* designa pessoas cuja identidade de gênero é diferente daquela atribuída ao nascer, como transexuais e travestis (Reis, 2018)

9 Diversos nomes foram prospectados e um primeiro contato já foi feito com os seguintes autores e autoras: Cauê Xopo (autor da tirinha Problemas Modernos (Demais); Luiza de Souza (autora do web-quadrinho Arlindo); Mário César Oliveira (autor da HQ Bendita Cura e organizador da POC CON, feira LGBTI+ de quadrinhos e artes gráficas); Laerte (autora de tirinhas e HQs, criadora da personagem transgênero Muriel).



processos de apropriação que se apresentam na mediação<sup>10</sup> realizada pelo dispositivo formativo aberto proposto e pelas HQs. Nesta perspectiva, as histórias em quadrinhos são percebidas como tecnologias (Pinto, 2005; Lauretis, 1987) num determinado contexto concreto e objetivo dado pelas condições, situações e circunstâncias que determinam, chegando, deste modo, ao concreto pensado. É de grande relevância para esse estudo acessar as dimensões culturais, representativas e identitárias (Hall, 2016) que constituem o objeto e as percepções subjetivas desses indivíduos interpelados pelas histórias em quadrinhos LGBTI+ e seus potenciais usos como instrumentos e signos em suas práxis pedagógicas.

Em última instância, pensa-se que os conceitos a serem estudados e potencialmente apropriados podem interferir nas práticas pedagógicas em questão. Há que, portanto, se procurar compreender se e como se dará a apropriação de tais tecnologias pelos sujeitos envolvidos e quais relações se constroem em tais mediações, extraído dessas, formas de superar as condições dadas, muitas vezes adversas à uma educação/formação humana integral.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não obstante a pesquisa se encontre em andamento, identificou-se a sua relevância na medida em que, dada a imanência do tema das questões relacionadas a gênero e orientação sexual nas relações sociais e culturais contemporâneas, foram identificadas poucas investigações existentes no momento, a presença de muitos desafios enfrentados pelos docentes no trato do tema no trabalho escolar, acirrados pelos enfrentamentos que a comunidade LGBTI+ tem realizado no campo da educação para buscar quebrar o ciclo vicioso dos preconceitos históricos.

Entende-se, também, que a exploração de potencialidades educacionais ligadas a objetos culturais, no caso as HQs, podem alicerçar outras abordagens para tratar de temas transversais como esse, que associam cultura, identidade, sistemas e regimes de representação, os quais podem e devem ser percebidos em sua dimensionalidade educacional e política.

---

<sup>10</sup> Como explica Santos (2020), mediação não se trata de uma simples associação de um elemento ao outro, mas de uma combinação com vistas à sua transformação. “Decorre daí que a mediação com uso de tecnologias nas práticas educativas remete a questões pedagógicas que implicam considerar a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento” (Santos, 2020, p. 94).

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288 p.

CARNEIRO, Maria Clara da Silva Ramos. O corpo em tiras: ficções e autoficções transgêneras nas tiras de Laerte Coutinho. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v.23, n. 44, p. 62-77, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20212344mcsrc>. Acesso em: 2 ago. 2022.

CARUSO, Francisco; SILVEIRA, Cristina. **Quadrinhos para a cidadania**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan.-mar. 2009, p.217-236. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jTrtG955sJtm5gRTj43zh9P/?lang=pt>

D'OLIVEIRA, Gêisa Fernandes. IDENTIDADES BRASILEIRAS NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.], v. 9, n. 16, 2014. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/64>. Acesso em: 16 maio. 2023.

D'OLIVEIRA, Gêisa Fernandes. **Saberes enquadrados: histórias em quadrinhos e (re)construções identitárias**. 2009. 199 p. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

EISNER, WILL. **Quadrinhos e Arte Sequencial**. 4.ed. São Paulo: Martin Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 295 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FREITAS, Deise J. T. de; DUARTE, Rafael Soares [org.]. **Literaturas entre o digital e o analógico**. Teresina: Edufpi, 2013.

GONZATTI, Christian. Um manifesto queer para descolonizar a cultura pop. **Revista PERIÓDICUS**, v. 3, n. 16, p. 156-168, out. 2021-dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/38341> . Acesso em: 5 nov. 2022.

GONZATTI, Christian. **Pode um LGBTQIA+ ser super-herói no Brasil? Ciberacontecimentos pop e a guerra semiótica sobre gênero e sexualidade na cultura nerd**. 2022. 318 p. Tese de doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2016.

NAIFF, Denis Giovanni Monteiro; Sá, Celso Pereira de; NAIFF, Luciene Alves Miguez A MEMÓRIA SOCIAL DO ESTADO NOVO EM DUAS GERAÇÕES. Revista Psicologia, ciência e profissão, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/HSNpKkx3KngFZzm7Tc8HZtd/?lang=pt#>. Acesso em: 20/10/2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURETIS, Teresa de; **Technologies of gender: essays of theory, film and fiction**. Bloomington, USA: Indiana University Press, 1987.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. Anais.... Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 01-10. Disponível em: <https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/manzinibauru2004.pdf>

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MODENESI, Thiago Vasconcellos. **A educação e a revista ilustrada nos primeiros anos da República**. 2015. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15038> . Acesso em 20 maio. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PAIVA, Fábio da Silva. **Educação e violência nas histórias em quadrinhos de super-heróis**: a percepção dos leitores de Batman. 2011. 106 p. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4679>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PAIVA, Fábio da Silva. **Histórias em quadrinhos na educação**. Salvador: Quadro a Quadro, 2017. 123 p.

PEIXOTO, Joana. A inovação pedagógica como meta dos dispositivos de formação a distância. **EccoS – Revista Científica**, v. 10, n. 1, p. 39-54, 14 nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.v10i1.1280>. Acesso em: 2 ago. 2022.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RAMA, Angela *et al.* **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 160 p.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Júlio César dos. *In*: ECHALAR, Jhonny David; PEIXOTO, Joana; ALVES FILHO, Marcos Antonio (orgs.). **Trajetórias**: apropriação de tecnologias por professores da educação básica pública. Ijuí: Unijuí, 2020. p. 93-94.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 12. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996. p. 247

SILVA, Mariana Favareto; QUINTELLA, Siumara Silveira Melo. A categoria da totalidade concreta: o epistemológico e o ontológico na definição de um objeto de investigação. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, v. 1, n. 1, p. 245-256, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007)

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (orgs.). **Quadrinhos na educação: da rejeição à prática**. São Paulo: Contexto, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro et al. **Os Pioneiros no Estudo de Quadrinhos no Brasil**. São Paulo: Criativo, 2013.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Panorama das histórias em quadrinhos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2017a. 208 p.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Pesquisa acadêmica em histórias em quadrinhos**. São Paulo: Criativo, 2017b. 159 p.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 14 - GÊNERO, SEXO E RAÇA: ENTRE A DISCURSIVIDADE E A MATERIALIDADE



# “MAS É SEXO?” SEXUALIDADE DE MULHERES LÉSBICAS E BISEXUAIS NO CAMPO DA SAÚDE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

*Fernanda Farias dos Santos<sup>1</sup>*  
*Cristiane da Silva Cabral<sup>2</sup>*

## RESUMO

Desde o início das lutas por direitos de movimentos feministas e pela diversidade sexual, as mulheres lésbicas e bissexuais têm reivindicado atenção às suas sexualidades e especificidades. Contudo suas demandas em termos de ações e políticas públicas no campo da saúde foram sendo deixadas em segundo plano. Com o objetivo de entender quais as principais questões permeiam a discussão sobre sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais e as mudanças dos últimos 20 anos, foi realizado um levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo e Lilacs com os descritores “homossexualidade” e “feminina”. Os resultados apontam que apesar da sexualidade lésbica e bissexual e suas especificidades terem sido incluídas em discussões e políticas públicas, houve poucos avanços, mantendo a invisibilidade e negligência de muitas demandas. Demonstram como o desejo, as práticas e as identidades de mulheres fora de uma construção heteronormativa ou sem um propósito reprodutivo podem gerar situações de discriminação, exclusão e sofrimento, que somados a outros marcadores sociais, intensificam a vulnerabilidade individual e social a que estas mulheres estão expostas. Além disso, revela como profissionais da saúde ainda encontram dificuldades e despreparo durante a formação e no fazer profissional para lidar com práticas fora de uma normatividade, e também como a família muitas vezes figura como mais um espaço de marginalização dessas mulheres. Ao contrapor esses resultados com as perspectivas de Direitos Sexuais e de Saúde Integral podemos afirmar que há ainda uma necessidade de maior entendimento de demandas e desenvolvimento de ações específicas para propiciar a essas mulheres, um exercício da sexualidade de forma informada, agradável e segura.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Lésbicas, Bissexuais, Saúde

1 Mestranda em Saúde Pública na Universidade de São Paulo - USP, [fernandafarias.s@usp.br](mailto:fernandafarias.s@usp.br);

2 Professora do Departamento Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP), [cabralcs@usp.br](mailto:cabralcs@usp.br)

## INTRODUÇÃO

**E**ste artigo tem por objetivo discutir sobre as principais questões e temas que permeiam o campo da saúde em relação à sexualidade e saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais no início do século XXI. A investigação foi realizada a partir de levantamento bibliográfico nas bases Scielo e Lilacs. No entanto, apresento na primeira parte deste texto alguns acontecimentos da virada e início do Século XXI que servem de contexto para pensarmos a relação da homossexualidade feminina com a saúde.

Em 1996, aconteceu no Rio de Janeiro o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), um encontro nacional de mulheres lésbicas com o objetivo de construir coletivamente ações em busca de direitos, dignidade e liberdades de expressão. Em abril de 2014, foi realizada em Brasília a oficina Atenção à Saúde Integral de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, promovida pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério da Saúde (MS), tendo como objetivo o desenvolvimento de materiais para promoção e atenção à saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais. Em junho de 2018, em São Paulo, as participantes da 16ª Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais entoaram “sou sapatão eu corto as unhas curtas pra não machucar moção”.

A sexualidade feminina durante muito tempo foi vista apenas como finalidade reprodutiva ou a serviço do prazer masculino. Transformações sociais e movimentos feministas vêm ao longo dos anos demarcando a ideia das mulheres como protagonistas do exercício de suas sexualidades, as quais são pleiteadas também como práticas de prazer e de expressão, tirando a exclusividade do caráter reprodutivo ou de passividade.

Políticas Públicas voltadas para mulheres e para LGBTQIAPN+, ainda que reconheçam a existência de mulheres lésbicas e bissexuais e validem suas práticas, tratam a questão de forma mais superficial, sem atenção às suas particularidades (Facchini e Barbosa, 2006). Além disso, grande parte dos investimentos de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e promoção da saúde sexual, incluindo Campanhas Públicas e as iniciativas de Educação Sexual, foca e utiliza como indicativos de efetividade o uso de camisinhas externas, o controle da concepção e a não transmissão ou controle do vírus do HIV.

Nas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais ligados à pautas feministas, raciais e de trans e homossexualidade se intensificam nas lutas por reconhecimento de suas existências e acesso à direitos em diversos âmbitos, como saúde, escolarização, socialização, acesso e proteção social. Assim, na virada do século e início do século XXI acompanhamos uma série de transformações sociais



em diversos âmbitos, advindas dessas lutas. No cenário Nacional podemos citar o estabelecimento de Políticas Públicas como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2012) e Programa Brasil sem Homofobia em 2012; e também a promulgação no Estado de São Paulo, da Lei 10.948/2001, que prevê punição para toda discriminação praticada contra indivíduos homossexuais, bissexuais ou transexuais.

A partir dos anos 2000 podemos acompanhar também na mídia como tem se tornado mais ampla a presença de personagens homossexuais em séries, filmes e literatura, e como é cada vez mais frequente que artistas se posicionem mais abertamente quanto a sua sexualidade. Nas discussões acadêmicas e naquelas que acontecem via redes sociais é possível perceber o adensamento das questões de sexualidade e identidade sexual, muito embasadas e estimuladas pelas teorias de gênero e teorias *queer*, ampliando e complexificando o questionamento quanto às definições de homem/mulher, masculino/feminino, formas e práticas da sexualidade. Esse contexto de transformações sociais gera o questionamento de como essas perspectivas sobre sexualidade tem se refletido nas discussões acadêmicas e práticas profissionais na área da saúde.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Podemos entender a sexualidade como uma dimensão da experiência dos indivíduos a partir da relação dos desejos, práticas e identidades com os aspectos culturais, sociais e históricos dos contextos nos quais estão inseridos. Os sujeitos vão se constituindo de forma plural a partir das diferentes possibilidades de significação e experiências da sexualidade. Nesses contextos, porém, são estabelecidas normas e regimes para definir padrões de comportamento e controle dos corpos (Foucault, 2007 [1976]). As diferenças entre os sujeitos serão exaltadas para justificar as desigualdades entre os indivíduos e grupos (Silva, 2017). A intersecção entre categorias como gênero, raça, classe social, geração, orientação sexual e identidade vão sendo também classificadas socialmente e definindo quais são os corpos, os desejos e as práticas mais ou menos aceitas por aquele contexto. Rubin (1984) aponta a presença de um sistema hierárquico, no qual algumas sexualidades e experiências são vistas como mais “aceitáveis” e “corretas”; outras são vistas como discutíveis e ora mais próximas do aceitável, ora mais distantes; e, por fim, há aquelas que são repudiadas e não merecem figurar como possibilidades, devendo ser invisibilizadas, desvalorizadas, reprimidas até que sejam dizimadas. É a partir dessa hierarquização que se estabelecem e se mantêm as relações de poder que criam desigualdades, preconceitos e discriminações.

Essas normas e hierarquizações não são no entanto, estáticas, se alteram conforme tempos e espaços históricos e também a partir de tensionamentos criados pelos próprios indivíduos enquanto agentes ativos em seus contextos, resistindo aos discursos opressores e as relações de poder e exigindo o direito à exercerem seus desejos, identificações, expressões e sexualidade de forma livre, sem discriminação e violências (Silva, 2017).

Dentre as transformações sociais no campo da sexualidade podemos destacar aquelas referentes às visões e perspectivas sociais sobre a homossexualidade. A partir do início do século XX, a homossexualidade passa a ser entendida como uma condição médica, um desvio na sexualidade normal, estudada por profissionais da saúde (sobretudo psiquiatria) e da psicologia (Trevisan, 2011). Nesse momento surgem diversas teorias que explicam os motivos que levam a esse “desvio” e também as possíveis formas de tratá-lo ou “curá-lo” (Fry e Macrae, 1985). Mais próximo ao final do século XX, essas concepções vão sendo questionadas, em especial pelos movimentos feministas e gays das décadas de 1980 e 1990, e a pressão social leva a uma necessidade de definir e agir para com essas pessoas de forma diferente (Facchini, 2005). Em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira então a homossexualidade (ou homossexualismo como chamado à época) da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia no Brasil formaliza, a partir da resolução 01/1999, o posicionamento de que as práticas homossexuais não constituem doença, distúrbio ou perversão, mas fazem parte da identidade e experiência de cada sujeito, devendo ser respeitadas e acolhidas pelos profissionais de psicologia.

O entendimento da homossexualidade como possibilidade de vivência dos sujeitos e esses sujeitos como pessoas a quem deveriam ser garantidos direitos foi se ampliando também dentro do campo acadêmico, legislativo e de políticas públicas. Diversos estudos foram realizados sob essa nova ótica e algumas políticas públicas em âmbito nacional implementadas. Vale destacar que esse movimento de transformação no entendimento da homossexualidade e da luta de direitos para os sujeitos não é isolado, mas se constrói em conjunto e no bojo de movimentos feministas e das lutas de pessoas trans e travestis. Dessa forma, muitas vezes as pautas sobre homossexualidade aparecem em discussões e estatísticas que abarcam e defendem também outras experiências da Diversidade Sexual e de Gênero, ou seja, dentro do que chamamos atualmente de Movimento LGBTQIAPN+ (Movimento de pessoas: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-Binários, + outros grupos e variação de gênero e sexualidade).

Na perspectiva do gênero, é possível visualizar de forma contundente as normas e padrões estabelecidos e também algumas transformações das últimas décadas. Scott (1995) afirma que “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, (...) sendo um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 82). Assim, o conceito de gênero pode ser múltiplo e abrangente ao abarcar significados atribuídos, contextos culturais e sociais e relações de poder. Os discursos normativos, nessa dimensão, vão ter como objetivo moldar os corpos e ditar como devem se expressar os gêneros e também as experiências de sexualidade de ambas as categorias dicotômicas (homem e mulher) (Silva 2017).

As diferenciações entre homens e mulheres começam desde antes de seu nascimento e se reforçam a partir das normas e socialização na infância e juventude. As famílias ou genitores decidem a cor das roupas, objetos, quais brinquedos comprar e elaboram uma expectativa de futuro baseado no gênero presumido que a criança que está para nascer terá. Após o nascimento, essas expectativas e os papéis de gênero são reforçados e atividades e comportamentos cotidianos serão reprimidos ou incentivados a partir da atribuição do que são “coisas de menino” ou “coisas de menina”. Geralmente se espera que as meninas sejam mais “dóceis” e femininas, atendam a padrões de beleza muitas vezes irreais e tenham uma postura voltada para o cuidado e a reprodução da vida em si e dos padrões hegemônicos de valores e comportamentos.

Ao mesmo tempo em que ideais de feminilidade e docilidade são reforçados, corpos de mulheres seminuas, em posições quase sexuais são expostos em diversos espaços sem pudores ou incômodos de boa parte do público. Essas imagens aparecem tanto como disseminação da ideia do corpo padrão e a ser alcançado (ainda que seja quase inalcançável) como atreladas à venda de produtos, como carros, cerveja, produtos de higiene. Essa disponibilização do corpo feminino ajuda a manter e disseminar a ideia desse corpo como objetificado, submisso e sexualizado (Oliveira, 2018). De acordo com Bozon (2004) e Silva (2017), essa oposição e diferenciação vai fazer com que homens sejam associados à atividade sexual de forma ativa, enquanto as mulheres são associadas a passividade, sendo vistas como objetos do desejo ou sujeitos com menor desejo sexual.

Movimentos de direitos e movimentos culturais vão impulsionando uma transformação sobre o “feminino” e a afirmação de mulheres enquanto sujeitos sexuais, com desejos mais ou menos intensos e com o direito de exercer suas sexualidades de forma autônoma, livre, em prol de seu próprio prazer e de forma a ser respeitada e não discriminada e violentada.

Um marco importante nesse sentido é a noção de direitos sexuais e reprodutivos. Seu conceito nasce no bojo das discussões de Direitos Humanos da década de 1990 e consolida-se a partir da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo 1994 e da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim 1995. Assim, na perspectiva dos direitos reprodutivos propõe-se que “toda pessoa tenha a liberdade de escolha para definir como, quando e quantos filhos querer (incluindo não ter filho algum)”. A discussão entorno da perspectiva dos direitos sexuais traz à tona a possibilidade da separação entre sexo e reprodução, o que permite a visibilidade e atenção às sexualidades não reprodutivas, individuais e não-heterossexuais (Correa, Alves e Jannuzzi, 2006).

A partir dessas discussões chega-se também ao conceito de saúde sexual, que pode ser entendida como:

“a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem risco de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. A saúde sexual possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada na autoestima, que implica numa abordagem positiva da sexualidade humana e no respeito mútuo nas relações sexuais. A saúde sexual valoriza a vida, as relações pessoais e a expressão da identidade própria da pessoa. Ela é enriquecedora, inclui o prazer, e estimula a determinação pessoal, a comunicação e as relações” (Hera, 1999 apud Alvarenga, 2013).

Ao falar de sexualidade e gênero é importante o reconhecimento das existências e vivências da transgeneridade e o entendimento das diferenças e especificidades das vivências trans e cisgêneras. Questões de sexualidade, corporalidade e expressão são atravessadas por diferentes fatores nessas vivências, tanto no sentido de trajetórias e experiências com desejos e comportamentos, quanto na construção, acesso e vivências sociais. Este artigo coloca foco nas vivências de mulheres cisgêneras, no sentido de explorar um determinado recorte de gênero e sexualidade e priorizar discussões sobre sexualidade não falocêntrica. Apesar disso, entende-se como urgente as discussões e pesquisas que investiguem questões de saúde de pessoas trans e não binárias, em especial, àquelas com corpos com vaginas.

## **METODOLOGIA**

A investigação do tema foi feita a partir de levantamento bibliográfico, com sistematização de textos consultados em duas bases de dados de artigos

científicos e uma releitura do ainda atual “Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade” elaborado pelas pesquisadoras Regina Faccini e Regina Barbosa, e publicado em 2006 pela Rede Feminista de Saúde. Este dossiê apresenta um levantamento dos estudos populacionais, epidemiológicos e qualitativos de diferentes áreas do conhecimento sobre saúde de mulheres lésbicas, levando em consideração o período das últimas décadas do Século XX e primeiros anos do século XXI no contexto brasileiro e internacional..

Para analisar as publicações mais recentes sobre o tema, foi feita uma consulta nas plataformas de artigos científicos Scielo e Lilacs, principais referências no campo da saúde, entre fevereiro e março de 2023, com os descritores “homossexualidade” e “feminina”. No Scielo foram encontrados 52 artigos e no Lilacs, o resultado foi de 505. Para melhor verificação dos resultados, a pesquisa do Lilacs foi filtrada para artigos dos últimos 10 anos, o que resultou em 265 artigos publicados.

Os artigos do levantamento bibliográfico de 2023 foram comparados com os resultados do Dossiê de 2006 e agrupados em 3 blocos a partir da aproximação de temas e discussões. Esses agrupamentos permitiram a comparação das temáticas discutidas nos diferentes momentos históricos (final do século XX e início do século XXI) e a observação da permanência de certos temas e do surgimento de novas questões no campo da saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro bloco temático aborda as *Relações Familiares e Sociais*. No levantamento bibliográfico, apareceram estudos sobre famílias homoparentais (Santos, 2018) e as experiências de maternidades lésbicas, tanto em experiências de gravidez (Carvalho, 2018) como em escolhas por adoção (Cecílio e Scorsolini-Comin, 2022). Foram encontrados artigos sobre relacionamentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo, discutindo trajetórias de vida, afetos e situações de violência por parceria íntima (Silva e Menandro, 2021; Furukawa, Pessoa e Komatsu, 2022). Sobre a relação com as famílias de origem, os estudos apresentaram a dinâmica das famílias de homossexuais e pessoas trans a partir do reconhecimento de suas identidades e práticas, e as consequentes reações de aceitação ou rejeição, muitas vezes de maneiras violentas por parte dessas famílias (Oliveira e Barreto, 2019; Silva Luévanos, 2018). Importante mencionar que os estudos outrora levantados pelo Dossiê de 2006 (Facchini e Barbosa, 2006) não discutem especificamente as relações familiares, porém apontam como a família pode ser um dos locais nos quais as mulheres sofrem discriminações e violências. Sobre

esse aspecto, tanto o dossiê de 2006 quanto o levantamento da literatura recente apontam como é presente a violência e discriminação no cotidiano dessas mulheres, não só no ambiente familiar mas também em outros espaços como trabalho, escola e serviços de saúde. O Dossiê aponta ainda que essas mulheres “não são menos vítimas da homofobia que os homens, mas as modalidades de vitimização têm menor visibilidade, por ocorrerem predominantemente na esfera privada” (p. 23). Os estudos concluem que essas experiências podem levar a sofrimentos psíquicos e afetar negativamente a saúde mental dessa população.

Um segundo conjunto agrupa artigos que tratam sobre as *concepções de estudantes e profissionais de áreas da saúde* (enfermagem, medicina, psicologia) sobre a homossexualidade e a diversidade sexual. Além das concepções, foram estudadas as atuações destes profissionais e as dificuldades encontradas nas suas experiências para a atenção à saúde de LGBT’s (Gomes e Tesser Junior, 2022). Por fim, alguns artigos teceram críticas e reflexões sobre as produções de conhecimento e teorias que conceituam a homossexualidade (Santos e Menezes, 2022), em especial às que propõe “terapias de conversão” (Garcia e Mattos, 2020). É relevante a presença de artigos que discutem o impacto da despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução 01/1999) na atuação desses profissionais (Cassal, Bello e Bicalho, 2020). De forma geral, esses artigos apontam as dificuldades, preconceitos e discriminações ainda presentes na atuação de estudantes e profissionais, a necessidade de incluir discussões sobre diversidade sexual na formação dos profissionais de saúde e propõe que sejam realizadas ações que possam auxiliar e implicar os profissionais já atuantes na mudança de perspectivas. No Dossiê (Facchini e Barbosa, 2006), as autoras apontam como os estudos das décadas de 1950, 1960 e 1970 se debruçaram em buscar a etiologia da homossexualidade nas mulheres, sendo que somente em 1985 foi publicado o primeiro artigo que se preocupava com saúde de mulheres lésbicas, não aparecendo antes as discussões sobre formação e atuação profissional na área da saúde.

Em um terceiro bloco, estão reunidos os artigos que tinham como tema principal o *acesso à saúde*, sendo esse a maior parte dos resultados encontrados na busca nas plataformas consultadas. Muitos dos artigos encontrados com esse tema discutiam sobre as experiências de homens gays, homens que fazem sexo com homens e pessoas trans. Alguns artigos apresentaram as políticas públicas existentes para a população LGBT e as dificuldades encontradas para a implementação delas (Carvalho e Barreto, 2021; Laurentino, 2021), assim como a participação dos movimentos sociais no desenvolvimento destas políticas (Gomes, 2022).

Com relação ao acesso de mulheres lésbicas e bissexuais aos serviços de saúde, os estudos vão apontar as dificuldades encontradas nos serviços e em especial no atendimento ginecológico, como a sensação de desconforto e constrangimento das mulheres ao conversar com médicos sobre suas práticas, muitas vezes não revelando suas práticas homossexuais. Há também o registro de um menor encaminhamento para exames (como papanicolau) e a percepção das mulheres de que não haveria necessidade de atenção à saúde sexual, pois as relações com mulheres as liberaria do risco de gravidez e de IST's (Teixeira, 2014; Parenti et al, 2023).

Quanto à saúde sexual e reprodutiva, as pesquisas investigaram a relação entre práticas homossexuais femininas e IST's. Nos estudos apresentados no Dossiê (Facchini e Barbosa, 2006), uma parte das pesquisas apontavam como mulheres que nunca tiveram contato com homens também apresentavam IST's, ainda que em menor frequência que as mulheres heterossexuais. As autoras colocam em destaque as IST's como um problema de saúde também das mulheres lésbicas. Outra parte dos estudos buscava entender quais fatores poderiam estar associados à presença de IST's, como número de parcerias, frequência sexual e tipos de práticas, mas sem indicar conclusivamente um fator específico. Os estudos mais recentes, majoritariamente de cunho qualitativo, observaram o quanto a noção de menor vulnerabilidade às IST's permanece entre as mulheres, verificando que há um desconhecimento delas quanto às possibilidades de transmissão de IST's nas relações homossexuais e a percepção por parte da maioria de que tais relações não apresentam grandes riscos à saúde biológica.

Os estudos recentes também investigaram a vulnerabilidade e possibilidade de infecções nas práticas homossexuais (Mora e Monteiro, 2014; Almeida, 2009; Andrade et al, 2020). Dois estudos realizaram exames clínicos a fim de identificar a incidência de infecções e correlacionar com as práticas sexuais das mulheres. Em um dos estudos, que investigou mulheres com e sem práticas homossexuais (Maia, Pinheiro, Sales e Passos, 2020), a conclusão foi que o desfecho de contaminação estava mais ligado a outros fatores da vida dessas mulheres (como acesso à informação e uso de preservativos). No outro estudo, realizado apenas com mulheres com práticas sexuais com outras mulheres (Ignacio et al, 2018) percebeu-se a grande incidência de vaginose bacteriana, indicando a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto para maior exploração da correlação identificada.

Foram investigadas também as práticas de cuidado e ações no sentido da promoção da saúde sexual e prevenção de IST's (Rufino et al, 2018; Carvalho et al, 2013). Foi identificado nos artigos que exploraram as relações sexuais com barreiras ou ações de prevenção a IST's, que as perguntas feitas as participantes ou os

focos de análises geralmente foram em barreiras e métodos pré-estabelecidos, comuns às práticas sexuais com pênis (como uso de camisinha e anticoncepcionais), sendo pouco o espaço de exploração de outras estratégias de cuidado utilizadas por essas mulheres. Por fim, há pouca discussão sobre o tema da iniciação sexual e apenas um artigo tratava sobre esse assunto (Montes e Aguirre, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico, podemos perceber um aumento na discussão sobre as vivências de lésbicas e bissexuais e a sua relação com a saúde nas últimas décadas. A principal mudança desse período é o distanciamento da preocupação de como se constituem os desejos e experiências homossexuais para uma atenção maior ao impacto de preconceitos e discriminações e para o cuidado e a promoção da saúde.

Apesar de percebemos essa mudança na perspectiva das discussões acompanhada de um adensamento das investigações ligadas à saúde (como a relação com às IST's, práticas de cuidado e saúde mental), os resultados das pesquisas ainda trazem cenários muito parecidos com os de 20 e 30 anos atrás.

Mesmo com diversos avanços no campo dos direitos das mulheres e LGBTQIAPN+’s há ainda por parte das estruturas sociais uma visão da sexualidade feminina como relacionada apenas às questões relativas à reprodução, e invisibiliza ou trata com menos atenção as experiências sexuais não normativas ou ligadas à uma agência e protagonismo dessas mulheres.

Apouca visibilidade das vivências e a escassez de ações voltadas às demandas específicas de mulheres lésbicas e bissexuais mantêm contextos e experiências de vulnerabilidade e reforçam preconceitos e discriminações. Essas experiências vão ter impactos na saúde sexual e mental, além das vivências em diversos grupos sociais.

Ao contrapor esses resultados com as perspectivas de Direitos Sexuais e de Saúde Integral podemos afirmar que há ainda uma necessidade de maior entendimento de demandas e desenvolvimento e investimento em ações específicas para propiciar a essas mulheres um exercício da sexualidade de maneira informada, agradável e segura.

Como pontuam Faccini e Barbosa (2006, p. 11): “poder estimar o tamanho da população homossexual feminina, conhecer aspectos relacionados a crenças, atitudes e práticas vinculadas à saúde e à sexualidade, assim como identificar suas demandas e necessidades de cuidado, constitui, sem dúvida, um ponto de partida



para a formulação de políticas públicas voltadas para esse grupo.”. Essa prerrogativa continua válida e necessária no atual cenário da Saúde no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.. **Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas.** Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2009, v. 19, n. 2

ALVARENGA, A.T. **Abordagem de Gênero na Área de Saúde Sexual e Reprodutiva e sua contribuição para investigações no campo da Saúde Pública.** [Texto elaborado e apresentado na prova escrita do Concurso de Livre Docência na FSP/USP em 05/02/2013]

ANDRADE, Juliane et al. **Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, n. 10 BOZON, Michel. **A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas.** Em Heilborn, M. L. (org.). Família e sexualidade (pp. 119-153). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CARVALHO, Angelita Alves de e BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2021, v. 26, n. 09

CARVALHO, P. G. C. **Homoparentalidade feminina: nuances da assistência à saúde durante a concepção gravidez, parto e pós-parto.** Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2018

CARVALHO, Patrícia Maria Gomes de et al. **Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por mulheres homossexuais e bissexuais: estudo descritivo.** Online Brazilian Journal of Nursing, v. 12, n. 4, p. 931-941, 2013 Tradução.

CASSAL, Luan Carpes Barros, BELLO, Héder Lemos e BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Enfrentamento à LGBTifobia, Afirmação Ético-política e**

**Regulamentação Profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, n. spe3 [Acessado 19 Abril 2023], e228516.

CECÍLIO, Mariana Silva and SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Adoção por casais do mesmo sexo na perspectiva de profissionais do Sistema Judiciário.** Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2022, v. 39

CORREA, S.; Alves, J.E.; JANNUZZI, P.M. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores.** In: Cavenaghi, S. (org.), Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva. Rio de Janeiro: ABEP, Brasília: UNFPA, 2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** São Paulo: Garamond Universitária. 2005

FACCHINI R, BARBOSA R. **Dossiê saúde mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade.** Belo Horizonte: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** 18ª ed. São Paulo: Graal Editora, 2007. Publicação original 1976

FRY, Peter & MACRAE, Edward. 1985. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense. 128 p.

FURUKAWA, Letícia Yuki de Araujo; PESSOA, Alex Sandro Gomes; KOMATSU, André Vilela. **Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social.** Paideia (Ribeirão Preto, Online) ; 2022.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira e MATTOS, Amana Rocha. **“Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, n. spe3

GOMES, Joao Antônio Smania; TESSER JUNIOR, Zeno Carlos. **Experiencias de médicos de familia y comunitarios en el cuidado de la salud de los pacientes**

**lesbianas, gays, bissexuais y personas transexuales.** Rev. bras. med. fam. comunidade ; 17(44): 2407, 20220304. tab

GOMES, Romeu. **Narrativas do movimento homossexual brasileiro sobre a saúde de gays e lésbicas.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2022, v. 27, n. 02

IGNACIO, Mariana Alice de Oliveira et al. **Prevalência de vaginose bacteriana e fatores associados em mulheres que fazem sexo com mulheres.** Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. 2018, v. 26

LAURENTINO, Arnaldo Cesar Nogueira. **Análise do processo e dos conflitos éticos da implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município do Rio de Janeiro.** 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MAIA, Mariana Cotta; PINHEIRO, Vandira Maria dos Santos; SALLES, Roberto de Souza; PASSOS, Mauro Romero Leal. **Doenças sexualmente transmissíveis em mulheres a partir de 50 anos de idade: análise retrospectiva de 2000 a 2017 em serviço público de referência em Niterói,** Rio de Janeiro DST j. bras. doenças sex. transm ; 32: 1-5, 2020.

MONTES, Gabriel Gallego e AGUIRRE, Sebastián Giraldo. **Iniciação sexual em mulheres com práticas homoeróticas na região cafeeira da Colômbia.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2016, v. 00, n. 22

MORA, Claudia Mercedes e MONTEIRO, Simone. **Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids.** Revista Estudos Feministas [online]. 2013, v. 21, n. 3 pp. 905-926.

OLIVEIRA, Leandro de e BARRETO, Thiago Camargo. **Silêncios em discurso: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2019, n. 33

OLIVEIRA, Romilda Sérgia de. **O corpo feminino: erotização e objetificação.** Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, Edição Especial, março de 2018

PARENTI, Ana Beatriz Henrique et al. **Conhecimento de mulheres que fazem sexo com mulheres sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2023, v. 28, n. 01

RODRIGUES, Julliana Luiz. **Lésbicas e mulheres bissexuais: uma leitura interseccional do cuidado à saúde.** 2018. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.5.2019.tde-21032019-105431.

RUFINO, Andréa Cronemberger et al. **Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres: 2013-2014. Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. 2018, v. 27, n. 4 [Acessado 19 Abril 2023], e2017499.

SANTOS, Antonio César de Holanda e MENEZES, Jaileila de Araújo. **Gênero e Psicologia: Experimentações Discursivas na Produção do Conhecimento sobre a Homossexualidade.** *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2022, v. 42

SANTOS, José Victor de Oliveira et al. **Conservadorismo, posicionamento político e preconceito contra casais adotivos homossexuais.** *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 23, n. 1, p. 57-66, março de 2018. . . <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180007>.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20(2):71-99, 1995

SILVA, Cristiane G. da. **Sexualidade e diversidade sexual: diferenças, hierarquias e resistências.** In: Daniela Finco; Adalberto de Santos Souza; Nara Rejane Cruz de Oliveira. (Org.). *Educação e resistência escolar: gênero e diversidade na formação docente*. 1aed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, v. 1, p. 105-132.

SILVA, Gabriela Boldrini da; MENANDRO, Maria Cristina Smith. **Sobre o amor entre mulheres: apontamentos sobre conjugalidade e sexualidade.** *Gerais (Univ. Fed. Juiz Fora)* ; 14(2): 1-23, maio-ago. 2021.

SILVA Luévanos, BENJAMÍN Emanuel. **Efectos en el afrontamiento y soporte social ante la revelación de la homosexualidad a la familia: estudio comparativo en gais y lesbianas.** *Rev. Psicogente* ; 21(40): 321-336, jul.-dic. 2018. *tab*

TEIXEIRA, Helberth Henrique Miranda. **Representações sociais das mulheres homossexuais sobre DST: implicações para às práticas preventivas** Rio de Janeiro; s.n; ago. 2014. 198 f p. tab, graf.

TREVISAN, João Silvério. 2011. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade** 8ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Record. 588 p.

## ESCRITA ACADÊMICA E IDENTIDADES NÃO-NORMATIVAS: MATERIALIDADES DISCURSIVAS QUE DESAFIAM O GÊNERO (ACADÊMICO)

*Leandro da Silva Gomes Cristóvão*

### RESUMO

Nesta comunicação proponho pensar a escrita como lócus ocupado por vozes dissonantes da expectativa normativa do discurso acadêmico. Argumento que se, por um lado, a academia resiste às redefinições identitárias que já a constituem, por outro, há sinais evidentes de que sua resistência não é capaz de impedir a emergência de vozes, corpos, textos construídos para além da normatividade. Se, conceitual e tradicionalmente, o discurso acadêmico é imparcial e neutro – isto é, cisgênero, heterossexual e branco, a atenção empírica demonstra que essa prática discursiva é também outra, aquela que de forma assumidamente parcial desafia a suposta (e nada neutra) neutralidade. Valendo-me da noção de ethos discursivo, conforme apresentada pela Análise do Discurso de linha francesa, analiso a imagem de si construída discursivamente por autoras/es de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação de universidades brasileiras. Os dados mostram que a autoetnografia e a pesquisa narrativa são terrenos metodológicos profícuos para a construção dos ethé discursivos em tela.

**Palavras-chave:** identidades; ethos discursivo; escrita acadêmica

# ENTRE LAÇOS E LASSOS: “ESTRANHA FORMA DE VIDA” E A MASCULINIDADE GAY NO CINEMA DE PEDRO ALMODÓVAR

*Thiago Pereira Machado<sup>1</sup>*  
*Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este artigo propõe uma análise do filme “Estranha Forma de Vida”, dirigido por Pedro Almodóvar e lançado em 2023, explorando não apenas a construção da masculinidade, mas também como as questões de raça e branquitude se entrelaçam com a narrativa. O filme narra o reencontro de dois caubóis, interpretados por Pedro Pascal e Ethan Hawke, após um afastamento de 25 anos, e as complexas dinâmicas que emergem desse encontro. Nossa pesquisa se concentra em como o dispositivo da masculinidade é articulado na película, utilizando conceitos centrais como o de “casa-dos-homens”, de Daniel Welzer-Lang, o de “masculinidade hegemônica” de Raewyn Connell e o de “interseccionalidade” de Patricia Hill Collins. Por meio de uma análise genealógica, examinamos temas relacionados à virilidade, paternidade, dominação, afetividade e branquitude, identificando como esses elementos se entrelaçam na construção das identidades masculinas ali retratadas. Além disso, propomos incorporar uma análise crítica da branquitude, explorando como a construção da masculinidade branca hegemônica influencia a dinâmica dos personagens caubóis no filme. Nosso objetivo é compreender como a narrativa cinematográfica aborda e desafia as normas de gênero tradicionais, enquanto também lança luz sobre as implicações da branquitude nesse contexto. Nossa análise revela que, embora a narrativa subverta algumas convenções de masculinidade e do gênero cinematográfico, ao retratar personagens masculinos caubóis que, em certa medida, se permitem expressar emoções e fragilidades, os ideais de virilidade

---

1 Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo -UFES, docente do colegiado de psicologia e medicina da faculdade Multivix -Cachoeiro de Itapeirim-ES. Presidente do CRP 16. E-mail: [thiagopmachadopsi@gmail.com](mailto:thiagopmachadopsi@gmail.com);

2 Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades na Universidade Federal do Espírito Santo, com bolsa financiada pela Capes. E-mail: [sergiorodrigosf@gmail.com](mailto:sergiorodrigosf@gmail.com).

e honra ainda persistem, influenciados pela dinâmica racial, moldando os modos de vida das personagens como tragédias sempre a se anunciarem.

**Palavras-chave:** Masculinidade, Cinema, Identidade de Gênero, Sexualidades, Representações de Gênero.



# ATAQUE ÀS ESCOLAS: VIOLÊNCIA DIRECIONADA ÀS MULHERES E SUA RELAÇÃO COM AS MASCULINIDADES

*Thiago Pereira Machado<sup>1</sup>*  
*Marina Francisqueto Bernabé<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este estudo refere-se ao ataque ocorrido em duas escolas de Aracruz-ES, protagonizado por um adolescente de 16 anos, branco, que assassinou quatro mulheres e feriu doze pessoas, a maioria mulheres. Tal evento levanta questionamentos sobre a misoginia e as relações de gênero envolvidas nos ataques em escolas pelo Brasil e suas relações com o modelo de branquitude. Apresentamos aqui a relevância do debate de gênero desde a educação infantil, utilizando-se das ferramentas da Análise Institucional, estudos de gênero e branquitude, pensando no ataque como um analisador dos processos violentos com foco em mulheres. Os perpetradores desses atos violentos são predominantemente homens cis brancos. A proposta deste trabalho é, a partir da análise deste e de outros ataques no Brasil, levantar questões relativas à relação entre armas, violência, masculinidades, branquitude e discurso de ódio em uma sociedade que tem valorizado tais elementos como reconhecimento de uma suposta humanidade. Discute-se o papel dos homens no ganho com a violência que cometem e na relação de um sistema político que produz e incentiva certas características como sinônimo de existência social e valor. A produção das masculinidades, produzida principalmente pelos homens, atualiza uma pressão significativa à aqueles que rompem com a masculinidade hegemônica, frequentemente vistos como “menos homens”. Entende-se a necessidade de construção de políticas públicas transversais que incidam na desconstrução da concepção hegemônica de gênero, que encare o desafio de discutir a construção do

---

1 Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, docente do colegiado de psicologia e medicina da faculdade Multivix - Cachoeiro de Itapemirim-ES. Presidente do CRP 16. Email: [thiagopmachadopsi@gmail.com](mailto:thiagopmachadopsi@gmail.com).

2 Psicóloga, Doutoranda e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo, psicóloga clínica e na Gerência Estadual de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Espírito Santo. Coordenadora da Comissão de Gênero e Diversidade Sexual do CRP 16. E-mail: [marinabernabr@gmail.com](mailto:marinabernabr@gmail.com).

que a sociedade define como “masculino”, está imbricada em processos políticos, educacionais e concepções que foram construídas até aqui.

**Palavras-chave:** Masculinidades, Escola, Gênero, Identidade de Gênero, Políticas Públicas.

# ENTRE A PARECENÇA, A CONFIANÇA E O EMBRANQUECIMENTO: CRITÉRIOS DE ESCOLHA NA SELEÇÃO DE DOADORES DE SÊMEN POR CASAIS LÉSBICOS

*Hugo Henrique Pascoal<sup>1</sup>*  
*Anna Paula Uziel<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explorar comparativamente os critérios envolvidos no processo de seleção de doadores de sêmen entre casais de mulheres lésbicas que procuram pela Inseminação Caseira (IC) e pelos métodos de Reprodução Assistida (RA). Nesse sentido, a fim de realizar o sonho da maternidade, estes casais saem em busca de doadores — cujos gametas possam compor a outra metade do código genético do futuro bebê —, tanto por meio de grupos de Facebook quanto através de catálogos de bancos de sêmen, a depender da forma escolhida para a fecundação. Dentre as possibilidades, estão a concepção medicamente assistida em clínicas, com o uso de espermatozoides oriundos de um banco de sêmen, sendo uma prática de alto custo financeiro; e a concepção pela IC, que se configura como uma prática sem regulamentação jurídica e de maior acessibilidade econômica, na qual a futura mãe não-gestante insemina manualmente, com uso de seringa, o sêmen do doador voluntário no útero da mãe que gestará. Sendo orientados pelo método cartográfico, realizamos entrevistas semiestruturadas tanto com mulheres lésbicas que escolheram a IC quanto com as que optaram por um método de RA. A partir de tais interlocuções, observamos que na IC o principal critério para a seleção do doador se dá a partir da confiança estabelecida com este, incluindo as recomendações virtuais destes por outras mães e a existência de um propósito altruísta para a doação, enquanto na RA a aparência e o desejo por um doador branco e mais claro se destacam.

**Palavras-chave:** Reprodução Assistida, Inseminação Caseira, Maternidade Lésbica, Doador de Sêmen, Raça.

1 Graduando do Curso de PSICOLOGIA da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [hugohenriquepascoal@gmail.com](mailto:hugohenriquepascoal@gmail.com);

2 Professora orientadora: Doutora em Ciências Sociais e Professora Associada do Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [uzielap@gmail.com](mailto:uzielap@gmail.com).

# BICHA AMAZÔNIDA RACIALIZADA – NOTAS PARA RETORNOS, DESCOLONIALIDADE AO ESPIRALAR O TEMPO

*Andrey Rodrigues Chagas<sup>1</sup>*

## RESUMO

Ailton Krenak diz em seu livro *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* que “Nosso tempo é especialista em criar ausências”, desta forma, o presente trabalho é um movimento rumo a uma tentativa de dessorar, através do corpo de uma bicha racializada da Amazônia, saberes contidos em corpos racializados dissidentes dos modelos de gênero e sexualidade no território Amazônico, uma reflexão em terceira e primeira pessoa sobre uma retomada ancestral em direção aos saberes não localizados, para além da sexualização, dos gestos não coloniais que dão conta de manter viva a bicha no território, trazendo como aporte o trabalho de Leda Maria Martins sobre espiralar do tempo como ferramenta de desmonte colonial, tornando a bicha uma ferramenta descolonial em sua materialização, como também desobediente.

**Palavras-chave:** bicha racializada, Amazônida, tempo, descolonial, performance.

---

<sup>1</sup> Doutorande do Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [andreychagas@gmail.com](mailto:andreychagas@gmail.com);

## “VÃO QUEBRAR A UNHA”: ATRAVESSAMENTOS SOCIAS DE UM HOMEM HOMOSSEXUAL PRETO EM UM TIME DE FUTEBOL GAY

*Juan Kal Rosa Romero<sup>1</sup>*  
*Mariana Ghignatti Fagundes<sup>2</sup>*  
*André Luiz dos Santos Silva<sup>3</sup>*

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender de que modo ocorre o processo de pertencimento de homens que são atravessados pelos marcadores sociais, raça, gênero e sexualidade em um time de futebol gay. Para produção metodológica, foi realizada uma entrevista individual com um homem negro cisgênero homossexual vinculado a uma equipe gay de futebol. Tratando-se de um estudo de caso, a análise dos dados foi norteada pelos conceitos de sexualidade e de raça. A partir das percepções individuais do participante da pesquisa, nota-se que o time, apesar de ter valores pautados no respeito às diferenças, carece quanto à diversidade, principalmente quando ela atravessa outros marcadores sociais além da sexualidade. Por causa da sua condição financeira, possuía dificuldade em estar agregado ao time de forma íntegra, ainda mais participar de campeonatos. Além disso, o time detinha na sua composição um perfil padrão de pessoas, essas brancas, com condições financeiras e em empregos com valor social. Assim, o time gay não se constitui como espaço de pertencimento para aqueles de cor e de classe social distintas.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Racismo, Futebol.

---

1 Mestrando do Curso de Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal Do Rio Grande do Sul – RS, [juankalromero@gmail.com](mailto:juankalromero@gmail.com);

2 Mestranda do Curso de Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal Do Rio Grande do Sul – RS, [profenanafaundes@gmail.com](mailto:profenanafaundes@gmail.com);

3 Professor orientador: Doutor, Universidade Federal Do Rio Grande do Sul – RS, [andrels@ufrgs.br](mailto:andrels@ufrgs.br)

## INTRODUÇÃO

Por alguns anos, os espaços de lazer ligados à comunidade LGBTQIAPN+, eram centralizados apenas em boates e bares. Esses, em grande parte, eram localizados nas periferias, distantes de áreas tidas como tradicionais que visavam o lazer da população nas cidades. Tais espaços propiciavam e representavam liberdade e expressão sexual, se afastando de espaços heteronormativos (COSTA; BERNARDES, 2013).

Na contemporaneidade, a centralização dos espaços de lazer voltados à comunidade LGBTQIAPN+ não se restringe somente aos bares e boates. É possível notar a ocupação de espaços, que antes não eram ligados a esta comunidade, como campos de futebol, quadras de vôlei e campeonatos esportivos. O esporte passa a ser um novo espaço de lazer construído longe das discriminações por LGBTQIAPN+fobia, com intuito de promover um ambiente de respeito e confortável para todas as identidades e corpos. A precursora deste movimento a nível nacional foi a LiGay Nacional de Futebol Society do Brasil, conhecida como “LiGay”. Ao criar, em 2017, o primeiro campeonato brasileiro de futebol, voltado ao público gay, que teve como tema “Futebol é coisa para mano, mana e mona” (FURTADO, 2017; GAMMARO, 2017).

O ambiente esportivo está fortemente ligado à representação masculina branca na história. Embora já tenhamos dado os primeiros passos para dar início a uma caminhada para práticas que englobam pessoas de identidades diversas, elas ainda estão vinculadas majoritariamente a homens cisgênero, brancos e heterossexuais. As práticas corporais reforçam representações ‘ideais’ baseadas na norma de sexo, gênero e sexualidade. Ao desviar da norma, a sexualidade do indivíduo é questionada, como mulheres no futebol são lidas como lésbicas e homens na ginástica são tidos como gays.

Neste sentido, há uma divisão de esportes que expectam uma performance de masculinidade ou feminilidade. Estes direcionamentos são uma forma de manutenção de masculinidades hegemônicas através do gênero, sexo e sexualidade, reproduzindo representações de masculinidades nos esportes, através da associação de atividades que demandam força física, agilidade e competitividade à figura cisgênero masculina (CUNHA JUNIOR; MELO, 1996; PRADO; ALTMANN; RIBEIRO, 2016).

O futebol é o esporte que opera de forma a potencializar as masculinidades hegemônicas e, conseqüentemente, a tríade de sexo, gênero e sexualidade. Sendo subentendido que o campo não é -e nem busca ser- um espaço confortável e até mesmo seguro, tornando-se quase impossível que um homem gay seja atleta de

futebol, muito menos estrela do time. Nesse sentido, o Pampacats, associação organizada com intuito de promover o esporte para pessoas LGBTQIAPN+, foi criado em julho de 2017 em Porto Alegre (RS).

O time emergiu com intenção de promover um “futebol inclusivo”, tendo seu primeiro jogo, chamado nas redes sociais de “Fisrt Gayme”, em 10 de agosto daquele ano. Naquele momento, o foco era no Futebol 7 para homens gays, tendo o primeiro time construído. Em setembro, o voleibol também foi inserido como uma das modalidades representadas pelo Pampa. Em 2018, passa a ser uma equipe poliesportiva e inclui as mulheres também nas suas modalidades.

Neste sentido, há um processo de reconhecimento do indivíduo a partir da criação dos times, para esse estudo, o time de futebol 7 é o foco. Sendo assim, os sujeitos se reconhecem naqueles atletas, buscando um espaço que seja possível o pertencer. Sendo uma maioria de pessoas brancas produzindo o Pampacats, questiona-se quais são os significados e os atravessamentos empreendidos para um homem preto, gay e drag queen. Dessa forma o objetivo do estudo é compreender de que modo ocorre o processo de pertencimento de homens que são atravessados pelos marcadores sociais, raça, gênero e sexualidade em um time de futebol gay.

## METODOLOGIA

Os processos metodológicos tiveram início em um Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física<sup>4</sup> no qual buscou entender as experiências e quais os efeitos das aulas de educação física em homens gays no período escolar. Visando compreender o processo de pertencimento e a inserção em um time de futebol gay e propondo-se a produzir um material empírico em conjunto do interlocutor, o estudo foi baseado a partir de entrevista semiestruturada. O entrevistado participou do time de Futebol 7, durante o período do ano de 2017 a 2020, da equipe Pampacats. Tal time tem como objetivo principal oportunizar o esporte para pessoas LGBTQIAPN+ em Porto Alegre (RS). Além disso, identifica-se como homem, negro, cisgênero, homossexual, drag queen e macumbeiro, acionando uma série de questões para além do esporte em si.

A entrevista ocorreu de forma online, via plataforma *Google Meet*, gravada e, posteriormente, transcrita, foi realizado um segundo contato com o participante via *Instagram*. Visando preservar a sua identidade, o nome foi trocado por nome

---

4 Trabalho de conclusão de curso apresentado em junho de 2022 na Faculdade Sogipa de Educação Física, em processo de publicação.

fictício. Além disso, o entrevistado concordou previamente com o Termo de Consentimento Livre e Informado [TCLI].

Dessa forma, as falas, reflexões e desabafos do entrevistado do estudo, foram analisadas e desdobradas, a partir das proposições de Robert Yin (2014). O autor divide a análise em cinco passos não lineares, o que possibilita uma (re) organização de diferentes modos, que são: Compilar, organizar as informações, criando uma base de dados; Decompor, fragmentar os dados, gerando novos rótulos e/ou códigos; Recompôr, nova organização dos dados a partir da decomposição; Interpretar, criação de novas narrativas a partir do material decomposto; Concluir, finalização a partir das interpretações provenientes dos materiais produzidos.

O interlocutor do estudo insere-se em marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, religião e socioeconômicas, complexificando, ainda mais, sua identidade dentro do time de futebol 7. Para análise, um recorte foi feito a partir do norteamo de sexualidade e raça. Assim, compreendendo que a sexualidade é um elemento social, flexível não sendo uma característica imutável, construída a partir da bagagem histórica dos indivíduos, envolvendo linguagens, fantasias e convenções, e não algo dado pela natureza biológica (LOURO, 2000). A autora também explica que as formas e possibilidades de vivenciar desejos e prazeres em relação a corpos, na mesma medida que são sugeridas e anunciadas, estas formas podem ser também, reguladas, condenadas e por muitas vezes negadas. Desta maneira, entendemos que a sexualidade se apresenta e se vivencia de diversas maneiras, e que os locais e grupos sociais em que o indivíduo está inserido, de forma direta e/ou indireta influenciam na performance dela.

O conceito de raça aqui é entendido a partir das ciências sociais, sendo uma configuração de uma construção social, fundamentada na hierarquização de grupos pela distinção de marcas corporais, características físicas, possuindo um padrão de homem universal (MOREIRA, 2019). Assim, criando estratégias para que haja uma disparidade entre grupos raciais, conduzindo para uma produção de privilégios ou de desvantagens (ALMEIDA, 2019), possuindo como norma o homem, branco, cisgênero, de elite e cristão. A partir das relações sociais que produzem o entendimento de raça, mecanismos institucionais, sociais e cognitivos são concebidos para que haja uma manutenção na distinção e exclusão social (KALY, 2011)

Neste sentido, para cumprir o objetivo da pesquisa, torna-se necessário compreender, refletir e questionar de quais modos o processo de pertencimento de um homem preto gay ocorre. Principalmente, quando se refere a um time do Rio Grande do Sul, onde apenas 20,2% das pessoas declaram-se negras na capital (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2020).



## “SE É PRA INCLUIR, É PRA INCLUIR TODO MUNDO”: AS QUESTÕES SOBRE A INCLUSÃO NA EQUIPE DE FUTEBOL GAY

A acessibilidade para usufruir de espaços de lazer se diferem baseado nos grupos sociais e representações que um indivíduo possa estar inserido. Os marcadores sociais, como gênero, sexualidade e raça, produzem obstáculos para acessar estes espaços. Aliás, quanto mais marcadores codificados e identificados, maior a dificuldade. Freitas (2016), expõe que espaços de lazer que recebem o público LGBTQIAPN+, não atingem seu objetivo de inserção social. Dado que não é possível suprir como um público só, já que para cada marcador [ou marcadores] necessita-se de uma demanda específica, alimentando assim, desigualdades neste grupo.

Nos ambientes esportivos, homens com masculinidades marginalizadas são tratados de forma pejorativa. Clubes e torcidas utilizam da homofobia como ofensa a seus adversários, criando uma ridicularização coletiva a partir da identidade gay, que se transforma em um comportamento normatizado neste ambiente (BRAGA; CARAUTA, 2020). A busca da legitimidade pelo futebol é complexa, “[...] a condição de diferenciação ou mesmo de oposição que se espera que um homossexual permanentemente ocupe no universo do futebol não se manifesta de forma constante e unívoca.” (ANJOS; SILVA JÚNIOR, 2018, p. 228). Através do relato de Pablo, podemos notar a transcrição do fenômeno citado por Braga e Carauta em relação ao tratamento pejorativo a homens homossexuais no futebol

[...] a gente tinha amistosos e campeonatos, com times formados por jogadores heteros. Então, a gente sempre ouvia aquela coisa, aquelas piadinhas “ai vão quebrar a unha”, e geralmente isso não acontecia, por vezes a gente até ganhava os jogos. (Entrevista com Pablo, 28/03/2022).

O “quebrar a unha” direcionado como uma piada ofensiva, mostra como jogadores heterossexuais veem jogadores homossexuais como frágeis, ou ainda, como femininos, visto que, ter unhas grandes, é uma característica ligada às representações de feminilidade. A falta de ligação da masculinidade ao homem homossexual ou a deslegitimação dela, ocorre, pois os homens homossexuais não são vistos como indivíduos masculinizados, e ela ocorre como forma de afirmar a masculinidade hegemônica heterossexual (BRAGA; CARAUTA, 2020).

A ocupação da comunidade LGBTQIAPN+ nos esportes se deu não apenas pela conquista de tal espaço, promovendo valores sociais e respeitando a diferença, mas também como forma de representação de elementos que manifestam

as suas identidades em campo, as suas roupas, acessórios e comemorações de vitória (RODRIGUES, 2017). Ao realizar o primeiro campeonato brasileiro gay de futebol em 2017, a LiGay contribuiu para a desestruturação de princípios erguidos em torno do futebol como um espaço predominantemente de homens heterossexuais. Desmistificando e superando a crença estagnada de que homens gays não estão aptos ao futebol. Através do evento, indivíduos que partilhavam experiências de opressão e discriminação, motivaram-se através de laços de solidariedade e identificação, produzindo uma aproximação e resistência a instituições heterossexuais opressoras (SANTOS VIEIRA, 2018).

Apesar das contribuições da LiGay para o fomento do futebol gay, com valores positivos e princípios erguidos a partir do respeito às diferenças. A experiência de Pablo no time Pampacats discorda, enfatizando que, nos times voltados a comunidade LBTQIAPN+, a homogeneidade masculina branca e as discriminações também existem. Explicando que, durante seus três anos na equipe de futebol, demorou a perceber certas problematizações “no começo era tranquilo, só que depois eu comecei a abrir mais os meus horizontes e comecei a ver problemas dentro da própria comunidade”.

Quantos homens autodeclarados gays estão presentes na história do futebol? Quantos desses permaneceram na modalidade após uma declaração pública? Há uma tentativa de invisibilizar as sexualidades plurais, mesmo que, na atualidade, temas que eram tidos como ‘proibidos’ ou ‘tabus’ tornaram-se um pouco mais possíveis de serem discutidos, ainda que sejam difíceis. Há uma expectativa para os homens, que necessitam de maneira quase compulsória performar uma masculinidade heteronormativa, excluindo-os de qualquer espaço que não seja uma relação binária e cisgênero.

Pablo, interlocutor do estudo, identifica-se como homem, negro, cisgênero, homossexual, *Drag Queen* e pertencente à religião de matriz africana. Viveu sua infância no interior do estado do Rio Grande do Sul, onde estudou em escola pública, nesta época jogava futebol por obrigação, para não ser visto como diferente, “eu acabava não falando que queria estar com as meninas, aí acabava tentando jogar o futebol para me encaixar [...]”. Teve consciência de sua sexualidade durante o ensino médio, e foi acolhido por seus colegas que o acompanharam desde o ensino fundamental, “No ensino médio foi melhor, [...] já sabia sobre a minha sexualidade, e eu não me importava em me esconder, já me sentia mais aceito pelas meninas e pelos meninos também”. Hoje é conciliador judicial e, também, se dedica ao Carnaval, sendo mestre-sala. Apesar de na infância ter praticado o futebol como forma de se encaixar na turma, após o ensino médio passou a praticar a modalidade por prazer. Durante sua trajetória, participou por três anos em um time de

futebol voltado para o público gay. Em diversos registros, Pablo aparece de turbantes e maquiagem em campo, como forma de mostrar ao público e aos seus colegas de equipe, suas identidades plurais, sua *Drag Queen* que utiliza em suas apresentações símbolos vinculados à negritude.

Podemos perceber que Pablo aciona inúmeros marcadores sociais, complexificando ainda mais as discussões neste estudo. Não podemos deixar de salientar que o interlocutor não aciona os estigmas de representações de corpos pretos, que por diversas vezes são objetificados e hipersexualizados. Em geral, espera-se que homens negros “de verdade” sejam abundantemente viris e com habilidades de danças, esportes e trabalhos (JUNQUEIRA, 2009). Pablo não se encaixa nos entendimentos de um homem negro “de verdade”, questionando, ainda mais, o seu ‘lugar’ na sociedade.

Mesmo que Pablo estivesse ocupando uma posição social dos entendimentos de um homem negro “de verdade”, ainda sim enfrentaria diversas barreiras como o Justin Fashanu. Justin foi o primeiro atleta negro e gay declarado publicamente da história do futebol, que era “um negro grande, forte, e que tinha um grande controle de bola” (FORBIDDEN GAMES, 2017), performava a masculinidade e tinha uma habilidade esportiva fora da média, jogando em times europeus de destaque. Porém, seu desempenho no futebol foi insuficiente no momento em que sua declaração foi exposta em um jornal sensacionalista da cidade, após uma entrevista (MENEZES, 2020). O atleta iniciou sua carreira em 1978, aposentando-se forçadamente após a declaração ser manchete principal nos anos 90, período em que o mundo enfrentava o ápice do vírus HIV e AIDS.

Mesmo Justin possuindo um corpo preto compreendido como ‘viril’, inserido nas expectativas de um homem negro “de verdade” (JUNQUEIRA, 2009), que é treinado, moldado buscando reforçar a virilidade almejada ao corpo do homem negro (RODRIGUES, 2020), foi negado naquele espaço esportivo. Assim, falar sobre sexualidade, de uma maneira diversificada, ainda é negada para homens negros. Principalmente, os homens que estão inseridos em esportes tidos como ‘masculinos’, nesse caso, o futebol.

O fato de Pablo, sendo um homem negro, cisgênero, gay e não se sentir representado dentro de um time que tem como proposta a inclusão e diversidade, nos traz algumas questões: O quão diverso o time é? Para quais classes sociais o time se destina? O interlocutor narra que para ele a inclusão precisa ser feita de forma efetiva “se é pra incluir, é pra incluir todo mundo, não incluir o gay padrão do Bom Fim, que era o que mais ou menos acontecia, daí eu fui perdendo a vontade e não me senti tão representado”.

A representação denominada de “o gay padrão do Bom Fim” é constituída a partir de um padrão estético, comportamental e intelectual em conjunto de

um poder aquisitivo alto, de uma classe social média para mais. Bom Fim é um bairro nobre de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com o rendimento médio dos responsáveis por domicílio de 7,67 salários mínimos (IBGE, 2010). Deste modo, presume-se que o “gay padrão do Bom Fim” citado por Pablo, possui classe econômica elevada, e contempla os padrões estéticos da comunidade gay.

Compreendendo que os corpos se constroem e são manipulados baseando-se na cultura, e que nestes corpos são conferidas diferentes marcas, em tempos, espaços e conjunturas, deste modo o corpo é mutável e provisório (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013). Neste sentido, na cultura gay, os corpos se constroem e são manipulados partindo das normas estéticas da própria comunidade gay. Com a finalidade de ter um corpo ideal, ligado à hipermasculinidade, esta busca é feita pois se alcançada, gera a demarcação social dentro da própria cultura gay (PEREIRA; AYROSA, 2014).

Pablo descreve seus colegas de time de maneira a salientar quem eram os homens produzindo esse futebol “acolhedor”, enfatizando “a maioria dos guris que jogam tem dinheiro, o médico, o advogado, as famílias têm dinheiro. Eles podem e têm condições [...], geralmente são todos brancos, e acho que foi se instaurando esse padrão”. Além disso, desabafa sobre os custos financeiros para estar no time, pois mesmo se esforçando para estar nos treinos e na sua performance não era suficiente, já que para campeonatos fora de Porto Alegre não tinha condições financeiras, “e aí eu ficava de fora”, como relata.

Percebemos que alguns fatores, como auxílio financeiro ou uma homogeneidade de corpos e cor, demonstraram que não havia uma movimentação dos seus colegas de time para diminuir essas diferenças. Assim, seus próprios companheiros produziam uma forma de excluir a presença de Pablo naquele lugar “isso foi uma coisa que me levou a sair, porque eu não me via incluído dentro daquilo ali entendeu?”.

A partir disso, questionamos de quais formas o time poderia ter tratado as situações que excluíram Pablo. Para que ele e/ou outros sujeitos e grupos sociais não passem pela mesma situação. Ficou evidente que não houve sensibilidade por parte do time, no sentido de perceber, e muito menos, apresentar soluções para combater as diferentes situações que geram exclusão.

## **“ME JOGARAM ISSO NA CARA E ME CHAMARAM DE MAL AGRADECIDO”: A DESCONSIDERAÇÃO DOS QUESTIONAMENTOS RACIAIS E SOCIOECONÔMICOS.**

Em uma tentativa de diluir a homogeneidade do grupo, o interlocutor buscou levantar questionamentos com cunho de classe social e étnico-racial para

debater com o time. Porém, para sua surpresa, não recebeu apoio dos companheiros e ainda sofreu com “piadas” sobre sua condição econômica e sua raça. Ao ser questionado sobre as possíveis ações sociais ou políticas públicas dentro do time, responde que “pra mim esses movimentos não existiam, eles nunca foram além, quando eu levantei o fator social e racial no time fui atacado pelos próprios membros”. A ideia de que diferentes estruturas de conhecimento e instrumentos institucionais potencializam e preservam a hegemonia no poder dentro de um determinado grupo social, e o discurso é um instrumento de construção cultural da realidade que (re)produz relações de poder (FOUCAULT, 1995). Neste sentido, fica evidente a interseccionalidade entre raça, sexualidade e condição socioeconômica na experiência vivenciada por Pablo dentro do Pampacats.

Conforme o exposto, notamos que a homogeneidade masculina branca possui um poder social dentro do time, e fez com que Pablo não se sentisse pertencente àquele local. Apesar de também ser um homem homossexual, existiam outros marcadores sociais que fizeram com que ele não tivesse os mesmos privilégios que seus colegas de time. Pablo é um homem homossexual preto e de periferia, e não tinha como arcar com os custos financeiros, para os treinos e viagens a campeonatos. Com intenção de proporcionar auxílio financeiro para ele, houve contato com uma deputada estadual, buscando patrocínio:

[...] teve outra ocasião que buscamos patrocínio para o time, e tivemos uma reunião com uma deputada estadual, ela propôs ajudar com a condição de que o time realizasse ações sociais levando o esporte até os bairros da periferia, como a Restinga, o pessoal não gostou da ideia e acabou que não foi feito nada e também não recebemos a ajuda (Entrevista com Pablo, 04/09/2023).

A falta de interesse do time em levar o esporte para a Restinga é intrigante, visto que é um bairro do extremo sul de Porto Alegre onde 30,5% se autodeclararam negros, além de ter uma renda média de 469,17 reais (IBGE, 2010), enquanto a cidade possui uma renda média de R\$1.600. Assim, os discursos dos -até então- companheiros de time de Pablo se materializam ao negar o convite, contribuindo para a manutenção da inclusão de um perfil específico. Ou seja, eram incluídos aqueles que eram brancos, de classe socioeconômica média para alta.

Dessa forma, ficam evidentes algumas rachaduras dentro do discurso de diversidade e inclusão proposta dentro dos objetivos da equipe Pampacats. Ao negar a proposta de patrocínio, o time dá a entender que não estavam interessados em fazer uma movimentação coletiva para que uma pessoa pudesse usufruir do patrocínio. Mesmo que os recursos pudessem impactar no desempenho dos treinos e, conseqüentemente, nos campeonatos. Percebemos também, que o

time carece de uma consciência social coletiva, que desestruture as barreiras e vá além do coletivo homens brancos cisgêneros e de classe econômica elevada. É fundamental refletir sobre as necessidades individuais que impactam no coletivo, para que o discurso de diversidade não passe a segregar.

Além de não ter sido ouvido pelo time em relação às questões sociais, Pablo também não recebeu atenção em relação ao racismo. Um momento crucial para determinar a sua saída do time, foi também ocasionado pelo racismo: “[...] eu já ouvi piadas no time, em questão da cor, falei sobre isso e não fui ouvido, daí foram vários fatores, que foram juntando”. A partir dos relatos de Pablo, podemos notar que as suas questões, sejam elas quais queres, não eram pautas importantes no time, não eram e nem foram tratadas da forma como deveriam ser, se tratando de um time que tem como fim, a inclusão no esporte e a diversidade.

O poder da fala e o que ela poderia representar como efeito a ações dentro do time, era dos brancos, e não de Pablo, que por vezes tentou dar espaço para questões étnico-raciais dentro do time. Em vista disso, Hooks (1995) aponta que o branco é representado pela civilização, racional, que representa ordem e equilíbrio, enquanto o preto personifica o primitivo ligando concepções entre homem e a natureza. Deste modo, a função de Pablo dentro do time, pareceu ser apenas para a performance, e para o embate em campos, e não de um indivíduo que pudesse representar mudanças a partir de seus apontamentos as questões que colocavam os ideais de diversidade e respeito às diferenças do time em pauta, pontuando as rachaduras e os problemas que elas poderiam causar.

Diante dos fatos expostos, a partir da sua experiência com o futebol dentro do Pampacats, após três anos jogando no time, Pablo desistiu do futebol: “É aquela coisa, vai as gotinhas de água, mas chega uma hora que o copo transborda, e transbordou e eu saí”. Hoje Pablo atua no carnaval, como mestre sala, trabalho ao qual se dedica há oito anos em Porto Alegre, como descrito por ele em seu perfil pessoal do *Instagram* “Minha carne é o carnaval”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das percepções individuais do participante da pesquisa, nota-se que o time, apesar de ter objetivos pautados no respeito às diferenças, carece quanto à diversidade quando ela atravessa outros marcadores sociais, com exceção da sexualidade. Por causa da sua condição financeira, possuía dificuldade em estar agregado ao time de forma íntegra, ainda mais participar de campeonatos. O time detinha na sua composição um perfil padrão de pessoas, essas brancas, com condições financeiras e em empregos com ascensão social. Assim, o time gay não se

constitui como espaço de pertencimento para aqueles de cor e de classe social distintas. A homogeneidade masculina branca produzia um poder social dentro do time, e fez com que o participante não se sentisse pertencente àquele local. Apesar de também ser um homem homossexual, existiam outros marcadores sociais que fizeram com que ele não tivesse os mesmos privilégios que seus colegas de time. Assim, o time gay em questão não pareceu se constituir como espaço de pertencimento e com intuito de acolher homens negros e de classes sociais de menor poder aquisitivo, apesar de ser um espaço que visa ser para todos os homens homossexuais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANJOS, Luiza Aguiar dos; SILVA JÚNIOR, José Aelson da. Recusando armários: histórias de homens homossexuais no futebol brasileiro. **Mosaico**, [online], v. 9, n. 14, p. 215-231, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rm.v9n14.2018.74071>. Acesso: 7 ago. 2023.

BRAGA, Adriana Andrade; CARAUTA, Alexandre Augusto Freire. Futebol, gênero e homosociabilidade nas redes sociais: a masculinidade no circuito comunicacional do WhatsApp. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 165-190, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844202019>. Acesso em: 3 ago. 2023.

COSTA, Benhur Pinos da; BERNARDES, Antonio. Micro Territorialização homoafetivas na cidade de Presidente Prudente - SP: O lazer noturno e as relações de interface. **Cidades**, Santa Catarina, v. 10, n. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrgs.br/index.php/cidades/article/view/12016>. Acesso em: 10 nov. 2013.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Ferreira da; MELO, Victor Andrade de. HOMOSSEXUALIDADE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES. **Movimento**: Revista de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 18-24, dez. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2229>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Forbidden Games: The Justin Fashanu Story. Direção: Jon Carey; Adam Darke. Produção: Adam Darke; Jon Carey; Leo Pearlman. Netflix, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FREITAS, Bruno. **Cidade, gênero e sexualidade: territorialidades LGBT em Uberlândia**, MG. 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

FURTADO, Tatiana. Rio recebe primeiro campeonato brasileiro apenas com homossexuais. O Globo, 19 nov. 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2SYd1e0>>. Acesso em 20 ago. 2023.

GAMMARO, Victor. Champions Ligay: Rio recebe o primeiro campeonato brasileiro gay de futebol. Correio Braziliense, 25 nov. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2D8Zz1l>>. Acesso em 20 ago. 2023.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. Estudos feministas, ano 3, n. 2 – Dossiê: Mulheres Negras. Florianópolis, p. 464-478, jun/ dez 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal**. In. \_\_\_\_\_ (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação. Brasília, 2009.

KALY, Alain Pascal. Desprestígio racial, desperdício social e branqueamento do êxito. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 126, p. 21-31, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15160>. Acesso em: 14. nov. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogia das sexualidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MENEZES, Gabriel. Quem foi Justin Fashanu, o primeiro jogador de futebol a se assumir gay publicamente? Disponível em: <https://tntsports.com.br/amp/melhorfuteboldomundo/Quem-foi-Justin-Fashanu-o-primeiro-jogador-de-futebol-a-se-assumir-gay-publicamente-20200628-0017.html>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes; AYROSA, Eduardo André Teixeira. Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. **Organização & Sociedade**, [S. l.], v. 19, n. 61, p. 295-313, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revis-taoes/article/view/11199>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PRADO, Vagner Matias do; ALTMANN, Helena; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. CON-DUTAS NATURALIZADAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: uma questão de gênero? **Currículo sem fronteiras**, v.16, n. 1, p 59-77, jan/abr. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/178177>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RODRIGUES, Alysso. Vai começar a Champions LiGay: conheça as histórias e como surgiu o primeiro Brasileiro homossexual. *Lance*, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2qzsK6q> Acesso em 21 ago. 2013.

RODRIGUES, Walter Hugo de Souza. Desmitificando a sensualidade naturalizada do ébano: um estudo acerca da objetificação do corpo do homem negro: **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 267-284, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cqt/article/view/9281>. Acesso em: 20 ago. 2023

SANTOS VIEIRA DE JESUS, D. “Futebol é coisa para mano, mana e mona”? A LiGay Nacional de Futebol Society do Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 343-372, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/26521>. Acesso em: 21 ago. 2023.

Saúde divulga boletim epidemiológico sobre saúde da população negra | Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <http://prefeitura.poa.br/sms/noticias/saude-divulga-boletim-epidemiologico-sobre-saude-da-populacao-negra>. Acesso em: 21 ago. 2023

Yin, Robert K.. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 5. ed. Porto Alegre Bookman Editora: 2014.

# A CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE SEXO, CLASSE E RAÇA NA VIDA E OBRA DE DONA IVONE LARA

*Thallyta Beatriz Bezerra dos Santos Nagel<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente artigo tem como finalidade refletir acerca das imbricações da dinâmica consubstancial das relações patriarcais de sexo, de classe e de raça na particularidade brasileira presentes na vida e obra da cantora e compositora Dona Ivone Lara. A pesquisa bibliográfica exploratória de cunho qualitativo se fundamenta na perspectiva materialista de totalidade da vida social. Entendendo o trabalho como categoria fundante do ser humano genérico, compreendemos a sua centralidade na vida social, que na sociabilidade heteropatriarcal-racista-capitalista possui uma determinada funcionalidade à produção e reprodução do capital. Nesta sociabilidade a sistemática complexa e simultânea de segregações, subordinações e opressões de raça, classe e sexo, fornece os subsídios necessários para sua produção e reprodução alicerçada na exploração que se desenvolve através das divisões, social, racial e sexual do trabalho. Compreendendo tal sistemática, chegamos à conclusão de que as mulheres negras são assim os indivíduos mais afetados pelas determinações desse sistema consubstancial de opressões inerente ao capitalismo, que se aprofunda em contextos de territórios de capitalismo dependente. Deste modo, Dona Ivone Lara enquanto uma mulher negra pertencente à classe trabalhadora de um país marcado por relações coloniais, que se tornou a primeira mulher cantora e compositora destaque no cenário musical do samba, reflete em sua trajetória de vida e obra expressões de particularidades dessa sociabilidade.

**Palavras-chave:** Relações patriarcais de sexo, Divisão sexual do trabalho, Sistema heteropatriarcal-racista-capitalista, Dona Ivone Lara.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [beatriznagel77@gmail.com](mailto:beatriznagel77@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

A dinâmica da sociabilidade capitalista é estruturada a partir de antagonismos e desigualdades determinantes na manutenção da lógica da exploração do trabalho e da preservação da propriedade privada. Por meio de tais fundamentos, em termos marxianos, se realiza a acumulação e centralização das riquezas socialmente produzidas essenciais ao capital. Para tal, esse sistema desenvolveu uma série de segregações dos indivíduos nas relações sociais de forma a subordinar uns grupos aos outros, justificando assim a sua exploração através do trabalho alienado. Esse sistema de segregações, contudo, não se dá de maneira localizada, mas a partir da consubstancialidade e coextensividade das relações de sexo, raça, e classe.

“Entendemos a palavra “consubstancialidade” como a que melhor traduz a relação de dinamismo em que atuam essas opressões na realidade, em detrimento da “interseccionalidade” que também é bastante utilizada nas discussões feministas. Ao passo que a interseccionalidade define essa relação de opressões enquanto um cruzamento das tais, a consubstancialidade entende que essa relação vai além do cruzamento de alguns pontos, mas se constrói como uma unidade em dinamismo.

Desta forma, concordamos com o a teoria que “pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação” (KERGOAT, 2010, p. 98).

Deste modo, o racismo, as relações patriarcais de sexo e o preconceito de classe cumprem um papel histórico fundamental na produção dessas desigualdades. O racismo marcou profundamente as relações sociais no Brasil a partir da escravidão, onde os/as negros/as eram coisificados/as, transformados/as em mercadoria e destituídos da sua própria condição humana. Séculos após a abolição da escravatura os/as negros/as ainda sentem na pele o peso da ausência de uma reparação histórica: permanecem sendo a população mais marginalizada, mais assassinada, mais pobre e vulnerável do país.

Já as relações patriarcais de sexo vêm desde as sociedades pré-capitalistas determinando o lugar da mulher na divisão sexual do trabalho, naturalizando a sua imposição ao âmbito privado ao passo que ao homem, o âmbito público (de socialização), e a inferiorizando hierarquicamente em seus processos de trabalho,

de modo a estabelecer uma associação entre o que é feminino como algo de menor prestígio, desvalorizado socialmente.

Portanto, a consubstancialidade e coextensividade dessas relações (sexo, raça, e classe) se expressa na formação de um cenário de informalidade e precarização do trabalho feminino, mais acentuado às mulheres negras. Deste modo, a partir da centralidade do trabalho na construção e reprodução da vida social, percebe-se o desdobramento dessas relações na determinação do cotidiano dessas mulheres. A partir desse cenário, é gerado um conjunto de violências racistas, sexistas e heteropatriarcais que atravessam a totalidade das relações sociais, afetando diretamente as condições de saúde física, psíquica e mental das mulheres negras, as levando a um processo de sofrimento, que se expressa, muitas vezes, por meio de silenciamento e submissão.

Entretanto, a cultura como expressão de formas de pensar e agir que compõem a sociabilidade, se apresenta enquanto porta de saída desse sistema opressor e desumano, uma vez que possibilita que representantes de classes subalternas possuam voz na denúncia e enfrentamento da hegemonia capitalista. Por isto, entendemos a importância de se produzir academicamente acerca do assunto, para que a memória e consciência negra possa ser resgatada em todos os âmbitos societários, seja no cotidiano, na produção e reprodução da vida, da arte e do conhecimento.

Deste modo, o presente artigo tem o objetivo refletir acerca das imbricações da dinâmica consubstancial das relações patriarcais de sexo, de classe e de raça na particularidade brasileira presentes na vida e obra da cantora e compositora Dona Ivone Lara. A pesquisa se realizou a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada numa perspectiva marxista materialista, isto é, sob o prisma do método materialismo histórico dialético.

## **METODOLOGIA**

Para fundamentar nosso percurso de investigação e produção de dados, compreendemos a concepção de pesquisa e ciência a partir da perspectiva marxista de totalidade da vida social do materialismo histórico-dialético de Marx, por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Mediante uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, nos aportamos em teorias acerca da consubstancialidade das opressões de sexo, raça e classe; da práxis artístico-cultural, bem como da formação social brasileira perpassando a formação do samba enquanto gênero musical e da vida e obra de Dona Ivone Lara.

Utilizamos na construção dessa pesquisa o método científico dialético marxista. Desta forma, entendemos que a realidade é muito mais complexa que as análises sociais que dela podemos produzir. O que buscamos nesse processo é realizar um movimento de máxima aproximação da realidade para então conseguir apropriarmos dos subsídios necessários para realizar um movimento de abstração diante do nosso objeto. Diante desse movimento de aproximação e abstração é que construímos a dialética da teoria a ser construída.

De acordo com o método utilizado, só podemos buscar compreender e aprofundar a realidade a partir dela mesma. Assim, a análise no método de Marx somente pode se realizar partindo do concreto, isto é, de fenômenos que já existem na realidade. Buscando sempre a reprodução ideal do movimento do real. Compreendendo esse método, percebemos que o objeto de estudo tem sua existência de forma independente do sujeito que o estuda. Do mesmo modo, a realidade que o objeto se encontra independe do seu nível de consciência e conhecimento da mesma.

Por conseguinte, se partimos do movimento do real, abarcamos o conceito de Marx de historicidade. Toda realidade concreta possui suas determinações econômicas, políticas, ideológicas e culturais que divergem de acordo com contexto histórico em que estão inseridas. Portanto, a análise construída a partir do método de Marx exige um prévio conhecimento acerca do momento histórico a ser estudado, bem como das relações sociais perante as determinações do sistema capitalista e suas implicações no cotidiano que resultaram na construção histórica daquele momento específico.

Entendemos o exercício da práxis artístico-cultural brasileira, como um resultado da relação recíproca entre as bases materiais que constituem a sociedade e as relações sociais que se desenvolveram durante a história. Analisamos, portanto, a formação social brasileira de acordo com a formação dos fenômenos sociais desencadeados pelo processo de consolidação do capitalismo no Brasil, sendo um destes fenômenos, o surgimento de uma cultura popular em contrapartida à incorporação da cultura hegemônica “universal”, e do samba como sua representação.

A partir deste prisma de análise consideramos a práxis artístico-cultural de Dona Ivone Lara uma prática alicerçada em uma intencionalidade que expressa um sentimento de classe, raça e sexo e, portanto, representa os interesses e problemáticas dos vivenciadas pelos sujeitos imbricados pela consubstancialidade das opressões de sexo, raça e classe no Brasil.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A consubstancialidade das relações patriarcais de sexo, raça e classe no Brasil

O sistema capitalista, mediante a sociedade de classes, se fundamenta a partir da utilização do Estado burguês para atender suas necessidades de produzir e reproduzir desigualdades, com a finalidade de maximizar as mais diversas formas de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. O racismo é um fator fundante dessas relações de opressão e exploração de forma estrutural nessa sociedade, assumindo um papel fundamental na manutenção da população negra nas condições de maior vulnerabilidade social desde o período escravocrata, por meio de processos de discriminação e exploração.

Considerando que, com o fim da escravidão enquanto modelo econômico, não houve a superação dos padrões políticos e culturais que impõem aos negros e negras os trabalhos mais subalternos os piores salários, as piores condições de vida e moradia, bem como a negação do acesso à educação, saúde, esporte e lazer, entende-se alguns fatores pelos quais o racismo faz parte de maneira institucional, estrutural e fundamental a manutenção da hegemonia capitalista.

O preconceito e a discriminação racial apareceram no Brasil como consequências inevitáveis no escravismo. A persistência do preconceito e discriminação após a destruição do escravismo não é ligada ao dinamismo social do período pós-abolição, mas é interpretada como um fenômeno de atraso cultural, devido ao ritmo desigual de mudança das várias dimensões dos sistemas econômico, social e cultural. (HASENBALG, 1979, p.73).

Devido a esse cenário de segregação, a população negra continuou às margens do movimento social, político e econômico da sociedade brasileira sem acesso a direitos, carregando apenas consigo o fardo da herança deixada pelo período escravocrata que insiste em ser reafirmado e mantido pelos pilares fundamentais do sistema capitalista, a saber, as diversas formas opressões/discriminações.

Entre tais pilares, fundamentais na manutenção da hegemonia capitalista, estão as instituições, o Estado e a ideologia racista do capital. A ideologia com a sua função de naturalização da inferiorização dos não brancos, as instituições na reprodução dessa ideologia a partir da divisão racial de poder na sociedade, e o Estado na sua capacidade historicamente repressora, de cunho marginalizante e violento, de aprisionamento e extermínio da população negra. Deste modo:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes

ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p.32)

De acordo com Fernandes (1920), esses fenômenos de estratificação racial, enquanto processo de formação de uma sociedade de classes determinada pela cor de pele de maneira a subalternizar os negros, explicam a criação de estereótipos e tipificações reservadas a esses, como sua suposta falta de capacidade de realizar trabalhos intelectuais ou que sejam de quaisquer aspectos valorizados, bem como a relação de estereótipo que se dá à sua imagem em atividades de criminalização social. Não ao acaso, mas com o propósito de excluir as negras e negros da competição no mercado capitalista e manter essa segregação, que se realizou a negação dos seus direitos e garantias, e a sua estigmatização na sociedade de classes.

Na sociedade brasileira, o racismo se manifesta enquanto forma sistêmica de repressão e controle da população negra, higienismo, responsabilização e culpabilização do indivíduo e principalmente discriminação provida de estereótipos, isto é, de preconceitos. Nesse aspecto, o racismo se põe como elemento fundamental para a atuação da divisão racial do trabalho, do abandono estatal, da violência policial, da violência judiciária e carcerária, do aprisionamento em massa e do genocídio da população negra, se fazendo assim enquanto um pilar para o bom funcionamento das instituições estruturantes do sistema capitalista. Contudo, ressaltamos que o racismo institucional somente pode existir por meio da reprodução de uma relação que já é estabelecida na sociedade por meio de práticas cotidianas. (ALMEIDA, 2019)

Considerando que o sistema capitalista existente produz e reproduz desigualdades patriarcais de gênero na sociedade, a divisão sexual do trabalho é um elemento determinante nessas relações de divisão social do poder, associando o trabalho produtivo aos homens (esfera da produção) e o improdutivo ou da reprodução às mulheres (posição de inferioridade). Desde os primórdios da história humana, sempre houve distinções entre os gêneros perante a realização das atividades em prol da garantia e reprodução da vida, conseqüentemente, perante a relação que estes estabelecem no convívio em sociedade.

Segundo Tabet (2014), nas sociedades de caça e coleta já era possível observar essa divisão de maneira clara, pois a partir do desenvolvimento de técnicas capazes de efetivar a caça de animais de grande e médio porte, o homem passa a ser o responsável pelas atividades de caça no espaço externo ao lar, enquanto que a mulher passa a ser a única responsável pelo cuidado e reprodução da vida, tendo em vista que, por fatores biológicos, ela era obrigada a permanecer por um longo período resguardada no seiofamiliar durante o período de gestação, parto e os



primeiros meses de vida da criança. A partir de então, a mulher se torna a referência de cuidados e garantia de satisfação da família inteira, ou seja, as diferenças são transformadas em desigualdades.

Com o aparecimento do capitalismo enquanto modelo societário na Europa e a crise populacional que se instalava no continente europeu no século XVIII, os conhecimentos das mulheres acerca dos seus processos reprodutivos e de controle da sexualidade exercidos desde as primeiras sociedades, inclusive na Idade Média, foram extinguidos socialmente com a repressão Estatal e o repúdio social. Desse modo, as mulheres foram expropriadas de qualquer forma de poder, sendo os seus corpos e sua vida propriedades judiciais dos homens, seja na função de pai, marido, irmão ou desconhecido. A institucionalização dessa relação patriarcal sobre os corpos das mulheres foi direcionada pelos interesses do capital na reprodução da força de trabalho, bem como na naturalização da mulher enquanto instrumento de servidão e manutenção da vida produtiva, isto é, à sua inferiorização social (FEDERICI, 2017).

Assim, no sistema capitalista, a mulher não somente permaneceu presa à esfera doméstica do trabalho, isto é, trabalho não remunerado e socialmente desvalorizado, como esse aspecto se tornou um dos pilares do capitalismo desde o seu surgimento, pois ao se apropriar do trabalho não remunerado da mulher nos afazeres domésticos, o capital garantia sua maior produtividade com menor custo de produção, considerando que o trabalho doméstico é necessário à sobrevivência humana e precisa ser realizado. A estratégia então era de que enquanto as mulheres asseguravam condições dignas de convivência e reprodução da vida no âmbito privado, os homens se encontravam disponíveis para vender sua força de trabalho no mercado industrial. Mesmo durante o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho formal europeu, ainda que ela produzisse o seu salário pelo próprio trabalho, o homem era quem recebia e administrava seus rendimentos (FEDERICI, 2017).

Nessa nova divisão sexual do trabalho, homem é, em “teoria”, o responsável por sustentar a família, sendo o trabalho em domicílio o mais compatível com as funções tradicionais da mãe de família. Seria de esperar que, se não a maioria, pelo menos grande parte das trabalhadoras do gênero tivessem encargos de família” (SAFFIOTI, 2013, p.93).

Essas relações estão em um processo constante de produção de desigualdades entre os sexos, incorporadas pela sociedade mediante a ideologia patriarcal dominante, definindo assim papéis sociais determinados por meio das funções sociais no sistema de divisão social, sexual e racial do trabalho. Portanto, não é o trabalho que cria essas discrepâncias entre homens e mulheres, mas sim o sistema

patriarcal, que já vem montando suas estruturas muito antes da consolidação do sistema capitalista. De acordo com Hirata e Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho possui dois princípios fundamentais e determinantes das relações sociais de sexo no âmbito do trabalho: o princípio da separação e o da hierarquização. O da separação consiste nessa divisão delimitadora dos papéis designados como femininos e masculinos na sociedade em todas as suas esferas, inclusive a do trabalho, separando, de fato, o trabalho a ser realizado por mulheres do trabalho que deve ser realizado por homens.

O princípio da hierarquização trata da valorização social do trabalho realizado por homens e mulheres, no qual os trabalhos realizados por homens são mais valorizados, têm mais credibilidade e prestígio, enquanto que os trabalhos realizados por mulheres são desvalorizados, destituídos de sua complexidade e se tornam indiferentes ao caráter e valor social da pessoa. Assim, ampliando um olhar crítico sobre as relações de trabalho entre sexos, percebemos que os homens estão em sua maioria ocupando os postos de trabalho de maior status e melhor remuneração, ao passo que as mulheres estão presentes com força maior em profissões socialmente desvalorizadas a exemplo de provenientes dos cursos de pedagogia, enfermagem, serviço social etc.

Tendo em vista a relação consubstancial de opressões de sexo, raça e classe que permeia a existência das mulheres negras, os desdobramentos dessa relação atingem diretamente a sua qualidade de vida e seu desenvolvimento autônomo na sociedade de classes. Estando em minoria nos espaços de decisão, há uma grande dificuldade de acesso a políticas públicas que atendam suas necessidades, igualmente no acesso ao direito de equidade social diante das cargas tributárias. Sendo assim, as que mais pagam impostos, ao mesmo tempo, são as que possuem as menores remunerações.

### **Expressões da consubstancialidade na vida e obra de Dona Ivone Lara**

A consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe abarca a totalidade da vida social, de modo mais intenso e determinante indubitavelmente na vida das mulheres negras no Brasil. Dona Ivone Lara enquanto mulher negra nascida na periferia do Rio de Janeiro em meados dos anos 1920, teve sua trajetória marcada e determinada por essas relações.

Como mulher negra, cantora, compositora, instrumentista, enfermeira e assistente social, confrontando as determinações sociais de seu tempo, Dona Ivone Lara ganhou destaque nacional em um momento histórico onde o país acabara de sair de uma Ditadura Militar. Em meados da década de 1970, se tornou um

símbolo de resistência para o movimento negro e feminista brasileiro, bem como para a classe trabalhadora, através de suas composições de enfrentamento ao racismo, ao sistema patriarcal de gênero e ao sistema de exploração e discriminação classista. Mais que um símbolo de enfrentamento às opressões, Dona Ivone Lara ostentava o sentimento de orgulho negro e feminino, passando assim uma mensagem de valorização para essas parcelas da sociedade historicamente oprimidas e discriminadas.

Tendo perdido os pais muito cedo, se tornando órfã ainda na adolescência, Yvonne Lara teve uma trajetória de vida perpassada pela música desde sua infância, onde entrou em contato com grandes nomes da música popular brasileira como Dalva de Oliveira, Noel Rosa e Aracy de Almeida, entre outros, através do rádio de vizinhos, que ouvia e acompanhava com sua mãe cotidianamente. Ao chegar na adolescência com uma rica bagagem musical registrada em sua subjetividade, começou a ter aulas de canto no colégio interno em que estudava, Escola Municipal Orsina da Fonseca, sob a orientação de uma das maiores pianistas e regentes do país, a maestra Lucília Villa-Lobos (esposa de Heitor Villa-Lobos, um dos maiores musicistas da história nacional). Lucília percebeu em Yvonne um talento a ser explorado, lapidando sua qualidade vocal e ampliando seus horizontes para a música erudita de modo que em pouco tempo seu canto ganhou destaque entre as alunas do Orsina da Fonseca e logo se expandiu para além das fronteiras escolares.

Ao fim do ensino médio a cantora passou a morar com seu tio materno Dionísio Bento da Silva, motorista e entusiasta da música, com quem pôde ampliar seus conhecimentos acerca das canções, letras, melodias e instrumentos componentes da música popular e do gênero que se distinguia cada vez mais no Brasil desde meados da década de 1930, o samba. Assim, para além de intérprete, Yvonne também se tornou cavaquinista, através dos ensinamentos do tio em longas noites de estudo da música e ensaios. Sua habilidade com o cavaquinho representava mais um símbolo de enfrentamento às relações patriarcais de gênero, uma vez que o âmbito dos instrumentos musicais era majoritariamente ocupado pela dominação masculina. Em concomitante aos estudos da música em casa, Yvonne passou a estudar enfermagem na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

Ao conquistar o título de enfermeira, trabalhou por oito anos à serviço do Ministério da Saúde, onde entrou em contato e se tornou grande parceira de trabalho da revolucionária psiquiatra Nise da Silveira, que utilizava a arte como meio de recuperação e ressocialização dos pacientes em internação, em contraponto aos tratamentos à base de drogas e instrumentos de tortura comumente utilizados à época, como a “cadeira elétrica”. Simultaneamente ao trabalho como enfermeira,

Yvonne estudava Serviço Social, de modo que logo se tornou Assistente Social, conciliando assim os conhecimentos adquiridos em ambas as formações na construção da sua atuação profissional comprometida com a garantia de direitos e da emancipação humana.

Desta forma, entendemos a obra de Dona Ivone Lara, como resultado de sua práxis, que reflete elementos da “questão social”, “questão cultural”, bem como das opressões raciais e patriarcais de gênero no Brasil, em seu tempo sócio-histórico. Pois, além de sua importância na transformação social realizada por meio do samba na sociedade brasileira, a artista e assistente social ampliou horizontes à participação feminina no âmbito da música nacional, como forma de enfrentamento às relações patriarcais de gênero no país.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tomando por referencial a teoria da práxis humana de Marx, enquanto prática humana orientada de acordo com uma intencionalidade, que ocorre primeiramente no campo da teleologia, isto é, se constitui primeiramente no plano das ideias de modo a determinar os processos de trabalho conseguintes que concretizarão determinada finalidade; podemos dizer que a práxis artística-cultural se constitui como uma prática que modifica o próprio ser social e a sociedade. Ela se manifesta a partir não somente da atividade de objetivação em prol de um fim, se manifesta consonantemente diante de um processo que advém da sensibilidade humana e sua necessidade de expressão, baseada em seus pensamentos, sentimentos, vivências e percepções que transcendem a prática cotidiana.

Entendendo a formação social brasileira de acordo com a formação desses fenômenos sociais desencadeados pelo processo de consolidação do capitalismo no Brasil, a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx, podemos compreender a produção artístico-cultural, ou seja, o exercício da práxis artístico-cultural brasileira, como um resultado da relação recíproca entre as bases materiais que constituem a sociedade e as relações sociais que se desenvolveram durante a história.

Neste sentido, podemos compreender a obra da cantora e compositora Dona Ivone Lara enquanto uma representação da práxis artístico-cultural que reúne em sua particularidade o conjunto consubstancial de questões sociais no Brasil (de sexo, raça e classe), uma vez que a artista foi uma mulher negra e parte da classe trabalhadora brasileira, reunindo em sua subjetividade, em sua vida e na sua prática artística, expressões de elementos particulares da sociabilidade capitalista.

Muito além da sua representação social, Dona Ivone Lara foi também um dos nomes mais importantes da história do samba, isto é, da música popular brasileira, tornando-se a sua grande protagonista do gênero feminino. A então primeira mulher compositora a compor um samba-enredo intitulado “Os Cinco Bailes Tradicionais da História” que estreou na avenida carnavalesca carioca no ano de 1965, instaurou o protagonismo feminino em um âmbito artístico majoritariamente masculino, portanto, marcado pelas relações de poder patriarcais de sexo.

Durante sua carreira como um todo, Ivone trouxe destaque para pautas negras, populares e antipatriarcais de maneira melodiosa, de forma a alcançar a classe trabalhadora na difusão de discussões dificilmente acessadas. Através de “Sorriso negro”, “Nasci para sonhar e cantar”, “Acreditar” e tantas outras canções eternizadas em sua voz, um legado de resistência, consciência social e representatividade foi consolidado como herança do Brasil.

Deste modo que podemos dizer que a história de Dona Ivone, sua obra e a história do samba em todo seu significado social na realidade brasileira se constroem inerentemente uma como parte da outra. Assim como entendemos sua vida e obra como uma expressão da consubstancialidade das questões racial, cultural e social no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo as relações sociais brasileiras como constituídas e determinadas por uma base material particular de um modo de produção dominante que se desenvolveu tardiamente, sendo, portanto, marcado pelas relações sociais e produtivas do modelo escravista colonial, compreendemos os impactos prolongado dessa formação social na história e na sociabilidade.

Deste modo percebemos a formação da “questão social” no Brasil, determinantemente marcada pelos vestígios de uma formação social de herança colonial, onde os processos de discriminação e opressão raciais não foram superados com a transição do modo produtivo e passaram a se desenvolver de maneira consubstancial com as relações de classe (em um contexto de exacerbação da exploração do trabalho de um capitalismo dependente) e patriarcais de gênero (alicerçadas na divisão sexual do trabalho).

Analisando a cultura dessa formação social sob a perspectiva marxista, entendemos a cultura como um modo de vida e produção artística que expressa as determinações presentes na sociabilidade, portanto na vida material dos sujeitos. A partir dessa ótica, observamos a cultura popular nacional se formar em

meio à uma “questão cultural”, como um movimento de exteriorização artística que representa os interesses e expressões da classe trabalhadora, em contraponto e em resistência à cultura hegemônica europeia que se instalou de maneira dominante no território ao longo de sua trajetória sócio-histórica por meio da dominação burguesa.

Deste modo, podemos perceber a práxis artístico-cultural de Dona Ivone Lara como uma expressão indissociável do conjunto de determinações sociais próprios da sociabilidade capitalista, que se exterioriza com um cariz de resistência e enfrentamento ao sistema vigente e de conscientização das classes subalternas acerca das violações vivenciadas.

## REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. “O samba entre a ‘questão social’ e a questão cultural no Brasil”. In BRAZ, M (org.). **Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a” questão social” e a questão cultural no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

BURNS, Mila. **Dona Ivone Lara: sorriso negro**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. “**Cultura e Sociedade no Brasil**”. In BRAZ, M (org.). **Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a” questão social” e a questão cultural no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. São Paulo: Tempo, 2014.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política. Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NOBILE, Lucas. **Dona Ivone Lara: A Primeira-Dama do Samba**. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2018

SANTOS, JOSIANE S. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

TINHORÃO, J. R. **História Social da música popular brasileira.** São Paulo: Ed. 34, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofía de la praxis. Colección Teoría y Praxis.** México: Editorial Grijalbo, 1980.

## O ABORTO E O GOVERNO DOS CORPOS FEMININOS: INTERLOCUÇÕES ENTRE SEXO, GÊNERO E RAÇA

*Taina Guerra Chimieski<sup>1</sup>*  
*Thais Geraldo de Oliveira Aguiar<sup>2</sup>*  
*Raquel Pereira Quadrado<sup>3</sup>*

### RESUMO

A interrupção da gestação é um tema gerador de discussões, dentro e fora das esferas acadêmicas e científicas. No Brasil de acordo com código penal a prática do aborto é considerada ilegal, permitida apenas quando a mulher for vítima de estupro, quando há risco de vida da mãe e em casos onde se comprova a não presença de cérebro no feto. O presente tra/balho tem como objetivo analisar os trabalhos produzidos sobre o aborto, os discursos presentes nestes, utilizando as ferramentas analíticas do discurso, de Michel Foucault. Para a produção deste artigo foi realizada uma busca no Catálogo de teses e dissertações da Capes, utilizando o indexador aborto. As análises apontam que a prática do aborto está presente em todas as classes sociais, todos os grupos raciais e em todos os níveis educacionais. Entretanto, tal prática não ocorre de forma homogênea em todos os grupos sociais. A interseccionalidade é bem marcada neste contexto, onde as maiores taxas de aborto estão entre mulheres de baixa escolaridade e renda, pretas, pardas e indígenas. Cabe destacar também que o aborto é uma questão de saúde pública, entretanto tem sido tratado pelo viés da moralidade e religiosidade. Assim, sua criminalização prioriza a função reprodutiva da mulher, ao invés de priorizar e proteger a autonomia da mulher sobre seu corpo.

**Palavras-chave:** Aborto; Educação; Interseccionalidade; Gênero.

1 Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – FURG. Email: [taina.bio@hotmail.com](mailto:taina.bio@hotmail.com);

2 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências – FURG. Email: [thaisaguaiar.furg@hotmail.com](mailto:thaisaguaiar.furg@hotmail.com)

3 Doutora em Educação em Ciências, Professora Associada do Instituto de Educação – FURG, vinculada ao PPG em Educação e ao PPG em Educação em Ciências - FURG. Email: [raquelquadrado@hotmail.com](mailto:raquelquadrado@hotmail.com).



## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, múltiplos discursos emergiram sobre o corpo com os mais variados objetivos, dentre os quais podemos citar: descrever, analisar, categorizar, atribuir sentido, estabelecer normas, demarcar, instituir lugares. Assim, há muito tempo os corpos tem sido objeto de estudo, em especial da ciência, entendendo que para melhor controlá-lo era necessário primeiro conhecer seu funcionamento.

Venho pensando os corpos a partir dos estudos de Michel Foucault (2004, p. 22), como “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização”. Desta forma, considero que não existe apenas um corpo, mas sim corpos, múltiplos e distintos. Os corpos não são apenas a materialidade biológica que os constitui, são para além do biológico. Pensar os corpos nessa perspectiva me permite entender que eles estão em constante processo de reinvenção e ressignificação, constituindo-se como construções, fabricações, como aponta Silvana Goellner (2013, p. 30):

[...] mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é portanto algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz.

Compreender os corpos como construções biossociais não implica em negar a materialidade biológica, mas sim, entender que ela não é único fator que os constitui. Os corpos fazem sentido dentro de redes de significações culturais, históricas e sociais, carregam as marcas de sua época, suas crenças, sua posição social.

Os corpos foram e ainda são, alvos do poder. Entendendo o poder como sendo rizomático, capilarizado, tão ramificado que não é possível determinar onde ele começa e onde termina (Foucault, 2004). O poder não é, ele está sendo exercido, todos estamos envolvidos em relações de poder constantemente. Assim, ele não se encontra centrado em uma instituição ou em uma figura, tampouco é exercido de cima para baixo de forma opressora. O poder é capilarizado e está sempre presente, em todas as relações.

O que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é preciso considerá-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir. (Foucault, 2014, p.45)

Aqui estamos entendendo governo para além das estruturas políticas do Estado, ou seja, a “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 244). Assim, o governo dos corpos e das condutas ocorre em meio a relações de poder, em que somos “governados” uns pelos outros, através de “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (Foucault 2009, p. 21). Desta forma, entendo que múltiplas estratégias e discursos atuam na produção e governo dos corpos, especialmente os femininos, tendo em vista o papel que lhe é atribuído no corpo-social.

Os discursos são produzidos em imbricadas relações de saber/poder. Assim, quem profere o discurso, os lugares por onde ele circula, produzem efeitos de verdade assumindo diferentes estatutos de legitimidade, a partir das relações de poder existentes. Isto ocorre “porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm efeitos de poder” (Foucault, 2003, p. 229). Nesse sentido, estou entendendo os discursos a partir de Foucault (2014, p. 60), “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Dentre os discursos que circulam nas mídias atualmente, foco meu olhar sobre aqueles que tematizam sobre o aborto e com estes produzem estratégias de governo sobre os corpos das mulheres. O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), determina no artigo 128 que o aborto só não é considerado crime nos seguintes casos: aborto necessário, quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e aborto no caso de gravidez resultante de estupro. Entretanto, em 2012 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma ação promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde do Brasil. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF n.º 54), julgada no Supremo Tribunal Federal, tinha como objetivo que a Corte Constitucional declarasse que o aborto de fetos anencéfalos não é crime. Após oito anos de tramitação, a ADPF foi julgada e o STF entendeu que em casos de anencefalia o aborto não é considerado crime.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os trabalhos produzidos sobre o aborto no Brasil e os discursos presentes nestes. Para tal ancorasse nas ferramentas analíticas do discurso, propostas por Michel Foucault.

## METODOLOGIA

Para a produção deste artigo foi realizada uma busca no Catálogo de teses e dissertações da Capes, no ano de 2023, utilizando o indexador aberto. Foram encontrados 1.580 trabalhos, sendo 1.140 dissertações e 381 teses. Estes estavam divididos em nove grandes áreas do conhecimento, sendo elas: Ciências Agrárias (270), Ciências Biológicas (151), Ciências da Saúde (576), Ciências Exatas e da Terra (9), Ciências Humanas (244), Ciências Sociais Aplicadas (218), Engenharias (5), Linguística, Letras e Artes (25), Multidisciplinar (97).

A escolha pelo Catálogo de teses e dissertações da Capes deve-se ao fato de este ser um portal de fácil acesso, possuir um banco de dados abrangente, e por se tratar de uma fonte de pesquisa relevante, a qual abarca as diferentes áreas do conhecimento humano. Neste estudo, iremos deter nosso olhar nos trabalhos encontrados na área das Ciências Humanas, buscando olhar o que estas produções apontam além do discurso biológico sobre o tema. Além de analisar a partir de qual viés o aborto é apresentado.

A maioria dos trabalhos encontrados estavam na área das Ciências da Saúde (576), seguido pelas Ciências Agrárias (270) e as Ciências Humanas (244). Devido à área de concentração de nossa pesquisa nos deteremos na análise dos trabalhos encontrados nas Ciências Humanas. O quadro abaixo apresenta as seis áreas que mais possuem trabalhos sobre a temática, nesta grande área do conhecimento.

**Tabela 1.**

Área do conhecimento	Número de trabalhos
Sociologia	45
Psicologia	43
Teologia	30
História	24
Educação	22
Antropologia	23

Tendo em vista o grande número de trabalhos já produzidos, busco analisar as 22 pesquisas enquadradas na área da Educação, sendo sete teses e quinze dissertações, realizadas entre os anos de 1991 e 2019. A escolha por este recorte deve-se à minha área de atuação, e a busca pelas discontinuidades discursivas que estas pesquisas podem conter. Assim, após a busca pelos trabalhos no Banco de Teses e Dissertações da Capes, foi realizada a catalogação por área do

conhecimento e posteriormente analisadas as vinte e dois pesquisas na área da Educação. As análises seguem a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na grande área das Ciências Humanas os primeiros trabalhos produzidos sobre o tema datam de 1987. E no ano 2018, 24 pesquisas foram realizadas sobre tal temática. O mesmo dado é observado ao analisarmos os dados gerais contabilizando um total de 149 pesquisas em 2018. Esta proliferação discursiva sobre tema se relaciona com alguns fatos que tem ocorrido desde 2016, como o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF), de uma ação contra cinco pessoas que trabalhavam em uma clínica que realizava abortos, em Duque de Caxias, RJ. Nesta ação O STF entendeu que a realização de aborto até os três meses de gestação não é crime. A decisão, embora seja específica, apenas para o caso em questão, reacendeu a discussão sobre a descriminalização do aborto.

Os trabalhos analisados embora apresentassem a palavra aborto pouco falavam sobre o tema. Doze pesquisas analisavam livros didáticos, jogos, revistas, documentos e cursos, que versavam sobre sexualidade e apontavam como estes artefatos poderiam ser utilizados em sala de aula. Sendo assim, o aborto normalmente aparecia no meio da pesquisa como uma temática ligada a sexualidade humana e pelo viés do aborto espontâneo e não como um tema a ser discutido de forma mais aprofundada, focando nos direitos reprodutivos da mulher e como uma questão de saúde pública.

Dentre as pesquisas também encontramos quatro trabalhos que buscavam compreender vivências e significações referentes à sexualidade, adolescência, família, aborto, diferentes gerações de mulheres. Para a produção destas pesquisas foram realizadas entrevistas com adolescentes grávidas e com mulheres entre 20 e 80 anos, buscando compreender quais eram as representações que estas mulheres tinham sobre gravidez, aborto e o papel da mulher na sociedade.

Nestas pesquisas a temática do aborto aparece com mais ênfase, visto que alguns relatos de abortos e de tentativas são mencionados pelas pesquisadoras. Embora os trabalhos tenham focos e objetivos diferentes um ponto em comum é destacado em todos eles, a necessidade de informação e educação sobre e para a sexualidade. Estes traziam alguns relatos de mulheres que sofreram abortos espontâneos e como elas lidavam com isso, além de questões referentes a sexualidade e machismo. Mas novamente as discussões se encerravam sem adentrar mais explicitamente os direitos reprodutivos da mulher.

Por fim, três pesquisas enquadradas no área da Educação versavam sobre temáticas diversas, como o aborto segundo o direito e a constituição, o aborto e a religião e um estudo de caso. Nestes trabalhos foi onde a temática propriamente dita do aborto apareceu, e justamente se ancorando em dois discursos ao qual o tema é muito associado, o jurídico e o religioso.

Os fundamentalistas querem voltar aos Estados religiosos em que a lei de uma religião é a lei da nação. Além disso, todos os fundamentalistas religiosos têm em comum a vontade de controlar os corpos das mulheres. A expressão mais clara disso é a hostilidade e o medo da sexualidade feminina e a recusa de compreender a capacidade biológica da reprodução como campo de escolha humana. Compartilham a ideologia da complementaridade entre os sexos, rechaçando os ideais de igualdade entre mulheres e homens (Pereira, 2013, p. 7).

Como aponta com Nancy Pereira, o discurso religioso tem o desejo de controlar e governar os corpos femininos. Embora a Constituição brasileira garanta a autonomia do poder político frente ao poder fundamentalista religioso, a crescente ocupação de cargos políticos por tais religiosos faz com que as decisões acabem sendo pautadas em valores morais e religiosos, não correspondendo aos princípios da liberdade e da igualdade do estado laico.

De acordo com Michel Foucault (2002, p. 297), o biopoder se exerce através de estratégias biopolíticas, que tem por finalidade a regulamentação da população, buscando prever seus eventos, “controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso, compensar seus efeitos”. Desta forma, o biopoder têm por finalidade fazer viver e apoia-se na medicina “para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências” (id., p. 295).

Nesse intuito de fazer viver o corpo social, a população, o corpo da mulher torna-se alvo de regulação e controle, tendo em vista sua função reprodutiva. Assim, o corpo feminino, por apresentar um importante papel social e político, é submetido à vigilância, disciplina e controle que atuam no governo de seu corpo e de sua vida. Esse governo dos corpos não ocorre de maneira uniforme, ou seja, não se exerce da mesma maneira sobre todos os indivíduos; por isso, existe a necessidade de uma atuação contínua através de diferentes instâncias e aparatos sociais (Santos, 2002).

Dentre as diversas formas de controle e governo dos corpos femininos, a gestão do aborto, especialmente através da sua criminalização, se transformou em uma das mais intensas e mais cruéis estratégias biopolíticas a recaírem sobre os corpos femininos. Conforme aponta Ana Delajustine (2020) o fundamentalismo

religioso, vem ganhando espaço e poder dentro da política brasileira, contribuindo na manutenção de leis conservadoras no que tange à sexualidade e reprodução. Em contrapartida, grupos como o Católicas pelo Direito de Decidir e o Evangélicas pela Igualdade de Gênero, realizam uma releitura dos textos religiosos, com o objetivo de informar mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, auxiliando no processo de descriminalização do aborto.

Desta forma, os discurso religiosos e as estratégias biopolíticas seguem exercendo seu governo e poder sobre os corpos femininos, e ditando como estes devem se portar e qual a sua finalidade maior, a reprodução. Tirando da mulher o direito de gerência sobre seus corpos, sua autonomia e sua liberdade de escolha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil o aborto é crime de acordo com o código penal brasileiro, exceto em três circunstâncias. Entretanto, nos últimos anos temos percebido que mesmo nas exceções estipuladas pela lei a garantia da realização do aborto nem sempre tem sido cumprida. Vários são os casos de mulheres que tem que ingressar na justiça para terem seu direito ao procedimento assegurado.

Embora seja crime, isto não quer dizer que o aborto não é praticado no país. De acordo com os dados da última Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) de 2021, uma em cada sete mulheres, com idade próxima aos 40 anos, já fez pelo menos um aborto no Brasil. O levantamento aponta ainda que mais da metade (52%) do total de mulheres que abortou tinham 19 anos de idade ou menos, quando fizeram seu primeiro aborto.

As análises apontam que a prática do aborto está presente em todas as classes sociais, todos os grupos raciais e em todos os níveis educacionais. Entretanto, tal pratica não ocorre de forma homogênea em todos os grupos sociais. A interseccionalidade é bem marcada neste contexto, onde as maiores taxas de aborto estão entre mulheres de baixa escolaridade e renda, pretas, pardas e indígenas. Cabe destacar também que o aborto é uma questão de saúde pública, entretanto tem sido tratado pelo viés da moralidade e religiosidade. Assim, sua criminalização prioriza a função reprodutiva da mulher, ao invés de priorizar e proteger a autonomia da mulher sobre seu corpo.

## REFERÊNCIAS

DELAJUSTINE, Ana Claudia. **Clandestinas**: o impacto da criminalização na saúde mental e nos direitos humanos das mulheres que abortam. – Ijuí, 2020. 178 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Direitos Humanos.

DREYFUS, H. L; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Poder e saber. In: Manoel Barros da Motta (Org.). **Ditos e escritos IV:** Estratégia, poder-saber. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.223-240.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 174p.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos:** curso no Collège de France, 1979-1980: excertos. Tradução: Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. 130p.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** História da violência nas prisões. 41.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 293p.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber.** 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 254p.

GOELLNER, Silvana. A produção cultural do Corpo. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade um debate contemporâneo na educação.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 30-42.

PEREIRA, Nancy Cardoso. **Palavras... se feitas de carne:** leitura feminista e crítica dos fundamentalismos. 1. ed. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir. 2013.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi. **Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil:** uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção (1986-2000). Porto Alegre: PPG em Educação FAGED/UFRGS. Tese de Doutorado, 2002.

# FORTALECENDO A AUTOESTIMA AFROFEMININA: EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM MULHERES NEGRAS

*Milton Luis Barreto Vieira<sup>1</sup>*  
*Davi Augusto dos Santos Soares<sup>2</sup>*  
*Jamille Maria de Araujo Figueiredo<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Compreendendo todo o cenário histórico do Brasil e ainda olhando para o cenário atual, percebe-se o racismo como um fator de natureza estrutural e institucional fazendo com que a população negra, residente deste país, conviva com um massacre psicológico e até físico sobre suas questões primordiais como construção de identidade e imagem social. Dentro do espaço social brasileiro o preconceito vivido pelos negros é taxado como algo subjetivo, já que seus cidadãos acreditam que exista uma igualdade racial no país, algo contraditório quando observamos o cotidiano da sociedade negra, onde eles são silenciados e mantidos em espaços marcados por impossibilidades (GESSER; COSTA, 2018).

Por meio da desigualdade social/racial pode-se encontrar um grande abismo entre a população branca e a negra, já que há uma ação enraizada nos costumes de desvalorização de tudo que remete a cultura afro-brasileira. No meio desse quadro social, a mulher negra se encontra em uma posição extremamente delicada, pois é um dos indivíduos que mais sofrem as consequências do racismo neste país já que sua identidade ou identificação afro centrada elabora um posicionamento e uma busca de um espaço social positivo diante de uma sociedade não representativa para a mulher negra (GESSER; COSTA, 2018).

A autoestima é um fator transversal na construção da vida social de qualquer ser humano, que se reflete na maneira como os indivíduos aceitam a si mesmos, valorizam o outro e projetam suas expectativas. Pode corresponder também a

1 Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, [miltonluis11@gmail.com](mailto:miltonluis11@gmail.com);

2 raduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, [daviaugusto\\_soares@hotmail.com](mailto:daviaugusto_soares@hotmail.com);

3 Professora e orientadora: Doutoranda, Universidade Federal de Sergipe - UFS, [jamille\\_maria@unit.br](mailto:jamille_maria@unit.br);



soma de valorações que a pessoa atribui ao que sente e pensa, analisando seu comportamento como positivo ou negativo, a partir desse quadro de valores. Sua manifestação é a parte principal do processo, já que a partir dela podemos visualizar como a autoestima do indivíduo está sendo construída e o quanto o sujeito está satisfeito ou insatisfeito em relação às situações vividas. Ela pode ser exteriorizada de forma positiva ou negativa: a primeira forma se mostra quando o indivíduo se sente confiante e possuidor de seu valor pessoal, já a segunda forma se mostra quando o indivíduo se sente incompetente e desvaloriza seu valor pessoal comprometendo toda sua saúde mental e a percepção de sua autoimagem, já que estão diretamente relacionadas (SCHULTHEISZ;

Em suma, é importante ter ciência de que diante do cenário racista brasileiro pode ocorrer a construção distorcida da identidade da mulher negra, já que ela está inserida em uma sociedade que não lhe acolhe como sujeito. Para o seu futuro, isto pode ser marcante já que estará vivendo sua vida em um local extremamente ameaçador e que não oferece igualdade de oportunidade, impossibilitando assim, o desenvolvimento saudável de suas potencialidades, identidade, autoestima e autoimagem (GESSER; COSTA, 2018).

Diante disso, o presente relato de experiência teve como objetivo central a promoção de uma reflexão acerca da autoestima da mulher negra no Brasil. De forma que as intervenções foram propostas visando o debate sobre o padrão de beleza imposto na sociedade, assim como o lugar da mulher negra dentro desse, além de questões como transição capilar e cabelo negro.

## **METODOLOGIA**

O projeto se desenrolou em Aracaju (Sergipe) com o intuito inicial de focar em mulheres negras maiores de 18 anos, mas acabou incluindo a participação de homens na mesma faixa etária. As atividades foram realizadas na Universidade Tiradentes, Campus Farolândia, e sua divulgação ocorreu principalmente por meio das redes sociais, com a disponibilização de um link de inscrição um mês antes das intervenções.

A iniciativa abrangeu dois dias distintos. No primeiro, aconteceu um cine-debate com a exibição do filme “Felicidade por um fio”, seguido por uma roda de conversa. Essa dinâmica visava explorar temas como autoestima, padrões de beleza, transição capilar e o papel do negro na sociedade. A discussão promovida na roda de conversa foi encarada como um recurso de socialização que contribuiu para o desenvolvimento da cidadania e do pensamento.

O segundo dia concentrou-se em uma atividade lúdica com foco na produção artística. O processo foi dividido em etapas, começando pelo aquecimento inespecífico, que incentivava a participação do grupo como um todo para estimular a interação. Seguiu-se o aquecimento específico, onde os participantes refletiram sobre suas identidades externas e internas enquanto caminhavam pela sala. A etapa do jogo envolveu a produção artística individual, usando a técnica do espelho para que os participantes representassem como se veem, acompanhado por uma discussão em grupo sobre as produções.

O compartilhamento foi a última etapa, em que os participantes formaram uma roda para comentar os aspectos do jogo e discutir as percepções da intervenção. Ao final, cada participante descreveu sua experiência com uma palavra. Essas diferentes etapas, baseadas em fundamentos psicodramáticos e de debate, buscaram não apenas abordar questões relevantes, mas também promover uma reflexão profunda e uma discussão efetiva sobre os temas propostos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em maio de 2019, na Universidade Tiradentes, foi realizado um conjunto de intervenções com duração de 4 horas em cada um dos dois dias. A divulgação ocorreu nas redes sociais dos membros do grupo por meio de um folder digital. No primeiro dia, aconteceu um cinedebate sobre o filme “Felicidade por um Fio”. Após a exibição, os participantes escreveram uma palavra que representasse a mensagem do filme para eles. Em seguida, ocorreu um debate sobre conceitos como autoestima, autoimagem, identificação e identidade, seguido por relatos pessoais dos participantes sobre experiências relacionadas ao tema abordado no filme.

Foram discutidos temas como o conceito de perfeição, especialmente em relação às mulheres, destacando a pressão social para alcançar padrões estéticos. A relação entre a busca pela perfeição visual, procedimentos capilares e estéticos mal-sucedidos, e os impactos na autoestima foi explorada, considerando a influência desses aspectos no autoconceito. Foi ressaltado que a autoestima pode sofrer uma variação negativa, com potenciais danos à saúde mental, destacando a importância desse aspecto como indicador para a saúde mental geral das pessoas. O estudo abordou a interseção entre padrões estéticos, autoimagem e saúde mental, evidenciando a relevância dessas discussões no contexto do filme e da intervenção proposta (SCHULTHEISZ; APRILE, 2013).

Durante as intervenções, também foi abordada a questão do sofrimento durante a transição capilar, quando as mulheres decidem abandonar o alisamento e aceitar seus cabelos naturais. Esse processo pode gerar instabilidade na

autoestima e autoimagem, impactando na saúde mental. O estranhamento social frente à aceitação dos cachos foi destacado, com relatos de olhares negativos, comentários inconvenientes e sugestões inadequadas por parte das participantes. A liberdade de escolha em relação aos cabelos foi discutida, destacando a pressão para se adequar a padrões mesmo após abandonar o alisamento (SCHULTHEISZ; APRILE, 2013).

A mídia também foi tema de discussão, apontando sua falta de representatividade e contribuição para a construção de identidade das pessoas negras. A sociedade é influenciada a considerar o cabelo liso e comprido como padrão de beleza, reforçando a ideia de que a mulher negra deve se assemelhar aos padrões brancos para ser aceita. A desconstrução do pensamento relacionado ao racismo foi abordada como um desafio complexo, dada a transmissão de concepções racistas de geração em geração. Foi ressaltado o racismo velado na sociedade, manifestado em piadas, ditados e elogios cotidianos, contribuindo para a manutenção de pensamentos prejudiciais. Ao final, os participantes foram convidados a escrever no quadro palavras relacionadas à representação da mulher negra na sociedade, encerrando as discussões sobre identidade, racismo e padrões estéticos (SANTOS, 2000; GESSER; COSTA, 2018).

No segundo dia da intervenção, a ênfase foi em uma atividade lúdica, envolvendo produção artística e reflexão sobre o tema. Inicialmente, houve uma retomada dos debates e temas discutidos no primeiro dia, considerando a presença de participantes diferentes. Durante essa revisão, emergiu a discussão sobre a história dos negros, o sofrimento decorrente do racismo estrutural na sociedade, conscientização do local de fala e até mesmo o enfrentamento do racismo dentro da própria família, conforme abordado por Gesser e Costa (2018). A influência direta do racismo na autoestima foi destacada, conectando-se à ideia de que os cuidados recebidos na infância são determinantes para o desenvolvimento da autoestima, conforme apontado por Scartezini e Rocha (2013).

Posteriormente, foi conduzido um aquecimento com os participantes, baseado na terapia psicodramática de acordo com Bermudez (1980). Os participantes foram guiados em uma caminhada pela sala para o aquecimento. Após esse processo, cada participante foi instruído a desenhar algo que os representasse em uma folha de papel, como se esta fosse um espelho, utilizando a técnica do espelho do psicodrama conforme Cukier (1992). Após a produção dos desenhos, os participantes discutiram entre si o significado de cada desenho, um por vez, promovendo a reflexão e a troca de experiências.

Na discussão final, os participantes compartilharam suas visões e sentimentos em relação à intervenção, destacando sentimentos ambivalentes e a

necessidade de lidar com a subjetividade do outro. Mencionaram que a parte mais desafiadora foi se colocar no papel, se desenhar e se representar. Para concluir, expressaram como a sociedade os enxerga, trazendo palavras como negação, rejeição, incômodo, falta de representatividade, racismo velado e estereótipos negativos. Essas experiências corroboram com a ideia de Santos (2019), que aponta as dificuldades enfrentadas pelos negros, especialmente mulheres negras, na superação de estereótipos e atitudes racistas, impactando sua saúde mental. Além disso, os participantes escreveram no quadro palavras representativas da mulher negra na sociedade brasileira, destacando termos como “em construção”, “resiliência”, “felicidade”, “não quero cortar meu cabelo”, “meu cabelo fica mais bonito da maneira que eu gosto”, “contexto ao meu redor”, “crescimento” e “é bom mudar”. Essas palavras refletem uma variedade de experiências e sentimentos, evidenciando a complexidade da vivência da mulher negra no contexto brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto descrito neste relato de experiência foi desenvolvido para proporcionar um espaço de compartilhamento de vivências e vozes de indivíduos afetados diariamente pelo contexto do racismo estrutural. As intervenções visavam abordar temas como identidade, autoestima, autoimagem e autoconceito, centrados na experiência da população negra. As sessões demonstraram ser um ambiente acolhedor, permitindo que os participantes se sentissem representados e confortáveis ao perceberem que outras pessoas compartilhavam ideias e desafios semelhantes. Por fim, discutir o padrão de beleza em mulheres negras em artigos científicos foi um desafio devido à escassa abordagem desse tema no meio acadêmico. Apesar dos movimentos culturais que valorizam os traços negros, ainda há um número significativo de mulheres negras enfrentando desafios nesse contexto. A importância de criar espaços de fala, compartilhamento de informações e opiniões é indiscutível para discutir e combater essas questões. **Palavras-chave:** Autoestima, Autoimagem, Identidade Afrocentrada, Intervenção Psicossocial, Mulheres Negras

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Takano Editora: Rio de Janeiro, 2003.

COUTINHO, Cassi. A Estética e o Mercado Produtor-Consumidor de Beleza e Cultura. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. Revista Palmares: cultura afro-brasileira, 2005.

GOMES, Nilma. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2002 Nº 21.

GOMES, Nilma. Sem perde a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Editora Autêntica, 2019.

MIRANDA, Maria. A Beleza Negra na Subjetividade das Meninas “Um Caminho para as Mariazinhas”: Considerações psicanalíticas. Dissertação (Mestre em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

MOYSES, Lucia. A autoestima se constrói passo a passo. Editora Papyrus: São Paulo. 2001.

SANTOS, Jocélio. O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. Estud. afro-asiát. no.38 Rio de Janeiro Dec. 2000.

SCARTEZINI, Luma Guirado; ROCHA, Ana Carolina Raad PIRES, Vanessa da Silva. A Necessidade de autoestima em Carl Rogers. Revista FAEF, 2013.

SCHULTHEISZ, Thais; APRILE, Maria. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. Revista Equilíbrio Corporal e Saúde, 2013.

SILVA, Paula et al. Transição Capilar: O cabelo como instrumento de política e libertação através da identidade e suas influências. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Uberlândia - MG – 19 a 21/06/2015.

PARRAT-DAYAN, Sílvia. A discussão como ferramenta para o processo de socialização e para a construção do pensamento. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , n. 45, p. 13-23, June 2007 .

DOLZ, Joaquim. SCHNEUWLY, Bernard. PIETRO, Jean François de. Relato da elaboração de um a sequência de debate público. SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim. (org.). Gêneros orais e escritos na escola./tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul. Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional integrada ao Ensino Médio (2011-2014). out./nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Resolução n. 6, de 20 de setembro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 set. 2012b. Seção 1, p. 22.

ALMEIDA, D.R.; LAGEMANN, L.; SOUSA, S.V.A. A importância do estágio supervisionado para a formação do administrador. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ENANPAD, XXX, 2006, Salvador-BA. Anais... Salvador: ANPAD, 2006, 1 CD ROM.

## PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: GÊNERO E RAÇA EM FOCO

*Marceli Matoso<sup>1</sup>*

### RESUMO

A existência de pessoas vivenciando situação de rua não é uma realidade nova no Brasil, é um fenômeno que ao longo dos anos, ganha diferentes nomes, mendigos, vagabundos, andarilho, transeunte, vadios, pedintes, morador de rua, de acordo com a realidade do período histórico, mas permanece até os dias de hoje, se modificando de acordo com os contextos histórico, culturais e políticos. Ao longo dos anos no Brasil pouco se falou sobre o perfil da População em Situação de Rua, apenas em 2008 o Ministério de Desenvolvimento Social traçou o perfil desse grupo. Posteriormente levantamentos sobre o perfil vêm sendo produzido com maior frequência, em diferentes estados, e recentemente, em 2023, desenvolvido um relatório pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, com múltiplas determinações que conduzem à situação de rua. Seu perfil é majoritariamente composto por pessoas do sexo masculino, adultas e negras. Para analisar o perfil da população em situação de rua, pautou-se na análise qualitativa, utilizando como instrumento a pesquisa bibliográfica e documental. Em tempos atuais, apesar da condenação de práticas e de ideologias racistas, ainda são, vivíveis e sentidas, a discriminação com a população negra. A presença de uma população em situação de rua constituída por negros e pardos, resgata a escravidão na sociedade brasileira, mesmo na contemporaneidade. Temos que considerar um fenômeno social, mas também racial, que aponta para profunda vinculação entre a questão de raça e a questão de classe.

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua, Gênero, Raça.

---

1 Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - RJ, [matoso2000@yahoo.com.br](mailto:matoso2000@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

**A**inda que a existência de pessoas em situação de rua seja uma realidade histórica em diferentes sociedades, até mesmo antes da consolidação do capitalismo, a partir da estrutura imposta por esse modo de produção, há um aprofundamento dessa realidade considerando suas fortes raízes nas estruturas políticas e econômicas.

A população em situação de rua (PSR) é considerada um fenômeno social de grandes proporções presente em todo o mundo contemporâneo, que exige um estudo e o olhar crítico, dialético e histórico sobre a gênese e o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. É um fenômeno social que ganhou novas configurações com a estruturação da sociedade capitalista, tem intrínseca relação com a acumulação do capital, constituído por um processo de expropriações e violências, transformação de aspectos da vida humana em mercadoria (SILVA, 2009).

Em diversos países do mundo a PSR é um fenômeno observado, sendo considerado por Melo (2020) como polissêmico e decorrente de um processo de múltiplas determinações, associado às crises econômicas, a precarização das relações e condições de trabalho e a debilidade dos sistemas de seguridade. Para Souza (2019) é necessário pensar sobre o tema PSR sem recair em análises fragmentadas, reducionista e individualizantes, pois se trata de um fenômeno de ordem multidimensional, cabendo entender as expressões da “questão social” como pertinente no debate, considerando o pauperização, exclusão, desigualdades sociais, violência, analfabetismo, trabalho infantil, desemprego, situação de rua, fome, onde encontram nas desigualdades postas pelo desenvolvimento do capitalismo seu seio comum de produção.

Além de entender o fenômeno PSR a partir das configurações da estruturação da sociedade capitalista, é relevante ampliar a reflexão abordando o contexto brasileiro, a partir do resgate histórico de uma sociedade, que no seu desenvolvimento é marcada por uma trajetória de hierarquização, poder, exploração, preconceitos de raça, gênero e classe social, que contribui para a compreensão das características da PSR na atualidade no Brasil.

A temática da PSR no Brasil ganhou expressão no campo das políticas públicas com a “Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua”, que traçou um perfil desse grupo no Brasil em 2008, contribuindo para a elaboração da Política Nacional para a População de Rua, através do decreto Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 da Presidência da República (BRASIL, 2009), assegurando a garantia de direitos.



A partir de então, a PSR passa a ser compreendida como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Durante muitos anos, os dados disponíveis sobre a PSR no Brasil foi fruto da “Pesquisa Nacional que traçou um perfil desse grupo (BRASIL, 2009), posteriormente outras pesquisas foram desenvolvidas, muitas a nível estadual como Salvador, Minas Gerais, São Paulo e recentemente Rio de Janeiro. Os dados recentes foram divulgados pelo IPEA (2022), apontando que a PSR superou as 281 mil pessoas no Brasil em 2022, significando um aumento de 38% desde 2019, após a pandemia de covid-19. Posteriormente, em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apresentou o Relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal.

O relatório traz informações, a partir do cadastro único (CadÚnico) do governo federal, divulgando 236.400 (1 em cada mil) pessoas vivendo em situação de rua, abrangendo essa população em 64% dos municípios brasileiros. O perfil dessa população é majoritariamente composto pelo sexo masculino (87%), adultas (55% têm entre 30 e 49 anos) e negras (68%, sendo 51% pardas e 17% pretas).

Este trabalho tem como objetivo analisar o perfil da PSR, que majoritariamente composto por pessoas do sexo masculino, adultas e negras, considerando as marcas sócio-histórica do Brasil, e as contradições econômicas e políticas, que de acordo com Motta (2018), marcam um país com uma trajetória com hierarquização, poder, exploração, com especificidades da formação das classes numa sociedade com uma forte herança colonial e escravista.

## **METODOLOGIA**

O objetivo deste trabalho é analisar o perfil da PSR, pautando-se na análise qualitativa, utilizando também como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental.

A análise qualitativa possibilitou identificar os fatores que mais contribuem para a ocorrência de fenômenos, e também a “interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser

entendidos enquanto considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais e etc.” (GIL, 2008, p. 14).

A pesquisa bibliográfica contemplou os principais indexadores de literatura e estudos acadêmicos nacionais considerando os temas população em situação de rua e perfil, sujeitos, raça e etnia na formação social brasileira, disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ScientificElectronic Library Online (SciELO) - Livros, SciELO - Periódicos, SciELO - Brasil, portal de periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A Pesquisa documental foi construída a partir de documentos oficiais que apresentem portarias, leis, diretrizes e outras normatizações acerca do PSR, formulados desde 2009 considerando como marco da Política Nacional para a População de Rua.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao resgatarmos a história do Brasil a partir da colonização é possível identificar as estruturas de poder, herdeiras da ideologia do colonizador e entender como foi desenvolvido o país, apesar de existirem diferentes interpretações.

Durante a Colônia, a divisão social do trabalho foi construída pela ideologia considerada democrática pelos interesses do colonizador, a força da mão-de-obra escrava era praticada pelos negros, reservando para ele aquilo que o branco, por uma série de razões, descarta ou despreza (MOURA,1983).

Nesse período no Brasil, também foi identificada uma parcela de negros que não eram incorporados ao trabalho escravo. Além disso, também a presença de estrangeiros europeus que não se enquadravam no sistema produtivo regular. Sem patrão, abrigo e trabalho, para muitos negros e estrangeiros a alternativa era a rua, tentando extrair, neste ambiente, as condições necessárias à existência (CAETANO, FERNANDES E COSTA, 2016).

Desde o período colonial já determinavam que os vadios, ou seja, os que não tinham senhores nem meios para se sustentar, fossem presos e açoitados. O mesmo ocorreu no período do Império, mendigos, vagabundos e ébrios eram frequentemente obrigados a assinar o termo de bem viver, que obrigava o indivíduo a viver ‘decentemente’, sendo imposto pela autoridade policial. Esse termo tinha um objetivo corretivo e previa o confinamento para aqueles que rompessem com ele (TEIXEIRA, SALLA e MARINHO, 2016).

O Código de 1830 previa no seu artigo 12, o poder ao juiz de paz dos distritos, de obrigar os vadios, mendigos, bêbados a assinar termo de bem viver, por hábito,

prostitutas que perturbam o sossego público, aos turbulentos que por palavras ou ações ofendem os bons costumes, à tranquilidade pública e a paz das famílias (TEIXEIRA, SALLA e MARINHO, 2016).

Esse processo de perseguição e repressão da vadiagem podem ser entendidos como uma das formas de controle, que se realizava sobre os indivíduos consequência do fenômeno da escravidão, para organizar a estrutura social da colônia e do império.

Com a abolição da escravatura, em 1888 e a ausência de uma política social voltada para a incorporação de negros na sociedade livre contribuiu para o aumento do contingente de indivíduos vivendo na rua. Uma vez livres e forçados a sair do ambiente que os escravizavam, essa população encontrou nas áreas periféricas das cidades o seu habitat. Mais uma vez, quando não conseguiam um terreno para construir seu abrigo, a rua apresentava-se como a única possibilidade existente (CAETANO, FERNANDES E COSTA, 2016).

Para Moura (1983) nesse período foi possível identificar a contradição que se estabeleceu entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do subemprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra da economia.

A abolição da escravatura e a posterior Proclamação da República, contribuíram para intensificação da repressão aos “vadios”, um vez que ocorreu o aumento consideravelmente o número de negros que perambulavam pelas ruas das cidades a procura de trabalho, se estabelecendo novas formas de controle a um contingente de ex-escravos libertos. O Código Penal de 1890 abrigou esse mecanismo peculiar de perseguição às camadas populares representadas sobretudo na figura do indivíduo liberto. (BARBOSA, 2018).

Durante a República outras normativas de repressão foram criadas, que evidenciam a permanência do controle policial sobre os mendigos, vadios e ébrios e o objetivo de sujeitá-los ao trabalho. O Decreto N° 6.994, de 19 de junho de 1908 estabeleceu a internação na Colônia para os vadios, mendigos válidos, capoeiras e desordeiros e o Decreto N° 4.294, de 6 de julho de 1921, criou um estabelecimento para internação dos ébrios e tornou mais rígida para a punição. Essas normativas atendiam ao conjunto de transformações de ordem social, econômica e de urbanização vivenciado com a emergência do trabalho livre (TEIXEIRA, SALLA e MARINHO, 2016).

Entre o século XVI e o final do século XIX, houve uma sequência de reviravoltas econômicas e políticas, incêndios, epidemias, gerando muitos pauperizados. As cidades cresceram, sem melhorar sua infraestrutura a fim de acomodar o fluxo de pessoas que a ela chegavam. As leis de repressão à denominada “vadiagem”

foram se sucedendo, incapazes, porém, de eliminar esse processo. Mesmo assim, as cidades foram gradualmente se modificando, separando corpos, funções, aumentando seus limites com o campo e se distanciando das atividades relacionadas a este, e por fim, determinando lugares mais restritos de circulação da população que vivia nas ruas (MAGNI,1994).

O processo de urbanização no Brasil foi sendo desenvolvido a partir do século XX, ocorreu de forma acelerada e desordenada, concomitante com a intensificação da industrialização do país, que gerou a expansão do número de cidades e a elevação da população urbana. Ocorrendo também o êxodo rural, provocando um crescimento rápido da população nas cidades e conseqüentemente inúmeros problemas urbanos, considerando que o processo de urbanização que ocorreu com a ausência de planejamento urbano.

A concentração de grupos vivendo em centros urbanos é identificada nas sociedades pré-industriais. Dentre os motivos para essa maior taxa de ocupação dos perímetros urbanos, em especial de grandes cidades, temos o fato de haver maior circulação de capital nesses espaços, sendo comum às práticas higienistas direcionadas a esse público com intuítos de limpar a cidade. O acesso à renda pela via de trabalhos, mesmo que informais e precarizados, como o trabalho com recicláveis ou pequenos biscates, por exemplo, é uma das principais razões da

localização do fenômeno. (SILVA, 2009). Segundo Magni (1994), a urbanização gerou uma oferta de mão-de-obra excessiva, provocando o rebaixamento dos salários e o aprimoramento do setor terciário de biscates e subempregos. As novas “regiões problema” – instaladas nos pontos menos nobres e salubres da cidade – são identificadas, já em 1940.

O resgate histórico do período colonial, ressaltando a abolição da escravidão, a industrialização do país identificam períodos que marcam as ruas com milhares de pessoas sem condições para prover sua subsistência, vagando pelas cidades praticando mendicância, cometendo pequenos furtos e submetendo-se a condições deploráveis, oferecendo sua força de trabalho mas concorrendo em desigualdade de condições com os brancos pobres e os imigrantes que chegavam no país.

A história do Brasil iniciou-se com um episódio branco, masculino e colonial, sendo o negro a força motriz que impulsionou o progresso do país. Durante o seu desenvolvimento tinha como necessidade construir uma nação “civilizada”, aos moldes das nações eleitas como ideais, alguns países europeus. De acordo com Fanon (2008) ao realizar estudos sobre o mundo colonial no século XX, analisa o processo de colonização considerando a identificação do dominado com o dominador, e o complexo de inferioridade do colonizado. “Todo povo colonizado nasce

com um complexo de inferioridade devido ao sepultamento da originalidade cultural” (p.34), ou seja, quanto mais o colonizado assimilar os valores culturais do colonizador, mais escapará da sua selva“. Daí o processo de rejeição de sua negritude resulta em uma aproximação do branco, no sentido de ser branco. Fanon (2008) escreveu depreciativamente esse grupo da sociedade como “o apodrecimento irreversível, a gangrena instalada no coração do domínio colonial”. (1968, p. 107).

No Brasil quando o país-colônia fez a transição do sistema escravocrata para o capitalismo, e com a construção da República se inicia uma cidadania de forma limitada, deixando a margem mulheres, índios e negros. O que observamos é que, desde o fim da escravidão, não ocorreu a preocupação de possibilitar a cidadania dos negros, ocorreu uma abolição marcada pela exclusão. Existia um medo, pois a cidade parecia ter aumentado com o fim da escravidão e da monarquia, existia à intolerância e truculência dos republicanos brancos frente à cidade negra, movidos pelo medo, em nome do progresso e da ordem, da higiene, da moral, dos bons costumes, da civilização.

De acordo com Chalhoub (1988):

o saldo do colonialismo europeu para o povo negro no Brasil: o projeto colonizador foi velozmente e silenciosamente deslocando os (as) negros (as) dos espaços de visibilidade conquistados a duras penas em sua trajetória individual e coletiva no período que antecedeu a República. O projeto societário imposto pelas elites brasileiras no pós-abolição, indubitavelmente, tinha a intenção de tornar o país moderno, à luz do referencial europeu (ALMEIDA, 2014, 34).

As teorias racistas ganharam expressão no Brasil a partir da metade do século XIX, e reforçaram a emergência do branqueamento visto que defendiam a hierarquização racial, onde o europeu branco localizou-se na posição de superioridade, enquanto negros e indígenas localizavam-se na base da pirâmide. O darwinismo social foi uma teoria que “afirmava que os brancos - por sua pureza, superioridade e civilidade - eram resultado da seleção natural das raças humanas” (SANTOS, 2009).

Autoras como Almeida (2017) e Gonzales (2018) afirmam que o racismo é uma construção ideológica com benefícios sociais e econômicos para brancos de todas as classes sociais, privilégio racial, ao mesmo tempo em que é um “sintoma da neurose da cultura brasileira”, que se pensa uma sociedade branca, mas cuja cultura revela a herança afro, que é constantemente escondida.

A raça, para o autor, é construída nas relações sociais e, portanto, deve ser concebida como uma construção social, forjada na história

a partir de relações de poder com vistas ao exercício da dominação/exploração... A raça é um conceito construído pela burguesia, para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus derivados não apresentam nenhuma validade científica (ALMEIDA, 2017, 38).

Por outro lado, quem criou o racismo não fomos nós. O racismo, enquanto teoria, enquanto ideologia que sustenta toda uma formulação científica é uma invenção dos brancos. Como antropóloga, tenho a impressão que toda comunidade fechada seja ela branca, amarela, negra... criaria seu próprio etnocentrismo. Uma forma de racismo? Não. Etnocentrismo é diferente de racismo. A questão do etnocentrismo está presente em qualquer cultura. Na medida em que você é socializado, você recebeu uma carga cultural (classificação, valores, significações, etc) muito grande, e você vai olhar o mundo através dessa perspectiva crítica. Mas há 'etnocentrismos' e 'etnocentrismo', mas no nosso caso, no caso negro, vemos o seguinte: as nossas instituições sempre estiveram abertas aos brancos e a recíproca não é verdadeira. (GONZALES, 2018, 371).

O conceito de raça foi formulado por um sistema de opressão e foi sustentado por diversas formas de violação, perpetrando a cultura, criando dissimetrias em cada relação social. O privilégio das raças dominantes foi constituindo-se com critérios de manutenção das diferenças, exercitado, em última instância, pelo reconhecimento dos níveis de melanina que a pessoa carrega na pele (CUNDA e SILVA, 2020). Os efeitos da opressão aos negros no país se confundem com a pobreza urbana e se estendem aos nossos dias. Para Werneck (2016), temos um Racismo Institucional, perpetuante do racismo, chamado também de Racismo Sistêmico: "garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados", operando pelo dispositivo da racialidade, que traduz a diversidade da população negra em mecanismos de reconhecimento e exclusão, validando e elencando os privilegiados em cada relação.

e o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são porém elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista deles se aproveitou e faz deles uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante (MOURA, 1983 p.12).

O projeto colonial permanece bem vivo, atacando de forma sistemática os avanços da luta antirracista pela garantia de direitos para população negra. Mas há quem diga que no Brasil não existe racismo, isso é coisa de americano, contribuindo para a impunidade, a invisibilidade, o silêncio e, conseqüentemente para a efetivação do enfrentamento da questão através de políticas públicas (ALMEIDA, 2017). A sociedade brasileira tem profundas marcas das desigualdades que foram desenhadas ao longo da história, a herança escravocrata ainda não foi superada no capitalismo contemporâneo. A realidade que vivenciamos com a discriminação racial diante o preconceito de cor é herança da dificuldade de rompimento e superação à ordem social escravocrata.

Cabe ressaltar a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas e se estruturaram no Brasil, contribuindo para criar “posições” relativas as raças, etnias, classes e entre outras (CRENSHAW, 2002). O preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas em situação de rua, é marca ao longo de toda a história no Brasil (SILVA, 2009).

O habitar as ruas foi sendo reconfigurado ao longo dos anos, mas o agravamento da situação de rua é um quadro que perdura até os dias de hoje. De acordo com Matta (1997) traz a reflexão a casa e a rua como duas “categorias sociológicas” fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira.

... até hoje a sociedade parece fiel à sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são. Nada pior para cada um de nós do que ser tratado como “gente comum”, como “zé-povinho sem eira nem beira”, nada mais dramático para alguém de “boa família” do que ser tomado como um “moleque de rua”; ou para uma moça ser vista como uma “mulher da vida” ou alguém que pertence ao mundo do movimento e do mais pleno anonimato. Fazemos uma equação reveladora entre o “ninguém conhece ninguém”, o “ninguém ser de ninguém” e estados sociais altamente liminares como a boêmia, o carnaval e, evidentemente, a pré-criminalidade (DA MATTA, 1997, 42).

“Casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, que não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. Ele também traz a reflexão do universo da casa como um espaço de supercidadão, pois ali só tenho direitos e nenhum dever, no mundo da rua um

subcidadão, já que as regras universais da cidadania sempre definem por determinações negativas: pelos meus deveres e obrigações, pela lógica do “não pode” e do “não deve” (DA MATTA, 1997).

Na análise de Cunda e Silva (2020) a rua está marcada por eixos transversais que buscamos evidenciar, nos preconceitos de raça, gênero e classe social, alvos em todas as séries de uma intersecção de poderes. A cidade expandiu o capital com novas tecnologias, novas velocidades, ao mesmo tempo em que intensifica a higiene social, a moral disciplinar, o branqueamento. No plano urbano, o direito à cidade é negado não apenas aos habitantes da rua, mas se estende aos demais desabrigados da cidade, que vivem em “áreas verdes”, “invasões”, ocupações, sub-habitações: todos alvo constante das políticas de remoção.

Cabe considerar que estar na rua é um processo, não um estado definitivo, ninguém é da rua, as pessoas estão na rua. Esse é um fenômeno que não deve ser entendido como estático, está inserido no movimento da história, quanto dos corpos (PRATES E MACHADO, 2011).

Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Vista como determinação, uma situação social pouco apresenta em termos de perspectivas de superação. O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num continuum, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas (PRATES E MACHADO, 2011 P 194).

Se a população em situação de rua é invisível para as algumas políticas, pouco ouvida e ainda sofre estigmas de vagabundo, malandro, vadio, ainda é visível ações de ordem pública, sendo as políticas repressivas e higienistas frequentemente observadas na atualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a população em situação de rua se coloca como uma expressão da questão social, na qual o capital submete esses indivíduos a “níveis extremos de degradação da vida”. E a cada dia, mais e mais homens e mulheres são excluídos do mundo do trabalho, caindo no desemprego, no subemprego, vivenciando processos de exclusão e/ou de inclusões precárias, degradantes, pondo em risco a vida e comprometendo sua própria humanidade, na medida em que se destitui sua dignidade como pessoa humana.



O último perfil da PSR divulgado no relatório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em 2023, reafirma a prevalência de pessoas pretas em situação de rua, o que associamos a construção histórica do Brasil, ao conceito de raça que foi formulado por um sistema de opressão, o privilégio das raças dominantes, a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, operando pelo dispositivo da racialidade.

Apredominânciamasculina no perfil da PSR, associa-se também a construção de século passado, onde a figura da mulher estava associada ao lar, responsável pelos cuidados e de cuidar de crianças e homens da rua (RAGO, 1985). No século XX, com a incorporação como trabalhadoras no sistema produtivo, percebe-se que a divisão sexual do trabalho nesse momento já assumia uma ideologia predominante que mantinha as mulheres libertas como cuidadores dos lares (PEREIRA, 2011). Hoje a mulher pode decidir o que deseja para si, mas ainda existem pensamentos conservadores e outros motivos também que podemos associar a um menor número de mulher em situação de rua, como situações de violência.

Cabe considerar que estar na rua é um processo, não um estado definitivo, ninguém é da rua, as pessoas estão na rua. A presença de uma PSR constituída por homens, adultos e negros, resgata a escravidão na sociedade brasileira, mesmo na contemporaneidade. Temos que considerar um fenômeno social, mas também racial, que aponta para uma profunda vinculação entre a questão de raça e a questão de classe.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Revista Argumentum**, volume 9, n.1, p.32-45; jan/2017.

ALMEIDA, Magali da Silva. “Desumanização da população negra – genocídio como princípio tático do capitalismo”, **Revista Em Pauta**, n. 34, 2014.

BARBOSA, Jose. Carlos. Gomes. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados**. [Dissertação Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento]. Brasília. (IPEA), 2018. Disponível: [https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose\\_carlos\\_gomes\\_barbosa.pdf](https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose_carlos_gomes_barbosa.pdf). Acesso em: 24 de out de 2023.

BRASIL, DECRETO Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de

Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)> Acesso em: 25 junho de 2023.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal”. Brasília, 2023.

CAETANO, Cristina Salles. FERNANDES Simone Maria, COSTA, Zilá Raquel Pereira. **Diagnóstico da população de Governador Valadares em situação de rua.** Nota técnica, Minas Gerais, dezembro de 2016.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de alma negra: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. In **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 8 nº16, março-agosto de 1988.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, **Revista Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002.

CUNDA, Mateus Freitas e SILVA, Rosane Neves. Me chamaram Rua, População, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia e Sociedade**. vol.32, Belo Horizonte, 2020.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**, 5 ed, 1997.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALES, Lélia, Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 2018, p. 223-244.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2020). Publicação Preliminar. IPEA: Brasília,

2023. Disponível em NT\_Estimativa\_da\_Populacao\_Publicacao\_Preliminar.pdf (ipea.gov.br). Acesso 25 de Junho de 2023.

MAGNI, C. T. **Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

MELO, Lauro José Franco, et al. Saúde da população em situação de rua e suas vulnerabilidades em saúde: reflexões sobre o processo saúde-doença. **VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde**, 2020, 32.1: 197-206. Disponível: <https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/9080/7589>. Acesso em 12 out de 2020.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018.

MOURA, Clovis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, 14 - 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 2 out. 2023.

PEREIRA, B. de P. **De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós- abolição**. Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, Julho 2011. Disponível em: <<[www.snh2011.anpuh.org](http://www.snh2011.anpuh.org)>. Acesso em: 30 ago 2023.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 Capítulo II “A colonização da mulher”.

SANTOS, Gevanilda. **Relações Raciais e desigualdade no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população adulta em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, A. P., & Macedo, J. P.. (2019). **População em situação de rua: Expressão (im) pertinente da “questão social”** Disponível: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/64zCsnkcy3kVgkhDmvj7QgH/#> . Acesso em 26 de out de 2023.

TEIXEIRA, A.; SALLA, F. A.; MARINHO, M. G. S. M. C. **Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da República.** Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 381-400, maio-agosto 2016.

WERNECK, J. Racismo Institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, 535-549, 2016.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 15 - GERAÇÃO: INFÂNCIAS, JUVENTUDES E VELHICES LGBTQIAPN+



## “AIIN, MONA!”: QUANDO A FOFOCA BRINCA COM A VERDADE, INTERROGA AS AMIZADES E ATRAVESSA SEXUALIDADES

*Rayane Ribas Martuchi<sup>1</sup>*  
*Amana Rocha Mattos<sup>2</sup>*

### RESUMO

A fofoca é uma forma de narrativa que estabelece relação dos sujeitos com o mundo. Faz parte do cotidiano das pessoas e informa a rede de valores, hegemônicos ou não. A fofoca exerce também um sentido educativo quando as crianças participam da vida cotidiana e por ela aprendem as normas morais de seus grupos. Contudo, mesmo que repreendida, a fofoca, por ser uma narrativa extra-oficial, margeia a norma e o discurso institucional, escapa pela tangente e percorre corredores, salas, pátios e frestas da escola. O campo de incursão dessa pesquisa de mestrado é uma escola parceira do programa de pós-graduação, de ensino fundamental público e situada na cidade do RJ. Neste trabalho, apresento alguns achados de pesquisa surgidos em um ciclo de cinco oficinas com uma turma de quarto ano (entre 9 e 10 anos) como participantes. As oficinas debateram as relações interpessoais e o tema da fofoca apareceu desde o primeiro encontro, sendo tomada como objeto de pesquisa e material de análise. A partir da indagação sobre o sentido da fofoca entre as crianças, busco refletir os atravessamentos da fofoca no processo de subjetivação na infância. As principais interlocuções teórico-metodológicas são autoras dos feminismos interseccionais, estudos críticos da infância, estudos decoloniais e queer, por se tratarem de correntes de pensamento contra hegemônicas. As reflexões produzidas neste trabalho apontam que a fofoca é um elemento constitutivo das amizades entre as crianças, e se mostrou ser uma via por onde circulam normatividades, subversões, conflitos, crushes, relações de gênero e sexualidades.

**Palavras-chave:** Infância; escola; fofoca; sexualidade; amizade.

1 Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e bolsista FAPERJ Nota 10, [rayane.martuchi@gmail.com](mailto:rayane.martuchi@gmail.com);

2 Professora Associada do Instituto de Psicologia, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, coordenadora do DEGENERA - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros. Procientista FAPERJ/Uerj, bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ, [amanamattos@gmail.com](mailto:amanamattos@gmail.com).

# DIÁLOGOS SOBRE GERAÇÃO, MEMÓRIAS E PROCESSOS DE RACIALIZAÇÃO DE HOMENS GAYS NEGROS

*Rômulo Lopes da Silva<sup>1</sup>*  
*Leonardo Lemos de Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre as experiências de homens gays negros e, em particular, discutir as suas memórias e representações intergeracionais na sociedade brasileira. Parte das discussões oriundas de uma pesquisa de doutorado em andamento que discute as memórias e narrativas do futuro de jovens e velhos gays negros. Compreende-se que o curso da vida de homens negros gays é marcado por diferentes atravessamentos sociais que os alocam em situações de violência, exclusão e morte. As suas experiências demandam a intersecção dos marcadores sociais da diferença como raça, gênero, sexualidade, classe e geração. Nesse sentido, a análise interseccional evidencia a complexa e desafiante tarefa de tornar visível as singularidades no processo de subjetivação e do envelhecimento de homens gays negros. Desse modo, para compor esse debate, recuperamos as representações do corpo gay negro na mídia e nas artes, discutindo as (im)possibilidades de pensar o futuro e a velhice de gays negros para além do sofrimento e da impotência. As reflexões são articuladas com as discussões de Sueli Carneiro, bell hooks, Franz Fanon, Denise Ferreira da Silva, Castiel Vitorino e Megg Rayara de Oliveira. Espera-se oferecer reflexões que visibilizem as singularidades das experiências de homens negros gays com destaque ao discurso que se (re)produz nas memórias e ao longo das gerações de homens gays negros jovens e velhos, desvelando novos desafios para a subjetivação desses sujeitos.

**Palavras-chave:** Homens gays negros, geração, memória.

1 Doutorando do Curso de Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Assis, SP, [romulo-lobes.silva@unesp.br](mailto:romulo-lobes.silva@unesp.br);

2 Professor orientador: Doutor em Educação e Docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Assis, SP, [leonardo.lemos@unesp.br](mailto:leonardo.lemos@unesp.br);

# “CRIANÇAS TRANS EXISTEM?”: UM DEBATE SOBRE A CISGENERIDADE E OS SABERES PSIS

*Júlia Muniz de Alvarenga<sup>1</sup>*  
*Giovanna Marafon<sup>2</sup>*

## RESUMO

“Crianças trans existem?” é uma pergunta frequente e que parece incomodar profissionais de diferentes instituições que atravessam a vida de crianças. Em diálogo com Fávero e Ambra (2023), o objetivo do presente trabalho é problematizar o “pânico moral” que opera nesse debate, pois a cisgeneridade se sente ameaçada pela existência trans e tenta controlar desde a infância qualquer manifestação que escape da binaridade das normas de gênero dominantes. Para tanto, analisamos algumas narrativas presentes nas experiências profissionais das duas autoras, uma como docente do campo da Psicologia e Educação na formação de professoras/es, e a outra como psicóloga no sistema de justiça, na área da infância e juventude. A partir das narrativas, observamos que o “olhar adultocêntrico cisheterocentrado” (Couto Júnior, Pocahy, Oswald, 2018), ao não reconhecer e acolher a existência de diferentes infâncias, pratica violências e dificulta a abertura para outras sensibilidades na relação entre profissionais e crianças em dissidências. Na leitura de Nascimento, Santos e Adad (2022), aceitamos o convite para “bailar com as infâncias” e repensar a educação e a proteção social com crianças, por meio de uma análise crítica da cisgeneridade e dos saberes psis.

**Palavras-chave:** Criança Trans, Dissidências, Educação, Proteção Social.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH - da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ. Bolsista FAPERJ, juliamunizalvarenga@gmail.com;

2 Doutora em Psicologia. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Bolsista Prociência, giovannamarafon@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

**T**oca uma sirene de alerta. A luz vermelha e o som da sirene tomam a instituição. Qual será o perigo? Uma pessoa adulta cisgênera acaba de perceber a movimentação diferente de uma criança. A criança que já não correspondia à expectativa da norma cisgênera, agora quer ser chamada por outro nome. Quantas perguntas passam na cabeça da pessoa adulta que ativou a sirene: “Crianças trans existem?”; “Mas ela não é muito nova para decidir isso?”; “E se virar moda e todas as crianças começarem a fazer isso também?” etc.

A cena acima narrada é fictícia, porém mais comum do que imaginamos. Essa instituição pode ser a família, uma escola, um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, entre outras instituições que atravessam a vida de uma criança. Entendemos esse episódio como efeito do “pânico moral”, tal como discutido por Sofia Favero e Pedro Ambra (2023) no trabalho “A anatomia de um pânico moral”, no qual referem que os “setores importantes da sociedade sentem haver um grande e perigoso aumento de experiências trans, cujo horror alcança suas expressões máximas ao se aproximar da infância” (p. 14).

Para analisar como opera esse “pânico moral” em curso precisamos colocar em questão a cisgeneridade e como ela atua, principalmente na relação com as crianças; discutir como os saberes psis contribuíram para esse pânico; e se a psicologia pode ajudar a romper com essa perspectiva da binaridade de gênero, que ainda é dominante. Para tanto, neste trabalho trazemos algumas situações e problemáticas que atravessam nossos fazeres como docente e como psicóloga, tanto na formação docente na Faculdade de Educação de uma universidade pública na periferia do sudeste brasileiro quanto na atuação como psicóloga no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente em uma grande metrópole brasileira na região sudeste. O enfoque proposto se dá na relação com pessoas adultas que lidam cotidianamente com crianças, nas escolas e nas instituições de acolhimento. Por isso, a problematização se volta para tornar ponto central da crítica e da discussão os adultos e a cisgeneridade para pensar e abrir possibilidades vitais, sem censura, para as vivências de crianças trans.

É com o objetivo de encarar o pânico moral que assombra as pessoas cisgêneras que pretendemos produzir uma análise e pensar estratégias, para sensibilizar profissionais, do campo da educação e da assistência social, para as diferentes experiências de infâncias, incluindo as crianças trans.

## METODOLOGIA

A partir das experiências de pesquisa das duas profissionais, autoras do texto, pretendemos narrar e analisar algumas situações que nos chamaram a atenção nesses campos de atuação, que são também nossos campos de pesquisa. Questionar a cisgeneridade compulsória e entender como ela atua nas nossas práticas profissionais psís, é um exercício em que nós, autoras do trabalho, nos lançamos, pois também tivemos nossas infâncias reguladas pelo modo binário de gênero e, apesar da localização enquanto crianças e adultas cis, aliamos-nos às discussões do transfeminismo e também buscamos romper com o sistema da cisgeneridade. O assunto, portanto, foi constituindo nossos campos (aqui em diálogo), em conformidade com o que encontramos na escrita de Peter Spink (2003) a respeito do campo-tema. Neste caso, somos parte do campo-tema ou, ainda, campo-tema/problema. Assim, as pessoas envolvidas, as discussões, as ambiências, fazem parte do que contamos.

Neste texto apresentamos alguns fragmentos de situações em que o gênero estava em questão, frequentemente envolvido por falas de pânico moral e expressões de preocupação com as infâncias. As situações serão apresentadas a partir de dois movimentos: 1) discussões relacionadas ao direito ao nome social em escolas e as infâncias possíveis nesses espaços, realizadas com docentes em formação inicial e 2) recolhas de falas, observações e estranhamentos entre profissionais do CISTema de Justiça e dos serviços de acolhimento. O termo “CISTema” é uma crítica ao modelo adotado pelo sistema sexo-gênero que pretende favorecer as pessoas cisgêneras, em detrimento das pessoas trans, dinâmica ainda predominante no sistema de justiça, como explicam Mário Gomes, Sara Wagner York e Leandro Colling (2022).

Foram pinçadas do diário de campo docente situações de dois semestres que marcaram a professora, mulher branca cisgênera, em aulas da disciplina de Psicologia da Educação em 2022 e 2023. Os registros do diário de campo partem de duas experiências: no curso de licenciatura em Geografia (aproximadamente 30 estudantes, com idades de 20 a 70 anos, majoritariamente homens cisgêneros, pertencimento étnico-racial majoritariamente negro - pardos e pretos) no curso de Pedagogia (aproximadamente 25 estudantes, todas mulheres cisgêneras e um homem cisgênero, com idades entre 21 e 65 anos, pertencimento étnico-racial majoritariamente negro - pardas e pretas).

No curso de Geografia nenhuma outra disciplina havia abordado gênero e identidade de gênero - eram estudantes do 5o período no curso. Na Pedagogia, disciplina do 2o período, a maioria de estudantes desconhecia o tema, embora

provenientes de semestres diferentes no curso. Algumas estudantes haviam cursado a disciplina de Educação Inclusiva e tinham alguma noção de estudos de gênero, mas desconheciam termos como cisgeneridade e as questões em torno do direito ao nome social e à autodeterminação de gênero por crianças em idade escolar.

Outros elementos, que serão colocados em análise, partem do diário de campo da atuação de uma das autoras como psicóloga no Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), entre 2016 a 2022. Para o trabalho de assessoramento técnico às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude nas fiscalizações semestrais dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro, foram criadas perguntas no roteiro técnico da equipe de Psicologia para o contato com direção, equipe técnica e educadoras(es) dos serviços, que buscavam fazer um mapeamento inicial sobre o trabalho com crianças e adolescentes em dissidências de gênero. Cabe destacar que o roteiro técnico não tinha como objetivo seguir como um questionário regular, as perguntas eram feitas durante as conversas com profissionais e, a partir dessas perguntas, outras questões surgiam e eram debatidas durante as reuniões.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O texto de Favero e Ambra, citado anteriormente, integra um dossiê “Epidemia trans? Um debate sobre infância, gênero e normatividade” (2023), da Revista Cult. Após a divulgação da nova edição da revista na página da Revista Cult na rede social Instagram, inúmeros comentários, desde críticas ao título como “sensacionalista”, até discursos conservadores de pessoas que se dizem protetores das crianças, demonstram como pensar a experiência trans na infância ainda é algo desafiador, pois há uma fiscalização de gênero em que a criança é vista, segundo Paul Preciado (2020), como um “artefato biopolítico”.

O debate de Paul Preciado é inspirado nas discussões de biopolítica realizadas por Michel Foucault (2010), em que o poder que operava apenas a partir da disciplina dos corpos, avança com o biopoder ao buscar a regulamentação não do corpo individual, mas da população. Na crítica de Preciado (2020), a sexualidade e o gênero são focos da regulamentação, pois o poder, a partir das normas, tem como objetivo fazer a manutenção de uma “nação heterossexual” e da binaridade de gênero:

(...)A biopolítica é vivípara e pedófila. O que está em jogo é o futuro da nação heterossexual. A criança é um artefato biopolítico que permite normalizar o adulto. A polícia de gênero vigia os berços para

transformar todos os corpos em crianças heterossexuais. Ou você é heterossexual ou a morte o espera. A norma faz a ronda ao redor dos recém-nascidos, exige qualidades femininas e masculinas distintas da menina e do menino. (PRECIADO, 2020, p. 71).

Como efeito desse processo, Preciado (2020) critica os ditos defensores da infância e da família quando partem de visões heterossexuais e de gênero normalizadas. Ele ainda aponta os sofrimentos e as violências geradas pelo desrespeito ao direito de cada pessoa, inclusive criança, à autodeterminação de gênero.

Para repensar essa lógica policialesca, Favero e Ambra (2023) destacam que devemos entender que a cisgeneridade também funciona como uma instituição, pois ela produz subjetividades e, na estrutura binária, cria modelos que estabelecem apenas um modo de ser homem e um modo de ser mulher como válidos. O que escapa dessa binaridade, apavora, pois a sociedade organizada sobre esse princípio “não suporta ver modificações corporais que exponham contingências históricas, políticas e culturais responsáveis por definir o contorno dado à noção de corpo, em especial quando se trata de crianças. O corpo nos traz angústia” (FAVERO e AMBRA, 2023, p. 16).

Historicamente, as escolas regularam o gênero de forma binária: espaços para meninas, espaços para meninos; comportamentos femininos, em oposição aos comportamentos ditos masculinos; nomes de meninas, nomes de meninos, criando zonas de inteligibilidade e zonas de ininteligibilidade, exposição às violências e exclusão. A partir do mesmo referencial binário que opera no âmbito educacional, a rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro também distribui os abrigos a partir de um entendimento que todas as meninas terão demandas iguais, e efetua o mesmo, em relação aos meninos, por isso, tentam justificar os abrigos especializados por divisão etária e de gênero. No entanto, as dissidências das infâncias e das crianças também habitam a escola e os serviços de acolhimento. São crianças consideradas “diferentes”, “estranhas”, “queers”, “viadas” que bagunçam a suposta linearidade compulsória entre sexo-gênero-sexualidade. Elas desnaturalizam o que se consolidou socialmente como natural.

É com o objetivo de estranhar as práticas institucionais, que buscamos compreender quais construções de pensamentos geram obstáculos para o reconhecimento e para a proteção de crianças em dissidências de gênero. Com Viviane Vergueiro (2015), pensamos a cisgeneridade como um conjunto de “compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero” (p. 61). Ao nomear a

cisgeneridade e entender como funciona a regulação das vivências e dos corpos, quando trazemos o foco para as infâncias, observamos que é produzida uma narrativa que a criança não pode falar por si e que a pessoa adulta é que supostamente sabe sobre ela, principalmente quando há uma tentativa de escapar do modelo binário da cisgeneridade.

Os saberes psis, a partir das teorias do desenvolvimento, contribuíram para a construção de uma adultez rígida. Dilton Couto Junior, Fernando Pochay e Maria Luiza Oswald (2018) explicam que muitas vezes impera na relação adulto-criança o “olhar adultocêntrico (cis)heterocentrado”, pois há uma tentativa das pessoas adultas de impor às crianças as normas de gênero e sexualidade. Isso faz com que nas intervenções tenhamos que discutir o lugar ocupado pelos adultos na relação com as crianças, atravessado pelo reconhecimento de como opera a cisgeneridade na vida de cada qual, interferindo no olhar para as infâncias.

No texto “Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura”, Lucia Rabello de Castro (2001) explica que a partir da compreensão da teoria que a infância é uma etapa da vida adulta, atuam sobre crianças e adolescentes normas sobre como devem ser no presente e no futuro. É necessário fazer uma crítica às concepções dos saberes psis. A autora destaca como a norma psicológica atua definindo quais transformações devem ocorrer a cada período da vida, em uma lógica sequencial e evolutiva, tendo como base parâmetros morais que têm como foco adequar a pessoa aos valores que são considerados positivos pela sociedade e não a partir do interesse da criança e adolescente.

Aliado à essa lógica desenvolvimentista, que cria hierarquias entre a pessoa adulta e as crianças, estão as teorias, também psis, que historicamente contribuíram para patologizar as experiências trans. A presença desses saberes em vários campos, como na escola e no sistema de direitos da criança e do adolescente, demonstra como estão distantes das discussões dos impactos da cisgeneridade na produção de subjetividade, bem como, ainda associam a transgeneridade a uma psicopatologia ligada ao sofrimento psíquico.

Como efeito, quando o assunto é a possibilidade de autodeterminação de gênero de crianças, como proposto por Paul Preciado (2020), ainda é comum, a partir da perspectiva adultocêntrica cisheterocentrada, o argumento de que elas são muito novas para definir o gênero. O curioso é que a mesma premissa não é aplicada para evitar a compulsoriedade da determinação de cisgeneridade que é feita desde o nascimento, como bem problematiza Sofia Favero (2020): “A ideia de ‘precaução’ em relação à transexualidade ‘infantil’ é tributária a uma herança médica que compreende o desvio da norma como um tipo de perigo. E por que não vemos como igualmente ameaçadora a identificação dentro da cisgeneridade?”

(p. 21). Assim, a proposta é interrogar a cisgeneridade e seus feitos, em vez de seguir apontando a transgeneridade como problema.

Para propor o deslocamento de profissionais dos campos da educação e da proteção social de crianças, podemos aprender com Sofia Favero (2022) como questionar a psicologia e entender que é necessário sujá-la, e que “sujar a psicologia não é só dar a ela novos instrumentos, mas desafiar o limite de seus contornos. Violar as regras” (p. 134). Por esse caminho, entendemos ser urgente a busca por referências de outras produções de conhecimento para romper com modelos biomédicos e com lógicas desenvolvimentistas dos saberes psis, pautados pela cisgeneridade e pela perspectiva adultocêntrica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola e as instituições de acolhimento, os chamados abrigos, são lugares de constituição das infâncias, de produção de saberes e práticas que configuram o que se entende por crianças e adolescentes. A escola produz a criança estudante, a/o aluna/o. O abrigo produz a criança alvo da proteção social e estatal. São instituições não isentas de uma produtividade biopolítica, de um modo de produzir jeitos de ser, de estudar, de se relacionar, de morar, de ser cuidada/o. Nesse sentido, abordamos o que essas instituições têm produzido em relação às infâncias e o que essas instituições, ao mesmo tempo, não têm permitido que floresça por meio dos controles e das regulações que exercem, entre elas, a regulação do gênero, mais precisamente das identidades de gênero.

Relatamos, então, a partir das intervenções de aulas de cursos de licenciaturas, em que a maioria de docentes em formação inicial era composta por pessoas cisgêneras, que chegavam às disciplinas de Psicologia da Educação com alguma curiosidade a respeito de como se portariam nas escolas em relação a estudantes em afirmação de gênero distinta daquela atribuída ao nascer e ser registrada/o e/ou em relação ao nome social. Cumpre salientar que mesmo na universidade a discussão a respeito do nome social é recente e, pelo menos até meados da pandemia de Covid e dos semestres de ensino remoto, sabemos de situações de desrespeito ao nome social, listas de presença e no ambiente virtual de aprendizagem em que constava o nome morto da pessoa. Ou, ainda, ambos os nomes constavam nos documentos, o que também contribui com a des-in-formação de docentes que não sabiam qual dos nomes era o social e como se referir a estudantes sem reiterar constrangimentos e perpetuar violências transfóbicas.

As políticas educacionais atuais já não podem ignorar ou negar as dissidências de gênero e sexualidade, mas como estão inscritas em uma biopolítica que

se alia ao governo das condutas, parecem conseguir defender em abstrato o respeito à diferença. Frequentemente no espaço acadêmico da formação docente inicial, nas licenciaturas, aparece como politicamente correto e aceito o discurso do respeito ao outro, ao diferente. Mas, junto com esse discurso ainda reside o escândalo ao pensar e nomear as crianças trans e que elas vão à escola. Infelizmente, são crianças que nem sempre conseguem permanecer na escola, por isso a importância desta discussão.

Quando começamos a apresentar textos sobre crianças e adolescentes trans e travestis nas escolas, emerge o pânico da proximidade com uma realidade viva e pulsante. Destacamos três situações a partir das aulas, que são: a) ideia de que o nome social de crianças e adolescentes trans somente seria respeitado mediante autorização de mães/pais/responsáveis; b) surpresa ao se descobrirem pessoas cis; e c) sensibilidade para impedir violências transfóbicas nas escolas e nas famílias.

Futuras/os docentes falam que precisam da autorização de pais e/ou responsáveis para reconhecer o nome social de crianças e adolescentes trans e travestis nas escolas, quando estas/es têm menos de 18 anos de idade. Mas, e o direito à livre determinação da identidade de gênero? Pode um direito ser desrespeitado por que as escolas criam um obstáculo, ao exigir que pais e responsáveis legais reconheçam o que, sabemos, muitos não reconhecem? E a autonomia da escola para assegurar a não violação de um direito?

A esse respeito, encontramos a nota técnica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinada em 2013 por Berenice Dias, à ocasião presidenta da Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB. Em cinco páginas, a nota conclui que crianças e adolescentes que desejarem fazer uso do nome social em documentos de instituições de ensino podem fazê-lo mediante expressão de forma irrefutável. Considera, ainda, absolutamente dispensável a necessidade de autorização de pais e/ou responsáveis para o uso do nome social por crianças e adolescentes, mencionando que em uma eventual ponderação - leia-se entre o expresso por mães/pais/responsáveis legais e as crianças ou adolescentes - "deve prevalecer a possibilidade de adoção do nome social" (p. 4). Não adotá-lo seria ferir os direitos humanos e os direitos de crianças e adolescentes em seus direitos fundamentais. Além disso, não se pode confundir consentimento dos pais com vigilância e proibição que fere a dignidade de crianças e adolescentes e as levaria a situações possivelmente vexatórias, discriminação da identidade de gênero e formas correlatas de LGBTI+fobia.

Abordar essas questões fez com que emergisse a questão central nos diálogos com futuras/os docentes: quando você se percebeu uma pessoa cisgênera?

Olhares de estranhamento. Conversas paralelas. Cis o quê? Cisgênera, eu? Sim, todas as pessoas nas duas turmas de licenciatura, tanto em Geografia quanto em Pedagogia, naqueles dois semestres, eram pessoas cisgêneras. Espanto. Nomear o que não costuma ser assim falado nem visto. Dar nome ao processo que também é uma construção de reiteradas afirmações de gênero ao longo da vida. Não é o gênero natural, até mesmo porque entendemos que seria uma contradição em termos, de algo que pode até ser naturalizado enquanto tal, mas é subjetivado e objetivado por inúmeras operações ao longo do tempo. Não sem constrangimentos, muito pelo contrário. Foi interessante começar a ouvir os constrangimentos, as revoltas com o gênero, os ressentimentos com a tentativa de performar de acordo com as normas de gênero, principalmente nas falas de mulheres cisgêneras e de homens cis gays.

No acúmulo dessas duas discussões entrecruzadas, o direito ao nome social como um acesso ao direito e ao reconhecimento da dignidade de estudantes trans e travestis, junto à percepção e análise da cisgneridade encarnada na vida de pessoas cis, levou ao ponto de sensibilizar para não se tornar um/a docente transfóbica, para ver a transgeneridade não mais como o outro e sim como uma maneira de existir próxima, tão próxima que pode ser a de qualquer pessoa. Inclusive, emergiram relatos de estudantes que têm amigos trans, pessoas trans nas famílias, muitas dessas evangélicas e mais conservadoras. Ao final, uma estudante do curso de Geografia leu uma carta, escrita por uma pessoa da família dela em um grupo de redes sociais da família, na qual uma mãe apresentava de forma nova a sua filha criança, que estava em processo de afirmação de uma identidade de gênero distinta daquela inicialmente designada. A carta era emocionante e mostrava o cuidado e também a preocupação materna para que a filha fosse acolhida e para que os demais membros da família pudessem conhecer de outro modo a experiência infantil que convidava a toda a gente ocupar outros lugares.

No acompanhamento às fiscalizações do MPRJ aos abrigos da cidade do Rio de Janeiro, foi possível observar a resistência de profissionais do CISTema de Justiça e dos serviços de acolhimento de reconhecer a existência das infâncias trans. Tanto profissionais do direito, como psicólogas (os), assistentes sociais, educadoras (es), estranharam o primeiro contato com as perguntas do roteiro técnico, como, por exemplo, a questão sobre a existência de crianças e adolescentes trans acolhidas (os) naqueles espaços. Algumas vezes pontuaram que por se tratar do público infanto-juvenil, tal pauta não era pertinente.

Em algumas visitas aos serviços de acolhimento, quando foi realizada a pergunta sobre a participação de profissionais na palestra oferecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) sobre transgeneridade, era comum



escutar de algumas técnicas dos serviços, que, por se tratar de abrigo de crianças, essa discussão não contribuiria para formação profissional, pois era entendido que o debate era apenas para quem atuava em abrigos de adolescentes.

Cabe destacar que no diálogo com profissionais que participaram da referida formação promovida pela SMAS, a palestra teve como foco explicar o fenômeno da transgeneridade e não surgiu uma análise de como opera o sistema binário de gênero na própria rede de serviços de acolhimento do Rio de Janeiro. Impressiona a ausência desse debate, pois além da segmentação da rede com abrigos de adolescentes do gênero feminino e abrigos de adolescentes do gênero masculino, os abrigos de crianças, muitas vezes, separam os quartos e banheiros também por gênero. Sobre isso, Favero (2022) critica o modo como muitas pessoas cis buscam dar sentido à experiência trans, mais para aplacar suas angústias dando nome ao que consideram diferente, e como a “cisgeneridade permanece incapturável. Ela simplesmente não existe, não é vista, não é falada, embora sobre ela se produza, se diga, se coloque muita coisa” (p. 58). Diante desse cenário, em que a transgeneridade segue sendo tratada como fenômeno à parte, como anormal frente à cisgeneridade, que seria o suposto normal, o que esse tipo de formação segue produzindo? Precisamos fazer esse questionamento, se de fato procuramos acolher as experiências diversas de gênero na infância nos abrigos.

Apesar do estranhamento inicial no encontro com as perguntas sobre gênero no roteiro técnico, nas reuniões dos semestres seguintes, foi possível observar movimentos em alguns serviços, novas questões sobre gênero começaram a surgir e se abriu uma oportunidade de aprofundar o debate. A partir de perguntas sobre a dinâmica da instituição e se as crianças apresentavam demandas relacionadas a gênero, existiam relatos de profissionais dos abrigos de situações em que as crianças estavam solicitando serem chamadas por nomes sociais e/ou manifestando o desejo de vestir roupas diferentes, o que para as funcionárias dos serviços era um desafio, pois eram manifestações que rompiam com as determinações binárias de gênero. Entre os episódios narrados, uma psicóloga explicou que um menino estava pedindo para usar vestidos, o que era permitido no espaço do abrigo, mas que para sair na rua e ir para escola não era aceito, devido ao medo das educadoras do serviço de ataques contra a criança fora da instituição. A psicóloga narrou que buscava acolher essas manifestações da criança em relação à roupa, mas ainda não sabia como lidaria caso se tratasse de uma criança trans.

Tais exemplos demonstram como pouco se discute a experiência trans na infância e tampouco é colocado em análise como a cisgeneridade opera nos serviços de acolhimento, muitas vezes fiscalizando, patologizando e minando a possibilidade de outras manifestações de gênero.

Os relatos dos diários de campo das duas autoras demonstram como seria potente incluir na formação de profissionais, que atuam com crianças e adolescentes, debates sobre gênero, que incluam questionar o modo binário de compreender gênero imposto pela cisgeneridade desde a infância. Para isso, tendo como objetivo também romper com a hierarquia da pessoa adulta na relação com a criança, para permitir aprender novos mundos com as crianças, as autoras Leticia Nascimento, Vanessa Santos e Shara Adad (2022) propõem pensar “aprendizagens multirreferenciadas”, para “romper com o padrão monocultural que atravessa os ambientes de aprendizagem e proteção social das infâncias (NASCIMENTO, SANTOS E ADAD, 2022, p. 330).

A estratégia das “aprendizagens multirreferenciadas” procura ir além de reconhecer as pluralidades de experiências (raciais, de gênero, da deficiência, indígenas, periféricas e outras). É um processo que demanda abertura da pessoa adulta para “multiplicar as sensações, abrir-se para o mundo e para os outros de modo visceral e desenraizado” (NASCIMENTO, SANTOS e ADAD, 2022, p. 331).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a proposta das “aprendizagens multirreferenciadas” nos campos da educação e da proteção social, apostamos em algumas novas vertentes dos saberes psi que fazem aliança com o movimento transfeminista, pois contribuem para questionar a cisgeneridade e buscam romper com a patologização da experiência trans, que historicamente determinou que a cisgeneridade seria o natural e a transgeneridade o desvio da norma.

O transfeminismo, ao fazer uma crítica à cisgeneridade, contribui para que a psicologia tenha ferramentas para contrapor o biologicismo, principalmente quando entende que gênero é uma construção social e que a autodeterminação de gênero não é um processo rígido. Beatriz Bagagli (2021) indica que precisamos abandonar as ideias de “certeza” ou “resultado final” para “reconhecer que as crianças devem ter o direito de se identificarem com o gênero com que atualmente se sentem à vontade sem sofrer represálias e rejeição” (p. 62). Por esse caminho de pensamento, a psicologia, por exemplo, poderia contribuir, negando a ideia de um desenvolvimento linear amparado nas normas de gênero, ao destacar como a esfera da subjetividade é múltipla e fluida. Nesse sentido, a psicologia tem a aprender com as infâncias trans e pode ser um saber que intervém na realidade não para normalizá-las, mas para criar as condições de diversas formas de vida visíveis, alegres, brincantes e criativas.

Muitas de nós, pessoas adultas, acreditam que é necessário “dar voz” às crianças e adolescentes no intuito de colocá-las em um suposto lugar de protagonismo. Mas o que essa ideia esconde é que a pessoa adulta, em seu lugar de superioridade, acredita que ela tem esse poder de “dar” e “tirar” a voz da criança. Como se as crianças não tivessem autonomia sobre suas vozes. Se de fato queremos incentivar o protagonismo das crianças, precisamos aprender a escutá-las, de verdade - o que significa ouvir suas vozes. Diferente da adultez, as infâncias plurais são povoadas de modos novos e criativos de entender o mundo. É com foco em romper com a rigidez desse mundo adulto cheio de normas, que seguimos a proposta de Nascimento, Santos e Adad (2022) para “bailar com as infâncias” e sair da hierarquia entre pessoa adulta-criança que impede a criação de outros modos de pensar e experienciar o gênero e a sexualidade.

## REFERÊNCIAS

BAGAGLI, B. P. Cisnormatividade e o cuidado com a saúde de pessoas trans na infância e adolescência. In: STONA, J.; CARRION, F. **O cis no divã**. Salvador: Devires, 2021, p. 49-64.

CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: Castro, L. R. de (org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001

COUTO JÚNIOR, D. R., POCAHY, F. A. & OSWALD, M. L. M. Crianças e infâncias (im) possíveis na escola: dissidências em debate. **Periódicus**, 1(9), 2018, p. 55-74.

FAVERO, S. **Crianças Trans**. Salvador: Devires, 2020.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Suja**. Salvador: Devires, 2022.

FAVERO, S.; AMBRA, P. Anatomia do pânico moral. In: Dossiê Epidemia Trans? Um debate sobre infância, gênero e normatividade. São Paulo: **Cult**, 2023, p. 14-17.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOMES, M. S. C; YORK, S.W.; COLLING, L. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos

fundamentais. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 02, 2022, p. 1097-1135.

NASCIMENTO, L. C. P.; SANTOS, V. N.; ADAD, S. J. H. C. *Infâncias ingovernáveis: aprendizagens e proteção social*. In: FRANÇA, R. M. S.; COSTA, T. C. M. **Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea**. Teresina: EDUFPI, 2022, p. 317-338.

OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Nota técnica sobre uso do nome social em escolas e universidades**. Brasília, DF. 2013. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota\\_tecnica\\_oab\\_uso\\_de\\_nome\\_social\\_nas\\_escolas.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota_tecnica_oab_uso_de_nome_social_nas_escolas.pdf). Acesso em: 10 de dez 2023

PRECIADO, P.B. Quem defende a criança queer?. In: PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano- Crônicas da travessia**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 69-73.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-constructivista. **Psicologia e Sociedade**, 15 (2), 2003, p. 18-42.

VERGUEIRO, V. **Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes: Uma Análise Autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

# CABRA MACHO NÃO SENHOR: NOTAS DE UM CORPO EM FÚRIA

*David Amorim<sup>1</sup>*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo fazer uma análise acerca do que seja considerado como masculino dentro dos padrões normativos sociais, tendo como recorte geográfico o interior de Pernambuco; logo, questiona-se aqui não apenas o que é ser homem, mas se pensa a ideia de homem nordestino macho. Para tanto, partimos aqui de um relato de experiência onde as memórias de infância trabalham como um agente de pensamento para as subjetividades bicha, como também buscamos compreender como o corpo queer jovem subverte normas, mas que também precisa se (re)adequar aos espaços como forma de sobrevivência. Portanto, o presente trabalho tem como pretensão apresentar como as masculinidades nordestinas ainda estão presas em um modelo arcaico e em como corpos que fogem a essas normas são considerados como distoantes, furiosos e estranhos, pois se pensar em homossexualidades rurais ainda parece ser algo pouco provável e menos estudado.

**Palavras-chave:** Masculinidades, Corpo, Homossexualidade, Infância Queer.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Imagem e Som (PPGIS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); bolsista Capes. E-mail: [david.amorim@estudante.ufscar.br](mailto:david.amorim@estudante.ufscar.br)

# ADOLESCÊNCIAS TRANS: ESCUTA CLÍNICA EM UM AMBULATÓRIO DE TRANSDIVERSIDADE

*Heloene Ferreira da Silva<sup>1</sup>*  
*Daniel Luis Schueftan Gilban<sup>2</sup>*  
*Carolina Bastos da Cunha<sup>3</sup>*  
*Clarice Borschiver de Medeiros<sup>4</sup>*  
*Michelle de Moura Balarini<sup>5</sup>*

## RESUMO

As modificações corporais inerentes à puberdade, bem como a mais delicada das travessias, a adolescência: passagem da vida infantil para a vida adulta, impõe questões no campo das adolescências trans. “Eu sou um corpo errado”, nos diz uma adolescente trans acompanhada em um ambulatório público, Identidade – Ambulatório de Transdiversidade, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Hospital Universitário Pedro Ernesto. Esta adolescente, logo em seguida afirma que vive bem e feliz em seu corpo, contudo a sociedade o considera um “corpo errado” e, por isso, precisa fazer a transição, pois só assim poderá ser “passável” como mulher. A adolescência exacerba a dimensão do reconhecimento social. Adolescentes buscam sua “passibilidade” ao mesmo tempo que se identificam com figuras midiáticas cujas imagens são cirurgicamente construídas em busca de uma perfeição estética. Desta forma, o processo de afirmação de gênero na adolescência suscita dúvidas quanto ao que eles realmente desejam. A autodeterminação da identidade trans nessa população jovem nem sempre é validada devido às interseccionalidades.

1 Doutora e Mestre em Psicanálise PGPSA/UERJ. Psicóloga voluntária no Identidade – Ambulatório de Transdiversidade (HUPE/UERJ). Docente no Instituto de Educação Médica (IDOMED/UNESA). [heloene-ferreira@hotmail.com](mailto:heloene-ferreira@hotmail.com);

2 Mestre em endocrinologia pela UFRJ. Membro do departamento de endocrinologia da Soperj. Endocrinopediatra da UERJ. [danielgilban@gmail.com](mailto:danielgilban@gmail.com);

3 Médica endocrinologista. Mestre em Fsiopatologia Clínica e Experimental pela UERJ (Fisclinex). [carolina.cunha@hupe.uerj.br](mailto:carolina.cunha@hupe.uerj.br);

4 Mestre em Medicina com enfoque na área de endocrinologia pediátrica. Médica da endocrinologia pediátrica do Hospital Universitário Pedro Ernesto. [claricebmedeiros@gmail.com](mailto:claricebmedeiros@gmail.com);

5 Endocrinologista da UERJ. Mestre em Endocrinologia pela UFRJ. Membro do DEFAT (Departamento de endocrinologia feminina, andrologia e transgêneridade) da SBEM (Sociedade brasileira de endocrinologia e metabologia). [michelle.balarini@hupe.uerj.br](mailto:michelle.balarini@hupe.uerj.br).

A escuta clínica de adolescentes trans, alinhada aos direitos dessa população, visando promoção do cuidado, traz para o debate as vivências desses adolescentes e ressalta a importância de um cuidado individualizado.

**Palavras-chave:** adolescências trans; ambulatório público; transdiversidade; escuta clínica.

ISBN: 978-85-61702-97-7



## ST 16 - HOMOSSEXUALIDADE E IGREJA





# GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO PARA A GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

*Rita Cristiana Barbosa<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este trabalho relata o desenvolvimento do componente curricular Gênero, sexualidade e religião, do curso de bacharelado em Ciências das Religiões da UFPB. A proposta metodológica esteve focada em discutir as relações de gênero, sexualidade e suas representações, por meio de estudo de textos científicos, poemas, músicas e imagens, paradas ou em movimento, como vídeos e imagens iconográficas. As discussões dos textos partiram, em cada aula, do debate dirigido por grupos de trabalho, que se responsabilizaram pelo direcionamento das discussões, com o meu auxílio e orientação. A avaliação se deu através das leituras, participação nas aulas, do compromisso na apresentação dos trabalhos e produção a partir de atividades propostas como resenha crítica, filme-carta e webfólio, instigadas por questões, trechos dos textos estudados e produção livre. Conclui-se que a experiência foi exitosa e contribuiu para sensibilizar sobre as questões que envolvem o título da disciplina, refletindo como dimensões sociais que instituem identidades.

**Palavras-chave:** Gênero e religião, Sexualidade e religião, Mulheres e religião, Identidade.

---

1 1 Professora e chefe do Departamento de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [rcrisbarbosa@yahoo.com.br](mailto:rcrisbarbosa@yahoo.com.br);

## COMO ERA NO PRINCÍPIO, AGORA E SEMPRE. AMÉM?

*Edson Ferreira Alexandrino Junior<sup>1</sup>*

### RESUMO

Retirado da jaculatória “Glória ao Pai”, costumeiramente utilizada para fortalecimento e esperança, o título deste trabalho assume-se como uma crítica aos retrocessos pretendidos pelos setores mais conservadores do legislativo para manutenção de seu status dominante. Assim, partindo de uma análise que olha o direito a partir de uma abordagem marxista, pretende-se, através de pesquisa qualitativa, com análise bibliográfica e dos documentos legislativos, elaborar uma reflexão crítica sobre as relações entre Estado laico e religião no campo das sexualidades e gêneros LGBTQ+ no Brasil, em especial quando da garantia de direitos e promulgação de leis pelo Congresso Nacional, apresentando, para tanto, elementos acerca de uma construção ideológica, que até hoje, domina às relações entre sexualidades e gêneros. Esta pesquisa, ainda em construção, para obtenção do título de mestre em Estudos da Condição Humana, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), aponta para uma movimentação pendular do direito, decorrente da tensão existente entre os avanços dos movimentos sociais, que reivindicam através do Poder Judiciário a declaração de inconstitucionalidade direta e/ou por omissão, a efetivação de direito, e avanço da agenda neoconservadora, através de agentes confessionais, que trabalham à favor do retrocesso das questões relacionadas as sexualidades e gêneros, sobretudo, quando das pessoas LGBTQ+. Considerando para tanto, que a análise interdisciplinar das relações jurídicas-sociais, se faz necessária para a construção de uma pesquisa que exprima, de certa forma, a realidade das questões suscitadas.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo, Judiciário, Gêneros, Sexualidades, Neoconservadorismo.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana, Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. E-mail: [edsonalexandrino@estudante.ufscar.br](mailto:edsonalexandrino@estudante.ufscar.br).

## “EU NÃO QUERO VIVER NA PROMISCUIDADE: REFORÇO E SUBVERSÃO DE NORMATIVIDADES EM IGREJAS INCLUSIVAS

*Maressa Fernanda Almeida da Silva*

### RESUMO

Neste trabalho, apresento os dados gerados a partir da narrativa de um pastor gay de uma das principais igrejas inclusivas situadas no estado do Rio de Janeiro. Mediante à exclusão historicamente perpetuada pelas igrejas tradicionais contra a comunidade LGBTQIAP+, as igrejas inclusivas surgiram com o objetivo de criar e promover espaços de acolhimento, onde a homossexualidade e a transexualidade são tratadas como partes essenciais dos indivíduos, designadas por Deus segundo os seus planos. Partindo do campo da Análise de Narrativa (BASTOS; BIAR, 2015), busco compreender: (i) de que maneira sentidos e identidades são construídos pelo participante na entrevista; (ii) como o encontro social entrevistador/entrevistado pode ter influenciado a narrativa; (iii) que discursos emergem da mesma. Ademais, parto da Linguística Queer (BORBA, 2015) para analisar de que maneira as práticas regulatórias características do discurso religioso tradicional são reforçadas pelas e nas igrejas inclusivas e como a comunidade LGBTQIAP+ cristã é percebida e construída frente a ambientes marcados pela cisheteronormatividade — neste caso, as igrejas tradicionais — e em espaços inclusivos. Embora ainda em sua fase inicial, a pesquisa aponta que a relação entre religião e sexualidade, mesmo em instituições que se propõem a confrontar práticas cisheteronormativas como as igrejas inclusivas, é complexa e marcada por processos simultâneos de subversão e reforço, evocando discursivamente a noção de homonormatividade (BORBA; LEWIS, 2023). Na interseção entre dois poderosos discursos, a estrutura de dominação expressivamente encontrada no discurso religioso parece exercer um forte controle regulatório acerca das práticas identitárias relacionadas à sexualidade.

## TECLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTUDOS EM GRUPO DE PESQUISA

*Rita Cristiana Barbosa<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este trabalho relata o desenvolvimento dos estudos do Grupo de Pesquisa sobre Educação, Religiões, Mulheres e Tecnologias Digitais (TECLA), vinculado ao Departamento de Ciências das Religiões da UFPB. Cadastrado no diretório Capes, objetiva agregar estudos sobre as temáticas citadas, a partir de uma proposta metodológica em modalidade híbrida, focada em discutir as relações de gênero, sexualidade, mulheres, ensino religioso e tecnologias digitais na educação, por meio de estudos de textos científicos, poemas, letras de músicas, análise de produções artísticas, análises de imagens, paradas ou em movimento, como vídeos e imagens iconográficas, etc. As discussões partem, em cada encontro, do debate dirigido por grupos de trabalho, que se responsabilizam pelo direcionamento das discussões, ora no formato de mesa redonda, ora a partir da exibição de filmes e outras apresentações. A cada estudo uma questão-problema é anunciada para uma produção textual. A ideia é estimular a produção intelectual entre os pares e a divulgação dos estudos e pesquisas realizadas pelo grupo. Conclui-se que a experiência pode ser exitosa e contribuir para o desenvolvimento de produções acadêmicas de pesquisadoras(es) membros do TECLA, espalhados pelo país.

**Palavras-chave:** Educação e religião, Gênero e religião, Mulheres e religião, Tecnologias digitais e religião, Tecnologias digitais e Ensino religioso.

---

1 Professora e chefe do Departamento de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [rcrisbarbosa@yahoo.com.br](mailto:rcrisbarbosa@yahoo.com.br);

ISBN: 978-85-61702-97-7



**ST 17 - INTERSECCIONALIDADES  
EM BRASIL(IS) E ÁFRICA(S)  
NA DECOLONIALIDADE DOS  
CORPOS, ESPORTES E EDUCAÇÃO  
FÍSICA: GÊNERO, RAÇA/ETNIA,  
SEXUALIDADES E +**



# INTERSECCIONALIDADES EM BRASIL E ÁFRICA (PALOP) NA DECOLONIALIDADE DOS CORPOS: GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADES E ESPORTE

*Ineildes Calheiro<sup>1</sup>*

## RESUMO

Com o objetivo de, através dos corpos e esporte refletir sobre decolonialidades e descolonização do pensamento, bem como na desmistificação brasileira concernente aos países africanos, esse estudo, teórico-metodologicamente fundamentado em gênero, raça/etnia e sexualidades negras, apresenta resultados de pesquisa de pós-doutoramento (em andamento) tendo o esporte como um (novo) campo científico de subversão de gênero, sexualidades e combate ao racismo no Brasil e, em países africanos como campo de luta nacional e ressignificação da tradição, relacionadas as limitações e submissões de gênero. A população estudada são as mulheres africanas da UNILAB e o método é de intervenção, com observação e entrevistas, fazendo comparação. Sendo o esporte uma esfera desafiadora e em especial o futebol, por ser, no Brasil, um lugar de macho, androcêntrico, heterossexual e branco, e em países africanos do PALOP é androcêntrico e heterossexual, mas, também é um meio de resistência e combate ao racismo, sexismo e homofobismo. Nos resultados, foi detectado países africanos sem experiências internas com o racismo (através das entrevistas), e pontua-se a inclusão de negrxs (políticas afirmativas) no Brasil como uma importante estratégia de erradicação do racismo (no futuro), juntamente com o fortalecimento da discussão racial. Dentre as categorias estudadas o sexismo é presente em todos os países do estudo e o esporte se apresenta como bandeira de inclusão de gênero, no entanto, destes países analisados o racismo aparece como problema exclusivamente brasileiro e que não se erradicou.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Decolonialidade, Esporte, Sexualidades, Brasil/África.

1 Pós-doutoranda (UNILAB/FUNCAP/CNPq-c) em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira - CE; Dra. Em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA); Mestra em Pós-crítica (UNEB); Especialista em Estudos e Representações africanas (UNEB); Licenciada em Educação Física (UNIME), ildafrica@yahoo.com.br. Bolsita CNPq e FUNCAP. Esse artigo é resultado do projeto de pesquisa pós-doutoral (em desenvolvimento).

## INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva refletir sobre decolonialidades e descolonização do pensamento, através do esporte e desmistificar conhecimentos estereotipados concernentes aos países africanos focalizando questões raciais, corresponde a resultados de pesquisa (pós-doutoral/em desenvolvimento) do Projeto intitulado “Descolonize-cis, interseccionalidade no esporte em Guiné-Bissau: LGBTQIA+, gênero e trabalho”, iniciado em 2022, incluindo outros países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

A pesquisa se deu a partir de minha entrada no curso de Especialização em “Estudos e representações africanas” na Universidade Estadual da Bahia (2020-2021), utilizou o método de intervenção, obteve resultados importantes e produtos, como: Um seminário Internacional em interseccionalidades entre Brasil e África (em 2021) e um livro e-book (2023), e se justifica pelo fato de, em minha trajetória acadêmica me esbarrar com a falta de estudos africanos com abordagem de corpos, gênero, raça/etnia, sexualidades e esportes em países do PALOP. E com as brechas e possibilidades que surgiram na pesquisa anterior, dei seguimento a fim de aprofundamento, adentrando ao pós-doutoramento.

O recorte apresentado neste estudo centrar-se-á no filme “BARBRAS” – uma produção artística, científica e tecnológica, produzido nesta pesquisa, que ainda se desenvolve. Embora o filme mostre as narrativas a respeito das vivências das mulheres africanas no Brasil/UNILAB correlacionando com questão de gênero/sexualidades, raça, integração e esportes, comparando com o Brasil, delimita-se exclusivamente as abordagens raciais.

Desta maneira, esse texto, utilizando vozes africanas, limita-se a discutir e a responder questão de raça/etnia e racismo nos países do estudo. Exclusivamente pautado nas falas das interlocutoras visa responder se há racismo na África (PALOP) e como se dá a relação étnico-racial nestes países. Tais conceitos fazem parte da pesquisa que manteve o método de intervenção, utilizando entrevistas e observações faz comparações, sobretudo com o Brasil.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa de pós-doutorado (2002-2025) é continuidade da anterior – de Especialização (2020-2021), aprofundando-a, na qual, de caráter de intervenção foi realizado um seminário internacional (remoto) em Interseccionalidades em África e Brasil com os países: Angola, Guiné-Bissau, África do Sul e Brasi. Foi produzido a monografia analisando as Conferências das mesas e estudos traduzidos

a respeito de sexualidades e queer na África. Com muitas questões apontadas, dei seguimento para aprofundá-la, iniciando através de Edital no Estado do Ceará, FUNCAP/CNPq, sendo selecionada para a pesquisa de interiorização na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira.

A metodologia está fundamentada em epistemologias alternativas, através de estudos africanos e queer, raciais e de gênero, com o método de intervenção, entrevistas e observações. Foram realizados cursos, debates e atividades esportivas como estratégias metodológicas. As entrevistas ocorreram por meio de eventos esportivos, durante o mesmo, sendo filmados, gravados e fotografados. Com a população composta por sujeitas de origem africana do

PALOP, estudantes da UNILAB, sendo inclusa 02 brasileiras, perfazendo um somatório de 10 interlocutoras, 09 são mulheres-cis<sup>2</sup> e 01 queer/trans-homem.

Exceto este último (pan-sexual), uma moçambicana e uma brasileira (ambas heterossexual), não foi possível saber a orientação sexual das demais — não autodeclaradas. As entrevistas foram consentidas e autorizadas de acordo com a ética. Vale frisar que a pesquisa tem o caráter de interiorização, no entanto, a população é de origem africana, e para dar conta dos objetivos foi importante realizar duas etapas in loco: uma no Brasil e uma na Guiné-Bissau.

Com escassez nos estudos desta temática o recurso metodológico de intervenção e a ida ao país africano se deu a fim de dar robustez a pesquisa e obter afinco nos resultados, conchendo mais das culturas, ampliando as informações, o que justifica que a pesquisa teve deslocamento territorial, no entanto, as atividades ocorreram nas duas etapas. E neste recorte o destaque será dado a primeira, realizada em Acarape (interior do Ceará) obtendo um filme como resultado que será destacado, a fim de responder a respeito de raça/etnia, racismo e a relação com o Brasil.

Através do festival de jogos realizados, se deram as entrevistas pautando estes temas incluindo a integração. Com estes dados foi produzido um filme/documentário, dirigido por quem vos escreve e lançado em alguns espaços seguidos de debate.

---

2 O conceito “cisgênero” relaciona-se ao cissexual, são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento (JESUS, 2012, p.14).



## A RESPEITO DE INTERSECCIONALIDADE NA ÁFRICA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Quando iniciei no mundo da pesquisa inserindo o conceito de interseccionalidade em gênero, raça, classe e sexualidades, criado por intermédio do feminismo negro (Crenshaw, 2002), notei a sua relevância em termos de compreensões e resultados, considerando o conceito como teoria e método e a cientificidade do “ponto de vista” (Nogueira, 2017). Na tentativa de incluir o conceito de território articulando com gênero, raça e sexualidades em Brasil e África, observei a escassez de estudos com tais temáticas nestes países, exceto o debate e tensionamento crescente a respeito da igualdade de gênero na África (Calheiro; Oliveira, 2018). Mais recentemente surgiu alguns textos traduzidos a respeito de queer/LGBTQIA+ no continente africano, bem como, algumas pesquisas (Calheiro, 2023), no entanto, em se tratando dos países do PALOP a escassez é alarmante. Quando o assunto é gênero, esporte e sexualidades a falta de estudos é ainda maior. De forma que não encontrei.

O conceito de interseccionalidade e raça é um debate escasso no continente e quando aparece é de forma complexa, sem nos dar uma compreensão que justifique a falta dessa discussão em grande parte dos países africanos. Com esse desejo e compromisso com a causa me inclinei a pesquisar o assunto, ciente dos percalços em termos de fundamentação teórica. A ausência do debate se justifica, devido a raça ser conceito colonial (Oyěwùmí, 2021), etnia não é uma questão de cor, mas, de línguas, culturas etc., (Munanga, 2006; Vinhas, 2014).

A respeito do conceito de interseccionalidade, na África, não é abrangido por pautar-se prioritariamente em raça e classe, duas variáveis que não são propriedades do contexto africano – o capitalismo não é a única forma de economia (Furtado, 2012), a força é a ravidância<sup>3</sup>, na qual as mulheres têm grande influência (Rocha, 2017). Os estudos africanos assinalam que as culturas do continente são complexas, sendo importante um conhecimento de África na perspectiva dos/as próprios africanos/as (Houtondji, 2008). As entrevistas são importantes.

Destacado como uma esfera desafiadora e um novo campo de conhecimento interseccional, o esporte, especialmente o futebol, no Brasil é um setor de macho, androcêntrico, heterossexual e branco. No outro extremo, é também um meio de observar níveis de racismo, sexismo e homofobismo, sendo o racismo presente

---

3 O termo significa o comércio livre, trabalhos informais. Em Guiné-Bissau também é conhecido como bideiras e as mulheres são maioria.

nesta sociedade e potencializado no esporte, nos megaeventos e mais no futebol o esporte nacional (Santos, 2021).

O racismo afeta ainda mais as mulheres negras, vítimas da múltipla opressão, como discute o feminismo negro e as teóricas destas epistemologias (Gonzalez, 2020; Hooks, 2015), juntamente com os estudos de gênero na África tais conhecimentos promovem a decolonialidade por meio da descolonização do pensamento, uma vez que a formação da identidade nacional no Brasil visava o embranquecimento da sociedade (Munanga, 2006). É também um processo de imposição, violência e para a negação da identidade negra.

Ao refletir sobre o racismo no Brasil e nas formas de erradicá-lo, as políticas afirmativas e a lei 10.639/03 que visa o estudo étnico-racial e africano, sendo anterior aos anos 2000 (Silva, 2017) tem sido importantes estratégias de inclusão e combate ao racismo, uma vez que muitos países haviam adotado tais políticas, antes do Brasil (Carneiro, 2011). Estas ações buscam inclusão, valorização racial, autoafirmação e impedem a negação de si (negro).

Os conhecimentos de África no Brasil é por meio de mitos negativos e estereótipos putados na teoria do racismo científico. Sendo considerados atrasados, sem evolução. Este conhecimento tóxico requer transformação. Conforme frisam os estudos comprometidos com a valorização do continente africano e autores/as de origem africana estudiosas/os do tema a África não é um único país, é um continente com mais de cinquenta países, com epistemologias próprias, e por isso, a nigeriana Adichie (2019) afirma que a história única é perigosa, tratando do eurocentrismo.

O esporte, em especial o futebol no Brasil, é um importante meio para discutir gênero, sexualidades e raça/racismo, assuntos tabus na África PALOPs, através do qual foi feito este estudo e se “abriu o jogo” dando a saída de bola, o chamado “pontapé inicial” (conforme a regra deste esporte). Na parte que segue destacam-se abordagens a respeito de raça e gênero em países africanos, resgatando as vozes de mulheres cis e queers, utilizando o esporte como um meio.

## **BARBRAS – O FILME DAS VOZES AFRICANAS NO BRASIL: GÊNERO E RAÇA ATRAVÉS DO ESPORTE**

Recortando exclusivamente a temática étnico-racial e o racismo, esse debate inicia com as falas que estão presentes no filme, resultado da pesquisa, produzido em 2023 e lançado em julho e agosto. A imagem/capa é de uma interlocutora de Guiné-Bissau. Não atleta, participante da pesquisa como apreciadora

dos esportes. Seleccionada como modelo, através de uma seleção criteriosa, com base em estética e perfil de jogadoras africanas.

**Figura 1.** Capa do filme<sup>4</sup>



**Fonte:** acervo pessoal/ imagem do filme dirigido pela pesquisadora.

O nome do filme se deu pela seguinte razão: um caso de exclusão de gênero que ocorreu na Zâmbia, em 2022. A “Jogadora é excluída da Copa Africana por não comprovar gênero em exame”, reprovada no que chamaram de “teste de gênero”<sup>5</sup> e remete a três grandes questões: “braba” - a fim de discutir os estereótipos dado as mulheres negras e africanas; “bárbara” - voltado para a historiografia da tradição de guerreiras africanas; e questão diretamente ligada as exclusões das atletas fora dos padrões de gênero, retratada no nome da atleta excluída.

A saber se há racismo nos países do PALOP e, verificando como se dá a relação étnico-racial, descrevo os depoimentos de africanas de Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, se trata de vozes das interlocutoras falando dessa complexidade racial. Vale ressaltar que todas são negras de tez preta, algumas de tonalidade mais clara.

Guiné-Bissau

*Na minha opinião, eu nunca sofri o racismo no meu país. Nunca vi alguém sofrer racismo no meu país – na Bissau. Eu concluo que mesmo que exista não tem muito. Porque se a coisa não é muito falamos que não existe. Eu acho que não existe. (Mia. Entrevista em 12/2022).*

*Eu particularmente nunca sofri racismo na Guiné-Bissau. Como você (a pesquisadora) acabou de dizer, mulheres negras aqui no Brasil sofre*

4 A capa do filme “Barbra” montagem do prof. Demba Sanha da Radio Quelelé de Guiné-Bissau, e a imagem foi autorizada pela colaboradora participante da pesquisa.

5 Raphael Costa. Futebol: Jogadora é excluída da Copa Africana por não comprovar gênero em exame. <https://www.metropoles.com/esportes/futebol/jogadora-e-excluida-da-copa-africana-por-nao-comprovar-genero-em-exame>. 06/07/2022. Acesso em fevereiro de 2023.

*racismo. Na Guiné-Bissau, a maioria das mulheres são pretas, quase todas são negras. Tem aquelas de pele mais clara, e outras de pele mais escuras. No entanto, sofrer racismo como acontece aqui no Brasil, nunca vi e nunca sofri. Então, eu considero que não existe. Não é estruturado. **Os homens têm mas preferência por mulheres de pele mais clara.** Talvez podemos pensar que tem racismo nessas situações específicas, mas não é estruturado. Mas o racismo que a gente vivencia aqui no Brasil, que agente ver como acontece, nunca vi na minha terra. Na Bissau. E nunca sofri o racismo. (Arte. Entrevista em 12/2022).*

Não há racismo na África, elas dizem. E narram demonstrando o choque que levam ao se depararem com o racismo estrutural no Brasil relatando a força do racismo neste país.

Angola

*É... a questão dos vizinhos, às vezes você tá a passar ou senta fora, eles sentando fora, saem. Voltam pra dentro, você fica sentado fora. Quando você volta, eles voltam pra fora de novo. E eu fico assim, qual é a lógica? Eu apenas sentei e sai fora, sentei. Não tem lógica de saírem do meu lado, também não fiz nada, não ofendi, nem nada. **No supermercado** tem sempre aquele de estarem atrás de ti, porque africano é gatuno e tal, ladra, e fica sempre atrás de ti, com medo de roubar alguma mercadoria, sendo que, não é pra isso que a gente veio aqui. Não é assim que a gente é. (Nunu, Entrevista em 12/2022).*

Com a interlocutora seguinte, São-tomense, aparece a questão da interseccionalidade<sup>6</sup> quando enfatiza as múltiplas categorias sociais que vivencia no próprio corpo: raça/cor (exclusivamente no Brasil), sexualidade. Sendo transgênero, como se autodeclarou. Vejamos:

*Eu... em São Tomé e Príncipe eu nunca presenciei nenhum caso de racismo, não, pelo menos no meu país não. Mas, aqui... Aqui ó... Desde que a gente chega aqui, tem pessoas que chega e até quer tocar pra ver se a cor é de verdade, quer mexer no teu cabelo pra ver se o cabelo é mesmo de verdade. E eu tenho dreads, então, eles têm muita curiosidade pra saber, como, se é meu cabelo, se eu coloquei aplique, ou quê que eu coloquei. E aqui é muito pesado, pelo menos pra mim, é muito mais pesado pra mim **porque as pessoas olham pra mim e ficam um pouco confusa.** Aí então pra mim pesou muito. Eu já sofri aqui nessa cidade, em Fortaleza em shoppings, você entrando **no shopping e o segurança te seguindo***

6 Com base em autoras do feminismo negro (CRENSHAW, 2002) esse termo visa conceituar as categorias de opressão integradas: gênero, raça e classe (e +) dando atenção especial a raça, invisibilizada no feminismo hegemônico.

***o shopping inteiro, tipo, você tá roubando algo. Aqui é muito duro ...***  
*(Villa, 01/2023).*

Sendo homem-trans e pansexual, Villa, ao destacar que “*pelo menos pra mim é muito mais pesado, porque as pessoas olham pra mim e ficam um pouco confusa*”, nos remete à múltipla opressão (Gonzalez, 2020) com as categorias interseccionadas no próprio corpo: gênero, raça e sexualidades (Lorde, 2019), queer africano. Ao destacar a raça como mais uma categoria de opressão vivenciado compara com o Brasil: “*aqui é muito duro!*”. E ao relatar que aqui “*tem pessoas que chega até querer tocar pra ver se a cor é de verdade, quer mexer no teu cabelo...*”, tudo indica se tratar do desconhecimento dos brasileiros a respeito de África com conhecimento a partir de mitos pautados em estereótipos, pois, Villa tem o tom de pele mais claro, de forma que, no Brasil pode ser comparado com a cor parda, e possui um belo cabelo de dreads. Sua imagem por si só desmistifica as representações africanas. Negro claro e queer na África negra é assustador?

Guiné-Bissau

*Não sei se vou confundir racismo com tribalismo. Como disse minhas colegas, a questão do racismo, quando uma pessoa de tom de pele se acha superior a outra, é difícil de ver. Porque quase todos tem o mesmo tom de pele. Mesmo que a outra tenha o tom de pele diferente, não é tão diferente. Por isso acho que existe mais é tribalismo. Porque Guiné Bissau é um país composto por muitas etnias, e há etnias que se acham superior a outra. (Rei).*

Racismo como superioridade de uma raça sobre a outra não é o conceito a ser adotado na África PALOP, porque o conceito étnico aparece com força nas entrevistas. Quando me preocupa a raça as interlocutoras assinalam a etnia, que tem força em linhagem, ancestralidade e abrange um conjunto de elementos identitários (Furtado, 2012). Mas, as disputas internas na modernidade é um fator importante. Wagner Vinhas (2014) nos apresenta os problemas das organizações sociais africanos gerados por questões étnicas e a interlocutora Rei nos remete ao tribalismo, que tem relação com guerra entre tribos. Uma questão de tradição que define a superioridade de um povo. Nesse caso, não se trata de guerra racial, mas, guerra étnica.

Apresento um “bate papo” científico sobre o tema entre mim, a pesquisadora (I.C) com duas guineenses estudantes da UNILAB/CE e interlocutoras da pesquisa (Diá e Clau). Essa conversa registrada em vídeo (presente no filme) se deu através de uma visita realizada antes de minha ida á Guiné-Bissau, a convite delas para experimentar uma comida guineense – Caldo de Mancara e o resultado foi: uma confusão étnico-racial. Confusa com essa questão em países africanos, que em

muito difere do Brasil, e querendo informações que contribuísse na minha relação por lá, estando perto de viajar, perguntei com ansiedade: “O que é que eu vou ser lá pelo amor de Deus? Negra?”. (I.C.)<sup>7</sup>.

— Sim. Se a pessoa não te ouvir a falar, não vai pensar que você é brasileira. (Diá).

— Ah! Vai pensar que eu sou africana? (I.C.).

— Sim, porque tem pessoa de pele mais clara que você. da Etnia fula, tem também outras etnias. (Diá).

— Ah! É pelas etnias a cor? (I.C.).

— Quando você ver alguém mais clara, você imagina que ela é de qual etnia? (I.C.).

— Fula. (Diá).

— Fula ou balanta, são mais claros (Clau).

— Mas Balanta é muito raro – Fulas é assim. (Diá).

Fula ou Balanta tem a tez mais clara. Afirmam. Eu poderia ser confundida com uma dessas etnias, e ambas seriam a meu favor, em termo de valorização. Por outro lado, ainda não sabia se, pela característica do tom de minha pele preta e cabelos crespos (apesar das guineenses me verem como mais clara), como eu seria realmente comparada. “Fula é mais claro” – não me encaixa. “Balantas são ainda mais claros”, mas é raro, também não me encaixa. E as demais etnias, não foram citadas. O fato é que, ao saber que eu não corria o risco de sofrer racismo, por “não ter racismo em Guiné-Bissau”, já me deixou feliz.

Ao chegar no país, de fato, não sofri racismo como sofro no Brasil, mas, quando eu não era confundida com caboverdeana (de Cabo Verde) eu era só mais uma africana de menor valor. E se eu não gritasse: “sou brasileira, só vir conhecer o país!” não teria minha máquina de gravar e fotografar (celular) de volta, tomado pela segunda vez, pela polícia. Desta vez foi grave: ao filmar uma multidão de rapazes tomando porrada de cacete, da polícia, por não ter bilhete para assistir o jogo, e ao tentar adentrar ao reformado Estádio no final do jogo masculino da CAF entre Guiné-Bissau x Nigéria<sup>8</sup> o espancamento da polícia tão preta à juventude igualmente preta me surpreendeu. Me senti no Brasil.

7 Esse debate se deu numa vista em casa de duas guineenses da UNILAB em janeiro de 2023 e que suprimo os nomes reais. Encontro combinado para um almoço Guineense – caldo de mancará, o qual virou cena do filme.

8 Tive a honra de pegar a competição africana e assistir este jogo de seleções masculinas, fazendo observações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que o esporte é um excelente meio de análise de categorias de opressão e surge como um (novo) campo científico de subversão de gênero, sexualidades e raça. E neste estudo o esporte descoloniza, refletindo sobre decolonialidades e descolonização do pensamento, desmistificando fatores culturais do conhecimento brasileiro, concernente aos países africanos a respeito de questão de raça/etnia, a partir de relatos. Nesse assunto a complexidade é presente visto nos depoimentos que mostram que as diferenças e valores africanos não estão na polaridade de raça/cor, como é a realidade da cultura brasileira, mas, sim, a etnia.

Em consonância, os três países africanos do estudo, dizem: Não há racismo! Porém, aparece nos relatos um simples adendo complementando a fala: “os homens escolhem mulheres de pele mais clara” (uma voz guineense); Fula ou Balanta são mais claros (Revela outra vozes guineenses); não vamos confundir racismo com tribalismo! (uma terceira voz guineense explicando as diferenças de valores étnicos). “No meu país não!” (corroborando o são tomense), mas no Brasil, “oh... aqui... é muito duro!”.

Apesar de “não haver racismo na África dos PALOPs”, é preciso uma análise mais apurada. Observar se as guerras tribais e se as valorizações são mais destinadas às etnias mais claras, ou se isso não importa. Além disso, muito difere do Brasil o ínfimo percentual de brancos nestes territórios (não quantificado neste estudo) e pode ser um fator de não desenvolvimento do racismo interno, devido não haver quantitativo branco para disputas sociais entre negros e brancos. Outro ponto importante, é saber se os brancos destes países vivem nas mesmas condições sociais que os negros.

Por fim, o esporte se apresenta como importante método de estudo e bandeira de inclusão de gênero, e, destes países analisados o racismo aparece como problema exclusivamente brasileiro e que não se erradicou. No geral, em termos de racismo estrutural os países africanos não apresentaram experiências internas com o racismo. Se comparado com Brasil, a realidade muda: “*oh... aqui... é muito duro!*”.

## AGRADECIMENTOS

À UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira. À FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico

e Tecnológico. AO CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Às interlocutoras de origem africana que cederam as entrevistas. Às supervisoras: Dra. Larisa Gabarra e Natalia Cabanillas.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CALHEIRO, Ineildes. **Corpos, gênero, sexualidades e raça no esporte na África: a crítica queer/LGBTQIA+ africana e a interseccionalidade. (E.Book)** Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2023.

CALHEIRO, Ineildes. “BARBRAS”. O filme das africanas no Brasil/UNILAB: a interseccionalidade na África/PALOP e o esporte como bandeira de inclusão de gênero/raça. Canal youtube: Interseccionalidade e esporte. Brasil-África. Disponível em: <https://youtu.be/Hmd2fXLYYqA>. 29 de jun. de 2023.

CALHEIRO, Ineildes.; OLIVEIRA, Eduardo David. Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, Jul./Dez, p. 93-110, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, 1/2002.

FURTADO, Claudio Alves. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, v. 45, p.143-171, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOUTONDJI, Paulin Jidenu. Conhecimento de África, conhecimento de africanos; duas perspectivas sobre os estudos africanos. 2008. **Revista crítica de Ciências Sociais**, 80, p. 149-160, 2008.



HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: editora Devires, 2017.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ROCHA, Eufêmia Vicente. Mobilidades e Gênero: deslocamentos e fronteiras na rabadância em Cabo Verde. In: Gomes, Patrícia; Furtado, Cláudio (Org.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 65-87, 2017.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. **Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro!: a interseccionalidade no esporte**. 215f. Tese de Doutorado (Difusão do Conhecimento/DMMDC). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba, 2021.

SILVA, Ana Celia da. **Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à Lei nº 10. 639/03**. Salvador: Hetera, 2017.

VINHAS, Wagner. **Revisitando questões irreduzíveis: o problema das organizações sociais em termos étnicos**. In: CARVALHO, Maria R. de et al. (ORGS.) Estudos étnicos e africanos: revisitando questões teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2014.

# GÊNERO CAPOEIRA ANGOLA: ABORDAGENS ENTRE SI

*Camila Reis Tomaz<sup>1</sup>*  
*Nilton Abranches Junior<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este se debruça sobre abordagens de gênero em trabalhos junto à Capoeira Angola, seja como temática central, seja por sua epistemologia explicitamente descrita como embasamento teórico do fazer saber dos trabalhos analisados. Para tal, buscou-se por (quantidade encontrada), excetuando-se citações, patentes e livros: a) “Capoeira Angola; Gênero” (1), b) “Capoeira Angola e Gênero” (1), c) “Capoeira Angola”; “Gênero”, c) “Capoeira Angola”,././; “Gênero” (2100), deste último restringiu-se inicialmente a Artigos de Revisão (9). Filtrou-se pela busca avançada da base de dados Google Acadêmico para o que, finalmente, deu-se pelo material de análise: artigos completos com Capoeira Angola e Gênero em qualquer lugar do texto, sem limite inicial, publicado até 2023. Foram lidos os 17 trabalhos encontrados, além dos onze trabalhos mencionados nas buscas anteriores. Pôde-se notar que as questões de gênero se debruçam principalmente pelas temáticas binárias de participação feminina e expressão masculina. Destacaram-se aspectos racistas estruturais e epistemológicos encontrados em algumas das escritas, principalmente dedicadas à leitura dos homens negros. Consideraram-se assim, um tanto limitadas as percepções dos potenciais pedagógicos da Capoeira Angola para os estudos de gênero.

**Palavras-chave:** Capoeira Angola, Estudos de Gênero, Racismo, Binarismos, Ética Ambiental.

1 Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [corporalida-deafroindigena@gmail.com](mailto:corporalida-deafroindigena@gmail.com);

2 Docente nos Cursos da Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [niltonabanches07@yahoo.com.br](mailto:niltonabanches07@yahoo.com.br).

ISBN: 978-85-61702-97-7



XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO

## ST 18 - LESBIANIDADES E RESISTÊNCIAS SAPATÔNICAS



## RETRATOS PROIBIDOS: IMAGENS DE LESBIANIDADE NA NOITE PAULISTANA DE 1970 A 1980

*Natalia Rosa Epaminondas<sup>1</sup>*

*Maria Claudia Bonadio<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre parte de pesquisa de doutorado em desenvolvimento sobre histórias de modos de vestir sáficos no Brasil, com o objetivo de desvelar os sentidos da aparência e das práticas de vestir para um grupo sáfico (mulheres bissexuais e lésbicas) que frequentava bares da cidade de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com análise de registros fotográficos produzidos em 1979 pela artista Rosa Gauditano, comissionado pela revista *Veja*. Tais imagens serão postas em conversa com trechos de livros e fotografias da escritora paulistana Cassandra Rios, que costumava mencionar os espaços de sociabilidade sáfica da capital, oferecendo descrições de roupas e modos de vestir em sua escrita que, embora ficcional, tinha como lastro sua própria vivência. Esse material será examinado a partir dos conceitos de enquadramento e tecnologia de gênero de Lauretis (1987), matriz de inteligibilidade e performatividade de Butler (1993) e resistência de Lugones (2014). Entre os resultados preliminares, observa-se a importância da experimentação com modos de vestir femininos e masculinos para o grupo social estudado, cujos códigos do vestir estabelecem ligação especial com a construção da subjetividade sáfica, em mediação com as normas da sociedade, da moda e da comunidade de que fazem parte.

**Palavras-chave:** aparência, moda, vestir, performatividade, lesbianidade.

1 Mestra em Design pela Universidade Anhembi Morumbi – SP, doutoranda em Artes, Cultura e Linguagens – UFJF. nrosae@gmail.com;

2 Doutora em História pela Unicamp, professora em Artes, Cultura e Linguagens – UFJF. claudinhabonadio@gmail.com.

## O MOSSOROENSE: REPRESENTAÇÕES DA LESBIANIDADE E OS PAPÉIS DE GÊNERO (1980-1994)

*Kyara Maria de Almeida Vieira<sup>1</sup>*

### RESUMO

Esse trabalho é resultado de minha pesquisa sobre populações LGBTQIA+, por considerar a lacuna na pesquisa sobre populações LGBTQIA+ em cidades menores e no meio rural e, mais especificamente, as poucas pesquisas sobre as sexualidades dissidentes em Mossoró (COSTA FILHO, 2016; MOURA, 2017; VIEIRA JR. & ALMEIDA, 2019; FELIX, 2021), a partir do jornal *O Mossoroense*, que tem acervo disponível no Museu Municipal Lauro da Escóssia, e é um dos mais antigos do Brasil e da América Latina, fundado em outubro de 1872. Há tempos os jornais perderam o status da imparcialidade e da objetividade, tornaram-se documentos possíveis de serem interpelados a partir das relações de poder, suas condições materiais de existência e as práticas discursivas de suas páginas (LUCA, 2008; CRUZ & PEIXOTO, 2007). Aqui me detenho mais especificamente em matérias sobre as lesbianidades (LESSA, 2007), no recorte temporal de 1980-2000. Iniciei separando todas as reportagens sobre a população LGBTQIA+, identificando-as pelos títulos das mesmas. Nesse primeiro momento catalogamos 31 matérias. A seguir, separamos as reportagens que versam especificamente sobre lésbicas, e das 31 matérias, 6 delas responderam a este critério, sendo publicadas entre 1980 e 1994. Dentre as 6 reportagens, selecionamos: 1) “Lésbica matou amante grávida, por ciúmes” (24/05/1980); 2) “Ciúmes leva ‘sapatões’ novamente a cadeia” (03/04/1990); 5) “Lésbica fere amiga por ciúme da namorada” (20/11/1994). A partir da pesquisa foi possível analisar como as representações das lesbianidade são relacionadas à passionalidade, às dicotomias dos papéis de gênero, operando com a heteronormatividade para “explicar” as atitudes das lésbicas.

**Palavras-chave:** Lesbianidade, Mossoró, Jornal.

<sup>1</sup> Doutora pelo Curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, [ky.almeida@gmail.com](mailto:ky.almeida@gmail.com);

## “UM INTERESSANTE CASO DE HOMOSSEXUALIDADE FEMININA”: A INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E SEXUALIDADE NO CASO E.R.

*Lissa dos Passos e Silva<sup>1</sup>*

### RESUMO

Em comunicação oral proferida à Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, durante um congresso que tinha como público-alvo a comunidade científica brasileira no ano de 1940, o professor Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva e o Dr. Olyntho de Mattos expuseram o que chamaram de “um interessante caso de homossexualismo feminino”. Tratava-se da paciente E.R., uma jovem brasileira de 25 anos, cozinheira, solteira e preta que havia se internado voluntariamente na Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. E.R. realmente era um interessante caso a ser estudado, pois seu corpo representava para a medicina não somente a disfunção sexual, mas também o “problema racial” do Brasil. Sua existência era periculosa para a construção da identidade brasileira, assunto que causou grande preocupação para os políticos brasileiros desde fim eminente do regime escravocrata. Mattos e Silva, ao estudar E.R. ora utilizavam das teorias médicas a respeito da homossexualidade, ora utilizavam as teorias raciais brasileiras para compreender sua existência enquanto mulher, negra, lésbica. Racializar o campo da lesbianidade é de suma importância para entendermos que essas mulheres eram compreendidas e se compreendiam no mundo, não somente a partir de sua sexualidade, mas também de outras subjetividades que afetavam suas vivências cotidianas. A partir desse caso específico, pretendo debater a respeito da importância do uso metodológico do conceito de interseccionalidade para entendermos a existência de mulheres negras queers.

**Palavras-chave:** Lesbianidades- Raça - Interseccionalidade

---

1 Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense. Professora da Educação Básica do Rio de Janeiro. [lissapassos19@gmail.com](mailto:lissapassos19@gmail.com).

# UM DIÁLOGO DIFERENTE, UM DIÁLOGO ENTRE NÓS: REVISTA ORGANA E A EMERGÊNCIA DA IMPRENSA LÉSBICA PORTUGUESA

*Letícia Emília Batista<sup>1</sup>*

## RESUMO

Esta comunicação é um recorte de uma tese em andamento sobre a emergência e consolidação da Imprensa Lésbica portuguesa entre 1990 a 2007. A partir de uma análise historiográfica discursiva da revista *Organa* (1990-1992), evidencia-se de que maneira essa organização lésbica embrionária construiu um espaço de resistência, informação e politização da lesbianidade. Percebe-se que a circulação desses materiais naquele contexto, além de serem fundamentais para romper com o isolamento de muitas mulheres, atuaram principalmente como eixo de comunicação e informação para o questionamento de um modelo de heterossexualidade compulsória. Fomentando por fim um espaço contradiscursivo de narrativas de si, de consumo e contato com uma cultura lésbica especificamente portuguesa, impactando principalmente a subjetividade das leitoras ao desnaturalizar as categorias binárias e heterossexuais, evidenciando então uma infinidade de possibilidades de ser mulher.

**Palavras-chave:** Imprensa Lésbica; Lesbianidade; Portugal; Sexualidades.

---

1 Doutoranda do Curso de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, [leticiaebatista@gmail.com](mailto:leticiaebatista@gmail.com).

# POR UMA HISTORIOGRAFIA DISSIDENTE: HISTÓRIA LÉSBICA NO BRASIL E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO

*Augusta da Silveira de Oliveira<sup>1</sup>*

## RESUMO

A historiografia sobre experiências lésbicas na América Latina tem sido altamente moldada por práticas arquivísticas que influenciam as fontes disponibilizadas aos historiadores. As narrativas marcadas pela dissidência sexual e pela não normatividade são um subproduto do que o arquivo oferece, mas também da capacidade dos historiadores de serem criativos com as suas fontes. O que há na história lésbica que é considerado difícil para sua produção? Ao examinar as possibilidades de uma história lésbica no Brasil do século XX, este trabalho procura fornecer uma visão geral dos fios narrativos que culminam no surgimento de uma identidade lésbica politizada no final da década de 1970, durante o período de redemocratização no Brasil, ligada ao surgimento de o movimento homossexual. Situando estes tópicos dentro de uma perspectiva latino-americana mais ampla sobre gênero e sexualidade, o meu objetivo é considerar as fontes dispersas sobre as relações entre mulheres e como os historiadores e historiadoras podem interagir com elas. Textos médicos, prontuários, processos judiciais, cartas e fontes jornalísticas são algumas fontes que podem ser úteis nessa tarefa. Se estas não permitem aos historiadores traçar uma identidade lésbica fixa que remonta ao início do século XX, pelo menos expõem os discursos que criaram dissidência e as mulheres que procuraram viver vidas satisfatórias para além da norma. Como podemos superar os limites que a pesquisa em arquivos impõe para reconstruir um passado lésbico que foi largamente relegado às margens da historiografia LGBTQ+?

**Palavras-chave:** História, Historiografia, Lesbianidade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História na Brown University – Providence, Rhode Island, [augusta\\_de\\_oliveira@brown.edu](mailto:augusta_de_oliveira@brown.edu).



## UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: O “SAIR DO ARMÁRIO” PARA A MULHER NEGRA LÉSBICA NO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

*Jéssica da Silva Santana<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho busca compreender, por meio do relato de experiência de uma mulher negra lésbica, a experiência de cursar a graduação do direito na Universidade Federal, sobretudo diante do “sair do armário”. Para isso, a metodologia utilizada foi a de abordagem dedutiva, a fim de compreender o tema de forma geral, sob aspectos de saberes específicos, voltados aos estudos lésbicos negros, bem como a pesquisa bibliográfica sobre o tema. Identifica-se que os marcadores, seja raça ou sexualidade, ocasionam experiências diversas, principalmente se o contexto apresentar mulheres não brancas, em um âmbito marcado pelas padronizações já existentes, como no curso de direito, podendo ser mais um local cujo painéis ocorrem conforme a representação de sua identidade, não o seu particular.

**Palavras-chave:** Raça, Sexualidade, Sair do armário, Identidade.

---

<sup>1</sup> Advogada. Graduada no Curso de Direito da Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPA) [jessicasilvas.direito@gmail.com](mailto:jessicasilvas.direito@gmail.com);

# RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CICLO VISIBILIDADE LÉSBICA: A GENTE SE RECONHECE NA NOSSA HISTÓRIA!

*Marcela Salles Souto<sup>1</sup>*  
*Vitória Beatriz Peterle Cebalho<sup>2</sup>*  
*Sophia Melhorança Moreira Añez<sup>3</sup>*  
*Ana Luisa Alves Cordeiro<sup>4</sup>*

## RESUMO

Este trabalho é um relato de experiência, fruto da realização do “Ciclo Visibilidade Lésbica: A gente se reconhece na nossa história!”, o primeiro ciclo de exibição de filmes com temática exclusivamente lésbica, proposto no Cineclubes Coxiponés da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá em agosto de 2023. Contemplado pelo Edital 001/2023 do Cineclubes Coxiponés, nossa proposta se justifica pela ausência de espaços e discussões sobre lesbianidade no âmbito da academia e do próprio município de Cuiabá. O objetivo da proposta consiste em estabelecer a partir de produções audiovisuais, diálogos e reflexões pertinentes a história de luta do movimento lésbico brasileiro e de outras questões imbricadas na lesbianidade, das diversas vivências e possibilidades de resistência. E, direcionar o olhar da universidade ao mês que faz alusão a visibilidade e orgulho lésbico no Brasil. Em relação a metodologia para a execução do ciclo, inicialmente realizamos o levantamento de obras cinematográficas lésbicas e outros nortes teóricos como bell hooks e Chimamanda Ngozi Adichie, os quais contribuíram para a elaboração do projeto, submissão e aprovação pela UFMT. O projeto abarcou cinco encontros semanais com apresentação de um curta e um filme, seguido de um bate papo sobre as impressões entre os participantes. E na última sessão, foi organizado um

1 Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, [masalless88@gmail.com](mailto:masalless88@gmail.com);

2 Graduada do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, [vitoriacebalho23@gmail.com](mailto:vitoriacebalho23@gmail.com);

3 Graduada do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, [sophiammanez@gmail.com](mailto:sophiammanez@gmail.com);

4 Professora e orientadora. Docente Permanente no Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Pós-doutora em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [analuisatri@gmail.com](mailto:analuisatri@gmail.com).

‘chá com bolo’. E com o propósito de documentar a atividade, estudantes do curso de Cinema e Audiovisual da UFMT realizaram filmagens e entrevistas com as realizadoras, além de registros com o público sobre suas experiências perante os filmes assistidos.

**Palavras-chave:** Lésbica, Cinema, UFMT, Cuiabá, Cineclube Coxiponés.

# CLARA E HELENA: CLAUSTRO DA HISTERIA E LESBIANIDADES NA TELENVELA “VAI NA FÉ”

*Raabe Bastos<sup>1</sup>*

*Gabriela Santos Alves<sup>2</sup>*

## RESUMO

A pesquisa busca observar as lesbianidades e o claustro da histeria, dessa forma, partimos da telenovela brasileira “Vai na fé” (2023), pesquisando Clara e Helena. Para refletir sobre essa questão o amparo teórico-conceitual do trabalho está firmado em Monique Wittig (2022), Adrienne Rich (2010) e Judith Butler (2022), autoras que pensam gênero e sexualidade através da teoria queer, permitindo amplo horizonte político sobre as lesbianidades para além da cisheteronormatividade. A respeito da histeria, utilizamos Lagarde (2016). No que concerne ao poder das telenovelas no imaginário social, os conceitos de Lopes (2009) são acionados. Para análise dos capítulos que dizem sobre as relações homossexuais, o método instrumental é inspirado em Rose (2008), que capta as esferas verbais e visuais das obras.

**Palavras-chave:** telenovela, Vai na fé, lesbianidades, claustro da histeria, identidades femininas.

---

1 Graduanda e bolsista, pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), de Iniciação Científica no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: [raabebastos19@gmail.com](mailto:raabebastos19@gmail.com).

2 Orientadora do trabalho. Pós-doutora em Comunicação e Cultura (Eco/UFRJ). Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades (UFES). E-mail: [gabriela.alves@ufes.br](mailto:gabriela.alves@ufes.br).

## INTRODUÇÃO

O estudo propõe a observação de como tem se dado a construção das personagens Clara e Helena na telenovela “Vai na fé” (2023), veiculada pela Rede Globo, entendendo que a trama perpassa noções a respeito da história e das lesbianidades, compondo um enredo onde há construção da noção de identidade das mulheres. Inicialmente casada com Théo, Clara está em um relacionamento abusivo em que tem sua sanidade posta em jogo, visto que o esposo realiza jogos psicológicos, em situação onde a manipula para que duvide de si mesma. No decorrer do folhetim, que tem batido recordes de audiência (O Globo, 2023), é inserida a personagem Helena, lésbica, professora de Clara na academia, ambas se aproximam e iniciam um relacionamento afetivo-sexual.

A pesquisa posta se faz de valia pelo fato de que as narrativas veiculadas pelas telenovelas globais estão colocadas na sociedade como representação do cotidiano, produzindo e reproduzindo valores éticos, morais e estéticos a respeito das temáticas que aborda, engendrando locais de possibilidades para os públicos (Miranda, 2011). No entanto, é necessária a observação de como tem se dado tais discursos em seus recortes que influenciam o horizonte político imaginário da população.

Paul B. Preciado, em entrevista concedida a Jesús Carrillo (2010), diz acerca da necessidade de entender os meios de comunicação como complexo aparato político e econômico, tendo ampla influência. Por essa ótica, é possível compreender como, no Brasil, parte significativa dos atravessamentos a respeito de gênero e sexualidade são perpassados pelas telenovelas por seu lugar de destaque nas vivências brasileiras (Miranda, 2011), portanto, sendo possível percebê-las como tecnologias sociais, remetendo como prática significadora e de sentidos, onde a produção discursiva é um dos seus ápices.

As interações dos folhetins com o cotidiano dos brasileiros propõe sentidos ao mundo, veiculando referências a partir de práticas discursivas que posicionam pessoas, assim, quando tais cidadãos assumem uma posição através de tal discursividade suas ações e ideias são guiadas portando o viés aprendido. Os empreendimentos pedagógicos das telenovelas nas subjetividades dizem sobre afetos que geram sentidos, tornando-se a tecnologia aplicada à sexualidade como dispositivo complexo de poder e saber que utiliza textos, discursos, leis e regras diversas que tem entre os seus objetivos, o da disciplina do corpo (Foucault, 2021).

Preciado (2017) aponta que tais tecnologias são comunicacionais, pois a televisão propicia “milhões de espectadores compartilharem uma experiência ao mesmo tempo comunitária e desencarnada” (Preciado, 2017, p. 164). O espaço

simbólico das telenovelas constroem e reconstroem sentimentos, valores, emoções, fantasias e sexualidades, acionando no imaginário papéis de normalidade/anormalidade, heterossexualidade/homossexualidade, masculino/feminino, atividade/passividade (Miranda, 2011). Observar a veiculação de tais narrativas a partir das representações e das recepções, faz perceber as mensagens produzidas pelo emissor, assimilando o poderio desses espaços sobre as lesbianidades denunciando estruturas compulsórias em relação às sexualidades.

A articulação das questões referentes a histeria e lesbianidades diz sobre imposições estabelecidas aos corpos e subjetividades das mulheres que não cumprem o que manda o patriarcado e a heteronormatividade, os discursos reinvocam uma relação estrutural de dominação (Butler, 2021). Tendo em vista o exposto, o artigo observa as personagens Clara e Helena no que se refere ao estabelecimento na loucura, no caso de Clara, e as lesbianidades, quando se trata de Helena, portanto, para devida análise da telenovela, utilizaremos a metodologia de Rose (2018) que compreende características próprias da composição da trama, captando as esferas verbais e visuais da obra. Faremos uma separação dos capítulos em que há ênfase na relação das personagens, categorizando os que dizem sobre histeria e lesbianidades. A pesquisa se desenvolve em uma amarra entre teorias referentes às lesbianidades, claustro da histeria, teoria queer, teorias feministas e Comunicação.

## **METODOLOGIA**

O primeiro recorte pensado foi a pertinência de uma telenovela brasileira veiculando lesbianidades em 2023, este momento foi selecionado pelos avanços expressivos conquistados pela comunidade LGBTQIA+ nos últimos anos (Quinalha, 2022), assim como pela reação dos públicos do Brasil em relação ao casal formado por mulheres. Em relação a histeria, posta no corpo de Clara. O segundo recorte realizado tratou-se de observar os capítulos em que as lesbianidades e claustro da histeria estão em evidência.

O método instrumental de análise do material audiovisual será inspirado em Rose (2008), que capta as esferas verbais e visuais das obras, o intuito é perceber como se dão as narrativas sobre as lesbianidades e a histeria, o que é evidenciado e o que é silenciado em relação a gama de existência das identidades femininas. É de importância pesquisar o que está sendo endossado pelas telenovelas brasileiras em relação a essa sexualidade para averiguação das possibilidades e impossibilidades das mulheres que se relacionam entre si no que se refere ao horizonte político imaginário.

No processo analítico no que se refere às lesbianidades, o amparo teórico-conceitual será principalmente a partir de Monique Wittig, Adrienne Rich e Judith Butler, autoras que pensam gênero e sexualidade através da teoria queer, nos permitindo maior horizonte a respeito das práticas e identidades lésbicas. Sobre a histeria, os conceitos de Lagarde (2016) são acionados.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreensão do claustro posto em Clara é necessário o entendimento da teoria: o vocábulo “histeria” vem do grego *histerus*, equivalente a “útero” (Huberman, 2015), configurando um ambiente próprio do feminino, onde corpos desviantes da norma patriarcal têm toda a sua história e possibilidade deslocadas ao campo da loucura, com imposições de costumes e correções aos seus comportamentos e falas, regrando, ao molde da hegemonia masculina, vidas (Lagarde, 2016). Quando acontece o estabelecimento do corpo na zona da loucura, há a marginalização e a opressão social que colabora para o silenciamento, subjugação e segregação de vivências, “está na base do conjunto de instituições do Estado e da sociedade civil encarregadas de separar os diferentes” (Lagarde, 2016, p. 689).

O claustro da histeria constitui toda uma estruturação social que deixa clara a violência exercida cotidianamente, ela é desempenhada com o intuito de colocar na loucura feminina todo “o caos, o transtorno da ordem cósmica, social e cultural” (Lagarde, 2016). É uma forma de assujeitamento dos corpos, acontecendo o “esgotamento da via feminina de viver a vida” (Lagarde, 2016). Tal enredamento anula as mulheres, internalizando normas em toda a sociedade de maneira que haja contenção de vivências, o arranjo que coloca a mulher na categoria da loucura é o fato propriamente de pertencer a tal gênero (Huberman, 2015). A criação de ambiente favorável à desqualificação da mulher acontece através da repetição, fazendo com que o cultural passe a ser absoluto como natural, portanto, há uma distorção da imagem do feminino (Lagarde, 2016).

A importância de relacionar os folhetins com as homossexualidades femininas e com a imposição do claustro da histeria advém da urgência do debate a respeito das construções que acontecem nas sexualidades e nos gêneros, olhando as composições que estabelecem o que é permitido ou vetado nas lesbianidades. Compreender as feitura dos termos “mulher” e “lésbica” nas veiculações da dramaturgia do Brasil diz sobre possibilitar entendimentos da composição do sistema cisheteronormativo que oportuniza ou não o desenvolvimento de vivências e corpos (Wittig, 2022), é o atentar-se para a lógica binária em seus efeitos, a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão (Butler, 2018).

A homossexualidade, por muito tempo, foi associada a uma inversão do sexo, onde o fato de uma pessoa se sentir atraída por outra do mesmo sexo implicaria um desejo de ser/estar no sexo oposto, então, entendia-se que uma mulher lésbica visava tornar-se homem e um homem gay tornar-se mulher, era o reforço da noção de que todas as pessoas se atraem pelo sexo oposto (Quinalha, 2022). Portanto, significava a cooptação dos corpos dissidentes em lógica heterossexual, ainda que este não fossem, de forma que permaneciam em lógica binária e de atração pelo sexo oposto, estabelecendo, também, a genitália como definidora de identidade de gênero, sexualidade e expressão de gênero. As lésbicas foram tidas como antinaturais pois não estão à disposição dos homens e se recusam à posição de submissão, assim, foram estabelecidas como não mulheres e, ao mesmo tempo, colocadas em estigma de que desejam ser homens. Para a escritora e feminista Monique Wittig, “Foi uma restrição política, e aquelas que resistiram a essa restrição foram acusadas de não serem mulheres de ‘verdade’” (2022, p. 12).

A noção de construcionismo trazida pela teoria queer, sendo os gêneros e as sexualidades formados por exteriores constitutivos (Butler, 2022), como a cultura em todas as suas influências e pedagogias, faz com que as lesbianidades não estejam fechadas em si mesmas, encontrando-se para além de uma prisão conceitual no que se refere ao significado de ser e estar lésbica, entendendo o termo como amplo. Teorizar para além do ideal de que uma pessoa lésbica é um corpo feminino que se relaciona com outro igual faz com que seja possível abarcar outras práticas e identidades, assim, pensando fora da lógica binária, monogâmica e mercadológica (Butler, 2022). Wittig teoriza sobre lésbicas não serem mulheres, pois a mulher existe apenas em lógica em sistemas de pensamento heterossexuais, caracterizando a heterossexualidade como regime político.

Em apreensão de Rich (2010), as lesbianidades são práticas e identidades, a partir da noção de *continuum* lésbico, compreendendo diferentes formas de ser lésbica. O processo social que articula gênero e sexualidade parte de diversos atores fazedores de discursos, deslocando para além de uma prisão conceitual de “mulher” e “lésbica”, entendendo, a partir de Haraway (2004), que sujeitos inteiramente coerentes são fantasias. Rubin (2017) discute como a sexualidade é atravessada por dinâmicas políticas e sociais, a autora propõe a observação sobre a hierarquia de práticas e identidades sexuais. O que materializamos no corpo se faz por repetição estilizada (Butler, 2022).

Ao apresentar-se como tradutora ou refletora da realidade (Lopes, 2009), as narrativas transmitidas para todo o país são também propositoras de crenças e comportamentos, designando a televisão como produção coletiva de imaginários coletivos, um meio massivo que movimenta um grande mercado de massa,



propondo desejos, fantasias, ideologias e sensações (Lopes, 2009). A consolidação do folhetim como o gênero mais popular e lucrativo da televisão está vinculada a uma mudança de linguagem, em relação ao cinema, onde as histórias são acessíveis a todos os públicos. A televisão, em todas as suas influências, pode ser colocada como poder disciplinador, ao lado da escola, da família e da igreja (Preciado, 2011)..

A telenovela, principal produto da teledramaturgia brasileira, é objeto de estudo de diversos trabalhos, tanto pelo processo de produção, como pela recepção e influência na sociedade (Lopes, 2009). A capilaridade da televisão nas casas brasileiras se dá desde que ela chegou ao país em 1950, aumentando ainda mais sua audiência quando, no mesmo ano, inaugurou-se, na TV Tupi, a transmissão de telenovelas, implicando-se na reprodução de representatividade que criam e/ou perpetuam determinadas matrizes de pensamentos. Os repertórios oferecidos pela radiodifusão se tornam ainda mais palpáveis à população pois ofertaram linguagem de fácil compreensão pela massa, de forma a transitar por todas as classes, idades e culturas. Trata-se de se estabelecer como instituição, assim como a escola, a igreja, o Estado e a família (Lopes, 2009).

O imaginário guarda sentimentos, lembranças e experiências, também impulsionando indivíduos ou grupos a uma busca da realidade, as pessoas agem porque são inseridas em correntes imaginárias (Silva, 2003). Ruiz descreve que ele é como se fosse nossa própria sombra, que não nos deixa, que expõe “uma imagem inapreensível do que somos” (2003, p. 81), pautando quem somos e porque agimos ou deixamos de agir. As telenovelas apresentam justamente tal sentido, apresentando sentidos e sentimentos transportados por imagens e sons, trata-se da imagem como espetáculo e cimento social (Silva, 2003). A aproximação da teledramaturgia com o telespectador faz com que haja envolvimento do receptor, acarretando emoções que dizem sobre o íntimo do indivíduo não apenas em relação a si, mas a seu entorno, como familiares e amigos reunidos para assistir novelas (Lopes, 2009).

Paul B. Preciado, em entrevista concedida a Jesús Carrillo (2010), diz acerca da necessidade de entender os meios de comunicação como complexo aparato político e econômico, usufruindo de ampla influência. Por essa ótica, é possível compreender como, no Brasil, parte significativa dos atravessamentos a respeito de gênero e sexualidade são perpassados pelas telenovelas por seu lugar de destaque nas vivências brasileiras, portanto, sendo possível percebê-las como tecnologias sociais, remetendo como prática significadora e de sentidos, onde a produção discursiva é um dos seus ápices. As interações das telenovelas com o cotidiano dos brasileiros propõe sentidos ao mundo, veiculando referências a

partir de práticas discursivas que posiciona pessoas. Os empreendimentos dos folhetins nas subjetividades dizem sobre afetos que geram sentidos, tornando-se a tecnologia aplicada à sexualidade como dispositivo de poder e saber (Foucault, 2021). Preciado (2017) aponta que tais tecnologias propiciam “milhões de espectadores compartilharem uma experiência ao mesmo tempo comunitária e desencarnada” (Preciado, 2017, p. 164).

Os domínios da domesticação política, social e econômica passam pela sexualidade (Butler, 2018), e estes não estão, como exposto anteriormente, apenas nas instituições como a medicina, a jurisdição e a igreja, na contemporaneidade a mídia tem ação primeira quando a respeito de controle, pois, em lugar de privilégio, pode ditar uma infinidade de noções que tocam as sexualidades.

O espaço simbólico das telenovelas constroem e reconstroem sentimentos, valores, emoções, fantasias e sexualidades, acionando no imaginário papéis de normalidade/anormalidade, heterossexualidade/homossexualidade, masculino/feminino, atividade/passividade (Miranda, 2011). Perceber a veiculação de tais narrativas a partir das representações e das recepções faz perceber as mensagens produzidas pelo emissor, assimilando o poder desses espaços sobre as lesbiandades denunciando estruturas compulsórias em relação às sexualidades em suas práticas e identidades.

A primeira telenovela que abordou o relacionamento entre duas mulheres foi *Entre quatro paredes*, transmitida em 1963 pela TV Tupi. O enredo apresentou Inês, uma mulher lésbica, que tentava seduzir Florence, esposa de seu primo. Já o primeiro beijo, um selinho, aconteceu, no mesmo ano e emissora, em *Calúnia*, entre Karen e Martha. Porém, é necessário pontuar que mesmo sendo nos anos 60 o primeiro beijo entre mulheres nas telenovelas brasileiras, apenas em 2011 aconteceu novamente. A ação realizou-se na trama de *Amor e Revolução*, transmitida e realizada pelo SBT, de forma que foram 48 anos e 20 telenovelas entre dois beijos lésbicos, são quase 50 anos de omissão de vivências e impedimento de expansão do imaginário político da população.

60 anos após *Entre quatro paredes*, período que abarca de 1963 a 2023, foram transmitidas 45 telenovelas que de alguma forma mostraram relacionamentos entre mulheres, esses mais ou menos visíveis, com mulheres lésbicas ou bissexuais, sendo três na década de 1960, três na década de 1970, cinco na década de 1980, três na década de 1990, seis na década de 2000, dezenove na década de 2010 e seis na década de 2020. Duas foram exibidas pela TV Tupi, uma pela Record, uma pelo SBT e quarenta e uma pela TV Globo.

Se compararmos os anos 60 com a última década finalizada, sendo a de 2010, observamos um crescimento expressivo no que se refere ao aparecimento

de personagens mulheres que se relacionam entre si, de maneira que vê-se certo avanço em relação a visibilidade de tais existências antes invisibilizadas, entretanto, não é toda aparição e leitura de certa vivência que se faz de forma positiva (Butler, 2022). São frágeis as conquistas lésbicas: *Senhora do destino*, 2004, contava com o casal Jennifer e Eleonora, quando a novela retornou ao ar, 2017, a história das duas foi completamente cortada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Clara (Regiane Alves) e Helena (Priscila Szejnman) (imagem 10) se conhecem na academia onde Helena é personal trainer, assim, se torna professora de Clara. Porém, no início da trama, Clara é casada com Théo, com quem tem o filho adolescente Rafael, e se entende como uma mulher hétero, dizendo nunca ter imaginado uma vida diferente dessa. As personagens se tornam amigas.

O relacionamento de Théo com Clara é bastante conturbado, o esposo é agressivo e manipulador, de forma que desde o início do casamento ela é subjugada por ele de diversas formas, inclusive sendo posta em local de histórica quando questiona certos comportamentos do marido como traições recorrentes. O esposo utiliza artifícios que estabelecem a personagem no espaço da loucura, de maneira a tentar manipulá-la a partir da dúvida que coloca sobre suas percepções. Helena percebe a situação da amiga e elas conversam sobre, mas Clara mantém-se, por ser manipulada, defendendo Théo, ainda que ele tenha lhe causado muitos danos psicológicos, físicos e materiais.

Com a aproximação das duas personagens, Helena percebe estar se apaixonando por Clara, mas tenta manter-se distanciada por saber que a amiga é hétero, porém, Clara também aparenta estar sentindo algo para além da amizade, mas ignora, visto que acha impossível que ela tenha algum sentimento por mulheres, assim como que poderia se apaixonar depois de tantos anos de casada. O primeiro beijo das duas acontece em um restaurante, porém, quando ainda são apenas amigas. A cena parte do comportamento de dois homens aleatórios que se aproximam da mesa delas e as chamam para tomar alguma bebida, quando as mulheres negam, elas fazem piadas indicando que as duas seriam sapatão, então, Clara se levanta e beija Helena. Para a professora, o momento foi intenso porque ela já estava completamente entregue à paixão por Clara, mas a amiga diz que só tomou essa atitude para afastar os homens que a incomodavam.

A aproximação de Clara e Helena torna-se uma questão para Théo, que percebe que a esposa está passando muito tempo com a professora, então, ele a enfrenta com ataques como: “A gente é casado. Eu sou seu marido, e você minha

mulher. Eu sei que você fez isso de ficar com outra mulher para me provocar, pra me trazer de volta. Funcionou. Eu sou seu.” e “eu achava que aquela personal mal-educada nem ligasse pra sexo. Que safadinha! Aliás, as duas! Você também sempre me surpreende!”.

No decorrer dos episódios, as mulheres conversam sobre o que sentem e começam uma relação, Clara, então, já esgotada do casamento com o Théo, pede o divórcio, porém, o homem apenas debocha dela, dizendo que Clara não está bem da cabeça, e diz que isso vai passar, além de ameaçá-la dizendo que ela e o filho ficarão sem ter onde morar e o que comer se não estiverem com ele.

No dia 6 de junho de 2023, iria ao ar o primeiro beijo das personagens enquanto namoradas, porém, o afeto foi cortado do capítulo. Na cena em questão, as duas protagonistas estão se despedindo, Clara, então, questiona a namorada: “Cansada de namorar uma mulher com um filho adolescente?”, pois Rafael estava enfrentando algumas questões psicológicas, Helena responde se declarando e segura o rosto da namorada para se despedir, entretanto, ao invés de um beijo, a cena foi regravada e elas se abraçaram. Na manhã seguinte ao acontecido, nas redes sociais, a hashtag #GloboHomofóbica esteve entre os assuntos mais comentados, os fãs da telenovela, os movimentos LGBTQIA+ e até mesmo parte do elenco de “Vai na fé” acusaram a emissora de, mais uma vez, em 2023, censurar um beijo lésbico. No início do ano, o mesmo ocorreu com Aruanas, na Globoplay. Após a repercussão do beijo censurado, a TV Globo manifestou-se alegando que o beijo de Clara e Helena iria ao ar nas semanas seguintes, assim, dias depois, um selinho foi transmitido.

Théo, em um momento de raiva extrema por Clara não estar mais submissa a ele e encontrando o seu próprio caminho, vai até a academia de Helena para confronta-la: “Você devia ser mais educada com o marido da sua amante. Aliás, qualquer dia desses, a gente pode fazer uma brincadeirinha, nós três. Eu, você e a Clara”, Helena responde que “nem com uma arma apontada para minha cabeça eu deixaria um sujeito tóxico como você me tocar”.

Depois de intensas cenas em que Théo trata o relacionamento de Clara e Helena com violências, o personagem muda o foco e as deixa de lado, outras questões, envolvendo dinheiro e sua obsessão por Sol, surgem no enredo. Assim, as personagens conseguem de fato permanecer em paz em relação a escolha de estarem juntas.

Em um dos capítulos finais, Helena leva Clara para conhecer suas amigas, outros dois casais de mulheres, mas Helena se mostra com certo desconforto com a namorada que parece ainda não aceitar-se totalmente em cena que diz “eu não gosto de mulher, eu gosto só da Helena”, de forma que todas que estão na

mesa se mostram espantadas com a fala. A partir desse jantar, Clara e Helena se desentendem, em situação onde Helena diz sentir-se uma aventura de Clara, que a qualquer momento pode dizer que não sente nada mais pela mulher.

No final da trama, após um curto período de separação, o casal se reencontra em um casamento, então, decidem dar uma nova chance ao relacionamento pois ainda se amam, assim, quando termina o folhetim, elas estão juntas planejando um futuro.

O claustro da histeria aparece na telenovela a partir da relação de Clara e Théo, as ações do homem faz com que ela duvide de si e de sua relação com Helena, são feitura que há muito impõem-se aos corpos das mulheres, em local onde suas sanidades são postas a prova. O espaço social ocupado pela mulher, seja esse público ou privado, é alvo de diversos olhares e interferências que buscam performances que dizem diretamente sobre corpos femininos, onde há imposição de ideais formulados pela cisheteronormatividade. Colocar a mulher em zona de histeria, reitera a gama de silêncios que a cercam, aqui, em relação ao que deseja afetivo-sexualmente.

O fato de que Clara se apega a Helena porque está em uma casamento ruim e precisa de apoio emocional, enredo que também aparece em outras telenovelas, traz a noção de que relacionamentos entre mulheres acontecem apenas quando o relacionamento de alguma delas com um homem termina ou está péssimo, portanto, sendo vinculado, novamente, ao masculino, como se não houvesse maneira de vivência do feminino para fora dele.

O primeiro beijo ter sido em função do olhar masculino é um reflexo de como são tidas as lesbianidades socialmente, muitas vezes encaradas como comportamentos que intencionam o olhar masculino ou existem em função de chamar a atenção para algo, deslegitimando práticas e identidades. Théo insinuar que Clara se aproximou de Helena para apimentar a relação faz parte desse ato de relacionar as mulheres a todo tempo com um homem, fetichizando suas relações.

O corte da cena de beijo em um momento em que entende-se que há avanços da comunidade LGBTQIA+ demonstrou a fragilidade dos corpos dissidentes em relação ao sistema cishetenormativo. Uma cena em que acontece o beijo das personagens só foi ao ar quando intensas manifestações ocorreram na internet como protesto à censura, de forma que a emissora viu que poderia haver certo prejuízo com as pessoas que fazem parte da sigla. Portanto, vê-se que, mais uma vez, as histórias lésbicas são rodeadas unicamente do ganho ou não da TV Globo, de modo que o que está em jogo é o capital, não qualquer intenção de ajuda ou visibilidade positiva aos corpos.

Clara e Helena encerram suas histórias juntas e conversam sobre formar uma família entre as duas e Rafael, filho de Clara. Novamente, o que se espera, pela norma, é que estabeleçam seu relacionamento no casamento, na monogamia e na maternidade, qualquer ação para além disso seria tido como desvio.

As mulheres que se relacionam são brancas, com idades entre 30 e 40 anos, da classe média do Rio de Janeiro, cisgêneros, apresentando comportamentos esperados de indivíduos tidos como naturalmente femininos. Os corpos que representam as lesbianidades colocam como identidades e práticas lésbicas aceitáveis quaisquer que indiquem o casamento, elencando a monogamia, a maternidade e uma noção de papéis dentro do relacionamento das mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lesbianidades ganharam mais tempo de tela e as personagens são mantidas vivas, mas as aparições não são inteiramente positivas para as sexualidades, visto que colocam os corpos lésbicos em lógica cisheteronormativa: as personagens são brancas, magras, jovens, ricas, cisgêneros, cariocas, performam feminilidade, destinam seus relacionamentos ao casamento monogâmico e pretendem ser ou são mães. Portanto, há um embargo em relação à totalidade das lesbianidades que existem, evidenciando que não tem sido democrática a maneira como tem se dado as representatividades nas telenovelas. A relação poder-saber da qual estamos inscritos em sociedade manobra corpos dissidentes para comprovação da norma.

Em relação ao claustro da histeria, o personagem Théo pode ser visto como uma personificação das opressões sofridas por mulheres no que se refere ao seu poder de ação socialmente, onde, quando não cumprem o que manda a normatividade, são postas em local da loucura. Assim, vê-se que Clara foi atingida duplamente na trama, ambas violências por ser mulher, ocupando o estigma da sexualidade, por sua relação com Clara, e o da histeria, espaço criado pelo esposo para manipulá-la.

Os relacionamentos entre mulheres que sobrevivem a histórica matança das lésbicas são destinados ao casamento monogâmico – exatamente como são os casamentos hétero, com instuição religiosa e vestidos brancos – e a criação de filhos. Assim, localizamos o conceito de normalidade pelo poder disciplinar, transformando e aperfeiçoando os indivíduos em corpos dóceis e úteis mediante estratégias de domesticação e controle, resultando na homogeneização e na coibição de possíveis desvios (Foucault, 2014). Se antes os dispositivos estavam centrados nos saberes médico, jurídico e moral (*Ibidem*, 2014), agora, a mídia

emerge como privilegiado local de controle. Butler (2022) aponta os riscos políticos e teóricos de limitar a discussão da normalização da homossexualidade/lesbianidade no casamento e na família, debatendo sobre o reconhecimento do Estado para as relações homossexuais, onde os poderes de normalização intensificam-se, impedindo a materialidade e o pensamento de um projeto radical no campo sexual que digam sobre práticas e identidades sexuais fora do casamento e das obrigações do parentesco.

## REFERÊNCIAS

**AMOR e revolução.** Thiago Santiago. SBT, 2011.

BUTLER, J. **Discurso de ódio:** Uma política do performativo. São Paulo: Unesp, 2021.

**CALÚNIA.** TV Tupi, 1963.

CARRILLO, Jesús; PRECIADO, Paul B. Entrevista com Preciado. **Revista poiésis**, v. 11, n. 15, p. 47-71, 2010.

**ENTRE quatro paredes.** TV Tupi, 1963.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista. **Cad. Pagu**, 2004, n.22.

HUBERMAN, Georges. 2015. **Invenção da histeria.** Rio de Janeiro: Contraponto.

LAGARDE, M. et al. **Los cautiverios de las mujeres:** madresposas, monjas, putas, presas y locas. Cidade do México: Siglo XXI Editores México, 2016.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Telenovela como recurso comunicativo. **MATRIZES**, v. 3, n. 1, p. 21-47, 2009.

MIRANDA, Marcelo. Mediações: telenovelas e sexualidades como elementos decondensações de sentidos híbridos entre a hegemonia e a resistência. **Razón y Palabra**, n.77, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence**. Signs, v. 5, n. 4, verão, p. 631-660, 1980.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 343-363.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

**SENHORA do destino**. Aguinaldo Silva. TV Globo, 2004.

SILVA, Machado da. **As tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

“VAI na fé” marca melhor audiência de uma novela das 19h desde “Pega Pega”. **O globo**. 28 de mar. de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/koqut/audiencia/noticia/2023/03/vai-na-fe-marca-melhor-audiencia-de-uma-novela-das-19h-desde-pega-pega.ghtml>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

**VAI na fé**. Rosane Svartman. TV Globo, 2023.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Autêntica Editora, 2022.



## A MATERNIDADE A PARTIR DA LESBIANIDADE: REFLEXÕES SOBRE A DUPLA MATERNIDADE EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

*Juciana de Oliveira Sampaio<sup>1</sup>*

### RESUMO

O trabalho analisa a experiência da maternidade vivenciada a partir da lesbianidade, conhecida como dupla maternidade ou maternidade lésbica. Objetiva compreender quais vulnerabilidades, desafios e resistências são produzidas nessas vivências, com base na realização e análise de entrevistas com algumas mulheres cis lésbicas que são mães com outra mãe e que habitam em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Como aporte teórico-metodológico, é utilizado o método biográfico nas Ciências Sociais em perspectiva interseccional, levando em conta entrecruzamentos entre os marcadores sociais da diferença de raça, classe, gênero, sexualidade, localização, entre outras, de forma inter-relacionada, na constituição das subjetividades e na produção de desigualdades. Como referências teóricas, figuram estudos sobre parentalidades, lesbianidades, maternidades lésbicas e queer. A partir de alguns resultados parciais, percebe-se a importância de desafiar a heteronormatividade, o racismo, o biologicismo, o classismo e outros eixos de opressão que causam discriminações e exclusões no tocante a diversas formas de exercício da maternidade.

**Palavras-chave:** Dupla maternidade, Maternidade lésbica, Parentalidades, Lesbianidades, Heteronormatividade.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA. E-mail: [jucianasampaio@gmail.com](mailto:jucianasampaio@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

No artigo analiso a experiência da maternidade vivenciada a partir da lesbianidade, buscando entender como ser lésbica e ser mãe se enlaçam em meandros heteronormativos, padrão este que impõem a correspondência ao modelo familiar heterossexual e reprodutivo. A pesquisa surge da necessidade de nomear, visibilizar e reivindicar a dupla maternidade como uma existência vivível na sociedade brasileira em tempos de avanços e retrocessos no âmbito de direitos sexuais, reprodutivos e de reconhecimento jurídico e social de formatos familiares diversos. Essas maternidades desobedientes em relação às normas de gênero desestabilizam paradigmas históricos de parentesco e de filiação, que, por desviarem da normatividade cisheteropatriarcal e biologicista, enfrentam inúmeras violências e discriminações.

O objetivo central é compreender quais vulnerabilidades, desafios e resistências são produzidas na dupla maternidade, sem perder de vista que esta não é única, sendo mais adequado falar maternidades e lesbianidades plurais que, quando analisadas em intersecção com gênero, raça, classe, sexualidade, geração e localização se complexificam, embora seja possível encontrar muitos elementos em comum. Outro importante intento da pesquisa é entender como a dupla maternidade é construída, como as mulheres lésbicas elaboram suas maternidades, criam famílias com filhos e resignificam as relações de parentesco, negociando com regras tradicionais e biogenéticas.

Como aporte teórico-metodológico, é utilizado o método biográfico (GOLDENBERG 2007; KOFES, 2001; SAMPAIO, 2015) nas Ciências Sociais em perspectiva interseccional (COLLINS e BILGE, 2020; CRENSHAW, 2002), levando em conta entrecruzamentos entre os marcadores sociais da diferença de raça, classe, gênero, sexualidade, localização, entre outras, de forma inter-relacionada, na constituição das subjetividades e na produção de desigualdades. Como referências teóricas, figuram estudos sobre parentalidades (STRATHERN, 2015; BUTLER, 2022), lesbianidades (FALQUET, 2019; RICH, 2010; WITTIG, 1978), maternidades lésbicas (AMORIM, 2018) e maternidades queer (TRUJILLO & ABRIL, 2020).

A partir de resultados parciais, percebe-se a importância de desafiar a heteronormatividade, o racismo, o biologicismo, o classismo e outros eixos de opressão que causam discriminações e exclusões no tocante a diversas formas de maternidade. Apontam ainda para a necessidade de reflexão sobre a complexidade dessas relações e as tensões com os padrões de gênero e parentesco, pois, ao passo que reforçam a própria heteronormatividade, trazem um potencial de

subversão da mesma, pois, ao tecerem outros formatos familiares, tensionam as mesmas normas que possibilitaram o reconhecimento de suas existências.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Até pouco tempo, as experiências da maternidade e da lesbianidade se apresentavam como antagônicas. Dentro de uma referência heteronormativa, a maternidade é concebida como decorrente da reprodução heterossexual. As lésbicas, por transgredirem a sexualidade “normal”, são representadas como invertidas, envolvidas em estereótipos de masculinização e, por romperem com a associação entre sexo e reprodução, de promiscuidade e de infertilidade. Tania Navarro-Swain (2000) nos lembra que na formação desses discursos, as ciências e o senso comum se encontram para identificar lésbicas como desvio da natureza, uma caricatura do masculino, portadoras de um mal congênito e patológico. Em decorrência desse antagonismo entre lesbianidade e maternidade, para lésbicas a maternidade era tida como improvável e, quando se realizava, advinha de relações heterossexuais.

“As lésbicas não são mulheres”, afirmou Wittig (1978), ao entender que “a mulher” só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento. Para ela, as lésbicas não se submetem à heterossexualidade, vista não como uma orientação sexual, mas como um regime político assentado na submissão e exploração das mulheres. Para Rich (2019), as lésbicas rompem com a heterossexualidade compulsória ao não se relacionarem afetivo e sexualmente com homens, fundando outras formas de existência. A maternidade, ela diz, assim como a heteronormatividade, é uma instituição política que controla o poder das mulheres, sendo fortalecida por normas, leis e costumes. Nesse sentido, podemos falar na maternidade como compulsória, um mecanismo naturalizado e imposto às mulheres. Percebo, porém, que esse mecanismo da maternidade compulsória não é direcionado a todas as mulheres, orientando-se àquelas que se enquadram nos padrões da heteronormatividade. Se a lésbica não é uma mulher, ela não é vista como uma mãe em potencial. A maternidade lésbica não é estimulada por não estar no radar do dispositivo heteronormativo da *maternidade compulsória*. Ela é negada por romper o ciclo de reprodução heterossexual.

María Luisa Peralta (2020), parte dessa concepção de Wittig para ressaltar que há mandatos diferentes para lésbicas e para mulheres. O mandato patriarcal para as mulheres é que devem se submeter à vontade, autoridade e poder dos homens em geral e de um homem em particular, sendo a maternidade compulsória um sustentáculo. As lésbicas rompem esse mandato e uma série que o segue,

fazendo com que um contra-mandato recaia sobre elas, o de abrir mãe da reprodução e do desejo de maternidade: “Uno de los precios de querer vivir una sexualidad sin hombres es que no se puede ser madre. Se activa una idea de destino, de que ser lesbiana implica no tener hijxs. Es la contracara de la idea de la maternidad como destino biológicamente determinado que las feministas han denunciado incansablemente” (PERALTA, 2020, Locais do Kindle 44).

No tocante a discussão sobre parentalidade, uma referência central são os estudos da antropóloga britânica Marilyn Strathern. No livro *Parentesco, direito e o inesperado: Parentes são sempre uma surpresa* (2015) ela se questiona como o parentesco nas culturas ocidentais contemporâneas, marcadas pela revolução científica, biotecnologia, formação familiares inusitadas e intervenções legais, por exemplo, é baseado no conhecimento genético, que endossa noções de conexão e desconexão: “O *conhecimento* comum acerca da genética oferece uma escolha; pode não haver escolha quanto ao reconhecimento do parentesco constituído na própria conexão genética, mas as pessoas podem ou não estabelecer relacionamentos ativos a partir dessas conexões. Elas podem decidir ignorar tais conexões” (STRATHERN, 2015, p. 53).

Strathern chama atenção para os novos estudos de parentesco que enfocam os modos como as pessoas lidam umas com as outras sob o regime das novas tecnologias, criando novos tipos de conexão, levantando questões para famílias e parentes. Com isso, intenciona perceber os modos como as pessoas veem a ciência e a biotecnologia afetando suas vidas. A nova genética desafia a maneira como imaginamos a sociedade e nossas relações, fabrica novas conexões e faz com que as pessoas se percebem relacionadas umas às outras de modo inesperado. Além disso, ela encoraja um tipo de individualismo no que se refere ao eu como fonte de tomadas de decisões: “O individualismo aflora na medida em que esses laços genéticos podem ser desarticulados – desprovidos – de laços sociais” (STRATHERN, 2015, p. 38).

## METODOLOGIA

Utilizo o método biográfico em Ciências Sociais, com técnicas de realização de entrevistas semi-estruturadas, conversas informais, observação e registros em diário de campo.

É digno de nota que as relações de pesquisa são facilitadas pelo fato de que compartilho da mesma experiência de dupla maternidade que as interlocutoras. Aqui, utilizo materiais de entrevistas realizadas com duas mulheres cis lésbicas que são mães com outra mãe e que residem na cidade de São Luís, capital do

Estado do Maranhão, além de informações obtidas em outros momentos e registradas em diários de campo, como conversas informais, por aplicativos online ou em espaços de convivência.

De acordo com Goldenberg, “a utilização do método biográfico em Ciências Sociais vem acompanhada de uma discussão mais ampla sobre a questão da singularidade de um indivíduo *versus* o contexto social e histórico em que está inserido” (GOLDENBERG, 2007, p. 36), sendo uma maneira de revelar como as pessoas universalizam a época em que vivem, por meio de suas vidas e ações. Kofes (2001) usa o método biográfico na Antropologia em um processo chamado de “etnografia de uma experiência”. Ao fazer uma *abordagem biográfica*, frisa que não se trata rigorosamente de uma biografia, uma vez que não pretende reconstruir uma vida, mas sim focalizar uma *experiência de vida*, construindo um nexo entre a experiência social e a trajetória singular.

Nas entrevistas, foram levantado dados gerais das interlocutoras, bem como pontos mais específicos sobre o tema de investigação, condensados em perguntas do tipo: como é ser lésbica e mãe; desejo pela maternidade/pela construção de uma família; Como surgiu a decisão por filhos; como foram feitas algumas escolhas, por exemplo, pelo método de reprodução, por quem iria engravidar e qual doador; quais dificuldades legais (burocracias médicas, documentos, formulários...); quais violências/preconceitos/discriminações sofridas; etc.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As duas mulheres que participaram da pesquisa foram entrevistadas em momentos diferentes. Antes, no entanto, já havíamos nos conversado em outros contextos, chegando a estabelecer certa relação de proximidade. A identidade das duas, bem como de suas companheiras e filhos são preservadas. De forma suscita, dados gerais sobre as duas foram esquematizadas na tabela abaixo:

	MARIA	ANA
IDADE	52 anos	35 anos
LOCAL DE NASCIMENTO	Teresina/PI	Redenção/PA
RESIDÊNCIA	São Luís/MA	São Luís/MA
ESCOLARIDADE	Pós-Graduada	Ensino Superior
PROFISSÃO	Enfermeira	Empresária
RAÇA	Branca	Parda
IDENTIDADE DE GÊNERO	Mulher Cis	Mulher Cis

ORIENTAÇÃO SEXUAL	Lésbica	Lésbica
ESTADO CIVIL	União estável com Rita	Casada com Helena
FILHOS	1 filho	2 filhas
MÉTODO DE REPRODUÇÃO	FIV (ROPA)	Via adoção / FIV (ROPA)

A partir dessas informações, é possível traçar um perfil das interlocutoras como mulheres cis, lésbicas, de classe alta e com ensino superior. No aspecto racial se diferenciam, pois enquanto uma se entende como caucasiana, a outra se diz parda. O aspecto geracional também é diferente. As duas tem alto poder aquisitivo e recorreram a tratamentos de reprodução assistida (FIV/ROPA).

## MARIA:

Maria e Helena tem uma filha de 6 anos. Elas estão juntas há 17 anos e foram construindo a dupla maternidade aos poucos. A decisão pela maternidade foi tomada inicialmente pela Helena, que, seguindo seu desejo de ter filhos, ao não encontrar correspondência na companheira quanto a isso, começou a planejar sozinha a maternidade. Procurou uma clínica, um doador e iniciou o tratamento de forma independente. O casal continuou junto, mas Maria não embarcou no projeto como mãe, apesar de dizer que apoiava a mulher, o que não se deu, entretanto, sem conflitos. Após algumas tentativas para engravidar sem sucesso, Maria começou a fazer o tratamento junto com Helena, quando realizaram uma FIV/ROPA com sêmen de doador anônimo.

**Eu:** Como surgiu a vontade de ser mãe, esse desejo de ter filho? Como foi isso de construir uma família com filhos?

**Maria:** *Helena sempre teve [vontade]. Eu tinha muito medo, sempre tive medo por questões da minha filha sofrer preconceito. Então eu resisti muito. Mas desde 2010, quando a gente começou a se planejar e muita coisa estava encaminhada e tal, Helena veio com essa proposta e eu disse: “a gente pensa mais na frente”. Quando foi em 2013, ela já chegou com os exames... [...]: “eu quero ter filhos!”. [...] E eu não queria. Enfim, mas aí foi e eu não deixei de apoiá-la e disse que tava tudo bem.*

Não só Helena tocou o projeto de maternidade sem a participação de Maria, como propôs a um amigo que ele fosse o doador de sêmen e pai de seu filho, ou seja, a princípio não se tratava mesmo de uma configuração de duas mães, mas de um projeto parental composto por um homem (pai) e uma mulher (mãe). Segundo Maria, Helena queria que a filha tivesse “o nome de um pai”, mas não só. Como ela recorreu a um amigo próximo, a filha também teria a presença constante do pai,

uma referência paterna ao alcance, alguém que iria, de fato, exercer a função de pai. Pelo que pude perceber, Maria não estava confortável com essa ideia, o que a fez criar ainda mais resistência à maternidade:

**Eu:** Qual era a ideia dela?

**Maria:** *Ela não queria... ela também tinha preconceito e não percebia, ela não queria que a criança não tivesse o nome de um pai, então ela procurou um amigo. [...] Por sorte, ela não engravidava. [...]. Então o médico chamou a gente e disse: “eu preciso de uma doadora por que o óvulo [da Helena] não é forte o suficiente para passar por todas as etapas”. Aí nessa, Helena insistia: “porque que tu não entra?” E eu resistindo [...]: “não quero, mas se for pra ter, eu vou participar de tudo e não quero participação de ninguém conhecido”. Então a gente tirou o cara da jogada.*

**Eu:** Enquanto essa cara estava, tu não ias participar? O nome dele ia figurar na certidão?

**Maria:** *Exatamente. Eu não ia ser mãe no papel, mas eu sei que era uma coisa muito complicada e era por isso que eu não estava aceitando bem a situação. [...] Ela não queria uma doadora. E daí conversamos e eu entrei na jogada. Fiz todo o tratamento e só vingaram dois [óvulos]. Os outros inseminaram junto com os dela. Então misturou-se. Ela tinha mais 3. Então eles, na verdade, fundiram, né? Misturaram junto com a paleta do sêmen que a gente tinha comprado. Aí colocou um, que a gente não sabe qual foi e nem de quem foi [...]. Aí foi quando eu procurei uma advogada, porque queria registrar no meu nome, e a advogada disse que não tinha problema.*

Maria reconhece que a plano inicial da esposa de ter filho dentro de um modelo parental heteronormativo era animado pelo que entende como preconceito. No caso, a própria Helena introjetou julgamentos negativos sobre a lesbianidade e se recusava a romper padrões normativos de família, uma vez que já rompia com os da sexualidade, mostrando como os sujeitos são mais resistentes a romperem normas de gênero do que expectativas em relação à orientação sexual, reflexo da própria sociedade, que reage mais violentamente àquelas rupturas.

De fato, uma demanda social de que lésbicas e gays sejam “discretas”, ou seja, embora mantenham relacionamentos afetivo-sexuais não heterossexuais, que não transitem o gênero ou questionem a instituição família. Construir publicamente a dupla maternidade seria ostentar essa dissidência de maneira mais explícita. Helena, ao escolher um pai para sua filha, parecia querer manter uma discrição, correspondendo, o máximo possível, ao modo de vida hegemônico, ao modelo de família tradicional, embora estivesse em um relacionamento com uma mulher, reforçando assim a heteronormatividade, entendida como a ordem sexual fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo que se reproduz

por meio de violências físicas e simbólicas direcionadas especialmente a quem tensiona normas de gênero.

Butler (2003) discorre sobre a presença das convenções heterossexuais nos contextos homossexuais que não pode ser explicada como a representação ilusória de identidades “originalmente heterossexuais”, tampouco, como uma insistência danosa de construtos heterossexistas na sexualidade e na identidade gay ou lésbica. Essa presença pode representar a desnaturalização das categorias de gênero, deixando evidente o caráter construído do heterossexual como original. O gay não é uma cópia do hetero (original). O gay não imita o hetero porque os dois são cópias.

Por mais que os construtos heteros sejam instituídos como lugares de poder, há possibilidades de, na repetição, se descolarem os próprios construtos pelos quais os gêneros são mobilizados. Para Butler, essas “confusões do gênero”, que aqui podemos estender para pensar o dilema encaixe/desencaixe da dupla maternidade nos moldes de família e maternidade heteronormativos, operam como intervenções, denúncias e deslocamentos das reificações. “Se as ficções reguladoras do sexo e do gênero são, elas próprias, lugares de significado multiplamente contestado, então a própria multiplicidade de sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca” (p. 58). Ou seja, a pluralidade de maneiras de se construir maternidades, parentesco e família possibilitaria uma ruptura do ideal único de mãe, de família e de parentesco biogenético.

Maria e Helena, embora casadas, não assumiriam, juntas, a maternidade da filha, mesmo que na prática isso viesse a acontecer, uma vez que Maria fala que ela não seria “mãe no papel”. Percebe-se que a heteronormatividade não é apenas sobre práticas sexuais, mas sobre corresponder às normas socialmente instituídas. A exigência social não é apenas pela heterossexualidade enquanto orientação sexual, práticas e desejos, mas pela manutenção de um modelo social de organização da vida, que inclui a composição familiar.

Foi possível notar a continuidade da vigência da heteronormatividade nos elementos que passaram a elencar para produzir a dupla maternidade, como a importância atribuída às características físicas semelhantes para unificar a imagem de família, procurando um doador parecido com elas. Grande parte de mães lésbicas seguem essa lógica, visando especialmente semelhanças entre o doador e a mãe que não terá vínculo genético com a criança como recurso de nivelamento da participação das duas mulheres na concepção do bebê. É comum também os demais parentes falarem em semelhanças para se aproximarem da criança e reforçar o sentimento de que se vinculam a ela, embora não tenham vinculação genética. Os parentes que possuem essa vinculação, geralmente, também reafirmam



semelhanças, o que muitas vezes é interpretado como uma deslegitimação da maternidade da mãe que não possui conexão genética, causando desconfortos e conflitos. Muitas entendem que esse tipo de comparação é desnecessária, criando hierarquias entre as mães, embora as próprias reafirmem o peso simbólico da genética como elemento definidor do vínculo em suas práticas e discursos.

**Eu:** como foi para vocês escolherem o doador?

**Maria:** [...] *A gente procurou características que nem a nossa, mediano, cabelo castanho, olhos castanhos, para parecer com a gente, né? E pele de tom claro, bem nosso mesmo [...]. A altura era importante pra gente, tinha que ser mediana, porque nós somos baixas [...]. E outra coisa que pesou foi porque... olha, no Brasil, na época, não era autorizado mostrar características do doador além daquelas e não era autorizado fusão de óvulos.*

**Eu:** Como funciona isso?

**Maria:** *Fusão de dois óvulos em um só. Quando você tá lá no laboratório, que você pega o óvulo, que você manipula pra poder colocar o esperma, você coloca o esperma, você vai levando e vai colocando. Você pode pegar carioteca, enfim... fazer uma mistura. Essa parte aí eu não sei te explicar [...]. A preocupação da Helena era a minha família não aceitar, sendo que na verdade aconteceu o contrário. A dela não aceita [...] Eu tive que assinar um termo porque como misturou lá, tipo, pra mim o que foi passado foi que misturaram os óvulos e eu tinha que assinar como doação de óvulos [...]. Eu senti tudo na gestação, enjoo, seio inchado, sem nem fazer tratamento.*

O casal recorreu à técnica de reprodução assistida nomeada como ROPA (Recepção de Óvulo da Parceira) que consiste em uma FIV (Fertilização In Vitro) na qual é fertilizado o óvulo de uma com o sêmen de um doador anônimo e implantado o embrião no útero da outra. Esse tratamento é altamente valorizado por muitos casais de mulheres, pois acreditam que dessa forma as duas participam igualmente. Essa crença é reforçada e reforça a ideia de que maternidade está vinculada a elementos de ordem biológica e genética como mais relevantes para a formação do vínculo com a criança, sendo justamente o que confere o senso de participação igualitário entre as duas na concepção do filho. De acordo com Anna Carolina Amorim: “Tal procedimento tecnológico vem ganhando atenção por permitir que ambas as mulheres do casal estejam implicadas biologicamente no processo reprodutivo” (AMORIM, 2018, p. 205). É justamente o aspecto biogenético que permitiu a passagem de Maria de apoiadora da maternidade da esposa para a de mãe. Com os óvulos dela, o filho agora seria das duas. A concepção de que a maternidade passa por elementos biológicos é tão forte que Maria até diz ter sentido todos os sintomas físicos da gestação, mesmo não estando grávida.

Por outro lado, não dá para afirmar que esses recursos biotecnológicos utilizados por duas mães apenas reforçam referentes normativos de família. Eles também possibilitam reelaborar a dimensão biológica para abarcar duas mães e estremecer a noção de reprodução heterossexual tradicional como a única possível:

Se o recurso a um doador com características próximas as da mãe não biológica buscava equiparar a participação das duas mulheres na produção da criança, na busca pela ROPA é o duplo vínculo biológico que visa colocar lado a lado as duas mães. Porém, se o recurso à dupla participação das mães presente na ROPA está pautado na supremacia do modelo biogenético de pertencimento e parentesco, esses casais, ao recorrerem a este procedimento, acabam por ultrapassar seus próprios limites ao introduzirem novas possibilidades e caminhos para o que era compreendido como tendo apenas uma única rota - aquela heterossexual marcada pelo dimorfismo dos corpos sexualmente reprodutivos (AMORIM, 2018, p. 207).

O método ROPA permite ainda a divisão entre as esferas biológica e genética, na medida em que uma gestaria (dimensão biológica) e a outra teria seu óvulo utilizado no tratamento de reprodução (dimensão genética). No entanto, como já observei no trabalho de campo, a tendência é que o genético tenha mais peso que o biológico na legitimação social do vínculo de parentesco, principalmente após a gestação e amamentação, elemento que também entra na dimensão biológica, o que leva muitos casais a realizarem a dupla amamentação.

Foi pela via do chamado médico que Maria entrou no tratamento, já que Helena precisava de óvulos de outra mulher e não queria uma doadora. Por todo o percurso narrado, não fazia parte do planejamento do casal a utilização do método ROPA desde o início, como forma de validação da dupla maternidade pela via da dupla participação biológica. No entanto, concepções biologicistas da maternidade não deixaram de ter um valor considerável nas narrativas que Maria constrói para validar sua maternidade enquanto mãe que não gestou, sempre enfatizando que também participou da concepção da filha. Por participação entende-se ter tido seu material genético utilizado no tratamento. É possível notar em seu relato, ainda sobre isso, um paralelo do método ROPA com um método de fusão de óvulos, acredito que como forma de reafirmar que a filha possui ligação genética com ela, mesmo que o embrião fertilizado tenha sido, porventura, o da esposa. Quando as conheci, diziam não saber de quem era o óvulo, já que os óvulos das duas foram dispostos no ato de fertilização, mas que, devido a semelhanças

físicas, desconfiavam ser o da esposa. Argumentos sobre aparência também são utilizados por parentes dela, de que a criança se parece com eles:

**Eu:** Tua família sabia que vocês estavam fazendo FIV?

**Maria:** *Sabia. E sabia que poderia não ser meu embrião, que poderia ser o dela. Tanto que, independente de quem foi, hoje meus pais olham pra Eva e só veem características minha. Não veem nada de Helena. E a menina é a cara de Helena. Eu deixo eles muito à vontade porque o amor que eles demonstram pra ela eu acho bacana e enfim... eles não perguntam se a gente sabe. Nunca pediram pra fazer DNA porque foi uma coisa que a gente conversou antes [...]. Na casa de Jéssica [irmã da Helena] é o contrário. Ela acha que a filha só parece com ela: “Eva é a minha cara, tem o meu jeito”. E eu digo “é”. Nós não ficamos chateadas porque o que eu percebo? É a forma que eles têm de demonstrar amor e não conseguem enxergar além daquilo que eles querem enxergar.*

No relato é perceptível como a idealização de uma conexão genética como natural aparece tanto na fala de Maria como de demais familiares, o que parece conferir mais legitimização ao vínculo entre eles e a criança.

## ANA:

Ana e Rita estão juntas há 12 anos. Elas são mães de duas crianças, Heitor, 13 anos e Alan, 1 ano. Assim como no primeiro caso, a dupla maternidade não se deu, inicialmente, a partir de um planejamento do casal. Quando se conheceram, Ana já era mãe de Heitor, fruto de uma produção independente, via adoção. Rita não desejava ser mãe, mas no decorrer do relacionamento, acabou se vinculando e sendo reconhecida como mãe pela criança. Mesmo as duas não tendo ainda reconhecido legalmente a dupla maternidade do primeiro filho, que ainda é registrada no nome dos genitores, elas se colocam como duas mães da criança. Ana sempre quis ter outros filhos com a companheira, mas Rita não. Depois de uma grave crise conjugal, que levou à separação, motivada por essa incompatibilidade, Rita cedeu e juntas tiveram o segundo filho:

**Ana:** *Aos 19 anos eu engravidei dele [ex-namorado] e perdi o bebê. Eu enlouqueci. O meu foco passou a ser ter um bebê. Não interessava se era com alguém ou sozinha. [...] A mãe biológica do Heitor apareceu gestante. Ela já tinha doado pra alguém da minha família [...] E eu disse: “Eu quero”. Então o Heitor, inicialmente, é uma produção completamente independente. Quando eu conheci a Rita o Heitor tinha 1 ano e 8 meses [...] Ele começou a chamar ela de mamãe no final das férias. Era mamãe Rita e mamãe Ana. Era assim na cabeça dele, as duas mamães. Ela realmente é*

*mãe exatamente igual a mim, entendeu? Eu: Vamos passar para o Alan agora? O que você acha?*

**Ana:** *O Alan foi outra construção. [...] No comecinho do relacionamento eu já falei: “Rita eu quero outro filho”. Sempre, a vida inteira, sempre quis. Ela dava desculpas. Dizia que quando eu me formasse...*

**Eu:** E como você pensava em ter esse filho?

**Ana:** *Pra mim tanto fazia, se por adoção ou fertilização. A Rita sempre preferia fertilização. Só que no meu projeto inicial, eu queria engravidar com o óvulo da Rita. Aí me formei e falei: “tá Rita me formei”. Ela: “Não Ana, presta atenção você acabou de se formar, você não quer estudar pra concurso? A gente se mudou e fomos a uma clínica de fertilização em Fortaleza. Quando a gente voltou da consulta ela: “Olha isso era tudo que eu precisava pra ter certeza de que realmente eu não quero mais ter um filho”. Oito anos que ela me enrolou. “Eu não quero ser mãe. Eu não quero outro filho. Eu não sonho com filhos e se você quiser ter filhos a gente vai ter que se separar porque a mulher pra ter filhos ao seu lado não sou eu”. Eu disse: “Então tá, a gente vai ter que se separar”. Ai a gente se separou [...]. Eu pensava em fazer fertilização sozinha. Só que ela me disse que não conseguia viver sem mim, que tudo bem topava ter esse filho [...] “Eu só não prometo que vou amar essa crianças e cuidar dela como amo e cuidado do Heitor, não sei se vou conseguir criar um vínculo com essa criança, você sabe que sua rotina é pesada e que você não para um segundo e é você quem vai cuidar desse bebê” [disse a esposa].. Ela cedeu. Mas disse: “Não conte comigo pra muita coisa”.*

O casal escolheu ter o segundo filho pelo método ROPA, pois era o sonho da Ana gestar o óvulo da Rita. Por indicação médica, entretanto, foi feito o movimento oposto, Ana retirou os óvulos e Rita gestou. Ana imaginava que Rita não aceitaria engravidar, já que recusou por anos ter mais um filho, mas ela fez questão. Segundo Ana, a esposa tinha preferência pela fertilização, o que já demonstra uma noção valorativa em relação a maternidade pelo viés biologicista, que se contrapõe tanto à maternidade via adoção como à não participação biológica no processo caso a esposa gestasse os próprios óvulos. É nesse sentido que também recorrem ao aspecto biológico para explicar o amor que a Rita passou a sentir pela criança depois do processo de gestação, especificamente no parto.

*[...] Quando a gente chegou lá [na clínica de reprodução] o médico disse: “Se vocês quiserem fazer com o óvulo da Rita tem 20% de chance de dar certo por causa da idade do óvulo”. Eu disse: “Tá, eu vou doar os óvulos e vou gestar o bebê”. E ela: “E eu?” Eu disse: “Se você não faz questão, não vai querer engravidar, ficar nove meses com um bebê dentro de você que você disse que nem queria”. E ela disse: “Eu topo”. [...] Ela foi, implantou, gestou. A Rita passou 9 meses gestante do Alan, mas ela me disse que nunca amou ele na gestação. [...] Eu estava completamente grávida, me*

*emocionei nos ultrassons. Mas me dava muito medo de quando ele nascesse, ela rejeitasse ele. Só que isso é uma fala da Rita, que ela amou o Alan quando ele nasceu, quando ela olhou pra ele. E hoje a Rita é uma pessoa que não é a mesma mulher de antes do Alan nascer. Às vezes eu tenho que pedir até permissão pra fazer alguma coisa. Não pode quebrar a rotina do bebê, a hora do tetê, do jantar.*

Sobre a escolha pelo doador, é possível notar alguns pontos em comum com Maria, como a busca por um que tivesse características físicas parecidas com a mãe que não teria vinculação genética com a criança:

**Ana:** *A gente queria muito escolher um doador, já que o óvulo seria meu, com as características do irmão da Rita e da Rita, da família dela. E basicamente é isso, quando você olha o nosso doador, ele é muito parecido com o irmão da Rita. [...] A gente queria muito isso, que fosse alguém parecido com a família da Rita já que o óvulo seria meu para a criança ficar mais ou menos ali parecida com a gente. E o doador é muito parecido com o irmão da Rita até na fase de criancinha. Ele tem os olhos verdes e o cabelo louro escuro. [...] O meu medo era a criança ser muito diferente do Heitor. Ele não parece um pouquinho com o meu cunhado? Eu queria tornar tudo mais natural<sup>2</sup> entre nós...*

Assim como o primeiro casal, esse também manteve sigilo a respeito das informações genéticas do tratamento. Por trás da não revelação da origem do óvulo utilizado está a afirmação de que esse é um dado irrelevante, mas também estratégias para que os familiares se vinculem à criança pelo reforço da noção de que a genética valida o vínculo:

**Eu:** Houve algum questionamento pelo método que vocês escolheram? Porque fizeram assim?

**Ana:** *A minha sogra, no início. Eu e a Rita... acho que eu mudaria isso... A minha sogra, acho que não só ela, a minha mãe também, essas pessoas... Mas, antigamente, as pessoas eram muito ligadas a questão genética. Então, no começo a gente não quis contar de quem era o óvulo. Então a gente falou que coletou das duas e que a gente não sabe. [...]*

**Eu:** vocês mantiveram essa história por quanto tempo?

**Ana:** *A gente ficou contando assim. Meu cunhado e minha cunhada sabiam. Na verdade, era só pra mãe dela mesmo. Aí ela ficava assim... ela é preconceituosa, amiga. Ela queria que fosse o óvulo da Rita. Vou te dar um exemplo. A Rita tem um sobrinho. Ele é idêntico a minha cunhada. E o meu cunhado e a Rita nasceram loiros dos olhos azuis. E o Pedro não,*

<sup>2</sup> Para Strathern, práticas de parentesco euroamericanas são pós-natureza, mas perseguem a natureza. Os parentes constituídos por meio de biotecnologias são preocupados com reprodução e transmissão genética.

*ele nasceu loirinho, mas com olhos pretos. E a minha sogra, a vida inteira, fica: “Nossa, o Pedro é a cara da Lúcia. Nossa, ele não tem nada da gente”. E ela ainda fala mais: “Quando eu saía com os meus bebês na rua, eu não conseguia andar de tão lindos que eles eram”. **O Heitor era o neto lindo dela, porque ele era loiro dos olhos verdes.** Então como a gente ouviu muito essas comparações eu ficava assim... [...]*

**Eu:** Ela não pergunta mais?

**Ana:** *Quando Alan nasceu que ela viu ele, cabelo pretinho, branquinho, o olhinho pretinho, ela ficava assim... mas, amiga, ele é muito parecido comigo. O Alan é idêntico a minha mãe. Os traços, queixinho.*

*Quando ele nasceu ela disse assim: “o Alan é a sua cara”. Logo que ela viu ele a primeira vez, por fotos, ela demorou um tempinho a vir, ela criou uma resistência, tenho certeza. [...] Mas aí depois, hoje Ju, não tem isso. Quando ele nasceu ela disse assim: “O óvulo é seu”. Eu disse: “É mesmo sogra, o óvulo é meu mesmo, ele parece muito comigo mesmo”.*

No relato acima, é notório também a valorização de noções raciais hegemônicas. Era esperado que a criança tivesse os traços brancos da família de Rita. A mãe de Rita, além de querer que o óvulo tivesse sido o da filha, esperava que a criança fosse loira de olhos verdes. Ana menciona que a sogra, inclusive, tem o primeiro filho delas como o neto favorito e destaca o fato dele ter essas características, mesmo sendo filho via adoção, o que demarca, nesse exemplo, uma sobreposição do aspecto racial ao genético.

Percebo que as duas, tanto Maria, como Ana, repensam várias questões envolvidas na construção da dupla maternidade colocadas em prática desde o período do planejamento do casal, fazendo com que modifiquem comportamentos e discursos adotados no início do processo ao reconhecerem que eram guiadas por concepções biologicistas, alargando noções de parentesco que se sobreponham a genetização do parentesco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências destacadas aqui apontam para enfrentamentos à heteronormatividade, desconstruções do modelo social de família tido como padrão e da noção naturalizada de maternidade, mas também para reforços de elementos aí presentes. No processo de construir duas maternidades em paralelo e novas relações de parentesco, acabam acionando elementos que normatizam a maternidade única e os referentes de parentesco ocidentais, como os de ordem biogenética, partilha de materiais genéticos, sangue, gestação compartilhada, dupla amamentação, aparência física semelhante, bem como os de ordem legal, casamento e registro

de nascimento. Podemos dizer que essas mulheres desejam ser incluídas no campo da legitimação, do reconhecimento do Estado, do casamento, da monogamia, da família, do acesso a técnicas de reprodução. No entanto, o que a pesquisa também tem revelado é que essas relações são extremamente paradoxais. O que pode parecer um simples encaixe em velhos modelos, acaba criando novas noções de parentesco para além do alargamento das noções estabelecidas. De certa maneira, ao passo que reforçam a heteronormatividade, trazem um potencial de subversão, apontando para pensarmos na complexidade dessas relações.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FALQUET, J. Romper o tabú da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento político e como teoria política. **Cadernos de crítica feminista**, Ano VI, no. 5. SOS Corpo, Recife, 2019.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

NAVARRO-SAWIN, T. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PERALTA, M. L. Biología/biologicismo: tensiones en torno a las maternidades lésbicas y el uso de tecnologías reproductivas. TRUJILLO, G. & ABRIL, E. **Maternidades Cuir**. Ed. Berkana: Madri, 2020.

SAMPAIO, J. de. **Do Glamour à política**: Janaína Dutra em meandros heteronormativos. São Paulo: Paco Editorial, 2021.

STRATHERN, M. **Parentesco, direito e o inesperado**: Parentes são sempre uma surpresa. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.

TRUJILLO, G. & ABRIL, E. **Maternidades Cuir**. Ed. Berkana: Madri, 2020.

# “MAS É SEXO?” SEXUALIDADE DE MULHERES LÉSBICAS E BISEXUAIS NO CAMPO DA SAÚDE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

*Fernanda Farias dos Santos<sup>1</sup>*  
*Cristiane da Silva Cabral<sup>2</sup>*

## RESUMO

Desde o início das lutas por direitos de movimentos feministas e pela diversidade sexual, as mulheres lésbicas e bissexuais têm reivindicado atenção às suas sexualidades e especificidades. Contudo suas demandas em termos de ações e políticas públicas no campo da saúde foram sendo deixadas em segundo plano. Com o objetivo de entender quais as principais questões permeiam a discussão sobre sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais e as mudanças dos últimos 20 anos, foi realizado um levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo e Lilacs com os descritores “homossexualidade” e “feminina”. Os resultados apontam que apesar da sexualidade lésbica e bissexual e suas especificidades terem sido incluídas em discussões e políticas públicas, houve poucos avanços, mantendo a invisibilidade e negligência de muitas demandas. Demonstram como o desejo, as práticas e as identidades de mulheres fora de uma construção heteronormativa ou sem um propósito reprodutivo podem gerar situações de discriminação, exclusão e sofrimento, que somados a outros marcadores sociais, intensificam a vulnerabilidade individual e social a que estas mulheres estão expostas. Além disso, revela como profissionais da saúde ainda encontram dificuldades e despreparo durante a formação e no fazer profissional para lidar com práticas fora de uma normatividade, e também como a família muitas vezes figura como mais um espaço de marginalização dessas mulheres. Ao contrapor esses resultados com as perspectivas de Direitos Sexuais e de Saúde Integral podemos afirmar que há ainda uma necessidade de maior entendimento de demandas e desenvolvimento de ações específicas para propiciar a essas mulheres, um exercício da sexualidade de forma informada, agradável e segura.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Lésbicas, Bissexuais, Saúde

1 Mestranda em Saúde Pública na Universidade de São Paulo - USP, [fernandafarias.s@usp.br](mailto:fernandafarias.s@usp.br);

2 Professora do Departamento Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP), [cabralcs@usp.br](mailto:cabralcs@usp.br)



## INTRODUÇÃO

**E**ste artigo tem por objetivo discutir sobre as principais questões e temas que permeiam o campo da saúde em relação à sexualidade e saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais no início do século XXI. A investigação foi realizada a partir de levantamento bibliográfico nas bases Scielo e Lilacs. No entanto, apresento na primeira parte deste texto alguns acontecimentos da virada e início do Século XXI que servem de contexto para pensarmos a relação da homossexualidade feminina com a saúde.

Em 1996, aconteceu no Rio de Janeiro o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), um encontro nacional de mulheres lésbicas com o objetivo de construir coletivamente ações em busca de direitos, dignidade e liberdades de expressão. Em abril de 2014, foi realizada em Brasília a oficina Atenção à Saúde Integral de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, promovida pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério da Saúde (MS), tendo como objetivo o desenvolvimento de materiais para promoção e atenção à saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais. Em junho de 2018, em São Paulo, as participantes da 16ª Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais entoaram “sou sapatão eu corto as unhas curtas pra não machucar moção”.

A sexualidade feminina durante muito tempo foi vista apenas como finalidade reprodutiva ou a serviço do prazer masculino. Transformações sociais e movimentos feministas vêm ao longo dos anos demarcando a ideia das mulheres como protagonistas do exercício de suas sexualidades, as quais são pleiteadas também como práticas de prazer e de expressão, tirando a exclusividade do caráter reprodutivo ou de passividade.

Políticas Públicas voltadas para mulheres e para LGBTQIAPN+, ainda que reconheçam a existência de mulheres lésbicas e bissexuais e validem suas práticas, tratam a questão de forma mais superficial, sem atenção às suas particularidades (Facchini e Barbosa, 2006). Além disso, grande parte dos investimentos de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e promoção da saúde sexual, incluindo Campanhas Públicas e as iniciativas de Educação Sexual, foca e utiliza como indicativos de efetividade o uso de camisinhas externas, o controle da concepção e a não transmissão ou controle do vírus do HIV.

Nas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais ligados à pautas feministas, raciais e de trans e homossexualidade se intensificam nas lutas por reconhecimento de suas existências e acesso à direitos em diversos âmbitos, como saúde, escolarização, socialização, acesso e proteção social. Assim, na virada do século e início do século XXI acompanhamos uma série de transformações sociais

em diversos âmbitos, advindas dessas lutas. No cenário Nacional podemos citar o estabelecimento de Políticas Públicas como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2012) e Programa Brasil sem Homofobia em 2012; e também a promulgação no Estado de São Paulo, da Lei 10.948/2001, que prevê punição para toda discriminação praticada contra indivíduos homossexuais, bissexuais ou transexuais.

A partir dos anos 2000 podemos acompanhar também na mídia como tem se tornado mais ampla a presença de personagens homossexuais em séries, filmes e literatura, e como é cada vez mais frequente que artistas se posicionem mais abertamente quanto a sua sexualidade. Nas discussões acadêmicas e naquelas que acontecem via redes sociais é possível perceber o adensamento das questões de sexualidade e identidade sexual, muito embasadas e estimuladas pelas teorias de gênero e teorias *queer*, ampliando e complexificando o questionamento quanto às definições de homem/mulher, masculino/feminino, formas e práticas da sexualidade. Esse contexto de transformações sociais gera o questionamento de como essas perspectivas sobre sexualidade tem se refletido nas discussões acadêmicas e práticas profissionais na área da saúde.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Podemos entender a sexualidade como uma dimensão da experiência dos indivíduos a partir da relação dos desejos, práticas e identidades com os aspectos culturais, sociais e históricos dos contextos nos quais estão inseridos. Os sujeitos vão se constituindo de forma plural a partir das diferentes possibilidades de significação e experiências da sexualidade. Nesses contextos, porém, são estabelecidas normas e regimes para definir padrões de comportamento e controle dos corpos (Foucault, 2007 [1976]). As diferenças entre os sujeitos serão exaltadas para justificar as desigualdades entre os indivíduos e grupos (Silva, 2017). A intersecção entre categorias como gênero, raça, classe social, geração, orientação sexual e identidade vão sendo também classificadas socialmente e definindo quais são os corpos, os desejos e as práticas mais ou menos aceitas por aquele contexto. Rubin (1984) aponta a presença de um sistema hierárquico, no qual algumas sexualidades e experiências são vistas como mais “aceitáveis” e “corretas”; outras são vistas como discutíveis e ora mais próximas do aceitável, ora mais distantes; e, por fim, há aquelas que são repudiadas e não merecem figurar como possibilidades, devendo ser invisibilizadas, desvalorizadas, reprimidas até que sejam dizimadas. É a partir dessa hierarquização que se estabelecem e se mantêm as relações de poder que criam desigualdades, preconceitos e discriminações.

Essas normas e hierarquizações não são no entanto, estáticas, se alteram conforme tempos e espaços históricos e também a partir de tensionamentos criados pelos próprios indivíduos enquanto agentes ativos em seus contextos, resistindo aos discursos opressores e as relações de poder e exigindo o direito à exercerem seus desejos, identificações, expressões e sexualidade de forma livre, sem discriminação e violências (Silva, 2017).

Dentre as transformações sociais no campo da sexualidade podemos destacar aquelas referentes às visões e perspectivas sociais sobre a homossexualidade. A partir do início do século XX, a homossexualidade passa a ser entendida como uma condição médica, um desvio na sexualidade normal, estudada por profissionais da saúde (sobretudo psiquiatria) e da psicologia (Trevisan, 2011). Nesse momento surgem diversas teorias que explicam os motivos que levam a esse “desvio” e também as possíveis formas de tratá-lo ou “curá-lo” (Fry e Macrae, 1985). Mais próximo ao final do século XX, essas concepções vão sendo questionadas, em especial pelos movimentos feministas e gays das décadas de 1980 e 1990, e a pressão social leva a uma necessidade de definir e agir para com essas pessoas de forma diferente (Facchini, 2005). Em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira então a homossexualidade (ou homossexualismo como chamado à época) da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia no Brasil formaliza, a partir da resolução 01/1999, o posicionamento de que as práticas homossexuais não constituem doença, distúrbio ou perversão, mas fazem parte da identidade e experiência de cada sujeito, devendo ser respeitadas e acolhidas pelos profissionais de psicologia.

O entendimento da homossexualidade como possibilidade de vivência dos sujeitos e esses sujeitos como pessoas a quem deveriam ser garantidos direitos foi se ampliando também dentro do campo acadêmico, legislativo e de políticas públicas. Diversos estudos foram realizados sob essa nova ótica e algumas políticas públicas em âmbito nacional implementadas. Vale destacar que esse movimento de transformação no entendimento da homossexualidade e da luta de direitos para os sujeitos não é isolado, mas se constrói em conjunto e no bojo de movimentos feministas e das lutas de pessoas trans e travestis. Dessa forma, muitas vezes as pautas sobre homossexualidade aparecem em discussões e estatísticas que abarcam e defendem também outras experiências da Diversidade Sexual e de Gênero, ou seja, dentro do que chamamos atualmente de Movimento LGBTQIAPN+ (Movimento de pessoas: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-Binários, + outros grupos e variação de gênero e sexualidade).

Na perspectiva do gênero, é possível visualizar de forma contundente as normas e padrões estabelecidos e também algumas transformações das últimas décadas. Scott (1995) afirma que “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, (...) sendo um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 82). Assim, o conceito de gênero pode ser múltiplo e abrangente ao abarcar significados atribuídos, contextos culturais e sociais e relações de poder. Os discursos normativos, nessa dimensão, vão ter como objetivo moldar os corpos e ditar como devem se expressar os gêneros e também as experiências de sexualidade de ambas as categorias dicotômicas (homem e mulher) (Silva 2017).

As diferenciações entre homens e mulheres começam desde antes de seu nascimento e se reforçam a partir das normas e socialização na infância e juventude. As famílias ou genitores decidem a cor das roupas, objetos, quais brinquedos comprar e elaboram uma expectativa de futuro baseado no gênero presumido que a criança que está para nascer terá. Após o nascimento, essas expectativas e os papéis de gênero são reforçados e atividades e comportamentos cotidianos serão reprimidos ou incentivados a partir da atribuição do que são “coisas de menino” ou “coisas de menina”. Geralmente se espera que as meninas sejam mais “dóceis” e femininas, atendam a padrões de beleza muitas vezes irreais e tenham uma postura voltada para o cuidado e a reprodução da vida em si e dos padrões hegemônicos de valores e comportamentos.

Ao mesmo tempo em que ideais de feminilidade e docilidade são reforçados, corpos de mulheres seminuas, em posições quase sexuais são expostos em diversos espaços sem pudores ou incômodos de boa parte do público. Essas imagens aparecem tanto como disseminação da ideia do corpo padrão e a ser alcançado (ainda que seja quase inalcançável) como atreladas à venda de produtos, como carros, cerveja, produtos de higiene. Essa disponibilização do corpo feminino ajuda a manter e disseminar a ideia desse corpo como objetificado, submisso e sexualizado (Oliveira, 2018). De acordo com Bozon (2004) e Silva (2017), essa oposição e diferenciação vai fazer com que homens sejam associados à atividade sexual de forma ativa, enquanto as mulheres são associadas a passividade, sendo vistas como objetos do desejo ou sujeitos com menor desejo sexual.

Movimentos de direitos e movimentos culturais vão impulsionando uma transformação sobre o “feminino” e a afirmação de mulheres enquanto sujeitos sexuais, com desejos mais ou menos intensos e com o direito de exercer suas sexualidades de forma autônoma, livre, em prol de seu próprio prazer e de forma a ser respeitada e não discriminada e violentada.

Um marco importante nesse sentido é a noção de direitos sexuais e reprodutivos. Seu conceito nasce no bojo das discussões de Direitos Humanos da década de 1990 e consolida-se a partir da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo 1994 e da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim 1995. Assim, na perspectiva dos direitos reprodutivos propõe-se que “toda pessoa tenha a liberdade de escolha para definir como, quando e quantos filhos querer (incluindo não ter filho algum)”. A discussão entorno da perspectiva dos direitos sexuais traz à tona a possibilidade da separação entre sexo e reprodução, o que permite a visibilidade e atenção às sexualidades não reprodutivas, individuais e não-heterossexuais (Correa, Alves e Jannuzzi, 2006).

A partir dessas discussões chega-se também ao conceito de saúde sexual, que pode ser entendida como:

“a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem risco de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. A saúde sexual possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada na autoestima, que implica numa abordagem positiva da sexualidade humana e no respeito mútuo nas relações sexuais. A saúde sexual valoriza a vida, as relações pessoais e a expressão da identidade própria da pessoa. Ela é enriquecedora, inclui o prazer, e estimula a determinação pessoal, a comunicação e as relações” (Hera, 1999 apud Alvarenga, 2013).

Ao falar de sexualidade e gênero é importante o reconhecimento das existências e vivências da transgeneridade e o entendimento das diferenças e especificidades das vivências trans e cisgêneras. Questões de sexualidade, corporalidade e expressão são atravessadas por diferentes fatores nessas vivências, tanto no sentido de trajetórias e experiências com desejos e comportamentos, quanto na construção, acesso e vivências sociais. Este artigo coloca foco nas vivências de mulheres cisgêneras, no sentido de explorar um determinado recorte de gênero e sexualidade e priorizar discussões sobre sexualidade não falocêntrica. Apesar disso, entende-se como urgente as discussões e pesquisas que investiguem questões de saúde de pessoas trans e não binárias, em especial, àquelas com corpos com vaginas.

## **METODOLOGIA**

A investigação do tema foi feita a partir de levantamento bibliográfico, com sistematização de textos consultados em duas bases de dados de artigos

científicos e uma releitura do ainda atual “Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade” elaborado pelas pesquisadoras Regina Faccini e Regina Barbosa, e publicado em 2006 pela Rede Feminista de Saúde. Este dossiê apresenta um levantamento dos estudos populacionais, epidemiológicos e qualitativos de diferentes áreas do conhecimento sobre saúde de mulheres lésbicas, levando em consideração o período das últimas décadas do Século XX e primeiros anos do século XXI no contexto brasileiro e internacional..

Para analisar as publicações mais recentes sobre o tema, foi feita uma consulta nas plataformas de artigos científicos Scielo e Lilacs, principais referências no campo da saúde, entre fevereiro e março de 2023, com os descritores “homossexualidade” e “feminina”. No Scielo foram encontrados 52 artigos e no Lilacs, o resultado foi de 505. Para melhor verificação dos resultados, a pesquisa do Lilacs foi filtrada para artigos dos últimos 10 anos, o que resultou em 265 artigos publicados.

Os artigos do levantamento bibliográfico de 2023 foram comparados com os resultados do Dossiê de 2006 e agrupados em 3 blocos a partir da aproximação de temas e discussões. Esses agrupamentos permitiram a comparação das temáticas discutidas nos diferentes momentos históricos (final do século XX e início do século XXI) e a observação da permanência de certos temas e do surgimento de novas questões no campo da saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro bloco temático aborda as *Relações Familiares e Sociais*. No levantamento bibliográfico, apareceram estudos sobre famílias homoparentais (Santos, 2018) e as experiências de maternidades lésbicas, tanto em experiências de gravidez (Carvalho, 2018) como em escolhas por adoção (Cecílio e Scorsolini-Comin, 2022). Foram encontrados artigos sobre relacionamentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo, discutindo trajetórias de vida, afetos e situações de violência por parceria íntima (Silva e Menandro, 2021; Furukawa, Pessoa e Komatsu, 2022). Sobre a relação com as famílias de origem, os estudos apresentaram a dinâmica das famílias de homossexuais e pessoas trans a partir do reconhecimento de suas identidades e práticas, e as consequentes reações de aceitação ou rejeição, muitas vezes de maneiras violentas por parte dessas famílias (Oliveira e Barreto, 2019; Silva Luévanos, 2018). Importante mencionar que os estudos outrora levantados pelo Dossiê de 2006 (Facchini e Barbosa, 2006) não discutem especificamente as relações familiares, porém apontam como a família pode ser um dos locais nos quais as mulheres sofrem discriminações e violências. Sobre

esse aspecto, tanto o dossiê de 2006 quanto o levantamento da literatura recente apontam como é presente a violência e discriminação no cotidiano dessas mulheres, não só no ambiente familiar mas também em outros espaços como trabalho, escola e serviços de saúde. O Dossiê aponta ainda que essas mulheres “não são menos vítimas da homofobia que os homens, mas as modalidades de vitimização têm menor visibilidade, por ocorrerem predominantemente na esfera privada” (p. 23). Os estudos concluem que essas experiências podem levar a sofrimentos psíquicos e afetar negativamente a saúde mental dessa população.

Um segundo conjunto agrupa artigos que tratam sobre as *concepções de estudantes e profissionais de áreas da saúde* (enfermagem, medicina, psicologia) sobre a homossexualidade e a diversidade sexual. Além das concepções, foram estudadas as atuações destes profissionais e as dificuldades encontradas nas suas experiências para a atenção à saúde de LGBT's (Gomes e Tesser Junior, 2022). Por fim, alguns artigos teceram críticas e reflexões sobre as produções de conhecimento e teorias que conceituam a homossexualidade (Santos e Menezes, 2022), em especial às que propõe “terapias de conversão” (Garcia e Mattos, 2020). É relevante a presença de artigos que discutem o impacto da despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução 01/1999) na atuação desses profissionais (Cassal, Bello e Bicalho, 2020). De forma geral, esses artigos apontam as dificuldades, preconceitos e discriminações ainda presentes na atuação de estudantes e profissionais, a necessidade de incluir discussões sobre diversidade sexual na formação dos profissionais de saúde e propõe que sejam realizadas ações que possam auxiliar e implicar os profissionais já atuantes na mudança de perspectivas. No Dossiê (Facchini e Barbosa, 2006), as autoras apontam como os estudos das décadas de 1950, 1960 e 1970 se debruçaram em buscar a etiologia da homossexualidade nas mulheres, sendo que somente em 1985 foi publicado o primeiro artigo que se preocupava com saúde de mulheres lésbicas, não aparecendo antes as discussões sobre formação e atuação profissional na área da saúde.

Em um terceiro bloco, estão reunidos os artigos que tinham como tema principal o *acesso à saúde*, sendo esse a maior parte dos resultados encontrados na busca nas plataformas consultadas. Muitos dos artigos encontrados com esse tema discutiam sobre as experiências de homens gays, homens que fazem sexo com homens e pessoas trans. Alguns artigos apresentaram as políticas públicas existentes para a população LGBT e as dificuldades encontradas para a implementação delas (Carvalho e Barreto, 2021; Laurentino, 2021), assim como a participação dos movimentos sociais no desenvolvimento destas políticas (Gomes, 2022).

Com relação ao acesso de mulheres lésbicas e bissexuais aos serviços de saúde, os estudos vão apontar as dificuldades encontradas nos serviços e em especial no atendimento ginecológico, como a sensação de desconforto e constrangimento das mulheres ao conversar com médicos sobre suas práticas, muitas vezes não revelando suas práticas homossexuais. Há também o registro de um menor encaminhamento para exames (como papanicolau) e a percepção das mulheres de que não haveria necessidade de atenção à saúde sexual, pois as relações com mulheres as liberaria do risco de gravidez e de IST's (Teixeira, 2014; Parenti et al, 2023).

Quanto à saúde sexual e reprodutiva, as pesquisas investigaram a relação entre práticas homossexuais femininas e IST's. Nos estudos apresentados no Dossiê (Facchini e Barbosa, 2006), uma parte das pesquisas apontavam como mulheres que nunca tiveram contato com homens também apresentavam IST's, ainda que em menor frequência que as mulheres heterossexuais. As autoras colocam em destaque as IST's como um problema de saúde também das mulheres lésbicas. Outra parte dos estudos buscava entender quais fatores poderiam estar associados à presença de IST's, como número de parcerias, frequência sexual e tipos de práticas, mas sem indicar conclusivamente um fator específico. Os estudos mais recentes, majoritariamente de cunho qualitativo, observaram o quanto a noção de menor vulnerabilidade às IST's permanece entre as mulheres, verificando que há um desconhecimento delas quanto às possibilidades de transmissão de IST's nas relações homossexuais e a percepção por parte da maioria de que tais relações não apresentam grandes riscos à saúde biológica.

Os estudos recentes também investigaram a vulnerabilidade e possibilidade de infecções nas práticas homossexuais (Mora e Monteiro, 2014; Almeida, 2009; Andrade et al, 2020). Dois estudos realizaram exames clínicos a fim de identificar a incidência de infecções e correlacionar com as práticas sexuais das mulheres. Em um dos estudos, que investigou mulheres com e sem práticas homossexuais (Maia, Pinheiro, Sales e Passos, 2020), a conclusão foi que o desfecho de contaminação estava mais ligado a outros fatores da vida dessas mulheres (como acesso à informação e uso de preservativos). No outro estudo, realizado apenas com mulheres com práticas sexuais com outras mulheres (Ignacio et al, 2018) percebeu-se a grande incidência de vaginose bacteriana, indicando a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto para maior exploração da correlação identificada.

Foram investigadas também as práticas de cuidado e ações no sentido da promoção da saúde sexual e prevenção de IST's (Rufino et al, 2018; Carvalho et al, 2013). Foi identificado nos artigos que exploraram as relações sexuais com barreiras ou ações de prevenção a IST's, que as perguntas feitas as participantes ou os



focos de análises geralmente foram em barreiras e métodos pré-estabelecidos, comuns às práticas sexuais com pênis (como uso de camisinha e anticoncepcionais), sendo pouco o espaço de exploração de outras estratégias de cuidado utilizadas por essas mulheres. Por fim, há pouca discussão sobre o tema da iniciação sexual e apenas um artigo tratava sobre esse assunto (Montes e Aguirre, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico, podemos perceber um aumento na discussão sobre as vivências de lésbicas e bissexuais e a sua relação com a saúde nas últimas décadas. A principal mudança desse período é o distanciamento da preocupação de como se constituem os desejos e experiências homossexuais para uma atenção maior ao impacto de preconceitos e discriminações e para o cuidado e a promoção da saúde.

Apesar de percebemos essa mudança na perspectiva das discussões acompanhada de um adensamento das investigações ligadas à saúde (como a relação com às IST's, práticas de cuidado e saúde mental), os resultados das pesquisas ainda trazem cenários muito parecidos com os de 20 e 30 anos atrás.

Mesmo com diversos avanços no campo dos direitos das mulheres e LGBTQIAPN+’s há ainda por parte das estruturas sociais uma visão da sexualidade feminina como relacionada apenas às questões relativas à reprodução, e invisibiliza ou trata com menos atenção as experiências sexuais não normativas ou ligadas à uma agência e protagonismo dessas mulheres.

Apouca visibilidade das vivências e a escassez de ações voltadas às demandas específicas de mulheres lésbicas e bissexuais mantêm contextos e experiências de vulnerabilidade e reforçam preconceitos e discriminações. Essas experiências vão ter impactos na saúde sexual e mental, além das vivências em diversos grupos sociais.

Ao contrapor esses resultados com as perspectivas de Direitos Sexuais e de Saúde Integral podemos afirmar que há ainda uma necessidade de maior entendimento de demandas e desenvolvimento e investimento em ações específicas para propiciar a essas mulheres um exercício da sexualidade de maneira informada, agradável e segura.

Como pontuam Faccini e Barbosa (2006, p. 11): “poder estimar o tamanho da população homossexual feminina, conhecer aspectos relacionados a crenças, atitudes e práticas vinculadas à saúde e à sexualidade, assim como identificar suas demandas e necessidades de cuidado, constitui, sem dúvida, um ponto de partida

para a formulação de políticas públicas voltadas para esse grupo.”. Essa prerrogativa continua válida e necessária no atual cenário da Saúde no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.. **Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas.** Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2009, v. 19, n. 2

ALVARENGA, A.T. **Abordagem de Gênero na Área de Saúde Sexual e Reprodutiva e sua contribuição para investigações no campo da Saúde Pública.** [Texto elaborado e apresentado na prova escrita do Concurso de Livre Docência na FSP/USP em 05/02/2013]

ANDRADE, Juliane et al. **Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, n. 10 BOZON, Michel. **A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas.** Em Heilborn, M. L. (org.). Família e sexualidade (pp. 119-153). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CARVALHO, Angelita Alves de e BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2021, v. 26, n. 09

CARVALHO, P. G. C. **Homoparentalidade feminina: nuances da assistência à saúde durante a concepção gravidez, parto e pós-parto.** Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2018

CARVALHO, Patrícia Maria Gomes de et al. **Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por mulheres homossexuais e bissexuais: estudo descritivo.** Online Brazilian Journal of Nursing, v. 12, n. 4, p. 931-941, 2013 Tradução.

CASSAL, Luan Carpes Barros, BELLO, Héder Lemos e BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Enfrentamento à LGBTifobia, Afirmação Ético-política e**

**Regulamentação Profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, n. spe3 [Acessado 19 Abril 2023], e228516.

CECÍLIO, Mariana Silva and SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Adoção por casais do mesmo sexo na perspectiva de profissionais do Sistema Judiciário.** Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2022, v. 39

CORREA, S.; Alves, J.E.; JANNUZZI, P.M. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores.** In: Cavenaghi, S. (org.), Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva. Rio de Janeiro: ABEP, Brasília: UNFPA, 2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** São Paulo: Garamond Universitária. 2005

FACCHINI R, BARBOSA R. **Dossiê saúde mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade.** Belo Horizonte: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** 18ª ed. São Paulo: Graal Editora, 2007. Publicação original 1976

FRY, Peter & MACRAE, Edward. 1985. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense. 128 p.

FURUKAWA, Letícia Yuki de Araujo; PESSOA, Alex Sandro Gomes; KOMATSU, André Vilela. **Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social.** Paideia (Ribeirão Preto, Online) ; 2022.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira e MATTOS, Amana Rocha. **“Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, n. spe3

GOMES, Joao Antônio Smania; TESSER JUNIOR, Zeno Carlos. **Experiencias de médicos de familia y comunitarios en el cuidado de la salud de los pacientes**

**lesbianas, gays, bissexuais y personas transexuales.** Rev. bras. med. fam. comunidade ; 17(44): 2407, 20220304. tab

GOMES, Romeu. **Narrativas do movimento homossexual brasileiro sobre a saúde de gays e lésbicas.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2022, v. 27, n. 02

IGNACIO, Mariana Alice de Oliveira et al. **Prevalência de vaginose bacteriana e fatores associados em mulheres que fazem sexo com mulheres.** Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. 2018, v. 26

LAURENTINO, Arnaldo Cesar Nogueira. **Análise do processo e dos conflitos éticos da implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município do Rio de Janeiro.** 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MAIA, Mariana Cotta; PINHEIRO, Vandira Maria dos Santos; SALLES, Roberto de Souza; PASSOS, Mauro Romero Leal. **Doenças sexualmente transmissíveis em mulheres a partir de 50 anos de idade: análise retrospectiva de 2000 a 2017 em serviço público de referência em Niterói,** Rio de Janeiro DST j. bras. doenças sex. transm ; 32: 1-5, 2020.

MONTES, Gabriel Gallego e AGUIRRE, Sebastián Giraldo. **Iniciação sexual em mulheres com práticas homoeróticas na região cafeeira da Colômbia.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2016, v. 00, n. 22

MORA, Claudia Mercedes e MONTEIRO, Simone. **Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids.** Revista Estudos Feministas [online]. 2013, v. 21, n. 3 pp. 905-926.

OLIVEIRA, Leandro de e BARRETO, Thiago Camargo. **Silêncios em discurso: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2019, n. 33

OLIVEIRA, Romilda Sérgia de. **O corpo feminino: erotização e objetificação.** Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, Edição Especial, março de 2018

PARENTI, Ana Beatriz Henrique et al. **Conhecimento de mulheres que fazem sexo com mulheres sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2023, v. 28, n. 01

RODRIGUES, Julliana Luiz. **Lésbicas e mulheres bissexuais: uma leitura interseccional do cuidado à saúde.** 2018. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.5.2019.tde-21032019-105431.

RUFINO, Andréa Cronemberger et al. **Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres: 2013-2014. Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. 2018, v. 27, n. 4 [Acessado 19 Abril 2023], e2017499.

SANTOS, Antonio César de Holanda e MENEZES, Jaileila de Araújo. **Gênero e Psicologia: Experimentações Discursivas na Produção do Conhecimento sobre a Homossexualidade.** *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2022, v. 42

SANTOS, José Victor de Oliveira et al . **Conservadorismo, posicionamento político e preconceito contra casais adotivos homossexuais.** *Estud. psicol. (Natal)*, Natal , v. 23, n. 1, p. 57-66, março de 2018 . . <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180007>.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20(2):71-99, 1995

SILVA, Cristiane G. da . **Sexualidade e diversidade sexual: diferenças, hierarquias e resistências.** In: Daniela Finco; Adalberto de Santos Souza; Nara Rejane Cruz de Oliveira. (Org.). *Educação e resistência escolar: gênero e diversidade na formação docente*. 1aed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, v. 1, p. 105-132.

SILVA, Gabriela Boldrini da; MENANDRO, Maria Cristina Smith. **Sobre o amor entre mulheres: apontamentos sobre conjugalidade e sexualidade.** *Gerais (Univ. Fed. Juiz Fora)* ; 14(2): 1-23, maio-ago. 2021.

SILVA Luévanos, BENJAMÍN Emanuel. **Efectos en el afrontamiento y soporte social ante la revelación de la homosexualidad a la familia: estudio comparativo en gais y lesbianas.** *Rev. Psicogente* ; 21(40): 321-336, jul.-dic. 2018. *tab*

TEIXEIRA, Helberth Henrique Miranda. **Representações sociais das mulheres homossexuais sobre DST: implicações para às práticas preventivas** Rio de Janeiro; s.n; ago. 2014. 198 f p. tab, graf.

TREVISAN, João Silvério. 2011. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade** 8ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Record. 588 p.

ISBN: 978-85-61702-97-7



XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO

## ST 19 - LINGUAGEM NÃO- BINÁRIA EM DEBATE



# LINGUAGEM INCLUSIVA BINÁRIA E LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO-BINÁRIA

*Iran Ferreira de Melo<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este estudo é a socialização da pesquisa ‘Deixe a minha língua lambar o que quiser. Linguagem disruptiva de gênero no Brasil’, onde eu apresento as bases filosóficas que amparam o trabalho e principalmente apresento o percurso metodológico e os objetivos deste estudo. Não se trata de uma comunicação que trará resultados ou análises, pois esta investigação ainda está em andamento. Porém, por consistir em um trabalho que busca examinar recursos de linguagem que desmantelam a ordem de gênero e sexualidade no Brasil e que, portanto, são modos evidentes de valorização à diferença humana, considero pertinente apresentar esta etapa da atividade e colocar, desde já, meu empreendimento de trabalho à discussão de fóruns públicos, sobretudo em momentos formativos entre pares como é o CINABEH. Nesta comunicação, diferirei a linguagem inclusiva de gênero binária da não-binária, apontando como elementos de divergência as expressões semióticas que demarcam, para o primeiro caso, uma binariedade identitária de gênero e, no segundo, um rompimento para uma representação não binária. Respectivamente, do ponto de vista político, a linguagem binária desorganiza a tradição masculinista de representação como universal e a linguagem não-binária desestrutura a duo-normatividade. A apresentação aponta não apenas distinções, mas demonstra registros variados e propõe aplicabilidades e efeitos políticos na prática.

**Palavras-chave:** Linguagem inclusiva, Linguagem inclusiva binária, Linguagem inclusiva não-binária.

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras pela USP, professor da UFRPE, iranmelo@hotmail.com.



# AUTORIA E REPRESENTAÇÃO NÃO-BINÁRIA NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

*Autore Cristina Judar<sup>1</sup>  
Helder Thiago Cordeiro Maia<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar de quais formas a identidade não-binária vem, na contemporaneidade, se apresentando na literatura brasileira. Para isso, buscamos fazer uma análise de obras, nos gêneros prosa e poesia, que sejam de autoria não-binária e/ou se caracterizem pela representação da vivência da não-binariedade por meio de personagens ou das proposições temáticas das narrativas em questão. Também procuramos entender de quais formas tais autorias e representações podem impactar diretamente nas formas textuais e na própria linguagem utilizada, dando origem a subversões e caminhos impensados para a literatura brasileira. Para esses estudos, utilizaremos como referencial teórico-metodológico alguns dos principais pressupostos apontados pela Teoria Queer (BUTLER, 1990; LOURO, 2016) em especial no que diz respeito ao rompimento dos parâmetros de gênero estabelecidos pela cisheteronormatividade quando aplicados à criação artística e à pesquisa desenvolvida por pesquisadores dos campos da Literatura (LUGARINHO, 2001; MAIA, 2014) e da Linguística Queer (BORBA, 2020; MELO, 2020) no Norte e no Sul global.

**Palavras-chave:** Não-binariedade, Literatura brasileira contemporânea, Prosa, Poesia, Teoria Queer.

1 Mestrante do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP - Universidade de São Paulo, [crisjudar@usp.br](mailto:crisjudar@usp.br);

2 Professor orientador: Investigador no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, professor colaborador do PPG em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Doutor em Literatura pela Universidade Federal Fluminense (2018), [heldermaia@edu.ulisboa.pt](mailto:heldermaia@edu.ulisboa.pt).

## TRADUÇÃO QUEER E LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA NA SÉRIE *SEX EDUCATION*

Jorge Matheus Santos da Silva<sup>1</sup>  
Rodrigo Borba<sup>2</sup>

### RESUMO

Os Estudos de Tradução avançaram em direção a um fazer (auto)crítico. É evidente o afastamento de tradutores/as de uma tradição de posicionamento, supostamente, neutro. Dessa forma, o ato tradutório envolve, além de questões políticas e de tecnologias da informação, também questões de gênero e sexualidade. *Sex Education* é uma das produções originais da Netflix que merece destaque por abordar, com leveza e responsabilidade, temas notoriamente importantes da existência *queer*, por meio de personagens LGBTQIAPN+. Através de Cal Bowman, personagem não binário que é introduzido na terceira temporada, a série faz um trabalho primoroso na midiáticação sobre como pessoas de gênero não binário são atravessadas por uma sociedade marcada pela lógica binária masculino-feminino. A língua é um desses atravessamentos e ao assistir a trama de Cal o público observa a utilização da linguagem não-binária. O presente resumo é uma proposta para comunicação oral que se configura como uma análise qualitativa-interpretativista propiciada por um estudo de caso com o intuito de evidenciar as potências subversivas da tradução *queer* (Lewis, 2010) realizada pela Netflix. O recorte do *corpus* é a legendagem da terceira temporada da série *Sex Education*.

**Palavras-chave:** Tradução queer, Linguagem não-binária, Sex Education.

1 Mestrando do Curso de Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [jorgematheus@letras.ufrj.br](mailto:jorgematheus@letras.ufrj.br);

2 Professor orientador: Doutor, Faculdade de Letras - UFRJ, [rodrigoborba@letras.ufrj.br](mailto:rodrigoborba@letras.ufrj.br).

# HORIZONTES E CAMINHOS PARA A DEFESA DA LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO

*Ariane Érika de Souza Rafael Detoni<sup>1</sup>*

*Fabio Alves Gomes de Oliveira<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho visa apresentar brevemente a história da ortografia da língua portuguesa, desde os primórdios aos dias atuais, indicando e contextualizando a periodização ortográfica, baseado na concepção de Rosa (2017), perpassando também pelo histórico dos acordos ortográficos realizados entre países lusófonos, considerando as mudanças ocorridas na língua desde o surgimento da língua até a atualidade. Dessa forma, o trabalho também almeja apontar concepções básicas de “língua” e “linguagem”, considerando as ideias dos linguistas Ferdinand de Saussure e Noam Chomsky, bem como apontando os seus limites. A partir da dinamicidade da língua e baseado na teoria do “preconceito linguístico” de Marcos Bagno (1999), pretende-se apontar para caminhos que possibilitem a defesa teórico-metodológica da linguagem inclusiva de gênero, popularmente conhecida por “linguagem neutra”, e colaborar com as críticas destinadas aos fundamentos do binarismo de gênero.

**Palavras-chave:** Linguagem inclusiva de gênero, Linguagem neutra, Linguagem não-binária, Preconceito linguístico.

---

1 Professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SSEDUC/RJ), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn) da Universidade Federal Fluminense – UFF / Santo Antônio de Pádua-RJ, [aerika@id.uff.br](mailto:aerika@id.uff.br);

2 Professor Orientador, Doutor em Filosofia, Professor de Filosofia da Educação no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES/UFF). Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn), [faoliveira@id.uff.br](mailto:faoliveira@id.uff.br).

## PELA TRILHA DA LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO

*Iran Ferreira de Melo<sup>1</sup>*

### RESUMO

Durante a última década, no Brasil, muitos coletivos de pessoas dissidentes de gênero criaram textos orientadores para catalogar a linguagem disruptiva, como uma maneira considerada mais inclusiva para a designação de gênero (FISCHER, 2020; BERTUCCI, 2021; Guia para linguagem inclusiva, 2021; Manual para uso não sexista, 2022). No entanto, nenhum desses materiais apresenta fundamentos de análise e descrição linguística científica nos métodos de catalogação e na exposição dos dados. Em contrapartida, diferentes trabalhos desenvolvidos na Linguística, a partir dos últimos cinco anos, vem descrevendo os modos típicos da linguagem disruptiva no português brasileiro (LAU, 2017; LAU & SANCHES, 2017; SANCHES, 2019; SCHWINDT, 2020; BARBOSA FILHO, 2022), mas sem nenhuma consideração ao valor de prática social que esses modos possuem na conjuntura de uma disputa que os têm como ferramenta política da proclamação ou da morte de pessoas cujas identidades de gênero são historicamente subalternizadas. Diante disso, desenvolvi uma pesquisa-ação que vem se encarregando de preencher a lacuna desse cenário ao mapear a linguagem disruptiva de gênero do Brasil (tipos e variantes), identificando suas manifestações recorrentes na língua portuguesa brasileira e as lendo como discurso, isto é, como modos regulares de ação social que funcionam como peças ideológicas semiotizadas no interior de nosso sistema linguístico. Trata-se de um estudo com forte metodologia pedagógica. Do início do trabalho, em julho de 2021, até este momento, foram 33 aulas, palestras e entrevistas e 14 cursos e oficinas. Este relato de experiência conta a trilha dessa caminhada de pesquisa-ativismo-educação.

**Palavras-chave:** Linguagem inclusiva de gênero, Pesquisa, Extensão.

---

<sup>1</sup> Doutor pela USP, professor da UFRPE, [iranmelo@hotmail.com](mailto:iranmelo@hotmail.com).

## (DES) CONSTRUINDO AS PERSPECTIVAS DA LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA<sup>1</sup>

*Gustavo José B. Paraíso<sup>2</sup>*

*Iran Ferreira de Melo<sup>3</sup>*

### RESUMO

O avanço dos estudos de gênero e sexualidade na atualidade busca contribuir com a perspectiva da não-binaridade das línguas neolatinas, que persistem com o masculino genérico e reforçam a ideologia cisheteronormativa. Tendo em vista esse contexto e buscando expandir a compreensão das diversas identidades de gênero, para que os corpos de sexualidades dissidentes possam ser incluídos no discurso é que emerge a linguagem não-binária (LNB). Ela é uma parte da linguagem inclusiva de gênero, modelo já conhecido do linguista britânico Norman Fairclough, (2001[1999]) que visava democratizar as diversas possibilidades de gênero, se afastando do recorrente emprego do masculino genérico de algumas línguas. A linguagem não-binária (LNB) é toda prática discursiva que promove a representação das pessoas que não enxerga que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, evitando a marcação de determinados conjuntos, sobretudo do masculino genérico. Para tanto, iremos abordar os resultados obtidos de nossa pesquisa intitulada *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos*. Para o desenvolvimento da metodologia selecionamos uma bibliografia sobre gênero social e Análise Crítica do Discurso. Em princípio, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e realizamos a coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à linguagem não-binária – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados. Identificamos as informações referentes à produção e circulação dos dados coletados e, apresentaremos o resultado dessa análise.

**Palavras-chave:** Linguagem não-binária; Linguagem inclusiva de gênero; Análise crítica do discurso; Projetos de lei.

1 Este artigo resulta dos dados da pesquisa PBIC/CNPQ Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos

2 Graduando do Curso de Letras Português/Espanhol da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, [guga.paraiso@gmail.com](mailto:guga.paraiso@gmail.com);

3 Professor e orientador: Doutor em Letras, Universidade de São Paulo - SP, [iranmelo@hotmail.com](mailto:iranmelo@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

Este trabalho está baseado em nosso projeto de pesquisa *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos* que está centrado na coleta e na análise de textos legislativos (estaduais e federais), em tramitação no país, de natureza proibitiva quanto ao uso da LNB. Na prática, estes textos são um ingrediente a mais nas violências sobre o existir das pessoas de gênero dissidente.

Seguramente não seria uma lei que iria impedir a mudança linguística, mas, sem dúvida, iria sinalizar um retrocesso social quando legitimado por representantes de uma política conservadora, ainda vigente no Brasil. Movimentos negacionistas das transformações da linguagem, são patrocinadores de violências de expressões que ultrapassam ou que rompem com um modelo de sociedade heteronormativa<sup>4</sup>. Diante dessa conjuntura, a motivação para produção dessa pesquisa emergiu por produzir e mensurar informações que possibilitem um caminho inverso dessas violências.

Nosso objetivo geral foi identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas brasileiros sobre esse uso linguístico. E como objetivos específicos: (1) verificar a produção e circulação de textos legislativos proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil; (2) desvelar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem; (3) perceber, nesses discursos, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país; (4) interpretar, usando o pressuposto da indexicalidade, qual a performance mais recorrente utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados, e como esses resultados encontrados recorrem para depreciar essa forma de linguagem.

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (LIG), modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, (2001 [1992]). A LIG busca democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico em algumas línguas. Por sua vez, LIG

---

4 A heteronormatividade pode ser compreendida como o “modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho e feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2003 [1990] p. 258, nota 06).

integra o que se chama de linguagem inclusiva, isto é, um conjunto de modos de uso linguístico que objetivam dar visibilidade e representatividade a grupos historicamente alijados, como vemos nos pleitos de vários países quanto às políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

Partindo desse ponto conferimos os PLs federais e estaduais que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisamos o seu discurso.

Para a construção dessa análise utilizamos um dos pressupostos que a ACD apresenta para significarmos esse discurso. Esse pressuposto é o de indexicalidade.

Quando agimos por meio da linguagem, fazemos coisas a e com ela, ou seja, encenamos performances como, por exemplo, o ato de batizar, mencionado anteriormente. Nessas ocasiões, estamos também tecendo um laço entre o contexto translocal e local, indexalizando ou apontando para valores, ideologias e crenças do primeiro no segundo. Esse laço, que precipita do translocal para o local, é conhecido como o fenômeno da indexicalidade (OCHS, 1992; BLOMMAERT, 2006; ROCHA, 2013) *apud* MELO&FERREIRA, 2017.

Esse laço entre o contexto translocal e local que nos aponta as diferentes possibilidades de expressões linguísticas e de índices sociais, que surgem em uma hierarquia nos contextos linguísticos, nos apontando que determinadas características sociais são mais salientes, e, portanto, são ativadas antes de outros índices.

## MÉTODO

O procedimento metodológico adotado consistiu em selecionamos uma bibliografia sobre gênero social (MISKOLCI, 2014, 2015; OLIVEIRA, 2019) Análise Crítica do Discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 2003) e Linguagem não-binária (BREVILHERI, LANZA e SARTORELLI, 2022). Inicialmente, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico, nos apropriando dos conceitos e definições para então realizarmos a coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à linguagem não-binária – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados. Tendo já finalizada essa etapa de coleta das informações referentes à produção e circulação dos dados obtidos, iniciamos a análise do texto destes projetos à luz de uma vertente da ACD. Dentro dos pressupostos que à ACD apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema *versus* temporalidade para a execução da mesma, elegemos fazer nossa análise seguindo o conceito de indexicalidade.

Na ACD a indexicalidade é essencial para compreendermos como as palavras e expressões são carregadas de significados ideológicos, como elas apontam para o contexto em que são utilizadas e, sobretudo, como contribuem para a construção de identidades e relações de poder. Através da indexicalidade, é possível desvendar as estratégias discursivas que influenciam a forma como interpretamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

## RESULTADOS

Atualmente, verificamos que tramitam na Câmara Federal e nas assembleias legislativas estaduais, 63 projetos de lei com propostas proibicionistas. Desse total, 15 projetos de lei na Câmara Federal e 48 projetos nas assembleias legislativas de todos os estados e do Distrito Federal. Nessa etapa, que foi justamente a captação e mensuração de dados que desvelam esse cenário, podemos apontar alguns resultados obtidos.

O primeiro PL com essa temática foi apresentado em 2014 pelo deputado federal do estado da Bahia Erivelton Santana (Partido Social Cristão/PSC). Já o projeto mais recente começou a tramitar em 13 de fevereiro deste ano na Assembleia Legislativa do Amazonas, sob autoria da deputada Débora Menezes (Partido Liberal/PL).

O ano de 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava os altos índices da pandemia de Covid-19 e estava sob o governo de Jair Bolsonaro, foi o ano com o maior número de projetos apresentados, 09 federais e 24 estaduais.

Verificamos que o estado do Rio de Janeiro é o que apresenta a maior quantidade de projetos, oito (08), no total. Seguido pelo Distrito Federal, com sete (07) projetos apresentados. Os estados do Pará, Amapá e Tocantins são os únicos que não têm PL representado por parlamentares. Um ponto para destacarmos, é que todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal/PL, ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (17), 27% do total de todos os PLs existentes.

Em seu texto, os PLs apresentados, predominantemente, impedem a linguagem não-binária argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma.

Tendo analisado os dados obtidos, fizemos uma análise dos textos dos PLs e identificamos os seguintes itens lexicais que são utilizados para fazer referência a LNB nos PLs analisados. São eles: **'linguagem neutra'**, **'gênero neutro'**, **'neolinguagem'** e **'linguagem não-binária'**. Ao encontrarmos essas expressões iremos analisar, sob o olhar da indexicalização, a produção de sentido que essas palavras



imprimem ao se referenciarem a LNB. Observamos que elas realizam 9 performances diferentes, que nomeamos ao observar sua função semântica. Que são elas: **objetivo, definição, exemplificação, adjetivação, causa e efeito, problema e solução, conclusão, citação e paráfrase**. Assim, ao verificarmos essas ocorrências nas diferentes performances, identificamos qual a performance mais recorrente nos textos analisados, e a partir dessa identificação podemos apresentar conclusões sobre essas escolhas semânticas.

**Quadro 1** - Exemplos de performances

Operações	Exemplos
	Ela [a linguagem neutra] promove alterações significativas, realizadas de forma descabida por particulares para beneficiar as ditas “minorias”, a fim de atender a fins puramente ideológicos.
<b>Definição</b>	Entende-se como “linguagem neutra” toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, escrito ou falado, em que anula as diferenças de pronomes de tratamento femininos e masculinos, baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes.
<b>Exemplificação</b>	Uma escola, por meio de circular, avisou aos pais dos alunos que havia decidido utilizar o dialeto não binário <sup>5</sup> nas atividades escolares, para tanto exemplificou que utilizaria a partir de então a expressão “queridEs alunEs”.
<b>Adjetivação</b>	Na França, a Academia Francesa já se pronunciou: “Frente a essa aberração inclusiva, a língua francesa está em perigo mortal”.
<b>Causa e efeito</b>	Cumpramos ressaltar, que esse dialeto não binário afasta ainda mais as pessoas, polarizando a nossa sociedade.
<b>Problema e solução</b>	Verifica-se que a pretensão de uma linguagem não binária é, em verdade, retrato de uma posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra.
<b>Conclusão</b>	Não se pode permitir utilizar a “linguagem neutra” como meio de militância. <sup>6</sup>
<b>Citação</b>	Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla, o modelo não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical.
<b>Paráfrase</b>	Em resumo, de modo geral, a linguagem neutra consiste em não determinar gênero masculino ou feminino para incluir pessoas não- binárias (aquelas que não se identificam como homens ou mulheres).

A performance mais frequente nos textos analisados é a adjetivação, visto que ela está em 23% das ocorrências. Ao apreciar negativamente associando a LNB a um problema e uma desordem é mais uma face da abjetificação que os

5 ‘Dialeto não binário’ foi outra forma que achamos em nossos dados, mas não é tão recorrente como os quatro itens que citamos.

6 A conclusão está aqui como operação para indicar o encerramento de um raciocínio desenvolvido nos textos em tela.

discursos reacionários à LNB vêm empreendendo. Porém, o que é abjetificar? De acordo com Kristeva (1982), a abjeção não é apenas a desidentificação com algo, mas a percepção que esse algo é tão horroroso que desorganiza a ordem vigente. É isso que acontece com a construção de sentido que PLs proibicionistas federais e estaduais fazem com a LNB. Ao abjetificar essa linguagem, tais projetos, como muitos discursos contrários à população LGBTQIAPN+, colocam a LNB num campo subalternizado sim, mas, como Butler (2021) aponta, também dão margem para a emergência da potência do fenômeno considerado estranho, do desencaixado, do inadequado, do queer. No horizonte de uma política queer, o discurso dos PLs que estudamos pode até pensar que mata a existência da disrupção da LNB, mas sua face é ambivalente para nós que nos filiamos a tal política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer parte da população LGBTQIAPN+ é estar em constante luta, pois criar um território mais inclusivo é o que estamos sempre em busca, porém se nos chamam de aberração, como aparece nos textos de nosso corpus, devemos nos erguer desse lugar, por meio de um contrabando discursivo (MELO, 2022), que toma desse discurso de ódio, sem a sua permissão, o termo que usam para nos matar, a fim de dizer: não queremos nunca sermos iguais a vocês ou o que vocês consideram bom. E, sobretudo, se essas adjetivações são as formas como nos enxergam diferentes, nós as assumimos como resistência a suas práticas de morte contra nossos corpos.

Nos aliamos as pessoas trans, viadas, não binárias e todo o universo dissidente da norma, para afirmar que há vida e resistência na adjetivação – projeto de morte – dos PLs. Nesse ponto, vislumbramos que os resultados dessa análise, nos mostram os ingredientes ainda presentes para a resistência: a saída está, como nas políticas *queer* das ruas, em não achar que precisamos desviar de tais adjetivações. Elas são bem-vindas na medida em que podemos contrabandeá-las como munições para as nossas existências.

Numa perspectiva crítica do discurso, os PLs são parte de uma rede de práticas, conforme aponta Fairclough (2003), que constitui a conjuntura política de produção de sentido da LNB.

É mais uma voz que se ergue sobre o assunto. E, como tal, reverbera na construção de valor e existência acerca do que é a LNB no Brasil. Se o resultado da produção discursiva nesse campo político é fundamentalmente de atribuição depreciativa, isso é indicativo de como no campo legislativo temos contribuído para o pensamento sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas não se perder

de vista seu papel reverso como dissemos. Entretanto, esse papel não se constituirá no interior dos PLs, mas a partir dele, sendo o que vamos fazer com esse discurso. A comunidade LGBTQIAPN+ e, sobretudo, as pessoas não binárias, não se resignificarão (porque são indexicalizadas pelo discurso acerca da LNB) e não recategorizarão a própria LNB se dialogarem pacificamente com os PLs. Numa relação interdiscursiva, o que se espera é que uma solidariedade *queer* aconteça tomando como de partida essas atribuições negativas e, no fluxo de um contrabando discursivo, resista à violência institucional do campo legislativo brasileiro. Sendo assim, para a ACD, sobre um momento de reflexão: como desabar a violência estrutural cis-heteronormativa tomando por base a leitura de sua expressão pelos PLs que proíbem a LNB? Isso se dá por discurso.

Desvelar esse cenário é um passo para lançarmos outras lentes críticas a partir do futuro, porque tais argumentos dos PLs não podem mais funcionar como cortina de fumaça para a antiga postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados. Sigamos juntos sem esmorecer.

## REFERÊNCIAS

BREVILHERI, Úrsula B. L.; LANZA, Fábio; SARTORELLI, May R. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n.11, p. 01-14. 2022.

BUTLER, Judith Butler. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)

\_\_\_\_\_. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. Trad, Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].

CULT. **Dossiê Teoria Queer**. Revista Cult. São Paulo. 2014. p. 33-56

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2003.

GGB. **Relatório de homicídios da população LGBT em 2022**. Salvador. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em 21 de março de 2023.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Cristian. **An introduction to Funcional Grammar**. Londres, Edward Arnold: 2004.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror**: an essay on abjection. New York: Columbia University Press, 1982.

MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. v. 17, n. 03, p. 405-427, 2017.

MELO, Iran Ferreira de. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires (Orgs.) **Estilos e discursos**. Uma contribuição para os estudos da linguagem. Campinas: Pontes, 2022. p. 17-42.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

\_\_\_\_\_. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo “Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

OLIVEIRA, João M. de. **O que quer o queer?** Podcast Larvas Incendiadas. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.

PINHEIRO, Bruni. F. M.; FREITAG, Raquel. M. K. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. **Linguística**, v. 16, n. 1, 2020.

## ATÉ QUE PONTO VAI A NÃO-BINARIEDADE? UMA REFLEXÃO SOBRE RAFA DA SÉRIE “TODXS NÓS”

*Giulian Pereira de Sales<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão afetiva sobre a personagem Rafa na série “Todxs Nós”. Como uma das primeiras pessoas não-binárias a ter protagonismo em séries de televisão, Rafa articula uma série de afetos e discussões em torno da sua modalidade de gênero. Compreendendo o papel midiático da mídia, a reflexão de Florence Ashley sobre modalidade de gênero e as articulações e caminhos da personagem ao longo da trama midiática, Rafa tensiona o espaço cisheteronormativo, trazendo para as pessoas espectadoras debates em torno dos limites impostos pela sociedade. Entretanto, como uma pessoa não-binária, a autora deste artigo articula afetos pessoais em relação à construção da trama, que elabora o gênero de Rafa sem complexidade, levando da não-binariedade até a binariedade de gênero em apenas um episódio, levantando a pergunta: qual é o limite da não-binariedade e porque ela não é compreendida como um gênero completo?

**Palavras-chave:** Não-binariedade, Modalidade de gênero, Cisheteronormatividade, Mídia, Todxs Nós.

---

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto – MG. [giupsales@gmail.com](mailto:giupsales@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A vigilância binária dos gêneros produz uma série de violências. Ao limitar as possibilidades de existência apenas entre “homens” e “mulheres”, a sociedade cisheteronormativa estabelece uma série de valores, expectativas de comportamentos e cerceamentos diante dos corpos. Nela, diferentes rituais – como o “chá revelação” – e instituições – como a mídia – servem como aliados para essa vigilância, tudo com o objetivo de promover aos corpos um processo de masculinização ou feminização, antes mesmo do nascimento (LOURO, 2008). Neste sentido, a modalidade de gênero não-binário se coloca em um “não-lugar” dentro da cisheteronormatividade, sem ter respaldo nem sequer na língua (RUIZ, 2021). Senti esse apagamento na pele até 2021, ano em que consegui nomear a minha não-binariedade.

Encontrar-me enquanto uma pessoa não-binária foi um processo de libertação, depois de 31 anos sofrendo com momentos de ansiedade e incompreensões diante das frustrações em não corresponder às expectativas sociais, pude visualizar a importância de romper com essas normas para tornar-me viva. Na minha experiência, as redes sociais foram essenciais, pois foi neste espaço que pude ser afetada pelo termo e por toda a complexidade que envolve essa modalidade de gênero (SALES, 2022). Essa experiência me leva concordar com Rosa Maria Fisher (2022) e o papel pedagógico da mídia:

Fundamentada no conceito de “dispositivo da sexualidade” de Foucault (1990a, p. 100), descrevo o dispositivo pedagógico da mídia como um aparato discursivo (já que nele se produzem saberes, discursos) e ao mesmo tempo não discursivo (uma vez que está em jogo nesse aparato uma complexa trama de práticas, de produzir, veicular e consumir TV, rádio, revistas, jornais, numa determinada sociedade e num certo cenário social e político), a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si; tais práticas vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem. Certamente, há de se considerar ainda o simultâneo reforço de controles e igualmente de resistências, em acordo com determinadas estratégias de poder e saber, e que estão vivos, insistentemente presentes nesses processos de publicização da vida privada e de pedagogização midiática (FISCHER, 2022, p.155).

Compreendendo a televisão como um espaço de valor pedagógico e de disputa de poderes, virei meus olhares para ela em busca de produções brasileiras

com personagens não-binárias. As produções midiáticas são um espaço de referência para pessoas queer, principalmente as crianças, que começam a perceber seus interesses, sexualidade e constroem sua subjetividade a partir do que é apresentado à ela pelo mundo. Neste sentido, a presença de personagens LGBTI+ em séries e novelas ajudam a criar a possibilidade de identificação (LOPES, 2004), estimulando a autocompreensão. No meu processo, muitas dores seriam poupadas se tivesse sido apresentada ao termo “não-binariedade” ainda criança. É importante ressaltar que a minha não-binariedade não surgiu a partir do encontro com o termo, ela sempre esteve comigo. Ou seja, a presença de personagens e pessoas LGBTI+ dentro da mídia não é um estímulo para novas vivências LGBTI+, mas de apresentar que existem outras possibilidades de viver sem ser aquelas estimuladas e incentivadas pela cisheteronormatividade.

Foi em minhas pesquisas que encontrei a série “Todxs Nós”, a primeira que trouxe uma personagem não-binária como protagonista em produções brasileiras. Transmitida entre os dias 22 de março a 10 de maio de 2020, a série foi uma produção original da HBO contando com episódios lançados semanalmente. A comédia dramática narra a história de Rafa, vivida por Clara Gallo, que é expulsa de casa pelo pai e vai em busca de abrigo e companhia na casa de Vini, vivido Kelner Macêdo, primo homossexual de Rafa que vive na capital do Estado de São Paulo. Esse encontro é o ponto de partida para uma série de atravessamentos e explicações enquanto a vivência de uma pessoa não-binária. Ao longo dos oito episódios, Rafa passa por experiências amorosas, violências, discussões e autopercepção.

O protagonismo de Rafa foi o motivo que me fez escolher a série “Todxs Nós” como um dos objetos de análise para o meu projeto de doutorado. A intenção da análise era compreender como a série apresenta a não-binariedade em sua trama, analisando as complexidades da personagem e seus relacionamentos interpessoais. Para esse artigo, porém, me debruço sobre a importância da representação não-binária dentro da série e as afetações provocadas por Rafa em mim.

## MODALIDADE DE GÊNERO

Compreender a não-binariedade me levou por diferentes caminhos. Enquanto algumas pessoas não-binárias se identificam como trans, outras não querem ocupar este espaço. Concordando com Letícia Nascimento (2021), entendo neste conflito uma percepção ainda colonial da produção de nossos gêneros, a qual é baseada em uma lógica bioessencialista para definir padrões exclusivamente binários na correspondência entre sexo — “biológico” — e gênero — cultural. Baseada no princípio colonialista, cria-se uma dicotomia entre cis e trans, na qual

o primeiro é compreendido como “natural” e “orgânico” aos seres humanos. A falta da existência de uma palavra para abranger pessoas trans e cis criou uma lacuna e, essa ausência, aumenta a dificuldade de debater sobre as experiências de gênero de pessoas intersexuais e não binárias, que não se consideram trans (ASHLEY, 2022). Nesta lacuna, Florence Ashley propõe o termo “mobilidade de gênero”:

A modalidade de gênero refere-se à forma como a pessoa relaciona sua identidade de gênero com o gênero atribuído à ela ao nascer. É uma categoria aberta que inclui pessoas trans e cis, acolhe a elaboração de termos adicionais que abordem as diversas experiências que as pessoas podem ter em relação à relação da sua identidade de gênero e o gênero atribuído ao nascer: o binário cis-trans é questionado por pessoas não-binárias — especialmente as pessoas agênero — algumas pessoas intersexuais, algumas pessoas jovens criativas com seus gêneros e algumas pessoas que foram criadas totalmente neutra em relação ao seu gênero. Também cria um espaço de reflexão em como gênero é culturalmente situado, e como os termos “trans” e “cis” não refletem o entendimento de gênero de todas as sociedades (ASHLEY, 2022, p. 1, tradução própria).

Para Florence, as nuances do gênero — relação entre identidade de gênero e gênero atribuído ao nascer — são muito difíceis de serem captadas de forma restrita entre a correspondência integral e a total incompatibilidade. Existem diferentes experiências e maneiras de existir dentro desse aspecto, o que amplia o debate do que é gênero e de como a sua construção é um reflexo social: “Modalidade de gênero é sobre modalidades de gênero, sobre diferentes maneiras de ser nosso gênero que não altera sua essência fundamental” (ASHLEY, 2022, p.2). Neste sentido, mesmo que uma pessoa cis ou trans tenham diferença entre a sua modalidade de gênero, elas podem compartilhar a mesma identidade de gênero.

Trazer a discussão de modalidade de gênero para esse artigo é importante, pois na série “Todxs Nós”, Rafa faz uma transição. No primeiro episódio, ele se apresenta como uma pessoa não-binária, pedindo para que seu primo e amigos utilizem o pronome neutro para se referir-se a ele. No último capítulo, porém, Rafa pede para que seu primo o chame pelo pronome masculino, declarando-se um homem trans. Embora o processo de transição não seja evidenciado nos capítulos e eu tenha sido pega de surpresa por essa revelação, compreender a modalidade de gênero permite localizar que a não-binariedade não é um movimento de transição, mas uma categoria de gênero definida.



## COMPREENDENDO A NÃO-BINARIEDADE

Ao entendermos que a não-binariedade é uma modalidade de gênero, é importante resgatarmos alguns aspectos da construção binária da sociedade, a fim de avançarmos no entendimento do que é declarar-se uma pessoa não-binária dentro do Cistema (NASCIMENTO, 2021). A perspectiva da Teoria Queer é importante para entender gênero como algo cultural, desta forma, a divisão binária imposta na sociedade moderna é um reflexo dos interesses políticos, sociais e culturais que correspondem a esse momento histórico: “No fundo, o gênero é relacionado a normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade (MISKOLCI, 2012, p. 31). Assim são estabelecidos padrões de comportamento, são condicionadas formas de pensar e agir, cerceando aquilo que é considerado “normal” e “natural”:

Fui ao banheiro e havia uma fila inacreditável de mulheres para entrarem no banheiro feminino, não tinha quase ninguém para entrar no banheiro masculino. Parem para pensar em como essa distinção arquitetônica nos obriga a descobrir toda hora o nosso gênero e a nossa sexualidade. Na hora de lidar com tudo de mais íntimo somos levados a nos separar em duas filas, duas portas, dois compartimentos arquiteturais. O banheiro público, como a escola, é uma tecnologia de gênero que merece ser repensada. Divisões arquitetônicas são algumas das formas que a sociedade encontra de colocar cada um no seu quadrado e, sobretudo, no caso do banheiro, no seu lugar dentro do binário masculino e feminino. (MISKOLCI, 2012, p. 38).

A construção de uma sociedade que universaliza a cisheteronormatividade como positiva, cria a noção de uma sexualidade ideal, a qual é explorada por Gayle Rubin seu livro “Políticas do Sexo”: “a sexualidade “boa”, “normal” e “natural” será a heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial” (RUBIN, 2017, p. 15). A heterossexualidade é reconhecida, portanto, como a experiência humana na Terra, ocupando o imaginário social como a única possível. Romper-se com essa construção de gênero e sexo, significa estar agindo de forma contrária às instituições — família, igreja, Estado — e, por este motivo, pessoas homossexuais foram perseguidas e presas — e ainda o são — em diferentes locais do mundo (RUBIN, 2017). Para Neilton dos Reis e Raquel Pinho (2016) existem diferentes exemplos de como o binarismo de gênero é uma normalização compulsória, como a experiência intersex: “nesta perspectiva, estão também todos os gêneros não-binários que, além de transgredirem à imposição social dada no nascimento, ultrapassam

os pólos e se fixam ou fluem em diversos pontos da linha que os liga” (DOS REIS; PINHO, 2016, p. 14).

Tendo o gênero e a sexualidade como “dados”, os corpos são retorcidos por uma série de afetações que estimulam em sua subjetividade a construção compulsória de um gênero binário e uma heterossexualidade imposta. Compreender que nossos corpos não são naturalmente generificados, mas que existe um processo cultural por trás de toda essa construção é essencial para pensarmos em rupturas e brechas nessa sociedade cisheteronormativa (NASCIMENTO, 2021). Existir fora dessas normas, porém, “implica em uma maior vulnerabilidade a violência física, menos acesso a direitos e garantias, assim como a invalidação de sua afetividade e subjetividade” (RUIZ, 2021, p. 2). A não-binariedade localiza-se dentro dessa ruptura, é um verdadeiro termo guarda-chuva para uma série de modalidades de gênero:

Para discutir o não binarismo de gênero é importante ter em mente que se trata de um grupo que tenciona muitos significados, os quais não se encontram plenamente consolidados nem sequer para os próprios membros da comunidade (LGTQIAP+). Mesmo assim, isso não invalida o surgimento dessas identidades que ao buscar evadir os dois pólos de gênero estabelecidos pela cisnormatividade, produzem inúmeras expressões que tenciona as relações sexuais e de gênero (RUIZ, 2021, p. 07).

O gênero não-binário rompe com a imposição social dada ao nascimento, ultrapassando os limites do masculino e feminino, fluído e se distanciando deles simultaneamente. Conforme apontam Neilton dos Reis e Raquel Pinho (2016), as pessoas não-binárias “não são exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem” (p.14), sendo assim, elas permeiam na “neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações” (p. 14). Existem diferentes identificações não-binárias: bigênero, agênero, demigênero, pangênero e gênero fluído são alguns exemplos. Algumas pessoas optam por apenas se identificarem como não-binárias, não precisando definir-se em uma dessas categorias citadas anteriormente. Retorno aqui em Guacira Lopes Louro (2008) para mostrar que as pessoas LGBTI+ exercem nesse sentido um importante papel, pois eles evidenciam outras possibilidades de experimentar o mundo, ampliando as possibilidades de viver: “indicam que o processo de se “fazer” como sujeito pode ser experimentado com intensidade e prazer” (p. 23). Ao ver “Todxs Nós”, pude confortar-me com essa sensação de prazer advinda de Rafa, que estava plenamente experimentando o seu gênero entre a violência sofrida pelo pai, no abrigo recebido pelo primo – mesmo que contra a

vontade deste — e nas relações interpessoais estabelecidas a partir de sua modalidade de gênero e plenitude enquanto pessoa.

## PROTAGONISMO DE RAFA

Em seu livro “A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno”, Douglas Kellner (2021) concorda com Rosa Maria Fisher (2022) sobre o papel pedagógico desempenhado pela mídia, que é capaz de ditar caminhos possíveis para a sociedade ao sugerir maneiras de agir, pensar e se articular no mundo. Ao compreender a mídia como uma série de produções complexas, sendo carregadas de discursos políticos e sociais, ela acaba por construir “o senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’” (KELLNER, 2001, p. 9). Os signos e símbolos exibidos pelas séries de televisão, portanto, conseguem articular lógicas em torno do “bom” ou “ruim”, do “positivo” ou “negativo”, do “moral” ou do “imoral” mediante os valores da sociedade. Estipulando uma construção do *outro* em relação ao homem cisgênero, heterossexual e branco.

Concordando com Tomaz Tadeu da Silva (2012), compreendo que a identidade está associada a uma forte separação entre “nós” e “eles”: “a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações” (SILVA, 2012, p.82). O protagonismo de Rafa, interpretado por uma pessoa não-binária, Clara Gallo, é uma marca de uma diferença. Um gesto simbólico para dentro do campo midiático, marcado por disputas de espaços e visibilidades. Se a televisão ajuda na construção das percepções sociais e culturais, ter uma personagem que não se identifica com a cisheteronormatividade gera questionamentos e possibilidades. Encontrar Rafa como protagonista de uma série, me gera identificação a partir do gênero e da sexualidade — tanto ele como eu somos pessoas não-binárias e pansexuais —, devido às nossas características de dissidência de gênero e desobediência sexual. Essa ligação entre mim e personagem, é estabelecida por um processo de significação, como aborda Tainan Tomazetti:

As diferenças são constituídas por processos de significação linguística/cultural que operam as classificações que relegados ao *outro*. Em outras palavras, as diferenças são produtos de criações simbólicas baseadas em redes de pertencimento ou não aos sistemas culturais que por nós são significados. Em um jogo de relações, a marcação das diferenças implica em operações de inclusão e exclusão nas quais se reafirmam as fronteiras daquilo *eu sou* e daquilo que *eu não sou*. Essas disjunções exprimem em si relação de poder, nas

quais um termo ou um grupo é comumente privilegiado em detrimento do seu *outro* (TOMAZETTI, 2018, p. 192).

Ao fixar-se uma determinada identidade de gênero como a norma, estabelece-se uma hierarquização social. Neste sentido, “normalizar significa eleger — arbitrariamente — uma identidade como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas” (SILVA, 2012, p. 83). A liderança de Rafa no elenco de “Todxs Nós”, portanto, não pode ser entendida como um caminho para “normalizar” a não-binariedade, mas para tencionar o que é compreendido como “natural” e “orgânico” na sociedade, criando a ruptura citada anteriormente. Para Lorenzo Benini (2009), ocupar esse espaço midiático é uma maneira de corpos dissidentes de gênero articularem suas existências no mundo:

Para esse sujeito, a aquisição de uma consciência reflexiva será uma ação política preliminar e necessária, realizando uma ontologia (transformadora) da própria atualidade: só tal consciência o habitará a estabelecer com os outros e consigo mesmo relações autênticas. No momento em que as minorias sexuais têm tomado a palavra contra padrões de normalidade do sistema binário sexual, esse repensamento adquire caráter de urgência também para quem for definido por esses padrões como maioria (BENINI, 2009, p. 38).

Recorro novamente a Kellner (2001), ao dizer que “as lutas concretas de cada sociedade são postas em cena nos textos da mídia, especialmente na mídia comercial da indústria cultural cujos textos devem repercutir as preocupações do povo” (p. 32). Por isso, a tensão dentro do campo midiático pode ser compreendida como uma reivindicação por pessoas que não se enxergam ou não são identificáveis com o que é apresentado em cena. A partir de então, torna-se necessário criar novos caminhos, contestando às produções que insistem em “reproduzir a neutralização, funcionalização e padronização dos corpos, suas sexualidades, seus desejos, enfim, suas performances interseccionais de gênero, raça e classe social” (TOMAZETTI, 2018, p. 196).

Entretanto, para além da importância do protagonismo de Rafa, é importante analisar como essa liderança funciona. A complexidade da personagem é fundamental para romper com os estereótipos marcados em um corpo dissidente de gênero, a fim, de fato, promover possibilidades para a identificação. Ao assistir “Todxs Nós”, fiquei feliz em poder encontrar uma pessoa não-binária em papel relevante em uma série nacional. Entretanto, busquei analisar a construção do texto e da história de Rafa ao longo dos capítulos, a fim de compreender a quem essa elaboração interessa: às pessoas não-binárias que poderiam se identificar com elu, ou às pessoas que ainda estão agarradas à lógica binária e procuram,

de alguma forma, enfraquecer o simbolismo de ter uma pessoa não-binária em protagonismo:

Qual a influência destas práticas representacionais, por sua vez, sobre as crenças e atitudes da sociedade em geral, no que concerne à pertinência das reivindicações das minorias por liberdade, democracia, justiça social e cidadania? Quais as estratégias mais efetivas para confrontar publicamente as representações *mainstream* perniciosas? Como se vê, são indagações que dizem respeito não só às estruturas e interpelações do conteúdo, mas também, às lógicas da produção (interesses econômicos, ideologias profissionais, rotinas laboratoriais, estratégias de comercialização), ao impacto e aos usos sociais das representações midiáticas (FILHO, 2005, p. 20).

Concordo com João Freire Filho (2005) ao pensar sobre a análise crítica da sub-representação ou da representação distorcida de identidades sociais, prática que se consolidou desde a década de 60. Neste sentido, o protagonismo de Rafa, embora seja relevante e simbólico, precisa ser analisado de forma ampla, pois é capaz de “afetar o modo como nós vemos e como somos vistos e tratados pelos outros” (FILHO, 2005, p. 20). As representações parciais ou seletivas, portanto, são arriscadas porque podem ser instrumentais para a cisheteronormatividade circunscrever maneiras como pessoas desobedientes de gênero e dissidentes sexuais afetam e são afetadas por outras pessoas. Os estereótipos, tornam-se, portanto, “construções simbólicas enviesadas, infensas à ponderação racional e resistentes à mudança social” (FILHO, 2005, p. 22). Se “Todxs Nós” não contempla a não-binariedade para outros ambientes de produção que seja para fora da cena — como a roteirização, direção, entre outros —, será que ela é capaz de, de fato, ser uma representação positiva? Esta foi a questão que me fez insistir em continuar os capítulos da série, trazendo afetação tamanha que me levou à produção deste artigo.

## AFETOS CAUSADOS POR “TODXS NÓS”

Não acompanhei “Todxs Nós” na época do lançamento, em 2020, na HBO. Exibida semanalmente, tive acesso a todos os oito capítulos dentro do catálogo da plataforma de streaming Prime Video — da Amazon. Em 2023, a produção está indisponível para ser assistida, tendo sido retirada do catálogo da Prime. Embora tenha diferentes produções — como podcasts e entrevistas — sobre a série no canal de YouTube “HBO Brasil”, não há como assistir os capítulos por lá. A dificuldade de acessar o material — somada ao não retorno para uma segunda

temporada — apontam para uma recepção não tão positiva do público — em termos de audiência —, fazendo com que a série tenha sido interrompida. De fato, pelas histórias de todas as personagens envolvidas, não há uma conclusão, tampouco desfechos no último episódio da primeira temporada, indicando que a direção e roteiro imaginavam conseguir avançar na construção das personagens e suas histórias.

A série, porém, conseguiu chamar atenção em seu período de exibição. Junto com a produção, a HBO Brasil desenvolveu “O Guia Todxs Nós de Linguagem Inclusiva” como parte da campanha de relações públicas da série. A intenção era oferecer elementos para que o público pudesse compreender as questões tratadas nos capítulos, funcionando como uma espécie de “letramento LGBTQIAP+” para as pessoas que não são familiarizadas com os termos e as expressões utilizadas pela comunidade. O Guia foi desenvolvido com suporte da consultoria especializada em linguagem inclusiva Diversity BBOX e com apoio do professor de Jornalismo na USP, Eduardo Calbucci — doutor em Linguística pela FFLCH-USP. O produto foi premiado como “Melhor Iniciativa Em Diversidade” pelo CSR & Diversity Awards.

Acompanhei a série dois anos após a sua exibição. Pude visitá-la com ineditismo, pois não havia sido afetada pelas propagandas e notícias em torno da série no período em que estava sendo exibida. Neste sentido, os sentimentos, as emoções e as provocações causadas pela produção em mim, foram integralmente causadas por suas cenas, histórias, sons e diálogos. No primeiro episódio, Rafa foge do interior para a capital de São Paulo e aparece na porta do apartamento do seu primo, Vini. Apresenta-se com pronomes neutros e explica didaticamente para ele e para Maia (mulher preta com que Vini divide o apartamento) o que é não-binariedade, como ele se identifica e o conflito causado por essa identidade com o pai. A ida para São Paulo era uma maneira delu viver, de fato, a sua não-binariedade, assim como a sua pansexualidade. Esse movimento é parecido com o que é feito por muitas pessoas desobedientes de gênero e dissidentes sexuais, segundo o Dossiê Assassinatos e Violências contra Travesti e Transexuais Brasileiras em 2022, desenvolvido por Bruna G. Benevides, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais:

Em suma, em relação a comunidade trans, as violências físicas e psicológicas, a exclusão familiar ou permanência em ambientes familiares tóxicos e/ou transfóbicos, o abuso físico ou sexual, o alto índice de rejeição no mercado formal de trabalho, a extrema violência em suas mais diversas nuances e formas, o racismo, o cissexismo, a ausência de esperança, o estresse de minorias, o transtorno de ansiedade generalizada, depressão, humilhação, baixa autoestima,

são alguns dos principais fatores que podem agravar a saúde mental de pessoas trans e levar ao suicídio, exatamente por serem contextos específicos em que apenas pessoas trans podem se deparar (BENEVIDES, 2023, p. 82).

A violência sofrida por Rafa levou-me a lembrar de momentos de tensão com meus familiares, principalmente por expressar abertamente a minha não conformidade com a cisheteronormatividade. Os recorrentes processos de saída do armário para os meus familiares me fez afastar de muitos parentes, buscando em mim mesma um abrigo de proteção para as micro agressões sofridas desde a infância. Embora meu relacionamento com meu pai e minha mãe seja positivo, o distanciamento físico — moramos em Estados diferentes — foi necessário para garantir a harmonia e a minha vivência enquanto pessoa não-binária. Ou seja, de imediato, a história de Rafa remeteu-me a cenários de dores similares, em intensidades diferentes.

O teor didático é marcado em todos os capítulos da série, sendo Rafa a pessoa responsável por atravessar todo esse processo de “ensinamento” que a produção busca promover para as pessoas que estão assistindo. É ele quem vai fazer as perguntas mais básicas em relação à não-binariedade, tendo o seu processo de autopercepção avançando com conversas bastante explicativas com outras personagens, principalmente com X, outra personagem não-binária na trama que tem um relacionamento amoroso com Rafa. Esse papel explicativo do roteiro caminha entre a superficialidade e o aprofundamento de vivências e experiências LGBTQIAP+. A construção do texto é liderada por pessoas cisgêneras, mas conta com uma importante colaboração de Alice Marcone — que chega a participar de episódios do podcast criado para tratar da série no canal da HBO Brasil.

Apesar de compreender a importância do papel didático e pedagógico, por meio de diálogos explicativos e bem detalhistas em relação às modalidades de gênero, este exercício me foi bastante cansativo enquanto telespectadora. Em todas essas situações, fui arremessada para as repetitivas — e exaustivas — conversas que tive (e tenho) com as pessoas cisgêneras que convivo. Independente de serem de fazerem parte da comunidade LGBTQIAP+ ou não, as explicações e dúvidas enquanto um corpo não-binário é recorrente. Dá-se para compreender os momentos em que esse exercício é respeitoso, em uma tentativa de aproximar-se com educação de mim, porém, também é cansativo ter que conviver diariamente com as mesmas perguntas e dúvidas partindo de pessoas diferentes. É como um recorrente exercício de “saída do armário”, como propõe Eve Sedgwick (2007):

Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio,

médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Em uma sociedade LGBTQIAPfobia, assumir-se como uma pessoa desobediente de gênero e dissidente sexual é tomar “a consciência de um potencial de sério prejuízo” (SEDGWICK, 2007, p. 39). Existem diferentes possibilidades de agressões, desde a invisibilização até a física. Rafa e Vini são vítimas de agressão, andando pelas ruas de São Paulo, após saírem para se divertir, seu caminho cruza com os de algumas pessoas desconhecidas, que começam a ofender verbalmente e, posteriormente, passam por socos, chutes e pontapés. Enquanto tem seu corpo vitimizado, Rafa ainda escuta uma série de xingamentos lesbofóbico, machista e transfóbico. Para Jota Mombaça (2021) — um corpo travesti, negro e não-binário —, a violência é a ponta final de uma sequência de agressões estimuladas por toda a estrutura social para a compreensão do que é “correto” para a sexualidade e gênero.

Diante da violência, buscando compreender mais sobre as possibilidades afetivas e os abrigos que pode receber, Rafa procura a Casa 1. Ele encontra outras pessoas trans, que conversam sobre suas experiências. Esse é outro momento oportuno para o roteiro manter o seu teor didático, mostrando pedagogicamente como acontece a experiência de um corpo trans e desobediente de gênero em uma sociedade cisheteronormativa. Os momentos em que aparece a Casa 1 na série são poucos, mas é compreensível que o ambiente se torna um espaço seguro para Rafa, no qual ele procura conversar com outras pessoas que questionam a rigidez binária da sociedade. O último capítulo da série, inclusive, termina com um momento após uma reunião do centro de acolhimento. Rafa encontra com Vini, seu primo, e pede para ser chamado pelo pronome masculino, reivindicando-se como um homem trans.

Este momento trouxe-me diferentes afetações. Entendendo o papel didático da série, tanto no sentido proposto por Rosa Maria Fisher e reforçado por Douglas Kellner; como no sentido de um roteiro educativo que a série assume para os seus capítulos, a transição de Rafa pode promover afetações diversas. Em primeiro momento, podemos compreender que o gênero é uma construção subjetiva, que é estimulada pelos seus próprios gostos e interesses. Mesmo que se estimule uma pessoa trans a ter uma vivência como cisgênera — como vemos diariamente na sociedade moderna —, o gênero não consegue ser algo conformado e finalizado. Para uma pessoa que se entende como fora do aspecto cis, essa construção será sempre um espaço de crescimento, experiências e possibilidades.



Por outro lado, Rafa é o primeiro protagonista não-binário de uma série, reivindica esse local desde o primeiro momento em que aparece na trama, explica seus pronomes, seus entendimentos e não dá indícios claros de questionar seu gênero após assumir na não-binariedade. Neste sentido, soa estranho que seu último momento em tela seja abrindo mão desta modalidade, para compreender-se como um homem trans – retornando ao binarismo de gênero. Lembro-me de ter ficado – e assim permaneço – confusa com esse momento, pois para além de não haver indícios claros em relação a esses questionamento interno de Rafa, preocupa-me a possibilidade aberta neste movimento de interpretar que a não-binariedade é um estágio na transição de pessoas trans. De certa maneira, a série faz parecer que a não-binariedade não é uma modalidade de gênero totalmente constituída, abrindo possibilidades para a invisibilização.

Compreendo que a construção de gênero é subjetiva e, em alguns casos, o caminho da não-binariedade e, posteriormente, retorno à uma binariedade trans é totalmente válida e deve ser respeitada. Por outro lado, preocupa-me que a primeira representação televisiva em posto de protagonismo de uma pessoa não-binária, termine de tal forma, pois retorna-se ao cenário de não haver uma protagonista não-binária, de fato, mas sim de uma pessoa binária trans.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como proposta fazer uma reflexão afetiva em torno de personagem Rafa da série “Todxs Nós”. Embora seja elogiável os avanços da comunidade LGBTQIAP+ na disputa de espaços em ambientes de poderes, como é o caso da mídia, torna-se cada vez mais necessário refletirmos sobre como essa representação acontece. Compreender como a não-binariedade é apresentada ao longo dos oito capítulos de “Todxs Nós” me causou diversos momentos de reflexão. A tentativa de não compreender o meu processo subjetivo de gênero como universal atravessou o papel de pesquisadora e, portanto, optei por transcrever esses momentos de reflexão na primeira pessoa. Tendo a compreensão de que a experiência de gênero é pessoal e intransferível, passei a olhar para Rafa de outra forma, da representação e identificação.

É inegável que contar com um protagonismo de uma pessoa não-binária em uma série de produção brasileira é uma avanço no sentido de sermos vistos. Entretanto, é preciso que essa construção tenha não apenas a colaboração de pessoas desobedientes de gênero, mas um papel ativo na construção do roteiro. Além disso, a partir do ineditismo, torna-se importante para a produção compreender que ela estará estabelecendo determinado tom, passando a ser referenciada por

outras pessoas — positiva e negativamente — na construção do entendimento do que é a não-binariedade. Ao declarar-se um homem trans no final da série, fica a questão: esta produção foi, de fato, protagonizada por uma pessoa não-binária ou por uma pessoa binária?

Ao tentar compreender os limites da não-binariedade dentro desta construção televisiva — que esforçou-se em trabalhar a não-binariedade, o pronome neutro e outras experiências dentro deste guarda-chuva —, percebe-se que também há o retorno para a binariedade. Não é uma obediência como a cisnormatividade exige, mas ainda é uma obediência pensada no binarismo: masculino e feminino. Neste sentido, a série mostra, novamente, que os limites para a representação da não-binariedade continua sendo a dualidade entre o que é ser homem e o que é ser mulher, sem dar abertura para outras modalidades de gênero.

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, Florence. “Trans” is my gender modality. In: ERICKSON-SCHROTH, Laura; BOYLAN, Jennifer. **Trans Bodies, Trans Selves: A resource for the transgender community**. 2 ed, p. 1-2, Oxford University Press, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. (Org.) **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023.

BERNINI, L. Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 5, n. 06, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2326>. Acesso em: 7 jul. 2023.

DOS REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 28 abr. 2016.

FILHO, João Freire. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**, n. 28, p. 18-29, dezembro de 2005. Porto Alegre. LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. Caminhos para pensar as problemáticas de gênero nas pesquisas em comunicação. In: FILHO, Flavi Ferreira Lisboa; SILVA, Thomas Josue. **Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais**. FACOS-UFSM, p. 184-201. Santa Maria, 2018.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2017.

RUIZ, Melissa. Subvirtiendo las fronteras de género: género no binario. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, e51610212801, 2021.

SALES, Giulian. O papel pedagógico e educacional de perfis não-binários no Instagram. **e-Com**, v. 15, p. 36-54. Belo Horizonte, 2022.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. In: Cadernos Pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, p. 19-54, 2007.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 20 - LITERATURA TRANSMASCULINA BRASILEIRA E OS ESTUDOS TRANS



# A MÚSICA COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA TRANSMASCULINA<sup>1</sup>

*Klaus Macena Fontenelle<sup>2</sup>*  
*Kyara Maria de Almeida Vieira<sup>3</sup>*

## RESUMO

Nick Cruz nasceu no Espírito Santo no ano de 2000. Seu interesse por música despertou ainda na infância a partir de cantores como: Ivete Sangalo e Tim Maia. Ele relata perceber a ausência de homens trans na música. Acreditando que uma maior representatividade no cenário musical poderia ter evitado processos dolorosos em sua trajetória enquanto homem trans, Nick decidiu ocupar esse lugar e utilizar a música como meio de partilha do seu conhecimento e inspiração para pessoas de dentro e de fora da comunidade. Assim, o trabalho propõe uma discussão da construção histórica e social do corpo transmasculino a partir da análise da música “Sol no peito” (2019) de Nick Cruz, e entrevistas referentes à construção de sua obra. O referencial metodológico será composto por Napolitano (2001) e sua compreensão da música enquanto documento, para o qual a música consiste em um ponto de fusão entre valores culturais, estéticos e ideológicos. Já o referencial teórico será composto por Nedel (2020) e Ribeiro et al. (2023) com suas discussões sobre a historicidade da população transgênero e as possibilidades existenciais e performáticas da transmasculinidade. A partir das costuras feitas entre a música e as construções teóricas referenciadas, foi possível perceber a leitura social e histórica do corpo transmasculino. Portanto, a música também pode ser pensada e movimentada enquanto aliada para o enfrentamento dos preconceitos e do processo de invisibilização dos corpos dissidentes.

**Palavras-chave:** Transmasculinidade, Corpo, Música.

1 Esse texto foi escrito a quatro mãos. Mas, em alguns momentos usamos o pronome em primeira pessoa do singular por se referirem às vivências específicas do primeiro autor do texto.

2 Mestrando do Programa Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, [klausmfontenelle@gmail.com](mailto:klausmfontenelle@gmail.com);

3 Professora orientadora: Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, [kyara.almeida@ufersa.edu.br](mailto:kyara.almeida@ufersa.edu.br);

## INTRODUÇÃO

**A**os meus 17 anos iniciei os meus questionamentos sobre o gênero que me atribuíram ao nascer de maneira mais direta. Nesse momento também entrei no curso de Psicologia e o primeiro artigo que escrevi foi sobre o processo transsexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS, ao perceber que a Psicologia ocupa um lugar fundamental nesse processo de “atestar” a transgeneridade de um sujeito e legitimar direito e poder nas suas afirmações e angústias. Posteriormente, já reivindicando a minha identidade enquanto homens trans, participei do IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero (2019) e nele me foi questionado a pouca participação de homens trans no cenário do evento e da militância em geral. Esse momento é um marco fundamental na minha trajetória acadêmica, pois naquele dia não tinha resposta para isso, mas me comprometi a buscá-la.

Nos últimos anos as “minorias” vem conquistando cada vez mais espaços e saindo da marginalização que a sociedade sexista, colonial e capitalista impõe historicamente para corpos que ela julga não serem dignos de direitos básicos como o existir e a própria vida. A inexistência de dados oficiais do Governo Brasileiro sobre determinados corpos escancara tal realidade, proporcionando um apagamento desses sujeitos para a sociedade. Diversos são os corpos que permeiam a marginalidade como as mulheres, pessoas pretas, povos originários e pessoas com deficiência - PCD. Inúmeras são as violências que cada corpo está suscetível. Quando diferentes aspectos são vivenciados pelo mesmo corpo, as violências tomam proporções alarmantes, isso se constitui em um processo de interseccionalidade, esta que é aqui entendida como a combinação de fatores potenciais de violência, ou seja, corpos que podem sofrer dupla ou tripla discriminação (Collins; Bilge, 2021).

Para sobreviver a esse contexto de constantes opressões, a arte é uma das ferramentas encontradas pelos sujeitos para resistir e existir. De acordo com Foucault (2023), a arte pode ser utilizada como uma forma de resistência contra os dispositivos de poder em ação. Napolitano (2001) compreende a música enquanto documento que se apresenta como um ponto de fusão entre valores culturais, estéticos e ideológicos. Em alguns momentos da história brasileira ela se apresentou como aliança social e política entre diversas classes sociais em torno de um ideal de nação, como a Música Popular Brasileira - MPB. Sendo assim, no presente artigo tomamos como ponto de partida a música de Nick Cruz para analisar aspectos da transmasculinidade a partir de um viés metodológico da análise narrativa visando apresentar uma costura entre a experiência da transmasculinidade de Nick. Nesse percurso iremos nos mover entre as entrevistas (Splash, 2020) e

a letra da música “Sol no Peito” (2019) de sua autoria, a minha vivência enquanto outro corpo transgressor compartilhando proximidades e divergências com a narrativa apresentada na música.

## **METODOLOGIA**

Para ser possível realizar uma discussão da construção histórica e social de um corpo transmasculino a partir da análise da música “Sol no peito” (Nick Cruz 2019), seguimos a Análise Narrativa. Segundo Biar; Orton; Bastos (2021) o que pesquisadores e pesquisadoras fazem utilizando o método de Análise de Narrativa é produzir pesquisas que “dão zoom”, para tomar como objeto, os momentos em que narramos nossas vidas.

Para Napolitano (2001) a música é mais do que um veículo para boas ideias, uma canção também nos ajuda a pensar a sociedade e a história. A estrutura socioeconômica do final do século XIX e início do século XX, produzida pelo capitalismo junto ao movimento colonizador no Brasil reflete no cenário musical nacional. Essa estrutura fez com que o interesse por determinados tipos de música, intimamente ligada à vida e ao lazer urbanos aumentasse. Por isso vemos que o mercado de música popular é bem mais enraizado do que o da música erudita.

As complexas relações entre a música e a sociedade merecem estudos a parte, mas como “Os estudos a partir do tema da subcultura têm sido um dos mais fecundos para a abordagem da música popular, ligando a escolha e o gosto musical a complexos socioculturais e sociopolíticos mais amplos” (Napolitano, 2001, p. 20), utilizamos nesse presente trabalho a música como reflexo de convenções socioculturais.

Portanto, a partir do princípio da triangulação (Flick; Costa; Caregnato, 2008; González, 2020) a pesquisa é construída a partir de três visões: a dos autores, com sua experiência de vida e construção coletiva conduzida com a orientadora; a de Nick Cruz, a partir de sua música e entrevistas; e a de autores de referência teórico-metodológica. Costurando assim a análise narrativa da música “Sol no peito” e a ocupação de corpos transmasculinos em espaços de ampla penetração sociológica e cultural (Napolitano, 2001).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nick Cruz nasceu no Espírito Santo no ano de 2000. Seu interesse por música despertou ainda na infância a partir de cantores como: Ivete Sangalo e Tim Maia. Em entrevista dada ao Splash UOL (2020), ele relatou perceber a ausência de

homens trans na música. Acreditando que uma maior representatividade no cenário musical poderia ter evitado processos dolorosos em sua trajetória enquanto homem trans, Nick decidiu ocupar esse lugar e utilizar a música como meio de partilha do seu conhecimento e inspiração para pessoas de dentro e de fora da comunidade. Para

Napolitano: “A esfera da música popular urbana no Brasil tem uma história longa, constituindo uma das mais vigorosas tradições da cultura brasileira. E isso não é pouca coisa num país acusado de não ter memória sobre si mesmo (Napolitano, 2001, p. 27).

Quando eu comecei a questionar a minha identidade enquanto mulher foi doloroso por não conseguir nomear o que vinha acontecendo comigo: eu senti desconfortos ao olhar meu corpo, escolhi roupas mais folgadas e escuras durante toda a minha adolescência. Apenas anos depois fui entendendo que usava essas roupas não por gostar mais delas do que de outras, mas porque elas escondiam a silhueta de um corpo que eu não gostaria que as pessoas vissem, principalmente pela marcação dos seios nas roupas mais justas e claras. Se eu tivesse tido a oportunidade de me identificar com um outro corpo transmasculino, e não ter tido o corpo masculino cisgênero como modelo, durante a minha vida e a minha transição, talvez eu não tivesse tanto incômodo com alguns aspectos, ou talvez o processo de identificar e nomear tais incômodos não tivesse demorado tanto. Na passagem a seguir Nick Cruz representa olhar da sociedade pode ser sentido em sua música:

“Esses olhares me consomem  
Não me veem como homem  
Onde será que o nosso mundo se perdeu?”  
(Sol No Peito, 2021)

Nesse trecho da música é possível perceber como o olhar da cisgeneridade é invasivo, esta que foi nomeada pela comunidade trans em meados dos anos 1990 (Nedel, 2020). A construção dessa categoria de análise nos possibilita nomear um grupo de pessoas que costuma nomear outros corpos, oferecendo uma mudança paradigmática onde as pessoas trans deixam de ser definidas em relação à naturalização cisgênera. É possível perceber algumas consequências dessa naturalização cis nas experiências transgressoras:

“E eu já tô cansado de ter que tomar cuidado com tudo que falo  
E faço e do jeito que tem que ser  
Coisas tão difíceis pra mim, normais pra você  
Me diz como pode seu ódio ser muito mais forte?”



Cadê o amor que cê prega no Instagram em todos seus posts?”  
(Sol No Peito, 2021)

“Que minha mãe não me ligue, preocupada com a minha vida  
Oi filho, você tá vivo? Me conta como foi seu dia  
Oi filho, você tá vivo? Me conta como foi seu dia”  
“Só quero mudar de nome  
Só quero paz e respeito  
Só quero viver na sombra depois de tomar Sol no peito”  
(Sol No Peito, 2021)

Nas passagens acima Nick Cruz apresenta o cansaço diante de questões que são específicas para pessoas trans. Recordo-me de tantas situações e me disseram que era pela “escolha” que eu fiz, como: o desejo de caber em roupas das sessões masculinas das lojas, não tirar a blusa pela mostra dos meus seios, a necessidade de mudar meu nome e retificar os meus documentos para que a identidade com a qual me identifico. Tais experiências foram descritas, muitas vezes, como falta de respeito e uma maneira de me colocar em risco em determinados lugares.

Responsabilizar o sujeito pelas violências e possíveis violências que uma sociedade (nesse caso, a capitalista ocidental contemporânea) impõe a ele é mais uma dessas violências. Paul Preciado chamou de primeira fragmentação do corpo o momento que a sociedade determina o sexo de uma pessoa. Quando profissional da medicina, em sua autoridade, denomina o bebê enquanto menino ou menina, o que ocorre, nesse momento, é uma prescrição de toda a sua vida. Os órgãos sexuais não são apenas órgãos reprodutores, passaram a ser também “órgãos produtores da coerência do corpo humano” (Nedel, 2020)(Preciado *et al.*, 2022).

Isto posto, existem diversas barreiras que devem ser quebradas em diversos momentos e espaços da vida de pessoas trans para que possamos vivenciar/ pertencer a qualquer espaço que tenha sido construído a partir da cisheteronorma. A narrativa de se sentir vitorioso por ser o primeiro em espaços que ocupa parece apenas muito bonita, mas esconde uma solidão e um cenário de muitas batalhas:

“Só sei que todo mundo quer no final estar junto  
E eu não preciso chegar em primeiro  
Que a vida passa num segundo enquanto eu  
Só quero mudar de nome  
Só quero paz e respeito  
Só quero viver na sombra depois de tomar Sol no peito”  
(Sol No Peito, 2021)

“Ei, precisamos rever esse rancor  
Porque é só com a felicidade que se cura a dor  
Talvez agora você possa ver que o que eu quero é”  
(Sol No Peito, 2021)

Nick narra nessa passagem coisas que para ele eram importantes no início de sua transição, desejos e sonhos que dizem muito de um lugar em que a própria sociedade coloca os corpos trans, a pressão para almejar a cisnorma. Contudo não é possível generalizar as vivências de pessoas transmasculinas em uma única história, por exemplo: Eu sou um homem trans branco bissexual de 23 anos, nascido em Fortaleza, no Ceará, com 8 anos fui morar no interior de São Paulo onde fiquei por 2 anos: foi lá que descobri o que era ser nordestino, pois é só quando passamos pela nomeação do outro que nos percebemos enquanto diferentes. Aos 10 me mudei para o interior potiguar, retornando ao meu Nordeste com muita felicidade.

Na minha transição recebi grande suporte da minha família e pude fazer minha transição dentro de casa (período pandêmico da COVID-19). Mas, isso me fez perceber fortemente os impactos de uma sociedade colonial, normativa e cotidianamente violenta, pois mesmo com toda a boa intenção e amor das pessoas que estavam ao meu redor, sempre me deparo com situações desconfortáveis e violentas.

Como eu não tinha contato com a identidade transmasculina no meu dia a dia, o mais próximo que eu tinha era o entendimento da androginia na moda. Achava bonito os modelos que não tinham os gêneros inteligíveis e só podíamos apreciar a arte dos seus corpos junto às roupas. Esse foi o pontapé da minha busca por referências e nela encontrei Sam Porto, que é o primeiro homem trans brasileiro a desfilarem no São Paulo Fashion Week, no ano de 2019. Em uma campanha publicitária que vi como propaganda do *Youtube* no ano de 2018, conheci Demétrio Campos e Paulo Vaz - Popo Vaz. A pouca representatividade de pessoas transmasculinas nos espaços e a necessidade imposta socialmente de se proteger através da passabilidade faz com que cresça em nós um sentimento de estarmos sozinhos enfrentando esse processo, Demétrio e Popo foram dois exemplos que não aguentaram as pressões sociais vieram a falecer por suicídio. Em um trecho retirado das redes sociais de Nick publicado pela página Popline (Rocha, 2021) sobre ele encontra-se também a sua dificuldade em encontrar representatividade:

A música sempre foi minha companheira... Quando decidi ter minha própria independência, ela foi ganhando outro sentido para mim. O processo de amadurecimento foi muito duro, principalmente por ser homem trans, pobre e tão novo. A falta de representatividade, o descaso público no acolhimento, o preconceito das pessoas contra

nossa liberdade... Tudo isso me afeta. Faço questão de fazer minha parte nessa luta. Vou lançar o single mais importante da minha carreira (Rocha, 2021)

A música é apresentada por Nick Cruz como canal para a sua parcela na luta pela liberdade e contra o preconceito a ele direcionado por ser um homem trans. Porém, vale destacar que a experiência transmasculina é plural e particular de cada sujeito que vivencia, não existindo um caminho correto ou único para viver sua identidade e construir um corpo transmutado, muito menos um corpo que seja capaz de representar essa pluralidade. Ribeiro, Tavares e Caetano (2023) trazem que a masculinidade ocidental dar-se através de uma construção histórica e social arbitrária, além de apontarem ser necessário problematizar as representações transmasculinas para que deixemos de buscar obedecer a ordem colonial capitalista financeira e neoliberal. Popo e Demétrio tinham em seu corpo códigos que a cisgeneridade colonial não suporta em corpos trans: Demétrio foi um homem trans preto e periférico; e Popo um homem trans publicamente gay. Enquanto a nossa transição caminhar pela narrativa imposta pela cis-heteronormatividade e a colonialidade, nossos corpos continuarão sendo taxados como intrusos e sem direitos à existência.

Nick faz um trabalho muito importante ao construir a canção Sol no Peito, mas essa aconteceu no início de sua transição, portanto nela conseguimos encontrar muitos reflexos da pressão social imposta pela sociedade para a transição de gênero. Que para alguns pode refletir um sonho e para outros pode ser uma imposição para aceitação e legitimidade, como a mudança de nome ou processos cirúrgicos. Para realizar-se no seu trabalho como músico Nick Cruz reveza suas atividades cotidianas, show e seu trabalho como pedreiro, que compartilha diariamente em suas redes sociais. Nick Cruz concorreu à categoria PRESTATENÇÃO do MTV MIAW Brasil 2021 (Torres, 2021). Mesmo assim, ele reconhece que não deve fazer esse processo sozinho e deseja abrir portas para que outras pessoas possam, também, ocupar esse lugar.

## CONCLUSÕES

A minha escrita parte do entrecruzamento da “mulher recatada e do lar” que cuida de todos os outros, para o homem que precisa ter cuidado para não ser opressor, mas que é violentado repetidamente por não ser cisgênero. Minha escrita vem desse sofrimento não nomeado, não escrito e não encontrado do deslocamento social que a transição na sociedade brasileira nos impõe, por entender

a transgeneridade como um fenômeno de rompimento e destruição do pilar colonial da binaridade de gênero.

Entendemos que seja impossível falar sobre as violências dos corpos de minorias de direitos no Brasil sem entender que a primeira aniquilação que tivemos foi em 1500 e, depois disso, normalizamos e naturalizamos o extermínio de quem/ do que acreditamos não ser adequado para o país que gosta de ser bem vista pelo exterior e não cuidando do seu próprio povo. Toda essa história está marcada em nosso corpo e nos corpos que apresentam marcas da resistência dessas categorias que deveriam ter sido eliminadas.

Exponhemos tudo isso acima para evidenciar que mesmo encontrando muitos pontos próximos da minha vivência e de conhecidos meus na música de Nick Cruz, ela não diz sobre um todo, para isso é necessário que outras pessoas possam ocupar o cenário musical e artístico, como também todos os espaços. As obras musicais são um produto de normas sociais, dessa forma não podem ser considerados como efeitos naturais e intrínsecos à própria obra, “devendo levar em consideração as convenções socialmente enraizadas que tendem a informar apropriações distintas dos diversos grupos sociais que formam a audiência musical em sociedades complexas” (Napolitano, 2001, p. 22). Diante desse cenário foi possível perceber a música Sol no peito (2019) como ferramenta aliada aos sujeitos para existir e resistir contra os dispositivos de poder hegemônicos e como o começo de um movimento que almeja e necessita ser ampliado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIAR, Liana de Andrade; ORTON, Naomi; BASTOS, Liliana Cabral. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 21, p. 231–251, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/q9Dd3hzKnMCTTQfxRGsZ9Dd/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2021.

FLICK, Uwe; COSTA, Joice Elias; CAREGNATO, Sônia Elisa. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª edição. Penso, 2008.

GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322>. Acesso em: 8 nov. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. **História & musica: história cultural de la música popular**. 3a ed. revisada. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (História &... reflexões, v. 2).

NEDEL, Juno. O corpo como arquivo: tensionando questões sobre história e memória trans. 2020.

PRECIADO, Paul B. *et al.* **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2022.

RIBEIRO, Igor Veloso; TAVARES, Luciane; CAETANO, Marcio. Transmasculinidade, raça e classe - a cilada das redes sociais digitais. [s. l.], 2023.

ROCHA, Leonardo. Exclusivo: Nick Cruz mostra toda sua verdade em “Sol no Peito”. *In*: POPLINE. 26 maio 2021. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/exclusivo-nick-cruz-mostra-toda-sua-verdade-em-sol-no-peito/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOL NO PEITO. Intérprete: Nick Cruz. [S. l.: s. n.], 28 maio 2021. (3:13). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Lg-XL9xYkA>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SPLASH. **Homem trans, Nick Cruz quer deixar o pop brasileiro ainda mais diverso**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2021/01/29/homem-trans-nick-cruz-quer-deixar-o-pop-brasileiro-ainda-mais-diverso.htm>. Acesso em: 1 set. 2023.

TORRES, Leonardo. Nick Cruz pode se tornar 1º homem trans do mundo a ganhar prêmio da MTV. *In*: POPLINE. 25 ago. 2021. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/nick-cruz-homem-trans-premio-mtv/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

# PRÁTICAS VISUAIS ENQUANTO JOGOS URBANOS IDENTITÁRIOS DAS MASCULINIDADES EMBUCETADAS

Taliboy<sup>1</sup>  
Denise Espírito Santo<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Preto com este texto apresentar as principais questões, os sujeitos, os conceitos operacionais, as referências teóricas e as práticas visuais que tenho mobilizado nesse período de um ano e nove meses de pesquisa no doutorado no contexto da linha de Arte, Sujeito e Cidade, parte do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Descreverei através de relatos de experiências como cheguei ao conjunto das práticas visuais que tenho desenvolvido nos últimos 15 anos, como possibilidades de respostas estético/políticas, ou rasgos no campo da norma para dar a passagem – visibilidade/visualidade às diferenças que me coabitam, ou como venho dizendo, como vou sendo transformado/impactado<sup>3</sup> pelo embate ‘entre’: de um lado a vida material, social, cultural e por outro lado o já interiorizado, muitas vezes espelhado, mas noutras também rebelado ou não totalmente dócil, mundo subjetivo.

Esse recorte temporal coincide com o impacto ou o tremor de terras (PRECIADO, 2020) que as identidades políticas de mediação com o Estado vinculadas as TRANSMASCULINIDADES estão movendo desde então, via organização/criação no ano de 2012 da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), em 2013 do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), e em 2015 no I Encontro

1 Doutorando do Curso de Artes e Cultura Contemporânea (PPGArtes) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – RJ, [tali.ha.correia@gmail.com](mailto:tali.ha.correia@gmail.com)

2 Professora orientadora do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, [deniseespirito@gmail.com](mailto:deniseespirito@gmail.com)

3 Ao falar sobre como sou impactado, transformado, há algo do devir deleuziano – o ‘entre’ o eu e o outro, ou a antropofagia tupinambá / o perspectivismo indígena/ o canibalismo / alteridade e como o povo originário brasileiro lida com essas questões de forma a incorporar, sem eliminar a diferença do outro colonial, não pretendo aqui me aprofundar nesse pensamento complexo, mas é importante ter essas questões no horizonte. (CASTRO, 1996)

Nacional de Homens trans (ENAHT), como principais instituições e espaços que visam articular e dar visibilidade política de reconhecimento social a estes sujeitos.

Logo, me interessa compreender por meio da arte, ou baseado nas práticas visuais de cunho ativista, o que a partir disso passa a se movimentar na sociedade e nos jogos políticos das identidades, principalmente dentro daquelas que se avizinham como a comunidade lésbica masculina, as mulheres cisgêneras heterossexuais e bissexuais que não performam feminilidades e nas demais dissidências sexuais e de gênero em corpos com vulva presente principalmente no território da América Latina. É importante ressaltar que essa pesquisa é minha própria experiência de radicalização de gênero, hoje EX-MULHER (didaticamente falando), TRANSMASCULINO (identidade política) E SAPATÃO (identidade afetiva), logo sou exemplo vivo desse impacto.

Ou dito de outra forma: como tais sujeitos têm impactado, transformado a mim e a sociedade, assim como a necessidade/urgência de operar via o avesso ou a paródia (BUTLER, 2003; HALBESTAM, 2008; HUTCHEON, 1991) da norma, enaltecendo e transformando as agressões a esses(as) sujeitos(as) que antes, por não poderem se afirmar nessas ‘novas’ identidades, encontravam-se fixas dentro das antigas e binárias identidades, na maioria das vezes sob a alcunha da ofensa ou do apagamento?

Logo, esse texto prioriza o caminho metodológico e espero deixar nítido ao final desta escrita que esse caminho é resultado de muitas perguntas anteriores que me mobilizam a inventar/criar/produzir trajetórias visuais em forma de reelaboração dessas mesmas experiências.

Assim, adianto que essa pesquisa tem se mobilizado a partir de três conceitos centrais, que são: as *práticas visuais enquanto jogos urbanos identitários* – instalação do caminho metodológico, ou lugar do ‘entre’ a subversão e a afirmação das identidades/diferença; *Masculinidades Embucetadas* – tem o intuito de apresentar os principais sujeitos da pesquisa assim como instalar um lugar do “entre” os boycetas/mascucetas<sup>4</sup>/transmasculinidades/homens trans e uma parte<sup>5</sup> das *masculinidades femininas* (HALBESTAM, 2008), ou, um ‘entre’ as novas e antigas formas de nomeação desse coletivo diverso de sujeitos subalternizados pela norma; e por fim *escrita de artista* – um ‘entre’ a linguagem corporal e as práticas discursivas - conceito expandido de escrita para além do texto – em formato

4 Projeto humorístico musical elaborado para substanciar discursivas LGBTIA+, sobretudo trans, a partir do riso subversivo. Belo Horizonte - MG. Contato:projetomascucetas@gmail.com

5 Importante frisar que nem todas as masculinidades femininas são embucetadas, vide mulheres trans, travestis, não-binárias que ao nascer foram designados homens, assim como demais corpos intersexos e dissidentes.

de outras linguagens que deem conta de capturar as complexidades dos jogos de linguagens e das experiências.

Essa pesquisa visa romper binários clássicos científicos, que tem por objetivo além de denunciar mais esse mito moderno da colonialidade do saber (LANDER, 2005), instalar dentro desse mesmo espaço hegemônico o lugar do ‘entre’, do ‘outro’, da diferença, alteridade, do devir e da transformação – *eu-sociedade* – para compartilhar a potência, através das táticas de aparição (visibilidade e visibilidade) e enunciação múltiplas advinda dos campos das artes, da estética, política, cultura e sociedade – o que politicamente foi deixado de fora da violenta episteme ocidental branca, burguesa, cisgênera, patriarcal, heteronormativa, do norte global, cristã e neoliberal, alicerce comum dos jogos das identidades modernas. E também interessa observar, o que acontece quando essas vozes vêm à tona? Quais impactos elas trazem para o campo da norma, das demais dissidências? E na redistribuição dos lugares sociais?

Por fim, pretendo além de apresentar o referencial teórico, reforçar o lugar teórico-prático de uma pesquisa no campo das Artes, “[...] onde pensar é fazer e fazer é pensar” (TALIBOY, 2022), trazendo como resultado em processo alguns trabalhos/conceitos que são fundamentais e que me auxiliaram na aparição das Práticas Visuais enquanto Jogos Urbanos Identitários das *Masculinidades Embucetadas*.

## O CAMINHO METODOLÓGICO E OS RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DAS PRÁTICAS VISUAIS DE CUNHO ARTIVISTA

Fazendo um rápido retrospecto desses últimos 15 anos e do desenrolar dessas práticas visuais de cunho artivista, que se deram pela busca e tentativa de expressar via deslocamento das linguagens do campo das Artes Visuais, principalmente os vinculados as vanguardas do século 20, assim como a aproximação com o vocabulário dos movimentos sociais ao qual passei a ter contato a partir de 2003 e a vivência feminista a partir de 2007, que consegui dar vazão nesse primeiro momento em forma de desenhos em páginas diárias de agendas, o que hoje pode ser entendido como uma das primeiras experimentações do que tenho elaborado enquanto *escritas de artivista*, utilizando a força do desenho automático proposto pelos métodos surrealistas, e logo seleccionei alguns ‘entre’ outros tantos que permaneceriam no ostracismo para ampliar nos fundos dos muros de uma escola municipal de Salvador - BA, em frente a vila em que morava. Chamei essa produção de partilha dos desenhos com toda a vizinhança - afinal tinha



convicção que esses desenhos não pertenciam apenas a meu mundo subjetivo e sim ao social do qual fazia parte - de “Civilização Mágica” (2007-2010).

Buscando resolver esse problema político de qual o desenho trazer à tona, bem como outros problemas que foram surgindo no caminho, dentre eles buscar uma mediação ‘entre’ a vontade política do consciente *versus* a força propulsora e descontrolada do inconsciente presente nesse desenho automático, que cheguei através da exaustão da criação e na observação do que naquela profusão de desenhos tinham em comum, quais poderiam ser suas repetições e diferenças. Fui entendendo que podia alinhar essas questões por meio da nomeação desse mal-estar ou opressão que a vida urbana infligia. Assim chego nas séries urbanas das *pinturas.guerrilhas* (2011-2014), junção dos desenhos e dos jogos poéticos das palavras que usava para assinar as séries de duas cores como: “O GRITO”, “EDIFICIL NA CIDADE”, “DUELO”, “LUTO”, “MEIO-AMBIENTE”, “SÓCORRO”, “guERRA” e “salvaDOR”, agora a série é espalhada não apenas na vizinhança de onde morava, mas em diversas vias movimentadas da cidade de Salvador-BA.

Encaro essas primeiras tentativas estético-políticas de nomeações, como a busca por me aproximar ao que até então era inominável, ou seja, as opressões, e aqui é importante frisar o projeto bem sucedido da empreitada colonial em toda a América Latina em silenciar/apagar/violentar/invisibilizar a partir das políticas de Estado e demais aparatos institucionais, o que os pensadores decoloniais nomearam como colonialidade do poder/saber e ser. Com o tempo fui compreendendo essa dificuldade de nomear/expressar as opressões, que parecia ser um problema individual é, na verdade, coletivo. Por isso, também a necessidade de desde o início partilhar/disputar essas primeiras nomeações no espaço urbano das cidades.

Assim, seguimos buscando nesta última década, tanto eu, quanto a sociedade brasileira, avançar e literalizar ainda mais o espaço da metáfora, e, com a licença poética do *spoiler*, foi assim que cheguei nos *jogos urbanos identitários*.

Retomando a cronologia dessa narrativa, é que em 2012 chego na prática visual feminista do *LUTO*, impactado naquele momento pela Marcha das Vadias e aparições dos Black Blocks (2013), então, a *escrita de artista*, ou melhor, as *pinturas.guerrilhas* do *LUTO* se transforma em corpos mascarados com seios de fora e braços em ristes, espalhados pelas ruas e muros abandonados de Salvador e demais cidades que circulei desde então, transbordam as próprias regras das *pinturas.guerrilhas* ao se tornarem multicoloridas. Segui com o *LUTO* por mais de uma década e esta também pode ser diferenciada pelas suas características e momentos históricos/políticos que podem ser identificadas como 3º e/ou 4º ondas feministas.

A primeira é a que descrevi acima, onde a máscara e os seios de fora permitiram um rápido reconhecimento nas ruas, assim como unificaram e simplificaram a mensagem, não deixando dúvidas do que se tratava aqueles corpos. Por outro lado, o que parecia ser a solução, mais a frente se tornou também o problema, assim como o acirramento político pelos anos de 2016 que chegou com força e violência nas ruas das cidades, tendo a partir de então armas apontadas para mim e tendo que fugir de linchamentos da própria população. Entendi que precisaria mudar de tática, passei a produzir instalações mais rápidas para revelar as mascaradas do *LUTO* na própria arquitetura das cidades, assim como dei o próximo passo me reaproximando da universidade e iniciando a segunda e terceira onda do *LUTO*. Tensionando próprio *LUTO*, assim como o feminismo, ao trazer às críticas do transfeminismo, feminismo negro e lésbico para o centro das práticas e máscaras a diferença e não mais a unificação das identidades feministas. Então, assim chego na produção do *LUTO ENQUANTO PRÁTICA E TÁTICA VISUAL DE PIRRAÇA URBANA DA MULTIDÃO SAPATRANSBONDE* (TALIBOY, 2021), título da dissertação e de uma série de trabalhos que movimentei nos espaços urbanos e uma possível saída para lidar com os desafios de seguir fazendo luta política via identidades (BUTLER, 2003).

## REFERENCIAL TEÓRICO: ‘ENTRE’ A SUBVERSÃO DA TEORIA QUEER E AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS LGBTQIAPN+

O referencial teórico está ancorado nas principais discussões e dilemas das lutas políticas via identidades na contemporaneidade, no ‘entre’ as subversões - teoria *queer* e as políticas de afirmação/reconhecimento LGBTQIAPN+, assim como dentro das práticas artivistas e urbanas. Um diálogo ‘entre’ os pós-estruturalistas europeus e norte-americanos em constante atualização e crítica com o pensamento decolonial originário produzido na Latinoamérica e a partir dos movimentos sociais.

Pretendo utilizar o conceito da *partilha do sensível* (RANCIÈRE, 2005), para pensar no que tenho elaborado como *partilhas das identidades* - a partilha política dessa subjetividade rebelde que escapa, muitas vezes ainda não nomeada, assim como para somar forças com aquelas ainda invisibilizadas e sem direitos jurídicos, sociais fundamentais. Dessa forma, é importante também refletir sobre a dificuldade de nomeação das opressões, entendendo o campo das artes, da política, da linguagem e dos embates ‘entre’ o irrepresentável, como lugares fundamentais e interdisciplinares para seguir pensando nesses dilemas sociais, políticos, culturais das identidades, representações e seus limites.

Tenho buscado junto com autores transmasculinos e não-binários, como Ian Habib, Leonardo Peçanha, Dri Azevedo, Bruno Santana, Coletivo de Artista Transmasculines (CATS), Revista Transviade, Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), Liga Transmasculina João Nery, e demais sujeitos, entender/disputar qual seria o lugar das transmasculinidades, ou indo um pouquinho mais além, das *Masculinidades Embucetadas*, dentro dos feminismos ou do transfeminismo, assim como de toda a sociedade, visto que boa parte dela ainda insiste em não reconhecer tais identidades e/ou sujeitos.

## RESULTADOS EM PROCESSO DAS PRÁTICAS VISUAIS DAS MASCULINIDADES EMBUCETADAS

Nesses anos de ativismo, aprendi em coletivo a desarmar uma parte dessa bomba colonial que é transformar a ofensa da norma em motivo de orgulho. Sobre essa máxima que produzi o trabalho das “Camisas do time das Masculinidades Embucetadas em campo”, para além de apresentar os principais sujeitos dessa pesquisa para fora da universidade, sigo vestindo essas camisas/identidades de futebol do Flamengo, em que troco o nome pessoal dos jogadores, para trazer estampado nomes das identidades (ou nomeações advindas da opressão/xingamentos e também da resistência/invenção reelaboradas dentro da própria comunidade) vinculadas as *Masculinidades Embucetadas*, como: “EX-MULHER”, “BOYCETA”, “HOMEM TRANS”, “SAPATÃO”, “GRELO-DURO”, “INVERTIDU”, “XX BOY”, “MULHER-MACHO”, “TRANSMASCULINE”, etc. Assim, busco trabalhar em mim que ao ser lido/reconhecido pelo “outro”/sociedade como pertencente a qualquer uma dessas identidades ou nomeações avizinhas, não me seja motivo de ofensas, sim de orgulho/afeto.

Seguindo na mesma linha, apresento outro trabalho chamado “Embolada de Gênero”, que consiste em espalhar bolas de futebol pela cidade como armadilhas. Ao serem levadas para outros espaços, principalmente o privado, colocam em xeque a cisgêneridade da masculinidade hegemônica, trazendo ao centro da bola a imagem cisgênera do mascote criado pelo próprio jogador de futebol Gabigol (ídolo do Flamengo) vestindo a camisa do “EX-MULHER” e envolta das palavras “MASCULINIDADES EMBUCETADAS”.

Em cima dos afetos a essas identidades marginalizadas, que por tanto tempo me amedrontaram e das quais busquei passar ao largo, por conta dos rechaços sociais destinados a elas, hoje retorno cheio de afeto e sigo reelaborando outras práticas como “Primavera das Masculinidades Embucetadas”, “EU ❤️ MASCULINIDADES EMBUCETADAS”, “Lápis de Ricar o Gênero Colonial” e “Isso não é uma

Genitália”, onde tenho buscado mesclar e inverter os elementos da representação operando via o avesso da norma, ou seja, usar seus mecanismos de representação/controlar a nosso favor, enquanto comunidade trans e demais dissidências identitárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E PARCIAIS

*Jogos urbanos identitários* são, antes de tudo, jogos de linguagem e também o que escapa, ou o tal incapturável, movimenta e renova o próprio jogo de linguagem, almeja como todos os jogos ser a própria liberdade, está para além do campo racional, busca criar um intervalo que contenha suas próprias leis e regras, mesmo que momentâneas e pode ser compartilhado, repetido enquanto memória e têm a capacidade de criar outros laços comunitários, assim como ornamenta ao mesmo tempo que expande a vida. (HUIZINGA, 2004)

Me parece irresistível usar de suas capacidade lúdicas/estéticas para ecoar as aberturas e os rasgos nos campos da norma e assim favorecer a aparição de sujeitos/identidades, tais como as *Masculinidades Embucetadas*, antes impossibilitados(as) de virem à tona no campo urbano enquanto sujeitos jurídicos, ou seja, portadores de direitos e da almejada cidadania. Por este motivo, essa pesquisa aposta na importância das afirmações e também na possibilidade de seguir bagunçando os binários, presentes também nos *jogos*: ‘entre’ o par seriedade (que se encontraria fora do jogo, na vida real) e a brincadeira (ou o faz de conta próprio do jogo), adicionado de outro binário trazido dos embates com as identidades que é a afirmação e a subversão, com o intuito de complexificar o jogo e a vida.<sup>6</sup>

Há também, uma pitada de *pirraça urbana* (TALIBOY, 2021) na apropriação polêmica da palavra *identitária*, uma vez que não podemos nos esquecer que essa palavra é usada para desmerecer os avanços sociais via implementação de políticas públicas das identidades na América Latina.

Por fim, o relato pessoal, escrito em blocos de notas processuais, trazem elementos e táticas intuitivas de como fui lidando com as opressões, e como esse binário jogo/realidade me acompanha, ousou dizer, que há muito mais tempo do que o recorte temporal desta pesquisa, e que agora há pouco mais de dois meses, me fez chegar a esse conceito operacional das práticas visuais enquanto *jogos urbanos identitários* e nos quais futuramente pretendo me estender mais.

---

6 As coisas em minha vida que eram brincadeira/jogo eu acabei levando a sério, já as que eram sério eu levei como brincadeira. Não de forma premeditada ou tática como gostaria e teria sido mais fácil, ou pelo menos mais consciente, mas foi a forma que fui encontrando de desvencilhar ou lidar com as situações opressivas que foram acontecendo ao meu redor. (Comunicação pessoal)

**Palavras-chave:** Identidades; Jogos Urbanos Identitários; Masculinidades Embucetadas, Artivismo; Transmasculinidades

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Editora: Civilização Brasileira. 21ª edição, 2003.

CASTRO, Viveiro. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, 2(2), 115–144. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad femenina**. Barcelona-Madrid: EGALES, 2008.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

PRECIADO, Paul. **Um Apartamento em Urano**: Crônicas de travessia. Aguiar, Eliana (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

TALIBOY. Relato de experiência enquanto escrita de artista: Reflexões acerca da prática visual do trabalho Masculinidades Embucetadas no contexto de Arte, Sujeito e Cidade. **Revista Estudos Transviados**, Rio de Janeiro-RJ, v.3, n.6, p.87-111, novembro, 2022. Disponível em <<https://revistaestudostransviados.wordpress.com/2022/11/09/518/>>. Acesso em 25/11/23.

TALIBOY. **LUTO enquanto prática e tática visual de pirraça urbana da Multidão SAPATRANSBONDE**. Orientador: Roaleno Amâncio Costa. 2021. 276f. il.

Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

ISBN: 978-85-61702-97-7



XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO

# **ST 21 - O PACTO NARCÍSICO DA CISGENERIDADE: REFLEXÕES SOBRE A OUTRIDADE E A OFENSA DA NOMEAÇÃO**



# O “OUTRO DO OUTRO”: IMAGENS E IMAGINÁRIOS TRAVESTI NAS BRECHAS DE SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO E VISIBILIDADE

*Brume Dezebrom Iazzetti<sup>1</sup>*

## RESUMO

Resultado de pesquisa de mestrado, o presente artigo parte de um esforço inicial de investigação sobre a história cultural da identidade travesti no Brasil, com ênfase no período de redemocratização, em três momentos. Primeiro, destaco como travestis foram construídas – em um conjunto de “imagens e imaginários”, sob uma dimensão do “público” – como um “Outro” específico no interior da Ditadura Militar, através de uma análise de formas de violência e processos de desumanização. Segundo, nos modos como travestis foram construídas como um “Outro do Outro” no interior do próprio movimento homossexual brasileiro, no contexto da Constituinte de 87-88, enquanto “vítimas públicas e fardos privados”. Finalmente, sob uma perspectiva da História Pública, conectando passado, presente e futuro – a partir de uma conceituação da cisnormatividade em seus “sistemas” – enfatizo os modos como formas de representação e visibilidade apresentam uma manutenção de tais processos de Outrização. No que chamo de “olhares públicos”, abrem-se também brechas para a re/construção de tais imagens e imaginários nas aberturas promovidas pelas subjetividades travesti em seu agenciamento, reflexividade e criatividade.

**Palavras-chave:** Travestis; História Pública; Redemocratização brasileira; Representação, visibilidade e esfera pública; Outrização

---

1 Mestra em Antropologia Social e (UNICAMP) e Mestra pelo programa História no Espaço Público (HIPS/EMJM). Pesquisadora discente do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU. Contato: [brume.dezebrom@gmail.com](mailto:brume.dezebrom@gmail.com).



# SOBRE O PACTO NARCÍSICO DA CISGENERIDADE E A OFENSA DE DESNATURALIZAR A DIFERENÇA

*Bruno Latini Pfeil<sup>1</sup>*

*Cello Latini Pfeil<sup>2</sup>*

## RESUMO

Adotamos como objeto de análise a auto-negação da cisgeneridade em espaços institucionalizados de produção de conhecimento. Institucionalizada tal como a heterossexualidade, a branquitude, a endossexualidade e a corponormatividade, a cisgeneridade é um fator central, porém frequentemente não nomeado, nos estudos de gênero. Ao demarcarmos semanticamente a cisgeneridade, nos deparamos com sua rejeição sistemática enquanto conceito. Então, a partir de nossa experiência como corpos transmasculinos na academia, argumentamos que a cisgeneridade em negação toma a forma de um fenômeno, o qual nomeamos “ofensa da nomeação”, que constitui um dos pilares do que compreendemos como “pacto narcísico da cisgeneridade”. Nossa hipótese central é que a cisgeneridade se utiliza do pacto narcísico como estratégia fundamental de negação de si.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Cisgeneridade; Pacto narcísico da cisgeneridade; Ofensa da nomeação.

1 1 Psicólogo (CRP05/71525). Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Graduando em Antropologia (UFF). Pós-graduando em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política (FAUSP). Pesquisador do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Coordenador da Revista Estudos Transviades. [brunopfeil8@gmail.com](mailto:brunopfeil8@gmail.com);

2 2 Docente do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Especialista em Teoria Psicanalítica Freud-Laciana (CEPCOP/USU). Coordenador da Revista Estudos Transviades, [mltpfeil@gmail.com](mailto:mltpfeil@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

Escrevemos esse artigo motivados a desenvolver sobre aquilo que identificamos como a *ofensa de nomear*, sendo componente central do *pacto narcísico da cisgeneridade*. A ofensa da nomeação é o fenômeno de rejeitar a cisgeneridade em espaços institucionalizados de produção de conhecimento, rejeição protagonizada por sujeitos que se outorgam a capacidade de nomear a transexualidade enquanto ‘Outro’. Cisgeneridade é um conceito desenvolvido fora das universidades, sem legitimação institucional, configurando-se como uma ferramenta pela despatologização das identidades trans. Compreendemos a cisgeneridade não como um sentimento, nem como algo de teor moralista ou estritamente identitário, mas como uma forma de se posicionar politicamente em relação à produção do ‘Eu’ e do ‘Outro’. A nomeação da cisgeneridade seria, dentre tantas outras nomeações, uma forma de exprimir que não há identidade original/natural em contraste com a qual se originam as diferenças. A *ofensa* é uma via de mão-dupla: por um lado, há o caráter ofensivo de se designar um corpo trans como patológico e incongruente e, por outro lado, apontamos para a comum reação cis de rejeitar a cisgeneridade, reação esta equivalente a como se reage a uma ofensa.

Antes de entrarmos nesta discussão mais minuciosa, almejamos iniciar esse estudo com a devida contextualização. Para tanto, realizamos um breve histórico da patologização da transexualidade na biomedicina moderna, seguindo desde as discordâncias recorrentes entre endocrinologistas, sexólogos, psiquiatras e psicanalistas cisgêneros e norte-americanos/europeus, até a institucionalização do Processo Transexualizador pelo SUS, no Brasil. Aproximamos a discussão sobre patologização para os saberes psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise), pois este campo é central tanto para a patologização como para os movimentos por despatologização. E enveredamos em uma discussão no campo da psicanálise, pois, em seu surgimento, a psicanálise rompeu com os pressupostos da psiquiatria moderna, ao mesmo tempo em que sedimentou normatividades em seu seio.

Em um segundo momento, exploramos a dupla dinâmica da ofensa da nomeação: a nomeação institucionalizada, que designa a transexualidade como patologia, e a contra-nomeação como movimento epistemológico pelo reconhecimento da diferença e ruptura com a universalidade. Indagamos: como a cisgeneridade enfrenta o reconhecimento de sua própria diferença em espaços institucionalizados de produção de conhecimento? Como a negação da cisgeneridade pode ser sintomática do pacto narcísico da branquitude? Como se constitui o pacto narcísico da cisgeneridade?

A ofensa da nomeação se caracteriza como o produto de um pacto narcísico. Cida Bento (2002), em seus estudos sobre racismo em ambientes de trabalho, identifica este pacto narcísico entre pessoas brancas contra pessoas negras, produzindo alianças internas como mecanismos de perpetuação da soberania branca. Este pacto narcísico da branquitude opera como estratégia de proteção e manutenção de poder. Assim, se compreendemos a cisgeneridade como integrante da estrutura colonial de poder da branquitude, não seria a cisgeneridade, também, um marcador propício ao desenvolvimento de pactos narcísicos? Seria possível identificarmos o exercício de um pacto narcísico da cisgeneridade? Percebemos ao longo de nossa pesquisa a aliança entre pessoas cisgêneras contra a nomeação de sua própria cisgeneridade, fugindo à desuniversalização. O pacto narcísico da cisgeneridade, cujas principais operacionalidades procuraremos evidenciar, ocorre em alicerce à ofensa da nomeação, conceito voltado à reação de pessoas cisgêneras contra a desuniversalização de sua cisgeneridade. Reiteramos que esta aliança não ocorre somente com a branquitude e a cisgeneridade, como também com demais marcadores de dominação, como a heterossexualidade, a endossexualidade, a corponormatividade (MELLO & NUERNBERG, 2012).

Direcionamos tais indagações a espaços bastante específicos: as universidades ocidentalizadas, como pontua Grosfoguel (2012), já que nestes espaços se denominou a transexualidade como patologia. O reconhecimento da cisgeneridade enquanto categoria política tem a ver não com um sentimento de ser e existir, mas com a denúncia de violências institucionais históricas que possuem origem, direcionamento e corporalidades específicas. As universidades ocidentalizadas, dominadas pela colonialidade do saber (MALDONADO-TORRES, 1999), servem como palco de silenciamentos. Nesse viés, tomamos a academia branca, cisgênera, heterossexual, endossexo e corponormativa como objeto de análise, especialmente em relação à camuflagem da cisgeneridade como 'natureza humana'. Utilizamos como referencial teórico os estudos de Grada Kilomba e Cida Bento sobre Outridade e pacto narcísico, assim como estudos psicanalíticos de Stona & Ferrari e Preciado, estudos decoloniais de Grosfoguel e Maldonado-Torres e estudos de gênero de Laqueur e Anne-Fausto Sterling.

## **METODOLOGIA**

Utilizamos como ferramenta metodológica discussão bibliográfica entre as obras escolhidas como referencial teórico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Breve histórico sobre a nomeação ofensiva da diferença

Ao pensarmos na história da patologização institucionalizada da transexualidade, podemos fazer uma datação relativamente precisa. Modelos de normalidade e, por consequência, de anormalidade se configuraram pelo saber biomédico com especificidades na modernidade/colonialidade, enquadrando corpos em parâmetros binários e genitalistas alinhados a uma normatividade cishetero-endossexo<sup>3</sup> - ainda que não sob tais nomenclaturas. Estes modelos não partem de categorias naturais, mas passam, em realidade, por processos de naturalização. São construções históricas, precisamente localizadas temporalmente e que sofreram mudanças estruturais. Evidências disso são as observações de Thomas Laqueur (2001) sobre a noção dos sexos biológicos até meados do século XVII. Em academias científicas europeias desse período, acreditava-se que órgãos sexuais considerados femininos e masculinos possuíam a mesma estrutura, ocupando regiões distintas do corpo: o 'masculino', em referência aos pênis, se mostraria para fora, e o 'feminino', em referência à vulva, se colocaria para dentro. Nessa lógica, havia somente uma nomenclatura para se referir aos órgãos considerados sexuais (*orcheis*) e, quando utilizada sem definições precisas, essa palavra se referia somente ao pênis e a seus anexos. A referência à vulva e aos seus anexos ocorreria apenas se houvesse uma explicação mais elaborada. O pênis, portanto, seria o referencial.

A emergência do saber biomédico anatomofisiológico no decorrer do século XVIII inaugurou o modelo de dois sexos: deixou-se de conceber a estrutura sexual como uma só, mas sim como partindo de duas vertentes diferentes - masculina e feminina. Anne Fausto-Sterling (2000), importante bióloga e feminista, nos mostra como a categorização de hormônios enquanto sexuais, masculinos e femininos, reforça a binaridade de gênero. A binaridade de gênero deixa de ser algo visual, externo, e passa a fazer presença em nossa corrente sanguínea, dentro de nossas células.

A bióloga critica veementemente tal binarização, afirmando a existência de inúmeras possibilidades de constituição anatômica, hormonal e cromossômica. A binaridade de gênero se alicerça na endossexualidade, isto é, na dicotomia homem-pênis-testículos-próstata-testosterona e

---

3 Utilizamos cishetero-endossexo para pensar em uma junção normativa entre cisgeneridade, heterossexualidade e endossexualidade.

mulher-vulva-ovários-útero-estrogênio. O que ocorre, como procuramos demonstrar, é a nomeação institucional destas categorias. A nomeação parte de uma normatização corporal, que busca ceifar corporalidades que não espelham a sedimentada binaridade de gênero. As noções modernas/coloniais sobre anatomia sexual, gênero e sexualidade partem de construtos sociais, variáveis de acordo com momento histórico, territorialidade, categorias raciais etc.

Embora a complexificação de tais construtos sociais seja traçável desde antes da modernidade, a nomeação diagnóstica, enquanto categoria clínica, da transexualidade possui datação mais recente, recebendo mais força a partir da segunda metade do século XX. A institucionalização da transexualidade enquanto categoria diagnóstica possui como método, dentre outros elementos, a escuta clínica, exercida com primazia pelos saberes psi: psiquiatria, psicologia e psicanálise. Nos voltamos a estes saberes, especialmente à psicanálise, para analisar a ofensa da nomeação em aliança ao pacto narcísico da cisgeneridade.

Em um primeiro momento, seria uma incongruência histórica pensar nos saberes psi sem considerar relações de gênero e os entraves do racismo/sexismo epistêmico (GROSGUÉL, 2012). Tratando especificamente da psicanálise, que rompeu com a psiquiatria/biomedicina de sua época de emergência, aquilo que inaugura a psicanálise - os estudos sobre a histeria - denunciam, por um lado, uma cultura patriarcal que patologiza e generifica e, por outro, estabelece sujeitos politizados e generificados por um viés [cis]normativo. A psicanálise é objeto de nossa escolha exatamente por seu papel contraventor em relação aos discursos da época de seu nascimento. Todavia, apesar de tal ruptura com as normas acadêmicas e científicas, a teoria psicanalítica, em suas amplas ramificações, foi pivô de normatividades ainda direcionadas à gênero-dissidência. A psicanálise não apenas se volta a corpos generificados, como promove tal generificação.

Determinar categorias diagnósticas, ainda que distanciando-se da perspectiva psiquiátrica/biomédica, possui um duplo poder: de identificar a constituição da patologia, e de constituir sujeitos patologizados. Além disso, observa-se o predomínio de uma branquitude cisgênera e heterossexual no exercício da escuta clínica psicanalítica - e não nos restringimos à psicanálise, mas às escutas do saber biomédico. Stona e Ferrari (2021) denunciam a ausência de debates sobre raça e gênero nas formações em psicanálise, ou sua presença através da lente de patologização e exotificação. Assim, a escuta clínica, tão necessária para a construção de políticas de cuidado em saúde, acaba por promover adoecimento e estratificação. No caso de pessoas trans e intersexo, em seus inúmeros atravessamentos, o que se percebe é a produção *cistêmica* de transfobias e intersexofobias (VIEIRA *et al.*, 2021).

Nesse contexto, os discursos de acadêmicos, psiquiatras, endócrinos, sexólogos e psicanalistas norte-americanos/europeus, embora conflitantes entre si, contribuíram para a categorização clínica da transexualidade. A partir da segunda metade do século XX, há um *boom* de categorias diagnósticas, invenção de terminologias e sistematização de sintomas relativos à transexualidade. Enquanto uns afirmavam a necessidade de se passar por cirurgias genitais e hormonizações, como uma espécie de cura, outros refutavam tal postulação, afirmando que pessoas trans estariam delirando sobre sua identidade de gênero, exibindo sintomas psicóticos que deveriam ser controlados pelas asas da psiquiatria. Apesar de diferentes entre si, esses discursos pressupunham que pessoas trans não seriam capazes de se autodeterminar. Eis o movimento de patologização, chancelado pela biomedicina e pelos saberes psi em universidades ocidentalizadas.

Concomitantemente, ao longo das décadas de '60 e '70, se fortalecem movimentos sociais contrários à patologização (SOUSA; CAVALCANTI, 2016), que reivindicaram mudanças significativas, tais como a retirada do diagnóstico de “homossexualismo” do DSM-III, em 1973, e a retirada do “transtorno de identidade de gênero” da área de transtornos mentais do CID-10, em 2018. Compreendemos fundamentalmente que o saber biomédico moderno se erigiu por um viés cisnormativo e patriarcal; que a escuta clínica, ainda que em ruptura com as estruturas normativas vigentes, se fundou no seio do modelo científico dominante, herdeiro das e financiado pelas premissas colonialistas do século XVI. Os saberes psi seriam, então, signatários da modernidade. De maneira geral, verifica-se, em todos esses movimentos, nomeações da cisgeneridade para com a transexualidade, da endossexualidade para com a intersexualidade, da corponormatividade para com corporalidades contra-normativas; nomeações alicerçadas em patologizações, estigmatizações. Todavia, como Sousa e Cavalcanti (2016) nos mostram, para toda nomeação, há uma contra-nomeação, e a cisgeneridade nega o reconhecimento de si mesma.

Este irreconhecimento reforça o antagonismo entre transexualidade e natureza; ignora que, dentre os variados marcadores do ‘Eu’, a cisgeneridade é elemento central. A rejeição acadêmica do conceito de cisgeneridade corrobora com a patologização, com a assimilação do ‘Outro’ trans como objeto de pesquisa das academias cisgêneras. Como vimos, tal rejeição se faz bastante presente em psicanálise. É por tal observação que identificamos a *ofensa da nomeação* como elemento do *pacto narcísico da cisgeneridade*. Como escrevemos em outro momento,

A recusa em se reconhecer, que ocorre por meio da ofensa da nomeação, tem como base um mecanismo de defesa típico do pacto

narcísico, tal como observado na branquitude. Da mesma forma, podemos estender as dinâmicas narcísicas perversas a demais marcadores sociais de poder da modernidade/colonialidade, como, por exemplo: a heterossexualidade, a endossexualidade, a ausência de deficiências, o pertencimento a uma classe social abastada, dentre outros. Há, desse modo, dois objetos a serem analisados: o pacto narcísico e a cisgeneridade. (PFEIL & PFEIL, 2023, s.p.)

Vejamos, então, após nossa exposição do histórico patologizante, como se constitui o pacto institucional e narcísico da cisgeneridade em relação à ofensa da nomeação.

### Sobre pacto Narcísico e institucionalidade

Em linhas gerais, percebemos a movimentação da nomeação da transexualidade por vias institucionais. A cisgeneridade se protege por trás das academias e se outorga a capacidade de nomear o Outro enquanto tal, assim como de não demarcar a si própria semanticamente. A ofensa cisgênera diante de sua demarcação é bastante estratégica, como veremos a seguir. Ofensa significa

Comportamento ou discurso que faz com que uma pessoa seja vítima de injustiça; palavra que **deprecia**; que possui a capacidade de **injuriar ou afrontar**. Ação que provoca lesão física.

Ação de agredir fisicamente; ato de visa o ataque; ofensiva.

Comportamento que demonstra falta de consideração; **desacato**.

Ação de **violar uma norma**, preceito, regra etc; transgressão ou falta.

Sensação que aborrece; sentimento de **desgosto** diante de algo ou de alguém indelicado e/ou insensível. (OFENSA, 2022, s.p., grifos nossos)

Há elementos ofensivos tanto na nomeação da transexualidade como da cisgeneridade. Ao se nomear o corpo trans, presenciamos o desgosto, acompanhado do desejo, da cisgeneridade sobre a transexualidade; identificamos o desacato e o caráter depreciativo de nossa inferiorização, e das suposições sintomáticas sobre nossos desejos; e testemunhamos a injúria de se estabelecer uma experiência comum e compulsória supostamente compartilhada por todos os indivíduos trans. De outro lado, ao se nomear a cisgeneridade, se viola uma norma - a cisnorma -, que se institui como natureza, pois um dos elementos da cisnormatividade é seu silêncio sobre si. Não por acaso, a cisgeneridade se ofende ao ser nomeada. Em psicanálise, assim como em academias ocidentalizadas, Mezan (1988, p. 19) observa a “resistência [...] em admitir que outras formulações, além

daquela à qual aderem, possam ter validade teórica e prática”. Ou seja, ainda que assumam que não há um *a priori*, psicanalistas resistem a abrir mão do que [não assumidamente] tomam como verdade. É nesse sentido que percebemos o pacto institucional e narcísico da cisgeneridade, suas dinâmicas de autoproteção: ao demarcar e categorizar no Outro aquilo que rejeita em si, a cisnorma ambiciona controlar seus traços considerados perversos, regulá-los de modo que o corpo gênero-dissidente deva enquadrar sua dissidência à norma. Essa dinâmica se caracteriza como narcisista, movida pelo pacto narcísico e pela rejeição à desuniversalização. Vejamos como ela opera.

Conforme Cida Bento, o narcisismo é elemento constitutivo do desenvolvimento humano, sem o qual não nos inscreveríamos a uma coletividade, tampouco nos dissociaríamos do que nos rodeia. Pelo narcisismo, somos capazes de adquirir uma autoimagem, afetando-nos pelo reconhecimento do outro, por sua diferença. Tal afetação é própria da constituição subjetiva. Todavia, o narcisismo perverso, estruturante do pacto narcísico ao qual nos referimos, pouco se assemelha ao narcisismo da constituição egóica.

O reconhecimento de si enquanto sujeito requer antagonismos. A autoimagem, para Bento (2002, p. 30), “encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso próprio grupo, o que nos induz a defendermos os valores grupais. [...] protegemos o “nosso grupo” e excluimos aqueles aos quais não pertencemos”. Protegendo os ‘nossos’, projetamos, na figura do ‘outro’, os aspectos que rejeitamos em nós, os elementos egóicos que se tornariam alvo da repressão superegóica. Esse mecanismo narcísico adquire o caráter de uma paranoia, caracterizada “frequentemente [por] quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios” (BENTO, 2002, p. 42). Ao projetar no outro os aspectos reprimidos de si, o outro se torna o arauto do mal, aquele que deve ser destruído. Torna-se, em suma, uma Outridade, como Kilomba (2019) demonstrou. Não nos referimos mais ao ‘outro’, mas ao ‘Outro’, pois este diz respeito não ao sujeito em si, mas àquele que o nomeia enquanto Outridade. O Outro diz mais sobre aquele que o nomeia do que a si. A Outridade se caracteriza como o outro para os olhos do colonizador, que se percebe, por sua vez, como sujeito universal da modernidade. Esse comportamento seria, assim, uma defesa contra si mesmo.

Kilomba disserta sobre estes mecanismos de defesa do ego, sendo um deles a *negação*. Como exemplo, temos a negação da existência de racismo no Brasil pelo mito da democracia racial. Ao se negar a posição de violência da branquitude, esta se exime de responsabilidade diante do racismo, e se dá o aval para atribuir, ao ‘Outro’, características de agressividade, violência, impulsividade. Da mesma forma, quando a cisgeneridade nega sua própria localização cisgênera,



frequentemente afirma a violência da pessoa trans em relação a si mesma. Exemplo disso é o falacioso argumento de que “transexuais reproduzem os mesmos estereótipos de gênero que desejam destruir”.

Nessa forma de raciocínio, não haveria cisgeneridade, mas sim uma organização de gênero opressiva e patriarcal que atravessaria todos os corpos no Ocidente. Observamos aí a construção de uma Outridade vinculada ao ‘corpo trans’, no momento em que a cisgeneridade projeta, na transgeneridade, características que reprime em si: comportamentos perversos e enganadores, reprodução de normas artificiais/não-naturais. O sujeito cis se torna vítima do Outro trans. Afinal de contas, se não há racismo nem transfobia, então pessoas negras, indígenas e trans estão sendo gratuitamente violentas por pessoas brancas e cis ao denunciarem violências que aparentemente não existem. O mesmo ocorre com pessoas intersexo ao denunciarem as violências da endossexualidade que as submetem forçosamente a cirurgias consideradas ‘corretivas’ ou a terapias hormonais cisnormativas (VIEIRA *et al.*, 2021). Esse é mais um mecanismo de negação, produzido por meio do pacto narcísico colonial da cisgeneridade, e refletido em todos os marcadores contra-normativos. Então,

Precisamos nomear o pacto narcísico da cisgeneridade em seus esforços para perpetuar a nomeação patologizante e medicalizante de pessoas trans, ao passo em que se ofende tremendamente ao ser nomeada. Pelos mecanismos de defesa do ego, a cisgeneridade se defende de sua nomeação. (PFEIL & PFEIL, 2023, s.p.)

Da negação, surge a Outridade, isto é, um conglomerado de “fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser” (KILOMBA, 2019, p. 38), fantasias cisgêneras e heterossexuais sobre o que a transexualidade deveria ser, fantasias endossexo sobre o que a intersexualidade deveria ser. Tais fantasias não se restringem ao campo imaginativo, mas se materializam por meio das violências institucionais que nos atravessam. Mas como surge o pacto narcísico, propriamente? Toni Morrison (2019) nos auxilia com essa questão. Para a autora, o pacto narcísico surge em momentos de incongruência: quando as fantasias do colonizador não refletem a realidade do colonizado, surge o pacto narcísico para reiterar as fantasias, para torná-las ‘verdade’. Se as projeções modernas/coloniais não conseguem retratar o Outro, então o pacto se evoca para justificá-lo. Como exemplo, temos a situação narrada por Bento quando se deparou com o discurso de um funcionário branco de determinada empresa. O funcionário reclamava que pessoas negras estavam começando a ocupar empregos de pessoas brancas. Olhando em volta, só havia brancos. Onde estavam as pessoas negras de prontidão para roubar os empregos

dos brancos? Onde estão as bixas, os boycetas e as travestis a postos para disseminar a ideologia de gênero? Talvez estejam todos só muito ocupados.

O pacto narcísico da cisgeneridade pode ser identificado nas dinâmicas institucionais que apresentamos anteriormente: quando o médico cisgênero, ou o psiquiatra, o psicólogo, o psicanalista - ou, como costumamos chamar, os *pcis* - se depara com pessoas trans que não correspondem ao estereótipo biomédico de transexualidade de ódio ao próprio corpo, sofrimento disfórico, determinada conjuntura familiar. Se, com Laqueur e Fausto-Sterling, vimos que a noção de sexo biológico não passa de uma construção histórica, política e cultural, então os desejos que nos são *atribuídos* não passam, portanto, de uma ficção colonial. Quando, ao buscarmos serviços de saúde, não performamos corporal e socialmente os estereótipos cisgêneros sobre transexualidade, suscitamos o pacto narcísico da cisgeneridade, pois promovemos uma incongruência entre o que o colonizador espera de nós e o que somos. Quando nomeamos a cisgeneridade, rompendo com a imperiosidade de seu discurso considerado científico, observamos a ofensa da nomeação entrando em cena.

Em contexto brasileiro, a nomeação da cisgeneridade ganha força ao longo dos anos 2000, com a emergência do transfeminismo. Sobre a recepção do termo na academia, Caia Coelho (2017, s.p.) questiona

Por que, entretanto, o termo cis tem sido amplamente “acusado” de ser conceitual demais, acadêmico demais, e até complicado demais, para o feminismo se historicamente já aceitamos tantos outros com essas características? Por que ‘cis’ não alcança popularidade nem é usado, mesmo quando tentamos “simplificar” ao máximo a explicação do que ele é? O que está em jogo ao se alterar o parâmetro da normalidade, quando nós - as pessoas trans - éramos antagonicamente definidas em relação a ele?

A rejeição da demarcação da cisgeneridade tem a ver, então, com uma recusa acadêmica de ‘alterar o parâmetro da normalidade’. É fundamental direcionarmos nossa crítica às instituições academicistas - erigidas a partir de um cartesianismo violento - que historicamente se responsabilizaram por nos nomear em antagonismo à normalidade. A naturalização da cisgeneridade faria parte de uma ‘política de conveniência’ (COELHO, 2017), em que, embora haja espaço para estudos de gênero, não se permite a denúncia nem o rompimento das fronteiras artificiais traçadas entre congruência e incongruência. Caso célebre que evidencia isso é o discurso de Preciado, “Eu sou o monstro que vos fala”, proferido em 2019 na Jornada Internacional da Escola da Causa Freudiana, em Paris, a cerca de 3.500 psicanalistas - muitos dos quais o interromperam, deram as costas, se

recusaram a escutar. Preciado (2021, p. 281) se coloca como o “monstro que vocês construíram”. Ao monstro, não é permitido proferir nomeações. Se o corpo clínico do analista e do intelectual moderno se coloca em patamar intrínseco de humanidade, o corpo trans é designado como “[...] incapaz, segundo vocês, de resolver corretamente um complexo edipiano ou tendo sucumbido à inveja do pênis” (PRECIADO, 2021, p. 281). Eis a expressão do pacto da cisgeneridade, como componente fundamental do pacto narcísico da branquitude.

A monstrosidade do corpo trans se constrói na clínica, em consultórios psiquiátricos, na judicialização de retificação de nome e gênero, em grupos de estudos sobre gênero e sexualidade que nos tomam como objeto a ser investigado, ou que deslegitimam nossas elaborações teóricas. Essa monstrosidade faz parte da ‘política de conveniência’. Pelo pacto narcísico, a branquitude continua correta em suas enunciações, a cisgeneridade se isenta de responsabilidade perante as violações sofridas por pessoas trans, a endossexualidade garante seu *status* de salvadora diante de pessoas intersexo. Recusando a própria nomeação, o pacto narcísico é tampouco nomeado; não se consegue vislumbrar a aliança silenciosa, e por vezes não tão silenciosa, entre aqueles que detêm o poder institucional de nomear.

A nomeação, desse modo, se constitui como uma arma contra-colonial, pois, para além de denunciar as estruturas de poder da modernidade-colonialidade, denuncia suas alianças, seus pactos de dominação. A ofensa que a corponormatividade exprime ao ser nomeada reitera o medo de ter suas alianças desmanteladas. Pela ofensa, se produz vitimização e, em seguida, projeção narcísica no Outro. Pela nomeação, todavia, produz-se desuniversalização, denúncia e autonomização. Nomeando aquele que nomeia, os que outrora são nomeados como Outros, tidos como incapacitados de nomear, passam a fazê-lo, e ofendem uma academia que convenientemente se outorga a capacidade de acessar o Real.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve artigo, procuramos demonstrar como a constituição diagnóstica da transexualidade se dá a partir de violências coloniais, institucionalizadas e narcísicas. A nomeação da transexualidade, movida da cisgeneridade normativa em direção à gênero-dissidência, é fruto de uma arrogância acadêmica em que uma elite intelectual norte-americana e europeia se outorga a capacidade de nomear o ‘Outro’. A autodeterminação do corpo trans é injuriada pelos manuais diagnósticos e códigos de doenças que determinam a transexualidade como um ‘ismo’, ou como ‘incongruência de gênero’. Nessa lógica, não somos tidos como

agentes de nossas próprias narrativas, mas como formas de legitimação das narrativas cisnormativas sobre nós.

A contra-nomeação, por sua vez, é concebida pelas academias como se possuísse caráter ofensivo, seja por ser ‘acadêmico demais’ ou por não possuir ‘validade científica’, como expõe Coelho (2017). De todo modo, ao rejeitar sua própria nomeação, a cisnormatividade evidencia uma das principais características de seu pacto narcísico: a recusa em se desnaturalizar, em se haver com sua própria diferença. O academicismo típico das universidades ocidentalizadas se faz presente, na medida em que inferioriza saberes produzidos fora da academia, e se esforça por impedir que críticas à patologização se espraíem no tecido acadêmico.

Em psicanálise, percebemos a expressão dessa recusa. Ao utilizarmos a cis-generidade como *categoria analítica*, subvertemos a linearidade, a verticalidade da produção de conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a nosso amigo e colega Thárcilo Luiz, co-fundador da Revista Estudos Transviades, por suas contribuições na mesa que compartilhamos no XI CINABETH. Agradecemos também aos comentários que recebemos durante a apresentação de trabalhos no congresso, especialmente a Caia Coelho e Mariah Rafaela Silva.

## REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COELHO, C. Um paralelo crítico entre a trajetória de gênero e de cisgênero. **Transadvocate**, 2017. Disponível em: <<http://brasil.transadvocate.com/sexo/um-paralelo-critico-entre-a-trajetoria-de-genero-e-de-cisgenero/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FAUSTO-STERLING, A. Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality. Nova Iorque: **Basic Books**, 2000.

GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Revista Contemporânea**, V. 2, N. 2, P. 337-362, 2012.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: **Cobogó**, 2019.

LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: **Relume Dumará**, 2001.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In.: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; SANTOS, Boaventura de Souza (Orgs.). *Pela Mão e de Alice: O Social e O Político na PósModernidade*. Porto: **Edições Afrontamento**, 1999.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, V. 20, N. 3, 2012.

MEZAN, R. Problemas de uma história da psicanálise. In: BIRMAN, J. (Org.). *Percurso na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: **Taurus**, 1988, P. 15-41.

MORRISON, T. A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.

OFENSA, In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: **7Graus**, 2022. Disponível em: Acesso em: 21 out. 2022.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. O pacto narcísico da cisgeneridade. **Revista Estudos Transviades**, 2023. Disponível em: <<https://revistaestudostransviades.wordpress.com/ensaios-colunas/>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, V. 22, N. 1, P. 278-331, 2021.

SOUSA, D.; CAVALCANTI, C. Entre normas e tutelas – pensando (im)possibilidades da psicologia em interface com transgeneridades. In: DENEGA, A.; ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M. (Orgs.). *Gênero na psicologia: saberes e práticas*. Salvador: **CRP-03**, 2016.

STONA, J; FERRARI, A. G. Gênero: da formação a não escuta do analista. In: STONA, J. (Org). *Relações de Gênero e Escutas Clínicas*. Salvador: **Editora Devires**, 2021.

VIEIRA, A. *et al.* Intersexualidade: desafios de gênero. **Periódicus**, V. 1, N. 16, P. 1-20, 2021.

# ENTRE SUJEITO E OBJETO DE PESQUISA: REFLEXÕES PARCIAIS DE UM CIENTISTA TRANSMASCULINO NAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS<sup>1</sup>

*Murillo Medeiros Carvalho<sup>2</sup>*

*Jaqueline Gomes de Jesus<sup>3</sup>*

*Charbel Niño El-Hani<sup>4</sup>*

## RESUMO

As ciências biológicas têm, ao longo de sua história na ciência ocidental moderna, sofrido dualidades e oposições em relação ao âmbito social, por vezes sendo utilizada como ferramenta de normatização social com base em reducionismos e essencialismos. Por vezes, sendo utilizada como via da validação para a marginalização social, delimitando e categorizando corpos e comportamentos como inferiores ou superiores, naturais ou patológicos. Essa problemática pode nos encaminhar para a discussão sobre uma relação entre ciência e valores sociais dos cientistas e das comunidades acadêmicas. Como um cientista transmasculino nas ciências biológicas, acompanho essa questão de maneira dual: entre sujeito e objeto de pesquisa. Por ter transicionado durante minha trajetória acadêmica, conheci e re-conheci a academia e as ciências biológicas. E é a partir desta posição que busco refletir sobre a possibilidade de encontros e emancipações. Parto de uma análise autoetnográfica unindo uma perspectiva teórica “de cima” - através de referenciais teóricos da filosofia da biologia, teorias de ciência e valores e de referenciais transfeministas - à uma visão “de baixo”, baseada na minha experiência enquanto um cientista trans nas ciências biológicas. Minha análise, ainda em

1 Este artigo é resultado parcial de um projeto de doutorado em andamento.

2 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Bolsista CAPES. [mrL\\_medeiros01@outlook.com](mailto:mrL_medeiros01@outlook.com);

3 Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). [jaqueline.jesus@ifrj.edu.br](mailto:jaqueline.jesus@ifrj.edu.br);

4 Professor Adjunto do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, coordenador do Laboratório de Ensino, Filosofia e História da Biologia (LEFHBio) e do INCT em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (IN-TREE). [charbel.elhani@gmail.com](mailto:charbel.elhani@gmail.com).

construção, é guiada pelos seguintes questionamentos: quais são os impactos e tensões da presença dos corpos e vivências trans no fazer científico das ciências biológicas? Quais possibilidades de reformulações epistemológicas fomentariam uma produção de conhecimento para além das limitações epistemológicas ciscen-tradas? Este artigo é fruto de um doutorado em andamento.

**Palavras-chave:** Ciências biológicas, Transgênero, Justiça Epistêmica, Cisnormatividade.



## UM PONTO DE PARTIDA E RETORNO

**P**ara introduzir este trabalho a fim de expor as causas que me levaram, através das minhas inseguranças, a produzir essa tese com tal temática e metodologia, recordo parte da minha história e seus bordados com as ciências biológicas, enlaçando experiências e memórias. Faço dos meus percursos e trajetos meus pontos de partida e retorno ao longo de todo o texto, traçando conexões entre a experiências e teorias.

Não haveria como iniciar essa escrita senão rememorando minha apresentação à biologia, que ocorreu de maneira “oficial” durante minha vida escolar, apesar de viver imerso em nossas relações por ser uma criança curiosa com o mundo à minha volta e conviver com os conhecimentos de minha mãe, que é médica. A biologia sempre foi a disciplina que mais me despertava a curiosidade, mesmo sendo uma criança “*transviada*”. Talvez seja contraditório à primeira vista, visto que a biologia é uma das principais vias de heterocentrismo, ciscentrismo<sup>5</sup> e outras normatividades na escola (Lionço e Diniz, 2015; Gaspodini e Jesus, 2020).

O ambiente escolar nos apresenta as possibilidades e impossibilidades dos nossos corpos através de pedagogias, por muitas vezes discretas e sutis, mas em maioria muito eficazes (Louro, 2018). Essa educação de nossos corpos está na estrutura dos ambientes educacionais, nas suas administrações e seus currículos. Podemos observar parte desse fenômeno na atribuição de gênero ao óvulo, esperma e aos hormônios estrogênio e testosterona. A biologia acaba por se configurar como um dos grandes agentes de naturalização de certos corpos e comportamentos em detrimento de outros, contingenciando as diversas identidades sociais dos corpos educados e daqueles que os educam (Louro, 2018).

Minha controvérsia, talvez, possa ser explicada pela minha “transição de gênero tardia”, que ocorreu após minha entrada na Universidade. Ou, talvez, minha posição de privilégio racial e de classe, que me deslocam da população com taxas mais altas de evasão compulsória de pessoas transgênero e travestis do ambiente escolar (Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021). Em geral, a vida escolar é uma questão sensível para pessoas trans<sup>6</sup>. Segundo a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (2020), cerca de 70% das pessoas trans e travestis não conseguiram concluir o ensino médio no Brasil em 2020, um número alto que atravessa décadas.

5 Cf.: GASPODINI, Icaro Bonamigo; DE JESUS, Jaqueline Gomes. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Revista Universo Psi**, v. 1, n. 2, p. 33-51, 2020.

6 O termo trans será utilizado para referir-se a toda e qualquer pessoa que não se identifica com o gênero atribuído ao nascer.

A violência faz com que a vida escolar/acadêmica de pessoas trans atue como um gargalo, embarreirando cada vez mais a continuidade da formação educacional, com o índice extremamente baixo de pessoas trans e travestis no ensino superior. Segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES (ANDIFES, 2019), apenas cerca de 3,4% de pessoas declaradas trans compõem as pessoas graduandas do Brasil em Institutos Federais. Mais especificamente na área do conhecimento das Ciências Biológicas, são 4% de pessoas fora da cisgeneridade (ANDIFES, 2019). Ainda que extremamente baixo, é importante destacar que esses números de 2018 são fruto das políticas afirmativas implementadas a partir de 2016, mas que ainda não são realidade em todas as universidades públicas do Brasil (York, 2020).

Esses dados desnudam a realidade da subrepresentação de pesquisadores transgêneros atuando nas ciências biológicas no Brasil. Quando partimos para dados mundiais, segundo Freeman (2018), a maioria dos cientistas LGBTQIA+ nas STEMS sentem-se desconfortáveis em seus departamentos, são sub-representados e são mais propensos a abandonar seus campos de pesquisa. Para pessoas transgênero, a invisibilização é ainda maior.

Durante minha jornada com a biologia percorri um caminho que é exceção entre a população trans, algo que pode ser frutífero para análises do que compõe a regra, o possível e o impossível. Em 2014, entrei no percentual de 4% ao ingressar no curso superior em biologia na Universidade Federal da Bahia. Fui uma das poucas pessoas trans no Instituto de Biologia da UFBA em seus 50 anos de história e a primeira pessoa transmasculina a concluir a graduação e o mestrado. Ao decorrer do curso, estive em meio a transmutações, lapsos e catarses causadas pela minha transição de gênero.

Minha experiência vivendo enquanto um cientista e professor transmasculino em formação e meu contato com a comunidade trans me estimularam a questionar como entendo o conhecimento que venho me relacionando ao longo desses anos. Transicionei não apenas em relação ao meu gênero, mas também em relação ao meu campo das ideias. Nesse movimento de autoreconhecimento, re-conheci o ambiente acadêmico. Gradualmente, pude perceber como incorporei traços históricos do pensamento cartesiano, paulatinamente me enrijecendo em um sistema de perguntas pouco centradas numa reflexividade crítica do mundo social no qual a biologia se insere. Percebi que em meio a teorias sobre o mundo biológico e a natureza, o contato com questões que atravessam a origem, trajetória e relação das ciências biológicas com o meio social foi pouco explorado.

Essa relação entre biologia e sociedade é algo que passei a examinar mais atentamente após minha transição, em especial quanto ao conceito de sexo

biológico, o qual sempre me remeteu à estabilidade e fixidez, intimamente relacionado às categorias homem e mulher (Nascimento, 2021; Simakawa, 2015). Principalmente através do constrangimento e estímulo proveniente da comunidade trans, a qual comecei a transitar, emergiram complexas questões envolvendo a autoridade científica, a neutralidade e a responsabilidade social dos cientistas.

*Seria eu um traidor da comunidade trans ao envolver-me tão intimamente com as ciências biológicas?*

Percebi que essa visão limitada e pouco crítica, que não sei até que ponto é parte da minha própria falta de reflexividade, de aceitação passiva à autoridade do pensamento científico ou de busca de certeza sobre as coisas, limitou meu conhecimento sobre mim mesmo. Essa questão, que ainda está sendo elaborada no meu processo de doutorado, foi infiltrada e alimentada por mim de tal forma que moldou meu próprio entendimento sobre minha identidade. Não somente, meu desacoplamento com o mundo social me afastou de ferramentas necessárias para refletir e perguntar sobre minha própria atuação enquanto licenciado em ciências biológicas, posteriormente enquanto pesquisador e mais ainda, enquanto um pesquisador fora das normativas construídas com amparo do campo científico em que atuo.

Percebi, ao longo do meu processo de formação enquanto pesquisador, que a deslegitimação das minhas competências persistiriam durante toda minha trajetória científica. Meu corpo está comigo em todos os momentos, inclusive naqueles em que atuo como cientista, e junto com ele as pressões da cisnormatividade também se fazem presentes. Minha existência enquanto um cientista transmasculino evoca contradições e me transforma no *exótico acadêmico*, no outro (Pfeil e Pfeil, 2022). Tal condição não localiza apenas corpos não-cisgêneros no ambiente acadêmico, mas é uma via de mão dupla ao localizar a cisgeneridade. No entanto, muitas vezes, essa quebra de neutralidade desperta a rejeição e a negação do reconhecimento do lugar social que os acadêmicos cisgêneros ocupam (Pfeil e Pfeil, 2022). Portanto, ser um cientista trans me exige constantemente a busca pela quebra do silêncio e o questionamento.

Diante disso, busco nesta tese responder as perguntas que emergiram do meu (re)encontro com as ciências biológicas. Objetivo neste trabalho identificar e analisar as pressões normativas sobre as diversidades corporais e os possíveis caminhos para emancipações e justiça epistêmicas para corpos transgêneros na biologia. Para isso, faz-se necessário analisar quais os impactos da presença de corpos e vivências transgêneras, em particular na produção de conhecimento e ensino no campo do saber que contribui com a marginalização desses corpos; e

avaliar as possibilidades de produção de conhecimentos emancipatórios, recuando às limitações dominantes.

## UMA AUTOENOGRAFIA PARA (TRANS)POR O NORMAL

Ao adotar a autoetnografia, cria-se a possibilidade de um tipo de colaboração entre leitor e público na criação de significado. Ao passo que escrevo sobre minhas experiências, dúvidas e formulações, convido o leitor a que reflita sobre si como parte (ou à parte) da comunidade acadêmica. Desta forma, ao evocar a autoreflexividade, busco a compreensão dos outros (a comunidade acadêmica da biologia) por meio de mim mesmo (Chang, 2016. pgn 53). Como autoetnógrafo, recorro à narrativa e à contação de histórias para relatar experiências e criar relações entre passado e presente, escritor e leitores, contador e audiências (Adams, Jones e Ellis, 2015).

Mais do que uma autonarrativa ou biografia, o método aqui adotado possui natureza analítica e interpretativa, prioriza a transparência na localização das identidades sociais, incluindo e interrogando experiências ligadas a diferenças culturais, colocando em primeiro plano as maneiras pelas quais tais identidades influenciam o processo de pesquisa (Lionnet-McCumber, 1993). Ao autoetnografar há uma dupla posicionalidade entre objetividade e subjetividade: a primeira presente na sistematização, coleta, análise e interpretação de dados, e a segunda na inclusão da interpretação pessoal no processo de pesquisa (Chang, 2016. pg 46). Nessa dupla posicionalidade, conecta-se uma “visão de cima” presente nas teorias e nos dados sistemáticos à uma “visão no nível do solo” a partir de observações, memórias e relatos documentais, relacionando o “eu” e os “outros”, o verbal e o não-verbal (Adams, Jones e Ellis, 2015).

Este gênero, nas palavras de Simakawa (2015), é designado frequentemente a relações de pesquisa em que “a pessoa pesquisadora é uma insider completa por ser ‘nativa’”, posição que é tida como uma perspectiva epistemologicamente privilegiada. Neste sentido:

Os potenciais do método autoetnográfico para se pensar e diversidades corporais e de identidades de gênero estão localizados significativamente nos diálogos entre os protagonismos destas vozes diversas (ausentes ou constrangidas, nos processos produtivos de conhecimentos) com a fundamentação da autoetnografia em uma proposta que procura “reconhecer que a presença dos pontos de vista de quem pesquisa pode favorecer a captação de experiências não acessíveis desde outra perspectiva” (Scribano & Sena, 2009 *apud* Simakawa, 2015).

O método considera que a subjetividade também significa confrontar a ausência ou o apagamento dos corpos do pesquisador e/ou dos participantes no trabalho etnográfico, reconhecendo modos individuais de ver, ou pontos de vista, e valorizando múltiplas perspectivas (Adams, Jones e Ellis, 2015). É importante partir dos seguintes questionamentos: quais aspectos do eu são filtros mais importantes através dos quais se percebe o mundo e, mais particularmente, o tópico que está sendo estudado? Quem tem voz e quem é silenciado pelo discurso acadêmico neste tópico? (Adams, Jones e Ellis, 2015).

## OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Para evocar memórias e insights da minha jornada acadêmica, estou acompanhando a rotina de parte das atividades do Instituto de Biologia na Universidade Federal da Bahia entre março de 2023 e março de 2024. As atividades acompanhadas caracterizam-se em eventos do Instituto, as atividades dos grupos de pesquisa que este autoetnógrafo é integrante e são coordenados pelo orientador deste pesquisador, as disciplinas cursadas e acompanhadas por monitoria e outros eventos cotidianos que ocorrerem no Instituto de Biologia. A participação junto ao campo de pesquisa tem feito com que seja uma relação “face-a-face” com os/as/es observados/as/es (Raimondi, 2019).

Durante o período de 12 meses, acompanharei a rotina das atividades na posição de monitor/pesquisador/discente para o registro das observações, impressões, reflexões, sentimentos, intuições e memórias acionadas. Para o registro está sendo utilizado um diário de campo (Farrell *et al.*, 2015; Raimondi, 2019) com, se necessário, caracterização respeitando o anonimato e confidencialidade dos sujeitos e instituições com a utilização de pseudônimos.

São/Serão participantes todos discentes, docentes e usuáries nos diversos espaços do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, do Programa de Pós-Graduação que faço parte, do Laboratório de Ensino, História e Filosofia da Biologia e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução. Todos os quais se pode observar, de forma participante, as experiências vividas nas intersecções do “eu” na cultura acadêmica.

Para análise, as informações registradas no diário de campo serão, inicialmente, agrupadas em grupos de sentidos similares. Essas “categorias” serão, posteriormente, agrupadas em “categorias principais”, das quais emergirão os temas centrais de cada sessão de resultados e discussão (Farrell *et al.*, 2015; Adams; Jones; Ellis, 2015).

Além da observação participante, foi feito um levantamento de documentos públicos, fotos, artigos, cadernos de campo e entrevistas públicas que dialoguem com a trajetória deste pesquisador entre 2014 e 2022 para posterior análise autoetnográfica. A partir da observação participante e do resgate documental, parto para a etnografia e teorização a partir de referenciais da filosofia e história da ciência feministas, transfeministas, *Queer* e decoloniais (Nascimento, 2021; Preciado, 2020; Simakawa, 2015).

## QUESTÕES ÉTICAS

Este trabalho foi submetido e aprovado no Conselho de Ética da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia sob o número do Parecer: 5.800.528.

## OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento através da concessão da minha bolsa de doutorado.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, E Tony.; JONES, Stacy Holman; ELLIS, Carolyn. **Autoethnography: Understanding Qualitative Research**. 1ª Edição. Oxford University Press. 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. Brasília, DF: ANDIFES, 2019.

CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. Routledge, 2016.

FARRELL L, Bourgeois-Law G, Regehr G, Ajjawi R. Autoethnography: introducing 'I' into medical education research. *Med Educ* [Internet]. 2015;49(10):974-82. <https://doi.org/10.1111/medu.12761>.

FREEMAN, J. LGBTQ scientists are still left out. **Nature**, 559(7712), 27-28. 2018. doi:10.1038/d41586-018-05587-y

GASPODINI, Icaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes de. Heterocentrismo e Ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Revista Universo Psi**, v. 1, n. 2, p. 33-51, 2020.

INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; Revista Estudos Transviados. A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas. Orgs.: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade. **Revista Psicologia Política**, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2018.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Editora Jandaíra, 2021.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. A CISGENERIDADE EM NEGAÇÃO: APRESENTANDO O CONCEITO DE OFENSA DA NOMEAÇÃO. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 3, n. 9, p. 1-24, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

RAIMONDI, Gustavo Antonio. Corpos que (não) importam na prática médica: uma autoetnografia performática sobre o corpo gay na escola médica = Bodies that do (not) matter in medical practice: a performance autoethnography about gay body in medical school. 2019. 1 recurso online (247 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638496>. Acesso em: 20 out. 2023.

SIMAKAWA, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero-inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 20 out. 2023.

# CISGENERIDADE E BRANQUITUDE COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE DECOLONIAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL

*Leonora Maniglia Macedo<sup>1</sup>*

*Taina Vieira Donzeli<sup>2</sup>*

*Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen<sup>3</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho pretende investigar como produções teóricas decoloniais inferem perspectivas de gênero distintas das hegemonicamente instituídas por dispositivos e cientistas aliados à visão de mundo eurocentrada, assim como observar as multiplicidades das expressões de gênero em literaturas referentes às configurações sociais de povos originários em períodos pré e pós colonização europeia. Com objetivo de tensionar o modo como algumas literaturas científicas em destaque na Educação Sexual reproduzem lógicas etnocentradas na branquitude, serão propostas referências decoloniais que enriqueçam as discussões na temática de modo transdisciplinar. Pensar perspectivas de gênero para além da narrativa da branquitude cisnormativa europeia enriquece as discussões e abre um leque de possibilidades de expressões, trazendo multiplicidade cultural e epistemológica à Educação Sexual. Foram realizadas abordagens qualitativas, com procedimento bibliográfico e objetivos exploratórios, e traçados paralelos críticos entre produções científicas decoloniais, com ênfase nos discursos sobre gênero, e referências hegemônicas da Educação Sexual. A Educação Sexual no Brasil e no mundo Ocidental, assim como diversas outras áreas do conhecimento, evidencia em seus vieses teóricos as marcas pulsantes deixadas e reiteradas pela colonialidade europeia, em curso desde o século XVI com as Grandes Navegações, e que não se esgota com o fim do colonialismo propriamente dito, em sua materialidade imperialista. Foi possível identificar claramente a forte influência europeia nos escritos produzidos por diversos autores, e a discriminação de cosmopercepções de povos originários.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Decolonialidade, Cisgeneridade, Branquitude.

1 Mestranda em Educação Sexual da Unesp Araraquara - SP, [leonora.maniglia@unesp.br](mailto:leonora.maniglia@unesp.br);

2 Mestranda em Educação Sexual da Unesp Araraquara - SP, [taina.donzeli@unesp.br](mailto:taina.donzeli@unesp.br);

3 Docente da pós-graduação em Educação Sexual da Unesp Araraquara - SP, [patricia.porchat@unesp.br](mailto:patricia.porchat@unesp.br);



## INTRODUÇÃO

**A** Educação Sexual é a ciência transdisciplinar que sistematiza saberes relacionados ao campo da sexualidade, do gênero, do corpo em seus múltiplos atravessamentos interseccionais, como proposto por Crenshaw (1989), e das relações de poder construídas nas diferentes sociedades, culturas e períodos históricos em detrimento de tais categorias. Um fator de suma relevância à Educação Sexual é a historiografia do gênero e da sexualidade, a que diversos autores contemporâneos têm se dedicado a analisar de modo crítico, arqueológico e genealógico.

Todavia, a Educação Sexual no Brasil e no mundo Ocidental, assim como diversas outras áreas do conhecimento, evidencia em seus vieses teóricos as marcas deixadas e reiteradas pela colonialidade europeia, em curso desde o século XVI com as Grandes Navegações, e que não se esgota com o fim do colonialismo propriamente dito, em sua materialidade imperialista. A independência da maioria expressiva das colônias europeias ao redor do mundo não culminou necessariamente no encerramento dos processos coloniais étnico-raciais, epistêmicos, culturais, capitalistas e mais em todo o planeta, com destaque para os continentes da América e em África, territórios mais afetados por suas ações.

A colonialidade se diferencia do colonialismo imperialista marcante do período inaugurado com a Modernidade. Neste, países da Europa Ocidental, em destaque Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e França, desempenharam papel fundamental na invasão orquestrada de territórios até então desconhecidos pelas populações europeias, culminando na expropriação de recursos naturais, culturais, linguísticos, na escravização racista de povos originários indígenas e africanos, a destruição ecocida de vegetações nativas, transmissão proposital de enfermidades e o genocídio da casa de milhões de pessoas em territórios africanos e americanos. O colonialismo europeu, ainda hoje sustentado em diversos territórios não-europeus pelo mundo, levou a uma nova configuração das relações mercantilistas com a mão-de-obra e o capital, inaugurando o que viria a se consolidar como o capitalismo na Revolução Industrial, e também a uma nova configuração social das relações de poder exercidas entre as diferentes raças (Quijano, 2005).

O contato entre o colonizador e o colonizado ao longo dos últimos cinco séculos, ademais, produziu diversos choques culturais e de perspectivas de mundo. O europeu colonizador estabelece narcisicamente um auto-referencial de humanidade, construindo dualismos hierárquicos em que ele mesmo sempre assumiu a posição hegemônica de superioridade, e ao colonizado, conseqüentemente,

restou o semblante de selvageria inferior e anterior, em uma lógica evolucionista, a si mesmo. Assim eram - e ainda são - compreendidos povos originários indígenas e africanos, e posteriormente quilombolas, ribeirinhos e outros mais, representando aquilo que escapa ao modelo civilizatório branco de relação com o mundo e com o Outro, mas também de idealização performativa de gênero, exercício de sexualidade, expressões de corporeidade, credos e religiosidade, modos de trabalho e configurações urbanas, ferramentas bélicas, de escrita e linguística, e muitas outras características.

Perspectivas das chamadas teorias decoloniais na contemporaneidade vêm denunciando a profundidade dos impactos que tais modos de dominação europeia inscreveram nas subjetividades ocidentais, com destaque ao sul-global. O fim do colonialismo, com a independência de países na América e em África, não foi suficiente para subverter os modos de subjetivação anteriormente enraizados entre suas populações para que houvesse uma descontinuidade efetiva dos modos de dominação da branquitude europeia. E, por conseguinte, ainda vivemos em um mundo em que o epistemicídio, genocídio e ecocídio de populações originárias e seus territórios segue em curso e operando intensamente.

A decolonialidade se pretende a realizar nas discussões científicas e cotidianas um giro epistemológico que proponha a descentralização não só dos saberes europeus, mas de seus vieses de interpretação de mundo, a fim de que, transdisciplinarmente, diferentes ciências sejam revisitadas, questionadas e reconstruídas, levando em consideração agora as críticas possíveis de serem realizadas por meio do embate entre aquelas e os conhecimentos de povos originários e de habitantes do sul-global como um todo. Críticas estas que envolvem uma retomada de preceitos e cosmopercepções de mundo que visem desnaturalizar as generalizações das assunções europeias e identificar na multiplicidade das existências humanas configurações outras de sociedade e relações inter e intrapessoais, não salvaguardado o campo do gênero.

Quais contribuições poderiam, portanto, trazer à Educação Sexual formalizada do século XXI estudos decoloniais de configurações sociais indígenas, africanas e latinoamericanas, em diferentes momentos históricos pré e pós colonização europeia? Quais principais problemáticas podem estar sendo reiteradas e (re)produzidas por vieses eurocentrados sobre a historiografia do gênero, e quais (nem tão) novas discussões podem ser vinculadas a esta área para que perspectivas mais críticas, contemporâneas, interseccionais e inclusivas sejam formuladas?

Pensar perspectivas de gênero para além da narrativa da branquitude europeia enriquece as discussões e abre um leque de possibilidades de expressões, trazendo multiplicidade cultural e epistemológica à Educação Sexual. A

branquitude seria o campo de signos, símbolos, estruturas culturais e conformações biopsicossociais que diriam respeito e privilegiariam a existência de pessoas racializadas com uma brancura fenotípica. Não se trataria, portanto, de uma superioridade biologicamente explicável, mas sim de um constructo social que historicamente inferiu à população originalmente europeia o semblante de humanidade, cognitiva e fisicamente mais evoluída que povos alheios às suas próprias culturas e territórios, motivo utilizado para justificar suas expedições racistas e civilizatórias.

Em *O Pacto da Branquitude*, Cida Bento indica que a branquitude seria “um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade” (2020, p.62). Este ponto de vista teria sido fortalecido e transmitido geracionalmente entre europeus e seus descendentes nas colônias, assim como imposto como perspectiva única de apreender o mundo a povos racializados para além da branquitude, fomentando contradições subjetivas.

Deste modo, reitera-se a necessidade de inferir o giro epistemológico decolonial às perspectivas de gênero descritas e produzidas sob a ótica da branquitude europeia, propondo um modelo educacional antirracista e subversivo às normas hegemonicamente instituídas na sociedade ocidental. Os movimentos sociais negros, indígenas, LGBTQIANP+, feministas, anticapacitistas e mais encontram, assim, vias de possibilidades para reforçar suas demandas a partir de produções científicas que urgem por encontrar espaço na Academia.

O presente trabalho teve como objetivos: investigar como produções teóricas decoloniais inferem perspectivas de gênero distintas das hegemonicamente instituídas por dispositivos e cientistas aliados à visão de mundo eurocentrada; observar as multiplicidades das expressões de gênero em literaturas referentes às configurações sociais de povos originários em períodos pré e pós colonização europeia, e, a partir destas, tensionar o modo como algumas literaturas científicas em destaque na Educação Sexual brasileira reproduzem lógicas etnocentradas na branquitude cisnormativa, propondo referências decoloniais que enriqueçam as discussões na temática de modo transdisciplinar.

## METODOLOGIA

Foram realizadas abordagens qualitativas, com procedimento bibliográfico e objetivos exploratórios, e traçados paralelos críticos entre produções científicas decoloniais, com ênfase nos discursos sobre gênero e raça, e referências hegemônicas da Educação Sexual.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há muitas problemáticas nas concepções de pesquisadores hegemônicos sobre os conceitos de gênero, dentre os quais o mais primordial pode ser identificado na naturalização das categorizações identitárias binárias ‘homem’ e ‘mulher’. Se Laqueur (2001), em revisão histórica da Grécia Antiga a Freud, indica as diferentes produções discursivas para a compreensão do sexo biológico entre povos europeus, leituras decoloniais permitem fazer exercício semelhante ao conceito de gênero.

Vergueiro (2015) indica como a divisão entre os gêneros binários não deve ser tomada como uma generalização inequívoca, mas sim como modos de configuração subjetiva e social que advém de um campo muito específico: a colonização europeia. Inerente à dicotomia constituída entre as duas categorias, opositivas e complementares, fazem-se presentes interações íntimas com a heteronormatividade, isto é, a naturalização da relação heterossexual e heteroafetiva, com fins reprodutivos e justificativa sustentada pela biologia, bem como com a branquitude, que atravessa a construção da categoria humana dentre europeus e se sustenta na cisão hierárquica entre os papéis sociais assumidos por homens, superiores, e mulheres, inferiores e submissas aos primeiros.

É no seio civilizatório da Europa que se institui a sacralidade judaico-cristã de uma esperada e fantasiada coerência, supostamente inata, entre o sexo biológico e o gênero vivido pelo sujeito. Essa coerência, a que autorias transfeministas se referem por cisgeneridade, seria um dispositivo de controle e inteligibilidade dos corpos, e, segundo Vergueiro (2015), teria sua disseminação pelo mundo como consequência dos aparatos coloniais que a impuseram em povos sobrepujados, para os quais outras conformações de expressões de gênero estiveram em vigor. Mas de que modo se verifica a imposição da cisgeneridade por meio do colonialismo?

Para além das configurações urbanas, de credos, socializações, linguagens e outras diferenças materiais, aquelas que dizem respeito aos modos de subjetivação e de relação com o mundo são os que demandam nossa atenção no presente trabalho. Em *Metafísicas Canibais*,

Eduardo Viveiros de Castro (2018), indigenista brasileiro, indica que há entre populações indígenas originárias amazônicas uma inversão direta do fundamento cartesiano, pilar central do empirismo positivista contemporâneo, em que o *Cogito ergo sum* (penso, logo existo) assume o caráter de “se existo, logo penso”. Nesta perspectiva, ao invés de se dessubjetivar o objeto da apreensão humana, é realizada sim sua subjetivação, uma personificação de tudo o que existe. Tudo o

que existe é dotado de uma alma pensante, senciente, não estando a Natureza ao bel-prazer da exploração humana, mas a humanidade alocada na extensa multiplicidade do que há de natural.

Podemos depreender precisamente dessa relação cartesiana entre o que é humano e a posição de sujeito inferências sobre a forma narcísica com que europeus compreenderam a si mesmos enquanto humanos, e outros animais distintos de si como objetos de sua exploração. Dentre esses animais que lhes escapam à inteligibilidade, acabaram por ser incluídos animais humanos não-brancos e não-cisnormativos.

A inversão lógica do Cogito permite que o autor dirija críticas incisivas sobre o colonialismo europeu e os métodos científicos aplicados por antropólogos e sociólogos na descrição de culturas alheias às europeias. Ele denuncia que ambos os campos do conhecimento falham em capturar os modos culturais de vida dos povos originários que pretendem estudar, sendo não mais que uma investigação fundamentada na busca narcísica do autoconhecimento:

[...] supor que todo discurso “europeu” sobre os povos de tradição não europeia só serve para iluminar nossas “representações do outro” é fazer de um certo pós-colonialismo teórico a manifestação mais perversa do etnocentrismo. À força de ver sempre o Mesmo no Outro - de dizer que sob a máscara do outro somos “nós” que estamos olhando para nós mesmos -, acabamos por tomar o atalho que nos leva ao que realmente, no fim e no fundo, nos interessa a saber: nós mesmos. (Castro, 2018, p.21)

Faz-se possível elaborar, portanto, que a atribuição da cisgeneridade nas narrativas textuais e históricas de pessoas brancas a povos não-brancos em geral é permeada pela busca narcísica de uma inteligibilidade própria de gênero, que não diz respeito aos povos em si, como veremos a seguir.

A autora nigeriana Oyèrónkẹ̀Oyěwùmí (2021) indica como as proposições das próprias teorias feministas hegemônicas (europeias e estadunidenses) estariam enviesadas em uma lógica eurocentrada, que acaba por cometer equívocos teóricos ao pressupor que estas categorias, homem e mulher, seriam universais, atemporais e pré-culturais. A autora indaga, a partir de retomadas críticas dos registros históricos narrados por colonizadores brancos, o modo como o colonialismo se utilizou de um olhar narcisicamente referenciado para atribuir a povos Yorúbás da Nigéria designações de gênero binário, as quais sequer existiam entre eles. A diferença sexual, ainda que concebida dentre seus nativos, não era fator relevante para sua organização social, uma vez que suas hierarquias eram configuradas por meio da senioridade: assumiam posições de liderança aqueles

sujeitos que tivessem maior tempo de vida inserido naquela cultura. Por conseguinte, questiona o modo como muitas teorizações de gênero presumem que a subordinação das mulheres é um dado universal, e não situado em contextos culturais específicos. Além disso, ironiza a naturalização feita por antropólogos e sociólogos das categorias binárias de gênero: “a ideia é expressa em um tom bíblico, como se sugerisse que ‘no princípio era o gênero’.” (Oyěwùmí, 2020, p.18).

Ela segue reforçando que haveria um maneirismo característico do cientificismo cartesiano de inferir verdades sociais a partir da análise centralizada nas percepções visuais, da materialidade dos corpos, quase que uma “bio-lógica” que funda por si só um sistema em que se indiferenciam os conceitos de sexo e gênero, com um enviesamento binário, sistema este que ela designa por Sexo, que se limita à diferença sexual, com destaque à genitália. Em contrapartida, propõe que os modos de relação de povos Yorùbás com o mundo abrangeriam não somente a visão, mas as percepções sensoriais advindas de todos os sentidos, em uma “cosmopercepção” que não descarta os elementos espirituais, mas se constrói em conjunto a eles.

Para a cosmopercepção Yorùbá, portanto, não seriam as diferenças anatômicas um princípio organizador e hierarquizante de suas sociedades, não havendo generificação sequer nos marcadores linguísticos cotidianos, nos pronomes pessoais, nas designações de parentesco ou na maioria dos nomes. Sendo a linguagem um fator determinante para a expressão de uma cultura, a linguagem Yorùbá prévia à colonização europeia contava com variações que diziam respeito não ao gênero, mas à idade de seus falantes. Adélékè Adéḗkọ(2022), em extensão ao trabalho de Oyěwùmí, aponta que as traduções realizadas em suma por falantes do inglês acabaram por acarretar na atribuição deliberada de gêneros aos registros históricos dos povos Yorùbás: “o discurso em inglês sobre a política sexual Yorùbá tropeça porque um abismo semiótico separa às duas línguas, com geralmente termos de gênero livres de preconceito e pressupostos sociolinguísticos em Yorùbá sem equivalentes precisos em inglês” (Adéḗkọ, 2022, p.63).

E essas divergências linguísticas não se limitaram aos efeitos semânticos e textuais nas traduções, como também conferiram impactos materiais nos processos colonizatórios e civilizatórios violentamente impostos pelos povos europeus. Como a interpretação de antropólogos, sociólogos, historiadores e outros cientistas poderia então ser relida de modo crítico, a fim de contribuir para a construção de saberes na Educação Sexual que se proponham de fato emancipatórios, subvertendo as restrições da cisnormatividade e do gênero binário enquanto organizações naturalizadas da Humanidade?

Quando em visita aos povos aché, pejorativamente designados guaiáqui, no Paraguai, Pierre Clastres (1978) discorre sobre o modo como a divisão social nessas comunidades se referia aos instrumentos majoritariamente utilizados, a saber, o arco e o cesto. Caçadores, lidos pelo autor como homens, usariam os arcos e flechas para a obtenção das presas, enquanto o cesto seria portado por aquelas às quais se refere como mulheres, sendo destinado à colheita, semeio e cultivo de bens agrícolas. Contudo, não se faz invariável que pessoas que manejam o arco tenham pênis e as que manejam o cesto tenham vaginas.

Krembégi, decrito por Clastres (1978) como um homem de cabelos compridos, uma pessoa com pênis, portaria o cesto, e não o arco: O antropólogo se refere ainda a Krembégi como um “sodomita”, “homossexual”, assumindo projetivamente uma identidade masculina permeada por pronomes, nomenclaturas, e designações características do gênero “homem”, ainda que no seio da sociedade aché que investigava Krembégi era tratada, referida e respeitada por todos como uma pessoa coletora. Esse equívoco interpretativo passa a ser compreendido neste trabalho como uma dificuldade de autores em se deslocar de uma perspectiva narcísica projetiva e apreender que as expressões de gênero e corporalidade de povos não-brancos não são as mesmas que para a branquitude europeia. Que se o gênero é culturalmente instituído em uma sociedade, a cisgeneridade também o é, e, por conseguinte, não se pode pretender uma verdade absoluta a todos os povos - ou então não poderá ser tomado como cultural.

Juçara Teresinha Cabral (1995), em *A Sexualidade no Mundo Ocidental*, elabora uma importante revisão destes conceitos no contexto europeu, permitindo-nos refletir acerca das inúmeras heranças evidentes nas sociedades ocidentais contemporâneas de cosmovisões do período clássico, dentre gregos, romanos, hebreus e outros. Entretanto, as heranças de povos originários colonizados, sobrepujados, muitos dos quais foram exterminados em completude, não se ilustram tão relevantes em sua obra.

A autora aborda a forma como o mito judaico-cristão nos impõe a herança de um “Deus Pai, autoridade absoluta”, cujas leis possuiriam “a mesma idade dos primeiros habitantes deste mundo: Adão e Eva” (Cabral, 1998, p.65). Todavia, para os milhares de povos originários deste território e do território africano, tal mito é uma novidade colonizatória; a multiplicidade de suas próprias crenças a respeito das origens do mundo e seus funcionamentos espiritualistas empalidecem frente à força violenta com que se impõe o mito judaico-cristão, talvez ele mesmo inferindo a noção do gênero binário que não pré-existia para muitos destes povos. Mas, novamente, essa perspectiva demanda um aprofundamento decolonial

adequado que descentralize os saberes europeus e reivindique o resgate apropriado e crítico de cosmopercepções alheias à branquitude.

Problemática semelhante se identifica em *A Sexualidade, ontem e hoje*, quando Jean-Philippe Catonné (1994) articula à historiografia da sexualidade e das relações de gênero uma perspectiva que se centraliza ao redor da Europa e do cristianismo; as terminologias explicitam que a metodologia reitera a naturalização das categorias “homem” e “mulher” em tom bíblico ironizado por Oyēwùmí (2020), compreendidas como duas categorias anteriores à própria história das sociedades humanas, a-culturais. A narrativa do colonizador, expropriador de culturas, vidas e recursos de seus colonos, oblitera as heranças e influências deixadas por povos dominados, sequer sendo mencionados como relevantes em sua revisão do passado. Quase como se no passado houvesse apenas Europa e regiões adjacentes.

Por sua vez, Peter N. Stearns (2010), em *A História da Sexualidade*, promove um extenso levantamento historiográfico das expressões de gênero e sexualidade ao redor do mundo, dando, novamente, forte destaque à Europa e adjacências. Grécia e Roma Antigas, cristianismo e judaísmo mais uma vez assumem papéis centrais para a compreensão da sexualidade ao longo da História, ainda que haja, desta vez, mais menções a povos outros, incluindo-se aqui o islamismo, a obra de Margaret Mead com povos do Pacífico Sul, bem como análises superficiais e rápidas de contextos culturais de sociedades americanas e africanas.

O autor cita a ambiguidade de gênero presente em múltiplos artefatos encontrados entre povos caçadores-coletores, anterior ao advento da agricultura. Infere que na Sibéria, durante a designada “cerimônia do urso”, participantes se vestiam com trajes usados por pessoas do sexo/gênero oposto, e que, mais além, muitos povos originários atribuíam teor simbólico espiritual àqueles que transcenderam as fronteiras entre os gêneros:

Alguns curandeiros e sacerdotes eram travestis ou usavam instrumentos associados ao sexo oposto. Da mesma maneira, em alguns grupos, os sacerdotes e xamãs mantinham relações sexuais com homens e mulheres. Mais uma vez estava em jogo a ideia de que certa dose daquilo que muitas vezes é chamado de comportamento “de dois espíritos” era saudável e normal. Em algumas tribos, particularmente na América do Norte e do Sul, mas também em partes do sul da África, caso do atual Moçambique, certos homens eram sistematicamente vestidos e tratados como mulheres. Às vezes, essa prática expressava um excesso de indivíduos do sexo masculino e a consequente necessidade de prover pessoas para o trabalho caracteristicamente “feminino”, embora tivessem nascido homens. Mas atrelada a ela havia também significação sexual e espiritual. Em



Moçambique, alguns dos meninos tratados como mulheres enfeitavam-se com seios de madeira para entreter os homens e eram vistos como detentores de poderes mágicos. Mais raramente, as meninas podiam ser incumbidas de vestir-se e agir como homens (Stearns, 2010, p.24-25).

A leitura social do historiador Peter N. Stearns alude a uma narcísica inteligibilidade de congruência entre sexo e gênero, isto é, à cisgeneridade enquanto natureza única e verdadeira da expressão de gênero. Ainda que descreva as dissidências à sua própria norma simbólica e colonial, passa brevemente por elas projetando a estes sujeitos de modo acrítico as identidades binárias “homem” e “mulher”, e propondo justificativas às suas existências passíveis de críticas por seu teor normativo e heterossexista. É o que se ilustra com o uso das expressões “tratado como”, ou “nascido” de ou “vestir-se e agir como” um gênero.

Essa leitura reforça que haveria uma congruência entre tais ações, corpos e uma identidade de gênero rígida cuja matriz de cognoscibilidade só se faz coerente no campo simbólico da cisgeneridade europeia, e não dentro destes contextos subalternizados, em que eram assumidos não só como papéis normais, como também se vincularam muitas vezes a papéis espirituais, sacerdotais de relevância. De qualquer modo, todas essas sociedades aborígenes, de múltiplas localizações geográficas, histórias, culturas e idiomas singulares são reduzidos a poucos parágrafos, não sendo alvo de devidas investigações ou autocrítica por parte do autor quanto às suas próprias assunções de gênero.

Com a decolonialidade de gênero proposta pela socióloga María Lugones (2008), podemos ainda dirigir críticas mais ostensivas a todos estes trabalhos aqui citados, tendo em vista que a interseccionalidade se faz urgente para especificar as multiplicidades subjetivas e concretas dos atravessamentos das opressões estruturantes da sociedade capitalista/colonial. Quando se pensa no conceito de mulher, inferindo interpretações às violências sexistas a que estão submetidas, discorre-se majoritariamente, de modo pouco criterioso, sobre a realidade vivida por mulheres brancas cisgêneras heterossexuais e burguesas, tendo em vista que as realidades vividas por mulheres negras, indígenas, transgêneras, *chicanas* e com deficiência são atravessadas por muitas outras inferências e atribuições de não-lugares pelos dispositivos coloniais:

[...] el término «mujer» en sí, sin especificación de la fusión no tiene sentido o tiene un sentido racista, ya que la lógica categorial históricamente há seleccionado solamente el grupo dominante, las mujeres burguesas blancas heterossexuales y por lo tanto ha escondido la

brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad del género implica. (Lugones, 2008, p.82)

Quando se fala das violências vividas pela mulher, sujeito singular, é ao sujeito hegemonicamente instituído enquanto tal que se refere, fomentado a lógica racista e transfóbica que exclui categorias de mulheres não levadas à análise, indignas das preocupações de autorias cujos enviesamentos se aliam às lógicas coloniais. Enquanto mulheres brancas lutavam por direitos à cidadania, no fim do século XIX, mulheres negras e indígenas ainda eram submetidas à escravidão, e pessoas transfemininas seguiam sendo perseguidas e assassinadas por expressarem seus gêneros. Lugones (2008) indica a necessidade de apreender que a raça é generificada, e o gênero é racializado, à medida em que é a branquitude europeia que delimita as normas da cisgeneridade, e, ao não ver a si mesma, em projeção narcísica, neste Outro não-europeu, seja pela raça não-branca, seja pela generificação não cisnormativa, desqualifica-o como menos humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil carrega as marcas de Pindorama, nome dado por indígenas falantes do idioma tupi e que significa “Terra das Palmeiras”, território que contava com milhares de povos originários em período anterior à invasão imperialista europeia. De modo semelhante, os milhões de africanos escravizados trazidos a este território deixaram aqui também suas marcas físicas, históricas, arqueológicas, subjetivas, simbólicas e muito mais, ainda que o colonialismo e a atual colonialidade não meçam esforços para empurrar às margens as relevâncias de suas influências em nossas próprias subjetividades.

É indiscutível que o cristianismo e a ocidentalização nos processos colonizatórios acarretaram uma estruturação epistemicida nos territórios americanos e africanos, como discutido previamente. Optar por uma interpretação crítica e decolonial não é pretender ignorar os efeitos concretos e materiais que as influências dos colonizadores inferiram aos nossos modos de subjetivação na atualidade, tampouco descartar as importantes contribuições de autores cujas discussões sejam etnocentradas na branquitude; mas sim resgatar a multiplicidade de possibilidades de existências, expressões e apreensões de mundo que são sistematicamente apagadas e omitidas pelo enfoque excessivo na historiografia e cosmovisão europeias, e sua subsequente universalização como uma verdade absoluta.

Uma Educação Sexual que se proponha emancipatória deve assumir como compromisso o resgate decolonial de cosmopercepções não só de gênero, mas

também de categorias outras ligadas à humanidade e sua relação com o mundo, de modo a incluir corpos racializados para além da branquitude e fomentar a identificação e pertencimento com passados historicamente apagados da Educação.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da FCLAr – Unesp Araraquara pelo auxílio financeiro ofertado à mestranda Leonora para a apresentação do trabalho e participação presencial no Rio de Janeiro do CINABETH; à organização do evento pelos seminários e encontros proporcionados; e também aos queridos Cello e Bruno Pfeil, que tão gentil e afetivamente receberam e acolheram a discente Leonora no Seminário “Pacto Narcísico da Cisgeneridade”.

## REFERÊNCIAS

ADÉẸKỌ, Adélékè. Gênero na tradução: Ẹfúnṣetán Aníwúrà. *In: OYẸWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. (Org.) Epistemologias de Gênero em África: tradições, espaços, instituições sociais e identidades de gênero. São Paulo: Editora Ananse, p.56-91, 2022.*

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CABRAL, Juçara Teresinha. **A Sexualidade no Mundo Ocidental**. Campinas: Papyrus, 1995.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas Canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

CATONNÉ, Jean-Philippe. **A Sexualidade, ontem e hoje**. São Paulo: Cortez, 1994. 120 p.

CLASTRES, Pierre. “O Arco e o Cesto”. *In: CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado*. Pesquisas de Antropologia Política. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.71-89, 1978.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist, theory and anti-racist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v.1, n.8, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em 28 jul. 2023.

LAQUEUR, Thomas. **Inventado o Sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Publicação original em 1992.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p.73-101, 2008.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. **A Invenção das Mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Publicação original em 1997.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p.117-142, 2005.

STEARNS, Peter Nathaniel. **História da Sexualidade.** São Paulo: Contexto, 2010.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise etnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

# CISTEMA DE SAÚDE E O CONTEXTO ATUAL DOS AMBULATÓRIOS DE ESPECIALIDADE EM SAÚDE TRANSEXUAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Thenessi Freitas Matta<sup>1</sup>*  
*Cristiane Maria Amorim Costa<sup>2</sup>*

## RESUMO

Ensaio teórico-reflexivo que aborda acesso da população trans ao SUS, explorando se ambulatorios de saúde trans frente à atenção primária. A repressão histórica das identidades de gênero perpetuou cisgeneridade como norma. A Perspectiva dos Funcionamentos propõe novo enfoque ético, priorizando características individuais, quebrando a dominância social de homens, brancos, heteros, cisgêneros. A capacidade de pessoas trans para ser saudável requer a garantia de funcionamentos básicos como autonomia sobre sua identidade de gênero e liberdade para exercer sua sexualidade, dentre outros. Ambulatórios de saúde trans, não reconhecidos como porta de entrada, podem mitigar barreiras no acesso ao sistema de saúde. Podem desempenhar um papel complementar ao sistema, sensibilizando a rede de atenção à saúde, promovendo a mudança do paradigma cisgênero e incentivando o autocuidado. Sua ampliação se mostra importante. Oferecem um ambiente mais acolhedor, contribuindo para a equidade e a universalidade, embora a integralidade dependa da atenção primária. Os ambulatorios desempenham um papel valioso na equidade do acesso à saúde, alinhando-se os princípios do SUS. No entanto, sua capacidade é limitada. A atenção primária é fundamental para atender todas as necessidades, garantindo atendimento integral à saúde. É crucial fortalecer ambos os níveis de atenção para garantir um sistema de saúde verdadeiramente justo e inclusivo para a população trans. A situação atual de acesso da população trans ao SUS apresenta desafios, principalmente na atenção primária. Os ambulatorios de saúde trans se mostram promissores para transformar esse

1 Enfermeira, Mestra em Ciências da Saúde e Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, [thenessi@gmail.com](mailto:thenessi@gmail.com)

2 Professora orientadora: Enfermeira, Doutora em Bioética pelo PPGBIOS e Professora da Faculdade de Enfermagem da UERJ e do PPGBIOS - RJ, [cmacosta1964@gmail.com](mailto:cmacosta1964@gmail.com)

CISstema, sendo crucial descisgenerizar para um sistema que promova justiça em cada ação de saúde.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Saúde, Atenção Secundária, Atenção Primária, Pessoas Transexuais, Ensaio.

## INTRODUÇÃO

A garantia do direito à saúde para todos os cidadãos e o dever do Estado de fornecer serviços de saúde estão previstos na Constituição de 1988. Os artigos Nº196 e Nº200 da Constituição estabelecem os princípios fundamentais da saúde como direito universal e determinam a responsabilidade do Estado na promoção, proteção e recuperação da saúde (Brasil, 1988).

Para viabilizar o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), foram promulgadas leis fundamentais. A Lei Nº8080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, estabelecendo os princípios e diretrizes do SUS. Já a Lei Nº8142/1990 define a participação da comunidade na gestão do sistema e cria as instâncias de controle social (Brasil, 1990a, 1990b).

No contexto específico da população LGBTQIAPN+, o Brasil vem adotando medidas para combater a discriminação e promover a saúde desses grupos. Em 2004, foi implementado o programa “Brasil sem Homofobia”, com o objetivo de eliminar todas as formas de discriminação contra a população LGBT. Essa iniciativa visava promover a inclusão social e garantir o acesso igualitário aos direitos fundamentais (Brasil, 2013a).

Em relação ao acesso aos cuidados de saúde para pessoas trans, a Portaria Nº1701/2008 foi emitida para estabelecer diretrizes para o processo transexualizador no SUS. No entanto, é importante destacar que as travestis não foram contempladas pela portaria, uma vez que não pleiteariam a cirurgia de redesignação sexual (Brasil, 2008). Essa portaria veio a ser reformulada em 2013, deixando de excluir as travestis, e, em 2022 ganha a inclusão de procedimentos cirúrgicos na tabela do SUS para homens trans (Brasil, 2013b, 2022).

A Política Nacional de Saúde Integral (PNSI) de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, pelo Ministério da Saúde em 2011, é um importante marco na atenção à população LGBTQIAPN+. Embora não obrigue os entes federativos a adotarem práticas específicas de atenção à saúde para essa população, essa política estimula a implementação de ações que visem à promoção da saúde e ao combate à discriminação, estimulando o acesso dessa parcela da população aos cuidados com a saúde (Brasil, 2013a).

A efetivação do acesso universal e igualitário à rede de serviços de atenção à saúde é um objetivo fundamental para assegurar a promoção, proteção, recuperação e reabilitação dos indivíduos de acordo com suas necessidades (Brito-Silva; Bezerra; Tanaka, 2012).

É importante garantir o acesso não apenas para aqueles que procuram os serviços, mas também para aqueles que mais precisam. Se não há o reconhecimento

da existência da população LGBTQ+ e, ainda mais, não se conhece suas especificidades de saúde, não são identificadas as prioridades e dificulta-se o acesso.

No entanto, o acesso aos serviços de saúde tem sido historicamente problemático. Diversas barreiras são encontradas desde o momento da recepção, incluindo atendimento discriminatório, falta de reconhecimento do nome social, condutas inadequadas e profissionais que não reconhecem a identidade de gênero como legítima. É o binarismo que muitas vezes é adotado como padrão, dificultando o acesso para pessoas trans. É importante ressaltar que o acesso tem sido mais facilitado pelos serviços voltados para o processo transexualizador, em detrimento da atenção primária, com maior ênfase na atenção ambulatorial (Arán; Murta; Lionço, 2009; Popadiuk; Oliveira; Signorelli, 2017).

Na nossa sociedade, a realidade é heterocentrada e machocentrada. O processo de feminilização é encarado como uma afronta ao binarismo de gênero e à supremacia do sexo masculino (Amaral, 2013). Na mesma lógica, a masculinização de corpos designados como femininos é encarada como uma invasão do local de privilégio do sexo masculino.

A exclusão e desigualdade no atendimento à população LGBTQIA+ têm afetado especialmente a população trans (González; Licon, 2006). Travestis e mulheres transexuais são as que enfrentam maiores dificuldades no acesso aos serviços de saúde, principalmente devido à falta de mecanismos específicos que facilitem o acesso dessa população aos serviços (Brasil, 2015; Cruz, 2014).

A prevenção da discriminação deve ser um compromisso ético e político de todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo seus gestores, assessores, técnicos e trabalhadores de saúde (Brasil, 2013a). A exclusão no atendimento às pessoas trans é um desafio significativo que afeta sua saúde e bem-estar. O acesso limitado à Atenção Primária à Saúde (APS) e aos ambulatórios, juntamente com a prática da automedicação, são questões importantes que contribuem para essa exclusão.

Estudos revelam que as travestis frequentam pouco a APS devido ao medo do preconceito e estigma associados à identidade de gênero (Sehnm et al., 2017). Em vez disso, elas buscam atendimento em serviços de urgência, onde podem se sentir mais seguras. No entanto, mesmo quando recorrem à APS, muitas vezes enfrentam uma postura de desconhecimento por parte dos profissionais de saúde sobre como acolher adequadamente suas demandas transespecíficas.

Um fenômeno chamado de “Síndrome do braço quebrado trans” também é mencionado nos estudos (Pereira; Chazan, 2019). Isso se refere à invisibilização das demandas médicas das pessoas trans, em que os profissionais de saúde assumem que todas as questões médicas apresentadas se devem apenas ao fato de



serem trans, ignorando outras possíveis causas. Essa generalização prejudica a qualidade do atendimento e o acesso a cuidados de saúde adequados.

Além disso, há uma associação negativa entre a discriminação de gênero e a realização de consultas médicas por parte das travestis e mulheres transexuais (Leite et al., 2021). A percepção equivocada de que as travestis são homens que se “fantasiam de mulher” para trabalhar na prostituição é comum entre muitos profissionais de saúde, assim como a associação errônea entre a identidade de gênero travesti e a orientação sexual homossexual (Baccarim; Tagliamento, 2020).

A afirmação da transexualidade é uma experiência política, mas também pode colocar essas pessoas em risco de vida. Assim, a passabilidade pode ser considerada um fator de proteção e aceitação nos serviços de saúde (Lyons et al., 2016). Mas não se limita a isso, fazendo parte da expressão da identidade do indivíduo. A imagem e a aparência são atributos de grande importância nas sociedades contemporâneas ocidentais. Assim como muitas pessoas cisgêneras modificam seus corpos para alcançar a satisfação pessoal, inúmeras pessoas trans investem na modelagem de seus corpos quando sentem essa necessidade (Rocon et al., 2016).

A falta de acesso adequado aos serviços de saúde também leva as travestis e mulheres transexuais a recorrerem à automedicação, muitas vezes utilizando formulações hormonais inapropriadas, como anticoncepcionais (Costa et al., 2021; Krüger et al., 2019; Maschião et al., 2020). Essa prática ocorre devido ao medo de enfrentar discriminação nos serviços de saúde e muitas vezes é iniciada na adolescência. A falta de oferta de serviços de afirmação de gênero contribui para esse cenário, pois as travestis e mulheres transexuais confiam mais nas informações compartilhadas por outras pessoas trans do que nas informações fornecidas pelos profissionais de saúde (Sevelius et al., 2019).

Embora tenham sido criados ambulatórios especializados em saúde integral para travestis e transexuais em algumas cidades, como São Paulo e Niterói (Mello et al., 2011; Niterói, 2020), esses serviços não estão amplamente disponíveis em todo o país. Além disso, a existência desses ambulatórios exclusivos pode se tornar uma forma de discriminação, uma vez que o restante da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) não se sente obrigado a adquirir conhecimentos transespecíficos (Ferreira et al., 2017). Isso ressalta a necessidade de melhorar a capacitação de todos os profissionais de saúde para atender adequadamente a população trans e garantir acesso equitativo aos cuidados de saúde em todos os níveis de atenção. E é aqui que os ambulatórios podem contribuir: além da inclusão das pessoas trans no sistema de saúde, pode colaborar com a capacitação e sensibilização do

restante da rede de saúde para que as políticas de equidade sejam efetivamente cumpridas.

É necessário estabelecer fluxos adequados entre os níveis de atenção à saúde, bem como fornecer recursos financeiros adequados para o processo transexualizador, a fim de promover uma atenção integral e de qualidade para essa população (Lovison et al., 2019; Rocon et al., 2020).

## **METODOLOGIA**

Este ensaio advém de projeto de pesquisa que será desenvolvida para tese de doutorado e sob orientação das autoras. Trata-se de uma abordagem teórico-reflexiva sobre a população trans no SUS, considerando os níveis de atenção primária e secundária (ambulatórios).

Apresentar-se-á a pesquisa que se pretende desenvolver, bem como o embasamento teórico e temático que apoia sua justificativa. A investigação buscará descobrir se os ambulatórios de saúde trans estão atuando como porta de entrada no SUS, para essa população, no lugar da atenção primária, ao contrário do preconizado pelas políticas de equidade. Com isso, pretende-se entender o papel desses ambulatórios no funcionamento dessas pessoas para ser saudável, considerando a Perspectiva dos Funcionamentos (PdF) da Dra. Maria Clara Dias.

Neste ensaio preliminar, é pretendido refletir sobre o acesso da população trans ao SUS, se embasando na literatura que mostra que o sistema dificulta o acesso dessas pessoas à atenção primária, vista como a porta de entrada da rede. Assim, teoriza-se que os ambulatórios parecem estar suprimindo esse papel de porta de entrada, colaborando, na medida do possível, com o cuidado integral e equânime.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A repressão às identidades sexuais e de gênero divergentes da cishetronorma se acirrou pelo século XVIII, principalmente em proveito do capital, estabelecendo que indivíduos heterossexuais e cisgênero estariam no padrão correto e saudável, mantendo o sustento do capitalismo (Foucault, 1988).

No que concerne às identidades de gênero, pactuou-se, de forma inconsciente, a cisgeneridade, à semelhança do pacto da branquitude, comprometendo-se a manter os privilégios daqueles cuja identidade e expressão de gênero estariam 'do mesmo lado' (cis) do sexo designado ao nascimento (Bento, 2016; Hining; Toneli, 2023).

Visto que esse paradigma social marginaliza a maioria dos seres, a Dra. Maria Clara Dias cunha a Perspectiva dos Funcionamentos, buscando incluir o máximo de concernidos no paradigma moral. A tradição ética considerava, comumente como podendo ser concernidos morais, aqueles que podiam exercer liberdade e/ou tinham capacidade de racionalização, excluindo diversos seres vivos, humanos ou não (Dias, 2019). O que tem valor para os concernidos morais na PdF são os próprios funcionamentos individuais e não se tais concernidos tem ou não tem liberdade e racionalidade para com os funcionamentos (Ribeiro, 2014).

Dias (2019) ainda nos indica que a figura predominante na sociedade são “indivíduos escolarizados, com poder econômico, brancos e, principalmente, do sexo masculino” (Dias, 2019, p. 19), o que vai ao encontro do processo de patologização das sexualidades divergentes da norma.

A PdF, então, estabelece que não há uma hierarquização prévia (baseada em escolaridade, raça/cor, gênero, entre outras) das prioridades, sendo as necessidades apenas entendidas por pesquisa ou vínculo relacional-dialógico com os indivíduos, não se podendo projetar “nossas próprias necessidades nos seres humanos que tomamos como objeto de [...] preocupação ética” (Ribeiro, 2014). A única forma de hierarquização permitida é entender quais funcionamentos são básicos e quais funcionamentos dependeriam de outros ais básicos.

Analisando sob a luz dos funcionamentos, é possível pensar que o que é justo, inclusive nas ações e políticas de saúde, é se comprometer com o “florescimento dos funcionamentos básicos de cada indivíduo, entendidos como sistemas funcionais complexos e diverso” (Dias, 2018, p. 2505).

Um dos funcionamentos mais básicos, e que mais nos é crítico no setor saúde, é o de ser saudável. Adotando uma visão ampliada de saúde, entendemos que os marcadores sociais que interferem na saúde precisam ser cuidadosamente considerados para identificar e atender variadas condições que permitam o indivíduo usufruir plenamente da sua capacidade de ser saudável, podendo florescer enfim (Costa, 2015, p. 73).

a capacidade de ser saudável deve assumir lugar fundamental, seja porque esta tem um valor em si mesma, no sentido de que, de modo geral, valorizamos esta capacidade, mas também porque ela possui um valor instrumental, sendo condição essencial para o exercício de outras capacidades. (Ribeiro, 2014, p. 966)

Ao analisar o PT sob a luz da PdF, Costa (2015) mostra que o “livre exercício da sexualidade e autonomia da identidade de gênero” (Costa, 2015, p. 74) são cruciais para a capacidade de ser saudável da população transexual.

Ou seja, podemos entender que os funcionamentos mais básicos de poder exercer livremente sua sexualidade, bem como o funcionamento de ter autonomia sobre sua própria identidade de gênero, são indispensáveis para que pessoas transexuais tenham a capacidade de ser saudáveis.

Nessa perspectiva, negar a identidade de gênero de uma pessoa trans, assim como condenar suas práticas sexuais, prejudica a individualidade do ser, sabotando sua capacidade de ser saudável e impossibilitando seu florescimento pleno. Isso é particularmente mais grave no setor saúde ao lembrarmos que o sistema é baseado numa visão biologizante, tem-se um impedimento no acesso e estamos falando justamente sobre ser saudável.

O discurso biomédico, estabelecendo a visão binária biologizante, patologizou indivíduos LGBTQ+ em seus manuais diagnósticos (Bento; Pelúcio, 2012). Atitudes hostis e violentas, a LGBTQfobia, foram naturalizadas quando contra pessoas LGBTQ+ (Borillo, 2010). Eventualmente, na história recente, as sexualidades foram despatologizadas, saindo de tais manuais diagnósticos.

Porém, podemos dizer que eliminar o estrago que foi feito até então será uma tarefa hercúlea que a sociedade terá que assumir como dívida. Prova disso é o Brasil é o país que mais assassina e suicida pessoas trans e impõe uma expectativa de vida de 35 anos para travestis e mulheres trans (Benevides, 2023).

O campo da saúde conta com suas políticas de equidade para tentar mitigar essa dívida histórica no que concerne o acesso aos equipamentos e o cuidado com a saúde. Nesse sentido que foram concebidas a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) e o Processo Transsexualizador (PT) (Brasil, 2013a, Brasil, 2013b).

Ambas as políticas supracitadas estabelecem a atenção primária como porta de entrada do sistema, visto que é de sua responsabilidade a coordenação do cuidado, a atenção continuada, a garantia da integralidade do cuidado e a equidade da atenção ao estabelecer fluxos para os outros níveis de atenção, sendo estabelecida como adstrita ao seu território pelo princípio da territorialização que descentraliza a atenção à saúde principalmente através da atenção primária (Brasil, 2013b).

Já a atenção especializada se refere aos hospitais, ambulatórios e serviços de urgência. Especificamente os ambulatórios estão inseridos na atenção secundária à saúde, um nível especializado de média complexidade (Brasil, 2013b). Aqui, por termos maior densidade tecnológica, ocorre a complementação do cuidado de forma a garantir a integralidade do cuidado, iniciada no nível anterior, mas garantindo, principalmente, a equidade da assistência.

Principalmente quando nos referimos aos ambulatórios de saúde trans, a equidade é muito mais evidentemente um princípio garantido. Dada que o sistema embarreira o acesso dessas pessoas de diversas formas, como referido anteriormente, os ambulatórios acabam sendo o ponto mais seguro de acesso ao sistema já que por ser um serviço especializado terá, pelo menos em teoria e mais provavelmente, uma equipe mais receptiva, diminuindo as chances de transfobia ao procurar esses equipamentos no SUS.

Vê-se, então, que os ambulatórios podem estar servindo como porta de entrada ao sistema de saúde. Como serviço especializado, não consegue oferecer um atendimento integral sozinho e nem estabelecer o fluxo do usuário na rede. Porém o ambulatório pode atuar direcionando o indivíduo à atenção primária do seu território, inserindo essa pessoa na rede, por fim.

Logicamente, além de não ser o preconizado pela política, os ambulatórios não podem assumir essa carga de porta de entrada do SUS por vários motivos, dentre os quais: a) tais equipamentos são poucos, principalmente os que funcionam em ‘porta aberta’ (agendamento direto pelo usuário), como o de Niterói - RJ, ou acabam tendo um atendimento demorado por conta da regulação, como o do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia no Rio de Janeiro - RJ; b) a rede de atenção à saúde não pode se abster de melhorar seus fluxos e ações para abranger todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação, coisa que será desestimulada se os ambulatórios assumirem o papel de porta de entrada dessa população.

Não obstante, esses ambulatórios se mostram essenciais no contexto atual, precisando ser ampliados e desenvolvidos, já que podem atuar de formas complementares à rede para além da consulta de especialidade e prescrição de hormônios. Alguma das possibilidades, dentre várias, podem ser: a) colaborar com a sensibilização e capacitação da rede de atenção à saúde para que ofereçam um cuidado integral, de forma a entender que os ambulatórios se inserem na atenção secundária e não primária e, principalmente, atendam aos usuários de forma respeitosa e qualificada; b) afirmam a existência e valor da população trans, estabelecendo que suas necessidades de saúde são relevantes e importantes de serem vistas e cuidadas pelo SUS, c) encorajar o cuidado da população trans com a própria saúde, diminuindo a automedicação, ao estimular profissionais mais sensíveis à temática, e, principalmente, profissionais LGBTQ+, a atuarem no equipamento, oferecendo um ambiente mais seguro e acolhedor; d) promover e colaborar com a mudança do paradigma de cisgeneridade ainda impregnado no setor saúde; e) colaborar com a integralidade do cuidado ao contar com uma equipe mínima (psiquiatria ou psicologia, serviço social, endocrinologia ou medicina geral, enfermagem) ou ampliada.

Outra potencialidade dos ambulatórios de saúde trans é promover um florescimento de indivíduos transexuais ao estimular funcionamentos básicos, para a capacidade de ser saudável, que não serão estimulados caso as barreiras de acesso existentes se mantenham.

Nesse sentido, Costa (2015) estabelece que para realizar esse funcionamento, faz-se necessária a garantia de acesso a cada um dos níveis do SUS, fazendo crucial que a atenção à saúde se dê de forma integral. A autora também alerta sobre a importância dos ambientes serem respeitosos e promoverem o pertencimento, sendo “pautado no respeito às diferenças, sem discriminação de qualquer espécie e deve atender aos princípios de universalidade, equidade e integralidade” (Costa, 2015, p. 77). Ou seja, que os princípios do SUS estejam garantidos para as pessoas transexuais.

Podemos, aqui, reforçar alguns argumentos já colocados anteriormente. Os ambulatórios configuram-se como um ambiente mais respeitoso e de pertencimento, visto que a equipe está mais capacitada/sensível, podendo ser uma equipe composta por pessoas LGBTQ+, o que se pode discutir se seria mais indicativo como uma recomendação ou como algo estabelecido para esses equipamentos.

Quanto aos princípios do SUS colocados, podemos facilmente inferir que a universalidade é atendida, principalmente quando esses equipamentos atuam em ‘porta aberta’, garantindo um atendimento a todos; a equidade também pode ser considerada como atendida, visto que o próprio ambulatório se insere numa política de equidade, além de atender a demandas específicas; já a integralidade é parcialmente atendida, visto o anteriormente colocado que o esses equipamentos colaboram com esse princípio, mas não conseguem o garantir de forma plena, sendo essa garantia mais estabelecida pela APS.

A existência dos ambulatórios, principalmente os de ‘porta aberta’, estabelecem um acesso a saúde mais justo. Porém, questiona-se, o quanto mais justo?

Inserindo-se na PdF, podemos entender que ser justo é proporcionar o florescimento dos indivíduos ao assegurar seus funcionamentos mais básicos. Pode-se inferir, a princípio, que os ambulatórios de saúde trans colaboram com um sistema de saúde mais justo ao promover a equidade do atendimento, atentando-se às especificidades da população trans.

[...] pode-se dizer que a equidade coloca a diferença em questão de justiça, na medida em que requer que sejamos sensíveis para as singularidades dos contextos concretos e atentos para as diferenças entre os indivíduos e grupos sociais que podem impedir a igualdade [...]. (Ribeiro, 2014, p. 954)

É imperativo entender cada ação de saúde como uma práxis de justiça, ações com potencial de transformar realidades de saúde, principalmente ao pensar ações inseridas nas políticas de equidade.

Riberio (2014) estabelece sua Justiça como Práxis ao adotar a PdF nas ações de saúde, principalmente as de equidade, estabelecendo uma nova concepção de justiça aplicada à saúde (Ribeiro, 2014). Aplicar essa concepção na área da saúde significa que toda e qualquer ação deve ser de forma a superar barreiras, entender especificidades, certificar a integralidade, promover a transformação do sistema de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi exposta a situação atual do acesso da população transexual ao SUS, ainda tendo barreiras a serem superadas, principalmente, na atenção primária. Os ambulatórios de saúde trans se mostram equipamentos sensíveis e promissores para a transformação progressiva do CISTema em sistema.

A rede de atenção à saúde, como um todo, precisa passar por um processo de descisgenerização, entendido como um impulso em direção à inclusão de todos os indivíduos, uma tentativa de neutralizar a cisgeneridade do CISTema de saúde e fazer com que os indivíduos se sintam pertencimento ao SUS. Talvez, após isso, possa-se atentar mais às especificidades de saúde, qualificar o setor e garantir melhor acesso, cumprindo-se os princípios de integralidade e equidade, não se limitando apenas à Terapia Hormonal e cirurgias no que tange a saúde da população trans.

Foi argumentado, também, que as ações de saúde devem ter a justiça como práxis, buscando transformar a realidade de saúde das pessoas. Entender os funcionamentos dos usuários colabora para um atendimento mais justo e que permita o florescimento dos indivíduos.

No que tange os ambulatórios, faz-se necessário entender se os ambulatórios que atuam como 'porta aberta' estão sendo utilizados como porta de entrada do SUS no lugar da APS. Com isso, será possível fortalecer a rede de saúde, para buscar o cumprimento do preconizado pelas políticas de equidade, bem como fortalecer o ambulatório para garantir um atendimento cada vez mais qualificado durante o processo de qualificação da rede e descisgenerização do CISTema.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Thiago Clemente do. Travestis, transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição. *In*: Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2013.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

BACCARIM, Roberta Cristina Gobbi; TAGLIAMENTO, Grazielle. Acesso de Pessoas Trans Saúde: uma análise das práticas de profissionais. **Psicologia Argumento**, v. 38, n. 102, p. 604-625, 29 set. 2020.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 20222023**. Distrito Federal, DF: [S.n.]. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2023.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades Abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo : estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 28-63.

BORILLO, Daniel. **Homofobia - História e crítica de um preconceito**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BrasilCasa Civil, , 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

BRASIL. **LEI No 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**. BrasilCasa Civil, , 1990a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>

BRASIL. **LEI No 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990**. BrasilCasa Civil, , 1990b. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm)>



BRASIL. **PORTARIA No 1.707, DE 18 DE AGOSTO DE 2008.** BrasilMinistério da Saúde, Gabinete do Ministro, , 2008. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html)>. Acesso em: 11 set. 2023

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** BrasilMinistério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, , 2013a. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)>

BRASIL. **PORTARIA No 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.** BrasilMinistério da Saúde, Gabinete do Ministro, , 2013b. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)>. Acesso em: 11 set. 2023

BRASIL. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde.** 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. v. 1

BRASIL. **PORTARIA GM/MS No 4.700, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022.** BrasilMinistério da Saúde, Gabinete do Ministro, , 2022. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4700\\_30\\_12\\_2022.html&cd=9&hl=en&ct=clnk&gl=br](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4700_30_12_2022.html&cd=9&hl=en&ct=clnk&gl=br)>

BRITO-SILVA, Keila; BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Direito à saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para sua efetivação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 249-260, jan. 2012.

COSTA, Cristiane Maria Amorim. **Análise bioética do Processo Transexualizador no Brasil à luz da perspectiva dos Funcionamentos.** [S.l.]: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2015.

COSTA, Maria C. B. *et al.* Prevalence and Correlates of Nonprescription Hormone Use Among Trans Women in São Paulo, Brazil. **LGBT health**, v. 8, n. 2, p. 162-166, 1 fev. 2021. CRUZ, Taylor M. Assessing access to care for transgender and gender nonconforming people: a consideration of diversity in combating discrimination. **Social science & medicine (1982)**, v. 110, p. 65-73, 2014.

DIAS, Maria Clara. A perspectiva dos funcionamentos: um olhar ecofeminista decolonial. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2503–2521, out. 2018.

DIAS, Maria Clara. A Perspectiva dos Funcionamentos: arcabouço teórico. *In: **Perspectiva dos Funcionamentos: fundamentos teóricos e aplicações***. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019. p. 14–41.

FERREIRA, Breno De Oliveira *et al.* Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1023–1038, 1 out. 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I - A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GONZÁLEZ, María de la Luz Sevilla; LICONA, Nelson Eduardo Álvarez. Normalización del discurso homofóbico: aspectos bioéticos. **Acta bioethica**, v. 12, n. 2, p. 211–217, 2006.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, p. e83266, 21 abr. 2023.

KRÜGER, Alícia *et al.* Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, n. 1, p. e190004, 26 set. 2019.

LEITE, Beo Oliveira *et al.* Association between gender-based discrimination and medical visits and HIV testing in a large sample of transgender women in northeast Brazil. **International journal for equity in health**, v. 20, n. 1, 1 dez. 2021.

LOVISON, Robson *et al.* Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. **Enfermagem em foco**, v. 10, n. 5, p. 167–172, 25 maio 2019. LYONS, Tara *et al.* Experiences of Trans Women and Two-Spirit Persons Accessing Women-Specific Health and Housing Services in a Downtown Neighborhood of Vancouver, Canada. **LGBT Health**, v. 3, n. 5, p. 373, 10 out. 2016.

MASCHIÃO, Luca F. *et al.* Nonprescribed Sex Hormone Use Among Trans Women: The Complex Interplay of Public Policies, Social Context, and Discrimination. **Transgender health**, v. 5, n. 4, p. 205–215, 1 dez. 2020.

MELLO, Luiz *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 9, p. 7-28, dez. 2011.

NITERÓI, Prefeitura Municipal de. **Ambulatório de saúde para travestis e transexuais faz ano**. Disponível em: <[http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=940:tr\\_avs-1](http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=940:tr_avs-1)>. Acesso em: 24 set. 2023.

PEREIRA, Lourenço Barros de Carvalho; CHAZAN, Ana Cláudia Santos. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista brasileira de medicina de família e comunidade**, v. 14, n. 41, p. e1795-e1795, 14 maio 2019.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, 1 maio 2017.

RIBEIRO, Carlos Dimas Martins. Justiça como práxis, capacidades humanas e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 951-971, 2014.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 1 ago. 2016.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. e0023469, 11 nov. 2020.

SEHNEM, Graciela Dutra *et al.* Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento. **Revista de enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 4, p. 1676-1684, 2017.

SEVELIUS, Jae *et al.* Optimising HIV programming for transgender women in Brazil. **Culture, health & sexuality**, v. 21, n. 5, p. 543-558, 4 maio 2019.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 22 - PLURALIDADES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CORPORALIDADES VIBRÁTEIS



# O PROCESSO DE QUEERIZAÇÃO DA PERSONAGEM PAUL GRAPPE EM *DEGENERADO*, DE CHLOÉ CRUCHAUDET

*Fabrício Batista de Sousa*<sup>1</sup>  
*Ildney Cavalcante*<sup>2</sup>

## RESUMO

O surgimento de narrativas gráficas *queer* é um marco importante na expansão e diversificação no meio dos quadrinhos. Estas têm o poder de representar e dar voz a subjetividades não-normativas, trazendo à tona histórias e experiências que muitas vezes foram ignoradas ou negligenciadas pela sociedade heteronormativa. Com isso, o presente trabalho objetiva-se apresentar o processo de queerização da personagem Paul Grappe, protagonista da narrativa gráfica *Degenerado* (2013), de Chloé Cruchaudet. Os quadrinhos abordam a história da primeira travesti na França, durante a primeira guerra mundial. Para tanto, utiliza-se como escopo analítico reflexões sobre narrativa gráfica e teorizações *queer*, tendo como base os estudos de Judith Butler (2016) e Monique Wittig (2022). A representação da personagem Paul/Suzanne como um corpo *queer* evidencia que a sexualidade não é uma categorização binária restrita à atração por homens ou mulheres, mesmo diante de qualquer processo de subjetivação.

**Palavras-chave:** Narrativas gráficas; Subjetividades; Queer.

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), fabriciosousacg@hotmail.com

2 Professora e orientadora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cavalcantiildney@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do século XX, alguns suportes de mídia aparecem para descentralizar e subverter a condição heteronormativa dos sujeitos, que julgam os corpos por meio de um pensamento heterocentrado. Eles tentam mostrar como outras subjetividades não heterossexuais existem e resistem aos padrões impostos para o sistema sexo/gênero dentro de um determinado tempo e espaço. A partir disso, percebe-se o surgimento de narrativas *queer* com personagens cada vez mais fluídos e questionadores sobre suas identidades, com o intuito de mostrar a existência de subjetividades sexuais desviantes do padrão heterossexual, que existem, resistem e transcendem aos papéis socialmente atribuídos para seu sexo.

Com base nesses pressupostos, o objetivo desse artigo é desenvolver uma análise crítica sobre o processo de *queerização* da personagem Paul Grappe, protagonista da narrativa gráfica *Degenerado* (2013), de Chloé Cruchaudet. A obra ficcionaliza a história da primeira travesti na França, durante a primeira guerra mundial. A autora utiliza uma abordagem baseada em fatos reais, mesclando documentação histórica (relatos e fotografias) com elementos fictícios para embasar a história. Essa abordagem também permite explorar a experiência e os desafios enfrentados pela primeira travesti na França durante a época da guerra, oferecendo uma perspectiva mais subjetiva e individual. De modo geral, Paul Grappe, como chamado em sua identidade masculina, se traveste em Suzanne Langard com a ajuda de sua esposa Louise Landy e deixa de ser o soldado, heroico, viril, tornando-se visivelmente uma mulher que esbanja sensualidade e feminilidade, virando as cabeças de mulheres e homens dos anos loucos em Paris na década de 1920, ou em francês: “les années folles”. A obra aborda temáticas sobre amor, violência, identidade, sexualidade e as relações de gênero no contexto da guerra.

A história de Paul Grappe é real e foi registrada na França através de arquivos, fotos e cartas. Sendo assim, os historiadores Fabrice Virgili e Danièle Voldman, escreveram uma reconstrução desta narrativa no ensaio histórico *La Garçonne et l'assassin*, publicada em 2011, com caráter documental. É interessante perceber que a história invisibilizada de Paul Grappe e Louise Landy esteja recebendo grande atenção de historiadores e artistas quase 100 anos depois de ter acontecido. Isso demonstra o interesse em resgatar e preservar memórias históricas que foram negligenciadas ou ocultadas ao longo do tempo. O fato de que essa história esteja sendo revisitada e transportada em mídias também destaca a importância em dar voz aos menos representados na história oficial, sobretudo, por conta das

suas subjetividades e sexualidades não- normativas, visto que, a obra perpassa por ideias conflituosas de gênero da personagem principal.

Para os interesses deste estudo, em que discute reflexões sobre narrativa gráfica e teorias *queer* de modo geral, temos como base os estudos de Judith Butler (2008, 2016), Guacira Louro (2004) e Monique Wittig (2022) quanto às noções de gênero e sexualidades na perspectiva dos estudos *queer*.

## 2 PAUL GRAPPE: GÊNERO E QUEERIZAÇÃO

Os estudos de gênero que surgem como campo de estudos multidisciplinar no começo dos anos de 1970, eclode como uma expressão de questionamentos contra às concepções hegemônicas nas sociedades ocidentais de feminilidade e masculinidade, a fim de desnaturalizar as concepções sobre identidades de gênero e sexuais, contribuindo para o estudo de novas temáticas sobre a presença de sujeitos não-normativos nos escopos das subjetividades. A partir disso, o conceito *gênero*, que surgiu dentro dos precursores movimentos feministas, sendo uma marca da mulher, é configurado como uma categoria que demarcava, inicialmente, os espaços políticos e simbólicos da luta contra a supremacia masculina.

Sendo assim, em meados da década de 1990, o gênero aparece não mais relacionado apenas ao sexo anatômico, e sim envolto de construções socioculturais dos sujeitos e suas subjetividades. Sabemos que binariamente pessoas são identificadas como homens e mulheres e ambos possuem papéis e atribuições diferentes na sociedade. Sendo assim, os padrões culturais são impostos aos gêneros, bem como os comportamentos adequados a cada gênero nas esferas sociais, fazendo com que uma ordem de gênero seja atrelada ao corpo, que se torna refém aos estereótipos ditados pela cultura, quase sempre heterossexuais, como um dogma político e filosófico. Para Wittig (2022)

A consequência desta tendência para a universalidade é que o pensamento hétero não pode conceber uma cultura, uma sociedade onde a heterossexualidade não ordenaria não só todas as relações humanas, mas também a sua própria produção de conceitos e todos os processos que escapam ao consciente. Além disso, estes processos inconscientes são historicamente cada vez mais imperativos naquilo que nos ensinam sobre nós próprio(a)s através da instrumentalidade dos especialistas. (Wittig, 2022, p. 04)

No final da década de 1980, para descentralizar o pensamento hétero, surge a *Teoria Queer*<sup>3</sup> com o intuito de refutar as concepções do sistema hegemônico sobre gênero/sexo ao acreditar que existe uma ordem social em que a heterossexualidade é um mecanismo crucial para organização da vida em sociedade. Uma das pioneiras dos estudos queer é Judith Butler, que aprofunda as discussões sobre identidades visto que elas são construídas nas/pelas experiências culturais, e não apenas por um gênero masculino e feminino.

Simone de Beauvoir (1941) diz que as pessoas têm o direito à autodeterminação e à liberdade de fazer suas próprias escolhas sobre sua vida e seu destino. Ela acreditava que o exercício da liberdade era fundamental para superar as limitações impostas pela sociedade e pelas normas culturais, permitindo que cada pessoa se tornasse dona de si mesma. Com base nessa abordagem existencialista de Beauvoir (1941), Butler (2016) argumenta que a identidade de gênero é maleável, pois os atos, gestos e atuações do indivíduo são performativos, eles criam a ilusão de um núcleo de gênero interior e organizador. Sendo assim, tanto Beauvoir como Butler argumentam que o sujeito não tem substância e essência, mas uma produção de efeito de discursos. Comportamentos e aparências tornam-se imposta por estruturas invisíveis na sociedade. Em outras palavras: gênero é performativo.

Judith Butler, em seu livro *Problemas de Gênero* (2016), destaca que o gênero não é uma característica fixa e inata, mas algo construído socialmente através das interações e da assimilação de normas e valores culturais. As definições de gênero estão relacionadas às expectativas e pressões sociais impostas às pessoas para que se enquadrem em determinados comportamentos, papéis e identidades generificadas. No entanto, a compreensão e a experiência de gênero são individuais e podem se situar em um espectro mais amplo do que apenas os estereótipos tradicionais de masculino e feminino. Os sujeitos *queers*, que transitam entre os gêneros e sexualidades não-normativas são classificados como “estanhos”. Segundo Louro (2004)

Queer é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, dos “entre lugares”, do indecível. Queer

3 O termo foi inicialmente utilizado por Adrienne Rich, feminista norte-americana, em um ensaio intitulado “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”, que foi publicado pela primeira vez em 1980 e republicado em 1986.



é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina.  
(Louro, 2004, p. 7-8).

Na verdade, o termo *queer* surgiu originalmente como um insulto pejorativo usado para se referir a pessoas LGBTQIAP+<sup>4</sup>. No entanto, ao longo do tempo, a comunidade reapropriou o termo como uma identidade empoderada. O uso de *queer* como uma identidade não-binária está relacionado ao questionamento e desafio das normas regulatórias de gênero e sexualidade. Pessoas que se identificam como *queer* podem não se enquadrar completamente nas categorias tradicionais de masculino e feminino. Por meio da crítica, a Anzaldúa (2009) enfatiza que a palavra *queer* é usada como um termo *guarda-chuva* unificador sob o qual “queers” de todas as raças, etnias e classes são enfiadas. Ao se identificarem como *queer*, as pessoas estão expressando uma rejeição às limitações impostas pelas normas sociais de gênero, bem como uma afirmação de sua diversidade e individualidade.

Com isso, a definição de *queer* combina com o percurso da nossa personagem nos quadrinhos, em que ela transita entre os gêneros e sexualidades, buscando nova possibilidade de ser e estar no mundo. No contexto da história, a personagem explora sua identidade de forma fluida, questionando as categorias binárias de gênero e rompendo com as expectativas sociais (feminino e masculino). Diante das situações e do contexto, Paul Grappe desmascara normas de gêneros e sexualidades ao se permitir vivenciar diferentes expressões de gênero e ter relacionamentos com pessoas de diferentes orientações sexuais. Essa *queerização* da protagonista mostra como o trânsito entre o masculino e feminino pode ser evidenciado mesmo em um cenário de guerra.

O processo de *queerização* de Paul Grappe gira em torno do seu travestimento, pois a personagem começa seu processo de travestilidade utilizando as roupas femininas de sua esposa Louise Landy. Ele adota características femininas no seu vestuário, cabelo e maquiagem, e passa a se apresentar como mulher em diferentes espaços atendendo pelo nome de “Suzanne Landgard”. Travestido por necessidade, sua transição de Paul para Suzanne borra o padrão/normativo da sexualidade hegemônica, assim, desestabilizando os dispositivos dos papéis de gênero e de sexualidade tradicionais (masculino/feminino/heterossexuais).

---

<sup>4</sup> LGBTQIAP+ é uma sigla em constante evolução que abrange várias identidades e orientações sexuais. Ela continua a se expandir e se atualizar à medida que novas identidades e orientações sexuais são reconhecidas e incorporadas à comunidade. As letras da sigla representam diferentes grupos: L para lésbicas, G para gays, B para bissexuais, T para transgêneros ( transexuais e travestis), Q para queer, I para intersexuais, A para assexuais, P para pansexuais. O sinal de “+” no final da sigla é colocado para incluir outras diversidades de gênero e sexualidades que não são especificamente mencionadas antes da sigla.

De maneira geral, quando se discute o conceito de *travesti*, muitos estudiosos o associam à homossexualidade, considerando as travestilidades predominantemente como expressões de identidade de gênero de homens gays, no entanto, essa análise adota uma abordagem diferente, a figura travesti é analisada independentemente da homossexualidade. Nessa perspectiva, o conceito de travesti é considerado dentro das discussões sobre travestilidades, que englobam uma gama mais ampla de subjetividades. Aqui, a travestilidade é entendida como uma forma de expressar e vivenciar a identidade de gênero oposta, que pode ou não estar associada à orientação sexual.

**Figura 1** - A primeira imagem retrata Paul Grappe. A segunda imagem mostra Louise, Paul e um possível filho do casal. A terceira imagem apresenta Suzanne Langard.



**Fonte:** Roendo livros - blog.<sup>5</sup>

O processo de performatividade de Paul Grappe não é apenas uma mera mudança de aparência externa, mas envolve uma identificação profunda com o gênero feminino (figura 1).

Ao performar a figura feminina, Suzanne Langard quebra os estereótipos de gênero, demonstrando que não é algo fixo e binário, pois foge do sistema produtivo que regula os corpos para performatizarem o roteiro de destino ao seu sexo biológico. Nos estudos de Butler (2016), ao desmistificar o sexo e o gênero, a filósofa busca desconstruir as noções binárias e normativas de masculinidade e feminilidade, logo, o corpo é visto como *locus* produção de modos de vida, *performativamente* construídos. Dessa maneira, Butler constrói a noção de “normas

5 Disponível em: <https://www.roendolivros.com.br/2020/12/degenerado-chloe-cruchaudet.html>. Acesso em junho, 2023

regulatórias da sociedade”, já discutida por Foucault (1988) por meio de *discursos reguladores*.

As discussões de Butler têm caráter político, tendo em vista que as identidades de “homem” e “mulher” passam a ser questionadas dentro do escopo das subjetividades, com o embasamento de que o corpo não é apenas um dado natural, mas sim uma parte integrante do processo de formação de identidades e subjetividades. Ela sugere que o gênero é produzido e mantido por meio de práticas disciplinares, tais como normas, instituições e discursos. Os corpos sofrem os efeitos da linguagem, pois ela desempenha um papel fundamental nesse processo, já que é através dela que os discursos normativos são construídos e perpetuados. Dessa maneira, identidades de gênero são produzidas discursivamente, sem que exista uma conexão fixa com o corpo, logo, corpos masculinos apresentam características ou expressões femininas e que pessoas com corpos femininos apresentem características ou expressões masculinas.

### 3 DEGENERADO EM QUADRINHOS

*Degenerado* (2021), de Chloé Cruchaudet, foi traduzido por Renata Silveira e publicado pela editora Nemo. O termo empregado ao título, *Degenerado*, é uma palavra pejorativa que descreve uma pessoa que se desviou moralmente, socialmente ou mentalmente do padrão considerado normal ou aceitável pela sociedade. Historicamente, o termo *degenerado* foi amplamente utilizado no contexto da eugenia, movimento que buscava promover a purificação da raça humana através da seleção e eliminação de características consideradas indesejáveis. Foucault afirma que a degeneração é a peça teórica maior da medicalização do anormal (Foucault, 2001, p. 401).

Nos quadrinhos, Paul, que se torna Suzanne Landgard representa um indivíduo que desafia a normatividade de gênero, representada na (figura 2). O processo de queerização da personagem começa quando Paul decide se travestir de mulher para que as pessoas não consigam identificá-lo, visto que sua condição era de um soldado fugitivo, um desertor<sup>6</sup>. Então, nesse momento, a mudança de gênero está relacionada como uma estratégia de fuga, o que faz sua travestilidade não está ligada à sua orientação sexual. Nesse momento, percebe-se uma crise de masculinidade, talvez induzida pela Primeira Guerra Mundial, pois a brutalidade e o

---

6 Um desertor é alguém que abandona ou foge de seu dever, compromisso ou responsabilidade. O termo é frequentemente usado para descrever um indivíduo que abandona o serviço militar ou militar - um soldado que foge ou se recusa a cumprir o serviço ou se apresentar para o dever designado. No contexto militar, desertar é considerado um crime.

horror da guerra desafiaram as noções estereotipadas de coragem, força e virilidade associadas como características da masculinidade.

**Figura 2** – Personagem Paul Grappe utilizando vestido de sua esposa Louise Landy



**Fonte:** Cruchaudet, 2020, p.49-50.

Ao se identificar como Suzanne, a personagem rejeita o seu papel masculino de gênero atrelado ao seu corpo pela normatividade. Seu corpo torna-se “degenerado”, pois nesse processo ela está rejeitando as normas impostas pela sociedade e buscando a plena expressão de uma identidade feminina, o que para época se tornaria anormal. A (figura 2) demonstra a personagem assumindo uma nova identidade de gênero, renunciando às características masculinas que antes a definiam. Essa transformação inclui a remoção da barba, um símbolo tradicionalmente associado ao estereótipo masculino e a utilização das próteses de gênero femininas para se camuflar e se apresentar como uma mulher.

A estratégia de Paul Grappe de se tornar mulher acabou dando muito certo, pois ninguém que o conhecia anteriormente era capaz de reconhecê-lo em seu novo visual e comportamento. Ele conseguiu criar uma identidade com maestria, sendo aceito e tratado como mulher nos ambientes em que frequentava. Essa busca incessante pela imagem feminina é um componente crucial para a construção de sua nova identidade. Paul entendia que não era apenas uma questão de aparência física, mas também de adotar os hábitos e comportamentos que são associados à feminilidade. Para isso, Paul conta com a ajuda da sua esposa Louise, investe tempo e esforço para aprender sobre moda, maquiagem, comportamento feminino e até mesmo realiza alterações físicas para se aproximar do padrão feminino, conforme a (figura 3).

**Figura 3-** Primeiro passeio de Louise Landy e Suzanne Langard



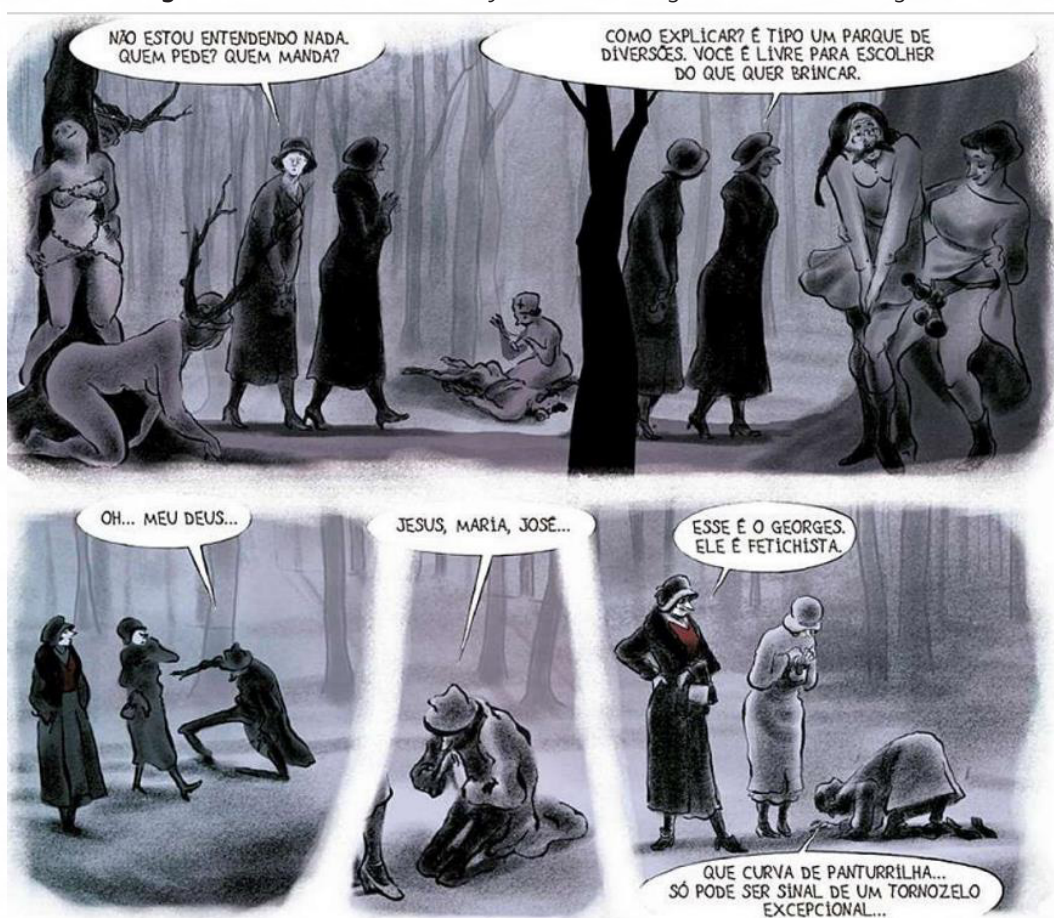
**Fonte:** Cruchaudet, 2020, p.62-63.

Na (figura 3) mostra a primeira vez que Louise e Suzanne vão a um local público juntas pela primeira vez. A imagem mostra o momento em que Paul escolhe seu nome feminino (Suzanne) para ser utilizada a partir de então, mas Louise muito cuidadosa tenta conter sua euforia, para que ninguém descubra que ela nada verdade é o desertor Paul. Então, Louise pede para que Suzanne observe os comportamentos das mulheres ao seu redor, no lado direito da figura são explicados por meio de balões de fala sucessivos dizeres de como fazer para ser mulher “- observe os gestos... uma mulher deve ser discreta, contida...” ; “- você manuseia os objetos como se fossem frágeis. Este exemplo mostra as regras de conduta praticadas pelas mulheres são impostas e transferidas umas às outras, de modo que elas (inconscientemente) perpetuam essas próprias normas.

Butler (2016) argumenta que a forma como nos vestimos não deve ser usada como base para determinar o gênero de alguém, pois o gênero é uma construção fluida e que não pode ser reduzido a roupas ou aparência física. No entanto, essas características estereotipadas de gênero fazem parte de imposições sociais e que se baseiam em estereótipos e expectativas culturais. Durante os primeiros meses em que Louise e Paul vivem juntos como casal, ambos preenchem as características físicas associadas ao seu sexo biológico. Louise se comporta e se veste de acordo com a imagem da mulher dentro dos padrões tradicionais de beleza feminina, usando roupas femininas e maquiagem, e as ações e aparência de Paul está de acordo com a imagem do homem tradicional, usa roupas masculinas e mantém barba aparada.

A relação do casal de Paul e Suzanne é marcada por conflitos e desafios depois que Paul se traveste de Suzanne e passa a receber o vermelho nas suas vestimentas. A revelação da identidade secreta de Paul causa uma série de problemáticas na relação dos dois, gerando discussões e tensões. O processo de queerização de Paul para Suzanne abala a confiança mútua da relação, pois para Louise fica difícil compreender e aceitar plenamente a forma encontrada por Paul para expressar seu gênero, isso gera sentimentos de inadequação e ciúmes. A história de Suzanne após conseguir anonimato nas ruas de Paris é uma jornada pessoal e complexa que pode levar a diferentes caminhos. No contexto descrito, ela opta por seguir uma vida de prostituição e se envolver com pessoas de vários gêneros. Na (figura 5) mostra o momento em que, por curiosidade, Louise chega ao *Bois de Boulogne*.

**Figura 4-** Visita de Louise Landy e Suzanne Langar ao Bois de Boulogne



**Fonte:** Cruchaudet, 2020, p.13. Acervo da autora.

Louise aparece no *Bois de Boulogne*<sup>7</sup> com expressões de assombro ao começar compreender o local onde Suzanne estava levando-a: “- Não estou entendendo

nada. Quem pede, quem manda?” e Suzanne explica; “[...] – É tipo um parque de diversões. Você é livre para escolher do que brincar.”. O intuito de Suzanne ao levar Louise para esse local foi justamente para que ela também fizesse parte desse mundo e para que ela pudesse experimentar e desfrutar das mesmas coisas que Suzanne tanto aprecia. Suzanne quer compartilhar sua paixão e interesse pelo local com Louise, na esperança de que ela possa encontrar a mesma felicidade e satisfação que ela encontra no parque. No entanto, Louise passa a não conceber a ideia, talvez por ser monogâmica e por ter esperança que seu esposo Paul Grappe volte a ser como era antes, pois para ela Suzanne ainda era uma personagem para que ele pudesse viver livre.

É nesse processo que Paul/Suzanne representaria aquilo que Butler propõe ao pensar sobre *disforia de gênero*, quando o gênero se refere à angústia e desconforto que as pessoas experimentam quando não se conformam com as normas e expectativas de gênero impostas pela sociedade. Dessa maneira, a personagem entra em conflito de identidade durante a história, que desencadeia uma série de emoções, como tristeza, confusão e desilusão. A personagem passa por momentos de autodúvida, e a angústia resulta em uma busca intensa por respostas, levando-a a confrontar-se com suas dificuldades e medos.

Um ponto importante no processo de queerização da personagem Paul/Suzanne é quando acontece o processo de Anistia total da guerra pela deserção da lei de 3 de janeiro de 1925 e Suzanne é pressionada a torna-se novamente Paul. Nesse momento, a personagem passa por um momento de questionamento e dúvida em relação à sua identidade. Ela sente-se perdida e confusa sobre como se relacionar novamente com sua identidade masculina. A disforia se faz presente, ao gerar sentimentos de desconforto, insatisfação e estranheza em relação ao sexo que a pessoa foi designada ao nascer. A personagem já havia se acostumado com outra identidade de gênero, e agora se vê perplexa sobre como se reconectar com seu gênero masculino.

**Figura 5-** Personagem Paul Grappe após processo de anistia



**Fonte:** CRUCHAUDET, Chloé. **Degenerado**; trad.: Renata Silveira. São Paulo: Nemo, 2020, p.13.

A (figura 5) mostra a primeira aparição de Paul depois de voltar ao seu gênero masculino, ele encontra-se deitado com Louise e sua mente não para de refletir sobre quem ele era antes de Suzanne. Ele passa a ter sonho alucinógenos com sua identidade feminina e sempre acorda apavorado. Com isso, as discussões entre o casal se tornam mais frequentes e mais desgastantes. Ele percebe que Louise não está disposta a ceder ou a tentar entender suas necessidades, é difícil para ele entender por que Louise insiste em querer mudá-lo de volta. Na (figura 5) ela insiste em dizer que o Paul é um pervertido por ainda usar unhas pintadas de vermelho, fazendo-o perder o equilíbrio, por agora, ser uma pessoa livre de imposições sociais para seu gênero. Na última cena da imagem ele está em confronto com Louise e diz: “-*Não entendeu ainda!? - sou livre, foda-se você!*”. O processo do queerização de Paul/Suzanne potencializa a subjetividade do devir, visto que o seu olhar não se volta ao passado, a personagem não consegue ser mais o que era antes, pois visualiza novas possibilidades de ser.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas gráficas são capazes de criar universos fictícios ricos e envolventes, permitindo que os apreciadores da obra mergulhem em histórias imaginárias e se conectem com personagens e histórias de uma forma única. Pela sua complexidade sequencial, elas têm o poder de transmitir mensagens e promover discussões importantes sobre questões sociais, políticas e culturais, muitas vezes de forma inovadora e desafiadora. A narrativa gráfica *Degenerado* (2013),



de Chloé Cruchaudet mostra essa complexidade artística ao transpor a história de Paul Grappe e Louise Landy para os quadrinhos, trazendo ao cerne das discussões problemáticas sobre gênero, sexualidades e os conflitos da guerra.

A personagem Paul/Suzanne que transita entre o masculino e feminino, por sua vez, desafia excepcionalmente as leis de seus gêneros quando destoa de sua masculinidade devido à sua deserção. Cruchaudet ao retratar o corpo *queer* em sua arte, destaca sua existência dentro de uma sociedade que é predominantemente regida por regras heteronormativas. Ela enfatiza a vigilância e o controle social enfrentado pelo indivíduo que não se encaixam nos padrões binários de gênero estabelecidos e possui uma subjetividade não-normativa.

A personagem Paul/Suzanne abre uma série de discussões sobre *problemas de gênero*. Nesse sentido, a travestilidade de Paul, então assumida, está no cerne das discussões de gênero, o corpo ilegítimo e designado como degenerado para a sociedade cisheteronormativa. A queerização da personagem Paul/Suzanne mostra que mesmo sob qualquer processo de subjetivação, a sexualidade não é uma questão binária, limitada apenas à atração por homens ou mulheres. Tal como a personagem descobre no decorrer dos acontecimentos que a sexualidade é fluida, abrangente e complexa. Os corpos *queer*, como aponta Assis (2019), sugerem subjetividades em devir, ou seja, estão em movimento, mudança, processo de vir-a-ser. A existência ela é imutável, transposta por significados no presente e além, o que nos proporciona novas possibilidades de ser. Portanto, o novo ser de Paul/Suzanne não se encaixa no mundo heteronormativo e monogâmico de Louise e da sociedade burguesa da época, pois o corpo queer necessita de espaço e fluidez para existir longe das amarras socioculturais impostas a sua matéria.

## BIBLIOGRAFIA

ANZALDÚA, Glória. **Queer(izar) a escritora - Loca, escritora y chicana**. Tradução de Tatiana nascimento. In: BRANDÃO, Izabel (org.) *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis, EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

BUTLER, J. **Cuerpos que importam**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires, Paidós, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CRUCHAUDET, Chloé. **Degenerado**. Tradução Renata Silveira. 1ª ed. São Paulo: Nemo, 2020.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução Maíra Mendes Galvão. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ISBN: 978-85-61702-97-7



## **ST 23 - QUE CORPOS PODEM OCUPAR AS CIÊNCIAS DITAS EXATAS?**



# TRAZENDO EQUAÇÕES DE INCLUSÃO: O PAPEL DAS PROFESSORAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

*Jonathan Machado Domingues<sup>1</sup>*  
*Matheus Reuter Sena<sup>2</sup>*

## RESUMO

A presente comunicação oral aborda a relevância da inclusão de professoras transexuais e travestis na área de Matemática sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Desta forma, objetiva-se destacar como a presença dessas professoras contribuem para uma educação mais inclusiva e respeitosa, promovendo a igualdade de oportunidades e a quebra de estereótipos. A questão norteadora é: qual é a relevância da presença de professoras transexuais e travestis de Matemática no contexto educacional, considerando os direitos humanos? O referencial teórico-metodológico baseia-se nos princípios dos direitos humanos e na defesa da igualdade, da educação inclusiva e da liberdade de expressão e identidade. Os principais resultados é a provocação de uma conscientização sobre a importância da diversidade de identidades de gênero no corpo docente e na criação de um ambiente educacional mais acolhedor e inspirador para estudantes transgêneros, com o intuito de promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

**Palavras-chave:** Identidade de Gênero, Educação Inclusiva, Diversidade de Gênero, Equidade.

1 Doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, [dominguesjonathan@unifesp.br](mailto:dominguesjonathan@unifesp.br).

2 Pós-Graduando em Direito Público da Faculdade Legale - Legale, [advmsena@gmail.com](mailto:advmsena@gmail.com).

# “NÃO ACREDITO QUE VOCÊ É PROFESSORA DE MATEMÁTICA”: TRAJETÓRIA DE UMA DOCENTE TRANS NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

*Erikah Pinto Souza<sup>1</sup>*  
*Washington Santos dos Reis<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar narrativas de identidades dissidentes historicamente marginalizadas no âmbito da Educação Matemática, em particular, identidades trans e travestis. A justificativa se dá pela importância de visibilizar corpos outros na perspectiva de produção de conhecimentos no âmbito das ciências ditas exatas. Com esse objetivo, traremos aqui a trajetória e as contribuições da educadora matemática cearense Erikah Pinto Souza, mulher trans, professora da rede pública, doutoranda em Ensino de Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, militante da causa trans e uma voz política que vem alcançando espaços antes nunca trilhados por uma identidade travesti dentro da área da Educação Matemática. Na escrita deste trabalho buscamos evidenciar o discurso dessa professora por meio do gênero textual do tipo entrevista, uma vez que pretendemos destacar a função social dessa narrativa por meio de posicionamentos de forma crítica. Elencaremos algumas de suas práticas – observando as características de subversão quanto ao regime de opressão que é imposto a um corpo trans na matemática – suas principais dificuldades para se firmar enquanto profissional e suas lutas travadas para que obtivesse êxito. Esperamos que esse trabalho seja uma evidência da necessidade de alargamento de sentidos acerca dos corpos que podem acessar espaços na Educação Matemática, assim como almejamos contribuir para a visibilização de trajetórias de pessoas de identidades dissidentes nesse campo.

**Palavras-chave:** Educação Matemática, Transexualidade, Travestilidade, Trajetória de vida, Entrevista.

1 Professora licenciada em Matemática pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA e Doutoranda em Ensino de Matemática no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática – (PEMAT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, souzaerikahp@email.com;

2 Graduado pelo curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da mesma instituição. Bolsista CAPES, swashingtonreis@gmail.com.

# INSEGURANÇA DE MENINAS COM MATEMÁTICA: ANÁLISE DE COMO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO INFLUENCIAM A RELAÇÃO DE ALUNAS COM A DISCIPLINA

*Aline Nicolau Jaccoud Campelo<sup>1</sup>*  
*Débora Azevedo de Castro Borba<sup>2</sup>*  
*Agnaldo da Conceição Esquincalha<sup>3</sup>*

## RESUMO

“Meninos são naturalmente melhores do que meninas em matemática”. Apesar de incorreto, esse estereótipo está enraizado na sociedade e influencia diretamente na relação de meninas com essa disciplina. Então, para entender melhor essa dinâmica, foi disponibilizado um formulário a alunas da educação básica questionando suas crenças associadas a habilidades matemáticas, suas perspectivas de futuro com relação à profissão e suas relações com a disciplina. Neste artigo, serão analisadas as respostas dessas estudantes. Em uma análise inicial, foi percebido que muitas das participantes possuem baixo senso de autoconceito com relação às suas próprias habilidades matemáticas, apesar de serem consideradas boas nessa disciplina por pessoas próximas a elas. Além disso, uma boa parcela dessas meninas afirma gostar de matemática, mas admitem sentir mais insegurança ao realizar avaliações dessa disciplina do que de outras.

**Palavras-chave:** Meninas, Matemática, Estereótipos de gênero.

1 Licencianda em Matemática na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, [alinecampelo@edu.unirio.br](mailto:alinecampelo@edu.unirio.br);

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [deboraborba@matematica.ufrj.br](mailto:deboraborba@matematica.ufrj.br);

3 Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [agnaldo@im.ufrj.br](mailto:agnaldo@im.ufrj.br).

# DISCUSSÕES MOBILIZADAS EM UM MINICURSO SOBRE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

*Washington Santos dos Reis<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho visa apresentar as discussões mobilizadas em um minicurso ministrado em um evento da área de Educação Matemática. O foco da formação foi apresentar questões envolvendo os estudos raciais, de gênero e sexualidade no contexto do ensino de matemática e das pesquisas em Educação Matemática. A justificativa se deu pela necessidade de abordar tais temáticas nas aulas de matemática num país profundamente marcado pelo racismo, misoginia, machismo e LGBTIA+fobia, uma vez que corpos dissidentes se encontram nas salas de aula das escolas e no contexto da formação de professoras/ies/es. Neste trabalho, refletindo como foi no minicurso, será adotada uma perspectiva teórica que contemple questões raciais, de gênero e sexualidade no contexto brasileiro, particularmente suas interfaces com a educação. Em particular, o diálogo será com base em trabalhos do campo da Educação Matemática que fazem coro a essas demandas, culminando assim no debate sobre a inclusão das diferenças. As discussões mobilizadas no minicurso dizem respeito às demandas que as/os professoras/es cursistas trouxeram das suas práticas docentes, como a questão dos termos racistas utilizados entre estudantes/ies; a questão do uso do nome social na escola e suas problemáticas; o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero; assim como o isolamento de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes no ambiente escolar em contextos urbanos e do campo. Como resultados, percebe-se a importância dessa discussão no âmbito da formação continuada de professoras/ies/es das ditas ciências exatas, assim como ressalta-se a necessidade de espaços em que esses debates sejam possíveis.

**Palavras-chave:** Educação Matemática, Raça, Gênero, Sexualidade, Formação de professores.

---

<sup>1</sup> Graduado pelo curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da mesma instituição. Bolsista CAPES, swashingtonreis@gmail.com.

# O QUE DIZEM AS NARRATIVAS DE PROFESSORES LGBTQIAPN+ EM FORMAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS EXATAS DA UESB?

*Luan Trindade de Brito<sup>1</sup>*  
*Gerson dos Santos Farias<sup>2</sup>*

## RESUMO

A matemática, frequentemente, chamada de “rainha das ciências” foi, assim, como a maioria dos impérios, edificada sobre alicerces patriarcais, excludentes e com padrões heteronormativos. Dessa forma, para estabelecer conexões mais significativas entre a matemática e os contextos sociais mais amplos, é preciso a promover um rompimento com essa base. O que nos leva ao questionamento: Que corpos ocupam as ciências ditas exatas? No Brasil, essa realidade se reflete na comunidade LGBTQIAPN+, frequentemente, retratada como uma população marginalizada, perseguida e, por vezes, vítima de violência e homicídios. Tais narrativas expurgam nossos corpos de espaços como a universidade, a escola e, por que não, a matemática. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre e com as vivências de professores LGBTQIAPN+ em formação dos cursos de exatas do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de Vitória da Conquista - Bahia. Como referenciais teóricos norteadores, flertamos, principalmente, com o campo dos estudos de gênero em articulação com a educação matemática. Essas experiências são compartilhadas, metodologicamente, por professores em formação, utilizando a pesquisa narrativa, por meio da produção de narrativas autobiográficas. Onde, inicialmente, serão aplicados questionários online, a partir disso planejaremos um documentário e, posteriormente, realizaremos uma análise narrativa, amparada em pressupostos do método documentário. É fundamental trazer à lume esses relatos, para que possamos compreender como essas experiências nos atravessam, como agentes de produção de conhecimento matemático e, também, como

1 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - BA, 202010075@uesb.edu.br;

2 Professor orientador: Doutorando em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - BA, gerson.farias@uesb.edu.br.



corpos que seguem criando sobre a própria existência, consolidando assim, nossas identidades.

**Palavras-chave:** Estudos de Gênero, LGBTQIAPN+, Formação Inicial, Educação Matemática, Pesquisa Narrativa.

# DECOLONIZANDO O ENSINO DE MATEMÁTICA: VOZES DE LICENCIANDAS EM MATEMÁTICA EM CORPOS DISSIDENTES

*Jéssica Luna*<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os trajetos de jovens mulheres estudantes de licenciatura em matemática por meio da perspectiva das epistemologias que investigam as várias facetas das mulheridades em diferentes contextos. Além disso, esse estudo também investiga o corpo sob as lentes das teorias butlerianas e do Transfeminismo, com foco na amplificação das dimensões interseccionais do feminismo negro. Fundamentado em uma ótica metodológica de pesquisa qualitativa feminista, este estudo utiliza entrevistas narrativas como a principal fonte de dados, das quais foram conduzidas por meio de análise de singularidades e análise de convergências. As colaboradoras foram duas licenciandas em matemática que se autoidentificam como feministas pós-estruturalistas e que possuem corpos políticos e dissidentes que vão na contramão das normas hegemônicas; uma delas é mulher cisgênera e negra e a outra é mulher travesti e branca. As mulheridades que esses corpos políticos representam propõem uma redefinição do ensino da matemática, movendo-o de um lugar de neutralidade para uma perspectiva crítica e decolonial.

**Palavras-chave:** Mulheridades, Transfeminismo, Decolonização do Ensino, Corpos Dissidentes, Ensino de Matemática

---

1 1 Doutora em Ensino e História da Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, [jessicamluna@gmail.com](mailto:jessicamluna@gmail.com);

# “COMO VOCÊ DESCREVERIA UM(A) PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA?”: CONCEPÇÕES DE DOCENTES LGBTI+ QUE ENSINAM MATEMÁTICA

*Hygor Batista Guse<sup>1</sup>*

## RESUMO

Na sociedade brasileira ainda existem discursos que caracterizam a Matemática como uma disciplina despersonalizada e descontextualizada. Tais discursos, consequentemente, esbarram nas expectativas das pessoas sobre como deve(ria) ser um docente dessa disciplina, expectativas essas que podem ir na contramão de vivências de pessoas que dissidem das normas sociais. Em função desse cenário, essa produção visa discutir as concepções de professores(as) LGBTI+ que ensinam Matemática sobre como eles(as) descrevem um(a) professor(a) de Matemática e suas principais características. Para isso, utiliza-se trechos de narrativas de seis professores(as) LGBTI+ que ensinam Matemática nas quais questiona-se como eles(as) descrevem um docente dessa disciplina e se eles(as) se enquadram em tal descrição. Metodologicamente, em função da abordagem adotada, utiliza-se os procedimentos das narrativas (auto)biográficas. Como resultado, percebemos que muitos(as) desses(as) docentes idealizam uma concepção de professor de Matemática que foge das expectativas sociais sobre tal profissional, porém enfrentam dificuldades para romper as barreiras que emergem dessas expectativas e seguir em direção aos seus ideais.

**Palavras-chave:** Matemática, Narrativas de professores(as) LGBTI+ de Matemática, Gêneros e sexualidades dissidentes.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, hygor.guse@gmail.com.

# UMA PROPOSTA SOBRE COMO DISCUTIR SOBRE MINORIAS EM QUESTÕES DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*Geisa Abreu Lira Corrêa dos Santos<sup>1</sup>*  
*Carolina Salviano Bezerra<sup>2</sup>*

## RESUMO

Considerando o atual contexto social, evidencia-se a necessidade de discutir temas que subvertem a lógica conservadora que circunda a educação, sobretudo, a educação matemática. Percebe-se a urgência em questionar a suposta “neutralidade” da matemática e relacioná-la a questões de raça, gênero e sexualidade. Neste artigo, serão analisadas e discutidas respostas dadas por alunas e alunos do ensino médio de um instituto federal a questões envolvendo probabilidades, mas que propõem também a reflexão sobre temas sociais e relações de gênero e raça nas ciências ditas exatas. A partir desta análise, percebemos a reação de estranhamento às questões discursivas nas avaliações de matemática. Além disso, constatamos a existência de discursos que tendem a reforçar o silenciamento de corpos que desviam dos padrões normativos.

**Palavras-chave:** Raça, Gênero, Probabilidade, Educação Matemática.

---

1 Doutoranda do Curso de Doutorado em Ensino e História da Matemática e da Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, geisalanis@gmail.com;

2 Doutoranda do Curso de Doutorado em Ensino e História da Matemática e da Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, carolsalviano94@gmail.com;

# NEGRÉGORA: PARA ALÉM DA DIFUSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA COMPUTAÇÃO

*Ecivaldo de Souza Matos<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este texto apresenta a experiência da concepção, estabelecimento e reconfiguração do Grupo de Pesquisa e Extensão Negras e Negros na Computação, sediado inicialmente na Universidade Federal da Bahia e, recentemente, em expansão à Universidade de São Paulo. O percurso que se iniciou com a inquietação de ser um dos poucos pretos em um departamento acadêmico de Computação em uma universidade baiana, se expandiu ao encontrar vivências acadêmicas similares em alguns estudantes de graduação e pós-graduação. A partir da reunião negra, surgiu a necessidade de expandir as ações de pesquisa e extensão para não mais conceber estudos puristas, mas críticos e racialmente situados, permitindo não somente reconhecer o espaço, as epistemes, bem como as ações racistas do cotidiano acadêmico. Além disso, a configuração das nossas ações visa ampliar o letramento racial dos estudantes de Computação, além de apresentar mecanismos e formas de superação das barreiras raciais e sociais para o ingresso e permanência na carreira de Computação. Para apresentação desse percurso, este relato está estruturado em três partes/fases: a concepção do grupo, o estabelecimento do grupo e a sua reconfiguração a partir da mudança de instituição do coordenador. Em todas elas são apresentados os desafios e as vitórias de um grupo que se expande não só em números, mas fundamentalmente, em coragem e luta, não mais silenciosa desde o lançamento do documentário “Eu [não] sou de Computação” e o podcast “Negrégora”.

**Palavras-chave:** raça, computação, divulgação científica e tecnológica, ciência, tecnologia.

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), Pesquisador do Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA) - ecivaldo@gmail.com.

# A QUÍMICA DA PURPURINA: PROPOSTA E APLICAÇÃO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO CAMINHO PARA A DISCUSSÃO SOBRE OS CORPOS DISSIDENTES

*Caio Gentil Nascimento da Silva*<sup>1</sup>  
*Marcos André Ferreira de Araujo Santos*<sup>2</sup>  
*Joaquim Fernando Mendes da Silva*<sup>3</sup>

## RESUMO

“Se o conhecimento tinha sido produzido por homens, a ciência é uma versão parcial do homem sobre a realidade, ainda que esta visão parcial tenha sido elevada a categoria da universal?”. O questionamento de Gloria Bonder abre a discussão para o caráter androcêntrico da epistemologia científica. Construída por e para homens, a Ciência descarta e desclassifica a participação de outros atores, corpos dissidentes, ao excluí-los precocemente dos processos de tomada de decisão, como por exemplo, nas disciplinas escolares de Ciências Exatas e da Natureza. Diante desse cenário, o presente trabalho discute os resultados da aplicação de uma sequência didática desenvolvida para ressignificar os valores associados às identidades marginais a partir da química da purpurina no contexto do Carnaval do Rio de Janeiro. Para a garantia de uma educação pautada na justiça social e no questionamento sobre a normatividade, o trabalho amparou-se no Enfoque CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) e na Pedagogia Queer. Os resultados obtidos a partir dos depoimentos e tomada de decisão dos estudantes refletiram os valores desenvolvidos ao longo das aulas. Portanto, a sequência didática demonstrou-se eficaz para que o Ensino de Química assuma um papel de responsabilização na (re)construção de uma Ciência plural, capaz de ressignificar os valores atribuídos aos dissidentes.

**Palavras-chave:** Pedagogia Queer, Ensino de Química, Gênero e Sexualidade, Purpurina, Enfoque CTS.

1 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Ensino de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, caiogentil@pos.iq.ufrj.br;

2 Mestrando pelo Curso de Pós Graduação em Ensino de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, marcosandre@id.uff.br;

3 Professor orientador: doutor, Faculdade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, joaquim@iq.ufrj.br .

# ALGUMAS INICIATIVAS PARA VISIBILIZAR PESSOAS LGBT+ NA MATEMÁTICA

*Marina Cunha Monteiro<sup>1</sup>*  
*Agnaldo da Conceição Esquinalha<sup>2</sup>*

## RESUMO

Apesar de um movimento crescente de fomento a meninas e mulheres na matemática nos últimos anos, ainda são escassas as discussões sobre pessoas LGBT+ nessa área. Em termos históricos, apenas Alan Turing recebe visibilidade. Será que outras pessoas LGBT+ não contribuíram ou podem contribuir com a matemática? Diante dessa inquietação, foram realizadas pesquisas no Google, em português, inglês e espanhol, em busca de iniciativas que documentem, visibilizem ou fomentem pessoas LGBT+ na matemática. O projeto “500 Queer Scientists” dá visibilidade a cientistas “queer”, com fotos e breves apresentações de seus interesses de pesquisa em um site e em redes sociais. Em 2015, foi fundada nos EUA a Spectra: the Association for LGBTQ Mathematicians, com o objetivo de apoiar e incentivar pessoas LGBT+ na matemática, trabalhando para criar um ambiente inclusivo e afirmativo que apoie o bem-estar e o desenvolvimento profissional de matemáticos LGBT+. Desde 2019 foram criados eventos para celebrar pessoas LGBT+ em diferentes áreas da matemática: G&TBQ, LGBTQ+ Math Day, Trans Math Day, Queer and Trans Mathematicians in Combinatorics Conference e Spec(@). Pensando em estudantes na educação básica, foi criado o ‘Camp’ of Mathematical Queeries, um programa de seis semanas de enriquecimento matemático projetado para aproveitar o conhecimento de pessoas LGBT+, para estudantes do 9º ano ao 3º ano, dentro do projeto The Queer Mathematics Teacher, que objetiva oferecer serviço de coach educacional para reumanizar a matemática. No cenário brasileiro, encontramos o projeto EducaTransforma, que forma gratuitamente pessoas trans para atuarem no mercado de tecnologia, gestão e inovação. O site do Educa-Trans disponibiliza planos de aula para trabalhar a matemática na diversidade sexual, e oficinas pedagógicas

1 Licencianda em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, marina.monteiro2003@gmail.com;

2 Doutor em Educação Matemática, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, agnaldo@im.ufrj.br.

sobre como discutir gênero e diversidade sexual na escola. E, por fim, destaca-se o MatematiQueer, grupo brasileiro que desde 2020 promove ações e pesquisas para fomento e visibilização de pessoas LGBTQ+ na (educação) matemática, incluindo propostas de formação docente. Não encontramos nada parecido nas buscas em espanhol.

**Palavras-chave:** LGBTQ+ na matemática, visibilização, iniciativas, , Boa sorte.



# DE VIADINHO À SAPATÃO: PRESSUPOSTOS DE RECONHECIMENTO DE CORPOS LGBTQ+ NAS AULAS DE MATEMÁTICA

*Luciano Araujo Lemos Junior<sup>1</sup>*  
*Glauber Carvalho da Silva<sup>2</sup>*  
*Agnaldo da Conceição Esquincalha<sup>3</sup>*

## RESUMO

Neste artigo, tomamos o estudo sobre corpos LGBTQ+ como uma emergência no campo da Educação Matemática, uma vez que esses corpos são poucos representados em pesquisas nessa área de conhecimento, em especial, o não reconhecimento sobre suas identidades. À vista disso, este estudo busca responder a seguinte questão: como a educação matemática pode contribuir para o reconhecimento de estudantes LGBTQ+ numa esfera social que predomina a (cis-hétero)normatividade? Para isso, foi realizado um estudo teórico a partir dos ensinamentos trazidos nas obras de Ubiratan D'Ambrosio (1986;2011) e Rochelle Gutiérrez (2013;2018), as quais argumentam sobre a importância do educar matemático para além das fronteiras de cálculo. A partir dessas leituras, percebemos a importância de não corroborar com a ideia da Matemática ser neutra e apolítica, assim como se nota a necessidade de uma reflexão sobre a formação de docentes que ensinam essa disciplina, a fim de colaborar na sensibilização desses profissionais sobre a substancialidade de trabalhar positivamente as questões de gênero e sexualidade em suas aulas “reumanizadoras” e, portanto, não contribuir para uma homogeneização sobre os corpos que ocupam as ciências ditas exatas.

**Palavras-chave:** Corpos LGBTQ+, Identidades, Educação Matemática, Formação de professores.

1 Mestrando Profissional em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santos - ES, prof.lucianolemos@gmail.com;

2 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo - USP, glaubercarvalho90@gmail.com;

3 Professor Agnaldo da Conceição Esquincalha : doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, agnaldo@im.ufrj.br.

# INTERROGANDO A NEUTRALIDADE NA MATEMÁTICA: REFLEXÕES A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

*Glauber Carvalho da Silva*<sup>1</sup>  
*Laura Moutinho*<sup>2</sup>

## RESUMO

O propósito desta comunicação é refletir sobre “Que corpos podem ocupar as ciências ditas exatas”? Neste *paper* se interroga a suposta ideia de neutralidade da Matemática. Esta pode ser interpretada como eco de uma gramática moral que articula dimensões de gênero e sexualidade produzindo apagamentos e hegemônias dentro dessa ciência? No sentido de avançar na reflexão proposta, foi realizada uma análise da live “Corpos políticos que resistem também fazendo matemática”, na qual mulheres professoras e pesquisadoras da Matemática, marcadas socialmente por diferenças interseccionais, contam sobre suas histórias e experiências nessa área predominantemente masculina, branca, cisgênero e ocupada por pessoas sem deficiência. A análise demonstrou a presença de normas (in)visíveis dentro da Matemática que orientam a formação de professores e pesquisadores dessa disciplina, tal como a sua profissionalização e carreira. Assim, nossa hipótese é de que os marcadores sociais da diferença são articulados, neste contexto, na produção de sujeito desiguais, a fim de hegemonizar os corpos que ocupam essa ciência.

**Palavras-chave:** Marcadores sociais da diferença, Moral, Matemática.

1 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo – USP, bolsista IC do Projeto Caleidoscópio das Ações Afirmativas: Avaliações, Experiências e Alcances das Políticas de Cotas nas Universidades Públicas, Edital Pró-Humanidades/CNPq – [glaubercarvalho90@gmail.com](mailto:glaubercarvalho90@gmail.com);

2 Professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia Social da USP, bolsista Produtividade CNPq – [lmoutinho@usp.br](mailto:lmoutinho@usp.br).

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, entende-se que os marcadores sociais da diferença são as características distintivas dos indivíduos em seus contextos sociais. Interessa-nos refletir sobre dispositivos de poder e hegemonia que produzem a diferença entre “nós” e “eles” (Laura Moutinho, 2014) em um contexto específico (a Matemática como ciência), a partir de uma análise que traz o corpo para o centro da cena. Um corpo frequentemente observado a partir das clivagens por raça, gênero, sexualidade e, como argumenta Pedro Lopes (2019), também a partir de perspectivas normativas relacionadas à deficiência. Como pontua Lilia Schwarcz (2015, p. 8), os marcadores somente ganham inteligibilidade a partir da sua interação com outros, não isoladamente; em outras palavras, “É a íntima conexão – as relações que diferentes marcadores estabelecem entre si –, que lhe confere sentido”. Compreender gênero, raça e sexualidade (e também deficiência) de forma relacional, contextualizada, possibilita interrogar as dinâmicas de poder que constroem a Matemática como ciência.

Moutinho (2014) argumenta que o tempo e espaço são categorias importantes para compreender a forma com que os marcadores sociais da diferença se articulam para a produção dos sujeitos e cenas que os circunscrevem. Congruentemente, entendemos tais marcadores como categorias passíveis de análise no cenário em tela. Gabriel Feltran (2017) nos convoca a pensar que as categorias são frutos dos contextos que estamos inseridos, ou seja, elas nascem a partir das nossas experiências vividas: não é algo que aprendemos, mas que construímos com o decorrer do tempo e das nossas (sobre)vivências. O autor defende isso a partir da análise de três microcenas, que abrem margem para a discussão das desigualdades e representações de poder e evidenciam que os marcadores sociais da diferença dão inteligibilidade às relações sociais, ao passo que se parte das relações sociais para compreender tais marcadores.

Diante do exposto, procuramos mais especificamente com este artigo refletir sobre “Que corpos podem ocupar as ciências ditas exatas”, de modo que desejamos perscrutar se a associação da Matemática como uma ciência neutra, isenta das questões sociais, apolítica, pode ser compreendida como eco de uma gramática moral que articula dimensões de gênero e sexualidade produzindo apagamentos e hegemonias dentro dessa ciência. Isso será feito segundo uma análise da live intitulada “Corpos políticos que resistem também fazendo matemática”, cujos relatos das interlocutoras predispõem quais os marcadores sociais da diferença e suas articulações serão tomados para discussão.

Esse posicionamento está em consonância com Marcio Zamboni (2015), no qual, a priori, o autor se interessava em realizar um estudo usando os marcadores sexualidade, raça e classe, mas o decorrer da pesquisa evidenciou a necessidade de articular também a faixa etária e a soropositividade: marcadores capazes de individualizar, permear e construir os processos de subjetivação e vivências de seus entrevistados. Seguindo uma escuta própria da Antropologia, vemos como a pesquisa o convocou e ofertou um caminho para a análise. Situação similar se deu com a live que será objeto de análise.

Os “corpos”, da forma como foram tematizados na discussão que será analisada nos convida a uma análise interseccional. Pensando em interseccionalidade, Adriana Piscitelli (2008) e Laura Moutinho (2014) nos chamam atenção sobre as diversas possibilidades de articular as diferenciações. Piscitelli convoca parte da reflexão feminista no sentido de provocar novas possibilidades de interseção da categoria gênero com outros marcadores, como nacionalidade, religião, classe, raça e sexualidade; tal como discute a urgência do uso da interseccionalidade, demonstrando sua relevância para a pesquisa que realizou com migrantes brasileiras.

Paralelamente, na tentativa de compreender a produção da diferença e desigualdade, a Moutinho salienta como essas interseções privilegiam algumas categorias como raça e sexualidade, em detrimento da classe e nos convoca a entender que

A expressão ou campo “interseccionalidade” tem uma marca: traz um aporte feminista e antirracista. Mas esses marcadores ou clivagens estão presentes em outras análises. Não se trata, portanto de se entender esse como um campo homogêneo (Moutinho, 2014, p. 211).

Nesse sentido, conforme assevera Helena Hirata (2014) em afinidade com as autoras anteriormente citadas, a perspectiva interseccional entende que existem sistemas de opressões fundamentados pelas marcas de diferenciação e os questiona. Assim sendo, considerando que as relações de poder e opressões que permeiam o contexto de cada pessoa influenciam sua interpretação da realidade, suas (sobre)vivências e atuam na produção do sujeito – evocando aqui a lógica foucaultiana, que entende o poder como produtivo e positivo –, Hirata (2014) nos convida à um olhar crítico e cuidadoso sobre os estudos interseccionais, uma vez que esses podem inferir numa hierarquização entre categorias, de modo a legitimar, conseqüentemente, uma das formas de opressão.

Para além disso, vale a ressalva que, de acordo com Flavia Rios e Edilza Sotero (2019), o entendimento de sujeitos enquanto produto do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença, isso é, a visão da interseccionalidade, tem sido comum nas pesquisas brasileiras, em especial quando se articula os marcadores gênero, raça e classe, que ajudam a explicar as desigualdades que perpassam o cotidiano do Brasil.

Diante desse cenário, Martha Moreira, Francine Dias, Anahi Mello e Sara York (2022) chamam atenção sobre a carência de estudos que utilizem a categoria deficiência para análise. Destacadamente, as autoras compreendem que baseado numa corponormatividade e, portanto, numa divisão binária entre quem conforma a corporeidade do padrão hegemônico e quem é o outro (o desviante), o capacitismo pode operar como uma estrutura que atravessa outras formas de opressão que perpassam o cotidiano das pessoas, como o sexismo, LGBTfobia, racismo e adultocentrismo. Para defender tal argumento, de acordo com as experiências das autoras, o artigo discute sobre como a gramática capacitista atua *contra* as pessoas com deficiência, pessoas transsexuais, travestis, crianças, adolescentes e pessoas intersexo.

De fato, a partir da análise da live, alguns marcadores e suas intersecções foram elencados como substancial ao escopo da discussão sobre “Que corpos podem ocupar as ciências ditas exatas” e da inquietação acerca da presença de uma gramática moral na Matemática que infere a interpretação dessa disciplina como neutra e produz apagamentos e hegemonias.

## ANÁLISE DA LIVE

A live que será analisada é intitulada como “Corpos políticos que resistem também fazendo matemática”<sup>3</sup>, ela foi transmitida ao vivo no dia 31 de março de 2023, pelo canal do YouTube do grupo de pesquisa e extensão interinstitucional nomeado “MatematiQueer: Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática”<sup>4</sup>, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Partici-

3 A live pode ser acessada pelo link: [https://www.youtube.com/watch?v=Fjz\\_Vr0Flzc](https://www.youtube.com/watch?v=Fjz_Vr0Flzc). Acesso em 08 nov. 2023.

4 O grupo é cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O MatematiQueer tem como objetivo problematizar as concepções comuns acerca da Matemática enquanto uma ciência neutra, refletindo sobre a necessidade de se trabalhar as questões de gênero e sexualidade também nas aulas de Matemática e inquietando/discutindo como professores que ensinam Matemática, no exercício docente, podem não reverberar práticas discriminatórias (como sexistas e/ou LGBTfóbicas) sob o corpo discente. Para mais informações: <http://www.matematiqueer.org/>. Acesso em 08 nov. 2023.

param da live cinco mulheres que têm carreira na Matemática, tanto na docência quanto na pesquisa: duas foram mediadoras (Renata Arruda e Maitê Kulesza) e as outras três foram palestrantes. Além disso, havia duas mulheres como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A análise da live será dividida em três partes, a fim de percorrer independentemente as apresentações de cada palestrante e, a posteriori, nas considerações finais as interlocuções entre elas e suas exposições serão evidenciadas. Jéssica Milaré começou a apresentação, em sequência as falas passaram por Simone Moraes e Ivana Bandeira.

### *1ª apresentação: Jéssica Milaré*

“A imagem que vem à mente é aquela história de como cozinhar uma rã viva: você coloca ela na água fria e vai esquentando a...a água até né a...a rã falecer e ficar cozida. É...esquentando a água aos poucos a rã não consegue fugir. Então, ahn...estamos numa sociedade, ahn... que na prática acaba fazendo isso com as pessoas trans, né? Meio que matando a gente aos poucos. (...) Os crimes de ódio são, obviamente, bárbaros, mas na verdade são só a ponta do iceberg.”

A transcrição anteriormente reproduzida foi vocalizada por Jéssica Milaré, que se apresenta como travesti e sapatão. Ao longo de sua fala enota-se como a palestrante expõe um presente em termos sombrios, relacionados à ascensão da extrema direita no Brasil e a forte “*onda de irracionalismo*” que esse carrega. À exemplo disso, a expositora cita o movimento antivacina e a propagação da ideia terraplanista. Da mesma forma, ela coloca em destaque as campanhas antitrans e contrárias a discussão das diversas formas de opressão que assolam o contexto brasileiro. A respeito disso, a palestrante cita que encontrou uma cartilha distribuída em igrejas que perguntava “*você quer que seu filho pense que ele não é um menino? Você quer que sua filha pense que ela não é uma menina? Você quer que sua criança pense que não existe sexo e que ela pode construir seu próprio sexo?*”. Para Milaré, isso é “*uma tentativa de causar um choque, né... um pânico...é, em pais e mães que infelizmente na realidade de hoje ainda têm bastante dificuldade de lidar com a questão da... da possibilidade de ter uma criança trans*”.

Ademais, Jéssica parece compreender que nas eleições presidenciais recentes houve tentativas de instaurar um pânico moral sobre a população, a partir de discursos acerca de uma suposta ideologia de gênero e discussões sobre o banheiro unissex. Certamente, essa percepção está congruente à análise de Maria Claudia Coelho e Eduardo Oliveira (2020) sobre as eleições de 2018: para tais a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad foi marcada pela tentativa de

empossar o medo aos eleitores, a fim de que esses tivessem receios da candidatura do oponente. Como exemplo, Bolsonaro se apropria das discussões sobre “kit gay” e “ideologia de gênero” nos espaços públicos e em sua campanha, a fim de endossar o medo das discussões sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas, argumentando que tal feito contribuiria para a sexualização precoce das crianças e representaria um perigo para a “família tradicional brasileira” (Eduardo Maranhão Filho; Fernanda Coelho; Tainah Dias, 2018).

Outrossim, vale lembrar que Bolsonaro, ex-presidente da república, durante a campanha eleitoral destacada, proferiu discursos que afetam negativamente diversas minorias sociais: população LGBT, pessoas negras, as feministas, indígenas etc. Sobre isso, particularmente, Ettore Medeiros (2019) explica que tais discursos deram autoridade, sustentação, para a LGBTfobia. Com isso, os brasileiros que conformam a cisheteronormatividade<sup>5</sup> e abominam a dissonância acerca deste padrão se fortaleceram e, conseqüentemente, as violências contra pessoas LGBT passaram a ser naturalizadas. Assim sendo, o autor argumenta que, no Brasil existe uma idealização de quem tem o direito de viver ou de morrer, sendo a morte muito além de corpos sem vida, mas, também, de subjetividades, uma vez que os crimes de ódios são executados para a instauração do medo, um controle acerca do comportamento do grupo, fortificando o crivo da cisheteronormatividade.

Nesse sentido, cabe destacar um caso entendido como transfóbico associado a Nikolas Ferreira, Deputado Federal (Partido Liberal – Minas Gerais), que nas palavras de Milaré

“no dia 08 de março, dia das mulheres, fez um discurso onde ele botou uma peruca loira afirmando ‘ah eu sou gênero fluído e hoje eu estou me sentindo uma mulher’ ele falou assim né, exatamente assim... ahn...olha, é muito bizarro isso, né? Não tem nada a ver com ser trans isso, sabe? Homens que colocam peruca pra dizer que são mulheres: isso é uma coisa que eu vejo desde criança em programas de humor, né...É uma coisa que acontece em carnaval. Ahn...e não é... pessoas trans não são assim, né... não é isso que determina uma pessoa trans. Não é uma questão de sentimento. Sentimento: se você se sente feliz ou se sente triste uma hora né isso passa; sentimento muda. É... desejo, vontade, também, né (...) Identidade não é isso, é uma autopercepção do próprio gênero.”

No que segue, Jéssica comenta que pessoas trans passam por muitos problemas na família, precisando fugir por problemas de convivência e violências (como

---

5 Entende-se por cisheteronormatividade a ideia de que o correto, a norma, é que todas as pessoas são cisgênero (se identificam com o gênero imposto a partir do sexo biológico) e heterossexuais (possuem atração sexual e emocional por pessoas que se identificam com o gênero oposto).

física ou sexual) ou sendo expulsas de casa; na escola, espaço no qual comumente as pessoas trans são acometidas de violências e, por isso, podem deixar os estudos ou serem expulsas; no emprego, em que é comum pessoas trans conseguirem acessar trabalhos precarizados, como o telemarketing, ou trabalhos que estejam à margem da economia ou ilegais, como a prostituição. Nesse momento, se evoca a transcrição que inicia essa parte da análise, mas também a encerra.

## 2ª apresentação: Simone Moraes

“(...) algumas pessoas falam assim: ‘você é um exemplo!’. Não! Eu não sou um exemplo. Eu sou um contraexemplo! Eu não acho que as pessoas devem é... ter tantas dificuldades e abrir mão de tantas coisas na sua juventude pra estudar. Por que que algumas pessoas podem, por exemplo, fazer a graduação e só estudar?”

Acima tem-se a transcrição de uma fala de Simone Moraes, que se apresenta como uma mulher negra, que nasceu e cresceu em um bairro de periferia. Ela conta que seus pais não estudaram e que foi difícil ela conseguir estudar. Em especial, seu Ensino Médio foi realizado em outro bairro, no período da noite. Ela acrescenta a dificuldade para fazer a graduação e conta que precisou trabalhar durante esse período. Posteriormente, Simone fez pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP) e doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e teve oportunidade e experiência internacional – sua formação é em Matemática.

Após contar parte de sua trajetória, Simone afirma sentir que vive num país “cheio de micro e macrovioleências”, de tal modo que sua resistência começa desde que nasceu. Ela salienta que foi na escola que sentiu o primeiro impacto das formas de discriminação que acomete o país; local em que ela notou a existência das diferenças. No tocante a isso, Juliane Bazzo e Eva Scheliga (2020) argumentam, seguindo outros autores, que, a escola ainda pode ser um local de reprodução da desigualdade, logo é necessária a busca por transformações, nos espaços de educação formal, capazes de possibilitarem as diversidades e justiça social.

A palestrante defende que nos últimos quatro anos houve uma ascensão da extrema direita no cenário brasileiro e, conseqüentemente, houve um crescimento da violência no país, de tal maneira que estamos cercados de homofobia, transfobia, racismo e demais formas de discriminação. Diante disso, ela questiona: “*E aí, né? Como que a gente pode fazer alguma coisa? E como que a gente dentro da Matemática faz alguma coisa?*” No que segue, Simone acrescenta que é difícil fazer alguma coisa, porque “*de modo geral, as universidades e a academia são espaços extremamente brancos, heteronormativos, então a gente ainda é resistência*”.



Entretanto, a expositora comemora o resultado da eleição presidencial que ocorreu em 2022, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como atual presidente da república, uma pessoa que conforma “*um governo progressista*”. Dessa forma, ela espera que os espaços das universidades sejam mais acessíveis e que a extrema direita seja barrada.

No que segue, Simone percebe que nas universidades “*o perfil dos estudantes mudou, felizmente, hoje nós vemos estudantes... muito mais estudantes negros, muito mais estudantes é de...é, de classe... da classe baixa né, gente pobre na universidade, felizmente*”.

Essas esperanças e percepção estão fortemente entrelaçadas com a adoção das políticas de ações afirmativas. Em particular, como Milena Carmo, Laura Moutinho e Charles Klein (2022) argumentam, o governo Lula-Dilma possibilitou ampliação do acesso às universidades, públicas e privadas, e se atentou às necessidades advindas das relações étnico-raciais. Essas autoras e autor elencam diversas implementações que possibilitaram esse novo cenário e acrescentam que a Lei de Cotas e o Prouni possibilitam o ingresso de estudantes de baixa renda em universidades produtoras de ciência, reconfigurando o ambiente dessas instituições, das produções e, concomitantemente, os territórios periféricos. Por fim, é argumentado que as ações afirmativas vêm alimentando a construção da identidade periférica, em termos raciais, e que a pesquisa feita aponta os coletivos negros como um ambiente de apoio e refúgio para pessoas negras, uma vez que essas não se sentem confortáveis nos espaços acadêmicos. Nesse sentido, vale destacar com Paulo Neves (2022) que as políticas de inclusão têm sido um “catalisador” de mudanças mais amplas. Registramos, por exemplo, o trabalho de letramento em leituras de textos acadêmicos de antropologia em inglês como parte de iniciativas que reposicionam e responsabilizam a comunidade acadêmica na formação do corpo discente tanto na graduação (Laura Moutinho; Thais Tiriba; Rodrigo Brusco, 2021) quanto na pós-graduação (Thais Tiriba; Carla Ribeiro; Laura Moutinho, 2023/no prelo).

Outrora, ao discutir sobre a falta de valorização adequada das atividades de extensão das universidades, Simone endossa semelhanças com as discussões supracitadas, ao dizer que

“são nessas atividades que a gente tem a oportunidade de ir à escola, de mostrar a...as atividades, mostrar um pouco do que a gente faz na universidade pra os alunos das escolas nas comunidades, e também mostrar pra essas crianças (aqui, por exemplo, que eu vou muito em escolas periféricas de Salvador) que a universidade também é um espaço deles.”

Nessa direção, ela acredita que, além de incluir as pessoas nas universidades, é necessário pensar em como possibilitar que tais indivíduos consigam permanecer nesses espaços, objetivando que *“a gente tenha um país mais justo (...)”*.

No que se refere à Matemática, Moraes percebe que nos cursos de Matemática ainda não se fazem presentes disciplinas que trabalhem com as questões étnico-raciais. Assim, é necessário (re)pensar as formações dadas nas universidades. Ela cita a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade de conteúdos afro-brasileiros em todo o currículo escolar e foi alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que acrescenta a obrigatoriedade do ensino também da História e Cultura indígena. Contudo, a expositora entende que ainda há dificuldades de implementar tais leis nas escolas, dado que professores não passam por capacitações sobre tais temáticas, da mesma forma que os cursos de licenciatura não estão ofertando suporte sobre isso. Para finalizar sua exposição, Simone diz que enquanto mulher negra tem buscado entender mais a sua ancestralidade e que tem um grupo sobre jogos africanos e Matemática.

### *3ª apresentação: Ivana Bandeira*

“Eu sou branca, vim de escola particular, né...tinha tudo pra ter todos os benefícios, MAS eu sou cadeirante. Então, isso meio que torna a pessoa invisível.”

Acima trazemos a transcrição de parte da apresentação de si mesma que Ivana Bandeira fez. A palestrante considera que em diversos momentos pessoas com deficiência estão resistindo, estão num gesto de resistência, mas sem perceber. Ela conta um acontecimento que ocorreu durante sua graduação:

“Eu estudava num bloco e nesse bloco tinha banheiro acessível pra cadeirante, mas eu fazia parte do grupo de pesquisa PET e era em outro bloco, então toda vez que eu precisava ir ao banheiro era exatamente a mesma cena [faz referência à uma cena do filme ‘Estrelas além do tempo’]: tinha que pegar todo meu material em geral e ir pra outro banheiro que era há uns cinco minutos rodando; e toda vez. E eu não percebia que isso era um tipo de resistência, né. Então, mesmo dentro da universidade existe é...muitos blocos que ainda não têm banheiro pra cadeirante.”

Para além disso, ela comenta que durante o mestrado que fez na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) havia um banheiro para cadeirante que estava sendo usado como depósito – *“e eu não sei se vocês já repararam, mas acontece muito isso”*, denuncia. Ao longo da live Ivana mostrou uma foto desse banheiro. A

palestrante acrescenta que, desse jeito, ela sempre dependia da boa vontade das outras pessoas e que *“isso não é acessibilidade”*. Durante a discussão, Bandeira foi questionada pela Renata, uma das mediadoras da live, se ela acredita que conseguiremos evoluir o suficiente para que os banheiros sejam realmente acessíveis. Ivana diz que espera e acredita que sim, afinal tem-se lei que garante esse tipo de banheiro. Nesse caso, a palestrante se referia à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que prevê banheiros especiais para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em prédios públicos e dá outras providências na tentativa de garantir acessibilidade para essas pessoas.

Ademais, Ivana Bandeira conta que sua graduação e mestrado foram em Matemática, mas que se ela não fizesse pelos “dela”, ninguém faria. Então, no doutorado ela pensou em fazer uma plataforma para que pessoas conseguissem desenhar com o movimento facial ou dos olhos. Diante disso, a palestrante expõe que ouviu de algumas pessoas que seria muito difícil realizar esse projeto, uma vez que seria difícil conseguir o público-alvo. Ela conseguiu!

Ivana queria continuar seus estudos, realizando um pós-doutorado nessa área com aplicação na Educação. Contudo, outra barreira apareceu em seu caminho. Novamente, disseram que o projeto que ela desejava desenvolver não poderia concorrer com um acadêmico, já que o público-alvo era baixo, *“mas essas pessoas existem e eu sou uma delas”* – coloca Bandeira. Isso fez com que ela desistisse de ir para o pós-doutorado.

Na sequência, a palestrante conta que após a decisão de fazer concursos ela se deparou com algumas outras dificuldades. Ivana explica que durante o processo de seleção de um concurso ela conseguiu êxito na prova teórica sobre Análise. Entretanto, na prova de didática a nota de comunicação dada à ela foi zero. Então, Bandeira relata: *“E ai eu entrei com recurso e quando eu vi lá os comentários eles colocavam ‘ah ela não conseguiria falar e escrever ao mesmo tempo’. Porque eu escrevo com a boca”*. Diante dessa barbaridade, a palestrante conta que pediu recurso novamente e conseguiu refazer a prova, mas, ainda assim, deram uma nota que não possibilitaria a sua classificação. Ivana finalizou dizendo que ficou muito decepcionada com essa área *“porque parece que a sua capacidade não tem... não vale nada, você passa na prova é... e mesmo assim não entra”*. Por fim, nesse momento de sua vida, ela diz: *“sigo resistindo dentro da Matemática, mesmo estando na Arte”*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a live, uma das perguntas, feitas pelo público, destinada às palestrantes foi *“Como vocês acham que podemos usar a (educação) matemática para*

*enfrentar transfobia, racismo, capacitismo e tantos outros ismos?”* A discussão se concentrou na penúria de disciplinas que possibilitem um preparo do corpo docente para trabalhar com as questões que perpassam a população LGBT, pessoas negras e/ou pessoas com deficiência. Como bem pontua Simone Moraes, durante esse debate, “(...) *são raros os cursos que têm como optativa, pelo menos, uma disciplina que você realmente pense na Matemática numa outra perspectiva que não a perspectiva eurocêntrica né*”. Para além disso, Ivana acrescenta que no bacharelado em Matemática ela não teve disciplinas sobre esses temas e que seria muito interessante que houvesse discussões sobre o desenvolvimento das habilidades dos alunos segundo o que esses possuem ao seu dispor. Á exemplo, ela relata: “*eu não conseguia contar nos dedos quando era criança, eu contava no arame do caderno*”. Bandeira, ainda acrescenta que “*quanto ao capacitismo não é só uma questão da Matemática em si, mas da sociedade como um todo de não infantilizar a pessoa com deficiência: eu acho que isso seria uma grande mudança, pelo menos*”.

Perante o exposto, nota-se que a formação de professores que ensinam Matemática não contempla formação sobre questões étnico-raciais. Da mesma forma, conforme assevera Hygor Guse, Tadeu Waise e Agnaldo Esquincalha (2020), os cursos de Licenciatura em Matemática carecem de formação para que os futuros docentes dessa disciplina se sintam preparados para trabalharem com as questões de gênero e sexualidade.

Pelas vozes a que tivemos acesso, a suposta ideia de neutralidade da Matemática também pode ser interpretada como eco de uma gramática moral que articula dimensões de gênero e sexualidade produzindo apagamentos e hegemônias dentro da ciência e desta em particular. Em especial, a Matemática, enquanto uma ciência feita por seres humanos, sofre influências dos aspectos sociais e políticos. São selecionados de modo mais ou menos evidente os corpos legitimados a ocupar espaços dentro dessa ciência. A narrativa da Ivana Bandeira, sobre o caso no concurso ilustra de ponta a ponta esse argumento.

Dessa forma, normas (in)visíveis se fazem presentes no campo da Matemática e orientam tanto a formação de professores da área como a profissionalização e carreira de tais profissionais. Com o exposto por Jéssica Milaré, nota-se a tentativa de condenar o corpo trans e travesti à margem da sociedade e impossibilitar que esses alcancem ou almejem a presença dentro de campos como a Matemática, por exemplo. Além disso, apesar do perfil de alunos ter mudado ao longo dos últimos anos, conforme explorado nesse artigo, a dificuldade que Simone Moraes teve em sua trajetória para ter a sua formação e um cargo dentro de uma área que ela notava ser marcadamente masculina, branca e hétero assola a realidade de muitos jovens e, em especial, as mulheres negras. Essa palestrante comenta na

live que durante toda a sua formação (até o seu doutorado), ela teve apenas uma professora negra.

Por conseguinte, a partir das exposições realizadas na live analisada, é possível notar que a pseudoneutralidade da Matemática se constitui, na realidade, como eco de uma gramática moral que articula os marcadores raça, gênero, sexualidade e deficiência e se configura/constitui, frequentemente e a despeito de esforços que vêm sendo realizados, capacitista, transfóbica e racista, contribuindo na produção de sujeitos desiguais, uma vez que acaba por hegemonizar os corpos que ocupam a Matemática.

De fato, conclui-se que, a Matemática – e nesse artigo se usou a Matemática no singular e com letra maiúscula para se referenciar aquela Matemática eurocêntrica que é tomada frequentemente nas instituições de ensino público ou privado de ensino regular ou superior – está longe de ser uma ciência neutra, ela é política e ainda discriminatória, pois dita, a partir de uma complexa trama de questões que envolvem a produção da diferença e da desigualdade, quais corpos se fazem presentes no seu campo.

## REFERÊNCIAS

BAZZO, Juliane; SCHELIGA, Eva. Etnografias em contextos pedagógicos: alteridades, agências e insurgências. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 11-27, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/79672>. Acesso em 22 out. 2023.

CARMO, Milena Mateuzi; MOUTINHO, Laura; KLEIN, Charles. Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 26, p. 124 - 152, set./dez. 2022. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/906>. Acesso em 09 nov. 2023.

COELHO, Maria Claudia Pereira; OLIVEIRA, Eduardo Moura Pereira. Reflexões sobre o tempo e as emoções na antropologia: definições, práticas e políticas. **Sociologia e Antropologia**, v. 10, p. 1087 - 1100, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/MNvKMnJzP9T6XhsNMgyT5td/>. Acesso em 09 nov. 2023.

FELTRAN, Gabriel de Santis. A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/GLxSf7VNLPPKtRwfjkS3Nfr/?lang=pt#>. Acesso em 09 nov. 2023.

GUSE, Hygor Batista; WAISE, Tadeu Silveira; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. O que pensam licenciandos(as) em matemática sobre sua formação para lidar com a diversidade sexual e de gênero em sala de aula?. **Revista Baiana de Educação Matemática**, v.1, p. 01 – 25, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/9898>. Acesso em 09 nov. 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n.1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em 26 jun. 2023.

LOPES, Pedro. Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar. Anuário **Antropológico**, p. 67-91, 2019. <https://doi.org/10.4000/aa.3487>.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65 – 90, 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/9299>. Acesso em 06 jan. 2023.

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Reciis**, v. 13, n. 2, p. 287-300, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728>. Acesso em 09 nov. 2023.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; DIAS, Francine de Souza; MELLO, Anahi Guedes de; YORK, Sara Wagner. Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3949 – 3958, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pvR4YxRFZ-zcpNdPCZ6YCWlw/>. Acesso em 09 nov. 2023.

MOUTINHO, Laura; TIRIBA, Thais; BRUSCO, Rodrigo. Ensino de Antropologia em inglês: reflexões sobre uma experiência de inclusão. In: **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 64, n. 3, 2021. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.191370>

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201 – 248, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CYYSsFmdHWTGN-cBqYQKQ9Rw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09 nov. 2023.

NEVES, Paulo S. C. Sistemas de classificação racial em disputa: comissões de heteroidentificação em três universidades públicas brasileiras. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, e283206, 2022. <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0406>

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263 - 274, jul/dez, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em 09 nov. 2023.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional. **PLURAL**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcco.2019.159740>. Acesso em 26 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lilia. Prefácio – Quando todos os caminhos levam de Belém a São Paulo e vice-versa. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis. (Orgs.) **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015. p. 7 - 12.

TIRIBA, Thais; RIBEIRO, Carla; MOUTINHO, Laura. “A relação com o inglês mexe até com minha autoestima”: dilemas sobre acesso à língua estrangeira e inclusão em uma iniciativa didática no PPGAS-USP. In: **ILHA - Revista de Antropologia** (no Prelo)

ZAMBONI, Marcio. Dor, ressentimento e negociação: gênero, sexualidade e soropositividade na trajetória de um herdeiro. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis. (Orgs.) **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015. p. 87 - 102.

# DE VIADINHO À SAPATÃO: PRESSUPOSTOS DE RECONHECIMENTO DE CORPOS LGBTQ+ NAS AULAS DE MATEMÁTICA

*Luciano Araujo Lemos Junior<sup>1</sup>*  
*Glauber Carvalho da Silva<sup>2</sup>*  
*Agnaldo da Conceição Esquincalha<sup>3</sup>*

## RESUMO

Neste artigo, tomamos o estudo sobre corpos LGBTQ+ como uma emergência no campo da Educação Matemática, uma vez que esses corpos são poucos representados em pesquisas nessa área de conhecimento, em especial, o não reconhecimento sobre suas identidades. À vista disso, este estudo busca responder a seguinte questão: como a educação matemática pode contribuir para o reconhecimento de estudantes LGBTQ+ numa esfera social que predomina a (cis-hétero)normatividade? Para isso, foi realizado um estudo teórico a partir dos ensinamentos trazidos nas obras de Ubiratan D'Ambrosio (1986;2011) e Rochelle Gutiérrez (2013;2018), as quais argumentam sobre a importância do educar matemático para além das fronteiras de cálculo. A partir dessas leituras, percebemos a importância de não corroborar com a ideia da Matemática ser neutra e apolítica, assim como se nota a necessidade de uma reflexão sobre a formação de docentes que ensinam essa disciplina, a fim de colaborar na sensibilização desses profissionais sobre a substancialidade de trabalhar positivamente as questões de gênero e sexualidade em suas aulas “reumanizadoras” e, portanto, não contribuir para uma homogeneização sobre os corpos que ocupam as ciências ditas exatas.

**Palavras-chave:** Corpos LGBTQ+, Identidades, Educação Matemática, Formação de professores.

1 Mestrando Profissional em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santos - ES, prof.lucianolemos@gmail.com;

2 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo - USP, glaucarvalho90@gmail.com;

3 Professor Agnaldo da Conceição Esquincalha : doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, agnaldo@im.ufrj.br.



# A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO UNIVERSO PREDOMINANTEMENTE MASCULINO

*Camila Gonçalves Guimarães<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem, como objetivo, discutir a inserção e a participação das mulheres nas áreas de Ciências e Tecnologia, tendo em vista que historicamente essa é uma área de reduto masculino. Atualmente, as mulheres têm adentrado áreas de atuação até há pouco tempo restritas aos homens, porém ainda enfrentam diversos desafios para se inserirem e ascenderem profissionalmente. Estereótipos, sexismo e marcadores de gênero ainda determinam que a Ciência ainda hoje é um lugar privilegiado dos homens. Nesse sentido, é abordado o conceito de divisão sexual do trabalho, tendo, como base teórica, “os princípios norteadores da divisão sexual do trabalho”, propostos por Hirata e Kérgoat (2007), nos quais existem trabalhos destinados às mulheres aos homens, e que o trabalho do homem tem um valor social e econômico maior do que o da mulher. Diante dessa realidade, discutem-se os fenômenos do labirinto de cristal, do teto de vidro e “inclusão subalterna” (LIMA, 2013), conceitos utilizados para descrever as barreiras enfrentadas pelas mulheres para se inserirem e ascenderem em determinadas áreas segmentadas pelo sexismo e por estereótipos de gênero. Estudar a inserção, a atuação e a ascensão das mulheres nas Ciências e na Tecnologia implica questionar a cultura hegemônica, fundada nos valores masculinos, que exclui a participação das mulheres. As ciências não são neutras, uma vez que são baseadas no olhar do homem, que é o único parâmetro para legitimar o conhecimento.

**Palavras-chave:** Mulheres; Divisão Sexual do Trabalho; Ciências e Tecnologia.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Estudos em Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), [camila@cefetmg.br](mailto:camila@cefetmg.br)

## INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é refletir sobre a participação das mulheres nas Ciências e na Tecnologia, compreendendo que esse campo se caracteriza principalmente pela presença majoritariamente masculina. A presença das mulheres nas Ciências e na Tecnologia tem aumentado significativamente nos últimos anos, e cada vez mais mulheres estão buscando essa área de formação para ingressar no mercado de trabalho. A Ciência e a Tecnologia têm oferecido às mulheres a oportunidade de adquirir habilidades específicas em áreas como tecnologia da informação, engenharias, entre outras, permitindo que elas sejam competitivas em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, no entanto os desafios a serem superados em relação à igualdade de gênero ainda são muitos.

Em muitos países, como no Brasil, ainda há muito estereótipo de que certas áreas de formação, como Engenharia e Tecnologia, são mais adequadas para homens, o que desencoraja muitas mulheres a buscar essas áreas. Nesse sentido, é abordado o conceito de divisão sexual do trabalho, tendo, como base teórica, “os princípios norteadores da divisão sexual do trabalho” proposta por Hirata e Kér goat (2007), nos quais existem trabalhos destinados às mulheres aos homens, e que o trabalho do homem tem um valor social e econômico maior do que o da mulher.

Apesar dos grandes avanços femininos no mundo acadêmico e do trabalho, sua inserção e ascensão nas áreas onde a presença masculina é predominante ainda enfrentam muitos obstáculos tanto para inserirem, quanto para atuarem em determinadas áreas do conhecimento e do trabalho (Lima, 2013).

Diante dessa realidade, este estudo busca discutir os conceitos de “segregação horizontal” (Lima, 2013), o fenômeno do “labirinto de cristal” e a “inserção subalterna” (Olinto, 2009), derivados da divisão entre os sexos, utilizados para descrever as barreiras enfrentadas pelas mulheres para se inserirem em determinadas áreas de conhecimento e de trabalho, segmentadas pelo sexismo e por estereótipos de gênero, hegemonicamente masculinas.

Historicamente as mulheres são incentivadas pelas famílias e pela sociedade a optarem por áreas de formação e de atuação profissional relacionada ao cuidado, como uma extensão do trabalho doméstico, que lhes é imposto desde o nascimento. Marcadores de gêneros estão presentes nessas escolhas acadêmicas e profissionais das mulheres, sobretudo nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e da Saúde. Já os homens são estimulados, desde a infância, a buscarem sua formação e a condicionarem suas carreiras para as áreas consideradas duras: Ciências

Exatas, Tecnológicas e Engenharias, segundo evidenciam os dados do Censo do Ensino Superior (Inep, 2016).

## DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Desde muito tempo, já havia uma divisão sexual de trabalho, pois, em certas sociedades, as mulheres faziam cerâmicas, e os homens pescavam; em outras, ocorria o contrário; em algumas ainda, as tarefas destinadas a cada sexo eram bem definidas e rígidas. Em algumas sociedades, o homem preferia morrer caçando a fazer o próprio alimento ou fazer as atividades destinadas às mulheres. Essa divisão teve origem pelo fato de as mulheres ficarem grávidas e terem que cuidar, alimentar e proteger os filhos, estendendo assim esses cuidados a todo o grupo (Muraro, 2002).

Assim, foi-se construindo o lócus de trabalho das mulheres, ou seja, os afazeres domésticos, num silêncio que perdurou um longo tempo. O termo *divisão sexual do trabalho* surge com o objetivo de repensar o trabalho, baseado na ideia de que o trabalho doméstico deveria ser encarado como realmente ele é, um trabalho profissional, e não utilizar esse conceito apenas para mostrar as desigualdades entre os sexos, conforme se pode perceber em algumas abordagens, tais como Hirata e Kérigoat (2007, p. 596):

O projeto coletivo que serviu de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”. O ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele. (Hirata; Kérigoat, 2007).

Dessa forma, o termo *divisão sexual do trabalho* surge não apenas para mostrar as desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho, mas para repensar essa categoria de análise englobando também o trabalho doméstico. Embora invisível e não remunerado, o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres no ambiente doméstico produz valor de uso e traz, em seu bojo, o mesmo princípio de opressão e de exploração de um sujeito pelo outro, exatamente como no trabalho remunerado. Tal conceito permite considerar simultaneamente na análise sobre a divisão do trabalho e as relações sociais na esfera doméstica e na esfera pública (Hirata; Kérigoat, 2007, p. 596).

Nessa perspectiva, de acordo com Hirata e Kérigoat (2007, p. 599), a divisão sexual do trabalho demonstra:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens da função de maior valor social adicionado (políticos, religiosos e militares, etc.). (Hirata; Kérgoat, 2007).

Kérgoat e Hirata (2007) assinalam que a divisão sexual do trabalho se baseia em dois princípios centrais e organizadores:

- i. o princípio da separação;
- ii. o princípio hierárquico, sendo que tais princípios são evidenciados em todas as sociedades conhecidas até hoje e em qualquer momento histórico.

O princípio da separação define que existem trabalhos que são específicos para os homens, e outros que são exclusivos para as mulheres, em uma clara associação das atividades separadas de acordo com as competências consideradas naturais inerentes às constituições biológicas de ambos (Kérgoat; Hirata, 2007).

A imposição da separação de trabalhos segundo o sexo biológico cria clivagens sociais e delega às mulheres o trabalho doméstico, invisível e sem valor econômico e social. E, mesmo quando se trata do mercado de trabalho assalariado, a elas são delegadas áreas e funções ditas femininas, as quais são um prolongamento do trabalho doméstico, como funções mais precarizadas, desqualificadas, repetitivas e desvalorizadas.

O segundo princípio, denominado princípio da hierarquia, complementa o primeiro, transformando as relações sociais estabelecidas entre os sexos, na divisão social do trabalho, em relações de poder. Postula que o trabalho do homem tem mais valor agregado do que o trabalho da mulher, independentemente de onde for realizado. Dados do IBGE (2018) constatam tal assertiva, uma vez que, no Brasil, as mulheres ainda recebem 75% dos salários dos homens nas mesmas funções. Também Yannoulas (2013), ao analisar a feminilização das profissões e ocupações, constata que áreas antes masculinizadas que se transformam em áreas mais feminilizadas, devido à massiva entrada de mulheres, tornaram-se menos valorizadas.

Alves (2013, p. 273-281) enfatiza que esses dois princípios têm, como fundamentação e legitimação, a ideologia naturalista que rebaixa o gênero a uma análise puramente biológica, descaracterizando a natureza desigual e hierárquica

da separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, porém tal concepção que permeia uma análise biológica se desfaz no entendimento da construção social material baseado no materialismo, como cita Kérgoat (1996).

## RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO CIENTÍFICO

De acordo com os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho apresentados por Kérgoat e Hirata (2007), existem trabalhos exclusivamente realizados por homens e trabalhos destinados às mulheres, sendo o trabalho masculino mais valorizado do que o feminino. Independentemente da organização cultural das sociedades, a diferença entre masculino e feminino sempre foi hierarquizada, ou seja, nas sociedades patriarcais, as mulheres sempre foram menos valorizadas que os homens, seja no espaço doméstico, seja no mercado de trabalho e na esfera acadêmica, científica e tecnológica (Olinto, 2011).

Segundo Rosa e Quirino (2017, p. 44), especificamente no sistema de Ciências e Tecnologia C&T, as relações de gênero expressam-se de forma bastante significativa, uma vez que as taxas de participação dos homens nas áreas de ciências exatas e engenharias são superiores a 80%, sendo que as mulheres se concentram predominantemente nas áreas humanas.

A história da participação das mulheres no campo científico é compreendida e interpretada à luz de uma narrativa feita por e para os homens, o que encobre e negligencia a participação das mulheres. Ao longo dos séculos, as mulheres foram consideradas frágeis, delicadas e incapazes do trabalho público. Seu papel era cuidar da família e, devido à sua suposta fraqueza, destinadas quase que exclusivamente ao âmbito privado da casa e à tarefa da maternidade. Em contraposição, aos homens eram atribuídas as qualidades de forte, racional e superior, as quais lhes garantiam o direito à educação formal, a ocupar os postos de trabalho e tomar decisões nos mais diversos espaços de poder, na esfera pública ou privada (Alves, 2013).

As mulheres burguesas eram moldadas para serem boas esposas, excelentes donas de casas. Já para as mulheres menos abastadas, cabiam os trabalhos que estão relacionados com o cuidado e os afazeres domésticos. Alves (2013) assinala que “para as mulheres da classe trabalhadora, esse modelo é manipulado por uma representação simbólica de esposa e dona de casa, uma vez que o trabalho remunerado é essencial para ajudar na sobrevivência da família.” (Alves, 2013, p. 283).

As mulheres eram pouco incentivadas a ingressar na educação formal e, quando se aventuravam a estudar, as áreas escolhidas estavam relacionadas às

humanidades e às atividades consideradas exclusivamente femininas, poucas eram as que realizavam formação técnico-profissional. Para elas, eram destinadas as profissões com ligação direta ao cuidado, associadas às características de leveza, paciência, delicadeza, afetividade, fraqueza física, e outras, o Magistério era a área mais procurada. Ao contrário, aos homens eram destinadas as áreas mais qualificadas, tais como aquelas que necessitam força física, raciocínio ágil, agressividade, competitividade, características necessárias ao mundo da Ciência e Tecnologia (Rosa; Quirino, 2017, p. 47).

Olinto (2011, p. 68) ressalta que, após anos de lutas travadas pelos movimentos feministas, as mulheres obtiveram diversas conquistas no âmbito da educação e do trabalho, bem como uma ascensão no mundo da Ciência e Tecnologia, principalmente a partir do século XX, todavia a maior divisão social que existem nessas áreas ainda é a divisão sexual. Não obstante as mudanças sociais auferidas, a mulher ainda possui pouca representatividade e visibilidade no mundo científico.

Segundo Lima (2013, p. 884), “os obstáculos que impedem e dificultam a maior participação da mulher no campo científico, apesar de concretos, não são formais” e se apresentam de duas formas:

[...] a) exclusão vertical, que se refere à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e b) horizontal, que se refere ao pouco número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, de maior reconhecimento para a economia capitalista, as consideradas ciências “duras” – exatas e engenharias (grifo nosso). (Lima, 2013, p. 884).

Assim, a exclusão das mulheres nas ciências se apresenta de duas formas: a horizontal ou territorial, que se refere à separação das áreas de conhecimento ditas como femininas ou masculinas, e a vertical ou hierárquica, também denominada como “Teto de Vidro”, que diz respeito à pouca ou não participação das mulheres nos cargos mais elevados da carreira científica.

Nesse sentido, por meio da segregação horizontal, mulheres são conduzidas a optarem por caminhos diferentes daqueles previamente escolhidos ou seguidos pelos homens, concentrando o número maior de mulheres em áreas de menor prestígio. Debruçadas na retórica de Olinto (2011, p. 69), a segregação horizontal confirma que tais escolhas estão diretamente ligadas à influência familiar e da escola. As meninas geralmente escolhem as áreas nas quais se consideram mais aptas, tendem a avaliar para o exercício de determinadas atividades e a designar para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram ou são levadas a considerar como mais adequadas para elas, pois, “a segregação

horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero”, isto é, a sociedade impõe a essas mulheres profissões tidas como femininas, que possuem menor valor social e econômico no mercado de trabalho (Olinto, 2011, p. 69).

Lima (2013, p. 885) destaca que os dois tipos de exclusão estão interligados e, por mais que as mulheres conquistem espaços no meio científico, poucas são as que se destacam e se tornam reconhecidas. No campo das Ciências e da Tecnologia, a segregação vertical e horizontal combina-se, mantendo assim a permanente exclusão das mulheres nessa área.

Tanto Olinto (2011), quanto Lima (2013) utilizam o termo *teto de vidro* como metáfora para descrever a segregação vertical sofrida pelas mulheres e os processos que dificultam, no trabalho, sua ascensão profissional, ou seja, uma barreira invisível e sutil que elas enfrentam para se manterem competitivas em um mercado globalizado. A esse respeito, Lima aponta que:

O teto de vidro tem sido utilizado como metáfora para representar o obstáculo invisível, porém concreto, que impede as mulheres de chegarem a determinadas posições de prestígio nas profissões. Esse conceito contribui para o entendimento de duas importantes questões: 1) a transparência de vidro, que se refere à ausência de barreiras formais/legais que impeçam a participação de mulheres em cargos e posições de poder, ou seja, as dificuldades das mulheres não pode ser medidas somente pela ausência de dispositivos legais contra a sua atuação profissional; e 2) a posição do teto, que representa que há um entrave para ascensão das mulheres, dessa forma, é possível que elas transitem pelas posições dispostas na carreira até um determinado ponto: o topo de uma determinada profissão. (Lima, 2013, p. 885).

Para a mesma autora, esse conceito explica as dificuldades das mulheres em atingir, em algumas carreiras, posições de destaque e a exclusão delas em determinadas ocupações nas ciências e tecnologias. O mercado de trabalho e renda sempre foi marcado por fatores significantes de dissemelhanças persistentes de gênero, no entanto a metáfora do teto pode transmitir a impressão de que essa é a única dificuldade enfrentada pelas mulheres na vida profissional, porém a barreira não está presente somente no momento de atingir o topo da carreira, mas, sim, durante todo o percurso, inclusive para se definir a profissão (Lima, 2013, p. 885).

Dessa forma, Lima (2013, p. 886) apresenta o conceito de *labirinto de cristal* para explicitar a segregação horizontal sofrida pelas mulheres durante todo seu percurso acadêmico e os obstáculos enfrentados na escolha da sua área de

atuação, em que pese sua condição feminina. O termo demonstra a exclusão e a discriminação feminina em determinadas áreas do conhecimento e de atuação devido ao gênero.

Assim, de acordo com Lima (2013, p. 886):

O labirinto tanto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória científica feminina quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como: desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional. Por causa dos diversos desafios e armadilhas dispostos no labirinto, os talentos femininos são perdidos ou pouco aproveitados. Assim, as contribuições presentes na metáfora do labirinto são: a) o entendimento de que os obstáculos estão presentes ao longo da trajetória profissional feminina, e não somente em um determinado patamar; b) a compreensão de que a inclusão subalterna das mulheres nas ciências e sub-representação feminina nas posições de prestígio no campo científico são consequências condicionadas por múltiplos fatores; c) a concepção de que as barreiras e armadilhas do labirinto não estão somente associadas à ascensão na carreira, mas também ao ritmo do ganho de reconhecimento de atuação das cientistas e à sua permanência ou não em uma determinada área. (Lima, 2013).

Dessa forma, evidencia-se que as barreiras para as mulheres em determinadas áreas, como as de Ciência e de Tecnologia, manifestam-se de diversas formas, porém aparentemente invisíveis como um vidro ou um cristal, mas concretas, podendo parecer despercebidas e irreais. Segundo Lima (2013, p. 886), muitos obstáculos são encontrados por elas, pelo simples fato de serem mulheres; são obstáculos que se apresentam ao longo de sua trajetória acadêmica, e mesmo antes, na escolha da área de atuação. Apesar de sua concretude, os obstáculos do labirinto de cristal são transparentes e podem passar despercebidos, já que seus valores estão embutidos na construção da massa cultural.

Por mais que as mulheres estejam presentes em algumas áreas da Ciência e Tecnologia, sua participação é muito inferior à do homem, e raras são as que alcançam os cargos com maiores prestígios. Assim Lima (2011) denomina esse fenômeno como sendo uma “inclusão subalterna”.

Os obstáculos para que as mulheres alcancem uma posição de prestígio são múltiplos e aparecem em diversos momentos da carreira, assim o Labirinto de Cristal representa essa trajetória lenta e tortuosa para que elas alcem posições elevadas na carreira, chegando, às vezes, à desistência. O casamento, as relações amorosas e a maternidade, a partir da divisão sexual do trabalho, são apontados pela autora como um dos principais entraves para a ascensão profissional



das mulheres “as relações afetivo-amorosas, segundo a óptica da feminização do amor, podem representar obstáculos à ascensão na carreira científica das mulheres.” (Lima, 2011, p. 10).

Por mais que as mulheres tenham conquistado, ainda que de forma linear, os espaços públicos, o mesmo não aconteceu com os homens que adentram à esfera privada, devendo as mulheres acumular os trabalhos profissionais e os reprodutivos, o que constituiu uma carga adicional na trajetória feminina. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho configura-se como um obstáculo na trajetória da mulher cientista (Lima, 2011).

## A CIÊNCIA É MASCULINA E BRANCA

Estudar a inserção, a atuação e a ascensão das mulheres nas Ciências e Tecnologia implica em questionar a cultura hegemônica, cultura essa fundada nos valores masculinos, que excluem a participação das mulheres. As ciências não são neutras, uma vez que são baseadas no olhar do homem, que é o único parâmetro para legitimar o conhecimento. A cultura androcêntrica tem impossibilitado a participação efetiva das mulheres nesse campo do conhecimento. “Um saber androcêntrico aponta para a produção de conhecimentos científicos marcadamente sexistas e heteronormativos.” (Lima, p. 20, 2008). Isso fica evidente pela baixa participação das mulheres nas ciências e pelo número ainda mais reduzido em cargos de maiores prestígio, bem como pela invisibilidade das mulheres cientistas ao longo da história.

A ciência sempre foi lócus masculino; o feminino, sendo o oposto, não teve espaço nas ciências. As ciências, uma vez que marginalizam a participação das mulheres, resultam em saberes científicos sexistas. As ciências, para serem consideradas legítimas, têm, como base, o conhecimento masculino; a produção do conhecimento é vista como algo “descorporificado”, tendo prioridade ao restante das partes. Essa separação do corpo e da mente está intimamente ligada às representações sociais nas quais ao feminino cabe o corpo; e, ao masculino, a parte mais importante: a mente. Dessa forma, as ciências acabam por renegar o corpo e o feminino (Lima, 2008).

Dessa premissa, o conhecimento é realizado a partir de valores regulados na objetividade, na neutralidade e na universalidade. Esses valores estão embutidos como características exclusivas ao homem branco, pautado no patriarcado e no capitalismo. A

ciência pautada na objetividade exclui a subjetividade novamente estruturada na forma do gênero em que a subjetividade é atribuída ao feminino; e a

objetividade, ao masculino. Assim, as características necessárias para produzir ciências são associadas ao masculino, pensando que as mulheres não possuem biologicamente tais atributos (Limas, 2008).

Os predicados atribuídos ao ser cientista estão muito afastados do ser feminino, esse associado ao corpo e à subjetividade; características distantes das necessárias para se produzir ciências, onde está presente a objetividade masculina. Dessa forma, a ciência moderna reflete a própria estrutura de gênero, onde o feminino é inferiorizado.

As ciências são legitimadas a partir de conceitos de um sistema androcêntrico, que valorizam as características masculinas e limitam a participação feminina.

A ciência dita universal é uma ciência branca, masculina, elitista, ocidental, colonial, ainda que sua forma de apresentar-se tente mascarar suas características invocando um sujeito universal, isto é, que representa a todas as posições. O molde para atuar em ciências é pré-determinado e coercitivo. É uma ciência feita por pouco(a)s e para pouco(a)s. (LIMA, 2008, p. 25).

Não apenas a ciência é feita por poucos e esses poucos são os homens brancos, mas o conhecimento científico produzido assume um caráter sexista. Assim, em relação a raça, gênero e outras questões, a ciências não são neutras. As próprias instituições onde o conhecimento é produzido refletem a desigualdade de gênero. O conhecimento produzido pelos homens, tido como universal, possui um caráter sexista e androcêntrico, uma vez que possui um olhar exclusivamente masculino, sendo esse utilizado para justificar as desigualdades de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que, nas Ciências e na Tecnologia, os valores masculinos são os que possuem valor e prestígio, sendo que os femininos são excluídos. O “ser mulher”, não sendo valorizado, entra permanentemente em conflito com o discurso científico androcêntrico. As mulheres são educadas e construídas socialmente a partir dos discursos da feminilidade, em que papéis foram estabelecidos historicamente determinando como devemos ser e agir, o que entra em constante conflito com os valores e as práticas aceitáveis pela cultura da ciência (Limas, 2008).

Ser mulher no mundo patriarcal, pautado nos valores masculinos, por si só, já é violento demais. Nas ciências, isso assume uma maior conotação, uma vez que são institucionalizadas e constituídas pelos valores masculinos. Durante séculos, foi renegada à mulher o direito de participar das ciências através de processos de

exclusão, e as que se aventuram sofreram, ao longo do tempo, com a invisibilidade das histórias.

O sistema de gênero é um sistema extremamente violento que produz e reproduz uma série de violências contra as mulheres, perpetuando valores morais utilizados para manter os privilégios dos homens. São diversas as formas de violência de gênero que as mulheres enfrentam tanto para crescer nas carreiras científicas, como para permanecer nesse meio, uma vez que o feminino é sempre subjulgado, já que as ciências e a tecnologia são compreendidas como um local de exclusividade masculina.

As barreiras, mesmo invisíveis e não formais, existem e estão estruturadas nesse modelo de sociedade. Como abordado anteriormente, o “teto-de-vidro”, “labirinto de cristal” e a “inclusão subalterna” são resultados de uma série de violências a que as mulheres são submetidas cotidianamente, porém, com muita luta e resistência, elas têm conseguido alcançar lugares de maior prestígio nas suas carreiras e romper com essas barreiras impostas pelo gênero.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. Divisão Sexual do Trabalho: A separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013.

GUIMARÃES, S. M. **Divisão sexual do trabalho no meio rural e as contribuições da marchadas margaridas para mulheres do município de Porteirinha-MG**. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2016.

HIRATA, H.; KÉRGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, [s. l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Séries Estatísticas & Séries Históricas. **IBGE**, [s. l.], 2018. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2018.

INSTITUTO NACIONAL de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2016. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2021.

KÉRGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. *In*: LOPES, Marta J. M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R. (org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (p. 19-27).

LIMA, Betina S. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?** As margens femininas das ciências. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UNB, Brasília, 2008.

LIMA, Betina Stefanello. “Quando o amor amarra: reflexões sobre as relações afetivas e a carreira científica”. **Revista Gênero**, [s. l.], v. 12, n. 1, jul./dez. 2011.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2013.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira. **Relações de gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica: as escolhas das alunas dos cursos técnicos do CEFET-MG**. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2016.

MURARO, R. M., 1932. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 8. ed. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 2002.

NOGUEIRA, C. M. **O Trabalho Duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLINTO, G. Human resources in Science and technology indicators: longitudinal evidence from Brazil. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTOMETRICS AND INFORMETRICS, 12., 2009, Rio de Janeiro, RJ. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, RJ: ISSI, 2009.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

QUIRINO, R. **Mineração também é lugar de mulher!** Desvendando a (nova?!) divisão sexual do trabalho na mineração. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

ROSA, M. A. Gonçalves; QUIRINO, R.G. Relações de Gênero na Ciência e Tecnologia (C&T): estudo de caso de um Centro Federal de Educação Tecnológica. **Diversidade e Educação**, [s. l.], v. 4, n. 8, p. 42-55, jan./dez. 2017.

YANNOULAS, S. C. (org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013.

# “COM QUEM VOCÊ DEIXA SEUS FILHOS?”: TRAMAS DO CUIDADO NA CARREIRA DE MULHERES MÃES NA MATEMÁTICA

*Glauber Carvalho da Silva<sup>1</sup>*  
*Milena Mateuzi Carmo<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este artigo trata de como o trabalho do cuidado recai sobre mulheres que buscam construir suas carreiras na docência e na pesquisa em Matemática, bem como é agenciado por elas. Compreendendo gênero como uma construção sociocultural, que busca normatizar a forma de agir, ser e pensar dos indivíduos segundo ideais de feminilidade e masculinidade, percebe-se que o cuidado na sociedade brasileira é entendido como uma característica inerente às mulheres, enquanto o saber matemático é associado a uma habilidade masculina. Se em todas as profissões, a construção de carreiras já é um desafio para mulheres, sobretudo para mães, o que significa ser mulher e mãe em uma área identificada com homens? Ou, quais as dimensões do cuidado que atravessam o cotidiano dessas mulheres? Quais agenciamentos produzidos por elas na docência e pesquisa em Matemática? Com arcabouço teórico da antropologia, este trabalho objetiva discutir essas questões. Desse modo, é proposto uma análise da live intitulada “Maternidade, Maternagem e Carreira”, na qual cinco mulheres mães, pesquisadoras e professoras de Matemática – de gerações e trajetórias distintas – debatem sobre suas histórias e experiências que envolvem o trabalho do cuidado e as dificuldades para manter sua vida profissional e acadêmica. Por fim, analisando as narrativas sobre si por parte dessas mulheres, argumenta-se que trabalho acadêmico, docência e cuidado estão profundamente imbricados nas suas trajetórias de vida, nas quais ora se destaca a sobrecarga, ora os agenciamentos que envolvem desde a produção de subjetividades, como a própria construção do conhecimento da Matemática.

**Palavras-chave:** Cuidado, Mulheres, Carreira, Matemática.

1 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo – USP, [glaubercarvalho90@gmail.com](mailto:glaubercarvalho90@gmail.com);

2 Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, [mmateuzi@gmail.com](mailto:mmateuzi@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O trabalho do cuidado não é uma temática nova, sobretudo nos estudos feministas. Contudo, como asseveram Nadya Guimarães e Priscila Vieira (2020), é o cuidado como profissão mais frequentemente o foco principal das pesquisas acadêmicas, dando destaque às atividades de enfermeiras, cuidadoras domiciliares ou trabalho doméstico remunerado. Entretanto, como bem pontuam essas autoras, é necessário um olhar para além do cuidado como profissão, a fim de compreender a heterogeneidade de práticas que podem caracterizá-lo. Para além do trabalho remunerado do cuidado, afirmam ainda as autoras, cuidar é uma tarefa que se impõe como obrigação definida em termos de gênero. Abarcando assim uma multiplicidade de práticas que envolvem a responsabilização e o trabalho para garantir a sobrevivência e bem-estar de outras pessoas.

Partindo da compreensão de que mulheres são constituídas de significados históricos e sociais, segundo os apontamentos de Guita Debert e Mariana Pulhez (2019), é colocado em xeque a tentativa de universalizar a categoria mulher, que se esvazia da realidade. Sendo assim, a partir dessas autoras, vale colocar que o cuidado não é igualmente exercido por todas as mulheres, da mesma forma que a ética do cuidado não se emana somente das mulheres ou de todas elas. Contudo, o cuidado está fortemente associado às atividades femininas. Nesse sentido, é imprescindível que as pesquisas acerca do cuidado levem em consideração a sua articulação com o gênero, sem deixar de lado, quando necessário, outros marcadores sociais, como é evidenciado em Denise Pimenta (2020), Alessandra Oliveira e Milena Carmo (2020) e Guimarães e Vieira (2020).

Particularmente, Oliveira e Carmo (2020) evidenciam a racialização e generificação da pandemia da Covid-19, ao acometer a população brasileira. Com o texto, as autoras estampam o cansaço e a sobrecarga de mulheres negras e periféricas no exercício do cuidado, ao mesmo tempo que mostram o cuidado como uma prática capaz de reconstruir laços e mundos. Paralelamente, Pimenta (2020) ao analisar a epidemia de Ebola em Serra Leoa, demonstra como o cuidado foi intensificado fazendo com que as mulheres ficassem ainda mais sobrecarregadas e expostas à infecção. Diz a autora:

(...) o mesmo *amor* que cuidava, colocava estas mulheres e meninas em situações de vulnerabilidades e risco (...) O mesmo cuidado que salvava, também matava (Pimenta, 2020, p. 11, grifos da autora).

De acordo com Pimenta, as mulheres eram as agentes primárias do cuidado e, assim como notam Oliveira e Carmo, durante as calamidades de crises sanitárias,

seus fardos “na gestão da vida e da morte nas suas comunidades” (Pimenta, 2020, p. 11) ficavam ainda mais pesados. Sendo assim, pandemias e epidemias evidenciam o generificado, silencioso e invisibilizado trabalho do cuidado ressaltando sua importância para manter a vida

Partindo dessas discussões, este artigo deseja perscrutar as articulações e dimensões de cuidado que atravessam a realidade de mulheres mães em sua carreira na Matemática – aqui colocada no singular e em maiúscula para se referir à Matemática hegemônica, entendida aqui como eurocêntrica e que se faz presente mormente na academia – assim como seus agenciamentos. Por conseguinte, o autor e a autora partem compreendendo gênero como uma categoria que mobiliza noções sobre ser, agir e pensar na sociedade. A ideia de “ser bom em Matemática” está associada aos meninos, conforme explora Heather Mendick (2005). Para essa autora, a construção da habilidade Matemática como natural, individual e masculina apaga o processo de construção de tal habilidade. Mendick reflete sobre como o contexto sociocultural constitui o gênero feminino e a Matemática em termos opostos, dificultando meninas e mulheres a se entenderem como boas na Matemática, fazendo com que elas desistam, ainda muito cedo, de seguir no campo da Matemática. Nesse sentido, mulheres que ingressam na área da Matemática, já teriam superado diversos obstáculos. No entanto, tais impedimentos não se limitam aos processos de identificação de gênero, mas continuam se impondo na vida de mulheres que constroem suas trajetórias acadêmicas e profissionais em um campo tão masculinizado e ainda são não apenas identificadas, mas sobrecarregadas com a tarefa do cuidado.

Dessarte, este trabalho objetiva discutir as seguintes questões: se em todas as profissões, a construção de carreiras já é um desafio, para mulheres, sobretudo para mães, o que significa ser mulher e mãe em uma área identificada com homens? Ou, quais as dimensões do cuidado que atravessam o cotidiano dessas mulheres? Quais agenciamentos produzidos por elas na docência e pesquisa em Matemática? Para tanto, uma live composta por mulheres mães com carreira na Matemática será analisada.

## **A LIVE “MATERNIDADE, MATERNAGEM E CARREIRA”**

Este artigo se concentra na análise da live intitulada como “Maternidade, Maternagem e Carreira”<sup>3</sup>, realizada no dia 22 de março de 2023, transmitida pelo

---

<sup>3</sup> A live pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=59o9wmoeMW4>. Acesso em 20 nov. 2023.



canal do *YouTube* do grupo de pesquisa e extensão interinstitucional chamado “MatematiQueer: Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática”, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participaram da live cinco mulheres mães (uma delas já é vó) que possuem carreira e pesquisas nas ciências ditas exatas, particularmente as cinco mulheres são atravessadas pelo contexto da Matemática, mesmo que suas pesquisas estejam direcionadas para a Educação Matemática e carreiras sejam fundamentadas pela docência, em ensino superior e/ou ensino básico. Essa live contou ainda com duas mulheres que fizeram a interpretação na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Das cinco mulheres, três eram as convidadas que iriam expor suas (sobre)vivências e experiências articulando o campo da Matemática e o exercício da maternidade e maternagem<sup>4</sup>. As outras duas mulheres eram responsáveis pela mediação da live. Assim sendo, de início, Bruna Ramos e Geisa Corrêa, as mediadoras, exploraram e explicaram sutilmente o tema sobre o qual as falas futuras das convidadas iriam abordar.

Bruna se descreve como uma mulher cis, de 41 anos, mãe de um adolescente de 15 anos que tem altas habilidades e, portanto, possui algumas demandas especiais. A mediadora em questão diz que estuda as identidades das mulheres no campo da Física e que seu filho é a sua motivação para a realização de tais estudos. Ela nos conta que em 2007, quando engravidou, estava no doutorado, mas não havia ainda licença maternidade para bolsistas, então o seu orientador cortou sua bolsa. Isso lhe gerou problemas psicológicos, a ponto dela se distanciar por diversos anos da academia. Em 2020, conseguiu voltar para o doutorado, com uma pesquisa sobre gênero dentro das exatas, pois ela notou que a sua realidade não estava distante da realidade de outras mulheres, que optam por serem mães e estarem na academia. Dessa forma, ela expõe que o seu tempo, atualmente, é dividido entre seu filho e o doutorado e relata sentir ter sorte em possuir um companheiro ao seu lado que divide o exercício da maternidade e da maternagem.

A fim de suggestionar e instigar o debate da live, Bruna reflete sobre os impasses para aquelas mulheres que decidem ser mães e que querem seguir uma carreira: uma vez que ela compreende que o Brasil ainda é um país patriarcal e misógino. Ela cita, a partir disso, que o ex-presidente da república brasileira proferiu discursos nos quais ele se posicionava contra a contratação de mulheres, porque elas podem engravidar. Provavelmente, Bruna estava se referindo ao discurso proferido por Jair Bolsonaro numa entrevista para Luciana Gimenez no programa SuperPop (da RedeTv!), transcrito abaixo.

---

4 A maternidade tem sido identificada com o ato de gestar e parir uma criança, enquanto a maternagem associa-se ao processo de cuidado e vínculo construído entre mãe e filho após o nascimento da criança.

Olha, você não tem, olha no serviço público você não tem distinção, se fizer... se nós fizermos um concurso para sermos um sargento do exército, a gente vai ganhar a mesma coisa, para sermos aqui médicos do hospital qualquer (público, federal) é mesma coisa, agora na questão privada, nós não temos como interferir fica no livre arbítrio do empregador (...) *eu não empregaria com mesmo salário* (Jair Bolsonaro, 2016, grifo nosso).

A ideia de que as mulheres possuem um direito trabalhista a mais (a licença maternidade, prevista legalmente no Brasil), por vezes, é a justificativa usada para que o empregador não contrate mulheres ou as contratem com a condição de receber um salário menor. E tais limitações não se resumem apenas ao ambiente de trabalho. Na maioria das vezes o cuidado com os filhos e com os afazeres domésticos recaem quase exclusivamente sobre as mulheres, dificultando ainda mais a conciliação entre a carreira e o trabalho da casa. No máximo os homens “ajudam” nas tarefas domésticas. Diante desse cenário, ser mãe e ter uma carreira profissional ou acadêmica pode se tornar uma tarefa bem mais difícil e, portanto, a análise da live proposta neste artigo se mostra substancial, além de justificável.

Geisa, a outra mediadora, se apresenta como uma mulher branca cis, professora de matemática há 20 anos. Ela relata que engravidou durante o mestrado – uma gravidez planejada – de modo que seu segundo ano completo foi concomitante a sua gravidez. Ela conta que passou sua licença maternidade escrevendo a dissertação, que foi defendida quando sua filha tinha 9 meses de idade. Adiante, Geisa comenta que com o nascimento de sua filha ela tinha o mestrado, sua carreira e filha para gerir. Por três anos, em suas palavras, Geisa não conseguiu fazer nada além de cuidar da filha e trabalhar. Em 2019, ela começou a estudar novamente e reentrar no mundo acadêmico. Atualmente é doutoranda e se interessa a investigar o porquê das mulheres se notarem como não conseguindo progredir ou tendo que adiar a maternidade para realizar o mestrado ou doutorado. Geisa cita que seu marido a ajuda na criação da filha e acrescenta a sua crença que mulheres que não possuem uma rede de apoio podem acabar largando a carreira e às vezes podem não conseguir mais voltar.

Diante das exposições das mediadoras, as palestrantes são convidadas a falar uma a uma. A primeira fala é de Clélia Ignatius. Ela se apresenta como uma mulher branca, professora há mais de 50 anos, hoje aposentada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mas que continua atuando como professora de pós-graduação e participante de grupos de pesquisas. Ela diz que o fato de ser mulher direcionou a sua vida e carreira. Na sua época as meninas eram destinadas a fazerem magistério. Elas estudavam em escolas de freiras. No tocante ao exposto, é salutar colocar que as escolas brasileiras antigamente eram tomadas

pela presença única de homens, em especial católicos ou protestantes, que eram responsáveis pelo ensino. Todavia houve uma feminização da prática docente, que ocorrera no Brasil, em especial ao associar tal prática com cuidado, amor e sensibilidade (características que socialmente são atribuídas às mulheres), portanto somente mulheres seriam capazes de gerir uma boa educação aos meninos e meninas, da mesma forma que a formação de professores se constituiu/direcionou particularmente ao perfil feminino esperado para a época, objetivando que mulheres exercessem o magistério (Guacira Louro, 2003).

Clélia destaca ainda que em sua época, o ensino público era de melhor qualidade que o ensino privado, então, ela desejava cursar o ginásio na escola pública, mas seu pai, homem libanês muito rígido, somente permitiria que isso ocorresse se ela passasse em primeiro lugar na prova que selecionava os alunos, afinal as salas eram mistas (tinham meninos e meninas). Ela desejava fazer o curso científico, mas as mulheres só podiam fazer o magistério, então Clélia se comprometeu a fazer os dois ao mesmo tempo. O fato de ser mulher continuou interferindo na sua graduação, seu sonho de ser veterinária não poderia ocorrer, pois seu pai não permitia que ela saísse de casa para estudar. Ela então fez Licenciatura em Matemática.

Entretanto, Clélia conseguiu fazer um mestrado na Universidade de São Paulo (USP), no campus de São Carlos, após conquistar uma vaga para ser monitora da disciplina de Geometria Analítica desta universidade, numa turma, como pontua a expositora, que só havia homens. Ali ela conheceu seu atual esposo. Para ela, o casamento foi que a libertou, a tornou livre. Clélia conta mais de sua trajetória, até que consegue uma vaga para ser professora na UEM. Exercendo sua profissão, ela teve dois filhos com seu marido. Até então, como exposto, tudo estava saindo conforme planejado. Ela ia fazer doutorado na Inglaterra, estava com tudo organizado, mas engravidou de trigêmeos e precisou desistir de seu doutorado, naquele momento. A expositora conta que na sua época a licença maternidade era somente de três meses e como sua barriga estava grande precisou pegar um mês antes dos trigêmeos nascer, assim, quando eles tinham dois meses, ela precisou voltar a trabalhar. Em especial, vale colocar que dos três bebês, duas são meninas que são surdas. Uma de suas filhas precisava de muita atenção, foi uma dedicação muito grande para o cuidado dela. Clélia diz que foi muito difícil, a educação das meninas se deu segundo a oralidade e exigia muito da família. Além disso, ela ainda tinha os três meninos que também precisavam de atenção e cuidado.

Assim sendo, Clélia conta que terminou o mestrado em 1980 e só conseguiu entrar no doutorado em 1998. Esse intervalo de tempo foi dedicado exclusivamente aos seus filhos e estudos. A partir de suas exposições, é nítido que as

experiências que perpassaram a sua construção como mãe motivaram as suas pesquisas, seus interesses, seus estudos, ou seja, o cuidado exercido era constituinte de sua subjetividade. A fim de ilustrar essa interpretação, vale citar uma das preocupações de Clélia: o almoço em família. Durante a live a expositora comenta a dificuldade que tem em fazer um almoço para a família, dada a diversidade de paladares e restrições que filhos, noras, genros e netos possuem; é necessário se atentar a tudo isso. Ademais, Clélia diz que isso influenciou a sua prática docente, ela passou a realizar uma inversão do que tradicionalmente se faz nas salas de aula, pois entende que não se deve adaptar as coisas para as crianças com necessidades específicas: na verdade, se deve partir das necessidades específicas e ir agregando possibilidades e configurações para incluir todas as pessoas da sala de aula.

Além disso, a trajetória de Clélia evidencia a presença do cuidado para além das noções negativas que, normalmente, lhes são associadas. Para ela, há um entendimento acerca do exercício do cuidado como algo que lhe fez bem, a constitui. Para finalizar, a expositora acrescenta que priorizou as filhas, mas não desistiu do seu desejo de fazer o doutorado e hoje é uma mãe feliz, uma vó orgulhosa e não deseja desistir de sua carreira.

Após a fala de Clélia, Ana Paula inicia a sua se apresentando como uma mulher preta não retinta e professora de Matemática da educação básica. Inicialmente, ela expõe que é uma mulher preta, mãe, cientista, nordestina, periférica, evocando a necessidade de um olhar que compreenda o caminho compartilhado dessas características sobre as suas experiências. Esse tratamento pode ser compreendido a partir da interseccionalidade, categoria frequente nas pesquisas brasileiras (Flavia Rios; Edilza Sotero, 2019) e que se origina a partir das inquietações de mulheres negras e mulheres lésbicas que não se sentiam representadas pelo feminismo enquanto movimento que refletia as opressões vividas exclusivamente pela lente de mulheres brancas e mulheres heterossexuais (Adriana Piscitelli, 2008; Laura Moutinho, 2014; Debert; Pulhez, 2019).

Ademais, Ana Paula diz que deve tudo o que sabe sobre cuidado, arte e família a sua família nordestina e que passou por diversas construções, enquanto menina, para ser uma mulher. Sendo assim, o cuidado aparece desde cedo na sua vida, em especial sua mãe e pai sempre trabalhavam fora de casa e, portanto, a maternagem sempre esteve caminhando com a sua formação, uma vez que, por exemplo, ela já maternava o seu irmão. Ao longo de sua trajetória, se nota as dificuldades de se inserir em campos que predominavam a presença de homens. Ana conta que ao fazer um curso de processamento de dados, se deparou com um universo masculinizado, da mesma forma ocorreu ao adentrar no curso de Bacharelado em

Matemática. Acrescenta, ainda, que acessar a sala de aula como professora de matemática era muito difícil, de modo que ao terminar sua graduação e buscar inserção no mercado de trabalho, apenas surgiam vagas ligadas com a lógica da maternidade, como vagas para professores da educação básica. Dessa forma, fica evidente na fala de Ana que, mesmo com a associação do magistério como uma carreira de mulheres, como supracitado, a prática docente no campo da Matemática ainda reverbera dificuldades no que se refere à inserção das mulheres ao longo da evolução das séries/anos escolares. Com isso, Ana questiona:

“esse corpo feminino preto não retinto (que ainda tem esse lugar de ser muito branca para ser preta e muito preta para ser branca) nordestino, periférico, ele tá autorizado a ensinar matemática? (...)”

Acerca disso, Ana Paula coloca que em sua formação sempre foi cercada de mulheres muito poderosas, que a ajudavam a não desistir, mulheres que a inspiraram e foram espelhos para sua formação e constituição. Segundo Ana Paula, foram essas mulheres que fizeram com que ela entendesse que a Matemática também é seu espaço, que seu corpo está autorizado a produzir e ensinar Matemática, mas que não é fácil. Afinal, como coloca Ana nos seus slides de apresentação: “para muitos, a Matemática ainda é predominantemente branca, cis, hétero, masculina e eurocêntrica”. Ou seja, a Matemática ainda atua como uma ciência que ecoa uma gramática moral que determina quais corpos podem ocupá-la, constituindo-se claramente como uma ciência politizada e discriminatória.

Ana Paula é mãe de três filhos e desde o nascimento da primeira filha em 2005 até 2016, período que teve seus outros dois filhos, ela conseguiu fazer alguns cursos e pós-graduações, mas não alcançou o mestrado ou doutorado, pois mesmo tendo estabelecido uma rede de apoio, sua família tinha pouco dinheiro e ela tinha que trabalhar para se manter. Entretanto, a palestrante pontua que nunca desistiu do sonho de fazer tais formações. Adiante, ela consegue entrar no mestrado, mas seu pai adoece e Ana Paula é desligada de uma escola em que trabalhava e que era sua maior fonte de renda. Ela acrescenta que teve um parceiro muito bom, que lhe ajudou, afinal ela precisava cuidar exclusivamente do pai, de modo que foi necessário renunciar à sua bolsa. Quando seu pai conseguiu se recuperar, ela conseguiu ingressar num outro trabalho, depois surgiu outra bolsa e ela conseguiu iniciar a pesquisa. Nesse momento, nota-se o trabalho do cuidado para com as pessoas mais velhas ou enfermos, que não é visto como um trabalho, mas compreendido como “obrigação”, em especial das mulheres (filhas ou esposas).

Ainda conforme a narrativa de Ana Paula, ela conheceu, durante um evento de mulheres na Matemática, um grupo de mulheres negras matemáticas que

estava se organizando com outras mulheres negras matemáticas do mundo todo. Isso foi um divisor de água na vida dela, esse grupo a leva a um lugar de representatividade que Ana não tinha, pois mesmo estando cercada de mulheres maravilhosas ainda existiam dimensões de sua história que a faziam não conseguir almejar estar ali, no campo da Matemática.

Em seus slides, Ana coloca: “E quem se movimentou para que eu me movimentasse? Minha mãe! Minhas tias! Minhas primas! Minhas avós! Minhas bisavós! Todas as mulheres que me criaram!” Com isso, é evidenciado uma rede de cuidado, ajuda e educação estabelecida por e entre mulheres, a fim de criar seus filhos e garantir a (sobre)vivência deles (Guimarães; Vieira, 2020; Pimenta, 2020).

Continuando sua exposição, Ana afirma que às vezes sentia que cuidava mais do filho do outro do que dos seus, que parecia sempre estar distante, se referindo ao seu trabalho enquanto professora de Matemática. Conta que sua mãe a ajudou a desconstruir essa ideia, pois ela sempre esteve fora batalhando, mas nunca deixou de estar presente. Ela disse que as conversas que teve com as outras mulheres negras mostraram que elas tinham uma história parecida, uma mãe parecida: comungando para noção do trabalho do cuidado como racializado e generificado, como também ocorrera em Pimenta (2020) e Oliveira e Carmo (2020).

Ao longo da fala de Ana Paula, é nítido que sempre houve um agenciamento por sua parte para o cuidado e educação de seus filhos, ao passo que em si há uma angústia constante sobre a possibilidade de ela estar se dedicando mais ao trabalho do que para sua família. Essa mesma angústia assola a realidade de todas as mulheres presentes na live, uma culpa que perpassa suas realidades, ao fugirem do socialmente esperado a elas enquanto mulheres, como o cuidado integral aos filhos, a casa, a família. Especialmente, Clélia relata esse sentimento dado o distanciamento que tem de seus netos, por estarem em cidades distintas, sentindo que não é uma vó presente como acredita que deveria ser. Ademais, é comum que as mulheres sejam questionadas sobre com quem estão seus filhos enquanto elas estão trabalhando ou estudando. Perante isso, vale colocar uma consideração de Geisa que ocorrera na live.

“Eu sempre me pergunto se quando um homem decide fazer um mestrado, um doutorado, viajar à trabalho se alguém pergunta para ele: “mas com quem vão ficar seus filhos?” ou “O que você vai fazer?” Ninguém pergunta, é sempre...para o homem é permitido: ele abrir mão da família, ele investir na carreira, ele investir na profissão. E para mulher é sempre colocado esse sentimento de culpa (...)”

No que se segue, Gisela Pinto se apresenta como uma mulher branca e professora do ensino superior. Ela começa explicando que maternar é diferente de ser

mãe, maternar está relacionado com o que se espera socialmente de uma mulher, mesmo que essa não seja mãe. Por se nascer mulher já é esperado um cuidado, zelo, carinho, coisas que não são esperadas aos homens. Sobre isso, Gisela acrescenta que são as filhas que cuidam dos pais quando ficam mais velhos e não os filhos, evocando a generificação social do trabalho de cuidado. Em particular, a expositora nota que sempre se supõe que a professora é mais doce, carinhosa, flexível, pois essas são as características tomadas e associadas às mulheres, de tal maneira que as pessoas estranham quando uma mulher não corresponde a essas expectativas.

Gisela comenta que sempre foi incentivada a estudar, seus pais eram professores, sua mãe trabalhava (menos que o pai, em suas palavras), logo não era uma realidade distante ou estranha a graduação e o trabalho à mulher, a partir da relação intrafamiliar. Para mais, acrescenta-se que numa entrevista para mestrado foi perguntado se ela tinha filhos, Gisela se questiona se essa é questão que também foi realizada aos candidatos homens nesse mesmo processo de seleção e desabafa: “O filho é da mãe, essa é a hipótese, né, que tá por detrás, assim como o cuidado cabe à mulher, o filho cabe à mãe, né...Uma coisa implicada na outra só que num subconjunto né...”

A palestrante conta que no meio tempo do mestrado foi necessário se ausentar de casa diversas vezes, por diversas razões e a culpa, anteriormente discutida, sempre se fazia presente, pois parecia que ao fazer esses distanciamentos é deixado várias lacunas sobre seu papel de mãe, mulher, esposa, gestora de casa. Ela diz que por não ter parte da família mais próxima sentia que o cuidado caía mais na sua responsabilidade, foi necessário se delegar e conciliar tudo. Nesse caso, há um entendimento da atividade como cuidado que não se associa a um trabalho, mas como o cumprimento de uma obrigação, advinda do amor e responsabilidade familiar que a mulher deve ter para com seus membros familiares ou que vivem no domicílio (Debert; Pulhez, 2019). Além disso, Gisela acrescenta que os pais das suas filhas sempre colaboraram para ajudar a cuidar e cita que as pessoas durante as viagens, que ela precisava fazer, sempre perguntavam “com quem estão suas filhas?” e achavam estranho Gisela deixá-las com o pai questionando “mas você tem coragem de deixar elas com os pais?”. Clélia, adiante, comenta que já passou por situações semelhantes.

Em particular, Gisela diz que durante seu doutorado, inicialmente em São Paulo, ela precisava ficar fora alguns dias da semana e a culpa sempre vinha, como se ela tivesse largado, abandonado as filhas: mas repetia para si que essas estavam com o pai e ela estava em formação. Além disso, a expositora conta que suas filhas brincavam colocando a bolsa nas costas e dizendo que iam sair para

trabalhar. Na interpretação de palestrante, isso mostra o prazer de ir trabalhar, mesmo gostando muito de estar em casa, que enquanto mãe conseguia transmitir para elas, e evidencia o lar que as mulheres constroem como uma mãe que trabalha, que gere uma carreira e que esperam que maternem nos lugares por onde transita. Para finalizar, Gisela diz:

“O cuidado, o cuidar, é função de todos, do ser humano, não é função da mulher. É responsabilidade de todos que se põe a lidar com seres humanos e lidamos com seres humanos o tempo todo. Portanto, o cuidado é função de todos nós.”

Essa concepção exposta por Gisela muito se aproxima das colocações de Debert e Pulhez (2019) sobre a democratização do cuidado.

Para tornar o cuidado um valor democrático é preciso reconhecer nossa dependência e a dependência de cada um. Precisamos admitir que todos nós somos vulneráveis. O reconhecimento de nossas dependências mútuas não significa o sacrifício do sujeito e sim a compreensão do agir com responsabilidade em relação a si mesmo e aos outros.

As palavras de Tronto (2013), de maneira sintética, resumem esse novo desafio: é preciso trazer o cuidado para a democracia e, ao mesmo tempo, democratizar o cuidado (Debert; Pulhez, 2019, p. 22).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa breve análise da live “Maternidade, Maternagem e Carreira”, alguns aspectos ficam evidentes. Primeiro deles é que a despeito de todas as diferenças entre as mulheres participantes, não apenas no que se refere às trajetórias individuais, mas também em termos de raça e geração, gênero é um marcador social fundamental na forma como vivem e agenciam seus percursos e experiências profissionais. Todas falam sobre as dificuldades em se identificar, acessar e permanecer em um campo predominantemente masculino, como a Matemática. É como se elas precisassem constantemente negociar com essa entrada, isto é, aliando a Matemática ao ensino, tradicionalmente associado ao feminino.

Como em outras carreiras, o trabalho do cuidado como obrigação que recai sobre as mulheres é uma outra dimensão da experiência que limita a permanência no campo da Matemática. Quanto mais masculinizada a área, menor o espaço para o cuidado. Na realidade, cuidar torna-se algo invisível e desvalorizado, um fardo que atrapalha o pleno desenvolvimento de uma carreira. Sendo assim, as mulheres se veem obrigadas a escolher entre seguir seus percursos acadêmicos



e profissionais ou se dedicar à maternagem. Interessante notar que na fala das participantes da live, os homens, seus companheiros, maridos ou namorados, são citados como pessoas que colaboraram em seus percursos. Elas vocalizam as ações desses homens como “ajuda”, mas não como compartilhamento de responsabilidades.

Por fim, outro aspecto importante a ser ressaltado é a ambiguidade do cuidado na produção da subjetividade dessas mulheres que envolve também sua constituição como profissionais. Nas falas das participantes, o peso do cuidado aparece muito mais porque as mulheres ficam sozinhas (ou no máximo são “ajudadas”) com essa obrigação. Ou ainda porque se vivenciam situações de exclusão e preconceito em ambientes acadêmicos e profissionais por serem mães. Contudo, é possível também notar que nas falas dessas mulheres, o cuidado é vivido como uma experiência de ampliação de percepção do mundo que também é levado para o fazer profissional no sentido de se implicar e se importar com outras pessoas.

## REFERÊNCIAS

### **BOLSONARO diz que não pagaria a mulheres o mesmo salário dos homens.**

RedeTV!, 2016. Disponível em: <https://www.redetv.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/bolsonaro-diz-que-nao-pagaria-a-mulheres-o-mesmo-salario-dos-homens>. Acesso em 20 nov. 2023.

DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. Apresentação. In: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques (orgs.). **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**, 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFHC, 2019. p. 5-27. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/view/120/112/371>. Acesso em 20 nov. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 6-23, jan-abr, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>. Acesso em 20 nov. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

MENDICK, Heather. A beautiful myth? The gendering of being/doing 'good at maths'. **Gender and Education**, v. 17, 2, 203-219, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0954025042000301465>. Acesso em 09 nov. 2023.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201 - 248, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CYYSsFmdHWTGN-cBqYQKQ9Rw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09 nov. 2023.

OLIVEIRA, Alessandra K. Tavares de; CARMO, Milena Mateuzi. "Dar conta": cuidado, afeto e redes de ativismo em tempos de pandemia. **Boletim cientistas sociais - a questão étnico racial em tempos de crise**, n. 37, p. 1 - 5, 2020. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2021/03/02/boletim-a-questao-etnico-racial-em-tempos-de-crise/>. Acesso em 09 nov. 2023.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, p. 8 - 19, jan/jun, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/1033/831>. Acesso em 20 nov. 2023.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263 - 274, jul/dez, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em 09 nov. 2023.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional. **PLURAL**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.159740>. Acesso em 20 nov 2023.

## HISTÓRIAS OUTRAS NA MATEMÁTICA E NAS CIÊNCIAS

*Renato de Carvalho Alves<sup>1</sup>*  
*Geisa Abreu Lira Corrêa dos Santos<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este relato é referente a um projeto que visa levar os estudantes a aprofundarem seus conhecimentos nas áreas de Matemática e das Ciências, de um ponto de vista cultural, através do estudo das histórias apagadas ao longo da história hegemônica que prevaleceu, contada a partir de uma visão eurocêntrica de mundo. A partir de um contato inicial com algumas dessas histórias, os alunos serão convidados a pesquisar histórias outras de diferentes cientistas, que sofreram preconceitos ligados a diferentes marcadores (gênero, raça, dentre outros). Espera-se que o conhecimento gerado pelas pesquisas e discussões realizadas ao longo do projeto permitam aos alunos um resgate de sua autoestima enquanto estudantes, um reconhecimento de si como seres também capazes de fazer Matemática e fazer Ciências, e um incremento em sua cultura geral nessas áreas.

**Palavras-chave:** História da Matemática. História das Ciências. Apagamento Cultural. Eurocentrismo.

1 Professor da EBTT-Colégio Pedro II-[renatoalves@cp2.g12.br](mailto:renatoalves@cp2.g12.br)

2 Doutoranda do Curso de Doutorado em Ensino e História da Matemática e da Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; Professora da EBTT-Colégio Pedro II-[geisalanis@gmail.com](mailto:geisalanis@gmail.com)

# “(POR QUE ACREDITA-SE QUE) A MATEMÁTICA É COISA (EXCLUSIVAMENTE) DE HOMEM (CISNORMATIVO EUROPEIZADO?)”: OBSERVAÇÕES ACERCA DE PRESENÇA DE DIVERSIDADE NUM CURSO DE MATEMÁTICA

*Leonardo Maciel dos Santos<sup>1</sup>*

*Eduardo dos Santos de Oliveira Braga<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da necessidade de contrapor o discurso de que os espaços de produção de conhecimento nas áreas das ciências ditas exatas são ambientes majoritariamente masculinos e eurocêntricos - em especial em cargos de maior grau hierárquico - pelo fato destes sujeitos serem tanto mais aptos para executar tais funções, quanto terem uma afinidade natural com os conhecimentos dessas áreas.

Para realizar tal contraposição, primeiro serão apresentados argumentos que identificam que tal crença está baseada numa racionalidade colonialista oriunda da modernidade (período compreendido entre o século XV e o século XVIII da Era Comum) e alguns métodos institucionais utilizados para propagar tal discurso na sociedade brasileira ainda atualmente. Por fim, serão apresentadas reflexões oriundas de situações vividas num curso de matemática voltado para sujeitos da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), as quais apontam fragilidades em tal discurso.

Spivak (2010) denota o **subalterno** como sendo o sujeito pertencente às camadas mais baixas da sociedade e que, em decorrência disso, não podem ser ouvidos de forma ativa na reivindicação de suas necessidades políticas, sociais e subjetivas, tendo ou suas falas negadas socialmente, ou usurpadas por pessoas em cargos de maior prestígio social. No contexto da periferia carioca e da baixada fluminense do Rio de Janeiro, os sujeitos subalternos são, usualmente, pessoas

1 Licenciando em Matemática pelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ - *Campus Nilópolis*, [maciel.ifrj@gmail.com](mailto:maciel.ifrj@gmail.com);

2 Doutor em Ensino de Ciências pelo IFRJ *Campus Nilópolis*, [eduardo.braga@ifrj.edu.br](mailto:eduardo.braga@ifrj.edu.br).

trans e mulheres cisgênero; não-brancas; de etnia de matriz autóctones ou africana; integrantes da comunidade LGBTI+; suburbanas.

Brech (2018) apresenta que participação de pessoas que se identificam com o gênero feminino nos espaços acadêmicos da área das Ciências Matemáticas, no meado da década de 2010, tinha os seguintes percentuais aproximados: 41% do corpo acadêmico (docente e discente) na graduação; 22% do corpo docente da pós-graduação; e 5% dos integrantes de Ciências Matemáticas da Academia Brasileira de Ciências (ABC). A autora sugere que tal desnível é devido às obrigações sociais atribuídas ao papel do gênero feminino na sociedade brasileira, e não por falta de afinidade destas com o ambiente de produção acadêmica sobre matemática, levantando ainda a seguinte provocação: “o ambiente é masculino porque somos poucas (mulheres), ou somos poucas porque o ambiente é masculino?”

Haubrichs e Amadeo (2021) expõem que há uma tendência nesses materiais didáticos em contar a história das ciências ditas exatas sob uma ótica eurocêntrica. Apontam os autores que “há uma ausência total de menção ao Brasil” (p. 202) na produção de conhecimentos na área, bem como há ausência total de um nome feminino numa lista de oitenta e quatro personagens históricos, cuja nota-se predominância de personagens europeus. Os autores ainda observam que os nomes não europeus citados têm menos valor que sua obra produzida, pois coloca-se “esses personagens em uma categoria abaixo do que os textos matemáticos” (p. 204) produzidos por europeus.

O apagamento do sujeito subalterno na história da produção de conhecimentos na área das ciências ditas exatas e a propagação da hegemonia eurocêntrica nos países do sul global configuram aspectos que sustentam a **colonialidade**. Entende-se por colonialidade essa forma de impor o pragmatismo europeu em regiões historicamente colonizadas, por mais que essas relações políticas (colônia-império) tenham terminado.

Walsh (2008) identifica e sintetiza pelo menos três manifestações de colonialidade: **do poder**, que hierarquiza a sociedade de acordo com seus corpos (raça, identidade sexual e de gênero, cor, etnia); **do saber**, que universaliza as experiências e saberes como únicas, descartando quaisquer outras racionalidades ou epistemologias que não forem eurocêntricas; e **do ser**, que refere-se à invisibilização de grupos sociais que não os do colonizador através da “inferiorização, subalternização e desumanização” (p. 138) destes.

Com base nos levantamentos apontados e no intuito de **esperançar** a educação matemática como um campo que auxilie na superação da colonialidade e de suas expressões na sociedade brasileira, este trabalho busca apresentar reflexões

oriundas de situações vividas no curso presencial “Matemática pra Você”<sup>3</sup>, nos meses de Abril a Julho de 2023, com o intuito de fomentar o debate acerca da pergunta: “o que leva a matemática ser uma área de conhecimento exclusiva/excludente atualmente?”.

## METODOLOGIA

Este relato de experiência estará centrado em apresentar respostas dos participantes quanto às seguintes situações observadas: (I) construção de conhecimento acerca dos conteúdos matemáticos trabalhados; (II) afinidade com esses conteúdos; (III) experiências escolares e extraescolares com o conhecimento matemático, seja este formalizado ou não; (IV) dificuldade de acesso à educação e continuidade dos estudos.

As respostas apresentadas foram refletidas com base nos trabalhos de Fonseca (2020), sobre apontamentos e objetivos da educação matemática na modalidade EJA, e Freire (2021), que apresenta a “educação problematizadora” como forma de favorecer a formação crítica dos educandos. Quanto às especificidades e demandas educacionais apresentadas pelos sujeitos da EJA, tais questões foram orientadas pelas reflexões presentes no trabalho de Gouveia e Viana (2021). Tal processo de reflexão visou verificar a veracidade da hipótese: “a expressão da colonialidade cerceia grupos sociais nos espaços acadêmicos de produção de matemática”.

Todos os participantes (43) precisaram preencher uma ficha autoavaliativa acerca de seus conhecimentos sobre grandes áreas da matemática e uma ficha descritiva ao realizar a inscrição no projeto. Obteve-se os seguintes resultados: quanto à compreensão dos conteúdos, apenas 16% responderam compreender aritmética em sua totalidade; 12% álgebra; 7% geometria; e 9% matemática finita; quanto à gênero, 77% identificam-se com o gênero feminino e 2% como sendo não-binário; quanto à sua empregabilidade, 86% afirmam ou terem exclusivamente trabalhos domésticos não-remunerados, ou serem autônomos; quanto à escolaridade, 75% afirmam serem ou terem sido educandos da modalidade EJA. Todos os participantes responderam que estão geolocalizados na baixada fluminense.

<sup>3</sup> O curso é fruto do projeto de extensão de mesmo nome, oriundo do IFRJ - *Campus* Duque de Caxias e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo do projeto é, através de um curso presencial aos sábados e um material didático próprio, auxiliar a sanar as defasagens de aprendizagem dos conteúdos de matemática dos educandos da modalidade EJA do *campus* e comunidade externa, bem como prepará-los para vestibulares e concursos públicos diversos conforme as demandas.

Com o avançar do curso, o número de participantes - por motivos diversos, incluindo a falta de dinheiro para deslocamento até o *campus*, não conciliamento do curso com os trabalhos remunerados, etc - foi reduzido para aproximadamente 30% de seu número inicial (cerca de 13 participantes ativos). Assim, os resultados obtidos estão embasados nos comportamentos e respostas desses participantes ativos acerca das situações apresentadas.

Ressalta-se ainda que todos os participantes assinaram o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)** como requisito obrigatório para participarem do curso, autorizando o uso das situações vividas como resultado de pesquisas realizadas. Observa-se ainda que, em sua maioria, os participantes encaixam-se nos estereótipos dos sujeitos subalternos da baixada fluminense/subúrbio carioca descritos.

A metodologia deste trabalho pode ser classificada como qualitativa, uma vez que as situações observadas advieram das relações interpessoais estabelecidas entre discentes e docentes. Bicudo (2012) afirma que a adoção dessa abordagem, em especial no campo da pesquisa da educação matemática, visa evidenciar a complexidade das relações humanas, e reitera que a transcrição de uma situação perde sua totalidade de sentido se transferidos a outros contextos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à (I) e (II), os resultados mostraram-se intrínsecos: observou-se uma maior participação dos sujeitos na construção de conhecimentos acerca dos conteúdos quando relacionados às suas vivências, e que a abstração presente nos conteúdos escolares distancia-os de terem uma afinidade com estes.

O reconhecimento destas formas outras de se fazer e pensar matemática(s) está diretamente relacionado ao pensamento de Freire (2021) sobre educação problematizadora, a qual têm o papel de fazer os educandos entenderem “como **estão sendo** no mundo (...) **em que** se acham” (p. 100, grifos do autor), e não somente os fazerem memorizar conteúdos fixos, mistificados. Bem como, Fonseca (2020) aponta que a Educação Matemática na modalidade EJA têm como principal objetivo propiciar “experiências de significação passíveis de serem não apenas **vivenciadas**, mas também **apreciadas** pelo aprendiz” (p.25, grifos da autora).

Quanto à (III), a matemática escolar é entendida por esses sujeitos como abstrata, ao passo que as experiências extraescolares circundam o campo de planejamento de renda familiar, estratégias para medição de objetos, organização de tempo para realização de rotinas, dentre outros. Assim, entende-se que a

matemática é vista como presente no cotidiano desses sujeitos, apesar de terem como abstratos os conteúdos escolares.

Gouveia e Viana (2021) pontuam que as práticas de ensino dos docentes na EJA devem privilegiar o diálogo entre educadores e educandos, de modo a promover a formação (mútua) humana e crítica desses sujeitos. Propõem as autoras, para isso, o diálogo interdisciplinar entre os conteúdos escolares e a realidade discente. Este diálogo fez-se presente no curso quando se lançou luz à presença dos conteúdos de matemática no cotidiano dos participantes, mesmo que de maneira não formalizada.

Quanto à (IV), os participantes relataram que sua vivência enquanto sujeitos subalternos e os papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal e racista em que estão inseridos foram as principais dificuldades para tanto acessar a educação básica, quanto continuar os seus estudos em instituições de ensino superior. Ainda, destaca-se que suas motivações maiores em ingressar na modalidade EJA e no curso estão relacionadas tanto com a realocação social - uma vez que costumeiramente são julgados por sua formação escolar deficitária - quanto com o desenvolvimento intrapessoal (em caráter holístico e ontológico) através dos estudos.

Diante dos resultados apresentados, mostra-se que tal discurso hegemônico, provocado no título do trabalho, estrutura-se na **negação** de outras formas de se fazer/pensar matemática(s) que não a formalizada nos conteúdos escolares; na **restrição** de acesso a espaços de produção de conhecimentos acadêmicos via hierarquização de corpos de acordo com seu fenótipo, gênero e posição social; e na **inferiorização** dos sujeitos subalternos, ao difundir a ideia de que a hegemonia masculina cisnormativa europeizada nos espaços acadêmicos é não um privilégio desta classe, mas sim consequência de serem munidos de um dom natural - e exclusivo a eles - para produzir conhecimentos na área da matemática acadêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou torcer o discurso de que os ambientes acadêmicos de produção de conhecimentos matemáticos são compostos (quase que) exclusivamente por homens cisgêneros europeizados pelo fato destes serem munidos de aptidões e afinidades naturalmente extraordinárias com essas áreas.

Ao entenderem que suas estratégias próprias de resolução de problemas de natureza matemática associavam-se com a matemática dita formal, os participantes relataram um empoderamento intelectual, favorecendo o processo de superação dos discursos de que “a matemática é feita por/para homens



(europeizados) exclusivamente”. Ainda, os participantes relataram que caso tivessem oportunidade de dar continuidade a seus estudos, teriam feito. Porém, as adversidades oriundas dos papéis de gênero e raça impostos pela sociedade brasileira (como dedicar-se exclusivamente à trabalhos domésticos; trabalhar desde a infância para sustento familiar; racismo e transfobia) foram determinantes para a baixa escolaridade dos participantes.

Neste contexto, pode-se afirmar que as causas que segregam sujeitos subalternos da produção de conhecimentos matemáticos estão associadas às expressões de colonialidade expostas, e não de uma inabilidade em produzir conhecimentos na área ou falta de afinidade com esses conteúdos - confirmando a hipótese inicial levantada. Apoiado nas considerações de Bicudo (2012), destaca-se que este trabalho é, também, fruto dos contextos, personagens e relações que compuseram tais situações, e que os resultados apresentados devem ser encarados como um recorte específico, não sendo cabíveis para generalização ou universalização, mas como base para reflexões.

Por fim, faz-se necessário que sujeitos subalternos “ocupem, resistam e produzam” - lema do Movimento dos Sem Terra (MST) - a fim de romper com a hegemonia eurocêntrica destes espaços. Este relato de experiência tem como intuito último motivá-los a fazerem isso, e ressaltar que a Educação Matemática possui potencialidades para romper com as expressões de colonialidade dentro da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Diversidade no campo da Educação Matemática; Educação de Jovens e Adultos; Curso “Matemática pra Você”.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, Brenda Amaral, eu amo você minha deusa, e não cabe aqui o quanto eu te amo e sempre vou te amar - mas eu vou. Também agradeço meu queridíssimo orientador, Eduardo Braga, pela leitura crítica e recomendações. Por fim, ao CNPq e IFRJ por possibilitarem e viabilizarem o projeto “Matemática pra Você”.

## REFERÊNCIAS

BICUDO, M. A. V. A pesquisa em educação matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 2, 2012.

BRECH, C. O 'dilema Tostines' das mulheres na matemática. **Revista Matemática Universitária**, v. 54, p. 1-7, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 80. ed. Rio de Janeiro: **Paz & Terra**, 2021.

FONSECA, M. C. F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOUVEIA, F.; VIANA, S. Projeto Integrador: prática educativa na perspectiva da práxis. **Práticas Pedagógicas na Educação Básica**. 1 ed. v. 1. p. 23-35. Divinópolis: Meus Ritmos, 2021.

HAUBRICHS, C.; AMADEO, M. História da Matemática nas Coleções do PNLD 2018: Um estudo preliminar. **Hipátia**. v. 6, n. 2, p. 199-214, 2021.

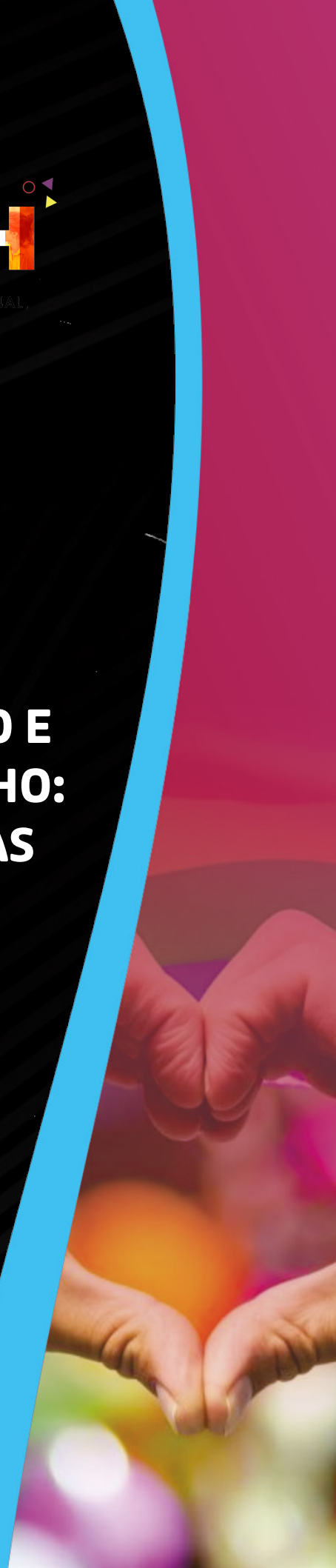
SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010

WALSH, C. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado**. Tabula rasa, n. 9, p. 131-152, 2008.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 24 - RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS



# EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: IMPACTOS PARA MULHERES DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

*Thatiane Santos Ruas<sup>1</sup>*  
*Thais Alfred Iasbik de Aquino<sup>2</sup>*

## RESUMO

A Universidade Aberta do Brasil constitui-se em uma política de fomento à ampliação do acesso à Educação Superior em regiões onde não há presença física de instituições públicas e gratuitas de ensino deste nível. Em parcerias com outras universidades públicas, são ofertados cursos de graduações e pós-graduações para as populações, principalmente dos interiores de cada região do Brasil. No âmbito do Estado de Minas Gerais, destaca-se a parceria UAB-Universidade do Estado de Minas Gerais. A partir desse contexto, realizamos uma pesquisa monográfica em que buscamos traçar algumas compreensões de como que estudantes de cursos de graduações percebem e se apropriam de políticas de fomento à Educação Superior ofertadas pela UAB-UEMG. Nesse âmbito, foram analisadas, por meio de pesquisa empírica, algumas percepções de estudantes que tangenciam as questões de gênero e que podem apontar desafios e possibilidades de graduandas durante a vivência do curso. O embasamento teórico que sustenta a pesquisa perpassa por autores (as) como Gontijo e Araújo (2018), Araújo (2022), que tratam das políticas de fomento a Educação Superior da UAB; Hirata (2003, 2009), Kergoart (2007, 2010), Abreu, Hirata e Lombardi (2016), Quirino (2014), Souza (2010) que trazem discussões pertinentes às relações de gênero e divisão sexual do trabalho. A pesquisa evidenciou que há desafios para as mulheres no que se refere à conciliação dos estudos com outras atividades, à divisão de tarefas domésticas, às responsabilidades financeiras, ao cuidado com os familiares. Por outro lado, o acesso à Educação Superior também sugere possibilidades de autonomia e emancipação.

**Palavras-chave:** Relações de gênero, Educação Superior, Educação a distância, Universidade Aberta do Brasil, Universidade do Estado de Minas Gerais.

1 Coordenadora do Curso de Pedagogia EaD – Universidade Aberta do Brasil – Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ibirité. thatiane.ruas@uemg.br;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia EaD – Universidade Aberta do Brasil – Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ibirité. autorprincipal@email.com

# FEMINISMOS PLURAIS: AMPLIANDO OLHARES EM TORNO DE MOVIMENTOS DE MULHERIDADES E FEMINILIDADES

*Thatiane Santos Ruas<sup>1</sup>*

## RESUMO

Em tempos de expansão da sociedade da informação e do conhecimento, caracterizada, principalmente, pela intensificação da comunicação por meio das redes sociais digitais e sistemas midiáticos de alcances globais, as pautas feministas foram ampliadas e ganham, cada vez mais, seguidores (as), defensores (as), militantes e ativistas. Nesse contexto, destacam-se novas formas de reconhecimento de mulheridades e feminilidades que vão além das tradicionais construções sociais e culturais do que é ser mulher e ser homem com base no sexo biológico. Butler (2020) e Louro (2003; 2004) discutem acerca de questões ou problemas de gênero, no sentido de problematizar as correlações entre as construções de gênero, sexo e sexualidades, por exemplo. Crenshaw (2002) e Akotirene (2020) trazem debates em torno da interseccionalidade de gênero, classe e raça, temáticas presentes também nos estudos de Conceição Evaristo, Ângela Davis e bell hooks. Entre outras possibilidades, o transfeminismo surge com outros olhares de modo a ampliar as possibilidades de quem pode ser mulher e que feminilidades podem ser exercidas pela diversidade de corpos e desejos. Com base em estudos teóricos desenvolvidos em um grupo de pesquisa, proponho este artigo com o objetivo de trazer algumas reflexões que mostram a ampliação das discussões dentro de movimentos feministas e os novos contornos de encontros possibilitados pelas mídias sociais, como blogs e sites. Nessa direção, é possível perceber a ampliação dos debates que abordam a necessidade de reconhecimento e valorização de vivências de mulheridades e feminilidades, as quais trazem uma dimensão de pluralidade de vozes e debates aos feminismos.

**Palavras-chave:** Feminismos, Mulheridades, Feminilidades, Relações de gênero, Interseccionalidades.

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Pedagogia e pesquisadora da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité, [thatiane.ruas@uemg.br](mailto:thatiane.ruas@uemg.br)

# MULHER JOVEM E REFUGIADA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO MIDIÁTICA DE UMA INFLUENCER DO TIKTOK NA GUERRA DA UCRÂNIA

*Mariana Marcela de Fátima Moraes<sup>1</sup>*  
*Cristóvão Domingos de Almeida<sup>2</sup>*

## RESUMO

Posterior a declaração de guerra e início dos bombardeios entre Rússia e Ucrânia em 2022, registros de vídeo por parte de refugiados em meio ao conflito viralizaram na plataforma do TikTok, entre eles o perfil de Valéria Shashenok, mulher jovem e refugiada ucraniana. Com o objetivo de contextualizar o conflito armado entre os países enquanto disputa midiática de narrativas, a pesquisa analisa postagens de Shashenok no TikTok, plataforma que passou a ser um “campo de batalha”, fomentando narrativas durante o período de conflito, mas também espaço para reflexão sobre o impacto dos registros da jovem enquanto uma influencer, mulher, jovem e refugiada. A investigação mobiliza conceitos como feminização das migrações, refúgio, memória, juventude e narrativas. Metodologicamente, o estudo é qualitativo, de natureza descritiva e bibliográfica, com coleta de dados netnográfica e análise textual discursiva, a fim de compreender o conflito e a plataforma através dos paradigmas da comunicação. Pode-se perceber nas práticas midiáticas da jovem que seu discurso narrativo midiático se dá de forma politizada, suscitando diferentes narrativas e engajamentos divergentes sobre o conflito, além da presença de um posicionamento pessoal da influencer quanto à guerra e ao presidente russo. Ademais, o perfil da jovem enquanto mulher refugiada ativa na defesa de suas crenças, cultura e país em uma rede social com milhões de usuários, permite perceber que a inserção dos jovens nas plataformas digitais têm redesenhado os usos das redes.

**Palavras-chave:** Refugiada; TikTok; Influencer; Práticas Midiáticas; Guerra da Ucrânia.

1 Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Poder da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. E-mail: marianamarcela@outlook.com.

2 Orientador do trabalho, professor do programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM) do Programa de Pós-graduação em Estudo de Cultura Contemporânea (ECCO) na UFMT. Atua na área da Comunicação Social com ênfase em migrações, cidadania, comunicação, consumo de mídia e práticas culturais. Email: cristovaoalmeida@gmail.com.



# DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA NA PERSPECTIVA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, DOS DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE BELO HORIZONTE

*Antonia Pinheiro<sup>1</sup>*  
*Raquel Quirino<sup>2</sup>*

## RESUMO

Considerando a literatura sobre a divisão sexual do trabalho e a identidade profissional docente nos últimos cinco anos contempla, em sua vasta maioria estudos acerca da vida de docentes da educação formal, básica e ainda que haja estudos em institutos de educação profissional, são em sua maioria realizados em instituições públicas federais ou estaduais, que contemplam inclusive a educação integrada com o Ensino Médio ou na modalidade da graduação. Nesse sentido, a atuação docente em instituições privadas e suas peculiaridades, sobretudo as ligadas a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que estão sob às pressões mercadológicas, têm sido pouco privilegiadas pela pesquisa acadêmica. O presente artigo objetiva compreender a divisão sexual do trabalho e a constituição da identidade profissional de professores de uma instituição privada de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (EPTNM), em Belo Horizonte, atentando-se para assimetrias de gênero e classe, próprias das relações sociais. Para este estudo estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro professores/as, dois do sexo masculino e dois do sexo feminino que atuam nessa modalidade de ensino. Para o levantamento de teses de dissertações adotou-se o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na base de dados dos periódicos da Scientific Electronic Library On Line (Cielo). Espera-se a análise crítica dos resultados possam auferir uma compreensão mais assertiva da constituição identitária na perspectiva da divisão sexual do trabalho, de docentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em instituição privada.

**Palavras-chave:** Divisão sexual no trabalho. Identidade profissional. Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Vida de professores.

1 Mestranda em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais-CEFET - MG, profantonia02@gmail.com;

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - MG, professora no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET- MG, quirinoraquel@hotmail.com.



## DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Lívia Machado Oliveira<sup>1</sup>*

*Joyce Alves da Silva<sup>2</sup>*

### RESUMO

O trabalho docente dedicado à primeira infância “naturalizou-se” diante da perspectiva de gênero como sendo um espaço reservado às práticas femininas. No entanto, apesar de ser um grupo minoritário, observa-se que tem aumentado gradativamente o quantitativo de docentes homens que decidem lidar diretamente com as questões paradigmáticas que atravessam a divisão sexual do trabalho e as noções hegemônicas de masculinidades e optam por enfrentar os estigmas que perpassam a atuação docente masculina na Educação Infantil. O presente estudo tem por objetivo analisar como se dá a construção social de docentes homens que atuam na Educação Infantil, refletindo sobre como os atravessamentos sociais relacionados à perspectiva das relações de gênero influenciam neste processo. Sendo esta pesquisa de caráter qualitativo, utilizaremos como ferramenta metodológica a aplicação de um questionário com perguntas abertas, fechadas e dependentes de modo a compreender a identidade docente de sete profissionais que atuam na Educação Infantil. A análise das informações tem por anseio correlacionar os dados obtidos neste estudo com o referencial teórico no campo das relações de gênero que subsidia as problematizações que constituíram a pesquisa. Diante desse cenário de tensões e conflitos, pretendemos enfatizar a importância de viabilizarmos para as crianças pequenas uma educação emancipatória em termos de diversidade com foco na qualificação profissional e livre de rótulos. A Educação Infantil precisa romper com os estereótipos para que suas práticas e os agentes que nela atuam possam ser pensados no âmbito profissional, só assim poderemos alcançar a instauração de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Gênero, Docência, Educação Infantil, Masculinidades.

1 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; liviaoliveira@gmail.com

2 Professora pós doutora em Educação . Professora no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; joyce.alves@ufrj.br.

# PROTAGONISMO DE MULHERES NAS LUTAS POR INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO SETOR AUDIOVISUAL DO BRASIL

*Fernanda Deborah Barbosa Lima<sup>1</sup>*  
*Debora de Carvalho Figueiredo<sup>2</sup>*

## RESUMO

Essa comunicação pretende apresentar a participação de mulheres que atuam, e ocupam cargos e funções destacadas em diferentes grupos, associações, coletivos, sindicatos e empresas, que compõem o setor audiovisual no Brasil. Identificamos nos últimos o protagonismo de mulheres na intensificação de pautas de inclusão de gênero, raça, grupos étnicos e sexualidades dissidentes, a fim de combater as desigualdades estruturais nessa indústria. Grupos organizados de profissionais do audiovisual, como o +Mulheres Lideranças do Audiovisual Brasileiro, reivindicam políticas públicas, promovem iniciativas de capacitação das jovens profissionais, e produzem e divulgam pesquisas e levantamentos de dados que descortinam a realidade de profundas desigualdades estruturais no audiovisual brasileiro. A partir de uma revisão bibliográfica e das primeiras incursões a campo, pretende-se lançar especial atenção sobre o modo como essas mulheres organizadas têm se apropriado, ressignificado e atualizado as questões de gênero, assim como as pautas e as estratégias de mobilização “feministas”. Em certa medida uma perspectiva crítica “interseccional” tem orientado e promovido reflexões que buscam a continuidade e o aperfeiçoamento de políticas públicas e ações afirmativas a fim de garantir o acesso e a permanência de diferentes grupos, historicamente marginalizados e subalternizados, no mercado audiovisual.

**Palavras-chave:** protagonismo de mulheres, cinema e audiovisual, associativismos, sindicatos, ações afirmativas.

1 Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Mestre em Antropologia, UFF. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, PUC-Rio. Professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, fernanda.barbosa@ifrj.edu.br;

2 Professora orientadora: Débora de Carvalho Figueiredo, Doutora, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH - UFSC, debora.figueiredo@ufsc.br;

# DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO TURISMO: DA ESCOLHA DE CARREIRA À MOTIVAÇÃO PARA PERMANÊNCIA NO TURISMO

*Thiago Eduardo Freitas Bicalho<sup>1</sup>*  
*Raquel Quirino<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este artigo teve como objetivo problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres evidenciando os aspectos da escolha de carreira e motivação para a permanência no agenciamento de viagem. Optou-se por uma abordagem qualitativa nesta pesquisa científica categorizada de forma exploratória e crítica como tipo de pesquisa. Dividida em dois momentos, adota-se primeiramente a realização da revisão da literatura sobre as temáticas analisadas, a pesquisa documental para se aproximar do lócus de pesquisa e a pesquisa teórica que foi triangulada para avançar as análises da educação tecnológica como campo do saber e, na sequência, adota-se a realização da pesquisa empírica sob uma perspectiva etnossociológica. Para coleta de dados, foi utilizado na primeira etapa um questionário online e, na segunda etapa, uma entrevista semiestruturada. Apresenta-se nos resultados uma revisão da literatura com as teorias da Divisão Sexual do Trabalho de base materialista, de gênese francófona, associada às teorias de carreira, as discussões da educação tecnológica e do mundo do trabalho no turismo. Na sequência, apresenta-se nos resultados a análise comparativa entre homens e mulheres sendo os apontamentos na materialização das relações de trabalho: da escolha à permanência no turismo. Constata-se que quanto as desigualdades nas relações de trabalho foi percebido que na escolha e inserção profissional existe uma desigualdade perante o tipo de formação e o sexo sendo que alguns programas governamentais e de gratuidade na formação caracterizam-se enfrentamentos a lógica desigual por proporcionar a conclusão dos estudos de parte dos entrevistados.

**Palavras-chave:** Educação tecnológica, Turismo, Divisão sexual do trabalho, Carreira, Profissionais de turismo e hospitalidade.

1 Mestre em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, contato@thiagobicalho.com.br

2 Pós doutora em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, quirinoraquel@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

A relação entre o turismo, o trabalho e a sua divisão entre os sexos é manifestada na trajetória de vida no trabalho dos sujeitos e sua relação com a educação profissional e tecnológica foram objeto de análise de várias pesquisas (LIMA, 2007; BARRETO, 2010; SOARES, 2012; CARVALHO, 2013; MEIRA, 2013; NICOLAU, 2015; CORREA, 2018; JOHANN, 2018; SANTOS, 2018; SILVA, 2021). Compreender as trajetórias laborais de homens e mulheres em suas carreiras leva a perceber os recursos educacionais formais e informais acessados ao longo do exercício profissional para consolidar os conhecimentos, competências e habilidades no trabalho.

O turismo enquanto atividade econômica, assume proporções significativas em meio à globalização, constituindo-se como um movimento em que “nosso trabalho, os produtos e serviços que compramos e nossas políticas e agendas econômicas nacionais são influenciadas pelas atividades econômicas que ocorrem ao redor do mundo” (MOONEY, 2016, p. 220). Com isso o setor de turismo organiza-se em torno da garantia da qualidade dos destinos, dos produtos e dos serviços (CATRAMBY; COSTA, 2004; ALVES, K. 2018) tendo em vista que estes fatores relacionam-se diretamente ao valor atribuído ao local.

Em uma viagem, por exemplo, o que determina o preço de um pacote de viagens é a quantidade de serviços que o turista deseja incluir, em qual idioma ele quer ser atendido, qual o modal de transporte que ele deseja e se opta por um hotel de três ou cinco estrelas.

Ao olhar pela ótica do/a trabalhador/a, a relação dialética existente entre a prática social (trabalho, educação formal, dentre outros fatores objetivos) e o projeto de vida de pessoal (sonhos, objetivos, articulação subjetiva entre o individual e o social) será abordada nesta pesquisa como “carreira”.

A abordagem de carreira é baseada no conceito de carreira psicossocial proposto por Ribeiro (2009, p. 214), que é concretizada pelas “trajetórias de vida (deslocamentos espaço-temporais) tanto das pessoas, quanto das organizações do trabalho, vistos como fenômenos psicossociais legitimados e compartilhados”. Dentre as várias formas de compreender as carreiras na atualidade, todas buscam, de alguma forma, sistematizar e organizar as experiências dos indivíduos com o mundo do trabalho, pela possibilidade de posicionamentos e de construção de projetos de vida, trajetórias e identidades (RIBEIRO, 2013). É, portanto, por meio das carreiras que se torna possível conhecer as trajetórias de vida no trabalho e suas relações psicossociais. Porém, ao se analisar carreiras, não se pode negligenciar o olhar sexuado, uma vez que há diferenças substanciais na classe

trabalhadora composta por homens e mulheres (BONELLI, 2010) e, conseqüentemente, este é um fator que pode influenciar e promover desigualdades.

O olhar sexuado sobre o trabalho demonstra que existem mais mulheres trabalhando no setor de turismo do que a média de outros setores econômicos do Brasil e que, no “núcleo do turismo, por sua vez, a maioria dos/as trabalhadores/as formais são mulheres (55%)” (IPEA, 2015, p. 16). Constata-se ainda que a participação feminina na força de trabalho do turismo cresce em ritmo acelerado em todas as regiões (IPEA, 2015) e isso não acompanha a valorização social e econômica do trabalho, uma vez que, no turismo, a remuneração média dos homens é 43% superior à das mulheres (IPEA, 2015). Entre os meses de junho de 2018 e junho de 2019, por exemplo, houve um aumento nominal de 4,9% na média salarial dos homens - R\$1.405,93 - contra o aumento de 3,8% na média salarial das mulheres - R\$1.192,77 (OTMG, 2019, p. 6). À luz desses dados, entretanto, “não se pode afirmar que a remuneração da mulher é menor que a dos homens ao exercerem a mesma função. Para isso, deve-se comparar a remuneração na função específica” (IPEA, 2015, p. 21).

Portanto, a organização do trabalho no setor de turismo é complexa, haja vista que as relações sociais capitalistas são pautadas pelo acúmulo de capital por meio da exploração dos/as trabalhadores/as. O/a trabalhador/a que é explorado/a tem uma trajetória que é materializada na sua carreira e tem sexo e gênero. Nesse sentido, ao realizar um olhar sexuado sobre estes/as trabalhadores/as, evidencia-se, pelos dados do INEP (2017), que no aspecto educacional as mulheres são, em média, mais instruídas do que os homens e, no setor de turismo, mesmo com uma maior presença feminina, existe uma desigualdade salarial das mulheres em relação aos homens.

Com isso, a questão consiste em problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres evidenciando os aspectos da escolha de carreira e motivação para a permanência no agenciamento de viagem, uma vez que, como apontado por Mooney (2016), o status de igualdade entre homens e mulheres não existe em nenhum lugar do mundo. Mesmo com os progressos para diminuir essa desigualdade, há diferenças entre ser profissional homem e ser profissional mulher (BONELLI, 2010). Este estudo é importante, pois o setor de turismo carece de estudos que demonstrem “as relações profissionais em áreas vinculadas ao turismo e à vulnerabilidade destas às tradições sexistas” (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2016, p. 111). A análise comparativa realizada ao longo do artigo demonstrou em que medida as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres são evidenciadas pelas relações de trabalho.

Espera-se que, ao fim da leitura desta investigação, seja possível problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres evidenciando os aspectos da escolha de carreira e motivação para a permanência no agenciamento de viagem.

## REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa está situada nas discussões da organização do turismo nos territórios, tendo o agenciamento de viagens como lócus de pesquisa e os gerentes/proprietários, agentes de viagem e guias de turismo como sujeitos.

Sob a ótica etnossociológica, a partir do momento que a posição do sujeito está definida no mundo do trabalho é através dos cargos exercidos que serão evidenciados as relações de trabalho junto a uma organização. As relações de trabalho majoritariamente dependem de uma formalização - via contrato, prestação de serviço ou emprego.

A formalização do vínculo com uma empresa está relacionado diretamente com a centralidade do tempo no capitalismo (MOESCH, 2002) que conduz as sociedades modernas a estruturar o tempo social em contraponto com as jornadas de trabalho (ROSSO, 2017) impostas pelas empresas em tempos de neoliberalismo. A relação entre o tempo de produção vem sendo alterada nas últimas décadas com os avanços tecnológicos e as novas formas de vínculo trabalhista, afetando assim a dinâmica tradicional do tempo de lazer e das experiências turísticas.

Sem uma dissociação explícita entre o tempo de férias e o tempo de trabalho nas sociedades contemporâneas surgem questionamentos quanto às jornadas de trabalho, as relações entre os profissionais e as empresas contratantes, o teletrabalho e outras atribuições que extrapolam o ambiente de trabalho físico. Desta forma, o primeiro passo para compreender a dinâmica do mundo social do trabalho é perceber o cotidiano do sujeito trabalhador/a ao longo de sua carreira.

Inspirados na dialética histórico-estrutural relatada por Moesch (2002) buscaremos

“partir da prática social que exercemos; organizar um processo de interpretação crítica dela, que vai do descritivo ao reflexivo; que realize de forma rigorosa – entretanto, que seja sensível – análise, síntese, indução e dedução; que situe nosso ‘o que fazer’ nas tensões e contradições de fundo; que obtenha conclusões teóricas e ensinamentos práticos” (MOESCH, 2002, p. 56).

Olhar a prática de forma crítica, integral e que nos conduza a ensinamentos práticos através das conclusões teóricas é o mecanismo base para problematizar

as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres evidenciando os aspectos da escolha de carreira e motivação para a permanência no agenciamento de viagem sendo necessário, para isso, construir as categorias de análise a partir da reflexão das abordagens de gênero no turismo.

Swain (1995) aponta estudos que situam o gênero como uma categoria fundamental nas pesquisas de turismo e encontrada em estudos de estratégias de marketing, de planejamento territorial, de políticas públicas, de recursos humanos e de desenvolvimento econômico. A afirmação de Swain é corroborada pelos estudos de Silveira e Medaglia (2016) ao afirmarem que na sociedade contemporânea as questões relativas a gênero são influenciadas, ao mesmo tempo que influenciam, a atividade turística.

Fundamentalmente para problematizar as desigualdades entre homens e mulheres é preciso inferir a existência de uma divisão sexual do trabalho levando em consideração que Kinnaird e Hall (1996, p. 96 apud GIBSON, 2001, p. 28) sugere que as abordagens relacionando gênero e trabalho no turismo devem contemplar “a diferença na qualidade e no tipo de trabalho disponível, o acesso diferenciado das mulheres as oportunidades de emprego, a sazonalidade da atividade turística e as divisões sexuais do trabalho existentes e novas”.

Para contextualizar a divisão sexual do trabalho, nos escritos de Antunes (1999) sobre o sentido do trabalho o autor já afirmava uma crescente presença feminina na composição da força de trabalho dos países que não acompanhava a temática salarial, tendo assim um percentual de remuneração bem menor do que os aferidos pelo trabalho masculino. O autor ainda evidencia que nesta dinâmica de construção social sexuada as mulheres e os homens são capacitados de forma distinta, desde as famílias até as escolas, para o ingresso no mercado de trabalho possibilitando a apropriação desigual da divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 1999).

Em busca das categorias para analisar a dinâmica da divisão sexual do trabalho no agenciamento de viagens a presente investigação recorreu aos princípios organizadores (KERGOAT, 1996), teto de vidro (LIMA, 2013), segregação vertical e horizontal (OLINTO, 2011), familização e feminização (YANNOULAS, 2013).

Em relação aos princípios organizadores, a investigação irá de encontro a constatar a presença do princípio de separação - buscar compreender se existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres - e o princípio de hierarquização - buscar compreender se um trabalho de homem tem mais valor mais do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 1996).

O fenômeno do teto de vidro, sob a ótica dos estudos de Lima (2013), ocorre nas dificuldades das mulheres em exercer cargos e posições de poder como nas

funções de gerente/proprietária de empresas de agenciamento de viagens e na busca de identificar se existem entraves para a ascensão das mulheres no setor de turismo. A segregação vertical proposta por Olinto (2011) é muitas vezes associada ao teto de vidro nas organizações por compreender a estagnação das mulheres nas posições mais subordinadas impossibilitando a progressão nas escolhas e nas carreiras.

Já a segregação horizontal apresentada por Olinto (2011) demonstra a divergência nas trajetórias de carreiras entre os homens e as mulheres demonstrando um percurso mais longo do que outro em detrimento do gênero. Nos escritos de Yannoulas (2013) apresenta-se uma categoria importante de análise que é a feminização que corresponde a quantidade de pessoas do sexo feminino nas ocupações e profissões, sendo distinto de feminização que corresponde a caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão como feminina.

As categorias da divisão sexual do trabalho serão associadas às quatro formas de construção de carreiras que são inspiradas nos estudos de Ribeiro (2009; 2014) e serão utilizadas para a compreensão dos profissionais atuantes no turismo, sendo elas: nostalgia, fechamento, instrumentalidade e possibilidade.

A construção da carreira psicossocial em uma dimensão nostálgica possibilita ao sujeito uma “volta a ordem passada ou de manutenção dos modelos anteriores” (RIBEIRO, 2009, p. 209) que busca instituições normativas, modelos e estruturas hegemônicas que assemelham-se às concepções de carreiras organizacionais e oferecem segurança, reconhecimento e estabilidade que poderíamos exemplificar no turismo como as carreiras docentes construídas em instituições públicas por meio de concurso.

Na dimensão de fechamento, a construção da carreira psicossocial é uma tentativa de “ensimesmamento em comunidades delimitadas, por exemplo, por identidades profissionais” (RIBEIRO, 2009, p. 209) que tem o intuito de proteger a relação pessoa-trabalho por meio de uma classe coletiva de trabalhadores como seria o caso dos Guias de Turismo que posicionam-se no mundo do trabalho com base em regras criadas coletivamente pelos sindicatos dos trabalhadores.

De ordem mais fluida na dinâmica do mundo do trabalho na contemporaneidade a construção da carreira psicossocial na dimensão da instrumentalidade “caracteriza-se por ser uma adaptação identitária instrumental aos processos de trabalho, sem escolha ou autonomia” (RIBEIRO, 2009, p. 210) em que há uma ausência de relação coletiva e a singularidade é marcada pela descontinuidade, instabilidade e uma relação instrumental (utilitária) com o mundo do trabalho no qual poderíamos mencionar as trajetórias de trabalho informal no turismo ou



transitórios em vínculos empregatícios frágeis construídos em momentos de alta temporada (grande fluxo de turistas).

Na dimensão da possibilidade, a construção de carreira psicossocial propõe em “um caminho de análise intermediário da carreira que não aposte na estabilidade permanente [...] nem na mudança incessante de estruturas singulares não-intercambiáveis” (RIBEIRO, 2009, p. 210) que buscará ser percebida ao longo da análise como uma estratégia de resistência e enfrentamento por ser uma construção coletiva dos trabalhadores, submetida ao reconhecimento social e que, ao ser transformada, aponta para padrões heterogêneos e diversificados de carreira com foco na relação pessoa-mundo do trabalho.

Seja qual for as formas de construção das carreiras identificadas, buscará, seguindo os preceitos de Quirino (2015) compreender se a mulher padece da opressão, do preconceito e da marginalização pela sua condição conjuntamente com a exploração econômica imputada pelas múltiplas jornadas. Todas as categorias de análise aqui apresentadas procuram evidenciar a complexidade e as desigualdades existentes no desenvolvimento do turismo considerando que “um dos caminhos para entender a dinâmica e promover mudanças em direção à igualdade é através do estudo das relações de gênero” (SWAIN, 1995, p. 264).

## METODOLOGIA

Esta investigação foi desenvolvida segundo uma abordagem qualitativa, haja vista que sua expectativa está no “aprofundamento da compreensão de um grupo social” (QUIRINO, 2017, p. 3), a fim de compreender e problematizar as relações sociais e a inserção dos sujeitos de um determinado grupo no mundo do trabalho.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa tem caráter exploratório e crítico para proporcionar “maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002, p. 41) e contribuir para a compreensão das carreiras e a problematização das desigualdades entre homens e mulheres no setor de turismo por meio de um olhar crítico do trabalho. Devido à natureza exploratória e crítica, serão necessários tipos distintos de delineamento de pesquisa.

A pesquisa iniciou com a formulação da problemática inicial que norteia a apresentação da questão e do objetivo de pesquisa. Partindo deste momento realizou-se a revisão da literatura, a pesquisa teórica e a pesquisa documental para aproximar o lócus da pesquisa (GIL, 2008).

A revisão da literatura foi o procedimento adotado para compreender o desenvolvimento do assunto nos livros e periódicos, a pesquisa teórica buscou

por teorias e abordagens sobre as concepções de carreira e de mundo do trabalho – considerando a centralidade no trabalho – e buscando abordagens sobre as desigualdades, precarização e divisão social do trabalho entre os sexos que serviu de base para a análise dos dados empíricos. A construção do arcabouço teórico-conceitual seguiu a compilação das teorias e diálogo entre os autores expoentes das temáticas em materiais obtidos. Por fim, a pesquisa documental foi centrada na aproximação do lócus de pesquisa.

Na sequência, inicia-se a pesquisa empírica que está situada no campo das ciências da educação e do trabalho, tendo sua concentração na educação tecnológica e nos processos formativos dos trabalhadores como constitutivo das carreiras. Seguindo os preceitos de Bertaux (2005) a abordagem desta pesquisa dialoga com a perspectiva etnossociológica por ter o intuito de combinar a utilização de “uma técnica de observação empírica, o relato de vida, [...] importada (da etnografia) para ser usadas na pesquisa sociológica” (COSTA; SANTOS, 2020, p. 325) como forma de descobrir como funciona uma fração (parte coerente) da sociedade através de suas práticas sociais.

Considerando a existências de mundos sociais organizados por certos princípios de coerência e de regras específicas em torno de uma atividade (BERTAUX, 2010), constituindo diversas lógicas internas (COSTA; SANTOS, 2020), o agenciamento de viagens foi considerado um microcosmo que compõe o mundo social do turismo. As carreiras dos/as trabalhadores/as, expressa pelos relatos de vida dos entrevistados, foram o caminho para a compreensão deste mundo social específico, sua lógica de funcionamento e as experiências vividas deste mundo.

Com isso, a delimitação do microcosmo (campo de pesquisa) precede da categorização das Atividades Características do Turismo, especificando o olhar, ainda, para o núcleo de ACTs que reúne alojamento, agência de viagens e transporte aéreo (IPEA, 2015). Por fim, internamente ao núcleo de ACT a pesquisa identifica os sujeitos atuantes nos serviços de agenciamento de viagens, expandindo a compreensão limitada às agências de turismo e incorporando as ferramentas de agenciamento, montagem e operação de viagem, programa, roteiros e serviços de viagem (REJOWSKI, 2018).

A delimitação do microcosmo nos serviços de agenciamento de viagens possibilitará a melhor identificação dos sujeitos de pesquisa da presente investigação. A amostra nos tipos de pesquisa etnossociológica segue a lógica de variedade das posições, diferencialidade e exigência de variação (BERTAUX, 2010). Esta investigação utilizou a variedade das posições de forma distinta de acordo com a função de gestão, administrativa e operacional; a diferencialidade foi definida com base

no sexo biológico - masculino e feminino -; e, por fim, a exigência de variação foi atendida ao analisar trabalhadores/as de empresas distintas.

O acesso à amostra para a coleta de dados foi feito por exaustão mediante resposta ao questionário inicial disponibilizado online entre os dias 31 de agosto e 05 de novembro de 2021 que foi divulgado em redes sociais, e-mails de grupos de pesquisa e entidades ligadas ao setor de turismo. A amostra não tem pretensão de ser representativa, não possui critérios rígidos e foi constituída de acordo com a acessibilidade e disponibilidades dos profissionais em participar da pesquisa. Foi definido apenas uma pergunta filtro que determinada os seguintes sujeitos de pesquisa:

- Guias de Turismo, profissionais reconhecidos e regulamentados pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, sendo egresso do curso técnico em guia de turismo, que constitui uma obrigatoriedade para o exercício da profissão e com o registro ativo no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos no Ministério do Turismo (CADASTUR);
- Agentes de Viagem, profissionais atuantes em agenciamento de viagens e associados às ocupações de operador de turismo, tecnólogo em gestão de turismo e agente de viagem (BRASIL, 2016; BRASIL, 2021b). O seu itinerário formativo pode possuir a formação no Curso Técnico em Agenciamento de Viagens, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ou Bacharelado em Turismo;
- Gestores em empresas de agenciamento de viagens, profissionais não delimitados por uma profissão, ocupação ou formação e que estejam em atuação, ou já tenha atuado em cargos de supervisão, gerência ou direção de empresas relacionadas ao agenciamento de viagens;

A coleta de dados foi distribuída em duas etapas e utilizou dois instrumentos distintos: um questionário online e uma entrevista semiestruturada online, considerando as limitações impostas pela pandemia da COVID-19.

A primeira etapa foi realizada no ambiente virtual e de forma não presencial, sendo que o questionário online foi divulgado de forma eletrônica em grupos de profissionais atuantes no agenciamento de viagem, em páginas relacionadas ao turismo e em contatos dos prestadores de serviço disponíveis de forma pública no CADASTUR. A resposta ao questionário foi livre e aberta a todo território brasileiro, contribuindo com a criação de um entendimento inicial mais amplo.

A segunda etapa foi composta por relatos de vida dos sujeitos que assinalaram a possibilidade de participação na etapa. Como delimitação, foi realizado uma

entrevista narrativa (BERTAUX, 2010) com dois guias de turismo, dois agentes de viagens e dois gestores de empresas de agenciamento de viagem distribuídos de forma igualitária em razão dos sexos (três mulheres e três homens no total) e sem considerar especificações de faixa etária, cor/raça, classe social, orientação sexual ou qualquer outro dado pessoal.

Os participantes da pesquisa receberam um e-mail convite para agendamento da entrevista narrativa realizada por meio de uma videoconferência definida em comum acordo com os sujeitos da pesquisa. Ao longo da videochamada foi realizada a coleta de áudio em gravador externo ao computador, autorizada pelos/as entrevistados/as.

Daniel Bertaux (2010) aponta que durante a coleta e análise das narrativas uma dimensão importante é a diacronia e para obtê-la é necessário cuidar para que durante a entrevista o sujeito entrevistado forneça os fatos segundo a ordem dos acontecimentos. A estrutura diacrônica dos percursos de vida foram sistematizados a luz dos estudos de carreira (RIBEIRO, 2009) em busca de preparar cada um dos relatos de vida a ser comparados para identificar as recorrências das situações e a lógica das práticas sociais que caracterizam a dinâmica da divisão sexual do trabalho.

Os relatos de vida coletados nas entrevistas foram transcritas integralmente em poucos dias após a coleta já que na abordagem etnossociológica “a análise começa muito cedo e se desenvolve paralelamente à coleta de testemunhos” (BERTAUX, 2010, p. 89) servindo como efeito de adaptação aos roteiros das próximas entrevistas.

A problematização das desigualdades nas carreiras de homens e mulheres evidenciadas nos aspectos das relações de trabalho no agenciamento de viagem se dará pelo estudo comparativo enriquecido com os excertos de relatos de vida à luz dos aspectos teóricos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os processos formativos podem dizer muito sobre os/as trabalhadores/as que estão inseridos no mundo do trabalho. Neste momento, apresenta-se as carreiras de homens e mulheres no setor de agenciamento de viagens sendo problematizadas para evidenciar as relações de trabalho

Os resultados aqui apresentados representam a consolidação da segunda etapa da pesquisa empírica que foi conduzida com um grupo reduzido de participantes.

Inicialmente foi previsto a realização da entrevista com 6 (seis) profissionais, sendo 2 (dois) gestores de empresas de agenciamento de viagens, 2 (dois) agentes de viagens e 2 (dois) guias de turismo. Como o número de respondentes com dupla atividade representou um número significativo de respostas a amostra final dos respondentes que aceitaram participar da pesquisa foram 3 (três) proprietários/gestores de empresa de agenciamento de viagem, 2 (dois) agentes de viagem e 2 (dois) guias de turismo tendo, para cada categoria, representatividade de trabalhadores do sexo masculino e feminino.

As entrevistas realizadas foram sistematizadas, transcritas uma a uma e posteriormente analisadas individualmente enquanto seu percurso de carreira a fim de problematizar as desigualdades nas relações de trabalho. Além disso, através das narrativas e da compreensão da carreira dos/as trabalhadores/as foi possível compreender as relações de trabalho e os enfrentamentos utilizados por cada um dos sujeitos.

Seguindo os preceitos da pesquisa etnossociológica que busca apresentar um mundo social, esta pesquisa realiza um cruzamento das informações dos entrevistados para analisar nos momentos de transição das carreiras. Para isso, as narrativas de vida serão ordenadas em um movimento de relação entre as narrativas masculinas e as narrativas femininas traçando um caminho de compreensão do agenciamento de viagens ressaltando que a inclusão “de extratos excertos de narrativas de vida, isto é, de suas passagens mais significativas, parece-me essencial” (BERTAUX, 2010, p. 146).

Para preservar a identidade dos entrevistados os seus nomes serão substituídos por pseudônimos e conheceremos a trajetória de Susana e Lívia que são duas proprietárias de empresas de agenciamento de viagem; Fabiana e Alexandre que são dois agentes de viagem; Joana que é uma profissional guia de turismo e o Rodrigo que é proprietário de uma empresa de agenciamento de viagens e guia de turismo que responderá pelos dois papéis profissionais. Além disso, devido ao caráter regionalizado do turismo, optou-se por renomear algumas localidades, empresas e instituições.

A organização dos dados dispostos a seguir perpassa pela vivência na perspectiva do sujeito sobre a materialização das suas relações de trabalho iniciando pela escolha profissional até a sua atual motivação para permanecer atuando no setor de turismo.

As relações de trabalho são efetivadas através do vínculo dos/as trabalhadores/as com as empresas porém, ao olhar de uma maneira contextual, encontramos nos relatos a presença marcante dos processos de escolha profissional, inserção ou transição de carreira, a estabilização no mundo do trabalho e a

motivação para continuar atuando no setor de turismo. Conforme propõe Moesch (2002) as partes da realidade sociocultural só podem ser entendidas através de sua relação com o todo, em um movimento de totalidade que nos permite considerar aspectos econômicos, pós-modernos e tantos outros.

Assim, a compreensão das carreiras dos trabalhadores e das trabalhadoras inicia na escolha de uma profissão, mesmo que de forma intuitiva, levará o sujeito a prática efetiva do trabalho. O agenciamento de viagens é uma das possibilidades de atuação para o profissional que opta por estudar e entender o turismo enquanto fenômeno e campo do saber o que foi constatado já que os profissionais não informaram que a escolha profissional foi diretamente para este campo de atuação.

Elementos como idealização do turismo como a profissão do futuro, a análise da oferta de cursos técnicos, o desejo de transição de carreira e as experiências de viagens foram determinantes para a escolha profissional dos trabalhadores e trabalhadoras do agenciamento de viagens.

Com o sucesso do plano real no Brasil ampliou a demanda de serviços relacionados no turismo e levou o país a manter em funcionamento, no ano de 1999, aproximadamente 200 cursos superiores em turismo (MATIAS, 2002). Fabiana na condição de agente de viagens e Lívia que é proprietária de uma agência de viagens possuem aproximadamente a mesma faixa etária e estavam prestes a ingressar no ensino superior quando ouviam relatos comum de que o turismo seria a profissão do futuro, Lívia informou ainda que no ano que ela prestaria vestibular uma universidade privada de grande renome em sua cidade realizou o lançamento do curso de turismo que chamou sua atenção para escolher o curso. As publicidades feitas para o curso de turismo que atraíram a Fabiana e a Lívia apresentavam a área propícia para pessoas comunicativas, que gostassem de história e cultura das localidades e que buscavam conhecer culturas e outros jeitos de se viver. Fabiana reforçou ainda dizendo que “o turismo estava no BOOM, todas as faculdades tinham turismo, ‘tava’ todo mundo fazendo turismo” (Fabiana, agente de viagem).

A escolha profissional de Alexandre, um agente de viagem, seguiu um caminho diferente, pois, com aproximadamente 20 anos participou de um programa do governo onde se realizava uma prova semelhante a um vestibular para realizar um curso técnico e ao ler sobre o curso de agenciamento de viagens ficou interessado em participar, se inscreveu e foi aprovado.

Enquanto Alexandre buscava o início de sua trajetória de carreira a Joana já possuía uma formação na área da saúde e desejava realizar a transição de carreira, todavia como precisava conciliar os estudos com o trabalho só encontrou

disponível no horário que podia fazer os cursos de hotelaria e o curso de guia de turismo. No momento da inscrição, por um erro no preenchimento do formulário, fez a inscrição no curso de Guia de turismo e após passar na prova de seleção que se deu conta do curso errado e afirmou que “já ‘tava’ ali quis pagar para ver e aí já chegou aos 14 anos [referindo-se ao tempo de atuação na profissão]” (Joana, guia de turismo).

A Susana e o Rodrigo que são proprietários de empresa de agenciamento de viagens tiveram sua escolha profissional influenciada pelas localidades que visitaram e conheceram, sendo que Rodrigo que também é guia de turismo teve sua decisão influenciado fortemente por uma viagem que realizou em família e decidiu

“tentar fazer esse curso de guia para ver como é que era, se era do jeito que eu queria porque eu sempre quis trabalhar com novas coisas, não ter muita rotina, conhecer pessoas, conhecer novos lugares, desenvolver e ter sempre novos conhecimentos [e] acabou né que eu fiz o curso de guia me formei e tô aí até hoje [...] percebendo que era aquilo que eu queria para minha vida” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem)

Com o percurso educacional orientado nas carreiras temos pouca distinção entre os homens e as mulheres, visto que o percurso que leva a escolha de uma profissão passa pela subjetividade e por uma visão, de certa forma, distante do mundo do trabalho. O cenário é diferente quando analisamos a inserção no mercado de trabalho que simboliza a transformação dos estudante egressos em trabalhadores/as que empregam sua força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2006) nas empresas e se diferem tanto no papel profissional exercido quanto nas relações de sexo.

Susana, Livia e Fabiana são egressas do curso de bacharelado em turismo e tiveram a inserção no mercado de trabalho auxiliada pela trajetória educacional. Susana realizou estágio em uma agência de turismo especializada em turismo pedagógico e ao ver a forma intuitiva e leve que os estudantes aprendiam relatou que “encheu os meus olhos, meu coração e tudo mais” colocando aí o seu propósito de abrir uma agência com este viés. Livia, por sua vez, teve uma intermediação de sua colega de faculdade para atuar na hotelaria em um município do interior o que levou ela a se mudar logo após a formatura e quando regressou para a cidade onde cursou o ensino superior continuou atuando na hotelaria sendo interrompido apenas com a pandemia de Covid-19, em 2020. Fabiana ainda no seu curso superior teve a oportunidade de ingressar no órgão do setor público responsável pelo turismo municipal e, a partir desta experiência, conseguiu sua contratação em uma empresa turística.

Para o Rodrigo e a Joana, que buscaram a inserção profissional após a conclusão do curso técnico em guias de turismo, tiveram um percurso distinto que se caracteriza pelo vínculo de informalidade gerado por serem trabalhadores informais por conta própria (ANTUNES, 2018). Rodrigo pesquisou as agências e operadoras de turismo que realizavam viagens e foi “mandando currículo e indo nas agências, [e] com alguma frequência, eu ainda mando currículo para essas operadoras” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem), porém, relata a dificuldade de acesso a vagas e a oportunidade de serviços sem ser indicado ou sem ter alguém que faça a intermediação com os contratantes.

Joana apresenta uma situação atípica dentre os entrevistados, pois o fato de possuir dois irmãos mais novos e ser a filha mais velha a levou, com pleno 18 anos, a trabalhar para suprir as necessidades familiares com o falecimento de sua mãe. Obteve seu ingresso no mercado fora do universo do turismo devido a emergência e necessidade ocasionada pela circunstância da vida e depois optou por realizar sua transição profissional e iniciar sua atuação no turismo.

O curso de guia de turismo levou Joana a realizar monitoramentos em trabalhos regionais, mas enquanto profissional ingressou realizando viagens nacionais que possui uma remuneração inferior às atuações regionais o que representa uma barreira inicial até que, após realizar visita a várias agências espalhadas pela cidade encontrou uma gestora de agência de viagem que atuava com formandos e possibilitou o ingresso efetivo da guia de turismo no mercado regional e encaminhou, na sequência, indicações para outras empresas.

A dificuldade acentuada para a inserção profissional dos guias de turismo leva ao questionamento de quais são as motivações para permanecer no turismo e trilhar sua carreira de forma consolidada. Resgatando os escritos de Antunes (2018) podemos considerar que os guias de turismo, assim como os trabalhadores da hotelaria, aproximam-se da classificação de novo proletariado de serviços devido a tendência de assalariamento, proletarização e mercadorização.

Um aspecto que torna o guiamento um pouco distinto dos trabalhadores da hotelaria é a flexibilidade que o profissional possui em sua jornada de trabalho. Joana relata que por um período permaneceu trabalhando das 07h às 16h em um órgão público, buscava seu filho na creche e seguia para a jornada domiciliar de trabalho com a preparação de refeições e limpeza que não permitia um tempo de qualidade com o filho, o que levou a profissional a

“voltar a viajar porque eu conseguindo trabalhar uma semana eu tinha o mesmo ganho financeiro que eu tinha trabalhando o mês inteiro, então eu tinha esta opção de trabalhar uma semana inteira



longe dele [o filho] mas ter o tempo de qualidade com ele. Nas outras semanas era 24 horas por dia com ele” (Joana, guia de turismo)

Com o intuito ainda de permanecer atuando como guia de turismo a Joana apresenta uma tendência observada também em Rodrigo, visto que ela afirma que tem a sensação de que “não dá para ser guia para sempre pois exige muito da gente e eu tenho trabalhado para que eu possa fazer minhas próprias viagens [...] eu quero abrir minha própria agência” (Joana, guia de turismo).

O que para Joana é um desejo, para Rodrigo foi o caminho que percorreu ao abandonar o trabalho paralelo que exercia na hotelaria em conjunto com o guiamento para abrir sua própria empresa. A motivação de Rodrigo para ter o próprio negócio segue o seu perfil questionador que tinha o desejo de realizar ofertas de forma diferente dos “80% dos contratantes que eu tive até hoje [que] não aceitaram muito bem” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem). Rodrigo busca permanecer com a multiplicidade de ser proprietário de sua empresa e, ao mesmo tempo, oferecer seus serviços de guia de turismo que ele afirma ser a base do seu orçamento familiar.

Enquanto o Rodrigo que situa na classe média tende “a se aproximar da classe trabalhadora ainda que sua aspiração possa se dirigir para o topo da pirâmide social” (ANTUNES, 2018, p. 57) não podemos considerar os gestores de empresas de agenciamento de viagens como classe trabalhadora pois ainda como afirma Antunes (2018) tem um papel central no controle, na hierarquia, no mando e na gestão do capital como demonstrado na trajetória da Lívia.

Hoje, Lívia compõe uma sociedade empresarial com um homem no controle de uma empresa de agenciamento de viagens. A empresa foi adquirida pelos dois sócios em um acordo realizado com o antigo proprietário após a sua necessidade de realocação profissional com a perda de sua posição no mercado de trabalho em decorrência da pandemia de Covid-19. Lívia acredita que a empresa que gerencia tem um posicionamento relevante no mercado e pretende continuar ampliando as atuações no setor.

A Susana, outra proprietária de uma agência de viagens, apresenta que sua motivação para continuar no turismo parte do prazer e pelo gosto de realizar o que faz e pela satisfação que tem em atuar no turismo.

Entretanto, nem toda a continuidade no setor é proveniente da satisfação em atuar. Alexandre, por exemplo, demonstra que realizou um curso superior após a conclusão do curso técnico e “pela proposta que recebi onde eu trabalho hoje e a ideia de dominar o que eu faço eu não tive coragem de abandonar toda essa história e começar uma nova carreira” (Alexandre, agente de viagem). O receio do Alexandre em gerar uma instabilidade com a mudança na carreira gerou uma

acomodação no local onde atua, diferentemente de Fabiana, após uma experiência ruim com o setor de agenciamento de viagens devido a forma que foi tratada realiza hoje um curso em outra área e estima migrar de profissão em busca de uma estabilidade profissional através da realização de um concurso público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto da pesquisa levanta algumas questões que, ao realizar esta pesquisa com uma abordagem qualitativa, sem ater diretamente a amostra e ao universo da pesquisa, foi possível conduzir uma pesquisa exploratória de análise crítico-dialética onde a empiria dos relatos dos trabalhadores homens encontraram com a empiria das trabalhadoras mulheres e, se unindo com a teoria, nos apontou caminhos para responder o questionamento central. Cabe aqui demarcar uma dificuldade da análise da categoria raça devido à falta da identificação dos sujeitos para uma abordagem completa da consubstancialidade.

Na centralidade das questões estava o desejo de problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres evidenciando os aspectos da escolha de carreira e motivação para a permanência no agenciamento de viagem.

Para isso aprofunda a problematização das desigualdades nas carreiras ao evidenciar como ocorre a materialização das relações de trabalhos sendo tratado de forma transversal as relações de trabalhos e os enfrentamentos à precarização do setor de trabalho do turismo, às desigualdade de gênero, ao sexismo e aos preconceitos.

As desigualdades nas relações de trabalho foram percebidas em diversas etapas. Na escolha e inserção profissional existe uma desigualdade perante o tipo de formação e o sexo sendo que alguns programas governamentais e de gratuidade na formação caracterizam-se enfrentamentos a lógica desigual por proporcionar a conclusão dos estudos de parte dos entrevistados.

Não se trata portanto de findar o assunto e afirmar que a dinâmica da divisão sexual do trabalho ocorre de uma única maneira no setor de turismo, pelo contrário, esta investigação acrescenta uma perspectiva de discussão e um olhar sobre as práticas sociais dos/as trabalhadores/as do turismo. Entretanto, com o decorrer da investigação conseguimos afirmar que o trabalho no agenciamento de viagens é sexista pelo fato das mulheres sofrerem discriminações baseadas no seu sexo biológico.

Um fator de grande contribuição nesta pesquisa é a utilização de narrativas de vida em uma abordagem distinta da biográfica ou da que representa a trajetória dos sujeitos, nesta pesquisa as narrativas foram somadas para criar um corpus

que não seguiu as respostas cronologicamente mas apresentaram respostas à uma categoria que auxilia na compreensão do percurso de carreira dos trabalhadores sob um olhar psicossocial por parte das carreiras e etnosociológico por parte da metodologia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Kerley dos Santos. Trabalhar no turismo: entre afetos e (im)potências de agir. **Revista Ateliê do Turismo**, Campo Grande, v. 1, n. 2. p. 16-30, jul-dez, 2018.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARRETO, Rosália Elizabete. **Efetividade social na política de educação profissional de nível tecnológico: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza/CE, 2010.

BERTAUX, Daniel. La perspectiva etnosociológica. In: BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**: perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. p. 15-34.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BONELLI, Maria da Glória. Os desafios que a juventude e o gênero colocam para as profissões e o conhecimento científico. In: FERREIRA, Cristina Araripe (Org.). **Juventude e iniciação científica**: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. p. 107-119.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016. 194 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. 4ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2021. 194 p.

CARVALHO, Ártemis Barreto de. **Webquest no facebook**: uma experiência no curso técnico em guia de turismo do IFS usando uma rede social como ambiente de ensino-aprendizagem online. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão-SE, 2013.

CATRAMBY, Teresa Cristina Viveiros; COSTA, Stella Regina Reis da. Qualificação Profissional em Turismo como Fator de Competitividade do Setor. **Caderno Virtual de Turismo**, nº 3, v. 4, p. 26-34, 2004.

CORREA, Jonilson Costa. **Educação, turismo e hotelaria**: percepções dos egressos do curso de hotelaria da universidade federal do maranhão sobre sua formação e o mercado de trabalho. 2018. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COSTA, Luciano Rodrigues. SANTOS, Yumi Garcia dos. O “relato de vida” como método das ciências sociais - Entrevista com Daniel Bertaux. **Tempo Social**, v. 32, nº 1, p. 319-346, 2020.

GIBSON, Heather J. Gender in Tourism: Theoretical Perspectives In: APOSTOLOPOULOS, Yorghos; SÖNMEZ, Sevil; TIMOTHY, Dallen J. (ed.). **Women as producers and consumers of tourism in developing regions**. Westport, CT: Praeger, 2001. p. 19-43

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões.** Brasília: Ministério do Turismo; IPEA, 2015.

JOHANN, Morgana Dias. **A formação dos guias de turismo do campus Florianópolis-Continente do Instituto Federal de Santa Catarina:** uma análise com enfoque educacional ciência-tecnologia-sociedade (CTS). 2018. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2018.

KÉRGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J. M. MEYER, Dagmar E. WALDOW, Vera R. (orgs.). **Gênero e Saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

LIMA, Elidiani Domingues Bassan. **Formação de guias de turismo nacional e internacional:** uma proposta de curso a distância. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação de EAD) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação de EAD, Brasília, 2007.

LIMA, Betina Stefanello. **O labirinto de cristal:** as trajetórias das cientistas na Física. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, Dec. 2013.

MATIAS, Marlene. **Turismo:** formação e profissionalização (30 anos de história). Barueri: Manole, 2002.

MEIRA, Celso Maciel de. **Curso técnico em turismo:** aproximações e distanciamentos dos documentos oficiais a partir de um estudo de caso. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOONEY, Linda A. **Problemas sociais:** uma análise sociológica da atualidade São Paulo: Cengage Learning, 2016. 670 p.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NICOLAU, Tamara Silva. **Construção do conhecimento do turismo: competências necessárias para o exercício da profissão do turismólogo**. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, 2015.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. **Boletim do emprego no turismo**, ano 4, ed. 41, junho 2019. Disponível em: <https://seturmg.wixsite.com/observatorioturismo/boletim-do-emprego-no-turismo> Acesso em: 07 set. 2019.

QUIRINO, Raquel. Divisão Sexual do Trabalho, Gênero, Relações de Gênero e Relações Sociais de Sexo: aproximações Teórico-Conceituais em uma Perspectiva Marxista. **Trabalho & Educação**, v. 24, p. 229-246, 2015.

QUIRINO, Raquel. **O processo de elaboração da pesquisa acadêmico-científica**. Belo Horizonte: CEFET-MG; FORQUAP, 2017. 34p. Apostila.

REJOWSKI, Mirian. **Tesouro brasileiro de turismo**. São Paulo: ECA-USP, 2018. 257 p.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a proposta dialética da carreira psicossocial. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, nº 2, p. 203-216, 2009.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, nº 2, p. 177-189, 2013.

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria de valor. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SANTOS, Cristiane Sousa de Araújo dos. **Qualidade de vida no trabalho**: o caso de trabalhadores(as) do turismo na hotelaria de Caldas Novas-GO. 2018. 131 f., il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Marina Chaves. **Conceitos de Educação Profissional e Tecnológica nas dissertações do Mestrado Educação Tecnológica do CEFET-MG.** Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 146. 2021.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J. Relações entre gênero e mercado de trabalho de turismólogos em Minas Gerais. **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 109-125, abr. 2016.

SOARES, Maria Lúcia da Silva. **O mercado profissional do turismo e os egressos do Curso Técnico em Eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Campus Belém.** 2012. 163 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SWAIN, Margaret Byrne. Gender in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 22, nº 2, p. 247-266. 1995. Disponível em: doi:10.1016/0160-7383(94)00095-6 Acesso em: 07 mar. 2022.

YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras:** análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

# GÊNERO E ADVOCACIA: ROMPENDO O TETO DE VIDRO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS

*Mariana de Souza Azevedo<sup>1</sup>*

*Felícia Silva Picanço<sup>2</sup>*

## RESUMO

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho foi acompanhado do surgimento de diferentes formas de desigualdade, dentre elas a segregação vertical. Essa segregação se resume na presença massiva de homens nos altos cargos das organizações e na manutenção das mulheres nos cargos mais baixos. Segundo Acker (1990), a própria estrutura das organizações privilegia os trabalhadores do sexo masculino tornando difícil a permanência e ascensão das mulheres. Os trabalhos de Bonelli e Barbalho (2008), Bonelli (2016) e Bertolin (2017) mostram que os grandes escritórios de advocacia do Brasil contam com esse tipo de segregação, enquanto as mulheres representam mais da metade dos estagiários e advogados associados, o quadro societário é composto majoritariamente por homens. A partir das pesquisas já desenvolvidas sobre o tema, o presente trabalho propõe pensar a desigualdade de um outro ângulo: retirando o foco dos obstáculos encontrados pelas mulheres e colocando nos fatores que facilitaram a promoção daquelas que ascenderam. A proposta é investigar como as advogadas sócias chegaram ao quadro societário dos grandes escritórios e a quais fatores atribuem sua ascensão. Para alcançar o objetivo, a pesquisa contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com advogadas sócias e advogadas associadas de três sociedades de advogados de grande porte, no total foram entrevistadas quinze advogadas. A partir dos relatos foi possível concluir que fatores como networking, mentoria e apoio familiar são importantes para ascensão dentro das sociedades de advogados.

**Palavras-chave:** Gênero, Advocacia, Segregação vertical, Sociedades de advogados.

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mari.sda.ana@gmail.com;

2 Professora e orientadora: Doutora em sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, felicia@uol.com.br.



## INTRODUÇÃO

A advocacia sofreu um grande processo de feminização nas últimas décadas. Atualmente a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) conta com 624.221 mulheres inscritas no quadro de advogados, representando 50,33% do total de inscritos. No entanto, a experiência profissional das advogadas ainda é atravessada por diferentes desigualdades relacionadas ao gênero, sendo uma delas a segregação vertical.

As pesquisas desenvolvidas por Bonelli e Barbalho (2008), Bonelli (2016) e Bertolin (2017) mostram que o quadro societário dos grandes escritórios de advocacia do Brasil é composto majoritariamente por homens. Apesar da equipe desses escritórios ser composta por um grande número de mulheres, elas estão concentradas nos cargos de estagiário e advogado associado.

Bertolin (2017) aponta que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho foi acompanhado de um processo denominado *closure*, no qual determinados atores sociais mantiveram o domínio sobre determinados espaços. No caso do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, Bertolin (2017) entende que os homens mantiveram um monopólio sobre os cargos mais altos, limitando as mulheres à base.

Nas pesquisas supracitadas é possível identificar que as mulheres encontram dificuldade em conciliar a demanda do trabalho com as responsabilidades familiares, principalmente quando se trata das advogadas que são mães. O trabalho exercido nas grandes sociedades de advogados acompanha um modelo empresarial, que exige uma dedicação intensa dos advogados, como trabalhar depois do expediente e aos finais de semana. Assim, as mulheres que conseguem chegar ao topo são vistas como excepcionais (BERTOLIN, 2017).

Além disso, as pesquisas indicam que as sociedades de advogados contam com barreiras relacionadas aos papéis de gênero e à divisão sexual e social do trabalho remunerado e não remunerado. Diferente dos colegas do sexo masculino, as advogadas precisam ultrapassar uma séria de obstáculos para ascenderem no escritório (BONELLI; BARBALHO, 2008; BERTOLIN, 2017; BONELLI, 2016).

Os questionamentos que surgem a partir dessas pesquisas é como algumas mulheres conseguem ascender mesmo com esses obstáculos? Como as advogadas sócias conseguiram chegar ao topo das sociedades de advogados? Quais mecanismos essas advogadas utilizaram para ascender? E a quais fatores atribuem a ascensão?

Partindo desses questionamentos, o presente trabalho busca compreender como algumas advogadas sócias conseguiram alcançar o referido cargo dentro

das sociedades de advogados. O objetivo é analisar a segregação vertical a partir de um outro ângulo, retirando o foco dos obstáculos e colocando no que pode ter facilitado o caminho da ascensão profissional para as mulheres dentro desse espaço.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas três décadas, muitos países, incluindo o Brasil, experimentaram a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, um fenômeno que é chamado de feminização do mercado de trabalho (YANNOULAS, 2011; GUIMARÃES; BARONE; BRITO, 2015; CARRILHO, 2013).

No entanto, muito pouco se alterou nas percepções dos papéis de gênero (VENTURI; GODINHO, 2013; ARAÚJO; GAMA; PICANÇO; CANO, 2018), na distribuição das horas delegadas às tarefas domésticas (BARBOSA, 2018; MYRRHA; QUEIROZ; CAMPOS, 2021), e na segregação horizontal e vertical no mercado de trabalho<sup>3</sup> (SILVEIRA; LEÃO, 2021).

Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho contam com uma extensa literatura que buscou identificar e/ou compreender porque as mulheres permanecem em minoria no topo das organizações. Os obstáculos identificados parecem girar em torno de duas questões principais: a responsabilização exclusiva das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado, e a perpetuação de valores ligados aos papéis de gênero. Isto é, a literatura indica que as mulheres encontram dificuldade em articular as tarefas familiares e as demandas do trabalho remunerado, e que elas ainda sofrem preconceito nos espaços corporativos por serem mulheres (CEMBRANEL; FLORIANO; CARDOSO, 2014; CERIBELI; ROCHA; PEREIRA, 2017; FERREIRA; SILVA; SILVA; SOUSA, 2017; HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018).

A partir da teoria das organizações de gênero, Acker (1990) defende que a própria estrutura do trabalho produtivo é generificada, pois o próprio conceito de trabalho exclui as mulheres ao colocar o trabalhador como aquele que só existe para o trabalho, que não possui outras demandas além do labor. O único que se encaixa nesse conceito é o homem, uma vez que a mulher é socialmente responsabilizada pelas tarefas domésticas e do cuidado.

---

3 Por segregação horizontal entende-se a distribuição das mulheres e homens em categorias, setores ou nichos ocupacionais específicos, por exemplo, as mulheres estão mais presentes em empregos relacionados ao cuidado e às tarefas domésticas e de menor remuneração, enquanto os homens estão em setores mais diversificados e mais bem remunerados. Já a segregação vertical se traduz no baixo número de mulheres em posições elevadas da hierarquia ocupacional, como nos cargos de diretor, gerente e sócio. Os homens são maioria nessas posições, restando às mulheres as posições na base da estrutura sócio-ocupacional (BRUSCHINI, 1994a; BRUSCHINI, 2007).

Os estudos sobre o tema identificaram que a estrutura das organizações conta com a presença de um teto de vidro. O termo refere-se a uma barreira transparente, ou seja, invisível, que está sob a cabeça das mulheres impedindo-as de ascender, por isso chamado “teto de vidro”. Essa barreira está presente em todas as organizações, então, independente do esforço ou da qualificação que a mulher faça ou tenha, sempre terá menos chances de ser promovida do que seu colega homem (JOHNSON, 2003).

As pesquisas de Bonelli e Barbalho (2008), Bonelli (2016) e Bertolin (2017) mostram que o teto de vidro também está presente nas sociedades de advogados, razão pela qual as mulheres não conseguem chegar ao quadro societário. As sociedades de advogados possuem uma estrutura empresarial que exige uma enorme dedicação de tempo dos seus advogados, isso inclui a necessidade de trabalhar depois do expediente, aos finais de semana e realizar viagens. Para as mulheres, que são as maiores responsáveis pelo cuidado da casa e das crianças, conciliar todas as demandas se mostra um grande desafio (BERTOLIN, 2017).

Algumas advogadas da pesquisa realizada por Bertolin (2017) contam com a ajuda de familiares, seja dos pais ou das irmãs que moram próximo e podem cuidar da criança durante o dia. No entanto, a grande maioria contrata babás, empregadas domésticas, cozinheiras e até motoristas. As próprias entrevistadas, tanto associadas quanto sócias, afirmam ser impossível crescer dentro do escritório sendo mãe sem ter uma boa estrutura montada.

Como destacado por Acker (1990), a própria estrutura organizacional é incompatível com o gênero feminino. Ainda que as advogadas tentem de todas as formas evitar que a vida familiar afete suas carreiras, estarão sempre em desvantagem com relação aos colegas do sexo masculino. Essa é a materialização do “teto de vidro”.

## **METODOLOGIA**

Segundo Silveira e Córdova (2009), as formas de abordagem metodológicas se dividem em qualitativa e quantitativa, sendo a primeira atenta à subjetividade, ao porquê das coisas, e a segunda, focada em dados numéricos, estatísticas e porcentagens. O presente trabalho utilizou uma abordagem metodológica qualitativa, pois teve como foco questões subjetivas, trabalhando com percepções, significados e aspirações.

Quanto às técnicas de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de conhecer a trajetória percorrida pelas sócias, buscando identificar a quais fatores elas atribuem sua ascensão. Também foram

entrevistadas advogadas associadas, ou seja, não sócias, a fim de conhecer como essas narram o processo de ascensão dentro da sociedade em que estão inseridas, e a quais fatores atribuem a chegada de algumas mulheres ao quadro de sócios.

No total foram entrevistadas 18 advogadas, sendo 9 sócias e 9 não sócias (associadas). As entrevistas foram realizadas de forma online por meio da plataforma Zoom Video Communications seguindo um roteiro elaborado anteriormente que continha perguntas sobre histórico familiar, vida pessoal e trajetória acadêmica e profissional.

## RESULTADOS INICIAIS E DISCUSSÃO

No presente momento a pesquisa se encontra na fase de análise dos dados coletados. Portanto, neste trabalho apresenta-se apenas os resultados iniciais obtidos com as entrevistas realizadas. Em uma análise inicial foi possível identificar alguns pontos de grande importância para a pesquisa, os quais pretende-se discutir neste tópico.

Antes de apresentar os resultados, mostra-se importante indicar características gerais das advogadas entrevistadas. Em relação a cor da pele, 17 advogadas se identificaram como brancas e apenas 1 se identificou como negra. Quanto aos estudos, somente 1 advogada entrevistada estudou em escola pública durante a vida, enquanto as outras estudaram em escola particular. Por fim, destaca-se que a maioria das entrevistadas cursaram a graduação em universidades particulares sem qualquer tipo de bolsa.

### Critérios de promoção

Os critérios de promoção apareceram nas entrevistas como um fator que prejudica a ascensão das mulheres quando não são objetivos. Observamos que algumas sociedades de advogados contam com três níveis de advogado associado: júnior, pleno e sênior. Essa mudança de um nível para o outro ocorre por meio de uma promoção e alguns escritórios contam com critérios objetivos para essa promoção.

A partir das entrevistas foi possível observar que as mulheres não encontram obstáculos para conseguir a promoção de nível. Segundo os relatos, a mudança de júnior para pleno e de pleno para sênior dentro do cargo de advogado associado acontece de forma “natural”. Na narrativa das entrevistadas, “natural” significa que se o advogado está fazendo seu trabalho corretamente vai ascender de nível.

Inclusive, todas as advogadas entrevistadas acreditam que permaneceram o tempo esperado dentro de cada nível.

Entretanto, quando olhamos para a mudança de cargo, onde o advogado deixa de ser associado e se torna sócio, percebemos que os escritórios não contam com critérios objetivos. A conquista dessa promoção depende de critérios subjetivos. Segundo as entrevistadas, ter um novo sócio significa dividir o “bolo” com mais alguém e, por isso, a sociedade acaba sendo mais resistente. Além disso, o momento econômico e até mesmo a relação que a advogada possui com os sócios afetam significativamente a decisão da sociedade.

Uma das advogadas entrevistadas foi contratada já no nível de sênior e está nele há mais tempo do que o normal. Apesar de possuir uma equipe estruturada, gerar lucro para o escritório e ter bons clientes, ela não consegue ser promovida à sócia. Os sócios afirmam que “não é o momento”, mas na perspectiva da advogada, os sócios simplesmente não querem conceder essa promoção.

Os relatos deixaram evidente que as mulheres conseguem percorrer o caminho de ascensão até o nível de sênior. Os obstáculos aparecem quando as mulheres pleiteiam uma vaga na sociedade. A promoção à sócia depende de vários fatores, mas as entrevistas mostraram que a ausência de critérios objetivos dificulta ainda mais esse caminho.

## Políticas de igualdade

Nos últimos anos tópicos como igualdade de gênero, diversidade, igualdade racial, entre outros, foram abraçados pelas empresas como uma forma de alcançarem mais pessoas e se autopromover. Os escritórios de advocacia, principalmente os de grande porte, não ficaram de fora.

Dentre as advogadas entrevistadas, algumas se encontram inseridas em escritórios que levantam uma bandeira de igualdade e diversidade proporcionando coisas como uma licença maternidade estendida, sala de amamentação, trabalho parcial para mulheres que tiveram filhos, comissão de gênero, eventos voltados para as mulheres, entre outras coisas.

A presença de políticas desse tipo indica que esses escritórios estão mais conscientes das questões de gênero e preocupados em tornar o espaço empresarial mais aberto às mulheres. Diante disso, buscamos perceber por meio das entrevistas se as mulheres conseguiam ascender com mais facilidade nesses escritórios.

Contudo, a partir dos relatos das entrevistadas verificamos que essas medidas não são suficientes para acabar com a desigualdade no espaço do trabalho.

Várias advogadas relataram que existe uma expectativa sobre a mulher no seu retorno da licença maternidade. As entrevistadas afirmaram que a equipe, o gestor da área e até os sócios ficam atentos à produtividade da mulher que retorna da licença. Na fala das entrevistadas, todos observam se a mulher vai “entregar” o mesmo que antes, se vai “dar conta” das demandas.

Por meio dos relatos ouvidos, foi possível verificar que mesmo em um escritório que se coloca como aliado à causa das mulheres, a maternidade se mostra como um obstáculo para a dedicação ao trabalho. Entre as mulheres entrevistadas, apareceu quem teve a promoção postergada por causa da maternidade e quem escondeu a gravidez para evitar esse adiamento. Ao retornarem da licença maternidade, as mulheres vivenciam pequenas discriminações cotidianas em virtude da sua maternidade. Afinal, não existe uma expectativa da equipe sobre quanto o homem vai “entregar” no retorno da licença paternidade.

### Networking, mentoria e relações interpessoais

Nos estudos organizacionais dois termos aparecem como centrais na produção de carreiras bem sucedidas: networking e mentoria. O Networking é um termo utilizado para expressar a formação de redes sociais que funcionam como um recurso, um ativo ou um capital que permite acesso a informações, colaborações, alianças, oportunidades, aquisição de conhecimentos diversos, visibilidade e apoio.

Algumas pesquisas realizadas sobre mulheres em cargos de liderança mostram o networking e a mentoria como fatores que contribuem para a ascensão das mulheres (LINEHAN; SCULLI; WALSH, 2001; EMMERIK, 2006; DURBIN; TOMLINSON, 2014). Na presente pesquisa identificamos que a maior parte das entrevistadas ingressou no escritório em que se encontra atualmente por meio de indicação de profissionais da área e colegas da graduação e, também, recebem projetos e novos clientes por meio de indicação, tanto dos colegas de profissão quanto dos atuais clientes. Nos escritórios, ter clientes com uma importância significativa para a geração de lucro da sociedade coloca a advogada em um lugar de evidência e aumenta as suas chances de compor o quadro societário. Tanto para o ingresso, quanto para sua possibilidade de ascensão, o networking surge como uma ferramenta fundamental.

Além do networking, as relações interpessoais incluem a relação que a advogada precisa construir com os sócios e que é de extrema importância para a ascensão da advogada. Para se tornar sócia, a advogada precisa ter a aprovação de todos os sócios, então, é necessário que ela consiga se aproximar minimamente

de todos eles, ou pelo menos ser notada por aqueles que ela não é tão próxima. Os sócios precisam querer dividir o lucro com a advogada, e isso vai acontecer mais fácil se for alguém que eles possuem uma boa relação.

Nesse aspecto também aparece a importância da mentoria. O termo busca nomear o processo de formação de quadros, modos de agir e reagir nas profissões a partir da vinculação entre pessoas que estão em posições de alto poder, prestígio e liderança (os mentores) e pessoas que estão em níveis mais baixos da hierarquia, mas que almejam fazer mobilidade para posições mais altas. A vinculação entre mentor e os mentorados incorpora não apenas transferência de conhecimento, mas também, de poder e prestígio, além de concessão de proteção, sendo assim a mentoria é uma relação construída com alguém de um cargo mais alto, que pode dar conselhos e ajudar na construção da carreira (DURBIN; TOMLINSON, 2014). Por exemplo, uma pessoa pode ser CEO de uma grande empresa, chefe de uma unidade ou um professor que pode exercer a mentoria para pessoas que se vinculam a ele. No entanto, os vínculos aos líderes não obedecem critérios universais, muito menos são baseados na burocracia das instituições ou no mérito das pessoas, são relações sociais baseadas em dimensões variadas e variáveis.

Muitas sócias entrevistadas afirmaram que contaram com a ajuda de uma pessoa acima dela na construção de suas carreiras, muitas vezes essa pessoa era algum sócio do escritório. Além disso, todas as entrevistadas concordaram que ter proximidade com algum sócio ajuda no processo de ascensão.

Linehan, Scullion e Walsh (2001) destacam a dificuldade das mulheres em encontrar mentores, principalmente porque os homens possuem certa preferência na seleção feita pelos mentores do sexo masculino. Isto é, a maior parte dos líderes são homens, que preferem fazer mentoria com outros homens, e esses homens, por receberem essa ajuda na construção de suas carreiras, conseguem ascender mais facilmente e ocupam os cargos de liderança. Um ciclo interminável de homens favorecendo homens. Por essa razão, a presença de modelos femininos em cargos gerenciais pode facilitar a ascensão das mulheres (CALINAUD; KOKKRANIKAL; GEBBLES, 2021).

## **Apoio familiar e terceirização do trabalho doméstico e do cuidado**

A rede de apoio se mostrou fundamental para a ascensão das mulheres entrevistadas. Sem o apoio do parceiro, da família e um suporte de babás, empregadas domésticas e motoristas, essas mulheres não conseguiriam conciliar a rotina do escritório e as responsabilidades familiares.

As características citadas anteriormente mostram que a maioria das advogadas entrevistadas possuem origem social nas classes altas e atualmente estão em posições de elevada renda no mercado de trabalho, por isso, conseguem contar com um grupo de funcionários dando suporte às demandas da casa e dos filhos. É inegável que a carga do trabalho doméstico e do cuidado diminui com a terceirização desses serviços. Entretanto, em geral, as mulheres continuam responsáveis por gerenciar os funcionários para os quais são delegadas as funções, ou seja, a terceirização não libera completamente a mulher das responsabilidades do lar (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Loureiro, Costa e Freitas (2012), em pesquisa com mulheres executivas, observaram que o peso da dupla jornada que recai sobre as mulheres parece diminuir quando elas contam com o apoio de familiares, principalmente, do marido. Os autores identificaram dois tipos de apoio: o instrumental e o emocional. O primeiro se traduz na atuação significativa do marido nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos. Enquanto o segundo tipo de apoio se apresenta na forma de suporte emocional, seja incentivando e torcendo pela ascensão da esposa, seja oferecendo ajuda ou conselhos.

A conjugalidade é um elemento fundamental na carreira das mulheres, tanto pode ser um fator limitador da ascensão profissional, como impulsionador. Nos estudos demográficos, a presença do cônjuge aumenta a média de horas dedicadas ao trabalho doméstico para as mulheres em geral, chamado de “custo marido”. Mas, o “custo marido” vai variar de acordo com a possibilidade das mulheres terceirizarem o trabalho doméstico e de cuidados. De qualquer forma, as mulheres seguem mais penalizadas do que os homens mesmo em arranjos familiares das classes mais elevadas (WANJMAN, 2016).

Entre as entrevistadas, a presença de cônjuge aparece tanto de forma positiva, como um fator que ajuda as mulheres, quanto de forma negativa, como um fator que prejudica as mulheres. Algumas mulheres afirmaram que o marido é o mentor delas, ajudando-as a decidir sobre os caminhos profissionais. Porém, outras advogadas precisaram lidar com alguma perda por causa do posicionamento do parceiro, tanto perdas profissionais quanto perdas na própria relação conjugal. Entre os casos, há quem chegou a se divorciar por causa do trabalho e quem diminuiu a carga de trabalho a pedido do parceiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o mercado de trabalho tenha vivenciado uma forte feminização nas últimas décadas, a desigualdade de gênero se faz presente na segregação



vertical e horizontal, no assédio moral e sexual no espaço laboral, na presença massiva das mulheres em empregos informais, entre diversas outras formas.

A realidade das mulheres advogadas não se difere de outros grupos profissionais. A expansão dos cursos de direito aumentou significativamente o percentual de mulheres na advocacia. Assim, elas passaram a ocupar uma área que por muito tempo foi um reduto masculino, tanto nas carreiras públicas, quanto nas privadas.

A partir dos resultados iniciais da presente pesquisa foi possível observar que as advogadas entrevistadas, atuantes em grandes escritórios, conseguem fazer uso de algumas ferramentas para tentar ascender dentro dos escritórios, tais como networking e mentoria. O primeiro ajuda as mulheres a conseguirem novos clientes e projetos, bem como a serem notadas pelos sócios do escritório. Já a segunda ferramenta facilita o processo de promoção ao qual o advogado precisa se submeter para se tornar sócio.

Contudo, as mulheres precisam contar com uma grande rede de apoio, até mesmo para conseguir utilizar dessas ferramentas corporativas. A ajuda de familiares, principalmente do cônjuge, é essencial para aliviar a carga das responsabilidades domésticas e de cuidado. Essa ajuda familiar aparece como complementar a uma rede de funcionários para a qual essas mulheres designam as tarefas do lar, como babás, empregadas domésticas e motoristas.

Em resumo, destaca-se que a realização de networking, a presença de um mentor, a construção de boas relações profissionais, e a rede de apoio, constituída por familiares e funcionários, foram identificados como fatores importantes para a ascensão das mulheres dentro dos escritórios de advocacia. Ainda, os aspectos organizacionais dos escritórios e a efetividade de políticas de igualdade também mostraram-se como pontos que influenciam no processo de ascensão das advogadas. Por fim, um elemento se destacou nos relatos das entrevistadas: a agência individual.

Os dados iniciais obtidos com a presente pesquisa contribuem para os estudos sobre segregação vertical e divisão sexual do trabalho, uma vez que apresenta uma nova perspectiva sobre esse problema. Diferente da maioria dos estudos realizados sobre o tema, este trabalho retira o foco dos obstáculos que dificultam a ascensão das mulheres e coloca nos aspectos que facilitam/possibilitam essa ascensão. A partir disso é possível construir novos questionamentos sobre a vivência dessas mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organizations. *Gender e Society*, vol. 4, n. 2, jun/1990.

ARAÚJO, C.; GAMA, A.; PICANÇO, F.; CANO, I. (Org.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

BARBOSA, A. L. N. de H. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte (MG), v. 35, n. 1, 2018. Disponível em: <https://rebec.emnuvens.com.br/revista/article/view/1280> Acesso em: 01 fev. 2023

BERTOLIN, P. T. M. Feminização da advocacia e ascensão das mulheres nas sociedades de advogados. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 16-42, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Z8NrPDWppTw9HTVNfSgyGpt/abstract/?lang=pt> Acesso em: 02 fev. 2023.

BONELLI, M. da G.; BARBALHO, R. M. O profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 275-284, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5287> Acesso em: 02 fev. 2023.

BONELLI, M. da G.. Carreiras jurídicas e vida privada: intersecções entre trabalho e família. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645799> Acesso em: 02 fev. 2023.

CALINAUD, V.; KOKKRANIKAL, J.; GEBBELS, M. Career advancement for women in the british hospitality industry: the enabling factors. **Work, Employment and Society**, v. 35, n. 4, p. 677-695, 2020.

CARRILHO, A. A feminização na produção científica recente: um conceito difuso de compreensão necessária. In: YANNOULAS, S. C. (org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

CEMBRANEL, P.; FLORIANO, L.; CARDOSO, J.. Mulheres em cargos de liderança e os seus desafios no mercado de trabalho. **Revista de Ciências da Administração**,

Florianópolis, v. 22, n. 57, p. 57-67, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/78116> Acesso em: 04 set. 2022.

CERIBELI, H. B.; ROCHA, G. B. de S.; PEREIRA, M. R. Mulheres em cargos de chefia: desafios e percepções. **Diálogo**, Canoas, n. 36, 2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/3738> Acesso em: 04 set. 2022.

DURBIN, S.; TOMLINSON, J. Female part-time managers: careers, mentors and role models. **Gender, Work and Organization**, Vol. 21, N. 4, jul/2014.

EMMERIK, IJ. H. van; EUWEMA, M. C.; GESCHIERE, M.; SCHOUTEN, M. F.A.G. Networking your way through the organization. **Women in Management Review**, Vol. 21, Issue 1, pp. 54 - 66, 2006.

FERREIRA, L.; SILVA, A.; SILVA, D.; SOUSA, T.. Mulheres em cargos de gerência e os desafios em conciliar vidas pessoal e profissional: um estudo em hotéis de São Luís-MA, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, Aveiro (Portugal), n. 27/28, 2017. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10583> Acesso em: 04 set. 2022.

GUIMARÃES, N. A.; BARONE, L. S.; BRITO, M. M. A. de. Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010). In: ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 02 fev. 2023.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/Wwqj4gNd-m8k8jcGRjCFxvqm/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 set. 2022.

JOHNSON, L. M. A study of women in leadership and the next glass ceiling. 2003. **Tese** (Doutorado de Gestão em Liderança Organizacional) - University of Phoenix,

Phoenix, 2003. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.618250/full>

LINEHAN, M.; SCULLION, H.; WALSH, J. S. Barriers to women's participation in international management. **European Business Review**, Vol. 13, Issue 1, pp. 10 - 19, 2001.

LOUREIRO, C. M. P.; COSTA, I. de S. A. da; FREITAS, J. A. de S. B. e. Trajetórias profissionais de mulheres executivas: qual o preço do sucesso? **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 33, p. 130-144, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2012v14n33p130> Acesso em: 02 fev. 2023.

MYRRHA, L. J. D.; QUEIROZ, S. N. de; CAMPOS, J. Desigualdades de gênero no trabalho remunerado e no trabalho reprodutivo: uma análise para grandes regiões e estados brasileiros (2005-2015)". **RBEST Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho**, Campinas (SP), vol. 3, nº 00, julho de 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/14711> Acesso em: 02 fev. 2023.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. Unidade 2 - A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SILVEIRA, L. S.; LEÃO, N. S. Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte (MG), v. 38, 2021. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1651> Acesso em: 01 fev. 2023.

VENTURI, G.; GODINHO, T. (Ed.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

WAJNMAN, Simone. "Quantidade" e "qualidade" da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. **E-book**, p. 45-58, 2016.

YANNOULAS, Silva. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 2071-292, jul./dez. 2011.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368> Acesso em 01 fev. 2023.

# MÃE, TRABALHADORA E ESTUDANTE: REVISÃO DE LITERATURA

*Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva<sup>1</sup>  
Raquel Quirino<sup>2</sup>*

## RESUMO

Dados do Censo escolar 2020 apontaram que mais da metade das matrículas na educação profissional técnica são de estudantes do sexo feminino. Dentre os Cursos Técnicos ofertados, destaca-se pelo quantitativo de alunas em idade reprodutiva o curso Técnico em Enfermagem. A mulher é classificada como um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Diante do exposto surge o problema desse projeto de pesquisa, partindo da perspectiva das estudantes que são mães, questiona-se: como as alunas do curso Técnico em Enfermagem que são trabalhadoras e mães, vivem esses múltiplos papéis, se dividindo entre o trabalho remunerado, o trabalho doméstico, de cuidado com os filhos e a vida estudantil? Para tanto, por meio de embasamento teórico sobre a feminização da enfermagem, patriarcado, divisão sexual e social do trabalho doméstico, jornada múltipla de trabalho, bem como sobre os encargos sociais atribuídos à mãe, propõe-se uma pesquisa qualitativa por meio de entrevista semiestruturada cujo arcabouço teórico-metodológico para tratamento e interpretação dos dados obtidos será utilizada a teoria da análise do discurso crítica de Norman Fairclough, que, tem por objetivo visualizar concretamente a realidade na qual o sujeito de estudo se encontra através da interpretação do seu discurso durante a entrevista: conectores utilizados, fatores influenciadores externos, tom de voz, alterações de humor, relacionando esses elementos ao referencial teórico utilizado na pesquisa.

**Palavras-chave:** Mães Estudantes, Divisão sexual do trabalho doméstico, Curso técnico em Enfermagem.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. E-mail: rita.aguiar@ifsudestemg.edu.br ;

2 Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.. E-mail: raquelquirino@cefetmg.br ;

## INTRODUÇÃO

**E**ste artigo foi produzido com base no referencial teórico utilizado no projeto de pesquisa MÃE, TRABALHADORA E ESTUDANTE! Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IFsudeste-MG *Campus* Barbacena, a ser desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e insere-se na linha de pesquisa III: Processos Formativos na Educação Tecnológica que visa pesquisar sobre os processos formativos nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no âmbito educacional e nas relações sociais e de trabalho, enfatizando processos históricos, sociais, psicossociais e culturais; o desenvolvimento e mobilização de saberes e competências profissionais e docentes; relações entre trabalho, educação, ciência, tecnologia e sociedade nas suas várias interfaces.

Tendo como sujeitos de pesquisa mulheres alunas do curso Técnico em Enfermagem do IFsudeste-MG *Câmpus* Barbacena, busca compreender como se dá a vivência dessas mulheres em relação à maternidade, ao trabalho remunerado e a vida estudantil.

Evidenciam-se nos últimos anos que a oferta de Educação Profissional Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras. Dados do Censo Escolar 2020 mostram que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino. (BRASIL, 2021)

Durante quase 17 anos de experiência como docente da Educação Profissional Técnica de nível médio subsequente na área de enfermagem, sendo desses aproximadamente oito anos atuando no IFsudeste-MG *Campus* Barbacena, essa pesquisadora pôde perceber que alunas que são mães, evadem do curso ou atrasam sua formação por não conseguirem conciliar a vida estudantil, o trabalho remunerado e a maternidade. Fato corroborado por Urpia e Sampaio (2009) quando afirmam que a mulher constitui um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino.

Nesse recorte de tempo: 2022-2024, o curso Técnico em Enfermagem do IFsudeste-MG *Campus* Barbacena, possui carga horária de 1600 horas, cujas 400 são dedicadas à atividades práticas em hospitais, Unidades Básicas de Saúde e instituições de longa permanência para idosos. Apesar de ser um curso noturno, a parte prática é oferecida nos períodos matutino e vespertino. Seu contingente é majoritariamente constituído por estudantes do sexo feminino, sendo dos 93

alunos matriculados 77 do sexo feminino e 16 são do sexo masculino, o que significa que 83% dos estudantes do curso Técnico em Enfermagem dessa instituição é representado por mulheres.

Segundo Hirata (2016), por ser um trabalho que vai ao encontro das necessidades dos outros, o cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres, no espaço doméstico, na esfera “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, o que fez com que se destacasse como modelo das desigualdades sobrepostas ao gênero. Com a mercantilização, a prática feminina, gratuita e invisível, passou a tornar-se visível e considerada trabalho formal, podendo ser realizado até mesmo por homens.

De acordo com Lopes e Leal (2005), a enfermagem se desenvolve como profissão regulamentada por meio de instituições religiosas. Bagnato et al. (2007) apud Costa et al. (2013) declaram que na década de 1970, os cursos de auxiliar e técnico de enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

Para Bittencourt (2011) a conciliação entre estudo e maternidade é vivenciada como um período ainda mais desafiador por grande parte das mães estudantes que participam ativamente do mercado de trabalho.

Diante desse contexto, surge a necessidade de aprofundar estudos sobre a vivência do processo formativo do Curso Técnico em Enfermagem pelas estudantes que são mães.

## **METODOLOGIA**

Foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica na qual se constatou escassez de produções acadêmicas referentes à mães estudantes na Educação Profissional, principalmente à mães estudantes do curso Técnico em Enfermagem. Para essa pesquisa, foram utilizadas as seguintes plataformas de busca: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), A plataforma da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Portal da Capes. A busca nos bancos de dados se deu a partir da utilização das palavras-chave: Mães Estudantes; Divisão sexual do trabalho doméstico; Curso técnico em Enfermagem.

Buscas realizadas utilizando as três palavras-chave simultaneamente não trouxeram resultados significativos para traçar o panorama de estudos realizados até momento. Quando pesquisadas separadamente, foi possível encontrar mais estudos que possibilitaram a fundamentação teórica para esse artigo. Porém, são



escassas publicações que analisam os desafios das mães estudantes da educação profissional e é nessa lacuna que a pesquisa realizada visa aportar contribuições.

## Feminização da Enfermagem

Segundo Lopes e Leal (2005), a enfermagem se desenvolve como profissão regulamentada por meio de instituições religiosas, estando diretamente ligada ao cuidado doméstico às crianças, aos doentes e aos velhos, associado à figura da mulher-mãe : curandeira e detentora de um saber informal de práticas de saúde, transmitido de mulher para mulher.

As mesmas autoras afirmam ainda que a enfermagem brasileira, organizada e estruturada pelo paradigma “nightingaleano”, desenvolveu-se como uma profissão feminina, assim reconhecida em qualquer espaço da sociedade. O termo nightingaleano, de acordo com Carvalho (1989), refere-se à teoria ambientalista desenvolvida por Florence Nightingale na segunda metade do século XIX, na Inglaterra que apresenta como foco principal o meio ambiente, interpretado como todas as condições e influências externas que afetam a vida e o desenvolvimento de um organismo, capazes de prevenir, suprimir ou contribuir para a doença e a morte.

Bagnato et al. (2007) apud Costa et al. (2013), reitera que na década de 1970, os cursos de auxiliar e técnico de enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

Segundo Hirata (2016), por ser um trabalho que vai ao encontro das necessidades dos outros, o cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres, no espaço doméstico, na esfera “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, o que fez com que se destacasse como modelo das desigualdades sobrepostas ao gênero. Com a mercantilização, a prática feminina, gratuita e invisível, passou a tornar-se visível e considerada trabalho formal, podendo ser realizado até mesmo por homens.

## Divisão sexual do trabalho doméstico e seus impactos na vida estudantil e profissional das mulheres que são mães

Urpia e Sampaio (2009) classificam a mulher como um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Dentre essas especificidades, destaca-se a maternidade,

cujo ônus se encontra principalmente no contexto da divisão sexual do trabalho, na qual a mulher deve cuidar dos filhos e do lar, experienciando uma maternidade sufocada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher principalmente no que tange a educação e carreira. (BIROLI, 2018).

Corroborando com esse pensamento, Probst (2015) afirma:

As mulheres dedicam-se tanto ao trabalho quanto o homem e, quando voltam para casa, dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, não chegam nem perto da energia que a mulher tende a dar (PROBST, 2015, p. 04).

Muraro (1992 p. 63) afirma que com a divisão sexual do trabalho reforçada pelo patriarcado, a maior parte dos trabalhos passa a ser feita pelas mulheres, o que vai ao encontro do que defende Hirata (2018) quando destaca a divisão sexual do trabalho doméstico como gerador de desigualdades gritantes, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional.

Urpia; Sampaio (2009) destacam também as relações de gênero, o próprio papel de esposa e o exercício da maternidade, como indicadores de que a sociedade ainda enxerga a mulher como principal responsável pelo cuidado com os filhos e com os trabalhos domésticos, muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna no dia a dia, aumentando ainda mais a sobrecarga física e emocional.

Hirata (2010) relaciona a precarização das condições de vida que as mulheres estão subordinadas à precarização familiar. A autora defende que a divisão sexual do trabalho profissional, não pode mudar sem mudanças na divisão do trabalho doméstico, na divisão sexual do poder e do saber na sociedade.

Estudos evidenciam o quanto as mães estudantes passam por dificuldades, não conseguindo estudar por estarem cansadas, atrasando ou desistindo de seus cursos por não conseguirem conciliar uma jornada quádrupla de trabalho constituída pela maternidade, afazeres domésticos, estudo e trabalho remunerado fora de casa. (BITENCOURT, 2017; AMORIM, 2012; URPIA, SAMPAIO, 2011).

Úrpi e Sampaio (2009); Silva et al. (2015); Menezes et al., (2012); Gonçalves; Ternovoe (2017) indicam alguns aspectos que comprometem o bom desempenho acadêmico das mães estudantes aumentando a sobrecarga física e mental: relações de gênero, divisão sexual do trabalho doméstico, o exercício da maternidade.

Segundo Vieira (2018), fica evidente que a autocobrança por parte das mães estudantes é sem dúvida um dos principais desafios dessas mulheres, visto que além do papel de mãe e estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada

em ter que “deixar” os filhos para estudar. Levando estas mães não somente à dúvida de seu potencial como mãe, mas também à dúvida em relação a busca da realização profissional, onde não conseguem dar total atenção a suas tarefas universitárias, levando a desmotivação e dúvidas do curso de graduação escolhido.

A desproporção do tempo e esforço dedicados à família, sendo desfavoráveis às mulheres, implicam na disposição de tempo, recursos e dedicação para sua educação, profissionalização e trabalho. Por isso, mesmoma atualidade as mulheres ocupando vários espaços que antes lhes eram restritos, a desigualdade ainda persiste sobre as possibilidades de efetiva ascensão do grupo como um todo, principalmente quando se compreende que dentro dessa coletividade ainda há agravantes sob sua condição, como a raça e a classe (BIROLI, 2018).

Hirata (2010) defende a necessidade de pensar em uma “nova equação entre Estado, Mercado e família” para que mudanças ocorram na divisão sexual do trabalho atual, que se trata de uma divisão desigual que discrimina a mulher e não configura a igualdade de gênero que se espera. A mesma acredita que a divisão sexual do trabalho não pode mudar sem mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, na divisão sexual do poder e do saber na sociedade.

### **Necessidade de políticas públicas que contribuam com a permanência de mães estudantes nas instituições de ensino**

Nos últimos anos a oferta de Educação Profissional e Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras. Dados do Censo Escolar 2020 mostram que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino. (BRASIL, 2021). Ainda, apesar desse crescente aumento nas matrículas de estudantes do sexo feminino na educação profissional, pode-se afirmar que algumas dessas estudantes podem vivenciar dificuldades durante seu processo formativo, que podem levá-las inclusive à evasão do curso. A partir disso, ressaltamos o pensamento de Santos (2011):

Vale mais designar a área do acesso como a área do acesso/permanência ou área do acesso/permanência/sucesso uma vez que o mais importante que garantir o acesso seja garantir o acesso a permanência e o sucesso para estudantes oriundos de classes ou grupos discriminados. (SANTOS, 2011)

Para Gonçalves; Ternovoe, (2017), a falta de flexibilidade por parte das instituições de ensino, com horários rígidos e regimentos constitui outro fator

dificultador no processo formativo de mães estudantes. As autoras defendem ainda que embora a instituição de ensino procure tratar todos os alunos de maneira igualitária, para evitar injustiças, no que se refere ao gênero e a vida pessoal das mães estudantes, é preciso considerar que elas já se encontram em situação desigual porque não tiveram oportunidade de se profissionalizarem quando ainda não tinham filhos e nem tantas responsabilidades domésticas e profissionais. Esse pensamento vai ao da definição de *equidade* do dicionário online Michaeléis (2020) como: “Consideração em relação ao direito de cada um independentemente da lei positiva, levando em conta o que se considera justo”.

Segundo Sígolo *et al* (2021), os movimentos de mulheres e feministas tiveram uma importante atuação na luta e conquista pelos direitos humanos das mulheres brasileiras; mas, no que se refere ao direito a educação, a questão do acesso e escolarização foi vista como resolvida devido aos indicadores educacionais apresentarem as mulheres com trajetórias escolares mais homogêneas e duradouras do que os homens. No entanto, a mesma autora parafraseando Sandra Unbehaum (2014), nos diz que considerando a expansão do campo de estudos e pesquisa em gênero e educação no país e os investimentos em políticas educacionais nas duas últimas décadas, pouco se avançou na consolidação da temática nos currículos de formação inicial de professores, bem como na constituição de práticas curriculares.

Sígolo *et al* (2021) refletem ainda sobre a complexidade próprio conceito de gênero, que, em sua multifacetada configuração, implica abordar e problematizar a diversidade sexual e os comportamentos e vivências sexuais, as constituições identitárias de gênero e, ao mesmo tempo, implica a sua desconstrução - enfrentar as discriminações de gênero, identificar os processos de generificação das relações sociais, econômicas e políticas, com impacto no mercado de trabalho, nas relações familiares, na ocupação de espaços de participação política, entre outras dimensões das relações humanas, nas quais a ordem patriarcal heteronormativa historicamente atua. A autora enfatiza que a rejeição de qualquer discussão que utilize o conceito de gênero, está também relacionada ao que pode-se definir como uma fragilidade da temática de equidade de gênero, sendo esse um problema da sociedade como um todo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidencia-se que nos últimos anos que a oferta de Educação Profissional e Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras.

Dados do Censo Escolar 2020 mostram que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino. (BRASIL,2021)

Dos Cursos Técnicos Profissionalizantes de nível médio ofertados em instituições de ensino públicas ou privadas, nota-se que o curso Técnico em Enfermagem destaca-se por seu quantitativo de alunas em idade reprodutiva. Em exemplo podemos citar o IF Sudeste MG *Campus* Barbacena, cujo contingente é majoritariamente constituído por estudantes do sexo feminino, sendo dos 93 alunos matriculados para os anos letivos 2022-2024, 77 são do sexo feminino e 16 são do sexo masculino.

Para Urpia e Sampaio (2009) o público feminino constitui um grupo social com especificidades que o colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino.

Biroli (2018) enfatiza dentre essas especificidades a maternidade, cujo ônus se encontra principalmente no contexto da divisão sexual do trabalho reprodutivo, na qual a mulher deve cuidar dos filhos e do lar, vivendo uma maternidade sufocada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher principalmente no que tange a educação e carreira.

Gonçalves; Ternovoe, (2017), evidenciam a falta de flexibilidade por parte das instituições de ensino, com horários rígidos e regimentos constitui outro fator dificultador no processo formativo de mães estudantes. As autoras defendem ainda que embora a instituição de ensino procure tratar todos os alunos de maneira igualitária, para evitar injustiças, no que se refere ao gênero e a vida pessoal das mães estudantes, é preciso considerar que elas já se encontram em situação desigual porque não tiveram oportunidade de se profissionalizarem quando ainda não tinham filhos e nem tantas responsabilidades domésticas e profissionais.

Durante quase 17 anos de experiência como docente da Educação Profissional Técnica de nível médio subsequente na área de enfermagem, sendo desses aproximadamente oito anos atuando como docente do IF Sudeste-MG *Campus* Barbacena, essa pesquisadora pôde perceber que apesar do referido curso significar para muitas alunas a primeira oportunidade de profissionalização, algumas se evadem do curso ou atrasam sua formação por não conseguirem conciliar a vida estudantil, o trabalho remunerado e a maternidade.

No entanto, para a elaboração do projeto de pesquisa cujo referencial teórico embasou a construção desse artigo, buscas realizadas utilizando as palavras-chave: mães estudantes; educação profissional; divisão sexual do trabalho doméstico; curso Técnico em Enfermagem simultaneamente não

trouxeram resultados significativos para traçar o panorama de estudos realizados até momento. Quando pesquisadas separadamente, foi possível encontrar alguns estudos que possibilitaram a fundamentação teórica para esse artigo.

Foram encontrados estudos que relatam a vivência do processo formativo de alunas que são mães no ensino superior e no ensino médio, todavia, são escassas publicações que analisam os desafios das mães estudantes da Educação Profissionalizante de nível médio, mais ainda no que tange os cursos Técnicos em Enfermagem. É nessa lacuna que essa pesquisa realizada visa aportar contribuições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma profissão que se desenvolveu por meio de instituições sacras e por estar ligada diretamente à práticas domésticas de cuidado a enfermagem de nível técnico ainda é considerada por muitos como uma profissão feminina, o que é reforçado pelo expressivo contingente de mulheres em cursos Técnicos em Enfermagem. No entanto, evidencia-se na literatura, que o público feminino tem especificidades no que tange a permanência e conclusão de cursos profissionalizantes destacando-se dentre essas especificidades o exercício da maternidade.

Esse fato é associado à divisão sexual do trabalho doméstico no qual a mulher é responsável pelos afazeres da casa, cuidado com os filhos muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna, o que aliado ao trabalhoremunerado aumenta a sobrecarga física e mental.

Estudos revelam que as estudantes que são mães passam por dificuldades para estudar por estarem cansadas, atrasando ou desistindo de seu curso por não conseguirem conciliar uma jornada múltipla de trabalho. O tempo e esforço dedicados à família, implicam na disposição de tempo e recursos para a profissionalização. No entanto foi observada escasses de estudos referentes às mães estudantes da Educação Profissionalizante de nível médio.

Diante do exposto, além de mais estudos sobre estudantes que são mães na Educação Profissionalizante de nível Médio, principalmente sobre mães estudantes do curso Técnico em Enfermagem, nota-se a necessidade de políticas públicas e políticas institucionais que favoreçam a permanência e formação dessas mulheres tendo em vista essas já se encontram em desvantagem por não terem conseguido se profissionalizarem antes de serem mães.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, T.C.S. **A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura: Um olhar para a qualidade.** Campina Grande, Editora REALIZE, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ae0eb3eed39d2bcef4622b2499a05fe6.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BAGNATO MHS, BASSINELO GAH, LACAZ CPC, MISSIO L. Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Rev. Esc. Enferm.** USP. 2007;41(2):279-86.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITENCOURT, S. M. **Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado.** Florianópolis, SC, 2011. 344p.: Tese(doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BRASIL. Ministério da Educação, (2021). **Participação feminina cresce na educação profissional e mulheres se destacam no campo da pesquisa científica.**

Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/participacao-feminina-cresce-na-educacao-profissional-e-mulheres-se-destacam-no-campo-da-pesquisa-cientifica>. Acesso 16 junho de 2022

COSTA, F. da C., BORGES, E. L., & VIESSELI DONOSO, M. T. (2013). **Perfil dos alunos de curso Técnico de Enfermagem de uma escola particular em Minas Gerais.** *Revista De Enfermagem Do Centro-Oeste Mineiro.* <https://doi.org/10.19175/recom.v0i0.327>

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. **Desafios Vivenciados por Mulheres Universitárias de Mato Grosso do Sul, que são Mães, Profissionais e Donas de Casa.** *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero.* Ponta Grossa, v. 8, n. 2, ago-dez, 2017, p. 116-142.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. SUR - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, n.24, 2016, p. 53-64.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **TrabalhoNecessário**, ano 16, n. 29, 2018, pp. 14-27. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552/4195> acesso em: 20/04/2023

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Tema Trabalho e Gênero**. 2010, p. 45-49. Disponível em:

[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/revista\\_2edicao\\_trabalho\\_dez2010.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/revista_2edicao_trabalho_dez2010.pdf) acesso em 20/04/2023

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M.C.S. (2013). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.63.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é**. Tradução de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez; 1989

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

SÍGOLO, V. M., Gava, T. & Unbehaum, S. (2022). Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. **Cadernos Pagu**, (63), e216317. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668816>. Acesso: 16 junho de 2022



URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico:dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3 (2) 2009

URPIA, Ana Maria de Oliveira.; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador:EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 30 maio de 2022

VIEIRA, Ailane Costa et al. **Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática**. 2018. Disponível em: [https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/1080/1/TCC\\_VivenciasMaternidadeGraduação.pdf](https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/1080/1/TCC_VivenciasMaternidadeGraduação.pdf). Acesso em: 16 junho de 2022

# A INSERÇÃO DA MULHER NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: AVANÇOS E DESAFIOS

*Camila Gonçalves Guimarães<sup>1</sup>*

## RESUMO

A proposta deste trabalho é discutir a inserção da mulher na educação profissional e tecnológica, considerando que essa modalidade de ensino, tradicionalmente, caracterizava-se como um campo de estudo, majoritariamente, masculino; entretanto, nas últimas décadas, esse quadro se vem modificando. Atualmente, podemos constatar um crescimento significativo da presença da mulher, seja como discente nos cursos técnicos, seja como docente e como servidora técnico-administrativa na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Abordar a inserção da mulher nesse contexto levanta discussões relevantes como as que se referem à divisão sexual do trabalho, à igualdade e desigualdade e à dominação e submissão entre homens e mulheres, em função dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Além disso, a inserção da mulher na educação profissional é um tema ainda hoje pouco discutido sendo uma área praticamente desconhecida, mesmo quando se têm alterações significativas no perfil da força de trabalho feminina. Conhecer essa realidade é necessário para buscar soluções para enfrentar esses desafios, assim as instituições podem adotar políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero. Isso inclui a promoção de oportunidades de formação e emprego para as mulheres em áreas tradicionalmente masculinas, o estabelecimento de políticas e programas que combatam o assédio e a discriminação no local de trabalho, entre outros.

**Palavras-chave:** Mulheres; Gênero; Educação Profissional e Tecnológica.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Estudos em Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), [camila@cefetmg.br](mailto:camila@cefetmg.br);

## INTRODUÇÃO

Ao discutir a inserção da mulher na Educação Profissional e Tecnológica, é importante destacar que o desenvolvimento educacional no Brasil teve, como marca, sua dualidade estrutural, uma vez que sempre teve uma educação diferenciada para homens e mulheres, bem como para pobres e ricos. A economia brasileira foi estruturada com base na agricultura e na escravidão, o que resultou numa organização social complexa e dividida: de um lado, os grandes proprietários de terra e, de outro, a massiva população de agregados e cativos. De tal modo que os primeiros tinham direito à escolarização, e aos restantes cabia uma educação elementar, exceto as mulheres que estavam excluídas da educação disponibilizada na esfera pública.

O processo educacional das mulheres foi bem distinto dos homens. As mulheres sempre foram estimuladas à vida privada do lar, os homens eram destinados à vida pública, ao trabalho e à formação educacional. A educação para as mulheres, no Brasil Colônia, ocorria dentro do âmbito doméstico, com intuito principal de prepará-las para o casamento que normalmente acontecia desde muito jovens. O ensino oferecido visava preparar as mulheres para atividades doméstica e ofícios do lar.

Somente no século XIX, surgiram as primeiras instituições de ensino destinadas às mulheres, porém com diversas restrições. Essas instituições eram voltadas apenas para a educação primária, com objetivo de fortalecer o papel da mãe e da esposa, sendo ministrados conteúdos de cunho moral e social com influência da Igreja Católica. Dessa forma, as meninas continuaram a margem dos níveis mais altos da educação. Somente em 1881 foi permitido às mulheres frequentarem o ensino superior, sendo a primeira matrícula no curso de Medicina. Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, a participação das mulheres nos cursos secundários era exceção, o que dificultava a entrada nos cursos superiores (Saffioti, 1976).

Destarte que, durante todo esse processo inicial de escolarização, foi sendo embutida e reforçada a ideia de que cabia às mulheres somente o magistério. Para Almeida (2004, p. 72), “século XX redesenhou os contornos de uma sociedade na qual os papéis sexuais tradicionais eram assumidos culturalmente e aceitos sem muitas incertezas”. Com o processo de industrialização e com isso a urbanização das cidades, a educação das mulheres passou a ser uma necessidade. No entanto, até meados do século XX, a única carreira possível para elas era o magistério, mesmo havendo procura para cursos na área do cuidado.

Almeida (1998) aponta que o magistério primário sofreu, no Brasil, a influência cultural e ideológica do processo de desvalorização social da mulher, embora tenha possibilitado à mulher de classe média a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Ser professora representava a possibilidade de ter uma profissão que não apresentava riscos ou ameaças, pois se associava às atividades do lar e à maternidade sem o comprometimento delas e, também, mesmo com baixas remunerações era a possibilidade de as mulheres adentrarem o espaço público, ainda que domesticado, uma vez que implicava o prolongamento das atividades domésticas.

Esse período histórico ficou marcado por diversas manifestações e movimentos em prol da ampliação dos direitos das mulheres por educação, direito ao voto, direitos sociais, acesso ao mercado de trabalho entre outros. Porém foi apenas em 1961, com a Lei n. 4.024/61, das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que ficou garantida a equivalência de acesso entre homens e mulheres a todos os cursos de grau médio, o que tornou possível as mulheres que fizeram magistério tentar o vestibular para o curso superior.

De forma lenta e excludente, o processo educacional no país proporcionou que as mulheres entrassem nos espaços públicos e privados, ampliando o leque de possibilidades no mercado de trabalho, bem como contribuiu para reflexão e mudança de hábitos que atrelava às mulheres aos homens e que lhe reservava exclusivamente o ambiente doméstico. Nesse sentido, a educação foi uma das responsáveis pela evolução e progresso da mulher brasileira na busca pelos seus direitos e no seu espaço, na sociedade.

## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NO MAGISTÉRIO

Refletir sobre a inserção da mulher no espaço público é implícito que se refere à escolha da mulher pela docência, em uma visão histórica de como se deu a sua inserção nessa atividade, uma vez que inicialmente era um espaço social estritamente masculino. Dessa forma, os primeiros professores eram “modelos de virtudes, disciplinados e disciplinadores, guias espirituais, conhecedores das matérias e das técnicas de ensino” e, além disso, deviam ter como qualidades a “afeição e autoridade, bom senso, firmeza e bondade, piedade”, como demonstra Louro, o mestre precisava ser além de educador, um exemplo a ser seguido:

Diferentemente dos antigos mestres medievais, ele [o mestre] se tornará responsável pela conduta de cada um de seus alunos, cuidando para que esse carregue, para além da escola, os comportamentos e as virtudes que ali aprendeu. Para que isso aconteça, não

basta que o mestre seja conhecedor dos saberes que deve transmitir, mas é preciso que seja, ele próprio, um modelo a ser seguido. Por isso o corpo e a alma dos mestres, seu comportamento e seus desejos, sua linguagem e seu pensamento também precisam ser disciplinados. (Louro, 2003, p. 92-93).

No Brasil, esse modelo de escola permanece até o final do século XVII, somente na segunda metade do século XIX, a presença da mulher passa a ser permitida nas salas de aula, dividem-se as turmas para “turma de meninas”, com aulas ministradas por mulheres e “turma de meninos”, com as aulas ministradas por homens. No entanto havia fortes discrepâncias nos níveis salariais quando comparados os pagamentos feitos a docentes do sexo feminino e masculino.

As primeiras instituições destinadas a preparar professores para a prática docente foram fundadas no século XIX. No início, as escolas normais atendiam homens e mulheres, o que era considerado inovador para a época. Entretanto, com o passar do tempo, passou-se a ter uma frequência majoritariamente feminina. Às novas mestras, eram reservadas as “poucas vagas existentes no primário para meninas ou eram contratadas como professoras particulares nas casas de famílias abastadas” (Bruschini; Amado, 1988).

O ensino secundário possuía um perfil propedêutico, destinando-se àqueles que pretendiam prosseguir nos estudos até o nível superior, vedado às mulheres até 1881. Segundo Louro (2003, p. 95), “o magistério se tornará uma atividade permitida e, após muitas polêmicas, indicada para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação”. Nesse processo, à docência passa a ser associada às características de personalidade da mulher, como o amor, a sensibilidade e o cuidado.

[...] as escolas de formação docente enchem-se de moças, e esses cursos passam a constituir seus currículos, normas e práticas de acordo com as concepções hegemônicas do feminino. Disciplinas como Psicologia, Puericultura e Higiene constituem-se nos novos e prestigiados campos de conhecimento daquelas que são agora as novas especialistas da educação e da infância. (Louro, 2003, p. 97).

No entanto, Rabelo e Martins (2010, p. 6168) enfatizam que a abertura do magistério às mulheres teve, como consequência, a desqualificação e desvalorização da profissão, limitando suas competências profissionais a supostos “dons”, resultantes de um comportamento emocional e moral. Por ser considerada consequência de um “dom” ou “vocação natural” da mulher, a remuneração da profissão docente, que j a era pequena, ficou ainda menor.

Nesse ponto, podem-se observar os princípios norteadores da divisão sexual do trabalho que Hirata e Kérgoat (2007) apresentam, que existe trabalho destinado às mulheres e que este, quando tem sua maioria feminina, são desvalorizados. Aqui também está presente o conceito de segregação horizontal (OLINTO, 2011), em que as mulheres acabam por optar por áreas diferentes das dos homens muitas vezes por influências familiares e da escola. E também, por se acharem mais aptas a essas carreiras, uma vez que, desde que nasceram, foram estimuladas para desempenhar essas funções relacionadas ao cuidado.

Até a década de 1930, o magistério era a única profissão feminina respeitável e a única forma institucionalizada de emprego para a mulher de classe média. Por muitos anos, o magistério foi à única atividade “possível” a algumas mulheres e, embora tenha passado por intensas modificações ao longo da história, seu processo de intensa feminilização perpetua sua desvalorização no mundo do trabalho.

Foi somente a partir dos anos de 1950, e principalmente dos anos de 1970, que começou a observar uma alteração nas escolhas profissionais e nas ocupações definidas socialmente como adequadas ao sexo feminino:

[...] a partir da década de 1970 ocorrem alterações significativas no perfil da força de trabalho feminino que afetam a situação do magistério. De um lado, tem-se sua presença ampliada nos níveis mais elevados de ensino como produto de seu ingresso nas universidades. De outro, acentua-se a presença feminina em outras ocupações da força de trabalho como ocupação de nível médio, pelas atividades burocráticas. (Bruschini; Amado, 1988, p. 6).

No entanto, a herança de modelos de comportamento feminino ainda é um fantasma que influencia as condutas profissionais da mulher moderna, visto que ainda hoje tende a escolher profissões voltadas para o cuidado, tais como na área de saúde e de educação.

[...] é preciso ter a consciência de que não são os fatores biológicos, muito menos, exclusivamente pessoais, que levam uma pessoa a fazer escolhas na sua vida, principalmente a opção profissional. A memória coletiva interfere nas preferências individuais. A família pode influenciar na escolha de uma profissão, uma pessoa que sirva de modelo pode servir de incentivo para a opção profissional. (Rabelo; Martins, 2010, p. 6.174).

Souza e Guedes (2016) afirmam que a participação das mulheres no mercado de trabalho tem forte ligação com os mecanismos facilitadores para que elas possam conciliar a rotina entre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado dedicado

à família. Além disso, os autores afirmam que, quanto maior a “desfamiliarização” dos cuidados da mulher no âmbito doméstico, maior tende a ser a participação delas no mercado de trabalho, em empregos formais e em jornadas integrais.

Segundo os autores Sá e Rosa, (2014, p. 4): “Para as mulheres pobres significava ganhar o pão de cada dia; para as mulheres que tinham condições financeiras melhores a possibilidade de uma atividade fora dos domínios do lar (privado). Para ambas, a possibilidade de conciliar o trabalho em casa com o magistério”.

As melhores oportunidades dadas aos homens em outras áreas e a demanda surgida no magistério, bem como uma mudança nas representações em relação ao trabalho feminino e a necessidade de conciliar as atividades de casa e do trabalho, levaram a uma feminilização do magistério cada vez maior.

Nos dias atuais, as relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho, embora ainda muito injustas, estão-se modificando. As mulheres têm adentrado áreas de atuação até há pouco tempo restritas apenas aos homens. Porém os estereótipos e marcadores de gênero que determinam à mulher o espaço doméstico, voltado para as atividades de produção e reprodução das condições de existência, continuam fortemente presentes nas relações sociais entre os sexos. Embora a mulher tenha saído de casa para atuar no espaço produtivo, a lógica contrária não se concretizou, pois, os homens não assumiram a responsabilidade pelo trabalho doméstico, deixando, assim, a mulher trabalhadora com seu “trabalho duplicado” (Nogueira, 2006).

Embora as mulheres contemporâneas tenham diversas possibilidades de escolhas, continuam optando por profissões feminilizadas, como na área da educação (Inep, 2016). Assim, tais estereótipos de gênero do que é “ser mulher” ainda se encontram presentes em seu comportamento e influenciam suas escolhas profissionais. Além disso, a educação feminina foi constituída para o entendimento de uma inferioridade em relação aos homens no âmbito de atividades mais “rudes” e influenciadas para atividades mais “nobres”, voltadas para uma continuidade das suas funções no lar (Campagnoli *et al.*, 2003, p. 150). Ou seja, a construção histórica e social da condição feminina ainda sofre grande influência da família, sociedade e escola, exercendo uma grande pressão nas escolhas das mulheres por determinadas áreas.

## A INSERÇÃO DA MULHER NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Desde o seu surgimento, no final do século XIX e início do século XX, a educação profissional no Brasil teve como foco os homens menos favorecidos. O

objetivo dessas primeiras escolas era formar operários através da transmissão do conhecimento técnico e do ensino prático para os jovens.

Ao longo de quase um século de implantação da educação profissional, o público continuou majoritariamente masculino. Somente a partir da década de 60 que têm informações sobre a participação das primeiras mulheres na Educação Profissional Industrial. Apenas a partir da década de 70 que a participação das mulheres teve um crescimento significativo na Rede Federal Educação Profissional, seja atuando profissionalmente como servidora docente e técnico-administrativa, ou como discente dos cursos técnicos e de graduação.

A Educação Tecnológica, ao longo da sua implantação, teve, como característica, a presença massiva do sexo masculino em seus quadros. Nas suas primeiras décadas de funcionamento, são poucos os registros da participação das mulheres nessa modalidade de ensino, principalmente como alunas. No início do século XX, as escolas profissionalizantes existentes em sua maioria ou eram destinados aos homens ou exclusivas para mulheres onde eram ensinados aos homens as “artes industriais” e, para as mulheres, “economia e prendas manuais”.

A Escola Profissional Feminina surge visando a uma educação perfeita preocupada com a moral, com o corpo, com a profissão e com o comportamento das estudantes. A preparação para o trabalho buscava capacitar as mulheres para autossustentar, caso não se casassem, e, sendo pobres, não poderiam contar com o auxílio da família. O ensino profissional seria um importante instrumento para dar autonomia e uma condição digna para as solteiras e pobres. Para as mulheres casadas, o objetivo era que elas poderiam trabalhar para não serem tão dependentes dos maridos e ter que passar por humilhações, deveriam também educar os filhos, cuidar do marido e zelar pela organização e economia do lar (Ribeiro; Silva; Medeiros, 2021). A Escola Profissional Feminina tinha, como cursos, aqueles relacionados aos trabalhos domésticos, aos cuidados ou cursos profissionais permitidos para mulheres, como costuras e afins.

O ensino profissional é utilizado para legitimar o novo regime republicano com intuito de desenvolver o país no sentido do progresso. Como marco da modernidade, esse Regime acataria a mulher no ambiente do trabalho visando à inserção do país numa era moderna, “[...] tinha de constituir novos espaços e novas práticas sociais, comerciais, culturais e educacionais a serem incorporadas no novo modelo de sociedade e de cidadão que se pretendia formar.” (Ribeiro; Silva; Medeiros, 2021, p. 6).

“para as mulheres, educar-se e instruir-se mais do que nunca significou uma forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar o espaço público. Representava, também, a possibilidade de se



adequarem às normas sociais e ao mundo novo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados intelectualmente.” (Almeida, 2004, p. 103).

A Escola Profissionalizante Feminina foi um importante instrumento para que as mulheres pobres se pudessem instruir e também como forma de estimular as mulheres a buscar uma educação para além dos grupos escolares, bem como incentivar, em todo o país, a participação feminina na educação profissional como símbolo de modernidade e novos tempos (Ribeiro; Silva; Medeiros, 2021).

A partir dos anos 30, observa-se uma intensificação da escolarização feminina, o que permitiu que as mulheres adentrassem a vida pública seja através da vida acadêmica ou profissional. Posteriormente, acontece um relevante movimento de institucionalização das ciências, marcado pelo “[...] aprofundamento da profissionalização da atividade de pesquisa inaugurada com o CNPq em 1951.” (Ferreira *et al.*, 2008, p. 44). Com a institucionalização da comunidade científica a partir da década de 40, os estudos sobre relações de gênero, no Brasil, ganham importância ao perceber o rápido crescimento do ingresso das mulheres em todos os graus de educação, principalmente a partir da década de 70, com o ingresso massivo das mulheres nas instituições de ensino em todo país.

No entanto, mesmo com a inserção das mulheres em todos os níveis de ensino, as carreiras científicas ou ligadas à educação profissional continuaram como reduto masculino demonstrando “uma interdependência entre as hierarquias sociais de gênero e o sistema de estratificação da ciência.” (Ferreira *et al.*, 2008, p. 45). Além disso, as mulheres que rompiam com essa barreira eram invisibilizadas. Dessa forma, começou uma reflexão e diversos estudos sobre os motivos por terem tão poucas mulheres nas áreas científica e tecnológica, mesmo sem uma discriminação legal.

Registros apontam que as primeiras mulheres a ingressar nas Escolas Técnicas, na década de 60, optaram pelo curso de Edificações e Química. Na década de 70, o número de mulheres nas instituições profissionalizantes teve um aumento significativo, sendo suas escolhas profissionais mais variadas, optando pelo ensino básico, Estradas, Química, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica (Cardoso, 2012). A partir dos anos 80, as mulheres estavam presentes em quase todos os cursos ofertados, mas ainda sua presença era muito inferior à dos homens.

O curso técnico profissionalizante mostrava-se, à época, como a possibilidade de inserção numa profissão valorizada pelo mercado de trabalho e representava também a possibilidade de estudar em uma escola de qualidade e gratuita. As respostas dadas a essa questão sugerem que a condição econômica das famílias era um fator

preponderante na opção pelo ensino profissionalizante. (Cardoso, 2012, p. 146).

Em sua maioria, essas mulheres possuíam de 15 a 17 anos, como o número ainda era bastante reduzida, sua participação era limitada aos laboratórios e salas de aulas, sendo que a participação política, seja nos grêmios, ou conselhos, era praticamente nula. Segundo pesquisa realizada por Cardoso (2012), essas mulheres eram foco de constante piadas sexistas, preconceitos e machismos vindos dos colegas de turma, mas não obstante os preconceitos vinham de todas as partes, não apenas dos alunos,

[...] àquela época, os servidores docentes e técnicos administrativos, em sua maioria do sexo masculino, tinham comportamentos e atitudes discriminatórias, preconceituosas em relação à mulher, sobretudo, às jovens estudantes dos cursos técnicos menos frequentados por mulheres. (Cardoso, 2012, p. 147).

Outras dificuldades enfrentadas por essas alunas eram a carência de infraestrutura, como a falta de banheiro feminino e remédios voltados para elas, como de cólica menstrual. Se, nos dias atuais, as mulheres ainda enfrentam diversos preconceitos nas Ciências e Tecnologia, aquela época era marcada por valores sexistas arraigados na sociedade. Por serem as primeiras mulheres a estudarem em instituição voltada para o ensino técnico, essas alunas enfrentaram os mais diversos desafios, sejam materiais ou simbólicos, internos e externos.

Essas meninas enfrentaram estereótipos sobre a inadequação dessas formações e das profissões que exercem, pois muitas estranharam sua escolha por serem campos exclusivamente masculinos. Algumas características, como a falta de força física, destreza, atenção, habilidades numéricas e de raciocínio e incompatibilidade biológicas associadas à mulher eram justificativas para as mais diversas manifestações preconceituosas, sexistas e machistas que permeiam a sociedade familiar patriarcal. Porém o ensino profissional representava para elas a possibilidade de ascensão financeira, profissional, social e cultural, constituindo também os primeiros passos para sua participação nas ciências, tecnologia e na educação profissional.

Tabak (2002) destaca, conforme dados divulgados pelas Nações Unidas e por anuários estatísticos publicados pela Unesco, que, embora tenha aumentado o número de estudantes mulheres em cursos científicos e tecnológicos no período compreendido entre 1970-1990, “o fato é que elas não estão nos setores de maior especialização, têm baixa qualificação laboral e enfrentam obstáculos estruturais para ser aceitas em pé de igualdade.” (Tabak, 2002, p. 124). Para a

autora, as mulheres continuam predominante nos setores considerados tradicionalmente femininos como saúde, educação e comércio, enquanto os homens encontram-se, na maioria, no campo da Engenharia. Vale destacar que “as mulheres ocupam apenas 30% dos cargos de responsabilidade média no campo da investigação, 10% dos postos de maior envergadura no campo científico e, dos 444 prêmios Nobel conferidos, somente 11 correspondem a mulheres.” (Tabak, 2002, p. 124).

Ainda nos dias atuais, a participação das mulheres é menor em relação aos cargos de chefia e administração da escola técnica. Desde a criação até os dias atuais, sua presença em postos mandatários da escola técnica é baixa, podendo-se dizer que a promoção e a ascensão na carreira na Educação Tecnológica sempre se revelaram privilégio do gênero masculino (Cardoso, 2012). Como exemplo, nos seus mais de 100 anos de existência, o CEFET-MG nunca teve, como Diretora Geral, uma mulher, o que demonstra que “o poder, a condução e a tomada das decisões fundamentais que norteiam os rumos da escola ainda se concentram em mãos masculinas.” (Cardoso, 2012, p. 148).

A participação política das mulheres nas escolas técnicas é algo recente e acompanha o movimento da participação das mulheres na política do país. Atualmente, por mais que algumas mulheres ocupem cargos de chefias e funções gratificadas, a presença feminina nesses cargos ainda é muito inferior comparado aos homens (Cardoso, 2012).

As servidoras docentes e técnico-administrativas ainda se deparam com processos de segregação que as mantêm a margem, seja na estrutura ocupacional horizontal, seja na vertical. Em suas atividades profissionais, estão presentes, implícita ou explicitamente, as marcas da discriminação do sexo: a precarização do trabalho, a guetização da profissão, a desigualdade salarial, bem como a desvalorização profissional. Suas atividades, por vezes, permanecem inseridas em uma divisão sexual do trabalho e continuam associadas a atributos que nem sempre são valorizados em termos de reconhecimento profissional e salarial.

Embora as meninas tenham registrado progressos, no que diz respeito à formação profissional, persistem obstáculos ao seu acesso a determinadas áreas, principalmente relacionadas ao mercado de trabalho. Mesmo sendo habilitadas, capazes e disponíveis para tais cargos ou funções, ainda são vítimas de preconceitos perceptíveis, numa sociedade em que ainda persiste uma acentuada e preconceituosa hierarquia de gênero e, sobretudo, uma divisão valorativa entre o trabalho público e doméstico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se debruçar sobre o caminho percorrido pela mulher na história da sua inserção na vida pública, é vista como permanente a luta feminina para ocupar espaços numa sociedade estruturada no patriarcado. As dificuldades para inserção e ascensão em áreas de reduto masculino ainda são grandes. Percebe-se que é necessário um embate constante de valorização da mulher nos espaços públicos, mas principalmente as relacionadas às áreas tecnológicas.

A inexpressiva participação das mulheres na educação técnica é reflexo dos “dois princípios norteadores da divisão sexual do trabalho” propostos por Hirata e Kér goat (2007), nos quais: (i) existem trabalhos destinados às mulheres e trabalhos destinados aos homens, e o trabalho do homem, em todas as sociedades conhecidas até os dias atuais, tem um valor social e econômico agregado maior do que o da mulher.

O que prevalece, nos dias de hoje, é a exacerbada desigualdade da divisão sexual do trabalho, em que, para as mulheres obterem sucesso profissional, é necessário conciliar a vida reprodutiva e produtiva. No entanto, na contramão do princípio organizador da divisão sexual do trabalho, muitas mulheres rompem com estereótipos e transgridem o status quo, superando os mais diversos tipos de preconceitos e de barreiras para sua inserção e ascensão nas profissões ditas masculinas. Porém observa-se que esse ainda é um terreno predominantemente masculino, e que ainda há muito que se caminhar para conseguir igualdade de gênero nessa área.

Percebe-se que essa descrição construída socialmente a respeito da natureza feminina, que dialoga com os atributos de docilidade e submissão, criou, na verdade, uma cortina de fumaça que obscurece as formas de viver das mulheres, não mostra como essas possuem uma carga de trabalho superior à dos homens, e tenta diminuir as potencialidades e possibilidades de serem e ocupar o que espaço que elas quiserem.

A inserção da mulher na educação profissional é um tema ainda hoje pouco discutido, sendo uma área praticamente desconhecida, mesmo quando se têm alterações significativas no perfil da força de trabalho feminina. Conhecer essa realidade é necessário para buscar soluções para enfrentar esses desafios, assim as instituições podem adotar políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero. Isso inclui a promoção de oportunidades de formação e emprego para as mulheres em áreas tradicionalmente masculinas, o estabelecimento de políticas e programas que combatam o assédio e a discriminação no local de trabalho entre outros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In*: SAVIANI, Dermeval (org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea). p. 59-107.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 64, p. 4-13, fev. 1988.

CARDOSO, V. L. (2012). A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: o caso da antiga Escola Técnica Federal de Minas Gerais – CEFET-MG. *In*: MÁSGUALDAD, REDES PARA LA IGUALDAD: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN UNIVERSITARIA DE ESTUDIOS DE LAS MUJERES (AUDEM), 2012, Sevilha. **Anais** [...]. p. 143-151. Sevilha: Arcibel, 2012.

CAMPAGNOLI, A.; COSTA, A.; FIGUEIREDO, A.; KOVALESKI, N. A mulher, seu espaço e sua missão na sociedade. Análise crítica das diferenças entre os sexos. **Revista Emancipação**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 127-153, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/43>. Acesso em: 6 abr. 2018.

FERREIRA, Luiz O. *et al.* Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 43-71, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 1 maio 2023.

HIRATA, H.; KÉRGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, [s. l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, jan./dez. 2007.

INSTITUTO NACIONAL de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, C. M. **O Trabalho Duplicado**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006.  
OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5, n.1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2010, Uberlândia. **Anais [...]**. p. 6167- 6176. Uberlândia: Aveiro: FCT, 2010. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.

RIBEIRO, B. de O. L.; SILVA, E. F. da.; MEDEIROS, L. H. de O. (2021). Financiamento do ensino para mulheres: o caso da Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte, Minas Gerais (1919-30). **Cadernos De História Da Educação**, [s. l.], v. 20 (contínua), e. 33. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-33>. Acesso em: 16 set. 2023.

SÁ, C. M. de; ROSA, W. M. A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais [...]**. p. 1-8. Vitória: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/477.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SOUZA, L.P.; GUEDES, D.R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 30, p. 87, jan./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002.

# MULHERES NO COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DO SISTEMA PRISIONAL DE MINAS GERAIS

*Juliana de Ávila Ferreira<sup>1</sup>*

*Raquel Quirino<sup>2</sup>*

*Roberto de Deus Lopes<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever experiências das primeiras mulheres a integrarem o Comando de Operações Especiais do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais no ano de 2023. Descreve o perfil das Policiais Penais, suas motivações à época do ingresso, bem como visa compreender a Divisão Sexual do Trabalho nesse grupamento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizou de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Os resultados evidenciam que, não obstante, elas estejam rompendo padrões e transpondo barreiras, o sistema prisional ainda reserva pouco espaço para as mulheres em funções operacionais, fortemente associadas à figuras masculinas, e muito ainda há que se avançar na busca pela equidade de gênero nesse seguimento policial.

**Palavras-chave:** Policiais Penais, Mulheres policiais, Trabalho, Sistema prisional de Minas Gerais.

---

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, [juavilaferreira.adm@gmail.com](mailto:juavilaferreira.adm@gmail.com);

2 Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela UFMG. Mestrado em Educação Tecnológica. Professora do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes e do Programa em Pós -Graduação em Educação Tecnológica. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional - FORQUAP no CEFET-MG, [quirinoraquel@hotmail.com](mailto:quirinoraquel@hotmail.com);

3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, [lopesiem@gmail.com](mailto:lopesiem@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O COPE foi criado em maio de 2003, com o objetivo de realizar escoltas externas de presos que até o momento era realizado pela Polícia Militar de Minas Gerais. À época foram selecionados guardas penitenciários efetivos (atuais policiais penais) para serem qualificados pela PM para realização de tal atividade.

Foram formados 39 guardas penitenciários na primeira turma - 35 homens e 4 mulheres, das quais três foram entrevistadas. De 2003-2023 foram formadas sete turmas - 282 formandos, sendo apenas 14 mulheres (4,96%). Destas apenas quatro mulheres estão em atividade no COPE (as demais aposentaram ou pediram remoção).

Atualmente o sistema prisional do estado de Minas Gerais conta com 172 unidades prisionais, cerca de 60 mil presos (em celas físicas), 16.072 policiais penais (SEJUSP, 2023; MINAS GERAIS, 2023). O COPE realiza apenas as escoltas mais complexas e realiza intervenção em motins e rebeliões. Os policiais penais das unidades realizam as demais escoltas.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizou de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados.

A metodologia do artigo deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a figura do policial penal é essencial um breve resgate histórico.

No Brasil a pena de privação de liberdade surgiu no século XVIII, juntamente com os presídios, doutrinas de controle e guarda dos cárceres. Construídos nas denominadas “Casas da Câmara e Cadeia”, que nesta época, eram localizadas na área central dos municípios, dividindo espaço com prédios públicos e a administração local. Em meados do século XVIII, Luiz Vaia Monteiro, governador do Rio de Janeiro, em uma carta enviada ao Rei D. João V, solicita a criação de um ofício de carcereiro em propriedade, com salário estipulado. Os Carcereiros eram



nomeados pela câmara ou pelo Alcaide (cargo que sempre era ocupado por um representante do Rei e acumulava funções militares, administrativas e judiciais).

Os carcereiros tinham por função levar os presos às audiências e soltá-los quando determinados pela justiça; impedir que presos transitassem livremente pelas ruas, ou que fugissem antes que fossem lhes aplicado a pena pela justiça. O cargo deveria ser preenchido segundo entendimento das autoridades, por homens de boa conduta e com bens próprios para não haver corrupção. Este acabou sendo imposto contra vontade, pois aqueles que se enquadravam no perfil não queriam exercer a função. Além do baixo salário lhe atribuído inicialmente para custear suas despesas familiares, ainda eram responsáveis financeiramente pela manutenção e reformas nas prisões bem como a alimentação dos escravos abandonados na cadeia por seus senhores. Autoridades da época estavam preocupados com os vícios adquiridos pelos carcereiros através do convívio com os presos, tornando-os tão indignos quanto os criminosos. Estes profissionais do cárcere eram regidos pelo Regimento dos Carcereiros, uma normativa para delinear suas atribuições e seu tempo de ocupação que era de três anos de exercício, após este período, o governador ou o regente do tribunal deveria indicar outra pessoa com os requisitos necessários para ocupar o cargo vago.

No estado de Minas Gerais a atividade de guarda do cárcere já foi executada por distintas categorias e profissões. Em 1964 por meio da lei estadual nº3.214 de 16 de outubro foi criada a classe de guarda de presídio. Através da lei nº 11.118 de 30 de junho de 1993 foram criados os estabelecimentos penitenciários e no seu artigo 3º, parágrafo único, transforma a classe de guarda de presídio em guarda penitenciário. Já no ano 2000, em 27 de setembro, a lei nº 13.720 muda a nomenclatura de guarda penitenciário para agente de segurança penitenciário. Em 30 de julho de 2003, por meio da lei nº 14.695 criou a carreira do agente de segurança penitenciário e em seu artigo 6º estabeleceu as competências:

I -Garantir a ordem e a segurança no interior dos estabelecimentos penais; II – Exercer atividades de escolta e custódia de sentenciados; III – Desempenhar ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos penais, inclusive nas muralhas e guaritas que compõem suas edificações (MINAS GERAIS,2003).

A profissionalização do sistema prisional se deu através de investimento em grupos táticos, a exemplo o COPE, apresentando características militares através de uso de uniforme camuflado, comunicando uma forte hierarquia e disciplina, com adestramento militar para reestabelecimento da ordem e da disciplina nas

unidades penais. Fazer parte de grupamento especializado é visto pela categoria como meio de alcançar prestígio e respeito.

No ano de 2019, por meio da emenda constitucional nº104, no seu artigo 4º transforma os cargos de carreira de agentes penitenciários em polícia penal. Nota-se um esforço institucional para aperfeiçoar o combate a atuação do crime organizado dentro das unidades prisionais.

## Divisão sexual do trabalho conceito

Na França no início de 1970 e impulsionado pelo movimento feminista, surgiram vários estudos que edificariam as bases teóricas desse conceito, seu objetivo era repensar o trabalho, apoiando-se em que a atividade doméstica deveria ser compreendida como trabalho.

A divisão sexual do trabalho é muito mais que diferenças biológicas, abarca papéis impostos a cada gênero socialmente e culturalmente. (Hirata, Kergoat 2007).

“A divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos: mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (Hirata, Kergoat 2007).

Para Hirata e Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho está desmembrada em dois princípios, de separação e hierárquico, o primeiro se caracteriza pela distinção entre trabalho de homem e trabalho de mulher; O segundo se distingue pela ideia de que o trabalho de homem possui mais valor que o trabalho de mulher.

A segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero. Como as profissões femininas tendem a ser menos valorizadas no mercado de trabalho, considera-se que a segregação horizontal das mulheres está relacionada a outro tipo de segregação chamada de vertical. A segregação vertical é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não progridam nas suas escolhas profissionais. Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como ‘teto de vidro’, indicando os processos que

se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens. (Olinto, Gilda. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011).

O conceito de teto de vidro foi introduzido na década de 80 nos Estados Unidos para descrever uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos de hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais exclusivamente em função de seu gênero e não pela inabilidade de ocupar posições no topo da hierarquia organizacional (Bily & Monoochecri, 1995; Powell & Butterfield, 1994; Fernandez, 1993; Morrison, 1992; Jacobs, 1992; Stuart, 1992; Morrison & Glinow, 1990). (Organizações, gênero e posição hierárquica -compreendendo o fenômeno do teto de vidro Revista de Administração, São Paulo v.32, n.3, p.62-69, julho/setembro 1997).

Apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, existem alguns desafios para que elas adentrem em alguns nichos predominantemente masculinos, a exemplo da segurança pública (ALMEIDA, ENOQUE e BORGES, 2017);

Apesar das mulheres não terem se submetido ao silêncio e conquistado alguns direitos, ainda há muitos passos a percorrer em uma marcha rumo à equidade entre homens e mulheres. Para eles, a segurança pública é “uma das poucas estruturas sociais que permanecem entrincheiradas em uma espécie de aversão ao feminino” (DIAS e ROSA, 2014, p. 161).

O sistema prisional foi historicamente influenciado por culturas e características militares e “abre pouco espaço à participação da mulher, relegando-a a um segundo plano, tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da ocupação profissional.” (ALMEIDA, ENOQUE e BORGES, p. 102, 2017)

“Diversas evidências sugerem que o setor público tampouco escapa ao fenômeno do teto de vidro, sendo ainda raras as mulheres em altos postos de comando na administração pública ou nas organizações de ensino e pesquisa”. (Vaz, 2013, pág. 770)

Diversos estudos de caso sugerem, de um lado, que a distribuição desigual das mulheres nas distintas instâncias hierárquicas das organizações públicas se faz notar tanto em âmbito administrativo quanto técnico. (Vaz, 2013, pág. 766).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O comando de operações especiais

No último mês de maio, o Comando de Operações Especiais do Sistema Prisional de Minas Gerais completou vinte anos de existência. Ao visitar a atual sede, junto ao portão de entrada, se observa a existência de uma grande placa contendo os *Mandamentos de Operações Especiais*, além da expressão *Vã e vença*:

1. *Agressividade controlada*
2. *Controle emocional*
3. *Disciplina consciente*
4. *Espírito de corpo*
5. *Flexibilidade*
6. *Honestidade*
7. *Iniciativa*
8. *Lealdade*
9. *Liderança*
10. *Perseverança*
11. *Versatilidade*

Em 30 de maio de 2003, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais foi publicada notícia com o seguinte título: *Primeira unidade do Cope vai ser instalada hoje*. O texto informa que a unidade seria instalada em anexo da Penitenciária José Maria Alckimin

(PJMA), em Ribeirão das Neves. O Cope (comando de Operações Penitenciárias Especiais) foi definido à época como um núcleo especializado em operações de escolta de sentenciados, embrião da futura Guarda Penitenciária do estado de Minas Gerais. Relatou-se que a primeira turma do Comando foi formada por 40 agentes penitenciários que haviam sido qualificados para exercer a função em curso/treinamento ministrado por integrantes do Batalhão Rotam, da Polícia Militar de Minas Gerais.

Em verdade, foram 39 os integrantes dessa primeira turma, conforme registros na sede do Comando, atualmente em Belo Horizonte/MG, dentre os quais há quatro mulheres.

No mesmo ano foi publicada a Lei 14.695, de 30 de julho, que a instituiu a carreira de Agente de Segurança Penitenciária, além de criar a Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária na estrutura orgânica da então Subsecretaria de Administração Penitenciária.

Sob o ponto de vista formal de criação da estrutura do Cope ocorreu apenas em 2005, mediante a Resolução 799, de 27 de outubro, assinada pelo então Secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Junho Anastasia:

Art. 1º Criar o Comando de Operações Penitenciárias Especiais - COPE, na estrutura da Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária.

§ 1º O COPE e a força de reação da Subsecretaria de Administração Penitenciária - SUAPE, tendo por finalidade auxiliar os agentes de segurança penitenciário na recondução da segurança e disciplina da unidade penitenciária requisitante.

§ 1º- O COPE será sediado na cidade de Belo Horizonte

No que se refere às competências do COPE, a supracitada Resolução previu o seguinte:

Art. 3o. - Compete ao COPE:

- a. Realizar o segundo esforço, em suplementação ao trabalho desenvolvido pela estrutura de proteção dos estabelecimentos penais, sempre que necessário ao restabelecimento da ordem e da segurança na unidade penal;
- b. Realizar operações locais, intermunicipais e interestaduais de escolta de presos, quando a periculosidade do preso justificar tal medida;
- c. Desempenhar ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos prisionais, em muralhas e guaritas, bem como em órgãos e locais vinculados ou de interesse do Sistema, quando necessário;
- d. Produzir informações e promover ações, visando auxiliar a Polícia Militar na recaptura de internos foragidos e a proteção do Sistema Prisional;
- e. Exercer outras atividades correlatas.

No Decreto 44.459, de 12 de fevereiro de 2007, o Cope passou a figurar formalmente na estrutura organizacional da então Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social:

Art. 4º A Secretaria de Estado de Defesa Social tem a seguinte estrutura orgânica:

(...)

IV - Subsecretaria de Administração Prisional:

- a. Assessoria de Inteligência;
- b. Superintendência de Segurança Prisional:

1. Diretoria de Segurança Interna;
2. Diretoria de Segurança Externa
3. Diretoria de Apoio Logístico; e
4. **Comando de Operações Especiais - COPE;**
  - c. Superintendência de Atendimento ao Preso:
    1. Diretoria de Trabalho e Produção;
    1. Diretoria de Ensino e Profissionalização;
    2. Diretoria de Saúde e Atendimento Psicossocial; e
    3. Diretoria de Articulação do Atendimento Jurídico e Apoio Operacional;
  - d. Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas:
    1. Diretoria de Gestão de Vagas; e
    2. Diretoria de Políticas de APAC e Cogestão;
  - e. Unidades Prisionais;

Portanto, ....

### *Ninguém é bem-vindo*<sup>4</sup>: Processos Seletivos do COPE

A primeira turma foi formada em 2003

**Tabela 1 -**

Turma	Ano	Formados						Responsável pelo curso de formação
		Masc	% Masc	Fem	% Fem	Total	% Total	
1ª	2003/01	35	89,74%	4	10,26%	39	100,00%	ROTAM/PMMG
2ª	2003/02	34	87,18%	5	12,82%	39	100,00%	ACADEPOL/PCMG
3ª	2005/01	27	100,00%	0	0,00%	27	100,00%	COPE/DEPEN-MG

4 Jargão utilizado em cursos de operações especiais. Storani (2008, p. 79), transcreve um trecho da fala do comandante do BOPE na ocasião da abertura do Curso de Operações especiais no Rio de Janeiro: “Ninguém é bem-vindo. Ninguém os convidou. Vieram sobre suas próprias pernas e são responsáveis por seus próprios atos. Ninguém é obrigado a sofrer humilhações ou sentir dor, frio, fome ou sono. Ninguém é obrigado a ficar. Os covardes nunca tentam, os fracos ficam pelo caminho, somente os fortes e determinados conseguem atingir seus objetivos. Preparam-se! Declaro aberto o Curso de Operações Especiais de 2006.”

A frase está escrita na porta de entrada do Centro de Treinamento Avançado em Ribeirão das Neves/MG, local onde foi realizada grande parte do COPESP de 2021, último realizado no sistema prisional mineiro (colocar foto). De acordo com um dos coordenadores do último curso de formação, a frase reforça a ideia de que os “tentantes” são voluntários e devem provar o merecimento resistindo, passando por todos os testes, para então vestirem a farda e pertencerem ao grupamento

Turma	Ano	Formados						Responsável pelo curso de formação
		Masc	% Masc	Fem	% Fem	Total	% Total	
4ª	2005/01	6	100,00%	0	0,00%	6	100,00%	COPE/DEPEN-MG
5ª	2008/01	16	100,00%	0	0,00%	16	100,00%	COPE/DEPEN-MG
6ª	2009/02	131	96,32%	5	3,68%	136	100,00%	COPE/DEPEN-MG
7ª	2022/01	19	100,00%	0	0,00%	19	100,00%	COPE/DEPEN-MG
<b>TOTAL</b>		<b>268</b>	<b>95,04%</b>	<b>14</b>	<b>4,96%</b>	<b>282</b>		<b>-</b>

**Fonte:** elaborado pelos autores (2023) com base nas informações extraídas das placas afixadas na base do COPE/MG, em Belo Horizonte/MG

Os cursos de formação de operações especiais são carregados por diversos códigos e ritos..

## Perfil das entrevistadas

Tabela 1 -

Entrevistada	Cor	Quant filhos	Idade ao Ingressar no sistema	Idade ao Ingressar no COPE	Tempo no COPE	Tempo no sistema prisional	Em exercício
Amarilis	preta	1	20 anos	28 anos	17 anos	25 anos	não
Petúnia	branca	1	21 anos	29 anos	17 anos	25 anos	não
Tulipa	preta	1	37 anos	45 anos	16 anos	24 anos	não

## Motivação para ingresso no COPE

- Sair da unidade prisional onde eram lotadas (3 respostas);
- Desejo de executar atividades diferentes (2 respostas);
- Ter mais autonomia de trabalho (1 resposta);

*“A vontade de fazer escolta por ser um trabalho que me dava mais autonomia, me trazia poder e me diferenciava das outras mulheres do sistema”*

*“Eu sofria perseguição do Diretor, pois não baixava a cabeça, sofria ameaças dos presos por pegar pesado na revista das mulheres dos presos. Eu batia de frente com as mazelas e casos de corrupção”*

## Desafios e experiências

*“(...) elogio muitos agentes do COPE, são pessoas ótimas, respeitadoras, mas alguns agentes achavam que a gente ia viajar e que a gente ia ficar no mesmo hotel que podia cantar ou que eu, que eu poderia ter relação sexual com eles, e quem não tinha, não sei quem teve, mas eu era discriminada isso, eu nunca transei com nenhum agente, entendeu? Tanto que muitos agentes falavam que eu era homossexual e eu, sentia até um conforto com isso sabe? Porque quanto mais os outros acreditassem que eu era homo, menos eu era cantada, então eu deixava, num mudava quem eu era, nem meus valores, nem me alterava.” (Tulipa)*

*“A maior dificuldade foi eu ter muitas características femininas. Isso nunca foi valorizado na corporação. Sofri muitos avanços sexuais de colegas, pois eles achavam que por sermos mulheres seria fácil conseguir contato sexual. Isso me fez desenvolver uma agressividade como forma de proteção. Eu era vista como a “cara fechada”, a “braba”, “ não mexe com aquela mulher”, “ ela não gosta de ser tocada”, dentre outras muitas frases que ouvi durante os anos” (Petúnia)*

*“(...) no curso de tiro prático, o nervosismo e a pressão por sermos mulheres fez com que não conseguíssemos passar de primeira. Todas as 4 mulheres (nomes suprimidos) foram reprovadas na prova de tiro prático Logo, a Pedagoga (suprimido), identificando tal discriminação por parte da Polícia Militar, determinou que fizéssemos uma nova prova”. (Petúnia)*

*“Durante do curso de formação, os meninos falavam assim com a gente: ‘Vocês estão fazendo o curso do COPE para trabalhar na copa’. Mas não nos importávamos com isso, seguimos e fomos aprovadas no curso” (Amarilis)*

*“No COPE foi o preconceito por ser mulher, treinamento igual ao masculino sem respeitar as diferenças de gênero, chacotas, misoginia”. (Petúnia)*

*“Eu viajava pelo menos uma vez por semana. Tive inúmeros casos que me desagradaram: (...) Mulheres demoram mais quando vão ao banheiro de uniforme, pois temos que desmontar tudo para fazer um simples xixi, isso também era motivo para críticas”.*

## Divisão sexual do trabalho no COPE

*“Sempre dirigi, mas nunca dirigi um carro do COPE. Muito medo de errar e ser discriminada. Era muita crítica em cima das mulheres. Todas tinham medo. Eu era a única que tinha coragem de colocar meu carro no estacionamento ao lado do carro dos homens (...) O machismo no COPE é bem estrutural, de forma a eliminar a presença feminina”. (Petúnia)*



*“Desde o início do COPE fizemos escoltas femininas e masculinas. As equipes de escolta têm 4 componentes (1-líder, 2- motorista, 3- condutor do preso ou presa, 4-fuzileiro (função carregar a arma longa e fazer a proteção da viatura). Quando o preso escoltado era homem, eu executava a função de líder ou de fuzileira, logo, não há motivo técnico para excluir mulheres de serviço de escolta. A exclusão é por fatores de discriminação.”*

## Opinião das entrevistas sobre o baixo/inexistente número de mulheres que conseguem ingressar no COPE nos processos seletivos:

*“A impressão que dá é que estão querendo eliminar as mulheres do grupamento” (Amarilis)*

*“A minha opinião é o que observei em todos os processos seletivos. Há uma turma de homens que são contra a presença feminina. Então, eu escutei durante o treinamento da penúltima turma do COPE: “O treino vai ser tão pesado que as primeiras a serem eliminadas serão as mulheres. Não precisa de mulher na escolta, elas estão aí porque somos obrigados a ter 10%”. O treino é o mesmo para os homens e mulheres, mesmo peso, mesma distância. Não levam em consideração a condição física feminina. O treino é planejado para excluir as mulheres do processo seletivo. Isso é bem claro para mim. Todos sabem disso, ninguém tem coragem de dizer por causa dos misóginos de sempre. Depois eles falam que não houve nenhuma mulher com competência para conseguir entrar no COPE. Essas são falas de homens que presenciei.” (Petúnia)*

*“A impressão que dá é querem acabar com as mulheres no COPE” (Tulipa)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a fundação do COPE foi um avanço na profissionalização do sistema prisional, especialmente no que se refere à realização de escoltas e intervenções de segurança sem a participação e outras forças policiais;

Todavia, a presença de mulheres nesse grupamento não nos parece desejável, coadunado com Dias e Rosa (2014), esse tipo de trabalho na segurança pública permanece entrincheirada em uma espécie de aversão ao feminino” (DIAS e ROSA, 2014, p. 161).

As mulheres que ousam e conseguem ingressar no COPE, vivenciaram exclusão, discriminação, assédio, dentre outros, conforme relatado nas entrevistas.

O último ingresso de mulheres no COPE ocorreu em 2009, portanto, há 14 anos. Considerando a média de tempo de exercício das pioneiras no grupamento (16 a 17 anos), bem como o tempo decorrido entre um processo seletivo e outro, é

provável que em breve não haja mais mulheres em atividade. Cremos que pode ser a intenção daqueles que detêm o poder decisório, inclusive.

Por fim, deixamos uma provocação: não seria mais adequado que as mulheres que desejem ingressar no COPE concorram entre si e não com homens?

## REFERÊNCIAS

HIRATA, H.; KERGOAT, D.. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. 2007.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Portal da Transparência. Remuneração dos servidores do poder executivo (referência: setembro de 2023. Disponível em: <http://www.transparencia.mg.gov.br/estado-pessoal/remuneracao-dos-servidores>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Olinto, G. (2012). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, 5(1). Acesso em 19/12/2023 <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. 14º ciclo - período de janeiro a junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2023.pdf>

SISPEN SEJUSP, 2023. Banco de dados da população prisional por sexo, faixa etária, (período: janeiro de 2017 a agosto de 2023. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3626-banco-de-dados-da-populacao-prisional>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*, São Paulo v.32, n.3, p.62-69, julho/setembro 1997.

STORANI, Paulo. Vitória sobre a morte: a glória prometida. O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. Rio de Janeiro: UFF, 2008. 170 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. 2013.

# JUVENTUDES, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETOS DE VIDA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*Tamyris Bianchi Grilo<sup>1</sup>*

*Raquel Quirino<sup>2</sup>*

## RESUMO

O tema do trabalho permeia a categoria “Juventudes” e suas inter-relações com a Educação Profissional e Tecnológica, o mundo do trabalho, a educação ao longo da vida e projetos de futuro, na perspectiva da divisão sexual do trabalho. Perpassando as percepções das diversas motivações e dificuldades, observando as diferenças das mesmas entre jovens meninas e jovens meninos. A importância da busca por respostas para essa questão, é imprescindível para a compreensão dos seus anseios em relação à profissionalização, à educação profissional, ao trabalho e à educação continuada além da importância para a implementação de políticas públicas para as juventudes, para subsidiar modelos de gestão das instituições de educação profissional, bem como para educadores e pesquisadores interessados pela temática.

**Palavras-chave:** Juventudes, Educação Profissional e Tecnológica, Mundo do trabalho, Educação ao longo da vida, Projetos de futuro.

---

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, tferreirasbg@gmail.com;

2 Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, quirinoraquel@hotmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Para se compreender melhor a que se refere o termo “juventudes”, Abramovay e Garcia Castro (2006) esclarecem que a categoria juventude é composta por uma diversidade de perfis e identidades as quais permeiam as construções simbólicas das questões de gênero, classe e raça que estão envolvidas nas relações sociais e culturais. Portanto, não se justifica apropriarmos nos falar em juventude, mas antes em do conceito expresso no termo “juventudes”, no plural.

No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ) (Estatuto da Juventude, 2013), considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos; sujeitos com características próprias, que estão em busca de autonomia, de experimentação de novas formas de expressão, da construção de identidades e da descoberta de novos espaços de socialização. Não se trata, portanto, apenas de uma cronologia ou um marco temporal ou de um grupo de sujeitos que se encontram numa determinada idade de vida.

Contudo, o conceito de juventude carrega em si um emaranhado de significados que atravessam os conceitos lidos em dicionários, políticas públicas e teorias das ciências humanas. Poderia, portanto, ser concebida como juventudes, no plural, por perpassar a ideia de tempo, de idade, de condição ideológica etc. e se aprofundar numa teia de significados, necessidades, dilemas, anseios, desafios etc. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2007).

Destarte, Abramo (2005), ressalta a relevância de se atentar para as condições do jovem no Brasil atual, enfatizando as diferenças e desigualdades, considerando os atributos socioculturais, que vão além da concepção tradicional da mera passagem da infância para vida adulta. Portanto, segundo a mesma autora, pensar em políticas públicas é pensar na multiplicidade de espaços da vivência juvenil, intervenções em diversas áreas, com o intento de uma formação integral, com a experimentação e participação do jovem.

Em se tratando de perspectivas futuras em relação aos estudos e à inserção no mercado de trabalho, traduzidos pelo Novo Ensino Médio (BRASIL, 2022) como projetos de vida ou projetos de futuro, evidencia-se um imediatismo, que no entendimento de Pais (2019, p. 64), para muitos jovens “[...] o futuro não existe mais. Ou se sim, agora. O agora dado não é dado é muitas vezes tomado passivamente, mas agora isso pode ser transformado e conquistado”.

## 2 JUVENTUDES: À GUIA DE CONCEITO

Segundo Abramo (1997), a abordagem conceitual “juventude” tem estado presente tanto na opinião pública quanto no pensamento acadêmico, com características próprias simbolizando os dilemas do presente, pois aparece como um retrato projetado da sociedade, condensando ansiedades, medos e esperanças.

O termo juventudes, empregado no plural, eleva o termo para uma definição muito além do mero ciclo de idade dos indivíduos. O termo no plural considera as diferentes condições de vida dos jovens da cidade ou do campo, as diversas identidades sociais, as diferentes formas como se afirmam como sujeitos ou como se fazem pertencentes a grupos não homogêneos, conforme Abramovay e Castro (2006).

Corroborando com essa ideia, Dayrell (2007), defende que

[...] a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais [...], de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem (DAYRELL, 2007, p.4).

Segundo a pesquisa O Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras (livro organizado pela Fundação Itaú Superintendência educação e trabalho), todo jovem tem potencial para contribuir na vida comunitária. O acesso a uma educação de qualidade capacita os jovens para explorar conhecimentos sobre diferentes áreas e ampliar sua visão de si mesmo e da sociedade em que estão inseridos. Um processo educacional de qualidade é também o ponto de partida para que eles identifiquem seus interesses, amplie seus horizontes e desenvolva capacidades para contribuir para melhorias sociais.

A pesquisa apurou que, a necessidade de trabalhar para contribuir nas despesas de casas e/ou cuidados com familiares. Este fato tem um impacto negativo na vida dos jovens que passam a ter maiores dificuldades de conseguir um emprego de qualidade e com boa remuneração, ficam mais suscetíveis à atividade de riscos, trabalhos informais e até o envolvimento e participação no crime.

Com informações relevantes sobre as juventudes, o Atlas das Juventudes (2021), foi criado com a missão de sistematizar e disseminar dados sobre as

juventudes com o intuito de disponibilizar referências para que os investimentos em políticas públicas voltados para as juventudes sejam assertivos e feitos no momento certo, para ativar o potencial da maior geração de jovens da história do país e, por conseguinte, possibilitar seu pleno desenvolvimento, construindo caminhos para um presente e futuro mais inclusivo e próspero para todas as pessoas. As informações que seguem, são uma síntese da pesquisa desenvolvida para a criação dos Atlas das Juventudes:

### 3. JUVENTUDES, DESAFIOS E PROBLEMAS ATUAIS

#### 3.1 Da Profissionalização, Trabalho e Renda

Com o acesso às boas e estáveis oportunidades de trabalho o jovem pode desenvolver suas habilidades e talentos e, assim, contribuir na economia familiar. Em alguns casos, esse emprego também oportuniza a continuidade dos estudos, porém, pesquisas mostram que os jovens ainda têm uma alta representação entre os desempregados.

O desemprego prejudica ainda, os índices de saúde, felicidade, segurança pública, qualidade de vida e estabilidade socioeconômica da população jovem no Brasil.

#### 3.2 Juventudes: Cultura, Lazer, Esporte e Comunicação

O Estatuto da Juventude garante aos jovens os direitos à cultura, lazer, esporte, comunicação e liberdade que são importantes para fomentar experiências e influenciam na formação social dos jovens. São direitos com que fundamentam a socialização e permitem que os jovens expressem sua criatividade, mas necessitam de estímulo, apoio, acesso e valorização para se concretizarem.

Para Brenner *et al.* (2008) e de acordo com o Atlas da Juventude, o reconhecimento da cultura como um direito significa a necessidade de organizar condições de produção, divulgação e acesso à cultura, bem como para valorização da memória cultural coletiva. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008 *apud* Atlas da Juventude).

O Atlas da Juventude se refere ao direito do lazer e do esporte, como um ponto de convergência entre saúde, esportes, turismo, atividades culturais, proporcionando aos jovens um espaço para experimentar sua individualidade e favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades sociais a partir de suas múltiplas identidades.

Mas esses jovens ainda encontram diversos fatores de obstáculos para ter acesso ao lazer e ao esporte, como por exemplo: a escassez de equipamentos públicos de esporte e lazer, a violência, a militarização nos territórios periféricos e a organização verticalizada das atividades esportivas que geram insatisfação na juventude, em função de experiências de discriminação e ausência de escuta. (Atlas da Juventude 2021, p. 149).

### 3.3 Do Direito à Comunicação e a Liberdade de Expressão

Com direito da livre comunicação e da liberdade de expressão, são construídas as democracias. No entanto, nos últimos anos, observam-se um aumento dos desafios dessa pauta, apesar do uso das novas tecnologias de comunicação, as mídias e as redes sociais transformarem e facilitarem o acesso à comunicação. Mas ainda há uma demanda da juventude não atendida no que se refere ao acesso à informática, às diferentes mídias sociais e à internet.

### 3.4 Juventudes, Segurança Pública e Acesso à Justiça

A violência contra jovens leva à perda de vidas e tem grandes custos econômicos e sociais. O envolvimento em gangues/facções, em particular, é um problema especialmente sério em países de baixa e média renda, ameaçando a coesão social (HIGGINSON *et al.*, 2016 in Atlas da Juventude).

O Atlas referido trata a violência juvenil não apenas como o envolvimento com o crime organizado e violento, mas também a violência sexual e de gênero. Durante as pesquisas para a construção do Atlas, foi possível perceber um aumento entre os jovens da consciência dos danos gerados pelos diversos tipos de violência, um posicionamento contrário à homofobia, ao machismo, ao racismo e aos preconceitos contra pessoas com questões de saúde mental.

### 3.5 Juventudes, saúde e meio ambiente

Ao dizer que os jovens são o foco da construção de um futuro melhor, é necessário cuidar da saúde das juventudes e do meio ambiente. Com tanta expectativa depositada nas juventudes, é preciso oferecer a elas os recursos necessários para o fortalecimento da saúde física, mentalmente, social, emocional, cognitiva e intelectual.

### 3.6 Juventudes e os direitos ao território e à mobilidade: demandas

O território é o espaço da vida e do futuro no qual acontecem. O sentimento de pertencer a algum lugar proporciona ao jovem a oportunidades para ser ativo



em vários campos, que são aumentadas quando há a ampliação da mobilidade dos jovens que estudam. Mobilidade e território são os principais enfoques para que a vida aconteça, tanto que são um direito assegurado pelo Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013).

Para a população jovem urbana, principalmente aquela que está na periferia, é necessário a oferta de transporte público de qualidade e com tarifas acessíveis, além da possibilidade do uso de transportes multimodais.

O Atlas da juventude completa as discussões, trazendo como último tema,

### 3.7 Juventudes: participação social com políticas públicas e possíveis desafios

A juventude brasileira quer ter participação na vida da sociedade e contribuir com a elaboração das políticas públicas que a ela são direcionadas. Com a participação dos jovens e com os debates são geradas novas soluções, e a garantia de seus direitos além do aumento da responsabilidade desses jovens com o rumo em que suas vidas vão tomar. Uma boa governança pública pode capacitar e empoderar jovens, de modo a promover uma distribuição equitativa de recursos entre as gerações (OECD, 2020 in Atlas da Juventude).

### 3.8 Juventudes e Vulnerabilidade

Para Oliveira e Romagnoli (2012, p. 153), sobre os jovens que se encontram no contexto da vulnerabilidade social, atua um conjunto ainda mais heterogêneo de fatores e forças que de alguma forma influenciam e amplificam as angústias e dilemas que os acompanham. É o caso, entre outros, da exclusão, do preconceito, da violência, da pobreza e da discriminação, que muitas vezes favorecem a disseminação de atividades de risco como o subemprego, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico e o consumo precoce de drogas ilícitas.

Nesse sentido, Castro e Abramovay (2002, p. 145 e 146) destacam que, diferentemente do conceito de exclusão, o conceito de vulnerabilidade social pede “olhares para múltiplos planos, e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades”:

Para as autoras, Oliveira e Romagnoli (2012, p. 156), a abordagem geral sobre jovens em situação de vulnerabilidade social é que esse fenômeno muitas vezes coloca em risco o potencial coletivo dos jovens devido a vários fatores, como idade e vitalidade, colocando-os em uma situação precária e instável. No entanto, aquelas situações de incerteza relacionadas com várias tendências contraditórias,

como a variedade de referências à disposição dos jovens e a idealização de hábitos de consumo e mesmo estilos e comportamentos presentes na nossa sociedade hoje, bem como a incerteza do futuro, amplificam as vulnerabilidades negativas relativas a riscos, fraquezas e obstáculos; e positiva relacionada à mobilização de recursos e estratégias de resistência em diferentes níveis.

#### 4 JUVENTUDES E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA

O ensino profissional no Brasil é marcado pela dualidade da educação. Autores como Küenzer (2000), Moura (2007), Saviani (2007), Ciavatta e Ramos (2011) sublinham na análise deste modelo que a sua estrutura assentava nas diferenças dos percursos educativos oferecidos. Para os filhos da elite era ofertada uma educação propedêutica que estimulava o acesso ao ensino superior e oportunidades, já para crianças da classe trabalhadora, a educação era voltada para o trabalho e a formação técnico-profissional.

Para Küenzer (2000) essa diferenciação correspondeu,

[...] à oferta de escolas de formação profissional e escolas acadêmicas, que atendiam populações com diferentes origens de classe, expressando-se a dualidade de forma mais significativa no nível médio, restrito, na versão propedêutica, por longo período, aos que detinham condições materiais para cursar estudos em nível superior. A delimitação precisa das funções operacionais, técnicas, de gestão e de desenvolvimento de ciência e tecnologia, típicas das formas tayloristas/fordistas de organizar o trabalho, viabilizava a clara definição de trajetórias educativas diferenciadas que atendessem às necessidades de disciplinamento dos trabalhadores e dirigentes. (KUENZER, 2000, p. 156)

Na sociedade atual, do ponto de vista dos jovens, é cada vez mais difundida a compreensão de que a formação profissional é um intermediário que lhes confere qualificação profissional, sendo por isso condição necessária tanto para a entrada no mundo do trabalho de trabalho como para a vida adulta, como afirma o Ministério da Educação e Cultura:

a educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma

a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica,e%20na%20vida%20em%20sociedade.>).

Segundo Foracchi (1965), *apud* Augusto (2005, p. 11), foi nesse caminho que o jovem passou da família para o mercado de trabalho, onde optou por ingressar no mundo dos adultos. PaA autora destaca que, para compreender o percurso de adaptação dos jovens no mercado de trabalho, é necessário considerar a existência de relações humanas, responsabilidades e preocupações com o cumprimento das expectativas familiares, que levam os jovens à dependência ou independência.

Hoje a escola não é mais garantia de trabalho, como mostram os estudos de Pochmann (2007 p. 11) também trata de questões relacionadas às expectativas de trabalho dos jovens brasileiros ao comparar os percentuais de jovens que frequentam a escola e os que já estão inseridos no mercado de trabalho. As conclusões do autor são de que desapareceu o otimismo dos jovens brasileiros em relação às suas expectativas de sucesso na adesão. ao mercado de trabalho, o que requer transformação da política pública e liberação do tempo ocioso associado ao processo de formação e melhor compreensão do acesso ao mercado de trabalho em condições adequadas (POCHMANN, 2007)

## 5. JUVENTUDES E O MUNDO DO TRABALHO

Segundo Silva e Lehfeld (2019), sem trabalho, as pessoas não têm o reconhecimento dos cidadãos que viajam o caminho direto do bem comum. Não é raro ouvir a expressão “o trabalho dá dignidade ao homem” para derivar essa a abordagem constitui a construção de um caráter digno, adequado, justo e moralmente aceitável. Contribuindo, Azevedo e Reis (2014, p. 31) definem que,

o mundo do trabalho diz respeito à complexidade da realidade social, da produção da vida. Nela estão inseridas todas as formas de produção de atividades econômicas (serviço, indústria, comércio, agropecuária), atividades culturais (toda a produção social no âmbito das manifestações da cultura, mídia, cinema, dança, teatro, música, entre outros), enfim, da existência humana. Portanto, o mundo do trabalho abrange a produção de bens e mercadorias, materiais e simbólicas. Assim, uma educação com o foco no mundo do trabalho visa fomentar percursos discentes na direção de uma inserção crítica propositiva e não subordinada ao mercado de trabalho, por meio da formação cidadã e técnica. Isso pressupõe a

apropriação dos fundamentos da ciência, da tecnologia, do trabalho e da cultura como etapa imprescindível para o aprofundamento de sua consciência cidadã, possibilitando que atuem criticamente como sujeitos sociais nos contextos em que habitam, técnica e cientificamente unidos para o exercício da cidadania. (AZEVEDO; REIS, 2014).

Para Leão e Nonato (2014, p. 23), o trabalho para os jovens deve ser pensado a partir de suas necessidades, “não se pode pensar o trabalho juvenil sem uma rede de proteção social que garanta o atendimento às suas demandas e a preservação de sua integridade física e moral”. (LEÃO; NONATO, 2014, p. 23)

De acordo com os autores, inegável que, ao longo da história, os jovens brasileiros enfrentam desafios dentro do mundo do trabalho, o próprio mercado imputa um ao exigir experiências para determinadas faixas etárias, e ao mesmo tempo nega oportunidade para os jovens criarem tais experiências, exigência que nem sempre correspondem às possibilidades alcançados por jovens de diferentes idades.

Outra característica da relação dos jovens com o trabalho, a partir da realidade brasileira, é que o Brasil não estruturou uma rede de proteção social que possibilitasse um período de formação e preparação anterior ao trabalho para todos. Para muitos jovens das camadas populares, as primeiras experiências já ocorrem desde a infância, como, por exemplo, ajudar nas atividades domésticas ou fazer “bicos”. No meio rural, o trabalho também aparece desde cedo em alguns casos, como no plantio e na colheita de outros agricultores ou no auxílio aos pais em suas atividades diárias. Essas são experiências que nem sempre são consideradas como trabalho. Em geral, as famílias das camadas populares valorizam essas atividades por diversos motivos: contribuem para a renda familiar, afastam os jovens “da rua” e “forjam o caráter” deles (LEÃO; NONATO: 2014, p. 19).

Para o economista Naercio Menezes (2022, p. 29 *apud* Revista Pesquisa FAPESP), do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), quem cursa o ensino técnico ganha 15% a mais do que aqueles que encerram a formação no ensino médio regular, mas aqueles que concluem o ensino superior conseguem remuneração duas vezes e meia maior do que quem ingressa no mercado de trabalho apenas com o ensino médio regular.

## 6. JUVENTUDES E EDUCAÇÃO CONTINUADA OU EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Para Haddad (2007, p. 27), o sentido de educação ao longo da vida compreende um processo de formação humana, de crescimento e de realizações pessoais, que o autor traduz como educação continuada:

[...] aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser. Abarca, de um lado, a aquisição de conhecimentos e aptidões e, de outro lado, atitudes e valores, implicando no aumento da capacidade de discernir e agir. Essa noção de educação envolve todos os universos da experiência humana, além dos sistemas escolares ou programas de educação não formal. HADDAD 2007, p. 27)

Para Soares *et al.* (2014, p. 19), assumir tal compreensão da educação continuada permite descobrir um olhar explorador e acolhedor para as mais diversas juventudes, e desperta o pensamento que a garantia do direito à educação pressupõe condições de “vir a ser” a partir daquilo que é com as influências cultural, social e étnica. Entende-se que esse “vir a ser” contém muita experiência, informação, conhecimento, muitos sonhos e expectativas: um estágio, um salário mais valiosos, um diploma tão esperado, “pertencer a um grupo”, a capacidade de garantir, dividir e fortalecer a importância da aprendizagem ao longo da vida.

## 7. PROJETOS DE VIDA E JUVENTUDES

Para Schutz (1979 *apud* Leão, Dayrell e Reis 2011), projetos de vida são os atos de um indivíduo para escolher um futuro possível, uma variável de desejos e fantasias que dão substância a objetivos que podem ser perseguidos; assim representa uma tendência, um curso de vida.

Nesse sentido, para Leão, Dayrell e Reis (2011, p. 1071 e 1072) projetos de vida não devem ser entendidos estrategicamente como resultado de um cálculo matemático ou como um processo linear que existe no senso comum. A ideia de projetos de vida está relacionada com a vivência de uma pessoa, que se conecta com alguma área de sua vida (ocupação, escola, humor etc.) em um período de tempo mais ou menos amplo, assim, traçando um plano de ação. Tais planos de ação estão sempre ligados ao campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural em que cada jovem está envolvido e que limita as suas

experiências. Os projetos de vida devem ter uma dinâmica própria que muda à medida em que acontece a própria maturidade

Para Machado (2006), ter um projeto de vida significa traçar metas, então um projeto apenas pensado não é suficiente, é necessário pensar em como realizá-lo, um projeto de vida só projeto se seu criador tiver a oportunidade de implementá-lo, o projeto não deve ser apenas uma apresentação da ideia do futuro, do amanhã, do possível, o projeto de vida é um futuro a ser feito, um amanhã a ser realizado, uma oportunidade de se tornar realidade uma ideia a ser transformada em ação.

Assim como o sujeito desenvolve sua identidade em contextos próprios influenciados por simbolismos, culturas e condições sociais, projetos de vida também são construídos e reconstruídos a partir de valores adquiridos durante a vida (MACHADO, 2006), a biografia e os campos de possibilidades (VELHO, 2003) na vida desses jovens.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In.: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **In: Revista Brasileira de Educação – Juventude e Contemporaneidade**. São Paulo: ANPED, n 5 e 6, p. 25-36, mai/ago.,set/dez.,1997.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006. 744 p. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=64654](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=64654). Acesso em 29/05/2022.

ABRAMOVAY, M. & CASTRO, M. G. **Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas positivas**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1, Caxambu, MG, 2004. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Estudos de População, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TvShMLYjsKJ8FDZfbBVrMKN/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 29/05/2022.

ABRAMOVAY, M. et al.. **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília, Brasil: UNESCO/ BID, 2002.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado intelectual Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/86sMfK8NFTD-3D7B7dqYgcjB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/05/2022.

AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio (org.).

O Ensino Médio e os desafios da experiência. 1. ed. São Paulo: Fundação Santilana: Moderna, 2014

BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de agosto de 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em 29/05/2022.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z-5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29/05/2022.

HADDAD, Sérgio. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. p. 27-38. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 1, n. 0. Rio de Janeiro: ANPEd, São Paulo: Autores Associados, ago. 2007.

KUENZER, A. **Da Dualidade Assumida à Dualidade Negada**: O Discurso da Flexibilização Justifica a Inclusão Excludente. Disponível em: <https://www>.

scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 29/05/2022.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084. out.

dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/873/87321425009.pdf>. Acesso em 29/05/2022.

LEÃO, Geraldo; NONATO, Symaira. Juventude e Trabalho. In: CORREA, Lycinia Maria, et. al. **Cadernos temáticos: juventude brasileira e ensino médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/Caderno-03-Os-Jovens-e-a-Escola-4.pdf>. Acesso em 29/05/2022.

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores**. 6. ed. São Paulo: Escrituras, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4122951/mod\\_resource/content/3/Texto%20do%20Nilson%20Machado%20%28livro%20completo%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4122951/mod_resource/content/3/Texto%20do%20Nilson%20Machado%20%28livro%20completo%29.pdf). Acesso em 29/05/2022.

Ministério da Educação e Cultura (MEC). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica,e%20na%20vida%20em%20sociedade>. Acesso em 29/05/2022.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. Revista **Holos**, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em 29/05/2022.

**O Futuro do mundo do trabalho para as juventudes Brasileiras**. Organizado por Itaú educação e trabalho, São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/biblioteca/publicacoes/futuro-do-mundo-do-trabalho-para-as-juventudes-brasileiras>. Acesso em 29/05/2022.

OLIVEIRA, Luciana da Silva Oliveira e ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; **Juventude, Vulnerabilidades e Políticas Públicas**. Revista **UEMG**, V | Nº 9 | 151-163 | jan/



jun 2012. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/913/613>. Acesso em: 25/05/2022.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Publisher Brasil. 2007.

SILVA, A. P. da.; LEHFELD, N. A. de. S. Trabalho e Juventude no Contexto Contemporâneo: Reflexões Introdutórias Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 43, p.01-20, 2019.

SOARES, Andréia Cristina da Silva; PAIVA, Jane; BARCELOS, Luciana Bandeira.

EDUCAÇÃO CONTINUADA, QUALIDADE E DIVERSIDADE: Um olhar complexo sobre aprendentes Jovens e Adultos. **Revista Debates em Educação** - ISSN 2175-6600 Maceió, Vol. 6, n. 11, Jan./Jun. 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/issue/view/142>Acesso em 12/05/2023

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

## DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO MARXISMO QUEER

*Kayê A'nu Vasconcellos Ozorio<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho visa contribuir, a partir do referencial teórico marxista *queer*, para uma compreensão abrangente da dinâmica de classe, gênero e sexualidade na sociabilidade capitalista e de como as imbricações entre essas formas foram forjadas por séculos de desenvolvimento histórico. Através da compreensão de que a opressão sexual, de gênero, raça e o imperialismo são vitais no funcionamento global capitalista, sustento que cada um dos tipos de opressão podem ser compreendidos como partes integrantes e estruturantes de uma totalidade social. Isto significa dizer que a divisão sexual do trabalho, assim como os demais aspectos, não se tratam de características locais de uma formação social, mas sim centrais no processo de acumulação capitalista – tendo em vista que a dimensão sexual é fundamental para a reprodução da força de trabalho, tanto no aspecto biológico, quanto social. Assim como a economia, a política e a ideologia não podem ser compreendidas enquanto domínios separados, o gênero e a sexualidade devem ser considerados enquanto partes de um todo estruturado a partir desse complexo de relações sociais, isto é, o capitalismo. Tal ferramenta analítica permite vislumbrar não apenas o aspecto funcional da opressão de gênero e sexualidade e o porquê de o valor dessa força de trabalho ser tão desvalorizada – fazendo com que essas populações sejam sistematicamente marginalizadas –, mas também em que medida as identidades *queer* subvertem a lógica do capital ao ameaçar aspectos específicos dessa relação social, vislumbrando, assim, horizontes emancipatórios.

**Palavras-chave:** marxismo *queer*; divisão sexual do trabalho; materialismo *queer*; teoria da reprodução social.

---

1 Doutorande em Teoria e Filosofia do Direito pelo Programa de pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), kayeanhu@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo distanciamento entre o marxismo e a temática da diversidade sexual e de gênero. Nesse contexto, testemunhamos o desenvolvimento de certo ceticismo entre a perspectiva marxista e os estudos de gênero e sexualidade alinhados ao pós-estruturalismo. Diversos foram os fatores teóricos, históricos e políticos que levaram a tal polarização. Dentre eles, a título ilustrativo, pode-se citar a interpretação ortodoxa e economicista de parte da literatura marxista, as disputas políticas travadas no interior da classe trabalhadora mundial cujo ápice se deu em Maio de 68, a influência stalinista segundo a qual os movimentos de gênero e sexualidade seriam manifestações pequeno-burguesas que contribuíram para a divisão da classe trabalhadora, dentre outros.

Tal cenário potencializou rupturas prático-teóricas entre a perspectiva marxista e os debates de gênero, raça e sexualidade já alinhados ao pós-estruturalismo. De um lado, houve a divisão e hierarquização das lutas sociais, nesse cenário, a luta de classes era tida como a principal, enquanto as lutas por igualdade de gênero, diversidade sexual e antirracista eram consideradas secundárias. No outro extremo, contraditoriamente, o pós-estruturalismo parece ter contribuído para uma caricatura do marxismo, reduzindo-o a uma teoria arcaica, autoritária e normativa, avessa às particularidades e preocupada somente com as questões de classe. Esse contexto de antagonismos perdurou por muitos anos.

No início século XXI, no entanto, sobretudo a partir da segunda onda *queer* ou de sua “virada econômica” (Shapiro, 2004), quando as relações materiais de classe, raça, etnicidade e nação passaram a ocupar a centralidade das investigações, inaugurou-se a retomada do diálogo entre as teorias *queer* e marxistas. É neste contexto que emerge, gradualmente, o que se convencionou a chamar de marxismo *queer*. Uma nova área do conhecimento, um diálogo crítico renovado, feito a partir das convergências e divergências teóricas dessas perspectivas. Isto é, um corpo teórico que no cerne de suas investigações está o entrelaçamento entre a dinâmica capitalista e a diversidade sexual e de gênero. Para Rebutini (2019), o marxismo *queer* corresponderia a uma reelaboração *queer* do marxismo e uma elaboração marxista das teorias *queer*.

Embora haja diferenças teóricas e políticas dentre as produções marxistas *queer*, Peter Drucker (2022) destaca o enfoque com relação à filosofia, à literatura e às artes, assim como às questões mais centrais do materialismo histórico. Dentre os conceitos marxistas mais trabalhados, tem-se a classe, totalidade, reificação, reprodução social e o desenvolvimento desigual e combinado; que foram

sintetizados com conceitos de outros paradigmas, como a construção social, performatividade, homonacionalismo e interseccionalidade. Em geral, a perspectiva marxista *queer* tende a ter uma abordagem construtivista social com relação ao gênero e a sexualidade, além de uma forte aversão ao reducionismo econômico (*Ibid.*); ao mesmo tempo em que enfatiza a importância da categoria de classe, rumo a uma “economia política da sexualidade” (Drucker, 2015).

Drucker (2017) iniciou a minuciosa tarefa de mapear o desenvolvimento do marxismo *queer*, Estados Unidos e Canadá concentram a maioria das produções, das quais se destacam os trabalhos de Kevin Floyd, Alan Sears, Holly Lewis, Rosemary Hennessy e o dele próprio. Todavia, Drucker (2022) aponta para trabalhos marxistas *queer* importantes em outras partes do globo, como a Ásia, através da produção dos teóricos taiwaneses Ding Naifei e Petrus Liu, o mundo árabe, por meio do trabalho de Joseph Massad (2007), e a América Latina através de Lionel Cantú (2009).<sup>2</sup>

Neste artigo, no entanto, a perspectiva de Alan Sears (2022) será tomada como base do marco teórico marxista *queer* para o desenvolvimento das discussões acerca da divisão sexual do trabalho. A escolha do trabalho de Sears se deve ao fato de sua fundamentação teórica estar alinhada à perspectiva da reprodução social, um conceito que tem sido retomado e ressignificado pela nova geração da Teoria da Reprodução Social (TRS)<sup>3</sup>, uma vertente teórica oriunda do trabalho das feministas marxistas do final da década de 1970. A partir da revisão bibliográfica, pretende-se contribuir, de forma meramente exploratória, para uma perspectiva abrangente da dinâmica de classe, gênero e sexualidade na sociabilidade capitalista, suscitando não apenas os aspectos funcionais das opressões, mas também os horizontes emancipatórios vislumbrados pelas resistências *queer*<sup>4</sup>.

## Divisão sexual do trabalho e a cisheteronormatividade

A TRS tem formulado conceitos importantes para a compreensão da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, sobretudo no que diz respeito

2 Para maior contextualização acerca do marxismo *queer*, ver Ozorio (2021).

3 Desde sua gênese, o principal objetivo da Teoria da Reprodução Social (TRS) segue sendo a tentativa de desenvolvimento de uma abordagem da produção e reprodução a partir de uma teoria unitária. Para Bhattacharya (2023), o cerne da TRS é o fato de que o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo.

4 Apesar das diversas críticas contra-coloniais ao termo *queer*, nas investigações deste trabalho, opto por sua utilização devido ao diálogo internacional proposto, trata-se, portanto, de uma tentativa de solidariedade global e não de uma mera reprodução acadêmica. Quando o utilizo, faço referência tanto à comunidade, quanto às perspectivas teóricas sexo-gênero dissidentes/variantes.

ao trabalho reprodutivo que historicamente é imposto aos corpos generificados enquanto femininos. Em suma, o trabalho reprodutivo pode ser compreendido como o trabalho necessário para produzir e reproduzir, em diversos aspectos, seres humanos. Está intimamente vinculado ao que até então as ciências sociais denominavam como trabalho doméstico ou o trabalho vinculado à maternidade, mas a compreensão de trabalho reprodutivo deve ir além. Segundo, Nancy Fraser (2023, p.48):

O trabalho de dar à luz e socializar os jovens é crucial nesse processo, assim como cuidar de idosos, manter lares e membros da família, construir comunidades e sustentar os significados compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que dão alicerce à cooperação social. Nas sociedades capitalistas, grande parte (embora não a totalidade) dessa atividade ocorre fora do mercado – em residências, bairros, associações da sociedade civil, redes informais e instituições públicas, como escolas.

No debate marxista, a perspectiva oferecida pela TRS se trata de uma compreensão mais ampla da dinâmica capitalista (*Ibid.*), tendo em vista que abrange tanto o aspecto da economia tida como “oficial”, onde há o trabalho produtivo (D-M-D’), quanto outras condições “não econômicas” de fundo, isto é, a reprodução social<sup>5</sup>. O argumento de Fraser é de que o capitalismo, necessariamente, depende de atividades sociorreprodutivas externas ao ciclo de produção, mas que formam uma das condições básicas para a sua existência, ou seja, a força de trabalho. A autora destaca que:

A atividade social reprodutiva não remunerada é necessária à existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo como tal. Nada disso poderia existir na ausência de tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos e uma série de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores e substituir os existentes, bem como para manter laços sociais e entendimentos compartilhados. A reprodução social é uma condição indispensável para a possibilidade da produção econômica em uma sociedade capitalista (*Ibid.*, p. 48-49).

Ao contrário da forma de organização das sociedades pré-capitalistas, nas quais, geralmente, o trabalho de produção e reprodução social estavam no

---

5 No âmbito do exercício proposto neste trabalho, não cabe adentrar às discussões existentes acerca da classificação do trabalho reprodutivo, isto é, se seria trabalho produtivo ou improdutivo. Até porque tal desígnio tem sido amplamente explorado pela Economia Política Feminista.

mesmo âmbito – além do trabalho reprodutivo não ser imputado somente aos corpos capazes de gestar e parir, mas sim redistribuído entre a comunidade –, na organização social capitalista há uma separação entre a reprodução social e a produção econômica. Enquanto apenas o trabalho desenvolvido no âmbito do processo de produção é remunerado, o trabalho desenvolvido na teia da reprodução social é associado sobretudo às mulheres, sem qualquer remuneração – ainda que eventualmente isso tenha passado por algumas mudanças devido às reivindicações feministas.

Diversas foram as ferramentas históricas utilizadas para naturalizar esta lógica. Por um lado, Silvia Federici (2017) demonstra como a acumulação primitiva, isto é, a violência extra econômica, exerceu tal papel, uma vez que teria produzido uma nova divisão sexual do trabalho, subjugando o trabalho das mulheres e sua função reprodutiva à reprodução da força de trabalho. Para Federici, a imposição desta nova divisão sexual do trabalho “diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (*Ibid.*, p. 232). Desse modo, tem-se que a instituição família é fundamental nessa lógica sistêmica. A análise de Federici, todavia, está vinculada a uma perspectiva cisnormativa e biologizante com relação ao gênero-sexo.

Por outro lado, os estudos *queers* foram perspicazes ao evidenciar como houve, no decorrer desses processos históricos, por meio do Estado, da ciência e da religião, uma naturalização de aspectos específicos da existência e anatomia humana a um padrão binário feminino-masculino. Nesse reducionismo, a possibilidade biológica de reproduzir, as genitais e o desejo sexual foram classificados entre feminino e masculino, sendo assim, naturalizados enquanto única possibilidade de existência humana sob a instituição familiar – tal perspectiva biologizante seria, supostamente, comprovada pela reprodução biológica da espécie. Alan Sears (2023), se apropria dos acúmulos da teoria *queer* e da perspectiva da TRS a respeito da reprodução social para argumentar que a sexualidade, por sua vez, também estaria dentro desse “conjunto mais amplo de relações sociais por meio das quais as pessoas ganham a vida” (*Ibid.*, p. 274).

O autor sustenta que a heteronormatividade corresponderia a um conjunto de práticas e ideias segundo o qual haveria um enquadramento como normal de uma “orientação sexual institucionalizada específica”, isto é, a heterossexualidade, que seria também o ponto de referência para a avaliação das demais formas de sexo e intimidade (*Ibid.*). Nesse sentido, a heteronormatividade corresponderia a um projeto de normalização que tornou a heterossexualidade hegemônica, conforme já apontado por Berlant e Warner (1998). Todavia:

O termo heterossexual foi desenvolvido em condições sociais específicas no fim do século XIX. Somente depois o termo homossexual foi cunhado para nomear uma orientação para o mesmo sexo. O desenvolvimento conceitual da heterossexualidade foi parte constituinte do desenvolvimento da heteronormatividade como modo de regulação sexual (*Ibid.*, p. 275).

Há de se ressaltar, porém, que esses termos cunhados para se referir à sexualidade não criou novas maneiras sexuais de ser, apenas nomeou modos específicos que já existiam e os regulou. Para Sears, foi nesse momento histórico de maior expansão capitalista que houve a nomeação dessas formas de sexualidade, demonstrando que o esforço de regular os corpos e a sexualidade fez parte de um esforço mais amplo de se regular os próprios modos de vida das relações capitalistas, sobretudo “a reprodução social do trabalho ‘livre’” (*Ibid.*). É neste contexto de reprodução social capitalista que a família nuclear e heterossexual emerge como sinônimo de humanidade, enquanto as demais configurações são rechaçadas.

Apesar de se aproximar da perspectiva teórica de Foucault ao associar o estabelecimento da sexualidade ao momento histórico de ascensão do capitalismo, Sears oferece uma perspectiva um tanto diferente para o surgimento da sexualidade, para ele, trata-se de uma resposta contestada às relações sociais capitalistas que impunham apenas a heterossexualidade como possibilidade de existência, vejamos:

A sexualidade se desenvolveu como um conjunto de práticas à medida que as pessoas passaram a viver no contexto do desenvolvimento das relações capitalistas. Seu surgimento foi produto de estratégias “de cima para baixo” de governos (por exemplos, as medidas legais que proibiram a homossexualidade e a prostituição masculinas) e de mobilização de baixo para cima (como as lutas por acesso ao aborto e à contracepção, bem como pelos direitos das minorias sexuais) (*Ibid.*, p. 276-277).

Embora a análise de Alan Sears diga respeito somente ao aspecto heteronormativo das relações sociais capitalistas, acredito que seja possível ampliar seu argumento para que o aspecto cisnormativo desse sistema também seja evidenciado. A separação entre sexo, gênero e sexualidade se dá apenas em termos didáticos, assim como na vida material, devem ser compreendidos em conjunto. De fato, o marxismo *queer* ainda carece de formulações mais específicas a respeito da transgeneridade, sobretudo na língua portuguesa. De todo modo, a partir dos acúmulos já evidenciados neste trabalho, de forma exploratória,

sustento que a imposição da cisnormatividade compõe a lógica binária feminino-masculino da relação de capital, neste sentido, o termo mais abrangente seria a cisheteronormatividade<sup>6</sup>.

## CONCLUSÃO

A despeito dos desafios de se trabalhar com categorias macro, o objetivo aqui proposto foi de suscitar uma compreensão mais abrangente da dinâmica capitalista e evidenciar de que maneira a cisheteronormatividade pode estar vinculada à sua lógica a partir da divisão sexual do trabalho. Por meio das perspectivas teóricas apresentadas, seria possível afirmar que a instituição família é fundamental para o funcionamento sistêmico dessa organização social. É, sobretudo, no âmbito familiar que a força de trabalho é reproduzida. Todavia, para o capital apenas a família nuclear e cisheteronormativa é funcional, tendo em vista que a partir dela é possível garantir tanto a produção biológica, quanto a reprodução social da classe trabalhadora.

Para compor essa estrutura e reduzir a pluralidade de existências humanas, a relação social de capital parece ter naturalizado aspectos específicos e locais de sua formação e os naturalizado como se fossem a verdade inerente à condição humana. Felizmente, os estudos *queers*, sobretudo a militância intersexo têm desmantelado essa falácia histórica. Ao mesmo tempo em que as dissidências de sexo-gênero e sexualidade se moldam em torno das relações sociais capitalistas, apresentam grande potencial emancipatório. Tendo em vista que subvertem aspectos específicos dessas relações sociais, evidenciando a falácia de que a família, o sexo, o gênero, e sexualidade – dimensões cruciais da reprodução social humana – não se restringem à lógica binária de existência naturalizada pelo capitalismo.

## REFERÊNCIAS

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in Public. *Critical Inquiry*, v. 24, n. 2, p.547-566, 1998.

BHATTACHARYA, Tithi. **Mapeando a teoria da reprodução social**. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

---

6 Todavia, tal argumento carece de maiores investigações empíricas e teóricas.



CANTÚ, Lionel, Jr. **The Sexuality of Migration: Border Crossings and Mexican Immigrant Men**, New York: *New York University Press*, 2009.

DRUCKER, Peter. **Warped: Gay normality and queer anti-capitalism**. Brill, 2015.

\_\_\_\_\_. Marxismo Queer. **Historical Materialism**. London: 2017. Disponível em: <https://www.historicalmaterialism.org/reading-guides/queer-marxism-peter-drucker>

\_\_\_\_\_. Estudios Queer. **ANTAGÓNICA. Revista de investigación y crítica social- ISSN 2718-613X**, v. 3, n. 6, p. 109-126, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, **Nancy. Crise do cuidado?** Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. *In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

MASSAD, Joseph. **Desiring Arabs**. Chicago, *University of Chicago Press*, 2007.

OZORIO, G. V. **Entre rupturas e aproximações: a emergência de um marxismo queer**. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

REBUCINI, Giafranco. **Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais. Crítica Marxista**, n. 48, p. 109-125, 2019.

SEARS, Alan. Política do corpo: a reprodução social das sexualidades. *In:*

BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

SHAPIRO, Stephen. Marx to the Rescue! Queer Theory and the Crisis of Prestige. **New Formations**, n.53, 2004, p.122-127.

# NÃO É BRINCADEIRA: RELATOS DE VIOLÊNCIAS VELADAS E MANIFESTAS SOFRIDAS POR PROFESSORAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR<sup>1</sup>

*Alexia Fagundes de Lara<sup>2</sup>*

*Marcela Teixeira Godoy<sup>3</sup>*

## RESUMO

A presença e a participação feminina no ambiente universitário é um acontecimento recente, mas que hoje reflete avanços significativos. No entanto, ainda persistem desafios e obstáculos que atravessam a questão de gênero, afetando a experiência de ser e estar na universidade. Face ao referencial teórico, a presente pesquisa tem como objetivo geral identificar a presença e, se for o caso, mapear as diferentes formas de violência presentes no discurso das professoras de ensino superior. Como objetivos específicos: a) Revelar as principais condições as quais as professoras de ensino superior estão submetidas, considerando as diferentes violências sofridas; b) Demonstrar por meio dos dados o modus operandi cometidos contra as professoras de ensino superior. O posicionamento epistemológico adotado sustenta a integração entre teoria e dados, com uma análise crítica e interpretativa dos achados, conforme preconizado por Mainardes (2018). Os pressupostos teóricos baseiam-se nos estudos de Gayatri Spivak (2010) e Gerda Lerner (2019). A pesquisa foi conduzida em uma universidade pública no Paraná, utilizando entrevistas semiestruturadas com seis professoras de Ciências Biológicas da graduação. Os resultados indicam que a violência contra as professoras, não se limita as formas explícitas, engloba manifestações veladas, também revela a presença contínua de estruturas patriarcais, por meio de atitudes machistas, misóginas e estereotipadas. Entre outras considerações, o estudo aponta para a necessidade das instituições de

1 Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa aqui apresentada foi conduzida no âmbito do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, [alexiafagundesdelara@gmail.com](mailto:alexiafagundesdelara@gmail.com);

3 Professora Orientadora: Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, [mtgodoy@uepg.br](mailto:mtgodoy@uepg.br)

ensino superior adotarem políticas de combate à violência de gênero, e a conscientização sobre o impacto do machismo no ambiente universitário.

**Palavras-chave:** : Assédio moral, Assédio sexual, Violência de gênero, Professoras de ensino superior.

## INTRODUÇÃO

**H**istoricamente, as instituições de ensino superior, refletem práticas, estruturas e culturas arraigadas ao patriarcado. A herança desse sistema, se traduz em desigualdades de gênero, promovendo barreiras para ascensão das mulheres no ambiente acadêmico. Por muito tempo percepções equivocadas, mitos e violências foram repercutidos acerca da capacidade das mulheres.

Cotidianamente as mulheres sofrem violências, sejam elas explícitas ou implícitas, um recorte acerca dessa realidade diz respeito a desigualdade de gênero legitimada por meio de instituições políticas, econômicas, sociais e/ou no âmbito familiar. Tratando-se de um produto histórico, as relações de gênero patriarcais foram incorporadas à nossa civilização como um sistema de dominação descrito desde o período colonial (DEL PRIORE, 2014).

Del Priore (2014), fornece informações sobre as mulheres que foram submetidas à escravidão, destacando que enfrentaram as violências inerentes às relações sociais predominantes, forçadas a trabalhar sob condições desumanas, sujeitas a sofrimentos físicos e mentais, além de serem vítimas de abuso sexual por parte dos chamados “patrões”, que as tinham como propriedade. Apesar de terem ocorrido algumas mudanças, não houve uma superação completa. Atualmente, as mulheres não apenas enfrentam as opressões da época passada, mas também são vítimas de outras formas de violência, que persistem em sua maioria de maneira complexa e multifacetada. Tendo em vista que a problemática da violência sexual no Brasil só começou a ser reconhecida como uma preocupação pelos defensores dos direitos humanos a partir da década de 1980 (AZEVEDO; GUERRA, 1995), a violência sexual se apresenta como uma das formas mais antigas formas de violência de gênero, ultrapassando barreiras culturais e sociais, afetando pessoas de ambos os sexos e de todas as faixas etárias, sendo as mulheres as principais vítimas (RAIMONDO, 2015). Os casos de violência sexual revelam um sério problema de saúde pública, embora ainda sejam subnotificados. A consciência sobre os impactos é essencial para que medidas eficazes sejam tomadas para redução dos casos.

Sabe-se que a problemática da violência de gênero reforça a posição subalterna das mulheres em diversos âmbitos, como o econômico, político, social, cultural, educacional, entre tantas outras categorias (SPIVAK, 2018). Ao reconhecer essa questão, torna-se evidente a contínua perpetuação do sistema patriarcal na sociedade contemporânea, sendo urgente discussões acerca das condições de vida das mulheres.

As margens de uma sociedade, machista, opressora e misógina, é necessário entender as particularidades que envolvem a questão do poder, a construção do corpo enquanto condição sexuada configurando normas de visão e divisão sexualizante de valores. (BOURDIEU, 2003). Assim, por meio do contexto histórico, serão discutidas questões que sustentam as interações entre poder, violência e gênero, visto que vivemos sob a perpetuação de uma dominação patriarcal que produz vulnerabilidades e subordina as mulheres.

Considerando os apontamentos supracitados, e acerca da existência de distintas práticas discursivas que as relações de poder incidem sobre o corpo da mulher, a questão problemática da pesquisa é: Quais são as violências que as professoras de ensino superior vivenciam e/ou enfrentam no ambiente acadêmico? Face ao referencial teórico a pesquisa tem como objetivo geral identificar a presença e, se for o caso, mapear as diferentes formas de violência presentes no discurso das professoras de ensino superior. A partir da principal questão problemática da pesquisa, foram desencadeadas outras questões norteadoras, na busca de responder tais questões, apontam-se os seguintes objetivos específicos: a) Revelar as principais condições as quais as professoras de ensino superior estão submetidas, considerando as diferentes violências sofridas; e b) Demonstrar por meio dos dados o *modus operandi* cometidos contra as professoras de ensino superior. Nosso posicionamento epistemológico será o crítico analítico partindo da visão de Mainardes (2018), uma vez que, será apresentada a integração entre teoria e dados, bem como uma análise crítica e interpretativa dos achados de pesquisa. Em se tratando dos pressupostos teóricos utilizados, não há a intenção de engajamento exclusivo com uma única autora, uma vez que o escopo da violência contra as mulheres abrange contribuições de diferentes referenciais feministas que tratem das questões das diversas violências. Entendemos que, para esse trabalho, os ganhos com a utilização dos estudos decorrentes das leituras sobre várias estudosas, são maiores que as possíveis perdas decorrentes do engajamento a apenas uma teórica.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são de natureza qualitativa, exploratória e descritiva (GIL, 2009; FLICK, 2009). A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com seis professoras do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma Universidade Pública do estado do Paraná.

Moreira (2003) em seus estudos emprega o termo de consciência semântica, isso significa que trabalha-se com a história que se traz, ou seja, enquanto pesquisadores não estamos separados da pessoa que produz determinada pesquisa.

Desse modo, o posicionamento, enfoque e perspectivas, refletirão, em alguma medida, a visão sobre o mundo.

Finalmente, conduzir pesquisas com a temática feminista é crucial para que sejam compreendidas as opressões que ainda atravessam o gênero, evidenciar as diversas experiências vivenciadas pelas mulheres ao longo da história que marcam o corpo e a sexualidade, assim como, movimentar estratégias para desconstruir determinados conhecimentos instaurados nas epistemologias.

## METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são de natureza qualitativa, exploratória e descritiva (GIL, 2009; FLICK, 2009). A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com seis professoras do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma Universidade Pública do estado do Paraná.

**Participantes:** A amostra foi composta por 6 professoras do departamento de Biologia Geral. Na ocasião foram contatadas 15 professoras, das quais apenas 8 responderam aceitar participar, porém apenas 6 mantiveram o contato para entrevista. A faixa etária das participantes revela uma amplitude considerável, abrangendo idades entre 35 e 60 anos, com média de idade, calculada em 48 anos.

**Instrumentos:** Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada, cujo roteiro foi elaborado para abordar aspectos específicos relacionados ao contexto e à segurança das docentes. A entrevista foi dividida por temáticas, cada uma direcionada para áreas específicas de investigação. Na primeira parte, foram apresentadas questões que visavam contextualizar as participantes, abrangendo informações como idade, identidade de gênero, orientação sexual e cor/raça. A próxima etapa concentrou-se nas questões relacionadas à segurança das docentes. A terceira etapa da entrevista foi dedicada à obtenção de dados específicos relacionados às experiências das docentes com violências, abordando diferentes dimensões e contextos. Além disso, foram indagadas sobre a possível coação em atividades de pesquisa e se já sofreram agressões obscenas. Na sequência, foram apresentados quatro termos relacionados a comportamentos machistas: *gaslighting*, *mansplaining*, *maninterrupting* e *bropropriating*. Após explicação sobre cada termo, questionou-se se as docentes já se viram em alguma dessas situações e, em caso afirmativo, em quais ambientes essas ocorrências se deram. A entrevista prosseguiu com a análise da influência dos estereótipos de gênero na sociedade e sua relação com casos de violência, buscando compreender a perspectiva das professoras sobre a ligação entre esses estereótipos e a manifestação

de situações violentas. Questões subsequentes exploraram situações específicas de críticas relacionadas ao trabalho acadêmico, tais como supervisão excessiva e humilhação, visando evidenciar se as docentes já enfrentaram tratamento injusto ou discriminatório no contexto universitário. Por fim, foi proporcionado um espaço para que as docentes compartilhassem ou colocassem questões adicionais sobre o tema, promovendo uma abordagem inclusiva e dando voz às experiências e reflexões individuais das participantes.

**Procedimentos:** o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e recebeu aprovação sob o parecer nº. 6.155.709 de 30/06/2023. As docentes foram contatadas via e-mail, e as que aceitaram participar da entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

**Análise de dados:** A análise dos dados foi realizada conforme os princípios da análise textual discursiva, uma abordagem que incorpora elementos da análise de conteúdo e da análise de discurso (MORAES; GALIAZZI, 2006). Essa metodologia permite uma compreensão aprofundada e contextualizada das informações coletadas durante as entrevistas, indo além da mera categorização de conteúdos para explorar as nuances e os significados subjacentes aos discursos das docentes participantes.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Na contemporaneidade, a divisão de espaços na academia entre homens e mulheres ainda permanece notavelmente distinta, relevando um status de poder entre os gêneros. Essa desigualdade não apenas reflete as complexas estruturas sociais subjacentes, mas também ressalta a urgente demanda por medidas que visem à promoção da igualdade de gênero e da equidade neste espaço. Considerando este contexto, as experiências vividas nas universidades emergem como uma temática relevante, uma vez que trata-se de um reflexo sobre as condições de como são organizadas e desenvolvidas as atividades nesse ambiente. É fundamental analisar de que forma homens e mulheres ocupam e interagem nos diversos campos do conhecimento acadêmico, identificando barreiras e oportunidades que possam contribuir para a promoção de uma maior igualdade de gênero no meio acadêmico.

Em um plano temporal, encontrou-se o estudo pioneiro denominado *The harassed worker* realizado em 1976 pelo psiquiatra Carrol Brodsky, sua pesquisa trouxe à tona as violências que ocorrem diretamente no ambiente de trabalho. Já em estudos mais recentes como o de Caran (*et al.*, 2010), *Assédio moral nas instituições de ensino superior: um estudo sobre as condições organizacionais que favorecem*

*sua ocorrência*, é possível observar que as investigações relacionadas ao assédio são mais específicas e direcionadas para um determinado objeto de estudo.

A área acadêmica, é um ambiente rodeado de provações, pois exige-se considerável esforço para ser possível atingir determinados cargos, bem como atuar em algumas áreas de pesquisas. Tendo em vista fatores econômicos, culturais, emocionais, sobretudo ligados a concorrência, muitas pessoas apresentam condutas inadequadas, refletindo em casos de assédio moral no interior da universidade, assim como também ocorrem casos de assédio sexual, mas estes envolvem outras condições.

No que diz respeito a certos aspectos das violências, Rebecca Solnit (2017) nos oferece determinados termos para descrever algumas das violências que as mulheres enfrentam diariamente. A autora destaca as histórias por trás das mulheres que foram negligenciadas em relação às suas realizações, aborda os abusos de poder que ocorrem em campus universitários e discute a cultura que silencia e fortalece o patriarcado. No livro *Os homens explicam tudo para mim (2017)*, da referida autora, é criado e tem notoriedade o termo *mansplaning*, a partir da união de *man* (homem) e *explain* (explicar), é utilizado para descrever a atitude de um homem dedicar seu tempo para explicar algo óbvio para uma mulher, assumindo que ela não compreende o assunto. Relacionando o termo com atitudes semelhantes que ocorrem no ambiente acadêmico, *mansplaning* pode se manifestar em situações em que pesquisadoras são subestimadas ou desvalorizadas por seus colegas masculinos, podendo ocorrer em reuniões, conferências e discussões acadêmicas, onde suas contribuições são diminuídas, questionadas ou ignoradas.

Em consonância, outros termos também surgiram, serão destacados abaixo de acordo com as informações presentes no Glossário Antimachista (2021, p.22). *Maninterrupting*, é uma junção de *man* (homem) e *interrupting* (interrupção), a tradução significa “homens que interrompem”, é um comportamento onde uma mulher não consegue concluir sua frase, pois é constantemente interrompida por homens que estão a sua volta. “O termo ficou conhecido após um estudo realizado pela Universidade de Yale, o qual concluiu que as senadoras americanas se pronunciam menos do que seus colegas homens de posições inferiores”. No ambiente acadêmico pode-se dizer que acontece principalmente como uma forma de silenciar as vozes das pesquisadoras e acadêmicas, uma vez que, diminui a visibilidade e influência das mulheres, afetando negativamente a qualidade de pesquisas e a diversidade de perspectivas.

No que diz respeito a situações onde ocorrem a apropriação de ideias e conhecimentos, *bropropriating* é um termo com a junção de *bro* (brother, irmão) e *appropriating* (apropriação), se refere a quando um homem se apropria da ideia



de uma mulher e leva os créditos por ela, acontece principalmente no ambiente acadêmico, trabalho e no dia a dia, prejudica a progressão de carreira das pesquisadoras. (GLOSSÁRIO ANTIMACHISTA, 2021).

*Gaslighting*, refere-se a violência psicológica, uma maneira de fazer com que as mulheres duvidem de suas percepções, raciocínio e sanidade, ou seja, remete a sensação de que a mulher é incapaz de realizar algo. As pesquisadoras podem ser alvo de *gaslighting*, quando questionam sua competência e, por consequência sua capacidade de avançar na carreira acadêmica. (GLOSSÁRIO ANTIMACHISTA, 2021).

Articulando os quatro conceitos acima com a pesquisa, destaca-se a sua relação com as dinâmicas de gênero e poder que ocorrem na academia que muitas vezes são desprezadas e contribuem para a manutenção do *status quo*<sup>4</sup>. Esses comportamentos colaboram para a marginalização e o silenciamento de mulheres, muitas vezes minando a autoconfiança e inibindo a participação plena das mulheres na produção de conhecimento. A negligência dessas dinâmicas reforça uma cultura acadêmica que favorece predominantemente indivíduos do sexo masculino, perpetuando um ciclo de desigualdade de gênero.

Segundo Scott (1995), o gênero é um componente fundamental na formação das relações sociais, baseando-se nas distinções sexuais entre homens e mulheres. Além disso, representa um elemento que confere significado às dinâmicas de poder por meio de construções culturais.

A desigualdade de gênero, como fenômeno social, se revela nas interações cotidianas, estabelecendo uma dinâmica na qual alguns indivíduos ocupam posições de poder, enquanto outros são subjugados, perpetuando assim as disparidades de gênero na sociedade. As relações de poder, resultantes da construção social de papéis de gênero, persistem e são frequentemente reproduzidas de maneira sutil, têm influenciado e continuam a influenciar as interações humanas, contribuindo para a manutenção da desigualdade de gênero. (CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010). Ultrapassando as interações sociais, a desigualdade de gênero assume formas mais insidiosas, como a violência de gênero. Conforme destacado por Saffioti (2001), essa modalidade de violência engloba a prática de atos que prejudicam uma pessoa com base em sua identidade de gênero, causando danos físicos, sexuais, psicológicos ou econômicos.

Cunha (2014) argumenta que o conceito de gênero como uma construção social que define os papéis do ser homem e do ser mulher desempenha um papel

---

4 *Status quo*: é uma expressão em latim que significa “estado atual”. Portanto, corresponde à configuração presente de uma situação e indica a manutenção das condições observadas. Disponível em: <https://www.btgpactual.com/advisors/insights/status-quo>. Acesso em: 19 out. 2023.

fundamental na sociedade, uma vez que está intrinsecamente ligado à divisão social do trabalho, que por sua vez influencia a divisão sexual do trabalho. Dentro desse contexto, o patriarcado instaura uma dinâmica de poder que se caracteriza pela presença de uma relação de dominação e subordinação. Essa configuração representa uma interação social na qual há a presença de um sujeito exercendo domínio sobre outro.

Ao compreender a estreita relação entre gênero e casos de assédio, é imperativo a reflexão acerca da construção histórica de uma dominação masculina que permeia as diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, as discussões envolvendo as temáticas de gênero e sexualidade no ambiente educacional não apenas evidenciam alguns aspectos da desigualdade, mas também capacitam as pessoas a desafiar e transformar as normas que a sustentam. Buscar a equidade de gênero requer esforços coletivos que vão além da conscientização sobre o assédio, abrangendo uma transformação nas estruturas sociais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, optou-se pela metodologia de análise textual discursiva (ATD) conforme os princípios de Moraes e Galiazzi (2006). O quadro a seguir inclui um recorte do material extraído de todas as entrevistas, desde a professora 1 (P1) até a professora 6 (P6), apresenta uma estrutura organizada para a análise e compreensão do conteúdo da entrevista sob a perspectiva da ATD. Esse método visa identificar padrões e significados subjacentes nas informações coletadas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos elementos discursivos e das nuances presentes na narrativa dos sujeitos. (MORAES; GALIAZZI, 2011).

Considerando o extenso material textual da pesquisa, o quadro a seguir emerge a partir de quadros subjacentes de cada entrevistada, reconheceu-se a importância de consolidar os elementos comuns presentes nas categorias iniciais, visando aprofundar a compreensão do fenômeno investigado. Desta forma, neste quadro foram delineadas sete categorias finais as quais foram denominadas de maneira a refletir o conceito abordado por todas as unidades de significado nelas contidas, destacando os principais aspectos emergentes, e mantendo o conjunto como referência.

**Quadro 1:** Categorização final e agrupamento de semelhanças temáticas e contextuais.

<b>Categorias Finais</b>	<b>Categorias agrupadas</b>	<b>Descrição</b>
Violência de gênero e suas manifestações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assédio sexual</li> <li>- Violência psicológica</li> <li>- Assédio moral</li> <li>- Violência em função da maternidade</li> <li>- Maninterrupting</li> <li>- Gaslighting</li> <li>- Sexismo</li> <li>- Estereótipos de gênero</li> <li>- Bropropriating</li> <li>- Desigualdade de gênero</li> <li>- Violência Institucional</li> </ul>	Inclui formas de violência, desrespeito e ironias relacionadas ao gênero.
Assédio Moral e Subcategorias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assédio moral na academia</li> <li>- Impacto do assédio moral em professoras que são mães</li> </ul>	Compreende a prática de assédio moral na academia e o impacto específico em professoras mães.
Desigualdade de Gênero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diferença de Tratamento entre Homens e Mulheres</li> <li>- Inferiorização da mulher no ambiente de trabalho</li> <li>- Discriminação de gênero - exclusão de mulheres em atividades de campo</li> <li>- Estigma e discriminação por gravidez</li> <li>- Assédio sexual (persistência e desvio profissional)</li> <li>- Pressões de gênero (maternidade)</li> <li>- Machismo e estereótipo</li> <li>- Cultura Misógina</li> <li>- Resistência à liderança feminina no ambiente acadêmico</li> </ul>	Aborda disparidades no tratamento entre homens e mulheres em diversos contextos acadêmicos.
Atitudes machistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mansplaining</li> <li>- Bropropriating</li> <li>- Gaslighting</li> <li>- Sexismo</li> </ul>	Engloba situações de mansplaining, bropropriating, gaslighting e sexismo.
Desafios na Maternidade e Carreira Acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobrecarga feminina</li> <li>- Desigualdades na valorização de tempos e espaços</li> <li>- Pressões de gênero na maternidade e carreira acadêmica</li> <li>- Desafios da maternidade no ambiente acadêmico</li> </ul>	Explora as dificuldades enfrentadas por mulheres ao conciliar a maternidade e carreira acadêmica.
Violência Institucional e Subcategorias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assédio moral</li> <li>- Abuso de poder</li> </ul>	Incluir assédio moral e abuso de poder dentro da instituição acadêmica.

Categorias Finais	Categorias agrupadas	Descrição
Impacto na Produção Acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobrecarga feminina</li> <li>- Desigualdade de gênero</li> </ul>	Efeitos de sobrecarga feminina e desigualdade de gênero na produção acadêmica.

**Fonte:** A autora, 2023.

Para responder os objetivos de pesquisa, buscou-se investigar e compreender a presença, quando existente, das diferentes formas de violência no discurso das professoras de ensino superior; revelar as principais condições às quais as professoras de ensino superior estão submetidas, considerando as diferentes violências sofridas; e demonstrar, por meio dos dados coletados, o modus operandi das violências cometidas contra as professoras de ensino superior. Ao explorar essas questões, foi possível identificar padrões sistêmicos, compreender as nuances das experiências vivenciadas e fomentar uma reflexão crítica sobre os desafios específicos enfrentados pelas mulheres em suas trajetórias profissionais.

Atualmente, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, mas a garantia de seus direitos e as possíveis disparidades entre homens e mulheres no ambiente profissional suscitam questionamentos. Portanto, na análise final, notou-se a presença significativa e diversificada de formas de violência no discurso das professoras de ensino superior. As categorias finais agrupam-se em torno de temas amplos, mas que permitem uma compreensão específica dos desafios enfrentados pelas professoras.

Ao buscar investigar e compreender a presença das diferentes formas de violência, foi possível identificar nas narrativas das professoras (P1 à P6) as diversas formas de violência de gênero presentes no ambiente acadêmico. A identificação de casos de assédio moral, assédio sexual, manterrupting, bropropriating, discriminação de gênero e estereótipos demonstram a complexidade e a amplitude dessas violências.

Propondo revelar as principais condições às quais as professoras estão submetidas, verificou-se que além das violências consideradas explícitas, as professoras também lidam com desigualdades estruturais, pressões relacionadas à maternidade e estigmatização de escolhas relacionadas ao equilíbrio entre carreira e vida pessoal. Conforme Saffioti (2015) traz, a desigualdade de gênero não se manifesta apenas em ambientes de trabalho, mas também nas esferas pessoais, contribuindo para a sobrecarga e desafios enfrentados pelas mulheres ao equilibrarem suas carreiras e responsabilidades domésticas.

Ao abordar o estigma associado à maternidade e discriminação de gênero relacionada à gravidez, a autora Lina Meruane (2018), fornece um entendimento

histórico das responsabilidades entre os papéis de gênero, a imposição de papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres como mães cuidadoras, enquanto os homens são valorizados por suas contribuições intelectuais e criativas. Assim entende-se que existem expectativas desproporcionais e disparidades de tratamento baseadas no gênero que geram sobrecarga e desafios significativos.

Por fim, demonstrar, por meio dos dados coletados, o *modus operandi* das violências cometidas contra as professoras. Evidenciou-se alguns padrões sistêmicos, onde a hierarquia de poder na academia é frequentemente explorada para perpetrar violências. O conceito de *maninterrupting*, foi evidenciado em diversos discursos das docentes, assim buscou-se o suporte em Solnit (2017), que explora detalhadamente o termo e analisa as interrupções sistemáticas enfrentadas pelas mulheres. A referida autora discute como esses comportamentos são internalizados e reproduzidos, contribuindo para a manutenção de normas de gênero.

A naturalização de comportamentos inadequados, a minimização do assédio sob a justificativa de brincadeiras e a apropriação intelectual destacam como as dinâmicas de poder operam para perpetuar a desigualdade de gênero. Além disso, as pressões relacionadas à maternidade e a falta de suporte institucional demonstram a presença de violência institucional. Em conjunto, as categorias e subcategorias fornecem uma visão das diferentes formas de violência presentes no discurso das professoras, revelando as principais condições às quais estão submetidas e demonstrando o *modus operandi* dessas violências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra professoras no ensino superior não se limita a formas explícitas de agressão, também engloba manifestações veladas, como assédio moral e a discriminação. Ao conduzir as entrevistas, observou-se que algumas professoras já vivenciaram experiências que podem ser caracterizadas como formas de violência. No entanto, percebe-se um certo receio por parte das entrevistadas em rotular essas situações explicitamente como violência. Essa relutância em categorizar tais incidentes pode refletir a complexidade e nuances associadas às vivências dessas profissionais, indicando a necessidade de uma abordagem sensível e compreensiva ao analisar os desafios enfrentados por elas no contexto acadêmico. A pesquisa revela a presença contínua de estruturas patriarcais e atitudes machistas que permeiam a sociedade e, conseqüentemente, as instituições acadêmicas. O patriarcado, influencia as dinâmicas de poder e as relações de gênero dentro do ambiente acadêmico, o que se traduz em desigualdades e violências direcionadas às professoras. O machismo se manifesta por meio de atitudes discriminatórias,

estereotipadas e preconceituosas, que desvalorizam o trabalho e as habilidades das mulheres no ensino superior. A cultura misógina também contribui para a violência contra professoras, normalizando comportamentos e atitudes que desvalorizam e restringem suas possibilidades de crescimento profissional.

Os dados revelam a urgência de abordar as questões de gênero no ambiente acadêmico. As professoras enfrentam não apenas desafios profissionais, mas também lutam contra estruturas de desigualdade e discriminação. As soluções propostas devem buscar transformações estruturais que promovam a equidade de gênero, reconhecendo e desafiando as normas que perpetuam a violência contra as mulheres na academia. Portanto, é necessário que sejam adotadas políticas de combate à violência de gênero, a conscientização sobre o impacto do machismo e a implementação de mecanismos efetivos para lidar com casos de violência e discriminação.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V.N.A. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**, SP, Robe, 1995.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, C. S; FERREIRA, D. N; SANTOS, M. K. R. **Analisando a Lei Maria da Penha: a violência sexual contra a mulher cometida por seu companheiro**, 2010.

CUNHA, B. M. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**, 2014.

DEL PRIORE, M. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011, p. 254.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-20, 2018.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência educ.** [online]. 2006, vol.12, n.01, pp.117-128. ISSN 1516-7313.

MOREIRA, M. A. Linguagem e aprendizagem significativa. **Conferência de encerramento do IV Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa**, Maragogi, AL, Brasil, 8 a 12 de setembro de 2003.

MOVIMENTO MULHER 360 - MOVIMENTO EMPRESARIAL PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA MULHER. **Glossário Antimachista**-[Ebook 10]. 2021.

RAIMONDO, M, L. **O Corpo Feminino invadido**: as marcas da violência sexual desveladas pela enfermeira. 2015. Doutorado em Enfermagem - Universidade Federal do Paraná.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu.** (16), 2001, p. 115-136.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010. 135 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOLNIT, Rebecca . **Os homens explicam tudo para mim**. Trad. de Isa Mara Lando. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

# A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

*Carmen Lúcia de Cássia Pongelupe Assis<sup>1</sup>*  
*Raquel Quirino<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este artigo deriva de uma pesquisa bibliográfica que problematiza a divisão sexual do trabalho na gestão de instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. Ao longo da história percebe-se o baixo índice de mulheres que atuam em cargos de gestão na rede federal de educação profissional e tecnológica. Observa-se que as mulheres ocupam de forma desigual esses postos de comando ou chefia. Em uma sociedade ainda patriarcal, o trabalho feminino está ligado ao trabalho doméstico, privado e reprodutivo, enquanto ao homem cabe o trabalho público, produtivo e assalariado. O que torna a ocupação de cargos de gestão ainda mais masculinizados, pois acredita-se que a dupla jornada de trabalho, o cuidado com a casa e com os filhos seja um ponto negativo para que o trabalho de gestão seja exercido pelas mulheres. O objeto do artigo é a divisão sexual do trabalho na gestão de instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo possuem uma base qualitativa, como também uma revisão bibliográfica. Para o levantamento de teses de dissertações adotou-se o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O recorte temporal foi delimitado nos últimos cinco anos. Um dos resultados apontam que as mulheres em cargos de gestão na rede federal de educação profissional e tecnológica possuem filhos adolescentes ou adultos, como também uma rede de apoio que as auxiliam no exercício do cargo.

**Palavras-chave:** Divisão Sexual do Trabalho, EPT, Gestão.

1 Mestranda em Educação Profissional Tecnológica CEFET-MG. Email: [carmenpongelupeassis87@gmail.com](mailto:carmenpongelupeassis87@gmail.com).

2 Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela UFMG; Mestrado em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professora do Programa Especial de Formação Docente e do Programa em Pós-Graduação em Educação Tecnológica. Email: [quirinoraquel@hotmail.com](mailto:quirinoraquel@hotmail.com).



## 1 INTRODUÇÃO

As mulheres, por vários anos tiveram o direito de estudar e trabalhar negligenciados. A mulher em toda sua história tem sofrido com as desigualdades sociais, percebe-se que as lutas das mulheres se iniciam no final da Revolução Francesa e percorreram os séculos seguintes. Lutaram por seus direitos e seus sonhos. É notório que essas lutas ocasionaram um grande efeito para a atual história das mulheres. E é através das narrativas registradas em livros, artigos, contos ou também as contadas de geração em geração que vamos nos apropriando dessas conquistas.

O século XIX foi um marco fundamental para que essas conquistas acontecessem para as mulheres em todos os aspectos. A consolidação do Estado burguês impôs sua ideologia de classe definindo os papéis femininos e masculinos dentro da sociedade. No mesmo período, surgia a discussão sobre a maternidade como algo imprescindível para as mulheres, cada vez mais, o capitalismo impunha que as mulheres saíssem para trabalhar fora. Surgiu assim, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, ocasionando em diferenças salariais, diferentes condições de trabalho e desigualdades diversas (Toledo, 2008).

Assim, conforme Toledo (2008, p. 69) “esse culto à maternidade, dirigido inicialmente à classe média, acabou atingindo também à mulher operária. Era uma forma de transferir para a classe trabalhadora as obrigações do Estado burguês sem qualquer tipo de questionamento”.

Atualmente, essa condição se modificou, em nossa sociedade contemporânea, as mulheres possuem maior acesso à escolaridade e ao trabalho. Nessa transformação da sociedade, também se percebe que muitas mulheres acabam se tornando mães solo, às vezes por opção própria ou por outras razões. Mediante essas mudanças, as mulheres acabam assumindo duplas, triplas ou até mais jornadas de trabalho, são mães, estudantes, trabalhadoras. Acabam assumindo responsabilidades com cuidados com seus filhos e familiares.

Assim, diante do exposto, quais seriam os desafios enfrentados pelas mulheres na busca de ocuparem cargos de gestão em instituições federais de educação profissional e tecnológica?

Dessa forma, essa pesquisa busca conhecer, por meio da literatura, como essas mulheres conciliam trabalho, estudo e a maternidade. Para alcançar esse objetivo esta pesquisa de natureza qualitativa irá utilizar de pesquisa bibliográfica, a fim de coletar artigos, capítulos de livros ou livros, teses e dissertações que abordem essa temática.

Na primeira seção será apresentada a metodologia adotada. Na seção seguinte será apresentada o referencial teórico utilizado. Na sequência será apresentada a discussão das obras, no final serão apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo com abordagem qualitativa, que conforme Minayo (2010), pesquisas deste tipo buscam compreender a organização de grupos, de instituições e dos membros que a compõem dentro de um contexto histórico e social. Acredita-se que é uma abordagem fundamental para apreender fenômenos sociais e humanos complexos e multifacetados. Pretende-se utilizar de pesquisas bibliográficas, conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No levantamento bibliográfico realizado para a composição desta pesquisa, elencou-se as palavras-chave Divisão Sexual do Trabalho, EPT, Gestão. Optou-se por buscar no Catálogo de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) trabalhos que dialogassem com a temática proposta. Identificou-se um baixo índice de publicações sobre a temática, logo considera-se que a realização desta pesquisa contribuirá para a divulgação científica sobre esse tema.

A busca foi realizada no período de 01 de julho de 2023 até o dia 30 de julho de 2023. O recorte temporal contempla as publicações entre os anos de 2018 e 2023. Foram localizadas cinco publicações, sendo três artigos e duas dissertações.

## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Muraro (2002), Marx e Engels consideraram que o patriarcado tem origem com a divisão sexual do trabalho que incidiu na divisão social do trabalho, que por sua vez culminou em uma maior especialização. Com esses aperfeiçoamentos surgiram as tecnologias o que aumentou a produção e ocasionou em um excedente de produtos. Produtos esses que passaram a ser comercializados visando obtenção do maior lucro possível. Surgindo assim, duas classes, aqueles que dominavam os meios de produção e os que não detinham terras nem os meios de produção, que precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Nesta época, conforme Muraro (2002), a mulher passou a ser dominada e ficou limitada ao espaço privado. Incumbindo-se de reproduzir o maior número de

filhos para que trabalhassem na agricultura, como também para garantir que as terras e o Estado fossem defendidos.

Nesse sentido, historicamente, conforme Hirata e Kergoat (2020) há uma separação entre os trabalhos de homens e mulheres. Cada um se encarregaria de uma forma de produção, as mulheres seriam responsáveis pelos trabalhos domésticos e os homens se encarregariam da política, das carreiras militares, religiosas e intelectuais. Surgindo, assim, uma hierarquia das divisões sexuais do trabalho entre os sexos. (Hirata; Kergoat, 2020). O trabalho precário é majoritariamente feminino. É preciso estabilizar uma relação de desigualdade no mercado de trabalho, entre mulheres e os homens, como também as desigualdades de remuneração salarial, de condições de trabalho, na família e na esfera doméstica (relação de trabalho, de poder, de saber e relações de domínio).

De acordo com Hirata e Kergoat (2020, p. 23) “a divisão sexual do trabalho tem por característica a atribuição prioritária das mulheres à esfera reprodutiva, enquanto os homens são designados à esfera produtiva”. Dessa forma, Quirino (2011) em diálogo com Hirata e Kergoat (2020), afirma que:

Historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres na sociedade se tem configurado a partir da desta dicotomia entre esfera pública (espaço de produção) e privada (espaço de reprodução ou doméstico), com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais (Quirino, 2011, p. 53).

Segundo Quirino (2011) a divisão sexual do trabalho na esfera reprodutiva se apresenta com uma linha de delimitações entre o tempo empregado para a realização do trabalho e o tempo fora do horário do trabalho, entre as atividades pessoais e profissionais, entre o privado e o público, ou seja, uma maneira crucial, o lugar primitivo demarcado para as mulheres em um sistema capitalista. O patriarcado é o primeiro sinal da divisão sexual do trabalho, pois significa as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal. “O trabalho doméstico ou o trabalho do cuidar recai, sob as mulheres e as meninas ao redor mundo. Esta atividade conhecida como trabalho invisível, pois não é recebido um salário para que as mulheres executem essas atividades, mas é a cargo delas que cabe cumprir o papel de fazê-lo”. (QUIRINO, 2011)

Para Muraro (2002) o patriarcado iniciou de forma mais lenta e gradual. Segundo a autora, a maior parte dos trabalhos eram executados pelas mulheres, como ainda atualmente permanece da mesma forma. Dentre suas tarefas estavam o cuidado com os filhos, cuidado pelo grupo em sua totalidade. Providenciavam alimentos, enquanto os homens se responsabilizavam por tarefas mais pesadas, tais como caça e pesca. Contudo, detinham de maior tempo livre e

assim começaram a produzir armas e criar rituais em que participavam exclusivamente os homens, excluindo-se, assim, a presença feminina.

### 3.1 Educação Profissional e Tecnológica na Instituição da Rede Federal no Brasil

No Brasil, a história da educação profissional aparece em registro na data 1800 “com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo “da camada

menos privilegiada da sociedade brasileira. Aprendiam ofícios de tipografia, alfaiataria, entre outros” (MEC, 2009, p.1). Com a chegada da família real ao Brasil, surgem estabelecimentos de ensino destinados os portugueses que desembarcaram junto com D. João VI e sua família. O Colégio das Fábricas foi o primeiro espaço de educação fundado pelo poder público e que atendia os artista e aprendizes vindo de Portugal.

Com o fim da escravatura por volta de 1889 e com o término do trabalho escravo, muitas fábricas atuavam no Brasil, a mão de obra era de aproximadamente 54 mil trabalhadores distribuídos em 636 instalações com uma economia predominantemente no setor agrário-exportadora, no qual a população brasileira estaria com cerca de 14 milhões de habitantes. Em 1909 com a assinatura de um decreto nº 7.566, pelo então presidente do Brasil Nilo Peçanha criou-se 19 escolas de aprendizes e artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito para os desafortunados. Essas escolas tinham como objetivo atender crianças entre 10 à 13 anos oriundas das camadas mais pobres.

A Constituição de 1937 foi a primeira a tratar especialmente do ensino técnico, profissional e industrial, estabelecido no artigo 129: “O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.” (Brasil,2009. P.4)

Em 1941 com a Reforma Capanema começaram a vigorar no Brasil leis que modificaram o ensino brasileiro.

- O ensino profissional passou a ser aceito como ensino médio;
- Para ser aceito nas escolas industriais precisava antes fazer o curso de admissão;

- Dividiu os cursos em dois níveis, um primeiro com o ensino dos cursos básicos de indústria, trabalhos manuais, de conhecimentos e de um grande saber. Um segundo seria um curso técnico industrial, com duração de três anos, e mais estágio com supervisão em indústrias.

Com o Decreto nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942 as Escolas de Aprendizagem e Artífices passa a ser Escolas Industriais e Técnicas, oferecendo ensino profissional equivalente ao ensino médio. E assim alunos com formação este nível poderia ingressar em uma universidade superior na área de acordo com sua formação. Todos estes cursos eram voltados para atender a uma camada da população predominantemente masculina.

“Desde o início da implantação das escolas profissionalizantes no Brasil, estas sempre foram espaços para a profissionalização do homem, com cursos tipicamente voltados para o universo masculino, como por exemplo, cursos básicos que atendiam as demandas das indústrias, até chegar a criação das escolas de Ensino Técnico – Industrial, em 1909, completando estes cem anos de existência e hoje com uma nova denominação :Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”( Trigueiro e Araújo ,2016,p.1-2)

Segundo Trigueiro e Araújo (2016) as mulheres tiveram por vários séculos em um lugar bem longe do ensino educacional. Seu papel dentro da sociedade era o de cuidar, gerar e fazer os trabalhos domésticos não sabiam ler ou escrever, e estavam destinadas ao casamento. As mulheres só começaram a fazer parte do processo de formação educacional no século XVII quando surgem os conventos onde as moças começavam a aprender a bordar e a costurar, afazeres domésticos voltados para o cuidado da casa.

Ainda segundo Trigueiro e Araújo (2016) durante a segunda metade do século XX, a presença feminina se destaca na educação tanto quanto força de trabalho, quanto em participação em todos os níveis de formação. As mulheres hoje já superam cerca de 85% da educação básica no Brasil. Mesmo com todo este avanço perante a escolarização e ao trabalho, podemos perceber que o salário, as condições de trabalho, o assédio sexual, ainda persistem na relação de gênero.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Bruschini (2007), as trabalhadoras que no final da década de 1970 eram de jovens, solteiras e sem filhos, na década de 2000 o perfil muda e as

mulheres se tornam mães e se casam mais tarde. O acesso à educação, o ingresso as universidades viabilizaram o acesso delas a novas oportunidades de trabalho. Entretanto, mesmo com esta mudança em relação ao trabalho ou ao estudo, o cuidado dos filhos e as atividades domésticas continuam sobre a responsabilidade das mulheres.

O trabalho doméstico realizado em casa pelas mulheres não era considerado como atividade econômica, segundo o levantamento do IBGE no ano 2006, em outras palavras por não receberem salários, essas atividades domésticas se enquadravam em uma economia inativa, e estavam enquadradas na classe dos estudantes, aposentados, doentes, invalidados e os que viviam de renda. Mesmo que a jornada de trabalho doméstico dessas mulheres fosse de cerca de 27 horas semanais e a dos homens de apenas 10 horas semanais, essas atividades domésticas eram consideradas improdutivas, conforme Bruschini (2007).

Ainda na pesquisa de Bruschini (2007) fica evidenciado que mães que tem filhos bebês dedicam cerca de 35 horas para as atividades domésticas e reprodutivas, já mães com filhos entre dois e quatro anos cerca de 32 horas para as mesmas atividades. A autora conclui que as mães que têm filhos pequenos produzem uma menor atividade produtiva, devido à sobrecarga na esfera reprodutiva.

A pesquisa realizada por Saboya (2013) discute relações de gênero, ciência e tecnologia, buscando uma revisão da bibliografia nacional e internacional sobre a temática. Por meio do levantamento histórico social realizado pela autora, as mulheres sofreram e sofrem todos os tipos de discriminação social. Quando a mulher se insere no ensino superior, as diferenças se acentuam ainda mais, pois muitas vezes essas mulheres não encontram uma rede de apoio, nem tão pouco apoio do Estado.

Segundo Tavares (2008) as mulheres no ensino superior vivenciam obstáculos que lhes causam constrangimentos de variadas formas, isso deve-se:

Porque a exigência para cumprir os prazos das bolsas e manter os índices de produtividade científica, não são atenuados, por parte das agências financiadoras, para os meses em que a mulher está dedicada à maternidade, como ocorre com qualquer trabalhadora na nossa sociedade. A maternidade é uma das contingências que marca a carreira das mulheres no sistema de C&T, em que não há nenhum atenuante, por parte do sistema, para a mulher grávida, a que amamenta ou a que tem filhos pequenos, seja no momento de sua formação, enquanto é bolsista de mestrado ou doutorado, seja para ascender na carreira de pesquisadora (Tavares, 2008).

Para Fernandes (2022), a atuação das mulheres do mercado de trabalho tem aumentado significativamente nos últimos anos e com isso muitas mudanças no convívio familiar tem afetado os relacionamentos familiares. Principalmente, em lares onde exista uma renda dupla, ou seja, uma renda em que os dois dividem as responsabilidades pelo orçamento doméstico. Desta forma percebe-se que os lares hoje já não são chefiados apenas pela presença masculina, nota-se que tem ocorrido uma diminuição dos homens como provedores, esse fenômeno fez com que exista uma igualdade entre os parceiros no trabalho doméstico. Os homens e as mulheres no cenário atual direcionam seu tempo em maior quantidade para o trabalho fora do ambiente familiar e menos tempo a família.

Ainda segundo Fernandes (2022) mesmo com todas as mudanças ocorridas essa última década, a imagem feminina da mulher dentro do contexto social é da mulher geradora de filhos, mas muitas mulheres têm optado por não terem filhos, ou seja, não gerar uma nova vida o que é entendido pela sociedade como algo fora dos padrões que a mulher deveria seguir.

Segundo Fanny (2002) a mulher nas últimas décadas continua a ocupar um baixo avanço em todos os espaços tradicionalmente masculinos, em 2001 a ocupação em cargos de hierarquia dentro de instituições de ensino superior no Brasil era apenas de 20 mulheres, num total de 172 ocupantes no mesmo cargo. Ao sair para o campo do trabalho a mulher quebra com os padrões imposta pela sociedade, moldadas nos moldes machistas do patriarcado. Pois essa mulher se torna um ser que fala dos seus sonhos, suas vontades e suas conquistas. Rompendo assim com todos os modelos tradicionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que um dos desafios apontados pelas mulheres é a discriminação social, quando ingressam no ensino superior. Esses desafios aumentam por não contarem com uma rede de apoio e tão menos apoio do Estado.

Entende-se que para a mulher conseguir realizar todas as tarefas do seu cotidiano, muitas vezes, ela precisa se desdobrar para atender todas as demandas que são solicitadas a ela. A dupla jornada de trabalho para essa mulher é algo comum, pois por às vezes, não contar com uma rede de apoio, acaba necessitando desempenhar variados papéis.

Percebe-se também que na década de 1970 as mulheres optavam por ter filhos e se casarem mais jovens, deixando os estudos e o trabalho para o segundo plano. Já a partir dos anos 2000, este cenário se inverte, pois as mulheres passam

a optar por ter filhos mais velhas, se casarem ou não, e estudam e se qualificam mais para ter uma carreira profissional.

Como também se evidencia que no cargo de gestão nas instituições da rede federal as mulheres ocupam baixo índice de ocupação pois varios são os desafios enfrentados por essas mulheres no seu dia a dia.

Devido às mudanças ocorridas em nossos dias com as mulheres mais atuantes no mercado de trabalho, as mulheres vem rompendo com as barreiras impostas pela sociedade ainda patriarcal e sexista. Ainda hoje, os afazeres domésticos estão sobre o cuidados das mulheres. Existe um dupla jornada de trabalho, mas aos pouco vão surgindo conquistas pessoais e coletivas e as mulheres vão ocupando seu espaço dentro da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FERNANDES, F, A história da educação feminina. MultiRio a mídia educativa da cidade, Rio de Janeiro, 07 mar.2-19. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho**, online, n. 53, p. 22-34, jun./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/50869>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.



QUIRINO, Raquel. **Mineração é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração**. 2011. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS=8-NTGLQ?mode=full>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SABOYA, Maria Clara Lopes. Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, [S.l.], ano 3, n. 12, 2013. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170509155548.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155548.pdf). Acesso em: 31 jul. 2023.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAVARES, Isabel. “A participação feminina na pesquisa: a presença das mulheres nas áreas do conhecimento”. In SIMPÓSIO GÊNERO E INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. Brasília (DF): INEP, 2008. p. 31- 62. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/simposio\\_genero\\_e\\_indicadores\\_da\\_educacao\\_superior\\_brasileira.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/simposio_genero_e_indicadores_da_educacao_superior_brasileira.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008. (Coleção Marxismo e Opressão).

TRIGUEIRO, Natlhalya Cristina Ribeiro; ARAÚJO Patrícia Cristina de Aragão. Trajetória Educacionais na Profissionalização da Mulher. In II CINTEDI. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Campo Grande-PB. 16 a 18 de novembro de 2016.

# PROJETO JUVENTUDES: PROJETO DE FUTURO E EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

*Raquel Quirino<sup>1</sup>*

*Fábio da Silveira Soares<sup>2</sup>*

*Luciana Aparecida Cunha Soares<sup>3</sup>*

*Raquel Quirino<sup>4</sup>*

## RESUMO

O jovem ao atribuir sentidos à sua projeção de vida adulta elabora um Projeto de Futuro, ainda que seja apenas abstrato, este é influenciado por sua cultura, classe, raça e sexo. A educação formal, com base na BNCC, direciona o Projeto de Vida de acordo com os itinerários formativos pré estabelecidos, estes muitas vezes não dialogam com o Projeto de Futuro do jovem, haja vista que os itinerários formativos são elaborados sem a participação das juventudes, e, portanto, tem pouca representatividade na identidade juvenil. A escolha de um Projeto de Vida que não traz um simbolismo ao jovem ocasiona um índice de evasão preocupante, pois em grande parte o jovem que evade pode estar comprometendo seriamente sua qualidade de vida futura. Existe, portanto, uma urgência em alinhar as ofertas dos itinerários formativos com os projetos de futuros das juventudes, a fim de construir uma educação mais democrática e diminuir os índices de evasão, o que se acredita trará uma melhoria de vida aos jovens, futuros adultos.

**Palavras-chave:** Evasão. Juventudes. Projeto de Futuro.

---

1 Doutora do Curso de EDUCAÇÃO da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, [quirinoraquel@hotmail.com](mailto:quirinoraquel@hotmail.com);

2 Mestrando pelo Curso de EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, [fabinhossoares@gmail.com](mailto:fabinhossoares@gmail.com);

3 Mestranda pelo Curso de EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, [lucianaacunha@gmail.com](mailto:lucianaacunha@gmail.com);

4 Professora e orientadora: PHD em EDUCAÇÃO, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, [quirinoraquel@hotmail.com](mailto:quirinoraquel@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O processo de construção do Projeto de Vida dos jovens é intrinsecamente influenciado por uma interseção complexa de variáveis que incluem elementos culturais, sociais, econômicos, étnicos e de gênero. Nesse contexto, a formação educacional desempenha um papel fundamental na orientação e materialização desses projetos. No entanto, a estrutura atual dos itinerários formativos na educação profissional e tecnológica (EPT), fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), muitas vezes deixa de contemplar a participação ativa das juventudes na elaboração desses percursos educacionais.

A justificativa para este artigo reside na constatação da ausência de representatividade das juventudes na formulação dos itinerários formativos. A falta desse engajamento pode resultar em escolhas de carreiras que não dialogam com os anseios e valores individuais dos jovens. Esse desalinhamento entre a oferta educacional e os Projetos de Vida dos estudantes contribui de maneira significativa para os preocupantes índices de evasão observados na educação profissional e tecnológica (EPT). Esta lacuna impacta negativamente não apenas na trajetória educacional dos jovens, mas também na qualidade de vida que almejam construir no futuro.

O objetivo geral deste artigo é promover um alinhamento mais estreito entre os Projetos de Vida das juventudes e os itinerários formativos na educação profissional e tecnológica (EPT). Essa sintonia busca não apenas reduzir os índices de evasão, mas também proporcionar uma formação mais democrática e significativa para os jovens, considerando suas aspirações individuais e a diversidade de contextos nos quais estão inseridos.

A metodologia adotada para alcançar tais objetivos incluirá a realização no futuro de pesquisas e entrevistas para compreender a variedade de Projetos de Vida dos jovens, bem como a análise crítica dos atuais itinerários formativos. Adicionalmente, serão estabelecidos espaços de diálogo entre educadores, gestores escolares e os próprios jovens, visando a co-criação de itinerários mais alinhados às suas perspectivas. O processo incluirá a implementação de medidas para monitorar continuamente o impacto do alinhamento proposto na redução dos índices de evasão.

Antecipamos que a promoção desse alinhamento resultará em maior engajamento e satisfação por parte dos jovens na escolha de seus itinerários formativos, refletindo-se em uma redução expressiva nos índices de evasão. Espera-se também que essa abordagem contribua para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática, reconhecendo e valorizando a diversidade de projetos de vida das juventudes.

Em síntese este trabalho busca não apenas compreender as raízes da evasão na educação profissional e tecnológica (EPT), mas também oferecer propostas práticas e viáveis para transformar a realidade atual. O alinhamento entre Projetos de Vida e itinerários formativos é apresentado como uma estratégia fundamental para construir uma educação mais conectada com as aspirações individuais dos jovens, promovendo não apenas o seu desenvolvimento acadêmico, mas também seu bem estar e sucesso futuro.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo busca uma abordagem abrangente e participativa, envolvendo a compreensão aprofundada dos Projetos de Vida dos jovens, a análise crítica dos itinerários formativos existentes e a co-criação de propostas alinhadas às perspectivas das juventudes. Além disso, prevê a implementação de medidas para monitorar continuamente o impacto do alinhamento proposto na redução dos índices de evasão. A seguir, detalham-se os passos metodológicos:

1. Realização de pesquisas e entrevistas futuras
  - Desenvolvimento de questionários e roteiros de entrevistas que abordem a variedade de projetos de vida dos jovens, incluindo suas aspirações e desafios;
  - Seleção de uma amostra representativa de jovens, considerando diversidade cultural, socioeconômica e regional;
  - Coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos para identificar padrões e singularidades nos projetos de vida das juventudes.
2. Análise crítica dos itinerários formativos atuais
  - Revisão detalhada dos itinerários formativos vigentes, destacando pontos fortes, lacunas e áreas de melhoria;
  - Avaliação comparativa entre os itinerários formativos e os projetos de vida identificados na etapa anterior, buscando alinhamento e identificando possíveis discrepâncias;
  - Elaboração de um relatório crítico, evidenciando recomendações para ajustes nos itinerários existentes.
3. Estabelecimento de espaços e diálogos
  - Organização de workshops participativos com educadores, gestores escolares e representantes das juventudes;

- Facilitação de discussões estruturadas para identificar oportunidades de co-criação de itinerários formativos mais alinhados às perspectivas dos jovens;
  - Incentivo à participação ativa dos jovens na tomada de decisões relacionadas a sua formação educacional.
4. Implementação de medidas de monitoramento contínuo
- Desenvolvimento de indicadores chave de desempenho relacionados ao alinhamento entre Projetos de Vida e itinerários formativos;
  - Estabelecimento de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o impacto das mudanças propostas na redução dos índices de evasão.
  - Coleta regular de *feedbacks* por meio de *surveys* e entrevistas para ajustes e aprimoramentos constantes.

Essa abordagem metodológica visa não apenas identificar desafios, mas também promover a participação ativa das partes interessadas na construção de soluções efetivas. Ao envolver os jovens no processo de co-criação, busca-se garantir que os itinerários formativos reflitam suas aspirações, contribuindo assim para uma educação mais significativa e alinhada com seus projetos de futuro. O monitoramento contínuo permitirá ajustes ágeis, garantido a eficácia e relevância das intervenções propostas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O processo educacional é concebido como uma trajetória contínua e diferenciada na formação dos indivíduos, desde os primeiros momentos até a sua afirmação como pessoa (SILVA, 2020). Nesse contexto, a educação profissional emerge como um caminho para adquirir qualificações que possibilitam a inserção em postos de trabalho com melhores remunerações.

A educação tecnológica, caracterizada por sua complexidade, funda-se em uma base pedagógica nos fundamentos de sua atividade teórico-científica. Essa modalidade busca fornecer conhecimentos que visem a formação de indivíduos inseridos na cultura de seu tempo, na sociedade em que participam e nas mudanças que coletivamente acreditam podem alcançar (GRINSPUN, 1999).

No entanto, este estudo adota a definição de educação profissional conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei LDB nº 9394/1996), considerando-a como uma modalidade da educação básica. Seu propósito é orientar o

desenvolvimento contínuo de habilidades para a vida produtiva, integrando-se às diversas formas de educação, ciência, tecnologia e trabalho (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca o papel da escola em auxiliar os estudantes a reconhecerem-se como sujeitos, considerando suas potencialidades e relevância das formas de participação social na concretização de seus projetos de futuro (BRASIL, 2017). No entanto, Cunha e Lopes (2017), questionam a concepção de uma base curricular comum, alertando para a imposição de conhecimentos oficiais e projetos identitários fixos, desconsiderando a diversidade de trajetórias de vida.

Diante desse cenário, este estudo adota a perspectiva dos Projetos de Futuro, enfatizando a importância dos jovens como protagonistas em seu desenvolvimento. Experiências que priorizam a participação ativa dos jovens têm-se mostrado eficientes para superar a vulnerabilidade, proporcionando alternativas para mitigar incertezas e inseguranças (ABRAMOVAY, et al., 2002).

Infelizmente, a condição socioeconômica leva muitos jovens a abandonarem os estudos em favor de trabalhos informais ou precarizados, priorizando necessidades de subsistência sobre qualificação ou aprimoramento educacional.

O Currículo Referência de Minas Gerais enfatiza que os itinerários formativos, como parte flexível e dinâmica do currículo, devem ser interdisciplinares e conectados à realidade dos jovens, reconhecendo a importância de conhecerem suas próprias aspirações, limitações e possibilidades (MINAS GERAIS, 2022).

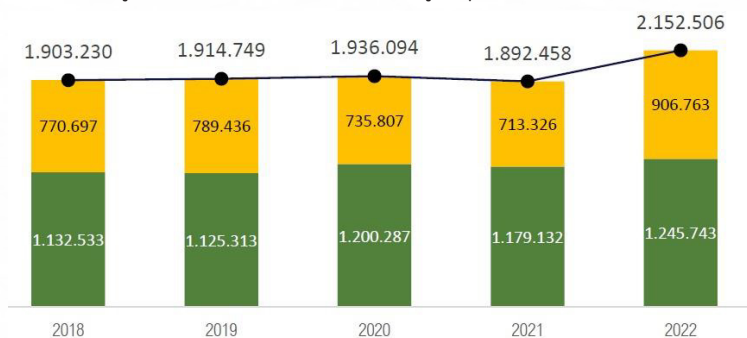
O Projeto de Vida, entendido como a visualização antecipada da vida desejada, implica em escolhas alinhadas a um compromisso pessoal na busca pelo melhor para a própria vida (PEREIRA, 2018). Villas et al. (2014) ressaltam que a transição da adolescência para a vida adulta é permeada por descobertas, experimentações e conflitos na tentativa de traçar um Projeto de Futuro.

Já a evasão escolar é reconhecida como um grave problema educacional no Brasil, afetando significativamente a trajetória de milhares de jovens (FEITOSA, 2020). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, embora o acesso à escola tenha melhorado, problemas como atraso escola e evasão ainda persistem, sendo mais marcantes no ensino médio, com uma taxa de frequência líquida de 69,3% (IBGE, 2019).

O conceito de evasão pode variar na literatura, e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) destaca a diferença entre evasão e abandono, onde o abandono indica que o aluno deixa a escola em um ano e retorna no ano seguinte, enquanto a evasão implica que o aluno deixa a escola e não retorna ao sistema (INEP, 1998).

Ao analisar a evolução das matrículas na educação profissional entre 2018 e 2022, os dados do INEP mostram uma tendência de crescimento (Gráfico 1). No entanto, é crucial observar a distribuição dessas matrículas por etapa/modalidade de ensino em 2022 (Gráfico 2), compreendendo que a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) inclui diferentes tipos de cursos, como Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio, Habilitação Profissional do Técnico de Nível Médio e Especialização de Nível Médio.

**Gráfico 1:** Evolução de matrículas na educação profissional no Brasil 2018-2022



**Fonte:** INEP/Censo Escolar 2018-2022.

**Gráfico 2:** Distribuição da matrícula na EPTMN 2022



**Fonte:** INEP/Censo Escolar 2018-2022

Em relação à evasão na educação profissional técnica de nível médio (EPTNM), Feitora (2020), aponta que a problemática persiste, indicando a necessidade urgente de políticas públicas direcionadas para a redução desses índices.

Nesse contexto, a participação ativa dos jovens na política é um elemento relevante. O Atlas das Juventudes (2021), revela que muitos jovens brasileiros não se interessam ou não participam ativamente da política. Sarti (2005), destaca a influência da família nesse comportamento, indicando que as experiências familiares podem influenciar a trajetória de vida dos jovens.

A compreensão da evasão escolar como um fenômeno complexo demanda uma abordagem que considere fatores familiares, sociais e econômicos. A habilidade técnica e tecnológica é destacada como um meio eficaz para aumentar a eficiência nas tarefas laborais, minimizando impactos negativos individuais e ambientais.

O referencial teórico deste estudo destaca a importância da educação profissional e tecnológica (EPT) na formação das juventudes, reconhecendo as complexidades da construção dos projetos de vida desses jovens. A BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais são apresentados como referenciais normativos que influenciam os itinerários formativos, mas a falta de participação efetiva das juventudes na elaboração desses itinerários é apontada como uma lacuna significativa.

A interação entre a família, as expectativas sociais e a influência dos fatores econômicos na decisão dos jovens de abandonar os estudos é ressaltada. A importância de considerar as dimensões pessoais, sociais e profissionais no Projeto de Vida é discutida, destacando a necessidade de um alinhamento entre as aspirações individuais e as exigências do mercado do trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Maior engajamento e satisfação dos jovens na escolha de itinerários formativos.
  - O processo de envolvimento ativo das juventudes na escolha dos itinerários formativos esperamos revelar resultados expressivos em termos de engajamento e satisfação. A participação direta dos jovens na definição de seus percursos educacionais proporcionará uma maior identificação com os conteúdos e metodologias, fortalecendo o vínculo entre as aspirações individuais e as oportunidades oferecidas pela educação profissional e tecnológica (EPT).



- A co-criação dos itinerários formativos proporcionará um ambiente mais dinâmico e participativo, onde os jovens se sentirão capacitados a moldar sua própria formação. Esse engajamento ativo permitirá a contribuição para uma experiência educacional mais significativa, a qual promoverá não apenas o desenvolvimento técnico, mas também o amadurecimento pessoal e a auto descoberta.
2. Redução significativa nos índices de evasão na educação profissional e tecnológica.
    - A implementação das medidas propostas desejamos reduzir notavelmente os índices de evasão na educação profissional e tecnológica (EPT). O alinhamento mais efetivo entre os itinerários e os projetos de vida das juventudes desempenham um papel fundamental para obter um resultado positivo.
    - O maior envolvimento dos jovens na escolha de seus percursos educacionais reduzirá a sensação de desalinhamento entre suas expectativas e a oferta educacional. Isso contribuirá para a permanência mais consistente dos estudantes nos cursos técnicos, resultando, assim espera-se, em uma diminuição significativa dos casos de evasão.
  3. Promoção de uma educação mais inclusiva e democrática, considerando a diversidade de Projetos de Vida das juventudes.
    - A abordagem centrada nos projetos de vida das juventudes promoverá uma educação mais inclusiva e democrática. A consideração atenta à diversidade de aspirações, contextos culturais, sociais e econômicos resultará em itinerários formativos mais flexíveis e adaptáveis às necessidades individuais dos estudantes.
    - A participação ativa dos jovens no processo decisório não apenas proporcionará uma educação mais personalizada, mas também contribuirá para a construção de ambientes escolares mais democráticos. A valorização da diversidade de projetos de vida fortalecerá a inclusão de diferentes perspectivas e trajetórias, enriquecendo o ambiente educacional e preparando os jovens para a convivência em uma sociedade plural.

O resultados inicialmente obtidos indicam que a abordagem de alinhar itinerários formativos com os projetos de vida das juventudes é eficaz na promoção de

uma educação mais engajadora, inclusiva e com redução significativa nos índices de evasão. A participação ativa dos jovens na definição de seus percursos educacionais emerge como uma estratégia chave para fortalecer o comprometimento dos estudantes com a sua formação.

O impacto positivo observado não apenas contribuirá para o desenvolvimento individual dos jovens, mas também para a construção de uma sociedade mais igualitária e adaptável. A continuidade do monitoramento e aprimoramento constante dessas práticas são essenciais para sustentar e expandir esses resultados positivos ao longo do tempo.

Esse modelo, centrado na participação ativa das juventudes, poderá servir como referência para outras iniciativas educacionais, destacando a importância de reconhecer e valorizar as aspirações individuais dos estudantes como parte fundamental do processo educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo oferece contribuições significativas para o entendimento e enfrentamento do desafio da evasão juvenil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ao longo deste estudo, evidenciamos a importância do alinhamento entre Projetos de Vida das juventudes e os itinerários formativos como uma estratégia fundamental para promover uma educação mais conectada às aspirações individuais dos jovens.

Os resultados que esperamos obter demonstrarão que a participação dos jovens na definição de seus percursos educacionais não apenas fortalece o engajamento e a satisfação dos estudantes, mas também desempenha um papel crucial na redução significativa dos índices de evasão na EPT. A co-criação de itinerários formativos mais alinhados com os projetos de vida individuais cria um ambiente educacional mais inclusivo, democrático e adaptado às necessidades diversificadas da juventude atual.

Destacamos que a promoção dessa conexão entre Projetos de Vida e itinerários formativos não é apenas uma responsabilidade da instituição educacional, mas também demanda a colaboração ativa de educadores, gestores escolares, famílias e, principalmente, dos próprios jovens. O diálogo contínuo entre esses atores é crucial para a construção de um ambiente educacional que respeita e valoriza a diversidade de aspirações e trajetórias de vida dos estudantes.

Além disso, ressaltamos a necessidade de aprimorar constantemente as práticas educacionais, considerando a evolução das dinâmicas sociais, econômicas e tecnológicas. A flexibilidade e a adaptabilidade dos itinerários formativos

são essenciais para garantir que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estejam sempre alinhadas com as demandas e expectativas em constante evolução da juventude.

Por fim, este artigo abre espaço para reflexões sobre a necessidade de novas investigações e estudos no campo da educação, especialmente no que diz respeito à participação ativa das juventudes na construção de suas trajetórias educacionais e profissionais. O diálogo constante na práxis, aliado a uma abordagem centrada nas experiências e perspectivas dos próprios jovens, contribuirá para a construção contínua de uma educação mais significativa e transformadora.

Em síntese, acredita-se que o alinhamento entre Projeto de Vida e itinerários formativos, quando colocados em prática de maneira efetiva, não apenas enfrentarão desafio da evasão juvenil, mas também representará um passo importante em direção a uma educação mais justa, inclusiva e alinhada com as demandas e potencialidades da juventude do século XXI.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay et al. – Brasília: **UNESCO**, BID, 2002. 192 p.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Alerrandre Barros. **Internet chega a 88,1 dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ARRUDA, Danielle Zanon Marques. **Evasão escolar no ensino técnico**: a análise de políticas públicas educacionais no ensino técnico / Danielle Zanon Marques Arruda – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. E-book: 1M: E-PUB.

BARÃO, M. et al. **Atlas das Juventudes**: Evidências para a transformação das juventudes. Abril, 2021

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/areas\\_de\\_atuacao/](https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/)

[notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2022.pdf](#) . Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 934/1996. Brasília, 1996.

CUNHA, Érika; LOPES, Alice Casimiro. Base Nacional Comum Curricular: regularidade na dispersão. *Investigación Cualitativa, Urbana*, IL, USA, **International Association of Qualitative Inquiry** v. 2, p. 23- 35, 2017.

FEITOSA, Marivânia da Silva. **Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica**: reflexões e possibilidades de enfrentamento. 2020.

GRINSPUN, Mirian P. S. Z. (org.). **Educação Tecnológica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2009.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisas**, V. 41, n. 144, p. 770-89, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5Grxx-wkNdNNtTfM/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 out 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. 2022. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf> . Acesso em: 20 maio 2023.

PEREIRA, Luciana Santana. **Projeto de Vida**: construindo o sucesso no dia a dia. 1ª ed. Maringá PR: Unicesumar, 2017. 325 p.

QUIRINO. Raquel. **Projeto Juventudes**: Projetos de Vida, Motivações, Evasão e Vivências de Jovens na Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.ppget.pesquisa.cefetmg.br/projetos-da-linha-iii-processos-formativos-na-educacao-profissional-e-tecnologica/projeto-juventudes-projetos-de-vida-de-juventudes-na-eptnm/> . Acesso em: 04 maio 2023.

# A MULHER NEGRA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: ENTRE A DESIGUALDADE E A SUPEREXPLORAÇÃO<sup>1</sup>

*Emily Santos Mota<sup>2</sup>*

## RESUMO

A mulher negra, ao se relacionar com o mercado de trabalho, é atravessada por questões de gênero e raça que as colocam em situações de desigualdades, em relação aos demais grupos sócio-raciais, e superexploração. A formação da sociedade brasileira foi marcada pela escravidão, e esta foi responsável pela estruturação das relações de dominação entre brancos e negros, e entre homens e mulheres, colocando negros e mulheres na base da hierarquia social. Na atualidade, as mulheres negras se encontram como maioria entre os não ocupados, ocupando lugares de menor valor social no mercado de trabalho, com o exemplo do trabalho doméstico (remunerado e não remunerado), trabalhos por conta própria (sem direitos trabalhistas), e pequeno percentual entre empregadores, o que lhes geram menores salários. A superexploração da força de trabalho combinada ao racismo é uma ferramenta sofisticada de dominação e acaba por submeter o conjunto das trabalhadoras negras a diversos tipos de condições laborais inferiores aos demais grupos.

**Palavras-chave:** Gênero; raça; trabalho; desigualdade; superexploração.

1 Orgão de financiamento - CAPES;

2 Pós - Graduada do Curso de Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense - UFF, emilystmota@gmail.com;

## INTRODUÇÃO

A opressão de raça e gênero que o capitalismo submete a mulher, por vezes mãe, no mundo do trabalho é uma importante expressão da Questão social no Brasil. Nesse sentido, as mulheres vêm experimentando papéis sociais que mostram o quanto o espaço público e privado reforçam as desigualdades, de modo que elas estariam associadas e presas ao ambiente doméstico, enquanto os homens teriam a liberdade de trabalhar fora e vivenciar o ambiente público. Essa divisão se consolidou ainda mais no início do século XIX quando a família burguesa criou o modelo “tradicional” como aquele que é o ideal a ser seguido. As transformações socioeconômicas e a militância por parte do movimento feminista no século XX contribuíram com: a entrada da mulher no mercado de trabalho, possibilidade de divórcio, e a liberação do trabalho doméstico, que é considerado um “não trabalho”.

A relação da mulher com o trabalho não aconteceu da mesma forma para todas. Enquanto as mulheres de classe alta, majoritariamente branca, entravam no meio produtivo, a realização do “não trabalho”, que não ficou a cargo dos homens, passou a ser realizado por mulheres pretas e pardas e iniciando mais um sistema opressor intra-grupo, que amparado na cor, gerava uma diferenciação de classe, direcionando mulheres a diferentes trabalhos associados a suas identidades sócio-raciais, sendo que no caso da negra é o trabalho doméstico e os demais subalternizados com poucas garantias. Algumas reflexões mostram o quanto o racismo e o sexismo submeteram mulheres negras a altos níveis de violência e exploração, e que foram utilizados para sustentar e continuar gerando oportunidade e liberdades para a supremacia branca de classe alta.

Esse artigo busca discutir os indicadores sócio-raciais do trabalho, tomando como base as mulheres negras, identificando suas particularidades e desigualdades identitárias em relação aos demais grupos. O texto se inicia com um referencial teórico sobre a desigualdade na forma de exploração da força de trabalho, que depois se especifica sob o critério de raça e gênero, seguido dos resultados dos dados da PNAD contínua de 2019 e 2020, e considerações finais.

## METODOLOGIA

O artigo contou com uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, explorando conceitualmente, por meio da perspectiva marxista, sobre o trabalho e suas formas de exploração, adentrando na problemática da superexploração, e aprofundando a discussão dentro das condicionantes da interseccionalidade de

raça e gênero. Para compreender o retrato do mercado de trabalho pela intersecção de gênero e raça, foi utilizado o 4º trimestre da Pesquisa Nacional de Amostra à Domicílio (PNAD) dos anos de 2019 e 2020, e de lá foram retiradas algumas variáveis a serem discutidas: os rendimentos mensais, o tipo de ocupação, e o nível de escolaridade. Todos eles impactam diretamente na estrutura racial e de gênero no mercado de trabalho, e consequentemente na forma como os sujeitos se mobilizam na estrutura da pirâmide social.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### 1 A exploração e as relações de trabalho no Brasil

Para refletir sobre a exploração do trabalho, e então especificar o da mulher negra, antes é inevitável que se discuta sobre o valor da força de trabalho, e para isso Marx trouxe alguns apontamentos, e dentre eles traz dois elementos importantes.

O primeiro é que a força de trabalho só se realiza como tal trabalhando, e isso gasta uma certa quantidade de energia física e mental do ser humano, e para que seja repostado todo o gasto de energia acima do necessário (o gasto excedente), é necessário que haja o aumento da renda também [1973, t. I, p. 124] 2013, livro I, p. 245). Elevar a intensidade de energia de forma “forçada” traz como consequências a elevação do salário, ou seja, todo o desgaste acima do normal repercute, de forma indireta e implícita, no aumento do valor da força de trabalho expressa na valorização do salário. O resultado é que a média do número de horas trabalhadas e a média da intensidade do trabalho devem ser ponderadas, pois a média desses desgastes, ao ultrapassarem o nível normal, transforma o valor da força de trabalho para níveis mais elevados.

O segundo elemento introduzido por Marx foi que a média de desgaste da força de trabalho tem uma salvaguarda, pois, se o dono da força de trabalho em um determinado dia tem o poder de repetir o mesmo processo nos demais dias, ele pode fazer, contanto que haja as mesmas condições no que se refere a sua saúde e força.

Quando Marx trata da manutenção do trabalho do indivíduo como uma condição de vida normal, ele não considera a normalidade como um critério que exista dentro de uma marcação simples pela média, não importando se é a quantidade de horas trabalhadas, sua intensidade, ou o salário em si, mas sim o estabelecimento da qualidade de vida de um ser humano, uma vez que é lá, no corpo, que habita a força de trabalho. O trabalhador precisa conseguir proporcionar a si

mesmo o mínimo de condições de vida: se alimentar, dormir, comer devidamente de forma saudável e adequada (OSÓRIO, 2018).

### 1.1 *Gênero e raça: categorias interseccionais nas relações de trabalho no Brasil*

O processo de finalização da constituição pré-capitalista aconteceu por meio de pressões externas, quando a Inglaterra deu fim aos tráficos negreiros. Esse processo teve uma falsa intenção solidária de acabar com a escravidão no Brasil e América Latina como todo (CASTELO; RIBEIRO).

Embora o período da escravidão tenha chegado ao fim, e o ato de escravizar passasse a ser considerada uma prática ilegal, o velho modo de produção não finalizou por completo. A maneira coercitiva de exploração econômica/extra-econômica e política que a classe estabeleceu com o nascimento do capitalismo é uma maneira de combinação com a forma de produção anterior, que passou a ser presenciado em diversos setores da economia, e em toda a região brasileira. No campo e na cidade, tanto os escravos como os operários, coexistiam nos ambientes de trabalho, sendo oprimidos e tendo sua mão-de-obra explorada demasiadamente. Existe uma mesclagem entre escravidão e trabalho livre (que depois desencadeou no trabalho assalariado no processo de formação da classe proletária brasileira). De tal modo essa classe está enraizada socialmente na forma de exploração dos indígenas, negros escravizados e imigrantes europeus, que, posteriormente, com a organização da classe trabalhadora assalariada, tentou lutar por direitos e pelo fim do escravismo ainda presentes no capitalismo dependente (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA2019).

A Classe no modo de produção capitalista é o elemento essencial de hegemonia, entretanto, a raça não se extingue e nem mesmo coexiste como um fator secundário na dinâmica da exploração do trabalho. É complexa a lógica política que vem dessa ordem histórica. Segundo Florestan Fernandes (1988) a classe e a raça se fortalecem dentro de uma dinâmica recíproca na ordem existente, e só podem se refazer se unindo de uma forma ainda mais complexa dentro de uma sociedade totalmente nova. No capitalismo dependente, além da força de trabalho estar submetida à superexploração que movimenta as linhas gerais da lei do valor, também se submete às especificidades de suas determinações. As economias dependentes estão sustentadas sob uma estrutura racial, cuja dinâmica provoca um desgaste da força de trabalho negra, e sua reposição não se faz suficiente para restaurar a substância viva do próprio valor do trabalho, e com isso,



há o rebaixamento do valor da força de trabalho negra por estarem, a força de trabalho e as suas condições, abaixo do nível normal (LUCE, 2018).

A superexploração se manifesta a partir: do aumento da intensidade da força de trabalho; desgaste prematuro da força de trabalho; e pagamento de salários abaixo do desgaste exercido. É nessa dinâmica das relações de produção capitalista que a mão-de-obra negra se encontra em situação de vulnerabilidade (FAGUNDES, 2021).

A criação de um exército industrial de reserva, associada a níveis baixos de produção, deram a população negra poucas opções de escolhas no que se refere ao tipo de trabalho e as condições em que ele se realiza. Os ex-escravos só podiam escolher entre ocuparem o lugar de pessoas desocupadas na economia, ou aceitar trabalhos de caráter análogos à escravidão (trabalhos precários com baixa remuneração), e a quase totalidade optavam pela segunda opção. A concorrência para incorporar no mercado de trabalho era desigual: de um lado, ex-escravos sem o mínimo de preparação e políticas públicas de inclusão, vivenciando diariamente um projeto de desumanização e desvalorização moral da sua mão-de-obra, e de outro os considerados “trabalhadores nacionais”, que anteriormente não foram marcados pela escravidão, e não tiveram sua mão-de-obra com valor moralmente abaixo do especulado. (ZFLORESTAN FERNANDES, 2008).

A exploração do trabalho da mão-de-obra negra ser debatida antes da feminina não é um mero acaso. A mulher negra escravizada não existia enquanto sujeito social, era tratada como propriedade, sem direitos, cuja feminilidade não se enquadrava na qual era vangloriada entre as brancas. Ao analisar o nível de superexploração do trabalho da mulher, levando em consideração fatores como tempo de trabalho, tipo de organização familiar e rendimentos, a mão-de-obra feminina e masculina, negras, são superexploradas na mesma proporção, entretanto, o desgaste da mão-de-obra feminina é maior em função da alta sobrecarga decorrente da execução do trabalho doméstico. A desigualdade na divisão do trabalho doméstico é o principal componente que aloca mulheres para o Exército Industrial de Reserva, pois com toda a responsabilidade de cuidar da casa, dos filhos e do bem-estar do marido, muitas mulheres abrem mão do seu lugar no mercado de trabalho, ou exercem trabalhos com uma carga horária menor, que paguem menos (LOUREIRO, 2022).

Quando se coloca na mesma esquina de intersecções a raça e o gênero, a mulher negra se torna o elemento base, o sujeito cuja hierarquização a coloca na base da exploração do capital. A situação da mulher negra no que se refere à reprodução da superexploração é dada pelos salários mais baixos, pela alta concentração dessa mão-de-obra em trabalhos improdutivos, de alta invisibilidade,

e que apesar de não gerar mais-valia são trabalhos essenciais para a reprodução da vida humana, que sem eles, a classe alta e branca não conseguiria garantir a manutenção do seu lugar de privilégio, e são eles: serviço de babás, empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, dentre outros. Nessas ocupações, para evitar que se encontrem como exército industrial de reserva, as mulheres negras suportam assédio moral, violência, abandono, os piores tratamentos no Sistemas Únicos de Saúde, e as mais altas taxas de tributação em níveis proporcionais. Essa é a estruturação racista e machista que compõe a realidade capitalista (ALMEIDA, 2019; SARAIVA, 2021).

Por ser o trabalho doméstico o grande condutor da desigualdade entre homens e mulheres, esse tema foi tratado como se as experiências com o meio doméstico entre mulheres negras e brancas tivessem se consolidado dentro de um critério universal. É sócio-historicamente inviável conduzir um diálogo que corrobore com essa universalidade das experiências quando se leva em consideração a forma de atuação da mão-de-obra das mulheres escravizadas no meio doméstico, e como essa dinâmica superexplorou a mulher negra em prol da manutenção das relações de dominação de raça e gênero. As negras escravizadas eram obrigadas a cuidar de todo o trabalho doméstico da casa dos Senhores, cuidavam dos filhos dos senhores e os alimentavam (como amas de leite), eram abusadas sexualmente e eventualmente eram utilizadas como meios de iniciação sexual de jovens brancos, e ao retornar aos seus “lares” essas mesmas mulheres ainda davam conta dos seus próprios filhos, e davam suporte a seus maridos. Essa rotina gerava um alto desgaste da mão-de-obra da mulher negra, que em poucos anos se tornavam inutilizáveis (GONZALEZ, 1984; SARAIVA, 2021). A estrutura das relações de trabalho atualmente possui uma base histórica amparada na desigualdade e superexploração de gênero e raça, e mesmo não se configurando exatamente nas mesmas condições a atualidade ainda presencia as consequências dessa história.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2. A superexploração do trabalho da mulher negra: discutindo os indicadores na atualidade

Os resultados foram divididos em duas tabelas (4º trimestre de 2019 e 2020), onde ambas vão destacar a distribuição dos indivíduos em unidades percentuais nos indicadores de trabalho, levando em consideração os critérios de gênero e raça.

**Tabela 1:** Distribuição de indivíduos nos indicadores de trabalho por critério de gênero e raça em 2019 (%)

Indicadores	Referências	Mulher negra	Mulher branca	Homem negro	Homem branco
<b>Ocupado</b>	<b>Sim</b>	35,37%	42,07%	55,69%	61,64%
	<b>Não</b>	64,63%	57,93%	44,31%	38,36%
<b>Tipos de ocupações</b>	<b>Trabalhador doméstico</b>	17,44%	9,92%	1,44%	0,97%
	<b>Militar</b>	0,19%	0,19%	1,40%	1,26%
	<b>Empregado (setor privado)</b>	35,37%	40,99%	50,13%	47,04%
	<b>Empregado (setor público)</b>	17,27%	18,19%	7,79%	8,52%
	<b>Empregador</b>	1,97%	4,63%	3,44%	7,82%
	<b>Conta própria</b>	22,43%	21,36%	33,45%	32,47%
	<b>Zero</b>	4,43%	3,91%	10,84%	10,36%
	<b>1 a [0,5SM]</b>	31,33%	15,92%	23,16%	12,31%
	<b>[0,5SM]+1 a [1SM]</b>	18,20%	16,98%	21,77%	15,97%
	<b>[1SM]+1 a [2SM]</b>	22,05%	26,63%	21,33%	23,39%
<b>Renda</b>	<b>[2SM]+1 a [3SM]</b>	12,37%	16,57%	10,53%	12,52%
	<b>[3SM]+1 a [5SM]</b>	8,17%	12,31%	7,08%	11,59%
	<b>[5SM]+1 a [10SM]</b>	3,03%	6,04%	4,17%	9,22%
	<b>[10SM]+1 a [20SM]</b>	0,35%	1,42%	0,94%	3,71%
	<b>[20SM]+1 ou mais</b>	0,06%	0,24%	0,18%	0,93%

**Fonte:** 4º trimestre da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) – 2019

O primeiro indicador é o que define se na data da entrevistas os indivíduos estavam trabalhando ou não, e nele cerca de 35,37% das mulheres negras estavam trabalhando contra 64,63% que não estavam. Entre as mulheres brancas, não só a diferença entre ocupados e não ocupados é menor como também o percentual de mulheres brancas ocupadas são maiores que a das mulheres negras. Entre os homens negros, não só a distância entre ocupados e desocupados diminuiu como também o percentual de ocupados superou o de não ocupados, distribuindo-se entre 55,69% e 44,31% respectivamente. No topo da pirâmide ocupacional, o homem branco possui a distribuição quase inversa ao da mulher negra, pois o percentual chega a 61,64% entre ocupados e 38,36% de não ocupados. Esse primeiro indicador mostra que apesar da mulher de modo geral se

encontrar majoritariamente em situação de não-trabalho, a mulher negra ainda é maioria esmagadora do Exército industrial de reserva no Brasil.

Os tipos de ocupações trazem como se caracteriza o mercado de trabalho pelo critério de gênero e raça no Brasil. A mulher negra se distribui proporcionalmente para o trabalho doméstico, tanto o remunerado como o não remunerado, se comparado com os demais grupos, e entre as referências no indicador, as mulheres negras se concentram majoritariamente como empregadas do setor privado, e quase inexistem entre as empregadoras, ou seja, as mulheres negras estão estruturadas no trabalho onde foram historicamente instituídas, na base da pirâmide social, servindo outras famílias, e raramente em espaços de privilégios. A mulher branca tem uma concentração menor nos trabalhos domésticos, remunerado ou não, e essa diferença foi direcionada para empregos no setores público e privado e como empregadoras, o que coloca a mulher branca em situação de melhor lugar na hierarquia social. O homem negro também é consideravelmente menos concentrado no trabalho doméstico, entretanto sua configuração do mercado de trabalho se apresenta de forma diferente, pois essa redução no meio doméstico o levou a se concentrar no setor privado e por conta própria, e em comparação a mulher negra, eles se superam no meio militar, como empregados no setor privado e empregador, estando, o homem negro, neste último elemento abaixo da mulher branca, nesse caso fica claro que não somente o gênero explica as desigualdades e seu processo de superexploração, mas também a raça. O homem branco possui uma configuração completamente diferente da mulher negra, e comparativamente, quase inexistem no meio doméstico, superando-a em todos os outros elementos do indicador, com exceção do emprego no setor público. O trabalho como empregador supera todos os outros grupos, colocando o homem branco no topo, sendo o grupo cuja exploração do trabalho é menor.

Em relação a renda, a mulher negra se concentra entre as que recebe até meio salário mínimo (exceto nulo), e a que recebe pouco mais de um salário até dois salários mínimos, e uma boa explicação para o primeiro dado é o benefício de políticas de transferência de renda, o que faz da mulher negra a que mais recebem valor nessa faixa de renda em relação aos demais, e sendo possível perceber também que a concentração significativa desse grupo estagna na faixa dos três salários mínimos, e isso é referente aos tipos de ocupação e alto nível de não ocupação desse grupo no mercado de trabalho. A mulher branca possui uma concentração menor entre as que recebem zero de renda, se comparado a mulher negra, e suas maiores concentrações está entre as que recebem até 2 e 3 salários mínimos, entretanto, a maior concentração significativa desse grupo vai até 5 salários mínimos, superando a mulher negra. O homem negro se distribui

mais entre os que recebem até meio e 1 salário mínimo, e tem maior concentração significativa igual a mulher negra, até 3 salários, entretanto, ele se distribui de forma igualitária entre as faixas de renda, com exceção da de 20 salários ou mais. O homem branco também possui uma distribuição mais igualitária, e isso se mostrou um padrão de gênero, entretanto, seu diferencial está maior na concentração significativa até 5 salários, e uma maior proporção entre as faixas de rendas mais altas, principalmente se comparado a mulher negra.

A seguir tem-se os dados de 2020.

**Tabela 2:** Distribuição de indivíduos nos indicadores de trabalho por critério de gênero

Indicadores	Referências	Mulher negra	Mulher branca	Homem negro	Homem branco
<b>Ocupado</b>	<b>Sim</b>	28,34%	36,41%	50,84%	56,43%
	<b>Não</b>	71,66%	63,59%	49,16%	43,57%
<b>Tipos de ocupações</b>	<b>Trabalhador doméstico</b>	20,49%	8,46%	1,24%	0,79%
	<b>Militar</b>	0,00%	0,21%	1,59%	1,34%
	<b>Empregado (setor privado)</b>	44,23%	38,76%	48,75%	44,63%
	<b>Empregado (setor público)</b>	26,25%	20,28%	8,93%	9,21%
	<b>Empregador</b>	2,32%	4,35%	3,37%	7,69%
	<b>Conta própria</b>	0,15%	22,7%	33,52%	34,14%
	<b>Trabalhador doméstico não remunerado</b>	6,56%	5,68%	2,60%	2,19%
	<b>Zero</b>	7,11%	3,49%	8,6%	10,68%
	<b>1 a [0,5SM]</b>	29,49%	19,28%	26,47%	15,44%
	<b>[0,5SM]+1 a [1SM]</b>	18,76%	14,43%	21,61%	20,00%
<b>Renda</b>	<b>[1SM]+1 a [2SM]</b>	24,83%	30,21%	22,53%	21,84%
	<b>[2SM]+1 a [3SM]</b>	13,29%	15,56%	9,62%	12,33%
	<b>[3SM]+1 a [5SM]</b>	6,53%	10,15%	6,96%	9,90%
	<b>[5SM]+1 a [10SM]</b>	0,00%	5,64%	3,30%	7,38%
	<b>[10SM]+1 a [20SM]</b>	0,00%	1,01%	0,73%	2,04%
	<b>[20SM]+1 ou mais</b>	0,00%	0,23%	0,18%	0,39%

**Fonte:** 4º trimestre da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) – 2020

O primeiro indicador é o que define se na data da entrevistas os indivíduos estavam trabalhando ou não, e nele cerca de 28,34% das mulheres negras estavam trabalhando contra 71,66% que não estavam. Entre as mulheres brancas, a diferença entre ocupados e não ocupados é menor, e o percentual de mulheres brancas ocupadas são maiores que a das mulheres negras. Entre os homens negros, também a distância entre ocupados e sem ocupação diminuiu e o percentual de ocupados superou o de não ocupados, estando distribuídos entre 50,84% e 49,16% respectivamente. Entre os homens brancos o percentual chega a 56,43% entre ocupados e 43,57% de não ocupados. Esse primeiro indicador mostra o mesmo fenômeno de 2019, de tal modo que a mulher negra de forma ainda mais expressiva, ainda é maioria esmagadora do Exército industrial de reserva no Brasil.

Os tipos de ocupações trazem como se caracteriza o mercado de trabalho pelo critério de gênero e raça no Brasil. A mulher negra se distribui proporcionalmente para o trabalho doméstico, tanto o remunerado como o não remunerado, se comparado com os demais grupos, e distinguindo no próprio indicador, as mulheres negras se concentram, em sua maioria, como empregadas dos setores privado e público, e pouco participativas entre as empregadoras. A mulher branca tem uma concentração significativamente menor nos trabalhos domésticos, remunerado ou não, e tem outro diferencial importante em relação às negras, que é uma presença mínima no meio militar, e esse é um forte indicativo de uma mobilidade maior da mulher branca na pirâmide social se comparada a mulher negra. Há, inclusive uma concentração de brancas empregadas nos setores público e privado, assim, como as negras, como conta própria, e como empregadoras, o que coloca a mulher branca em situação de melhor lugar na hierarquia social. O homem negro também é consideravelmente menos concentrado no trabalho doméstico, entretanto sua configuração do mercado de trabalho se apresenta de forma diferente, pois essa redução no meio doméstico o levou a se concentrar no setor privado e por conta própria, e em comparação a mulher negra, eles se superam no meio militar, como empregados no setor privado e empregador. O homem branco, assim como em 2019, possui uma configuração completamente diferente da mulher negra, e comparativamente, quase inexistem no meio doméstico, superando-a em todos os outros elementos do indicador, com exceção do emprego no setor público, e isso mostra como a mulher negra consegue mais oportunidades no meio público, em função da hegemonia masculina e branca no empresariado brasileiro. O trabalho como empregador supera todos os outros grupos, colocando o homem branco no topo, sendo o grupo cuja exploração do trabalho é menor.

Em relação a renda, a mulher negra se concentra entre as que recebem até meio salário mínimo (exceto nulo), e a que recebe pouco mais de um salário até dois salários, assim como em 2019, e foi possível perceber também que a concentração significativa desse grupo estagna ainda na faixa dos três salários mínimos, e isso é referente aos tipos de ocupação e alto nível de não ocupação desse grupo no mercado de trabalho. A mulher branca possui uma concentração menor entre as que recebem zero de renda, se comparado a mulher negra, e sua maior concentração está entre as que recebem até 2 salários mínimos, entretanto, a maior concentração significativa desse grupo vai até 5 salários, superando a mulher negra. O homem negro se distribui mais entre os que recebem até meio salário, e tem maior concentração significativa igual a mulher negra, até 3 salários, entretanto, nesse ano a distribuição foi menos igualitária entre as faixas de renda, com exceção da de 20 salários ou mais. O homem branco manteve uma distribuição mais igualitária, entretanto, seu diferencial está maior na concentração significativa até 5 salários, e uma maior proporção entre as faixas de rendas mais altas, principalmente se comparado a mulher negra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontando anteriormente, o modelo econômico atual está ancorado numa formação estrutural com base na escravidão e como consequência a superexploração da força de trabalho da população negra. Assim, a população negra no país assumiu os piores cargos de trabalho com uma jornada ampliada e um desgaste maior da força de trabalho acarretando numa divisão racial do trabalho. Essa desigualdade de socialização do mercado de trabalho fez com que brancos e negros ocupassem posições diferentes no mercado de trabalho. Os brancos estão incumbidos dos melhores cargos com maiores remuneração, e os negros com condições de trabalho análogas a escravidão.

Nessa complexa formação social, a mulher negra inicialmente invisibilizada, uma vez que não era considerada um sujeito social e vista como mera mercadoria. E posteriormente, passa a assumir o topo da superexploração do trabalho em relação ao desgaste da mão-de-obra, pois acumulam o trabalho produtivo com o trabalho doméstico. Assim a mulher negra está na base da exploração do capital, pois no cruzamento das intersecções são oprimidas tanto pelo gênero quanto pela raça. Assim, sendo superexploradas recebem os salários mais baixos e estão concentradas nos trabalhos improdutivos, invisíveis, de reprodução da vida. Nesses postos, ainda estão submetidas ao mais diversos tipos de violências sejam simbólicas, psicológicas e/ou físicas.

Na estrutura da pirâmide social as mulheres negras ocupam os cargos com menores remunerações e com funções mais desgastantes. Além disso, são as que se encontram em maior proporção fora do mercado de trabalho comparando as mulheres e homens brancos. O que reforça a assertiva que a mulher negra compõe substancialmente o exército industrial de reserva. Em relação aos tipos de ocupações as mulheres negras estão concentradas no trabalho doméstico em sua maioria no setor privado sendo raras entre as empregadoras, ou seja, realizando o trabalho de cuidados de outras famílias para que as mulheres brancas pudessem assumir trabalhos remunerados. Em relação à renda, a mulher negra também se encontra entre as que recebem menor remuneração, seja pelo fato de serem as beneficiadas de programas de transferência de renda do governo federal, ou pelo fato de ocuparem os cargos de trabalhos com menor valor social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ÁVILA, M. B; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Dossiê Psicologia & Sociedade**, Recife, n. 32, 2020.

CASTELO, R.; RIBEIRO, V.; ROCAMORA, G. Dependent capitalism and the origins of the “social question” in Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 137, p. 15-34, abr. 2020.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 1. p. 36-49.

LOUREIRO, E. Z. As mulheres entre o exército de reserva e a superexploração da força de trabalho: o estado da bahia nas primeiras décadas do século XXI. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 436-465, abr. 2022.

LUCE, M. S.. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018



MARX, K. **O Capital - Livro I - Crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital - Livro II - O processo de circulação do capital.** Tradução: Rubens Enderle. Ao Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, J. Sobre **Superexploração e capitalismo dependente.** Caderno CRH, v. 31, p. 483-500, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ccrh/a/k4bFtvb59dcscp75pkNZRxn/?lang=pt>>.

SARAIVA, C. G. **A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente:** uma crítica à luz da teoria da reprodução social. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

# OS ATRAVESSAMENTOS PESSOAIS DE POLICIAIS CIVIS NOS ATENDIMENTOS EM DEAMS<sup>1</sup>

*Kellen Raissa dos Santos<sup>2</sup>*  
*Tatiana Machiavelli Carmo Souza<sup>3</sup>*

## RESUMO

A Lei nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, mesmo após 17 anos, ainda encontra obstáculos diversos em sua implementação, principalmente em relação à atuação de profissionais envolvidos. Este estudo teve como objetivo analisar como a literatura científica recente tem descrito as percepções de policiais civis sobre seu trabalho em Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs). Foi realizada uma revisão narrativa nas bases de dados/bibliotecas SciELO, BVS, PsycInfo, Web of Science, LILACS, PubMed, Redalyc, Embase, CINAHL, Portal Capes e Scopus com combinações distintas entre os termos “Polícia\$”; “Violência contra a Mulher”; “Violência Doméstica”; “Violência de Gênero”; “Violência por Parceiro Íntimo”; e “Política\$ Pública\$”. Foram selecionados 8 artigos que versam, por meio de entrevistas e/ou etnografias, sobre o assunto e que atendiam aos critérios adotados. A partir da Análise Temática Reflexiva surgiram temas que retratavam os desafios do atravessamento dos pontos de vista pessoais dos policiais no atendimento, o que influencia no reconhecimento das vítimas e, como tal, o impacto negativo cruzado que esse descompasso de perspectivas produz. Sob os olhares da Psicologia Social e epistemologias feministas, foi possível observar o desencontro gigantesco entre a prática laboral da Polícia Civil e o que a própria lei estabelece como necessário no atendimento para casos de Violência Contra a Mulher e/ou Violência de Gênero.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero; Violência Doméstica; Polícia; Violência contra as Mulheres; Políticas Públicas.

1 Pesquisa em andamento, órgão financiador: FAPEMIG.

2 Mestranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, [kellenraissa.psicologa@gmail.com](mailto:kellenraissa.psicologa@gmail.com);

3 Professora orientadora: pós-doutora, Universidade Federal Catalão - UFCAT, [tatimachiavelli@yahoo.com.br](mailto:tatimachiavelli@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

Secularmente a tradição misógina que calca a noção patriarcal da organização do poder, (e que se desdobra da/na patrilinearidade) percorre os espaços sociais como o Cristianismo reforçando um maniqueísmo onde as mulheres carregam o pecado do mundo (Connell, 2015; Lugones, 2019). Entretanto, no século XVIII, com o Iluminismo, que valorizava a razão, legitimou a divisão do trabalho segundo o gênero com base biológica. Essa abordagem adiciona a dimensão da “razão” ao arcabouço “natural” associado a esse homem/referência, contribuindo também para a devida manutenção da exploração das mulheres (Connell, 2015).

Com o tempo sugeriram produções como a de Margaret Mead que acusava um papel importante do aprendizado cultural na formação de valores e comportamentos de homens e mulheres. Logo em seguida, “gênero” aparece nas produções como uma tentativa de rejeitar “sexo”, na busca de trazer ao primeiro plano uma noção relacional, social. À medida que toma espaço enquanto um objeto de pesquisa, vai tornando-se uma indicação de construções sociais, papéis atribuídos a homens e mulheres, oscilando entre estudos sobre patriarcado, identidade de gênero e críticas feministas (Scott, 2019; Connel, 2015). Assim, foi paulatinamente elaborada (principalmente por mulheres) a ideia de que não existe a relação fixa entre sexo biológico e características de gênero, e que, portanto, a diferença estava na função social e não em uma ordem natural, popularizando o conceito de “papéis sexuais” (Connell, 2015).

Um dos frutos da socialização da desigualdade e hierarquização de gênero, a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (VDCM), é um problema de segurança e saúde pública e de origem androcêntrica: sempre foi vivenciada e silenciada na vida privada. Ela mostra-se como fenômeno transgeracional e amplamente difundido, porém com recortes de agravamentos ao cruzar com fatores de risco social como raça/cor, educação formal, marginalização, consumo de drogas e pobreza (Amarijo et al, 2020). Isso sem mencionar outros recortes como identidade de gênero, orientação sexual e diversidade funcional.

Para tanto a Lei nº 11.340 de 2006, também chamada como Lei Maria da Penha (LMP), surge como resposta para criar “mecanismos para coibir a Violência Doméstica e familiar Contra a Mulher”, preconizando medidas interdisciplinares mais capacitadas, sensíveis, rápidas, especializadas e educativas sobre o assunto. Assim, passa a ser considerada a mais difundida ferramenta legal para o enfrentamento dessa violência no Brasil, ao estabelecer um horizonte ideal, uma rede de combate à violência para assegurar os direitos sociais das mulheres (Lei nº 11.340, 2006).

O texto da LMP teve significativa contribuição de um consórcio de movimentos feministas. Em seu texto a Lei estabelece a VDCM como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Também, define seus âmbitos de relações, de abrangência e cinco formas de VDCM. Seu texto inclusive determina sobre o atendimento pela autoridade policial, estabelecendo “prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)” e o “atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados” (Lei nº 11.340, 2006).

No caso específico das DEAMs, a própria Norma Técnica de Padronização preconiza que policiais devem ser capacitados em violência de gênero e VDCM para a oferta de um atendimento em um momento delicado, com particularidades que demandam um serviço que vise a garantia de direitos básicos como a proteção, o cuidado e a não revitimização. Desse modo, uma vez que crimes ou contravenções penais cometidas contra as mulheres devem ser atribuição de tais unidades, pelo menos no papel, o atendimento não é restrito somente às vítimas de VDCM, mas também vítimas de violência de gênero (Ministério da Justiça, 2010).

Além disso, é relevante destacar que instituições policiais são calcadas em hierarquia e disciplina, compostas majoritariamente por homens e permeadas por fortes padrões de virilidade. Isso equivale a um ambiente que naturalmente preza pela subordinação, dominação e obediência, especialmente do feminino, onde a violência simbólica (manifestação do poder simbólico, onde a enunciação carrega legitimidade e é reconhecida e naturalizada na relação) e institucional se materializa na rotina de trabalho (Oliveira, Lima & Arana, 2018).

Pensando que as DEAMs fazem parte desse ambiente policial, que é rígido em crenças, e centrado na punição, mas que ao mesmo tempo obedecem (ou tentam obedecer) as diretrizes da LMP prezando por um processo cuidadoso, o que parece quase o oposto da visão da instituição policial, este estudo teve como objetivo analisar como a literatura científica recente tem descrito as percepções de policiais civis sobre seu trabalho em Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, bibliográfica e exploratória, utilizando a revisão narrativa (Ferrari, 2015). A busca na literatura teve início com a utilização dos descritores “polícia” AND “violência doméstica” OR “violência de

gênero” OR “violência contra a mulher” AND “política pública”, seus respectivos derivados, com incluindo diversas combinações e palavras-chaves usadas em outras produções da temática. As bases consultadas foram SciELO, BVS, PsycInfo, Web of Science, LILACS, PubMed, Redalyc, Embase, CINAHL, Portal Capes, Scopus, durante o período de abril a dezembro de 2022.

Buscou-se estudos realizados no Brasil, publicados a partir de 2018, em espanhol ou inglês, com disponibilidade integral, gratuita e online. A seleção dos artigos seguiu com a leitura por título, resumo e integral, com a exclusão de estudos que não tratavam da interseção entre assistência às demandas de VCM, VG, VDCM e as percepções dos profissionais da Polícia Civil em DEAMs.

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio da Análise Temática Reflexiva proposta por Braun e Clarke (2019). Ela compreende as seguintes fases: 1) familiarização com os dados; 2) geração de códigos iniciais; 3) busca de temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomeação de temas; e 6) produção do relatório. A escolha se justifica na proposta das autoras de que nela preza-se uma abordagem analítica, imersiva, fluída e mais significativa dos dados envolvidos no problema de pesquisa, por meio da identificação de padrões e núcleos de sentido.

A leitura desse material foi guiada pelos referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Social e de epistemologias feministas. Esta escolha ocorreu em função das implicações políticas e científicas desses movimentos, que tem estimulado uma série de engajamentos para uma produção de conhecimento diversa, emancipadora, posicionada e, comprometida, que evidencie as relações de poder que geram saberes ensimesmados (Muniz, 2015).

A nomenclatura de “mulheres” aqui usada se calca pela emergência de conceitos e categorias que promovam deslocamentos teóricos e práticos, como a percepção de que a reunião sobre o título único “mulher” essencializante somente faz sentido na epistemologia tradicional. A intenção é buscar novas compreensões, incorporar experiências plurais, que não sejam particularistas. Ou seja, que sejam identitárias, mas não fechadas em si mesmas e não reproduzam a visão eurocêntrica, racista, sexista, generalista, burguesa e, portanto, nada neutra da ciência positivista por mais que assim se proclame (Muniz, 2015; Saffioti, 1999).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados oito artigos que atendiam aos critérios estabelecidos. A seguir será apresentado o número pelo qual o artigo, será identificado ao longo do texto; título do trabalho selecionado; autoras e autores; ano de publicação; e periódico, respectivamente.

**Tabela 1** - Artigos selecionados no levantamento bibliográfico

Nº	Título	Autoria	Ano	Periódico
I	De conflitos e negociações: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher	Frugoli, Rosa; Miskolci, Richard; Signorelli, Marco Claudio; & Pereira, Pedro Paulo Gomes	2019	Saúde e Sociedade
II	Dificuldades no atendimento acerca da violência contra a mulher, em Gurupi- TO	Petrilli, Laslei Aparecida Teles; & Iwamoto, Helga Midori	2019	Barbaroi
III	Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência?	Silva, Juliana Guimarães; Branco, July Grassiely de Oliveira; Vieira, Luiza Jane Eyre de Souza; Brilhante, Aline Veras Moraes; & Silva, Raimunda Magalhães	2019	Saúde e Sociedade
IV	Entre o doméstico, o familiar e o gênero: os “Jogos de Armar no fazer policial como mecanismos para enquadrar narrativas femininas em crimes de violência previstos na Lei Maria da Penha	Andrade, Fabiana	2021	Iberoamericana
V	The Act of Listening to “Battered” Women: An Ethnographic Comparison of Police and Emergency Responses in São Paulo, Brazil	Lorenzo, Rocío Alonso; & Lins, Beatriz Accioly	2018	Latin American Research Review
VI	Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas	Souza, Tatiana Machiavelli Carmo; Santana, Flávia Resende Moura; & Martins, Thais Ferreira.	2018	Pesquisas e Práticas Psicossociais
VII	Violência de gênero e a atuação da delegacia da mulher na Amazônia Paraense	Neves, Luciana. Carvalho; Oliveira, Marcelo Vale; & Vieira, Norma Costa	2019	Revista Ártemis
VIII	Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano	Souza, Tatiana Machiavelli Carmo; & Martins, Thaís Ferreira	2021	Fractal: Revista de Psicologia

Foram levantados três temas que versam acerca da dinâmica diretamente implicada nos atendimentos nas DEAMs: A “vítima de verdade”; O “fazer policial”; e “Jogo de Armar”. O primeiro sobre as complexidades no atendimento policial à mulheres vítimas de violência, o segundo sobre a prática policial na abordagem da violência doméstica e o terceiro sobre a distância entre a expectativa e realidade da aplicação da LMP.

### **A “vítima de verdade”**

O artigo I solidifica a noção de que existem vítimas e “vítimas de verdade”, referindo-se às mulheres em situação de agravamento da violência, ou seja, aquelas que enfrentavam ou enfrentaram situações de ameaça de morte. Isso

está relacionado à visão identificada no estudo de que a clareza na evidência da violência fortalece a necessidade ou o medo para dar continuidade aos trâmites legais, especialmente quando a morte ou o risco iminente dela é uma realidade. Ao mesmo tempo, mulheres consideradas vítimas sem agravos são negligenciadas, sendo reconhecidas apenas como “vítimas de verdade” quando avançavam com o processo.

Por um lado, o artigo V explica que as queixas das mulheres não só são subestimadas, como estas podem ser consideradas mentirosas ou “reclamonas”. O estudo VIII expõe ainda que os policiais trazem como concreto mulheres que provocam homens, com a intenção de que eles as agridam para que elas possam realizar o registro de Boletim de Ocorrência (B.O.). Também é apontado no estudo I, a concepção de que algumas mulheres utilizam a justiça como uma forma de assustar os agressores (e apenas ter um documento para levar para casa) ou ainda de desabafar, mas não os responsabilizar, como é claro no relato:

Nós sabemos que muitas pessoas dizem que somos frios e tratamos as mulheres como se estivessem mentindo, que não lhes damos assistência humanizada. Mas a questão é que somos policiais, não psicólogos! Estamos interessados apenas nos fatos, não em lamentações (Lorenzo; Lins, 2018, p. 104).

Por outro lado, ao hierarquizar o tipo de violência física como o ápice (como o estudo VIII aponta) tem-se implicações muito palpáveis no atendimento: essas mulheres passavam a serem vistas não só como vulneráveis e foco de proteção, mas também passivas, menos autônomas. Cenário esse que inclusive gera discussões feministas sobre a troca de “vítima de violência” por “mulheres em situação de violência”. Além disso, essa visão de “incapacidade de resistir” das mulheres reflete claramente uma dificuldade em compreender as dimensões morais e/ou psicológicas das violências sofridas por elas e que geram indignação, ressentimento, angústia, sofrimento, tristeza e culpa (Lorenzo; Lins, 2018; Neves; Oliveira; Vieira, 2019; Souza; Martins, 2021).

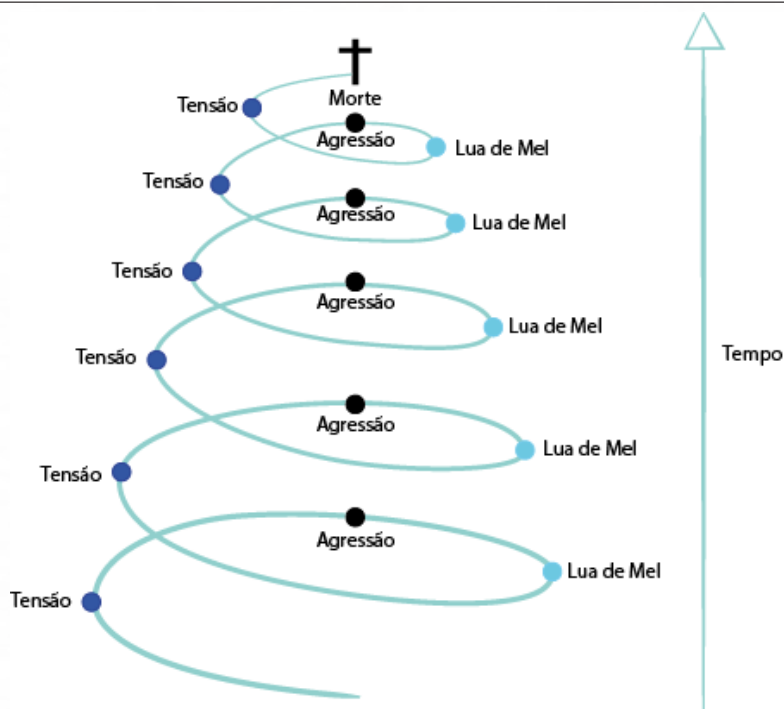
A valoração diferente segundo a violência sofrida e rotulação de “vítima de verdade”, na prática gerava ainda mais medidas protetivas para as vítimas e outras providências mais rígidas (Lorenzo; Lins, 2018). É importante considerar que talvez essa concepção de gravidade esteja intimamente ligada às informações disponíveis no momento da elaboração do B.O.. Isso porque uma vez que é apontada a escassez de acolhimento, falta de treinamento e inexistência de privacidade, é provável que isso implique no não aprofundamento da denúncia de

violência, o que pode gerar uma “classificação errônea” (Frugoli; Miskolci; Signorell; Pereira, 2019).

Considerando que frequentemente uma mulher não consegue se desvincular da relação com um homem violento sem intermédio de terceiros, a atividade policial como porta de entrada da Justiça tem papel essencial. Entretanto, depender da sensibilidade pessoal do profissional para identificar a violência de gênero devidamente, mesmo sem treinamento, para que ele possa interferir e quebrar o Ciclo de Violência se torna uma expectativa muito aquém das possibilidades da realidade (Saffioti, 2015).

Sabe-se que o Ciclo da Violência é um fenômeno frequentemente experimentado nos casos de Violência Doméstica envolvendo um casal. Ele é um padrão de comportamentos que tendem a se repetir cada vez mais, em intervalos menores e com maior intensidade, assim como mostra a figura 1. Na primeira fase existe uma escalada da Tensão, com hostilidade por parte dos homens perpetradores da violência, mas ainda sem explosões, o que dá a sensação às mulheres de que é algo apto a ser manejado. Na segunda, existe o alívio da tensão masculina por meio da Agressão física ou verbal. Por se tratar de ciclos, muitas vezes as mulheres aprendem a prever e se precaver para minimizar os danos, também é nessa fase que a polícia tem mais chance de ser envolvida.

**Figura 1.** Representação das fases do Ciclo da Violência de Walker. Adaptada de Grupo ND (n. .d.), in <https://ndmais.com.br/seguranca/policia/depoimento-de-uma-sobrevivente-entenda-o-ciclo-da-violencia-domestica>





Na terceira fase, os homens usualmente são atenciosos com as mulheres, demonstram remorso, oferecem presentes e promessas, fazendo com que elas restaurem a esperança pelo momento agradável e por isso é chamada de Lua de Mel (Walker, 2009). Essa escalada de violências, entre outros, tem efeitos na autoestima das mulheres e tem grande relação com a depressão, ansiedade, transtorno pós-traumático. Adicionalmente existe um perigoso potencial transgeracional ao não oferecer repertórios saudáveis de relacionamento (Walker, 2009).

Entretanto em uma parcela significativa, e preocupante, a perpetuação do Ciclo de Violência culmina de fato, na morte das mulheres, reforçando a importância de se “meter a colher”. Papel esse que muitas vezes somente a Polícia Civil e seu “fazer policial” pode desempenhar.

### *O “fazer policial”*

O estudo IV explora a metáfora do “Jogo de Armar” para descrever a forma como policiais abordam e interpretam casos de violência doméstica. Nesse jogo, o cenário doméstico esconde os entrelaçamentos do casal como personagens e passa a ser necessário uma mobilização para explorar as possibilidades. Mobilização esta que perpassa vítimas, autores, policiais, legislação, violências e naturalmente suas narrativas, condutas e princípios.

Isso implica em também existir percepções prévias dos policiais do que é “gênero”, “doméstico” e “familiar”. É na justaposição entre elas que surge uma concepção particular da violência e destina certas peças ou não a certos destinos. Isso acontece principalmente na relação estabelecida entre gênero como reforçador da relação heterossexual como a “normal”.

O estudo IV ilustra por exemplo que naquela unidade, aquém do previsto na LMP, crimes sexuais cometidos por parceiros, frequentemente não figuravam como centrais nas queixas, reforçando o caráter idiossincrático da construção do B.O. pelos policiais.

Esse jogo, que envolve a manipulação de elementos tão complexos, revela a subjetividade e a interpretação dos policiais na construção da narrativa nos casos atendidos. Estar em campo e ao mesmo tempo historicizando segundo fontes da própria experiência, perspectivas legais e morais, tem interferência direta na interlocutora. Sendo assim, a “verdade” passa a ser não só construída, como negociada nos casos de Violência Doméstica. Isso porque qualquer detalhe na narrativa registrada nos documentos produzidos por esses policiais poderia ter impactos, seja para o autor, seja para a vítima (Andrade, 2021).

Não é surpresa que policiais apontem desafios emocionais ao lidar com o tema, uma vez que, ao não receberem treinamentos e capacitações para tal manejo, são invocados recursos pessoais ao invés de recursos técnicos para dar contorno à experiência (Andrade, 2021; Frugoli; *et al.*, 2019; Petrilli; Iwamoto, 2019; Souza; Martins, 2021). O artigo VIII ilustra essa realidade: “muitas vezes, a violência sofrida pelas mulheres nos atinge psicologicamente e a gente vai embora com aquele clima pesado” (Souza; Martins, 2021, p. 25). Ademais, o estudo I acrescenta que além de desgastante, o trabalho não conta com recursos básicos ou suficientes para os atendimentos, situação também apontada por todos os artigos da revisão.

Da mesma forma, considerando o caráter machista da sociedade em que estamos inseridos, infelizmente é esperado que, por mais que exista uma expertise profissional, ao invocar princípios abstratos, há a reprodução de valores patriarcais nas falas das policiais (Andrade, 2021; Lorenzo; Lins, 2018; Souza; Santana; Martins, 2018; Souza; Martins, 2021). Os estudos VI, VI, VIII mostram que os discursos policiais reforçam estereótipos de gênero.

É pensando nesse horizonte onde as fronteiras são porosas e que, no geral, as formações não abarcam questões de gênero, que a própria LMP prevê capacitações para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica (Brasil, 2006; Saffioti, 2015). Na mesma direção os artigos II e VII ressaltam a importância de compartilhamento de práticas e aprimoramento da rede.

Outro agravante a ser cuidado se trata da percepção de se tratar de um trabalho as vezes visto como perdido, uma vez que tem grande reincidência e pouca resolutividade (Andrade, 2021; Frugoli; *et al.*, 2019; Petrilli; Iwamoto, 2019; Silva *et al.*, 2019; Souza; Martins, 2021). Como resultado, os estudos I, II, III, IV, VII e VIII ressaltam a importância da Norma Técnica de Padronização das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) e/ou a necessidade de criação de operacionalização no atendimento nessas unidades, evitando assim o uso de categorias próprias de violência doméstica.

### “Jogo de Armar”

Por último, o encaixe específico que os policiais escolhem para elaborar o texto legal se baseia majoritariamente em visibilizar as queixas e seus elementos, ou seja, a burocracia de tipificar a violência. O “jogo de armar” se destina ao encaixe mais específico das peças às regras do sistema legal (Andrade, 2021). Além disso se relaciona com a devida transmissão dos direitos das mulheres, do funcionamento jurídico e de assistência, o que infere diretamente na eficiência do

atendimento (Lorenzo; Lins, 2018; Petrilli; Iwamoto, 2019; Souza; Santana; Martins, 2018).

O artigo V, por exemplo, levanta o relato de mulheres que vão denunciar ameaças de um parceiro que possui arma em casa, mas reconstróem a história para evitar comprometê-lo. Também é reconhecido como presente a vergonha, dependência financeira, baixa autoestima, pressão externa, preconceito, além de questões sociais e culturais, como a transgeracionalidade da violência (Neves; Oliveira; Vieira, 2019; Petrilli; Iwamoto, 2019; Souza; Santana; Martins, 2018). Entretanto, um fator que perpassa muitos atendimentos e que é explicitado nos estudos I e V é o conflito de expectativas e interpretações.

Se de um lado o policial está obstinado à concatenação de eventos que faça sentido ao sistema judiciário, do outro as mulheres em situação de violência esperam uma intervenção efetiva do Estado. Ainda que exista a esperança de melhora do autor da violência, elas deveriam encontrar ali informações sobre seus direitos, auxiliando uma compreensão da situação a partir de uma perspectiva legal. O que se justifica dado que historicamente o país tem ensinado às mulheres que violência contra mulheres pode ser normal ou até merecida, como na antiga lei de direito à “defesa da honra” ou na interpretação de lesão corporal e ameaça como crimes de menor potencial ofensivo (Lorenzo; Lins, 2018).

Frequentemente, mulheres não recebem o atendimento adequado ou até são negligenciadas, causando frustração e reforçando a descrença no trabalho policial e consequentemente na responsabilização adequada do autor, atribuindo descrédito às delegacias (Frugoli; *et al.*, 2019; Souza; Martins, 2021; Souza; Santana; Martins, 2018). Como aponta o estudo III, não faz sentido prosseguir com situações que reproduzem as mesmas hierarquias e conflitos já encontrados em relações próximas, então muitas mulheres optam por não prosseguir com o processo legal. Essa decisão alimenta o sentimento dos policiais de impotência frente a um contexto que parece ser incontrolável.

Assim, fecha-se um ciclo de desconfiança da polícia nas mulheres que podem retirar a queixa e transformar o trabalho em “perda de tempo”, das mulheres na polícia que parecem não se interessar o suficiente em sua história. Ao final o que se tem é um grupo em situação de violência que precisa ser visto como pessoa, dependendo da sensibilidade de outro grupo que aprendeu (inclusive na prática da própria instituição) a priorizar a violência à pessoa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que existe um abandono sistematizado de políticas públicas de garantia de direitos de alguns grupos há muitos anos no Brasil, entretanto, ainda existem esforços que resistem. Nesse cenário, as DEAMs tem enorme potencial de mudar a realidade de muitas mulheres, mas a revisão aponta para desafios internos que devem ser superados para a devida efetivação do atendimento preconizado na LMP. Apesar de os últimos anos contarem com avanços louváveis, ainda existe um longo caminho de conscientização, capacitações técnicas e padronizações a ser percorrido. Além disso é notável a necessidade de medidas organizacionais de fortalecimento dos trabalhadores dessas unidades.

Os artigos apontam que políticas que invistam em saúde mental, apoio integral, tem o potencial de promover não só o bem-estar desses profissionais, mas também de, como consequência, assegurar os direitos da população atendida. Eles também indicam a necessidade de equipar as DEAMs com equipes e infraestrutura suficientes. Ademais são necessários outros estudos, mais aprofundados e que possam fazer outros recortes, como de gênero, identidade, etnia, etc.

Esses estudos enriquecem a oferta de um serviço especializado, suprimindo a lacuna brasileira de sensibilização à violência contra as mulheres. Aliados ainda à treinamentos adequados, podem combater a herarquização da violência, subestimação das queixas e converter um processo que ainda parece meramente burocracia necessária à instituição, em uma mobilização que faça jus à LMP e à Norma Técnica de Padronização das Delegacias de Atendimento à Mulher.

## REFERÊNCIAS

AMARIJO, C. L.; FIGUEIRA, A. B.; RAMOS, A. M.; MINASI, A. S. A. Relações de poder nas situações de violência doméstica contra a mulher: tendência dos estudos. **Revista Cuidarte**, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.1052> Acesso em 02 out. 2023

ANDRADE, F. Entre o doméstico, o familiar e o gênero: Os “Jogos de Armar” no fazer policial como mecanismos para enquadrar narrativas femininas em crimes de violência previstos na Lei Maria da Penha. **Iberoamericana**, v. 21, n. 76, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18441/ibam.21.2021.76.51-71> Acesso em 02 out. 2023

BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806> Acesso em 02 out. 2023

CONNELL, R.; PEARSE, R. Teóricas, teóricos e teorias do gênero. In **Gênero: Uma Perspectiva Global** (3 ed.). Nversos, p. 119-152, 2015.

FERRARI, R. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, v. 24, n. 4, p. 230-235, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/2047480615Z.000000000329> Acesso em 02 out. 2023

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo, p. 25-46, 2019.

FRUGOLI, R.; MISKOLCI, R.; SIGNORELLI, M. C.; PEREIRA, P. P. G. De conflitos e negociações: Uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. **Saúde & Sociedade**, v. 28, n. 2, 2019, p. 201-214. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170842> Acesso em 02 out. 2023

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (7 de agosto). **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm) Acesso em 02 out. 2023

LORENZO, R. A.; LINS, B. A. The act of listening to “battered” women: An ethnographic comparison of police and emergency responses in São Paulo, Brazil. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 96-110, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25222/larr.348> Acesso em 02 out. 2023

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: Conceitos Fundamentais**. Bazar do Tempo, p. 357-377, 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres.** Brasília, Brasil: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/MJ-2010-Norma-Tecnica-Padronizacao-DEAMs.pdf> Acesso em 02 out. 2023

MUNIZ, D. C. G.; Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. **OPIS**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015. DOI: 10.5216/o.v15i2.34189. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/34189> Acesso em: 12 nov. 2023.

NEVES, L. C.; OLIVEIRA, M. V.; VIEIRA, N. C. Violência de gênero e a atuação da delegacia da mulher na Amazônia Paraense. **Revista Ártemis**, v. 28, n. 1, p. 227-242, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.42448> Acesso em 02 out. 2023

OLIVEIRA, R. C.; LIMA, J. C. P.; ARANA, A. M. F. R. Da criação das DEAMs à Lei Maria da Penha: uma reflexão sobre a questão da violência contra as mulheres. **Revista Ártemis**, v. 24, n. 1, p. 201-213, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2017v24n1.35821> Acesso em 02 out. 2023

PETRILLI, L. A. T.; IWAMOTO, H. M. Dificuldades no atendimento acerca da violência contra a mulher, em Gurupi- TO. **Barbarói**, n. 55, p. 171-194, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.12938> Acesso em 02 out. 2023

SAFFIOTI, H. I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu, Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX**, v. 12, p. 157-163, 1999. Disponível em: [https://ieq.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1999\(12\)/Saffioti.pdf](https://ieq.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1999(12)/Saffioti.pdf) Acesso em 02 out. 2023

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência** (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Expressão Popular, 2015. Disponível em: [http://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero\\_web.pdf](http://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf) Acesso em 02 out. 2023

SCOTT, W. J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo, p. 49-82, 2019.

SILVA, J. G.; BRANCO, J. G. O.; VIEIRA, L. J. E. S.; BRILHANTE, A. V. M.; SILVA, R. M. Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: O que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência? **Saúde & Sociedade**, v. 28, p. 187-200, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180309> Acesso em 02 out. 2023

SOUZA, T. M. C.; MARTINS, T. F. Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 33, n. 1, p. 21-30, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5776> Acesso em 02 out. 2023

SOUZA, T. M. C.; SANTANA, F. R. M.; MARTINS, T. F. Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 1-13, 2018. Disponível em: [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/3150](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3150) Acesso em 02 out. 2023

WALKER, L. E. A. **The battered woman syndrome** (4ª ed.). New York: Springer Publishing Company, 2016. Disponível em: <https://dl.icdst.org/pdfs/files3/54b12836483cc27d01a2ec3f33679b35.pdf> Acesso em 02 out. 2023

# MULHERES NO COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DO SISTEMA PRISIONAL DE MINAS GERAIS

*Juliana de Ávila Ferreira<sup>1</sup>*

*Raquel Quirino<sup>2</sup>*

*Roberto de Deus Lopes<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever experiências das primeiras mulheres a integrarem o Comando de Operações Especiais do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais no ano de 2003. Descreve-se o perfil das Policiais Penais, suas motivações à época do ingresso, bem como visa compreender a Divisão Sexual do Trabalho nesse grupamento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizou de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Os resultados evidenciam que, não obstante, elas estejam rompendo padrões e transpondo barreiras, o sistema prisional ainda reserva pouco espaço para as mulheres em funções operacionais, fortemente associadas às figuras masculinas, e muito ainda há que se avançar na busca pela equidade de gênero nesse seguimento policial.

**Palavras-chave:** Policiais Penais, Mulheres Policiais, Trabalho, Sistema Prisional, Minas Gerais.

---

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, [juavilaferreira.adm@gmail.com](mailto:juavilaferreira.adm@gmail.com);

2 Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela UFMG. Mestrado em Educação Tecnológica. Professora do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes e do Programa em Pós-Graduação em Educação Tecnológica. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional - FORQUAP no CEFET-MG, [quirinoraquel@hotmail.com](mailto:quirinoraquel@hotmail.com);

3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, [lopesiem@gmail.com](mailto:lopesiem@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a presença feminina no Comando de Operações Especiais (COPE) do Sistema Prisional de Minas Gerais, analisando os desafios enfrentados por mulheres nesse contexto específico. A pesquisa teórico empírica baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando de análise documental e entrevistas semiestruturadas para capturar as experiências e percepções das mulheres no COPE.

A trajetória histórica do policial penal no Brasil é contextualizada desde o surgimento da pena de privação de liberdade no século XVIII até a transformação dos agentes penitenciários em policiais penais em 2019. Já a divisão sexual do trabalho é explorada como uma lente teórica para compreender as desigualdades de gênero no ambiente prisional, destacando os obstáculos enfrentados pelas mulheres ao buscarem espaço em uma estrutura historicamente dominada por homens.

O COPE, especializado em operações de alto risco e complexidade, representa uma peça fundamental no sistema prisional mineiro. A análise histórica revela sua evolução ao longo de duas décadas, influenciando as dinâmicas de segurança no sistema. A resolução de 2022 expandiu suas responsabilidades, destacando seu papel crucial em eventos de alto risco, incluindo o patrulhamento aéreo com drones.

A inserção das mulheres no COPE é marcada por desafios distintos. A cultura institucional, fortemente influenciada pelo viés masculino, resulta em relatos de discriminação e assédio sexual. A pesquisa destaca estereótipos de gênero que impactam negativamente a experiência das mulheres no ambiente de trabalho. A análise dos processos seletivos do COPE levanta questões sobre a equidade de oportunidades e a efetividade das medidas destinadas a promover a diversidade de gênero.

Sobre a divisão sexual do trabalho no COPE se manifesta na resistência à plena integração das mulheres. A segregação horizontal e vertical, juntamente com o “teto de vidro” que impede o avanço das mulheres a posições de liderança, são evidências dessa resistência. Estereótipos de gênero influenciam a divisão de tarefas e responsabilidades, afetando as oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional das mulheres.

Em suma, este artigo contribui para o entendimento das dinâmicas de gênero no COPE, destacando a importância de superar desafios para promover uma maior equidade e inclusão das mulheres nesse contexto específico das forças de segurança, visando construir um ambiente profissional mais diversificado e igualitário.

O COPE foi criado em maio de 2003, com o objetivo de realizar escoltas externas de presos que até o momento era realizado pela Polícia Militar de Minas Gerais. À época foram selecionados agentes penitenciários efetivos (atuais policiais penais) para serem qualificados pela PM para realização de tal atividade.

Foram formados 39 agentes penitenciários na primeira turma - 35 homens e 4 mulheres, das quais três foram entrevistadas. De 2003-2023 foram formadas sete turmas - 282 formandos, sendo apenas 14 mulheres (4,96%). Destas apenas quatro mulheres estão em atividade no COPE (as demais aposentaram ou pediram remoção).

Atualmente o sistema prisional do estado de Minas Gerais conta com 172 unidades prisionais, cerca de 60 mil presos (em celas físicas), 16.072 policiais penais (SEJUSP, 2023) O COPE realiza apenas as escoltas mais complexas e realiza intervenção em motins e rebeliões. Os policiais penais das unidades realizam as demais escoltas.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa teórico empírica e documental, de natureza qualitativa que se utilizou de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Para Laville (2008) em uma entrevista semiestruturada há uma série de perguntas abertas feitas oralmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador tem a possibilidade de acrescentar questões de esclarecimento. Já empírico é baseado na experiência, ainda define documental como [...] um documento pode ser algo mais do que um pergaminho poeirento: o termo designa toda fonte de informações já existentes [...] pensa-se, é claro, nos documentos impressos, mas também em tudo que se pode extrair dos recursos audiovisuais (Laville; Dionne, 2008).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a figura do policial penal é essencial um breve resgate histórico. Conforme Luchetti (2017), no Brasil a pena de privação de liberdade surgiu no século XVIII, juntamente com os presídios, doutrinas de controle e guarda dos cárceres. Construídos nas denominadas “Casas da Câmara e Cadeia”, que nesta época, eram localizadas na área central dos municípios, dividindo espaço com prédios públicos e a administração local. Em meados do século XVIII, Luiz Vaia Monteiro, governador do Rio de Janeiro, em uma carta enviada ao Rei D. João V, solicita a criação de um ofício de carcereiro em propriedade, com salário estipulado. Os

Carcereiros eram nomeados pela câmara ou pelo Alcaide (cargo que sempre era ocupado por um representante do Rei e acumulava funções militares, administrativas e judiciais).

Os carcereiros tinham por função levar os presos às audiências e soltá-los quando determinados pela justiça; impedir que presos transitassem livremente pelas ruas, ou que fugissem antes que fossem lhes aplicado a pena pela justiça. O cargo deveria ser preenchido, segundo entendimento das autoridades, por homens de boa conduta e com bens próprios para não haver corrupção. Este acabou sendo imposto contra vontade, pois aqueles que se enquadravam no perfil não queriam exercer a função. Além do baixo salário lhe atribuído inicialmente para custear suas despesas familiares, ainda eram responsáveis financeiramente pela manutenção e reformas nas prisões, bem como pela alimentação dos escravos abandonados na cadeia por seus senhores. Autoridades da época estavam preocupados com os vícios adquiridos pelos carcereiros através do convívio com os presos, tornando-os tão indignos quanto os criminosos. Estes profissionais do cárcere eram regidos pelo Regimento dos Carcereiros, uma normativa para delinear suas atribuições e seu tempo de ocupação que era de três anos de exercício, após este período, o governador ou o regente do tribunal deveria indicar outra pessoa com os requisitos necessários para ocupar o cargo vago.

A profissionalização do sistema prisional se deu através de investimento em grupos táticos, a exemplo o COPE, apresentando características militares com uso de uniforme camuflado, expressando uma forte hierarquia e disciplina, com formação militar para reorganização da ordem e disciplina nas unidades penais. Fazer parte de grupamento especializado é visto pela categoria como meio de alcançar prestígio e respeito. (Oliveira,2018)

No ano de 2019, por meio da emenda constitucional nº 104, no seu artigo 4º, transforma os cargos de carreira de agentes penitenciários em polícia penal. Nota-se um esforço institucional para aperfeiçoar o combate a atuação do crime organizado dentro das unidades prisionais

Na França, no início de 1970 é impulsionado pelo movimento feminista, surgiram vários estudos que edificariam as bases teóricas desse conceito, seu objetivo era repensar o trabalho, apoiando-se em que a atividade doméstica deveria ser compreendida como trabalho.

A divisão sexual do trabalho é muito mais que diferenças biológicas, abarca papéis impostos a cada gênero social e culturalmente. (Hirata, Kergoat 2007).

Enquanto uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, a divisão sexual do trabalho, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma

é modulada histórica e socialmente e tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (Hirata, Kergoat 2007).

Para Hirata e Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho está desmembrada em dois princípios, de separação e hierárquico, o primeiro se caracteriza pela distinção entre trabalho de homem e trabalho de mulher; O segundo se distingue pela ideia de que o trabalho de homem possui mais valor que o trabalho de mulher.

A segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero. Como as profissões femininas tendem a ser menos valorizadas no mercado de trabalho, considera-se que a segregação horizontal das mulheres está relacionada a outro tipo de segregação chamada de vertical. A segregação vertical é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não progredam nas suas escolhas profissionais. Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como ‘teto de vidro’, indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens. (Olinto, 2012, p.68-77).

O conceito de teto de vidro foi introduzido na década de 80 nos Estados Unidos para descrever uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos de hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais exclusivamente em função de seu gênero e não pela inabilidade de ocupar posições no topo da hierarquia organizacional. (Steil, 1997).

Apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, existem alguns desafios para que elas adentrem em alguns nichos predominantemente masculinos, a exemplo da segurança pública (Almeida, Enoque e Borges, 2017);

Apesar das mulheres não terem se submetido ao silêncio e conquistado alguns direitos, ainda há muitos passos a percorrer em uma marcha rumo à equidade entre homens e mulheres. Para eles, a segurança pública é “uma das poucas estruturas sociais que permanecem entrincheiradas em uma espécie de aversão ao feminino” (Dias e Rosa, 2014, p. 161).

O sistema prisional foi historicamente influenciado por culturas e características militares e “abre pouco espaço à participação da mulher, relegando-a a

um segundo plano, tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da ocupação profissional.” (Almeida, Enoque e Borges, 2017, p. 102,)

“Diversas evidências sugerem que o setor público tampouco escapa ao fenômeno do teto de vidro, sendo ainda raras as mulheres em altos postos de comando na administração pública ou nas organizações de ensino e pesquisa”. (Vaz, 2013, pág. 770)

Diversos estudos de caso sugerem, de um lado, que a distribuição desigual das mulheres nas distintas instâncias hierárquicas das organizações públicas se faz notar tanto em âmbito administrativo quanto técnico. (Vaz, 2013, pág. 766).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O Comando de Operações Especiais

Em 30 de maio de 2003, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais foi publicada notícia com o seguinte título: *Primeira unidade do Cope vai ser instalada hoje*. O texto informa que a unidade seria instalada em local anexo da Penitenciária José Maria Alckimin, em Ribeirão das Neves. O COPE foi definido à época como um núcleo especializado em operações de escolta de sentenciados, embrião da futura Guarda Penitenciária do estado de Minas Gerais.

No mesmo ano foi publicada a Lei 14.695, de 30 de julho, que a instituiu a carreira de Agente de Segurança Penitenciária, além de criar a Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária na estrutura orgânica da então Subsecretaria de Administração Penitenciária (Minas Gerais, 2003).

Sob o ponto de vista formal de criação da estrutura do COPE ocorreu apenas em 2005, mediante a Resolução nº 799, de 27 de outubro, assinada pelo então Secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Junho Anastasia:

Art. 1º Criar o Comando de Operações Penitenciárias Especiais - COPE, na estrutura da Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária.

§1º O COPE e a força de reação da Subsecretaria de Administração Penitenciária - SUAPE, tendo por finalidade auxiliar os agentes de segurança penitenciários na recondução da segurança e disciplina da unidade penitenciária requisitante.

§1º- O COPE será sediado na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais, 2005)

No que se refere às competências do COPE, a supracitada Resolução previu o seguinte:

Art. 3º. Compete ao COPE:

- a) Realizar o segundo esforço, em suplementação ao trabalho desenvolvido pela estrutura de proteção dos estabelecimentos penais, sempre que necessário ao restabelecimento da ordem e da segurança na unidade penal;
- b) Realizar operações locais, intermunicipais e interestaduais de escolta de presos, quando a periculosidade do preso justificar tal medida;
- c) Desempenhar ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos prisionais, em muralhas e guaritas, bem como em órgãos e locais vinculados ou de interesse do Sistema, quando necessário;
- d) Produzir informações e promover ações, visando auxiliar a Polícia Militar na recaptura de internos foragidos e a proteção do Sistema Prisional;
- e) Exercer outras atividades correlatas (Minas Gerais, 2005).

No Decreto nº 44.459, de 12 de fevereiro de 2007, o Cope passou a figurar formalmente na estrutura organizacional da então Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social:

Art. 4º A Secretaria de Estado de Defesa Social tem a seguinte estrutura orgânica:

(...)

IV - Subsecretaria de Administração Prisional:

- a. Assessoria de Inteligência;
- b. Superintendência de Segurança Prisional:
  1. Diretoria de Segurança Interna;
  2. Diretoria de Segurança Externa
  3. Diretoria de Apoio Logístico; e

**4. Comando de Operações Especiais - COPE;** (Minas Gerais, 2007).

## Ninguém é bem-vindo<sup>4</sup>: processos seletivos do Cope

A primeira turma do COPE foi formada em 2003, ocasião em que 39 agentes penitenciários foram qualificados para exercer a função em curso/treinamento

4 A frase está escrita na porta de entrada do Centro de Treinamento Avançado em Ribeirão das Neves/MG, local onde foi realizada grande parte do COPESP de 2021, último realizado no sistema prisional mineiro. É um jargão utilizado em cursos de operações especiais. Storani (2008, p. 79), transcreve um trecho da fala do comandante do BOPE na ocasião da abertura do Curso de Operações especiais no Rio de Janeiro: "Ninguém é bem-vindo. Ninguém os convidou. Vieram sobre suas próprias pernas e são responsáveis por seus próprios atos. Ninguém é obrigado a sofrer humilhações ou sentir dor, frio, fome

ministrado por integrantes do Batalhão Rotam, da Polícia Militar de Minas Gerais. Na Tabela 1 foram consolidadas as informações referentes às sete turmas formadas para o COPE desde a fundação:

**Figura 1** - Vista parcial do local de treinamento do COPE



**Fonte:** registro dos autores (2023)

**Tabela 1** -Turmas formadas para o COPE (2003-2023)

Turma	Ano	Formados						Responsável pelo curso de formação
		Masc	% Masc	Fem	% Fem	Total	% Total	
1ª	2003/01	35	89,74%	4	10,26%	39	100,00%	ROTAM/PMMG
2ª	2003/02	34	87,18%	5	12,82%	39	100,00%	ACADEPOL/PCMG
3ª	2005/01	27	100,00%	0	0,00%	27	100,00%	COPE/DEPEN-MG
4ª	2005/01	6	100,00%	0	0,00%	6	100,00%	COPE/DEPEN-MG
5ª	2008/01	16	100,00%	0	0,00%	16	100,00%	COPE/DEPEN-MG
6ª	2009/02	131	96,32%	5	3,68%	136	100,00%	COPE/DEPEN-MG
7ª	2022/01	19	100,00%	0	0,00%	19	100,00%	COPE/DEPEN-MG
<b>TOTAL</b>		<b>268</b>	<b>95,04%</b>	<b>14</b>	<b>4,96%</b>	<b>282</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Fonte:** elaborado pelos autores (2023) com base nas informações extraídas das placas afixadas na base do COPE/MG, em Belo Horizonte/MG

ou sono. Ninguém é obrigado a ficar. Os covardes nunca tentam, os fracos ficam pelo caminho, somente os fortes e determinados conseguem atingir seus objetivos. Prepararam-se! Declaro aberto o Curso de Operações Especiais de 2006”.

Os cursos de formação de operações especiais são carregados por diversos símbolos, códigos e ritos. Dentre a simbologia destes grupos, destaca-se a figura da caveira traspassada por um punhal, que é utilizada com satisfação por todos que concluem o curso de operações especiais. Este símbolo é sustentado por um mito de que, durante a 2ª guerra mundial, as forças especiais britânicas invadiram um dos quartéis gerais dos nazistas *totenkopf*. Ali foi encontrado em cima da mesa do comandante alemão, um crânio, de modo que um soldado das forças especiais em um ato de comemoração cravou seu punhal no crânio, simbolizando assim “a vitória sobre a morte”. (Storani,2008)

O objetivo desses cursos é preparar o policial para executar atividades em condições excepcionais, com habilidades muito específicas, para isso, de acordo com Rosa e Brito (2010), há uma diversificação nas práticas “que visam, sobretudo, uma espécie de dominação total do sujeito”, melhor dizendo, “possuí-lo de corpo e alma na organização militar”.

## Perfil das pioneiras do COPE

Com base nas informações prestadas pelas entrevistadas, o seguinte perfil pôde ser traçado:

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Cor	Quantidade de filhos	Idade ao Ingressar no sistema	Idade ao Ingressar no COPE	Tempo no COPE	Tempo no sistema prisional	Em exercício
Amarilis	preta	1	20 anos	28 anos	17 anos	25 anos	não
Petúnia	branca	1	21 anos	29 anos	17 anos	25 anos	não
Tulipa	preta	1	37 anos	45 anos	16 anos	24 anos	não

Fonte: dados das entrevistas (2023)

## Motivação para ingresso no COPE

Perguntadas sobre as principais razões para participarem do processo seletivo do COPE em 2003, as motivações mais citadas foram: i) sair da unidade prisional onde eram lotadas (3 respostas); ii) desejo de executar atividades diferentes (2 respostas) e ter mais autonomia de trabalho (1 resposta).

“A vontade de fazer escolta por ser um trabalho que me dava mais autonomia, me trazia poder e me diferenciava das outras mulheres do sistema” (Petúnia)



“Eu sofria perseguição do Diretor, pois não baixava a cabeça, sofria ameaças dos presos por pegar pesado na revista das mulheres dos presos. Eu batia de frente com as mazelas e casos de corrupção”. (Petúnia)

“O que me motivou foi exercer uma atividade diferente daquela que eu exercia, do que aquela atividade que eu exercia na unidade.”(Tulipa)

## Desafios e experiências

A opressão masculina, que reduz as mulheres a meros objetos de desejo, cuja existência é percebida de tal forma, colocando-as em um constante estado de insegurança em relação aos seus corpos, enxergadas primeiramente como objeto para satisfação de suas vontades (Bourdieu, 2012).

“(…) elogio muitos agentes do COPE, são pessoas ótimas, respeitadoras, mas alguns agentes achavam que a gente ia viajar e que a gente ia ficar no mesmo hotel que podia cantar ou que eu, que eu poderia ter relação sexual com eles, e quem não tinha, não sei quem teve, mas eu era discriminada isso, eu nunca transei com nenhum agente, entendeu? Tanto que muitos agentes falavam que eu era homossexual e eu, sentia até um conforto com isso sabe? Porque quanto mais os outros acreditassem que eu era homo, menos eu era cantada, então eu deixava, num mudava quem eu era, nem meus valores, nem me alterava.” (Tulipa)

Para Souza e Silva (2018), o assédio sexual no trabalho acontece quando alguém tem um comportamento de natureza sexual que deixa a outra pessoa desconfortável. Isso pode ser tocar, falar de maneira inapropriada, gestos ou outras formas de abordagem contra sua vontade. Esse tipo de comportamento viola a dignidade e os direitos básicos das pessoas, como liberdade, privacidade, honra, igualdade no tratamento, além do direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável.

“A maior dificuldade foi eu ter muitas características femininas. Isso nunca foi valorizado na corporação. Sofri muitos avanços sexuais de colegas, pois eles achavam que por sermos mulheres seria fácil conseguir contato sexual. Isso me fez desenvolver uma agressividade como forma de proteção. Eu era vista como a “cara fechada”, a “braba”, “não mexe com aquela mulher”, “ela não gosta de ser tocada”, dentre outras muitas frases que ouvi durante os anos” (Petúnia)

De acordo com Corrêa (2004) o assédio refere-se a comportamentos hostis, inadequados, repetitivos e prolongados direcionados a um indivíduo ou grupo durante o expediente de trabalho, evidenciados por meio de atitudes, palavras, gestos ou situações humilhantes. Essas ações ocorrem mais frequentemente em

contextos de exercício de poder, com o objetivo de afetar a autoestima, segurança ou imagem da pessoa. O assédio pode resultar em danos à personalidade, dignidade ou integridade física e psicológica da vítima, além de desestabilizá-la diante de seus colegas e da organização, colocando em risco seu emprego e seu progresso profissional.

“(...) no curso de tiro prático, o nervosismo e a pressão por sermos mulheres fez com que não conseguíssemos passar de primeira. Todas as 4 mulheres (nomes suprimidos) foram reprovadas na prova de tiro prático Logo, a Pedagoga (suprimido), identificando tal discriminação por parte da Polícia Militar, determinou que fizéssemos uma nova prova”. (Petúnia)

Conforme descrito por Steil (1997), o conceito de “teto de vidro” refere-se a uma barreira sutil e transparente, porém robusta o bastante para obstaculizar a progressão das mulheres para posições mais elevadas. Essa barreira é fundamentada no gênero, não na competência da mulher, sendo empregada para perpetuar desigualdades como uma forma de opressão. Essa dinâmica se manifesta em brincadeiras, metáforas, linguagem utilizada e políticas administrativas.

“Durante do curso de formação, os meninos falavam assim com a gente: ‘Vocês estão fazendo o curso do COPE para trabalhar na copa’. Mas não nos importávamos com isso, seguimos e fomos aprovadas no curso” (Amarilis)

“No COPE foi o preconceito por ser mulher, treinamento igual ao masculino sem respeitar as diferenças de gênero, chacotas, misoginia”. (Petúnia)

“Eu viajava pelo menos uma vez por semana. Tive inúmeros casos que me desagradaram: (...) Mulheres demoram mais quando vão ao banheiro de uniforme, pois temos que desmontar tudo para fazer um simples xixi, isso também era motivo para críticas” (Petúnia)

## Divisão sexual do trabalho no COPE

“Sempre dirigi, mas nunca dirigi um carro do COPE. Muito medo de errar e ser discriminada. Era muita crítica em cima das mulheres. Todas tinham medo. Eu era a única que tinha coragem de colocar meu carro no estacionamento ao lado do carro dos homens (...) O machismo no COPE é bem estrutural, de forma a eliminar a presença feminina”. (Petúnia)

“Desde o início do COPE fizemos escoltas femininas e masculinas. As equipes de escolta têm 4 componentes (1-líder, 2- motorista, 3- condutor do preso ou presa, 4-fuzileiro (função carregar a arma longa e fazer a proteção da viatura). Quando o preso escoltado era homem, eu executava a função de líder ou de fuzileira, logo, não há motivo técnico para excluir mulheres de serviço de escolta. A exclusão é por fatores de discriminação.” (Petúnia)

Foi solicitada às entrevistadas que opinassem sobre o baixo número de mulheres que conseguem ingressar no COPE, ou mesmo inexistente alguns processos seletivos, conforme visto na Tabela 1. Sobre isso destacamos a manifestações de três das entrevistadas:

“A impressão que dá é que estão querendo eliminar as mulheres do grupamento” (Amarilis)

“A minha opinião é o que observei em todos os processos seletivos. Há uma turma de homens que são contra a presença feminina. Então, eu escutei durante o treinamento da penúltima turma do COPE: “O treino vai ser tão pesado que as primeiras a serem eliminadas serão as mulheres. Não precisa de mulher na escolta, elas estão aí porque somos obrigados a ter 10%”. O treino é o mesmo para os homens e mulheres, mesmo peso, mesma distância. Não levam em consideração a condição física feminina. O treino é planejado para excluir as mulheres do processo seletivo. Isso é bem claro para mim. Todos sabem disso, ninguém tem coragem de dizer por causa dos misóginos de sempre. Depois eles falam que não houve

nenhuma mulher com competência para conseguir entrar no COPE. Essas são falas de homens que presenciei.” (Petúnia)

“A impressão que dá é querem acabar com as mulheres no COPE” (Tulipa)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a fundação do COPE foi um avanço na profissionalização do sistema prisional, especialmente no que se refere à realização de escoltas, intervenções de segurança e demais atividades atribuídas a este grupamento, sem a participação e outras forças policiais;

Todavia, a presença de mulheres nesse grupamento não nos parece desejável, coadunado com Dias e Rosa (2014), esse tipo de trabalho na segurança pública permanece entrincheirada em uma espécie de aversão ao feminino.

As mulheres que ousam e conseguiram ingressar no COPE, vivenciaram a exclusão, discriminação, assédio, dentre outros efeitos, conforme relatado nas entrevistas.

Apesar da polícia penal não ser regida por código militar, os treinamentos e capacitações, no COPE, reforçam um comportamento herdado do militarismo, onde a figura feminina é vista como frágil, reforçando assim a cultura de que este tipo de atividade especializada deve ser realizado por homens, que precisam demonstrar sua virilidade para garantir seu lugar entre os ditos “fortes”.

A presença feminina nos grupos de operações especiais é percebida com certa estranheza pelos homens, conforme demonstrado nas falas das entrevistadas,

em cada interação, os olhares e falas em tons de brincadeira para amenizar a percepção do sentimento de reprovação, que por mais que os homens tentem disfarçar, é notório aos olhos femininos.

O último ingresso de mulheres COPE ocorreu em 2009, portanto, há 14 anos. Considerando a média de tempo de exercício das pioneiras no grupamento (16 a 17 anos), bem como o tempo decorrido entre um processo seletivo e outro, é provável que em breve não haja mais mulheres em atividade. Cremos que pode ser a intenção daqueles que detém o poder decisório, inclusive.

Por fim, deixamos uma provocação: não seria mais adequado que as mulheres que desejem ingressar no COPE concorram entre si e não com homens?

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lorrana Laila Silva de; Enoque, Alessandro Gomes; Borges, Alex Fernando. “Por Trás dos Muros...”: Representações Sociais de Gênero de Agentes de Segurança Penitenciária. *Revista Gestão & Conexões*, v. 6, n. 2, p. 101-133, 2017.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *A dominação masculina*. Pierre Bourdieu; Tradução Maria Helena Kühner. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.160p.

CORRÊA, Alessandra Morgado Horta; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. O assédio moral degradando as relações de trabalho: um estudo de caso no poder judiciário. *Revista de Administração Pública*, v. 38, n. 6, p. 1065 a 1084-1065 a 1084, 2004.

COSTA, Silvia Generali da. *O assédio sexual nos locais de trabalho: problema e possíveis soluções a partir de estudo de casos*. 1995.

DIAS, Luciana de Oliveira; Rosa, Fabrício Silva. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. *Revista Ártemis*, v. 18, n. 1, 2014.

HIRATA, H.; Kergoat, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *CADERNOS DE PESQUISA*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. 2007.

LAVILLE, Christian; Dionne, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Artmed, [1999]. Reimpressão, 2008.

LUCHETI, Nayara Vignol. “Escritos sobre as cadeias do Brasil colonial: Rio de Janeiro e Salvador dos séculos XVII ao XIX.” Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/152517>. Acesso em 01 de nov. 2023.

MINAS GERAIS. Lei nº 14.695, de 30/07/2003. Dispõe sobre criação da superintendência de coordenação da guarda penitenciária, a diretoria de inteligência penitenciária e a carreira de agente de segurança penitenciário e dá outras providências. Assembleia legislativa.

MINAS GERAIS. Resolução 799, de 27 de outubro de 2005. Dispõe sobre a criação do COPE. Olinto, G. (2012). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, 5(1). Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 19 de dez. 2023.

OLIVEIRA, Victor Neiva. Mudanças na administração prisional: Os agentes penitenciários e a construção da ordem nas prisões de Minas Gerais Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 11, núm. 3, 2018, pp. 412-434. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROSA, Alexandre Reis; Brito, Mozar Joséde. “Corpo e alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, p. 194-211, 2010.

SOUZA e Silva, Eglantina Albuquerque de Oliveira. Assédio moral e sexual contra as mulheres no ambiente de trabalho: um estudo comparativo sobre as legislações no Brasil e em Portugal. 2018.

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*, São Paulo v.32, n.3, p.62-69, julho/setembro 1997.

STORANI, Paulo. Vitória sobre a morte: a glória prometida. O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. Rio de Janeiro: UFF, 2008. 170 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. 2013.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 25 - RESISTÊNCIAS LGBTQIAPN+, INTERSECCIONALIDADE, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS



# VOZES INVISÍVEIS, FUTUROS BRILHANTES: AS CRIANÇAS TRANS E A REVOLUÇÃO NA RESISTÊNCIA LGBTQUIAPN+

*Jonathan Machado Domingues<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este artigo se concentra na vivência das crianças trans no âmbito das resistências LGBTQUIAPN+, interseccionalidade, direitos humanos e política. A pesquisa adota uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, incorporando elementos da teoria queer e estudos de gênero para examinar as complexidades dessas experiências. Os principais resultados destacam a importância de reconhecer e apoiar as identidades de gênero das crianças desde uma idade precoce, sublinhando a necessidade de políticas inclusivas e educacionais que promovam a autodeterminação de gênero e o bem-estar das crianças trans. Este estudo não inclui um estudo de caso específico, mas busca oferecer uma visão geral das questões enfrentadas por crianças trans nesse contexto interseccional de direitos humanos e resistência LGBTQUIAPN+.

**Palavras-chave:** Diversidade de Gênero, Teoria Queer, Interseccionalidade, Resistências LGBTQUIAPN+, Direitos Humanos.

---

<sup>1</sup> 1 Doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo, [domingues.jonathan@gmail.com](mailto:domingues.jonathan@gmail.com)

# PROCESSOS SUBJETIVOS DE PERTENCIMENTO E ALIANÇAS DE LGBTQIA+S NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SUAS RELAÇÕES COM AÇÕES E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

*Marcus Vinicius Mazini dos Santos<sup>1</sup>*  
*Leonardo Lemos de Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é mapear e analisar processos subjetivos que produzem o pertencimento de sujeitos LGBTQIA+ nas universidades públicas brasileiras a partir do registro de suas experiências nesses espaços, trazendo destaque para a importância dos vínculos construídos nesses processos e a permanência na universidade. Para alcançar tal objetivo, utilizamos da pesquisa qualitativa como referência na produção e abordagem de tratamento dos dados e do método cartográfico inspirado em Deleuze e Guattari. Primeiramente, foram mapeadas 3 universidades públicas, sendo que tais universidades deveriam contemplar o critério de desenvolverem algum tipo de ação afirmativa voltada para a população LGBTQIA+. A partir disso, contactamos pessoas LGBTQIA+ dessas universidades para construir 2 grupos focais, com encontros que aconteceram no Google Meets, e realizar 5 entrevistas de aprofundamento. A análise dos dados foi realizada com os aportes teóricos indicados e bibliografia sobre o contexto universitário e ações afirmativas a partir de perspectivas teóricas feministas e queer. Durante o percurso da pesquisa encontramos questões relativas à importância das alianças na universidade, principalmente na forma das amizades que se desenvolvem no espaço universitário. Além disso, também foram obtidos dados sobre a presença ou ausência de materiais que fossem inclusivos para a população LGBTQIA+ em sala de aula e em outros ambientes acadêmicos bem como relatos sobre situações de violência e opressão vividas na universidade, bem como uma análise sobre as

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP de Assis e graduado em Psicologia na UNESP de Assis. Contato: marcus.mazini@unesp.br

2 Orientador. Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Assis, atuando na graduação em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Campus de Marília). Contato: leonardo.lemos@unesp.br



ações afirmativas das universidades pesquisadas e a opinião de discentes sobre tais ações.

**Palavras-chave:** População LGBTQIA+, Direitos LGBTQIA+, Universidades, Educação.

# RESISTÊNCIAS GORDAS LGBTQIAPN+: ACESSO A DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS?

*Maria Luisa Jimenez Jimenez<sup>1</sup>*

*Rafaela Lima Pereira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Onde estão as corporalidades gordas no movimento LGBTQIAPN+? Essa pauta tem tido a visibilidade que merece? As pessoas gordas LGBTQIAPN+ constroem acesso e políticas públicas de forma efetiva com o movimento? Serão essas perguntas que traremos em nosso trabalho, como norteadoras para trazer a discussão de como as pessoas gordas resistem dentro do movimento, mesmo quando a gordofobia além de reproduzida, muitas vezes nem é pauta de combate de estigmas e acesso a direitos e políticas públicas. Pensando na ideia de violência ética de Judith Butler (2019), na qual pensa uma perspectiva de uma luta contínua para que vidas sejam reconhecidas mesmo quando os corpos não se encaixam naquilo que deveriam ser. Quais vidas são viáveis, valorizadas e dignas de serem vividas nas discussões de acesso a direitos e políticas públicas dentro da comunidade LGBTQIAPN+? Algumas pessoas gordas começam a se movimentar na garantia de direitos e políticas públicas, traremos como exemplo o Instituto Diversas nascido em 2022 em Belo Horizonte com o objetivo de trazer no debate central de políticas públicas e interseccionalidades as corporalidades gordas.

**Palavras-chave:** Resistências Gordas, Gordofobia, Acesso, Políticas Públicas, LGBTQIAPN+

---

1 Filósofa, professora pesquisadora doutora em Cultura Contemporânea. Desenvolve pesquisa financiada pelo CNPQ no pós-doutorado pelo Pós-Graduação EICOS em Psicossociologia na UFRJ, com o projeto “Obesidade: o estigma da gordofobia em saúde.” Presidente do Instituto Diversas. Coordena o Grupo de Pesquisa e Ação Pesquisa Gorda. Professora de pós-graduação em Diversidade e Inclusão em gestão na PUC-Minas e na Pós em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. [malujjimenez@ufrj.br](mailto:malujjimenez@ufrj.br)

2 Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense, doutora em Comunicação Social pela UFMG e integrante das seguintes organizações da sociedade civil: AIC – Agência de Iniciativas Cidadãs (fundadora, em 1993, e presidenta) e Instituto Diversas (fundadora, em 2022, e associada). [rafaela@aic.org.br](mailto:rafaela@aic.org.br).

# PROCESSOS DE ALIANÇA E PERTENCIMENTO DE SUJEITOS LGBTQIA+S EM UNIVERSIDADES DA ESPANHA

*Marcus Vinicius Mazini dos Santos<sup>1</sup>*  
*Leonardo Lemos de Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

A presente pesquisa compõe o projeto de mestrado intitulado “Um estudo sobre os processos de subjetivação e alianças de sujeitos LGBTQIA+ nas universidades públicas brasileiras”, cujo objetivo é mapear e analisar processos subjetivos que constroem o pertencimento de sujeitos LGBTQIA+ nas universidades públicas brasileiras a partir do registro de suas experiências nesses espaços, destacando a importância dos vínculos construídos nesse processo. Em paralelo, ao termos a Espanha como referência na promoção da diversidade, desenvolvendo projetos e ações em defesa da comunidade LGBTQIA+, essa pesquisa em específico deseja traçar comparativos entre as realidades brasileira e espanhola ao identificar e analisar processos de pertencimento de sujeitos LGBTQIA+ em universidades espanholas. Como procedimento foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas com discentes LGBTQIA+ com o intuito de investigar seus vínculos, redes de apoio e percepções enquanto sujeito da diversidade na universidade. Também foram mapeados coletivos universitários que se posicionam na defesa de direitos LGBTQIA+ dentro de universidades espanholas e como se formam redes de sociabilidade nas universidades e fora delas. A investigação revelou realidades distintas, com vivências universitárias marcadas pela riqueza de diversidade, refletindo o que talvez se espere de um país encarado como progressista, mas também contou com relatos marcados por desafios diante do conservadorismo dentro e fora da universidade. A análise dos dados coletados na Espanha e o comparativo com os dados brasileiros está sendo feita com base nos princípios da pesquisa qualitativa

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP de Assis e graduado em Psicologia na UNESP de Assis. Contato: marcus.mazini@unesp.br

2 Orientador. Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Assis, atuando na graduação em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Campus de Marília). Contato: leonardo.lemos@unesp.br

e utilizando referenciais bibliográficos sobre o contexto universitário e ações afirmativas a partir de perspectivas teóricas feministas e queer.

**Palavras-chave:** População LGBTQIA+, Direitos LGBTQIA+, Universidades, Educação.

# O ESTADO CONTRA A CONTRACONDUTA: VIOLÊNCIA POLICIAL FRENTE A RESISTÊNCIA TRANSREVOLUCIONÁRIA DE UMA CASA DE ACOLHIMENTO LGBTQIAPN+ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*José Arnaldo Moreira de Carvalho Júnior<sup>1</sup>*  
*Andréa Costa da Silva<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma análise discursiva de imagens fotográficas da ação policial frente a resistência de uma casa de acolhimento LGBTQIAPN+. Os registros fotográficos foram realizados em 2020, no auge da pandemia de COVID-19, durante a desocupação efetivada pelo Estado de um prédio outrora abandonado no bairro de Copacabana (bairro turístico situado na zona sul da capital do Rio de Janeiro), posteriormente ocupado no ano de 2019 e, assim, transformado em uma casa de acolhimento LGBTQIAPN+, a saber, a Casa Nem. Como fundamento teórico-metodológico para a análise discursiva utilizou-se pressupostos foucaultianos; os conceitos “racismo de Estado” e “contraconduta”, baseados em Michel Foucault, balizaram a discussão apresentada. Contemplou-se que, por meio das imagens produzidas da ação policial nesse acontecimento, que o Estado mostra-se violento frente aos corpos dissidentes que não se permitem serem normalizados; buscando o higienismo social, percebeu-se que o Estado utilizou-se de toda o aparelhamento militar da polícia para a desocupação de um prédio que antes da ocupação apresentava-se sem funcionalidade comunitária, mas que transformou-se em instrumento de desmarginalização e de luta contra a precariedade que oprime a comunidade LGBTQIAPN+ há décadas. Dissidentes das normas sociais e estatais de gênero, das cristalizações jurídicas identitárias, da compulsoriedade biomédica pelo corpo binário e na busca pela aliança para formação de uma coletividade,

- 1 Doutorando pelo Programa de Pós-graduação Educação em Ciências e Saúde do Instituto NUTES da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGECS/NUTES/UFRJ); bolsista PROEX pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), arnaldojrmoreira@gmail.com;
- 2 Orientadora do Trabalho. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação Educação em Ciências e Saúde do Instituto NUTES da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGECS/NUTES/UFRJ); doutora e mestra em Educação em Ciências e Saúde, acostadasilva@gmail.com.

compreende-se que a Casa Nem produziu (e produz) ações de contraconduta que resultam em novas e criativas formas de vida que desafiam o Estado neoliberal e o racismo estatal por ele produzido.

**Palavras-chave:** Violência Policial, Racismo de Estado, Contraconduta, Corpos Dissidentes.

# O FUTEBOL É DE TODOS? UMA ANÁLISE DAS CAMPANHAS DE TIMES DE FUTEBOL SOBRE O DIA DO ORGULHO LGBTQIA+

*Rafaela Cristina de Souza<sup>1</sup>*

## RESUMO

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2013, houve o crescimento das chamadas torcidas queer e de novos movimentos de torcedores contrários ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia no futebol (BANDEIRA & SEFFNER, 2013; PINTO, 2017; ANJOS, 2018; VIMIEIRO, 2023), que buscam resistir a esse ambiente onde diferentes formas de violência são direcionadas àqueles que não performam os ideais de masculinidade hegemônica da nossa sociedade. Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender de que forma a ação desses coletivos de torcedores se articula com os times de futebol, ou seja, se e como os times têm se posicionado contra as diferentes formas de opressão que permanecem no futebol brasileiro atualmente. Para isso, analisamos as campanhas divulgadas no mês de junho de 24 times de futebol nos anos de 2022 e 2023, a partir da metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), em conjunto com o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; CORRÊA, 2022). Entre os resultados prévios encontrados, é possível perceber que, de modo geral, as campanhas são muito pontuais, com postagens apenas em datas específicas e sem um aprofundamento da questão ou a proposição de ações práticas. Dessa forma, a pesquisa aponta que, de modo geral, os times brasileiros ainda tratam questões como a LGBTfobia com discursos sem a tipificação dos preconceitos, por exemplo, e sem uma atuação prática de combate aos diferentes tipos de opressão e violência que ainda existem no futebol.

**Palavras-chave:** Futebol; Culturas torcedoras; LGBTfobia; Interseccionalidade.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, souzacrafaela@gmail.com.

## CORPOS QUE TRANSITAM: AS TRAJETÓRIAS DESAFIADORAS DE DOIS HOMENS

*Eli do Socorro Gonçalves Pinheiro<sup>1</sup>*  
*Cristina Donza Cancela<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este trabalho apresenta o que foi desenvolvido como tese de doutoramento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA, da Universidade Federal do Pará/UFPA, intitulada *Corpos que transitam: as trajetórias desafiadoras de dois homens*, cuja proposta foi a de focar a trajetória, os desafios e as conquistas de duas pessoas do gênero masculino, observando seus trânsitos e vivências do tempo da infância ao atual, em seus vários espaços de sociabilidade. Para efeito comparativo, trabalhamos com homens com idades distintas, um de 27 anos e outro de 50 anos, para analisar aproximações e diferenças entre eles em função da diferença geracional. Além disso, nosso interlocutor com mais idade é referido como o primeiro homem trans da região norte, morador de Marituba, no Pará. Nessa construção foram pensados conceitos importantes, como: gêneros, interseccionalidades, narrativas, trajetórias, sexualidades e transexualidades, buscando em vários autores/as os entendimentos necessários e, dentre alguns desses estão: Avtar Brah, Berenice Bento, Claude Lévi-Strauss, Erving Goffman, Guacira L. Louro, Guilherme S. de Almeida, Jaqueline G. de Jesus, Joan Scott, Judith Butler, Márcia R. Arán, Maria Thereza Ávila D. Coelho, Michel Foucault, Peter Fry e Edward Mac Rae, Pierre Bourdieu, Raewyn Connell e Rebecca Pearse, Simone N. Ávila, Suely Kofes, Thomas Laqueur. Os resultados ressaltaram a importância dos marcadores sociais e da interseccionalidade que evidenciou a diversidade de experiências para outros elementos, compondo seus processos de transições: as performatividades, as relações e os afetos, bem como, o entendimento sobre viver as violências visíveis e veladas sobre o corpo biologizado.

**Palavras-chave:** Gêneros, Interseccionalidades, Sexualidades, Trajetórias, Transexualidades.

1 Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA e Docente do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - UNIFAMAZ, autora principal [eli.pinheiro@famaz.edu.br](mailto:eli.pinheiro@famaz.edu.br) [elimpinheiro1503@gmail.com](mailto:elimpinheiro1503@gmail.com)

2 Professora orientadora. Doutora em História pela Universidade de São Paulo-USP e Docente da Universidade Federal do Pará - UFPA [donza@gmail.com](mailto:donza@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

**T**rago aqui um recorte baseado em minha tese de doutorado o qual mantive o mesmo título e, por isso, usarei *apud* com recorrência, por motivos óbvios, haja vista tê-la trazido para cá resumidamente, destacando-a a partir de meu interesse sobre os estudos de gêneros, embasadas em minhas experiências como assistente social, mulher cisheterossexual<sup>3</sup>, e aliada aos diversos segmentos sociais pela expansão de direitos, atuando na Assitência Social e na Segurança Pública, espaços os quais deparava-me com pessoas apresentando alguma das identidades associadas às sexualidades (pessoas homossexuais) ou de gêneros (pessoas transgênero), o que provocou em mim pensamentos sobre possíveis preconceitos que essas pessoas deveriam ter experimentado ou, talvez, sigam experimentando por serem quem são em uma sociedade como a nossa, pois os marcadores biológicos são os considerados como definidores para ser homem ou ser mulher, conforme destaca Jesus (2012).

Atuando como assessora junto ao Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP/PA), entre 2011-2016, propiciou-me ficar mais próximo de meu campo de pesquisa o qual vim a perceber, após tornar-me doutoranda, como ele foi importante para o entendimento daquilo que inquietava-me quando resolvi concorrer, em 2014, ao doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA), construindo minha tese a partir de duas pessoas escolhidas como interlocutores, por serem quem são – homens que enfrentaram situações de conflitos e resistência em suas transições. Optei por conhecer as experiências Augusto e Rai Carlos, que apesar de terem caminhos diferenciados nessa busca complexa por seus transitos, também possuem lá suas semelhanças e aí recaem as interseccionalidades, explicadas por Avtar Brah, 2006 (*apud* Pinheiro, 2019), a partir de marcadores de classe, gênero e raça. Em minha pesquisa destaquei outros marcadores, a partir da sinalização das narrativas deles, as quais mais adiante destacarei aqui.

Com base ao que expus acima apresento aqui, para esta produção, o seguinte objetivo geral: apresentar a construção das narrativas de dois homens em seus processos de transição e, como objetivos específicos: expressar algumas das escutas acerca das experiências desses homens e analisar suas falas para a composição do entendimento pretendido. Admito que minhas vivências profissionais

---

<sup>3</sup> Por identificar-me com o gênero feminino desde o nascimento e por sentir atração/afeto pelo gênero masculino, a partir do que Jesus (2012), esclarece-nos.

propiciaram condições para que eu pudesse experimentar situações interativas com o MLGBTQIAP+<sup>4</sup> em eventos diversificados, incluindo as Paradas de Orgulho LGBTQIAP+, assim como outros, também, importantes para o fortalecimento de direitos a todos esses segmentos sociais, fazendo com que eu acessasse esses homens e os convidasse para serem os interlocutores de minha tese, tendo a honra de eles terem aceito. Foram assinados termos de anuência, com ambos concordando em usar seus verdadeiros nomes, sendo ratificado o que foi proposto como trajetórias de vidas a partir das narrativas retratadas, conforme minha compreensão de Richard Price (2004 *apud* Pinheiro, 2019).

Este resumo visa trazer as discussões que promovi acerca de como essas interseccionalidades formaram aspectos importantes às vidas de Augusto e de Rai Carlos, a partir de marcadores importantes em suas experiências, dentre eles: transições e performatividades; relações e afetos; vida, um ato político; violências e readequação da genitália. Quando revejo essas falas é possível perceber aspectos em comum e, logicamente, aspectos envoltos de subjetividades, o que denota como essas etapas de transição foram encaradas em suas peculiaridades, apontando que não existe apenas um tipo de transexualidade, pois são plurais. E, nesta revisão, poder constatar que o entendimento às diversidades em suas pluralidades pode propiciar discussões importantes, no sentido de desconstrução de possíveis preconceitos em ambientes de circulação e convivência para eles e outros, estimulando a inclusão social.

## METODOLOGIA

Antes de mais nada inicio este tópico com a seguinte frase: “Nada substitui, no entanto, a criatividade”, de acordo com Ferreira (2014, p. 16), reportando-me a essa especialista em metodologia de pesquisa para ratificar a forma como resgatei minha tese neste trabalho, recorrendo sobremaneira ao *apud*, a fim de repassar aqui partes das narrativas orais a partir de resgates, desde as infâncias de Augusto e Rai Carlos (aqui escrevendo Rai com “i”, pois na tese usei “y” e ele não advertiu-me por isso); como eles seguiram seus percalços para o gênero masculino. A tese seguiu o fluxo de uma pesquisa etnográfica baseada na

construção de relatos a partir das memórias resgatadas pelos interlocutores sobre os temas família, trabalho, amizades, relacionamentos, política, readequações em geral, dentre outros [...]. Utilizei, também, metodologia qualitativa com o uso de entrevistas

---

4 Movimento Lésbico, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual e + o que vier, a partir de momentos históricos.

e, sobretudo, procurei deixar os interlocutores à vontade, daí que aparecerão alguns sub-tópicos (Pinheiro, 2019, p. 61).

Kofes (2015 *apud* Pinheiro, 2019) destaca que na construção etnográfica é importante respeitar a condução que interlocutores (as) apontam e, às vezes, quando estava na escuta das narrativas parecia fugir ao que era pretendido, mas isso pode ser devido ao fato de certo vínculo surgido entre os interlocutores aqui nominados e eu. Segui, ainda, a linha de pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas que, segundo Deslandes (2014 *apud* Pinheiro, 2019), correspondem em pensar perguntas que podem dar possibilidades a outras perguntas, a partir de repostas anteriormente informadas.

Cabe aqui enfatizar que, no decorrer de meu doutorado, vivi questões familiares emblemáticas que culminaram com a perda de meu genitor e, por ser filha única, eu e meu falecido pai transitávamos entre idas e vindas ao hospital, então o que pensei no início do curso foi meio que modificado sobre abordar um número maior de pessoas transgênero. Entendendo que meu campo pode ser considerado desde as experiências profissionais citadas

anteriormente, ou seja, observava e participava de alguns momentos com eles a partir do Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, efetivei três entrevistas com cada interlocutor, com a duração em média de 2h30min cada, sendo todas gravadas com as devidas concordâncias. Destaco que a pergunta inicial a ambos foi acerca da percepção que eles tinham sobre a identidade do gênero masculino e daí tudo discorreu.

Não houve necessidade de enviar ao Comitê de Ética, seguindo as orientações de minha orientadora que apenas indicou a feitura/assinatura de termo de anuência. A tese foi composta por três capítulos abaixo elencados:

1. Buscando entender conceitos para esta construção (com três subcapítulos) - Os estudos sobre transexualidades; Pensando gênero (s) e sexualidade (s) e, Sobre narrativas: como entendi.
2. A construção dessas histórias (com três subcapítulos e cada um desses com as respectivas subdivisões, a partir de narrativas apresentadas pelos interlocutores) - As narrativas de Augusto e Rai Carlos (introdução ao capítulo): Augusto - Corpo/transição/performance; Família/relacionamentos/amizades; Namoros/tensões; A política e seu trânsito; Enxergando as violências; O cuidado com as mulheres; Augusto X Felipe = amizade e; Por enquanto, redesignação, não!

Rai Carlos – Construções de gêneros e o despontar de uma identidade; E a família, como vai?; A política, o seu eixo articulador; As faces da violência que às vezes podem mascarar e, Vai ter redesignação, sim! As narrativas de Rai Carlos foram as mais emblemáticas por trazer muito de sua visão de mundo acerca de assuntos em que ele extrapolou o nível pessoal.

3. Augusto, Rai Carlos e suas interseccionalidades (apresentando cinco subcapítulos) - Suas transições, seus corpos e as performatividades; As relações e os afetos em suas vidas; Viver é um ato político; Violências visíveis e veladas e, Readequação, mas da genitália.

Além dos capítulos descritos acima expus, lógico, a introdução e a conclusão inclusa, denominei assim pelo fato de que pesquisas estão sempre abertas a novas possibilidades de (re) construções, a partir do que o trabalho aponta como finalização.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Neste resumo considero importante destacar algumas das bibliografias utilizadas em minha tese, além de algumas citadas aqui anteriormente. Contudo, pensar em trabalhar gêneros e sexualidades requer alguns renomes como, por exemplo, a historiadora Joan Scott (1990 *apud* Pinheiro, 2019), pioneira sobre tal conceito, baseada nos movimentos feministas americanos da década de 1980, fez-me entender que gêneros tem a ver com as construções socioculturais e não às características fisiológicas reduzidas às genitálias, como é o modelo até hoje considerado como aceito, a partir de padrões cisheteronormativos apresentados a partir de Jesus (2012 *apud* Pinheiro, 2019).

O eterno Foucault ([1988]1993 *apud* Pinheiro, 2019) é nome indispensável para quem opta por estudar gêneros/sexualidades, um outro pioneiro nessa área, especialmente analisando acerca do poder médico e jurídico sobre os corpos que buscam por suas alterações transexualizadoras, provocando certos atrasos em acessos para a garantia dos direitos desejados por homens e mulheres transgênero.

Seguindo os estudiosos clássicos sobre o tema não tem como deixar de fora os antropólogos Fry e MacRae (1985 *apud* Pinheiro, 2019) que na Antropologia brasileira tiveram destaque com sua obra “O que é homossexualidade?”, por trazerem reflexões envolvendo uma desconstrução sobre os papéis masculino e feminino no contexto social, associando-os unicamente às genitálias de

nascimento, também na década de 1980 e em pesquisa de campo aqui por Belém do Pará (minha cidade), em terreiros de religiões de matrizes africanas.

As autoras Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015 *apud* Pinheiro, 2019), também pioneiras da sociologia sobre gêneros, analisam a “generificação” associada às representações sexuais. Apesar de serem do norte global, especificamente da Austrália, acabam demarcando um diferencial em relação a estudos nesse campo, fugindo de autores(as) comumente procurados; além do fato de que Raewyn Connell ter vivido seu processo de transição para o feminino, o que torna mais consolidada a obra utilizada, por conta de seu lugar de fala (Ribeiro, 2017).

Berenice Bento (2006 *apud* Pinheiro, 2019) uma socióloga que estuda gêneros especialmente questionando o papel da medicina sobre as transexualidades, avalia que o saber médico se encontra acima das subjetividades de pessoas que buscam por seus processos transexualizadores, enquanto direito, via política pública de saúde. Inclusive Rai Carlos fez toda sua transição através do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com suas narrativas na tese.

Recorri, dentre outras produções, a Ricardo Miskolci (2009 *apud* Pinheiro, 2019) por destacar acerca da fluidez de gêneros a qual foi trabalhada, primeiramente, por uma historiadora italiana, Tereza de Lauretis, mas que no Brasil acaba seguindo outras percepções como a de associar a aspectos de homossexualidades, considerando que a teoria Queer instiga-nos a rever posturas de pessoas que, pela sociedade cisheteronormativa, são consideradas abjetas:

A denominação de “Teoria Queer”, usada em 1991, foi designada por Tereza de Lauretis, com a possibilidade de romper com os modelos estabelecidos relacionados tanto ao gênero quanto à sexualidade, confrontando com alguns setores oficialmente respaldados para manter o que seja “normal” (Pinheiro, 2019, p. 37).

Outro nome que avaliei importante, nesse campo, por ser um assistente social transhomem foi Almeida (2012 *apud* 2019). Doutor em saúde coletiva possui um artigo, dentre outros, que considero importante ter escolhido dentre meus levantamentos bibliográficos, questionando se as sequências transexualizadoras como a readequação de genitália, corroboram para uma identidade realmente masculina? Por ele ter uma formação ligada a minha área profissional e por seu lugar de fala (Ribeiro, 2017), instigou-me, naquele momento, a vê-lo como inédito a mim (tanto que o tive em minha banca de doutorado, o que acabou sendo um privilégio), considerando raros casos como ele, mesmo na atualidade.

Sabemos que os acessos à educação universitária são raros em se tratando de pessoas transgênero, sejam masculinas ou femininas, pois a maioria é expulsa

de seus lares e, também, das escolas, de maneira de certo modo ofensiva neste último caso Louro (2006 *apud* Pinheiro, 2019), pelo conjunto de atitudes de discriminação e preconceito as quais, ainda, não são enfrentadas dentro do contexto dos ambientes escolares, caracterizada pela ausência de atitudes que apontem para possível superação dessas relações abusivas. Ressalto que não ocorreu isso com Augusto como Rai Carlos, ambos possuem nível universitário completo, mesmo que tenham enfrentado situações de violências veladas ou explícitas, conforme suas narrativas (Pinheiro, 2019).

Jaqueline Gomes de Jesus (2012) uma psicóloga transfeminista produziu um *e-book* esclarecedor, pela Universidade Federal de Goiás, em que são apresentados conceitos e termos que envolvem as identidades diversas do mundo LGBTQIAP+. A escolhi, não somente pela qualidade de sua produção, mas por reunir em minha tese mais uma autora trans, dentre a/o citada/o anteriormente (Raewyn Connell e Guilherme Almeida). Penso ser importante esses destaques históricos para a academia e à comunidade LGBTQIAP+.

Caminhando para a construção metodológica, recorri a Richard Price (2004 *apud* Pinheiro, 2019), que enfatiza ser a etnografia um modelo científico que permite a socialização de vozes antes pouco escutadas, fazendo-me pensar que a academia tem esse papel, de tornar viável o acesso para representações, ainda, vistas como invisíveis ou abjetas, como vem a ser as pessoas transexuais em nossa sociedade, especialmente nesses últimos quatro anos de um governo fascista.

Coadunando com o olhar integrativo entre pesquisadora x interlocutores recorri a Suely Kofes (2015 *apud* Pinheiro, 2019), a qual aponta acerca do respeito que deve existir sobre as falas, ou narrativas, de quem está como o centro das entrevistas, entendendo que tal atitude é o que produz o fazer antropológico, ou seja, a construção etnográfica.

Por eu vir de outra área, no caso do Serviço Social para a Antropologia, a autora Mariza Peirano (2006 *apud* Pinheiro, 2019) promoveu-me a pensar exatamente sobre isso, pois pode se tornar difícil um olhar antropológico na escrita, contudo o importante é entender o “outro” e ser fiel ao que foi narrado sem julgamento, analisando pelo condutor antropológico. Foi necessário, também, entender as diferenças entre as modalidades de narrativas, histórias de vida e biografias, para tal recorri a Mary Del Priore (2009 *apud* Pinheiro, 2019) que discute sobre tais argumentos e consegue ressaltar “sobre a importância do registro da história de pessoas e sobre fatos pertinentes para a construção de novas possibilidades, devendo ser o trabalho construído com a devida responsabilidade” (Pinheiro, 2019, p. 67). Sigamos ao próximo tópico destacando os marcadores que foram importantes a partir do apresentado pelos interlocutores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui os marcadores serão destacados de forma sublinhada. Iniciarei pela idade como destacável nessas narrativas, pois ambos transitaram em momentos diferentes, Augusto iniciou sua transição aos 25 anos e Rai Carlos aos 48 anos. Recordo que ambos externaram medo de acessar algum tipo de hormônio de natureza duvidosa, ambos recorreram a médicos (as) que pudessem fornecer informações que lhes trouxessem segurança e Rai Carlos admite ter feito tudo pelo SUS. Informaram ser mais comum o acesso a substâncias não indicadas, compradas de forma clandestina, por conta de políticas públicas pouco fortalecidas, até então e Bento (2006 *apud* Pinheiro, 2019) fala disso em seus estudos.

Ambos deixaram claro que desde cedo, na infância mesmo, se percebiam como meninos, Augusto pegava as cuecas de seu irmão para usar. Rai Carlos apesar de ter lançado mão ao uso de tal peça aos 14 anos, narrou que sempre usou roupas que são associadas ao masculino desde sua infância. As respectivas famílias não os reprimiram, pelo menos não foi citado nada a respeito disso e a de Rai Carlos chamou a atenção pelo fato disso ocorrer na década de 1960.

Sobre o avançar para a adolescência Augusto se deparou com um momento difícil de aceitar, por simplesmente não querer os seios e o processo menstrual, que ele denominou de “intrusos” e “monstruação”, respectivamente, diferente de Rai Carlos que quase não possuía seios e só veio a ter sua menarca a partir de adoção de hormônios femininos para isso, aos seus 18 anos; tendo ele em seus 3 meses de nascido, se submetido a uma intervenção cirúrgica que o “definiu” como uma menina, por parte da genitália e disse que por conta dessa caracterização avalia não ter tido “tantos conflitos”, seja com sua construção, seja com sua identidade masculina. Cabe destacar que este último pode ser entendido como uma pessoa intersexual.

Sobre esse argumento a respeito da intersexualidade de Ray Carlos, é bom que seja ressaltado que pelo exame de cariótipo ele apresentou o cromossomo Y, o que pela ciência tal fato o equipararia a um intersex. Fausto-Sterling (2001/2002) apresentou esta discussão, assim como Machado (2005), autoras que reforçam o fato de que o social precisa ser respeitado para além do olhar médico. Entretanto, ainda prevalece o fator biológico, considerado como preponderante. Talvez fosse mais indicado, em respeito à construção social dessas identidades, que pudesse ser aguardado um momento em que as escolhas por parte das próprias pessoas pudessem ocorrer, mesmo sendo ainda menores de idade, algo que já contribuiria para resultados mais gratificantes (Pinheiro, 2019, p. 208).

Outro marcador é a disforia de gênero fazendo com que Augusto admitisse que se sentiu em certos momentos assim, por conta dos volumes dos seios mesmo que ele usasse o binder, sem que conseguisse a devida segurança para poder sair de casa por não se perceber masculino. Rai Carlos informou nunca ter se sentido disfórico e que foi a medicina quem produziu tal “loucura” para as pessoas transgênero.

Bento, 2006, relata o momento, a partir da década de 1960, no qual nos EUA começam a ser criados centros de atendimento a pessoas transgênero e, em 1969, as transexualidades passaram a ser consideradas uma “disforia de gênero”, que viria a ser a não aceitação do corpo e/ou genitália assignada ao nascer. Isto reforça a construção de designações a partir do que é rotulado como normal, enquadrando as pessoas trans como portadoras de um distúrbio (Pinheiro, 2019, p. 209).

Sobre família Augusto informou ter acolhimento dentro da sua, até seus binders<sup>5</sup> eram confeccionados pela avó materna, apesar de seus pais serem separados o genitor também o acolhe, foi ele quem o ensinou a empinar pipa (sic)<sup>6</sup> e, quando ocorria alguma situação de violência nas escolas pelas quais passou, era o pai quem ia até lá, porque Augusto revidava à altura do que sofria, sendo transferido sempre para outra durante seu ensino fundamental maior. Diz que ele e seu irmão foram criados de perto apenas por mulheres: mãe, tias e a avó, inclusive mais por esta última, por conta de sua mãe ser uma mulher que precisava trabalhar fora para poder sustentar os filhos e que ela é uma pessoa bastante carinhosa, sendo seus vínculos com ela muito forte, demonstrando que lá as regras existiam de forma flexível.

Rai Carlos narrou que sua família o acolheu desde cedo, contudo não chegou a expressar o carinho por parte da genitora, como o outro interlocutor destacou, pois era seu genitor quem acabava mediando certas atitudes que o filho adotava em sua construção de gênero, dentro de uma família que assumia regras rígidas para muitas coisas. Seu pai construiu outras duas famílias e com seus novos irmãos não mantém muito contato.

Quanto à vida afetiva Augusto diz ter dito poucos namoros (quatro até então) sempre com mulheres cis e mais “pegações” (sic), desejava casar e ter filhos/as; não gostava de frequentar points de LGBTQIAP+ para que não fosse confundido como uma mulher lésbica. Passada a pesquisa ele estava noivo com uma mulher trans, em 2017. Em relação a Rai Carlos, este talvez por ter vivido outra época e com uma educação mais rígida, informou que frequentava as chamadas tertúlias,

5 Espécie de faixa que aperta a ponto de disfarçar totalmente o volume dos seios.

6 (sic) – segundo informações contadas.



que eram bailes disponibilizados em alguns clubes elitizados da cidade de Belém na década de 1980, geralmente nas tardes de domingo, tendo dificuldades para relacionamentos com mulheres, também cis, apenas olhava as garotas de sua faixa etária frequentadoras desses bailes. Durante sua trajetória teve cinco relacionamentos e o último culminou em seu casamento, estando na época da defesa da tese, em 2019, há 22 anos casados.

Sobre amizades Augusto tinha um amigo muito próximo que codinomei de Felipe, era outro homem trans de idades próximas, as mães deles se conheceram e as relações eram boas. Este amigo era tão próximo que em nossa primeira entrevista Augusto marcou na casa dele. Infelizmente algum tempo depois, soube pelas redes sociais que o rapaz havia falecido e confesso não tive coragem de perguntar como ocorreu, só entendi que não foi por algum tipo de violência. Já Rai Carlos não mencionou nenhum vínculo de amizade que pudesse ser levado por ele em suas falas para o contexto da pesquisa.

Em relação ao marcador política hei de enfatizar que viver é um ato político e entre os dois as diferenças em torno de suas identidades carregam peculiaridades e diferenças, afinal se trata de um aspecto interseccional trazido em suas narrativas. Augusto iniciou seu processo de transição em 2015, com mais homens trans circulando entre seu círculo, com mais informações em meio à internet, porém não percebi engajamento militante ao MLGBTQIAP+, talvez por receio de se expor, afinal entramos 2016 com um golpe iniciado que derrubou não somente uma presidenta, mas foi o andamento de várias regressões em nível de políticas públicas e, ainda, a supervalorização de valores religiosos de caráter fundamentalistas, desenvolvendo discursos conservadores dentro de espaços para além dos privados, com um (des)governo do qual conseguimos mudar após quatro desesperadores anos.

Rai Carlos fazia essas leituras das conjunturas políticas pelas quais passou o nosso país, ele foi militante do PC do B na época da ditadura e tinha muito receio de como estava caminhando o país desde 2016; fazia suas análises acerca de pessoas LGBTQIA+ usarem apenas as redes sociais como forma de militância, sem uma expressão política mais forte.

[...], chamou a atenção para o momento político crucial vivido por todes neste país. Para ele, ao invés de usarem as redes sociais como forma de cyber ativismo ou falar de situações particulares, deveriam se articular e fortalecer o segmento para que possíveis perdas não venham a ocorrer, bem como o tipo de exposição que observa pode levar a perseguições, caso haja a implantação de uma ditadura propriamente dita (Pinheiro, 2019, p. 217).

As violências, estas se deram de várias maneiras, sendo explícitas ou veladas em suas trajetórias. Augusto se deparou mais em seu ensino fundamental maior, quando ao ser provocado reagia com violência também. Houve um de seus relatos em que ele chegou a empurrar uma adolescente da escada de uma escola por conta da zombaria, provocação e falta de empatia para consigo. Para Rai Carlos os momentos em que estudou como adolescente as violências eram menos tensas, mas não menos densas, recebendo apelido ou simplesmente ser invisibilizado em certos momentos, mas que ele respondia negando cola ou passando por meio a colegas que o desrespeitavam, com a cabeça erguida. Cada pessoa sabe o que e como algo pode atingir sua subjetividade, este tópico na construção da tese mostrou que, mesmo em décadas de diferença entre essas trajetórias, o ambiente escolar necessita de mudanças acerca de diversidades, gêneros, sexualidades, raça/etnia, classes e outros tantos marcadores sociais que compõem nossa sociedade promovendo, sim, inclusão social.

A genitália como o último marcador destacado em que para Augusto não era pensado no momento da pesquisa em chegar a tal culminância de redesignação, talvez num futuro no qual ainda não havia projetado em mente, pois ele pesquisando sobre como ocorre tal procedimento disse ser bastante complexo e só de pensar em retirar um pedaço de pele de um de seus braços, vindo a deixar marcas expostas o deixava desencorajado para tal. Já para Rai Carlos é o seu desejo, pois se identifica como uma pessoa falocêntrica, que anseia em ter seu próprio pênis, apesar de saber das complexidades e risco de morte numa cirurgia de redesignação para o masculino, tanto que no Brasil, ainda não ocorreu nenhuma, devendo ir para os Estados Unidos fazê-la, tão logo possa. Vale ressaltar que os dois não gostam de associar o adjetivo trans à identificação do homem construído por eles mesmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendi, com minha etnografia, juntar minhas experiências e concepções como assistente social diante de situações que causavam inquietudes/indignação envolvendo usuários(as) e suas diversidades, acabando por fazer-me escolher a temática de gêneros (ou a temática escolheu-me); dentro do tema segui com o intuito de conhecer um pouco sobre as transgeneridades masculinas e assim, chamar a atenção para a necessidade de discussões em todos os espaços, a fim de enfrentarmos a violência com respeito e empatia: Augusto um rapaz atualmente com 32 anos, graduado em Marketing e atuando como profissional liberal devida à baixa absorção da força de trabalho de pessoas transgênero no mercado, em

empregos formais pela maioria dessa comunidade, sendo isso ponto para discussões em diversos eventos mobilizados pelo MLBTQIAP+, pois ainda é pequeno o acesso à escolaridade e mercado formal a esse público.

Rai Carlos pode ser considerado um privilegiado em relação a esses acessos, atualmente com 61 anos, um eterno militante das causas LGBTQIAP+, polêmico quase que sempre, é graduado em Filosofia e bacharel em Direito (sic), é o primeiro homem trans da região norte. Assim, como o outro interlocutor, optou em determinado momento por viver em certa invisibilidade como medida de segurança aos seus corpos e as suas vidas considerando, especialmente, os anos 2018-2022, contudo apesar das inseguranças apresentaram vários marcadores que interseccionaram em suas histórias e os quais foram apresentados resumidamente no tópico anterior. Tal invisibilidade informada faz-me reportar a Sedgwick, 2007 *apud* Pinheiro, 2019, quando usa a metáfora do armário e como recorreremos a ele para nos proteger, não somente pessoas homossexuais o fazem, mas qualquer um de nós temos os nossos e, até eventualmente, dependendo da necessidade vivida, o que torna um ato político.

A decisão pela busca à hormonioterapia envolve a discussão sobre as políticas públicas oferecidas a essa comunidade, a qual necessita ser respeitada em suas construções das identidades de gênero, Augusto recorria a médicos sempre que podia, às vezes pagando por isso, para poder acessar um receituário que prescrevesse o hormônio que pudesse comprar em farmácia. Rai Carlos, talvez por ter mais vivência, aguardou um pouco (iniciou na maturidade, com quase 50 anos) para buscar por esses medicamentos por medo de desencadear alguma doença e viesse a morrer, pesquisava bastante e utilizou o SUS com uma desenvoltura peculiar quando visa alcançar direitos; inclusive foi e talvez seja novamente, na atualidade, conselheiro de saúde representando a sociedade civil junto a seu município, Marituba, dialogando com o Ministério da Saúde e, assim, demonstrando a importância da participação como controle social, a partir do que apresenta Almeida, 2010b *apud* Pinheiro, 2019.

Essas trajetórias narradas e resumidas neste trabalho apontam como, ainda, é necessário conhecer mais sobre as transexualidades no sentido de desmistificar tantas coisas em pleno século XXI, na educação escolar e dentro de ambientes universitários faz-se necessário, haja vista que assim poderá ser enfrentadas atitudes de preconceito e discriminação, bem como poder formar profissionais mais empáticos/as a situações que serão atendidas em espaços diversificados, sejam públicos ou privados, incluindo atendimentos com famílias que vivam e/ou convivam com pessoas LGBTQIAP+. Aqui foi apenas um pequeno recorte ao que pode

e deve surgir no campo de pesquisa acerca da temática ora apresentada, no caso eu, como aliada às lutas por mais direitos e igualdades.

## AGRADECIMENTOS

Sigo sempre grata, a Augusto e a Rai Carlos, pela construção etnográfica que me marcaram pelas trocas e aprendizagens.

## REFERÊNCIAS

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Disponível em: <<https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso: em 20 out. 2023.

PINHEIRO, E. do S. G. *Corpos que transitam: as trajetórias desafiadoras de dois homens*, 2019, 249 p. Tese de doutorado.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificado, 2017.

# **HABITAR O INABITÁVEL: UM OLHAR PARA SOFRIMENTO, VIOLÊNCIA E AGÊNCIA NA EXPERIÊNCIA DE PESSOAS LGBTI+**

*Autores: Marcelo Tavares Natividade<sup>1</sup>  
Leandro de Oliveira<sup>2</sup>*

## **RESUMO:**

Esta comunicação é sobre complexas relações entre atuação de certos grupos conservadores, incluindo religiosos, na vida pública brasileira e experiências de violação de direitos de minorias, com foco nas políticas de sexo e gênero. Os últimos anos no cenário brasileiro foram assolados pela chegada ao poder da extrema direita e da viralização de discursos de ódio, pânico moral e pela obstrução e desaparecimento de pautas e agendas de direitos da política pública. A apresentação realça nexos entre a macropolítica e as políticas do cotidiano, a partir de um olhar para as queixas, lamentos, discursos emocionais e violações de direitos. O foco será na subjetividade e nas tramas discursivas implicadas no exercício do cuidado pastoral, da violência do Estado e em projetos de poder autoritários, que demonizam, desqualificam e colaboram para a produção de zonas de abjeção, desaparecimento e desconsideração. O material etnográfico analisado compreende um corpus de pesquisa amplo, dos dois autores. Focaliza entrevistas coletadas entre pessoas LGBTI+, em diferentes etapas da vida e com distintos vínculos religiosos, nas regiões sudeste e nordeste brasileiras. Discute como experiências de insegurança física e subjetiva, são atravessadas por marcadores sociais da diferença como classe, raça e etnia, geração, orientação sexual, gênero e HIV-Aids. O objetivo é lançar luz sobre formas de violência, dor e sofrimento no discurso sobre emoções e vivências de LGBTI+fobia. Por outro lado, serão discutidas formas de agência e resistências implicadas nos plurais vínculos entre religião, política e sexualidade, explicitando sobre distintos sujeitos, contextos, movimentos e redes.

1 NEPP-DH/UFRJ

2 DA-UFGM

# COMO O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO É VIVENCIADO PELAS MÃES DE PESSOAS TRANS?

*Juliana Maria da Cruz<sup>1</sup>*

*Raquel de Barros Pinto Miguel e Jaqueline Gomes de Jesus<sup>2</sup>*

## RESUMO

A pesquisa a que se refere este resumo tem como objetivo geral analisar como mães de pessoas transexuais vivenciam o processo de transição de gênero de seus/suas filhos/filhas. Especificamente, analisar os efeitos subjetivos do processo de transição de gênero nas mães de pessoas trans e analisar possíveis intervenções, através da psicologia social crítica e dos estudos de gênero, voltadas para mães de pessoas transexuais. Esta é uma pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa. Os dados estão sendo coletados via entrevistas com mães de pessoas trans. As participantes são contatadas através do Grupo Dignidade e são convidadas a participar de uma pesquisa de roteiro semiestruturado, abordando as temáticas estudadas. A pesquisa segue linha de análise aproximada à Análise do Discurso francesa (AD), através da qual se torna possível compreender “a relação com o interdiscurso e com os sentidos” (ORLANDI, 1995). Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados apresentados a seguir são parciais e são fruto tanto da aproximação inicial com o campo e com as participantes da pesquisa quanto dos levantamentos bibliográficos já realizados pelas autoras.

**Palavras-chave:** Transição de gênero, Maternidade, Psicologia.

1 Mestranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, [psijulianacruz@gmail.com](mailto:psijulianacruz@gmail.com);

2 Professora orientadora: doutora em Psicologia Social, Instituto Federal do Rio de Janeiro- IFRJ, [jaqueline.jesus@ifrj.edu.com](mailto:jaqueline.jesus@ifrj.edu.com)

# DESEJOS PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA: RELATO SOBRE A ARTICULAÇÃO DA APAE QUATIS COM O CENTRO DE CIDADANIA LGBTI - REGIÃO AGULHAS NEGRAS

*Iris Cristina da Silva Gonçalves de Souza<sup>1</sup>*  
*Karla Verri da Silva<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente relato de experiência profissional, tem como objetivo apresentar as estratégias da articulação entre a APAE QUATIS e o Centro de Cidadania LGBTI - Região Agulhas Negras Programa Rio sem LGBTIfobia. Destacamos que este assunto, apesar de estarmos em 2023 e já termos avançado, se faz necessário atualizar, dialogar, refletir e criar métodos para garantia de direitos, se tratando desta população específica, no caso pessoas com deficiência intelectual e múltiplas.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência, sexualidade, intersetorialidade

---

1 Assistente Social APAE QUATIS, Graduada em Serviço Social UNIFOA; Especialista em Saúde Mental com ênfase no cuidado interdisciplinar FASG, iriscsilvapr@gmail.com

2 Psicóloga APAE QUATIS, Graduada em Psicologia Estácio Resende, verrikarla@gmail.com;

## INTRODUÇÃO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais atua em nosso país há 69 anos e nossa luta foi, é e sempre será pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência e seus familiares. É um fato histórico que as pessoas com deficiência se constituíram enquanto sujeitos políticos de direitos há pouco mais de três décadas no Brasil e até o momento, existiram grandes avanços e concomitantemente retrocessos que impactaram no cotidiano desta população.

Nossa atuação profissional é baseada nas legislações vigentes nas diversas políticas públicas (Saúde, Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Econômico entre outras) e documentos norteadores da rede APAE Brasil. Citamos como norteador do nosso relato Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 18, do qual expressa “respeito à especificidade, à identidade de gênero e a orientação sexual da Pessoa com Deficiência” para iniciarmos nossa apresentação.

Grande parte da população visualiza a pessoa com deficiência, a partir do senso comum: infantilizados, um ser assexuado, sem direito a relacionamentos sexuais e afetivo, nem relações amorosas. A sociedade repulsa, não pensa e não dialoga sobre a orientação sexual deste seres humanos, enxergando apenas a deficiência em um corpo.

A partir da escuta de 4 atendidos do sexo masculino pela psicóloga da instituição Karla Verri, identificou-se que existia uma inquietação, curiosidade e desejo de se relacionar com pessoas do mesmo sexo. Ao mesmo tempo, também eles relatavam os medos devido a religião protestante, família, doenças, sociedade e da cidade, sendo esta compreendida como o município de Quatis, com aproximadamente 13.682 pessoas de acordo com o último senso do IBGE 2022.

Com os dados apresentados acima, iniciamos estudo de casos específicos e a assistente social Iris Silva representou a instituição APAE QUATIS no “Treinamento para Profissionais de Saúde e Assistência Social: Política Nacional de Saúde Integral LGBT” organizado pela Pró Reitoria de Extensão da UFJF, em janeiro de 2023. A partir disso, iniciamos diálogo semanal com os técnicos do Centro de Cidadania LGBTI (CCLGBTI) - Região das Agulhas Negras - Programa Estadual Rio sem LGB-Tifobia e traçamos estratégias para conseguir garantir o direito ao atendimento e orientação aos nossos assistidos.

## METODOLOGIA

Após estudo de caso interdisciplinar entre o Serviço Social e Psicologia na instituição, solicitamos estudo de caso com a equipe técnica do Centro de



Cidadania LGBTI, que estão localizado em nossa município. Compreendendo o preconceito existente em nossa sociedade, utilizamos como estratégia o planejamento pedagógico do mês de maio do qual se debateu sobre profissões. Posto isto, convidamos para uma roda de conversa com os atendidos o técnico do CCLGBTI, Psicólogo Roger, para relatar sobre sua profissão e o seu local de trabalho.

Após a apresentação do convidado, os atendidos ficaram curiosos para saber o significado de cada letra do CCLGBTI e após a explicação os atendidos entenderam e começaram a se indentificar com o significado de cada uma delas. Neste encontro, que aconteceu na praça da cidade, conseguimos debater sobre orientação sexual, preconceitos, violência e atendimentos especializados ofertados pelo CCLGBTI.

Os atendidos solicitaram ao psicólogo Roger uma visita ao CCLGBTI, para conhecer o espaço e os outros profissionais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No mês de maio, os atendidos realizaram a visita tão esperada ao Centro de Cidadania LGBTI e conheceram a equipe técnica, salas de atendimento, localização do espaço e socilizaram com a equipe e no final, vivenciaram um lanche compartilhado. Durante a visita, os atendidos identificaram a falta de acessibilidade na rua e no espaço físico e relataram ao Coordenador Sandro.

Nosso principal objetivo foi garantir o direito do acesso a informação aos atendidos que expressavam as inquietações sobre a orientação sexual. Baseamos nossa atuação e articulação, no trabalho multiprofissional e intersetorial, utilizando meios criativos e estratégias de atendimentos coletivos.

Foi compreendido pelos atendidos que eles não são apenas pessoas com deficiência e sim, pessoas que possuem desejo, vontades e curiosidades das quais precisam ser vivenciadas, orientadas e saciadas.

Após 4 meses de discussão técnica e métodos para dialogar com o CCLGBTI, conseguimos garantir um atendimento coletivo com um técnico e eles, nossos atendidos, com suas vozes e dúvidas, conseguiram ser ouvidos e obtiveram os esclarecimentos necessários para sua vida cotidiana.

Hoje, um dos nossos atendidos se tornou usuário do Centro de Cidadania LGBTI Região Agulhas Negras e frequenta o serviço semanalmente. Porém, todos os atendidos conhecem o local e sabem como chegar no Centro de Cidadania, caso precisem de um atendimento. Para além disso, existe um vínculo fortalecido entre os atendidos e o psicólogo Roger.

A partir desta experiência com os atendidos da APAE e com o serviço do Centro de Cidadania LGBTI, se promoveu um novo momento na cidade de Quatis, referente a PCD. Atualmente, a maioria dos profissionais da rede municipal estão repensando sobre a PCD e suas especificidades, principalmente enxergando-as como seres sexuados, com desejos e vontades.

Um dos momentos mais marcantes deste período, foi a instituição APAE Quatis ser convidada a participar do 1º Aniversário do CCLGBT no município e poder leva-los na comemoração, da qual tiveram destaque, sendo mencionados pelos membros da mesa e sentiram-se acolhidos pelos presentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de garantir acesso à informação, atendimento dos nossos atendidos ao Centro de Cidadania LGBTI se faz necessário a continuidade do trabalho. Refletimos que o primeiro passo foi construído, porém as demandas não foram totalmente cessadas.

Vivenciamos momentos que se tornaram marco na história de Quatis, para a PCD Intelectual e múltiplas, porém existe muito a avançar, progredir para garantir e efetivar a garantia dos direitos.

Acreditamos que a proximidade da rede municipal de atendimento e o amplo debate deste tema com os parceiros irão possibilitar a criação de novas estratégias, fluxo e acolhimento a este público.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência, sexualidade, intersetorialidade.

## AGRADECIMENTOS

Em tempos de tanta individualidade e desmonte, gostaríamos de agradecer ao Presidente da APAE Quatis, srº Luciano Silva, pela confiança depositada em nosso trabalho e por se fazer presente nesta luta. Agradecemos aos profissionais do Centro de Cidadania LGBTI Agulhas Negras, o Coordenador Sandro Hernani Pinheiro, o Psicólogo Roger Hendry de Oliveira, a Advogada Elisany Danazia da Cunha, Assessora Técnica Hiara Peixoto de Souza Silva e Dandara Maria Americano pelo acolhimento, parceria e compreensão da nossa realidade e necessidade do atendimento ao nosso público alvo.

## REFERÊNCIAS

**ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p. Conteúdo: Lei no 13.146/2015.

**BOAVIDA,** Maria Inês de Noronha Vivência da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual profunda: perspectiva dos pais e profissionais. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Universidade de Coimbra, 2014. <https://www.proquest.com/openview/54857cf2a819c5681fbc5760ed0e1081/1?p-q-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> Acesso 01/09/2023 às 14:40hs.

APAE BRASIL. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais nas APAES. 1. Ed- Brasília.

# ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SUS: CONTRIBUIÇÕES NA LUTA PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS EM SAÚDE DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS NO AMBULATÓRIO DE TRANSDIVERSIDADE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Gabs Andrade Cruz Queiroz<sup>1</sup>*

*Carolina Bastos da Cunha<sup>2</sup>*

*Michelle de Moura Ballarini<sup>3</sup>*

*Ursula Viana Bagni<sup>4</sup>*

## RESUMO

O nutricionista é essencial para prevenção, proteção, promoção e recuperação da saúde das pessoas transgênero. Durante o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde, sua atuação é ainda mais necessária, face aos múltiplos desdobramentos na saúde e bem-estar físico, mental e social. Este trabalho pretende discutir sobre este tema com base na experiência do nutricionista do Ambulatório Identidade de Transdiversidade do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, reconhecido pelo Ministério da Saúde. O Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada quanto o Direito à Saúde vêm sendo ampliados pela atuação desse profissional em múltiplas direções, com base nas necessidades da população atendida: 1) busca de estratégias para mitigar a insegurança alimentar e nutricional; 2) prevenção e/ou controle de problemas de saúde relacionados à nutrição diretamente associados à hormonização; 3) intervenção nas práticas alimentares não-saudáveis que favorecem distúrbios nutricionais; 4) vigilância dos comportamentos de risco para transtornos alimentares; 5) acompanhamento nutricional no período perioperatório de procedimentos cirúrgicos

1 Graduando/a/e do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, [gabriela.queiroz@edu.unirio.br](mailto:gabriela.queiroz@edu.unirio.br);

2 Médica da Unidade Docente Assistencial de Endocrinologia do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

3 Médica do Ambulatório Identidade de Transdiversidade do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, [michelle.balarini@hupe.uerj.br](mailto:michelle.balarini@hupe.uerj.br)

4 Docente do Curso de Nutrição da Universidade Federal Fluminense - UFF, [ursulaviana@id.uff.br](mailto:ursulaviana@id.uff.br);

realizados no processo transexualizador. Os resultados desta atuação confirmam a necessidade de inclusão do profissional nutricionista na equipe mínima dos serviços de atenção especializada no processo transexualizador no SUS.

**Palavras-chave:** Transgeneridade, Alimentação, Nutrição, Direitos Humanos, Sistema Único de Saúde.

## O ARTEVISMO COMO FORMA DE LUTA POLÍTICA DE CORPOS MARGINALIZADOS NO ACESSO A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO II (RE)EXISTIR EM BELÉM-PA.

*Aline Stefany Queiroz Leite<sup>1</sup>*  
*Rodrigo Cleber Leão de Oliveira<sup>2</sup>*

### RESUMO

A arte sempre esteve presente nos manifestos de luta por direitos, principalmente quando falamos de grupos subalternizados socialmente, diante disso, a arte e a luta de pessoas LGBTQIAPN+, pessoas pretas, periféricas sempre foi silenciada ou impedida de ocupar espaços de protagonismo. O II (Re)Existir surge com a proposta de falar sobre crises climáticas e sobre as vivências de pessoas LGBTQIAPN+, pretas, periféricas. Dar a oportunidade de terem suas vivências vistas e de mostrarem como resistem em meio a um mundo tão preconceituoso. O evento durou dois dias e contou com a presença de 15 artistas, entre dança, música, show de drags, entre outros, na tentativa de potencializar encontros. Diante dessa experiência para esse trabalho buscou-se elaborar o que foi vivido a partir de uma reflexão sobre o fazer político da arte através do Artevismo como ferramenta de busca de direitos, principalmente ao direito de se existir dentro da cidade. Portanto, é necessário que se pense em estratégias de promoção de políticas de incentivo a esses artistas, na tentativa de que suas mensagens cheguem aos mais variados públicos.

**Palavras-chave:** Artevismo; LGBTQIAPN+; Direito; Cultura

1 Bacharela do curso de psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA); Pós-graduanda da Especialização em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia pelo PPGDDA da Universidade Federal - PA. Alinestefany.1515@gmail.com;

2 Bacharel em psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP-UFPA). Rodrigo.leaoo@hotmail.com

# DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E INTERSECCIONALIDADES NA COMUNIDADE LGBTI+: ACHADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO LGBTI+

*Akira Borba Colen França<sup>1</sup>*  
*Leandra Sobral Oliveira<sup>2</sup>*  
*Luddy Searom Carias de Moraes<sup>3</sup>*  
*Wisney Batista dos Santos<sup>4</sup>*

## RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama das discriminações e violências que habitam a população LGBTI+ no Brasil a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem da População LGBTI+ 2019, realizada pela ONG TODXS. Os dados foram obtidos através de questionário online, que passou por etapas de validação do instrumento e do cálculo amostral. A coleta durou 3 meses e obteve 15326 respostas de pessoas maiores de 18 anos, das 27 capitais das Unidades da Federação. As violências encontradas foram divididas em quatro eixos temáticos: Discriminação dentro e fora da comunidade LGBTI+; Discriminação na vivência escolar e universitária; Violências verbais; e Violências físicas. Os resultados mostram a importância da interseccionalidade para a compreensão desses fenômenos na população LGBTI+, com os marcadores de identidade de gênero, orientação sexual e raça tomando papel central. 56% das pessoas de identidade de gênero masculina e 65% não-binária relatam episódios de discriminação em suas vivências escolares, valor contrastado com 43% para as pessoas de identidade feminina. 71% das pessoas relataram já terem sofrido discriminação por sua orientação sexual, valor que passa dos 79% em pessoas indígenas. Mesmo dentro da comunidade, 73% das pessoas relataram

1 Mestra em Educação (UFRGS), Doutoranda em Informática na Educação (UFRGS), líder de pesquisa na ONG TODXS Brasil - akira.borba@todxs.org;

2 Doutora em Psicologia Social (UERJ), Especialista em gênero e sexualidade (UERJ), analista de pesquisa na ONG TODXS Brasil - leandra.oliveira@todxs.org

3 Mestre em Biologia (UEM), analista de pesquisa na ONG TODXS Brasil - luddy.searom@todxs.org;

4 Especialista em Psicologia Social (Faculdade Futura), analista de pesquisa na ONG TODXS Brasil - wisney.berig@todxs.org

já terem se sentido discriminadas, número que chega a 77% para as pessoas pretas, e 79% para as pessoas indígenas. A pesquisa tem caráter amostral, portanto, não representa de forma absoluta a realidade da população LGBTI+. Contudo, acreditamos que um panorama do perfil dessas experiências de discriminação e violência contribua para a comunidade científica e para a elaboração de políticas públicas.

**Palavras-chave:** População LGBTI+, Interseccionalidade, Discriminação, Violência, LGBTfobia



## INTRODUÇÃO

Já adentra o senso comum os altos níveis de LGBTfobia com que convive a sociedade brasileira. Segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia, uma morte violenta LGBTfóbica aconteceu a cada 34 horas no Brasil em 2022 (Grupo Gay da Bahia, 2023). Ainda que o Governo Federal esteja ciente da situação e reconheça sua gravidade (Agência Brasil, 2023), que se repete há mais de uma década, não há mobilização concreta de produção de dados oficiais ou de políticas públicas nesse sentido. É a sociedade civil organizada, materializada em suas ONGs, que assume o papel de produção de dados confiáveis, relatórios e pesquisas que possam embasar a ação do poder público.

Importa destacar que os dados disponíveis revelam forte interseccionalidade. O dossiê produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023) revela que os assassinatos de pessoas trans, por exemplo, precisam ser compreendidos levando em conta a classe social, gênero e raça da vítima, para além de outros marcadores importantes. É verdade que a interseccionalidade não é um contexto novo nos estudos feministas (Davis, 2016), e vem ganhando papel central também nas análises e lutas transfeministas (Nascimento, 2016; Pinho, 2008). Portanto, segue de relevância que ONGs e outras entidades da sociedade produzam e divulguem dados sobre discriminação e violência lgbtfóbica, especialmente aqueles dados que contem com análise interseccional.

Nesse sentido, este artigo apresenta um recorte da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ 2019, com ênfase em seu bloco de violência de discriminação (TODXS, 2022). Apresentam-se dados sobre discriminação e violência em geral, discriminação no ambiente escolar e discriminação dentro da própria comunidade LGBTI+. Espera-se que esses dados auxiliem na compreensão dos números alarmantes de violências e assassinatos LGBTfóbicos no Brasil, informando a academia e as pessoas formuladoras de políticas públicas.

## METODOLOGIA

A pesquisa por amostra foi realizada em plataforma online, com questionário de 115 perguntas, inclusive com perguntas adicionais condicionais, cujas respostas foram armazenadas em base de dados para análise. Dessa forma, selecionou-se a plataforma online SurveyMonkey (<https://pt.surveymonkey.com>). Reconhece-se que um questionário online possui limitações de acesso. No entanto, em um contexto em que cerca de 80% dos domicílios brasileiros possuem conexão com internet, chegando a 82% nas zonas urbanas (Ministério das Comunicações,

2023), compreende-se que essas limitações não são suficientes para diminuir as contribuições possíveis da pesquisa.

A pesquisa coletou informações de pessoas LGBTI+ das 27 capitais brasileiras. Com período de coleta de aproximadamente três meses, que se iniciou em 04 de abril e finalizou em 03 de julho de 2019, obteve-se 15326 respostas validadas, todas de pessoas maiores de 18 anos no momento da coleta dos dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, apresentam-se os dados sobre a discriminação de identidade de gênero, isto é, o relato pessoal de ter se sentido vítima de discriminação, conforme figura a seguir (figura 1).

**Figura 1:** Gráfico de Barras: Nos últimos 12 meses, você se sentiu discriminada/o/e por causa da sua identidade de gênero?



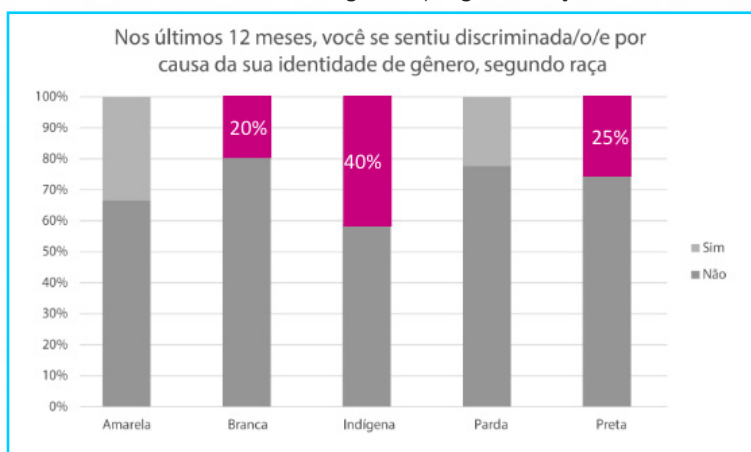
Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por conta de sua identidade de gênero nos últimos 12 meses. Sim = 21,7%; Não = 78,3%.

**Fonte:** TODXS, 2022, p.26

Como pode-se perceber na Figura 1, cerca de 20% das pessoas respondentes relataram discriminação por sua identidade de gênero. No entanto, um olhar interseccional revela que este valor agregado não é suficiente para compreensão dos dados (Figura 2). Observa-se que, enquanto 20% das pessoas brancas relataram discriminação, o valor chega a 25% para pessoas pretas e a 40% para as pessoas indígenas. Assim, além da importância da análise racial, destaca-se que entender raça como a díade entre pessoas brancas e pessoas negras é insuficiente para compreensão da realidade lgbtfóbica no Brasil.

Além da análise racial, outro marcador identitário importante para compreender a discriminação da identidade de gênero é o da cisgeneridade. Os dados (Figura 3) mostram que cerca de 16% das pessoas cis relataram essa discriminação, enquanto cerca de 66% das pessoas trans fizeram o mesmo relato. Esse dado não de sobremaneira uma surpresa, mas destaca a importância das diferentes dinâmicas lgbtfóbicas entre pessoas cis e pessoas trans.

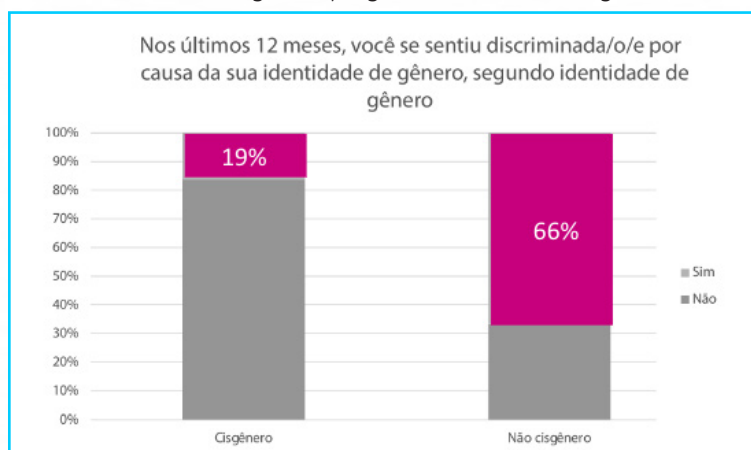
**Figura 2:** Gráfico de Barras: Nos últimos 12 meses, você se sentiu discriminada/o/e por causa da sua identidade de gênero, segundo raça



Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por conta de sua identidade de gênero nos últimos 12 meses, segundo raça. Amarela, Sim = 33,3%, Não = 66,7%; Branca, Sim = 19,6%, Não = 80,4%; Indígena, Sim = 40,9%, Não = 59,1%; Parda, Sim = 22,3%, Não = 77,7%; Preta, Sim = 25,2%, Não = 74,8%.

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.27

**Figura 3:** Gráfico de Barras: Nos últimos 12 meses, você se sentiu discriminada/o/e por causa da sua identidade de gênero, segundo identidade de gênero

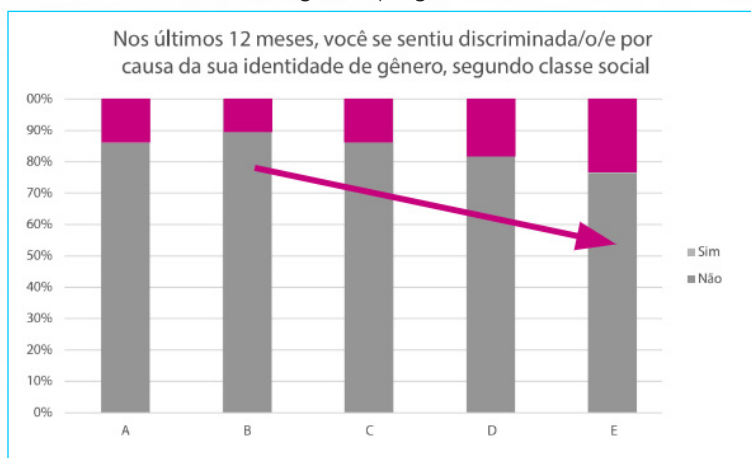


Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por conta de sua identidade de gênero nos últimos 12 meses, segundo identidade cis e trans. Cis, Sim = 16,4%, Não = 83,6%; Trans, Sim = 66,6%, Não = 33,4%.

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.28

Finalmente, outro marcador essencial para compreensão da discriminação por identidade de gênero é o de classe social. Conforme pode ser visualizado na Figura 4, são as pessoas das classes sociais mais baixas que relatam maiores índices dessa discriminação.

**Figura 4:** Gráfico de Barras: Nos últimos 12 meses, você se sentiu discriminada/o/e por causa da sua identidade de gênero, segundo classe social

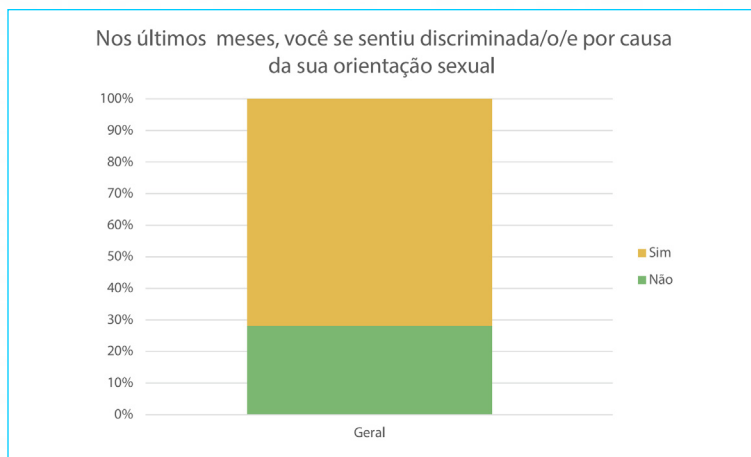


Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por conta de sua identidade de gênero nos últimos 12 meses, segundo classe social. Classe A, Sim = 14%, Não = 86%; Classe B, Sim = 10,4%, Não = 89,6%; Classe C, Sim = 13,7%, Não = 86,3%; Classe D, Sim = 17,9%, Não = 82,1%; Classe E, Sim = 23,5%, Não = 76,5%.

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.27

Quando analisa-se os dados de discriminação por orientação sexual, os valores são bem distintos (Figura 5). Observa-se que essa discriminação atinge uma proporção muito maior da população LGBTI+ brasileira, com cerca de 71% relatando terem vivido-a no último ano.

**Figura 5:** Gráfico de Barras: Nos últimos 12 meses, você se sentiu discriminada/o/e por causa da sua orientação sexual?

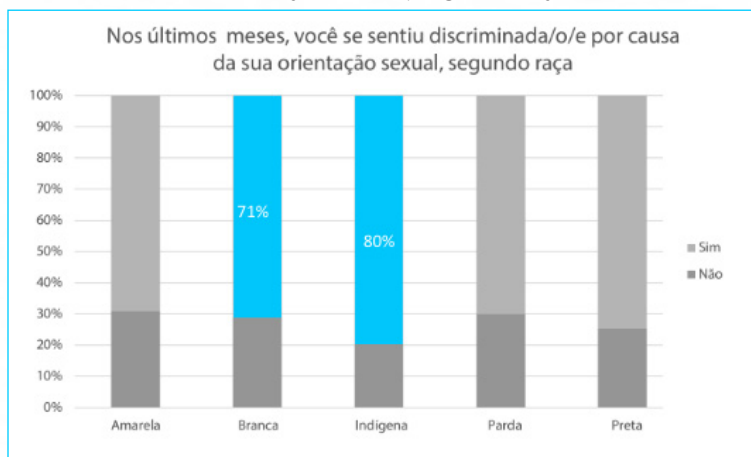


Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por conta de sua orientação sexual, nos últimos 12 meses. Não = 28,6%; Sim = 71,4%

**Fonte:** TODXS, 2022, p.29

Apesar de mais prevalente, a discriminação por orientação sexual também possui componentes interseccionais, como raça, por exemplo (Figura 6). É nítida a diferença entre os índices de discriminação apontado pelas pessoas brancas (71%) e indígenas (cerca de 80%), mais uma vez reforçando a necessidade de ampliar a diáde branco-negro nas análises raciais.

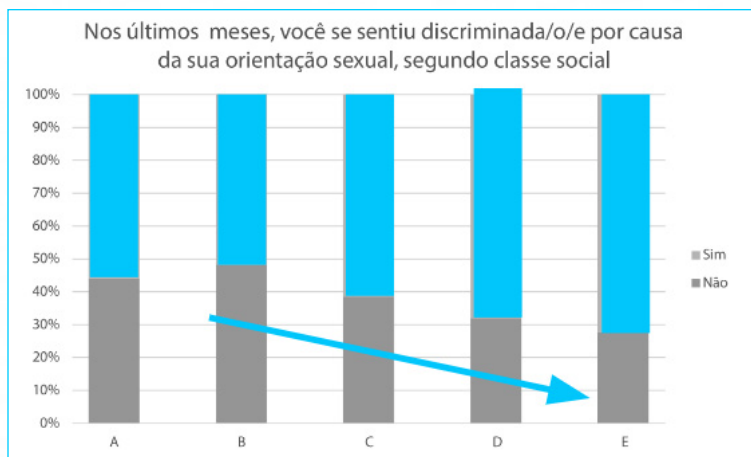
**Figura 6:** Gráfico de Barras: Nos últimos 12 meses, você se sentiu discriminada/o/e por causa da sua orientação sexual, segundo raça



Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por conta de sua orientação sexual, nos últimos 12 meses, segundo raça. Amarela, Sim = 69%, Não = 31%; Branca, Sim = 71%, Não = 29%; Indígena, Sim = 79,5%, Não = 20,5%; Parda, Sim = 70%, Não = 30%; Preta, Sim = 74,6%, Não = 25,4%.

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.29

**Figura 7:** Gráfico de Barras: Nos últimos 12 meses, você se sentiu discriminada/o/e por causa da sua orientação sexual, segundo classe social



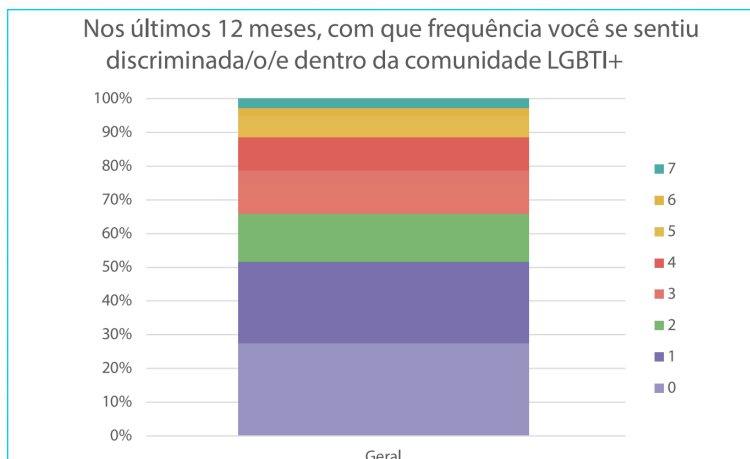
Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por conta de sua orientação sexual, nos últimos 12 meses, segundo classe social. Classe A, Sim = 55,8%, Não = 44,2%; Classe B, Sim = 51,8%, Não = 48,2%; Classe C, Sim = 61,4%, Não = 38,6%; Classe D, Sim = 68%, Não = 32%; Classe E, Sim = 72,4%, Não = 27,6%.

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.29

Além disso, de maneira similar à discriminação por identidade de gênero, a identidade por orientação sexual também apresenta dinâmicas classistas, expondo as classes sociais mais baixas a maiores índices de violência (Figura 7).

Para além dos níveis de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual, é necessário compreender as dinâmicas de violência que perpassam a própria comunidade LGBTI+. Muitas vezes descrita como um espaço seguro, frequentemente a comunidade reproduz violências que seriam esperadas dos centros de poder cisheteronormativos. Como podemos observar na figura 8, apenas cerca de 28% da população LGBTI+ sente-se plenamente segura na comunidade, isto é, relata nunca ter vivido discriminação dentro da mesma.

**Figura 8:** Gráfico de Barras Empilhadas: Nos últimos 12 meses, com que frequência você se sentiu discriminada/o/e dentro da comunidade LGBTI+



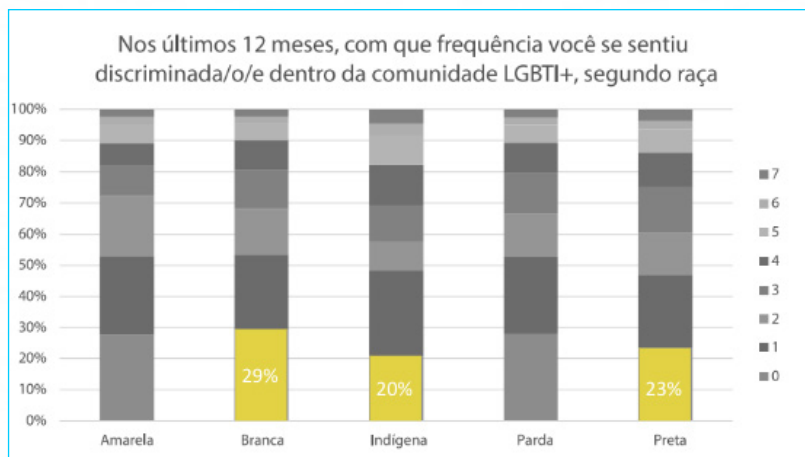
Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas dentro da comunidade LGBTI+, nos últimos 12 meses, com frequência de 0 (nunca) a 7 (muito frequentemente). Os dados estão descritos na tabela a seguir

0	1	2	3	4	5	6	7
27,9%	24,2%	14,3%	12,8%	9,8%	6%	2,3%	2,7%

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.31

Novamente, o dado geral beneficia-se de ser analisado de maneira interseccional. Quando conduzimos análises baseadas em raça, vemos que, enquanto pessoas 29% das pessoas brancas relatam nunca terem sofrido discriminação dentro da comunidade, este valor cai para 23% da população preta e para 20% da população indígena (Figura 9). Ou seja, a comunidade LGBTI+ não está isenta das dinâmicas de discriminação e violência racistas, e é um espaço seguro de segurança desigual para seus habitantes.

**Figura 9:** Gráfico de Barras Empilhadas: Nos últimos 12 meses, com que frequência você se sentiu discriminada/o/e dentro da comunidade LGBTI+, segundo raça

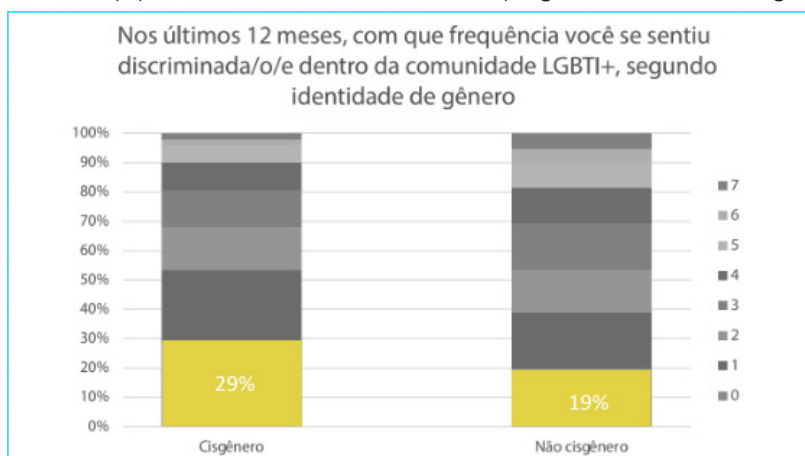


Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas dentro da comunidade LGBTI+, nos últimos 12 meses, com frequência de 0 (nunca) a 7 (muito frequentemente). Os dados estão descritos na tabela a seguir

	0	1	2	3	4	5	6	7
Amarela	27,7%	25,3%	19,3%	9,6%	7,2%	6%	2,4%	2,4%
Branca	29,3%	24,1%	14,8%	12,3%	9,6%	5,4%	2,2%	2,3%
Indígena	20,8%	27,7%	9,2%	11,5%	13,1%	9,2%	3,8%	4,6%
Parda	28%	24,8%	13,7%	13%	9,8%	5,8%	2,3%	2,6%
Preta	23,4%	23,4%	13,4%	14,8%	11%	7,5%	2,6%	3,7%

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.31

**Figura 10:** Gráfico de Barras Empilhadas: Nos últimos 12 meses, com que frequência você se sentiu discriminada/o/e dentro da comunidade LGBTI+, segundo identidade de gênero



Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas dentro da comunidade LGBTI+, nos últimos 12 meses, com frequência de 0 (nunca) a 7 (muito frequentemente). Os dados estão descritos na tabela a seguir



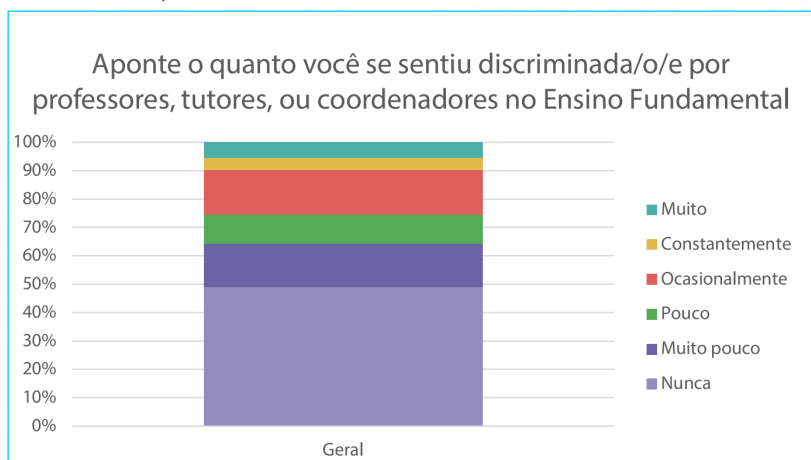
	0	1	2	3	4	5	6	7
Cisgênero	28,8%	24,6%	14,4%	12,5%	9,6%	5,6%	2,1%	2,3%
Não cisgênero	19,5%	19,4%	14,2%	16,1%	12,3%	8,8%	4,4%	5,3%

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.33

Mais uma vez, também a discriminação dentro da comunidade contém dinâmicas de reprodução da transfobia. Enquanto cerca de 29% das pessoas cis percebem a comunidade como um ponto totalmente seguro, o número cai para 19% para as pessoas trans.

A última esfera de discriminação e violência a que esse artigo se dedica é a violência na educação formal. Selecionou-se o dado da discriminação de pessoas estudantes do ensino fundamental, isto é, crianças, sofrida por pessoas tutoras, professoras ou coordenadoras, isto é, os adultos daquele espaço (figura 11). Essa é uma discriminação especialmente significativa, pois além de representar adultos discriminando crianças, também é vivida em um espaço teoricamente seguro (a escola), por adultos teoricamente responsáveis por sua formação humana (pessoas professoras).

**Figura 11:** Gráfico de Barras Empilhadas: Aponte o quanto você se sentiu discriminada/o/e por professores, tutores ou coordenadores no Ensino Fundamental



Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por seus professores, tutores ou coordenadores no ensino fundamental. Muito = 5,2%, Constantemente = 4,3%, Ocasionalmente = 15,4%, Pouco = 10,3%, Muito pouco = 15,2%, Nunca = 49,5%.

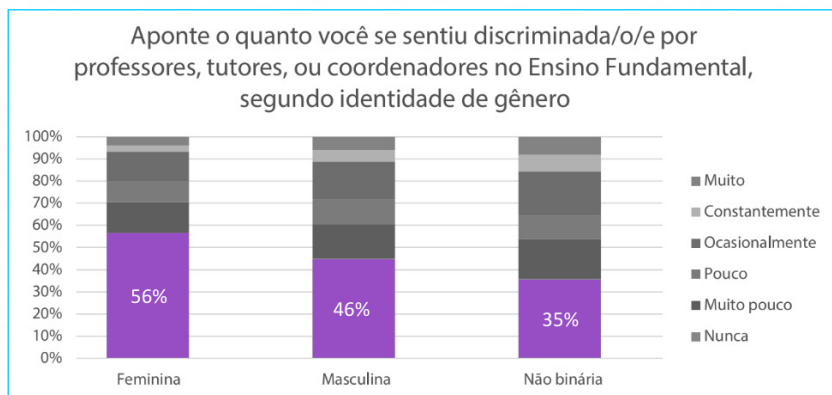
**Fonte:** TODXS, 2022, p.35

Observa-se que, infelizmente, apenas 49,5% das pessoas respondentes relataram nunca terem sentido esse tipo de discriminação. Isto é, para mais da

metade da população LGBTI+, há algum nível de discriminação por parte dos adultos em suas vivências nas primeiras etapas da escolarização. Mais uma vez, os dados precisam ser abertos para compreensão mais completa do fenômeno da discriminação. Neste caso, seleciona-se a variável gênero (identitário, e não necessariamente de registro) para expansão dessa compreensão.

Nota-se (figura 12), que a escola no ensino fundamental chegou a ser um espaço totalmente seguro para 56% das pessoas do gênero feminino, valor que cai 46% para o gênero masculino e chega a 35% para as pessoas não binárias. Entende-se que esses valores demonstram a imposição da masculinidade no ambiente escolar, que se apresenta como lgbtfobia nesses ambientes formativos especialmente percebida pelas pessoas que não são do gênero feminino.

**Figura 12:** Gráfico de Barras Empilhadas: Aponte o quanto você se sentiu discriminada/o/e por professores, tutores ou coordenadores no Ensino Fundamental, segundo identidade de gênero



Legenda acessível: Gráfico de barras empilhadas sobre se as pessoas respondentes já se sentiram discriminadas por seus professores, tutores ou coordenadores no ensino fundamental, segundo identidade de gênero. Os dados estão descritos na tabela a seguir.

	Muito	Constantemente	Ocasionalmente	Pouco	Muito pouco	Nunca
Feminina	3,92%	2,83%	13,39%	9,19%	14,08%	56,6%
Masculina	5,97%	5,25%	16,58%	11,38%	15,65%	44,9%
Não-binária	8,17%	7,56%	19,88%	10,61%	17,8%	35,98%

**Fonte:** Adaptado de TODXS, 2022, p.38

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, apresentaram-se dados agregados e interseccionais de facetas de discriminação e violência vividas pela população LGBTI+. Esses dados mostraram não apenas como a lgbtfobia abrange distintas discriminações, vividas com intensidades diferentes, como a discriminação por identidade de gênero

e por orientações sexual, mas também como essas discriminações operam em conjunto com marcadores de raça e classe, por exemplo. Além disso, os dados também descortinam o caráter racista e transfóbico da própria comunidade LGBTI+, que reproduz violências encontradas nos centros de poder cisheternormativos. Finalmente, também são evidentes os componentes das violências LGBTfóbicas e a imposição de masculinidades e limitações nas vivências escolares, que também deveriam ser espaços seguros.

Dada a escassez de dados oficiais, são os dados produzidos pela sociedade civil que alimentam os debates acadêmicos e pressionam pela criação e transformação de políticas públicas. Espera-se que os dados aqui selecionados contribuam positivamente para estas frentes de trabalho e de garantia de direitos da população LGBTI+.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasil é o país com mais mortes de pessoas trans no mundo, diz dossiê. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-pessoas-trans-no-mundo-diz-dossie>. Acesso em: nov. 2023.

ANTRA. (2023). Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: nov 2023.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBTI+ Brasil. **Observatório do Grupo Gay da Bahia**. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-daa-bahia-2022/>. Acesso em: nov. 2023.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. 80% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, aponta pesquisa. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/maio/80-dos-domicilios-brasileiros-possuem-acesso-a-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: nov. 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021

PINHO, O. Relações raciais e sexualidade. In: PINHO, O.; SANSONE, L. (Org.). **Raça:** novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 257-293.

TODXS. **Pesquisa Nacional Por Amostra da População LGBTI+:** Discriminação e Violência. [S.l.]: TODXS, 2022. Disponível em: <https://todxs-site.s3.amazonaws.com/pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-lgbti-discriminacao-e-violencia.pdf>. Acesso em: nov 2023.

# REQUALIFICAÇÃO CIVIL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA REGIÃO AGULHAS NEGRAS

*Elisany Damázia da Cunha<sup>1</sup>*  
*Hiará Peixoto de Souza Silva<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir acerca do trabalho realizado no Centro de Cidadania LGBTI Agulhas Negras, no que se refere à requalificação civil de pessoas trans e travestis, articulando a retificação de prenome e gênero a partir do Provimento 73/2018 à promoção da cidadania desses sujeitos. O objetivo deste relato é promover discussão e reflexão sobre as barreiras enfrentadas cotidianamente junto aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, aos Departamentos de Identificação Civil e Receita Federal e órgãos das três esferas de governo. Em um ano de existência do Centro de Cidadania LGBTI Agulhas Negras, foram realizados 46 atendimentos com solicitação de alterações de documentação civil, sendo a grande maioria efetivada com êxito, mas com casos isolados em que foram necessárias judicializações. No entanto, conclui-se, a partir das experiências, que as pessoas trans e travestis atendidas apresentam maior qualidade de vida e empoderamento a partir do momento em que começa a vivenciar, na forma da lei, o uso do seu nome condizente com sua identidade de gênero.

**Palavras-chave:** Requalificação Civil, Pessoas Trans e Travestis, Promoção da Cidadania.

1 Pós-Graduada do Curso de Direito do Trabalho da Faculdade Legale - RJ, Advogada do Centro de Cidadania LGBTI Agulhas Negras / Programa Rio Sem LGBTIfobia, [elisanydamaziaadv@gmail.com](mailto:elisanydamaziaadv@gmail.com);

2 Graduada do Curso de Odontologia do Centro Universitário UNIFOA - RJ, Assessora Técnica do Centro de Cidadania LGBTI Agulhas Negras / Programa Rio Sem LGBTIfobia, [hiarapeixoto77@gmail.com](mailto:hiarapeixoto77@gmail.com);

## REDE DE SERVIÇOS: GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS À PESSOAS TRANS NO MUNICÍPIO DE BELÉM

*Barbara Caroline Martins Oliveira<sup>1</sup>*

*Laura Michele Serrão Lima Gomes<sup>2</sup>*

*Adriana de Azevedo Mathis<sup>3</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho apresenta um levantamento das redes de serviços, instituições governamentais municipais e estaduais que atuam com pessoas trans e a articulação entre essas redes na garantia dos direitos sociais de pessoas trans no município de Belém. Este estudo é de natureza qualitativa e tem por metodologia: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com o levantamento das redes de serviços por meio de sites, visitas institucionais, reuniões com gestoras/es governamentais. Os resultados mostram que existe articulação entre as instituições visitadas, por meio de encaminhamentos feitos entre as instituições que trabalham com pessoas trans. Porém, há um desconhecimento destes serviços por parte da população, seja por parte das pessoas trans, ou seja, por parte de profissionais que de alguma forma atendem, mesmo que com frequência menor, pessoas trans. Assim como existe a necessidade de fortalecimento de políticas públicas direcionadas a este segmento, particularmente políticas sociais relacionadas a educação e empregabilidade para pessoas trans.

**Palavras-chave:** Rede de Serviços, Pessoas Trans, Políticas Públicas.

---

1 Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); Residente do Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI na Clínica de Atenção à Violência (CAV/ICJ/UFPA); Gerente da Diversidade Sexual e Gênero da Secretária de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Estado do Pará (SEIRDH). E-mail: [barbaramartinsoliveira18@gmail.com](mailto:barbaramartinsoliveira18@gmail.com);

2 Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: [lmichele.lgomes@gmail.com](mailto:lmichele.lgomes@gmail.com);

3 Professora Dra. de Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA); E do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [adriana.azevedo.mathis@gmail.com](mailto:adriana.azevedo.mathis@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

O presente artigo<sup>4</sup> discute a articulação e organização das redes de organizações governamentais (GLOS, CDS, CEDS, NDDH/DPE, entre outros) na garantia dos direitos sociais de pessoas trans<sup>5</sup> no município de Belém. Este estudo foi realizado a partir da teoria social crítica e tem por metodologia uma análise de natureza qualitativa com pesquisa de campo, contendo os seguintes passos: pesquisa bibliográfica, levantamento das redes de serviços por meio digitais, visitas institucionais com descrição em diário de campo das reuniões com as/os gestoras/es dessas instituições.

Chegou-se a esse tema após observar que, na realidade prática, há um desconhecimento dos serviços e locais de atendimento que são ofertados no município para as pessoas trans da população em geral, seja o público-alvo dos atendimentos, seja os/as profissionais. Tal fenômeno foi observado a partir da experiência e atuação de uma das pesquisadora em movimentos sociais (Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia – GRETTA), a qual identificou-se a necessidade da visibilidade dessas informações e acessibilidade das mesmas, tanto para as/os usuárias/os como para população em geral.

O desenvolvimento deste trabalho está dividido em quatro tópicos: no primeiro tópico, apresenta-se uma breve discussão geral sobre preconceito e transfobia. No segundo tópico, evidencia-se uma discussão sobre política sociais. No terceiro tópico, identificam-se as redes de serviços ofertadas para pessoas trans em Belém. E por fim, apresenta-se uma análise sobre a articulação dessa rede a partir das reuniões com as/os gestoras/es dessas instituições visitadas pela pesquisadora.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo pretende mapear a rede de serviços que se apresentam por meio de projetos e ações da política social direcionada para pessoas trans no município de Belém, sujeitos da comunidade de pessoas travestis e transexuais<sup>6</sup>, que no Brasil são indivíduos que vivem, em sua maioria, em condições de pobreza e

4 Este estudo é parte do resultado da pesquisa de conclusão do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA.

5 Mulheres Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans, são as identidades políticas que serão utilizadas durante a construção desse artigo.

6 Pessoas que se identificam com o sexo oposto ao sexo biológico determinado ao nascimento. “São as pessoas que, tendo sido registradas no sexo masculino ou feminino ao nascerem, se identificam como sendo de outro gênero.” (CFESS, 2016, p. 10)

vulnerabilidade política e social, a partir de determinantes sociais e históricos, como o preconceito, o patriarcado e o conservadorismo religioso, que beira ao reacionarismo, naturalizando a violência e discriminação contra pessoas trans (Transfobia).

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2016), a transfobia acontece desde a infância contra pessoas trans, de diversas formas a exemplo, abandono e negligência, opressões e violências em geral e sem a intervenção do Estado contra esse tipo de discriminação.

Diante disso, o Brasil torna-se o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais<sup>7</sup> sobre violência contra pessoas trans no Brasil observa-se que desde o ano 2017 (Benevides, 2022) o Brasil foi apontado como o país que mais matou pessoas trans no mundo, sempre seguido pelo México em segundo lugar e pelos Estados Unidos na terceira posição, estes três países seguem na liderança do ranking de mortes nos últimos cinco anos. (Benevides, 2022)

Ainda segundo o dossiê, o Estado do Pará está entre os dez estados com maior número de violência no Brasil, ocupando a oitava posição entre os estados brasileiros que mais mataram pessoas trans, com o número total de 31 casos de assassinatos entre os anos de 2017 e 2021 (Benevides, 2022).

Estes dados podem revelar resultados desafiadores para a implementação de políticas públicas no município de Belém, no que tange o combate a transfobia, uma vez que: “as instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos básicos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus-tratos, humilhações, desrespeito)” (CFESS, 2016).

A população trans é dentre as outras siglas da comunidade LGBTQIA+, a que mais sofre violência e negação de direitos. De acordo com Bonassi. et. al. (2015) observa-se

Os tipos mais frequentes são a discriminação, as violências psicológica, física e institucional, sendo indicados também os serviços de segurança pública, educação, saúde e assistência social como autores. (BONASSI, et. al., 2015, p. 83).

Diante de diversas formas de discriminação e violência que as pessoas trans são submetidas, identifica-se a necessidade de políticas públicas que garantam

---

<sup>7</sup> Os relatórios podem ser encontrados no site da ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>



direitos sociais básicos para esse segmento social e a possibilidade de viver/conviver em sociedade e exercer a sua cidadania. Para Marinho (2018) é necessário um “esforço teórico-conceitual e prático-político” pois, é um tema inter e multidisciplinar, além disso, deve-se considerar a realidade vivenciada por esses sujeitos/os por meio de suas experiências e relações de gênero desta sociedade patriarcal.

Potyara (2008) no texto “Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.” trás uma diferença sobre política e política social. Para descrever brevemente sobre política em seu sentido clássico, Potyara (2008) caracteriza como temas clássicos da política “eleições, voto, partido, parlamento, governo” (2008, p. 87). E que “a política constitui uma relação entre pessoas diferentes ou desiguais, tendo por isso caráter conflituoso.” (2008, p. 88). Dessa forma, a política em seu sentido clássico trata de mediar conflitos de interesses, buscando a convivência entre os diferentes, por meio do Estado democrático de direito.

Potyara (2008) destaca que através da política pode-se haver a ampliação da cidadania, permitindo “a valorização da dimensão social”. Desta forma, a autora afirma que: “É justamente por ser conflituosa (e contraditória) que a política permite a formação de contra poderes em busca de ganhos para a comunidade e de ampliação de cidadania. É por meio da luta política que a cidadania se amplia e amadurece” (2008, p. 91).

Sobre a discursão de política social, traz-se o debate de Potyara (2008) sobre política pública, “uma ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo” (Potyara, 2008. p. 94). A partir disso, compreende-se sendo este, um papel fundamental dos movimentos sociais na busca pela garantia de direitos sociais por meio de políticas públicas para suas causas específicas, como a luta das mulheres, negros e negras, indígenas, população LGBTQIA+, entre outros. Para a autora, uma das principais funções da política pública é “a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei” (2008, p. 101), caracterizando-a como um direito de todos ou direito universal.

Para Bonassi, et. al. (2015, p. 84) “Pensar políticas públicas que legitimam formas não-heterossexuais e não cisnormalizadas de sexualidade é colocar a cisheteronorma em prova”. Sob essa lógica, elaborar e criar políticas públicas voltadas para as pessoas trans é uma forma de desconstruir com padrões cisheteronormativos impostos na sociedade machista e transfóbica.

Bonassi et. al. (2015) também destaca que práticas do Estado cis-hétero insistem em marginalizar a população LGBTQIA+, em especial a população trans,

vista historicamente como pessoas com discordância/conflito mental, como a disforia de gênero. Para a autora é fundamental a deslegitimação dessas práticas:

Desestabilizar a heterossexualidade compulsória, assim como a cis-normatividade, é deslegitimar estratégias de poder que insistem em manter a população LGBT marginalizada em guetos, confinada em diagnósticos de transtornos mentais, sendo coagida por promessas de cura e terapias de reversão a um “estado cisgênero e heterossexual”, ou seja, a uma pretensa equivalência entre sexo/gênero engessada à naturalização de uma construção social e histórica . (Bonassi et. al. 2015, p. 85)

Coaduna com esse pensamento, o Conselho Federal de Serviço Social (2016) o qual também se posiciona, em sua série de cadernos, no combate a transfobia, e destaca a necessidade de conhecer e compreender que essa população não está inclusa no hall de “doenças psiquiátricas e/ou desviante”, e sim encontra-se diante de “variações do comportamento social e não de doenças” (CFESS, 2016. p. 13).

No município de Belém, existem instituições governamentais e não governamentais que trabalham diretamente com pessoas trans, através de políticas, projetos e ações que viabilizam direitos básicos dessa população na capital paraense. Dessa forma, faz-se necessário que haja um mapeamento qualificado sobre a rede de garantia de direitos sociais para este público no município de Belém, para que esses usuários/as conheçam as redes de serviços ofertados, bem como para que as/os profissionais que atuam com essa população, possam realizar um encaminhamento adequado as redes de serviços para população trans de Belém.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As redes de serviços para pessoas trans no município de Belém serão evidenciadas a seguir com base na análise das reuniões descritas no instrumental diário de campo realizadas com 08 (oito) gestores e diretores de 06 (seis) instituições de âmbito municipal e estadual. As reuniões foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2022, sempre partindo de perguntas gerais e algumas mais específicas sobre os projetos. Entre as/os gestoras/es, tem-se um do sexo masculino e sete do sexo feminino. Destaca-se que entre elas/es, três identificam-se como pessoas trans.

Entre as instituições estão: em âmbito municipal, a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CDS); em âmbito estadual: a Gerência da Livre Orientação Sexual (GLOS); Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS); Núcleo de Defesa dos

Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado (NDDH); Ambulatório Transexualizador do Estado do Pará; Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e LGBTfóbicos (DCCDH), conforme o quadro a seguir:

**Quadro 1:** Rede de Serviços em Belém

Rede de serviços em Belém					
INSTITUIÇÃO	CONTEXTO	OBJETIVO	SERVIÇOS PRESTADOS	PUBLICO ALVO	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
CDS - PMB	Municipal	Articulação política	Atendimento, acolhimento, orientação e encaminhamentos	LGBTQIA+	Cadastro e demanda espontânea
CEDS	Estadual	Articulação política	Formular e propor diretrizes de ações governamentais	LGBTQIA+	Eleição
GLOS - SEJUDH	Estadual	Articulação política	Atendimento, acolhimento, orientação e encaminhamentos	LGBTQIA+	Cadastro e demanda espontânea
NDDH/DPE	Estadual	Garantir Direitos Humanos	Assistência jurídica	População em geral e LGBTQIA+	Agendamento
DCCDH	Estadual	Combater crimes LGBTfóbicos	Processo criminal	População em geral e LGBTQIA+	Demanda espontânea
AMBULATÓRIO TT	Estadual	Acompanhar o processo transexualizador	Serviços de saúde	Pessoas trans	Cadastro (regulação SUS)

**Fonte:** Elaborado por OLIVEIRA (2022).

## 1.1 Rede de serviços municipal e estadual

Na rede municipal tem-se a Coordenadoria da Diversidade Sexual de Belém (CDS) criada em 2019 com o intuito de promover políticas públicas para população LGBTQIA+, fazendo o trabalho de controle social em parceria com os movimentos sociais LGBTQIA+, voltada a garantia dessas políticas na cobrança das secretarias municipais para que a pauta LGBTQIA+ seja incluída em suas políticas, pois a CDS não é finalista na criação de políticas. O principal objetivo da coordenadoria é fomentar e articular políticas públicas para população LGBTQIA+ em âmbito municipal com a valorização do acesso aos serviços da CDS de acordo com as suas especificidades.

Na rede estadual tem-se a Gerência da Livre Orientação Sexual do Estado do Pará (GLOS), a qual faz parte da estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e

Direitos Humanos (SEJUDH) e suas diretrizes e ações são voltadas para a política de proteção e defesa de direitos humanos da população LGBTQIA+. Esta Gerência tem por principal objetivo a interlocução das políticas públicas transversais para o enfrentamento da LGBTfobia e para a promoção dos instrumentos de acesso à cidadania e garantia dos direitos humanos desses sujeitos.

A GLOS também recebe demandas de violações de direitos, por exemplo, quando em alguns espaços pessoas trans tem a negação do uso do nome social ou a sua identidade de gênero desrespeitadas em serviços públicos ou privados, e quando ocorre essas demandas, a GLOS faz uma primeira orientação, acolhimento e encaminhamentos para os órgãos responsáveis, como exemplo, para o NDDH da Defensoria Pública do Estado.

Outro órgão fundamental na defesa de direitos as pessoas trans é o Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS/PA) o qual foi instituído pelo decreto normativo nº 1.238/2008, de 02 de outubro de 2008. É um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, de composição paritária entre governo e sociedade civil organizada, integrante de estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Sua finalidade é propor e aprovar as diretrizes orientadoras de implementação das políticas públicas destinadas a população LGBTQIA+, à promoção e a defesa dos direitos desse segmento, bem como definir prioridades e controlar ações voltadas para esse público.

O monitoramento se dá em âmbito da interlocução entre o Estado e o movimento social, bem como, a expansão das políticas LGBTQIA+ para os outros municípios do Estado, com o objetivo de descentralização dessas ações da capital paraense.

Ademais, o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará (NDDH – DPE), desempenha papel fundamental com a população trans, na garantia legal de modificação do nome civil e de gênero na certidão de nascimento, pois antes do provimento 73<sup>8</sup> do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), todos os pedidos realizados eram realizados de forma judicial e isso trazia uma descrença no processo judicial com a documentação obrigatória legal.

O Ambulatório Transexualizador do Estado do Pará inaugurado em 08 de outubro de 2015, sendo o 5º Estado a alcançar esta política de saúde e o 1º da região norte do Brasil. Os serviços de saúde do ambulatório contam com uma

---

8 O provimento 73 que resolve em seu Art.1º “Dispor sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil de Pessoas Naturais.” (CNJ, 2018), retirou-se a obrigatoriedade do aspecto judicial dos processos de retificação de nome civil, e com isso, o NDDH consegue realizar o processo de forma extrajudicial, requisitando dos cartórios a retificação de nome civil e de gênero na certidão de nascimento de forma totalmente gratuita, principalmente para pessoas trans com baixa renda (hipossuficiente).

equipe multiprofissional composta de médica endocrinologista, ginecologista, psicóloga, assistente social, enfermeira, fonoaudióloga, nutricionista, terapeuta ocupacional, e com uma técnica administrativa. Assim como, também há o encaminhamento para outras especialidades quando necessário, através da regulação do SUS.

Os serviços mais procurados pelas pessoas trans no ambulatório são os atendimentos psicológicos e o acompanhamento médico endocrinologista com a hormônio terapia, pois para o encaminhamento ao hospital Jean Bittar, onde são realizadas as cirurgias de modificações corporais, é necessário o acompanhamento de, no mínimo, dois anos com o psicólogo e endócrino. Esses são os profissionais que assinam o parecer avaliando se a pessoa trans está apta ou não para realizar as cirurgias, e encaminham ao psiquiatra do hospital Jean Bittar.

Finalmente, a Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e LGBTfóbicos (DCCDH – PC/PA) atende demandas da comunidade LGBTQIA+ em relação a violência sofridas em razão, apenas, da discriminação por LGBTfobia, com uma quantidade de demandas expressivas de discriminação contra pessoas trans. A delegacia faz o colhimento com essas pessoas que estão em situação de vítimas de um crime discriminatório, assim como também é realizado a apuração criminal em razão do crime, fazendo o procedimento policial. Quando finalizado o procedimento policial, e quando há algum desdobramento necessário, é realizado encaminhamentos para os devidos órgãos. E por fim é encaminhado direto para o judiciário ou ministério público como ação penal, e com isso, virar um processo criminal.

Na sequência, demonstra-se a partir das reuniões realizadas com as/os gestoras dessas instituições apresentadas até aqui, a organização e a interlocução desses serviços ofertados as pessoas trans no município de Belém/Pa.

## **1.2 Análise do diário de campo: As reuniões com as/os gestoras/es institucionais.**

Este item apresenta a síntese das reuniões realizadas com as/os gestoras/es das instituições (CDS; GLOS; CEDS; NDDH; DCCDH; e Ambulatório Trans) que prestam algum tipo de serviço as pessoas trans no município de Belém/Pa.

Na reunião realizada com a CDS estavam presentes a assessora e coordenadora da instituição no qual destacam: a necessidade de efetivação, fortalecimento e ampliação das políticas públicas voltadas a essa população, pois acreditam que seja pela “vulnerabilidade social” que sofrem, e por isso não conseguem acessar determinadas políticas e bens públicos; além disso, observa-se que a

principal dificuldade das pessoas trans do acesso aos serviços ofertados é a questão financeira. Por isso a necessidade de levar alguns serviços, como a entrega das cestas orgânicas, até a residência das beneficiárias que se encontram em extrema pobreza constatada devido a pandemia de covid-19, combatendo minimamente a insegurança alimentar.

Ainda sobre as dificuldades vivenciadas por este público, o gerente da GLOS, enfatizou também a questão financeira, decorrente da exclusão do mercado de trabalho e da evasão no âmbito escolar que impossibilita de terem uma profissão. Neste sentido, nota-se a importância da criação e implementação de políticas públicas voltadas para a empregabilidade e educação de pessoas trans, assim como a capacitação profissional, pois estas políticas podem refletir de forma positiva na vida dessa população, a partir da sua autonomia financeira, e com isso, ter mais acesso aos serviços ofertados.

Observou-se na reunião, como ponto positivo o reconhecimento dessa instituição pelas pessoas trans, destacaram termos como receptividade, representação e acolhimento e que anteriormente os serviços eram desconhecidos pela maioria da população trans, assim como, os serviços da secretária, e agora observa-se muitas pessoas trans presentes nos espaços da SEJUDH se sentindo pertencente nestes espaços com o atendimento humanizado.

Dessa forma, observa-se a importância da representatividade de pessoas trans ocupando os espaços públicos, em todos os âmbitos, seja em cargos técnicos, de gerência, coordenação, entre outros, pois isso representa o reconhecimento da sua identidade ao se dar visibilidade para outras pessoas trans em espaços públicos e de poder, inferindo-se assim que a “receptividade positiva” apontada pelo gerente da GLOS pode ser decorrente dessa representatividade.

Ainda sobre a receptividade, a representante do NDDH afirma que há uma boa receptividade das pessoas trans, considerando principalmente, o serviço ofertado: a retificação de nome civil de pessoas trans. Foram realizados mais de 300 processos desde o seu primeiro caso de alteração no Pará. Existe uma alta demanda de casos para retificação de nome de pessoas trans, importa salientar que este órgão é o único a ofertar este serviço gratuitamente, adicionalmente destaca-se, a partir da experiência de estágio da pesquisadora neste lócus, a observação de um espaço de respeito e credibilidade no serviço ofertado.

Na sequência, em reunião com a defensora pública observa-se que a principal dificuldade está na estrutura física e limitação de profissionais, concentrando assim, os atendimentos na capital impedindo a ampliação dos serviços para os outros municípios do Estado.

Neste sentido, observa-se a partir das reuniões institucionais, a deficiência de atendimento aos usuárias/os trans de outros municípios, decorrente da concentração de serviços em Belém por falta de profissionais capacitados para atuar na área do serviço ofertado a essa população no interior do Estado, assim como, a concentração dos serviços em Belém, tornando-se uma dificuldade para pessoas trans que residem em municípios do interior do Estado do Pará que desejam fazer a alteração de nome civil em seus documentos oficiais.

Sobre isso, a coordenação do Ambulatório Trans destaca, que umas das principais dificuldades é a centralização dos serviços do ambulatório serem realizados apenas na capital, pois muitos usuários têm dificuldade de chegar até o serviço ou os municípios não garantem o benefício do TFD – Tratamento Fora de Domicílio, impossibilitando o acesso aos serviços ofertados, bem como, impossibilita a reafirmação da sua identidade de gênero sem o uso da terapia hormonal com acompanhamento de profissionais qualificados, o que pode levar a complicações de saúde futuras

Outra dificuldade apontada é sobre as denúncias de violação de direitos, que segundo a delegacia da DCCDH o procedimento é permeado de receio e o medo relacionadas a exposição da violência sofrida seja ela social ou institucional, assim como, relações de poder, considerando principalmente que os violadores, em sua maioria, são pessoas conhecidas ou influentes na sociedade.

Outra dificuldade observada durante a reunião, destacada pelos gestores é a falta de conhecimento da existência da delegacia e dos direitos legais garantidos. Dessa forma, o desconhecimento desse direito gera falta de dados oficiais sobre a transfobia, mesmo com dados alarmantes de violências gerados por instituições dos movimentos sociais. Portanto, é preciso que o serviço da DCCDH seja amplamente divulgado, além disso compreende-se também a necessidade de um serviço ou programa que garanta o sigilo e a proteção de quem faz este tipo de denúncia, talvez assim, estes dados aumentem e diminua os casos de subnotificação, os quais hoje são latentes e notórios. Neste sentido, põe-se em relevo que talvez não haja desconhecimento dos serviços ofertados pela delegacia, mas sim, não denunciar esteja relacionado ao medo, a exposição, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste estudo conclui que, há articulação entre as instituições que atuam na rede de serviços para pessoas trans no município de Belém, porém há dificuldades de ampliação dos serviços ofertados pelas instituições, assim como há pouca divulgação dos serviços para amplo conhecimento da população em

geral, como a divulgação por meio das grandes mídias de comunicação ou nos sites e mídias sociais dos órgãos do governo.

Esta dificuldade de ampliação dos serviços ofertados, bem com a destituição de direitos sociais básicos, contribui para segregação e subalternização de pessoas trans, impossibilitando o rompimento e superação dos ciclos de violência e discriminação sofridas por pessoas trans (Transfobia). Bem como, a falta de serviços públicos ofertados no interior do Estado, concentrados apenas na capital, dificulta que pessoas trans assumam a sua identidade de gênero, como exemplo, a iniciação da transição de gênero, alteração de nome social ou civil, uso de terapia hormonal, entre outros.

Diante do exposto, observa-se uma rede básica de serviços e ações (política de saúde, assistência social, segurança pública, entre outros), através das instituições articuladas entre si, para as pessoas trans no município de Belém. Porém, ainda é deficitária, considerando sua concentração em Belém, o que sobrecarrega as instituições com as demandas de pessoas trans de outras cidades, desta forma há a necessidade de ampliação desses serviços para os outros municípios do Estado do Pará.

Ademais, há a necessidade da criação de um conselho municipal de políticas voltadas a população LGBTQIA+, como o Conselho Estadual da Diversidade Sexual, para formular e propor diretrizes de ações governamentais em âmbito municipal em Belém. Tais instituições aliadas aos movimentos sociais podem potencializar a luta do movimento trans, assim como, criar, garantir e defender políticas sociais públicas voltadas a população trans em âmbito municipal e estadual.

Portanto, há necessidade de mecanismos e instrumentos (folder, cartilhas, mídias sociais) para melhor compreensão da organização dos serviços e projetos que visam melhorias nas condições de vida das pessoas trans no município de Belém. Assim como a necessidade de ampliação dos serviços ofertados e criação de novas políticas sociais que atendam as necessidades da população trans garantindo a sua proteção e cidadania, como exemplo, a criação de uma casa ou centro de acolhimento para pessoas trans em situação de violência ou de direitos violados, pode ser um aparato estatal que pode desenvolver melhorias nas condições de vida dessas pessoas por meio de políticas sociais de combate a transfobia.

Diante dessa visão, pode-se afirmar que esses instrumentos de apoio são espaços de resistência perante a realidade vivenciada por essa população no que tange a discriminação e a negação de direitos, uma vez que, esses espaços podem atender pessoas trans em situação de extrema pobreza, ofertando cursos de qualificação profissional ou políticas de retomada ao sistema educacional, assim como ações de políticas públicas socioassistenciais que garanta a dignidade



humana dessas pessoas, e com isso, romper com as barreiras transfóbicas existentes na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Política social: fundamentos e história / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti – 3.ed. – São Paulo: **Cortez**, 2007. P. 192-199. (Biblioteca básica do serviço social; v. 2)

BENEVIDES, BRUNA G. (Org). Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. – Brasília: **Distrito Drag**, ANTRA, 2022.

CAMILLO BONASSI, BRUNA; et. al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, 2015. v. 17(3), P. 83-98.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série assistente social no combate ao preconceito: Transfobia. **Caderno 4**, Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

MARINHO, SILVANA. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**. 2018, v. 21, n. 03, P. 602-610.

PEREIRA, POTYARA. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas / (organizadoras) Ivanete Boschetti, – São Paulo: **Cortez**, 2008. P. 87-106.

# REPRESENTAÇÕES LGBTQIA+ NA PUBLICIDADE BRASILEIRA

*Fernando José Martins<sup>1</sup>*  
*Débora de Carvalho Figueiredo<sup>2</sup>*

## RESUMO

Consideramos essencial problematizar as representações de pessoas LGBTQIA+ na publicidade brasileira para compreender quem são as pessoas representadas e se a agenda da comunidade é efetivamente contemplada, como em políticas que vão além do Pink Money e se comprometem a combater preconceitos. Este trabalho apresenta uma parcial de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento acerca das representações de pessoas LGBTQIA+ na publicidade brasileira. O embasamento teórico parte de dados do Elife (2022) e o dossiê do Observatório de Mortes e Violência contra LGBTQIA+ (2023), assim como autores como Melo (2022) e Rodrigues (2018). A perspectiva teórico-metodológica da análise crítica do discurso de Fairclough (2003) contribui para a análise das publicidades e na discussão sobre os grupos minorizados e os impactos sociais da mídia. Dentre os resultados, percebe-se que a publicidade com e para pessoas LGBTQIA+ emerge cada vez mais, o que por um lado é um avanço positivo. Entretanto, é no Mês do Orgulho que a presença é maior, o que limita a visibilidade da comunidade a um mês e não colabora para a efetiva inclusão, uma vez que essas pessoas estão ao longo de todo o ano resistindo e buscando seus espaços. Um mapeamento a partir de 2018 revelou que há campanhas com pessoas LGBTQIA+ fora do mês do orgulho, em menor número e em temáticas variadas, mas ainda não são significativamente presentes ou correntes como podem ser ao abordar pessoas e temáticas da comunidade.

**Palavras-chave:** Publicidade LGBTQIA+, Mídia, Análise Crítica do Discurso.

1 Mestrando e bolsista Capes no Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, [feernando785@gmail.com](mailto:feernando785@gmail.com);

2 Professora e orientadora: Dra em Língua Inglesa e Linguística Aplicada, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, [deborafigueiredo@terra.com.br](mailto:deborafigueiredo@terra.com.br).

## INTRODUÇÃO

**H**á quem insista em dizer, em pleno 2023, que o Brasil é um país pacífico, questiona-se então: para quem? O Brasil é, historicamente, um país marcado pelos corpos de africanos e povos originários escravizados e assassinados (Silva, 2023). Os dados mostram, como os números que o Dossiê de Mortes LGBTQ+ tem levantado nos últimos anos, que o Brasil ainda é o país com o maior número de mortes de pessoas LGBTQIA+. Ainda não existe então essa pacificidade argumentada por alguns, pelo menos, não para as pessoas julgadas como minorias, aquelas que sentem na pele as diferenças sociais ainda não sabem quando também gozaram de tal pacificidade, como questiona a escritora Ega (1978, p. 159): “Quando serão finalmente rompidas as correntes que elas não forjaram?”.

A partir dessa inconformidade, esse trabalho<sup>3</sup> pontua algumas discussões já existentes e levanta novas para pesquisar o caso de pessoas LGBTQIA+ na publicidade no Brasil. São discutidos autores e autoras para abordar o tema e analisar anúncios publicitários dos últimos anos, sobretudo a partir de 2018. As observações e discussões brevemente com as teorias já revelam algumas questões como a inexistência da multiplicidade da sigla, o tensionamento entre sociedade e publicidade para que os anúncios sejam repensados, como Wottrich (2018) pontua e, além disso, há uma emergente reivindicação para que as formas de comunicação manifestem respeito ao representar a comunidade LGBTQIA+ nas mídias. Outra questão revela que há também ações positivas por parte de empresas, como publicidades que destinam valores arrecadados à comunidade ou ações como a retificação de nome.

Além disso, partindo da não universalização da pessoa LGBTQIA+, o trabalho traz os dados mais recentes do Dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (2023), em que constam além das mortes levantadas no ano anterior, há números preocupantes do ano atual. A publicidade é discutida a partir de autores e autoras como Melo (2022), Carvalho e Brum (2022) e Wottrich (2018), além de Fairclough (2003) que destaca que por meio da mídia, a publicidade tem grande influência social.

## METODOLOGIA

A partir de mapeamentos de anúncios publicitários com e para pessoas da comunidade LGBTQIA+, encontrados na internet em março de 2023, em busca

<sup>3</sup> O trabalho é fruto de pesquisas que estão ocorrendo para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado ainda na primeira fase.

livre no *Google* com palavras-chave como “Publicidade LGBTQIA+” entre os anos de 2018 a 2023, os anúncios além de discutidos e relacionados com dados e autores relevantes para a pesquisa, serão analisados em uma fase futura da pesquisa pela abordagem de Fairclough (2005)<sup>4</sup>, esquematizada pelo pesquisador da seguinte forma:

[..] modelada com base no conceito de apreciação crítica explicatória do teórico crítico de Roy Bhaskar (BHASKAR, 1986; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999): 1. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico. 2. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise: a. Da rede de práticas no qual está inserido; b. Das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão; c. Do discurso (a semiose em si): i. Estrutura analítica: a ordem de discurso; ii. Análise interacional; iii. Análise interdiscursiva; iv. Análise linguística e semiótica; 3. Considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não; 4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos; 5. Refletir criticamente sobre a análise (1-4). (FAIRCLOUGH, 2005, p. 311-312).

Dessa forma, a abordagem proposta permite não apenas compreender o materializado em anúncios, mas também o que está envolvido desde a criação de anúncios até o impacto que resultam da publicidade e sugestões para lidar com os problemas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Em maio de 2023, o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ disponibilizou o mais recente dossiê de mortes de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, no material, 273 mortes foram pontuadas em 2022 e, uma pesquisa parcial de 2023 até o mês de abril, já totaliza 80 mortes no ano atual. Os dados são assustadores e revelam que uma vida de pessoa LGBTQIA+ é assassinada a cada 32 horas no país, travestis e mulheres trans representam 58,24% das mortes, gays 35,16%, lésbicas 2,93%, homens trans e pessoas masculinizadas 2,93%, pessoas não binárias 0,37% e outros segmentos 0,37% (Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil, 2023).

Os dados até aqui apresentados levantam a urgência em discutir, criar políticas e ações que efetivamente lutem contra os preconceitos que cercam a

<sup>4</sup> Ano da publicação do texto em *Methods of critical discourse analysis* por Wodak e Meyer, entretanto, uma versão em português do artigo é traduzida em 2012 por Iran Ferreira de Melo, como consta nas referências finais.

comunidade LGBTQIA+. A comunidade é múltipla e diversa, dessa forma, é necessário fugir da universalização das pessoas LGBTQIA+, onde ainda é comum a ideia de um homem gay, branco e com poder aquisitivo que o faz ser, muitas vezes, o rosto de campanhas publicitárias, já que entende-se que ele é quem interage com o mercado e, fora desse padrão, é comum a estranheza com outros corpos e outras pessoas da sigla, a sopa de letrinhas, como escreve Facchini (2005).

Na mesma linha de pensamento que o homem branco e gay não representa a todas as pessoas da sigla, fortalece-se ainda mais a questão de olharmos para nós enquanto América Latina, como Garcia (1943 *apud* Gasparetto, 2019) propõe, repensar e valorizar as lutas e existências do povo do Sul global nos possibilita outra forma de enxergar o mundo. Nesse autoconhecimento e luta política, na Bolívia, o *Nación Marica* (2019) dialoga sobre a recusa em usar o termo gay, uma vez que a palavra carrega o estereótipo neoliberal estadunidense, de corpos e condições idealizadas que não condizem com a realidade de muitas pessoas, assim, ressignificam e preferem os termos “marica”, “maricón” e/ou “maraco” que contemplam mais a identidade e ancestralidade enquanto homossexuais, indígenas e corpos não brancos.

Na publicidade, os corpos presentes normalmente não contemplam também as diferenças, apesar de que nos últimos anos, diferentes pessoas da sigla LGBTQIA+ têm ocupado merecidos espaços na mídia e marcas têm atuado de forma responsável, ainda há um grande caminho a trilhar.

Na publicidade ocorre o desenvolvimento de produções que buscam atrair e fidelizar pessoas para que se tornem clientes, ou seja, pessoas que escolham gastar seu dinheiro com determinadas marcas ou empresas. Como destaca Melo (2022) ao escrever sobre o protagonismo da pessoa negra na publicidade catariense, “compreende-se que os objetivos da publicidade são vender, divulgar, e em determinados casos, conscientizar” (Oliveira; Garcia, 2019 *apud* Melo, 2022, p. 32).

Quando reconhecemos o objetivo e poder da publicidade em conscientizar, reconhecemos também que por meio dela, a sociedade pode ser encaminhada a pensar e performar de maneiras que muitas vezes, a mídia é quem cria e, como argumenta Silverstone (1999 *apud* Fairclough, 2003) a forma como vivemos, como fazemos e o que acreditamos sofre a influência das mídias, moldando nosso dia a dia e vidas.

Entende-se então que a mídia pode naturalizar determinadas crenças e, por um lado, essa mesma mídia compartilha os ditos corpos padrões e continua a perpetuar e vender (já que os objetivos da publicidade são voltados ao mercado) a ideia de padrão. Por outro lado, no mês de junho, conhecido como o mês do orgulho, muitas marcas se dizem preocupadas e investem em ações que divulgam e

usam os rostos de pessoas da comunidade LGBTQIA+ para o que argumentam ser incentivo às agendas e apoio à causa como o fim do preconceito.

É aí que surge o que Baruffi *et al.* (2019) questionam sobre o *Pink Money*, é compromisso ou oportunismo? Os autores destacam que o Dinheiro Rosa, isso é, o dinheiro nas mãos de pessoas LGBTQIA+ gira em torno de bilhões. Dessa forma, o mercado consequentemente pensará e agirá de forma a poder se beneficiar, mas como Baruffi *et al.* (2019) ressaltam, consumidores têm mostrado criticidade ao comprar, buscando por empresas engajadas nas causas.

Entretanto, muitas marcas posicionam-se apenas no mês do orgulho e para além desse mês, as pessoas precisam ocupar mais espaços, para que seja mais frequente a presença e conhecimento que pessoas LGBTQIA+ são diversas, que existem e resistem ao longo do ano, ao longo da vida, e não apenas em um mês.

Romper a ideia de publicidade como algo arbitrário também é necessário, as escolhas que são feitas sobre quem e porquê algumas pessoas são as escolhidas demonstram as ideias a serem fortalecidas por meio das mídias, como Melo (2022) escreve, não há ingenuidade ou neutralidade na publicidade, pelo contrário, ela é produzida de maneira a atender interesses. E como dizem Oliveira e Garcia (2019, p. 172 *apud* Melo, 2022 p. 32): “uma vez que a partir delas ocorrem construções ideológicas” e assim, as construções não são apenas sobre o que é “correto vestir”, elas ultrapassam as barreiras para como é “correto ser”.

Além disso, o incentivo ao consumo individualista é necessário para manter o capitalismo em ação, onde não há incentivo à criticidade, como apontam Mills e Mullany (2011), o incentivo à cultura do consumismo apaga e enfraquece as questões políticas e sociais, sobretudo de gênero e, desta forma, a publicidade deve ser observada se atua como um fenômeno que está engajado com as agendas.

As autoras Arndt e Miguel (2018, p.173) argumentam sobre a entrada de agendas na publicidade: “É nesse sentido que a adoção de pautas feministas por parte das produções publicitárias tem sido alvo de críticas que apontam para o perigo do esvaziamento de importantes conceitos e discussões quando o fio condutor é o interesse em atrair novos nichos de mercado.”

Felizmente, nem tudo é indiferentemente lido pelo público, as contestações surgem e causam efeitos nos criadores. Carvalho e Brum (2022) pontuam que as iniciativas pró-diversidade geram tensões com o público que entende a importância da valorização na mídia:

Na relação do campo com o público, são percebidos tensionamentos através de requisições de qualificação nas representações identitárias veiculadas em anúncios. Tais contestações do público são reverberadas pelo surgimento das Iniciativas que passam a captar

empresas como aliadas na promoção de mudanças no tratamento às pautas de minorias sociais, entre elas, a representatividade. (Carvalho; Brum, 2022, p. 103).

Wottrich (2018) também discorre sobre o crescimento do tensionamento entre publicidade e sociedade, uma vez que o público leva os profissionais a repensar estratégias sobre o que criam, como os anúncios que envolvem as pessoas LGBTQIA+ mas que não representam de fato, é necessário que repensem e contemplem as agendas de forma responsável, saindo da esfera que muitas vezes parece ser a única levada em consideração, a econômica.

Escrever sobre ou para pessoas LGBTQIA+ requer atenção e responsabilidade, como Gonçalves e Medina (2018) relatam ao escrever sobre jornalistas que vão ao encontro de pessoas LGBTQIA+, o jornalismo, assim como a publicidade por meio da mídia vai além da divulgação e penetra nas relações, como Gonçalves e Medina (2018, p. 58) explicam:

O trabalho jornalístico está para além da ideia de divulgação ou propagação de informações e opiniões com o suporte das mídias tradicionais e de novos suportes digitais. O jornalista opera na dinâmica da produção simbólica, em produzir e fazer acontecer o signo da relação em vez do signo da divulgação.

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) preocupada e atenta à necessidade de abordagem e uso de terminologias corretas, cria o Manual de Comunicação LGBT (2010) cujo objetivo é sistematizar conhecimentos necessários aos profissionais da comunicação como no jornalismo ou propaganda, o manual traça 8 metas em relação à mídia que, sobretudo, deve minimizar o preconceito e maximizar o respeito às pessoas. Apesar do Manual ser de 2010 e de lá para cá mudanças terem acontecido, os materiais de estudo que contribuem para as escritas e representações na mídia devem ser usados para contemplar os objetivos de ética e respeito.

A representação de pessoas LGBTQIA+ na publicidade é um movimento que exige responsabilidade para que não se perpetuem estereótipos ou aconteça de forma isolada, em momentos únicos, como o mês do orgulho. Além disso, as pessoas LGBTQIA+ podem ocupar diversas áreas e temas nos espaços publicitários, e não necessariamente aparecerem apenas para falar sobre gênero ou orientação sexual, o que pode ser dito e representado com a presença delas é mais profundo.

Uma pesquisa realizada pela consultoria global Elife (2022) revelou a porcentagem de pessoas LGBTQIA+ e outros grupos como pessoas com deficiência, negros ou idosos na publicidade. Em relação ao público LGBTQIA+, apenas 8% das

campanhas contavam com alguma pessoa da comunidade, mas mesmo sendo uma porcentagem baixa, é um número em crescimento, pois os anos anteriores, 2020 e 2019, foram de 3% e 4% respectivamente.

O ano 2018 foi um ano de porcentagem pequena também, de 6%, mas ainda assim, maior que 2019 e 2020, anos de mudanças políticas no país e marcados por discursos e políticas de não apoio às agendas LGBTQIA+, como destacou a Universidade Federal de Minas Gerais (2022) em uma notícia no site da universidade:

O governo acaba por dar espaço a grupos religiosos radicais e minar a proteção às minorias. Um exemplo foi nomear o antigo Ministério dos Direitos Humanos como Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e escolher como chefe da pasta a pastora Damares Alves, conhecida por um discurso tradicionalista e anti-gênero, que defende uma certa ideia excludente de família. Além disso, o primeiro ano da gestão Bolsonaro, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQ+ foi extinto. Criado em 2001, o órgão tinha como objetivo formular, propor e monitorar as políticas públicas voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos das lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans. (UFMG, 2022).

Retomando à publicidade, Rodrigues (2018) ao analisar e escrever sobre as publicidades LGBTQIA+ na televisão em um período de quase 40 anos e suas repercussões na rede social Facebook, divide os materiais em *Desconstrucionistas*, isso é, que buscam com responsabilidade fazer representações além da heteronormatividade e os *Estereotipados* dizem respeito aos que reforçam ideais de menosprezo. O autor conclui que de 113 comerciais:

[...] 56 trazem uma proposta enquadrada como *desconstrucionista*, mostrando a identidade dos grupos LGBTQIA+ como uma possibilidade de construção e inserção social. Contudo, os outros 57 comerciais remetem à estética dos seus personagens aos estereótipos, delimitando espaços de tensão ao mediar e reafirmar, nessas representações, para os receptores, os limites possíveis da norma. (Rodrigues, 2018 p. 93).

Os resultados obtidos pelo autor reforçam a importância da criticidade acerca dos anúncios, pois a quantidade não está atrelada à representatividade ou dignidade na representação das pessoas. Se por um lado existe publicidade com grupos minoritários, por outro lado é preciso entender como ela os representa. Carvalho e Brum (2022) alertam sobre a história que se faz no Brasil acerca das representações midiáticas de grupos fora dos padrões estabelecidos socialmente,



os autores relembram como a publicidade é uma das instâncias responsáveis por criar ou perpetuar crenças sociais.

A história de marginalização de minorias sociais é um dos traços marcantes do desenvolvimento da comunicação midiática no Brasil, que invisibiliza e/ou estereotipa determinados grupos nas representações construídas pelo produto publicitário, bem como cria barreiras para o diálogo e para a entrada desses sujeitos nos ambientes de produção, entre os quais, as agências de publicidade. O campo publicitário, dessa forma, é parte que constrói recursivamente o todo da exclusão social nos âmbitos político, econômico e cultural do país. (Carvalho; Brum, 2022, p. 104).

Dessa forma, entende-se que a publicidade é uma grande influenciadora não apenas de moldar o pensamento coletivo, mas também as ações e falas, já que ocorre a partir da linguagem. E na necessidade de olhar para a publicidade, a Análise Crítica do Discurso apresentada por Fairclough em 1985 é uma forma de reflexão e pesquisa crítica, como conceituada: “A ACD configura-se como uma abordagem teórico-metodológica que objetiva investigar a maneira como as formas linguísticas funcionam na reprodução, manutenção e transformação social” (Melo, I., 2016, p.1338).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Publicidades lançadas a partir de 2018 serão analisadas pela abordagem descrita acima, duas delas são apresentadas a seguir para exemplificar alguns dos materiais coletados.

A loja Americanas, em uma campanha de 2019 do mês dos namorados divulgou a imagem de dois homens, representando em um primeiro momento, a inclusão e representatividade gay, mas ao refletirmos sobre a imagem, dúvidas surgem, como por exemplo, qual a representatividade de fato reforçada com o anúncio.

**Figura 1:** Publicidade da Americanas de Dia dos Namorados



**Fonte:** Salomão Medeiros, 2019

Outra imagem, retirada de um vídeo lançado pela companhia aérea Latam em 2022, também apostou na inclusão de um casal gay que aparece no seguinte momento:

**Figura 2:** Publicidade da companhia aérea Latam



**Fonte:** Metrôpoles, 2022

Os dois anúncios buscam representar a comunidade LGBTQIA+ a partir de um casal de homens e certamente há a inclusão de uma parcela da comunidade nessas representações, mas existe uma certa “diversidade da diversidade” que é a multiplicidade dentro da comunidade como em quaisquer outros grupos, e esse é um dos motivos pelo qual a sigla costuma incluir novas letras em uma tentativa de representar ao máximo as diversas existências.

Além disso, há uma questão que pode ser mencionada a partir das duas imagens apresentadas, a questão do momento, de usar um espaço e tempo limitado, isto é, o combate ao preconceito não é resolvido com uma única publicidade, mas sim com ações feitas ao longo do ano para que preconceitos e barreiras sejam rompidos efetivamente e constantemente.

Compreender a questão do momento, quando a “janela é aberta” não apenas representa e fortalece a comunidade como é também um aspecto positivo para empresas em mostrar o real comprometimento com a comunidade, as empresas que saem do recorte do mês do orgulho. Nesse sentido, pode-se mencionar a Doritos como um exemplo, a marca lançou em 2017 a embalagem *rainbow* mas não permaneceu apenas nessa ação, desde o ano do lançamento da embalagem, a marca promoveu campanhas que destinaram as doações a ONGs de apoio e causas LGBTQIA+. E em março do ano atual, 2023, a Doritos em parceria com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e a Todxs criaram um movimento para retificar gratuitamente o nome de pessoas trans e travestis.

A abertura ao diálogo e investimento no conhecimento caracterizam um importante passo das empresas em relação ao comprometimento com a agenda da comunidade, o site do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, por exemplo, mostra quais são as empresas que se comprometem com a causa na promoção de direitos, mas, obviamente, constar no site não garante a promoção de direitos de forma justa, é necessário que as pessoas estejam atentas também para reivindicar as representatividades.

Certamente, estratégias de publicidade podem estar profundamente disfarçadas e serem facilmente entendidas como ações de compromisso e não de interesse financeiro, mas ações que acolhem outros grupos, sobretudo a letra T da sigla, que ainda sofre injustamente exclusões sociais, são ações que devem ser reconhecidas também, como Rodrigues (2018) escreve sobre anúncios denominados por ele desconstrucionistas que são aqueles que manifestam responsabilidade em suas criações.

Outro ponto importante na percepção das representatividades presentes nos anúncios, além de compreendermos o que Fairclough (2005) descreve como o primeiro ponto da esquematização de uma análise que é reconhecer que existe um problema e é preciso que seja discutido. Há também o que Wottrich (2018) discorre sobre o tensionamento entre o público e a publicidade. O tensionamento leva aqueles que criam os anúncios a estarem não apenas atentos nas questões políticas e responsáveis, mas pode também fazer com que criem novas estratégias de persuadir sem que pareça o objetivo. Dessa forma, refletiremos sobre o que

está sendo representado não é o bastante, nosso olhar deve buscar aquilo que também não está sendo dito ou mostrado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Brasil liderando a posição de país que mais mata pessoas LGBTQIA+, é evidente que as ações e políticas para combater o preconceito devem ser múltiplas e, quando se pensa na publicidade, devem ser ainda mais profundas, uma vez que é em cima dos corpos dessas pessoas que muitas empresas lucram. A conscientização, como Melo (2022) escreve, é um dos possíveis alcances da publicidade, pois ela já não se resume a vender um produto ou ideia, ela vai além, já que a mídia é uma imensa formadora e divulgadora de opinião e crenças, como aponta

Fairclough (2003), por isso compreendê-la é também uma forma de autocohecimento. Questionar a si mesmo pode mostrar que nem toda ação ou desejo se fez genuinamente, olhar para a cultura do consumismo como alertam Mills e Mul-lany (2011) pode esclarecer ideais coletivos que são diminuídos para dar espaço ao incentivo individual. Pouco importa para algumas pessoas se há ou não representatividade em anúncios se o que elas realmente buscam é a aquisição daquilo que é vendido como necessidade individual, mas profundas mudanças não são feitas sozinhas.

Os anúncios para a conclusão da macro pesquisa de mestrado ainda serão analisados, pela abordagem apresentada por Fairclough (2005). Aqui se apresenta parcialmente alguns referencias teóricos e duas das publicidades analisadas brevemente, no entanto, já neste recorte da pesquisa, a abordagem se mostra prudente, pois partindo do primeiro passo que é identificar um problema, percebemos que os problemas são múltiplos e estão na representatividade (ou na falta dela), na escolha de quem aparece ou não e ainda, quando aparece.

Na abordagem das questões LGBTQIA+ no Brasil e, sobretudo na comunicação, percebe-se que há um olhar sensível e sólido. Como Gonçalves (2018) e Rodrigues (2018) demonstram em suas pesquisas, falar sobre questões da comunidade é importante, mas não deve ser feito sem o mínimo de conhecimento para que o preconceito e estereótipos não guiem as narrativas e representações, mas sim o respeito e a dignidade. Além disso, não devem ser toleradas as reproduções de preconceitos, pois a sociedade, como Wottrich (2018), já reconhece que a passividade pode ser quebrada e as exigências e tensionamentos surgem efeitos na forma que a publicidade é feita.

A pesquisa realizada até o momento apresenta limitações como a falta de uma visão mais abrangente das representações nos anúncios que ainda não foram

analisados e também reconhece e sugere para futuras pesquisas a necessidade de acompanhar em um número limitado, uma seleção de empresas ao longo do ano e dos anos, pois assim seria possível perceber não só as ações do Mês do Orgulho, mas verificar se o comprometimento permanece. Além disso, identificar as pessoas presentes nos mais variados anúncios das marcas, afinal, pessoas LGBTQIA+ não precisam falar apenas sobre questões da comunidade.

A pesquisa atual, mesmo ainda no começo, já identifica que há ações significativamente positivas também de empresas para a comunidade. Considera-se aqui aquelas que as ações perduram para além de junho, onde comemora-se o mês do orgulho, ou que acontecem antes mesmo, com pessoas LGBTQIA+ não apenas falando sobre preconceito ou suas existências, mas participando socialmente como qualquer outro ser humano nos variados temas.

Por fim, é válido retomar e ressaltar que a sigla, a sopa de letrinhas, como chama Facchini (2005), é uma sigla diversa, de vidas que importam igualmente. Por isso, a luta pelo fim efetivo do preconceito não deve ser mascarada ou suavizada, pessoas LGBTQIA+ para além daquelas representadas em anúncios, continuam existindo, resistindo e precisando do apoio da sociedade para além de junho, para que avanços sejam conquistados e permaneçam.

## REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010.

AJ+ ESPAÑOL. **Ser indígena y homosexual en Bolivia**. México: Aj+ Español, 2019. 1 vídeo (2:33 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JZ\\_WkPMGlsw&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=JZ_WkPMGlsw&t=1s). Acesso em: 24 de jun. 2023.

ARNDT, Gilmara Jornal; MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. **Para todEs: reflexões acerca do femvertising**. In: OLIVEIRA-CRUZ, Milena de Freire. Publicidade e Gênero: representações e práticas em questão. Santa Maria: Facos-UFSM, 2018.

COSTANTINO, Natália. **Diversidade na comunicação digital: como as pessoas estão sendo retratadas pelas grandes marcas**. Elife, 2022. Disponível em: <https://elife.com.br/index.php/2022/06/03/diversidade-na-comunicacao-digital-como-as-pessoas-estao-sendo-retratadas-pelas-grandes-marcas/>. Acesso em 03 de jul. de 2023.

BARUFFI, Eduarda da Silva et al. **Pink Money: compromisso ou oportunismo?** In: Temas contemporâneos do direito 2019. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em: < <http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/2333/1/SAR2019Temasdireitocontemporaneo.pdf#page=33>>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

EGA, Françoise. **Cartas a uma negra: narrativa antilhana.** Tradução de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2021.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de Letrinhas”? - Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica.** Versão para o português: Iran Ferreira de Melo. Linha d’Água, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

FILIPPE, Marina. **Doritos Rainbow muda embalagem e direciona mais R\$1 milhão à causa LGBTI+.** Exame, 2021. Disponível em: <<https://exame.com/marketing/doritos-rainbow-muda-embalagem-e-direciona-mais-r1-milhao-a-causa-lgbti/>>. Acesso em: 03 de jul. de 2023.

GASPARETTO, Vera Fátima. **Corredor de Saberes: vavasati vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique.** 2019. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GONÇALVES, Gean; MEDINA, Cremilda. **Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT.** Brazilian Journalism Research - Brasília -DF - Vol. 14 - N. 1 - Abril - 2018.

MAFACIOLI CARVALHO, C.; BRUM, E. Iniciativas Coletivas Pró-diversidade e o potencial de transformação nas identidades representadas pela publicidade brasileira. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 2, p. 87-107, 27 maio 2022.

MELO, Ana Beatriz Brasileiro de Almeida. **O protagonismo do sujeito negro na publicidade catarinense**. Dissertação. (Dissertação em Ciências da Linguagem) - UniSul. Palhoça, p. 114. 2022.

MELO, I. F. de. **Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social**. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), [S. l.], v. 40, n. 3, p. 1335-1346, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1257>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MILLS, Sara; MULLANY, Louise. **Language, gender and feminism : theory, methodology and practice**. Routledge, 2011.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: **Dossiê 2022** / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). - Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

RODRIGUES, André Iribure. **Representações LGBTQIA+ na publicidade televisiva e suas repercussões no Facebook**. In: OLIVEIRA-CRUZ, Milena de Freire. Publicidade e Gênero: representações e práticas em questão. Santa Maria: Facos-UFSM, 2018.

SILVA, Karine de Souza da. **Os Direitos Humanos das Mulheres Migrantes e Refugiadas**. In: Feminismos Africanos: conectando saberes e ações transnacionais. Comunicação Oral, 29 de mai. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **17 de maio: o apagamento da discussão sobre direitos da comunidade LGBTQIA+ no governo Bolsonaro**. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/17-de-maio-o-apagamento-da-discussao-sobre-direitos-da-comunidade-lgbtqia-no-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

WOTTRICH, L. H. . **Entre tretas e tensionamentos, a controversa presença social da publicidade**. In: Comunicon, 2018, São Paulo. Anais Comunicon 2018. São Paulo: ESPM, 2018. Disponível em: <[https://anais.comunicon2018.espm.br/GTs/GTPOS/GT5/GT05\\_LAURA\\_WOTTRICH.PDF](https://anais.comunicon2018.espm.br/GTs/GTPOS/GT5/GT05_LAURA_WOTTRICH.PDF)>. Acesso em 03 de jul. de 2023.

# TENDÊNCIAS DE ABERTURA SOBRE A IDENTIDADE LGBTI+ NO BRASIL: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA PESQUISA NACIONAL DE 2019

*Luddy Searom Carias de Moraes<sup>1</sup>*

*Akira Borba<sup>2</sup>*

*Leandra Sobral Oliveira<sup>3</sup>*

*Wisney Batista dos Santos<sup>4</sup>*

## RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem da População LGBTI+ 2019, realizada pela ONG TODXS. Para coletar os dados, foi aplicado um questionário *online* com TCLE, por meio do *Survey Monkey*. A coleta dos dados durou três meses e obteve 15326 respostas de pessoas LGBTI+, das 27 capitais do Brasil. Foi perguntado a essas pessoas quem sabia que elas eram LGBTI+ e as respostas foram categorizadas em: **1)** Ninguém sabe; **2)** Algumas pessoas sabem; **3)** Todo mundo sabe. Exploramos quantitativamente o perfil das pessoas que não tem abertura sobre sua sexualidade ou identidade de gênero (1,39% das respondentes). Pouco mais da metade destas pessoas é negra (50,49%); A maioria das pessoas que é abertamente LGBTI+ é branca; Mais de 70% das pessoas que ganham pelo menos 20 salários mínimos não escondem sua identidade LGBTI+, enquanto que quase metade das pessoas que recebem até um salário mínimo escondem suas identidades LGBTI+ de todo mundo; As pessoas que são muito novas (abaixo de 21 anos) e as mais velhas (acima de 55 anos), são mais propensas a não revelarem sua identidade LGBTI+ e; As pessoas com maior escolaridade apresentam maior abertura em relação a essas questões. Conclui-se que pessoas mais vulneráveis tendem a não ter grande abertura em relação

1 Bacharel em Ciências Biológicas (2021), analista de pesquisa quantitativa na ONG TODXS, contato [luddy.searom@todxs.org](mailto:luddy.searom@todxs.org);

2 Mestre em Educação (UFRGS), Doutoranda em Informática da Educação (UFRGS), Líder da equipe de Pesquisa da ONG TODXS, contato [akira.borba@todxs.org](mailto:akira.borba@todxs.org);

3 Doutora em Psicologia Social (UERJ), Especialista em gênero e sexualidade (UERJ), Graduada em Psicologia (UERJ), analista de pesquisa na ONG TODXS Brasil, [leandra.oliveira@todxs.org](mailto:leandra.oliveira@todxs.org)

4 Especialista em Psicologia Social (2023), Bacharel em Psicologia (2021), analista de pesquisa qualitativo na ONG TODXS, contato [wisney.beriq@todxs.org](mailto:wisney.beriq@todxs.org).



à própria sexualidade ou identidade de gênero, se comparadas com pessoas mais privilegiadas. Classe, raça, idade e escolaridade impactam nas possibilidades de viver abertamente como pessoa LGBTI+.

**Palavras-chave:** Amostragem da População LGBTI+; Sexualidade; Identidade de Gênero; Classe; Raça.

## INTRODUÇÃO

Quando uma pessoa LGBTI+ revela publicamente sua identidade sexual (ou seja, orientação sexual ou identidade de gênero) para outras pessoas, diz-se que esta saiu do armário. A ação de sair do armário pode ser observada como uma forma de resistência e empoderamento para as pessoas que podem sair dele, mas não é alternativa para uma porção significativa da população LGBTI+ (Sedgwick, 2007). O armário, então, é um dispositivo de regulação da vida da população LGBTI+, que surge a partir da imposição da necessidade de esconder a identidade sexual de um indivíduo, que o faz com o objetivo de evitar discriminações e violências. Este dispositivo é capaz de causar a sensação de isolamento e solidão (*ibidem*), ao fazer com que o indivíduo que se esconde dentro dele não seja capaz de compartilhar parte significativa da vivência humana (a sexualidade). Estes sentimentos contínuos são capazes de gerar estresse, conhecido como estresse de minoria (Meyer, 2003) gerando a longo prazo problemas de saúde mental, como a depressão (Baams *et al.*, 2015; Cisek *et al.*, 2023). Adolescentes LGBT são os que estão mais vulneráveis e propensos a cometer suicídio (Santos *et al.*, 2019), principalmente por não se sentirem pertencentes à sociedade heteronormativa (Barradas *et al.*, 2019).

Sair do armário não é algo tangível para a maior parte da população LGBTI+ no mundo e no Brasil (Pachankis; Bränström, 2019). Entre as pessoas que são LGBTI+, as que estão dentro das classes sociais mais baixas, as pessoas com menor escolaridade, as pessoas que são indígenas, negras ou amarelas e as pessoas que não são cisgênero, são as que mais frequentemente sofrem episódios de violência e discriminação (TODXS, 2022). Dentro do contexto da população geral, sabe-se que pessoas brancas, com maiores níveis educacionais e de classes sociais maiores conseguem, mais frequentemente, sair do armário (Herek, 2010), além disso, marcadores de gênero também são absolutamente importantes (Gates, 2011; Gates, 2014), revelando que a força deste dispositivo varia em função da classe social, raça, gênero, idade e orientação sexual (Coffman *et al.*, 2013; Herek *et al.*, 2010; Gates, 2014). Infelizmente, não existem muitos estudos sobre demografia da população trans, o que impossibilita fazer inferências robustas sobre quem está dentro ou fora do armário entre quem não é cisgênero, mas é possível visualizar que a qualidade de vida desta população é muito inferior que a de qualquer outra que seja LGBTI+, ao observar os números dos dossiês anuais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (Benevides, 2023).

Apesar do armário ser usado como um dispositivo de proteção, seu acolhimento é limitado e varia em função de vários aspectos demográficos, como renda,

raça, gênero, sexo, orientação sexual e escolaridade. Segundo relatório da TODXS sobre Violência e Discriminação (TODXS, 2022), as pessoas que estavam dentro do armário durante o ensino fundamental e médio reportaram mais frequentemente nunca terem sofrido violência, se comparadas àquelas que já estavam fora do armário em algum grau (em que pelo menos alguém sabia da identidade sexual delas). No entanto, quase 60% (durante o ensino fundamental) e quase 40% (durante o ensino médio) relataram já ter sofrido violência, mesmo estando dentro do armário. O objetivo deste estudo é identificar quais são as pessoas que podem sair do armário, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+, da TODXS.

## METODOLOGIA

A pesquisa por amostragem foi estruturada em uma plataforma online que permitisse a realização das 115 perguntas, incluindo condicionais, e acesso à base de dados para análise posterior. Dessa forma, selecionou-se a plataforma online SurveyMonkey (<https://pt.surveymonkey.com>). Tendo em vista que 71% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet (NIC.BR, 2020), a aplicação online, auxiliada por ampla divulgação, seria a opção viável de coleta a nível nacional.

É importante ressaltar que a Pesquisa: (i) utilizou-se um método que possui amostras representativas da população universal; (ii) nasceu devido à ausência de pesquisas confiáveis sobre a população LGBTI+ de municípios de médio e pequeno porte. Por isso, foi necessário mapear municípios comparáveis em suas características em cada uma de suas regiões; e (iii) seriam necessários mais recursos financeiros para a realização de uma pesquisa que levasse em consideração os municípios de médio e pequeno porte - algo que a organização não possuía no momento.

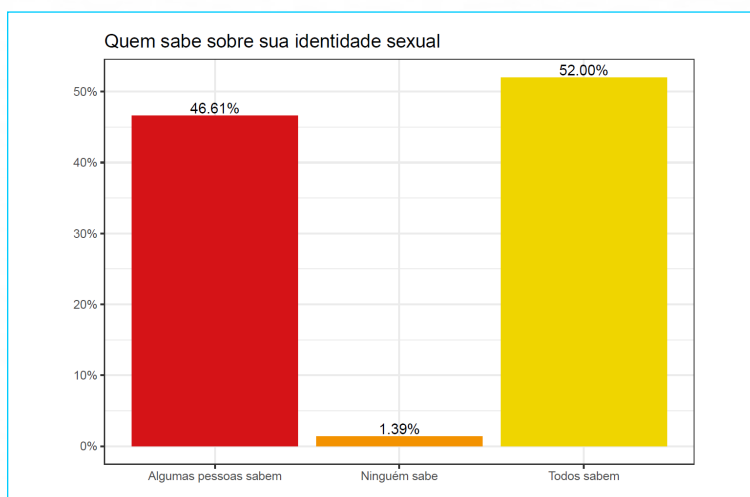
A Pesquisa coletou informações de pessoas LGBTI+ das 27 capitais das Unidades da Federação. Com duração de aproximadamente três meses, o período de coleta e divulgação foi iniciado em 04 de abril e encerrado no dia 03 de julho de 2019 e obteve 15326 respostas de pessoas maiores de 18 anos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

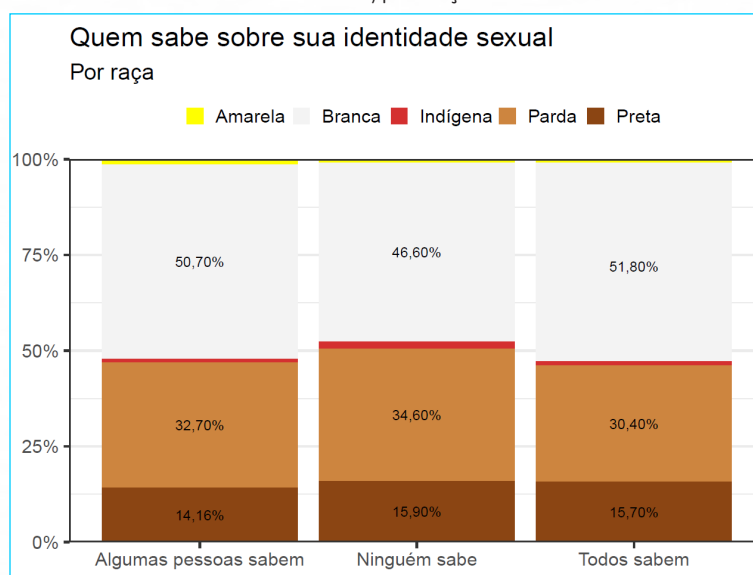
Somente 1,39% dos respondentes afirmam que ninguém sabe sobre suas identidades sexuais, portanto a maioria das pessoas que responderam ao questionário estão, de algum modo, fora do armário (**Figura 1**). Ao analisar estes dados através de um recorte de raça, observa-se que a maior parte das pessoas

que não revelam suas identidades sexuais são negras (**Figura 2**). Ainda, ao olhar para outras etnias, as pessoas indígenas relataram mais frequentemente compor a porção de pessoas que não revelam suas identidades sexuais (**Figura 2**). Desta forma, percebe-se que as pessoas brancas são as que mais estão revelando suas identidades sexuais, provavelmente por conta de privilégios estruturais que são vividos em nossa sociedade (**Figura 2**).

**Figura 1** - Frequência das categorias de resposta à pergunta sobre abertura em relação a identidade sexual.



**Figura 2** - Frequência das categorias de resposta à pergunta sobre abertura em relação a identidade sexual, por raça.

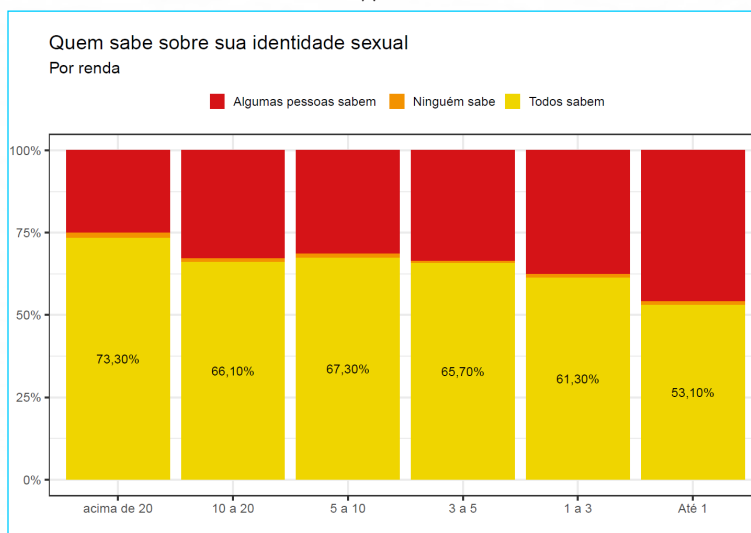


É possível perceber que o poder aquisitivo das pessoas respondentes também está associado à propensão a revelar ou não a sua identidade sexual (**Figura**

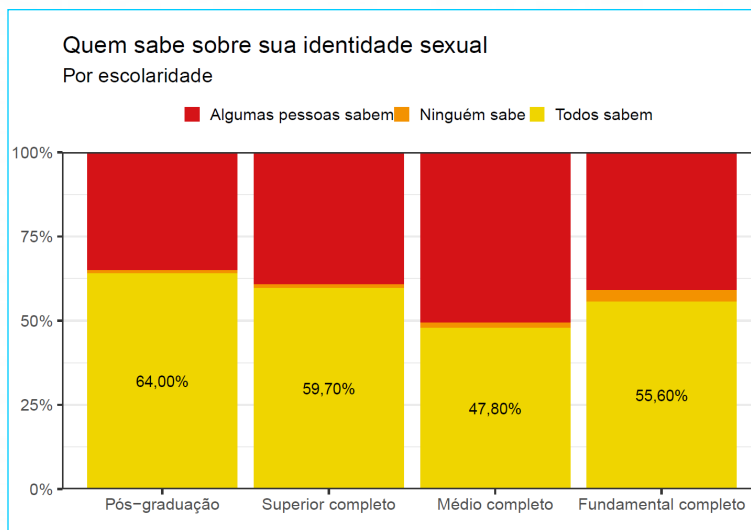
**3)** As pessoas que relataram receber mais salários mínimos também tendem a relatar revelarem à todos a sua identidade sexual com maior frequência, quando comparadas as que recebem menos salários mínimos (**Figura 3**). Entende-se que as pessoas que possuem maior poder aquisitivo também acabam por ter maior liberdade e segurança para revelarem suas identidades.

Algo semelhante ocorre com o nível de escolaridade, já que, conforme aumenta, o número de pessoas que relatam terem níveis educacionais superiores também relatam mais frequentemente que são mais abertos em relação a suas identidades (**Figura 4**). Neste caso, no entanto, a maior parte das pessoas que relataram não terem o ensino fundamental completo também responderam que não escondem suas identidades sexuais (**Figura 4**). Entretanto, é possível visualizar que há maior frequência de pessoas que não deixam que ninguém saiba sobre suas identidades sexuais dentro do grupo que possui menor escolaridade. A proporção de pessoas que não revelam sua identidade a ninguém tende a diminuir em função de maiores níveis educacionais (**Figura 4**).

**Figura 3** - Frequência das categorias de resposta à pergunta sobre abertura em relação a identidade sexual, por renda.

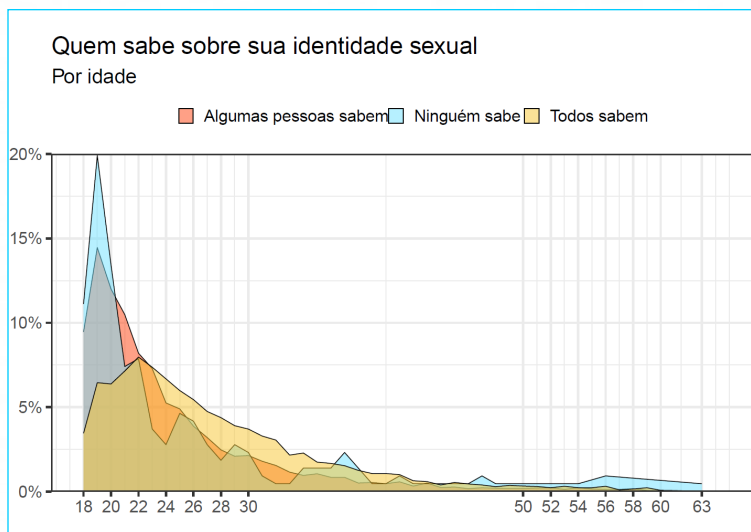


**Figura 4** - Frequência das categorias de resposta à pergunta sobre abertura em relação a identidade sexual, por escolaridade.



Ao analisar os dados por idade das pessoas respondentes, percebe-se que a maior incidência de pessoas que não revelam sua identidade para ninguém está concentrada entre os respondentes mais jovens e os mais velhos (**Figura 5**). Isso possivelmente se deve ao fato de que pessoas muito jovens ainda são inseguras, não construíram suas vidas e não tem independência financeira, de forma que ainda se apoiam em familiares para sobreviver. Ao mesmo tempo, as pessoas mais velhas provavelmente não tiveram a oportunidade de revelar suas identidades enquanto eram mais jovens, mesmo reconhecendo sua própria identidade sexual, por conta do preconceito mais intenso e frequente na época. Entende-se que muitas delas não consideram que valha a pena revelar sua identidade tão tarde, e por isso preferem continuar a não se abrir sobre sua identidade para ninguém.

**Figura 5** - Frequência das categorias de resposta à pergunta sobre abertura em relação a identidade sexual, por idade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando várias pesquisas sobre demografia LGBT no Brasil e no mundo, esta pesquisa traz que o armário é um dispositivo que opera de formas diferentes em função da raça, escolaridade e classe social. Isso significa que pessoas que compõem diferentes grupos na nossa sociedade (pessoas pretas e indígenas, pessoas de classes sociais mais baixas e pessoas com menor escolaridade) terão mais dificuldade para sair do armário. Além disso, as características que compõem estes grupos são comumente convergentes e sinérgicas para este efeito (sair do armário), mas outros estudos são necessários para confirmar o grau de correlação entre os grupos.

Faz-se necessário estudar a interseccionalidade presente na população LGBT, já que a saída do armário não é homogênea, a fim de compreender melhor como este dispositivo é vivido por cada pessoa. Sugere-se que pesquisem futuras se debruçam sobre como este dispositivo opera sobre pessoas transexuais, já que estas são frequentemente negligenciadas em diversos estudos demográficos e sobre sexualidade/gênero.

## REFERÊNCIAS

BAAMS, L. *et al.* Minority Stress and Mechanisms of Risk for Depression and Suicidal Ideation among Lesbian, Gay, and Bisexual Youth. **Developmental Psychology**, v. 51, n. 5, p. 688-696, 2015.

BARRADAS, L. C. *et al.* Suicídio de jovens LGBT: quando o aro-íris se apaga. **16<sup>a</sup> Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, DF: Brasília, 30 de outubro a 03 de novembro de 2019.

BENEVIDES, B, G. Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2022. **ANTRA**. Disponível em < [dossieantra2023.pdf \(wordpress.com\)](#) >. 2023.

CISEK, A.; ROGOWSKA, A. M. The Relationship between Minority Stress and Depressive Symptoms in the LGBTQA Population from Poland. **European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education**, v. 13, n. 6, p. 1000-1014, 2023.

GATES, G. J. How many people are lesbian, gay, bisexual and transgender? **UCLA, the Williams Institute**, Disponível em: < [How Many People are Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender? - Williams Institute \(ucla.edu\)](#) >. 2011.

GATES, G. J. LGBT demographics: comparisons among population-based surveys. **UCLA, the Williams Institute**, Disponível em: < [LGBT-Demographics-Comparison-Oct-2014.pdf \(ucla.edu\)](#) >. 2014.

HEREK, G. M. *et al.* Demographic, psychological, and social characteristics of self-identified lesbian, gay, and bisexual adults in a US probability sample. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 7, n. 3, p. 176-200, 2010.

MEYER, I. H. Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.

PACHANKIS, J. E.; BRÄNSTRÖM, R. How many sexual minorities are hidden? Projecting the size of the global closet with implications for policy and public health. **PlosOne**, v. 14, n. 6, e0218084, 2019.

SANTOS, G. M. *et al.* Comportamento suicida, fatores sociais e psicológicos de risco entre a população LGBT. **Grupo Tiradentes**. 2019.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu**, v. 28, p. 19-54, 2007.

TODXS. Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+: Discriminação e Violência. **TODXS**. 2022.



# CONVERGÊNCIA DE INCLUSÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTQ+ E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*Chiara Rodrigues Macedo Santos<sup>1</sup>*  
*Clarice Rodrigues Macedo Santos<sup>2</sup>*

## RESUMO

No cenário atual, onde a luta por direitos humanos ganha cada vez mais destaque, emerge uma discussão crucial sobre a convergência de inclusões nas políticas públicas. Esta apresentação propõe explorar a interseção entre dois grupos frequentemente marginalizados - a comunidade LGBTQ+ e pessoas com deficiência - e suas respectivas lutas por igualdade e justiça na sociedade contemporânea. Por meio de uma perspectiva interseccional, examinaremos as complexas sobreposições de identidades e as experiências únicas que emergem quando as questões de orientação sexual, identidade de gênero e deficiência se entrelaçam. Analisaremos como as políticas públicas podem ser projetadas para atender às necessidades específicas desses indivíduos, considerando os desafios enfrentados tanto em relação aos direitos humanos fundamentais quanto às barreiras físicas e sociais. Através de estudos de caso e análises de políticas, investigaremos abordagens bem-sucedidas de governos, organizações não governamentais e ativistas que têm trabalhado incansavelmente para ampliar a inclusão e garantir uma sociedade verdadeiramente igualitária. Ao considerar a convergência de inclusões, fomentamos diálogos essenciais entre acadêmicos, ativistas e formuladores de políticas, buscando aprimorar a compreensão das interseções entre as lutas por direitos LGBTQ+ e por direitos das pessoas com deficiência, bem como promover um ambiente inclusivo que celebra a diversidade em toda a sua riqueza. A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa envolveu análises interseccionais, estudos de caso e revisões de políticas. Os resultados destacam estratégias eficazes para promover

1 Graduanda do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chiararmacedo@gmail.com,

2 Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, claricermacedo@gmail.com.

a inclusão e a convergência de direitos das comunidades LGBTQ+ e pessoas com deficiência, visando uma sociedade mais igualitária.

**Palavras-chave:** Deficiência, Lgbtq+, Justiça, Interseções.

## INTRODUÇÃO

No cenário atual, marcado pela crescente e urgente busca por igualdade de direitos humanos, emerge uma discussão que se revela não apenas relevante, mas imperativa: a convergência de inclusões nas políticas públicas. Em um mundo cada vez mais interconectado e diverso, a necessidade de abordar de forma abrangente e inclusiva as questões relacionadas à igualdade e justiça torna-se premente. Nesse contexto, surge a imperiosa necessidade de explorar a interseção entre dois grupos frequentemente marginalizados e vulneráveis — a comunidade LGBTQ+ e pessoas com deficiência — e as respectivas lutas que travam em busca de seus direitos fundamentais na sociedade contemporânea.

O presente artigo visa analisar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental — ADPF 787— MC e sua relação com as políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+, bem como verificar a incidência dessas políticas para pessoas com deficiência na sociedade brasileira vigente. A intersecção destas identidades representa uma multiplicidade de experiências únicas e desafiadoras, que merecem uma atenção minuciosa e uma análise cuidadosa. Nesse sentido, esta apresentação se propõe a desvendar os meandros dessas interações complexas, buscando compreender como as políticas públicas podem ser projetadas de forma a atender às necessidades específicas desses indivíduos, levando em consideração os desafios enfrentados tanto em relação aos direitos humanos fundamentais quanto às barreiras físicas e sociais que permeiam suas vidas.

Com esse artigo, estaremos explorando território inexplorado, desafiando a dicotomia que muitas vezes molda nossas discussões sobre inclusão e justiça. Esta pesquisa se propõe a abrir espaço para uma análise profunda, promovendo diálogos essenciais entre acadêmicos, ativistas e formuladores de políticas, com o objetivo de aprimorar nossa compreensão das interseções entre as lutas por direitos LGBTQ+ e por direitos das pessoas com deficiência. Em um mundo onde as diferenças são celebradas como a riqueza que são, a convergência de inclusões se torna uma meta nobre, almejando uma sociedade verdadeiramente igualitária e inclusiva.

## DESENVOLVIMENTO

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ou ADPF, é prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal, proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e foi constituída com objetivo de evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Como ferramenta jurídica,

a ADPF apresenta-se no sistema jurídico brasileiro como proteção e garantia da supremacia da Constituição Federal, bem como preservação dos princípios fundamentais nela contidos. Sem depender da classificação da arguição, finalidades específicas são dispostas: ampla legitimidade, defesa da constituição, concentração de competência, eficácia de decisões em situações graves ou urgentes, além do controle abstrato de constitucionalidade.

Uma dessas arguições, apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com um pedido de medida liminar, contestou ações e omissões do Ministério da Saúde em relação à atenção primária destinada a pessoas transexuais e travestis. Essas ações e omissões são consideradas contrárias aos princípios fundamentais do direito à saúde, estabelecidos nos artigos 6º e 196 da Constituição<sup>3</sup>, bem como aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, conforme estipulado no artigo 5º, CF<sup>4</sup>.

A ADPF em questão registra, que consoante à decisão liminar proferida pelo relator, é imperativo que os sistemas sejam devidamente ajustados e mantidos atualizados com a finalidade de assegurar o acesso a tratamentos médicos com base na autodeclaração de gênero dos indivíduos. O Ministro Gilmar Mendes, à época, sustentou que o direito social à saúde deve ser universal, igualitário e de caráter gratuito, não admitindo qualquer forma de exclusão fundamentada na identidade de gênero.

O requerente— Partido dos Trabalhadores— argumenta que a emissão da Declaração de Nascido Vivo, ou DNV, tem sido conduzida de maneira inadequada, uma vez que associa as designações de pai e mãe ao sexo designado no nascimento, em vez de considerar a identidade de gênero das partes envolvidas. Nesse contexto, é observado que, por exemplo, um homem trans, que tenha sido gestante de seu filho, encontra-se registrado como mãe na DNV, ao invés de ser identificado como pai biológico. Para corroborar essa alegação de práticas inadequadas por parte do Sistema Único de Saúde (SUS), são anexadas evidências, incluindo reportagens e documentação referente ao casal Yuna Vitória Santana (travesti) e Theo Brandon (homem transexual), cujo filho nasceu no Hospital Santo Amaro/Bahia, em 2019. Adicionalmente, é apresentado um parecer emitido pela assessoria jurídica do Ministério da Saúde, que confirma a recusa em adequar o preenchimento da DNV de acordo com a identidade de gênero das partes.

3 “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

4 “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”

Outra menção possível à ADPF é a garantia ao casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo, que sofreu uma forte reprimenda de setores conservadores da Câmara Legislativa de Brasília nas últimas semana de setembro de 2023. A arguição a qual se refere é Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, apresentada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

No que concerne à população com deficiência (Pessoa com deficiência- PCD), uma das políticas públicas adotada foi a institucionalização das cotas para pessoas com deficiência no serviço público e empresas privadas. Nesse contexto, tanto o setor público quanto empresas privadas com mais de 100 funcionários são obrigados a reservar uma porcentagem de suas vagas para pessoas com deficiência. Isso visa aumentar a participação dessas pessoas na força de trabalho. No governo Bolsonaro (2018-2022), essa política sofreu reprimendas de empresas privadas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, é um marco legal que assegura direitos fundamentais, destacando a acessibilidade, educação inclusiva e participação na vida social. Já o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) representa uma importante iniciativa dentro do contexto da educação superior no Brasil. Seu principal escopo se concentra na promoção do acesso integral e equitativo de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes).

O Incluir, como programa estratégico, almeja a consecução de metas fundamentais que têm como objetivo primordial o estabelecimento e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes. Esses núcleos desempenham um papel crucial na orquestração de ações institucionais voltadas para a integração efetiva de pessoas com deficiência na vida acadêmica, assegurando, assim, a efetiva eliminação de barreiras de diversas naturezas que podem se apresentar como obstáculos ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas. Nesse contexto, o Incluir aborda um espectro abrangente de barreiras que podem afetar negativamente a participação ativa e eficaz de estudantes e profissionais com deficiência. Tais barreiras abrangem não apenas as questões arquitetônicas, mas também incluem barreiras comportamentais, pedagógicas e de comunicação. Para além desses três exemplos, é imprescindível analisar que políticas públicas visando o atendimento às duas comunidades— concomitantemente— é quase inexistente, se não nula.

## **METODOLOGIA**

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é multifacetada, abrangendo análises interseccionais, estudos de caso e revisões de políticas. Por meio dessas ferramentas, esta pesquisa destaca estratégias eficazes que têm sido

implementadas por governos, que trabalham incansavelmente para ampliar a inclusão e garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Com a missão de contribuir para uma sociedade mais igualitária, esta pesquisa pretende, por meio de resultados concretos e análises aprofundadas, lançar luz sobre o caminho a ser percorrido na busca da convergência de inclusões, proporcionando um ambiente que celebre a diversidade em toda a sua riqueza e promova a justiça para todos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do artigo “Convergência de Inclusões: Políticas Públicas para LGBTQ+ e Pessoas com Deficiência na Sociedade Contemporânea” baseia-se em um conjunto interdisciplinar de teorias e abordagens relevantes. Isso inclui a Teoria da Justiça Social, que desempenhou um papel fundamental, pois informa a avaliação da equidade nas políticas públicas e na distribuição de recursos e direitos. Além disso, abordagens dos Estudos de Políticas Públicas são utilizadas para analisar a formulação e a implementação das políticas de inclusão. Também abrangemos uma análise crítica das arguições a favor da comunidade LGBTQ+. Por meio dessa fundamentação teórica abrangente, a pesquisa visa examinar criticamente as políticas públicas, identificar estratégias eficazes e promover uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas da convergência de inclusões, visando uma sociedade contemporânea mais inclusiva e igualitária.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudar sobre essas duas interseções da comunidade é um processo que demanda muito cuidado e atenção na busca por informações válidas. O trabalho em questão não é um projeto de mestrado ou doutorado, mas sim um artigo desenvolvido a partir de nossas pesquisas pessoais para atender às nossas próprias necessidades. Somos LGBTQ+, e uma de nós possui uma deficiência física. Examinar direitos que as nossas comunidades obtiveram nos últimos anos é extremamente válido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apontou algumas ocorrências de ações a favor da comunidade LGBTQIA+, assim como a favor da comunidade de pessoas com deficiência. Por intermédio de uma extensa revisão bibliográfica e análise de estudos de caso,

foram identificadas inúmeras iniciativas significativas que demonstram um compromisso firme com a igualdade de direitos e a inclusão social.

Entre as ações destacadas, encontram-se políticas públicas que visam garantir direitos fundamentais, como o direito ao casamento igualitário e à identidade de gênero autodeterminada para pessoas LGBTQIA+. Além disso, foi possível observar avanços importantes no campo da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência, incluindo adaptações arquitetônicas em espaços públicos e o fortalecimento das leis de proteção aos direitos das pessoas com deficiência.

Organizações não governamentais também desempenham um papel crucial nesse cenário, promovendo campanhas de conscientização, oferecendo apoio emocional e legal e trabalhando em parceria com governos e outros atores da sociedade civil para promover a igualdade e a inclusão. Destacam-se ainda os esforços de ativistas e defensores dos direitos humanos que têm se mobilizado incansavelmente para combater a discriminação e o preconceito, ampliando a conscientização sobre as questões que afetam essas comunidades.

A análise dessas ocorrências de ações a favor da comunidade LGBTQIA+ e da comunidade de pessoas com deficiência revela uma tendência positiva em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária. No entanto, também ressalta a necessidade contínua de vigilância e esforços persistentes para superar desafios persistentes, como a discriminação e as barreiras à plena participação na sociedade.

Em suma, este artigo destaca que a convergência de inclusões não é apenas um objetivo admirável, mas uma realidade em constante evolução, impulsionada por ações concretas em todo o mundo. Através da conscientização, educação, advocacia e políticas progressistas, é possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou condição de deficiência.

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura pela oportunidade de debatermos o tema atrelado à vivências da sexualidade,

gênero e deficiências. Dialogar sobre políticas públicas para as duas comunidades no momento atual, no qual minorias sociais experimentam a perda de direitos básicos, é extremamente relevante.

Agradecemos também a nossa família, pelo suporte e construção de nossa base.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, MHO. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social Rev. Sociol. USP*; 1(2): 105-119. 1989.

RAWLS, JOHN. *A Theory of Justice*. Belknap Press; 2nd Revised. 1999.

SEN, AMARTYA. *A ideia de Justiça*. Companhia das Letras. 2009.

José Abreu Sousa, Mônica. Marina Matos Moleiro, Carla. *Homens Gays Com Deficiência Congênita E/Ou Adquirida, Física E/Ou Sensorial: Duplo-Fardo Social*. 2014.

BRASIL. Disponível em: <[https://www.cnpm.mp.br/portal/images/lei\\_brasileira\\_inclusao\\_\\_pessoa\\_\\_deficiencia.pdf](https://www.cnpm.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao__pessoa__deficiencia.pdf)> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BRASIL. Programa Incluir. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei no 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9882.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9882.htm)>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.



# PSICOLOGIA, TRANSGENERIDADES E PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: POSICIONAMENTOS CRÍTICOS

*Letícia Carolina Boffi<sup>1</sup>*  
*Manoel Antônio dos Santos<sup>2</sup>*

## RESUMO

A psicologia, assim como a medicina, colaborou para a patologização das identidades trans, porém nas últimas décadas tem se aliado aos movimentos que defendem a pauta da despatologização, por meio de seus posicionamentos institucionais e da atuação de seus profissionais. Inspirado por esses pressupostos, este estudo teórico-reflexivo tem como objetivo analisar os posicionamentos da psicologia, como ciência e profissão, face às demandas da população trans, e seus desdobramentos em resoluções e notas técnicas publicadas por entidades nacionais representativas da categoria profissional. Para tanto, o estudo esquadriha os posicionamentos oficiais do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Em seguida, examina o movimento em direção à despatologização do chamado “processo transexualizador” do Sistema Único de Saúde (SUS) e analisa criticamente a psicoterapia e a avaliação psicológica como ferramentas que podem assumir tanto uma função patologizadora como despatologizadora, dependendo de como são compreendidas e apropriadas pelas/os psicólogas/os que atuam junto às pessoas trans. Conclui-se que há avanços na luta pela despatologização, encorajada pelas organizações científicas e profissionais, contudo, algumas/alguns psicólogas/os e o sistema público de saúde brasileiro ainda são influenciados por vieses que tendem a reproduzir a perspectiva patologizante projetada sobre as experiências trans, cristalizando estereótipos.

**Palavras-chave:** Psicologia, Transgeneridades, Despatologização, Saúde Pública.

1 Doutoranda em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil. [leticiaoffi@gmail.com](mailto:leticiaoffi@gmail.com); [leticiaoffi@usp.br](mailto:leticiaoffi@usp.br);

2 Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil. [masantos@ffclrp.usp.br](mailto:masantos@ffclrp.usp.br).

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas nota-se um aumento na visibilidade das pessoas trans no Brasil e um incremento no interesse de pesquisa e na implementação de práticas afirmativas voltadas para essa população, principalmente na área da saúde e produção de cuidados culturalmente sensíveis e apropriados (FERREIRA & BONAN, 2020). Nota-se, contudo, que os pressupostos implícitos que sustentam as práticas clínicas direcionadas à população trans muitas vezes embutem um viés patologizante.

Desde o século XX os campos designados como “psis” – psicologia, psiquiatria e psicanálise – foram interpelados a explicarem, organizarem e fixarem as características das sexualidades e identidade de gênero. É preciso reconhecer que a psicologia, durante décadas, contribuiu para a patologização da diversidade sexual e das identidades de gênero (JESUS, 2013) quando, alinhada aos manuais diagnósticos buscavam identificar o “verdadeiro” transexual (NEER, 2017).

A psicologia, como profissão reconhecida como parte do espectro que configura o campo da saúde mental, é capaz de influenciar o macrocontexto sociocultural no qual seus profissionais atuam, ao funcionar como princípio disciplinatório-moralista que orienta a prática e ordena a organização social. Considerando o exposto, a questão que norteia o presente estudo pode ser delimitada da seguinte maneira: Quais as diretrizes atuais que norteiam os cuidados e intervenções psicológicas aplicados por psicólogas/os que atuam com pessoas trans e como essas diretivas contribuem para a produção de subjetividades sob uma perspectiva despatologizadora e guardiã da vida?

Para tanto, exploram-se os posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), entidade de classe representativa da categoria no território nacional. Em seguida, o artigo problematiza o movimento em direção à despatologização do chamado “processo transexualizador” (PT) do Sistema Único de Saúde (SUS) e analisa criticamente a psicoterapia e a avaliação psicológica como ferramentas que podem assumir tanto uma função patologizadora como despatologizadora, dependendo de como é compreendida e apropriada pelas/os psicólogas/os que atuam junto às pessoas trans.

## Tendências recentes e ações internacionais: inspirações e influências no cenário nacional

Grande parte das práticas clínicas voltadas para a assistência em saúde da população trans<sup>3</sup> no campo da psicologia, principalmente a avaliação psicológica, permanece influenciada pelas descrições psicopatológicas dos manuais internacionais de transtornos mentais.

Nos referidos documentos de referência, “as pessoas transexuais são construídas como portadoras de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas, independentemente das variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas” (BENTO & PELÚCIO, 2012, p. 572). Favero (2020) aponta a normatividade como uma ação cúmplice de resgate de uma suposta ordem que se almeja preservar: a ordem do “normal”, isto é, da cisnormatividade.

Nesse contexto normatizador emerge, em 2007, a campanha “Stop Trans Pathologization”, uma iniciativa de ativistas trans da Espanha e da França, que exigia do Poder Público a adoção de medidas em prol da despatologização das identidades trans e da garantia da oferta de cuidados integrais, o que inclui a remoção da categoria do Transtorno de Identidade de Gênero do DSM-V e da CID-10, a retirada da menção à palavra “sexo” dos documentos oficiais, abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersexo, livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias de afirmação de gênero sem a tutela psiquiátrica, compromisso com a luta contra a transfobia, propiciando oportunidades de educação formal e condições facilitadoras da inserção social e laboral das pessoas transexuais.

A edição em vigor do DSM (DSM 5) utiliza a nomenclatura Disforia de Gênero, definida como um termo descritivo geral que se refere ao descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero que lhe foi designado no nascimento, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica. O acompanhamento indicado nesse caso compreende aconselhamento, administração de hormônios exógenos, supressão da puberdade e cirurgia de redesignação sexual (APA, 2014). A última e mais atual versão, publicada em 2019 da CID (OMS, 2019), trouxe um alento que é digno de comemoração: após 28 anos, a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental, e passou a integrar um novo capítulo de “condições relacionadas à saúde sexual” sob o

---

3 Neste estudo, o termo “trans” será utilizado como categoria “guarda-chuva” e engloba todas as identidades cujo identificação referente ao gênero seja diferente daquela atribuída ao nascimento.

nome de “incongruência de gênero na adolescência e vida adulta” e “incongruência de gênero na infância”.

Essas alterações têm impacto significativo do ponto de vista do combate à despatologização da transexualidade e da desconstrução dos preconceitos arraigados que ela carrega, uma vez que as pessoas trans não são mais diagnosticadas com um transtorno mental pelo fato de serem quem são.

## Conselho Federal de Psicologia e o posicionamento da categoria no cenário local

Na versão atual do código de ética, aprovada em 2005, o CFP preza pela relação igualitária e atitude não discriminatória em relação aos diferentes segmentos da população, o que inclui as pessoas do espectro trans.

Há pouco mais de duas décadas, o CFP publicou a célebre resolução nº 01/1999, na qual explicita o posicionamento da categoria contra a patologização da homossexualidade, entendendo que “para a Psicologia a sexualidade faz parte da identidade de cada sujeito e, por isso, práticas homossexuais não constituem doença, distúrbio ou perversão”. Ao reconhecer as homossexualidades como variações possíveis da expressão da sexualidade, essa resolução veda às/aos psicólogas/os o exercício de “qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”, e estabelece que as/os profissionais não podem adotar “ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados” (CFP, 1999). Por seu caráter pioneiro, essa resolução gerou enorme repercussão em setores para além da psicologia e da saúde mental, sendo por inúmeras vezes alvo de tentativas de revogação por iniciativa de parlamentares representantes da parcela ultraconservadora da população, em sintonia com setores políticos reacionários e fundamentalistas religiosos.

Em 2008, a Portaria nº 1.707 do Ministério da Saúde instituiu, junto aos serviços de referência habilitados no SUS, o chamado Processo Transexualizador (PT-SUS), que explora o direito à saúde integral do sujeito para além das demandas relacionadas à transição de gênero. Essa premissa pode ser constatada no seguinte trecho do documento: “a integralidade da atenção, não restringindo nem centralizando a meta terapêutica no procedimento cirúrgico de transgenitalização e de demais intervenções somáticas aparentes ou inaparentes” (BRASIL, 2008).

No ano de 2011 o CFP promulgou a resolução nº 14/2011, permitindo às/aos psicólogas/os travestis e transexuais utilizarem seus nomes sociais em suas carteiras de identificação profissional. A publicação desse documento posiciona

a psicologia brasileira em relação ao modo como a/o profissional deve acolher os sujeitos trans para além da atenção clínica e avaliativa exclusiva, ampliando o escopo de suas intervenções para inserir as transexualidades no escopo do campo profissional.

Observando a nova demanda das/dos profissionais de psicologia que compõem as equipes multidisciplinares do PT-SUS, o Relatório do Ano Temático de Avaliação Psicológica 2011/2012 (CFP, 2013), elaborado pelo Sistema Conselhos de Psicologia, recomendou que se criasse uma resolução com objetivo de normatizar a atuação das/dos psicólogas/os no atendimento a pessoas transexuais, especialmente na situação de avaliação do processo psicológico transexualizador no SUS. Assim, em 2013 a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais é publicada como um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil, um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população, sendo também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades.

No mesmo ano de 2013 o PT-SUS é redefinido e ampliado. Para a revisão dessa Portaria foi criado um Grupo de Trabalho, composto por membros do Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, acadêmicos/as e representantes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) (ÁVILA, 2014). Vale mencionar que a cronologia das discussões que antecederam a implementação do PT-SUS evidencia que o CFP teve um papel fundamental na elaboração da Portaria de 2013.

Na resolução nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, reafirma-se a defesa da garantia da oferta de cuidado integral e o profissional de psicologia ganha novas funções, a partir de sua inserção obrigatória nas equipes de acompanhamento clínico, pré e pós-operatório, cirurgia e hormonioterapia (BRASIL, 2013). A nova resolução afirma que a possibilidade de realização de cirurgias pelo SUS só se efetivará após o diagnóstico e acompanhamento por no mínimo dois anos pela equipe multiprofissional que acompanha o usuário no Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

Ainda em 2013, o CFP publica uma nota técnica sobre o PT-SUS e demais modalidades de assistência previstas na política pública às pessoas trans. O documento retoma o papel da/o psicóloga/o como figura obrigatória nas equipes multidisciplinares responsáveis pelo acompanhamento do processo nas unidades de atenção especializada vinculadas ao SUS, bem como reforça a necessidade de garantir o respeito à dignidade e o acesso universal à saúde para a população trans. Além de reconhecer a condição trans como não patológica, a resolução orienta que “o trabalho da(o) psicóloga(o) deve se pautar pela integralidade do atendimento psicológico e na humanização da atenção, não estando condicionado, restrito ou

centralizado no procedimento cirúrgico de transgenitalização e demais intervenções somáticas” (CFP, 2013, p. 3).

A nota técnica ainda esclarece que o objetivo da assistência psicológica dentro do PT regulado pelo SUS é promover a autonomia do sujeito, a partir da oferta de amplas informações sobre diversidade de gênero e esclarecimentos sobre os benefícios e riscos dos procedimentos de modificação corporal e social. O acompanhamento psicológico deve basear-se no acolhimento e/ou na escuta e/ou na avaliação psicológica, quando necessário, ao longo de todo o processo. A nota afirma ainda que outros aspectos, que não interseccionam com a vivência trans e/ou ao PT-SUS – como, por exemplo, transtornos mentais – precisam ser considerados e cuidados, com a finalidade de cumprir com os ditames da promoção da saúde integral (CFP, 2013).

Destaca-se que essa norma traduz uma preocupação de que o cuidado psicológico seja oferecido de maneira contínua e integral, assegurando o direito de acesso pelo sujeito trans, que é atendido/a sob a demanda de um PT com as mediações do SUS. Isso desmistifica a ideia equivocada de que a psicologia no SUS está disponível apenas para a produção de avaliações e laudos psicológicos, a fim de “liberar” ou não o sujeito para a realização de cirurgias de redesignação de gênero. O cuidado psicológico voltado para as necessidades da pessoa trans, quando solicitado, deve ampliar o foco para outros aspectos de sua vida, e dar especial atenção a eventuais questões psicológicas de outras naturezas, de modo a assegurar a integralidade da saúde.

Em 2014 foi oficialmente lançada pelo CFP a campanha de comunicação em apoio à luta pela despatologização das identidades trans e travestis, envolvendo profissionais da psicologia, pesquisadoras(es), ativistas, pessoas trans e travestis na promoção de debates públicos sobre “o fazer psicológico no processo de transexualização, à luz dos Direitos Humanos, além do panorama dos debates políticos em torno da luta no Brasil e no mundo” (Despatologização das Identidades Trans<sup>4</sup>). O Conselho investiu na criação de um site específico para divulgar a campanha e na produção de uma série de vídeos educativos sobre o tema.

Nota-se também que a orientação do CFP rompe com o estereótipo estabelecido em épocas anteriores, segundo o qual a psicologia (em decorrência da hegemonia do discurso biomédico) buscava validar a transexualidade do sujeito e diferenciar o “verdadeiro transexual” daqueles que seriam “falsos transexuais”.

Mais tarde, o CFP reforçou seu posicionamento contra a patologização das identidades trans por meio da publicação, em 29 de janeiro de 2018, da resolução

4 <https://despatologizacao.cfp.org.br/sobre/>

nº 01/18, na qual estabelece normas de atuação para psicólogas/os junto às pessoas transexuais e travestis. Essas diretrizes discorrem sobre temas como o apoio à erradicação da transfobia, a proibição de qualquer ação que decorra de discriminação ou reforce preconceitos, além de ratificar, em um parágrafo único: “As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero” (CFP, 2018, p. 2).

Do conjunto de iniciativas, diretrizes e campanhas de esclarecimento dirigidas tanto à categoria como à opinião pública, sob patrocínio do CFP, pode-se depreender que a entidade de classe tem reforçado e orientado uma atuação voltada a um atendimento que não tenha um foco na experiência trans em si, mas que seja suficientemente amplo para englobar outros aspectos da vida do sujeito e suas demandas, que podem ser diversas. Entretanto, a obrigatoriedade de um diagnóstico médico, que impõe e reitera o estigma relacionada à psicopatologia, bem como o acompanhamento psicoterapêutico compulsório e uma avaliação psicológica que visaria “liberar” o sujeito para ser submetido às cirurgias de redesignação sexual, coloca sob a tutela da psicologia um poder de decisão indevido sobre os corpos trans, como se a pessoa trans adulta não fosse capaz de decidir com autonomia sobre o que convém à sua vida e como deseja viver e se apresentar ao mundo.

## **A luta pela despatologização da produção dos corpos trans: o que a psicologia tem a dizer sobre isso?**

Em decorrência da situação de vulnerabilidade socioeconômica, a maioria da população trans no país tem acesso à saúde via SUS e depende exclusivamente da disponibilidade de serviços oferecidos em conformidade com os princípios da universalidade, equidade e integralidade. Todavia, o sistema adota o diagnóstico como pré-requisito para garantir o atendimento por intermédio do PT-SUS (BRASIL, 2013). Além disso,

os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria serão iniciados a partir de 21 (vinte e um) anos de idade do paciente no processo transexualizador, desde que tenha indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos pela equipe multiprofissional que acompanha o(a) usuário(a) no Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

A necessidade de fixação do diagnóstico e a consequente patologização da condição trans é hoje uma forma de receber atendimento integral em serviço

público e gratuito de saúde, o que inclui encaminhamento a especialidades para acesso à hormonização, ginecologista, psiquiatra e psicóloga/o, responsáveis pela emissão dos relatórios psicológicos que atestam o diagnóstico e garantem a efetivação do acompanhamento interdisciplinar como pré-requisitos necessários à realização de intervenções cirúrgicas, tais como redesignação sexual, às pessoas trans que assim desejarem.

Acerca da avaliação psicológica e de seus resultados, formalizados em um laudo técnico, nota-se uma condição de legitimação do poder dos profissionais psis, que podem decidir, com base em sua convicção e a partir de seu posicionamento particular, quais são as características do sujeito que o tornam um “verdadeiro” transexual. Essa operacionalidade do exercício do poder é problemática, pois o dispositivo almeja perpetuar a produção da transexualidade enquanto psicopatologia, o que reforça as instituições (médicas) e os aparatos de esquadramento do poder (cisheteronormatividade) criando um sujeito por meio da docilização dos corpos dissidentes.

Compreende-se que o PT-SUS segue um itinerário normatizador das experiências e identidades trans, a partir de um fluxo pré-estabelecido que recria e reifica a binaridade e o corpo trans (SANTOS et al., 2019). A patologização das identidades trans resulta de um longo processo histórico e social, que tem como objetivo o controle dos sujeitos a partir do alinhamento cisheteronormativo entre o gênero referido ao nascimento, o desejo sexual e a expressão binária do gênero. O efeito de dominação consolida-se com a patologização das identidades de gênero e das expressões que divergem dessa normatização por meio da consolidação de um diagnóstico psiquiátrico, resultando na estigmatização e condenação dos sujeitos dissidentes a um lugar de abjeção.

Ainda em relação à situação da avaliação psicológica no contexto da despatologização da condição trans, a Associação Mundial de Profissional para a Saúde Transgênero preconiza que: “A avaliação da saúde mental [...] é necessária para o encaminhamento a tratamentos hormonais e cirúrgicos para a disforia de gênero. Em contraste, a psicoterapia – apesar de altamente recomendada – não é um requisito” (COLEMAN et al., 2012, p. 32). Esse posicionamento se deve, segundo a associação, a não funcionalidade do processo terapêutico a partir de um número pré-estabelecido de sessões, que desencorajaria a oportunidade genuína de crescimento pessoal, assim como o reconhecimento de que pode haver um descompasso de metas e objetivos entre profissional e usuário/a por um determinado período de tempo. Já em relação à necessidade da avaliação de saúde mental, a Associação argumenta que as/os profissionais podem fornecer um apoio importante para as pessoas usuárias do serviço em todas as etapas de



exploração da identidade e expressão de gênero, e na eventual transição, e não somente no momento anterior à implementação das intervenções médicas.

## O outro lado da moeda: psicoterapia e avaliação psicológica como possíveis ferramentas despatologizantes

Considerando a situação de legitimação das relações de poder, o discurso biomédico e suas normas patologizantes das experiências de pessoas transdiversas, o engajamento da psicologia no processo de despatologização aponta para duas questões principais: a obrigatoriedade da avaliação psicológica e da psicoterapia (GALLI, VIEIRA, GIAMI, & SANTOS, 2013). Essas ações divergem em seus objetivos e dinâmicas, tendo a primeira a finalidade de confirmar o diagnóstico ou condição da transexualidade, excluindo “outras comorbidades psiquiátricas”, enquanto que a segunda busca promover uma reflexão acerca da experiência mundana do sujeito.

A partir desses posicionamentos, há convergência no entendimento de que a psicoterapia não pode ser instituída como compulsória para sujeitos transexuais, uma vez que o processo terapêutico busca ampliar a liberdade interna do indivíduo e seu poder de agência; portanto, seria um contrassenso iniciar um processo terapêutico com base no constrangimento e na intimidação.

Ao contrário do que pode habitar o imaginário coletivo das/os profissionais de psicologia, Arán (2019) destaca que sujeitos trans, a despeito das experiências adversas decorrentes da intolerância, do preconceito e da desinformação da sociedade, conseguem construir projetos de futuro e vidas satisfatórias, produtivas e alegres. Dessa maneira, o desafio da clínica com pessoas que apresentam questões sobre seu gênero é saber quando e como trazer essa discussão para o espaço terapêutico e tratá-la com sensibilidade (BUDGE & MORADI, 2018), já que as/os clientes têm interesse em abordar esse assunto, mas não apreciam essa reflexão quando o gênero é percebido de forma estereotipada pela/o profissional ou de modo não relevante ao contexto (MIZOCK & LUNDQUIST, 2016).

O papel da psicologia na luta contra a despatologização dos sujeitos trans, em especial na clínica, é pensar a singularidade de cada indivíduo em suas experiências e em sua subjetividade para além da moldura da cisheteronormatividade, do binarismo e das definições rígidas de masculino e feminino. Na assistência aos sujeitos que desejam modelar seus corpos por almejam o reconhecimento social pode-se ajudá-los a relativizarem a necessidade de cirurgias e intervenções corporais que possam colocar sua saúde em risco (ARÁN, 2019), entendendo que a real necessidade é de desconstrução das normas de gênero social, e não

a reconstrução do próprio sujeito para se ajustar de forma ortopédica à norma imposta. Ao mesmo tempo, com as pessoas para quem a realização das intervenções cirúrgicas é percebida como crucial para aplacar sua insatisfação e delinear os contornos de sua subjetividade, sendo nessa medida um ponto de referência na construção de uma vida digna, deve-se refletir a respeito do sofrimento corporal e psíquico, dimensões que se interconectam muitas vezes de forma lancinante na história do sujeito (GALLI et al., 2013).

Com referência à avaliação psicológica, inserida no “combo” das práticas previstas pelo PT-SUS, a maior crítica é que esse procedimento acaba por atestar a incapacidade do sujeito trans de decidir sobre seus próprios desejos e tomar decisões referentes a seu próprio corpo. Transfere-se aos instrumentos de avaliação da personalidade o poder oracular de enunciar o que sujeito é e do que ele é capaz. Ao retirar o poder de agência e decisão do sujeito, retorna-se a questão da apropriação do poder pela classe médica. Frequentemente, a vida dos sujeitos fica em suspenso, à mercê dos médicos, psiquiatras, psicólogos e hospitais, ou do poder econômico, como descreve uma entrevistada: “Estou há seis anos esperando o laudo do médico para poder fazer minha cirurgia. Será meu maior sonho realizado... [suspiro] não aguento mais esperar... [pausa] se tivesse dinheiro já tinha feito particularmente” (PINTO et al., 2017, p. 4).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos como uma das principais contribuições deste estudo para a área de interface psicologia e interdisciplinaridade o questionamento dos pressupostos implícitos que sustentam as práticas clínicas direcionadas à população trans, que frequentemente reproduzem um viés patologizante. Sustentamos que esse viés se torna mais evidente no PT-SUS, com a norma protocolar da psicoterapia compulsória para pessoas que desejam se submeter à cirurgia de redesignação de gênero. Por meio do exame crítico das publicações, resoluções, portarias e movimentos da Psicologia no país, reconstruímos a trajetória dos marcos históricos que selaram os posicionamentos das entidades representativas da categoria profissional no âmbito nacional e internacional.

Orienta-se o acompanhamento do funcionamento do PT-SUS em decorrência das modificações nos manuais diagnósticos. Quanto tempo a política pública levará para se adaptar e como ela irá resistir aos avanços conservadores que se refletem na composição da representação parlamentar e nos ataques reiterados às instituições democráticas? A quem de fato interessa promover tais atualizações,

que promovem condições para fortalecer a autonomia e a dignidade da população trans?

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) - CAPES pela bolsa de doutorado concedida à primeira autora (Demanda Social N. 88887.820864/2023-00) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa, categoria 1A, concedida ao segundo autor.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 5 ed. (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. What does transgender mean?. *In: **Transgender People, Gender Identity and Gender Expression***. 2014. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/lgbt/transgender>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ARÂN, Márcia. A psicoterapia no processo transexualizador no SUS: por uma noção cartografia da diversidade sexual. *In: FRANÇA, Alexandre Narbor (org). **Psicologia e diversidade sexual: assim se passaram vinte anos***. Conselho Regional de Psicologia Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, pp. 19-35.

ÁVILA, Simone.; Grossi, Miriam Pilar. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. *In: **Anais eletrônicos do V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura***. Natal, Universidade Federal de Natal, 2010. Disponível em: <https://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%3%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-VA-DA-DI%3%81SPORA-QUEER-Simone-%3%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>. Acesso em 29 ago. 2023.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, 20 (2): 569-581, 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008.** Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. 2008. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2803/2013, de 19 de novembro de 2013.** Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.** Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde. 2013. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde. 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNPCDH-LGBT.** Brasília-DF, 2010. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/pplgbt-164.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

COLEMAN, Eli *et al.* **Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero.** 7ª versão. World Professional Association for Transgender Health (WPATH), 2012. Disponível em: [https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7\\_Portuguese.pdf](https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf). Acesso em: 28 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010/2005, de 21 de julho de 2005.** Dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Psicólogo. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 014/2011, de 20 de junho de 2011.** Dispõe sobre a inclusão do nome social no campo “observação” da carteira de identidade profissional do psicólogo e dá outras providências. 2011. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao2011\\_014.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao2011_014.pdf). Acesso em 29 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans.** Brasília-DF, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>. Acesso em 29 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório do ano temático da avaliação psicológica 2011/2012.** Brasília: CFP, 2013. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/FOLDER\\_ANO\\_TEMATICO\\_CFP\\_V4.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/FOLDER_ANO_TEMATICO_CFP_V4.pdf). Acesso em 29 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Despatologização das identidades trans e travestis.** Brasília-DF, 2015. Disponível em: <https://despatologizacao.cfp.org.br/>. Acesso em 29 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Avaliação psicológica: dimensões, campos de atuação e pesquisa.** Brasília-DF, 2016. Disponível em: [http://portal.crp.br/uploads/ckfinder/files/AF\\_CRP\\_Caderno\\_AvaliacaoPsicologica\\_pdf.pdf](http://portal.crp.br/uploads/ckfinder/files/AF_CRP_Caderno_AvaliacaoPsicologica_pdf.pdf). Acesso em 29 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP 01/99 é mantida em decisão judicial.** Brasília-DF. 2017. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial>. Acesso em: 29 de ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01/2018, de 29 de janeiro de 2018.** Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. 2018. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-2018-estabelece-normas-de-atuacao-para-as-psicologas-e-os-psicologos-em-relacao-as-pessoas-transexuais-e-travestis?origin=instituicao&q=transexualidade>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FAVERO, Sofia. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 5, n. 13, p. 403-418, 2020.

FERREIRA, Breno de Oliveira; BONAN, Cláudia. Abrindo os armários do acesso e da qualidade: uma revisão integrativa sobre assistência à saúde das populações LGBTQ. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1765-1778, 2020.

GALLI, Rafael Alves et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, p. 447-457, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USF**, v. 18, p. 363-372, 2013.

MIZOCK, Lauren; LUNDQUIST, Christine. Missteps in psychotherapy with transgender clients: promoting gender sensitivity in counseling and psychological practice. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v. 3, n. 2, p. 148, 2016.

NEER, Anahí Farji. Reconfiguraciones del rol de la psicoterapia en el marco de los tratamientos de construcción corporal trans (Argentina, 1997-2017). In: BRAZ, Camilo & HENNING, Carlos Eduardo (orgs.). **Gênero, sexualidade e saúde: diálogos latino-americanos**. Goiânia: Editora da UFG, 2017, p. 122-142. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook\\_genero\\_sexualidade\\_saude.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_genero_sexualidade_saude.pdf). Acesso em: 20 de jul. 2020.

SANTOS, Manoel Antônio; SOUZA, Ricardo Santos; LARA, Lucia Alves da Silva; RISK, Eduardo Name; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; ALEXANDRE, Vinicius; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 03-19, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Diseases**. 11 ed. 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/lm/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fclid%2fentity%2f411470068>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

## O PALÁCIO DAS PRINCESAS E A DISRUPÇÃO DA QUARTA PAREDE

*Fabio Redkowiez Rodrigues Gomes<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este artigo manifesto versa sobre o potencial de (trans)formação psicossocial do musical *Brenda Lee e o palácio das princesas* realizado pelo coletivo Núcleo Experimental, frente à estrutura heterocisnormativa que insiste em desumanizar corpos/corpas/corpes e sexualidades dissidentes há décadas. Protagonizado por seis atrizes travestis, o espetáculo conta a história de Brenda Lee, ativista LGBTQIA+ e fundadora da primeira casa de apoio para pessoas com HIV/Aids, do Brasil. Além dos atravessamentos enquanto único ator cisgênero do espetáculo e membro do Núcleo Experimental há 18 anos, esta pesquisa se pautou em materiais jornalísticos, críticas literárias e documentos que viabilizaram um arco histórico da cena travesti desde o pioneirismo do que se entendia por “transformismo” no teatro de revista, à inclusão dos debates sobre identidade, subjetividade e representatividade trans contidos nas produções contemporâneas e que o espetáculo promove. Diante da análise dos materiais, percebeu-se que o musical vem fomentando, sobretudo, o empoderamento de pessoas LGBTQIA+, bem como a construção de subjetividades, a desconstrução de estigmas em relação às capacidades artísticas de pessoas trans, além da significativa representatividade e visibilidade de corpas em espaços até então negados pela cisgeneridade e debates importantes sobre o protagonismo transvestigênera no que se refere a própria narrativa e transcestralidade. O espetáculo musical, *Brenda Lee e o palácio das princesas*, vem se configurando como mais uma chave aliada à desconstrução e (re)existência criativa e não *violenta*, como diriam Foucault e Butler respectivamente, frente aos padrões normativos e compulsórios de gênero e sexualidade da atualidade.

**Palavras-chave:** Psicologia Social, Travesti, Heterocisnormatividade, Teatro.

---

1 Mestrando do Curso de Psicologia Social da Universidade de SP - USP, [fabioedkz@gmail.com](mailto:fabioedkz@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A inventividade para descortinar novos recursos epistêmicos encontrou na arte um instrumento potente de investigação dos fenômenos psicossociais no âmbito da pesquisa científica. A indignação frente ao cenário histórico e recorrente de violência à população LGBTQIA+, fez da minha vivência como integrante do grupo teatral Núcleo Experimental há 18 anos e ator do musical Brenda Lee e o palácio das princesas, chave para explorar o potencial de (trans)formação psicossocial frente à estrutura heterocisnormativa que insiste em desumanizar corpos/corpas/corpes e sexualidades dissidentes há décadas.

O filósofo Foucault (1988), discorre sobre como se deu a relação de poder no dispositivo da sexualidade desde a sua associação à emergência da burguesia vitoriana. O casal heterossexual, legítimo e procriador, ditava a lei. O sexo, transgressor na clandestinidade, é reprimido e, portanto, inexistente, calado, fadado ao mutismo. Há uma repressão historicamente evidente sobre o sexo, profundamente enraizada e passa a ser colocada em discurso no campo do exercício do poder, fazendo do comportamento sexual uma conduta não só econômica, mas também política. O sexo fora atravessado por *vozes* múltiplas até a condenação de tudo que escapasse às regras das relações matrimoniais legítimas, com a sua sexualidade natural e regular. Àquilo que escapa da norma, as sexualidades coadjuvantes, podemos chamá-las assim, passaram a ser personagens principais pelo discurso da tradição judaico-cristã, precursor desse padrão de normalidade que hoje hostiliza a população LGBTQIA+, acompanhado pelos discursos jurídico-criminológico e médico-científico (BORRILLO, 2015; FOUCAULT, 1988; QUINALHA, 2022, p. 35).

Da relação entre essas produções discursivas, das produções de poder e saber, partem a capacidade de gerir e gerenciar indivíduos segundo um padrão. Esses discursos, ou essas *vozes*, veiculam e produzem poderes garantindo o privilégio da sexualidade regular ao mesmo tempo que rouba a humanidade de pessoas contrárias a essa sexualidade, *fora clui* ou nega outras identificações tornando-as inelutáveis (BORRILLO, 2015, BUTLER, 2019, 2020; QUINALHA, 2022; FOUCAULT, 1988). A estrutura hegemônica heterocisnormativa reforça a estrutura binária heterossexista dentro do sistema patriarcal que delimita os gêneros e impede outras existências, o que acaba por perpetuar discursos LGBTfóbicos e a sua naturalização. Essa prerrogativa se tornou explícita desde o período em que ocorreram as eleições de 2018, em que o então ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi eleito entre discursos de ódio e *fake news* (notícias falsas). Incontáveis frases foram canhoneadas pelo ex-presidente Bolsonaro em relação ao público



LGBTQIA+, descredibilizando e achincalhando as causas do movimento LGBTQIA+ corroborando para os alarmantes índices de violência contra essa população. Isto é o que nos revelam as estatísticas conforme o monitoramento da ONG Transgender Europe (TGEU), por meio do observatório Trans Murder Monitoring (TMM), o Brasil vem ocupando desde 2008 o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo. O último dossiê realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), lançado em 2023, revela que 78% dos crimes cometidos às pessoas trans, corresponderam a profissionais do sexo; não à toa, 77,5% dos assassinatos aconteceram em espaços públicos, o que nos mostra que ainda é a profissão que muitas travestis aderem pela falta de outras possibilidades de trabalho (BENEVIDES, 2023).

Esse cenário parece não se tratar de uma coincidência. Nota-se durante regimes mais conservadores quase que uma ausência de agenda sobre a diversidade sexual e de gênero nos discursos oficiais e nas políticas públicas. Os dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), por exemplo, consta como gasto nulo para a Diretoria de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT, para políticas de proteção à população LGBTQIA+ em 2020 e apenas 4,3% da utilização do orçamento em 2019 (DAMARES [...], 2021). Ministros indicados pelo presidente se pactuavam na missão de conservar a moral e os bons costumes. Até mesmo o tratamento de HIV/Aids, elogiado no mundo todo, foi questionado e colocado em risco por conta de declarações preconceituosas do ministro da Saúde no governo do ex-presidente Bolsonaro (QUINALHA, 2022).

Ao nos depararmos com esses números que refletem a realidade de milhares de pessoas LGBTQIA+, qual a real probabilidade de uma saúde mental de qualidade? Somos expostos diariamente a um ambiente hostil e estressante, tendo de lidar com situações de intolerância, preconceito, com a aceitação familiar, críticas e julgamentos, seja pela forma como nos portamos, nos vestimos ou pelo o que desejamos. O que para um homem heterossexual cisgênero e branco, uma simples ida ao trabalho nada tem de especial, para um LGBTQIA+ muitas vezes é uma grande tortura. De acordo com a organização sem fins lucrativos, National Alliance on Mental Illness (NAMI), 2022, pessoas LGBTQIA+ têm o dobro de probabilidade em desenvolver condições mentais adversas do que heterossexuais e pessoas trans, quatro vezes mais do que cisgêneros.

A cultura também não ficou de fora desta investida reacionária e contou com secretários nomeados pelo ex-presidente com direito à paródia de ministro da Alemanha nazista até defesa da ditadura militar. Artistas enfrentaram uma escassez de editais culturais para a viabilização de peças com temáticas LGBTQIA+, além da dificuldade de angariação de patrocínio via lei de incentivo por conta

da vinculação da imagem da empresa ao tema e de censura às artes (JUCA, 2019). Exemplo desta realidade, foi o que ocorrera com o espetáculo em que eu atuei em 2019, chamado *Lembro todo dia de você*, de temática LGBTQIA+. O musical que teve seu contrato cancelado por uma estatal após a contemplação de um edital público federal em meio a suspeitas de censura, onde alguns espetáculos teatrais pelo Brasil também foram *suspensos*.

Essa avalanche restritiva de formas de vida que confrontam as estruturas, minou o imaginário brasileiro e mesmo com a derrota do ex-presidente Bolsonaro nas urnas, é esperado investidas constantes da base governista contra a população LGBTQIA+. Esse movimento é conhecido como *backlash* (QUINALHA, 2022), ou seja, uma ofensiva da estrutura hegemônica heterocisnormativa que reage à evidente transformação estrutural desde o início das lutas dos movimentos feminista e LGBTQIA+; sinal de que os códigos morais estão se alterando significativamente. O padrão hegemônico de virilidade e masculinidade, estaria em crise frente à pluralidade de formas de viver e identidades? A indignação frente aos atos de intolerância, aos crimes de ódio, à falta de políticas públicas que garantam o direito e a saúde mental da população LGBTQIA+ e ao desmonte do setor cultural nos últimos anos, revelam a importância deste debate como uma oportunidade de pensarmos novas estratégias de enfrentamentos e resistências.

Foucault (1994, v.4, p. 693) demonstra seu interesse em contribuir para o processo criativo das lutas de resistência, que possam gerir novas economias das relações de poder, pois “tudo isto está diretamente ligado a uma prática e a estratégia que são, por sua vez, móveis e se transformam”. Aliada a essa prerrogativa foucaultiana, o princípio da *não violência* como forma de resistência pensada por Butler (2020) parece corroborar para se pensar o teatro como mais uma forma estratégica de resistência. Para a autora, essa *não violência* não deve ser interpretada como algo passivo relacionado com virtude e moral, mas uma prática ativa e, sobretudo, coletiva de militância e ativismo<sup>2</sup> (BUTLER, 2020; COLLING, 2019). É sabido historicamente que movimentos minoritários já perceberam que a arte é uma ferramenta de extrema relevância no processo de desconstrução, produção de subjetividades capazes de enfrentar a misoginia, o sexismo, o racismo e a homofobia (COLLING, 2019).

A própria natureza do acontecimento teatral e o seu poder de provocar transferências subjetivas, conquistas no campo da representatividade, questionamentos das opiniões dominantes, de se dirigir às pessoas de modo que elas

2 “Ativismo” é um neologismo utilizado por artistas e pesquisadores para se referirem a determinadas produções artísticas que possuem cunho político mais explícitas (COLLING, 2019, p. 12)

reflitam sobre a vida de maneira diferente de como fazem habitualmente, faz da arte uma verdadeira ferramenta de transformação (BADIOU, TRUONG, 2015). Desta forma, o teatro é muito mais do que uma contemplação passiva, de admiração ou reprovação, está para além da estética e do entretenimento, ele é capaz de provocar modificações subjetivas ativas.

*Brenda Lee e o palácio das princesas*, produzido pelo Núcleo Experimental, foi aqui pensado para discorrermos sobre o seu potencial de (trans)formação psicossocial frente à estrutura heterocisnormativa, tanto por conta da sua temática, quanto pela sua representatividade. O musical conta a história da travesti Caetana, também conhecida como Brenda Lee, e que se tornou um marco na luta por direitos LGBTQIA+. O trabalho tem dramaturgia e letras de Fernanda Maia, direção e figurinos de Zé Henrique de Paula e músicas originais e direção musical de Rafa Miranda. O espetáculo, que traz em cena seis atrizes transvestigêneres (Andrea Rosa Sá, Elix, Leona Jhovs, Olivia Lopes, Tyller Antunes e Verônica Valenttino) e eu, como o único ator cisgênero, narra a luta das travestis nas ruas de São Paulo, a escassez de oportunidades que as impele à prostituição e sobre como foram acolhidas por Brenda Lee no auge da epidemia de HIV/Aids no Brasil. A criação deste musical é uma continuidade das pesquisas do Núcleo Experimental sobre as possibilidades de interação entre música e teatro, que vem consolidando a trajetória do grupo como criador de musicais originais e inéditos brasileiros.

Diante da análise dos materiais, percebeu-se que o musical vem fomentando, sobretudo, o empoderamento de pessoas LGBTQIA+, bem como a construção de subjetividades, a desconstrução de estigmas em relação às capacidades artísticas de pessoas trans, além da significativa representatividade e visibilidade de corpos em espaços até então negados pela cisgeneridade e debates importantes sobre o protagonismo transvestigêneres no que se refere a própria narrativa, a sua transcentralidade e a saúde mental desta população.

## METODOLOGIA

Sendo assim, este artigo se debruçou no espetáculo *Brenda Lee e o palácio das princesas* e pela vivência como o único ator cisgênero do espetáculo e integrante há quase 20 anos do grupo de teatro Núcleo Experimental, cuja sede está localizada no bairro da Barra Funda na cidade de São Paulo. As discussões desta investigação de caráter qualitativo, se basearam em procedimentos técnicos bibliográficos, documentais e se inspiraram na metodologia autoetnográfica pela sua máxima em possibilitar a criticidade discursiva dominante e que propõe maior desalienação e requalificação da relação entre o objeto e observador, onde

a experiência pessoal do pesquisador se torna meio de construção de conhecimento (ELLIS, ADAMS, BOCHNER, 2013). Os próprios sentimentos e experiências do pesquisador são incorporados no texto levando em consideração o seu papel político em relação ao tema, onde as elaborações de suas experiências pessoais são potentes ferramentas de aproximação com o objeto estudado e, consequentemente, de transformação social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando pensamos em alternativas criativas e *não violentas* de resistência, o teatro desponta como uma ferramenta aliada para pensarmos frentes conjuntas de enfrentamento de uma estrutura que não oferece possibilidades dignas de existência para todos os corpos. Butler (2020), nos apresenta quatro pontos para reivindicarmos o status de vida de corpos considerados *desimportantes*, tais como: usar o *ruído* como discurso político, trabalhar a memória e a justiça, fazer todos os corpos enlutáveis e compreender que uma vida não existe sem a outra (CEZAR, 2021). Vejamos como o espetáculo *Brenda Lee e o palácio das princesas* corresponde a essas prerrogativas.

O teatro se faz da relação de um ator e uma plateia que reage, se emociona, chora, se afeta por aquilo que lhes é indiferente na vida real. O teatro como essa arte que desperta, portanto, torna-se um *ruído* capaz de dismantelar o poder e gerar uma transformação social. Butler (2020) nos convida a reivindicar o status de discurso desses *ruídos* frente aos pilares discursivos da estrutura heterocisnormativa e é por meio da transformação que o acontecimento teatral é capaz de suscitar, que Badiou (1996) se aproxima das ideias da autora. Para Badiou (1996), é por meio da idéia-teatro, pela via do poema e do afeto, que o poder transformador fomenta reflexões pessoais e leva à crítica social, reflexões sobre a vida que se faz espelho no palco e se estende para além da quarta parede.

A quarta parede no teatro é uma convenção dramática relacionada à estética teatral realista e naturalista do início do século XX, que separa o público dos intérpretes e que coloca em jogo a função pulsional do prazer voyerista/exibicionista em relação à tranche de vie, ou seja, uma fatia de vida encenada e vista pelo olho da fechadura (PAVIS, 2008; FREUD, 1980). A quebra dessa quarta parede tem origem no teatro épico de Bertold Brecht e se dá quando a plateia é convidada a interagir criticamente com o espetáculo por meio de recursos cênicos. O teatro convida a um despertar com ou sem a quebra dessa quarta parede, porém, quando falamos de corpos e sexualidades dissidentes encenadas dentro de uma estrutura ditada pela heterocisnormatividade, não há somente uma quebra, mas

uma disrupção dessa parede por atingir diretamente os alicerces hegemônicos e “intocáveis” até então.

Ao terceiro sinal, abrem-se as cortinas, começa o espetáculo. Luzes, as princesas do palácio entram em cena e dominam o palco com um número musical inspirado em *Cell Block Tango* do musical *Chicago*. A partir daquele momento tudo pode acontecer porque o teatro é vivo, ao vivo, atemporal. Princesas dentro do espetáculo, bruxas fora dos palcos? O ruído e a transformação que o espetáculo sugerem já se dá pelo título, na medida em que a ativista Brenda Lee subverte o epíteto de bruxas, como a imprensa e algumas pessoas se referiam a sua casa na Rua Major Diogo em São Paulo, em princesas:

### **Travestis moram há seis meses no “castelo das bruxas” do Bixiga.**

A casa é toda pintada de branco por fora e vive com o portão de ferro fechado (...) A rejeição das famílias, a repressão policial e o estigma da Aids (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) fizeram com que os travestis se fechassem cada vez mais num mundo à parte. Esta semana, o castelo ficou mais uma vez alvoroçado: é só chegar lá que os hóspedes vão logo mostrando as mordidas dos cães pastores, a arma empregada por PMs para acabar com o “trottoir” dos travestis (...) (TRAVESTIS [...], 1986).

No trecho jornalístico acima analisado por Nicolau (2019), retrata como Brenda Lee afronta o poder que busca assujeitá-la e promove uma disruptura das cisnormas. O autor, inclusive, faz uma aproximação ao caso da Rosa Parks<sup>3</sup>, como se Brenda tivesse levantando-se, nos anos 80, contra o *apartheid* de gênero. Um espetáculo protagonizado por seis mulheres trans, como acontece em *Brenda Lee e o palácio das princesas*, também corrobora para uma disrupção da indústria cultural, uma indústria movida sob a lógica do capitalismo e que por conta disso, restringe as possibilidades de alguns temas e produções, sobretudo, de temáticas LGBTQIA+.

A capilarização da representatividade é um outro ruído à heterocisnormatividade. Pensem em uma princesa transvestigênera dos contos de fada que você, leitor, mais se identifica. Provavelmente você não se identifica com nenhuma, porque simplesmente não existem princesas transvestigêneras nos contos infantis. Para os amantes do carnaval, alguém poderia citar a primeira princesa trans de São Paulo como representante da escola de samba da Vila Maria, a cabeleireira

3 Rosa Parks (Rosa Louise McCauley) foi uma ativista norte-americana que, em 1955, negou-se a ceder o seu lugar no ônibus a um homem branco e se tornou símbolo dos movimentos dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

Verônica Martinelly, de 30 anos. Verônica venceu o concurso em janeiro de 2022 e diferente do que geralmente acontece nos contos de fada, ela não viveu feliz para sempre. Seu reinado e sua vida foram interrompidas de forma brutal pelo ex-namorado dois meses depois de receber a coroa (MARTINS, 2022). A psicóloga, escritora e ativista Jaqueline Gomes de Jesus diz que há uma estratégia de apagamento, não apenas de assassinatos de pessoas trans, mas também de um epistemicídio (CAVALCANTE, 2023). Frente a essa realidade, a *multiartista* Renata Carvalho, enxerga na arte uma forma de transformar o mundo. A mulher trans e travesti não são somente dores, mas são também sucesso. A atriz ressalta que não se trata de não falar sobre a dor, a violência ou a transfobia, mas se utilizar da arte propondo uma nova visão sobre essas temáticas, um novo olhar e uma nova escrita (RENATA, 2023).

Neste ponto, parte do sucesso de público e crítica deste espetáculo está na complexidade das personagens que fogem das participações que geralmente essas atrizes são convidadas a encenarem e que possibilitam maiores identificações e aproximações do público com aquelas *princesas*. No decorrer de alguns debates que ocorreram depois da peça como contrapartida dos editais públicos, pude testemunhar muitas pessoas relatando sobre o impacto do musical em suas vidas. Algumas pessoas se apresentaram como pessoas trans e dividiram seus processos de transição de gênero e o quanto encontraram na representatividade do espetáculo, pontos que as fortaleceram. Diversas pessoas se diziam acolhidas e empoderadas por aquelas histórias, como a Isabelle Labete, preta e travesti se tornando doutora e professora, a Blanche de Niège, se tornando mãe após o tratamento de sua dependência química, a Ariela Del Mare, que realizou o seu sonho de fazer sua cirurgia de redesignação e virar cantora, a Raíssa, que abriu o seu salão de beleza e começou a trabalhar em desfiles de moda ou a Cynthia Minelli, apesar de ter sofrido por conta do HIV/Aids, teve suas glórias durante a vida. A atriz Renata Carvalho nos chama a atenção sobre atrizes transvestigêneres representarem não somente as suas mortes como pano de fundo de uma história, mas de interpretarem papéis que possuam nuances, complexidades, com histórias, que sejam protagonistas e assim contribuam à naturalização desses corpos, como sendo corpos de afeto e pessoas que também conquistam e são vitoriosas, tornando-as, portanto, corpos *enlutáveis* (DEBELLIAN, 2023; BUTLER, 2020).

A atriz Verônica Valenttino, que interpreta a Brenda Lee no musical, foi a primeira atriz trans a vencer o Prêmio Shell de Teatro como melhor atriz. Em seu discurso, a atriz ressaltou sobre a importância de honrar o legado de Brenda Lee, a sua transcestralidade e que vidas precisam ser eternizadas:

“Histórias como a de Brenda Lee são fundamentais de serem contadas. Ela foi uma mulher transexual e guerreira, que viveu uma jornada única e desafiadora. Ao trazer sua história para os palcos, podemos ampliar a compreensão e empatia em relação às experiências de pessoas trans. É uma oportunidade de promover a inclusão e o respeito, além de celebrar a diversidade em toda a sua forma. Vivemos em um país onde corpos marginalizados, como o meu, foram e continuam sendo exterminados, calados e apagados. Em pleno 2023, não podemos mais aceitar isso como algo natural. Temos o dever de resgatar cada pedaço de memória, trazendo à luz histórias e narrativas que foram esquecidas. O Brasil é um país sem memória, e é nosso papel mudar essa realidade. Esses corpos que enfrentaram epidemias, que fizeram história em espaços de acolhimento e política, merecem ser reconhecidos. Precisamos resgatar essas memórias para que não sejam mais silenciadas. Meu corpo já é político, e é fundamental que cada um de nós se envolva nessa luta, honrando essas histórias e rompendo com o ciclo de violência.” (MORATELLI, 2023)

Resgatar a memória e legitimar a importância das que vieram antes, faz com que caminhos para novos futuros sejam possíveis. A prática do travestimento, como inicialmente um artifício para compensar a escassez de atrizes por conta do estigma da marginalidade no teatro, foi se transformando no tempo (MENESES; JAYO, 2018). A primeira fase, se deu pelo transformismo da primeira metade do século XX ao teatro de revista e que se reconhece com mais segurança a presença de artistas travestis nos palcos. Artistas como John Bridges, Aymond, Ivaná, que se uniu às vedetes da década de 50 em produções conhecidas como o teatro de revista, conquistavam a cena artística. O fenômeno Ivaná, inclusive, sugere o início do questionamento dos valores cisnormativos.

A segunda fase foi marcada pelo show business dos anos 60 e 70 e pela *travesti da família brasileira*, a primeira artista travesti do Brasil a ser aceita como tal pela cultura mainstream, a divina diva Rogéria. Nomes como Marquesa, Divina Valéria, Jane Di Castro, Camille K, Fujica de Hollyday, Eloína dos Leopardos se uniram ao fenômeno artístico da época. Rogéria foi uma das primeiras a fazer uso de hormonização e junto as demais travestis artistas de sua geração, construíram a imagem dentro e fora dos palcos de *sex symbol*, *femme fatale*. Na década de 70 despontam também os grupos Dzi Croquettes e Secos e Molhados com a vinda da androginia também desafiando estereótipos (MENESES; JAYO, 2018).

A terceira fase se deu em meados dos anos 80 e se destacou por uma geração de ativistas e militantes LGBTQIA+. Claudia Wonder foi um ícone contracultural por fundir a militância à atividade artística, mas outras ativistas também tiveram protagonismo da luta de direitos LGBTQIA+, como a Andréa de Mayo, Janaína Dutra e

Brenda Lee. Essa nova geração foi marcada, infelizmente, por vidas interrompidas precocemente e pelo surgimento da cena underground em contraposição ao glamour da geração anterior, que traziam em suas produções referências ao estigma social da Aids que então recaíam sobre os homossexuais e as travestis. O declínio dessa geração se deu pela explosão da cultura *drag* nas boates entre 1990 e 2000, expulsando do mercado muitas artistas travestis que não encontravam em outro lugar oportunidades de trabalho que não fosse nas ruas. A quarta fase surge após o interregno, com novas travestilidades ganhando espaços, questionando as corporalidades, estéticas, assumindo papéis políticos dentro e fora de cena.

O personagem que interpreto no espetáculo, o Dr. Pedro, é a junção dos doutores Paulo Roberto Teixeira e Jamal Suleiman, figuras imprescindíveis na vida da Brenda Lee e no enfrentamento à epidemia de HIV/Aids no Brasil, e que nos remete a ideia de *que nenhuma vida existe sem a do outro* (BUTLER, 2020). Dr. Paulo Roberto Teixeira foi integrante do grupo Somos/SP e criador do primeiro programa para prevenção e controle da Aids na América Latina, em 1983, além de propor a quebra de patentes dos remédios importados e ser um importante articulador dentro da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. O Dr. Jamal Suleiman, atualmente infectologista do Instituto Emílio Ribas, é responsável pelo o que se configurou a cena do abraço em Brenda Lee no hospital, o que de fato ocorrera na época. Dr. Jamal lutou bravamente contra as negativas de atendimentos ambulatoriais às pessoas com suspeita de HIV/Aids no Emílio Ribas na época da epidemia, acompanhou e contribuiu de forma direta aos avanços do tratamento de HIV/Aids no Brasil. A presença do Dr. Pedro no espetáculo sugere e presentifica a urgência de alianças diretas e transformadoras, além de uma medicina humanizada à população trans.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de resgatar, contextualizar e ecoar vozes dissidentes unindo-as ao poder do *ruído* teatral, evidencia cada vez mais o seu poder de provocar, estranhar o comum, de tocar o incognoscível, desnudar o compreensível. O teatro é feito para despertar, resgata o teor enigmático no espectador, como Édipo um decifrador da Esfinge, em um tempo que o particular se tornou público, mas nem tudo, pois apesar de algo que não é expresso não existir, o recalcado está sempre lá, insistindo e pedindo para ser (QUINET, 2019 p. 56).

Diante da violência histórica que as pessoas LGBTQIA+ são acometidas, é preciso pensar na diversificação de estratégias que somatizem forças aos avanços de (re)existências. O teatro é proposto aqui como mais um aliado ao movimento



LGBTQIA+, como mais uma ferramenta mediadora que possamos dispor para acessar por outras vias, que não somente a jurídica ou a violenta, maior conscientização e enfrentamento à estrutura heterocisnormativa. O teatro se une e resiste, portanto, como uma ferramenta *não violenta* e criativa que media a possibilidade de transformação de uma estrutura opressora, uma outra forma de lidar com os conflitos. O acontecimento no campo artístico desencadeia o rompimento com a estabilidade, provocando uma disruptura no *cistema* e que ultrapassa os palcos. O protagonismo de artistas trans e travestis promete promover o debate social sobre gênero, a existência de feminilidades, corroborando para a construção de subjetividades, ocupando espaços e garantindo às novas gerações, terrenos férteis para novas conquistas e vitórias.

## REFERÊNCIAS

BADIOU, A. e BORGES, M. L. X. de A. **O ser e o evento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Ed. UFRJ, 1996.

BADIOU, A. e TRUONG, N. **Elogio ao teatro**. Tradução de Marcelo Mori. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2015.

BENEVIDES, B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2022. **Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)**. Brasília, DF, ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BORILLO, D. **Homofobia: história e crítica de preconceito**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1, 2019.

\_\_\_\_\_. **Sin miedo: Formas de resistencia a la violencia de hoy**. Penguin Random House: Grupo Editorial España. Edição do Kindle, 2020.

CAVALCANTE, A. *Reforçar a visibilidade é uma estratégia de sobrevivência*. **Revista Cult**. São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/visibilidade-trans-jaqueline-de-jesus/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

CEZAR, J. M. de O. “**Resistência para Butler:** a luta por um futuro radicalmente democrático. Conselho editorial, v. 87020, p. 70, 2021.

COLLING, L. **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero.** Salvador: EDUFBA, 2019.

DAMARES gasta zero centavos para políticas LGBT em 2020. **Yahoo Notícias São Paulo**, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/damares-gasta-zero-centavo-politicas-lgbt-2020-173028149.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DEBELLIAN, M. **Renata Carvalho e os livros fundamentais na sua formação.** Ilustre leitor. YouTube. 27 out. 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=f7UbHg\\_mNf4](https://www.youtube.com/watch?v=f7UbHg_mNf4). Acesso em: 8 nov 2023

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A.P. Autoethnography: an overview. **Forum: Qualitative social research.** v. 12, n. 1, jan. 2011. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1101108>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits.** Vol. 4. Paris: Gallimard, 1994.

Freud, S. Personagens psicopáticos no palco. **Em Edição Standard das Obras Psicológicas Completas**, Vol. 7 (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1980.

JUCÀ, B. Censura, um efeito cascata que corrói a arte no Brasil de Bolsonaro. **ELPaís**, São Paulo, 22 set. 2019. Disponível: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/17/politica/1568751185\\_533748.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/17/politica/1568751185_533748.html). Acesso em: 5 nov. 2023.

MENESES, E. S.; JAYO, M. Presença travesti e mediação sociocultural nos palcos brasileiros: uma periodização histórica. **Extraprensa.** v. 11, n. 2, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002909084>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MARTINS, L. Primeira princesa trans do Carnaval de São Paulo é morta a facadas. **Metrópoles.** São Paulo. 4 mar. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com>.

[com/brasil/primeira-princesa-trans-do-carnaval-de-sao-paulo-e-morta-a-faocadas](https://www.folha.com.br/brasil/primeira-princesa-trans-do-carnaval-de-sao-paulo-e-morta-a-faocadas). Acesso em: 8 nov. 2023.

MORATELLI, V. **Discurso de Verônica Valentino, primeira atriz trans a vencer o Prêmio Shell de teatro.** YouTube. 22 mar. 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xz2\\_ieteg7Y](https://www.youtube.com/watch?v=xz2_ieteg7Y) Acesso em: 8 nov. 2023

NATIONAL Alliance on Mental Illness (NAMI). **LGBTQ+**. Disponível em: <https://www.nami.org/Your-Journey/Identity-and-Cultural-Dimensions/LGBTQ>. Acesso em: 09 nov. 2023.

NICOLAU, M. A. Artes da existência: travestis em jornais de São Paulo, décadas de 1970 e 1980. 2019. 107 f. **Dissertação (Mestrado em História)** - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Seropédica, 2019.

PAVIS, P. **Dicionário de teatro.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

RENATA Carvalho - série Cada voz. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.** São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/midias/25950>. Acesso em: 8 nov. 2023.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

QUINET, A. **O inconsciente teatral.** Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2019

TRAVESTIS moram há seis meses no “castelo das bruxas” do Bexiga. **Folha de S. Paulo, São Paulo**, 12 abr. 1986, Cidades, p. 23. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br> Acesso em: 6 nov. 2023.

TMM - Trans Murder Monitoring - **Updates. Trans Respect Versus Transphobia, 2023.** Disponível em: [https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm\\_2023](https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2023). Acesso em: 9 nov. 2023.

# NECROBIOPOLÍTICA DE GÊNERO: ANÁLISE DO DOSSIÊ DE ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2022

*Thais Geraldo Oliveira de Aguiar<sup>1</sup>*

*Taina Guerra Chimieski<sup>2</sup>*

*Raquel Pereira Quadrado<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022. O documento é levado ao público para que se possa refletir sobre os elevados índices de assassinatos contra a população trans no Brasil. Para isso, apoiamo-nos no conceito de necrobiopolítica para entender como o estado age em relação a determinados grupos que vêm transgredindo com as normas de gênero impostas pela nossa sociedade. Com isso, busca-se analisar a distribuição desigual do direito à vida e ao reconhecimento da humanidade, problematizando como se tira a vida de certos grupos da população com muito mais frequência e de forma mais violenta do que de outros. A análise utiliza ferramentas da arqueogenealogia foucaultiana. Os dados analisados apontam que essas vivências são engendradas por uma engrenagem social, cultural e simbólica que produz interações sociais por meio da gestão da morte e de processos de invisibilização, fazendo com que certas vidas na nossa sociedade pareçam ter menos valor do que outras.

**Palavras-chave:** vivências trans, gênero, vidas precárias.

1 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências – FURG. Email: thaisaguiar.furg@hotmail.com;

2 Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – FURG. Email: taina.bio@hotmail.com;

3 Doutora em Educação em Ciências, Professora Associada do Instituto de Educação – FURG, vinculada ao PPG em Educação e ao PPG em Educação em Ciências - FURG. Email: raquelquadrado@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Início a escrita deste artigo com alguns questionamentos que vem instigando o meu pensamento: como se tira a vida de certos grupos da população com muito mais frequência e de forma mais violenta do que de outros? Por que a vida de alguns vale menos do que a vida de outros? Quais existências contam como vidas? Quais as condições para que uma vida seja passível de luto? Por que certas vidas provocam mais luto do que outras?

A filósofa Judith Butler, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria queer coloca que

Vidas são apoiadas e mantidas diferentemente, e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída ao redor do mundo. Certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como “passíveis de ser enlutadas”. (2020, p. 52)

O pensamento de Butler (2020) sobre vidas não passíveis de luto, vidas precárias, move a escrita desta pesquisa, a autora fala em vidas que são destrutíveis, vidas que são perdíveis, vidas que não são dignas de serem vividas, que podem ser sacrificadas, porque são consideradas para muitos como ameaça à vida da forma que conhecemos. A autora coloca que a pessoa estar viva nem sempre é ser reconhecida como uma vida:

Na verdade, uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida. Situa-se fora do enquadramento fornecido pela norma, mas apenas como um duplo implacável cuja ontologia não pode ser assegurada, mas cujo estatuto de ser vivo está aberto à apreensão (BUTLER, 2018, p. 22)

Diante destas discussões, o dado de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo atravessa o meu pensamento, para estas não existe reconhecimento de vida inteligível, pois estão rompendo com o padrão normativo de gênero, para estas pessoas resta a precariedade, resta a vida não passível de luto.

Neste artigo discuto os dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no dossiê de assassinatos e violência

contra travestis e transexuais brasileiras, publicado em 2023, como uma forma de necrobiopolítica.

## METODOLOGIA

Para análise do dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022, publicado em 2023, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) assumo algumas ferramentas inspiradas na arqueogenealogia foucaultiana, entendendo este documento como monumentos como nos propõe Michel Foucault:

em nossos dias a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (2008, p. 08)

A partir de tal análise entendo que este documento surge através de condições de possibilidades enraizadas estruturalmente na nossa sociedade como o machismo; o racismo; a transfobia; o pânico moral, os ideais misóginos e conservadores que fizeram com que hoje chegássemos a ser o país que mais mata pessoas trans no mundo. Logo, percebemos que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade” (FOUCAULT, 2011c, p. 12) E as políticas que circulam aqui nos constituem enquanto sujeitos e produzem nossas vivências.

Para Foucault pensar de forma arqueológica é fazer uma descrição detalhada e objetiva das regras através das quais o discurso organiza e “origina” não somente a si, mas também as práticas sociais, institucionais e culturais de uma determinada época, tempo e lugar. Abrindo espaço para pensar de forma genealógica, problematizando não a origem destas vivências, mas as condições de possibilidade e as relações de poder que as atravessam para que alcançássemos o “título” de ser o país mais violento para determinados grupos da população.

Sendo assim, busco alguns traços da genealogia para compreender que forma tais políticas foram se consolidando e proliferando no Brasil, tomando a genealogia como uma das formas de olhar para o presente. E, ainda, busco na arqueologia a história que fez com que essas vivências fossem produzidas neste **não** lugar, não em busca de uma origem, mas sim das condições de possibilidade que fizeram deste um lugar outro, percebendo as relações de poder e saber que as atravessam.

O dossiê da ANTRA é uma publicação anual organizada pelas ativistas trans Bruna Benevides e Sayonara Nogueira, o documento é levado ao público para que se possa refletir sobre os elevados índices de assassinatos contra a população trans no Brasil. De acordo com Benevides e Nogueira:

A violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. Aliado a cena caótica, houve à disseminação de *fakenews* e o recorrente uso do *trans panic* como forma de ter alcance (e muitas vezes, relevância sobre a pejorativização dos grupos) na internet, angariando adeptos e aproximando grupos antagônicos para a unificação e fortalecimento de uma disputa *cissexista* (2022, p. 09)

O levantamento realizado pelas organizadoras é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans brasileira que possibilite esses índices de forma mais precisa, e mesmo estes dados não refletem exatamente a realidade sobre os assassinatos e/ou a violência contra pessoas trans devido as próprias limitações da pesquisa na busca dos dados, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica, onde os estados e o governo federal insistem em uma política de manutenção da subnotificação sistêmica para negar a violência específica contra essa população. Dessa forma, as fontes utilizadas para esta pesquisa são de dois tipos: primária e secundária.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, existe uma ausência de dados governamentais das secretarias de segurança pública com relação aos assassinatos da população trans, sendo assim a ANTRA faz um dossiê anual sobre as mortes de travestis e transexuais, visto que estes dados não são contabilizados de forma discriminada como deveriam. Para este fim a associação não conta com nenhum recurso (financeiro ou material) realizando de modo autônomo o levantamento dos assassinatos tanto no ambiente virtual como in loco por todo país, nos municípios, delegacias, hospitais, IML e etc, a falta de apoio e investimento do Estado dificulta o acesso às informações que, muitas vezes, são negadas, sigilosas ou inexistentes.

De acordo com o documento de 2022, o Brasil assegurou o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média, comparado a outros anos. O Dossiê também traz dados do projeto

de pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM)<sup>4</sup> que monitora, coleta e analisa sistematicamente os relatórios de homicídios de pessoas trans e com diversidade de gênero em todo o mundo e desde o início do levantamento, em 2008, o Brasil tem sido o país que mais reporta assassinatos de pessoas trans no mundo. Do total de 4.042 assassinatos catalogados pela TGEU, 1.549 foram no Brasil. Ou seja, sozinho, o país acumula 38,2% de todas as mortes de pessoas trans em esfera global.

Segundo as autoras Bruna Benevides e Sayonara Nogueira nos últimos cinco anos em que esta pesquisa foi realizada no país foi identificado a existência de um ciclo de exclusões e violências, à vista disso foi necessário detalhar os marcadores que são responsáveis por este processo de precarização das vidas e vulnerabilização das pessoas trans. Visto que “esse ciclo leva as pessoas trans à marginalização e, conseqüentemente, à morte, social e física, seja por falta de acesso a direitos fundamentais, sociais e políticos, ou, ainda, pela omissão do Estado em garantir o bem-estar social dessa população” (2022, p. 39).

Sendo assim, além de quantificar os assassinatos, foi traçado um perfil das vítimas elencando, sempre que possível, outros marcadores para além do gênero, como idade, classe/contexto social e raça. Foram 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais e 05 casos de homens trans e pessoas transmasculinas, não foram encontradas informações de assassinatos de pessoas não binárias na pesquisa deste ano.

Analisando esses índices percebemos uma abjeção ao feminino. É inegável que todas vivências trans sofrem com as questões de violência, mas fica evidente que as que se aproximam do feminino estão mais expostas ao preconceito, isso se dá porque o feminino é o gênero mais desvalorizado na sociedade em que vivemos e torna-se ainda mais vulnerabilizado quando deslocado dos corpos de mulheres não trans (BENTO, 2016, p. 53).

Como afirma o autor Jorge Leite Jr. “um dos grupos sociais que atualmente mais causam repulsa, medo, ódio e, ao mesmo tempo, curiosidade, espanto e desejo são o das pessoas que transitam entre os gêneros e/ou sexos” (2012, p. 559). Ademais, neste ano foram divulgadas nas mídias reportagens com um levantamento apontado pelo site pornô RedTube, mostrando que os brasileiros são os mais interessados em procurar vídeos onde as protagonistas são travestis e mulheres trans e, simultaneamente, é o local que mais mata travestis e trans no mundo, ou seja, temos um duplo movimento de abjeção e desejo.

A identidade racial das vítimas foi possível de ser traçada, na maioria das vezes, através de pesquisas em seus perfis nas redes sociais, já que quando os

<sup>4</sup> <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>



assassinatos eram divulgados esse marcador essencial para traçar o perfil das vítimas estava ausente. Conforme a pesquisa 81% das vítimas eram travestis/mulheres trans negras – pretas e pardas (de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), evidenciando o fato de que é a população negra a que tem maiores chances de ser assassinada.

Segundo o que também é apresentado no relatório a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada, em 80% dos casos apontados pela Associação houve algum tipo de crueldade como: apedrejamento, carbonização, decapitação, espancamento.

Segundo a autora Judith Butler:

Se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas uma vez que elas já foram negadas. Mas elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca “foram”, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente nesse estado de morte. A violência renova-se em face aparente inesgotabilidade do seu objeto. A desrealização do “Outro” significa que ele não está nem vivo nem morto, mas interminavelmente espectral. (2020, p. 54)

A autora Berenice Bento propõe um acoplamento conceitual entre a necropolítica de Mbembe e a biopolítica de Foucault, elaborando assim um conceito novo a necrobiopolítica, que revela-se potente já na grafia da palavra colocando o necro – que representa essa política de morte – antes mesmo das políticas de gerenciamento da vida. Nessa perspectiva, penso que as políticas de gênero e sexualidade que temos atualmente no Brasil se dá por uma necrobiopolítica. Para a autora:

Necropoder e biopoder são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam os marcos do Estado-nação. Vida vivível e vida matável, para utilizar os termos de Giorgio Agamben, são formas de gestão da população e não podem ser postas em uma perspectiva cronológica, em que o necropoder (ou poder soberano) teria sido ultrapassado pelo biopoder. (BENTO,2018,s/p.)

Portanto o mecanismo central de uma necrobiopolítica é a prática de uma guerra social de determinados grupos sociais contra outros grupos sociais. A gestão destes grupos em um Estado governamentalizado, segundo essa maquina

política, faz-se através da guerra de uns contra outros, da eliminação de determinados grupos para a afirmação de outros, aproximando-os de práticas fascistas que vão se proliferando até instituir um fascismo de Estado.

Sendo assim, essa lógica faz parte de um campo de exclusão e extermínio socioeconômico, nos quais o exercício de uma necrobiopolítica “empurre” a morte aqueles que não são capazes de encaixar-se dentro das normativas manipuladoras e prescritivas em que a sociedade é organizada. É inegável que vivências trans incomodam, justamente por abrirem fissuras nos espaços em que transitam que tem como premissa uma lógica heteronormativa, onde o gênero, o sexo, e a sexualidade devem seguir uma inteligibilidade.

Nesse sentido, considero que o ato de matar pode estar associado ao homicídio, a invisibilização, a expulsão, a estigmatização, a exclusão social e a negação de direitos, mas também à exposição à morte, à replicação dos riscos de morte, como o medo de viver com o dado de que a média da expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos, menos da metade da expectativa do resto da população brasileira.

Penso esses transfeminicídios como um regime político de racismo de estado onde essa população é morta, na maioria das vezes brutalmente, como uma tentativa de assepsia. Sendo assim, elimina-se uma parte da população em nome do bem-estar de uma comunidade. Isso é evidenciado quando alguns crimes são filmados e divulgados na internet, e através dos comentários que circulam nas publicações com relação aos crimes transfóbicos, vivências trans são uma “ameaça a família tradicional brasileira, ao cidadão de bem, branco, heterossexual, cisgênero, cristão...”, “pessoas trans não podem reproduzir”, são “aberrações”, “transtornados”, “anormais” ... Assume-se então como não passível de luto a morte dessa população em nome de uma moralidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de dados, e de intervenções estatais pela promoção de direitos das pessoas trans, tende a aprofundar a vulnerabilidade de tal população à violência, especialmente quando cruzamos outros marcadores, além do gênero, como de raça, classe social e idade.

É preciso analisar o transfeminicídio e a violência que ele admite contra pessoas trans sob um olhar multifatorial, que entenda a complexidade do contexto em que essas pessoas estão ou são colocadas e os processos que enfrentam devido à sua condição enquanto pessoas não-cisgêneras.

Sendo assim, concluo que as vivências trans são perpassadas por uma bio(-necro)política compreendida como uma engrenagem social, cultural e simbólica que produz interações sociais por meio da gestão da morte e a invisibilização, fazendo com que certas vidas na nossa sociedade tenham menos valor do que outras. Desta forma, não existe reconhecimento de vida inteligível para aqueles e aquelas que estão rompendo com o padrão normativo de gênero, para estas pessoas resta a precariedade, resta a vida não passível de luto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTRA, Associação nacional de travestis e transexuais. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil. Disponível em:< <https://antrabrasil.org/assassinatos/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (Org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 43-68.

Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, (53). Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413> BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 5ª ed. 2018.

\_\_\_\_\_. (2020) *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica. FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. 2008.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Tradução e organização Roberto Machado. 28. ed. São Paulo: Graal, 2011c. Título original: *Microfísica del Potere*.

LEITE JR, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, 2012. p. 559-568.

## A LEI ROSA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA (MG)

*Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira<sup>1</sup>*

*Ana Cecília Pereira<sup>2</sup>*

### RESUMO

Em maio de 2000 a cidade de Juiz de Fora aprovou a Lei nº 9.791. Popularmente conhecida como Lei Rosa, ela criminaliza a discriminação motivada por orientação sexual. Esse é considerado um marco inicial das operações do Movimento Gay de Minas (MGM), organização não-governamental que atua desde o mesmo ano no município. Este trabalho se propõe a analisar como a discussão sobre o tema foi pautada no debate público a partir da imprensa juizforana, assim como os usos políticos desse passado no tempo presente. Acreditamos que, por meio dessa pesquisa, será possível contribuir com as investigações sobre a atuação do MGM e, ao mesmo tempo, com os estudos acerca da relação que a imprensa estabelece com pautas LGBT+.

**Palavras-chave:** Lei Rosa, MGM, Tribuna de Minas.

---

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, [juliacmfnoqueira@hotmail.com](mailto:juliacmfnoqueira@hotmail.com).

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [ceciliapbt@gmail.com](mailto:ceciliapbt@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que busca investigar o Movimento Gay de Minas (MGM) e sua atuação na cidade de Juiz de Fora (MG), desde as primeiras movimentações, em 1998, até os dias atuais. Procura-se entender as articulações que permitiram a criação do MGM, assim como as relações que o grupo estabeleceu com outros atores da cidade e do país. Esse texto versa sobre uma das ações mais notórias do MGM na cidade, a aprovação da lei nº 9.791 de 12 de maio de 2000, que se tornou popularmente conhecida como Lei Rosa.

O Movimento Gay de Minas (MGM) é uma Organização não-Governamental (ONG) que atua oficialmente desde o ano 2000, mas cujos fundadores organizam eventos na cidade desde 1998. Essa articulação é vinculada à *Rainbow Fest*, caracterizada por ser uma semana de diversos eventos que pensam a saúde, cultura e educação da e sobre a população LGBT. Normalmente precede o Miss Brasil Gay, que ocorre desde a década de 70 e é um patrimônio imaterial de Juiz de Fora, atraindo um grande fluxo de turismo LGBTQ+ para a cidade. Nos últimos anos, especialmente após a pandemia de COVID-19, a *Rainbow Fest* passou por algumas alterações, mas continua a ocorrer.

A ONG foi fundada com o objetivo de promover ações de cidadania e saúde LGBTQ+ para além do mês de agosto, quando a *Rainbow Fest* costuma ocorrer. O MGM atuou de maneiras diversificadas, alcançando múltiplos públicos e criando parcerias dentro da cidade. Dentre suas ações estão cursos para profissionais da educação acerca de estudantes e temáticas LGBTQ+, campanhas de conscientização acerca do HIV/Aids e dos métodos de prevenção e cuidado, publicação de uma revista e a manutenção, por alguns anos, de uma rádio.

Uma de suas ações que mais repercutiu na mídia foi a aprovação da já citada Lei Rosa, que ocorreu ainda no início do grupo. Aprovada em 12 de maio de 2000 de forma unânime, a Lei trouxe visibilidade ao MGM e contribuiu com a criação de uma nova narrativa acerca de Juiz de Fora, que passa a ser considerada uma cidade que preza pelos direitos LGBTQ+ (NOGUEIRA, 2022). Na imprensa, em uma notícia acerca da Lei Rosa, a cidade chega a ser chamada de “Orgulho Gay do Brasil” (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.5).

A partir dessas considerações, esse trabalho busca investigar o modo como a Lei Rosa foi retratada na imprensa local, mais especificamente no jornal Tribuna de Minas. A partir disso será realizada uma análise sobre os impactos dessa cobertura para o Movimento Gay de Minas e, em que medida, isso pode ter transformado sua relação com a cidade de Juiz de Fora.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada majoritariamente a partir do jornal Tribuna de Minas. Este é publicado diariamente, trazendo notícias de Juiz de Fora e região desde sua fundação em 1981. Ele foi escolhido por ser um dos periódicos de maior circulação na época analisada e até os dias de hoje, que cobre assuntos pertinentes à cidade em específico.

A pesquisa foi realizada majoritariamente a partir do jornal Tribuna de Minas, que desde sua fundação, em 1981, publica diariamente notícias sobre Juiz de Fora e região. Ele foi escolhido por ser um dos periódicos de maior circulação tanto na época analisada quanto no presente. O jornal possui versão impressa e, desde 2002, versão digital.

Para atender aos objetivos da pesquisa, foi consultado o acervo presente na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, que possui todas as publicações do jornal encadernadas (NOGUEIRA, 2022). As encadernações correspondentes aos anos de 1999, 2000 e 2001 foram escolhidas como fonte por representarem o recorte necessário para pensar a Lei Rosa no contexto desejado. Além disso, notícias de outros jornais publicados de forma digital em anos mais recentes foram consultadas, assim como publicações em redes sociais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Essa pesquisa foi realizada tendo a imprensa como principal fonte a partir do entendimento de que esta é muito importante na história do Brasil desde o século XV, não apenas testemunhando e registrando os acontecimentos, mas tomando parte neles (LEITE, 2015). Sendo ela uma força social ativa, contém historicidade, devendo ser entendida de forma articulada ao campo de lutas sociais onde se constitui e onde suas ações são feitas (VIEIRA, 2013).

A imprensa não é apenas espectadora passiva a partir da qual busca-se entender o que “aconteceu de fato”, como repercussão da aprovação da Lei Rosa. Ela é em si mesma um dos atores investigados, uma das formas pelas quais as pessoas atuaram naquele momento. É uma das questões de análise: quais as narrativas sendo produzidas por esse veículo de comunicação? Qual seu posicionamento?

É uma percepção e forma de trabalhar com os jornais que parte do entender as fontes como monumentos que são construídos em seu próprio tempo, com intenções e propósitos, nunca neutros (LEITE, 2015). Alia-se à ideias da “Nova História”, que surgem após a revolução historiográfica proposta pela terceira geração dos Annales, a renovação marxista e os estudos de Michel Foucault. Nesse sentido,

pensa-se a própria história como discurso, que é produzido por alguém e possui enquadramentos, ideologias e nunca é inteiramente neutra (JENKINS, 2017).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 9.791 de 12 de maio de 2000 “dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias em seu território por orientação sexual” (JUIZ DE FORA, 2000). Ela contém 16 artigos. Seu objetivo é punir “toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino ou feminino), bissexual ou transgênero” (JUIZ DE FORA, 2000). Essa punição é pensada de forma progressiva, iniciando com uma advertência ao ofensor, passando por multas e incluindo até mesmo, a cassação do alvará de licença e funcionamento do estabelecimento se for esse o caso.

Dentre os trechos da lei, um que chama atenção já no momento em que entra em vigor é o inciso IX do artigo 2, onde se considera como ato discriminatório “proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos” (JUIZ DE FORA, 2000). Na notícia do dia 24 de maio de 2000, intitulada “Proteção aos gays é elogiada por sexóloga”, o seguinte trecho se apresenta:

Está em vigor há dez dias - e sua tramitação foi publicada pela Tribuna em 26 de março - uma lei contra discriminação por opção sexual (sic), considerada uma das mais modernas do país. A legislação municipal garante até mesmo o direito de homossexuais, bissexuais e transexuais trocar beijos e abraços em público sem serem importunados. (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.5).

Este inciso (que versa sobre direito ao afeto) e o artigo 14, que prevê a criação do Centro de Referência para a Defesa e Valorização da Auto-Estima e Capacitação Profissional do Cidadão Homossexual, bissexual e transgênero, garantem um diferencial positivo para a Lei Rosa em comparação a outras da mesma natureza. Como é possível observar no trecho acima, o jornal opta por destacar que se trata de “uma das mais modernas do país”. De acordo com Nogueira (2022), é nesse momento que uma narrativa acerca da cidade como um lugar “pioneiro” no que diz respeito à questões LGBT começa a ser criada. Nessa narrativa, o Movimento Gay de Minas tem uma participação fundamental, tanto pelas iniciativas que produz quanto pela sua própria presença.

Em notícia posterior, no dia 19 de agosto de 2000, intitulada “Para juiz-fo-rano exposição da cidade com festa gay traz benefícios: No levantamento feito

pelo Departamento de Telemarketing só uma pequena parcela encara positivamente”, afirma-se:

Há 24 anos sendo palco da maior festa gay do país – o Miss Brasil Gay -, Juiz de Fora assume agora a postura de cidade vanguarda no combate com o rigor da Justiça o preconceito contra homossexuais. A aprovação da Lei 9791, do vereador Paulo Rogério, e o crescimento do Movimento Gay de Minas (MGM) também colocam a cidade entre as primeiras a sancionar uma norma deste tipo. A atenção direcionada aos homossexuais rende frutos ao comércio, mas aguça o conservadorismo de uma parte da sociedade. (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.2)

Nesse trecho, chama atenção o reforço desse aspecto da vanguarda da lei, somado ao reconhecimento dado ao Movimento Gay de Minas e suas atuações. Em tal contexto, o grupo aparece cada vez mais aos olhos do público e suas ações recebem maior atenção, apoio e vigia da parte de atores diversos da sociedade. Além disso, a própria cidade se torna lugar de debate, pois se vincula a lei e sua “modernidade” ao município, intervindo e criando uma ideia crescente de Juiz de Fora como um espaço com conexões positivas com comunidade LGBTQ+.

É um dado relevante a forma como a notoriedade da lei modifica a relação do jornal com o MGM e a *Rainbow Fest*. O ano de 2000 é o primeiro em que a Tribuna de Minas propagandeia o evento com antecedência. Tanto em 1998 quanto em 1999, pequenas notas chegam até a ser publicadas, mas apenas quando as festividades já estão ocorrendo (no meio da semana, por exemplo) ou quando já aconteceram (NOGUEIRA, 2022).

No mesmo ano em que a Lei Rosa entra em vigor, no entanto, as publicações sobre a *Rainbow Fest* começam a ocorrer no início de agosto. O jornal apresenta estimativas de comparecimento, a programação é divulgada em detalhes e alguns dos convidados são chamados para entrevistas (NOGUEIRA, 2022). Por exemplo, a notícia intitulada “Evento promove debate sobre sexualidade” de 16 de agosto de 2000, publicada no dia anterior do início da *Rainbow Fest* daquele ano, inicia-se com o seguinte trecho:

Juiz de Fora sedia, a partir de amanhã, um dos maiores fóruns nacionais de discussão sobre o movimento homossexual. O *Rainbow Fest* chega a sua terceira edição com a expectativa de atrair mais de oito mil pessoas, de todo o país (...) (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.1).

É possível perceber uma conotação positiva atribuída ao tamanho da *Rainbow Fest* daquele ano, da quantidade de pessoas que viriam e mesmo uma



qualificação desta como “um dos maiores fóruns nacionais de discussão sobre o movimento homossexual” (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.1). Nogueira (2022) resalta que a partir desse ano, com a aprovação da Lei Rosa e com a formalização do MGM enquanto ONG atuante na cidade, o jornal Tribuna de Minas começou a publicar cada vez mais acerca da comunidade LGBTQ+, seus direitos, questões de saúde e “benefícios econômicos” que essa comunidade e seu turismo poderiam dar ao município.

É como uma virada de chave na forma como o jornal passa a tratar dessas questões, em especial naquilo que se refere à relação da cidade com direitos LGBTQ+, com o periódico se referenciando cada vez mais a Juiz de Fora como uma cidade de vanguarda em relação ao tema. Essa virada também inclui a abertura feita pelo jornal à contribuição de lideranças do MGM, que passam a ser convidadas para entrevistas e contribuições mesmo quando elas não estão necessariamente relacionadas às ações do grupo (NOGUEIRA, 2022). Eles se tornam, até certo ponto, autoridades no que se refere às questões LGBTQ+ em geral na cidade, para o jornal e até para algumas instituições. Por exemplo, Ferrari (2005) escreve sobre como a polícia, em certa ocasião, recorreu ao MGM e pediu que a ONG entrevistasse na comunidade gay da cidade em uma questão relativa a pontos de “pegação” em espaços públicos.

Esse papel como “autoridades” ganhou dimensão na *Rainbow Fest* organizada em 2000. Na notícia “Gays iniciam luta por união civil”, de 18 de agosto de 2000, é informado ao público que os “candidatos à prefeitura de Juiz de Fora participam às 20h de debate, tendo os direitos dos homossexuais como mote.” (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.1). Dentre os participantes, apenas um dos candidatos não iria comparecer, o mesmo que é descrito como o único a ter criticado a Lei Rosa na ocasião da sua aprovação. Pode-se inferir certo capital político do MGM de conseguir que participassem de seu evento os candidatos à eleição que ocorreria naquele mesmo ano.

É importante ressaltar que naquele momento ocorria uma movimentação nacional em torno de aprovar a níveis municipais e estaduais legislações que defendessem pessoas LGBTQ de discriminação, seguindo-se à derrota dessa proposta na constituinte (FACCHINI, 2018). Dessa forma, o Movimento Gay de Minas insere Juiz de Fora nesse mapa nacional de cidades onde o ativismo LGBTQ atuava. Então, embora exista essa reivindicação de um certo pioneirismo da cidade no que se refere às questões ressaltadas acima do direito ao afeto e a previsão de um Centro de Referência, a ideia da lei em si não é original, sendo na verdade parte de um movimento nacional.

Ao atuar em consonância com outros grupos e ONGs, o MGM adentra a malha de redes de ativismo LGBT que vinha se constituindo. Na notícia intitulada “Evento promove debate sobre sexualidade” de 16 de agosto de 2000, isso pode ser notado no seguinte trecho:

Uma das novidades, neste ano, é a participação de organizações não-governamentais (ONGs) de todo o país ligadas à causa. Trajano comenta que é a oportunidade de trazer à cidade experiências bem-sucedidas em prevenção, implantadas em outros estados e destinadas não apenas aos homossexuais. (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.1)

Assim, embora não seja a única, é possível pensar na Lei Rosa como uma das formas pelas quais o MGM faz sua estreia no debate público, recebendo atenção e formalizando conexões e alianças com outros grupos similares no Brasil e com atores sociais de Juiz de Fora, como a imprensa, grupos políticos, entre outros. A repercussão da lei trouxe atenção para a própria cidade e para o evento que se realizou naquele agosto, e o grupo soube aproveitar a comoção, como é possível perceber no trecho da notícia chamada “Gays iniciam luta por união civil” de 18 de agosto de 2000:

Tem início hoje, em Juiz de Fora, um movimento para pressionar o Congresso Nacional a votar o Projeto de Parceria Civil (PPC) e a alterar o artigo 5º da Constituição Federal, incluindo os homossexuais nas minorias protegidas contra a discriminação. A luta ganha reforço no III *Rainbow Fest* (...). Os gays esperam conseguir um milhão de assinaturas favoráveis aos projetos. (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p.1)

Trata-se de uma mobilização nacional, contando com a presença previamente anunciada de outras ONGs e grupos de ativismo LGBT+ do Brasil, que surge com esperança de contar com apoio significativo. Nesse caso, chama atenção que a natureza política do evento, o potencial de organização do Movimento Gay de Minas e suas conexões nacionais não passam despercebidas pela cobertura da imprensa.

A percepção da Lei Rosa enquanto moderna e pioneira e sua influência nas narrativas acerca da cidade de Juiz de Fora e acerca do MGM se reproduz e reconstrói ao longo dos anos, sendo retomada em diferentes ocasiões. Marco Trajano, em entrevista para o canal da Tribuna de Minas em 2019 afirmou:

A Lei 9791 serviu de base para todas essas outras que vieram após por causa desses dois pontos especificamente. A primeira é a humanização da nossa relação, né? Porque até então as relações homoafetivas eram consideradas promíscuas, pecadoras, e isso

a lei veio humanizar. E um segundo ponto é a criação do centro de referência que hoje é uma realidade no Brasil inteiro. (TRIBUNA DE MINAS, 2019)

No trecho acima é possível observar que o próprio Movimento Gay de Minas, por meio de uma de suas lideranças, reivindica essa narrativa. A Lei Rosa se insere na identidade do grupo, nas memórias que ele formula sobre si e reivindica até os dias atuais.

Em outras ocasiões, a Lei Rosa é mobilizada em relação à cidade para defender ou repudiar certas políticas. Um exemplo foi a carta de repúdio redigida e assinada por 68 organizações e entidades da cidade, no dia 17 de setembro de 2022, contra o Projeto de Lei 262/2021, que visava impedir que pessoas trans e não-binárias acessassem os banheiros de acordo com a sua identidade de gênero. Na carta, que também foi postada nas redes sociais, há o seguinte trecho: “Além disso, representa um retrocesso às políticas de nossa cidade, pioneira ao promulgar a Lei nº 9.791 (Lei Rosa), de 12 de maio de 2000, que dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias em seu território.” (8MJUIZDEFORA, 2022, s/p). Percebe-se a utilização da lei, de sua aprovação e da ideia de que seria ela pioneira como forma de direcionar o debate público e as políticas da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações e dos resultados iniciais obtidos, é possível identificar que a aprovação da Lei Rosa tem uma influência significativa na narrativa de Juiz de Fora como um lugar que preza pelos direitos das pessoas LGBTQ+. Também é notável que o comportamento da imprensa em relação ao modo de retratar temáticas relacionadas a esse grupo se modifica consideravelmente a partir do momento em que a legislação é aprovada.

Nesse sentido, a imprensa se apresentou como um importante locutor no debate público sobre as homossexualidades e transgeneridades em Juiz de Fora. Além dela, o Movimento Gay de Minas também passou a explorar os espaços da mídia para garantir visibilidade às suas ações e, ao mesmo tempo, suas ações garantiram ao grupo e às suas lideranças uma importante legitimidade no que se refere ao tema.

É importante ter em vista que iniciativas como as que foram - e ainda são - realizadas pelo MGM podem resultar em políticas públicas que têm a capacidade de influenciar não apenas aquilo que intencionam diretamente, mas também movimentam narrativas. Não por acaso, a aprovação da Lei Rosa como um evento

histórico passou a ser mobilizada posteriormente como um recurso para afirmar ou contestar práticas e posicionamentos políticos.

Nesse sentido, consideramos que essa narrativa produzida sobre Juiz de Fora oferece uma alternativa a outras que, em maior ou menor grau, desconsideram a participação do movimento LGBTQ+ local nas transformações políticas e sociais que ocorreram no município ao longo das últimas décadas. Investigar esse processo, as memórias produzidas a partir dele e os usos desse passado é um caminho possível para complexificar a historiografia sobre a cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para que o campo de estudos sobre o movimento LGBTQ no Brasil se torne ainda mais amplo.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

8MJUIZDEFORA. **Não aceitaremos projetos transfóbicos em Juiz de Fora!** Juiz de Fora. 17 set. 2022. Instagram: @8mjuizdefora. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cinz1F9PHQd/>. Acesso em: 31 de mai. 2023.

Evento promove debate sobre sexualidade. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 15 ago. 2000. Cidade, Caderno B, p. 1.

Gays iniciam em JF pressão por união civil: carta inclui mudança em artigo da Constituição. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 17 ago. 2000. Cidade, Caderno B, p. 1.

JUIZ DE FORA. Lei nº 9.791, de 12 de maio de 2000. Dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual. Juiz de Fora: **Câmara Municipal**, [2000]. Disponível em: <https://c-mara-municipal-da-juiz-defora.jusbrasil.com.br/legislacao/327968/lei-9791-00>. Acesso em: 13 fev. 2022.

Para juiz-forano exposição da cidade com festa gay traz benefícios: no levantamento feito pelo Departamento de Telemarketing só uma pequena parcela encara positivamente. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, p. 2-2. 19 ago. 2000.

Proteção aos gays é elogiada por sexóloga. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 24 maio 2000. Geral/Internacional, p. 5 Rainbow Fest 2019. Juiz de Fora, **Tribuna de**

Minas, 14 ago. 2019. Disponível em: <[https://youtu.be/M3\\_19pHaHnE?si=iox4fm-VHfWDYrDqq](https://youtu.be/M3_19pHaHnE?si=iox4fm-VHfWDYrDqq)>. Acesso em 05 set. 2021.

## Bibliografia

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-331.

FERRARI, Anderson. **Quem sou eu? Que lugar ocupo: grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual**. 2005. 218 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252929>. Acesso em: 18 nov. 2023.

JENKINS, Keith. A História repensada. São Paulo: Contexto, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia E Possibilidades: Os Jornais Como Fonte E Objeto De Pesquisa Histórica. Escritas: **Revista Do Curso De História De Araguaína**, V. 7, N. 1, P. 03-17, 2015. Disponível Em: [Https://Sistemas.Uft.Edu.Br/Periodicos/Index.Php/Escritas/Article/View/1629](https://Sistemas.Uft.Edu.Br/Periodicos/Index.Php/Escritas/Article/View/1629). Acesso em: 23 set. 2023.

NOGUEIRA, Júlia de Castro. **“Vitrine gay do Brasil”?: Juiz de Fora e suas relações com o MGM nas páginas da Tribuna de Minas (1998 - 2001)**. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2022.

VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método. **Biblioteca On-line de ciências da comunicação**, [s. l.], 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

# DEMANDAS DA POPULAÇÃO LGBTIQAPN+ PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DEBATES CONSUBSTANCIAIS

*Matheus Andrade de Moraes<sup>1</sup>*

*Silmere Alves Santos<sup>2</sup>*

## RESUMO

A presente pesquisa tomou como fundamento as estruturas de dominação-opressão contra a população LGBTIQAPN+ e sobre suas demandas para as políticas sociais, ou seja, visa demonstrar e analisar como essa população vivencia os processos de violências e exclusão na saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência e formação política. Pautou-se pelo método materialista histórico dialético, utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontaram que esse recorte populacional é excluído, marginalizado e objetificado, sofrendo com longas filas para cirurgias de redesignação sexual para pessoas trans, expulsão escolar, preconceitos no âmbito de trabalho, entre outros, além disso, as consubstancialidades de gênero, classe, raça e orientação sexual apontam para maiores processos dentro dessas estruturas de dominação e opressão. Exemplos desses processos demonstram que a saúde da população ainda não é integrativa, escolas despreparadas para acolhimento da diversidade de gêneros e sexualidades, processos de insegurança no trabalho, necessidades alimentícias e de renda, envelhecimento sem segurança previdenciária, poucos espaços de poder nas instituições do Estado brasileiro e o país que mais mata LGBTIQAPN+ no mundo. Consequentemente, defende-se que as políticas públicas estejam atentas as diferentes demandas da população em questão, uma vez que os processos de dominação-opressão, tanto no âmbito histórico como no estrutural, recaem sobre essas pessoas. A luta por justiça social e por transformação da sociedade brasileira se devem fazer presentes, uma vez que a formação sócio-histórica é imersa no capitalismo, patriarcalismo, racismo e heterocisnormatividade.

**Palavras-chave:** Demandas, LGBTIQAPN+, Políticas Públicas, Consubstancialidade.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS, mmoraes12@gmail.com;

2 Professora orientadora: pós doutora, docente efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS, silmere.alves@academico.ufs.br.

## INTRODUÇÃO

As formas de dominação, opressão e exploração sociais são fundamentadas em preconceitos, reacionarismo e movimentos históricos de apagamento social. Uma das principais questões que isso acarretou ao longo dos anos na sociedade foram as exclusões sociais, uma das populações mais atingidas foi a LGBTQIAPN+ a qual perpassa por descaso, desumanização e demonização pelo simples fato de sua existência o que provoca demandas específicas para as políticas públicas do Estado.

Este presente trabalho tem como objetivos demonstrar algumas demandas da população LGBTQIAPN+ ao passo que analisa criticamente como tais são oriundas de processos discriminatórios e violentos.

É necessário apontar que cada comunidade da sigla LGBTQIAPN+ apresenta suas demandas particulares, além de que as questões apresentadas pelo nó (aqui entre classe, raça, gênero e sexualidade) da consubstancialidade especificam ainda mais singularidades desses recortes da população. O trabalho em questão buscou apontar principais urgências dessa população seguindo o princípio da totalidade, portanto, esse debate não se encerra ao final do texto, mas propõe que suas necessidades sejam questionadas para o Estado.

A síntese metodológica se baseia na visão do materialismo histórico dialético com uma abordagem qualitativa, para tal foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental para realizar correlação entre a realidade social já pesquisada e os campos teóricos que norteiam esse trabalho.

Os resultados apontaram para demandas de políticas de segurança da população LGBTQIAPN+ no Brasil (país que mais mata essas pessoas), bem como questões de saúde e educação, principalmente excludentes para pessoas de diferentes gêneros e/ou que realizaram suas transições sociais como nos casos das comunidades não-binárias, de travestis e transexuais. Ainda foram observadas questões de trabalho, assistência social, previdência social e no campo da formação política.

A conclusão é reflexo de um sistema e um sistema<sup>3</sup> que exploram, dominam e oprimem a população LGBTQIAPN+. Além de apontar que suas demandas devem estar norteadas com o princípio da universalidade das políticas públicas em uma conjuntura onde existam profissionais qualificados e sem preconceitos para realizar o atendimento ético e humanizado dessas pessoas.

---

3 Refere-se ao sistema formado pelas pessoas cisgêneras.

Este trabalho é oriundo da pesquisa de mestrado do autor em questão sobre tensões e perspectivas entre Estado, movimento social e organizações não-governamentais voltadas par população LGBTQIAPN+. O seu financiamento é realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

## METODOLOGIA

A pesquisa em questão apresenta como visão orientativa o materialismo histórico-dialético o qual está atrelado ao princípio da historicidade, diálogo entre as teorias, realiza movimento crítico como análise e procura se aproximar da totalidade partindo da realidade social.

A pesquisa é exploratória onde desenvolve seus resultados apreentados em conjunto com a teoria a fim de modificar princípios do senso comum. A abordagem é qualitativa a qual abordou os seus resultados apresenando a descrição deles utilizando uma linguagem que compreende as diferentes relações sociais.

Foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica através de trabalhos acadêmicos como artigos científicos, dissertações e livros para estudar questões de Estado, políticas públicas, população LGBTQIAPN+ e consubstancialidade. Bem como a pesquisa documental que utilizou fontes da *internet* para colher demandas dessa população vulnerabilizada e documentos oficias de fontes secundárias do governo brasileiro e de instituições LGBTQIAPN+.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a categoria de identidade de gênero é necessário defender o seu sentindo além da aparência corpórea “Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.” (Jesus, 2012, p. 6).

Quanto “A homossexualidade era descrita como expressão do mal, demonizada, uma prática pecaminosa e antinatural, portanto, reprovável. [...]” (Oliveira, 2017, p. 128) ao observar a sexualidade como também estrutura impositiva é olhar para uma estrutura de exclusão social que também sofre os preconceitos a partir daquilo que é considerado norma social.

“A tripla constituição do sujeito-gênero, raça/etnia e classe afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não-fragmentado.” (Saffioti, 2004, p. 37), logo ao utilizar as questões de gênero deve-se entender



que esta categoria acompanha também outras desigualdades tão excludentes quanto. Nestes termos Kergoat (2010) situa que a consubstancialidade é a teoria que atrela o nó entre aqueles debates referendados por Saffioti (2004).

Destaca-se a importância de tão temática uma vez que no Brasil a sua aplicabilidade é nítida onde o escravismo, patriarcalismo, a heterocisnormatividade são estruturas que perduram na sociedade capitalista (Moraes, 2022).

Levou-se em consideração que o princípio da consubstancialidade sendo classe, raça e gênero (aqui acrescentou-se sexualidade) são relações sociais com dinâmicas históricas baseadas em um feminismo materialista (Garcia, 2022). Ao nortear essa pesquisa com a teoria consubstancial a tradição marxista não exclui outras questões relacionais como por exemplo capacidade, etnias, geração, entre outros, mas sim, coloca na centralidade do seu referencial aquele nó das bases do sistema de dominação-opressão.

Aponta-se que para entender como o país lida com essas questões em sua conjuntura estatal foi levado em consideração que o Estado é o braço da burguesia que controla os antagonismos das classes como forma de subserviência, é através do meio jurídico que esse ente provoca legitimação através da violência para realizar as próprias configurações de um complexo tecido social (Mascaro, 2013; Carnoy, 1988), nesse engendramento acontece a funcionalidade estatal que explora, domina e oprime as populações que são suas bases estruturais.

Portanto as políticas públicas consideradas nesse texto foram oriundas desse Estado neoliberal que perpassa por disputas de dominação e poder enquanto que relega para a população, dominada e vulnerabilizada, favores sociais. Para Behring e Boschetti (2006) as políticas sociais são decorrentes de intensas lutas e pressão da classe trabalhadora. No caso para a população LGBTQIAPN+ tais políticas são ainda mais difíceis de serem planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas, uma vez que a formação social brasileira é imersa na conjuntura preconceituosa e hegemônica do ultraconservadorismo.

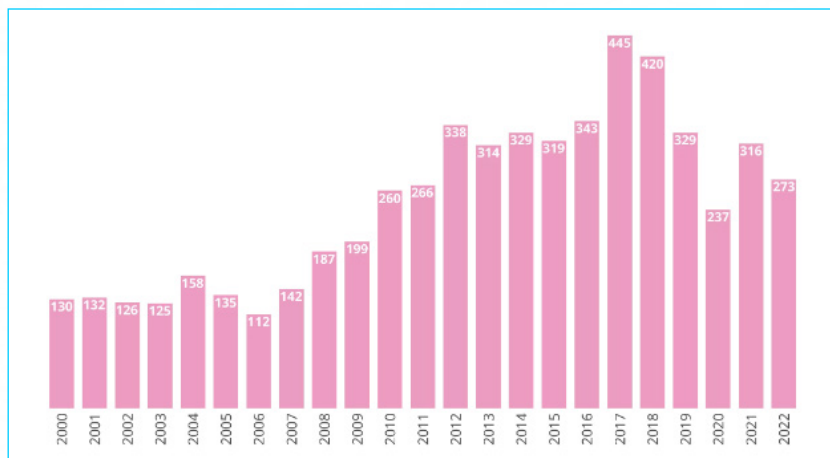
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mais urgente dessas demandas da população LGBTQIAPN+ são as questões de violências uma vez que sejam elas explícitas e/ou implícitas resultam em alarmantes casos diariamente expostos.

As violências contra a população LGBTQIAPN+ revelam que o Brasil é imerso na heterocisnormatividade, isso quer dizer que é regido por regras sociais estabelecidas pelas estruturas heterossexuais e cisgêneras. Essas questões também estão acompanhadas por outras formas de dominação e opressão características

do patriarcalismo, do racismo, do capacitismo entre outras, presentes nas relações sociais, ou seja, as relações de pessoas entre si aprofundam preconceitos.

**Gráfico 1** Número de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 e 2022



**Fonte:** Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022

No gráfico acima se evidencia uma oscilação nos números ao longo dos anos, porém, constata-se um crescimento em relação aos primeiros anos de contagem. É perceptível que entre os anos de 2017 e 2018 os índices apresentam salto quantitativo, durante esse período a conjuntura brasileira estava se formando para um ultraconservadorismo.

É necessário destacar também os casos subnotificados os quais nem sempre são tratados como crimes contra pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que ao chegarem no Instituto Médico Legal (IML) é levado em consideração a identificação das documentações oficiais os quais nem sempre estão retificados e/ou familiares informam as identidades de gênero. Ao passo que as delegacias especializadas nem sempre contabilizam os crimes contra as comunidades vulnerabilizadas<sup>4</sup>.

Quanto às demandas de saúde para LGBTQIAPN+ a literatura e a vivência da militância apontam uma atenção centralizada quanto às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Cardoso e Ferro (2012) informam que as infecções mais apontadas para as mulheres lésbicas e bissexuais são: Papilomavírus Humano (HPV), herpes genital e tricomoníase. Enquanto a pesquisa de Mello (2014) ressaltou

<sup>4</sup> A utilização do termo “vulnerabilizadas” se dá pelo fato de que “vulneráveis” pode ser interligada à populações que se vitimizam. Enquanto que “vulnerabilizadas” aponta e demonstra que essas pessoas tem suas potencialidades, resistências e existências que antecedem quaisquer violência, logo, uma população que perpassa por contextos violentos que a torna mais suscetível à violações de direitos.

que para alguns (algumas) profissionais sequer interligam as possibilidades de infecção por IST's com a comunidade lésbica, uma vez que, erroneamente, quando pensam no ato sexual imaginam que existe a necessidade de penetração, consequentemente isso esconde os dados estatísticos reais, bem como o trabalho de prevenção.

Para os homens gays e bissexuais existe uma vinculação direta com o vírus HIV/AIDS uma vez que historicamente é a comunidade que sofreu com vítimas fatais e ainda permanece nos grupos de riscos, além de uma abrangência de fatores de riscos de suicídio e dependência em álcool e outras drogas (Cardoso; Ferro, 2012).

Porém, é para a população de pessoas travestis e transexuais que as questões de saúde se tornam mais complexas, uma vez que apresentam maiores demandas. Uma das mais comuns é a disforia de gênero ou incongruência de gênero, a qual é resultante de um conflito interno entre os gêneros (e seus papéis) atribuídos aos (as) seus (as) corpos (as) no nascimento físico e como se entendem enquanto outros gêneros ou não gêneros.

“Geralmente, transexual procura os serviços de saúde da rede pública por apresentar o desejo de realizar a cirurgia de transgenitalização.” (Cardoso; Ferro, 2012, p. 560) sendo essa uma outra demanda existente uma vez que existem longas filas para cirurgias de redesignação de gênero pelo não reconhecimento do próprio corpo.

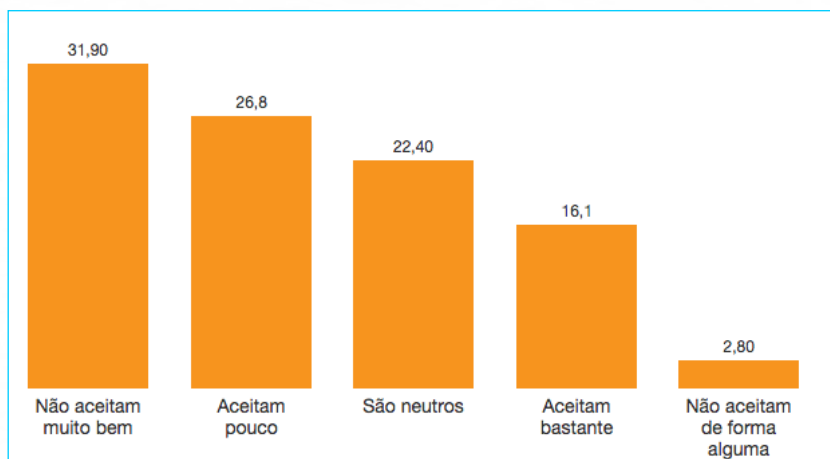
Um terceiro ponto são as questões de trabalho, ora, uma vez estando à marginalização do trabalho sexual estão mais vulnerabilizadas (os) a contrair ISTs. Para o Ministério da Saúde é uma das comunidades que faz parte dos grupos prioritários na prevenção dessas infecções (Brasil, 2013) pelo fator de exposição constante por conta do trabalho sexual.

A saúde mental é uma área que abarca consigo uma problemática mais densas para a população LGBTQIAPN+. A TODXS (2022) demonstrou em pesquisa que os transtornos que mais acometem essa população são: depressão e transtorno de ansiedade. Em Moraes (2019) a prevalência na sua pesquisa também reforçou esses dados, acrescidos à autolesão. Ora, uma vez constatado tais fatos é necessário abranger os serviços públicos de saúde mental para esta população de forma pública e qualificada.

Um outro debate importante a ser realizado diz respeito às demandas educacionais para a população LGBTQIAPN+ uma vez que a escola é um dos primeiros ambientes socioculturais da infância, sendo assim, um espaço de desenvolvimento psicossocial. É neste ambiente que as relações sociais entram em acordo

ou conflito com a educação familiar, bem como, pode ser um local de marginalização ou acolhimento, verifica-se a figura abaixo:

**Gráfico 2** - Grau de aceitação das pessoas LGBTQIAPN+ por estudantes na educação, no Brasil, em 2015



**Fonte:** Pesquisa Nacional sobre estudantes LGBT e o ambiente escolar, realizada em 2015 pela AGLBT, Todo Mejora, GLSEN

O percentual de pessoas que não aceitam muito bem LGBTQIAPN+ no ambiente escolar representa a maior taxa dentre as outras, o que piora o índice são as segunda e terceira taxas que se agregam numa proximidade ao primeiro uma vez que tendem a perpetuar preconceitos ao se silenciarem ante as violências cometidas. O silêncio ensurdecido da população que se diz apoiadora das pautas identitárias é tão perverso quanto os gritos dos violentos.

Os resultados da “Pesquisa Nacional por amostra da População LGBTI+: identidade e perfil sociodemográfico” demonstraram que dentre 15153 LGBTQIAPN+ entrevistadas (os, es) 67,28% revelaram que esconderam ser desta população durante o período do ensino básico (TODXS, 2020). O ato de esconder a própria identidade e tentar performar uma heterocisnormatividade reforçam que a própria vida escolar se encontra ameaçada seja diretamente (no ato de violentar) ou indiretamente (através da exclusão do convívio social). O próprio espaço físico das dependências escolares é evitado, mas principalmente locais como os banheiro.

A realidade trabalhista revela um alto índice de desemprego ou possibilidade de desemprego para população LGBTQIAPN+. Para as pessoas que estão empregadas muitas das vezes resta a performance diária de se passar pela heterocisnormatividade, assim como acontece no ambiente escolar, para manter na empregabilidade. Chama-se atenção também para o percentual de empresas que

não contratariam LGBTQIAPN+, e/ou que não colocaria essas pessoas em cargos de chefia, o que revela uma discriminação por estigmas de não possuir habilidades para trabalhar em cargos de poder.

As demandas da população LGBTQIAPN+ para a assistência social são imbricadas na lógica da renda básica, mas também abarcam processos familiares cruciais os quais nem sempre a literatura ressalta. Quando a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) situa a matricialidade familiar ressaltando as diferentes formas de família, inclusive as unilaterais, está abarcando e garantindo essas pessoas acesso à essa política pública quando dela necessitar.

Inicialmente a ordem capitalista excludente provoca questões classistas que dificultem a saída da marginalização social e coloque essa população imersa na vulnerabilidade econômica. Esse fator é proporcionado pelas necessidades trabalhistas das quais quando não oportunizam vagas de emprego por questões de discriminação coloca LGBTQIAPN+ na linha das necessidades assistenciais.

A garantia dos direitos à alimentação, renda e fortalecimento de vínculos deve passar pela Proteção Social Básica (PSB) a fim de que questões de preconceito familiares destituam famílias que já vivem nas necessidades da assistência social. Porém, nem todas os arranjos familiares perpassam pela pobreza, existem os casos de preconceitos intrafamiliares de rendas consideráveis e a expulsão de casa empurra LGBTQIAPN+ para essa política social, para focar em tais questões o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNC/D/ LGBT) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) lançaram em 2018 a resolução conjunta de número 01/2018 que estabelece parâmetros de atendimentos socioassistencial da população.

Sobre o direito à previdência social Mello, Irineu, Froemming e Ribeiro destacam: “Nos documentos específicos que regem as áreas em análise, destaca-se o pioneirismo da Instrução Normativa nº 50/2001, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que regula a concessão de benefícios previdenciários para companheira/o homossexual.” (2013, p. 136) apenas em 2001 o INSS reconheceu explicitamente, direito a partir de uniões homoafetivas.

Um ponto chave para observar os enfrentamentos dessas demandas é a participação política. É durante a ditadura militar de 1964 que iniciou o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, uma vez que os contextos de efervescência dos movimentos sociais eclodiram em árduas lutas neste período. Dois marcos importantes são o lançamento do jornal “Lampião da Esquina” e o grupo SOMOS que era um coletivo de afirmação homossexual.

As reivindicações atravessam as eras passando pelas diferentes fases do movimento LGBTQIAPN+, as paradas do orgulho LGBT, institucionalização de políticas voltadas para a população até a contemporaneidade. Tais disputas contra os poderes hegemônicos foram capazes de organizar, processar identidades e reivindicar junto à sociedade política de grupos dominados (ALVES, 2016).

Participação política deturpa os poderes hegemônicos e criam neles crises estruturais ao organizar cidadãos (os, es). A movimentação da população LGBTQIAPN+ se inicia nas ruas junto aos grupos de coletividade, perpassando pela epidemia HIV/AIDS, institucionalização de lideranças políticas na estrutura do Estado, até a ocupação de cargos no legislativo a partir das eleições.

Segundo o site da CNN Brasil uma pesquisa realizada em 2022 o número de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil cresceu em 94% em relação a 2018, elegendo inclusive duas mulheres trans como deputadas federais. Os espaços de poder de tomadas de decisões políticas são disputados pelas representações de diferentes contextos sociais como a bancada evangélica, bancada ruralista, movimentos de esquerda, a extrema direita, entre outros grupos. Logo na figura abaixo é possível identificar quantitativos de eleições.

Ao identificar algumas das principais demandas da população LGBTQIAPN+ no Brasil observou que o Estado muitas urgências a dar conta e responder para essas pessoas através das políticas públicas como meio de garantir as suas vidas. Por outro lado, a formação das relações sociais no país, principalmente enquanto políticas estatais, é marcada pela ausência de compromisso com quaisquer defesa dos direitos do cidadão (Behring; Boschetti, 2006).

[...] Condições de vida, relações sociais de gênero e sua transversalidade nas políticas sociais, condições e formas do uso da força de trabalho compõem um sistema no seio do qual seus diferentes elementos se reforçam reciprocamente, de forma mais ou menos intensa, e constituem-se eixos por onde se intensifica a disseminação de desigualdades, abrangendo as principais questões a ser enfrentadas pelas políticas públicas (Chaves; Gehlen, 2019, p. 298)

Tais desigualdades sociais também estão presentes na cultura LGBTQIAPN+-fóbica da sociedade brasileira, portanto, resguardar direitos sociais através das execuções das políticas públicas são formas de defender a pessoas que estão sendo massacradas pelas violências e apagadas da histórica. A preocupação em criar novas políticas públicas para pessoas LGBTQIAPN+ surge desse embate de relações sociais de gênero, entre outros, para que se possa constituir transversalidade entre as políticas.

Pensar em políticas públicas com movimento crítico e revolucionário é também entender que suas estratégias e ações não são o ponto final, mas uma mudança estrutural no sistema heterocisnormativa, onde se abarque questões de classe, raça, gênero e sexualidade em um nó único, para tal, a crítica deve vir atrelada à consubstancialidade onde Garcia (2022) apontou que na visão do materialismo histórico-dialético existem tensões nas relações sociais que historicamente estão em constante dinâmica.

No que se refere à política social, entende-se que seu objeto são as condições de vida de diferentes classes e grupos sociais. Neste sentido, a política social pode ser definida como o campo de relações e de práticas organizadas pelo Estado. Em seu interior ocorre a disputa pela construção ideológica das condições de vida — e especialmente o trabalho e as necessidades básicas — como assunto público ou como assunto de particulares (Chaves; Gehlen, 2019, p. 298).

Um dos grandes desafios para aquela criação de novas formas de Estado são as disputas ideológicas que muitas das vezes cerciam e faz continuar a omissão estatal perante tais demandas. Se não atrapalham no campo dos direitos sociais assegurados pela constituição, atravessam através do campo orçamentário e implicam em um nível macro a aplicabilidade da saúde, educação, assistência social, etc.

“[...] A consubstancialidade, em termos materialistas, entende que os grupos não estão dados de antemão, mas são produzidos em torno da tensão das relações sociais [...]” (Garcia, 2022, p. 115). Pensar em políticas públicas a partir das relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade é construir uma nova forma contra hegemônica onde direitos sociais sejam assegurados, exista orçamento público para a execução das políticas e uma nova ordem societária que se abandone os valores ultraconservadores, capitalistas, patriarcais, racistas e heterocisnormativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recorrer à teoria da consubstancialidade para transformar Estado e sociedade é abarcar novas lógicas perante às classes dominantes que violentam e seguem apagando a população LGBTQIAPN+. Reintera-se que as instituições estatais tem o dever de garantir na vida material acesso aos direitos sociais através das políticas públicas, porém, isso não será possível se a conjuntura neoliberal estiver em vigência.

A complexa reprodução social entre raça, classe, gênero e sexualidade, além de outras categorias que formam a teia de complexidade social devem nortear as

políticas intersetoriais. Sendo complexa, as práticas das relações sociais devem apontar para novos horizontes sendo destituídas de exploração, dominação e opressão. No cotidiano isso se reflete em atendimentos humanizados, especializados e de referência social para as pessoas LGBTQIAPN+.

O campo hegemônico só irá regredir a partir das lutas e pressão do movimento social para enfrentar a barbárie ideológica e infundada da burguesia ultraconservadora e LGBTQIAPN+fóbica. Para tal novas condições de vida devem ser formadas com aparatos progressistas e baseadas nos direitos humanos.

## AGRADECIMENTOS

Os devidos agradecimentos ao fomento enquanto bolsa de mestrado para a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) que contribui para que tais estudos continuem sendo realizados de forma remunerada.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. **Movimento LGBT, participação política, e hegemonia**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, 123 Bisseuxais, Travestis e Transexuais – LGBT/** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: DF, 1. ed., 1. reimp. 2013. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf) Acesso em: 24 ago. 2023.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. In: **Psicologia: ciência e profissão**, 32 (3), p. 552-563, Brasília, 2012.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 2ªed. São Paulo, Papius, 1988.



CHAVES, H. L. A.; GEHLEN, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social e Sociedade**, n. 135, p. 290 – 307, São Paulo, 2019.

GARCIA, A. K. de O. Interseccionalidade ou Consustancialidade: faz diferença para pensar a diferença? **Revista Novos Rumos Sociológicos**, vol. 10, nº 18, Pelotas, 2022.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 1. ed. Goiânia: Ser-Tão – Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade/ UFG, 2012.

KERGOAT, D. Dinâmica e consustancialidade das relações sociais. **Novos estudos**. CEBRAP, 86, março 2010, p. 93-103. São Paulo, 2010.

MASCARO, A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, L.; IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N.; RIBEIRO, V. K. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, jan/jun, Fortaleza, 2013, p. 132-160

MELLO, A. P. L. Programa da Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais: um olhar a partir do discurso de profissionais de saúde da família. In: **Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2014.

MORAES, M. A. de. **Relatório de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Relatório de Estágio (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

MORAES, M. A. de. **Costurando Resistência**: saúde mental da população LGBTQI+ atendida na CasAmor de Aracaju/SE. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Dossiê 2022: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil**. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação

Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afe-minados, viados e bichas pretas na Educação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. GODI-NHO, T; SILVEIRA, M. L da (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p.35-42, 2004.

TODXS. **Pesquisa Nacional por amostra da População LGBTI+**: identidade e perfil sociodemográfico. Brasília, 2020.

TODXS. **Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+**: saúde. Brasília, 2022.

# CORPOS INSURGENTES: ANÁLISE INTERSECCIONAL DO AUDIOVISUAL COMO UMA FERRAMENTA POLÍTICA DA POPULAÇÃO NEGRA E LGBTQIAPN+

*Irlanna Dias Ramos<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as narrativas audiovisuais da população negra e LGBTQIAPN+ como ferramenta dissidente dos espaços cinematográficos, utilizando a teoria da Interseccionalidade, definido por Kimberlé Crenshaw, como premissa da discussão. Nessa perspectiva, entende-se que o Cinema é um dispositivo de diferentes linguagens sociais, políticas, econômicas e culturais, em consideração o estudo parte da prerrogativa de que esse espaço é majoritariamente branco cis-hétero-patriarcal, afastando aqueles que não se encaixam nessa normatividade. Portanto, o trabalho analisa bibliografias e produtos audiovisuais, no sentido de investigar como as produções feitas por esses grupos tornam-se insurgentes, uma vez que utilizam da articulação sócio-política como possibilidade na construção de protagonismos destes corpos nas disputas de narrativas.

**Palavras-chave:** Narrativa audiovisual; Interseccionalidade; Linguagens; Articulação; Protagonismos.

---

<sup>1</sup> Historiadora e pós-graduada Stricto-Sensu em “Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia” (PPGDDA/ICJ), [irlannadias@gmail.com](mailto:irlannadias@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O cinema, ao longo da história, passou por inúmeras modificações em relação às técnicas de construção narrativas. É uma ferramenta que nasceu no século XIX com um dos primeiros projetos, Cinematographo, dos irmãos franceses Lumière e vem sendo utilizada e aperfeiçoada, por realizadores e fazedores do cinema desde a descoberta das tecnologias do cinema. O cinema é uma arte com subjetividades intrínsecas em suas nuances, diferenciado-se umas das outras no modo de *fazer* cinema. Mas o questionamento principal para este artigo é como são construídas as percepções do cinema realizado por profissionais negros e LGBTQIAP+? Como utilizam o cinema como uma questão política dos seus corpos? Quais visões são postas no *fazer* cinematográfico dessas populações?

Ao tentar responder, é importante compreender que são populações diversas e com percepções múltiplas mesmo dentro de seus movimentos e comunidades. É necessário ter em mente que a comunidade LGBTQIAPN+, por exemplo, é extremamente diversificada, uma vez que a sigla abarca lésbicas, gays, bissexuais, população trans e travestis, assexuais, pansexuais, não-binários e outras identidades. Por si só, percebe-se uma ampla gama de expressões de vida, sexualidades, identidades de gêneros, sendo possível destrinchar as visões cinematográficas em cada sigla e vivências de vida. Assim também é com a população negra, uma vez que estamos falando de mulheres, homens, idosos, crianças, ou seja, são variedades culturais e perspectivas sociais abundantes.

Nesse sentido, parto da prerrogativa que não poderia responder todas as indagações propostas, visto a multiplicidade de identidades e, não gostaria de os colocar dentro de uma “única caixa” analítica, mas tentarei analisar como o prazer visual e fílmico destas populações ou uma parcela delas - são realizados em tons políticos, seja de denúncias, seja na exibição puramente de seus corpos, seja exibindo realidades pouco exploradas no cinema em torno de suas vivências tais como ferramenta política nos espaços cinematográficos. São profusas as vivências destes que utilizam o cinema como ferramenta social, pois a construção cinematográfica de sujeitos que por vezes não são exibidos nas telas, geralmente percebe-se a construção do ‘eu’ protagonista de sua história, de suas narrativas bibliográficas.

Além de entender como as obras fílmicas são construídas, faz-se interessante atentar para as armadilhas moralizantes de representações colocados no lugar da ‘representação positiva’ e ‘representação negativa’, assim como tomar cuidado ao analisar as políticas de produções cinematográficas e reduzi-las às políticas de representação; também é necessário atentar para as afirmações de

que as imagens são espelhos da realidade (MARCONI, 2020), pois pode aproximar-se de anacronismos. Essas perspectivas são imprescindíveis nas análises do cinema contemporâneo e o universo de narrativas que reforçam estereótipos exagerados de uma população, comunidade, histórias pessoais ou coletivas.

A defasagem de um cinema político baseado em vocabulários que expressem misérias, fome, marginalidade, alegoria nacional e má consciência - principais abordagens do Cinema Novo brasileiro, da década de 1960 - deu-se por conta das novas narrativas e sujeitos no cinema. Para Marconi (2020, p. 147):

[...] há algumas razões significativas que ajudam a explicar a defasagem desse vocabulário - o qual, caso siga sendo utilizado, corre sempre um grande risco de cair em abordagens que ignoram as singularidades estéticas e políticas das produções atuais. Corre o risco de ignorar, também, a presença dos novos sujeitos históricos que estão filmando e as atuais reivindicações políticas que se faz ao cinema e a produção artística, especialmente considerando a atuação de alguns ativismos políticos.

Em consideração, as análises do cinema contemporâneo brasileiro estão sendo ressignificados em suas abordagens e atuações dentro do cinema. À vista disso, produções cinematográficas das populações negras e LGBTQIAPN+ fazem parte dessas novas narrativas fílmicas, onde o protagonismo centra-se em suas vivências, subjetividades, identidades e expressões culturais; são parte de um cinema ativista, onde seus corpos ocupam as cidades e espaços antes não ocupados. Quando buscamos compreender como as exclusões sociais afastam esses povos dos espaços sociais, assim como no Cinema, entendemos a necessidade de racializar e generificar esses espaços.

Um importante passo é interseccionar as problemáticas que envolvem esses sujeitos. Para isso, traz-se Kimberlé Crenshaw para a discussão com a teoria da Interseccionalidade. Logo, a compreensão das inúmeras experiências dos sujeitos é necessária para que haja ações inclusivas nos espaços de produção cinematográfica e valorização de produções construídas por esses corpos, seja com a presença nas telas ou atrás delas. Assim como as experiências dos sujeitos queers, visto que estamos inseridos em uma sociedade cishéteropatriarcal e as disputas discursivas são complexas. Acerca da cisgeneridade e tais disputas, Sofia Favero (2020) menciona que a cisgeneridade passa a ocupar um lugar fronteiro a conceitos como branquitude e heteronormatividade. A autora, assegura-se em um entendimento da cisgeneridade a partir da ótica interseccional de Crenshaw; nesse sentido ela:

leva em consideração uma série de atravessamentos, compreendendo que são múltiplos os aspectos que compõem a identidade

do sujeito na viabilização da desigualdade. Nesse sentido, uma análise de gênero deve levar em conta a raça, uma análise racial deve se atentar à classe, e assim prossegue. Essa não é exatamente uma perspectiva nova, pois os feminismos negros têm tecido essa crítica historicamente (DAVIS, 2016). (FAVERO, 2020, p. 177).

Considerando a perspectiva da autora, o presente artigo busca interpretar a construção fílmica a partir dos atravessamentos de gênero, raça e classe, tendo em vista a abordagem interseccional e aspectos para além da cisgenderidades. Intrínsecos a isso, “os marcadores não estão concorrendo entre si, mas compondo concomitantemente o quadro de investigação acerca das relações de poder” (FAVERO, 2020 p. 178). Por conseguinte, a investigação dos sujeitos e como utilizam o cinema como ferramenta de modificação social, estão concomitantes às análises de um cinema político contemporâneo ocupado por essas populações.

## METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa concentra-se nas análises bibliográficas e críticas sobre as temáticas de Cinema, História, Gênero e Sexualidade, dando à pesquisa um caráter interdisciplinar, em vista do fortalecimento das perspectivas analíticas. O caráter da interdisciplinaridade na pesquisa surge a partir da contribuição da historiografia da escola dos *Annales* (BURKE, 1997), que rompem com a escrita tradicional da História, trazendo uma abertura para diversidades de fontes, posteriormente sendo possível o cinema, história das mulheres, músicas, entre outros, fazerem parte dessa nova escrita, tornando-os sujeitos da História.

Além disso, a Teoria Interseccional cunhada pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), é tomada como premissa para as análises no entrelaçamentos entre os marcadores sociais que constituem o cerne da pesquisa. Essa teoria é importante para compreender as relações de poder, agenciamentos e exclusões que as comunidades LGBTQIAPN+ e negras sofrem dentro da sociedade contemporânea brasileira; o olhar volta-se para o campo do cinema e suas representações políticas advindas da presença de corpos que subvertem esse sistema de exclusão.

Quanto às análises fílmicas, parte da metodologia deste trabalho, é essencial para compreender como as construções fílmicas são interessantes, pois fazem parte do campo de questionamentos do cinema político e subversivo. Este cinema com novos sujeitos faz parte das novas narrativas cinematográficas; em consideração, faz-se necessário atentar para os ângulos interno e externo às produções. Em suma, a análise fílmica pode ser um desafio, dado as ambientações e

motivações na construção das obras; os autores Neli Mombelli e Cássio Tumaim mencionam que:

Para realizar a análise fílmica consideramos aspectos internos e externos ao filme. Os internos se referem aos elementos da linguagem audiovisual que dão forma ao produto. Já os externos estão ligados às temporalidades. É preciso levar em conta a época que o documentário retrata, o período econômico, social, cultural em que ele foi produzido, e o tempo da arte, que refere-se ao movimento do cinema ao qual os filmes fazem parte – neste caso, o documentário contemporâneo. No que se refere à análise interna, é preciso decompor os elementos constitutivos do audiovisual (2014, p. 3).

vista disso, necessita-se do cuidado metodológico para não cair em armadilhas e especial atenção a interpretação desses produtos cinematográficos enquanto fontes de pesquisas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa baseia-se nas perspectivas da negritude, gênero, cinema e Teoria Queer. Utilizo os escritos de Conceição Evaristo (2020) sobre *Escrevências* e o rompimento das barreiras dominadoras da arte como embasamento. A tensão decorrente do colonialismo nas produções de intelectuais negros e disputas de narrativas relativa aos povos afrodescendentes e o mundo pós-moderno, são preambulos para se analisar como a construção de produções fílmicas dessas populações, também das populações LGBTQIA+, fazem parte do rompimento com as estruturas normativas da sociedade brasileira. Conceição Evaristo descreve seus personagens com humanidade, assim percebido por esses *cinemas* das populações negra e LGBTQIAPN+:

Construo personagens humanas ali, onde outros discursos literários negam, julgam, culpabilizam ou penalizam. Busco a humanidade do sujeito que pode estar com a arma na mão. Construo personagens que são humanas, pois creio que a humanidade é de pertença de cada sujeito. A potência e a impotência habitam a vida de cada pessoa (EVARISTO, 2020, p. 31).

Ademais, será necessário analisar a obra da intelectual negra brasileira, latino-americana Lélia Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020). A obra reúne ensaios que discutem sobre os silenciamentos dos subalternos no país, ademais, interligando racismo, classe e sexismo na construção da identidade brasileira, ocasionando em opressões sobre a população negra, sobretudo, mulheres

negras. A obra é importante para entendermos a realidade de mulheres negras brasileiras e traçar análises com a presença desses corpos no cinema. Segundo Gonzalez (2020) acerca da exclusão da mulher negra na sociedade brasileira:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo doméstica abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar e etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais (GONZALEZ, 2020).

Em relação ao cinema amazônico, trago os escritos da ativista negra amazônica, Zélia Amador de Deus, com seu livro *Caminhos Trilhados na Luta Antirracista* (2020). Importante obra para analisar, a partir da narrativa pessoal da autora, relatos da mulher negra na Amazônia; tomo como premissa a obra por ser relevante no ativismo de um cinema construído sob o viés da população negra, bem como “edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo” (DE DEUS, 2020, p. 56).

Em consideração ao gênero e reflexões para além do binarismo, traz-se as perspectivas analisadas por Sofia Favero, em *Cisgeneridades Precárias* (2020). Ao analisar gênero no contexto cinematográfico é possível entender que as relações de poderes manifestam-se de forma complexa e, por muito tempo, esse espaço era dominado por uma lógica cishéteropatriarcal. Outrossim, as identidades de gêneros estavam ligadas ao sexo biológico, tornando a binaridade um fator da normatividade cisgênera, onde pessoas que não encaixavam-se nessa divisão biológica eram considerados anormais, em vista disso pessoas transgêneros eram/são alvos de discriminações.

Nesse sentido, Sofia Favero (2020) destaca que é possível pensar a cisgeneridade para além do conceito normatizador e idealizado socialmente, de maneira a enxergarmos os matizes das experiências queers diante dos contextos aos quais estão inseridos, por conseguinte, ressalta que mesmo na normatividade, existem experiências subalternas.

Pensar para além dos binarismos, é entender que existem múltiplas formas de expressão de identidade que precisam ser levados em consideração quando pensamos a construção fílmica, pois reconhecer as diferenças é perceber as pluralidades de expressões e, respeitá-las é fundamental. Tal multiplicidade originou nos estudos da Teoria Queer, bem como estudado por Teresa de Lauretis, a qual evidencia a longa história originária da palavra ‘queer’ e como as significações se modificaram nos diferentes contextos históricos. A autora descreve que:



O termo queer atualmente, mesmo ainda carregando alguma coisa de sua conotação histórica de desvio sexual, passou a se apresentar como gênero-inclusivo, democrático, multicultural e multiespécie, o que o faz deixar o terreno das especificidades sexuais – o polimorfo perverso que Mario Mieli teorizou nos visionários e radicais anos 1970 (DE LAURETIS, 2019).

Assim como a autora, tomamos como partida a importância da inclusão da teoria na formalização do projeto de lei apresentado; ainda visto com certa estranheza, o termo é reconhecido pela luta dos movimentos homossexuais categorizado pela perspectiva de oposição e contestação (LOURO, 2001) e o fortalecimento desta perspectiva é imprescindível tanto aos movimentos, quanto aos estudos sobre sexualidades, gênero, orientações sexuais, identidades de gêneros etc.

Em conjunto com a teoria queer no cinema, Dieison Marconi (2020) traz estudos do cinema queer brasileiro, imprescindíveis na compreensão do cinema e questões políticas que moldaram-se em relação ao tempo, modos de construção cinematográfica e novos olhares de sujeitos antes não retratados nas telas. O autor analisa o cinema contemporâneo desde o Cinema Novo, nos anos 1960, aos dias atuais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da discussão são contínuos, visto que a pesquisa estará em constante análise em relação aos novos sujeitos no cinema e novas ferramentas políticas por eles construídas nesse espaço. Ao atentar para as obras *Bixa Travesty* (Claudia Priscilla e Kiko Goifman, 2019); *Transviar* (Maíra Tristão, 2022); *Utopia* (Rayane Penha, 2021); *Alma no Olho* (Zózimo Bulbul, 1973), percebe-se que são cinemas de perspectivas políticas, com atores e fazedores de um cinema que subverte a lógica normativa, eurocêntrica e capitalista. São obras em que os corpos dão vozes à sua comunidade, enaltecendo ancestralidades, culturas e gêneros antes pouco retratados nos Cinemas.

Os corpos dissidentes desses sujeitos são insurgentes, pois valoriza a presença negra e LGBTQIA+ nas telas; é onde exibem suas particularidades, subjetividades, cotidianos. É possível perceber esse olhar cuidadoso em relação à narrativa, reverberando novos termos que alteram as macropolíticas marcadamente brancas, heterossexual e cisgênera; Marconi menciona que “por meio dessas cenas dissensuais, diferentes sujeitos que antes não contavam como

sujeitos tomam para si as tecnologias do cinema e nos mostram, através de perspectivas situadamente micropolíticas, outros Brasis” (MARCONI, 2020, p. 148).

Ao analisar *Bixa Travesty* (1h15min; 2019), um documentário musical e político protagonizado por Linn da Quebrada, cantora e compositora brasileira, tem-se as múltiplas expressões que constituem sua identidade expressa na tela e em suas músicas. O documentário exhibe a parceria com Jup do Bairro, amiga trans que divide seus anseios e arte; na produção, é desconstruído o gênero feminino através do seu corpo e voz. A cantora nomeia seu gênero como Bixa Travesty, “Bixa Travesty é como Linn se nomeia e nomeia uma nova identidade sexo-dissidente e gênero-dissidente, necessária para expressar a sua própria existência” (PORCHAT, 2020).

No documentário *Transviar* (13min; 2022), protagonizado por Carla da Victória, mulher transexual que nasceu na tradição das paneleiras no Espírito Santo. Esse documentário rompe com as regras através do cuidado em retratar a história de Carla em consonância com a tradição familiar. Carla descreve a relação com sua família sendo uma mulher trans, ela menciona no filme “eu já era mulher, só fui me moldando”, faz-se uma alusão ao barro que molda as panelas, mas com olhar cuidado e transgressor. A teoria queer é importante na desconstrução de personagens e produções e, os filmes aqui analisados, são exemplos de produções que alteram a normatividade do gênero.

O filme *Utopia* (15min; 2021), dirigido e protagonizado pela cineasta amapaense Rayane Penha, onde retrata a história de trabalhadores do garimpo a partir da realidade de seu pai, Raimundo Penha, o filme começou a ser produzido logo após o falecimento de seu pai, mostrando a realidade e dificuldades enfrentadas por ele nesse ambiente. É um filme de redescoberta de suas raízes, exibindo a narração da cineasta e imagens de homens no garimpo. O olhar sensível da amapaense faz parte da narrativa para chamar a atenção, também, para as condições de trabalho de homens negros no garimpo.

A cineasta chama atenção para essas e outras questões em suas realizações, pois perpassa pelas perspectivas de memória, trabalho, relação familiar, pertencimento, território e outras questões que concernem sua vivência na Amazônia; o filme ganhou o prêmio de Melhor Filme na quarta edição do Norte Festival de Cinema (2022), mostrando a potencialidade na produção da cineasta negra amazônica. Rayane menciona em um dos trechos “[...] lá, entrávamos no rio e começávamos a nadar em direção a um lugar que eu tinha a sensação de encontrar o meu pai, que precisávamos contar algo a ele, nadávamos cada vez mais, mas a correnteza parecia ficar ainda mais forte [...]” (Utopia, 2021).

Outro filme importante para a discussão racial no Brasil é *Alma no Olho* (11min; 1973), um experimentalismo para exibir o corpo negro em tela, tornando-se um marco no Cinema Negro Brasileiro, sendo referência para cineastas das novas gerações. Protagonizado por Zózimo, sem fala e apenas o diretor em tela, o filme é uma metáfora sobre o processo de escravização da população negra e a busca pela liberdade interna do ser; o corpo negro traz as vozes desse processo que perdurou por anos no país, com consequências ainda presentes na sociedade atual. Esse corpo é portador de ancestralidades e identidades afrodiaspóricas.

Ao identificar as particularidades presentes nesses filmes, percebe-se a centralidade nos corpos, identidades, narrativas pessoais e coletivas que abrangem esse cinema como ferramenta política, no qual expressam as identidades de gêneros sem medos de abjeções. Quando Conceição Evaristo descreve a relevância das escrituras, assim são observados as produções protagonizadas por corpos insurgentes, nos quais os roteiros, personagens e construções narrativas, enaltecem suas concepções. A autora descreve:

Os dramas existenciais nos perseguem e caminham com as personagens que crio. E o que falar da solidão e do desejo do encontro? São personagens que experimentam tais condições, para além da pobreza, da cor da pele, da experiência de ser homem ou mulher ou viver outra condição de gênero fora do que a heteronormatividade espera. São personagens ficcionalizados que se con(fundem) com a vida, essa vida que eu experimento, que nós experimentamos em nosso lugar ou vivendo con(fundido) com outra pessoa ou com o coletivo, originalmente de nossa pertença (EVARISTO, 2020, p. 31).

Em suma, as discussões fazem parte dessa história contínua, onde o *fazer* cinematográfico constrói-se cotidianamente; não significa permanência das temáticas, mas que as tecnologias fílmicas modificam-se com o tempo, mas é importante reafirmar as narrativas da população negra e LGBTQIAPN+ no cinema brasileiro contemporâneo. Desse modo, as produções cinematográficas são interessantes para pensar nas novas formas do *fazer, dizer e construir*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mohamed Bamba (2013) destaca que as redefinições sucessivas acerca da recepção fílmica nas práticas cinematográficas são importantes para a problematização nos planos socioculturais, políticos e ideológicos, ou seja, a interpretação do filme varia entre as experiências empíricas do receptor ou ante as posturas críticas percebidas nas entrelinhas da obra. Os filmes mencionados no artigo foram escolhidos por abarcar as populações negras e LGBTQIAPN+, de modo que exibem

particularidades e subjetividades que podem ser traduzidas como um cinema político.

Outrossim, é necessário descolonizar, generificar e racializar esses espaços de modo que possamos ver mais produções feitas por esses cineastas, ou seja, instituir o lugar afroamazônico no cinema brasileiro, possibilitando a presença de novas gerações racializadas nesses espaços. Grosso modo, é pensar nas organizações enquanto uma coletividade fraterna e livre, assim como pensa Zélia Amador de Deus (2020, p. 46) que um corpo negro “é um corpo que sempre terá uma tarefa coletiva, que fala por si, mas que também fala por uma raça e pela ancestralidade”, esse lugar da coletividade é uma característica que permeia as organizações lideradas pelas populações aqui pesquisadas, haja vista, é fundamental compreender o lugar a qual pertence, o contexto estrutural e sua história.

Por outro lado, o cinema queer subverte o lugar da população LGBTQIA+ nas narrativas cinematográficas. Sofia Favero (2020) menciona questiona “até que ponto esses homens e mulheres são vistos, de fato, como “homens e mulheres” é um questionamento que nos interessa fazer. Ainda, o compromisso com um debate antirracista e LGB (lésbicas, gays e bissexuais)” (2020, p. 181). Portanto, as considerações estão em torno das análises teóricas que abrangem as populações destacadas e necessitam de constante revisão, visto que a temática constrói-se na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS:

BARROS, José D. Assunção. **Cinema e história—as funções do cinema como agente, fonte e representação da história.** *Ler história*, n. 52, p. 127-159, 2007.

BAMBA, Mohamed. **Introdução: estudos da recepção e da espetatorialidade cinematográficas: da teoria aos estudos de casos (vice-versa).** A recepção cinematográfica: teoria e estudos de casos. Bahia: Editora da UFBA, p. 9-18, 2013.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989).** São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro.** São Paulo: Elefante, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** *Estudos feministas*, 171 – 189, 2002.

DE LAURETIS, Teresa. **Teoria Queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política.** In Holanda, Heloisa Buarque de (Org.) *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do tempo, p.412-424.

DOS SANTOS CARVALHO, Noel. **O negro no cinema brasileiro: o período silencioso.** *Plural*, v. 10, p. 155-179, 2003.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, v. 1, p. 26-46, 2020.

FAVERO, Sofia. **Cisgenderidades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato.** *BAGOAS - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 13, n. 20, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz Companhia das Letras, 2020.

GUBERNIKOFF, Giselle. **Cinema, identidade e feminismo.** São Paulo: Editora Pontocom, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Pallas Editora, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.** *Revista estudos feministas*, v. 9, p. 541-553, 2001.

MARCONI, Dieison. Cinema queer brasileiro ou as veias abertas da política da imagem. **Rebeca-Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual**, v. 9, n. 2, p. 141-157, 2020.

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIM, Cássio Dos Santos. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. **Lumina**, v. 8, n. 2, 2014.

PORCHAT, Patricia. Capítulo 3 BIXA TRAVESTY: REFLEXÕES QUEER SOBRE A SEXUALIDADE, O CORPO E A IDENTIDADE. **LEITURAS SOBRE A SEXUALIDADE EM FILMES: identidades dissidentes e opressões**, p. 65.

SCHVARZMAN, Sheila. História e historiografia do cinema brasileiro: objetos do historiador. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 10, n. 17, 2007.

# INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO LGBTI+: REFLEXÕES SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

*Aline Stefany Queiroz Leite<sup>1</sup>*  
*Beatriz Rodrigues Nascimento<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente estudo busca ampliar as reflexões acerca do monitoramento e avaliação das políticas públicas para população LGBTI+ sob ferramenta analítica da interseccionalidade. Na literatura, as definições sobre políticas públicas são diversas, ora mais abrangentes ora mais restritas, o conceito utilizado neste estudo, as compreende como iniciativas e respostas do Estado a problemas políticos (de ordem pública ou coletiva). Por conseguinte, ao abordar sobre demandas sociais, faz-se necessário compreender suas especificidades, experiências e realidades sociais. Neste sentido, utiliza-se o conceito da interseccionalidade como aspecto metodológico para analisar a complexidade social e suas implicações nas políticas públicas voltadas à população LGBTI+. Do direito à cidadania e à saúde, as políticas públicas carecem no que tangem as efetivações. Assim, julga-se imprescindível o monitoramento e a avaliação interseccionais, a fim de produzir indicadores para entender os processos, os efeitos, os resultados e os impactos dessas políticas públicas. A pesquisa tem como referencial teórico-metodológico a revisão narrativa, juntamente com um levantamento bibliográfico, sendo uma pesquisa de caráter qualitativo. Ademais, a escrita deste trabalho surge a partir de inquietações em sala de aula do módulo “Políticas públicas e teoria interseccional” do curso da especialização. Por fim, buscou-se propor uma análise das políticas públicas que se baseie numa perspectiva de continuidade, dos contextos institucionais para o desenvolvimento de políticas interseccionais para população LGBTI+.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Políticas Públicas, LGBTI+, Monitoramento e avaliação.

1 Bacharela no curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA); Pós-graduanda da Especialização em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia pelo PPGDDA da Universidade Federal - PA, alinestefany.1515@gmail.com;

2 Bacharela no curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA); Pós-graduanda da Especialização em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia pelo PPGDDA da Universidade Federal - PA, psi-beatrizrodrigues@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas, de acordo com Schmidt (2018), são respostas e iniciativas do poder público a problemas políticos, isto é, visam atender as demandas sociais referentes a questões de ordem pública ou privada. Nesta perspectiva, elas são o resultado do processo político intimamente ligado ao contexto sócio-histórico ao qual pertence o Estado. Assim, a sociedade geral, e principalmente os movimentos sociais como os feminismos, negros e LGBTI+, denunciam as violações dos direitos humanos e sociais no que tange às questões interseccionais de gênero, sexualidade, raça, entre outros.

Ademais, políticas públicas não são ações isoladas, logo, problemas políticos não podem ser resolvidos por uma única ação, sendo assim uma política compreende um conjunto de ações, tendo coerência na sua estrutura e envolvendo várias áreas. Propõe-se então o seu entendimento a partir de etapas fundamentais, no qual criou-se então a teoria dos ciclos, no qual Parsons e Subirats (2007; 2012) descrevem da seguinte forma: Primeiro definimos o problema, transformando uma situação difícil em problema político; Segundo há a inserção do problema na agenda política, que vai elencar problemas e assuntos que desperte a atenção dos cidadãos e do governo; Terceiro tem-se a formulação, momento em que se busca elencar maneiras e alternativas para solucionar o problema político; Na quarta fase temos a implementação, onde será executado e concretizado o que foi planejado e por fim na última fase existe a avaliação que consiste em avaliar êxitos e falhas do processo, bem como determinar continuidade e mudanças na política.

É válido lembrar que a construção e execução de uma política pública não é por vezes linear, tranquila e que será cumprida todas as etapas, evidenciamos, portanto, o processo de avaliação e monitoramento como parte relevante sendo permanente e concomitante com outras etapas no processo político (Jannuzzi, 2011). A avaliação, ainda de acordo com Jannuzzi (2011), é o momento de analisar e averiguar os resultados esperados com os resultados alcançados, além de verificar os impactos desejados e indesejados, a fim de possibilitar o retorno a etapa inicial que é a formulação e fazer correções ou decidir pelo encerramento da política. Sendo assim, entende-se a importância do monitoramento da política como um todo, bem como uma avaliação contínua e efetiva.

As grandes conquistas e avanços para construção de políticas públicas voltadas para população LGBTI+ se perduram durante décadas, ao passo que tem sido feitas inúmeras reivindicações perante o poder Legislativo para a criação de medidas que garantam os direitos de cidadania, sendo assim, tem-se questionado

a formulação e o acesso das Políticas Públicas que se baseiam-se em identidades imutáveis, no modelo heteronormativo e no determinismo biológico. Portanto, questiona-se como pontua Carlos Júnior e Diogo Mendes (2021) acerca do modo de se fazer e implementar políticas públicas efetivas e que assistam distintos públicos, bem como a importância de reafirmar as políticas públicas como forma de intervenção social, para isso no que tange o segmento LGBTI+ faz-se necessário explorar e aprofundar como essas políticas têm sido planejadas e aplicadas, além da sua continuidade e reformulação.

Entendemos como um caminho possível, a fim de ampliar os contextos e compreender a pluriversalidade de cada demanda, a interseccionalidade, que se caracteriza como uma categoria analítica que olha para o social e para existência singular de cada pessoa compreendendo as múltiplas opressões que atravessam esses indivíduos e os contextos sociais que estão inseridos. O que significa que a interseccionalidade requer observar como marcadores de raça, gênero, classe, entre outros, influenciam na produção de desigualdades e marginalização de grupos sociais (Farranha; Sena, 2021).

De acordo com Crenshaw (2002), “a interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p.177), logo, compreender as interseccionalidades que atravessam e constituem nossos corpos e territórios, são imprescindíveis para construir políticas públicas que pautem a diversidade socio-cultural e ambiental da nossa região, que visem a garantia do direito à dignidade e promoção de bem-viver, princípios basilares da nossa constituição, e consequentemente, promovam desenvolvimento humano e social da nossa comunidade.

Nesse sentido, este trabalho nasce a partir de inquietações das autoras, as quais no período da construção deste trabalho estávamos tendo um módulo na Especialização em Promoção de Políticas Públicas em gênero e sexualidade na Amazônia (PPGDDA/UFGA), intitulado “Políticas públicas e teoria interseccional”. Além de compreendermos nossos atravessamentos e nos localizarmos enquanto pessoas LGBTI+ em Belém do Pará, que são, ou não, alcançadas pelas políticas públicas. Ademais, acreditamos na importância da construção deste trabalho no que tange a ampliação dos estudos sobre políticas interseccionais e a importância da avaliação e monitoramento.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo fomentar reflexões acerca do monitoramento e avaliação das políticas públicas para população LGBTI+ sob ferramenta analítica da interseccionalidade, tal como analisar a relevância do desenvolvimento de políticas interseccionais para população LGBTI+.



## METODOLOGIA

A construção deste trabalho se deu a partir do levantamento bibliográfico através da revisão narrativa com o intuito de descrever e discutir o assunto aqui vigente sob um ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas se caracterizam por não informar as fontes utilizadas, nem a metodologia e os critérios utilizados na avaliação e seleção de trabalhos, sendo assim, se constituem a partir da análise da literatura publicada em livros, artigos, entre outros, que são interpretados e analisados mediante a crítica pessoal do autor (Rother, 2007).

As revisões narrativas de acordo com Rother (2007) não possuem metodologia que permitam a produção de dados e nem o fornecimento de respostas quantitativas quando se trata de questões específicas, logo, os artigos de caráter narrativo são qualitativos, isto significa que é planejada para responder uma demanda específica que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, bem como na coleta e análise dos dados obtidos no estudo.

Portanto, esta pesquisa tem como base a abordagem qualitativa que tem o intuito de descrever e decodificar a complexidade de um sistema repleto de significados, tendo por objetivo compreender o sentido dos fenômenos do mundo social, na busca de poder visualizar o contexto e ter uma integração considerável dos processos que implique melhor entendimento do fenômeno (Neves, 1996).

Dessa maneira, os tensionamentos aqui se darão a partir do entrelaçamento da pesquisa qualitativa e da revisão narrativa, a fim de refletir acerca do monitoramento e avaliação das políticas públicas para população LGBTI+ sob ferramenta analítica da interseccionalidade. Além de analisar a relevância do desenvolvimento de políticas interseccionais para população LGBTI+.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Considera-se que políticas públicas acontecem a partir do diálogo entre a sua formulação e implementação, pensando no que se planeja executar e o que realmente é executado e que vão possuir impacto a curto, médio e longo prazo. Ao pensar no processo, refletimos sobre os impactos das políticas públicas na vida das pessoas e os maiores entraves para se compreender e reconhecer esses impactos, isso se dá de acordo com as pesquisas de Melo, Avelar e Maroja (2012) por causa da dificuldade da elaboração e o acesso aos indicadores da efetividade da política, logo, até que ponto e de como as metas e objetivos traçados estão

sendo alcançados. Portanto, torna-se importante uma avaliação permanente, para possíveis reformulações.

Ainda em conformidade com Melo, Avelar e Maroja (2012) que dizem que quando se trata de políticas públicas no campo de gênero e sexualidade, existem entraves no que diz respeito às especificidades e particularidades que muitas vezes não são levadas em consideração, sendo assim para a elaboração e aplicação de uma política para população LGBTI+, nota-se a necessidade de mudanças de crenças, valores, combate as violências e estereótipos que se perpetuam socialmente. Por conseguinte, tem-se também a problemática da descaracterização ou desintegração identitária das pessoas e grupos LGBTI+ ao se construir políticas públicas.

Percebemos então de como as estruturas Lgbtfóbicas, cisheteronormativas e binárias perpetuam violências, contribuem de forma significativa para com as dificuldades de construção de políticas de acesso e cidadania, da mesma forma que corroboram para o aniquilamento e silenciamento de corpos e corpos dissidentes, não podendo muitas vezes ter seu direito de ser e nem de existir. Nesse sentido, observa-se que os marcadores de gênero, raça, sexualidade são construções históricas, socioculturais e políticas que promovem discursos que regulam, normatizam, instauram saberes e produzem “verdades” sobre os corpos não-hegemônicos, a fim de servir como “justificativas” às opressões, violências e desigualdades sociais.

Tendo em vista esses atravessamentos compreendemos a potência da interseccionalidade como um instrumento de análise para contribuir para a formulação das políticas públicas, a fim de auxiliar nos estudos, entendimentos e respostas de como os marcadores sociais, quando intersectados, produzem opressões mais complexas. Dessa forma, “a interseccionalidade é, antes de tudo, lente analítica sobre interação estrutural em seus efeitos políticos e legais.” (Akotirene, 2018, p. 58).

Segundo Farranha e Sena (2021) ao se adotar um instrumento analítico que utilize a interseccionalidade como ferramenta de avaliação e análise é possível contemplar dois eixos que são a análise contextual e coleta de informações e o desenvolvimento de metodologias para a análise da subordinação interseccional. A partir disso é possível destacar como o acesso aos serviços públicos nos lugares sociais são invisibilizados por uma perspectiva universalista, que resulta na exclusão de sujeitos.

Muitas vezes, o terreno das políticas públicas se funda num campo universalista que, embora não seja o intuito inicial, resulta em exclusão de sujeitos não somente à margem social, mas, ainda, de

indivíduos e grupos heterogêneos. A multiplicidade de grupos e atores sociais já não permite ignorar as diferenças, pois, a partir delas, é possível perceber que uma sociedade plural é também uma sociedade diversa (Farranha; Sena, 2021, p.53).

Levando em consideração a contribuição que a Interseccionalidade pode dar no processo de efetivação e garantia da igualdade de oportunidades, na defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e no combate à discriminação e às desigualdades materiais. Para isso, torna-se importante para o fomento e perpetuação de políticas interseccionais, a avaliação e monitoramento das políticas existentes.

No que tange o monitoramento, Cavenaghi (2008-2012) diz que este está voltado para medir o quão bem uma atividade, ação ou intervenção tem sido realizada, sendo também um processo contínuo, que se difere da avaliação que não exige processos contínuos. O monitoramento não deve buscar os resultados, mas deve saber se o programa foi bem desenhado desde o início e se sua continuidade se dá de forma satisfatória, ou se deve tomar novas medidas ou propor novas mudanças de curso (Cavenaghi, 2008-2012).

Já a avaliação de acordo com Weiss (1972) consiste em compreender não somente a partir dos resultados de um programa, mas outros fatores relevantes que precisam ser percebidos como a reação dos participantes, a recepção pública do programa, os custos, a disponibilidade dos técnicos e instalações, ganhos e perdas, bem como outras possíveis alternativas, ademais, a etapa da avaliação pode proporcionar melhor conhecimento sobre as falhas que as decisões podem produzir, de como, e, o que pode ser melhorado a partir disso e a permanência, reformulações ou encerramento da política pública. Assim, o monitoramento e a avaliação são componentes essenciais nos programas, projetos ou intervenções para possibilitar a obtenção de melhores resultados, além de buscar respostas sobre a efetividade e eficácia das ações e intervenções voltadas a diminuir as desigualdades sociais produzidas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Políticas universalistas e a dificuldade no monitoramento e na avaliação

Tendo como base a cisheteronormatividade e a naturalização da heterossexualidade, cria-se uma norma universal, que vai permear a formulação de políticas públicas, onde as demais manifestações e expressões de gênero e sexualidade não são consideradas, desta maneira, as políticas de cunho universalistas, sendo

seus objetivos, princípios e metas, negam na prática a importância e o reconhecimento de marcadores sociais como identidade de gênero, sexualidade, raça, classe e território, e por mais que estes atravessamentos sejam reconhecidos em documentos governamentais como centrais na definição de políticas públicas vistas como essenciais à superação das desigualdades sociais e econômicas, bem como para o enfrentamento das discriminações, opressões e exclusões de grupos marginalizados, entretanto, por vezes não é assim que acontece (Belo; Brito; Maroja, 2012).

Para que as demandas sociais sejam atendidas compreende-se diversos aspectos, entre as quais vale ressaltar a eficácia da participação cidadã e o discernimento frente às complexidades das demandas sociais e da gestão pública, logo, as políticas públicas configuram uma modalidade recente de atendimento de demandas sociais, uma forma tardia de cuidar do que é público.

As demandas sociais sempre estão além da capacidade de atendimento por parte dos órgãos públicos. Face à escassez de recursos, as autoridades são forçadas a priorizar algumas demandas e relegar ou secundarizar outras. As prioridades adotadas pelos governos constituem o cerne das políticas. Elas estão vinculadas à visão ideológica predominante, aos compromissos assumidos pelos governantes no processo eleitoral, às pressões dos grupos sociais e corporações econômicas, à cultura política vigente, entre outros fatores (Schmidt, 2018, p.122).

Aqui faz-se necessário, caracterizar o que são políticas de Estado e políticas de governo, uma vez que são um *locus* importante para a formulação e implementação dessas políticas, que segundo Schmidt (2018), políticas de governo está relacionada com governos que possuem a mesma orientação ideológica e nem tanto atrelada a institucionalidade estatal e menos legitimadas pelo conjunto das forças políticas. No que diz respeito às políticas de estado seriam amplamente respaldadas pelas forças políticas e sociais, têm previsão legal e contam com mecanismos e regulamentações para a sua implementação.

Nesse íterim, Jannuzzi (2011) aponta que um monitoramento e uma avaliação mal concebidos ou mal executados, produzem informações que podem ser enganosas ou falsas, podendo causar problemas graves, além disso, as dificuldades relacionadas a essas duas etapas da formulação e implementação das políticas públicas, podem e geram frustrações, sendo essas frustrações consequência do segmento de modelos e prescrições muito particulares e padronizados, não havendo o estudo e adequação ao contexto que os programas se inserem e os indivíduos que fazem parte do processo.

## O Conservadorismo e o desmonte das políticas públicas LGBTI+.

O avanço do conservadorismo coloca em xeque as conquistas e avanços do movimento LGBTI +, reprimindo avanços e também pode promover retrocessos, atualmente podemos ver o fato de que portarias podem ser revogadas a qualquer momento, sendo assim, “esse é um desafio para o Brasil, que possui uma cultura enraizada em conservadorismo que se soma a recentes avanços do fundamentalismo religioso em espaços democráticos, que deslegitimam as pautas da população LGBT, colocando em risco o princípio da laicidade do Estado” (Popadiuk et al., 2017, p. 1511).

A vigência do Conservadorismo interfere incisivamente nos debates acerca dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e no mundo, como cita Júnior e Mendes (2021), que também descrevem a fragilidade e o comprometimento constitucional da laicidade do Estado brasileiro, isso dificulta a implementação e a operacionalização de políticas públicas mais efetivas no campo dos direitos humanos, sobretudo no que tange aos direitos da população LGBTI+.

O debate a respeito das políticas públicas LGBT frequentemente suscita questionamentos acerca da efetividade das políticas já adotadas em prol do segmento e da possível elaboração de novas iniciativas. Um das tônica comumente relatadas nos artigos selecionados associa a atuação de segmentos conservadores (muitas vezes circunscritos aos grupos religiosos) a agentes que dificultam a conquista de direitos e que têm trazido retrocessos à luta da população LGBT pelo exercício de sua cidadania (Júnior; Mendes, 2021, p.651).

O projeto de apagamento e extermínio da população LGBTI+, fomenta uma política que forma inimigos, sendo estes corpos dissidentes, assim, atrelo um conceito que Bento (2018) descreve como Necrobiopoder, para se pensar a distribuição diferencial de direito à vida, onde o conceito descreve um conjunto de técnicas que promovem vida e morte a partir de atributos que qualificam e distribuem as corporeidades em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver, portanto, corpos dissidentes são alvo do Necrobiopoder.

A autora Berenice Bento (2014) escreve sobre a contradição existente, uma vez que ora promove-se direito e ora nega-se o seu gozo, construindo então segundo ela uma cidadania precária, “[...] que nos permitem pensar como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos

às populações excluídas” (p.3). Assim, se constrói e retroalimentam um sistema com mecanismos de exclusão e abjeção social das existências de pessoas LGBTI+, onde a partir de crenças heteronormativas e biologizantes das práticas culturais e das construções identitárias se retira dos sujeitos sociais e identidades dissidentes sua agência em relação a decisão sobre sua identidade e quereres.

## Políticas interseccionais e a demarcação do território

Questionamos aqui como construir políticas universalistas que contemplem as singularidades de grupos que não são reconhecidos no ideal universal de sujeitos de direitos? As violências e os preconceitos recorrentes torna mais difícil o acesso da população LGBTI+ aos serviços públicos, assim a homogeneização dos espaços dificulta o reconhecimento e atendimento de demandas específicas. Melo e Gonçalves (2010) salientam, os limites das políticas universalistas e a urgência de refletirmos sobre a diferença a partir de uma perspectiva interseccional, pode nos ajudar a entender as reivindicações e as demandas identitárias para a garantia e acesso à direitos.

Portanto, reconhecemos o potencial da interseccionalidade a qual pode contribuir a sanar lacunas na promoção dos Direitos Humanos e cidadania, a relevância dessa categoria analítica torna possível traçar caminhos de análise que abordam múltiplas dimensões, vale ressaltar que não se deve apenas compreender os marcadores sociais, porém, compreender especialmente como tais diferenças se entrecruzam e geram desigualdades (Farranha; Sena, 2021). Ao passo que há grupos privilegiados historicamente nas sociedades capitalistas, sendo homens, brancos, heterossexuais, cristãos, ricos etc.

Nos debruçamos a pensar como garantir diversidade humana e respeito numa sociedade que tem como pressuposto a produção da desigualdade e se é possível falar em democracia numa sociabilidade que discrimina uma orientação diferente da normativa heterossexual? E se nessa hierarquia de arranjos sexuais considerados legítimos e ilegítimos, quais são os efeitos do não reconhecimento na vida? (Froemming et al., 2012). Observa-se que como fator imprescindível e impulsionador de maior alcance e efetividade das políticas sociais, a urgência da incorporação da perspectiva identitária e o respeito às diferenças e a diversidade no desenvolvimento e desenho das estratégias de atuação dos serviços públicos, que impõem a revisão de estratégias homogeneizantes.

Nesse ínterim, ao apagarmos os determinantes culturais, sociais, simbólicos e o consequente direito à diferença, bem como o acesso aos direitos e a cidadania, criamos barreiras e negações que impedem o alcance das ações e garantias legais

que envolvem o exercício constitucional da cidadania, dessa maneira, levar em consideração o contexto e o território que se formula e implementa as políticas públicas é de suma importância, em específico a população LGBTI+ uma vez que se tem singularidades e demandas específicas, logo, existem inúmeros desafios no campo das políticas quando se almeja acesso aos serviços públicos de qualidade, fazendo com que escolham quem vive e quem morre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho consistiu em contribuir na ampliação das reflexões a respeito do monitoramento e avaliação das políticas públicas para população LGBTI+, sob ferramenta analítica da interseccionalidade, primando assim pela pluriversidade de sujeitos e sujeitas bem como a diversidade sociocultural e ambiental das regiões-contextos que estes estão inseridos.

Dessa maneira, ressaltamos a importância de políticas interseccionais, pois estas desestabilizam políticas universalistas, ao pautarem-se na promoção das diversidades sexuais, de gêneros, raciais, de território e demais marcadores e contextos sociais. Ademais, compreendemos como os processos de monitoramento e avaliação voltados à continuidade, às mudanças e/ou revisões das políticas públicas atuam na efetividade de direitos sociais e garantias fundamentais, visando o desenvolvimento pleno humano e social da nossa comunidade.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, jan-jun, 2014. Disp. em: <http://www.contemporanea.ufscar.br>. Acesso em: 10.12.2023.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, n53, e185305. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ>.

CAVENAGHI, Suzana. Gênero e Raça no Ciclo Orçamentário e Controle Social das Políticas Públicas: indicadores de gênero e de raça no PPA 2008-2011. **CFEMEA**, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1ed. Boitempo, 2020.

FARRANHA, Ana Cláudia; SENA, Lucas. Interseccionalidade e Políticas Públicas: Avaliação e Abordagens no Campo do Estudo do Direito e da Análise de Políticas Públicas. **Ver. Aval**, vol. 5, n 19, 2021.

FROEMMING, Cecilia Nunes Froemming; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. **Ver. Políticas públicas**, número especial, agosto, 2010.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Ver. Planejamento e políticas públicas**, n 36, jan./jul. 2021.

JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de Sousa; MENDES, Diego Costas. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Caderno EBAPE. BR**, v. 19, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2021.

MELLO, Luiz; AVILAR; Rezende Bruno de; MAROJA; Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 27, n 2, Maio/Agosto, 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, n 39, julho-dezembro, 2012.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Ver. Do programa de pós-graduação em ciências da ufrn**, vol.11, n. 2, 2010.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 3, 1996.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas**: una intruducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas. México: Flacso, 2007.

POPADIUK, G. S. Oliveira, D. C., & SIGNORELLI, M. C. (2017, maio). A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso



ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(5), 1509-1520.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2007, v. 20, n. 2 [Acessado 11 Janeiro 2024], pp. v-vi. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Epub 17 Jul 2007. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SUBIRATS, Joan et al. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Planeta, 2012

SCHMIDT, João. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito (UNISC)**, v. 3, p. 119-149, 2018. <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/12688>.

WEISS, Carol H. **Methods for assessing program effectiveness**. Englewood Cliffs, 1972.

# ATIVISMOS E NOVOS DISCURSOS SOBRE SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL: UM OLHAR SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES QUEER-CRIP ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA YES, WE FUCK!

*Louise Lima Storni Rocha<sup>1</sup>*

## RESUMO

Tendo como eixo potencial as alianças queer e crip e o uso de categorias de interseccionalidades como gênero, sexualidade e diversidade funcional, a pesquisa realizou uma análise das diferentes estratégias de ativismos do grupo criador do projeto Yes, we Fuck!, situando suas origens, tensões, potencialidades políticas e desafios. A aliança deste grupo com coletivos transfeministas, sediados na cidade de Barcelona, se mostra essencial para desnaturalização de categorias referentes à normatização corporal. Por meio de uma pesquisa qualitativa que utilizou métodos como análise de material documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante, foram percebidas, sobretudo, como as novas representações sobre a sexualidade de pessoas com diversidade funcional, refletidas nas ações/projetos audiovisuais dos grupos, contribuem de forma decisiva para o deslocamento do imaginário conservador em direção à atualização de novos discursos e, consequentemente, na difusão de estratégias micropolíticas em torno da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com diversidade funcional/pessoas com deficiência..

**Palavras-chave:** Deficiências, Direitos sexuais e reprodutivos, Transfeminismo, Ativismos, Gênero.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ [lustorni@gmail.com](mailto:lustorni@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado, realizado no Programa de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ. Desde agosto de 2023 estou doutoranda no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da UERJ, sob orientação da professora doutora Giovanna Marafon.

A pesquisa realizada durante o mestrado nasceu ao me deparar com o documentário catalão *Yes, we fuck!*, no ano de 2016. Nesse momento fui afetada por uma narrativa que considero bastante original e potente do filme e interpretei que as iniciativas das/os ativistas do documentário poderia ser um espaço frutífero para olhar de que forma, por meio da arte, alguns ativismos contemporâneos se movimentavam para promoção de um debate radical sobre sexualidade, deficiência e dissidência.

Nessa direção, dois anos após o primeiro contato com o documentário, percebi a viabilidade de transformar o grupo criador deste projeto em “sujeito” da minha pesquisa de mestrado.

Cabe destacar, que o interesse pelos estudos da deficiência já me acompanhavam desde a minha graduação em Ciências Sociais, realizada aqui na UFF e, posteriormente, na minha atuação dentro de organizações da sociedade civil onde trabalhei diretamente com ações de inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo jovens com deficiência. E também nos dois trabalhos finais das pós-graduações *stricto sensu* que fiz antes do mestrado na sociologia urbana da UERJ e no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos –CLAM.

No ano de 2018, ao ser aprovada na seleção de mestrado, tive a oportunidade de me aprofundar no tema dos direitos sexuais e reprodutivos e da deficiência, defendendo em julho de 2020 (plena pandemia) a dissertação “Ativismos e novos discursos sobre sexualidade de pessoas com diversidade funcional: um olhar sobre as movimentações queer-crip através da experiência *“Yes, we fuck!”*”, orientada pela professora doutora Andrea Moraes Alves.

Entrando mais especificamente na pesquisa que irei apresentar no texto, destaco que tive a intenção de abarcar mais a dimensão da contextualização do encontro e ações do grupo catalão criador do *“Yes, we fuck!”*, bem como levantar algumas reflexões preliminares sobre as principais demandas políticas dos ativistas.

Portanto, não tive a intenção (e nem tempo durante o mestrado) para realizar análises mais aprofundadas sobre, por exemplo, as contradições internas que existiam dentro do grupo, relação com outros discursos dentro do território ou mesmo o impacto das ações desse ativismo nas arenas políticas institucionais.

A pesquisa, então, teve por objetivo realizar um estudo de caso das diferentes estratégias do grupo ativista criador do documentário *“Yes, we fuck!”*, originário da cidade de Barcelona situando suas origens, tensões, potencialidades políticas e desafios, bem como a articulação deste grupo com outros coletivos ativistas ligados a questão da corporeidade e transexualidade tendo como eixo potencial as alianças teóricas queer e crip e o uso de categorias interseccionais como gênero, raça, sexualidade, deficiência, capacitismo, violências e cuidado.

## METODOLOGIA

Para produção de dados e explicações, optei pela metodologia qualitativa, utilizando métodos de levantamento bibliográfico, acompanhamento das produções virtuais do grupo e entrevistas presenciais semiestruturadas. Na ocasião do trabalho de campo entrevistei, durante doze dias da minha estadia na cidade de Barcelona, 06 (seis) pessoas envolvidas na criação e produção do documentário *“Yes, we fuck!”*.

Cabe destacar que todas as pessoas contactadas para as entrevistas presenciais foram encontradas por meio de redes sociais e, posteriormente, com ajuda do principal informante da pesquisa, o ativista tetraplégico e co-diretor do documentário, Antonio Centeno. Contactei cerca de 15 pessoas, mas consegui agendar 06 entrevistas presenciais em Barcelona.

Destaco também que meu desejo em estar presencialmente com as entrevistadas/os (cabe ressaltar que num mundo pré pandêmico-isso foi em 2019) surge de uma verve etnográfica adquirida durante o curso das ciências sociais, mas sobretudo no desejo de vivenciar a atmosfera de celebração artística desse grupo que me parecia pulsante na cidade de Barcelona.

Como primeira estratégia que considero bem sucedida, estive com a pesquisadora espanhola Andrea García-Santesmases (socióloga e professora da Universidade Aberta da Catalunha) que foi uma das idealizadoras do projeto *“Yes, we fuck!”* junto com Antonio Centeno, meu principal informante da pesquisa. E que por meio da leitura de seus artigos pude aprofundar a visão sobre os encontros, movimentações e estratégias desse grupo.

Portanto, parto dos estudos anteriores das pesquisadoras Andrea Garcia e também da brasileira Carolina Branco de Castro Ferreira (do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP) que foram pesquisadoras que se debruçaram atentamente sobre as movimentações desses grupos na Espanha.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente gostaria de destacar algumas considerações sobre conceitos e termos que utilizei no estudo. A primeira consideração é que optei por utilizar o termo “pessoas com diversidade funcional”, categoria amplamente falada pelas/os ativistas com as quais estive próxima.

Meu principal informante da pesquisa, o ativista catalão Antonio Centeno menciona que até meados da década de 2000 era muito comum na Espanha utilizar a nomenclatura “personas con discapacidad” (termo similar a pessoas com deficiência). A mudança na nomenclatura veio acompanhada de um debate teórico sobre a questão da diversidade humana e os recorrentes processos sociais que homogeneizam e patologizam diferentes corpos e formas de existências.

Portanto, a adoção do termo “diversidade funcional” teve fins simbólicos-políticos para designar pessoas que se definem “somatodissidentes”. Nessa direção, as ativistas alvo da presente pesquisa optam por utilizar publicamente o termo “diversidade” em oposição à concepção da “discapacidade”.

Nessa direção, decidi priorizar o uso desse termo como “categoria nativa” quando estivesse tratando os princípios de organização, práticas e discursos dos ativismos no contexto espanhol. Em outros momentos utilizo o termo “pessoas com deficiência” para situar os debates teóricos quando relacionados ao Brasil e outros países.

Outro ponto a destacar para leitura do trabalho é o uso do pronome de tratamento. Por se tratar de coletivos que criticam a perspectiva binária de gênero e evidenciar em seus textos e discursos o uso do “x” ou “e” como pronome, busquei exercitar na redação essa maneira de tratamento. Porém, durante o processo de escrita não encontrei fluidez e, por vezes, a leitura também se tornou desconfortável. Como solução momentânea, optei por utilizar o pronome “a ou o” para tratamento dos nomes.

Outros conceitos também são citados recorrentemente no texto, como o conceito de capacitismo, corponormatividade e transfeminismo.

As reflexões sobre as práticas médicas elaboradas pelo filósofo Canguilhem no livro “O Normal e o Patológico” (2009) ajudam a compreender como se deu a construção do imaginário de que ter deficiência é não ser normal. Isto porque há uma visão mecanicista do organismo humano como uma máquina que, em seu estado normal, deve funcionar perfeitamente e cujo rendimento pode ser medido. Neste caso, a doença é o que desorganiza e evidencia que algo não está normal, de acordo com parâmetros instituídos pela fisiologia, com ideais biológicos e classificações baseadas nas características médias e mais frequentes de

casos observáveis. Estabelece-se, então, uma polaridade na dinâmica da vida e uma normatividade, tendo algumas condições valores negativos e outras, positivos (SILVA, 2012).

Nessa direção, a vertente britânica de estudos da deficiência – Disability Studies – também terão destaque no estudo, principalmente porque apresentam o desenvolvimento do modelo social em contraposição ao modelo médico da deficiência. Contudo, as perspectivas feministas e de gênero, que a partir da década de 90 promovem um olhar “interseccional” para constituir compreensões mais complexas sobre a experiência da deficiência, foram fundamentais para discutir as categorias de cuidado, gênero e capacitismo.

A inserção das teorias feministas no campo dos estudos sobre a deficiência, influenciados pelas abordagens pós-modernas e das críticas feministas nos anos de 1990 e 2000, fomentou um novo olhar sobre as premissas constitutivas do chamado “modelo social” da deficiência. Segundo Diniz (2007) a introdução de novos conceitos, que consideram as atribuições de gênero e a experiência do cuidado como centrais nas vidas dos sujeitos/as, permitiu o aparecimento de uma “segunda geração” do modelo social. Esta segunda geração aprofundou discussões que não aconteceram na primeira geração do modelo social, como a necessidade do cuidado, a diferenciação entre justiça social e igualdade de direitos e a compreensão da experiência da deficiência como constituída na interseccionalidade com marcadores sociais.

Sendo assim, as teóricas feministas foram pioneiras, pois criticavam o argumento original do modelo social de que a eliminação de barreiras permitiria que as pessoas com deficiência demonstrassem sua capacidade produtiva, argumentando que era uma ideia insensível à diversidade de experiências da deficiência, visto que nem todas as condições da deficiência permitem viver essa autonomia plena, mesmo com as oportunidades em questão (GOMES e LOPES, 2017 Apud DINIZ, 2007).

Foram as teóricas feministas que pela primeira vez, mencionaram a importância do cuidado, falaram sobre a experiência do corpo doente, exigiram uma discussão sobre a dor e trouxeram os gravemente deficientes para o centro das discussões – aqueles que jamais serão independentes, produtivos ou capacitados à vida social, não importando quais ajustes arquitetônicos ou de transporte sejam feitos. Foram as feministas que introduziram a questão das crianças deficientes, das restrições intelectuais e, o mais revolucionário e estrategicamente esquecido pelos teóricos do modelo social, o papel das cuidadoras dos deficientes. Foi o feminismo quem levantou a bandeira da subjetividade na experiência do corpo lesado, o

significado da transcendência do corpo para a experiência da dor, forçando uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significa viver em um corpo doente ou lesado. (DINIZ, 2007, p. 3 e 4).

A antropóloga brasileira Anahí Guedes, explica o termo capacitismo como uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. (Mello, 2016: 3272).

Nessa sequência, os pontos a serem aprofundados apontam também para o cruzamento conceitual queer/crip e a influência desse pensamento nas alianças promovidas pelos grupos ativistas que foram alvos da pesquisa.

Primeiramente é importante situar do que se tratam os conceitos denominados queer e crip. O queer é tudo que o discurso da sociedade transforma em anormal, em estranho, em abjeto, em subalterno (MISKOLCI, 2012). Podem-se colocar nessa categoria os gays afeminados, as lésbicas masculinizadas, as pessoas trans e travestis, as pessoas intersex, e todos considerados “desviantes” a partir de padrões normativos. Esse termo originalmente é um xingamento de teor extremamente pejorativo. Pode-se considerar, então, a teoria queer como uma linha de pensamento filosófico e sociológico surgida da aliança entre feministas e movimento LGBTQIAPN+ que para além de uma política identitária, configura-se como uma teoria crítica e pós-identitária orientada pela política das diferenças e da subversão.

Situando esse debate nos estudos decoloniais e pós-coloniais, a autora Larissa Pelúcio (2012) indica que para o teórico queer Paul Beatriz Preciado, o pós-feminismo representaria uma maturidade do feminismo como teoria política e não um antifeminismo. Tratar-se-ia de uma política e de uma teoria, que formularia resposta à globalização dos modelos europeus e norte-americanos heterossexuais, ao feminismo liberal e, mesmo, à cultura gay integracionista. Para ela, é preciso que se leia a teoria queer em continuidade com as críticas pós-coloniais.

Cabe destacar que Larissa Pelúcio, bem como outros autores brasileiros, como Jota Moçamba (2016), Guacira Lopes Louro (2000), Pedro Paulo Gomes Pereira (2012), entre outros, realizam um original e sintonizado estudo com ações produzidas em diferentes centros e periferias do Brasil e América Latina.

A teoria crip, desenvolvida principalmente pelo crítico estadunidense Robert McRuer (2006), reúne os estudos da deficiência com a teoria queer. O termo crip vem do inglês cripple, que significa aleijado, defeituoso. Dessa forma pode-se

considerar o crip “uma reapropriação positiva do estigma com cunho afirmativo e reivindicativo de consciência política”. (MOTA, 2018, p. 155).

O antropólogo Marco Antonio Gaverio (2018), ao discutir o termo crip – traduzido como “aleijado” em português, explica que:

Se autodenominar ‘aleijado’ se torna uma forma de capturar a ofensa proferida pelo outro, a devolvendo em forma de ironia política ao ofensor. Ao mesmo tempo, essa operação produz uma outra ambiguidade política estratégica: afirmar-se aleijado tanto pode reafirmar uma política identitária das próprias pessoas que já são consideradas ‘deficientes’, quanto pode produzir uma contra-identidade aleijada com relação às legitimidades e autoridades disciplinares que decidem as características e nomeiam oficialmente quem é ou não deficiente (GAVERIO, 2018).

Desenvolvida a partir da década de 2000, o crip é considerado uma ampliação teórica aos estudos da deficiência. A partir da crítica feminista à primeira geração de estudos do modelo social da deficiência, a teoria crip se instala na tensão entre as categorias da deficiência e da sexualidade. Trata-se de uma produção inspirada na crítica queer das políticas da normalidade sexual configurada numa crítica também aos processos que patologizam socialmente comportamentos e corpos como naturalmente desviantes.

Sendo assim, tem-se no termo crip uma conotação assumidamente agressiva, pejorativa e subversiva, a fim de marcar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização do corpo, inspirando-se, igualmente, nos trabalhos de Foucault, Derrida e Butler para desenvolver sua crítica aos sistemas de opressão marcados pelo patriarcado, pela heterossexualidade compulsória e pela corporeidade normatizada compulsória (MELLO, 2014).

Não obstante, o termo crip, segundo McRuer (2006), é fluido e trata-se de um posicionamento político, podendo ser pleiteado por pessoas sem deficiência, de forma parecida como o usado pelo queer como colocado por Miskolci (2016) quando se refere ao termo “hetero-queer”. Tal como o queer, pode-se considerar o crip aberto a novas possibilidades, relacionando-se com o devir, com a des-identificação, des-subjetificação e resistência à norma e “como já foi referido, os corpos crip, são corpos transviados que se desviam da norma estético-funcional porque são inerentemente resistentes a ela” (MOTA, 2018, p.155).

McRuer (2015) indica ainda que ao se adotar a perspectiva crip nos estudos da deficiência, também se adota uma posição politicamente mais radical e contestatória do que nos estudos clássicos centrados no modelo social da deficiência. Isso porque ele considera o modelo social da deficiência mais reformista que



propriamente revolucionário, visto que nessa perspectiva é proposto um olhar na centralidade da identidade das pessoas a partir da característica da deficiência.

O modelo social negligencia os impactos da lesão/deficiência traz para os corpos dos sujeitos por localizar as desvantagens da deficiência nas estruturas sociais, o modelo social desconsidera aspectos como dor, doenças crônicas e cansaços advindos da deficiência, que impactam corpos, mas que não são solucionados com adequações arquitetônicas ou atitudinais (MCRUER, 2015, p.32 apud MAGNABOSCO e SOUZA, 2019, p. 6).

Já a perspectiva crip se revela identitária, na medida em que afirma a deficiência para o fortalecimento e reconhecimento político na busca por ampliação de direitos, mas concomitantemente, é contra-identitária, pois se recusa a engessar seus limites em definições pré-estabelecidas (MAGNABOSCO e SOUZA, 2019).

Nesse sentido, McRuer (2015) indica que a teoria crip abarca alguns princípios. O primeiro diz respeito às conexões com outras formas de sofrimento que não são inicialmente vinculados a deficiência, se caracterizando como uma “política de coalizões”, sem, contudo, deixar de abordar a especificidade relacionada aos corpos com deficiência. Essa política se caracteriza pela possibilidade de coalizão entre políticas identitárias e formas coletivas de combater a desigualdade, opressão pelo corpo e comportamentos hierarquizados como desvios.

Por fim, por meio do olhar teórico queer /crip, é possível investigar a existência e experiência de alianças de grupos ativistas que se afinam na crítica à naturalização de corpos eficientes através dos binômios eficiente/deficiente, hetero/homo, público/privado, bem como a compreensão de que a acessibilidade também perpassa pelo direito ao acesso à sexualidade, ao prazer e ao próprio corpo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho é estruturado em 4 capítulos, onde percorri primeiramente a discussão sobre biopoder e a normatização da vida. Depois analiso como as perspectivas feministas e de gênero, a partir da década de 90, promovem um olhar “interseccional” para constituir compreensões mais complexas sobre a experiência da deficiência. Nessa sequência, aponto para o cruzamento conceitual queer/crip e a influência desse pensamento nas alianças promovidas pelos grupos ativistas alvos da pesquisa. Por se tratar de ativismos que transitam numa ambiência “pós-pornô”, também aponto brevemente no que consiste o movimento da

pós-pornografia em Barcelona e sua relação com a proposição de críticas e novas práticas artísticas.

Nos últimos itens do trabalho, apresento os caminhos metodológicos, explicitando os referenciais utilizados para realização da pesquisa qualitativa, bem como apresentação das/os entrevistadas/os e estratégias utilizadas no trabalho de campo. E por fim, realizo reflexões sobre as esferas pesquisadas, considerando os dados que surgiram a partir do material de pesquisa realizando uma problematização sobre demandas políticas que permeiam o projeto ativista, em especial os debates relacionados a “vida independente”, “assistência pessoal” e “assistência sexual”.

Mas trago aqui de forma resumida alguns achados e reflexões levantadas na pesquisa de mestrado.

Acredito que minha suspeita inicial se confirmou ao longo da pesquisa. A aliança queer-crip a qual me debrucei estudando e ouvindo as pessoas que fizeram parte da produção do *Yes, we fuck!* produz uma potente crítica a “corporatividade”, conceito que trabalha com idéia de que existe uma identidade biológica-social, materializada em corporeidade que naturalizam binarismos como normal/patológico, capaz/incapaz, eficiente/deficiente, hetero/homo, público/privado.

O uso do recurso de “imagens explícitas” e da estética pós-pornô na narrativa do documentário, possibilitam ao espectador ampliar o repertório de representações sobre corpos “subalternizados” e desvendar suas criativas formas de lidar com a sexualidade, bem como provocar questionamentos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência/diversidade funcional.

Vale frisar que o movimento da pós-pornografia e sua relação com o grupo estudado é parte fundamental da narrativa. O pós-pornô é considerado uma corrente que em essência se opõe à pornografia convencional, reunindo formas de ativismo, protesto, arte e pornografia de pessoas que ao não se verem representados (ou se verem representados somente no lugar do fetiche), na pornografia comercial, propõem novas práticas artísticas e ativistas, como forma de trazer visibilidade e debate sobre corpos que desafiam as normas sexuais e de gênero.

Destaco aqui o curta-metragem “Nexos” de 2014, considerado o primeiro filme pós-pornô queer-crip (tullido- transfeministas) gerado em contexto espanhol. O curta contou com a participação de homens trans e pessoas com diversidade funcional que já se movimentavam na direção da produção do *“Yes, we fuck!”*.

Outra reflexão proporcionada durante a pesquisa foi sobre a temática da assistência sexual, que em 2019 se apresentava como forte demanda política no território e é apresentada em algumas cenas do documentário *“Yes, we fuck!”*.

A assistência sexual, na perspectiva do grupo ativista catalão, é um suporte para que pessoas com diversidade funcional conheçam seu próprio corpo e, com isso, possam desenvolver seu desejo e erotismo. O serviço também pode ser usado por casais, para que uma pessoa com diversidade funcional possa realizar posições sexuais ou movimentos que, de outra forma, não conseguiria.

Tal categoria se apresentou como um frutífero campo de futura investigação, até por apresentar várias tensões e disputas em relação a categoria da prostituição, tanto no campo do mercado de trabalho sexual como das políticas públicas. Para melhor definição das atuações da assistência sexual, o grupo definiu quais seriam as diferenças e intersecções entre a assistência sexual, a prostituição e a terapia sexual, com o intuito de delimitar a assistência como mais uma possibilidade dentro do mercado de serviços sexuais.

Outra reflexão levantada foi a potencialidade da aliança entre o movimento transfeminista (especialmente de homens trans) e o movimento de pessoas com diversidade funcional. Essas alianças se mostraram, ao meu ver, de forma tão potente que concentrei grande parte do arcabouço teórico da pesquisa nessa conexão, adotando a teoria crip como um ponto norteador.

Citando a percepção do antropólogo Marcos Gaverio, a teoria crip (em português: teoria aleijada) é uma teoria que se instala na tensão entre as categorias da deficiência e da sexualidade. E trata-se de uma perspectiva que se revela identitária, na medida em que afirma a deficiência para o fortalecimento e reconhecimento político na busca por ampliação de direitos, mas concomitantemente, é contra-identitária, pois se recusa a engessar seus limites em definições pré-estabelecidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das disputas sobre a representação de corpos e sobre o imaginário contemporâneo, interpreto que a arte e a comunicação desempenham um papel fundamental na construção de performatividades políticas no agenciamento de corpos dissidentes, bem como buscam romper o binômio dependência-infantilização que cerca o imaginário coletivo quando se pensa a sexualidade de pessoas com diversidade funcional.

Por meio das iniciativas artísticas e ativistas, é possível se aproximar da esfera simbólica e agitar por meio do afeto e da crítica, o imaginário coletivo que

ainda valoriza a reclusão de pessoas com diversidade funcional e a exclusão de corpos trans, rompendo com imagens capacitistas e estereotipadas que cercam esses corpos.

As alianças entre ativistas do campo transfeminista e ativistas do campo da diversidade funcional realizam em suas ações a materialização da perspectiva queer-crip propondo uma autêntica revolução de corpos, no sentido apontado por Paul B. Preciado (2019) quando desenvolve o conceito de revolução somato-política.

E para explicar esse conceito, faço minhas palavras finais, as palavras de Preciado:

É necessário estabelecer uma aliança transversal e universal de corpos vivos que desejam sair dessas normas. E essa aliança pode ser muito ampla,...Falo da luta somato-política para nomear essa nova revolta dos corpos vivos: eles não querem mais que seu poder de vida seja explorado pelo dispositivo necropolítico capitalístico-patriarcal.[...]. (PRECIADO, 2019).

## AGRADECIMENTOS

Aproveito esse espaço para listar o nome das/os entrevistadas/os e agradecer as pessoas que fizeram possível esse trabalho. Antonio Centeno, ativista catalão com tetraplegia e co-diretor do documentário. Ele se tornou meu principal informante e aliado na abertura de “portas” para falar com outras /os entrevistadas/os. A pesquisadora espanhola Andrea García-Santesmases (socióloga e professora da Universidade Aberta da Catalunha) que foi uma das idealizadoras do projeto Yes, we fuck! . Cristina Reys, assistente sexual que atua profissionalmente junto a pessoas com diversidade funcional. Miriam Balessi, de nacionalidade argentina e possui tetraplegia. Ela participou como uma das protagonistas do documentário e atua como artista plástica e proprietária de um charmoso bar em Barcelona, onde voltei muitas vezes durante minha estadia na cidade para assistir performances teatrais. Linda Porn, mexicana que vive há quinze anos na Espanha, artista visual e ativista do movimento de prostitutas que vivenciou a experiência como profissional do sexo marcada transversalmente por sua condição de imigrante. Linda também participou como umas das protagonistas do documentário Yes, we fuck!. Elena Urko, homem trans, fundador do coletivo Post-Op e protagonista do documentário. E Jaume Girbau Baqueiro, que possui amputação dos membros superiores, é bailarino, ativista em Barcelona e também participou da produção do documentário.

## REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, G. O Normal e o Patológico. 6. ed. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2009.

CENTENO ORTIZ, Antonio. Simbolismos y alianzas para una revuelta de los cuerpos. Educación Social. **Revista d' Intervenció Socioeducativa**, 58, p. 101-118, 2014.

DAUMAS, Cécile, INTERVIEW Paul B. Preciado : «Nos corps trans sont un acte de dissidence du système sexe-genre» **IN LIBERATION**, 19 mars 2019 , <https://bit.ly/2MjOdvH>

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, v.28, p.1-10,2003. Disponível em <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

DINIZ, D.; SANTOS, W. (Orgs.). Deficiência e Discriminação. Brasília: **Letras Livres EdUnB**, 2010.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. São Paulo, Sur - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 11, p.65-78. Disponível em:<[http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo11.php?artigo=11,artigo\\_03.htm](http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo11.php?artigo=11,artigo_03.htm)>. Acessado em: 14 fevereiro de 2023.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. “Yes, we fuck”: sexualidade, “diversidade funcional” e mercado do sexo. **V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia**, Vila Real, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/6922944/\\_Yes\\_we\\_fuck\\_sexualidade\\_diversidade\\_funcional\\_e\\_mercado\\_do\\_sexo.Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_na\\_V\\_Reuni%C3%A3o\\_da\\_Associa%C3%A7%C3%A3o\\_Portuguesa\\_de\\_Antropologia](https://www.academia.edu/6922944/_Yes_we_fuck_sexualidade_diversidade_funcional_e_mercado_do_sexo.Apresenta%C3%A7%C3%A3o_na_V_Reuni%C3%A3o_da_Associa%C3%A7%C3%A3o_Portuguesa_de_Antropologia). Acessado em 14 de fevereiro de 2023.

GAVERIO, Marco Antonio. Querem chupar seu cotoco?: deficiência, sexualidade e possíveis transações corporais. **Anais da XIII Semana de Ciências Sociais da UFSCar**. São Carlos, 2015.

GARCÍA-SANTESMASES, Andrea. ¡Yes, we Fuck! El Grito de la Alianza Queer-Crip. **Revista Latino-americana de Geografía e Género**. Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 226 - 242, ago. / dez. 2016.

GARCÍA-SANTESMASES, Andrea; BRANCO DE CASTRO, Carolina. Fantasmas y fantasías: controversias sobre la asistencia sexual para personas con diversidad funcional. *Pedagogia i Treball Social*. **Revista de Ciències Socials Aplicades**. Vol. 5, No 1 (2016). Disponível em: [http://ojs.udg.edu/index.php/pedagogia\\_i\\_treball\\_social/article/view/252/303](http://ojs.udg.edu/index.php/pedagogia_i_treball_social/article/view/252/303), acessado em 25 de outubro de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2000.

MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2. E56174, 2019.

McRUER, Robert. Crip theory: cultural signs of queerness and disability. **New York: New York University Press**, 2006.

\_\_\_\_\_. Crip Times: Disability, Globalization, and Resistance. New York University Press, 2018.

MELLO, Anahí Guedes “As deusas nos protejam dessas novas cruzadas”. **NÓMADAS**. enero-junio de 2020 - Universidad Central - Colômbia, v. 52, pp. 216-226.

MELLO, Anahí Guedes. Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. **Dissertação (Mestrado em Antropologia Social na UFSC-)** Santa Catarina, 2014.

MELLO, Anahí Guedes e NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 20 (3): 384, 2012.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismo, feminismos e estudos queer. **Revista Contemporânea**. São Carlos, v. 2, n. 2 p. 395-418. Jul.-dez. 2012.

PRECIADO, B. Paul. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: **N-1 edições**, 2014, 224 p.

ROCHA, Louise Lima Storni Rocha. Ativismos e novos discursos sobre sexualidade de pessoas com diversidade funcional: um olhar sobre as movimentações queer-crip através da experiência Yes, we fuck!. **Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos em Política Públicas)** – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 129. 2020.

SARMET, Érica. Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. **Revista Periódicus**, 1ª edição, Salvador: maio-outubro de 2014.

SILVA, Marina Maria Ribeiro Gomes da. Condições e contradições por direitos sociais e inclusão: uma análise sobre as movimentações e mediações de pessoas com deficiência em conferências de saúde. 2012. 156 f. **Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde**, Rio de Janeiro, 2012.

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO TLGBQIAPN+ NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE O TEMA

*Becca da Silva Carnavale<sup>1</sup>*  
*João Boscô Hora Gois<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão exploratória da literatura científica sobre a efetividade e a abrangência das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro em prol da população TLGBQIAPN+. Tal revisão, que foi realizada na plataforma de dados da Scielo, teve como marco exploratório final o ano de 2022 e como marco exploratório inicial o período pós-julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, que criminalizou todas as formas de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, o qual ocorreu em 2019. Os textos analisados nesta revisão reconhecem a importância das políticas públicas voltadas para a população TLGBQIAPN+. Todavia, fazem críticas à efetividade e abrangências delas. Igualmente, demonstram a importância do estabelecimento de estratégias políticas que, desde a perspectiva *queer*, confrontem as tendências de naturalização e, principalmente, homogeneização das identidades gay/ homossexual. Tal importância reside no fato de que as estratégias em questão detêm a capacidade de influir positivamente no funcionamento das políticas públicas, tornando-as mais efetivas, abrangentes e inclusivas. Esse diagnóstico ancora-se na perspectiva segundo a qual a desconsideração das particularidades e subjetividades dessa população agrava a sua situação de vulnerabilidade social e viola princípios fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988. Outrossim, tal diagnóstico defende a necessidade de implementação de políticas públicas que, a partir de um viés interseccional, considerem, desde a sua formulação, a relevância teórica e prática dos diferentes marcadores sociais, a exemplo de raça, religião e território. Por fim, os trabalhos analisados defendem a ideia de um Estado garantidor de promoção social, o qual é visto como fundamental para assegurar

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense - RJ. . [ricarnavale@hotmail.com](mailto:ricarnavale@hotmail.com).

2 Professor titular e orientador vinculado à Universidade Federal Fluminense- RJ, [jbhg@uol.com.br](mailto:jbhg@uol.com.br).



à população TLGBQIAPN+ o acesso igualitário aos serviços públicos (educação, saúde, segurança etc.), a promoção à igualdade no mercado de trabalho e o combate à discriminação em todas as suas formas.

**Palavras-chave:** População TLGBQIAPN+; Políticas Públicas; Políticas Sociais.

## INTRODUÇÃO

O movimento TLGBQIAPN+<sup>3</sup> tem sido um protagonista essencial na luta por igualdade de direitos e inclusão social no Brasil. Ao longo das últimas décadas, esse movimento enfrentou inúmeros obstáculos e desafios em busca do pleno reconhecimento dos direitos civis e sociais da comunidade que, ao menos parcialmente, representa.

A mobilização, organização e resistência desse movimento culminaram em importantes conquistas legais no campo jurídico e avanços nas políticas públicas de proteção social voltadas à população TLGBQIAPN+.

A partir da revisão de literatura, este trabalho visa examinar o que a comunidade acadêmica tem discutido e produzido acerca da efetividade e abrangência das políticas públicas de proteção social implementadas pelo Estado brasileiro em prol do segmento TLGBQIAPN+ e em atenção às suas demandas.

Com o crescente reconhecimento da diversidade como valor essencial em uma sociedade plural repleta de “hibridismo social”<sup>4</sup> (CARDOSO, 2016), é fundamental compreender a relevância do movimento TLGBQIAPN+ e suas demandas por políticas públicas inclusivas que garantam seus direitos de cidadania<sup>5</sup>.

Ao examinar a discussão acadêmica sobre a efetividade das políticas públicas de proteção social voltadas para o segmento TLGBQIAPN+ no Brasil, espera-se fomentar o debate acadêmico e aprimorar o embasamento para futuras ações voltadas à efetivação dos direitos de cidadania de tal segmento.

A solução dos problemas enfrentados pela comunidade TLGBQIAPN+ implica no esforço de construção de um país mais inclusivo e diverso, pois, apesar dos avanços nessa área, a comunidade em questão ainda sofre em função do

3 sigla TLGBQIAPN+ é composta por várias identidades de gênero e orientações sexuais que se unem em busca de direitos iguais e uma sociedade mais inclusiva. No entanto, é crucial destacar que cada letra representa uma experiência única, com lutas específicas e desafios distintos. A letra “T”, que representa as pessoas trans e travestis, enfrenta, em muitos casos, uma invisibilidade que obscurece suas vivências e necessidades. Por tais motivos, neste artigo destacamos a comunidade “T” dando visibilidade às identidades trans e travestis envolvendo suas subjetividades.

4 Conceito que se refere à mistura ou intercâmbio de elementos provenientes de diferentes grupos sociais ou culturais, dando como resultado novas formas de expressão, identidade e formas de vida. Este fenômeno surge quando diferentes grupos interagem e compartilham seus valores, tradições, crenças e práticas, o que leva à criação de manifestações culturais e sociais únicas que incorporam elementos de ambas as fontes originais. O hibridismo cultural também pode ser resultado da migração e da globalização (CARDOSO, 2016).

5 Aqui vale ressaltar que o próprio conceito de cidadania precisa ser tensionado e remontado para pensarmos a possibilidade viável de existências consideradas dissidentes. Porém, preferimos não trazer essa discussão neste texto para não tergiversarmos das ideias-chave propostas.

conservadorismo, da homotransfobia<sup>6</sup> e do aumento significativo do fundamentalismo religioso<sup>7</sup>, apenas para citar alguns exemplos.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo foi a da revisão exploratória da literatura relativa à efetividade e à abrangência das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro em prol da população TLGBQIAPN+. Tal revisão, que foi realizada através da base de dados científicos da Scielo, teve como marco exploratório final o ano de 2022 e como marco exploratório inicial o período pós-julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, que criminalizou todas as formas de discriminação por orientação sexual e/ ou identidade de gênero, o qual ocorreu em 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1. A temática nas publicações acadêmicas

Por mais que a literatura científica veja avanços no âmbito das políticas direcionadas ao segmento foco desse trabalho, nela também podem ser encontrados questionamentos sobre suas efetividades e seus desenhos. Ao mesmo tempo, embora tais políticas sejam consideradas importantes para assegurar os direitos da população TLGBQIAPN+, alguns autores, como Sampaio e Germano (2014), sugerem que elas envolvem o risco de levar à naturalização de uma identidade gay/ homossexual fundamentada na irredutibilidade da anatomia e no determinismo biológico. Desta forma, o acesso a políticas baseadas em uma identidade imutável pode não alcançar a todos os sujeitos sociais daquela população, principalmente

---

6 "homotransfobia" refere-se ao preconceito e à discriminação enfrentados por pessoas que são tanto homossexuais como transgênero. É importante destacar que esses dois aspectos da identidade podem se sobrepor, e indivíduos que pertencem a ambas as comunidades frequentemente enfrentam formas específicas de preconceito e estigmatização. O termo é utilizado para chamar a atenção para a interseccionalidade entre a homofobia e a transfobia, destacando como certas pessoas são alvos de discriminação e violência devido à sua orientação sexual e identidade de gênero.

7 O fundamentalismo religioso é uma abordagem rigorosa e tradicionalista em relação à interpretação das doutrinas religiosas. Isso pode levar a uma visão inflexível e dogmática sobre questões sociais e culturais, incluindo temas relacionados à sexualidade e identidade de gênero. No contexto do Brasil, o fundamentalismo religioso tem desempenhado um papel significativo na discussão em torno da pauta TLGBQIAPN+. Muitas vezes, algumas correntes religiosas, principalmente de vertentes conservadoras, se opõem a avanços legais e sociais relacionados aos direitos e à igualdade de TLGB+s.

aqueles que não estão de acordo com o modelo cisheteronormativo<sup>8</sup>, desassistindo-os e tornando-os abjetos, como lembram Sousa Júnior e Mendes (2021). Isto porque, ao generalizar e naturalizar a identidade gay/homossexual corre-se o risco de essencializar ou generalizar a experiência de ser TLGBQIAPN+ como um todo.

Sobre isto é necessário dizer que cada indivíduo tem uma experiência única, complexa e subjetiva em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero. Generalizar pode levar a estereótipos prejudiciais e à falta de reconhecimento das diferentes experiências e subjetividades dentro da comunidade TLGBQIAPN+. Os estudos apontam que é necessário ter cuidado ao olhar e analisar essa comunidade, para não se cair nas armadilhas da naturalização de uma identidade, pois isso pode gerar deslegitimações.

Conforme destacam Sousa Júnior e Mendes (2021), é nesse cenário e em função das armadilhas acima mencionadas que surgem os estudos queer<sup>9</sup>. Eles trazem elementos que colocam em discussão as noções hegemônicas<sup>10</sup> e estáveis de identidade. Sampaio e Germano (2014), apontam que a crítica queer evidencia como os movimentos e políticas baseados na noção de identidade não conseguem abarcar a multidão queer, não atingindo assim a pluralidade e a subjetividade dos sujeitos TLGBS.

Sousa Júnior e Mendes (2021) apontam que os estudos queer compreendem a identidade de gênero como social e culturalmente constituída, historicamente variável e perpassada por elementos políticos e não por variáveis biológicas. Além disso, esses mesmos autores destacam que os estudos queer sugerem a adoção de “políticas de multidão queer”, que para serem acessadas não dependam da orientação sexual nem da identidade de gênero dos sujeitos, ou seja, as políticas

---

8 De acordo com Mattos e Cidade (2016, p. 134), a cisheteronormatividade é uma perspectiva “que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadoras designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas”.

9 Os estudos queer são uma vertente da teoria crítica que busca desconstruir e problematizar as noções fixas de identidade de gênero e sexualidade, questionando as normas sociais e culturais que moldam as concepções dominantes sobre o que é considerado “normal” ou “aceitável” em termos de orientação sexual e identidade de gênero.

10 As noções hegemônicas sobre identidade de gênero tendem a seguir estereótipos tradicionais, onde as pessoas são categorizadas em dois gêneros distintos, masculino e feminino, com características e papéis socialmente atribuídos a cada um. Isso pode resultar em uma perspectiva limitada e restrita sobre as identidades de gênero, experimentando experiências e expressões de gênero que não se sentiram nessas interpretações. Elas podem levar à exclusão de pessoas transgênero, gênero não-conforme e não-binárias, já que essas identidades são frequentemente marginalizadas e deslegitimadas dentro desses padrões sociais dominantes.

de multidão queer são estratégias e ações voltadas para promover a inclusão, a igualdade e a representatividade de pessoas TLGBQAPN+ em diversas esferas da sociedade. O objetivo é criar espaços acessíveis e inclusivos para todos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero e/ou expressão de gênero.

Outros estudos também buscam discurrir sobre políticas públicas voltadas ao segmento TLGBQIAPN+, analisando o seu processo de elaboração e implementação. A partir da análise dos artigos examinados para esse trabalho, foi possível identificar que a discussão acerca das políticas públicas TLGBQIAPN+ ganhou força nos últimos anos, mais especificamente a partir do ano de 2012.

Sousa Júnior e Mendes (2021) e Mello et al. (2012) reconhecem a importância das políticas públicas voltadas ao segmento TLGBQIAPN+, embora comentem negativamente aspectos da sua efetividade e abrangência. Eles o fazem tal como os pensadores da teoria queer, teoria esta que possibilita um confronto que desvela as contradições e as relações de poder que circundam a população TLGBQIAPN+, tanto internamente quanto externamente, levando em consideração os traços patriarcais, hegemônicos e escravagistas presentes na sociedade brasileira (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021). Estabelecer estratégias políticas com o objetivo de evitar cair nas armadilhas da naturalização da identidade gay/homossexual pode influir positivamente no funcionamento das políticas públicas de forma mais efetiva e abrangente.

## **2. A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO TLGBQIAPN+ NO BRASIL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

As políticas sociais são instrumentos essenciais para a promoção da igualdade em uma sociedade marcada por inúmeras iniquidades. Tais políticas podem ser definidas como um conjunto de decisões, estratégias, instrumentos e ações (programas e projetos) que se orientam para o cumprimento de determinadas metas nos setores de, por exemplo, educação, saúde, habitação, e seguridade social. (FLEURY, 2017).

É evidente que ao longo de décadas muitas delas, notadamente aquelas implementadas no pós- 88 negligenciaram as demandas da população TLGBQIAPN+. Sobre isso, é crucial dizer que, mesmo quando bem-intencionadas, elas terminavam por contribuir para a perpetuação da marginalização da comunidade TLGBQIAPN+ ao desconsiderarem a sua diversidade e as diferentes subjetividades nela presentes.

Após anos de regime autoritário no Brasil, o processo de redemocratização (que teve como um dos seus ápices a promulgação de uma nova Constituição Federal) impulsionou um avanço significativo na promoção dos direitos individuais e sociais (CARVALHO, 1998). O princípio da igualdade ganhou destaque, objetivando diminuir as disparidades sociais existentes. Entretanto, ao buscar oportunidades e tratamentos iguais, muitas vezes as políticas públicas adotaram uma abordagem genérica, ignorando as especificidades das minorias, incluindo a população TLGBQIAPN+. A negligência do Estado brasileiro em relação às demandas dessa população nas políticas públicas pode ser compreendida como um resultado da busca por uma igualdade padronizada, mas também por outras questões que ocupavam a agenda política do momento, como a epidemia de HIV. Os sistemas de saúde e educação muitas vezes não consideram as necessidades particulares desses grupos, o que inclui desde o acesso a serviços de saúde adequados até a implementação de programas educacionais inclusivos e respeitosos à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero.

Diante disso, ao negligenciar as demandas da população TLGBQIAPN+, as políticas públicas de proteção social falham em reconhecer a rica tapeçaria de identidades que compõem essa comunidade. A diversidade nas experiências, culturas e desafios enfrentados pelas pessoas TLGBQIAPN+ é frequentemente obscurecida quando a igualdade é perseguida de forma uniforme. Essa descon sideração compromete a verdadeira inclusão e reforça estereótipos que lhes são prejudiciais.

Apesar dos avanços e da amplitude que assumiu no período pós 88, o sistema de proteção social no Brasil ainda é marcado por políticas com baixa coordenação entre elas, grandes desafios em termos de abrangência (universalidade e integralidade) e qualidade dos bens e serviços oferecidos (CASTRO, 2012). De acordo com Pereira (20028), os direitos com quais as políticas públicas se identificam e devotam-se a concretizar são os direitos sociais por terem como perspectiva a equidade e a justiça social .

A questão dos direitos TLGBQIAPN+ no Brasil tem sido, como assinalamos acima, objeto de intensos debates, lutas e avanços nas últimas décadas. A luta por igualdade de direitos e pelo fim da discriminação tem sido uma das principais bandeiras de movimentos sociais e ativistas engajados na promoção dos direitos humanos e sociais desse segmento.

Fleury (2010) tem contribuído para a reflexão e compreensão das políticas sociais no Brasil, incluindo as relacionadas à população TLGBQIAPN+. Ela destaca a importância de políticas públicas inclusivas, que reconheçam as diferenças e

busquem garantir a igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

No Brasil, historicamente, a comunidade TLGBQIAPN+ enfrentou e ainda enfrenta inúmeros desafios, sendo alvo de discriminação, violência política e de gênero, preconceito, assassinatos, além de ser afetada, com a falta de representatividade no meio político. A ausência de políticas públicas de proteção social efetivas, que considerem as particularidades dessa população, a partir de um viés interseccional<sup>11</sup> agrava a situação de vulnerabilidade social de gays, lésbicas, transexuais etc. e viola os princípios fundamentais dos direitos humanos elencados na Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, a atuação do Estado enquanto garantidor de promoção e proteção social é fundamental para garantir o acesso igualitário aos serviços públicos, como educação, saúde e segurança, bem como para a promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e o combate à discriminação em todas as suas formas. Além disso, é essencial que as políticas sociais dirigidas à população TLGBQIAPN+ sejam construídas de forma participativa, com a colaboração dos próprios membros da comunidade, a fim de que suas demandas e necessidades específicas sejam adequadamente contempladas a partir de escuta técnica e qualificada. Essa abordagem, defendida por Fleury (2010), é fundamental para evitar a reprodução de estereótipos e preconceitos no desenho e implementação das políticas públicas.

Diversos avanços já foram alcançados pela comunidade TLGBQIAPN+, como a criminalização da homotransfobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019 e a garantia do direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em 2013. No entanto, ainda há muito a ser feito, especialmente no que diz respeito à efetiva implementação de políticas sociais que promovam a inclusão e o respeito à diversidade em diferentes áreas sociais, como emprego e renda.

No contexto brasileiro, a naturalização da identidade gay, assim como de outras identidades TLGBQIAPN+, pode ser um desafio devido a diversos fatores históricos, culturais e políticos. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 157). Alguns dos entraves assinalados nos artigos por nós analisados para compor o presente estudo e que dificultam o processo de gestão e implementação de políticas públicas para a população TLGBQIAPN+ no Brasil incluem:

---

11 A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins et. Al; 2021).

1. **Conservadorismo e Discriminação Social:** O Brasil é um país com profundas raízes conservadoras, e há uma prevalência significativa de discriminação social e preconceito contra indivíduos TLGBQIAPN+. Essas atitudes discriminatórias contribuem para a naturalização de padrões heteronormativos e cisnormativos, o que dificulta a aceitação e a valorização de identidades não conformes aos padrões de gênero constituídos a partir do determinismo biológico.
2. **Invisibilidade e Silenciamento:** Muitas vezes, as identidades TLGBQIAPN+ são invisibilizadas na sociedade brasileira, sendo pouco representadas em espaços públicos, meios de comunicação, no currículo escolar e, principalmente, no campo legislativo. Essa invisibilidade contribui para a naturalização das normas hegemônicas, tornando as identidades não heterossexuais e não cisgêneras menos visíveis e legitimadas.
3. **Lacunas Legais:** Apesar de alguns avanços legais em relação aos direitos da população TLGBQIAPN+ no Brasil, ainda existem lacunas e ambiguidades na legislação, o que torna difícil a garantia efetiva de direitos para população. Além disso, há resistência e falta de vontade política para aprovar leis que protejam integralmente os direitos de cidadania dessa população.
4. **Violência e Criminalização:** A violência contra a população TLGBQIAPN+ é uma realidade no Brasil, com altas taxas de crimes de ódio, agressões físicas e psicológicas (ANTRA, 2022). A falta de políticas efetivas para combater a discriminação e a impunidade nesses casos reforça a naturalização da violência e perpetua o ciclo de discriminação. Segundo os dados coletados pela ANTRA no ano de 2022, o Brasil segue liderando o ranking dos países que mais matam corpos TLGBQIAPN+ no mundo pelo 14º ano consecutivo (ANTRA, 2022; BENEVIDES, 2022).
5. **Falta de Educação Inclusiva:** A educação inclusiva é essencial para desconstruir preconceitos e promover a aceitação das diversidades. A ausência de uma educação inclusiva que aborde questões de gênero e sexualidade de forma respeitosa e informada contribui para a perpetuação de estereótipos e a naturalização de identidades hegemônicas.
6. **Aumento de Discursos de Ódio e Intolerância:** Em alguns momentos, a política brasileira tem sido marcada por discursos de ódio e intolerância, inclusive por parte de autoridades e representantes públicos. Esses discursos contribuem para a criação de um ambiente hostil para a população TLGBQIAPN+ e dificultam o avanço de políticas públicas inclusivas



que combatam de forma efetiva e abrangente toda e qualquer forma de discriminação e preconceito.

Esses, segundo os artigos analisados a partir dos descritores pré- estabelecidos, são apenas alguns dos entraves que têm dificultado a luta por políticas públicas mais efetivas e abrangentes para a população TLGBQIAPN+ e suas subjetividades. É importante destacar que a superação desses desafios requer um esforço coletivo da sociedade, incluindo movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ações governamentais comprometidas com a promoção dos direitos humanos, dos direitos de cidadania e da igualdade social para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Para avançarmos no campo das políticas sociais dirigidas à população TLGBQIAPN+, é necessário que o Estado brasileiro se comprometa de forma contínua e consistente com a promoção dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade plural e inclusiva. A luta pela igualdade de direitos para a comunidade TLGBQIAPN+ é, portanto, uma luta de toda a sociedade, que deve ser pautada no respeito à dignidade humana e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Behring (2015) destaca a relevância de medidas afirmativas para assegurar a igualdade de direitos à população TLGBQIAPN+. Essas medidas envolvem ações voltadas para a criação de programas de apoio psicossocial, acesso à saúde, inserção no mercado de trabalho, combate à violência e discriminação, além da promoção da educação para a diversidade.

Behring (2015) também destaca a importância da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nesse processo de construção de políticas sociais inclusivas. Através da mobilização e do ativismo, a população TLGBQIAPN+ pode pressionar o Estado a implementar políticas que efetivamente garantam seus direitos e promovam a igualdade. Ainda segundo ela,

“(...) é necessário superar uma visão universalista e homogeneizadora da política social, garantindo medidas afirmativas para grupos em situação de vulnerabilidade, como é o caso da população LGBT.”  
(BEHRING, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais pontos destacados por Sousa Júnior e Mendes (2021) e Mello (2012) como entraves para as políticas públicas direcionadas para a população TLGBQIAPN+ até hoje são a falta de arcabouço jurídico, especificamente a falta de leis que resguardem os direitos dessa população; falhas na interlocução entre

Estado e sociedade civil; falta de previsão orçamentária para os planos e programas; e falta de representação política do segmento TLGBQIAPN+. O embasamento dessas políticas a partir da percepção da existência de uma identidade de gênero e orientação estável também pode gerar novas segregações e deslegitimações.

A adoção de políticas de multidões queer pode sinalizar uma forma de anunciar políticas de maior alcance, ainda que os estudos baseados nessa perspectiva deixem espaço para questionamentos sobre como de fato tais políticas podem ser operacionalizadas.

Portanto, a construção de políticas sociais para a população TLGBQIAPN+ no Brasil requer um olhar crítico sobre a história discriminatória do país, bem como o enfrentamento dos desafios contemporâneos. As perspectivas de Fleury (2010) e Behring (2015) evidenciam a necessidade de políticas inclusivas e a importância do envolvimento da sociedade civil. A superação do preconceito e a promoção da igualdade demandam esforços conjuntos para a efetivação de políticas públicas que respeitem a diversidade e garantam os direitos fundamentais dessa população.

Este trabalho foi baseado na discussão de alguns artigos levantados que tratam da questão das estratégias de proteção social para a população TLGBQIAPN+. A exploração de outras perspectivas acerca dos desdobramentos do processo político no que se refere à comunidade LGBT se torna interessante, para tornar possível a proposta de escuta desses atores a fim de fornecer informações importantes para melhor entendimento da assistência LGBT no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e Política Social: a perspectiva do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2015. BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/behring-e-r-fundamentos-de-politica-social.pdf>

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê. assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022/Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) –Brasília, DF: Distrito Drag, 2023. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 jul 2023

BRASIL. [Constituição (1998)].Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 54. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. Campi-  
nas: Economia e sociedade. V. 21 n. 21- Dez 2012.

Duarte, M. J. de O. (2014). DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREI-  
TOS HUMANOS: SAÚDE E CIDADANIA LGBT EM CENA. *Temporalis*, 14(27), 77-98.  
<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p77-98>

FLEURY, Sônia. Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: Desafios para as Políti-  
cas Públicas. Editora Fiocruz, 2010.

Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para população LGBT no  
Brasil: Notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Crítica marxista da teoria e da prática da  
política social capitalista: peculiaridades da experiência brasileira. Tese (Douto-  
rado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília,  
1987.

SOUSA, Júnior, C. A. A. de, & Mendes, D. C. (2021). Políticas públicas para a popula-  
ção LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(Especial),  
642-655. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200116>.

## A BIXA PRETA E AS MASCULINIDADES: IMAGENS DE CONTROLE E REVERBERAÇÕES POSSÍVEIS

*Rodrigo Cleber Leão de Oliveira<sup>1</sup>*

### RESUMO

As masculinidades hegemônicas hoje no Brasil são resultado de uma construção colonial que há muito tempo vem ganhando forma no país e tem, em sua formação, alianças e compromissos com estruturas como o racismo, a heterossexualidade e o patriarcado. Diante disso é imprescindível pensar que a elaboração dessas masculinidades reverbera socialmente na vida de corpos subalternos como é o caso das bixas pretas que carregam em si vivências de corpos negros somados com as experiências de se ser homo ou bissexual. Portanto, a partir de uma revisão da literatura aliada ao princípio da interseccionalidade como anseio metodológico, buscou-se com este trabalho perceber os enlaces da construção dessas masculinidades na construção de imagens de controle social da bixa preta e como isso pode reverberar em suas vivências. Portanto, a dupla diáspora experienciada por esses indivíduos diante da masculinidade realça estigmas, perpetua preconceitos externos e internalizados e compactua com violências que podem reverberar em adoecimento físico ou mental.

**Palavras-chave:** Masculinidade; Bixa preta; Interseccionalidade.

---

<sup>1</sup> Graduado em psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestrando no Programa de pós-graduação em Psicologia (PPGP/UFPA). Email: rodrigo.leaoo@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

As perspectivas de gênero se fazem presentes desde antes do nascimento dos indivíduos. Existe uma espera e uma ânsia em preparar o ambiente para receber o “menino” ou a “menina” que irá chegar no mundo. Logo, a visão binária de gênero se apresenta como forma de reger a vida humana em alguns aspectos (na maioria deles ainda), o que nos leva à pergunta feita por Joan Scott (2021) quando questiona se gênero ainda é uma categoria válida de análise, visto que o que se é estabelecido como “aceitável” sobre gênero é construído, em sua maioria, através das vivências de uma única parcela da população (em sua maioria homens cis, brancos e heteros) e perpassado através de discursos sociais desde a invasão do Brasil em 1500 (JANUÁRIO, 2016).

As construções de gênero desde o Brasil colônia são parte integrante de um processo de colonização que Quijano (2000) vai chamar de “colonialidade das relações de gênero”, onde desde o estabelecimento do que seria “viável” à cada gênero até a criação da relação binária de gênero fazem parte do controle populacional, ou seja, dos processos coloniais de poder com o objetivo de colocar o homem cis hétero como norma e, automaticamente, nomeando como escória aqueles que fogem ao normativo (LUGONES, 2008), processo que desde aquela época também levava em consideração questões de raça, visto que essa é a base principal dos processos coloniais, sendo perpetuados, adaptados e refeitos até os dias atuais.

Diante disso é imprescindível que, ao pensar gênero, se entenda que as construções vivenciadas hoje, em sua maioria sofrem as reverberações do processo colonial. A criação das masculinidades, principalmente as masculinidades hegemônicas (CONNEL, 2003), perpassa esse processo, visto que está engendrada dentro do caminho percorrido para a criação do país. Pedro Paulo de Oliveira (2004) questiona a elaboração das masculinidades hegemônicas como atuais, descrevendo como o processo de elaboração do que é aceito de um homem até os dias de hoje ainda bebe da construção da família tradicional cristã europeia que chega ao Brasil com a colonização, principalmente, depois do apagamento de famílias pretas e indígenas da história do país, logo, para se pensar a masculinidade (mesmo com muitos possíveis caminhos) escolheu-se pensá-la como construto social que atua de maneira subjetiva na elaboração cultural do país dos conceitos de gênero (OLIVEIRA, 2004), corroborando, muitas vezes, com construtos como o racismo, o patriarcado o sexismo e a LGBTIfobia.

Judith Butler (2018), Joan Scott (2021), entre outros autores e autoras vão questionar o lugar do gênero dentro da sociedade, principalmente quando este se

coloca a partir de conceitos fechados e fixos. Para Butler (2018) as esteiras de gênero só seriam válidas se fossem elaboradas de maneira aberta a receptivas as novas formas que o gênero pode se apresentar, principalmente no âmbito social e político. A bixa preta se encontra, por diversas vezes, nas encruzilhadas, ditas por Butler (2018), em que os conceitos de gênero, sexo (e eu acrescentaria a sexualidade) se encontram, se misturam e de alguma forma se tornam indivisíveis.

O termo “bixa preta” nasce de uma luta política e da reformulação da palavra bicha que, durante muito tempo foi usada exclusivamente de maneira pejorativa para se referir a diversas pessoas LGBTI+ principalmente quando estas se encontravam nas favelas, becoss, baixadas e periferias. Peter fry (1985) em seu livro “o que é homossexualidade” discorre sobre o termo bixa e como este era usado como tentativa de normatizar esses indivíduos dentro da binariedade de gênero. Para o autor, quando uma pessoa lida socialmente como homem tinha atração sexual e afetiva por homens, principalmente pela possibilidade desta ocupar um papel de passividade no sexo, era retirado deste indivíduo o lugar de homem e, portanto, ele se tornava “a bicha”, no feminino, para enfatizar a retirada do posto de homem, o afastando do masculino. Esse fenômeno também é pensado por Daniel Welzer-lang (2001) quando postula que por se aproximar dos símbolos femininos, as pessoas perdem a possibilidade de frequentar lugares masculinos, de andar e de ser lido como homens, estando à mercê de viver diversas violências advindas da LGBTfobia, da misoginia e da heteronormatividade.

Para além disso, a bixa preta se encontra dentro de aspectos vivenciados pelas pessoas pretas, portanto existe uma diferença muito gritante entre uma bicha branca e uma bixa preta, que se estabelece socialmente. Zeca Amaral (2022) em seu livro “Bixa preta e amefricana: contação de histórias dos becoss à ancestralidade” estabelece uma diferença entre o termo “bicha” com “CH” e a “bixa” com “X”. A bixa com “x” tem marcadores de raça, classe e construção como corpo político de um lugar diferente de uma bicha branca, pois, “enquanto bichas brancas eram denominadas poc pela questão de serem ou não ‘afeminadas’, já as bixas negras, também chamadas bixas pretas, soma-se o fato de que buscavam sobreviver, apesar da desvantagem econômica e da perseguição policial[...]” (2022, p. 85).

É na elaboração das bixas pretas como formulação de uma identidade a partir de uma reivindicação política e social que nasce nas periferias, na intersecção de diversas vivências que englobam gênero, raça, sexo e sexualidade, elaborando um conceito amplo para este trabalho estabeleceu-se a bixa preta como uma identidade preta e periférica que abarca pessoas que em algum momento foram lidas socialmente como pessoas masculinas, vivenciaram de diversas formas a

construção das masculinidades hegemônicas e que sentem atração (somente ou não) pelo gênero masculino.

Ainda que este trabalho se debruce sobre como as masculinidades formam imagens de controle a partir de homens negros homo ou bissexuais, manter a bixa preta presa ao conceito de homem é injusto, visto que, não são somente homens que vivem se constroem a partir da ideia das bixas pretas, nós temos travestís, mulheres trans, homens gays, bissexuais, cis e trans, entre outros. Logo, a relação da bixa preta com o gênero é complexa, individual e cria uma pluralidade grande de vivências.

É pensando nesses indivíduos como corpos interseccionais que carregam em si diversas marcas e construções possíveis que neste trabalho pensou-se levantar literaturas de como as construções das masculinidades se engendram na vida de pessoas negras (principalmente quando lidas como masculinas), assim como indivíduos gays e bissexuais, principalmente na criação de imagens de controle. O intuito principal não é chegar a fatos concretos, mas elaborar possibilidades, levantar questionamentos e pensar vivências a partir do que for aqui escrito.

## **METODOLOGIA**

Com a finalidade de trazer melhores resultados a este trabalho optou-se por utilizar o método de revisão narrativa de literatura, pois, segundo Ribeiro (2014) oportuniza que se apresentem as narrativas de formas sintetizadas na construção de um caminho lógico e compreensível que forneça ao leitor um apanhado do que tem sido produzido sobre um tema.

Para além disso, a revisão narrativa dá vazão para que o autor escreva de maneira crítica sobre o que está sendo debatido, podendo ir de encontro a ciência positivista que busca a neutralidade da pesquisa (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Falar sobre as bixas pretas é romper com a lógica colonial, portanto, é importante que se pontue que esta pesquisa também busca se situar dentro de um parâmetro decolonial visto o apagamento e o epstemicídio que é sofrido por trabalhos que falem de raça, gênero e sexualidade dentro da academia.

Por fim, este trabalho reúne alguns dos textos lidos e relidos por mim nos últimos anos em que venho me debruçando sobre as temáticas das bixas pretas. Porém, é importante que se identifique que as literaturas sobre essa parcela da população são extremamente escarças. Os impecílios para a realização de pesquisas começam desde o apagamento de suas existências dentro das grades curriculares dos cursos de graduação, tanto pela quase inexistência de temas e autores ligados a negritude, quanto pelo apagamento quase que completo das

experiências de pessoas LGBTI+ (Meireles e Ferrarini, 2002). Para além disso, a maioria dos trabalhos acadêmicos buscam separar esses indivíduos em partes de si, as vezes sendo visto como pessoas pretas, outras vezes como uma pessoa LGBTI+ (Zanoli, 2018).

Diante do que foi exposto o que será realizado a partir das leituras e da literatura é trabalhar com a interseccionalidade. As bixas pretas vivem, diante das masculinidades as pressões das imagens de controle criadas tanto de homens negros, como de homens homo ou bissexuais, portanto, optou-se por elencar as literaturas que falam dessas particularidades para que posteriormente se levantem críticas e possibilidades a partir de uma leitura interseccional.

## **SOBRE IMAGENS DE CONTROLE E POSSIBILIDADES**

Quando falamos das masculinidades como fundamento colonial entranhado na cultura como corrente pertencente aos jogos de poder sociais que permeiam a história do Brasil, um dos conceitos mais importantes de serem lembrados é cunhado pela pesquisadora Raewyn Connel em seu livro *masculinities*, que teve sua primeira edição lançada em 1993, onde postulou sobre a “masculinidade hegemônica” e a defendia como a junção das normas culturais e sociais tidas como corretas de um homem em cada cultura (CONNEL, 2003), ou seja, é a ideia de masculinidade que é mais aceita e que é perpassada social e culturalmente como norma (geralmente branca, cis e hétero) através de uma complexa trama colonial.

A criação da masculinidade hegemônica se estabelece de maneiras diferentes a depender da cultura, portanto, para Connel (1995; 2003), o termo não é universal, mas é mutável a depender da cultura que o rodeia, porém, se tratando do Brasil, pode-se pensar essa construção como algo colonial, europeu e carregado de ideais racistas, misóginas, heteronormativas e patriarcais (OLIVEIRA, 2004). Portanto segundo autores como Kimmel (1998) e Connel (1995), as masculinidades hegemônicas só se constroem em contato com masculinidades ditas subalternas, logo, pra que se tenha hegemonias é preciso que se subalternize o que foge a norma como é o caso das bixas pretas.

A partir disso se faz necessário entender o conceito de imagens de controle, cunhado por Patrícia Hill Collins (2019) que discursava sobre as imagens criadas socialmente para as mulheres negras norte americanas na tentativa de negar direitos, de explorá-las e oprimi-las. Representações parecidas foram colocadas por mulheres negras brasileiras como por exemplo Lélia Gonzales em parceria com Carlos Hasenbalg, quando escreve o livro “o lugar do negro” (1982) ou Zélia Amador de Deus em seu livro “caminhos trilhados na luta antirracista” (2020)



onde fala que por muitas vezes os colonizados acabam por representar os ideais do colonizador, inclusive na tentativa de parecer com este. (AMADOR DE DEUS, 2020).

Ao pensar sobre isso, Bell hooks (2022) procura questionar a formação das masculinidades negras e as possibilidades de lugares que foram criados para essas pessoas no decorrer da história. Para a autora, o negro, desde a abolição da escravidão vive uma busca desenfreada por uma masculinidade branca e patriarcal, mesmo nunca conseguindo alcançá-la. Essa busca criou quatro imagens do negro norte americano a partir desse contato com o masculino.

A primeira imagem citada por Hooks (2022) é a do gangster, aquele que se envolve em coisas ilícitas e na vida do crime, imagem que corrobora na criminalização do homem negro até os dias atuais, visto que para a autora essa era uma das poucas formas que o homem negro conseguia encontrar para conseguir ascender economicamente ao patamar parecido ao do branco. Em seguida a autora fala do homem negro como desprovido de inteligência, como se fosse impossível ao homem negro ascender intelectualmente, pois a sua habilidade seria a força física que tinham adquirido como escravos, incapazes de resolver problemas complexos. A terceira imagem é a do homem negro como violento, visto que seria mais forte, por muitas vezes esse homem é visto e enxergado como um animal primitivo que não teria autocontrole, segundo a autora é essa imagem que torna o homem negro um monstro que por muitas vezes só é calado com uma bala, um tiro. A última imagem de controle dita por Bell Hooks é a do homem negro como objeto sexual, corroborado com a ideia animalesca, teria sua libido aflorada, suas genitálias avantajadas e seriam objetos de desejo sexual, o que é somado com a ideia de que é negada a esse “homem objeto” a possibilidade de ser amado.

Aliado a isso, Milton Ribeiro (2020), pesquisador e antropólogo do norte do país, guiado pelos pensamentos de Patricia Hill Collins e Zélia Amador de Deus vai pensar possíveis imagens de controle elaboradas para homens negros no Brasil, pensando as nossas experiências. O autor chega na conclusão de 5 imagens de controle que se entrelaçam na tentativa de construir esses homens dentro da sociedade.

A primeira imagem descrita por Ribeiro (2020) é a do pivete, o menino ainda jovem sobre o qual é colocado o jargão de criminoso em desenvolvimento, “o marginal ainda em fase inicial” (p. 129) que flerta com o crime organizado desde muito cedo. Em seguida a imagem apresentada é a do Cafuçu, que se apresenta a esses homens durante a juventude e o início da fase adulta. É o movimento de enxergá-los como extremamente sexuais, com libido aflorada, podendo este estar no lugar do malaco, ou do marginal também, assim como pode exercer trabalhos lícitos,

contanto que seja de baixa renda como pedreiros, porteiros, etc. Em seguida o autor nos apresenta o Mussum, figura que corresponde a homens durante a vida adulta até quase a terceira idade que tem problemas com álcool e/ou outras drogas. O Mussum é animado, dentro das rodas é sempre o alívio cômico, pois aceita e atura várias piadas racistas com um sorriso no rosto, como se este fosse o bobo da corte. A quarta imagem é a do Pai João, representatividade que pode se dividir em dois, pois pode ser visto como o negro docilizado, domesticado, já na idade avançada, que vai ser a imagem dos objetivos dos períodos de escravatura, ele é quieto, calado e dócil. Em contrapartida há quem entenda o Tio João como o grande sábio dos terreiros de umbanda, que ainda que calado, esconde conhecimento e elabora a partir de sua própria história.

A última imagem de controle reconhecida e nomeada por Ribeiro (2020) é a da bixa preta, representação que para além de interseccionar raça, gênero e sexualidade também evoca um pensamento de classe visto que são identidades periféricas, que se formam nos aquilombamentos que acontecem entre os nossos e que se torna complexo quando pensamos estas pessoas diante de conceitos como a masculinidade.

Então nesta encruzilhada: a bicha preta não seria o homem ativo que sua raça evocaria, mas poderia ser a mulher passiva que sua performance arranha; porém, tão pouco seria a mulher ideal porque sua raça corporifica a abjeção masculina preta e também não é o homem perfeito porque sua sexualidade denuncia a dissidência. Ainda, o corpo da bicha preta aciona o lugar do desvio da masculinidade negra; da selvageria da raça quando se comporta de forma escandalosa, furiosa, fazendo barraco; da transgressão sexual quando evidencia sua passividade em detrimento do seu imaginado pênis imenso, portanto, da sua ativa potência como homem preto. (RIBEIRO, 2020, p. 131)

É por estar nas encruzilhadas que a bixa preta vai vivenciar não apenas desse lugar de controle social, mas de todos os outros no decorrer de sua história. Mas para além dos estigmas em que o homem negro é colocado, essa parcela da população também vai vivenciar as pressões geradas pela construção das masculinidades na vida de homens homo ou bissexuais.

Como já foi dito, o fato de se aproximar fisicamente ou simbolicamente do papel feminino e, portanto, não cumprir como esperado de um corpo masculino, homens gays em sua grande maioria são impossibilitados de viver como homens nos espaços destinados a isto, gerando diversas imagens que tem como objetivo controlar a sexualidade desses indivíduos, seja para a adequação ou pela violência.

A primeira imagem que pode ser falada é a do enrustido. Muitos homens gays escolhem negar a sua sexualidade, assumindo não só comportamentos ditos de um homem hétero, mas negando qualquer vontade que possa existir de viver algo fora da norma masculina. Assunção (2018) vai chamar esse fenômeno de heterossexualidade compulsória, onde desde pequeno os indivíduos são podados e moldados a ser o mais heterossexual possível, não só em seus corpos e vestimentas, mas em seus comportamentos, o que acaba por gerar a imagem do homem que nega a si mesmo, vive muitas questões baseadas no preconceito internalizado que sente, inclusive, por si mesmo (ANTUNES, 2016). E o homem que escolhe estar dentro do armário, podendo inclusive reproduzir falas e comportamentos violentos.

A partir disso podemos pensar na imagem construída para os homossexuais como doentes. Figura esta que advém e ganha força a partir da pandemia de HIV e AIDS que ocorreu no mundo, não à toa ficou conhecida como a doença gay, visto que até os dias atuais esse imaginário ainda se faz presentes (VIANNA; NASCIMENTO, 2013) não apenas quanto ao HIV, mas a qualquer infecção sexualmente transmissível, o que também envolve a hipersexualização desses homossexuais. Além da classificação da homossexualidade como doença mental que durou até pouco tempo atrás, em 1991 (ANTUNES, 2016).

A terceira imagem do homem gay é a ideia deste como impuro e pecador, chegando a ter sua vida ligada a demônios ou ao inferno. Segundo Borrillo (2010) esses pensamentos têm sua essência na religião como constituinte da vida social da sociedade, fato que também é corroborado por Oliveira (2004) quando afirma que o surgimento do ideal de masculinidade é o papel do homem na família tradicional cristã europeia de 1500. O estabelecimento do homem de Deus como uma das bases dessas masculinidades que foram tomadas como hegemônicas estabelece, também, tudo o que foge desta norma como demoníaco, pecado ou abominável, o que é o caso dos homens gays. (MACEDO, 2017)

A última imagem ligada a homens gays é a do homem afeminado. Não atoa é importante se falar do construto social de que todo homem gay tem em sua essência um afloramento da feminilidade, o que os aproximariam das mulheres e os distanciariam dos homens (TORRÃO, 2005). Diante disso homens que apresentam comportamentos e trejeitos ditos femininos têm seus comportamentos tolhidos desde a infância na tentativa de controle desses corpos (SOLIVA; SILVA; SILVA; DAMASCENO, 2020). Esse processo acaba impedindo que esses indivíduos frequentem espaços ditos masculinos, podendo se colocar em risco de viver violências se assim o fizer (WELZER-LANG, 2001; GOMES; REIS; KURASHIGE, 2013)

Em contrapartida, Fernando Seffner (2003) em sua tese de doutorado intitulada *Derivas da masculinidade*, elenca 4 imagens que se inter cruzariam na construção das masculinidades de homens bissexuais. A primeira é a do bissexual como indeciso, como se a bissexualidade fosse uma fase da vida de todo ser e que em algum momento aquele homem iria decidir se sente atração por homens ou por mulheres, o que vai de encontro inclusive a ideia de bissexualidade que seria o rompimento com a binaridade no direcionamento dos afetos (JEAGER; NUÑEZ; OLIVEIRA; TONELI, 2019). Seffner (2003) elenca que esse posicionamento gera inúmeros tensões porque a construção das masculinidades hegemônicas que advém do conceito cristão e heterossexual não permite dúvidas ou indecisões.

Em seguida vem a imagem da bissexualidade como sexo do futuro, partindo da ideia do rompimento com a hegemonia binária, o homem bissexual é tido como o futuro das sexualidades, por não seguir as normas de gênero. Entretanto isso vem carregado da ideia de que esse homem é promiscuo, aquele que está apto ao sexo a todo o momento independente com quem seja. O que dá sentido à terceira imagem descrita por Seffner (2003) que seria a masculinidade intensificada que colocaria esse homem como passível a viver relações sexuais tanto entre casal como em grupo. É a partir disso que esse indivíduo pode viver duas realidades diferentes, pode se adequar a ideia da necessidade de se satisfazer sexualmente com ambos os sexos, criando inclusive a ideia do predador (GROSSI, 2004) que nesse caso pode ter como presa sexual ambos os gêneros, em contrapartida viveria a ideia de hiper masculinidade por poder estar no papel de ativo sexualmente tanto com homens quanto com mulheres.

Por fim, a última imagem é a da bissexualidade como estratégia de amizade, ou seja, a bissexualidade seria uma maneira desses homens se satisfazerem com outros homens, mas permanecer com suas amigas masculinas, visto que ainda tem relações com mulheres. Para o autor, esse homem dividiria a sua vida entre suas amigas masculinas e sua vida “oculta” com outros homens.

Diante do que foi dito é imprescindível um olhar interseccional ao falar das bixas pretas, visto que essa perspectiva entende que esses indivíduos na construção de si irão viver as pressões tanto do que se espera, ou imagina, de homens negros, quanto o que é construído de homens homo ou bissexuais de maneira indivisível, ou seja, todo racismo vivenciado por esses homens na tentativa de os colocar dentro dos estereótipos colocados aqui aparecerá aliado a homofobia ou a bifobia e vice e versa. É nas encruzilhadas do se fazer enquanto indivíduo e enquanto homens possíveis que essas pessoas se enxergam, seja na busca incessante de ser o mais heterossexual ou branco possível, seja na tomada de si e na busca de si dentro dos maquinários das masculinidades.

É partindo de diversas discussões sobre masculinidades que Connell, juntamente com Mersersschmidt (2013) fizeram uma releitura do conceito de “masculinidade hegemônica” entendendo esta como estrutura social presente no mundo todo mas que se constrói de maneira local também, logo, não falamos de uma masculinidade hegemônica, mas de varias a depender não apenas da cultura regional, mas do local em que nós estamos, logo, dentro de cada casa existe uma construção de masculinidade hegemônica construída nos coletivos que ali estão.

Mara Viveros Vigoya em seu livro *as cores da masculinidade* (2018), já questionava o lugar das masculinidades hegemônicas reivindicando um olhar pros diversos territórios presentes em cada localidade. Esse conceito também é tido como a melhor das saídas por Bell Hooks (2020) que entende que para fugir da busca desenfreada por uma masculinidade branca e patriarcal, os homens negros deveriam se agrupar com os seus, reconhecer suas identidades na construção de outras masculinidades possíveis. É esse aquilombamento que é tido como o mecanismo de fuga para homens homo ou bissexuais, pois, a construção de redes de apoio LGBTI+ vai disponibilizar a esses indivíduos novas possibilidades de construção de si (COELHO; BARROS, 2021) e conseqüentemente a elaboração de outras masculinidades que não as tidas como hegemônicas no ideal cristão.

Elaborar masculinidades possíveis para as bixas pretas é também prestar atenção aos becus, as favelas e as baixadas (AMARAL, 2022). Não podemos esquecer que ser uma bixa preta é uma reivindicação política que não entrelaça somente os conceitos de raça gênero e sexualidade, mas que está intrinsecamente ligada as questões de classe. Já dizia Linn da quebrada (2017) “bixa estranha, louca, preta e da favela”. Portanto, diante da elaboração das possibilidades de masculinidades existentes na vida das bixas pretas existe um aspecto territorial muito forte, portanto, indispensável na elaboração de si e na construção de seus significados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dito anteriormente, o objetivo deste artigo não é chegar a uma resposta, mas é abrir portas para um campo de estudos, entender possibilidades e construções a partir das bixas pretas. Conhecer, entender e elaborar possibilidades tanto de enfrentamento às imagens de controle como pensar as pluralidades existentes dentro das masculinidades possíveis quando falamos dessa parcela da população.

Portanto, se faz necessário que se entenda a escassez existente de trabalhos acadêmicos que versem sobre as bixas pretas para que outras pessoas se

debrucem sobre o assunto e novas possibilidades e visões possam ser inseridas no meio acadêmico. Mais do que isso, partindo de um pensamento decolonial, urge a necessidade de olhar para esses indivíduos não somente como objetos de estudos nas diversas ciências, mas como produtores de conhecimento. É deixar de simplesmente falar sobre nós, para ouvir-nos. Toda bixa preta tem uma história cheia de ensinamentos simbologias e construções próprias e se atentar para isso é decolonizar a ciência e dar voz a novos sentidos.

Partindo do mesmo pressuposto, existe as possibilidades de que, dentro do Brasil, a comunidade acadêmica comece a olhar para masculinidades alternativas as masculinidades hegemônicas. Que se entenda que quando se fala de homens no nosso país o termo precisa estar no plural, para abarcar todas as diversidades interseccionalizando esses indivíduos. Pensar homens com deficiência, gordos, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, de várias regiões do país, como essas masculinidades se constroem e como atravessam esses corpos são possibilidades de pluralização do conceito de masculinidades.

As próprias bixas pretas vão ter experiências diferentes a partir de seus territórios. Não podemos dizer que uma bixa preta da favela da mará no rio de janeiro irá ter a mesma construção histórica de uma bixa preta da periferia de Bragança no interior do Pará, na Amazônia. Pensar as masculinidades interseccionais e a presença dos territórios são novas formas de se pensar as existências das bixas pretas no decorrer do espaço geográfico brasileiro.

Por fim, existem inúmeras possibilidades de outras pesquisas a partir desta, porém, precisamos de pesquisadores dispostos a escrever, precisamos que as bixas pretas estejam nos lugares acadêmicos e sejam valorizadas onde estejam. É no aquilombamento e nas brechas das estruturas normativas que encontramos possibilidades de existir e resistir.

## REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Z. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

AMARAL, Z. **Bixa preta e amefricana**: contação de histórias dos becus à ancestralidade. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada**: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 2016. 433 f. Tese (Doutorado em psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo-SP, 2016.

ASSUNÇÃO, Iuri. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. IN: NOGUEIRA, Leonardo; HILARIO, Erivan, PAZ, Thais Terezinha; MARRO, Kátia (Orgs.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo - SP. Expressão popular. 1ed, 2018.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte - MG Autêntica Editora, 2010.

BOTELHO, L. L.; CUNHA, C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Belho Horizonte- MG: **Revista gestão e sociedade**, v. 05. nº 11, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. AGUIAR, R. (trad.). 16ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 2018. (coleção sujeito e história)

COELHO, G. G.; BARROS, J. H. A homofobia familiar disfarçada de cuidado. **Perspectivas em diálogo: revista de educação e sociedade**. Niviraí, v.8, n. 17, 2021

COLLINS, P. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, R.. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**. n:20, v: 2, 1995.

CONNELL, R. **Masculinidades**. Cidade Universitária do México: DR, 2003.

CONNELL, R.; MERSESCHMIDT, J.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista estudos feministas**, n:21, v: 1, 2013.

FRY, P. **O que é homossexualidade**. São Paulo-SP: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. ( Coleção primeiras passos)

GOMES, A. M; REIS, A; KURASHIGE, K. A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em mato grosso do sul. Uberlândia - MG. **Caderno espaço feminino**. v. 6; nº. 2. 2013.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GROSSI, M. P.. Masculinidades: Uma revisão teórica. **Revista antropologia em primeira mão**. Florianópolis - SC. n. 01, 2004.

HOOKS, B. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. São Paulo – SP: Elefante Editora, 2022.

JANUÁRIO, S. B. **Masculinidades em (re)construção**: gênero, corpo e publicidade. Corvilhã – Portugal: Editora LabCom.ifp, 2016.

JAEGER, M. B; NUÑEZ, G; OLIVEIRA, J. M; TONELI, M. J. F. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Periodicus**, n. 02, v. 02, 2019.

KIMMEL, M. S.. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 9, 1998.

LUGONES. M. Colonialidad y género. **Tabula rasa**. Bogotá - Colombia. n: 9, 2008.

MACEDO, P. H. **A (des) patologização da homossexualidade**: uma análise fenomenológica-existencial a partir dos constructos de Heidegger. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia). Faculdades Atibaia – FAAT. Atibaia-SP, 2017.

MEIRELES, V. H. B; FERRARINI, N. L. Porque bichas pretas incomodam? Um estudo teórico-crítico sobre masculinidades e subjetividade social na perspectiva cultural histórica. **Revista brasileira de estudos da homocultura**. v. 05, n. 16, 2022.

OLIVEIRA, P. P.. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2004.

QUEBRADA, L. Bixa preta. Produção independente: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VyrQPjGObbY> (3:35 min.). Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

QUIJANO, A.. “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”, Festschrift for Immanuel Wallerstein, part I, Journal of World Systems Research, V. XI:2, 2000. (disponível em: < <http://www.ram-wan.net/restrepo/poscolonial/9.2.colonialidad%20del%20poder%20y%20clasificacion%20social-quijano.pdf> >)



RIBEIRO, M. “Eu decido se ‘cês vão lidar com king ou se vão lidar com kong” homens pretos, masculinidades negras e imagens de controle na sociedade Brasileira. **Revista humanidades e inovação**, v. 07. nº 25, 2020.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão De Investigação e Evidência Científica. *Psicologia, Saúde & Doenças*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 671-682, 2014

SCOTT, J. W. Gênero: Ainda é uma categoria útil de análise?. Albuquerque: **Revista de história**, v.13, n.26, 2021.

SEFFNER, F. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2003.

SOLIVA, T. B.; SILVA, D. Q.; SILVA, M. V; DAMASCENO, M. V. Sofrimento, família e homossexualidade: um estudo com estudantes universitários do recôncavo da Bahia. **Cadernos de gênero e diversidade**. v.06, n.04, 2020.

TORRÃO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, n. 24, 2005.

VIANNA, E; NASCIMENTO, D. “Nunca me senti tão maldito”: o estigma e a epidemia de Aids no Brasil. IN: FRANCO, Sebastião; NASCIMENTO, Dilene; MACIEL, Ethel (org.). **Uma história brasileira das doenças**: volume 4. Belo Horizonte-MG. Editora Fina traço, 1ª ed, 2013.

VIGOYA, M. V.. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América. Rio de Janeiro – RJ. Papéis Selvagens, 2018.

WELZER-LANG, D.. A construção do masculino, dominação das mulheres e homofobia. **Revista estudos feministas**. v: 2, 2001.

ZANOLI, Vinicius. **“Por uma cultura LGBT, negra e periférica”**: (re)produzindo, (re) escrevendo e disputando “culturas” e “identidades”. In: reunião brasileira de antropologia. 31ª, 2018, Brasília-DF. Disponível em [http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541427182\\_ARQUIVO\\_RBA.pdf](http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541427182_ARQUIVO_RBA.pdf)

# AÇÕES EXTENSIONISTAS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SEXUALIDADES PARA ADOLESCENTES E JOVENS

*Viviane de Queiroz<sup>1</sup>*

*Ana Luísa da Silva Côco<sup>2</sup>*

*Blandine Rachel Carvalho Brandão<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho tem como objetivo apresentar as ações extensionistas que buscam garantir o acesso de adolescentes e jovens às informações e orientações sobre saúde e sexualidades realizadas em parceria pelo Programa de Orientação em Sexualidade, Prevenção de IST/AIDS e Distribuição de Preservativos (PROSS) e o Espaço Livre de Orientação em Sexualidade e Saúde (ELOSS), ambos do Núcleo da Saúde do Adolescente (NESA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

NESA está vinculado ao Centro Biomédico e à Administração Central da UERJ, considerado uma referência nacional na área da saúde de adolescentes. As atividades do PROSS e do ELOSS são desenvolvidas na atenção primária do NESA desde a década de 1990. Tratam-se de dois projetos consolidados dentre as ações extensionistas da UERJ voltadas para atenção integral à saúde de adolescentes e jovens, possibilitando orientações individuais e/ou coletivas.

Utilizamos a metodologia participativa de “jovem para jovem” na construção do conhecimento, facilitando a troca de informações entre jovens bolsistas e

---

1 Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Assistente Social do Núcleo da Saúde do Adolescente (NESA) da UERJ, coordenadora do Programa de Orientação em Sexualidade, Prevenção de IST/AIDS e Distribuição de Preservativos (PROSS) e co-coordenadora do Espaço Livre de Orientação em Sexualidade e Saúde (ELOSS), [viviane-queiroz.uerj@gmail.com](mailto:viviane-queiroz.uerj@gmail.com);

2 Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, bolsista de extensão do Programa de Orientação em Sexualidade, Prevenção de IST/AIDS e Distribuição de Preservativos (PROSS), [analuisacoco@hotmail.com](mailto:analuisacoco@hotmail.com);

3 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, bolsista de extensão do projeto Espaço Livre de Orientação em Sexualidade e Saúde (ELOSS), [blan.rachel@gmail.com](mailto:blan.rachel@gmail.com).

adolescentes-jovens inseridos/as/es nos projetos, a fim de torná-los/as/es multiplicadores e possibilitar uma maior conscientização sobre o tema.

Nesse sentido, realizamos orientações individuais e coletivas no NESA, assim como oficinas em escolas da rede pública municipal e estadual, e atividades de formação de jovens graduandos/as/es e pós-graduandos/as/es. Também buscamos construir materiais educativos, visando promover a diversidade e inclusão na saúde de adolescentes e jovens.

A fundamentação teórico-metodológica parte de uma perspectiva interseccional<sup>4</sup>, que vai ao encontro das ações políticas dos movimentos sociais combativos orientados por uma perspectiva emancipatória, sem qualquer tipo de discriminação e preconceitos. Trabalhamos a partir da concepção de sexualidade não biologicista, e sim fundamentada criticamente pelas ciências sociais, compreendendo-a para além do corpo.

Cabe destacar a importância e pertinência teórico-prática e crítico reflexiva da referida temática e dessas ações para adolescentes e jovens, fortalecendo a função social da universidade pública.

## METODOLOGIA

As atividades desenvolvidas visam promover a articulação do referencial teórico-metodológico e a intervenção profissional voltada para a saúde de adolescentes e jovens. A proposta é refletir criticamente sobre a concepção da sexualidade e seus aspectos históricos e sociais, a partir de uma perspectiva interseccional, buscando promover a diversidade e inclusão.

A metodologia utilizada pelos projetos – participativa de jovem para jovem – propicia a construção do conhecimento coletivo sobre a temática, incluindo técnicas que facilitam a troca de vivências, experiências, informações e reflexões, entre adolescentes e jovens. Esse exercício proporciona uma articulação entre o conhecimento técnico científico e o saber popular, a partir do contato desses estudantes com diferentes realidades.

---

4 Esse conceito foi introduzido por autoras feministas negras, como a estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw. Segundo a autora, a interseccionalidade busca articular elementos estruturais e dinâmicos da ação mútua entre dois ou mais eixos da subordinação. “Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes entre outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Os projetos buscam sempre novas estratégias para atuar com as temáticas de saúde e sexualidade, prevenção de IST/AIDS e promoção de saúde junto a adolescentes e jovens. Realizamos atividades teórico/práticas para capacitação de universitários sobre saúde integral de adolescentes, com o objetivo de atuarem em diferentes áreas.

A educação em saúde e sexualidade contribui para que adolescentes e jovens possam conhecer e garantir seus direitos fundamentais. Logo, buscamos ampliar o número de pessoas atendidas pelos projetos, dando mais visibilidade às ações desenvolvidas no NESAs e na rede intersetorial para a juventude do Rio de Janeiro.

Na orientação individual e/ou em grupo nas oficinas educativas abordamos temas relacionados à adolescência, educação em saúde e sexualidades, questão de gênero, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), métodos contraceptivos, uso de preservativos, racismo, machismo, violência, direitos sexuais e reprodutivos, orientação sexual; higiene; identidade de gênero; orientação sexual; LGBTfobia; Direitos Sexuais e Reprodutivos das Pessoas com Deficiência (PCD), entre outros.

As ações dos projetos visam transformar e assegurar o acesso às informações e orientações sobre sexualidade, ampliar ações de prevenção das IST/AIDS e distribuição de preservativos internos e externos, a partir da perspectiva da diversidade e inclusão, considerando a singularidade das adolescências e juventudes.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Entre outros aspectos, a adolescência é marcada por diversas transformações, como a vivência da sexualidade. Segundo Louro (1999) sexualidade não é uma questão pessoal, mas social e política. Ela é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos.

A concepção de sexualidade abordada nos projetos parte de uma fundamentação teórico-crítica da realidade - uma concepção de sexualidade não biologicista, como uma construção histórica, social e política, para além do corpo e de uma questão pessoal.

A apreensão da referida temática está organizada com base na interpretação materialista do desenvolvimento histórico a partir de uma visão dialética de transformação social, o que significa perceber o objeto em sua complexidade e totalidade, constitutivas da essência do fenômeno e as suas múltiplas determinações. Segundo Kosík (1976, p. 11), “a essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. O fato de

se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva”.

O projeto de sociabilidade vigente é complexo e contraditório, institui historicamente regimes políticos de verdade que propagam a compreensão da realidade e os desafios que devemos enfrentar no processo de produção de conhecimento para reconstruirmos analiticamente essa realidade.

Assim, buscamos construir nossas ações a partir da compreensão das múltiplas determinações – políticas, econômicas, sociais e ideoculturais – da atenção à saúde de adolescentes, considerando como eixo estruturante e condutor, a disputa entre projetos antagônicos de políticas públicas para entendermos a política de saúde no Brasil nos dias atuais, especialmente, a concepção de educação em saúde e sexualidade, que enfrentam inúmeros obstáculos para garantia e efetivação dos direitos fundamentais.

A fundamentação teórico-metodológica das ações dos projetos parte de uma perspectiva interseccional, orientados por uma perspectiva emancipatória, sem qualquer forma de exploração, discriminação e preconceitos.

Akotirene (2019), feminista negra brasileira, destaca a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica a partir das várias formas de opressão interligadas e não hierarquizadas, como questões de gênero, classe, sexismo, LGBTfobia, geracional, racismo, capacitismo, território, entre outras.

Trabalhamos a partir da concepção de sexualidade não biologicista, e sim fundamentada criticamente pelas ciências sociais, compreendendo-a para além do corpo. Sexualidade é uma construção social, política e histórica, “tem a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico” (WEEKS, 1999, p. 38).

O referencial teórico-metodológico dos projetos também está embasado na perspectiva da integralidade das políticas sociais e da atenção à saúde, com enfoque na consolidação dos direitos, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), além dos marcos normativos que envolvem os direitos das/os/es adolescentes, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Estatuto da Juventude.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando promover a diversidade e a inclusão na saúde de adolescentes e jovens, reformulamos o nosso material educativo em combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação. Produzimos alguns materiais educativos, tais como: Guia de Saúde Sexual para pessoas com vagina - “Entre Vulvas”; Cartilha sobre

Profilaxia Pré-exposição (PrEP) e Profilaxia Pós-Exposição (PEP); materiais para as campanhas nacionais - Dia Mundial da Saúde Sexual, Dia Mundial de luta contra à AIDS e Carnaval; entre outros.

Também elaboramos alguns cartazes informativos para os murais do NESAs, como: informações sobre o uso de preservativos externo e interno; curiosidades sobre IST e outro que destaca as seis principais IST (HIV/AIDS, Sífilis, Hepatites B e C, HPV, Gonorreia/Clamídia e Herpes Genital); mudanças corporais na adolescência para pessoas com vagina e pessoas com pênis; divulgação dos projetos; entre outros. Os materiais são elaborados com imagens que apontem a diversidade e singularidades das adolescências e juventudes, referente a questão racial, identidade de gênero, orientação sexual, pessoas com e sem deficiência, etc.

Realizamos encontros de formação teórico-prático para formação de universitárias/os/es na atenção integral à saúde de adolescentes com foco na educação em saúde e sexualidades. Elaboramos e planejamos atividades educativas e, ampliamos as parcerias internas e externas com realização de oficinas em escolas da rede e no NESAs. Os projetos também organizaram atividades de promoção de saúde nas campanhas nacionais sobre o tema.

Em 2023, realizamos oficinas em escolas da rede municipal e estadual parceiras para debater os seguintes temas: prevenção de IST; uso de preservativos; métodos contraceptivos; identidade de gênero; orientação sexual; LGBTfobia; Direitos Sexuais e Reprodutivos de pessoas com e sem deficiência, racismo, violências. Realizamos também uma oficina, intitulada “O ano é 2023 e o amor ainda incomoda!” com estudantes de uma escola normalista, sobre o Projeto de Lei nº 5167/09 que quer acabar com o casamento homoafetivo no Brasil.

Os resultados dessas ações impactam diretamente na conscientização e formação sobre questões de saúde e sexualidades, promovendo uma visão crítica e inclusiva dessas questões entre adolescentes e jovens.

Todo semestre apresentamos os projetos para as/os/es estudantes do 6º ano de medicina da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UERJ, dando visibilidade e fortalecendo a importância dessa temática. Os encontros de capacitação ocorrem em formato de rodízio, uma vez por semana.

Ao longo deste ano, além das atividades já relatadas, distribuimos gratuitamente em média 10.000 (dez mil) preservativos internos e externos, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, diversos sujeitos políticos coletivos buscam construir políticas públicas que visam garantir o acesso, sem discriminação, a informação e orientação sobre os aspectos das sexualidades, considerando as diversidades, inclusão e as singularidades das adolescências e juventudes.

Segundo a CSP (2022), a 74ª Assembleia Mundial da Saúde aprovou em 2021, a necessidade de novas estratégias de enfrentamento à prevenção e tratamento do setor saúde para HIV, hepatites virais e ISTs. Os dados oficiais dos últimos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde demonstram o crescimento de IST como sífilis e HIV/Aids em jovens brasileiros. Portanto, sinalizamos para os resultados esperados ampliar o número de pessoas atingidas pelos projetos, buscando dar mais visibilidade às ações desenvolvidas no NESA e na rede intersetorial do Rio de Janeiro.

Os projetos contribuem para a formação de estudantes de graduação (Serviço Social, Psicologia, Biologia, Pedagogia e Medicina) e pós-graduação do Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde da modalidade Residência da FSS/UERJ, por meio do acesso de informações sobre sexualidades e direito à saúde sexual e reprodutiva como direitos humanos.

As/os/es estudantes participam ativamente do planejamento e execução das atividades de capacitação voltadas às/aos adolescentes e jovens, profissionais da rede pública e promotores juvenis. O debate teórico-prático e crítico reflexivo da referida temática, fortalece a função social da universidade pública e qualifica a formação desses jovens no seu exercício profissional.

**Palavras-chave:** Sexualidades, Educação em Saúde, Adolescências, Diversidade, Inclusão.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Suely Carneiro; Pólen, 152 p. Coleção Feminismos Plurais. 2019.

BRASIL. Lei Federal n.8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CSP. Persistência da sífilis como desafio para a saúde pública no Brasil: o caminho é fortalecer o SUS, em defesa da democracia e da vida. In. Cadernos de Saúde Pública. ISSN 1678-4464 38 nº 5 Rio de Janeiro, 2022.

KOSÍK. K. A dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LOURO, G. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



# ATENÇÃO EM SAÚDE TRANSESPECÍFICA À CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE OFENSIVA ANTITRANS

*Liliane de Oliveira Caetano<sup>1</sup>*  
*Terezinha de Fátima Rodrigues<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este artigo, embasado em pesquisa documental, explora o contexto da atenção em saúde transespecífica à crianças e adolescentes trans/dissidentes de gênero como uma demanda de saúde pública envolta em polêmicas e ataques vinculados à ofensiva antitrans no país. Aporta-se em uma perspectiva materialista e decolonial. O cuidado transespecífico é fruto de deliberações em Conferências Nacionais Livres de Saúde, em 2023, versando pelo direito à identidade de gênero de crianças e adolescentes. A ofensiva antitrans pode ser verificada em projetos de lei que buscam impedir essa assistência em saúde. O Ministério da Saúde segue sem se posicionar a respeito.

**Palavras-chave:** Atenção transespecífica; Crianças e Adolescentes; Saúde Pública; Ofensiva Antitrans.

1 Assistente Social. Pós-graduanda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - *Campus* Baixada Santista. E-mail: [lili.caetano@hotmail.com](mailto:lili.caetano@hotmail.com); autora principal.

2 Docente do Curso de Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - *Campus* Baixada Santista. Pós-doutoramento (2023) no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC/SP. E-mail: [terezinha.unifesp@gmail.com.br](mailto:terezinha.unifesp@gmail.com.br); coautora e orientadora do trabalho.

## INTRODUÇÃO

**E**ste artigo resulta de pesquisa documental que apresentou por finalidade explorar o contexto atual das assistências em saúde à crianças e adolescentes dissidentes de gênero. Foram realizadas pesquisas e estudos bibliográficos e documentais, fundamentadas em referências teóricas e fontes oficiais de órgãos de saúde, dentre outras produções da sociedade civil organizada e matérias jornalísticas.

Como base para fundamentação teórica nos aportamos no materialismo histórico dialético uma vez que é possível enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais (GIL, 2008) e que este método permite a análise da realidade concreta corroborando para o desvelamento de processos ideológicos e suas contradições. Embora na tradição marxista a compreensão de exploração e opressões enquanto unidade ainda não ocupe lugar central, é inegável avanços nessa trajetória. Além disso, compreendemos que outro caminho incontornável é romper com o eurocentrismo e se conectar com as perspectivas e lutas de Nossa América, na construção de um marxismo decolonial (AGUIAR, 2018).

Utilizamos a terminologia cuidado transespecífico em referência às múltiplas formas de assistência em saúde para pessoas trans/dissidentes de gênero e no contexto da assistência em saúde para crianças e adolescentes, destacamos o acolhimento, a orientação e o acompanhamento que envolve a transição social de gênero, a atenção aos familiares e/ou à rede social de apoio, os cuidados relacionados à saúde mental, quando demandar, o acesso às intervenções corporais, como bloqueio puberal e hormonização, dentre outras possibilidades.

Corroboramos com Marinho (2021, p. 249) que “pessoas trans são aquelas que vivenciam diferentes pertencimentos de gênero não normativo”. O termo trans se refere a “[...] uma vasta gama de experiências, nas quais circulam identidades diversas, dentre elas travestis, mulheres e homens trans, pessoas não-binárias autodeclaradas trans, gênero-diversas, transmasculinas, fluidas, queer, dentre tantas outras” (ANTRA, 2023, p. 5). Utilizamos os termos trans e dissidentes de gênero para contemplar as pessoas que não se identificam como trans.

## ATENÇÃO EM SAÚDE TRANSESPECÍFICA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS/DISSIDENTES DE GÊNERO: IMPASSES E DESAFIOS

No ano de 2010, Waldirene Nogueira, uma mulher transexual, aos 65 anos, conseguiu finalmente, alterar a sua certidão de nascimento de acordo com sua

identidade de gênero feminina, embora já se identificasse com o gênero feminino desde sua infância (ROSSI, 2018).

O Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – AMTIGOS do IPq-HCFMUSP foi criado também no ano de 2010 (SAADEH, 2019) e tornou-se precursor na assistência a crianças e adolescentes trans/dissidentes de gênero. A situação de Waldirene se identificar com o gênero feminino desde a infância e somente ter a sua identidade de gênero reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro na fase idosa de sua vida e o fato do atendimento para este público infanto-juvenil ter ocorrido apenas em 2010 revelam lacunas assistenciais no âmbito da saúde e abismos para a garantia dos direitos à identidade de gênero no Brasil.

Em relação às transformações corporais, foi justamente a partir da história vivenciada por Waldirene Nogueira, que, na década de 1970, começaram a ser noticiadas no Brasil, intervenções cirúrgicas em consonância com a identidade de gênero.

De acordo com Rossi (2018) em 1971, o médico Roberto Farina (reconhecido cirurgião plástico na época) realizou o procedimento em Waldirene, que ficou satisfeita com o resultado e depois de alguns anos pediu, na justiça, para mudar seu documento civil, com base na sua vivência social e transição corporal que havia realizado; entretanto, a solicitação foi negada e ocorreram repercussões indesejadas. Em 1976 (período histórico de ditadura militar no país) o Ministério Público tomou conhecimento da referida intervenção cirúrgica e o médico foi acusado de ter cometido crime de lesão corporal (Art. 129 do Código Penal Brasileiro), sendo condenado à prisão e perdendo o direito de exercer a medicina pelo Conselho Federal de Medicina - CFM. Waldirene Nogueira foi condenada à revelia e exposta a constrangimentos, violências e violações de direitos.

No contexto brasileiro, essa foi reconhecida como a primeira cirurgia nesta área. Apesar das condenações contra Dr. Roberto Farina terem sido revistas posteriormente (1979), naquela situação de maior desinformação sobre o tema e também de expressa transfobia, muitos profissionais de saúde, principalmente da medicina, passaram a ter ainda mais restrições para atender essa população.

Registra-se que esses impactos não se restringiram ao Estado de São Paulo, local de ocorrência dos fatos mencionados sobre Waldirene Nogueira e Roberto Farina, eles se estenderam no país e perduraram décadas, mesmo após a regulamentação da assistência, a exemplo do estágio inicial (2003) dos atendimentos realizados a essa população no Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (SANTOS, 2020).

Considerando a infância e adolescência enquanto fases peculiares do desenvolvimento, a diversidade sexual e de gênero deve ser compreendida, respeitada, acolhida e valorizada, para se romper com perspectivas universalizadas de crianças e adolescentes e, ainda que o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA não especifique sobre identidade de gênero e orientação sexual, não deve ser considerado como importante instrumento para o enfrentamento de desigualdades estruturais advindas do sistema cisheteropatriarcal-racista-capitalista.

Importante destacar a aprovação do ECA (1990) que tem avanços incontestáveis em relação à legislação anterior, denominada Código de Menores. Observa-se que no período de aprovação do ECA não ocorreram articulações políticas entre as mobilizações por direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero e os direitos da infância e adolescência, de maneira que, embora a legislação seja avançada, não incorporou direitos específicos ligados à identidade de gênero ou orientação sexual para crianças e adolescentes.

As possibilidades de assistência em saúde no âmbito da dissidência de gênero são diferentes entre crianças e adolescentes. E essa demarcação se faz necessária principalmente para combater as informações falaciosas, cunhadas por perspectivas neoconservadoras, a exemplo da propagação inverídica de informações sobre cirurgias para crianças e adolescentes dissidentes de gênero no Brasil. De acordo com a Resolução nº 2265/2019 do Conselho Federal de Medicina - CFM, a hormonização é possível a partir dos 16 anos e no caso do bloqueio puberal, o órgão considera como um procedimento experimental, possível a partir do início da puberdade.

De acordo com a pesquisa em documentos oficiais do Ministério da Saúde - MS verificou-se que após a suspensão dos efeitos da Portaria de nº 859/2013, que contemplava o atendimento especializado para crianças e adolescentes trans/dissidentes de gênero, dez anos se passaram, mas o referido órgão segue sem se manifestar e sem organizar o cuidado transespecífico para o público infanto-juvenil. Essa ausência do poder público federal revela o não rompimento com a transfobia, com a perspectiva adultocêntrica e com a reprodução de violações de direitos.

Apesar desse contexto, em que MS sequer informa quais são os serviços que prestam atendimento específico para crianças e adolescentes, tem ocorrido a ampliação (ainda tímida) da rede assistencial no Sistema Único de Saúde - SUS.

A cidade de São Paulo/SP possui um Protocolo de Atendimento municipal que estabelece cuidados para crianças e adolescentes. A assistência deve iniciar a partir da Unidade Básica de Saúde, portanto na atenção básica. No mês de maio de 2023, foi publicado pela prefeitura, o documento denominado: *Diretrizes para o*

*Acompanhamento de Pessoas Adolescentes na Rede Sampa Trans*, prevendo assistência, hormonização e informações das unidades de referência para o atendimento.

É necessário informar que não existe, em âmbito nacional, uma relação oficial dos serviços que prestam essa assistência, porém é do conhecimento importantes iniciativas/trabalhos sendo desenvolvidos no país quanto ao cuidado transespecífico de crianças e adolescentes. Entretanto, se consideramos as dimensões continentais do Brasil, consideramos que a rede é insuficiente para a demanda e que, em diversas unidades federativas, sequer existe uma referência assistencial específica.

Neste sentido, consideramos oportuna a publicação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA: *Nota Técnica sobre acesso à saúde de crianças trans. Do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico, que “se constitui a partir da colaboração entre diferentes profissionais, ativistas e integrantes da sociedade civil, com interesse comum em revisar modos de acompanhar crianças e jovens trans”* (ANTRA, 2023, p. 3), evidenciando um processo coletivo de construção. A relevância da Nota está em disponibilizar parâmetros para cuidados transespecíficos, uma vez que objetiva orientar profissionais da área da saúde, assim como familiares e escolas em uma perspectiva de garantia de direitos.

Outros espaços importantes são os das Conferências. Em 2023, o MS convocou a 17ª Conferência Nacional de Saúde e a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Composto processos conferenciais foi convocada a I Conferência Livre Nacional de Saúde de Pessoas LGBTIAPN+, realizada em 20 de Maio de 2023, uma iniciativa da Associação Brasileira Profissional pela Saúde Integral de Travestis, Transexuais e Intersexo - ABRASITTI, (organizada com a participação de inúmeras outras organizações e serviços de atendimento em saúde para a diversidade sexual e de gênero).

Especificamente sobre crianças e adolescentes, destacamos a Conferência Livre Nacional de Saúde de Crianças e Adolescentes Trans, realizada em 21 de Maio de 2023 e a Conferência Livre Nacional de Saúde Mental para Crianças e Adolescentes Trans, realizada 16 de Setembro de 2023, ambas de iniciativa da Organização Não Governamental - ONG: Minha Criança Trans (também com a participação de outras organizações e de serviços relacionados).

As referidas Conferências Nacionais Livres de Saúde pautaram e deliberaram sobre a assistência para crianças e adolescentes trans/dissidentes de gênero, na perspectiva de direitos e enquanto uma demanda de saúde pública.

No Relatório Final da Conferência Nacional Livre de Saúde de Crianças e Adolescentes Trans constam importantes propostas, como a de redução da idade de início da hormonização cruzada para a partir dos 14 anos; e a de regulamentar o

bloqueio puberal para que deixe de ser considerado procedimento experimental no Brasil (MINHA CRIANÇA TRANS, 2023, n.p).

É válido informar que além das mencionadas, ocorreram outras Conferências Livres de Saúde versando sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, em âmbito nacional, estadual e municipal, o que evidencia a contínua luta e resistência pelos direitos à saúde da população LGBTQUIAPN+ no país.

## OFENSIVA ANTITRANS E RESISTÊNCIAS

A partir de 2013<sup>3</sup> houve, no Brasil, o espraiamento da perspectiva conservadora, o crescimento da direita e extrema-direita e renovadas disputas em relação a questões de gênero e sexualidade.

A agenda da extrema-direita expressa historicamente uma vinculação simbiótica com o conservadorismo, mas também é necessário dizer que não é daí que o segundo se origina. Na sociedade brasileira é inquestionável suas raízes culturais, tanto conservadoras como autoritárias (CHAUI, 2000 apud BARROCO, 2011), elementos que relacionamos ao violento processo colonial.

Destacamos ainda ser fundamental a compreensão tanto das formas continuadas como das novas expressões de conservadorismos e, nesse sentido, corroboramos com a utilização do conceito de neoconservadorismo.

Para Barroco (2011), o neoconservadorismo cunha a maneira de se legitimar, por meio da repressão da classe trabalhadora, ou ainda, por meio da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza e, também da militarização da vida. Acrescentamos que o neoconservadorismo também se vale de formas atualizadas de racismo, xenofobia, opressões de gênero, sexualidade, dentre tantas outras.

A diversidade sexual e de gênero tem sido alvo de depreciação por parte da ofensiva conservadora em curso no Brasil e no mundo. Este fato é inequívoco e são diversas as iniciativas levadas a cabo pela extrema-direita e pelo fundamentalismo religioso na disputa ideológica do último período, a exemplo das fake news e outras campanhas de disseminação do ódio contra a população LGBTQIA+ [LGBTQUIAPN+] (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020, p. 13)

---

3 O ano de 2013 foi marcado pelas chamadas “Jornadas de junho”, mobilizações populares de grande expressividade com o consequente aprofundamento do conservadorismo e crescimento da direita e extrema-direita no país, resultando em 2016, no impeachment da então Presidente Dilma Rousseff e em 2018, na polaridade eleitoral que levou ao poder, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

A ofensiva antigênero está intrinsecamente relacionada ao aumento de ataques à dimensão de gênero e sexualidade, no crescimento de práticas e perspectivas conservadoras e da LGBTQIAPNfobia.

Originadas em berço católico, essas ofensivas são hoje decididamente ecumênicas, mesmo quando o perfil de sua composição possa variar entre países. Embora em toda parte envolvam grupos religiosos cristãos, há movimentações que se articulam com outros grupos e organizações reacionárias e ultraconservadoras como partidos de extrema direita, colégio de pediatras anti-direitos LGBTI, grupos de psiquiatras e psicólogos/as que defendem as chamadas terapias de reversão da homossexualidade e a manutenção de categorias patologizantes para nomear a experiência de pessoas trans e intersexuais, ginecologistas que são contra o aborto, pedagogos que repudiam a educação sexual, juristas e operadores de justiça que preconizam concepções ortodoxas do direito, mas também vozes de esquerda, psicanalistas e psicólogas, como também grupos feministas marcam a heterogeneidade das articulações desta ofensiva (PRADO; CORREA, 2018, p. 445)

Problematizando a ofensiva antitrans, a travesti Dani Avelar, jornalista da Folha de São Paulo, publicou por este veículo de comunicação, aos 20 de março de 2023, matéria abordando o fato de o Brasil ter, no período de publicação, um novo Projeto de Lei - PL antitrans por dia, sendo que quantidade significativa desses PLs tentam justamente restringir o cuidado transespecífico para crianças e adolescentes. Ainda, em matéria no Blog da Cidadania em 21 de março de 2023<sup>4</sup>, com a chamada *PL apresenta enxurrada de projetos contra pessoas trans*, se evidencia essa ofensiva.

São várias os projetos de lei que se voltam “a proibir a chamada ideologia de gênero ou implementar o programa Escola sem Partido em instituições de ensino”; os que buscam “impedir pessoas trans de participar de competições esportivas sob a justificativa de que mulheres trans e travestis teriam vantagens indevidas sobre mulheres cis por terem nascido com um corpo que produz testosterona”; os que buscam “proibir a instalação de banheiros unissex em estabelecimentos públicos e privados”; os que propõem alterações no ECA para “criminalizar condutas de pessoas que instigam, incentivam, influenciam ou permitem criança ou adolescente” a fazer transição de gênero. (BLOG DA CIDADANIA, 21/03/2023).

Em relação à crianças e adolescentes, dissidentes de gênero, os PLs

---

4 Fonte: <https://blogdacidadania.com.br/2023/03/pl-apresenta-enxurrada-de-projetos-contrapessoas-trans/>

buscam impedir o acesso de crianças e adolescentes trans a procedimentos médicos como o uso de bloqueadores de puberdade e hormônios. Os parlamentares defendem que menores de idade não têm maturidade para tomar decisões que afetem a sua saúde. Por outro lado, especialistas afirmam que esses procedimentos podem ajudar a evitar transtornos mentais ao aliviar a disforia de gênero, como é conhecido o desconforto agudo que algumas pessoas trans sentem em relação ao próprio corpo.

Neste sentido, temos, em São Paulo, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI criada pelo Ato nº 101/2023, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, mediante Requerimento nº 298/2023. A respectiva CPI foi criada na perspectiva de,

apurar e investigar as práticas adotadas pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo no diagnóstico, acompanhamento e tratamento de menores de idade com suspeita ou diagnóstico de incongruência de gênero ou transgêneros e, em especial, a submissão de crianças e adolescentes a hormonioterapias para transição de gênero realizadas pelo hospital em possível violação às disposições do conselho federal de medicina. (ALESP, 2023, online)

As lutas e resistências da comunidade LGBTQIAPN+ se colocam no cenário com importantes manifestações públicas nos espaços de controle social e legislativo, com manifestações importantes da ANTRA, ABRASITTI, de diferentes coletivos sociais fazendo frente à essa ofensiva, reconhecendo que esses PLs contribuem para o acirramento dos ódios e violências contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Quanto ao cuidado em saúde transespecífico a crianças e adolescentes essas resistências também se colocam como necessárias, na compreensão que as dificuldades de acesso são determinantes sociais da saúde e impactam no direito à vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e iniciativas de atenção transespecífica para crianças e adolescentes são necessárias em uma perspectiva de garantia de direitos. Verifica-se que a publicação da ANTRA quanto a *Nota Técnica sobre acesso à saúde de crianças trans. Do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico*, ocorre no campo das resistências mas também por ausência de parâmetros por parte da maior autoridade sanitária do país, o MS.



As Conferências Nacionais Livres de Saúde que pautam a assistência para crianças e adolescentes trans/dissidentes de gênero evidenciam uma agenda para esta pauta de saúde pública, no árido contexto em que se passaram dez anos da suspensão dos efeitos da Portaria do MS nº 859/2013 que minimamente contemplava essa assistência.

Os mecanismos antitrans que buscam impedir acesso à saúde e privar do direito à vida do público infanto-juvenil trans/dissidentes de gênero continuam a evidenciar os aspectos adultocêntricos e transfóbicos presentes nas relações sociais brasileiras. Considerando a perspectiva histórica brasileira, se estes não eram valores antes da violenta invasão colonial, é indispensável lutar para que não sigam sendo, o que implica uma agenda anticapitalista, anticolonial, antirracista e anti-(cis)heteropatriarcal (MARINHO, 2021). Conclui-se que as lutas por direito à saúde das crianças e adolescentes trans/dissidentes de gênero compõe um processo mais amplo de reivindicações por transformações da realidade social.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J, D, N. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, V. 2, N. 1, P. 68-87, out. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP) 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idComissao=1000001045>. Acesso em: 25, nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**/Bruna G. Benevides. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 25, nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota técnica sobre acesso à saúde de crianças trans: do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/06/nota-tecnica-criancas-trans-antra.pdf>. Acesso em: 25, nov. 2023.

AVELAR, D. Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia, e ‘efeito Nikolas’ preocupa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20, mar. de 2023.

BARROCO, M, L, S. Barbárie e neoconservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, N. 106, P. 205-218, 2011.

BLOG DA CIDADANIA. PL apresenta enxurrada de projetos contra pessoas trans. <https://blogdacidadania.com.br/2023/03/pl-apresenta-enxurrada-de-projetos-contr-pessoas-trans/> Acesso em 10/10/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 859/2013 Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde SUS**. Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM Nº 2265/2019**. Brasília, 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

MARINHO, S. Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação. **Em Pauta**, N. 47, V. 19, P. 248-264, 2021.

MINHA CRIANÇA TRANS. **Relatório Final I Conferência Livre Nacional de Saúde de Crianças e Adolescentes Trans**. 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1d5h2lN0WSctO\\_rQyG5hSoiWRLpPYywPy/view](https://drive.google.com/file/d/1d5h2lN0WSctO_rQyG5hSoiWRLpPYywPy/view). Acesso em: 25, nov. 2023.

NOGUEIRA, L. PEREIRA, M, TOITIO, R. O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. 1. Ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2020.

PRADO, M, A, M; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, N. 43, V. 18, P. 444-448, 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. 2023 **Diretrizes para o Acompanhamento de Pessoas Adolescentes na Rede Sampa Trans**. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Diretrizes\\_acompanhamento\\_adolescentes\\_trans.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Diretrizes_acompanhamento_adolescentes_trans.pdf). Acesso em: 25, nov. 2023.

ROSSI, A. 'Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo no Brasil. **BBC Brasil**, São Paulo, 28, mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SAADEH, A. Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade): guia prático para pacientes familiares e profissionais de saúde. 1 ed. São Paulo: **Hogrefe**, 2019.

SANTOS, M, C, B. **Aos trancos e barrancos: uma análise do processo de implementação e capilarização do processo transexualizador no Brasil.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, P. 483. 2020.

# A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FAMÍLIAS E PESSOAS LGBTQIA+ NA PERSPECTIVA DE ATENÇÃO À MATRICIALIDADE FAMILIAR

*Silvia Galhardo<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este trabalho é fruto das reflexões propostas na disciplina de Direitos sexuais e reprodutivos ministrada no curso de pós-graduação de Promoção de Políticas Públicas Gênero e Sexualidade na Amazônia. Para isso, foi proposto pensar sobre uma política em vigência atual e sua forma de execução ou planejamento, possibilidades ou criações de uma política pública para qual ainda não estivesse sendo contemplada na conjuntura atual. Me proponho a repensar o atendimento às famílias na Política de Proteção Básica de Assistência social que como forma de trabalho de seu corpo técnico propõe no trabalho com indivíduos e famílias a categoria da Matricialidade familiar para construção das propostas de intervenção. Entende-se que é necessária uma profunda reestruturação teórico-prática, e que para além disso, aperfeiçoamento e capacitação profissional com vislumbre a compreensão que se devem considerar as diversas dinâmicas e formas de existência de um sujeito, como identidade de gênero, sexualidade e que com isso se elabore propostas de atenção a diversidade de construções e contextos familiares.

**Palavras-chave:** Proteção Social; Matricialidade Família; LGBTQIA+.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social da Universidade Federal do Pará [galhardo\\_silvia@hotmail.com](mailto:galhardo_silvia@hotmail.com);

## I. INTRODUÇÃO

A Assistência social no Brasil compõe o tripé da seguridade social com as políticas de Saúde e previdência e se constitui como elemento fundamental da segurança de vida de um indivíduo a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, instituindo-se como política pública, o que permite a diferenciação dos objetivos e das práticas de caráter filantrópico e benevolentes, como antes conduzia-se as ações denominadas de Assistência social, com práticas sociais atreladas a caridade ou aos interesses políticos das classes dominantes, utilizando da caridade como forma de ação para proventos de seus anseios.

Compreender a Assistência social como política Pública poder diferenciar essas ações inerentes a concepção de uma política pública, criada para atender demandas sociais, com objetivos e agendas demandadas pelo interesse coletivos, das práticas das quais eram antes objeto de sua atuação, permite analisarmos e discuti-la como um direito de cidadania e como um componente essencial da seguridade social.

A Seguridade Social é definida na Constituição Federal, no artigo 194, caput, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à Assistência Social”.

Também podemos definir a Seguridade Social através do conceito de Sérgio Pinto Martins como:

Um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à Assistência Social”.

A Constituição Federal define também que a Assistência social é um direito de todo cidadão e um dever do estado prover os mínimos sociais e este deve garantir as necessidades básicas de todos os cidadãos. Isso significa dizer que ao compor a Seguridade Social, a Assistência Social, de acordo com Pereira (2001), passa a exercer as seguintes características:

Embora não seja em si mesmo universal, já que tem como destinatários segmentos sociais particulares, ela deve realizar uma necessária tarefa universalizadora ao incorporar e manter incorporados no circuito das institucionalidades prevaletentes (direitos, leis, políticas) esses destinatários;

Por ser gratuita e sem fins lucrativos, automaticamente prevê o efetivo comprometimento do Estado e o envolvimento desinteressado da sociedade na regulação, na provisão e no controle democrático de sua operacionalização. E é só nesse sentido que ela funcionará como espaço público, onde tanto o Estado como as sociedades se farão presentes colocando-se a serviço de interesses coletivo (2001:228).

A garantia de legalidade permite a inter-relação com outras políticas e faz com que se exija a intervenção ativa do estado e poderes públicos. Esta intervenção lhe proporciona o status de direito, ultrapassando as ações de caráter moral ou daquelas práticas a direitos individuais ou pessoais. Além disso, considerá-la como Política Pública equivale a transformá-la em um programa ou estratégia de ação, tornando-a:

Um conjunto de mecanismos e procedimentos mediante os quais se elabora a agenda do que virá a ser a pauta de prioridades políticas a ser posta em prática de forma planejada e escalonada no tempo. Isso requer: formulação de política; tomada de decisão; determinação de objetivos e critérios; identificação e comparação de alternativas que, por sua vez, vão exigir pesquisas e diagnósticos para subsidiar escolhas e decisões; avaliação, para aferir impactos associados às decisões; e definição precisa de recursos. (Pereira, 1996:71)

Desde 2005, a assistência social tem sido reorganizada pelo governo federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com a participação e pactuação dos demais entes federados, para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este Sistema trouxe inovações para a gestão da política, com a criação de novos instrumentos e uso de tecnologias, novas formas de financiamento da proteção social da assistência social que garantiram a descentralização e certa autonomia dos entes federativos.

A Lei 8.742/93 (LOAS), profere como objetivo o amparo aos direitos sociais, categorizando como elementos de proteção que se definem como proteção social básica e especial, na proteção social básica se prestam ações a famílias e indivíduos para fortalecimento dos vínculos e na proteção social especial trabalha-se para a reconstrução de pessoas que tiveram seus direitos violados.

A política Nacional de Assistência Social – PNAS é instituída em 2004, em consonância com a LOAS de 1993 materializando o campo da seguridade Social. Essa estruturação da política nacional exigiu estruturas normativas para a sua operacionalização, em 2005 o SUAS promove para seus agentes a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (Ministério, 2005), configurando como uma ferramenta de regulamentação dos conteúdos e definições da PNAS (Ministério, 2004), a NOB/

SUAS (Ministério, 2005) estabelece os parâmetros de funcionamento, objetivos e normativas da operacionalização da Política de Assistência no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A PNAS estabelece os objetivos de sua atuação, sujeitos a quem se destina e qual deve ser o grupo prioritário de sua intervenção, assim, a centralidade na família ocupa um eixo estruturante estabelecido na PNAS (Ministério, 2004). “A Matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (Ministério, 2004, p. 40).

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS entende família como:

A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e convívio social. A defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de gerações e de gênero. (PNAS 2004, p 90)

Apesar da PNAS impetrar um conceito de família que transcende “um modelo único baseado na família nuclear”, é preciso questionar se na prática essas famílias passam a ser contempladas e até mesmo entendidas pelas ações propostas.

Além disso, ideia de família o como espaço protetivo, responsável pelo compartilhamento financeiro e assim proporcionar certa segurança, desconsidera que esses espaços podem ser de desproteção e de violências entre os seus próprios membros.

Nessa seara, podemos compreender que a instituição de mecanismos institucionais, como a PNAS não garante por si só a proteção social de grupos sociais, quando desconsidera conjecturas próprias do indivíduo ou quando observa ou determina que a sua proteção deve-se ser pensada em fatores coletivos de unidade familiar.

Assim como os caminhos de instituição da Política Nacional de Assistência social – PNAS, a comunidade LGBTQIA+ construiu um caminho de lutas e manifestações para efetivação dos direitos sociais atribuídos aos cidadãos proferidos na carta magna. Assim a raiz do movimento LGBTQIA+ no Brasil se deu a partir de agrupamentos em ambientes sociais, como bares e clubes nos anos 1970, em meio a Ditadura Militar (1964-1985).

Entende-se a importância da discussão dessa temática uma vez que é crescente o número de violências cometidas contra pessoas LGBTQIA+ e que os

espaços de atendimento dessas pessoas serão também direcionados a partir da política de Assistência social e seus normativos e é preciso compreender se tanto a política e suas orientações normativas, quanto o operacionalizados poderá ser a gente de garantia de proteção social e não gerar mais desproteção daquele de quem dela precisar.

Diversos autores têm trabalhado o conceito de Família ao longo do tempo. Miotto (2010) ressalta que mesmo havendo o reconhecimento da modificação da estrutura familiar ocidental, sobretudo, no que concerne ser a função da mulher ou do homem dentro da família, o modelo ou referencial de sê-la, configura a família, frequentemente como uma estrutura construída por pai, mãe e os filhos.

Deste modo, define-se família pelo papel ou a função a qual cabe desempenhar: o pai protetor, a mãe cuidadora e os filhos os seres que devem receber cuidados e proteção por parte do pai e da mãe. Estabelece-se assim família pela posição que homem e mulher ocupam no rol de atividades em sociedades.

Por seu turno, Soares (2012) refere que as novas famílias se distinguem pela fluidez dos vínculos de relações e afetividade e também pelas diversas estratégias familiares que modificam os velhos modos de ser família.

Mello et al (2013) enfatizam que: No âmbito da Assistência Social, o Plano Nacional LGBT propõe a ‘ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT’ e também uma perspectiva de intersecção que possa ‘assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial nos programas sociais do Governo Federal’.

Outra questão de extrema importância é o fato das ações socioassistenciais considerarem com público de prioridade as genealogias famílias que possuem crianças menores de 18 anos e com chefes de família do sexo feminino, também desconsiderando mulheres em sua construção de identidade de Gênero, pessoas não cis normativas.

Dessa forma a PNAS 2004 exclui as famílias LGBTQIA+, haja vista que direciona parte significativa dos planos, programas, projetos, serviços e benefícios às configurações de família que possuem filhos em suas composições uma vez que as conjugalidades LGBTQIA+ em sua maioria não têm filhos.

Segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia: através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos; (PNAS 2004, p. 33. Proteção Social).



Além do exposto, a falta da disciplina formativa obrigatória que abarque as diferenças entre Identidade de Gênero e Orientação sexual faz com a atenção e o caráter protetivo da Proteção básica desapareça e o mais preocupante nesse cenário é a possibilidade que novas violências aconteçam dentro dos espaços de atendimento.

## II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário a família concebida pela Política Nacional de Assistência Social ainda não superou o modelo de família com filhos, modelo patriarcal, inserido no sistema capitalista de minimalismo das políticas públicas, uma vez que ficaram nítidos os requisitos exigidos pelos programas, serviços e benefícios da Proteção Social voltados para renda per capita e existência de filhos nas composições familiares. Ressaltando as contradições da PNAS-2004 entre a Matricialidade Familiar X Proteção Social, nas quais foi possível identificar a ausência de reconhecimento e visibilidade às famílias e conjugalidades LGBTQIA+.

Como forma de melhoria, poderia ser rediscutidas as orientações da política de Assistência Social, com alteração e melhor aprofundamento dos conceitos de família, considerando as diversidades dos membros, além de elaborar possibilidades de atuação e proteção para indivíduos em desproteção familiar e criação de novos laços, em contexto em que se entende família também como um espaço de violações e impossibilidades de retomada de laços, mas existência de novas formas de configuração de novas famílias.

Destarte é necessário acrescentar disciplinas formativas em caráter obrigatório nos espaços de atuação, bem como, capacitações recorrentes das equipes e possível orientação com especialistas em gênero, famílias e sexualidade para pensar novas estratégias de atuação e romper com práticas perpetradas numa lógica positivista do fazer profissional.

## REFERÊNCIAS

ARGONE, Mônica. LAGO, Mara. **Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica.** Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.1, p.256-270, 2017

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.** Brasília (DF), 2006. BRASIL. TCU.

Orientações para conselheiros da área de assistência social. Brasília: 4ª secretaria de controle externo, 2007.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Política Nacional de Assistência Social. Brasília (DF), 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF, 2005

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **SUAS: Configurando os eixos de mudança.** Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Capacita. Suas v.1. Brasília: MDS, 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Desafios da gestão do SUAS nos municípios e estados.** Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Capacita. Suas v.2. Brasília: MDS, 2008b.

Couto, B. R. (2009). **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social.** In Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil (pp. 205-217). Brasília: MDS/UNESCO.

ISBN: 978-85-61702-97-7



# ST 26 - SENTIDOS DO TRABALHO E POLÍTICAS DE EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS LGBTQIAPN+



# DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE INICIATIVAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA

*Ana Paula Speck Feijó<sup>1</sup>*  
*Paula Regina Costa Ribeiro<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a inclusão produtiva da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho, a fim de ampliar a diversidade em suas equipes. A fim de alcançar tal meta, problematizamos quatro reportagens postadas na homepage de uma empresa que tem um programa de inclusão da diversidade no qual dois de seus pilares trabalham gênero e sexualidade. Para análise dos dados, utilizamos o conceito-ferramenta do filósofo Michel Foucault problematização, por acreditarmos que desta forma podemos colocar em suspenso as verdades que são ditas sobre essa inclusão em busca de uma maior diversidade sexual e de gênero nas equipes. Observamos com essa pesquisa, que cada vez mais se faz necessário problematizar tais iniciativas, uma vez que muitas vezes as/os/es sujeitas/os/es envolvidos nessas pautas, sustentam a ideia de que uma vez que são ofertadas possibilidades de inclusão, o sucesso de permanências dessas pessoas nas vagas, depende somente delas mesmas, simplificando a complexidade de existir e resistir nessa nossa sociedade que é estruturada num contexto cis heteronormativo.

**Palavras-chave:** Inclusão produtiva, Sexualidade, Gênero, Cisheteronormatividade.

1 Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande- FURG, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8237-5716>; [anapaulaspeck@yahoo.com.br](mailto:anapaulaspeck@yahoo.com.br);

2 Doutora em Educação em Ciências, Professora Titular do Instituto de Educação, Professora do PPG Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7798-996X> E-mail: [pribeiro.furg@gmail.com.br](mailto:pribeiro.furg@gmail.com.br);

# DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO LABORAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO #EMPREGALGBTI+ MATO GROSSO<sup>1</sup>

*Bruna Andrade Irineu<sup>2</sup>*

*Josiley Carrijo Rafael<sup>3</sup>*

*Eloísa Castro de Oliveira<sup>4</sup>*

*Maíne Ferreira Maia de Oliveira<sup>5</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este texto resulta das fases iniciais do projeto de extensão que se propõe a disseminar práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) em Mato Grosso, especialmente em contextos não metropolitanos. O projeto de extensão envolve a criação de um material educativo (*toolkit*), como instrumento para difundir localmente, tais estratégias entre empresas, trabalhadoras/es e serviços públicos.

A produção de Toolkit sobre Diversidade, Equidade e Inclusão destinados a empresas mato-grossenses e realização de Workshop junto a essas mesmas empresas e trabalhadoras/es estão no escopo central do projeto. Metodologicamente previmos o mapeamento dos websites e perfis das redes sociais de corporações e empresas de Mato Grosso para identificação das noções de diversidade e equidade nesse ambiente; Elaboração de conteúdo redacional do Toolkit sobre agenda ESG e trabalho decente (OIT) ou trabalho justo, como vem sendo debatido por trabalhadores de aplicativos, destinados a empresas cuiabanas e

1 Projeto financiado pelo CNPq e pela FAPEMAT.

2 Bolsista Produtividade em Pesquisa – CNPq. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social – UFMT. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM.

3 Bolsista de Pós-Doutorado – CNPq. Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social – UFMT.

4 Bolsista de Extensão Tecnológica – FAPEMAT vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM.

5 Bolsista de Extensão Tecnológica – FAPEMAT vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM.

várzea-grandense; Editoração conteúdos audiovisuais que constituirão o Toolkit; Preparação dos *Workshops* para difusão do toolkit nas redes sociais e no *mailing* das empresas e corporações locais; Articulação de parcerias institucionais com a Câmara de Dirigentes Lojistas e FEECOMERCIO para realização dos Workshops.

A proposta de extensão tecnológica supracitada, nasce como desdobramento do projeto de pesquisa intitulado “Diversidade, Sentidos do Trabalho e Redes Sociais: reputação digital e circulação da agenda *ESG (Environmental, Social and Governance)* no *LinkedIn*”. Com foco na diversidade, equidade e inclusão, dentre outras metas, pretende-se finalizar o projeto com a apresentação de um relatório com recomendações para políticas públicas de diversidade e equidade no trabalho.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Neste sentido, este texto apresenta os resultados parciais da revisão integrativa no *Google Acadêmico*, com objetivo de sustentar teórico-metodologicamente a produção do material que será o resultado do projeto de extensão supracitado. Entendemos a revisão integrativa, em diálogo com Souza et. al. (2010), como uma revisão de literatura de ampla abordagem, que oportuniza incluir estudos dos mais diversos níveis, visando a compreensão da temática analisada a partir de propósitos previamente definidos através de conceitos e revisões de teorias e resultados evidenciados nesses estudos levantados. Essa amostra precisa constituir um panorama consistente dos conceitos de interesse do estudo, demonstrando especialmente a complexidade das teorias e problemas relacionados à temática da pesquisa.

Para esse levantamento usamos como ferramenta o *Google Acadêmico*, buscando pelas palavras-chave “empregabilidade LGBT”, “empregabilidade PCD” e “empregabilidade e inclusão racial”. Durante o processo, selecionou-se os textos que compuseram o corpus de análise, observando os temas e resumos das produções.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A definição de trabalho decente foi cunhada pela OIT, precisamente em 1999, integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Está assentada no compromisso de “promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e

dignidade humanas”<sup>6</sup>. Essa concepção expressa a síntese dos objetivos estratégicos definidos pela OIT, sendo eles:

1. o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
2. a promoção de emprego produtivo e de qualidade;
3. a ampliação da proteção social;
4. e o fortalecimento do diálogo social (OIT, 1999).

A referida concepção se espalhou para os estudos sobre as relações de trabalho e serviram como referência nas últimas décadas. Ainda que passiva de críticas e problematizações, é fundamental reconhecer que um parâmetro mínimo para as condições de trabalho foi delineado pelos organismos internacionais, num contexto de intensificação dos processos de flexibilização decorrentes da reestruturação produtiva, em movimento constante, cuja face atual pode ser caracterizada pela plataformização do trabalho.

Grohmann e Graham (2023) abordam a possibilidade de efetivação do trabalho decente assimilando tal conceito com o que denominam como “trabalho justo”. A diferenciação está assentada na atualização das novas configurações de relações de trabalho, determinada pelo crescente uso das plataformas como mediação para inserção de pessoas em postos de trabalho, nas mais diversas modalidades e funções. Ampliando a concepção que marcou o contexto brasileiro, notadamente influenciado pela expansão da Uber e do Ifood nos números de trabalhadores. Os pesquisadores estão envolvidos com o projeto *Fairwork*, coordenado pela Universidade de Oxford, com objetivo de pautar e analisar o trabalho justo e decente realizado por trabalhadores de plataformas, tanto aqueles que realizam suas atividades na rua quanto os que atuam em seu próprio domicílio. O objetivo é certificar empresas que atuam nas garantias dos direitos e diretrizes elaborados pelo *Fairwork*, que estão em consonância com os princípios defendidos pela OIT ao estabelecer sua concepção de trabalho decente em 1999.

A iniciativa do *Fairwork* é um dos inúmeros exemplos que surgem na direção de humanizar o capitalismo e promover relações de trabalho supostamente mais justas e dignas para as pessoas que contam tão somente com a venda da força de trabalho para saciar as necessidades básicas. O foco da análise e da intervenção não está no crescente desemprego global, mas sim, na criação de mecanismos

---

6 Concepção extraída do site da OIT: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>

que tornem os processos de trabalho, ainda que juridicamente desregulamentados, mais justos com o contingente de trabalhadores e trabalhadoras que têm na plataformização uma alternativa concreta para a remuneração.

Iniciativas que buscam humanizar as relações de trabalho devem ser compreendidas com a devida contradição que expressam. No entanto, a agudização das condições de vida da classe trabalhadora tem imposto a urgente necessidade de implementação de mecanismos que possam atenuar as renovadas estratégias para exploração da força de trabalho. Isso fica evidente no chamamento ético-político que os resultados da pesquisa de Antunes (2018) nos mostram, onde o autor aponta que as condições atuais de trabalho remonta a uma espécie de “privilegio da servidão”, ou seja, num contexto de amplo e estrutural desemprego, as pessoas que conseguem se inserirem em espaços remunerados, independentemente das condições para desenvolvimento do seu trabalho e obtenção de alguma renda, podem ser tidas como privilegiadas, pois a realidade tem evidenciado cada vez mais o aumento de sobrantes. O privilégio em servir é tido quase como um prêmio de consolação. Nesse bloco, alguns grupos sociais acabam sendo os mais prejudicados, com destaque para a população negra, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, e outros.

A configuração desse inóspito mercado, deve ser compreendida como renovação dos velhos arranjos que sempre marcaram as relações de trabalho. Cujas intensidade da exploração não é tipicamente própria do que Antunes (2023) denomina como “uberização do trabalho”, mas sim, como somatório dos processos que marcaram as diferentes transformações pela quais as relações de contratação e exploração foram sendo engendradas, apontadas pelo autor como semelhantes, mas também como singulares, dentre elas a “walmartização do trabalho”, a chamada “mcdonaldização” dos serviços, o modelo “toyotista”, etc.

A pesquisa de Cavalcanti (2021, p.218) contribui para a análise do mundo do trabalho e as questões que envolvem o conceito de empregabilidade. O autor defende que os supostos direitos trabalhistas estão voltados a reger as condições de exploração da mão de obra, na mesma direção, a inefetividade dos direitos humanos, produto da “cínica narrativa das democracias liberais”, promoveram o chamado “sub-humanos”, pois “os direitos humanos assegurados aos não humanos são a liberdade escassa, a propriedade de bem nenhum, a educação da ideologia hegemônica, o trabalho precário, a destruição do ambiente e a paz de guerras constantes”. As instigantes elaborações de Cavalcanti (2021) apresentam mediações criativas para analisarmos a promessas civilizatórias que parecem terem se esgotado com as transformações que afetam nosso dia a dia, especialmente grupos sociais que historicamente são tidos como alvos do conservadorismo, da



tiranía autoritária, das perseguições religiosas e conseqüentemente do higienismo opressor do mercado de trabalho.

No campo crítico, as elaborações acerca da empregabilidade não são otimistas, não só pelas posições anticapitalista e pela dinâmica própria da unidade exploração-opressão, mas em razão das transformações que não potencializam a vida da classe que vive do trabalho, que têm minado as esperanças e a organização política de trabalhadores e trabalhadoras. É na contramão do pessimismo que as ações do nosso projeto que envolvem pesquisa e extensão, esboçados na introdução do capítulo, buscam percorrer, desbravando novos caminhos, reinventando velhas estratégias e apoiando-se em experiências exitosas que precisam ser revisitadas. Nessa direção, os autores mencionados neste tópico corroboram com nossa convicção, só a luta transformará a atual realidade, a organização por meio de sindicatos, cooperativas, associações, e toda e qualquer ferramenta de potencialização do poder popular. Para que processos de contratações, gerações de emprego, inserção em espaços de renda, possam se ampliar com a garantia e razoabilidade salarial, contemplando a diversidade. Assim, entendemos que outras alternativas estruturais e radicalmente transformadoras poderão ser traçadas e galgadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como demonstra o Gráfico 1, obtivemos um total de 116 documentos bibliográficos, que vão variar entre artigos, dissertações, teses, monografias etc. Dentre esse total, 33 tratam do debate sobre empregabilidade e inclusão racial; 37 sobre empregabilidade LGBTI+; e 46 abordam o tema da inclusão PCD. O resultado surpreende já que tínhamos como hipótese a ideia de que o tema da inclusão racial se sobressairia em relação a empregabilidade LGBTI+.

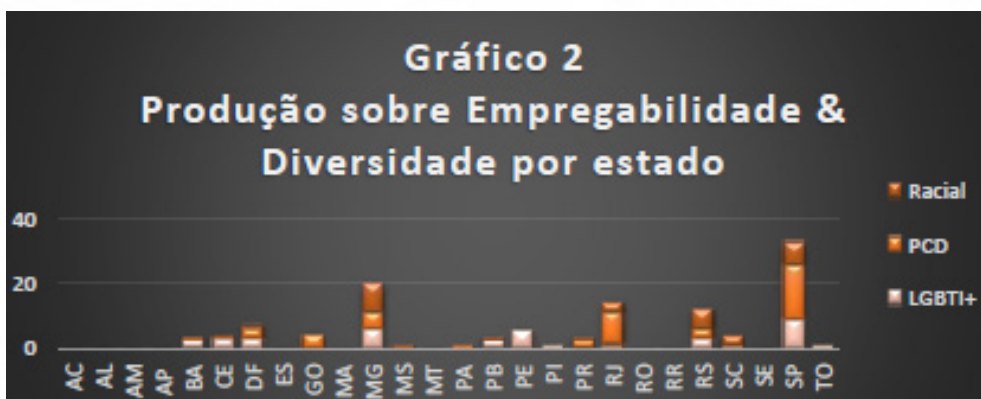
No entanto, é provável que se fosse utilizar os descritores “racismo no trabalho”, “LGBTIfobia no trabalho” e/ou “capacitismo no trabalho” iremos encontrar uma paisagem na qual o tema racismo se destacasse numericamente em relação aos demais, pelo fato de que o racismo se constitui crime no Brasil há mais tempo que a LGBTIfobia, enquanto o termo capacitismo figura muito recentemente por nosso vocabulário acadêmico e ativista.



**Fonte:** Google Acadêmico

Em relação a geopolítica dessa produção teórica, o Gráfico 2 refere-se aos achados sobre empregabilidade racial, PCD e LGBTI+ de maneira agregada. Nota-se, portanto, que São Paulo se destaca nos três temas, apresentando o maior número de textos, seguido dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

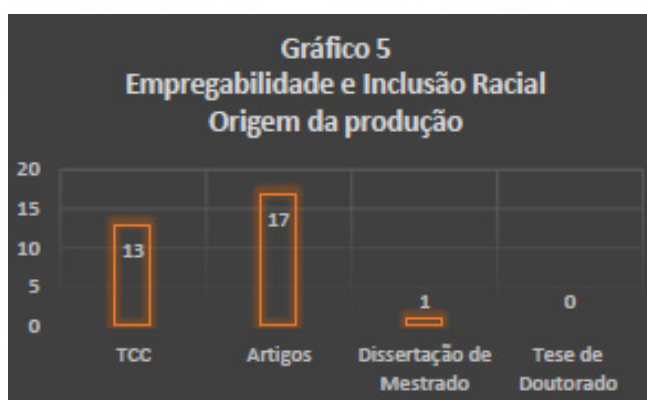
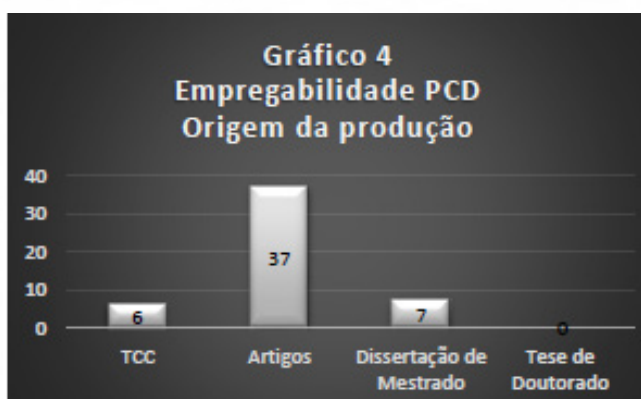
A região Norte, seguida da Centro-Oeste, são as que apresentam os menores números de produção agregada. Nos estados do Norte encontrou-se apenas 1 texto pertencente ao estado do Tocantins, relacionada ao tema “empregabilidade LGBTI+”, enquanto nos demais estados e temáticas não se evidencia produção. No Centro-Oeste, Mato Grosso não apresenta achados, logo, destaca-se aqui a ausência de produção identificada justamente no estado ao qual este estudo, financiado pela FAPEMAT, está localizado, justificando assim a relevância do projeto em andamento.



**Fonte:** Google Acadêmico

Outro elemento que pode ser destacado no Gráfico 2, é o fato de que nem todo estado que apresenta alguma produção, a demonstra nos três temas. Mato

Grosso do Sul, Pará e Goiás só apresentam produção sobre inclusão PCD; e o Piauí sobre empregabilidade LGBTI+ por exemplo. Neste âmbito, deve-se considerar as assimetrias regionais na produção de conhecimento brasileira, especialmente em razão de termos uma maior concentração de Programas de Pós-Graduação, com cursos de Mestrado e Doutorado, nas regiões Sudeste e Sul.



**Fonte:** Google Acadêmico, 2023.

A origem dessa produção teórica se distingue e se diversifica quando observamos comparativamente os três temas. Algo que deve ser considerado, é fato de

que o *Google Acadêmico* não apresenta vinculação direta com o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, o que nos leva a compreender que é possível ampliarmos o número dessas produções realizando um levantamento também nessa base de dados.

Quanto à distinção numérica entre os temas, acreditamos que o número maior de produções sobre empregabilidade PCD ocorra em razão de existir um amparo legal na inclusão PCD no mercado de trabalho, que é o caso da Lei 8.213/1991, o que torna essa discussão com possibilidade avaliativa maior que as demais, já que as ações afirmativas raciais em concursos são bem mais recentes. A esse respeito, cabe dizer que o debate sobre a afirmação de uma nova compreensão sobre a questão da deficiência ocorre a partir da década de 1980, o que conforme De Souza e Queiróz (2023), significou disputas por nomeação de expressões mais sintonizadas com o conteúdo ético e político formuladas no interior do movimento PCD. As mobilizações desse período foram decisivas para a incorporação do tema da deficiência em distintos dispositivos da Constituição Federal de 1988, expressando nos planos legal e normativo, “*a igualdade de direitos e as questões relacionadas com discriminação, autonomia, acessibilidade, trabalho, transporte, prevenção habilitação e reabilitação, direito à informação, educação básica e profissionalizante*” (p. 99), mas, principalmente a participação na vida pública.

## CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

O estudo, ainda em fase exploratória, irá avançar nas etapas da revisão integrativa, para que se analise também o conteúdo dessa produção. Além disso, é preciso verificar se há nessas produções levantadas, há algum elemento que nos indique a relevância ou conexão das estratégias ESG no âmbito e efeito dessa “inclusão laboral”, que nos leve a considerar como expressivo também para o projeto de extensão, que produzirá o *Toolkit*. Para tal, deve-se considerar experiências organizativas como aquelas articuladas às lutas sindicais e ao cooperativismo, por exemplo, as quais se relacionam com uma perspectiva de emancipação da classe trabalhadora na contramão dos processos de subjetivação neoliberal (BROWN, 2019).

Desse modo, mediante o atual agendamento neoliberal das demandas por diversidade no trabalho, é preciso uma analítica cuja posição política se apresente radicalmente anticapitalista. Não apenas por parte da análise produzida nesse estudo e no desenvolvimento do projeto de extensão, mas em especial, por parte dos coletivos e movimentos sociais que ocupam papel de destaque no século XXI, como movimento negro, feminista, LGBTI+, pessoas com deficiência, povos

indígenas, etc. Entendendo assim, que as estratégias de empregabilidade não se encerram em si mesmas, mas podem se constituírem em potentes caminhos para construção de uma massa de consciência que venha se organizar por transformações mais radicalizadas, na direção da emancipação humana.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e a FAPEMAT pelo fomento aos projetos de pesquisa e extensão, cujos resultados parciais originaram esse texto.

## REFERÊNCIAS

AMBRÓZIO, Aldo. **Empresariamento da vida**: a função do discurso gerencialista nos processos de subjetivação inerentes à governamentalidade neoliberal. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad. de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DE SOUZA, Joseane; QUEIRÓZ, Imar Domingos. Da deficiência como limitação corporal à deficiência como opressão: a dimensão educativa das lutas e dos movimentos empreendidos pelas pessoas com deficiência. *In*: IRINEU, Bruna Andrade; SOUZA, Victor Hugo de Souza; AMARAL, Ayrton Senna Seraphim. (Org). **Saberes e aprendizagens interseccionais**: educação, diversidade e resistências. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2023. pp. 87-109.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do Trabalho: características e alternativas. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROHMANN, Rafael. Plataformas controladas por trabalhadores. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

GROHMANN, Rafael & GRAHAM, Mark. É possível trabalho decente em plataformas digitais? *In*: NEXO Políticas Públicas. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/%c3%89-poss%c3%advel-trabalho-decente-em-plataformas-digitais>

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, M. T. DE .; SILVA, M. D. DA .; CARVALHO, R. DE .. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, jan. 2010.

ISBN: 978-85-61702-97-7



XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO

## ST 27 - TEORIAS, TEOLOGIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS



# A OVELHA ROSA: ANÁLISE DO TRÂNSITO RELIGIOSO NA AUTOBIOGRAFIA *O PROFETA GAY*, DO REVERENDO FRANCISCO FERREIRA JÚNIOR

Maylton Marques Lourenço<sup>1</sup>  
Rita Cristiana Barbosa<sup>2</sup>

## RESUMO

A lógica do padrão cis-heteronormativo defendida pela teologia dominante manteve, por muito tempo, a população LGBTQIAPN+ excluída da esfera cristã. Essa padronização religiosa tem sido debatida e (re)formulada em meio a grandes tensões. Este trabalho tem por finalidade apresentar uma análise sobre o trânsito religioso do Reverendo Francisco Ferreira Júnior com base na sua autobiografia: *O profeta gay*, lançado em 2018, fruto de um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), para formação de clérigos das Igrejas da Comunidade Metropolitana. Para tal análise detalhada se buscou interpretar e compreender a narrativa autobiográfica por meio de leituras, como de André Musskopf, Nancy Wilson, Ronaldo Vainfas entre outras. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, do tipo estudo de caso, de abordagem qualitativa, que utilizou o método dedutivo para identificar e analisar os significados construídos a partir desses textos. Os resultados demonstram que o trânsito religioso é um processo subjetivo de cada indivíduo que ocasiona em algum grau de mudança simbólica, teológica ou dogmática e que a Teologia Inclusiva é oposta a Tradicional no tocante da homossexualidade. Chegamos à conclusão que tal debate é importante nas Ciências das Religiões por expor a vivência/experiência de um sujeito frente as mudanças sociais teológicas existentes no cristianismo, seus conflitos e significações do sagrado.

**Palavras-chave:** Trânsito religioso, Homossexualidade, Cristianismo, Inclusão.

1 Graduado do Curso de Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [maylton.lourenco@academico.ufpb.br](mailto:maylton.lourenco@academico.ufpb.br);

2 Professora orientadora, Doutora em Educação, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [rcrisbarbosa@yahoo.com.br](mailto:rcrisbarbosa@yahoo.com.br);



# O CORPO BISSEXUAL COMO POSSIBILIDADE TEOLÓGICA

*Michel Eriton Quintas<sup>1</sup>*

## RESUMO

As teologias cristãs de caráter inclusivo têm conquistado relevância na sociedade moderna, mas ainda são recentes em relação à história do cristianismo. Nesse sentido, fazer teologia como pessoa LGBTQ+ é aceitar o desafio do diálogo entre sexualidade e espiritualidade, além do contorno dos ideais na direção do possível. O presente trabalho, portanto, visa explorar as relações entre teoria e prática (fé-vida) pela superação dos dualismos e equilíbrio entre obediência e autonomia dentro da tarefa teológica. Deste modo, vê-se a importância da soma da atenção metodológica com a razão sensível, cujo produto é uma epistemologia capaz de despertar para a responsabilidade, sobretudo com os mais vulneráveis. Assim, um corpo bissexual é, para além dos desafios impostos pelos tão conhecidos preconceitos, possibilidade de harmonia e libertação. Trata-se de um lugar teológico privilegiado a partir do qual falar de Deus é falar de amor.

**Palavras-chave:** Corporeidade, Teologia, Diversidade, Queer.

---

<sup>1</sup> Doutorando, Mestre e Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), [michel.quintas@pucpr.edu.br](mailto:michel.quintas@pucpr.edu.br)

# HETERONORMATIVIDADE E MASCULINIDADES NO TERREIRO DE UMBANDA: EM DEBATE AS RELAÇÕES DE GÊNERO, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

*Paula dos Reis Moita<sup>1</sup>*  
*Joyce Alves<sup>2</sup>*

## RESUMO

Numa breve análise histórica da concepção de sexualidade dentro das religiões judaico cristãs é possível identificar a demonização de qualquer outra forma de sexualidade que não esteja dentro dos padrões da heteronormatividade. As religiões de matriz afrobrasileira, embora também sofram influências das tradições judaico cristãs, trazem a priori em sua filosofia uma abertura a aceitação e a diversidade. Entretanto ainda é possível identificar no cotidiano do Terreiro de Umbanda o pensamento colonial, patriarcal, heteronormativo, excludente, que influencia e perpetua a discriminação no que tange questões de gênero e masculinidades. Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar as relações de gênero, religião e educação a partir do Terreiro de Umbanda, buscando investigar especificamente como se consolidam questões e demandas das masculinidades e as quais influências da heteronormatividade nesse sentido. Tem como referenciais teóricos principais os estudos de Foucault, Jonas Alves, Stuart Hall e Rogério Diniz, no que tange aspectos de dominação e apagamentos dos corpos e das epistemologias outras dentro da discussão de gênero, masculinidades e identidades e Marta Ferreiro e Luiz Rufino nos estudos da relação de terreiro e educação. A metodologia de pesquisa apresenta uma abordagem de etnográfica, qualitativa, através de pesquisa exploratória, utilizando para a produção de indícios a entrevista aberta e semiestruturada, a observação participante e revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Masculinidades, Heteronormatividade, Religião, Educação.

1 Doutoranda em educação pelo PPGEDUC/UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- RJ, [paulamoita2@gmail.com](mailto:paulamoita2@gmail.com);

2 Professora e orientadora: Pós-doutorado em Educação pela USP- SP, [ufrjoyce@gmail.com](mailto:ufrjoyce@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Roda a saia Maria, roda e torna a rodar,  
Sua sai de retalhos, tem história para contar. (domínio público)<sup>3</sup>

Mulher, Umbandista, Carioca, professora, mãe, são muitos os lugares de fala. Apaixonada pela educação e por simplesmente conhecer coisas, pessoas e lugares novos. Encontro no Curso de Mestrado, mas do que possibilidades acadêmicas e profissionais, encontro realização pessoal.

Ao longo de minha constituição como docente e pesquisadora a investigação a respeito de alfabetização e letramento sempre teve destaque enquanto objeto de pesquisa acadêmica e prática docente. Analisar e comprovar que a leitura vai muito além das palavras sempre foi objeto de fascinação pessoal.

Dessa inquietação surge inicialmente o trabalho: Do texto ao contexto: ler e escrever com prazer<sup>4</sup>, materializado no trabalho de conclusão de curso da graduação. Seu objetivo era investigar as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, procurando ainda delimitar ações favoráveis à promoção do desenvolvimento cognitivo global do educando.

A pesquisa de mestrado surge a partir da interseção do Trabalho de Conclusão do Curso da graduação em Pedagogia com a observação da rotina e estrutura das relações interpessoais tecidas durante as diversas ações de educação formal não escolar efetivadas no cotidiano do Terreiro de Umbanda Centro Espírita Justiça e Amor- CEJA<sup>5</sup>. Pesquisa essa que une dois espaços que compõem e constituem minha identidade de forma extremamente significativa: minha fé e minha profissão, ambas paixões em minha vida.

Praticante da Umbanda há quase três décadas. Meu encontro com a Umbanda aconteceu em 1993, através de meus pais, e pelas mãos de Vovó Cambinda, preta velha<sup>6</sup> da Umbanda que me acolheu e despertou o amor por todo sagrado que ancestralidade traz. Desde então vivo e pratico os ritos e preceitos da Umbanda cotidianamente em todos os espaços de minha vida.

3 Trecho de um ponto cantado de Umbanda. Pontos cantados são canções ritualísticas de louvação características das religiões de matriz africana que tem, entre outras, a função de movimentar energia ao longo da gira nos Terreiros, saudar, louvar, chamar, homenagear e se despedir de entidades e orixás.

4 MOITA, Paula. 2010.

5 Centro Espírita Justiça e Amor é o nome de uma instituição de práticas religiosas ligadas a Umbanda.

6 Espírito que se manifesta nos terreiros de Umbanda e remete a figura, luta, busca por libertação e história de resistência e do povo negro.

No ano de 2016 participei de uma pesquisa sobre gênero, sexualidades e masculinidades em instituições socioeducativas<sup>7</sup> e foi possível observar durante as visitas de campo as relações e influências da ação das instituições religiosas que tem acesso as unidades socioeducacionais nas relações de gênero e sexualidades tecidas no cotidiano deste espaço, e como a religião contribui ou não para perpetuação/reprodução de conceitos e pré-conceitos nas relações de gênero deste local. Em continuidade aos estudos sobre gênero e masculinidades passei a integrar o grupo de pesquisa denominado laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (LEGESEX) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Tais observações e discussões me conduziram a relações e inquietações relacionando as vivências dentro do Terreiro de Umbanda Centro Espírita Justiça e Amor - CEJA, com tensões que transitam e perpassam por questões de gênero, masculinidades e educação.

Numa breve análise histórica da concepção de sexualidade dentro das religiões judaico cristãs é possível identificar com facilidade a demonização dos relacionamentos homoafetivos e qualquer outra forma de sexualidade que não esteja dentro dos padrões da heteronormatividade. Tal forma de representação acaba por amplificar padrões e condutas discriminatórias e excludentes.

As religiões de matriz afro brasileira, embora também sofram influências das tradições judaico cristãs, trazem a priori em sua filosofia uma abertura a aceitação e a diversidade, tendo inclusive vasta gama de publicações litúrgicas amparado tais concepções. Entretanto incontáveis vezes ainda é possível identificar no cotidiano do terreiro de umbanda o pensamento colonial, patriarcal, heteronormativo, excludente e que influencia e perpetua processos de exclusão e discriminação no que tange questões de gênero e masculinidade.

Silva (2008) em seu artigo O OLHAR DAS RELIGIÕES SOBRE A SEXUALIDADE, constrói um breve panorama histórico sobre o impacto das concepções de sexualidade através dos tempos e espaços, destacando o impacto e a força das religiões na constituição dos sujeitos.

A religião tem para os seres humanos uma importância significativa. Seja qual for a crença, não podemos ignorar que ela tem exercido forte influência sobre o comportamento e consequentemente, sobre a sexualidade humana. É de grande utilidade ter noções sobre a sexualidade na visão da religião numa perspectiva histórica, de

7 Projeto de pós-doutorado do Professor Dr. Jonas Alves, a ser realizado entre março de 2017 a fevereiro de 2018, sob a supervisão da Prof. Dr. Maria de Lourdes Ramos da Silva (Faculdade de Educação da USP).

forma a facilitar o conhecimento em relação a seus valores, problemas, medos, conflitos, entre outros.

A Umbanda, religião que tem por princípio a manifestação do espírito para a prática da caridade, traz como um dos princípios fundamentais de sua constituição a acolhida a diversidade. Recentemente no ano de 2016 foi reconhecida como patrimônio imaterial do Rio de Janeiro através de Decreto municipal. É considerada por adeptos e pesquisadores uma religião genuinamente brasileira e que tem como cerne a acolhida a diversidade.

Seu mito fundador afirma que a Umbanda foi anunciada no plano físico através da orientação do plano espiritual no Brasil em 15 de novembro de 1908 e é motivada pela dificuldade que algumas falanges<sup>8</sup> de espírito<sup>9</sup> encontravam à época para poderem se manifestar em religiões e cultos já existentes por estes os considerarem “atrasados” e/ou “inferiores”.

Apesar de algumas congruências no culto a espíritos através da mediunidade, os cultos africanos e indígenas sofreram grande discriminação por parte dos kardecistas, Kardec nunca escreveu diretamente nada a respeito da suposta inferioridade espiritual de qualquer povo ou etnia, entretanto, para esta distinção faziam uso da visão evolucionista do autor, quando este define as diferenças entre povos bárbaros e civilizados.

Defendiam, portanto, que índios e negros deveriam aceitar a superioridade espiritual e cultural da população ocidental e entendê-la como um objetivo ideal, caso desejassem evoluir espiritualmente, chegando ao absurdo de definir a escravidão como “um fenômeno social de imposição cármica<sup>10</sup>”.

Delegar ao processo cármico coletivo a questão da escravidão é deturpar os conceitos filosóficos religiosos a fim de encobrir o projeto de dominação e apagamento epistemológico implícito nas sociedades escravocratas e ampliar os espaços de pensamento abissal legitimando ainda mais o projeto colonizador e silenciador de corpos.

Boaventura, nos convida a reflexão desse tipo de projeto hegemônico excludente e subalternizador implícito nas afirmações acima, conforme citação a seguir:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação

8 Grupo de espíritos que se afinam por tipo de trabalho ou capacidade de manipulação energética.

9 Espíritos são indivíduos que já desencarnaram e se libertaram de seus corpos físicos.

10 Carma, segundo as religiões que creem no processo de reencarnação e nas múltiplas vivências do espírito, significa Lei da Retribuição, de Causa e Efeito, Ação e Reação. Tal concepção não legitima a subjugação de povos e culturas inteiras em hipótese nenhuma, muito menos para fins de dominação em qualquer aspecto.

extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2010).

O trecho do livro *Epistemologias do Sul* citado acima ilustra com transparência o projeto hegemônico e subalternizador contido na justificativa do processo de escravidão pela via de conceitos religiosos. Assim como ocorre inúmeras vezes em relação às questões de gênero e masculinidades.

Com o objeto de coibir essa desigualdade, perpetuação de preconceitos e exclusões, sob a orientação do plano espiritual através por um espírito incorporado<sup>11</sup> no médium<sup>12</sup> Zélio Fernandino de Moraes, espírito esse que se apresenta como Caboclo das Sete Encruzilhadas<sup>13</sup> em 15 de novembro de 1908, durante uma sessão Kardecista em Niterói, é anunciada a fundação da Umbanda com o seguinte objetivo: “*ser uma religião que fala aos humildes, simbolizando a igualdade que deve existir entre todos os irmãos, encarnados e desencarnados*” (MORAES apud CORRAL, 2010).

Nesse contexto, identificar ainda na atualidade dentro do terreiro de umbanda narrativas de médiuns que sofrem perseguição e preconceito devido a sua orientação sexual denuncia o quanto a heteronormatividade impregna esses espaços, mesmo sendo uma postura contraditória aos princípios filosóficos da citada religião. Foucault (1988, p.16), contribui para reflexão dos caminhos trilhados nessa construção e perpetuação de conceitos, preconceitos e condutas acerca das masculinidades ao questionar:

Sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano. (Foucault, 1988, p.16)

Neste diapasão, o filósofo almeja conhecer as vias que autorizam a interferência do poder-saber na sexualidade dos sujeitos, controlando os seus corpos de modo eficaz, impedindo-os de seguirem as suas próprias pulsões ou os seus impulsos biológicos. Para ele, “a relação de poder passa por nossa carne, nosso corpo, nosso sistema nervoso” e “a psicanálise, tal como é feita atualmente, a tantos cruzes por sessão, não dá margem a que se possa dizer: ela é

11 Processo de acoplagem do espírito comunicante ao corpo do médium.

12 Indivíduo dotado de capacidade de comunicação com o plano espiritual.

13 Caboclo: uma das falanges trabalhadas da Umbanda, as características dos espíritos que a compõe remetem em muitos traços as diversas tribos indígenas que originalmente ocupavam nossas Terras

destruição das relações de poder” (Foucault, 2002, p.151). Consequentemente, a sexualidade do indivíduo está à mercê dos poderes discursivos das ciências, os quais controlam os desejos e os corpos dos sujeitos. (Carvalho, 2017)

Partindo de questões históricas, sociais e culturais que permeiam a construção do paradigma heteronormativo na sociedade, este trabalho investiga a influência desse modelo de sociedade nas religiões de matriz africana e na forma como estas se relacionam com as masculinidades no cotidiano de suas comunidades religiosas e o quanto isso tem implicações no reforço de posturas excludentes na educação formal não escolar. Entende-se para fins desse estudo a educação conforme descrito na Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Portanto a educação em análise nesta pesquisa é aquela que se desenvolve dentro do espaço religioso e se estende para outras instâncias de convivência humana.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações de gênero, religião e educação formal não escolar a partir do Terreiro de Umbanda, buscando investigar especificamente como se consolidam questões e demandas das masculinidades e as quais influências da heteronormatividade nesse sentido. Tem ainda por objetivos específicos:

1. Investigar a influência das religiões na construção das relações de gênero e sexualidade da sociedade, através de uma análise dessas concepções nas liturgias ocidentais e nas religiões de matriz africana.
2. Caracterizar a presença/participação e o lugar da mulher dentro do Terreiro de Umbanda
3. Estabelecer relações entre heteronormatividade e sua influência nas questões relativas as masculinidades dentro do Terreiro de Umbanda
4. Problematizar como as concepções de gênero e masculinidades fomentadas no âmago das religiões de matriz africana interferem ou influenciam na Educação formal não escolar.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa traz uma abordagem de inspiração etnográfica, qualitativa, através de estudo de caso, sendo usado para a produção de indícios as entrevista aberta e semiestruturada, observação participante, e revisão bibliográfica.

O *Lócus* de pesquisa será constituído de ao menos três terreiros de culto a umbanda, a fim de investigar como os espaços lidam com as questões de gênero e masculinidades dentro de sua praticas religiosas e educacionais.

As entrevistas serão direcionadas aos praticantes e membros do campo independente de orientação sexual destes.

Fonseca (2002), afirma sobre o estudo de caso que este pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social.

Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revela apresenta-lo tal como ele o percebe.

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. Descrições que contemplam com primazia o estudo proposto no presente projeto.

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e critico de uma experiência, ou avalia-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor ação transformadora. (CHIZZOTI, 2003)

Diante das afirmações acima, a investigação tem por metodologia o estudo de caso, que se dará no âmbito das relações de gênero, religião e educação a partir do terreiro Umbanda, privilegiando para produção de indícios a observação participante, a entrevista em profundidade e a revisão bibliográfica.

Apoiamo-nos em Geertz (2008), e sua teoria interpretativa das culturais, destacamos a importância da descrição densa na construção do campo de pesquisa. O autor em sua obra afirma, que cultura é formada por teias de significados



tecidas pelo homem. Significados estes que os homens dão às suas ações e a si mesmos.

A etnografia é a tentativa de descrição da cultura de um determinado campo ou grupo. A pesquisa que desenvolvemos de inspiração etnográfica, busca conhecer a cultura construída e vivenciada no campo, onde mais que registrar os fatos, deve analisar, interpretar e buscar os significados contidos nos atos, ritos, performances humanas e não apenas descrevê-los.

Spradley (1979), afirma que a principal preocupação da etnografia é com o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados. Ainda segundo o mesmo autor, alguns desses significados são diretamente expressos pela linguagem, outros são transmitidos indiretamente por meio das ações, em toda sociedade as pessoas usam sistemas complexos de significado para organizar seu comportamento, para entender a sua própria pessoa e os outros e para dar sentido ao mundo em que vivem.

A abordagem qualitativa em pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais encontradas no campo.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, parâmetros estes que atendem aos objetivos do presente estudo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Por um mundo com mais empatia. Bom senso. Respeito. E boas palavras. Que a gente se coloque mais no lugar do outro e pense bem antes de falar (ou escrever). É sempre bom lembrar que existe um mundo inteiro dentro de cada um. E tocar nesse solo sagrado é um ato de responsabilidade. QUE SEJAMOS SERES HUMANOS MAIS HUMANOS. (Autor desconhecido)

A presente pesquisa traz como referenciais teóricos principais os estudos de Foucault, Joyce Alves, Boaventura, Rogério Diniz e Stuart Hall, no que tange aspectos de dominação e apagamentos dos corpos e das epistemologias outras dentro da discussão de gênero, masculinidades e identidades e Marta Ferreiro e Luiz Rufino nos estudos da relação de terreiro e educação.

Foucault (1989), em sua obra a *Microfísica do poder*, afirma que o poder se gera e concretiza em uma gama ampla de relações pessoais desde as quais se leva

a constituir estruturas que regem nossa percepção. Ao analisamos os discursos identificamos normas implícitas e explícitas que constroem mecanismos que possibilitem que padrões e relações de poder se estruturem e se reproduzam.

O poder acaba por materializar-se através de diferentes formas de regulação de conduta. Tais regulações passam a integrar de forma quase natural parte do próprio ser de cada indivíduo e o dominado (silenciado) acaba por considerar natural ser subjugado. O poder produz o real. Por possuir essa eficácia produtiva, o poder volta-se para o corpo do indivíduo, não só com a intenção de reprimi-lo, mas de adestrá-lo.

Ao longo da história da humanidade a religião por muito tempo ocupou majoritariamente esse espaço de regulação de poder, onde comportamentos e parâmetros são santificados ou condenados de forma ditar o que era legítimo ou não para os corpos e almas.

Embora essa influência direta da religião na regulação dos corpos seja menos evidente em algumas denominações religiosas, ela ainda existe e reflete em vários aspectos da sociedade, principalmente nas questões de gênero e masculinidades. Silva Jr (2010:21), a respeito disso, elucida:

Na perspectiva instituída por Michael Foucault, a sexualidade é desvelada como um aparelho histórico de poder e , destarte, não se remete “ à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências,encadeiam-se uns aos outros,segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”(Foucault,2007:100).Compactuando-se com essa definição, pode-se assegurar que a concepção do conhecimento sobre sexualidade no Brasil é arrolado às estratégias e conveniências do poder de uma sociedade pós-colonial e ainda escravista.

O termo gênero começa a ser utilizado por movimentos feministas no século XX buscando compreender desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres, e com a finalidade de distinguir as dimensões biológica e social, destacando a dimensão histórica da construção do masculino e feminino e feminino em diferentes tempos e sociedades.

Apesar das diversas culturas definirem os sujeitos com homens e mulheres a partir de características biológicas desde seu nascimento, o conceito de gênero traz a essa discussão sob uma abordagem social/cultural da relação entre os sexos e destaca que masculinidades e feminismos são produtos do contexto social e histórico e não resultado exclusivamente da anatomia de seus corpos. Analisar a construção dessas masculinidades nos terreiros de umbanda e os processos

sociais, culturais e de poder que os regem é um dos desafios propostos nesse projeto.

Outra discussão importante para a pesquisa é a que tange os conceitos de sexo e sexualidade, ambos tomados comumente como sinônimos. Sexo, segundo inúmeros autores, se refere ao aspecto fisiológico, na distinção entre homens e mulheres. Sexualidade tem uma abordagem mais ampla, estando ligada as diversas possibilidades de interações entre os indivíduos. Ampliando e elucidando essa conceituação recorreremos a Pereira e Silva Jr (2016:4):

A sexualidade é um conceito que têm em sua essência crenças, valores, relações e identidades que são construídas e vivenciadas social e historicamente. Neste sentido, é preciso argumentar e refletir sobre as questões sociais e políticas da sexualidade. Foucault (1993) trata deste conceito denominando “o corpo e seus prazeres”, atribuindo uma relação de poder através do sujeito, seu corpo e sua sexualidade, uma vez que o corpo produz sentido.

O estudo da sexualidade vai muito além de questões inatas, de um pertencimento meramente biológico, de questões físicas somente. Existem regras, crenças, saberes e outras concepções que estão ligadas a sexualidade e que contribuem para as apropriações/desapropriações da sociedade quanto à perspectiva dos estudos voltados à sexualidade.

O conjunto dessas regras, crenças, saberes e concepções ligados a sexualidade em nossa sociedade vem impregnados da heteronormatividade vigente e ainda predominante em nossa sociedade, que define e molda modelos de comportamento e de corpos em diversas instâncias de convivência dos sujeitos, influenciando inclusive nos espaços de religião e educação.

Ampliando essa discussão sobre essa política de dominação dos corpos, Rufino, (2017:186), através da figura de Exu<sup>14</sup> realiza proposições de reflexões a respeito das possibilidades e urgências dessas mudanças de paradigma.

Exu é o elemento que nos possibilita um reposicionamento do corpo. A disponibilidade conceitual inscrita nesse signo nos revela dimensões historicamente negadas pelos regimes de verdade mantidos pelo ocidente. A emergência de novas perspectivas, a partir de Exu, nos permite credibilizar princípios, domínios e potências do *ser* que transgridem os parâmetros da política colonial. Cabe ressaltar que essa política de dominação exercida há mais de quinhentos anos é demasiadamente concentrada na violência contra os corpos. Assim, a violência praticada nos cotidianos da colônia autoriza a coisificação

---

14 Entidade que se manifesta na Umbanda, é movimento, vida, energia, determinação, transgressão ...

dos seres, do mesmo modo que a coisificação perpetua a violência. Nesse sentido, funda-se uma lógica de governabilidade da vida, uma marafunda viciosa que substancia o sentido existencial do homem branco (colonizador) em detrimento do desvio existencial do ser não branco (colonizado).

Junqueira (2013), em seu artigo A Pedagogia do armário discorre com maestria a cerda desta questão, embora o ensaio verse sobre o cotidiano escolar, suas ponderações podem ser transpostas para outros espaços de convivência dos sujeitos e no quanto a heteronormatividade esta impregnada reforçando conceitos, pré-conceitos e processos de exclusão e de apagamento de corpos e identidades. Nas palavras do autor ele ...

... busca refletir sobre as dimensões da heteronormatividade no cotidiano escolar que, impregnadas no currículo, relacionam-se a práticas de controle, vigilância e gestão das fronteiras da heteronormatividade, produzindo classificações, hierarquizações, privilégios, marginalização, desigualdades, que dizem respeito a todos, comprometem a garantia ao direito à educação de qualidade e comportam o exercício de uma cidadania mutilada.

Ao propor analisar as relações de gênero, religião e educação formal não escolar a partir do Terreiro de Umbanda, refletindo e dialogando com o referencial teórico citado pretendo investigar especificamente como se consolidam questões e demandas das masculinidades e as quais influências da heteronormatividade nesse espaço, a fim de que possamos ampliar espaços de discussão que possibilitem mudanças nas relações de saber/poder e o combate ao silenciamento historicamente constituído e corpos e identidades, principalmente no que tange as masculinidades.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa aqui apresentada ainda se encontra em fase de inicial de construção não apresentando ainda uma totalidade de resultados, entretanto, podemos destacar como resultados parciais que ao analisar a história da Umbanda, foi possível identificar que esta por principio a manifestação do espírito para a prática da caridade, traz como um dos princípios fundamentais de sua constituição a acolhida a diversidade.

Nesse contexto, identificar ainda na atualidade dentro do terreiro de umbanda narrativas de médiuns que sofrem perseguição e preconceito devido a sua orientação sexual denuncia o quanto a heteronormatividade impregna

esses espaço, mesmo sendo uma postura contraditória as princípios filosoficos da citada religião.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das relações de gênero, religião e educação a partir do Terreiro de Umbanda, refletindo e dialogando com o referencial teórico citado pretendo investigar especificamente como se consolidam questões e demandas das masculinidades e as quais influências da heteronormatividade nesse espaço, a fim de que possamos ampliar espaços de discussão que possibilitem mudanças nas relações de saber/poder e o combate ao silenciamento historicamente constituído e corpos e identidades, principalmente no que tange as masculinidades.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. . Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. Cadernos de Pesquisa, (45): 66-71.1983.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Guilherme Paiva de / Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira. Discurso, poder e sexualidade em Foucault Ano 4 n. 11 Agosto - Dezembro 2017 p. 100 - 115  
CHIZZOTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.z

CORRAL, Janaina A. As Sete Linhas da Umbanda. São Paulo: Universo dos Livros, 2010

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Gaal, 1988

FOUCAULT, Michel . Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Descritor(es):.

GEERTZ, C. (2008). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Kooga JUNIOR, J. A. d. S. (2010). Rompendo a mordaca: Representações de

professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade. Universidade de São Paulo.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do Armário. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: PEREIRA, L. S. ; SILVA JR. JONAS ALVES DA . Preconceito e estranhamento: Apontamentos sobre o homem como docente na Educação Infantil. 2016

RUFINO, Luiz. Exu e a pedagogia das encruzilhadas / Luiz Rufino Rodrigues Júnior. – 2017. 231 f.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas. Epistemologias do Sul

SILVA, José Amilton da . “Olhares das religiões sobre a sexualidade”. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - AOC - Objeto de Aprendizagem Colaborativa). SPRADLEY, J. The ethnographic interview. Forth Worth: Hancourt Brace Jovanovich College, 1979.

ISBN: 978-85-61702-97-7



XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL,  
ÉTNICORRACIAL E DE GÊNERO

## **ST 28 - TRANSFEMINISMOS: TEORIAS E PRÁTICAS PARA ALÉM DAS FEMINILIDADES**



# TRANSFEMINISMO: TEORIAS E PRÁTICAS - MIRADA DOS DEZ ANOS DE UMA LITERATURA DE FRONTEIRA

*Jaqueline Gomes de Jesus<sup>1</sup>*  
*Liliana Graciete Fonseca Rodrigues<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho visa a discutir o contexto cultural e acadêmico brasileiro e global que permitiu a organização e publicação do livro “Transfeminismo: Teorias e Práticas” em 2014, primeiro livro em língua portuguesa sobre o tema, contando com autores brasileiros e portugueses, cis e trans, então reconhecido como parte de uma literatura de fronteira. Na véspera da comemoração de uma década de debates que perpassaram essa obra coletiva, visa-se descrever desafios enfrentados para a sua divulgação, incluindo apagamentos e distorções de diferentes naturezas que recebeu, mas principalmente apontar impactos contemporâneos dos diversos temas nela abordados, ligados aos feminismos, uso de substâncias, tipologias, interseccionalidade, despatologização, transfeminismo das transmasculinidades, sistema prisional, não-vidência, perspectiva internacional e envelhecimento.

**Palavras-chave:** Transfeminismo, Feminismo, Identidade de Gênero, População Trans, Literatura.

---

1 Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília - UnB, [jaqueline.jesus@ifrj.edu.br](mailto:jaqueline.jesus@ifrj.edu.br);

2 Doutora em Psicologia pela Universidade do Porto - Portugal, [frdrigues.liliana@gmail.com](mailto:frdrigues.liliana@gmail.com);



# REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DE PATRÍCIO MANUEL E SAÚDE TRANSMASCULINA: PERSPECTIVAS ESPORTIVAS E INVISIBILIZAÇÕES SOCIAIS

*Leonardo Morjan Britto Peçanha<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de visibilizar as demandas em saúde transmasculina dialogando com a trajetória esportiva do atleta Patrício Manuel. O boxeador disputou três lutas oficiais contra homens cisgêneros sendo vencedor em todas as três. Como ponto em comum, podemos considerar a pouca visibilidade das lutas vencidas por Patrício, principalmente aqui no Brasil, o que tem relação com a invisibilidade social e da história ancestral das transmasculinidades. Sobre a saúde transmasculina, o contato com o esporte e os exercícios físicos numa perspectiva de cuidado e promoção da saúde. Além do uso da testosterona para hipertrofia muscular que é diferente do uso para reposição hormonal em diversos aspectos, principalmente no que tange a construção da corporeidade transmasculina. Concluímos que a saúde transmasculina precisa ser respeitada fora de uma perspectiva cisgênera, incluindo as particularidades dos marcadores sociais de homens trans e transmasculinos e evidenciamos a importância de dar visibilidade as transmasculinidades esportivas com discussões éticas que levem os desafios e as questões específicas deste grupo.

**Palavras-chave:** Saúde Transmasculina, Atletas Transmasculinos, Invisibilização Transmasculina.

---

1 Doutorando em Saúde Coletiva (IFF/FIOCRUZ). Mestre em Ciências da Atividade Física (UNIVERSO), especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ) e Licenciado e Bacharel em Educação Física (UNISUAM). Pesquisador no ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq) e no GENSEX - Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ/CNPq). Email: [contato@leonardombpecanha.pro.br](mailto:contato@leonardombpecanha.pro.br)

# A PEDAGOGIA DA DESOBEDIÊNCIA E SEUS MÉTODOS TRAVESTILIZADOS

*Thiffany Odara Lima da Silva<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente texto elaborado como ensaio crítico pretende-se objetivando pôr em comunicação oral o pensamento pedagógico negro decolonial transfeminista e as práticas insurgentes, proposto e realizado pela pedagogia da desobediência como processo travestilizador que promove perspectivas educacionais, sob a luz da organicidade insurgente das travestis pessoas trans e corpos dissidentes que ousam borra com o modelo nefasto da cisgneridade. O referido relato oral tem por finalidade narrar como a Pedagogia da desobediência se estrutura como contraponto as políticas públicas cisgenerificada eurocêntricas coloniais ainda vista nos ambientes educacionais. Contudo, busco assim evidenciar a importância do transfeminismo para organização inicial da luta do movimento social das travestis e como elas produzem ferramentas que travestilizam as políticas públicas educacionais por meio da luta e da resistência de seus corpos/corpas travestis, propondo assim modelo pedagógico desobediente de educação libertadora e emancipatória.

**Palavras-chave:** Transfeminismo, Pedagogia da Desobediência, Travestilizar a educação.

---

<sup>1</sup> Valorixá do Ilê Axé Iba Omin Ajô Ewé, Pedagoga, Especialista em Gênero raça/etnia sexualidade na formação de educadores. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de PósGraduação em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia PPGEduc-UNEB sob orientação do Prof. O Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho. Membro do Grupo de pesquisa Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras e do Candaces: Grupo de pesquisa sobre Gênero, Raça, Cultura; Sociedade.

# PAIS QUE GESTAM: O (DES)AMPARO E A INVISIBILIZAÇÃO NA GRAVIDEZ TRANSMASCULINA

*Carolina Alves Ferreira<sup>1</sup>*  
*Leonardo Morjan Britto Peçanha<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar como ocorre o acolhimento de homens trans e pessoas transmasculinas gestantes no Sistema Único de Saúde, refletindo sobre as condições biopsicossociais que afetam a construção de uma parentalidade que subverte as estruturas cisnormativas, além de propor meios de sensibilização dos profissionais de saúde através da criação de uma cartilha informativa e de grupos reflexivos. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão narrativa, a partir da pesquisa e leitura de artigos e trabalhos referentes ao tema, em maio e junho de 2023. Foram utilizados os mecanismos de busca das plataformas SciELO e Google Acadêmico para selecionar produções que abordam a construção sócio-histórica das transmasculinidades no Brasil por um viés interseccional; apresentam os impactos biopsicossociais da gestação em homens trans e pessoas transmasculinas; mapeiam os dispositivos voltados à população LGBTQIA+ que compõem o SUS; explicitam os óbices enfrentados pela população trans no acesso à saúde. Com base na análise destas produções, foi possível identificar os atravessamentos que marcam corpos transmasculinos, de que modo a transfobia afasta homens trans e transmasculines gestantes dos espaços de promoção à saúde e quais políticas e práticas foram criadas nas últimas décadas para enfrentar estas problemáticas sociais. Evidenciou-se que, apesar de inúmeras conquistas protagonizadas por movimentos compostos pela comunidade trans, ainda há percalços devido a não totalidade da efetividade de um acesso à saúde sem discriminações e capacitado a propiciar um acolhimento e cuidado de qualidade a homens trans e transmasculines que gestam.

**Palavras-chave:** Gestação Transmasculina, Gestação Homens Trans, Pessoas Trans Sistema Único de Saúde.

1 Graduada do Curso de Psicologia e pós-graduanda na especialização lato sensu em Atenção Integral à Saúde Materno-Infantil da Maternidade Escola, Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, [carolalvesferrera@gmail.com](mailto:carolalvesferrera@gmail.com);

2 Professor orientador: doutorando, Saúde Coletiva IFF/FIOCRUZ, [contato@leonardombpecanha.pro.br](mailto:contato@leonardombpecanha.pro.br)

# A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER SOBRE SAÚDE TRANSMASCULINA PARA A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

*Leonardo Morjan Britto Peçanha<sup>1</sup>*  
*Roxana Macedo Brasil<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este relato de experiência tem o objetivo de visibilizar os impactos das epistemologias trans numa perspectiva de saúde transmaculina em um estágio docente de doutorado numa turma do curso de bacharel em Educação Física na disciplina Políticas Públicas na Saúde e no Esporte. Dentre as três aulas e uma roda de conversa ministradas pelo professor Leonardo Peçanha, duas atividades tiveram especificamente o tema de saúde transmasculina. A aula foi ministrada trazendo elementos e conceitos sobre transmasculinidades e saúde, principalmente sobre a importância e atuação do profissional de Educação no cuidado em saúde de homens trans visando corporeidades não cisgêneras. O resultado foi de curiosidade, embora tivesse certa dificuldade de entender alguns conceitos, tais como, o uso do binder. O nome social e a reposição hormonal com testosterona foram temas ditos nas aulas que correram bem dinâmicas. O atendimento na periodicidade de exercícios físicos enquanto cuidado em saúde visando minimizar comorbidades foi outro tema. A roda de conversa com um ex-atleta e treinador homem trans exemplificou o que na teoria não pode ser dito de forma prática. Ou seja, como atletas homens trans podem atuar junto de homens cisgêneros, principalmente se manter um treinamento continuado e as experiências do time Transunidet em torneios e competições mostrou isso. O impacto da epistemologia transmasculina contribuiu para

- 1 Doutorando em Saúde Coletiva (IFF/FIOCRUZ). Mestre em Ciências da Atividade Física (UNIVERSO), especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ) e Licenciado e Bacharel em Educação Física (UNISUAM). Pesquisador no ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq) e no GENSEX - Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ/CNPq). Email: [contato@leonardombpecanha.pro.br](mailto:contato@leonardombpecanha.pro.br);
- 2 Doutora em Atividade Física e Esporte pela Universidade de Valencia- Espanha, Mestra em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco, Licenciatura Em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora auxiliar de ensino do Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa e diretora técnica do Centro de Treinamento Integrado Universidade Fitness. Email: [roxanabrasil@gmail.com](mailto:roxanabrasil@gmail.com).

o aprofundamento e aperfeiçoamento da prática profissional com homens trans e demais pessoas que possam ser atendidas pelo profissional de educação física.

**Palavras-chave:** Transmasculinidades, Saúde transmasculina, Educação Física, Profissional de Educação Física.

# NARRATIVAS DE DOR: REFLEXÕES QUE PARTEM DA ABJEÇÃO DO CORPO E SE TRANSFORMAM EM POTÊNCIA

*Felipe Grassine de Oliveira<sup>1</sup>*  
*André Luiz Carvalho Cardoso<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A intenção desta escrita é evidenciar processos de construção de uma dissertação de mestrado a partir do corpo e de violências contra ele acometidas. Utilizamos a dissertação de Grassine, intitulada *Design abjeto: o queer eu tenho a ver com isso?* como base para o desenvolvimento desta proposta, a fim de evidenciar as possibilidades de interseções entre a escrita acadêmica, as vivências e violências sofridas por um corpo não binário militante nas ruas. Esperamos com isso dar a ver a inseparabilidade da escrita acadêmica do corpo e seus atravessamentos políticos e sociais.

Neste sentido, é importante me localizar no presente texto, enquanto pessoa trans não-binária, gorda, não branca, designer e desenhista, pois a relação da escrita advém diretamente das reflexões enquanto corpo dissidente que sofre diversas agressões simplesmente por existir e que busca traduzir e promover reflexões teóricas e ativistas a partir destas práticas.

A escrita da dissertação supracitada se deu atravessando cinco etapas, e aqui objetivamos compartilhar a construção destas etapas que evidenciam o quanto meu corpo ativista e militante está ligado às reflexões trazidas, articulando práticas artísticas e de design que auxiliaram a subverter de certa forma a organização por vezes endurecida de uma dissertação. As cinco etapas são: 1. texto narrativo e relato de experiência; 2. Ilustrações autorais; 3. Indagações e questionamentos; 4. Refletindo a partir de teorias de gênero, queer e transfeministas; 5. Entendendo como o design corrobora para abjeção e como subverter as práticas.

1 Doutoranda em Design da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [grassine.co@gmail.com](mailto:grassine.co@gmail.com);

2 Professor orientador: Doutor, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [alcarvalho@esdi.uerj.br](mailto:alcarvalho@esdi.uerj.br).

## METODOLOGIA E RESULTADOS

A primeira etapa, que origina e dá força para a escrita, é a narrativa, por isso o texto é escrito em primeira pessoa. Para além de buscar uma centralidade na minha narrativa, decido relatar em primeira pessoa como gesto político de aproximação / representação de uma comunidade que (ainda) não está na academia - notadamente pessoas trans, travestis e não binárias. Comunidades que muitas vezes não têm acesso a academia por não contarem com condições sociais e econômicas para tal. E, para além, comunicar, com o campo do design, sobre temáticas de gênero e sexualidades dissidentes, ainda tão pouco abordadas na área. A intenção é perceber na leitura que se trata uma conversa e que estou me despidendo ao narrar momentos pessoais, e a partir disso gerar uma reflexão coletiva com o leitor sobre como enxergar essa comunidade, pensando em novas ferramentas de ação, como aqui uso o design.

O livro *E se eu fosse puta*, da autora Amara Moira (2016), foi usado como referência para pensar em uma estrutura narrativa. Em seu livro, Amara relata suas experiências em ser uma travesti e prostituta, contando casos curtos de experiências com o trabalho sexual na rua, além de trazer questões sobre sua travestilidade.

Logo, começo cada capítulo com uma narrativa de agressão física que meu corpo sofreu enquanto uma pessoa trans não binária. Junto ao relato, utilizo a segunda etapa, que são ilustrações autorais como uma vontade de amenizar a escrita, e, ao mesmo tempo promover um tom mais satírico e talvez debochado, como estratégia de superação e que evidencie as múltiplas formas como estas violências atravessam meu corpo. As ilustrações foram construídas apenas por linhas, de forma digital, utilizando o mesmo padrão de ilustração para pessoas cisgêneras e uma diversidade de formas para corpos dissidentes. Algumas ilustrações possuem caixas de fala, dotadas, muitas das vezes, de certo escracho, em uma tentativa de apaziguar na minha mente o ocorrido.

Os relatos e ilustrações também se fazem presentes no texto para marcar experiências de violência não somente física, mas também verbal, ou para demonstrar algum tipo de sentimento sobre o assunto abordado, conforme o exemplo abaixo (OLIVEIRA, 2023, pg. 13-14):

Não lembro o dia, nem a hora, mas lembro que foi no início do meu questionamento sobre a possibilidade de ser uma mulher trans/ travesti, talvez pelo meio do ano de 2016. Lembro que para sair de casa e ir a festas, rolês e bares, eu levava uma bolsa onde colocava roupas que me faziam sentir confortáveis, mas que na sociedade não me

caberia enquanto lido como homem. Mas era rotina, sabia que para sair de casa, numa cidade longe do centro do Rio de Janeiro, eu precisava me vestir conforme a música cisheteronormativa tocava. Não era só vergonha dos meus pais me verem com roupas “femininas” e não saber como agir, mas era medo de me acontecer uma terceira agressão física, as agressões verbais já não sabiam nem que casa de centenas estava essa contagem. Todas as vezes que apanhei foi por infringir uma masculinidade, por negar ser homem, por não obedecer às normas gestuais, verbais, corporais desse ser homem original. E, por um tempo, essa foi minha rotina, de carregar na mochila a pele que melhor me cabia, de encontrar abrigo em casa de amigas que me recebiam para de fato poder me trajar da forma que me fazia mais realizada, que faziam meus olhos brilhar.

Aos poucos fui tomando gosto e coragem, trazendo essa performance mais aparente, me vestindo mais com essa pele, saindo de cabeça erguida com uma peça ou outra, me sentindo sexy, desejada e gostosa até que em fevereiro de 2017, tudo caiu.

Dandara foi brutalmente torturada e assassinada. ASSASSINADA!

Lembro que quando saiu a reportagem sobre esse caso, eu chorei muito, meu coração se espremeu em medo e tive que tirar da mochila e guardar na última gaveta a pele que melhor me vestia. Vendo toda minha aflição, minha mãe me falou algo que nem sei se algum dia esquecerei, ela disse:

— Meu filho, eu te amo muito, e sei que você não é igual a todos, mas meu maior medo é ligar a TV, abrir um jornal e descobrir que você morreu, apenas por ser o que é.

Em silêncio, com olhar perdido fiquei. Não sei vocês, mas eu não quero ser a “trans assassinada”, o “gay morto”, não quero ser alguém sem nome achado no valão. Desde então, decidi ser a cada dia 100% da minha melhor pele, decidi fazer do meu corpo um instrumento de luta, e é por isso que hoje estou aqui, viva, sendo uma pessoa trans trazendo questões de pessoas trans. Até hoje, escrevendo esse relato, meu estômago dá um nó e meus olhos se enchem de água. Dandara permanece viva no meu coração e na minha força para lutar.

As três próximas etapas, questionamento, reflexão sobre questões de gênero e design, são norteadas pelas etapas de relato e ilustração. Os questionamentos surgem a partir de dois sentimentos: o primeiro que é como hoje revisitando essa memória e tendo um letramento social e acadêmico em relação a questões de gênero consigo articular e pensar essas narrativas como um potencializador de questões para conseguir articular e movimentar discussões em torno destas vivências, e segundo como eu me recordo de sentir isso no momento que aconteceu as agressões. Com ajuda de uma psicóloga, fui tentando aos poucos visitar



essas lembranças a fim de conseguir expressar o que senti naquele instante. Foi na junção das duas que consegui articular questões que vinham carregadas de raiva e medo, mas também bem articuladas de conseguir gerar uma questão para possivelmente responder.

A partir da terceira etapa, pude demonstrar de forma articulada e pautada dentro dos estudos de gênero, principalmente nas leituras transfeministas (MOMBAÇA, 2021; NASCIMENTO, 2021; VERGUEIRO, 2016), e à teoria queer (PORTINARI, 2017; ALTMAYER, 2016; COSTANZA-CHOCK; 2018) como as relações de força operam na sociedade ocidental inserida em um sistema patriarcal cisheteronormativo que fornece as condições culturais para que corpos como o meu sofram violência simplesmente por existir. Tendo isso mais claro, olhei para mim enquanto designer e pude entender os fatores que corroboram para que corpos dissidentes continuem habitando as margens mais vulneráveis da sociedade. Entendimentos que permitem também criar estratégias de atuação para revisitações e reformulações de métodos que estão impregnados no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de diferentes linguagens, como a ilustração e a escrita na primeira pessoa me possibilitaram desenvolver uma ferramenta de sensibilização para questões políticas e sociais complexas, bem como criar espaços de diálogo e troca de práticas e estratégias. Cada vez mais o uso de textos em primeira pessoa tem sido uma opção para diversas pesquisadoras (HARAWAY, 2019) que muitas das vezes a pesquisa atravessa seu corpo, assim como essa, atravessou e partiu do meu. Neste sentido, práticas do design se apresentam como ferramenta política de denúncia e suporte a narrativas, complementando reflexões teóricas suscitadas pelo habitar o mundo.

**Palavras-chave:** Estruturas narrativas, Relato de experiência, Design, Transgeneridade.

## REFERÊNCIAS

ALTMAYER, Guilherme. Tropicuir : (re)existências políticas nas ações performáticas de corpos transviados no Rio de Janeiro / Carlos Guilherme Mace Altmayer ; orientadora: Denise Berruezo Portinari ; coorientadora: Tania Rivera. – 2016.

COSTANZA-CHOCK, Sasha. Design Justice: towards an intersectional feminist framework for design theory and practice, p. 529-540. In: Design Research

Society International Conference [Proceedings of DRS2018, v.2]. Limerick: Design Research Society, 2018.

OLIVEIRA, Grassine de. Design abjeto: o queer eu tenho a ver com isso?. 2023. 113 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 1995. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>> Acesso em 10 jul. 2023.

MOIRA, Amara. E se eu fosse puta - São Paulo : Hoo Editora, 2016. 216 p. : il., color.

MOMBAÇA, Jota. Não vão nos matar agora. 1. esd. - Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. Transfeminismo. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaraí, 2021

PORTINARI, Denise. Queerizar o design. Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Edição especial Seminário Design.Com, Outubro 2017. pp. 1-19.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016.